



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 87

QUINTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 93^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 1º DE JULHO DE 1987.

I - Abertura da Sessão

II - Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.

II - Leitura do Expediente

OFÍCIO

Nº 40/87 - Do Senhor Constituinte Euclides Scalco, 1º-Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando, nos termos regimentais, o Senhor Constituinte Luiz Henrique para integrar, na qualidade de membro suplente, a Comissão de Sistematização.

IV - Pequeno Expediente

JOÃO AGRIPINO - Rejeição, pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, das contas dos Governadores Wilson Braga e Milton Cabral referentes ao exercício de 1986.

LÚCIO ALCÂNTARA - Efeitos negativos do racionamento de energia elétrica para a economia nordestina. Matéria "Racionamento desastroso", publicada em **O Povo**, Fortaleza. Estado do Ceará.

COSTA FERREIRA - Objetivos das manifestações populares ocorridas no Rio de Janeiro. Solidariedade do orador ao Presidente José Sarney em face do atentado por ele sofrido.

ADHEMAR DE BARROS FILHO - Papel a ser desempenhado pelos homens públicos no atual período de transição democrática.

UBIRATAN AGUIAR - A Educação e Cultura no anteprojeto de Constituição apresentado pela Comissão de Sistematização.

EDMILSON VALENTIM - Características predominantes das manifestações populares ocorridas no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

MANOEL CASTRO - inexistência de política governamental para o setor de transporte coletivo urbano. Ineficácia das medidas preventivas adotadas pelo Governo.

SAMIR ACHÔA - Ineficácia da repressão social para conter manifestações decorrentes da insatisfação popular. Implantação do vale-transporte obrigatório, dedutível do Imposto de Renda.

ROBERTO ROLLEMBERG - Carta dos Produtores Rurais do Noroeste Paulista a respeito das medidas de amparo á agricultura baixadas pelo Governo.

FRANCISCO KÜSTER - Manifestações populares de Insatisfação contra a política econômica adotada pelo Governo Federal.

ORLANDO PACHECO - Compromissos éticos e morais do exercício de cargo e função pública.

INOCÊNCIO OLIVEIRA - Medidas adotadas pelo Governo em relação ao crédito agrícola.

NELSON AGUIAR - Contradições do tratamento dispensado ao menor no capítulo da Ordem Social do Anteprojeto apresentado pela Comissão de Sistematização.

VALTER PEREIRA - Revisão da política econômica recessiva adotada pelo Governo para conter o clima de tensão e de revolta popular.

AIRTON SANDOVAL - Fixação de novo critério para composição da Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas estaduais.

ROBERTO FREIRE - Nota da Comissão Diretora Nacional Provisória do PCB a propósito das manifestações populares contra o Presidente da República e da aplicação da Lei de Segurança Nacional aos responsáveis pelo episódio.

RUBERVAL PILOTTO - Aprofundamento da problemática habitacional no País diante da indefinição da política governamental para o setor.

GEOVANI BORGES - Autonomia municipal. Criação da Defensoria do Povo.

GANDI JAMIL - Transcurso do 7º aniversário de emancipação política de Douradina e Silvária, Estado do Mato Grosso do Sul.

DJENAL GONÇALVES - Proposta da bancada sergipana na Assembléia Nacional Constituinte sobre restabelecimento da área territorial original do Estado de Sergipe.

FRANCISCO ROLLEMBERG - Restabelecimento da área territorial original do Estado de Sergipe.

MAX ROSENmann - Circulação de composição ferroviária entre Antonina e Morretes, Estado do Paraná, para exploração do potencial turístico da região.

RUBEM BRANQUINHO – Assinatura de contrato para conclusão do asfaltamento do trecho rodoviário Porto Velho-Rio Branco. Próxima visita do Presidente José Sarney ao Estado do Acre.

FRANCISCO AMARAL – Pontos a destacar da exposição do Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, no plenário da Câmara dos Deputados.

FERES NADER – Preservação do Parque Nacional de Itatiaia.

GUSTAVO DE FARIA – Manifestações populares ocorridas no Rio de Janeiro como parte de plano do Sr. Leonel Brizola para desestabilizar o Governo José Sarney.

MICHEL TEMER – Transparência da exposição do Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, no plenário da Câmara dos Deputados. Inserção no futuro texto constitucional da obrigatoriedade de a administração motivar e fundamentar seus atos.

JOÃO DA MATA – Suspensão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte para análise da crise econômico-financeira vivida pelo País.

LUIZ SOYER – Transcurso do Dia do Maçom.

EDUARDO JORGE – Inconveniência da extinção dos programas de residência médica no Estado de São Paulo.

ADROALDO STRECK – Inoportunidade da proposta de interrupção dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, apresentada pelo Senador José Richa, para discussão suprapartidária da crise nacional.

SOTERO CUNHA – Inclusão de reforma agrária na futura Constituição.

JUAREZ ANTUNES – Semelhança entre o Plano Bresser e a política econômica adotada pelos governos revolucionários.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Constituição de CPI destinada a apurar irregularidades cometidas na importação de alimentos durante a vigência do Plano Cruzado.

V – Comunicações das Lideranças

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Inquietação do PT diante da desproporção da reação governamental aos distúrbios ocorridos no Rio de Janeiro. Inadmissibilidade da apresentação, pelo Governo, de substitutivo ao anteprojeto de Constituição apresentado pela Comissão de Sistematização.

HAROLDO LIMA – Utilização, pelo Governo, das manifestações populares ocorridas no Rio de Janeiro para fins políticos. Repúdio do PCB à tentativa de ingerência do Poder Executivo nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

BRANDÃO MONTEIRO – Conveniência da apresentação do projeto de decisão suspendendo a vigência da Lei de Segurança Nacional até a promulgação da nova Constituição.

SÓLON BORGES DOS REIS – Distúrbios ocorridos no Rio de Janeiro como claro sintoma do descontentamento popular. Assunção pelo Governo de suas responsabilidades.

ADYLSON MOITA – Inoportunidade da sugestão do Senador José Richa para suspensão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Inadmissibilidade da apresentação, pelo Governo, de substitutivo ao anteprojeto de Constituição.

PAULO MACARINI – Características do anteprojeto apresentado pelo Relator da Comissão de Sistematização na atual fase dos trabalhos. Equívoco de Constituintes quanto à dimensão das declarações do Senador José Richa sobre o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

ROBERTO FREIRE – Inconformidade do PCB quanto ao enquadramento na Lei de Segurança Nacional dos participantes de manifestações contra o Presidente José Sarney. Extemporaneidade do aumento das tarifas dos transportes coletivos no Rio de Janeiro por decisão judicial. Inoportunidade de declarações do Presidente da República sobre ingovernabilidade do País caso seja aprovado o anteprojeto apresentado à Comissão de Siste-

matização. Inconveniência da suspensão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte proposta pelo Senador José Richa.

JOSÉ COSTA – Questão de ordem sobre visão deformada levada à opinião pública pelo programa de televisão "Diário da Constituinte", de responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte. Admissibilidade de emendas ao anteprojeto apresentado pelo Relator da Comissão de Sistematização.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Costa.

VI – Apresentação de Proposições

JOSÉ COSTA

VII – Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional

CRISTINA TAVARES – Ameaça à soberania da Assembléia Nacional Constituinte contida no propósito de apresentação, pelo Governo, de substitutivo ao anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização. Divulgação equivocada pela imprensa das declarações do Constituinte José Richa sobre paralisação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Esmagamento das conquistas populares por um projeto de Constituição conservador.

DAVI ALVES SILVA – Criação do Estado do Maranhão do Sul.

ANTÔNIO PEROSA – Questão de ordem sobre contrariedade do orador às medidas adotadas pelo Governo em relação à agricultura.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÕES – Relação dos membros das Comissões Constitucionais

5 – ATAS DAS COMISSÕES E SUB-COMISSÕES (as atas encaminhadas até a presente data serão publicados em suplemento a este Diário).

Ata da 93ª Sessão, em 1º de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá Terceiro-Secretário; Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

Às 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo

Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Alfonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abíb – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel PMDB; Aloisio Chaves – PFL; Aloisio Teixeira – PMDB; Aluísio Bezerra – PMDB; Aluísio Campos – PMDB; Álvaro Antônio

– PMDB; Álvaro Valle – PL; Amaral Netto PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS Artur da Távola – PMDB; Assis Conuto – PFL; Atila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Vilani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedicta da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Dé Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison bobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmílson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian –PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – Ebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Mar- condes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Incêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Herrmann Neto – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genóíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Mauricio Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauricio Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozanildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Pulso Squarezi – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Oswaldo Almeida – PL.; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiua – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Avila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Bar-

bosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 308 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ,

Terceiro-Secretário procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Euclides Scalco, nos seguintes termos:

Ofício nº 140/87

Brasília, 30 de junho de 1987.

Senhor Presidente,

De acordo com o que estabelece o Regimento Interno, tomo a liberdade de indicar a Vossa Excelência o Deputado Luiz Henrique para ocupar a vaga de Suplente na Comissão de Sistematização.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Euclides Scalco**, Primeiro-Vice-Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

IV – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está fida a leitura do expediente.

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. João Agripino.

O SR. JOÃO AGRIPINO (PMDB – PB): – Sr^{as} e Srs. Constituintes, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, em sessão da semana passada, rejeitou as contas do exercício de 1986 dos Srs. Governadores Wilson Braga e Milton Cabral. A rejeição das contas teve por base diversas irregularidades, entre as quais, despesas sem empenho prévio, despesas sem previsão de fundos, descumprimento da aplicação do percentual obrigatório na educação, desapropriações irregulares, desvio de aplicações do Fundo de Participação dos Estados, atrasos nas transferências e arrecadação do imposto para os municípios; falta de controle da aplicação dos recursos de convênios, pagamento irregular de complementação salarial a Secretários de Estado e desvios de recursos federais para planos e programas de emergência. Na questão de complementação salarial, três Secretários de Estado foram agraciados pelo ex-Governador Wilson Braga. São complementações salariais através de bilhetes que constam do processo levado a julgamento pelo Tribunal de Contas. Permito-me ler o conteúdo destes bilhetes,

porque são o exemplo do que é o desrespeito do administrador pela coisa pública.

No primeiro bilhete, o ex-Governador da Paraíba dizia o seguinte:

"Concedo a ajuda de custo ou complementação salarial aos Secretários de Planejamento e Finanças, no valor de 700 mil cruzeiros, a partir de janeiro de 1984, reajustados nas épocas de aumento do funcionalismo, nos mesmos percentuais e até segunda ordem."

Num outro bilhete constante do processo diz o seguinte:

"Ao Secretário do Planejamento recomendo pagar ao Secretário Luiz Carlos Teixeira a complementação salarial semelhante à autorizada anteriormente para os Secretários das Finanças e Planejamento."

Essas duas autorizações de próprio punho que constam no processo dão a exata medida de como se comportaram os Governos da Paraíba, que antecederam a administração do Governo Tarcísio Buriti, com o dinheiro público.

E há um caso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, que chega a ser curioso, porque o Diretor-Geral da Secretaria do Planejamento, o Sr. José Alfredo Leite, passa um recibo ao Estado, ele sendo Diretor-Geral da Secretaria, por pagamentos recebidos em duas parcelas, para versão do texto da Constituição da Paraíba para inglês. Certamente o ex-Governador Wilson Braga pretendia remeter o texto da Constituição paraibana à Sr^a Margaret Thatcher, Primeira-Ministra da Inglaterra, ou ao Presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, para que servisse de subsídio a futuras emendas constitucionais daqueles países...

Concluo, Sr. Presidente, para dizer que trago o assunto a esta Casa porque considero da maior importância o texto constitucional proposto pela Comissão do Poder Judiciário e também para Comissão do Sistema Tributário e de Fiscalização Financeira, que dão ao Tribunal de Contas da União e por extensão, aos Tribunais de Contas estaduais o poder de aplicar aos responsáveis pelos desmandos administrativos sanções previstas na lei. Sanções, comissões e multas que sejam proporcionais ao dano causado pelo patrimônio público, e que essas sanções tenham eficácia de sentença, também, pois somente assim, dando poderes aos Tribunais de Contas deste País, é possível que vejamos pagarem, por desvios dos dinheiros públicos, por desmandos administrativos, aqueles que se conduzem irresponsavelmente, para que possamos acabar de uma vez por todas com a imagem popular deste País consubstanciada na referente expressão: "Só vai para a cadeia, no Brasil, o ladrão de galinha".

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL – CE): Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, entre outras dificuldades que o Nordeste está vivendo no presente momento, o racionamento de energia elétrica vem imprimindo graves perdas à economia regional. Sobretudo a indústria vem se ressentindo da redução imposta ao consumo de energia, o que agrava sobretudo a situação já difícil por que passam as empresas nordestinas. Agora mesmo, no Ceará, uma das mais tradicionais indústrias têxteis, a Unitêxtil, vem de anunciar a paralisação de suas

atividades e a transferência de seu parque de máquinas para outros Estados fora da região. Tal fato, se confirmado, significaria grande perda para o Estado em termos de empregos e queda na arrecadação de tributos. É necessária a união de esforços dos Governos estadual e federal para evitar mais este golpe contra a economia cearense. Em primeiro lugar, para atenuar as condições de racionamento de energia e, em segundo, para repassar à empresa os valores decorrentes de incentivos fiscais estaduais a que tem direito e que se encontram injustificavelmente retidos. Em relação ao assunto objeto de meu pronunciamento, nada melhor que o edital no jornal **O Povo**, datado de 29-6-87, que situa o problema com toda propriedade. Trazendo a matéria conhecida da Assembléia Nacional Constituinte, faço-o na tentativa de sensibilizar o Ministro Aureliano Chaves e o Governador Tasso Jereissati para que encontrem uma solução para este caso, que constitui um indicador perigoso de recessão econômica e desativação industrial.

(EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR) RATIONAMENTO DESASTROSO

Todos quantos estão engajados na luta pelo desenvolvimento do Nordeste sentem-se profundamente frustrados quando uma fábrica se fecha pela falta ou pela escassez desidiosa de fatores racionais que compete ao Governo ofertar. A frustração é, naturalmente, maior quando o fechamento ou a transferência de cada unidade industrial se faz a despeito da existência de incentivos sem os quais o Nordeste jamais poderia ter a veleidade de fazer da industrialização um dos meios a que deve recorrer para explorar os seus recursos e criar empregos para sua gente.

Frustra-nos, pois, e muito, a informação, confirmada em matéria que divulgamos ontem, de que a Unitêxtil, organização já com 94 anos de existência e profundamente vinculada à própria história econômica do Estado, optará por fechar e transferir as suas principais unidades fabris, caso persista o atual sistema de racionamento de energia elétrica. Disso resultaria o desemprego de 2.500 trabalhadores, numa fase de recessão, e uma perda de receita, para o Estado, de 7,5 milhões de cruzados.

A colocação feita pelo Sr. Carlos Pinheiro ao **O POVO** é categórica: o racionamento de 14 por cento do consumo de energia determinado para as indústrias nordestinas é fatal para a Unitêxtil, que trabalha com uma voltagem de 13 mil e 800. Assim, para que as fábricas não sejam fechadas, precisa a empresa de uma tarifa regular, não superior à dos concorrentes do sul, e a liberação dos recursos do Protéxtil – Programa de Incentivos à Indústrias Têxtil, sob forma de financiamento, que não vem sendo honrado pelo Governo há quase cinco anos.

A falta de projeção do crescimento industrial do País levou o Governo passado a subestimar, a despeito das advertências de setores mais experientes, os investimentos no setor energético. As consequências não demoraram. A escassez de energia acentuou-se de tal modo de certo tempo para cá, sobretudo onde o nível da água das represas caiu drasticamente, que todo o Sul e Sudeste passaram a viver sob a ameaça do racionamento. No Sul a coisa ficou apenas em conversa devido,

certamente, a um agudo senso de defesa dos interesses regionais militares naquela região.

No Nordeste, o racionamento efetivou-se de um golpe logo que a redução dos níveis da represa de Sobradinho determinou a queda na produção de energia. Somente em Pernambuco, o Governador recebeu a medida com ostensivo desagrado. A seca que estamos sofrendo na carne com toda a sua coorte de consequências, poderia justificar a suspensão do racionamento, sem que se pudesse inquinar a medida de protecionista ou privilegiaste. Seria, na verdade, apenas um gesto de boa vontade e solidariedade para com uma região já tão castigada pela natureza.

Mas não é só o racionamento que forma entre as concáusas do possível fechamento da Unitêxtil. Não atuam, aqui, em seu favor, incentivos com que contraria em Minas, por exemplo, onde, a partir da própria capital, há municípios ávidos de atrair indústrias de fora. Não devemos ter a veleidade de competir com o Sudeste. Preferimos colocar a questão nos estritos limites de nossa realidade. Não se pode admitir que deixe o Governo do Estado de ressarcir a Unitêxtil, assim como outras, dos 60% do ICM a que faz jus a títulos de financiamento, por ter efetuado investimentos propiciadores de benefícios sociais.

O grave momento que vivemos requer uma participação mais concreta dos governos da União, do Estado e dos Municípios no plano dos incentivos às empresas industriais, muitas das quais curvam-se ao peso das políticas econômicas e fiscal ou das disfunções locais ou regionais, como o racionamento, recebido, aqui, passivamente, e em Pernambuco e outros Estados alvo, pelo menos, de críticas acrimóniosas.

Não devemos deixar de salientar, contudo, que, cumpridas as obrigações governamentais e resolvidos os problemas que afligem o setor, cabe ao grupo que dirige a Unitêxtil manter as suas atividades no Estado, inclusive ampliando-as e oferecendo os benefícios sociais que já vêm há 94 anos.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL - MA)

Pronuncia o seguinte discurso: — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o atentado perpetrado contra a comitiva do Presidente José Sarney no Rio de Janeiro, mais que uma agressão ao princípio da autoridade, configura uma tentativa de achincalhe à Nação, numa hora em que a sociedade se empenha em complementar, de forma não traumática, o processo de transição para o regime democrático.

As pedras que atingiram o Presidente feriram todos os que se esforçam pelo progresso do País e pelas transformações sociais, econômicas e políticas ansiadas pelo povo brasileiro. A violência orquestrada por grupelhos organizados respinga sobre nossas cabeças, mas não detém o processo de mudanças em curso, movido por forças maiores e respaldo na vontade inamovível do corpo social.

A baderna do dia 25 na Praça XV foi muito além de um mero protesto político: objetivou desmoralizar uma instituição nacional, para criar um clima de anarquia generalizada, prenúncio do caos apregoado pelos eternos alcoviteiros da desgraça, na esperança de lhes sobrar espaço para implantar a intranqüilidade e o medo em nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com evidente repúdio que vemos o mesmo grupo de maus brasileiros que apregoa a iminência de um novo golpe militar patrocinar uma agressão criminosa contra a autoridade constituída, com o propósito de confundir o povo. Como se não fosse fácil identificar nos métodos de ação e na condução do ato criminoso pessoas e atitudes profundamente ligadas à agitação incorrigível de outras épocas.

É assaz lamentável que essa malta inspirada por desnígios antidemocráticos e sinistros utilize-se do clima de liberdade e democracia que respira o País para tumultuar, vergonhosamente, o lento e árduo processo de conquistas hoje vivenciado pela Nação.

Valendo-se da conjuntura difícil que atravessamos, onde se misturam mentes confusas e emoções excitadas, 200 baderneiros dispõem-se a colocar em xeque a instituição presidencial, como se fôssemos — povo, governo e sociedade — uma massa abúlica sem rumo nem liderança. Exatamente nessa avaliação é que se enganaram esses cavalheiros impatriotas: à sua ação corresponderá uma reação vigorosa, de força, — não de força física ou militar, mas de vigor político, de brios, de hombridade, de patriotismo.

A sociedade nacional aceita a oposição como fato natural na convivência política. Não pode, entretanto, a ela dobrar-se quando envereda pela ação criminosa, pelo vandalismo, pelo desrespeito, pela agressão desassosseada. Cumpre, neste episódio, desmascarar o falso populismo que transita à sombra do processo de reconstrução democrática, semeando a cizânia, com a discórdia, a desagregação, no propósito monocordio e obsediante de fazer de suas lideranças máximas — quem sabe — o próximo Presidente da República.

Os métodos utilizados são de sobejos conhecidos. Falem-lhes, no entanto, aptidão e substância para tornar realidade a utopia tão ciosamente cultivada pelos mordazes líderes.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao condenar o atentado do Rio de Janeiro, na certeza de que, a despeito das ilusões maquiavélicas dos seus patrocinadores, o Brasil é muito maior do que a pusilanimidade de alguns dos seus filhos, solidarizo-me com o Presidente José Sarney, manifestando minha indignação e revolta com os acontecimentos daquela quinta-feira, sentimento que — não tenho dúvida — povoou o coração da absoluta maioria dos cidadãos deste País.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT - SP)

Pronuncia o seguinte discurso: — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste momento difícil de transição democrática, nós, homens públicos, comprometidos com o avanço da sociedade brasileira, desempenhamos o papel de intransigentes defensores da democracia.

Os fatos ocorridos no Rio de Janeiro nos impõem as seguintes tarefas:

- 1º) repudiar o gravíssimo incidente e exigir que sejam apurados e punidos os responsáveis;

2º) evitar que, a pretexto de justificativa, o Governo retorne uma fase de endurecimento, incriminando, genericamente, supostos adversários;

3º) rejeitar a providência intimidatória e inaceitável para os padrões de transição política, de indicar os manifestantes nos termos da Lei de Segurança Nacional, espólio da ditadura militar.

Devemos estar atentos e vigilantes ao jogo miúdo dos interesses políticos fascistas e reactionários que interpretam de forma distorcida o incidente ocorrido, tentando reverter o equívoco episódio a favor de seus apegos a modelos já superados.

Não permitiremos pretextos para o retrocesso!

Não aceitaremos ameaças veladas!

Não admitiremos que sejam ressuscitadas as leis de exceção!

Cabe-nos o bom senso e o realismo.

Antes de tudo, a manifestação do Rio de Janeiro revela a inquietude e insatisfação popular diante do desemprego, da inflação, do arrocho salarial e do crescente descrédito da autoridade presidencial.

A ação extremista e isolada de uns não reflete o comportamento do todo.

O povo brasileiro, por sua índole e atuação histórica, não participa e não referenda manifestações de radicalização, desordem e incivilidade.

Não obstante, o povo carioca, tradicionalmente, de modo irreverente, vai às ruas.

Assim foi, entre outras, em outubro de 1.900, quando Campos Salles teve o fim de seu governo comemorado em praça pública por uma multidão que não apenas o vaia, como também atirava ovos, legumes e frutas à sua passagem.

O ex-Presidente João Batista Figueiredo foi recebido no Rio, em 1982, com vaias, quando em campanha pela eleição de Moreira Franco.

Imbuidos desse mesmo espírito de contestação, aproximadamente mil pessoas cercaram a Praça XV para vaiar o Presidente Sarney e sua comitiva.

Infiltrados entre os que exerciam a liberdade de manifestação e expressão, através de um movimento de inconformismo e desencanto popular, normal em qualquer país democrático, os agentes da desordem, a exemplo do que ocorreu em Leme e no badernejo de Brasília, iniciaram a agitação, a provocação e o tumulto que resultou nas tentativas de apedrejar o Presidente da República.

Objetivo alcançado!

Mais uma vez os extremistas ameaçam a democracia.

Interpretações exacerbadas e distorcidas sobre os fatos tomam conta do País.

Desenterram-se fantasmas. Ergue-se a sombra do autoritarismo. Ressurge o medo.

Não podemos permitir que pare sobre esta Casa do povo qualquer dúvida.

Quando um partido político, legitimamente representado no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas Estaduais, em Prefeituras e Câmaras Municipais — por todo o território nacional, através do voto popular, conquistado pelo compromisso democrático assumido em praças públicas — é acusado, leviana e irresponsavelmente, indicando-se seu Presidente como mobilizador de agitadores da desordem e da violência, com projéteis em uma das mãos e o retrato de seu líder na outra, todas as instituições democráticas do País — inclusive o Congresso Nacional — estão ameaçadas.

Não podemos permitir que a retórica demagógica dos oportunistas beneficie-se do lamentável incidente, denegrindo a dignidade da classe política brasileira.

Cabe um esclarecimento.

O fotógrafo Carlos Carvalho, da Agência Angular, afirmou à "Folha de S. Paulo" (29-6-87), não

ter visto durante as manifestações contra o Presidente qualquer pessoa aproximar-se do ônibus presidencial e golpear, com uma picareta, a janela ao lado da qual estava sentado o Presidente.

A versão de Carlos Carvalho – o único fotógrafo a presenciar e a documentar a cena – contradiz todas as descrições feitas até agora.

Segundo Carvalho, um objeto, possivelmente uma pedra, atingiu a janela quando o ônibus passou diante do Anexo da Assembléia Legislativa.

O Código Penal é claro quanto às punições cabíveis nesse episódio, e é exclusivamente a ele que uma ação do Estado deve-se cingir.

Portanto, assumamos o nosso compromisso de escrever uma Carta Constitucional que garanta definitivamente a democracia e varra de uma vez o arbítrio, o extremismo e a intolerância em nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

"Quanto mais instável se torna uma sociedade, sua civilização terá de depender mais explicitamente da educação e menos implicitamente da tradição" (Montagu Vanghon Castelman Jeffreys, in "A Educação: sua natureza e seu propósito").

Inspirado na lição maior, reproduzida no início deste pronunciamento, entendemos por bem ser este o momento para tecermos alguns comentários acerca do capítulo do anteprojeto da Constituição sobre a educação apresentado pelo eminentíssimo Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

Vivemos um período de nossa História marcado por uma crise econômica sem precedentes, que desestabiliza o setor social e flagela impiedosamente o homem, através da fome e da desesperança. A inquietação e a insegurança convertem-se em agitados movimentos reivindicatórios.

A Lei Maior, em elaboração, aparece aos olhos do povo brasileiro como a alternativa de que dispõe para ver consagrados princípios e normas que nos conduzam a uma sociedade mais justa e mais humana.

A instabilidade social nos leva a um só caminho – a educação – responsável peloclarear das mentes e o fortalecer das liberdades. Permitam-me, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, reproduzir o que disse Epicteto, in "Discursos": "Só as pessoas que recebem educação são livres".

Não podemos aceitar um Estado que se torne indiferente aos milhões de adolescentes, de crianças, marginalizados do processo educacional, porque o Poder Público não lhes abre as salas de escola e os condena à delinqüência e à fome, enquanto repassa verbas para entidades privadas, de fins lucrativos, na área da educação.

Não entendemos como o Estado pode contemplar passivamente o pessoal do magistério de ser mal remunerado, não ser reciclado periodicamente e os estabelecimentos públicos de ensino se transformarem em vazios de laboratórios, de bibliotecas, de equipamentos, enquanto são consignados no orçamento da República milhões de cruzados para entidades privadas da área de educação.

Pelas razões expostas, registro com satisfação o disposto no art 386 do citado anteprojeto, por representar o pensamento majoritário de quantos compunham a Comissão Temática da Educação refletido no substitutivo do eminentíssimo companheiro Artur da Távola. Eis o que contém o referido artigo:

"Art 386. As verbas públicas serão destinadas às escolas públicas, podendo, nas condições da lei e em casos excepcionais, ser dirigidas a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, desde que:

I – provem finalidades não lucrativas e reapliquem excedentes financeiros em educação;

II – prevejam a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Parágrafo único. O ensino é livre à iniciativa privada, que o ministrará sem ingerência do Poder Público, salvo para fins de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e supervisão da qualidade."

Igualmente, merece ser ressaltado o estabelecido no inciso V do art 378: "Valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício, em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação"; a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito, com duração mínima de oito anos, a partir dos sete anos, permitida a matrícula a partir dos seis anos; o atendimento em creches e pré-escolas para crianças até seis anos de idade; o auxílio suplementar ao ensino fundamental, através de programas de material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência médica-odontológica, farmacêutica e psicológica; a instituição do mandado de injunção e a ação civil pública, que pode ser impetrada nos casos de omissão do Chefe do Executivo competente, no que se refere a garantia do direito da criança ao ensino fundamental obrigatório e gratuito.

A atenção dada à universidade, assegurando-lhe autonomia didático-científica, administrativa, econômica e financeira, e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, caracteriza mais um marco fincado na Carta Magna.

O aumento dos percentuais da receita de impostos, de 13% para 18%, a ser aplicado pela União na manutenção e desenvolvimento do ensino, e a fixação da obrigatoriedade da aplicação por parte dos Estados e Municípios em 25% registram a preocupação dos Constituintes em caracterizar, de forma efetiva a educação como prioridade nacional.

Estes são alguns dos artigos que consubstanciam o Capítulo III, que cuida da Educação e da Cultura, e nos possibilita responder à sociedade brasileira, às entidades de classe representativas

do magistério, de forma a não desmerecer o mandato que nos foi confiado.

Expresso, neste ensejo, minha confiança na aprovação dessas normas propostas em plenário, de forma que possamos transformar em realidade aqueles objetivos preconizados em recente campanha do Ministério da Educação, quando se afirmava: "Para que os planos da Nova República saiam do papel, é preciso que os brasileiros assumam o seu papel, agora. Educação para todos. Todos nós temos que participar desta tarefa. Vamos pôr este País na escola".

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, minha crença neste País se argamassa nas lições auridas nas salas de aula. Minha certeza no Brasil do amanhã se funda na ação que desenvolvermos no dia de hoje em prol da causa educacional.

Não permitamos que se tenha de repetir a expressão de Anísio Teixeira: "No Brasil, não se acredita em educação, pois não recebe ela a acolhida que merece, nem tem a prioridade devida, entre os serviços públicos.

Não permitamos, companheiros, que os futuros Ministros da Educação desta Pátria tenham que registrar em seus discursos de posse o desencanto manifestado pelo Ministro Oliveira Brito, ao dizer. "Na verdade, nunca atribuímos à educação a importância que ela sempre mereceu de outros povos, a não ser nas plataformas político-eleitorais, a que jamais faltaram as mais eloquentes manifestações sobre a importância da educação popular".

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dois fatos marcaram a vida do povo fluminense e tiveram repercussão nacional, nas últimas semanas. O primeiro deles é o manifesto de protesto ao Presidente da República pela política econômica do Governo; e o segundo, ocorrido ontem, é o protesto contra o aumento das passagens de ônibus. Os dois fatos têm importância para a Assembléia Nacional Constituinte e uma característica predominante: a manifestação popular espontânea, gerada, de certa maneira, pela política econômica do Governo, particularmente o Plano Bresser Pereira, que, em linhas gerais, é o plano do FMI, porque traz o arrocho salarial e a recessão, como também pela mensagem presidencial com relação à organização sindical e pela abertura do País às multinacionais, em síntese, contra o projeto econômico do Governo Federal.

Queríamos salientar que nos dois casos predominou a manifestação popular. O povo fluminense se aglutinou para protestar, para colocar a sua posição de repúdio. No caso específico do protesto à presença do Presidente José Sarney, houve a infiltração inexplicável de um elemento de direita, que, a despeito de toda a segurança que há nas visitas presidenciais, conseguiu chegar perto do ônibus e quebrar o seu vidro com uma picareta, criando um tumulto. Isso abriu espaço para o Governo Federal justificar, de maneira injustificável, a utilização da Lei de Segurança Nacional, pegando um bode expiatório, o cidadão Danilo Groff, e tentando intimidar a participação do povo, dos partidos políticos e da sociedade, que não concordam com a política do Governo.

No caso específico de ontem, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, inexplicavelmente e de ma-

neira injustificada, deu-se um aumento de ônibus da ordem de 50%, quando há um congelamento – sem-vergonha, mas um congelamento – de uma hora para outra, quando ninguém esperava, sem mais nem menos. E a população, no dia seguinte, ao entrar no ônibus, verificou que o preço foi majorado em torno de 50%. Então o cidadão fluminense, que mora na Baixada, uma das regiões mais pobres do País, pagaria por uma passagem Cz\$ 22.00 todos os dias, consumindo quase todo o seu salário. Este fato causou irritação e revolta popular, que aglutinou milhares de pessoas, dentro da cidade e na sua periferia.

Também dentro desse acontecimento, elementos provocadores da direita procuraram desvirtuar um movimento que teve como objetivo, que foi vitorioso, influir na derrubada de um aumento ilegal. Novamente, o objetivo do Governo é adjetivar esses acontecimentos como isolados e de arrouaceiros, sem levar em consideração o clima de insatisfação que reina, não somente em meu Estado, o Rio de Janeiro, mas em todo o País. O povo está prestes a se revoltar, porque necessita de respostas para seus problemas, que não são dadas pelo Governo. Tenta-se intimidar, não somente o povo, o movimento popular, mas também os Constituintes. Tenta-se desestimular principalmente aqueles que têm compromissos sérios com as mudanças. Acreditamos que só os Constituintes, os progressistas, os brasileiros nacionalistas estão interessados em avançar, em fazer uma Constituição avançada e moderna e que satisfaça interesses e anseios do nosso povo.

A grande maioria da nossa sociedade não recuará em sua luta. Muito pelo contrário. Tenho a satisfação de colocar aqui que o Rio de Janeiro, através do seu movimento popular e da sociedade civil organizada, estará convocando a primeira grande manifestação popular em defesa de uma Constituinte democrática e progressista e das eleições diretas em 1988. Ela será realizada no dia 17 de julho, com uma grande passeata saindo da Candelária, ao estilo criativo das escolas de samba do Rio de Janeiro, ao estilo da criatividade dos cariocas e dos fluminenses, com as diversas alas, em defesa dos trabalhadores, da liberdade e organização sindical, da reforma agrária. Ela, certamente, marcará a luta pela liberdade e pelas mudanças em todo o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MANOEL CASTRO (PFL – BA).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero neste instante manifestar-me sobre os lamentáveis episódios ocorridos ontem no Rio de Janeiro. Infelizmente, a falta de uma política por parte do Governo em relação ao setor de transportes coletivos urbanos ensejou que o Brasil inteiro assistisse a uma manifestação contrária ao Governo Sarney e, ao mesmo tempo, propiciou um campo de ação àqueles que estimulam e favorecem a baderna.

Lamentavelmente, situações como essa terminam voltando-se contra o próprio povo, principalmente aquele que depende efetivamente do transporte urbano.

Não vamos entrar no mérito nem nos detalhes dos acontecimentos do Rio de Janeiro. Mas, sobretudo, condenável é a posição isolada do Juiz que determinou a concessão do aumento.

Ontem, ouvi estarrecido, numa emissora de televisão, alguém dizer que esse homem, que para

mim se posicionou leviana e irresponsavelmente, era um sujeito humilde. Humilde coisa nenhuma. Não quero levantar a hipótese de que ele pudesse estar atendendo a interesses escusos ao conceder esse aumento, olhando apenas o lado do empresário, esquecendo-se também da tarifa justa para o usuário. Mas quero protestar contra o fato de que uma decisão judicial possa, isoladamente, determinar, numa cidade do porte do Rio de Janeiro, a revisão das tarifas em quase 50%.

O mais importante, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é a revolta quanto à omissão e à fraca política do Governo do Presidente Sarney em relação ao transporte coletivo urbano. Ovi também que as primeiras providências adotadas pelo Governo poderiam ser tomadas preventivamente. A prorrogação do prazo de pagamento às empresas distribuidoras de combustível por mais 15 dias é insuficiente para uma política dessa natureza.

Demonstrando desconhecimento de causa, demonstrando desinformação em relação ao assunto, falam todos os jornais que foi pedido pelo Governo Federal aos Governos estaduais e municipais que isentassem as empresas do ISS, o que na maioria das cidades brasileiras já ocorre e também do IPVA. A maioria dos Estados brasileiros tem isenção do IPVA nos transportes urbanos. Portanto, o Governo Federal não sabe sequer o que está acontecendo.

Por coincidência, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estava eu na EBTU na mesma hora em que ocorriam os lamentáveis episódios no Rio de Janeiro. Discutia com a diretoria da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU um plano nacional de transportes de massa para o País, de responsabilidade dessa empresa, plano que, ao lado do atendimento a uma importante reivindicação social, se constitui também em uma proposta de natureza econômica em relação à política industrial, uma vez que favorecerá a criação de novos empregos, a arrecadação de impostos e o aproveitamento da capacidade industrial que está ociosa. Essas providências, ao lado de outras iniciativas de caráter permanente, exigem do Governo Federal um imediato posicionamento. O Plano Trienal do Governo falava numa renovação anual de 10 mil ônibus para melhoria da frota nacional, que hoje já conta com uma idade média superior a 7 anos, o limite máximo aconselhável em situações dessa natureza.

Portanto, orientação técnica, sugestões e proposições de natureza política não faltam. O que inexiste é determinação do Governo para enfrentar esse grave problema popular. Quero ressaltar mais ainda que a questão não está sendo tratada deficientemente apenas no âmbito do Governo Federal. Lamentavelmente, esta Assembléia Nacional Constituinte não está dando ao assunto a importância devida.

Dizia, há poucos dias, numa audiência com o Presidente desta Assembléia, o ilustre Deputado (Ulysses Guimarães, que muitos assuntos estavam sendo tratados de forma repetitiva, enquanto outros, relevantes para o País e para sua população, estavam sendo deixados de lado. Entre eles, podemos citar o da questão urbana, que já foi objeto de um pronunciamento meu durante o período destinado à abordagem dos temas constitucionais.

Entre esses aspectos urbanos destaca-se o grave problema do transporte coletivo. É obrigação

nossa, de Constituintes, fazer com que a nova Constituição do País possa abrigar, no seu bojo, uma diretriz capaz de assegurar, por parte dos órgãos competentes no Executivo, uma política de transportes voltada efetivamente para os interesses de toda a população.

Portanto, o acontecimento de ontem não nos surpreendeu. Não pode surpreender ninguém, porque foi repetitivo em relação ao problema de Goiânia. Também não pode e não deve ser associado a um outro lamentável episódio, vinculado à visita presidencial ao Rio de Janeiro. A questão do transporte coletivo urbano é exclusiva deste País e está a exigir providências de todos nós. Esta Assembléia Nacional Constituinte tem nos seus quadros pessoas como eu, que exerceram a relevante função de prefeito de capitais brasileiras. Entre elas, encontramos o Líder do PMDB, o partido majoritário, Senador Mário Covas, que, ao lado de tantos outros que exerceram função, está consciente da problemática do transporte urbano.

Eram estas, Sr. Presidente, as nossas considerações.

Muito obrigado.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB – SP).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos nós lamentamos os episódios ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, mas, aomesmo tempo, temos que analisá-los à luz da realidade. Admitimos que tenha havido uma organização, pelo menos no primeiro movimento. Admitimos até que algo possa ter sido orquestrado, mas temos de convir em que o ambiente de baderna era propício em virtude da insatisfação popular. Os distúrbios verificados no Rio de Janeiro não serão os únicos; ocorrerão outros no Brasil. E, se a cada vez que isso acontecer, ao invés de buscarmos soluções para o problema social procurarmos apenas os culpados pela baderna, iremos, numa sucessão de fatos, concorrer para um regime de força. É evidente que isso poderá ocorrer.

De nada adianta pregarmos contra Jesus Cristo no Vaticano, porque não há ambiente propício para isso. Mas pregar contra o Governo em praça pública é fácil. Freqüento supermercados, feiras, filas, e não precisamos ir muito longe para saber que o ambiente social no Brasil é explosivo. Os acontecimentos do Rio de Janeiro, no dia de ontem, demonstram a necessidade de adoção de medidas urgentes por parte do Governo. Sempre que houver atualizações tarifárias do transporte, principalmente do urbano, necessariamente ocorrerão distúrbios. Ora, se o Governo espera que essas manifestações se acalmem com a repressão policial, não vai conseguir. O Governo precisa buscar soluções. O empresário recebe o repasse da falência da Petrobrás, que deu prejuízo, e o transfere ao povo de maneira descarada. O empresário recebe o repasse do aumento do pneu, de 33%, recebe-o repasse do gatilho salarial, enfim, faz milagres, mas o transporte urbano no País é uma vergonha! Se o Brasil tem do que se envergonhar, é do seu transporte urbano. Será que a solução está na atualização da tarifa?

O vale-transporte existe no Brasil há algum tempo. Foi instituído por uma legislação absolutamente impossível de ser cumprida. O empresário tem que receber o repasse, mas o povo não pode

pagar. A solução está em uma tomada de posição por parte do Governo. Cabe ao Governo atentar para o problema e fazer do vale-transporte compulsório uma obrigatoriedade do empresário, e não valer-se da legislação absurda que aí está que é incompreensível e até ineqüível na prática. O Governo, singelamente, a exemplo do que faz quando quer arrecadar por compulsórios, por adiantamentos e por atualizações do Imposto de Renda, precisa determinar a obrigatoriedade do vale-transporte até o limite do ganho do salário mínimo, por exemplo, e fazer com que o empresário desconte do Imposto de Renda o que dá ao seu empregado. Quem ler – e acredito que o Presidente Sarney não tenha lido – a legislação do vale-transporte nada entenderá, pelo menos a atual. Ora, a solução, pelo menos aparente, é por aí.

Por isso faço um apelo ao Governo: que não busque os culpados exclusivamente. É claro que a lei tem que ser cumprida. Se houve desrespeito à legislação penal, compete à Justiça apurar. Não adianta, politicamente, jogar sobre determinados grupos a responsabilidade pelos distúrbios, porque vão continuar. A insatisfação, repito, é geral, e os aumentos, as atualizações tarifárias são necessárias, porque há inflação, há custo maior. Por que, então, o Governo não transforma a legislação confusa e absurda do vale-transporte, que é facultativo, que é ineqüível para as empresas? Por que não determina seja obrigatório o vale-transporte, concedendo isenção ou abatimento no Imposto de Renda? Porque ele não quer. Porque talvez interesse a baderna, a convulsão – a alguns, pelo menos. A baderna vai continuar, e é lamentável que isso ocorra. Mas haveremos de buscar soluções racionais.

Peco ao Governo que determine a obrigatoriedade do vale-transporte, com abatimento no Imposto de Renda, sob pena de novos episódios, como os ocorridos no Rio de Janeiro, se multiplicarem pelo País afora, sempre que houver atualização tarifária dos transportes coletivos. É preciso que o Governo tenha, pelo menos, sensibilidade para tentar evitar novos distúrbios. A solução, repito, é o vale-transporte obrigatório e dedutível do Imposto de Renda.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG (PMDB

– SP: Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, nem tudo é agitação, nem tudo é baderna.

Existe no interior produtores rurais abrigados no Sindicato dos Trabalhadores Sem Terra – grande sindicato que defende de forma irredutível a reforma agrária – a UDR, que congrega os, lavradores e produtores prejudicados nos seus latifúndios, e os mini, pequenos e médios agricultores não registrados legalmente pelas estruturas sindicais patronais ou de empregados, dos trabalhadores rurais.

Os pequenos e médios proprietários, representando mais de cinqüenta municípios do Noroeste de São Paulo, realizaram o I Encontro de Produtores Agrícolas e fizeram publicar uma carta dirigida ao Governo com críticas, sugestões e até aplausos ao "pacote", entre aspas, da agricultura.

Sr. Presidente, quero registrar, na oportunidade, o acontecimento e requerer a V. Ex.^a que determine

a publicação da Carta dos Produtores Rurais do Noroeste Paulista, a fim de que fique consignado nesta Casa que o povo organizado sabe protestar, reivindicar e apresentar sugestões construtivas de combate à crise econômica nacional.

(CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR) CARTA DOS PRODUTORES RURAIS DO NOROESTE PAULISTA

Durante o Plano Cruzado, o Governo formulou uma política agrícola que estabelecia taxas de juros fixos a dez por cento ao ano, e que fora, até então, a grande reivindicação do setor rural. Essa política visava ao incremento de investimentos na área agrícola, tanto que o Governo determinou que os Bancos aplicassem parte considerável de suas exigibilidade nesta modalidade de crédito.

Os produtores rurais, mais uma vez, acreditando no Governo, atenderam ao seu chamado, e investiram maciçamente no aumento de sua produção, quer por incorporação de novas áreas, quer por aquisição de novos implementos, mesmo cientes de que os preços básicos divulgados não deixariam lucros altamente compensadores.

Em novembro de 1986, com a implantação do que ficou denominado Plano Cruzado 2, houve uma exploração no aumento dos preços dos insumos, dos custos da produção agrícola e o produtor se viu preso na seguinte armadilha financeira: os contratos de financiamentos já haviam sido firmados e não podia voltar atrás na sua decisão de plantio, pois adquiriu insumos para dar início à sua produção.

Como não houve aumento no valor dos financiamentos para a compensação do aumento dos preços e com a falta de recursos obrigatórios para financiamentos, como é o caso do café, os agricultores tiveram de utilizar de créditos nas linhas comerciais de Bancos e Financeiras pelas taxas de mercado, "papagaios", que foram majorados dia após dia, chegando aos níveis de hoje, que todos sabemos serem insuportáveis para a agricultura.

Se não bastasse os problemas citados, os produtores se depararam, em plena safra, com a falta de sacaria e de armazéns para depósitos.

Apesar do preço mínimo, garantido pelo Governo, estar abaixo dos custos reais de produção, em, na época, o melhor preço encontrado pelo produtor, mas para proceder à venda ao Governo daqueles produtos garantidos pela Política de Garantia do Preço Mínimo, faltava sacaria e quando surgia no mercado era vendida a preços absurdos, bem acima do valor restituído pelo Governo.

Além da falta de sacaria não havia armazéns, o que ocasionou filas nos depósitos credenciados pela CFP de até uma semana, isto porque a autorização para depósitos em propriedades somente foi concedida em meados da safra.

A morosidade da Fepasa em escoar o produto dos depósitos da região, aliada ao fato de existirem poucos armazéns, frustraram ainda mais as perspectivas de sucesso da safra.

Dante disso, a aquisição por parte do Governo Federal se processou lentamente, colocando o produtor em situação delicada frente aos seus credores.

A solução encontrada foi a venda dos produtos a atravessadores por preços abaixo do mínimo ou o depósito em armazéns particulares, comprometendo-lhes a transação.

Assim, pressionados, os produtores começaram a organizar movimentos reivindicatórios que culminaram como bloqueio das estradas em vários Estados do País, em março de 1987, sendo que de tal mobilização decorreu medidas do Governo que amenizaram, sem resolver, contudo, o problema.

Uma demonstração evidente disto que falamos está na planilha de cálculos elaborada pela Organização das Cooperativas do Brasil e que comprova que no caso do algodão para uma produção de 290 arrobas por alqueire, vendidas ao preço de mercado, Cz\$ 310,00 com um custo total de produção de Cz\$ 49.474,60, deixou um prejuízo de Cz\$ 11.822,60 por alqueire.

No caso do milho, para uma produtividade de 131 sacas por alqueire, com um custo total de produção de Cz\$ 16.464,95, deixou um lucro de apenas Cz\$ 1.412,07.

Do mesmo modo o café, para a produção de 36 sacas de café, por hectares, resulta um custo de Cz\$ 441,00 por saca e produtor aufere um lucro de Cz\$ 59,00 por saca, considerando que o preço do mercado, nesta data, 11-6-1987, consiste em Cz\$ 500,00 a saca de café em coco. Saliente-se que o lucro do produtor, Cz\$ 59,00, por saca de café, será, ainda, dividido, se mantinha contrato de parceria agrícola com outro lavrador.

Na tentativa de mudar todas essas distorções relativas aos preços mínimos dos produtos e seus custos reais, a Cooperativa Tritícola Caçapavana Ltda., de Caçapava do Sul (RS), ajuizou ação para anular contrato de compra e venda de soja contra a Intercontinental de Café S.A., de São Paulo, porque esta firma pretendia aplicar os deflatores fixados pelo Plano Cruzado sobre os preços de contrato de compra e venda de soja firmado antes do Plano, reduzindo o valor final do produto a menos do que o mínimo oficial à época.

O pedido da Cooperativa foi julgado procedente, isto porque a 6^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul entendeu que "se a lei garante ao produtor primário um preço mínimo, o princípio é o mesmo que garante ao trabalhador urbano um salário mínimo, uma vez que o preço é o salário do trabalhador rural".

Neste acórdão, gerador de jurisprudência para todo o País, fica perfeitamente claro que tanto a Constituição Federal como os Estatutos e Leis ordinárias não só asseguram que todo produtor rural tem o direito de vender sua produção por um preço mínimo que resulte da soma dos custos reais mais 30% de lucro, como também proíbem que qualquer produtor negocie o que produziu por preço inferior ao mínimo.

Essa jurisprudência demonstra que mesmo os preços mínimos da última safra poderão ser complementante reformulados de acordo com o dos custos reais dos agricultores, que diferem complementamente dos custos calculados "aleatoriamente" pelo Governo.

Hoje, o produtor rural, em nossa região, vive um dos seus momentos mais críticos, eis que endividado por ter acreditado no Plano Governamental, traído pelos baixos preços obtidos na venda de seus produtos, acuado pelos credores, não tem outra alternativa senão desfazer-se daquilo que lhe é tão precioso, sua forte de sobrevivência a terra.

Se buscarmos no direito alguma norma para amparar o produtor e tirá-lo dessa situação de

insolvência, nós vamos encontrar a cláusula **rebus sic stantibus** (estando assim as coisas) que era aplicada pelos romanos há mais de dois mil anos e que se consolidou no Direito através da moderna teoria da imprevisão.

Muito embora não exista texto expresso no Direito Civil brasileiro dispor sobre a teoria da imprevisão, quando por força de acontecimentos excepcionais e imprevistos ao tempo da conclusão do ato, opõe-se ao cumprimento exato deste, dificuldade extrema, com prejuízo exorbitante para uma das partes, pode o Juiz, a requerimento do interessado e considerando com equanimidade da situação dos contraentes, modificar o cumprimento da obrigação, prorrogando-lhe o termo ou reduzindo-lhe a importância.

Portanto, é possível a rescisão dos contratos em virtude da excessiva onerosidade das prestações, oriundas de acontecimentos extraordinários e supervenientes, imprevisíveis por ocasião do ajuste do negócio.

A crise agrícola mundial, que se iniciou em 1929, provocou, em todos os países, medidas de defesa da parte dos respectivos governos. Começou-se pelo regime das moratórias, não tardando a evidenciar-se a sua insuficiência para resolver o problema. Surgiram, então, as chamadas conversões de dívidas, envolvendo novas condições de pagamento fixadas pelo Estado, não raro com a sua colaboração financeira.

Dois sistemas principais foram adotados: o da diminuição das taxas de juros, com aumento dos prazos para amortização das dívidas, sub-rogando-se, ou não, o Estado nos direitos credores, como sucedeu na Alemanha, na Hungria, na Itália, e na Polônia e o sistema da redução das dívidas dos agricultores com outras facilidades para o reerguimento da economia agrária orientação esta seguida pela França, Bulgária, Romênia, Suíça, e Iugoslávia.

No Brasil, foi este último o caminho preferido, a da redução das dívidas dos agricultores com outras facilidades para levantar a agricultura.

Diversos decretos foram promulgados, Decreto nº 23.533, de 1º-12-1933, Decreto nº 23.891, de 9-3-1934, Decreto nº 24.233 de 12-5-1934, os quais reduziam de 50% os débitos dos agricultores, estabeleciam indenização em apólices para os credores, autorizada para esse fim a sua emissão pela União Federal num limite de quinhentos mil contos de réis, e concedendo moratória para o pagamento das prestações devidas pelos agricultores.

Pelo Decreto-lei nº 150, de 30-12-1937, continuaram suspensas até 31 de março de 1938 as execuções judiciais para obter o pagamento de dívidas dessa natureza, com certas ressalvas, sendo esse prazo sucessivamente prorrogado até 31 de dezembro de 1939.

Não parecendo bastante tais prescrições e a autorização concedida ao Banco do Brasil para emitir letras hipotecárias, a fim de efetuar empréstimos a agricultura, mediante ajuste entre devedores e credores, sub-rogando-se o Banco, pelo pagamento das dívidas, nos privilégios e garantias do primeiro credor, favor depois ampliado, permitiu mais do Decreto-lei nº 1.888, de 1º de Dezembro de 1939, a realização de tais empréstimos independentemente de acordo (art. 1º), atribuindo-se competência à Câmara do Reajuste Econômico para deliberar a respeito (art. 2º), e

delirando-se novamente o prazo de suspensão das ações das ações ou execuções referentes ao passivo reajustável (arts. 16 e 19), ficando, ainda, de acordo com o Decreto-lei nº 2.157, de 30-4-1940, impossibilitada qualquer ação contra os agricultores até decisão de suas pretensões a essas vantagens, uma vez que as houvessem manifestado mediante proposta apresentada ao Banco do Brasil até 30 de junho de 1940.

São medidas deste teor que os agricultores esperam sejam-lhes concedidas pelo Governo para cumprir seus compromissos junto aos seus credores.

O agricultor não mais suporta as mudanças impostas no decorrer do ciclo produtivo. É urgente uma definição clara e permanente de uma política agrícola que venha dar segurança ao produtor que deseja trabalhar e necessita de garantias de preço e comercialização.

Movido pelo estado de total insolvência em que hoje se encontra, o produtor rural reivindica a adoção, imediatamente de medidas que possam solucionar de maneira definitiva sua situação.

Pensando em nossas famílias, em nossos produtos, em nosso povo que se alimenta com aquilo que produzimos e nos voltando para o próprio futuro do País, que não desejamos se transforme numa imensa favela, é que propomos algumas das muitas medidas urgentes a serem adotadas para o momento atual:

1º) Que o Governo Federal defina e mantenha até o final do Ciclo da Safra 87/88, uma Política agrícola que dê condições para o agricultor produzir e sobreviver ao final da safra;

2º) Que o Governo, ao invés de substituir os juros que como sabemos, beneficia na maioria das vezes os grandes produtores, subsídie os preços dos produtos, recompensando, assim aquele que produz;

3º) Que os preços mínimos garantidos pelo Governo Federal sejam corrigidos durante todo o ano, de acordo com o índice de preços pagos pelo produtor (IPP);

4º) Que se crie um Programa onde os empréstimos contraídos para a produção agrícola, sejam reembolsados com o produto obtido;

5º) Que sejam mantidas as taxas de contratação nos financiamentos contraídos durante o Plano Cruzado, sem correção, até o vencimento para qualquer categoria de produtor;

6º) Que os recursos obrigatórios dos bancos privados sejam transferidos para a rede oficial, através do Banco Central, de forma compulsória, onde os recursos sejam distribuídos dentro de critérios mais justos;

7º) Que seja revisto o atual método de classificação dos produtores, para que o mesmo reflita melhor a real situação do produtor rural e não se cometam injustiças contra os pequenos;

8º) Que o preço de todos os insumos agrícolas sejam corrigidos de acordo com a variação dos preços mínimos;

9º) Que o Governo controle, adequadamente, através da Secretaria da Agricultura, qualidade dos insumos agrícolas;

10º) Que seja ampliado o sistema de armazenamento, distribuindo-o nas diversas localidades, havendo delegação de poderes para as Secretarias da Agricultura e de Abastecimento, a fim de que possam credenciar armazéns receptores de produtos e que também ocorra a destinação

de recursos para as Cooperativas Regionais construírem seus próprios armazéns.

Jales, 13 de junho de 1987. – Comissão dos Produtores Rurais da Região Noroeste Paulista.

Este encontro está sendo promovido pelos produtores rurais como apoio das Entidades Representativas e assessoria da CEAGESP, CPT e Secretaria da Agricultura.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, nesta oportunidade queremos nos manifestar a respeito dos últimos

acontecimentos verificados em nosso País, mais especificamente em relação às ocorrências havidas no Rio de Janeiro. Devemos manifestar inicialmente a nossa estranheza diante destes fatos. É muita coincidência, na antevéspera de grandes e importantes decisões da Assembleia Nacional Constituinte, o que estamos vendo. Estamos assistindo, estarrecidos, à reativação de um instrumento que foi base de sustentação da ditadura – a repudiada Lei de Segurança Nacional. Estão tentando fazer ressurgir esse instrumento tão combatido e condenado, inclusive pelo meu partido.

O Sr. Presidente da República, a nosso ver, se expôs ou expuseram-no deliberadamente.

Ontem, um juiz, impensadamente, deu também a sua estúpida contribuição para o extravasamento popular, motivando a gigantesca reação popular contra os aumentos das tarifas dos transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, os grandes centros urbanos estão-se transformando em verdadeiros barris de pólvora, prestes a explodir, tal a indignação popular contra o Governo. O País está sendo minado, e poderá, de uma hora para outra, acontecer o que não desejamos: uma convulsão social generalizada. O Presidente da República, os Ministros, políticos e demais colaboradores do Governo não podem ignorar a indignação, o descontentamento popular que hoje é generalizado no País. Os trabalhadores, funcionários públicos, micro, pequenos e médios empresários, a classe média, os agricultores e demais segmentos da sociedade vivem hoje um estado de perplexidade, de angústia, de revolta, diante da situação em que se encontram. Estamos presenciando também, estarrecidos, ao aparato policial. Foi o que ocorreu nas imediações da Catedral de Brasília, quando o Presidente da República para lá se deslocou, a fim de assistir a uma missa. Ontem, tivemos notícia, pela imprensa, do aparato policial-militar para garantir logradouros públicos. Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a nosso ver, é uma insinuação para criar um clima para justificar, amanhã ou depois, algumas medidas que visem a impedir o acesso popular às dependências do Congresso Nacional quando forem tomadas as grandes decisões pela Assembleia Nacional Constituinte.

Estão pretendendo fazer com que o povo volte a aceitar este instrumento draconiano, a Lei de Segurança Nacional, tão condenada; e, também, com que o povo possa assimilar como um mal necessário o aparato policial para garantir determinadas "liberdades", entre aspas. E a pretexto disso tudo – tornara que não ocorra, mas é melhor prevenir do que remediar – estamos nos antecipando e denunciando o que estamos antevendo, ou seja, o desejo deliberado de, numa ação

orquestrada, sitiaria o Congresso, a pretexto de garantir a liberdade dos Srs. Constituintes, na hora de votar e deliberar, para tirar daí um fruto conservador que haverá de desservir ao Brasil e aos brasileiros. Por isso, é fundamental que os Srs. Constituintes passem a denunciar essas manobras. A nosso ver, há uma ação orquestrada repetimos, no sentido de fazer com que a opinião pública passe a aceitar esses instrumentos, essas práticas que foram amplamente condenadas num passado recente. Não podemos permanecer calados quando o nosso partido começa a observar, através da palavra maior do nosso grande Presidente, passivamente toda esta situação.

É fundamental uma reação popular, uma reação congressista, uma reação peemedebista, antes que seja tarde. Nosso partido não pode acovardar-se diante desta situação.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PACHECO (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, compareço mais uma vez à esta tribuna, sentindo conforto da outorga que me foi conferida pelo bravo povo catarinense, especialmente pela classe evangélica, mediante alguns milhares de votos, contanto que, em nome deles, estivesse sempre, como tenho estado, disposto a abordar em qualquer nível os temas que dizem respeito aos soberanos interesses do povo do meu Estado, bem como dos assuntos que afligem a Nação brasileira.

E assim que, rendendo fidelidade especialmente aos meus coestaduanos, permito-me, através deste augusto plenário, com o mais profundo respeito oferecer uma palavra de alerta aos que foram alcançados a postos de confiança do Governo, no que concerne a um melhor discernimento do propósito e do caráter daqueles que verdadeiramente podem e desejam ajudar o Governo do Presidente Sarney, na árdua e difícil tarefa de superação de sua atribulada ação governamental.

Ora, seria ocioso dizer que as relações políticas entre governantes e parlamentares se processam através de contato, da conversa e, às vezes, muita conversa, da troca de idéias, de experiências, de informações, do esclarecimento, dos acordos, dos pactos, da discussão e da negociação, sobretudo quando se pretende, de boa mente, acertar caminhos e definir rumos, quando esses caminhos e rumos tendem a se distanciar mais ainda das legítimas e soberanas aspirações do povo brasileiro.

Dai o valor do instituto do protocolo, da diplomacia, da habilidade e sabedoria dos auxiliares diretos de um governo, em saber usar todo instrumental de que dispõem, para a promoção de soluções dos problemas de modo definido e concreto e nunca deixando pendências embutidas capazes de só gerarem descontentamentos e incertezas procrastinadas, o que de certo leva, como vem levando, a imagem do Presidente a uma acentuada hipertrofia governamental.

Sabe-se que os dias em que vivemos são difíceis e trabalhosos. Indiferentes aos semelhantes, os homens são amantes de si mesmos. O sentimento de avarice, a presunção, a falsidade, ausência de caráter, o desamor, a ingratidão, o não reconhecimento, a traição, o orgulho, a maldade são tributos dominantes que toldam como tecido principal o coração de muitos, comprometendo

seus atos que por ineficácia terminam identificados na medida em que o tempo passa.

Malgrado a inerência dessas metástases à natureza humana, não podem e não devem os que foram elevados aos postos da vida pública, quer seja pela vontade popular, através do voto, ou mesmo por convocação em nomeada, se deixarem contaminar.

O exercício de cargo e função pública exige compromisso ético e moral colocado em princípios e valores transcendentalis. A postura do político, quer parlamentar ou executivo, deve ser a de magistrado no sentido mais elevado.

A exceção da verdade não deveria encontrar jamais agasalho junto aos homens públicos em um país que deve lutar contra a succumbência econômica e social que tão de perto nos rodeia. É lamentável ver o que vi, em matéria contida em jornal do Paraná, mais precisamente uma matéria pertinente à agricultura, em que a autoridade governamental do Estado critica setores do governo Federal, por "incompetência e descaso com relação aos critérios para o repasse de recursos".

Parecendo mais uma orquestra, cujos contrabaixos emitem acordes no sul e os trompetes do sudeste tentam armar a melodia que se completam com os pifaros do nordeste e a letra desse hino do momento, a própria imprensa divulga em suas manchetes, a saber.

"Irritado com o descaso de alguns setores do governo Federal, pelo descompromisso da palavra empenhada, o Governo do Paraná fez planos que defendiam o respeito ao compromisso em relação ao Governo Federal".

"Lamentavelmente a União não cumpre a palavra empenhada..."

"Não se abuse da credibilidade."

"É difícil crer que no Governo fala, sabendo-se que o que ele faz tem pouco a ver com o compromisso que assumi."

(Manchete e inicio do comentário da matéria publicada pelo a 087 O Estado de S. Paulo, pág. 3, de 23-6-87.)

"Se esses recursos não vierem, ou no momento eu achar que se trata de uma enganação, estarei rompido com o Governo Federal."

(Correio Braziliense, pág. 7 – 28-6-87.)

Segue-se, e aqui falamos, igualmente, ao Presidente Sarney, que nós, que acreditávamos na palavra do Governo, começamos a ter dúvidas. Posto que, em razão mesmo de nossas atividades políticas, formulamos pleitos junto a S. Ex.^a e já passamos para o compasso de espera. E assim procedemos porque não temos visto o cumprimento das promessas e dos prazos estimados.

Bom seria fosse identificado de onde parte o descumprimento dos compromissos, se do Presidente ou de Ministros inabilitados.

Porque, através de encontros, pessoais ou em grupo, de parlamentares com o Presidente, depreendemos seriedade no trato para com as pessoas e para com a coisa pública.

Essa imagem e essa conduta, entretanto, está a traduzir que não vai além disso. E assim se explicam as razões do descalabro administrativo e falta de autoridade que perigosamente se alastram pelo País em início de desgoverno.

Os compromissos do Presidente, se pendentes, merecem exame e soluções a curto prazo, con-

tanto seja evitado que alguém, em razão de fato semelhante, venha a repetir hoje a um homem do campo, na qualidade de profeta, segundo registra a História Sagrada, ao enfrentar o Rei, arrostando-lhe a expressão "Até quando, oh! Rei, coxeareis entre dois pensamentos?"...

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Orlando Pacheco o Sr. Jorge Arbage. Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr Mauro Benevides Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Inocêncio Oliveira. (Pausa.)

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, há cerca de dois meses, vimos lutando, inclusive tendo participado de reuniões com Diretores e Chefes de Departamentos ligados ao setor agrícola, nos Bancos Central e do Brasil, tendo também feito alguns pronunciamentos da Tribuna da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, para adoção de medidas pelo Governo que viessem a solucionar ou, pelo menos, minorar o drama dos agricultores e produtores rurais do País, sobretudo do Nordeste, especialmente no que diz respeito à cobrança da correção monetária nas operações contraídas durante a vigência do Plano Cruzado. Também defendímos taxas de juros compatíveis com a produtividade da região nordestina.

Outrossim, mostramos que a grande safra agrícola de 86/87 foi consequência da confiança do setor agropecuário, que acreditou no Plano de Estabilização Econômica ou Plano Cruzado e investiu maciçamente tanto em custeio como em investimentos.

Agora, sinto-me recompensado com as medidas adotadas pelo Governo, que podem garantir uma boa safra para o próximo ano, estimulando o plantio para a safra 87/88.

Entre estas medidas destacamos: a isenção da correção monetária para todos os empréstimos de investimentos agropecuários até 31-12-87 para o Nordeste e o Vale do Jequitinhonha e até 31-6-87 para o restante do País; o refinanciamento aos débitos dos pequenos produtores pelo prazo de quatro anos, com dois de carência, e para os médios e grandes por dezoito meses; a fixação no orçamento de 385 bilhões de cruzados para a próxima safra, incluindo obrigações dos bancos de investirem parte dos seus depósitos à vista para financiamento da agricultura: os bancos pequenos destinarão 20%, os médios 40%, e os grandes 60%; o custo dos empréstimos para investimentos ficarão em 7% mais as variações da OTN para os pequenos e 9% ao ano mais a variação da OTN para os médios e grandes.

Para o Nordeste, segundo o Ministro da Agricultura, Iris Rezende, os juros agrícolas serão menores (diferenciados); extinção do subsídio para o crédito rural; os valores básicos do custeio (VBC) serão fixados em OTN e serão diferenciados, segundo o produto; a comercialização ficará em 9% mais OTN para os produtores, e 12% mais OTN para as indústrias.

A extinção do subsídio para o crédito rural, fixando-o aos juros de 7 a 9% mais OTN e, também, fixando o preço dos produtos em OTN, pode

equilibrar o setor, caso a inflação seja controlada e a OTN não suba bastante.

Queremos, portanto, nos congratular com o Governo pelas medidas adotadas, nós que as vínhamos defendendo há algum tempo, pois elas visam a dar estabilidade à agricultura, ao mesmo tempo que poderão ajudar a política antiinflacionária, pois, caso não haja uma safra suficiente no próximo ano, a política de combate à inflação ficará comprometida.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB – ES).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, elegemo-nos com um compromisso específico, e temos trabalhado com afinco desde que passamos a presidir a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, no sentido de, pela primeira vez na História do País, fazer constar da Constituição os princípios do direito do menor, notadamente do menor carente, do menor abandonado, do menor, enfim, cujos pais não votam.

O anteprojeto da Comissão de Sistematização representou uma derrota completa do nosso trabalho. Estamos emendando o projeto, tentando restabelecer a proposta da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, que representou a reivindicação de cerca de 9 mil propostas apresentadas àquela Subcomissão, além das 82 entidades e personalidades que ouvimos.

Mais uma vez fitou comprovado que o universo desta Constituinte, com algumas exceções, não está comprometido com esta grave questão.

O Relator resumiu nosso trabalho num miserável artigo e em alguns parágrafos:

"É dever do Estado e da sociedade proporcionar ao menor assistência especial, caso a em situação irregular".

Ora, isto é uma brincadeira! É impossível que juristas como os Constituintes Bernardo Cabral e José Ignácio Ferreira – para citar apenas dois – não saibam que quem define a situação irregular do menor é o Juiz de Menores, o que significa do seu estado de abandono até a sentença do Juiz.

Pelo texto formulado para a futura Constituição, o menor ficará numa situação pior do que a de hoje, porque seu abandono estará legalizado. Ele a ter a seu favor apenas uma expectativa de direito a partir da sentença do Juiz de Menores.

Quero chamar a atenção dos nobres Constituintes, especialmente do Relator e de sua equipe de co-Relatores e auxiliares, para o fato de que não podemos brincar com uma coisa tão séria. Este projeto, pelo que tem de extraordinário e pelo que representou de retrocesso na questão da criança, poderia ser chamado de "Chique e Brega". Ao mesmo tempo em que suprime do seu texto praticamente todo o princípio do direito do menor, insere: favorecer o sentido social da liberdade, a fim de que todos disponham de tantas liberdades quanto o que mais dispõe de liberdade entre todos, critério em que se legitima a intervenção igualizadora do Estado para alinhar a sociedade na direção de uma democracia de liberdades igualadas. Por esta proposta imagina-se a sociedade do futuro! É, portanto, um projeto chique no tocante ao direito do menor, quando legisla pensando apenas numa expectativa de direito a partir do ato de acautelamento do menor é

um projeto brega. Tenho que dizer que o Bernardo Cabral que conhecia era outro, não o que esta redigindo esta matéria.

Sou, por natureza, um homem pacífico, mas prometo multa luta no plenário desta Constituinte e serei até irreverente em defesa dos direitos desses miseráveis, desses milhões de menores que hoje são vítimas de perversões de toda natureza, de uma das sociedades mais injustas do mundo, de uma sociedade imoral do ponto de vista do trato de sua infância.

Serei irreverente aqui, repito. Quero ver no texto desta Constituição pelo menos um resumo da expectativa de direitos do enunciado da Declaração Universal dos Direitos da Criança, de que o Brasil também é signatário. Não podemos ficar a vida inteira legislando para grupos privilegiados desta Nação. Aí estão os **lobbies** em torno da questão mineral, da questão da terra, da tecnologia, da reserva de mercado. Aí estão os **lobbies** para impedir a destinação de verbas públicas para escolas públicas. Mas quando se trata dos direitos dos proscritos deste País, vem esta vergonha que aqui está.

Este é um texto imoral no tocante aos direitos da infância. Desculpe-me o companheiro Bernardo Cabral, mas esta formulação é imoral, demonstra desprezo à infância desta Nação. (Palmas)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MG).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, ontem, enquanto o Ministro da Fazenda aqui comparecia para confirmar a opção do Governo pelas medidas recessivas, prescritas pelo FMI, explodiam, no Rio de Janeiro, cenas mais violentas do que aquelas que assustaram a comitiva presidencial, dias atrás.

Vários ônibus quebrados e queimados por populares enfurecidos constituem o balanço da rebelião, surgida a partir de uma insensata decisão judicial que majorou as tarifas dos transportes coletivos.

Com certeza, os órgãos de segurança do Governo já estão à procura de novos bodes expiatórios para enquadrar na famigerada Lei de Segurança Nacional, como se fosse ela remédio apropriado para tratar dos males sociais, decorrentes da má gestão econômica.

Somente os mal-informados não se apercebiam dos riscos a que nos expunha a recessão.

Ainda há poucos dias, o Presidente Sarney subestimou advertência que recebera de membros da hierarquia católica acerca do lima de tensão e da latente revolta popular contra o desemprego, a carestia, a especulação financeira, o achatamento salarial, a quebra de empresas e outros males que estão subvertendo a ordem econômica.

Enquanto o Chefe da Nação estiver se louvando na frieza dos tecnocratas, que vivem atrelados aos gráficos e isolados da sociedade não conseguirá restabelecer a paz social, ameaçada pela pobreza que se alastrá.

Para os políticos que não perderam o hábito de visitar suas bases e ouvir a voz do homem do povo e da dona-de-casa os distúrbios que começam a acontecer não surpreendem.

O que surpreende é a amnésia do Ministro Bresser Pereira, que esqueceu das causas determinantes da campanha das diretas já, da eleição

de Tancredo, da Nova República e do primeiro - Plano Cruzado.

As multidões que foram às praças públicas nesses memoráveis eventos não buscavam outra coisa senão alternativas capazes de reduzir as desigualdades, as injustiças sociais, a especulação financeira e a exploração estrangeira, que se agigantaram no período autoritário e que aprofundaram o sofrimento do povo brasileiro.

Depois de caminhar significativos passos na direção de uma política econômica mais participativa, onde se devolveu ao trabalhador parte do poder aquisitivo, surrupiado pela ditadura e se garantiu ao País uma postura soberana em relação aos seus credores, o que se vê, claramente, é um lamentável recuo, um triste retrocesso, que poderá tomar de volta o pouco daquilo que os assalariados haviam resgatado. Aliás, já está tomado, com juros e correção monetária.

Se o Governo não rever urgentemente a política econômica recessiva que vem adotando, pode se preparar para ver pipocar, por todos os cantos, as agressões às caravanias oficiais, os saqueamentos de supermercados e outros atos de desordem que a chamada Lei de Segurança Nacional não vai conseguir conter.

Que os primeiros sintomas da insurreição popular inspirem a reflexão daqueles que detêm responsabilidade na gestão política deste País, para uma correção de rota, necessária à pacificação da família brasileira.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB – SP). **Pronuncia o seguinte discurso.:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a Constituição em vigor estabelece que a câmara dos Deputados compõem-se de quatrocentos e oitenta e sete, representantes, sendo o seu número, por Estado, proporcional à população, providenciando o Tribunal superior Eleitoral para que nenhum Estado ou o Distrito Federal tenha mais de sessenta ou menos de oitenta Deputados.

Esta última exigência, contida no § 2º do art. 39, quebra o critério da proporcional caracteriza as eleições para Deputados Estaduais e Federais.

Assim é que um Estado com mais de vinte milhões de habitantes tem sua bancada federal limitada a sessenta Deputados, enquanto outro Estado, habitantes, com menos de duzentos e a cinqüenta mil habitantes, terá oito Deputados. Se a população do primeiro é oitenta vezes superior à do segundo, por que sua representação na Câmara dos Deputados é apenas sete e meia vezes maior?

O critério toca as raías do absurdo, tanto mais quanto a Câmara representa o povo, enquanto o Estado se representa no Senado, onde cada um deles dispõe de três Senadores, garantindo plenamente o equilíbrio federativo.

Esse critério prejudica mais visivelmente o Estado de São Paulo, embora atinja também os do Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. No decurso de mais de duas legislaturas também estarão sendo prejudicados Pernambuco e Ceará, enquanto alguns Estados de menos de um milhão de habitantes terão Deputados de cinco mil votos.

Enquanto isso, o quociente eleitoral em São Paulo é superior a duzentos mil votos.

É preciso modificar esse critério, estabelecendo um piso e um teto mais consentâneos com a realidade eleitoral, aproximando-se o mais possi-

vel da proporcionalidade que comanda a escolha dos Deputados Federais.

São Paulo, o Estado mais desenvolvido do País, vem sofrendo todos os tipos de restrição à sua participação na vida política nacional.

Os Ministérios têm sido compostos sem atentarem para essa importância assumida pelo nosso Estado nos campos econômico e financeiro, cultural e político.

Pareceria até haver um conluio no corpo federativo para restringir a participação política de São Paulo no encaminhamento da nossa vida institucional.

Isso deve ser corrigido.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ailton Sandoval o Sr. Mauro Benevides – Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage – Segundo Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Roberto Freire. (Pausa.)

O SR: ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero dar conhecimento à Casa e ao País da nota da Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido Comunista Brasileiro acerca dos últimos acontecimentos, do vandalismo e da violência cometida até mesmo contra o Sr. Presidente da República, protestando fundamentalmente contra o uso da iníqua e fascista Lei de Segurança Nacional.

Eis o teor da nota:

"CONTRA O VANDALISMO E A LSN"

A manifestação que, no Rio de Janeiro, na noite do passado dia 25, degenerou em atos de vandalismo e agressões contra o Presidente da República, merece o repúdio da opinião pública e das forças democráticas, dentre as quais o PCB, que recusa as vias da violência para a solução da crise nacional.

Cabe ao Governo Sarney – e, para tanto, não lhe faltarão o apoio dos brasileiros – apurar com rigor e punir os responsáveis pelo episódio. Este é o dever e o direito de um governo democrático.

A apuração e a punição, entretanto, só serão legítimas se fundadas em mecanismos policiais e jurídicos, compatíveis com a ordem democrática. Por isto, há que repudiar, com a mesma ênfase com que se rechaça o vandalismo, o recurso aos dispositivos ditatoriais da Lei de Segurança Nacional – LSN – e suas excepcionalidades, entre as quais o julgamento de civis por tribunais militares. O apelo à LSN violenta a generalizada aspiração do povo pela democracia e atenta contra o próprio espírito do Governo da transição e as conquistas políticas já alcançadas no País. A apuração e a punição dos envolvidos na balbúrdia do dia 25 não se pode fazer com a transformação de uma inconseqüência condenável em "atentado".

A apuração e punição são necessárias para evitar que aventureiros se ocultem sob o manto da impunidade, como ocorreu no passado – recordese, recentemente, o **baderneço** de Brasília. São necessárias, sob condi-

cões de Direito e de legalidade democrática, para que os verdadeiros inimigos da transição não vistam a pele de cordeiro de que agora se tentam apossar.

Há mais, todavia; elas são necessárias e urgentes para abortar imediatamente qualquer projeto de estabelecer no País – no momento exato em que o Congresso Constituinte avança para a etapa decisiva dos seus trabalhos – uma escalada de arbitrio e terror, que só favorece a direita mais reacionária.

A Comissão Diretora Nacional Provisória no Partido Comunista Brasileiro – CDNP – PCB.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1987"

O SR. RUBERVAL PILOTTO (PDS – SC. Pronuncia o seguinte discurso.):

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a incompetência e a omissão do atual Governo no tratamento da questão habitacional estão determinando o acelerado aprofundamento de um dos mais graves problemas estruturais do nosso tempo.

O déficit de moradias no Brasil já ultrapassa dez milhões de unidades e tende a multiplicar-se nos próximos anos caso não se restabeleça urgentemente a política do setor idealizada nos anos sessenta.

Na verdade, Sr. Presidente, a Nova República, não obstante a propalada prioridade social, tem concedido inúmeras demonstrações de total descompromisso com as necessidades e os direitos básicos da população.

Ao destruir completamente a política do setor, extinguindo o Banco Nacional da Habitação e transferindo suas atribuições a diferentes órgãos da área econômica, notadamente o Banco Central, o Governo optou claramente por utilizar, na cobertura do déficit e na rolagem da dívida pública, recursos que deveriam financiar a construção de moradias populares.

A contradição é evidente: agora, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central é que determinam as diretrizes de utilização das fontes de captação – a caderneta de poupança e o FGTS – fazendo-o naturalmente em função dos interesses de caixa do Governo e não de acordo com as necessidades do setor, promovendo, com isso, também o esvaziamento do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

O saldo das cadernetas de poupança, que em abril último chegou a 700 bilhões de cruzados, em lugar de cumprir o objetivo desse instrumento de captação, qual seja, financiar a construção de residências, está sendo direcionado para o Banco Central, que remunera as respectivas instituições com a variação das LBC acrescida de 8% ao ano.

Isso quer dizer, Sr. Presidente, que o próprio Governo estabeleceu o desestímulo à devida aplicação dos recursos, configurando aos agentes privados tão-somente a função de transferir o dinheiro ao Banco Central, pela qual eles receberam 2% a mais do que pagam aos poupadore, eliminando-se, portanto, sua função primordial, ou seja, viabilizar a aquisição de novas moradias.

Por outro lado, as recentes normas aprovadas pelo Banco Central, referente às condições de financiamento junto ao Sistema Financeiro de Habitação, revelam verdadeira desordem com a realidade, uma vez que os limites e as exigências

de renda familiar, juros e prazos não permitem a possibilidade de compra à própria classe média, muito menos aos segmentos de menor poder aquisitivo.

Como se não bastasse, a apressada e estranha extinção do BNH, até hoje não devidamente explicada, ensejou a paralisação de obras que vinham sendo executadas em todo o País, deixando livres os empreiteiros para a maximização dos lucros e a ocorrência de quedas na qualidade das construções.

Ora, Sr. Presidente, é preciso que se definam claramente as diretrizes de uma política habitacional, de modo que construtores, agentes financeiros e trabalhadores possam atuar sem receios de mudanças bruscas, reaquecendo o setor não apenas com vistas ao enfrentamento do déficit de moradias como, igualmente, visando à garantia de empregos em um setor que absorve fortemente a mão-de-obra e que dissemina a produção de matérias-primas variadas por empresas tipicamente nacionais.

Estamos diante de inusitado paradoxo: existem recursos, mas o immobilismo e a má administração impedem que sejam eles canalizados para a consecução do objetivo a que se relacionam, enquanto se projetam obras que apenas atendem a interesses pessoais e regionais, como bem exemplifica a Ferrovia Norte – Sul, orçada em 2,5 bilhões de dólares.

Possuir casa própria inclui-se entre as aspirações mais legítimas e elementares de todo ser humano. Daí a absoluta prioridade que devemos atribuir, na administração dos recursos públicos, a programas habitacionais eficientes, desburocratizados, a baixos custos, por conseguinte acessíveis à população por inteiro.

As áreas rurais, hoje completamente desassistidas pelos poderes públicos, estão a merecer, tanto quanto as periferias e os núcleos centrais de nossas cidades, um vigoroso programa de construção de residências providas das condições básicas de segurança e saneamento, inclusive como condição de se melhorar o nível de saúde da população.

Este alerta que faço à Assembléia Nacional Constituinte, às autoridades governamentais e à Nação, Sr. Presidente, na convicção de que pouco adiantará assegurarmos no novo texto constitucional o direito à digna moradia a todos os brasileiros se, na prática, não se efetuarem decisões voltadas para o atendimento das prioridades sociais, entre elas a questão habitacional.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, poucas vezes, na História do País, o povo brasileiro demonstrou tanto desejo de participação, o que significa dizer que há uma vontade generalizada de assumir responsabilidades e buscar, coletiva e individualmente, as soluções de nossos problemas, de forma comunitária.

Participar é descentralizar, é democratizar, é ter autonomia, é escolher livremente, é debater e decidir juntamente com os demais cidadãos.

Esse sentimento intenso de nosso povo é flagrante, é óbvio e já foi captado por nós, políticos em geral e Constituintes em particular. Precisamos, agora, dar forma concreta ao anseio de todos.

Com tal propósito, e no que se relaciona com os Territórios Federais, representante que somos do Amapá, é que entregamos à Comissão temática competente várias sugestões de normas, versando matéria organizacional político-administrativa, entre elas a que assegura plena autonomia municipal, inclusive e especialmente a dos Territórios.

Nesta oportunidade, damos notícias de nossa proposta, manifestando a confiança de que será analisada e, se necessário, reformulada pelos ilustres Pares.

Pensamos ser importante, de qualquer modo, estabelecer expressamente, no texto constitucional ora em preparação, um dispositivo simples e claro que assegure a desejada autonomia, que só poderá ser alcançada se a organização dos Municípios lhes for atribuída na Lei Maior.

Daí a nossa iniciativa, que correrá paralela com outras, de natureza semelhante, como por exemplo a que determina eleições diretas para governantes dos Territórios Federais e o Distrito Federal, bem como seus Vice-Governadores, além de disposições que se relacionam com suas futuras Assembleias Legislativas.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vimos de propor a criação de Defensores do Povo, em nível federal, estadual e municipal, incumbidas, na forma de lei complementar, de zelar pelo efetivo respeito dos poderes do Estado aos direitos assegurados na Constituição e nas leis, apurando abusos e omissões de qualquer autoridade e indicando aos órgãos competentes as medidas necessárias à correção e punição.

O Defensor do Povo, titular da Defensoria, poderá promover a responsabilidade da autoridade, no caso de omissão na adoção das providências determinadas.

Lei Complementar disporá sobre a competência, organização e o funcionamento da Defensoria do povo, observados os seguintes princípios:

"O Defensor federal do povo é escolhido pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados; o Defensor estadual pela maioria absoluta dos Deputados Estaduais e o Defensor municipal pela maioria absoluta dos Vereadores do Município, através de votação secreta.

São atribuídos ao Defensor do povo a inviolabilidade, os impedimentos e as prerrogativas processuais dos membros do Congresso Nacional.

Os vencimentos do Defensor federal do povo serão equivalentes aos de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Os vencimentos dos Defensores estaduais e municipais serão equivalentes aos de Desembargador e de Juiz federal, respectivamente."

A exemplo do que ocorre em diversos países, onde existe a figura do **ombudsman**, ou Ouvidor-Geral, achamos por bem instituir o Defensor do povo, a nível federal, estadual e municipal, com atribuições a serem definidas em legislação complementar.

Estamos em época de grandes transformações sociais e pensamos ser chegado o momento certo para a introdução do mecanismo das Defensorias do povo em nossa sociedade, nos três níveis político-administrativos. Trata-se de medida já reclamada pela população e que merecerá, sem dúvida,

da, a consideração dos ilustres componentes da Constituinte.

Não nos parece que devamos transplantar, simplesmente, o instituto existente em outras sociedades modernas, bem conhecido, na Suécia, pela designação já mencionada, **ombudsman**, vocábulo que significa procurador ou representante. Há de fazer-se alguma adaptação na natureza e nas funções do cargo, atendidas as peculiaridades de nossos costumes e leis, embora o princípio geral que justifica a medida permaneça o de defender o cidadão de práticas e procedimentos que lhe lesionem direitos.

Um cuidado fundamental, em nosso modo de ver, deve ser tomado, qual seja, que seu titular, ou seus titulares, nomeados ou eleitos pelas Câmaras legislativas, nos seus três níveis – municipal, estadual e federal – sejam totalmente desvinculados de qualquer dos poderes ou de qualquer órgão público, de sorte a preservar a completa independência do Defensor do povo e a inteira liberdade da Defensoria do povo, nas suas atividades, investigação, julgamento e decisão, absolutamente a salvo de influências espúrias.

Esse o espírito que norteou a formulação de nossa proposta de norma em foco, a qual, acreditamos, encontrará eco junto à Comissão pertinente e ao Plenário da Constituinte.

São as minhas palavras.

O SR. GANDI JAMIL (PFL – MS – Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o mês de maio é pródigo em datas cívicas para as comunidades sul-mato-grossenses. Nada menos do que 15 municípios nossos comemoram sua emancipação política neste mês, entre eles Douradina, exatamente no dia 12, por causa da Lei nº 78, editada em 1980.

Pertencente à microrregião de Campos de Vacaria e Mata de Dourados (MRH 344) e distante da Capital 188 km, Douradina foi desmembrada do Município de Dourados e se divide administrativamente em três distritos: o da sede, e de Bocajá e o de Cruzaltina, com população de cerca de 6 mil almas, da qual a maioria reside na zona rural, exhibindo uma densidade demográfica de 19,39 h/km² numa área total de 284 km².

Gozando de uma taxa de urbanização relativamente baixa de 35,28%, Douradina conta, entretanto, com 6 escolas de 1º e 2º graus na zona urbana e 11 na zona rural, com 41 salas de aula; conta com 90% da população atendida em 401 ligações de água e 50% da população atendida em 286 ligações de energia elétrica; conta com 2 estabelecimentos de serviços, 4 industriais e 49 comerciais, sendo 3 atacadistas e 46 varejistas.

A economia de Douradina, Sr. Presidente, se assenta principalmente sobre a agricultura (produção constante de algodão, alho, arroz, feijão, milho, soja e trigo) e sobre a pecuária (efetivo de 15 mil cabeças).

Ao traçar rapidamente o perfil estatístico do Município sul-mato-grossense de Douradina, Srs. Parlamentares, cumprimento seu laborioso povo e suas dignas autoridades pela passagem de sua máxima efeméride do 7º aniversário de sua emancipação política, desejando àquela simpática comunidade progresso e desenvolvimento sempre cada vez maiores.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, oriundo do Município de Três Lagoas, do qual foi desmem-

brado por força da Lei nº 79, de 12 de maio de 1980, o Município de Selvíria, que continua administrativamente orbitando em torno de sua antiga sede, pois pertence à microrregião de Três Lagoas (MRH 343), comemorou no mês de maio próximo passado o sétimo aniversário de sua emancipação política.

Com população urbana e rural mais ou menos equivalente, atingindo cerca de seis mil almas, aquela operosa comunidade tem uma área total de 3.179 km² e uma densidade demográfica de 1,61 hab/km², com taxa de urbanização de cerca de 50%, distando da Capital estadual 408 km.

Com efetivo pecuário de cerca de 150 mil cabeças de gado, é um dos principais municípios pecuaristas do meu Estado, além de ser produtor constante de algodão, arroz e milho. Conta com 3 estabelecimentos de serviço, 7 industriais e 60 comerciais, sendo 1 atacadista e 59 varejistas.

Oito estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, com 16 salas de aula, atendem regularmente às populações urbana e rural, numa taxa de atendimento escolar de 89%. Ligado ao sistema telefônico brasileiro por posto de serviço e contando com posto dos Correios e Telégrafos, Selvíria tem todos os condimentos necessários para crescer continuadamente, o que lhe desejo de coração, ao mesmo tempo em que me congratulo com sua população operosa e com suas dignas autoridades pelo transcurso do sétimo aniversário de sua emancipação política.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DJENAL GONÇALVES (PMDB – SE – Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a bancada de Sergipe, na Assembléa Nacional Constituinte, atuando de forma suprapartidária e tendo em conta o interesse maior do Estado que representa, está dirigindo aos ilustres integrantes da Comissão de Sistematização correspondência com o seguinte teor:

"Brasília, 30 de julho de 1987.

Senhor Constituinte,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência a fim de solicitar o seu necessário apoio à Emenda CS-00040-4, do Constituinte Francisco Rollemberg, apresentada perante a Comissão de Sistematização da Assembléa Nacional Constituinte, visando ao restabelecimento da área original do Estado de Sergipe, de acordo com a convincente documentação inserida em sua justificativa.

Contamos com seu elevado espírito público, no sentido de dar atendimento a essa secular reivindicação e reparar a grave injustiça cometida contra o nosso Estado.

Certos de sua total colaboração, agradecemos antecipadamente, a atenção e solidariedade ao pleito ora formulado. – Deputado Constituinte **Acival Gomes** – Senador Constituinte **Albano Franco** – Deputado Constituinte **Antônio Carlos Franco** – Deputado Constituinte **Cleonâncio Fonseca** – Deputado Constituinte **Djenal Gonçalves** – Senador Constituinte **Francisco Rollemberg** – Senador Constituinte **João Machado Rollemberg** – Senador Constituinte **Lourival Baptista** – Deputado Constituinte **Messias Góis.**"

Trata-se, portanto, de um integral apoio à emenda do Senador Francisco Rollemberg, que

é de todos nós e representa um esmerado, corajoso e brilhante trabalho de S. Ex.^a, conseguindo de forma extraordinária sintetizar o desejo maior do povo sergipano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB - SE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no dia 29 de junho, perante a Comissão de Sistematização, voltamos a rerepresentar emenda encaminhada à Subcomissão dos Estados e à Comissão de Organização do Estado, por consignar o seu conteúdo um ato de justiça, consiste na devolução a Sergipe de uma área territorial injustamente apossada pela Província da Bahia, no primeiro quartel do século passado, prejudicada, até hoje, a menor Unidade da Federação por outra de vastíssima extensão territorial, sem que a presa lhe acrescesse de muito nem o tamanho, nem o desenvolvimento econômico, nem a pujança demográfica.

A região reclamada, de área inferior a três mil quilômetros quadrados, significa menos de um por cento da extensão territorial da Bahia, estando mais ligada econômica, geográfica e culturalmente a Sergipe, a menos de cem quilômetros de distância de Aracaju.

Os três municípios da área contestada, reincorporando-se a Sergipe, terão melhores condições de desenvolvimento, bastando salientar que a densidade demográfica desse Estado supera largamente à da Bahia, com uma rede viária mais eficiente e maior proximidade do poder estadual.

É inegável a vocação natural das populações do vale do Itapicuru, no sentido da ligação à comunidade sergipana.

Recuperando essa área, ainda assim Sergipe teria menos de vinte e cinco mil quilômetros quadrados, quando a Subcomissão dos Estados considerou ideais, para a extensão territorial das Unidades da Federação, de cem mil a trezentos mil quilômetros quadrados.

A reivindicação de Sergipe remonta a 1820, quando o Decreto de 8 de junho manda restaurar a superfície original da Província (bem como a Carta Régia de 5 de dezembro de 1822), enquanto a Ata da Sessão do Conselho de Governo da Província, de 1º de junho de 1827, firmava a decisão de que as fronteiras da Província chegavam até o rio Itapicuru, divisa assentada, em 1590, por Cristóvão de Barros, e reconhecida. Com efeito, assim reza em seu texto aquele importante documento:

"Foi sujeitada pelo Excelentíssimo Vice-Presidente a matéria indicada na Ata da sessão ordinária do ano passado, lavrada em dezesseis de fevereiro deste ano, a folhas vinte e nove deste mesmo livro, acerca de se dividida esta Província da Bahia não pelo rio Real, e sim pelo rio Itapicuru; fazendo-se a divisa pela barra deste rio acima até onde divide a Comarca da Bahia de Jacobina, e seguindo sempre pela divisão destas Comarcas até encontrar no rio de São Francisco; ficando desta forma pertencendo a esta Província de Sergipe as vilas da Abadia e de Itapicuru de Cima; e o Julgado de Jeremoabo: cada uma das quais distam da Capital

da Bahia mais do dobro do que distam desta Capital; porque, além de que parece ter a natureza dado para divisa de duas Províncias o rio Itapicuru, que é caudal e perene, e não o regato rio Real, que ao toque da menor seca corta e fica inteiramente seco; evitarse-á com isto que as cinco lagoas intermediárias entre os dois rios não sirvam como atualmente servem de valhacouto de malfeiteiros e facinorosos, que até se evadem da vindicta da Lei..."

Com o tratado de armistício de Haya, de 12-1-1641, por 10 anos, ficava estabelecido o rio Real como limite da Capitania de Sergipe, com a nova Holanda brasileira. Sergipe, na posse holandesa, limitava-se pelo rio Real (mais ou menos na primeira metade do século XVII). O rio Real, já conhecido, em 1515, em mapas europeus, devido principalmente à sua exploração pelo franceses, aliados dos indígenas, era tão importante como o São Francisco (devido à foz, navegável em alguns quilômetros).

Expulsos os holandeses, sedimentou-se, por parte da Bahia, o hábito de considerar o rio Itapicuru como a fronteira entre ela e Sergipe (Francisco Carvalho de Lima Júnior, *História dos Limites entre Sergipe e Bahia*; págs. 172 e 387 a 392). Há também o caso do povoado de Abadia, que se transferiu de local, avançando por terras reclamadas por Sergipe, aproveitando-se, dessarte, do rio Real. Seus habitantes recusavam-se a aceitar a jurisdição do Capitão-Mor de Sergipe e seus Governadores, o que complicou e retardou a fixação definitiva da fronteira no Itapicuru.

Em 1830, os dois Estados trocavam pareceres sobre o assunto, enquanto no Decreto nº 323, de 23 de setembro de 1843, o Imperador indicou os limites provisórios entre as duas Províncias.

Continua a demanda pelo tempo afora, até que, em agosto de 1882, o Senador José Luiz de Coelho Campos advoga, com veemência, na Câmara Alta, a causa de Sergipe e, com o apoio de Prado Pimentel (Barão de Estâncio) e Geminiano B. O. Góes, apresenta, no dia 11 do referido mês, projeto tratando sobre os limites em questão.

O historiador e Deputado Dr. Felisberto Freire apresentou, a 4 de agosto de 1891, com o apoioamento de Ivo do Prado, M. Valadão e Leandro Maciel, o seguinte projeto, restabelecendo parte dos primitivos limites do Estado de Sergipe, ou seja, até o planalto divisor de águas do rio Itapicuru, contestados pela Bahia:

"Traça o limite do Estado de Sergipe e providencia para que seja este observado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Estado de Sergipe limitado pelo modo seguinte:

a) ao norte, com os Estados das Alagoas e Pernambuco, pelo rio S. Francisco, respeitadas as posses e direitos desses Estados;

b) ao ocidente, com o Estado da Bahia, pelo rio Pontal, desde a sua foz no rio S. Francisco até às suas cabeceiras, na serra da Tiúba;

c) ao sul, ainda com o Estado da Bahia pelo meio do planalto divisor das águas dos rios Itapicuru e Vaza-Barris, até encontrar o planalto divisor das águas do mesmo rio Itapicuru e o rio Real, e pelo meio deste planalto até o oceano Atlântico.

Parágrafo único. A demarcação destes limites será feita de maneira que todo o vale do rio Vaza-Barris fique compreendido no território do Estado de Sergipe.

Art. 2º Fica o Governo de Estado de Sergipe autorizado a tomar posse de todo território, a que se refere o artigo precedente, e nele exercer a mais completa jurisdição, logo que tiver conhecimento oficial da promulgação deste decreto.

Art. 3º Fica o governo da União autorizado a empregar os meios precisos para tornar efetiva a posse e jurisdição de que trata o artigo precedente, caso seja reclamada, pelo Governo do Estado de Sergipe, a sua intervenção para esse fim.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário."

Nessa época, o livro *Estudo sobre a Origem Histórica dos Limites entre Sergipe e Bahia*, feito por ordem do Exm^o Sr. Dr. José Gonçalves da Silva, Governador do Estado da Bahia, pelos doutores José de Oliveira Campos, Diretor da Biblioteca Pública, e Francisco Vicente Vianna, Diretor do Arquivo Público, edição de 1891, aborda, às páginas 8, 9 e 31, aspectos interessantes da questão, que abaixo transcrevemos:

a) págs.8 e 9:

"O argumento tirado do conceito enunciado a fl. 160, vol. 1 de Ignácio Accioli, onde diz: "Para as sobreditas criações foi autorizado pela provisão de 9 de fevereiro de 1725, e outras anteriores; e quanto tal autorização fosse ilimitada, todavia, para erigir em villas as povoações de Itapicuru, Inhambupe e Abbadia, esperou por ordens ulteriores, que se expediram à sua exigência; estas três villas ficaram pertencentes a Sergipe, até que, a requerimento de seus habitantes, as incorporou de novo à comarca da Bahia", de que por estas expressões conclue-se que Itapicuru, Inhambupe e Abbadia foram de Sergipe.

b) pág. 31:

"X – PROVÍNCIA DE SERGIPE
História – O território de Sergipe foi conquistado e colonizado em 1590 por Cristóvão de Barros, governador interino da Bahia, que ali fundou a actual cidade de S. Christóvão; Sergipe ficou sujeito à Bahia, de que formava uma comarca, até o ano 1820, em que foi elevado a capitania independentemente e passou na fundação do Império a ser uma de suas províncias.

Límites – Ao N. a província das Alagoas; a L. o oceano Atlântico; ao S. e ao O. a Bahia.

Superfície – 39.090 quilômetros quadrados.

População – 234.643 habitantes, dos quais 22.623 escravos, segundo o recenseamento de 1872."

É relevante ressaltar como uma publicação oficial da Bahia, de 1891, versando sobre a disputa de limites entre ela e Sergipe, consigne a nosso Estado a área de 39.090 km², quando sua área atual é de 21.057 km². Onde foram parar os 18.033 km² da diferença?

Mas não é apenas a referida publicação que registra essa área de Sergipe. Também Arthur Dias, em seu *O Brasil Atual* (Rio, Imprensa Nacional, 1904, verbete "Sergipe"), documenta pos-

suir Sergipe 39.090 km². Onde a diferença?

E não é tudo. A *Encyclopédia Britannica*, vol. XXIV, 1911, verbete "Sergipe", informa que a área de nosso Estado é de 15.093 square miles (milhas quadradas), as quais, convertidas em quilômetros, dão 38.9391 km². Onde a diferença?

E ainda há mais. A *Encyclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Madrid, Espasa-Calpe S.A., 1927, informa ter Sergipe 39.200km². Mais uma vez indagamos: Aonde foi a diferença de mais de 18.000 km²? A mesma enciclopédia por último citada consignava à Bahia, na mesma época, 420.427 km², em contraste com os atuais 559.951 km² do grande Estado.

O que mais intriga é que não consta ter o Estado, a partir de 1915, feito doação ou abdicado desta área. Erro de cálculo cartográfico não é admissível, porque, nestas contas, os cartógrafos já eram especialistas desde o tempo das grandes navegações pelos idos de 1500.

A explicação inicial para tal fato é que a Bahia incorporou grande área de Sergipe na divisa oeste. Outra coisa incompreensível é aceitar-se, com o quase silêncio que hoje paira sobre o assunto, a fronteira oeste do Estado, definida como uma "linha imaginária" que vai da foz do riacho Xingó, afluente do rio São Francisco, que é a divisa oficial com Alagoas, até as nascentes do rio Real, no sul, que divide Sergipe da Bahia, assim como essa tal linha (que deveria ser reta) o divide desse mesmo Estado a oeste. Em todos os livros de Geografia, Cartografia e Geometria, as linhas imaginárias são retas, e portanto a menor distância entre dois pontos. Exemplos: os paralelos, os meridianos, a linha do Equador, o Greenwich, a partir do qual são determinados os fusos horários etc. Entretanto, quem olhar a área de nosso Estado, em sua fronteira a oeste, verifica que a nossa "linha imaginária" é a mais torta possível, uma cerca sinuosa que entra em nossas terras, para deixar a maior parte do lado da Bahia.

A outra explicação é que a fronteira sul legítima do Estado é no Itapicuru.

Como se vê, a pretensão de nossa emenda no sentido de restabelecer a histórica fronteira sul do Estado do rio Itapicuru é modesta e recupera para Sergipe somente uma parte da área temporariamente perdida para a Bahia: não mais que cerca de 3.000 km².

Francisco A. de Carvalho Lima Júnior, em sua *História dos Limetes entre Sergipe e Bahia* (Aracaju, Imprensa Oficial, 1918), assinala:

"Quando foi constituída a Capitania de Sergipe, ainda não existia a chamada Capitania da Bahia... O que se constituiu então (pela Carta Régia de 7 de janeiro de 1549) não era uma Capitania, propriamente, como as outras, mas a sede do Governo-Geral colonial encarregado da Administração de todo o Brasil, impondo obediência às demais capitaniias e donatariias" (pág. 137 e 138 – Grafa original).

Prossegue Lima Júnior:

"Lançados os fundamentos da cidade, Thomé de Souza, de conformidade com as ordens que trazia, tratou logo da criação do Município da Capital, que depois tomou o nome de Reconcavo, dando-lhe por termos 6 léguas para cada lado, dentro de cujo limite exerceria a Câmara respectiva a sua jurisdi-

ção... Era, pois, o Reconcavo, uma espécie de Município neutro... Só um e meio século depois foram eretas as suas primeiras vilas... Jaguaribe, em Dezembro de 1697; Cachoeira e São Francisco, em Janeiro e Fevereiro de 1698. Dado a conquista de Sergipe e constituição de sua capitania independente, a Corôa, usando como lhe aprouvera, de seu patrimônio dividiu ao meio a doação de Coutinho, pelo rio Itapicuru, ficando o domínio de Sergipe para o lado do Norte até o São Francisco. O restante, a outra metade, para o Sul, ficou incorporada à sede do Governo Colonial... Era, pois, um território igual ou menor que o de Sergipe atual, o que possuía a Bahia... Outro fato: documentos authenticos, em manuscrito, Cartas e Ordens Régias, referindo-se à Comarca da Bahia nunca o dizem, da Capitania, mas – da cidade da Bahia, e isto até fins do século 18º, entretanto que os mesmos documentos nunca deixaram de dizer – Comarca da Capitania de Sergipe" (pág. 138, 139, 140 e 141. Grafa original).

Dentre as amostras referidas pelo autor, colhemos a mais expressiva:

"Faço saber a vós Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Vice-Rey e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil, que atendendo ao que me informou o Ouvidor-Geral de Capitania de Sergipe d'El-Rey, sobre ser conveniente que os moradores do rio Real, freguesia de Nossa Senhora da Abadia, fiquem sujeitos à correção da dita Capitania de Sergipe d'El-Rey, e não à Comarca das cidades da Bahia". (Carta Régia de 10 de maio de 1728. – Liv. 24 – O. R. fl. 91. – Dr. F. V. Viana. – Estudos sobre os Limites Sergipe e Bahia, pág. 55. "In" op. cit., pág. 141).

Em seguida, Lima Júnior arrola o testemunho histórico de autores insuspeitos:

"Entre as muitas autoridades que assignalam os limites de Sergipe ao Sul pelo rio Itapicuru, citamos em primeiro lugar Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva (*Memórias Históricas e Políticas da Bahia*), autoridade insuspeita, por ter estado sempre a serviço da Bahia, que adotou como pátria, ele, nascido em Portugal. Este autor não foi, nesta parte, lembrado pelos escritores baianos... mas não passou despercebido ao Senador Cândido Mendes de Almeida (*Atlas do Brasil*).

"Outra autoridade que não pode ser posta em dúvida, e talvez a mais respeitada de todas: "Sergipe d'El-Rei (a província) – Divisão administrativa do Império do Brasil, limitada ao N. pelas províncias de Alagoas e Pernambuco; a O. e ao S. pela Bahia. O Itapicuru, o São Francisco, e o Vaza-Barris, são os seus principais cursos d'água (*Do Grande Dic. Universal de Larousse* – vol. 14º – pág. 588)... Esta passagem de Larousse, bem como todas da letra S, foi achada em manuscritos dos séculos 16º e 17º, quando teve origem a Capitania de Sergipe... A fonte não pode ser suspeita..." (pág. 152, 153, 154).

"Corrobora a informação de Larousse um

dos cronistas de maior valor quando, de passagem, ao falar de Sergipe, escreveu: Não trato do rio de Sergipe, do rio Real e outros que ficam nos limites desta Capitania da Bahia, por não ser prolixo, e também porque ao diante pode ser tenha lugar (Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 44, Publicação da Biblioteca Nacional – 1889). Vê-se os termos grifados que, excluídos o Sergipe e o rio Real, os limites com a Bahia acham-se mais ao Sul" (pág. 154).

"Para reforçar as opiniões dos autores citados, eis o que diz outro mundialmente acatado: "Bahia – Divisão administrativa do Brasil. – Superfície 230.000 km², dividida em distritos, com uma população de 800.000 hab. – Seus limites são os rios São Francisco, de Contas e Itapicuru, e outros rios menores e o oceano" (*Dicc. de la Conversation et de la Lecture*. Tomo III – 1933 – Paris) (id., ib pág. 155).

Analizando a parte do Regimento dos Capitães-Mores de Sergipe, que dá à então Capitania a extensão de 25 (vinte e cinco) léguas a partir da barra do São Francisco para o sul, diz Lima Júnior, quanto às interpretações erradas a respeito, diminuidoras da área de Sergipe:

"... como não havia dois pesos e duas medidas, o padrão pelo qual foi medida a doação de Francisco Pereira Coutinho, com os mesmos instrumentos e o mesmo Agrimensor, não podia deixar de ter sido o mesmo que serviu para medir as vinte e cinco léguas do Regimento dos Capitães-Mores de Sergipe... Se, pelo contrário, a medida que serviu para a doação, foi verdadeira, as vinte e cinco léguas da Capitania de Sergipe, conforme o Regimento citado na sesmaria de Muniz Alves, ajustam-se perfeitamente à metade da doação de Coutinho, que foram 50 léguas; e neste caso a Capitania de Sergipe, sendo metade das 50, vai ter a barra do rio Itapicuru, e a Bahia nunca poderia legalmente transpô-lo. O Regimento, pois, dos Capitães-Mores de Sergipe, passado pelo Rei, resolve catégoricamente o caso dos limites territoriais das Capitanias de Sergipe e Bahia pela álvore do Itapicurú, de modo a não deixar nenhuma dúvida e dispensar outras indagações, como se tem feito."

"Em outros termos: se 25 é metade de 50, (25=50/2) e 50 é igual a 25 mais 25, (25+25=50) segue-se que o Rei partiu ao meio a doação de Coutinho revertida à Corôa, dotando a Capitania de Sergipe d'El-Rei com a metade, que vai do rio Itapicuru ao rio São Francisco.

"E eis a razão por que os primeiros Capitães-Mores de Sergipe concederam sesmarias de terras da margem esquerda do Itapicuru para o Norte, como, entre outros, Porto Carreiro e Cosme Barboza."

"Certamente a medição de 50 léguas de Coutinho não foi bem feita, foi um mais ou menos: obedeceu a um cálculo muito desaproximado, porque, do padrão da barra da Bahia à barra do São Francisco, devem ir umas 214 milhas marítimas, que correspondem a 71 léguas, isto é, 50 e mais 21 de quebra: Bem aproximado. Neste caso

Sergipe tem que entrar por igual na partilha da quebra, ficando com um total correspondente à metade de 71, ou sejam, 35 léguas, que é a distância do S. Francisco ao Itapicuru. Aproximadamente."

"... Também 36 léguas é a extensão da costa de Sergipe (até o Itapicuru), segundo o ilustre cronista Augusto Fausto de Souza, propugnador da igualdade territorial dos Estados (Estudo sobre a Divisão Territorial do Brasil." *Rev. do Inst. Histórico Brasileiro* – 1880 – Tom. II – pág. 50).

"Ninguém, porém, media com tanta precisão a donataria de Francisco Pereira Coutinho, como Sebastião Rocha Pitta (*Hist. da América Portuguesa* – pág. 10, n e c), dando-lhe 70 léguas, ou sejam, 35 até o rio Itapicuru, e d'ahi outras tantas até o São Francisco, pertencentes a Sergipe, de acordo com as 25 do Regimento" (id., ib., 207, 208, 209, 211. Grafia original).

Além disso:

"... a Capitania de Sergipe, fundada cerca de dois séculos antes de ser dada á Bahia o título honorário de Capitania, já contava uma série de Capitães-Mores que, por nomeação do Rei, governava-a de acordo com o seu Regimento dado pelo mesmo, e com tal independência, que lhes era facultada a concessão de sesmarias, poder que mais tarde foi limitado, não só a ela, mas às outras Capitanias, para coibir abusos de concessões demasiadas, consistindo a limitação em sujeitar as doações à aprovação régia" (id. ib. pag. 226).

O mesmo Francisco A. de Carvalho Junior adverte às págs. 247 a 258:

"Os limites territoriais da antiga Capitania de Sergipe com a Bahia, desde 1590, foram pelo rio Itapicuru". Logo acrescenta o ilustre historiador:

"A própria Junta Provincial da Bahia, apesar de revolucionária e armada do árbitrio, reconheceu e respeitou os limites da Capitania autônoma em 1820, pelo rio Itapicuru, deixando em sossego os moradores entre ele e o rio Real, isentando-os do serviço militar obrigatório, como se viu do tópico citado – na proclamação de Cézar Burlamaqui."

Mais adiante, assinala:

"A restauração, pela segunda vez, da autonomia da capitania em dezembro de 1822, com a denominação de Província, não alterou os limites de Itapicuru."

Ivo do Prado, disputando com o baiano Braz do Amaral, por ocasião do 6º Congresso Nacional de Geografia, sustenta, a propósito da alegação de que Sergipe pertencia à Bahia:

"Fóra o tempo decorrido entre 1763 e 1820, durante o qual Sergipe, Ilhéus, Porto Seguro, São Salvador e seu reconcavo, juntos formaram uma só Capitania, a História

não revela o menor facto que demonstre haver chegado ao médio e baixo São Francisco a Pequena Capitania formada em Todos os Santos" (*A Capitania de Sergipe e suas Ovidorias, Memória sobre questões de limites* – Rio, Papelaria Brasil, 1919, pág. 355. Grafia original).

O mesmo Ivo do Prado fez consignar em ata, na 11ª Sessão da Conferência dos Delegados dos Estados, realizada a 4 de setembro de 1919, protesto em cujo primeiro item consta, nítido, o inconformismo de Sergipe com o esbulho territorial de que é vítima na fronteira sul:

"... Sergipe vem declarar, se bem que muito e muito esperançoso: 1º – que tolera, simplesmente, a divisão pelo rio Real da Praia, antigo Itanhý, até que o poder competente decida sobre o arbitrário e provisório Decreto nº 323, de 23 de setembro de 1843, e que mantem seus direitos às antigas villas de Abbadia, Itapicurú e Inhambupe, vilas que lhe pertencem, desde a origem de cada uma delas, motivo pelo qual protesta contra a manutenção de tal decreto que fica sem valor, por não existirem mais, da Assembléia Geral Legislativa do Império, nem o Senado nem a Câmara dos Deputados, câmaras a que elle (o decreto) allude e de cujo poder e critério dependia sua existência toda"...

(op. cit., pág. 363. Grafia original).

Rebatendo outra proposição de Braz do Amaral, aduz, mais:

"Ainda em 1679, vinte anos depois, conforme o bello testemunho de Frei Raphael de Jesus (Castrioto Luzitano, pág. 5) Sergipe tinha cinqüenta léguas de costa e a Bahia, então, menor, tinha, apenas umas trinta. Não é tudo; vamos adiante. Em 1695, trinta e seis aos depois, o Conselho Ultramarino, em um parecer, dado a 09 de fevereiro, parecer que V. Ex.^a publica em seu Memorial, informa, que Sergipe tinha cinqüenta léguas do São Francisco à Bahia... Em 1755, já sessenta anos depois, D. Joseph Vaissete, o grande benedictino, em seu trabalho célebre (*Geographie, Historie, Ecclesiastique et Civile, etc.*) a Sergipe dá, mais ou menos setenta e cinco léguas de costa... Tudo confirmando, veio a palavra oficial (de acordo com ella, estão os ilustres baianos Drs. Eduardo Espínola e Teive Argollo) de Alexandre de Gusmão, secretário de D. João V: "A oitava Capitania, ou Província, é a de Sergipe: esta capitania se estende a uma e outra parte das companhias por onde passão os rios São Francisco e Real, até as nações obacataires..." (op. cit., pág. 370).

Sobre a fantasiosa subordinação da Capitania de Sergipe à Capitania da Bahia, em determinada época do período colonial, argui, ainda, Ivo do Prado:

"... em 1659, quando os sesmos foram dados, a pequenina Capitania de São Salvador e seu recôncavo ou a Bahia de Todos os Santos não tinha ascendente algum sobre a Capitania de Sergipe. Esta nem só não

fôra subalterna, como ainda, era maior que a pretendida mandante. Sergipe era subordinada; não à tal capitania, como diz V. Ex.^a, mas, como todas as irmãs, São Salvador inclusive, ao Governo-Geral do Estado do Brasil. V. Ex.^a, quer alludir talvez á capitania geral da Bahia; esta, porém, surge na História, 104 anos depois!" (op. cit., pág. 381).

Em 1920, os governos da Bahia e Sergipe concordam numa comissão arbitral, que levaria o laudo definitivo aos Congressos dos dois Estados, não tendo chegado a termo esse protocolo de intenções.

Assim, torna-se público acordo firmado entre os Presidentes J. J. Seabra, da Bahia, Pereira Lobo, de Sergipe, no sentido de constituir-se uma comissão de seis membros, três de cada Estado, para discutir o problema que, na base de laudo de um árbitro neutro, seria levado ao Congresso de cada um dos Estados.

É de toda justiça que se realce, nessa ocasião, o trabalho realizado pelo General, Engenheiro, Geógrafo e Parlamentar Ivo do Prado, por ter sido ele que, em sua obra "A Capitania de Sergipe e suas Ovidorias", melhor estudou a questão dos limites entre Sergipe e a Bahia.

O historiador J. Pires Wynne, em sua "História de Sergipe – 1575/1930", assinala a respeito desse acordo de 27 de outubro de 1920:

"Também muito se fazia notar o interesse revelado pelo Presidente relativamente à solução da emperrada questão dos limites, e com a presença do Governador Seabra, éle, aproveitando-se da oportunidade tratou do acordo:

"Dentro de trinta dias a contar da data da assinatura do presente acôrdo, Sergipe se louvará em pessoa competente assim como no mesmo prazo o Governador da Bahia e em terceiro árbítrio desempatador escolhido por acôrdo das partes entre seis cidadãos de capacidade reconhecida, cujos nomes serão apresentados, três pelo Presidente de Sergipe, três pelo Governador da Bahia. Serão entregues aos árbitros todos os documentos e provas de cada qual dos Estados, a fim de, firmados neles, ser resolvida a pendêncie, ficando, entretanto, dependendo o laudo final da aprovação em duas sessões ordinárias ou extraordinárias do Congresso de cada um dos Estados. O laudo dos árbitros deverá ser apresentado dentro do prazo de oito meses, a contar da data da assinatura do presente acôrdo, pelos Excelentíssimos Srs. Presidente e Governador respectivamente dos Estados de Sergipe e Bahia, e demais pessoas presentes a êste ato. Estado e Federado de Sergipe, Aracaju, aos vinte e sete dias do mês de outubro de mil novecentos e vinte. Em tempo: do presente acôrdo que será transcrita em livro de Notas de Tabellão público, serão extraídas seis cópias, três das quais serão entregues ao Exmº Sr. Governador da Bahia. Aracaju, 27 de outubro de 1920. – José Joaquim Pereira Lôbo – Presidente de Sergipe. J. J. Seabra, Governador do Estado da Bahia.

"Em discordância, naturalmente, desde o Congresso de Geografia, realizado em setembro de 1919, na cidade de Belo Horizonte, os representantes da Bahia e de Sergipe, Dr. Braz do Amaral e general Ivo do Prado Montes Pires da Franca, indicava logo depois, o Presidente Pereira Lôbo para louvado o ilustre engenheiro Dr. Getúlio das Neves, e fazendo razoáveis considerações pedia ao Governador da Bahia a indicação de outro, que não o dr. Braz, já declaradamente em posição oposta, e já de comum acordo para desempatador se escolhia o dr. F. A. Bueno de Paiva, Vice-Presidente da República.

"Sergipe viveu momentos de grande expectativa e por um momento a figura do Presidente cercada de maior simpatia, todos numa justa euforia cívica e a louvar a sua iniciativa

"O acordo lavrado no dia 27 de outubro de 1920, feliz iniciativa, encontrara franca acolhida por parte do Governador J. J. Seabra, mas fruto das alegrias daqueles dias e da aproximação dos dois homens de Governo, também não passava de uma fácil solução em se tratando de um caso tão debatido, de uma questão tão postergada por uma das partes.

"Encerrado o prazo estabelecido no dia 27 de junho de 1921, logo o general Ivo do Prado entregava o seu laudo ao árbitro desempatador, mas o mesmo não fazia o dr. Braz do Amaral, e logo uma Mensagem do Governador J. J. Seabra elucidava, dirigida ao Presidente de Sergipe.

"Terminado hoje o prazo para ser proferido o laudo no arbitramento de que trata o Convênio de 27 de outubro último, sem que houvessem chegado a um acordo os louvados dos dois Estados conforme a correspondência que aí vai juntar por cópia, sobre o assunto a discutir, denunciado pelo presente o referido Convênio de 27 de outubro. Declaro, entretanto, estar pronto a recomeçar as negociações precisas para ser feito outro, a fim de levar a uma solução próxima a dúvida sobre a linha de fronteira, pedindo a Vossa Excelência que, no caso de aceitar este alvitre, se digne de indicar os meios práticos de sua realização.

"O Presidente Pereira Lôbo respondeu:

"Estou disposto a novas negociações para liquidação do caso, dependendo isso de um entendimento com o delegado do meu Estado. Penso, entretanto, não constituir motivo suficiente o não terem tido os dois louvados um entendimento, por isso que, em face da letra inofismável do contrato lavrado em notas de Tabelião público, não havendo entendimento entre os louvados, funcionará o desempatador por ambos os Estados escolhidos. Cumpre salientar que era a questão de limites muito antiga e quando não houvesse o louvado de Sergipe determinado sua proposta por demais debatida, já tendo havido troca de idéias entre o Sr. General Ivo do Prado Monte Pires da Franca e o Dr. Braz Hermenegildo do Amaral quando do Con-

gresso de Geografia de Belo Horizonte e da reunião para a solução das questões de limites, promovida pelo Exmº Sr. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo, ilustre Ministro da Justiça – era muito antiga para que não fosse bastante conhecida pelo proficiente louvado de Bahia a proposta do de Sergipe. Diante disto, penso não tinha o ilustre louvado de Bahia outro caminho que defender o que julgasse o direito de seu Estado, abordando todas as linhas da proposta do louvado de Sergipe, expressa em documento público de caráter oficial, e registrada taxativamente no telegrama de 6 de maio de 1921, o qual assim diz: Exmº Dr. Braz Amaral – Bahia – Recebi carta 19. Insiste V. Ex.ª em dizer que fujo de informar qual a tese sergipana. Eu penso, entretanto, ser a quarta vez que o faço. Fi-lo pelo telegrama 20 de dezembro de 1920. Depois ainda a 24 de fevereiro e ainda em março de 1921, não obstante repetirei: Meu Estado reclama a regular execução das conhecidas leis formadoras da Província de Sergipe, execução perturbada pela província da Bahia. Quer, portanto, a execução da carta régia de 5 de dezembro de 1822 e decreto de 8 de julho de 1920. Sendo assim, para conhecer os fatos não há entendimento nenhum, porquanto o decreto de 8 de julho de 1820 declarou a Capitania de Sergipe independente do Governo Regional existente na Bahia, e a carta régia de 5 de dezembro de 1822 manda que se limite a Província, tornando como norma uma comarca mais antiga que a existente em 1822. Ora, o limite ao sul dessa Ouvidoria era rio Subaúma, conforme a carta régia de 28 de abril de 1729, logo a mais antiga era a de 1695, limitada pela portaria de 13 de julho de 1696. Como, pois, ficou isto indeterminado para V. Ex.ª que tais documentos conhece e publica em seus trabalhos? – Diante desta afirmação, julgo não poder o honrado louvado de Bahia alegar o não-conhecimento da proposta do Estado de Sergipe, porquanto ela é clara e inequivocamente determinada. Ao invés de nortear a defesa dos interesses de seu Estado por este lado, o ilustre louvado de Bahia passou a impor ao louvado de Sergipe o só aspecto pelo qual poderia ser encarado o caso: – O Governo da Bahia só admite discussão no terreno em que foi colocada a questão de limites pela proposta feita ao mesmo Governo em 1913, que é a reprodução do projeto apresentado ao Congresso pelos Srs. deputados sergipanos, a saber: o competente Senhor Felisbelo Freire e mais os Senhores Moreira Guimarães, Dias de Barros, Joviniano de Carvalho e outros, em 13 de novembro do mesmo ano de 1913. Compreende-se, nitidamente, que não havia boa vontade maior que a do louvado de Sergipe, pois que procurou logo e logo declarar qual o seu objetivo, o que continuou fazendo, sendo que, quando não pôde mais o seu interpellante alegar que não lhe conhecia a proposta, passou a limitar a face da questão. Como se depreende da correspondência trocada, o ilustre louvado da Bahia procurou com o estabelecimento de preliminares e condições não um meio prático para a solução do caso,

meio que seria a entrega ao desempatador das suas razões, o que também faria o louvado de Sergipe, a fim de que da divergência entre os dois louvados pudesse emergir a linha definitiva que os reconhecidos sentimentos de justiça e os conhecimentos do eminentíssimo desempatador houvessem por bem traçar, contrariamente, porém, o honrado louvado do Estado da Bahia procurou ainda uma vez debater a multissecular questão tentando a análise de tópicos e particularidades estranhas ao interesse atual dos dois Estados amigos, irmãos pela raça, pela tradição e pelos feitos assinalados, e, melhor ainda entrou de negar valor a documentos de indubitável veracidade, muitos deles da Bahia e citados, tendo sido apreciados como verdadeiros quando se resolveram delicadas questões internacionais de interesse do Brasil. Em suma: enquanto o louvado de Sergipe determinava sua proposta – de se dar execução ao decreto de 8 de julho de 1820 e à carta régia de 5 de dezembro de 1822 – o operoso louvado da Bahia impunha que só aceitaria discussão colocado o caso dentro da proposta de novembro de 1913.

"Em cumprido, o ilustre louvado de Bahia, a letra do Convênio, teria de apresentar ao eminentíssimo desempatador, dentro do prazo marcado, seu laudo, como o deveria fazer o louvado de Sergipe, não um laudo constante de preliminares, mas encarando pontos históricos, determinando razões, tudo documentado devidamente. Tenho a declarar a V. Ex.ª que o louvado de Sergipe, cumpriu a letra do Convênio, apresentando a 27 de junho findo ao Exmº Sr. Dr. Francisco Álvaro Bueno de Paiva o seu laudo devidamente instruído, visto saber, por informação oficial, que o proficiente louvado de Bahia não tinha uma proposta a fazer, por isso que se firmava em proposta de outrem, critério, aliás, por ele mesmo condenado. Assim, pois, o louvado de Sergipe, General Ivo do Prado Monte Pires da Franca, tendo conhecimento de que a proposta do Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, honrado louvado de Bahia, era a mesma apresentada à Câmara Federal em novembro de 1913, entregou no prazo prefixo ao ilustre desempatador o seu laudo e os documentos a respeito da multissecular questão de limites entre o glorioso Estado da Bahia e o pequenino Estado de Sergipe".

Existe uma carta do Conde dos Arcos (8º) que, indevidamente, gerou jurisprudência a favor da Bahia. Há confusão, superposição de jurisdições, civis, militares e eclesiásticas, o que não implica, como não acontecia habitualmente, reflexos sobre a integridade do território fisicamente considerado. Confundiu-se a favor da Bahia, dada sua importância política e cultural, jurisdição com território.

Algumas vezes, por conveniência administrativa, da justiça e do clero, houve dualidade hierárquica nesta região "rebelde à lei, e incidência de criminalidade e abusos". Até 1843 nenhuma lei alterou a fronteira no Itapicuru. Faltou a Sergipe mais agressividade em dar consequência ao protocolo de intenções dos governadores em 1920 – J. J. Seabra e Pereira Lôbo.

Alguns dados sobre Bahia/Sergipe

	População	Densidade	Área
Bahia – 336 mun.	9.597.393 hab.	16,93 hab./km2	559.951 km2
Sergipe – 74 mun.	1.156.642 hab.	51,92 hab./km2	21.942 km2

Área e população dos municípios, hoje da Bahia, na área discutida e quem ficariam ao lado de Sergipe:

Municípios	População	Densidade	Área
Jandaíra	6.575 hab.	9,58 hab./km2	679 km2
Itapicuru	19.690 hab.	13,06 hab./km2	1.508 km2
Rio Real	19.246 hab.	27,18 hab./km2	708 km2

Mas não se trata, aqui, pura e simplesmente de defender um pleito mais do que sesquicentenário de Sergipe, senão de demonstrar, também, que ele se harmoniza com as premissas do desenvolvimento nacional integrado.

Assim é que a Bahia, numa área de quase seiscentos mil quilômetros quadrados e menos de dez milhões de habitantes, apresenta uma densidade populacional de cerca de dezessete habitantes por quilômetro quadrado; enquanto Sergipe, com menos de vinte e dois mil quilômetros quadrados, apresenta uma densidade demográfica de cerca de cinqüenta e dois habitantes por quilômetro quadrado.

Na área discutida, de quase três mil quilômetros quadrados, em três Municípios, Jandaíra, Itapicuru e Rio Real, vivem cerca de quarenta e cinco mil habitantes.

Fisicamente, Sergipe tem condições para integrar os Municípios de Jandaíra, Itapicuru e Porto Real, com cerca de quarenta e seis mil habitantes e menos de três mil quilômetros quadrados.

A densidade dessa área é de cerca de quinze habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a de Sergipe é de cerca de cinqüenta e dois habitantes e a da Bahia de pouco mais de desesseis habitantes por quilômetro quadrado.

Está claramente demonstrado que a grande latitude da Bahia prejudicou seu crescimento demográfico, em algumas regiões, como na área reclamada, com repercussão, também, no desenvolvimento econômico.

Recuperadas as fronteiras históricas de Sergipe com a Bahia, os três municípios citados teriam, em breve tempo, um novo impulso econômico, aproximando-se do crescimento demográfico de Sergipe, que cuida de apenas setenta e quatro, enquanto a Bahia detém nada menos de trezentos e trinta e seis municípios.

Quando se fala em redivisão territorial do Brasil, pensa-se justamente em reduzir a larga extensão de alguns Estados, como os da Amazônia, do Centro-Oeste e, no Centro-Leste, o da Bahia.

Busca-se, apenas, restabelecer os limites históricos de Sergipe, com proveito econômico para a região a ser reintegrada em sua unidade territorial.

Não é uma reivindicação recente, mas uma causa com fundo assentamento histórico, uma reclamação que tem quase dois séculos, sempre reiterada e nunca esquecida, como demonstramos, com o testemunho da História.

Essa questão jamais seria resolvida pelos tribunais, nem teria cabimento na legislação ordinária – proibida de interferir na autonomia dos Estados

–, sendo, portanto, impossível solucioná-la mediante arbitragem.

O caminho único para dirimir, definitivamente, a questão está na via constitucional, no capítulo das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo qual também se expressa o órgão supremo da soberania nacional, sobreceiro a qualquer outra autonomia.

Daí por que esperamos, dessa dourada Comissão. Atenda à justa reivindicação de Sergipe. Não obsta a necessária audiência de dois órgãos anteriores, que não conseguiram alcançar os superiores objetivos desta proposição.

Desta forma, nossa emenda, assim dispõe:

"Inclua-se no art. 447 do Anteprojeto os seguintes parágrafos 4º e 5º, renumerando-se os demais:

§ 4º A superfície territorial do Estado de Sergipe é acrescida da área compreendida entre o rio Real, na divisa com o Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, que passa a constituir-se a linha divisória entre os Estados da Bahia e Sergipe.

§ 5º Os municípios localizados na área prevista no parágrafo anterior passam a fazer parte do Estado de Sergipe, na forma que a lei determinar".

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o turismo, quando bem explorado e dotado de adequada infra-estrutura, no rumo de uma política norteada para o eficiente aproveitamento das belezas e recursos naturais, constitui-se numa importante e valiosa fonte de cambiais.

No plano interno, assim equacionada a questão, pode o turismo promover intenso desenvolvimento de regiões brasileiras, que, de outra forma, possivelmente poderiam chegar ao abandono, em virtude de não possuírem outros atrativos para aplicação de capitais.

No mundo inteiro, governos de todas as tendências políticas jamais se descuidaram desse manancial de recursos financeiros e procuraram, por todos os meios, atrair capitais e interesses para suas áreas turísticas, dotando-as de todos os recursos para atender a tais objetivos.

Até mesmo os países mais ricos do mundo, que poderiam, inclusive, relegar para segundo plano as receitas do turismo, têm, ao contrário, dedicado particular atenção ao desenvolvimento

de suas áreas turísticas naturais e, por outro lado, construindo, em locais aprazíveis e estrategicamente localizados, monumentais centros de lazer, além de procurarem trazer para seus respectivos territórios a realização de reuniões internacionais, para as quais edificam gigantescos e espetaculares centros dotados de inúmeras atrações.

É o que fizeram países como os Estados Unidos, com a Disneylândia, o Epcot Center, o notável Aquarium de Miami, só para citar alguns dos mais conhecidos, que atraem, anualmente, centenas de milhares de visitantes dos quais deixam no mercado norte-americano bilhões de dólares, direta ou indiretamente.

É o que têm feito, rotineiramente, a Inglaterra, a França, a Itália, a Alemanha, o Japão, e convém acentuar que há países cuja receita principal provém do turismo, como, por exemplo, o Uruguai, o Principado de Mônaco, a própria Suíça, Andorra, Portugal, Grécia etc.

Essas considerações preliminares, Sr. Presidente. Srs. Constituintes, vêm a propósito de um justo pleito que a população de uma área dotada de notáveis atrações turísticas naturais, no Paraná, vem batalhando para conseguir, até agora sem resultado, tudo devido à incompreensão de algumas autoridades e mesmo à falta de visão administrativa desses responsáveis.

Trata-se, tão-somente, do aproveitamento de uma infra-estrutura já existente, material já existente, aproveitamento esse que não trará praticamente despesa de vulto e, no entanto, as autoridades que podem decidir favoravelmente àquele pleito, sob o pretexto de argumentos sem fundamento sustentável, teimam em não atender a reivindicação.

Um pequeno relato fará a todos entender como se trata de maneira inadequada, absurda mesmo, a questão turística em nosso País, salvo raras e honrosas exceções.

Existe, Sr. Presidente, na região que vai de Curitiba ao litoral paranaense, um grande conjunto de belezas naturais, representado pela Serra do Mar, cujos contrafortes possuem inúmeras e belíssimas cascatas e paisagens deslumbrantes, e onde se situa a cidade histórica de Morretes e, no litoral, Antonina, de arraigadas tradições paranaenses e folclóricas, além de Paranaguá e, mais para o sul, as praias.

Em Antonina, rumo ao norte e estendendo-se para o Estado de São Paulo há um santuário ecológico digno de nota, até hoje praticamente desconhecido por falta de apropriado tratamento turístico.

Pois bem, ligando Morretes e Antonina já existe uma estrada de ferro, que atende ao porto desta última cidade. As populações de Antonina e de Morretes, com apoio total dos habitantes de toda a região, inclusive de Curitiba de toda a região metropolitana de nossa capital, pretendem simplesmente que a Rede Ferroviária Federal faça circular, entre Morretes e Antonina, uma vez por semana, aos domingos, uma "Maria-Fumaça" com três ou quatro vagões de passageiros, em viagens turísticas, partindo de Curitiba, uma parte com destino a Paranaguá e outra até Antonina, com baldeação em Morretes.

O trem sairia de Curitiba, puxado por locomotiva diesel-elétrica. Ao chegar a Morretes, a composição desligaria os vagões destinados a Antonina, que passariam a ser puxados, de Morretes até Antonina, pela "Maria-Fumaça", prosseguindo o que se dirigisse a Paranaguá tracionados pela locomotiva diesel.

A "Maria-Fumaça" só levaria os vagões entre Morretes e Antonina, trecho plano que possibilita a sua utilização, uma vez que ela não teria potência para vencer a serra no retorno da viagem.

Assim, enquanto a composição destinada a Paranaguá prosseguiria até essa cidade, a outra parte, puxada pela "Maria-Fumaça", iria a Antonina. No final da tarde, a "Maria-Fumaça" traria até Montes, de volta, os turistas, ao mesmo tempo em que os vagões com os turistas de Paranaguá estariam também retornando dessa outra cidade histórica puxados pela máquina a diesel. Em Morretes, os vagões procedentes de Antonina seriam reengatados ao trem vindo de Paranaguá e, numa só composição, subiriam a Serra do Mar até Curitiba.

As estações de Morretes e de Antonina estão em perfeitas condições de atendimento e os trilhos de Montes a Antonina se encontram em perfeito estado, tanto que são usados diariamente, no período noturno, para o transporte de carga para o Porto do Antonina. Como as viagens turísticas de Morretes a Antonina só seriam feitas aos domingos e durante o dia, em nada prejudicariam o fluxo de transporte de carga para aquele porto. Quanto à "Maria-Fumaça", que seria um dos pontos de atração histórica e nostálgica, dispõe a Rede Ferroviária Federal, em Curitiba, de duas locomotivas, inteiramente recuperadas, sendo uma delas utilizada atualmente em uma viagem turística entre Curitiba e a cidade histórica da Lapa, ficando a outra, segundo a Rede, como reserva para eventuais emergências com a primeira Sucede, porém, que, em um ano de operação da linha turística Curitiba – Lapa, apenas uma vez foi preciso tal socorro, e ele foi feito por meio de uma locomotiva diesel, o que vem comprovar que a alegação da Rede é destituída de base.

O percurso entre Morretes e Antonina é de 38 quilômetros e, ainda que surgisse a hipótese, matematicamente remota, de, todos os domingos, haver necessidade de um socorro desse tipo – o que seria quase absurdo, pois as duas "Marias-Fumaças" foram totalmente recuperadas pela própria Rede e se encontram em perfeitas condições de uso –, a própria locomotiva diesel, que já fez o percurso Curitiba – Paranaguá, poderia, em tal emergência, ao voltar a Morretes, seguir até Antonina, em pouco mais de 20 minutos, e trazer de volta os vagões com os turistas que teriam visitado aquela cidade e, em outros 20

ou 30 minutos, reengatá-los à composição deixada em Morretes, prosseguindo a viagem de volta a Curitiba cerca de uma hora depois da interrupção. Os viajantes, em Antonina, teriam mais meia hora de visitas e compras e os que ficassem em Morretes, aguardando o retorno de "sua" locomotiva a diesel, teriam mais uma hora nesta tradicional, hospitaleira e cheia de atrativos, cidade. Seria, enfim, um incidente de pouca monta.

A Rede tem alegado, como um de seus mais insubstancial argumentos para negar a pretensão, que Antonina não tem caixa de abastecimento de água para a "maria-fumaça", nem depósito de carvão. Quanto ao depósito de carvão, está lá para quem quiser ver, salvo se a rede pretender que ele seja de mármore, e mármore de Carrara. Já no que diz respeito à caixa-d'água de Antonina, ela está, de fato, deteriorada em parte, provocada pela salinidade Focal e também pelo abandono a que a própria Rede a relegou, não cuidando de sua conservação. Entretanto, ela é perfeitamente recuperável com pouca despesa e em curto tempo. Enquanto se faz a sua recuperação, o abastecimento da "maria-fumaça" pode ser feito por outra, provisoriamente. Além disso, não é de crer que a "maria-fumaça", mesmo considerando-se sua "idade", mas tendo em vista sua total recuperação nas oficinas da própria Rede, não possa fazer uma viagem redonda Morretes-Antonina-Morretes sem reabastecer-se de água nesses 76 quilômetros de ida e volta. Principalmente se levar em conta que, de Morretes a Antonina, há uma leve declividade, que não exige grande pressão para levar a composição.

No que diz respeito ao custo operacional, sendo o trajeto "novo", o preço da passagem pode ser fixado em nível compatível com esse custo, sem onerar os usuários demasiadamente, pois no cálculo da rentabilidade deve ter-se em conta, necessariamente, os frutos indiretos que decorrerão para aquelas comunidades, para toda a região e, principalmente, para o incentivo ao turismo, que trará, certamente, para os cofres públicos, muito maiores recursos do que os eventualmente despendidos com a recuperação e operação de uma caixa-d'água em Antonina e com a implantação de uma linha turística da importância da pleiteada.

Exemplo disso é a própria linha turística Curitiba-Lapa, cujo início foi quinzenal e tamanho foi o êxito que passou, logo, a semanal, proporcionando uma verdadeira corrente turística em direção àquela histórica e tradicional cidade, precisando-se, hoje, disputar com antecedência lugares nesse trem se se desejar nele viajar.

O que mais causa estranheza, porém, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é que o Presidente da Rede Ferroviária Federal é o Sr. Osiris Stenghel Guimarães, um paranaense de tradicional família, que, no entanto, tem-se recusado sistematicamente, sob os mais variados e frágeis motivos, a atender ao pleito.

Estamos certos, porém, de que o bom-senso e a perfeita compreensão da importância desse empreendimento acabarão por prevalecer e a linha turística Morretes – Antonina será em breve inaugurada.

É de inteira justiça, porém, ressaltar o denodo e a dedicação a essa causa que a revista "Paraná em Páginas", tradicional publicação de nossa capital, já com mais de 23 anos de inegáveis serviços prestados ao Paraná, vem devotando, através de

editoriais, reportagens e outras matérias do gênero, procurando demover aquelas autoridades recalcitrantes.

"Paraná em Páginas" é dirigida pelo seu proprietário, o brilhante jornalista Cândido Gomes Chagas, que, aliás, levantou o problema e em sua defesa se lançou com acendrado espírito paranaense e verdadeiro amor às coisas de nosso Estado, como já têm demonstrado em inúmeras outras oportunidades, em vitoriosas campanhas em prol dos direitos e reivindicações da gente paranaense.

Ao finalizar estas considerações, Sr. Presidente, formulando votos no sentido de que os responsáveis pela decisão sobre aquela justa reivindicação se conscientizem da sua real importância para aquela região, desejo requerer que façam parte integrante de meu discurso as reportagens e matérias publicadas pela revista "Paraná em Páginas", edições de março e abril de 1987, respectivamente, números 265 (páginas 19, 20, 21 e 22) e 266 (páginas 12, 13, 14 e 15), que passo à Taquigrafia, para constar dos Anais.

Era o que tinha a dizer.

PUBLICAÇÕES A QUE SE REFERE O ORADOR. ARGUMENTOS FAJUTOS DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL PARA NÃO ATENDER PRETENSÃO DE MORRETES E ANTONINA

A Superintendência da Rede Ferroviária Federal, na tentativa de justificar o "não" oferecimento à pretensão de implantação da linha férrea turística entre Morretes e Antonina, usando a famosa e cada vez mais atração "maria-fumaça", está se complicando cada vez mais e deixando aos analistas a verdade de que a má vontade é a causa dessa incompreensível negativa.

Para dizer não a Rede linha, de princípio, de mostrar a inexistência de "maria-fumaça" para essa linha. Mas está provado – e a Rede confessa ao "escrever" que "dispomos de apenas duas" – que máquina há para esse atendimento a Morretes e Antonina. Enquanto u'a "maria-fumaça" viaja todos os domingos para a Lapa – antes essa cidade era servida um domingo sim, outro não – a outra fica estacionada, na garagem da Rede...

E não se diga que essa reserva é para entrar em ação quando houver defeito na outra. Em um ano apenas uma vez aconteceu a impossibilidade de conclusão da viagem a Lapa, e nessa oportunidade o socorro foi feito por uma "Diesel". A viagem para a lapa tem 3 horas de duração (ida e volta, seis), enquanto o trecho de Morretes a Antonina exige gasto de apenas 30 minutos (ida e volta, uma hora).

Ainda em 26 de outubro de 1986 foi implantada pela RFF u'a "maria-fumaça" no trecho de Bento Gonçalves a Jaboticaba, aos domingos, gastando-se 2 horas e 45 minutos, cumprindo o percurso de 48 quilômetros. O retorno é feito de ônibus, porque, de trem, seria muito cansativo para os turistas... Será lá, no Rio Grande do Sul, para a manutenção dessa atração, há uma outra "maria-fumaça" que fica como reserva?

Claro que não...

Uma outra viagem de sonho na "Maria Fumaça" é feita de Anhumas, estação férrea de Campinas, até Jaguariúna, viagem que dura 3 horas

(ida e volta) e cumpre o percurso de 24 quilômetros. Perguntamos: lá há uma outra "maria-fumaça" que fica na reserva?

Claro que não....

No Brasil há outras ferrovias operadas pela RFF, com vagões antigos tracionados por máquina "maria-fumaça", como por exemplo São João Del Rei – Tiradentes (10 quilômetros), Ouro Preto – Mariana (15 quilômetros), Estrada de Ferro Madeira – Mamoré, em Rondônia (8 quilômetros).

Perguntamos e Suas Excelências, tecnocratas da Rede, gente de profunda má vontade para com Antonina e o nosso litoral, podem responder: em todas essas localidades, para a manutenção dessas linhas, há em cada estação uma outra "Maria fumaça" na reserva?

Frente ampla contra a Rede

Neste março vai começar um movimento que representará uma frente ampla contra a Rede, em negar a implantação da "maria-fumaça" no trecho Morretes – Antonina. Na Câmara Municipal de Antonina, na Câmara Municipal de Morretes, as duas prefeituras municipais atuantes, na Assembléia Legislativa do Paraná, na Câmara Municipal de Curitiba e na Carrera Federal o assunto ganhará destaque porque não se pode entender que uma empresa estatal possa agir com evidente má vontade para com dois dos mais tradicionais e turísticos municípios do Paraná.

Nem boa vontade a Superintendência Regional demonstra. Veja-se que para a Lapa a "maria-fumaça" começou quinzenalmente, depois passou para dominical. No princípio a composição partia da antiga estação (Rua Barão) e o retorno era feito na rodoviária. Isso estava causando transtornos para os passageiros (tinham de deixar o automóvel em um lugar e saíram ou chegavam, dependendo do caso, em outro) e a Rede deu o jeito da saída e chegada acontecer na velha gare da Barão do Rio Branco...

No domingo, quando se comemorou um ano dessa linha, um novo vagão (recuperado em Ponta Grossa, nas oficinas, e retirado de linha de atendimento ao pessoal, no interior, por ordem do presidente Osiris Stenghel Guimarães) foi colocado à disposição da frota que atende a Lapa.

Para Antonina a Rede não demonstra nem boa vontade. Os luminares tecnocratas da empresa sabem que o dia, que for colocada a "maria-fumaça" entre Morretes e Antonina o sucesso será tão grande que ninguém mais terá condições de "cortar o entusiasmo" dos turistas...

Sem argumentos a confusão...

Sem ter argumentos para negar a linha Morretes – Antonina, com a "maria-fumaça" e com todos os esfarrapados itens mencionados na carta enviada à direção de "Paraná em Páginas", a Superintendência Regional está partindo para a confusão verbal de justificativas... O que foi dito por escrito esta revista rebateu e está provando que não procede. Inclusive com fotos que atestam a posição leviana de quem prestou essas informações ao superintendente da Rede.

Agora, quando de encontros com pessoas que pediram essa implantação de linha, há citações como que a nova linha é antieconômica para a empresa estatal. Lembramos aos que dirigem a Rede, no Rio e aqui, que o preço da passagem Curitiba – Lapa é de apenas 15 cruzados (só ida)

e de 30 cruzados (ida e volta). No caso da Morretes – Antonina o preço poderia ser bem maior porque não estaria o assunto ligado a qualquer tipo de congelamento, porquanto se tratava de linha nova...

E para os luminares tecnocratas de Curitiba vai mais esta informação: o preço da passagem da recém-implantada linha da "maria-fumaça" entre Bento Gonçalves e Jaboticaba, no R. G. do Sul, é de 70 cruzados... Preço dado na época em que estava vigente o congelamento...

E tem mais: nas justificativas "verbais", nas oportunidades em que o superintendente fala com pessoas que não estão bem por dentro do assunto, ele justifica o "não" para a "maria-fumaça" em Antonina dizendo que essa máquina iria ocasionar grandes transtornos (congestionamento) na linha de Paranaguá, por causa da Serra do Mar.

Aqui, para esta situação, já se trata de apelação de quem não tem mais o que dizer. Ninguém quer a "maria-fumaça" na Serra do Mar, o que seria um absurdo pela "potência" desatualizada dessa locomotiva a vapor. Para a linha Moretes – Antonina ela não entraria na Serra porquanto o "seu trecho" seria em região plana, entre Moretes e Antonina, este só usado à noite (carga).

Na Serra, tracionando os vagões que iriam ao litoral atraídos pela "fumaça", o desempenho seria das modernas máquinas diesel, que atendem os serviços da Rede.

Não há como negar

Má vontade, apenas isso, para justificar o procedimento da Rede em relação a Moretes e Antonina. Utilizando o que é comum em várias das estatais que estão levando o Brasil para uma situação muito difícil, os tecnocratas da Rede lançam um "não" para o que é solicitado por órgãos públicos, por prefeituras, por entidades de classe e em cima desta negativa vem o conhecido "está dito" marcante dos preponentes que têm o poder de decisão e a ninguém desejam prestar contas de seus atos.

Como o assunto será tratado, a partir deste mês, em casas legislativas, sugerimos aos senhores que dirigem a Rede, especialmente de Curitiba, que se sujeitem a participar de um programa de televisão ao vivo, em forma de debates, tipo do compromisso com a verdade que era apresentado pelo Canal 4, de Curitiba, com o fim direto de tratar os prós e os contras, em se tratando da "maria-fumaça" entre Moretes e Antonina.

Seria ótimo esse programa porque o povo teria oportunidade de ficar conhecendo todos os "argumentos técnicos" dos homens da Rede, e também os comprovantes de quanto é fácil desmontar tudo o quanto for dito para tentar justificar o não dessa estatal.

Poderiam participar desse programa as lideranças da hotelaria de Curitiba, da Paranatur, da Secretaria da Indústria e do Comércio; o Superintendente da Rede Paulo Munhoz da Rocha.

Só não esquecer de convidar para o programa a direção de "Paraná em Páginas". Temos elementos muito interessantes para debater, em ocasião pública como essa, com aqueles que na Rede alinhavam pontos fajutos para dizer que não é possível a colocação da "maria-fumaça" para beneficiar Antonina...

Podemos conversar desde que o velho Albino, maquinista, trouxe de Tubarão a "Maria Fumaça". Podemos lembrar o 12 de outubro quando Waldir, em dia de glória, pela primeira vez dirigiu a máquina... E entrar em muitos detalhes e particularidades da própria Rede, tudo sobre "Maria Fumaça"...

RFF ISOLADA OPINIÃO PÚBLICA QUER "MARIA FUMAÇA" NO TRECHO TURÍSTICO MORRETES-ANTONINA

Confirmando para a opinião pública a impressão que se vai generalizando de que profundas alterações precisam acontecer nas estatais brasileiras, a Rede Ferroviária Federal S/A está entrando em verdadeiro "beco sem saída", em se tratando da negativa para a implantação da linha turística entre Moretes e Antonina, com o uso da máquina histórica, famosa e sensacional que se chama "Maria Fumaça".

E no desenrolar dos fatos parece que vai se complicando a situação de duas pessoas que, diretamente, são responsáveis pelos problemas que estão surgindo e pela onda que se vai agravando, no Paraná, contra a Rede. Essas pessoas são o engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, presidente da estatal, e o engenheiro Paulo Munhoz da Rocha, superintendente regional da Rede. Veja-se que na Assembléia Legislativa do Paraná o deputado Nestor Baptista, que é o líder do governo Álvaro Dias, nomeou o presidente, inclusive estranhando o seu procedimento no episódio por ser um paranaense, representante que este Estado mandou para o governo federal.

A Rede, para dizer não, teria de partir do básico, do fundamental: a empresa não possui a máquina "Maria Fumaça". Mas isso a Rede não pode dizer porque há 2 máquinas desse tipo, aquela em Curitiba, colocadas a serviço da superintendência regional.

E tem mais: nas minas de carvão de Tubarão, em Santa Catarina – esse é o único setor da Rede, no Brasil, que ainda usa máquinas "Maria Fumaça" para serviço – há 20 locomotivas a vapor, desse tipo, que estão servindo principalmente em trabalhos de simples manobras. Desses vinte máquinas oito estão desativadas por motivo de necessidade de recuperação de suas caldeiras, que já estão fritas e apresentam o perigo de explosão. Tem e ser feita a troca de caldeiras e ainda executados serviços de modernização, nos casos de não ser imperiosa a troca. Em Minas Gerais há uma empresa, da iniciativa privada, que trabalha com caldeiras e que pode executar tais serviços.

Tudo isso é simples refresco de informações para o pessoal da Rede, já que o essencial não exige recorrer ao que se passa em Tubarão.. Aqui, em Curitiba, há duas "Maria Fumaça", que poderiam estar atendendo, normalmente, as linhas Curitiba-Lapa (o que uma está fazendo todos os domingos, para satisfação pessoal do presidente da Rede e do superintendente regional) e Moretes-Antonina (o que não acontece exclusivamente por questão de má vontade das respectivas autoridades da estatal chamada Rede).

Quando da recente crise de combustível, no Brasil, a Rede comprou 11 máquinas "Maria Fumaça" na Argentina, e que estão operando em Tubarão, todas estas em ótimas condições. Inclu-

sive, nessa compra, vieram caldeiras "reservas", mas estas caldeiras não podem ser trocadas nas máquinas cujas caldeiras estão ruins, por motivos técnicos. As máquinas vindas da Argentina, quanto aos rodados, são tipo arranjo "Santa Fé". As máquinas que foram paradas, em Tubarão, foram substituídas pelas do modelo Diesel, continuidade de cambio que pode continuar acontecendo.

Mazza sugere um plebiscito (como o da Brasti) para analisar a má vontade da RFF para com a cidade

O já veterano e muito conceituado jornalista Luiz Geraldo Mazza, em sua coluna assinada de 10 de março recente, no jornal "Correio de Notícias", apreciou o problema surgido entre a comunidade capelista e a Rede Ferroviária Federal, em virtude desta negar a instalação de uma linha com a "Maria Fumaça", para beneficiar o turismo nessa cidade do litoral.

Disse Mazza: "Antonina está frustrada. E que não conseguiu demover a resistência da RFF à entrada em operação de uma "Maria Fumaça" ao menos uma vez por mês. Tecnicamente inexiste razões para o veto, uma vez que o trajeto Curitiba-Lapa, bem mais longo, possibilitou o aumento da freqüência tal o sucesso da iniciativa. Como a cidade – referindo-se a Antonina – decidiu expulsar de lá uma indústria poluidora, a Brasti através de um plebiscito estão sugerindo o mesmo procedimento para esse atrativo turístico. O salão paroquial seria o local dessa manifestação coletiva."

A sugestão de Mazza forçaria a tecnocracia da Rede, inclusive o seu Superintendente Regional, Paulo Munhoz da Rocha, a ficar argumentando – se é que essa estatal possui elementos – contra a pretensão capelista. E o Superintendente não se poderia furtar de discutir o assunto em público, inclusive desmentindo o que é uma interpretação geral de que o trato de assuntos com a RFF é difícil e sempre marcado pelo posicionamento birrento do pessoal da empresa. Que o digam aqueles que lidam com a Rede, em seus negócios habituais, como por exemplo as agências de turismo.

O que não pode é a Rede dizer não e ficar por isso. A procura de um debate público sobre o assunto, envolvendo os que da empresa sabem dizer apenas "não", é o que se está cogitando. A convocação pode sair muito logo, da Câmara Municipal de Curitiba, da Assembléia Legislativa do Estado ou de algum canal de televisão, para um debate "ao vivo" sobre a "Maria Fumaça" para o trecho Antonina-Morretes.

NESTOR, NA ASSEMBLÉIA DO PARANÁ. "E O PRESIDENTE DA REDE É UM PARANAENSE..."

Há algumas semanas o deputado Antonio Annibelli, ainda na legislatura passada, havia apresentado requerimento – e que foi aprovado por unanimidade – no sentido de que por ofício, fosse solicitada ao Superintendente da Rede, em Curitiba, a implantação da linha férrea turística entre Morretes e Antonina. Foi a primeira manifestação de representantes do povo, a respeito desse assunto.

A Rede, com evasivas e mal-alinhavadas justificativas, ao deputado formalizou o "não", o que causou estranheza e até indignação.

Na sessão de 11 de março de 1987, na Assembléia, o Deputado Nestor Baptista, do PMDB e líder do Governador Álvaro Dias, abordou o problema de forma incisiva, tecendo críticas à direção da Rede, tanto nacional como regional, pelo não atendimento dessa pretensão das cidades de Morretes e de Antonina, como também de todo o litoral.

Teimosia da Rede e acusação a Osires

Nestor Baptista, em seu pronunciamento, afirmou: – Aqui, no Paraná, possivelmente tenhamos lugares muito mais bonitos que esses... A teimosia da Rede Ferroviária Federal em negar atendimento à instalação de uma linha da "Maria Fumaça" no curto trecho entre Morretes e Antonina é o maior exemplo disso. O que se torna ainda mais grave ao constatarmos ser um representante paranaense o presidente da Rede Ferroviária Federal, o Sr. Osiris Stenghel Guimarães".

Nestor, na condição de deputado que teve muito boa votação nos Municípios do litoral, disse que "Antonina e Morretes são dois pólos turísticos riquíssimos, ainda que enfrentem dificuldades em seu desenvolvimento. A implantação de uma composição de passageiros puxada por uma "Maria Fumaça" serviria como ponto de fácil atração, por se tratar de uma viagem rápida, não mais de que 30 minutos para percorrer a curta distância entre as duas cidades". O Deputado referiu-se a vários pontos positivos dessa que seria uma novidade muito boa para todos, destacando que "atrairia o turista para o percurso ferroviário da Serra do Mar e todas as suas belezas, aumentando o fluxo turístico nas duas históricas cidades paranaenses e contribuindo para o fortalecimento de sua estrutura.

A Rede está negando ao Paraná

Embora o Presidente da Rede seja paranaense, o benefício está sendo negado a este Estado. Nestor Baptista destacou, em seu discurso, que "o investimento que a Rede tem feito em todo o Brasil não pode ser negado ao Paraná. Ainda em outubro do ano passado foi implantado um trecho de "Maria Fumaça" no Rio Grande do Sul, para cobrir 48 quilômetros, numa viagem de mais de duas horas. Os custos de manutenção serão, evidentemente, bem mais elevados que os necessários para manter essa linha no litoral paranaense. Mas o Rio Grande do Sul ganhou a sua "Maria Fumaça" enquanto o Paraná encontra todas as dificuldades pela frente. Há a viagem Curitiba – Lapa, sabemos disso. E tem sido este o obstáculo preferido nas argumentações da Rede Ferroviária Federal, ao anunciar manter de reserva a máquina e composições que poderiam estar percorrendo outros trechos. Não é uma justificativa, pois em um ano de implantação apenas uma viagem não pode ser concluída pela "Maria Fumaça" no trecho Lapa – Curitiba. E na ocasião uma máquina diesel estava pronta para prestar socorro, e transportar os passageiros. Logo, não há como se explicar".

"Precisamos impor nossos direitos"

O Líder do Governo Álvaro Dias, na Assembléia, Deputado Nestor Baptista, concluiu seu discurso afirmando que "precisamos impor nossos direitos de um tratamento igual ao que outros Estados têm merecido no setor turístico. Mais ainda, por

termos colocado um paranaense a dirigir a Rede Ferroviária Federal. O desenvolvimento e a geração de empregos em nosso litoral depende do incentivo ao turismo. E uma união desta Casa em torno dessa luta pela implantação da "Maria Fumaça" no trecho Morretes – Antonina será uma grande força à pretensão dos tantos e tantos que dependem do movimento turístico da região."

Assunto não "murchará" na Assembléia

A reportagem de PARANÁ EM PÁGINAS soube que na Assembléia Legislativa do Paraná o assunto da "Maria Fumaça" entre Morretes e Antonina não será esquecido, enquanto a Rede não se decidir pelo atendimento dessa pretensão do Legislativo Estadual, da Câmara Municipal de Antonina, de Montes e de Curitiba, das Prefeituras de Antonina e de Morretes, da diretoria da Associação dos Proprietários de Jornais Diários e Revistas do Estado do Paraná, da Associação de Defesa do Patrimônio e da História de Antonina, do Prefeito de Curitiba Roberto Requião, da Empresa Paranaense de Turismo (Paranatur) da Comissão de Turismo do Coind, da Secretaria da Indústria e do Comércio e do Secretário Fernando Miranda, quando estava na SEIC.

**Dino Almeida,
Callil Simão,
Senival Silva,
Rosy de Sá Cardoso.
Todos defendem Antonina**

Dizemos e provamos que a Rede Ferroviária Federal está só, contra Antonina e Morretes. Nenhuma entidade, nenhum homem público, ninguém que lide com turismo, não há pessoa que não esteja reprimindo o procedimento da Rede, pela sua Superintendência Regional, chefiada pelo dr. Paulo Munhoz da Rocha, em não implantar a "Maria Fumaça" como formidável opção turística no trecho Morretes – Antonina. Dino Almeida, consagrado columnista social, na "Gazeta do Povo"; Senival Silva, em sua página de turismo no "Diário Popular"; columnista conceituado Callil Simão, em sua coluna social no Jornal Indústria & Comércio"; a festejada jornalista Rosy de Sá Cardoso, em sua página de turismo na "Gazeta do Povo", além de outros, registraram o apoio da Paranatur – Empresa Paranaense de Turismo, em favor dessa pretensão do nosso Estado. O entendimento da Paranatur é muito válido, porquanto a empresa, melhor do que qualquer outro órgão ou pessoa, sabe o que é mais interessante para o turismo paranaense.

**JORNAL "O ANTONINENSE"
ENTRA FIRME NA BRIGA
PELA "MARIA FUMAÇA"**

O jornal **O Antoninense** possui tradição na cidade em todo o litoral paranaense, pela maneira objetiva e honesta como aprecia os acontecimentos da região. Em seu Ano XX número 185, esse semanário capelista aprecia o assunto da "Maria Fumaça" com muito destaque, dizendo na primeira página que "Antonina não abre mão" e dedicando a sua página seis, inteira, a respeito desse assunto.

O jornal **O Antoninense** retrata a vontade da população capelista, que não se conforma com a atitude negativista da Rede Ferroviária Federal,

ainda mais porque esse órgão público tem a dirigir-lo um paranaense, o engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, que deveria ser o primeiro a estimular a implantação da nova linha turística.

O jornal recordou que o prédio da estação férrea de Antonina, histórico, chegou a ser considerado disponível para uma discoteca, quando a Rede desativou seus serviços na cidade, o que revoltou o povo.

"O povo de Antonina coloca como prioridade para o desenvolvimento turístico regional a implantação de uma linha regular da "Maria Fumaça" entre os municípios de "Antonina e Morretes", um trecho incisivo publicado nessa edição de "O Antoninense".

**D'ANGELIS, NA CÂMARA
"DEPENDE EXCLUSIVAMENTE
DA REDE FERROVIÁRIA"**

Curitiba tem muito interesse na implantação da linha Morrestes-Antonina, com a "Maria Fumaça". Poderia ser isso o motivo para a fixação de dezenas de turistas, por mais um dia, na capital. As agências de turismo e a hotelaria estão compreendendo dessa maneira, daí por que os setores participam do movimento que é favorável a essa novidade turística.

Sentindo a vontade do setor é que os vereadores, na Câmara Municipal, ficaram ocupados do assunto, na sessão de 11 de março recente. O vereador Waldyr D'Angelis, líder do prefeito no legislativo ocupou a tribuna e disse que "seria mais fácil e mais diversificada a venda de pacotes de turismo que eles (agentes de viagens) poderiam vender dentro do nosso Estado."

O vereador José Gorski, em aparte, afirmou que "acho que o desprezo que se dá pela cidade de Antonina, por todos os governos, não é só do PMDB, foi do PDS, foi da Arena, é injusto, é um esquecimento histórico". Mais em frente, nesse aparte, Gorski afirmou que "precisamos levar o turismo para aquela linda cidade e por isso somo, estou à disposição, se for necessário, para que esta Casa torne alguma medida através de V. Ex.^a ou em conjunto com os vereadores, convocando os responsáveis. Estou à disposição."

Voltando a falar o vereador Waldyr D'Angelis agradeceu o aparte e, acatando a idéia de Gorski, disse que "faremos então um requerimento de todos os vereadores desta Casa, dirigido à Rede Ferroviária Federal, pedindo a implantação desta linha turística entre Morretes e Antonina" D'Angelis perguntou: "De quem depende a solução, o atendimento desta reivindicação?"

Ele mesmo respondeu: "Depende exclusivamente da Rede Ferroviária Federal, que possui duas máquinas do tipo "Maria Fumaça" reparadas, uma dessas máquinas faz a linha da lapa e a outra fica na reserva e poderia muito bem fazer a linha Morretes-Antonina. A Rede nas suas oficinas em Ponta Grossa tem recuperado vagões antigos para a linha da lapa e poderia muito bem atuar nesta linha Moretes-Antonina. As estações tanto de Montes como de Antonina estão em perfeito estado, funcionando bem e não exigem nenhuma reforma. Os trilhos estão bons e eles são usados regularmente para a carga no período noturno. Então não há nenhum problema técnico, nenhum problema de ordem econômica, não há nenhum gasto extraordinário, será uma linha que pode ser cobrado do turista a preços que não

ofereçam prejuízos, não há problema nenhum."

Mais adiante D'Angelis afirmou: "O que precisamos é resgatar Antonina e Morretes. O vereador José Gorski lembra muito bem que é um esquecimento histórico daquela região, uma região que contribui muito bem para o Paraná porque antes mesmo do porto de Paranaguá ser um porto importante o porto de Antonina já era o de maior expressão do Paraná. Dentro dessa linha é que nós reivindicamos essa novidade turística que viria recuperar aquela cidade histórica que deu contribuição notável à história do Paraná e que deu ao nosso Estado grandes homens e que agora merece do Estado uma atenção especial neste momento difícil da vida daquela região."

O vereador João Derosso, pedindo aparte, demonstrou apoio aos argumentos do vereador D'Angelis, parabenizando-o por esse pronunciamento. Voltando a apartear, o vereador José Gorski disse que "a cidade de Antonina é muito querida por todos os paranaenses e, principalmente, pelos curitibanos", merecendo o que está reivindicando. Pedindo aparte o vereador Marcos Isfer destacou que "o vereador Waldyr D'Angelis está sendo muito feliz e gostaria de dizer da importância desse trecho da Maria Fumaça, inclusive para o turismo de Curitiba. E é por isso que estamos discutindo esse assunto aqui, porque estamos trazendo para o comércio de turismo de Curitiba mais um incentivo, mais uma razão para aquelas pessoas que se deslocam ao sul ou a Foz, no sentido de mais um passeio, de permanência de mais um dia, em Curitiba. Problema bem lembrado pelo companheiro e por isso quero parabenizá-lo pela idéia".

O vereador Luis Carlos Betenheuser, em aparte, também colocou em evidencia seu ponto de vista, favorável à Maria Fumaça no trecho referido.

Concluindo o seu discurso, o vereador curitibano Waldyr D'Angelis confirmou o seu propósito de congregar os vereadores e participar de todos os esforços no sentido de fazer com a Rede Ferroviária Federal comprehenda a necessidade dessa linha. Destacando que a Rede é presidida por um paranaense, o eng. Osiris Stenghel Guimarães, ele pediu para que esta autoridade prestigie Antonina e Morretes, com a ligação turística sendo implantada o mais urgente possível.

Solução do problema

As Casas Legislativas, as municipalidades envolvidas e mais de Curitiba, entidades de classe e de turismo, a Paranatur, jornalista especializados em turismo, jornalista que apreciam assuntos gerais, todos, sem restrições, participam do movimento que deseja a "Maria Fumaça" na linha Morretes – Antonina. Seria um trecho que entraria em conexão com a linha férrea normal, aos domingos, de Curitiba a Paranaguá. Em Morretes aconteceria a baldeação, ali a "Maria Fumaça" ganhando a incumbência de conduzir quatro ou cinco vagões até Antonina. No retorno, o inverso. A Rede, com seus dirigentes simplesmente dizendo "não", está muito mal colocado no problema. E tende a ficar com a situação ainda mais agravada, com repercussão pública ainda maior, se a teimosia persistir.

O SR. RUBEM BRANQUINHO (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a Câmara dos Deputados viveu na manhã de ontem, um de seus memoráveis dias ao assistir o pronunciamento do eminente Ministro da Fazenda, Prof. Bresser Pereira, que fez, com o brilhantismo que lhe é peculiar, uma síntese histórica como se apresentava a economia brasileira, no momento em que assumiu a Pasta da Fazenda, em situação de grave crise, caracteri-

a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para registrar fatos importantes que nestes dias se desenrolam no Estado do Acre. Em primeiro lugar, será assinado hoje, no Palácio Rio Branco, sede do Governo estadual, contrato aditivo entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e empresas empreiteiras, para término da pavimentação asfáltica entre Porto Velho e Rio Branco. Quero registrar meu agradecimento ao Dr. Antônio Alberto Canabrava, ilustre Diretor-Geral do DNER, que soube compreender os reclamos do povo acreano e hoje, de maneira concreta, nos devolve a confiança de que estamos no limiar de uma era de grande prosperidade com a chegada do asfalto. O Acre, estando relegado ao isolamento desde o início do século, não teve ainda a oportunidade de desabrochar o seu desenvolvimento. Mas, Estado rico, coberto por maravilhosa floresta e onde se encontra a maior concentração de terras férteis do País, tem muito a oferecer ao Brasil e aos brasileiros. A pavimentação da BR-364, trecho Rio Branco – Porto Velho, é um passo importantíssimo para que melhore a vida dos acreanos. Portanto, queremos, de maneira veemente, agradecer ao Dr. Canabrava os esforços que tem feito para levar o asfalto até Rio Branco.

Outrossim, queremos também registrar com imensa alegria a visita que amanhã, dia 2 de julho, fará ao nosso Estado o Exmo. Sr. Presidente da República Dr. José Sarney. Desde que o PMDB alcançou o Governo do Estado, em março de 1983, esta é a primeira vez que recebe o primeiro mandatário da Nação. Em Rio Branco, o Presidente José Sarney irá encontrar-se com o Sr. Presidente da vizinha e irmã República do Peru. Dr. Alan Garcia. Isto representa muito para o Acre, dados os enormes esforços que temos feito para uma efetiva e real aproximação com o Peru. Esperamos sinceramente que a visita dos dois presidentes se traduza em medidas para a construção de rodovias ligando o Acre ao Peru por dois caminhos. O primeiro, através da ligação de Assis Brasil – Inapari a Porto Maldonado; o segundo, pela ligação de Cruzeiro a Pucallpa ou Contamana.

A integração viária é passo fundamental para a complementação das economias do Peru e do Brasil. As populações amazônicas de ambos os lados da fronteira padecem dos mesmos problemas, quais sejam, a grande distância dos centros desenvolvidos dos respectivos países, falta de estradas e custo de vida elevado. A plena integração do Acre com os departamentos peruanos de Madre de Dios e Ucayali virá minorar o sofrimento e facilitar a vida dessas populações.

Portanto, é com grande júbilo que estaremos presentes ao encontro dos Presidentes Sarney e Alan Garcia. E este encontro reacende as nossas esperanças de melhores dias para o glorioso Estado do Acre.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a Câmara dos Deputados viveu na manhã de ontem, um de seus memoráveis dias ao assistir o pronunciamento do eminente Ministro da Fazenda, Prof. Bresser Pereira, que fez, com o brilhantismo que lhe é peculiar, uma síntese histórica como se apresentava a economia brasileira, no momento em que assumiu a Pasta da Fazenda, em situação de grave crise, caracteri-

zando-se como uma situação de estagflação, acompanhada de grave crise financeira e uma incontida ascensão do déficit público. Agregaram-se, ainda, a esta situação conjuntural da economia brasileira, dois problemas estruturais que vêm minando a saúde da nossa economia, quais sejam, a dívida externa e a perda da capacidade de poupança do setor público, como muito bem assinalou o ilustre Ministro da Fazenda em sua clara e precisa exposição nesta tribuna e no debate que manteve com os Srs. Parlamentares.

Para enfrentar, portanto, os problemas conjunturais da economia brasileira, tais como a inflação, que pulou de novembro do ano passado dos 3% para mais de 20% mensais, cuja escalada tem sua origem no excesso de demanda e no desalinhamento de preços; os desequilíbrios dos preços relativos, que adicionou à inflação de demanda uma inflação corretiva; a recessão, oriunda da retração de consumo interno; a crise cambial, manifesta com a queda substancial do saldo comercial do primeiro trimestre, representando apenas 1/4 do mesmo período do ano de 1986; a crise financeira, desestimulando os negócios, apresentando elevado número de concordatas e falências, com repercussões nefastas sobre as pequenas e médias empresas; o aumento do déficit público, de 3% do PIB, em 1986, para um valor projetado de 6,8% este ano; e, por fim, os problemas atinentes aos aspectos estruturais da economia, dívida externa e poupança do setor público, a moratória e o desequilíbrio da balança de pagamentos, que levavam a uma situação de impasse na relação com os credores internacionais, como muito bem demonstrou o Ministro da Fazenda. Ainda nesse quadro desfavorável, a poupança do setor público caiu de uma média de 9% do PIB, nos anos 70, para praticamente zero, obrigando o Governo a uma maior captação da poupança privada, além de dificultar os investimentos em setores básicos sob o controle dos Estados.

Foi com este quadro desolador e ante a ameaça de um choque recessivo para o segundo semestre deste ano que o Ministro Bresser Pereira enfrentou o desafio de mudar a economia nacional, adotando uma estratégia apoiada em três pontos: racionalidade, realismo e respeito ao mercado, princípios estes que se expressam nos seguintes objetivos fundamentais de política econômica do Governo:

1 – garantir o desenvolvimento econômico e o pleno emprego;

2 – distribuir de forma mais justa a renda entre as famílias e as regiões;

3 – combater a inflação e lograr uma razoável estabilidade de preços;

4 – alcançar um superávit comercial que permita ao País negociar sua dívida externa de forma soberana.

Para alcançar esses objetivos foram adotadas medidas de curto e longo prazos, sobressaindo-se dentre elas: medidas para aumento das exportações, plano de negociação da dívida externa (em elaboração), novo plano cruzado, medidas de apoio às pequenas e médias empresas, plano de controle macroeconômico.

Após detalhar cada uma dessas medidas, o nobre Ministro da Fazenda sintetizou o seu Plano de Controle Macroeconômico, cujos principais objetivos são:

– garantia do crescimento econômico, buscando alcançar taxas históricas (7% aa) de desenvolvimento;

– garantir saldo da balança comercial que permita renegociar a dívida externa de maneira soberana;

– assegurar a estabilidade de preços.

Todas essas medidas, como esta Casa pode verificar, visam a evitar a recessão e servirão de forte estímulo ao crescimento econômico e ao aumento das exportações, permitindo assim, um desenvolvimento compatível com a conjuntura atual da economia, sem acarretar perdas para a classe trabalhadora e desaceleração nos setores produtivos, o que seria comprometedor para a economia brasileira.

Vê-se, com satisfação, que algumas das estratégias adotadas pela já profícua gestão Bresser Pereira na Fazenda já apresentam resultados positivos, o saldo comercial e a queda nos preços, com uma diminuição da inflação, o que tudo indica, permitirá que se alcance o terceiro grande vetor, o crescimento econômico.

Pela exposição do Prof. Bresser Pereira, nesta manhã, estamos certos, o Brasil reúne as condições necessárias e indispensáveis para reverter o processo recessivo, o grande desafio não só do competente Ministro da Fazenda, mas de toda a Nação brasileira.

O SR. FÉRES NADER (PDT - RJ)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no último dia 14, o Parque Nacional de Itatiaia – o primeiro criado no País – completou 50 anos. No entanto, muito pouco há para se comemorar nesse cinquentenário. Criado em 1937, o parque se encontra em situação desesperadora. A situação fundiária irregular, a carência de funcionários e recursos e a má conservação generalizada, além dos desmatamentos, incêndios florestais e a caça clandestina, são alguns dos problemas que afetam essa área de 120 quilômetros quadrados.

O biólogo Hélio Gouveia, que dedicou 40 de seus 60 anos a estudos sobre o parque, já assistiu a mais de 30 incêndios na região – alguns criminosos, como o de 1981 – que exigem mais de 20 anos para a recomposição da área destruída. A caça desenfreada está também contribuindo para a extinção de espécies raras como o bugio, macaco-prego, macaco-pássaro, sagüí, lobo guará, tatu-canastra, tamanduá-bandeira, onça parda e o mico-leão-dourado. Para evitar esses problemas, deve-se seguir a sugestão de Josef Simon – 84 anos, mais de 66 no parque – de que seja reativada a equipe especializada no combate ao fogo e instalados postos de observação no interior da reserva.

É preciso começar tudo de novo no parque, Sr. Presidente, já que para uma área de 200 quilômetros de circunferência existem apenas 80 funcionários, mas foram se aposentando, morrendo, e seus claros não foram preenchidos.

Segundo ecologistas que fizeram um estudo recente sobre o parque, existem desmatamentos, queimadas e depredação, a maioria realizadas em áreas de ampliação que ainda não foram pagas pelo Governo Federal e, portanto, não fiscalizadas.

Mas é a questão fundiária que ganha maior vulto, na medida em que várias situações conde-

náveis estão amparadas por lei. O próprio plano de manejo do Parque Nacional de Itatiaia, feito em 1982 pelo IBDF, classifica como parque natural cerca de 12 mil dos 30 mil hectares, o que permite a existência de propriedades particulares em seu interior.

Sugerimos, portanto, que o IBDF reformule o plano de manejo e eleve o número de funcionários em atividade, para que a fiscalização possa ser desenvolvida de maneira efetiva.

Sr. Presidente, precisamos nos unir na defesa da preservação do Parque Nacional de Itatiaia, antes que seja tarde demais.

O SR. GUSTAVO DE FARIA (PMDB – RJ)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nos últimos dias, o País inteiro tem assistido, perplexo, às cenas de violência ocorridas no Rio de Janeiro. Primeiro, o inacreditável atentado contra o Presidente José Sarney, do qual fui testemunha, pois me encontrava no ônibus que conduzia a comitiva. Depois, o quebra-quebra no centro da cidade, com vários ônibus incendiados, carros particulares destruídos, lojas saqueadas.

Num caso e no outro; falhas de segurança à parte, há alguns importantes aspectos a considerar. Não se pode desconhecer que existe um crescente descontentamento popular, em função da inflação registrada no primeiro semestre, ao desaquecimento da economia e ao problema do desemprego, que é consequência da crise econômica. Tudo isso faz com que a população fique ainda mais insatisfeita e receptiva à ação de agitadores e baderneiros.

No caso do Rio de Janeiro, a situação de desemprego tem características muito peculiares, pois o Governo Moreira Franco está às voltas com uma herança verdadeiramente maldita. Ao assumir, a nova administração estadual defrontou-se com uma situação verdadeiramente absurda, pois não se sabia sequer quantos funcionários tinham sido contratados pelo Governo Brizola. Com o passar dos dias, pouco a pouco os números foram sendo levantados, causando estarrecimento. Houve milhares de contratações feitas à última hora, por motivos exclusivamente políticos.

O Governo Moreira Franco, evidentemente, viu-se obrigado a fazer demissões, já que não havia recursos sequer para pagamento dos servidores, o que poderia levar o Estado ao caos administrativo. Cerca de 15 mil funcionários ociosos tiveram de ser afastados, para enxugar a folha de salários do Governo estadual.

Estes fatos explicam, em parte, porque é particularmente delicada a situação no Estado do Rio, especialmente no centro da cidade, na área conhecida como "brizolândia", onde se concentram os funcionários demitidos pela nova administração.

O ex-Governador Leonel Brizola, que está ciente de toda esta situação, deu ontem uma inacreditável entrevista à televisão, em que confessou estar recomendando a seus correligionários e adeptos que valem o Presidente da República em todas as suas aparições públicas.

Como se vê, Leonel Brizola está claramente tentando desestabilizar o Governo federal, numa fase muito delicada da política, pois a transição democrática ainda está em processo de consolidação. Recomendar que o Presidente da República seja vaiado em todas as suas aparições públi-

cas, sem dúvida significa insuflar a população contra o poder constituído.

É triste verificar que um político da importância do ex-Governador Leonel Brizola demonstre tamanha falta de responsabilidade e espírito público. Não é insuflando a população que chegaremos à tão sonhada democracia plena. Não é vairando o Presidente da República que resolveremos a grave crise econômica em que nos encontramos. O caminho, decididamente, não é este. Este é o caminho do caos, da desestabilização, que a ninguém interessa. Nem mesmo ao Sr. Leonel Brizola.

Muito obrigado.

O SR. MICHEL TEMER (PMDB – SP. pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, meu tema é a transparência da administração e, por isso mesmo, se refere à presença do Ministro Bresser Pereira nesta Casa para prestar esclarecimentos sobre os planos, projetos e condutas do Governo na área da economia.

Tenho para mim que, no estado de direito, a administração é atividade de quem não é dono. O administrador é um mero gestor dos negócios públicos e, nessa condição, sempre deve satisfação de seus atos aos cidadãos interessados, à comunidade em geral e a seus representantes no Parlamento.

Por tal razão, Sr. Presidente, inspirado nas lições dos eminentes mestres Cirne Lima, Seabra Fagundes, Celso Antônio Bandeira de Mello, Adilson Dallari e Geraldo Ataliba, apresentei proposta à Constituinte, que figura nos arts. 74 a 78 do anteprojeto da Comissão de Sistematização, no sentido de compelir a administração a apresentar sempre a motivação e a fundamentação de seus atos, demonstrando a sua razoabilidade e dando-lhes publicidade e transparência.

O comparecimento do Ministro Bresser Pereira se enquadra inteiramente na linha de conduta preconizada em minha propositura, mas, devo assinalar que, no seu caso, tal gesto foi ditado não só pelo requerimento regimental mas, também, por circunstâncias pessoais, de sua maneira de ser, como, de resto, sempre se comportou quando tivemos a honra de trabalhar em conjunto, integrando o secretariado do Governo do Estado de São Paulo, na gestão do Governador Franco Montoro.

Reipo que, em meu entender, Sr. Presidente, a transparência da administração é requisito essencial e indispensável ao estado de direito, e, para dar concreção e eficácia a esse princípio é que apresentei a proposta acolhida nos artigos acima referidos, para que todo administrador público, independentemente de suas convicções pessoais, seja obrigado a demonstrar, publicamente, que está agindo inequivocadamente no sentido da defesa do bem comum, atuando com isenção, imparcialidade, lealdade e boa fé.

S. Ex.^a só fez revelar aspectos de sua conduta pessoal: transparente, franca, iluminada. Portanto, sem subterfúgios, sem dissimulações, dizendo claramente o que quer e o que pretende. E mais, submetendo o seu dizer e os seus planos ao exame daqueles que mais de perto representam o povo: os Parlamentares Constituintes.

Fico feliz, portanto, Sr. Presidente, pelo exemplo dado pelo nosso Ministro Bresser Pereira. Gestos

seus que foram tomados como inusitados no Parlamento (apresentação de gráficos e demonstrativos em quadro negro, informalidade na exposição) só fazem ressaltar o que salientavam no início desta fala o Ministro aqui não esteve para agradar, enganando, mas para relatar abertamente o que propõe como plano econômico, daí a informalidade, a franqueza, a lealdade. Em síntese: a transparência administrativa por nós almejada nos dispositivos propostos e acolhidos.

Cumprimento, portanto, o Ministro Bresser Pereira, por ter dado, no presente, uma demonstração de como deverá ser a conduta, no futuro, de todo e qualquer ocupante de funções decisórias no poder público.

O SR. JOÃO DA MATA (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mais uma vez uso o espaço destinado à Constituinte para tratar da crise econômica.

Há dias, pedi a suspensão dos trabalhos da Constituinte para que todos os Deputados e Senadores se dedicassem, com exclusividade, ao tema mais urgente, a recuperação econômica deste País. Infelizmente, não fui atendido, talvez por falta de conhecimento da intensidade com que se desenvolvem os fatos. Mas hoje os Srs. Constituintes já chegam a esta Casa surpresos e preocupados com as ocorrências dos últimos dias no Rio de Janeiro. Acusações são feitas a alguns partidos, porque é mais fácil do que reconhecer os erros da política econômica do Governo e tomar as devidas providências em tempo hábil. Isto, todavia, com muita tristeza, antecipo aos Srs. Constituintes, é apenas o começo.

O que se viu no Rio, companheiros, foi o povo na rua, revoltado, esmagado pelas decisões absurdas que repetidamente o Ministro da Fazenda toma contra os que produzem. Vejam que o mesmo vem acontecendo no sertão paraibano e em outras regiões do Nordeste e do País. Lá, no sertão, nem sempre a televisão está presente para registrar os fatos e comunicá-los à população.

O que existe, Sr. Ministro da Fazenda, é fome, é miséria, é intranquilidade, é assalto oficializado, através dos juros bancários, é incompetência total na condução dos destinos de nossa economia. Não há em um só recanto do meu Estado, e de lá vim hoje, após visitar o sertão, o cariri e o litoral, não há, repito, Sr. Ministro, um só homem, uma só mulher que não esteja com as mãos na cabeça, pedindo a Deus uma solução urgente. O desespero contagiou a área produtiva do Estado. Os agricultores, pecuaristas, comerciantes, os industriais, os profissionais liberais, os empresários de serviços, os trabalhadores, a população inteira, enfim. Os micro e pequenos empresários faliram economicamente e destruíram suas perspectivas de futuro. Os assalariados tiveram seu poder aquisitivo desgastado e hoje não têm como sobreviver. É lamentável que só um homem destrua uma Nação inteira, às vistas dos legítimos representantes do povo, nós Deputados e Senadores, e nada seja feito antes do afogamento total. Nós, Parlamentares, não reagimos, mas o povo reage e já está iniciando o processo de legítima defesa.

Há violência porque é a única voz que o povo tem, já que os seus representantes na Câmara Federal e no Senado não falam, não gritam, não denunciam o suficiente para fazer valer a vontade

daqueles que os elegeram. E, certamente, após a reação, os culpados serão como sempre aqueles que, em legítima defesa pelo estado de desespero em que se encontram, enfrentaram as espadas da insensatez, da incompetência e da força arbitrária do poder público.

Devo dizer à Nação que não sou incendiário, prefiro ser bombeiro e, por este motivo, tenho a coragem de, neste momento de tamanhas dificuldades, alertar S. Ex.^a o Sr. Presidente da República para que tome todas as medidas preventivas a fim de evitar o incêndio que parece ser evidente.

Estarei ao lado do meu povo, do trabalhador, do humilde homem do campo, dos empresários nacionais. Estarei ao lado de todos os que querem e precisam trabalhar. Sou contra qualquer tipo de violência, motivo pelo qual sou radicalmente contra as arbitrariedades que se praticam contra o povo brasileiro, através da área econômica deste Governo.

É preciso baixar imediatamente os juros bancários a níveis de 0,5 a 1%. A lei de oferta e procura tem que ser respeitada, através da compreensão de que só a competição de mercado baixará preços e, consequentemente, a inflação. É inadiável o incentivo ao trabalho com tranquilidade e, para tanto, faz-se mister um plano econômico que viabilize a empresa nacional, que aumente os rendimentos da classe trabalhadora e estabeleça os princípios e a prática da justiça em todos os níveis sociais. Temos que equacionar a questão da dívida interna, temos que compatibilizar as contas do orçamento da União. É preciso força política, é preciso haver decisão corajosa. Decisão que valorize e incentive, de todas as formas, o trabalho, abolindo, de uma vez por todas, as especulações, as degenerações dos salários que levarão este País a um desastre social.

Suplico, em nome do meu povo e de todos os homens e mulheres que querem fazer deste País uma grande Nação, que o Presidente da República intervenha com rigor, usando todas as suas prerrogativas do cargo, para reduzir os juros bancários imediatamente, compatibilizar as contas de nosso orçamento e estimular a produção.

Vamos, nós, também Constituintes, dar a nossa colaboração, cumprindo com nossas obrigações para, corajosamente, defendermos o fortalecimento desta Casa, através de um posicionamento firme a favor das populações humildes que nos elegeram, com deveres e obrigações consignados na Lei Constitucional e no Regimento desta Câmara. Somos também trabalhadores, motivo por que não podemos agora, neste momento, fugir a nossas responsabilidades.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a comemoração, que transcorreu no dia 24 de junho próximo passado, do "Dia do Maçom", é motivo de júbilo não apenas para os que expressam esse contentamento entre colunas, no recesso dos templos, espalhados em quase todos os pontos do País, mas também para toda a sociedade brasileira, que deve à ação da maçonaria uma luta permanente pela liberdade e em defesa das instituições democráticas.

Embora D. Pedro I tivesse ingressado na Maçonaria, quando pareceu aos brasileiros que ele continuaria a negar-nos uma Constituinte, surgiu, em

Pernambuco, a Confederação do Equador, comandada por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, anunciarão a República no Nordeste brasileiro, proclamada pela bravura dos maçons, sob o comando daquele frade venerável.

Vencido o movimento pelas tropas imperiais, todos os que o comandavam foram sacrificados, arcabuzado Frei Caneca no Forte das Cinco Pontas, na cidade de Recife.

A maçonaria, que já lutara pela Independência, percebendo que aquela vitória significava muito mais o atendimento ao capricho do volátil imperador do que aos desejos de José Bonifácio, Gonçalves Ledo e tantos outros, continuou em vigília, até que Pedro I abdicasse, para conquistar, pela força, o trono de Portugal.

Mas a epopeia pinacular da maçonaria universal se desenrolou na França, levando o povo à derrubada da Bastilha e a burguesia à eliminação da aristocracia, fundada a primeira República Francesa.

A divisa "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" deixaria, logo, de ser francesa e inspiraria a confederação dos Estados americanos a instituir a democracia no continente, eleitos os representantes do povo pelo voto direto, universal e secreto.

Não há capital do mundo, mesmo nos países totalitários, onde a Maçonaria não seja conhecida e, se em todas não existem templos maçônicos, multiplicam-se os que orientam sua ação prática e suas convicções ideológicas pelos sadios princípios pregados pela Maçonaria, que é, também, uma das maiores instituições filantrópicas do mundo.

Por isso, o dia universal não tem significado especial apenas para os maçônicos; ele relembraria, a todo mundo, uma luta multissecular em defesa da liberdade, uma pregação ideológica insistente na defesa da igualdade e uma atuação diuturna em prol da fraternidade mundial. Embora não sendo ainda maçom, mas um admirador desta organização, congratulo-me com o seu dia.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Governador Quêrcia, após atacar os direitos e salários dos servidores públicos de São Paulo, volta-se agora contra outro setor de trabalhadores daquele Estado.

O Sr. Governador outra vez não quer cumprir uma lei federal que foi conquista de um movimento, de uma luta! Trata-se da Lei Federal nº 7.601, de 15.5.87, que reorganiza e estabelece novos padrões de remuneração para as residências médicas no País.

Ora, aquela lei previa que o médico-residente deveria receber uma bolsa de estudo no valor de 70% do salário de professor auxiliar nível I, em regime de dedicação exclusiva das instituições federais de ensino superior. Isto corresponderia, em maio de 1987, a cerca de Cz\$ 18.000,00. É importante ressaltar que a carga horária dos médicos-residentes é bem maior do que a dos professores, sendo de, no mínimo, 60 horas semanais.

Essa atitude do Governador Orestes Quêrcia de não pagar o que a lei determina levou os médicos-residentes de São Paulo a um movimento grevista que já dura mais de 20 dias. Todos os

grandes hospitais do Estado estão afetados pelo movimento.

A intransigência do Governo do PMDB em São Paulo levou o Governador a um novo patamar de agressão a esta categoria de trabalhadores. Agora ele ameaça descredenciar e extinguir –, vejam bem a irresponsabilidade – extinguir os programas de residência médica nos Hospitais do Estado.

É esta a consequência prática, aliás, do não cumprimento da Lei Federal nº 7.601/87. Inevitavelmente, as residências médicas de São Paulo serão descredenciadas. Esta posição do Governo de São Paulo terá imediatamente repercussão nacional. Se ele tiver êxito no seu desastrado intento, outros governadores se sentirão tentados a seguir o seu exemplo.

Grandes prejuízos para o atendimento da população e para formação dos profissionais médicos advirão com essa medida.

Provavelmente com a extinção da residência médica outros tipos de programa de especialidades e formação pós-graduada serão estabelecidos. Assim seriam abandonados todos aqueles direitos que a categoria médico-residente acumulou durante lutas de muitos anos para proteger o trabalho e formação dos jovens médicos. Os novos programas por exemplo, poderiam não ter o concurso público obrigatório, dando margem a clientelismo e favoritismo; sem a proteção trabalhista atual, os jovens médicos ficam sujeitos a uma superexploração do seu trabalho; outra consequência pode ser a maior elitização do ensino, pois sem o pagamento da bolsa, como previsto na Lei 7.601/87, poucos poderiam fazer o curso, por restrições de ordem econômica; até poderiam instituir o ensino pago, com a cobrança para fazer os cursos de pós-graduação.

Dessa forma, faço uma advertência aos Parlamentares, particularmente aos de São Paulo e do PMDB: pressionem o Governador Quêrcia, vamos impedir que a residência médica de São Paulo seja destruída!

Seguem-se documentos do Governo Federal e estadual a respeito do assunto.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

Altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de Julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º Ao médico-residente será assegurada bolsa de estudo no valor de 70% (setenta por cento) do salário do Professor Auxiliar Nível 1, em regime de dedicação exclusiva, das Instituições Federais de Ensino Superior.

§ 1º O médico-residente é filiado ao Sistema Previdenciário na qualidade de segurado autônomo.

§ 2º Para efeito do reembolso previsto no § 1º do art. 69 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, combi-

nada com o § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, o valor da bolsa referida neste artigo será acrescido de 10% (dez por cento) sobre o salário-base ao qual está vinculada a contribuição do médico-residente, em sua qualidade de segurado autônomo do Sistema Previdenciário.

§ 3º Para fazer jus ao acréscimo de que trata o § 2º deste artigo, o médico-residente deverá comprovar, mensalmente, os recolhimentos efetivados para a Previdência Social.

§ 4º As instituições de saúde responsáveis por programa de residência médica oferecerão aos residentes alimentação e alojamento no decorrer do período da residência.

§ 5º Ao médico-residente filiado ao Sistema Previdenciário na forma do § 1º deste artigo, são assegurados os direitos previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e suas alterações posteriores, bem como os decorrentes de acidentes do trabalho.

§ 6º A médica-residente será assegurada a continuidade da bolsa de estudo durante o período de 4 (quatro) meses, quando gestante, devendo, porém, o período da bolsa ser prorrogado por igual tempo para fins de cumprimento das exigências constantes do art. 7º desta lei."

Art. 2º Os efeitos financeiros do disposto na presente lei ocorrerão a partir do dia primeiro de abril de 1987.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República. – **JOSÉ SARNEY – Jorge Bornhausen – Almir Pazzianotto Pinto – Ronei Edmar Ribeiro – Raphael de Almeida Magalhães.**

Sr. Arlindo – Brasília – Finanças CNRM Telefones: 225-1763/214-8689

– Informou que ainda não saiu a tabela oficial com a isonomia para o salário do Professor que já está considerada nos valores abaixo:

– Salário do Professor em abril – Cz\$ 21.280,00 (Gat. 20%)

– Salário do Professor em maio – Cz\$ 25.536,00

– Bolsa de Residente em abril 70% – Cz\$ 21.280,00

Cz\$ 14.896,00 + 273,60 (IAPAS) = 15.169,60

– Bolsa de Residente em maio 70% – Cz\$ 25.536,00

Cr\$ 17.87520 + 328,32 (IAPAS) = 18.203,52

De ordem do Sr. Governador, foi-nos incumbido que adotássemos as seguintes providências:

1. Determinar à Comissão Especial de Bolsas para Aprimoramento de Médicos e Outros Profissionais da Área de Saúde, com sede na FUNDAP, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresente proposta de reformulação do Programa, principalmente no que diz respeito ao seguinte:

1.1. reavaliar o número de vagas por especialidade dos Programas e Residência Médica e seu tempo de duração;

1.2. avaliar a atuação dos ex-residentes das Instituições que abrigam os programas;

1.3. compatibilizar os recursos empregados nos programas de residência médica com as prioridades das políticas estadual e nacional de saúde;

1.4. planejar os currículos básicos de forma que correspondam à maior parcela das necessidades de atendimento de saúde da população.

Solicitou, também, estudos de natureza jurídica para avaliar a aplicação da Lei Federal nº 7.601, de 15 de maio de 1987, no âmbito do Estado.

São Paulo, 23 de junho de 1987. –

Ralph Biasi, Secretário da Ciência e Tecnologia.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a proposta que o Senador José Richa (PMDB/PR) está fazendo, de interromper os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, como maneira dos partidos discutirem entre si a situação do País, selando um pacto político de emergência que dê condições ao Governo Sarney de enfrentar a crise política, econômica e social, é, no mínimo, uma sugestão às avessas. Primeiro, pelo que me parece, a Constituinte é soberana e nada existe no País neste momento que o sobreponha à sua legitimidade. Por um princípio elementar de direito, "quem pode mais pode menos", portanto, se alguém está sobrando no processo de redemocratização do País é o Governo Sarney, que perdeu o ingrediente fundamental para se manter no poder a credibilidade. E, como credibilidade não se compra na farmácia da esquina, o caminho que resta ao atual Governo é pedir as contas e permitir que a Assembléia Nacional Constituinte escale uma nova equipe que dê condições ao País de realizar eleições diretas para Presidente no prazo que for determinado.

O Brasil, para preparar eleições diretas para Presidente, precisa de um período de descongestionamento administrativo, exercido por um "gerente", descompromissado com os partidos políticos e voltado para o acerto das nossas contas.

Quem sabe hoje a quanto monta a dívida externa brasileira? É 109, 110, 115 ou 120 bilhões de dólares? O Ministro Bresser Pereira falou neste plenário da Câmara dos Deputados em mais ou menos 110 bilhões de dólares. Será que alguns bilhões de dólares de diferença é tão pouco dinheiro que possa ser estimado por alto?

Penso que o próximo Presidente da República, cumprindo um mandato de transição, homologado pela Constituinte, deve ser um homem que conheça o que significa honrar uma folha de pagamento no fim do mês e o recolhimento das obrigações sociais correspondentes. Quem desconhecer esse detalhe elementar da atividade empresarial, deve ser descartado da possibilidade de assumir esta tarefa.

A Assembléia Nacional Constituinte é o único caminho legítimo para corrigir as tropelias provocadas por uma administração pública caótica que ameaça empurrar o Brasil para um confronto de proporções imprevisíveis.

O Senador Richa, propondo a interrupção dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, para socorrer o Governo desacreditado do Presidente Sarney, desafivelou sua máscara de falso liberal e terá de pagar pelo erro cometido. Era só o que nos faltava: abrir mão das prerrogativas que temos como Constituintes para endossar **ilegível** oceano de incompetência administrativa em

que se transformou o Brasil, sob a égide da chamada Nova República.

Custo a acreditar na matéria publicada pelo "Jornal do Brasil" e atribuída ao nobre Senador José Richa, que sempre vive na condição de um dos grandes democratas deste País. Se o Senador José Richa estiver de fato preocupado com a baderna administrativa em que se transformou o Brasil, que recorra ao único remédio correto que temos neste momento: a Assembléia Nacional Constituinte, de que ele é um dos integrantes.

Espero que nas próximas horas o Senador pelo Paraná venha a se retratar perante o Plenário Constituinte da profunda manifestação de incoerência que produziu, certamente num daqueles momentos de infelicidade a que todos nós como humanos estamos sujeitos.

Muito obrigado.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se considerarmos que a propriedade da terra somente se justifica quando socialmente útil, ninguém deveria possuir mais do que o bastante para trabalhar e produzir.

Daí, a necessidade de se efetuar a reforma agrária. Ao Estado, como instituição responsável pela tranquilidade e pelo bem-estar da população, cabe realizá-la o quanto antes, para o bem da coletividade e garantia de harmonia social.

Não há como fugir disso, pois o povo brasileiro está alerta e consciente do que convém ao País. Se as terras improdutivas, públicas ou particulares, forem racionalmente distribuídas – acompanhadas, é claro, dos meios necessários para serem cultivadas – aos que não a possuem, mas dela precisam, em breve teremos alimentação farta e a baixo custo para nossa população, desaparecendo, consequentemente, os milhões de patrícios que a têm em pequena quantidade ou de má qualidade, ou não a têm.

Um exemplo disso são os Estados Unidos da América, que, desde os primórdios, assentaram sua agricultura na sabia distribuição das terras, de modo que atingisse seu objetivo social: é o maior produtor mundial de alimentos, chegando a produzir, em 1982, nada menos de 398 milhões de toneladas, dos quais 76 somente de trigo, enquanto ficamos com apenas 52 milhões, embora, no corrente ano, tenhamos chegado aos 66 milhões.

Nosso modelo fundiário já nasceu errado, com as Capitanias Hereditárias e as terras de sesmaria. As distorções se foram acumulando ao longo de quatro séculos e estamos em um momento em que não é mais possível ignorar o problema e temos de resolvê-lo, antes que nos encontremos num beco sem saída, com a terra regada pelo sangue de inúmeras vítimas. Agora é chegado o momento de fazê-lo, se quisermos ter uma Constituição que sirva para nossos filhos, para nossos netos, para a posteridade, enfim. Com uma reforma agrária justa, cujos princípios fundamentais estejam inseridos na Carta Maior, teremos uma Pátria mais humana, mais democrática, mais estável e mais perfeita.

Como parte importante da reforma agrária, seria de todo conveniente que, no texto constitucional, fosse estabelecido o usufruível, com base em 3 anos de posse mansa e pacífica, o que

se ajusta aos casos de bens vagos tratados pelo Código Civil.

A reforma agrária, de que tanto falamos no momento e que, a cada dia, se torna mais necessária, já foi objeto, inclusive, da Campanha Civilista de Rui Barbosa, que compreendia, na universalidade de seus conhecimentos, sua importância para o País.

A distribuição de terras pela reforma agrária não deverá, entretanto, ser feita indiscriminadamente a quem deseja-las. Há necessidade de urna avaliação, para se chegar à conclusão sobre quem terá condições de cultivá-las, pois não adianta reparti-las, se forem permanecer improdutivas. Apenas mudarão de dono. E a distribuição não é a causa, mas uma conseqüência da necessidade de produzir alimentos.

Inserida a reforma agrária na Constituição, com seus princípios gerais definidos, embora a serem regulamentados por lei, dentro do menor prazo possível, estaremos dando ao assunto a importância que ele merece e assegurando sua aplicação, de modo que, em pouco tempo, possa produzir os resultados que todos esperamos, inclusive a permanência do homem no campo, de onde se vem afastando, num crescendo preocupante, por absoluta falta de condições de ali permanecer.

Que a reforma agrária seja incluída na Constituição como garantia de que alcançaremos a paz social no setor rural, de onde desapareceu há muito tempo, e de que chegaremos à produção dos alimentos que necessitamos.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as recentes medidas econômicas, conhecidas por Plano Bresser, em nada diferem da orientação oficial da época de Figueiredo e Delfim Netto, sob o comando do FMI. Até na hora de mentir na televisão, o novo Ministro faz igualzinho ao Delfim, esquecendo-se daquilo que nossas mães nos ensinavam quando éramos crianças. A diferença está apenas no tamanho das medidas e das mentiras, hoje maiores.

Em suma, as medidas visam a permitir o pagamento das dívidas interna e externa, cujos credores são os banqueiros nacionais e estrangeiros e cuja formação se deu por um processo basicamente especulativo.

A partir da década de 60, o Governo brasileiro permitiu ao empresariado nacional e estrangeiro, com empresas no Brasil, contrair créditos junto aos bancos estrangeiros, que tinham dinheiro sobrando na ocasião – eram os conhecidos petrodólares.

Como estava entrando dinheiro em excesso e como os empresários tinham que deixar os dólares no Banco Central, recebendo em cruzeiros, o Governo criou o **open market**, absorvendo de volta os cruzados que seriam emitidos. Era uma beleza, o empresariado pegava empréstimo em dólar lá fora, 5%, transformava esse dólar em cruzeiros no Banco Central e, enquanto o dólar ficava parado, o cruzeiro voltava emprestado ao Governo por 10%. No vencimento, a empresa que havia tomado o empréstimo ficava com a diferença dos juros. Considerando que os bancos suíços estão cheios de contas de brasileiros, o que entrou mesmo para investimentos no desenvolvimento do País não é nem de longe o que

se divulga. Estavam criadas as dívidas interna e externa.

Quando, no final da década de 70, as taxas de juros dispararam, as dívidas cresceram como bola de neve, e aí os banqueiros daqui e de fora começam a pressionar, querendo continuar o jogo de ganhar dinheiro fácil. Foi o que resultou na política do Delfim e que volta com o Bresser Pereira. Ao invés de pôr na cadeia os responsáveis por tal situação, pede-se o sacrifício do povo.

As medidas tomadas com o apelido de Plano Bresser, ou Cruzado III, não são nada mais que isso, ou seja, visam a propiciar condições para o pagamento de juros de dívidas que, pelo tamanho, são hoje impagáveis. O corte nos investimentos públicos e a desvalorização do cruzado frente ao dólar tem uma relação lógica entre si e o arrocho salarial, entra como ingrediente essencial nesse bolo.

Vejamos uma a uma:

1) Corte nos investimentos públicos.

Como o Governo é o maior investidor do País, o corte em seus gastos e investimentos correntes, além de permitir sobrar o dinheiro dos impostos para o pagamento da dívida interna provoca uma bruta recessão, fenômeno que sempre desemboca em forte arrocho salarial. O corte do subsídio do trigo, nesse sentido, só vem ajudar.

2) O arrocho salarial, criado a partir da recessão que será promovida com o corte dos investimentos públicos, fica garantido, através do confisco da inflação de junho nos salários, do reajuste salarial, após mais 3 meses de inflação e no adiamento do pagamento do resíduo do gatilho da inflação de maio. O arrocho entra no jogo permitindo sobrar mais dinheiro do orçamento público para pagar a dívida interna e desviar o que seria consumido internamente, para o comércio exterior. O arrocho salarial ainda tem o papel de substituir a tabela da Sunab e os fiscais do Sarney no óficio de segurar a inflação. O congelamento desta vez não estava nos planos de quem fez o Plano, é apenas medida falsa para retardar a revolta popular.

3) A desvalorização cambial em mais de 9,5% irá incentivar o setor exportador a tentar fechar contratos no exterior, pois deixará os produtos brasileiros mais baratos lá fora, enquanto aqui dentro ninguém terá dinheiro para comprar nada mesmo. No entanto, os dólares que entrarão não vão nem esquentar aqui, pois voltam lá fora como juros da dívida externa. Se a inflação cair, o arrocho nos salários será grande. Se não cair, a situação ficará pior ainda.

Tentar reduzir inflação e pagar dívidas via recessão é política criminosa. Uma resposta tem que ser dada.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987, hoje, indiscutivelmente, uma das grandes aspirações nacionais é o combate à impunidade. É o combate aos homens que no Governo, ou usando do Governo, cometem os mais nefastos crimes contra a economia da Nação, contra os interesses sociais da Nação e permanecem impunes, gozando e usufruindo de seu próprio crime.

A democracia cristã não pode e não quer pactuar com tão escandalosa, imoral e nojenta realidade.

Foi por isso, Sr. Presidente, com essa inspiração, Constituintes de 1987, que tomamos a iniciativa de propor a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as irregularidades cometidas na importação de alimentos, durante o fatídico Plano Cruzado e mesmo no início deste ano.

É com satisfação que usamos, neste momento, a tribuna para comunicar que, através de Ato da Mesa da Câmara dos Deputados, já publicado em avulso, foi criada, oficialmente, a Comissão Parlamentar de Inquérito que solicitamos.

Estejam certos, Constituintes de 1987, como pode estar certa a Nação, de que serão investigados, em toda a sua crueza e profundidade, estes atos escandalosos e lesivos, através dos quais foram importados alimentos desnecessários e mesmo alimentos podres, deteriorados, contaminados.

Já nos próximos dias estaremos apresentando à Nação fatos estarrecedores, concretos.

Basta de impunidade!

O Sr. Jorge Arbage – Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O Sr. Plínio Arruda Sampaio – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PT

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este discurso será irradiado pelo noticiário o "A Voz do Brasil", e os nossos amigos da imprensa estão aí atentos, com seus lápis e gravadores, para enviar a todos os cantos o alerta que, em nome do meu partido, venho fazer neste instante.

Quero manifestar nossa inquietação diante de fatos aparentemente dispersos, mas, que, ligados uns aos outros, formam uma trama lógica e preocupante.

O primeiro fato é a evidente desproporção entre a reação aparentemente assustada do Governo e os distúrbios e as turbulências que estão ocorrendo no Rio de Janeiro. Ninguém nega que são distúrbios e turbulências, e não estamos aqui para justificá-los. Mas ninguém nega também que há uma desproporção entre a ação e a reação. Aquela cena ridícula, aquele imenso aparato militar para dar segurança ao Presidente, em uma missa realizada ontem, aqui, em Brasília, não guarda proporção com a real situação do País.

Tive, hoje pela manhã, contato com um diplomata estrangeiro que, com sua candura, me perguntava qual a explicação para tal ocorrência. Imagino a cena: um civilizado cidadão, ingressando desavisadamente na praça de guerra em que se transformou a Praça dos Três Poderes, o menos que poderia imaginar é que estivéssemos em plena convulsão social.

Ora, Sr. Presidente, não há clima para isto no Brasil. Mas os fatos da vida política jamais acontecem por acaso e as coisas que na vida política não têm explicação sempre têm outras explicações. Por que essa onda tão grande?

O segundo fato, aparentemente desconexo, é a notícia de que o Palácio do Planalto "costura" um substitutivo ao anteprojeto do Relator Bernardo Cabral e que já contaria com maioria, na Comissão de Sistematização, para aprová-lo. Isto seria um verdadeiro achincalhe, um verdadeiro aviltamento do trabalho que realizamos nesta Assembléa até agora.

Terceiro fato. Abro os jornais e vejo a seguinte declaração de um político: "Se o anteprojeto do Relator Bernardo Cabral for aprovado, o País será inviável". Declaração de outro Constituinte: "Fizemos um texto vesgo – um lado olha para a direita e outro para a esquerda". Tudo isso gera na população a ideia de que esta Assembléa é irresponsável e caótica. Ora, isto não é verdade.

O Relatório Cabral é, de fato, desequilibrado, contraditório e, até certo ponto, inviável. Mas nesta etapa do processo de elaboração da Constituição isto é absolutamente normal. E como se um cidadão comum passasse diante de um edifício em construção – apenas nos andaimes – e dissesse: esta casa é inviável; não tem teto, não tem porta, não tem janela; dentro dela vai chover e ventar. Qualquer um que fosse do ramo apenas riria desse ignorante, porque ele estaria criticando algo não acabado, algo que está precisamente na etapa de realmente não ser equilibrado nem coerente nem lógico. Por que a reclamação? As pessoas que estão reclamando são do ramo, são Constituintes, conhecem o Regimento, sabem que não é a hora de termos um texto equilibrado. Qual é a razão real da reclamação? É muito simples, meus caros colegas: é que esta Constituição está sendo feita de maneira diferente de todas as Constituições do Brasil.

Todas as outras Cartas Magnas do Brasil foram preparadas em gabinetes lacrados, pelos áulicos e pelos que estão por dentro do círculo do poder. Depois, foram entregues às Assembléias Constituintes como um todo acabado, para pequenos remendos, pequenos acertos, pequenas retificações. Esta que estamos fazendo agora começa do outro lado, começa com o povo dizendo aos Constituintes, nas audiências públicas, quais as suas reivindicações. Bastou isto para que viessem à tona pedidos, queixas, aspirações e protestos, antes nunca sequer mencionados nesta Casa. E isto escandaliza muito, porque atinge privilégios, e assusta muito, porque o privilégio só se mantém em razão do desconhecimento, da ignorância. Na hora em que o povo vem aqui e fala em cada uma das Comissões, na hora em que coloca livremente as suas reivindicações, seus protestos e suas queixas, estamos diante de um outro Brasil. Na hora em que a Constituição não é feita por 4 ou 5 escribas do poder, mas por 559 brasileiros eleitos pelo povo, temos, no primeiro texto, as contradições, as incongruências e as incompatibilidades, não do texto, Srs. Constituintes, mas do Brasil. E este processo democrático de fazer a Constituição, processo novo que entusiasmou um democrata como Felipe González – é um avanço, em si, porque simplesmente abre o debate das grandes questões nacionais.

E quando me vêm dizer que na calada da noite, no recôndito dos gabinetes trancados a chave, alguns escribas escrevem um texto para ser aprovado como rolo compressor aqui dentro, sinto que se quer substituir a negociação pelo conchavo. O conchavo é o acordo atrás das portas e contra o interesse do povo; a negociação é o acordo aberto, claro, diante da imprensa e do povo, para fazer com que possamos conviver entre nós sem escamotear os conflitos e contradições.

Não acredito, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, que V. Ex.^a, com a história que tem neste País, não acredito, meu caro Deputado Paulo Macarini, hoje na Liderança do PMDB, ambos com a responsabilidade de representar aqui o maior partido desta Casa, não creio que V. Ex.^{as} admitirão esses escárnios contra o trabalho que fizemos até agora. Vamos seguir inflexivelmente o nosso procedimento. Vamos negociar como estamos negociando.

Ontem à noite, ouvimos o herdeiro do Sr. Anísio Teixeira, Deputado Artur da Távola, combatente clássico do ensino público, e a herdeira do Sr. Carlos Lacerda, a Deputado Sandra Cavalcanti, combatente clássica do ensino privado, entenderem-se na tribuna e no aparte. Isso é o processo democrático. Isso é o restabelecimento da democracia.

Finalmente, Sr. Presidente: abro o jornal e leio que o meu amigo José Richa, homem de bom senso o meu companheiro em 1962, disse um despautério, pois propõe simplesmente que, dado que o clima político do País está muito conturbado, devemos fechar esta Casa – colocá-la em recesso – até que se restarem o equilíbrio e o bom senso.

Ora, quando entrei aqui, aprendi, Sr. Presidente, que uma das normas mais importantes da Constituição é a que regula a convocação extraordinária do Parlamento nas horas de conturbação nacional, caso tais conturbações se produzam no período de recesso.

O recado, Sr. Presidente, é o seguinte: todos nós os que queremos viver na democracia precisamos ficar de sobreaviso. Não podemos aceitar essas manobras. Não podemos baixar a guarda. (Palmas.)

O Sr. Haroldo Lima, Líder do PC do B – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador,): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Liderança do PC do B acompanha, preocupada, a evolução dos recentes acontecimentos em nosso País. Nestes últimos dias, sucederam vários fatos alarmantes: diante de uma manifestação natural e enérgica – porque assim estava a exigir o momento político do povo do Rio de Janeiro – o Governo tenta utilizá-la como pretexto para incursões e medidas arbitrárias. Tenta compor um quadro de intranqüilidade, tumultuando a vida política brasileira, inclusive lançando mão de expedientes por todos nós considerados como já em desuso, como é a própria Lei de Segurança Nacional.

Hoje, tomamos conhecimento de que prossegue essa avalanche de acontecimentos funestos, sombrios e preocupantes. O Constituinte José Richa, que, como todos sabem, é intimamente ligado às hostes do Poder, ao Palácio do Planalto, vem dizer de público, que considera pertinente que a Assembléa Nacional Constituinte seja posta em recesso, neste momento da vida brasileira, tendo em vista que é necessário haver certa calmaria para que o Governo possa encaminhar os rumos gerais da nossa Pátria.

Ora, Sr. Presidente, o que todos constatamos é que justamente o Governo Federal está levando o País à bancarrota, a uma crise não só econômica, mas política, de grandes proporções. Se há alguém que o povo espera seja posto em recesso e definitivamente afastado da cena política brasileira, para que o Brasil possa encontrar seu caminho luminoso, é o Governo Federal. Por isso é que o povo começa a se preparar, no sentido de desencadear grande campanha por eleições diretas, imediatamente após a promulgação da Constituição pelo Presidente da República, para que rapidamente se possa pôr fim a esse quadro, que revelou um Governo não só incompetente, mas também autoritário – mais do que isso – entreguista e corrupto.

Ora, quando estamos enfrentando situação desse tipo, a idéia de que a instituição constitucional – a Constituinte – seja colocada em recesso, nos deixa alarmados, porque verificamos que justamente o povo brasileiro, longe de acreditar no Governo como alternativa para imprimir um ritmo certo ao País, acredita que somente a Constituinte, a despeito de todas as suas debilidades – que são muitas, diga-se de passagem – terá condições de apresentar uma alternativa institucional e politicamente avançada para o Brasil.

Também sabemos que isso não se dará por conta e risco dos membros internos da Constituinte, porque a realidade tem demonstrado que, se essa Constituinte tem marca débil, é porque, aqui dentro, as fileiras da direita dos partidos, ou dos setores reacionários – setores vendidos ao capital estrangeiro, setores que estão atrás do "Diário Oficial" para empregar no Governo Federal seus apaniguados nos diversos estados – estão-se revelando majoritários. Diante disso, o que o povo espera é que os setores democráticos da Constituinte se unam entre si e se somem ao movimento popular e democrático, que começa a se articular, com vistas a três objetivos centrais: primeiro, eleições diretas em 1988 para Presidente da República; segundo, uma Constituinte progressista, democrática e nacionalista, porque os rumos que a Constituição está tomando são reacionários e entreguistas; e, terceiro, combate ao arrocho salarial do "pacote Bresser Pereira".

Na hora em que todos começamos a nos articular, na hora em que as entidades populares do Brasil inteiro começam a se mexer, no intuito de desencadear um grande movimento popular e democrático, hasteando as bandeiras do progresso, da liberdade e da democracia, eis que esses setores aparecem, como Cassandras, fazendo o canto das coisas fúnebres, a dizer que a Constituinte é que deveria ser posta em recesso, para que o Governo consiga funcionar a contento, sozinho.

O Governo está funcionando mal porque tem a Constituinte a fiscalizar seus atos perante o povo brasileiro. E, se não a tivesse, funcionaria pior ainda. Entregaria mais do que está entregando a Pátria brasileira à sanha do capital estrangeiro, abertamente à corrupção, porque já o está fazendo quando a Constituinte se encontra de olhos abertos. Imaginem o que aconteceria se a Constituinte fosse posta em recesso!

Queremos salientar também, Sr. Presidente, que, além dessas ameaças e chantagens, ainda aparece a notícia de que um substitutivo global está sendo preparado dentro do Palácio do Planalto para ser apresentado à Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, esta Constituinte já está cansada de ser desrespeitada pelo Palácio do Planalto. E, por conseguinte, o povo brasileiro, que elegeu seus componentes como fim específico de elaborar uma Constituição nova para o Brasil, se vê achincalhado pelo Palácio do Planalto, que, a cada instante, se volta para a Constituinte para desrespeitá-la, para dizer que ela precisa fazer outras coisas e não cuidar da situação do País, para dizer que ela não tem o direito de estabelecer o que o povo todo decidiu: entre outras coisas, o mandato do Presidente Sarney. Se os Constituintes estiverem cansados de tantas e tão reiteradas ameaças, e se o povo também assim se comporta, é preciso que as pessoas mais responsáveis pela Constituinte começem também a assumir a bandeira da sua defesa.

Sr. Presidente, aqui expresso ponto de vista que é de todo o meu partido, o PC do B, e de diversas hostes democráticas, de diversos outros partidos. Queremos dizer que nós, do PC do B, e os setores democratas e populares do Brasil esperamos que o Presidente Ulysses Guimarães, que é o Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, tantas vezes ameaçada pelo Palácio do Planalto, em nosso nome – porque S. Ex.^a tem autoridade moral e credencial para tanto – se levante para dizer um basta a esses setores, que reiteradas vezes tentaram ameaçar a autoridade e a soberania da Constituinte; e que a Constituinte deve trabalhar – e trabalhará – de forma altaneira, até o fim, para cumprir o mandato que o povo lhe outorgou. (Palmas.)

O Sr. Brandão Monteiro, Líder do PDT – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador,): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente, queremos dar conhecimento à Casa de algumas atitudes que tomamos juntamente com todos os partidos que têm assento na Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, o momento que vivemos é extremamente sério. Os acontecimentos do Rio de Janeiro nos indicam que há uma grande revolta popular. Várias pessoas foram detidas, algumas tiveram suas casas invadidas, como no Caso da Secretaria Regional do Partido Democrático Trabalhista, Carmem Cinira, e outras foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional.

Preocupados com essa perspectiva, levamos hoje um documento ao Ministro Paulo Brossard,

lamentavelmente sem a assinatura do Partido Liberal – seu Líder se negou a assinar – mas com assinatura de todos os demais partidos com assento nesta Casa, solicitando ao Governo que opte pela Lei Penal comum e não pela Lei de Segurança Nacional. Que se dê pelo menos o direito ou a garantia às pessoas acusadas por prática de qualquer atividade política, se presas, de somente serem detidas mediante mandado judicial. O Ministro nos recebeu com muita atenção, prometendo estudar o assunto. E gostaríamos, publicamente, de solicitar ao Presidente Ulysses Guimarães – não precisaríamos fazê-lo, mas este é o gesto político – uma reunião, hoje, com os partidos políticos, que estão profundamente preocupados com a crise brasileira, máxime quando se verifica uma declaração, que não sei se infeliz ou se por detrás dela existem fatos concretos, como a do Senador José Richa, propondo a suspensão dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

Srs. Constituintes, para mim, essa proposta representa o fechamento da Assembléa Nacional Constituinte. Temos experiências na História brasileira: foi o caso da crise de 1950, com Getúlio Vargas, quando as forças políticas, analisando a crise, sugeriam que o Presidente da República pedisse licença. Por isso Getúlio se matou, preferindo morrer à desonra da deposição branca. E o Presidente Café Filho jamais voltou ao poder Suspender o funcionamento da Assembléa Nacional Constituinte significa fechá-la. Agora isso é muito mais preocupante.

Quero dizer que me sinto entristecido, e o Presidente Ulysses Guimarães é testemunha da análise que fiz aqui, há dois meses, da grave crise econômica, social e política, e infelizmente verifico hoje que tem foros de verdade. Examinemos os fatos: a crise é grave – os acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro e em outros Estados do Brasil estão a demonstrar a gravidade da crise. Por outro lado, temos recebido pronunciamentos de autoridades militares e civis que são, na verdade, um discurso concreto contra a Assembléa Nacional Constituinte.

Estamos preocupados, Sr. Presidente, porque sabemos o carinho que V. Ex.^a tem por esta instituição e do seu compromisso com a democracia e com a Assembléa Nacional Constituinte.

Mas no bojo dessa crise há pronunciamentos que procuram determinar o que a Assembléa Nacional Constituinte deve fazer, como no caso da anistia, das 40 horas semanais de trabalho e da estabilidade.

De repente, além desses fatos, assistimos ontem a maior demonstração policial-militar da insegurança e da impopularidade do Governo, quando da Páscoa dos Militares, na Catedral de Brasília. Além desses pronunciamentos, verifica-se – e os jornais estão noticiando – o que o Governo, desrespeitando a Assembléa Nacional Constituinte, está fazendo no Planalto. Quero dar um depoimento aqui que é verdadeiro: um conselheiro do Tribunal de Contas do meu Estado disse-me que soubera de um projeto que estava sendo feito nos porões do Palácio. Naturalmente, os Conselheiros, como todos, estão fazendo o seu *lobby*, preocupados com a instituição, e buscaram contatos para verificar onde poderiam discutir os seus assuntos, sendo informados de que não seria em determinado setor do Palácio. Quem

estava examinando a matéria era o Sr. Saulo Ramos. Isso é grave. Nós fomos eleitos pelo povo. Ou viemos aqui para brincar, ou esta Constituinte nada vale.

Queremos repetir as nossas apreensões. Quando se discutia aqui o caráter da soberania da Assembléa Nacional Constituinte, lamentavelmente, a maioria abdicou da soberania da Assembléia. Agora, estamos vendo esses fatos acontecendo diariamente e que a ameaça é constante.

Sei, Sr. Presidente, da preocupação de V. Ex.^a, como dizia antes, e do seu carinho pela Assembléa Nacional Constituinte. Agora, o Senador José Richa propõe a suspensão da Assembléa Nacional Constituinte. Não haveria ali uma conspiração? Não estaria em marcha um novo golpe de Estado? Pergunto aos Srs. Constituintes e ao País se com uma proposta dessas, em cima de fatos que antecedem e que demonstram o trabalho que se faz hoje para aniquilar a Assembléa Nacional Constituinte, os apóstolos do caos, do autoritarismo e da ditadura não estão na escalada, visando a um novo estado autoritário e a um golpe de estado neste País.

Essas são as preocupações que deixo com o Srs. Constituintes, e vamos levá-las, hoje em conjunto, ao ilustre Presidente Ulysses Guimarães.

Queria pedir também aos companheiros Parlamentares o seu apoio. Diante de todos esses fatos, a bancada do meu partido decidiu, já com o apoio de todos os partidos progressistas desta Casa, propor um projeto de decisão. Esta é a hora. Faço um apelo a todos os partidos e a todos os Parlamentares no sentido de nos apoarem. Vamos apresentar um projeto de decisão suspendendo a execução da Lei de Segurança Nacional até a promulgação da nova Carta Magna pela Assembléa Nacional Constituinte, sobrestando, por conseguinte, matéria que ameaça a existência e o funcionamento da Assembléa Nacional Constituinte.

Deixo aqui o meu apelo a todos os Parlamentares para que aprovem esta iniciativa, sob pena de – se não tomarmos medidas imediatas – vermos a Assembléa Nacional Constituinte fechada, como já aconteceu algumas vezes com o Congresso Nacional. (Palmas.)

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não se iluda o Governo, não se iludam os governantes, tudo o que está ocorrendo nas ruas e nas praças públicas do Rio de Janeiro e também nas de outros Estados – porque isso não acontece só no Rio de Janeiro – não é mais do que um sintoma do descontentamento popular.

O povo, desde as classes mais pobres até aquelas melhor situadas na pirâmide social, vive um instante histórico de aflição, de incerteza, de desorientação, de insegurança. Os acontecimentos que envolveram o Presidente da República ainda recentemente no Rio de Janeiro, como também as ocorrências de ontem, com a necessidade de mil homens fardados para garantir a presença do Presidente José Sarney numa cerimônia reli-

giosa, decorrem de apenas um sintoma; descontentamento generalizado, revolta que espera um momento de uma liderança para explodir. Não se enganem os governantes, não se iludam o Governo Federal.

Até recentemente, na Escola Superior de Guerra, estudava-se a índole do povo brasileiro como suasório, tolerante e transigente, sempre pronto a terminar tudo em pizza, nunca disposto a chegar às últimas consequências, submisso, acarneirado. E muitos achavam que isso era uma virtude, enquanto outros reclamavam uma reação mais nítida, vigorosa e – quem sabe? – violenta da opinião pública e do povo em geral. Mas, hoje, está comprovado que essa aferição da Escola Superior de Guerra não corresponde à realidade e que o povo brasileiro é como outro qualquer, ponto a agir em função das circunstâncias que o façam mover-se. E tudo indica que, se a índole do povo brasileiro até agora se manifestou de maneira transigente, suasória, tolerante, pacífica e benigna, já se transforma, e o povo não é mais o mesmo. O que se nota em todas as camadas da população brasileira é um sentimento latente de revolta, de inconformismo, pronto a explodir a qualquer momento. Basta riscar um fósforo e o País pegará fogo.

Não se iludam os governantes, não se iluda o Governo com seus discursos panglossianos, procurando enganar-se e o povo com medidas episódicas e superficiais que não atigem o ceme da questão econômica, social e política da Nação. Acautele-se e assuma as responsabilidades do poder. A Assembléa Nacional Constituinte não pode ser responsabilizada por isso. Não votamos para este Governo, que não é produto da Assembléa Nacional Constituinte. Esta não tem nenhum compromisso ou vinculação com as omissões, erros, fracassos e compromissos do Governo. Assuma o Governo a responsabilidade que tem perante a História, a Nação, o povo e seu anseio de mudanças e progressos. Acautele-se, porque não se pode subestimar este personagem que, até este ponto da história brasileira, se conformou com o papel de coadjuvante e, em alguns episódios, até de figurante, mas agora está disposto e pronto a assumir seu papel decisivo de participe da política nacional.

Estes acontecimentos recentes não ocorreram somente no Rio de Janeiro, mas em todos os Estados da Federação, em menor escala. Saques, há em toda parte; não se subestime, portanto, a reação popular.

O descontentamento é geral, a revolta é procedente, justa e se encontra em todas as camadas da população. Se explodir amanhã, não será uma surpresa, porque o Governo criou esta situação, e não há como transferi-la a terceiros. (Palmas.)

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, sobre a declaração à imprensa feita pelo Governador do Estado do Paraná, Constituinte José Richa, divirjo de S. Ex.^a, por achar que

exatamente em épocas de anormalidade política e social se devam convocar as constituintes. Não vejo razão para convocar o poder constituinte num momento de estabilidade política e social e de um governo com autoridade. O que caracteriza a convocação do poder constituinte é exatamente a negação destas situações: a falta de instituições políticas sólidas, crises, a instabilidade social e a decomposição e deterioração do poder.

Fiz um pronunciamento, no período destinado ao debate de temas constitucionais, versando sobre a convocação das constituintes, não necessariamente, mas quase sempre, por via de revoluções, traduzindo-se essas, segundo Kelsen, não tanto por um golpe de Estado, mesmo que implicasse a simples mudança dos titulares do poder, mas indo contra o que a lei suprema institui, expressando o fenômeno social revolução, muito mais extenso e de significado muito mais profundo. Até dizia que o ocorrido no Brasil podia ser encarado como uma revolução conceituada como fenômeno social.

Hoje, estamos aqui reunidos num Poder Constituinte, exatamente porque o povo brasileiro viu-se face à inexistência de instituições sólidas, à decomposição do Governo que havia à época – e existe ainda hoje, lamentavelmente – e a crise social que nos assola. Por isso, acho de total e absoluta inopportunidade a manifestação do Senador José Richa. Até gostaria que S. Ex.^a fizesse essa colocação no Plenário da Constituinte, e não através de jornais, porque não me lembro de tê-lo visto, aqui, defendendo idéias sobre a Constituinte.

Faço essa colocação porque nós do PDS queremos que o problema seja resolvido aqui dentro. Votei com aquele primeiro projeto de Regimento Interno, que se traduzia em soberania da Constituinte. Revoltei-me contra todos os atos de violência que, de certa forma, arranhavam a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Protestei contra as colocações do Ministro Paulo Brossard quando ofendeu a Constituinte, e me insurgei contra a exposição do Ministro do Exército quando mandou recados para a Constituinte. Insurjo-me também contra a manifestação do Senador José Richa.

Declarava ontem que essa proposta do Relator Bernardo Cabral inviabiliza nosso País. Disse-o ontem e repito hoje. Acredito que a manchete a que o nobre Constituinte se referiu não pertence ao meu pronunciamento, até por que a imprensa é muito parcimoniosa comigo. Mas, se S. Ex.^a ler a continuidade das minhas colocações, verá que reconheci que isso é apenas o recolhimento de matéria-prima, é uma etapa ainda intermediária. É preciso, agora, partirmos para a negociação na Assembléia Nacional Constituinte.

Ao mesmo tempo em que repudiamos as tentativas externas de influência dentro do nosso trabalho, principalmente com o anunciado substitutivo patrocinado pelo Palácio do Planalto, quero renovar meu apelo: neste momento, devemos unir nossos esforços e, dentro de um processo de concessão e transigência recíprocas, encontrar um caminho que viabilize nosso texto constitucional e que corresponda aos anseios daqueles que nos mandaram para cá.

Quanto às colocações feitas pelos oradores anteriores, no sentido de que o recesso seria aviltamento, o abastardamento deste Poder, subscre-

vo-as **in totum**. Não podemos aceitar esse tipo de violência, o que seria até negar nossa existência aqui dentro. A acontecer assim seda melhor dissolver a Assembléia Nacional Constituinte. Creio que este é o momento de termos uma palavra firme por parte daquele que é o titular do maior cargo desta Assembléia Nacional Constituinte, o eminentíssimo Constituinte Ulysses Guimarães. Em face dessas notícias, que estão a cada dia causando maior preocupação e insegurança, principalmente a nós Constituintes, creio que este é o momento de uma definição do Presidente desta Casa. Não podemos aceitar mais, tácita e pacificamente, as injunções, as insinuações e as tentativas de abastardamento deste Poder.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PAULO MACARINI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB) –

SC. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, as versões atribuídas pela imprensa deste País à análise do anteprojeto elaborado pelo nobre Relator Bernardo Cabral que, no meu entendimento, deu cumprimento ao Regimento Interno, porque lhe cabia compatibilizar as matérias aprovadas nas Comissões, merecem uma referência muito especial no que diz respeito à perspectiva histórica desta Assembléia Nacional Constituinte.

Devo destacar que pela primeira vez, não se copiando textos do Regimento de 1934, nem de 1946, esta Assembléia, na sua soberania, entendeu criar vinte e quatro Subcomissões, para que desses trabalhos participassem todos os Constituintes e apresentassem um texto que refletisse e representasse as tendências da opinião pública. Então, as contradições, as superposições e até mesmo os pontos divergentes encontrados no anteprojeto do Relator Bernardo Cabral são próprios do trabalho realizado pelas Subcomissões e pelas Comissões temáticas, que representam, em verdade, não apenas a opinião, a idéia ou a sugestão de cada Constituinte, mas também a composição eclética da própria Nação brasileira. Por isso, esse anteprojeto é apenas uma amostra, uma composição, que será objeto dos nossos trabalhos, das nossas pesquisas, das nossas propostas no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Cada um de nós, dentro do esboço que não foi fabricado por uma supercomissão, como aconteceu em 1934 e 1946, que não foi imposto, negociado ou objeto de **lobby** de qualquer natureza, terá a possibilidade de representar seus eleitores, a opinião pública deste País, apresentando emendas que refletem a realidade nacional. Por isso; mesmo discordando de alguns pontos inseridos nesse anteprojeto, devo manifestar aqui a confiança de que esta Assembléia Nacional Constituinte redija uma Carta constitucional que represente o marco de esperança para o povo brasileiro e que seja, acima de tudo, um instrumento de promoção de riqueza, de bem-estar social e de desenvolvimento econômico para este País.

Por outro lado, conheço o Constituinte José Richa de longa data, sou testemunha de sua tradição de luta, de coragem, de coerência, sempre

ao encontro do povo na disputa do voto. O Constituinte José Richa já foi Deputado Federal, Prefeito de Londrina, Senador da República, Governador do Estado do Paraná e novamente, agora é Senador Constituinte. Por isso não creio que as eventuais declarações a ele atribuídas tenham a dimensão dada pelos nobres colegas neste plenário, até porque o Constituinte José Richa sempre foi homem de negociações, diálogos e entendimentos. E mais, esta Assembléia Nacional Constituinte, além de representar o estúdio das esperanças do povo brasileiro, é o único instrumento capaz de ajudar a debelar a crise, a encontrar um entendimento e, acima de tudo, como representante do povo, a traçar o destino comum da nossa Pátria.

Mais do que nunca, na hora da crise, a Assembléia Nacional Constituinte não deve apenas ficar aberta, mas também vigilante, a fim de que não se frustram as esperanças do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Roberto Freire, Líder do PCB – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nestes últimos dias o País assistiu a uma seqüência de decisões e declarações infelizes, abusivas, equivocadas, completamente desfocadas do processo de transição democrática em que vivemos.

A primeira delas é a decisão governamental de enquadrar na Lei de Segurança Nacional os elementos provocadores das violências contra o Presidente da República.

O nosso partido, inclusive, pronunciou-se sobre isso. Apresentamos uma nota à Nação, condenando a violência, o fascismo e, ao mesmo tempo, a decisão do Governo em recorrer à Lei de Segurança Nacional, instrumento fascista, inócuo, que tem, entre as suas excepcionalidades maiores, a de julgar civis por tribunais militares de exceção.

Tomou-se outra decisão, também infeliz, pois uma sociedade que sofreu um arrocho salarial, que vê a desesperança como horizonte próximo, em função de um plano que não congela, embora assim o afirmem, foi surpreendida, com a população do Rio de Janeiro, por uma decisão judicial, permitindo um aumento de quase 50% nas passagens do transporte coletivo. Grupos podem ter-se aproveitado, mas as manifestações ocorridas ontem no Rio de Janeiro foram espontâneas, representaram a desesperança e a revolta do povo.

Declarações infelizes são várias, a começar pela do Presidente da República, que afirmou que este País será ingovernável se for aprovada a Constituição nos termos em que veio da Comissão de Sistematização. Declaração apressada. Não será essa a Constituição. É um simples ajuntamento dos relatórios e dos pareceres das Comissões Temáticas. Na Comissão de Sistematização isso deverá ser melhor adequado, deverá receber uma lógica interna maior, deverá ser sistematizado. E o Plenário, soberanamente, definirá os contornos jurídicos da futura Constituição do nosso País.

Ingovernável, sim, para quem quer o presidencialismo, para quem quer a figura imperial do

Presidente da República. Provavelmente, a ingovernabilidade estará exatamente em querer ter um Congresso com Poder Executivo. Argumenta-se inclusive como conviver com um Presidente que tenha 30 a 40 milhões de votos e o Poder Executivo ser exercido por um Primeiro-Ministro que tenha sido eleito por pouquíssimos votos. Só que o Poder Executivo não será exercido apenas pelo Deputado, mas pelo Congresso, que representa a Nação.

Mas há outras declarações infelizes.

Ontem, o Ministro da Fazenda – acredito que esta seja uma declaração infeliz – disse que o PMDB deverá ter um projeto ou programa econômico-financeiro para quando estiver na oposição. No Governo, aplicar-se-ia talvez o oposto. Esta declaração deve ter sido dita talvez porque S. Ex.^a não sabe como usar a tribuna de um Parlamento. Se foi pensada e refletida, ela dá uma péssima impressão de quem a fez, em relação ao seu caráter.

Outra infeliz declaração – e acredito que também não foi pensada – deu o Senador José Richa. Acho até que S. Ex.^a não mereceria tantas declarações de lideranças, até porque, por mais respeitável que seja, nem é membro da Executiva do PMDB. Pode ser amigo do Ministro do Exército, mas isto é pouco e não importa. É uma declaração infeliz porque pretende, no momento em que o País passa por uma crise séria, que o Poder Legislativo, que inclusive hoje representa a vontade soberana da Nação, embora com todos os seus defeitos, que é a Assembléa Nacional Constituinte, pare seus trabalhos.

Foi bem dito aqui por ilustres líderes de outros partidos que, em épocas de crise, é fundamental que o poder político, mais vigilante, mais amplo, mais aberto, mais fiscalizador, exista. Evidentemente, foi infeliz essa declaração. Ela se junta ao rol de outras infelizes declarações e decisões. Este País, e particularmente o PMDB, de tradições democráticas e de resistência contra a ditadura, necessita de muito senso para coibir e evitar tão infelizes decisões e declarações. (Palmas.)

O SR. JOSÉ COSTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, hoje, às 7 h, confesso a V. Ex.^a que fui surpreendido com um noticiário, que se dizia da responsabilidade da Radiobrás e da EBN, que trazia declarações do Presidente José Sarney. No programa, intitulado "A Voz da Constituinte", divulgavam-se afirmações atribuídas ao Presidente da República no sentido de que, com a proposta do projeto de Constituição elaborado pelo Sr. Relator Bernardo Cabral, o País seria ingovernável. E essa notícia era completada com outra informação que me preocupou: de que S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República, juntamente com lideranças de diversos partidos, cuidava da elaboração da Constituição certamente adequada à nossa realidade e que se faz necessária seja promulgada.

Sr. Presidente, é preciso que V. Ex.^a, como Presidente da Assembléa Nacional Constituinte – e a questão de ordem se apóia precisamente no

art. 55, § 3º, do Regimento Interno, que diz respeito à formulação de reclamação –, tome providências.

Com o nome de "Diário da Constituinte" ou de "A Voz da Constituinte", vários programas vêm sendo divulgados pelo rádio e pela televisão, alguns montados pela Radiobrás. Eles, na verdade, procuram denegrir a imagem da Assembléa Nacional Constituinte, apresentada nacionalmente como entidade absolutamente incompetente e divorciada dos reais interesses da Nação. Não é possível, Sr. Presidente, tolerar fatos dessa natureza. Ontem, assisti, na sala da imprensa, a um programa, evidentemente, sob a responsabilidade da TV Globo, mas que se presta realmente à confusão. No programa "Diário da Constituinte", apareciam o Ministro Bresser Pereira e o Presidente do DIEESE, Walter Barelli. Por mais representáveis que sejam essas figuras, essa confusão está-se generalizando e levando a opinião pública à convicção de que a Assembléa Nacional Constituinte, em verdade, está absolutamente perdida em sua proposta de elaborar uma Constituição; que os constituintes são absolutamente incapazes ou incompetentes. E não sei se está preparando um clima para que os constituintes do Palácio do Planalto ofereçam subsídios à Casa.

A segunda reclamação, Sr. Presidente, é a seguinte: hoje, o **Correio Braziliense** traz a notícia de que o Sr. Saulo Ramos, que lastimo, pela competência, pela simpatia, pela popularidade, não esteja nesta Casa – certamente, se fosse candidato a senador constituinte ou a deputado constituinte teria uma enxurrada de votos no Estado de São Paulo –, com a cumplicidade e a conivência de constituintes, estaria elaborando a Carta constitucional desejada pelo Presidente da República. Queria saber, Sr. Presidente, como é possível apresentar emendas ao anteprojeto elaborado pelo eminentíssimo Constituinte Bernardo Cabral, se o Regimento veda expressamente isso. Só seria possível com a cumplicidade do Presidente da Comissão de Sistematização e com a aquiescência de V. Ex.^a, que, tenho certeza, não tolerará atos dessa natureza.

Coloco as duas reclamações e peço a V. Ex.^a que, no primeiro caso, determine uma investigação a respeito dessa distorção da imagem da Assembléa Nacional Constituinte, transmitida à opinião pública através de programas que levam o nome de "A Voz da Constituinte" e "Diário da Constituinte", que são montados por um organismo do Poder Executivo, a Radiobrás. No segundo caso, que V. Ex.^a, de logo, tenha uma conversa com o Presidente da Comissão de Sistematização, no sentido de não tolerar emendas que afrontem o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte e que, em verdade, anulariam os esforços de todos nós para elaborar uma Carta digna da Assembléa Nacional Constituinte e adequada às reais necessidades do País.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência vai encaminhar o discurso de V. Ex.^a, quanto à primeira parte, ao nobre Constituinte Marcelo Cordeiro, que está diretamente encarregado da divulgação dos trabalhos constituintes. Quando à segunda parte da intervenção de V. Ex.^a, quero dizer que, em contatos reiterados com o Presidente da Comissão de Sistematização, o eminentíssimo Constituinte Afonso Arinos, ficou defi-

nido que as emendas que poderão ser admitidas são somente aquelas que tenham pertinência e que signifiquem, nos termos do Regimento, uma atinência à matéria exposta. Não é possível, portanto, apresentar emendas que digam respeito ao mérito, a não ser quanto à matéria pertinente à Comissão oitava, porque, não tendo sido possível, originariamente, a apresentação de emendas, são elas admitidas agora, nesta fase.

As providências serão tomadas conforme V. Ex.^a solicitou.

O Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

VI – O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

JOSÉ COSTA: – Requerimento de informações ao Ministro da Previdência e Assistência Social sobre convênios celebrados entre o Inamps e os Estados e Municípios para implantação de sistemas unificados e descentralizados de saúde.

VII – O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Passa-se ao horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra a Sr^a Cristina Tavares
A SRA CRISTINA TAVARES (PMDB)

– PE. Sem revisão da oradora.: – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes há, de fato, uma enorme e montada confusão institucional, econômica e caos político cercando a Assembléa Nacional Constituintes.

Sr. Presidente, sobre isso há um precedente na história constitucional brasileira, quando o Imperador cercou a Assembléa Nacional Constituinte, em 1824, e escreveu a sua própria Constituição. O entendimento que a Nação tem hoje é de que o Presidente José Sarney quer repetir aquele ato infeliz do Imperador, desautorizando e desmoralizando esta Assembléa Nacional Constituinte. E isto está se fazendo mediante as críticas indiscriminadas ao Relatório Bernardo Cabral. Na realidade, a Comissão de Sistematização tem, nada mais nada menos, a atribuição de sistematizar e corrigir equívocos, incorreções e contradições, e isso foi feito. As críticas que surgem, Relator Bernardo Cabral, não são contra V. Ex.^a, pessoalmente, mas conta a soberania na Assembléa Constituinte, e têm uma finalidade: apresentar um substitutivo que nada tem a ver com os trabalhos aqui realizados. Evidentemente, esse relatório tem que refletir, e reflete, os avanços que foram feitos na Comissão da Ordem Social e o retrocesso que houve na Comissão da Ordem Econômica. Isso não poderia ser diferente. Quatro, cinco ou seis artigos que foram escritos, aliás, diga-se de passagem, com muita poesia, não justificaria esses ataques indiscriminados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, sabemos que o Líder do Governo nesta Casa, Deputado Carlos Sant'Anna, assume esse pretexto para apresentar um substitutivo total ao Relatório Bernardo Cabral, da mesma forma como foi imposto o Regimento Interno da Comissão da Ordem Eco-

nômica. Mas isso só poderá ser feito se esta Assembléia for dissolvida.

Permita-me, Sr. Presidente, saindo do roteiro que tracei para meu pronunciamento, dar uma explicação sobre as declarações do Senador José Richa que chocaram a Assembléia Nacional Constituinte.

Na realidade, S. Ex.^a tem uma história de luta e de resistência ao regime autoritário. Jamais seria capaz de formular alguma proposta que implicasse fechamento da Assembléia Nacional Constituinte. Foi, de fato, infeliz S. Ex.^a, ou a tradução de seu pensamento foi exposta de maneira equivocada pela imprensa, o que não é raro acontecer hoje em dia. O que ele propunha – é sobre isso debateu com vários correligionários aqui nesta Assembléia – é que durante esse período dos trabalhos, onde todos estaremos discutindo as propostas constitucionais, os partidos políticos se sentassem para conversar. Ai do País onde partidos políticos não podem sentar-se, conversar e se entender. Se isto ocorresse, neste momento não estaríamos escrevendo uma Constituição para o Brasil, mas, na verdade, contribuindo para esse retrocesso que é planejado a partir do Palácio do Planalto.

Sr. Presidente, a sociedade brasileira faz, agora, o balanço dos primeiros meses de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. O País todo confere, agora, o inventário da esperança que depositou em mãos da Constituinte, encarregada de vestir o Brasil do século XX com um figurino socialmente mais justo, compatível com as aspirações da maioria do povo brasileiro e com os pressupostos inarredáveis da soberania nacional.

O balanço desses primeiros meses da Constituinte violenta a esperança da Nação e atropela os sonhos do povo brasileiro. A Constituinte que aí temos nem consegue disfarçar o ranço de conservadorismo que a envelhece precocemente, que a deixa infelizmente distante das aspirações e das necessidades do País.

A Constituinte que hoje se esboça quer esmagar conquistas, quer reduzir avanços, quer destruir os últimos bastões da trincheira nacionalista, escancarando de vez ao capital internacional a economia e as riquezas do País. A Constituinte que agora se molda quer, sobretudo, empurrar o Brasil do século XXI para a penumbra obscurantista do século XIX.

Como encarar, hoje, a memorável mobilização nacional pelas diretas-já, que levou às ruas os sonhos de toda uma geração; terminando por impor a convocação da Constituinte, se a Constituição que preparamos impingir o retrocesso social e econômico e for ainda mais reacionária e mais injusta que a própria Constituição da ditadura?

O que diremos à História, se de um só rasgo, com um só artigo constitucional, sepultarmos, como se pretende fazer, como lixo e entulho, toda a grandiosa campanha cívica do "petróleo é nosso"? Esta campanha, que sacudiu o Brasil dos anos 50, que fez renascer neste País continental a chama nacionalista da defesa de nossos recursos naturais, nos legou o monopólio estatal do petróleo e a própria Petrobrás, orgulho da empresa nacional e fiadora maior de nossa próxima auto-suficiência energética. Como olhar o País, como enfrentar a História, se acabamos hoje não

apenas com a conquista do povo nas ruas, mas com os frutos mais importantes da mobilização nacional e com os símbolos maiores dos ideais nacionalistas?

A Constituição rançosa do conservadorismo doentio, a Constituição reacionária, manipulada por elites sempre opressoras, sempre entreguistas, está acabando de uma só vez com todas as conquistas da rua em meio século de mobilização nacional. Sepultaria até mesmo o monopólio de petróleo, entregando à Petrobrás apenas a prospecção e lavra, o que é caro e custoso, e deixando escancarado às multinacionais o disputado filão do refino e da distribuição, não fora a intervenção enérgica de setores nacionalistas. Acabamos com a reserva de mercado, porque fazemos até pior, muito pior, acabamos com a própria empresa nacional. Se aprovada a indignidade que está proposta na Comissão da Economia, teremos a própria IBM, a própria Eso, teremos as multinacionais do mundo consideradas empresas nacionais e, como tais, protegidas pela legislação brasileira. Inabilizamos, de uma vez por todas a reforma agrária, conseguindo o inacreditável de sermos mais reacionários que o Estatuto da Terra, imposto ao País pelo primeiro General ditador do pós-64.

Como foi possível aprovar tais coisas numa Assembléia majoritariamente dominada pelo PMDB, o partido que há vinte anos desfralda a bandeira da defesa dos valores e das riquezas nacionais? Como foi possível perpetrar tamanho crime contra a nacionalidade e contra o povo brasileiro, numa Constituinte marcada pela maioria do PMDB, o PMDB que amealhou votos em nome da mudança e ganhou mandatos com o compromisso do avanço social e político? Temos, infelizmente, que confessar da Tribuna da Constituinte, temos que proclamar de todas as tribunas que o PMDB está escamoteando a vontade nacional e cometendo irreparável malversação do patrimônio eleitoral que lhe foi confiado pela sociedade para promover a justiça social.

Mais grave ainda, o PMDB está hoje amofinado pelo poder e se acovarda diante do cerco conservador que não ameaça apenas a Assembléia Constituinte, mas arrisca a própria transição democrática. A transição, como entendemos, não se restringe à manutenção de um Presidente civil – e do funcionamento regular ou semi-regular das instituições. Transição significa, necessariamente, avanço político avanço social, avanço institucional e avanço na política econômica. Sem isso, não haverá transição, mas imobilismo. E por esses parâmetros, e por quaisquer outros critérios que se venham a eleger, vivemos hoje um inquietante retrocesso.

Ainda ontem, esta Assembléia Nacional Constituinte, e particularmente a bancada do PMDB, assistiu cabisbaixa e humilhada à proposta do Ministro Bresser Pereira, de recessão, de internacionalização da economia, de arrocho salarial, e depois à indecente proposta de que o partido deve modificar o seu programa quando está no Governo.

Na economia, consagramos toda a ortodoxia do FMI e dos organismos internacionais de crédito, numa política que de novo confisca salários, que de novo esmaga o mercado interno, provoca o desemprego e, de novo, privilegia o modelo

exportador que o verdadeiro PMDB por vinte anos abominou.

O Presidente da República defende, abertamente, uma nova política industrial que arrombe, de vez, todas as comportas do mercado nacional ao capital estrangeiro, entregando às multinacionais até mesmo setores onde melhor se houve até hoje a empresa nacional, como a indústria da construção civil. Temos, na política, a desenvoltura inquietante com que os generais não apenas se movem, mas falam e mandam. A tutela militar, desconhecida, jamais muito menos negada, não é mais apenas o poder invisível, que se movia nas sombras. É cada vez mais presente, é, crescentemente, mais duro ao pretender ditar à própria Constituinte o que se deve e o que não se admite aprovar.

O Presidente da República atropela a Assembléia Constituinte hoje, como fez o Imperador ontem. Uma hora se antecipa na fixação do próprio mandato, às vésperas dos Constituintes definirem seu voto sobre a questão. Noura hora, envia ao Congresso, quase em recesso, um projeto de organização sindical que tem o despudor de pedir o endurecimento da lei de greve da ditadura. Mais ainda, este projeto desconhece, atropela todos os pontos aprovados quase unanimemente pela Comissão da Ordem Social e consagrados no primeiro anteprojeto.

É grave a constatação de que não será discutido, muito menos votado na atual legislatura, o projeto proposto pelo Executivo. Sabe o Presidente que esta proposta que consagra o retrocesso no campo da relação de trabalho não chegará à votação antes do término dos trabalhos constituintes. Que sentido terá, então, a não ser o de transmitir à Assembléia Nacional Constituinte o descaso com que o Planalto encara os seus trabalhos? Que sentido político terá então esse projeto injurioso à soberania da Constituinte, se não o de dizer à Assembléia que o Governo menospreza suas conclusões e tendências? Inquietantes sinais, que, no entanto, não são os únicos a atormentar a consciência nacional. É o próprio Líder do Governo na Câmara quem se encarrega de fazer tábua rasa dos trabalhos até aqui elaborados. Como ficar omisso, então, diante da invocação impune da Lei de Segurança Nacional, remanescente entulho autoritário que o Congresso já deveria ter enterrado em definitivo como lixo da História? Não se desconhece nem se justifica a violência das manifestações do Rio. Não se pactua com os abusos das ruas do Rio, mas para coibir o crime, para punir a violência existe o Código Penal.

É alarmante o tratamento que o Governo dispensa ao episódio do Rio de Janeiro, reduzido à sua dimensão puramente policial. O Governo perdeu a sensibilidade para detectar os anseios da Nação; o Governo, surdo e cego, é também, hoje, teimosamente policial. Quer desconhecer que os gritos da rua refletem o desespero pelo confisco salarial, pela fome e pelo desemprego. O Governo faz de conta que não sabe que vayas da praça são os gritos de decepção com o congelamento com aviso prévio, que levou às nuvens todos os preços de produtos e serviços. São os gritos da frustração com a singularíssima tabela que conseguiu a façanha difícil de elevar, mais ainda, os preços que já eram exorbitantes.

Isso é massacre e é escárnio. Temos hoje, como nos tempos mais sombrios da ditadura, um

Ministro que fala sozinho, tentando, com seus gráficos de encomenda, mostrar que toda a Nação é burra e louca, que só ele é iluminado. Só ele recebe ganhos salariais onde há arrocho.

Basta de tanto desrespeito. Basta de tanta insensibilidade. O Governo não tem o direito de escarnecer do povo.

Com a mesma força, com a mesma veemência com que é preciso condenar os abusos do Rio de Janeiro e a violência de uns poucos, é preciso gritar contra a violência da política econômica, que massacra, sobretudo, os mais pobres. Ou muda esta política, ou o Presidente terá que fugir cada vez mais das praças, entrincheirado em urutus, brandindo contra o País todos os rigores da Lei de Segurança Nacional.

Não, senhores, não foi para isso que lutamos por 20 anos contra o arbítrio e a ditadura. Não foi para isso que perdemos na luta incontáveis companheiros, cassados pela intolerância ou massacrados pela covardia dos torturadores. Não foi por isso que encenhamos as praças deste País, plantando em cada uma delas uma semente de esperança de dias melhores. Não foi para termos de novo prisões arbitrárias, prisões sem mandado e presos incomunicáveis. Não foi para isso que hipotecamos, em novembro, todo o patrimônio de glória e de credibilidade do PMDB, acumulado durante 20 anos de muitas provações. Não foi para isso que tomamos o aval da única legenda nacional da resistência partidária, escoadora natural da confiança do País. Não, não foi para isso.

Felizmente, os caminhos que apenas se esboçam para a Constituinte não são ainda definitivos. O cerco conservador que nos ameaça a todos com a asfixia institucional ainda não é absoluto nem intransponível.

Ouço, com muito prazer, o nobre Constituinte Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DUQUE: – Constituinte Cristina Tavares, é sempre um renovado prazervê-la na tribuna, E V. Ex.^a hoje, com a competência que lhe é inerente, traça a diretriz de um partido que trai a si, a Nação e a Casa. Antes de discorrer sobre os momentos graves que se desenvolvem aqui – não em uma Assembléa, porque isto aqui não é uma Assembléa Nacional Constituinte, o seria se fosse convocada exclusivamente para a elaboração constitucional, e foi o PMDB que impediu – neste Congresso constituinte. V. Ex.^a traça o perfil do PMDB. Somos hoje 305 Parlamentares sob a legenda deste partido, mas vinculados a ela, desde o primeiro mandato e ligados às raízes de luta do PMDB, somos apenas 136. Para a atual situação vivida pelo partido só existe um culpado: o Deputado Ulysses Guimarães. Presidente da Câmara dos Deputados, desde 1985, S. Ex.^a foi incompetente, foi incapaz, não teve virilidade para honrar os compromissos que nas praças públicas, de Roraima ao Rio Grande do Sul, assumimos, com as perseguições, com os exílios, com as torturas, com a morte de nossos mártires. S. Ex.^a, que comandou um momento épico na vida deste País, presidindo esta Casa e comandando também este partido, não teve a dignidade de participar decisivamente naquilo que um dia Tancredo imaginou fosse uma Nova República – Nova República que está enterrada em São João del-Rey, ao seu lado, porque isto aí é tudo, menos o novo. Não revogamos, não trouxemos para o de-

bate na Câmara dos Deputados, ainda no mandato passado, a revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve, dessa draconiana Lei de Imprensa ao PMDB e ao comando deste partido e, por isso, chega-se ao momento dramático que estamos vivendo. E, neste instante, Constituinte Cristina Tavares, o que assistimos é a um partido bifrontista, hermafrodita, que conspira na calada da noite contra os avanços progressistas, sociais e desenvolvimentistas desta sociedade. É o partido que derrota tudo aquilo que significa modernidade neste País, este partido, lamentavelmente, tem um nome: PMDB. É com grande tristeza que vejo V. Ex.^a falar disso. Tenho hoje 45 anos de idade. Aos 23, juntamente com Álvaro Dias, hoje Governador do Paraná, Olívir Gabardo e outros que vieram depois, fundávamos o diretório municipal do então MDB, lá no norte do Paraná. Caminho que outros brasileiros em diversos outros Estados também percorreram. E hoje são esses os setores que não são ouvidos, que não são respeitados. Se vamos para a Convenção do PMDB nos dias 18 e 19, não é pela vontade determinante de Ulysses Guimarães, mas porque ele teve de se curvar à determinação das bases deste partido. É hora da verdade. E V. Ex.^a, desculpe-me, mas sempre é um renovado prazer, eu que ando tão distante deste plenário, não desta Casa, certamente, apartear V. Ex.^a e, nestas palavras finais, pedir perdão pelo alargamento deste aparte-discurso. Diria que o que vemos hoje é o aviltamento deste Congresso constituinte e, mais, o Sr. José Sarney fazendo a travessia da transição ao contrário. S. Ex.^a nos está levando exatamente para a antitransição e, o que é pior – V. Ex.^a traja hoje, com muita elegância, uma blusa verde, mas que também tem a cor negra – sentimos o negro que começo a se aproximar nos horizontes da nossa Pátria, porque o que um dia se chamou Nova República está a receber a tutela do poder verde-oliva neste País. Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a CRISTINA TAVARES: – Constituinte Hélio Duque, incorporo as palavras de V. Ex.^a como parte nobre do meu pronunciamento. Também eu, nobre Constituinte Hélio Duque, fui fundadora do PMDB em Pernambuco, ao lado de Jarbas Vasconcelos e Fernando Lyra. Também nós, do PMDB de Pernambuco, estamos sofrendo, por termos sido fundadores do partido, austeridade do Palácio do Planalto. O Palácio do Planalto e o Presidente José Sarney, sob a orientação política do Ministro Marco Antônio Maciel, armam um Governo paralelo ao de Miguel Araujo. Rechaçado do Governo por uma vitória memorável do Governador Miguel Araujo de Alencar por mais de seiscentos mil votos, o PFL e o Ministro do Interior, com o beneplácito do Palácio do Planalto, impõem ao Governo de Pernambuco, ao PMDB de Pernambuco um processo continua de humilhação. A nós foi negado o Ministério do Interior, que cuida dos assuntos do Nordeste e do Norte, onde todos os Governadores são do PMDB. Para a condução deste Ministério, o Presidente, apunhalando-nos, nomeou um integrante da bancada do Partido da Frente Liberal, justamente aquele que perdeu a eleição pelo repúdio da Nação.

Concluo, Sr. Presidente, deixando registrado que nós, que soubemos resistir aos urutus da ditadura, saberemos resistir ao retrocesso da Nova República.

A letargia que paralisa o PMDB ainda não contagiou todos os seus setores nem todas as suas consciências. Ainda dá para resgatarmos a credibilidade desta Assembléia, imprimindo-lhe os rumos que o País deseja.

Ainda há tempo para a luta, ainda há tempo para a esperança. O grito de hoje, que então dessa Tribuna, traz em si a revolta da rua e a decepção da praça. Mas a revolta e a decepção mal encobrem e mal disfarçam a chama da esperança que não deixa de brilhar.

Srs. Constituintes, em 20 anos de resistência, também tivemos desvios e vacilações. Vivemos hesitações e receios, mas soubemos, ao final, ser fiéis ao anseio nacional. É isso o que a Nação, de novo, espera de todos nós. É esse o caminho que a História nos aponta. É isso, enfim, a que esperamos todos, não apenas o PMDB, mas a própria Assembléia Nacional Constituinte, que nasceu das ruas e não pode contra as ruas se voltar. (Palmas.)

O SR DAVI ALVES SILVA (PDS – MA)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, registro a presença daqueles que formam a grande caravana da vitória do Maranhão do Sul. Encontram-se na tribuna de honra desta Casa representantes das cidades de Balsas, São Raimundo das Mangabeiras, Montes Altos, Sítio Novo, Carolina, João Lisboa, Açaílândia, Estreito, Amarante do Maranhão e Imperatriz.

A criação do Estado do Maranhão do Sul é um dos temas que mais tenho defendido nesta Casa. E se assim o faço é porque entendo que devo representar com toda a lealdade homens e mulheres da região sul do Maranhão, que para esta Casa me mandaram portando o mandato de Deputado Federal Constituinte. Vejo que outras propostas de criação de Estados, não só do Maranhão do Sul, têm sido tema de debate na Assembléia Nacional Constituinte. Juntos, estamos na mesma luta para alcançar o mesmo objetivo.

Quando aqui venho, Sr. Presidente, e digo que é necessária a criação do Estado do Maranhão do Sul, faço algumas colocações, para a implantação deste novo Estado. O Maranhão do Sul produziu, somente em 1986 – quero repetir o que sempre tenho dito deste mesmo microfone, porque às vezes muitos dos Srs. Constituintes não estavam aqui presentes – 340 mil toneladas de arroz. E nosso consumo é de apenas 60 mil toneladas. Produziu 85 mil toneladas de milho, e o nosso consumo é de apenas 15 mil. Também produziu 18 mil toneladas de soja. Infelizmente, em relação à soja ainda não temos agroindústria que realmente possa industrializá-la.

Possuímos um rebanho bovino de aproximadamente 1 milhão e 300 mil cabeças de gado. O Estado tem 385 indústrias madeireiras e tantas outras no ramo do arroz. Pelo quadro que apresenta, já nasce em condições de caminhar sozinho na estrada do progresso.

Portanto, venho aqui mais uma vez dizer à Comissão que prestigia o Constituinte Davi Alves Silva, que a luta de S. S^{as} não será em vão, porque já consta hoje no relatório da Comissão de Sistematização, no art. 447, item III, a criação do novo Estado, com capital em Imperatriz.

Ouço, com prazer, o Constituinte Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO: – Nobre Constituinte Davi Alves Silva, quero apenas ratificar o que V. Ex.^a está dizendo desta tribuna, porque, como Primeiro-Vice-Presidente da Subcomissão dos Estados, e na condição de seu Presidente, quando esta se dirigiu a Imperatriz, constatei a ânsia do povo do Maranhão do Sul em criar o seu Estado. Pude sentir a vontade daquela gente – os prefeitos da redondeza, vereadores e líderes comunitários que compareceram à Prefeitura de Imperatriz para receber uma caravana de 16 Constituintes, quando lá estivemos. E mais, quero testemunhar que fiquei realmente impressionado quando alguns líderes comunitários diziam, naquela oportunidade, que grande parte da safra de grãos colhidos dodoado passado ainda se encontrava nas fazendas por falta de estradas vicinais. Isso representa o desasco, o desconhecimento, o pouco caso que o Governo do Estado tem para com aquela comunidade. Solidarizo-me com V. Ex.^a porque desde o primeiro momento estive do seu lado para a criação daquele Estado, pois sei que a sua vontade interpreta a grande vontade do povo daquela região. Muito obrigado.

O SR. DAVI ALVES SILVA: – Agradeço ao nobre Constituinte Valmir Campelo o aparte e incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Ouça, com muito prazer, o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Nobre Constituinte, deixei a Presidência dos trabalhos para formular um aparte a V. Ex.^a e dar um testemunho pela luta e pelo trabalho do nobre Constituinte Davi Alves Silva em favor da criação do Estado do Maranhão do Sul. Sei inclusive que quando essa Comissão foi a Imperatriz, fato citado pelo companheiro Valmir Campelo, V. Ex.^a insistiu em demasia para que eu pudesse dela fazer parte, até porque um membro da Mesa estaria entre os companheiros que foram ao Maranhão do Sul. Lamentavelmente, não pude comparecer, testemunha que é V. Ex.^a da tentativa que houvera feito. Mas faço um compromisso público, não só ao companheiro Davi Alves Silva, mas a todos os seus conterrâneos que aqui se encontram: numa próxima oportunidade estarei engrossando as fileiras desta luta, porque sei do seu empenho, da sua vontade, do seu denodo, e sei que, logo no início dos trabalhos de cada dia até o encerrar de mais um dia, sua luta se resume num só ponto: o Estado do Maranhão do Sul. Certamente, com o seu trabalho a sua luta será coroada, e voltaremos àquela terra já como novo Estado, o Estado do Maranhão do Sul. (Palmas.)

O SR. DAVI ALVES SILVA: – Agradeço ao companheiro de bancada as colocações feitas. Realmente muito me sensibiliza ver uma figura como V. Ex.^a, no momento em que preside os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, pedir a um colega da Mesa que o substitua para se juntar aos companheiros em uma luta que não é do Constituinte Davi Alves Silva, mas do homem, da mulher, do Jovem, de todos aqueles que querem a criação do Estado do Maranhão do Sul, que representa o caminho mais viável para o progresso do sul do meu Estado.

Ouço o nobre Constituinte Chico Humberto.

O SR. CHICO HUMBERTO: – Nobre Constituinte Davi Alves, estamos numa luta dentro da Assem-

bléia Nacional Constituinte na tentativa não de criarmos novos Estados, como tem sido alegado pela imprensa nacional, não de criarmos novas estruturas, novos governos, mas, principalmente, porque sabemos que a redemocratização do Brasil passa pela descentralização de poder, e essa descentralização passa, automaticamente, por uma redivisão territorial. É dentro desse prisma político que gostaríamos que os debates acontecessem na grande imprensa, neste plenário, em qualquer lugar, mas que fosse sempre a níveis políticos e não em termos emocionais, como a grande imprensa tem levado até hoje.

Trago, portanto, a solidariedade da minha região, do Triângulo Mineiro, do Alto Paranaíba, do Vale do Uruucuia e parte de Paracatu, para que possamos também tornar-nos uma nova unidade. Assim como o Maranhão do Sul, seja o Estado do Triângulo permanentemente, mais uma unidade da Federação. (Palmas.)

O SR. DAVI ALVES SILVA: – As palavras de V. Ex.^a vêm fortalecer meu pronunciamento na tarde de hoje, porque aqui estão todas as forças que fazem com que eu crie coragem, com que eu tenha entusiasmo para prosseguir na luta pela criação do Estado do Maranhão do Sul.

Estão aqui, meu caro amigo Constituinte Chico Humberto, representantes do PSB, do PMB, do PDS, da Frente Liberal, do PTB, do PDT, do PT, do PL e PDC, na caravana que deseja a criação do Estado do Maranhão do Sul. O Maranhão do Sul não tem partido, porque ele já é um partido forte, porque realmente nasce forte, no meio de uma comunidade que sabe o que quer.

Visitamos, às vezes, alguns Srs. Constituintes desta Casa, que têm um conhecimento jurídico maior do que o meu, e chegaram até a me dizer que a criação do Estado não é matéria constitucional.

Quero dizer aos nobres companheiros aqui presentes, e aos que visitamos hoje, que a matéria sobre criação de novos Estados está incluída nas Disposições Transitórias e Finais a serem apreciadas pela Assembléia Nacional Constituinte. Não é matéria para ficar configurada no corpo da Constituição Federal, pois está paralela ao trabalho da Assembléa Nacional Constituinte. Nobre Constituinte Chico Humberto, agora ou nunca haverá a redivisão territorial, porque esta jamais veio através de lei complementar. Em 1946, as Disposições Transitórias e Finais transformaram o Território do Acre em Estado. Será que aqueles companheiros tão ilustres, que fazem com que a Assembléia Nacional Constituinte seja altamente respeitada por um público que vive fora desta Casa, não tomaram conhecimento de que em 46 houve o mesmo trabalho que criou o Estado do Acre, que era Território e foi transformado em Estado?

Eram as colocações que gostaria de fazer.

Ouço, com prazer, o aparte do nobre Constituinte Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES: – Nobre Constituinte Davi Alves Silva, acompanhamos a luta de V. Ex.^a e de outros companheiros para obter essa redivisão territorial e queremos associar nossa solidariedade a esta iniciativa. Achamos que o Brasil já está em época de dividir mais seu território. Talvez seja um dos poucos países da América

Latina que tem menos de trinta Estados. A Argentina, por exemplo, tem mais de trinta Estados. Temos Estados geograficamente continentais que precisam ser integrados à Federação. Devemos buscar a apropriação do que é nosso e colocar, através da corrente migratória, parte da população brasileira nessas áreas que serão desmembradas. É um estímulo ao equilíbrio da Federação. Alegar que os novos Estados são ou serão deficitários é utópico, porque os atuais também o são. O próprio Congresso Nacional, há poucos dias, teve de votar uma lei em que autorizou recursos de mais de 160 bilhões de cruzados para cobrir buracos dos Estados. (Palmas.) De forma que não aceitamos – argumentos para não criar outros Estados. Devemos, entretanto, escolher as áreas apropriadas. O Maranhão, realmente, está adequado para se transformar em dois Estados. Pode ser até que o Presidente Sarney não queira que a poesia do Maranhão seja dividida, quando dizia que "o Maranhão é a terra boa onde o poeta nasceu". V. Ex.^a haverá de suplantar, inclusive, esse gigante, o Presidente Sarney, que não quer a divisão, com a força de Davi quando derrotou Golias. O grande Estado do Maranhão do Sul será uma realidade. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR DAVI ALVES SILVA: – Nobre Constituinte Gerson Peres, fico realmente quase que impossibilitado de fazer o pronunciamento que pretendia diante das colocações feitas por V. Ex.^a, que transmitem mais crédito e confiança a essa comissão que nos brinda com sua presença e que sabe que a proposta de criação de um novo Estado não é brincadeira, mas uma realidade. Aqui então conterrâneos do Maranhão do Sul, inúmeros companheiros integrados nesta luta, embora nem tenham apresentado proposta de criação de novos Estados. Mas eles trabalham pelo crescimento deste País e sabem que o Brasil precisa ser redividido, necessitando não de apenas 7 Estados, mas de 27. O Brasil tem que ter acima de 50 Estados e de ser bem administrado. Nós, que agora temos o poder de fazer acontecer aquilo que é o sonho maior de uma sociedade e que por ele há muito tempo vem esperando, não podemos passar por esta Casa e deixar uma declaração ao público que está lá fora de que assinamos um atestado de incompetência, porque não tivemos coragem de defender aquilo que traz justiça ao povo brasileiro.

Procurei, da tribuna desta Casa, não apenas defender a criação de novos Estados, como, por exemplo, o de Tapajós, no Pará, porque sei que tem que ser dividido, mas porque um Estado que tem 1 milhão e 200 mil Km² de área é impossível de ser administrado pelo Governo.

Sabemos que a criação do Estado do Tocantins já foi aprovada pela segunda vez no Plenário desta Casa; o Estado de Santa Cruz já foi aceito em duas Comissões e o projeto já passou para duas outras; o Estado de Minas Gerais, que tem 722 Municípios, também deve ser dividido, ficando o Triângulo com 74.

Vamos lutar para que fatos como esses venham a acontecer aqui, na Assembléa Nacional Constituinte, a fim de dar uma resposta àqueles que não têm acesso a esta Casa, que estão pensando que a Assembléa Nacional Constituinte só traz soluções para outras questões levantadas ainda durante as campanhas, quando queríamos ser Deputados Federais Constituintes para resolver

as questões pendentes neste País, o que sabemos que é impossível.

Mas o que é possível devemos tentar fazer agora, enquanto temos a oportunidade e o direito de, com a cabeça erguida, defender os interesses de uma sociedade livre e democrática. Acredito muito na democracia deste País. Não me preocupo com os pequenos tumultos que vêm acontecendo em algumas partes do Brasil. Até acho que são normais em um País que vive momentos de crise. Mas quero assegurar aos meus companheiros de bancada e àqueles que se deslocaram da capital do meu Estado, de Imperatriz, até Brasília, que o Deputado Federal Davi Alves Silva tem, nesta Casa, procurando manter um comportamento à altura de continuar a merecer a confiança de seus colegas de bancada e espera que suas propostas não sejam frustradas no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Edme Tavares.

O SR. EDME TAVARES: – Nobre Constituinte Davi Alves, trago, neste aparte, mais um testemunho da luta de V. Ex.^a nesta Casa e na Constituinte com o objetivo de atender a uma aspiração coletiva. Ninguém melhor do que V. Ex.^a, conhecedor profundo da realidade econômica e social do seu Estado, para buscar a concretização de uma aspiração do seu povo. Os dados aqui apresentados por V. Ex.^a, não só na justificativa de sua proposição, mas nas que tem prestado dessa tribuna, atestam a essência dessa justa reivindicação. Cumprimento V. Ex.^a por essa reivindicação, na certeza de que, sem dúvida alguma, a Assembléia Nacional Constituinte haverá de aprovar a criação desse novo Estado por um dever de justiça ao desenvolvimento do Maranhão e à descentralização maior do País.

O SR. DAVI ALVES SILVA: – Sr. Presidente, quero incorporar ao meu pronunciamento as palavras ditas pelo meu companheiro Edme Tavares. O povo do Maranhão do Sul saberá, com muito orgulho, agradecer o apoio recebido nesta Casa, onde houve tantas discussões, quando ninguém acreditava e a imprensa chegou a nos tumultuar várias vezes, chegando até a perturbar o povo de Imperatriz – quando viam a apresentação dos destaques diziam que eles seriam jogados fora na sessão seguinte. Mas fomos acreditando nos colegas desta passamos pela Subcomissão, pela Comissão Temática e, agora, já estamos incluídos no relatório da Comissão de Sistematização.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o Maranhão do Sul acontecerá não apenas para fazer reforma agrária, mas reforma na educação, na saúde, para abrir novas estradas vicinais, para criarmos incentivos em tantos outros campos que estão, realmente, excluídos pela falta de um novo poder público que se integre a um novo Estado com espírito, exclusivamente, de administrar o seu povo, que ali vive.

O Maranhão do Sul será criado. Os Srs. que aqui vieram não terão as suas idéias frustradas, porque o Deputado Davi Alves Silva, com o apoio daqueles que querem o crescimento desta Pátria, saberá dizer: este Estado é uma realidade.

Muito obrigado. (Palmas!)

Durante o discurso do Sr. Davi Alves Silva o Sr. Arnaldo Faria de Sá Terceiro Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sotero Cunha suplente de Secretário.

O SR. ANTÔNIO PEROSA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ANTÔNIO PEROSA (PMDB – SP Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de salientar que em nenhum dos sistemas econômicos em que vivem as nações civilizadas e desenvolvidas do mundo se entende uma atividade de alto risco, como a agrícola, sem um único subsídio que compense esse risco.

Quero deixar clara a minha posição de contrariedade em relação a uma medida tomada pelo Ministério da Fazenda com respeito à agricultura.

Entendo que algumas das medidas foram as solicitadas pelos agricultores, mas entendo também que em país nenhum desse mundo se faz agricultura sem que haja incentivo, uma contribuição geral da sociedade para que se colha grandes safras, grandes quantidades de alimentos para o País.

É assim nos Estados Unidos, na União Soviética e em todos os sistemas econômicos e políticos.

Venho aqui demonstrar minha contrariedade e dizer que não posso concordar com o pacote econômico editado pelo Sr. Ministro da Fazenda e pelo Presidente José Sarney.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Antônio Britto – PMDB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Asdrubal Bentes –

PMDB; Benito Gama – PFL; Beth Azize – PSB; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Edésio Frias – PDT; Eunice Michiles – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Castelo – PDS; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Elias Murad – PTB; Fernando Santana – PCB; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; José Fernandes – PDT; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattoz Leão – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nelson Seixas – PDT; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Capiberibe – mardi – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Brant – PMDB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Tito Costa – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Távora – PDS; Wagner Lago – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, dia 02, às 14:30 horas.

VIII – Encerra-se a Sessão às 17 horas e 50 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 88

SEXTA FEIRA, 3 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 94º SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 2 DE JULHO DE 1987.

I - Abertura da Sessão

II - Leitura da Ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 214/87 - Do Senhor Constituinte Inocêncio Oliveira, Primeiro-Vice-Líder do Partido da Frente Liberal, PFL, junto à Assembléia Nacional Constituinte, no exercício da liderança, indicando o Senhor Constituinte Paulo Pimentel para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

IV - Pequeno Expediente

RAIMUNDO BEZERRA - Destaque dado à produção de medicamentos na Política Nacional de Saúde aprovada pela Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e pela Comissão da Ordem Social. Documento entregue pela bancada do Nordeste ao Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a propósito de ações discriminatórias à região, contidas na Resolução nº 273, do Conselho Monetário Nacional.

AÉCIO DE BORBA - Protesto dos nordestinos contra declaração do dirigente da Empresa Brasileira de Turismo, João Dória Júnior, sobre a seca como atração turística e da utilização no turismo das verbas destinadas à irrigação. Correções a serem feitas nas Resoluções nos 272 e 273, do Banco Central, no que concerne ao crédito rural para a área da pecuária.

OSVALDO MACEDO - A Assembléia Nacional Constituinte como centro de celebração

do pacto social, político e econômico. Apelo ao Presidente Sarney visando à transição democrática e à convocação de eleição direta para Presidente da República em 1988.

MENDES BOTELHO - Crítica a desacertos do Plano Bresser.

JORGE ARBAGE - Alerta quanto ao clima de violência reinante no País e à probabilidade de convulsão social. Pacto das forças políticas visando à correção da atual imagem sócio-econômica da Nação. Contradições na definição do sistema de governo a ser inserido na Carta constitucional.

IVO LECH - Gravidade do momento vivido pelo Estado do Rio Grande do Sul. Decepção popular com a falta de comportamento partidário e de unidade programática entre os Constituintes.

MOEMA SÃO THIAGO - Ineficiência no tratamento dado pelo Governo ao problema da seca no Nordeste.

ANTÔNIO MARIZ - Crítica à nova política agrícola e à Portaria nº 271, do Banco Central, que aboliu a concessão de subsídios à agricultura. A tragédia da seca no Nordeste.

AMAURY MÜLLER - Protesto contra portaria da Funai e do Departamento Nacional de Produção Mineral que franqueia as reservas indígenas a empresas mineradoras privadas.

JOSÉ ELIAS MURAD - Prejuízos que advirão do desmembramento da região do Triângulo Mineiro do Estado de Minas Gerais.

EDME TAVARES - Preocupação do orador com a "seca verde" e a falta de assistência ao homem do campo, no Nordeste. Telegrama do Prefeito de Cajazeiras, Estado da Paraíba, Epitácio Leite Rolim, a propósito de tentativa de saques na cidade.

GERSON PERES - Necessidade de cumprimento do Decreto-Lei nº 2280/85, que determina a inclusão, na tabela permanente do Ministério da Agricultura, de seringueiros que exercem atividade nos Municípios paraenses de Santarém e Aveiro. Protesto do orador contra pronunciamento de Constituintes que se manifestam contrários aos resultados da atividade da Assembléia Nacional Constituinte.

MÁRIO LIMA - Esperança de tomada de posição do PMDB, quando da próxima convenção do Partido, ante conjuntura de arrocho salarial e desemprego.

ADEMIR ANDRADE - Emenda apresentada pelo orador ao Anteprojeto da Comissão de Sistematização que compatibiliza os textos das propostas das Comissões da Ordem Social e da Ordem Econômica, no que concerne à reforma agrária. Impunidade no caso do assassinato do suplente de Deputado Federal, Paulo Fontelles, do Estado do Pará. Telex ao Governador do Estado, Hélio Gueiros, a propósito do assunto.

SÓLON BORGES DOS REIS - Desinformação do povo brasileiro quanto à suposta co-responsabilidade da Assembléia Nacional Constituinte na atual crise econômico-financeira.

OLÍVIO DUTRA - Repúdio do Partido dos Trabalhadores à violência política. Comício convocado pelo Partido em prol de eleições diretas em 1988.

GANDI JAMIL - Comemoração do 11º aniversário da emancipação política do Município de Angélica e 7º aniversário da emancipação política do Município de Costa Rica, Estado do Mato Grosso do Sul

GEOVANI BORGES –

Características de racionalidade, singeleza e harmonia de que se deverá revestir a nova Carta constitucional.

JONAS PINHEIRO –

Prejuízo, para seringueiros, seringalistas e usineiros da Amazônia, decorrente da manutenção forçada dos preços da borracha a níveis defasados.

NILSON GIBSON –

Apoio ao novo pacote agrícola anunciado pelos Ministros da Fazenda, Bresser Pereira, e da Agricultura, Íris Rezende

FERES NADER –

Homenagem ao Desembargador Celso Guedes, do Estado do Rio de Janeiro.

FLORICENO PAIXÃO –

Apelo ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, no sentido de acolhimento às reivindicações do Magistério do Estado.

FRANCISCO ROLLEMBERG –

Homenagem ao ex-Parlamentar Gilberto Amado no centenário de seu nascimento.

EDIVALDO MOTTA –

Apelo ao Presidente da República no sentido da prorrogação do prazo para recolhimento ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, do Imposto Territorial Rural devido por pequenos e médios proprietários rurais nordestinos, em particular da região de Patos, Estado da Paraíba.

GONZAGA PATRIOTA –

Necessidade de reestruturação das bases do fomento à produção, visando ao soerguimento da agricultura brasileira. Dificuldades da população ribeirinha do São Francisco, no Estado de Pernambuco, pelos altos custos financeiros da cultura do tomate e do aumento das tarifas de água.

FRANCISCO AMARAL –

Comemoração do centenário do Instituto Agronômico de Campinas, Estado de São Paulo.

CHICO HUMBERTO –

Impredicência das objeções à criação do Estado do Triângulo.

OSVALDO SOBRINHO –

Planejamento de obras de infra-estrutura que viabilizem a continuidade do ritmo de expansão do Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

DAVI ALVES SILVA – Liberação de crédito agrícola para os pequenos agricultores da região tocantina.

V – Comunicações de Liderança

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Pela ordem, reclamação contra inclusão, pelo Líder Carlos Sant'Anna, do nome do Constituinte Eduardo Jorge entre supostos membros de grupo de parlamentares conservadores do PMDB que estaria elaborando substitutivo do Palácio do Planalto ao anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral.

ADYLSON MOTTA – Medidas anunciadas e não efetivadas pelo Presidente Sarney com referência à venda de residências de ministros, redução no uso de carros oficiais e de viagens de equipes ministeriais ao exterior. Emenda apresentada pelo orador ao anteprojeto de Constituição, concernente ao nepotismo.

FERNANDO SANTANA – Transcurso do 164º aniversário da confirmação, pelo Estado da Bahia, da Independência do Brasil.

VALMIR CAMPELO – Necessidade de despoluição das águas do lago Paranoá, em Brasília, Distrito Federal.

ERICO PEGORARO – Solidariedade ao magistério do Rio Grande do Sul. Crise político-ético-administrativa no Estado.

GUMERCINDO MILHOMEM – Notícias veiculadas pela imprensa de elaboração, pela Presidência da República, de substitutivo ao anteprojeto da Comissão de Sistematização. Eleições diretas para Presidente da República.

AMAURY MÜLLER – Inoportunidade da aplicação da Lei de Segurança Nacional ao caso de suposta participação nas manifestações de desagrado ao Presidente José Sarney, no Rio de Janeiro.

HAROLDO LIMA – Transcurso do aniversário da confirmação, pelo Estado da Bahia, da Independência do Brasil. Reunião de líderes partidários com o Presidente Ulysses Guimarães, a propósito de campanha de desprestígio movida contra a Assembléia Nacional Constitui-

tante. Apoio à decisão do Presidente Ulysses Guimarães no sentido de interceder pela não-aplicação da Lei de Segurança Nacional no caso de anormalidades ocorridas no Estado do Rio de Janeiro.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Prosseguimento, sem interrupção, dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Não aceitação, pela Assembléia Nacional Constituinte, de substitutivo eventualmente elaborado pelo Governo ao anteprojeto da Comissão de Sistematização.

SÓLON BORGES DOS REIS – Transcurso do aniversário da confirmação, pelo Estado da Bahia, da Independência do Brasil.

JOVANNI MASSINI – Responsabilidade do PMDB na promoção da transição do País para a plenitude democrática.

PIMENTA DA VEIGA – Análise da atual e previsão da figura situação do País. Linha de atuação do PMDB.

VI – Apresentação de proposições

IRAN SARAIVA ARNALDO FARIA DE SÁ.

VIRGILIO GUIMARÃES – Pela ordem, sobre nota oficial da Comissão Executiva Nacional do PT, em defesa da liberdade de manifestação popular.

VITOR BUAIZ – Pela ordem, sobre documento da Federação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas, a propósito de suposto envolvimento do Presidente do Sindicato do Rio de Janeiro e Secretário-Geral da Federação, Luiz Carlos de Jesus Machado, nos incidentes de agressão ao Presidente José Sarney.

VII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE

PARTIDOS – Relação dos membros.

4 – COMISSÕES – Relação dos membros das Comissões Constitucionais.

5 – ATAS DAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES – (As atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário.)

Ata da 94ª Sessão , em 2 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; e Mário Maia, Segundo-Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Games – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS Aécio de

Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Ailton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves PFL; Aloizio Teixeira – PMDB; Aluízio Bezerra PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amaral Netto PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Bar-

cellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisir Ameiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edson Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmílson Valentim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Junior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flavio Palmaier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PIB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoino – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Morais – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Besson – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; FL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PIB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Mauricio Corrêa – PDT; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Massa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nilson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilo Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiua – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmarinha Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães

– PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira
 – PMDB; Vasco Alves PMDB; Vicente Bogo
 – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana
 – PFL; Vilson Souza PMDB; Vingt Rosado
 – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB;
 Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães
 PT; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa
 PDT; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi
 – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma
 Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB;
 Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares –
 PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 283 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. Constituinte Inocêncio Oliveira, Primeiro-Vice-Líder, no exercício da Liderança do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 214/87-PFL
 Brasília, 30 de junho de 1987.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o nome do Senhor Deputado Paulo Pimentel para Vice-Líder do Partido da Frente Liberal, na Assembléia Nacional Constituinte.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e distinta consideração. Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Vice-Líder no exercício da liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Raimundo Bezerra.

O SR. RAIMUNDO BEZERRA (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes:

A Política Nacional de Saúde, discutida e aprovada na Subcomissão da Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e Comissão da Ordem Social, tem como destaque a produção de medicamentos. Esta atenção é justificada não apenas por motivos de ordem econômica, como também de soberania nacional, pois esta fixa em um mínimo de 65% a participação do Brasil na produção e comercialização de medicamentos. Infelizmente, este critério está longe de ser atendido. As multinacionais ocupam mais de 80% do mercado e 86% da matéria-prima farmacêutica é importada. A Ceme (Central de Medicamentos) tem insigni-

ficante parcela na produção de fármacos: apesar de comercializar 378 produtos, apenas 20 estão sendo produzidos com matérias-primas nacionais.

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, somente 48% ou 63 milhões de brasileiros têm acesso a medicamentos. Estes dados estatísticos revelam "uma tragédia macabra": é a morte deliberada pela incúria, é o atestado de óbito no papel da receita que não é aviada, é a dívida social clamando por justiça, é a falta de seriedade para com um setor que é essencial para a preservação da vida humana.

Hoje, existe uma grande pressão na área de fármacos para que o Brasil reconheça o direito de patentes, pressão essa exercida por países industrializados que até bem pouco tempo não reconheciam o direito de patentes. Não reconhecer patentes é uma maneira de os países em desenvolvimento se defenderem do cartel internacional que determina preços, políticas e práticas de mercado. Tanto isso é verdade que países que não pertencem ao cartel, como Itália e Espanha, e mesmo aqueles que hoje dominam este mercado, como o Japão, Estados Unidos e Alemanha, também adotaram o não-reconhecimento de patentes, enquanto sua indústria nacional não se capacitou para a produção de fármacos.

O não-reconhecimento de patentes, por parte do Brasil, é uma medida preventiva, uma espécie de reserva de mercado, para viabilizar o desenvolvimento de nossa incipiente indústria nacional.

O anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização, no seu art. 353, inciso III, regulamenta a produção de medicamentos, conforme define sua redação:

"Art. 353. Compete ao Estado, mediante o Sistema Único de Saúde; Inciso III – Disciplinar, controlar e estimular a pesquisa sobre medicamentos, equipamentos, produtos imunobiológicos e hemoderivados e outros insumos de saúde, bem como participar de sua produção e distribuição, com vistas à preservação de soberania racional."

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, a abordagem deste tema, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, deve-se ao fato da necessidade inadiável de cerrarmos fileiras, no sentido de proteger a nossa soberania, amparando e estimulando nossa indústria farmacêutica.

Sr. Presidente ontem foi assinada e divulgada, em todo o Brasil, a Resolução nº 0273, do Conselho Monetário Nacional. Como versa sobre assunto do mais alto interesse para a agricultura nacional, principalmente a agricultura nordestina, fomos, com a bancada parlamentar do Nordeste, a uma audiência com o Sr. Ministro da Fazenda Bresser Pereira. Reclamamos de ações discriminatórias que essa resolução promove contra o Nordeste.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, apresentamos um ligeiro relatório do nosso pensamento, e uso o termo "ligeiramente" para reforçar o que ali apresentamos.

Gostaria de ler o documento por nós entregue ao Sr. Ministro da Fazenda:

A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 273/87, que estabelece repactuação de encargos financeiros e prazos de dívidas dos produtores rurais e isenção de correção

monetária, é fortemente discricionária para com o Nordeste.

A região nordestina, apesar de contar com praticamente um terço da população brasileira, só recebe 14% de todos investimentos do setor agropecuário.

No momento, as outras regiões tiveram condições climáticas, pluviométricas e financeiras favoráveis que permitiram a maior safra agrícola da história do País, em torno de 70 milhões de toneladas. Enquanto isso, no Nordeste grama uma das maiores secas, a chamada "seca verde", agravada com a destruição total de seu principal produto agrícola, o algodão, pelo "bicudo".

As outras regiões, mesmo sem sofrer as intempéries da natureza, tiveram isenção de correção monetária nos encargos financeiros de dívidas de produtores rurais, até 30-6-87, acarretando ao Governo um dispêndio de 9,5 bilhões de cruzados e ao setor bancário 12,9 bilhões de cruzados.

O Nordeste, apesar da tragédia da seca, de produzir no setor agrícola, por hectare, pouco mais de um terço do que produz o "Sul, teve com a Resolução 273/87, de dispêndio, apenas 1,54 bilhão de cruzados do Governo e 2,1 bilhão dos bancos.

Como medidas emergenciais sugerimos:

A) estender à pecuária a isenção de correção monetária até 31-12-87;

B) estabelecer para o Proine, juros iguais ao da resolução Bacen de 15-5-86, para investimentos em irrigação permanente;

C) incluir nos benefícios da Resolução nº 273/87 as operações de financiamento agropecuário contraídas entre 1-3-87 e 30-6-87;

D) reavaliar as dívidas do setor agropecuário datadas de período anterior ao Plano Cruzado e adequá-las à Resolução nº 1.131, do Bacen.

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, 2 de julho de 1987.

Sr. Presidente, a receptividade do Sr. Ministro foi razoavelmente boa. Inclusive, S. Ex.^a marcou uma nova audiência hoje, às 18 horas, aqui nesta Casa, com S. Ex.^a o Dr. Mailson Ferreira da Nóbrega, Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, e com toda a bancada do Nordeste. Muito obrigado.

O SR. ÁECIO DE BORBA (PDS – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Nova República parece que veio disposta a inovar. Mas, dentro das inovações e das contradições ditadas pelos integrantes dos diversos escalões da República, nós encontramos algo que muitas vezes fere até a dignidade de todos aqueles que ouvem, sem credibilidade, a afirmação feita.

O Globo de ontem traz um pronunciamento de João Dória Júnior durante a sua visita a Fortaleza, no qual aquele dirigente da Empresa Brasileira de Turismo diz que "a seca deve virar atração turística". E acrescenta que o Governo deve deixar de investir na irrigação do Nordeste, e empregar o dinheiro em turismo, exatamente porque, segundo ele, numa comparação que fez, de cada cem projetos turísticos na região, apenas quatro

deixam de garantir retorno, enquanto que, de cem projetos de irrigação, setenta e cinco dão resultado negativo.

Esta afirmação, Sr. Presidente, estarreceu a todos os nordestinos. Desde ontem, temos recebido do nosso Estado, especialmente, o que reflete, inclusive, a repercussão que causou no restante da região, o protesto, a indignação contra a leviana afirmação do Presidente da Embratur.

Querer fazer da seca uma atração turística é, sem nenhuma dúvida, desconhecer totalmente a realidade da Região, pois ver milhares de famílias, mães puxando crianças arraigadas às suas saias, com fome, barrigudas, desdentadas, sem nutrição; ver os assaltos que pela fome o nordestino tem praticado em vários armazéns da Região, e, não resta dúvida, querer levar ao ridículo uma situação que devia ser de penúria, de comiseração e de interesse para que ela não se realizasse.

Agora, Sr. Presidente, quando o Presidente da República vai ao Nordeste e diz que vai fazer naquela Região a irrigação de um milhão de hectares, e depois vem um auxiliar seu e aconselha que não seja feita a irrigação no Nordeste, que os recursos a serem aplicados nesse mister se transformem em investimentos no turismo, porque não é de maneira alguma rentável o investimento na irrigação, nos deixa perplexos e sem saber qual é realmente a orientação do Governo com relação às suas medidas.

Quero crer que se o Governo tivesse interesse em fazer cumprir as suas promessas, por certo demitiria o Presidente da Embratur porque, ao afirmar que não se deve fazer irrigação no Nordeste, ele não deixa de ser um porta-voz das empresas brasileiras e da direção da Nova República, condenando aquilo que é a maior aspiração da Região.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ontem, o Banco Central divulgou as Resoluções 271 e 273. Ambas versam sobre o crédito rural anterior, e a partir de agora. Na parte anterior, sem nenhuma dúvida, inúmeros benefícios foram trazidos para a agricultura, de um modo geral. Fala-se no Nordeste, em regiões abrangidas pela Sudam e Sudene, mas nestas regiões apenas 17% do investimento nacional foram carreados para aquelas áreas, o restante vai todo para as regiões Centro-Oeste e Centro-Sul.

Algumas correções terão que ser feitas, exatamente na área da pecuária, que foi excluída de continuar com a dispensa da correção monetária até 31 de dezembro, e que também isso seja estendido a todos aqueles contratos pactuados antes do Plano Cruzado, porque não se admite que ao tentar passar uma esponja no passado para inaugurar uma nova era com correção monetária plena para a agricultura – o que nós duvidamos possa viabilizá-la – encontraremos reparo a essas duas resoluções.

Hoje, a Bancada do Nordeste, por seus representantes, já esteve com o Ministro da Fazenda e, à noite, continuará com o Secretário-Geral daquele ministério os debates, para que essas correções se façam e aí, então, tenhamos a resolução principalmente quando se voltar para os investimentos a serem feitos entre julho e dezembro, capazes de dar à Região aquilo que tanto espera. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Aécio de Borba o Sr. Jorge Arbage, Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr Mauro Benevides Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"Quem quer mais do que lhe convém, perde o que quer, e o que tem".

(Padre Antonio Vieira – "Sermão de Santo Antônio", pregado na cidade de S. Luís do Maranhão, no ano de 1654)

O momento é de perplexidade no seio da Assembléia Nacional Constituinte, como reflexo não apenas da crise real, mas também da crise política fictícia provocada pela imprudência, fantasia e ambição de uns e de outros.

Foi bem de propósito que escolhi, para epígrafe desse discurso, frase do Sermão de Santo Antônio, que o Padre Antonio Vieira pregou na cidade de São Luiz do Maranhão, no ano de 1654. Cito-o mais uma vez: "Suposto, pois, que, ou o sal não salgue, ou a terra se não deixe salgar, que se há de fazer a este sal, e que se há de fazer a esta terra?" A resposta todos conhecem: se o sal perder a substância e a virtude, o que se lhe há da fazer lançá-lo fora como inútil.

Pois alguns andam por aí a propor pactos sociais e pactos políticos à margem do único e verdadeiro fórum para a celebração desse pacto, que é a Assembléia Nacional Constituinte. O que propõem, que ninguém sabe? O que propõem, que não ousam dizer claramente? Que interesse defendem, que a Nação não os identifica e nem com eles se identifica?

Reafirmemos uma verdade que certos cidadãos teimam em esquecer: é aqui, somente aqui na Constituinte, neste grande encontro do Brasil, é que pode e deve ser celebrado o efetivo pacto social, político e econômico entre os brasileiros. O centro de decisão do Brasil é aqui e não em outro lugar qualquer. Quem entender o contrário estará inventando a frustração e estará certamente comprometido com causa que não ousa dizer o próprio nome.

A Constituinte tem uma tarefa a cumprir e deve cumprí-la e o que ameaçar os seus trabalhos e as suas decisões soberanas deve ser sobreposto pela sua autoridade. Desvistam-se todos, portanto, de ambições passageiras, que só poderão comprometer o essencial por cuidado com o acessório. A hora é do substantivo, sem privilégio ao adjetivo.

Não nos percamos no cumprimento da missão maior, que é a de ordenar e institucionalizar a democracia brasileira em uma Constituição limpa e clara, para ser entendida e respeitada por todos.

A democracia ainda não é, mas pode e deve ser. Afinal, não se negocia o processo de transição, com o aval e o aplauso do povo, apenas para se mudar homens no poder. Negociou-se em nome e em honra da democracia.

A Constituição que devemos escrever e promulgar até adia 15 de novembro não vai resolver

e nem eliminar as contradições das sociedades brasileiras. As contradições permanecerão e até se agravarão, independentemente da lei ou apesar da lei. Aliás, devemos nos lembrar de Drumond:

"Os homens pedem carne. Fogo, Sapatos. As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei!"

As leis não bastam, mas disciplinam a convivência civilizada para que se lute por carne, por fogo e por sapatos. A Constituição, ao formalizar o efetivo pacto social e político da sociedade brasileira, vai disciplinar a vida em sociedade, garantir direitos políticos e sociais; criar, definir e delimitar os poderes do Estado, defender a soberania e as riquezas nacionais e estabelecer as regras para a disputa do poder. Se a Constituição, que é um pacto social e político, não puder estabelecer as regras para a paz, que pelo menos estabeleça as regras para a guerra.

Eis por que os que proclamam as suas armas devem sentar-se à mesa, neste fórum de decisões que é a Constituinte, para a celebração desse tratado. Quem não tiver competência para fazê-lo é porque não tem competência para dirigir e dirigir-se à Nação. Quem não tiver humildade para fazê-lo será humilhado pela História.

Quem pode o mais, pode o menos. Se a Constituinte é agora o centro de poder e de decisão do Brasil, além de cuidar do permanente, está obrigada a enfrentar o transitório.

Eis por que quero propor a convocação de sessões plenárias da Constituinte, para já e já e, independentemente de suas tarefas regimentais, tomar as decisões sobre o presente que ninguém mais pode e tem autoridade para tomar.

Aos partidos cabe grande responsabilidade, se é que são ou querem ser partidos políticos. Que cada um leia e cumpra mais o seu programa e menos o *Diário Oficial*. Ao meu partido, o PMDB, cumpre-lhe ser fiel à sua história. É um partido que tem um cadastro de sangue, de pressões, de perseguições, de votos e de luta em torno de um grande ponto de união: reconquista da democracia para o Brasil. A missão ainda não está cumprida. O sal tem que salgar.

Permito-me agora dirigir algumas palavras ao Presidente José Sarney, com a reverência que o seu cargo merece, mas também com a coragem crítica que a minha condição de brasileiro e de Constituinte me garante.

Figura maior do cenário político, por ser o titular do Poder Executivo, a sua capacidade e autoridade para influir em todo o processo devem ser reconhecidas e respeitadas. Cabe-lhe, assim, parcela maior de responsabilidade nos rumos que a Nação brasileira for levada a tomar. Acredito mesmo que, em razão de sua boa formação intelectual e de sua vocação literária, é homem que não pode perder as perspectivas da História.

Pois digo que me entristeci quando o vi rejeitar a condição de Presidente da transição para a claridão democrática em troca da pretensão de ser mais um Presidente que pensa que pode tudo. Não desmantelou a estrutura administrativa que o autoritarismo criou durante mais de 20 anos, mas, pelo contrário, com ela quis governar, na ilusão de que ela o tornasse mais forte. Nem os generais presidentes, que independiam de audiência popular e partidária, tiveram êxito com o uso dessa máquina viciada e corrupta. Se ela

não serviu com sucesso à ditadura, porque haveria de servir a um governo comprometido no nascedouro com a causa democrática? Por que dela se utilizar um Presidente que não veio nem pela força e nem pelo voto, mas ascendeu com a vontade da Nação pela mudança democrática? Por quê?

Dirigente partidário, o Presidente Sarney parece desprezar os partidos políticos em benefício dos áulicos. Homem de pensamentos e de livros, Presidente Sarney parece desconsiderá-los por julgar mais eficiente o poder do **Diário Oficial** do que o poder das idéias. Desprezando os partidos, notadamente o aglutinador da resistência democrática que foi e é o PMDB; deixando de avaliar corretamente o momento histórico e o processo político, o Presidente Sarney terá de buscar outras forças de sustentação. Peço a Deus que não admite ser um Bordaberry brasileiro, que ele não mereça esse fim. Que o Brasil não mereça essa mancha.

Peço a Deus que o Presidente Sarney cuide mais do governo, que é de transição mas tem de funcionar, e menos da ambição de poder. Ainda há tempo para se antecipar aos fatos, Promover uma efetiva e corajosa reforma administrativa, acabar com a impunidade e combater severamente a corrupção. Essa dívida ainda não foi paga.

A Constituinte cumprirá a sua tarefa e, então, as esperanças devem renascer. As divergências sociais e políticas continuarão, mas como dizia o Presidente Roosevelt, só o voto pode dirimir as divergências. Só com eleição pode ser clareado o nosso horizonte. Só com o debate amplo que uma campanha permite e mobiliza poderemos elaborar o Projeto nacional que San Thiago Dantas propunha já em 1963.

Por duas vezes nesta Assembléia votei por um mandato de quatro anos para o cargo de Presidente da República. Não quero e não defendo nem um dia a mais e nem um dia a menos para nenhum Presidente. Democracia é princípio e não causuísmo.

O mandato do Presidente José Sarney, como o mandato de todos os Presidentes, deve ser de quatro anos. Mandatos longos estimulam o locupletamento e a corrupção.

Entendo que o Presidente José Sarney demonstrará grandeza para viver a grandeza deste momento e será digno como personagem principal da transição democrática se propuser, com sua própria assinatura, a convocação de eleição direta para Presidente da República para o dia 15 de novembro de 1988.

Não há o que temer. Em momento crítico igual a esse o Presidente Roosevelt aconselhou: "A única coisa que devemos temer é o próprio medo".

Não inventem fantasmas, por favor. Não fabriquem sinistros. Sejamos dignos do Brasil e miremo-nos no exemplo de Disreali: "A vida é muito breve para admitir pequenezas".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. MENDES BOTELHO (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Está completamente alheio à situação de preços e salários no País quem afirma que os trabalhadores não saíram perdendo com o chamado

Plano Bresser. Estou retornando, Sr. Presidente, de uma série de reuniões na capital e interior de São Paulo, onde mantive contatos com os companheiros trabalhadores, aposentados e pensionistas, e o resultado é um só: a perplexidade com um plano que tem a cara do FMI. É recessivo, proclama o arrocho salarial e tem como receita básica tudo aquilo que já se considerou como demoníaco neste País, a começar pela desorganização do mercado interno, em detrimento das exportações.

Historiando a situação do trabalhador nos últimos decênios, vamos encontrar sempre os mesmos argumentos para retirar da classe assalariada as suas esperanças de dias melhores. Tivemos, no governo militar, o argumento de que era preciso fazer o bolo crescer para reparti-lo. A classe trabalhadora não sentiu nem o cheiro desse bolo, enquanto se aplicou na criação de empresas estatais falidas, em obras faraônicas, na corrupção e mordomias. A chamada Nova República chegou para exorcizar tudo que se referia ao passado. Fez o Plano Cruzado, alentou esperanças, teve a maior demonstração de apoio que o Poder já recebeu na História Republicana, com a consagração nas urnas do PMDB. E veio a traição.

Tudo aquilo que o trabalhador ganhou em alguns meses do Plano Cruzado acabou em poucos dias, quando o Governo perdeu toda a noção de rumo desorganizado e sem idéias. A deteriorização salarial nesse período de decomposição do Plano do ex-Ministro Funaro chegou a mais de 30%. O gatilho salarial passou a ser insuficiente para recompor os rendimentos dos trabalhadores num momento de inflação puramente especulativa. Essa é uma verdade que o Governo precisa ouvir em alto e bom som: o desastre do Plano Cruzado teve como fruto a desorganização do próprio Governo, que brincou com a classe trabalhista e permitiu e até estimulou, com anúncios extemporâneos de mudanças econômicas, a escalada dos preços. Da mesma forma, foi o próprio Governo que arrasou a micro e a pequena empresa, quando puxou para o alto as taxas de juros, com a desorganização de suas contas.

Estamos, agora, numa situação de crise que se reflete em todos os indicadores. O desemprego de 9,5% em São Paulo, nos últimos cinco meses, é forte indício de que a gravidade do momento atual exige ponderação, equilíbrio e, acima de tudo, fé no futuro, para que o País retome um ritmo de crescimento que assegure esperança aos 724 mil desempregados somente no nosso Estado.

Nas reuniões que realizei em São Paulo, pude verificar que chega a ser desesperadora a situação de famílias de baixa renda. E não é para menos, porque enquanto os preços dispararam nos últimos meses, o gatilho salarial agiu como freio na recomposição salarial. Perderam os trabalhadores e ganharam os especuladores com o estímulo do Governo.

Os dados do DIEESE mostram que os rendimentos médios dos assalariados caíram 7% em abril, passando de 7.063 cruzados para 6.546 cruzados. As mesmas pesquisas apontam para um crescimento de 78,8% no custo de vida no primeiro quadrimestre deste ano, enquanto os salários evoluíram apenas 50%. O trabalhador perdeu 21,2%.

Com tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Governo ainda tirou do assalariado o resíduo inflacionário não coberto pelo gatilho de

maio. E ainda se fala que o trabalhador não perdeu com o Plano Bresser. Que o Sr. Ministro vai perguntar aos assalariados como estão conseguindo viver e compreenderá porque afirmamos que estamos vivendo uma situação crítica.

Aliás, duas afirmações chamam a atenção para a malignidade deste Plano Bresser. A primeira é do Presidente Ulysses Guimarães, quando declara que esse plano não é do PMDB. E não é para menos: ele tem os ingredientes de uma receita que é conhecida e que leva direto ao FMI. A segunda afirmação partiu do empresário Mário Amato, Presidente da FIESP. Ele viu que chegamos ao limite crítico, onde a exaustão dos salários pode inviabilizar não só a vida do trabalhador médio, mas toda uma estrutura industrial e até a cambianta democracia brasileira; por isso, pedia um abono salarial para sairmos da estagnação.

O que vimos solicitar hoje, desta tribuna, é que o Governo ouça a classe trabalhadora, porque ninguém quer chegar ao caos. Basta que se reúna com meia dúzia de trabalhadores – e eu me reuni com mais de dois mil nos últimos dias – para se ter uma noção exata da possibilidade de que a apatia, a descrença, o descrédito no Governo, pode levar a uma situação imprevisível no futuro, principalmente porque os trabalhadores não compartilham da visão otimista do Governo de que tudo vai melhorar de agora para a frente o que devemos esquecer tudo o que ficou perdido. Todos nós sabemos que a política salarial do Plano Bresser é uma aposta numa inflação menor do que 5% nos próximos 12 meses. Os próprios técnicos do Governo não escondem isto. Se a inflação não se comportar desta maneira, vamos ter novas perdas salariais e em situação bem pior do que agora, já que os aumentos dos salários serão mais espaçados.

Devo dizer, Sr. Presidente, que o desalento da classe trabalhadora é tão grande que é preciso dizer uma verdade o Governo está sozinho com o seu Plano. Ninguém acredita que dê certo tudo aquilo que está proposto nas intenções do Governo a começar do seu plano de combater o déficit público.

É por isto que instamos para que o Governo abra canais de diálogo com o trabalhador. É uma pena que só observemos má vontade por parte do Governo. Outra não pode ser a interpretação da realidade, quando analisamos que o Governo quer desviar a atenção das lideranças sindicais do problema econômico, mandando para o Congresso a nova Lei de Greve sobre a qual nos debruçaremos mais tarde.

Todas as nossas afirmações têm um sentido certo. Não se pode querer contrariar a verdade. Tudo tem que ser dito às claras. O Brasil está às portas do FMI, vai reduzir o seu crescimento, vai promover o arrocho salarial. Este é o caminho que o Sr. Bresser encontrou. Mas é bom que se diga, Sr. Presidente, que se ele agradou a alguns patrões, com essa farsa chamada congelamento, com os preços correndo três vezes mais rápido do que os salários, deixou muitas preocupações para o futuro. O Governo sabe que essa cartada decisiva poderá comprometer decisivamente as relações entre empregados e a força do capital. Não será com uma Lei de Greve que está aquém do anseio e das conquistas do trabalho que os assalariados serão detidos. Governo

precisa saber disso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – BA)
Pronuncia o seguinte discurso: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governo federal precisa usar o rigor da lei para exorcizar o clima de violência que inferniza a vida do País. A sociedade brasileira não pode ficar a mercê de designios imprevisíveis, nem exposta aos riscos da sanha de uma horda de desajustados, cujos propósitos são evidentemente contrários a que o estado democrático seja institucionalizado com a promulgação da nova Carta fundamental pela Assembléia Nacional Constituinte.

Não devemos fazer juízo precipitado a respeito dos acontecimentos ocorridos nos últimos dias quando, em visita ao Rio de Janeiro, o Presidente da República e sua comitiva foram vítimas de covarde atentado. Pode-se, no entanto, pressupor de onde parte a origem dos movimentos anarquistas, mas isto não bastará para impor uma linha de tranquilidade à Nação. O importante, no caso, será adotar providências para detectar a fonte que brota o caldo de cultura, de sorte que os aproveitadores não encontrem como e onde alimentarem seus apetites, desordenando-se como meteoritos no espaço sideral.

Sabe-se, Sr. Presidente, que a crise econômica é um pasto que fortalece a desigualdade social e provoca a ira da insatisfação na opinião pública. Estamos vivendo a fase atípica de um momento histórico e, por isto mesmo, assistindo estarricidos ao crescimento da desordem, aliada ao vandalismo contra o patrimônio público e privado. Sinceramente, não vemos como essa onda de violência e terrorismo, materializada em episódios sucessivos e sincronizados, possa ser contida à margem de um pacto não realizável com a participação de todos os segmentos políticos e sociais, de um lado, e o Governo federal de outro:

Qualquer leigo é capaz de observar que o País caminha desordenadamente para mergulhar na mesma tempestade subversiva que culminou com a deposição do Sr. João Goulart. O clima é semelhante ao dos momentos que antecederam o memorável 31 de março de 1964. Pode-se imaginar que os personagens também não mudaram, assim como os métodos utilizados no passado. Admite-se, ainda, que os objetivos dos badernacos eclodidos no Rio de Janeiro, em Brasília ou São Paulo, obedecem á batuta de experientes maestros e preconizem um só direcionamento: tornarem-se inquilinos do Palácio do Planalto, seja através de eleições diretas, ou mesmo pela ação armada.

Tenho advertido, em sucessivos pronunciamentos, a respeito de uma possível convulsão no âmbito social de proporções incontroláveis nos limites da lei. Descarto a possibilidade de golpe militar, porque o propósito das Forças Amadas tem sido reiterado, na palavra de ilustres chefes militares, de continuar seu papel como guardiões da Constituição, da lei e da ordem. Então, devemos estar preparados para enfrentar o disco inexorável de um movimento civilista e ter que admiti-lo como explosão do desespero popular, diante

da inércia e da falta de sensibilidade para solucionar a difícil problemática nacional.

Não nos iludamos com a idéia de que apenas a crise econômica seja responsável pela deflagração dos episódios que ameaçam institucionalizar a desordem pública e levar o País ao caos do confronto entre irmãos desta mesma Pátria. Estamos sufocados pela crise da virose política, que está solapando a unidade no âmbito dos partidos e com isto reduzindo a faixa de esperança na sobrevivência do estado democrático. O que dizer da crise de credibilidade que sofre o Governo da República, em consequência da qual o povo se mantém indiferente aos apelos de apoio e de solidariedade às medidas postas em prática, tornando, assim, quase impossível uma previsão de êxito no saldo de seus objetivos. Outra crise que aprofunda nossas preocupações reside na tergiversação que compromete a austeridade administrativa, fazendo com que a sociedade não saiba onde situar a verdade nas afirmações que versam sobre temas do seu relevante interesse.

Poderíamos citar, entre outras, a crise de austeridade; não menos perigosa do que a crise da falta de punidate aos aproveitadores e locupletadores dos dinheiros públicos, também igual ou pior do que a crise de sinceridade nas manifestações que insinuam medidas favoráveis aos direitos dos assalariados, quando, na prática, os salários são expostos a perdas irrecuperáveis reduzidoras do poder aquisitivo do trabalhador; por não falar na crise do respeito ao poupador da Caderneta de Poupança, do PGTS e do PIS-PASEP, vítimas constantes de artifícios engenhosos como as modificações enxertadas nos critérios da medição da inflação, com propósito tendencioso de subtrair parte dos rendimentos para simular um efeito não condizente com a realidade que todo o país conhece.

Mas, a crise sindrômica que vem convertendo a paz social num mar de agitações de cunhos não se sabe se ideológicos ou frutos de desesperos, parece ampliar-se em dimensões quilométricas, produzindo sua repercussão nos trabalhos que aqui realizamos. Façamos um exame de consciência para sabermos se é justo criticar o texto do anteprojeto da Constituição, tal como elaborado pela Comissão de sistematização e entregue solenemente ao Presidente Ulysses Guimarães.

É muito importante que admitamos nossas limitações, para reconhecermos não ser possível a construção de um texto por inteiro da Carta fundamental, cuja redação fique imune aos equívocos e imperfeições.

O que se fez, até agora, pode não representar a materialização de tudo o que o povo anseia, mas é o resultado de um esforço cívico, inspirado nas melhores projeções da visão democrática, ainda assim suscetível de passar pelo crivo do debate plenário, na busca das linhas mestras do aprimoramento.

Desgraçado deste País se o silêncio, até mesmo do recesso regimental, que não vem ao caso, pudesse emudecer a voz desta augusta Assembléia Nacional Constituinte em momento histórico como o que atravessamos. Enquanto funcionar este poder, mesmo desarmado e convicto do seu papel no estuário da transição que nos leva à consolidação do estado democrático, a Na-

ção pode ficar tranqüila que o seu destino estará vigiado e protegido das procelas que nos rondam a cada dia e a cada instante.

Mesmo que a circunstância apresente características sombrias e adversas, não podemos curvar as cabeças para ensejar que prospere o divisionismo partidário, nem as dissensões sociais ou que se fortaleçam as trincheras onde se escondem as cassandras para atacarem o incitamento provocativo, na esperança de que possam ser os beneficiários das convulsões que acelerem suas caminhadas aos rumos do poder.

Olhemos com carinho para a recessão que se avoluma. O capital, estrangulado pela força da carga tributária, não está suportando alimentar o ônus dos encargos financeiros e sevê na contingência de despedir grandes massas de trabalhadores, gerando o espectro do desemprego que, por seu turno, é o responsável pela desagregação de todos os princípios fundamentais, inerentes aos direitos humanos.

Discordo quando alguém afirma que "estamos marchando para a recessão". Antes, pelo contrário. Estamos, sim, lutando para reduzir seu impacto, mas isto não será possível enquanto o próprio Governo permanecer insensível ao desaquecimento do mercado de consumo, que tem como causa a sobrecarga tributária que incide em determinados produtos, tornando-os inviáveis na comercialização com uma sociedade subjugada a limitações em seu poder aquisitivo.

Se a indústria tem capacidade de produzir, mas não de vender sua mercadoria, porque os preços alcançam índices nada suportáveis pelo consumidor, é claro que estará fadada a se socorrer da concessão de férias coletivas aos seus empregados, quando não os coloca no olho da rua, até mesmo como medida de sobrevivência, evitando que aconteça o pior.

Acho e percebo que a própria imagem econômica e social do Brasil atual, a nos mostrem suas faces dilaceradas pela desordem a que se acham submetidas, está a suplicar o socorro de um pacto coerente entre as forças poucas. Tal a gravidade do momento, que será utópico o Governo ou os partidos políticos imaginarem que, em campos opostos, poderão encontrar soluções adequadas e duradouras que tranqüilizem Nação com promessas de dias menos tortuosos que estes hoje enfrentados.

O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, foi muito objetivo e prático ao considerar que "o pacto está consagrado na futura constituição"; contudo, é necessário aduzir a esse vaticínio lógico que se impõe formalizar o pacto desde agora, para efetivar o seu desaguamento na promulgação da Carta fundamental, quando espera-se esteja o País totalmente liberto dos grilhões que foram o somatório de problemas contrários ao seu deslançamento nas sendas do progresso e do desenvolvimento.

Não vejo sentido em esta Assembléia Nacional Constituinte colocar a magnitude dos nossos graves problemas sob a tutela de soluções ideológicas, quando, na realidade, o que eles exigem são determinações eminentemente políticas que só podem ser encontradas no âmbito da coerência e da lucidez com que sejam visualizadas.

Aqui, Sr. Presidente, desperdiçamos imensa quantidade de tempo e de palavras em debates

estéreis, muito mais preocupados em descobrirmos "o sexo dos anjos" do que propriamente em encontrar fórmulas para o alinhamento de uma economia em estado de putrefação na sua credibilidade, já balbuciando os últimos suspiros.

O alerta que faço neste pronunciamento está respaldado numa seqüência de outros anteriores, cuja tônica foi e será sempre a necessidade de congregar o Estado e a Nação na representação dos seus mais expressivos segmentos com responsabilidade no itinerário dos seus destinos, a fim de que se irmanem em torno de objetivos comuns, colocando, acima de todos os demais interesses, aquele que capitaliza o anseio único do povo brasileiro.

Antes de concluir, vale registrar que a polêmica travada sobre a definição do sistema de governo, para inseri-lo no texto constitucional, a mim parece desde logo impregnada de grosseiras contradições.

Concordo e até advogo a implantação do regime parlamentarista, desde que moldado na experiência e na tradição já conquistada nos países de índole altamente civilizadas.

Creio, ainda, que haja notória preponderância nacional em defesa da tese parlamentarista. Porém, compete fazer esta indagação: Como estabelecer o sistema parlamentarista misto, mitigado ou de qualquer outra forma, pretendida na imaginação dos cientistas políticos, se a viga mestra da sua estabilidade são os partidos políticos e estes não apresentam, no momento, e quem sabe em prazo não muito curto, a necessária condição de unidade "interna corporis" para servirem de alicerces e assegurarem os sustentáculos exigidos por esse sistema de governo?

Se desejarmos realmente uma opção parlamentarista, começemos por eliminar as dissensões que, no momento, estão enfraquecendo as estruturas partidárias, e tornando-as vulneráveis perante o implacável veredito da opinião pública brasileira.

Se não for possível começarmos a reciclagem por essa via, será aconselhável desistirmos desse sonho lírico e ficarmos com o presidencialismo, conscientes de que seja ele, por suas deficiências intrínsecas e extrínsecas, o maior castigo que se possa impor ao nosso País.

Que Deus, a exemplo do atendimento ao pedido feito pelo Rei Salomão, nos ilumine com a sua excelsa sabedoria para que tenhamos o sentido da compreensão que este momento de transição de todos nós reclama.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inegavelmente, a Nação brasileira vai sentindo, aos poucos, que o projeto até agora concluído pelas Subcomissões, pelas Comissões Temáticas e; agora, pela condensação feita na chamada compatibilização do que se estudou nas Comissões, não agrada em nada à Nação brasileira.

O projeto apresentado até agora nega tudo aquilo que podemos sentir do ponto de vista da população brasileira, no que podemos auferir durante as audiências públicas, nas vinte e quatro Subcomissões. Lamentavelmente, recebemos, hoje, uma verdadeira colcha de retalhos, que é um retrocesso, que chega a ser infinitamente pior

do que as Cartas de 1967 e 1969. Mas, ainda há tempo, Sr. Presidente – nós sabemos que a Comissão de Sistematização tem poderes, força e terá que modificar, aproximando ao máximo o pensamento da Nação aquilo que nos propusemos aqui, como Constituintes.

O que me traz, hoje, a esta tribuna, Srs. Constituintes, é uma preocupação séria, que se bifurca no primeiro aspecto, é que os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte vêm recebendo uma divulgação que não é aquela que queremos. Queremos, realmente, que cada Constituinte tenha seu voto mostrado à opinião pública. O segundo aspecto é que sentimos que a Nação brasileira não terá condições de, quando formos votar o projeto definitivo, estar presente nas galerias da Assembléia Nacional Constituinte. E esta minha preocupação fez com que, nesses últimos dois dias, preparasse e trouxesse até este Plenário – com a assinatura de 216 Srs. Constituintes – um projeto de decisão, que passo a apresentar e a ler:

"Nos termos do art. 59, item V, combinado com o § 7º do mesmo artigo, da Resolução nº 2, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, cria dispositivos para levar até o povo, através de transmissões de televisão e de rádio, as votações nominais realizadas no Plenário da Constituinte.

Art. 1º É criada a obrigatoriedade de transmissão, por emissoras de televisão e de rádio, de todas as votações nominais realizadas no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Parágrafo único. As transmissões deverão ser efetuadas ao vivo, na sua totalidade ou em "flashes", e, no que se refere à televisão, também em videotape.

Justificação

A medida visa permitir uma divulgação, detalhada, da atuação dos Srs. Parlamentares, o que facilitará a fiscalização, por parte do povo, do posicionamento dos Constituintes frente aos compromissos assumidos perante seus eleitores.

É preciso também ressaltar que a exiguidade do espaço destinado ao público nas galerias do Plenário da Constituinte, aliada ao grande interesse pelos temas a serem debatidos, torna indispensável a previsão de expansão dos recursos para divulgação dos eventos do dia-a-dia. De outra forma, impossível seria a manutenção da ordem no recinto dos trabalhos, dada a inevitável invasão das galerias por multidões acima de sua capacidade de acolhimento.

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte. – Iram Saraiva – José Paulo Bisol – Leite Chaves – Pompeu de Souza – José Fogaça – Mansueto de Lavor – Mauro Borges – José Genóíno – Brandão Monteiro – Vitor Buaiz – Mauro Benevides – Luiz Gushiken – Moema São Thiago – Luiz Lula da Silva – Rubem Branquinho – Carlos Alberto Caó – Roberto Freire – Edivaldo Motta – Brandão Monteiro – Augusto Carvalho – Meira Filho – Ervin Bonkoski – Alexandre Puzyna – Lucia Vania – Antonio Matiz – Valmir Campelo – Lúcia Braga – Átila Lira – Francisco Diógenes – Afonso Camargo – Benedita da Silva – Olavo Pires –

Lúcio Maia – Miro Teixeira – Octávio Elísio – Juarez Antunes – Nyder Barbosa – Cristina Tavares – Euclides Scalco – Manoel Castro – Celso Dourado – José Tinoco – Carlos Mosconi – Arnaldo Martins – Roberto Balestra – José Maria Eymad – Paulo Roberto Cunha – Antonio de Jesus – Geraldo Fleming – Hélio Duque – Plínio Martins – Francisco Pinto – Francisco Rossi – José Guedes – Fernando Cunha – José Freire – Amaury Müller – Chico Humberto – Pimenta da Veiga – Asmundo Rebouças – Joaquim Sucena – Israel Pinheiro – Ziza Valadares – Sotero Cunha – Davi Alves Silva – Costa Ferreira – Roberto Vital – Raimundo Rezende – Jonas Pinheiro – José Melo – Renato Viana – Nelson Aguiar – Raul Ferraz – Nilson Gibson – Agrípino de Oliveira Lima – Maria Lúcia – Ubiratan Aguiar – Iberê Ferreira – Francisco Küster – Orlando Pacheco – Vivaldo Barbosa – Alécio Dias – Maria de Lourdes Abadia – Raquel Cândido – Aldo Arantes – Onofre Corrêa – Renan Calheiros – Leur Lomanto – Mário Lima – Gonzaga Patriota – João Natal – Fernando Gomes – Arnaldo Prieto – Maurício Nasser – Vilson Souza – Carrel Benevides – Ruben Figueiró – Amaral Netto – Bezerra de Mello – João Herrmann Neto – Osmir Lima – Rachid Saldanha Derzi – Alfredo Campos – Ronaldo Aragão – Divaldo Suruagy – Naphtali Alves – Nion Albernaz – Luiz Alberto Rodrigues – Luiz Salomão – Adroaldo Streck – Sérgio Werneck – Érico Pegoraro – Stélio Dias – Cesar Maia – Ruy Nedel – Wilson Marins – Raimundo Bezerra – Rita Camata – Albérico Filho – Plínio Arruda Sampaio – Nelton Friedrich – José Carlos Sabóia – Domingos Leonelli – Manoel Moreira – Gumercindo Milhomem – Geraldo Campos – Haroldo Sabóia – José Carlos Grecco – Luiz Sover – Chagas Rodrigues – Ronan Tito – João Lobo – Francisco Rollemberg – Maurício Corrêa – Rui Bacelar – Alexandre Costa – Vladimir Palmeira – João Machado Rollemberg – Maurício Campos – Sílvio Abreu – José Luiz Maia – Teotônio Vilela Filho – Fábio Feldmann – Francisco Amaral – José Dutra – Narciso Mendes – Domingos Jovenil (apoianto) – Nelson Jobim – Luiz Marques – Jovanni Masini – Christóvam Chiaradia – Geraldo Alckmin Filho – Aécio Neves – Basílio Villani – Gustavo de Faria – Adhemar de Barros Filho – Rodrigues Palma – Paes Landim – **Ilegível** Azi – Antônio Ferreira – Ronaldo Cesar Coelho – Jutahy Junior – Nestor Duarte – NaderJunior – Almir Gabriel – Mendes Canale – João Menezes – Severo Gomes – Irapuan **Ilegível** Junior – Jutahy Magalhães – Márcio Lacerda – João Castelo – Hélio Rosas – Jairo **Ilegível** – Darcy Deitos – Messias Soares – José Tavares – Hilário Braun – Henrique Córdova – Carvalho – Vingt Rosado – Lourenbe Nunes Rocha – Hugo Napoleão – Nelson **Ilegível** – Jamil Raddad – Antonio Farias – Cid **Ilegível** bôia de Carvalho – Aluizio Bezerra – Virgílio **Guimarães** – José Ulisses de Oliveira – Paulo **Ilegível** – José Teixeira – Manguito Vilela – Tutu França – Djenal Gonçalves – Valter Pereira – Fausto Fernandes – Walmor de Luca – Maurício Fruet – Cláudio Ávila – Mauro **Ilegível** – Manoel Ribeiro – Paulo Macarini – Márcio Braga – Aécio de Borba – Etevaldo Nogueira – Eduardo Moreira – Flávio Rocha – Artur da **Ilegível** – Osvaldo

Lima Filho – Vicente Bogo – Ivo Lech – Carlos De'Carli – Guilherme Palmeira.

Sr. Presidente, são 216 subscriptores deste projeto de decisão, que eu espero ver acolhido pela Comissão de Sistematização e apoiado pelo Plenário, para que a Nação brasileira tenha amplo conhecimento do voto de cada Constituinte já que, até agora, a Nação sentiu pesarosamente que foi traída por muitos segmentos que aqui estão trabalhando em **lobby** e, agora, nós queremos ver esses Constituintes mostrarem abertamente os seus votos. Este foi o princípio que me moveu a apresentar esse projeto. (Muito bem!)

O SR. IVO LECH (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Retornei do Rio Grande do Sul verdadeiramente preocupado com a grave situação que meu Estado enfrenta, como parte do complexo de dificuldades incidentes sobre o País.

Há em todas as classes, das mais pobres às mais abastadas, sérias preocupações com a realidade a que ficamos expostos, em função da desordem econômica presente.

Por toda a parte, senti sinais de inquietação; por toda a parte, grassa um assustador negativismo como governo, com as medidas que adota e, direi mesmo, com as instituições em si.

Durante anos o Brasil foi mobilizado em torno de uma nova Constituição. No entanto, agora, pelo que pude sentir entre os gaúchos, já bem poucos esperam da carta magna que temos em elaboração.

Neste ponto, a deceção é conosco, seus representantes acusados a uma voz, de estarmos falseando os discursos da campanha e em função dos quais aqui chegamos.

Somos acusados de patrocinar retrocessos.

Dizem não termos consciência das transformações que o povo esperava e agora, frustrado, já sem esperanças na edificação de um novo Brasil, chega a entender inútil a luta de tantos anos.

O desânimo é a tônica deste Brasil que se sente atraído, preterido e usado.

Sabemos que a verdade é bem diferente.

Contudo o espetáculo decepcionante da nossa falta de comportamento partidário, de unidade programática, o fisiologismo usado como amordaçamento das reivindicações que o povo nos incumbiu de fazer em seu nome, tudo isto importa, afinal, na composição de um quadro desolador, onde os justos pagam pelos pecadores.

Vejo-nos numa série e desafiante encruzilhada: entre pressões conflitantes, decidirmos pelo povo – a maioria brasileira – conscientes de que de outra forma faltaremos ao futuro e em nada contribuiremos para a situação dos problemas atuais.

Perguntaram-me em Canoas, a minha cidade, seja me dera conta do desemprego, de janeiro a junho, ter duplicado e o salário real dos ainda empregados ter tido perda quase igual a 30%.

Disseram-me mais. Disseram-me que antes nós criticávamos os governadores, que, de pires nas mãos, viviam em Brasília, esmolando recursos, e agora, no entanto, a mesma cena se repete, não mais com governadores nomeados, e calamos.

Ser governo, afinal, é isto? É calar? Deixar o sofrimento popular multiplicar-se é manter-se a

miúde da cumplicidade, porque se é governo? E somos governo?

O programa do PMDB está sendo cumprido? "Esperança e mudança" morreu?

As medidas anunciadas para salvar nossos agricultores da incapacidade financeira o governo afirmou-as, mas a pouca abrangência ficou a desejar. Tardaram os bancos; contra a letra e o espírito do Código de Processo Civil, vão cobrando em terras, em máquinas, em produtos, o valor financeiro dos assaltos praticados contra a nossa gente no meio rural, que é assim punida pelo crime de ter acreditado.

Nas cidades não é diferente. Mostraram-me a tabela do congelamento de preços para os gêneros integrantes da "cesta básica". Ao lado dela uma pesquisa jornalística em três redes de supermercados, pois os preços praticados nessas redes, para aqueles produtos, eram bem inferiores aos decididos pelo órgão governamental responsável. Lógico que a partir daí os preços foram corrigidos e os gaúchos passaram a pagar mais por aqueles produtos, agora congelados seus custos.

São fatos como estes que desmoralizam uma administração e tiram do povo o direito à esperança em dias melhores.

O pior é que esperam.

E o poder de compra dos assalariados sem o correspondente à inflação de junho, em que nível ficará?

Nossas autoridades seguem a trilha enlouquecida de privilegiar o econômico e o financeiro, em prejuízo do social.

Esta é uma ordem que o povo espera ver alterada na Nova República, mas ela sofreu um processo incontrolável e galopante de envelhecimento precoce: "A bem dizer, sem Tancredo, já nasceu velha", disse-me um gaúcho quando lhe pedia tempo para a Nova República dizer a que viera.

Tempo? O povo não tem mais tempo para nos dar. Estamos perdendo a credibilidade, com a agravação de não sermos um Congresso normativo, mas um Congresso Constituinte.

Esta a nossa responsabilidade. E o sentido da mensagem que transmitem a meus pares, num chamamento que faço às graves razões nacionais.

Ficarei por aqui. Prometo, porém, que em próxima intervenção darei as razões que sustentam estas reflexões.

Obrigado. (Muito bem!)

A SR^a MOEMA SÃO THIAGO (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as}, Srs. Constituintes:

Atribui-se ao Marechal de Gaulle a afirmação de que "O Brasil não é um País sério".

Nossa imprensa já usou e abusou de repetir essa frase para o consumo fácil daqueles que preferem ficar na superficialidade dos fatos e nas amenidades chistosas de salão.

O Brasil, em todo o caso, não pode e nem deve ser confundido com as tolices feitas em seu nome, nem com as injustiças sociais que têm sido perpetradas pela inconseqüência de grande parte de suas chamadas "élites dirigentes", desde a mais primitiva de suas repúblicas até aquela que traz o apelido mais recente.

O povo brasileiro quase nunca é convidado a opinar naquilo que afeta o seu destino.

Em seu nome, ou, mais precisamente, em nome de uma suposta "vontade nacional", plantaram-se rodovias hoje perdidas em meio da selva e construíram-se usinas nucleares que não funcionam.

Fiquemos apenas nisso, os casos são por demais conhecidos! Por trás dos projetos megalomaníacos, sempre estiveram, porém, os interesses escusos dos aproveitadores e bajuladores do poder.

Chegamos a tal ponto que o ex-Ministro Simonsen, com sua experiência na Fazenda chegou a dar o conselho de que saí mais barato pagar as comissões dos interessados do que realizar as obras pseudonecessárias...

Tenho certeza de que se todos tivéssemos a vontade política de enfrentar os desafios com a efetiva incorporação da cidadania brasileira nas decisões sobre seu destino, também haveríamos de contar com respostas criativas e inteligentes, capazes de apontar as alternativas mais adequadas ao bem comum.

Não posso, pois, concordar com aqueles que fazem coro com a afirmação da falta de seriedade de meu País...

Mas, que existe muito circo armado por aqui, ah! Isso existe!

O Presidente Sarney assumiu o poder com o Nordeste saindo de um período de seca que beirou os cinco anos.

Tão logo instalou-se no governo, o Presidente criou o Ministério da Irrigação, inspirado, principalmente, na falta de perspectiva do Nordeste ante o problema das secas.

Estamos, então; no terceiro ano de existência do Ministério da Irrigação e em plena fase de execução do Programa de Irrigação do Nordeste – Poine, a partir do qual seriam irrigados 141.282 ha, na região.

Meu Estado – o Ceará – encontra-se, mais uma vez, às voltas com o problema da seca, significando isso que o sertanejo está de novo com fome, na miséria e transferindo sua família para a periferia da capital, engrossando, enfim, a situação de desumanidade em que já se acham mergulhados os milhares de habitantes das favelas de Fortaleza.

Essa situação, em maior ou menor grau, serve para representar o quadro vivido pelas demais capitais nordestinas.

Alguém lúcido neste País terá coragem de atribuir essa situação à fatalidade? Ou será mais lógico cobrar a irresponsabilidade daqueles que, detendo os meios, não possuem a coragem para tomar as medidas necessárias?

A verdade, Sr^{as} e Srs. Constituintes, é que o problema da seca nunca foi tratado com a seriedade exigida! Os programas de emergência até agora só serviram para ajudar os grandes proprietários, deixando os pequenos proprietários ou na condição de sem-terra, ou cada vez menos aptos a conviver com a seca.

Um sopro de esperança já passa pelo Ceará, com a mudança de enfoque dado ao programa de emergência pelo Governador Tasso Jereissati. Agora, as obras visarão a criação de uma infraestrutura em cada local e deverão ser discutidas e realizadas comunitariamente, por comissões suprapartidárias, das populações afetadas. Esse, pode ser um bom começo para diminuir o êxodo rural, dando condições de sobrevivência na pró-

pria região da seca, criando escolas, postos de saúde, estradas e outras obras públicas e comunitárias.

Todavia, pelo que sabemos, a falta de recursos é gritante. O Estado está utilizando os recursos que não tem para financiar a emergência, antecipando-se aos recursos federais, prometidos mas ainda não chegados.

No entanto, a tragicomédia da seca, tantas vezes representada, repete-se mais uma vez! E dessa vez tem até um novo nome, está sendo chamada de seca verde! Sim, porque as plantações chegaram a crescer e pintar os campos de verde, apenas não frutificaram, pela falta das chuvas no tempo certo.

E o remédio tão conhecido da irrigação? E o PROINE? Por que os agricultores cearenses não puderam suprir a falta de chuvas com a técnica da irrigação? Água, nós temos, dispomos de uma lâmina d'água estocada no Ceará, equivalente a 150.000 hectares.

O Ceará possui cerca de dois terços de suas terras na zona semi-árida, que é a mais afetada pelas secas. Por essa razão, seria de se esperar uma concentração de esforços no Estado, por parte dos órgãos federais.

Mas o que se vê é o descaso para os problemas cearenses.

Todos sabem que o Estado não tem recursos para os pesados investimentos exigidos pela irrigação. O Governo Federal, entretanto, perde-se em meio de velhas promessas e vai protelando o envio das verbas necessárias. Para o agricultor particular os elevados juros tomam o programa de irrigação proibitivo. É, e não será demais repetir, a má vontade, a discriminação já histórica que tem sido praticada contra toda uma região.

Os nordestinos, já estamos fartos de promessas vazias!

Estudos da Secretaria de Agricultura do Estado indicam que o Ceará possui um potencial irrigável de cerca de 220 mil hectares.

No momento, a área efetivamente irrigada do estado, talvez, não chegue a dez por cento.

Talvez, diante de fatos como esse, um estrangeiro imagine que o Brasil não seja um País sério.

De minha parte, prefiro pensar que a falta de seriedade dos homens não deve ser confundida com a pátria que, desde criança, aprendi a amar. (Muito bem!)

Durante o discurso da Srª. Moema São Thiago o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antonio Mariz.

O SR. ANTONIO MARIZ (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Foi com surpresa, perplexidade e até espanto que o País recebeu o anúncio da nova política agrícola. De fato, pela primeira vez se viu um Ministro da Agricultura e um Ministro da Fazenda virem aos vídeos da televisão, à imprensa e ao público, como grande feito, a retirada dos subsídios ao trabalho no campo. Ora, em toda parte do mundo é a agricultura subsidiada, porque ali está um trabalho essencial à coletividade: a produção de alimentos. Porque há um interesse em

estimular a permanência de parcelas significativas da população no trabalho rural, na medida em que é sabido que as suas condições de existência, de vida, são em tudo por tudo deficitárias em relação às zonas urbanas; e também pelo fato de se tratar de uma atividade aleatória, de se tratar, por isso mesmo, de uma ocupação de baixa rentabilidade. Pois as resoluções do Banco Central divulgadas ontem, de nº 271 e 273, trazem essa notícia espantosa, a de que a partir de agora nega-se o subsídio à agricultura brasileira.

E verdade que a Portaria nº 273 isentou da correção monetária os contratos pactuados na vigência do Plano Cruzado. Aí o Governo não fez senão cumprir o seu dever, jurídico, dever ético, pois, evidentemente, não cumpria aos mutuários da agricultura arcar com o ônus, com os prejuízos resultantes dos erros da política governamental. Durante todos esses meses clamaram, os agricultores do Brasil inteiro, pela dispensa dessa correção, que se impunha, evidentemente, como medida da mais elementar justiça.

Em relação à Portaria nº 271, que aboliu o subsídio, é preciso assinalar um aspecto ainda mais grave que nela se encerra no que diz respeito ao Nordeste, em todas as épocas, mesmo nos períodos mais ominosos do regime autoritário, mesmo quando presidiu a economia do País ministros manifestamente inimigos da região nordestina – ministros que destruíram a Sudene, que enfraqueceram o Banco do Nordeste, que provocaram o retardamento das obras de Itaparica e o consequente atual racionamento da energia elétrica, que dissiparam os incentivos fiscais – mesmo nessas épocas nunca se imaginou aplicar a correção monetária à atividade rural nessa região tão marcada pelo flagelo das secas, instabilidade do clima, pela escassez constante das chuvas. Pois, é agora, num Governo presidido por um nordestino, que se instaura essa atitude, essa política, essa decisão. É preciso dizer que, ao mesmo tempo em que não se distinguem as regiões para favorecer o Nordeste, região subdesenvolvida, do mesmo modo se nivelam pequenos, médios e grandes produtores para atribuir-lhes a mesma taxa de juros, com elevação dos juros para o pequeno e médio agricultor – que antes eram na região de 3 e de 6%, agora são de 7% nos investimentos e 9% no custeio agrícola.

São medidas que desconhecem as razões sociais do subsídio, no que diz respeito à caracterização e à distinção entre as várias categorias de produtores, e que, igualmente, ignoram a necessidade de estabelecer políticas que contribuam para a eliminação das disparidades regionais.

O Nordeste vive este ano, uma vez mais, a tragédia das secas. Na Paraíba, nos ois últimos dias, onze cidades foram alvo de tumultos, sede de tumultos, provocados pela insuficiência das medidas do Governo. A abertura das frentes de emergência, com alistamento de trabalhadores rurais, revelou-se insuficiente pelas dotações alocadas e pelo número de inscrições admitidas. As multidões famintas que acorrem às nossas cidades não encontram, por parte do Governo, o suporte, a solidariedade e o apoio que a ocasião requer. A bancada nordestina dirigiu-se ao Sr. Ministro da Fazenda, dirigiu-se ao Sr. Secretário-Geral, às autoridades responsáveis por essas políticas e es-

pera que a Resolução nº 273 seja revista para que se restabeleçam estímulos à retomada da atividade econômica em nossa região. A agricultura, e assim como os serviços, a indústria e o comércio, todos, refletem a escassez das chuvas, a estiagem, mas, é sobretudo no plano do trabalho rural que o flagelo se manifesta com maior intensidade porque lança às ruas, lança ao desemprego, lança à indigência e à inanição multidões inteiras, que vêm a sua produção frustrada e as suas safras perdidas. Por isto mesmo se impõe uma ação energética e efetiva por parte do Governo. É necessário restabelecer políticas que conduzam, de um lado, à eliminação das distâncias sociais, estes contrastes violentos entre a riqueza e a miséria, e, outro, que se integre o Nordeste aos níveis e aos ritmos de progresso e desenvolvimento que deva o Brasil alcançar.

Esperamos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a terapêutica recomendada para o Nordeste, que surpreendeu negativamente a todo um povo, não seja a morte pela cura de um doente que tem, por todas as razões, salvação. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – . Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

O festival de entreguismo, ensaiado nos substitutivos de algumas comissões temáticas e estimulado pelo cinismo oficial ao propor a internacionalização da economia brasileira, assume um ritmo alucinante e perigoso à medida em que vazam decisões governamentais, adotadas, quase sempre, às escondidas, em caráter ultra-secreto, como se as questões que consultam o interesse nacional devessem sempre ser subtraídas da opinião pública.

E o caso da portaria da Funai e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), editada sigilosamente, que escancara as reservas indígenas à ação de rapinagem das empresas mineradoras privadas, abrindo definitivamente as portas da economia brasileira à penetração do capital estrangeiro.

Dir-se-á que o problema já foi superado com a decisão do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, determinando o cancelamento de todos os alvarás de pesquisa mineral em terras indígenas. Eu afirmo que não. Primeiro, porque o Ministro não pode anular sozinho uma portaria que envolve outro Ministério. Convém assinalar que a Funai está subordinada ao Ministério do Interior e tanto quanto se sabe, o seu titular não adotou, até agora qualquer providência no sentido de tomar insubstancial a criminosa concessão. Segundo, porque a simples revogação da medida, ainda que seja saudável e mereça o aplauso da sociedade brasileira, não elimina o caráter doloso da portaria e muito menos a responsabilidade criminal dos que a editaram secretamente.

Haverá sempre vozes que alegarão que o Presidente da Funai, Romero Jucá Filho, suspendeu a portaria, cancelando, desta forma, seus efeitos desastrosos ao interesse do País. Creio que a providência não esgota o problema. A decisão, penso eu, deveria partir do Ministro do Interior, acrescida das necessárias explicações à opinião pública sobre as razões que levaram a Funai a agir levemente.

Afinal, Sr. Presidente, o País vive uma etapa histórica da maior importância com os trabalhos de elaboração da futura Constituição.

A decisão, penso eu, deveria partir do Ministro do Interior, somada a do Sr. Aureliano Chaves e acrescida das necessárias explicações à opinião pública sobre as razões que levaram a Funai a agir tão levianamente. O tema, aliás, é objeto de amplos e democráticos debates. Parece, pois, uma atitude desrespeitosa à própria Assembléia Nacional Constituinte a concessão de benefícios suspeitos a grupos privados, muitos deles internacionais, quando os parlamentares dedicam-se à construção da nova Carta Magna.

De resto, é inaceitável que funcionários subalternos, nomeados muitas vezes por interesses meramente eleitoreiros, detenham tamanha soma de poderes que os capacitem a decidir, sem prévia consulta à Nação, o que convém ou o que não convém ao Brasil.

Quero, por isso mesmo, registrar o mais veemente protesto pela forma irresponsável e leviana com que são tratadas questões de substancial importância para o País, ainda mais quando escalões inferiores, certamente agindo por conta própria ou sob o influxo de benesses inconfessáveis, pretendem violentar os direitos das populações indígenas e vulnerar o patrimônio nacional à cobiça irrefreável de grupos econômicos internacionais.

E aqui cabe uma indagação: Por que não se aplica a Lei de Segurança Nacional a esses falsos brasileiros, que se arrogam o direito de decidir, por moto-próprio, o que está fora de sua competência legal?

Ao franquear o território dos índios às empresas de mineração, quando as decisões preliminares da Assembléia Nacional Constituinte indicam o caminho oposto, não estariam eles tipificando o delito de lesa-pátria?

Ora, se militantes partidários, sobre quem recai a simples suspeita de terem participado das manifestações legítimas de descontentamento da população contra o Governo, são presos incomunicáveis e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por que funcionários oficiais, que tentaram lesar o patrimônio comum dos brasileiros, não podem ser objeto de idêntica medida?

Na espécie, cabe assinalar, há uma diferença abissal: enquanto os militantes expressaram um sentimento generalizado entre gente simples do povo, os servidores públicos da Funai e do DNPM atentaram contra o interesse nacional.

Embora visceralmente contrário a vigência do arsenal de leis excepcionais que aí estão, herdado do autoritarismo e teimosamente mantido por José Sarney, não vejo como o Governo possa valer-se de processos ditatoriais para tratar um caso apenas político e feche os olhos para uma atitude nitidamente entregista, lesiva aos interesses do País.

Essa política esdrúxula de dois pesos e duas medidas não faz parte do jogo democrático. Serve e aproveita tão-somente aos inimigos da democracia, que, pelo visto, continuam encastelados no poder.

Até quando, Sr. Presidente? (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes:

Dividir Minas para enfraquecê-la

Na história política do Brasil, Minas Gerais tem sido um fator dos mais importantes do seu equilíbrio. Estado geograficamente central, com a segunda população e o segundo contingente eleitoral do País, a terceira capital em desenvolvimento e número de habitantes, situada no centro dos maiores pólos político-geoeconômicos da Nação – São Paulo, Rio e Brasília – o Estado de Minas coloca-se no meio das maiores decisões nacionais.

Apresentando regiões tradicionalmente ligadas ao Sul do País (São Paulo), ao leste (Rio), ao Oeste (Goiás) e ao Norte (Bahia), o Estado é uma mescla de todas essas ligações geográficas que dão o tom de uma boa e sadia convivência através de um intercâmbio fraterno com os seus habitantes. Talvez, por isso mesmo, Minas tem em si e em sua história traços e influências de todas essas regiões. Outrossim, ninguém melhor do que ela para defender os interesses de regiões tão dispares em progresso e situação sócio-econômica, uma vez que sofre as suas influências através do **bonder-line** que com elas mantém.

Dá sua importância política no contexto da Nação. Nenhuma atitude maior tem sido tomada pelos nossos governantes sem ouvir Minas. Nossa Estado tem sido o fiel da balança das grandes decisões nacionais.

A divisão de Minas

Apesar de tudo isso que nossa história nos ensina e a vivência política nos mostra, pretende-se agora dividir Minas, retirando-se do Estado um dos seus pólos mais ricos e desenvolvidos, o Triângulo Mineiro. Já foi mesmo aprovada tal divisão no anteprojeto oriundo das Comissões, incluindo a da Sistematização.

Contudo, tal divisão trará prejuízos irreparáveis para o Estado e para o País. Para o Estado que perderá quase dois milhões de seus habitantes e o número correspondente de eleitores, será, sem dúvida, um enorme enfraquecimento político através da diminuição de sua bancada e de vários de seus porta-vozes e também para o País que não pode dispensar todo o equilíbrio nacional que Minas representa."

Ao que parece, a principal alegação dos separatistas é que o Governo central de Minas tem sido mau para a região do Triângulo, esquecendo-se dos seus principais problemas e dificuldades. Também se diz que o Triângulo, apesar do seu grande contingente eleitoral, quase não tem eleito cidadãos da região para cargos executivos e legislativos. Isto não é verdade. Basta mostrar alguns exemplos recentes, como o do ex-Governador Rondon Pacheco que conseguiu a federalização da Universidade de Uberlândia, numa época em que o Governo se recusava a federalizar qualquer escola e, agora o Senador Ronam Tito, político do Triângulo e que, após ocupar o cargo de Secretário de Estado do Governo passado, agora está representando – e bem – toda Minas Gerais na Assembléia Nacional Constituinte. Isto sem falar nos inúmeros Deputados da região, como, por exemplo Homero Santos, só para citar um deles, e que foi eleito Vice-Presidente da Câmara Federal com o apoio maciço de toda a bancada mineira.

Outro argumento é que o Triângulo já pertencia a outro Estado, particularmente, a Goiás. Se isso

fosse justificativa, o Brasil deveria voltar a Portugal. Tampouco o argumento de que o Triângulo é suficientemente rico para ser um Estado, pois colabora com cerca de trinta por cento dos impostos arrecadados em Minas, tem valor consistente. Se fôssemos pensar assim, teríamos que considerar também a riqueza do sul de Minas que iria querer também se separar, bem como a Zona da Mata, com Juiz de Fora e adjacências e, até mesmo, o norte, com Montes Claros, Teófilo Otoni e outros pólos hoje desenvolvidos. No fim sobraria a Minas, unicamente o bolsão da pobreza do Vale do Jequitinhonha.

Não se deve também esquecer que um dos fatores dos mais importantes da riqueza do Triângulo nos últimos anos, foi o programa do cerrado, onde governos estaduais e central investiram enormes quantias ou os financiaram. Isto sem falar nos investimentos da Arafértil e dos minérios na região de Araxá.

Last, but not least, por último, mas não o menos importante, deve-se perguntar por que ninguém propôs, na Constituinte, a divisão de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Aliás, há poucos instantes, o nobre colega Adylson Motta me informava que querem, também, criar o Estado do Iguaçu. Então, a moléstia é contagiosa. Precisamos arranjar uma vacina contra ela.

Por que Minas? Isto faz supor que podem existir interesses secundários – políticos e econômicos – que desejam enfraquecê-la utilizando políticos regionalistas – às vezes até bem-intencionados, mas que colocam os seus interesses pessoais acima dos objetivos maiores do Estado.

Não é simples coincidência o fato de que Minas Gerais, em termos de liderança política, se encontra em segundo plano no momento político brasileiro. Basta olhar os nomes daqueles políticos e economistas que, direta ou indiretamente, estão coordenando as ações maiores no Brasil, atualmente.

Parodiando Shakespeare, acredito que podemos dizer que na questão separatista do Triângulo Mineiro "há mais coisas entre o céu e a terra, do que sonha a nossa vã filosofia".

Dividir Minas é enfraquecer o País, permitindo que Estados tradicionalmente hegemônicos se tornem ainda mais poderosos em detrimento dos interesses coletivos da Nação. Não poderemos permitir que isto aconteça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDME TAVARES (PFL – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Renovo as minhas preocupações. Já disse, desta tribuna, que o que nós nordestinos queremos é o lugar que nos cabe neste Brasil, que deve ser de todos e não apenas de alguns.

Estamos assistindo a acontecimentos dos mais dolorosos, com a nova seca verde que se abate sobre o Nordeste brasileiro e, de modo especial, sobre o meu Estado da Paraíba.

Pregávamos, Sr. Presidente, muitas mudanças, muitas transformações, em toda a estrutura administrativa e política deste País. E o que estamos assistindo, Sr. Presidente, é que quanto ao Nordeste, nada mudou porque o processo de assistência ao homem do campo continua da mesma forma do passado: é emergência, é assistência paliativa, é o homem do campo cada vez mais fugindo da sua gleba, promovendo o êxodo rural,

criando sérios problemas à vida social dos grandes centros.

Nós, do bloco do Nordeste, tivemos oportunidade de levar à Paraíba Ministros de Estado para uma avaliação *in loco* e, sobretudo, a fim de que pudessem sentir de perto aquela situação de sérias dificuldades. As providências até agora não chegaram e cada vez mais se cria uma expectativa junto ao trabalhador rural. Os homens do campo já estão se deslocando às cidades em busca de alimentos para sua sobrevivência.

Anteontem, no alto sertão da Paraíba de modo especial tivemos a presença de trabalhadores famintos nas ruas principais de uma grande cidade – nenhuma providência, Sr. Presidente. E eu desejava, nesta oportunidade, alertar e advertir o Governo: já que não temos providências tomadas de forma estrutural para resolver esse grave problema da agricultura neste País, de modo especial no Nordeste brasileiro que pelo menos o Governo tenha a piedade de assistir neste instante essa leva de agricultores que estão passando seríssimas necessidades.

Eu desejava, Sr. Presidente, ao final desta advertência, desse registro, desse apelodénuma, dessa reivindicação, trazer aqui para registrar um dos telegramas do Prefeito da minha cidade de Cajazeiras, Dr. Epitácio Leite Rolim, em que faz S. Ex.^a o relato desses tristes incidentes lá ocorridos, porque, Sr. Presidente, como disse inicialmente, o que queremos é o lugar que nos cabe neste Brasil que deve ser de todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTO QUE SE
REFERE O SR. EDME TAVARES
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

Telegrama

Dep. Edme Tavares

Câmara dos Deputados

Brasília-DF

Cerca de 4.000 mil homens do campo e da cidade tentaram saquear hoje cidade de Cajazeiras. Fato não se consumou graças cautelosa intervenção Polícia Militar é liberação de gêneros alimentícios através PNAE. Caso não seja reiniciado. Em caráter de urgência.

Alistamento para frente de emergência com números de vagas suficientes não poderemos prever o que poderá ocorrer nas próximas horas nesta cidade. Situação reinante em Cajazeiras é de tensão e já se alastrou para todas cidades da região. O quadro é grave e exige urgentes e energicas providências por parte de V. Ex.^a Abraços.

Dr. Epitácio Leite Rolim

Prefeito Municipal Cajazeiras.

O SR GERSON PERES (PDS – PA

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Dois assuntos: primeiro, vamos fazer por escrito uma referência à defesa dos interesses dos seringueiros do meu Estado.

É notório que o País vive uma crise de falta de credibilidade do Governo e por via de consequência das nossas autoridades. Ainda anteontem mostrei até que ponto essa falta de credibilidade concorreu para a consecução do atentado de que foi vítima o Presidente Sarney. Ontem, aqui neste plenário, interpelei o Exmo. Sr. Ministro da Fazen-

da, Luiz Carlos Bresser Pereira, acerca da extinção do gatilho salarial, doze dias após assegurar-me, em telex, que esse dispositivo era o melhor mecanismo de ajuste salarial do trabalhador e até servia de moderador da inflação. Também ontem outros companheiros nossos demonstraram ao Sr. Ministro que está existindo uma distância entre o que promete o Governo e o que realmente acontece

Já que o País encontra-se nesta situação de insolvência de credibilidade, chegando ao ponto de afetar a segurança nacional, não seria de bom alívio pensar-se seriamente no início de uma fase de reconstrução dessa credibilidade? Como homem público, com mais de três décadas de lutas pela causa dos menos favorecidos deste País, da Amazônia e do Pará de modo particular, afianço-lhe que a maior parte dos brasileiros voltariam a cultivar um pouco mais de esperança nos destinos desta Pátria.

Dentre as medidas que certamente o Governo irá tomar para readquirir credibilidade, este parlamentar toma a liberdade de sugerir o cumprimento do Decreto-Lei nº 2280/85, que determina a inclusão de 502 seringueiros na Tabela Permanente do Ministério da Agricultura. Esses seringueiros, que trabalham nas bases físicas do Ministério da Agricultura existentes nos municípios paraenses de Santarém e Aveiro – mais especificamente nas localidades de Belterra e Fordlândia, onde a empresa norte-americana Ford implantou fracassados projetos de produção de borracha natural – não têm nenhuma garantia trabalhista, embora alguns ali trabalhem há mais de 30 anos, como é caso de dona Maria Quemel Pedroso, com 36 anos de tempo de serviço.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes: V. Ex.^{as}, como políticos, mantém permanente contato com os problemas que afligem o povo brasileiro. Estão, pois, acostumados a lidar com este tipo de problema. Então não lhes é difícil compreender o quanto é importante para aquela gente, que se dedica a uma atividade insalubre lutar por tanto tempo sem perspectiva de um futuro tranquilo, já que recebem por serviços prestados. Além do mais, não estão pleiteando nada mais do que o cumprimento de um direito adquirido legalmente, o decreto-lei que lhes deu direito a serem enquadrados na Tabela Permanente do Ministério da Agricultura.

Eis pois uma oportunidade de se fazer justiça e de o Governo começar a dar demonstração de que está empenhado em voltar a ter credibilidade, adotando medidas realmente sérias.

O outro assunto, Sr. Presidente – e serei breve – relaciona-se com pronunciamento de constituintes contra a Constituinte. Ou estes homens que aqui trabalham conosco não leram o projeto, ou não trabalham direito, ou não vêm ao plenário e vão para as televisões, para o rádio, vão à caça de publicidade pelos temas mais palpitantes, procurando aviltar e tornar até impopular a representação da Constituinte.

Esses mesmos homens suplicaram, durante tantos anos de autoritarismo, por esta Constituinte e são esses mesmos líderes, agora, que avacalham que anarquizam, que tornam impopular um poder que emana do próprio povo. O que eles queriam mais, além do que está escrito? Esta Casa é o espelho da sociedade brasileira. Há trabalhos, dentro deste projeto, que são realmente mui-

to bem feitos e há outros que são, realmente, imperfeitos, que traduzem até uma demonstração de incapacidade, feitos por pessoas que não estão aptas a fazê-los; mas aqui temos de tudo, Sr. Presidente, o povo mandou para cá o retrato do Brasil, e este anteprojeto é o retrato do Brasil.

No Brasil há milhões de analfabetos; o Brasil tem milhões de pessoas competentes, milhões de pessoas bem-intencionadas, embora analfabetas, mas há pessoas que querem construir uma Constituição que retrate o que a sociedade é. Fiquei estarrecido, hoje de manhã, quando vi um dos proeminentes Líderes do PMDB na televisão, entrevistado, e que se jacta dizer até futuro Presidente da República, e que parece desconhecer que ele mesmo votou um Regimento que estabeleceu normas e prazos para serem votados e, agora, nas caladas da noite, entre muros, nos buracos dos palácios, como verdadeiros caramurus dos palácios, como dizia Guerra Junqueiro, são esses mesmos homens que querem desvirtuar todo esse trabalho, querem transformar a Sistemática. Nós iremos caminhar, como disse o Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães – e o disse muito bem – dentro do que está estabelecido no Regimento e vamos desaguar no plenário desta Assembléa com todos os defeitos e as virtudes deste anteprojeto. O que não está certo é querer usar desse processo para que aqui venha interferir o Ministro da Justiça, para que aqui venha interferir o Presidente da República – eles que ficuem nos lugares deles, porque dentro desta Casa há homens capazes, homens também competentes para redigir uma Carta para o nosso País.

Ela ainda não foi elaborada até o seu final, ela não está completa, ela retrata apenas um conjunto de idéias diversificadas, muitas vezes mal redigidas; até o Português de Eduardo Carlos Pereira e Carlos Góis assassinaram, não importa, mas as idéias estão aí e nós temos que juntá-las, resumi-las dentro de uma sistemática eficiente, capaz, clara, limpida e simples, sem expressões muito técnicas, pois o povo precisa ler sua Constituição e entender o que nela está escrito.

Sr. Presidente, por isso aqui eu deixo o meu protesto a esses eminentes líderes, inclusive do PMDB, que pediram que a Constituinte fosse convocada, e ela está funcionando, e agora querem fechá-la por algum determinado tempo. Mas, o que eles querem, Sr. Presidente, não é nada disso, eles são parentes bem afins do famoso Rochefoucauld: o que eles querem é muita publicidade. Pois deviam, ao invés disso, trabalhar aqui dentro, todos os dias para que elaborássemos uma Constituinte digna das aspirações do nosso povo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA
Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O problema do desemprego passa a preocupar de forma insistente. Os dados são graves. Em um só mês o desemprego aumentou 17% e o número de desempregados já supera dois milhões de trabalhadores.

É desnecessário frisar a gravidade da falta de emprego, principalmente em uma sociedade como a nossa, em que os níveis salariais não são os desejados. Não se pode esperar que as famílias dos trabalhadores possuam reservas para fazer

face à perda de emprego de seu chefe. A situação é imediatamente de gravidade e, muitas vezes, um episódio destes acarreta um clima de desenso social para toda a família. Alimentação, residência e até mesmo a continuidade dos estudos das crianças ficam comprometidas.

Agrava a situação o fato de que a nossa sociedade não elaborou qualquer tipo de seguro-desemprego eficaz. Para as famílias atingidas por esse fenômeno, a situação é realmente angustiante. Este é o aspecto social da questão, grave e para a qual devem ser adotadas medidas energéticas das autoridades econômicas. Isto é o que deseja a população.

Esta é a primeira parte do editorial do **Jornal de Brasília**, publicado ontem, 1º de julho.

Como constatamos, Sr. Presidente, o trabalhador brasileiro, agora e na ditadura, tem sido a grande vítima da incompetência dos governos. O arrocho salarial está aí para completar o quadro de desespero que traz o desemprego.

É lamentável que o nosso Partido, o PMDB, que é maioria absoluta nesta Casa, assista a tudo isso de maneira conformada. Eu não me conformo. Acho que o nosso Partido tem que reagir. Ele não pode coonestar o quadro de horror por que passa o povo brasileiro, especialmente os trabalhadores.

A nossa esperança está na convenção do próximo dia 18, quando nós, que temos compromissos bem sólidos com os trabalhadores, esperamos que o nosso Partido reflita, que volte a ser fiel à sua história e ao seu programa.

O povo brasileiro não tem mais paciência. Estamos vivendo hoje dias parecidos com os tormentosos dias de 64. O meu Partido, o PMDB, que nominalmente está no Governo, que detém o Governo de quase todos os Estados brasileiros, que detém a maioria dos senadores, a maioria dos deputados federais e, consequentemente, a maioria no Congresso Nacional e na Assembléia Nacional Constituinte, não pode se omitir.

Espero, como deputado federal do PMDB, que no próximo dia 18 o meu Partido, através das suas lideranças e de todos os seus membros, se reencontre com a sua história de lutas, que resgate o débito que tem para com o povo brasileiro, e assuma uma posição clara e definida diante da crise que ameaça a nacionalidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA Sem revisão do orador): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Tenho dito, permanentemente, nesta Casa que a reforma agrária é imprescindível para a Nação brasileira.

Na Comissão de Sistematização o anteprojeto do Relator Bernardo Cabral aproveitou em quase sua totalidade aquilo que falava na reforma agrária e que vinha escrito na Comissão da Ordem Econômica, o que na verdade torna a reforma agrária absolutamente inviável. Esqueceu S. Ex.^a o Relator, naturalmente, ou até esperou a oportunidade das emendas, de lembrar o art. 3º da Comissão da Ordem Social, que garante a todo trabalhador rural o acesso à terra.

As propostas existentes na Comissão da Ordem Social e na Comissão da Ordem Econômica se inviabilizaram por completo; em função disso, pro-

curamos compatibilizar ambos os textos, porque o texto da Comissão da Ordem Social praticamente não permitiria mais o empregado da propriedade rural, ao passo que o texto da Comissão da Ordem Econômica não permitiria nenhum tipo de desapropriação para efeito de reforma agrária para o acesso do trabalhador rural à terra.

Fizemos uma emenda que compatibiliza ambos os textos e que melhora sensivelmente a questão da reforma agrária. Esperamos aperfeiçoá-la em seguida no plenário, após a conclusão do trabalho da Sistematização, o que já melhora bastante. Quero também deixar registrado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte a emenda que apresentamos à Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar que a morte do ex-Deputado Paulo Fontelles, no dia 11 de junho, foi provocada por disputa de terra. Preocupa-nos que de lá para cá nada se tenha descoberto a respeito da sua morte. A impunidade é que gera a violência. Nesses últimos cinco anos, só no Estado do Pará, talvez seja uma das trezentas vítimas relacionadas a problemas de terras.

Logo após a morte de Paulo Fontelles, no dia 17 de junho, enviei um telex ao Governador do Estado do Pará, mostrando a S. Ex.^a uma série de atos e indicando, inclusive, suspeitos, segundo comentários existentes na comunidade. Esse telex fiz questão de registrá-lo nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte do dia 18 de junho. O Governador do Estado, em vez de mandar apurar, distribuiu o telex à imprensa do Estado do Pará e orientou a polícia no sentido de me chamar para depor; no dia seguinte eu me dispus a depor independente de qualquer direito constitucional, ou do instituto da imunidade parlamentar, como constituinte, caso S. Ex.^a achasse necessário, para proceder às apurações da morte do Deputado Paulo Fontelles. Encaminhei, então, outro telex ao Governador, no dia 19-6-87, em que cito fatos envolvendo a Polícia Militar do sul do Pará e pistoleiros da região, que roubavam madeira da Fazenda Agropecos, num roubo feito por pistoleiros apelo Comandante da Polícia Militar daquela localidade. Apresentei fatos de barbaridades cometidas por um elemento chamado Capitão Saldanha, que comanda o Batalhão da Polícia Militar de Paraopebas, no Pará, mostrando documentadamente as torturas e as barbaridades que a polícia praticou no início de fevereiro no povoado de Paraúna, em Monte Santo, onde a polícia, num pretexto de operação de desarmamento, a pedido da Fazenda Bamerindus, assaltou, estuprou, roubou, torturou, enfim, cometeu as mais terríveis atrocidades.

Ameacei, inclusive no telex que fiz, e mandei este já direto para a imprensa do meu Estado, que foi publicado na íntegra em todos os jornais do Pará, renunciar ao meu mandato de deputado constituinte se as denúncias que fiz não tivessem fundamento, se não fossem devidamente provadas. E claro que o inquérito policial militar não provou absolutamente nada, sequer consegui encontrar as vítimas das atrocidades da Policia, na localidade de Paraúna, em Monte Santo. Enfim, não vi nenhuma providência tomada até o momento pelo Governo do Estado. Coloquei-me à disposição, mas não fui chamado para depor. Agora, fui chamado, neste fim de semana, ao povoado de Paraopebas, onde há um conflito

muito grande entre centenas de trabalhadores rurais e a Companhia Vale do Rio Doce, que está a expulsar esses trabalhadores rurais – a Vale se diz proprietária de uma terra da qual não tem documento, apenas um alvará de lavra e quer usar a terra –, onde há também um conflito enorme entre grandes proprietários de terra de Paragominas, que são, ao mesmo tempo, proprietários de terras nos Estados da Bahia e do Espírito Santo. Este grupo de Paragominas invadiu uma área chamada Ampulhetá, administrada pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA – e grilou toda aquela área expulsando de lá os trabalhadores rurais. Vou àquele localidade neste fim de semana. Já recebi recado do marginal Capitão da Polícia Militar, chamado Saldanha, que está lá e faz ameaças à nossa presença naquela localidade. Eu estranho o comportamento do Governador do Estado que, sabendo da ocorrência desses crimes, por esse policial, deixa que ele lá permaneça como se absolutamente nada tivesse feito e como se fosse um perfeito e íntegro componente da Polícia Militar do Estado do Pará.

Passei outro telex no dia 30, ao Governador do meu Estado alertando para esses fatos, inclusive, quanto às ameaças que contra nós, deputados e vereadores do Município de Marabá, estão sendo feitas por esse elemento da Polícia Militar, que vive servindo aos interesses da Companhia Vale do Rio Doce e aos interesses do grupo de grileiros da Fazenda Paragominas.

Peço portanto, Sr. Presidente, que deixe registrados nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte os referidos documentos, como testemunhos dos fatos que estão ocorrendo, para que sejam apuradas responsabilidades, se fatos mais graves ocorreram neste final de semana, quando estaremos prestando a nossa solidariedade àqueles trabalhadores rurais e levando o seu apelo ao Ministério da Reforma Agrária, para que o seu problema seja解决ado.

Muito obrigado. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU PRONUNCIAMENTO

De Câmara, Brasília/DF TLX DE 190687
"Jorge."

Exm^o Sr.
Dr. Hélio Gueiros
MD. Governador Estado do Pará
Belém/PA
Senhor Governador,
Desejo agradecer-lhe por ter distribuído meu telex à imprensa.

Estranhei, entretanto, quanto a vossa determinação de chamar-me para depor, inclusive preocupado com as minhas imunidades e direitos, como se houvesse da minha parte qualquer resistência a colaborar no desvendamento dos crimes do latifúndio.

Estranhei pelo fato de que tenho feito bastante denúncias e nunca as vi levadas a sério. Se os Telex que vi apresentando fatos, datas e nomes, e dos quais nunca recebi resposta, não eram considerados formais, e portanto não mereciam apuração, irei com a maior prazer e totalmente desrido dos meus direitos de Constituinte, reafirmar os seus conteúdos e ai quem sabe, alguma coisa possa ser apurada, se é assim que V Ex.^a deseja.

Aproveito para solicitar a V. Ex.^a que também torne público o resultado do inquérito feito pela PM, sobre os fatos ocorridos em fevereiro último nos povoados de Paraúna e Monte Santo, quando, atendendo a uma solicitação do Bamerindus, a polícia, sob o comando do Capitão Saldanha, a pretexto de uma operação desarmamento, invadiu, estuprou, roubou dinheiro e objetos, espancou, torturou, usou fogão dos moradores como vaso sanitário, atirou em várias casas, entre outras barbaridades.

Seguindo exemplo de V. Ex.^a renunciarei ao meu mandato se estes fatos não forem comprovados. Apesar de tudo, este Saldanha continua impune e tranquilo, cometendo barbaridades com os lavradores de Paraopebas e os moradores de Curionópolis.

Gostaria também que V. Ex.^a informasse à Imprensa do Pará sobre quem, do Palácio do Governo, deu a ordem para que a PM de Conceição do Araguaia cometesse as violências e torturas que cometeu contra os lavradores que o pretendem dono da Fazenda Bela Vista, naquele Município, deseja expulsar. Ele continua com um contingente policial na sede da sua fazenda, impedindo o trânsito dos trabalhadores até a cidade. O Coronel Antônio Carlos me afirmou pelo telefone que a ordem veio do Palácio, portanto acho importante que o povo do Pará tome conhecimento de quem deu esta ordem. Gostaria ainda que informasse à Imprensa se foram apuradas as denúncias de tortura que a CPT fez e eu reafirmei por Telex.

Me parece que houve um inquérito para apurar as denúncias que fiz, de envolvimento do Major Gibson, Comandante da PM em Conceição do Araguaia, com o pistoleiro Nene Simão, na retirada e venda de madeira da fazenda agropecuária.

Gostaria que desse também conhecimento ao público do resultado deste inquérito.

Seria muito interessante, ainda que informasse a opinião pública quanto ganha um soldado da Polícia Militar, no nosso Estado. Quanto ganha um investigador ou um delegado da Policia Civil. Quem paga a alimentação e o combustível dos quartéis da PM de Tucuruí, de Marabá e de Conceição do Araguaia. Informe também porque uma guarnição da PM está há mais de ano na sede da Fazenda Bamerindus e quem lhes paga alimentação e transporte, entre outras coisas.

O Salário baixo e a total falta de condições de trabalho e independência são razões da subcomissão da Polícia aos interesses de latifundiários e das empresas como Eletronorte, Bamerindus, Vale do Rio Doce, entre outros. Se V. Ex.^a pretende mudar esta situação, eu estou pronto para colaborar, e se a forma for depor formalmente entendo que pessoas como o Padre Ricardo Rezende, Dr. Machado (Advogado da CPT em Conceição do Araguaia), Padre Aristides Camin, os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Conceição, Rio Maria, Xinguara, Marabá, São João do Araguaia, Itupiranga, entre muitos outros poderão contribuir para a elucidação dos centenas de crimes praticados contra os que lutam pelo direito à terra, cujos mandantes e pistoleiros, na maioria conhecidos do povo, nunca chegaram a ser conhecidos da Polícia.

Acho elogiável a postura de V. Ex.^a em tornar transparente o seu Governo. Espero que haja por parte de V. Ex.^a decisão política de acabar com os crimes e a ligação da Polícia do Sul do Pará

com o latifúndio e com os poderosos. Nós estamos prontos a colaborar com isto. Espero que atenda ao nosso apelo e dê conhecimento ao povo do Pará do que lhe solicito e do que mais tiver.

V. Ex.^a desta vez não se preocupe, pois eu mesmo tomei a iniciativa de transmitir o conteúdo deste Telex a toda a Imprensa do Pará.

Mas uma vez, expressando minha confiança e desejando um breve estabelecimento da Lei, da Ordem e da Paz, que estão ameaçados pelo latifúndio ou por quadrilhas organizadas de ladrões de carro no nosso Estado, agradeço sua atenção.

Cordiais Saudações,
Ademir Andrade, Deputado Federal – PMDB/ PA.

Exmo^r, Sr. Hélio Gueixos
Governo do Estado do Pará
Belém – PA
Senhor Governador,

Ao mesmo em que lhe solicito uma audiência em qualquer horário da próxima sexta-feira, dia 3 de julho, venho também lhe informar que recebi notícias de que o Cap. Saldanha continua no comando da PM em Paraopebas – Marabá.

Neste fim de semana, eu juntamente com outros Deputados Estaduais e alguns vereadores estaremos em contato direto com as populações de Eldorado e Paraopebas no sábado, Curionópolis no domingo e Marabá na 2^a-feira.

Recebi informações de que este Sr. teria feito ameaças a nossa presença naquela localidade. Na sexta-feira passada, dia 26-6 a PM sob seu comando espancou vários trabalhadores rurais e levou preso ainda hoje permanece preso o posseiro Raimundo Alves Lima, muito machucado pela PM. Solicito sua interferência para liberação do mesmo.

Apenas para recordar, o Cap. Saldanha foi o comandante responsável pela invasão dos povoados de Paraunas, Monte Santos, onde a PM estuprou, roubou, torturou e espancou caso me seja concedida a audiência, entregarei em mãos de V. Ex.^a os depoimentos e laudos médicos das vítimas.

Há enormes conflitos entre trabalhadores rurais de Paraopebas. O Grupo de latifundiários de Paragominas-Donos de Grande Fazendas naquele Município, na Bahia no Espírito Santo que invadiram recentemente as terras administradas pelo Interpa, também entre trabalhadores rurais e a Cia. Vale do Rio Doce.

Há ainda a questão da área do fazendeiro Sebastião Naves, em Curionópolis, onde o ex-Governador Jader Barbalho fez um acordo de indenizar o referido Sr. liberando 1.500 ha de suas – terras aos Garimpeiros, posteriormente seriam assentados trabalhadores rurais em lotes de 5 ha, pois a área fica em volta de Curionópolis. Ocorre de agora o Sr. Sebastião está expulsando os trabalhadores alegando não ter recebido do Governador com quem acertou pessoalmente, em virtude de termos que dar explicações pessoais sobre estas ou outras questões, gostaríamos de solicitar a V. Ex.^a, que alguém do Interpa inteirado destes fatos pudesse nos acompanhar nesta viagem de trabalho, e que fosse dada à PM, orientação de evitar qualquer incidente ou constrangimento.

Certo de merecer sua atenção de estarmos lutando pelo bem da coletividade, aguardo uma resposta.

Atenciosamente,
Ademir Andrade/Deputado Federal Constituinte/ PMDB/PA

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO Emenda Modificativa

Dispositivos emendados: artigos 325, 326 e 327.

Os artigos 325 a 327 do anteprojeto passam a ter a seguinte redação:

"Art. 325. O uso do imóvel rural deve cumprir função social;

Parágrafo único. A função social é cumprida quando o imóvel:

a) é racionalmente aproveitado;

b) conserva os recursos naturais e preserva o meio ambiente;

c) cumpre a legislação trabalhista,

e

d) propicia o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que dele dependam.

Art. 326. Compete à União promover a reforma agrária, permitindo aos trabalhadores rurais o acesso à propriedade na forma individual, cooperativa, condomínio comunitária ou mista, para o desenvolvimento de suas atividades, mediante distribuição planejada das terras públicas ou desapropriação dos imóveis rurais que não cumpram sua função social.

Art. 327. A lei disporá, para efeito de reforma agrária, sobre a competência, forma de pagamento, sobre os processos administrativo e judicial, de desapropriação, por interesse social, assegurando ao desapropriado ampla defesa.

Parágrafo único. O processo judicial terá uma vistoria prévia, de rito sumaríssimo, onde se decidirá o cabimento da desapropriação.

Justificação

Entendemos que a compatibilização feita pelo relator não levou em consideração o art. 3º da Comissão VII – Comissão de Ordem Social, que garante a todo trabalhador rural o direito à propriedade da terra. O texto do anteprojeto, nos seus artigos 325, 326 e 327, aproveitados em sua quase totalidade dos artigos 33, 34 e 35, da Comissão VI – Comissão da Ordem Econômica, teve mínimas modificações de caráter de redação constitucional. Ambas as propostas são radicalmente opostas. Uma inviabiliza a outra.

Os artigos 325 a 327 do anteprojeto inviabilizam a reforma agrária, assim como o art. 3º da Ordem Social, distribui totalmente a propriedade rural.

Como o trabalho da Comissão de Sistematização, nesta fase, é de compatibilizar os textos, procuramos garantir o direito da propriedade rural que cumpra com a função social, assim como à União a possibilidade do atendimento de parte do direito que a Comissão da Ordem Social pretendia garantir. Observe-se que não inovamos na questão do mérito. Apenas compatibilizamos os dois textos, inclusive na redação, aproveitando e compondo nossa emenda modificativa com textos de ambas as propostas.

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS
(PTB – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

A insistência na confusão ilegítima continua: ou provém de má fé, ou provém de ignorância; porém há três pontos que são distintos: os setores mal informados da opinião pública, o próprio Governo, e nós mesmos. A confusão é propositada. Não há dúvida de que toda a terrível situação brasileira, o descalabro econômico-financeiro, a desordem administrativa, a omissão, a prevaricação e a corrupção, têm algum caso a ver com a Assembléia Nacional Constituinte.

É uma confusão que não podemos aceitar. Voltamos à tribuna para repudiar essa tentativa de misturar o fracasso do Governo que levou o País à beira do caos e trouxe a descrença do povo brasileiro, desde o mais humilde trabalhador ao mais categorizado executivo, desde o empregado até ao mais bem servido empregador. Ninguém mais acredita em nada e em ninguém, porque, realmente, o discurso, o procedimento, a omissão, a acomodação e a incompetência do Governo levaram o País a isto. Há os que confundem desinformação, como há os que confundem por falta de informação, pensando que como coincide a nossa responsabilidade específica de elaborar uma lei, para vigorar no próximo ano, com esta situação de calamidade pública – são apenas simultâneas, concomitantes – é de nossa responsabilidade esta situação. A Assembléia Nacional Constituinte tem sido vítima desta falta de informação, da desinformação do Governo, principalmente, que está interessado em dividir responsabilidades com quem não tem responsabilidades nos seus erros e omissões, e até mesmo vítima de nós mesmos, porque somos figuras expressivas dos quadros constituintes. Estão pregando a interrupção dos nossos trabalhos, como se estes trabalhos estivessem prejudicando a situação nacional, ou fossem, de qualquer maneira, co-responsáveis pelo descalabro que está vigorando, ao contrário, é o Governo que atrapalha a Assembléia Nacional Constituinte e não a Assembléia Nacional Constituinte que atrapalha o Governo. Ele está procurando indebitamente, indevidamente, interferir no processo de elaboração constitucional, direta ou indiretamente, mas sempre de maneira legítima, desde os vazamentos de notícias, que teriam saído do Palácio do Planalto, até as afirmações assumidas de interferência presidencial, ministerial no rumo, nas atividades, na postura e nas deliberações da Assembléia Nacional Constituinte. A tal ponto do Governo designar um líder seu para atuar na Assembléia Nacional Constituinte; de início, disfarçado de líder do Governo na Câmara, depois, assumidamente, como líder na Assembléia Nacional Constituinte, como se pudéssemos aceitar liderança de governo no regime da Casa.

Tudo isto vem dando à opinião pública, nem sempre devidamente informada, a suposição de que a Assembléia Nacional Constituinte é co-responsável, senão a maior responsável pela situação de descalabro administrativo, financeiro e econômico da Nação e pelo sufoco salarial do trabalhador brasileiro.

Como nas Constituintes de 91, 34 e 46, o poder trabalhou em cima de um projeto, de um boneco, de um rascunho; e este não trabalha em cima de nenhum projeto, a situação tem que ser dife-

rente. Consumimos, realmente, 60 dias para elaborar o Regimento da Casa, e mais outros 60 dias nas subcomissões, nas 8 comissões e, também, na Comissão de Sistematização para ir buscar em todos os recantos do País, em todas as profissões, em todas as religiões, em todas as ideologias, em todas as óticas políticas, sociais, econômicas e financeiras, dezenas de milhares de sugestões que representam a participação popular. Temos agora um projeto – de 15 de julho a 15 de novembro, iremos trabalhar em cima dele. Na realidade, a confusão que se quer formar na opinião pública – partindo daqui mesmo e partindo principalmente do Poder Executivo, que não assume as suas responsabilidades – não interessa à Constituinte, que só é prejudicada com essa imagem negativa, mas interessa ao Governo que acredita poder enganar o povo. Mas o povo, certamente, já vai percebendo. A nossa obrigação é insistir, não na confusão, mas na profilaxia dessa confusão, no combate a essa confusão, elucidando a opinião pública e deixando clara a responsabilidade alheia, que nesse caso é nossa. (Muito bem!)

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, companheiras e companheiros Constituintes:

Quero falar da violência política. O meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, condena a violência, não nos seus efeitos, mas nas suas causas. O Partido dos Trabalhadores não prega a violência em nenhuma das suas formas, muito menos a política, no seu programa; rejeita-a, na sua prática.

Contudo, Sr. Presidente, nosso Partido tem sido vítima constante da violência política. Infelizmente, não estamos sós. A Central Única dos Trabalhadores, os sindicatos dos trabalhadores e, mais recentemente, o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, também estão incluídos no rol das vítimas da violência política do Estado.

Os acontecimentos do Rio de Janeiro revelam a existência de uma violência institucionalizada. O Presidente da República vai às ruas e recebe de parte do povo a discordância da sua política. Um gesto mais exaltado de elementos, que não se possa dizer do povo, talvez até mesmo infiltrados por órgãos do Governo, é utilizado pelo Governo para dar uma dimensão de causa a um ato que, na verdade, é efeito da violência política do Governo contra a maioria do povo brasileiro.

Que faz o Governo? Recorre ao arsenal autoritário e busca enquadrar na Lei de Segurança Nacional aqueles que, na verdade, interpretando anseios populares, quiseram dizer, na manifestação de rua, que o País inteiro, que os setores populares do campo e da cidade não suportam mais a continuidade das políticas no campo econômico, financeiro e administrativo do Governo do Presidente José Sarney.

Por que maior violência política do que a que está sendo cometida contra milhares de trabalhadores, com o desemprego aberto, com a recessão, com as demissões em massa? O Senhor Presidente da República e o seu staff ficam preocupados com o gesto de repúdio à sua política. Contra este gesto usam o arsenal autoritário, mas não se preocupam com a violência que se abate sobre 2 milhões e 187 mil trabalhadores desempregados neste País, conforme estatísticas do próprio Governo, acusadas em maio. Dois milhões

de trabalhadores sofrendo a violência de não ter um emprego, de onde tirar o sustento para si e sua família. O que quer o Governo que esses trabalhadores façam? Que o aplaudam? Que batam palmas à política do Senhor José Sarney?

Sr. Presidente, essa violência política, que são os sucessivos pacotes do Governo, que são as constantes interferências do Governo, do Executivo, sobre o próprio Congresso Constituinte, essa violência política é a causa de gestos às vezes desesperados do povo nas ruas. A violência que brota nas ruas é fruto da insatisfação, da desesperança e do desespero de um povo sofrido e agredido pela política deste Governo. Essas manifestações populares não passam, portanto, de uma tentativa de resposta à violência que todos nós temos sido vítimas no campo social, econômico e político; violência essa que tem origem no Governo do Senhor José Sarney.

Por isso, cresce também nas ruas a convocação por eleições diretas para 88, por um Governo legitimado pelo voto popular, comprometido com um programa discutido em praça pública, e uma campanha que traga para o centro do processo constituinte quem deve ser o efetivo sujeito nas transformações institucionais deste País, com cento e trinta e cinco milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, para encerrar, contra a política do Senhor Presidente da República José Sarney, o Presidente sem voto popular, contra a dívida externa à qual estão submetidos este Governo e os seus pacotes, inclusive o mais recente – o pacote Bresser Pereira – por uma Constituinte progressista: diretas para Presidente em 88! Convoco e convido todas as forças progressistas representadas nesta Casa de diferentes partidos para estarmos presentes, não só no dia 7, aqui na rampa do Congresso, a partir das 18 horas, mas nos atos de convocação que já estão se dando nas ruas do Distrito Federal. Assim, no dia 7 deste mês, terça-feira próxima, realizaremos aqui, na rampa do Congresso, um grande comício, com expressão deste País, com a presença das lideranças mais expressivas do campo popular, partidário, sindical e comunitário, e com a presença de centenas de artistas brasileiros que querem diretas em 88, que querem um Governo comprometido com um programa popular legitimado pelo voto popular, um governo eleito pelo povo.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. GANDI JAMIL (PFL – MS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia 3 de maio próximo passado, o Município sul-mato-grossense de Angélica comemorou o décimo primeiro aniversário de sua emancipação política, decretada nessa data, em 1976, pela Lei nº 3.691, desmembrando-o do Município de Dourados.

Distante de Campo Grande 294 Km, com população de cerca de 15 mil almas, sendo que a metade delas habita a zona rural, Angélica conta administrativamente com dois distritos: o da sede e o de Ipezel, pertencendo à Microrregião de Campos Vacaria e Mata de Dourados (MRH 344).

Nos 823 Km² que formam sua área, Sr. Presidente, o Município de Angélica exibe uma densidade demográfica de 12,79 hab./km², cuja população conta com cerca de 52% de taxa de urbani-

zação, população essa que se serve de posto telefônico, centro de saúde, posto de saúde hospital com 20 leitos, três escolas urbanas e 22 rurais de 1º e 2º graus (com 45 salas de aula), com cerca de 1.000 ligações de energia elétrica (42% da população atendidas), mais de 1.000 ligações de água (com 78% da população atendidas).

A comunidade sul-mato-grossense de Angélica, Srs. Parlamentares, que é formada em sua maioria de migrantes vindos de São Paulo, assenta sua economia na agricultura (produzindo algodão, arroz, feijão, milho e soja) e na pecuária (com mais de 150 mil cabeças). Há ali seis estabelecimentos de serviço, 30 estabelecimentos industriais e cerca de 100 comerciais, sendo a maioria de comércio varejista.

Ao oferecer estes rápidos dados estatísticos sobre o importante Município de Angélica, por ocasião da passagem do 11º aniversário de sua máxima efeméride, qual seja, a de sua emancipação política, cumprimento a população e as dignas autoridades angelicenses, desejando que seu progresso seja sempre ascendente.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de lembrar as da de outro município do meu Estado que também aniversaria.

Emancipado pela Lei nº 76, de 12 de maio de 1980, o município sul-mato-grossense de Costa Rica comemorou no mês próximo passado o sétimo aniversário de sua máxima efeméride cívica.

Pertencente originariamente ao Município de Paranaíba, essa comunidade veio a se desmembrar, entretanto, do Município de Água Clara, contando hoje administrativamente com três distritos: o da sede, que dista 292 Km da Capital, o de Baús e o de Paraíso.

Com área total de 5.391 Km², Costa Rica tem população de cerca de 10 mil habitantes, sendo que a maioria mora na zona rural. A população urbana conta taxa de urbanização de 41%, taxa de atendimento escolar de 97% (1º grau) com cinco escolas de 1º e 2º graus e 27 salas de aula. Quase 40% da população goza-me do benefício da energia elétrica e 35% da água tratada e encanada.

A economia do Município de Costa Rica, Sr. Presidente, se baseia principalmente na agricultura e na pecuária, com 115 mil cabeças de gado e produção constante de arroz, feijão, milho e soja. A comunidade conta com 10 estabelecimentos de serviço, 2º industriais e cerca de 140 varejistas e um atacadista de comércio.

Ao registrar estes dados estatísticos rápidos, Srs. Parlamentares, desejo homenagear o povo e as dignas autoridades do Município sul-mato-grossense de Costa Rica, registrando a passagem do 7º aniversário de sua emancipação política, ocorrida a 12 de maio próximo passado, augurando ao simpático município progresso e desenvolvimento sempre crescentes.

Era o que tinha para dizer. (Muito bem!)

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Porque julgamos da maior importância fixar no texto constitucional que o Brasil é uma Federação republicana, e que se constitui pela associação indissolúvel de Estados, Territórios Federais, Distrito Federal e da própria União, apresentamos

à Constituinte proposta nesse sentido, vazada em termos simples e um só artigo.

Convém que os fundamentos de nossa organização nacional sejam explicitados singelamente, mas em termos claros, que não originem dúvidas na Constituição em elaboração.

Esta se consubstanciará em um texto uno, harmonioso e sistematizado, cobrindo toda a matéria de ordem constitucional, devendo seus dispositivos evidenciar uma articulação racional, que foi nossa preocupação maior, ao preparar algumas proposições atinentes aos Territórios Federais.

Na atual fase dos trabalhos desta soberana Assembléa Nacional, serão inevitáveis, a repetição e a superposição das propostas de normas, a serem analisadas nas Subcomissões Temáticas, mas a perspectiva da redundância não atemoriza nem constitui mal insanável nem dano irreparável. Pelo contrário, a proliferação das sugestões dos nobres e dedicados Constituintes, que já se percebe na azáfama das salas das Comissões e Subcomissões, dure ser saudada como manifestação de vitalidade, empenha capacidade de trabalho criativo. Poderíamos até dizer, à semelhança do que certa feita ficou conhecido como "espírito de seleção" dos nossos desportistas, que estamos todos imbuídos do "espírito de Constituinte".

Seria, isso sim, devastador e calamitoso o desinteresse, ou a falsa suposição de que tal ou qual tópico seria deixado de lado, porque outros o abordariam. O resultado desse comodismo seria uma Carta incompleta, com lacunas inaceitáveis, inexplicáveis e intoleráveis.

O trabalho aplicado e resoluto, e só ele, nos conduzirá a um resultado satisfatório, esperado pelo povo brasileiro com ansiedade.

São minhas palavras. (Muito bem!)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O setor de produção de borracha natural, compreendendo os seringueiros, seringalistas e usineiros, que atuam na Amazônia, não poderá suportar os problemas decorrentes da forçada manutenção dos preços do produto aos níveis do último reajuste de maio, já defasados em 50% (cinquenta por cento), em relação aos custos, considerada nesse percentual a inflação de junho.

Trata-se de um setor de economia marginalizada, bastante marcado pelas adversidades. De início, o congelamento dos preços da matéria-prima de que vivem os seringueiros é inexoravelmente decretado pelo centro administrativo de nossa Nação. Para o seringueiro não há como reduzir ou minimizar os impactos diretos desse choque em suas parcas rendas, que não chegam nunca a equiparar-se, em média, sequer, ao salário mínimo vigente no País.

Os compradores, os consumidores dessa matéria-prima são as sólidas indústrias do Sul do País, para quem o poder de barganha dos frágeis seringueiros é insignificativo. Por outro lado, para agravar o problema, os seringueiros, os seringalistas e os usineiros têm os obstáculos naturais do alheamento em que vivem, isolados pela distância, pelo regime dos rios amazônicos, pelas dificuldades de acesso, tudo isso contribuindo para uma total impossibilidade de manter-se, naquelas regiões afastadas, uma racional estrutura de

preços de gêneros de primeiro necessidade, regida pelo congelamento.

Foi assim que essa frágil e problemática estrutura ficou gravemente comprometida com mais de um ano de congelamento que vigorou a partir de fevereiro de 1986, quando os preços da borracha foram congelados aos níveis bastante defasados de dezembro de 1985.

No momento, encontramo-nos às portas de uma nova situação de desespero para o seringueiro. Com os últimos reajustes, relativo equilíbrio havia possibilitado a retomada paulatina, mas ainda descrente e receosa, das atividades extrativistas, que implicam a "Volta aos Seringais". É certo, com o novo congelamento, que surpreende a borracha em preços defasados, que o abandono dos seringais voltará a ocorrer com intensidade mais ampla e de fora mais definitiva, tornando-se cada vez mais problemática e remota as esperanças de que o Brasil se recupere da vertiginosa queda da produção de borracha ocorrida nos últimos dois anos, em particular, com o último congelamento.

É uma situação perversa com a qual não podem se conformar. Recorremos, assim, às providências dos senhores ministros da área econômica, especificamente aos da Fazenda e da Indústria e do Comércio, este último com jurisdição sobre a Superintendência da Borracha, para que se dê curso imediato ao reajuste de preços que já se encontrava tecnicamente aprovado pela Sudhevea protocolado dia 5-6-87 no CIP, quando da decretação do atual congelamento.

Chamamos a atenção dessas autoridades para o fato de que gravíssimos problemas econômicos e sociais estão envolvidos nesse reajuste, assim como os que se esperam contornar com o almejado controle da inflação previsto pelo congelamento. Alerta-se, igualmente, que o reajuste reivindicado pelo setor de produção de borracha nenhum reflexo real e imediato será levado para o consumidor final, vale dizer, nenhum prejuízo para o controle da inflação.

Senhor Presidente, Senhores Constituintes, é necessário que, a par da difícil e embarracosa missão de elaboração da Nova Constituição brasileira, devemos também estar atentos à situação atual do Brasil e dos brasileiros.

Não devemos deixar que o setor de produção de borracha natural, tão importante para o País, sob o ponto de vista econômico, social e estratégico, venha a sofrer um verdadeiro colapso, a alijar da região amazônica, milhares de seringueiros e produtores, que vivem exclusivamente da extração e produção da borracha, hoje com ganho irrisório.

Devemos também levar em consideração a economia dos Estados amazônicos, que experimentou uma vertiginosa queda de sua arrecadação após o congelamento de 1986, pelo desestímulo à extração de borracha, correndo igual risco se medida concreta não for tomada para o reajuste ao preço, que ora invoca.

Os Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio não podem ser insensíveis a esta cristalina e transparente realidade.

Rogo o apoio desta Assembléa Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB -PE.
Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

O novo pacote agrícola – que tem como ponto central a extinção de praticamente todos os subsídios ao crédito rural – é um estímulo para que a agricultura seja praticada, de agora em diante, apenas por profissionais do setor e é marcado por uma dose de determinação e coragem muito grande do Governo José Sarney. Registro meus cumprimentos e elogios às medidas anunciadas formalmente pelo Ministro Iris Rezende, da Agricultura, e Bresser Pereira, da Fazenda.

Embora o fim dos subsídios implique, para os agricultores, em custos financeiros mais altos e riscos maiores, ele é absolutamente necessário porque o País não tem recursos para manter políticas econômicas baseadas em artificialismo. Entendo que o estímulo principal do Governo José Sarney à agricultura deve ser dado no processo de fixação de preços melhores para o produtor. O subsídio ao crédito agrícola não é uma boa política a médio e longo prazos, e classifico de um grande avanço o reajuste, através da OTN, dos preços mínimos e dos Valores Básicos de Custo (VBC), e destaco ainda os benefícios concedidos pelo Governo José Sarney aos produtores que assumiram dívidas durante o Plano Cruzado, isentando-os do pagamento da correção monetária.

Passo a fazer leitura da palestra do Ministro Iris Rezende, na Escola Superior de Guerra (ESG), em 30 de junho passado, a fim de ficarem registradas, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, importantes informações na área rural – que vão muito contribuir para a nova Carta política, como subsídios.

Passo a ler:

"A agricultura brasileira volta, neste momento, a cumprir a sua velha sina de luta contra as adversidades de todos os tipos para produzir aquilo que é a coisa mais essencial para a sobrevivência do homem: alimento.

Há um ano atrás, quando aqui estivemos, a agricultura, sacudida pelo Plano Cruzado do Presidente José Sarney, investiu no seu futuro e agora colhe a sua maior safra, colhe 64 milhões de toneladas de grãos.

A agricultura saiu na frente e tornou-se, por excelência, a atividade produtiva que ficou com a marca do Cruzado. Nenhuma outra atividade produtiva se identificou ao Cruzado com tanta força, nenhuma outra produziu tanto nesse período, gerou renda e criou empregos.

Como foi isso? Antes de mais nada, houve o esforço do Presidente José Sarney com a edição do cruzado e o apoio constante à agricultura. Os produtores responderam com a produção agrícola.

O Ministério da Agricultura fez a sua parte, a começar pela definição de uma estratégia que levasse o produtor a confiar no Governo e no futuro a investir na agropecuária.

Reuniram-se no Ministério da Agricultura, ainda em março do ano passado, os setores de insumos da produção. Foram convocados os produtores de fertilizantes. Depois os de semente. Mais tarde os produtores de máquinas e implementos. A cada um deles, pediu-se aumento de produção, pe-

diu-se mais produção para que se atendesse devidamente à grande safra que poderia sair do chão deste País sob apoio do Governo. Eles confiaram, aumentaram a produção e a safra foi atendida.

Assim é o setor agropecuário deste País. É um setor moderno, trabalha com agilidade. Responde rapidamente aos desafios. Um setor que se organiza empresarialmente e não apenas com a vocação de ir atrás de divisas financeiras, mas também com a missão estratégica de produzir alimentos para o nosso povo.

Agora mesmo, com a edição do novo Cruzado, começa a equilibrar-se novamente a balança comercial. Conquistamos, neste mês de junho, um superávit expressivo. Sozinho, o superávit de junho representa mais do que a metade de todo o saldo a nosso favor na balança dos outros cinco primeiros meses deste ano.

É um superávit que ultrapassa os 900 milhões de dólares, quase um bilhão de dólares para tranquilizar a estabilidade de nossas contas externas. E quem puxou esse saldo? Que setor esteve à frente dessa importante recuperação vivida em apenas um mês pela balança comercial? A agricultura. Mais uma vez o setor agropecuário demonstrou a sua vocação para dar respostas rápidas, prontas e eficientes aos estímulos de crescimento, de expansão, de aumento, da produtividade.

Do total das exportações deste mês, quase dois terços dos itens são oriundos do esforço do produtor rural, da empresa agropecuária do setor agropecuário brasileiro, reconhecidamente ágil, dinâmico e moderno, e cuja vocação não se prende apenas à busca de divisas para o País, mas também, e principalmente, à produção de alimentos para o nosso povo.

E como está esse segmento da nossa economia? Como tem se comportado esse setor de tanto peso na condução ao desenvolvimento? A produção deste ano, de 64 milhões de toneladas de grãos, é a resposta mais firme que podemos dar à essas perguntas.

Apenas este ano esperamos, com o complexo soja, receber um reforço de divisas de 2,4 bilhões de dólares. Serão 2,4 bilhões de dólares que irão se somar a outros tantos bilhões, oriundos da agricultura para o fortalecimento do equilíbrio das contas externas brasileiras.

A agricultura, no entanto, não pára no tempo e prepara-se para novos desafios. Colhe-se hoje uma safra e todas as atenções do setor já se volta de novo para a produção da próxima. Vale a pena plantar? A safra atual trouxe vantagens para quem plantou. Houve crédito e houve preço, mas o sucesso deste ano não assegura muita coisa em relação à próxima safra. Agora é preciso começar tudo de novo, repetir todo o esforço gigantesco que levou a produção agrícola a deixar a casa dos 50 milhões de toneladas de grãos.

Neste ano, voltou a disparar a inflação. Com ela os juros também dispararam. A atividade agrícola passou a ser uma operação de alto risco. A edição do novo Cruzado, no entanto, pode estabilizar os preços dos insumos e rebaixar as taxas de juros – condições essenciais para uma nova safra histórica, para se chegar aos 70 milhões de toneladas de grãos.

Neste momento, mais um vez, os olhos, o pensamento, todos os sentidos dos produtores rurais do País voltam-se para Brasília, para as decisões

governamentais em torno das regras a serem estabelecidas para a próxima safra. E que regras são essas? Que providências defendemos para a produção de novas safras históricas necessárias a atender a alimentação dos brasileiros e à formação de divisas?

No mundo inteiro, o agricultor não é uma pessoa que fez voto de pobreza. O produtor rural, qualquer que seja a dimensão de seus negócios, é um empresário em busca da remuneração justa para seu esforço.

Não lhe convém, como em nenhum outro segmento da economia, produzir sem a recompensa, pagar para produzir ou entregar barato o fruto do seu trabalho. O produtor rural quer preço justo e compensador por aquilo que produz. Foi a segurança de que teria preços justos para a safra produzida e a abundância de crédito que geraram a safra atual.

Para conseguirmos a colheita deste ano, o Ministério da Agricultura não apenas pediu ao agricultor que plantasse, mas também apresentou-lhe os meios. Havia o fomento básico para o plantio. Havia o crédito. Nunca se aplicou tanto dinheiro na agricultura, 180 bilhões de cruzados.

O Plano Cruzado injetara bilhões nas contas correntes dos bancos privados e particulares, dinheiro captado a custo zero. Mas esse dinheiro, por providência do Governo, foi aplicado pelos bancos, em pelo menos 30 por cento, no crédito rural.

Havia recursos. No ano passado o custeio agrícola contou com 114 bilhões de cruzados. Recursos que ficaram girando no setor, promovendo a safra histórica.

Só os recursos, no entanto, não bastariam. Nenhum empresário toma empréstimos, mesmo a juros baratos, sem a certeza de que seus investimentos terão retorno suficiente para o pagamento do dinheiro tomado. Por isso, ao instituir o Plano de Meta o Ministério da Agricultura tratou de criar dentro dele o sistema de preços plurianuais, que assegurou ao produtor rural a certeza de que haveria preços justos para os produtos colhidos.

Assim, se implantou o uso da variação do Índices de Preços pagos pelo Produtor Rural, o IPP, como referencial para a elevação dos preços dos produtos agrícolas. Sempre que a variação do IPP atingisse a 20 por cento, os preços mínimos, preços de garantia dados pelo governo para os produtos agrícolas, seriam alterados no mesmo percentual.

Até aquele momento, agosto de 1986, os produtores plantavam sem a garantia de que seus produtos não teriam os preços rebaixados na colheita. Se a inflação fosse baixa, os preços dos produtos fluíam dentro da economia de mercado, obedecendo a lei da oferta e da procura.

Se o tempo fosse de inflação alta, o produtor rural subsidiava os alimentos a preços baratos para os habitantes da cidade. Bastava abarrotar, na época da colheita da safra, o mercado com os estoques reguladores do governo e os preços agrícolas era, artificialmente achatados, gerando prejuízo aos agricultores.

Esse comportamento de mercado era certeiro na queda de vários pontos nos índices da inflação, mas na produção agrícola gerava estragos que se seguiam por anos consecutivos. Com preços achatados, o produtor rural investia o mínimo no

campo e muitos deles retiravam-se para outras atividades nas cidades, gerando a superpopulação urbana, aumentando o favelamento e os cinturões de miséria dos grandes certos.

Quando se formulou a política de preços mínimos plurianuais, sabia-se que os resultados seriam positivos mas, na realidade, eles ultrapassaram as expectativas. A resposta foi tão positiva porque em o momento de plantar. Os produtores rurais estavam na hora de decidir o que plantar nos campos brasileiros. Com a certeza de que teriam preço compensador e crédito abundante, plantou a safra histórica.

Com esses dois pilares, o crédito e uma política de preços, o Presidente José Sarney concedeu ao campo toda prioridade. Prioridade sem paternalismos. Nem o nosso produtor deseja paternalismo. O produtor rural não deseja benesses. Deseja meios justos. Ningém defende a existência de subsídio que arrasem os cofres públicos e contribuam para a instabilidade econômica. O Ministério da Agricultura sempre defendeu a extinção do subsídio ao trigo, agora finalmente eliminado.

O subsídio ao trigo significaria mais uma sangria anual de 55 bilhões de cruzados ao Tesouro Nacional. Dinheiro de impostos de brasileiros que se aplicava indiscriminadamente na oferta de alimentos, mas nem sempre a favor das pessoas mais carentes.

Os recursos destinados ao subsídio do trigo não estavam restritos ao pão do pobre, do miserável, dos milhões de brasileiros ainda encarcerados na fome e na miséria. Pelo contrário, subsidiava principalmente o pão das mesas ricas, as massas finas, os biscoitos sofisticados. Evadia-se até para a fabricação de colas e outros insumos para a indústria.

Um subsídio assim é crime. Um crime contra o bolso da população brasileira, afronta aos pobres. Sua eliminação representa um avanço para a economia, porque reduz o déficit público e possibilita a entrada de novos recursos para a atividade produtiva, para a geração de mais empregos e rendas.

O subsídio indiscriminado não é bom, mas não se pode confundi-lo com a destinação de recursos abundantes, a juros compatíveis, para a agricultura. Mesmo nos países mais ricos a agropecuária é uma atividade privilegiada pelos governos. Afinal a agropecuária é responsável por fatores que significam a segurança e a soberania de um povo. É responsável pelo abastecimento de alimentos e a certeza de que não haverá fome. Sem fome a paz social pode estar assegurada.

Alguém pode dizer que os países desenvolvidos subsidiam a produção e que a falha do Brasil esteja na forma de subsidiar o crédito. Também não podemos defender o subsídio ao crédito como condição imprescindível para o crescimento da produção agrícola. O importante é a existência do crédito e a segurança da remuneração para a atividade, o importante é dar ao produtor rural acesso aos recursos necessários à plantação e meios para que essa produção possa remunerá-lo e liquidar sua dívida com os bancos.

Somente no ano passado, o subsídio ao arroz, ao milho, ao leite e a carne, custaram aos cofres públicos, quase o equivalente à conta trigo. Uma sangria de recursos de mais de 30 bilhões de cruzados que trouxe resultados, que nos ajudou a produzir uma grande safra, mas uma sangria

insuportável para as dificuldades do equilíbrio de contas do País.

Temos hoje uma agricultura amadurecida e, para uma agricultura amadurecida, cria-se um sistema de crédito eficiente, mas não paternalista. Obedecendo ao rígido critério de reduzir os subsídios, de reduzir o déficit público, o Governo parte para a eliminação do subsídio implícito no crédito agrícola. Haverá recursos para o plantio, não faltará crédito, mas o produtor rural passa a pagar a correção plena dos recursos tomados com base na OTN, mais um juro que variará de sete a nove por cento.

Tornaram-se mais elásticos os prazos para o pagamento das dívidas e criou-se um sistema de preços e oferta de crédito compatível com a necessidade de recursos do produtor. A partir de agora, todos os produtores rurais têm um prazo de seis a doze anos para pagar os créditos tomados para a aplicação em lavouras permanentes, como o cacau e o café. Terão um prazo de até seis anos para os créditos destinados à compra de tratores, de colheitadeiras. Instrumentos necessários à melhoria da produtividade.

Os Valores Básicos de Custo, que regulam a oferta de crédito aos produtores também foram indexados à OTN. Foi uma maneira segura encontrada pelo Governo para evitar que a inflação corroesse o valor real do crédito concedido ao produtor, levando-o a buscar novos financiamentos a juros de mercado. Dessa maneira, o produtor rural terá seu crédito atualizado até à última parcela liberada, a da colheita. Os preços mínimos também estão indexados à OTN.

Mudamos o sistema de crédito com a eliminação dos subsídios, o que foi possível depois de assegurarmos a capitalização dos produtores rurais.

Antes de acionar-se o novo sistema de crédito, válido para a próxima safra, o Presidente José Sarney criou condições para que todos os produtores rurais pudesse sanear suas dívidas prorrogando os prazos e eliminando correção monetária das obrigações de dívidas concedidas durante o primeiro ano de vigência do Plano Cruzado.

Com essa decisão, nenhum produtor com créditos assumidos entre 1º de março de 1986 e 8 de fevereiro de 1987 pagará correção monetária de seus débitos. E os benefícios não ficaram restritos aos créditos recebidos durante o Plano Cruzado. Todos os produtores rurais com créditos antes do Programa de Estabilização passam a ter isenção total de correção monetária de seus débitos durante o primeiro ano de vigência do Plano.

O benefício não se restringe à redução dos custos do dinheiro obtido com o financiamento. Também se concede a prorrogação de dívida para os agricultores que contraíram empréstimos antes e durante a vigência do Plano de Estabilização Econômica. Os mini e pequenos produtores que receberam créditos antes do Plano Cruzado passa a pagar suas dívidas num prazo de quatro anos, com dois de carência. Os médios e grandes produtores passam a ter um prazo de três anos para quitar seus débitos com as instituições financeiras uma carência também de dois anos.

As dívidas de crédito rural assumidas no primeiro ano do Plano Cruzado serão pagas em 18 meses, sejam créditos destinados ao investimento ou créditos destinados ao custeio agrícola.

Os benefícios das novas medidas que passam a regular o sistema de crédito agrícola se estendem aos produtores que tenham empréstimo pela linhas de crédito comum para complementar o crédito agrícola.

Comprovadas dificuldades no pagamento desses créditos, os produtores rurais poderão transferir seus débitos para a linha de crédito rural, passando a gozar os juros mais baratos dessa linha.

Levado pelos custos mais altos de produção, por causa do fim do subsídio implícito do crédito agrícola, os alimentos tornam-se mais caros, mas o homem da roça deixa de subsidiar a alimentação da cidade. Ele terá o preço justo pelo esforço de plantar. A cidade será recompensada pela abundância de produtos e pelo aumento da riqueza que melhora o sistema de distribuição de renda do País.

Este é um momento de reflexão. É necessário pensar-se que o homem do campo não utiliza em suas lavouras apenas os recursos oriundos dos bancos. Ele aplica também o seu próprio capital. Quando planta a sua roça, seja uma pequena ou uma grande lavoura, qualquer que seja a cultura, o homem do campo passa a sofrer a constante angústia de desconhecer os resultados finais do seu trabalho, desde o momento de semear ao de colher. Terá lucro? Terá prejuízo? Eis a sua constante e sofrida angústia.

Para amenizar as incertezas da roça, o Governo não se descuida do seguro rural. Ainda hoje, esse seguro, o Proagro, o único a responder pelos prejuízos da lavoura, funciona apenas como um respaldo para os recursos emprestados pelo banco. Se a plantação não deu certo, se o agricultor teve prejuízo, só o banco recebe de volta a sua parte paga pelo Proagro. Na realidade, o seguro era para o banco e não para o agricultor.

Mas vamos mudar essa face da agricultura brasileira, que se constitue num desestímulo a que o agricultor coloque o seus próprios recursos na produção. O Presidente José Sarney enviará ao Congresso um projeto de lei que reverterá a situação. O Proagro não será apenas um seguro para o crédito dos Bancos mas também um seguro ao produtor que investe recursos dele mesmo em sua safra.

O campo hoje está calmo. Produzimos e comercializamos uma grande safra neste País, a maior de todos os tempos. Houve crédito. Houve juro compatível com as necessidades dos produtores rurais. Houve armazéns para agasalhar tudo o que se plantou e se colheu.

Agora vamos partir para nova safra. As adversidades estão de volta. Cabe ao governo, estrategicamente se antecipar para evitar os riscos dos conflitos e as quebras de safras. Cabe ao Governo estabelecer as regras e elas estão configuradas.

A contribuição dos agricultores é indiscutível. Basta colocar recursos no setor rural para que ele apresente sua resposta firme. Este ano, o PIB da agricultura vai crescer alguma coisa em torno de 8,2 e 8,6 por cento. E qual o reflexo desse impulsos na economia; como um todo? Em 1987, a economia brasileira vai se expandir em 1,7 por cento apenas por conta da agricultura.

O resultado deste ano ainda não foram os melhores para a agricultura mas significam um avanço expressivo para um setor que até o ano passado trazia dificuldades à balança comercial com

a importação de 2,4 bilhões de dólares de alimentos.

Enfim, uma visão mais completa do sistema demonstra que o aumento da produção interna é o melhor instrumento para a queda da inflação. Só a abundância pode ser dividida. Só a produção possibilita preços mais justos e estabilização da economia. É necessário produzir. Dar os caminhos para essa produção, armazená-la, melhorar sua entrada no mercado e formar estoques reguladores para o Governo. Estoques necessários à manutenção da oferta de alimentos a preços justos. Estoques de alimentos que permitam o pleno abastecimento que assegure a paz social e a tranquilidade para governar.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Constituintes, os agricultores receberam com euforia as novas medidas anunciadas pelo Ministro Íris Resende. Os pontos que receberam maior destaque foram o Fim da Correção Monetária para os débitos contraídos no primeiro semestre – quando houve a abrupta elevação das taxas de juros – e a correção, pela OTN, dos preços pagos e valores de custeio. Foram retirados subsídios do crédito agrícola – agora os agricultores pagarão os custos do mercado – mas espere-se que a medida seja compensada com o aumento dos recursos disponíveis para financiar a nova safra. As medidas resolvem problemas dos agricultores, mas a indexação, pela OTN, dos preços agrícolas tem consequência difíceis de prever. Como os alimentos representam um dos itens mais importantes na variação do custo de vida dos trabalhadores urbanos, esse é em ponto sensível da política econômica, pois tem repercussão imediata sobre a inflação.

Concluo, parabenizando o Ministro Íris Resende pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo à frente da Pasta da Agricultura.

Oportunamente volto ao assunto.

O SR. FÉRES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O pronunciamento que vou fazer desta Tribuna é inspirado no preceito ético-universal que proclama: "O mérito pessoal merece aplauso, estímulo e justo prêmio".

Sem dúvida, o valor pessoal e o merecimento não devem ser relegados a planos secundários ou desterrados na memória social.

Na verdade, neste momento, desejo salientar as qualidades de um **insígnie magistrado fluminense**, cuja vida tem sido pontificada de atos que o credenciam ao respeito, à admiração, ao orgulho e à gratidão de toda a população do Estado do Rio de Janeiro, tanto que a Augusta Assembléia Legislativa daquele Estado conferiu-lhe o título de "Benemérito" do Estado do Rio de Janeiro.

Refiro-me ao Desembargador Celso Guedes, que é conhecido no Poder Judiciário e na Carreira Universitária Federal por sua sólida cultura, elevado espírito público, acendrado amor ao trabalho, lhaneza de trato e fidalguia de atitudes.

O ilustre magistrado pontifica no Egrégio Tribunal de Alçada Cível, onde preside a Segunda Câmara, figurando como o mais jovem entre os seus preclaros pares, apesar de já possuir um decênio de judicatura de segundo grau.

O eminentíssimo magistrado participou, ao longo de 1986, do julgamento de 3.194 processos, o

que demonstra sua eficiência e altanaria na prestação jurisdicional à população fluminense. Seu inegável valor pessoal manifesta-se, também, em outros setores culturais: é professor titular de Processo Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos cursos de graduação e pós-graduação, possuindo uma experiência de mais de vinte anos de carreira no magistério superior, na qual ingressou, por **concurso público**, de provas e títulos, conquistando ainda, o título de "Docente-Livre" e o grau de "Doutor em Direito".

Recentemente, proferiu significativa palestra na Escola Superior de Guerra sob o tema "Segurança Nacional e a Sociedade Civil" para uma assistência de 160 Estagiários daquela categorizada Casa de Altos Estudos estratégicos. Sua Excelência, Dr. Celso Guedes, sempre se destacou em congressos realizados no Brasil e no Exterior, tanto que participará do Congresso da União Internacional dos Magistrados, que se realizará, a partir do dia 12 do corrente, em DUBLIN, na República da Irlanda, como representante da Associação dos Magistrados Brasileiros, com trabalho sobre o Crime Organizado, mercê, sem sombra de dúvida, dos seus eruditos votos e acordões, sempre publicados nas principais revistas especializadas em jurisprudência.

Encerro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ressaltando que este eminente magistrado, Dr. Celso Guedes, que é uma das glórias da Justiça Fluminense, jamais precisará, tal o seu talento e cultura jurídica, usar a frase de Pedro, o Grande, da Rússia, ao visitar, na Sorbonne, o túmulo do cardeal Richelieu: "Grande Ministro, por que não és do meu tempo? Dar-te-ia a metade do meu império para que me ensinasses a governar a outra metade..."

Muito Obrigado. (Muito bem!)

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto à tribuna para transmitir meu veemente apelo ao Sr. Governador do Rio Grande do Sul no sentido de acolher as justas reivindicações do magistério daquele Estado, que já há quase três meses se encontra em estado de greve, e com o qual estou inteiramente solidário.

Sr. Presidente, os professores do Estado do Rio Grande do Sul não estão em greve por reclamarem aumento de salários ou vantagens outras, se não, apenas, e tão somente, aquilo que já está na lei e nos acordos celebrados com o próprio Governo. O que pretendem, pois, é simplesmente que seja cumprida a lei e honrados os compromissos assumidos com o Governo. Apenas isso. Seria até justo e humano que reivindicassem novas vantagens. Mas não se trata disso. Eles querem apenas que se cumpra a lei, para que possam viver com um pouco mais de dignidade porque, convenhamos, para a categoria que tem a nobre missão de ensinar, o piso de 2,5 salários mínimos não corresponde ainda às suas mínimas necessidades.

Sr. Presidente, acabo de receber cópia de uma carta aberta subscrita por mais de 500 entidades civis organizadas do meu Estado, incluindo Federações, sindicatos e associações de trabalhadores, inclusive Deputados Federais, estaduais, vereadores e círculos de pais e mestres, todos dirigindo

ao Sr. Governador apelos para que o chefe do Executivo estadual demonstre seu respeito, consideração e o mínimo de sensibilidade para com os justos e legítimos direitos conquistados pelo magistério gaúcho, após tantas lutas e sacrifícios.

Faço meus, portanto, Sr. Presidente, os apelos de grande parte da sociedade gaúcha dirigidos ao Sr. Governador, objetivando o atendimento das justas reivindicações do magistério em estado de greve, para, assim, alcançar-se, desde logo, a normalização das aulas, para que os alunos não percam o ano letivo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

São já numerosos os brasileiros ilustres que, não se conformando em apenas observar acontecimentos, antecipam-se a eles e contribuem para a construção da história. Brasileiros dessa estirpe merecem, sempre, o nosso preito de gratidão.

Entretanto, pareceria inóportuno, nas circunstâncias em que estamos vivendo, ocupar esta tribuna e proferir palavras que não se referissem às graves preocupações que nos envolvem. De fato, a temática relativa à elaboração do texto constitucional é prioritária, assim como aquela que diz respeito à crise econômica do País.

Ao abrir espaço para vivificar na memória de todos um dos mais proeminentes parlamentares que o Brasil conheceu, não estou apenas cumprindo o dever de homenagear Gilberto Amado, cujo centenário de nascimento ocorreu a 7 de maio.

Nascido em família modesta, mas digna, Gilberto Amado teve uma infância de criança comum, em contato com a natureza, a ouvir as histórias da velha Iaiá, que lhe encheram a imaginação e serviram de estímulo à sua criatividade. Mais tarde, já escritor de renome, irá immortalizar em suas memórias essa quadra de sua vida.

Na adolescência, o maior prazer de que desfrutava era a leitura, "prazer sem comparação com nenhum outro, qualquer que seja a modalidade que assuma ou que nome tenha" – para usar suas próprias palavras. Como o pai não lhe podia atribuir mesada suficiente, dava aulas particulares aos próprios colegas. Foi, pois, o seu caráter forjado no trabalho e no estudo.

Após cursar a Faculdade de Farmácia, na Bahia, sua inteligência inquieta, que já absorvera compêndios como os de Berthollet e Dujardin-Beaumetz, as obras de Spencer, Comte e Nietzsche, queria expandir-se. Para satisfazê-la, procurou novos estudos. Sabendo-se mais inclinado para as Humanidades que para as Ciências Exatas, fez o curso de Direito, no Recife, que lhe abriria as portas para o futuro.

Nessa época, tem início sua carreira de homem de letras, em que se distinguiu pelo sentimento de brasiliade e um estilo saborosamente pessoal.

Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1910, passando a colaborar nos Jornais da cidade, destacando-se já, pela visão arguta da sociedade brasileira nas crônicas que a todos deliciavam. Volta, contudo, ao Recife, já no ano seguinte, como professor catedrático de Direito Criminal, embora não tivesse ainda completado vinte e quatro anos de idade.

Pouco, depois, em 1915, já integrado na vida política do País, volta ao Rio como Deputado, representante de seu Estado natal, Sergipe.

Sua carreira de homem público foi pontilhada de momentos fecundos; a sua estréia como orador político, em dezembro de 1916, é considerada um marco na evolução dos estudos sociais no Brasil.

Em 1930, tendo embarcado para a Europa em missão oficial, é surpreendido pelas notícias da Revolução. Ao regressar, afasta-se momentaneamente da luta política, forçado pelo quadro de então, e volta ao Recife, como professor da Universidade de Direito.

Entretanto, estava fadado a altas funções: nomeado consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, em breve, parte como Embaixador para o Chile, depois para a Finlândia, iniciando-se, dessa forma, sua carreira de diplomata. Como delegado brasileiro às Assembléias da ONU, desde as reuniões preparatórias, até à última a que pôde comparecer, em 1968, firmou-se como perito em assuntos de política internacional, sendo sua competência reconhecida e homenageada pelos membros da Comissão de Direito Internacional.

Ao falecer, em 1969, havia se tornado símbolo da nacionalidade brasileira, tendo alcançado notoriedade em tudo a que se dedicou.

De fato, como escritor exponencial, é citado nos compêndios como uma figura de vanguarda, no que respeita ao movimento modernista. Isto se deve ao seu espírito de brasiliade, que o compelha a criar uma escola literária em que se manifestasse a consciência de ser brasileiro. Esse era, aliás, um ideal nascente, o de buscar a maturidade intelectual, a "capacidade de criar Brasil dentro do Brasil", como ele mesmo escreveu.

Como diplomata, tornou-se o único membro ininterruptamente eleito na Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações Unidas, sendo várias vezes relator-geral e por fim o decano da Comissão. Muitas das formulações que apresentou tiveram aceitação plena, algumas das quais mereceram publicação sob o título de "Tese Amado", e são lembrados através das "Gilberto Amado Memorial Lectures", em que, ao final das reuniões, em Genebra, os membros da ONU homenageiam o colega.

Senhores, dizia eu, minutos atrás, que, nesse pronunciamento; minha intenção era ultrapassar o sentido de uma simples homenagem. O meu propósito, ao trazer aspectos da vida pública de Gilberto Amado, é fazer uma reflexão sobre o nosso desempenho, como representantes do povo brasileiro, nesta Casa, função em que ele tanto se destacou, a tal ponto que suas palavras, registradas nos anais da história, ainda permanecem atuais, a servirem de balizamento às nossas ações.

É por essa razão que passo agora a citar trechos de seus discursos, em que exorta os parlamentares a assumirem papel de maior responsabilidade quanto aos destinos do País:

"Refiro-me ao papel educador – dizia o grande sergipano – porque o dever máximo dos políticos em um país como o nosso, em que as realidades sociais estão abaixo das instituições, é exercer justamente essa tutela, essa ditadura mental que José Bonifácio quis exercer e não o pôde, infelizmente para o Brasil, senão por tão curto prazo.

"Entre nós a energia dos homens é fragmentaria. Por quê?"

"Porque não se pode exercer contra o vácuo a uma ação continuada. Ao lançar a semente sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do a semeador se fatiga".

"O pulso da administração não tem um ritmo. Pode dizer-se que se regula pelo movimento dos espasmos. A uma fase de grande atividade sucede e um esmorecimento longo."

"Grandes surtos de progresso logo se esbatem em lentas estagnações de desânimo. E nada se faz de persistente e firme."

Gilberto Amado queria que nós brasileiros conhecêssemos melhor o nosso País. Assim pregava ele:

"Enquanto não se formar no Brasil pela preponderância das inteligências construtivas uma "elite" de diretores mentais, que saibam menos discutir questões "jurídicas" e mais questões "políticas", que mostrem menos erudição, de autores americanos e mais conhecimento das realidades práticas do Brasil, uma "elite" conjugada ativa e energicamente em agremiações partidárias ou em torno de figuras excepcionais, de modo a suprir pelo influxo da sua ação as deficiências de um meio ainda incapaz de se dirigir a si próprio; enquanto não se conseguir organizar os elementos de direção de uma sociedade que não sabe se guiar por si mesma – a confusão, o tumulto, o malabarateamento de belas energias, o caos moral, político, administrativo caracterizará o Brasil, será por muito tempo ainda a expressão da sua existência, e a forma tumultuária da sua fisionomia de nação."

Preconizava leis e instituições de acordo com a nossa realidade e ensinava:

"As aptidões, como as flores raras, precisam de ser cultivadas. Não podem surgir de um dia para outro, sem preparo prévio do solo, do terreno, onde devem florir e brilhar. E o nosso sistema de educação se realiza, como disse, fora da realidade e, sobretudo, fora e acima do Brasil. Por isso leis, instituições, mundo político e social estão também fora e acima do Brasil. O nosso trabalho deve ser, mantendo a República, torná-la antes de tudo, brasileira.

O Brasil de hoje – lembrava o consagrado escritor – mostra um aspecto semelhante ao que mostrava a monarquia alguns anos antes da sua queda".

"Assim como aqueles espíritos que, desesperados do parlamentarismo carunchoso, apelavam para a República, para a Federação ou simplesmente para as "Reformas", nos últimos anos do segundo reinado, enxameiam hoje cidadãos sinceros que diante da realidade triste do Brasil, realidade que se não pode contemplar a olhos enxutos, procuram "sair disto" pelas reformas. Uns se contentam com a revisão simples da Constituição em certos artigos; outros reclamam uma reforma total que ressuscite o parlamentarismo para se conjugar, agora, em um conúrbio arbitrário com a federação; outros arrebatados, mais longe se precipitam até para a restauração da Monarquia."

Continua Gilberto Amado, fazendo advertências muito atuais:

Pergunto eu, porém, aos senhores que me ouvem: Diante do estado social do Brasil é lícito

acreditar que qualquer mudança nas instituições possa influir decisivamente para a felicidade do País? É de crer que qualquer modificação nos textos da Constituição tenha efeito sobre um meio nas condições em que se acha o nosso?

"Não sou, nem posso conceber que haja quem o seja, fetichista da imutabilidade dos códigos políticos. As constituições escritas hão de sofrer as alterações que o tempo lhes deva imprimir. O fetichismo é atitude de superstição não peculiar aos homens que pensam. Mas o que é evidente é que os elementos sociais da atualidade brasileira são os mesmos que existiam no fim da monarquia, com algumas modificações, já assinaladas, em São Paulo e nos Estados do Sul".

"A Constituição republicana sobre o restante do País exerce a mesma ação nominal que exercia a monarquia."

Suas indagações parecem dirigidas a nós, Constituintes de 1987:

"Que é que o parlamentarismo ou a monarquia poderia levar ao Pará, ao Maranhão, a Mato Grosso, à população do Norte e Centro do País? Poderia qualquer modificação na letra do Código político tornar essa gente mais "política", no sentido científico em que sempre tenho empregado esse termo? Poderia torná-la mais apta a compreender a República, se os próprios dirigentes não a compreendem e os que a compreendem, em verdade, não a podem praticar?"

"A verdade é que cumpre interpretar a ação daqueles que no tumulto da hora presente trabalham com sinceridade para o Brasil. E se é justo que nos queixemos dos homens da República, o certo é que devemos nos queixar muito menos, porque eles não podem ser estudados fora do meio em que atuam e dos elementos com que contam, dos próprios recursos pessoais de que a sua educação os proviu".

"Rematando o que vinha dizendo – é ainda Gilberto Amado quem fala – penso que por enquanto não se pode ligar a sorte do Brasil à transformação de instituições que pouco ou nada influem sobre uma população politicamente sem existência".

"O sistema representativo não o realizamos ainda, nem o poderíamos realizar. Nem houve Monarquia constitucional representativa, nem poderia haver, como não há República, nem pode haver por enquanto, senão de nome".

"A ação política não pode deixar de exercer-se senão através de homens práticos e bem intencionados que possam suprir pela própria energia construtiva, atividade e patriotismo – no sentido do desinteresse pessoal e da capacidade de resistência às agitações improfícias – as insuficiências de uma população ainda incapaz de exercer os seus direitos políticos e cumprir, como responsável pelos próprios destinos, os deveres cívicos que lhe incumbem".

"O nosso dever é tornar apta essa população, construindo enfim a República para que, presa ao solo, como a árvore que tem raízes, possa frondejar viva e seiosa, e não existir apenas suspensa no ar, como nessa cúpula abstrata que era a Constituição Monárquica e é, na realidade, a Constituição de 24 de fevereiro."

Como vemos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, as idéias de Gilberto Amado, lembradas nesta homenagem ao seu centenário de nascimento,

estão ainda vivas e bem justificam, ao nosso ver, este registro que, como sergipano e como brasileiro, julgamos oportuno e justo fazer.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. EDIVALDO MOTTA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes:

A cruel seca que volta a penalizar o Nordeste traz uma característica bem diferente de outras que assolaram a Região em tempos não muito distantes. Trata-se da seca-verde, fenômeno que atingiu a lavoura logo após a sua germinação, não permitindo o crescimento das plantações, que sucumbiram ainda verdes diante da falta d'água e do forte calor da terra, provocado pela evaporação das reservas hídricas que alimentam as raízes da lavoura.

A situação é grave, a fome e a miséria já se instalaram no Polígono das Secas e, na Paraíba, o Governador Tarácio Buriti já iniciou o alistamento de agricultores atingidos pela estiagem em frentes de serviço para garantir, pelo menos às famílias afetadas, um meio, embora incipiente, de sobrevivência.

Em relação aos pequenos e médios proprietários, a situação se mostra tão calamitosa quanto a dos agricultores. Estes perderam toda a lavoura, o investimento na mão-de-obra para o plantio e ainda estão penhorados junto aos estabelecimentos de crédito oficial e particular.

Diante desse quadro de dificuldades, Sr. Presidente, Sras. Constituintes, venho a esta tribuna dirigir um apelo ao Presidente da República no sentido de que determine ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a prorrogação do prazo para o recolhimento do Imposto Territorial Rural – ITR, cujos valores, este ano, sofreram reajuste acima da expectativa dos produtores, na área da seca.

Recebi, esta semana, telex de diversos proprietários rurais da minha região de Patos, na Paraíba, comunicando a impossibilidade de saldarem este débito de uma só vez, e por isto desejava que o Presidente Sarney mandasse realizar estudos visando determinar a prorrogação do pagamento do ITR, e não apenas isso, permitindo também que o débito seja saldado em três parcelas, aos valores de 1986.

Sei que o meu pedido poderá ser atendido pelo Governo porque visa beneficiar uma classe sofrida que atualmente enfrenta as maiores dificuldades no campo, e espero que o Presidente da República anuncie estas medidas no menor espaço de tempo, para tranquilizar os pequenos e médios agricultores nordestinos e, particularmente, os do meu Estado.

Muito Obrigado. (Muito bem!)

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A população localizada às margens do Rio São Francisco, cuja sobrevivência depende fundamentalmente da agricultura e, mais especificamente, da cultura do tomate, vem enfrentando crescentes dificuldades para sua própria manutenção, em face dos exorbitantes custos financeiros que inviabilizam as atividades e a produção.

A principal origem da calamitosa situação em que se encontram centenas de milhares de trabalhadores rurais da região, em boa parte, assen-

tados em áreas que foram objeto de programas governamentais, inclusive, após a realização da necessária infra-estrutura, refere-se à questão do crédito agrícola, cujas taxas de juros chegaram aos patamares sinalizados pelos recentes índices recordes de inflação no País, impossibilitando o cumprimento do compromisso bancário, bem como a contratação de novos financiamentos.

Mas não é apenas o problema dos juros que semeia o desespero e a desesperança em nossos agricultores, Sr. Presidente.

Lutam eles, também, diante do brutal aumento das tarifas de água para os perímetros públicos administrados pela Codevasf – 3ª DR, ocorrido recentemente por decisão da Companhia e do Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação.

Durante a vigência do Plano Cruzado, mais precisamente até dezembro do ano passado, a tarifa de água para o perímetro irrigado indicava Cr\$ 26,38 por 1.000 metros cúbicos. A partir de janeiro último, Sr. Presidente, o preço saltou para Cz\$ 277,94 por mil metros cúbicos, um aumento insuportável, pois superior a mil por cento.

A própria variação da OTN, em março de 1987, parâmetro oficial para o reajuste de preços, contratos, serviços e ativos, foi de 126,75%, relativamente a janeiro de 1986, o que comprova a desproporcional majoração nos custos da água para a irrigação.

Ampliam-se em grau e volume as desastrosas consequências dessa vertiginosa escalada dos custos financeiros: mais de trinta mil hectares de terras infra-estruturadas, no São Francisco, estão deixando de produzir suas culturas típicas. Por exemplo, o tomate que abastece três grandes indústrias de beneficiamento na região, a ETTI, a Pauletti e a Cica-Norte, gerando desemprego no meio rural e nas cidades, queda na renda regional, enfim, o caos sócio-econômico em áreas já empobrecidas.

Temos feito insistentes apelos, juntamente com integrantes das respectivas associações de classe, aos responsáveis pela área econômica do Governo Federal, reivindicando a eliminação da correção monetária e a consequente fixação de juros acessíveis, nas operações de crédito agrícola, além de medidas igualmente sensatas na determinação de tarifas de água para as áreas públicas. Há mais de um mês, por exemplo, as Associações dos Produtores de Tomate do Médio São Francisco, e dos Arrendatários do Perímetro Irrigado do Projeto Senador Nilo Coelho, conjuntamente com as Cooperativas do Perímetro Irrigado do Projeto Bebedouro Celso Cavalcanti, do Projeto Mandacaru e Associação dos Irrigantes dos Projetos Manicoba e Caraça, todos na área de atuação da Codevasf, dirigiram-se, em ofício, ao Ministro da Irrigação, pedindo revisão do referido nível tarifário das contas de água, mas até o momento nenhuma providência oficial foi adotada.

No entanto, ontem, o Governo resolveu anunciar um novo pacote agrícola, fundamentado sobretudo em novas regras para o crédito e os juros agrícolas.

Se, por um lado, apresentam-se razoáveis condições a que os agricultores saldem suas dívidas bancárias, pela eliminação da correção monetária referente ao período de vigência do Plano Cruzado, e com a ampliação de prazos para os financiamentos contratados a partir de março do corrente

ano, por outro, mantém-se a cobrança de juros reais, ou seja, acima da correção monetária, relativamente aos meses posteriores a março de 1987, aspecto que não resolve definitivamente a dramática situação.

O mais grave, Sr. Presidente, é que a nova sistemática ontem anunciada estabelece, para os próximos contratos, a incidência de correção monetária plena, além de juros de 7% a 9% ao ano, uma decisão que levará inevitavelmente, à breve repetição do estado de falência dos agricultores que conseguirem recuperar-se agora e enfrentarem novos financiamentos para a continuidade de suas plantações.

Para o soerguimento da agricultura brasileira, em especial, dos pequenos e médios produtores, é indispensável um programa que realmente reestuture as bases de fomento à produção, nas quais, a exemplo dos países desenvolvidos, o crédito seja possível a taxas de juros compatíveis com as reais condições do setor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Instituto Agronômico de Campinas, fundado em 1887, por Dom Pedro II, viu transcorrer no último sábado, 27 de junho, o seu centenário. Uma série de festividades, programadas pelo atual diretor do Agronômico, eng. Nelson Paulieri Sabino, marcou o acontecimento, desde a exibição da Esquadrilha da Fumaça, na sexta-feira, dia 26/6, até uma exposição filatélica, com a edição de um selo especial do centenário, feita pelos Correios e Telégrafos, além de uma sessão solene, no Centro de Convivência. Por razões superiores, convidados o Presidente José Sarney e o Governador Orestes Quérnia não puderam comparecer, sendo representados por este Deputado e, pelo Deputado Tidei de Lima, este também Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo.

Vários oradores exaltaram o acontecimento, o que representa o Instituto Agronômico, internacionalmente.

Parlamentar que representa Campinas há cinco legislaturas, orgulho-me, como se orgulham todos os brasileiros, do Instituto Agronômico e, por essa razão, aproveito este registro para assinalar, rapidamente, o que tem sido a ação dessa instituição:

A história do Instituto Agronômico se confunde com a própria evolução da agricultura paulista e brasileira. Nascido de uma Estação Experimental criada pelo Decreto Imperial de 27 de junho de 1887, o Instituto Agronômico foi se transformando na fonte geradora de conhecimentos essenciais para o desenvolvimento da agricultura paulista e brasileira.

O Estado de São Paulo é uma região sui generis pois se encontram os extremos de condições climáticas que determinam a natureza da exploração agrícola. Há variações desde clima tropical mais seco ao mais úmido, clima temperado até clima mais frio.

O desenvolvimento desta agricultura diversificada, é fruto do trabalho secular da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, através de seus departamentos de extensão e institutos

de Pesquisa principalmente o Instituto Agronômico.

Na primeira fase de sua existência o Instituto Agronômico empenhou-se principalmente, na identificação dos problemas de nessa incipiente agricultura, pois a isso o levava a conjuntura do seu pioneirismo. A partir de 1924, recrutando jovens com acentuado pendor para a pesquisa, nas escolas de agronomia do País, reformulou e ampliou a sua estrutura técnica. Instituindo o regime de tempo integral para seus pesquisadores, possibilitando-lhes cursos de aperfeiçoamento nos centros mais adiantados do mundo, tomou grande impulso no desenvolvimento de pesquisas decisivas para a consolidação de sua escola científica.

Desenvolveram-se, lado a lado, as pesquisas básicas e tecnológicas. A ciência do solo implantou-se solidamente, iniciando-se os estudos das características físicas e químicas de nossos solos; de sua gênese, morfologia e classificação; das práticas conservacionistas para a sua preservação, e dos problemas relativos à sua produtividade. Nossas condições climáticas e as moléstias das plantas, particularmente as provocadas por vírus, passaram a ser minuciosamente pesquisadas.

A citiologia e a genética, voltadas para problemas objetivos, forneceram a base indispensável para o melhoramento das plantas de interesse econômico para o Estado. E, juntamente com tais trabalhos de melhoramento, intensificaram-se as pesquisas sobre espaçamento, épocas de plantio, adubação e tratos culturais, desenvolvidas e avaliadas sob os preceitos da mais avançada técnica de experimentação.

Acompanhando, passo a passo, a evolução da nossa agricultura, o Instituto Agronômico impôs-se como investimento dos mais profícios para o Estado. Algumas de suas conquistas tiveram profunda repercussão econômica.

Com o trabalho de seleção de variedade e de racionalização da técnica algodoeira, pode o Instituto Agronômico fornecer a São Paulo, no momento mais amargo de sua história econômica, nova fonte de riqueza: a cotonicultura. A derrocada dos preços do café, em 1930, sucedeu o aumento quase inacreditável da produção algodoeira, o que deu ao Estado recursos financeiros para a manutenção da hinterlândia, atividades para sua população rural, tomada de surpresa diante do desastre econômico em que se vira lançada e, para o País, as divisas que lhe faltavam em seu orçamento de moedas estrangeiras.

As novas variedades de algodão criadas pelo IAC têm suplantado as anteriores em até 30% mais produtivas, com 20% a mais de fibra (safras 1980/81). Esse aumento de produção sobre as variedades antigas propiciou um valor global. De acréscimo, que para se ter uma idéia, representou cerca de sete vezes o orçamento do Instituto Agronômico, no período. O acréscimo foi equivalente a oferta de 9 mil empregos e 6 o ICM sobre sua comercialização foi 20% superior ao orçamento da Instituição.

O primeiro Estado brasileiro a entregar ao seu agricultor semente de milho híbrido, uniforme e altamente produtivo, foi São Paulo, por intermédio do Agronômico. Também foi São Paulo a segunda região do mundo, depois dos Estados Unidos,

a ter híbridos de milho próprios, com linhagens aqui desenvolvidas.

O problema da tristeza das plantas cítricas, moléstia de vírus que arrasou a citricultura paulista na década de 40, matando cerca de dez milhões de plantas, ficou caracterizada como a maior catástrofe fitopatológica conhecida no continente, e marcou na história do Agronômico uma das suas mais significativas conquistas, decisiva para o futuro da nossa citricultura. Tal problema pode ser resolvido graças às pesquisas do IAC; baseados nos estudos de porta-enxertos tolerantes à moléstia. Atualmente, recebe o nosso parque cítrico o seu maior impacto econômico com a utilização dos clones nucleares, que constituem material rejuvenescido e livre de vírus prejudiciais (exocorte, sorose e xiloporese).

A renovação da cafeicultura brasileira foi possível, em grande parte, com base em variedades de cafeeiro e altamente produtivas selecionadas pelo IAC e com aprimoramento de técnicas de cultura por ele desenvolvidas.

A partir do histórico manifesto da Seção de Café do IAC às classes produtoras, em 1958, a adubação do cafeeiro do Estado sofreu radical modificação em sua orientação, possibilitando, a par da utilização de melhores variedades, a elevação do índice de produtividade de nossas lavouras. Também, trabalho pioneiro do Agronômico em solos de cerrado evidenciou a possibilidade de utilização desses solos, originalmente de baixa fertilidade, para a cultura cafeeira. Atualmente, com base nos resultados desse trabalho desbravador, a cafeicultura, não só de São Paulo mas de todo o Brasil expande-se com orientação segura por área de cerrado de todo o nosso território.

A resistência ao agente da ferrugem (*H. vastatrix*) teve a sua investigação iniciada em 1955 e seleções resistentes a diferentes raças estão à disposição do cafeicultor.

Dos 900 milhões de cafeeiros existentes no Estado, cerca de 750 milhões são originários de sementes dos cultivares "Mundo Novo" e "Catuai", selecionados no Instituto, e que apresentam produtividade média de 50% superior a da melhor variedade não selecionada. Somente esta diferença corresponde a trezentos quilos a mais de café beneficiado por mil cafeeiros e por ano, o que representa cerca de 3,75 milhões de sacas de café a mais.

A extraordinária expansão do cultivo da soja no Brasil, em grande parte se deve ao trabalho de pesquisa desenvolvido no Instituto Agronômico nos últimos trinta anos. Tanto assim que, na fase inicial dessa expansão, as variedades por nós pesquisadas respondiam por 70% da área de plantio do Brasil. Em São Paulo, a produtividade média da cultura, que era de 980 quilos por hectare, passou atualmente para cerca de 2 mil quilos por hectare, índice que nos coloca em igualdade de condições com os maiores e mais eficientes produtores mundiais.

Se o consumidor brasileiro pode contar hoje com grande variedade de frutas, de clima temperado de excelente qualidade e preço acessível é porque, através do melhoramento genético, foram superadas as condições climáticas adversas que impediam o desenvolvimento dessa fruticultura com base nas variedades estrangeiras.

No campo da biotecnologia, grande avanço da técnica de cultura de tecidos foi alcançado, proporcionando excelentes resultados positivos no programa de melhoramentos de café, feijão, amendoim, milho, arroz, tomate, alho e gramineas forrageiras e na eliminação de vírus em materiais básicos de citrinos, mamão, maçã, morango, etc.

A pesquisa dos solos do Estado sempre constitui um dos mais importantes setores de estudos do Instituto Agronômico. O levantamento pedológico semidetalhado do Estado de São Paulo, possibilitou a classificação das principais unidades de solo, seu valor para o estabelecimento de determinadas culturas e, ainda, a indicação de níveis de adubação. As investigações sobre a conservação do solo se afiguram de grande importância para o País, no campo do manejo de solos, e os trabalhos de irrigação e drenagem além de estudar o efeito dessa prática na produção de culturas econômicas, vem pesquisando a implantação de irrigação pelo sistema de gotejo e aplicação de fertilizantes por esse processo.

Já concluído o mapeamento de distribuição de várzeas no Estado (844.322 hectares). Deste total cerca de 255.000 ha não são inundáveis, o que demonstra a importância de seu aproveitamento para a exploração agrícola a custos mais baixos.

O levantamento aerofotogramétrico do Estado e sua interpretação vieram contribuir para que extensas áreas possam ser observadas de ângulos diversos, permitindo descortinar regiões onde o solo deve ser protegido da erosão, constatar as principais bacias hidrográficas, conhecer o estado das lavouras e, sobretudo, avaliar o potencial de nossos solos.

Foi colocado em uso rotineiro a nova metodologia de análises de terra, na qual o fósforo é dosado pelo método de extração por resina trocadora de íons, e a calagem calculada pelo critério de saturação de bases.

Vários foram os setores da agricultura beneficiados com as investigações realizadas pela climatologia agrícola. Através da rede de estações agrometeorológicas, conta o Instituto Agronômico com dados referentes a observações meteorológicas de muitos anos. Informações mais amplas possibilitaram a confecção da carta climática do Estado de São Paulo.

Pesquisas nas áreas de agrometeorologia, microclimatologia e ecologia vegetal são realizadas e trabalhos sobre zoneamentos agrodinâmicos, relações solo-água-plantas-atmosfera, resistência de vegetais à seca, são atividades constantes da programação.

Na área de engenharia agrícola desenvolve-se tecnologia para a utilização de máquinas agrícolas em todas as fases do ciclo produtivo. Foram desenvolvidos protótipos de semeadeira de propulsão humana para sementes de arroz pré-germinadas; semeadeira com sistema dosador-distribuidor de sementes e colhedeira de mamona; colheitadeira mecanizada para a colheita de amendoim e colhedora carregadora de mandioca.

Foi implantado como apoio à pesquisa um sistema de processamento de dados através de terminais de vídeo conectado ao computador instalado no IAC. O sistema cobre os setores que demandam cálculo e análise de interpretação, destacando entre as áreas bem atendidas, o controle de qualidade das principais características tecn-

lógicas da fibra de algodão, em materiais provenientes de diversos institutos de pesquisa de todo o Brasil, bem como a emissão de recomendação de adubação e calagem baseadas nos resultados das análises de terra enviadas pelos agricultores.

Na área de divulgação esclarecemos que até 1940, o IAC divulgou seus trabalhos através de seriados e relatórios anuais. E 1941, surgiu **Bragantia**, revista científica oficial da Instituição, que conta atualmente com 45 volumes e já divulgou mais de 2.000 trabalhos.

Em 1949, passou a ser editado "O Agrônômico", boletim informativo de distribuição gratuita e destinado à divulgação tecnológica em linguagem mais acessível do que a dos artigos de **Bragantia**.

Além dessas publicações regulares, o Instituto já editou livros e centenas de boletins técnicos, circulares técnicas e boletins de instruções práticas.

O IAC conta atualmente com cerca de 2.200 servidores e desse total aproximadamente 200 são pesquisadores científicos, dos quais 70%, atualmente, possuem grau de mestre e doutor, obtidos em universidades do Brasil e do exterior. O aperfeiçoamento ou treinamento técnico-científico é contínuo, inclusive com pós-doutoramento ou reciclagem, graças ao que se procura assegurar o mais amplo, moderno e dinâmico prosseguimento das pesquisas.

Os pesquisadores da instituição trabalham hoje com mais de 130 produtos, visando sempre o aperfeiçoamento de suas técnicas de produção, resistência a pragas e moléstias, e maior produtividade, tendo já sido colocados a disposição da lavoura brasileira cerca de 310 novos cultivadores.

Quase a totalidade da experimentação regional é executada em suas 20 estações experimentais localizadas em áreas de solo e de clima diferentes. Essas unidades somam área útil aproximada de 5.500 hectares, incluindo o Centro Experimental de Campinas, com cerca de 700 hectares. Cerca de 687 projetos de pesquisas estão em andamento.

Alguns aspectos das atividades do Instituto Agrônomo foram aqui localizados. Destacamos que não há cultura que possa ser economicamente realizada em São Paulo, que não tenha sido ou não venha sendo estudada pela Instituição:

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem!)

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

É preciso desmistificar algumas objeções que se levanta contra a formação do "Estado do Triângulo". Procuraremos, na medida do possível, mostrar que já existe uma infraestrutura preparada para que a implantação se faça no menor prazo possível e em condições que permitam um desenvolvimento sem os traumas sociais apontados na criação de outros Estados.

A primeira não é propriamente uma objeção, mas uma armadilha do próprio Governador Newton Cardoso, que muito pensa em extrair de proveito próprio naquela região. A proposta de um plebiscito em todo o Estado de Minas Gerais não só é ardilosa, porque daria condições à mesma máquina que o elegeu de trabalhar os mineiros para que neguem a emancipação do Triângulo,

como também fere os preceitos da ONU, que determina a realização somente nas localidades atingidas diretamente.

Todos conhecemos os métodos de aliciamento do governador desde a época da Convenção do PMDB, que o escolheu, preferindo nomes de excelentes parlamentares e que haveriam de imprimir outros rumos ao Estado.

Tais homens, que foram afastados do pleito, de certo não teriam a gabolice que vem apresentando o Governador de Minas Gerais aliada a uma superficialidade de conceitos e uma constrangedora limitação de horizontes, que demonstram seu total desconhecimento da natureza dos mineiros. Um belo exemplo disto é a atual situação dos professores e dos funcionários públicos em geral que, em momento algum, tiveram, por parte do governador, a decência de um diálogo inteligente.

Assim, vejo a possibilidade do plebiscito para os habitantes do Triângulo, que é a região interessada em opinar, como já estão fazendo com milhares de assinaturas em documentos que virão até às mãos dos Constituintes.

A primeira objeção propriamente dita é a de que o Governador de Minas irá influir na Constituinte e certamente impedirá que eles votem a favor do Estado do Triângulo.

Tal objeção é, no mínimo, ridícula quando não ofensiva à soberania daqueles que conhecem a dignidade do exercício democrático e, em momento algum, usarão de expedientes neste sentido.

Talvez não possa dizer o mesmo do Governador de Minas que, se oportunidade tiver, fará as gestões dentro de seus métodos, para ferir a soberania deste magno conclave. Mas será inútil e vênia sua pretensão ignobil, porque conheço os parlamentares que se assentam comigo numa das mais importantes subcomissões e, mais ainda, sei da honradez de cada um daqueles que haverão de votar o texto final da Carta Magna.

Sinto-me até constrangido em responder tal objeção e não desejo, em hora nenhuma, nem pensar que tais obstáculos foram levantados.

A segunda objeção se prende às dificuldades financeiras atuais e à demanda de recursos para implantação de um governo estadual completo.

Ao responder tal dificuldade levantada, só tenho a dizer que o Triângulo tem uma agricultura moderna e desenvolvida, com safras compensadoras, uma pecuária já conhecida como um dos maiores rebanhos do País e diversificada, uma indústria de base e um processo de industrialização em ritmo acelerado. O comércio foi sempre uma mola mestra na formação das cidades, a construção civil cada vez mais dinâmica. É o Triângulo, sem dúvida, um grande exportador e nele passam todos os corredores de exportação do Brasil Central. Tem excelente rede ferroviária. Tem tanto na Receita Federal como na Receita Estadual uma estrutura arrecadadora.

Politicamente o Triângulo tem lideranças suficientes para viver independente. Na educação, temos as escolas superiores ao alcance de todos e toda a rede escolar secundária, fisicamente desenvolvida e pedagogicamente aparelhada.

Dante disto, não sei como alguém é capaz de dizer que o Triângulo não tem condições de ser um Estado da Federação, porque a característica principal de todos os habitantes da região

é a votação pelo trabalho, e este sim, gera riquezas.

Há ainda uma outra objeção e esta fundamentada na denominada "turbulência pela qual passa o País" em todos os aspectos, manifestada pelas greves, pelos desentendimentos políticos, pelas tensões geradas na economia em relação à infância de recessão interna e negociações da dívida externa.

Sinceramente, não vejo nisso uma turbulência, mas um despertar de consciência. É uma consequência do próprio espírito constituinte que está fazendo valer diante de todos a noção exata dos direitos e dos deveres.

Acho até saudável para uma nação que foi comparada ao boi manso e pacífico por Geraldo Vandré, e que agora sacode a canga e faz valer sua identidade de brasileiros, sujeitos de direitos e obrigações. É uma libertação da opressão da ditadura, que durante tanto tempo calou pela força milhões de brasileiros e fez uma nação sem voz e sem vez. A atitude de se rebelar e fazer valer os próprios direitos não pode ser considerada uma turbulência maléfica, mas uma agitação benéfica, no país onde a população poucas vezes foi consultada.

É da exigência de um diálogo com todos e não da conversa reservada com alguns que nascem as soluções para os problemas sociais. Uma coisa é certa, que o povo cansou-se de ser enganado, ludibriado com palavras bonitas, mas vazias de sentido, ou palavras que soavam com um sentido com outro significado para os iniciados.

Pois é justamente dessa turbulência e dessa agitação que devem nascer as novas organizações para a Federação, uma vez que redividindo os territórios dos Estados gigantes, os problemas serão circunscritos a uma região menor e mais facilmente enfrentados.

Em muito boa hora virá o Estado do Triângulo e isto ouve-se de cada um dos habitantes da região. Não há mais lugar para saudosismos e não há, nos municípios do Triângulo, ninguém que fique a chorar a mineirice perdida. Aliás, se formos percorrer as páginas do livro de Silvio Vasconcelos, Mineiridade, ali o sociólogo e arquiteto descreve o que é o espírito mineiro e não há no Triângulo nada do que está exposto naquela análise profunda. Há sim, um único ponto comum, e é por ele mesmo que estamos agindo na formação do Estado. É o espírito de rebeldia a tudo que é estável e feito.

O homem do Triângulo quer mudar, quer aperfeiçoar, quer crescer, quer desenvolver e enquanto perdurar esta situação estamos bloqueados por uma burocacia centrada na capital Belo Horizonte e que não manifesta nenhum desejo de que o progresso seja trazido às regiões mais longínquas do Estado. Creio, portanto, que as objeções que são feitas à formação já do novo Estado não procedem e não têm nenhuma consistência.

Eu acredito na minha região, eu acredito na força do povo do Triângulo e tenho certeza de que o novo Estado não terá problemas para se implantar e se organizar e brevemente será uma das mais prósperas Unidades da Federação.

Incansavelmente eu volto a afirmar que chegou a hora, **vamos respirar livremente**.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem!)

Constituinte Chico Humberto.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A pujança do desenvolvimento do Município de Alta Floresta; no Mato Grosso – um dos que mais crescem no Brasil –, exige um especial cuidado com o planejamento das obras de infra-estrutura que se fazem necessárias para viabilizar a continuidade desse ritmo acelerado de expansão, criando condições para um progresso efetivo.

Em Alta Floresta ocorre, muitas vezes, que obras a serem inauguradas, ou recém-inauguradas, já se revelam defasadas diante do nível de expansão populacional e de produção.

No que tange ao futuro aeroporto da cidade, as autoridades municipais, no intuito de evitar esse descompasso entre a obra realizada e as características de desenvolvimento do meio social e produtivo a que irá servir, encomendaram alentado trabalho de planejamento e concepção de um aeródromo para aeronaves a jato tipo 737/200, onde foi considerada, de modo especial, a adequação da área de movimento **air side**, conjugando-o harmoniosamente com as especificações do lado terrestre – o **land side**.

A fim de atender ao exigente tráfego de aeronaves e passageiros, ora prejudicado pelas condições precárias do atual aeroporto, foi elaborado minuciosos estudos dos aspectos operacionais, pavimentação e demanda de aeronaves, passageiros, a partir do atual movimento e projetando-o para o esperado. Nesse estudo de equilíbrio analisaram-se, ainda, os aspectos relacionados com o custo de implantação do empreendimento.

O período abrangido pelo projeto de implantação é de uma década, a partir de 1987, e tem como base para as projeções de crescimento da demanda de transporte aéreo o significativo progresso sócio-econômico de Alta Floresta e da região que a envolve.

Tendo em vista a adequação do projeto às expectativas de aumento da demanda, calcadas nas previsões de crescimento das atividades produtivas e sociais, acredito que o projeto em questão merece o apoio de toda a comunidade de Alta Floresta, que muito se beneficiará com a implementação de um projeto que captou de modo feliz as peculiaridades do município, no que tange ao processo de desenvolvimento.

A sociedade de Alta Floresta recolherá, certamente, altos dividendos do investimento a ser feito com a construção dessa obra inteiramente sintonizada com o espírito progressista de seus habitantes.

Não menos importante, assinala-se, é o fato de que a iniciativa irradiará seus bons influxos a toda a região, contribuindo para facilitar a movimentação de pessoas e de bens de produção em todo o território de Mato Grosso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo esta tribuna para solicitar do Governo federal que seja liberado o crédito agrícola para a região tocantina.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os pequenos agricultores vêm sofrendo a pressão da falta de poder aquisitivo para comprar sementes, máquinas, adubos etc. Com isto, as terras vão ficando

infrutíferas e a agricultura caindo no descrédito dos bancos financeiros.

É pensando no amanhã de cada um destes pequenos agricultores, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que venho a esta tribuna, para solicitar a liberação do crédito agrícola com maior rapidez, para que se evite o êxodo rural e a decadência total da agricultura.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães, pela ordem.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do Orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho em minhas mãos o jornal **Folha de S. Paulo**, de hoje, que traz uma notícia com o seguinte título: "Planalto tem substitutivo ao ante-projeto de Cabral", onde o líder do Governo – se é que existe essa figura numa Constituinte – diz:

"O Palácio do Planalto dá andamento aos trabalhos quase diariamente, pois orienta o grupo que, por setor, vem trabalhando no substitutivo desde que o anteprojeto de Cabral tornou-se conhecido."

E a notícia, mais adiante, dá mais detalhes:

"Do esquema participam, além do Palácio do Planalto, os Governadores do PMDB (exceção para Carlos Bezerra – MT, Fernando Collor – AL e Miguel Arraes – PE) e o grupo "centro democrático", que congrega os parlamentares "conservadores" do PMDB."

A "fina flor da direita", segundo a matéria, pretende acabar com a estabilidade a partir de noventa dias de trabalho e a jornada de quarenta horas semanais.

Mas, a minha reclamação vem no sentido de que da lista de parlamentares que participam dessa Comissão, segundo as palavras desse chamado Líder Carlos Sant'Anna, aparece o nome do companheiro Eduardo Jorge, do PT de São Paulo. Isto é uma calúnia, é uma forma de querer dar o mínimo de legitimidade a essa Comissão, que não tem legitimidade alguma. E um afague à Assembléa Nacional Constituinte colocar o nome de um companheiro do PT entre esse grupo de direita; companheiro que se bateu o tempo inteiro, inclusive na Comissão da Ordem Social, exatamente, na defesa dos trabalhadores e, em especial, dos itens que estão aqui na alça de mira dessa Comissão.

Eu poderia deixar de fazer esta reclamação, uma vez que o companheiro Eduardo Jorge não se encontra em Brasília neste momento. Em nada dará essa manobra do chamado Líder Carlos Sant'Anna que está querendo dar legitimidade a estátua Comissão que não tem legitimidade alguma. O fascismo não passará aqui, como não passará nas ruas brasileiras, em que pese as manobras neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das lideranças.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Quando assumiu o Governo, o Presidente José Sarney, mostrou uma grande preocupação em corrigir os desmandos e os atos menos recomendáveis, no que dizia respeito às mordomias, começando pela anunciada venda das casas dos Ministros, pela dispensa dos empregados nas mansões ministeriais, pela redução da frota de carros oficiais e pela eliminação ou diminuição, ao mínimo, das viagens ao exterior.

Sr. Presidente, isso foi anunciado com a simpatia geral da Nação brasileira, medidas que eu acredito mais de valor simbólico e moral do que valor real, mas nem por isso deixam de ser medidas válidas, e reclamadas num Governo em que se propõe austeridade.

Passados 2 anos e 3 meses, Sr. Presidente, queremos, agora, fazer a cobrança daquilo que foi anunciado pelo Presidente da República. Quanto às casas dos ministros, noticiou esses dias uma revista que, das 49 mansões, apenas 2 estariam desocupadas; as 47 demais estavam sendo usadas pelos ministros ou pelos demais figurões da República. Quanto à anunciada dispensa de empregados das mansões, commenta-se que de fato foram dispensados, mas teriam sido substituídos pelo sistema de **leasing** em que são postos empregados à disposição dos Srs. ministros.

A redução da frota oficial foi outra piada. Hoje, carros oficiais transitam pelas ruas de Brasília, às centenas, durante o dia e à noite, faz parte da paisagem, aqui, da cidade.

Mas vou-me referir a um tópico, Sr. Presidente, e sobre ele darei dados precisos: é com relação às viagens. O Presidente da República se mostrava preocupado com as excessivas viagens ao exterior. E agora, a questão um pouco mais de um mês, ele baixou uma ordem ao seu Ministério nos seguintes termos:

"Senhor ministro, no interesse da administração pública, peço a Vossa Excelência o obséquio de determinar a toda a equipe desse Ministério e às dos órgãos vinculados, sediados em Brasília, que evitem deslocar-se desta capital em dias úteis da semana, limitando suas viagens exclusivamente às necessidades de serviço e, em caráter de excepcionalidade, em caso de urgência. Aproveito a oportunidade para também solicitar que determine maior rigor possível nos processos de liberação de viagens ao exterior, de modo a prevalecerem apenas as absolutamente indispensáveis."

Esta ordem foi dada no final do mês passado. Pois bem, Sr. Presidente, quero provar, aqui, que este Governo não tem mais autoridade. É um desgoverno, é um desmando, porque exatamente, no mês de junho de 1987 – um mês depois da ordem aos Srs. ministros – foi batido o **record**

de viagens ao exterior neste País. E vou, aqui, deixar esses dados que peço sejam transcritos como parte do meu pronunciamento.

De 16 de março, quando assumiu o atual Presidente, até o final do ano de 1985, viajaram 4.061 funcionários ao exterior. O que dá uma média de 450 – digamos – por mês. Durante o ano de 1986, viajaram 8.558 funcionários públicos ao exterior, numa média de mais de 700 funcionários por mês. Agora, pegamos o ano de 1987. Em janeiro, viajaram 632 funcionários; em fevereiro, 584 funcionários; em março, 772; em abril, 683; em maio 815, foi o maior número até então. Agora, após a ordem do Presidente da República, em junho de 1987, 1.006 funcionários viajaram ao exterior, numa média de 47,9 funcionários por dia útil. Em cada dia útil do mês de junho, viajaram 47,9 funcionários ao exterior, em cada hora útil do mês de junho, 5,9 funcionários viajaram ao exterior, o que equivale dizer que, enquanto nós estamos aqui realizando uma sessão das 14 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos, nesse período, 24 funcionários estão viajando ao exterior às expensas do Governo Federal. Quero deixar esse registro até como uma colaboração ao Presidente da República, que tão preocupado com essa orgia que existe no seu Governo baixou uma

ordem especificamente sobre autorização de viagens. Deixo, inclusive, este gráfico, incorporado ao meu discurso, até porque tenho a ilusão, Sr. Presidente, que chegue às mãos do Senhor Presidente da República, o que seria uma colaboração, pois se Sua Excelência baixou aquela ordem, e certamente ela não foi observada, não foi atendida, evidentemente que há um desconhecimento de S. Ex^a. O Senhor Presidente está sendo traído, não está sendo obedecido pelos seus funcionários; não existe mais autoridade dentro do Palácio do Planalto. Como colaboração, quem deixar aqui estes dados que foram recolhidos no dia-a-dia do **Diário Oficial**, a fim de que se restabeleça, de acordo com aquilo que pretendia o Governo, a moralidade e a probidade da administração pública brasileira.

Reservo-me para outra oportunidade a abordagem de um tema que deu origem a uma emenda de minha autoria, hoje inserida na Proposta de Constituição, que é sobre nepotismo. Este assunto, Sr. Presidente, quero abordá-lo num horário específico para mostrar que há necessidade de se acabar com isto que considero a maior praga existente na administração pública, que é o emprego de parentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ADYLSON MOTTA EM SEU DISCURSO:

MAPA DEMONSTRATIVO DO TURISMO INTERNACIONAL PRATICADO PELA “NOVA REPÚBLICA”

Período	Total	Total Geral	Dia Útil	Hora Útil
De 16-3-85 a 31-12-85	4.061	4.061	20,2	2,5
Durante 1986	8.558	12.619	34,3	4,3
Janeiro de 1987	632	13.251	31,6	3,9
Fevereiro de 1987	584	13.835	29,2	3,6
Março de 1987	772	14.607	38,6	4,8
Abri de 1987	683	15.290	35,9	4,4
Maio de 1987	815	16.105	40,7	5,1
Junho de 1987	1.006	17.111	47,9	5,9

O Sr. Fernando Santana: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB)
– BA. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes

Hoje faz 144 anos ou 164 anos que a Bahia conquistou para o Brasil ou, melhor dizendo, confirmou a independência que, num gesto simbólico, o Príncipe D. Pedro havia proclamado às Margens do Ipiranga.

Seria interessante, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que neste momento dessemos alguns elementos sobre a batalha que se travou nas terras da Bahia Bolívar, que foi o libertador de povos, jamais conseguiu reunir um exército superior a 8 mil homens.

Na Bahia, da Casa da Torre, no litoral norte, até às praias de Paripe, nos subúrbios da atual Salvador, em toda essa extensão formaram-se exércitos não inferiores a oitenta mil homens. Isso

quer dizer, que a batalha da libertação da Bahia reuniu o maior exército da América Latina em todos os tempos da sua libertação, mais do que todas as lutas na Argentina, Bolívia, Colômbia e por aí afora.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com muita honra que, na qualidade de representante do Estado da Bahia, aproveito estes poucos minutos de que disponho para relembrar essa data histórica, e reafirmar que toda a nossa História é de unificação, que toma o nosso Estado um daqueles que poderia ser chamado de Estado Indivisível.

Temos aqui a presença do Constituinte Nelson Carneiro, baiano, cujo pai foi meu professor na Escola Politécnica, e que conhece mais do que eu essas minúcias da História gloriosa da Bahia.

O SR. NELSON CARNEIRO: – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO SANTANA: – Com muito prazer.

O SR. NELSON CARNEIRO: – Ninguém conhece melhor do que V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Nobre Senador Nelson Carneiro, não é permitido aparte em comunicações de liderança. A Mesa pede desculpas e lamenta ter que advertir V. Ex^a.

O SR. NELSON CARNEIRO: – Sr. Presidente, peço desculpas a V. Ex^a. O nobre orador focalizava um assunto que não é tipicamente da Constituinte. S. Ex^a exaltava, aqui, os heróis que, em 1823, conquistaram a liberdade do Brasil nas terras da Bahia. Como baiano, quis solidarizar-me à homenagem prestada. Não se tratava, portanto, de um assunto da Constituinte de hoje, mas da liberdade de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– À Mesa agradece a compreensão de V. Ex^a.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Nobre Constituinte Nelson Carneiro, entendi perfeitamente a intervenção de V. Ex^a. Apesar dessa proibição regimental, pedimos ao Sr. Presidente que as suas palavras sejam registradas com muita honra para esta nossa rápida digressão sobre a data de 2 de julho.

Eu dizia que V. Ex^a conhece mais a História do que o orador da tribuna, porque o seu irmão Edison Carneiro foi um dos melhores estudiosos da História da Bahia, não apenas da história que os homens vitoriosos contam, mas aquela que é a verdadeira história do povo, e que poucos, até hoje, têm se dedicado a examinar de perto o que é a história real e não a história que é consagrada oficialmente.

O povo da Bahia, no 2 de julho, edificou para a História deste País uma das melhores epopeias da libertação dos povos da América latina. E isso foi cantado de maneira extraordinária, por um dos maiores poetas que este País já deu, que viveu em Castro Alves, que viveu em Recife, que viveu na Bahia e que morreu chorando por não ter podido escrever a República dos Palmares que em também uma história de libertação.

É com todo esse acervo, com todo esse passado, com toda essa história que nós, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos deixar consagrado, neste dia, a homenagem dos baianos àqueles que lutaram, não só pela libertação da Bahia, mas, sobretudo, pela libertação do Brasil, que hoje é mais necessária do que o foi em 1823.

Nós todos, constituintes, estamos convocados para essa grande luta, para que não sejam aprovadas, com o nosso apoio, as definições inconvenientes ao interesse nacional, como aquelas que querem se dar à empresa nacional, igualizando-a às empresas internacionais.

Nós todos, hoje, aqui estamos numa nova batalha, para assegurarmos, de uma maneira definitiva, através da Constituição, a libertação econômica de nossa Pátria, através dessa espinha dorsal que é a ordem econômica e que a estamos construindo de uma maneira inconveniente aos interesses da Pátria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. VALMIR CAMPELO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Vive o País uma crise social muito grave. São milhares de desempregados dia a dia. Enquanto nós discutimos a Carta Magna para o País, na busca de um futuro melhor para a nossa gente, os fatos se sucedem colocando em risco não apenas a democracia, mas com ela a vida do nosso povo, em especial dos mais humildes, os que sofrem na carne as agruras de uma situação de miséria, de fome, de falta de casa e daquilo que é o mais sagrado direito do trabalhador – o trabalho.

Para quem, como nós, representantes do povo, a nível federal, vivemos e sentimos de perto as questões sociais do dia-a-dia, pois, como sabem, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, estamos em nossa própria comunidade com os pedidos mais variados possíveis em nossos gabinetes e residências, podemos avaliar muito bem a realidade por que passa o povo.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, Brasília freqüentemente é colocada perante a opinião pública nacional como a "Ilha da Fantasia". Esta colocação não é apenas maldosa, é injusta e irreal, pois como os Senhores sabem e constatam, nesta terra vivem ou sobrevivem brasileiros de todas as partes do País. Gente que aqui busca e luta por melhores condições de vida. Mas que, como nas periferias dos grandes centros, também sofre as consequências de uma crise da qual não são responsáveis. São vítimas.

E para tornar um pouco melhor, ou pelo menos digna a vida destes brasileiros do Distrito Federal, buscamos todas alternativas. Somos todos responsáveis. Independentemente dos partidos ou ideologias que representamos fomos eleitos e trouxemos para o Congresso as esperanças do povo que deseja soluções para suas questões mais urgentes, além, é claro, da participação efetiva, honesta e clara na elaboração da próxima Constituição.

Preocupados com a situação de agora, tão grave, como todos sabem e comprovam nos fatos que se sucedem, apoiamos todas as iniciativas que possam ajudar a acabar com a crise social. E se estas iniciativas trazem benefícios diversos à comunidade, temos de defendê-las sob penas de pagarmos pelo menos por omissão no futuro.

É o caso mais recente da obra de despoluição do lago Paranoá.

Explique, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, que a despoluição do lago Paranoá não pode ser vista como uma obra elitista que vem apenas para beneficiar os moradores próximos. O lago Paranoá não é, como se afirma fora do Distrito Federal, uma obra estética. O lago Paranoá é fundamental para a sobrevivência da própria cidade, tanto do ponto de vista ecológico como de questão ambiental. Nossa cidade atinge a percentagens de umidade tão baixas quanto as de desertos africanos. Sem o lago Paranoá, estes índices chegariam a percentuais insuportáveis.

A despoluição do lago Paranoá, que a CAESB – Companhia de Água e Esgotos de Brasília – está prestes a realizar, através de recursos do Banco Mundial, não pode ser vista nem contestada por opiniões pessoais apaixonadas ou preconcebidas. É uma obra que resolverá duas questões fundamentais imediatas: a ambiental, solucionan-

do o problema grave, que é o da poluição, sem agredir, mais de 5 mil empregos, garantindo a tranquilidade, a segurança e a dignidade de pelo menos 50 mil pessoas aflitas.

Como podem observar, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, esta obra trará no seu bojo um retorno imediato e de grandes resultados.

Sem a obra, teremos um lago fétido, um pântano a curto prazo, e consequências danosas à saúde de todos que habitam o Distrito Federal.

E teremos, ainda, o fato de vermos milhares de brasileiros aqui residentes, justamente os mais carentes, desempregados, sofrendo a crise mais do que aqueles que, confortáveis em seus gabinetes, em cargos de confiança, racionam em benefício próprio, afastados que estão da realidade brasileira e brasiliense e, também, descompromissados que estão das responsabilidades perantes o povo, como nós que por ele fomos eleitos.

Assim, daqui desta tribuna, em nome do povo do Distrito Federal, protesto contra aqueles que, por razões pessoais e mesquinhias, acobertados por entidades que jamais deram mostras de algo feito em benefício da comunidade, possam vir a se opor ao bem-estar e à luta pela sobrevivência da nossa população.

É sabido por todos que é no saneamento básico que residem hoje duas questões fundamentais e que atingem em cheio o povo, em especial as classes mais pobres: a saúde, pelo saneamento em si, e o emprego, por ser o setor do saneamento básico o maior gerador de empregos e o maior captador de recursos.

Conseguiu a CAESB, depois de muitas lutas, captar recursos através da Caixa Econômica Federal, Banco Mundial e BIRD, para implantar, aqui no Distrito Federal, a primeira de uma série de obras significativas. Obras que trarão desenvolvimento, saúde e emprego.

Não podemos, pois, permitir que mesquinharias e questões pessoais possam minar esta que é uma obra do povo para o povo, não uma obra de Governo apenas. Mais que tudo uma vitória da comunidade.

E, eleitos para defender esta comunidade, levantamos nossa bandeira em favor deste empreendimento. Porque, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Constituintes, todos estão cansados de ver seus interesses feridos mortalmente por pessoas que, ignorando o bem-estar comum, se colocam acima dos interesses e necessidades daqueles por quem fomos escolhidos, que é o povo.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, quero recordar aos que se opõe à despoluição do lago Paranoá que, em 1978, a Capital da República, sede de todos os poderes e de representações diplomáticas, foi manchete da imprensa como "Brasília fede!", uma mancha na nossa história.

Muitos dos que hoje se mostram contrários à obra, faziam parte do Governo naquela mesma época e lutavam exatamente pela despoluição do lago.

Se voltarmos a conviver com os fatos de 78, e tudo indica que acontecerão, os responsáveis estarão por aqui, bem próximo de nós, e responsabilizá-los será um dever da própria comunidade e das autoridades constituídas. Mas, então, as consequências de seus atos já causaram bastantes

males à saúde da cidade lamentavelmente, de modo irreparável.

Não podemos esperar pelo pior. Porque, como diz a canção popular: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Muito Obrigado (Muito bem!).

O SR. ÉRICO PEGORARO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte, para complementar o tempo disponível da Liderança do PFL.

O SR. ÉRICO PEGORARO (PFL – RS): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tomo esses minutos finais da Liderança do Partido da Frente Liberal para dizer que no dia 12 de março deste ano, aqui nesta Casa, eu fazia uso da palavra para dizer que o Governador Jair Soares deixava o Governo do Estado do Rio Grande do Sul para o Sr. Pedro Simon, e que o Estado vivia um momento de dificuldade econômico-financeira.

Mas, Sras. e Srs. Constituintes, não se podia adivinhar, naquela oportunidade, que o Rio Grande mergulhasse em tamanho desgoverno, que o Rio Grande mergulhasse em tamanho desmando administrativo, político e ético. E digo ético, Sr. Presidente, porque foi a própria Liderança do PMDB, o próprio Sr. Pedro Simon, que convocou a bancada do Rio Grande, Senadores e Deputados para fazer uma frente em defesa dos interesses políticos do Rio Grande, junto ao Governo da União. E foram esses mesmos Deputados, componentes do PDS, do PT e da Frente Liberal, que não foram recebidos pelo Senhor Governador no último domingo, no último sábado, no Palácio Piratini, pela feliz inopportunidade que teve a Casa Militar daquele Governo em não localizar o titular do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante todo o sábado e durante todo o domingo.

E o que queriam os Deputados do PT, da Frente Liberal? Queriam dar a sua parcela de contribuição, queriam, através do entendimento e da palavra, buscar que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul não divulgasse uma nota de convocação de volta às aulas e começasse a admitir os titulares do magistério público do Rio Grande.

Por este estado lamentável de coisas que estão acontecendo no Rio Grande, é que nós, nesta tarde, usamos da palavra da Liderança da Frente Liberal, para dizer, em nome do nosso partido, em nome da estrutura do Partido da Frente Liberal, que continuamos abertos à conversação e ao entendimento, e em defesa do magistério público do Rio Grande, como aliás, muitas vezes, tem feito o PMDB quando na oposição, e como, aliás, muitas vezes fez o próprio Governador Pedro Simon, em defesa do magistério público do Rio Grande.

O que se nota e se vê hoje, no Rio Grande, é a perseguição áqueles que antes foram liderados pelo Sr. Pedro Simon e, ajudando-o a que chegasse ao governo do Rio Grande do Sul, hoje são demitidos, porque estão na luta e na busca daquilo que é o mais fundamental e necessário ao professor, pelo menos um ganho mínimo de garantia para que ele possa bem se vestir, bem se locomover, bem aprender, para ensinar aos filhos dos gaúchos, para que construam uma sociedade mais digna, urna sociedade mais justa.

É contra essas demissões, é contra esse estado calamitoso em que vive o Rio Grande que nós, na tarde de hoje, pedimos à sua bancada do PMDB, que é altamente majoritária, nesta Casa, para que convença o Sr. Governador a se entender com o magistério público, para que o Rio Grande do Sul volte novamente a caminhar a estrada do progresso, da civilização, a caminhar a estrada da ética, da boa educação cívica e administrativa.

É este o chamamento que nós queremos fazer, em nome do Partido da Frente Liberal, ao PMDB, para que o Rio Grande não venha depois a escrever, na sua história, páginas negras, como a que estamos assistindo, de demissões, de perseguições de pais de família, que lutam por um salário digno de professor, que lutam para conseguir dar uma melhor educação ao Rio Grande.

Sr. Presidente, para concluir todas essas dificuldades foram passadas pelo Governador Amaral de Souza, foram passadas pelo Governador Jair Soares, mas, na conversação, no entendimento, eles souberam, junto com o magistério público e a classe política, superar essas situações.

O que se lamenta, o que enxovalha a história política do Rio Grande são as demissões sem justa causa, feitas ao Ministério Público do Rio Grande, sem que haja um entendimento e sem que se busquem um consenso.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Muita atenção e muito cuidado com as atitudes que vêm sendo tomadas pelo Governo.

Estamos num verdadeiro **show** de ilusionismo. A sindicância que foi feita para tornar inocente o Governo no crime da Ferrovia Norte-Sul, a busca de um alpinista invisível que, com sua machadinha também invisível, teria agredido as instituições, pois todos sabemos que, quando o Presidente da República se desloca para algum canto do País, são dezenas e dezenas de fotógrafos a cobrirem o evento, para todos os órgãos de comunicação, que também produzem dezenas ou centenas de fotos, e ninguém consegue descobrir esse alpinista, com sua machadinha, com sua picareta, que teria tentado agredir as instituições da República. Mais recentemente, o Governo envia para o Congresso um projeto de lei sindical, com o objetivo expresso de acabar com a dependência dos sindicatos, com relação ao Estado, tenta organizar essa atividade, que deveria ser livre e independente, em nada menos do que 4 títulos, 11 capítulos, 7 sessões, 65 artigos, com seus parágrafos e itens. Para o sindicalismo, evidentemente, bastava um só artigo: que fica proibido qualquer tipo de impedimento à liberdade de organização sindical.

Mas este projeto, encaminhado, pelo Executivo, ao Congresso Nacional, ainda, como o ilusionismo de garantir a unidade sindical, promove, no lugar da unidade compulsória existente atualmente a desunião compulsória, com a organização de sindicatos, por sessões de fábrica e não apenas por categorias profissionais, e tenta, a todo custo

impedir as greves, que existem, hoje, em grande número no País, e que fazem parte de uma reivindicação dos trabalhadores, ou seja, o direito, à liberdade da realização das suas reivindicações.

No presente momento, nesta semana que se passou, esteve aqui o Ministro da Fazenda que também, como um verdadeiro prestidigitador, tentou convencer este Plenário, com um gráfico à sua própria vontade, daí que S. Ex.^a mesmo negara anteriormente. Primeiro, S. Ex.^a disse que nenhum economista poderia provar a S. Ex.^a que os trabalhadores não tinham ganho com o Plano Cruzado. Depois, fez um gráfico para mostrar como, mês a mês, os trabalhadores perdião com o Plano Cruzado. Este Plano, que está sendo colocado hoje, empurrado para a população do Brasil que, ao mesmo tempo, em que congela todos os salários, libera os preços dos combustíveis, dos serviços públicos, do trigo, dos transportes, que libera o preço da carne, que libera o preço dos laticínios, é argumentado, aqui, como um plano para dar conquistas aos salários, para aumentar o poder de compra dos salários.

Pois bem! Este mesmo Governo, segundo está dito pela imprensa, está tentando impor, por vias que nós não conhecemos, porque não são vias públicas, um projeto substitutivo de Constituição. É para isso que eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Constituintes: vem alguém, primeiro e fala em recesso; depois, vem alguém e fala em um substitutivo da Presidência da República; depois, vem alguém e fala, como foi dito hoje aqui, como foi aventado hoje na Comissão de Sistematização, da possibilidade de substituição do Relator da Comissão de Sistematização por um Relator substituto. Posteriormente, nós vemos, na imprensa, a notícia de que o Relator, que foi indicado por uma Composição partidária e, portanto, muito dificilmente poderia ser substituído, que o Relator está passando por problemas de saúde, e que, evidentemente, com problemas de saúde, com estafa, muito provavelmente, poderia ser substituído, sem nenhum tipo de contestação.

Então, Srs. Constituintes, eu chamo a atenção para esse fato: neste jogo de prestidigitação, pode haver uma carta na manga do paletó e esta Carta pode ser a Carta Constitucional que o Presidente da República vai querer impor à Nação, através da sua liderança nesta Casa. Por isso, aqueles Constituintes que ainda estão receosos com a campanha pela convocação de eleições diretas para Presidente da República, porque possam considerar que isso venha a atrapalhar os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, porque possam considerar que isso venha a significar um atropelo aos trabalhos desta Assembléa, digo que, mais do que nunca, é fundamental que nos empenhemos, porque somente uma grande campanha, com a população na rua mais uma vez, como foi a campanha das eleições diretas para Presidente da República, é que poderá dar força à Assembléa Nacional Constituinte, a fim de estarmos livres desse tipo de manobra que o Poder Executivo pretende impor novamente a toda a população do País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AMAURY MULLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estranhos e curiosos desígnios impelem o Presidente José Sarney a navegar contra os ventos da História. Foram tantos e tamanhos os equívocos cometidos, foram tão absurdos e cruéis os mecanismos oficiais utilizados para violentar os direitos da Nação que o povo, cansado de tantas humilhações, decidiu protestar e foi às ruas para vaiar, convencido de que a vaia é uma forma democrática de manifestar o seu descontentamento, a sua insatisfação. Em torno do episódio de quinta-feira passada, no Rio de Janeiro, cujos desdobramentos o meu partido deplora e condena, criou-se uma verdadeira tempestade, para aí sim, restaurar-se o regime de terror e de opressão que, durante mais de duas décadas, insultou, ofendeu e, afinal, enlutou a Nação.

Sob a simples suspeição de uma participação de protesto, invoca-se a Lei de Segurança Nacional e aplica-se a Lei de Segurança Nacional, como se esses cidadãos, supostamente participes da manifestação, fossem criminosos brutais, capazes de subverter a ordem pública e conduzir a Nação à baderna e ao caos.

Mas não surpreende tudo isso, Sr. Presidente. Afinal, o Senhor José Sarney, que já foi, na ótica do Dr. Ulysses Guimarães, o Mefistófeles de Pericumã, na medida em que acusou não participar de nenhum pacto com o diabo, hoje, é uma espécie de sábio do Palácio do Planalto, que não se contentou em redescobrir a pólvora. Foi além, conseguiu localizar, para surpresa e perplexidade de uma Nação mais do que surpresa e perplexa, que o vilão do episódio de quinta-feira passada, da confusão estabelecida, uma vez mais, na Cidade do Rio de Janeiro, anteontem, não em sua Excelência, mas o ônibus. Afinal, lugar comum nos dois episódios, mas, nem por isso, deixa de aplicar a Lei de Segurança Nacional. As lideranças políticas, visivelmente preocupadas com as tutelas disfarçadas ou ostensivas, reuniram-se hoje com o Presidente Ulysses Guimarães para costurar uma estratégia política que evite que o País desemboque num confronto que ninguém deseja. E, felizmente, as Lideranças, acordando para a realidade e seguindo as normas do bom senso, decidiram anatemizar o uso de instrumentos de força, típicos de regimes ditatoriais. Não só concordaram que não devem, não podem aplicar a Lei de Segurança Nacional, um instrumento tipicamente ditatorial, herdado de um período obscuro e lamentável da vida brasileira, como também decidiram ir além, até concordando em que as emendas que alterem em substância o anteprojeto da Comissão de Sistematização devam ser postergadas.

Mas, Sr. Presidente, eu quero manifestar a profunda inquietação do meu partido com o quadro que aí está. Se há alguém oculto em algum lugar deste País, nos quartéis ou fora deles, que pensa uma vez mais em agredir o débil processo de redemocratização do País, quero alertar que está enganado e que esgrime contra a História.

Não vai sé repetir agora, Sr. Presidente, o que aconteceu em 1º de abril de 1964. Aquela época, Sr. Presidente, a Igreja Católica estava contra as reformas de base preconizadas pelo Presidente João Goulart; aquela época, a classe média sentia-se ameaçada diante da perspectiva, aliás, ab-

sorda, de que se instalasse, neste País, uma república sindicalista. Diversos setores da opinião pública concordavam que o Governo navegava nas águas perigosas de um processo talvez até estatizante.

Hoje não, Sr. Presidente, hoje, a Igreja Católica fiel a sua tradição, incorpora-se às lutas dos trabalhadores de salários de fome, dos agricultores sem terra, dos menores abandonados, dos milhões de brasileiros semipárias e submarginalizados, para lutar por profundas mudanças num organismo econômico-social sabidamente doente.

Hoje, o quadro é outro. Enganam-se, equivocam-se os que pensam que podem, aproveitando-se de episódios pré-fabricados, uma vez mais agredir a democracia. Eu não sei no que poderá terminar essa tentativa, se é que ela irá se materializar. Mas saibam quantos estão preocupados com esse problema que, se, porventura, todas as lutas do povo brasileiro em busca da democracia forem sacrificadas por um ato de força, este País poderá, desgraçadamente, ingressar na senda perigosa de uma guerra civil.

Fica a advertência para os que não se conformam em ter perdido o poder, na circunstância de que o poder começa a se aproximar do povo, o seu mais legítimo proprietário. Fica a advertência do PDT para que pensem uma, duas, dez, cem vezes, os que querem apunhalar a liberdade e a democracia deste País.

O SR. HAROLDO LIMA, Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, como Líder do Partido Comunista do Brasil, queremos saudar, hoje, a Bahia que está comemorando o aniversário da sua libertação. Os comunistas e especialmente nós, que também somos baianos, ficamos jubilosos com essa comemoração que se faz de mais uma grande batalha vitoriosa que foi feita pelo nosso povo, só que, neste caso, permitiu a libertação do Brasil, definitivamente, do jugo português colonial.

Sr. Presidente, há poucos instantes, todos os Líderes dos diferentes Partidos desta Casa estiveram reunidos com o Presidente da Câmara dos Deputados e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Um tipo de prática que, num passado recente, resultou muito positiva e que, já há algum tempo, estávamos sem fazer.

A reunião que acaba de se realizar também foi de resultado muito positivo no nosso entendimento. Os Líderes presentes externaram ao Presidente Ulysses Guimarães a preocupação de que estavam possuídos com relação às notícias que, corriam pelo País nestes últimos dias. Especialmente estavam sobressaltados, transmitiam eles ao Presidente Ulysses Guimarães, em face das investidas que estavam sendo feitas contra a Assembléia Nacional Constituinte.

Notificavam os Líderes ao Presidente Ulysses que havia quase que uma campanha para se desprestigar a Assembléia Nacional Constituinte que

haviam ameaças reiteradas à Assembléia Nacional Constituinte e, finalmente, ameaças de formas diferentes de intervenção na Constituinte, entre as quais, as duas últimas, que era a de suscitar a idéia de a Assembléia Nacional Constituinte entrar em recesso, suspender seus trabalhos, e a idéia que aparece hoje pelos jornais, sendo dita pelo Ministro Paulo Brossard, de que, para salvar certas conquistas institucionais brasileiras, S. Ex.^a, o Ministro da Justiça havia providenciado diferentes emendas, eventuais substitutivos, que seriam em tempo encaminhadas para a Assembléia Nacional Constituinte poder, então, realizar um trabalho a contento.

Ora, Sr. Presidente, considerávamos que tudo isso era uma maneira de desprestigar a Constituinte. E ouvimos do Presidente Ulysses Guimarães algumas formulações que nos deixaram contentes. Ouvimos S. Ex.^a dizer que discorda da opinião emitida pelo Constituinte José Richa, de que seria conveniente suspender os trabalhos da Constituinte. O Presidente Ulysses Guimarães afirmou peremptoriamente, que é contrário a qualquer suspensão dos trabalhos da Constituinte, e disse mais, um segundo que seja não seria favorável, que o trabalho de elaborar a nova Constituição será realizado, como está sendo, do princípio até o fim.

Quaisquer que sejam as habilidades que esse trabalho esteja tendo, quem tem que superar as eventuais habilidades, quem tem que prestigiar o trabalho Constituinte até agora realizado será esta Assembléia sem a intromissão de quem quer que seja.

Finalmente, ficamos satisfeitos quando o Presidente Ulysses Guimarães, perante todos os Líderes com assento nesta Casa, afirmou que, levando em conta a opinião unânime de todos os Líderes ali presentes, ainda hoje, iria interceder junto aos organismos e às autoridades competentes, no sentido de que a Lei de Segurança Nacional não seja aplicada no Rio de Janeiro como expediente, como legislação para examinar as eventuais anormalidades ali existentes.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987:

Tem sido a opinião pública, principalmente nos dois últimos dias, alarmada com notícias e pronunciamentos, inclusive e infelizmente, com pronunciamentos de Srs. Ministros de Estado, dizendo de eventuais substitutivos que iriam apresentar à Assembléia Nacional Constituinte, a essa ou àquela Comissão Temática, e mesmo se dando os ares de que estariam com isso trazendo uma contribuição sem a qual esta Casa não prosperaria.

Sr. Presidente, tenho a satisfação, tenho a honra de dizer que acabo de vir de uma reunião de lideranças partidárias, cujo resultado o Presidente Ulysses Guimarães já revelou à imprensa. Por isso que, sem ferir a ética, me permito também abordar as conclusões dessa reunião.

Nessa reunião, Sr. Presidente, as lideranças partidárias presentes nessa Constituinte, unanime-

mente, sem nenhuma voz discordante, afirmaram de forma categórica, em primeiro lugar: não há nem remotamente a possibilidade desta Assembléia Nacional Constituinte ter interrompidos os seus trabalhos. Começamos, estamos trabalhando e vamos terminar, e bem, o nosso trabalho; em segundo lugar, não há a menor condição de esta Assembléia Nacional Constituinte, soberana, aceitar a ingerência do Poder Executivo central, a título de substitutivos, ou qualquer outro nome que se queira dar, para vir entregar a esta Casa fatos prontos. Existe um caminho? Sim, existe um caminho: se qualquer ministro desejar apresentar uma emenda a esta Assembléia Nacional Constituinte, pode; basta que vá às ruas e recolha as 30 mil assinaturas que são necessárias. Aí, sim, com 30 mil assinaturas debaixo do braço, vem o Ministro a esta Casa e as entrega. Fora disso, não há condição.

E, desejamos finalizar, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: pode a Nação brasileira, podem os brasileiros estar seguros, tranquilos, de que os Constituintes de 1987 têm a competência, têm o amadurecimento, têm a reflexão necessária para encontrar os caminhos do entendimento. E, naqueles pontos – que, tenho certeza, serão poucos –, onde não houver o entendimento, haverá o processo democrático do voto, quando, democraticamente, se estabelecerão as teses vencedoras, através do voto, dentro de um procedimento democrático. O que é necessário, afastar, Sr. Presidente, é esta visão deturpada, deletéria, maliciosa a, mal-intencionada de porta-vozes do Executivo, que buscam deteriorar a imagem desta Assembléia Nacional Constituinte para, desta forma, querer influir indevidamente, influir onde não devem, onde não têm competência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Neste 2 de julho, em que a Nação deve evocar o episódio histórico em que a Bahia, consolidando a independência do País, afirmou-se, ainda uma vez, na história nacional, é oportuno que a Assembléia Nacional Constituinte evoque, homenageando, na Bancada baiana nesta Casa, o que há de melhor, de representativo na política daquele grande Estado brasileiro, as figuras verdadeiramente legendárias da cultura, do espírito público e do civismo neste País. Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, às expressões magníficas do grande poeta condoreiro, Castro Alves, que pregou a abolição, a redenção da raça negra, a cultura, o progresso e o humanismo, através de uma poesia épica que marcou as páginas da literatura e língua portuguesa. Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, à grande personalidade, à grande vida e à grande obra política e cívica de Rui Barbosa a expressão verdadeira da cultura nacional. Homem cuja data natalícia o Brasil escolheu para significar o Dia da Cultura, 5 de novembro de 1849, uma data cuspida para os Anais desta Nação. Nestas figuras, como, por exemplo,

na figura do baiano Octávio Mangabeira, que se preocupava com a consolidação da democracia, que ele chamou de uma plantinha tenra, merecedora de todo o cuidado para que não se afogasse e não se estiolasse, nós, os Constituintes de hoje, o reverenciamos o nosso preito de gratidão e de admiração.

E também, Sr. Presidente, inspirados nestes baianos e no episódio histórico de 2 de julho de 1822, nós proclamamos a nossa fé na liberdade, nos destinos da democracia brasileira e estamos convictos de que, cumprindo com o nosso dever cívico, esta Assembléia Nacional Constituinte oferecerá, em 15 de novembro, uma Carta Magna à altura das tradições, da realidade nacional, das necessidades nacionais e das legítimas aspirações democráticas do povo brasileiro.

O SR. JOVANNI MASINI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOVANNI MASINI (PMDB – PR Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: E apenas um brevíssimo registro que eu desejo fazer, pois esta Liderança abriu o seu tempo, seu espaço regimental, aguardando o pronunciamento do nobre Constituinte Pimenta da Veiga, pronunciamento este que todos nós aguardamos com grande interesse.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Ao usarmos da palavra, pela primeira vez, na condição de Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, perante a Assembléia Nacional Constituinte, gostaríamos de fazer algumas breves, brevíssimas considerações sobre os encargos que a confiança do partido, para nossa honra, depositou sobre nossos ombros. Esta é, todos sabemos, uma hora grave e decisiva para toda a Nação. E é, por consequência, para o partido que a vontade dos brasileiros tornou majoritário nesta casa, e por consequência para o nosso partido. Os olhos da nacionalidade estão voltados para o PMDB e para os constituintes peemedebistas.

Neste momento, este Vice-Líder, em seu primeiro plantão no Plenário da Constituinte, entende que seu dever fundamental é fazer, escrupulosamente, o pouco que lhe cabe para colaborar com o seu partido para que o PMDB, correspondendo à confiança dos cidadãos, realize a grande missão que lhe foi confiada: promover a travessia do Brasil para a plenitude democrática, longe das idéias e práticas obscurantistas e perto dos anseios do povo. Nesta hora de crise, cabe ao PMDB manter a lucidez e a clareza do objetivo a ser alcançado e não permitir que o desvario e o saudosismo de poucos acabe propiciando a frustração das esperanças da grande maioria.

Para a democracia, para o respeito aos direitos do cidadão, para a superação de uma ordem social e econômica injusta e arcaica é que o PMDB e a sociedade brasileira devem caminhar. Por isto estamos aqui. Muito obrigado.

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PIMENTA DA VEIGA (PMDB – MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Muito nos impressionou a afirmativa de uma das várias personalidades estrangeiras, que ultimamente tem visitado o Brasil, de que, o maior impacto que a análise do quadro político nacional, lhe causou foi apatia, a perplexidade dos políticos brasileiros diante das dificuldades que se abateram sobre nós.

A paralisia que tomou conta dos civis é preocupante, na verdade, e frustra a grande expectativa que foi criada na opinião pública, com o fim do autoritarismo.

Dominados por estas preocupações, assumimos a Tribuna na tentativa de interpretar o presente, e de lançar algumas idéias sobre o futuro desta grande Nação. Mas, para isto, devemos começar relembrando o passado, buscando na experiência obtida na vida pública as lições que recolhemos e que podem ser de notável significado, na análise do angustiante quadro brasileiro.

Entre as missões que a atividade política nos delegou, uma sobressai pelos ensinamentos deixados: a liderança do Governo na Câmara dos Deputados.

Convidado pelo pranteado Presidente Tancredo Neves para, cumulativamente, com a liderança do PMDB ser o Líder de seu Governo, quis o destino que exercêssemos, na realidade, a liderança do Governo do Presidente José Sarney.

Foi assim que, por dois anos, desempenhamos esta sacrificadíssima mas fascinante tarefa. Procuramos fazê-lo com lealdade, devotamente e senso de responsabilidade.

Deste agitado período, trazemos na memória algumas referências importantes para a interpretação desta quadra que agora estamos vivendo.

Fizéramos, meses antes da posse presidencial, inigualável movimento popular por todas as cidades brasileiras, mesmo aquelas mais recônditas, pregando idéias, propondo ações. Mas tudo estava, na realidade, envolvido em um pensamento nuclear – o desejo de mudanças.

Impregnados deste sentimento mudancista, tão logo o Governo do Presidente Sarney efetivou-se, promovemos importantíssimas alterações na estrutura nacional.

Tomados destas responsabilidades, nós parlamentares e o Presidente da República marcamos, e foram realizadas, as eleições municipais nas chamadas áreas de segurança nacional, nas estâncias hidrominerais e, sobretudo, nas capitais dos Estados.

Atendemos a secular reivindicação do voto do analfabeto e produzimos uma expressiva ampliação da anistia.

Foi aprovada lei federal, cumprida com extraordinário empenho pelo Tribunal Superior Eleitoral, determinando o cadastramento eleitoral do País, medida responsável, pelo menos em parte, pela composição que tem esta Assembléia Nacional Constituinte e, seguramente, pela eleição de alguns dos atuais governadores.

O Executivo e o Legislativo juntos fizeram, ainda, uma poderosa reforma tributária, que ajudou substancialmente Estados e Municípios.

E, por final, foi plenamente atendida aquela que era a mais histórica, ansiada e importante das reivindicações do PMDB e de toda a Nação, o

que nos possibilitou estar aqui reunidos a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Era, Srs. Constituintes, a transição política que avançava, rigorosamente, dentro do que fora pactuado em praça pública.

Em todo este acidentado percurso, nesta convivência próxima que mantivemos com o Presidente, é necessário proclamar que sempre nos impressionou seu devotamento à causa pública, seu firme propósito de cumprir os compromissos da Nova República e, de modo destacado, sua coragem pessoal e política, mais de uma vez testada em momentos críticos.

Nas conversas e nos entendimentos tão freqüentes que mantivemos, o Presidente sempre enfatizou o seu desejo, a sua intenção e, mais do que isso, sua determinação de respeitar, de modo integral, estes compromissos, já que compreendia estar na Presidência por um designio superior, para materializar os compromissos que elegeram Tancredo Neves.

Todos se recordam que no sepultamento de Tancredo, em São João d'el Rei, José Sarney fez um emocionante discurso, que pode ser sintetizado, no seu aspecto político, em uma frase por ele pronunciado: "O seu compromisso será o nosso compromisso. A sua promessa será a nossa promessa. O seu sonho será o nosso sonho."

Aliás, o Presidente Sarney nunca omitiu este seu entendimento, tendo-o consagrado publicamente seguidas vezes.

Neste passo, tínhamos todas as razões de tranquilidade quando decidimos não postular nossa recondução à liderança do partido, porque desejávamos disputar a função de relator-geral da Constituinte. Estábamos absolutamente sossegados quanto aos rumos do País, pois tínhamos pleno conhecimento de que, o Presidente Sarney, alcançara a perfeita consciência de que a história lhe reservara a singular missão de ser o Presidente da transição, o Presidente que iria conduzir a Nação, dos azares e das incertezas do autoritarismo, à institucionalização das liberdades democráticas, terreno onde podem conviver a alegria e a responsabilidade.

Em determinado momento, porém, passou a ficar evidente que a transição política esbarra em dificuldades e perigava descarrilar. Uma concessão ali, uma distorção acolá. Pequenos, depois médios, adiante grandes desvirtuamentos, que resultaram na desmoralização da idéia da transição, que veio em nome das mudanças.

E, agora, é fácil ver que tudo começou quando o Presidente resolveu descumprir suas próprias declarações de que desejava governar o País pelo prazo certo de quatro anos.

Neste ato, o Presidente desfez seu juramento de seguir os compromissos de Tancredo Neves, que também se comprometera, reiteradamente, com um mandato de quatro anos.

O Presidente rompeu a regra básica da militância política –, a de manter sempre absoluta coerência e fidelidade aos seus próprios atos.

A um só tempo, com este gesto, o Presidente descumpriu o que fora estabelecido por Tancredo e por ele próprio, na campanha eleitoral; afastou-se de segmento considerável de seu partido, o PMDB; invadiu a competência exclusiva da Assembléia Nacional Constituinte; e em consequência de tudo isto, perdeu preciosos pontos em sua credibilidade.

Ao propor a tese prorrogacionista, pois assim deve ser considerada, descolou-se do segmento mais idealista do PMDB, e daí passou a cultivar atitudes fisiológicas que pouco contribuirão para a sustentação política de seu Governo, além de representar inegável estímulo à divisão do partido.

Aí reside, Srs. Constituintes, uma das grandes preocupações que nos assaltam, pois o veículo da transição política foi o PMDB, com sua história, sua tradição e até mesmo sua heterogeneidade. Agora, o partido está seriamente ameaçado de dividir-se por esta poderosa articulação, inspirada pelo próprio Presidente da República, e que lamentavelmente tem merecido a solidariedade ou, pelo menos, a tolerância de algumas figuras do partido, que não poderiam, por suas funções e por seu passado, deixar de contestar esta atitude.

Os governos – esquecem-se muitos – são sempre passageiros, e os partidos devem ser permanentes.

O PMDB tão duramente atingido, por esta ação federal e pela postura de alguns governantes estaduais, que chegaram ao poder, cavalgando a popularidade do partido, e jurando fidelidade aos seus compromissos, à sua prática e ao seu programa, e que agora o repudiam, está enfrentando, nestes dias, as maiores dificuldades de toda sua invejável trajetória.

Se o PMDB não voltar já às ruas para prestar contas ao povo e para reciclar-se, certamente põe em risco seu futuro. E, nesta hora, terá que dizer à opinião pública e aos seus próprios militantes, se o seu programa e sua pregação, eram meros expedientes eleitorais, ou se pretende efetivamente cumprilos.

Terá que confessar que quedou-se inerte diante dos palácios ou, ao revés, demonstrar que deseja unir-se para arrostrar as dificuldades e vencê-las, com o povo e para o povo.

O PMDB é grande porque nunca se afastou do povo. Sabe que sua força vem de um único músculo. A credibilidade popular.

Mas, hoje, ela já não é tão grande porque este músculo está esgarçado. É preciso reconstituir seu tecido, demonstrando nossa fidelidade aos interesses populares contra quaisquer outros, ainda quando representados pela força de governo.

O Presidente tem a oportunidade, o direito e até o dever de unir-se ao partido nesta empreitada, mas se não o fizer, deve estar consciente de que o partido não irá se conformar, porque ninguém, nem mesmo o Presidente da República, tem o direito de desmantelar um partido da importância do PMDB.

A visão que nos domina, da relação do partido com o Governo, é que o PMDB sabe que deve ser e pretende ser solidário ao cumprimento das propostas de seu programa, indulgente nos equívocos decorrentes de culpa, mas implacável no ato doloso.

Com que preocupação e tristeza, vemos neste retrospecto, como o Presidente mudou em tão poucos meses, tão, acentuadamente, sua conduta e seu Governo.

Vemos com pesar o Presidente, que diversas vezes desafiara, os que reclamavam do déficit público, a apontar uma só obra perdulária em seu Governo, passar a defender obras faraônicas e ferrovias inóportunas que não pode sustentar. Vemos com pesar o Presidente que dissera, perante o mundo, no plenário da ONU, que o Brasil não

pagaria a dívida nem com a fome nem com a recessão, ou se aproximar rapidamente do Fundo Monetário Internacional, que está tendo suas teses recessionistas praticadas com desvelo em nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no início deste pronunciamento dissemos que vínhamos lançar idéias para o futuro de nossa Pátria. Mas antes de fazê-lo é preciso avaliar o recente episódio do paço Imperial. Violência condenável e estúpida aquela cometida contra a comitiva presidencial, mas que é reveladora de alguns fatos quais não podem ficar sem o merecido destaque.

A ação policial foi incompreensivelmente falha, não apenas porque deixou de evitar que as violências ocorressem, mas sobretudo porque não resultou sequer na prisão imediata de pelo menos um dos manifestantes, que pareciam tantos.

Mas impressionante, porém, foi a falta de solidariedade popular. A ação rebelde se deu em dois tempos, em lugares diferentes, e por vários minutos em cada vez. No entanto, nem um só popular protestou contra a violência que se cometia.

Espero que este episódio, que, com razões, terá provocado forte impacto sobre todos que, diretamente, dele participaram, não traumatize o Presidente da República a ponto de prejudicar sua missão política, fundamental para tantos milhões de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage. Fazendo soar a campainha.): – Nobre Constituinte Pimenta da Veiga, a Presidência interrompe o pronunciamento de V. Ex.^a para comunicar que o Horário de Comunicações das lideranças está esgotado; todavia, V. Ex.^a continuará na tribuna, iniciando o tempo para pronunciamentos sobre matéria constitucional já que V. Ex.^a é o primeiro orador inscrito, e nesse período poderá ser aparteado.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA: – Peço ao Constituinte Pimenta da Veiga que me conceda um aparte.

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Agradeço a informação da Presidência e solicito ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima que me permita concluir a linha do meu pronunciamento, terei grande prazer em ouvi-lo.

Ao contrário, o que confio é que deste acontecimento o Presidente recolha as lições que dele se pode extrair.

A primeira, é de que a opinião pública é volátil, quando caminha da admiração para o repúdio, mas não o é, no sentido contrário. A outra, é de que as mudanças prometidas nas praças públicas escancaram os corações dos brasileiros e neles brotou a esperança.

Não será com a ameaça da aplicação da lei de segurança nacional, à manifestantes de rua – quando o código penal contempla a punição adequada – que se alcançará a tranquilidade pública.

O Presidente há de se recordar, certamente, que há um ano, nas ruas de Barbacena, foi saudado com entusiasmo jamais tributado a um governante e hoje para ir à missa, em Brasília, precisa da proteção de centenas de soldados armados.

O que será amanhã? A popularidade do Governo pode subir, mas pode, também, descer ainda mais. A Nação, no entanto, não deve ser contingenciada. E o Presidente não deve se lançar nas

incertezas e nos caprichos dos episódios políticos futuros, porque se hoje está mal, amanhã, na busca de uma desconhecida ascensão, pode estar pior.

Do que precisamos é refazer a transição política.

Muito foi feito, mas muito ainda falta a fazer. E de agora em diante é preciso reabrir as esperanças porque sem elas não se pode viver. Se há esperança, este sentimento que é quase sempre uma linda fantasia que construímos, torna-se indispensável para manter acesa a chama da vida, ela é ainda mais indispensável para se governar um país.

O Presidente, durante certo tempo, soube com invulgar competência, alimentar as esperanças dos brasileiros, e por isto atingiu níveis inéditos de popularidade.

Mas, agora, deve compreender, pelo seu patriotismo, por tudo que já fez por este País, e até por sua própria história, tão rica, que é hora de permitir a outros continuarem a tarefa.

Quando assumiu o Governo, nas condições especialíssimas que o fez, o Presidente trouxe ao povo, com seus primeiros atos, um entusiasmo e uma esperança extraordinárias.

Mas, agora, por tudo que foi feito de bom e de mal, esse entusiasmo e essa esperança, parteiros da solidariedade e da participação popular, foram embora, desapareceram.

Assim, é preciso que outros governantes, que talvez não sejam, em essência, nem melhores nem piores que o Presidente Sarney, venham reacender este fogo greguês que gera a confiança dos governados nos governantes e sem o qual é impossível governar.

O SR. GILSON MACHADO: – Sr. Constituinte Pimenta da Veiga, quando V. Ex.^a achar conveniente, gostaria de aparteá-lo.

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Com enorme prazer, oportunamente concederei o aparte a V. Ex.^a

Não é demérito para o Presidente, Srs. Constituintes, mas é apenas a constatação de que na caminhada política perdeu o passo, e agora marcha em desacordo com o povo.

Tenho pelo Presidente Sarney estima pessoal, e até por isto me cabe sugerir a Sua Excelência este caminho.

Não concordo com aqueles que pensam que os amigos devem ser solidários, até para errar. Penso que os amigos verdadeiros, em nome desta amizade, têm o dever de alertar, indicar alternativas, propor caminhos novos, mesmo quando este comportamento possa ferir suscetibilidades, e gerar incompreensões.

E isto não posso negar ao Presidente Sarney. Sobretudo nestas horas em que seus conselheiros mais próximos ao Presidente não têm sido leais, e para com a Pátria não têm sido corretos. (Palmas).

Ademais, ao homem público não é dado guiar-se pelas razões do coração, mas deve ter sempre como único horizonte o interesse coletivo.

Ao Presidente que tem lutado, desesperadamente, para dar legitimidade ao seu mandato, que traz da origem os vícios da ilegitimidade, que nem o Plano Cruzado serviu para corrigir, pois o episódio não passou de uma enorme popularidade – mas sabemos que popularidade não

se confunde com legitimidade – resta, ainda, uma grande e, talvez, derradeira oportunidade. Não será buscando alongar no tempo um mandato ilegítimo que o Presidente irá se legitimar. Mas será dando sempre a este mandato uma atribuição legítima, insubstituível. E esta é a de dirigir a transição. Apenas isto.

O SR. GILSON MACHADO: – Constituinte Pimenta da Veiga, quando for mais conveniente, pedirei um aparte a V. Ex.^a

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Ouvirei V. Ex.^a com muito prazer.

É imperativo que o Presidente consiga se livrar do cerco de seus acólitos, dos que, vizinhos ao chefe do Governo, vêem o exercício da Presidência da República, apenas pela mesquinha ótica da satisfação de seus interesses pessoais, que equivocadamente, e quem sabe até maldosamente, sugerem uma permanência no Poder, hoje, indesejada pelo povo. Se o Presidente assim agir poderá reencontrar-se com seu povo, com seu partido e consigo mesmo, propondo por iniciativa própria a esta Assembléia Nacional Constituinte, a marcação de eleições presidenciais, para 15 de novembro de 1988. (Muito bem! Palmas).

Neste rumo, o Presidente retomaria a plenitude da sua autoridade para governar o País, desviam para os competidores que se pusessem em disputa para a sua sucessão, as críticas e agressões que vem sofrendo, e conquistando definitivamente o perfil de grande condutor da transição política, já a esta altura, perigosamente, posta em risco.

Mas caso o Presidente não tenha sensibilidade ou condições políticas para caminhar por aí, caberá à Assembléia Nacional Constituinte, em sua soberania, encontrar os caminhos que nos garantam a democracia e que ecoem a voz do povo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estas são as nossas preocupações sinceras, estas são as nossas idéias.

O momento exige dos que detêm mandato popular uma fina sensibilidade e um insubstituível senso de responsabilidade. Do embaraço em que estamos metidos só nos livraremos pela via do entendimento. E entendimento pressupõe atitudes despojadas de todos os envolvidos, a começar do Presidente da República.

A maior contribuição que o Presidente poderá dar a este esforço de entendimento, será a de voltar às suas posições iniciais em favor do mandato de 4 anos.

Isto lhe dará enorme autoridade moral e uma grande isenção do trato dos assuntos da Constituinte, porque ninguém lhe poderá imputar a acusação de desejar uma Constituição feita para servir ao seu Governo, antes de servir ao Brasil.

Pelas razões imediatas e pelas razões futuras, e pelas razões pessoais e pelas razões nacionais o Presidente Sarney, estamos certos, mais uma vez servirá ao Brasil com o exemplo de sua desambiguação, optando, diante da hipótese de mais alguns incertos meses de poder, pela admiração definitiva e o reconhecimento permanente de seu povo, que insiste nas mudanças cristalinas e definitivas.

A Nação está confiante em que o Presidente que não seguirá a sentença de Cromwell, controvértido modernizador da Inglaterra, que afirma: "ninguém vai tão longe quanto aquele que não sabe para onde vai".

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Com muito prazer, ouço o aparte do Constituinte Egídio Ferreira Lima.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA: – Nobre Constituinte, Pimenta da Veiga, na longa caminhada que tem sido a minha existência, aprendi a administrar muitas coisas: tragédias, conflitos e horas difíceis, mas não consegui administrar a carga emocional de que a Providência me dotou. E, V. Ex.^a nesta tarde, faz com que ela deflagre e se faça presente. Constituinte Pimenta da Veiga, V. Ex.^a estava devendo este pronunciamento a esta Casa e à Nação. Quita-se com a Constituinte e cumpre a seu compromisso com a Nação com o pronunciamento que agora faz. Não tardou, e, como bom político, como homem que acompanha o processo, detectou o momento preciso para fazê-lo, a fim de que ele possa repercutir de maneira fértil, de maneira útil e eficiente para o destino próximo do País. Acompanho V. Ex.^a de perto, desde que aqui cheguei. Dentro do Partido, conflitamos algumas vezes os nossos caminhos, mas nunca deixei de ver em V. Ex.^a uma grande – até incomum – dimensão. Um quadro político do maior quilate, da maior grandeza. Sempre achei – e isso me contentava, mesmo quando divergíamos – que V. Ex.^a estava preparado, como um quadro, para se oferecer ao País nesta quadra tão difícil que ele atravessa. V. Ex.^a que já cumpre o terceiro mandato, nesta hora, pela idade, representa os Jovens que aqui chegaram com idealismo, com o programa do PMDB na aberta, com as reformas como bandeira. Creio que, nesta hora, V. Ex.^a alenta todos eles, muitos já perplexos, muitos já inquietos. Por outro lado, Constituinte Pimenta da Veiga, devo dar o meu testemunho de que é careta a análise que V. Ex.^a faz quando vai buscar e traz para esta Casa a primeira e bela intenção do Presidente da República, do Presidente José Sarney. Efetivamente, durante todo o curso de 1985, e quem sabe, durante todo o curso de 1985, as intenções do Presidente da República eram as mais puras e as mais corretas e precisas. Lembro-me de que uma noite, se não me falha a memória, do mês de outubro de 1985, com alguns poucos companheiros outros, estivemos na casa de V. Ex.^a para um jantar com o Presidente da República. Líder do PMDB e Líder do Governo, sensível e capaz, V. Ex.^a reuniu alguns companheiros na sua casa, alguns que poderiam dar uma visão do quadro econômico e outros que poderiam dar uma visão do quadro institucional ou do quadro político. E a conversa do Presidente da República, com aqueles parlamentares – e lá eu estava – foi franca, aberta. Lembro-me, inclusive, que tínhamos saído da greve dos bancários, e que havia a ameaça de intervenção. E, naquela hora, um companheiro nosso disse que o problema fundamental era a dívida externa e eu acabara de dizer, a pedido de V. Ex.^a, ao Senhor Presidente da República que o problema fundamental era a questão política institucional. Havia saído de uma ditadura, nella tínhamos os instrumentos úteis ao regime autoritário – por que entra no mérito desses instrumentos? E tínhamos entrado em 15 de janeiro de 1985, naquilo que Hélio Silva, o historiador, disse que em uma democracia de fato e que eram indispensáveis instrumentos democráticos, para que ele pudesse

administrar o País. E, o Presidente, refutou o nosso companheiro, que pôs como prioridade a questão econômica, a questão da dívida externa, e disse que o problema fundamental era o problema institucional, naquele momento. Em janeiro deste ano, estive com o Presidente da República e disse a sua Excelência que, antes de se reunir esta Constituinte, deveria presidir um grande pacto político, para que a Constituinte corresse tranquilamente. Sua Excelência disse-me que eu estava tenso, que eu estava excessivamente preocupado e que as coisas iriam correr normalmente. As coisas estão correndo como V. Ex.^a descreveu e eu dou o meu apoio, a minha solidariedade, a minha anuência, a tudo que V. Ex.^a disse aqui há pouco. Não entendo porque com a sensibilidade período o Presidente da República não tenha sensibilidade para seguir este caminho que o Constituinte Pimenta da Veiga agora, em boa hora, indica à Casa. Ele tem de si uma oportunidade única, que nenhum homem teve na História desse País, para nela ficar como homem que corou e consolidou a democracia nesta Nação. Deixa a política maior e volta-se para política menor, numa hora em que não se pode ser pequeno, numa hora em que não se pode ser pragmático. Terminei para dar oportunidade, dizendo que quando acompanhava a conduta de V. Ex.^a durante o ano de 85 à distância, eu sabia do ônus, eu sabia da coragem de V. Ex.^a ao assumir atitudes antipáticas e incomprensíveis. Mas sabia também que naquela conduta de V. Ex.^a estava se fomentando o estadista que mais tarde seria o Constituinte Pimenta da Veiga. Digo a V. Ex.^a que a minha ânsia e o meu desejo, o meu pedido nesta hora é de que realmente transforme V. Ex.^a as idéias que proclamou, neste momento, em realidade: V. Ex.^a como estadista, e as idéias concretizando o regime democrático nesse País.

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Constituinte Egídio Ferreira Lima, V. Ex.^a dando um longo e honroso aparte ao meu pronunciamento merecia, sem dúvida, uma longa e minuciosa resposta. Mas, lamentavelmente, o Presidente informa que o meu tempo vai se escoando. Como são muitos os apartes antes, e porque gostaria de ouvir a todos, serei breve em minha resposta. Direi apenas que V. Ex.^a trouxe ao meu pronunciamento argumentos e teses que suprem as lacunas que, certamente, ele as tem. Direi a V. Ex.^a que é sobretudo razão, mas como aqui mesmo confessou, graças a Deus, também muito coração que neste pronunciamento, que nas idéias que aqui expus, V. Ex.^a bem o sabe que, muitas delas, foram inspiradas na mente privilegiada que V. Ex.^a tem.

Ouço, com prazer, o Constituinte Gilson Machado.

O SR. GILSON MACHADO: – Sr. Constituinte Pimenta da Veiga, ouvi, com atenção, o brilhante discurso feito por V. Ex.^a, neste momento. Mas gostaria de ponderar que parte do discurso de V. Ex.^a trata da popularidade do Presidente da República. A minha maneira de ver, é que a pouca popularidade do Presidente da República, no momento atual, é fruto de uma política econômica errada, cujos dirigentes estão traçando uma política partidária do PMDB. O Ministro Dílson Funaro, quando veio com o seu programa do Cruzado I, fê-lo como dito do PMDB. Ontem, assistimos, nesta Câmara, ao pronunciamento do Exm.^o Sr.

Ministro Bresser Pereira, quando também, ao assumir o cargo de Ministro da Fazenda, disse que ali representava um programa partidário do PMDB. E pediu ao próprio PMDB para mudar o discurso, o discurso de quem hoje está no Governo não é o de quem ontem estava na oposição. Por isso, gostaria de lembrar aos nobres Constituintes que a impopularidade atual do Presidente da República é reflexo de uma política errada na área econômica feita pelo PMDB. Muito obrigado.

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Recebo com naturalidade os argumentos apresentados por V. Ex.^a que, sendo de Partido diferente, no entanto, também apóia o Governo, e haverá de tentar sempre lançar sobre o PMDB a culpa de todos os erros. No entanto discordo, até porque V. Ex.^a mesmo trouxe ao debate um argumento que contradiz com o seu próprio raciocínio. Estamos, aqui, é defendendo uma posição afirmativa do PMDB, e discordando das concessões que o Governo e o PMDB têm feito. E V. Ex.^a lembrou que o Ministro Bresser Pereira, que veio, recentemente, a este Plenário, S. Ex.^a teve a infelicidade de condenar o que eu defendo: o programa do PMDB.

Este não é um Governo de um Partido apenas. Trata-se de um Governo apoiado numa coligação partidária. V. Ex.^a não pode eximir de responsabilidade os Partidos coligados nos erros da área econômica, como também nos erros, por exemplo, da área de comunicação.

Fiquei aqui, por todo esse tempo, não examinando o aspecto administrativo, mas para examinar a vertente política, e esta, não tenho dúvidas, precisa retomar os seus rumos.

Não pode este Governo, como nenhum outro, romper os compromissos estabelecidos em praça pública. Não podemos aumentar a intolerância popular, dizendo aos cidadãos brasileiros que este Governo que não está acertando ficará por mais um longo prazo. Essa é, sem dúvida, uma das razões da impopularidade e da insatisfação dos brasileiros.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Concedo o aparte ao Constituinte Virgílio Guimarães. E em atenção ao número de companheiros que pretendem se manifestar, solicito à Mesa que tenha alguma tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa sente-se honrada em tolerar a presença de V. Ex.^a por mais alguns minutos na tribuna.

O SR. VIRGILIO GUIMARÃES: – Nobre Constituinte Pimenta da Veiga, meu conterrâneo, V. Ex.^a mesmo é testemunha de como o meu Partido, o PT, tem-se comportado sempre com intransigência na defesa de suas posições, nos interesses dos trabalhadores brasileiros. Para isso tem, muitas vezes, tido que marchar sozinho, sendo interpretado como até um Partido que teria alguma dose de sectarismo. No entanto, essa posição de defesa intransigente dos trabalhadores tem feito com que o PT, em muitas ocasiões, marche de mãos dadas com companheiros de outros Partidos e companheiros sem Partido. Aqui mesmo, nesta Assembléia Nacional Constituinte, o PT tem participado de um trabalho de articulação na defesa de vários pontos fundamentais na elaboração da futura Constituição. Na memorável Campanha

das Diretas, e já em diversas outras companhias e embates sindicais, o PT tem demonstrado que, na defesa de sua plataforma e de seus compromissos, tem sabido também se articular, como também tem sabido se compor com outras forças políticas. E agora, neste instante, mais uma vez se abre um amplo espectro político nacional, obrigando a cada componente, a cada parceiro do jogo político, se colocar neste momento. Existe uma crise econômica, uma crise política de Governo, que exige uma série de posições em face da conjuntura, e também as campanhas de rua, em face do recrudescimento das forças retrógradas, passadistas, militaristas e também o posicionamento de todos nós. No seu pronunciamento, V. Ex.^a se colocou com muita clareza, frente a esses problemas cruciais. Colocou-se V. Ex.^a frente à campanha, o clamor nacional pela convocação urgente das eleições diretas para Presidente da República, e se colocando até mesmo na oposição a este Governo, em face do seu comportamento, das medidas econômicas e políticas que o País estava a esperar de um Governo que ascendeu como oposição. Diante disso, nobre colega Pimenta da Veiga, meu aparte vem no sentido de colocar duas questões a V. Ex.^a a primeira dando consequência e continuidade ao seu posicionamento na campanha das diretas-já, na campanha das diretas presidenciais para 88, convidá-lo a participar, a se integrar a um processo em torno processo já em curso, pela participação no comício que se iniciará, agora, a poucos dias, aqui em Brasília; V. Ex.^a e outros companheiros, que tão bem estariam representados na pessoa de V. Ex.^a, se incorporando a essa campanha que se inicia aqui em Brasília, mas que tomará conta de todo o País. E no segundo ponto, além da campanha pelas eleições presidenciais, que agora merece um conteúdo programático, que nesse momento é cobrado pelo povo brasileiro, de medidas emergenciais para retirá-lo do sufoco, do arrocho, e também retirá-lo das garras do imperialismo econômico que se coloca no País e o Governo não tem enfrentado, para dar um conteúdo contra essa dívida externa, um conteúdo pela defesa dos salários dos trabalhadores brasileiros, um conteúdo da defesa do mercado internacional, o que fará que a campanha pelas eleições presidenciais diretas possa significar aquilo que V. Ex.^a apontou o renascimento da esperança. Em torno disso, tenho certeza, o povo brasileiro vai impor às forças políticas, entre as quais o PT faz parte, aquelas que lutam pela soberania popular, a dar as mãos a outras forças entre as quais eu convidou V. Ex.^a a fazer parte, e junto disso o povo brasileiro vai novamente ocupar as ruas e dessa vez para um auditório definitivo. Muito obrigado.

O SR PIMENTA DA VEIGA: – Constituinte Virgílio Guimarães, V. Ex.^a é, sem favor, uma das mais gratas revelações políticas de Minas Gerais; e do aparte que acaba de formular recolho uma idéia que me pareceu central, e que é da máxima importância para o momento que vivemos.

Entendi do pronunciamento de V. Ex.^a uma proposta de que o PT, demonstrando a responsabilidade que tem, a quase maturidade, poderíamos afirmar a quase maturidade partidária que atingiu, comprehende a necessidade do diálogo e do entendimento.

Essa é também a nossa proposta. Recebo com grande alegria, com enorme encanto a proposta

de V. Ex.^a O de que precisamos, dentro e fora desta Assembléia, mas especialmente aqui dentro, para não frustrarmos a opinião pública brasileira, é o diálogo e o entendimento. Dessa forma encontraremos a Constituição que, há tanto tempo, estamos buscando, e encontraremos os caminhos para o futuro da nossa Pátria.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Osvaldo Macedo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa exorta os Srs. aparteantes a que sejam breves, para que se possa dar continuidade à lista de oradores.

O SR. OSVALDO MACEDO: – Serei breve, Sr. Presidente. Agradeço ao Constituinte Pimenta da Veiga a oportunidade de participar do seu belo discurso. Hoje, sentime renascido dentro do nosso Partido, o PMDB. E, por uma feliz coincidência, hoje, também, falei pela primeira vez na Assembléia Nacional Constituinte – e feliz coincidência porque as nossas idéias se identificam. Sou do PMDB e chegamos juntos a esta Casa, em 1979; e chegamos com um compromisso muito claro, que é o compromisso do PMDB: a reconquista da democracia para o Brasil. Essa tarefa ainda não está cumprida: vai ser cumprida com a promulgação de uma Constituição, no dia 15 de novembro de 1987 e com a realização de eleição direta para a Presidência da República, em 15 de novembro de 1988. O PMDB tem que cumprir essa tarefa. E faltava uma palavra autorizada, sensata, como a que V. Ex.^a apresentou hoje – uma das grandes revelações políticas da nossa geração. Quero também dizer, Constituinte Pimenta da Veiga, que aqui, nesta Casa, no selo da Assembléia Nacional Constituinte é que se deve celebrar o pacto político e social que muitos proclamam e procuram articular às escondidas. É aqui que se faz. Ainda hoje, li na imprensa que o Presidente da República atribui ao PMDB a responsabilidade pela inviabilidade de um pacto social que ninguém sabe qual é, se o maior pacto é o que se celebra na Constituinte. Devemos sustentar o a democracia, porque sustentando-o estaremos sustentando a consolidação democrática. Mas não podemos nos submeter, porque nós, do verdadeiro PMDB, do PMDB histórico, nos submetemos às idéias e não ao **Diário Oficial**. E, para concluir, Deputado Pimenta da Veiga, quero dizer que estou pedindo a Deus que nesta hora de crise o Presidente José Sarney não aceite, de forma alguma, ser o bordaberry brasileiro. A nossa luta pela democracia continuará e a Constituinte ainda haverá de cumprir o seu papel, e nesta Constituinte o brilho da sua inteligência e da sua lucidez haverá de ser marcante. Muito obrigado.

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Deputado Osvaldo Macedo, V. Ex.^a começou este aparte, relembrando a nossa chegada à Câmara dos Deputados. Por isto não me espanto, eu que conheço V. Ex.^a há tantos anos, eu que convivi tão intensamente com V. Ex.^a aqui, não me espanta a identidade de pensamentos que V. Ex.^a proclamou. Ela é absoluta, porque nós pretendemos defender as instituições democráticas, nós pretendemos defender o PMDB. Mas um PMDB que não se muda: em o tempo, o PMDB de 79, de 82, de 86 e de 87. Nós procuramos manter coerência com nossas atitudes passadas: por isso não espanta,

Deputado Osvaldo Macedo, que o meu pobre pronunciamento desta tarde tenha as identidades mencionadas por V. Ex.^a com o pronunciamento que V. Ex.^a fez aqui, e que lamentavelmente não teve a cautela de nos avisar, para que pudéssemos estar aqui, ouvindo e aprendendo as lições que V. Ex.^a professou.

Ouço o nobre Constituinte José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: – Deputado Pimenta da Veiga, ao lado de V. Ex.^a trabalhei no PMDB e, para marcar a presença do PMDB no Congresso Nacional, como seu vice-líder por dois anos. Sei da sua convicção e da sua coerência na defesa das suas teses: sei do seu compromisso com o povo e do seu compromisso com o Partido, que V. Ex.^a ajudou a nascer para a vida nacional. Sei, também, Deputado João Pimenta da Veiga Filho, dos laços de família que V. Ex.^a traz marcados na sua personalidade, pelo pai que teve, o Professor João Pimenta da Veiga, pela família que o ornou com as qualidades democráticas de saber ouvir, de saber sustentar, de saber defender os pontos que assume com convicção-partidária. Mas, no seu pronunciamento, hoje, o que mais me chamou a atenção, não foi os dois momentos em que V. Ex.^a foi aplaudido, não. Foi quando V. Ex.^a afirmou que os amigos leais são aqueles que dizem as verdades, com maneiras coerentes, firmes e educadas para o amigo que precisa ouvi-las, antes de ouvir os aplausos a certos descaminhos. A minha admiração por V. Ex.^a é pela maneira ética com que, hoje, dá recados claros ao Senhor Presidente da República, quanto às consequências e às faturas que nós, do PMDB, estamos pagando na base. É necessário, portanto, que portanto, que seja bem destacada aqui a maneira coerente, firme e corajosa, porém muito educada, muito leal, e muito amiga que V. Ex.^a teve para com o Senhor Presidente da República. Esta é uma das revelações da mineiridade de V. Ex.^a esta é uma confirmação da educação do berço democrático que V. Ex.^a traz para a nossa vida nacional. Quero parabenizá-lo por um último ponto que achei surpreendente: é que a data escolhida para este pronunciamento, hoje, foi muito feliz. Ela é muito feliz para V. Ex.^a, e permita-me dizê-lo, aqui e agora, pois é o novo natalício do Líder Pimenta da Veiga, que retoma agora a sua reentrância na vida pública. Para os que ainda são saberm, V. Ex.^a hoje tem dupla alegria, porque é seu aniversário e, nesta data, V. Ex.^a comemora com muita competência, com muito fervor democrático e, principalmente, com muita brasiliade, Parabéns, Deputado! (Palmas).

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Deputado José Mendonça de Moraes, destaca V. Ex.^a no pronunciamento que acabamos de fazer, a maior dificuldade que encontramos.

Dizer aqui as idéias que estavam represadas, as opiniões que estavam contidas, machucando a nossa alma, não foi fácil, pelas razões apontadas por V. Ex.^a pelas razões do coração, mas, pesando, pensando, refletindo, verificando o que está acontecendo em nosso País, consideramos que este era o momento, que não podíamos mais tardar, sob pena de sermos acusados da mais grave acusação que pode pesar sobre um homem público: a omissão. Por isto viemos à tribuna e por isto dissemos o que foi dito.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA: – Nobre Constituinte Pimenta da Veiga, o meu pronunciamento será breve, mas eu não queria deixar passar esta oportunidade para expressar, em nome da bancada do Partido Comunista do Brasil, na Constituinte, nossa saudação a V. Ex.^a, pelo brilhante discurso que ora acaba de proferir. Evidentemente, o mérito do discurso de V. Ex.^a não se restringe ao brilhantismo, à sua formalidade. O discurso de V. Ex.^a é profundo, analítico e, sobretudo, eivado de coragem, e é por isso que queremos, aqui, saudá-lo e dizer que esperamos que o exemplo que V. Ex.^a dá, neste instante, nesta Casa, seja seguido, também, porque a história de um povo, a história de uma pátria é feita através de um movimento contínuo, pelo qual seu povo luta em busca do futuro, mas também é mesclada por momentos, em que certos líderes, que têm expressão popular e democrática, interferem no processo para, com seu gesto, marcar o momento presente. E o gesto de V. Ex.^a, neste instante, é sonoro, é gesto que marca a qualidade do momento, ele descontina um horizonte novo no Brasil; não é um único gesto; seria eu injusto se assim o dissesse, mas V. Ex.^a se coloca na linha de frente daqueles que estão abrindo o horizonte do Brasil, que não deve ser encerrado pelas dificuldades do presente. Disse V. Ex.^a que o Presidente mudou. Estamos de acordo com V. Ex.^a, mudou sua consensu V. Ex.^a como marxista que me esforço por ser, entendo que as mudanças de conduta dos homens decorrem das mudanças das posições, dos setores, das classes que o estão apoiando, e penso que, no Brasil, as forças dominantes mudaram de atitude nos últimos tempos. Há uma mudança no Governo; não apenas uma mudança no Presidente. Mas o Presidente, lamentavelmente, não resistiu com força a essa mudança, mas se põe à frente da nova postura que o Governo brasileiro está tomando frente ao FMI, frente às classes trabalhadoras brasileiras, frente à democracia, frente ao respeito a essa instituição à qual pertencemos, que é a Constituinte, que está sendo, repetidas vezes, ameaçada, estocada pelo próprio Palácio do Planalto. Quero concluir, nobre Deputado Pimenta da Veiga, saudando, mais uma vez, o discurso de V. Ex.^a e salientando um dos seus aspectos que me pareceu mais importante, o de que o Partido que V. Ex.^a liderou, com muito brilhantismo, nesta Casa, o PMDB, ao qual, num passado mais remoto, eu próprio também pertenci. Disse V. Ex.^a Se que se o meu PMDB não retomar a praça, ele correrá um sério risco. Penso que V. Ex.^a diagnosticou, com precisão, o momento presente, ao colocar que os rumos do nosso País voltarão a caminhar num sentido promissor, dependendo que o povo retome à praça, e que o Partido de V. Ex.^a também o faça. Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Antes que o orador prossiga, esta Presidência, invocando o art. 34, § 9º, prorroga, de ofício, a sessão por mais 30 minutos, para que outros oradores aqui inscritos, para pronunciamentos sobre matéria constitucional, tenham oportunidade de fazê-lo.

Recomendo ao orador que está na tribuna que conclua o seu discurso, pois que a Mesa tem sido muito tolerante com relação ao tempo, e

recomenda os que estão na fila para apartear que o façam, com a maior brevidade possível, para que todos fiquem satisfeitos nas suas locuções.

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Agradeço a generosidade da Mesa no controle do tempo, e respondo ao Líder Haroldo Lima que ninguém melhor do que V. Ex.^a para falar da matéria enfocada. Poucos homens públicos brasileiros terão sua vida marcada por atos de destemor e de coragem como V. Ex.^a

Estou certo de que ao meu Partido só restam as duas alternativas: ou se recolhe e se encolhe, ou volta às praças e poderá continuar sendo grande.

Ouço o Constituinte Jorge Hage e, em seguida, o nobre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. JORGE HAGE: – Deputado Pimenta da Veiga, tratarei de ser breve, porque o tempo assim o obriga, mas não posso deixar de registrar, na condição de um dos novos Deputados, daqueles que acompanhávamos a sua trajetória à distância, do âmbito da militância nos nossos Estados, e que aqui, ao chegarmos, ainda o encontramos na condição de Líder. V. Ex.^a hoje, resgata um pouco da História do verdadeiro PMDB. V. Ex.^a nos repõe no tempo em que liderou o PMDB. E é este o PMDB que temos que reconstruir. V. Ex.^a se recoloca no seu lugar, na posição de liderança, preenchendo o vazio que o verdadeiro segmento progressista consequente do PMDB, que não aceita o fisiologismo como a diretriz máxima deste Partido, assim o necessitava. V. Ex.^a recompõe um pouco das nossas esperanças e, seguramente, está hoje prestando um extraordinário serviço ao PMDB, prestes que se encontra o nosso Partido de perder boa parte do seu melhor segmento, exatamente por falta de afirmação confiável de que seja capaz de retomar àquilo que sempre foi e que o povo brasileiro exige que volte a ser, sob pena de ser por esse povo abandonado. Nós que pretendemos ainda não ter que fazer outra opção partidária, esperamos e dependemos muito de lideranças como a de V. Ex.^a que, hoje, aí desta tribuna, onde muitos de nós já dissemos muitas coisas parecidas, mas sem a expressão da história, da trajetória, da responsabilidade e da dimensão da figura de V. Ex.^a Meus parabéns pelo seu aniversário e pelo que V. Ex.^a assegura hoje de retomada de esperança, de continuidade do PMDB, com respeito a todos os seus mais altos compromissos. Meus parabéns!

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Muito obrigado, nobre Constituinte Jorge Hage. O aparte de V. Ex.^a me sensibiliza. Ele aborda aspectos que procurei transmitir e vejo, por isto, que conseguimos alcançar o nosso objetivo. Sem dúvida, o que desejava, aqui, nesta tarde, era dizer aos companheiros de toda a Assembléia Constituinte, mas, especialmente, aos nossos companheiros do PMDB que é chegada a hora de mudarmos o nosso comportamento, de mudarmos e ação do PMDB. Este é um grande partido; ele é indispensável à democracia brasileira. Mas não pode ir pelos descaminhos que tem trafegado. No entanto, para que isso aconteça, a responsabilidade é nossa. O que devemos fazer é expor as nossas idéias, é defender o nosso Partido, porque assim estaremos defendendo a democracia e o nosso País.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Ouço o Constituinte Octávio Elísio.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – Eminent Companheiro Pimenta da Veiga, V. Ex.^a tem clara a repercussão que o seu pronunciamento trouxe a esta Casa. O conteúdo desse pronunciamento, a veemência com que foi feito, mas, sobretudo, a sinceridade e a profundidade das suas palavras tocaram fundo naqueles que, como eu, viemos a esta casa para elaborar uma Constituição que respondesse aos interesses da população brasileira. V. Ex.^a animou a todos nós que aqui estamos na absoluta confiança de que temos um papel a cumprir num compromisso com aqueles que nos elegeram. Orgulho-me, prezado companheiro Pimenta da Veiga, de ser seu companheiro de Partido, de um PMDB que chamariam autêntico e coerente com as suas propostas partidárias; um PMDB de Teotônio Villela; um PMDB de Tancredo Neves e um PMDB de Ulysses Guimarães, da eleição alternativa de 1974. Orgulho-me também de ser mineiro como V. Ex.^a, prezado companheiro, correligionário e conterrâneo Pimenta da Veiga, mas orgulho-me muito mais ainda de ser companheiro de V. Ex.^a de reflexões políticas nas nossas preocupações sobre o quadro partidário, o quadro nacional e o quadro mineiro. Orgulho-me imensamente de ser o seu amigo, e tenho absoluta certeza de que o País e o Partido, mas principalmente Minas, muito precisam da sua maturidade política, da sua seriedade e da sua competência de homem público. Faço votos para que o Presidente Sarney veja, no seu pronunciamento, as palavras leais de um verdadeiro amigo. Muito obrigado.

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Deputado Octávio Elísio, V. Ex.^a apresenta argumentos que me levam a uma resposta, que serve tanto para o aparte de V. Ex.^a como para o último aparte do Deputado Jorge Hage. Na verdade, V. Ex.^a bem sabe que as idéias que aqui trouxemos não são exclusivas nem individuais; elas são, em grande parte, frutos das reflexões conjuntas que temos feito. Na verdade, ao virmos a esta tribuna, não tínhamos nenhuma idéia, não tínhamos nenhuma pretensão de sensibilizar os companheiros Constituintes; não tínhamos, como objetivo nosso, fazer com que outros nos seguissem, apenas e tão somente desejávamos cumprir com a nossa responsabilidade.

Ouço o Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Deputado Pimenta da Veiga, V. Ex.^a sabe do respeito, da estima que tenho pelo nobre par. Sabe que muitas lutas e batalhas tivemos juntos nesta Casa, eu na condição de Líder do PDT, e V. Ex.^a do PMDB. Devo dizer que, hoje, fico profundamente feliz, porque o pronunciamento de V. Ex.^a não é de ordem pessoal, nem um desabafo; é um pronunciamento que busca fazer uma análise, hoje, da conjuntura política brasileira, apontando caminhos grandiosos para o País, para todos nós e para o Presidente da República. Quero parabenizar a V. Ex.^a, e essa felicidade se alonga na medida em que hoje também vi nesta Casa, quando os Partidos políticos sentaram-se, com a mesma preocupação de V. Ex.^a, para discutir as questões que preocupam a

todos nós, ao Brasil e também à Assembléa Nacional Constituinte. Quero deixar a V. Ex.^a um grande abraço pelo seu aniversário pelo seu pronunciamento e, sobretudo, porque vejo, com muita satisfação, que V. Ex.^a hoje paga uma dívida que tinha para com a Assembléa Nacional Constituinte, que era a sua volta à tribuna, sempre brilhante, como o foi nesta tarde. Muito obrigado.

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Agradeço a V. Ex.^a Constituinte Brandão Monteiro, que traz testemunho da Liderança do PDT. Sabe bem V. Ex.^a que, apesar, das divergências partidárias as que temos, são muitas as nossas identidades, não apenas nos assuntos tratados hoje nesta tarde, como no nosso ideal social e no nosso ideal democrático. Por isso, agradeço sensibilizado as manifestações ajuntadas por V. Ex.^a que têm para mim um destaque e um valor especiais.

Concedo o aparte ao Constituinte Nelson Aguiar.

O SR. NELSON AGUIAR: – Um pequeno aparte, nobre Constituinte Pimenta da Veiga, a fim de parabenizar V. Ex.^a duas vezes, pelo aniversário e pelo pronunciamento. Nós que deveríamos levar a V. Ex.^a o presente, estamos recebendo um presente de V. Ex.^a. Queremos dizer que V. Ex.^a apresenta ao Governo e à Nação uma solução simples para os problemas nacionais, porque é a única solução: as eleições diretas para Presidente da República, e V. Ex.^a fixa uma data, a data mais coerente. Com isto, se o Senhor Presidente ouvisse V. Ex.^a estaria ouvindo a Nação, estaria ouvindo o seu Partido, estaria ouvindo os partidos que têm compromisso com esta Nação. E, aí, o Presidente ganharia novamente o seu Partido, o apoio do seu Partido, ganharia o apoio dos partidos que têm compromisso com a Nação, ganharia o apoio da Nação e ganharia a História. Por causa de um miserável ano de governo, correrá o risco de perder tudo e entrar para a História pela porta dos fundos. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Constituinte Nelson Aguiar, V. Ex.^a há de se recordar que a nossa caminhada pelas eleições diretas é antiga. Estivemos juntos desde a outra vez, quando integraramos o grupo mais disposto e mais decidido desta Casa em favor das eleições diretas.

Naquela época, enfrentamos dificuldades, ouvimos acusações, mas soubemos vencer a tudo e caminhar naquela posição que nos parecia a melhor para o ambiente político que vivíamos.

Agora, nesta hora, estamos novamente solidários e juntos. É esta, talvez, a nossa sinal, mas haveremos de continuar defendendo a democracia e a representatividade.

O SR. JUTAHY JÚNIOR: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Com muito prazer, ouço V. Ex.^a

O SR. JUTAHY JÚNIOR: – Constituinte Pimenta da Veiga, ser seu líderado, no início da minha caminhada no PMDB, talvez seja um dos episódios mais marcantes de minha vida como parlamentar, quer pela sua capacidade, pela sua lucidez, quer pela sua experiência. Com emoção ocupo esta tribuna, neste momento, participando e dizendo, depois de uma profunda reflexão, do momento que estamos vivendo no País de hoje. A

proposta que V.Ex.^a traz à tribuna é a da população, é o sentimento das ruas e da história do PMDB. Sou novo neste Partido, e só poderia me vincular ao que tem de melhor no PMDB. Sinto-me imensamente honrado de ter-me colocado sempre como seu líderado. Agradeço a oportunidade deste aparte e parabenizo V. Ex.^a pelas palavras que profere hoje, certo de que está dando uma grande contribuição neste momento tão decisivo da história nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nobre Constituinte Pimenta da Veiga, a Mesa solicita a V. Ex.^a que não conceda mais apartes e conclua sua oração, porque o tempo que estamos usando não pertence mais à Mesa, nem a V. Ex.^a mas, sim, ao próximo orador inscrito.

Muito obrigado!

O SR. PIMENTA DA VEIGA: – Muito obrigado, Constituinte Jutahy Júnior. Só posso dizer que V. Ex.^a sabe como é sincera a admiração que nutro pelo trabalho parlamentar que V. Ex.^a vem desenvolvendo, e com que prazer escuto, nesta tarde, a reafirmação de que V. Ex.^a está conosco na defesa dessas teses. Isso enriquece nossas fileiras, isso nos dá forças para enfrentar as grandes dificuldades que certamente, encontraremos na nossa caminhada.

Termino, Sr. Presidente, agradecendo a todos os que nos apartearam, agradecendo a todos os Constituintes que tiveram a paciência de nos ouvir, mas fazendo a V. Ex.^a um agradecimento destacado pela compreensão que teve, permitindo que pudéssemos ultrapassar nosso tempo, para atender àqueles que queriam trazer as suas idéias, que queriam trazer as suas propostas a este debate que agora encerramos.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

Durante o discurso do Sr Pimenta da Veiga o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia Segundo-Secretário.

VI – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Requerimento de informações ao Ministério da Previdência e Assistência Social sobre o total dos débitos dos clubes esportivos.

– Requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre Acordos de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre o Brasil e a Argentina.

IRAM SARAIVA – Projeto de decisão que "cria dispositivos para levar até o povo, através de transmissões de televisão e rádio, as votações nominais realizadas no plenário da Assembléa Nacional Constituinte".

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concede a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães, pela ordem.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido dos Trabalhadores reuniu hoje a sua Comissão Executiva Nacional e emitiu nota oficial,

defendendo o direito do povo de se manifestar livremente, inclusive nas ruas, protestando contra a repressão e a ameaça de aplicação da Lei de Segurança Nacional, conclamando especialmente as classes trabalhadoras a se mobilizarem organizadas para mudança da política econômica, social e institucional, e convidando a todos para mobilização em torno da campanha das diretas já.

Passo este documento às mãos de V. Ex.^a Sr. Presidente para transcrição nos Anais.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES.

PARTIDO DOS TRABALHADORES

O protesto do povo é legítimo

Diante das manifestações populares de descontentamento ocorridas em diversos pontos, e mais recentemente no Rio, o Partido dos Trabalhadores vem pronunciar-se publicamente.

O partido dos Trabalhadores defende o direito do povo manifestar-se livremente em protesto legítimo contra política econômica e social a ele imposta pelo governo, e atribui ao próprio governo a responsabilidade pelo que possa acontecer nessas manifestações. A nova República vem emitindo pacotes que prejudicam a imensa maioria da população: arrocho, carestia, recessão, desemprego... e tudo em benefício de minorias privilegiadas, nacionais ou estrangeiras. Nada mais natural, portanto, que aumentem as reclamações populares.

O Partido dos Trabalhadores também protesta contra os setores que se aproveitam das manifestações para a intimidação e a opressão. Protesta contra o recurso ao arsenal autoritário da ditadura militar, contra a Lei de Segurança Nacional, contra invasões de domicílio, prisões arbitrárias, perseguições a opositores. Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores manifesta sua solidariedade à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) alvos de acusações precipitadas e calúnias. O Partido dos Trabalhadores, igualmente vítima de difamações semelhantes, exige amplo repúdio a tais métodos atrabilários.

O Partido dos Trabalhadores não quer atropelar investigações. Ao contrário: quer que cheguem às conclusões finais numerosos inquéritos já iniciados, como os do assassinato de Paulo Fonteles, das manifestações de novembro de 1986 em Brasília, do tiroteio do Leme há um ano atrás, da morte de líderes sindicais e rurais, dos escândalos e da corrupção, da fraude da ferrovia Norte-Sul e de muitos outros.

Finalmente, o Partido dos Trabalhadores conclama a classe trabalhadora a mobilizar-se organizadamente pela mudança da política econômica, social e institucional. Mais que episódios isolados de revolta, é preciso congregar forças em torno de sólidas propostas de intervenção eficaz no cenário político. Todo apoio à coleta de assinaturas nas emendas constitucionais populares! Todo apoio às Eleições Diretas Já para Presidente da República! Todo apoio à mobilização popular organizada para eleger um novo governo, compro-

metido com os interesses da classe trabalhadora e da imensa maioria da população!

São Paulo, 2-7-87 - Comissão Executiva do PT.

O SR. VITOR BUAIZ: - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): - Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vitor Buaiz.

O SR. VITOR BUAIZ (PT - ES)
Pela ordem. Sem revisão do orador.: -

Sr. Presidente, tenho em mãos um documento oficial da Federação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas, que diz respeito aos episódios que envolveram um dos seus dirigentes, Luiz Carlos de Jesus Machado, em que a Federação Nacional esclarece que, naquele momento em que as manifestações ocorreram no Paço Imperial do Rio de Janeiro, se encontrava esse dirigente sindical em outro local.

Gostaria que o mesmo fosse transscrito nos Anais da Constituinte.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. VITOR BUAIZ EM SEU DISCURSO

Exmo Sr.
Deputado Luiz Inácio Lula da Silva
MD Líder do PT na Constituinte

A Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas que congrega todos os sindicatos de trabalhadores urbanitários do País, excluídos os Estados de São Paulo e Minas Gerais, tendo em vista as notícias que vêm sendo veiculadas diariamente, tentando relacionar o Presidente do Sindicato do Rio de Janeiro, Luiz Carlos de Jesus Machado, e também Secretário-Geral desta Federação, com os incidentes do último dia 25 de junho, envolvendo a comitiva do Presidente da República, vem expedir a seguinte nota oficial:

O referido dirigente sindical deslocou-se às 15 horas da cidade do Rio de Janeiro para o Município de Barra do Piraí, a fim de participar de reunião dos delegados sindicais, tendo esta reunião terminado aproximadamente às 21h 30 min. Depois seguiu para Fontes, retornando ao Rio de Janeiro quando já passava das 24 horas.

Impossível, portanto, que pudesse estar participando das manifestações ocorridas no Paço Imperial, sendo essas notícias que, diariamente, vêm sendo veiculadas, além de uma provocação, uma tentativa de incriminar um dos mais combativos dirigentes sindicais do Rio de Janeiro, visando, com isso, torpedear a sua luta intransigente em defesa dos empregados da Light, Furnas, Eletrobrás, CEDAE, CEG, Nudebrás, Nuclep, FEEMA, CEPEL, Estrada de Ferro Corcovado e Itaipu Binacional.

O companheiro Luiz Carlos além de comandar a luta dos empregados de todas essas empresas por melhores condições de trabalho e de salário, é o Secretário Nacional do Secretariado Nacional dos Trabalhadores nas Empresas Estatais e a sua luta em defesa dessas empresas, que constituem um patrimônio do povo brasileiro, bem como dos

seus empregados, tem desagradado a muita gente, principalmente aqueles que querem entregar o nosso País às multinacionais e ao capital internacional.

A Federação Nacional por tudo isso repudia essas insinuações irresponsáveis. Repudiamos também que a Lei de Segurança Nacional, cuja aplicação sempre foi combatida pelo PMDB, quando era oposição, seja novamente aplicada, com a cumplicidade omissiva do partido que, majoritariamente, está no Governo.

Os trabalhadores não aceitam que a violência seja o caminho para a solução dos seus problemas. É preciso porém compreender a espontânea indignação da massa trabalhadora que continua, como nos últimos vinte anos de ditadura, sendo espoliada. É preciso dar um basta nisso. Somente um Governo insensível pode continuar querendo desconhecer a realidade dos nossos dias. Daqui a pouco pode ser tarde demais. **Jair Simões**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): - Não há questões de ordem a serem decididas.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa - PMDB; Agassiz Almeida - PMDB; Ailton Cordeiro - PDT; Alair Ferreira - PFL; Albano Franco - PMDB; Aloísio Vasconcelos - PMDB; Alysson Paulinelli - PFL; Amilcar Moreira - PMDB; Antônio Britto - PMDB; Antônio Carlos Franco - PMDB; Antonio Salim Curiati - PDS; Antonio Ueno - PFL; Arnold Fioravante - PDS; Asdrubal Bentos - PMDB; Benedita da Silva - PT; Benito Gama - PFL; Beth Azize - PSB; Borges da Silveira - PMDB; Caio Pompeu - PMDB; Cardoso Alves - PMDB; Carlos Alberto - PCB; Carlos De'Carli - PMDB; Carlos Vinagre - PMDB; Cássio Cunha Lima - PMDB; Célio de Castro - PMDB; Cunha Bueno - PDS; Del Bosco Amaral - PMDB; Delfim Netto - PDS; Dirce Tutu Quadros - PTB; Edésio Frias - PDT; Eduardo Jorge - PT; Eunice Michiles - PFL; Expedito Júnior - PMDB; Felipe Cheidde - PMDB; Fernando Henrique Cardoso - PMDB; Francisco Coelho - PFL; Geraldo Bulhões - PMDB; Geraldo Melo - PMDB; Gil César - PMDB; Guilherme Palmeira - PFL; Henrique Eduardo Alves - PMDB; Homero Santos - PFL; Irma Passoni - PT; Itamar Franco - PL; Ivan Bonato - PFL; Jacy Scanagatta - PMDB; Jairo Azi - PFL; Jessé Freire - PFL; Joaci Góes - PMDB; João de Deus Antunes - PDT; Jorge Uequed - PMDB; Jorge Viana - PMDB; José Camargo - PFL; José Carlos Martinez - PMDB; José Fernandes - PDT; José Luiz de Sá - PL; José Teixeira - PFL; José Thomaz Nonô - PFL; Levy Dias - PFL; Lúcia Vânia - PMDB; Luiz Freire - PMDB; Luiz Viana Neto - PMDB; Maluly Neto - PFL; Márcia Kubitschek - PMDB; Márcio Braga - PMDB; Márcio Lacerda - PMDB; Maria de Lourdes Abadia - PFL; Mário Bouchardet - PMDB; Mário de Oliveira - PMDB; Matos Leão - PMDB; Maurício Fruet - PMDB; Milton Lima - PMDB; Myriam Portella - PDS; Nelson Seixas - PT; Paulo Paim - PT; Paulo Silva - PMDB; Pedro Ceolin - PFL; Raimundo Lira - PMDB;

Raquel Cândido – PFL; Raquel – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Capiberibe – PMDB; Raul Belém – Sergio Naya – PMDB; Telmo Kirst – **Maia**: – Encerro a sessão, PMDB; Renato Bernardi – PMDB; PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; convocando outra para Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – Tito Costa – PMDB; Victor Trovão – amanhã, 6^a-feira, dia 3, às 9:30 PFL; Roberto Brant – PMDB; Roberto PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius horas. Jefferson – PTB; Roberto Torres – Cansanção – PFL; Virgílio Távora PTB; Ronaro Corrêa – PFL; Rospide – PDS; Vladimir Palmeira – PT; Encerra-se a Sessão às 18 Netto – PMDB; Rubem Medina Wagner Lago – PMDB; horas e 52 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 89

SÁBADO, 4 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 95ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 3 DE JULHO DE 1987.

I - Abertura da Sessão

II - Leitura da Ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

VALMIR CAMPELO - Resguardo dos direitos dos atuais moradores da Vila Planalto em face da criação de novas áreas habitacionais em Brasília, Distrito Federal.

CARLOS CARDINAL - Insensibilidade do Governo Federal ante a crise vivida pela agricultura brasileira.

LÚCIA BRAGA - Defesa da Administração Wilson Braga ante pronunciamento de Constituinte sobre rejeição, pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, das contas do seu Governo.

TADEU FRANÇA - Devolução, pelo Governo Federal, das importâncias recolhidas a título de empréstimo compulsório sobre a venda de veículos automotores novos e usados. Ineficácia do Plano Bresser.

JORGE ARBAGE - Transmissão diária, pelos meios de comunicação, de um minuto de prece pela paz no Brasil e no mundo.

NAPHTALI ALVES - Inserção, na futura Constituição, do direito à aposentadoria, com proventos integrais, aos 30 anos de serviço para o homem e aos 25 para a mulher.

PRESIDENTE - Assunção do Constituinte Ulysses Guimarães à Presidência da República, em virtude do afastamento do Presidente José Sarney, em visita ao Peru.

JESUS TAJRA - Frustração do orador com os resultados dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte até o momento.

UBIRATAN AGUIAR - Refinanciamento aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, ao término do contrato, do saldo devedor ainda existente até liquidação do débito.

DASO COIMBRA - Necessidade de funcionamento permanente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

SÓLON BORGES DOS REIS - Inserção, na futura Constituição, do instituto da responsabilidade pessoal, política e social.

PAULO RAMOS - Illegitimidade do exercício da Presidência da República pelo Sr. José Sarney.

VIRGÍLIO GUIMARÃES - Administração Newton Cardoso, Estado de Minas Gerais.

MAURÍCIO FERREIRA LIMA - Inconveniência da adoção do sistema parlamentar de Governo no Brasil.

PAES LANDIM - Inconveniência da adoção do sistema parlamentar de Governo no Brasil.

ÉRICO PEGORARO - Conveniência da adoção do sistema parlamentar de Governo no Brasil.

JOSÉ FOGAÇA - Questão de ordem acerca da validade do Ato nº 1, do Presidente da Comissão de Sistematização, que dispõe sobre a substituição do Relator nas suas faltas e impedimentos.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte José Fogaça.

CHICO HUMBERTO - Criação do Estado do Triângulo.

EDMILSON VALENTIM - Concordância do PCB com a mudança do sistema de governo no Brasil. Mobilização da sociedade brasileira pela aprovação de teses progressistas na Assembléia Nacional Constituinte.

AUGUSTO DE CARVALHO - Protesto do orador contra a indicação do ex-Senador Murilo Badaró para a Diretoria de Recursos Humanos do Banco do Brasil.

JOSÉ FOGAÇA - Estabilidade política e progresso econômico existentes em países sob o regime parlamentar de governo. Vícios da prática presidencialista no Brasil.

NILSON GIBSON - Repúdio do orador ao colonialismo cultural imposto ao País.

FRANCISCO AMARAL - Competência da Justiça Federal para o julgamento das causas decorrentes de acidentes do trabalho.

LÍDICE DA MATA - Aspectos negativos do Plano Bresser.

ISMAEL WANDERLEY - Participação popular nas soluções da crise econômica, financeira e social vivida pelo País.

FLORICENO PAIXÃO - Direitos aprovados pela Comissão da Ordem Social em favor

dos servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios omitidos no anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização.

ONÓFRE CORRÊA – Carta da União de Moradores e Grupos Similares da ilha de São Luís, Estado do Maranhão, de indignação em face do comportamento do Senador Edison Lobão na Assembléia Nacional Constituinte.

V – Comunicações das Lideranças

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Desagravo à Assembléia Nacional Constituinte em face de agressões contidas em entrevista concedida por Constituinte ao programa "Bom Dia, Brasil", da TV Globo.

RUY NEDEL – Necessidade de o Governo atuar com competência administrativa para evitar convulsões entre os produtores rurais.

SANDRA CAVALCANTI – Inoperância do Poder Legislativo em decorrência do seu funcionamento parcial durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Exclusiva competência dos Constituintes na elaboração da futura Carta Magna.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Solidariedade do orador ao protesto do Constituinte Maurílio Ferreira Lima contra agressões contidas em entrevista por Constituinte ao programa "Bom Dia, Brasil", da TV Globo. Adoção, pelo Poder Executivo, de princípios de bom governo.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Unidade sindical e partidária em prol da convocação de eleições diretas para Presidente da República.

EDMILSON VALENTIM – Questão de ordem sobre falta de resposta dos Presidentes das Comissões Temáticas a requerimento do orador acerca dos mapas das votações ocorridas nesses órgãos técnicos.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Edmilson Valentim.

EDMILSON VALENTIM – Repúdio do PC do B à tentativa de ingerência do Governo nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

DAVI ALVES SILVA – Preocupações de empresários maranhenses quanto a declarações veiculadas na imprensa desestimulando a inversão de recursos no País pelo período de um ano.

AMAURY MÜLLER – Interesses ocultos na proposta de suspensão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

VI – Apresentação de Proposições

Não há proposições a serem apresentadas.

VII – Pronunciamentos Sobre Matéria Constitucional

ANTONIO DE JESUS – Fortalecimento do núcleo familiar no Brasil. Estabelecimento de amplo programa de atendimento à criança e ao jovem.

AMAURY MÜLLER – Incoerências e contradições do Governo da Nova República. Falta de resposta a requerimento do orador sobre a importação de alimentos. Análise de aspectos do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÕES – Relação dos membros das Comissões Constitucionais.

Ata da 95ª Sessão, em 3 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário;

ÀS 9:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Dêlio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Pra – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doretto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – MDB; Geraldo Campos – PMDB; Gérson – Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira

– PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado – PL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mauricio – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Tavares – PMDB; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS;

Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Neiton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemburg – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie – Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Waldeck Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 189 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo Secretário, procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

IV – O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se ao pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes, um dos dispositivos mais conhecidos da Constituição em vigor expressa que "Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido" (art. 1º, § 1º). Este parágrafo integrará o novo texto constitucional, embora esteja proposta uma importante modificação no teor do mesmo.

Entretanto, Srs. Constituintes, todos sabemos que, ainda hoje, nem sempre o poder emanou do povo, apesar de a norma constitucional permanecer em vigor. Aqui no Distrito Federal, por exemplo, muitas vezes o Governador, durante algum tempo de exercício, permanecia um ilustre desconhecido da população local.

Não é, porém, a respeito desse aspecto que solicito a atenção dos meus nobres pares. Pretendo, nesta oportunidade, tecer algumas considerações quanto ao pressuposto de que o poder é exercido em nome do povo.

Nos países desenvolvidos, as populações têm o direito – não o dever, vejam bem – de voto e, indiscutivelmente, a prerrogativa de voz. Podem, livremente, manifestar suas opiniões, as quais são, na maioria dos casos, acatadas pelas autoridades, nas diversas esferas do poder público.

Aqui no Brasil – Nação que pretendemos que seja democrática – o voto é obrigatório e a voz do povo dificilmente chega aos ouvidos dos governantes, mesmo que o clamor seja intenso. Mesmo que vários representantes eleitos a ele somem seus esforços.

Exemplo claro desta situação, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é o Pacto Social. Sua importância foi ressaltada pelas autoridades, principalmente as do Poder Executivo. Seu objetivo último foi definido: o desenvolvimento do País. Mas o povo brasileiro não foi informado dos elementos estruturais desse pacto. Nem mesmo sabemos se o Governo os definiu.

Citou-se, como modelo, o Pacto de Moncloa; mas não houve as necessárias explicações a respeito desse modelo.

Também não se divulgou que um verdadeiro acordo social deve ser tripartite: deve envolver o Governo, os representantes das entidades patronais e das classes trabalhadoras. E não pode ser de outra forma, já que as responsabilidades, os benefícios e os sacrifícios devem ser repartidos.

Exorta-se o povo não a participar de um pacto social, mas a acatar com paciência as decisões do Governo.

Em nome do povo, o poder é exercido! Entretanto, Srs. Constituintes, o amadurecimento político e social brasileiro está a exigir que o povo também possa ser ouvido nas decisões que, diretamente, o afetam.

No Distrito Federal estão para ser processadas inúmeras alterações urbanísticas. Essas modificações repercutirão, sem dúvida, na vida da comunidade que tem, portanto, um papel primordial a desempenhar.

Considera-se, com interesse, a criação de seis novas áreas habitacionais na cidade, além de núcleos industriais capazes de absorver levas de migrantes carentes. O estudo, cujo título é "Brasília Revisitada", tem como autor o arquiteto Lúcio Costa.

Também da lavra do brilhante urbanista é o projeto que visa à fixação da Vila Planalto. Aquela comunidade que abriga 1.200 famílias – mais de 6.000 pessoas, por conseguinte – se recusa a aceitar a proposição de Lúcio Costa, que compreende a construção de blocos de apartamentos, com 30 metros quadrados cada.

É preciso que se ressalte a importância histórica da Vila Planalto – local onde se situou o primeiro acampamento de operários, quando do início da construção da Capital.

Seus moradores são os "candangos" da primeira hora. São os brasileiros que, antes de todos os demais, sentiram o chamamento dos cerrados deste Planalto, e nele, acreditaram. Aqui despenderam seus esforços e efetivamente contribuíram para a concretização da cidade. Aqui viram crescer os filhos e nascer os netos.

São, em sua maioria, pessoas de baixa renda e estão convictos de que, se não forem ouvidos e atendidos, serão inapelavelmente expulsos para as periferias das cidades satélites.

Estão cientes de que ocupam a área mais nobre da cidade, situada entre os Palácios da Alvorada e do Planalto. Sabem da cobiça das imobiliárias e temem, principalmente, a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, cujo furor especulativo é por demais conhecido em todo o Distrito Federal.

Felizmente estão unidos em uma Associação de Moradores que propõe o loteamento da área e a adequada distribuição dos lotes entre os próprios moradores.

A área é nobre, mas os que lá estão têm muito mais nobreza que o solo que ocupam, já que são cidadãos brasileiros. E residem entre os palácios que eles mesmos ergueram com a força dos seus braços.

Que não lhes seja contestada a prerrogativa de erguerem suas vozes na defesa de um direito que não lhes pode ser negado. Lá residem, desde muito antes de qualquer das autoridades, que os queiram desalojar, tenha pisado o solo brasiliense.

Muitas críticas se apresentam ao Anteprojeto da Constituição apresentado pela Comissão de Sistematização. Esse documento, porém, entre muitos outros méritos, registra a seguinte modificação: o art. 1º determina, em seu parágrafo único:

"Todo o poder emaná do povo e com ele é exercido, nos tempos desta Constituição".

Esperemos que este dispositivo conste da nova Carta, nestes termos, e que os governantes não se esqueçam de aplicá-lo, quando de suas decisões, para o bem do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT – RS.) Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, em rápida visita que fiz ao Rio Grande do Sul tive oportunidade de acompanhar, entre tantas, as manifestações de preocupação com os atuais rumos da política brasileira, como também de assistir de perto às manifestações dos produtores rurais do Estado. Acumulam-se, avolumam-se elas nos últimos tempos e são consequência de políticas adotadas erroneamente para o setor agrícola e que têm levado a produção primária do Brasil, apesar da maior safra colhida nos últimos anos, à sua maior crise. Isso não acontece por acaso, nem é fruto de uma política que não esteja engendrada em condições e em situações maiores.

Tenho ouvido nesta Casa, de parte da representação nordestina, uma justa reivindicação, percebendo mesmo a sua agonia nos apelos feitos diária e constantemente exigindo que o modelo agrícola brasileiro seja reformado.

Mas confesso que essa posição política, embora assunto de palanque para a campanha eleitoral, na verdade não reflete o sentimento da Nova República.

Há poucos dias, a imprensa nacional divulgava declarações do Ministro Aníbal Teixeira acenando para uma nova política industrial no País. Não preciso dizer que essa política, mesmo que não adotada por inteiro, já vem sendo praticada há algum tempo, resultando no crescente descrédito do setor agropecuário.

Se fizermos uma análise rápida do que acontece com a agricultura nacional, constataremos que em todas as medidas adotadas pelo Governo existe falta de sinceridade e o descompromisso com o setor agropecuário. Senão, vejamos: no momento da liberação de financiamentos para a safra agrícola falta dinheiro, ou os bancos não recebem a instrução no momento adequado. Ultimamente, quanto à política agrícola, os bancos nunca têm, no momento certo, a decisão adequada do Ministério ou do próprio Banco Central. Ao se contratar AGF ou EFG, falta dinheiro ou resolução. No momento da aplicação de investimentos na agricultura, as verbas inexistem. De sorte que essa situação desesperadora vem ao encontro da nefasta nova política industrial que, a rigor, está preparando o massacre da agricultura com a finalidade de facilitar, como convém, a entrada do capital estrangeiro, aniquilando-se nossa agricultura para ficarmos voltados apenas para os interesses das grandes indústrias.

Em São Borja, tradicional Município agrícola e agropecuário – apenas para citar um exemplo – se vender toda a safra de arroz colhida este ano, que atingiu quase 3 milhões de sacas, e toda a produção de soja, o dinheiro ficará apenas para pagar o endividamento daqueles agricultores. A situação é desesperadora e revela o lado desumano dessa política agrícola. E fizeram discursos, nos palanques eleitorais, em favor da agricultura. No ano passado, para se comprar um trator Massey Ferguson – e até cito o tipo, 295-X – bastavam 1.300 sacas de arroz. Agora são necessárias mais de 3 mil para se adquirir o mesmo trator. Quase ninguém mais pode comprar trator ou automóvel. No ano passado, para se comprar mil litros de óleo diesel, o agricultor precisava de 23 sacas de arroz. Hoje, ele não os compra com 35 sacas. Para se adquirir uma tonelada de adubo no ano passado precisava-se de 20 sacas

de arroz; hoje, precisa-se de 36. Cumpre haver sinceridade de propósito.

Confesso que se o Plano Bresser e o novo pacote – que não disse muita coisa, mas apenas se referiu à correção monetária, que não tira da inadimplência e da falência os agricultores do Rio Grande do Sul e do Brasil – se esses planos não forem adotados com sinceridade, logo os gaúchos e os brasileiros irão usar instrumentos mais fortes, já que os apelos e os pedidos de misericórdia estão sendo insuficientes para sensibilizar o Governo da Nova República (Palmas.)

A SR^a LÚCIA BRAGA (PFL – PB.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, é muito fácil tripudiar sobre aqueles que não mais detêm o poder.

O discurso do Constituinte João Agripino teve tão-somente esta finalidade: tripudiar sobre a figura do ex-Governador Wilson Braga, atualmente sem mandato.

Não vim aqui fazer a defesa de Wilson Braga, mesmo porque esta Casa o conhece o suficiente para dispensar-me dessa tarefa. Estou aqui para restabelecer a verdade, só a verdade, como um preito de justiça a um homem tão injustiçado.

A Paraíba também conhece o seu espírito público e jamais poderá ser esquecido o Governo que realizou, voltado para o social, humanizando favelas, irrigando o semi-árido e criando escolas e serviços de saúde para as comunidades de baixa renda.

A sua imagem foi sempre a do Parlamentar dinâmico, empenhado em carrear recursos para a Paraíba, a do administrador preocupado em fazer do exercício do poder um instrumento para servir ao bem comum.

Dele nunca se ouviu falar como alguém que se locupletasse da coisa pública, até que o Sr. Tarésio Buriti assumisse o Governo da Paraíba e, mancomunado com o PMDB daquele Estado, procurassem denegrir a imagem de um ex-governante que tão-somente serviu ao seu Estado, através de uma administração que se fez notável pela marca de dinamismo e arrojo.

O seu Governo inovou em termos do social, com a participação do povo nos projetos de mutirão, construindo-se, assim 10.500 unidades habitacionais nas áreas de pobreza absoluta, projetos que serviram de modelo ao Governo Federal.

Com o Projeto Canaã construiu mais açudes na Paraíba do que todos os Governos que o antecederam, reunidos.

Antes que o Governador Leonel Brizola iniciasse o projeto das CIEP, no Rio de Janeiro, Wilson Braga realizava o mutirão escolar, propiciando educação e lazer para as crianças das favelas.

Há cem dias a Paraíba tem novo Governo. E o que fez esse senhor desde que assumiu a chefia do Estado? Demitiu 38 mil funcionários, espancou estudantes que, pacificamente, protestavam contra a elevação das anuidades escolares; instaurou o regime de perseguições, uma espécie de macartismo caboclo.

Os paraibanos, estupefatos, assistem a cenas incomuns: populações carentes e camponeses acampados em frente ao Palácio da Redenção, pagamento do funcionalismo público atrasado, professores emergenciados demitidos.

Cuidou, no entanto, o Sr. Tarcísio Buriti, de proteger os seus, pagando pelos cofres do Estado a quase todos os seus familiares e contraparentes.

Concedeu à Paraíba um título raro e único em sua história: o de Estado campeão do nepotismo!

Que imagem inglória para um Estado que tem uma tradição revolucionária que tanto preza e de que tanto se orgulha!

Para encobrir o marasmo de sua administração, o Governador da Paraíba inventiva como pode contra o ex-Governador Wilson Braga, tentando em vão maculá-lo, denegrir-lhe a imagem junto à opinião pública.

O seu arauto nesta Casa prestou-se servicialmente a este fim. Em seu discurso o estilo casa-se com os argumentos, ou seja, se aquele é muito ruim, a estes falta substância.

Dispenso-me de discorrer sobre o estilo porque não há mesmo o que falar – não chega sequer a ser realmente um estilo.

Vejamos as acusações.

Antes convém conhecer-lhes a procedência.

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba foi criado na administração do Governador João Agripino Filho, que escolheu seus membros entre os Secretários de Estado e chefes políticos de sua confiança. São eles: Antônio Carlos Escorel (ex-Secretário da Administração), Otacílio Silveira (ex-Secretário das Finanças), Luiz Nunes (ex-Secretário do Planejamento), Aécio Vitar de Aquino (ex-Secretário da Agricultura), José Braz do Rêgo (ex-Deputado Estadual).

Com a aposentadoria do Conselheiro Damásio Franca, foi nomeado o Dr. Flávio Sátiro, sobrinho do ex-Governador Ernani Sátiro. E com a aposentadoria do Sr. Otacílio Silveira sua vaga foi ocupada pelo Sr. Fábio Mariz Maia, irmão do ex-Governador João Agripino Filho.

Evidentemente, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba está reduzido a um conselho de parentes e amigos do ex-Governador João Agripino Filho, pai do Constituinte João Agripino e amigos do Governador Tarcísio Buriti, diligente em prestar serviços ao atual Governo do Estado.

E tão diligentes são alguns dos Srs. Conselheiros do TCE que participaram febrilmente de passeatas e comícios do candidato Tarcísio Buriti no último pleito.

Falta-lhes, portanto, a necessária isenção para o julgamento justo. Fatos administrativos, financeiros e contábeis que antes eram relegados pelo TCE, atualmente ganham toda relevância. Vasculham irregularidades inexistentes, supostos crimes contra a administração pública.

Esquecem-se, no entanto, os probos Conselheiros, que as alegações de irregularidades constantes das sínteses de ocorrências na atual prestação de contas relativa ao ano de 1986, aconteceram em todos os Governos anteriores e jamais foram consideradas.

Apenas ano passado – um ano político – o TCE emitiu parecer contrário à aprovação das contas do ano anterior. Mas a Assembléia Legislativa do Estado não o considerou, aprovando as contas da Administração Wilson Braga.

Destaca o Tribunal como irregularidade a abertura de crédito suplementar sem autorização legislativa. Tal irregularidade não existe, pois com a instituição do Plano Cruzado I, houve uma deflação de 30% na Lei Orçamentária, considerando a diferença entre o decreto presidencial que criou

a nova moeda e promoveu o congelamento dos preços e o orçamento do Estado. E se tal fato realmente existisse, o que é comum, o órgão julgador – a Assembléia ou a Câmara – convalidaria o gasto, legalizando-o.

Outra irregularidade apontada é a não aplicação de 25% da receita tributária com a educação. No caso, o que há é duplidade de dados estatísticos. Os dados colhidos pelo Tribunal estão em desacordo com os possuídos pelo Estado. Pela estatística em poder do Estado, o montante aplicado na área da educação ultrapassa o percentual exigido por lei.

Com relação à falta de empenho prévio de despesas, em se tratando de pagamento de vencimentos, proventos, alimentação e pagamento a bancos, não constitui irregularidade administrativa, pois encontra amparo em legislação própria do Estado e da União.

Emissão de cheques sem cobertura, inexistente, porque não há como confundir conta gráfica com conta única. Não se leva em conta o depósito da conta gráfica, porém o da conta única que socorre o caixa do Estado, recurso usado na atual administração.

Considerou o TCE que determinadas desapropriações realizadas pelo Estado foram irregulares, porque os proprietários dos imóveis expropriados se regularizaram posteriormente ao decreto. Desconhecem os Srs. Conselheiros que o poder expropriatório não precisa saber nem mencionar o nome dos proprietários, mas a área do imóvel. Deposita uma parcela em cartório e se imite na posse. Quem for proprietário vai-se habilitar perante a Justiça.

Quanto ao atraso na transferência dos impostos – ICM, ITBI e IPVA – aos Municípios, isto constitui fato comum a varias administrações e está sendo verificado atualmente na Paraíba. O próprio Banco Central reteve por vários meses as parcelas de empréstimos externos que a Paraíba tomou.

Estranhou o Constituinte João Agripino o pagamento dos honorários do Tradutor Juramentado da Paraíba, porque S. Ex^a por viver há muito tempo distante do Estado, não o conhece suficientemente. O Dr. José Alfredo Leite foi aprovado em concurso público para o cargo de tradutor juramentado, qualificando-se para realizar as traduções e versões para o inglês de correspondência oficial. O fato de ser diretor-geral de uma das Secretarias do Estado não o impede de perceber pagamento pela realização de um trabalho a que se qualificou em concurso público, há bastante tempo, sendo que somente a ele, por juramento, compete realizar traduções e versões oficiais de documentos, convênios e contratos externos. Trata-se, inclusive, de uma exigência do sistema internacional de bancos. A contratação do referido profissional ocorreu na gestão anterior do atual Governador do Estado. A Constituição do Estado foi vertida para o inglês para atender à documentação exigida em convênios internacionais.

Também o desconhecimento da mecânica administrativa e a evidente predisposição dos Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba motivaram-nos a considerar irregular a autorização de pagamento de complementação salarial a três Secretários de Estado: das Finanças, do Planejamento e da Coordenação de Escritórios de Representação.

O Governador do Estado, através de memorando reconhecido no próprio parecer do TCE,

autorizou a prestação de serviços, mediante quantia simbólica de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros) por mês em 1984, a partir de julho, a ser corrigida de acordo com os aumentos salariais do Estado, aos três Secretários, para que gerissem o Projeto Macambira, igual ao Projeto Mandacaru, em Pernambuco, Projeto Chapéu de Couro, em Sergipe, Projeto Terra Verde, no Rio Grande do Norte, e Projeto Chique-Chique, no Ceará, cujos recursos eram oriundos do Governo Federal para a realização de pequenas obras nos municípios paraibanos, tudo inspirado no Projeto Nordeste. Tratava-se de uma prestação de serviço e nesta condição os prestadores passaram recibo, contabilizaram, prestaram contas e incluíram os rendimentos nas suas declarações perante a Receita Federal.

A Constituição não proíbe trabalho de ninguém e muito menos o permite gratuitamente. Complementação salarial começou a existir na Paraíba no Governo João Agripino Filho, que beneficiou todos os seus secretários, inclusive os atuais conselheiros do TCE, com contratos regidos pela CLT. Esta prática foi repetida pelo Governador Ernani Sátiro e, então, os membros do TCE contrariados porque percebiam menos que os Secretários de Estado, emitiram parecer contrário à aprovação das contas daquele Governador. Mas a Assembléia Legislativa do Estado não considerou as alegações do TCE e aprovou as contas do Governador Ernani Sátiro.

Os governos subseqüentes adotaram o mesmo sistema, porém camufladamente, como ocorreu na gestão anterior do Sr. Tarcísio Buriti, que contratou os Secretários na última letra e no último nível dos melhores cargos de fundações estaduais, de forma a não constituir acumulação proibida em lei.

Há a se considerar que os recursos com que foram gratificados os gestores financeiros do Projeto Macambira provinham do Governo federal e, portanto, a prestação de contas era devida a esta fonte primordialmente. E a referida gratificação decorria de serviços prestados ao Estado, é bem verdade, mas através do Governo federal. A gratificação não foi indiscriminada, mas restrita aos secretários envolvidos no referido projeto.

Evidencia-se nas "razões" apresentadas pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba para emitir parecer contrário à aprovação das contas da Administração Wilson Braga, que diga-se a bem da verdade restringiu-se a apenas quatro meses, pois teve que renunciar para candidatar-se, motivos mais políticos do que pseudo irregularidades administrativas, financeiras ou contábeis.

Por outro lado, em nenhuma das "irregularidades" apontadas há o menor indício de locupletação ou malversação dos dinheiros públicos por parte do Governador Wilson Braga. Nem mesmo os seus reconhecidos adversários, munidos de lutas, conseguiram apontar um só fato administrativo de sua honestidade.

Rejeitam-lhe as contas em ato reconhecidamente político, mas não podem incriminá-lo pessoalmente. Wilson Braga não demitiu pobres funcionários para ocupar seus lugares com parentes e aderentes. Antes, chegou até aos limites da capacidade de absorção de pessoal do Estado para atender às necessidades da máquina administrativa, sobretudo por entender que uma das princi-

país funções de um Estado é gerar emprego para absorver a crescente oferta de mão-de-obra.

Quero concluir, Sr. Presidente, concordando com o Constituinte João Agripino quando afirma que neste País só vai para a cadeia ladrão de galinha, porque esta Assembléa Nacional Constituinte deveria inserir no texto constitucional que está sendo redigido punição para o abuso de poder.

Duvido, no entanto, que o Governador de seu partido na Paraíba, o Sr. Miranda Buriti, concorde com o seu nobre Constituinte. Por que ninguém jamais abusou tanto do poder na Paraíba como o atual Governador do Estado. Não só usando a força contra a população como utilizando o poder em benefício próprio.

O Estado da Paraíba, hoje, para a boa parcela de parentes diretos e indiretos do Sr. Miranda Buriti, que vai passar à história por haver sido o maior nepotista do País.

Isto, sim, é caso de polícia!

O SR. TADEU FRANÇA (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há poucos dias foram feitos anúncios sobre o fim dos empréstimos compulsórios incidentes sobre veículos automotores novos e usados, praticados pelo Governo federal. Esses empréstimos sempre se caracterizaram como apropriação indébita de bens e serviços pelo Ministério da Fazenda, até mesmo em função de que carro não é luxo, é instrumento de trabalho. De qualquer forma, após os anúncios, causa-nos estranheza que até o momento inexista publicidade em torno da necessidade de se reparar o dano, através da devolução, com juros e correção monetária, dos valores injustamente confiscados da população. O condutor autônomo de veículos não está mais conseguindo realizar empréstimos ao Governo federal a custo zero. Por isso, é urgente que haja uma manifestação dando resposta a esta verdadeira anomalia, até agora silenciada, em termos de uma resposta que necessita ser caracterizada pela maior urgência.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a questão econômica nacional é cada vez mais grave, não apenas por isto, mas principalmente por uma conjuntura global, em que o congelamento proposto pelo Plano Bresser se revela, cada vez mais, sem o menor suporte de credibilidade. A proposta é leviana, oficializa o atentado contra o poder de compra dos trabalhadores e, por ser imoral, não se sustenta.

O congelamento proposto pelo Plano Bresser não tem o menor suporte de credibilidade popular, é leviana, oficializa um atentado contra o poder de compra dos trabalhadores e, por ser imoral, não se sustenta. No máximo, o Plano Bresser congelou a miséria no País.

A opção dos Ministros da Fazenda pelo grande capital é tão desvairada e insensata, por comportar preços estrondosamente abusivos e impraticáveis, que, rejeitando os excessos da tabela, os próprios donos de supermercado estão optando pelo subtfootamento de retorno, que os aproxime da realidade que é hoje a combalida economia popular.

Bresser é o comandante marcha-ré das finanças e é assombrosa a habilidade com que está conduzindo a economia brasileira para o retrocesso. Tutela do FMI, internacionalização da eco-

nomia, arrocho salarial, desemprego, recessão e os inquietantes rumores de que estaria para ser posta em prática a picaretagem da conversão dos juros da dívida externa em contratos de risco, sob o rótulo falso de "conversão da dívida externa brasileira em investimentos", tudo isso confere a Bresser, em nome até mesmo de uma estratégia de sobrevida do Governo Sarney até 15-11-88 somada à preservação do interesse nacional, o clima adequado para que o Ministro da Fazenda, a serviço do povo brasileiro, possa vir a oferecer o exercício salutar de uma renúncia, o que viria, de fato, a corroborar os anseios hoje tão visíveis em todos os quadrantes do País. Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é que, em momento tão grave como este, em que a sociedade brasileira, cada vez mais, clama e espera coerência e – o que é fundamental – uma resposta aos seus anseios, devemos, todos, nós cerrar fileiras como os nacionalistas de todos os partidos, que não pactuam, não aceitam e não haverão de transigir com o entreguismo que, cada vez mais, avassala nossa economia e nos tenta conduzir à lamentável condição de colônia tutelada pelo imperialismo norte-americano, principalmente.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes, no curso da última legislatura, tornei-me autor de projeto de lei que estabelece a transmissão, pelas emissoras de rádio e televisão, de um minuto de prece, às 18h, pela paz no Brasil e no mundo.

Creio que esse projeto, a exemplo de muitos outros, sujeitos à norma regimental, tenha tomado o rumo do arquivo.

Hoje, leio no jornal **O Dia** que a rádio FM de sua propriedade faz essa transmissão diretamente de porto das Caixas, onde milhares de romeiros, peregrinos de todo o País, comparecem para fazer orações e suplicar do "beneficiado", como eles próprios se referem ao Senhor Jesus Cristo, graças e atendimento privilegiado nas soluções de seus problemas.

Este fato, Sr. Presidente, precisa ser propagado por todos os meios ao alcance da comunicação de massas. Assumo esta iniciativa, pedindo a transcrição do noticiário que anexo, a fim de que esta augusta Assembléa Nacional Constituinte enriqueça seus Anais com o registro de valiosos testemunhos de que, nos momentos de aflições, Deus é o caminho mais próximo dos nossos verdadeiros anseios.

Era o que tinha a dizer.

PORTO DAS CAIXAS

"Assim como Eu observei os preceitos de Meu Pai e permaneça no seu amor."

(S. João.)

SOU PEREGRINA CONSTANTE PARA AGRADECER AO SENHOR.

Reportagem de Denise Ekhler.

"Sou uma peregrina constante em Porto das Caixas, onde rendo graças pela minha recuperação de uma enfermidade cardíaca". Em seus 70 anos Ercilia Lubianco dos Santos. Rua Brigadeiro Delamare 427. Marechal Hermes, esteve proibida até de se locomover, mas nas orações

teve superado todos os problemas. "Mas foi em meu genro, o Engenheiro Joaquim Lyra, que, com 47 anos de idade, foi vítima de um violento enfarte. Joaquim foi internado e desenganado.

A sua situação era tão séria que para sobreviver ele necessitava a colocação de três pontes de safena. Toda a família unida rogou ao Crucificado a sua recuperação da cirurgia, sem sequelas. Na graça do Senhor, o meu genro superou todos os problemas e hoje vive como um homem normal. Para agradecer todas as graças que recebi do Senhor é que sou uma peregrina constante, orando em seu Santuário".

Próstata

Izaura Chagas Barbosa, Rua Marechal Alencar, 5, Deodoro, conta que foram muitas as graças que recebeu em orações ao Crucificado. "Hoje sou presença nos ofícios religiosos, para render graças ao Senhor por um amigo da família. Miguel estava gravemente enfermo com um problema na próstata e temia uma doença grave. Rogamos em uma novena para que a cirurgia corresse normalmente. Ele foi operado e no material colhido para exames, não foi constatada a malignidade. Miguel está curado na graça do Senhor".

Junto aos filhos

Maria Luiza Pinheiro, Rua Seriba, 552, Padre Miguel, mora num barraquinha, mas é uma mulher muito feliz. "Tenho 85 anos e estava em Aracaju, com os meus dois filhos no Rio de Janeiro. Sozinha na minha terra, eu sofria muitas saudades dos filhos. Clamei ao Senhor o direito de terminar os meus dias ao lado dos filhos. Deus atendeu as minhas orações e o meu filho Manuel Pinheiro foi me buscar. Junto à família renasci para a vida e hoje estou agradecendo ao Senhor".

Correspondência

"Quando li sobre o Santuário ao Crucificado e as grandes graças que lá estão ocorrendo, logo pensei em Gregório, meu marido". Zoraide de Garcia, Eloy Alvaro, Guayaquil, Equador, conta que o marido sofreu um enfarte há 2 anos, mas conseguiu superar. No entanto, o seu sistema nervoso foi comprometido pela tensão do tratamento intensivo. "Hoje ele teme tudo, pensando que o enfarte pode se repetir. O seu cuidado até na alimentação demonstra bem o seu descontrole emocional. Gregório está com 42 anos e quando anda os seus passos são lentos como se estivesse com a perna enferma. Ele já foi esclarecido pelo médico de que os temores podem prejudicar sua saúde, porém os seus nervos não permitem uma modificação no comportamento. Estou pedindo que me enviem as orações ao Crucificado, pois juntos iremos rogar."

Zoraide de Garcia

Equador

O SR. NAPHTALI ALVES (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no momento em que o texto da nova Constituição vai tornando a sua forma definitiva, sinto-me no dever de juntar-me àqueles que propugnam pelos direitos do trabalhador. Um país é feito, acima de tudo, de homens e de mulheres, que fazem a sociedade mover-se no sentido das realizações. São eles que fazem a História. Então é justo que a Carta Magna assegure ao trabalhador brasileiro um nível de bem-estar com-

patível com a soma de deveres que dele é exigida.

Tenho em mente, sobretudo, a situação dos aposentados, daqueles que se retiraram do serviço ativo depois de tantos anos de dedicação. É triste ver o descaso com que são tratados os nossos patrícios idosos, auferindo proventos insuficientes para viverem, como se as suas necessidades tivessem diminuído com a passagem para a inatividade.

Sr. Presidente, vim à tribuna hoje defender a aposentadoria, com proventos integrais, aos 30 anos para o homem, e aos 25 para a mulher. Esta é a situação que vige atualmente para os professores e as professoras, enquanto as outras categorias profissionais estão sujeitas ao regime de 35 anos para o homem e 30 para a mulher.

A diferença de cinco anos para menos, que advogo, é coerente com a necessidade de assegurar ao cidadão uma margem de tempo, após a aposentadoria, durante a qual ele poderá desfrutar o seu lazer, passear, divertir-se, conhecer outros aspectos da vida, como não lhe foi possível fazer durante os longos anos do serviço ativo. De nada adianta uma aposentadoria tardia, quando a pessoa já está demasiadamente idosa, talvez doente a ponto de não ter condições para usufruir o seu tempo livre.

Vamos dar possibilidade ao idoso para aproveitar sua vida, após ter dado o melhor do seu trabalho em benefício do País. Neste sentido, a minha proposição, que também é a proposta de tantos outros companheiros desta Assembléia Constituinte, não estaria completa se não abordasse, ainda, a aposentadoria compulsória. A idade de 70 anos são demasiadamente tarde. Dificilmente encontráramos um septuagénario em perfeitas condições de saúde para gozar o tempo da inatividade. Seria muito justo, assim, fixarmos em 65 anos a idade da compulsória, também com proventos integrais, para dar aos nossos anciãos uma oportunidade de descanso como prêmio pelos anos de trabalho.

Ao término destas palavras, considerando que o projeto da futura Constituição vai agora entrar na sua fase decisiva, conclamo meus Pares a lutarem por essa conquista, em benefício dos brasileiros idosos.

Que a Lei Maior consagre nos seus artigos a aposentadoria com proventos integrais, em igualdade com os trabalhadores da ativa, aos 30 anos de serviço para o homem, e aos 25 para a mulher, com a compulsória aos 65 anos de idade. Grande é a expectativa da população, que não deve ser frustrada neste que é um dos seus interesses maiores.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência deseja comunicar aos Srs. Constituintes que neste momento deve estar assumindo a Presidência da República, o Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, nobre Deputado Ulysses Guimarães, já que o Exmº Sr. Presidente da República, ao visitar a cidade de Maldonado no Peru, em companhia do Presidente Alan Garcia, terá transposto a fronteira brasileira. Por preceituação constitucional, caberá ao Presidente Ulysses Guimarães assumir a Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Jesus Tajra.

O SR. JESUS TAJRA (PFL-PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando decidi candidatar-me a Deputado Federal, fui movido pela idéia de participar, sobretudo, da Assembléia Nacional Constituinte, fato histórico da maior importância, visto que assinalaria os novos rumos que haveriam – e que espera que isto aconteça – de levar o nosso País ao encontro com a democracia plena.

Nosso desejo era o de participar, representando o povo do Piauí, meu Estado, no ato da elaboração da nova Carta Magna, dando um pouco da nossa experiência, do nosso esforço e do nosso trabalho. Não temos feito outra coisa senão procurar honrar o nosso compromisso com o povo do Piauí desenvolvendo nossas atividades principalmente nas Subcomissões e Comissões das quais fizemos parte, com empenho e desempenho, que atravessaram muitas e muitas madrugadas.

Sr. Presidente, quero, nesta oportunidade, registrar a minha preocupação com o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelas diversas Subcomissões e Comissões Temáticas, condensados no anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização. Não posso deixar de registrar a minha deceção e até mesmo a minha frustração diante de um texto que não honra, na verdade, a cultura jurídica brasileira. Não me parece justo pretender-se elaborar uma Carta constitucional que mais parece um código ou mesmo um regulamento do que uma Constituição. A sua linguagem não obedece a um critério uniforme, é cheia de erros e, às vezes, ininteligível. Muitos trechos, inclusive, mais parecem frases de faixas de comícios ou discursos de palanque.

Quero manifestar esta minha preocupação, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, exatamente para expressar a nossa esperança de que se possa – e ainda há tempo – transformar tudo aquilo num texto enxuto e compatível com a tradição das Constituições brasileiras, condensadas artigos que apenas sirvam para definir a estrutura jurídica, administrativa e econômico-social do País, e não apresentar verdadeiras concessões benevolentes, de excessivos direitos e vantagens, a grupos profissionais e funcionais que por aqui transitaram fartamente em busca apenas de assegurar esses direitos e vantagens para a sua parcela integrante da comunidade brasileira. A constituição que desejamos é aquela que seja duradoura nas suas instituições e normas, e não a que abre caminhos para freqüentes reformas, como tem acontecido com as Constituições anteriores.

Sr. Presidente, esta nossa preocupação funda-se, sobretudo, no fato de que na Comissão de Sistematização não pudemos apresentar emendas que modificassem e substituíssem muitos daqueles textos. Não podemos dar-lhes uma uniformidade de estrutura e de linguagem mais adequada ao seu aspecto jurídico-constitucional. Espero que, já na outra etapa, a do Plenário, possamos chegar a esse consenso, sobretudo diante de entendimentos entre as lideranças, entre todos nós, para termos não uma Constituição de um partido, de uma facção, mas uma Constituição do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Jesus Tajra o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Ubiratan Aguiar. (Pausa.)

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB-CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, há poucos dias tivemos oportunidade de reclamar, da tribuna desta Assembléia Nacional Constituinte, contra norma baixada pelo Banco Central que determina a aplicação da correção monetária plena ou de 50% dela nos contratos de empréstimos realizados por agricultores e pecuaristas.

Mostramos que aquela resolução feria frontalmente um direito adquirido. Não poderia ela ter retroagido para prejudicar agricultores e pecuaristas que haviam celebrado contratos com juros determinados, de acordo com a faixa de 3, 6 e 8%, retirando do cidadão a certeza de que os termos do contrato seriam respeitados. O que se viu, na prática, foi que, unilateralmente, o Governo Federal, através do Banco Central, desrespeitou a legislação vigente, o Código Civil, que rege e disciplina os contatos celebrados e, por simples resolução, modificou todo um quadro, levando o caos e o desespero aos agricultores e pecuaristas de nosso País.

Hoje, Sr. Presidente, outro desencanto. O Banco Nacional da Habitação, criado para resolver o problema de moradia do povo brasileiro, depois extinto e incorporado à Caixa Econômica Federal, faria constar, como ainda hoje faz, nos contratos com os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, uma cláusula responsabilizando o segurado pelo saldo devedor verificado ao término do pagamento das prestações contratadas a prazo certo. Hoje, através de decisão governamental, desrespeitam-se os contratos celebrados, pelos quais o mutuário, ao término de 15, 20 ou 30 anos, tinha garantida a posse e o domínio definitivo do seu imóvel e recebia do órgão responsável o documento hábil para lavrar a escritura definitiva. Agora, o que se vê é a parte contratante, que representa o Governo, dizer ao mutuário, ao término do contrato, que o seu saldo devedor será refinanciado até que se liquide o débito existente. E o dinheiro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que é em cada contrato consignado para o seguro, que deve cobrir exatamente esse saldo devedor encontrado, para que fim será destinado? Qual o caminho que esses recursos tomarão? Como pôde, unilateralmente, o Governo adotar uma posição contrária aos interesses de brasileiros que acreditaram num plano que visou a resguardar um dos problemas mais sérios da nossa gente?

Sr. Presidente, o tempo – e V. Ex.^a me comunica – esgota-se. Estamos elaborando pedido de informação acerca da matéria, no sentido de resguardar o direito de milhões de brasileiros que acreditaram ser séria a medida posta em prática pelo Governo de que os direitos de cada um seriam assegurados nas normas estatuídas em cada contrato celebrado.

Muito obrigado.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando, no inicio desta Sessão Legislativa, alguns companheiros compareceram a entre microfone para falar na necessidade de recesso, durante este ano, da Câmara dos Deputados, fomos daqueles que protestaram contra a fato. Víamos a necessidade de Câmara e Senado permane-

cerem funcionando, diariamente, pela manhã, enquanto que a tarde e a noite seriam destinadas aos trabalhos da Constituinte. Isso pensávamos que fosse acontecer. Foi assim quando na discussão da convocação da Assembléia Nacional Constituinte; foi assim quando se definiu o trabalho do Congresso Nacional e também as sessões da Constituinte. No entanto, muitos prefeririam que a Câmara e o Senado ficassem fechados. Depois, numa concessão, decidiram que apenas na segunda-feira estivessem eles funcionando, quando muitos dos Parlamentares não estão presentes em Brasília.

Sr. Presidente, tenho estado presente às sessões, mas outros não têm a elas comparecido. A verdade é que diminuíram o poder da Câmara e do Senado. Hoje, estamos diante do fato de que uma série de providências que deveriam ser tomadas por este Congresso não o foram, e esta Casa está sendo criticada pelo povo por tratar apenas do futuro do País, sem se importar com a situação presente.

Sr. Presidente, voltamos a insistir nesta tese. É preciso que Câmara e Senado estejam funcionando, para que possamos discutir e resolver os problemas econômicos e sociais que estão afligindo o nosso País, e não apenas acenar com perspectivas maravilhosas para o futuro. Lembro a V. Ex.^a que, votada a Constituição este ano, ainda terá que ser adaptada a legislação, para que possa entrarem uso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SOLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não contribuiremos para fazer deste País uma grande Nação, se elaborarmos uma Constituição baseada apenas em direitos, sem prevermos, em nenhum dos seus dispositivos, algo que se refira à responsabilidade, aos deveres e às obrigações presença políticas e sociais.

Todo direito pressupõe o cumprimento. Por terceiros, de deveres. Sem isso, o direito não se exerce. Por isso, Sr. Presidente, insistirei perante a Comissão de Sistematização, a partir de 15 de julho – quando o projeto que a Comissão encaminhar ao Plenário será debatido e posteriormente votado – na aprovação de emenda de minha autoria, propondo que, no capítulo da Educação, se abra um lugar especial para a responsabilidade. Talvez seja a única ou uma das poucas emendas propostas que têm em vista o que há de mais importante na educação: a filosofia Educar para quê? Com que propósito? Levar, no que depende da educação, a infância, a juventude, as novas gerações de brasileiros para que direção? Minha emenda propõe que a educação, no Brasil, cultive ao lado da liberdade – valor eterno e universal – a solidariedade humana, valor de que o nosso tempo está carente.

Se minha emenda for aceita, todo processo de instrução escolar do País será baseado no cultivo da responsabilidade pessoal, política e social.

Se não desenvolvemos nas futuras gerações o sentido da responsabilidade pessoal, política e social, repito, nunca faremos, Sr. Presidente, deste País uma grande Nação.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes, todos nós temos acompanhado a

luta do povo brasileiro, e temos dela participado, no sentido de construir uma sociedade democrática, onde todos possam viver em condições compatíveis com a dignidade da pessoa humana.

Entretanto, sabemos que, não obstante todo o sacrifício, tal ainda não aconteceu e, ao que tudo indica, está muito longe de acontecer.

Sabemos que ao Presidente da República, Sr. José Sarney, no período que se adjectiva hoje como Nova República, estava reservado um papel secundário, já que, com a construção da Aliança Democrática, S. Ex.^a seria o Vice-Presidente, ao lado do grande brasileiro que foi Tancredo Neves, a quem cabia conduzir a transição da ditadura para a democracia. Com a fatalidade da morte de Tancredo Neves, assumiu a Presidência da República, num momento de grave crise, o Sr. José Samey, que ocupa o cargo até hoje. Sabemos, de antemão, que se Tancredo Neves tivesse assumido o poder mesmo sem ser por meio de eleições livres e diretas. S. Ex.^a teria uma base de sustentação popular muito sólida; mas sabemos que a mesma base de sustentação só foi transferida para o Sr. José Sarney em face da comoção de que foi possuída a Nação brasileira. Ao longo de mais de dois anos de exercício do poder, constatamos que o Sr. José Sarney possuído de ilegitimidade, agrava essa ilegitimidade e se distancia da Nação brasileira, posto que não manifesta qualquer intenção, primeiro, de preservar a soberania nacional e, segundo, de solucionar os problemas mais agudos que afetam o povo brasileiro. A ilegitimidade do Presidente da República tem sido acentuada em função da grave insatisfação popular, que hoje ocupa as ruas e praças públicas, porque S. Ex.^a está distanciado, dissociado da vontade nacional.

O Estado do Rio de Janeiro, de onde sou originário, tem experimentado graves comoções populares. O povo está, nas ruas, manifestando a sua insatisfação. É preciso, Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes, que compreendamos que hoje, no Rio de Janeiro, em face de manifestações populares, que são legítimas, mas também da presença nas manifestações legítimas daqueles que procuram simplesmente causar tumulto, alguns brasileiros – já são três no Rio de Janeiro – estão presos, e incomunicáveis, com base na Lei de Segurança Nacional. Precisamos insurgir-nos contra a prisão dos três com base em instrumentos que fazem parte do entulho autoritário, e que precisam ser imediatamente removidos da legislação brasileira.

Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes, assumo à tribuna para dizer que a crise é muito grave. O Presidente da República não tem legitimidade. Precisamos compreender que, acima das siglas partidárias, a classe política tem a obrigação de dar a sustentação necessária, não ao Presidente da República, mas ao povo brasileiro, porque há de ser o povo – e assim o tem sido – especialmente o trabalhador sacrificado, o grande instrumento da história de todos os países.

Nós, que aqui estamos, com o mandato popular, como legítimo representantes do povo, não podemos de forma alguma dar sustentação a um Governo que demonstra estar mais preocupado em satisfazer os interesses do capitalismo internacional do que os interesses nacionais. Precisamos estar ao lado do povo contra um Governo que, além de ilegítima, procura perpetuar-se – ao que

tudo indica – através de medidas de força que esperávamos já estivessem superadas. O ano de 1987 há de ser o da transição para a democracia, ano da Assembléia Nacional Constituinte. Certamente 1988, pela vontade esmagadora do povo brasileiro, haverá de ser o ano da conclusão do ciclo da transição do autoritarismo para a democracia, com eleições diretas para Presidente da República.

O SR. VIRGILIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as sessões da Assembléia Nacional Constituinte deveriam ser dedicadas às discussões dos grandes temas constitucionais ou quando não, à análise da nossa conjuntura, a fim de que pudéssemos encontrar nonos para a grave crise que o País enfrenta e para a qual reclama soluções. Mesmo no Pequeno Expediente, esse deveria ser o comportamento de todos nós, Constituintes. No entanto, alguns temas que poderiam parecer até mesmo mesquinhos acabam nos obrigando a abordá-los da tribuna. E nada tão mesquinho neste País quanto o Governador de Minas Gerais, Governador já morto e enterrado pela população mineira em sucessivos cortejos fúnebres em todas as cidades do Estado, o finado Sr. Newton Cardoso. Esse Governador tem-se utilizado de uma truculência enorme no trato da coisa pública; tem-se utilizado de total falta de respeito para com a opinião pública, desdizendo-se a cada instante, desmentindo-se a cada afirmação peremptória de compromisso – não só os eleitorais, que há muito tempo ficaram perdidos diante da prática funesta do Governador. Ele não respeita sequer seus auxiliares, trata seus secretários – esquema de sustentação político-parlamentar – da forma a mais desastrosa possível, bem como os principais auxiliares de qualquer governo, que são exatamente os servidores públicos. A esses o Governador parece devotar um desprezo particular. Reduziu a 1/3 os salários reais percebidos historicamente pelos servidores, e os tem tratado com truculência nunca vista mesmo em governos biônicos, oriundos da ditadura militar. O Governador de Minas Gerais, convidente com as contravenções, com a jogatina, com os proprietários de cassinos, com os bicheiros e com todas as formas de receita para as caixinhas que pulam no Governo do Estado, é extremamente duro para com os servidores públicos e para com os trabalhadores. Não há democracia em Minas. A Polícia Militar dedica-se exclusivamente à pancadaria, à agressão e a impedir a livre manifestação dos trabalhadores Agora, depois de uma greve de mais de dois meses, durante sustentada e ampliada, em um processo de negociação, quando parecia que essa greve dos servidores públicos em Minas chegaria a um final com vitórias para o professorado e para os trabalhadores, em um processo de negociação autorizado pelo Governador, ele vem dizer que não sancionará a lei e Minas, provocando uma prorrogação, um prolongamento da greve.

Esse era o esclarecimento que queria trazer à Assembléia Nacional Constituinte, porque a continuidade da greve, apesar das negociações feitas e seladas, parece a muitos um gesto de radicalismo gratuito. No entanto, esse radicalismo partiu do próprio Governador do Estado. A continuidade da greve significa tão-somente um ato

de soberania e de autodefesa desses trabalhadores. Em nome da população mineira, Sr. Presidente, termine dizendo que esse isolamento do Sr. Newton Cardoso diante de seus próprios auxiliares políticos e, principalmente de toda a população mineira, encontra apenas uma exceção: ir ao Palácio do Planalto. A cada dia, aproxima-se mais o Sr. Newton Cardoso do Palácio do Planalto. O Presidente José Sarney, Sr. Presidente, abandona as graves tarefas da República para degluti um frango ao molho pardo em Minas Gerais – o mais caro frango ao molho pardo do Brasil. S. Ex.^a abandona suas tarefas numa quarta-feira para participar de festo num cidade do interior de Minas, enquanto o País vive massacrado por esse Plano Bresser, por esse governo sem rumo, por essa crise política que aí está. E a quem S. Ex.^a dá as mãos? Ao Sr. Newton Cardoso, que com uma das mãos está cada vez mais próximo do Palácio do Planalto e, com a outra, procura, nada mais, nada menos, que o Sr. Paulo Salim Maluf e o nefasto e nefando Ibrahim Abi-Ackel.

É essa a situação de Minas Gerais, que reflete a situação nacional. Eis o motivo de este Parlamentar discutir na Assembléia Nacional Constituinte tais temas, mas é muito importante trazer elementos que permitam a análise da situação política e econômica nacional. A luta contra o Sr. Newton Cardoso é, também, contra o Governo Federal; é a luta por eleições diretas já, pela greve geral contra o Plano Bresser, é a luta pela conquista da soberania do povo brasileiro (Palmas.)

O SR. MAURILIO FERREIRA LIMA

(PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, constato, no convívio com os colegas Constituintes, uma veleidade profunda, nesta Casa, no sentido de mudar a forma atual de regime e de adotarmos o parlamentarismo na próxima Constituição.

Estou vindo do exterior. Passei por alguns países que adotam o sistema parlamentarista: Israel, Itália e França.

Em Israel, todos sabemos, existe uma situação de guerra que afeta, inclusive, a sobrevivência do Estado e dos habitantes do território daquele país. Nem o fator de guerra consegue fazer com que a paralisia, que se estabeleceu no Governo de Israel, seja derrotada. O Congresso israelita está dividido: sessenta deputados de um lado e sessenta de outro. Sessenta querem encontrar um processo de negociação buscando a paz. Sessenta, não. E o Governo está completamente paralizado, com dificuldades, inclusive, de convocar uma nova eleição para resolver pelo voto o problema, porque todas as pesquisas de opinião pública indicam que uma eleição simplesmente reproduzirá o quadro que existe atualmente naquele país.

A Itália dissolveu seu Parlamento, convocou uma eleição onde o traço marcante foi a eleição de uma bela senhora cujos argumentos para a vitória foram os belos seios que mostrou à opinião pública italiana. E essa eleição reproduziu exatamente, com pequena diferença favorável ao partido comunista, o quadro que existia anteriormente. E volta a Itália ao mesmo impasse.

A mesma coisa aconteceu em Portugal e na França. Em Portugal, agora, haverá eleições. Vai-se reproduzir o mesmo quadro político anterior.

Chamo atenção desta Casa para esses fatos. Digo, com toda a convicção, que sou favorável a que se mudem as regras de funcionamento do presidencialismo, mas é um crime de lesa-pátria contra as instituições brasileiras pretender implantar neste País um regime parlamentarista. Considero isto conversa de intelectual, depois de beber muito vinho no Quartier Latin.

Como poderemos fazer um parlamentarismo neste País, a nível federal, se não vamos fazê-lo a nível estadual? Como haverá aqui um primeiro-ministro, quando o Governador de São Paulo governa de acordo com as regras do sistema presidencialista?

Muitos aqui denunciam o nível do "espírito cívico" – entre aspas – produzido nas Assembléias Legislativas das unidades federativas do Brasil. Assumiria alguém aqui a responsabilidade histórica de entregar o Governo do Estado a chefes de governo escolhidos por essas Assembléias Legislativas?

E o que dizer, então, das prefeituras? Seriam governadas por quem? Pelos Prefeitos, ou algum Vereador seria o Primeiro-Ministro municipal? Lamento dizer, por conhecer a maioria das Câmaras de Vereadores do meu Estado, que se isso ocorresse, levariam não só o dinheiro, mas o cofre e venderiam o prédio dos Municípios.

Chamo a atenção da Casa para este aspecto. Não temos, no Brasil, uma burocacia estabilizada. Há pouco tempo mudou o Ministro da Reforma Agrária. Estudos importantes foram feitos durante anos, e o novo Ministro joga tudo no lixo para fazer tudo outra vez.

Nos países, cujo sistema de governo é o parlamentarismo, existe uma burocacia que estabiliza as instituições. Aqui, não. Quem tem coragem de propor, nesta Casa, que tenhamos um presidente "biônico"? O presidente terá que ser eleito pelo voto direto e secreto do povo brasileiro. Mas irão dizer: na França não é assim? Não existe o presidente e o primeiro-ministro? Mas a França é a França e o Brasil é o Brasil. As culturas e tradições são diferentes. Quem se eleger com 40 milhões de votos passará por cima de qualquer idiota que vier a ser escolhido nesta Casa por 200 ou 300 parlamentares. Esta é a realidade.

A falta de credibilidade que marca hoje as instituições brasileiras vai acentuar-se, porque nem governo haveremos de ter. Vejo, inclusive, contradições terríveis: partidos pequenos, intransigentemente parlamentaristas, não aceitam o princípio fundamental para que o parlamentarismo possa existir, que é obter o mínimo de votos para terem assento nesta Casa. O cidadão é a favor do parlamentarismo, mas quer que nesta Câmara haja partidos com um ou dois Deputados. Os verdes, na Alemanha, lutaram anos para alcançar 5%, a fim de conseguirem assento no Parlamento. E vejo companheiros nossos que representam partidos com um ou dois deputados parlamentaristas e querem que, no parlamentarismo, tenham vinte ou trinta representantes, cada um pertencente a uma legenda. Se querem o parlamentarismo, têm que aceitar as medidas que impeçam a pulverização do quadro partidário.

Chamo a atenção desta Casa, Sr. Presidente, para o fato de que não devemos cometer a loucura de introduzir neste País um regime ao qual o povo, quando unido ao plebiscito, disse "não". Não vamos afundar mais ainda a representação

política, que todos os senhores sabem que se encontra no ponto de credibilidade mais baixo possível! (Palmas.)

O SR. PAES LANDIM (PFL- PL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, por coincidência, havia me inscrito no Pequeno Expediente exatamente para tratar da temática do parlamentarismo, assunto agora abordado pelo ilustre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, chamando a atenção desta Casa para o modismo que se quer instalar no País.

Concordo com o eminente Constituinte Maurílio Ferreira Lima, até porque acho que, antes de adotar o sistema parlamentarista, o Congresso precisa repensar as suas funções. Precisamos, antes de mais nada, procurar mecanismos que fortaleçam a instituição parlamentar, a fim de que a sua credibilidade e responsabilidade perante a Nação sejam aumentadas, o que dará ao Congresso também a responsabilidade de Governo.

Nossas instituições – o Constituinte Maurílio Ferreira Lima o disse muito bem – são frágeis. A nossa credibilidade está em um ponto crítico. Precisamos, primeiro, reorganizar-nos, reordenar esta instituição, dar-lhe o papel que realmente deve desempenhar perante a sociedade brasileira, para, depois, pensarmos em governo, o que iria aumentar a nossa responsabilidade e a vulnerabilidade desta Casa.

O objetivo da minha intervenção, Sr. Presidente, é exatamente transcrever nos Anais da Constituinte artigo publicado ontem por essa consciência da Nação, sobretudo nos seus momentos mais críticos, que é a figura de Carlos Castello Branco, sobre a ilusão do parlamentarismo. No último parágrafo do seu artigo, o autor faz um comentário sarcástico, mas com a responsabilidade e a lucidez de sempre, a respeito dos trabalhos da Constituinte, cuja repercussão negativa na opinião pública decorre exatamente da fragilidade com que opera. Portanto, será um grave dedo para esta instituição assumirmos novos cometimentos governamentais, já que temos ainda vários erros a corrigir e diversos procedimentos a retificar, a fim de que possamos conquistar a confiança e o respeito do País.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa, através de V. Ex.^a, o artigo do jornalista Carlos Castello Branco, para que seja transscrito nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, como uma advertência para os que pensam que o parlamentarismo resolve, como uma vara mágica, os problemas nacionais e, ao mesmo tempo, como tema de reflexão para os Srs. Constituintes, pela análise que faz dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"Apenas uma ilusão o parlamentarismo"

O parlamentarismo está ameaçado de ficar apenas na intenção da maioria de parlamentares que desejariam implantá-lo como sistema de governo no País. Em 1957, uma emenda de Raul Pila, subscrita por dois terços da Câmara, entre os quais os líderes da maioria e da minoria, foi rejeitada na votação para atender ao veto do presidente Juscelino Kubitschek que assim preservou Presidencialismo sob o qual governava e sob a qual pretendia ainda voltar a governar.

Os Constituintes, tal como os deputados daquela época, são sensíveis à realidade mais do que às próprias convicções, sobretudo se essa realidade é definida pelas pessoas que exercem comando ou liderança incontrastável. Uma pesquisa realizada pela LPM para a Secaf, tomando como universo 151 parlamentares anteriormente identificados como "aqueles que expressam o pensamento e atitudes dos diversos grupos presentes na Assembléia", revela que 64% dos Constituintes são favoráveis à introdução do parlamentarismo, 28% são contrários e 7% são indiferentes. Todos os partidos, com exceção do PDT, no qual os dados se invertem, têm a mesma orientação doutrinária.

A segunda pergunta começa a alterar o quadro da orientação dos Constituintes. Diante da indagação sobre se, considerado o momento político atual e se fosse votada na época da pesquisa (segunda quinzena de maio) a proposta parlamentarista, reduz-se substancialmente a margem favorável à inovação, sustentada por apenas 54% dos parlamentares e rejeitada por 40%. A mudança afeta todos os partidos.

Um terceiro estágio é figurado: se a opinião pública manifestasse preferência por um dos dois tipos de sistema de governo, qual a posição dos 151 líderes Quarenta por cento dos que se haviam manifestado pelo parlamentarismo ou pelo presidencialismo mudariam imediatamente de posição, submetendo-se à preferência popular, manifestada por meios não expressados na pesquisa. A maior mudança ocorreria no PMDB, que assim procura confirmar sua sensibilidade às pressões populares.

A grande maioria, no entanto, declarou acreditar que, independentemente da posição de cada um, o parlamentarismo seria aprovado. Assim pensam 58% dos Constituintes, embora 24% pensem o contrário e 18% não tenham opinião a respeito. Na verdade, as coisas ocorrem independentemente da posição de cada um, e em política costuma predominar a opção do comando. Os comandos políticos são contrários à mudança de sistema de governo. Assim se situam os presidentes dos partidos, do PMDB, do PFL e do PDT, aspirantes à Presidência da República, assim pensam os governadores dos grandes Estados que alimentam a mesma aspiração e assim pensam, em cada Estado, os candidatos a governador que temem a aplicação na sua área do mesmo sistema de governo, tal como ocorre na Alemanha e na Índia para citar dois exemplos clássicos e tão distantes um do outro, de práticas parlamentaristas. Na conjuntura, assim pensa também o Presidente da República.

Como o Presidente Kubitschek teve poder em 1957 para liquidar a emenda Pila, em 1962-63 o Presidente João Goulart pôde eliminar o parlamentarismo implantado como solução de uma crise militar criada para impedir sua posse na Presidência. Eram contrários ao parlamentarismo, naquele momento, o Presidente Goulart, o Primeiro-Ministro Tancredo Neves e os que o sucederam no posto, os governadores Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, todos candidatos à sucessão presidencial. Seria fácil como foi, a vitória do presidencialismo no plebiscito, resultado gerado até mesmo por articulações de forças aparentemente hostis umas às outras.

O parlamentarismo somente logaria impor-se numa conjuntura revolucionária, como aliás uma nova Constituição somente nasce de uma situação em que se quebram previamente as estruturas existentes. Para fazer o que está sendo feito, como transição política, bastaria atribuir ao Congresso poder de emendar a Constituição pelo **quorum** da maioria absoluta durante um período de dois a três meses. Isso pouparia o País do vexame que está sendo dado por grupos demagógicos, sectários, incompetentes e desajustados das aspirações dominantes no País que produziram uma "sistematização" das sandices produzidas por vinte e quatro comissões que imaginaram estar elaborando uma constituição de baixo para cima. Isso é obra para ser feita de cima para baixo. Isto é, a partir do pensamento de elites responsáveis aptas a captar as aspirações nacionais, dando-lhes tradução correta na substância e na forma. O povo seria ouvido posteriormente submetendo-se à sua aprovação. em referendo, o texto escoimado de provincianismos e confusões mentais. Todas as reformas poderiam ser feitas em ordem e em consonância com as promessas de reformas."

O SR. ÉRICO PEGORARO (PFL-RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, é pena que o Constituinte de Pernambuco não esteja em plenário.

Como é difícil fazer as pessoas entenderem que devemos sair de um regime ditatorial para um mais democrático, com maior participação da sociedade!

Na referência aqui feita a Portugal, a França e a Israel, não vi uma análise da situação dos salários dos trabalhadores e da economia daqueles países.

Eleições devem ser realizadas, tantas quantas forem necessárias, para que se restabeleça o regime democrático.

Dizer que os parlamentaristas são levianos significa, no mínimo, não conhecer o que é parlamentarismo ou, então, estar mal-intencionado. Dizer que se fosse implantado o regime parlamentarista nos municípios, conhecendo os vereadores de Pernambuco, estes levariam até a caixa da Prefeitura é, no mínimo, um massacre à classe política, um desafogo aos companheiros políticos de Pernambuco e do País inteiro. Assim não se conseguirá sair desse regime ditatorial, em que um único cidadão ou poucos cidadãos detêm o mando do País e dirigem a economia, no sentido de fazer benesses a esses que estão no poder ou perto dele.

O regime parlamentarista defendido pela Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo não é outra coisa senão poder fazer com que a sociedade participe mais e efetivamente fiscalizando a ação do Governo.

Dizer que a classe política, em 1961 e 1962, impingiu um parlamentarismo de afronta à sociedade é também desconhecer que, naquela oportunidade, foi buscado um arranjo político para que o Sr. João Goulart permanecesse e assumisse as rédeas do País. Esquece-se de dizer que o próprio Presidente João Goulart, dentro do sistema parlamentarista, o torpedeou, fazendo com que a sociedade brasileira votasse contra o mesmo.

Buscar aquele exemplo é no mínimo, ser contra o regime mais democrático, é querer que se conti-

nue com um regime ditatorial, com a sociedade sob o comando de um único ou de poucos cidadãos. O que se quer é que a classe política possa dar sua parcela de contribuição, na oportunidade em que temos a Assembléia Nacional Constituinte, possibilitando que o povo, que o cidadão comum participe, através da ação de seus representantes no Congresso Nacional. Estes, sim, terão permanentemente de buscar sua legitimidade junto aos seus eleitores no regime de voto, em que o eleitor cobra do seu representante sua parcela de contribuição e de trabalho no sistema parlamentarista de Governo.

Não ouvi, na análise feita sobre Portugal, Itália e Israel, referências sobre a renda **per capita** de seus trabalhadores. Qual é o salário mínimo da Itália? Qual a dificuldade de uma senhora assumir a Câmara dos Deputados, exhibindo seus seios, se é essa à vontade e o desejo do cidadão italiano, votar justamente nessa senhora porque mostrava seu seio? Mostra a cultura política e a inteligência do cidadão italiano. O que queremos no Brasil é que se de um passo à frente buscando maior participação da sociedade nos atos e ações do Governo, que hoje são obscuras, feitas por um pequeno grupo e para determinada parcela da sociedade, onde não há a participação da classe política.

Por isso, a Comissão Temática da Organização dos Poderes e Sistema de Governo nos deu essa possibilidade, através da Subcomissão do Poder Executivo, no relatório do nobre Constituinte José Fogaça, para que se pudesse buscar um regime parlamentarista que contemplasse maior participação da sociedade brasileira nos fatos e ações do Governo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Chico Humberto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte José Fogaça, a Presidência já havia concedido a palavra ao nobre Constituinte Chico Humberto. Após a fala do orador – a menos que S. Ex.^a concorde em ceder-lhe a oportunidade – a Presidência nada terá a opor.

O SR. CHICO HUMBERTO: – É uma honra poder ceder a palavra ao Constituinte José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça): – Tem apalavra V. Ex.^a, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Agradeço ao nobre orador que ocupa a tribuna a gentileza em permitir que eu faça a questão de ordem antes da sua exposição, que será por certo, brilhante.

Sr. Presidente, recebi ontem, como membro da Comissão de Sistematização, comunicação do seu Presidente, o nobre Constituinte Afonso Arinos, anunciando a emissão de um ato, designado Ato nº 1, de 1987, que dispõe sobre a substituição eventual do Relatar da Comissão.

"O Presidente da Comissão de Sistematização, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Resolução nº 1/87-CS, considerando a necessidade de assegurar o bom andamento e evitar a solução de continuidade dos trabalhos do órgão, com a concor-

dância dos demais membros da Mesa e do eminente Relator, resolve:

Art. 1º Para substituir o Relator da Comissão, nas suas faltas e impedimentos, o Presidente designará Relator Substituto, pelo prazo que estabelecer.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação."

A resolução diz que o Relator será substituído nos seus impedimentos. Não está muito claro, e não há nenhuma especificação no Regimento do que configura o impedimento do Relator. Inclusive o que pode ocorrer é uma possível doença, situação absolutamente plausível e presumível. Quero lembrar, a propósito, que os noticiários de jornal deram conta ontem de que o Sr. Bernardo Cabral, ilustre Relator da Comissão de Sistematização, esteve nas clínicas desta cidade fazendo um **check-up**. Parece-me que fica a critério pleno e absoluto do Presidente a caracterização do que seja o impedimento do Relator. Fica também a seu critério pleno e absoluto o prazo em que se dará essa substituição. Sabemos que os Relatores, embora regimentalmente designados pelo Presidente de uma Comissão, são produto de um acordo político entre as Lideranças, são produto de uma ampla negociação que antecedeu ao Regimento Interno e à constituição das Comissões. Na salvaguarda desse acordo, Sr. Presidente, gostaria de ouvir a palavra de V. Ex.^a ou desta dourada Mesa, caso V.Ex.^a não esteja habilitado a responder neste momento a esta questão de ordem. Encaminharei à Mesa indagação a respeito desta decisão tomada pelo Presidente da Comissão de Sistematização.

O nobre Constituinte Afonso Arinos é um homem sério, da maior respeitabilidade, que nos merece todo crédito de confiança na sua postura, equilíbrio e bom senso. No entanto, cabe-nos também, no resguardo do acordo político das Lideranças, que, de uma forma ou de outra, este acordo seja preservado e que as Lideranças que expressam os partidos políticos majoritários sejam ouvidas e respeitadas nesta possível designação de um Relator substituto.

Portanto, encaminho a V. Ex.^a indagação sobre a validade desse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte José Fogaça, a Mesa acolhe com profundo respeito a questão de ordem de V. Ex.^a Ela está respaldada no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. A matéria que V. Ex.^a aborda é da competência da Comissão de Sistematização e está inserida na Resolução nº 1/87, que é exatamente o Regimento Interno daquela Comissão. Pediria, portanto, que V. Ex.^a encaminhasse à Mesa a questão de ordem, para que as providências sejam tomadas junto ao Presidente de Sistematização, o nobre Constituinte Afonso Arinos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente encaminharei por escrito a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.^a já a formalizou verbalmente, não há necessidade de fazê-lo por escrito.

O SR CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA – Agradeço a V. Ex.^a.

O SR PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está atendido o pedido de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Chico Humberto.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG) **Pronuncia o seguinte discurso.:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a Federação não é estática e, sim, dinâmica. Não podemos, de forma alguma, alimentar a imagem do gigante adormecido, mas devemos acordar esse gigante para as realizações de que ele é capaz.

Qualquer estudante que tem diante de si um mapa do Brasil, percebe as desproporções existentes entre as Unidades da Federação e indaga por que, durante tanto tempo, elas permanecem sem que alguém pense em corrigi-las.

Este é o momento histórico e adequado para se efetuar mudanças profundas, uma vez que o povo nos elegeu para elaborarmos uma nova Carta constitucional.

Os problemas estruturais que sobreviverem a essa Constituinte são debatidos pela História, a cada um de nós. No limiar do século, não podemos passar por omissos e covardes, porque a Nação deseja homens audazes e corajosos na determinação dos princípios que farão desta Constituição verdadeiramente uma nova Carta. O problema que podemos chamar de estrutural e que interfere politicamente contra o próprio conceito de federação é o gigantismo geográfico de alguns Estados. Todas as experiências feitas com a redivisão territorial trouxeram benefício às populações, tanto dos novos Estados como daqueles dos quais as novas unidades se desmembraram.

A vida moderna, com a tecnologia e os avanços científicos em todos os campos, criou uma complexidade tal que, quanto maior geograficamente é um Estado mais difícil se torna governá-lo. O princípio de descentralização tem sua melhor aplicação quando se trata de resolver problemas sociais, permitindo melhor organização e maior dinâmica em unidades menores.

A multiplicação das unidades federadas favorece o engrandecimento do país, e é neste sentido que uma visão panorâmica do mundo nos mostra que as grandes potências tiveram, como suporte de seu crescimento, unidades federadas menores e por conseguinte melhor governadas.

Com maior número de Governadores, Deputados e lideranças políticas, o Presidente de um país ficará muito melhor respaldado em sua autoridade de magistrado.

Todo exército se faz com pequenos batalhões, e é da coesão, disciplina e mobilidade destes que as redivisões encontram forças para realizar seus objetivos.

E muito vulgar o princípio "dividir para governar", para o invocarmos neste momento, entretanto é preciso avaliar sua profundidade e perceber que dividir não é separar e isolar, mas formar novas células que vivifiquem o organismo.

Mais especificamente, minha batalha é pela formação do Estado do Triângulo, porque é esta minha base eleitoral e é a região que mais conheço. Não sou contra Minas Gerais, e sim a favor de uma nova leitura das raízes que resultaram na formação do território e da gente do Triângulo.

Podemos observar que, a começar da arquitetura e do modo como se formaram as cidades, tudo ali é diferente de Minas. E não é para se estranhar, uma vez que os laços de ligação do Triângulo o prendem a São Paulo e Goiás. Enquanto no resto do Estado de Minas Gerais predo-

minam as origens dos engenhos e da mineração, o Triângulo surgiu da agropecuária intensiva, e do comércio. Até mesmo o sotaque de nossa gente tem sua peculiaridade, distante do sotaque mineiro. O Triângulo não era chamado o Sertão das Gerais, mas o Sertão da Farinha Podre.

Isto me levou a concluir que não temos raízes em Minas, nenhum laço tradicional e nem mesmo o espírito conservador dos mineiros, porque o Triângulo sempre foi democrata e progressista.

O Triângulo, portanto, não se separa, mas adquire foros de maioria; não se desliga, mas cresceu para somar com a Federação; não abandona seus conterrâneos, mas oferece a eles uma nova oportunidade geográfica de investir pelo bem da Pátria.

O que hoje pleiteamos nada mais é que o resultado de um longo processo de maturação social, fundamentado no desenvolvimento econômico, que é fruto de trabalho e de lutas de gerações que não se pouparam na construção de um grande futuro para seus filhos.

A verdade é que muito tarde se pensou em tentar integrar o Triângulo a Minas, e em que pese ter havido no Estado um governador filho do Triângulo, em nada modificou o destino dessa região, que caminhou sempre por seus próprios pés. Até mesmo o relevo, em relação ao restante do Estado, fez do Triângulo uma região de difícil acesso para os mineiros, que sempre o consideraram um lugar muito distante, de viagem cansativa e penosa.

A nossa não é uma guerra de independência, mas uma campanha de emancipação pacífica de parte da população de um Estado, cuja extensão dificulta muito a administração, mesmo com o desenvolvimento das comunicações e dos instrumentos de governo. O Estado do triângulo quer nascer num clima de amizade e entendimento e não numa aura de ódio e de amargura.

Alguém poderia me perguntar por que estamos raciocinando nestes tenros e qual o motivo de um exame profundo dessa questão.

Devo responder como político e Deputado Constituinte do Partido Democrático Trabalhista, já mesmo como triangulinho, que o faço pelas seguintes razões as reações manifestadas pelo Governador Newton Cardoso merecem uma análise crítica, pelo seu aspecto absurdo e profundamente contraditório; S. Ex.^a não é mineiro, não teve criação mineira, é um emboaba de nossos tempos. Aventureiro na vida e na política, pouco sabendo da história e do chão que pisa, suas palavras não traduzem um raciocínio, mas meros impulsos emotivos de um homem que quer ter a vaidade de dominar uma vasta extensão de terra.

Do Triângulo, o Sr. Newton Cardoso só conhece a cor do dinheiro, carreado pela excelente máquina arrecadadora montada em todas as suas cidades e recantos.

O Estado pouco investiu espontaneamente no Triângulo, por não acreditar nele, e tudo que existe na região foi fruto de exigência, de imposição das circunstâncias, porque em outra parte não teria dado certo.

As palavras do Sr. Newton Cardoso em relação ao Estado do Triângulo nada mais são que as reações da Corte Portuguesa diante dos inconfidentes, "sonho de poetas e de loucos".

Tivesse o atual governador dos mineiros um pouco do respeito pelo semelhante, nunca diria

que formar o Estados do Triângulo é dividir a miséria.

Está enganado o baiano Newton Cardoso, chamando os mineiros de preguiçosos, e, portanto, pobres miseráveis. Está enganado, enxovalhando todos os governos que o precederam e em cuja gestão ninguém se recusou a trabalhar, de tal forma que o conceito que se formou do mineiro é o de que trabalha em silêncio.

Sinto pena de Minas Gerais, e por isso o meu empenho aguerrido pela formação do Estado do Triângulo; não trabalhamos tanto para merecer o desprezo de quem tão pouco contribuiu para o bem real da comunidade, mais se preocupando com sua fortuna pessoal.

Tenho certeza de que minha luta pelo Estado do Triângulo será aplaudida por todo o Estado de Minas Gerais e principalmente por outras regiões, que, do mesmo modo, serão levadas a uma emancipação necessária e coerente.

Minha saudação, portanto, é para o novo Estado, que politicamente vai reforçar a Federação e engrandecer o Brasil.

Vamos mudar, vamos respirar livremente.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para trazer a esta Casa o convite que nos foi mandado pela Câmara Municipal de Ituiutaba

Leio este telegrama, uma vez que estou impossibilitado, pelo tempo, de fazer chegar às mãos de cada Constituinte o convite que nos é trazido por aquela egrégia Câmara:

"A Câmara Municipal de Ituiutaba convida Vossa Excelência e, através valoroso Constituinte todos os demais representantes nossa região Congresso Nacional, importante encontro pró-emancipação triângulo programado para esta cidade dia 4 de julho.

Saudações triangulinhas,
Said Jacob Yunes
Presidente Câmara Municipal
De Ituiutaba."

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a discussão sobre o sistema de Governo a ser adotado no Brasil começa a tomar forma. E, em nossa opinião, para assustar aqueles que não entendem a necessidade de se democratizar o poder neste País, de mudar a forma de governo presidencialista que durante 98 anos de República não permitiu a isonomia dos poderes governando o imenso território brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, preocupamo-nos com a primeira pergunta a ser respondida quando se levanta o debate, ou seja, se em nossa opinião a forma de governo atual, durante todo o tempo em que vigorou, foi um sistema que favoreceu os avanços da sociedade brasileira ou se contribuiu para retardar o processo de desenvolvimento. Verificamos que durante 98 anos de presidencialismo somente dois presidentes da República conseguiram terminar os seus mandatos. Durante esses 98 anos, sofremos 19 golpes militares – 19 intervenções das Forças Armadas aconteceram em nosso País. Durante esses 98 anos prevaleceu a briga pelo poder das grandes oligarquias que dominaram o País nesse período.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Comunista do Brasil defende um sistema de co-responsabilidade entre Executivo e Legislativo, mas entende também que é necessário avançar nesse sistema de governo e que a proposta saída do

relatório da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo e da Comissão de Sistematização é um avanço em relação à situação atual. E necessário que o Parlamento brasileiro, que o Congresso Nacional tenha também obrigação como Poder, o Poder Legislativo, de ter responsabilidade quanto às rédeas não somente da economia nacional e da política econômica, mas também quanto à política social. Que tenha poder, em suma, neste País, sabendo para onde anda, a fim de não ficarmos aqui simplesmente como Constituintes a choramingar, a reclamar, sem poderes, de fato, para mudar os rumos dos acontecimentos. É chegada a hora de se mudar esse sistema, de se garantir a participação democrática no comando do País. Não podemos ficar apenas reclamando, enquanto o Presidente da República edita decretos-leis à revelia da vontade nacional, como tem acontecido com a nossa economia, com o Plano Bresser, que provoca o arrocho salarial e o congelamento "sem-vergonha", já repudiados por diversas manifestações populares. O mesmo faz com a aplicação da Lei de Segurança Nacional, novamente sem consultar e sem tomar ciência do repúdio do Congresso Nacional e da sociedade brasileira, sem ouvir os mais sinceros reclamos e manifestações populares, que ecoam em todo o País sobre a política econômica, sobre o Plano Bresser e o tratamento vergonhoso do comando do Governo Federal ao Fundo Monetário Internacional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é necessário avançarmos neste processo. Aproveito este momento em que ocupo a tribuna para expor as manifestações que a sociedade brasileira organiza em defesa do que significam avanços para ela, à revelia dos Constituintes conservadores e antibrasileiros que discordam do significado da palavra avanço. A sociedade organizada vai às ruas, de maneira firme e decidida, não recuando nas tentativas de pressão do Governo Federal, do militarismo, do imperialismo e dos latifundiários. Cito a grande passeata a ser realizada no Rio de Janeiro, no dia 17 de julho, e o grande comício a ser organizado aqui no próximo dia 7, em defesa de uma Constituinte democrática e progressista e por diretas em 1988. A sociedade brasileira se organiza filiando sua posição e manifestando-a a este Plenário, que no final do ano irá decidir os rumos da nova Constituição e, por conseguinte, os da Nação e da democracia.

Por sociedade brasileira entendemos os trabalhadores, a intelectualidade, os artistas, a maioria esmagadora da sociedade, todos juntos, num grande movimento, apresentando propostas e posições que, hoje, na opinião popular, realmente significam avanços e teses progressistas.

Esta a nossa manifestação, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr Presidente, Srs. Constituintes, quero erguer meu protesto contra os métodos de aliciamento utilizados pelo Governo Federal com o objetivo de granjejar o apoio parlamentar suficiente para que ele tenha seu mandato oxigenado até o ano de 1990.

O loteamento de milhares de cargos, como tem sido fartamente noticiado pela imprensa, tem por objetivo conquistar o apoio de parcela importante de Constituintes que têm apego à manu-

tenção dos penduricalhos na máquina do Estado. Com isso espera o Governo Federal frustrar este movimento que, cada vez, se torna mais grandioso, que vai ganhando as ruas, no sentido de erigir da Nova República o cumprimento do compromisso de que este mandato é de transição e, portanto, se encerra tão logo terminem os trabalhos da Constituinte, com a realização das eleições diretas para o ano de 1988.

Lamentavelmente, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, este fisiologismo acaba de atingir uma das instituições mais sólidas deste País, que é o Banco do Brasil. A imprensa noticiou, recentemente, que está na iminência de ser nomeado Diretor de Recursos Humanos do Banco do Brasil o cidadão Murilo Badaró, ex-Senador biônico, servicial dedicado da atadura militar, que não nos consta ter um cabedal, ter uma experiência administrativa que pudesse justificar sua ascensão a um posto tão relevante para os destinos dessa grande empresa.

Queremos registrar aqui os protestos dos milhares de funcionários do Banco do Brasil no sentido de evitar que esse ato venha se consumar. O Banco do Brasil tem sido até agora uma das instituições mais eficientes entre as chamadas estatais brasileiras. Através desse loteamento de cargos para angariar o apoio do Governo de Minas Gerais, através desse conchavo feito com as forças derrotadas nas últimas eleições de Minas Gerais, quer o Governo Federal ampliar o leque de apoio, no sentido de ter no PDS mineiro também o laço parlamentar necessário para o efetivamento dos seus projetos continuistas, que pretendem demonstrar à opinião pública que este Governo tem capacidade de ficar até o ano de 1990.

Mais grave ainda é que estão à disposição do ex-Senador biônico Murilo Badaró, candidato ruim de voto, como ficou demonstrado nas últimas eleições em Minas Gerais, não apenas a Diretoria de Recursos Humanos do Banco do Brasil, mas também a Presidência da Caixa Econômica Federal, que também tem demonstrado ser uma das instituições mais importantes do sistema bancário brasileiro.

Queremos deixar aqui registrado nosso protesto. Apelamos às forças comprometidas com o progresso, com o avanço da sociedade brasileira, com o PMDB, para que não deixem que esse loteamento de cargos venha trazer para o âmbito dessas duas grandes empresas brasileiras elementos comprometidos com um passado que não nos traz qualquer recordação de compromisso com o povo brasileiro.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes, realmente, responder às palavras aqui proferidas pelo nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima não é tarefa das mais fáceis. Trata-se de um argumentador inteligente, loquaz, mentalmente ágil e competente, do ponto de vista parlamentar e político. Mas não me posso furtar à análise, com toda a seriedade, dos argumentos aqui trazidos por S. Ex., que acaba de regressar de viagem que fez a Israel, Itália e França países onde predomina o regime parlamentarista, sendo que a França tem aquilo que Maurice Duvérger denomina semipresidencialismo, ou neoparlamentarismo, como chamamos.

Acredito que o nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima deva ter encontrado esses países em momento de crise, episódica, circunstancial. Mas seria interessante analisarmos um sistema de governo não pela circunstancialidade ou pela eventualidade dos momentos de dificuldades; seria importante fazermos essa análise a partir de rigorosa interpretação científica da História.

Israel, país que emergiu do nada em 1948, depois de memorável decisão da Organização das Nações Unidas, em reunião presidida pelo brasileiro Osvaldo Aranha, hoje é uma das nações economicamente mais poderosas do mundo. Apesar das dificuldades que enfrenta, todas as suas brutais contradições conseguem ser mediadas de forma política madura e equilibrada, através do sistema parlamentar de governo. Lá, de um lado, temos um partido forte, de extrema direita, o Likud; e, de outro, temos o Partido Trabalhista, que também é uma agremiação de notável expressão política. São duas forças que se contrapõem no sistema político israelense, mas expressam profundas contradições de ordem social, econômica, política e religiosa.

Como um país jovem como Israel emerge do nada para uma nação poderosa e respeitada no mundo inteiro e, apesar de todas essas profundas contradições, consegue preservar intocável a sua estrutura democrática interna? Graças a um sistema cuja flexibilidade, cuja possibilidade imediata de alternância e de dissolução de crises se expressa através do parlamentarismo.

A Itália, é verdade, vive momento de paralisação; mas, se olharmos a história do parlamentarismo italiano, verificaremos que está em seu 44º e irá para o 45º gabinete ministerial. Em quarenta anos de história parlamentar, mais de quarenta gabinetes ministeriais ocuparam o Governo. Significa dizer que a Itália teve menos de um Primeiro-Ministro por ano, em média, ao longo de todo esse período.

Numa primeira análise, poderia parecer uma enorme instabilidade política. Ocorre, no entanto, que, sob essa aparente instabilidade política ou governamental, há, isto sim, madura estabilidade política, porque nos partidos políticos é que nutrem o Governo nas suas posições e idéias. Mudam os governantes, mudam os Ministros, mas as idéias originárias dos partidos é que orientam os governos; e nisso reside a estabilidade do parlamentarismo italiano.

Com toda essa alternância, com toda essa aparente instabilidade governamental, o Governo italiano, tão criticado aqui pelo Constituinte Maurílio Ferreira Lima, conseguiu conduzir a Itália à condição de quarto Produto Interno do mundo inteiro, com um volume de 600 bilhões de dólares, ultrapassando, inclusive, a própria Inglaterra, o que demonstra que essa aparente instabilidade, que essas crises aparentes de Governo não são crises da instituição, nem do sistema econômico; ao contrário, são soluções institucionais para que o país tenha condições de continuar convivendo com as suas crises econômicas e com o conflito democrático instalado no seio das classes sociais.

Por outro lado, a França realmente vive hoje situação chamada pelos seus teóricos políticos de *la cohabitation*, onde temos um Presidente eleito pelo Partido Socialista, de esquerda, e um Primeiro-Ministro nomeado por uma coligação parlamentar de direita. Aparentemente, estariam

convivendo duas forças naturalmente contrárias. No entanto, o sistema, até agora, convive perfeitamente com essa realidade, e as instituições não estão ameaçadas.

É verdade que, dentro da França, se critica esse sistema semipresidencialista ou neoparlamentarista. Há, inclusive, a tendência de mudar isso. Mas é preciso chamar a atenção para o fato de que todo o sentido de mudança que há na França não é o de caminhar rumo ao presidencialismo. Quando os franceses questionam o sistema de coabitacão política é porque desejam eliminar a figura do presidente eleito e estabelecer um parlamentarismo pleno, clássico, ortodoxo e absoluto, como aquele que vigorou no período anterior a De Gaulle, à Constituição da Quinta República. Portanto, a França, ao contrário do que poderia supor quem fizesse uma análise momentânea de suas crises políticas, deseja avançar no sentido do aperfeiçoamento do sistema parlamentar.

Vivemos, no Brasil, uma história de crises, contradições e instabilidades políticas. É uma história profundamente acenada ao próprio presidencialismo.

Não diria eu que o presidencialismo ou o parlamentarismo podem ser a solução definitiva, acabada, total e irrecusável para as profundas injustiças estruturais existentes na sociedade. A opressão, a miséria, a exploração resultam não do sistema de Governo, mas das relações entre as classes sociais, do sistema de produção.

Pergunto: qual o sistema de Governo capaz de conviver com a instabilidade social e o conflito democrático instalados na sociedade, capaz de encontrar soluções institucionais para permitir que esse conflito democrático avance? Enfim, em meio às greves e conflitos de classes, de que maneira poderá avançar a classe trabalhadora sem que haja ameaça às instituições? Somente através do sistema parlamentar de Governo, porque, no regime presidencialista – e a história o tem provado – todas as vezes que os trabalhadores desejam avançar, em que se estabelece o conflito, ou o presidente tem de suicidar-se, ou deve renunciar, ou será deposto pelas armas.

Sr. Presidente, queremos mudanças neste País, queremos avançar por um sistema de Governo e para um estágio superior de organização política. E verdade que, para isso, é preciso uma ruptura com as práticas e os vícios da República Velha, com que ainda não conseguimos romper. Não falo da Velha República e da ditadura, que ainda estamos tentando superar no Brasil: falo da República Velha, dos vícios e das práticas adquiridos no período imediatamente posterior à implantação da República, quando o nosso presidencialismo nasceu inteiramente associado ao militarismo, porque resultou de um golpe militar e não de uma revolução social enraizada – até porque o primeiro Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, quando nomeou interventores nos Estados, escolheu coronéis do Exército, homens da caserna, que ele conhecia, e não representantes das sociedades locais.

Ao longo da História brasileira, há uma presença permanente dos militares. Quando restabelecemos a democracia, após o Estado Novo, o que houve foi uma disputa entre um representante do Exército, o General Dutra, e um representante da Aeronáutica, o Brigadeiro Eduardo Gomes,

dois homens que não tinham qualquer militância política, no seu passado, mas que emergiram das Forças Armadas para a solução de uma crise.

O militarismo está tragicamente associado a História do presidencialismo brasileiro. Para desalojar as Forças Armadas do processo político é, que temos que avançar para um sistema de Governo moderno, consentâneo com essa realidade, e que coloque o nosso País, finalmente, no patamar do final do Século XX, que todos queremos alcançar, com uma nova Constituição democrática e progressista, que aqui haveremos de construir.

Obrigado a V. Ex.^a (Palmas!)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, em nossas mãos interessante correspondência do conterrâneo Paulo Caldas, na qual exprime sua preocupação com o colonialismo cultural que avassaladoramente toma conta do nosso País.

Por oportuno, gostaríamos de comentar suas esclarecidas considerações sobre o assunto, que nos levam a pensar seriamente sobre a hipótese de procurarmos limitar e dificultar a maciça importação de cultura alienígena e alienante, cuja influência, sobretudo sobre a nossa juventude, é altamente perniciosa.

Na verdade, observa-se hoje completo desfiguramento dos nossos valores culturais, substituídos praticamente em todos os setores por estrangeirismos totalmente desvinculados da nossa realidade e alheios às nossas tradições.

Enlaticados estrangeiros nos são impostos diuturnamente, seja através da música divulgada pelo rádio, seja pela TV, sob a forma de fundo musical – as chamadas trilhas internacionais de novelas, ou de anúncios, principalmente de cigarros, nos quais, inclusive, é propalado como ideal o *modus vivendi* americano.

Brinquedos, roupas e vários outros itens trazem estampadas figuras de imbecilizantes super-heróis, sem a menor identificação com as nossas raízes, que nada acrescentam à cultura nacional. Sobre eles, como sobre músicas e filmes, pagamos pesados royalties em dólares, num momento difícil como o enfrentado agora, quando as divisas são insuficientes para fazer face à pesada drúida externa do País e quando milhares de brasileiros são submetidos à fome e à miséria.

Tão grande é esta influência que mesmo produtos genuinamente brasileiros, assim como lojas, restaurantes, lanchonetes, discotecas, boutiques e cabeleireiros, parecem só fazer sucesso se seus nomes forem grafados em inglês. A grande maioria das camisetas encontradas no comércio, se não todas, contém nomes ou dizeres americanos, ainda que muitas vezes até grafados incorretamente e sem fazer o menor sentido, denotando uma pobreza de imaginação e conhecimentos que somente expõe nosso povo ao ridículo.

Por outro lado, no âmbito da TV é alarmante a divulgação do que se passa em nosso vizinho país, quando a recíproca não é absolutamente verdadeira. Lá, pouquíssimo ou nada se conhece sobre o Brasil, que por alguns é considerado como um País perdido em impreciso lugar do mapa entre a África e a Europa, por outros como habitado por cobras e índios, que vivem sobre as árvo-

res, e outras aberrações de igual jaez. Nenhum espaço é aberto na TV americana para notícias do Brasil. Quanto aos jornais, quando raramente publicam alguma matéria, é quase sempre nas páginas internas e, normalmente, sobre as nossas dificuldades. Enquanto isso, a TV nacional nos bombardeia todos os dias com as "maravilhas" dos Estados Unidos.

No que tange aos filmes, observa-se o mesmo fenômeno. Conquanto bons filmes nacionais sejam pouco exibidos na TV, quando o são raramente é escolhido um horário tido como nobre, mas os enlatados americanos estão presentes em todos os canais, em todos os horários, sem opção de escolha para o espectador.

É realmente deplorável que após nos livrarmos do jugo cultural francês, que por tanto tempo predominou no País, estejamos agora sujeitos a outro tipo de submissão e da que despersonaliza o nosso povo, desvaloriza a nossa riquíssima tradição cultural, desfigura os valores tipicamente brasileiros, deformando as novas gerações, levando-as a valorizar unicamente o que é importada.

Por todas essas razões, cremos assaz conveniente aproveitar a oportunidade oferecida pela elaboração da Carta Magna para restringir essa nefasta influência, bem como a abusiva remessa de preciosas divisas em troca de produtos de tão duvidosa qualidade.

Não se trata de xenofobia, mas sim de evitar que terminemos por nos transformar num povo amorfó, destituído de identidade cultural, desprovido de criatividade e imaginação e ainda despojado de qualquer senso crítico, somente assimilando idéias e valores importados, em detrimento do nosso próprio e rico patrimônio cultural.

O SR FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a primeira legislação sobre acidentes do trabalho remonta ao afastado ano de 1919, e a matéria esteve, desde então, inserida na órbita do direito privado, época em que predominantemente operavam, nesse campo, as companhias privadas de seguro, situação que prevaleceu até recentemente.

Criada a Justiça Federal deveria caber-lhe, sem nenhuma restrição, o julgamento de todas as causas em que as entidades autárquicas federais fossem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, inclusive as accidentárias, o que, entretanto, não ocorreu, já que, nos termos do § 2º, do artigo 142, da Constituição, os litígios relativos a acidentes do trabalho continuaram a ser da competência da Justiça dos Estados.

O novo texto constitucional, a seu turno, no estágio de elaboração em que se encontra não dá à Justiça dos Estados nem à Justiça Federal, mas exclusivamente à do Trabalho, competência para processar e julgar as causas accidentárias.

Ora, nada mais inadequado nem injustificável. A natureza das questões accidentárias há muito perdeu sua antiga conotação para ser enquadrada constitucionalmente como matéria previdenciária e, por isso mesmo, incluída entre as atribuições da respectiva autarquia federal, no caso o Instituto Nacional de Previdência Social.

Não pertencendo as normas accidentárias à esfera do Direito do Trabalho, não é admissível que

se atribua à Justiça Trabalhista competência para dirimir as questões suscitadas em sua aplicação.

Deve caber à Justiça do Trabalho, pela sua própria natureza, julgar tão-só e exclusivamente as causas trabalhistas.

Por outro lado, sendo a legislação acidentária de índole declaradamente previdenciária e cabendo sua aplicação a uma autarquia federal, parece-nos que a solução dos litígios suscitados por ela devem, inelutavelmente, competir à Justiça Federal.

É o que reivindicamos mediante emenda ao projeto de Constituição em andamento nesta Assembléia, no momento oportuno.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PC do B – BA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, mais uma vez o Governo do Presidente José Sarney desnuda perante os olhos de toda a Nação sua verdadeira face antipopular. Na sexta-feira, dia 12 de junho, quando todas as atenções populares estavam voltadas para as votações das Comissões temáticas da Constituinte, o Governo divulgou seu pacote econômico, o chamado "Plano Bresser", mais uma tentativa desesperada de conter a inflação e de atender às exigências dos credores internacionais.

Longe de ser um projeto que enfrente os graves problemas estruturais da economia brasileira – como a dívida externa, o abastecimento interno e a questão agrária – o Plano Bresser, simplesmente, apresenta soluções paliativas voltadas exclusivamente para atender aos interesses do grande capital financeiro internacional. O Plano Bresser tem, portanto três características principais: é entreguista, recessivo e de arrocho salarial.

Entreguista porque não enfrenta o grave problema da dívida externa, postergando uma solução para a chave de nossa dependência e, mais do que isso, dando sinais concretos de que o Governo está disposto a recuar, até mesmo de sua tímida moratória técnica, retomando as negociações com o FMI e a plena sangria pelos agiotas internacionais de nossas riquezas. A essência do plano é, aliás, uma cópia do receituário ditado pelo FMI: fim dos subsídios, taxa de câmbio realista, preços e tarifas públicas realistas, arrocho salarial e corte do déficit do setor público.

O plano tem, também, um caráter recessivo em dois aspectos fundamentais: o achatamento salarial e o corte dos dias pêndios governamentais. Agora o justo adiamento de obras faraônicas, como a Ferrovia Norte-Sul, o Governo anuncia o cancelamento ou o adiamento de um grande programa de obras e investimentos públicos, diminuindo, assim, o nível de investimento geral da economia, retraiendo a oferta de mão-de-obra e encaminhando o País para uma brutal recessão.

Como se tudo isso não bastasse, o Plano Bresser retoma com força política de arrocho salarial, largamente utilizada pelos Governos da ditadura. Ele representa o maior confisco salarial desde os tempos em que Roberto Campos era Ministro do Planejamento. Além do adiamento do pagamento do resíduo inflacionário que, dependendo da categoria, representará perdas entre 7 e 23%, o plano não resarcirá os salários corroídos pela inflação da primeira quinzena de junho, significando uma perda de pelo menos mais de 15% para todos os trabalhadores.

Como se isso não bastasse, ao acabar com o gatilho salarial, o plano aumenta a defasagem entre a perda inflacionária e a sua reposição, que agora passa a ser feita apenas trimestralmente.

Segundo cálculos do DIEESE, o conjunto dessas perdas provocará uma diminuição do salário real dos trabalhadores de pelo menos 35%, num espaço de seis meses. Isso tudo sobre um salário que vem perdendo seu poder de compra desde novembro de 1986. O próprio Ministério da Fazenda admite que, se a inflação ficar numa média de 2% ao mês, o que aliás é muito difícil, o salário médio real dos trabalhadores ficará num nível comparável ao salário médio obtido em 1985, o que significa que o salário médio real atual deverá ficar abaixo do seu valor quando do Cruzado I. O assessor econômico do Ministério da Fazenda, Yoshiak Nakano, admite cinicamente, segundo declarações publicada na "Gazeta Mercantil" do dia 18 de junho, a preocupação do Plano Bresser foi ser exclusivamente de um plano de estabilização econômica e não de distribuição de renda dizendo ser contrário à concessão de abonos por conta dos doze dias de inflação de junho ou de perdas passadas.

Em relação ao congelamento de preços, incluído no Plano Bresser, não passa de uma medida demagógica e sem nenhum efeito concreto. Em primeiro lugar, porque foi precedido de uma remarcação geral e tresloucada de todos os preços e, depois, porque o povo não mais confia em medidas tomadas apenas para dar a impressão de que se está fazendo alguma coisa. O povo sabe que esse é um congelamento para inglês ver.

Corri essas características, o Plano Bresser é antinacional e antipopular, arrocha os salários dos trabalhadores, beneficia os banqueiros internacionais, joga o País na recessão, retoma a interferência do FMI na economia nacional e não enfrenta os problemas econômicos estruturais. Dele só se pode dizer uma coisa: Não pode dar certo. Não para o povo!

O SR. ISMAEL WANDERLEY (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^a, e Srs. Constituintes, o País vive, nestes últimos dias, um clima de grave tensão.

É uma tensão social, é uma tensão econômica e é uma tensão política.

Este trinômio nasce da crise que ora enfrentamos Crise ampla, em todos os fланcos.

Crise de credibilidade que, a partir dos seus pontos vulneráveis, penetra nos lares, avança nas ruas e encontra, nos gabinetes do poder, pessoas aprisionadas pelo passado.

A crise alimenta a rebelião popular que, através da escuridão das alternativas que se avizinharam, levanta as vozes, por tempo silentes, na claridão das praças, das ruas, das avenidas deste País.

O povo grita e se revolta, Sr. Presidente, pela reforma agrária. Mas para seu clamor têm sido pouco os ouvidos desta Casa.

Como negar a profunda incoerência econômica e a péruida injustiça social que aflora dos dados reais deste País?

O Brasil tem 500 milhões de hectares de terras agricultáveis, dos quais apenas 80 milhões são atualmente aproveitados.

Os latifúndios mantêm cerca de 170 milhões de hectares de terras aproveitáveis, sem utilização,

enquanto aos 45 milhões de brasileiros se nega um pedaço de terra para seu trabalho e para seu sustento.

É contra este absurdo que grita a revolta do povo.

O País, Sr. Presidente, assistiu estarrado, por um canal de televisão, à proposta absurda, se não fosse trágica, pitoresca, se não fosse cruel, surrealista, se não fosse leviana, reflexo das idéias que povoam as mentes endurecidas de tecnocratas de último suspiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, o Presidente da Embratur quer transformar a miséria da seca nordestina, com seu caudal de sofrimento, desesperança e abandono, em cenário turístico, tomando os já desumanamente esquecidos, em atores famintos para o deleite das classes abastadas que, em sua inconsciência social, não conhecem a miséria.

E quer isto fazer, e isto o disse a viva voz, com os recursos destinados à irrigação, pois no seu raciocínio o "turismo da seca" renderia mais que os projetos de irrigação.

Até onde, Sr. Presidente, se permitirá essa afronta não contra os nordestinos apenas, senão contra a inteligência, a humanidade e a consciência de todos os brasileiros. Quer assim o Presidente da Embratur, desdenhando a gravidade da situação dramática primitiva, peste seca que fere o País infinitamente mais do que a Aids, transformar-se, falta de capacidade criativa, em um Cecil B. de Mille Tupiniquim.

É contra isso, Sr. Presidente, que grita a revolta do povo! O novo plano econômico determinou uma perda de aproximadamente 38% no salário já fraco do trabalhador.

O salário mínimo no País está em torno de 45 dólares, o que o faz um dos mais baixos do mundo.

É contra esta agressão que grita a revolta do povo.

Quinhentos bilhões de cruzados, fruto das cadernetas de poupanças, dormem no Banco Central um sono injusto, rendendo, sem nenhum esforço, ao sistema financeiro privado "spreads" de 2% ao ano, quando deveriam estar sendo investidos em construção de imóveis residenciais para cobrir o déficit espantoso de moradia que ainda persiste no País dos sem terra, sem pão e sem teto.

É contra isso que grita a revolta do povo.

De 1983 a 1986 – 34 bilhões de dólares – produzidos pelo esforço dos trabalhadores foram remetidos para instituições financeiras internacionais. Mas nossa dívida continua a crescer de forma a se tornar impagável e inadimplível.

É contra isso que grita a revolta do povo!

O novo plano econômico investiu ainda, além do arrochamento do salário do trabalhador, contra o seu patrimônio, quando, ao mudar a forma de cálculo de seus rendimentos, gerou perda substancial no Pis-Pasep e no Fundo de Garantia, assim como nas cadernetas de poupança, cuja grande maioria de detentores é constituída de pequenos poupadore. Hoje somos um país sem saúde, sem garantias, sem esperanças.

É contra isso que grita a revolta do povo!

Não somos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, contrários à idéia da conversão da nossa dívida externa em investimento interno.

Mas não se pode aceitar que a efetivação dessa medida se processe sem uma ampla discussão nacional e sem o aval desta Casa.

Acreditamos que, somente através de um debate profundo, desapaixonado e extensivo a todas as camadas sociais, possamos decidir, soberanamente, matéria tão expressiva.

No entanto, Sr. Presidente, neste momento, à revelia desta Casa e às escondidas do povo, o Banco Central arquiteta um plano de conversão da dívida externa brasileira em capital de risco.

Esse fato, decidido à margem do poder popular e sem o aval deste Congresso, elaborado nos gabinetes fechados dos tecnocratas e que representa a prática ilegítima e própria aos regimes ditatoriais, pode-se constituir em lesão grave à soberania nacional. Daí o nosso alerta.

Sem a transparência necessária e inerente aos atos legítimos, como a sociedade pode assegurar-se que, envolto nessas decisões de gabinete, não venha o risco da desnacionalização da nossa economia?

É contra esse descaso à opinião pública e contra esse desdém a esta Casa legislativa que clama a revolta do povo.

Contra a destruição impune a lei. Não a Lei de Segurança Nacional, retrato do arbítrio e do casuismo, fruto inequívoco da execrável ideologia de segurança nacional, mas, sim, a do Código Penal Brasileiro.

Garanta-se, a favor da democracia, a manifestação popular em qualquer lugar.

Não basta, contudo, Sr. Presidente, a democracia conjuntural. No momento faz-se necessária a democracia plena e sempre, como o único caminho sobre o qual pode a Nação andar ao encontro da justiça social, de que é tão carente.

Mas, como chegar à democracia? Como viver a democracia, respirar a democracia?

A questão, pois, é fazer germinar a democracia entre nós, de forma que nunca mais fuja da vida quotidiana deste povo que dela conhece somente o nome.

A história ensina que nenhuma nação atingiu a plenitude democrática sem a participação do povo e, sem que dos conflitos e confrontos adviesse uma lei fundamental que disciplinasse as lides sociais, sem prejuízo da consecução da justiça.

Assim, com apoio na História, pode-se afirmar que essa democracia que almejamos passa pela elaboração de uma constituição que invada os rincões de pobreza, de miséria, de abandono, de sofrimento, de angústia e resgate os ainda sobreviventes da viagem do esquecimento, em cujo comboio foram lançados milhões de brasileiros.

Muitos passageiros da viagem do esquecimento não dispõem do bilhete de retorno à cidadania!

Cumpre às lideranças populares deste País conduzir o povo ao estuário da Assembléa Nacional Constituinte, cenário e palco da efetivação e positivação de seus direitos.

Direitos sociais, políticos e econômicos que se não houver mobilização popular, serão conspurcados por uma minoria que pensa egoisticamente, como no nefasto regime militar de que a sociedade foi vítima, em manter escravizado o povo.

Urge, portanto, Sr. Presidente, não se fecharem as portas dessa Casa a quem é dela seu verdadeiro dono, mas convocá-lo para que aqui venha, aqui entre e aqui participe das decisões.

É a favor disso que clama, também, a revolta do povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT – RS Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente Srs. Constituintes, venho à tribuna para fazer reparos aos trabalhos da Comissão de Sistematização que, injustificadamente, omitiu em seu anteprojeto vários direitos aprovados pela Comissão de Ordem Social, em favor dos servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios.

Cumpre destacar que tais direitos foram aprovados em conjunto com os dos trabalhadores de conformidade com o teor do **caput** do art 2º da Comissão Temática. Ocorre que a Comissão de Sistematização considerou, o que não poderia fazer, somente os trabalhadores como beneficiados, deixando de fora os servidores públicos.

Relaciono, Sr. Presidente, os direitos omitidos pela Comissão de Sistematização, assegurados pela Comissão da Ordem Social:

- a) gratificação natalina;
- b) Fundo de Garantia do Patrimônio Individual;

- c) salário família;
- d) férias de 30 dias remuneradas em dobro;

e) licença-prêmio a gestante 120 dias antes e depois do parto;

f) participação dos servidores na direção dos órgãos da administração pública direta e indireta;

g) garantia de assistência aos filhos e dependentes dos servidores, até seis anos de idade, em creches e pré-escolas, nos órgãos públicos.

Espero, Sr. Presidente, que a Comissão de Sistematização reconsidero seu engano, aprovando as emendas que ontem apresentei, objetivando a correção do texto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ONOFRE CORRÉA (PMDB – MA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho recebido inúmeras manifestações de apoio, pela conduta coerente que venho mantendo nesta fase inicial dos trabalhos na Constituinte, principalmente no que se refere à Reforma Agrária, que foi uma de minhas bandeiras de luta de campanha, e que continuo a defender aqui neste plenário.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tal fato não acontece com determinados homens públicos, que usam uma linguagem reformista nos palanques, mas nos bastidores fazem dos conchavos e negociações um instrumento de sua auto locupletação, em detrimento do sofrimento das camadas humildes e inocentes do nosso meio rural.

Não sou um oportunista da política, não cheguei aqui pelas mãos dos grandes grupos econômicos. Aqui estou a serviço dos homens humildes e simples do Maranhão, que para aqui me mandaram, através de um mandato legítimo, que honrarei, a todo custo, defendendo um pedaço de terra para quem nela quer trabalhar e a quem por eles, às vezes, tenho condicionado minhas posições nesta Casa.

Por ser um Constituinte descomprometido com os poderosos e a serviço dos humildes lavradores do Maranhão, não poderia deixar de denunciar, neste plenário, uma carta de indignação, da União de Moradores e Grupos Similares da Ilha de São Luís clamando por posições honestas do Senador Édison Lobão, que tão bem acolhido

foi pelo povo de minha terra nas últimas eleições, mas que hoje, decepcionados pela traição sofrida, se manifestam de público, através de documento enviado a esta Casa e que eu gostaria que constasse dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O ORADOR:**

Pró-Federação Municipal de Associações, Uniões de Moradores e Grupos Similares da Ilha de São Luís – Maranhão

São Luís – Maranhão, 5-6-87.

Circular nº 003/87.

Excelentíssimo Senhor(a).

A Pró-Federação Municipal de Associações, Uniões de Moradores e Grupos Similares da Ilha de São Luís, diante dos últimos acontecimentos relacionados com a reforma agrária e tomando conhecimento através da imprensa que os trabalhos da subcomissão foram vetados, pede a V. S^a, posicionamento sobre o que se segue:

1º – As últimas entrevistas do Senador Edison Lobão dá TV e jornais, vêm causando impasse no meio da sociedade, sobretudo na área rural.

2º – Tratando-se de uma personalidade de influência política nacional e presidente da Subcomissão de Reforma Agrária na Constituinte, suas declarações vêm de encontro aos interesses da maioria absoluta da população brasileira e sendo a reforma agrária bandeira de luta, de todos os partidos políticos, defendida em todas as campanhas eleitorais e mediante situação causada pelo veto, esperamos pronunciamento público de V. S^a. sobre a questão em apreço.

Ressaltamos mais uma vez que a reforma agrária é a solução imediata de todos os grandes problemas políticos, econômicos e sociais, que vive a nação brasileira. Aguardamos o vosso pronunciamento que será de grande valia para os nossos trabalhos comunitários.

Cordiais saudações. – Lindalva Lima Lopes. (Presidente).

O SR PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das lideranças

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em nome da Liderança do meu partido, queria desagravar a Assembléia Nacional Constituinte como um todo e a cada Constituinte, – em particular, em função das agressões descabidas que escutei hoje de manhã num programa de televisão, proferidas por um Deputado que se encontra circunstancialmente abrigado na nossa legenda e que se diz, aqui, líder de um grupo que se auto-intitula social-democrata.

Disse esse Deputado, no programa "Bom Dia, Brasil", que o projeto de Constituição que está sendo no momento discutido na Comissão de Sistematização não presta e deve ser jogado no

lixo, porque ele é simplesmente o resultado dos trabalhos feitos nas subcomissões e nas comissões. Então, justamente pelo fato de ser um anteprojeto nascido da discussão democrática estabelecida nas subcomissões e nas comissões não presta, deve ser jogado no lixo. Está defendendo, então, este Parlamentar que o Relator substitua o conjunto da Assembléia Nacional Constituinte e cada Constituinte em particular e proponha um novo texto, jogando no lixo da História, como um exemplo da irresponsabilidade, na incompetência desta Casa como um todo e de cada um de vós, em particular, o fruto de um semestre de trabalho.

Não me surpreendem as insanidades ditas na televisão por este Deputado, circunstancialmente abrigado na nossa legenda – digo circunstancialmente porque há pouco tempo li uma entrevista sua, no Jornal **O Estado de S. Paulo**, em que dizia justamente que o PMDB acabou, que o movimento que ele diz liderar é o embrião de um futuro partido, e fala inclusive de seu candidato à Presidência da República, que seria o Deputado Constituinte de outro partido, Guilherme Afif Domingos, em que, parece, a direita e as forças conservadoras pretendem apostar todas as suas fichas num futuro próximo no Brasil. Então, esse Deputado, circunstancialmente abrigado na nossa legenda, já se identifica futuramente com a corrente ideológica à qual pertence. O que acho grave é que as afirmativas desse Parlamentar se dão numa semana em que estranhamente uma liderança importante do nosso partido, como é o Senador José Richa, propõe a besteira de interromper os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte para que se discuta, no seio do Congresso, a crise que assola o País.

Falam o Senador José Richa, e o Deputado Expedito Machado e aplaude o Palácio do Planalto a fala desses parlamentares. Encontramos até uma orquestração, sem que vozes dissonantes se façam ouvir, no sentido de se dizer que tudo o que foi feito nesta Casa durante o primeiro semestre, desde fevereiro, onde se trabalhou arduamente, resultou num produto que é uma agressão à consciência jurídica, constitucional, à língua portuguesa e a não sei mais o quê.

Verificamos que há uma orquestração, uma campanha muito bem montada, em que são cúmplices Constituintes que também participaram desse processo. Pelas disposições manifestadas através da imprensa e do Palácio do Planalto, realmente parece – a não ser que o Presidente José Sarney venha a desmentir isso – que se situa no Palácio do Planalto o centro onde se busca desestabilizar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Se o anteprojeto é gordo em artigos e extenso, é por ser o resultado da síntese de um trabalho muito árduo e profundo. E seremos nós, os Constituintes, na Comissão de Sistematização, e sobretudo, no Plenário, que teremos a responsabilidade, no curso desse processo constitucional, de aprimorar aquele trabalho em que se encontra a marca individual de cada Constituinte e a marca indelével coletiva desta Assembléia Nacional Constituinte.

Como acredito que nenhum dos eleitos para esta Assembléia Nacional Constituinte seja irresponsável, analfabeto, capaz de redigir um texto que agrida a gramática, a formalidade jurídica, o Direito, e que todos aqui presentes deram o

que tinham de melhor de si para que a Constituinte traduzisse os anseios do nosso povo, é que, em nome da nossa Liderança, quero desagravar cada Constituinte em particular e esta Assembléia Nacional Constituinte como um todo, dessas insanidades que, se porventura fossem levadas a sério deixariam este Poder numa situação muito difícil.

Sabem V. Ex^s da baixa credibilidade das instituições democráticas, mas sabe cada Constituinte que, apesar dessa baixa credibilidade, a Assembléia Nacional Constituinte é um dos poucos órgãos das instituições brasileiras que a opinião pública identifica como um local de trabalho. Este é um fato que tenho verificado, inclusive no meio das manifestações de hostilidade da população quanto à representação política como um todo. E quando vejo que há uma orquestração das forças conservadoras no sentido de caracterizar o texto resultante do trabalho coletivo e individual de cada um de nós como redigido por incompetentes, analfabetos e irresponsáveis, entendo que o que pretende essa gente é também desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes como Deputado do PMDB, e em nome da Liderança do meu partido, quero manifestar a confiança que temos em que, no processo que vamos desencadear na Constituinte e no seu Plenário, com responsabilidade e clarividência, faremos desse texto longo que estamos elaborando, que traduz também a trajetória longa que até hoje seguimos, um texto que mereça o respeito do povo brasileiro. E não é preciso que todos nós sejamos substituídos por procuradores, conselheiros ou qualquer Parlamentar que se apresente, sem ter tido delegação popular para substituir a Assembléia Nacional Constituinte como um todo.

Defendo a integridade do texto atual, que será modificado no curso do nosso trabalho. Toda essa campanha visa a desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte, criando condições para uma desestabilização do quadro político como um todo. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Maurílio Ferreira Lima, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia. Segundo-Secretário.

O SR. RUY NEDEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Sr^s e Srs. Constituintes ouvimos, no início desta sessão, o eminente Constituinte Carlos Cardinal, do PDT discorrer sobre os problemas do setor de produção primária, especialmente dos pequenos e médios agricultores do nosso País.

Em nome da Liderança do PMDB, devo dizer aqui, de público, que S. Ex.^a tem razão.

Sabemos que uma Assembléia Nacional Constituinte, em qualquer país do mundo, surge apenas nos momentos de graves crises, não só político-institucionais, mas também econômicas. Analisando esse episódio histórico da nossa Pátria, temos também plena consciência de que, se não

houvesse os graves problemas econômicos nem a proximidade do caos com que se defrontou o regime militar pelos seus desacertos ao longo de vinte anos, não haveria surgido esta Assembléia Nacional Constituinte, mesmo com a grave crise política existente. Sabemos que nesses momentos a estrutura de poderes também sofre por falta de poder, por se desestruturar, e o Poder Executivo, mesmo mudando seu regime, fica com a estrutura de Poder quase ditatorial, sentindo angústia na desestruturação que vai surgindo.

Quero lembrar, em nome da Liderança do PMDB, que justamente nesses momentos deve ser revitalizado, revigorado e respeitado o poder político do Congresso Nacional e da Assembléia Nacional Constituinte. Não há como um administrador do poder centralizado ter a mesma percepção e a mesma sensibilidade de um político que vai até às bases sentir as angústias, ouvir os anseios e o espírito de revolta.

Em nome da Liderança do PMDB pedimos ao Poder Executivo que repense suas posturas e não espere as convulsões para, depois, tentar resolvê-las. Lembre-se de que, em março, no Rio Grande do Sul, trezentos e cinqüenta mil agricultores bloquearam as estradas, cometendo, inclusive, o crime de limpar do direito de ir e vir do cidadão. Morreram crianças que não puderam ir ao hospital em consequência de tão injusto bloqueio. Proibiram até um médico de ir de um bairro ao hospital. Mas esse ato refletiu a posição errônea, até em parte criminosa, de lideranças sindicais. Não houve só o envolvimento político de partidos que queriam conquistar mais espaço, mesmo que o circo pegasse fogo, mas algo muito fecundo: o espírito de revolta e de incerteza do produtor rural. Este problema ainda existe. E precisamos de cautela, habilidade e competência administrativa para evitar a eclosão e encontrarmos a solução.

Por isso, voltamos a lembrar ao Ministro Bresser Pereira que é e foi injusto, errado e escandaloso o subsídio a longo prazo, a seu bel-prazer, como também ao bel-prazer dos desonestos.

Houve, na época delfiniana, a avalanche dos subsídios, não importando a produção e a produtividade nem sequer a moralidade, e vimos, tanto no adubo-papel, no calçário-papel, como na fábrica de seguros do Proagro, o País elaborar uma verdadeira fábrica de corruptos. Mas essa situação não pode, de forma alguma, bloquear ou esmagar o poder vital para o desenvolvimento da nossa sociedade que tem o setor da produção primária, e mesmo para nossa dívida externa e conquista de divisas. Só neste mês de maio, embora não disponhamos de dados oficiais, dos 946 milhões de superávits que o Brasil conquistou, a produção primária entrou, pelo menos, com 700 milhões de dólares. Este setor é fundamental para a Nação e para a Assembléia Nacional Constituinte trilhar o caminho da democracia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

A SR SANDRA CAVALCANTI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SR SANDRA CAVALCANTI (PFL – RJ. Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, enquanto o País atravessa

um dos momentos provavelmente mais críticos e difíceis de sua história, o Poder Legislativo está ausente. Esta é a verdade. Não adianta querer encobrir um erro clamoroso que cometemos no início dos nossos trabalhos, quando aceitamos que ficasse estabelecido no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte que só em caráter extraordinário nas segundas-feiras – dia em que Brasília fica vazia – a Câmara e o Senado cumpririam sua tarefa de acompanhar o funcionamento dos poderes constituídos neste País.

O Brasil não está vivendo, que se saiba em regime de exceção. Continuamos a ter Executivo, Legislativo e Judiciário. Enquanto o Executivo e o Judiciário funcionam, o Legislativo, errando na interpretação do que seria a predominância do trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, automutilou-se, fechou-se e, mais do que isso, condenou-se a tratar dos assuntos deste País sempre no horário da Assembléia Nacional Constituinte, através da benevolência e tolerância das Mesas que dirigem nossos trabalhos. Permitem elas, que durante o tempo destinado à Ordem do Dia da Assembléia Nacional Constituinte, estejamos atentos ao que está acontecendo no País.

Há sessenta dias, precisamente, sabendo o que isto significaria para a vida do País – pressentindo acontecimentos que surgiriam e que o correr do tempo só significaria o agravamento da situação política brasileira – tomei a iniciativa de apresentar à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte um projeto de resolução, acompanhado de mais de cem assinaturas, pedindo a revogação do referido artigo do Regimento Interno. Estabelecia também o projeto de resolução que, não havendo Ordem do Dia para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, devido às etapas naturais do processo de elaboração da Constituição que adotamos, fossem convocados normalmente, e não extraordinariamente, para as sessões das 14 horas, a Câmara e o Senado, inclusive propunha abrirmos mão do recesso, para que o País pudesse dispor de um Poder Legislativo atento, que acompanhasse o que está ocorrendo em toda a Nação brasileira.

A Mesa foi muito insensível à nossa proposta, tergiversou, demorou para mandar imprimir e acabou dando parecer contrário, argüindo que não era oportuno tal projeto. No entanto, de ontem para hoje o assunto explodiu novamente na proposta do Constituinte José Richa, que foi interpretada como um pedido de paralisação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, quando, na verdade, não foi esta a intenção de S. Ex.^a. Li com calma e atenção à proposta e verifiquei que sugere em outras palavras, o mesmo que, há sessenta dias, prevendo estes acontecimentos, havíamos aqui proposto.

É inacreditável que o País, estando, no momento, convulsionado e inquieto tenhamos o plenário da Câmara dos Deputados vazio e estejamos, durante todas estas tardes, fazendo emendas ao anteprojeto na Comissão de Sistematização, adotando medidas para melhorar o texto. Neste particular aprovo inteiramente a manifestação do Constituinte Maurílio Ferreira Lima, pois acho que a crítica ao nosso trabalho é precoce, apressada e antecipada. O que temos em mãos no momento, é um rascunho todos sabemos disso, e estamos nos esforçando para melhorá-lo. Só quem não gosta de regime democrático acha que o ideal seria receber uma "quentinha", vind

de qualquer dos gabinetes do Poder Executivo, contendo um texto, preparado para nós, que somos julgados incapazes de fazê-lo. (Muito bem!) Isso não tem sentido. Em nome do meu partido, autorizado pela minha liderança, quero informar aos Srs. Constituintes que, se chegar ao Congresso, enviado por qualquer agente do Poder Executivo, um texto pré-fabricado, não será objeto da menor consideração por parte da minha bancada. (Muito bem!) O nosso trabalho continuará se processando dentro daquilo que ficou estabelecido; é algo inédito na vida democrática brasileira, e não perderemos essa oportunidade. Se o texto do anteprojeto não está bom, vamos melhorá-lo. Ele está cheio de tendências conflitantes? Vamos sentar e conversar, mesmo por que uma Carta constitucional não é a vitória do partido "A" sobre o partido "B", é um texto para ficar, e tem que consubstanciar as relações permanentes, livres, estáveis e democráticas entre os cidadãos e a sociedade, e do Governo com os cidadãos. Isto será uma Carta constitucional. Ela deve interpretar o sentimento de todos, na medida em que trabalharmos de espírito aberto, com boa-fé, como venho insistindo aqui inúmeras vezes. Acho que este deve ser o espírito da Assembléia Nacional Constituinte.

Lamento profundamente que, devido à intransigência do PMDB, não se tivesse aberto para a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte um caminho no sentido de entender que o País não pode continuar funcionando sem o Poder Legislativo. A Praça dos Três Poderes está com um Poder fechado. O tripé do sistema de Governo do Brasil tem um pé quebrado. O Presidente da República, nas horas mais difíceis, precisa utilizar-se da figura, repulsiva para todos nós, do decreto-lei. Durante este período de recesso da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, se S. Ex.^a precisar da elaboração de leis, teremos uma convocação extraordinária – o que representa uma insensibilidade diante do País – ou referendaremos em agosto o que S. Ex.^a legislar sob forma de decreto-lei. Isso está acontecendo no momento em que todos estamos com tempo disponível, porque o espaço é destinado agora ao trabalho da única Comissão que não havia ainda trabalhado: a Comissão de Sistematização. Esse tempo poderia estar perfeitamente ocupado pelas sessões ordinárias do Congresso Nacional, atendendo aos reclamos do País, que quer ver discutidas as questões que estão incendiando a Nação.

Sr. Presidente, desejo ver debatido o que sequer foi publicado em avulso, nem foi levado ao conhecimento dos Srs. Constituintes: o projeto de resolução que, há dois meses, enviamos à Mesa, na certeza de que este episódio político iria acontecer. É uma pena que não tivéssemos tido, por parte da Mesa, a mesma sensibilidade, para perceber o que, hoje, todos os colegas Constituintes devem estar sentindo.

Somos os grandes ausentes do cenário público brasileiro. O Poder Legislativo, através das suas Comissões Parlamentares de Inquérito e das suas Comissões Técnicas, poderia estar examinando os projetos do Governo, e a esta altura, auxiliar o Poder Executivo. No entanto, estamos, por determinação nossa – mas ainda em tempo de consertar o erro – limitados às sessões realizadas às segundas-feiras, por convocação extraordinária. E o País, que, aparentemente, vive momentos

de normalidade, está hoje sem a participação do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, isto o que queria deixar registrado, como protesto e forma de salvar ainda a face do Legislativo diante da opinião pública brasileira. (Palmas.)

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, inicialmente, peço à Mesa que seja magnânima, concedendo-me, antes do pronunciamento, um pequeno espaço de tempo para nos solidarizarmos, em nome da democracia cristã, como o nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, pelas colocações feitas aqui.

Ontem, desta tribuna, verberávamos contra a ingerência indevida do Poder Executivo na Assembléa Nacional Constituinte, quando emitia juízo de valor sobre o trabalho que estamos fazendo. Hoje, da mesma forma, queremos dizer, em nome da democracia cristã, que não delegamos competência a qualquer membro da Assembléa Nacional Constituinte para que fale em, nome da Assembléa como um todo – e, portanto, em nosso nome estabelecendo crítica de valor e de mérito ao trabalho que está sendo feito por esta Casa. Estamos apenas a meio caminho. Quando, no início, imaginávamos esse trabalho distribuído de esforços, o que desejávamos realmente era este leque abrangente de tendências, para que agora, através do voto, do diálogo, da conversa e do entendimento, possamos compor as tendências conflitantes, dando à sociedade e à Nação uma Carta abrangente e duradoura.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987, é necessário, é urgente devolver à Nação, devolver aos brasileiros o direito de ter esperanças em seu presente, esperanças em seu futuro.

E, para tanto, é inarredável que a Nação possa acreditar, confiar em seus governantes.

Esta crença, esta confiança, entretanto, exigem uma imediata e concreta nova postura, uma nova forma de agir, uma nova maneira de governar.

Entre os princípios de bom governo que a Nação quer ver aplicados agora, já, destacamos os seguintes:

1. Austeridade nos gastos públicos, em todos os níveis, inclusive nos gastos diretos do Sr. Presidente da República e dos Srs. Ministros. Não se podem repetir, por serem uma afronta à fome e à angústia do povo, viagens desnecessárias, supérfulas, como estas que vêm sendo realizadas pelo Sr. Presidente da República, das quais é triste exemplo o último passeio ao Rio de Janeiro, e que acarretou tão sérias consequências.

Não basta propor a justiça. É preciso exercê-la.

2. Combate à impunidade, de forma efetiva, real, não meramente retórica, inconseqüente.

Basta de crimes praticados com o dinheiro público, que não são punidos, nunca!

Basta de corrupção! De sujeira! De lixo moral!

De favores que compram vontades, que quebram consciências.

Não se pode repetir o ultraje de um representante do Presidente da República ao pretender transformar a Assembléa Nacional Constituinte

em mercado público, colocando nas prateleiras da desonra, como mercadoria que se vendesse ou trocasse, dez mil cargos públicos!

3. Sinceridade, honestidade de compromisso.

A Nação não suporta mais palavras que não são honradas.

Compromissos que não são cumpridos.

E os exemplos são tantos.

E, dos muitos, destaco, como mancha vergonhosa na alma da república:

- a) O compromisso não cumprido com as micro, pequenas e médias empresas. Estimuladas, no Plano Cruzado, a tomar empréstimos para crescer, são agora abandonadas à própria sorte, e falsamente socorridas por resoluções governamentais meramente paliativas e enganosas;

- b) O assalto, violento, insensível e cínico aos aplicadores de caderneta de poupança! Para socorrer a inépcia, a incompetência do Governo, foram esses pequenos aplicadores saqueados através do corte criminoso nos rendimentos das cadernetas de poupança, face aos índices da inflação, muito superiores!

Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987, basta de desperdícios, de gastos inúteis, de mordomias que nunca acabam e crescem sempre!

Basta de impunidade!

Basta de assistir ao Governo cometendo ou favorecendo crimes contra o povo com o dinheiro do povo, com os tributos da sociedade!

Crimes, tristes e nefastos, que não são punidos nunca.

Basta de palavras que não são honradas, compromissos que não são cumpridos; basta de desgoverno, de mentiras, de enganos!

A Nação quer honra, quer justiça, quer austeridade!

Quer esperança, Sr. Presidente.

Quer viver, vibrar, construir.

E, também, ter o direito de ser feliz! (Palmas!)

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, pela segunda vez, o Presidente José Sarney ousou participar de alguma atividade fora do seu Palácio, onde se encontra recolhido desde as manifestações populares ocorridas na cidade do Rio de Janeiro.

A primeira delas foi quando S. Ex.^a assistiu a uma cerimônia religiosa na Catedral de Brasília. Agora, na cidade de Rio Branco. Em ambas as ocasiões o Sr. Presidente da República se fez acompanhar, acima de tudo, de um poderoso esquema de segurança – as tropas do Exército Nacional. Em Rio Branco essas tropas, numerosíssimas, estavam com uniforme de combate, próprio as atividades de selva. Encontravam-se de costas para o Presidente da República e de frente para o povo, numa atitude ameaçadora, quem sabe, até, refletindo aquilo que vai no coração desses soldados do nosso Exército e de todo o povo. Essa atitude de protesto assemelha-se àquela que muito antes havia sido tornada por S. Ex.^a, quando dos compromissos assumidos nas

campanhas das diretas e indiretas, dentro do Colégio Eleitoral, quando dos compromissos da chamada Nova República como povo brasileiro. Este Presidente da República sequer tem condições de sair às ruas. E não venham dizer que são grupos organizados de protesto porque, se fossem grupos organizados, ao lado deles estariam também, com certeza, os grupos de apoio, as multidões, para aplaudir o Presidente da República.

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa lamenta advertir o orador e o nobre Constituinte aparteante, dizendo-lhes que nesse período de Comunicação de Liderança, regimentalmente, não são permitidos apartes.

V. Ex.^a está inscrito para falar depois. É uma exigência do Regimento.

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Sr. Presidente, poderia V. Ex.^a citar o artigo do Regimento?

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Eu concedo o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Pode V. Ex.^a continuar.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Sr. Presidente, a Comunicação de Liderança, parece-me, seria o tempo dado àquele que ocupa a tribuna, e o nobre Constituinte Edmilson Valentim, do PC do B,....

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Sr. Presidente, o art. 58 do Regimento Interno diz: "O aparte dependerá da permissão do orador. § 1º – Não serão admitidos apartes ao Presidente, aos oradores no Pequeno Expediente; o uso da palavra pela ordem, a parecer oral paralelo, a discursos e ao encaminhamento de votação". Neste sentido, Sr. Presidente, não se fala aqui que não serão permitidos apartes em Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – As Comunicações de Lideranças estão aqui fixadas com o tempo determinado.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Sr. Presidente, se V. Ex.^a quiser, poderá descontar do meu tempo este aparte, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – V. Ex.^a dispõe de cinco minutos para isso.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Com muito prazer, concedo o aparte ao nobre Constituinte Edmilson Valentim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Isso já é praxe da Mesa, em virtude do tempo exíguo de que os partidos dispõem. Nesse período não se deve dar apartes.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Gostaria que V. Ex.^a deduzisse apenas o tempo gasto pelo nobre Constituinte com a análise da questão.

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas referendar as últimas palavras do nobre Constituinte Virgílio Guimarães, no que diz respeito às manifestações populares. O cunho das duas manifestações ocorridas ultimamente, no Rio de Janeiro, sem dúvida foi predominantemente popular, espontâneo. As manifestações foram feitas por grupos de extrema di-

reita, de maneira inexplicável, com apoio também inexplicável, e não são do interesse da democracia. Não podemos deixar de levar em consideração que há um grande desejo de mudança, uma grande insatisfação popular em nossa sociedade. Neste sentido, apoiamos as palavras do Constituinte Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Agradeço ao nobre Constituinte Edmilson Valentim o aparte. Sendo S. Ex.^a do Rio de Janeiro, percebe mais claramente como o povo do seu Estado e de todo o Brasil, hoje, repudia este Governo que está enclausurado, que não tem condições de sair às ruas e não tem apoio popular.

Como reage a essa situação o Presidente José Sarney? Ameaça-nos S. Ex.^a com a Lei de Segurança Nacional. Reage a essa crise econômica e política brandindo essa lei espúria e já há muito tempo repudiada pelo povo brasileiro. Se S. Ex.^a aplicar essa legislação, se aplicar a Lei de Segurança Nacional, estará abdicando da sua Presidência, estará admitindo que os militares assumem, de fato, a frente da política do País. E isso seria reeditar agora a triste situação que o amigo povo, vizinho do Uruguai viveu há uma década, quando um Presidente civil, um fantoche, servia de aríete no jogo dos militares.

O Presidente José Sarney responde a essa situação tentando impor à Assembléia Nacional Constituinte um novo projeto constitucional. Além de não ter condições de resolver aquilo que é de sua competência, a grave e emergencial situação vivida pelo País, S. Ex.^a quer cobrar e exigir mudanças à base de pacotes, de medidas que recaem sobre o povo, agravando essa situação. O Presidente José Sarney, do alto de sua torre de marfim, da sua clausura, no Palácio do Planalto, dispara setas contra esta Assembléia Nacional Constituinte, ameaçando o povo com prisões e aplicação da Lei de Segurança Nacional.

E o Partido dos Trabalhadores, juntamente com outros partidos – o colega Edmilson Valentim mostra que o PC do B também participa desse movimento – diante dessa situação, responde com o chamamento ao povo à unidade sindical e política. Aqueles que enfrentam essa situação e fazem oposição devem dar a única resposta possível a este Governo: um basta, com a convocação de eleições diretas, o quanto antes, para Presidente da República, apresentando uma plataforma de mudanças que aponte claramente contra o imperialismo, a dívida externa e o arrocho salarial, favorecendo as conquistas dos trabalhadores, numa reação contra o Governo da Nova República. A Constituinte deve com o povo nas ruas, declarar-se independente dessas ameaças do Palácio do Planalto e realizar aquilo que foi o compromisso de palanque daqueles que aqui estão e ocupam seus lugares. Só assim poderão dizer que a Assembléia Nacional Constituinte cumpriu o seu dever, dando um passo à frente no sentido da soberania do povo, da libertação do Brasil das garras do imperialismo e da consecução de um País mais justo, mais independente, mais democrático. Só assim terão dado um passo significativo rumo à libertação do País e de seu povo. (Palmas.)

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, após as votações das Comissões temáticas da Assembléia Nacional Constituinte, encaminhei um ofício solicitando a todos os Presidentes de Comissões e também ao Primeiro-Secretário da Constituinte, Marcelo Cordeiro, os mapas das votações em cada Comissão e em cada proposta, em nome da transparência e da consciência de cada Constituinte. Sr. Presidente, de lá para cá passaram-se algumas semanas e somente uma Comissão deu resposta ao ofício. Estamos encontrando algumas dificuldades e obstáculos para obter essa resposta.

Em nome desta transparência, solicitamos à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que entre em contato com essas Comissões e com a Secretaria da Constituinte para que esses mapas de votação sejam colocados à disposição de cada Constituinte, a fim de que possamos saber como pensam nossos pares em relação a cada proposta.

Era esta a questão de ordem que queria encaminhar à Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa diligenciará junto à Primeira-Secretaria para que a solicitação de V. Ex.^a seja atendida.

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao abrimos o jornal de hoje, deparamos com as seguintes manchetes:

"São mais de cem as emendas do Governo."

"Emendas do Planalto alteram todo o ante-projeto".

"São mais de cem propostas de Deputados governistas: Mudam o regime, anistia e estabilidade."

O QUE O PLANALTO QUER MUDAR

1 – O Presidente da República recupera a chefia do Governo, acumulando-a com a do Estado.

2 – O primeiro-ministro é apenas um auxiliar, que pode ser exonerado pelo Presidente apenas ouvindo o Conselho da República.

3 – Cai a possibilidade de reintegração dos militares cassados.

4 – A estabilidade dos trabalhadores permanece apenas como princípio na Constituição; os detalhes práticos são transferidos para a lei complementar.

5 – A redivisão territorial também sai da Constituição. Será definida posteriormente por uma comissão específica."

Ora, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, essa tentativa do Planalto já foi denunciada por diversos Constituintes que me antecederam, inclusive no horário de Liderança. O Palácio do

Planalto não fala pelo PC do B, mas pelos militares, pelas multinacionais, pelos setores mais conservadores e que atrasam as mudanças no País.

Sr. Presidente, nós, Constituintes, não podemos aceitar mais uma intervenção desse porte, que significa jogar fora todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos Constituintes, no que diz respeito aos subsídios e às matérias oriundas das Comissões temáticas. Nós, do Partido Comunista do Brasil, não concordamos com diversas propostas oriundas das Comissões temáticas, embora apoiemos algumas delas. Mas, sem dúvida, respeitamos esse trabalho, porque acreditamos que nesta Casa é que tem que ocorrer o debate dos textos constitucionais. Não podemos admitir, de maneira alguma, mais essa ingerência do Poder Executivo, do Governo Sarney, nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Realmente o Poder Executivo tem usado de várias artimanhas para introduzir nesta Casa seu substituto e emendas. Lamento que existam Constituintes que se prestem a servir de garoto de recado do Palácio do Planalto. Existem aqueles que vêm aqui e fazem profissão de fé na autonomia da Assembléia Nacional Constituinte; falam que seus partidos não aceitarão substitutivos urdidos nos gabinetes, sejam eles quais forem, no entanto assinam, na calada da noite, emendas enviadas pelo Palácio do Planalto e, na prática, introduzem aqui o substitutivo, porque emenda por emenda soma um substitutivo, cumprindo, assim, a sua função. O substitutivo existe e aqui se encontra pelas mãos daqueles que se declaram contra esse tipo de artimanha. Meu aparte tem o objetivo de ilustrar como é correta e justa a preocupação de V. Ex.^a com relação ao Palácio do Planalto.

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, nobre Constituinte Virgílio Guimarães. O pior é que o Palácio do Planalto quer mudar somente o que significa avanço para a sociedade brasileira. Não se constatou aqui se o Palácio do Planalto quer mudar a definição de empresa nacional ou a redação do texto constitucional no que se refere à reforma agrária. Não se constatou se o Palácio do Planalto quer mudar alguma coisa no que concerne aos partidos políticos, que praticamente foram cassados pelo texto da Comissão, ou se quer mudar o que significa retrocesso em relação à Constituição atual.

Sr. Presidente, trata-se de mais uma ingerência, o que não podemos aceitar. O Planalto se preocupa porque sabe que a proposta que sair da Comissão de Sistematização e que significar avanço para o nosso País somente poderá ser mudada com pelo menos 280 votos. Para conseguir isso o Planalto terá que negociar e oferecer mais do que os 10.000 cargos que já distribuiu.

Por isso, Sr. Presidente, a Liderança do PC do B vem denunciar essa tentativa e solidarizar-se com os partidos e com a Constituinte, para juntos nos opormos a essa proposta vergonhosa de interferência, de ingerência no Poder Legislativo, que mais uma vez arranca a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Venho mais uma vez dizer, de público, Sr. Presidente, que foi por isso que sugeri; por meio de

uma questão de ordem, que fosse transparente a votação dos Constituintes. O povo está se organizando e discutindo propostas de mudança, está se articulando para fazer valer o que lhe interessa. Por isso, temos de saber quem votou a favor e contra essas propostas, pois temos de denunciar quem compactua com esse tipo de ingerência, quem faz esse jogo – que, sem dúvida alguma, não interessa, não dá crédito às instituições, e principalmente à Assembléia Nacional Constituinte.

O Partido Comunista do Brasil e também os demais partidos devem estar comprometidos, com essa luta, bem assim todos os Constituintes que, sem dúvida alguma, se somam a essa grande batalha em defesa da democracia, em defesa de mudanças, realmente, na sociedade brasileira, para minimizar um pouco a miséria e a fome, e para modificar o sistema antidemocrático sob o qual os brasileiros vivem hoje. Acreditamos que toda essa conjugação de esforços será vitoriosa justamente através da mudança de comportamento de Constituintes que, até agora, não se comportaram como deviam, inclusive traendo compromissos públicos de campanha, e aqui sucumbiram às pressões e ingerências do Palácio do Planalto, das multinacionais, dos militares, dos latifundiários e de todos os setores reacionários. Esperamos que os Srs. Constituintes reflitam sobre o assunto e se somem a esse grande movimento, como fez ontem o Constituinte Pimenta da Veiga. S. Ex.^a é mais um aliado na luta em defesa da democracia. A exemplo do Constituinte Pimenta da Veiga, diversos Constituintes devem levantar de novo as bandeiras de interesse do povo e da Nação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DAVI ALVES SILVA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os pequenos e médios produtores rurais do Estado do Maranhão, com quem mantive contato hoje, por intermédio das delegações que se encontram em Brasília, receberam com muita preocupação as notícias veiculadas pela televisão, ontem à noite, desestimulando os empresários de investir no período de um ano.

Sr. Presidente, aqueles que produzem no meu Estado acreditam que o País em que os empresários não investem vive de especulação.

Estou avaliando o que ouvi hoje das três delegações que se encontram em Brasília. Não podemos mais especular o especulado. Está havendo tanta especulação que não podemos mais avalizar qualquer tipo de notícia, qualquer tipo de incentivo daqueles que dizem que os que podem fazer investimentos têm de aguardar as mudanças que haverão de vir na economia.

Realmente, fiquei bastante entusiasmado com as ponderações que essas delegações me fizeram, hoje, e prometi que, da tribuna desta Casa, colocar-me-ia ao lado das suas preocupações. Um País que precisa de empregos, de produção, não pode ficar, no momento em que muitos estão, especulando, aguardando mudanças na sua economia para investir.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, na reunião, que me parece ter sido presidida pelo ex-Ministro do Planejamento João Sayad, acredito que o ex-Ministro não tenha convencido os representantes do meu Estado, que ouviram as colocações de S. Ex.^a no sentido de que o momento é de esperar e não de investir.

O Brasil precisa que se acredite nele, mas que se acredite trabalhando. Não podemos acreditar no Brasil, ficando sentados, porque um país em desenvolvimento, um país caminhando para concluir um processo democrático, não pode permitir que suas empresas fiquem paradas.

Falo, não em nome do PDS – não sei o que pensa ou o que viu meu partido ontem, nas declarações veiculadas pela televisão – mas em meu nome e no daqueles que comigo aqui estiveram hoje, apelando para que eu levasse esse ponto de vista a todos os empresários deste País. No Maranhão, os pequenos e médios empresários não vêm com simpatia a redução dos investimentos dos que têm condições de acelerar, em curto prazo, a economia.

Faço um apelo àqueles que se encontram em condições de ajudar os pequenos e médios produtores rurais e as empresas do País, para que o façam. Não podemos esperar sentados que o Brasil volte a retomar seu crescimento. O Brasil precisa de homens que tenham espírito público, mesmo que estejam fora de funções públicas eletivas ou executivas, a nível estadual ou nacional. O Brasil precisa dos que nele acreditam, mas acreditam trabalhando.

Vou continuar defendendo a tese de que todos juntos teremos condições de fazer um grande País, uma grande Nação, principalmente neste momento em que estamos preocupados com a Constituinte. Os trabalhadores, de modo geral, estão um tanto confusos porque, do Plenário desta Casa, nascem apelos de todas as ordens, só que as soluções ainda não vieram, mas temos de encontrá-las. Devemos trabalhar e não simplesmente esperar sentados, acreditando que as soluções virão de maneira natural. Isso acontecerá se nós, que representamos aqui uma boa parte desta Nação – falo como homem integrante da bancada do Maranhão – levarmos a mensagem do povo, a fim de retribuir a confiança que nos foi depositada nas urnas, em 1986.

Era este o apelo que o Constituinte Davi Alves Silva tinha a fazer ao Sr. Presidente e aos companheiros, no sentido de incentivar a iniciativa privada, que realmente contribuirá para o crescimento deste País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem a revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pior cego não é aquele que, por defeito congênito ou por problemas alheios à sua vontade, foi ou está privado do sentido da visão. O pior cego é aquele que, tendo olhos sadios, nega-se a ver. O Constituinte José Richa, do alto da sua arrogância, encastelado na torre de marfim da sua vaidade pessoal, insiste e persiste em sus-

tentar a tese de que a crise que erode os salários dos trabalhadores e está induzindo a Nação a um processo recessivo lamentável, exige a suspensão das atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

Não bastou a posição adotada ontem pelas Lideranças de todos os partidos nesta Casa, que decidiram que o grande pulmão por onde respira a Nação, que a grande caixa de ressonância das aspirações populares ainda é o Congresso Nacional Constituinte. E, por isso mesmo, negaram validade a essa tese absurda de cancelar os debates que aqui se travam, colocando em recesso um Poder que legitimamente emana do povo, não obstante a interferência indevida e criminoso do poder econômico na eleição de vários Constituintes.

Não sei, Sr. Presidente, se o Constituinte José Richa é um inocente útil, um homem de profundo saber político ou, ainda, um simples instrumento de interesses subalternos que pretendem pairar e colocar-se acima dos trabalhos de elaboração constitucional e dos debates democráticos amplos e abertos que aqui se travam, de críticas contundentes aos desmandos, desvios e equívocos de um Governo ilegítimo, que transita na incompetência e volta as costas para os compromissos pública e formalmente assumidos com a sociedade brasileira. Creio que essa proposta do Constituinte José Richa está associada a um esquema que vem sendo pacientemente costurado nos escaninhos da extrema-direita, nos bastidores daqueles que não se conformam, ainda agora, em plena travessia do País rumo ao processo democrático, com a perda dos privilégios e benesses que sempre tiveram, porque se associaram os fatos mais presentes às manifestações de descontentamento da população carioca, que, infelizmente, desembocaram no apedrejamento do ônibus presidencial, a verdadeira guerra travada esta semana, na última terça-feira, também na cidade do Rio de Janeiro, seria contra a violência praticada por um juiz, elevando despropositadamente os preços das passagens dos ônibus. Há toda esta orquestração, que aí está, de suspensão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte enquanto durar as atividades de elaboração da Comissão de Sistematização e a subsequente pretensão do Palácio do Planalto de, uma vez mais, intervir indevidamente na vida da Assembléia Nacional Constituinte, propondo, até de forma cínica e debochada, um substitutivo que altere em profundidade o anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização. Chegaremos à conclusão de que realmente algo está sendo perigosamente tramado contra os avanços democráticos da sociedade brasileira. Não posso crer, por isso mesmo, que o Sr. José Richa desempenhe um papel apenas de inocente-útil neste episódio, e muito menos lhe dou o mérito de ter talento político para ele próprio programar no seu consciente esta tentativa de obstruir as críticas válidas e justas que aqui são proferidas contra os desmandos governamentais. Creio que tudo isso está associado a um plano sórdido, urdido nas catacumbas do regime anterior, com clara conotação golpista. A quem aproveitada, no momento em que o País se debate com uma das mais graves crises econômicas da sua História, suspender, ainda que por 10 ou 15 dias, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte? Além de ser uma atitude desrespeitosa para com a sociedade, que

infelizmente ainda deposita fundadas esperanças de que possamos alterar os rumos do processo histórico e promover as profundas mudanças por que dama a Nação, a quem aproveitada, repito impedir que a Nação respire por este Parlamento? Por isso, Sr. Presidente, quero uma vez mais, em nome da Liderança do PDT, deplorar esta atitude claramente revanchista de um homem que detém o mandato popular e, portanto, tem sérios compromissos para com a sociedade e a História na medida em que ele insiste em ver aprova de uma tese absurda, esdrúxula e antidemocrática e quer fazê-lo, agora, pelos canais do projeto de decisão. Não será assim, Sr. Presidente, que iremos resolver nossos problemas. Não há dúvida de que o texto que aí está, extenso, longo, inadequado para um país com tantos e tamanhos problemas como o Brasil, não é bom, não reflete em momento algum, pelo menos em sua grande parte, os anseios mais justos e legítimos de uma sociedade cansada de tantas humilhações, violências e agressões. Mas não se pode responsabilizar o Relator e a própria Comissão de Sistematização pelas aberrações que o texto contém.

Na verdade, Sr. Presidente, o esquema foi montado antes, desde as Subcomissões até às Comissões Temáticas. Na Subcomissão a que pertenci, que tratou da política agrícola, fundiária e da reforma agrária, ocorreram não só fatos lamentáveis, que desrespeitaram as normas regimentais, mas também violências inaceitáveis para um momento em que o País começa a respirar o ar puro da liberdade e da democracia.

Na Comissão Temática repetiram-se, com maior intensidade, em dimensões amplificadas, os mesmos problemas e as mesmas violências; presidentes que, numa eleição acertada entre as Lideranças, não cumpriram sequer as normas regimentais e presidiram as Subcomissões, e depois as Comissões Temáticas, a seu talante, à sua maneira, agindo da forma mais autoritária, despótica e ditatorial que se possa imaginar.

Este Plenário presenciou episódios profundamente lamentáveis, na votação, que não ocorreu, do parecer do Relator da Comissão da Ordem Econômica. Episódios desagradáveis, comprometedores, que aconteceram apenas e tão-somente em razão da intolerância, da prepotência de um Presidente que sempre ignorou os dispositivos do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Tudo isso está sendo observado, analisado e reflexionado pela Nação. Agora, culpar a Comissão de Sistematização, a ponto de o Palácio do Planalto pretender oferecer um substitutivo, parece-me um despropósito, uma ingerência indevida e até criminosa em um Poder que deveria ser independente e soberano. Mas o Sr. José Richa fique tranquilo: sua proposta não passará, porque representa um retrocesso, significa mais uma agressão, mais uma violência praticada contra a até agora indefesa Assembléia Nacional Constituinte. Não será assim, Sr. Presidente, que resgataremos nossos compromissos com o futuro, com a sociedade e com a História política deste País. Vamos aceitar a crítica, admitir a vaia, que, como o aplauso, é um exercício democrático. Vamos reconhecer nossas fraquezas, e que o Governo seja humilde para admitir que vem desgovernando este País, que vem mantendo um processo

político, econômico, social e cultural inteiramente contrário aos interesses nacionais.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer, como última manifestação do meu partido: a cegueira para o processo histórico é própria dos nescios, e não quero crer que o Constituinte José Richa seja apenas e tão-somente um nescio.

Muito obrigado. (Palmas.)

VI – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Não houve proposições apresentadas.

VII – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a sociedade brasileira passa por momentos de muita angústia, diante de um processo de total inversão de valores, que se aprofunda continuamente, materializado por injustiças sociais, fome, miséria, violência individual e coletiva, atingindo a grande maioria de nossa gente.

Crescem os sinais da perda de credibilidade em nossas instituições mais representativas, cujas respostas às manifestações de desesperança do povo, infelizmente, salvo honrosas exceções, têm significado motivo de agravamento a esse quadro de verdadeira perplexidade em que nos encontramos.

É visível a degradação dos aspectos éticos e morais que consubstanciam suporte aos usos e costumes no Brasil, caracterizando um lamentável estado de licenciosidade, de liberalidade, de desrespeito ao indivíduo e às instituições, cuja progressividade certamente nos levará ao caos irreversível, ao descontrole absoluto.

Embora seja fenômeno que se alastrá por todos os quadrantes do mundo, essa deterioração de valores experimenta no Brasil espantosa velocidade, que abala os alicerces da convivência social, a partir da desestruturação do núcleo familiar, e desvirtua os princípios de comportamento da juventude.

Carente de expectativas quanto ao futuro e, por conseguinte, à mercé de múltiplas tentações que lhes oportunizam as alternativas da ociosidade, das drogas, da criminalidade e da prostituição, a juventude brasileira, em grande parte, não vislumbra orientação segura para o seu futuro.

Vivemos a época da dependência. Os adolescentes e jovens, que são imaturos por natureza, pela própria idade, muitos se deixam envolver pelas drogas que distorcem o processo de maturação e o desenvolvimento físico.

O indivíduo normalmente recorre à droga como forma de criar coragem para sair da depressão, angústia e sofrimento, sem, no entanto, atentar para a quebra da consciência, que é fruto de experiências e ensinamentos de gerações após gerações, e ela, a consciência, é o elo de ligação do homem com Deus.

O Sr. Galdino Moreira Filho, sociólogo, professor universitário, escritor e jornalista, foi fundador do Desafio Jovem de Brasília, em 1972, entidade que hoje mantém a média de 130 alunos internados por um programa de 12 meses, obtendo o elevado índice de 70% de recuperação.

No seu projeto de prevenção às drogas, este adota a seguinte estratégia: 1 – curso de orientação familiar; 2 – avaliação escolar; 3 – centro de ação comunitária.

Ontem, quando estávamos avaliando os artigos e parágrafos do anteprojeto, que está agora na Sistematização, de que cabe o estudo e a análise dos Constituintes, observando o art. 13, em seu inciso V, alínea "e", no anteprojeto da Comissão, onde se lê que a lei não limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal, achei prudente, com sentimento de pai, de filho e irmão, colocar, para a preservação da família, o seguintes "a lei limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal". E justifico:

O regime político, a ordem econômica e social, bem como a amplitude das liberdades, estabelecidos com coerência, sensatez e justiça, são fundamentos para a existência de uma sociedade, e esses valores, para serem praticados, deverão ser estabelecidos pela Constituinte e corporificados na Constituição.

Nesse contexto, é de bom senso, é justo, é de boa medida o ideal de se preservar e fortalecer, a qualquer custo, a família como instituição e célula-base da estrutura social. O momento é oportuno, pois, a uma profunda reflexão sobre o assunto. Nossa responsabilidade como elaboradores de uma nova Carta Magna é enorme.

Um texto legal que propicie ao cidadão um número limitado de dissoluções conjugais estará promovendo a total desintegração e pulverização dos valores sociais e, em última instância, da sociedade. E porque não dizer de toda a civilização?

A História tem-nos dado repetidas lições a respeito. A decadência moral e dos costumes tem levado, através dos tempos, à derrocada de impérios e regimes tidos como indestrutíveis e eternos. Assim caiu Roma, assim cairam outros impérios.

Indo do geral para o particular, perguntamos: é o núcleo da família? Que dizer dos filhos de tão variados casamentos? Que dizer da sua formação? Que dizer do seu futuro? Já o sábio dizia: "As crianças de hoje são os homens de amanhã." A educação começa no lar. E em quem estes filhos poderão confiar?

Creamos que a manutenção de tal dispositivo no texto constitucional ensejará a formação de mentes inseguras, seres desestruturados psicologicamente. E esse é o atalho para o desajustamento social, para a marginalidade, para a violência.

A ciência política requer engenho e arte. E como tal deve procurar resolver os problemas, sem, em decorrência, criar outros.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamento que num momento como esse, não esteja repleto esse plenário, para termos um debate franco e aberto sobre assunto de tamanha importância para o nosso contexto nacional, a partir da família, a partir do menor, mas mesmo assim, os que aqui estão nos honram neste nosso primeiro momento de grande expediente.

Continuando, estamos, então, vivendo um momento em que as atenções da sociedade se voltam para nós. Neste instante, é visível a degradação dos aspectos éticos e morais que substancialmente os suportes aos usos e costumes no Brasil – mais uma vez digo – caracterizando um lamentável estado de licenciosidade. Isso é uma verdade. E nós, como aqueles que procuram prê-

servar alguma coisa de útil, de necessário num momento como este, que nos custou suor, sacrifícios, humilhações, não viemos aqui apenas para termos o título vaidoso de constituinte, mas, sobretudo, um título necessário, útil, justo e oportuno. E, por isso, às vezes, somos mal compreendidos quando tentamos defender assuntos dessa ordem. Mas não nos importamos com aqueles que nos caluniam, por estarem alienados de um processo de degradação da família; não nos importamos com aqueles que se unem com a corrupção da pornografia. Somos daqueles que ainda têm coragem de levantar a voz, alto e bom som, e dizer que esses princípios devem ser preservados para a sustentação de uma família. Orgulho-me de ter uma família; orgulho-me de ser parte de uma família, modesta, porém honrada, que me soube dar amor, atividades e instruir-me no caminho que deveria seguir.

Preocupa-me hoje o que estamos preparando para a geração vindoura. Até aqui, nós, das décadas de 30 ou 40, recebemos algo muito importante dos nossos antepassados, mas vimos que, como advento de algo que tomou a comunicação mais ampla a partir de 1950, muita coisa se complicou no Brasil. E é o tempo de refletirmos sobre esses assuntos, de chamarmos todos os segmentos da sociedade e debater com eles. Não vamos pensar apenas em nosso Estado. Na semana passada tive oportunidade de visitar dois Estados da Federação e ainda me sobrou tempo para lá atender a um chamado de determinado segmento da sociedade, que gostaria de dialogar conosco, de saber o nosso ponto de vista como Constituinte. E tive oportunidade, em uma das reuniões – não no Estado que me – elegeu estando ali na companhia de mais três mil pessoas, de dar também a minha contribuição, a minha voz de alerta.

O homem não pode calar-se diante do atual quadro em que vivemos. É hora de o Constituinte abrir a boca e ter coragem de se expor. É hora de deixar os que estão alienados, como eu disse, do lado negativo frustrador de desagregador da sociedade como estão. A nós não importa se este mundo é considerado como um amontoado de cascalho, importa-nos sim saber que no meio dos Constituintes há pérolas de diamante, e essas pérolas devem ser vistas e valorizadas. E aos poucos o povo vai assimilando comportamentos de cada um de nós. Cremos que até o final desta Constituinte o povo terá uma formação, um consenso, uma mente compreensiva para entender o que significamos num momento como este para a Nação. Que julgamento fará a História dos que se mostram insensíveis às legítimas ansiedades da população, contrariando seus interesses? Contratam obras descabidas, empréstimos desnecessários e sob injustas condições, reservando muito para poucos e nada para a maioria. Na realidade, a principal crise que assola o Brasil não é de ordem econômica ou social, esta reconhecidamente gravíssima, mas de caráter moral, que permite que se confundam conceitos antagônicos, como a farsa e a verdade, a corrupção e a dignidade, a sinceridade e o engodo.

Precisamos repensar o Brasil, definir prioridades, estabelecer programas, mas, sobretudo, exigir seriedade nos compromissos assumidos em quaisquer níveis das atividades pública e privada, para que a reconstrução deste País, à beira do colapso econô-

mico e do abismo social, se inicie exatamente pela restauração da dignidade, da seriedade, do trabalho produtivo e não dos procedimentos especulativos ou enganosos. No campo das ações objetivas, é absolutamente prioritário estabelecerem-se amplos programas de atendimento às crianças e ao jovem. Foi peruano nessas crianças e nesses jovens que propusemos uma outra emenda.

Essa emenda acrescenta ao art. 426 o § 3º, com a seguinte redação:

“O Estado destinará maior apoio às entidades filantrópicas que se dedicam ao amparo e promoção do menor carente.”

Considerando que a questão do menor abandonado se destaca como um dos mais sérios e graves problemas sociais do País; considerando ainda os aspectos sombrios que tal situação projeta no futuro da Nação, e tendo por base a necessidade premente do estabelecimento de uma atuação efetiva por parte do Governo e da sociedade para a erradicação do problema, espera-se mediante esse dispositivo dotar de recursos as associações e organizações filantrópicas, aquelas que não visam a fins lucrativos, aquelas que não são mercantilistas nem industriais do saber, aquelas que por amor cuidam do nosso próximo. No meu Estado, na cidade de Jaraguá, moram em uma instituição, com o mínimo de recurso, 60 meninas desamparadas, 60 mocinhas, sob os cuidados da D. Toninha, mãe daquele lar, que morreu dando a vida pela recuperação e amparo daquelas Jovens. Tal fato muito me sensibilizou. Hoje, lá está o seu esposo, o Sr. Messias, que cuida ainda daquelas crianças, juntamente com outras que já alcançaram idade adulta, conduzindo os menores com amor e boa vontade. Oxalá todos os segmentos da sociedade tivessem esses princípios! Às vezes, com poucos recursos se faz muito, porque a promoção do ser humano é, sobretudo, de amor. A questão não é apenas criar determinada instituição, o que fica caríssimo, e muitos até se prevalecem do fato de estarem cuidando do menor, usando isso como projeção, dizendo que estão amparando quem precisa, quando na verdade, estão amparados pelos seus altos salários. Ressalto ainda a tremenda burocacia envolvida. Como um dos Diretores da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do meu Estado, pude constatar determinadas anomalias, como, repito, a burocacia, o imenso número de diretores, coordenadores, supervisores, tinha salários maiores, ficando para o menor o mínimo possível. Esta é a verdade, que deve ser dita e sentida, já que passei por esta experiência.

Portanto, sou a favor de que se fortaleçam as instituições filantrópicas que cuidam de fato e de direito dos menos favorecidos, que têm sua diretoria não-assalariada, mas que dão amor ao seu semelhante. Isso deve ser visto e considerado. É pensando nisto e em mais alguma coisa que estamos proferindo este discurso.

Toda criança sem escola e todo menor abandonado devem constituir; mais do que simplesmente *slogan* de campanhas oficiais e de cuidadosas retóricas, uma determinação conjunta de Governos e da sociedade, reunindo-se esforços e recursos necessários a uma digna preparação cultural, humana e profissional desses milhões de brasileiros que, nos dias atuais, sobrevivem em condi-

ções miseráveis, como andarilhos mirins, sem casa, comida, escola, sem carinho e sem destino.

Paralelamente à assistência pessoal e familiar, impõe-se rigoroso combate à disseminação das drogas, um dos maiores flagelos que recaem sobre os jovens, na grande maioria frágiles diante das crises de religiosidade e afetividade, presas fáceis para os traficantes e aliciadores.

A produção e o tráfico de substâncias entorpecentes devem ser objeto de permanentes ações preventivas e repressivas, a níveis sanitário e policial, bem como sob o aspecto judicial, cabendo estabelecerem-se penas rigorosas para os que fabricam e comercializam drogas, mas discriminando-se o ato do seu consumo.

A legislação penal brasileira deve ser implacável na punição ao agente direto e indireto do crime, sobretudo na área processual, garantindo-se plenamente o direito de defesa aos acusados e tratamento humano aos condenados, mas jamais permitindo a impunidade e o privilégio, hoje tão comuns a criminosos, principalmente quando pertencem a certas classes sociais.

A impunidade representa a desmoralização não apenas do sistema policial e judiciário, mas da própria estrutura de regras de comportamento social. Sua freqüência retira do delito praticado o caráter de transgressão e anomalia, incorporando-o ao elenco de atos normais e comuns. Daí o crescente emprego da violência por pessoas, grupos e organismos, visível sinal de resposta à violência, um revide injustificável, sem dúvida, porque aprofunda a fragilidade das leis e das instituições, possibilitando excessos e arbitrariedades que se originam precisamente na incapacidade ou na omissão deliberada das respectivas instituições. Deve-se promover a devida aplicação da lei punitiva aos criminosos, apesar de hoje estarmos quase impedidos de falar em determinadas punições, já que não se pode falar em atos que venham a disciplinar determinadas fórmulas anômalas de comportamento da sociedade.

A tese que ora examino comprehende toda a espécie de atentado à lei e à ordem, abrangendo, por conseguinte, os atos de corrupção, de malversação do dinheiro do povo, a irresponsabilidade na administração dos bens e interesses públicos.

O povo brasileiro, honesto e trabalhador, humilde nas suas aspirações e paciente nas expectativas, não aceita a hipocrisia e a impunidade dos que se locupletam com os chamados crimes de colarinho branco.

A mais terrível das violências, Sr. Presidente, é a psicológica e emocional, silenciosa, que mutila o indivíduo em seus direitos elementares, a qual só conseguiremos eliminar mediante o fortalecimento do princípio da cidadania, que assegura a todos igualdade perante a lei, uma igualdade a ser definida não apenas no texto legal, na Constituição, mas sobretudo nas mínimas ações governamentais, como na área da educação integrada a todas as crianças, conforme há pouco salientei. Nos campos da Saúde e Previdência Social; dos direitos trabalhistas e sindicais; do direito à moradia adequada, ao transporte eficiente e a custo acessível; do direito ao emprego e a salários justos.

Desenvolve-se uma nação quando os cidadãos, mediante trabalho e esforço, desfrutam de possibilidades concretas para viabilizar suas legítimas aspirações.

O combate à violência, portanto, paralelamente a policiamento ostensivo, ação contra os tóxicos e fim da impunidade, requer prioridade a providências na área social, único caminho para se eliminar a agressão psicológica e moral de que são vítimas permanentes milhões de brasileiros em situação de miserabilidade.

Há outra exigência fundamental, Sr. Presidente, como verdadeiro pressuposto à reversão do quadro sombrio que tanto nos preocupa: evitar-se a propagação da licenciosidade, hoje tão comum na exploração do obsceno, seja com a liberalização comercialização de filmes e revistas pornográficas, seja com e não menos livre programação de TV, na qual até mesmo novelas tratam, como fatos normais, situações contrárias à moral, de que são exemplos o adultério, cenas de sexo, desagregação familiar, corrupção, assassinatos sob encomenda e outras práticas de violência que atingem os princípios de dignidade humana.

Não se trata de desejar censura da forma como ela atuou nos períodos negros de repressão, porque se impediria a livre manifestação do pensamento, com reflexos negativos para a própria cultura nacional. Mas também não se pode permitir, Sr. Presidente, o abuso quase generalizado que se está verificando, com a exposição, em qualquer espaço e tempo, portanto para "consumidores" de todas as idades, de linguagens e cenas, som e imagem, inadequados a crianças e adolescentes pelo conteúdo de obscenidade e de violência que normalmente encerram.

As emissoras de rádio e televisão, concessionárias de um serviço público importante, devem submeter-se à fiscalização de organismos específicos e competentes, visando a adequarem seus programas de acordo com regras que não atentem contra os princípios de moralidade.

Faço estas considerações, para análise dos Srs. Constituintes e de todos os segmentos da Nação, bastante preocupado com os rumos a que a sociedade brasileira está sendo levada em razão dos fatores econômicos e sociais aqui apreciados.

Tenho esperanças, Sr. Presidente, de que, com vontade e esforços conjuntos, para o que deverão contribuir o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, enfim, todas as instituições representativas dos diversos segmentos da sociedade, possamos realizar uma ampla campanha de esclarecimento e de cunho prático, capaz de restabelecer a dignidade que o povo brasileiro soube construir e preservar. (Palmas.)

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT - RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, são inocultáveis as preocupações e inquietações da sociedade brasileira frente aos desmandos, às sandices e às loucuras mesmo de um Governo que nega e renega, que mente e tergiversa, que promete e não cumpre, que estabelece o caos mas adia o desastre para amanhã.

Como compromisso formal de moralizar a vida pública e de encaminhar a sociedade brasileira para um processo econômico, social e cultural, capaz de refletir os anseios maiores da esmagadora maioria da população, a Nova República, até aqui, dois anos e quatro meses após sua implantação continua a tropeçar nas suas próprias contradições e a escorregar perigosamente nas suas próprias incoerências. E, quando criticada, apela para instrumentos que prometeu sepultar para sempre, usando, de forma inusitada e abu-

siva, instrumentos que serviram durante mais de duas décadas a um regime de força, que teve seu fulcro no autoritarismo e no sistemático desrespeito aos direitos da pessoa humana Prometeu punir com todo o rigor os ladrões de casaca e colarinho duro, que erodiram os cofres públicos e se locupetaram com negócios ilegítimos.

Até aqui, Sr. Presidente, nem uma coisa nem outra. O País vive momentos angustiantes, impelido que foi para a ante-sala da recessão econômica, do desemprego, do subemprego, do aumento inusitado dos índices de violência e criminalidade, da doença, do analfabetismo e da miséria generalizada.

Apesar desses paradoxos, os que enriqueceram ilicitamente continuam impunes. E não é sem razão que os jornais de hoje trazem, em amplas manchetes, a informação de que a compra de alimentos gerou o rombo da balança comercial. Para justificar o desequilíbrio das contas externas onde, por incrível manipulação contábil, foram gastos nada menos do que 1 bilhão e trezentos milhões de dólares, o Governo agora, tanto tempo depois, nomeia enfim uma comissão para, até o dia 15 deste mês, apurar responsabilidades e indicar os culpados pelo escândalo da importação de alimentos. No entanto, curiosamente, mofa na gaveta do Sr. Presidente Ulysses Guimarães – um democrata por definição e autoritário por convicção – requerimento de informações, que encaminhei à Assembléia Nacional Constituinte, no dia 10 de fevereiro, portanto, há quase cinco meses, tratando exatamente da escandalosa e criminosa importação de alimentos. O que eu solicitava – e continuei a requerer – é o que a sociedade tem o legítimo direito de saber.

Gostaria, Sr. Presidente, de reavivar a memória de S. Ex.^a, que, até hoje, também conserva em sua gaveta, fechada a sete chaves, o projeto que reabilita o Poder Legislativo, que restaura as suas Prerrogativas.

O requerimento de informações está vasado nos seguintes termos:

"Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a, com fulcro no que dispõe o parágrafo único do art. 26 do Regimento Provisório da Assembléia Nacional Constituinte, e tendo em vista os superiores interesses do País, se digne solicitar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República as seguintes informações:

1 – o valor das importações de alimentos no período compreendido entre abril e dezembro de 1986;

2 – valor, tonelagem e procedência das importações, no mesmo período, dos seguintes produtos arroz, carne, leite e milho;

3 – quais as empresas que realizaram essas importações, especificando tonelagem, preços CIP e FOB, e nome dos transportadores;

4 – quais as importações contratadas entre abril e dezembro de 1986, que ainda não foram desembarcadas, com a indicação da respectiva tonelagem e a previsão do tempo necessário a sua colocação no mercado consumida;

5 – quais os critérios adotados pelo Governo para selecionar os importadores e que medidas foram tomadas na área oficial para estabelecer o controle de qualidade e a fiscalização sanitária dos produtos importados.

Sala das sessões, 10 de fevereiro de 1987."

Até agora, Sr. Presidente, pesado silêncio de parte do responsável pelos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, ou, se for o caso, do próprio Poder Executivo, envolve as respostas solicitadas neste requerimento de informações.

Não fiz mais, naquele momento em que as reservas cambiais se reduziam a índices perigosíssimos, do que refletir o que pensava, o que sentia e o que queria saber, com justa razão, a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa pede licença ao nobre orador para interrompê-lo, a fim de prorrogar a sessão, de acordo com o art 34, § 9º, de ofício, por mais quinze minutos, para que V. Ex.^a conclua o seu discurso.

Está prorrogada a sessão.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Até agora, nenhuma resposta. Considero um desrespeito, um acinte essa indiferença, essa insensibilidade ou do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ou do próprio Presidente da República, relativamente a nossa indagação.

Até há pouco tempo, rolavam nas prateleiras dos supermercados produtos sabidamente nocivos à saúde do povo brasileiro: carne contaminada pela febre aftosa que atingiu o rebanho da Itália, exatamente quando o País importava o produto daquela Nação; leite igualmente contaminado pela radiação atômica do desastre de Chernobil; arroz deteriorado da Tailândia, feijão que, embora na panela durante duas, três, quatro, cinco horas, continuava tão duro quanto concreto armado. Tudo isso foi imposto a uma sociedade consumidora desprotegida, inerme, incapaz de alguma reação, a mesma sociedade que deu crédito de confiança ao Sr. José Sarney, no auge do aparente sucesso do Programa de Estabilização Econômica do Governo. Essa mesma sociedade foi compelida a engolir goela abaixo – refiro-me àqueles que conseguem comer neste País – produtos sabidamente sem nenhum controle sanitário, sem nenhuma fiscal nação, que certamente foram importados por aqueles que ontem, durante o período autoritário, engravidaram suas fortunas com negócios escusos, enquanto a população que trabalha e que produz a riqueza morria, como morte, a prestação.

Agora, Sr. Presidente, a mídia escrita revela que uma comissão especial, criada pela Presidência da República; divulgará até meados deste mês os dados completos sobre a importação de cerca de um bilhão e trezentos milhões de dólares em alimentos, ocorrida no ano passado.

Diz a Folha de S. Paulo, ao noticiar o fato, que a operação descoberta na investigação da chamada maquilagem da balança comercial consistiu em importar alimentos para evitar o desabastecimento interno, que desgastava o Governo em 1986 – notem bem, Sr. Presidente, Srs. Constituintes – sem os impostos incidentes sobre a importação, que foi paga a vista, portanto, fora das condições estabelecidas pela Resolução nº 767, do Banco Central, que prescreve o prazo de 180 dias para remessa de divisas referentes às importações.

As importações de alimentos, em valor muitíssimo superior àquele que tradicionalmente o Brasil faz nessa rubrica, foram realizados na gestão do Ministro Dilson Funaro. A intenção da Comissão é a de propor a responsabilização criminal das pessoas que as autorizaram na época.

Não sei, Sr. Presidente, se esta é mais uma cortina de fumaça, se este é mais um biombo que cria o Governo da Nova República para ocultar as safadezas, as falcatruas que continuam a enodar a administração pública federal.

Há pouco, ocupava a tribuna o nobre Constituinte Antônio de Jesus. Ao anatematizar desagregação da ética, da moral e dos bons costumes, com reflexos perigosíssimos na família, S. Ex.^a cobrava do Governo medidas urgentes e urgêntissimas para acabar com a impunidade, para punir com o rigor da lei, sem nenhum tipo de revanchismo, os dolorosos crimes de "colarinho branco".

Fico a me perguntar, carregado de suspeitas e dúvidas, se esta Comissão cumprirá, dentro do prazo estabelecido, os objetivos para os quais foi criada e se apontará os responsáveis pela criminosa importação de alimentos deteriorados, nocivos à saúde do povo e profundamente lesivos aos interesses nacionais.

Espero, Sr. Presidente, que desta vez a Nova República honre o compromisso agora assumido com a sociedade, porque já se passaram quase vinte e oito meses da sua implantação e o quadro não é diferente do período obscuro em que a Nação foi mergulhada durante o regime militar. Se o cidadão, premido pela fome, desempregado, inteiramente abandonado, porventura roubar um pedaço de pão para saciar a sua fome e for preso, como o será, certamente purgará nas enxovais do Governo por um crime que, na verdade, não cometeu, e será espancado, torturado e, às vezes, até assassinado. Não é sem razão que voltaram a desovar, na Baixada Fluminense e em outras regiões do País – exatamente no Estado que hoje é governado por um homem que ousa criticar Leonel Brizola sem nada ter feito durante mais de cem dias de Governo – cadáveres e mais cadáveres de pessoas absolutamente desconhecidas. Serão, evidentemente, traficantes de tóxicos, ladrões, ou serão cidadãos desempregados, mutilados por uma política econômico-social perversa, concentradora da riqueza, excludente, elitista, antipopular e antinacional?

Por isto, Sr. Presidente, tenho direito de duvidar. Afinal, foi o meu partido que, nos primeiros momentos em que se esboçava a reação popular contra o autoritarismo e surgia a candidatura do Sr. Tancredo Neves como uma espécie de ponte – para que pudéssemos fazer a travessia da ditadura para o processo democrático, sem maiores problemas – foi meu partido, repito, que deu seu apoio gratuito ao Dr. Tancredo Neves. Ele não tinha sequer dentro do seu partido, o PMDB, o apoio da maioria. Em uma candidatura, aquela altura, duvidosa, que poderia desaguar no maior fracasso eleitoral, não obstante ser o Colégio Eleitoral um instrumento legítimo, constitucional e imoral. Mas, para operar a transição, era preciso utilizar esse mecanismo. Não que se colocassem os candidatos de então, Paulo Salim Maluf e Tancredo Neves, numa visão maniqueísta: um seria o Bem, outro seria o Mal. Para nós, do PDT, o importante era operar a transição, era sepultar para sempre os 21 anos negros, terríveis, brutais, de uma das mais cruéis ditaduras que este País já conheceu.

E o que se pedia ao Dr. Tancredo Neves? Ministérios, cargos de segundo ou terceiro escalões? Não, Sr. Presidente, o meu partido apenas pleitea-

va a rápida transformação político-institucional do País, o rápido reencontro da Nação com os pródigos caminhos da liberdade, da democracia e fidelidade aos compromissos publicamente assumidos. Dentre eles, por certo, figurava a punição rigorosa, a investigação profunda de todos esses crimes, cometidos contra o Erário e contra os bolsos vazios e furados da população. Até aqui, nada. Posso até dar esse crédito de confiança ao Governo na esperança – muito mais na esperança do que na convicção – de que essas gravíssimas irregularidades, que pesaram muito na própria economia nacional, sejam apuradas e os seus responsáveis punidos dentro da lei, sem revanchismo algum, porque afinal, quem fala em nome da liberdade, da justiça social e da democracia não se pode nutrir de ódios, não se pode alimentar de ressentimentos. Eu próprio, que tive a honra de ser cassado pelo General de plantão, à época, Ernesto Geisel, não hesitaria em estender a mão para este cidadão, se ele a estendesse a mim. Não é da intolerância, do ódio que cega e embrutece, que nós do PDT vivemos; muito ao contrário.

Mas, a par dessas questões que levam a Nação à perplexidade e que estarrecem a própria consciência brasileira, gostaria de fazer algumas colocações sobre o anteprojeto da Comissão de Sistematização. Como disse antes, ao ocupar o espaço da Liderança de meu partido, não estou responsabilizando o relator Bernardo Cabral, e muito menos os demais 92 integrantes da Comissão, por este relatório que, realmente, não reflete os anseios, as reivindicações e os direitos do povo brasileiro. Mas nem tudo está perdido. Se não aceitarmos, como não podemos aceitar, a interferência do Palácio do Planalto na vida constitucional, se ouvirmos o clamor popular – do mesmo povo que vai hoje o Sr. José Sarney e que o aplaudiu antes – se não fecharmos os olhos para a realidade, se tivermos os ouvidos despertos para o que pensa e sente a Nação inteira, certamente nos livraremos de plurídos conservadores, centristas, acomodadores de situações, contemporizadores, e partiremos, todos nós que temos graves compromissos com a Nação e com o povo, para a elaboração de um texto que seja realmente reflexo da vontade nacional.

O SR PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa chama a atenção de V. Ex.^a que o tempo prorrogado está a exaurir-se e solicita que seja breve e conclusivo.

O SR AMAURY MÜLLER: – Vou ser o mais breve possível, e espero que V. Ex.^a, magnânimo que é, tenha condescendência para comigo, permitindo-me concluir a minha intervenção sem deixar de lado algumas questões fundamentais.

O art. 306, que trata da ordem econômica, já começa com uma heresia, dizendo que “a ordem econômica, fundada na livre iniciativa e na valorização do trabalho humano, tem por fim assegurar a todos uma existência digna”. Inverteram-se as coisas. O capital não pode sobrepor-se ao trabalho. O capital não existe sem o trabalho. A meu juízo, este texto deveria consagrar que a ordem econômica está fundada na valorização do trabalho, para depois referir-se à livre iniciativa. Mas isto não é o mais grave.

O artigo seguinte, este, sim, constitui uma violência inaceitável até para a dignidade nacional. Mesmo que as pessoas divirjam, tenham pontos de vista contraditórios, controversos, a respeito

de avanços maiores e menores do Estado no processo econômico, mesmo que se diga que o socialismo não é solução e que o capitalismo humanizado pode dar ao Brasil o que ele não tem, mesmo que alguém diga que é marxista ou antimarxista, que é cristão ou ateu, todos, entretanto, têm que concordar com uma coisa: este texto é um insulto, é um escárnio, é um deboche à própria consciência nacional.

“Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital estejam em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno.”

Isto quer dizer que qualquer empresa estrangeira, que já está aqui caracterizada, exercendo ilegalmente monopólios e oligopólios em juízo do interesse nacional, passa a ser tratada com todos os benefícios e vantagens, como se empresa brasileira fosse. E, amarga, se o Sr. Nelson Rockefeller, que ainda não se instalou aqui, quiser instalar-se e domiciliar-se no Brasil, passara ocupar todos os espaços que desejar, porque a Lei Maior, num dispositivo constitucional, assegura-lhe esse direito.

Ora, Sr. Presidente, acho que as pessoas podem divergir, mas serem entreguistas, andarem de cócoras beijando ou lambendo os sapatos do capital internacional, é inaceitável.

Por isso, Sr. Presidente, confio no bom senso, na capacidade de raciocínio, no patriotismo, na dignidade dos Srs. Constituintes para que não permitam que prospere esta heresia, esta violência, esta excrescência que agride o interesse nacional e até constituirá uma nódoa permanente para todos nós, se for aprovada.

Mais adiante se fala no monopólio estatal da pesquisa e lavra do petróleo. Fazem-se algumas concessões no transporte marítimo, no transporte por meio de condutos, mas se esquece da importação e da exportação. Até avançaria mais, propondo a distribuição como monopólio estatal. Mas este é um ponto negociável. Porém, abrir-se mão da importação e exportação, parece-me também uma concessão extremamente perigosa.

Gostaria de falar rapidamente, para concluir, sobre outra gravíssima violência praticada contra o povo brasileiro, no capítulo referente à política agrícola, fundiária e reforma agrária. Antes de mais nada, o parágrafo único do art. 325 diz que o uso do imóvel para cumprir a função social é, ou está em curso de ser, racionalmente aproveitado.

Sr. Presidente, esta é uma condição que joga semanticamente com o futuro: um imóvel rural que está em curso de ser, que vai ser racionalmente aproveitado deixar de ser objeto da reforma agrária, parece-me mais do que uma heresia. É uma decisão criminosa. A posição do meu partido é bem mais radical. E entende-se por radical aquela operação que vai à raiz do problema, sem a cegueira do sectarismo. Meu partido sustenta que o imóvel rural não exerce a função social, mas é uma obrigação social. E, sendo uma obrigação social, tem de produzir. Para produzir, entretanto, tem de ter a seu alcance os mecanismos, os instrumentos de uma política agrícola racional, adequados às diversas realidades do meio rural brasileiro. Mas, com tudo isso à mão e não produ-

zindo, parece-me mais do que justo que, em nome dos doze milhões de brasileiros que perambulam pela beira das estradas, pelos corredores dos latifúndios em busca de um inatingível pedaço de chão, esta área que não produz, ou não produz bem, esteja fora dos parâmetros técnicos estabelecidos pelo Governo e seja objeto de perda sumária, além, é claro, da limitação do imóvel rural. A lei tem limites. Por que a propriedade rural não pode ter um limite? Até quando vamos conviver com verdadeiros feudos, enclaves estrangeiros no coração deste País, pondo em risco a segurança e a própria soberania nacionais? Para não ir longe, mencionaria apenas uma propriedade estrangeira, que tem a bagatela de quatro milhões e trezentos mil hectares, o que corresponde a quarenta e três mil quilômetros quadrados – uma superfície geográfica maior do que o Estado do Rio de Janeiro – e que equivale à sétima parte da área total do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Esta propriedade está em mãos de uma empresa estrangeira. Estou mencionando uma, mas são dezenas e dezenas, todas com mais de um milhão de hectares.

Podemos permitir, em nome do direito divino da propriedade, que ela não seja limitada para autorizar que se instalem aqui enclaves alienígenas, não só para devastar a Amazônia, como também para, ilegalmente, prospectar o subsolo em busca de minerais estratégicos? Mas onde está o bom senso, a racionalidade, o patriotismo destes brasileiros Constituintes que insistem em dizer que a propriedade se limita por sua capacidade produtiva?

Ora, Sr. Presidente, isto não pode continuar. Vamos lutar até que se esgotem nossas forças, dentro de um espírito de tolerância e de permanente capilaridade, com todos os segmentos que compõem a Assembléia Nacional Constituinte, para que conceitos antinacionais e antipovo como estes, de empresa brasileira e reforma agrária, sejam revistos. Realmente, vivemos uma crise, uma grave e perigosa crise, que eclode e estiola as energias nacionais, pondo em risco a própria sobrevivência do processo de redemocratização. Mas, se o horizonte está sombrio, temos uma certeza de que, por detrás deste pôr-de-sol enfarruscado, sempre haverá um amanhecer.

Noutro fundadas esperanças de que esse alvorecer, esse novo dia não tardará e proporcionará melhores condições de vida ao povo brasileiro. Poderemos, assim, eliminar para sempre a chaga infamante da fome, que corrói as entradas de mais de setenta milhões de brasileiros, e eliminar também os indicadores econômicos que comprometem nossa condição de Nação civilizada, como, por exemplo, os altos índices de mortalidade infantil – trinta a quarenta milhões de me-

nores desamparados que perambulam pelas latas de lixo, numa vida muito mais animal do que humana; os doze milhões de agricultores sem terra a fim de que possam ter acesso a um palmo de chão, para dele retirar o próprio sustento e o de sua família. Enfim, que possamos construir uma nova sociedade, de todos os brasileiros, na qual todos possam ser participes da riqueza que eles próprios geram, e não tenhamos essas diferenças abissais entre uns poucos que tudo têm e muitos que nada possuem. Não continuaremos como estamos, divididos entre alguns privilegiados que dissipam acintosamente no luxo e no supérfluo o que falta à mesa da esmagadora maioria.

Tudo faremos para que possamos dizer como afirmou Rui Barbosa: "As nulidades nem sempre triunfarão. O poder não vai agigantar-se permanentemente nas mãos dos maus. A injustiça tampouco prosperará sempre. E nem o homem vai rir-se da honra e, muito menos, terá vergonha de ser honesto."

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Albano Franco – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnold Fioravante – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Beth Azize – PSB; Borges da Silveira – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Vinagre – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Cláudio Ávila – PFL; Cunha Bueno – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dirce Tutu Quadros – PTB; Edésio Frias – PDT; Eduardo Jorge – PT; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Geraldo Bu-

lhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gil César – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Ivo Bonato – PFL; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; Joacy Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Cunha – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; Jonival Lucas – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Freire – PMDB; José Jorge – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Melo – PMDB; José Queiroz – PFL; José Sena – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nono – PFL; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Mauricio Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mendes Canale – PMDB; Milton Lima – PMDB; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Roberto Dias – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sergio Naya – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Simão Sessim – PFL; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – Tito Costa – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Vladimir Palmeira – PC; Wagner Lago – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Encerro a sessão, convocando outra para a próxima terça-feira, dia 7, às 14:30 horas.

VIII – Encerra-se a Sessão às 13 horas e 58 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 90

QUARTA FEIRA, 8 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 96ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 7 DE JULHO DE 1987.

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

JOSÉ GENÓINO - Importância política do comício por eleições diretas para Presidente da República programado para realizar-se em Brasília, Distrito Federal.

VICENTE BOGO - Fidelidade do orador aos princípios da honra e da dignidade.

NYDER BARBOSA - Reescalonamento, pelo Banco Brasil, das dívidas das micro, pequenas e médias empresas. Resistência do sistema financeiro nacional ao cumprimento das determinações do Banco do Central para o setor.

ONOFRE CORRÉA - Conseqüências da derrota da Seleção Brasileira de Futebol na Copa América. Necessidade de intervenção do Conselho Nacional de Desportos na Confederação Brasileira de Futebol.

OSVALDO BENDER - Realização da III Expo-Ijuí e da I Fenadi, Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

ALDO ARANTES - Realização, em Brasília, de manifestação popular em favor de eleições diretas para Presidente da República em 1988.

JOSÉ FERNANDES - Trabalho desenvolvido pelo Constituinte Bernardo Cabral na

condição de Relator da Comissão de Sistematização.

FERNANDO LIRA - Participação do orador em manifestação pública pela realização de eleições diretas para Presidente da República em 1988.

LUIZ MARQUES - Incidência da dengue no Estado do Ceará.

MOZARILDO CAVALCANTI - Reavaliação, pela Funai, das concessões para a atuação de missionários em áreas indígenas.

ANTONIOCARLOS KONDER REIS - Necessidade do acionamento do gatilho salarial para os servidores públicos do Estado de Santa Catarina.

DIONÍSIO DAL PRÁ - Reajustamento do novo preço do café pela variação cambial.

FÁBIO FELDMANN - Divulgação, pela Embaixada do Irã no Brasil, de "Os Protocolos dos Sábios de Sião".

ARNALDO FARIA DE SÁ - Realização, em Brasília, de manifestação popular em favor de eleições diretas para Presidente da República em 1988.

GERALDO CAMPOS - Aplicação do princípio da eqüidade a servidores públicos não beneficiados pelo Decreto-Lei nº 2.280, de 16-12-85, que dispõe sobre efetivação de integrantes das tabelas especiais mediante processo seletivo interno.

DOMINGOS LEONELLI - Propostas de parlamentares peemedebistas para discussão na Convenção Nacional do partido.

PAULO MACARINI - Fixação de preço mínimo para o quilo do porco.

GEOVANI BORGES - Instalação de universidade em Municípios do interior. Equiparação dos proventos dos servidores inativos aos dos em atividade.

NILSON GIBSON - Inauguração do conjunto de tanqueamento especializada Tequimar-Terminais Químicos de Aratu S.A. no Complexo Industrial e Portuário de Suape, Estado de Pernambuco.

FRANCISCO AMARAL - Desempenho do Sr. Antônio Ignácio de Jesus à frente da Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP.

FRANCISCO DIÓGENES - Procedência das preocupações manifestadas pelo Sr. Wolfgang Sauer a respeito do momento econômico vivido pelo País.

SIQUEIRA CAMPOS - Execução de programa mínimo, de caráter emergencial, para superação da crise enfrentada pelo País.

MÁRIO MAIA - Proposta do orador à futura Constituição sobre disciplinamento do capital estrangeiro, remessa de lucros ao exterior, reserva de mercado e exploração de recursos minerais.

AGASSIZ ALMEIDA - Conveniência da instalação de nova Vara Federal em Campina Grande, Estado da Paraíba.

ÁTILA LIRA - Necessidade de novo enfrentamento, pela Assembléia Nacional Constituinte, da questão da competência tributária e da forma de repasse dos recursos arrecadados.

JESUALDO CAVALCANTI – “Carta de Teresina” – documento aprovado no II Encontro dos Advogados Piauienses.

DASO COIMBRA – Antagonismos resultantes da sistematização dos trabalhos das Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte.

ROSA PRATA – Asseguramento, aos credores do Governo, do direito ao recebimento da correção monetária relativa aos atrasos de liquidação de contas eventualmente ocorridos.

STÉLIO DIAS – Efeitos negativos da alteração, pelo Banco Central, da base de rendimento das cadernetas de poupança.

FERES NADER – Conveniência da criação, no Rio de Janeiro, de órgão destinado à promoção do desenvolvimento da agricultura no Estado.

LÚCIO ALCÂNTARA – Construção de adutora para abastecimento de água a Municípios da serra da Ibiapina, Estado do Ceará.

ANTONIO DE JESUS – Criação do Estado do Tocantins.

ADEMIR ANDRADE – Realização, em Brasília, de manifestação popular em favor de eleições diretas para Presidente da República em 1988.

V – Comunicações das Lideranças

BETH AZIZE – Preocupação da oradora com a integridade física dos participantes de manifestação popular pela realização de eleições diretas para Presidente da República diante das declarações do Ministro Paulo Brossard, da Justiça, sobre o evento, e desmedidas de segurança adotadas pelo Governo.

AÉCIO DE BORBA – Descoberta da cura para a doença de Chagas.

EDME TAVARES – Nova ordem para a administração pública brasileira.

ÁTILA LIRA – Violência praticada pelo Governo do Piauí com a transferência de professores de Santa Filomena para a capital do Estado.

ALCENI GUERRA – Excelência do apoio recebido pelo orador, na condição de Relator de Subcomissão, da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

ALUÍZIO CAMPOS (Retirado pelo orador para revisão.) – Descoordenação generalizada existente nos poderes do Estado. Exigência de racionalidade no trabalho de ordenamento constitucional. Inclusão dos pequenos produtores de leite do Nordeste nos benefícios das resoluções de amparo ao setor baixadas pelo Banco Central.

AMAURY MÜLLER – Impropriedade das declarações do Ministro Paulo Brossard, da Justiça, sobre o local destinado à realização de manifestação popular em favor de eleições diretas para Presidente da República. Convite ao Sr. Ulysses Guimarães para participar do evento.

AIRTON CORDEIRO – Inconveniência da proposta do Senador José Richa de suspensão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

EDUARDO JORGE – Eixos da campanha popular desenvolvida pelo PT no País.

DIRCE TUTU QUADROS – Retomada do trabalho constituinte pela oradora. Agradecimento pela solidariedade recebida durante sua ausência. Inserção no futuro texto constitucional de garantia contra violência psicológica ou psiquiátrica praticada entre pais e filhos.

EDUARDO BONFIM – Realização, em Brasília, de manifestação popular em favor de eleições diretas para Presidente da República.

MÁRIO MAIA – Questão de ordem sobre falecimento do ex-Deputado Federal José Ruy da Silveira Lino.

GASTONE RIGHI – Reclamação sobre não-pagamento, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, de débito existente com a Santa Casa de Misericórdia de Santos, Estado de São Paulo.

VI – Apresentação de proposições

Não há proposições a serem apresentadas.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

OSVALDO LIMA FILHO – Impotência do PMDB para promover mudanças no País. Opção do Governo José Sarney. Negociação da dívida externa brasileira.

JOSÉ GENOINO – Reflexos da crise interna do PMDB no Governo José Sarney. Sistema de governo preconizado pelas forças conservadoras. Importância da campanha pela realização de eleições diretas para Presidente da República.

JOSÉ FERNANDES – Opção do orador pelo sistema presidencialista de governo. Resgate da dívida social do País.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros
4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros
5 – ATAS DAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES

(As atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este diário.)

Ata da 96ª Sessão, em 7 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente;
 Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário; e
 Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre

Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Neto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Car-

dinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eraldo Tinoco – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL Fábio Raunheitti – PTB; Ferez Nader – PDT; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horacio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Hadad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliari – PTB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Luiz Maia – PDS; José Maurício – PDT; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Tavares – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lidice da Mata – PC do B; Lourenberg

Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – DB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Reis – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Torres – PTB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Ruben Figueiro – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Waldec Ornélás – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 164 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

III EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

IV – O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, a realização, hoje à tarde, do primeiro grande comício que inicia a campanha por eleições diretas para Presidente da República tem uma importância política muito grande. Em primeiro lugar, porque estamos presenciando o Governo Sarney criar uma situação intimidatória em, relação às manifestações políticas por eleições diretas para Presidente da República. Aí estão os acontecimentos no Rio de Janeiro, as falações das autoridades de segurança pública do Distrito Federal e, principalmente, a falação do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, que teve aousadia de dizer que é ilegal a escolha do local do comício.

Ora, o Sr. Ministro da Justiça não pode desconhecer que a determinação legal dos locais para comícios foi instrumento normatizador da campanha eleitoral do ano passado. Portanto, não cabe ao Ministro da Justiça dizer que a escolha do local, no Congresso Nacional – aliás, com a anuência do Sr. Presidente do Congresso Nacional – é ilegal para uma manifestação por eleições diretas. A intimidação materializada no aparato de segurança que se tenta montar, é a repetição daquele clima hostil criado no Governo Figueiredo, quando a campanha por eleições diretas ocupava as praças públicas e as ruas deste País.

Os partidos e as entidades que promovem esse comício são os maiores interessados em que o realizemos com um grande número de populares e, ao mesmo tempo, tranquilamente, sem incidentes, sem qualquer tipo de perturbação a que se refere o Ministro da Justiça. E são exatamente os que defendem eleições diretas que querem fazer uma campanha organizada, consciente, politicamente esclarecida, diferentemente daqueles que, nos bastidores, tentam repetir a experiência do regime militar, a da intimidação, brandindo a Lei de Segurança Nacional e buscando culpados neste ou naquele lugar.

Vamos realizar esse comício movidos por este objetivo: o de resposta ao Governo Sarney, resposta à sua política econômica, demonstrando isto com uma manifestação política do povo de Brasília.

Realizaremos outros comícios, como o programado para o dia 12, em São Paulo, e, depois, em Recife, Manaus e outras capitais. E é importante, nesta conjuntura, que a campanha política por eleições diretas cresça e se desenvolva como um canal de expressão da insatisfação, da intranquilidade e do desespero que tomam conta das ruas, porque a este Governo, assim como está, com este plano econômico, com fisiologismos,

com intervenção aberta e declarada dentro dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, como faz o seu Líder Carlos Sant'Anna, temos que responder com uma campanha desse porte.

É, pois, entendendo a gravidade do momento político que Brasília hoje vive um acontecimento importante, desencadeando esta campanha política que faz voltar o povo às praças públicas, a exigir caminhos e soluções para os seus grandes problemas e também manifestar suas principais reivindicações. Por isso, neste "pinga-fogo", deixamos claro – e isto fique bem registrado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte – que os partidos e as entidades organizadoras deste evento têm trabalhado conscientemente para que realizemos um grande comício, com toda a tranquilidade. Fique claro às autoridades constituídas que elas também têm responsabilidade no sentido de que o comício se realize dentro de uma manifestação sem qualquer tipo de provocação, porque sabemos onde estão os provocadores, de onde eles vêm. São exatamente aqueles que querem criar fatos para intimidar a população brasileira, fazendo com que ela não se possa manifestar livremente. Achamos que esse comício dará a esses articuladores de bastidores, a essas oficinas da intimidação um bom exemplo de que o povo brasileiro pode repetir as experiências políticas da campanha das Diretas-Já de 1984, agora com um nível maior de consciência e organização e com um programa claro, em que a solução para os seus problemas – e essas experiências o povo já viveu e está tirando as suas conclusões – não passa por esses grandes conciliábulos, como o do Colégio Eleitoral, que produziu o Governo Sarney. E necessária a eleição direta para definir uma outra correlação de forças; é ela necessária para o povo discutir os programas dos candidatos e dos partidos políticos e; também, para ele se organizar, pressionar e lutar por suas reivindicações. A eleição direta por si só não é a redenção para uma crise conjuntural e estrutural com a qual o povo nada tem a ver, mas abre uma possibilidade, é um instrumento importante para que o povo assuma nesta campanha e na eleição dos candidatos a condição de sujeito desse processo.

Basta de manipulação, de enganação; basta de se usar o povo para fins subalternos, e chega da chantagem que se faz contra o povo quando quer livremente se manifestar. Já foram muitas as frustrações com a Nova República, com o Plano Cruzado e com as eleições de 1986. É necessário que esta pressão popular, ao se organizar, busque criar os condutos para que não possamos viver novas frustrações, e esses condutos têm a ver, sim, com a Assembléia Nacional Constituinte.

Achamos que é legítimo o povo lutar para que suas reivindicações sejam atendidas pelos Constituintes, para que não assistamos a essa orquestração nacional – inclusive com o aval de dirigente sindical pelego, que tenta nos iludir com a idéia de que a estabilidade no emprego e a jornada de quarenta horas de trabalho semana não interessam aos trabalhadores. Os mesmos dirigentes sindicais, que foram eleitos falando em estabilidade, em quarenta horas semanais, estão agora, como o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, servindo muito mais aos patrões do que aos trabalhadores.

É essa orquestração que busca, através da influência do Palácio do Planalto e dos meios de comunicação, formar um grupo majoritário, pressionando para que esta Constituinte não atenda sequer minimamente às reivindicações populares. Por isso que é legítima a pressão que faz o povo; dai a grande importância do comício no desencadear da campanha por eleições diretas para Presidente da República. (Palmas.)

O SR. VICENTE BOGO (PMDB – RS).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

"Só falo em voz alta, não conspiro.
Sou homem da rua." (Teotônio Vilela)

É infeliz e maléfica a afirmação do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão, Fernando César Mesquita, publicada hoje pelos jornais, ao declarar que as esquerdas do PMDB "são os condôminos da catástrofe. Querem incendiar o País e provar a incompetência do poder civil. Eles vão implodir o PMDB".

Devo lembrar a esse vassalo do fisiologismo autoritário que incendiários e impatriotas são aqueles que fazendo ou não parte do Governo patrocinam e defendem o arrocho salarial; aqueles que aplicam a detestável, injusta e autoritária Lei de Segurança Nacional; aqueles que negam a reforma agrária, patrocinam a fome e a miséria no País. Impatriotas são aqueles que entregam este País e suas riquezas à fome de lucro do capital estrangeiro, particularmente ao sistema financeiro internacional. Incendiários são os "marajás", os "colarinhos brancos", fantasmas desta República.

Ser irresponsável e impatriota é tentar intervir vergonhosamente no processo constituinte com a apresentação de substitutivos vindos dos porões do autoritarismo. Irresponsabilidade e impatriotismo é tentar atropelar a Assembléia Nacional Constituinte, pré-fixando o mandato presidencial até 1990.

Oportunismo; Sr. Presidente, é trair a vontade popular e negar a transição para a democracia, desconhecendo o programa do PMDB para se alojar no fisiologismo de uma mascarada ditadura em troca de uma governança: príncipe da ilha da fantasia.

É preciso ter honra e dignidade.

Tem razão o porta-voz da Presidência da República: "é preciso deixar os cargos no Governo", porque nós não negociamos a dignidade e a vontade do povo brasileiro por cargos e vantagens, como se fossem pirulito em boca de criança

Não nos irão calar. Gritaremos aos milhões. Iremos às ruas e praças.

Hoje mesmo estaremos na rampa do Congresso Nacional, Casa do Povo, para falar, ouvir, debater, para dizer que a democracia não é sofisticação das formas de manipulação, mas participação popular no poder. É respeitar a inteligência e a decência popular.

O alvorço, a polvorosa dos parasitas da sociedade revela que estamos no caminho certo. O povo está certo. Muda, Brasil! Antes que os conservadores e direitistas patrocinem, definitivamente, a implosão do PMDB, que a nós querem atribuir.

O PMDB, seu programa e seus compromissos não são um sonho. São a expressão mais pura da mudança imediata que a sociedade reclama.

Fora com os traidores, os impatriotas e os incendiários. Digamos todos: fora com o autoritarismo, a prepotência e o oportunismo.

"Só falo em voz alta, não conspiro. Sou homem da rua." (Teotônio Vilela). (Palmas.)

O SR. NYDER BARBOSA (PMDB – ES).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, o insuspeito jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 2 do corrente mês, em sua seção econômica, publica matéria da maior relevância sob o título "BB facilita a rolagem das micro".

A notícia nos dá conta de que o Banco do Brasil S.A já reescalou mais de Cz\$ 4 bilhões de cruzados da sua margem de refinanciamento junto ao Banco Central, das dívidas das micro, pequenas e médias empresas, de um total de Cz\$ 7,2 bilhões de cruzados.

Segundo o supra-referido jornal, o Banco Central informou ainda que, enquanto o Banco do Brasil rolou mais da metade do teto autorizado, "a Caixa Económica Federal não começou a operar a linha especial de reescalonamento pelo prazo de até 36 meses, com subsídio de 45 a 55 por cento da correção monetária, nos seis primeiros meses".

Vai mais além o **Correio Braziliense** ao nos informar que os grandes bancos privados desenvolvem o lento processo de negociação com os pequenos empresários. E mais, que "a financeira do Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) continua a recusar qualquer proposta de reescalonamento" e que outras entidades bancárias da rede oficial alegam não ter recebido instruções para operar a linha especial.

Essa notícia se reveste da maior gravidade, pois mostra à opinião pública nacional a falta de autoridade do Banco Central perante as instituições financeiras de todo o País. Enquanto as micro, pequenas e médias empresas estão indo à garra, à falência, à concordata; enquanto a economia brasileira em crise enfrenta violento processo recessivo, o Sr. Fernando Milliet, com a sua juventude, com a sua inexperiência, com a sua arrogância, assiste de braços cruzados, de camarote, ao sistema financeiro nacional desacatar a sua autoridade.

Em que terra nós estamos, Sr. Presidente, em que o Banco Central não consegue ver as suas ordens cumpridas, mesmo por entidades diretamente a ele subordinadas, como é o caso da Caixa Econômica Federal?

E veja que desde março do corrente ano estamos alertando as autoridades federais para a situação dramática em que se encontra o empresariado brasileiro; principalmente o empresariado de pequeno porte, que acreditou no Plano Cruzado, que investiu pensando no crescimento da economia, em taxas de juros baixas, em inflação zero, etc. Desde março que estamos pedindo, apelando, que estamos recebendo promessas das mais altas autoridades do País, inclusive do Sr. Presidente da República.

Felizmente ainda existe o grande Banco do Brasil, o mais tradicional estabelecimento de crédito do País, que os antecessores do Senhor Milliet quiseram destruir. Felizmente, à sua frente encontra-se um homem do porte e da operosidade do Sr. Camilo Calazans de Magalhães, secundado por um extraordinário corpo de funcionários, que não deixam a peteca cair. Parabéns, Dr. Camilo;

parabéns, Banco do Brasil. Vamos continuar trabalhando em favor do empresariado nacional; em favor do Brasil.

Em tempo: conversei há pouco com o Presidente do Banco do Estado do Espírito Santo S.A., Dr. Renzo Dietze, que me informou já estar o Banestes operando na linha especial de crédito acima referida. O Banestes já realizou quase cem operações de reescalonamento, no valor global de aproximadamente Cz\$ 40 milhões. É isso aí, minha gente capixaba: vamos para a frente!

Não poderia encerrar minhas palavras, Sr. Presidente sem endereçar um apelo ao Banco Central: Dr. Fernando Milliet, faça valer a sua autoridade; coloque o sistema bancário nacional para trabalhar; faça-o cumprir as suas ordens. Por que só o Banco do Brasil? Por que só o Banco do Estado do Espírito Santo?

Afinal de contas, o povo precisa acreditar em nosso Governo, o povo precisa acreditar na gente.

O SR ONOFRE CORRÊA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje ocupo esta tribuna não para falar da crise econômica e, sim, da crise emocional e de descrença que se abateu sobre todo o povo brasileiro, em consequência da vergonhosa derrota sofrida na Copa América pelo nosso selecionado.

A Seleção Brasileira, que tantas glórias nos trouxe em épocas passadas e em condições mais adversas, hoje só nos traz grandes decepções, pela incompetência e incapacidade agravadas pela falta de patriotismo, pela desorganização, pela corrupção e pelos desmandos existentes dentro da CBF, entidade dirigida por oportunistas e inconsequentes, como o Sr. Nabi Abi Chedid, que não entende de futebol e só quer se promover às custas do esporte brasileiro, que não medem suas atitudes impatrióticas, ao colocarem no ridículo o esporte do coração do nosso povo.

É hora de darmos um basta em tudo isso, é hora de promovermos uma reformulação completa no futebol brasileiro, mas para isto se tornar realidade é preciso que medidas corajosas sejam tomadas contra a tão desgovernada Confederação Brasileira de Futebol.

Sr. Presidente, peço que conste dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte uma nota de repúdio à direção da CBF, solicitando a imediata intervenção do CND (Conselho Nacional de Desportos) nessa falida entidade e que na próxima derrota vergonhosa, ao invés de polpudos "bichos" e gratificações, seja proibida a entrada no Brasil do Sr. Nabi Abi Chedid e do Sr. Otávio Pinto Guimarães por um ano, como punição.

Ao procedermos desta forma esperamos estar contribuindo para o soerguimento e moralização do nosso futebol.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, em 1890 foi fundada a cidade de Ijuí, situada no planalto médio do Estado do Rio Grande do Sul. Desde então, durante noventa e sete anos, várias gerações têm contribuído para o desenvolvimento e o progresso daquele município.

O Rio Grande do Sul tem características especiais em função de ter sido seu desenvolvimento promovido por imigrantes.

Em 1825, os primeiros imigrantes alemães fixaram-se no Vale do Rio dos Sinos, logo após, os italianos e, posteriormente, também os poloneses. Foram praticamente os descendentes dessas três nacionalidades que fundaram a cidade de Ijuí.

Agora, quando se vive em todo o País momentos difíceis, principalmente no campo econômico, com crises estendendo-se a todos os setores da economia nacional, nos mais longínquos recantos de nossa Pátria – e isso não acontece só agora, já vem ocorrendo há algum tempo – precisamente, neste momento, esses bravos moradores de Ijuí se uniram para, mais uma vez, mostrar ao Rio Grande do Sul e a todo o País a sua pujança industrial, colonial e comercial. E, por isso mesmo, através de um esforço conjunto, independente de partidos políticos, de raças e de religião, aquele município promoverá a III EXPO-IJUÍ – Terceira Exposição-Feira Industrial, Comercial, Agropecuária e Artesanal de Ijuí – e I FENADI – Primeira Festa Nacional das Culturas Diversificadas.

Na parte da manhã, tive o prazer de acompanhar uma comissão aos ministérios, com o objetivo de pleitear recursos – e, tenho certeza, serão compreendidos e receberão os subsídios – necessários para que esse evento possa se realizar com a expectativa esperada, porque ele se realiza num momento de crise, em que se buscam novas alternativas, especialmente naquela região que, durante vários anos, perdeu seu potencial devido à monocultura da soja e do trigo. Todavia, agora, conscientizados novamente da diversificação da lavoura e do desenvolvimento através da pequena e média empresa, justamente agora se realiza esse evento, para mostrar ao Rio Grande do Sul e ao Brasil que um povo, mesmo nos momentos mais difíceis, pode erguer-se, unir-se e estender suas mãos para, em conjunto, construir a grandeza de uma comunidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero congratular-me com os bravos organizadores dessa Feira de Ijuí e pedir que o histórico desse acontecimento seja transscrito nos Anais desta Casa.

Faço votos que esses organizadores, juntamente com todos os municípios de Ijuí e de toda aquela rica região do Rio Grande do Sul, tenham pleno êxito na realização desse evento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Of. III EXPO-IJUÍ FENADI Nº 114/87.

Ijuí (RS), 22 de junho de 1987

Excelentíssimo Senhor,

Pelo presente cumprimentamos Vossa Excelência e com satisfação comunicamos que apesar das dificuldades que se apresentam no momento, em termos de município, região, Estado e País, as lideranças e a comunidade ijuiense, acreditam que o momento atual é oportuno em virtude das potencialidades existentes para o desencadeamento de novas propostas de ação.

Em Ijuí, está sendo desenvolvido desde julho de 1984, o Programa "Ijuí na Retomada do Desenvolvimento" que neste ano está recebendo um novo impulso. O Programa visou aproximar as lideranças comunitárias, inverter tendências não positivas da nossa economia e integrar forças na conquista de novos desafios a favor de interesses

comuns e gerais do município, de forma democrática, responsável e integrada.

O Programa tem como forças de articulação a UNIJUÍ – Universidade de Ijuí, que está neste ano na coordenação do Programa, a COTRIJUÍ – Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. –, a Prefeitura Municipal de Ijuí e a Associação Comercial e Industrial de Ijuí.

O movimento "Retomada" é integrado por várias comissões tais como: agropecuária, indústria, comércio, agricultura, cultura, educação e desenvolvimento urbano. Todas essas comissões estão articuladas e envolvidas na elaboração de um plano de desenvolvimento para Ijuí e microrregião. Como promoção integrante deste Programa, serão realizados, em Ijuí, durante o período de 10 a 19 de outubro do corrente ano, tendo como promotores a Associação Comercial e Industrial de Ijuí e Prefeitura Municipal, a III EXPO-IJUÍ – Terceira Exposição-Feira Industrial, Comercial, Agropecuária e Artesanal de Ijuí – e I FENADI – Primeira Festa Nacional das Culturas Diversificadas.

Os eventos não têm caráter tradicional de exposições, festas ou feiras, mas pretendem realizar esforços para redefinir o perfil e a vocação industrial e agroindustrial da região. Pretendem, também, iniciar a implantação de um centro comercial latino-americano, buscando operacionalizar política governamental e consolidar dinâmica de diversificação agroindustrial. Por isso, não são considerados eventos tradicionais, mas sim, de caráter comunitário, social, econômico e cultural.

Ijuí está localizada na Região Planalto Médio e dista 400 km de Porto Alegre. O município tem uma área de 1.104 km² e sua população é de aproximadamente 90 mil habitantes, distribuídos na zona urbana e rural. Encontramos atualmente em Ijuí, 209 (duzentos e nove) indústrias, 1.105 (mil cento e cinco) estabelecimentos comerciais, 672 (seiscientos e setenta e dois) prestadores de serviços, 11 (onze) agências bancárias, 2 (duas) rádios, 3 (três) jornais, uma sucursal de televisão, 1 (um) museu.

Comemoramos, neste ano, os 97 (noventa e sete) anos de Fundação de Ijuí, os 70 (setenta) anos da Associação Comercial e Industrial de Ijuí, os 30 (trinta) anos de ensino superior em Ijuí, corporificado, hoje, na UNIJUÍ e os 30 (trinta) anos de instalação da COTRIJUÍ – Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. –, a maior cooperativa de grãos da América Latina.

A III EXPO-IJUÍ e a I FENADI têm como meta integrar cultura e economia buscando uma nova fase de desenvolvimento para a região, articulando esforços e recursos do Estado e País. Estarão participando diretamente dos eventos os dez municípios pertencentes à microrregião de Ijuí, Augusto Pestana, Ajuricaba, Jóia, Condor, Panambi, Pejuçara, Chiapetta, Santo Augusto e Catuípe.

Ambos os eventos serão desenvolvidos no Parque Regional de Feiras e Exposições "Assis Brasil" de propriedade da Prefeitura Municipal de Ijuí e integrado ao Instituto Municipal de Educação "Assis Brasil" – 1º e 2º Graus, sito à margem direita da BR-285, km 334, Ijuí – RS.

A comissão organizadora prevê um número aproximado de trezentos mil visitantes durante a realização dos eventos, que colocam à disposição da comunidade regional aproximadamente quatrocentos espaços internos e externos, desti-

nados a indústria, comércio, serviços, agricultura, pecuária e cultura.

O público visitante terá a oportunidade de apreciar a pujança e a dinâmica do trabalho que vem sendo desenvolvido em nosso município pela indústria, agropecuária, comércio e serviços. Reserva-se, ainda, intensa e diversificada programação cultural, além de poder degustar alimentação típica de várias etnias. Poderá ainda, visitar a exposição de bovinos, suínos, equinos e pequenos animais e adquirir produtos coloniais e hortigranjeiros, bem como ter contato com uma "mini-fazenda típica" regional e ter conhecimento de modernas pesquisas e experimentos relacionados com a diversificação agropecuária. Finalmente, o visitante, perceberá a dinâmica do trabalho comunitário da população ijuiense e regional.

Para a realização e concretização dos eventos estão definidos os seguintes objetivos:

1) Implantar na microrregião uma dinâmica mais participativa de planejamento e de ação tomando em conta as potencialidades reveladas pelos recursos naturais, pela pluralidade das culturas e pela exposição-feira de produtos agropecuários, industriais, artesanais e tecnológicos. 2) Propiciar a comunicação interinstitucional no que concerne a alternativas e decisões do investimento. 3) Estimular iniciativas integradas de investimento na microrregião. 4) Reativar as vertentes do pluralismo cultural da região, através do estudo e do cultivo de nossas tradições e valores, bem como, da formação de quadros profissionais identificados com os anseios da população. 5) Oferecer à população regional oportunidade de encontros e de comemorações festivas dos fatos e aspectos marcantes de sua história.

Especificamente para a FENADI, busca-se:

a) Estimular todos os grupos étnicos de Ijuí à sua comercialização específica como grupo social e incentivá-los para que cultivem as suas tradições e valores através das mais diversas manifestações, ou seja: alimentação, vestuário, arquitetura, dança, música, teatro, pintura, escultura, "memória histórica", etc. b) Estimular a comunicação dos grupos, das pessoas e dos grupos étnicos de Ijuí com os respectivos grupos, movimentos e outras formas de manifestações específicas, culturais, artísticas no Rio Grande do Sul, no Brasil e no país de origem. c) Estimular estudos, debates, encontros e outras formas de entendimentos e cultivo das mais diversas manifestações e expressões étnicas, culturais e artísticas, fruto da rica miscigenação ou da "mistura" dos seguintes grupos étnicos que participaram de todo o processo de colonização de Ijuí e da microrregião: alemães, italianos, letos, poloneses, luso-brasileiros, suecos, húngaros, sírio-libaneses, teuto-russos, holandeses, austríacos, negros, japoneses e franceses, entre outros.

O Parque Regional de Feiras e Exposições "Assis Brasil" não está pronto. Há necessidade de se fazer investimentos, tais como: construção de prédios, ampliação das partes elétricas e hidráulicas, terraplanagem, pavimentação, etc.

Para se realizar tudo isso está sendo desenvolvido um esforço muito grande da parte da iniciativa privada, poder público municipal e instituições prestadoras de serviços.

A I FENADI, por ser a primeira, está necessitando de um investimento elevado na construção de casas típicas, vestimentas, shows específicos,

viagens de intercâmbio cultural, visita a grupos étnicos de outras cidades do Estado para diálogo, realização de um trabalho artístico-cultural de coisas esquecidas e também para a aplicação de trabalhos de valor histórico e cultural específicos a cada etnia. Novamente, a população está contribuindo de forma significativa.

As lideranças de Ijuí em função da relevância dos projetos tem a satisfação de convidar Vossa Excelência, para se fazer presente durante a realização dos dois eventos, para trazer valiosa contribuição às lideranças e para toda a população de Ijuí e região e visitar a Universidade de Ijuí e o seu Campus Universitário, o Museu Antropológico Diretor Pestana, o Centro de Treinamento da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda, a própria sede da COTRIJUÍ, a Prefeitura Municipal de Ijuí e a Associação Comercial e Industrial de Ijuí, enfim, ver a pujança e o trabalho desta Comunidade Ijuiense. Juntos, poder público, associações comerciais e industriais, cooperativas, escolas, agricultores, lideranças do município e região, poderemos pensar e desencadear alternativas novas de desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico para a região.

Por oportuno, cabe-nos enfatizar que os objetivos e os esforços da comissão organizadora e das lideranças visam criar as melhores condições para que tanto os expositores quanto os visitantes que participarão da Exposição-Feira e da Festa Nacional das Culturas Diversificadas tenham oportunidade de evidenciar toda a capacidade criadora e inovadora de nossa comunidade e região na consolidação de uma nova fase econômica, social e cultural.

Isto posto, gostaríamos de contar com todo o apoio político de Vossa Excelência e oportunamente encaminharemos programação detalhada dos dois eventos.

Sendo o que nos apresentava no momento, desde já agradecemos a sua especial atenção e colocando-nos a seu inteiro dispor, subscrevemo-nos.

Atenciosamente, — **Wanderley Agostinho Burmann**, Prefeito Municipal — **Antenor Sakis**, Presidente do Poder Legislativo — **Celso Bolivar Sperotto**, Vice-Presidente da COTRIJUÍ — **Élio Paulo Bagetti**, Vice-Presidente III Expo-Ijuí e I FENADI — **Afonso Celso Haas**, Presidente da Associação Comercial e Industrial — **Telmo Rudi Frantz**, Reitor da UNIJUÍ e Presidente da FIDENE — **Adelar Francisco Baggio**, Presidente da III Expo-Ijuí e I FENADI.

O SR ALDO ARANTES (PC do B - GO. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje, em Brasília, será realizada uma grande manifestação que nós, da Liderança do Partido Comunista do Brasil, consideramos que deverá iniciar amplo processo de mobilização popular neste País.

Esse comício é fruto de uma articulação de caráter suprapartidário entre importantes segmentos do PMDB, do PC do B, do PT, do PDT, do PSB e do PCB. Tomamos todas as medidas no sentido de deixar bem claro à opinião pública e às autoridades que este será um comício pacífico, cujo objetivo é mobilizar politicamente o povo de Brasília e desencadear um processo de mobilização nacional. Em função disto, ontem, procu-

ramos o Governador do Distrito Federal, a fim de comunicar-lhe, oficialmente, em nome dos responsáveis pelo ato, o sentido que pretendíamos imprimir a essa iniciativa. Estivemos com a direção desta Casa e com o Presidente do Congresso Nacional, e S. Ex.^a autorizou que o comício fosse realizado defronte a Casa Legislativa. Hoje os jornais dizem que o Ministro da Justiça, falando a linguagem própria da ditadura militar, não querendo reconhecer o direito dos partidos e das entidades populares de se manifestarem, declarou — não sabemos baseado em que — que esse comício será realizado em local ilegal. As Lideranças dos partidos responsáveis pelo evento acabam de enviar um telex ao Ministro da Justiça. Estamos, agora, em conversações com o Presidente desta Casa para reafirmar o sentido pacífico e os objetivos desse comício, que são três, basicamente.

Primeiro, queremos suprapartidariamente manifestar nosso repúdio à política econômica adotada pelo Governo Sarney. Aqui esteve o Ministro Bresser Pereira, que não convenceu a ninguém porque ficou absolutamente claro que a intenção do Governo é de provocar o arrocho salarial, que está aprofundando a recessão, e mais, que está abrindo as portas do Brasil para o capital estrangeiro. Queremos, pois, manifestar o nosso repúdio a esta política econômica antipopular e antinacional.

Segundo, queremos dizer à Nação e às entidades populares que o povo exige eleições diretas em 1988; que este Governo é de transição; que a Aliança Democrática assumiu com a opinião pública brasileira, em comício com milhões de pessoas, o compromisso de que o mandato presidencial seria de quatro anos; que agora, por pressão dos militares e dos grupos econômicos, querem alterar as regras do jogo.

E, terceiro, Sr. Presidente, queremos nos manifestar em torno da necessidade de se elaborar uma Constituição democrática e progressista. Todos nós vimos aqui as manifestações da extrema direita, e agora a da UDR, que com o dinheiro dos leilões de bois, com suas terras improdutivas, procura colocar em Brasília milhares de pequenos e médios produtores envolvidos e manipulados pela demagogia desses latifundiários.

Por isso é necessária uma unidade das forças progressistas para conquistarmos uma Constituição democrática, que assegure a reforma agrária, que garanta a soberania nacional, que garanta o regime político democrático, que garanta que as Forças Armadas cumprirão o seu papel constitucional de resguardar o País contra as agressões externas. Mas não temos dúvidas de que tudo isso só será possível com intensa mobilização popular. Os grupos econômicos estão se organizando e o Governo pressiona vergonhosamente o Parlamento.

Hoje o jornal **O Globo** estampa editorial que é um verdadeiro manifesto contra os setores progressistas do PMDB. Por isso, Sr. Presidente, é necessário levar o povo à rua, fazer uma mobilização popular. Só assim, através da unidade popular, teremos condições de abrir caminho para uma Constituição democrática e progressista, visando às eleições diretas em 1988 e para pôr fim à política econômica contrária aos interesses do povo. (Palmas.)

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDT – AM. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho hoje o objetivo de tratar do anteprojeto do Relator Bernardo Cabral, apresentado na Comissão de Sistematização, e principalmente de defender, segundo meu ponto de vista, o Constituinte Bernardo Cabral das injustas críticas que lhe têm sido feitas por quase todos os segmentos, ideológicos ou não, componentes da Assembléia Nacional Constituinte. Em verdade, o que se observou no processo das Subcomissões e também nas votações e discussões nas Comissões Temáticas foi que se radicalizaram posições, fazendo com que o bom senso não pudesse prevalecer. Em alguns casos, como no da Comissão que tratava da reforma agrária, os que se diziam contrários à reforma e os seus defensores, de centro, moderados ou conservadores, simplesmente destruíram o projeto. Em outros, os progressistas, como se definem, ou os segmentos da esquerda também não compuseram com os conservadores, ou com os de centro, ou moderados, e impuseram *in totum* a sua opinião. Houve uma radicalização, que evidentemente não poderia resultar satisfatória nem para os progressistas, nem para os conservadores. E qual era o papel do Relator Bernardo Cabral, diante do Regimento, já tantas vezes violentado pelas ordenações ulyssinas? Depois que tivemos as afonsinas e as felipinas, agora temos as ulyssinas, que têm violado o Regimento constantemente. Entretanto, o Regimento foi cumprido e, por isso, devemos elogiar a atitude do Constituinte Bernardo Cabral. Não lhe competia fazer qualquer tipo de alteração de mérito. Cabia a S. Ex.^a sistematizar, unir o que vinha, com diversos matizes, como resultado das Comissões e, ao mesmo tempo, tentar criar alguma coisa que pudesse, por exemplo, atender ao que constava do Relatório da Comissão de Reforma Agrária – que tinha um sentido talvez para a direita, ou para a esquerda – como também ao que vinha, por exemplo, da Comissão de Soberania, onde havia uma proposta realmente progressista.

Todos nós, membros da Assembléia Nacional Constituinte, temos de partir para a negociação, a fim de que os extremos, a totalidade do pensamento e a iniciativa ditatorial de cada um não prevaleçam. Devemos nos acostumar à negociação. Se tivesse sido assim por ocasião das votações nas Comissões, o Relator Bernardo Cabral não teria agora essas dificuldades, e não teríamos tido uma sistematização tão disforme, cujo resultado foi um anteprojeto sem roteiro e sem concepção filosófica.

Deixo agora o alerta: vamos para o plenário, onde novamente a radicalização se imporá. Mas, a partir do normal cumprimento do Regimento, deverá brotar um anteprojeto. Quem quiser, reclame! Até o fato de haverem reclamado a esquerda, a direita, os Constituintes Carlos Sant'Anna, Luiz Henrique e todos aqueles que deveriam contribuir para um bom resultado significa que foi um bom trabalho, que não atendeu a um único grupo.

Parabéns ao nobre Constituinte Bernardo Cabral pelo seu anteprojeto.

No Grande Expediente, voltaremos a falar sobre o assunto.

O SR. FERNANDO LYRA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente,

Sr.^as. Constituintes, há mais de 15 anos o Congresso vem sendo a extensão da minha casa, senão a minha própria casa. Em todo esse tempo, trazido pelo gesto generoso dos pernambucanos, percebo que o nosso cotidiano, o do Legislativo e o meu, pessoal, fluem no mesmo passo.

Aqui, nesta Casa, fui testemunha de momentos glóriosos e também sombrios. De cada um recolhi as melhores lições. Em todos procurei ser fiel ao mandato a mim confiado. O melhor ensinamento que aqui recebi, neste poder até hoje mutilado, foi o de que é só na convivência com o povo, no contato sistemático da praça pública, que conseguimos sustentar e alimentar a nossa bandeira de transformações.

Há pouco tempo, precisamente no período de instalação da atual Legislatura e da Assembléia Constituinte, lancei-me à Presidência da Câmara advertindo que corríamos o risco de iniciar nossos trabalhos sob o signo do medo. Antevi, em meio a pressões poderosas contra a minha candidatura, que a submissão àquelas forças seria a condenação prévia da Constituinte e do nosso partido – o PMDB. Seria um sinal de fraqueza, a marca de nossa incapacidade de resistir a outras forças, contrárias ao interesse nacional.

Dolorosa é a constatação de que nossas previsões em parte se confirmam. Feliz é a constatação de que nem todo o PMDB se acovardou, se curvou como vassalo aos que, pelo costume do mando e da prepotência, o transformaram em vício. Uma parcela da legenda, que não fraquejou ao apelo conservador e continuista, permanece límpida e íntegra em seus princípios. Mais que isso: disposta a praticar novos gestos de ousadia cívica, a mesma ousadia que resultou na candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República.

É por coerência à coragem e ousadia que o PMDB nunca perdeu em vinte anos de arbítrio que eu, como parte do grupo peemedebista disposto a ousar e a não se acomodar com a ilusão de poder. Comunico à Casa, e à Nação minha participação em manifestações públicas.

Assim faço por convicção e por fidelidade às bandeiras que sempre desfraldamos: eleições diretas para Presidente da República, justiça social e crescimento econômico. Por lealdade aos que me confiaram seu voto, não poderia permanecer paralisado ante um Governo eleito graças ao PMDB, mas que pisoteia e tripudia nossas bandeiras.

Prometi ao povo que o Governo do PMDB cumpriria essas promessas. Hoje, quando vejo que o meu partido, que sua direção ilude-se com o poder e renuncia às suas bandeiras, não me resta outra atitude: tenho de retomar à praça pública, reconhecer que o povo foi traído, reafirmar e demonstrar meu propósito de permanecer fiel às teses de restauração democrática e transformação social.

Volto às ruas porque meu compromisso, único e inarredável, é com o povo que clamou por diretas já, pela revitalização e independência do Legislativo, por melhores salários, contra a recessão e por uma Constituinte livre e soberana.

Volto às ruas porque respeito o PMDB e, contra a vontade de muitos, estou entre os que insistem em recuperar a sua identidade. Vou às ruas porque quero as reivindicações populares atendidas e, ao lado delas, um PMDB combativo, dinâmico

e crítico, reconhecido como principal agente das mudanças.

O partido que hoje se acumplicia com arbitrariedades, que hoje violenta os sonhos e esperanças de milhões de brasileiros, não é o histórico e audacioso PMDB. O partido que hoje, pela sua cúpula, defende cinco anos de mandato para o Presidente da República, com eleições em 1989, não é o mesmo PMDB que recusou “longínqua” proposta do ex-Presidente João Figueiredo de diretas em 88.

O partido convidente com arbitrariedades, rasteiras articulações continuistas e estagnado, que defende o uso da Lei de Segurança Nacional da ditadura, não é o PMDB, nem o Governo que aí está o representa. É apenas um grupo de áulicos, engrossado por passado recente e por razões óbvias, que enxerga apenas a urgência dos interesses estritamente pessoais.

Volto às ruas, com um grupo de companheiros, para continuar a luta, com o povo, pela transição do regime, pelo fim, de fato, do autoritarismo. Para mostrar-lhe que o PMDB verdadeiro, autêntico, histórico, permanece fiel ao povo e consciente de que vem exclusivamente dele a sua força.

O SR. LUIZ MARQUES (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^as. Constituintes, não bastasse o sofrimento por que vem passando a população de baixa renda do Ceará, em especial os habitantes da zona rural, em razão da seca verde, eis que outro problema, extremamente preocupante, atinge o nosso Estado, relacionado com a saúde pública.

Trata-se da dengue, moléstia transmitida pelo mosquito *aedes aegypti*. Inicialmente, com maior incidência na capital, em face das precárias condições sanitárias que atravessa Fortaleza, a dengue alastrou-se pelo interior do Estado, em alguns municípios, já se caracterizando uma epidemia.

A dengue é uma doença que causa grande sofrimento ao enfermo, tirando-o, por alguns dias, do trabalho, e podendo assumir uma forma hemorrágica, quase sempre fatal.

Informa a Delegacia Regional da Sucam, no Ceará, que já se encontram com infestação do mosquito cerca de 82 Municípios do Estado, caracterizando-se a epidemia em cerca de 28 deles.

O número de doentes cadastrado pela Sucam já soma mais de 20.000 estimando-se que, em breve, se providências urgentíssimas não forem tomadas, esse número chegará aos 200.000.

Informa, por outro lado, o Superintendente da Sucam, no Ceará, que os recursos são insuficientes para o combate ao mosquito e ajuda aos doentes.

É indispensável que o Ministério da Saúde, compreendendo a gravidade da situação, libere imediatamente recursos para a Delegacia do Ceará, e é este o apelo que fazemos, neste momento, ao Sr. Ministro Roberto Figueira Santos.

A Sucam, como de resto todo o setor de saúde pública do Estado, deve estar muito bem aparelhado para combater o mosquito: fazendo uma vigilância contínua, durante vários meses, atacando o mais rapidamente possível todos os focos emergentes, recebendo todo o apoio e dispondo de verbas absolutamente necessárias para a con-

tratação de pessoal treinado e compra de material para realizar amplas campanhas.

E fácil acabar com a dengue. Que não seja difícil conseguir verbas!

Se as providências tardarem e a febre hemorrágica se instalar em grande número, certamente as infelizes sugestões do Presidente da Embratur, o janota Jorge Dória, ganharão alento nos seus planos de turismo. A Embratur poderá patrocinar a campanha "Venha ver a seca e a dengue no Ceará e se divertir com a nova tragédia". É um turismo barato! Mas não acreditamos que os homens sérios do Governo Federal estejam interessados nessa forma de turismo.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero registrar o meu aplauso às medidas tomadas pelo Presidente da Funai, principalmente ao revisar ato de concessão para que missionários atuem nas áreas indígenas. De há muito venho denunciando a atuação de falsos missionários nessas áreas, que, acobertados pela alegação de defenderem os interesses indígenas, na realidade, estão defendendo interesses que não são sequer nacionais. De outro lado, aproveita a oportunidade para dizer que é lamentável que se defenda a permanência do estado em que vivem os nossos índios, principalmente aqueles mais aculturados, que são vítimas de verminoses, de tuberculose e de uma série de outras doenças que, através de um genocídio paulatino, resultam realmente no extermínio das comunidades indígenas.

Faço também um apelo ao Sr. Presidente da Funai para que, nestas medidas de avaliação das concessões para atuação em áreas indígenas, volte os olhos para a Comissão de Criação do Parque Yanomami, que atua em Roraima através de uma antropóloga suíça, a qual, na realidade, mantém atividades misteriosas e escusas. É preciso, portanto, que o Presidente da Funai, neste momento em que o Projeto Calha Norte está sendo implantado, tenha realmente coragem cívica para nacionalizar as ações em todas as áreas indígenas, principalmente na região amazônica. (Palmas.)

O SR. ANTONIOPAULO KONDER REIS (PDS – SC. Sem revisão do orador):

– Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, cumpro o dever de fazer uma comunicação e de transmitir ao Governo do meu Estado um apelo. Como dramático legado do Plano Cruzado, o funcionalismo público de Santa Catarina atravessa dias de insegurança, incerteza, angústia e, diria mesmo, de desespero. No bojo do Plano Cruzado, editado em fevereiro de 1986, criou-se a figura do gatilho salarial, e em Santa Catarina esse instrumento de reposição da remuneração dos trabalhadores, em geral, foi estendido aos servidores públicos. A medida, Sr. Presidente, está, no momento, causando ao funcionalismo público do meu Estado os mais difíceis momentos por que atravessou ao longo da história catarinense.

Há mais de um mês, largos setores do funcionalismo público de Santa Catarina estão em greve, na busca de que o Governo cumpra um dever e os atenda num direito líquido e certo: a aplicação do gatilho aos seus salários, hoje diminuídos e enfraquecidos em razão do espiral inflacionário.

São os servidores da justiça e até mesmo alguns juízes de direito, nesta situação pela primeira vez na história de Santa Catarina; são outros amplos setores da máquina governamental, das secretarias de Estado, das sociedades de economia mista, das empresas públicas e das autarquias, que, num reclamo justo, no que toca ao reajuste de seus salários, declararam-se em greve. E é especialmente, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a classe do magistério, as professoras e os professores de Santa Catarina, com tradição de trabalho, de dedicação e de honradez que, em grande número, estão ausentes das salas de aula, reclamando do Governo a satisfação de um direito, a adoção de medida indispensável à sua sobrevivência.

Hoje, Sr. Presidente, o Líder do meu Partido nesta Casa, Deputado Amaral Netto, recebeu telegrama que me encaminhou, assim redigido:

Ao Líder da Bancada Federal (Santa Catarina) do PDS.

Diante da situação criada pela greve deflagrada pelo magistério público estadual, cujas negociações não estão acontecendo pela intransigência das partes, principalmente de partes do governo estadual, considerando que os únicos prejudicados estão sendo os estudantes da rede de ensino público, dirigimo-nos a Vossa Excelência, para solicitar envide todos os esforços possíveis para pôr fim a essa situação que está se tornando insuportável para a sociedade catarinense.

Nós, pais, integrantes das associações de pais e professores de Caçador, solidários com a reivindicação legítima e justa dos professores no tocante ao pagamento dos gatilhos, direito adquirido por força da Lei Federal, entendemos que o Governo do Estado deve cumprir com essa obrigação legal.

Certos de que Vossa Excelência usará de bom senso para solução imediata deste impasse, agradecemos.

Associação de Pais e Professores de Caçador.

Sr. Presidente, no mesmo sentido, recebi da Câmara de Vereadores e da Comissão das Associações de Pais e Professores de Gaspar telegrama, convidando-me para um encontro, destinado à discussão desse grave problema, no último dia quatro, no Salão Cristo Rei, às 15h, nos seguintes termos:

Antônio Carlos Konder Reis
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Pais, Professores e Alunos gasparenses convidam Vossa Excelência para participar encontros discutir paralisação aulas dia 4 de julho salão Cristo Rei, 15 horas. Esperamos contar com mínimo mil (1.000) participantes. Solicitamos confirmar presença Câmara Municipal Vereadores e Comissão das APPS – Gaspar.

Não pude comparecer. Solicitei ao Prefeito daquela cidade, Tarcísio Deschamps, que me representasse e, acima de tudo, que apresentasse àquela assembleia, como agora faço a todos os servidores públicos de Santa Catarina, o testemunho da minha solidariedade, nesta luta que eles

realizam em função de um engodo, não de um engano do Plano Cruzado I, que se agravou com o Plano Cruzado II, e que está sem solução, quando estamos vivendo os tempos do Plano Cruzado III.

Espero, Sr. Presidente, que ao revés das perseguições, das demissões, dos atos pouco recomendáveis, praticados pelo Governo do meu Estado, nestes primeiros dias de atuação, o Governador de Santa Catarina e também o Governo Federal, que criou o gatilho, façam o possível para que ele seja acionado em benefício dos dedicados, dos humildes e sofridos servidores públicos de Santa Catarina. Obrigado a V. Ex.^a (Palmas.)

O SR DIONISIO DAL PRÁ (PFL – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, assomo à tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para levar ao conhecimento das autoridades responsáveis deste País a dramática e calamitosa situação por que passam os produtores de café.

Ao regressar ao meu Estado, o Paraná, onde pude presenciar a caótica situação dos cafeicultores, não poderia deixar de manifestar-me a favor desta laboriosa e injustiçada classe que, ao longo de muitos anos, foi a maior carreadora de divisas para o nosso País, cujo produto outrora fora chamado de "Esteio do Brasil", e que ainda hoje é responsável por grande parte de nossas exportações.

Vejam, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a Resolução nº 55/86 do IBC, que fixou, em 4 de agosto de 1986, o valor mínimo do café em Cz\$ 2.650,00, menos ICM e Fundo Rural, permanece a mesma até hoje. Se aplicarmos sobre este valor apenas a variação da OTN, hoje o preço deveria ser de Cz\$ 5.970,00. Portanto, a nova resolução a ser baixada, estabelecendo o preço base da safra 1987/88, deveria ter o valor atualizado e, daí por diante, reajustado pela variação cambial, uma vez que o café é, na sua maior parte, produto de exportação.

De agosto de 1986 até a presente data, V. Ex.^a bem conhecem os aumentos dos custos da mão-de-obra. Os insumos subiram, neste período, mais de 200%, tornando-se por base o adubo, que é produto indispensável. Além, dos custos já citados, pesam ainda sobre o cafeicultor os encargos financeiros, oriundos de financiamentos de custeio, cujos índices são absolutamente impraticáveis.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, se continuar esta política omisa com relação à cafeicultura brasileira, assistiremos ao desencanto e à revolta desta classe que tanto tem contribuído para a formação de nossas riquezas.

Se não houver o imediato atendimento destes hoje sacrificados produtores de café, seremos meros expectadores do triste final do mais autêntico produto brasileiro.

Hoje, com os altos custos de produção e as taxas de juros impraticáveis no setor, cafeicultores honrados vendem suas propriedades para saldar compromissos junto aos bancos, onde obtiveram financiamentos para custeio. Isto é lamentável e, sobretudo, inadmissível.

Os produtores de café, principalmente os pequenos e modestos, já em estado de insolvência, apelam aos Srs. Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio, bem como ao Conselho Monetário Nacional, para que tomem medidas ur-

gentes destinadas a socorrer a cafeicultura brasileira. Esta providência deverá vir em tempo, enquanto o produto ainda se encontra nas mãos dos produtores, pois de nada mais adiantará anúncio de um novo preço mínimo, quando o café já estiver nos armazéns dos intermediários ou mesmo do Governo.

Conclamo, neste momento, Sr. Presidente, Sr.^as e Srs. Constituintes, que sejamos defensores desta classe que altamente contribuiu e que tanto ofereceu ao Brasil, através de longos anos.

Muito obrigado.

O SR FÁBIO FELDMANN (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a notícia publicada pela "Folha de S. Paulo", em sua edição de 4 de julho, sábado último, sobre a publicação de "Os Protocolos dos Sábios de Sião" por iniciativa da Embaixada do Irã no Brasil, causou-me uma profunda surpresa e indignação, como brasileiro e membro de uma minoria, no caso, a judaica, tema central destes "Protocolos".

Não poderia, portanto, deixar de me manifestar sobre um assunto que, além de me atingir particularmente, preocupa-me plas consequências que o precedente de divulgação de uma obra declaradamente racista e, por isso, proibida em vários países, inclusive o Brasil – segundo o art. 153 da Constituição de 1967, emendada em 1969 – poderá trazer ao País como um todo, num momento de transformação sócio-política.

A minha preocupação maior ao tomar conhecimento desta notícia é sobre o que a publicação de "Os Protocolos" – livro carregado de estereótipos e chavões sobre um suposto "complô judaico" para dominar o mundo – poderá fazer em relação à harmonia existente, há séculos, entre os diferentes grupos étnicos que formam a sociedade brasileira. A presença judaica no Brasil está intrinsecamente ligada à própria História do País e torna-se, por isso, extremamente difícil separar uma da outra. Preocupa-me, mais ainda, saber que isto venha a acontecer por iniciativa de um governo estrangeiro. Torna-se difícil, para mim como brasileiro, judeu e Deputado Constituinte, entender o porquê da Embaixada do Irã ter tomado essa iniciativa, a não ser para gerar um clima de discordia no País.

Tenho consciência de que, apesar de seu anti-semitismo grosseiro e de suas hipóteses fantasiosas, "Os Protocolos" têm sua audiência garantida, em particular entre aqueles que buscam "culpados eternos" pelos problemas do mundo.

As idéias defendidas em "Os Protocolos", pelo seu teor racista, lembram-me muito o discurso nazista, e não posso deixar de citar Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda nazista, que dizia que "uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade". Todos conhecemos as nefastas consequências da ideologia nacional socialista na história da humanidade. "Os Protocolos" foram muito usados pelo nazismo e por muitos outros regimes autoritários. Não são poucos os exemplos de falácias que, escritas em linguagem simples, penetram facilmente na consciência dos indivíduos, levando-os a agir de acordo com essas doutrinas.

Devo confessar que mais perturbador do que saber da atitude da Embaixada do Irã em publicá-los, é tomar conhecimento de que os mesmos "Protocolos", já vem sendo vendidos livremente

em edições clandestinas em várias livrarias do País, sem que nenhuma providência tivesse sido tomada.

É importante, pois, que o novo texto Constitucional contemple normas que vedem tais iniciativas, punindo os seus responsáveis, inclusive governos estrangeiros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje é uma data muito importante. Às 18h, aqui na porta do Congresso Nacional, iremos iniciar a caminhada pelas eleições diretas. É importante que a maioria dos Constituintes, compenetrados da verdadeira situação deste País, esteja presente, pois essa caminhada certamente dará ao povo brasileiro uma perspectiva, uma vez que se encontra desalentado, desanimado em razão da situação difícil que vive a Nação.

É difícil transmitirmos algum ânimo ao nosso povo nos dias atuais, mas a simples perspectiva de uma eleição direta em 1988, certamente, devolver-lhe-á a oportunidade de ser novamente um esperançado. E esse objetivo certamente será alcançado a partir de hoje, aqui em Brasília.

Também se encontram em Brasília, três Deputados Estaduais de São Paulo – Ivan Valente, Barros Munhoz e Eduardo Bitencourt – que aqui vieram trazer o apoio de 74 dos 84 Deputados daquele Estado ao movimento "Diretas 88". Não podemos continuar indiferentes à situação que ocorre com o Brasil real. Há um Brasil de fantasia, que é aquele administrado, e há o Brasil real, que é aquele cheio de dificuldades.

Portanto, esperamos e contamos com a presença de todos aqueles que não podem se esquecer de que foram eleitos pelo voto direto, o que os compromete com o povo. E por estarem comprometidos com o povo devem estar hoje no comício das diretas, sem se deixar intimidar pelo Sr. Ministro da Justiça, que vem dizer que este comício é ilegal, quando S. Ex.^a não tem jurisdição nenhuma sobre o local onde ele será realizado.

Portanto, todos de mãos dadas, logo mais às 18 horas. Temos o compromisso moral de reerguer esta Nação, de passar este País a limpo, de fazer com que realmente homens de bem possam dirigir este País e que, possamos colocar para fora da sua direção alguns canais que somente acabaram colocando-o no caos. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. (Muito bem! Palmas.)

O SR. GERALDO CAMPOS (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Decreto-lei nº 2.280, de 16-12-85, efetuou milhares de servidores que integravam as Tabelas Especiais mediante processo seletivo interno, inclusive no nível superior, desde que comprovada a habilitação legal.

Mais recentemente, o Decreto nº 93.315, de 30-9-86, para preenchimento das vagas no Quadro de Oficial de Chancelaria, de nível superior, do Ministério das Relações Exteriores, adotou idêntico critério.

Sentindo-se injustiçados, os servidores públicos de nível médio, mas portadores de nível universitário, organizaram-se através da brava Comissão Pró-Ascensão Funcional Automática dos Servidores de Nível Médio.

Pleitearam e pleiteiam esses servidores que lhes seja dado idêntico tratamento, isto é, a possibilidade de passar do nível médio, onde se encontram, alguns há muitos anos, mediante processo seletivo interno, ao nível superior, nas condições em que o foram os citados servidores.

Pela justeza, sua reivindicação mereceu ser objeto de memorial subscrito por 22 diretores de pessoal de diversos Ministérios. Nesse documento dirigido ao Sr. Secretário de Recursos Humanos da SEDAP, em 22-5-87, depois de fundamentado estudo, declarou-se que:

"Basicamente, o que pleiteiam os servidores é igualdade de tratamento, razão por que vimos propor a V. Ex.^a seja levada à consideração do Sr. Ministro de Estado da SEDAP, proposta no sentido de que, a exemplo da solução adotada para execução do Decreto-lei nº 2.280, seja autorizada a ascensão funcional dos servidores que satisfaçam os requisitos de tempo e escolaridade, mediante o mesmo processo seletivo que foi aplicado aos ocupantes de tabelas especiais, com resultados plenamente satisfatórios quanto à agilidade do processo, e à economia de custos, sem se restringir ao número de vagas existentes na lotação atual.

Dessa forma, estará não somente sendo aplicado o princípio de eqüidade, mas também reduzido, consideravelmente, o montante dos gastos que acarretaria a realização do processo seletivo convencional, o que representará expressiva vantagem financeira para a Administração, além da satisfação da expectativa dos servidores que se preparam para a ascensão funcional."

Sr. Presidente, temos confiança em que o Exm.^o Ministro Aluizio Alves haverá de ser sensível à situação desses servidores, e tomará as providências para que o seu aproveitamento se faça na forma proposta, em bom prazo.

Para isso iremos solicitar audiência àquela autoridade, a fim de, juntamente com aqueles servidores, fazermos o pleito de viva voz.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um significativo segmento do meu partido, o PMDB, após alguns meses de reflexão, resumiu em dois dias de trabalho, no último sábado e domingo, uma proposta política ao PMDB e também à Nação, mas principalmente ao próprio partido. Esse grupo de parlamentares e militantes do PMDB, além de indicar a necessidade da construção de uma ampla unidade progressista, trabalhou com vários temas, inclusive o das relações com o Governo. Pela leitura dos documentos finais que esta Casa conhecerá até amanhã, pode-se constatar a serenidade, a responsabilidade e a tentativa de colaborar efetivamente para que o nosso partido se defina como tal, e para que este País venha a encontrar um rumo com a nossa contribuição.

Entre os pontos que este segmento decidiu propor à Convenção Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, está o afastamento do PMDB do Governo Sarney, na medida em que este já não cumpre o programa do partido e aponta – isto se nota na entrevista do próprio Presidente da República – para um projeto que consi-

deramos antinacional, desnacionalizante. Mas, para demonstrar a responsabilidade, a seriedade, a serenidade, a ausência de qualquer radicalismo estéril, no mesmo documento está a proposta para que sentemos à mesa para o diálogo e, fora do Governo, discutamos com ele próprio um pacto, um acordo político que possibilite a salvação deste País, a esta altura espremido pela inflação, pela violência, pela agonia, pela recessão.

A estas propostas de política, de poder, de caminho político, hoje o Governo nos responde, não com a linguagem do MDB, do PMDB, mas com a da antiga Arena, de onde vieram alguns dos seus atuais grandes chefes e não líderes.

Querem discutir os cargos, e dessa discussão nos recusamos a participar, porque seria discutir fisiologia. Quem compareceu ao encontro do último fim de semana sabia que de qualquer cargo que porventura viesse a participar, já estaria comprometido.

Pessoalmente, se a mim for atribuída qualquer indicação, desde já ela está à inteira disposição do Presidente, dos seus Ministros e acólitos. Mas devo dizer também que não nos interessa discutir fisiologia, mas poder e política. E se ao que os Srs. Frota Neto e Fernando César, porta-vozes do Governo, se referem são cargos de poder, se é esse o desafio que está lançado para a unidade progressista por nós propostas, de minha parte o aceito, e proponho que se comece pelo alto. Proponho que, para que essa conversa seja levada a sério por ambos os lados, se inicie pela colocação de todos os cargos à disposição, não de um partido, mas da Nação. Se vamos começar por isso, o primeiro a ser colocado à disposição, até do PMDB é o do Presidente da República, que lá está porque se filiou ao partido, comprometendo-se com seu programa e seu estatuto. Se alguém tem de devolver cargo, que o primeiro seja o Presidente da República, ou se coloque a discussão em termos respeitosos para que ela possa prosseguir.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as}s. e Srs. Constituintes, na Comissão da Ordem Social, apresentei algumas propostas, visando a criar condições para a melhoria das condições do homem do campo, tais como:

a – criação de um Fundo de Desenvolvimento Agropecuário, com dotação orçamentária;

b – rede de armazéns e silos e assistência técnica;

c – conceituação de crédito rural, para que o dinheiro seja instrumento promotor de riqueza e bem-estar social;

d – política de preços justos, com incentivo à produção e adequada remuneração ao trabalho, e ao sacrifício dos agricultores.

Nesse sentido, a Associação Catarinense de Criadores de Suínos formulou o seguinte documento:

PAULO MACARINI

“Concórdia, 19 junho 87

Prezado Sr. Deputado,
Transcrevemos a seguir documento enviado às autoridades competentes, relatando situação difícil dos suinocultores, para o qual pedimos apoio de V. Ex.^a.

Vimos através deste à presença de V. Ex.^a manifestar o nosso apoio ao novo plano econômico do Governo, uma vez que a situação está insustentável para a classe que representamos.

A suinocultura passa pela maior crise de sua história, com o custo de produção em torno de Cz\$ 32,80/kg de suíno vivo (segundo Embrapa-Maio/87 – órgão oficial do Governo) e o preço de mercado a Cz\$ 16,50/kg.

Santa Catarina, onde mais de 50.000 famílias rurais possuem na suinocultura a sua principal fonte de renda, aumentou sua produção de carne suína em mais de 25%. Nos dois últimos anos (CEPA/SC), que somando à importação de 78.000 toneladas internalizadas no corrente ano, levaram o setor de produção a esta situação desesperadora de mercado.

A continuar como está, os produtores estarão irremediavelmente falidos dentro de curto espaço de tempo, com gravíssimos problemas sociais e econômicos para o Estado, e para a Nação.

Rogamos pela vossa sensibilidade na solução dos problemas dos nossos produtores. Acreditamos até que o preço praticado a nível de consumidor, (hoje congelado), poderá permitir lucratividade a todos os segmentos da suinocultura.

Há, porém, a necessidade de se estabelecer margens de lucro para cada segmento, garantindo condições satisfatórias ao produtor, que é o menos organizado e que, até o momento, vem pagando sozinho pelos erros cometidos em 1986.

É importante também ressaltarmos que os insumos utilizados na suinocultura sofreram reajustes consideráveis nos últimos tempos, sendo congelados na alta. Deste modo, é fundamental um rigoroso controle nos preços destes, e que seja garantida sua disponibilidade no mercado (principalmente farelo de soja).

Certos da vossa atenção, aproveitamos para renovar os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, **Clair Eloy Dariva**, Presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos.

A seu turno, a Associação Brasileira de Criadores de Suínos estabeleceu algumas premissas, a saber:

Concórdia 19 Junho 87

Transmitimos abaixo alternativas para evitar falência da suinocultura nacional:

1 – preço mínimo que pelo menos cubra os custos variáveis da produção (conforme levantamento efetuado mensalmente pela equipe técnica da Embrapa – Centro Nacional de Pesquisa de Suínos);

2 – atualização mensal do preço mínimo;

3 – vincular a obrigatoriedade do pagamento do preço mínimo pela indústria;

4 – proibir exportações de milho e promover a venda direta dos estoques da CPF aos suinocultores e preços de mercado internacional;

5 – fazer um contingenciamento de farelo de soja para venda no mercado interno a preços tabelados;

6 – levantar custos e fixar margens de lucratividade para concentrados, premix, mineral e vitamínico, produtos veterinários e demais insumos usados na produção de suínos;

7 – adquirir cortes ou carcaças quando houver excedente de produção para formação de estoques reguladores, como tem sido feito com outras carnes;

8 – os preços dos produtos suínos pagos pelo consumidor, permitem que todos os setores tenham um mínimo de lucratividade, o produtor está em falência, o setor industrial afirma que está trabalhando em vermelho, o setor de supermercados nada declara. Sugerimos que técnicos da SEAP procedam um levantamento dos diversos setores para verificar com quem está a maior lucratividade. Chegada a conclusão, estudar a maneira de fazer a transposição para os diversos setores;

9 – não permitir novas importações de carnes e produtos suínos;

10 – criar uma comissão com representantes dos setores de produção, industrialização, comercialização e Governo, para discutirem e formular uma política de incentivo à produção de suínos no País;

11 – custo da produção. Transcrevemos o custo da Embrapa em anexo:

Informo, por oportunidade, que o teor do presente telex foi também transmitido, em data de 12 do corrente, à SEAP, na pessoa do Sr. Valter Soboll.

Saudações, Associação Brasileira de Criadores de Suínos – **Paulo Tramontini** – Presidente.

Cálculo de custo de produção de suínos estimativa maio/87

Variáveis de custo	custo p/Kg de suíno vivo Cz\$/Kg	custo do Suíno terminado Cz\$/suíno	participação % das variáveis de custo		
			CFM	CVM	CTM
1. Custos fixos					
1.1 – Depreciação das inst.	0.82	77.99	8.72	2.48	
1.2 – Deprec. equip. e cercas	0.18	17.38	1.94	0.55	
1.3 – Juros s/capital médio das inst. equip. e cercas	5.34	510.46	57.04	16.24	
1.4 – Juros sobre reprodut.	1.58	151.23	16.90	4.81	
1.5 – Juros sobre animais em Estoque	1.44	137.80	15.40	4.38	
Custo fixo médio	9.36	894.86	100.00	28.46	
2. Custos variáveis					
2.1 – Aliment. dos animais	19.30	1844.20	81.99	58.66	
2.2 – Mão-de-obra	1.06	101.70	4.52	3.23	
2.3 – Gastos veterinários	0.16	15.54	0.69	0.49	
2.4 – Transportes	0.96	92.04	4.09	2.93	
2.5 – Desp. de energia e comb.	0.08	7.84	0.35	0.25	
2.6 – Desp. manuten. e consev.	0.42	40.31	1.79	1.28	
2.7 – Despesas financeiras	0.04	4.10	0.18	0.13	
2.8 – Funrural	0.40	38.21	1.70	1.22	
2.9 – Eventuais	1.10	105.29	4.68	3.35	
Custo variável médio	23.52	2249.22	100.00	71.54	
Custo total médio	32.88	3144.08		100.00	

CFM = Custo fixo médio

CVM = Custo variável médio

CTM = Custo total médio

Ademais, para o debate e análise desta situação, realiza-se amanhã, em Santa Catarina, um conclave, como se vê.

"Exmº Sr.

Deputado Federal Paulo Macarini
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Convidamos V. Ex.^a a participar de uma reunião no dia 8 julho, às 9 horas, no auditório da Secretaria Oeste, na Cidade Chapecó, para análise da atual situação da suinocultura, objetivando possíveis soluções a fim de evitar a falência de 60 mil produtores do Estado. Solicitamos empenho de V. Ex.^a para que representantes dos Ministérios da Agricultura e Fazenda, responsáveis pelas decisões políticas e econômicas do setor, se façam presentes para ouvir as reivindicações do setor.

Saudações, – **Paulo Tramontini**, Presidente da ADCS – **Clair Dariva**, Presidente da ACCS."

Outrossim, em contatos, o Dr. Ubiratan Gonçalves Araújo assegurou-me que autoridades do Ministério da Agricultura e da Fazenda estarão presentes à reunião de Chapecó, para inteirar-se do problema e, transmiti-lo às autoridades federais.

A seu turno, o Dr. Ignácio Mammana garantiu que a CFP também estará presente à reunião, porque a companhia acompanha com vivo interesse tão importante setor da economia brasileira.

No que tange ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal, de Cz\$20,50 por quilo de porco, há duas circunstâncias a considerar:

a) o preço de Cz\$20,50 não corresponde aos custos reais e aos anseios dos suinocultores, que pretendem, pelo menos Cz\$25,00;

b) não há obrigatoriedade de aquisição por parte das indústrias, o que, em parte, dificulta a comercialização.

Diante disto, formulou às autoridades federais veemente apelo para que reexaminem o preço mínimo, para elevá-lo a Cz\$25,00 por quilo, assim como sejam criados mecanismos e instrumento para a efetiva comercialização do produto.

Por derradeiro, ainda alimento esperanças de que a Assembléia Nacional Constituinte acolha as propostas que objetivam decretar a emancipação econômica desta Pátria, através da agricultura.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, encaminhamos, à Subcomissão que examinará as propostas atinentes à educação, uma norma cujo objetivo é proporcionar ensino superior aos habitantes de municípios com mais de 200.000 habitantes, situados à distância mínima de 300 quilômetros de outro que já tenha estabelecimento de ensino universitário.

Os estudantes, provenientes de famílias financeiramente carentes, lutam com enormes dificuldades, às vezes intransponíveis, para prosseguir nos estudos, notadamente quando pretendem fa-

zer um curso superior, porque não têm como manter-se em cidades distantes. Esse problema afeta também os filhos de famílias com melhor padrão financeiro, mas que não podem delas apartar-se, por diversas razões compreensíveis.

Estabelecemos, como preliminar única para esse ônus da União, que o Município possua rede de primeiro e segundo graus, sem o que, aliás, a instalação da própria universidade revestir-se-ia de sentido pelo menos discutível.

É nosso entendimento que, se ao município cabe o ensino básico e se a iniciativa privada, no caso do de nível superior, se ausenta, cabe então à União proporcionar condições para a instalação de universidades nas sedes das comunas mais afastadas. Essa medida adquirirá, forçosamente, significado maior nos Estados de grande superfície, e densidade demográfica menos homogênea, e nos territórios federais.

De acordo com as últimas estatísticas disponíveis, referentes ao ano de 1983 e, levantadas pelo Ministério da Educação (então Educação e Cultura), havia 1.479.397 estudantes matriculados nos cursos superiores, inclusive nos de mestrado e doutorado, ao final do respectivo período letivo.

Ora, aquele alunado é evidentemente bem pequeno em face da população do País: representará pouco mais de 1% e bastante menos de 2% do número de habitantes de nosso território.

Essa proporção – melhor diríamos, desproporção – caracteriza uma insuficiência quanti-

tativa no preparo de cidadãos para a grande luta do desenvolvimento nacional.

Se o mero aumento do número de matrículas nas universidades não significa, isoladamente, um fator decisivo na busca dos caminhos do progresso, verdadeira é também a colocação de que, junto com o aperfeiçoamento contínuo do ensino em nosso País, em todos os níveis, necessita nossa sociedade de um contingente mínimo de pessoal de nível superior, capaz de atender às exigências da indústria, da agronomia, da tecnologia, da ciência, da pesquisa, pura e aplicada, e assim por diante.

Estabelecendo, pela forma já mencionada, condições para a criação de novas instituições educacionais e faculdades, não estaremos antepondo obstáculos a outras que a iniciativa particular queira implantar, nem pretendemos limitar a ação governamental no mesmo sentido.

Desejamos, tão-somente, estipular uma determinada obrigatoriedade nessa área, permitindo que zonas geograficamente menos atraentes sejam também contempladas com a presença de pelo menos uma faculdade ou universidade, que são, sem dúvida, um pólo de atração e fixação do homem no interior do País.

Passo, Sr. Presidente, a observar outro tema.

Entre os vários assuntos que se nos fixaram na atenção, durante todos estes anos de atividade político-legislativa, um esteve sempre presente em nossas preocupações, em função do aspecto profundamente humano que o envolve. Queremos referir-nos ao sério problema da remuneração dos inativos.

Provavelmente nem um único digno integrante desta augusta Assembléia desconhecerá pelo menos alguns casos dolorosos de servidores que, após anos de duro labor, na maioria das vezes mal-remunerado, ao retirarem-se da atividade depararam-se com uma situação difícil, em que a simples sobrevivência, que já era um problema de todos os dias, transformou-se num pesadelo.

Nos dias atuais, somente em casos raríssimos os funcionários podem dar-se ao luxo de sequer pensar em aposentadoria pois os proventos insuficientes que percebem quando em atividade logo se reduzem ao passarem para o quadro de inativos. Seja por perda de parcelas que integram os vencimentos, seja por não incorporação de adicionais de função ou outros, ou seja por cálculo prejudicial de tempo de serviço, tempo de função, níveis etc, o fato é que há quase sempre uma diminuição do valor do benefício em questão. E não nos esqueçamos de que tem havido diferença de tratamento entre ativos e inativos quanto de reajustes, aumentos, reenquadramentos e reestruturação dos quadros funcionais.

Eis ai um panorama comum a todos os que vivem do fruto do seu labor, presente ou passado isto é, um problema da grande massa do nosso povo. Para equacioná-lo, entendemos que se tem de apresentar propostas de normas pertinentes a cada um dos sistemas ou regimes de trabalho, vale dizer, os chamados celestiais merecerão um tratamento, os estatutários outro e assim por diante.

Nesta oportunidade, damos notícia da Sugestão que submetemos à Assembléia Nacional Constituinte, em 31 de março último, aos cuidados da Subcomissão competente, e que intenta introduzir na futura Lei Maior dispositivos assegu-

ratórios de absoluta igualdade de remuneração entre aposentados e funcionários em atividade a serviço da União, dos Estados e dos Municípios, desde que relativa a cargos ou funções iguais ou equivalentes.

Há muitos e muitos anos que se ouve falar na penalização dos aposentados, e parece haver uma ostensiva unanimidade na condenação dessa injusta situação, mas até agora as tentativas para mudá-la pouco adiantaram.

Uma vez que essa perseguida igualdade figure explicitamente na Constituição da República, haverá base para avançar no terreno das conquistas práticas, não afastada a hipótese da via judicial com tal propósito.

O que não podemos é deixar passar em branco a oportunidade histórica que vivemos, pecando por omissão, que não admitiria qualquer tipo de justificativa.

São as minhas palavras.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, importante projeto industrial acaba de ser incorporado ao Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco: o conjunto de tancagem especializada de produtos químicos e gasosos da Tequimar – Terminais Químicos de Aratu S/A com capacidade de armazenamento de 28.000m³, e onde foram investidos nada menos de 10 milhões de dólares.

Realmente, é um empreendimento capacitado a atrair novos investimentos para o complexo que representa, talvez, a única e derradeira oportunidade para o desenvolvimento industrial de Pernambuco, e que foi durante muito tempo não só entravado mas até mesmo sabotado por maus pernambucanos, alguns bem situados na cúpula do Governo central.

Agora, felizmente, tudo faz crer que essa mentalidade descabida e retrógrada arrefeceu, não apenas tendo em vista o próprio estágio de irreversibilidade do projeto, mas, sobretudo, pelo convencimento tácito, e a esta altura impossível de se negar, de que Suape foi entregue em condições de gerar dividendos inestimáveis para o reforço da economia estadual, mesmo que a atual administração decida em nada contribuir para a consolidação da sua já bastante infra-estrutura básica.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, tanto isto é verdade que o Secretário da Indústria e Comércio, Marcos Queiroz, na inauguração do empreendimento e representando o Governador Miguel Arraes, destacou a importância e o esforço que representam para atrair novos investimentos e também como uma mostra de confiança do empresariado em um cometimento voltado para dotar Pernambuco de uma mais sólida economia, através a implantação de indústrias, aproveitando o potencial existente no Estado e ainda contribuindo para livrar o Nordeste da condição de região subdesenvolvida.

Essa nova mentalidade merece ser louvada, pois não pode ser considerada mera alternância, mas fruto da maturação de consciências que foram aclaradas pela convicção de que os interesses de Pernambuco devem estar acima de toda e qualquer divergência de ordem política; sendo até de lamentar que não tenha sido sempre assim.

Concluo, portanto, parabenizando a incorporação ao Complexo Industrial e Portuário de Suá-

pe o conjunto de tancagem especializada de produtos químicos e gasosos da Tequimar – Terminais Químicos de Aratu S/A, com um investimento de 10 milhões de dólares.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a prevalecer a impressão deixada transparecer pelos técnicos da Petrobrás que visitaram Suape na semana passada, seria simplesmente injusto transferir-se para qualquer outro local a refinaria de Petróleo a ser implantada no Nordeste, em face da concentração; naquele complexo industrial e portuário, de todos os requisitos necessários a um empreendimento desse porte, até mesmo no seu aspecto econômico, pelas facilidades oferecidas à comercialização dos derivados. Isso foi detectado durante as visitas às obras de infra-estrutura de Suape, inclusive o "pier" petroleiro e tancagem de combustíveis em operação, bem como na sala de seminário, onde o grupo de técnicos da Petrobrás teve oportunidade de conhecer, em detalhes, a concepção do Projeto Suape e planejamento básico, bem assim tirar dúvidas em relação às questões consideradas essenciais na definição da área e futura implantação da refinaria de petróleo.

Para o Coordenador do Grupo Técnico da Petrobrás, Jonas Boechat, a visita veio confirmar o que já era conhecido por estudos e projetos em poder daquela empresa, contudo, a visão da área foi surpreendente à medida que possibilitou um conhecimento direto da amplitude do complexo e das potencialidades existentes para abrigar uma refinaria de petróleo.

Realmente, a infra-estrutura disponível é suficiente para confirmar que Suape está pronto para abrigar a refinaria de petróleo. Restam agora cálculos no que se refere aos investimentos físicos. Daí a necessidade de um detalhamento por parte dos setores competentes da Petrobrás em complemento ao trabalho já realizado.

Quanto a áreas indicadas para brigar o empreendimento, os técnicos acharam excelentes e ideais, uma vez que abrigam os elementos indispensáveis, e situou-se dentro de um contexto satisfatório no tocante a serviços de nivelamento, urbanização e localização dos equipamentos necessários, além de ligação com os sistemas de apoio direto, como comunicações, água, esgotos, energia, estradas e ferrovias, já disponíveis e em condições de funcionamento, conforme foi constatado.

Outro fator importante é a existência, já em operação, do "pier" petroleiro e da tancagem reguladora e distribuidora de derivados de petróleo e álcool, o que favorece as operações de recepção de matérias-primas e distribuição do produto final, além de se constituir numa larga economia de recursos em dólares quando da implantação da refinaria.

Finalizo, registrando que, efetivamente, a refinaria de petróleo, acatado o aspecto técnico, levantado pelos especialistas da Petrobrás, deverá ficar em Pernambuco.

Oportunamente voltarei ao problema.
O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaríamos de aproveitar a oportunidade para cumprimentar a Diretoria das Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp na pessoa de seu Presidente, Antônio Ignácio de

Jesus, pelo trabalho sério, competente e profícuo que vem desenvolvendo à frente daquela empresa. Os números do relatório anual da administração no ano de 1986 constituem uma prova irrefutável do que acabamos de afirmar.

De fato, durante o período, a Telesp conseguiu ampliar seus serviços a 250 novas localidades, entre vilas e povoados, que não dispunham de serviço telefônico, no âmbito de ações integradas à política de interiorização das telecomunicações, promovida pelo Ministério das Comunicações. Também sobressai no relatório a informação sobre um crescimento de 26% no número de telefones públicos, com a instalação de 9.140 novos aparelhos.

Além disso, apesar das mudanças econômicas promovidas pelo Plano Cruzado terem reforçado uma tendência já histórica de insuficiência de remuneração dos serviços de telefonia no País, a Telesp encerrou o ano de 1986 com um lucro líquido de Cr\$ 2.13 bilhões, superior em 30% ao desempenho do ano anterior.

Essas informações reforçam a importância de Antônio Ignácio de Jesus e sua significativa contribuição para o êxito da administração do Governo paulista. Profissional com ampla folha de serviços prestados à administração pública, Antônio Ignácio trouxe para sua gestão à frente da Telesp uma larga experiência, adquirida no exercício de outras relevantes funções dentro da empresa. O reconhecimento da sua capacidade, de sua dignidade e de sua lealdade como homem público é, portanto, um dever de justiça. Motivos não faltaram para credencia-lo junto ao Ministro Antônio Carlos Magalhães e ao Presidente Sarney, de quem goza da mais irrestrita confiança.

Pela seriedade de sua administração, pelo empenho com que tem conduzido os assuntos da Telesp, queremos registrar aqui nossa mais sincera homenagem ao homem público e amigo Antônio Ignácio de Jesus.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DIÓGENES (PDS - AC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na semana passada, mais precisamente no dia 1º de julho, o Sr. Presidente da Autolatina (Volkswagen e Ford), Dr. Wolfgang Sauer, ilustre capitão de empresas, cujo grupo congrega 53.000 operários, com oportunismo e responsabilidade, externou sua preocupação a respeito do incrível momento econômico atualmente vivido pelo Brasil, que, na sua opinião, chegou a um nível de gravidade jamais atingido antes, entrando em um forte processo recessivo que, no caso do setor automobilístico, poderá ser igualado ao nível de vendas de 1981, ou seja, 60 mil veículos a menos que o volume registrado há seis anos.

A clareza, a lucidez e o descortino do documento nos induzem a refletir, seriamente, especialmente quando afirma que "a opção para o Brasil continua sendo a orientação para o exterior. O País precisa voltar-se mais para a exportação".

"O Brasil se arrisca a entrar na contramão da História", prossegue o Presidente da Autolatina; "tanto a União Soviética quanto a China estão abrindo a sua economia, procurando liberalizá-la e freando a concentração da iniciativa econômica do Estado. Já o Brasil está fazendo justamente o contrário, em um processo que só se aceleraria

caso o anteprojeto surgido das comissões temáticas viesse a ser aprovado".

Alerta ainda que a Constituinte pode levar ao desemprego imediato nada menos que 800 mil trabalhadores, principalmente mulheres. Esta é a acusação que fazem sindicalistas que representam empregados em empresas de asseio e conservação, que estiveram em Brasília para convencer os Srs. Constituintes sobre a inconveniência da proposta de proibição total de locação de mão-de-obra, incorporada ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, conforme proposta aprovada na subcomissão e na comissão temática pertinente. Segundo dados dos sindicalistas, os trabalhadores de empresas de asseio e conservação são, hoje, no Brasil, cerca de 1.300 milhão, 800 mil servindo a órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Estes trabalhadores constituem a base da pirâmide social, originários geralmente do campo e sem qualquer especialização que lhes permita outra opção de trabalho uma vez extintas as empresas em que estão empregados.

O Sr. Sauer criticou o congelamento de preços, chamou a atenção em relação à crescente fuga de capitais e disse que "temos de acabar com a cultura do jeitinho, passado de geração em geração, que nos ensina a sempre tentar tirar vantagens de tudo".

Recordando a frase de que "o capital é um nômade permanente, que se assusta e foge diante de ameaças iracionais", o Presidente da Autolatina chamou a atenção de que a crescente fuga de capitais não é um fenômeno só do Brasil, mas de toda a América Latina. Uma parte desses capitais corresponde a inversões repatriadas por investidores estrangeiros. Mas outra, bem maior, é constituída por capitais exilados, cujos possuidores, ao menos nominalmente, residem nos países da região. As causas são conhecidas: instabilidade econômica e política, mercados cambiais distorcidos pelo intervencionismo estatal e baixa rentabilidade ou prejuízos nas inversões. E a fuga de capitais – já tão escassos – é um dos entraves na negociação das dívidas dos países endividados como o Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, deixo nos Mais da Assembléa Nacional Constituinte sérias advertências, conclamando atados à isenta reflexão que a tanto nos induz, homens sérios e responsáveis que somos.

Tenho dito.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC - GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a deterioração crescente da situação nacional, produzindo prejuízos irrecuperáveis para as instituições e a classe política, merece a atenção de todos, principalmente nesta Casa, onde se desenrolam os trabalhos que devem conduzir o País a uma democracia representativa e a um estado de direito.

Dante disso, o nosso Partido Democrata Cristão vem a público para exigir do Presidente José Sarney e da Aliança Democrática imediatas, seguras e eficazes providências que nos conduzam à plenitude da ordem e da paz social, restaurando a confiança do povo no Governo e nos partidos, um e outros num período de desestima popular, que põem em perigo as instituições e tornam mais difícil a redemocratização do País.

Os ambiciosos governistas, na quase totalidade, entregaram-se exclusivamente ao jogo político, para manter-se no poder ou conquistá-lo, enquanto nenhuma providência eficaz se torna para conter a recessão, sustar o aumento do custo de vida, punir a corrupção e pôr cobro à ineficiência administrativa.

Nesse contexto, Sr. Presidente, prega-se um pacto nacional, envolvendo as forças políticas e sociais, propostadamente inadvertidos os seus promotores de que não se pode formalizar um entendimento de tamanha amplitude sem que antes sejam harmonizadas as suas próprias forças, no caso as forças que sustentam o Governo.

O povo não é consultado e gema sob o guante do desemprego, da fome e da inflação acachapante, gerando-se uma profunda revolta, que começa a eclodir nas capitais dos Estados mais importantes, prometendo alastrar-se como um rastilho de pólvora, colocando em risco as instituições e a paz social.

O Partido Democrata Cristão, querendo colaborar na proscrição desse estado de coisas, exige a imediata execução do seguinte programa mínimo, de caráter emergencial:

- drástica redução das despesas públicas e combate à corrupção;
- fixação de baixa remuneração para os papéis do Tesouro;
- decretação do novo salário mínimo em valor equivalente a 150 OTN;
- indexação dos salários;
- concessão de abono aos trabalhadores, para compensar as perdas salariais;
- liberação de recursos, pela CEF, para construção de um e meio milhão de moradias, com prioridade para as famílias invasoras de terrenos urbanos e faveladas;
- destinação de recursos para as frentes de trabalho do Nordeste, aplicados na construção de sistemas de múltiplas represas, irrigação e moradia popular;
- organização de infra-estrutura mínima para acesso e assentamento de um milhão de famílias em áreas rurais da Amazônia;
- privatização de cinqüenta por cento das empresas estatais, exceto as da área energética e as de telecomunicações;
- apoio dos pequenos e médios municípios, objetivando a retenção de suas populações e a atração de migrantes.
- Não se trata, Sr. Presidente, de um plano mirabolante, que exija recursos não disponíveis atualmente, mas de um conjunto de medidas capazes de retirar-nos menos lentamente da crise que enfrentamos, com menor sofrimento para o povo brasileiro.
- Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
- O SR. MÁRIO MAIA (PDT - AC. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao se iniciaremos os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, apresentei quatro sugestões que não mereceram o acolhimento do Relator.
- Pretendi – considerando, principalmente, este momento estratégico – disciplinar o tratamento do capital estrangeiro, a remessas de lucros ao exterior, a reserva de mercado e a exploração de recursos minerais.

Este é um momento de extrema delicadeza, em que a humanidade passa por uma revolucionária mudança tecnológica. A química fina, a biotecnologia, a informática, a mecânica de precisão, a microeletrônica, são apenas alguns exemplos do fabuloso salto que este final de século está ensaiando.

Junto com ele, o capital internacional se rearticula, na ânsia de assegurar mercados para os bens e serviços da terceira onda.

Aí reside a delicadeza dessa hora. A responsabilidade da Constituinte é enorme. A decisão que tomar definirá o perfil do País para o próximo século.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a intervenção do Estado no domínio econômico não constitui, como se pensa, uma pretensão socialista ou socializante, mas tem-se afirmado nas democracias capitalistas, como os Estados Unidos, onde uma vitoriosa legislação antitruste, aplicada rigorosamente pelo Poder Judiciário, tem evitado o monopólio de atividades essenciais, em todos os setores, preferentemente os industriais e bancários.

Nesse contexto, merece especial atenção o problema do capital estrangeiro, representado pelos testas-de-ferro das empresas multinacionais, exigindo o policiamento do seu ingresso no País, como instrumento de defesa da economia nacional, cujas prioridades e objetivos não podem ser esquecidos nem minimizados.

Evidentemente não podemos, ainda, dispensar o **know-how** dessas companhias, sediadas nas diversas partes do mundo, mas podemos limitar, desde logo, o seu ingresso em nossa economia, parecendo-nos que a participação em trinta e dois por cento do capital das empresas nacionais, da colaboração alienígena, garante, de um lado, a necessária nacionalização e, do outro, a colaboração internacional em nosso desenvolvimento tecnológico e empresarial.

É preciso que a Lei Maior defina em que consiste o capital estrangeiro, disciplinando o seu ingresso no País segundo as nossas necessidades prioridades e os objetivos do nosso desenvolvimento.

Impõe-se, por outro lado, a limitação da remessa de lucros para o exterior, não devendo ultrapassar de dez por cento dos resultados auferidos em cada ano fiscal, empregando-se o imposto de importação preferencialmente, para garantir a participação dos produtos nacionais no mercado interno, assegurados preços não inferiores aos custos de produção da indústria nacional.

Para preservação, no particular, também dos recursos minerais e potenciais hidráulicos, é preciso considerá-los como nas últimas Constituições – propriedade distinta da do solo, quanto ao aproveitamento industrial, declarados recursos inalienáveis do País e administrados pela União.

Também deve caber prioritariamente ao Estado o exercício das funções referentes aos mercados financeiros e de capitais, considerados de relevante interesse nacional.

Só assim podemos assumir nosso destino. Se o Brasil perder o bonde da inovação tecnológica, ficará parado na estação pelo menos mais de um século. Repetirá a trágica experiência de ter ficado de fora da Revolução Industrial.

Esse, penso eu, não é o País que nosso povo deseja. Não fomos eleitos para nos omitir. Era-o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, a descentralização da Justiça, que vem sendo executada pelo Tribunal Federal de Recursos através da criação de 69 novas varas federais em todo o País, é providência recebida com gerais aplausos. Além de descongestionar os centros forenses, permitirá maior dinamismo e abrangência à distribuição dos benefícios da Justiça à população.

Graças a iniciativa do Ministro Lauro Leitão, que até há poucos dias presidia o TFR, sendo agora sucedido pelo Ministro Evandro Gueiros Leite, inúmeras unidades federativas foram contempladas com a criação das varas federais. Para citar algumas, recentemente instaladas, citaríamos as de Joinville, em Santa Catarina; Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Araçatuba, em São Paulo; Uberlândia e Juiz de Fora, em Minas Gerais; Rio Grande, no Rio Grande do Sul; e Foz do Iguaçu, no Paraná.

O Estado da Paraíba também ganhou mais uma vara da justiça federal, que será a 4ª, considerando-se as três já em funcionamento na capital do Estado, João Pessoa.

Considero oportuno transmitir ao Ilustre Ministro Evandro Gueiros Leite algumas considerações que justificam a instalação da nova vara federal na cidade de Campina Grande, o que atenderia não somente justa aspiração dos advogados militantes naquele fórum como, também, iria ao encontro dos anseios de todos os segmentos da sociedade campinense.

A cidade de Campina Grande ostenta, antes de tudo, a privilegiada condição de pólo geo-econômico de vasta região que congrega 57 Municípios – o chamado compartimento da Borborema – com população estimada em mais de um milhão de habitantes, dos quais 350 mil em seu núcleo maior de gravitação. Mas sua esfera de influência estende-se a diversas áreas dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco.

Centro de intensa movimentação industrial e comercial, a cidade dispõe de duas universidades, duas emissoras de televisão, quinze mil estudantes universitários, entidades representativas de todos os setores sociais, inclusive uma associação de advogados, além de um aeroporto com vôos diários para Brasília e demais partes do País.

Acresce destacar que em João Pessoa não há sequer espaço físico para funcionar a 4ª Vara da Justiça Federal, enquanto a movimentação forense em Campina Grande é das mais intensas, equiparando-se à da própria capital do Estado.

Faço, pois, um apelo ao Sr. Ministro-Presidente do Tribunal Federal de Recursos para que inclua o Estado da Paraíba entre as unidades da Federação a receberem nova vara federal, definindo-se a sede da mesma na cidade de Campina Grande, por atender amplamente aos interesses maiores da justiça.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PL. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Sr.ºs e Srs. Constituintes, sociologicamente, segundo definição corrente, o Estado é um organismo político-

administrativo que, como nação soberana, ocupa um território determinado, é dirigido por governo próprio e constitui pessoa jurídica de direito público, internacionalmente reconhecida.

O Estado democrático – como pretendemos seja o Brasil – oferece liberdade de pensamento, de votar e ser eleito, de religião, de direitos à propriedade privada, enfim, de livre iniciativa para cada cidadão.

Nesses Estados, um dos sistemas de política econômica adotado é o da economia planejada, de base liberal, mas que permite, quando necessário, a intervenção do Estado, à procura de efeitos positivos.

Com maior ou menor dose de liberdades econômicas, quase todos os países livres do mundo atual se utilizam da política planejada.

Esse planejamento econômico, contudo, não pode implicar perda das liberdades e dos direitos do homem. Ele deve resumir-se a uma atuação moderada, que procure evitar prejuízos econômicos e manter o equilíbrio financeiro do País.

Desse ponto de vista, o Brasil ainda não é um país realizado; estamos ainda muito distantes da perfeição econômica, política e social.

Todavia, consolamos saber que estamos caminhando no rumo certo. Os planos de desenvolvimento para o Norte e Nordeste, bem como para outras regiões pobres, estão permitindo a industrialização dessas áreas e a expansão da fronteira agrícola.

Nesse ponto, é bom frisar que a agricultura deve continuar recebendo o máximo de apoio governamental, não apenas para servir de instrumento de fixação do homem à terra, mas para real incremento da produção.

Seria ideal que não apenas nós, Constituintes, mas todo o povo brasileiro, nos convencessemos de que uma nação rica só pode ser construída com esforços e sacrifícios.

Especialmente a juventude brasileira, neste momento de revisão e reformas em que estamos envolvidos, precisa entender que não basta pedir universidades gratuitas para tê-las. Um nível de vida decente para todos só pode ser criado devagar, passo a passo.

Temos de enfrentar – e resolver – os vários problemas relacionados com o ensino (começando pela alfabetização); com os transportes, que exige somas enormes; com a habitação, e um sem-número de outros.

Entretanto, todos devem compreender que o dinheiro gasto pelo Governo, em qualquer tipo de obra ou realização é dinheiro do povo; tirado do próprio povo, especialmente através de impostos. Portanto, quanto mais se pedir ao Governo (como está acontecendo), inevitavelmente teremos de pagar tributos cada vez mais pesados. Acontece que impostos altos demais (como agora) empobrecem a Nação, tiram o poder aquisitivo do povo e obstruem os caminhos do progresso.

Parece um beco sem saída, mas não é. O necessário é agir pausadamente, devagar.

E, creiam, fazer um país caminhar para o desenvolvimento é muito mais difícil do que criticar.

O mercado de capitais assume especial importância como instrumento de ajuda ao comércio e à indústria e de incentivo à poupança popular, dinamizando todo o processo de desenvolvimento.

É nesse contexto que o Estado deve interferir, com seu poder de fiscalização e sua autoridade para criar, receber e destinar tributos, de forma a transformá-los em eficazes instrumentos de distribuição de riquezas, de correção dos incontáveis desniveis sociais e regionais.

Indubivelmente, uma das melhores maneiras de estabelecer uma política tributária paritária e justa é a descentralização das diversas formas de obter recursos, atribuindo aos Estados e Municípios poderes atualmente reservados à União.

A par de se construir medida de democratização, tal providência viria dar a cada unidade da Federação melhores condições de administrar seus problemas, pois o atual sistema de arrecadação e redistribuição de impostos e taxas tem sido, sem sombra de dúvida, um dos principais fatores de empobrecimento gradativo dos municípios brasileiros, dos quais inúmeros se encontram insolventes ou em estado de penúria.

Essa questão de competência tributária e a forma de repasse dos recursos arrecadados devem merecer desta Constituinte a melhor das atenções, uma vez que, de acordo com o que for disposto pela Lei Maior, estaremos decretando a falência total ou o desejado progresso dos Estados e Municípios brasileiros.

O SR. JESUALDO CAVALCANTI (PFL – Pl. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, a Ordem dos Advogados do Brasil. Seção do Piauí, promoveu, de 2 a 4 de julho, em Teresina, o Segundo Encontro dos Advogados Piauienses, contando com a presença de expressivos nomes de profissionais da área, inclusive o presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Tomaz Bastos.

Durante esse período, cerca de 300 advogados discutiram os mais importantes temas da atualidade, concluindo pela aprovação da "Carta de Teresina", cujo teor solicito seja transcrita nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

CARTA DE TERESINA

Os advogados piauienses, reunidos no segundo Encontro, fiéis à sua vocação e ao dever que lhes impõe a lei, de contribuírem para o aprimoramento da ordem jurídica, exprimem, nesta Carta, para conhecimento e testemunho público:

1. A classe está unida em torno de um ideal comum de cooperação para uma Pátria maior e cada vez mais pujante, harmonizada em democrático estado de direito, sem o qual nenhuma grandeza se torna possível.

2. No reconhecimento da Nação à importância do papel do advogado, fazem pública a idéia de recriar condições para que a norma jurídica não seja mais um comando do alto, porém, instrumento de emanção popular para a formação de uma sociedade verdadeiramente democrática, em que seja segurado o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

3. Manifestam a convicção de que o desenvolvimento exige a participação do advogado, sem a qual não haverá desenvolvimento, mas tão-somente crescimento, em sentido técnico e quantitativo.

4. Entendem que a advocacia, mesmo engajada num processo desenvolvimentista, não perde

sus características éticas fundamentais. O advogado como profissional, empenhado na promoção do progresso nacional, não se aliena nas formas materiais e econômicas, porque se o fizer não atenderá às próprias exigências essenciais do homem a quem deve servir.

5. Acreditam que o jurista de hoje deve preparar o Direito de amanhã, pois, só assim, o mundo de hoje poderá servir para o mundo do futuro e as gerações de hoje cumprirão o papel que a humanidade delas exige.

6. Proclamam que o advogado não está a serviço da lei, como uma regra abstrata, mas sim, através da lei e do Direito, a serviço dos valores fundamentais da pessoa humana. Com isso, põe-se em evidência plena o papel renovado do advogado, em nossos dias, sublinhando a sua alta significação para os novos tempos de Assembléia Nacional Constituinte, influenciando na elaboração de uma Constituição representativa das aspirações nacionais.

7. Manifestam o seu repúdio à sobrevivência da Lei de Segurança Nacional, resquício do autoritarismo, ao tempo em que clamam os constituintes no sentido de pugnarem pela completa abolição desse diploma, afrontoso ao estado de direito democrático.

8. Expressam sua confiança em que a Nova Carta inserirá o advogado no mesmo patamar da magistratura e do Ministério Público, como agente indispensável à administração da Justiça, bem assim lhe assegurará a necessária inviolabilidade no exercício profissional.

9. Afiram, em toda a plenitude, a dignidade do advogado e a imperatividade do respeito às suas prerrogativas profissionais.

Teresina, 4 de julho de 1987. – **Fides Angélica de Castro – Veloso Mendes Ommati**, Presidente da Seção, do Estado do Piauí, da Ordem dos Advogados e do Segundo Encontro dos Advogados do Piauí.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, desde o princípio entendi que o processo adotado para que escrevéssemos a nova Constituição não daria certo. Começar do nada, somente para Deus. Os humanos e filhos jamais deveriam ter assumido a condição de Constituintes "deificados". Mas muitos entre nós talvez se sentiram assim investidos. Disto resultou o caos, o verdadeiro nada, a incompreensão.

A colcha-de-retalhos que surgiu da junção dos trabalhos das oito comissões temáticas e das vinte e quatro subcomissões específicas, antes de ser uma peça de adorno, como sói acontecer com as artesanais colchas de retalhos, é um atestado de pobreza, como o são as colchas que resultam de pedaços esparsos e não combinados de retalhos de matizes diversos e de qualidades diferentes mesmo quanto à origem e durabilidade.

Os princípios básicos que deveriam nortear o texto a ser redigido deveriam ter sido necessariamente fixados. O Plenário, palavra final nas questões constitucionais, precisa manifestar-se previamente sobre, por exemplo, o regime de governo, se presidencialista ou parlamentarista; sobre a ideologia do Estado, se capitalista, socialista ou comunista; sobre a filosofia e a política econômica, se estatizante ou privatizante, se de economia de mercado ou de preços controlados, se

de nacionalização plena do capital interno ou de livre ingresso do capital estrangeiro e das empresas alienígenas.

Deveríamos antes fixar princípios normativos sobre se o Estado será paternalista ou não, estabelecendo os parâmetros da ação estatal no que tange à segurança, à previdência, ao crédito, aos direitos e garantias individuais e coletivas, à idéia de trabalho e de capital, às diretrizes das políticas agrícola, agrária, tecnológica, industrial, urbana, de transportes e do comércio interno e externo.

Todos estes temas são polêmicos. Ensejam e sugerem definições várias, conforme o regime de governo, conforme a ideologia do Estado, conforme o querer da maioria e a aceitação democrática da minoria.

Mas não se fez assim. Homens e mulheres eleitos Deputados e Senadores foram distribuídos, algumas vezes contra suas vontades, interesses, formação e origem, em comissões temáticas, a partir de subcomissões. As lideranças partidárias fizeram aquela distribuição. O senso se inaugurava a partir do contra-senso. Houve casos de não consulta e outros de imposição. Minorias se tornaram maioria, conforme as circunstâncias, e maiores se anularam, conforme os interesses.

Disto resultou que o social e o econômico se antagonizaram, quando deveriam estar em caminhos paralelos. As garantias e os direitos do cidadão e da sociedade são mais que a capacidade do Estado em atender às condições paternalistas que o texto do anteprojeto impõe. Ditou-se uma reforma agrária, mas privatizando-se mais ainda a propriedade. Questões de legislação ordinária ressaltam em disposições que se quer impor à Constituição. Há desencontros e desacertos no que tange à competência da União, dos Estados e dos Municípios, há avanços demasiados que levam à permissividade e há recuos inconsequentes que sacrificam a moral, os bons costumes, a fé e a família. Há o que se pode compatibilizar e há o incompatível. Isto porque do nada se quis iniciar um projeto, reunindo disparidades e separando convergências.

Outro aspecto, Sr. Presidente, prende-se a termos que embasam grupos e princípios que se conflitam e se antagonizam nesta Assembléia Nacional Constituinte. As palavras definem as pessoas, as aglutinam ou prescrevem de forma discriminadora. Há os que se dizem progressistas e os que assim não são, e pelos tais progressistas são designados de conservadores.

Ser conservador é ser estigmatizado. Mas os chamados conservadores integram a maioria nesta Casa. Na realidade, aqui temos dois grupos: um maior e outro menor. Temos a maioria e a minoria, não mais do que isto. É em torno destes segmentos que nos devemos compor e trabalhar. Se a maioria é conservadora, a Constituição tende a ser conservadora. Se a minoria é progressista, deve esta ater-se a tal, defendendo as suas teses sem tumultuar o processo e sem querer modificar o *status quo* do Plenário, que decide soberanamente pelo voto da maioria.

A maioria e a minoria se distribuem por legendas partidárias, por filosofias e ideologias várias, por princípios que, sendo gerais, respeitam o entendimento e a maneira de ser de cada um de nós individualmente. Nossas posições de consciência não podem ficar ao arbítrio de ofensas e de agressões. E porque assim tem sido, o ante-

projeto surgido através da Comissão de Sistematização, nesta sua primeira versão, se tornou algo indigesto, impróprio, inadequado.

Atende o projeto aos que querem um sistema capitalista de governo? Claro que não, e igualmente não atende aos comunistas e nem aos socialistas. O projeto atende aos parlamentaristas? Claro que não. Nele se esboça uma caricatura de parlamentarismo híbrido com o presidencialismo amorfo, numa singularidade que deprime e ofende nossas inteligências. O anteprojeto atende aos interesses das empresas nacionais? É certo que não, como não atende ao Estado-empresário, e nem às multinacionais que, embora melhor aquinhoadas, ainda se sentem reprimidas. O projeto protege o salário? Não, e nem ainda ao capital ou ao trabalho. É ele conservador no que tange à moral e aos costumes? Certamente que não, embora não libere expressamente o aborto, mas transforma a pornografia e a imoralidade em obra de arte e em expressão artística.

O trabalho das Comissões Temáticas, trazido a lume pela Sistematização, satisfaz às instituições nacionais civis e militares? Jamais. Os servidores públicos são tratados como seres desiguais. Os militares se sentem ofendidos e atacados. O Ministério Público reclama, como igualmente os advogados do serviço público. As estatais não se satisfazem. O Poder Executivo é minimizado. O Legislativo se agiganta sem se valorizar suficientemente. A magistratura não aplaude o anteprojeto e a sociedade civil se mostra totalmente insatisfeita. O Governo, como órgão arrecadador, e os contribuintes, como devedores compulsórios, todos se sentem logrados.

Há uma desarmonia instalada a partir do ante-projeto, e isto porque aqui nesta Casa partimos do nada e conseguimos chegar ao nada. Adotamos o procedimento das minorias como parâmetros comportamentais. Aceitamos o discurso incomum à maioria e a forma de ver e de sentir, que é da maioria; foi relegada ao silêncio é à omissão.

De minha parte, Sr. Presidente, me relevo e me mostro inconformado com vários dos temas incluídos no anteprojeto. Sei que o mesmo será modificado. Serão apresentados projetos substitutivos. Teremos oportunidades outras de reparar os enganos e de nos redimirmos dos erros. Mas é preciso que a maioria se comporte como tal, decidindo sem se deixar influir pelo ruído da minoria. E quando falo em maioria, não me reporto a siglas partidárias, mas a teses, a comportamentos, às maneiras mais corretas de se legislar em favor do povo e do País. Quando falo em maioria, não cuido em particular de meu partido, pois nele maioria e minoria se misturam e se desentendem sistematicamente. Falo nas vozes que se harmonizam em favor da organização do Estado, da melhor distribuição de rendas, dos melhores salários e da solidificação do empresariado nacional. Falo daqueles que querem o fortalecimento das instituições nacionais, dos que querem a democracia sem os embaraços de ideologias espúrias e opressoras. Falo dos que sentem conforme os sentimentos do cristianismo, dos que temem e professam a Deus, dos que encaram a família com seriedade, dos que criticam a imoralidade e a permissividade, dos que defendem a sociedade livre do caos, dos que esperam desta Assem-

bléia um comportamento elevado, sério, respeitável e respeitoso.

Lamento dizer, mas é verdade, o anteprojeto que a Comissão de Sistematização trouxe, por compilação, não expressa o sentimento e nem a vontade da maioria desta Casa. Não a maioria partidária, insisto. Mas a maioria consciente e responsável. Maioria esta que se iguala e se qualifica pela maioria do povo brasileiro, que em momento algum dará respaldo a este texto que temos em mãos.

Sabemos todos que, se respeitada a vontade do povo, teremos o sistema presidencialista de governo e jamais o parlamentarista. Sabemos que se povo for ouvido, seremos uma democracia capitalista e nunca uma ditadura comunista. Sabemos que se o povo for auscultado, a moralidade e os costumes jamais serão ultrajados no interesse de ideologias contrárias à estabilidade da família e defensoras da dominação do Estado sobre as pessoas.

Sabemos todos que se o povo for dignificado em nosso trabalho de legisladores e Constituintes, a carga e o peso tributários serão amenizados, o Estado será menos intervencionista, as instituições serão mais respeitadas, a segurança de todos será assegurada e o exercício das liberdades será seguido de termos de responsabilidade, sem discriminações odiosas, mas sem permissividades ofensoras.

Sr. Presidente, que esta Assembléia determine os seus rumos fixando princípios norteadores em conformidade com o querer da maioria. As minorias dominadoras e opressoras geraram o caos. É chegado o momento de um basta, de um trabalho sério, de respondermos aos anseios da sociedade e do povo, exatamente no momento em que há sofrimento e desespero. Façamos isto, com a maioria, antes que aquele desespero se modifique em desesperança. Isto é o que a minoria deseja: que haja desesperança. Então ela assume e institucionaliza o caos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROSA PRATA (PMDB - MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se a reconhecida morosidade do governo em pagar compromissos assumidos perante a iniciativa privada, para a execução de obras e serviços, não é pecado da Nova República, nem por isso podem as administrações atuais continuar a proceder do mesmo modo que as antigas, eternizando um mal que vem de longe e tem sido apontado como causa quer de encarecimento, quer de corrupção, além de prejudicar justamente empresas que agem com toda a lisura, confiando no Poder Público.

O setor de obras públicas há algum tempo vem empenhando-se para que os governos, em seus três níveis, estabeleçam mecanismos que resguardem contra a inflação os valores dos créditos a receber pelas empreiteiras contratadas, às quais são impostas demoras de seis meses a um ano, em alguns casos.

Para dar um retrato bem recente do problema que ainda se apresenta nessa área, basta dizer que diversos órgãos públicos ainda não efetuaram o pagamento dos reajustamentos, devidos por lei desde 24 de novembro de 1986. Uma medição, que deveria ter sido paga em janeiro de 1987, e que não o foi até agora, sofrerá desvalorização

superior a 12% em seu poder de troca ou aquisição no período.

Em face dessa situação, que perdura há muito e parece mesmo piorar, o Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagem em Geral no Estado de Minas Gerais – SICEPOT, que congrega as firmas especializadas em construção pesada mineiras, vem de enviar telex aos Ministros da Fazenda, do Planejamento e do Gabinete Civil, bem como ao Consultor Geral da República e ao Secretário do Tesouro, no sentido de que sejam urgentemente adotadas normas que assegurem aos credores do Governo o direito ao recebimento da correção monetária relativa aos atrasos de liquidação de contas eventualmente ocorridos.

Somente assim, isto é, uma vez verificada a impossibilidade de manter os pagamentos em dia, a garantia da correção monetária das dívidas poderia proporcionar alguma tranquilidade ao setor, permitindo às construtoras administrar seus contratos, executando obras com recursos próprios ou de terceiros, mas com a certeza de que não estariam incorrendo em prejuízos. Ora, não é da índole do direito administrativo imputar perdas ao contratante, sem causa vinculada. Flagrantemente injusta, a situação advinda dos procedimentos observados fere também o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, defendido pela melhor doutrina e adotado pela legislação.

Os montantes envolvidos, por outro lado, em obras de grande porte, aconselham indubitavelmente atitude mais consentânea com as novas realidades que estamos vivendo, a partir de enfoque mais moderno, mentalidade renovada, leis realistas, regulamentação detalhada e flexível e administração dinâmica.

Com a palavra, e os atos necessários, pois, as autoridades econômicas.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL - ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um trilhão de cruzados, postos no sistema federal das cadernetas de poupança, demonstram, à saciedade, que se trata de um investimento rentável e garantido. Quem aplica dinheiro não desconhece que quanto maior o juro ou a renda, tanto maior o lucro. Portanto, quem busca mais segurança, conforma-se, evidentemente, com a renda menor da sua aplicação.

Até hoje, o investimento da poupança temido garantia absoluta não se tendo arriscado o Governo, uma vez sequer, nesses mais de vinte anos, a suspender seu serviço de juros, ou reduzir-lhe a taxa de seis por cento ao ano.

Variável é a correção monetária, medida por vários meios e processos através da qual é possível ocorrer que, num mês ou outro, o rendimento esteja abaixo da inflação.

É o que parece ter ocorrido recentemente por erros da administração do Banco Central, quando alterou a base do rendimento, com efeito retroativo. No dia 15 de junho, uma resolução desse estabelecimento oficial disse que os rendimentos de junho seriam calculados apenas pela LBC, não se podendo optar pelo INPC.

Essa mudança da regra do jogo feriu o direito adquirido de quem havia investido na primeira quinzena, a atingindo, ademais, os que haviam aplicado dinheiro na poupança, confiante que iriam ganhar com base em um daqueles índices.

Ninguém pode alegar inexperiência daquele banco, mas todos estão inclinados a concluir que houve incompetência ou má fé nesse episódio, que compromete a credibilidade do Governo.

Tudo tornado público, insistiram as autoridades monetárias em afirmar que o sistema estava sendo operado em nível superior ao da inflação de junho, que anda em torno de 25% enquanto as cadernetas recebem 18%.

Desculparam-se, depois, dizendo que, pagando corretamente aos poupadões, criariam uma inflação de 20% em julho.

Na verdade, isso faz com que o novo cruzado nasça sob o clima de uma expectativa negativa.

Capacite-se o Ministro Bresser Pereira de que, se não corrigir esse alcance do Governo sobre a economia popular – uma antítese da pretendida austeridade – o novo cruzado rolará para o abismo da inflação galopante.

O que deixou de ser pago na caderneta de poupança, no mês de junho, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é questão para ser resolvida na Justiça. O prejuízo dos poupadões foi flagrante.

O SR. FERES NADER (PDT - RJ).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendemos que o investimento em melhores condições de vida para os residentes nas zonas rurais é a criação e fortalecimento de unidades produtivas; com isso o Governo amplia as possibilidades de fixação do homem do campo e assegura sua sobrevivência em padrões dignos. Esse apoio reflete uma diretriz e uma decisão política em favor do desenvolvimento social e econômico dos brasileiros que vivem no campo.

Com essas providências, permitir-se-á acelerar o processo de implantação das agrovilas e a execução de obras de infra-estrutura que darão ênfase aos sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades carentes e à realização de obras complementares que viabilizem os meios de produção, proporcionando melhor aproveitamento dos recursos de água e solo disponíveis. Com as agrovilas deverá ser estabelecido também o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao desenvolvimento da produção e à elevação dos níveis de produtividade.

Em função desses objetivos, pode-se valorizar a utilização de matérias-primas e recursos locais, inclusive de mão-de-obra dos beneficiários, o emprego de tecnologias de baixo custo e uso intensivo de fator trabalho. Paralelamente, podem ser incentivadas culturas adaptáveis à região.

Tem-se a impressão de que o Estado do Rio de Janeiro manteve-se quase indiferente à importância da agricultura, conformando-se com a obrigação de importar 95% dos produtos agrícolas que consome. Este quadro precisa mudar. É imprescindível que o Estado minimize esta dependência, recorrendo a alternativas próprias e perfeitamente viáveis.

É permeável a existência de incontáveis glebas de terras devolutas e ociosas em vários pontos do território fluminense. Entretanto, por falta de mecanismos adequados e de recursos, a Secretaria de Agricultura tem-se mostrado incapaz de tomá-las férteis e produtivas. Alguns agricultores fluminenses tentam utilizá-las, mas esbarram em toda sorte de obstáculos.

Preocupados com a situação, decidimos promover um estudo detido da matéria e concluímos

que a criação de um órgão específico, com recursos e autoridade suficientes para cuidar da alienação dessas terras e tomá-las, através de modernas tecnologias, produtivas e abertas aos agricultores, poderia promover o avanço da produção da agricultura fluminense.

Este órgão, que poderia ser denominado Ruralerj – uma espécie de fundação rural – colonização e desenvolvimento agrário, funcionaria como uma coadjuvante da Secretaria Estadual de Agricultura, com um acerto independência e com linha direta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, que, dentro de uma programação financeira específica, alocaria os recursos, estabelecendo o cronograma de desembolso, para financiamento dos projetos.

A Ruralerj teria a missão de informar as terras devolutas, elaborar os projetos de seu aproveitamento e de instalação das agrovilas, incluindo toda a infra-estrutura necessária, indicando, em seguida, as famílias de agricultores para ocupá-las. Paralelamente, faria o acompanhamento da tramitação dos projetos e de sua fase de execução.

Com essa intervenção, o Governo atingiria campo vulnerável do Estado do Rio de Janeiro, oferecendo condições para que as famílias radicadas na área pudessem conquistar melhores níveis de vida, no contexto das agrovilas e o Estado, concomitantemente, teria a sua agricultura atendendo pelo menos a uma parte da demanda.

Consciente do pioneirismo da proposta, convocamos os nossos pares para que participem desse novo esforço no sentido de que o homem do campo seja realmente valorizado.

Obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL - CE).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr Presidente, Srs. Constituintes, o governo do Ceará, em harmonia com diretrizes traçadas pelo Ministério do Interior, deseja realizar, como instrumento de combate às secas e para atender às vítimas da estiagem deste ano, obras permanentes e voltadas para a captação e oferta de água às populações do interior. Esta é reconhecidamente uma orientação justa para o tratamento do problema. Com a mesma preocupação é que desejo sugerir ao governo estadual a construção de obra de importância capital e de grande prioridade para os Municípios da serra da Ibiapaba. Refiro-me à construção da adutora que, captando água no açude Jaburu, abastecesse as cidades de Tianguá, Ubajara, Ibiapina e São Benedito, todas carentes de fornecimento de água satisfatório em quantidade e qualidade. Há projeto pronto, e o empreendimento destina-se a resolver um dos mais angustiantes problemas daquelas progressistas cidades. Peço, pois, ao governador do Estado que determine aos órgãos técnicos aos quais o assunto está afeto que adotem providências para o imediato início dos serviços.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB - GO).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente. Sr^{as}s e Srs. Constituintes, através de um dispositivo inserido no anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização, fica criado, pela Assembleia Nacional Constituinte, o Estado do Tocantins, uma secular reivindicação do povo que habita o norte de Goiás. Como representante da popu-

lação goiana neste Congresso soberano, venho trazer meu apoio a essa iniciativa tão esperada, ao mesmo tempo em que conclamo os meus ilustres Pares para consagrarmos a idéia no texto final da Lei Maior.

Todo o norte goiano está mobilizado para a transformação em novo Estado. É preciso dizer ainda que o sul não se opõe, mas, pelo contrário, está de acordo com a divisão. A medida, se inserida no texto maior, reforçaria o sistema federativo, pois possibilitaria uma melhor administração da região, ora dificultada pela grande extensão do atual Estado de Goiás.

Sr. Presidente, a divisão do Estado de Goiás e a consequente criação de uma nova, unidade administrativa, ao norte, significa atribuir condições para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de uma vasta região do nosso interior. E isso interessa ao Brasil como um todo. É preciso segurar nas origens as populações interioranas, sustar o êxodo que se faz na direção das grandes cidades do Centro-Sul. A criação do Estado do Tocantins se inscreve entre as medidas que têm o propósito de diminuir as discrepâncias inter-regionais.

O novo Estado tem tudo para constituir-se em pólo de atração para o povoamento do Centro-Oeste e do Norte do País. Desde a construção da Belém-Brasília ocorreram transformações importantes na região, com o desenvolvimento de cidades como Gurupi, Araguaína, Paraíso do Norte e Colinas, entre outras que já têm uma vida econômica bastante expressiva. A emancipação, e a consequente instalação, ali, dos poderes públicos estaduais é o que falta para o salto desenvolvimentista necessário. Inclusive para ultrapassarmos esta fase de graves conflitos de terra. Haverá uma autoridade mais próxima para combater a violência e estabelecer a ordem.

O Estado do Tocantins terá 60 municípios, dispersos numa área de quase 300 mil quilômetros quadrados, que atualmente abriga uma população de 1,1 milhão de habitantes, significando uma densidade demográfica de 3,4 habitantes por quilômetro quadrado. A viabilidade do novo Estado pode ser medida pelo seguinte: ele será o décimo produtor de grãos do País; o sexto de arroz; o décimo de bovinos; e o terceiro de babaçu. Terá o décimo quinto lugar no Fundo de Participação dos Estados, e será cortado em toda a sua extensão pela Ferrovia Norte-Sul, considerada, pelo seu trajeto, a mola mestra do escoamento da produção no futuro.

Estima-se que a nova unidade administrativa da Federação terá uma receita superior a 3 bilhões de cruzados, para satisfazer despesas da ordem de pouco mais de 2 bilhões de cruzados. Portanto, sua receita própria será, pelas projeções feitas, superior à de Estados como Acre e Rondônia. Do confronto entre receita e despesas, sabe-se que sobrarão recursos próprios para investimentos nas áreas de saúde, saneamento e educação.

Sr. Presidente, o Juiz Federal Darcy Martins Coelho, presidente do Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, em memorável entrevista que deu ao *Jornal de Brasília*, lembrava que Tocantins é potencialmente muito mais rico do que a maioria dos Estados brasileiros. Em primeiro lugar, porque se trata de uma região de alta produtividade de grãos, com terras férteis facilmente irrigáveis. Ademais, há o turismo, ainda para ser

explorado, as riquezas minerais, as potencialidades hidrográficas dos rios Araguaia e Tocantins, e toda uma gama de fatores que se acham à espera do seu grande despertar.

Por tudo isso, acredito que estamos, realmente, assistindo ao nascimento de mais um Estado-irmão, que saúdo na qualidade de goiano do sul. A divisão do Estado de Goiás não trará ressentimentos, nem desaprovações. Pelo contrário, continuaremos sentimentalmente unidos e lutando por um Brasil maior, mais próspero e mais rico, em proveito de todos os brasileiros.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, participaremos, logo mais, às 18h, do grande comício por eleições diretas para Presidente da República, em 1988, organizado pelas entidades sindicais CGT e CUT, pelos partidos políticos – PT, PDT, PCB, PC do B, PSB – e pelos setores progressistas e não fisiológicos do PMDB, na rampa do Congresso Nacional.

O Governo do Presidente Sarney cedeu à pressão dos poderosos, submeteu-se às determinações do Fundo Monetário Internacional e desprezou os compromissos que expôs quando assumiu o poder.

Este Governo não tem mais o que dar ao povo. Está tentando comandar o processo constituinte no sentido do seu próprio interesse. A classe dominante não aceita nenhuma mudança na atual situação e, embora não represente nem 5% da população brasileira, possui um enorme poder de pressão, pela sua organização, pela força econômica de que dispõe.

A classe trabalhadora deve dar a contrapartida através dos movimentos organizados em suas próprias localidades, promovendo atos públicos e comícios pelas eleições diretas logo após promulgada a nova Constituição do Brasil. Temos que encurtar a transição com o fim do Governo Sarney, ou este País chegará sugado, vazio, às mãos do próximo governo. É preciso salvar nossa Pátria, e é através de movimentos como o de que iremos participar logo mais que conseguiremos uma Constituição progressista, que garanta o direito dos trabalhadores e a conquista breve de um governo realmente democrático, respaldado pelo voto direto do seu próprio povo.

Vamos integrar esta luta com confiança, coragem e certeza do poder da grande força da classe trabalhadora.

Esta é a nossa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

A SR^a BETH AZIZE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SR^a BETH AZIZE (PSB – AM. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil vai assistir hoje a um comício pelas eleições diretas, com o propósito de se legitimar um governo autêntico e sério para a Nova República.

No entanto, quero manifestar a minha preocupação e a minha angústia, na condição de mulher e de Constituinte, em razão das últimas declarações do Sr. Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard, que considerou ilegal o local onde se vai realizar o comício numa demonstração visível de seu conservadorismo exacerbado. Não foi à-toa que o ex-Governador Leonel Brizola tachou o Sr. Paulo Brossard de "Rui Barbosa em compota". O Sr. Brossard tem usado de uma linguagem bem pouco apropriada para um regime democrático e tem-se insurgido violentamente contra os movimentos populares. O que mais nos revoltou foi ouvirmos, ontem, o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal anunciar, a todo o País, que vai colocar na rampa do Congresso Nacional cães e uma guarda pretoriana para usar gás lacrimogênio, a fim de garantir a manutenção da ordem pública. O cinismo do Secretário de Segurança chega ao ponto de ele afirmar que estava usando de meios democráticos e desarmados para garantir a realização do comício das diretas já. Disse ainda que iria usar os cães e o gás lacrimogênio porque são armas que não matam.

Sr. Presidente, estou profundamente preocupada com a integridade física de todos aqueles que virão hoje à rampa do Congresso Nacional, porque o Governo da Nova República, que já demonstrou que tem medo de povo, de voto e sobretudo de ouvir o povo em praça pública, usa agora um artifício até certo ponto indigesto, que nem o Governo da ditadura militar usou, para impedir as manifestações populares. Na ditadura militar colocavam-se canhões nas ruas, e o povo sabia que os canhões estariam lá. Agora, não. Eles dizem que são democratas e liberais, que permitem a livre manifestação do povo em praça pública, mas mandam cães e policiais armados até os dentes para provocarem a desordem e a indisciplina e contabilizá-las para o insucesso do movimento das diretas já.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. AÉCIO DE BORBA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR AÉCIO DE BORBA (PDS – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em meio a tantas notícias desastrosas que se ouvem a cada instante nesta Casa, temos a grande satisfação de comunicar que, segundo ouvimos ontem no programa "Telemanhã", descobriu-se a cura para a doença de Chagas. É um fato muito auspicioso para a Medicina brasileira, porque tendo sido a doença descoberta por um brasileiro, encontrou-se a sua cura através de pesquisa também feita por um brasileiro.

Alfredo Rafael Campi, um pesquisador que dedicou grande parte de sua vida à descoberta de alternativas do combustível, tem agora na fitoterapia naturológica a sua grande pesquisa e diz que já aplicou, depois de vários estudos, em seres humanos. Armando Cortes, um safenado de sessenta anos, antes de usar sua droga, o HL-2, de origem vegetal, atóxico e sem efeitos colaterais,

conseguiu, pela primeira vez na Medicina mundial, reduzir o protozoário, na corrente sanguínea, de 1.024 para 128 em apenas vinte dias de uso da droga. Também Arlete Bozana, de 26 anos, reduziu a sua taxa de 128 para 64 em quinze dias de aplicação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nosso pronunciamento não tem efeito apenas de comunicação. Queremos chamar a atenção das autoridades do setor de saúde da Nação para que, feito este anúncio, dê o devido acompanhamento a essas pesquisas. Se constatado, na realidade, que o mal de Chagas não é mais uma doença terminal, considerando que já é possível não só a estabilização como também a redução dos protozoários na corrente sanguínea, através do acompanhamento médico, o resultado desses estudos dará ao Brasil a oportunidade de oferecer ao mundo inteiro uma alternativa para o tratamento dessa doença. Há, em nosso País, nada menos do que doze milhões de chagásicos, quase todos aposentados, quer do serviço público, quer do setor privado através do INPS, cuja saúde poderá ser restaurada com a aplicação conveniente dessa descoberta. Talvez o Brasil possa, oferecendo-a ao mundo inteiro, obter a redução do seu déficit internacional, porque, sem dúvida, teria, com a exportação dessa descoberta brasileira, oportunidade de obter divisas para a nossa Pátria.

Parabenizamos Alfredo Rafael Campi e temos certeza de que a Nação inteira lhe agradecerá por essa descoberta.

O SR. EDME TAVARES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDME TAVARES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há necessidade de uma nova ordem na administração pública brasileira no que tange ao trabalho, à produção, à economia, à assistência social, à educação e à saúde. O novo Governo tem essa missão, que se comprometeu, solenemente, realizar, perante a Nação. A nova ordem deve começar pela implantação de regiões agrícolas no interior do País. Urge, portanto, a adoção de medidas realistas, arrojadas, concretas e objetivas, capazes de promover o bem-estar da sociedade como um todo. Eu diviso um caminho para o Brasil para atingir uma das suas grandes metas – agricultura – através da qual poderemos exportar, por ano, bilhões de dólares de produtos agrícolas. Ocorrendo essa salutar providência, nossa vida econômica e social estará estabilizada. Mas tudo isto não se concretizará se continuar a produção fragmentada, com financiamentos e estímulos a agricultores, política essa que, até nossa posição geográfica, não oferece condições que permitam a evolução preconizada há tanto tempo. Faz-se mister a mobilização dos Ministérios, com firme determinação, um conjunto de esforços organizados onde se empenhem sem exigências preferenciais para a construção de um País maior, mais progressista, mais humano, oferecendo o exemplo de trabalho, receita para quase todos os males. Com isto, a Nação também deve se resguardar contra a democracia liberticida, que leva à anarquia ou ao retrocesso político. O mun-

do está a reclamar a produção de alimentos; uma produção em larga escala, com baixa nos preços e, consequentemente, no custo de vida. O povo, na sua maioria absoluta, anseia por medidas dessa ordem, porque sabe que é o único meio capaz de redimir a pobreza, o Governo e a Nação. A verdade é que somos um País rico e vivemos na pobreza. Precisamos organizar a vida dos brasileiros e dar seqüência às transformações e mudanças que os compromissos na praça pública nos asseguram.

O sistema de crédito agrícola em vigor, hoje, no Brasil está longe de atender aos reclamos de proprietários, arrendatários, parceiros, colonos e rendeiros. Na verdade a atividade agrária tem necessidades especiais impostas por suas peculiares condições. A agricultura tem rendas baixas, recuperações lentas e, também, lentes reações e adaptações à procura dos mercados externos e internos. Pelo geral, o empresário agrícola não obtém renda senão depois do período de desenvolvimento dos cultivos ou dos animais. A agricultura está exposta a contingências, tais como: inundações, secas, pragas, doenças etc. Estes riscos, em geral, são difíceis de se predizer. Dá a ênfase no seguro agrícola, ainda que seja de execução onerosa. O lavrador que exerce atividade agrícola, não pode produzir muita quantidade de alimentos, apesar da riqueza da terra e da intensidade do seu trabalho. Portanto, considero o crédito agrícola de suma importância na constituição da agricultura, para que ela se tome próspera e bem organizada, bem como para que possa responder às solicitações deste novo tipo de sociedade, em que sobressaem as necessidades alimentícias de uma população crescente cada vez mais urbanizada e das matérias-primas para sua indústria. Desta forma, o crédito agrícola deve ter caráter especial. O fundamento e a produção de um bom futuro é colocar terras em produção e para tal deve ser concedido a todos que dela vivem. É indispensável que o novo Governo vincule a agricultura às fontes de financiamentos, como meta prioritária, estimulando financeiramente as riquezas agrícolas, para que sobre esta base possam ser apoiadas as inversões desta natureza, reunindo-se capitais para tal fim, favorecendo o incremento da agricultura e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico geral, para o que o crédito terá que atuar juntamente com os demais instrumentos da política agrícola. O crédito rural, como instrumento do desenvolvimento agropecuário, há de se inserir num processo novo de transformação de nossas estruturas, a fim de que o Brasil cresça com mais harmonia e equilíbrio nos setores básicos de sua economia.

Cumpre, pois, ao Governo aproveitar a oportunidade se quiser conquistar a confiança da Nação brasileira.

O Sr. Mauro Benevides, Primeiro-vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. ÁTILA LIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero registrar nesta Assembléa Nacional Constituinte

tinte ato de extrema violência praticado pelo Governo do Estado do Piauí contra quatro professoras. As professoras têm ação profissional pedagógica e residem no Município de Santa Filomena, no Piauí lecionam há longo tempo e vivem exclusivamente para seu trabalho no setor da educação. Acontece que sem qualquer motivo o Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Educação, expediu ato de transferência das referidas professoras do Município onde moram com suas famílias para a cidade de Teresina, capital do Estado.

É de meridiana clareza que esses atos, de extrema iniquidade, visam a destruir os lares dessas professoras, afastando-as do convívio de seus familiares e do seu local de trabalho. Com essa medida pretendem puni-las com a pena de degrado, num monstruoso atentado ao senso comum de justiça, à moralidade pública e à consciência jurídica das pessoas civilizadas.

As portarias da Secretaria de Educação são atos administrativos de transferência **ex-ofício**, isto é supõe-se ditados por necessidade do serviço apor interesse público, daí impostos coercitivamente contra a vontade do administrado.

Dizer-se que é de interesse público retirar professoras habilitadas do interior do Estado para a capital, quando todas as ações governante são proclamadas alto e bom som pelo nosso governante, no sentido da interiorização dos serviços de saúde e ensino, é uma contradição e uma incoerência, um verdadeiro desmentido às palavras do Governador de levar o ensino a todos o rincões piauienses. Não há, portanto, interesse público nessas medidas.

As portarias não estão motivadas. Não mostram as exigências e formalidades essenciais para a ocorrência da transferência **ex-ofício**, que é a necessidade do serviço e o interesse público.

Nunca a lei conferiu competência para que a autoridade dela se utilizasse para punir, esvaziar o interior de professores competentes, separar casais desbaratar o ensino, deprimir e humilhar professores; exhibir-se ridiculamente como autoridade prepotente, como fez e está fazendo com seus humildes servidores o atual Governador.

Quero registrar esses fatos juntando o meu pedido de justiça.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ALCENI GUERRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALCENI GUERRA (PFL – PR Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aguardava, há algumas semanas, a oportunidade em que V. Ex^a se encontrasse na direção dos trabalhos para transmitir-lhe algumas opiniões acerca da Mesa presidida por V. Ex^a. Eu lhe fiz alguns reparos na época da sua campanha para a eleição à Presidência da Mesa da Câmara dos Deputados. V. Ex^a soube acatá-las bem, e reconheço até que fui um pouco ríspido em algumas colocações feitas, naquela oportunidade. Mas, como dizia, esperava a presença de V. Ex^a no comando dos trabalhos de uma sessão desta Assembléa Nacional Constituiente para dar-lhe o meu parecer a respeito da Mesa que V. Ex^a preside agora.

Fui Relator de uma Subcomissão e recebi, Sr. Presidente, apoio da mais alta qualidade. Não posso deixar de exaltar a presença e a assistência constante de V. Ex^a e dos membros da Mesa. Tudo nos foi propiciado, e recebemos apoio e assistência a todas as atitudes e necessidades que porventura tenhamos tido durante aquele período, desde a informática, que reclamávamos àquela época, à assessoria simples – no caso, assessoria do Senado – e aos recursos materiais e humanos de que necessitávamos. E não me poderia faltar de fazer-lhe este elogio, porque é brilhante o trabalho da Mesa que V. Ex^a preside na Assembléa Nacional Constituente.

Cumprimento-o com o coração cheio de alegria, não por aquelas críticas, mas pela justiça do elogio a V. Ex^a pelo excelente trabalho que neste momento realiza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Quero agradecer muito desvanecido, pelas palavras de estímulo, ao eminentíssimo Constituinte Alceni Guerra.

Conheço-o de outros mandatos, sei da sua lealdade e sinceridade. Quero que saiba, Constituinte Alceni Guerra, que fico muito feliz quando, efetivamente, se pode verificar que se está fazendo alguma coisa, por pouco que seja, pela Constituinte. E um serviço inestimável que Deus nos deu a oportunidade de prestar ao País.

Quando disse o que se ouviu no plenário, entenda V. Ex^a, que, – falando tanto por mim como pelos demais membros da Mesa – V. Ex^a encheu a nossa consciência de motivação para que façamos ainda mais e possamos melhor desempenhar o serviço cívico para o qual fomos credenciados pelo povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, é com surpresa e perplexidade que o PDT, bem como os demais partidos, sindicatos, organizações e entidades representativas da opinião pública brasileira, integrados à luta pelas diretas já, receberam as manifestações, atribuídas ao Ministro da Justiça, de que o local reservado para o grande comido de hoje, em Brasília, seria ilegal.

Ora, Sr. Presidente, ou a geografia do Dr. Paulo Brossard de Sousa Pinto está equivocada, ou ele fecha os olhos para a realidade, ignorando que o local solicitado à Presidência do Congresso Nacional e por ela concedido é privativo do Poder Legislativo. Não cabe, portanto, ao Ministro da Justiça designar este ou aquele local, decidir de

moto próprio se as cercanias do Congresso Nacional, privativas da instituição, são legais ou ilegais.

Sr. Presidente, tenho pelo Dr. Paulo Brossard o maior apreço, a maior estima, o maior respeito, mas isto não me impede de discordar dele, de critica-lo na medida em que se excede na sua função de Ministro da Justiça. Aliás, o processo histórico está a comprovar que o Dr. Paulo Brossard de Sousa Pinto é apenas um liberal, e não mais que um liberal, outro na oposição, como o confirmou durante o período em que exerceu, com dignidade, é verdade, o mandato de Senador, no período de 1974 a 1982. Mas quando chega ao Governo de forma oblíqua, exercendo cargo de confiança, S. Ex.^a se transforma em um ultraconservador. E não será, certamente, com a pretensa autoridade que tem, que irá desprestigar o Presidente do Congresso Nacional dizendo, como disse aos jornais, que o Senador Humberto Lucena não tinha o direito de autorizar a realização do comício em área controlada pela Secretaria de Segurança Pública. Esta não é área controlada pela Secretaria de Segurança Pública. De resto, os locais que esse órgão teria designado seriam aqueles que serviriam à campanha eleitoral de 1986 – e não temos eleições este ano.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.^a prestasse atenção ao que vou dizer agora: peço-lhe que se dispa da condição de Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e permaneça apenas como cidadão brasileiro que é, fiel à sua história, às suas origens, identificado com os anseios e os clamores populares. V. Ex.^a fica, aqui, agora, convidado a participar, como "Senhor Diretas", sob pena de perder este título histórico, do grande comício que realizaremos, a partir das 18 h, nas cercanias do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Muito grato a V. Ex.^a

O SR. AIRTON CORDEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AIRTON CORDEIRO (PDT – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há poucos dias o Brasil foi apanhado de surpresa por uma proposta antidemocrática a violentar a consciência de toda a Nação, formulada pelo Senador paranaense José Richa. O ex-pregador das liberdades, o ex-arauto da redemocratização no País, que palmejhou todos os municípios do Estado do Paraná buscando o momento a que chegamos, simplesmente sugere a interrupção dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Os partidos de oposição rejeitaram, sumariamente, a proposta do Constituinte José Richa. O Exm.^o Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte também, de maneira firme, afirmou que não admitia a interrupção dos trabalhos desta Assembléia. E até dentro do próprio partido do Sr. José Richa brota agora um movimento para expulsar S. Ex.^a do PMDB, conforme prova a edição do dia 5 de julho do jornal "O Estado do Paraná", um dos mais tradicionais daquele Estado, cuja manchete principal diz o seguinte "Deputado quer expulsar Richa: É um golpista".

Como Deputado Constituinte do Paraná trago esta informação à Assembléia Nacional Constituinte para mostrar que o Senador Constituinte José Richa tem muito mais do que a face liberal que pretende impor à Nação. S. Ex.^a tem também a face daqueles que estão, neste momento, prendendo-se a um papel servil e que caracteriza um grande desserviço à Nação brasileira.

A Assembléia Nacional Constituinte foi uma conquista do povo, que, lamentavelmente, foi levado a acreditar que ela resolveria todos os problemas da Nação. Se o Brasil está mergulhado na crise em que se encontra não é culpa da Constituinte, mas é culpa, sim, da ineficiência e da falta de capacidade do Governo Sarney, que, infelizmente, desmoraliza o poder civil brasileiro.

Reprovo, pois, a decisão do Senador Constituinte José Richa e trago a manifestação de um deputado estadual do PMDB do Paraná, que, tendo em vista a proposta do Sr. José Richa, quer sumariamente a sua expulsão do partido, o PMDB.

O SR. EDUARDO JORGE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dá-se hoje mais um passo na campanha das diretas já, com a realização do comício supra-partidário em Brasília. Neste momento, nós, do Partido dos Trabalhadores, não poderíamos perder a oportunidade de assinalar, mais uma vez, que três são os eixos principais de luta popular e democrática no País.

O primeiro eixo é a campanha contra o arrocho salarial, contra o plano recessivo do Sr. Bresser Pereira e do Presidente José Sarney. O segundo eixo é a pressão popular sobre a Assembléia Nacional Constituinte, pressão legítima para arrancar deste Congresso Constituinte o atendimento às reivindicações mais importantes para a sobrevivência da classe trabalhadora e para a Nação. E o terceiro eixo é a campanha pelas diretas já.

Estas três direções de luta – a campanha das diretas já, a pressão popular sobre a Assembléia Nacional Constituintes e a luta popular contra o arrocho salarial contra a recessão – são ações que se completam e se integram. De maneira alguma uma atropela a outra; pelo contrário, elas se reforçam.

A primeira, a luta popular específica contra o arrocho salarial e contra o plano recessivo, tem uma data importante, logo a seguir, que é o dia 12 de agosto, quando uma greve nacional deverá marcar a posição da classe trabalhadora frente ao plano Bresser-Sarney.

O segundo eixo, a pressão popular sobre a Assembléia Constituinte, não pode esmorecer. Há uma grande orquestração, a nível nacional, para dizer que aquilo que foi produzido até hoje nesta Constituinte nada vale e para afirmar que nada sairá daqui, porque esta Assembléia é intrinsecamente conservadora. Esta posição é equivocada. Há, realmente, aqui, uma tendência conservadora predominante. Por isso, temos de lutar para que as reivindicações populares sejam inscritas no texto da Constituição, e esta luta tem que ir até o final com iniciativas populares, com manifestações

em todo o País, numa pressão diária para que o resultado possibilite o atendimento a reivindicações importantes da classe trabalhadora.

Abandonar a Constituinte neste momento, relegá-la a segundo plano, não mobilizar a população para a pressão sobre este Congresso Constituinte é uma posição equivocada e prejudicial para a população trabalhadora.

Finalmente, o terceiro eixo. A luta por diretas já está na rua, está na boca do povo, não só agora, neste comício, mas desde muito antes. O que o povo quer são eleições diretas o mais rapidamente possível. Nós, do Partido dos Trabalhadores, que estamos participando deste movimento unitário, suprapartidário, com organizações sindicais, com entidades populares, devemos ter um objetivo claro: esta campanha por diretas já, de certa forma, deverá ter qualidade superior àquela realizada alguns anos atrás.

O Partido dos Trabalhadores tem que lançar, como seu candidato, o mais rapidamente possível, o companheiro Lula, e ao mesmo tempo divulgar um programa ligado às reivindicações da classe trabalhadora, que dê marca classista ao movimento.

Estas três campanhas – pelas eleições diretas, contra o arrocho salarial e em prol da pressão popular sobre a Constituinte – marcam a posição atual do setor progressista, do setor popular no Brasil, nesta conjuntura.

A SR.^a DIRCE TUTU QUADROS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SR.^a DIRCE TUTU QUADROS (PTB – SP. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, minhas saudações.

É um prazer retomar meu trabalho nesta Casa. Desejo agradecer a todos os colegas a solidariedade recebida durante minha ausência forçada e involuntária. Prometo que participarei, daqui por diante, de todos os projetos constitucionais para realmente restabelecer a democracia neste País.

Quero apresentar proposta constitucional que garanta todo cidadão brasileiro conta a violência Psicológica ou psiquiátrica, da qual fui vítima. Esse tipo de violência, praticada não só pelos pais, como pelos filhos e também pelos patrões, ainda é permitida neste País, o que deve assustar o povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa se associa às manifestações de aplauso pelo retorno ao nosso convívio e aos nossos trabalhos constitucionais da nossa prestigiada e querida companheira, Constituinte Dirce Tutu Quadros.

O SR. EDUARDO BONFIM: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação, como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs.^{as} e Srs. Constituintes, começo hoje, em Brasília, mais um momento histórico de luta do povo brasileiro no sentido da conquista de uma democracia

efetiva, real e concreta. O comício pelas eleições diretas para Presidente da República, apóia promulgação da Constituição. é um anseio, uma aspiração de todo o povo brasileiro. Aliás, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, até hoje a democracia, na História deste País, não foi desfrutada pelo povo. O Governo Sarney, um governo que se iniciou, no processo de transição, como uma semidemocracia, é efetivamente, um governo semi-autoritário, com características de encaminhamento para um autoritarismo consagrado, definido, caracterizado.

O que faz o Governo Sarney diante dessa aspiração legítima, muito mais legítima do que o seu governo de transição e a sua tentativa de se perpetuar no poder, além daquilo que foi um pacto com a própria sociedade brasileira?

O Governo Sarney intimida, ameaça, não só Brasília, mas a luta democrática do povo brasileiro, com uma verdadeira encenação militar, cercando não a rampa do Congresso Nacional, mas, efetivamente, a aspiração popular por uma democracia concreta, que sirva à luta dos trabalhadores brasileiros e que resguarde o sentimento de defesa da Pátria e a justiça social.

Mais que isso, o Governo Sarney, através do seu Ministério da Justiça – segundo declarações do jornal *Folha de S. Paulo* – considera ilegal o comício que hoje está sendo confirmado, inclusive, pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lecena. É neste quadro. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que o nosso povo marcha efetiva e resolutamente para conquistar aquilo que é um direito seu, que lhe foi tomado pelo golpe militar de 1964. Entretanto o Governo da Nova República, insensível aos seus reclamos, continua no sentido da perpetuação e da afirmação do autoritarismo, um autoritarismo que serve ao latifúndio que quer impedir a reforma agrária, um autoritarismo que serve às manobras das multinacionais e seus asseclas, inclusive na Assembléia Nacional Constituinte.

Começa hoje a caminhada do povo brasileiro pela democracia, pela independência nacional e pela justiça social.

O SR. MÁRIO MAIA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT – AC. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, uso da palavra, pela ordem, para fazer uma comunicação inadiável. Desejo informar à Assembléia o falecimento de um grande companheiro nesta Casa, ex-Governador do então Território do Acre, ex-Deputado Federal por três legislaturas e atualmente suplente de Senador da República pelo Estado do Acre, o engenheiro agrônomo José Ruy da Silveira Lino.

Acabo de receber o infasto comunicado do seu passamento, ocorrido às 15 h, no Hospital Santa Luzia, vítima de um acidente vascular cerebral que o acometeu há alguns meses e agora recrudesceu. Faço, nesta oportunidade, esta comunicação à Assembléia Nacional Constituinte, para que todos os companheiros de José Ruy Lino – desde os Constituintes até a Presidência, assim como aqueles que o conhecem – dela tomem conhecimento. Falando em nome da Ca-

sa, neste momento, levo nossa palavra de solidariedade e de conforto à família enlutada.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, embora dispondo de um resto de tempo de liderança prefiro formular uma reclamação à Presidência.

Há cerca de dois meses venho a esta tribuna como Líder, como Deputado, reclamando, suplicando, pedindo, exigindo do Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social que pague uma dívida com a Santa Casa de Misericórdia de Santos – hoje em mais de vinte milhões de cruzados – que não dispõe de recursos sequer para cobrir a folha de pagamento de pessoal. Este apelo enderecei, inclusive, à Presidência desta Casa que, com muita solicitude, colocou-se à minha disposição para fazer chegar ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social! este pedido que toda a Santos estava unanimemente formulando.

Sr. Presidente, na última quinta-feira, em meio a um pronunciamento público, o Sr. Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos, ex-prefeito da cidade, Antônio Manoel de Carvalho, tomado por emoção, quando denunciava a situação de penúria daquela instituição e reclamava que o Ministério injustamente não o atendia, sofreu um colapso cardíaco e encontra-se agora na UTI da Beneficência Portuguesa de São Paulo. Incrimino o Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social pelo ocorrido, porque até hoje não foi paga a dívida da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Assim sendo, deixo a minha denúncia a esse tipo de comportamento que levou, inclusive, a minha cidade a sofrer essa perda, que, espero, não venha a ser irreparável.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

– (Não houve apresentação de proposições.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Oswaldo Lima Filho.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB

– PE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a apreciação de matéria constitucional terá de ser feita pelos Constituintes em repetidas manifestações, tal a complexidade do assunto e a limitação do processo regimental. Na realidade, o que se impõe ao nosso espírito, a nós, filiados ao PMDB, é a luta para inscrever no pacto constitucional – pois a Constituição nada mais é do que aquela lei geral que está na consciência do povo a que aludia Jean Jacques Rousseau e que deve expressar esse pacto – as formas jurídicas de convivência que devem regular direitos e garantias individuais onde o Estado, em relação à propriedade e em relação aos direitos fundamentais para garantir a dignidade da pessoa humana.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, na medida em que recordamos que o PMDB tem posições muito claras, estabelecidas ao longo de vinte anos – inicialmente como Movimento De-

mocrático Brasileiro e, depois, pelo seu sucessor, o PMDB – em torno de problemas fundamentais para a democratização da sociedade brasileira, como a reforma agrária, a regulação do direito à exploração dos minérios, a segurança para o desenvolvimento nacional que se abriga no monopólio estatal do petróleo, concebido na lei que criou a Petrobrás, em 1953, e em diversas outras bandeiras históricas do partido, verificamos que, lamentavelmente, estão sendo esquecidas a cada dia. Na verdade, esse rompimento brasileiro era inevitável, porque o partido se constituiu, ao longo do período ditatorial, numa frente única de todos os que se opunham ao regime militar, instituído para impor ao País um modelo concentrador de renda, de propriedade, modelo exportador dependente das multinacionais e dos centros de decisão das metrópoles centrais do Ocidente. Por tudo isso, a grande conquista das massas brasileiras foi essa perspectiva, embora limitada, da Assembléia Nacional Constituinte, que, convocada hoje, abre o debate sobre as questões fundamentais para a evolução de uma democracia ainda burguesa no País.

Em artigo que deve merecer a atenção dos Srs. Constituintes, esse grande mestre de todos nós, que é o sociólogo Florestan Fernandes, traça hoje, na *Folha de S. Paulo*, um perfil admirável dessa diáspora da sociedade brasileira, em que os conflitos que vinham sendo coagidos, impedidos de se manifestar pela ditadura militar, irrompem hoje e provocam, de forma estranha, manifestações de surpresa, até de companheiros nossos, como o ilustre Senador José Richa, que vê na Assembléia Nacional Constituinte uma torre de babel. Tem de ser ela uma torre de babel, pois as línguas que se falam aqui são absolutamente diversas. A língua que falo, os objetivos que busco, em nome de trabalhadores rurais pernambucanos, da classe média do meu Estado, não podem ser os mesmos de empresários que se elegeram Constituintes por Pernambuco ou por outros Estados da Federação, empenhados em manter aquele capitalismo selvagem que, durante os vinte anos de ditadura, impôs uma modernização conservadora no campo, uma concentração esmagadora de propriedade territorial, concentrou a renda e criou essas obras faraônicas que se espalham por todo o País e que, ainda agora, são causa de espanto. A revista "Isto É", por exemplo, publica hoje um artigo, que deve ser objeto de meditação dos Srs. Constituintes, sobre o delírio das obras faraônicas dos governos militares, projetos que custaram cerca de 10 bilhões de dólares, dos quais são citados expressiva ou especificamente: 700 milhões de dólares gastos com turbinas da usina de Xingó, no rio São Francisco; que ainda está nas pranchetas de planejamento, para ter início na década de 1990; 600 milhões de dólares investidos na usina Três Irmãos, em São Paulo, no Governo Maluf, para aquisição de oito turbinas, quando a usina só poderia comportar três turbinas; 800 milhões de dólares aplicados, em 1983, na importação de um conjunto de laminadores para Aço minas, que só entrará em atividade em 1990, e 3 bilhões de dólares aplicados na construção da usina nuclear de Angra dos Reis, que ainda agora e até hoje não saiu do papel. Tudo isso representa uma imposição das potências centrais, que àquela época, interessadas em reciclar os petrodólares que os países produtores da OPEP amealhavam e com

os quais ameaçavam o equilíbrio financeiro mundial. Procuraram transformar os países do Terceiro Mundo num amortecedor para absorver essa sobrecarga financeira. Mas, diante de tudo isso, se comporta o nosso partido?

O SR. ISRAEL PINHEIRO: — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: — Eu o concederei em breve.

O PMDB, partido das mudanças, vai-se impopularizando na medida em que não corresponde aos anseios da população, pois está impotente para promover as mudanças com que se comprometera em praça pública. E o que é mais grave, vê hoje o governo que apóia, o Governo do Presidente José Sarney, iniciar um projeto antinacional e sobre o qual deve ser advertido, porque acreditamos que S. Ex.^a não poderá marchar por esse caminho, anunciado pelo Sr. Ministro da Indústria e do Comércio e pelo porta-voz Frotinha Neto, de converter o País de hoje, a oitava potência industrial do mundo, com os maiores recursos minerais e de energia do mundo, numa Hong Kong da América Latina, numa nova Coréia que está sendo agora destruída pela ditadura e pelos conflitos ali instalados por força do modelo exportador, do modelo exatamente de baixos salários e de zona de exportação, o que hoje é preconizado pelos porta-vozes do Planalto como uma receita para o Brasil.

Ouço, com muito prazer, o nobre Constituinte Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI: — Nobre Constituinte Osvaldo Lima Filho, V. Ex.^a mais uma vez registra rumos históricos. Não é a primeira vez que V. Ex.^a faz isso, e hoje o faz com o brilho costumeiro. Quero lembrar ao nobre Constituinte, no entanto, que a opção antinacional não foi anunciada apenas pelos porta-vozes do Presidente da República. Em entrevista coletiva, o próprio Presidente Sarney fundamentou, longa e demoradamente, a idéia de converter os juros da dívida externa — que devia estar sendo discutida, para sabermos se deve ser paga, inclusive os seus juros — em capital de risco, que chegaria aqui com uma vantagem de 37% sobre o capital nacional, se comprado no exterior. A questão é muito mais profunda e grave, porque não se trata de setores governamentais: é a própria cabeça do Governo que decide por um projeto antinacional, caracterizado por vários itens que acompanham essa idéia da conversão do capital de risco, inclusive a importação de indústrias inteiras, com a abertura de corredores de exportação. Toda a caracterização, todo desenho se conclui com a referência terrível, humilhante para nós, de nos comparar, de nos projetar e de nos dar como exemplo a Coréia do Sul, pátria ocupada militar e economicamente. Então a questão é muito mais grave, e foi isso que nos conduziu, no último fim de semana, a pensar que é urgente para o nosso partido, como medida preliminar, o afastamento de um Governo que não só apenas não cumpre o seu programa, mas está contra a nossa tradição histórica e contra toda a nossa luta de todos esses anos.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: — Antes de responder a V. Ex.^a, ouvirei o nobre Constituinte Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA: — Nobre Constituinte Osvaldo Lima Filho, estou na mesma linha de raciocínio de V. Ex.^a e do Constituinte Domingos Leonelli, entretanto, com uma ressalva. Entendo que o discurso de V. Ex.^a tem, sobretudo, o mérito de provocar o debate de questões importantes e de interesse nacional. Não sou inteiramente contrário à conversão de parte dos juros da dívida em investimentos no País. Acho, desde quando resguardado os interesses nacionais quanto a áreas estratégicas para o interesse do desenvolvimento nacional, esses recursos podem ser convertidos. Posso citar aqui uma experiência adquirida na Bahia, no Pólo Petroquímico, de iniciativa, inclusive, do nosso companheiro de partido, Rômulo Almeida, que é o chamado sistema tripartite, onde entra uma parte de capital do Governo brasileiro, uma de capital privado nacional e uma de capital estrangeiro. Não vejo qualquer inconveniente para o desenvolvimento nacional num investimento desse tipo. De maneira que a questão merece exame detalhado; não podemos rechaçar a idéia liminarmente. Creio que é possível, desde que fiquem resguardados os interesses do Brasil.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: — Nobre Constituinte Genebaldo Correia, não estou longe de concordar com V. Ex.^a. A idéia da conversão, em si, não seria totalmente condenável, desde que fosse subordinada previamente aos interesses nacionais, que fossem definidas às áreas estrategicamente interessantes à economia nacional para essa aplicação; disciplinadas as formas de aplicação de capital e, também, a limitação da aplicação dessas parcelas da dívida externa, pois, como bem lembrou o nobre Constituinte Domingos Leonelli — e, hoje, é sábado — os títulos da dívida brasileira, depois da moratória, estão negociados em Nova Iorque com ágio de 40%. Se o Governo brasileiro pensar em permitir a conversão desses títulos em sua aplicação interna, estará concedendo ao capital estrangeiro um ágio monstruoso, inadmissível, com o qual poderia, claramente, sufocar toda a indústria nacional.

Ouço o nobre Constituinte Israel Pinheiro.

O SR. ISRAEL PINHEIRO: — Nobre Constituinte Osvaldo Lima Filho, perdoe-me intrometer-me no brilhante discurso que V. Ex.^a profere.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: — V. Ex.^a ajuda sempre seus colegas.

O SR. ISRAEL PINHEIRO: — V. Ex.^a é um parlamentar de longa experiência, e meu aparte é até um pouco extemporâneo, porque outros já me antecederam. Todavia, assim mesmo, vou deixá-lo registrado nos Anais desta Casa. V. Ex.^a dizia que os petrodólares, que realmente existiam em excesso, foram utilizados para o Brasil tomar empréstimos externos...

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: — Isso ocorreu em todos os países do Terceiro Mundo.

O SR. ISRAEL PINHEIRO: — Concordo com V. Ex.^a: foram mal empregados no Brasil. V. Ex.^a citou vários empreendimentos que estão paralisados, incompletos. Também concordo com V. Ex.^a, mas a culpa — esse é o fulcro da questão — é da tecnocracia brasileira, juntamente com os militares, naturalmente, porque não houve uma consulta do povo, um exame da unanimidade do pensamento nacional a respeito daquilo que interessava mais à nossa economia. Foram investi-

mentos, compras, empréstimos empregados em setores mal definidos. Mas isso não significa que não tenhamos de pensar no futuro e tomar novos empréstimos, fazer novos investimentos para que o Brasil continue sua marcha. V. Ex.^a, da maneira como colocou a questão, dá a impressão de que tomar empréstimo é, para o Brasil, um pecado capital. Acho que não é. Penso que temos de examiná-los dentro de certas características, de certas condicionantes. Gostaria apenas de salientar este aspecto: quem errou foi à tecnocracia brasileira. Os emprestadores fizeram muito bem ao nos oferecer dinheiro. Se não tivemos a capacidade de aplicá-lo bem, a culpa é um pouco nossa. Reconheço que o sistema político não facilitou. Mas a conclusão final é a seguinte, nobre e ilustre Constituinte: todo investimento, toda aplicação tem de ser analisada pela sociedade brasileira, pelo Congresso Nacional, o grande estuário de todo o pensamento político nacional.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: — Nobre Constituinte embora seja um truismo para mim o de que o Congresso, em nome da Nação, deva examinar todos os empréstimos externos, lamento discordar de V. Ex.^a, porque todas as fianças internacionais operam, desde tempos muito remotos, de forma espoliativa. Os empréstimos feitos às nações em desenvolvimento, ao longo da história, foram sempre no sentido da espoliação das nações coloniais, e sempre instrumentos do colonialismo. Foi isso que sofreu o Brasil e sofrerão todas as nações que recorreram aos investimentos externos como forma de desenvolvimento.

Quero, Sr. Presidente, passar ainda algumas definições fundamentais, que julgo indispensáveis, para as quais peço a atenção, sobretudo, do meu partido — o Partido do Movimento Democrático Brasileiro — a do seu Presidente, o Constituinte Ulysses Guimarães, a da Comissão Executiva do PMDB, pela maneira como esta sendo conduzida, hoje a negociação da dívida externa do Brasil.

O Sr. Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira anunciou aqui as linhas gerais de sua política econômica, profundamente nocivas ao interesse nacional. Em que pesce à autoridade daquele eminentíssimo economista, S. Ex.^a repete os erros dos seus antecessores, como Delfim Netto, Mário Simonsen, Ernane Galvás, e põe a Nação sob o jugo do Fundo Monetário Internacional.

Sabemos que o Fundo Monetário Internacional, concebido que foi em 1944 como forma, segundo a definição de John Maynard Keynes, de promover e facilitar a expansão equilibrada do comércio mundial e contribuir, portanto, para a promoção e manutenção de altos níveis de emprego e de renda real e de desenvolvimento dos recursos produtivos dos países membros, teve, por ingerência do representante dos Estados Unidos, Sr. Harry White, inteiramente modificada sua concepção. Ele passou a se constituir em instrumento de dominação imperialista dos Estados Unidos da América, impondo uma política de recessão econômica a todos os povos que a ele recorrem.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a receita do Fundo Monetário Internacional continua a mesma, ou seja, a de provocar recessão

econômica como forma de reduzir a demanda e permitir a produção de excedentes para o fornecimento às nações centrais do Ocidente, que dominam e dirigem o Fundo Monetário Internacional. Daí, pela política recomendada, torna-se absolutamente impossível às nações em desenvolvimento o pagamento dessa dívida externa, contraída e executada de forma altamente lesiva às nações do Terceiro Mundo. Sabemos que esses empréstimos, contraídos inicialmente a juros de 6%, mais juros flutuantes, tiveram esses índices elevados, em virtude da política do Governo Reagan, em cerca de 24%, o que aumentou em alguns anos em 50% o total da dívida dos países do Terceiro Mundo. Está aí o Brasil – como estão México e a Argentina – sujeito a essa dívida monstruosa, cuja auditoria se reclama, hoje, para que abusos como esses, denunciados na revista "Isto É", que acabei de ler, sejam apurados, porque foram impostos pelos célebres contratos de **supply ceditis** – créditos de suprimento.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ainda hoje ressoam nesta Casa as palavras do Presidente Tancredo Neves, na sua entrevista concedida após a eleição. "Devemos aos nossos credores dinheiro, e dinheiro se paga com dinheiro; não se paga com a fome, a miséria e o desemprego do cidadão brasileiro." Isto, em 15 de janeiro de 1985. No entanto, no período de 1985 até hoje, a mortalidade infantil cresceu de forma assustadora no Brasil, e os nossos índices, dos maiores da América Latina, atingem hoje dados devastadores. A desnutrição, dizem os institutos de pesquisas do Brasil, é a causa básica da mortalidade infantil, associada a 39% dos casos de mortalidade infantil no Recife, a 29% em Ribeirão Preto, a 32% em França e a 28% na cidade de São Paulo, a mais rica metrópole da América Latina.

Sr. Presidente, concluindo, quero lembrar aqui um trecho que deve figurar neste discurso, por me parecer extremamente oportuno. Trata-se de citação feita pelo Prof. Bernardo Kucinski de um livro de Arthur Schlesinger, o grande assessor do Presidente Kennedy.

"... Para um país (os Estados Unidos) que financiou boa parte de seu próprio desenvolvimento com inflação, com a emissão caótica de dinheiro e com títulos vencidos a investidores estrangeiros e posteriormente repudiados... pregar a ortodoxia fiscal a países em desenvolvimento é agir como uma prostituta que, tendo se aposentado depois de muitos anos de trabalho, passa a exigir o fechamento de todos os bordéis em nome da preservação da moral pública."

– Arthur Schlesinger, em "A Thousand days", Nova Iorque, Houghton Mifflin. 1965, p. 158.

É um grande mestre da sociologia americana quem faz essa afirmação.

Sr. Presidente, concluo pedindo a V. Ex.^a que faça publicar como parte deste discurso, já que meu tempo está extinto, as conclusões do Partido do Movimento Democrático Brasileiro aprovadas pelo Diretório Nacional, em 6 de março de 1986, sobre a dívida externa. Essas conclusões estão sendo desrespeitadas pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda e pelo Governo que o PMDB está apoiando.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"Para o PMDB, a questão da dívida externa implica quatro premissas de natureza política.

A primeira diz respeito à soberania nacional. Não se pode aceitar, nas negociações sobre a dívida, qualquer ingerência sobre decisões internas, que são de competência exclusiva de nosso Governo. Além de imperativo da dignidade, essa recusa é ato de sabedoria: os organismos internacionais não estão interessados em resolver problemas, mas em preservar a ordem econômica mundial – essa mesma ordem voltada para a espoliação das nações mais fracas

Os resultados dos "ajustamentos" sugeridos a tantos países do Terceiro Mundo estão à vista de todos, como prova de que a renúncia à soberania conduz à miséria do povo e à derrocada das instituições democráticas.

No resguardo de nossa soberania, também não se pode aceitar a fixação de fóro judicial dos países credores para dirimir eventuais pendências sobre a dívida. Por isso, merece todo apoio a recusa do Governo em admitir a cláusula de monitoramento da nossa economia pelo FMI.

A segunda premissa está ligada a uma das faces da verdadeira segurança nacional. Os acordos externos referentes à dívida não podem conter cláusulas que nos deixem à mercê de acontecimentos deflagradas por outras potências, e sobre os quais não temos nenhum tipo de controle.

O crescimento desmesurado do montante do nosso débito resultou, em grande parte, do aumento da taxa de juros decretado pelo interesse dos credores, à nossa revelia. O Brasil deve recusar os contratos com taxas de juros flutuantes.

Ainda sob o aspecto da segurança, é importante observar que o País não pode assumir compromissos de pagamento sem estabelecer vínculos entre essas remessas e as receitas de exportação. Neste momento, a onda de protecionismo que varre as potências centrais tem determinado uma redução do valor de nossas exportações, tornando virtualmente impossível a manutenção do calendário de pagamentos.

Para prevenir essa emergência, para possibilitar a formação de reservas estratégicas em moeda-forte, o PMDB reivindica a fixação de um limite para pagamento do serviço da dívida, baseado nas receitas de exportação.

Essa exigência decorre do alto custo social que o Brasil e todos os países em desenvolvimento têm enfrentado para pagar o serviço da dívida externa numa conjuntura econômica marcada pelo protecionismo dos países desenvolvidos e pela deterioração dos preços das nossas exportações, e consta de resolução proposta à 40^a Assembléia Geral da ONU pela Iugoslávia em nome do grupo de 77 nações em desenvolvimento.

A terceira premissa política é a aquisição, pelo Governo, de uma capacidade real de negociação. Só pode negociar quem tem o direito de recusar propostas; se um dos lados é obrigado a aceitar as imposições feitas pelo outro, não há entendimento, mas capitulação. Logo, a capacidade de negociação, é, na verdade, a capacidade de recusar propostas inaceitáveis.

Para adquirir a capacidade real de negociação o Governo precisa atuar nas frentes política e econômica. Do ponto de vista político, o povo precisa

ser esclarecido sobre todas as questões relativas à dívida, para que se disponha a apoiar a administração sempre que estiverem em jogo os interesses nacionais. A mobilização popular na defesa interesses dará ao Governo condições para negociar sem temer quaisquer pressões. No campo externo, a ação política deve contemplar a articulação com os demais países devedores, que enfrentam problemas comuns, submetidos ao mesmo esquema de espoliação.

Sob o ângulo econômico, a aquisição da capacidade de negociação depende, sobretudo, da formação de reservas internacionais depositadas em países cujo sistema bancário não esteja sujeito a interferência dos nossos credores.

A abertura do leque de fornecedores de materiais estratégicos para o funcionamento de nossa economia e a ampliação dos acordos bilaterais em países do Terceiro Mundo e da área socialista, constituem igualmente procedimentos que fortalecem nossa autonomia.

O PMDB considera a quarta premissa política a mais importante de todas: é a obtenção do referendo do Congresso Nacional para os acordos que criem qualquer tipo de obrigação para o País. Nenhum acordo internacional pode ser válido sem a aprovação dos representantes do povo.

Essa exigência sempre constou das nossas Constituintes desde 1891, e o partido se bateu, na Câmara e no Senado, para que os governos anteriores submettessem ao Legislativo o texto dos compromissos assumidos com outros países e com organismos internacionais.

Neste Governo da Aliança Democrática, o PMDB espera que todos os acordos feitos pelo Executivo ao longo dos últimos anos sejam em breve submetido a apreciação do Congresso Nacional.

Além das premissas políticas, existem outras, de ordem moral e até de senso comum. Nos últimos tempos, representantes expressivos dos setores econômicos e até da própria administração vêm questionando a legitimidade de parte da dívida externa.

Através de empréstimos fictícios junto a suas matrizes, empresas estrangeiras acrescentaram pelo menos 12 bilhões de dólares ao montante da dívida externa. Isto lhes permite evitar impostos internos – como o Imposto sobre a Renda – de vez que seus balanços, graças a tais manobras, sempre se apresentam deficitários.

O PMDB espera que o Governo apure imediatamente esses fatos e tome as providências necessárias à salvaguarda dos interesses nacionais.

Assim, recomenda o PMDB que as negociações sobre a dívida externa reivindiquem:

1) estabelecimento de um tribunal arbitral para solução de qualquer pendência sobre a dívida;

2) adoção de juros fixos compatíveis com os custos históricos da dívida externa;

3) limitação dos pagamentos do serviço da dívida a uma porcentagem do valor das nossas exportações, considerada compatível com o desenvolvimento econômico e social do País;

4) entendimento político com as nações devedoras em desenvolvimento;

5) depósito das reservas brasileiras em divisas em bancos de países neutros;

6) envio ao Congresso Nacional de todos os acordos internacionais sobre a dívida externa."

Durante o discurso do Sr. Osvaldo Lima Filho, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao Sr. José Genuíno.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes, há um fato político que merece análise e algumas conclusões mais profundas, que é exatamente o início do movimento político de rua, para enfrentar, do ponto de vista das multidões do Brasil, a questão de fundo deste País, que é a crise política no topo do poder, instalada, de maneira mais precisa a partir das eleições de 1986. A crise política do Governo Sarney – muitos já falaram – é uma crise de legitimidade. É necessário entrarmos a fundo no que se constitui essa crise de legitimidade.

A transição pensada, tão alardeada, tão falada, tão discutida e tão bem costurada pelo ex-Presidente Tancredo Neves pressupunha um grau de legitimidade que era o apoio das massas populares ao projeto da transição burguesa e conservadora. Os arquitetos da transição não imaginaram que no momento de sua concepção, seu conteúdo foi mascarado, por lideranças perante a opinião pública. Estas, através de uma trajetória e de um discurso, evitavam que o conteúdo desta transição aflorasse às ruas e à consciência da população brasileira. Na composição formada pela Aliança Democrática, a ala do antigo regime entrou com peso, obtendo a Vice-Presidência, da transição. A Vice-Presidência, no entanto, não proporcionou o grau de legitimidade necessário para arquitetar, segundo a ótica da burguesia, uma hegemonia política junto à população. Com a morte de Tancredo, abriu-se a crise de legitimidade, e esta demonstrou os primeiros sinais de desgaste político no ano de 1985, quando a população resolveu votar contra o Governo nas eleições municipais de novembro. O Governo buscou resolver esse problema com o Plano Cruzado, e alcançou momentaneamente, aos olhos da população brasileira, legitimidade e respaldo a fim de que seu projeto de Governo, conservador e autoritário, tivesse apoio popular para evitar que a crise de hegemonia se instalasse no miolo do poder, portanto, no Palácio do Planalto.

A História é prodiga em produzir contradições agudas, independente, muitas vezes, dos seus arquitetos, pelo menos dos que têm as posições hegemônicas. Nas eleições de 1986, ganhou uma proposta, uma alternativa, um discurso, um programa, que não era o que estava hegemonomicamente instalado no Palácio do Planalto e nos Ministérios. A partir daí, criou-se uma disputa interburguesa no interior da Aliança Democrática, entre o grupo palaciano e a maioria conquistada nas ruas pelo PMDB. Por isso, a crise existente hoje no PMDB reflete-se no Palácio do Planalto. Considero-a como uma crise interburguesa. Era necessário um remanejamento da hegemonia política no topo do poder. O grupo palaciano aferrou-se à máquina executiva, aos ministérios e ao Presidente Sarney, como comando do Executivo, para tentar resolver esse problema pelos métodos tradicionais da ditadura militar, que são os do uso de uma posição de força, retornando o período autoritário e adotando um outro método, co-

mum na época da ditadura militar, o fisiologismo, tentando uma composição com os governadores e através da máquina administrativa recompondo uma sustentação dentro do Congresso Constituinte e do Congresso Nacional. Esse contexto produz uma crise de governo em que o Presidente Sarney, para manter-se no poder sem bases sólidas parlamentar e de apoio popular, terá de valer-se do braço coercitivo do Estado. Sabemos onde estão seus instrumentos, suas ações e seus métodos. O Governo não tem mais uma sustentação parlamentar confiável e sólida. Essa base, esse alicerce não pode ser erguido na graxa do fisiologismo. Para alcançar a decência, precisa contar com as lideranças que formam, em certo sentido, o PMDB, que aos olhos da opinião pública tem diferenças: Covas é diferente de Carlos Sant'Anna; Fernando Henrique Cardoso é diferente de Prisco Viana. O de que o Governo precisa não é da legitimidade de Carlos Sant'Anna e Prisco Viana; precisa da legitimidade de Mário Covas e de Fernando Henrique Cardoso; precisa da história do PMDB, precisa do respaldo desse partido para limpar sua imagem perante a opinião pública.

Essa crise do PMDB se reflete no Palácio do Governo, porque há uma crise no interior das forças que outrora o sustentavam. É por isso que essa crise não pode ser enfrentada com Sarney. Com Sarney, a crise se aprofunda. Ela precisa ser enfrentada sem Sarney, pois a dinâmica da crise política o colocou como o arquiteto de um arco retrógrado, conservador e reacionário, sem condições de buscar legitimidade nas ruas nem nas praças – e dificilmente as lideranças prósperas do PMDB irão arriscar seu futuro, dando aval a um Governo que não lhes oferece segurança para as próximas eleições. Aí, a eleição direta para Presidente da República passa a ser uma questão-chave, porque sem essa campanha e sem a eleição teremos um governo que cada vez mais se arma e se abraça com a direita e com o reacionarismo, como saída para continuar governando o País até a próxima eleição.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Osvaldo Lima Filho.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO: – Não discordo muito de V. Ex.^a, muito pouco, talvez. A análise que V. Ex.^a faz da composição do poder no Brasil parece-me até certo ponto aceitável, inclusive – veja V. Ex.^a – porque no Brasil há uma diferença de métodos entre o que V. Ex.^a prega e o que eu sustento. No regime presidencialista podem ocorrer essas contradições absurdas. Verifica-se, no Brasil uma eleição onde o Partido do Movimento Democrático Brasileiro é vitorioso em vinte e dois Estados, desde o Acre ao Rio Grande do Sul e essa eleição não tem consequência alguma. O Partido da Frente Liberal, derrotado em todo o País, continua ocupando no Governo os mesmos postos que ocupava. Nesse ponto V. Ex.^a tem razão. Há uma cisão dentro da Aliança Democrática – acho que esta prestes à desaparecer, se já não desapareceu de todo – que precisa ser resolvida. Mas a solução que encontro, nobre Deputado Constituinte é a adoção do regime parlamentarista.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Nobre Constituinte Osvaldo Lima Filho, tenho uma posição contrária ao parlamentarismo. Não pretendo, neste discurso, entrar na discussão de fundo sobre

o parlamentarismo e o presidencialismo. Pretendo dar maior importância à questão conjuntural da crise do Governo, e gostaria de alongar-me neste tema. Essa questão tem a ver com a Constituinte, pois a Assembléa Nacional Constituinte, filha produzida e eleita à imagem e semelhança da transição, foi uma Constituinte convocada, vinculada à eleição de Governador. Foi um Congresso Constituinte escolhido em uma eleição que, digo, não foi democrática. Por que essa filha, de uma hora para outra, passa a ser uma ameaça para o seu criador? Essa filha, a Constituinte, é de maioria conservadora, de maioria que não vai colocar em xeque a natureza da propriedade, a natureza do estado burguês, das relações de opressão e discriminação. Isto não se colocará em jogo. Mas a classe dominante pensa que a Constituinte ousou demais; a maioria da burguesia brasileira achou que a Constituinte ousou demais quando discutiu a sua soberania. Agora, o Palácio do Planalto está achando que as conclusões das comissões temáticas ousaram demais: é preciso um substitutivo.

Temo que nos bastidores se articule um substitutivo para trazer à Comissão de Sistematização. Temo e chamo a atenção para isto, porque se aquele trabalho das comissões temáticas for deixado de lado pelo Relator da Comissão de Sistematização, teremos isto sim – e pior – através do consentimento da Comissão de Sistematização e do seu Relator, um golpe branco no próprio desenvolvimento da Assembléa Nacional Constituinte.

A hora do substitutivo será a partir das emendas em plenário, quando se preparar o projeto para votação, e não agora, via pressão do Líder do Governo – aliás, hoje todos aceitam que Carlos Sant'Anna não é Líder do Governo na Câmara ou no Senado, mas Líder do Governo na Constituinte, o que não poderia haver. O que ele vem intervindo nesta Constituinte não está no gabi. Vem tentando exatamente impor a posição do Palácio do Planalto, posição retrógrada e reacionária, muito mais retrógrada e reacionária do que certamente aquilo que a maioria da Assembléa Nacional Constituinte quer escrever no texto constitucional.

Aí cria-se um outro elemento de crise. E pergunto aos Senhores representantes da burguesia lúcida deste País: como fica a legitimidade da Constituinte? Como vão dizer à população brasileira que esta Constituinte foi uma virada de página na História deste País? Como é que se vai dizer que a Constituinte foi um salto para entrarmos no século XXI, se ela não tem autonomia nem liberdade para deliberar sobre questões cruciais que nas comissões temáticas foram palco de uma polarização – aliás, uma polarização no bom sentido?

O SR. ISRAEL PINHEIRO FILHO: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ GENOINO: – Concederei em seguida, Deputado Israel Pinheiro Filho.

Então, vejam bem V. Ex.^a, os temas mais polêmicos da Constituinte – e um deles merece destaque e a ele vou-me referir antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Israel Pinheiro Filho – é o que diz respeito ao sistema de governo. O que a Maioria, via Palácio do Planalto, quer passar por dentro da Constituinte é um sistema de governo retrógrado e reacionário. E ele se

monta em quatro pontos: num parlamentarismo às avessas, num parlamentarismo que nos faz retornar ao período do II Império, num sistema eleitoral – e aí vou irritar o nobre Constituinte Israel Pinheiro Filho – chamado distrital misto, que é a consagração do curral eleitoral, do clientelismo, do voto de cabresto, do fisiologismo e da utilização da máquina para produzir eleições.

O SR. ISRAEL PINHEIRO FILHO: – Protesto, nobre Deputado José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Em terceiro lugar, do controle, através da máquina do Executivo, das concessões de rádio e televisão, como uma forma de controlar mensagens junto à população. Em quarto lugar, na discussão de um tema que pouca gente faz nessa Constituinte. Aliás, países como Portugal, Argentina – cito esses dois e a Espanha, além de outros que fizeram a transição – tiveram como um dos temas polêmicos a discussão do papel político das Forças Armadas. E essa é uma questão que parece que todos esquecem, não querem enfrentar.

Quando o Relator da Subcomissão, o nobre Constituinte José Fogaça, entrou na discussão desse problema, colocando os ministros militares subordinados ao primeiro-ministro, passíveis de censura, mesmo eu, que discordo da proposta parlamentarista, acreditei que a questão era da maior importância. Criou-se um grande alarido, porque não se discute um outro elemento fundamental desse Estado reacionário: o papel político das Forças Armadas. Por isso, nem a conclusão da Comissão Afonso Arinos foi aceita, pois ela é a redação da Constituição espanhola: As Forças Armadas são responsáveis pelos poderes constitucionais. Nem isso. Então, vejam bem, está-se montando um sistema político retrógrado, extremamente coercitivo, repressivo. E é necessário que neste momento – e vou concluir, para conceder as partes – assim como a Constituinte tem de discutir o mandato do Presidente Sarney e o sistema de governo, temos também de enfrentar na praça, nas ruas, na discussão com a população, a questão do mandato do Presidente Sarney. Por isso a importância desse comício pela campanha das diretas e da discussão dos elementos democráticos no debate sobre o sistema de governo. Temos de discutir isso, mesmo passando para o sistema parlamentarista ou o sistema presidencialista, na medida em que acho que presidencialismo ou parlamentarismo não constituem uma questão de fundo para qualificar o Estado, porque me parece que a questão de fundo no Estado é a sua natureza de classe.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte José Fogaça.

O SR. JOSE FOGAÇA: – A última frase de V. Ex.^a, nobre Constituinte José Genoino, quase que abre o meu aparte, ou seja, em nenhum momento a Subcomissão do Poder Executivo disse que a mudança do sistema de governo iria alterar as profundas injustiças estruturais que vigoram na sociedade brasileira, injustas não resultantes do sistema de governo, mas das relações sociais, das relações de produção. E com respeito a isso temos a mais clara e a mais límpida consciência. Mas é de se perguntar: Qual o sistema de governo que dá maior flexibilidade e abre maiores perspectivas para a instalação do conflito democrático

na sociedade, sem que esse conflito possa afetar a estabilidade das instituições democráticas? O único sistema de governo que permite isso é parlamentarista. O sistema presidencialista, já está provado, nasceu associado a uma concepção patrimonialista e militarista do Estado. E não entendo que V. Ex.^a, que tem combatido essa militarização do poder e das instituições políticas do nosso País, não esteja cerrando fileiras em defesa do parlamentarismo. Foi o parlamentarismo, em Portugal, que desalojou os militares do processo político. Lá, os militares fizeram a revolução, aliás democrática, através das lideranças de Antonio Spínola e depois de Otelo Saraiva, um General e outro Coronel. Gradativamente eles foram excluídos do processo e hoje sequer há a presença de um militar na vida política enquanto militar. Ramalho Eneas só está presente na vida política, porque é presidente de um partido político e atua como tal. Os militares foram totalmente excluídos do processo político graças à instalação de um regime parlamentarista de governo. Portanto, não entendo como V. Ex.^a, um combatente severo – a meu ver, com inteira razão e com a minha solidariedade – da doutrina de segurança nacional, que perpassa as instituições políticas neste País, e da militarização de todas as nossas instituições políticas, não se coloca ao lado da defesa do sistema parlamentarista e assume uma posição dúbia: não é muito a favor do presidencialismo, mas não defende o sistema parlamentar de governo. Quero dizer a V. Ex.^a que a única forma de um partido socialista governar este País é através de um regime parlamentarista. Jamais haverá no Brasil um presidente eleito por um partido socialista e que represente o presidencialismo clássico e ortodoxo, até porque essa militarização vai levar permanentemente aos golpes militares. Não que eu não seja defensor de um processo de socialização, mas a experiência histórica tem provado – e V. Ex.^a foi personagem dessas experiências históricas – que, quando se instala o processo ano, as causas populares têm sido derrotadas. Não há experiência, na vida brasileira, de vitórias populares, quando se instalaram o conflito e a instabilidade política. Logo, a forma pela qual um partido, como o de V. Ex.^a – o PT – passa a ser uma grande alternativa política para este País, com presença no Governo, é a do parlamentarismo. Dou um exemplo a V. Ex.^a: na Itália, o Partido Socialista de Bettino Craxi, que tinha apenas 10% dos votos, governou a Itália nos últimos anos e a conduziu para a condição de detentora do quarto produto interno bruto do mundo, com a maior, mais justa e igualitária distribuição de renda da Europa Ocidental. Portanto, lamento que V. Ex.^a defende um sistema de governo profundamente eivado de militarismo e da pérfida doutrina de segurança nacional, que embora as instituições democráticas e destrói todo o projeto democrático do povo brasileiro. Quero que V. Ex.^a cerre fileiras ao lado da luta parlamentarista.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Nobre Constituinte José Fogaça, certamente as nossas divergências sobre o sistema de governo são menores porque, na discussão da democratização das relações do poder com a sociedade, temos muitos pontos em comum, se bem que comprehendo que essa democratização jamais poderá eliminar a contradição de fundo da própria natureza do Esta-

do. Não adoto uma posição ambígua com relação ao presidencialismo e ao parlamentarismo. Mas já que V. Ex.^a se referiu a isso em seu aparte, vou deixar clara minha posição. Defendo o sistema presidencialista sem que este tenha o grau, o nível de militarização que tanto eu como V. Ex.^a temos o compromisso de combater na Assembléa Nacional Constituinte. Eu, por exemplo, defendo um único Ministério – no caso, o da Defesa – defendendo o papel constitucional das Forças Armadas no sentido da defesa do País, defendo a extinção do Conselho de Segurança Nacional e defendo a autonomia do poder civil sobre o poder militar. Votei emenda nesse sentido, de autoria do Vice-Líder no exercício da Liderança, o nobre Constituinte Roberto Brandi, do PMDB de Minas Gerais.

No Brasil, o problema do parlamentarismo envolve várias questões. A primeira é conjuntural, porque há décadas não temos eleições para Presidente da República, que envolvem uma polarização política, uma opção de programa e uma opção de candidatos.

Acredito ser mais fácil as forças progressistas terem um candidato à Presidência da República com possibilidade de ganhar, através de eleições diretas, do que ter uma maioria no Parlamento.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Permite-me V. Ex.^a? Gostaria de fazer uma pequena observação. Acho que esta é uma visão que pode ser correta do ponto de vista eleitoral. Talvez seja possível que as forças progressistas vençam uma eleição com um candidato carismático, magnetizador e com uma proposta de programa coerente, até progressista, transformador da sociedade. Desculpe-me V. Ex.^a, mas esta é uma visão, a meu ver, aparelhista. Bastará tomar conta do aparelho do Estado e entronizar-se na Presidência e, lá de cima, um Presidente iria golpear a estratificação da sociedade brasileira, na forma enraizada durante quatrocentos anos. Isto prova que cada vez que um Presidente tenta caminhar na direção das transformações sociais, ou tem de se suicidar, ou renunciar, ou abandonar o País. Portanto, esta visão me parece aparelhista e golpista, no sentido de suporte que um Presidente, eleito pelo voto direto da população, mas como uma figura representante de um poder unipessoal, conseguirá golpear as instituições retrógradas – é verdade – do nosso País, a partir desse poder, sem organizar a sociedade e sem mobilizá-la. Nobre Constituinte José Genoino, V. Ex.^a foi extremamente generoso comigo. E verdade que abusei, mas é uma forma de me enriquecer também participar do pronunciamento de V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Estamos numa discussão franca. Temos tido discussões francas, sinceras. Aliás, antes de ser Parlamentar já debatímos sobre esses aspectos. Mas vou tratar do parlamentarismo com outros elementos que não apenas os conjunturais. Para mim a questão é estrutural, mais de fundo: o parlamentarismo, no sistema capitalista, numa sociedade dividida em classes, que tem o choque de classes, funciona como um amortecedor diante das crises, dos confrontos de classes. Ele representa um condomínio para acomodar as várias frações dos vários grupos de classes no ajeitamento dos momentos de crise. Ele é um amortecedor, um pára-choque, porque quando a população vota para Presidente

da República – esta não é uma visão golpista – estabelece uma relação com o poder através do Presidente da República para fiscalizar, apoiar etc. Como é que resolvemos esse problema no parlamentarismo?

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Nobre Constituinte José Genoino, revolução não se faz da tribuna nem de gravata. Revolução, V. Ex.^a sabe, se faz de outra maneira. Da tribuna e de gravata se encontra democraticamente a solução para o conflito, pela via institucional do Parlamento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Nobre Constituinte José Fogaca, na tribuna, de gravata e paletó, V. Ex.^a sabe, não se faz a revolução que imagino como socialista. Não dissocio a minha intervenção na tribuna, de paletó e gravata, do objetivo maior da revolução, porque certamente muitas teses que defendemos aqui têm a ver com o nosso objetivo maior. Portanto, não há dicotomia. Não é uma murada chinesa que separa uma atitude revolucionária, e hoje, mesmo usando paletó e gravata, na discussão das teses centrais do Estado, podemos enfrentar esses problemas genéricos.

Com prazer, ouço o nobre Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Gostaria apenas de lembrar que Lenin usava paletó e gravata, assim como Trotsky e todas as figuras mais importantes da Revolução Bolchevique. De modo que o paletó e gravata não tiram o sentido revolucionário de ninguém. Se venho aqui de paletó e gravata é porque há uma etiqueta retrógrada nesta Casa que não nos permite vestir-nos como o comum dos cidadãos. Parabenizo o nobre colega pela brilhante exposição. Realmente, nossa posição no PT é de defesa do Presidencialismo, tendo em vista as condições históricas vigentes no País. O ideal socialista se volta, no período de transição, para a organização parlamentar. O Estado é, ao mesmo tempo, Executivo e Legislativo – funde as funções. Isso é abido de todos nós. No entanto, no Brasil, o Presidencialismo representou uma tentativa de organizar a sociedade para a República. Se isso não aconteceu, foi por que as oligarquias traíram o ideal republicano. Hoje, o que se pretende, através da introdução do parlamentarismo, é resolver as contradições burguesas e não as do proletariado. Daí o fato de o PT ter assumido essa posição. Embora não seja a ideal para nós, talvez ainda cheguemos a um parlamentarismo de outro tipo, igualitário e democrático.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Agradeço V. Ex.^a o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nobre Constituinte José Genoino, o tempo de V. Ex.^a já está esgotado. No entanto, em razão de deferência especial do companheiro José Fernandes, próximo orador inscrito, V. Ex.^a dispõe de cinco minutos para concluir sua manifestação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Agradeço à Mesa e ao nobre Constituinte José Fernandes a deferência.

Agradeço ao nobre Constituinte e companheiro Florestan Fernandes o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento. Faço das suas, as minhas palavras.

Há outro problema sério a ser discutido na questão do parlamentarismo. Temos, na história política brasileira, a tradição da marca do autoritarismo e do fisiologismo nas relações entre o Poder Executivo e o Parlamento. E neste aspecto esta Constituinte não apresenta nada de diferente da nossa experiência histórica: os cargos, a caneta, o computador, as chantagens funcionam muitas vezes. Temo que esse caráter fisiológico, cliente lista, seja acentuado. Se hoje o computador diz que Deputado indicou fulano ou cicrano, imaginem amanhã, quando tivermos de eleger o Primeiro-Ministro ou de votar essa ou aquela moção de censura.

Por isso acho que são as questões conjunturais que nos levam a nos preocupar com a instituição do parlamentarismo, principalmente agora, depois de passarmos mais de vinte anos sem eleições diretas para Presidente da República. Aliás, foram poucas as vezes que tivemos essa forma de escolha para Presidente da República na nossa história republicana. Na República Velha, na época da política do "café com leite"; a eleição era o bico-de-pena.

E no momento em que o povo vai votar no Presidente da República, em que vai julgar mandatos e programas, em que vai ter, inclusive, o direito de recuperar a cidadania que lhe foi tirada pela ditadura militar, elegerá um Presidente que não terá condições de exercer seu mandato no sistema presidencialista, com o Congresso Nacional funcionando com suas prerrogativas plenas.

Preferiria discutir essa questão a partir do restabelecimento total das prerrogativas do Congresso, da plena democratização do País, do ponto de vista da relação do Estado com a sociedade, discutindo aí a questão do papel das Forças Armadas. Quanto ao sistema eleitoral, no parlamentarismo, se passar a proposta do voto distrital misto, será uma calamidade. Ai fecha-se o círculo e com a exacerbção do clientelismo, estaremos na mesma situação do antigo regime, apesar do nome de sistema parlamentar.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Aldo Arantes.

O SR. ALDO ARANTES: – Nobre Constituinte José Genoino, hoje estamos participando de uma iniciativa importante. Nossos partidos estão juntos na luta por eleições diretas, nesse comício que hoje se realizará aqui em Brasília. Todavia, não poderia deixar de agora manifestar minha opinião contrária à do nobre Constituinte. O Partido Comunista do Brasil defende o sistema parlamentarista por considerá-lo mais democrático. Mas não temos a ilusão de que qualquer um dos sistemas, presidencialista ou

parlamentarista, vá resolver os problemas fundamentais da Nação. A questão não está aí, mas em saber, dentro das marcas do atual regime econômico e social, qual o sistema mais democrático. E, na nossa opinião, é o parlamentarismo o mais democrático, por permitir que o povo e o Parlamento pressionem o Governo. Tanto isso é verdade quê as Forças Armadas e o atual Poder Executivo têm, como um de seus objetivos fundamentais, quando criticam o anteprojeto da Constituição, a questão da forma de governo. Ora, isso não aconteceria se esse sistema de governo favorecesse o militarismo e viesse ao encontro dos interesses fundamentais das classes dominantes, ou se, ao contrário, não criasse exatamente a possibilidade de pressão po-

pular e, portanto, de maior vigilância sobre o Executivo, porque obrigará a que o programa de governo seja amplamente discutido. Assim sendo, na nossa opinião, o sistema parlamentarista é mais democrático. É bem verdade que o ponto de vista do Partido Comunista do Brasil implica uma democratização deste Parlamento. Neste particular, temos o mesmo ponto de vista de V. Ex.^a. Na medida em que esses setores estão intimidados com a possibilidade da aprovação do parlamentarismo, querem fazer passar o voto distrital, para transformar o Parlamento em algo mais reacionário e elitista do que já é. Desejo, aqui, manifestar a opinião de que, apesar de concordar com V. Ex.^a e com o seu partido em relação à luta por eleições diretas, no combate ao Governo Sarney e ao seu fim, o sistema parlamentarista é mais democrático, atende melhor aos interesses da democracia e, portanto, dos trabalhadores, sem todavia a ilusão de que irá resolver os nossos problemas fundamentais. Na verdade, o sistema presidencialista é autoritário, monárquico, e nele os militares terminam por ter condições mais fáceis de impor a sua vontade ao Presidente da República.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Respeito a sua posição, mas tenho divergências em relação a ela. Quero deixar bem claro que isso não é obstáculo para que estejamos juntos numa questão hoje muito grande e maior, que é a luta por eleições diretas para Presidente da República. Por isso estamos juntos no comício de hoje, estaremos juntos no dia 12, em São Paulo, e em várias praças públicas deste País, exigindo eleições direta para Presidente da República. Estaremos juntos derrotando, na Assembléa Nacional Constituinte, o voto distrital misto, e votando o estabelecimento de mecanismos de controle democrático sobre as Forças Armadas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Ouço o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Nobre Constituinte José Genoino, acho que, antes de discutirmos presidencialismo ou parlamentarismo, temos de conquistar imediatamente eleições diretas. Certamente V. Ex.^a ainda não votou para Presidente, como eu, assim como diversos companheiros desta Constituinte. Então, acho que acima de qualquer discussão sobre presidencialismo ou parlamentarismo, temos de nos engajar na luta por eleições diretas em 88. Depois, poderemos discutir o regime de governo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Concordo inteiramente com V. Ex.^a. Vamos conquistar eleições diretas para Presidente da República após a promulgação da Constituição. Para isso é necessário ir às ruas. Estaremos começando esse processo hoje aqui em frente ao Congresso Nacional: às 18 horas, iniciaremos o comício, quando os oradores falarão sobre eleições diretas para Presidente da República em 1988. Muito obrigado aos companheiros e companheiras Constituintes. (Palmas).

Durante o discurso do Sr. José Genoino, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é

ocupada pelo Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): –
Concedo a palavra ao Sr. José Fernandes.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDT – AM. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a discussão sobre o regime de governo é de muito interesse e representa uma das etapas primordiais do processo de elaboração da nova Constituição. Particularmente creio que o presidencialismo seja adequado, desde que o povo, soberanamente, escolha o representante capaz de bem conduzir os destinos do País. Precisaria citar a grande obra do eminente ex-Presidente, grande brasileiro e estadista Juscelino Kubitschek. Diria que o presidencialismo, do período em que governou o País o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, foi uma ótima solução para a Nação brasileira.

Talvez o momento de incerteza que envolve todo o povo no atual período, o claudicar constante do Governo, a falta de decisão e também a inexisteência de qualquer roteiro na condução de todos os setores da Administração, leve-nos a pensar no parlamentarismo.

Podemos citar homens que inclusive não participaram do Parlamento, mas amaram o povo e o povo os amou. Podemos citar também a legislação que começou a trazer benefícios à classe obreira nacional, que até hoje sustenta o elenco dos direitos trabalhistas alcançados num governo autoritário como em o de Getúlio Vargas.

Não importa, então, o tipo de governo que a Nação tenha. Importa muito mais que o governante trabalhe para o povo e não para quatro ou cinco áulicos que o cercam. Assim, precisaríamos agora, talvez até afastar alguns homens que não têm tido coragem de dizer ao Presidente que a fome está grassando nas ruas, inclusive no meio rural e muito mais nas periferias das cidades; qual não têm tido coragem de dizer-lhe que o desemprego começa a aumentar, que não é verdade que temos qualquer política que, por exemplo, promovesse a redistribuição de rendas nos últimos dois anos; e que não é verdade também que o povo não queira soberanamente escolher o presidente.

Há aqueles que, talvez, com o intuito de agravar ao Rei e não ao reino, como pensava Luiz IV, acreditam que incensando o presidente e dele escondendo as dificuldades geradas nos lares pobres das cidades e da área rural, apenas dizem que estão prontos a trabalhar, afim de evitar determinadas medidas que venham a contrariar o interesse do atual governante, o Presidente José Sarney.

Parce-me, então, que não importa a presença de José Sarney ou o fracasso dos dois anos do seu Governo.

Talvez se busquem as esperanças geradas na última campanha das "diretas já" – que já passou a "diretas jaz" – e hoje, nesse primeiro movimento que se realizará em frente à Câmara dos Deputados, talvez se procure reacendê-las e dizer ao povo quê dele emana a decisão de escolher soberanamente os dirigentes do País. Como povo indo às ruas, escolhendo soberanamente o presidente da república, talvez devéssemos sepultar qualquer expectativa de parlamentarismo. O parlamentarismo não é uma forma de Governo que

se possa condenar de pronto, dizendo que seria prejudicial ao País, com certo conceito no grupo das nações desenvolvidas, pelo tamanho do seu Produto Interno Bruto, pelo valor das suas exportações e, negativamente, pela dimensão da sua dívida, mas que ainda guarda alguns princípios inerentes ao subdesenvolvimento. Dentro desses princípios poderíamos citar a capacidade de emprego e subemprego no serviço público. Se observarmos as prefeituras das capitais, veremos que não apenas nos vinte anos de ditadura, mas muito mais nos últimos quatro anos que antecederam os atuais governadores nos diversos atados, se acentuou, na sua maioria, o processo de empreguismo. Isso sem corresponder realmente às necessidades de agilização e até de aumento do Produto, através do serviço público. Inclusive, estimulamos e desqualificamos a função de servidor público, que passou a ser representada não pelo mérito, mas pelo apadrinhamento e por conluios que levaram milhares de pessoas a ocupar postos indevidamente. Além de se desvalorizar o servidor público na sua qualificação, deteriorou-se também sua remuneração.

Dante da situação, alio-me aos defensores do presidencialismo, porque, se pudermos observar, de uma parte dos governadores que ascenderam politicamente depois das últimas eleições, parece até que o nepotismo – o desejo de empregar cada vez mais – faz parte do cotidiano dos que têm alguma parcela de poder.

Fico a imaginar que se um presidente da República, necessitando do regime parlamentarista, dividir o poder com tantos quantos fossem participar do Ministério, essa divisão representaria a convocação de milhares de pessoas para a ineficiência da máquina estatal e a desqualificação do funcionário público.

O presidencialismo pode continuar a ser o regime que orienta o País. Nesse sentido, não importam as grandes causas que se discutem na Constituinte, mas que se encontre uma solução real para o Brasil, no resgate da dívida social cujos juros atualmente só tem aumentado. Aumentou também seu principal, porque nada foi resgatado. Ao contrário.

Durante toda a existência do salário mínimo, o mês de maio do corrente ano foi aquele em que houve a inflexão de sua curva. Foi exatamente o mínimo ponto mínimo. No estudo de mínimos e máximos, espero que assim seja, quando se estudarem as etapas crescentes e decrescentes do valor real do salário mínimo. Marcaremos o mês de maio, o mês da Nova República, o mês do Governo José Sarney, o mês do último Presidente indireto com o ponto mínimo, o ponto de maior desgaste do poder aquisitivo do salário mínimo. Essa é uma grande questão.

Antes de pensarmos que o parlamentarismo resolveria problemas do povo brasileiro, teremos de pensar muito mais em como atuar dentro das variáveis que realmente podem resgatar o País.

Quanto ao Plano Bresser Pereira, quem quiser diga que não se trata de plano moldado no sistema ortodoxo, na ótica monetarista aplicada pelo FMI, através dos seus técnicos. Mas quem comparar as receitas do FMI chegará à conclusão de que não poderia fazer melhor que o Ministro Bresser Pereira, o mais capacitado técnico: do Fundo Monetário Internacional. Porque, se não bastasse o arrocho salarial, a expectativa de a

máquina produtiva nacional voltar ao mercado externo, concluiu-se que S. Ex.^a fez um tremendo saque no setor privado com o processo de indexação da OTN. Atingiu a poupança, mas também as LBCs. Com isso, o Governo fez uma espécie de estorço de recursos do setor privado para a sua máquina. Isso, em um regime presidencialista, mas poderia ser assim também em um regime parlamentarista. O que importa nesse caso é o critério. É duro ver um Ministro, a quem acompanhei quase cotidianamente nos últimos dez anos, através dos seus escritos – quer por seus livros, quer por sua coluna no jornal "Folha de S. Paulo" – pessoa a quem admirava pela coerência e inteligência manifesta nas atribuições que fazia em relação à política econômica, vir aqui dizer, em companhia de Maria da Conceição Tavares e José Serra, que os salários não são inflacionários. Afirmação contrária valia quando estavam na oposição. Hoje, no Governo, opinam que a política econômica tem de mudar. Essa transformação chegou ao ponto de levar esses economistas a pensar que podem realmente mudar as leis de mercado através de decretos, haja vista que partiram para um novo eufemismo, cognominado congelamento. Não na Antártida, ou no Ártico, mas congelamento nos trópicos, na Amazônia, realmente quente, pois nada congelou. Todo dia saem mais aumentos; única coisa que não está aumentando é o salário do trabalhador.

Este é o plano competente e bem dirigido, pois, na medida em que, pelo agregado da demanda, compõe a capacidade de participação do trabalhador brasileiro no mercado, faz com que o produto nacional possa ser automaticamente transferido para o setor externo, com a política de desvalorização do cruzado em relação ao dólar. Isso facilita aos exportadores a conquista de mercados, mas beneficia os consumidores externos, através da baixa remuneração paga aos nossos operários. Vai, então o produto do suor do brasileiro servir a mesa dos alemães, dos franceses, dos japoneses, de tantos quantos querem beneficiar-se do valor ínfimo dos produtos nacionais colocados à sua disposição no mercado internacional.

E esta a grande questão: saber se este País vai continuar com uma justiça que acode não aqueles que a procuram, mas os que podem pagar as custas, a fim de atender ao processo de ocupação e de pedir a jurisdição do Estado.

A prestação jurisdicional deixou de existir para os pobres, porque, mesmo que haja advogados que os atendam gratuitamente, eles não têm a menor condição de pensar em justiça distributiva, em face do processo hoje existente.

Lembro-me de que se chegou neste País a fazer um absurdo: a Justiça do Trabalho é especializada, mas o Estado, que comanda cerca de 60% da economia nacional e que tem milhares de empregados nas estatais e em suas subsidiárias, resolveu, por si mesmo, que as causas trabalhistas em que a União fosse interessada seriam destocadas da Justiça trabalhista para a federal.

Conversei, em meu Estado, com alguém demitido de uma estatal, que me disse estar o seu processo há quatro ou cinco anos no Tribunal Federal de Recursos e que não espera rápida solução do mesmo.

Cabe perguntar, no caso, qual é o trabalhador que, com uma parcela de pequeno valor de sua

indenização pode sair de seu Estado para se defender no Tribunal Federal de Recursos? A resposta é: nenhum. Então, é recorrido de ofício, e aqui a União dá as cartas.

Temos necessidade, por exemplo, de agilizar o sistema de fiscalização nacional. Há muitas discussões em torno da falência das prefeituras, que resulta na falência dos prefeitos. Mas o que sei, hoje, é que as prefeituras estão falidas, e há prefeitos que "vão muito bem, obrigado", pedindo até que as prefeituras sejam levadas à falência, porque eles vão melhorando a cada dia, depois que se tornam prefeitos. Onde está o aparato de fiscalização estatal? Onde estão os tribunais de contas? Estão nas nomeações políticas, em que não se examina a capacidade, a honestidade e a seriedade dos candidatos; apenas o interesse e os conluios políticos são levados em conta.

Pergunto: O parlamentarismo aumentaria ou diminuiria essas discrepâncias? O parlamentarismo talvez as aumentasse. Precisamos aderir à proposta, que hoje faz avanços, de alterar o processo de preenchimento das vagas nos tribunais de contas, a fim de que possamos realmente fiscalizar as contas da União. Talvez desta forma tivéssemos muitos prefeitos ricos, mas teríamos, seguramente, menos prefeituras falidas.

São todos esses processos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que precisamos levar em consideração. Não adianta ficarmos aqui preocupados com o Palácio do Planalto, cujo ocupante tem perturbado realmente as atividades da Assembléa Nacional Constituinte, onde a preocupação dos Constituintes é fixar o mandato presidencial em quatro, cinco, seis ou sete anos. Devemos esquecer isso. Fui um dos que advogaram a tese de que esta Assembléa Nacional Constituinte deveria ser soberana e exclusiva. Que não ficássemos a discutir se devíamos dar anistia em razão das propostas dos Ministros, fixar em 5 anos o mandato presidencial, se há 10 mil cargos para serem distribuídos, ou se alguém quer devolver o cargo que ocupa.

Está faltando, sobretudo, sentido de patriotismo em cada Constituinte. Uns já o têm, mas a muitos falta senso para entender que aqui não vieram para discutir apenas o mandato do Presidente da República, e, sim, também para deliberar sobre a proposta de incorporar ao mercado interno os 70 milhões de brasileiros que, segundo Hélio Jaguaribe, estão fora do poder de compra do mercado consumidor. E como vamos acompanhar essa política? Seguramente não será com o Plano Bresser, nem com afirmações como as do Ministro Íris Rezende, feitas no Palácio do Planalto, segundo as quais o pobre não pode ser aliado, por exemplo, do consumo de proteínas da carne. S. Ex.^a não tem idéia do que é a agricultura quando fala em fazer financiamentos. Pensa apenas nas grandes empresas agrícolas, esquecendo que estamos num processo em que há necessidade, sobretudo, de sobrevivência do povo.

Lembro que um Constituinte, recentemente, fazia uma conta interessante jocosa. Diria ele: "Vou considerar uma família de quatro membros o casal e dois filhos o mínimo que se pode esperar de uma família brasileira". E dizia S. Ex.^a que se esse casal resolvesse, de manhã, não pegar ônibus, ir apenas à esquina, tomar café, com os dois filhos, cada café custava 28 cruzados. Ao meio-dia, a família tomaria mais um cafezinho, que

custaria mais vinte e oito cruzados. À tarde, na hora da merenda, outro cafezinho, e à noite mais um. Só aí, ela já teria gasto quatro vezes vinte e oito, ou seja, cento e doze cruzados. Portanto, por mês, só para tomar cafezinho, o casal e seus filhos precisariam de três mil e poucos cruzados. E o salário mínimo no Brasil é de menos de dois mil cruzados, atualmente.

Quem fazia a conta era o Deputado Sotero Cunha, presidindo esta sessão. É interessante pensar que estas são verdadeiras questões, que devem dizer respeito à tarefa da Assembléa Nacional Constituinte.

Portanto, seja para discutir o parlamentarismo, seja para manter o presidencialismo, Sr. Presidente, encerro dizendo: em primeiro lugar, consideremos o homem, e não as questões do Governo brasileiro. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulineli – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedito Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cláudio Maia – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Eunice Michiles – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PIB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheide – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Egreja – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nono – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Roberto Ponte – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Mussa Dernes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro

Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Sólon Borges dos Reis – PTB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, dia 8, às 14:30 horas.

VIII – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 4 minutos.

ATO DA MESA Nº 19, DE 1987

Dispõe sobre o acesso às dependências do edifício do Congresso Nacional durante o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no uso de suas atribuições.

Considerando que é da tradição parlamentar a disciplina do ingresso de pessoas às dependências do Edifício do Congresso nacional, como está previsto nos próprios Regimentos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

Considerando que em 29 de agosto de 1980 foi baixado o Ato nº 1, assinado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no mesmo sentido;

Considerando que no mesmo ano foram baixados o Ato do Presidente nº 1 e o Ato da Mesa nº 63, ambos disciplinando o ingresso de pessoas nas dependências da Câmara dos Deputados;

Considerando que o atual Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, nos seus artigos 40, 41, 42, 43 e 45, determina a forma como deve ser regulado o ingresso às dependências onde está funcionando a Assembléia Nacional Constituinte;

Considerando que a presente decisão não constitui qualquer precedente nos costumes parlamentares;

Considerando que as medidas em causa são menos rigorosas do que as adotadas em Parlamentos de países democráticos;

Considerando que a decisão tem por objetivo assegurar o livre funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, bem como, dar garantias aos Constituintes, credenciados e populares;

RESOLVE:

Art. 1º Durante o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, são consideradas dependências privativas:

I – Plenário;

II – Salão Verde da Câmara dos Deputados;

III – Salão Azul do Senado Federal;

IV – Salas das Comissões.

Art. 2º O acesso ao Plenário é restrito aos Constituintes, ex-parlamentares, funcionários em serviço e em lugares previamente determinados, jornalistas credenciados.

§ 1º Nas sessões solenes o acesso ao Plenário terá rito definido previamente pela Presidência.

§ 2º A exceção dos Constituintes e ex-Parlamentares, ou dos convidados pela Presidência, todas as pessoas mencionadas neste artigo portarão Identificação visível (crachá).

§ 3º As pessoas devidamente credenciadas poderão transitar pelos Salões Verde e Azul.

Art. 3º Durante as sessões será exigido o uso de traje passeio completo nas dependências referidas no artigo 1º.

Art. 4º Será permitido, a qualquer pessoa, nos termos do art. 6º deste Ato, assistir as sessões, das galerias, desde que esteja desarmada a guarda silêncio, vedadas manifestações de aplauso ou de reprovação ao que se passar no recinto ou fora dele (art. 40).

Art. 5º Nas galerias haverá lugares reservados especialmente para membros do corpo diplomático, altas autoridades, funcionários, representantes da imprensa e público (art. 40, § 2º).

Art. 6º Aos partidos, na proporção do número de seus membros, serão destinados convites a serem distribuídos ao público em geral, para ingresso nas galerias (art. 40, § 3º).

Art. 7º No Salão Negro poderão ser realizados encontros de natureza popular, mediante autorização prévia do Segundo-Vice-Presidente.

Art. 8º Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte os servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem assim, osjornalistas credenciados, assessores parlamentares de órgãos públicos com representação no Congresso Nacional e demais pessoas com atividade oficial permanente portarão identificação vi-

sível (crachá), os primeiros, fornecida pelos respectivos Diretores-Gerais, os segundos, pelo Primeiro-Secretário e os demais pelo Segundo-Vice-Presidente.

Parágrafo único. A identificação é necessária àqueles que usarem uniformes de serviço.

Art. 9º As pessoas não referidas no artigo anterior deverão identificar-se nas portarias ou demais entradas das respectivas Casas, mediante a apresentação de documento de identidade, o qual ficará em depósito, sob a guarda do Serviço de Segurança.

Parágrafo único. O visitante receberá uma identificação visível (crachá), que lhe permitirá o acesso às dependências não privativas de Parlamentares ou da Administração das Casas, devendo restituí-lo ao serviço de segurança, no mesmo lugar por onde entrou, quando, ao mesmo tempo, lhe será devolvida a identidade depositada.

Art. 10. Todos os portadores de volumes, ao penetrarem nas dependências da Casa, deverão deixá-los em depósito sob a guarda do serviço de Segurança, para restituição quando da saída, mediante apresentação do tíquete comprobatório da propriedade.

Art. 11. Os empregados de empresas prestadores de serviço ou fornecedores da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, inclusive quaisquer pessoas que, a qualquer título, venham desenvolver atividades no Congresso Nacional deverão, previamente, se munirem de identificação visível (crachá) que lhes permitirá a permanência em seus locais de trabalho, a qual restituirão ao Serviço de Segurança após concluídas suas tarefas.

Art. 12. Sob a supervisão direta do Segundo-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, através dos Diretores-Gerais, os Serviços de Segurança da Câmara dos Deputados e do Senado Federal farão cumprir, fielmente, as disposições deste Ato.

Art. 13. Poderão ser adotadas outras medidas de segurança, que, a critério da Mesa, forem julgadas necessárias, aplicando-se, subsidiariamente, as normas pertinentes, constantes da legislação interna da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 14. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 1987. – **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 91

QUINTA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 97^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 8 DE JULHO DE 1987.

I - Abertura da sessão.
II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.
III - Leitura do Expediente.

OFÍCIO

Nº 50/87 - Do Senhor Constituinte José Carlos Grecco, participando que se ausentará do País no período compreendido entre 24 e 31 de julho do ano em curso.

IV - Pequeno Expediente

FURTADO LEITE - Apelo ao Presidente e ao Relator da Comissão de Sistematização no sentido do acatamento de emenda do orador, rejeitada pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, visando à ampliação do processo de fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União.

ADHEMAR DE BARROS FILHO - Apoio a medidas reclamadas pela Comissão Especial de Vereadores constituída pela Câmara Municipal de Santos, Estado de São Paulo, com a finalidade de oferecer ao Governo alternativas de solução para o problema do alto custo dos empréstimos bancários a micro, pequenos e médios empresários da região.

ERALDO TRINDADE - Mutirão contra a violência, programa coordenado pelo Ministério da Justiça.

EVALDO GONÇALVES - Festas populares juninas na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Artigo publicado no *Jornal do Brasil* pelo jornalista José Nêumanne Pinto: "A fogueira e a pira".

JUAREZ ANTUNES - Avaliação do comício realizado em Brasília em favor de eleições diretas para Presidente da República em 1988.

EDUARDO JORGE - Repúdio do orador a opiniões contrárias à reivindicação de estabilidade para o trabalhador e à jornada de trabalho de 40 horas, publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

NELSON SEIXAS - Moção aprovada quando da eleição do orador para presidente da Federação Nacional das APAE - Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, por ocasião do 13º Congresso da entidade, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte "Carta aberta de Natal".

GUSTAVO DE FARIA - Conveniência de revogação da obrigatoriedade do recolhimento do empréstimo compulsório nas viagens aéreas e marítimas internacionais.

JOSÉ DUTRA - Necessidade de supressão ou reformulação do art. 434 do anteprojeto de Constituição, que considera privilégio da União a pesquisa, a lavra e a exploração de minérios e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em terras indígenas.

ASSIS CANUTO - Preocupações dos pequenos e médios agricultores e dos empresários rurais ante o pacote agrícola lançado pelo Governo, no que concerne à falta de normas de fixação do Valor Básico de Custo e à falta de deferimento às postulações dos agricultores quanto a propostas de financiamento para a próxima safra.

VASCO ALVES - Dia Nacional do Mutirão das Emendas de Iniciativa Popular. Gravidade da situação da cafeicultura nacional.

AMAURY MULLER - Êxito do comício realizado em Brasília em favor de eleições diretas para Presidente da República em 1988.

GUMERCINDO MILHOMEM - Solidariedade aos professores grevistas do Rio Grande do Sul. Causas de manifestação popular contrária ao PMDB por ocasião do comício realizado em Brasília em favor de eleições diretas para Presidente da República em 1988.

EDMÉ TAVARES - Necessidade de ampla reforma tributária para correção das distorções e existentes no atual sistema.

OLÍVIO DUTRA - Transcurso ordeiro do comício pró-diretas em 1988, realizado em Brasília, Distrito Federal. Necessidade de destruição dos estoques de carne, leite e derivados, contaminados pela radioatividade, e de proibição da importação de estoques semelhantes.

NILSON GIBSON - Aplauso à atuação do ex-Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga, Thiers Fattori Costa.

TITO COSTA - Pronunciamento de Monsenhor Luciano Tullio Grilli no ensejo das comemorações dos 90 anos da chegada ao Brasil dos sacerdotes da Ordem Premonstratense, em Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

FRANCISCO AMARAL - Septuagésimo nono aniversário da imigração japonesa para o Brasil.

JORGE UEQUED - Premência de medidas governamentais visando à reestruturação do salário mínimo. Correspondência recebida pelo orador do Sr. Agenor Soares, de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, a propósito do assunto.

ODACIR SOARES - Documento dos membros das Câmaras Municipais de Pimenta Bueno, Espigão d'Oeste e Cacoal, no Estado de Rondônia, sobre a gravidade dos problemas acarretados pelo rationamento de ener-

gia elétrica. Sugestão do orador no sentido da ultimação dos estudos sobre aproveitamento termelétrico e exploração dos recursos hídricos da região.

JOSÉ LUIZ SÁ – Irregularidades na aquisição de suprimentos para abastecimento do refeitório dos funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional. Reiteração de pedido de esclarecimentos à companhia sobre transporte de carvão e de coque do porto de Sepétaba à usina de Volta Redonda.

MANOEL CASTRO – Protesto contra proposta de divisão do território do Estado da Bahia.

SALATIEL CARVALHO – Defesa do acerto da invocação do nome de Deus no preâmbulo do anteprojeto de Constituição apresentado pelo Relator Bernardo Cabral, da Comissão de Sistematização, ante crítica publicada pela Folha de S. Paulo, sob o título "Deus e a Constituição".

SÓLON BORGES DOS REIS – Trabalho elaborado pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, contendo sugestões para o título "Da Educação" do anteprojeto de Constituição.

GILSON MACHADO – Inconveniência da alta taxação incidente sobre os custos finais dos veículos produzidos no Brasil.

V – Comunicações das Lideranças

VICTOR FACCIONI – Ofício dirigido pelo orador ao Presidente Ulysses Guimarães reiterando pedido de informações ao Ministro da Fazenda a propósito da economia nacional. Considerações sobre o momento político nacional.

ÁTILA LIRA – Protesto contra o fechamento, pela Universidade Federal do Piauí, dos campos universitários das cidades de Floriano e Picos. Telex dirigido ao orador por persona-

lidades de Picos e noticiário da imprensa local a propósito do assunto.

MANOEL CASTRO (Retirado pelo orador para revisão.) – Política nacional de transportes urbanos.

JORGE HAGE – Comício pró-diretas, em Brasília, Distrito Federal.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Campanha de desmoralização dirigida contra a Assembléa Nacional Constituinte. Solicitação de resposta da Mesa a proposta apresentada pelo orador com referência ao processo de discussão do anteprojeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta à solicitação do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

HAROLDO LIMA – Éxito alcançado pelo comício pró-diretas realizado em Brasília, Distrito Federal.

ANTÔNIO PEROSA – O comício pró-diretas e a necessidade de eleições diretas em 1988.

OSVALDO BENDER – Congresso Nacional das APAE – Associações de Pais e Amigos de Excepcionais, em Natal, Rio Grande do Norte, e eleição, para presidente, do Constituinte Nelson Seixas.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Comício pró-diretas em 1988, realizado em Brasília, Distrito Federal.

AMAURY MÜLLER – Discordância de determinação da retirada, pela Presidência da Casa, de parte da resposta do Presidente Ulysses Guimarães a convite do orador para o comício pró-diretas. Apoio do PDT a propostas do Constituinte Plínio Arruda Sampaio concernentes ao processo de discussão do ante-projeto de Constituição. Requerimento de instalação de comissão parlamentar de inquérito para investigar a prática de superfaturamento

e subfaturamento por empresas montadoras de veículos automotores.

PRESIDENTE – Resposta à indagação feita pelo Presidente da Comissão de Sistematização. Senador Afonso Arinos, acerca do tratamento a ser dado às emendas de mérito oferecidas, nesta fase, ao anteprojeto de Constituição.

VI – Apresentação de proposições

ANTERO DE BARROS.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

OTTOMAR PINTO (Retirado pelo orador para revisão.) – Parlamentarismo e presidencialismo.

BRANDÃO MONTEIRO – Análise do comício pró-diretas em 1988, realizado em Brasília, Distrito Federal.

NELSON AGUIAR – Pronunciamento do Presidente Ulysses Guimarães publicado na "Revista do PMDB" – nº 5: "Eleições diretas para Presidente". Causas de manifestações populares contrárias a parlamentares do PMDB no comício pró-diretas em 1988, realizado em Brasília, Distrito Federal.

NAPHTALI ALVES – Críticas ao anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros.

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros.

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros.

5 – ATAS DAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES (As atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário).

Ata da 97ª Sessão, em 8 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário; Sotero Cunha, Suplente de Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acíval Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio

nio – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Angelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arolde de Oliveira – PFL; Artur Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canino – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bruna de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto Caió – PDT;

Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cartel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deltos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Denis Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carreiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Djenil Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB;

Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dorneles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Franciso Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genibaldo Correia – PMDB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harian Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PR; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Hadad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Tavares – PMDB; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Lha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélia Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Pires – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fructuoso – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Avila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rosipide Netto – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nader – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu Frente – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornelas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A lista de presença registra o comparecimento de 251 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. Constituinte José Carlos Grecco, nos seguintes termos:

Brasília, 8 de julho de 1987

Of. Nº 50-GDJCG
Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Constituinte
Câmara dos Deputados
Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência que estarei me ausentando do País no período de 24-7, a 31-7 por motivos particulares. Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – **José Carlos Grecco, Constituinte.**

IV – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Furtado Leite.

O SR. FURTADO LEITE (PFL – CE Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Apresentei emenda ao anteprojeto dos Planos e Orçamentos da Fiscalização Financeira, Orçamentária e Patrimonial, incluindo no item V do art. 24 "a fiscalização da aplicação de quaisquer recursos repassados pela União a Estados e municípios", ao mesmo tempo em que, num outro aditamento ao Substitutivo da Comissão do Siste-

ma Tributário, Orçamento e Finanças, busque dar ao item V do art. 50 a seguinte redação:

"V – A fiscalização da aplicação dos recursos transferidos pela União a Estados, Distrito Federal e municípios."

Com esta colaboração à feitura de nossa futura Carta, pretendia ampliar o processo de fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União, para sanar grave lacuna no que tange aos instrumentos fiscalizadores dos Estados e municípios.

Reconhecemos que os municípios são carentes de recursos, mas não podemos negar a malversação de verbas, o enriquecimento ilícito e a ausência de interesse numa verificação rigorosa e imparcial dessas contas, seguida de punições irregulares.

Somente um órgão de abrangência nacional, imune a injunções políticas ou a interesses escusos, coibirá e inibirá a ocorrência desses fatos.

Apenas uma parcela mínima dos recursos federais transferidos aos municípios seria fiscalizada pelo Tribunal, submetida ao seu crivo a aplicação de recursos cujas contas, na verdade, já se fiscalizam, uma vez que obrigatoriamente incluídas nas cautelas dos órgãos que transferem os recursos de emergência.

Vultosas somas dos Fundos de Participação transferem-se aos Estados, ao Distrito Federal e aos Territórios e municípios, sem fiscalização maior, fato que pode explicar as excessivos dispêndios da Administração Pública naquelas unidades, contribuindo para o desequilíbrio financeiro do País.

Não adianta pretender policiar as mordomias apenas nos planos nacional e estadual, enquanto os gastos dos municípios não sofrem suficiente controle, havendo vencimentos e subsídios espantosos, que sacrificam o município em benefício de alguns aproveitadores da coisa pública, Senhor Presidente, montados em elevadas sinecuras.

Lamentável, Senhor Presidente, que a dourada Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, sem nenhuma justificativa, rejeitou a emenda, considerada moralizadora na aplicação de recursos públicos.

Observa-se que a Comissão ao apreciar a matéria esqueceu-se de que a Constituinte tem por obrigação propor mecanismos que, pelo menos, dificultem o instituto da corrupção brasileira, preocupando-se apenas com o aumento dos tributos e sua distribuição aos Estados e municípios.

Registro aqui a minha profunda deceção pelo comportamento do Relator que não acolheu esta proposta, contida na Emenda nº 5B0001-6, mas faço um apelo ao Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, e seu Relator, Deputado Constituinte Bernardo Cabral, como patriotas que são, possuidores, reconhecidamente, de elevado espírito público, para acatarem nossa sugestão.

Fica aqui também a minha confiança na Constituinte de que assunto dessa natureza deve ser levado com toda seriedade, Senhor Presidente.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PTD – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em oportuna e aplaudida iniciativa, a Câmara Municipal de Santos, no meu Estado, decidiu

constituir Comissão Especial de Vereadores encarregada de, em conjunto com os representantes dos médios, pequenos e microempresários da região, oferecer ao Governo alternativas de solução para os problemas gerados pelo custo excessivo dos empréstimos bancários.

A questão, como é do conhecimento público, envolve o legítimo interesse de centenas de milhares de pequenos empresários de todo o País, que tiveram suas atividades obstaculizadas pelo crescimento desmedido das taxas de juros.

Contraindo empréstimos destinados à expansão dos negócios, a taxas reduzidas cobradas durante o primeiro congelamento, aqueles empresários foram surpreendidos com a súbita e drástica mudança da economia, que descumprindo os preços e liberou os juros, antes que esses obtivessem qualquer retorno dos capitais aplicados.

A gravidade de tal situação pode ser medida pelo número de apontamentos de protesto, concordatas e falências, que vêm determinando o encerramento das atividades de centenas ou milhares de empresas e o aumento crescente do índice de desemprego, porquanto o Governo, convocado de pronto a intervir em problema por ele mesmo criado, até hoje não conseguiu delinear solução satisfatória à continuidade do trabalho das microempresas.

No memorial conclusivo dos trabalhos, a Comissão Especial de Vereadores da Câmara de Santos enfatiza que a grande maioria das micro, pequenas e médias empresas contraíram dívidas com ônus de 3% mensais, e estão hoje pagando juros que muitas vezes ultrapassam 25% ao mês.

Além disso, esses empresários estão com o seu movimento de vendas reduzido pela queda do poder aquisitivo da população e pela elevação de custos, determinada pelo gatilho salarial, aumentos de aluguéis, reajustes de energia elétrica, telefone, etc.

As medidas prometidas pelas autoridades não passaram de paliativo, em nada ajudando as empresas: a Resolução nº 1.274, do Banco Central, mantém um patamar elevado de juros; e a Resolução nº 1.308, além de não estar sendo observada pela rede bancária privada, é inviável, pois representa elevado compromisso.

O recente programa econômico lançado pelo Governo constitui apoio reduzido, restando a expectativa de medidas econômicas que efetivamente promovam o saneamento global das dívidas das empresas.

Para tanto, seria necessário que os recursos gerados pela aplicação daquelas resoluções fossem operacionalizadas por toda a rede bancária, seja ela oficial ou privada, e que, na hipótese de descumprimento das normas constantes daqueles atos, fosse o infrator punido pecuniariamente.

Reincidente a instituição no descumprimento, os recursos a ela destinados seriam transferidos à rede oficial, vedando-se à mesma qualquer tipo de discriminação quanto ao interessado, seja ele cliente ou não da agência bancária a que comparecesse.

Durante o prazo de carência previsto na Resolução nº 1.308, o saldo devedor deve ser isentado da majoração decorrente da variação das Letras do Banco Central, aplicando-se apenas o percentual de juros de mora previsto, como apoio ao retorno do capital.

Impõe-se que tais medidas sejam efetivamente cumpridas, no sentido de viabilizar esse importante setor da economia, e que seja delegada competência ao Banco Central para exercer rigorosa fiscalização sobre o sistema bancário, tanto nas sedes dos bancos como em suas agências e sucursais.

Desejo, nesta oportunidade, consignar o meu decisivo apoio às justas medidas reclamadas e, especialmente, ao Vereador Nobel Soares de Oliveira, Presidente dessa Comissão; Adelino Rodrigues, Relator; Eduardo Castilho Salvador, membro; Gilberto Tayfour, membro; Odair Viegas, membro, apresentando, ainda, nossa solidariedade ao Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Santos, ao Sindicato do Comércio Varejista de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão e à Associação das Micro e Médias Empresas de Santos, na certeza de que poderão por fim à crise do setor, resgatando mais de um milhão de micro, pequenas e médias empresas varejistas, responsáveis por 80% dos empregos no comércio.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a situação gerada com o aumento do índice de violência em todo o País, tem ocasionado graves consequências, sendo ressaltado com freqüência o débito social do governo, que tem ensejado discussões amplas e profundas, não só nas grandes cidades, mas em todas as unidades da Federação.

Embora o trabalho da Constituinte tenha apresentado até o presente momento uma visão um pouco otimista sobre o combate à violência, é preciso, antes de mais nada, dotar as polícias militares e civis dos equipamentos necessários ao bom cumprimento de suas funções, mas também dotar a própria Justiça dos meios capazes de torná-la mais ágil e eficaz, no trato e definições de processos que, muitas vezes, pela morosidade implícita no curso atual de tramitação burocrática, finda por criar condições para a materialização da impunidade, que é fator gerador de estímulo à criminalidade e à violência, sobretudo nos meios urbanos.

Com a finalidade de tentar reduzir a criminalidade e a violência em todos os níveis, o Governo Federal criou, em 1985, o "Mutirão contra a violência", coordenado pelo Ministério da Justiça e agilizado pelo "Programa Ruas em Paz".

Basicamente, tal Programa objetiva apoiar Estados e Territórios, através de suas Secretarias de Segurança Pública, dotando-as de viaturas e outros bens indispensáveis à sua modernização e ao seu bom funcionamento. Igualmente, o Programa Ruas em Paz tem atendido às necessidades de implantação, reforma e ampliação de presídios e cadeias públicas, objetivando criar condições mínimas para a manutenção dos apenados, em obediência à Lei de Execuções Penais e aos preceitos preconizados pela ONU, em suas Regras Mínimas para o tratamento dos reclusos e recomendações pertinentes.

É inegável a importância dessa ação por parte do poder público. Porém, o que nos preocupa é a existência de solução de continuidade na liberação de recursos para a manutenção desse Programa, atrasando e, às vezes, inabilitizando o atin-

gimento de metas indispensáveis à redução da criminalidade e da violência em nosso País.

Esta análise leva-me a apresentar aos nobres parlamentares a preocupação que temos, em meu Território, o Amapá. Naquela terra de tanta riqueza e de tantas esperanças, existem problemas graves na área da Justiça. Atualmente, o Amapá conta com apenas dois Juízes, atuando nas áreas cível e criminal, com a responsabilidade de prestar atendimento a uma população estimada em cerca de 250 mil habitantes. É inegável que a Justiça, nestas condições, é incapaz de desempenhar sua missão. Como resultante, existem mais de onze mil processos prescrevendo, julgamentos adiados e criminosos impunes.

Tal calamidade levou a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção local, juntamente com os Promotores Públicos amapaenses a enviarem documento ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, solicitando a ampliação do número de varas criminais no Território Federal do Amapá.

Até agora descruzei-se da solução deste problema por isso, contamos firmemente com o engajamento do Senhor Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard, a fim de que seja dada prioridade ao exercício da boa justiça no Amapá, para que sua população também possa abraçar não só na teoria, mas principalmente na prática, o slogan "Vamos viver sem Violência."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas).

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o mês de junho que passou, tão fértil em acontecimentos políticos, marcou um período de festas populares na cidade de Campina Grande, com repercussão nacional.

Ali se realizou o maior São João do mundo, com a presença de milhares de turistas, todos convencidos de que é dever dos nordestinos preservarem suas tradições. Em função disso, todos os de lá, como os de fora, prestigiam os festejos juninos de Campina Grande. Não houve espaços que não ficassem ocupados nas ruas e nos bairros, as quadrilhas foram ensaiadas com muita antecedência, e nos dias de junho todos os passos estavam acertados; nos clubes, dava gosto ver a animação; e nos arquiteatros, o povo dançou, durante os dias e as noites, sem se importar com suas dificuldades e com os atropelos da vida nacional.

Campina Grande, por trinta dias, sem deixar de ser a Capital do Trabalho, se transformou no maior centro do forró, o que significa dizer: no tempo maior de exaltação da genuína música popular brasileira. E quando se diz que tudo fora feito sem prejuízo do trabalho, é que nada do que aconteceu, em termos de grandeza e deslumbramento, o fora por acaso. Tudo foi resultado da capacidade de trabalho de jovens empresários de Campina Grande, que estão realizando aquilo que o jornalista José Nêumanne Pinto, de o Jornal do Brasil", chamou de "renascimento do capitalismo campinense", lembrando a nossa condição de maior praça exportadora de algodão, e de que tudo em nossa cidade é fruto da iniciativa privada. Antes, como agora, o poder público sempre agiu subsidiariamente. O desenvolvimento campinense é fruto do trabalho de sua gente e

para acontecer, basta que o poder público não atrapalhe. Tem sido assim. E assim será, através dos séculos, sem fim, amém.

Uma outra faceta a destacar nas festas juninas campinenses: o da cordialidade, por sinal, considerada uma das características básicas da gente brasileira. Anda, porém, escasseando em outras regiões do País. No mesmo mês de junho, durante as festas juninas de Campina Grande, a cordialidade foi substituída pela agressividade, não muito própria da nossa formação histórica. É que nós, do Nordeste, continuamos mais próximos das nossas raízes e mais fiéis aos compromissos da nacionalidade. Enquanto isso, somos mais esquecidos no que toca às mudanças de ordem social e econômica, que nos opõe e nos marginaliza do processo de desenvolvimento.

A Nação brasileira há de sentir, o quanto antes, sim, antes mesmo que seja muito tarde, que deve investir no Nordeste fortalecendo a sua cultura, a sua tradição e a capacidade de trabalho de sua gente, como forma de manter preservada a unidade nacional.

O São João de Campina Grande encerra muitas lições: é possível manter a tradição popular com alegria e cordialidade, sem estagnação. Muito pelo contrário, com o rejuvenescimento das forças criadoras e fortalecimento da iniciativa privada, sem as quais não há progresso, nem plena realização social.

Importa ressaltar, diante do que houve e certamente haverá, doravante, que em Campina Grande as festas juninas foram e serão responsáveis por um São João Maior, dado o exemplo de civilidade e do quanto pode a iniciativa privada no apoio aos legítimos anseios populares.

Peço, Sr. Presidente, que se transcreva nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte o artigo do Jornalista José Nêumanne Pinto, publicado em o Jornal do Brasil, edição de 3 de julho corrente, por conter interpretações luminosas sobre o São João de Campina Grande e o momento político nacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EVALDO GONÇALVES EM SEU DISCURSO:

Jornal do Brasil – sexta-feira, 3-7-87.

A FOGUEIRA E A PIRA

Na mesma noite em que o Presidente José Sarney era apedrejado no Rio de Janeiro, 150 mil pessoas se reuniam numa celebração ingênua, inocente até, e de uma alegria eufórica, mas serena e benfeazeja: o forró do maior São João do mundo, em Campina Grande, na Paraíba. Enquanto os militantes políticos quebravam uma das poucas tradições boas da vida política brasileira, agredindo fisicamente um estadista pela primeira vez na História desde o Grito da Independência, pacíficos cidadãos, súditos desta República nova, mas precocemente envelhecida, celebravam os dons da vida, apesar da crise, da miséria e da desesperança.

O São João de Campina Grande é um exemplo quase perfeito de como a sociedade, motivada, pode produzir um evento de mobilização popular, contando quase somente com seus próprios recursos. Por que a festa, que está superlotando os hotéis e restaurantes da segunda maior cidade

de um dos Estados mais pobres do Brasil, pode ser considerada exemplar como manifestação espontânea da sociedade civil? Em primeiro lugar, porque ela não conta com nenhuma base na tradição. Em termos de festa de grande público, este é apenas o terceiro ano consecutivo que o São João de Campina Grande está acontecendo. É assim um evento cultural que ainda engatinha, do ponto de vista da tradição. Além disso, não conta com o apoio dos meios de comunicação do Sudeste. Os jornais não deram uma linha a respeito, as emissoras de televisão não lhe dedicaram um minuto e as de rádio desconhecem completamente o acontecimento.

Motivada por suas próprias energias, canalizadas pela criatividade de uma administração comprometida com seus anseios, a do prefeito local, Ronaldo Cunha Lima, um poeta do PMDB, a comunidade de Campina Grande produziu, ao longo de três anos, uma festa capaz de entrar no calendário turístico brasileiro apenas por seus próprios méritos. No caso específico, o Estado funcionou **comme il faut**. Apenas estimulou, cercando as iniciativas privadas com a necessária infra-estrutura. Por exemplo, construiu uma pirâmide, na qual o povo dança de graça, e permitiu, em torno da pirâmide, já apelidada de "forródromo", que se instalassem barraquinhas para a venda de bebidas e comidas típicas.

A grande festa do povo é a patrocinada pela Prefeitura, gratuitamente, no "forródromo". Mas o maior São João do mundo é pago e acontece nos clubes, em redor do embrião plantado pela administração municipal do poeta peemedebista. Os clubes tradicionais da cidade – o Campinense e o Médico Campestre – são, ano após ano, mais freqüentados. As casas criadas nos anos anteriores, como o Forrock, estão cada vez mais cheias. E o Spazio, o maior salão de danças da América Latina, equivalente ao dobro do Canecão, conseguiu reunir só na noite de véspera do São João 26 mil pessoas. Elba Ramalho, principal atração da noite, não resistiu às energias do maior forró do mundo e, duas noites depois, deu à luz Luan, seu primogênito.

Pelé, que foi passar duas noites em Campina Grande, terminou ficando a semana inteira e comentou, embêvecido: "É emocionante ver a alegria que este povo ainda consegue ter, mesmo tendo que enfrentar tantos problemas". Mais emocionante ainda é ver como, livre da "proteção" do Estado, a sociedade consegue produzir, não apenas riquezas, mas também saúde, paz e felicidade, pois, ao contrário do Carnaval e de outros eventos do calendário turístico nacional, as festas juninas no Nordeste são de uma saudável inocência pueril.

Pois é, enquanto o povo circulava freneticamente entre as 1 mil e 500 mesas do Spazio, alguns militantes políticos, que se dizem socialistas, conseguiram chegar perto da janela do ônibus em que estava o presidente da República e quebrar sua vidraça com uma enxô, versão pobre da picareta de quebrar neve, arma usada num dos atentados políticos mais famosos deste século, o assassinato de Trotski na Cidade do México. Se o líder bolchevique foi assassinado pelo fanatismo e pela ambição desmedida pelo poder do stalinismo, o Presidente José Sarney também foi ameaçado por um grupo de fanáticos, cuja ce-

gueira política não lhes permite perceber que atentar contra a integridade física do presidente é voltar a picareta contra suas próprias cabeças.

O ambiente político brasileiro é Sórdido e repetitivo. Faltam-nos instituições sólidas, carecem de homens capazes de substituí-las, estamos mergulhados num mar dê corrupção e inépcia. No entanto, há, pelo menos, uma tradição benéfica na vida política nacional: a forma cordial com que sempre tratamos nossos homens de Estado. O atentado da Cinelândia é uma ruptura grave nesta tradição; em nome de uma originalidade de que, não apenas não precisamos, como até queremos distância – e larga distância. Opor-se se um é direito de qualquer cidadão. Agredir fisicamente não é uma forma de oposição, é uma manifestação descabida de falta de civilização. A oposição política e as garantias para que ela se organize, funcione e substitua o grupo no Poder são manifestações civilizatórias de progresso. Agressão física é um sujo resquício da barbárie.

O Presidente quase foi ferido também porque o Governo não tem competência para organizar a segurança pessoal de seu chefe, seja porque confunde democracia com frouxidão demogógica, seja porque não está aparelhado tecnicamente para cumprir as normas fundamentais da proteção de uma autoridade. Enquanto isso, Campina Grande demonstra a competência da sociedade unida, feliz e organizada, enfrentando a crise política e econômica com o sorriso franco e uma festa popular.

Quem passou a semana de São João e São Pedro no Rio de Janeiro não deve ter muito motivo para otimismo, mas quem acompanhou a conturbada semana política à distância, em Campina Grande, dançando o forró, não tem razão é para pessimismo. A alegria do maior São João do mundo tem uma explicação simples: ela nasce do esforço da sociedade em produzir algo de útil e agradável. Para isso, ela só precisa de uma coisa do Estado: que ele não atrapalhe.

Para quem não conhece, é bom esclarecer que Campina Grande foi – como percebeu o dramaturgo Paulo Pontes – a única cidade do Nordeste arcaico e feudal onde houve um esforço saudável para a introdução do capitalismo. Este esforço foi violentamente reprimido na ditadura militar e a cidade decaiu, economicamente, graças ao desprezo da casta tecnoburocrática, que prefiriu se instalar no ócio à beira-mar de João Pessoa. O atual renascimento do capitalismo campinense coincide com a crise, mas seu objetivo é derrotá-la. Ali se dança o forró da democracia.

Entre a fogueira junina de Campina Grande, cujas labaredas são produto da energia espontânea de homens reunidos em sociedade, e a pira da Cinelândia, na qual se podem sacrificar as conquistas da frágil democracia, oscila o péndulo político brasileiro. É preciso reunir competência para trilhar a vereda do prazer inocente do renascimento do capitalismo campinense e evitar a senda da auto-imolação masoquista na arena golpista da fanática 'Brizolândia' fascista-corporativista. – José Néumanne Pinto.

O SR.JUAREZ ANTUNES (PDT- RJ.) Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O silêncio é total, a Casa está vazia, como vazio está o País de governo. Mas, ontem, é possível

que o Presidente Sarney tenha entendido que uma nova etapa começou com o comício em frente a esta Casa. É verdade que a imprensa, que é "sua", falou em cinco ou seis mil pessoas presentes, não importa. O que importa é que o Presidente Sarney não pode pensar naquilo que a "sua" imprensa disse, quando ele sabe do número aproximado de pessoas que ali estiveram.

Sr: Presidente, noutros pontos do País a coisa será a mesma. É bem verdade que todos os Deputados do PMDB foram vaiados, todos os que ali estiveram. Mas isso serve para que o PMDB, no seu todo, faça uma reflexão, uma pequena reflexão. E haverá de entender que ele caminha, inexoravelmente, para aquele caminho da ARENA, com uma diferença que a ARENA era mais autêntica, era contra o povo e falava contra o povo; o PMDB, pela sua cúpula, é contra o povo, mas ainda tenta tapar o sol com a peneira, como tenta o Presidente Sarney. O aparato policial, uma praça de guerra, não importa. Parece-me até que os funcionários dessa Casa foram liberados mais cedo. Isto deve se assemelhar muito à política do Maranhão: quando um candidato vai fazer comício numa cidade, o outro dá o churrasco na roça para tirar a população. Mas não importa. Importa é que este governo há de entender que não tapará o sol com a peneira. Os trabalhadores estão inquietos, o povo está vaiando o Governo onde ele está e onde ele não está. Há uma vaia interior, dentro de cada brasileiro. Somente os apaniguados não partilham dessa vaia, e a coisa nasceu no politizado Rio de Janeiro. Lá, no Rio de Janeiro, nada foi orquestrado, nada foi organizado, e o governo que se respaldava, que sempre se mirava no espelho dos IBOPE, sofreu a amargura da vaia do povo carioca.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Constituintes, os tempos estão mudando. Não adianta policiamento ostensivo, não adianta tentar dizer que o povo queria baderna, a decepção foi do próprio Governo. O povo se portou na mais completa urbanidade, dentro do maior espírito cívico, pedindo por eleições diretas, porque desta vez não cairemos mais naquela esparla surge o Messias e transforma tudo em colégio eleitoral, e o povo foi enganado. Quando tudo estava pronto para que o povo elegeresse o seu Presidente da República, foi dado uma guinada para que os detentores do poder, para que os remanescentes da ditadura ficasssem com os dedos e só perdessem os anéis.

Mas desta vez, o próximo comício, agora, e mais outros, e mais outro, a imprensa não terá como esconder; esconde o primeiro, esconde o segundo, mas não poderá esconder sempre.

A grande imprensa que se beneficia de tudo não poderá esconder. Aquela praça ali é bem conhecida dos Constituintes; mais ou menos 150 por 150 m – 22.500 m².

Se considerarmos só um por m² só um – todo o gramado estava cheio entre as ruas asfaltadas – se considerarmos só um, todas as manchetes de jornais caíram por terra: mais de 20.000 ali estiveram, sem metrô de graça, porque aqui não temos metrô, sem passagem do José Aparecido, porque não houve nenhuma mobilização gratuita pelos partidos, porque os Partidos não o fizeram, ou não puderam fazê-lo. Vieram espontaneamente e até conta a arbitrariedade. Olhem

bem que nos antigos comícios pró-diretas da ditadura não punha tantos policiais na rua.

E como esta Casa esteve cercada de verde oliva e outras cores, nunca se viu!... Mas o povo ali compareceu e deu a resposta, e aqueles parlamentares independentes do PMDB, aqueles que não se elegeram com o Plano Cruzado, aqueles que tinham bagagem própria, que não se considerem vaiados pela população.

Na verdade, quem recebeu a vaia foi a cúpula maldosa do PMDB; quem recebeu foi o Dr. Ulysses, quem recebeu foi Carlos Sant'Anna, quem recebeu a vaia foram os Líderes do Governo.

Eles foram os portas-vozes dessa vaia e que no Congresso do PMDB isso não seja um cavalo da batalha, mas que ao menos sirva para uma pequena reflexão: o povo não está satisfeito, o povo está com fome, com sede de justiça e fome de comida.

Trabalhadores, aposentados, todos estão na miséria; um novo plano aí de arrocho, e o PMDB que discuta bem no seu Congresso para que não caminhe para a boca da cobra como a rã, que vai gritando, mas vai; assim a ARENA foi e caiu no ostracismo, por completo.

Muito obrigado. (Muito bem Palmas.)

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP.) Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes e demais presentes:

Um dos institutos que mais têm sofrido ataques, daqueles aprovados nas Subcomissões e Comissões da Assembléia Nacional Constituinte, é o que prevê a estabilidade para o trabalhador, reivindicação que visa barrar a dilapidação da força de trabalho no Brasil, a supra-exploração da força de trabalho que torna estes trabalhadores brasileiros uma mão-de-obra talvez a mais barata do mundo, por parte de empresários como o Diretor-Presidente da Volkswagen. Aliás, as multinacionais foram um dos setores que mais pressionaram, durante o golpe militar de 1964, para derrubar aquele tipo de estabilidade, à qual a classe trabalhadora tinha direito aqui no Brasil.

Pois bem, o Diretor-Presidente da Volkswagen fez um discurso, publicado na íntegra, ontem, em **O Estado de S. Paulo**, defendendo que a estabilidade não deve ser adotada pela Constituinte. São Ministros militares que se abalam dos cargos, para dar declarações contra a estabilidade, conta a jornada de 40 horas são confederações de indústrias, confederações dos bancos, comércio, são grandes jornais, praticamente todos, que fazem editoriais, que repetem editoriais, contra a estabilidade no emprego. Agora, os jornais de São Paulo, tanto a **Folha de S. Paulo**, como **O Estado de S. Paulo**, estão promovendo uma figura dos meios sindicais, um líder sindical que ganhou notoriedade por apoiar na campanha para Governador de São Paulo, um candidato patronal, o dono da Votorantim, o dono da Nitroquímica. Pois bem, este líder sindical que apoiou o candidato patronal na campanha para o Governo do Estado de São Paulo, agora está sendo utilizado pela **Folha de S. Paulo**, pelo **O Estado de S. Paulo**, como um representante, dizem eles, de lideranças sindicais que também são contra a estabilidade no emprego. Saíram folhas com fotos inteiras desses indivíduos, que acabaram de se eleger com um programa que previa tanto a estabilidade no

emprego como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

O discurso desse líder sindical, dessa triste figura, é cheio de contradições. Ele diz que a Constituinte não deveria ter o poder, nem a pretensão, de legislar sobre nada, em relação à legislação sindical, ou seja, adota uma posição de liberalismo o mais conservador possível. Vejo aqui vários membros do Partido da Frente Liberal, que seria o partido liberal por excelência, e hoje vários desses Deputados Constituintes não adotam uma posição liberal no sentido tão conservador como adota esse líder sindical de São Paulo. Uma posição que, se levada à última instância, não poderia haver nenhuma legislação que protegesse de alguma forma a força de trabalho no Brasil.

Diz esse líder sindical também que a estabilidade no emprego, se conquistada, viria proibir o trabalhador de sair de uma fábrica para outra onde ele tivesse melhor oportunidade de emprego. Esses argumentos chegam às raias do ridículo, do absurdo. A estabilidade é se o trabalhador quiser ficar onde ele trabalha. Evidentemente, se pela sua capacitação ele tiver outra oportunidade e quiser mudar de emprego, quiser mudar de ramo, ele tem plena liberdade, não existe essa obrigatoriedade de ele ficar trabalhando à sua revelia naquele emprego. Pelo contrário, o instituto de estabilidade é para prever, para evitar a rotatividade da mão-de-obra que é utilizada para rebaixar sistematicamente os salários.

Vejam bem, é uma prática comum as empresas demitirem um operário hoje que ganha salários mínimos e readmitir esse mesmo operário no outro dia ganhando "X" menos "y". Essa prática é comum e esse líder sindical não desconhece isso.

Outra afirmação desse indivíduo é que a questão da jornada de trabalho não deveria constar do nosso debate aqui na Constituinte porque a sua categoria, diz ele, já vem conquistando a redução. Vejam que visão corporativa e estreita; a categoria dele porventura um pouco mais mobilizada do que as outras, conseguiu uma redução, e outras categorias e outros setores menos organizados, se seguissem esse raciocínio desse líder sindical, ficariam ao Deus dará, ao sabor das forças de mercado.

Então, é uma visão realmente deplorável e gostaria aqui de repudiá-la plenamente. Aliás, esses ataques a institutos como esse, de estabilidade no emprego aprovado nas Comissões e Subcomissões, eles se somam, eles fazem parte de uma orquestração que visa desmoralizar todas aquelas reivindicações da classe trabalhadora que porventura tenham sido acolhidas nas Comissões e Subcomissões.

Essa orquestração visa a que o Constituinte seja obrigado a abandonar todo esse período de trabalho e comece do zero, como se as Comissões e Subcomissões não tivessem contribuição nenhuma. Nada de bom foi aprovado nelas. Agora querem começar do zero para justamente liquidar as conquistas, as reivindicações que foram acolhidas nas Subcomissões e Comissões, para adotar um texto – dizem eles – coerente, um texto sintético, mas de acordo com os interesses de uma maioria conservadora, orquestrada pelo Planalto, que visa barrar as conquistas que conseguimos introduzir até agora. É preciso termos bem em mente isso, porque se o relatório apre-

sentado pelo Constituinte Bernardo Cabral é contraditório em alguns aspectos, nós não podemos dizer que ele deve ser jogado fora, ele representa todo um período de discussão, toda uma série de contribuição da sociedade civil, toda uma série de debates nas Subcomissões e Comissões, necessitando ser aprimorado no Plenário, para lá ganhar homogeneidade.

O relatório não pode ser jogado fora em bloco e, em contrapartida, apresentarem uma síntese completamente diferente que visa, em última instância, rejeitar as conquistas que a classe trabalhadora conseguiu nas Subcomissões e Comissões.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP)

Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr e Srs. Constituintes:

Venho de ser eleito Presidente da Federação Nacional das Apaes, com sede nesta Capital e que congrega quase setentas unidades, durante o seu XIII Congresso, realizado em 28 de junho a 2 de julho, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, quando foi aprovada a seguinte moção que passo a ler e que gostaria fizesse parte deste meu pronunciamento:

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Carta aberta de Natal

Em nome de quarenta e dois milhões de brasileiros, aos Constituintes do Brasil.

Eminentess Constituintes,

O povo conferiu-vos o poder. Permiti-vos, como enorme segmento desse povo, reclamar que cumprais o vosso mandato com ciência e técnica, sim, mas também com conhecimento e sensibilidade para a contundente realidade social de nosso País, em um dos setores que mais embaraçam a sua eclosão como potência econômica e como civilização.

Falamo-vos do plenário do XII Congresso da Federação Nacional das APAE, reunido na Cidade de Natal, não só em nome de 13.000.000 de brasileiros portadores de deficiências, como no de seus familiares e amigos, pelo menos quatro por pessoa atingida – o que dá ao nosso brado a dimensão e altissonância de quarenta e dois milhões de vozes.

Não nos omitimos de levar ao vosso Parlamento, em tempo hábil, a informação trágica, o depoimento consternador e as propostas de solução jurídica adequada para equacionar, prevenir e enfrentar o problema da deficiência, em suas várias modalidades.

Assistimos inconformados, contudo, que à medida que as propostas tramitaram da Subcomissão para a Comissão e desta para a Sistematização, o acolhimento inicial que logramos foi se esvaindo e as proposições de fundo, em sua maioria, cederam lugar às regras programáticas frouxas e ineficazes, quando não se supriu, pura e simplesmente, a sugestão.

Entrementes, os meios de comunicação martelam entrevistas e doutrinação no sentido de que devemos refugir à Constituição detalhada, dita *prolixia*, porque é de bom-tom intelectual ostentarmos modelo de síntese, ao estilo do século

XIX forte no regramento do Estado e dos direitos políticos e apenas enfeitado com algumas concessões essenciais nos campos econômico e social.

Não, nobre representantes nossos, não é isso que, como povo, acreditamos, não é isso que, como segmento importante desse povo, desejamos!

As nações pioneiras na ampliação das constituições formais, o México, a Alemanha de Weimar, não teriam rompido as peias clássicas se não fossem dotadas de parlamentares libertos do academismo jurídico e político, para elevarem à majestade constitucional os reclamos de seus povos em terrenos mais realísticos, quais o trabalho, a saúde, a educação.

Hoje, bem sabeis, doze nações do Mundo já contemplam o problema das pessoas portadoras de deficiência em suas constituições, votadas – note-se – no após guerra, e, portanto, das mais modernas.

Permiti-vos comparar o texto delas, e concluiréis que a nossa Constituição vigente, acrescida da Emenda Constituição nº 12, desde 1978, colocou o Brasil como a Nação mais avançada nesse campo.

E que contemplamos de vossa atividade, até agora? Praticamente a tímida reprodução das conquistas jurídicas passadas, importantes, mas meras regras diretrizes, que jamais alcançaram exequibilidade, através de lei.

Com respeito elevamos a nossa afirmação, do recinto deste XII Congresso da Federação Nacional das APAE, de que isso não nos basta, não satisfaz aos interesses de nosso País, isso decepciona e frustra.

Temos nós, apaeanos, como missão, conscientizar a todos de que essa nossa realidade de 10% de deficientes entre os brasileiros não deve ser ocultada como vergonha nacional, senão deve ser meditada com objetividade, como um das causas de nossa persistência em estágio de desenvolvimento insatisfatório.

Não é o Brasil um País subdesenvolvido só porque tem 10% de pessoas deficientes, mas podemos afirmar que, em grande medida, permanecermos no subdesenvolvimento porque não soubemos superar a deficiência.

Com efeito, não temos sido suficientemente capazes de prevenir, tratar e habilitar para o trabalho, reduzindo o número das pessoas atingidas aos 3% verificados entre os países desenvolvidos. Quando o fizermos, estarão incorporados à força produtiva da Nação os sete por cento restantes, os que deles cuidam e muitos dentre os próprios três por cento.

É mais lógico e inteligente, e socialmente mais útil, investir para prevenir, habilitar ou reabilitar, educar, treinar e preparar para o trabalho, do que proclamar intenções e empregar recursos fragmentados em setores tecnicamente bem estruturados sem possibilidade, contudo, para uma obra de fundo.

Essa a razão, irmãos nossos brasileiros, que tendes a responsabilidade de nos plasmar uma nova Constituição cabocla, com cara de nossa gente e vocacionada para os problemas dela, pela qual insistimos em que esse gravíssimo problema nacional não pode ser tratado a vôo de pássaro, com a reedição, se tanto, de fórmulas verbais felizes e destituídas de eficácia.

Chegou a hora de determinar aos Poderes do Estado e à sociedade, através do comando obrigatório, perceptivo das normas constitucionais, a implantação das seguintes providências mínimas:

I – a destinação de 8% do orçamento da educação ao ensino especial, de sorte a preparar a pessoa portadora de deficiência para o trabalho produtivo ou, quando menos, para a indenização, com a consequente liberação exação da força de trabalho aplicada em seus cuidados;

II – o estabelecimento de uma reserva de mercado de trabalho para as pessoas portadoras de deficiência, correspondente a 3% dos empregos públicos e das empresas com mais de 100 empregados – sendo certo que os patrões se surpreenderão com o rendimento delas, quase sempre melhor capacitadas para certas tarefas;

III – a concessão de aposentadoria proporcional ao dobro do tempo de serviço público ou de emprego à pessoa que se tornar incapaz para o trabalho por agravamento de deficiência de que era anteriormente portadora;

IV – a criação, no âmbito da Previdência Social da União, de auxílio especial ao responsável por menor portador de deficiência não internado gratuitamente, convertida em favor deste, após a maioridade, se incapacitado para o trabalho;

V – a edição, em prazo determinado, de lei especial para a adaptação da legislação comum vigente às peculiaridades das pessoas portadoras de deficiência, notadamente nos campos da capacidade e da responsabilidade civil e penal, de forma a assegurar a igualdade delas perante a lei, através de regras que lhe compensem a desigualdade peculiar de que são portadoras;

VI – a criação de uma fundação nacional da pessoa portadora de deficiência; concentrando os recursos públicos fragmentados entre os diversos órgãos federais, condição essencial para que a assistência hoje prestada a apenas 150.000 portadores de deficiência possa ser potencializada, tendo como alvo os 13.000.000 existentes em nosso País.

Eis, esclarecidos Constituintes, o que de vós se espera, além daquilo que sabiamente já introduzistes no projeto da Comissão de Sistematização.

As regras objetivas acima em nada comprometerão e enfeitarão vossa obra.

É coisa do passado a vaidade acadêmica de ostentarmos uma Constituição talhada em mármore, ao estilo de monumento jurídico.

Ousai, rompei os cânones e dai-nos aquilo de que precisamos: uma Constituição lavrada em pau-brasil, encarando nossas mazelas, e que, em contrapartida, nos assegure o controle delas – na perseguição do ideal de progresso, de paz social e de justiça.

Ainda há tempo. Confiamos em vós, Constituintes do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

Natal, 1º de julho de 1987. – Plenário do XIII Congresso – da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. – Elpídio Araújo Neris, Presidente em exercício – Nelson Seixas, Presidente eleito.

Durante o discurso do Sr. Nelson Seixas o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário, deixa á cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gustavo de Faria.

O SR. GUSTAVO DE FARIA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todos nós acompanhamos o extraordinário boom que o País experimentou o ano passado, a partir do Programa de Estabilização Econômica decretado pelo Governo, o chamado Plano Cruzado I. Isto provocou, principalmente no segundo semestre de 1986, um forte aquecimento na demanda por bens e serviços jamais conhecido na história deste País. Preocupado com os excessos consumistas que vinham sendo cometidos, resolveu o Governo corrigir os indesejados reflexos dessa situação na economia, instituindo diversas medidas que, na ocasião, tiveram todo o respaldo, mas que agora, diante da difícil conjuntura que atravessamos, perderam a razão de ser. Pelo contrário, a manutenção dessas medidas começa a prejudicar até mesmo o País. Exemplo disso é o que está provocando hoje o Empréstimo Compulsório nas viagens aéreas e marítimas internacionais. Aliás, diga-se de passagem, não se trata de empréstimo, pois é um imposto e como tal jamais será devolvido ao contribuinte, a quem essa resolução do Banco Central castiga também, além dos 25% na emissão de passagens, com mais 25% sobre a venda de câmbio destinados a atender gastos com viagem ao exterior.

Como dissemos anteriormente, tal medida foi adotada no ano passado, em plena euforia consumista do Plano Cruzado, quando havia grande procura por programas de turismo e lazer, chegando mesmo a ocorrer até tumultos nos aeroportos. Agora, como se sabe, o panorama é bastante diferente, e o que interessa é analisar se a medida continua sendo admissível. A julgar pelo que mostram as agências de viagens, hoteleiros e transportadoras, a medida tomou-se totalmente fora de propósito.

Hoje, por exemplo, os aviões estão voando com quase a metade das suas poltronas vazias. A situação é preocupante, já que as indústrias de transporte aéreo e a do turismo empregam cerca de 100 mil pessoas, além do mercado de trabalho que propicia nos restaurantes, casas noturnas, etc.

Essa taxação penaliza não apenas os turistas, mas principalmente o empresário brasileiro que viaja para o exterior em busca de negócios, contribuindo para as exportações, de que tanto precisamos. O problema ainda mais grave é que o turismo é uma atividade que requer reciprocidade. Como está sendo desestimulada a saída de turistas brasileiros para o exterior, pois têm de pagar o compulsório e também o dólar-viagem (25 pôr cento mais caro), os países estrangeiros, através de seus grandes operadores, incentivam seus turistas a não viajarem para o Brasil. Como em toda atividade econômica, também o turismo é uma via de duas mãos.

Vale lembrar ainda que, hoje, com a perda do poder aquisitivo, a cobrança dessa taxa tornou-se um fator inibidor da comercialização das viagens para o exterior, especialmente da venda de bilhetes

através do crediário. Hoje, com o recolhimento dos 25%, mais a entrada de 20% cobrada no crediário, o passageiro desembolsa 45 por cento do valor da compra à vista, o que acaba anulando as vantagens do parcelamento. Em meio aos graves problemas que a economia nacional atravessa, o Governo deveria dar maior atenção às dificuldades que, em função da baixa demanda, enfrentam as empresas aéreas e o setor turístico, pois seu fortalecimento é fundamental para a entrada de divisas no País. Por todas essas razões, que têm passado despercebidas, urge que seja revogada, o mais rápido possível, a obrigatoriedade do recolhimento compulsório, que está penalizando não somente os turistas e homens de negócios, mas todos os setores que lidam com turismo no País.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DUTRA (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, hoje, quero acordar mais um problema que diz respeito de perto à Amazônia. Quero questionar o problema das terras ocupadas pelos índios, especialmente no que pertine à pesquisa, lavra ou exploração de minérios e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em terras indígenas. E o faço porque me encontro sobremaneira preocupado com o que se contém no art. 434 do Anteprojeto de Constituição oriundo da Comissão de Sistematização, já que esse dispositivo, na essência, amputa as pernas da Amazônia e, por via de consequência, impede que o seu povo continue sua caminhada na busca do desenvolvimento e do bem-estar social.

Esse dispositivo – que considera "a pesquisa, a lavra ou exploração de minérios e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em terras indígenas" como privilégio da União e submete o seu aproveitamento a inexistência de "reservas conhecidas e suficientes para o consumo interno, e exploráveis, em outras partes do território nacional" –, se aprovada condenará as populações indígenas à miséria, desgraça e à escravidão, além de ferir o disposto no art. 306 do referido anteprojeto, que busca "assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social", fato que se configura como um verdadeiro e lamentável paradoxo.

Como poderá existir justa social nas áreas indígenas, se o art. 434, na prática, impede a exploração das riquezas ali existentes e, por via de consequência, proíbe que os índios participem materialmente dessas riquezas? Como fazer justiça social no meio indígena se a intenção clara é a de transformar os índios em escravos?

O artigo em questão, na forma em que se encontra relacionado, na verdade, se destina a esterilizar a exploração de minérios nas terras indígenas, com a indiscutível finalidade de anestesiar o desenvolvimento econômico e social nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e no Território de Roraima, isto é, em toda a Amazônia Ocidental, fato que se pode cristalinamente configurar como um crime terrível contra os índios, contra a Amazônia e contra o Brasil.

Como amazonense que represta o seu Estado nesta Assembléa Nacional Constituinte, não posso admitir essa idéia que resultou incrustada no anteprojeto sob enfoque. E, por isso, impõe-se-me o dever de fazer a seguinte indagação: que

mal fez o Norte do País para merecer tamanho castigo? Entendo que nenhum. A contrário disso, o povo nortista tem se comportado com patriotismo e com bravura, no curso de toda a sua história, na medida em que terra defendido as imensuráveis riquezas que ali se encontram depositadas, além de ficar permanentemente empunhando a bandeira brasileira para, com isso, dizer aos nossos vizinhos latino-americanos que essa terra tem dono e que não permitirá, sem resistência, a sua invasão.

Em contrapartida a toda essa dedicação ao Brasil, os nortistas só têm recebido o desrespeito, o abandono e o desprezo. Por isso, a nossa grande esperança repousa nesta Assembléia Nacional Constituinte, na futura Constituição brasileira, mas, diante do dispositivo ora sob combate, verifica-se que se pretende castigar ainda mais esse pedaço distante do território nacional. Não farão, contudo, sem o meu protesto e a manifestação de minha revolta. O chicote de minha palavra se fará sentir no dorso de todos aqueles que se insurgirem contra os interesses do Norte e da Amazônia.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes,

Entendo que uma Constituição, como essa que estamos elaborando, deve refletir a vontade de nosso povo, de modo que ela possa simbolizar um pacto social no qual se contenham normas plenamente definidas para reger os destinos da Nação interna. Por isso não posso admitir que na elaboração de seu texto se façam propostas que firam brutalmente os interesses mais legítimos de parcela ponderável da população, por mais humilde e mais pobre que ela seja, como está acontecendo agora com as populações indígenas.

Não bastassem os prejuízos e as violências que o dispositivo sob enfoque causará aos silvícolas, importa ainda ressaltar que o art. 434 do anteprojeto labora claramente contra o próprio desenvolvimento nacional. Isso porque ele, na medida em que esteriliza a exploração mineral no Norte do País, procura aumentar as enormes disparidades regionais a nível de desenvolvimento.

Esse objetivo, contudo, jamais será atingido se nós constituintes nos deixarmos envolver por aqueles que, a pretexto de defenderem os interesses indígenas, estão na verdade tramando contra os interesses da Nação, já que, ao procurarem impedir a exploração de nossas riquezas minerais, estão se juntando a tantos alienigenas que, a qualquer preço, procuram frear o desenvolvimento nacional e, mais que isto, procuram ferir brutalmente a soberania de nosso País.

O dispositivo do anteprojeto, contra o qual me insurjo, tem defensores nesta Assembléia Nacional Constituinte e, como democrata, os respeito a todos. Mas não posso deixar de sublinhar que esses constituintes estão sendo usados pelos falsos defensores dos índios brasileiros, que não querem o bem-estar das populações indígenas, não desejam o desenvolvimento da Amazônia e não admitem o progresso do Brasil, simplesmente porque não são brasileiros e não amam o nosso País.

Essas figuras que diariamente aparecem defendendo os índios não admitem a presença de empresas privadas nacionais nas terras indígenas, para desenvolverem a atividade de mineração, porque entendem que essa presença contribuirá

para a destruição da cultura e dos costumes indígenas, além de promover o seu próprio extermínio.

Nada mais falso e mais gracioso, porque essa ideia só encontra campo fértil para a sua proliferação na mente de pessoas inteiramente divorciadas da nossa realidade indígena ou daqueles que, deliberadamente, não estão interessados no nosso desenvolvimento e, muito menos, no bem-estar dos índios. Isso porque a exploração dos minérios por empresas nacionais jamais servirá para destruir esses valores. Na verdade, essa exploração, com a participação financeira dos índios nos resultados da mineração, servirá para evitar a destruição desses mesmos valores. Se isso tivesse ocorrido no passado, por certo que os índios não estariam na situação de penúria em que se encontram e grande parte de sua cultura não teria sido destruída.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes,

Falo-lhes como homem do Amazonas, que conhece a nossa realidade indígena, os seus problemas e as suas desesperanças, as suas angústias e as suas dores. Por isso não posso admitir a posição assumida por esses falaciosos defensores dos índios, que querem perenizar os nossos silvícolas como curiosidade nacional e internacional ou colocá-los numa vitrine, como amostra do sofrimento em que vivem, para usar da palavra de Edgar Rodrigues, Presidente da Federação das Organizações dos Índios do Alto Rio Negro, manifestada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de ontem.

No que diz respeito à exploração mineral em terras indígenas, constata-se um verdadeiro choque entre os falsos defensores e os próprios indígenas. Os defensores combatem com veemência a presença da empresa nacional para exploração mineral nessas áreas. Por outro lado, os índios Álvaro Tucano, Benedito Machado, Edson Rodrigues, Pedro Machado, Júlio Goes Pinto, Carlos Eugênio Machado, Cláudio Barreto e Francisco Apolinário, representantes das tribos indígenas do alto rio Negro, no Amazonas, com os quais tive a oportunidade de conversar demoradamente ontem, afirmaram-me que são inteiramente favoráveis à exploração mineral em suas terras pela empresa privada nacional, já que, segundo eles, com os **royalties** recebidos, podem resolver os seus problemas de alimentação, de saúde e de educação.

Essas lideranças indígenas a mim deixaram muito claro que não precisam que ninguém fale por eles, sem ouvi-los, para defenderem os seus direitos e os seus interesses, justamente para que não lhes causem irreparáveis prejuízos. Mostraram-se insatisfeitos, descontentes e revoltados com uma denúncia formulada desta mesma tribuna a respeito de um convênio por eles celebrado com uma empresa privada nacional para exploração de minérios em suas terras, justamente porque, quando firmaram esse pacto, o fizeram com a consciência de que estavam zelando pelo bem-estar de seus líderes e com a concordância de todos eles, justamente porque os resultados financeiros desse convênio é que lhes está permitindo mitigar as suas enormes dificuldades e solucionar vários de seus problemas.

Entendo, Sr. Presidente, que chegou a hora de se colocar um basta nos passos de todos aqueles que se intitulam defensores dos índios, falam

por eles sem nenhuma procuração mas, propositalmente, nunca refletem o pensamento dessas populações. Não faço essa afirmação por entender que assim deve acontecer, mas porque esse é o pensamento das lideranças indígenas do meu Estado que, devidamente amadurecidas, querem assumir o comando dos seus destinos, defendendo os seus direitos e interesses, mesmo com a assistência da Fundação Nacional do Índio, que os representa legalmente.

É estranho, Sr. Presidente, que os pregueiros da defesa dos índios defendam a sua permanência no estado lastimável de vida em que se encontram. No meu caso particular, como descendente de índio, se fosse seguir essa orientação traçada por esses defensores dos indígenas, jamais poderia estar aqui integrando a Assembléia Nacional Constituinte. Ao contrário disso, deveria estar numa maloca, analfabeto, cultivando a terra e sofrendo todas as intempéries da vida por que eles passam.

Não posso por isso admitir que, no texto constitucional sob elaboração, se decrete que as populações indígena e da Amazônia devem deixar de ser pobres para serem miseráveis; não posso aceitar que essas mesmas populações, amanhã, deixem de ser miseráveis para serem párias; não posso conceber que, mais diante, deixem de ser párias para serem mendigos enjeitados pelo resto da comunidade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes,

Impõe-se assim, por tudo isso, a supressão ou a reformulação do art. 434 do anteprojeto de Constituição e é nesse sentido que conclamo os meus ilustres pares, justamente para que, com isso, se evite que seja decretada e oficializada a miséria na Amazônia, como consequência da proibição da exploração das riquezas que possui.

Concluo, Sr. Presidente, rogando aos eminentes constituintes do meu País no sentido de que se reformule ou se suprima do corpo do anteprojeto este artigo 434, que na sua essência visa impedir a exploração da maior riqueza que possui este País, no Norte, que são as riquezas minerais consistentes em ouro, bauxita, tantalita e outros minerais.

Fica, aqui, Sr. Presidente, a minha esperança no sentido de que este dispositivo não venha integrar a nova Carta constitucional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas)

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O último pacote agrícola lançado pelo Governo causou, à primeira vista, algumas alegrias ao setor produtivo, deixando-o eufórico. No entanto, decorridos quase dez dias da promulgação desse pacote, encontram-se os pequenos e médios agricultores e os empresários rurais ainda sem as definições concretas do plano, para que possam realmente planificar as suas atividades.

A retirada do subsídio da agricultura, em todos os níveis, com a consequente indexação da política agrícola à economia poderia não ser a melhor forma ou a melhor maneira de disciplinar este assunto tão importante, mas já representa um ato de boa vontade, pelo menos assim entendo, do Governo para com o setor primário da nossa economia.

Entretanto, os agricultores estão preocupados com dois aspectos fundamentais. Primeiro, os critérios para a fixação do Valor Básico de Custo, o chamado VBC. Naturalmente que a indexação poderá promover profundas injustiças na atividade do campo se o Valor Básico de Custo for fixado abaixo da realidade, como de praxe tem sido feito nos últimos anos. É necessário que as autoridades econômicas e monetárias tenham grande interesse na fixação do Valor Básico de Custo, para que a economia do autor primário possa acertar o passo com o restante da nossa economia, para assim realmente progredir, conforme se espera. O outro aspecto é com relação ao hiato que existe entre a tomada de decisões política de fazer e realizar no campo prático.

Hoje, os gerentes dos bancos privados e públicos – não gostaria de dizer que por má vontade, talvez até por falta de instrução – não estão deferindo as postulações dos nossos agricultores, com relação às suas propostas de financiamentos, tanto de custeio como de investimento, para a safra que se avizinha. Os campos estão sendo preparados, as sementes já estão prestes a ser lançadas nas terras e essas instruções, pelo que nos tem chegado de quase todos os municípios, pelo menos no meu Estado, ainda não se encontram sobre as mesas dos gerentes; e as propostas dos agricultores ali permanecem, criando uma expectativa negativa para o setor como um todo.

É nesse sentido que apelamos as autoridades do Ministério da Agricultura, do Ministério da Fazenda e do Banco Central, para que no mais curto espaço de tempo baixem essas normas, façam com que essas normas saiam da decisão política e se transformem em medidas práticas, para que a nossa agricultura obtenha os resultados que todo o Brasil espera. (Muito bem! Palmas.)

O SR VASCO ALVES (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discursa): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes

Aproveito, inicialmente, esta oportunidade para convocar o povo brasileiro a prestigiar o Dia Nacional do Mutirão das Emendas de Iniciativa Popular. No dia 17 de julho, peço a cada cidadão e a cada cidadã deste País que saia de sua casa, com seu Título Eleitoral, para garantir a sua participação no mutirão do Dia Nacional de Coleta de Assinaturas nas Emendas de Iniciativa Popular, que poderão ser incluídas na futura Constituição brasileira.

As mudanças tão ansiadas por nosso povo só se realizarão através da participação popular, e essa participação, neste momento histórico em que estamos escrevendo nossa futura Carta Magna, dar-se-á através da assinatura nessas propostas de iniciativa popular. Assim, cada cidadão contribuirá para que a Constituinte aprecie suas propostas no processo político no País, tais como reforma agrária, reforma urbana, defesa do meio ambiente, proibição de fabricação de armamentos nucleares e tantos outros assuntos que afetam diretamente a vida de todas as comunidades brasileiras.

Os temas de todas essas propostas são avalizados por entidades da sociedade civil representativas dos trabalhadores da cidade e do campo. Portanto, vamos todos assinar essas propostas

de iniciativa popular, no próximo dia 17, na sede de cada sindicato, na sede de cada comunidade na igreja, nas ruas e nas praças das cidades e dos distritos. Sem a participação popular, nada vai mudar em nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, outro assunto me traz à tribuna.

A dramática situação da cafeicultura nacional não pode continuar sendo ignorada pelo Governo Federal, enquanto milhares de cafeicultores que acreditaram nas falsas promessas de aumento de preços e produziram a maior safra de nossa história, continuam vivendo momentos de incertezas e desesperanças, ao mesmo tempo em que continuam vendendo seu café a preços insignificantes.

Apenas para recordar e situar a atual problemática do café, lembro que a quota de contribuição nas exportações de café foi originariamente instituída sob distinto regime cambial, nos seguintes termos:

“Permitir que as cambiais provenientes de exportação de café sejam negociadas com o Banco do Brasil, à taxa de mercado livre.

A negociação dessas cambiais fica subordinada ao recolhimento de uma quota de contribuição correspondente a 22 dólares ou seu equivalente em outras moedas, por saca de 60 quilos de café cru ou 48 quilos de café torrado ou moído, destinado ao fundo de reserva de defesa do café, devendo esta quota de contribuição ser recolhida à caixa da superintendência da moeda e do crédito, para os fins previstos nos itens VII e VIII da Instrução nº 204.”

Ocorre, Sr. Presidente, que por força do Decreto-lei nº 2.197, de 26 de dezembro de 1984, foi extinta, a partir de 19 de janeiro de 1985, a quota de contribuição incidente nas exportações de café, e, em consequência, foi revogada a Resolução nº 205 que transcrevemos anteriormente, criando-se o imposto de exportação sobre as exportações de café. Entretanto, com o advento do Decreto-lei nº 2.295, de 21 de dezembro de 1986, restabeleceu-se o instituto da quota de contribuição, isentando-se as exportações de café do imposto de exportação.

Restou, porém, estabelecida no novo texto legal, a sistemática de pagamento e de recolhimento da quota, de forma bastante distinta da prevista nas normas revogadas, deixando-se também fixado que os valores resultantes da quota de contribuição serão depositados no Banco do Brasil S/A, na conta específica do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, gerido pelo Ministério da Indústria e do Comércio, com auxílio do Conselho Nacional de Política Cafeeira.

O lamentável, entretanto, é que esse fundo, segundo a mesma legislação, carece ainda de regulamentação por decreto do Poder Executivo, conforme expressamente previsto no art. 7º do Decreto-lei nº 2.295. Logo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é urgente e imperioso que o governo proceda à imediata regulamentação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, uma vez que as importâncias depositadas junto ao Banco do Brasil, a título de quota de contribuição por exportações de café, estão completamente intocadas e paradas, enquanto a Cafeicultura Nacional vive a maior crise de sua história.

É imperioso observar também que a destinação prevista no mesmo Decreto-lei nº 2.295 para esse fundo é a de prestar-se ao financiamento, modernização, incentivo à produtividade da cafeicultura, da indústria e da exportação, além do desenvolvimento de pesquisa dos meios e vias de transportes, dos portos, da defesa do preço e do mercado interno e externo, bem como das condições de vida do trabalhador rural. Parece incrível, mas é rigorosamente verdadeiro: enquanto o Brasil carece de recursos para investimentos nos mais diversos setores, enquanto os cafeicultores estão indo à falência diante dos baixos preços do café e os trabalhadores rurais vivem em condições subumanas, o governo mantém paralisados no Banco do Brasil os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, que ele criou, mas esqueceu-se de regulamentar, decorridos mais de seis meses da sua instituição por decreto-lei. Está claro, portanto, que enquanto o governo não regulamentar a matéria, não há como canalizar o fundo aos propósitos para os quais se destina, inviabilizando-se de todo o próprio cumprimento do diploma legal que instituiu a quota de contribuição sobre as exportações de café.

Diante do exposto, Sr. Presidente, tomam-se indispensáveis algumas considerações para conhecimento desta Casa e para que a imprensa brasileira também passe a cobrar sistematicamente um imediato pronunciamento das autoridades responsáveis pelo Ministério da Indústria e do Comércio e pelo Poder Executivo como um todo. A safra brasileira de café 87/88 é a maior de nossa história, sendo estimada em 35 milhões e 200 mil sacas. A demanda da exportações é estimada em 19 milhões de sacas e a do consumo interno em oito milhões de sacas, estando previsto um excedente estimado em oito milhões de sacas.

Com esses números, é lamentável a omissão do Ministério da Indústria e do Comércio e o comprovado desprezo que devota ao drama dos cafeicultores brasileiros. Sendo o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira formado pelo imposto de exportação arrecadado ao longo de um ano de exportação, e diante da necessidade de recursos para a compra imediata de excedentes, está claro que tomar-se-á indispensável o aporte de recursos do Tesouro Nacional, a serem resarcidos pelo referido fundo, durante o ano cafeeiro.

A essa safra recorde, sucederá uma menor, em 1988, sendo provável a necessidade de se lançar mão dos estoques do Instituto Brasileiro do Café, para cumprir a demanda de exportação e consumo interno. Porém, é bom lembrar que estamos com o menor **carry-over** da história do café brasileiro, em torno de um milhão de sacas nas mãos de particulares, na data de 30 de junho de 1986. Logo, a recomposição dos estoques governamentais é de fundamental importância para se estabelecer uma política cafeeira favorável ao Brasil e aos cafeicultores.

Portanto, Sr. Presidente, solicito à mesa que encaminhe expediente ao senhor Presidente da República e ao Ministro da Indústria e do Comércio, no sentido de que se comovam com a gravidade da situação e regulamentem de imediato o fundo de defesa da economia cafeeira, sem o qual teremos a falência generalizada e uma política cafeeira nociva aos interesses nacionais.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR AMAURY MULLER (PDT - SP.)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

As hienas debochadas e histéricas que se incinham no poder, ou atuam fora dele, certamente estão, hoje, decepcionadas, frustradas e traumatizadas com o sucesso retumbante do comício pró-diretas 88, realizado, ontem, em frente ao Congresso Nacional.

De nada adianta a grande imprensa, acostumada a adular os donos do poder e dele tirar proveito, tentar banalizar o êxito do ato; são avaliações subjetivas, calcadas numa visão unilateral e viciada, desencontradas, entre si, que não refletem a realidade do comício popular, do ato de repúdio a um governo ilegítimo, que insiste em apegar-se ao poder por tempo superior àquele que o povo deseja. Alguns jornais falam em 5 mil, outros aludem a 8 mil, e um outro, generosamente, chega a admitir 15 mil participantes no comício de ontem. Ora, Sr. Presidente, a área onde o povo se concentrou, não obstante o forte esquema militar e policial montado às custas do dinheiro do povo, para intimidá-lo, constrangê-lo, inibi-lo e amedrontá-lo, é da ordem de 10 mil metros quadrados. Admitindo, num cálculo extremamente tímido, que cada metro quadrado houvesse sido ocupado por duas pessoas do povo, nós chegariam a um total de 20 mil pessoas. E é mais ou menos esse o público que vaiou o Presidente José Sarney, estrepitosamente, que exigiu a sua participação, o seu poder de decisão para eleger um governo legitimado pelas urnas e capaz de cumprir e honrar os seus compromissos, e não menos do que isso.

Sr. Presidente, como veio este povo ao comício de ontem? Veio às suas expensas, muita gente desempregada e subempregada pagando do seu bolso furado a tarifa caríssima para chegar à Estação Rodoviária, que dista 3 ou 4 quilômetros do Congresso Nacional, e de lá veio a pé. Enfrentou os cães policiais e os policiais cães, que foram colocados ao longo do percurso para impedirem o seu acesso ao comício. E não tinham como retornar a seus lares porque Brasília, em face das peculiaridades do transporte coletivo, encerra esse tipo de atividade às 22 horas, e o comício prolongou-se até às 23 horas e 30 minutos.

Sr. Presidente, o que se viu ontem foi realmente, um espetáculo cívico que leva à conclusão de que daqui para diante, com ou sem aparatos policialescos, com 10, 12, 15 mil militares pagos pelo povo para reprimir-lo, os comícios que visam a eleições diretas, no próximo ano, irão crescer, irão se multiplicar e nós viveremos o momento histórico a que a Nação assistiu em 1984, quando apenas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo mais de dois milhões de brasileiros foram exigir diretas e mudanças já.

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma breve alusão a mais um desses disparates filigranados que o Ministro da Justiça, meu ilustre conterrâneo e ex-professor da Faculdade de Direito, Paulo Brossard de Souza Pinto, vem fazendo nos últimos tempos. S. Ex.^a diz aqui que, estando a 300 metros do local do comício onde o povo vaiava, com justa razão, os erros, os equívocos, os desmandos do Governo, que lhe pareceu uma gritaria própria para enxotar cachorros.

É possível, Sr. Presidente. Mas cabe a indagação: que cachorros, que cães, as vinte mil pessoas

que estavam concentradas aqui em frente ao Congresso Nacional queriam enxotar? Certamente não eram os 50 ou 60 parlamentares progressistas, e responsáveis do PMDB que se incorporaram à luta pelas diretas já. Por certo não eram também cães ou cachorros capazes de ser enxotados os artistas e as lideranças do PT, do PDT, do PSB, do PTB e do PC do B que compareceram lá. Gostaria de saber do Ministro Paulo Brossard a que cães, a que cachorros se refere. Não serão os cães e os cachorros que estão instalados no poder? Com a palavra, pois, o Ilustre Ministro Paulo Brossard.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT - SP.)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero prestar a minha homenagem aos professores do Rio Grande do Sul que estão, à 88 dias em greve por uma reivindicação, ou seja, o cumprimento de acordo feito anteriormente pelo Governo do Rio Grande do Sul com o Centro de Professores do Rio Grande do Sul.

Quero também prestar minha homenagem ao Presidente do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul, Professor Paulo Egon Wiederker, que não é do meu Partido, é do PMDB. É suplente de Senador pelo PMDB do Rio Grande do Sul, e merece todo o meu respeito por sua luta.

Mas, aqui, há poucos minutos, um Constituinte falou que "a rã esperneia, mas vai para a boca da cobra." E tenho visto tantos peemedebistas que são pescados pela cobra do PMDB, que são lideranças autênticas nos seus respectivos Estados, nos seus movimentos e que, aqui, têm que enfrentar as imposições de uma cúpula partidária que há muito tempo abandonou os princípios e os programas com os quais se elegeu e, desta maneira, tenho observado inúmeros constituintes passarem pelo constrangimento de terem de dizer em público, como disseram ontem, que ali estavam os autênticos, ali estavam os que respeitam o programa, ali estavam os que são do verdadeiro PMDB e ouviam o povo dizer. "Pois é, do verdadeiro mesmo que nós queremos distância. Não queremos saber deste Partido que trai o povo de maneira tão vergonhosa como este Partido que está instalado no poder vem fazendo".

Inúmeras vezes eu ouvi discursos de parlamentares do PMDB que diziam que: "por enquanto somos apenas parlamentares, é necessário conquistar o poder, é necessário conquistarem o governo do Estado". E conquistaram os governos dos Estados com este discurso. Mas depois diziam: "isso não é suficiente" – como no meu Estado mesmo diziam aos professores em luta –, "é necessário que tenhamos alguém lá no Governo Federal, é necessário que tenhamos, por exemplo, um Ministro da Fazenda, um Ministro do Planejamento". Quantas vezes eu mesmo discuti como ex-Ministro do Planejamento, que foi também ex-Secretário da Fazenda de São Paulo, o Sr. João Sayad, e ele nos apresentava argumentos como estes!

É por isso que o povo vaiou, não aqueles líderes autênticos, mas o PMDB, ontem, em praça pública.

Hoje vemos a imprensa dizer que tudo isso foi culpa do Partido dos Trabalhadores: "é porque o Partido dos Trabalhadores é sectário, é porque o Partido dos Trabalhadores não sabe fazer com-

posições, é porque o Partido dos Trabalhadores não sabe fazer aliança, é porque os outros estão sendo iludidos, estão sendo caudatários de uma proposta do PT."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje realmente existe um grande afastamento das bases políticas do PMDB. Tenho certeza que essas grandes bases políticas que elegeram 22 governadores dos Estados brasileiros e tantos Constituintes capazes de fazer uma maioria nesta Casa, estão passando por um processo de consciência. Mas, neste momento, essas bases acreditariam muito num partido que fosse verdadeiramente reformista. Não estou falando do PT porque ele não tem projetos reformistas. E esses constituintes estão tendo que carregar nas suas costas uma proposta que não é mais uma proposta reformista, porque povo nela não acredita, mas, sim, uma proposta traidora.

Por que o povo esteve lá aplaudindo o comício pelas "diretas"? Porque o povo sabe que não há mais condições de continuarmos da maneira em que nos encontramos; o povo sabe e está vendo que todas as forças políticas, com exceção daqueles que estão encastelados no poder, estão coerentemente concordes com a necessidade da realização de eleições diretas no Brasil. É por isso que o povo afliui à praça, é por isso que o povo cresce na sua mobilização, e não adianta a grande imprensa fazer o que fez em 1984. Em 1984 não quiseram noticiar de jeito nenhum o grande movimento pelas eleições diretas, mas acabaram tendo que colocar no vídeo de todos os brasileiros.

Neste ano de 1987, mais uma vez, vamos fazer com que aconteça aquilo que depois foi chamado do maior movimento político que já aconteceu na História do Brasil, que foi o movimento pelas eleições diretas. Vamos fazer uma grande mobilização e vamos chegar ao ponto de eleger o Presidente da República no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. EDME TAVARES (PFL - PA)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É enorme a desproporção existente quanto ao número de impostos e receita bruta auferida pela União em relação aos Estados e Municípios. É nosso ponto de vista de que deve haver um equilíbrio de receitas pela definição clara e objetiva do que deve competir a cada uma das unidades administrativas. Existe uma enorme soma de atribuições delegadas à União pela nossa Constituição Federal, obrigando que a mesma possua uma vultosa soma de recursos para exercer atribuições com êxito. Entendo que numerosas obrigações da União poderiam, sem nenhum perigo de fissura na unidade nacional, ser passadas para os Estados e Municípios. Muito se tem falado, e com exagerada constância, no socialismo, na democracia social, inclusive na distribuição de renda. Considero a maneira mais justa socializar o lucro, pois, através do Imposto de Renda, pode-se incentivar a indústria, corrigir desigualdades regionais e incentivar a instalação de empresas em nossa região. Apenas alguns dados sintéticos desse amplo assunto deve merecer a nossa atenção e preocupação na Constituinte, defendendo o fortalecimento dos Estados e Municípios, buscando a geração de empregos, não só quantitati-

vamente como qualitativamente. O exemplo tem mostrado que todas as tentativas de planejamento centralizador têm falhado no propósito de diminuir os desníveis regionais. Não tenho dúvida de que uma correta distribuição tributária entre a União, Estados e Municípios ensejará um rápido desenvolvimento não só no campo político, com no econômico e social. Haverá, sem contestação, a distribuição das fontes geradoras de riqueza não só para determinados Estados, mas, de forma equilibrada, para as diferentes regiões do País. A reforma tributária não pode ser emergencial. É preciso ser feita uma vasta reforma do modelo político brasileiro, através de um código tributário justo, como parte substancial das mudanças e transformações nos compromissos dos constituintes com a sociedade brasileira.

A reforma tributária deve, portanto, se constituir nesta Constituinte em um dos pontos principais de correção em definitivo das graves distorções existentes no nosso sistema atual, de modo especial no que diz respeito à repartição da receita pública entre as três esferas de Governo. É imperioso que o novo texto constitucional que ora elaboramos assegure a maior participação de recursos aos Estados e Municípios, passando a dispor de maiores fontes de recursos para atender aos objetivos básicos de promoção do bem comum e do desenvolvimento social das comunidades brasileiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Ontem, às 18 horas, aqui, na rampa do Congresso, o povo de Brasília realizou, talvez, o seu maior ato político dos últimos tempos.

O Comício das Diretas e por uma Constituinte democrática e progressista concentrou milhares de pessoas e reuniu lideranças políticas, sindicais e comunitárias de todo o País. Ao contrário do que esperavam o Governo e aqueles que a ele servem nesta Casa e nos meios de comunicação social, o comício foi um dos maiores da história de Brasília e transcorreu na maior vibração e na mais perfeita ordem. Isto prova que quem causa tumulto e baderna neste País não é o povo, mas o próprio Governo, com suas medidas econômicas antipopulares. No entanto, se o Governo continuar se orientando pela cobertura da TV Globo e de alguns grandes jornais deste País, continuará agindo como se o comício não tivesse acontecido e continuará atropelando a realidade econômica e social do nosso País, na busca de satisfazer os interesses apenas de grupos minoritários e egoísticos, que servem ao Governo e que se servem do Estado.

Mas quero trazer aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, algumas considerações sobre questões que considero graves.

O País passa por momentos muito difíceis. A situação econômica, social e política péssima e angustiante. Um Governo impopular, ilegítimo, não eleito pela maioria do povo só poderia levar o Brasil a esta triste realidade. E, pior, o Governo não aprende, não admite e não corrige seus erros, afastando-se cada vez mais da realidade e da vontade da maioria do Povo.

Trago hoje aqui mais uma prova da irresponsabilidade e do descompromisso do Governo Sar-

ney com os direitos mínimos da população. É o caso da importação, comercialização e distribuição em todo o País, de leite contaminado com radioatividade.

Ainda durante o Plano Cruzado I o Governo importou enormes quantidades de leite em pó de vários países europeus. Tudo indica que a origem desta radioatividade foi acidente da Usina Nuclear de Chernobyl. Nesses países o leite e também a carne radioativos tiveram proibido o consumo tanto humano quanto animal. Tal leite, após industrialização, foi vendido a países do Terceiro Mundo como o Brasil. Ou seja, aquilo que não serviu na Europa nem para o consumo dos rebanhos bovinos e suíno o Governo brasileiro comprou e destinou ao consumo indiscriminado da população brasileira.

Todas as informações disponíveis mostram que não foi mais um dos casos de visível e lamentável competência, já por si justificáveis, mas tão comuns, infelizmente, no Governo. Pelo contrário, quando comprou os produtos radioativos o Governo Federal tinha plena consciência do que estava fazendo. Mas, nada divulgou, nada disse, temeroso da reação da opinião pública. Quando navios abarrotados de leite em pó radioativos já estavam atracados nos nossos portos e somente após denúncias do movimento ecológico e entidades de defesa da saúde pública e dos direitos do consumidor é que os brasileiros, estarrecidos, vieram a saber o que viriam a consumir e ainda assim após exames laboratoriais feitos no Brasil, porque o Governo recusava a admitir a verdade. E o que fez o Governo em seguida, reconheceu o erro? Suspendeu as importações? Devolveu o leite radioativo? Nada disso. Alterou deliberadamente os índices até então vigentes na Legislação brasileira de forma a permitir a comercialização criminosa desses produtos contaminados.

O instrumento desse descalabro foi a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) que através da Resolução nº 7/86, publicada no **Diário Oficial da União** do dia 26 de setembro de 1986, adotou, após a compra, a chegada e o início da distribuição dos estoques radioativos, novos índices, a fim de legalizar o ilegítimo.

O índice mais importante neste caso, qual seja, aquele que mede a radioatividade para Césio 134° + Césio 137, dois isótopos radioativos desse elemento químico, foi aumentado dez vezes passando de 370 BQ (Bequerel é uma unidade de medida de radioatividade) para 3700 BQ. Assim os interesses menores do Governo e da iniciativa privada, que também está importando leite e derivados contaminados a preços de "ocasião" no exterior, para revendê-lo aqui dentro, embolsando um considerável sobre lucro, foram preservados. Os interesses e os direitos da população foram mais uma vez pisoteados. Aliás, ainda no ano passado o Governo anunciou através da SEAP (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços) que não divulgaria onde estava distribuindo o leite radioativo, apesar de garantir que ele era inócuo à saúde, "para não causar pânico à população".

Um agravante da questão é que, segundo autoridades, científicas de renome nacional e internacional, não existe dose mínima tolerável para radioatividade, principalmente se levamos em conta a saúde do feto, do embrião, da criança e o aumento, inevitável, das mutações do código gené-

tico, provocando má formação que se manifestarão nas próximas gerações.

A Companhia Brasileira de Alimentos através de edital específico, cláusula 4.4, exigia para todas aqueles que se habilitassem a importar leite da Europa, a não apresentação no produto de nenhum índice de contaminação radioativa.

Após as atitudes governamentais citadas só restou aos ecologistas recorrer ao Poder Judiciário. Assim, ainda no ano passado a Juiza da 4ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, acolhendo pedido contido em ação civil pública, concedeu liminar proibindo a distribuição de leite e derivados radioativos no Estado de São Paulo. O Governo recorreu ao Tribunal Federal de Recursos pedindo a derrubada da referida liminar, o que foi concedido pelo Ministro Lauro Leitão, a 27 de novembro de 1986, mas a pedido dos denunciantes o mesmo Ministro reconsiderou sua decisão, mantendo, portanto, a proibição, no texto do Despacho de 22 de dezembro de 1986 o Ministro Lauro Leitão, confessando-se mal-informado anteriormente pelas autoridades e órgãos do Governo, afirma textualmente "uma passagem do arrazoado causou-me espanto e perplexidade, sabia-se que o leite era contaminado, mesmo assim foi adquirido e posteriormente "encomendou-se" uma Resolução do CNEN para justificar o negócio".

Então, onde andamos e para onde vamos? Não existe um mínimo de respeito às instituições, ao País e ao povo?

O CNEN, em cujos laudos me louvei para suspender a liminar, prestou-se a tal papel?

A compra do leite era, realmente imprescindível ou o Brasil poderia em falta relativa do produto, socorrer-se de outras fontes protéticas?

No Rio Grande do Sul o Movimento Ecológico pediu providências ao Procurador-Chefe da República Dr. Amir Sarti que baseado na Lei nº 7.347 entrou com processo na Justiça Federal. O Juiz da 5ª Vara Federal Dr. Luís, Dória Furquim, concedeu liminar proibindo a comercialização do leite e queijo radioativos. Tal liminar foi derrubada no TFR a pedido da União e empresas como: Joaquim Oliveira S.A e Olvebra S.A. Frente a tais fatos o Juiz Dória Furquim, com a autoridade que lhe compete a Lei, determinou que a comercialização desses produtos só seria possível se estes contivessem na embalagem uma tarja informando ao consumidor das suas condições e notificando a presença de radioatividade. Mas as empresas envolvidas e seus intermediários estão se negando a vendê-los nessas condições, alegando que a população não compraria tais mercadorias. Não foi cumprida a determinação do Juiz e esses produtos continuam sendo vendidos.

"Repto aqui as perguntas que já tive oportunidade de fazer anteriormente: onde estão, quais as quantidades e o que está acontecendo com os estoques "encalhados"? Por que as empresas só querem vendê-los à população sem que ela saiba o que está comprando? Por que as autoridades competentes não esclarecem de forma adequada nem à população, nem aos ecologistas sobre estas questões?

Aproveito para reivindicar a destruição adequada de todos os estoques de leite, carne e derivados radioativos presentes no território nacional e a proibição da entrada de estoques nas mesmas condições.

O Governo agora parece realmente preocupado com o problema.

No dia 30 de junho os jornais **Diário do Sul** e **Zero Hora** de Porto Alegre noticiaram que o Assessor Ministerial Yoshiaki Nakano, falando em nome do Ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser Pereira, solicitou ao Ministro-Presidente do TFR, Sr. Washington Bolívar de Brito que **instasse** junto ao Juiz Dória Furquim para que este liberasse incondicionalmente a venda do leite e queijo contaminados estocados no Rio Grande do Sul. Ou seja, o Ministério da Fazenda está pressionando o judiciário e o próprio juiz para que este ceda frente a interesses econômicos injustificáveis. A tal ponto chega o comprometimento do Governo Federal e a arrogância de seus tecnoratas. O Juiz Dória Furquim, não aceitando pressões, negou-se a atender tal pedido e divulgou sua decisão na imprensa.

A notícia citada confirma também outras informações muito interessantes. O Governo está utilizando os estoques contaminados no seu programa de suplementação alimentar dirigidos à população de baixa renda. Tanto é assim que a Corlac (Cia. Riograndense de Laticínios), empresa estatal, possui na cidade de Taquara (RS) 74 toneladas de leite em pó em índice de radioatividade de 636 Bq/Kg destinados aos programas de assistência social da LBA. Há, inclusive, suspeitas de que o leite radioativo esteja sendo usado no programa da merenda escolar.

Finalizo alertando que novas partidas de produtos igualmente contaminados podem estar entrando no Brasil via empresas estatais ou privadas, já que a atual legislação, devidamente "arranjada", o permite.

Hoje, o pacote Bresser (Cruzado III), pode propiciar a repetição de situações do Cruzado I, tanto que já se fala em desabastecimento de leite, carne e derivados. Esperamos que o Governo Sarney não venha tentar resolver tal problema, da mesma forma como o fez no passado recente, ou seja, importando alimentos condenados nos países de origem, pretendendo de novo salvar as aparências de mais um pacote econômico equivocado e antipopular, enquanto a saúde e o próprio futuro do povo brasileiro são menosprezados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB - PE. Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todos nós conhecemos a importância do transporte rodoviário de cargas no Brasil. Num país de dimensões continentais como o nosso, são os caminhões que movimentam a grande maioria das cargas, de Norte a Sul e de Leste a Oeste. Quantos sacrifícios não são feitos pelos caminhoneiros nessas jornadas de centenas, ou de milhares de quilômetros, enfrentando as intempéries, as estradas mal conservadas e os riscos da mais diversa natureza.

Dai a importância que tem o órgão classista da categoria, na luta por melhores condições de trabalho para os homens que, na condição de empresários ou de trabalhadores autônomos, se dedicam a esse mister tão valoroso. Da estabilidade desse ramo profissional dependemos todos nós, brasileiros, para termos um comércio inter-regional dinâmico e para que não faltem as

mercadorias de que precisamos para satisfazer as necessidades da vida diária,

Durante cinco anos, de 1982 a 1986, a Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga (NTC) foi presidida por esse grande brasileiro que é Thiers Fattori Costa. Foi uma gestão fecunda, cheia de realizações que se acham enumeradas numa obra intitulada "Missão Cumprida", sugestivo título do extenso relatório produzido por Fattori Costa para prestar contas do seu trabalho à frente daquela entidade.

O mérito é tanto maior quando se sabe que os últimos anos foram marcados pela turbulência política que caracterizou a transição do regime autoritário para a Nova República. Estes anos foram, ainda, marcados por uma grande instabilidade econômica. Tivemos a terrível recessão de 1982 e 1983, seguida da retomada do desenvolvimento que começou em 1984, acelerou-se em 1985 e deslanhou em 1986, após o "Plano Cruzado".

Essas mudanças na área política, e na econômica, naturalmente, exigiram malabarismos dos empresários de transporte de cargas para adaptar-se a situações diametralmente opostas. A verdade é que, se nos anos de recessão os caminhões ficavam a maior parte do tempo parados, ou rodavam com grande ociosidade, logo depois veio a explosão da demanda, quando a frota nacional se mostrou insuficiente, ou mesmo inadequada, com séria ameaça de estrangulamento do processo produtivo.

Vamos lembrar também a Instabilidade monetária do período, dificultando qualquer planejamento relativo a custos, para estabelecer um regime de preços coerente, garantindo o lucro indispensável ao prosseguimento das atividades. O ritmo inflacionário sofreu bruscas transformações, passando das taxas suportáveis para a hiperinflação. Veio depois o "Plano Cruzado", e com ele a expectativa da inflação zero, que não se concretizou. Poucos meses depois estávamos mergulhados na fase dos "ágios", com a inflação clandestina, não reconhecida pelo Governo.

Tudo isso dificultou sobremaneira a vida dos empresários de carga. O setor sobreviveu a duras penas, sobretudo porque tinha, à frente da categoria, a liderança segura de Thiers Fattori Costa. Sua administração conquistou grandes vitórias. A Associação das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga continuou crescendo com a agregação de novos sindicatos. Conquistou a FENATAC - Federação Nacional -; sendo esse o canal que faltava para chegar à Confederação Nacional dos Transportes Terrestres (CNTT), entidade máxima dos transportes no País.

Uma luta sem tréguas foi movida contra os crimes do setor rodoviário, principalmente os roubos de veículos e cargas, muitas vezes seguidos do assassinato de motoristas. Criou-se, então, o Grupo de Segurança Patrimonial, quando a estrutura de representação classista provou a sua importância e utilidade. Acionados pela entidade, os poderes públicos criaram Delegacias Especializadas em Roubos e Cargas, em diversos Estados brasileiros. Desenvolveu-se também maior cooperação entre as polícias estaduais e federal.

Muitas quadrilhas foram desbaratadas, e a luta prossegue para dar aos motoristas e aos empresários a segurança de que precisam para trabalhar.

Sr. Presidente, tudo isso, e muito mais que não cabe relatar nestas simples palavras, foi conseguido na gestão de Thiers Fattori Costa à frente da entidade classista dos empresários de transporte de carga.

Quero terminar enviando parabéns a esse grande brasileiro, com votos de prosperidade na sua vida pessoal e profissional. E que a NTC continue na trilha deixada por Fattori Costa, pois ela conduzirá o transporte rodoviário de cargas a um destino radioso, como convém a um setor que tanto trabalha em benefício do Brasil.

O SR. TITO COSTA (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Precisamente no dia 4 de julho de 1996 chegavam ao Brasil, para evangelizar e educar, os primeiros sacerdotes da Ordem Premonstrantense, ou Ordem de São Norberto. Instalam-se em Pirapora do Bom Jesus, no Estado de São Paulo, no Seminário Menor, e prestaram, ao longo destes 90 anos, excelentes serviços à cultura e ao ensino no Brasil.

No último dia 4 deste mês de julho de 1987, reuniram-se em Pirapora, no Velho Seminário, ex-alunos daquela casa, para comemorar o evento. Transcrevo palavras do Monsenhor Luciano Tullio Grilli, ao ensejo dessas comemorações:

"No alvorecer deste século, os romeiros que chegavam o Bom Jesus de Pirapora, pequena cidade a 54 km da capital paulista, e hoje denominada Pirapora do Bom Jesus, por estradas sinuosas e poeirentas, a fim de cumprir promessas, pedir graças, divertir-se nas quermesses e congadas, mal poderiam suspeitar que, assentado na colina que domina a cidade-santuário, o Seminário Menor Metropolitano assinalar-se-ia como centro de cultura e arte na história de São Paulo, durante cinco décadas.

Na quietude mística dos claustros e das salas de estudo, no recolhimento da prece e na alegria juvenil que eclodia nas festas e nos feriados, os "padres de branco", os Cônegos da Ordem Premonstrantense, oriundos da Bélgica, ilustrariam inteligência, plasmariam caracteres de milhares de jovens a serviço da Pátria e da Igreja.

Hoje, o casario vetusto e emudecido, relicário da saudade, é escrínio sagrado a conservar a memória de decênios de abnegado sacrifício, as venerandas uma dos mestres falecidos, o entalhe-poesia da imorredoura arte de Irmão José.

Prolongamento vivo do cenáculo de ciência e fé, os ex-alunos, arcebispos, bispos, sacerdotes, magistrados, professores, políticos, artistas, empresários, comerciantes, advogados, médicos, escritores, assistentes sociais, em voz uníssona de gratidão e saudade, evocaram a história do memorável encontro do dia 30 de junho de 1979, decorridos 84 anos do lançamento da pedra fundamental do ex-seminário.

A participação da missa solene, iniciada com o secular introóditio "Visitabo" e ungida pela melodia piedosa do canto gregoriano, evidenciou a marca indelével que chancelou a formação de várias gerações.

Na exumação dos corpos de três heróicos nordestinos e em sua acolhida em ninhos, na penumbra do vestíbulo da capela, à espera da ressurreição, as lágrimas incontidas dos discípulos.

Nos dizeres em bronze, encimando os jazidos, a alma agradecida de quantos tiveram, o coração burilado para amar. Na sessão magna o reforçar do passado e o efundir das emoções. Nos pátios, o abraço longo e nostálgico, reunindo vidas distanciadas, reatando o ontem e o hoje.

Em tudo, a homenagem àqueles que viveram abrindo sendas de amor, fé e cultura."

Com a transcrição, fica também nossa homenagem aos valorosos e dedicados padres brancos, a cujo trabalho muito deve a cultura e a religiosidade brasileiras.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A comunidade nipônica de São Paulo comemorou, no bairro da Liberdade, na capital paulista, no dia 18 do corrente o septuagésimo nono aniversário da imigração japonesa no Brasil, recordando a chegada do vapor "Kasatu Maru" que, nessa data, no ano de 1908, atracou no Porto de Santos, trazendo setecentos e oitenta e um imigrantes.

Hoje, os nissei residentes no País somam oitocentos mil descendentes daquele grupo, enquanto, atualmente, chegam ao Brasil apenas cerca de cem japoneses por ano.

O decréscimo da corrente migracionista nipônica decorre das excelentes condições de vida existentes naquele país, que ostenta a segunda economia do mundo, não encorajando os japoneses a deixar sua pátria, embora confiem nas amplas possibilidades de progresso do Brasil, como um dos maiores territórios do mundo e uma população que supera, hoje, a do Império do Sol Nascente.

As primeiras levas de imigrantes japoneses dedicaram-se, inicialmente, à agricultura, promovendo, depois, principalmente em São Paulo, um vigoroso cooperativismo de produtos hortigranjeiros, que garantiu, à sua descendência, condições para atingir os cursos universitários, com projeção também na vida política e administrativa do País.

A cafeicultura e a cotonicultura devem aos imigrantes japoneses uma eficiente participação, mas sua preferência sempre foi pela avicultura, criação do bicho-da-seda e horticultura, notável o seu desempenho nos trabalhos que exigem mais paciência e tenacidade.

Vereadores, deputados federais e ministros de Estado, além de figuras eminentes no segundo escalão federal e estadual, marcam a participação política dos nisseis no País, frisante a sua atuação nos quadros partidários.

Advogados, economistas, médicos, odontólogos, veterinários, agrônimos, constituem uma boa parte dos descendentes de japoneses no Brasil, muitos os que ministram cadeiras nas universidades, participam das pesquisas em instituições científicas, colaborando em todos os setores da cultura, da economia e das finanças para o nosso desenvolvimento.

É de salientar sua vocação para a cibernetica, produzindo, principalmente na Zona Franca de Manaus, avançados computadores.

Justamente essa participação da colônia japonesa no desenvolvimento do País, seu entranhado amor à nossa terra, seu comportamento exemplar em todos os setores sociais, é que nos faz, neste instante, comemorar, com justo orgulho, a chegada ao Brasil da primeira leva de imigrantes japoneses.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JORGE UEQUED (PMDB - RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governo deve imediatamente proceder à reestruturação do salário mínimo e fixar, inicialmente, no dobro do atual.

O aumento de 100% no salário mínimo apenas iniciará a correção de uma violência que degrada

a sociedade brasileira, ou seja, o cidadão trabalhar o mês inteiro para receber trinta e cinco dólares como remuneração mensal.

Não existe nenhum argumento que consiga sobreviver diante dessa dura e triste realidade, com trinta e cinco dólares por mês não há vida com dignidade.

Não haverá democracia, nem paz, nem justiça social, enquanto milhões de brasileiros continuarem nessa situação aviltante.

Não pode passar do mês de julho a duplicação do salário mínimo. É preciso que não se permita o repasse para os gêneros de primeira necessidade, nem para os transportes, nem para o gás de cozinha, desse reajuste de salário.

Não se diga que está tudo congelado e o salário também. Não é verdade. Não há como congelar o salário mínimo porque ele está no estado gasoso, ninguém percebe a sua existência, ele é hoje uma ficção, uma farsa. Transcrevo correspondência do Sr. Agenor Soares:

Cachoeirinha, 8 de junho de 1987

Vou tentar demonstrar o aumento do custo de vida de março de 1986 a maio de 1987:

	1986	1987	
	Preço unitário	Preço total	Preço unitário
5 kg de açúcar	4,44	22,20	16,50
5 kg de arroz	8,00	40,00	6,00
5 kg de feijão	8,00	40,00	15,00
5 lts de óleo de soja	7,70	38,50	27,70
30 lts de leite	2,58	77,40	12,00
8 kg de carne 2ª s/ossos	21,70	173,60	74,00
1 Tacho de água	38,73	38,73	103,00
2/3 de botijão de gás	20,00	20,00	60,00
1/2 de vidro de colírio	1,50	1,50	9,00
2 pacotinhos de lâminas Probak	1,58	3,16	16,00
15 l de gasolina	4,77	71,55	19,00
60 pãezinhos	0,80	48,00	1,70
10 tabletes de margarina	1,40	14,00	3,90
3 kg de massa alimentícia	5,20	15,60	17,00
2 dz de ovos brancos	8,85	17,70	29,50
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	621,94	1.948,00	59,00

– 1948 = 621 = 1326+621 dá mais de 200% a 213%.

Tem muita coisa ainda para trás, que está aqui com preço velho. 723,60 menos 621,94 igual a 101,66, sobrou 101,66; no segundo caso faltou, gastei 1.948,00 e ganhei 1231,00; faltou: 717,00, tirei leite, carne, café desde dezembro de '85. "Viva a Nova República". Com tristeza tenho que dizer a meu filho: Essa comida é pra logo também, que é para ele não comer muito!... Não sabemos mais onde nos meter, em cada reajuste do nosso míngua salário nos tira um pouco; isto é, não reajustam de acordo com a inflação. Agora mesmo fomos reajustados em 70%, quando o que eu achei foram 213%. Assim não dá mesmo! Não há um órgão para fiscalizar isso? Nos deram um reajuste três vezes menor do que a inflação! Se antes já não dava para viver, perguntamos: E agora, como está?"

O salário deve ser: 723,60 x 213 = 1541,26 + 723,60 = 2.264,85, este deveria ser o salário de um aposentado que, como eu, ganhava 723,60. 213% é o mínimo que aumentou o custo de vida, pois há dados que eu tirei dois meses atrás. 2.500,00 não repõe o poder de compra do aposentado. Comprava 280 litros de leite com 723,60 que ganhava, com 2.500,00 compro só 209 litros. Comprava 151 litros de gasolina com os 723,60 que ganhava em maio de 1986, se ganhasse 2.500,00, compraria só 131 litros do produto. Perguntaram: mas como é isso? É fácil, é que há artigos que subiram pouco, feijão, arroz, etc.

O leite subiu 360%, a gasolina 298%. Esse prato, gasolina, eu já tirei da minha mesa. Comprei um carro velho há seis anos, e este me é tirado pela Nova República – e eu tanto torci por ela

— e esta mesma me tira tudo o que me restava: o meu carro, as minhas pernas, pois há quatro anos fiquei asmático, não posso caminhar, guiar não é problema. Como viu, estamos ganhando muito menos que os minguados 723,60 que ganhávamos em março de 1986. Parece que ninguém vê nada, pudera! Com 240.000,00?

Se eu pudesse ficar aí quatro anos, forraria o meu poncho!

Vem o Sr. Paulo Gracindo alardear que o salário do aposentado é de 1.560,00, grande coisa! Não chega nem a 120%, quando que só o leite subiu 360%, será que é deboche, não sabem fazer contas, ou pensam que somos analfabetos?

Como eu beber leite a 360% mais caro; quando eu ganhei só 114% de aumento!

Como eu vou botar Porto Alegre dentro de Canguçu, ou de Cachoeirinha?

E o pior é que recebemos, no mês de abril, 1.594,00 e, em maio, só 1.231,00.

Eu vou parar por aqui. Como eu irei tomar uma xícara de leite à noite; se o mesmo foi tirado do meu orçamento? Ainda se o leite tivesse subido 114%, como o meu salário subiu, eu poderia comprá-lo, pois daria 5,49.

Não só o leite foi tirado da minha mesa mas o café, a cama, etc.

Do meu carro, a ditadura não conseguiu tirar a gasolina, mas a Nova República tirou. Subiu 378%.

Vou fazer-lhes um pedido: para me mandar uma receita de como substituir esses produtos. Talvez algum nutricionista consiga inventar alguma coisa... Eu tenho muita grama, mas, se começasse a comer, terminaria logo.

Esta carta está uma porcaria! Rasurada, borrada, etc, mas se entende bem.

Eu não vou escrever outra, pois deu muito trabalho para escrever esta.

Para todos os deputados do PMDB. — **Agenor Soares.**

Eu disse no começo desta página: Vou parar aqui. Já até assinei esta carta e tive que recomeçar a escrever. Tinha-me esquecido dos gatilhos que não funcionam; disse-me a minha vizinha que para ela já acionaram quatro gatilhos. O leite já acionou 18 gatilhos, 360% para nós. Deram 5,7 gatilhos (114%) faltam portanto: 12,3 gatilhos. Carne 12,5 gatilhos, 250%, faltando 6,8 gatilhos, gasolina: 18,9, 378%. Eu tenho carro. Isto é só pra começo de conversa. Só o arroz e o feijão que não alcançaram, por enquanto, o que o Governo deu. Tem de formar uma comissão intersindical para fiscalizar o cumprimento dos gatilhos. Eu trabalhei toda a minha vida para a Pátria, e agora estou na miséria! Vejam no verso.

Despesa: 621,00, sobrou 102,00 de 1.948,00 faltaram: 388,00 são as mesmas compras, o que comprava com 621,00 agora gasta + 1.948,00. Sobrava 102,00 dos 723,00. Agora faltam 388,00 dos 1.560,00. Eu até acho que o Sr. Paulo Gracindo está brincando de orangotango. Porque, sendo matéria paga, ele devia raciocinar e não fazê-la, por ridícula que é! Em março de 1986 eu comprada, se quisesse. 151 litros de gasolina, com os minguados 723,60 que ganhava. Agora, compro apenas: 68 litrinhos!

Sim, eu compro 151 litros, 449 ml, é que os litros do plano cruzado eram de 1.000 ml. E agora são de 449 ml, e vão ficar menor ainda! Até ficar 100.

O leite comprava com 723,60 (que já era uma miséria) 280 litros. Agora compro 130 litros, ou seja, litros após cruzado: 464 ml, 280 litros de leite. Vamos só ver mais um produto + carne comprava de 33 quilos de 1000 gramas, agora compro: 21 quilos de 1000 gramas ou 33 quilos após o cruzado: — 633 gramas.

Disse esse tanto faz dar na cabeça, como na cabeça dar, é a mesma coisa. Gasolina, o litro: 449 ml; leite litro: 464 ml; a carne quilo: 633 gramas.

Eu acho que é assim que se calcula aí pois é a única maneira para dar certo o gatilho do Governo.

Em 1975 eu compraria, se quisesse, 47 quilos de carne, com 470,00 que eu ganhava, pois custava 10,00 o quilo, baixou para 33, e para 21. Vai baixar para 10! Tudo que compro registro desde 1975. Esses preços, alguns são de meses atrás. Espero que isto sirva para alguma coisa. Obrigado. — **Agenor Soares.**

Esta carta é uma colcha de retalhos, mas tem dados muito valiosos. Veja, por exemplo, litro de leite com 464 ml, pois este é outro que eu compro agora pelo preço de 1.000 ml antes! Não é brincadeira? O PMDB, o meu partido, vai para a mesma cova que foi o PDS? Já está!

Vou tratando de conseguir outro partido, pois este não me serve mais!

O SR. ODACIR SOARES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Infelizmente, tenho que reconhecer, já está virando rotina o fato de ocupar a tribuna para discorrer sobre os graves problemas de falta de energia elétrica em meu Estado.

Não poderia, contudo, me furtar a servir de intérprete dos reclamos da minha sofrida gente. Assim, aqui estarei, sem descanso, quantas vezes se fizer necessário, alertando as autoridades, pedindo soluções, cobrando providências, enfim, trabalhando em benefício não só dos que me investiram no mandato de senador, mas de todos, sem distinção, que me procuram com seus problemas ou para a defesa de legítimos interesses.

Recebi, Sr. Presidente, documento cuja cópia encaminharei à Mesa, assinado por todos os membros das Câmaras Municipais de Pimenta Bueno, Espigão d'Oeste e Cacoal, que faz um relato dramático da situação afeita das populações daqueles municípios, sujeitas às agruras de um racionamento de energia elétrica que já atinge o nível insuportável de 16 horas diárias.

Em Cacoal por exemplo, prédios públicos foram incendiados, numa evidente demonstração da crescente exasperação popular.

Faço um apelo para que tais episódios não voltem a ocorrer, lembrando que a recuperação dos danos causados aos prédios e bens da CERON — Companhia de Energia Elétrica de Rondônia, e da prefeitura de Cacoal acabará sendo custeada sobretudo pela população local.

E aproveito, também, Sr. Presidente, para reiterar meus pedidos anteriores, no sentido de que se ultimem os estudos sobre o aproveitamento termelétrico e a exploração dos recursos hídricos daquela região, pois a situação já é de calamidade.

E já o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU DISCURSO:

Ofício Circular nº 02/GV/87

Exmº Sr.

Odacir Soares

DD. Senador

Senado Federal

Brasília – DF

Prezado Senhor,

Cumpre-me, na qualidade de Relator do Ofício Especial nº 1/87, designado através das Câmaras Municipais, signatárias deste documento, encaminhara V. Ex.ª cópia do acima referido para apreciação e apoio ao que se fizer necessário.

Sendo só o que se apresenta para o momento, subscrevo-me, com apreço e consideração. Atenciosamente. — **Paulo César Pires Andrade**, Vereador PMDB.

Ofício Especial nº 001/87

Pimenta Bueno, em 25-5-87.

Ilmº Sr.

Dr. Walfredo Henrique Manara Lessa
MD. Presidente das
Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Porto Velho – RO

Prezados Senhores,

Devido aos constantes cortes no fornecimento de energia elétrica aos moradores das cidades de Pimenta Bueno, Cacoal e Espigão Doeste (Regional da CERON em Pimenta Bueno), houvemos por bem reunir as três Câmaras Legislativas dos Municípios acima citados, onde, conjuntamente, optamos por enviar este documento a V. Ss, no intuito de pedir providências urgentes, bem como sugerir algumas soluções, para melhorar, ou pelo menos amenizar, tal situação, vez que a população está cansada de tanto "rationamento"

Nos últimos dez meses, a falta de energia tem sido constante, piorando cada vez mais, chegando ao ponto de não termos fornecimento em mais de dezesseis horas por dia.

Insistimos. O fornecimento só tem ocorrido em oito horas diárias, alternando duas horas com energia e quatro ou mesmo seis horas sem energia alguma.

A população não agüenta mais esta situação. Os prejuízos são enormes e evidentes os seus resultados.

Tempos atrás, em Cacoal, ocorreu uma revolta do povo, que culminou em incêndio e depredação generalizados, em prédios e outros bens da CERON e da Prefeitura local. Hoje o povo demonstra querer agir novamente com as "próprias mãos".

Entendemos não ser este o melhor caminho. Mas, para se evitar o confronto direto, a CERON precisa tomar algumas medidas rápidas e eficazes, para evitar o desfecho trágico na atual situação.

Temos conhecimento de que a CERON, como concessionária de serviço público, não pode continuar operando quando não, consegue atender seus objetivos, isto é, não gera energia suficiente para os consumidores.

Precisamos de respostas claras sobre a exploração dos recursos hídricos de nossa região, quando não, sobre a geração de energia via do aproveitamento termelétrico, no sistema de caldeiras, em fade da abundância de matérias primas neste Estado, sem falarmos nos benefícios trabalhistas e econômicos que serão convergidos pelas alternativas acima mencionadas, tais como: eco-

nomia de petróleo, mais empregos diretos; soluções que visão ao encontro dos nossos problemas vividos, hoje em Rondônia, e principalmente ao Brasil.

Ficou demonstrado que a CERON não possui reservas técnicas ou de peças para eventuais e previsíveis situações emergenciais. Acreditamos nas soluções apontadas: micro usinas hidrelétricas e geração de energia via caldeiras, viáveis em nossa região.

Assim, as Câmaras Municipais, portavozes do povo, reunidas, preocupadas com tais situações e com as consequências que são vislumbradas, esperam de V. S^{as}, respostas rápidas para as indagações acima expostas, bem como informações sobre quais as soluções em andamento para o atendimento aos reclamos dos consumidores.

Solicitamos, outrossim, que cópias deste seja enviadas ao Ministro das Minas e Energia; Diretor Geral do DNAE; Presidente e Gerente Regional da Eletronorte em Rondônia; Prefeito Municipal de Pimenta Bueno; todos os Deputados estaduais, Deputados federais e Senadores por Rondônia; Presidente da Câmara dos Deputados e Senado Federal; Escritório da CERON de Pimenta Bueno, Governador do Estado de Rondônia; promotores de Justiça de Pimenta Bueno.

Gostaríamos de que V. S^{as}, ao tomarem conhecimento desses nossos sufocos, tenham condições e volição de trazerem aos nossos anseios medidas eficazes solucionativas. Ao ensejo, apresentamos votos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente – Câmara Municipal de P. Bueno – Câmara Municipal de Cacoal – Câmara Municipal de Espigão D'Oeste.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL – RJ.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fiz, dias atrás, um pronunciamento nesta Casa, indagando à diretoria da Companhia Siderúrgica Nacional sobre os motivos que a levaram a ordenar o transporte de carvão e de coque, do Porto de Sepetiba à Usina de Volta Redonda, em carretas turbinadas de vinte rodas.

A comunidade, após ter tomado conhecimento do meu pronunciamento através da "Voz do Brasil", trouxe-me outras suas preocupações relacionadas com a Companhia Siderúrgica Nacional, que tenho a obrigação de relatar, antes de entrar no assunto do transporte conforme havia prometido.

O primeiro é de que assessores diretos da diretoria social estariam envolvidos em escândalos na compra de suprimentos para abastecimento no refeitório central da Companhia Siderúrgica Nacional, onde milhares de funcionários fazem suas refeições, e que inclusive ocasionaram a demissão desses assessores, sem que fossem levados à justiça ou procedimento legal.

De que não existe manutenção dos equipamentos que certamente vão trazer consequência desagradável à produção em pouco tempo.

De que certo empresário recebeu fretes adiantados de transporte que não teria sido ainda realizado.

Sr. Presidente, causa-me apreensão se houver veracidade nos assuntos mencionados, por ser uma empresa do Governo, num momento em que devemos demonstrar seriedade e competência na administração dos procedimentos e serviços.

Sr. Presidente, voltando ao caso do transporte de carvão e de coque; de repente, a cidade de Volta Redonda sofre uma invasão de carretas turbinadas, por que razão? Se a opção lógica não seria por transporte ferroviário? Além do custo menor, será que alguém está levando vantagens nisto? É o que pergunta para mim a comunidade, e ainda trazem para meu conhecimento de que, para prestar este tipo de serviço à Companhia Siderúrgica Nacional, terá que pertencer, à empresa prestadora do serviço, a uma certa associação de transporte, e que para entrar nessa associação tem que ter prestado serviço de transporte a Companhia, o que caracteriza um certo monopólio por parte dessa associação. Mediante isto, solicito esclarecimento, pois não quero crer que esteja ocorrendo tal prática numa empresa como a Cia. Siderúrgica Nacional. Entretanto, afirmo que para qualquer transporte de produto siderúrgico (aço laminado) é condição precípua que a empresa pertença a essa associação. Ora, Srs. Constituintes, estamos vivendo época de cartel dentro das empresas do próprio governo?

Sr. Presidente, fico apreensivo quando tomo conhecimento de certos dados do plano de abastecimento de matérias-primas e insumos necessários à usina, que prevê o transporte de 13.050.000 toneladas, em 1987, assim distribuídas:

$$\begin{aligned} \text{Rodoviário} &= 535.000 \text{ t} \\ \text{Ferroviário} &= 9.330.000 \text{ t} \\ \text{Ferro-hidroviário} &= 3.185.000 \text{ t} \end{aligned}$$

A previsão de despesa em moeda de setembro de 1986 é de Cz\$ 1.856,2 milhões.

Mas parece-me que a previsão de distribuição dos modais acima não deverá se realizar, considerando que está sendo trazido do Porto de Sepetiba-RJ, significativa tonelagem de carvão nacional e coque importado por via rodoviária, com substancial aumento de frete em relação ao frete ferroviário.

Com relação ao escoamento, a previsão para 1987, é de 4.120.000 t de produtos siderúrgicos, que em moeda de setembro de 1986, e tomando-se como parâmetro os valores de fretes de demais despesas de transporte, representa o valor de Cz\$ 791.1 milhões.

A distribuição segundo modalidades de transporte é a seguinte:

$$\begin{aligned} \text{Rodoviário} &= 899.500 \text{ t} (21,8\%) \\ \text{Ferroviário} &= 2.280.000 \text{ t} (55,3\%) \\ \text{Rodo-hidroviário} &= 20.500 \text{ t} (0,5\%) \\ \text{Ferro-hidroviário} &= 920.000 \text{ t} (22,4\%) \end{aligned}$$

O destinado para mercado externo (920.000 t) 70% destina-se ao Porto de Angra dos Reis, exclusivamente através do modal ferroviário.

Para o mercado interno destinam-se (3.200.000 t) sendo 30% através do modal rodoviário e 70% pelo modal ferroviário para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, e as restantes 461.730 t distribuídas aos demais Estados serão escoadas, exclusivamente, através do modal rodoviário.

Pelos números apresentados, observa-se que, aproximadamente, 78% da produção, está previsto seu escoamento pelo modal ferroviário, número que deverá situar-se em torno de 35%.

Os problemas na área do escoamento por parte da Companhia, cito entre eles, como muito alto o tempo de permanência para carga de caminhão carretas: média de 6 horas, enquanto na Cosipa e Usiminas este tempo é de 2 horas, e também

é muito alto o tempo de permanência para carga de vagões: média de 20, horas enquanto na Cosipa e Usiminas este tempo é de 12 horas.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Constituintes, parece necessário um questionamento por parte do Ministério da Indústria e do Comércio à Diretoria da Siderbras e à Companhia Siderúrgica Nacional dos fatos que vêm ocorrendo, pois, como Deputado Federal, eleito por Volta Redonda, coloquei-me à disposição da comunidade, para denunciar os atos irregulares e esclarecer os boatos que chequem ao meu conhecimento.

O SR. MANOEL CASTRO (PFL – BA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Numa dessas vindas de nossa fazenda – Casa dos Carneiros, onde moro e demoro mais por amor à natureza que Deus fez... no sertão catingueiro de Conquista, e, por conseguinte, de nossa histórica Bahia, ao chegar em casa, na cidade, consternados minha mulher e meus filhos, em curto relato, passaram-me que um certo deputado de Itabuna, cujo nome a memória não registrou (pela razão de só ser dada a fazê-lo quando se trata de santos, heróis e poetas), por conta própria e inteiramente **ad libitum**, resolveu rachar pelo meio o primeiro portal do Brasil – o Estado da Bahia. Praticando assim com brutal temeridade um crime lesa-integridade cultural de um povo, em benefício de si próprio e de um pequeno grupo de infiéis carreiristas, delegados por este mesmo povo a deputar por sua causa.

Ora, este Richelieu grapiúna, em sua glacial visão de político, e impelido pela gana estúpida de entrar na sagrada casa da História pela janela dos fundos, se esquece ou, com certeza, desconhece:

– que a soberania de um povo, uma nação, ou de um Estado, só se impõe se estiver firmada sobre seus fundamentos culturais. Assim é que somente o edifício que não tem história estará sujeito à demolição e a ser carreado pela turbulência do progresso. E, o passado histórico da Bahia, porta do Brasil – berço da Pátria, nossa primeira Capital, é grandioso demais para ser degrau em escabelo de tão jactancioso votófago iconoclasta.

– que, segundo Frederic F. Choppin – o maior cantor da alma polonesa – , a arte é o espelho da pátria, o país que não preserva os seus valores culturais, jamais verá a imagem de sua própria alma. Ora, a Bahia é o grande berço de bardos cantores e profetas que, desde o remotíssimo passado de Gregório "O Boca do Inferno" – , passando por Castro Alves e Conselheiro, até a atualidade de Afonso Manta do Poção, em todos os segmentos da arte construirão um dos maiores acervos de cultura do País, que, e portanto, não pode de maneira alguma sofrer fissão. O corte no espaço físico atingirá infelizmente o corpo cultural – alma do povo.

– que, em tempos de democracia, o poder público é funcionário do povo, isto é, todos aqueles que ocupam cargos e funções, **verbi gratia**, vereador, prefeito, deputado, governador, ministro, presidente, general, chefe de polícia etc., são funcionários da sociedade; e o que serve não pode decidir pelo que é servido. Sendo mais claro: Como pode o servo – o deputado em foco – se

arvorar em lotear a casa – o Estado da Bahia, sem consultar previamente seu senhor – o povo baiano?!

– que todos os demais Estados do Brasil podem ser divididos, deformados, sofrendo alterações profundas em seu desenho original. Só não a Bahia por ser o berço da Pátria e a matriz original, que deu forma e inspirou os intrépidos bandeirantes a, extrapolando o indecentíssimo Tratado de Tordesilhas, e penetrando nas terras da Coroa espanhola, a iniciar o desenho definitivo do mapa do Brasil que, como vê e segundo o grande Villa-Lobos, tem a forma de um coração, sendo, portanto, a Bahia, o coração do Brasil.

– que, a despeito do embruteçimento catequético imposto a ferreiro pulso e irresponsavelmente pelos meios de comunicação a nosso povo, ainda resta um pequeno remanescente que não foi atingido pelas presas envenenadas de Nociferatus, graças a Deus, o que me lembra que uma Constituição sertaneja, em seu primeiro artigo, começaria assim: "Todo poder emaná de Deus e em Seu nome será exercido".

– que, ainda e por fim, ante o silêncio dos comprometidos poetas e artistas que subiram ao poder e a indiferença dos meios de comunicação que se cumpliciam, posso dizer que já ouço, do fundo do passado, como que num intercâmbio cultural entre a morte e a vida, num sussuro, gemidos murmurantes de Ceceus, Manecas, Camilos e Ruis, todos eles parafaseantes: "... malungo, grite... brade... cante...", pois que, se não o fizeres, os riachos e os montes, os picos da mata e as pedras da caatinga clamão: Não deixem que profanem os baiano Panteão".

Pois bem, estes, mais Nathur de Assis, Iris Silveira, Laudionor Brazil, Erathóstenes Menezes, Eurípedes Formiga, Walter Figueira, Sosígenes Costa, Geovah de Carvalho, Ruy Bruno Bacelar, Glauber, Telmo Padilha, Jatobá, Adilson Santos, Gildásio Castro, Juscelino Franco, Antônio Brasileiro, Juracy Doréa, Carlos Napolli, Agavino do Gavião, Antenor, Raimundo Cunha, Geraldo Brito, Vivi do Angico, Ernani Maurílio, Geraldo Vieira, Edgar Mão Branca, Prof. Moura, Pe. Luiz Palmeira, Rosenberg Oliveira, Clodoaldo Cursino de Eça, Plácido do Poção, Carlos e Stela Debois, Olímpio Cardoso, Fernando e Terezinha Spínola, Vivaldo Mendes Ferraz, Haroldo Gusmão, Dino Correia de Melo, Aníbal Viana, os Fernandes, os Silva, os Andrade os Gusmão, os Oliveira, os Dantas, os Correia, os Prado, os Rocha, os Ferraz, os Coelho, os Pedreira, entre centenas e milhares de profissionais, estudantes, comerciantes, industriais, fazendeiros, agricultores, peões, vaqueiros, cantadores, cantores e poetas, ...não aceitamos a sacrílega e desonesta proposta, porque:

Nascemos no mesmo berço,
 Unidos na mesma sorte.
 A mesma terra a cantar,
 Choramos num mesmo verso
 Que, mesmo depois da morte,
 Não vamos nos separar!

Assim, em nome de todos aqueles que já se foram e dos que ainda vivem e que por certo amam a integridade deste território em toda a sua inteireza, passo às vossas mãos este protesto contra a divisão de nosso Estado, que ora batizo de "Carta da Bahia", o qual rogo seja constado

nos anais desta egrégia Assembléia, por testemunho da História.

O SR. SALATIEL CARVALHO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Folha de S. Paulo, em nota editorial publicada na edição de 27 de junho próximo passado, intitulada "Deus e a Constituição", criticou a proposta de preâmbulo apresentada pelo Constituinte Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização, por ter inserido apelos à "proteção de Deus" e à "fraternidade cristã".

Preliminarmente, queremos esclarecer que não foram feitos pelos, mas esboçaram-se afirmações de que os representantes do povo brasileiro estiveram reunidos, "sob a proteção de Deus", com o propósito de constituir a Nação com base "na liberdade, na fraternidade, na igualdade", lema adotado pela Revolução de 1789 e que consta na atual Constituição francesa. A proposta de preâmbulo não faz apelo à "fraternidade cristã", nem "concessões, ainda que retóricas, ao cristianismo". Quando afirma que a Constituinte está reunida "sob a proteção de Deus", refere-se aos seguidores de todas as religiões, excluídos, obviamente, os parlamentares ateus que a ela tiveram acesso pelo voto, dado também por eleitores religiosos.

A inserção do nome de Deus no preâmbulo não é preconceito anacrônico, que não reconhece a distinção entre o poder religioso e o poder do Estado.

No início da referida nota editorial, faz-se a exigência de que "a divisão entre Igreja e Estado deve ser definida, de forma rigorosa e inequívoca, no texto da futura Constituição", com a qual concordamos.

Desde os primórdios do regime republicano, os protestantes e evangélicos do Brasil aplaudiram o Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, redigido por Rui Barbosa, que consagrou a liberdade de culto e separou a Igreja Romana do Estado brasileiro.

É verdade, notória e geralmente aceita, que, desde 1891, o princípio constitucional da separação política entre a Igreja e o Estado tem sido ostensivamente violado ou sutilmente contornado.

Mas trata-se de outra questão, quando se propõe seja feita invocação à divindade, embora, como queremos, distanciadas as religiões dos assuntos do Estado. A questão é de natureza sociológica, interessa à tradição da sociedade brasileira.

Os Constituintes pernambucanos de 1817, como bem lembrava Monsenhor Arruda Câmara, antes que o Brasil fosse Nação independente, já colocavam na Constituição por eles alvitrada a disposição de fazê-la "à face de Deus."

Já é tradicional, Sr. Redator da Folha de S. Paulo, a inserção do nome de Deus nos preâmbulos das Constituições brasileiras. A de 1824 foi promulgada "em nome da Santíssima Trindade". Na de 1934, os Constituintes, "pondão a nossa confiança em Deus", assim declarando, afastaram o positivismo Comtiano e o agnosticismo, que até certo ponto influenciaram a feitura da lei fundamental da República brasileira de 1891 e que voltaram para tentar caracterizar a Carta ditatorial de 1937. O preâmbulo da Constituição democrática de 1946 adverte que a Assembléia Constituinte esteve reunida "sob a proteção de

Deus", assim interpretando o sentimento cristão do povo brasileiro. Foi uma afirmação algo corajosa. O Congresso Nacional, "invocando a proteção de Deus", mostrou-se mais humilde e confessou não ser agnóstica a Constituição de 1967, que nos rege até aos nossos dias. Foi uma ousada tomada de posição frente ao materialismo ateu da nossa época.

As várias fórmulas usadas demonstram que a opinião da maioria dos Constituintes de 1824, 1934, 1946 e 1967 sempre timbrou uma declaração de fé, que poderia vir a ser subscrita por homens das mais variadas tendências religiosas, até mesmo por aqueles que não professavam qualquer crença religiosa. Em respeito à religião, adotada pela maioria do povo brasileiro, muitos Constituintes concordaram com a inserção do nome de Deus nos preâmbulos constitucionais.

Culturalmente, é natural que a Constituição brasileira tenha tido, no seu espírito e na sua forma, simpatia pela tradição religiosa, devido à forte influência da Igreja sobre o Estado.

Entretanto, a invocação, nesta Nova República, marca uma evolução nas relações entre a Igreja e o Estado, pois a sociedade brasileira, mais livre e mais aberta, está em condições de reconhecer o papel importante que o pluralismo social e político concede às correntes de opinião, qual seja o de contribuir para o intercâmbio de idéias e o respeito mútuo entre os indivíduos num estado de direito, que admite, em convivência democrática, adotem o materialismo histórico ou procurem a inspiração cristã.

A invocação no preâmbulo nada tem de secundário: Deus, para qualquer religioso, é o supremo princípio de todas as coisas e idéias. Por isso, é correto, adequado e oportuno que busquemos a proteção de Deus para a elaboração da nova Carta.

Homem de fé, vejo com satisfação, acolhida no preâmbulo do anteprojeto elaborado pelo ilustre Relator da Comissão de Sistematização, a expressão "sob a proteção de Deus", pois é dessa proteção que necessita o Brasil, mais do que nunca.

Talvez não devesse esta Assembléia fazer a afirmação de que se acha sob a proteção de Deus. Julgarem-se os Constituintes "protegidos" por Deus é uma confiança imodesta. Melhor seria invocá-la, como fez Congresso Nacional em 1967, para que o novo regime tenha a proteção divina em futuro tão incerto, pois invocar a proteção de Deus é dar uma demonstração de fé.

Está fora de dúvida a tendência ateística do redator da nota publicada pela Folha de S. Paulo, como também o seu afastamento do contexto social brasileiro, ao condenar, de maneira virulenta, a inclusão do nome de Deus na futura Constituição.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Conselho Estadual de Educação, de São Paulo, que tive a honra de integrar (de 1983 a 1985, inclusive) encaminhou-me e também a outros integrantes da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembléia Nacional Constituinte, suas sugestões para o Capítulo da Educação, da Constituição que estamos elaborando.

Trata-se de trabalho aprovado em sessão plenária daquele Conselho, realizado a 24 de junho último, e que trago ao conhecimento da Casa a fim de que possa ser o mais útil possível ao exame dos Constituintes em sua responsabilidade de decidir sobre o que deve constar em matéria de educação e ensino no texto da Constituição Federal que pretendemos esteja pronta no próximo dia 15 de novembro.

A Educação deve ser prioridade nacional número um; pois, se não nos devotarmos prioritariamente à educação e ao ensino, neste País, não conseguiremos acelerar o desenvolvimento integral que buscamos, não abriremos aos milhões de carentes que integram a população brasileira a oportunidade a que fazem jus, não implantaremos uma democracia digna desse nome no Brasil, não teremos a paz social que só se alcança com a Justiça Social, não faremos, em última análise, deste País uma grande Nação.

O Brasil é um país jovem. Sessenta por cento da nossa população se compõe de menores de 21 anos de idade, integrando, assim, a densa faixa etária daquelas que, entre nós, precisam da escola, merecem a escola e têm direito à escola. Não podemos prosseguir na indiferença com que os poderes públicos continuam a desconsiderar a importância da educação e do ensino, em especial, procurando mais livrar-se da problemática nacional do que enfrentá-la com a determinação política, social e cívica de resolvê-la, para o bem da Nação.

O trabalho do Conselho Estadual de Educação, de São Paulo, que ofereço, hoje, à consideração dos Constituintes, é cooperação de órgão técnico especializado, convededor da matéria, de alto gabarito, grande responsabilidade e que representa contribuição estimável ao nosso debate e à nossa futura decisão, enquanto se refere às questões da educação e do ensino.

Como toda a matéria constitucional que esta Casa tem estudado, empenhadamente, nestes meses, e sobre a qual vai decidir, em debates e votações no Plenário, de 15 de julho a 15 de novembro, é matéria polêmica. A contribuição do Conselho Estadual de Educação, de São Paulo, não esgota o assunto. Ninguém, aliás, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esgotou qualquer assunto. O máximo que se pode é esgotar-se nos assuntos. Ao mesmo tempo sabemos que há, na controvérsia sobre educação e ensino, pontos nevrálgicos de divergências sobre os quais muitos dos Constituintes já têm sua opinião definitivamente formada. Seja qual for a hipótese, porém, o trabalho que passo a ler, só poderá ser útil ao exame, à discussão e à votação do texto que, na futura Constituição do País disporá sobre a educação e o ensino.

É o seguinte, Srs. Constituintes, o inteiro teor da contribuição enviada pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo, para o encaminhamento do estudo, do debate e da decisão da Casa, no que concerne à educação e ao ensino:

TÍTULO Da Educação

CAPÍTULO I Da Educação

Art. 1º A Educação, direito de todos e dever do Estado, será realizada com a finalidade de as-

segurar o acesso aos bens culturais, a realização plena da personalidade, a formação da cidadania e o repúdio a quaisquer discriminações.

Art. 2º O Estado assegurará a todos os cidadãos o ensino fundamental, com 9 anos de duração, mediante a criação e manutenção de rede de escolas públicas.

§ 1º O ensino fundamental será oferecido obrigatória e gratuitamente pelo Estado a todos os cidadãos, a partir de 6 anos de idade, e para as famílias significará, igualmente, obrigação e será ministrado obrigatoriamente no idioma nacional.

§ 2º O Estado oferecerá, mediante ampliação da rede pública, oportunidades de acesso aos demais níveis de ensino.

§ 3º O Estado criará condições de escolarização aos brasileiros analfabetos e aos não escolarizados nas faixas regulares de idade, oferecendo também educação especial aos portadores de deficiências físicas e mentais.

Art. 3º A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas públicos de ensino federal, estaduais e municipais, excluído o auxílio suplementar aos educandos.

§ 2º A repartição dos recursos públicos assegurará prioridade no atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do Plano Nacional de Educação.

Art. 4º Caberá à União o estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional, bem como a elaboração do Plano Nacional de Educação e aos Estados a organização de seus sistemas de ensino, em todos os níveis, ficando sob sua jurisdição e responsabilidade, a administração e a fiscalização dos mesmos.

Art. 5º O Estado assegurará às crianças em idade pré-escolar condições de desenvolvimento físico e mental, tendo em vista sua escolarização.

Art. 6º A educação, em todos os níveis, buscará integrar todas as formas universais, nacionais e regionais de expressão cultural, devendo os meios de comunicação estar comprometidos com estes objetivos.

Art. 7º As Universidades gozarão, nos termos da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e financeira.

Parágrafo único. O Poder Público incentivará, através dos processos de ensino e pesquisa, o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.

Art. 8º É facultado e garantido à iniciativa particular, pessoas e instituições, o direito de ministrar ensino com liberdade de orientação pedagógica, filosófica e religiosa, respeitadas as exigências legais, bem como os objetivos referentes à educação nacional.

Art. 9º A organização, planejamento e administração do sistema de ensino devem prever mecanismos de acompanhamento e fiscalização da eficiência das escolas pelo Poder Público, juntamente com a participação e controle da sociedade civil – educadores, educandos e seus familiares, comunidade usuária de escola – zelando pela

qualidade do ensino, bem como qualificação permanente do corpo docente.

Art. 10. O pessoal docente, técnico e administrativo do ensino mantido pelo Estado será admitido nos cargos iniciais e finais de carreira, mediante concurso público de títulos e provas e o regime do pessoal docente será estabelecido por estatuto próprio a ser criado por lei complementar, em cada sistema de ensino.

Parágrafo único. Devem ser garantidas, em todas as redes de ensino, públicas e particulares, as condições específicas ao trabalho pedagógico, incluída remuneração profissional condigna ao pessoal de ensino.

Art. 11. Constitui obrigação das empresas, de qualquer natureza, contribuir para a promoção do ensino fundamental para os seus empregados e para os filhos destes, ou a concorrer para esse fim, mediante a contribuição do salário-educação, na forma que a lei estabelecer.

Parágrafo único. As empresas comerciais e industriais são, ainda, obrigadas a assegurar, em cooperação, condições de aprendizagem aos seus trabalhadores menores e a promover a qualificação e a atualização profissional de seu pessoal.

Art. 12. É garantida a liberdade de ensino, de criação, de pensamento e de expressão no trabalho educacional.

Aprovado em sessão plenária do Conselho Estadual de Educação de São Paulo realizada a 24-6-87.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
O SR. GILSON MACHADO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há poucos dias enviei telex ao Ministro da Fazenda, solicitando suas atenções para o sério problema enfrentado pelos que desejam adquirir automóvel nacional, em face da alta carga de impostos que incide sobre os custos finais dos veículos produzidos no Brasil.

Realmente, uma taxação de 70% torna quase inacessível ao consumidor médio o preço de venda dos carros novos, ainda mais agora, quando o poder aquisitivo do povo diminui a cada dia.

Essa tributação é evidentemente excessiva, e mais razoável seria que o Governo mudasse sua orientação, diminuindo seus dispêndios, cortando gastos adiáveis ou evitáveis, supérfluos ou discutíveis, ao invés de elevar a já insuportável massa de impostos e taxas que encarece todos os artigos e coloca alguns produtos, como o carro de passeio e os veículos de modo geral, fora do alcance do consumidor, que, por coincidência, é também o contribuinte, sem o qual todos os planos governamentais irão por água abaixo.

Não foi suficiente, não é bastante, a retirada do empréstimo compulsório que incidia até recentemente sobre os automóveis. Essa medida certamente foi oportuna e indispensável, mas não resolveu o problema. O episódio de sua imposição e posterior recuo, pelo Governo, parece com a história do bode malcheiroso: põe-se um caprino pestilento no interior de uma pequena casa, cujo dono muito reclamava das dificuldades da vida. Depois de vários meses, permite-se-lhe removê-lo do cômodo que ocupava. Grato e aliviado, o cidadão passa de queixoso a satisfeito...

Sei que a indústria automobilística é dos setores mais importantes da economia brasileira e que

as repercussões de qualquer medida que se tome em relação a ela serão amplas, profundas e imediatas. Um pequeno percentual a mais ou a menos de impostos ou de incentivos poderá significar substancial alteração na arrecadação de tributos e na entrada de divisas no País ou mais empregos especializados, nas fábricas montadoras ou nas fornecedoras de peças componentes.

Mas o ponto para o qual desejei chamar a atenção do Professor Bresser Pereira é este: o consumidor médio brasileiro não pode mais comprar um automóvel novo, nem seminovo, e eis aí um problema capital, a ser解决ado o quanto antes, porquanto a própria razão de ser do mercado automobilístico não está convenientemente atendida, em função dos óbices que o governo, e nada além do mesmo Governo, criou.

Espero que Sua Excelência mande rever a atual política tributária do setor, que só tem trazido o descrédito, a má vontade e a desconfiança da sociedade brasileira contra o Governo, ultimamente. Está na hora de ouvir a voz do povo, nesse particular, como, aliás, em muitos outros.

V – O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Havia formulado a V. Ex.^a uma questão de ordem, porquanto, gostaria de registrar nos Anais desta sessão, chamando a atenção da Casa e da imprensa nacional, o ofício que estou dirigindo ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, vazado nos seguintes termos:

Brasília, 8 de julho de 1987.

Senhor Presidente:

Tendo em vista a aprovação pela Mesa da Câmara dos Deputados, em 22 de maio do corrente ano, do Requerimento de informações nº 15/87, de 27 de abril de 1987, por mim apresentado para ser dirigido ao senhor Ministro da Fazenda sobre os rumos da economia nacional, e considerando não haver até o momento recebido os esclarecimentos pretendidos, solicito a Vossa Senhoria reiterar o pedido através de ofício, nos termos do § 9º do art. 130 do Regimento Interno desta casa.

Em anexo, cópias do Requerimento de Informações, do Parecer do Relator e do Ofício do Secretário-Geral, comunicando a decisão da Mesa desta Casa do Congresso Nacional.

Atenciosamente, Victor Faccioni.

De outra parte, Sr. Presidente, desejo ainda questionar o Presidente da Câmara sobre as respostas que o Ministro da Fazenda também não apresentou, oportunamente às questões que formulei na sessão do dia trinta último, quando S. Ex.^a compareceu a esta Casa. S. Ex.^a deixou de responder a cerca de vinte questões que lhe apresentei.

Em questão de ordem ao Presidente Ulysses Guimarães fui esclarecido que o Ministro da Fazenda o faria por escrito. Desejo saber se S. Ex.^a vai fazê-lo, e quando.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. Fazendo soar a campainha.): – Gostaria de chamar a atenção da Casa até porque existe um orador na tribuna e as conversas paralelas estão impedindo sua alocução. S. Ex.^a suscitou uma questão de ordem e lamentavelmente não poderá ser respondida em razão da conversa paralela. S. Ex.^a está prejudicado. Gostaria de pedir a compreensão e a colaboração dos demais companheiros.

O SR. VICTOR FACCIONI: – Agradeço a V. Ex.^a Sr. Presidente, e agradecerei mais a possibilidade de obter, depois, as respostas às questões que estou formulando.

Trata-se do seguinte fato: o Presidente Ulysses Guimarães, respondendo a uma questão de ordem na sessão do dia trinta assegurou-me que o Sr. Ministro da Fazenda responderia por escrito às questões não respondidas diretamente naquela sessão, estando presente S. Ex.^a. Espero que as respostas não venham a cair no decurso de prazo da situação anterior do meu requerimento.

Sr. Presidente, são as questões que estou encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados. De outra parte, desejo aproveitar a oportunidade para algumas considerações sobre o momento político nacional.

Quando o Senador Severo Gomes declarou “que a transição política empacou, e talvez esteja no limite de iniciar a marcha-re”, e o Senador José Richa adverte que “vai acabar explodindo tudo”, ou que “o desencontro político levou o País ao caos” e estamos vivendo uma situação tal “como se tivesse pólvora espalhada para todo o canto”, fico a me indagar e que fez o PMDB com o verdadeiro cheque em branco que o povo brasileiro lhe deu com a estupenda votação e vitória obtida em 15 de novembro último, elegendo a imensa maioria dos Constituintes e a quase totalidade dos governadores. Ou o que fizeram, ou estão fazendo os responsáveis pela Aliança Democrática, que elegeram mais de dois terços dos Constituintes e a totalidade dos governadores de todo o País?

O Senador José Richa diz que “a Aliança Democrática acabou e que no PMDB ninguém consegue juntar mais de que meia dúzia de pessoas em torno de algum ponto, o que revela falta de competência e de respeito público”. Richa critica a iniciativa do Presidente Sarney de discutir a duração de seu mandato e não acredita que o Plano Bresser possa funcionar. Preocupa-se com a tensão explosiva reinante no País – trabalhadores angustiados com a manutenção do emprego, empresários que não conseguem investir –, e acha que, apesar da situação crítica, “o que está salvando mais a transição é o comportamento irrepreensível das Forças Armadas”. A conjuntura do País está se agravando a cada dia, acrescenta ele, e está órfã de participação política.

As observações e advertências não são de dirigentes da oposição, mas foram feitas por duas das mais expressivas vezes do próprio PMDB e que tiveram papel de destaque na formação da Aliança Democrática. Trata-se, pois, de verdadeira confissão feita por dois líderes que, ao fazê-lo revelam uma sensibilidade, humildade e disposição que, se fosse mais ampla no seio dos parti-

dos majoritários, talvez não tivéssemos chegando a tão caótica situação.

O Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, há pouco mais de um mês, alertou para o perigo da dissociação existente hoje entre o Estado e a Nação.

O Cardeal Vicente Scherer, uma das mais experientes e expressivas vozes do episcopado brasileiro, moderado e acatado por isso mesmo, em recente manifestação, disse que “o País vive clima de fraudes e roubos”, e pediu “o fim da desonestade que atinge até as altas esferas da sociedade, com um clima intolerável de fraudes, roubos, desfalques e atentados ao erário público e à propriedade privada”. Mais trabalho e regeneração dos costumes é o que o Brasil precisa para superar os problemas da actualidade, conclui o Cardeal, em recente alocução radiofônica “A Voz do Pastor”.

A cúpula da CNBB, em audiência com o Presidente da República, José Sarney, levou ao Supremo Magistrado da Nação a informação de que “o povo perdeu as esperanças”, e, do próprio Presidente ouviu a concordância do fato, e, mais, que o povo tem razão em perder as esperanças na atual conjuntura nacional.

A imensa vitória da correlação de forças que no Governo se mostra incapaz, a nível federal, numa aliança supermajoritária revelando uma incompetência nunca antes imaginada, deixou a Nação ao leu numa perplexidade e vazio do poder altamente comprometedor e do que são reflexos, seguramente, os atentados e violência praticados no Rio de Janeiro, e longo impasse da greve de magistério no Rio Grande do Sul. Tais anormalidades indicam o início de um sério processo de convulsão social que se agravará com a continuidade da recessão, da hiper-inflação, de desemprego e do arrocho salarial, situação que, em seu conjunto vai dificultar ainda mais o controle de déficit público e da renegociação da dívida externa.

O fracasso da política econômica poderia, no entretanto, encontrar alguma compensação nas expectativas de melhores possibilidades de linha de conduta e resultado de propostas na Constituinte, onde, no entanto tal não acontece, eis que lá também, na Constituinte, se reproduz a mesma correlação de forças que o povo fez, nas eleições de 15 de novembro, vitoriosa para o Governo de todos os Estados, e na sustentação do próprio Governo Federal. Eis que, na referida correlação de forças não se encontra uma linha capaz de assegurar uma proposta viável e consentânea com as aspirações da sociedade brasileira, e na falta acabou predominando a disputa e a radicalização que, por sua vez, redundou no decepcionante relatório e proposta acolhida na Comissão de Sistematização.

Ulysses Guimarães, o poderoso pentapresidente, ou Mário Covas, o majoritário líder, por certo estão reavaliando a estratégia que desenvolveram até aqui, na responsabilidade inclusive de ver criticado por toda a Nação o Relatório da Comissão de Sistematização, oriunda dos relatórios das oito Comissões Temáticas da Constituinte, todas elas tendo como relator Constituintes do PMDB. É que em meio às desesperanças provocadas pelo caos da conjuntura política, econômica e social paira sobre a Constituinte a última esperança, e se nesta não houver logo uma manifestação capaz de superar o impasse do radicalismo, acabará se es-

vaindo a última possibilidade para se consolidar a abertura política e ensejar um efetivo avanço democrático para o Brasil.

Sr. Presidente, os recentes episódios registrados na vida nacional, juntamente com as pesadas declarações das destacadas lideranças políticas, militares e eclesiásticas a que referi, constituem as últimas advertências, ainda em tempo para o Governo refazer seu esquema de apoio político e recuperar a necessária força e credibilidade para restabelecer a ordem econômica e social, assegurando a transição democrática que haverá de se consolidar na conquista da nova Carta Constitucional.

Esta é a última hora, se o PMDB e PFL, com a Aliança Democrática que forma a maioria no Governo e na Constituinte, ainda quiserem pegar o trem da história. Depois, depois outros terão de fazê-lo.

Muito obrigado! (Muito bem!)

O SR. ÁTILA LIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Constitui estranheza da nossa parte que, num momento em que se discute a importância da educação, do ensino de primeiro grau, a responsabilidade do Estado, da União e dos Municípios, em cada segmento do ensino, tenhamos hoje, no Estado do Piauí, um problema inusitado. A Universidade Federal do Estado tomou uma medida no sentido de fechar o **campus** universitário das cidades de Floriano e Picos.

Ora, de maneira geral, a tendência nos outros Estados, em outras regiões, é do fortalecimento do chamado **campus** avançado procurando justamente levar às regiões interioranas todo o trabalho educacional em termos de extensão e em termos de ensino, a nível de cada universidade.

Em outras regiões, também, tem ocorrido que alguns **campi** universitários têm sido transformados em universidade, ou seja, os **campi** têm a função de representar pontos primeiros do início de uma universidade. E no nosso Estado, Estado que luta com toda a sorte de limitação, a universidade se dá ao luxo de tomar uma decisão, que só pode ser encarada como uma decisão retrógrada, reacionária, e anti-educativa. Procuramos o Ministério da Educação para vermos a alçada de responsabilidade e ficou claro, isto está estabelecido em todas as normas da universidade e do próprio sistema de ensino federal, que é uma decisão exclusiva da universidade.

E fica aqui o nosso apelo, mesmo sabendo que o Ministério da Educação não tem responsabilidade direta pelo ato, mas que sejam envidados esforços, através do Ministério, junto à Universidade Federal, para que esta universidade faça uma revisão dos seus atos, sobretudo, que é importante que se considere que a universidade, o **campus** universitário de Floriano e de Picos têm papéis decisivos no encaminhamento do desenvolvimento da região, ou das regiões, e poderão representar, sobretudo num processo de mudança que estamos atravessando os primeiros momentos de criação de universidades regionais naqueles municípios. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ÁTILA LIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Exm.^º Sr.

Dr. Átila de Freitas Lira
D.D. Deputado Federal
Brasília – DF.

Nos, abaixo assinados, representantes dos diversos segmentos da comunidade picoense, ma-

nifestamos a nossa apreensão ante à ameaça de fechamento do campus universitário de picos, que, se consumado, arruinará gerações presentes e futuras, e pedimos o empenho pessoal de V. Ex.^a na luta que o povo e autoridades desta micro-região desencadearam pela manutenção do referido campus.

Cargo

Bispo de Picos
Prefeito de Picos
Pres. Câmara de Picos
Juiz da 1 ^a Vara de Picos
Juiz da 2 ^a Vara
Promotor Público
Vice-Prefeito de Picos
Vereadora Líder do PDS
Vereador Vice-Pres. Câmara
Vereador Líder do PMDB
Vereador PFL
Vereador-Secret. da Câmara
Vereador PMDB
Vereador PFL
Pres. Diretório PMDB
Ass. Piauense de Medicina-Regional de Picos
Loja Maçônica-segredo Fôrça e União Picoense
Pres. da Ass. de Professores do Piauí-Regional
Francisco Washington de Araújo
Dorneli Pio de Oliveira
Francisco Gilvan Gomes

Superintendente Complexo Escolar de Picos

Luzia Moura Barros
Maria Zita Borges de Sousa
Edivar Martins de Deus
Maria Oneide Fialho Rocha de Base
Judas Tadeu Andrade Maia
Francisco de Assis Valério
Paulo Afonso de Sousa Leal
Vitalino de Moura Barros
Luis Balbino de Oliveira
Antônio Francisco Gonçalves
Maria José A. do Nascimento
Gertrudes Maria de J. Oliveira
Marcos Holanda Moura
João Batista de Barros
Evangelista Amaro de Souza
Edilberto de Sousa Veloso
João Barbosa de Araújo
Vice-Prefeito D. Exp. Lopes
Pres. Câmara de Vereadores de Bocaina

Vereador PMDB Itainópolis
Vereador D. Exp. Lopes
Vereador D. Exp. Lopes
Pres. Diretório PT Paulistana

Retrocesso

Átila Lira afirmou no telegrama que o fechamento desses **campi** representa um retrocesso na perspectiva do crescimento das regiões de Picos e Floriano, impedindo que esses **campi**, no futuro, se transformem em universidades.

Expansão

O parlamentar acredita que o desenvolvimento do nosso Estado depende da expansão da univer-

O Estado – Teresina (PI), terça-feira, 7 de julho de 1987

Telegrama

A propósito, o Deputado Átila Lira enviou um telex ao reitor Nathan Portella, da Universidade Federal do Piauí, preocupado com o fechamento dos **campi** avançados nos municípios de Picos e Floriano.

sidade e, segundo ele, o exemplo de outras regiões deve ser seguido onde outros **campi** foram transformados em universidades.

**FECHAMENTO DE CAMPUS PREOCUPA
ÁTILA LIRA**

Preocupado com as consequências que poderão atingir o ensino com o fechamento dos **campus** avançados da Universidade em Picos e Floriano, o deputado federal Átila Lira enviou telegrama ao reitor da Universidade Federal do Piauí, Nathan Portella, no qual o parlamentar faz um apelo ao reitor para que faça uma revisão dos atos que determinaram o fechamento dos **subcampus** em prejuízo para os dois municípios.

"Acreditamos desenvolvimento nosso Estado depende expansão Universidade, exemplo outras regiões deve ser seguido, transformação **Campus** Universitários em universidades", diz o Deputado em seu telegrama, acrescentando que "decisão Universidade federal extinção **campus** Floriano e Picos representa retrocesso perspectiva de crescimento regiões Picos e Floriano, impedindo a futura transformação **campi** em universidades".

O SR. MANUEL CASTRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte

**O SR. MANOEL CASTRO
PRONUNCIA DISCURSO QUE
ENTREGUE À REVISÃO DO
ORADOR, SERÁ PUBLICADO
POSTERIORMENTE.**

O SR. JORGE HAGE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Têm a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JORGE HAGE (PMDB – BA).
Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entendo que o dia de ontem, 7 de julho de 1987, há de ficar gravado na história das mudanças e das transformações pelas quais passa o nosso País na atual quadra, no mesmo nível e da mesma forma que outras datas que assumiram importância avultada na História recente do País, a partir da campanha vitoriosa das eleições diretas de 1984, do "Muda Brasil!" de 85, do "Tancredo, Já!" e de outros momentos de significado transcendental na construção da democracia na qual as principais forças políticas deste País têm-se empenhado nos últimos anos.

Digo isto, Sr. Presidente, com a convicção de quem compareceu ao comício na rampa do Congresso Nacional, embora não fosse este ato, ainda, neste momento, assumido oficialmente, pelo meu Partido, o PMDB. Tendo algumas dúvidas, até há algum tempo, quanto a propriedade e a oportunidade de deflagração de uma campanha por eleições diretas já, em paralelo com as reuniões da Assembléia Nacional Constituinte, o desdobramento mais recente dos fatos políticos, o afastamento do Governo José Sarney da sua linha de compromissos com a transição democrática, nos termos pactuados por Tancredo Neves, com o prazo fixo de 4 anos, com respeito absoluto à liberdade e à soberania desta Assembléia e,

sobretudo, sem a perspectiva da interferência indevida sobre os trabalhos da Constituinte, nem as pretensões extemporâneas de outorgas disfarçadas de anteprojetos constitucionais e, também, de outro lado, os desdobramentos perante a conjuntura atual do afastamento do Governo Sarney, da linha programática do Partido ao qual preside formalmente o PMDB; os recuos verificados aqui dentro das salas e dos plenários das Comissões, inclusive com participação intensa de parlamentares eleitos sob a legenda do PMDB, os recuos, inclusive, de referência a compromissos mínimos, constantes em documentos oficiais do Partido, tudo isto acabou por convencer-me de que o leito da campanha pelas diretas em 88 poderia e deveria servir como leito único, como vértice, inclusive, da mobilização popular a que tantos e tantos de nós nos referimos em nossos discursos, como sendo a única forma de salvar e de resgatar a construção de uma Constituição democrática e efetivamente progressista, capaz de justificar a sua própria convocação e de não termos de explicar ao povo porque todos esses custos e todo esse trabalho para eleger uma Assembléia de 559 Representantes, simplesmente para manter o **status quo**, repetindo as Constituições anteriores ou até retrocedendo em relação a elas.

Tudo isso nos levou à convicção clara de que esta campanha, que seguramente não será idêntica a de 1984, até porque não deverá ter exclusivamente na bandeira das "diretas já" o seu leito, nem sequer talvez, o seu leito principal, mas das mudanças, isto sim, e da cobrança de mudanças, dentro desta Assembléia Nacional Constituinte, esta campanha veio em muito boa hora. E, assim, veio em muito boa hora o vitorioso comício da rampa do Congresso em Brasília. Vitorioso sob todos os aspectos, (palmas) inclusive, comício fadado a desempenhar um importantíssimo papel sobre a convenção do meu Partido a realizar-se nos próximos dias 18 e 19, como fator corretivo de rumos, correção esta que não há de vir de nenhuma outra parte senão da base da sociedade, do clamor das ruas, porque é esta voz que o meu Partido sempre ouviu, e sempre entendeu: a voz das ruas. É esta voz que fará o PMDB voltar à sua trilha, voltar aos seus compromissos e recompor-se com o povo, o mesmo povo que, merecidamente, nos vaiou ontem, e voltará a aplaudirmos, quando voltarmos a ser dignos do seu aplauso.

Esta constatação que fizemos no comício de ontem à noite e que neste momento, inclusive, faço questão de afirmá-lo, abrange um testemunho da integral solidariedade e espírito unitário dos demais partidos que se encontravam naquele palanque, do PT, do PTB, do PC do B, do PSB e do PCB, sem que nós devamos aceitar, aqui, qualquer espécie de insinuação divisionista, porque os companheiros dos demais partidos que organizaram esse comício estiveram o tempo inteiro vigilantes e desdobrando-se no sentido de transmitir à massa popular a clareza da necessária unidade, a clareza do não divisionismo do movimento, sem que isto implicasse nem que devesse implicar a possibilidade de impedir ou tentar impedir as vaias merecidas que a legenda do PMDB começava ontem a colher. Eu entendo que o PMDB voltou para as ruas no momento certo, no momento preciso, no momento exato, quando inclusive ainda é possível resgatar a nossa legenda. Não é tarde, mas nós iremos resgatá-la na

medida em que coloquemos de volta o nosso Partido nos trilhos dos seus compromissos, do partido que não aceita as afirmações feitas neste mesmo plenário de que um partido precisa mudar o seu discurso quando chega ao poder, na medida em que não aceita o arrocho salarial como uma única saída para a crise econômica que estamos vivendo, na medida em que não aceita, de braços cruzados, a traição aos seus compromissos com a reforma agrária, com o avanço na ordem econômica, social e nos direitos dos trabalhadores.

Este é o PMDB que vamos resgatar na Convenção dos dias 18 e 19, com o respaldo das ruas, com o brado de alerta do grupo que se reuniu nos dias 4 e 5, no Auditório Nereu Ramos, para fazer essa cobrança que é de absoluta fidelidade partidária, que é uma cobrança de reafirmação da nossa fidelidade partidária, cobrança que importa em desnudar para a opinião pública quais são os dissidentes do PMDB, os que estão propondo a divisão do PMDB, os que estão abandonando o programa e os compromissos de mudança do PMDB.

É com esta certeza que vamos para a Convenção, certos de que o que levamos da mobilização que as bases fizeram nos dias 4 e 5, da mobilização que será feita nas capitais de diversos Estados, como desdobramento desse encontro das bases, do programa e compromisso, no próximo fim de semana, com a segurança de que a voz do povo, na rampa do Palácio do Congresso em Brasília, será ouvida dentro do ambiente. Sr. Presidente Ulysses Guimarães, da nossa Convenção, nos dias 18 e 19, quando temos a certeza de que V. Ex.^a mais uma vez saberá, no momento devido e com a autoridade da sua história, reconduzir o PMDB ao seu leito de resgate, aos seus compromissos com o povo brasileiro.

Durante o discurso do Sr Jorge Hage o Sr. Arnaldo Faria de Sá Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A nossa Casa tem sido objeto de uma sistemática e perseverante campanha de desmoralização. Ontem, um grande jornalista dizia, no seu programa de televisão, à noite, que já expendemos dois bilhões de cruzados de papel, salários e gastos com o funcionamento da Casa, para produzir um monstrengue que não pode sequer ser aplicado.

Temos esses 5 minutos de televisão, que são uma pilula no meio de uma multidão de ataques. E entendo o porquê. E muito difícil, para quem é leigo, seguir o que acontece nesta Casa. É muito misterioso. Chega um e fala sobre uma coisa; chega outro e fala sobre outra coisa. Quem está lá em cima, e não for turista francês ou alemão que estiver passando por alguma agência de turismo para ver como funcionamos, tem muita dificuldade em entender.

Na verdade – tenho dito e repetido – estamos fazendo um grande trabalho nesta Assembléia

Nacional Constituinte, independentemente das discordâncias que tenho em relação a várias partes do texto, do ponto de vista do trabalho parlamentar, que tem sido exemplar como esforço e como competência dos Constituintes.

Fiz à V. Ex.^a, Sr. Presidente, um requerimento, apresentado há dias – e gostaria de merecer a sua atenção, porque é a V. Ex.^a que me dirijo neste momento. Queria saber quando V. Ex.^a pretende dar resposta ao requerimento que apresentei propondo um processo de discussão, que consistiria em dividir a Constituição em quarenta partes, estabelecer uma inscrição dos colegas para as partes que tenham preferência para falar; que, em função dessa inscrição, se faça uma seleção dos temas, com as sessões extraordinárias, para permitir que todos falem, e não apenas 168, que seriam os que falariam, caso se seguissem somente as sessões ordinárias, e que, em função disso, cada um de nós saiba, com antecipação, o dia e o tema sobre que vai falar, para centrarmos o debate.

Conversava há pouco com o Constituinte Pimenta da Veiga e S. Ex.^a me dizia uma coisa certa: "Se formos discutir o parlamentarismo, o seguinte, sobre a pena de morte, o terceiro, sobre o desmembramento de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, e o quarto, sobre o efetivo das Forças Armadas, quem segue este debate? "Se centrarmos o debate, teremos uma resposta muito melhor.

Deixo, aqui, Sr. Presidente, um requerimento do PT, e que tenhamos uma resposta em tempo, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, porque, se não a tivermos em tempo, chegaremos ao dia 17 sem termos feito seleção, porque esta demora dois ou três dias; é preciso ser anunciada, receber as inscrições e fazer o trabalho.

De modo que, em nome da bancada do meu Partido, coloco esta questão, e gostaria de merecer de V. Ex.^a, Sr. Presidente, uma resposta pelo menos o dia em que a Mesa pretende resolvê-la.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa que até amanhã, impreterivelmente, V. Ex.^a terá resposta à formulação oferecida.

O SR. HAROLDO LIMA – Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia de ontem, a cidade de Brasília registrou um acontecimento efetivamente memorável.

Na História recente de nossa Pátria diversas jornadas importantes foram feitas com consequências muito significativas para a vida do nosso País. Tudo indica que a jornada pelas diretas para Presidente da República que começou ontem será tão vitoriosa como a de 1982.

A realização vitoriosa do comício de ontem se apresenta sob diversos aspectos: primeiro, com o comparecimento ninguém imaginava que com tantas dificuldades, sem nenhum apoio oficial, pudéssemos pôr em praça pública o que alguns órgãos da Imprensa, com o intuito de diminuir o alcance do evento, calculou em 10 mil: O "Esta-

do" calculou em 8, mas os cálculos mais precisos demonstram que, numa área com largura de 100 metros e com uma extensão de 60 metros, ocupada pelo povo, preenchendo, por conseguinte, 6 mil metros quadrados, calcularmos três pessoas por metro quadrado, significam 18 mil pessoas em praça pública, e quatro pessoas, é o cálculo que oficialmente se faz essas circunstâncias, significariam 24 mil pessoas em praça pública.

Uma multidão deste tipo apareceu em praça pública, não de forma passiva ou facilitada. Pelo Contrário, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, poucas vezes na História do País se fez uma reunião, um comício, em que se preparou de forma tão terrorista o evento. Toda a Imprensa, mais trabalhada pelos grandes órgãos, e todo o noticiário que vinha do Palácio do Planalto davam conta de que 7 mil policiais estariam em prontidão, as Forças Armadas entrariam em ação, desde as primeiras horas do dia, para fazer frente ao que se imaginava ser um grande baderneiro em Brasília.

A vida mostrou que não aconteceu nada disso, exatamente porque os setores populares estiveram atentos para impedir que os provocadores do SNI se imiscuíssem no meio da manifestação popular, e as entidades populares formaram e constituíram diversos grupos para garantir a segurança e a ordem dos trabalhos. Registramos, no final do evento, aquela maciça manifestação, que foi até quase meia-noite, com todo povo atento, ordeiramente unido, porém entusiasmaticamente mobilizado e levantando as três bandeiras que mais se destacaram: "Diretas 88"; "Contra o arrocho salarial Bresser"; e "pela Constituinte Democrática e Progressista".

Sr. Presidente, o acontecimento de ontem mostrou a solidade que se vai tornando, a frente que se vai formando nesta Constituinte, da qual fazem parte o PC do B, a ala progressista do PMDB, que gradativamente vai ganhando cada vez mais outros setores deste Partido o PDT, o PT, o PSB, e mesmo parlamentares isolados, de Partidos menores, como o PTB.

Sr. Presidente, observamos alguns fatos que se deram na tarde de ontem e que mostraram como é elucidativo, no momento presente, acontecimento como esse grande comício. Primeiro, como o povo aplaudiu entusiasmaticamente quando a Sr.^a mãe do ex-Deputado e Advogado do Pará, Paulo Fonteles, recentemente assassinado pela UDR, – como o povo aplaudiu de pé a palavra significativa e emocionante dessa senhora, e como, unissonamente, levantou o brado de "abaixo e fora a UDR".

Também, Sr. Presidente, chamo a atenção de todos para o momento em que era anunciada a palavra aos companheiros que participaram com força e com mérito daquele ato, mas que pertenciam ao PMDB, e como, na maioria das oportunidades, foram vaiados.

Chamo a atenção, sim, Sr. Presidente, porque os promotores do ato, aqueles que com o controle do microfone estavam anunciando os oradores, por mais de uma vez apelaram para o caráter unitário daquele ato, e os integrantes do PMDB que participaram do ato, longe de serem apuados, deveriam ser aplaudidos, pois estavam, sim, engrossando as fileiras de uma campanha, que só será vitoriosa se for altamente elevada e muito aumentada.

Pois bem, aquele instante fez-nos lembrar uma palavra dita, há bem poucos dias, nesta mesma tribuna, pelo nobre Constituinte Pimenta da Veiga, que ora nos brinda com a sua audição, quando disse que na conjuntura do momento diversas coisas graves estavam acontecendo, mas uma coisa não poderia acontecer: sentia, como ex-Líder do PMDB, que o seu partido não poderia ser dividido pelo Presidente José Sarney. Dizia o Constituinte Pimenta da Veiga que não achava que o Presidente Sarney tem o direito de dividir um partido com tantas e tão elevadas tradições democráticas no Brasil. E acrescento, mais do que isso, à luz dos acontecimentos vistos ontem, o Presidente José Sarney não tem o direito não apenas de dividir como de levar a um naufrágio o PMDB. Mais do que isto, a ala progressista do PMDB não tem o direito de deixar seu partido ser apuado em praças públicas, repetidas vezes, por falta de atitude aberta e pronta em defesa dos interesses democráticos, em defesa dos apelos nacionais, em defesa das reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores.

Neste sentido, parabenizamos todos aqueles que participaram do ato: os partidos pequenos, toda essa coligação que aqui se formou e especialmente os membros do PMDB que lá estiveram abrilhantando aquele espetáculo.

O SR. ANTÔNIO PEROSA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Dou a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. ANTÔNIO PEROSA (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A realização do comício, ontem, na rampa do Congresso, com a participação de diferentes partidos, inclusive do nosso, o PMDB, demonstra claramente que, do ponto de vista de alguns setores do PMDB, entre os quais me incluo, a realização de eleições diretas não só é uma necessidade sentida pelo nosso povo como é uma necessidade sentida por todos os políticos que participam da Assembléa Nacional Constituinte.

Um tema como este, Sr. Presidente, não pode ficar isolado em si – a duração do mandato do Presidente deve ser, antes de mais nada, acompanhada do compromisso por uma Constituição moderna, uma Constituição em que o PMDB tenha em seu programa pontos como uma reforma agrária consequente, pontos como a defesa das empresas nacionais, pontos como a reserva de mercado, a duração do mandato – que, acredito, será decidida na convenção do nosso partido marcada para os dias 18 e 19 – não deve ser o único tema a ser discutido por todos os partidos que fizeram, ontem, a manifestação em frente ao Congresso Nacional, porque temos todos que nos dar as mãos, temos todos que nos comprometer com uma Constituinte que tenha o cheiro do povo, que tenha aquele compromisso que o PMDB e esses partidos todos têm com o povo – uma Constituinte progressista, uma Constituinte que dê a justiça social ao nosso País. (Muito bem!)

O SR. OSVALDO BENDER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes:

Realizou-se no dia 28 do mês passado, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, o Congresso Nacional das Apae. Nessa oportunidade foi efeto um novo Presidente. Não poderíamos silenciar diante desse acontecimento, tratando-se da eleição de um colega nosso que, desde que aqui chegou, se ateve, com muita dedicação, com muito zelo, aos menos favorecidos pela sorte. Através de sua própria experiência como pai de dois filhos deficientes, sem dúvida S Ex.^a traz consigo a marca profunda de solidariedade, da mão estendida e, acima de tudo, a maneira de encarar problema tão sério em nosso País.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, do nobre Constituinte Nelson Seixas. (Palmas.)

Sentimo-nos felizes por a Apae ter na sua presidência, em termos nacionais, um Constituinte, e ainda um Constituinte profundamente voltado e dedicado a essas pessoas tão necessitadas.

Sabemos que neste País temos aproximadamente treze milhões de pessoas com deficiência, metade das quais deficientes físicos e a outra metade deficientes físicos e mentais.

Sr. Presidente, sinto-me feliz e tenho a certeza de que neste momento estou interpretando o pensamento de muitos Constituintes que gostariam de falar e, ao mesmo tempo, dizer da satisfação por esta Constituinte ter um membro seu à testa da presidência das Apae de todo o Brasil.

Desejo ao nobre colega sucesso. Nós o conhecemos e, neste curto espaço de tempo em que convivemos, já tivemos a oportunidade de sentir de perto a bondade e a grandeza de seu coração. Por isso mesmo, temos a certeza de que o seu trabalho será muito eficiente e dedicado. Deus saberá recompensá-lo por ter abraçado tão espinhosa missão, mas muito nobre.

Ao eminentíssimo Constituinte Nelson Seixas nossos votos de sucesso. Conte conosco.

Tenho a certeza de que isso faz com que todos os Srs. Constituintes estejam do lado do seu colega na elaboração e na votação de leis corretas e justas que venham ao encontro das pessoas necessitadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO DE SÁ: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O fato mais importante desta sessão é logicamente o evento ocorrido, ontem, na rampa do Congresso Nacional, ou seja, o primeiro comício, o início da caminhada para as "Diretas-88".

Vários fatores foram comentados no dia de hoje, entre eles algumas atitudes hostis a parlamentares do PMDB, que logo foram sanadas e superadas. A maioria do povo que compareceu aquele evento percebeu que os companheiros do PMDB ali presentes são os que realmente representam os anseios do povo. A partir da tomada de posição desses companheiros do PMDB presentes ao co-

mício de ontem, certamente o próximo evento terá um número muito maior de Constituintes do PMDB, o que alterará a própria decisão da convenção deste próximo fim de semana.

A respeito da participação do meu partido, apesar de inicialmente unitária e representada por mim, recebi o apoio de toda a bancada pela participação no comício das "Diretas-88". É o primeiro de uma caminhada, e certamente o próximo terá representatividade maior de todos aqueles que saberão representar o anseio popular e partirão em busca de uma legitimidade de poder que possa, aí sim, responder a todos os reclamos da população.

É lamentável que o Governo venha a dizer que sofre atentado, quando, na verdade, ele é quem pratica os atentados, quando edita decretos-leis, impondo-os goela abaixo, a seu talante e a seu sabor, sem fazer a consulta popular, que poderia ser certamente consubstanciada se aqui, nesta Casa, tivéssemos todas as discussões.

É o primeiro de uma caminhada, será início de uma vitória – uma vitória que todo o povo brasileiro espera – e certamente terá o apoio quase maciço de todos os companheiros desta Casa.

Caminhamos para a vitória, juntamente com todos os companheiros constituintes de 1987.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Permit-me, Sr. Presidente, lhe dirija inicialmente, a palavra.

Ontem, durante o espaço da Liderança do PDT, formulei a V. Ex.^a um convite para que, na condição de "Senhor Diretas", participasse do comício que marcou a retomada pela luta das "Diretas já". V. Ex.^a, muito gentilmente, de forma generosa, definiu-me a honra de representá-lo no ato. Não sei se V. Ex.^a brincou ao conceder-me tamanha honraria, ou se falou sério, se brincou, quero congratular-me com V. Ex.^a, que, usualmente cismurro, assume uma postura singularmente extraordinária, de fazer piada com uma coisa séria; se falou sério, quero dizer a V. Ex.^a que não pude desincumbir-me da tarefa porque o meu currículo é extremamente modesto; o meu passado, comparado com o de V. Ex.^a, não significa absolutamente nada para a história política deste País. Eu não poderia, portanto, numa concentração popular, fazer as vezes do histórico "Senhor Diretas". De qualquer modo, agradeço a V. Ex.^a a generosa deferência. Só não posso concordar, Sr. Presidente, que alguém, não sei se V. Ex.^a, haja determinado à Taquigrafia a retirada do agradecimento ao convite e da deferência que me fez para representá-lo no ato. O poder de polícia da Casa tem limites, ainda mais quando a manifestação de V. Ex.^a foi ouvida por todo o Plenário, pelas galerias e pelos jornalistas aqui presentes. De qualquer modo, nada posso fazer, mas registro a minha estranheza e o meu protesto por este ato, que me parece ser muito mais de força do que de observância fiel aos dispositivos regimentais.

Por outro lado. Sr. Presidente, endoso também, em nome do PDT, as três consultas propostas, feitas a V. Ex.^a pelo ilustre Líder em exercício do PT, o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, no sentido de que os debates, em primeiro turno, do Projeto de Constituição sejam melhor organizados; a elaboração de um calendário de discussão, a realização de sessões extraordinárias para o debate do texto e, finalmente, a terceira proposta, que trata do processo de inscrição dos oradores.

Espero, Sr. Presidente, que a resposta prometida à consulta venha realmente amanhã, e que amanhã seja amanhã e não depois de amanhã ou a próxima semana, com isso oferecendo um pretexto para que as mudanças propostas, as sugestões feitas pelo ilustre Constituinte Plínio Arruda Sampaio não sejam jogadas às calendas gregas, sepultadas na vala comum das coisas inúteis, como tem acontecido, muitas vezes, infelizmente, nesta Assembléa Nacional Constituinte.

Por último, Sr. Presidente, referindo também, em nome do meu Partido, o requerimento que visa a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, em profundidade, a prática de superfaturamento e subfaturamento, utilizada por empresas montadoras de veículos automotores, subsidiárias do grande capital internacional, encravado no coração deste País, e que trazem reflexos profundamente negativos a uma economia combatida, a um País que vive por obra e graça de um Governo divorciado da realidade dos anseios populares, certamente a pior e mais lamentável crise de toda a sua história. Eu crio que essa Comissão Parlamentar de Inquérito é de substancial importância, na medida em que o próprio Governo, com o pretexto de minimizar os efeitos da crise que estiola as energias nacionais, escancara as portas da economia brasileira para a penetração funda e nociva do capital estrangeiro. É preciso averiguar, Sr. Presidente, o que está acontecendo na economia brasileira. Não basta o Ministro Bresser Pereira comparecer ao plenário da Assembléa Nacional Constituinte, fazer considerações professorais a respeito do confisco salarial que o seu plano representa, de um suposto combate à fúria inflacionária que erode os minguados rendimentos daqueles que ainda conseguem trabalhar e, depois, desfilar a sua soberba pelos jornais, pelos veículos de comunicação, como se aqui tivesse proferido uma aula extraordinária a respeito de economia e dos descaminhos deste País chamado Brasil. É preciso, Sr. Presidente, estar alerta para o que está acontecendo. A sórdida campanha articulada na intimidade do Palácio do Planalto, para internacionalizar a economia brasileira, precisa ter um fim, a Assembléa Nacional Constituinte tem um compromisso, com o povo e com a história, de elaborar um texto que crie mecanismos capazes de evitar esse gravíssimo processo de internacionalização da nossa economia.

E, quando um Parlamentar, do porte do Constituinte Gerson Marcondes, propõe a criação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, o meu Partido não faz mais do que a sua obrigação, apoiando essa iniciativa, a fim de que não tenhamos, amanhã, de nos arrepender de que estamos fazendo hoje.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):

– Resposta à indagação feita pelo Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, acerca do tratamento a ser dado às Emendas de mérito oferecidas, nesta fase, ao anteprojeto de Constituição.

De acordo com o art. 19, § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, ao Relator da Comissão de Sistematização coube, na elaboração do anteprojeto, tão-só, compatibilizar as matérias das Comissões Temáticas.

Elaborado o anteprojeto, distribuídos os avulsos, abriu-se o prazo de cinco dias para apresentação de emendas, conforme faculta o Regimento.

Se ao Relator da Comissão de Sistematização não competia formular Substitutivo ao conjunto de anteprojetos – produzidos pelas Comissões Temáticas – tal não pode ocorrer por meio de emendas de mérito.

Obrigatoriamente, fruto da soma dos textos das comissões, o anteprojeto ora apresentado pelo Relator da Comissão de Sistematização apenas é passível, neste momento, de emendas de aquelação.

É, aliás, o que taxativamente dispõe o § 2º do art. 19 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, ao editar que as emendas são circunscritas à adequação do trabalho apresentado com os anteprojetos oriundos das Comissões. Atente-se para o adjetivo "circunscritas", que reforça a limitação da palavra "adequação". Eis a invencível preliminar que interdita, na espécie, as proposições de mérito. As emendas hão de ser "circunscritas" na abrangência.

Atendendo ao disposto, as emendas devem, portanto, nesta fase, cingir-se a eliminar superposições, contradições e impropriedades de caráter formal do anteprojeto.

Desse modo, não devem ser conhecidas emendas de mérito, que visem suprimir, modificar ou aditar a substância do anteprojeto, ora objeto de compatibilização, dentro de um arcabouço lógico, a partir dos textos das diversas Comissões. – **Ulysses Guimarães.**

VI – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):

– Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

ANTERO DE BARROS – Projeto de Resolução determinando que as emissoras de rádio e televisão transmitam, ao vivo, todas as votações que ocorrem no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

VII – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):

– Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Ottomar Pinto:

O SR. OTTOMAR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

Durante o discurso do Sr. Ottomar Pinto, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):

– Tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT)

– **RJ. Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Utilizo o Grande Expediente da Assembléia Nacional Constituinte para fazer uma análise do grande acontecimento ocorrido ontem em Brasília.

Sr. Presidente, o comício pelas Diretas-88, na Capital da República, a consenso de políticos, jornalistas e observadores, foi a maior manifestação popular que já ocorreu em Brasília. Dizem alguns que só inferior à presença de Sua Santidade, o Papa, em Brasília.

Sr. Presidente, lamentavelmente, é necessário, da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, contar os bastidores desse comício. Muitas pessoas, a ele acorreram, mas poucos, muito poucos conhecem a história da construção desse comício.

Anotaria, desde o início, uma grande vitória política, que foi a unidade dos partidos que promoveram o evento, unidade que se estende ao velho PMDB de lutas imemoriais.

Não se discutiu, em momento algum, o posicionamento individual de candidatos à Presidência da República.

Trouxemos um manifesto à Nação, que tinha três pontos básicas: o primeiro, a necessidade da unidade da mobilização popular por uma Constituinte, que não a queremos de esquerda, nem a podemos admitir de direita, mas que seja, neste momento, o resultado do avanço democrático do País e da consolidação da democracia; o segundo ponto fundamental desse manifesto, que teve a assinatura do Senador Affonso Camargo, do ex-Governador Leonel Brizola, do Deputado Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, do dirigente João Amazonas e do Senador Jamil Hadad, representando, respectivamente, os setores progressistas conscientes do PMDB, o PDT, o PT, o PC do B e o PSB. O terceiro ponto fundamental deste manifesto encarecia a necessidade de uma luta nacional contra o arrocho salarial que, hoje, está demonstrando que cada dia é mais consequente: milhares de trabalhadores são demitidos no Brasil, hoje, e todos os dias surge mais uma pérola da lava deste Governo e do Sr. Bresser.

O SR. AIRTON CORDEIRO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sem dúvida, só um minuto para concluir o meu pensamento.

Agora, se punirá mais uma vez a classe média. Um decreto do Ministério da Fazenda retira a correção monetária da devolução do imposto de renda.

Mas, Sr. Presidente, para ouvir o Constituinte Airton Cordeiro, quero contar aqui aos bastidores desse comício, primeiro para, da tribuna da Câmara, denunciar proprietários de jornais que visam e vivem, exclusivamente, da teta do Governo Federal. E, por isso mesmo, têm que ser mentirosos e dóceis às informações para o SNI e para o Governo Federal. Sr. Presidente, chega ao cúmulo de se ter uma fotografia desta em um jornal importante como é **O Globo** e, ao lado da fotografia, dizer "pouca gente no comício por diretas em Brasília", quando a própria fotografia desmente a legenda.

Mas, mais grave do que isso, Sr. Presidente, foi quando nós procuramos as emissoras de tele-

visão para propagarem o compício e tivemos o desprazer de receber de volta, depois de ter aceito o anúncio, o dinheiro de recibo da TVS, que depois de ter aceito o anúncio devolveu o dinheiro, porque não podia propagar o anúncio por força da pressão do famoso e não sei se indigitado "Antônio Toninho Malvadeza". Ministro das Comunicações. É preciso dizer que isto é crime. A lei de Economia Popular nº 1.521, de 1951, no seu art. 1º diz "Constitui crime contra a economia popular recusar a prestação de serviços essenciais à subsistência, sonegar mercadoria ou recusar vendê-la a quem esteja em condições de pronto pagamento."

Sr. Presidente, quero aqui resgatar os nossos jornalistas, os profissionais da imprensa que, à unanimidade, reconhecem o êxito do comício e estão angustiados porque são profissionais que dependem de que o seu serviço seja transformado em notícia do editor do jornal que, infelizmente, corta e mais do que cortar, distorce a realidade a serviço de interesses escusos, porque são interesses escusos na medida em que a obrigação da imprensa é divulgar as notícias, manter o povo informado do que ocorre no País, e não transformar os Jornais em balcão de negócio dos seus editores e dos seus donos. Por isso, a minha solidariedade, em primeiro lugar, aos jornalistas.

O SR. AIRTON CORDEIRO: – Permite V. Ex.^a um aparte, nobre Constituinte **Brandão Monteiro?**

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Concedo o aparte ao nobre Constituinte Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO: – ilustre Constituinte Brandão Monteiro, aparteio V. Ex.^a para uma homenagem que entendo extraordinariamente justa aos constituintes do PMDB que, com independência, compareceram ao comício de ontem à noite. O Brasil tem acompanhado, estarrecido, as verdadeiras negociações comandadas pelo Palácio do Planalto para arregimentar neste Plenário votos suficientes para a garantia de um mandato de cinco anos para um presidente que, num gesto de grandeza, deveria neste momento entregar nas mãos da Nação o futuro deste País, aliando-se àqueles que querem eleições diretas. Há aqueles, Constituinte Brandão Monteiro, que querem eleições diretas sem pensar individualmente em qualquer pessoa, mas com o objetivo de resgatar um grande compromisso que a Nova República tem com o povo brasileiro. Que os partidos se apresentem e apresentem os seus candidatos e disputem os votos dos brasileiros de acordo com a pregação das suas idéias; e que a convicção de cada cidadão se manifeste pela liberdade do voto.

Mas, Sr. Presidente, para ouvir o Constituinte Airton Cordeiro, quero contar aqui aos bastidores desse comício, primeiro para, da tribuna da Câmara, denunciar proprietários de jornais que visam e vivem, exclusivamente, da teta do Governo Federal. E, por isso mesmo, têm que ser mentirosos e dóceis às informações para o SNI e para o Governo Federal. Sr. Presidente, chega ao cúmulo de se ter uma fotografia desta em um jornal importante como é **O Globo** e, ao lado da fotografia, dizer "pouca gente no comício por diretas em Brasília", quando a própria fotografia desmente a legenda.

Mas, mais grave do que isso, Sr. Presidente, foi quando nós procuramos as emissoras de tele-

Pois bem! Neste ambiente, ontem, nós tivemos a presença no comício das diretas de Brasília de constituintes do PMDB, que hoje é o foco central deste bombardeamento do Palácio do Planalto. E, como eu entendo uma atitude de independência e de coragem, a presença desses constituintes naquele comício, eu entendo de extrema justiça, também, homenageá-los a todos e dizer que as vozes ouvidas ontem não foram destinadas àqueles que estavam no palanque do povo, mas foram destinadas, sim, àqueles que estão negociando uma posição cívica, trocando o seu compromisso com a Pátria por cargos de menor importância na atual conjuntura da vida brasileira. Cumprimento V. Ex.^a pela abordagem que faz do comício, e deixo aqui esta modesta contribuição,

num preito de reconhecimento e de homenagem aos deputados e senadores do PMDB que levaram o seu apoio às diretas no comício de ontem, na Capital Federal. Muito obrigado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Muito obrigado, Constituinte Airton Cordeiro. Quero concordar com V. Ex.^a e dizer mais: as vaias que ontem foram dirigidas a constituintes do PMDB não foram contra os mesmos. As vaias foram dirigidas contra a direção do partido, que precisa tomar cuidado, senão o velho PMDB de muitas lutas, o MDB do qual eu participei, corre o risco, neste momento, neste País, de se transformar no PDS de 84 e de 83, com o constrangimento de pessoas como o Constituinte Paulo Ramos e vários constituintes da maior dignidade, que sempre resgatam os seus compromissos com o povo, de estarem em situação de ser confundidos com o erro de uma direção que, ao chegar ao poder, esqueceu os compromissos com o povo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Com muita honra, Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Quero, inicialmente, concordar com V. Ex.^a em relação a algumas críticas sobre a cobertura dos jornais no dia de hoje, mas, no entanto, ressalvar que alguns jornais como a *Folha de S. Paulo*, *Jornal de Brasília* e o *Diário Popular* certamente deram um destaque devido ao comício. E ressalvar que os companheiros de imprensa que ontem fizeram a cobertura do comício nenhuma culpa têm, porque, certamente, estavam participando imbuídos não só da obrigação profissional, mas do espírito de participação e, mesmo assim, em momento algum perderam a imparcialidade da notícia. Esses companheiros de imprensa merecem os nossos cumprimentos ainda que a redação tenha distorcido o trabalho por eles realizado. Queria, ao mesmo tempo, parabenizar V. Ex.^a, como os demais companheiros que participaram da organização e muitos do que foram torpedeados durante os últimos dias em razão da saraivada dirigida por alguns pessimistas e, também, por certos elementos do Governo que tinham a direção certa. Mas, a resposta foi dada, nobre Constituinte Brandão Monteiro, e certamente esta resposta ecoará muito mais longe ainda, porque é o início da caminhada. Parabéns ao companheiro Brandão Monteiro e a todos os companheiros e, mais uma vez, quero ressaltar o trabalho dos companheiros de imprensa que certamente irão continuar a cobertura, ainda que boicotados pelos seus órgãos de imprensa. Com relação aos companheiros do PMDB, ratificando o que disse o nobre Constituinte Airton 87Cordeiro nenhum dos que lá estiveram recebeu vaias, foram, lamentavelmente, condutos para atingir aqueles que efetivamente deverão ser vaiados sim, se não acudirem a tempo a esse reclamo popular. Muito obrigado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Muito obrigado, nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PAULO RAMOS: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Com muito prazer.

O SR. PAULO RAMOS: – No período que antecedeu ao comício realizado ontem, aqui em Brasília, aqueles que ainda compactuam com a ditadura – ditadura que ainda está presente nos nossos dias – divulgaram o aparato militar que estaria presente para intimidar o povo de Brasília. É preciso, Constituinte Brandão Monteiro. É preciso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que todos saibam que a tropa que está presente, é uma tropa que também sofre as consequências de um regime que não privilegia aqueles que vivem do produto do seu trabalho. É preciso que aprendamos, e ontem algumas referências foram feitas por companheiros que usaram da palavra, referências feitas acusando a tropa, mas é preciso que saibamos que a tropa está ali muitas vezes contra a sua própria vontade, cumprindo ordens em função de mecanismos que existem e que dão à cúpula militar a possibilidade de mutilar consciências e obrigar homens a fazerem aquilo que não têm vontade. Certamente que a quase totalidade da tropa ali presente, tanto do Exército brasileiro, quanto da Polícia Militar, trocaria a farda ou, mesmo de farda, estaria junto com o povo, participando de iguais reivindicações e de iguais denúncias.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Muito obrigado, Constituinte Paulo Ramos. V. Ex.^a enriquece o meu pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, chega ao cúmulo de um jornal local, o *Correio Braziliense*, publicar foto, registrando um reduzido comparecimento ao comício, tendo ela sido feita, ainda, com a luz do sol. Isso fica mais do que evidente, pelo pôr-do-sol. É como, às vezes, quando querem desmoralizar a Assembléa Nacional Constituinte, e chegam ao final das sessões, focalizando, aqui, o nosso plenário com três ou quatro Constituintes.

O direito à informação, neste País, há que ser fundamentalmente modificado, na Assembléa Nacional Constituinte.

Mas queria dar um depoimento, Sr. Presidente. A grandiosidade do comício não foi pelo número muito grande de pessoas que dele participaram. Muito mais importante foi o fato de que esse comício não teve apoio oficial de nenhum Governo, de nenhuma Prefeitura; tudo foi feito como auxílio dos partidos políticos e dos parlamentares.

Queremos informar à imprensa que temos o nosso trabalho e a nossa organização de forma transparente. Esse comício, com a sua publicidade, papel para mobilização, óleo diesel para o caminhão que trabalhou na mobilização e mais o som, o palanque e as faixas, tudo custou Cz\$ 500.000,00, além das passagens aéreas que cada parlamentar pagou do seu bolso para que os artistas viessem, aqui, abrilhantar esse comício.

Não houve aqui nenhum Prefeito, nenhum Governador, que patrocinasse nada para que houvesse o êxito que houve. E mais do que isso, é preciso anotar o cinismo de muitos que usavam a tribuna do Senado, quando Líder de partido de Oposição e da resistência democrática, que de uma hora para outra transformaram-se em alagoz do povo, alagoz dos parlamentares, alagoz da democracia. O Ministro da Justiça, que Brizola com muita propriedade já dizia ser o "Rui Barbosa em compostas", vai para os jornais e diz, de forma mentirosa, que o local do comício era ilegal. Nós tínhamos requerido a quem de direito, ao Presidente do Congresso Nacional, e S. Ex.^a tinha defe-

rido como sendo área privativa e da competência do Congresso Nacional. Fomos ao Governador José Aparecido, como prescreve a lei, informá-lo, através de ofício, do acontecimento. E o Ministro da Justiça, que hoje diz uma frase, que não é a característica de um Ministro da Justiça, que aparece sempre tão empobrado, muito sebosso é verdade, mas muito prepotente e muito bonitinho, e disse "que o comício tinha muitos gritos e que deveria ser para espantar cachorro". Olhem só que linguagem.

E pergunto ao Plenário: "Que cachorro deve ser espantado pelo povo?" O povo grita contra que cachorro? Pergunto ao Ministro Paulo Brossard.

Na verdade, o povo deve estar querendo espantar cachorro que não éramos nós, porque nós estávamos junto ao povo, enquanto S. Ex.^a hoje está dizendo o que dizia Nelson Marchezam, aqui; está dizendo o que dizia Paulo Maluf; está dizendo o que dizia Figueiredo, que diretas é golpe, a mesma linguagem. Chamo a atenção dos companheiros do PMDB, e eu me preocupo com o PMDB. Não estou aqui para oferecer legenda nem quero cooptar ninguém. O PMDB tem uma tradição política que nós devemos preservar. E cabe aos constituintes do PMDB resgatar a bandeira dos compromissos com o povo. Não estou aqui fazendo discurso na tentativa de cooptar constituintes do PMDB. O PMDB tem a sua história, o PMDB tem sua tradição e deve, neste momento, resgatar a bandeira dos seus compromissos e não, eventualmente, como alguns que se locupletaram dessas lutas para amesquinhar-se no Poder e trair o povo.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Ouço V. Ex.^a com todo o prazer.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Nobre Líder Brandão Monteiro, V. Ex.^a frisou dois aspectos extremamente importantes que caracterizam a autenticidade daquela manifestação magnífica de ontem à noite. O primeiro foi o aparato militar mobilizado para constranger a presença de populares que quisessem participar daquele evento cívico, do qual eu próprio fui vítima, na medida em que, ao me aproximar, pela Avenida das Nações, do prédio do Congresso Nacional, fui detido por uma barreira de soldados do Batalhão de Guardas de Brasília. Fui obrigado a saltar do carro, identificar-me e exigir o meu direito de comparecer à Casa do Congresso, ao meu local de trabalho. É importante que, nesse momento, tive a oportunidade de verificar que, nas quadras, nos arbustos, havia inúmeros soldados, com roupas de camuflagem, com os rostos pintados, como se fossem intervir numa operação bélica, como se estivesse tramando-se algum tipo de manifestação não pacífica. De modo que V. Ex.^a foi muito feliz ao ressaltar esse aspecto que, a despeito dessa tentativa de constranger o povo de Brasília de se manifestar democraticamente na praça do Congresso Nacional, com todo esse aparato constrangedor, cerceador das liberdades de ir e vir, não houve nenhuma reação negativa, o comício se deu em ordem, numa demonstração pacífica e ordeira, mostrando a maturidade e a civilidade do povo de Brasília. Outro aspecto extremamente importante que V. Ex.^a frisou foi o fato de que não houve nenhum tipo de mobilização de recursos públicos, de apoio governamental, que foram utilizados na campan-

Iha de 84 – é preciso frisar, porque aqui não havia ônibus para transportar pessoas que morassem nas cidades satélites, não havia metrô, não havia nenhum tipo de transporte de massa que favorecesse o acesso à Praça dos Três Poderes e, no entanto, o povo aqui compareceu em número superior àquele que aqui esteve em 1984, mostrando, mais uma vez, a sua vontade, a sua firmeza, o seu desejo inabalável de realizar eleições diretas em 1988, para poder escolher um Governo legítimo que tenha, por sua vez, ministros à altura do momento democrático da nossa História. Muito obrigado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Agradeço a V. Ex.^a, Constituinte Luiz Salomão.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha. Fazendo soar a campainha.): – A Mesa pede ao nobre orador, já com a tolerância de 5 minutos, pelos apartes que foram feitos, que encerre o seu discurso.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Agradeço a tolerância de V. Ex.^a e a conheço, porque, além de ser um brasileiro que também está emocionado com as diretas, V. Ex.^a é um democrata e um tolerante.

Sr. Presidente, quero fazer uma retificação para não cometer injustiça não foi o **Correio Braziliense**, foi o **Correio do Brasil**, que mostrou uma foto do comício às 5 horas da tarde.

Mas aproveitando, Sr. Presidente – porque acho que isso tem que ficar registrado nesta Casa –, o que disse o Constituinte Luiz Salomão, eu próprio fui constrangido, pois fora receber o ex-Governador Leonel Brizola no aeroporto e colocaram baionetas em minha cara, em meu rosto, para que eu não passasse. Se não fosse um tenente que chegou, nos reconheceu e identificou o carro, teríamos que ir à Embaixada Americana, aliás há um detalhe, disseram a mesma coisa para mim e aos Constituintes Luiz Salomão e Miro Teixeira; este último, com seu espírito bastante jovial, disse: Mas, Tenente, não estou pedindo asilo, quero ir para o Congresso. Mandaram que fosse pela Embaixada Americana, quando S. Ex.^a não estava pedindo asilo.

Sr. Presidente, para concluir, queremos ainda dizer que mais importante do que a mobilização popular, apesar dos donos de jornal – a coisa é tão grave que o Sr. Alexandre Garcia, um acólito da ditadura, aparece na TV Manchete dizendo que o comício tinha 3.000 pessoas; dez minutos depois, o repórter que estava fazendo o comício direto, no local, diz que ainda não tinham chegado as personalidades: o Lula, o Brizola e os presidentes de Partidos e que àquele momento já 10.000 pessoas lá se encontravam, a televisão tem essa virtude, mostrou a realidade. Mas, Sr. Presidente, mais importante do que isso – quero aqui deixar um depoimento para ficar gravado: fui procurado por um jornalista que cobre os ministérios militares, outro que cobre o Palácio do Planalto, além do medo do povo havia uma expectativa, dos que hoje estão no poder, de que houvesse balbúrdia, badernaço e apostavam na existência de um cadáver. Querem um cadáver para fazer no País o que fez Hitler com o incêndio do Reichstag. Querem um cadáver, estão em busca de sangue para continuarem no poder massacrando o povo brasileiro, que não matam com tiros, mas que matam de fome.

O importante deste comício é que, com o número de pessoas que lá esteve, não houve, sequer, um incidente, nenhum incidente, dada a maturidade do povo brasileiro, que ficou demonstrada ser muito maior do que a de Paulo Brossard, de José Sarney e muito maior do que a de muita gente que pensou que tivesse maturidade política e compromisso com o povo.

Este depoimento nos parece importante; importante para que fique gravado, nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte, aquele momento, que é o inicio, o primeiro momento que se transformará num rastilho, neste País, incendiando as consciências.

Quero também dizer que o SNI – hoje fui entrevistado – deu um informe ao Presidente José Sarney, dizendo que haviam 5 mil pessoas. Eles estão muito ruins de números, só militares haviam 7 mil, e disseram que haviam 5 mil pessoas. Espero que o presidente José Sarney não se iluda como se iludia João Figueiredo; o SNI dizia que ele, Figueiredo, era o mais popular Presidente do País e, hoje, estão dizendo a mesma coisa para José Sarney. E o fim político do Presidente Sarney não será no Sítio de Nogueira, do Presidente Figueiredo, porque o Mefistóles de Pericumã provavelmente terá um fim muito pior no maio em que o povo dará as costas a Sua Excelência, lá, por algumas das encolhas do meu Estado, no Maranhão, nas terras de Santa Luzia, que, até hoje não explicou como tomou dos trabalhadores da minha terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Brandão Monteiro o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Aguiar.

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Início do meu pronunciamento lendo um discurso do Sr. Ulysses Guimarães, que se encontra na página 5 da **Revista nº 5**, do PMDB.

"ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE Ulysses Guimarães.

A verdadeira e urgente candidatura é a do brasileiro a cidadão.

Voto direto é o nome social e popular dessa candidatura.

Cidadão vota. Há no Brasil 58.771.578 eleitores candidatos natos a votarem em Presidente da República, o cargo supremo, do qual todos dependem, pois é ao mesmo tempo o Chefe de Estado e o Chefe do Governo.

Se não votam, é a mentira de uma democracia sem povo, ultraje à própria palavra.

Cumpre, pois, abrir as urnas, Presidente João Figueiredo, para que delas saia seu sucessor. Sucessor eleito, não herdeiro imposto.

Essa é, na conjuntura, a abertura digna deste nome e a trégua que a sociedade aceita.

Surge, agora, a oportunidade pacífica de abrir essa porta, antes que ela seja arrombada pelo desespero popular.

Já que os militares patrieticamente voltam aos quartéis, civicamente os cidadãos devem voltar às urnas.

Só a democracia pacificará a Nação.

Em 1964 o povo não foi vencido. Foi enganado.

Prometeram democracia e impuseram presidentes, atos institucionais, cassações, lei de segurança nacional, rendição do Legislativo, extorsão salarial, atentados espantosos e não punidos. A impunidade é o crime continuado.

Eis o universo, como causa e consequência de uma Assembléa Nacional Constituinte.

Abrir para a soberania popular as portas do Palácio do Planalto é a trégua política que a ocasião enseja e a Nação reclama"

Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes.

Com outros companheiros de partido, compareci ao comício das diretas. Todos tivemos a oportunidade de ir ao microfone, para, em poucas palavras, reafirmar perante o povo nosso compromisso político com a Nação, isto é, garantir no texto da futura Constituição o direito de eleger seu mandatário supremo no próximo ano, em data a ser fixada.

Todos fomos vaiados. Quanto mais tempo o parlamentar peemedebista permaneceu ao microfone, mais intensamente foi vaiado.

Diante deste fato que ocorreu ao longo de todo o comício, mesmo com os locutores insistindo em pedir palmas e não apupos, em função da importância da unidade político-popular para o sucesso da luta pelas eleições presidenciais diretas, estou aqui para dizer que nunca o povo agiu com tanta justiça e manifestou com tanta sabedoria a sua vontade política, vaiando o PMDB.

A vaia, não raro, representa formas de manifestações políticas muito mais corretas e autênticas do que as palmas. As palmas podem ser bajulatórias, as vaias não. Vaias e palmas contêm conteúdos emocionais diferentes. Ambas podem falsear a verdade. Ambas podem ser manipuladas, instintivas, coativas, dirigidas. Mas, em qualquer das hipóteses, os estímulos de ambas suscitam reações diferentes. Todos gostam de ser aplaudidos. E há até aqueles que pedem palmas para seus homenageados. Poucos, contudo, aceitam a contundência das vaias.

Entretanto, entre ambas, somente as vaias ensinam. Somente elas falam à inteligência e ao discernimento para ensiná-los, para convocá-los à meditação e ao aprendizado.

Vaiado ontem, fui para casa, a fim de meditar e aprender. E a lição que aprendi para passar àqueles que têm ouvidos para ouvir, coração para sentir e inteligência para aprender – é de que o povo aplaudiu o PMDB ontem e o vaia hoje, é o mesmo. O que mudou foi o PMDB. Como se explicaria, então, que estando eu lá, com meus companheiros, reafirmando os compromissos de Tancredo, dizendo ao povo que, nos atos de elaboração da Constituição, estaremos, aqui, votando por eleições diretas no próximo ano, exatamente como o povo exige, e ainda assim somos vaiados!

Ora, o povo não vaiou a pessoa de Nelson Aguiar, nem de qualquer de nossos companheiros. Ao PMDB, sim. A ele, o povo vaiou.

Valou, e com sabedoria, o PMDB que tem um Presidente da República filiado a seus quadros; que tem 22 governadores eleitos pelo mesmo povo; que aqui, como em todas as assembléias legislativas, tem maioria de Constituintes e de deputados estaduais, respectivamente; o mesmo ocorrendo com as prefeituras e as câmaras municipais em que é também majoritário.

O povo vaiou e vai vaiar muito mais o partido que está dando o calote no povo. E está dando-o em todos os sentidos.

Aí estão:

1 – o calote do Cruzado – da crença do Cruzado I às loucuras do Cruzado II, às mentiras do Cruzado III. É só calote!

2 – o calote da agricultura: safra recorde, preços aviltantes, juros escorchantes e financiamentos humilhantes;

3 – o calote da reforma agrária – criou-se até um ministério para que ela não fosse feita;

4 – o calote do confisco salarial, com um ministro provando no quadro-negro, que quem recebe menos está recebendo mais;

5 – o calote das cadernetas com a inflação acima da poupança;

6 – o calote do tabelamento de preços, com as tabelas da Sunab acima das tabelas dos supermercados;

7 – o calote da política financeira, onde todos perdem, só os banqueiros lucram;

8 – o calote do "dá ou desce". com as nomeações e concessões em troca de um ano de mandato presidencial;

9 – o calote da moralidade e da austeridade, quando se exonera o ladrão do cargo que usou para roubar e o deixa livre, para carregar o produto do roubo;

10 – e o pior – o calote da Constituinte, quando, no momento de decidir as grandes questões de interesse nacional, setores do PMDB votam, sob a liderança de José Lourenço, Delfim Netto, Roberto Campos, e não Mário Covas;

11 – o calote das diretas, que foi a principal bandeira de lutas do PMDB, ao longo de toda a sua história, e hoje no poder trai a vontade popular, por via do seu chamado Centro Democrático.

Eis ai apenas alguns calotes pelos quais a justiça do povo se volta contra nós. Nós, contudo, queremos resgatar a história deste partido cuja bandeira de lutas se acha agora enxovalhada pelos caloteiros da República, com a cumplicidade dos trânsfugas da ditadura, para quem o que vale é o que diz o **Diário Oficial** da União, nos capítulos, nas nomeações e das concessões, e não os estatutos e o programa desta gloriosa legenda.

Somos os ouvidores do povo junto ao PMDB. Não somos os ouvidores das concessões junto ao Governo.

Somos, portanto, os ouvidores da planície, não somos os ouvidores do Planalto.

Do Planalto, o ouvidor se ira contra nós, e nos adverte com o **Diário Oficial**.

Da planície ouvimos as vaias do povo, advertindo, não a nós que estamos lá, na defesa da causa que o povo defende, mas àqueles que tendo recebido a outorga do voto do povo, hoje o caloteiam, na mais casuística e vergonhosa forma da tapeação.

A advertência do ouvidor-mor do Planalto tem endereços certos, e não somos nós.

Ela vale para quem tenha construído junto ao Planalto estrada de mão dupla, jurando obediência cega em troca de nomeações e outros tipos de concessões.

O Governo sabe quem pediu e a quem deu, e para preveni-los, que se escorregarem a casa cai, usa seu ouvidor para adverti-los, advertindo-nos.

Ele sabe, porém, que não nos intimida, mas sabe também a quem está intimidando.

O ônus que esses têm a pagar é maior e mais pesado que o nosso.

Para não perderem as graças do Planalto, cairão em desgraça perante a planície.

O povo que vaia o PMDB em nós vai compreender que em nós está o PMDB que não deve ser vaiado – o Planalto também gostaria de vaiar o nosso PMDB. Aliás, o Planalto já esconjura o nosso PMDB.

Como o PMDB é um só, o Planalto cuida que, implodindo-o, levará parte dele. Engana-se. O PMDB fica Mas o PMDB que fica é o da planície. Se ele sair, o que ficar será o do Planalto, mas não será PMDB – ainda que vestido desta sigla.

O SR. AMAURY MULLER: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON AGUIAR: – Com muito prazer, nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MULLER: – Ao evocar, no preâmbulo da oportunidade manifestação de V. Ex.^a, uma posição assumida ontem pelo Dr. Ulysses Guimarães, V. Ex.^a prova e comprova que o exercício do Poder fascina, embriaga e cega determinadas pessoas. Caberia, aqui, até, diante desse fato que ninguém poderá contestar, a patética indagação de Machado de Assis: teria mudado o Natal, ou mudou o Dr. Ulysses Guimarães? De resto, nobre Constituinte Nelson Aguiar, aproveitando a intervenção brilhante de V. Ex.^a, indago do Poder em que medidas serão colocadas as mesmas tropas, os mesmos policiais, o mesmo aparato bélico quando começarem a chegar, amanhã, a Brasília, os 30 ou 40 mil grandes proprietários, pistoleiros profissionais, agitadores recrutados pela famigerada UDR, para tentar com o seu **lobby** poderoso influir nas decisões da Assembléia Nacional Constituinte? Encerro o meu aparte lembrando que o comício de ontem foi um sucesso, e, apesar dos latidos desesperados, furiosos, das hienas de sempre, debochadas e cínicas, a caravana do povo vai continuar a sua marcha rumo às diretas em 1988. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. NELSON AGUIAR: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, acolhendo-o no meu discurso.

Essas agressões de um regime militar implícito, como disse o nobre colega Pimenta da Veiga, ferem a todos, mas a nós do PMDB, nos ferem mais. Este partido que está aí, este partido dos caloteiros da República não é o meu PMDB. Com certeza não é o PMDB. O PMDB tem história, o PMDB percorreu por mais de 20 anos os caminhos desta República ao lado do povo. Este PMDB que está aí é o PMDB que foi usurpado pelos trânsfugas da ditadura que, hoje, empregando os seus amigos, recebendo concessões de rádio e televisão e outras vantagens, justificam a presença das tropas nas ruas, como vem fazendo este Ministro da Justiça. Lembro-me dos discursos legalistas que S. Ex.^a fazia quando Senador da República, para dizer que a verdade dele é a de agora

e naquela época ele estava mentindo, e naquela época ele mentia, porque falava à Nação com o intuito de receber o voto do povo. Na verdade, e ele antes já tinha servido à ditadura, na verdade, na verdade mesmo, o regime dele é esse que aí está, o regime do enquadramento na Lei de Segurança Nacional de homens que poderiam ser enquadrados no Código Penal. É o regime da prisão incomunicável, que representou um dos mais sórdidos capítulos da ditadura. E com certeza, a continuarem como vêm fazendo, daqui há alguns dias estarão torturando e estarão ocultando cadáveres, porque foi esta a história da ditadura. É o que eles na verdade são, quando colocam mulheres passando fome em casa: sim, conheço a vida que vem levando a Polícia Civil e a Polícia Federal, o pobre policial que cumpre ordens. Eles estão com a mulher maltrapilheira em casa, com os filhos se alimentando mal. Eles estão usando essa gente para massacrar o outro lado do povo, o povo faminto, o povo pobre, o povo trabalhador desta República.

V.Ex.^a, nobre Deputado Amaury Muller, lembrou muito bem, queremos ver a polícia deles, o exército deles, queremos vê-los usados contra os assassinos de trabalhadores do campo que estão vindo para cá, já com os hotéis de cinco estrelas alugados, para hospedarem as suas caravanias.

O SR. PAULO RAMOS: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON AGUIAR: – Concedo o aparte a V. Ex.^a, nobre Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS: – Estou acompanhando, atentamente, o emocionado e justo pronunciamento de V. Ex.^a, e pretendo fazer uma observação sobre o episódio, ocorrido no Rio de Janeiro, envolvendo a pessoa do Presidente da República. Hoje estou convencido pelos dados que colhi, de que o episódio, alegadamente um atentado contra o Presidente da República, se constitui numa grande farsa, num mini rio centro, que tende a dar certo, sob a óptica daqueles que compactuaram com a ditadura. Na verdade, os dois brasileiros que se encontram presos no Rio de Janeiro, com base na Lei de Segurança Nacional, não deveriam estar sequer presos com base na legislação comum. É preciso ser dito que o episódio ocorrido no Rio de Janeiro é uma grande farsa, assim como foi mencionado num pronunciamento anterior pelo Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro, que aqueles que torcem, que compactuam corri todos os regimes autoritários esperavam ter ontem um cadáver no Rio de Janeiro. Eles conseguiram, pelo menos, dois presos. Como Membro da Bancada do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, conhecemos, dentro do nosso Partido, aqueles que são oriundos do regime autoritário e que hoje integram os quadros do nosso Partido com o objetivo de trair as esperanças do povo. Espero que aqueles que ainda se comportam dessa forma vislumbrem no exemplo dado pelo grande brasileiro que foi Teotônio Vilela, que percorreu todo o Brasil, já submetido a uma grave doença, mas dando uma demonstração de que é possível a todos os homens, mesmo tendo compactuado com o regime autoritário, mesmo tendo praticado erros, é possível ainda, considerando a gravidade do momento histórico por que passa o País, é possível ainda encontrarmos o caminho para que o Brasil viva em democracia, e este caminho há de ser construído

na Assembléia Nacional Constituinte. Ontem o povo de Brasília deu demonstração de que rejeitará aqueles que traem o povo.

O SR. NELSON AGUIAR: – Muito obrigado, nobre Deputado Paulo Ramos. Acolho, com muita honra, o aparte de V. Ex.^a.

No Rio de Janeiro não houve nenhum atentado, e chamar de atentado aquela agressão contra um ônibus é um atentado a nossa inteligência. Se aquilo fosse um atentado, teriam levado uma pistola e não uma machadinho e algumas pedras. Aquilo foi uma manifestação do povo, que deveria representar uma lição a essa gente; representar. Antes de tudo, uma lição para que eles se lembrem que, diante de um povo faminto, traído e caloteado, não se pode andar de peito aberto, nem o Presidente da República.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Permite V. Ex.^a?

O SR. NELSON AGUIAR: – Concedo a V. Ex.^a o aparte, nobre Constituinte Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Nobre Deputado Nelson Aguiar, em primeiro lugar integral solidariedade e absoluta e total concordância com o pronunciamento de V. Ex.^a. A classe dominante tem uma enorme percepção política, muito maior, infelizmente, que a percepção política do povo brasileiro, que não teve ou não foi cuidado para ter essa necessária percepção. A razão de termos este nosso PMDB hoje vacilante, aliado a este Governo, descompromissado das suas propostas, é que no nosso PMDB se elegeram elementos que nunca tiveram nada com o nosso Partido, que usaram a confiança que o povo teve no Partido para buscar a alcançar as posições que temos hoje. Aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, os Constituintes que mais lutam contra a reforma agrária, como Cardoso Alves, como Rosa Prata, como Jorge Vianna, são, infelizmente, integrantes do nosso PMDB. As vaias de ontem, Deputado Nelson Aguiar, não nos envergonham, absolutamente, muito pelo contrário, nos dão mais força para lutar, e creio que cada um de nós que mantém a sua postura e o seu compromisso com os princípios de nosso Partido é conhecido em sua terra, não é vaiado pelo seu povo. Estou fazendo o comício pelas eleições diretas desde do dia 4 de abril deste ano; já promovemos mais de dez comícios no interior do Estado do Pará e o povo conhece a nossa posição e a nossa postura, e lá não somos vaiados, em hipótese alguma. As vaias que foram dadas ontem não foram destinadas aos autênticos peemedebistas àqueles que têm respeito pelos princípios do seu Partido. As vaias que foram dadas ontem foram endereçadas, infelizmente, ao Presidente do nosso Partido, Ulysses Guimarães, que se entregou, se deixou cooptar pelo sistema que aí está. Esta, a nossa manifestação.

O SR. NELSON AGUIAR: – Muito obrigado. Acolho o aparte de V. Ex.^a nobre Constituinte Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Comunico ao nobre orador que seu tempo está esgotado, mas a Mesa lhe concede mais 2 minutos, para que conclua sua oração.

O SR. NELSON AGUIAR: – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Peço ao Sr. Presidente permissão para dar um aparte também ao nobre Deputado Nelson Aguiar.

O SR. NELSON AGUIAR: – Com muito prazer, ouço V. Ex.^a.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Presto uma homenagem ao meu amigo e companheiro Nelson Aguiar...

O SR. NELSON AGUIAR: – Muito obrigado pelo amigo, honra-me muito.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – É uma honra para mim ouvi-lo, conhecer os seus pensamentos e as suas emoções e, ao mesmo tempo, compreender as exigências morais que o levam a querer do PMDB que se mantenha à altura da situação histórica que estamos vivendo. Lamentavelmente o PMDB se desviou dos seus caminhos, e não vim aqui para criticar esse desvio, vim aqui para elogiar a sua coragem cívica...

O SR. NELSON AGUIAR: – Muito obrigado, Sr. Constituinte.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – ... a sua integridade moral e desejar que o seu exemplo frutifique nesta Casa, e principalmente dentro do PMDB.

O SR. NELSON AGUIAR: – Muito obrigado, Excelência.

Encerro, então, Sr. Presidente, com este verso que escrevi, com a complacência do nobre Poeta Mário Maia, que aqui se encontra presente:

Bendita, bendita vaia,
Que não bajula, enxovalha
E corta como navalha
A quem só quer ovação.
Ao povo vira canalha,
Quando se rompe a muralha,
Do próprio povo a emoção.
Para cobrar a promessa,
Negada com traição,
Seja com o Plano "Bressa"
Ou dizendo "não" à eleição.
Então, o povo avacalha
E, mesmo se a vaia atrapalha,
Está com toda a razão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Palmas.)

O SR. NAPHTALI ALVES (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes:

Há pouco tempo, compareci a esta mesma tribuna, de onde postulei as inegáveis vantagens de uma Carta Magna precisa e succincta.

Lembro-me de ter citado exemplos de constituições de outros países, curtas e específicas, as quais, embora remontando há centenas de anos, permanecem em vigor, respeitadas e obedecidas pelas nações e povos cujos destinos regem.

Baseado não somente nesses históricos exemplos, mas igualmente na abalizada opinião dos mais eminentes Constitucionalistas e outros expoentes do pensamento jurídico, exortei os nobres pares a não se aterem a minudências e questiúnculas, cabíveis e perfeitamente restrinjíveis ao âmbito da legislação ordinária ou complementar.

Ponderei, também, sobre a indiscutível premissa de que a Constituição deve ser feita para ser aplicada, o que vale dizer dentre outros requisitos, a necessidade de ser elaborada com simplicidade,

destacando-se a clareza de linguagem acima de tudo. Assim, governantes e povo poderão entender sem dificuldades os seus dispositivos, tomando-se as suas regras conhecidas, acatadas e aplicadas por todos, justificando, assim a sua existência.

Um renomado estudioso alemão, reconhecendo que algumas constituições perderam muito do seu prestígio e de sua força em função de sua impraticidade, apontou como um dos fatores responsáveis pelo desprezo das regras constitucionais, o comportamento de juristas que, visando valorizar sua ciência, passaram a usar linguagem complicada e pedante, como se a Constituição tivesse, necessariamente de ser de difícil entendimento. Com isso, apenas tende-se afastá-la da vida comum e normal do povo, denotando que, somente após profundos estudos, consegue alguém interpretar e aplicar corretamente um preceito constitucional.

Por outro lado, a experiência da humanidade, através dos tempos, demonstra que, onde a Constituição não é respeitada, o seu prestígio é reduzido, havendo a tendência de contra ela se agir, enquanto que, onde o costume é de respeitá-la, a mesma se torna cada vez mais forte e são menos freqüentes as tentativas de ação inconstitucional.

Partindo desses princípios básicos e imutáveis, passo a analisar o que está ocorrendo no âmbito desta Assembléia, cuja primeira fase dos trabalhos foi encenada, com a chegada das propostas das Comissões Temáticas à Comissão de Sistematização.

Com um anteprojeto contendo 501 artigos, que poderíamos chamar de uma colcha-de-retalhos, temos uma verdadeira obra-prima de contradições, obscuridão e redundância, onde a Comissão de Sistematização viu-se brindada com um texto praticamente inaproveitável, mesmo porque o próprio regimento interno não permite a acolhida de emendas visando à modificação do mérito dos artigos constantes do documento.

Tal impasse evidencia grave falha resultante da precipitação com que foi decidido o **modus faciendi** da nova Carta. Contrariando as experiências do passado, conforme ocorreu em 1824, 1891, 1934, 1946 e 1967, preferiu-se não começar os trabalhos a partir de um anteprojeto.

A idéia de se criar oito Comissões Temáticas, subdivididas em 24 Subcomissões, até hoje válidas para mim, desviou-se de seu planejamento inicial, ensejando a oportunidade de apresentação das mais diversas sugestões, de todo o tipo de normas, das fundamentais às mais adversas e desnecessárias. Não acredito que tenha sido o meio adotado, mas sim o modo pelo qual foram elaboradas tais sugestões, que deram razão a estarmos hoje enfrentando tantas dificuldades e críticas oriundas de vários setores de nossa sociedade.

A confusa miscelânea contida no dentado documento gerou descontentamento e polêmicas, tanto dentro da própria classe política quanto nos mais importantes segmentos da sociedade. No final, a conclusão é de que ninguém – progressistas ou conservadores – parece querer assumir a paternidade do impraticável anteprojeto, uma extravagante e utópica mescla de socialismo-liberal-conservador, inaplicável em qualquer país do Mundo.

Senão, vejamos, como se expressou órgão da imprensa, quando da seguinte publicação:

"Como está o anteprojeto, será impossível evitar o caos imediatamente posterior à sua promulgação. O sistema de governo, meio parlamentarista, meio presidencialista, configura e personaliza o impasse. Redundâncias e lirismos fluem de diversos capítulos. Na economia, prevalecem casuismos, assemelhando-se a nova Constituição a uma consolidação de diversas portarias ministeriais e até de determinações de diretores de departamentos e chefes de seção. É chegada a hora de rever tudo, de encontrar um caminho em condições de gerar uma Constituição normativa, com princípios fundamentais."

A crítica não podia ser mais adequada, eis que, na verdade, temos um misto de propostas, cujo caráter parece nitidamente destinado a atender interesses político-partidários, como é o caso do híbrido sistema de governo proposto. A divisão de tarefas entre o atual Presidente e o futuro primeiro-ministro assemelha-se muito mais a um acordo de bastidores, para ajustar-se a conveniências pessoais e políticas do momento, do que realmente à estrutura de um regime com caráter definitivo e duradouro.

Já no que tange às contradições, enquanto o Capítulo referente à Ordem Econômica torna inviável qualquer tentativa de distribuição de terras no País, encontramos dentre as propostas da Ordem Social a previsão do regime de 40 horas semanais de trabalho e da estabilidade no emprego para os trabalhadores após um período de 90 dias. Ou seja: a reforma agrária na prática inexistirá; continuará a ser feita através de projetos de colonização e assentamento de trabalhadores rurais, de preferência em terras públicas e distantes dos mercados consumidores de produtos agrícolas, enquanto que, por outro lado, num País onde é alto o índice de desemprego e desequilibrada a relação entre produção e consumo, cria-se uma pseudo-estabilidade cuja consequência será a queda da produção, por parte dos empresários, com sensível redução em suas folhas de pagamento, num mercado de trabalho que não tem condições de absorver o contingente de trabalhadores em busca de emprego.

Assim é que temos, em um mesmo documento, progressos e conquistas para uns e retrocesso e derrota para outros.

No que se refere às empresas, por exemplo, nos deparamos com uma enorme lacuna em termos de conceituação: a empresa nacional não terá necessariamente nem o controle decisório nem o de capital em mãos de brasileiros. Exige-se, apenas, que a tutela empresarial permaneça com administradores domiciliados no País. Dentro deste elástico conceito, onde se situarão as empresas nacionais propriamente ditas?

Infelizmente, não ficam por aqui as contradições, impropriedades e postulados impraticáveis cabe-me ainda ilustrar outras, como a que, por exemplo, foi origem de crítica pela imprensa:

"Título IX – Trata da ordem social, descendo a minúcias sobre segurança social, saúde, previdência social, da assistência social, da educação e cultura, da ciência e tecnologia, da comunicação, do meio ambiente, da família, do menor e do idoso. Em lugar

de fazer os enunciados gerais, que devem ser objeto de leis complementares ou ordinárias, o anteprojeto cria uma salada mista de direitos e deveres que faria inveja a suíços, suecos, japoneses e outros povos desenvolvidos e credores do Brasil. O mínimo que se pode dizer é que é impraticável."

Itens há, Srs. e Sr^{as} Constituintes, que tão somente são ininteligíveis, como o que prega: "Favorecer o sentido social da liberdade, a fim de que todos disponham de tantas liberdades quanto o que mais dispõe de liberdades entre todos, critério em que se legitima a intervenção equalizadora do Estado para alinhar a sociedade na direção de uma democracia de liberdades igualadas". Realmente, quem sabe se escrito em esperanto tivesse um sentido mais claro?

Não bastassem as contradições, os ecos, as lacunas, as más redações, a inopportunidade, a inexequibilidade, encontramos ainda algumas aberrações, produzidas pelo excesso de criatividade de alguns, que, procurando demonstrar sua capacidade cultural, conseguiram nos expor ao mais completo ridículo. Incluída nesse gênero poderia destacar a proposta que prega a igualdade do homem e da mulher em direitos e obrigações. "com a única exceção dos que têm a sua origem na gestação, no parto e no aleitamento".

Será que o artista, capaz de achar necessário estabelecer tal diferenciação, julga-nos, talvez, uma raça de hermafroditas, onde o implícito tenha de ficar claramente explícito, a fim de que não parem dúvidas sobre a quem a natureza destinou tais funções?

E mais: há determinados itens que, devido à grande complexidade, deixam lacunas que fatalmente darão margem às mais diversificadas interpretações, tomando o anteprojeto frágil e perigosamente exposto a futuras distorções.

Por outro lado, assuntos há cuja importância merecia exame e trato acurados, como é o caso da Reforma Urbana, tão necessária e relevante para o País quanto a Reforma Agrária. Tal reforma implicará, forçosa e prioritariamente, dentre outras exigências, na obrigação de o Estado fornecer a todas as localidades brasileiras os serviços básicos indispensáveis à sobrevivência, com água, luz, transporte e rede de esgotos, assim assegurando um mínimo de decência à qualidade de vida dos cidadãos.

É lamentável que, não obstante o ingente esforço dos Constituintes, num hercúleo e exaustivo trabalho que consumiu dias e noites, sem descanso; entrando pelo fim de semana e feriados, tanto nas Comissões Temáticas, quanto na de sistematização, ofereça, como resultado, um documento tão cheio de imperfeições.

Todavia, temos de reconhecer que tais falhas são inerentes à própria prática da democracia e depende unicamente de nós corrigi-las, escoimando do anteprojeto constitucional as incongruências e impropriedades, a fim de que reste um texto limpo, conciso e preciso, despido de teorias e beleza literária, mas como pregava notável pensador suíço, ainda no século passado, "uma Constituição que reflita os valores, os interesses, as aspirações, as possibilidades e as necessidades de todo o povo. Além disso tudo, é preciso fazer uma Constituição para ser aplicada, e não apenas tranqüilizar consciências dos que querem uma declaração de bons propósitos ou,

pior ainda, para dar uma aparência moralmente respeitável a um sistema essencialmente injusto".

Contudo, dentro de mais alguns dias, quando o anteprojeto passar à fase dos debates em Plenário e nas etapas posteriores, será possível aperfeiçoá-lo, compactando e tomando-o coerente, a fim de que passemos ao País, como resultado do nosso empenho, senão uma obra perfeita, pois humanos somos e, como tal, cheios de falhas, pelo menos o melhor dos nossos esforços e da nossa consciência.

Somente assim, estaremos cumprindo o dever e a obrigação assumidos para com o povo, promulgando uma Constituição justa e duradoura, e atendendo aos antigos anseios e a uma legítima conquista da sociedade brasileira.

Finalmente, não podemos permitir que todo esse trabalho seja perturbado por alguns que tentam desmerecer-lo. Que não, sucumbamos à proposta alguma que tenha como objetivo desviar-nos dessa trilha, ou mesmo interromper o seu processo, seja a pretexto de buscar soluções para a crise econômica do País, como sugerem alguns, seja por qualquer outro motivo.

Pois que, no momento, nada é mais relevante que o aperfeiçoamento e a conclusão da Carta Magna, e sua entrega à Nação que, ansiosa, aguarda o resultado do nosso trabalho. Ademais, suspender, ainda que por tempo limitado, a missão a que nos propomos, além de inútil, seria aberrante, pois grande parte dos problemas econômicos em curso somente encontrarão sua solução na alcada do Executivo, onde foram gerados, e não do Legislativo.

No desempenho da incumbência a nós confiada devemos persistir, em exclusiva dedicação, sempre em busca do aperfeiçoamento do texto constitucional e tentando, na medida do possível, confeccioná-lo de maneira que não permita modificações posteriores, provocadas por falhas de elaboração.

Conclamo, pois, os nobres Colegas Constituintes a prosseguir no cumprimento de tão magna tarefa, honrando o compromisso assumido nas urnas, entregando à Nação brasileira o documento que balizará a efetiva redemocratização deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER O SENADORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio Neves – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Annibal Barcelos – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Matiz – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Fioravante – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bocayuva Cunha – PDT; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; César Maia – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno

– PDS; Darcy Pozza – PDS; Davi – PDS; João Cunha – PMDB; João da Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral Mata – PFL; Jorge Leite – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin Braz – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Coutinho – PL; José Carlos Martinez – – PFL; Percival Muniz – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio PMDB; José Carlos Vasconcelos – Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; PMDB; José Freire – PMDB; José – PMDB; Renan Calheiros – Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Geraldo – PMDB; José Jorge – PFL; PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – José Maranhão – PMDB; José Maria Furtado – PFL; Roberto Balestra – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eunice Eymael – PDC; José Melo – PMDB; PDC; Roberto Campos – PDS; Michiles – PFL; Expedito Júnior – José Mendonça de Moraes – PMDB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fausto José Queiroz – PFL; José Santana de Vital – PMDB; Robson Marinho – Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; Ronaldo Carvalho – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe PMDB; José Teixeira – PFL; José PMDB; Ronaldo Cesar Coelho – Mendes – PDS; Fernando Cunha – Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PMDB; Ronaldo Corrêa – PFL; PMDB; Fernando Gomes – PMDB; PFL; Jovanni Masini – PMDB; Levy Rose de Freitas – PMDB; Rubem Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Branquinho – PMDB; Rubem Castro – PMDB; Flávio Palmier da Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – Medina – PFL; Sadie Hauache – Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; PT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana PFL; Samir Achôa – PMDB; França Teixeira – PMDB; Francisco Neto – PMDB; Manoel Ribeiro – Santinho Furtado – PMDB; Sarney Coelho – PFL; Francisco Kurster – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Filho – PFL; Sergio Naya – PMDB; PMDB; Francisco Rossi – PTB; Maria Lúcia – PMDB; Mário de Oliveira Sérgio Spada – PMDB; Sílvio Gabriel Guerreiro – PMDB; Geovani – PMDB; Matheus Lensen – PMDB; Abreu – PMDB; Teotônio Vilela Borges – PFL; Geraldo Bulhões – Mattos Leão – PMDB; Maurílio Ferreira Filho – PMDB; Victor Trovão – PMDB; Gemido Fleming – PMDB; Lima – PMDB; Max Rosenmann – PFL; Vieira da Silva – PDS; Geraldo Melo – PMDB; Gil César – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Messias Soares – PMDB; Milton Lima – Galassi – PDS; Wagner Lago – Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB ; Mussa Demes – PFL; Myrian PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; PMDB; Henrique Córdova – PDS; Portela – PDS; Nelson Wedekin – Ziza Valadares – PMDB. Henrique Eduardo Alves – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Santos – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Albernaz – PMDB; Osmar Leitão – Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PFL; Osmir Lima – PMDB; PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Bonato – PFL; Ivo Vanderlinde – Macedo – PMDB; Osvaldo PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Sobrinho – PMDB; Osvaldo Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; Almeida – PL; Paulo Almada – Joaci Góes – PMDB; João Castelo PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo às 18 horas e 33 minutos.

O SR. PRESIDENTE
(Sotero Cunha): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, 5^a feira, dia 9, às 14h30min.

VIII – Encerra-se a Sessão
às 18 horas e 33 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO 01 – Nº 92

SEGUNDA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA -DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 98ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 9 DE JULHO DE 1987

I – Abertura da sessão
II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente
IV – Pequeno expediente

FARABULINI JÚNIOR – Consagração, no futuro texto constitucional, de anistia ampla e irrestrita.

LÚCIA BRAGA – Compromissos dos Constituintes na elaboração de Carta Magna representativa de instrumentos de transformações sociais.

VLADIMIR PALMEIRA – Greve dos professores e serventuários da Justiça no Estado do Rio de Janeiro e dos funcionários das universidades públicas. Abertura da economia nacional ao capital estrangeiro propiciada no Plano Industrial do Governo José Sarney.

JOSÉ ELIAS MURAD – Conveniência da sensibilização do Governo brasileiro para tomada de posição em defesa da paz no Líbano.

RAIMUNDO BEZERRA – Repúdio à campanha de desmoralização dos trabalhos já desenvolvidos pela Assembléia Nacional Constituinte.

NELSON AGUIAR – Presença do Sr. Tadeu Gilberto, Prefeito de Colatina, e do Deputado Estadual Fernando Santório nas galerias da Casa. Agressividade do discurso do Sr. Ronaldo Caiado, Presidente da UDR.

LÍDICE DA MATA – Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Apuração, identificação e punição dos responsáveis pelo assassinato do advogado Paulo Fontelles.

CARLOS CARDINAL – Contradições das políticas governamentais. Abertura da economia nacional ao capital estrangeiro propiciado no Plano Industrial do Governo José Sarney.

PAULO RAMOS – Afirmações do porta-voz do Presidente da República sobre troca de consciências de peemedebistas por indicações de cargos.

SÓLON BORGES DOS REIS – Transcurso do 55º aniversário do Movimento 9 de julho de 1932.

MAURO BENEVIDES – Instituição, no Nordeste, de Zona de Livre Comércio Internacional.

JOSÉ LOURENÇO – Repúdio às agressões partidas de setores minoritários. Abertura do PFL ao diálogo patriótico e construtivo.

CARDOSO ALVES – Perplexidade do orador com a tentativa de radicalização dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Retomada do bom senso como norteador da elaboração constitucional.

GERSON ALVES – Independência do Poder Judiciário.

ERICO PEGORARO – Desagravo a Constituintes do Rio Grande do Sul em face de ofensas dirigidas à Assembléia Nacional Constituinte durante ato público no Parque de Exposições de Esteio.

JOSÉ GENÓILO – Tentativa de parlamentares direitistas de submeter a casuísmo o

VIRGÍLIO GALASSI – Reintrodução da estabilidade no emprego na legislação como fator inibidor do desenvolvimento nacional.

EDME TAVARES – Exploração adequada dos recursos naturais recomendável à economia nordestina.

AMARAL NETTO – Necessidade da correção de entraves burocráticos para facilitação da atividade empresarial exportadora.

CÉSAR MAIA – Procedimentos a serem adotados pelo Governo para saneamento dos barcos estaduais.

JUTAHY MAGALHÃES – Inserção, na futura Constituição, de norma ensejadora do confisco de bens, nos casos de enriquecimento ilícito à custa dos cofres públicos.

ASSIS CANUTO – Construção de infra-estrutura viária no Estado de Rondônia para viabilizar o escoamento da produção agrícola.

MÁRIO ASSAD – Inconveniências da alteração do processo de elaboração constitucional.

ERALDO TRINDADE – Responsabilidade dos Constituintes na elaboração de Carta Magna representativa dos interesses do povo brasileiro.

AGASSIZ ALMEIDA – Retirada, pelos bancos particulares, das exigências para atendimento aos pedidos de crédito das micro, pequenas e médias empresas.

STÉLIO DIAS – Falecimento do poeta e jornalista capixaba Anselmo Gonçalves.

LUIZ MARQUES – Urgência na liberação, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, da verba alocada para a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza no Plano Das Ações Integradas de Saúde.

ÁTILA LIRA – Reforma da estrutura sindical brasileira.

SALATIEL CARVALHO – Consagração do voto distrital no anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

CARLOS VINAGRE – Princípios nacionalistas e conservacionistas da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia.

SIQUEIRA CAMPOS – Medidas recomendadas pelo Banco Central para solução da questão habitacional e assentamento de agricultores na Amazônia.

FRANCISCO AMARAL – Administração do Dr. Hésio Cordeiro no INAMPS.

JUAREZ ANTUNES – Crescimento do número de desempregados no País.

GUMERCINDO MILHOMEM – Propósito do Governo com o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei que dispõe sobre as relações coletivas de trabalho.

EVALDO GONÇALVES – Implementação de política de isonomia salarial para os servidores da área de saúde em todos os níveis.

CHICO HUMBERTO – Insatisfação do Governador do Estado de Minas Gerais com a campanha pela criação do Estado do Triângulo.

EDMILSON VALENTIM – Questão de ordem sobre necessidade de imediata publicação das listas de votação nas Comissões Temáticas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Edmilson Valentim.

AMARAL NETTO – Reclamação sobre urgência na constituição de CPI destinada a apurar denúncia sobre o envolvimento do orador com interesses alienígenas.

PRESIDENTE – Resposta à reclamação do Constituinte Amaral Netto.

V – Comunicações das lideranças

PRESIDENTE – Comunicação sobre a ausência do Presidente Ulysses Guimarães, em virtude do falecimento, em São Paulo, do Sr. Achiles Guimarães, seu irmão.

GERSON FERES – Pesar do PDS pela morte do Sr. Achiles Guimarães, irmão do Presidente Ulysses Guimarães. Necessidade de agilização, pelo Governo, de medidas para o socorro creditício às pequenas e médias empresas da região amazônica.

NION ALBERNAZ – Trabalho desenvolvido pelo PMDB em favor da democracia no País. Responsabilidade dos partidos políticos no aperfeiçoamento do anteprojeto de Constituição.

OSMIR LIMA – Características da atual fase dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte. Imprudência dos temores do empresariado brasileiro com a fixação em 40 horas semanais da jornada de trabalho. Estipulação, no texto constitucional, de salário para os chamados soldados da borracha.

GASTONE RIGHI – Entrevista do Sr. Luiz Antônio Medeiros, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, publicada em **O Estado de São Paulo**.

SIQUEIRA CAMPOS – Transcurso do 41º aniversário de fundação do Partido Democrata Cristão.

ALDO ARANTES – Conteúdo fascista de documento atribuído à Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino sobre a necessidade de mobilização do setor para pressionar a Assembléa Nacional Constituinte. Ação desenvolvida pela UDR contra a reforma agrária.

LUIZ SALOMÃO – Encaminhamento à mesa de cópia de matéria publicada pela revista "Executive Intelligence Review" sobre o envolvimento de Constituintes em articulação política patrocinada pela "Nacional Endowment for Democracy".

JAMIL HADDAD – Necessidade de reação da Assembléa Nacional Constituinte diante de

campanha de desmoralização contra ela orquestrada pela imprensa.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Pesar do PT pela morte do Sr. Achiles Guimarães, irmão do Presidente Ulysses Guimarães. Solidariedade ao Constituinte Bernardo Cabral em face das críticas quanto ao anteprojeto de Constituição apresentado à Comissão de Sistematização.

NELTON FRIEDRICH – Documento básico aprovado no Encontro "PMDB, Programa e Compromisso".

VI – Apresentação de Proposições

CÉSAR MAIA.

VII – Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional

GUMERCINDO MILHOMEM – Medidas reivindicadas pela classe trabalhadora e o Plano Bresser.

GERALDO CAMPOS – Movimento contra a inserção da estabilidade no emprego e jornada de trabalho de 40 horas semanais na futura Constituição.

FLORESTAN FERNANDES – Perspectivas socialistas na Constituição.

BONIFÁCIO DE ANDRADA – Parlamentarismo. Concentração de poderes e federação.

VIII – Encerramento

Discurso proferido pelo Sr. Aluísio Campos na sessão de 7-7-87: Descoordenação generalizada existente nos poderes do Estado. Exigência de racionalidade no trabalho de ordenamento constitucional. Inclusão dos pequenos produtores de leite do Nordeste nos benefícios das resoluções de amparo ao setor baixadas pelo Banco Central.

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros

Ata da 98ª Sessão, em 9 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário; Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afif

Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre

Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Chaves – PFL; Aloysis Teixeira – PMDB; Aluísio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amaral Neto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL;

Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Aroilde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edmílson Tavares – PFL; Edmílson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunhardt – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Florestan PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genivaldo Correia – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Tavares – PMDB; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Otávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rospide Neto – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDS; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornelas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A lista de presença registra o comparecimento de 298 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ,
Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

IV – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes, há pontos críticos que cumpre examinar e que já se colocam para a grande disputa no plenário da Constituinte, quando a matéria vier à colação, e um deles é o que tange à anistia ampla, geral e irrestrita.

Quero dizer a V. Ex^{as}s que apresentei uma sugestão constitucional no âmbito da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e o Sr. Relator, Lysâneas Maciel, a acolheu por inteiro e ela já se consagra na preparação da nova Carta. É um ponto crítico que já conta com sérios adversários na entranha governamental.

Mas eu lhes asseguro, ilustres representantes do povo, que nenhum Constituinte haverá de afirmar ao depois, na linha da História, que a transição democrática se completou no Congresso Constituinte brasileiro sem que estivesse inserido na nova Constituição o alto postulado da anistia ampla e irrestrita.

Não podemos, de forma alguma, abdicar da anistia. Cassados ou não, no âmbito da Revolução de 1964 – o assalto ao poder, naquele tempo – cassados ou não, unidos ou não, torturados ou não, a verdade é que precisamos, agora, redimir esta nódoa da história política brasileira. Não há como fazê-lo a não ser votando aqui a anistia ampla, geral e irrestrita.

Srs. Constituintes, a verdade é que não poderemos também abdicar da expressão política que nos leva a afirmar que se passa agora no Brasil a fase da redemocratização por inteiro. É a transição democrática tão esperada pela Nação, pelos estudantes, pelos trabalhadores, pelos profissionais liberais, pelo povo. Espera a população brasileira a conclusão desta fase que levará ao esquecimento tudo quanto se operou no passado. Não há outro caminho senão o de votar a emenda à Constituição, o texto que consagra a anistia; a esta anistia envolve, sim, a volta dos militares punidos aos quartéis. Envolve, sim, Srs. Constituintes. E por que não? Por acaso, no tempo em que foram punidos não se encontravam nos quartéis? Por acaso, pretendiam, à época, ser expulsos dos quartéis? Claro que não. E agora, por que impedir-lhes que reassumam suas funções de militares? E aos juízes, desembargadores, professores das universidades, das escolas de ensino técnico, trabalhadores das fábricas e líderes sindicais, por que se lhes negar o direito sagrado da anistia? Por que negar-se agora o que se lhes tirou no tempo, quando se praticava a expressão mais alta da tirania? Quanto à tirania do passado, se for agora confirmada, digo com franqueza que de nada valeu vir para cá como Constituinte, se for expungido o texto da nova Constituição. Parece que já se encaminha o novo texto constitu-

cional, que estamos tratando com uma criança que nasce, que deve viver, vicejar e prosperar. E prosperará essa criança, acrecido, embalada por Constituintes nobres que, na verdade, não pretendem desmentir o seu passado de luta e aqui votarão até contra o Governo, mas a favor da anistia.

Este o caminho que entendo ser o da verdade da política nacional.

A SRA. LÚCIA BRAGA (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes, o povo brasileiro acompanha os trabalhos desta Assembléa Nacional Constituinte, na expectativa de que cumpramos os compromissos assumidos na campanha eleitoral.

Prometemos traduzir em nossa atuação o pensamento de um povo já exaurido de esperanças, frustrado em sua expectativa de melhores dias, que leva às ruas a violência na mesma medida em que é violentado.

Lamentavelmente o que vimos muitas vezes aqui, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes, são a defesa dos privilégios pessoais e pactos de grupos interessados em manter o **status quo**, em detrimento da vontade do povo brasileiro.

Ainda somos a última instância desse povo que se volta para nós em apelo desesperado. É a legião dos marginalizados, dos sem-terra, dos sem-casa, dos sem-emprego, dos não cidadãos, porque não possuem o mínimo necessário à existência digna e ao exercício da cidadania.

Participei com muita honra da Comissão da Soberania dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, onde assumi posicionamento entusiasta, favorável à aprovação do brilhante relatório do Senador Paulo Bisol, que reputo como a contribuição mais avançada e inovadora de todo o texto constitucional que estamos elaborando.

Coerente com essa postura, que significa responsabilidade para com os graves problemas estruturais desta Nação, é que faço um apelo a esta Assembléa Nacional Constituinte para que, na hora em que estamos chegando à fase final dos nossos trabalhos, não recuemos, não aceitemos a defesa de interesses pessoais ou de grupos privilegiados.

Assumamos, ao contrário, um posicionamento onde a defesa dos anseios maiores do povo brasileiro se sobreponha a interesses outros, onde o fisiologismo dê lugar ao resgate da nossa dívida social.

É preciso que acima de quaisquer pressões, dos pactos que visam à defesa de interesses minoritários, coloquemos-nos a serviço do povo em consonância com as suas aspirações.

É necessário que marquemos nossa presença aqui, e agora, adotando uma postura que não nos envergonhe perante as gerações futuras.

O povo está nas galerias acompanhando a nossa votação.

E ele irá cobrar de nós os compromissos que com ele assumimos.

Irá cobrar de nós, como dever maior a garantia dos seus direitos básicos, dentro dos princípios de igualdade e justiça social.

Em nome desses princípios, elaboremos uma Carta Magna que nos dignifique, que nos honre como cidadãos brasileiros e como representantes do povo, fazendo com que ela constitua um instrumento forte e eficaz das transformações sociais exigidas pela grande maioria dos brasileiros.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao mesmo tempo em que se realizou, em Brasília, o vitorioso comício pelas diretas já, no Rio de Janeiro – e venho, sobretudo, falar sobre o assunto – eclodiu a greve dos serventuários da justiça e dos professores. Dante da intransigência da "dobradinha" Moreira Franco-Saturnino Braga, os professores e serventuários, maltratados em seus salários e em suas condições de vida, tentam resolver sua situação pela greve.

Mais um dado da grave crise social que assola o País, é demonstrado pela greve dos funcionários das universidades públicas. De todo o Brasil eles se deslocam para Brasília, a fim de tentar negociar com o MEC, em função da promessa contida no Plano Efetivo de Cargos e Salários, o respeito ao princípio da Isonomia.

O MEC, até agora, tem "enrolado" os funcionários, tentando definir apenas princípios genéricos e resolver – como é moda – a questão por meio de portarias, já que o Ministro Bornhausen se caracteriza, sobretudo, por ser autor de portarias. Mas não posso, sequer, determinar a solidariedade aos grevistas.

Hoje, nas primeiras páginas dos jornais, saiu o novo plano industrial do Governo Sarney, "fabricado" pelo Sr. Jorge Murad. Esse plano – para se ver em que pé estão as coisas na Constituinte – parecia invenção da imprensa. O que ele faz, de fato, é abrir definitivamente o Brasil às multinacionais, ao capital estrangeiro. Segundo o **Jornal do Brasil**, propõe-se a suspensão de toda a restrição ao crédito, por parte de organismos financeiros, às empresas formadas pela associação de capital estrangeiro e nacional. Garante também incentivos fiscais a multinacionais que cumprirem alguns requisitos.

O que é o plano? Em primeiro lugar, o Sr. Murad inspira-se em Kissinger, dizendo que é um interessado analista da situação internacional. Começa o Plano Murad apropriando-se de indicações daquele que é um dos representantes do **establishment** norte-americano e autor da atual política dos Estados Unidos.

Dessa forma, foi elaborado o plano industrial do Sr. Jorge Murad, que em segundo lugar sugere liberdade total para o capital estrangeiro.

Já somos uma semicolônia, e nesta Constituinte querem colocar princípios que praticamente abram ao capital estrangeiro todas as portas deste País. O setor que sustenta o Governo Sarney nesta Assembléia trata também de publicamente apressar as próprias decisões da Constituinte, impondo modelos que garantam liberdade total às multinacionais.

No terceiro ponto, o Secretário Jorge Murad propõe simplesmente o fim da reserva de mercado, motivo de ásperas discussões na Constituinte e de um projeto do próprio Governo Sarney, que dança agora inteiramente de acordo com as reflexões do nobre economista; ou seja, o plano prega liberdade para negociação de tecnologia, associações e compra de equipamentos e insumos importados, desde que haja cobertura cambial correspondente, o que significa o fim da reserva de mercado, patrocinada pelo Presidente Sarney.

Em quarto lugar, o plano garante facilidades creditícios a qualquer empreendimento, desde que tenha 50% de capital nacional. Diz que preci-

samos de capital estrangeiro, e um dos grandes motivos alegados é que não temos poupança, portanto precisamos importar capital para financiar o desenvolvimento do País. Este é um dos aspectos fundamentais do Plano Murad.

Pois bem, querem que o capital estrangeiro venha e retire a poupança nacional para seu próprio investimento, com foi feito na política de incentivos fiscais. Cabe perguntar se de fato virá poupança estrangeira para o País. Da forma proposta no Plano Murad, o que de fato acontecerá é que as multinacionais, em associação com o capital dependente, tratarão de arrancar da poupança nacional as possibilidades de investimento.

Isto é muito grave. Esta Constituinte precisa regular os fluxos de operações, porque sabemos que uma das medidas escondidas para remessa de lucro visa ao sobrepreço que as matrizes cobram das filiais ao importar seus próprios produtos. Mas eis que querem dar dinheiro brasileiro às multinacionais para que possam construir suas empresas neste País.

Quinto ponto: o Governo Sarney pretende abrir incentivos fiscais para as multinacionais. Ao que me consta, dar incentivo fiscal à empresa multinacional é, mais uma vez, colocar a poupança nacional a serviço da empresa estrangeira. Ao invés de atrairmos capital estrangeiro para complementar a poupança nacional, esta complementará e sustentará o investimento estrangeiro.

Em sexto lugar – melhor ainda – nesta fase do congelamento "a lá Bresser" o plano propõe liberdade de preços. É fantástico! Mesmo que os preços estejam congelados, há uma proposta para que essas empresas tenham liberdade de preços; ou seja, as multinacionais poderiam estabelecer os preços que quisessem, mesmo que, aparentemente, os preços nacionais estejam congelados. Mas o plano propõe outra alternativa, que é possibilitar preços livres às multinacionais, ou preços que remunerem efetivamente o seu capital. Quando nesta Constituinte a direita coloca a necessidade do risco, critica a intervenção estatal, eis que querem aqui preços livres para a remuneração do capital estrangeiro, que mais uma vez acorre para o Brasil, sem risco algum.

Finalmente, o Secretário e economista Jorge Murad diz que o Governo deve-se basear no exemplo húngaro-soviético – já não sei se até búlgaro, ou chinês – para fazer a divulgação das novas regras, a nível internacional e nacional, de forma a assegurar perfeita tranquilidade a todos. Ou seja, é o comunismo à moda maranhense, que só aproveita o **marketing** de alguns países socialistas, em certo nível de atraso. É outra descoberta fantástica: seguir o exemplo do **marketing** da União Soviética. Trata-se mesmo da hungarização do Governo José Sarney. Querem assim estabelecer um clima de confiança para a entrada do capital estrangeiro, e esta é tão aberta e irrestrita que – parece-me – não precisa passar por nenhum **marketing**.

Sr. Presidente, o povo brasileiro, que está resistindo e nos pressiona para a suspensão do pagamento da dívida externa, que está fazendo greve e passando fome, não pode ver na abertura dos portos às multinacionais qualquer solução para os nossos problemas, nem no capitalismo selvagem, nem no socialismo maranhense.

Encerrando, Sr. Presidente, queremos lembrar que os serventuários da Justiça do Rio de Janeiro

afirmaram que, se a intransigência patronal continuar, vão deixar de passar atestados de óbito. Isso quer dizer que, a continuar a intransigência do governo das classes dominantes, eles só levantarão a caneta para passar o atestado de óbito da própria Nova República.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, e Srs. Constituintes,

O Líbano já foi considerado a Suíça do Oriente. O que fizeram com este país para transformá-lo em um inferno?

P. H. Hiti escreveu, certa vez, que o Líbano é um micron por suas dimensões, mas um macrocosmo por sua influência. Por outro lado, no seu livro "Le Moyen Orient", Jean Pierre Alan descreve assim o Líbano: "Milagre de inteligência e de tolerância, país da alegria e da beleza, mas também de coragem, terra de asilo e de refúgio, último laço entre o Ocidente e o Oriente, tão indispensável a um quanto ao outro, o Líbano é uma das construções das mais harmoniosas da história moderna. Sua destruição poderá trazer consequências irreparáveis ao equilíbrio e à paz do Oriente Médio. Palavras proféticas!

A partir de 1974 – portanto, há mais de 12 anos – o Líbano vem sendo devastado por uma guerra fratricida de uma violência inigualável. As guerras são loucas e sem sentido, mas essa do Líbano é a mais sem sentido e a mais louca de todas as guerras.

Como brasileiro de primeira geração, filho de libaneses, confesso, francamente, que não comprehendo essa luta fratricida e sem nexo. Assim como eu, milhões de libaneses e seus descendentes no Brasil se quedam atônitos diante dessa terrível hecatombe que devasta o país dos seus ancestrais. Indagam: onde está o país da tolerância, da convivência pacífica, a pérola do Oriente, e uma de suas poucas democracias? Tudo não passa hoje de terra arrasada e destruída, onde irmãos matam irmãos, numa guerra cruel e desumana.

O Brasil tem a maior comunidade libanesa de todo o mundo. São cerca de 6 milhões de libaneses e seus descendentes que aqui vivem, um contingente duas vezes maior do que toda a população do Líbano atual.

De modo geral, não só os libaneses que vivem no Brasil como os seus descendentes têm-se projetado em todas as áreas de atividade do país, tanto no campo da indústria, como do comércio, da política, de educação e de outros setores importantes da comunidade. Atualmente, além de Governadores e Ministros de Estado, são descendentes de libaneses cerca de 35 Parlamentares Constituintes, sendo mais de 30 Deputados Federais e mais de 3 Senadores. É, talvez, a quarta bancada da Assembléia Nacional Constituinte. Isto sem falar nos Deputados Estaduais e Prefeitos, que se contam às centenas por este Brasil a fora. Eles representam de per si, ou em conjunto, uma força poderosa que se pode mobilizar em defesa da paz no Líbano.

E é em nome de toda essa comunidade líbano-brasileira que fazemos um apelo ao Governo do Brasil, através do Presidente José Sarney – que, por sinal, tem genros filhos de libaneses – a fim de sensibilizá-lo quanto a tomada de uma

posição em defesa da paz no Líbano, através das seguintes proposições básicas e primordiais.

1 – Estabelecer, através das Nações Unidas, princípios fundamentais para a neutralização internacional do Líbano, tal como acontece atualmente com a Suíça e Áustria.

2 – Estabelecer gestões do Brasil junto aos responsáveis pela luta no Líbano, no sentido de propiciar condições de entendimento entre as principais lideranças libanesas, pois sabe-se que a maioria de tais lideranças quer o acordo, mas interesses escusos têm bloqueado os entendimentos.

3 – Apoio total à legalidade no Líbano, para que uma trégua inicial possa ser estabelecida.

4 – Retirada imediata de todas as tropas estrangeiras do Líbano, sem exceção.

5 – Aplicação imediata das Resoluções da ONU sobre o Líbano, principalmente a de nº 425, do seu Conselho de Segurança.

6 – Repúdio total a todas as formas de terrorismo, sobretudo os seqüestros de estrangeiros que atendem interesses de outros países ou que lutam para restabelecer a paz.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, o Brasil, pela sua importância continental no seio das Nações Unidas, por certo será ouvido. A amizade – e até mesmo o amor – que sempre uniu os brasileiros aos libaneses, por certo irá ter um papel decisivo em tal iniciativa. Não podemos deixar morrer a chama de liberdade que sempre tremulou em terras libanesas. É preciso salvar o Líbano!

O SR. RAIMUNDO BEZERRA (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a justificativa para o original trabalho de elaboração da nova Carta Magna do Brasil, a partir de Comissões de Constituintes, sem o recurso de anteprojeto, por parlamentares, na maior parte das vezes, sem vivência no trato das leis e princípios que norteiam as normas jurídicas, é difícil de ser entendida. Talvez fosse necessário um estudo mais aprofundado, de caráter sociológico, para que com maior perciência se possa ter um trabalho que traduza as razões deste caminho incompreendido na fase de trajeto para o objetivo final, que é uma Constituição consentânea com o presente e com o futuro.

Certamente, o Brasil será outro após a Constituição, como já o é, após o Cruzado I. A convocação de pessoas para serem fiscais do Sarney, controlando preços e conferindo embalagens, qualidades e peso de mercadorias, foi um despertar de cidadania, foi uma educação cívica, ministrada no conhecimento dos direitos e deveres de cada um. Motivados por este chamamento, pelos seus ensinamentos e com a consciência de que uma democracia só de impõe quando o povo é participante das decisões, a Assembléia Nacional Constituinte, após sua festiva e ansiosamente esperada instalação, houve por bem palmilar o caminho mais difícil, partindo do zero, mas com a participação de todos os Constituintes, que representam as mais disperas tendências, pensamentos, posições, e abdicar do mais cômodo que era aceitar o anteprojeto da Comissão de Notáveis, presidida pelo Senador Afonso Arinos. Este passo polêmico, mais necessário, por ser didático, considerada a falta de civismo do brasileiro,

foi tornado com plena consciência das incompreensões que poderia suscitar, agora comprovadas, pois a análise do projeto esboço da Confissão de Sistematização, que é uma fase provisória de transição, está sendo feita, utilizando-se a propaganda negativa, dirigida por setores que têm interesses contrariados e acham mais factível a luta, através da desmoralização dos trabalhos efetuados, do que durante a batalha ideológica que certamente será travada nos debates, em plenário, a descoberto. Nunca críticas tão superficiais foram feitas neste País, em nenhum momento se procurou obscurecer um trabalho, que se ainda não é o ideal, representa um estágio evolutivo na busca do melhor para o Brasil. Os contra-argumentos são pífios, orquestrados por maestros que conduzem as marionetes para a crítica, quase unânime, ao inciso III, letra e, do art. 13:

"O homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações, inclusive os de natureza doméstica e familiar, com a única exceção dos que têm a sua origem na gestação, no parto e no aleitamento".

Concordamos com a inopportunidade do texto, desde quando aquilo que a natureza não permite já está explicitamente excluído, porém é elementar e pouco inteligente que se julgue a essência maior do projeto por descabidas e isoladas conceituações que serão objeto de reparos nas etapas futuras da elaboração do texto constitucional. O que se precisa combater é esta campanha dirigida de descrédito, empolgada por pessoas menos avisadas das segundas intenções de segmentos que têm interesses contrariados, na maior parte não patrióticos. É preciso que a Nação entenda que a desmoralização orquestrada visa à permanência de privilégios não apenas brasileiros, mas de forças alienígenas. Temos orgulho do trabalho que estamos elaborando; consideramo-nos lídimes representantes do povo e em seu nome, neste momento histórico, estamos trabalhando, cônscios das nossas responsabilidades e com o sentimento voltado para o dever histórico de corresponder às esperanças em nós depositadas. Vamos elaborar uma Constituição progressista, combatendo as distorções, protegendo as nossas riquezas naturais, o nosso meio ambiente, diminuindo as desigualdades, propiciando oportunidades para que todos tenham uma vida digna, resgatando a grande dívida social da Nação para com seus filhos. Os trabalhos da Constituinte, com sua transparência, vai se constituir num marco indestrutível na vida do Brasil, pois é o receptáculo das esperanças, das críticas, das frustrações, e já representa a universidade aberta do povo, que cursa o **curriculum cívico**, no acompanhamento do seu trabalho. Avante Brasil anônimo de pés descalços e barriga vazia. Prá frente descamisados, desempregados, analfabetos, desnutridos! Acreditem que, com suas participações e estímulo, esta Pátria será mais humana, mais decente, será o Brasil do resgate da dignidade perdida.

Durante o discurso do Sr. Raimundo Bezerra, o Sr Mário Maia, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Nelson Aguiar.

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB – ES.)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, quem saudando plenário, o Prefeito Tadeu Gilberto, da cidade de Colatina, e o Deputado Estadual Fernando Santório, do Estado do Espírito Santo que se encontram nas galerias.

Chega a Brasília, segundo notícia a imprensa, a caravana da UDR. Cerca de trinta mil produtores rurais, liderados pelo médico e latifundiário Ronaldo Caiado, deverão comparecer à capital da República para pressionar a Constituinte, a fim de impedir que no texto da futura Constituição sejam inseridos princípios constitucionais que assegurem a realização, nos campos do Brasil, de uma reforma agrária digna desse nome. Quer o Dr. Caiado que seja acolhida a emenda do Deputado Jorge Viana, que, a exemplo do Deputado Rosa Prata, arquivaria até mesmo o Estatuto da Terra, do Marechal Castello Branco. tão atrasadas são elas.

Encontrava-me em Vitória e assisti a uma longa entrevista do Dr. Caiado, no programa "O Jogo da Verdade", da TV Tribuna.

Fiquei impressionado com a agressividade e o radicalismo desse moço. Ele, na defesa de suas idéias, que são diga-se de passagem, de extrema direita, a ninguém e a nada respeita. Ataca a Igreja Católica, a CUT, a Contag, os partidos de esquerda, a ala progressista do PMDB e tudo o mais que cheire a reforma agrária.

Pior de tudo é que, bem falante, com gestos estudados, com um sorriso irônico nos lábios, Ronaldo Caiado impressiona bem, além de demonstrar ser suficientemente versado na arte do sofisma e da mistificação.

Com esta característica marcante, o Dr. Caiado foi, em Vitória, acima de tudo, desrespeitoso para com aqueles que, inquirindo-o sobre a UDR, discordaram de suas idéias.

Agora, seu alvo predileto é o Senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte. Para ele, o Senador não passa de lobo vestido de cordeiro, sobre quem atira, impiedosamente, a pecha de inimigo da classe produtora rural, da liberdade de iniciativa e dos interesses nacionais.

De igual modo, a outros Constituintes comprometidos com a reforma agrária o Presidente da UDR, não poupa seus abundantes e desrespeitosos adjetivos, dizendo, inclusive, que nunca trabalharam a não ser na arte de fazer agitação e subversão. Entretanto, é difícil acreditar que um "almofadinha" como ele tenha qualquer afinidade com a enxada ou com o arado.

Pois é esse provocador que estará aqui, liderando outros agitadores, para tentar intimidar os Constituintes.

Infelizmente, a UDR, criada por grandes proprietários rurais que vivem na cidade e se dedicam a outros tipos de atividade – a exemplo de seu presidente, que é médico e dono de hospital – vem iludindo milhares de pequenos e médios produtores rurais, que são os verdadeiros homens do campo.

Com muita preocupação, vejo, hoje, minifundiários e pequenos cultores de hortigranjeiros batendo palmas e ovacionando lideranças dessa entidade, radicalmente de direita, e, o que é pior, filiando-se a ela.

É preciso que os verdadeiros produtores rurais – homens e mulheres com tradição no campo, vinculados à terra pelo trabalho diário e direto – não sejam confundidos com empresários, in-

dustriais, banqueiros e magnatas da especulação e da fraude, que, ao mesmo tempo, são proprietários de terras, quase sempre de largas extensões, adquiridas com lucros provenientes de outras atividades, ou com o emprego da carabina.

A esses é preciso perguntar como tratam seus vaqueiros, seus diaristas, seus meneiros, e os miseráveis "bóias-frias," semi-escravizados em suas fazendas.

No discurso do Dr. Caiado, jamais o vi preocupado com a sorte dos "sem-terra", dos milhões de trabalhadores que são utilizados nos seus latifúndios para cuidar dos rebanhos, das pastagens, das derrubadas, do preparo da terra, do plantio e da colheita.

Quer ele continuar vivendo na capital de seu Estado, ou na sede de seu município, com os filhos nos melhores colégios e universidades, inclusive estrangeiros, enquanto em suas terras os trabalhadores vivem em miseráveis choupanas e indignos alojamentos, e seus filhos não têm escolas, nem suas esposas o mínimo de conforto, de esperança ou de futuro.

Esses pseudolíderes em nada se assemelham a meu pai, minha mãe e meus parentes, cuja vida inteira foi empregada no labor da terra. Nada têm esses "almofadinhas" bem falantes com os homens que conheço nos campos do Espírito Santo e do Brasil, trazendo no rosto as marcas do trabalho na terra.

O Dr. Caiado, em nome de sua entidade, direitista espalha no campo o veneno da discórdia, jogando honestos e honrados produtores rurais conta os Constituintes que aqui lutam por uma legislação mais justa, a fim de pôr termo à escravidão no campo e aos latifúndios atrasados que só produzem especulação.

Este é o momento apropriado para derrubar a máscara desses falsos defensores da liberdade de iniciativa, pois atrás do seu discurso oculta-se a verdade de suas intenções e seus objetivos.

Sabemos por que temem eles a reforma agrária e tremem diante dos que a defendem. O medo de perder o direito de especular com a terra e de jogar com a exploração do trabalhador do campo, querem eles infundir no pequeno e médio agricultores, e o fazem pela fraude e pela mentira.

Esses entretanto não precisam temer a reforma agrária, pois ela é a mais urgente necessidade social dos camponeses do Brasil, para implantar a justiça na terra e resgatar os milhões de escravos que nela existem. Os legítimos produtores rurais já têm o aval de seu trabalho.

Cuidado verdadeiro produtor rural: algum latifundiário o está usando. A UDR é deles. Você está entrando como massa de manobra.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PC do B – BA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um dos momentos de maior emoção do vitorioso comício pelas diretas em 88, realizado na terça-feira passada, foi o discurso de D. Cordalina Fontelles, mãe do advogado, ex-Deputado Estadual, suplente de Constituinte e dirigente comunista Paulo Fontelles, assassinado no dia 11 de junho, por pistoleiros, a mando do latifúndio. Num tom emocionado, que comoveu a todos os presentes, D. Cordalina deu demonstração de toda a sua coragem e combatividade, responsabilizou a fascista UDR pelo assassinato de seu filho e cobrou a apuração do crime, com a rigorosa punição dos culpados, tanto dos execu-

tores como dos mandantes. O povo, solidário, respondeu em coro uníssono: "Abaixo a UDR! Abaixo a UDR!"

Apesar desse apelo emocionado de D. Cordalina, até hoje, quando faltam dois dias para completar-se um mês do assassinato, pouca coisa foi feita pela polícia paraense no sentido de chegar aos assassinos de Fontelles. Ao contrário, a atuação policial tem sido débil e confusa, numa demonstração de que, mais uma vez, as autoridades caminham para manter a impunidade, que tem sido atônica neste país dominado pelo latifúndio, pelo imperialismo e pelos grandes grupos econômicos.

Ontem, D. Cordalina e Raquel Fontelles, viúva de Paulo, foram recebidas pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a quem reforçaram o pedido para que intervenha junto às autoridades estaduais e federais, no sentido de que seja realizada uma rigorosa apuração do crime, com a identificação e punição dos seus responsáveis. A viúva de Fontelles relatou ao Presidente Ulysses Guimarães as dificuldades que a família vem enfrentando para acompanhar o trabalho de apuração e, mais do que isso, as informações desencontradas que recebe da própria polícia, num comportamento claro de quem quer desviar os familiares, amigos e o povo da pista certa. Até hoje, um mês depois do bárbaro crime, a polícia não chegou a pista alguma, a nenhuma conclusão. O Presidente Ulysses Guimarães comprometeu-se com a mãe e a viúva de Fontelles, que estavam acompanhadas por mim e pelo Deputado Aldo Arantes, Líder do PC do B na Câmara, a interceder junto ao Ministro da Justiça e ao Governador do Pará para que as investigações sejam rigorosamente realizadas.

Não vamos deixar, Sr. Presidente, que essas duas mulheres se transformem em peregrinas, pedindo justiça sem que encontrem eco junto às autoridades deste País. Há um mês da morte de Paulo, foram realizados atos políticos em sua homenagem e exigindo a punição dos responsáveis, em todo o País.

Fontelles iniciou sua militância política no movimento estudantil, quando cursava a Faculdade de Direito. Preso e torturado, como muitos brasileiros, ficou dois anos nos cárceres da ditadura. Ao ganhar a liberdade, engajou-se na luta pela anistia e dedicou-se à advocacia trabalhista, sempre defendendo os posseiros e os camponeses do Sul do Pará. Essa sua atividade o transformou num símbolo da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. O ódio dos latifundiários ao seu persistente trabalho lhe custou a vida, e hoje, mais do que símbolo da luta pela terra, Fontelles passa a ser um dos mártires dessa luta, como tantos outros, assassinados pela mão armada do latifúndio.

No momento em que os jornais divulgam notícias de que a UDR está preparando uma invasão à Constituinte para impedir a aprovação da reforma agrária e da democratização da estrutura fundiária no Brasil, os Constituintes comprometidos com as causas democráticas e populares precisam unir esforços para impedir esse avanço da direita e do latifúndio e reafirmar seu compromisso com a desejada reforma agrária.

Nós, do PC do B, estamos empenhados nessa luta. Exigimos a apuração, identificação e punição dos assassinos de Fontelles. Mais do que isso, queremos acabar com o latifúndio em nosso país,

democratizar a estrutura fundiária, dar terra para quem nela trabalha e criar uma estrutura econômica e social mais justa de democrática, que acabe com os privilégios e sedimente o caminho para a conquista do socialismo.

Essa era também a luta de Paulo Fontelles, seu sangue não foi derramado em vão. Milhares de Fontelles se multiplicarão por este País afora, no combate diurno, às injustiças e aos privilégios.

Esta, a expectativa de nosso povo quanto a esta Constituinte, que se prepara para, na Comissão de Sistematização, reafirmar os seus compromissos com a causa do povo brasileiro. É esse o compromisso que os brasileiros esperam ver cumprido por aqueles que defendem e defenderam, nos palanques de todo o Brasil, a reforma agrária, em 1986. Que a reafirmem em 1987, como bandeira de luta, em nome do sangue derramado pelo povo brasileiro nas terras deste País.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as}, Srs. Constituintes, diz-se, no Rio Grande do Sul, que as coisas andam e desandam. O Governo Sarney está nessa segunda fase. Já há algum tempo denunciei daqui a vergonhosa tentativa de se impor, via Palácio do Planalto, a censura à imprensa brasileira, através da retirada de verbas da propaganda oficial das emissoras de rádio e televisão. Aconteceu algumas vezes de empresas de televisão terem sua propaganda oficial retirada pelo simples fato de haverem colocado a imagem de Leonel Brizola no ar.

Dizia eu, em outras oportunidades, que o astrólogo do Presidente, Sr. Getúlio Bittencourt responsável por imensas verbas do Governo para publicidade, vinha adotando caminho desleal para com a própria imprensa brasileira. O próprio Presidente da República que tinha tantos meios para falar à Nação, fora impedido pelos assessores da Casa de comparecer a um programa de televisão. Pois estes fatos a cada dia se agravam e demonstram claramente os caminhos que a Nova República está traçando.

Há poucos dias, Sr. Presidente, toda a Nação estarrada assistiu aos episódios do Rio de Janeiro, quando, a rigor, milhões e milhões de brasileiros se perguntavam: Mas afinal, onde anda o esquema de segurança do Presidente da República, se a Nação gasta bilhões de cruzados por mês em ministérios militares, que deveriam, no mínimo, garantir a segurança de S. Ex.^a? Como pode o Presidente da República sair em um ônibus, ser agredido por alguém com uma picareta, que poderia até lhe ter causado risco de vida, e esse alguém não ser preso naquele momento? Pois a incompetência da Nova República revela-se em todos esses momentos e em todos esses atos.

O Presidente da República deveria usar seus menores para dizer verdades à Nação; no entanto, ele próprio foi à televisão – aliás, três vezes durante o mesmo dia – para anunciar que uma empresa alemã estava interessada em construir a Ferrovia Norte-Sul. Nessas ocasiões, o Presidente da República deveria ter usado seus menores, como os usou hoje, quando o "Jornal do Brasil" diz que o genro do Presidente, o Sr. Murad, estaria a anunciar – quando esta Nação tem ministros – uma nova política industrial cujo objetivo é escancarar as portas deste País para o capi-

tal estrangeiro. Esta é uma notícia normal para um País acostumado à subserviência. Mas não posso acreditar que os verdadeiros nacionalistas, que os homens sérios desta Constituinte, possam aceitar que o Sr. Murad, genro do Presidente, venha à imprensa nacional dizer que o seu plano é abrir esta Nação ao capital estrangeiro. Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, isto é o máximo, é o supra-sumo do ridículo que poderia acontecer nesta Novíssima República. Não é possível que num País de dramáticas experiências com intervenção estrangeira – está ai o exemplo, a Nação inteira sabe quão nefasto foi o capital estrangeiro mal aplicado neste País – venha agora o Sr. Murad anunciar seu plano, passando por cima, hierarquicamente – é assim que os militares gostam de falar – inclusive do Presidente da República, que deveria ter a responsabilidade de, ele próprio, dizer que abriria o País ao capital estrangeiro! Mas não. O Sr. Murad – nem o Sr. Getúlio Bittencourt, censor e astrólogo do Presidente da República – e quem o faz. Essa inquietação que brota em todo o País faz-nos realmente acreditar que a Nova República desandou de forma clara de uns tempos para cá. É por isso que as eleições diretas, hoje, se impõem, não apenas como uma campanha para que o povo vote, mas para que possamos restabelecer a dignidade e a soberania desta Nação. (Palmas.)

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, todos sabem, nesta Casa, que o PMDB, partido majoritário, tem dois compromissos com a Nação perfeitamente definidos. O primeiro deles refere-se à transição para a democracia, usando a Assembléia Nacional Constituinte como ponte entre o regime autoritário e aquele no qual, resguardadas as liberdades públicas e individuais, possa a sociedade dispor de mecanismos que promovam a melhor distribuição da renda, no sentido da realização da justiça social. O outro compromisso do PMDB é com seu programa e teses defendidas em praça pública. Sabemos perfeitamente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que o Governo do Sr. José Sarney desde há muito vem-se distanciando dos compromissos assumidos pelo PMDB em praça pública. Temos já em vigor um plano, de autoria do Sr. José Sarney, denominado, conforme é do conhecimento de toda a nação brasileira, Plano Bresser, no qual é arrochado ainda mais o salário do sofrido trabalhador e são preservadas as altas taxas de juros, aumentando a concentração de renda nas mãos de poucos, fato que o próprio PMDB criticava, na época da ditadura.

Preocupado com os rumos do partido, com seu desgaste não só diante da sociedade, mas também junto às próprias bases, um grupo de constituintes do PMDB, no último final de semana, para uma profunda análise de toda a situação em que se envolve a agremiação, reuniu-se durante dois dias, trazendo, das diversas unidades da Federação, Deputados estaduais, Prefeitos, Vereadores e outros militantes partidários. Nessa reunião, chegou-se a profundas e sérias conclusões. Uma delas foi a de que deve ser levada à convenção do partido a proposta do afastamento do Governo José Sarney, visto que este, hoje, caiu nas mãos daqueles que, durante o regime autoritário, tudo fizeram para levar a Nação ao desespero e o trabalhador à miséria.

A proposta tem por fim fazer com que o partido volte às suas origens. As repercussões dessa decisão foram tantas, que o porta-voz do Governo veio a público dizer que o PMDB está no Governo, porque tem vários dos seus membros participando da administração, com indicação para cargos de direção.

Encaminhei, hoje, ao Presidente do PMDB um documento solicitando informações, no sentido de saber quais são os constituintes do PMDB que dispõem de cargos no Governo federal, pois é preciso que toda a sociedade saiba quem está trocando a sua consciência por simples indicações para cargo.

Não podemos permitir que todos os constituintes do PMDB sejam confundidos com aqueles que hoje, nesta Casa, traem as propostas partidárias assumidas em praça pública e, acima de tudo, faltam aos compromissos com a Pátria. O Governo do Sr. José Sarney hoje está equiparado ao governo da ditadura, que era concentrador, exportador, desnacionalizante, corrupto e repressor.

Precisamos dar a resposta, como peemedebistas, a esse porta-voz, a esse pau-mandado do Governo federal, o Sr. Frota Neto, que hoje tudo faz para levar a nossa legenda, reconhecidamente de luta, ao descrédito popular. Não podemos permitir que o PMDB seja um partido desmoralizado, porque, dentro dos seus quadros, há aqueles – e são muitos – que ainda não se venderam. Precisamos dar a resposta aos que se intitulam de centro democrático e procuram rasgar o Regimento da Assembléa Nacional Constituinte. Denuncio a esta Casa que a proposta defendida por setores do Partido da Frente liberal e do PMDB pretende mutilar o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, sob a argumentação de que as conquistas no campo social devem compatibilizar-se com a ordem econômica. Pretendem mutilá-lo com o argumento, já sabido, da compatibilização doutrinária. Vão tentar mutilar, primeiro, o Regimento Interno, para depois dizer que pretendem promover a compatibilização doutrinária, derrubando todas as conquistas do atual anteprojeto da Constituição.

Vamos lutar, como peemedebistas, aliados a todas as forças desta Casa que têm compromissos com a Pátria. Hoje, não podemos chamar de brasileiros todos aos Constituintes: há aqueles que estão traíndo – e os traidores serão denunciados à Nação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. SOLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o dia de hoje – 9 de julho – leva-nos a encarar uma página épica nos anais da evolução constitucional do nosso País.

A data está sendo comemorada em todo o Estado de São Paulo para assinalar o transcurso do 55º aniversário do Movimento de 9 de Julho de 1932, uma das páginas de mais alto significado cívico da História do Brasil.

Há 55 anos exatamente, São Paulo, contando apenas com o apoio de Mato Grosso – porque nas demais unidades da Federação a solidariedade prometida não pôde passar do plano moral, simbólico, importante, mas sem efeito prático – desfralda em armas, sob o lema da reconstitucionalização do País, a bandeira democrática da legalidade.

O comando bélico esteve nas mãos de oficiais nascidos em outros Estados do Brasil, como o então coronel Euclides Figueiredo, o general Izidoro Dias Lopes e o coronel Palimério Rezende. O governo civil, dos revolucionários, aclamado pelo povo em praça pública, era constituído por representantes de todas as organizações partidárias e estava integrado por figuras da mais alta expressão de brasiliade, sob a veneranda liderança de Pedro de Toledo, cuja folha de serviços é prestados à Nação, na alta administração da República e na carreira diplomática, era penhor do sentido de dignidade e de amor à Pátria que norteavam o heróico Movimento Constitucionalista de 1932.

Encarnando os ideais democráticos do povo brasileiro, o Movimento de 9 de julho sustentou, durante três meses, em armas, o pendão da liberdade e da responsabilidade, exigindo uma Assembléa Nacional Constituinte para repor o País no regime da lei e da representatividade popular no governo.

O 9 de julho é uma data que se casa perfeitamente com o sentido desta Assembléia, porque a missão que estamos desempenhando atualmente, ao elaborar uma Constituição democrática para o País, foi exatamente o escopo dos brasileiros de São Paulo, quando os batalhões de voluntários, ostentando os nomes dos demais Estados do Brasil evocando as figuras heróicas da História da nossa terra comum, partiram para as trincheiras, reivindicando eleições para a Constituinte.

Os brasileiros de São Paulo, unidos e determinados, com desprendimento, capacidade de organização, criatividade e patriotismo, instituíram, então, o brasão de armas de São Paulo, com um dístico que põe pela primeira vez nos escudos de um Estado deste País o nome maior: Brasil. Quando Pedro de Toledo, ao assumir a condição de Governador de São Paulo, expediu o decreto que mandava adotar, para o Estado, o brasão de armas, definiu, com a frase em latim, **Pro-Brasília fiant eximia**, o sentimento e o ideal perene dos paulistas: "Tudo pelo Brasil!" E, durante os três meses em que São Paulo esteve confinado aos seus limites geográficos, tendo que instituir seu próprio serviço postal, ao emitir os selos necessários à circulação da correspondência dentro do tentado paulista, deixou historicamente provado, mais uma vez, seu indefectível respeito à unidade nacional. O governo revolucionário, injustamente acusado de separatista, como apontado já havia sido, errônea e maliciosamente, de comunista, só expediu selos postais com o mapa do Brasil, o nome do Brasil e a reivindicação da Constituinte, embora esses selos se destinassesem à correspondência que circularia somente no território do Estado, inteiramente cercado pelas tropas federais.

Quando os paulistas deram suas jóias de estimação, inclusive as alianças de casamento, e quando enviaram ao campo de batalha seus filhos – desde os mais modestos até os que compunham, por exemplo, a família de Desembargador Costa Manso, presidente do Tribunal de Justiça deram à Nação exemplo de inconformismo, convicção democrática, idealismo, união e, antes e acima de tudo, de amor ao Brasil, para cuja reconstitucionalização contribuíram decisivamente, então, com seu trabalho e luta, seu sangue e fé. Porque, vencido militarmente, o Movimento de

1932, a causa se afirmou vitoriosa com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, com a instituição do voto secreto, do voto da mulher e a criação da Justiça Eleitoral, implantados, pela primeira vez, em nosso País, e resultou na democrática Constituição de 16 de julho de 1934.

Em memória dos mortos de 1932, tanto rebeldes quanto governistas, (pois todos acreditavam estar cumprindo seu dever e servindo à Pátria comum) peço a Deus, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que o sacrifício de 55 anos passados inspire o nosso trabalho e fecunde nossas decisões, de modo que possamos dar ao Brasil a Constituição democrática que o povo espera, merece e precisa.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – A Presidência se associa às manifestações de V. Ex.^a a respeito das comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a instituição, no Nordeste, de uma Zona de Livre Comércio Internacional vem sendo discutida entre algumas Unidades federativas daquela área geográfica, com o objetivo de viabilizá-la no menor espaço de tempo possível.

Destinada a oferecer prestação de serviço aos navios, além de opções turísticas e pólos industriais, a iniciativa tem gradualmente sensibilizado importantes segmentos da sociedade civil do meu Estado, dispostos a enviar esforços para vê-la concretizada, impulsionando o desenvolvimento regional.

A imprensa de Fortaleza divulgou recentemente entrevista do economista e suplente de Deputado Federal Cláudio Correia Lima, na qual é destacada a relevância do empreendimento, com o esclarecimento de que "o investimento real do Governo Federal seria muito pouco. É claro que seriam necessárias obras de saneamento, água e esgoto. Além de combustível isento de impostos".

Instado a trazer o assunto a debate no plenário desta Assembléia, dispus-me a fazê-lo após manifestação da Associação Comercial, formalizada através do seguinte telex de seu Presidente, Dr. Osvaldo Dantas:

Tomando conhecimento propósito eminente amigo fazer pronunciamento tribuna Senado sobre plano Governo implantação Nordeste zona livre comércio voltada exportações, Associação Comercial Ceará vem consignar-lhe seu maior empenho efetivação esse designio, com localização empreendimento Região Metropolitana Fortaleza, considerando seu efeito multiplicador economia e fato ser nosso Estado única região ainda sem vocação econômica definida através investimentos polarizadores iniciativa União, valendo acentuar que extermalidades esse projeto contribuirão decisivamente integração regional.

Sua manifestação assunto torna-se mais oportuna diante surgimento reações contrárias esse intento governamental, partidas, como costumeira setores interessados perpetuação hegemonia econômica Centro-Sul, sob argumento, dentre outros, criação referida zona livre ensejaria migrações indústrias dali para área nordestina viesse sediá-la, perspectiva que, por si só, justificaria essa provi-

dência, por quanto propiciadora necessária e há tanto perseguida desconcentração industrial, com consequente atenuação graves desniveis interregionais, objetivo nova política setor defendida Ministério Indústria e do Comércio, lado expansão exportações, elevação capacidade investimentos inclusive por captação poupança externa e modernização industrial via transferência tecnologia.

Para melhor conhecimento pensamento e razões Associação Comercial Ceará sobre matéria, faz-lhe este envio, através correios, cópia trabalho economista Marcos Costa Holanda que consubstancia, em princípio, sua posição, cuja definição e detalhamento estão sendo estudados comissão diretores e dos quais dar-lhe-á ciência oportunamente.

Aguardando e aplaudindo antecipadamente seu pronunciamento apoio projeto aludido, respaldando Governo contra pressões opostas mencionadas, esta entidade, firme e permanentemente colocada defesa mesmo e sua localização este Estado, renova-lhe protestos mais elevado apreço e mais distinguida consideração".

Srs. Constituintes, considerado prioridade da Nova República, o Nordeste bem que poderia sediar nova Zona Franca, privilegiando-se a capital do Ceará com a escolha para abrigá-la, pelas condições reconhecidamente favoráveis, a serem assim proclamadas pelas autoridades federais competentes.

Fica, pois, a oportuna sugestão, a ser apreciada pelo Ministério da Indústria e do Comércio, cujo titular, José Hugo Castelo Branco, possui acuidade bastante para avaliar o alcance e a abrangência da medida.

A expectativa dos nordestinos se intensifica em razão de pronunciamentos como o da prestigiosa Associação Comercial e de outras entidades que se posicionarão certamente a favor da louvável iniciativa, capaz de contribuir para acelerar o desenvolvimento do chamado Polígono das Secas.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, ouvimos com a atenção que nos merece os diversos pronunciamentos aqui recentemente feitos pelas mais diversas correntes de pensamento que compõem esta Assembléa. Mas há um determinado tipo de companheiros que, não aceitando a condição de minoritários na Assembléa Nacional Constituinte, tem por hábito a agressão e o costume de destratar os demais Constituintes com assento nesta Casa não se lembrando, talvez, de que esses outros Constituintes são reflexo da maioria da Nação. Mas, como falsos democratas que são, querem impor-se pelo grito, pelo xingamento, pela agressão permanente, considerando-se os únicos donos dos valores nacionais, bem como, pela sua análise, os únicos patriotas existentes neste grande País. Originários de idéias conservadoras – conservadoras de décadas – onde o mundo nada mudou, eles também não mudaram, não evoluíram, nem no trato pessoal entre os cidadãos, nem no respeito que deve existir na convivência humana, nem no diálogo, que deve ser uma constante em qualquer parlamento. Não procuram o diálogo, mas o ataque pessoal. Pensam que gritando, falando mais alto, serão mais ouvidos. Não. Serão menos escutados.

Ouvimos, normalmente, os que falam mais devagar, e que, simultaneamente, com a voz, trazem, na sua palavra, a razão que significa a expressão da maioria.

Todas as vezes que desejamos dialogar, que procuramos o entendimento para solução dos grandes problemas do País – entendemos que são entendimento político poderá levar-nos a escrever uma Constituição que seja o reflexo da vontade da grande maioria da Nação – somos repudiados. Não querem o diálogo. Preferem, como vimos recentemente, a agressão.

Temos de lutar no campo que estiver à nossa frente, mas o faremos sempre conscientemente de que estamos interpretando a vontade e a expressão da maioria da Nação. É sabido que o Brasil é formado por pessoas, por seres humanos centristas. É reconhecido por todo o mundo que o Brasil não é um país do radicalismo; nunca o foi através da nossa História. Os radicais da direita e da esquerda nunca foram aqueles que encontraram as grandes soluções que a Nação reclamava. Esses sempre ficaram ao lado e à margem das grandes decisões nacionais. Fiquem certos de que continuarão marginalizados pela vontade da maioria. Se quiserem engrossar as fileiras daqueles que, como nós outros procuram o entendimento, que venham para o diálogo, mas não o da agressão, mas, sim, o diálogo do patriotismo sincero, daqueles que têm amor acendrado a esta grande Nação; que não têm compromissos maiores a não ser com as idéias que foram fundidas no caldo da nossa gente, e não o patriotismo daqueles que não têm uma experiência maior da vivência dos nossos problemas internos, e que, talvez por um espírito de criatividade maior, ou até porque não são tão criativos como imaginávamos, resumem-se apenas a copiar, a tentar transferir para o nosso País aquilo que ouvem falar que existe em outras nações, mas que não faz parte da nossa formação nacional.

Sr. Presidente, quero dizer que, em meu nome pessoal e no do meu partido, estamos abertos ao diálogo na procura permanente de entendimento. Existe um grupo hoje no meu partido que dialoga com setores do PMDB, com setores outros, da chamada esquerda, para que possamos encontrar a solução que a Nação reclama. Estimulo permanentemente este diálogo, pois estou convencido – mais uma vez estou convencido – de que só o entendimento nos levará à grande solução nacional.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, assisti durante algum tempo ao presente expediente da Assembléa Nacional Constituinte. Estou perplexo diante da radicalização que se tenta impor aos nossos trabalhos, diante da cizânia que inspira boa parte dos Constituintes desta Casa.

Há uma pressa irrefreável para que tudo aconteça: o plano econômico tem que frutificar imediatamente em nosso País, tem que ter o condão de afastar, incontinenti, todas as nossas dificuldades, tudo tem que acontecer no mesmo dia, na mesma hora, no mesmo minuto.

Os compromissos assumidos em praça pública e nos entendimentos partidários desaparecem como que por encanto: o PMDB não se lembra mais que é o autor do restabelecimento da democracia no País, não se lembra mais que é membro

da Aliança Democrática e aliado do PFL, não se lembra que a transição é sua filha e que o Presidente da República é a sua criatura; teima em abandoná-la, teima em desprestigiá-la, teima em vilipendiá-la. Nada se espera. Nenhum ato de boa fé é trazido para facilitar os trabalhos e para compartilhar do sacrifício que se abate sobre todo o povo brasileiro. É muito melhor atacar, é muito melhor ser estilingue, é muito melhor impenitentemente negar-se à contribuição e bajular a popularidade; é muito melhor ostentar fórmulas demagógicas que nada têm a ver com o futuro e a conveniência do nosso País.

Confúcio disse que "mais vale acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão". Só amaldiçoam a escuridão, nenhuma vela é trazida, nenhum lume é acesso, nenhuma luz pode ser abatida sobre o sacrifício do povo brasileiro. Ora, Sr. Presidente, representantes do povo somos todos nós que aqui nos encontramos. Aqui ninguém é mais pintado do que ninguém. Aqui ninguém representa ninguém mais do que ninguém. Há aqui representações populares tradicionais, comprovadas nas urnas em longas e numerosas eleições. E o povo brasileiro, como ficou comprovado neste comício – ou "showmício" – que houve anteontem na porta deste Parlamento, não bate palmas às concessões, à demagogia, à palavra fácil, à promessa do milagre, à promessa de mais pão, quando nada disso é possível. Sr. Presidente.

Que o bom senso se abata sobre o nosso Parlamento, para que não nasça uma Constituição coxa, fruto da vontade dos vencedores, apenas imposta aos vencidos, mas que haja mais luz, que o entendimento seja o nosso norte e que possamos, através do diálogo, nos entender, para permitir que o povo brasileiro tenha um diploma condizente com as suas necessidades.

Sr. Presidente, assisti durante algum tempo a este Pequeno Expediente. Tive a impressão de que vários héracles seguravam as colunas deste templo para balançá-las, desafiando-nos a construir uma Constituição sobre um tremedal, num lodaçal, num terremoto, como se fôssemos arquitetos capazes de edificar durante um sismo.

Ora, Sr. Presidente, que o bom senso volte à Casa que a paz seja nossa guia, que o entendimento, fruto da inteligência dos homens, volte a dominar este Congresso Nacional, que tantos e tão bons serviços tem prestado ao povo brasileiro.

É hora, Sr. Presidente, de nos lembarmos do pensador milenar Confúcio: "Antes acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão."

Durante o discurso do Sr. Cardoso Alves, o Sr Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Gerson Peres. (Pausa)

O SR. GERSON PERES (PDS – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se para Dom João VI o pernambucano trazia consigo o calor maligno das idéias, para Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, o Frei Caneca, Pernambuco era a pátria da liberdade, o asilo da honra e o alcácer das virtudes.

Este grande fraude conseguiu impregnar o povo brasileiro de um respeito profundo pela neces-

sidade de manter, no País, um Poder Judiciário independente e livre. A Revolução Praieira trouzcia em seu ideal este princípio. Quando eclodiu, foi o desembargador Joaquim Nunes Machado quem levantou o Manifesto ao Mundo, exigindo que houvesse no País, além da liberdade de imprensa e do voto, a reforma do Poder Judiciário, através de uma Assembléia Nacional Constituinte. Por que isto? Porque a sabedoria dos brasileiros, desde o início da República, nunca foi atendida em sua integralidade, ou seja, nunca nos preocupamos em tomar o Poder Judiciário independente e forte, a fim de que pudéssemos ter uma democracia consolidada.

O anteprojeto que aí está não traduz essas aspirações, nem mesmo aquelas reivindicações revolucionárias do século passado, de 1848. Por isso mesmo estamos alertando nossos companheiros para a necessidade de termos em mente um Poder Judiciário desvinculado do Poder Executivo e independente. Temos de compor um Supremo Tribunal Federal apenas com um terço dos Ministros indicado em lista sétupla pelo Presidente da República ao próprio Supremo. Este, por maioria absoluta dos seus integrantes, deverá escolher uma lista tríplice, a ser enviada ao Senado, que, por maioria simples, escolherá os demais integrantes do Supremo. O mesmo processo deverá ser utilizado para composição do Superior Tribunal de Justiça e/ou do Tribunal Federal de Recursos, sendo que um terço dos seus membros deverá ser indicado pelo órgão do Ministério Público ou pela Ordem dos Advogados do Brasil, com a aprovação da Câmara dos Deputados e nomeação direta pelo Poder Judiciário. Os Tribunais dos Estados também devem ser compostos por juízes oriundos de concurso público, sem a interferência do Poder Executivo.

Sr. Presidente, no exato momento em que colocamos na Constituição um Poder Judiciário nesses moldes, um Judiciário originário, composto pelos seus integrantes, mesclando-se os seus valores e permitindo que apenas um terço com notável saber jurídico e ilibado reputação, seja de elementos integrantes da sociedade, teremos a garantia de um perene sistema democrático de governo. De outra forma, haveremos de sofrer dentro de mais alguns anos ou algumas décadas, novos golpes de Estado impostos pela falta de uma estrutura judiciária firme, independente, respeitável e acreditada.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de lembrar, exatamente para reafirmar o que aqui acabo de dizer, o que a Profª Bernadete, para justificar o acerto deste nosso despretensioso pronunciamento, disse certa vez:

"Não pode passar despercebido, igualmente, o fato de que o processo de escolha dos titulares de uma função pública pode contribuir para a independência do órgão. O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, é a mais alta Corte de Justiça do País, mas nem por isso goza sempre da independência necessária ao exercício da função superior que lhe foi conferida pelo ordenamento constitucional. Há de assegurar a supremacia da Constituição contra atos do Poder Público. A causa está no fato de seus Ministros serem nomeados pelo Presidente da República, sem nenhuma participação do Poder Judiciário no processo de escolha, pois é ao Se-

nado Federal que compete realizar o ato aprobatório da escolha feita. O resultado é a composição do órgão em que prevalece o critério político-partidário, deslocando-se para segundo plano o interesse da Justiça. A Constituinte não pode deixar passar a oportunidade para corrigir esse procedimento, no instante em que estabelecer os requisitos indispensáveis à independência do Poder Judiciário."

O SR. ERICO PEGORARO (PFL – RS.)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes, o Parque de Exposições de Esteio foi palco, no último dia 7, de um encontro de empresários do Rio Grande do Sul, que para lá acorreram a convite da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, da Federação de Associações Comerciais e das entidades representativas dos empresários do Rio Grande do Sul. Este Constituinte também recebeu convite para comparecer a esse evento, realizado em defesa da livre iniciativa no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Constituinte, as manifestações lá ocorridas e de que os jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora* nos deram conhecimento, deixam-nos a pensar que alguma coisa está acontecendo com os nossos líderes do Rio Grande do Sul. Diz-se que o *lobby* do bate-boca; o *lobby* do berro pertence às esquerdas, aos sindicatos de assalariados ou de trabalhadores, mas, na verdade, os empresários do Rio Grande do Sul deixaram de falar com a razão para se expressar com o coração. Por isso, faço da tribuna desta Casa a defesa da Assembléia Nacional Constitutibute, quando ali um líder dos empresários daquele Estado, manifestou-se no sentido de que se fizesse a importação de Constituintes para salvar o Brasil. Deixou falar o coração para buscar o aplauso fácil, dizendo coisas que antes o mesmo empresário sempre dizia que expressavam uma posição da esquerda. Disse outro empresário que os Constituintes do Rio Grande do Sul deviam cuidar do seu trabalho na Assembléia Nacional Constituinte, porque senão nunca mais receberiam a ajuda, o apoio e o voto para a sua eleição. Mais uma vez deixou de falar com a razão para falar com o coração, na busca do aplauso fácil, na busca daquilo que até bem pouco tempo os empresários, principalmente os do meu Estado, não andavam atrás.

Dessa forma, o desagravo que busco fazer neste momento não só à bancada do Rio Grande do Sul, mas à Assembléia Nacional Constituinte como um todo, é no sentido de uma manifestação oficial das entidades que promoveram aquele encontro, a fim de que retifiquem aqueles conceitos ali emitidos contra esta Assembléia, porque não podemos ser alvos de iniciativas com esse caráter pejorativo, como fomos, de pessoas que – acredito – não interpretam o sentimento do empresanado gaúcho e brasileiro, quando dizem que se deve importar Constituintes para salvar a livre iniciativa no Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul.

Desejo que tanto a Federação das Indústrias como a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e as entidades que com elas organizaram esse evento em defesa da livre iniciativa naquele Estado e no Brasil façam esse desagravo oficial, à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, para não vermos comprometida

uma história de trabalho e de lutas em favor do Rio Grande e do Brasil realizada por todos os empresários, muitas vezes ajudados pela classe política daquele Estado e por muitos deputados que hoje compõem a Assembléia Nacional Constituinte. Desejo – repito – que a Fiergs, a Federasul e as outras entidades que organizaram esse encontro se pronunciem oficialmente, afinal, que não endossam as palavras de agravio que alguns empresários, maldosamente, dirigiram à Assembléia Nacional Constituinte, quando disseram ser ela composta de incompetentes e de pessoas que não querem ajudar sua Pátria. Isso não é verdade. O que aqui está acontecendo é um trabalho de cidadãos sérios, que querem construir uma Pátria que seja respeitada pelos brasileiros de hoje e de amanhã.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP.)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente. Srs^{as} e Srs. Constituintes, neste final de semana, a Assembléia Nacional Constituinte entrará numa fase importante, e é imprescindível que o Plenário reflita sobre alguns problemas.

O pensamento conservador e de direita mais uma vez, neste Casa, tenta montar os seus casuísmos, os seus rolos compressores no plenário da Comissão de Sistematização, com o apoio principalmente do rádio e da televisão, para desmoralizar o que de avançado se produziu nas comissões temáticas.

Os entregistas já falaram que o anteprojeto é "O Bebê de Rosemary", outros foram buscar o homem das pedras preciosas – Abi-Ackel – para que ele dissesse que o anteprojeto não merecia ser emendado. Quando a direita precisa recorrer aos ex-Ministro Abi-Ackel a fim de que ele nos dê essa lição de jurisprudência constitucional é porque a situação está muito mal. É evidente que o caminho da Assembléia Nacional Constituinte, na fase relativa ao trabalho das comissões temática, foi percorrido com projetos contraditórios e diferenciados. É óbvio que existem posições diferenciadas e que a direita não vai discutir o mérito do que lá está. Ela tenta discutir apenas o superficial para, por baixo do pano, preparar suas arapucas. O tal Centro Democrático, que deveria ser chamado de direita – o centro não quer ser chamado de direita –, já tenta articular uma mudança no Regimento Interno.

O que essa direita não quer é correr o risco da votação nominal do embate político em plenário. Ela quer o casuísmo, para colocar no mesmo aglomerado posições contraditórias, como foi feito na Comissão VIII, ou então o rolo compressor e o concubinato feito na Comissão da Ordem Econômica, em que havia uma direita com pátria e outra sem pátria tentando acochar um anteprojeto que foi votado na "marra" pelo seu presidente. Está-se criando essa onda exatamente para que, através de medidas que ferem o Regimento Interno, mais uma vez fique claro perante a Assembléia Nacional Constituinte e à Nação brasileira que quem vem contrariando sistematicamente o Regimento Interno é a maioria de direita em algumas comissões. Foi assim na Comissão da Ordem Econômica e na Comissão VIII, bem como em vários momentos de deliberação da Assembléia Nacional Constituinte. Assim ela está, mais uma vez, preparando um golpe, tentando mudar, às vésperas da votação do anteprojeto,

com a coleta de assinaturas, o Regimento Interno, a fim de alterar a substância do que foi votado nas comissões temáticas. O que a direita não tem coragem de dizer é que ela não quer que passe a estabilidade do trabalhador no emprego, a jornada de trabalho de 40 horas semanais, o conceito de empresa nacional, que foi incluído na Comissão VIII, assim como os avanços aprovados na Comissão I. Isso ela não quer dizer. E tenta criar uma onda com o objetivo de enganar parcelas da população brasileira e da Assembléia Nacional Constituinte. Ela dissimula ser democrática, diz que deseja fazer um projeto e tenta criticar o secundário para poder mexer no essencial.

Temos de fazer esta denúncia a fim de que a Assembléia Nacional Constituinte e a imprensa registrem mais esta tentativa de praticar o casuismo, uma violência contra o Regimento Interno, no sentido de que suas posições passem na base do rolo compressor. Portanto, não foram os posicionamentos da esquerda e dos progressistas que feriram o Regimento Interno e que criaram casos na Assembléia Nacional Constituinte. E agora eles querem a conciliação e o diálogo para, por baixo da falação, passar melhor o casuismo e o rolo compressor do pensamento autoritário, que sequer respeitam as regras democráticas estabelecidas no Regimento Interno. Certamente, para isso contam com o apoio da direita, fora da Assembléia Nacional Constituinte, como é o caso agora da mobilização articulada pelo Sr. Caiado, que tenta fazer acusações aos constituintes, com o intuito de intimida-los. Esse Sr. Caiado, esse "almofadinha" tenta ganhar o apoio dos trabalhadores rurais, dos pequenos proprietários para pressionar a Assembléia Nacional Constituinte.

Temos de estar atentos, Sr. Presidente, e deixar tudo claro. A direita tem de dizer o que quer, e não ficar promovendo casuismos, através de vias transversais, para atingir aqueles objetivos que ela não diz exatamente quais são.

O SR. VIRGILIO GALASSI (PDS – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o anteprojeto de Constituição organizado pela Comissão de Sistematização, com base nos trabalhos das comissões temáticas, consagra, em seu art 14, inciso I, a "garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável".

Em outras palavras, o anteprojeto restabelece a estabilidade no emprego, figura praticamente ausente de nossa organização social e trabalhista, desde o advento da Lei nº 5.107, de 13-9-66, instituidora do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, que passou a vigorar ao lado do sistema anterior, mas não conjuntamente com ele, e a dominar quase absolutamente as relações de trabalho em nosso País.

E, como o citado dispositivo não fixa prazo para a aquisição da estabilidade, é de se supor que ela deva ocorrer com a admissão, aceito o período de 90 dias para experiência, conforme o contido no anteprojeto da Comissão da Ordem Social.

O objetivo da Lei nº 5.107/66 foi proteger os trabalhadores das constantes dispensas do emprego por parte dos patrões, quando se apresentava alguma dificuldade de ordem econômica, ainda que pequena, ou quando se aproximava o empregado dos dez anos no emprego e, consequentemente, da estabilidade. Era ela o grande

responsável por tudo. E todos nos lembramos de tais fatos, que testemunham o problema vivido pelos trabalhadores, o temor que os assaltava, sobretudo se tinham família, em razão do fantasma da dispensa.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a par de uma boa dose de garantia ao trabalhador e à sua família, não ensejava ao empregador a oportunidade para despedi-lo; dferia da estabilidade, que, em seu entender, trazia consigo o germe da acomodação do empregado, seu desinteresse pela modernização do trabalho, pela descoberta de novas e melhores técnicas e condições para sua realização.

Não há como negar que a estabilidade no emprego em um país de economia de mercado, conforme é o nosso, ditada pela mundialmente reconhecida lei da oferta e da procura, em que tudo depende da livre iniciativa, do emprego do capital privado como elemento de contribuição para o progresso, é prejudicial, porque inibidora do desenvolvimento nacional.

Se reintroduzida na legislação brasileira como norma obrigatória da relação de emprego, a estabilidade trará de volta todas as preocupações que haviam desaparecido do seio do empresariado e certamente será um dado de fundamental importância nas dificuldades a serem vividas pelas empresas, que perderão a faculdade de reduzir sua folha de pagamento a não ser na "ocorrência de falta grave comprovada judicialmente"; no "contrato a termo, não superior a dois anos, nos casos de transitoriedade dos serviços ou da atividade da empresa e na "superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização, a critério do empregado", neste caso, quando a empresa já não tiver mais condições de se reerguer.

Se é verdade que o trabalhador é um fator indispensável ao desenvolvimento de um país, não menos verdadeira é a importância do capital, pois sem ele o trabalho deixaria de existir como componente da receita. É, portanto, de toda a conveniência, imprescindível mesmo, que as medidas de suposta proteção a um dos lados não traga, em seu bojo, o desastre para o outro, resultando no aniquilamento de ambos. É preciso não esquecer que o trabalhador já tem o seguro-desemprego, que continuará na nova Constituição, e o Fundo de Garantia do Patrimônio Individual, que substituirá o atual Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. E é certamente em razão desse equilíbrio entre os direitos de empregadores e empregados que as nações mais desenvolvidas, de que são exemplo os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, o Japão, a República Federal da Alemanha e a França, nada consignaram em suas Constituições quanto à estabilidade; a visão correta que têm da realidade econômica, assentada em uma longa vivência, impediu que fossem levadas à adoção de medidas dessa natureza, que países mais pobres, menos experientes e menos realistas, tais como Portugal, Peru e Paraguai, consagraram em sua Lei Maior.

Procurando evitar, em uma atitude demasiado paternalista e ausente da realidade, que os trabalhadores fiquem expostos ao desemprego, os defensores da estabilidade patrocinam, na verdade, a inibição do desenvolvimento das empresas que não têm nenhum interesse real na dispensa dos

empregados, responsáveis por seu crescimento. Nenhum empregador dispensa um bom empregado pelo simples prazer de fazê-lo.

É preciso que tratemos o problema com a atenção e a seriedade que ele merece, a fim de que, na ânsia de beneficiarmos um dos lados, não prejudiquemos os dois, atropelando, consequentemente, o desenvolvimento do Brasil.

O SR. EDME TAVARES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, persigo o mesmo objetivo, e dele não me afasto nesta comovedora e responsável luta contra a seca no Nordeste. Não deveremos aceitar, na conjuntura atual, paliativos emergenciais em face das desgraças que se abatem sobre o Nordeste, atitude esta, a nosso ver, sem sentido, quando é dever irrecusável do Governo estabelecer logo, e já estratégia de desenvolvimento para a Região nordestina, com caráter globalizante e abrangente, procurando aproveitar as oportunidades econômicas onde as potencialidades regionais indicarem soluções a curto e a médio prazos.

Não precisamos mais de planos e projetos. Estes a Sudene e o DNOCS possuem nos seus arquivos, em demasia. Disto já estamos descrentes. É fácil identificar os grandes problemas que afligem a região Nordeste. Alguns impõem, com toda probabilidade, soluções imediatas e urgentes. Outros requerem uma solução relativamente definitiva, para que o homem do campo consiga sobreviver. A necessidade geral exige, por parte do Governo uma definição concreta e acelerada, sem demora, a fim de estabilizar as populações da zona rural.

A agricultura é complexa e dispendiosa. A pressão política eficaz para desenvolver a agricultura constitui mais a exceção do que a regra nos países em desenvolvimento. Nos casos existentes, costuma ser de iniciativa de uma elite tradicional, feudal, latifundiária, que se constitui mais um passivo político do que ativo. A tentativa de tomar medidas de fachada, em vez de agir de maneira objetiva, tornando-se medidas eficazes ajustando uma moderna tecnologia agrícola a uma base intensiva em mão-de-obra que chegue ao pequeno agricultor – são importantes e inadiáveis. Essas medidas são evidentemente necessárias, e acredito, inevitáveis. É preciso empenho global para impedir a fome em grande escala.

O nosso grito, ao despertar, na vivência dos nossos problemas, a consciência dos nossos administradores, em que a ação governamental não se cinja a um clima emocional e de improviso, emanada mais de sentimentos filantrópicos que pelo dever da necessidade de se criar condições permanentes de exploração adequada dos recursos naturais da Região, de modo a assegurar um mínimo de bem estar aos nossos heróicos habitantes rurais.

Os recursos atribuídos ao Nordeste, cessadas as emergências, são substancialmente reduzidos. A inexistência de um sistema de previsão de secas é uma das grandes e injustificáveis falhas da sistemática de assistência à nossa Região. Não se soube ainda tomar a economia agrária do Nordeste resistente as secas, o que revela o pouco rendimento das medidas até agora tomadas, insuficientes e esparsas, o que toma essa economia incapaz de responder ao grande desafio do desenvolvimento dessas áreas afetadas. Por que não se modificam esses instrumentos de ação? Por

que não se estabelecem diretrizes objetivas e claras, na base de uma ação coordenada dos órgãos federais que atuam na região nordestina! É chegada a hora de se fortalecer a economia agrária do Nordeste, estabelecendo-se uma garantia para a realização progressiva das obras serviços e programas promovendo o desenvolvimento integrado da Região. O binômio água-solo resulta na explorabilidade da terra, por uma assistência permanente ao nível das necessidades do produtor. O ajustamento do homem ao meio ambiente é ponto fundamental, através de estímulos, incentivos e subsídios possibilitando a elevação de seu **status** sócio-econômico.

Já tive a oportunidade de retratar, desta tribuna, os dolorosos dramas das secas. Estabelei as bases de resistência e de sustentação de uma economia agrária. Reafirmo que a irrigação tem sido a meta principal de todos os Governos quando se refere a soluções para a seca. O assunto tem sido objeto de todos os programas de Governo nesse setor, desde o combate à calamitoso seca de 77. O famoso açude Quixaba, no Ceará, foi fruto daquela calamidade.

Irrigar solos de regiões semi-áridas é um empreendimento perigoso, devido a graves consequências da salinização, mas hoje as técnicas avançadas nessa área têm a solução para essa dificuldade.

Um dos países que mais usa a irrigação são os Estados Unidos, pois de sua fabulosa produção de alimentos (naturais e processados), estimada em cerca de 170 milhões de toneladas, mais de 10% da mesma são produzidas por irrigação nos Estados da área semi-árida, como Colorado, Texas, Novo México, Califórnia etc.

A política de construção de açudes hoje está voltada para só construir pequenos açudes, de 50 a 150 mil m³, com capacidade de irrigar de 1 a 4 hectares.

Será utopia em mudança rápida da economia nordestina, se os altos Poderes da República não se voltarem para ela, com gigantesca soma de recursos, com significações setoriais.

Não podemos mais viver de ilusões, da ilusão de um crescimento parcial em proveito e benefício de poucos, com o sacrifício da maioria do povo nordestino.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho recebido, através de cartas, telegramas e até mesmo de visitas, queixas veementes de empresários do meu Estado contra o desgoverno econômico promovido pela diluição do famigerado Plano Cruzado, que está levando à bancarrota centenas de empresas neste País.

Quero citar, dentre essas, uma que considero da maior gravidade: clama pelas providências do Congresso Nacional o Sr. H. V. Assis, proprietário de uma firma sediada no Rio de Janeiro, especializada em catação, benefício, despejo e ensaque de café cru, para exportação. A firma, como tantas outras, não está conseguindo financiamento junto aos bancos, inclusive os estatais, em decorrência do agigantamento dos juros. Antes disso, havia contratado venda no exterior, no montante de US\$ 1.666.000,00, com tradicionais compradores de nosso café, o que lhe daria um **superavit** de CZ\$ 7.000.000,00. Fiz esses contratos acreditando nas publicações do governo, que prometiam, com grande alarde, o incentivo às exportações.

Mas, para maior infortúnio, não apenas viu-se privado de financiamento como ainda teve suas vendas canceladas pelo IBC. Com isso, deixaram de entrar no país aqueles 1,6 milhão de dólares, restando à companhia a indenização dos empregados e o fechamento de suas portas.

Ora, Srs. Constituintes, parece que a determinação do governo em incentivar as exportações ficou restrita ao Palácio do Planalto, esquecendo-se de avisar aos demais órgãos e bancos oficiais o que se havia planejado.

E este, Senhores, é outro dos grandes males que afetam nossa economia: o regime cartorial, materializado em órgãos autoritativos como o IBC, o IAA, o CNP e muitos e muitos outros, cuja ação arbitrária empeira e denigre a administração pública. Igualmente, tolhe a iniciativa privada e inferniza a vida dos empreendedores. É a peste da regulamentação exagerada gerando a febre da corrupção.

Atualmente, tudo se junta contra o empresário: os planos mal-elaborados e eleitoreiros; a burocracia; o apetite insaciável do fisco; as tendências estatizantes da Constituinte e até mesmo o povo, açulado pela demagogia.

Srs. Constituintes, não podem nossos empresários ficar à mercê das variações de humor dos burocratas e da tibieza das autoridades em fazer cumprir suas determinações. Propugnamos pela tão prometida reforma administrativa, pela redução do déficit e da interferência indevida do Estado na economia. Propugnamos, enfim, por uma política coerente e duradoura. Já está passando, e muito, da hora.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o caráter político da intervenção nos Bancos Estaduais, não nos permite deixar de considerar a delicada situação patrimonial e financeira que apresentam, identificar as suas verdadeiras causas e questionar o futuro.

A privatização do setor público durante os anos de autoritarismo, caracterizada pela manipulação e distorções diversas, cuja face exposta mais evidente são os escândalos financeiros, afetou particularmente os Bancos Estaduais. Estas instituições foram utilizadas duplamente: num sentido, para absorver, gravosamente, quebras e rombos no setor privado; em outro sentido, para dar sustentação política irregular aos acordos e interesses regionais. Como exemplo lembremos o caso do Banerj que se conglomerou através de pelo menos 10 absorções compulsórias e cujas operações careceram, em casos importantes, de qualquer critério técnico, como em relação ao Metrô e a carteira do BD-Rio, (sem qualquer ação efetiva do Banco Central na época).

Os Bancos Estaduais, nas suas diferenças, têm dois fundamentais aspectos em comum: um problema de Estoque e um problema de Fluxo.

Chamamos de Estoque o rombo que os Bancos Estaduais carregam por conta de decisões injustificáveis. Se no caso do Banerj o estoque se explica via Metrô e BD-Rio, em outros bancos se explica de forma diversa, como é o caso do Banco do Ceará e de Santa Catarina, que carregam o estoque da inadimplência das operações 63 triangulares realizadas em acordo com empreiteiras para burlar os limites de endividamento definidos por resolução do Senado Federal. Tal estoque exige dos Bancos Estaduais um sobre-es-

forço de captação para cobertura de caixa. Isto não se traduz apenas em pressões sobre o nível dos juros, mas principalmente depende do grau de líquidez na economia. Sempre que se enfrenta uma líquidez ampla e generosa a mágica consiste em captar, cobrir a deficiência de caixa e em seguida transformar o rombo em operações de empréstimo que são aditadas a uma taxa que cubra o custo da captação. Mágica que em alguns Bancos produziu até frondosos lucros, talvez para demonstrar uma solidez que facilitasse a captação seguinte. Na medida em que a líquidez se estreite, sobe o nível dos juros, porém não elasticamente, já que isto, a partir de um certo ponto, dificulta a própria captação. A um momento de líquidez restringida, desaparece a facilidade de captar em mercado, e a impossibilidade de renovar operações com CDB é transferida para a ajuda de líquidez (voluntária ou compulsória) do Banco Central.

Poderíamos dizer que o avanço do Banerj no **ranking** bancário foi, a partir de um certo ponto, compulsório, ou seja, indesejado pelo risco que introduzia de não renovação, **vis a vis** o estado da líquidez.

Nos quatro anos das administrações estaduais que recém deixaram o Governo, os Bancos Estaduais se enfrentaram a duas conjunturas restritivas: o terceiro trimestre de 83 e o quarto trimestre de 86. A "ajuda de líquidez" dada pelo Banco Central em fins de 83 terminou se transformando no mal chamado programa de saneamento (sic) dos Bancos Estaduais. Em resumo, o que se fez foi perdoar as penas pela não observância do compulsório e rolar o saque líquido a descoberto, numa espécie de colocação de um "CDBão" no Banco Central.

O último trimestre de 86 teve características agravadas pela tentativa do Governo de reduzir à mínima proporção o mercado aberto, com base em cheques administrativos, que opera com lastro em títulos privados. Como se sabe, parte significativa da captação inorgânica, na margem, dos Bancos Estaduais se apoiava (e se apóia) na emissão de CDB internas aos seus sistemas, com carregamento próprio em instituição irmã. A atribuição adotada a partir de 1º de outubro de 86 fez com que um banco como o Banerj tivesse perdido entre CDB/adm e CDB mais do que o triplo de seu compulsório em quase 30 dias. Sua posição de 60% das exigibilidades se manteve até a última semana de setembro, apesar das pressões, não repassáveis, do Plano Cruzado, pelas inflexibilidades sociais de um banco público. O Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, ao contrário do que determinadas autoridades informaram, manteve no seu banco um saldo desaplicado correspondente àqueles 60% das exigibilidades, de março a dezembro de 86, num ano em que o gasto público naturalmente se eleva.

Certamente que numa situação como a de 86, nem todos os parâmetros puderam ser rigorosamente observados, como as aplicações em crédito, rural e pessoal, o que era o de menos numa conjuntura como aquela. A partir de 1º de outubro, a insuficiência de caixa, transformada em saques no Banco Central, é acompanhada de todas as multas e penalidades possíveis, quanto aos saques e quanto ao descumprimento de parâmetros. Na verdade, se analisarmos os dados do período, verificaremos que ao tempo que o Governo restringia o ADM, colocava seus títulos de forma mais agressiva. Se tratássemos o setor público

como um todo, verificaríamos que os saques líquidos, portanto não gráficos dos Bancos Estaduais naquele intervalo, foram inferiores à captação adicional do Governo Federal (sobra do ADM), através de seus títulos. Já em janeiro de 87 o Governo voltava atrás em relação às medidas de outubro e tornava mais flexível a liquidez, o que mostrava que a grave situação dos Bancos Estaduais foi exacerbada, voluntária ou involuntariamente, por ação do próprio Governo. Talvez para justificarem uma intervenção de caráter político, que deixou de fora um debate sério e profundo acerca destas instituições.

Chamamos de fluxo os problemas de caixa, potenciais ou factuais, gerados por desequilíbrios orgânicos, estruturais, na operação dos Bancos Estaduais. Referem-se, em geral, a déficits operacionais produzidos por decisões e manipulações passadas, que terminaram por criar máquinas administrativas excessivas. Exemplo disto são o empreguismo e as absorções, com as seqüelas relativas a cargos e salários.

Não são, nem todos, nem a maioria dos Estados, que por conta de desequilíbrios orçamentários de custeio, pressionaram seus bancos. O Rio Grande do Sul seria um exemplo, desta situação. Esse, portanto, não é um problema de fluxo, generalizável.

Os problemas de estoque e de fluxo indicam o tipo de ação corretiva, de fato, que deveria ser desencadeado, com o objetivo de normalizar a atuação dos Bancos Estaduais. A primeira questão que tem sido colocada refere-se à proposta de privatização. Para respondê-la deveríamos nos perguntar se seria necessário que cada Estado tivesse um Banco Estadual. Entendo que não. Um banco Estadual se justifica e se torna funcional, a partir de um ponto em que o volume de receitas e despesas do Estado gere um volume de operações que tenha como resultante um saldo médio de depósitos a vista que justifique uma instituição bancária, que alavanque captações, e que permita a utilização racional de uma parte deste saldo como antecipação de receitas para fins de flutuação sazonal. Certamente que a legislação deveria definir limites para as relações financeiras entre o governo e o seu Banco, de forma a evitar excessos, porém flexibilizando a utilização até aquele limite.

É claro que, na situação atual, em função do passado, todos os Estados estariam estourados, e sobre-exigindo de seus Bancos Estaduais. Mas isto diz respeito à crise fiscal e moral do setor público brasileiro e não ao problema específico.

Para que os Estados cuja movimentação não justifique a existência de um Banco Estadual não pressionem neste sentido, é necessário que outros Bancos Públicos operem naqueles limites, porém funcionando como se fossem bancos subordinados. Para tanto, seria imperativa a reconstituição de uma mentalidade (e garantias) federativa.

No entanto, nas condições atuais, haveria que reestruturar os Bancos Estaduais. O estoque não tem solução fora da absorção pelo Governo federal e respectiva socialização, claro que dentro de critérios. A justificativa política para tal decisão estaria no reconhecimento da origem dos problemas, ou seja, a privatização das decisões públicas relacionadas ao período autoritário.

O processo de saneamento teria, pelo lado do fluxo, a necessidade de estruturar dois bancos

em um. De um lado, o banco atual, (com suas distorções administrativas), que iria desaparecendo, principalmente no que tange à estrutura organizacional, (quantitativos, cargos e salários). Sem recurso ao desemprego como método, estabeleceriam-se estímulos para agilização deste processo.

O segundo Banco funcionaria administrativamente, em paralelo, até que a prazo, o menor possível, ocupe amplamente os espaços. Quando falamos em dois bancos, não pensamos em duplicidades, mas em formalidades que evitem a inflexibilização de uma dinâmica racional, tipo direito adquirido. Isto ocorre no próprio setor privado, claro que com maior velocidade, não sendo algo novo nem artificial.

O custo desta transição, definido um plano diretor com o respectivo calendário e metas, seriam parcialmente absorvidos pelo Governo estadual com financiamento em longo prazo, e parcialmente socializado desde que as metas fossem ultrapassadas no tempo.

Os procedimentos descritos não seriam necessários num setor público que trabalhasse com fins públicos, o que não foi o caso, pelo menos das últimas duas décadas. Não devemos cair na armadilha conservadora, e seu raciocínio sofismático, que após ter usado e abusado do setor público com fins privados e pessoais, chama de estatização excessiva a prática que tiveram a frente dos governos. Agora, olímpicamente, lavam as mãos e mistificam, como se isto fosse o setor público pelo qual lutamos.

Há que enfrentar com coragem esses problemas, sob pena de cairmos na retórica pseudo liberal, que terá como resultado a continuidade da injustiça e da iniquidade social.

Melhor exemplo do artificialismo da argumentação de alocar na irresponsabilidade suposta dos governos todos os problemas dos Bancos Estaduais, é o fato de que após a intervenção os saques cresceram duas vezes e meia, mesmo com o lançamento pelo Banco Central, das multas e penas em conta transitória e a transformação dos saques a descoberto em ajuda de liquidez. Obrigado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB - BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o acolhimento de emenda por mim apresentada à Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas permitem afirmar que o regime de impunidade aos maus gestores do dinheiro público está com os dias contados.

Refiro-me ao art. 3º do anteprojeto da referida Subcomissão, que assim dispõe:

"O Congresso, por maioria absoluta de seus membros, pode decretar o confisco de bens de quem tenha enriquecido ilicitamente à custa dos cofres públicos ou no exercício de cargo ou função pública."

No mérito, a proposição revela o intuito de punir o chamado crime de colarinho branco praticado na administração pública, pondo fim à impunidade que protege e estimula o crime sofisticado – a corrupção – fruto da imoralidade administrativa no trato com o dinheiro público.

O País vive uma crise de moralidade que contagia toda a sociedade.

Presenciamos atos diários que zombam dos honestos, verdadeiro escárnio que são à moralidade e à justiça.

A lista, longa, não é exaustiva. Prova, porém, que, à margem da degeneração da lei, impera a impunidade. E – sabemo-lo todos – a certeza da impunidade constitui o melhor fermento para a proliferação das grandes negociações, das intermediações estéreis, das comissões polpidas.

Por isso, senhores, nessa hora de reconstrução do nosso arcabouço constitucional, é urgente dar um passo decisivo no sentido da moralização do País. Não acabando com a corrupção, mas tornando a fraude praticada por administradores desonestos, temerários ou incompetentes menos sedutora, menos lucrativa, menos glamurosa e não promover para a coluna social ou mesmo para altos postos executivos aqueles que deveriam figurar nas páginas policiais.

Esse mandamento constitucional, ora aprovado, poderá ser importante freio aos desvios e abusos praticados pelos gestores do dinheiro público. E a repressão, indiscutivelmente, constitui uma das formas mais eficientes de prevenção quando outras se revelam anôdinas.

A propósito, é famoso o exemplo de Francis Bacon, na Inglaterra, do século XVI. Homem inteligente, de respeitável posição pública, Bacon sucumbe à tentação do suborno e é punido. Sua punição, embora branda – apenas alguns dias de prisão – deixa-o profundamente envergonhado, sentimento que constitui sua verdadeira penitência. Dizem que, a partir daí, os juízes ingleses se tornaram incorruptíveis. E, em uma comparação exagerada dos ingleses, passaram a fazer companhia a Deus, até então considerado o único ser não sujeito à tentação do suborno.

É importante apagar da memória deste País à certeza da impunidade. Há fortes indícios de que os aumentos da criminalidade comuns estão intimamente relacionados com os escândalos de colarinho branco. Para o assaltante sem colarinho, todos os métodos são válidos, desde que o conduzam para o privilegiado círculo dos inatingíveis pela lei. Como não pode fabricar letras frias, assalta, estupra, mata – com violência, sem sutileza.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quem lida com a confiança alheia não tem o direito de transformar a administração pública em estratégia de negócios escusos, em cobertura de atos ilícitos, em trampolim para a corrupção.

Hoje, o enriquecimento ilícito não decorre tanto da malversação ou apropriação indébita de recursos públicos, mas de uma verdadeira privatização das funções públicas em decorrência do cooptação e corrupção de seus detentores pelas grandes empresas. Grandes decisões públicas são tomadas no interesse concertado de determinados grupos privados, onerando-se, não raras vezes, os cofres públicos com superfaturamentos irreais, e subfaturamento de produtos e serviços sob tutela estatal.

É com esse estado de coisas que queremos acabar, punindo os culpados, como confisco dos bens ilicitamente acumulados, sem prejuízo das medidas criminais cabíveis.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL - RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para acompanhar o ritmo de desenvolvimento que ora se processa em Rondônia, mister se faz criar uma infraestrutura de transportes com apoio ao setor sócio-econômico.

Torna-se de suma importância dotar Rondônia de meios capazes de viabilizar os fluxos de comercialização e a integração de suas áreas através de estradas vicinais.

Tudo ali se planta, e em se plantando dá. E tudo se está plantando em grande extensão: café, cacau, borracha, arroz, soja, milho, feijão, mandioca, castanha-do-pará, além das pequenas lavouras de subsistência, sem referência à pecuária.

Ali reside uma grande esperança de abundantes riquezas para serem exploradas e exportadas. Isto sem falar nas de caráter mineral, como a cassiterita, de que a região possui as maiores reservas nacionais.

Porém, não adianta produzir sem ter como escoar a produção, esta limitada a precárias estradas, sem asfalto, mas totalmente carroçáveis.

Numerosas famílias chegam diariamente a Rondônia, em busca de seu quinhão de terra fértil para nela se alojar e trabalhar.

A exigência desses produtores rurais, além daquela natural de financiamento, é uma só: estradas para escoar o que produzem.

Precárias são estas de tal sorte que os produtos se perdem antes de chegar ao consumidor, sobretudo na época das chuvas, quando ficam ilhados, desanimando o produtor e dificultando o desenvolvimento do Estado.

E esses danos constantes sofridos pelas pequenas comunidades rurais são provenientes pela ausência de estradas, como a Travessão B-40, e suas linhas adjacentes, C-0 o C-25 no Município de Ariquemes, assunto este já levado ao conhecimento do Sr. Governador do meu Estado através de expediente subscrito pelo nobre Vereador Francismar Peredo Andrade, e endossado pelos demais Vereadores daquele Município, cujo texto solicito a transcrição nos Anais desta Casa.

Para que os objetivos de desenvolvimento do nosso Estado possam ser atingidos são indispensáveis a construção e consolidação de rede de estradas vicinais por parte do Ministério dos Transportes, além da implantação e consolidação de assentamentos dirigidos; o apoio às atividades produtivas e a expansão dos serviços sociais, e dotar de infra-estrutura as pequenas comunidades rurais.

Ao fazermos este registro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esperamos que S. Ex.^a, o Sr. Ministro dos Transportes, viabilize recursos necessários para absorver os problemas de estradas vicinais, visando atender à demanda de transportes resultantes do desenvolvimento decorrente do programa de incorporação à economia do Estado de novas áreas cultivadas.

(Expediente a que se refere o orador em seu discurso.)

Exmº Dr.
Geronimo Garcia de Santana
MD. Governador do Estado de Rondônia
Porto Velho – Capital
Ariquemes – RO, 19 de maio de 1987.

Excelso Governante,

Nesta busca incansável de soluções, como legisladores que somos, para os graves problemas que assolam nosso município tornamo-nos a Vossa Excelência em nova tentativa pró devastar os grandes entraves do desenvolvimento sócio-econômico das nossas comunidades rurais.

As sociedades rurais sempre foram, em quaisquer rincões que tenha havido transformação, parcelas de expressões mais significativas, pois, qual lagar fundamenta a forma única de sobrevivência do homem. Entretanto, Rondônia não fugiu à regra natural, tendo como divisas primeiras os âmbitos onde se produz a terra.

Não obstante a ausência de recursos econômicos governamentais, a terra ainda produz, a partir de verdadeiros desbravadores, do plantio à colheita, qual exemplo Vossa Excelência passará a conhecer.

Governador, temos hoje em nosso município colonos assentados, há oito anos, numa área rural localizada após o rio Massangana, com cerca de 6.000 pessoas, equivalente a aproximadamente 1.000 famílias, potencialmente agrícolas, e em estado de declínio social e financeiro em virtude da ausência das construções do complemento da estrada do Travessão B-40 e suas linhas adjacentes C-0 o C-25. Ausente, também, uma política agrícola adequada, com a formação técnica de

produção, aos colonos que ora produzem com perdas expressivas, em face do desconhecimento de técnicas específicas para melhor produção.

Porém, pode-se afirmar que quaisquer que sejam as produções, as perdas serão sempre de 70% (setenta por cento), em face da inexistência de via de escoamento destes produtos até o mercado, o que imperativamente significa reflexo em todos os outros âmbitos da população, dentre rural e urbana. Pois, para o ano vindouro não melhorará a qualidade das produções, adiante os tratamentos de saúde, a alimentação não obtém melhoria, o vestuário não se renova, consequentemente o declínio no mercado de consumo e atraso de desenvolvimento sócio-econômico destes produtores e na captação de divisas para o Município e Estado. O sacrifício do produtor ao leú, a exemplo do ano passado em que retiveram prejuízos na ordem, aproximadamente, de Cz\$ 7.924.000,00 (sete milhões, novecentos e vinte e quatro mil cruzados) em gêneros, conforme estatísticas descritas a seguir.

	Kg.	Produção de grãos	...em Cz\$
	36.000	Sacas de milho	4.320.000,
	14.000	Sacas arroz	2.800.000,
	1.600	Sacas de feijão	960.000,
	3.000	Sacas de café	3.240.000,
	54.600		11.320.000,
(-)	38.220	= 70% de perda/prejuízo =	7.924.000,
(=)	16.380	= 30% de kg no mercado =	3.396.000,
Resultados em impostos			
Funrural	(2,50%)	- Imposto retido - Imposto perdido	84.900, (+) 198.100, (-)
PIS	(0,75%)	- Imposto retido - Imposto perdido	25.470, (+) 59.430, (-)
Finsocial	(0,50%)	- Imposto retido - Imposto perdido	16.980, (+) 39.620, (-)
ICM	(12,0%)	- Imposto retido - Imposto perdido	407.520, (+) 950.880, (-)

Total de Impostos retidos..... 534.870, (+)
Total de Impostos perdidos..... 1.248.030, (-)

Outrossim, a presente estatística ainda não leva maior, pois não se contabilizou nesta a margem de lucratividade das empresas comercializadoras locais, sobre as quais também se computa o referido imposto. Também desconsiderado as produções de abóboras = 40.000kg, bananas = 20.000 cachos, e outros legumes, verduras e frutas, sem estatísticas.

Retidos, também, mais prejuízos, com equivalência aproximada de Cz\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzados), em anos anteriores. O que consequentemente significa, aproximadamente, Cz\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzados), em impostos ausentes do erário público, que também foi consequência das promessas efetuadas de aberturas de estradas até então não realizadas.

Porém, somos convictos que com a construção devida de 155 quilômetros, que compreende o término do Travessão B-40 e linhas alimentadoras C-0 a C-25, em um ano a produção não será de Cz\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzados), mas de Cz\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados) e progressivamente.

Passamos, portanto, ao conhecimento de vosso governo uma das mais eminentes carências da nossa área rural, cuja solução este Legislativo e colonos buscam com ardor há cinco anos, e que ora reconhecemos em Vossa Excelência a certeza de realização, a fim de rupturar esta escalada progressista de abandono e desconsideração para com a nossa gente do campo.

Respeitosamente, — Francismar Peredo Andrade, Vereador

O SR. MÁRIO ASSAD (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, está-se pretendendo mudar as regras do jogo, alterando-se dispositivos regimentais no intuito de imprimir uma guinada nos rumos do trabalho em que se empenha a Assembléa Nacional Constituinte, em função do mandato recebido da sociedade brasileira. Esboça-se a intenção, que reputo equivocada, de apresentar um substitutivo ao anteprojeto constitucional, ponto de partida da futura Carta Magna.

Ora, Sr. Presidente, não me parece lícito, nem ético, virar as costas, sumariamente, ao antepro-

jeto de Constituição, eis que ele fluiu, diretamente, da mais pura fonte de poder, daquela vertente cristalina de onde devem emanar as leis fundamentais do País: o povo.

Sim, Srs. Constituintes, o povo, na sua sabedoria inata; o povo, na diversidade de ideologia permitida pelos regimes livres, o povo, na sua heterogeneidade de pensamentos e de opiniões, buscando incansável as normas certas, as normas justas, os princípios e as regras que expressem a interação das vontades.

Foi este mesmo povo, eminentes colegas, que soube encontrar – não sem muita luta – os caminhos da democracia.

Vencido esse amargo período de arbitrio, suplantado a conjuntura institucional que desprezava e esmagava a vontade dos verdadeiros donos do poder, eis-no aqui, em obediência a essa soberana vontade popular, elaborando o documento que há de marcar uma nova e promissora etapa na vida dessa Nação, pois será todo ele permeado por uma filosofia, uma postura ética e humanística, embasada nas experiências de ordem política, econômica, social e cultural vividas nas últimas décadas pelos cidadãos brasileiros, hoje amadurecidos para a tarefa de construir um futuro, de forjar um destino grandioso para o País.

Esta Assembléia Nacional Constituinte, Sr. Presidente, a despeito do seu curto tempo de atuação, já viveu momento histórico inovável, mobilizando em torno do trabalho das Subcomissões, primeiro, e das Comissões Temáticas, logo após, os mais diversos e expressivos segmentos da sociedade, representados por sindicatos, associações de classe, entidades de procedência variada, ansiosos, todos, por uma participação efetiva no processo constitucional.

Podemos regozijar-nos da fidelidade e da exação com que foram cumpridos prazos e obedecidas regras de conduta preconizadas no Regimento Internas da Constituinte – demos um testemunho de respeito ao povo que confiou em nós. Com isso, granjeamos credibilidade junto à Nação.

Não podemos, agora, fraudar as expectativas de 130 milhões de brasileiros, ameaçando reduzir a representatividade da Assembléia Nacional Constituinte, pois outra não será a consequência da modificação intempestiva que se deseja proceder no Regimento Interno, para ajustá-lo a propósitos esboçados por uma parcela dos integrantes deste nobre Colegiado.

Por mais elevados que sejam tais propósitos, Sr. Presidente, não terão, no mesmo grau, a chancela do povo para o que for decidido posteriormente, desse povo pelo qual já passou em julgado os textos do anteprojeto escrito sob o seu atento acompanhamento, avalizado por fidejornos representante dos trabalhadores e dos empresários, dos profissionais liberais e dos funcionários civis e militares; dos professores de escolas públicas e privadas; dos bancários e banqueiros; dos comerciários e dos comerciantes; dos operários e dos industriais; das mulheres, dos negros, dos homossexuais.

Com estas palavras, não quero dizer que o anteprojeto seja irretocável; longe disso, entendo que ele se ressente de uma série de falhas, algumas clamorosas, como a ausência de normas concretas que tornem exequível uma reforma agrária eficaz.

Mas não se pode desprezar, Srs. Constituintes, todo esse labor que aí está, produto de um rito processual e de um respaldo ético inquestionavelmente sintonizados com os pressupostos da democracia.

Reconheço que o texto do anteprojeto é passível de numerosas e desejáveis modificações, visando a expurgá-lo dos defeitos de redação, a imprimir-lhe aquele estilo sintético e elegante, aquela aprimorada técnica no enunciar o preceito, aquela harmonia entre as várias partes, aquele fio condutor do pensamento constitucional, virtudes inerentes a um documento dessa natureza.

Fazem-se objeções, procedentes aliás, quanto à exagerada extensão do anteprojeto. Pois que se enxugue esse texto, que nele se deixe o essencial, o perene, o universal. Mas que se faça isso no devido tempo, ou seja, ao longo dos debates a serem travados no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, fase das mais bonitas e decisivas dessa transcendental tarefa.

Até mesmo quanto ao mérito poder-se-ão introduzir idéias novas ou retocar as já inscritas, mas dentro de um espírito eminentemente democrático, de molde a proteger o processo de qualquer laivo de personalismo, ou de qualquer tentativa de solapar a prevalência das decisões realmente provindas das bases eleitorais.

Modificações, sim; correções, enriquecimento e eficácia do texto constitucional; mas através de análise, crítica, discussões calorosas, sob a inspiração e o apoio indispensáveis do povo. Mas não um drástico substitutivo, passando uma borracha nas deliberações adotadas sob a égide das aspirações nacionais.

Não agora, Sr. Presidente, não neste momento em que alterações não previstas no processo em curso poderão resultar em normas elaboradas ao arrepio da vontade soberana do povo.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos iniciando uma das fases mais importantes do processo de composição da nossa nova Carta Magna. Concluídos os trabalhos das Comissões temáticas, as atenções voltam-se para a Comissão de Sistematização, responsável por tornar o referido texto não só sintético, mas, sobretudo, eficaz.

Veio a lume o primeiro anteprojeto de Constituição, do Relator Bernardo Cabral, elogiado por uns e criticado por outros. Ao contrário do que se esperava, o anteprojeto não chegou a agradar.

Do Relator e demais componentes da Comissão de Sistematização não se poderia cobrar muito com relação ao primeiro anteprojeto, visto que o mesmo apresenta apenas um resumo do que fora discutido e aprovado pelas Comissões Temáticas. Na verdade, tudo o que ora é discutido foi gerado a partir da imposição de alguns relatores de Subcomissões, que optaram por fazer prevalecer suas idéias, rejeitando algumas propostas que, a nosso ver, poderiam ter melhorado o presente anteprojeto.

Temos o dever de dizer aqui, a toda a Nação, que o novo texto constitucional vem sendo elaborado a portas fechadas e que uma minoria vem seguindo uma filosofia de trabalho que adota apenas o pensamento e idéias de poucos.

Temos conhecimento de que a própria Comissão de Sistematização pensa em anular toda o

trabalho que já foi feito. Antes de toda e qualquer decisão, é preciso saber a opinião dos Constituintes, porque cada um de nós tem a sua missão, que é a de representar de forma condigna os segmentos da sociedade brasileira que nos elegeram.

Precisamos saber como os trabalhadores serão conduzidos, se a medida cogitada virá a ser concretizada.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos um Regimento Interno a ser cumprido. É preciso que haja organização, sem a qual jamais atingiremos os propósitos que buscamos.

Entendemos que é necessário encontrar os meios capazes de fazer com que a nova Constituição realmente seja um instrumento duradouro, que atenda ao desejo do povo brasileiro. Esperemos que a moção possa ter assegurado a conquista de suas mais caras aspirações.

Estamos certos de que nossa preocupação encontrará ressonância junto aos nobres pares, pois, qualquer que seja o resultado dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, será responsabilizados por ele, principalmente na hipótese da promulgação de preceitos que não condigam com a realidade brasileira.

Não admitimos, sob hipótese alguma, que a nova Constituição, que será assinada por todos, seja feita por poucos. Se isto acontecer, que eles assumam os riscos, mas até que isto ocorra iremos utilizar todos os meios disponíveis para fazer prevalecer idéias e pensamentos que, de todos os cantos do País, convergem para o Congresso Constituinte.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as maiores vítimas das indecisões e contramarchas da política econômica brasileira, a partir do advento do Plano Cruzado e, posteriormente, com o chamado Cruzado II ou Novo Cruzado, foram os pequenos empresários, notadamente aqueles que iniciaram atividades industriais ou comerciais seduzidos pelo congelamento geral dos preços, tarifas, taxas e baixos juros.

Milhares de novas firmas surgiram sob aquelas promissoras perspectivas.

Porém o sonho durou pouco.

Passadas as eleições de novembro de 86, o Governo Federal baixou normas, impondo uma violenta alteração nos rumos da economia. Houve aumento geral dos custos e as taxas de juros dispararam incontrolavelmente, a patamares sem precedentes na história do País. Em consequência, as micro, pequena e média empresas se tornaram inadimplentes por não disporem de recursos suficientes para saldarem os compromissos assumidos junto aos estabelecimentos de crédito.

Consciente de sua maior responsabilidade pela caótica situação criada, decidiu o Poder Público canalizar linhas especiais de crédito àquelas empresas em dificuldades, o que se consumaria através de organismos oficiais e particulares.

Acontece, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que embora tais recursos já tenham sido anunciados como liberados, os bancos particulares estão criando toda sorte de empecilhos para fazer chegar o dinheiro nas mãos dos seus verdadeiros destinatários.

Os maiores entraves se localizam na absurda exigência de apresentação de certidão negativa dos cartórios de protestos e de registro da firma no Serviço de Proteção ao Crédito. Tal condição preliminar afasta de vez esmagador número de micro, pequeno e médio empresários, que, vitimados pela conjuntura adversa imposta pelas autoridades econômicas, acabaram por ter seus títulos apontados ou protestados.

Negar-lhes os meios necessários à recuperação de sua saúde financeira seria o mesmo que praticar a eutanásia em paciente apenas enfermo, mas condenado por propositada e criminosa omissão de socorro.

Tenho em mãos documento firmado pelo Dr. José Antônio da Silva, Presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Campina Grande, na Paraíba, também subscrito por empresários de outros Municípios, o qual relata o dramático quadro que envolve a economia regional. Segundo o mesmo, a liberação dos recursos permitiria o cancelamento dos débitos, o que satisfaria a primeira das exigências contidas nas normas estabelecidas. Como isso não ocorre, os recursos acabam sendo destinados aos grandes empresários, principalmente aqueles que mantêm bom saldo médio em suas contas bancárias.

Assim sendo, frustra-se por inteiro o louvável propósito de se reerguer a combalida situação dos micro e pequenos empresários, visto que os mesmos, já atingidos pela inadimplência, não terão acesso ao dinheiro que o Governo decidiu lhes fornecer.

Urge, portanto, que se alterem as normas pertinentes, acolhendo-se as seguintes sugestões daquelas entidades paraibanas: a) retirar da lista de documentos exigidos pelos bancos a certidão negativa de protesto; b) dispensa de certidão dos Seproc's; instruções à rede bancária de todo o País para não obstaculizar os talões de cheques personalizados das micro e pequenas empresas por motivo de títulos protestados relacionados nas listas do Banco Central.

Creio, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que essas providências aqui apontadas possam ser acolhidas pelas autoridades da área econômica do Governo Federal, com a maior urgência possível, antes que se torne inteiramente inútil o esforço de salvação de milhares de modestas empresas brasileiras, que oferecem valioso apoio ao desenvolvimento do País e à geração de empregos.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL - ES. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Espírito Santo lamenta o desaparecimento do poeta e jornalista capixaba, Anselmo Gonçalves, aos sessenta anos de uma vida sofrida, em que, entre os cardos, reportam as flores da consagração ao seu talento, vindas dos Estados Unidos, da Itália e de Portugal, além dos limites do nosso Estado.

Antes, foi ele laureado, num concurso nacional de poesia, dentre dez mil candidatos, com a medalha de ouro.

Internado há algum tempo, vítima de diabetes e complicações cardíacas, teve que amputar uma perna, aguardando a morte, num fim de tarde, quando contemplava a aquarela poética do ocaso.

Um dos seus últimos trabalhos publicados foi um livro em que contava a história do carnaval

capixaba, desde 1885, em Vitória, dando à narração um enfoque lírico e sentimental, mas guardada a fidelidade aos fatos.

Mantinha Anselmo Gonçalves intensa correspondência com poetas e trovadores estrangeiros e, ultimamente, prestava serviço à Prefeitura de Vitória.

Falando sobre ele, disse o poeta capixaba Oliver Mattos Pessanha:

"A Universidade Federal do Espírito Santo está devendo à cultura capixaba a inclusão de estudos sobre um poeta capixaba e sua obra nos seus vestibulares, mudando a tônica da presença constante de romances.

O poeta é espírito de luz, em meio a este tempo de trevas. E Anselmo Gonçalves, em sua sensibilidade dolorosa e capaz de traduzir em versos (e reversos) a sublimidade da vida, sabe que o corpo (a exemplo de tudo que é perecível: dinheiro, poder, luxo, vaidade, carro) é apenas a pele humana. E a alma está sempre presente nas essências amadas."

Anselmo chegou a escrever poemas em espanhol, publicados no jornal "El Iris". Jornalista, trabalhou na Rádio Espírito Santo.

Queremos, nesta oportunidade, Sr. Presidente, levar ao nosso Estado e à família de Anselmo Gonçalves as nossas condolências, seguramente convictos de que o seu nome, sob os lauréis da fama literária, atravessará a história do Espírito Santo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ MARQUES (PFL - CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes, venho a esta tribuna hoje, com a maior alegria, a fim de apelar para o Sr. Ministro da Previdência no sentido de que atenda ao pleito de uma instituição que orgulha a todos nós, cearenses.

Refiro-me, Sr^{as}s e Srs. Constituintes, à centenária e venerável Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, que já completou 126 anos de ininterruptos e inestimáveis serviços ao povo do Ceará, mormente aos mais carentes.

Ao longo desses anos, a Santa Casa de Misericórdia prestou ajuda aos menos favorecidos, do Ceará e Estados vizinhos, indigentes e agricultores a quem a rede hospitalar do Inamps não atendia.

Hoje, a Santa Casa de Fortaleza vive essencialmente da prestação de serviços ao Inamps, através do Convênio das Ações Integradas de Saúde, assinado em janeiro último, até porque as contribuições e doações, no passado substanciais, foram-se reduzindo gradativamente.

O Governo Federal tem uma grande dívida, que precisa ser resgatada, com as Santas Casas, como, de resto, com toda a rede hospitalar que presta assistência aos mais pobres.

Recentemente, assumiu a direção da instituição, como Provedor, o Dr. Audílio Mosca de Carvalho, em substituição ao saudoso e humanitário médico Olavo Rodrigues.

Traz o Dr. Audílio para a Santa Casa toda a experiência adquirida através de mais de 40 anos dedicados ao serviço público, tendo por mais de 10 anos exercido as elevadas funções de Superintendente da Receita Federal para os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, onde, mercê de uma

administração profíqua, proba e competente, granjeou a admiração e o respeito de seus coestaduanos.

Hoje, a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza presta atendimento ambulatorial a 9.000 pessoas por mês, atende cerca de outras 8.000 na emergência e realiza cerca de 600 pequenas e grandes cirurgias, além de manter ainda o Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo, com uma média de 24 internamentos por mês, tudo isto enquadrado dentro do convênio já mencionado.

Acrescente-se que a Santa Casa de Fortaleza possui hoje uma das melhores instalações para realização de cirurgias, contando com 7 salas para grandes cirurgias, amplas e perfeitamente equipadas para a realização de até 30 cirurgias por dia.

Depois de realizar uma ampla reforma administrativa, no sentido de melhorar o atendimento de um modo geral e aumentar a capacidade assistencial, parte a nova administração da Casa para à implementação ou conclusão de projetos já devidamente estudados e não concluídos pela administração passada, por motivos os mais diversos, dentre os quais avulta a falta de recursos.

Alguns destes projetos, por sua importância, gostaríamos de citar.

a) funcionamento da Unidade de Terapia intensiva (UTI);

b) funcionamento do Centro de Hemodiálise;

c) implantação de execução de cirurgias de emergência, durante as 24 horas do dia;

d) investimentos na estrutura do imóvel, transformando-o e adaptando-o de acordo com os parâmetros e normas de saúde.

Além destes projetos imediatos, pretende ainda a nova direção da Casa construir, em grande área junto ao Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo; um ambulatório para atendimento à população, com 12 salas, sendo 10 para consultas e 2 para pequenas cirurgias, e um laboratório, em caráter de funcionamento de 24 horas, o que permitiria aproximadamente 10.000 consultas e 200 pequenas cirurgias por mês.

Consta ainda do plano de ação do novo provedor o aumento do número de leitos do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo, de 240 para 350 leitos, cobrindo assim a demanda existente, bem como a criação de uma clínica para obstetrícia, com capacidade para 40 leitos, inclusive berçários.

Para a implementação de tão arrojados projetos se faz mister a ajuda do Governo Federal, daí a solicitação que fazemos ao Exmº Sr. Ministro da Previdência Social, representando, tenho certeza, todo o povo do Ceará, no sentido de que de imediato atenda ao pleito formulado pela Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, que se traduz na liberação, pelo teto máximo projetado relativo a 3 (três) meses, da verba alocada à instituição, no Plano das Ações Integradas de Saúde (AIS) – minuta padrão, para um futuro encontro de contas.

Em assim procedendo, o Sr. Ministro Rafael de Almeida Magalhães teria o reconhecimento do povo do Ceará e estaria o Governo Federal resgatando, em parte, a grande dívida que tem com a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constitui-

tuentes, no momento em que as greves voltaram a aparecer em grande número, com prejuízo para as empresas, o Governo e a população em geral, devemos refletir sobre a situação das relações de trabalho no Brasil. Regidas por uma legislação inspirada no modelo fascista e implantada no primeiro Governo Getúlio Vargas, que pouco mudou nos últimos 50 anos, vemos diante da necessidade de modernizá-las à luz do sindicalismo que vige nas democracias contemporâneas.

De uma vez por todas, precisamos desvincular do Estado as organizações sindicais, as associações e federações de classe. Imperioso, também, é retirar do Ministério do Trabalho o direito de intervenção nos sindicatos. Trata-se de um modelo que vigorou a contento no tempo em que veio a lume, porque afinado com o Governo daquela época, ditatorial e populista, um Governo que se caracterizava pelo paternalismo nas suas relações com a sociedade e deixava pouco espaço para a iniciativa particular, na economia, tanto quanto na política.

Mas os tempos são outros! A reforma da estrutura sindical brasileira faz-se necessária e urgente. No momento presente, quando temos instalada a Assembléia Nacional Constituinte, com a responsabilidade de mudar o perfil institucional do País, este assunto se afigura mais do que oportuno para a discussão livre e democrática com vistas a sua ulterior e definitiva resolução.

Indissolublemente ligada a essa necessidade de modernização no meio sindical, faz-se necessária também uma revisão na Lei de Greve. O direito de greve há de ser preservado em nosso ordenamento jurídico, mas devidamente normalizado e obedecendo a determinados limites legais. Mesmo a classe trabalhadora há de convir que a liberdade de paralisação do trabalho levada às últimas consequências pode desembocar no caos social, com desfecho imprevisível, mas certamente prejudicial para todos.

Não se pode perder de vista que a greve só se justifica como último recurso, depois de fracassadas as negociações que deveriam levar ao acordo conveniente para a categoria profissional. Se um movimento grevista eclode antes desse esforço de negociação, ele será sempre arbitrário e antidemocrático.

Srs. Constituintes, vamos aproveitar as discussões que precedem a elaboração da nova Carta Magna para definirmos o sindicalismo autêntico a ser implantado no Brasil. A classe trabalhadora brasileira está madura e deve assumir o seu papel nas relações de trabalho. Façamos, ainda, com a urgência que o assunto requer, a revisão da lei de greve, incorporando aos funcionários públicos, para que também eles tenham o canal apropriado a dar vazão aos seus protestos.

Mas que uns e outros possam fazê-los de modo disciplinado, dentro da lei, e sem causar grandes prejuízos à sociedade global, onde há toda uma gama de direitos e deveres recíprocos a serem satisfeitos.

O SR. SALATIEL CARVALHO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, preocupa-nos, sobremaneira, o dispositivo constitucional adotado no anteprojeto da Comissão de Sistematização que consagra a adoção do voto distrital em nosso País.

Não se pode negar que a eleição de parlamentares pelo sistema distrital funciona relativamente

bem em países de adiantado estágio cultural, político e econômico.

Dizemos relativamente porque até mesmo nessas nações o voto distrital apresenta distorções, visto que, segundo cientistas políticos e estudiosos da matéria, não se descobriu ainda um sistema eleitoral perfeito.

Fomos eleitos numa fase de transição, quando toda a Nação busca um ponto de equilíbrio de funcionamento da democracia, com um mínimo de choques e um máximo de segurança institucional, a fim de que não venhamos a sofrer os prejuízos insanáveis dos retrocessos que mergulham o País em períodos de arbítrio e autoritarismo.

Ora, Sr. Presidente, um dos pilares fundamentais na construção desse edifício harmônico da democracia é a possibilidade real e garantida pela Lei Maior, de plena representatividade das minorias sociais, ideológicas, religiosas, raciais.

Por outro lado, não é possível fazer funcionar a democracia em sua plenitude sem um pluripartidarismo verdadeiro e autêntico, que não seja assegurado na Constituição e negado através da prática de sistemas eleitorais que impossibilitem ou dificultem a eleição de candidatos apresentados pelos pequenos partidos.

Pois bem, Sr. Presidente, o voto distrital, se aceito e aprovado pelo soberano Plenário constituinte, será uma arma potente e perigosa a destruir eleição após eleição a representação das minorias e a presença dos pequenos partidos nas Assembléias Legislativas e na Câmara dos Deputados.

Mesmo no modelo misto, como está inscrito no anteprojeto da Comissão de Sistematização, ele não interessa no nosso País dentro das delicadas circunstâncias de transformações político-institucionais que atravessamos e havaremos de atravessar nas próximas décadas.

Enganam-se os que afirmam a capacidade de redução da influência do poder econômico nas eleições pelo sistema de voto distrital.

O raciocínio é matemático, Sr. Presidente. Estamos no Brasil de carências conhecidas, desigualdades econômicas gritantes e distorções culturais e sociais que não podemos esconder, infelizmente. Assim, se um candidato pode dispor de determinada e elevada quantia para corromper e adquirir votação suficiente para se eleger no universo de uma unidade da Federação, maior condição ele terá de suplantar os adversários nos estreitos limites de um distrito eleitoral.

É possível até que o seu investimento se reduza e o risco do insucesso também diminua em função da aplicação de modernos planos de marketing.

Transformando em majoritários os pleitos para 50% dos deputados federais e estaduais, só terão oportunidade de eleição os detentores do poder econômico, exceto um ou outro candidato popular de absoluto carisma e já com anteriores serviços prestados à comunidade.

Quanto à outra metade eleita através da votação proporcional indicada em listas partidárias, maiores seriam as despesas a enfrentar nas campanhas eleitorais, visto que seriam necessários maior presença física e um crescente volume no esquema publicitário para superar o obstáculo da redução das vagas.

E a ditadura das cúpulas partidárias? E a corrupção e tráfico de influência entre os delegados

que iriam escolher os candidatos? Convém não esquecer que o sistema distrital reduz tremendamente a oferta de vagas nas legendas partidárias, pois os que disputam nos distritos se candidatam isoladamente com mais um suplente apenas e os que compõem as listas partidárias têm que ser poucos para que não haja dispersão de votos em detrimento da legenda e consequente vantagem para os partidos concorrentes.

Não é possível introduzir alteração tão profunda e tão maléfica na nossa sistemática eleitoral, já experimentada, aliás, no Império e na República, sem vantagem alguma para o aperfeiçoamento da representação política.

Se o desejo é tornar mais legítimo o mandato popular, vamos dar maior força à justiça eleitoral, vamos cumprir as leis já vigentes de combate aos abusos do poder econômico no processo eleitoral, vamos conscientizar o povo através da oportunidade de conhecer cada vez mais e melhor a atuação dos seus mandatários.

Sepultemos de vez essa idéia, Sr. Presidente, se queremos uma democracia representativa e dinâmica, onde todos estejam representados, minoria e pequenos partidos, pois a vingar o voto distrital caminharemos a passos largos para o regime de partido único ou para um bipartidarismo onde a legenda que contar com o apoio governamental e as polpudas verbas do poder econômico será sempre majoritária.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tive a honra de receber correspondência que me foi enviada pelo Presidente da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, entidade fundada em janeiro de 1967 com a nobre finalidade que deflui do seu próprio nome. São vinte anos de luta por aquele patrimônio de valor incalculável, que é a Região Amazônica, alvo constante da cobiça internacional, e também de maus brasileiros que ali acorrem em busca de riquezas, mas não respeitam as condições ambientais.

A entidade espera encontrar aliados nesta Assembléia Nacional Constituinte para ajudá-la na defesa dos seus princípios nacionalistas e conservacionistas. E tenho certeza de que ela vai encontrar esses aliados, até porque a definição de uma política especial para a Amazônia não pode mais tardar. Ainda é tempo de impedirmos a devastação indiscriminada da floresta. Ainda é tempo de salvarmos os rios e de resguardar o que resta das tribos indígenas, antes que sejam dizimadas no contato com os brancos.

Não é possível que madeireiros nacionais e internacionais continuem derrubando a mata sob os olhos complacentes dos poderes públicos. O desnudamento do solo e o assoreamento dos rios serão a consequência irreversível desse processo predatório dentro de poucas décadas. O Governo há de supervisionar a extração das madeiras, selecionando as áreas e as espécies que podem ser abatidas,

E nem adianta acenar com a possibilidade de implantarem-se as florestas homogêneas no futuro. Algumas tentativas neste sentido já foram feitas no passado, quando se tentou substituir a floresta tropical, úmida e heterogênea, por reflorestamentos maciços de uma só espécie. Os exemplos negativos das plantações de seringueiras, pela

Ford em Belterra; as de pimenta, em Tomé-Açu; e as de "Gmelina", e de "Pinus Caribea", no Jari, seriam bastante para desencorajar qualquer iniciativa dessa ordem.

Conservar a mata, ou explorá-la mediante critérios racionais e com muita disciplina, eis a única maneira de salvar aquela que é considerada um dos últimos pulmões do Planeta. Mas é desolador sabermos que o próprio Governo tem contribuído para a devastação através das concessões para projetos agropecuários, implantados com incentivos fiscais. Transformar, em pastagens, largas porções da Amazônia é algo que não aproveita ao futuro do País.

E que dizer da outrora riquíssima fauna, que atualmente já conta com diversas espécies em processo de extinção? Lamentavelmente, todavia, o elemento humano é o mais prejudicado, e por humano aqui estou-me referindo aos índios, vítimas seculares dos chamados civilizados. Desde que se descobriu o Novo Mundo eles têm sido os perdedores dessa guerra não declarada, cruel e desumana.

Sr. Presidente, tantos são os aspectos relacionados com a Amazônia e com a necessidade de sua preservação. A questão dos minerais é outro ponto da maior importância, sobre o qual se faz necessária uma mudança de rumo. Cumpre estabelecer uma política para o setor que aproveite melhor aos brasileiros, respeitando as condições ambientais, os rios e a fauna aquática. Nossas riquezas minerais não podem continuar nas mãos das empresas alienígenas e dos aventureiros de toda ordem. Uma política séria para o setor será de grande valia, até para ajudar no pagamento da nossa dívida externa.

Por tudo isso entendo que devemos ouvir o chamado da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia. Vamos somar esforços para salvar o que é nosso, de todos os brasileiros, pois a Amazônia, pelo seu grande significado, transcende todos os interesses individuais. Ela é, na verdade, um patrimônio da humanidade, na medida em que todo o globo terrestre se beneficia da sua presença como elemento de renovação da atmosfera.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, comentei, recentemente, nesta tribuna, o programa apresentado pelo Partido Democrata Cristão, com vistas à solução dos agudos problemas nacionais, que tenderão a agravar-se perigosamente se não atentarmos para os dois mais importantes estamentos da população: o trabalhador rural, com extensa família e nenhuma terra, e o trabalhador urbano, com os salários crescentemente defasados por medidas governamentais tardias ou incompletas, assustando o povo ante a hipótese de uma convulsão social.

Quero agora destacar dois pontos importantes desse programa, tão sucinto quanto amplo, de democracia cristã: as medidas para solucionar o problema habitacional do proletariado e da classe média, configurando uma verdadeira reforma urbana; e aquelas dirigidas à reforma agrária, em termos de assentamento das famílias "desposadas".

No primeiro caso, o Sistema Financeiro da Habitação precisa estender suas vistas à classe pobre e média, procurando construir, até o fim do pré-

sente quinquênio governamental, pelo menos um milhão e quinhentas mil moradias, atendendo a cerca de oito milhões de pessoas, que representem menos da metade dos que pagam aluguel no País.

Só assim eliminaremos as invasões e os problemas policiais que suscitam; as favelas, uma verdadeira chaga viva em cada uma das capitais do País; e o descontentamento da classe média, nos médios e grandes centros urbanos, jubilados pelos aluguéis insuportáveis.

Nesse particular, quero assinalar que no mês de junho, os aluguéis, segundo a estatística oficial, se elevaram cerca de setenta por cento, enquanto a poupança das cadernetas tem que se contentar com menos de dezenove por cento, orgada a inflação geral em cerca de vinte e oito por cento.

Os planos do Serviço Financeiro da Habitação, a Caderneta de Poupança e a construção de moradias populares são temas estreitamente ligados. Todos sabem disso, mas o que se deseja é a obtenção de recursos suficientes para oferecer, em três anos, habitações populares em todo o País a um meio milhão de famílias, ou seja, quinhentas mil residências por ano.

Isso é mais importante do que a construção de novas obras públicas, suntuárias ou não, necessárias ou adiáveis, porque somente esse tipo de assistência do Governo conterá a maré montante das classes média e proletária revoltadas.

A segunda iniciativa desse plano inadiável, preconizada pelo Partido Democrata Cristão, consiste no assentamento de um milhão de famílias, representando mais de sete milhões de brasileiros, que se encontram no campo, amargando o subsídio rural, trabalhando um terço do ano como "bóbias-frias" ou peregrinando seu abandono e sua desgraça pelas estradas vicinais ou pelas rodovias asfaltadas do País.

O problema não se resolverá pura e simplesmente destinando glebas rurais a essa gente, mas assentando verdadeiramente essas famílias, com a doação de semente, de implementos agrícolas e a venda de máquinas com dois anos de carência e pagamento em dez anos.

Não será difícil a construção de agrovilas na Amazônia, quando há uma rede suficiente de transportes rodoviários e principalmente hidroviários, atendendo aos principais pólos de desenvolvimento daquela região, cuja abundância de terras é um desafio aos governos, imensa população desabrigada e sem terras no setor rural.

Só assim acabaremos com os quistos rurais denunciados nos maiores centros agropecuários ou em regiões menos povoadas, onde os lavradores sem terra vão ocupá-las, animados pelo desespero a que conduz o abandono.

São esses os dois pontos fundamentais do PDC, que levamos à consideração do Governo e à apreciação da Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaríamos de registrar, nesta oportunidade, nosso respeito e admiração pelo Dr. Hésio Cordeiro, que vem realizando, à frente do Inamps, uma administração competente, dinâmica e séria, em perfeita consonância com as diretrizes e estratégias traçadas pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães. De fato, durante

o curto período de um mês, o Inamps adotou providências relevantes e implantou importantes medidas no que tange ao combate à AIDS e à dengue, além de ações voltadas para facilitar o transplante de órgãos, a descentralização unificada dos serviços, com o objetivo de tentar promover, no País, uma profunda e duradoura reforma sanitária.

Relatório recente das atividades do Inamps é uma clara demonstração do que estamos afirmando. Com relação à AIDS, duas medidas de importância foram tomadas. A primeira foi a instalação de um ambulatório do Inamps, no Rio de Janeiro, exclusivamente para atender os casos da doença. A segunda, também no Rio de Janeiro, foi a implantação de um programa de diagnóstico e controle da AIDS entre a população carcerária.

Vale ressaltar, no campo da ortopedia, o apoio do Inamps à construção de um hospital de ortopedia e reabilitação, em Salvador, nos moldes do Sarah Kubitschek, de Brasília. Cabe registrar, também, a inauguração, no Rio de Janeiro, do primeiro banco de ossos do Brasil.

Merecem destaque outras medidas voltadas para a oferta de melhores serviços de saúde à população brasileira. Em São Paulo, o Inamps inaugurou, em abril, uma central de marcapassos, no Instituto do Coração. No Rio de Janeiro, protocolo de intenções assinado com a Campanha Nacional de Combate ao Câncer permitirá a implantação do Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, promovendo o desenvolvimento dos transplantes de rins, coração, córneas e medula óssea.

Para intensificar a campanha nacional de combate ao mosquito da dengue, o Inamps celebrou, em março deste ano, convênio com a SUCAM. Convênios com entidades filantrópicas estaduais permitirão estender o atendimento ambulatorial a setores da população que recebiam precário atendimento de saúde.

Esse elenco de medidas, num período tão curto de tempo, reflete bem o estilo competente e dinâmico do Dr. Hésio Cordeiro, um nome a ser homenageado e louvado, por sua incansável e corajosa luta por melhores condições de saúde para a população brasileira.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, cresce o número de desempregados no País. A recessão é evidente, apesar de o Governo fingir desconhecer a gravidade do problema. Milhões de trabalhadores estão à procura de emprego. O Governo, composto e sustentado pelo PMDB e pelo PFL, prefere levar as discussões para outro lado, ao invés de assumir o seu fracasso; fracasso retumbante na área econômica.

Os baixos salários em relação aos elevados preços das mercadorias proíbem o consumidor de comprar o necessário. Com isso o comércio vê suas vendas baixarem, ocasionando as demissões no setor. Milhares e milhares de comerciários perdem o emprego, cujos salários minguados representam ainda qualquer coisa para esses jovens que, sem qualquer outra renda, já que são filhos de famílias pobres, caem na desesperança.

No setor industrial, as fábricas despedem trabalhadores em massa. As férias coletivas não resolvem, porque o problema não é passageiro. O

Governo tem sido coerente e constante na sua incompetência. Seus planos econômicos têm servido para experiências com o povo. Ninguém acredita neles, porque quem os elabora – o Governo – não merece crédito.

Com essa falta de credibilidade do povo no Governo Sarney, já que este, além de ser cria da ditadura não tem o respaldo das urnas, ficamos nós, o povo, a assistir às tiradas do Governo no sentido de distrair os brasileiros. Ora com uma moratória "de leve" e por absoluta quebra do País, pois Sarney nunca teve independência com relação ao capital estrangeiro, ora com a construção da Ferrovia Norte – Sul, enquanto as ferrovias existentes não têm recursos para sua própria conservação, ora usando cadeia de rádio e televisão para fazer uma "diferençinha", um "abatimento" no tempo de seu mandato, quando sabemos que ninguém lhe outorgou mandato algum.

A crise perdura e se alastrá. O Governo vai colocando brinquedos nas mãos dos Deputados e Senadores do PMDB e pelo PFL, para que estes tenham o que falar e, distraído, troca Funaro por Bresser e o povo continua na mesma.

É verdade que Sarney já não pode sair em público, pois a vaia é inevitável, tanto para ele quanto para o PMDB. E o Governo se perdeu no meio dos bajuladores, dos contemplados com empregos e, acercado dessa corja, espera poder tapar o sol com a peneira, usando de cinismo para minimizar o comício das diretas em Brasília, onde era fácil calcular o número de pessoas no local, já que o gramado ocupado pelo povo em frente ao Congresso tem sua área medida e remedida pelos Brossard e tais.

Escondendo do povo a realidade não se chegará a coisa alguma, ou se chegará à apoteose de sua despedida da Praça XV, no Rio de Janeiro.

A crise que coloca milhões de chefes de família sem emprego na rua da amargura só será debelada quando o povo acreditar no Governo. E só acreditará quando este Governo for escolhido pelo voto em eleições diretas.

Enquanto isso não acontece, continuaremos a combater a farsa, o cinismo, a corrupção usados pelo Governo para garantir-se com a maioria do PMDB e do PFL.

Continuaremos a lutar para que o Governo entenda que, se implantada a semana de 40 horas de trabalho, mais de 1 milhão de vagas para emprego serão criadas.

Da mesma forma, mais de 1 milhão de empregos surgirão, se os trabalhadores em condições de aposentar-se pudessem fazê-lo.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o governo persiste em sua intenção de enganar. Com o objetivo de "assegurar a independência dos sindicatos perante o Estado", conforme está na exposição de motivos do Ministro do Trabalho e do Consultor-Geral da República, o Presidente da República envia à Câmara e ao Senado um projeto de lei que "dispõe sobre as relações coletivas de trabalho", organizado em 4 títulos, 11 capítulos, 7 seções e nada menos que 65 artigos e seus parágrafos e itens. Ainda bem que é para garantir a independência.

Mais uma vez, porém, não conseguirão enganar a quase ninguém. Apesar de afirmarem que outro

não é o objetivo do projeto senão "promover alterações necessárias e inadiáveis", deixa "para lei especial as regras para o setor público". Ora, em quase todos os Estados, professores e funcionários públicos – impedidos por lei da prática sindical – fizeram ou estão fazendo greve neste momento, com até 90 dias de duração. Haveria razão mais forte para qualificar como inadiável uma nova ordem sindical, estendendo esse direito aos servidores públicos?

O que outra vez pretende o Executivo é passar por cima da Assembléa Nacional Constituinte. Com impostura, está escrito na exposição de motivos:

"Esta proposição, nos moldes em que é elaborada, visa a complementar o processo de reforma da legislação social brasileira no que pertine à delicada questão das relações coletivas entre as categorias sociais de produção."

No momento em que as entidades sindicais empenham-se, por todo País, na coleta de assinaturas em apoio a iniciativas constituintes populares, inclusive e especialmente quanto aos direitos dos trabalhadores, quer o Executivo antecipar-se e impor ao País as suas "inadiáveis alterações" na legislação trabalhista.

Em que visam essas alterações "oportunas e inadiáveis"?

I) Dividir os sindicatos (a propósito da independência) determinando, em lugar da unidade compulsória de hoje, que "a organização sindical será por categoria, empresa ou estabelecimento" e criando o constrangimento sobre as diretorias: "A greve cessará; II) por decisão da diretoria da entidade sindical ou deliberação de sua Assembléa Geral";

2) Impedir a realização de greves criando a punição da dispensa por justa causa pela participação em greve considerada ilegal, por exemplo, aquela que for por "motivos alheios às relações de trabalho", ou a que não observar o "processo de negociação coletiva prevista na lei". Para isso, basta que se inclua, entre as reivindicações, a de eleições para Presidente da República ou o fim do LSN, reforma agrária ou o fim do Plano Bresser, por exemplo.

Estes são apenas os pontos mais evidentes. Não são os únicos. O projeto é uma tentativa de substituir as já unanimemente criticadas leis sindical e antigreve vigentes, por outra que conserva os mesmos objetivos, apesar das mudanças que visam a "dourar a pílula".

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, é público e notório, está na vanguarda da luta pela substituição da legislação sindical vigente. A respeito desse projeto declararam, porém, com muita razão, dirigentes daquele sindicato: "Estamos diante de uma nova farsa que atende muito mais ao que os patrões pretendem do que ao de que necessitam os trabalhadores".

Ao invés dos 65 artigos, melhor seria que do projeto constasse apenas um: "Fica proibido qualquer impedimento à liberdade de organização sindical à classe trabalhadora".

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, tenho aplaudido desta tribuna o Plano de Municipalização das Ações de

Saúde, solicitando, porém, que a experiência, já vitoriosa em outros Estados, se estenda à Paraíba. Sou dos que acredita no êxito de qualquer iniciativa envolvendo a ação do Poder Municipal. Nenhum prefeito foge às suas responsabilidades quando está em jogo o interesse de sua comunidade. Tenho acompanhado, de perto, através de quase cinco lustros de atividade política, o trabalho dos prefeitos, e sei o quanto se devotam ao bem-estar dos seus municípios. Claro que há exceções. Todavia, posso afirmar que até hoje só tenho trabalhado com os que fazem a regra geral.

Tudo isso porque, na realidade, acredito no Programa de Municipalização da Saúde, como todos os demais que se destinem à valorização das lideranças locais.

Acontece que de nada adiantará municipalizar as ações de saúde, sem que se dê tratamento equânime, do ponto de vista salarial, aos que trabalham nessa área, sejam médicos, dentistas, enfermeiros, atendentes, etc. A isonomia salarial é condição indispensável para que o Programa de Municipalização da Saúde atinja suas metas. Não se pode pensar em rendimento de trabalho quando as remunerações não são condignas, ou são discrepantes para responsabilidades iguais. Daí a necessidade de implementação de uma política de isonomia salarial ampla e que beneficie a todos quantos prestem serviços na área de saúde, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Para encargos iguais, remuneração igual. Para essa regra não devem existir exceções.

Outro aspecto igualmente importante: o Plano Nacional de Saúde haverá de ser participativo, envolvendo, na sua execução e fiscalização, contribuintes e beneficiários, sejam representantes de classes, de entidades patronais ou de trabalhadores.

Dessa união de esforços haverá de resultar a ampliação e melhoria dos programas de saúde, envolvendo o universo maior de beneficiários e interiorizando-se a sua ação, fixando os profissionais médicos e paramédicos nas comunidades interioranas, numa descentralização da prestação de serviços, de há muito desejada.

O que desejamos é que se unam as autoridades de saúde desta Nação, sejam as do Ministério da Saúde e as da Previdência Social, ao lado do Ministro da Administração, no sentido de que saímos todos do atual estágio de dificuldades a que estamos submetidos e implementemos o Plano Nacional de Saúde, que represente, afinal, um avanço real na obtenção das conquistas sociais, de que já usufruem, há muito tempo, outros povos e outras nações.

Vamos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, resgatar mais essa dívida social do nosso povo, tão sofrido e até agora tão paciente. Antes que seja tarde demais.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, o Estado do Triângulo vai respirar livremente.

Volto a esse tema que hoje se tornou a razão política da representação do Triângulo na Assembléa Nacional Constituinte. Superados os primeiros desafios, estamos na iminência de ver elaborado o anteprojeto que irá a plenário.

As forças do Governador de Minas se intensificam no sentido de evitar que o texto constitucional inclua a criação imediata de novos Estados.

Em primeiro lugar, pretendem simplesmente excluir do texto e sepultar mais uma vez a aspiração de setenta e cinco municípios, que formam uma região das mais prósperas e cheia de desenvolvimento. Como disse um ilustre Parlamentar, "não queremos ver construídos palácios no meio da Amazônia e a proliferação dos marajás". É lamentável que ele tenha uma visão tão mesquinha do assunto, que dê tamanha amplitude a um simples episódio que está sendo brilhantemente resolvido pelos canais da Justiça e faça disto um pretexto para inviabilizar um dos mais úteis instrumentos de progresso para o Brasil, que é seu desmembramento territorial, estabelecendo um novo conceito de Federação e criando unidades menores e capazes de serem muito melhor administradas.

Falar dessa forma é ofender nossos irmãos do Norte, de cuja capacidade de trabalho não podemos duvidar, porque sobrevivem a tantos séculos lutando contra a intempérie e contra o desequilíbrio da natureza. É oferecer deles uma imagem menor, um juízo que não encontra nenhum fundamento na realidade que eles vivem. É generalizar a mentalidade de alguns, que em breve tempo não terão meios de subsistir. Seria bom que esse amigo, viajasse pelo Triângulo e conhecesse os modos de viver de minha gente. Por acaso os professores do Triângulo são "marajás"? Por acaso os funcionários públicos do Triângulo são "marajás"? Quais os palácios existentes nos Municípios do Triângulo?

Sr. Presidente e nobres companheiros, este motivo é pouco relevante para impedir que o ilustre Relator da Comissão de Sistematização, que se dispõe a valorizar o trabalho e o voto de seus companheiros das outras comissões, inclua no texto constitucional a criação imediata de outros Estados, e entre eles o Estado do Triângulo.

Respeitamos muito todos aqueles que são contrários à idéia. Contudo, é bom lembrar que hoje o Estado do Triângulo é uma realidade. Basta ver a organização em todos os municípios da região, basta ver que os partidos políticos estão empenhados, através de seus diretórios, na concretização deste ideal.

Com raras exceções, os representantes do nosso povo na esfera estadual e federal apóiam e se empenham no sentido de ver nascer mais esta Unidade Federada. É saudável verificar que todas as associações comerciais e industriais, as entidades sindicais, as organizações patronais, todas as forças vivas acreditam que a criação estará incluída no texto da nova Carta.

Isto não é uma simples esperança, mas uma certeza, porque os homens que foram designados para elaborar o texto final são pessoas que dimensionam bem o valor da vontade popular, e quando esta vontade é pública e notória, contrariá-la seria submergir o próprio conceito de representatividade.

Estamos na época da mudança – mas das mudanças reclamadas pelo povo.

Agora é a vez de grandes setores populacionais que exigem a criação de seus Estados expressarem sua vontade em milhares de assinaturas comprometidas com seu título eleitoral.

Não é possível que sejam frustrados novamente por artifícios ou decisões unilaterais, que matam não os sonhos acalentados, mas a certeza do reconhecimento de uma situação de fato, pelo maior instrumento do direito, que é a nova Constituição.

Uma das mais poderosas razões para um equilíbrio social reclamado por todos e um dos meios de facilitar a implantação através do apoio de um plano econômico sólido é dar a essas populações a oportunidade de provarem que com a autonomia irão contribuir muito mais para uma arrancada de crescimento na economia nacional. São populações trabalhadoras, que irão escolher livremente e que saberão, em breve, se alinhão ao lado dos Estados mais prósperos deste País.

Quando o Governador das Gerais disse que a insatisfação do Triângulo se deve ao fato de "não ter televisão" demonstrou seu imenso, enorme e injustificável alheamento a tudo que se passa na região, que ele reclama unicamente como fonte rica de arrecadação para seus cofres.

Pois é com as televisões, com as rádios e com os jornais da região – que ele não conhece, que ele não sabe que existem – que a Constituição irá modificar o mapa brasileiro e criar um dos mais prósperos Estados da Federação. Seu nome: Estado do Triângulo.

O SR. EDMILSON VALENTIN: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Deputado novo nesta casa, sou operário e metalúrgico no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente vimos acompanhando os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte há algum tempo, de maneira assídua, e participativa. Hoje, há poucos momentos, ouvi palavras, que na minha opinião, sinceramente, não correspondem à realidade. Com todo o respeito aos Constituintes que aqui falaram, muita coisa foi dita em nome do nosso sofrido povo: que o povo é centrista, que o povo é isso, que o povo é aquilo. Uma pouca vergonha! O povo tem suas propostas e suas reivindicações concretas, e foi nesse sentido que, como Constituinte pelo Rio de Janeiro, levantamos na semana passada uma questão de ordem de acordo com o art. 75 § 2º do nosso Regimento Interno – qual reafirmamos neste momento.

Sr. Presidente, solicito à Mesa desta Constituinte que se publique imediatamente, já que se passaram algumas semanas, o resultado das votações nas Comissões Temáticas. Queremos saber como votaram os 46 Srs. Constituintes do Estado do Rio de Janeiro

Faremos distribuir os mapas de votação nas portas das fábricas, nas escolas, nas empresas, para mostrar ao povo o voto de cada um dos seus representantes. Esse povo que encheu a rampa do Congresso Nacional na terça-feira é que vai dizer se os Constituintes estão votando ou não de acordo com o pensamento de quem o elegeu.

Refaço, portanto, minha questão de ordem e solicito à Mesa que atenda a essa nossa reivindicação o mais rápido possível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência, apreciada a questão de ordem suscitada pelo nobre Constituinte Edmilson Valentim, esclarece a S. Ex.^a de resto, à própria Casa, que a Mesa tem diligenciado a publicação de todas

as atas dos trabalhos das Subcomissões Temáticas, e também assim procederá em relação à Comissão de Sistematização, a fim de que todo o povo brasileiro fique inteirado do trabalho ingente que tem sido realizado por seus representantes na Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, trago à Mesa, talvez pela quinta vez, um protesto. Ainda ontem tive oportunidade de falar pessoalmente com o Presidente Ulysses Guimarães sobre o assunto. Sr. Presidente, a solução de uma questão de honra não pode ser demorada – e há uma questão de honra pendente na Mesa desta Assembléa Nacional Constituinte e da qual V. Ex.^a é o Relator. Exijo que se constitua uma Comissão Parlamentar de inquérito para apurar a canalhice praticada, desta tribuna, por um Constituinte do PDT do Rio de Janeiro. Não abro mão disso. Se não for atendido, vou começar a tratar o assunto de maneira indecorosa, nesta Casa. Disse ontem ao Presidente Ulysses Guimarães: ou se constitui essa Comissão para saber se há Deputados vendidos e canalhas, que denunciam mentiras e safadezas, ou usarei linguagem pior ainda neste recinto. Peço a V. Ex.^a Sr. Presidente, que pelo amor de Deus converse com o Presidente Ulysses Guimarães, ou vamos ter aqui cenas muito deprimentes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Líder que na última reunião da Mesa da Assembléa Nacional Constituinte a matéria relacionada ao seu requerimento, arrimada no art. 266, como peça subsidiária do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, foi apreciada e relatada. A Mesa, em que pese à relevância da matéria, não pôde decidir naquele instante, já que a elaboração das normas que estão disciplinando o funcionamento da própria Assembléia e o trânsito daquelas pessoas que comparecerão agora e até a promulgação da nova Carta, ao prédio da Assembléa Nacional Constituinte ocuparam nossa pauta. Em razão disso, foi dada vista coletiva da matéria, mas a mesma já se acha relatada na Mesa da Assembléa Nacional Constituinte.

Quero prestar a V. Ex.^a nobre Líder, este esclarecimento, para que jamais seja imputada à Mesa qualquer responsabilidade por negligência ou desídia, e nem ao Relator – coincidentemente, no momento, presidindo a Casa. Posso assegurar a V. Ex.^a que na próxima reunião da Mesa, já estabelecida, salvo engano, para a próxima terça-feira, a matéria será decidida pelo colegiado.

O SR. AMARAL NETTO: – Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Sr.^{as} e Srs. Constituintes, antes de iniciar o período de Comunicações de Liderança, desejo comu-

nigar à Casa que o Deputado Ulysses Guimarães está ausente da presente sessão em razão de viagem que empreendeu a São Paulo para ali participar do velório e sepultamento de seu irmão, Dr. Achiles Guimarães, falecido nas primeiras horas da madrugada de hoje.

Fazendo o registro, desejo levar, em nome da Mesa – e creio poder fazê-lo em nome de todos os Srs. Constituintes a solidariedade da Casa ao Presidente Ulysses Guimarães e a sua digna família.

O SR. GERSON PERES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, preliminarmente, em nome de nosso partido, também queremos associar-nos às dores de nosso ilustre Presidente Ulysses Guimarães pelo falecimento de seu irmão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ocupamos a tribuna para lembrar, neste período em que se elabora uma nova Constituição, a necessidade de o Poder Executivo – que aqui tem muitas vezes imposto os seus tentáculos – atender aos apelos vindos das áreas menos favorecidas deste País, como é o caso da região amazônica. Até a presente data, Sr. Presidente, não chegou à Amazônia, em nenhuma das agências bancárias do seu interior, o crédito anunciado e prometido pelo Governo Federal para socorrer a pequena e a média empresas. Esses créditos, decantados em versos e em manchetes, e que iriam minimizar o sofrimento dessas empresas – as suas agruras, digo melhor – não chegaram às regiões onde elas estão localizadas. Maldita burocracia! Diz-se isso hoje, à um ano depois chega, defasado, o recurso para atender àquelas dificuldades, já então multiplicadas por dez. Entra-se aí em um círculo vicioso, e o dinheiro não chega sequer para dar início à eliminação dos primeiros problemas que sufocam as pequenas e médias empresas, sobretudo as que se alocam no campo, que trabalham no meio agrícola, plantando mandioca, arroz, feijão, milho e soja. Esse dinheiro não chega ao bolso daqueles pequenos produtores, que dele necessitam para sair das dificuldades que o próprio Governo lhes impôs com a implantação do Plano Cruzado I, do Plano Cruzado II. Deus queira que não aumentem as suas dificuldades com a implantação do Plano Bresser.

Sr. Presidente, que o Governo Federal, que tem aqui um Líder que se imiscui nos assuntos internos da Constituinte, que procura anunciar modalidades de projetos para a Constituição, que sugere medidas para a modificação do Regimento Interno, que opina a toda hora sobre os nossos trabalhos, escute, em contrapartida, a voz séria e correta daqueles que estão esperando o cumprimento da decisão governamental, o dinheiro nas agências bancárias das cidades interioranas da Amazônia, porque até o dia de hoje nenhum tostão, desses milhões, chegou até lá. Enquanto esse recurso não chega, o Governo fica desacreditado, perde a credibilidade e aparece, perante a sociedade, como uma instituição que promete e não realiza.

O nosso partido, que sofreu tantas críticas no passado, que foi muitas vezes injuriado, que foi aqui atacado por erros de governos passados, não usa o mesmo processo dos partidos que estão assentados no Planalto, sobretudo o PMDB, a quem apela no sentido de que cumpra a palavra empenhada quando prometeu socorrer as pequenas e médias empresas da Amazônia e de todo o Brasil, uma vez que elas estão no caos, e no caos elas continuam, por culpa exclusiva dos desmandos dessa política econômica implantada desde o Sr. Dilson Funaro até o presente Ministro Bresser Pereira.

O Sr. Dilson Funaro nos espanta, hoje, através dos jornais, quando declara que deixou o Ministério da Fazenda por imposição dos americanos do norte. Triste e decepcionante manifestação, pois chega a ser até vergonhoso isso, quando dito por um ex-Ministro que se jactava de ser nacionalista, dono da verdade, messiânico e tradutor da felicidade do povo. Agora, não tendo em quem jogar a culpa do fracasso da sua política econômica, quer ele passá-la para os americanos do norte, que nada têm a ver com o seu fracassado Plano Cruzado. Não defendo aqui os americanos do norte, mas eles não podem ser os bodes expiatórios da incompetência do ex-Ministro da Fazenda.

Sr. Presidente, o nosso partido, portanto, deixa aqui registrado este apelo veemente ao Sr. Presidente da República, Dr. José Sarney, que nasceu lá na região amazônica, pelas bandas do Maranhão: que ao menos S. Ex.^a se lembre de que a Amazônia também é Brasil e precisa receber os recursos que são canalizados para outras partes do País, mas favorecidas pelos planos do Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. NION ALBERNAZ: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NION ALBERNAZ (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós, no Brasil, não podemos desconhecer o trabalho que o PMDB vem fazendo em favor da democracia.

A partir do ano de 1982, quando conseguiu aprovar, nesta Casa, projeto que deu ao povo o direito de, através do voto direto, escolher o seu governador, o PMDB não descansou enquanto não levou até as praças principais das cidades brasileiras o grande movimento das diretas já, em favor do direito que cada cidadão tem de escolher o seu Presidente da República. Não tendo conseguido a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, o PMDB não se deu por vencido e, através de uma grande movimentação de massa, da campanha do "Muda, Brasil", conseguiu chegar até o Colégio Eleitoral, tão esdrúxulo e condenado por todos. Mas tentou, por meio do próprio Colégio Eleitoral, acabar com esse mesmo instituto, tão espúrio, na nossa política.

Através do PMDB definido, todas as mudanças deste País deveriam ser institucionalizadas. É da responsabilidade do PMDB a convocação da Assembléa Nacional Constituinte. A partir de um trabalho de base das Subcomissões e, posterior-

mente, das Comissões Temáticas, cada Constituinte teve oportunidade de apresentar suas sugestões.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, iniciamos do nada e temos hoje um esboço de Constituição. É claro que não podemos julgar o edifício única e exclusivamente a partir de sua base, nem tampouco analisar o acabamento de acordo com seu alicerce. E aqui temos apenas uma base da nova Constituição, que, se não é boa no todo, é muito importante, porque abrange as sugestões do povo brasileiro. E o trabalho do PMDB, bem como o dos demais partidos, é no sentido de melhorar esse esboço, a fim de darmos à Nação brasileira aquilo que ela merece. Este é o caminho que o PMDB irá percorrer. (Palmas.)

O SR. OSMIR LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSMIR LIMA (PMDB – AC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente,

Srs. Constituintes, inúmeras críticas têm sido feitas pelos órgãos nacionais de comunicação aos trabalhos desta Assembléia, algumas até justas, outras completamente infundadas e precipitadas. Entendemos que, nesta fase dos nossos trabalhos, o anteprojeto de constituição está sujeito a receber emendas e modificações que – acredito – produzirão um texto mais compacto e acima de tudo condizente com os anseios da população brasileira. Mas quero aqui fazer referência, entre outras críticas abordadas pela imprensa, a duas delas: uma de caráter nacional e outra de caráter regional. A primeira é com relação à jornada de quarenta horas de trabalho. Diz-se que os empresários estão até ameaçando não fazer qualquer tipo de investimento em suas atividades, pois que aguardam com receio a aprovação de medidas pela Assembléia Nacional Constituinte. Entendem eles que a jornada de quarenta horas é perturbadora e criadora até do caos econômico e financeiro. Ora, faço parte, há vinte e dois anos, de uma empresa nacional, que é o Banco do Brasil, e com ele tenho um contrato de trabalho de apenas trinta horas semanais. Há vinte e dois anos desempenho minha atividade bancária com apenas trinta horas semanais e nem por isso o Banco do Brasil deixou de ser uma empresa eficiente e modelar dentro do sistema financeiro, mesmo atravessando alguns momentos de dificuldades em virtude da política econômica adotada pelo Sr. Delfim Netto e outros Ministros que o sucederam.

A critica, a nível regional, feita especificamente na revista "Visão" desta semana, refere-se ao art. 484 das Disposições Transitórias, que trata dos três salários mínimos a serem concedidos aos ex-seringueiros, os chamados Soldados da Borracha, trabalhadores então recrutados nos termos do Decreto-lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1946. De acordo com este texto constitucional, eles receberão uma pensão mensal vitalícia no valor de três salários mínimos, e o seu parágrafo único estabelece que a concessão desse benefício será feita conforme lei complementar, de iniciativa do Poder Executivo, no prazo de 150 dias após a promulgação da nova Constituição.

Entendemos que algumas matérias, evidentemente, até poderiam ser objeto de lei complementar ou ordinária, mas esses bravos irmãos estão a necessitar do amparo constitucional, e é por isso que defendemos, intransigentemente, a permanência desse artigo. Aqueles que criticam esse dispositivo desconhecem muitos detalhes da História brasileira. Encastelados nos grandes centros, deixam de conhecer as histórias dos centros periféricos deste País. Desconhecem, inclusive, o esforço desses grandes compatriotas, que, saindo de suas regiões, notadamente o Nordeste brasileiro, deixando seus familiares, seus irmãos, partiram para enfrentar a mata amazônica inhospita, sofrendo doenças e solidão. Assim asseguraram aquela vasta região para o Brasil, mas eis que, como recompensa por esse trabalho maravilhoso, como prêmio de velhice, foram abandonados, deixados à mendicância.

Esta a triste sorte desses bravos Soldados da Borracha, tão responsáveis pelas vitórias das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial quanto os que lutaram na frente de batalha. A inclusão de um artigo a esse respeito não é absurdo, como quer fazer crer aquele órgão de comunicação. Por isso volto a pedir a compreensão e o apoio dos Srs. Constituintes para que essa medida permaneça nas Disposições Transitórias da atual Constituição, a fim de assegurar aos Soldados da Borracha, de forma definitiva e inofismável, esse direito justo que jamais foi respeitado.

Poderiam até dizer por que não levar isto ao plenário do Congresso Nacional para aprovação? Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que há 30 anos os Parlamentares da Amazônia vêm tentando aprovar no Congresso Nacional lei que beneficie esses homens heróicos que têm hoje a mendicância como prêmio, que estão a pedir esmolas nas principais capitais da Amazônia. Há 30 anos os Parlamentares vêm lutando para conceder esse salário como reconhecimento justo à luta desses bravos nordestinos. É por isso que consideramos adequado este momento para inserirmos seu direito nas Disposições Transitórias da nova Constituição. E temos fundadas esperanças de que a Nação sanará essa dívida para com nossos irmãos dignos e injustiçados, que são os chamados Soldados da Borracha, cuja existência a grande maioria da Nação até desconhece. (Palmas.)

O SR. GASTONE RIGHI como Líder do PTB: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o jornal **O Estado de São Paulo** divulgou, no último dia 5 de julho, domingo, entrevista dada pelo grande líder Luiz Antônio Medeiros, novo presidente do maior sindicato da América do Sul – o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo – onde S. S^a faz o registro de posições corajosas e que certamente marcarão a história sindical brasileira.

Foi o autêntico grito de independência da classe trabalhadora, através da voz do destemido líder. Revela ele a maturidade que já existe no meio sindical, suficiente para podermos afastar o tradi-

cional paternalismo e levar os trabalhadores à luta e às reivindicações por justiça conquistando posições no campo social por seus próprios braços.

Já era tempo de isto ocorrer. O que deseja, fundamentalmente, o novo trabalhismo – que depois de assumirmos a liderança do PTB prometemos à Nação, em 1986, através da candidatura de Antônio Ermírio de Moraes em São Paulo – é construir uma nova doutrina neste País, substituindo, naquilo que foi superado, o sistema básico ideológico do trabalhismo pátrio tradicional.

Isto se dá em diferentes pontos doutrinários, um deles é o de incentivar a classe trabalhadora às suas lutas, às suas conquistas, **sponte propria**, independentemente do paternalismo, que acaba escravizando, subjugando e impedindo que a classe trabalhadora emerja e venha a ser participante do poder, com voz determinada, com vontade decidida, para cumprir seu papel de mandatária, como deveria ser, por representar a maioria do povo brasileiro.

O depoimento de Luiz Antônio Medeiros, trabalhista integrado nesse esforço de renovarmos nossa doutrina e nossos princípios programáticos, na verdade enaltece a classe trabalhadora e o sindicalismo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que faça transcrever nos Anais desta Constituinte o inteiro teor da entrevista, porque ela poderá servir de espelho, arrimo e inspiração aos trabalhos de elaboração da nova Constituição, voltada para o trabalhador moderno, que hoje já é proeminente no Brasil.

ENTREVISTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

Como o senhor está vendendo o trabalho da Constituinte?

Olhe, eu nem sei se do trabalho dessa Constituinte vai sair uma Constituição. O relatório apresentado é uma colcha de retalhos e já veio a notícia de que serão discutidas mais de mil emendas. Parece que os Deputados não entenderam bem o espírito da coisa. No papel cabe tudo e eles estão preparando uma Constituição para não ser cumprida, porque não têm seriedade. Começo a discutir se o Brasil fez ou não um bom negócio elegendo a Constituinte agora. Não vejo a Constituição como uma panacéia, como um Frankenstein, em que se oferece tudo no papel, para se evitar que aconteça na vida prática. Agora, por exemplo, estão oferecendo o 14º salário. Ora, nós sabemos que isso é demagogia pura, pois foram necessários anos e anos de luta para que conseguíssemos o 13º salário. E, na verdade, não importa conquistar, no papel, 15 ou 20 salários se, na prática da economia, estes salários perdem seu valor real. Este ano, por exemplo, perdemos dois salários e, então, só tivemos 11. Então, importa é garantir o salário. Os políticos não estavam preparados e, por causa disso, eu já esqueci essa Constituinte. Para mim, uma Constituição serve apenas para definir as regras do jogo, dentro da liberdade. Esta é a única forma de se fazer um texto duradouro e que seja respeitado.

E a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas semanais? Onde entram elas?

A única reivindicação que os trabalhadores têm a fazer junto aos Constituintes é que eles garantam a negociação direta entre patrões e empregados,

sem a interferência do Governo. Não adianta criar garantias artificiais que ninguém vai respeitar. Se a Constituinte continuar nesse ritmo de normalização eu, como líder sindical, não vou nem ter mais o que negociar. Nós temos uma tradição de luta e esta História nos garantiu ter hoje um acordo coletivo de trabalho ótimo. Este acordo prevê uma jornada de trabalho de 44 horas semanais para todas as empresas com mais de 50 empregados. Mas chegamos a isso com luta e com os pés no chão. Este milagre da estabilidade no emprego e da jornada de 40 horas obrado de cima para baixo, é demagogia pura e terá consequências sociais muito graves, porque a indústria simplesmente não vai cumprir tais normas. No fim, seremos atirados numa crise econômica tão grande que, para recuperar o tempo perdido, teremos de trabalhar 50 horas em vez de 40 por semana. Vou continuar lutando pela jornada de 40 horas, mas tentar substituir a luta sindical pela letra da Constituição é mentira, é pretender enganar o povo. Ninguém acredita nisso. Meu acordo coletivo tem 21 cláusulas e prevê tipos de realidades. Agora, quando eu vou para casa e fico escutando A Voz do Brasil pelo rádio, me surpreendendo com a rapidez com que os Deputados tentam transformar em decretos cláusulas de nossa convenção coletiva, que não podem ser cumpridas no Amazonas, simplesmente porque elas se aplicam a um capitalismo avançado, que é praticado aqui em São Paulo. Isso só atrapalha as relações capital x trabalho. Esse artificialismo não atende às necessidades da vida real. Eu aqui lido com dez mil empresas metalúrgicas e tenho três pisos salariais diferentes. Ano a ano ganhamos uma horinha ou outra na negociação coletiva, mas, evidentemente, uma empresa de menos de 50 empregados não pode receber o mesmo tratamento de uma de mais de 300. Qualquer generalização é irreal e artificial.

E a estabilidade no emprego?

Nós conseguimos aqui estabilidade no emprego para o acidentado no trabalho, enquanto durar a convenção, para a vítima de moléstia profissional e para aqueles que estejam próximos da aposentadoria e trabalhem há mais de cinco anos na empresa.

Mas ela é possível, estendida a todos os trabalhadores?

Veja bem: não podemos ficar na selvageria, mas também não é possível avançar de oito para 90. Evidentemente, são necessárias garantias para evitar que as empresas demitem o operário a seu bel-prazer. O melhor a se fazer é tentar construir diques para garantir o emprego. Mas a garantia absoluta, que estão querendo fazer valer na Constituição brasileira, não existe em nenhum país no mundo, nem na União Soviética, onde o Estado pode transferir um trabalhador de uma fábrica para outra, sem o consultar sobre seus interesses. Não admito fazer greve numa fábrica à beira da falência, porque acho que a melhor garantia para o trabalhador, durante o crescimento econômico, é a liberdade de emprego. Num período de crescimento, a estabilidade no emprego é um instrumento contra o trabalhador, pois cria empecilhos e até evita que, mudando de emprego, o operário possa vender mais caro sua força de trabalho. Durante a crise, é preciso dar ao trabalhador a garantia de que seu emprego será relativamente preservado, evitando-se a caça às bruxas.

Que mecanismos podem substituir a estabilidade?

É preciso fazer as empresas pagarem mais para dispensar mão-de-obra. Talvez seja possível aumentar o compulsório do FGTS, de 10% para 20% ou mesmo 30%. Em nossa convenção, por exemplo, é previsto que, para dispensar um trabalhador de mais de 45 anos de idade, a empresa tem de pagar um dia de salário por cada ano de vida desse trabalhador. É possível também se normalizar a dispensa, exigindo um processo que comece pela advertência verbal, passe pela advertência escrita e pela suspensão, antes da demissão. Isso tudo evita a perseguição do trabalhador por um encarregado. Não existe melhor garantia de emprego para o trabalhador do que um mercado estável, desde que a Constituição garanta um tratamento digno, de cidadão, para esse trabalhador. Ele precisa ser tratado com respeito. Além disso, é preciso melhorar muito o sistema brasileiro do seguro-desemprego. O capitalismo avançado sabe que o patrimônio espiritual das empresas é o mais valioso, por ser muito difícil de se formar. Isso também é importante para a sociedade, porque o desempregado desamparado é um candidato à marginalização. Com o jeitinho brasileiro de fazer as coisas, ninguém cumprirá a estabilidade no emprego. Como dizia Tancredo Neves, o essencial é que as leis sejam cumpridas. A intenção das pessoas que lutam pela estabilidade no emprego é desmoralizar a luta sindical, manter a lei da selva, em que o poder mais forte, que é o econômico, prevalece. É a mesma intenção que teve a Fiesp ao propor um abono salarial, que não resolveria nada e ainda serviria para desmoralizar o Plano Bresser. Além do mais, é demagogia barata. Veja bem: na base de nosso sindicato há empresas que trabalham com três turnos. Seus operários trabalham menos de 40 horas por semana e produzem bem mais. O que não se pode é generalizar, artificialmente.

Quando o senhor fala em demagogia, está-se referindo à politização do sindicalismo, provavelmente o tema mais polêmico de sua campanha?

Realmente. Só que este problema da politização dos sindicatos é muito complicado para se resolver. Na Constituinte, por exemplo, você tem a impressão permanente de que, em vez de se preocuparem em redigir uma Constituição que garanta a liberdade e a dignidade do operário, os parlamentares estão interessados em estabelecer uma Justiça trabalhista, uma vez que estão tentando se meter sempre no julgamento dos conflitos entre empregados e empregadores. O pior é que, quando os juízes são a favor do trabalhador, pelo menos na teoria, eles criam uma expectativa falsa e isso é mais um obstáculo para a luta operária, para o caminhar da negociação, que é histórico. A convenção que assinamos para 1986/87 não é o resultado do trabalho de um ano, mas de toda a história do Sindicato. Os Constituintes fariam muito mais pelo trabalhador se, em vez de propor uma falsa estabilidade no emprego apenas no papel, usassem seu tempo na televisão para discutir seriamente como se garante o emprego em países desenvolvidos como a Alemanha, os Estados Unidos e a União Soviética, discutindo todos os pontos positivos e negativos dos sistemas adotados naqueles países. Esse debate

é impossível, porque ele não interessa ao governo nem às empresas e, então, ele não acontece. O que arrasta o povo brasileiro para esta miséria e esta ineficiência crônicas é a permanente bandeira do impossível. As elites brasileiras manipulam isso muito bem. Enquanto o povo exige o impossível, elas não lhe dão nada. Esta discussão sobre a dívida externa é um bom exemplo. Ficam aí os grandes burocratas se orgulhando de não pagar a dívida aos banqueiros estrangeiros e o povo é que agüenta as consequências sociais dramáticas de tal atitude: a crise econômica e o desemprego

O senhor enquadraria a reforma agrária no exemplo?

E por que não? Em primeiro lugar, é do interesse do trabalhador que o produto agrícola chegue à cidade pelo preço mais baixo possível. Para que isso aconteça, é preciso que seja adotado o critério da produtividade da terra e não o da distribuição ao homem desequipado de capital e de tecnologia. Esse critério de tirar o homem, que está produzindo na terra, para substituí-lo por outro, que não vai produzir, é simplesmente absurdo. Além do mais, do ponto de vista do trabalhador da terra, o critério é cruel e terminará por matar o camponês brasileiro. É o que eu chamo de círculo triturador. Não vejo ninguém discutindo o imposto progressivo sobre a terra improdutiva. De um modo geral, os políticos brasileiros são muito irresponsáveis com o povo. Falam de reforma agrária e de estabilidade no emprego como se tivessem conhecimento da situação. Eu proporia que se gravasse o nível de ruído de uma metalúrgica e se submetesse os deputados a ele. Se eles suportarem mais de cinco minutos, então eu poderia até admitir que eles poderiam levar alguma coisa de real para discutir no programa que arrumaram na televisão. Por enquanto, todas as vezes que eu assisto, só vejo a discussão de falsas questões no programa especial da televisão. É uma velha tradição brasileira. Em 1979, quando Murilo Macedo era Ministro do Trabalho, votaram aquele projeto Robin Hood de diferença salarial. Mas hoje estamos nos níveis do salário mínimo de 1956. Falta estrutura educacional para o trabalhador progredir e exigir salários melhores. Por isso, a disparidade salarial é tão grande no Brasil. Mas isso ninguém quer discutir seriamente no Brasil. Todo mundo se prende a falsas questões e esquece os pontos que são realmente essenciais.

Como foi o processo eleitoral no Sindicato dos Metalúrgicos?

A diretoria, cujo mandato está terminando este mês, era loteada entre vários partidos políticos, o PCB, o PCB do B, o PDT e até mesmo uma ala do PT. Esses partidos, na verdade, são fracos na sociedade e também nas fábricas. Sua presença na diretoria tinha uma representatividade falsa, em relação às bases. O metalúrgico não tinha noção da fraqueza desses partidos, que emperravam o andamento dos trabalhos da cúpula do Sindicato. Uma reunião que poderia durar 40 minutos se arrastava durante quatro horas, só por causa do conflito do poder entre esses partidos, com os quais o metalúrgico da base não tinha nada a ver. Numa tentativa de se resolver esse problema, foi proposta a ampliação da diretoria para 105 pessoas, só para acomodar todas os grupos numa chapa única. Como cada diretor

tem direito a cinco auxiliares, teríamos uma brigada de 525 pessoas. A partidarização absoluta do sindicato não é feita em função dos interesses do trabalhador, mas para viabilizar uma correia de transmissão para grupos políticos interessados em instrumentalizar a luta operária. Não interessa ao trabalhador um sindicato com cabeça grande e pés de barro, mas um com cabeça pequena e ágil e enraizado dentro das empresas. Quando senti o ambiente, me rebeli e denunciei que o sindicato não pertencia mais aos metalúrgicos, mas grupos políticos externos. Não menti, contei tudo. Acho que todo trabalhador deve ter um partido, mas seu sindicato, não. Quando um dirigente partidário vem conversar comigo aqui, sabe que está falando com um líder de classe e não com um político.

Esse sindicalismo apartidário é mais eficiente?

Não tenha dúvida. Eu acredito num sindicalismo de resultados. Não se mede a eficiência de um sindicato pelo número de greves que ele faz, mas pelas conquistas que ele obtém, seja pela greve, seja pelo acordo. Na campanha, eu usava este argumento: os eletricitários e os marítimos ganharam seus dissídios, e lá não tem CUT; os petroleiros e os bancários perderam, sob a égide da CUT. Eu consegui aqui um acordo dez vezes melhor do que a CLT, e o sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi simplesmente destruído pelo PT. Passaram quatro anos sem acordo, na base da lei da selva, e agora conseguiram um acordo meio imitado do nosso. O papel do sindicato não é transformar seus dirigentes em políticos importantes, mas vender por um preço mais caro a força de trabalho dos seus associados. As chapas da oposição exploram o fato de eu ter sido fotografado sorrindo ao lado do presidente da FIESP, Mário Amato. Desde que saia um acordo bom para os trabalhadores, não interessa se ele foi conseguido por abraços com Mário Amato ou por uma greve de 40 dias.

Os trabalhadores cobraram muito essa sua atitude?

Trabalhador não patrulha. Sofri uma patrulha terrível, mas ela não foi feita por trabalhador, que está interessado em salário e em dignidade. A patrulha é feita por estudantes que pensam que sindicato é universidade. A esquerda vive num mundo que não é o do trabalho, é um mundo artificial frustrado, que parou em 1917. Ninguém pode pensar de modo diferente do que reza sua cartilha. Quem ousar isso será logo acusado de direitista. Mas eu não pago tributo à patrulha ideológica. Fui para as portas de fábricas conversar com trabalhadores e, quando vieram reclamar que eu estava sorridente ao lado do patrão, respondi que eu quero ver o trabalhador feliz da vida e não enfezado e infeliz, mal-educado, como querem esses líderes da esquerda. Com cara feia e sem educação, os dirigentes metalúrgicos de São Bernardo do campo conseguiram apenas um mau acordo. Em 1984, a moda era "mudar". Agora o trabalhador pergunta para que direção acontecerá tal mudança. Nós alegamos que somos a mudança que está dando certo. E ganhamos as eleições.

A campanha foi violenta?

Em 1984, tivemos aqueles 54 feridos nas eleições, mas a confusão não foi armada por metalúrgicos. Foi a torcida que vem de fora. Eu fui fazer

campanha na porta da Monark e havia lá uma kombi com militantes das chapas de oposição para me agredir. Conseguimos escapar, eu chamei a polícia e foram feitos boletins de ocorrência. Reduzi o caso da violência ao episódio policial. Transformando o evento em jurídico, evitei que a violência política se instaurasse. Foi essa atitude que comandou o pedido que fiz para que a polícia evitasse a entrada de não-sócios na rua do Carmo nos dias da votação. Se a polícia não tivesse impedido a entrada de estranhos, possivelmente eles teriam inviabilizado a eleição, que, aliás, foi limpíssima. Não há nenhum adversário reclamando de fraude.

E a Igreja, interveio muito no processo eleitoral de vocês?

Um dos motivos de nossa vitória foi a coerência de nossa posição. Sempre defendemos a autonomia sindical e, por isso, não podemos admitir interferência externa, seja do Estado, seja dos partidos políticos, seja da Igreja. As três interferências são malfazejas, atingem o princípio da soberania e não sei qual das três é a pior. Se um sindicato aliena o princípio da soberania, não tem como fazer política sindical.

Vocês também são contra a CUT na questão do pluralismo sindical?

Só existe sindicalismo forte sob duas condições: unidade e autonomia. A unidade não exclui o pluralismo, só que, no caso, o conflito se resolve dentro do sindicato. O patrão se beneficia do conflito externo existente no pluralismo sindical. É esta a experiência histórica dos trabalhadores nos países capitalistas desenvolvidos. Na Europa ou nos Estados Unidos, o pluralismo está caminhando para o centralismo. A Alemanha, por exemplo, tem 16 sindicatos e uma central, Hitler pulverizou o sindicalismo alemão, mas os 16 sindicatos e a central foram fundados na primeira cidade libertada pelos aliados, uma cidadezinha na fronteira com a Holanda. Acreditamos no pluralismo da idéia, mas só há sindicato forte quando, tomada uma resolução em assembleia, esta resolução for seguida por todos. Se o empresário só cresce na concorrência, o operário só cresce na unidade. Não podemos jogar fora a única boa conquista da época do getulismo, o princípio da unicidade. Concordamos até que seja extinto o Imposto Sindical, mas queremos manter o princípio do desconto em folha, a partir da decisão da contribuição decidida nas assembleias sindicais. Até porque o Ministério do Trabalho fica com 20% do Imposto Sindical e isto é um absurdo. Nós não queremos que o Ministério do Trabalho nos atrapalhe, mas também não lhe pedimos ajuda. Não seguimos a política da CUT, que se recusa a aceitar as interferências indevidas do Governo, mas corre logo a pedir socorro diante da primeira dificuldade, como está fazendo agora na questão da demissão dos operários da indústria automobilística. Queremos o Ministro do Trabalho fora. Mas somos pela manutenção da unidade, sem a interferência estatal, porque, se não há democracia sem partidos fortes, também não há democracia sem sindicatos fortes.

Até que ponto os sindicatos brasileiros estão conscientes de que a estatização da economia é um mal? Ou vocês a defendem?

Não se trata apenas de uma tomada de consciência dos sindicatos. Trata-se, acho, de um consenso da sociedade brasileira. No que nos toca,

posso lhe dizer, sem medo de errar, que o Estado é o pior patrão que existe. Pelo fato de ele ser patrão e mau patrão, porque é eternamente deficitário e improdutivo e, por isso, mete a mão no bolso das empresas produtivas e suga o suor do trabalhador, ele também, como árbitro, é o grande responsável pelos maus acordos feitos pelos trabalhadores. Ninguém é contra as estatais produtivas, mas também nenhum brasileiro pode ser a favor desse grande cabide de empregos que é a administração pública federal, com seus gastos exorbitantes e a corrupção toda que campeia. O Estado não dá voto. Depois das eleições, o que o Estado dá mesmo é dinheiro das comissões das obras públicas. Isso deve acabar.

O problema, Medeiros, é como acabar. Qual a sua receita?

Não se trata de ter uma receita. A realidade tratará disso. Veja que nós vivemos agora uma situação dramática, numa transição de um regime autoritário, militar, para uma democracia. Mas acho que esta transição é mais profunda. Estamos vivendo também a transição do Estado colonial para um país livre. Este Estado cartorial é o maior empecilho, hoje, à ascensão do Brasil ao primeiro mundo da liberdade e da prosperidade. Este mal tem raízes históricas no Estado português, no sistema das capitâncias hereditárias, fórmulas típicas do expansionismo colonial português. Neste Estado de favores e privilégios, o empresário não tem iniciativas livres, é um eterno dependente, que alienou, em troca de privilégios, sua soberania ao Estado. A crise parece muito difícil, mas o Brasil precisa deixar esta condição de Estado cartorial para instaurar o Estado de Direito. No mundo inteiro, a luta política é a da conquista da liberdade da sociedade civil, tentando debilitar as forças e os poderes do Estado. No Brasil a luta é maior. Se o Estado brasileiro não for libertado do jugo colonial, se o Brasil não se curar do câncer cultural, que é a retrógrada mentalidade terceiro-mundista predominante, não conseguirá dar o salto do oitavo para o quinto lugar entre as economias do mundo. O Estado moderno preside a grande aventura da sociedade e só será viabilizado se for afastado esse preconceito, que entre outros agentes, a Igreja jesuítica, importada para o Brasil, por acaso, na época da Inquisição, promove, para atrasar e empurrar o desenvolvimento do País."

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituinte, transcorre nesta data o quadragésimo primeiro aniversário do Partido Cristão no Brasil, contemporâneo da democracia cristã na Itália e que teve participação marcante na campanha pela redemocratização do País, ao lado do Brigadeiro Eduardo Gómes, mandando para a Constituinte de 1946 dois lúcidos representantes: o Padre Arruda Câmara, pelo Estado de Pernambuco, e o jornalista e escritor Manuel Victor, pelo Estado de São Paulo.

Foi o Partido Democrata Cristão que primeiro ofereceu legenda ao Marechal Juarez Távora, em 1950, quando a União Democrática Nacional

abandonou o nome de Etevino Lins para acompanhar o herói da Revolução de 1930.

A ideologia e a doutrina democrata cristã surgiram em Pernambuco, em 1901, quando Luiz Carlos de Menezes, adiantado industrial nordestino, procurou trazer à cena política brasileira os fundamentos políticos da pregação da bula *Rerum Novarum*, então apontada como uma muralha do cristianismo contra a bolchevização do mundo.

A participação, posteriormente, do pernambucano Arruda Câmara na luta partidária se processou sempre sob a legenda do PDC, até a extinção de todos os partidos por um Ato Institucional, no Governo Castello Branco.

Nesse momento, queremos lembrar a luta de Juarez Távora, como político militante, na campanha "O Petróleo é Nossa", de que foi, na verdade, o primeiro emissário, revelando os profundos sentimentos nacionalistas do povo brasileiro.

Depois dele, fiel correligionário e propagador dos ideais do fundador do Partido, Antônio Cesário Júnior, emérito professor da Faculdade de Direito de São Paulo, enriqueceram a legenda os Deputados Franco Montoro, Nélson Marchezan e José Richa, com notável vida pública em outras agremiações, com a Arena e o PMDB.

A democracia cristã, vitoriosa no Chile antes do socialismo de Salvador Allende e das tropelias de Pinochet, continua comandando os fatos políticos na Itália, afirma-se na doutrina de vários outros partidos sociais-democratas em outros países e retorna, hoje, no Brasil, sua vitoriosa arrancada em prol de melhores destinos para a nossa Pátria.

Quando velhas e poderosas siglas de 1945 – o PDS, a UDN, o PSP e o Partido Republicano – desapareceram, como o vibrante Partido Libertador e o PTN, o PDC, no bojo da última reforma eleitoral, reergueu-se das cinzas, reafirmando, crescentemente, o prestígio da democracia cristã e oferecendo novas opções ao nosso desenvolvimento político, social, econômico e financeiro.

Por isso mesmo, na qualidade de Líder do PDC, sinto-me honrado, neste momento, em festejar seus mais de quarenta anos de existência pregando teses que nasceram no despertar do cristianismo e são cada dia mais novas, porque o Evangelho flui perene em todas as vertentes da História, apontando ao homem a estrada do seu destino imortal.

Quero, Sr. Presidente, neste instante, fazer um apelo aos antigos líderes da nossa legenda – especialmente Franco Montoro, José Richa, Ney Braga, Nélson Marchezan e tantos outros – para que retomen o ninho antigo, onde emplumaram sua vocação política, capacitando-se a prestar relevantes serviços aos seus Estados e ao País.

Quando tanto se fala em soluções progressistas, na fidelidade dos partidos às aspirações do povo, o nosso PDC é uma legenda ampla e luminosa, semelhante das soluções nacionalistas, fidelíssima aos nossos sentimentos patrióticos, capaz de levar o Brasil aos seus luminosos destinos, postergando todas as aventuras totalitárias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a mobilização popular é um caminho justo, necessário e democrático. Essa mobilização tem sido uma tradição de luta dos trabalhadores, da juventude; entretanto, mais recentemente, os setores conservadores procuram utilizar-se dessa mobilização no sentido de pressionar a Assembléia Nacional Constituinte.

Quero aqui, Sr. Presidente, fazer uma grave denúncia à Nação. Chegou às minhas mãos um documento, em papel timbrado da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – e chamo a atenção dos constituintes para os termos utilizados neste documento e para o fato de não estar assinado, no entanto o timbre é da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

O que diz esse documento? Fala da necessidade de se organizar tropa de ocupação nas galerias da Assembléia Nacional Constituinte. Sr. Presidente, "tropas de ocupação" é terminologia fascista. Estabelece, em seguida, a lista dos considerados constituintes amigos e a considerados "cubanos", entre os quais o Deputado Gumerindo Milhomem e outros companheiros Deputados e Senadores.

Este documento também diz que é necessário utilizar duzentas pessoas, contratadas ou não – ou seja, é uma tropa de choque mercenária que é necessário enfrentar nas galerias, do primeiro ao último minuto da votação, os grupos de pressão, onde vale – segundo o documento – o grito, a discussão, o insulto, a provocação, a briga, a expulsão, o constrangimento, e tudo o mais. Ora, "tudo o mais", neste contexto, é murro, é facada, é agressão física. Considero um fato da mais alta gravidade.

Falam também da necessidade de constranger os Constituintes contrários à mercantilização do ensino. Considero também esse fato extremamente grave e o denuncio à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Sabemos, porém, que essas ameaças não partem somente daqueles que estão vinculados ao ensino mercantilizado no Brasil. Essas pressões partem sobretudo da famigerada União Democrática Ruralista, entidade de extrema direita, financiada pelos latifundiários que não querem qualquer tipo de reforma agrária neste País.

A União Democrática Ruralista está nesta cidade com o objetivo de pressionar a Assembléia Nacional Constituinte e hoje, nos jornais de Brasília, o Presidente dessa entidade fascista faz acusações a mim e a Deputados do PT pela coerência que tivemos na Comissão da Ordem Econômica em defesa da reforma agrária.

Quero aqui dizer que a UDR foi acusada pela mãe de Paulo Fontelles como responsável pelo assassinato daquele combatente pela reforma agrária. Paulo Fontelles havia denunciado há muito tempo, há vários anos, na Assembléia Legislativa, que em Paragominas os latifundiários, que vieram depois a organizar a UDR, haviam feito a lista de dez democratas que deveriam ser assassinados. Paulo Fontelles era o oitavo dessa lista, e, dos dez, oito já foram assassinados. Portanto, é uma entidade terrorista, contrária aos interesses dos trabalhadores, que procura confundir o pequeno e o médio produtores, querendo insinuar que aqueles que defendem a reforma agrária o fazem contra a pequena e a média propriedades,

o que é uma falsidade. A reforma agrária dirige-se contra o latifundiário, contra o latifúndio improdutivo ou de baixa produtividade, e nunca contra o pequeno e médio produtor.

Quero, portanto, deixar registrada essa denúncia e, ao mesmo tempo, fazer um chamamento à opinião pública, ao trabalhador, à juventude e aos intelectuais para a necessidade de uma ampla mobilização popular, de um processo de pressão democrática sobre a Assembléia Nacional Constituinte, porque os grupos de pressão financiados pelos latifundiários, pelas empresas multinacionais, pelas escolas particulares começam a chegar em grande quantidade a Brasília. É necessário, também, que as forças populares e democráticas se unam para trazer a Brasília a representação legítima do povo brasileiro. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Aldo Arantes, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, houve há pouco, nesta sessão, mais um ataque de cascavel traíçoeira e venenosa. Fez seu ataque e se retirou do plenário, a despeito de eu tê-lo convidado para aqui permanecer, a fim de ouvir minha resposta. Cascavel ou urutu – talvez o prefira – refiro-me à pessoa do Constituinte Amaral Netto.

Cobrava S. Ex.^a da Mesa providências em relação à acusação que fiz, transferindo informações de uma revista norte-americana – uma história que V. Ex.^{as} já conhecem, mas sou forçado a repetir – que culpa determinados Constituintes de serem integrantes de uma articulação patrocinada pela **National Endowment for Democracy**.

Tive oportunidade de afirmar, daquele microfone de apartes, que enviaria ao gabinete de cada um dos Srs. Constituintes uma cópia do artigo publicado pela revista **Executive Intelligence Review** do dia doze de junho, para que tomassem conhecimento das acusações lá contidas.

Ao que me parece, o Constituinte Amaral Netto não se deu conta de que isso está documentado, de modo que me sinto forçado, nesta sessão, a encaminhar à Mesa um documento comprobatório das acusações que trouxe e das denúncias que fiz. Os Constituintes Amaral Netto, Roberto Campos, Delfim Netto e Afif Domingos, segundo essa revista, constituem a "Gangue do Projeto Democracia em Brasília". Este é o título da matéria assinada pela jornalista Sílvia Palácios, que não é mexicana, como S. Ex.^a afirmou, e absolutamente não é bêbada, como também foi dito. De modo que esse ataque do Constituinte Amaral Netto não pode ser dirigido à bancada do meu partido, como ocorreu hoje. S. Ex.^a tem de tomar providências em relação a essa revista e a essa jornalista, processando-as, se acha que está sendo vítima de uma calúnia.

Fiz o que era de meu dever. Qualquer um dos Srs. Constituintes assim agiria diante das informa-

ções que recebi. Trouxe ao Plenário da Constituinte e registrei nos Anais essa acusação grave que vem sendo feita – e foi repetida agora pelo Constituinte Aldo Arantes – no sentido de que as forças conservadoras deste País, com influências externas, do Palácio do Planalto e de outras pessoas que detêm o poder, tentam influir nos trabalhos constituintes, tentam ameaçar aqueles bravos companheiros que querem dar ao Brasil uma Constituição à altura do momento histórico que vivemos.

Já disse – e repito – que os Constituintes progressistas que integram esta Assembléia Nacional Constituinte não irão intimidar-se com as aleivosias, os impropérios, as acusações e as palavras baixas de que se utiliza o Constituinte Amaral Netto. Isso, rigorosamente, não nos toca, não nos comove nem nos incomoda. Lamento apenas que todas as vezes em que venho ao microfone rebater o Constituinte Amaral Netto, S. Ex.^a se retira do plenário como uma cobra venenosa, que dá o bote e, depois, se esconde na cova, onde, de resto, o Constituinte Amaral Netto deveria permanecer escondido por mais tempo.

Dessa forma, nobre Constituinte Mário Maia, faço questão de encaminhar a V. Ex.^a, que está presidindo esta sessão, mais uma cópia desse artigo, que todos os 559 Srs. Constituintes receberam, porque fiz com que fosse distribuído através de serviços prestados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Deixo à disposição daqueles que porventura não tenham tomado conhecimento dessa denúncia cópias do artigo da jornalista Sílvia Palácios.

O nobre Constituinte Mauro Benevides foi escolhido pela Mesa para apurar, a pedido do Constituinte Amaral Netto, as informações que trouxe ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Na verdade, uma decisão equívoca da Mesa, pois o que precisava ser feito era uma investigação séria, detalhada, sobre os episódios narrados desta tribuna por mim e por outros Companheiros, como a reunião realizada na casa do referido empresário, mantida pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil, no Lago Sul, e nem ele nem nenhum dos acusados negou tenha ocorrido.

Espero que V. Ex.^a encaminhe esse documento à Mesa. Já vou alertando ao Constituinte Amaral Netto que estou recebendo outras informações para poder fazer face aos seus interesses investigativos de conhecer melhor as acusações levantadas por essa revista.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:
Report from Rio by Silvia Palacios

PROJECT DEMOCRACY GANG IN BRASILIA

Brazil has its own "secret government" working to undermine economic sovereignty – and guess who's protecting it?

The Brazilian connection to the Irangate scandal has been uncovered by EIR in the operations of secretive group around the National Constituent Assembly, where a new Brazilian Constitution is in the making. The cited group is plotting to write

out of the new Constitution the state monopolies over petroleum and other natural resources which are the pillar of Brazilian economic sovereignty.

Since the fall of Finance Minister Dilson Funaro in April, Brazil's antinationalists have sped up their efforts to abolish the large state companies. Their special target is the oil company Petrobras, symbol of Brazilian nationalism. Their sponsors are none other than the "Project Democracy" crowd around Col. Oliver North, formerly of the U.S. National Security Council, who ran a parallel government to impose their totalitarian vision of "democracy" on the world.

According to a report in *Jornal do Brasil* of May 27, a group of ultraliberals has been secretly meeting to discuss plans for de-nationalizing oil, in a sumptuous palace in Brasília made available by the Confederation of Brazilian Commercial Associations (CACB). Among the group, to mention a few, were Liberal Party deputy Afif Domingos, PDS deputy Amaral Netto, senator Roberto Campos, and representatives of former Finance Minister Delfim Neto.

As it turns out, the CACB, chaired by businessman Amaury Temporal, is the Brazilian arm of Project Democracy's "private enterprise" mouth-piece, the Center for International Private Enterprise (CIPE). CIPE is funded by the U.S. Chamber of Commerce and National Endowment for Democracy – the public front for North's Project Democracy!

The links between CACB and CIPE are overt. In a Feb. 4, 1987 bulletin of CIPE, the institute admits to having helped sponsor at least two seminars in Brazil, which have served both as a channel for the International Monetary Fund's "free enterprise" prescriptions, and to Project Democracy.

The CIPE bulletin stated that CACB will direct "explanatory sessions on the legislative process, legislative cycle, organizing program and regulatory lobbying. Since Brazil's Constitution is still in its formative process, CACB views these seminars as a timely way to demonstrate the value of private sector participation in the legislative process".

A powerful group has been gathering around the institution of the CACB since before the 1986 elections, with an eye to gaining seats in the Constituent Assembly. One important figure in this group is Congressman Afif Domingos, former president of the São Paulo Commercial Association, whose Liberal Party is closely linked to the Peruvian Institute for Liberty and Democracy (ILD), a key Project Democracy thinktank in South America.

Then, of course, there is congressman Delfim Neto, admirer of Hitler's finance minister Hjalmar Schacht, who as Brazil's finance minister during 1983-84, handed the country over to the foreign creditors. Neto's technocrats are now re-taking the finance ministry under Funaro's successor Bresser.

Also forming part of the group around CACB is the National Banking Federation, which orchestrated the rebellion against a government decree to lower the high interest rates strangling the productive sector, and the Brazilian Rural Society, headed by Flávio Telles, which in turn shelters the Rural Democratic Union (UDR). The UDR functions as a private army of the latifundists

against agrarian reform, and receives financing from the fanatical Nazi sect Tradition, Family and Property (TFP).

The case of Senator Roberto Campos – without question, the leading light of the CACB group – is the most illustrative of the kind of political network that created the Project Democracy monstrosity in the first place. Campos was Planning Minister in 1964-67, an ultra-liberal from the school of Milton Friedman and Friedrich von Hayek. Before that, he was a communist from the school of 1920s Soviet leader Nikolai Bukharin. In his "anti-communist" conversion, Campos abandoned neither Karl Marx nor his hatred for the nation-building policies of the French 17th century statesman Colbert, often called mercantilism.

In an interview with *Playboy*, Campos says: "Best was the interpretation of the historic evolution of the economy... that vision of Marx is dramatically correct". Attacking Colbert as an influence which must be destroyed, Campos called mercantilism "a residue of colonial traditions from Spanish and Portuguese culture, both mercantilist in nature, which stipulate a high level of state intervention, of protectionism. This is the unfortunate tradition of Latin America".

Reportagem do Rio – de Silvia Palacios PROJETO DEMOCRACIA REÚNE-SE EM BRASÍLIA

O Brasil tem seu próprio governo secreto" trabalhando para arruinar a soberania econômica – e adivinhe quem o está protegendo?

A conexão brasileira ao escândalo Irangate foi descoberta pela EIR (Executive Intelligence Review) nas operações de um grupo reservado ligado à Assembleia Nacional Constituinte, que está elaborando a nova Constituição brasileira. O grupo citado planeja retirar da nova Constituição os monopólios estatais sobre o petróleo e os outros recursos naturais que constituem o sustentáculo da soberania econômica brasileira.

Desde a queda do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro em abril, os antinacionais do Brasil aceleraram seus esforços para abolir as grandes empresas estatais. O alvo principal do grupo é a empresa de petróleo Petrobrás, símbolo do nacionalismo brasileiro. Seus patrocinadores são nada menos que o grupo "Projeto Democracia" ligado ao Coronel Oliver North, que pertenceu ao Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e que dirigiu um governo paralelo para impor sua visão totalitária de "democracia" no mundo.

De acordo com uma reportagem do *Jornal do Brasil* de 27 de maio, um grupo de ultraliberais tem se encontrado secretamente para discutir planos para a desnacionalização do petróleo, num sumptuoso palácio em Brasília posto à disposição do grupo pela Confederação Brasileira de Associações Comerciais (CACB). Entre o grupo, para mencionar alguns poucos, estão o Deputado do Partido Liberal Afif Domingos, o Deputado do PDS Amaral Netto, o Senador Roberto Campos, e representantes do ex-Ministro da Fazenda Delfim Neto.

Conto foi confirmado, o CACB, presidido pelo empresário Amaury Temporal, é o porta-voz da

ramificação brasileira da "empresa privada" do Projeto Democracia, o "Centro Internacional para Empresas Privadas" (CIPE). O CIPE é apoiado pela "Câmara de Comércio dos Estados Unidos" e "Dotação Nacional para a Democracia" a frente pública para o Projeto Democracia" de North.

As ligações entre a CACB e o CIPE são abertas. Num boletim do CIPE de 4 de fevereiro, a instituição admite ter ajudado no patrocínio de pelo menos dois seminários no Brasil, que serviram tanto como um canal para as prescrições de "livre empresa" do FMI quanto para recrutar adeptos ao Projeto Democracia.

O Boletim do CIPE diz que o CACB dirigirá "sessões explanatórias sobre processo legislativo, período legislativo, organizar programação e lobbying regulador. Já que a Constituição do Brasil está ainda no seu processo de formação, a CACB encara esses seminários como uma maneira oportuna de demonstrar o valor da participação do setor privado no processo legislativo".

Um grupo poderoso tem se reunido em torno da CACB desde antes das eleições de 1986, com a intenção de ganhar cadeiras na Assembleia Constituinte. Uma pessoa importante desse grupo é o Deputado Afif Domingos, ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, pertencente ao Partido Liberal que é estritamente ligado ao Instituto Peruano para a Liberdade e Democracia" (ILD), grupo chave do Projeto Democracia na América Latina.

A seguir, naturalmente, há o Deputado Delfim Neto, admirador do Ministro da Fazenda de Hitler Hjalmar Schacht, que como Ministro da Fazenda do Brasil entre 1983 e 1984, entregou o País aos credores estrangeiros. Os tecnocratas de Delfim Neto estão retomando o Ministério da Fazenda através do sucessor de Funaro, o Ministro Bresser.

Como parte do grupo do qual pertence a CACB está a Federação Nacional dos Bancos, que orquestrou a rebelião contra um decreto do Governo para baixar as altas taxas de juros que estrangulam o setor produtivo; e a Sociedade Rural Brasileira, presidida por Flávio Telles, que por sua vez abriga a União Democrática Ruralista (UDR). A UDR funciona como um exército privado de latifundiários contra a reforma agrária, e recebe financiamento da facção nazista da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

O caso do Senador Roberto Campos, certamente, a luz dirigente do grupo da CACB, é em primeiro lugar o exemplo mais ilustrativo do tipo de entrelacamento político que criou a monstruosidade do Projeto Democracia. Campos foi Ministro do Planejamento de 1964 a 1967, um ultraliberal da escola de Milton Friedman e Friedrich Von Hayek. Antes disso, ele foi comunista da escola dos anos de 1920 do líder soviético Nikolai Burkhanin. Em sua conversão anticomunista, Campos não abandonou nem Karl Marx nem seu ódio pelas políticas da formação do estado do político francês do século XVII Colbert, freqüentemente chamadas de mercantilismo.

Numa entrevista concedida à revista *Playboy*, Campos diz: "Melhor foi a interpretação da evolução histórica da economia... aquela visão de Marx está dramaticamente correta". Atacando Colbert como uma influência que deve ser destruída, Campos chamou o mercantilismo de "um resíduo das tradições co-

loniais da cultura hispânica e portuguesa, ambas mercantilistas por natureza, que estipulam um alto nível de intervenção estatal, de protecionismo. Está é a tradição infeliz da América Latina".

O SR. JAMIL HADAD, LÍDER DO PSB:

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tem causado espécie a todos os autênticos democratas a campanha orquestrada pelos grandes veículos de comunicação do País contra a Assembléia Nacional Constituinte. Diariamente há editoriais procurando desmoralizá-la.

Neste momento, as forças que patrocinam, através da imprensa, esse noticiário, estão chegando a Brasília. Vimos o celerado presidente da UDR chamar o nobre Líder Mário Covas de comunista e de homem sem respeito público, e atingir companheiros do PT e outros que lhe são contrários e desejam a reforma agrária. Tivemos a honra de participar da luta por essa reforma antes de 1964; inclusive nosso mandato foi cassado em razão das nossas posições. O mesmo grupo que promoveu o Movimento de 64, para evitar a reforma agrária, aqui está, de novo, presente.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a grave situação do País em 1964, sob o aspecto rural, transformou-se hoje em sério problema rural e urbano. Temos megalópoles como, por exemplo, o Rio de Janeiro, com um terço da população residindo em 472 favelas. Tudo isso provocado por homens que usam armas, que matam os que lutam pela reforma agrária.

Sr. Presidente, esta é a hora de o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, assumir o papel de defensor da Constituinte e requerer, de acordo com o que lhe concede o Regimento aprovado no plenário, o horário, gratuito no rádio e na televisão, a fim de informar a população brasileira sobre os rumos da Assembléia Nacional Constituinte.

Vemos, agora, Sr. Presidente, diuturnamente, as pressões do Palácio do Planalto, tentando como se diz na gíria, "matar o jogo", começar tudo de novo, dizendo que o que está aprovado ou em curso na Assembléia Nacional Constituinte é uma aberração.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, repito, esta é a hora de o Presidente Ulysses Guimarães assumir o papel de Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e evitar que esta campanha subliminar, diária, dos grandes veículos de publicidade venha a desmoralizar, perante a opinião pública, todos os que participamos da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, existe um Regimento aprovado, que há de ser cumprido; não são substitutivos do Palácio do Planalto que deverão entrar nesta Casa sub-repticiamente, através de seus Líderes. A Constituição há de ser a vontade dos Srs. Constituintes. E nesse sentido, Sr. Presidente, apelo aos nobres membros do partido majoritário desta Casa, o PMDB – oriundo do MDB, agremiação onde tive o meu mandato cassado – pois a população muito espera do partido, neste plenário.

Esperamos dos elementos que compõem a bancada do PMDB que não faltem com as pro-

messas de campanha. Que cumpram seu dever, assumindo o programa do partido, a fim de enfrentarmos a população de resto erguido e podermos dizer que elaboramos a Constituição à semelhança da postulação do povo brasileiro.

Sr. Presidente, no momento em que constatamos a existência de acusações, veiculadas nos Jornais, como as que o Sr. Caiado fez contra o ilustre membro do PC do B, nosso querido colega Constituinte Aldo Arantes, quero afirmar aqui que tais comportamentos terão de ser neutralizados pela pressão autêntica da maioria do povo brasileiro. A população deverá ser mobilizada, sim, para democraticamente, não à custa do dinheiro ou de compromissos antinacionais, mas de sua vontade, fazer ver aos Srs. Constituintes que o momento é grave, e, ou a Constituição vem a ser o reflexo e a manifestação da população brasileira, ou, então, as consequências serão imprevisíveis.

Agradeço a V. Ex.^a pela oportunidade que me concedeu de poder avançar alguns minutos.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: –

Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT-SP. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, meus caros colegas, ocupo esta tribuna para uma breve comunicação. Em primeiro lugar, desejo manifestar, em nome da bancada do meu partido, nossos sentimentos de pesar ao Presidente Ulysses Guimarães pelo falecimento de seu irmão.

Em segundo lugar, quero expressar à Casa a nossa solidariedade ao Relator Bernardo Cabral, que está sendo acusado, neste momento, de ter produzido um texto contraditório, desequilibrado e inviável. A afirmação de fato é real. O texto que surgiu dos trabalhos das 24 Subcomissões e das 8 Comissões tem esses três atributos: é contraditório, desequilibrado e inviável. E é esta, precisamente a sua qualidade, porque não foi um texto cozinrado para esconder a contradição, o desequilíbrio e a inviabilidade da sociedade brasileira. Ele preparou, como dizia há pouco o Constituinte Jamil Hadad, um debate real. E a grande preocupação dos setores privilegiados deste País é que esta realidade veio à tona. E, no mundo da fantasia, onde é necessária a perpetuação do privilégio, não pode haver uma exposição clara da realidade. De modo que querem fazer de S. Ex.^a, o Relator Bernardo Cabral, o bode expiatório daquilo que é um defeito da nossa sociedade. Pretendem transformá-lo no responsável por algo que é o resultado do sistema que adotamos para fazer a Constituição.

Deste modo, Sr. Presidente, solicito que V. Ex.^a faça constar dos Anais da Casa que a bancada do Partido dos Trabalhadores não aceita essa verdadeira provocação, bem como não vai aceitar, na Comissão de Sistematização, manobra alguma tendente a mudar o Regimento Interno e a alterar, no meio do caminho, o roteiro estabelecido para se elaborar a Constituição.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Sr.

Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder da PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, militantes do PMDB, em número superior a 200, dentre os quais mais de sessenta Constituintes, reuniram-se em Brasília no Encontro do PMDB Programa e Compromisso, para debater a conjuntura do País, os trabalhos constituintes e a situação do Partido. A intenção era iniciar um processo de discussão prévia e posterior à Convenção Nacional que, a partir de agora, seja acelerado a nível de cada Unidade da Federação e nas bases municipais.

Representantes dos Estados, à exceção de apenas três, trouxeram, assim, a manifestação das várias áreas partidárias e procuraram um rápido e eficaz procedimento de revisão antes da Convenção, já propondo alguns pontos de referência.

A força do encontro, a profundidade dos debates e o clima de preocupação e responsabilidade denotam bem o crucial momento vivido pelo PMDB e o desejo de seus militantes de vê-lo revigorado, à base dos seus compromissos históricos e fundamentais, e cumprindo o papel de agente da democratização e da mudança.

O documento básico "Unidade Progressistas para Avançar na Constituinte e Continuar a Luta do PMDB" foi debatido, recebeu contribuições e foi aprovado, nos termos que se seguem:

"O PMDB E UM PROJETO NACIONAL

Comecemos pelo futuro. Em nome de nossa responsabilidade histórica declaramo-nos conscientes da impossibilidade do sistema econômico em vigor responder às mais profundas necessidades humanas, esta consciência nos compromete com a tentativa de construir as propostas e os instrumentos para a superação dessa fase histórica e o ingresso do Brasil numa nova era de liberdade, trabalho e felicidade.

Resultado de um processo histórico marcado pela exclusão das grandes massas populares e pela dependência externa, o desenvolvimento capitalista brasileiro revelou a inteireza da sua selvageria durante a ditadura pós-64. Cresceu e modernizou-se simultaneamente ao crescimento da miséria, da fome e do desespero de milhões de brasileiros. Busca agora uma nova etapa em nossa estrutura econômica. E propõe um negócio horripilante: em troca de uma meia democracia, um meio Brasil. Uma Nação sem soberania. – Um País colonizado. Dão-nos o exemplo da Coréia do Sul e apontam o caminho da conversão de juros da dívida externa em capital de risco. Falam em corredores de exportação. Querem abertura das Bolsas de Valores e do sistema financeiro para o capital estrangeiro. Planejam, enfim, a desnacionalização econômica e o consequente empalidecimento do verde-amarelo que ainda resta na cultura, nos costumes e na vida brasileira. Reconheçamos, contudo, mesmo antinacional e antipopular, este é um projeto para o futuro – do País. A vontade das elites e das multinacionais está, portanto, delineada.

E pelo lado do povo, e da parte do Brasil, quem está desenhando nosso futuro?

As forças populares precisam formular as premissas básicas para a **construção de um verdadeiro Projeto Nacional**. Um projeto que as classes dominantes foram incapazes de realizar.

Ao PMDB, fazendo uma profunda opção pelo trabalho, caberia este imenso papel. Tornar-se partido e organizar a vontade nacional para realizar as revoluções necessárias. A revolução tecnológica que nos embarque neste vôo da História que é a micro-eletrônica, a telemática e a produção industrial robotizada. A revolução cultural que nos possibilite a recuperação da cidadania, da identidade nacional e dos nossos valores históricos, étnicos e culturais. A revolução democrática e social que reintegre à vida os milhões de brasileiros em estado de miséria e nos salve da possibilidade de produzirmos uma sub-raça humana no Brasil.

Só verdadeiros partidos, capazes, a um só tempo, de construir formulações estratégicas para o Brasil e para a América Latina e de repassar essas formulações à base da sociedade via militância cotidiana, poderão organizar democraticamente a vontade nacional. E só com a vontade nacional organizada, as massas conscientes e os cidadãos plenamente livres implementar-se-ão projetos de governo como parte do programa Projeto Nacional.

UMA PROPOSTA DE ESTRATÉGIA

A estratégia num grande partido como o PMDB não pode ser um segredo guardado na cabeça dos seus chefes. Segredos táticos são necessários e até inevitáveis, mas não podem substituir as grandes linhas estratégicas necessárias à mobilização de grandes massas. Nesse caso a estratégia tem que ser uma arma na mão do militante.

É claro que o primeiro elemento dessa estratégia – a própria estratégia de longo prazo – seria a definição de um Projeto Nacional incorporado ao programa do PMDB quando da sua transformação em partido de massas, se tal vier a acontecer.

Mas, enquanto isso, não podemos ficar prisioneiros de prazos e conceitos jurídicos (o que é, e o que não é matéria constitucional) limitando-nos à defesa, até heróica, por vezes, dos nossos pontos programáticos na Assembléia Nacional Constituinte.

Por isso propomos:

1 – Construir uma ampla Unidade progressistas capaz de consolidar o que se conquistou de positivo até agora na Nova República e na Constituinte e de abrir caminho para novas conquistas. O setor progressista do PMDB, somando-se aos demais partidos ou segmentos partidários compromissados com avanços dos movimentos sociais, sindicais, populares, pode constituir expressiva força política para influir na Assembléia Nacional Constituinte e nos rumos da transição;

2 – Reafirmar e cumprir rigorosamente o compromisso do PMDB com a transição democrática mas se afastar do Governo José Sarney;

A firmeza do PMDB para dar garantia institucional à transição em nada deve abrandar

a posição crítica em relação ao Governo, que vem sistematicamente se afastando dos compromissos de sua transitoriedade, dos ideais da Nova República (reformas não realizadas e restabelecimento da viciada prática dos favores e fisiologismos de toda espécie), negando o programa, os compromissos e as propostas do PMDB;

3 – Formular a definição de uma linha política do PMDB para sua atuação na Constituinte, na legislação ordinária e em políticas de governo, especialmente na plataforma da candidatura do Partido à Presidência da República.

Busca-se a unificação, numa só perspectiva, das diretrizes peemedebistas para questões constitucionais, de Lei e de Governo e que apontem também para o pós-Constituinte. Com isso, estabelece-se um rumo para tratar do conjuntural e do estrutural.

Assim, o PMDB, agindo como partido, entra na campanha das diretas e no jogo da sucessão presidencial não apenas com nomes e idéias esparsas, mas com uma proposta de programa de governo incluída na ampla perspectiva de um verdadeiro projeto nacional.

4 – Ativar a participação do PMDB nos movimentos sociais, fortalecendo e prestigiando suas estruturas de militância nas áreas sindical, comunitária, da juventude, da mulher e da cultura.

5 – Efetivar a democratização das negociações no processo constituinte para evitar a crescente acumulação de Impasses. Listados os pontos de maior divergência, grupos pluripartidários e multi-ideológicos discutiriam em sessões públicas e sessões privativas de Constituintes, com o acompanhamento e a contribuição das organizações sociais, populares, sindicais, um posicionamento pela negociação dos conflitos.

Para se contornar a incompatibilidade entre o caráter sintético da relação constitucional com a necessidade de negociar formulações concretas só possíveis em lei ordinária, sugerimos a hipótese de incluir como disposição transitória tudo aquilo que, resultado da negociação, "exceder" a Constituição.

6 – Apresentar à Convenção do Partido a indicação para o acionamento do Código de Ética em relação aos peemedebistas que não sigam o Programa e as propostas oficiais do PMDB, a partir da advertência e, no caso da reincidência, as demais sanções.

7 – Encaminhar à Convenção do PMDB moção de rejeição às medidas econômicas que contrariam os princípios básicos do programa e oferecer alternativas (no mínimo) para a recuperação dos salários, combate à recessão e avanço na negociação da dívida externa. O PMDB não pode assistir passivamente a qualquer retrocesso da política econômica. De plano, apresentam-se as seguintes propostas:

7.1 – Recomposição do salário mínimo;

7.2 – Antecipação do pagamento dos resíduos;

7.3 – Redefinição das regras de reajuste salarial com o objetivo de proteger os salários contra uma eventual aceleração da inflação;

7.4 – Promover um efetivo congelamento de preços, com intensificação da fiscalização e aperfeiçoamento da legislação contra violações do congelamento;

7.5 – Manter investimentos públicos prioritários notadamente na área social;

7.6 – Reduzir as taxas de juros internos;

7.7 – Negociar de forma soberana a dívida externa, sem recurso ao FMI, com prévia e rigorosa auditoria para avaliar a natureza e aplicação da dívida;

7.8 – Manter a moratória dos juros como instrumento de negociação, a ser mantido até a finalização de um acordo de reescalonamento da dívida que atenda aos interesses básicos do País;

7.9 – Estender a moratória aos juros devidos ao Clube de Paris;

7.10 – Apresentar uma proposta abrangente de renegociação da dívida, que reduza a transferência de recursos ao exterior e afaste em definitivo a ameaça de recessão representada pelo estrangulamento externo da economia;

7.11 – Rejeitar os esquemas de conversão da dívida em capital de risco e outras medidas que impliquem na desnacionalização da economia e evasão de divisas;

7.12 – Submeter a prévia aprovação pelo Congresso Nacional todos os acordos relativos à renegociação da dívida externa;

7.13 – Promover uma reforma tributária de emergência que viabilize administrativamente os Estados e Municípios;

7.14 – Definição imediata de uma política financeira que estimule o setor produtivo e combata eficazmente a especulação.

8 – Decisões políticas tomadas como propostas ou moções:

8.1 – Repúdio à utilização da Lei de Segurança Nacional e solidariedade aos incursos neste instrumento de exceção e símbolo do regime ditatorial;

8.2 – Propor à Convenção seja definida, de imediato, transmissão em cadeia nacional de rádio e televisão (com participação de Constituintes realmente identificados com as causas peemedebistas) de manifesto à Nação, reafirmando compromissos programáticos e históricos do Partido;

8.3 – Censura ao Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, por sua conduta na Constituinte, forçando substitutivos e atropelando o Regimento;

8.4 – Censura ao Ministro Bresser Pereira pelas declarações quanto ao programa partidário, quando da sua presença na Câmara dos Deputados;

8.5 – Apoio ao parlamentarismo;

8.6 – Propor à Convenção que o PMDB se integre, mediante condições previas, na campanha das eleições diretas em 1988;

8.7 – Protesto à tentativa de intervenção no processo constituinte por parte de Ministros Militares, especialmente quanto à anistia;

8.8 – Conclamar os governadores, eleitos sob a legenda do PMDB, a respeitarem,

no exercício do Poder, o programa, propostas e compromissos partidários;

8.9 – Repudiar veementemente todas as tentativas de interferência do Governo na elaboração da Nova Constituição, num desrespeito à própria existência e ao livre funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte;

8.10 – Multiplicação do Encontro aos Estados, com objetivos e temas análogos, ampliando a participação às bases estudantis, sindicais, operárias, camponesas, lideranças de classe, profissionais liberais, Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, Governadores, intelectuais, artistas e todos os demais segmentos da militância partidária. Tais encontros, previstos para antes e depois da Convenção, buscam assegurar a continuidade, desdobramento e sucesso do espirito, das idéias e propostas aprovadas no evento;

8.11 – Definir ideologicamente o PMDB, valorizando prioritariamente a militância cotidiana, como base fundamental da vida partidária. Transformar o "filiado" em militante, e começar pelo processo de filiação (sempre numa base municipal ou zonal) aprovada coletivamente pelo Diretório competente e com avaliação quanto a freqüência e prática nos projetos de militância. Partido de massa, com organização partidária vigorosa, precisa ser o objetivo maior dos verdadeiros peemedebistas.

9. – Exigir que a Convenção adote as teses do PMDB sobre os seguintes temas prioritários, de forma clara, como posições do Partido na Constituinte, as definições mais recentes que amadureceu na sua trajetória e com as quais assumiu compromissos com o povo brasileiro, não admitindo quaisquer recuos ou tergiversações em torno dos mesmos:

9.1 – Direito de greve;

9.2 – Jornada de trabalho;

9.3 – Forma de remuneração de férias;

9.4 – Estabilidade no emprego;

9.5 – Sistema de Governo e mandato presidencial;

9.6 – Prazo do mandato presidencial ao Governo de transição;

9.7 – Conceito de empresa nacional;

9.8 – Destinação das verbas públicas para educação;

9.9 – Democratização dos meios de comunicação e das concessões;

9.10 – Sistema financeiro e capital estrangeiro em bancos nacionais;

9.11 – Dívida externa;

9.12 – Disciplinamento das prioridades: uso do solo urbano e rural;

9.13. – Reforma agrária e reforma urbana;

9.14. – Reforma tributária e distribuição de renda;

9.15. – Reserva de mercado;

9.16. – A questão mineral: concessão de lavra e exploração, contratos de risco e monopólios;

9.17. – A questão tecnológica, a automação e o desemprego;

9.18. – A informática e o direito individual à privacidade e ao acesso às informações;

9.19. – A questão energética;

9.20. – Controle estatal das telecomunicações e dos serviços postais e telegráficos;

- 9.21. – Reforma sanitária;
- 9.22 – Seguridade social;
- 9.23. – Sistema eleitoral;
- 9.24. – Anistia.

PONTOS FINAIS

É necessário preservar o processo constituinte da investida de forças retrógradas que querem controlá-lo ou desestabilizá-lo e advertir a opinião pública de que os avanços constantes nos trabalhos das Subcomissões, Comissões e na Sistematização causam reações graves e golpistas em setores autoritários e elitização do País. Discutir as questões que ainda apresentam tendência conservadora no texto, especialmente as ligadas à ordem econômica. E, sobretudo, enfatizar a necessidade de a população participar ativamente das novas fases do processo, através de emendas de iniciativa popular, manifestações em todo País e outros instrumentos, como os debates e contatos diretos com os Constituintes ou a fiscalização atenta do comportamento de cada representante nas votações dos temas em relação aos discursos de campanha e ao programa do Partido. O processo constituinte, apesar das limitações e desvios, está sendo o mais aberto da História do Brasil e é preciso unidade para avançar.

Nesse sentido as forças progressistas no âmbito da Assembléia devem ter uma postura de alianças sobre cada um dos principais temas que interessem à população brasileira sob o ângulo democrático, nacional ou popular.

A Convenção do PMDB é definitiva para o Partido e tem de enfrentar as divisões internas, as divergências e as posições de traição aos compromissos históricos, verificadas em votações nas Comissões da Constituinte. A Convenção tem de demarcar a posição do PMDB diante dos retrocessos na transição à democracia, as políticas governamentais e o agravamento da conjuntura. Não decidir ou fugir aos temas principais da transição e da Constituinte significa sepultar o patrimônio da luta popular neste País, que é o PMDB. Tão grave situação, que é inaceitável que o Partido saia da Convenção sem enfrentar os desafios que estão postos ou evitar de definir-se. Queremos a unidade do PMDB em favor do avanço na Constituinte e da conclusão da ponte para a Democracia. Um PMDB afirmativo e coerente, resgatando seu papel e sua mensagem. É preferível vê-lo com rompimentos internos do que enterrado pelo silêncio, pela omissão e pelo não-enfrentamento dos desafios do presente futuro.

A Nação olha para a Convenção do PMDB, ansiosa e já um tanto desconfiada. É a derradeira oportunidade para que o PMDB se reencontre com seu programa, sua luta e seu compromisso. O país precisa disto. A transição democrática depende deste passo. A Constituinte tem seu rumo futuro marcado pelo que for debatido na Convenção.

E a grande hora de resgatar o maior patrimônio das lutas democráticas, populares e nacionalistas das últimas décadas – o PMDB – que a hesitação de alguns, a traição de outros e as dubiedades da participação num Governo heterogêneo e perplexo estão, dia a dia, comprometendo irremediavelmente.

Que a inquietação das nossas bases e a esperança sofrida e quase desencantada da população inspirem os convencionais e os dirigentes do PMDB.

O EVENTO CONTOU COM O SEGUINTE PROGRAMA

Sábado:

- 9.30 – Abertura
- Composição Mesa
- Apresentação
- Informes
- 10:00 – PMDB e a conjuntura econômica
- Prof. Décio Munhoz
- Dr. Paulo Nogueira Batista
- Júnior 10:45 – PMDB, a conjuntura política e o seu futuro
- Constituintes Fernando Lyra, Afonso Camargo, José Paulo Bisol
- 11:30 – Debates/Pinga Fogo
- 13:30 – Almoço
- 14:30 – Apresentação documento-base
- 15:00 – Pronunciamento Líder Mário Covas
- 15:30 – Reunião dos Grupos
- PMDB e seus compromissos
- PMDB e a conjuntura
- PMDB e a Constituinte
- PMDB e o seu futuro
- 18:30 – Recolhimento dos relatórios parciais
- 19:30 – Encerramento

Domingo:

- 9:30 – PMDB e seus compromissos
- PMDB e a Constituinte
- Prof. João Gilberto
- Dep. Egidio Ferreira Lima
- 11:00 – Reunião dos Grupos
- 12:00 – Pronunciamento do Líder, no Senado,
- Fernando Henrique Cardoso.
- Exposição do Prof. Cristóvam Buarque (Reitor da UNB)
- 13:00 – Apresentação dos relatórios
- Discussão, votação do documento final, moções e outras decisões

15:30 – Encerramento

VI – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

CÉSAR MAIA – Indicação sobre interpretação da Mesa ao disposto no § 2º do art. 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

VII – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Passa-se ao horário de Pronunciamento sobre matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Gumerindo Milhomem.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, demais presentes, há uma emissora de televisão nacional que produz aos

domingos, um programa em que os assuntos mais fantásticos e fantasiosos são tratados em entrevistas a pretensos cientistas estrangeiros. Atrás destes, que falam, evidentemente, em outro idioma, há sempre uma grande biblioteca. Então, o repórter pergunta-lhes e eles começam respondendo: "Well, I think that..." – e ai começa uma versão. Toda esta montagem dá-nos a impressão de veracidade naquilo que é dito a toda a população do Brasil, todos os domingos. Isto faz parte da técnica do convencimento pela repetição, na tentativa de formar a opinião das pessoas em geral. Alguma coisa parecida com isso fez o Sr. Ministro da Fazenda: trouxe aqui um cavalete – uma técnica um pouco rudimentar – (**risos**) e elaborou alguns gráficos bem à sua vontade, para mostrar que o seu plano, diferentemente do anterior, beneficiava a classe trabalhadora. Eu até pedi à Secretaria da Assembléia Nacional Constituinte que me oferecesse aquele cavalete, porque eu também queria tirar o microfone, fazer uns gráficos e mostrar como estavam erradas as premissas do Ministro da Fazenda. Mas, infelizmente, consta que aquele equipamento era do Ministro e que a Assembléia Nacional Constituinte não possui cavalete igual. Então, vou ter de contar com a capacidade de abstração dos presentes e dos eventuais futuros ouvintes. de **A Voz do Brasil** e leitores do **Diário da Constituinte**, para expor as minhas opiniões contrárias às do Ministro Bresser Pereira.

Em primeiro lugar, quero dizer que à classe trabalhadora interessa um plano econômico que congele o preço das mercadorias. Com efeito, a única arma de que dispõem os trabalhadores para enfrentar a onda altista de preços é a sua força de trabalho, músculos, dos seus nervos, do seu cérebro, remunerada a preço vil comparativamente ao valor das mercadorias produzidas por eles próprios mas que são dos grandes proprietários industriais, comerciais e fundiários. Por tal motivo a população do País garantiu, ela própria, durante o tempo que pôde, o congelamento dos preços das mercadorias. Claro que se fosse outra a situação conjuntural do País, se fosse há alguns anos se não fosse nesta situação em que já temos acumulados tantos ganhos de tantas lutas das diversas categorias profissionais, o Presidente da República poderia falar na televisão, que aquilo iria entrar por um ouvido e sair pelo outro. Quando muito, nas mais das vezes, os telespectadores iriam deslizar a televisão, porque saberiam que aquilo não teria o menor valor.

Quando o Presidente da República, tirando os olhos do seu discurso, disse à população do País que cada um precisava ser um fiscal e controlar os preços, foram todos intitulados de "fiscal do Presidente". Na verdade, porém, eram fiscais do próprio povo, cada qual assumindo a necessidade de fiscalizar, por si próprio, os preços das mercadorias, pois todos sabemos que não havia qualquer possibilidade de controle oficial.

Mas o congelamento também interessava ao empresariado, porque a situação era de grande instabilidade. A inflação galopante, como estava naquele momento e como está agora, leva a essa instabilidade. Os próprios empresários ficam em dificuldades na elaboração de um planejamento individual para a sua empresa, dificuldades acrescidas ainda da instabilidade, porque estamos vivendo em uma situação de verdadeira explosão

social, como aconteceu recentemente na cidade do Rio de Janeiro. Quando foi implantado aquele plano e a população assumiu a necessidade do controle dos preços das mercadorias, o movimento sindical mostrou, muito claramente, que o plano teria duração muito curta. Por quê? Porque funcionava como verdadeiro calmante para alguém com uma doença muito séria. É como se um doente tivesse grave úlcera e para seu tratamento lhe fosse dado apenas um calmante, ao invés de se adotarem as medidas necessárias para à erradicação da úlcera, ainda que fosse a cirurgia. Dessa maneira, é claro, a situação era acalmada durante curto espaço de tempo e, depois, recrudescia, como verdadeiramente recrudesceu.

E quais eram as medidas cobradas pelo movimento sindical e por parte considerável do movimento político no Brasil? É que fosse dado um confrontamento ao gravíssimo problema da estrutura fundiária e da política de produção agrária no País, porque, no Brasil, as terras que estão sendo cultivadas produzem soja e café para exportação, cana-de-açúcar para alimentar a indústria automobilística – pois, evidentemente, não é para alimentar a população – e outros produtos de exportação. Não produzem a mandioca, o milho, o arroz, o feijão. Estão voltados para a criação de animais de pequeno porte, que alimentariam a população do País. E além de tudo isto, as terras, na maior parte, não estão produzindo nada, porque servem apenas para a especulação: para aquele cidadão que tem terra e fica esperando o aumento do preço – até porque, talvez, vão construir alguma Ferrovia Norte – Sul passando por aquele lugar – ou, ainda, porque tem a terra para, com o lastro desta propriedade rural, ir ao Banco do Brasil ou a outras instituições de crédito público solicitar empréstimos para construir um açude, fazer benfeitorias na terra, tombá-la, ou ará-la para a produção de alimentos. Na verdade, não fazem nada disso, vão aplicá-los no mercado de capitais, na atividade urbana industrial, vão comprar imóveis – talvez até em áreas de lazer – vão viajar com a família, fazer turismo pelo mundo, porque, se fossem fazer essas atividades a preços de mercado, com empréstimos voltados para esta finalidade, teriam de pagar, sem dúvida, muito mais do que pagam.

Então, a propriedade da terra deve ser mexida, porque isso traz como resultado cerca de dez milhões de possíveis produtores rurais que não têm a terra para plantar e que geram esta situação de tensão social que existe no campo, no Brasil e, ao mesmo tempo, provoca a expulsão do trabalhador rural para a cidade. Desta maneira, pressionam-se os preços dos alimentos duplamente: primeiro, porque não produz; segundo, porque vai consumi-lo na cidade. Além disso, pressiona-se o valor dos salários para baixo.

O outro ponto que deveria ter sido enfrentado pelo programa econômico e não o foi, por razões óbvias, é o dos juros cobrados pelos bancos, porque esses juros altos são necessariamente repassados pelos produtores industriais para o preço das mercadorias. Assim, não importa o plano de congelamento, necessariamente os preços vão aumentar.

O terceiro ponto que não foi abordado pelo plano econômico do Governo diz respeito à necessidade de enfrentamento mais soberano do problema da dívida externa. A economia do País

está toda voltada para a necessidade de exportação, para diminuir-se o consumo interno, para aumentar a exportação, a fim de que do produto da exportação sobre recursos, que não vão entrar no País, mas vão ficar diretamente para o pagamento de uma dívida – somente dos juros – que, segundo as próprias autoridades econômicas do País, como o ex-Ministro Dílson Funaro, é paga novamente a cada sete anos, somente na forma de juros.

Dessa maneira, é evidente que o Governo, para comprar os dólares dos exportadores, tem de emitir e, por fazer isso, está em uma política inflacionada.

Por tais razões, o movimento sindical já mostrava, no ano passado, que o Plano Cruzado teria fôlego curto.

No que diz respeito aos salários, no entanto, houve uma grande tentativa de engodo. O próprio Ministro Bresser Pereira disse aqui, recentemente, que mesmo o Dieese estava concordando com ele em que tinha havido ganho salarial para os trabalhadores – e S. Ex.^a desafavia qualquer economista do País a respeito.

Quero dizer que isto não é verdade. O Dieese, em publicação recente, avaliando o próprio Plano Bresser, mostra claramente – e o Sr. Ministro Bresser Pereira pode contestar as contas do Dieese, mas não pode dizer que o mesmo confirma as palavras – que houve perda salarial. E por quê? Aí talvez fosse necessário usar o recurso do próprio Ministro e fazer um gráfico. Na verdade, a classe trabalhadora tem um salário, que tem um nome e um poder de compra. Com a inflação, que acontece? O poder de compra do salário vai diminuindo; mas, não havendo inflação, não diminuirá. O que acontecia antigamente? O poder de compra do salário ia diminuindo, ia caindo mês a mês, e um ano depois – porque os reajustes eram anuais – havia uma brusca recuperação. O poder de compra do salário, nunca chegava ao que era no ano anterior, mas havia uma recuperação. Com o crescimento da inflação, esta curva descendente, já acentuada naquele tempo, passa a ser tão acentuada que há necessidade dos reajustes semestrais.

As vespertas do Plano Cruzado, era tão grande a inflação que o movimento sindical estava em vias de fazer uma paralisação em todo o País, porque a cada três meses o poder de compra do salário ia quase a zero. Daí a necessidade dos reajustes trimestrais, que foram habilmente contornados pelo Plano Cruzado.

O que os economistas do Governo passaram a inventar? Inventaram uma história de salário real médio. Ora, nunca quisemos salário médio coisa nenhuma. Sempre quisemos o valor de compra do salário, quando se trata do salário inicial. Agora, porque a inflação é muito grande – e realmente depois de alguns meses o salário está quase no zero – os economistas do Governo passaram a inventar essa história de salário médio. O que fez o Plano Cruzado? Colocou o salário médio como se fosse o pico. Ainda disse: "Vamos dar mais 8% para mostrar como somos tão bons que os trabalhadores vão ganhar 8% acima da média." Quer dizer, de lá para cá os nossos salários nunca mais estiveram naquele pico anterior. O pico foi a média. Portanto, a média agora é mais baixa do que era anteriormente. Foi quanto a isso que o Ministro Bresser Pereira quis enganar aqui, dizendo que tinha havido ganho para os

trabalhadores. Mas S. Ex.^a mesmo, em seguida, desenvolveu uma argumentação para mostrar que a cada mês os trabalhadores perdião, mesmo com a aplicação do gatilho salarial. Agora o que faz? Faz uma reatualização dos salários apenas três meses após, não mais cumprindo a regra segundo a qual a cada momento que houvesse "X" de inflação haveria um reajuste dos salários.

O plano que o Ministro propõe ao País, através do decreto-lei, do tão questionado decreto-lei, na verdade está fundamentado em quê? As premissas são basicamente as mesmas: há necessidade de o País consumir o mínimo possível do que produz, porque, assim, sobra uma quantidade maior para exportação. Este é o primeiro ponto. O segundo ponto: é necessário adotar uma política cambial que avilte os preços das mercadorias nacionais para os compradores estrangeiros, porque isso também favorece o aumento das exportações. Qual o objetivo de se aumentarem as exportações? — poderia alguém perguntar. É que o País precisa de recursos. Então, o País, exportando, vai adquirir dólares para aplicar no seu próprio crescimento e investimento. E começamos a ouvir uma história de política recessiva. Ora, quem poderia ser tão louco para propor uma política recessiva ao País? Por que alguém, em sã consciência, poderia propor isto? Não se trata de estar propondo uma política recessiva, mas é que a política econômica supõe necessariamente que os excedentes produzidos não sejam aplicados no crescimento econômico, não sejam replicados, não sejam investidos para o crescimento, mas sobre mais uma quantia para enviar para o exterior.

Portanto, o plano do Ministro Bresser Pereira é de congelamento de salários no fundo do vale, de acordo com o seu gráfico, e de congelamento do preço das mercadorias no pico da montanha. É bem verdade que os preços das mercadorias sempre estiveram no planalto. Eles nunca foram para a planície; eles sempre subiam um pouquinho e desciam um pouquinho, mas sempre ficavam lá em cima, enquanto que o salário dos trabalhadores não apenas foi para a planície, mas está no fundo do rio, no fundo do vale. Qual a razão disso? Qual a diferença entre este plano e o anterior? Não há diferença. Este é o figurino do Fundo Monetário Internacional: aumentar as tarifa e o preços dos combustíveis, liberar o preço da carne e dos laticínios, tirar o subsídio do trigo. Tudo isso, segundo o Ministro, é para melhorar o poder aquisitivo do salário do trabalhador. Já vimos o resultado disso. Neste mês, a previsão é de um bilhão e duzentos milhões de dólares de excedente nas contas externas do País. Para onde irão esses um bilhão e duzentos milhões de dólares?

Sem dúvida, se nos fosse dado resolver problemas desse tipo, iríamos apresentar aqui as condições para colocar em prática aqueles pontos mais progressistas apontados nas Comissões da Assembléia Nacional Constituinte. Mas não temos esse poder, que está com o Executivo. Os últimos Ministros da Fazenda e do Planejamento e os grandes economistas nacionais, ou são donos de bancos nacionais ou são ligados aos bancos internacionais ou aos grandes proprietários industriais, e todos eles foram ali colocados com a finalidade de sugar o máximo possível a população brasileira, para promover o desenvolvimento não do Brasil, mas da pátria de origem dos grandes capi-

talistas internacionais, dos grandes agiotas internacionais, que são ligados por laços econômicos aos agiotas nacionais. Qual é a pessoa que não a gostaria de ver pagar uma dívida para o seu sócio, ainda que ela não existisse? É claro que não vamos pretender que os donos do Bradesco sejam mais amigos dos seus funcionários do que dos donos do Chase Manhattan Bank, por exemplo. É claro que as ligações são neste campo.

Com muita satisfação, concedo o aparte ao nobre Constituinte Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI: — Nobre Constituinte, ouvi com satisfação parte do seu discurso. Estamos inteiramente de acordo com a análise que V. Ex.^a faz do Plano Bresser e das repercussões que teve sobre o salário. Acho que é perfeita, indiscutível e absolutamente transparente. No entanto, sinto-me na obrigação de discordar de V. Ex.^a quando compara o plano, do Ministro Funaro com o atual Plano Bresser, e quando, reforçando essa argumentação, afirmou o óbvio, ou seja, que a política econômica brasileira tem sido dominada, ao longo dos tempos, pelos setores da burguesia, das elites. Quero estabelecer duas diferenças a primeira, que o Plano Cruzado I pelo menos tomou algumas medidas de proteção ao salário mais eficazes ou menos danosas do que o Plano Bresser. Os preços das mercadorias embora não fossem congelados embaixo, foram congelados pela média. Houve o cuidado de tomar a média dos últimos meses e congelar os preços pela média e não, como este último plano, que foi fartamente insinuado, que foi quase anunciado pública e formalmente numa sexta-feira, a fim de possibilitar que o fim de semana fosse todo utilizado para a remarcação mais descarada. Inclusive anunciar-se uma tabela com preços superiores aos que haviam sido praticados. Portanto, os preços foram congelados acima do pico, ou seja, acima daqueles preços que haviam sido praticados pelas lojas, pelos supermercados e pelo comércio em geral. Esta é uma diferença essencial. A outra diferença fundamental, que gostaria de registrar no brilhante discurso de V. Ex.^a, é que, embora controlado pelas classes dominantes, houve um instante raro e histórico em que a burguesia industrial, pela primeira vez, tomou um pouco das rédeas deste País, que sempre esteve sob o controle do capital financeiro, do grande capital monopolista internacional. Assim sendo, acho que a presença do ex-Ministro Dílson Funaro no Ministério da Fazenda não foi a presença dos trabalhadores na economia, mas foi um ligeiro avanço em relação à situação anterior. E mais, o Plano Cruzado I deu-se numa perspectiva de soberania nacional — de preparar terreno para uma moratória, de um projeto nacional, ainda que mal esboçado. O atual plano — o Plano Bresser — está-se desenvolvendo dentro de uma perspectiva de desnacionalização, de execução de um projeto de destruição daquilo que resta de nacional neste País e de abertura escancarada das nossas portas ao capital estrangeiro, conforme atesta a declaração do próprio Presidente da República.

Por essas razões, um grupo de deputados do PMDB iniciou um processo de contestação da política econômica, solicitando, inclusive, o afastamento do próprio PMDB deste governo, que não atende nem aos compromissos nacionais. O Plano Bresser corresponde, portanto, a um plano de desnacionalização, com características de

traição nacional, apresentado, pelo Sr. Murad em nome do Presidente da República. Faço questão de registrar essas diferenças e de deixá-las à competente apreciação de V. Ex.^a

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: —

Agradeço a V. Ex.^a o aparte, nobre Constituinte Domingos Leonelli. Sem dúvida, os pontos levantados por V. Ex.^a merecem aprofundamento. Gostaria de comentar alguns deles. Primeiramente, já havia chamado a atenção para o fato de que os preços das mercadorias não tiveram o mesmo comportamento que os salários, pois permanecem sempre no alto. Não há uma linha com que se possa pontuar-lhos. Seria mais como uma nuvem, uma nebulosa, onde variam os preços das mercadorias, mas nunca descendo até onde estão os salários.

Entendo que houve excesso por parte do Sr. Ministro da Fazenda e suponho que a razão disso está no fato de que S. Ex.^a é ligado à área de distribuição de mercadoria, a grandes redes de supermercados.

Com relação ao comportamento da burguesia industrial, há uma avaliação de que o Brasil estaria passando por etapas no seu desenvolvimento, no desenvolvimento da sociedade, como se aqui se estivessem desenvolvendo as mesmas etapas que ocorrem com a sociedade humana a nível mundial. Considero que a burguesia industrial brasileira está intimamente associada à burguesia industrial internacional, à burguesia financeira internacional, à formação do capital financeiro internacional. Portanto, também colocaria isso como um ponto de interrogação na discussão a respeito do que poderia ser trazido de modernidade por um plano que fosse mais de acordo com os interesses da burguesia industrial.

Com relação à moratória, já foi também amplamente divulgada a opinião de que, na verdade — aliás o próprio Presidente da República declarou isto — ela não era uma medida de soberania, mas foi adotada porque havia impossibilidade real de pagamento, provocada inclusive pela importação descontrolada, desregulada, em desacordo com as necessidades de consumo da população, mas de acordo com as necessidades dos grandes fazendeiros, dos grandes produtores, que não queriam colocar suas mercadorias à venda para forçar o preço para cima.

Colocaria como alternativa a necessidade de enfrentarmos esses pontos como fundamentais para o produtor rural através do fornecimento de insumos e implementos, do desenvolvimento do cooperativismo da possibilidade de estocagem e do financiamento para a produção. Dessa maneira, teríamos o crescimento agrícola e, fundamentalmente, o direcionamento da agricultura para a produção de bens necessários ao consumo interno.

Desta maneira, estariam fortalecendo o mercado nacional, inclusive com uma nova política industrial, através da qual se promoveria o crescimento da produção de artigos destinados ao consumo popular, de baixo valor unitário. Estariam talvez favorecendo o crescimento da indústria de construção civil, para enfrentar o gravíssimo problema da falta de moradia e, favoreceriam ainda uma reforma bancária, com a necessária nacionalização e estatização para controle nacional da política monetária e das transações com o exterior. Evidentemente, tudo isso ligado ao neces-

sário não-pagamento da dívida externa. Uma vez que, se não for por limitado, isso, nos vai retirar todo o excedente da exportação que neste mês, sem dúvida, será de um bilhão e duzentos milhões de dólares, não sabemos o que será daqui para a frente.

É óbvio que um plano como este necessita de grande mobilização nacional. Nenhum governo, por mais que, de repente, se transformassem, por algum problema psicológico, psiquiátrico ou seja lá o que for num defensor dos interesses populares, sem o apoio das massa organizadas não conseguiria implantar um plano como este. Por quê? Justamente porque os grandes interessados atingidos por este plano estão encastelados no Governo, estão no poder – como já referi anteriormente. Daí o Governo não ter interesse em um plano de mobilização nacional, até porque isso levaria a população e a classe trabalhadora organizadas a simplesmente questionar uma necessidade de implantação de um plano como este, mas o próprio poder; daí a fundamentalidade da campanha pelas eleições diretas já para Presidente da República, assim como dessa mobilização nacional, porque somente esta será capaz de dar sustentação àqueles que no Plenário da Assembléa Nacional Constituinte estão realmente batalhando pela implantação dessas medidas no solo da nossa terra.

Por isso digo que estão equivocados aqueles companheiros que, apesar de terem compromissos com as lutas populares, com os trabalhadores, consideraram que uma campanha por eleições diretas possa enfraquecer a Assembléa Nacional Constituinte. Ao contrário, uma campanha como essa é que nos dará força, e tenho a certeza de que ela vai se desenvolver. Todo o nosso empenho está no sentido de fortalecer essa campanha. Dia 12 próximo, em São Paulo, faremos mais um discurso, e a nossa marcha está lançada por um Brasil que seja efetivamente de acordo com os interesses da população deste País, por uma Assembléa Nacional Constituinte e uma Constituição democráticas.

Diretas-já para Presidente da República. (Palmas.)

O SR. GERALDO CAMPOS (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nos últimos dias têm sido veiculadas, em grandes jornais do País, matérias que combatem ferozmente as proposições de estabilidade no emprego e fixação da jornada de trabalho em 40 (quarenta) horas semanais, entre outras, aprovadas pela Comissão da Ordem Social da Constituinte.

As elites brasileiras que, com o movimento militar de 1964, foram capazes de fazer com que a legislação nacional retrocedesse décadas em termos de estabilidade no emprego, agora, sentindo-se ameaçadas de ver esta conquista secular da classe trabalhadora ser inserida no ordenamento jurídico de forma eficaz, esbravejam e vociferam através dos meios de comunicação e com o poder econômico de que dispõem, tentando de todas as formas influenciar os Constituintes a expelirem do texto constitucional estas propostas aprovadas respectivamente na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e na Comissão da Ordem Social da Constituinte.

Dizem as forças retrógradas que, com a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de

40 horas, pretender-se-ia premiar a preguiça e a ineficiência. Afirma-se ainda que seriam propostas demagógicas e que, no Brasil, as relações entre o capital e o trabalho devem ser reguladas apenas pelo mercado, propugnando-se a livre negociação, sem, contudo, admitir-se que os trabalhadores utilizem o direito universal de greve como única arma de que dispõem.

A "liberdade" que propõem é igual à da raposa e da galinha dentro do galinheiro.

Não é de se estranhar que as forças conservadoras não queiram abrir mão do poder despótico de que desfrutam nas relações trabalhistas, o de se desfazerem do trabalhador como se este fosse uma peça descartável que pode ser eliminada da empresa, a qualquer momento e sem qualquer motivo, pelo arbítrio e, às vezes, pelo capricho daqueles que detêm o comando da atividade produtiva.

O Brasil já ocupou posição de vanguarda no cenário internacional em termos de segurança do trabalhador no emprego. Hoje, neste terreno, encontra-se desfasado, pois se permite que campeie o capitalismo selvagem, atrasado e que impede a sociedade brasileira de encontrar seu destino de paz e conciliação das forças produtivas.

A estabilidade no emprego era prevista tanto na Constituição de 1946 como o é na atual, mas as forças retrógradas que detêm o poder econômico conseguiram que as disposições das Constituições anteriores fossem letira morta, sem quase nenhuma aplicação ao trabalhador brasileiro.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) até hoje prevê a estabilidade para o empregado que completar dez anos na empresa, quando só poderá ser dispensado mediante falta grave apurada em inquérito judicial. É o que dispõem os artigos 492 e 494 da mesma, que, apesar de estarem em vigor, não têm garantido ao trabalhador brasileiro qualquer segurança do emprego.

Isto porque o poder econômico, através do regime militar implantado em 1964, conseguiu impor à sociedade brasileira um novo instituto, que poderia ser benéfico em termos de seguro-desemprego, mas extremamente nocivo como garantia do próprio emprego, o que é realmente fundamental para o trabalhador.

Com a Lei nº 5.107, de 3 de setembro de 1966, foi criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sendo que na mesma foi prevista a faculdade da opção pelo empregado entre o sistema nela instituído e a estabilidade prevista na CLT.

Todos sabem que esta opção é uma farsa, pois ao trabalhador é apresentado o termo de opção para ser assinado quando da contratação, sob pena de não obter o emprego.

As elites, que nunca aceitaram a limitação do poder despótico que detinham (e ainda detêm) nas relações de trabalho em nosso País, foram muito engenhosas ao criar o Fundo de Garantia, porque sabiam que a pura e simples eliminação da estabilidade, que era uma conquista histórica dos trabalhadores e já havia sido inserida nas Constituições de 1946 e 1967, bem como na CLT, geraria uma reação nacional de proporções incalculáveis.

Os detentores do poder econômico lograram sucesso em fazer com que a estabilidade permanecesse inserida no ordenamento jurídico de forma meramente simbólica, sem qualquer aplicação prática, já que o Fundo de Garantia permite a dispensa do trabalhador sem qualquer explica-

ção ou justificação. Com isto, recuperaram o poder absoluto que detinham nas relações de trabalho antes da década de 40, quando podiam desfazer-se de empregados ao seu total livre arbítrio.

Como se vê, não é de se estranhar que as forças conservadoras, que conseguiram fazer o País retroceder em termos de estabilidade no emprego, esbravejem e vociferem ao ver a possibilidade de o trabalhador brasileiro vir a reconquistar esta segurança fundamental, a segurança do emprego.

Franco Montoro, na "Revista de Informação Legislativa" nº 37, página 14, registra a pressão dos grupos econômicos nacionais e internacionais sobre o governo ditatorial para a eliminação da estabilidade do cenário jurídico brasileiro.

A Revista Norte-americana "Latin American and World", em seu nº 18, de 1965, noticiaava que "empresas estrangeiras têm feito gestões junto ao Governo brasileiro para suprimir a estabilidade da legislação social do País".

Mozart Victor Russomano, uma das maiores autoridades brasileiras em Direito do Trabalho, no seu livro "A Estabilidade do Trabalhador na Empresa", José Konfino Editor, 1970, página 51, registra o "duro golpe desfechado contra a estabilidade, através da criação de um sistema paralelo, mas adverso, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço".

Todos os renomados juristas da área trabalhista são unânimes em apontar a estabilidade como uma conquista histórica dos trabalhadores e que o Fundo de Garantia, que na prática a substituiu, representou um grande retrocesso no tocante à garantia do emprego.

Enganam-se os falsos democratas ao pensar que a estabilidade do trabalhador é adversária do regime capitalista.

As forças conservadoras, em razão do medo de perder seus privilégios, não aceitam a evolução do sistema brasileiro, de um capitalismo antiquado e selvagem para um capitalismo moderno e mais estável, em que há maior segurança nas relações trabalhistas.

Todos os países modernos têm alguma forma de limitação do poder do empregador de efetuar demissões imotivadas.

Basta citar o exemplo do Japão, um campeão de produtividade mundial e que emerge como a terceira potência econômica do mundo, onde existe um sistema de emprego vitalício mais rígido e eficaz do que a garantia do emprego que ora se pretende recuperar no Brasil.

O Japão efetivamente pratica um capitalismo moderno e eficiente porque tem uma política de relações de trabalho séria e inteligente. Isto é reconhecido não somente pelos empresários como também pelas próprias autoridades daquele país.

O tratamento dispensado ao trabalhador nos diversos países tem como ponto característico a garantia do emprego, salvo situações muito específicas.

Para Pedro Vidal Neto, professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a adoção de medidas que visem a garantir a estabilidade do trabalhador é a obediência à recomendação feita pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1982. A limitação legal às demissões injustificadas é uma tendência das legislações da Europa Ocidental.

A Convenção da OIT de 1982 estabelece o princípio de considerar nula a dispensa arbitrária, seguindo a legislação alemã de 1951.

A legislação francesa transformou a demissão em processo sujeito, em certos casos, à autorização do Ministério do Trabalho; em outros, à de conselhos de empresa. A demissão só é autorizada, regra geral, havendo causa real e séria ou causas econômicas.

Na Inglaterra, havendo demissão ilegal, o empregado tem o direito de pedir judicialmente a reintegração no emprego.

Na Itália, quando a estabilidade não é assegurada por lei, regulamento ou contrato coletivo, a dispensa do trabalhador não pode ocorrer a não ser no caso de justa causa ou por motivo justificado.

A legislação portuguesa de 1976 declara que são proibidas as demissões sem justa causa, ou pôr motivos políticos ou ideológicos.

O princípio da nulidade da dispensa arbitrária já é adotado por cerca de 31 países.

Para jurista e professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Arion Sayão Romita, o combate à dispensa arbitrária, no plano jurídico, vem sendo feito de três modos:

1. Reconhecimento da necessidade de motivar a dispensa.

2. Garantia de procedimento prévio, quando a empresa pretende despedir por causa disciplinar.

3. Garantia da reintegração no emprego, em caso de dispensa injustificada.

Estes sistemas, ou uma combinação deles, são encontrados em muitos países.

Segundo Sayão Romita, há legislações que vedam a dispensa sem causa legítima; outras, ao garantirem procedimento prévio para a dispensa, abrangem o direito de defesa do empregado. Outros países exigem que o empregado receba aviso escrito no qual constem as razões da demissão.

A legislação sobre demissões encontra a seguinte distribuição mundial:

A recuperação da estabilidade no emprego no Brasil não vem para premiar os preguiçosos e incompetentes, como desonestamente afirmam aqueles que representam as forças retrógradas e privilegiadas. Ao contrário. Da forma com que se encontra inserida na proposta aprovada na Comissão da Ordem Social da Constituinte, é prevista a possibilidade de demissão do empregado que pratica falta grave (o que inclui a desídia, o mau procedimento, a insubordinação, a indisciplina etc.), bem como nos casos de dificuldades econômicas ou técnicas por que passe a empresa.

Se o empregador não tiver motivos técnicos, econômicos ou disciplinares para demitir um empregado, não haverá razão para a dispensa, que, neste caso, por ser abusiva, precisa ser proibida. Desta forma, evita-se a arbitrariedade, a perseguição pessoal, política ou ideológica ou mesmo os casos em que, por exemplo, mulheres são demitidas apenas porque não atenderam a propostas indecorosas de empregadores sem caráter.

Ao se analisar a evolução histórica da Humanidade, verifica-se que os humildes sempre conquistaram seus direitos a duras penas. Quando abolição da escravatura não faltaram os retrógrados que esbravejavam e vociferavam contra aquele avanço da sociedade brasileira.

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. GERALDO CAMPOS: – Com prazer, nobre Constituinte.

O SR. GERALDO CAMPOS: – Fico muito satisfeito em ouvir o discurso de V. Ex.^a tão bem fundamentado, colocando para todos nesta Casa e fora dela os argumentos usados para tecer considerações sobre a estabilidade no emprego, que não é uma bandeira aleatória, mas que encontra respaldo junto à classe trabalhadora do nosso País. Congratulo-me com V. Ex.^a pelo teor do seu discurso, contesto os Srs. Constituintes que aqui representam esse tipo de corrente. Essa proposta é conservadora. Países que têm Constituições modernas e também os que não as têm já garantiram esse instrumento, a estabilidade no emprego. Do ponto de vista social e, sem dúvida, em termos de justiça social, a estabilidade no emprego é uma reivindicação, justa e necessária do povo brasileiro.

V. Ex.^a também toca num assunto, de fundamental importância para o avanço e o desenvolvimento da sociedade, a questão política, relacionada à estabilidade no emprego. Fui demitido da empresa onde trabalhava, em agosto de 1986, simplesmente por ter sido lançado candidato à Constituinte pelo Partido Comunista do Brasil. Servi durante cinco anos nessa firma e nunca recebi uma advertência sequer. Mas a simples menção do lançamento de minha candidatura, e por um partido que tem um compromisso com a bandeira dos trabalhadores, bastou para a empresa me demitir. Este é apenas um entre os milhares de casos que acontecem no País. É uma forma de coação para impedir que os trabalhadores em diversas empresas se manifestem, conheçam os problemas do País e deles participem, forçando, assim, o avanço da sociedade. Nesse sentido, congratulo-me com V. Ex.^a

Tive a honra de participar da elaboração e da defesa dessas propostas com V. Ex.^a na Subco-

LEGISLAÇÃO	PAÍSES
A empresa deve ter uma "razão válida" para despedir o emprego, a quem é assegurado, dessa forma, o "direito de não ser injustificadamente despedido".	Europa Ocidental – Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Malta, Noruega, Holanda, Portugal, Reino Unido e Suécia. Europa Ocidental – Bulgária, Tchecoslováquia, Polônia, Alemanha, Romênia, União Soviética e Iugoslávia. África e países árabes – Alto Volta, Arábia Saudita, Argélia, Burundi, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gabão, Iraque, Quênia, Líbia, Madagascar, Marrocos, Maurício, Mauritânia, Nigéria, Senegal, Síria, Somália, Sudão, Líbia e Zaire. Ásia e Pacífico – Filipinas, Bangladesh, Malásia, Nova Zelândia, Singapura e Sri Lanka Américas – Antigua, Canadá, Colômbia, República Dominicana, México, Panamá, Peru, Trinidad e Tobago e Venezuela.
A dispensa injustificada é reparada com a reintegração no emprego.	Alemanha Oriental, Argélia, Áustria, Bulgária, Etiópia, Tchecoslováquia, Filipinas, Hungria, Indonésia, Iraque, Itália, Romênia, Somália e União Soviética.
A reintegração no emprego, no caso de despedida injustificada, ocorrerá a pedido do empregado, com alternativa de opção por indenização.	Líbia, Peru e Portugal
Determina que a justiça ordene a reintegração do empregado, em caso de despedida imotivada, podendo o Tribunal, entretanto, converter a readmissão em indenização, caso o retorno do empregado seja julgado "inconveniente".	Alemanha Ocidental, Antígua, Bangladesh, Canadá, Colônia, República Dominicana, Irlanda, Quênia, México, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Singapura, Sri Lanka e Trindad e Tobago.

missão e na Comissão Temática. V. Ex^a está fazendo um discurso muito importante e que sem dúvida nenhuma, contribuirá para a luta dos trabalhadores brasileiros.

O SR. GERALDO CAMPOS: – Muito obrigado a V. Ex.^a.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI: – Constituinte Geraldo Campos, testemunhei a competência de V. Ex.^a como Presidente e co-Relator da Comissão de Ordem Social. Segundo o próprio Relator, Constituinte Mário Lima, a Comissão acabou por consagrar o princípio da estabilidade. Tenho visto, em outras oportunidades, as excelentes defesas que faz V. Ex.^a da estabilidade, mas hoje excede a si próprio. V. Ex.^a consegue fundamentar e tomar absolutamente clara a idéia de que a estabilidade para os capitalistas, especialmente os internacionais, é como os remédios vendidos no Brasil: muitos deles são proibidos nos Estados Unidos. Somos uma espécie de laboratório da pior experiência do capitalismo, do tipo de acumulação mais violenta e selvagem. Os princípios que os capitalistas internacionais respeitam e cultivam lá fora, até para estabilizar seus regimes capitalistas, como a estabilidade, por exemplo, aqui eles tentam negar completamente. Inclusive obtém das nossas elites a subserviência necessária para conseguirem o que fizeram em 1964 e tentam agora em relação à Constituinte. Pretendem derrotar, não uma reivindicação socialista ou revolucionária, mas tão-somente a estabilidade que nada tem de revolucionária. Pelo contrário, seria um elemento de estabilização do próprio regime capitalista em bases menos selvagens. A estabilidade seria um elemento de transformação apenas no sentido de possibilitar ao trabalhador voltar-se para outras questões mais amplas, a fim de dar nova dimensão a sua vida. E até esse mínimo estão tentando impedir a todo custo que o proletariado Assembléia Nacional Constituinte há de ser moderna no sentido da própria modernização do capitalismo, como no Japão, nos Estados Unidos e em países da Europa, onde o mínimo de estabilidade no emprego já está assegurado ao trabalhador.

O SR. PAULO RAMOS: – Nobre Constituinte, permite um aparte?

O SR. GERALDO CAMPOS: – Pois não, nobre Constituinte Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS: – Nobre Constituinte Geraldo Campos, estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Ex.^a, bem fundamentado e que pesquisa a legislação de outros países, no que diz respeito à estabilidade do trabalhador no emprego. Todos sabemos que, de acordo com o modelo em que vivemos, especialmente a partir de 1964, o trabalhador é o grande excluído dos benefícios por ele próprio produzidos. A classe trabalhadora é o grande instrumento na história de todos os países e no Brasil vive abandonada, sem qualquer direito. A Assembléia Nacional Constituinte, praticamente na metade da elaboração dos seus trabalhos, procura, de alguma forma, consagrar para o trabalhador, pelo menos, a estabilidade no emprego.

As forças comprometidas, especialmente com posições que redundem em prejuízo para o País.

comprometidas com o capital multinacional, com os grandes banqueiros nacionais e internacionais, essas forças, aliadas nesta Casa, procuram agora, de todas as formas, inviabilizar uma conquista ainda que mínima, para o trabalhador. Hoje está-se fazendo, nesta Casa um trabalho ardiloso, capitaneado pelo Sr. Carlos Sant'Anna, no sentido de, em se alterando o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, procurar mutilá-lo, para que se possam apresentar emendas de mérito ao anteprojeto da Carta Magna. E o argumento para isso consiste na compatibilização doutrinária, através do que procurarão anular as mínimas conquistas do trabalhador nesta fase da Constituinte. Vão procurar a compatibilização doutrinária modificando a ordem econômica, tentando mudar a ordem social. Precisamos estar atentos, e o discurso de V. Ex.^a é um alerta para que as conquistas do trabalhador sejam preservadas na Constituição. Muito obrigado a V. Ex.^a pela oportunidade de apartá-lo e enalteço o discurso de V. Ex.^a.

O SR. GERALDO CAMPOS: – Muito obrigado a V. Ex.^a.

Concluindo, Sr. Presidente, devo dizer que, quando da discurso sobre a adoção das férias de 15 dias para o trabalhador, em 1926, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em memorial encaminhado ao Governo Federal, bradava contra a lei das férias nos seguintes termos:

"... que fará um trabalhador braçal durante 15 dias de ócio? Ele não tem o culto do lar, como ocorre nos países inóspitos e de padrão de vida elevado. Para nosso proletariado, para a geral do nosso povo, o lar é um acampamento sem conforto e sem docura. O lar não pode prendê-lo, e ele procurará matar as suas longas horas de inação nas ruas. A rua provoca com freqüência o desabrochar de vícios latentes, e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador, inativo, inculto, presa fácil dos instintos subalternos que sempre dormem na alma humana, mas que o trabalho jamais desperta". (In "Liberalismo e Sindicato no Brasil", Luiz Wemeck Vianna, 2^a Edição, Paz e Terra, página 80)

Não há dúvida, portanto, de que qualquer avanço da classe trabalhadora suscita a repulsa indecorosa dos privilegiados. Os termos acima utilizados mostram a falta de visão, de humanidade e de compreensão social daqueles que lutam contra o avanço democrático das conquistas sociais.

Da mesma forma, quando a Constituinte aprova, hoje, a fixação do pagamento das férias em dobro, já que esta é a única forma de o trabalhador poder efetivamente gozá-las (se pagas de forma simples, o salário fica comprometido com o orçamento mensal doméstico), as mesmas vozes se levantam para ferozmente combaterem o avanço, apontando com os "altos custos" do benefício, sem verificar que representam menos da metade de um disparo do "gatilho".

Como se vê, os falsos democratas que acusam a Constituinte de demagógica, fantasiosa e irrealista não verificam que ela representa a vontade da população brasileira, composta majoritariamente de trabalhadores e não de membros das elites.

Além disso, não verificam que essas proposições constituem antigos anseios da classe trabalhadora, sem a qual nada existiria neste País. Algumas delas representam conquistas anteriores que lhe foram usurpadas.

Por outro lado, cumpre destacar que, se não tivermos um capitalismo moderno e aperfeiçoado, como ocorre nos países mais desenvolvidos, certamente a própria democracia estará ameaçada.

O emprego precisa ser protegido da demissão sem motivos (e, por isto, arbitrária), porque aqueles que não vivem de renda só podem viver do trabalho.

Assim, na sociedade humana atual, o emprego que permite ao trabalhador alimentar-se, morar, mover-se, enfim, viver, é bem fundamental que não pode ficar sujeito apenas ao arbítrio do empregador.

Se o trabalho que permite o sustento é um bem fundamental, inquestionavelmente a rescisão contratual imotivada deve ser evitada, protegendo-se a relação de emprego.

Não se trata de paternalismo, mas da evolução natural das relações sociais, onde os menos poderosos, que constituem a maioria da população, precisam ver consagrados e respeitados os seus direitos e garantias individuais.

Esquecem, ainda, os retrógrados que a própria Câmara dos Deputados já aprovou projeto de lei similar ao ora constante do texto constitucional sob apreciação, proposto pelo Deputado Pimenta da Veiga, com mais de 300 votos favoráveis, projeto esse que proíbe a demissão imotivada do trabalhador e hoje se encontra em tramitação no Senado. A proposição recebeu também moção de apoio da Convenção Nacional do PMDB.

Naquela ocasião o projeto de lei foi aprovado apesar da intensa campanha promovida pelas mesmas forças que ora se levantam, que tentaram desmoralizar a proposta, procurando intimidar os Deputados e afirmar inconsistentemente, através dos meios de comunicação, que não seria aprovada.

Os trabalhadores brasileiros, aqui representados pelas centrais sindicais e pelas confederações nacionais, constituindo a maioria da população deste País, acreditam nos Constituintes que elegeram e exigem que cumpram suas promessas de campanha eleitoral. Ficarão desmascarados aqueles que, elegendo-se com discursos progressistas, votam, no Parlamento, de acordo com as forças com as forças retrógradas.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Campos o Sr Mário Maia, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o Sr. Florestan Fernandes. (Pausa.)

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Exmº Sr. Presidente, Constituinte Sotero Cunha, Sr^{as} e Srs. Constituintes, tive a idéia de fazer aqui um debate sobre as perspectivas socialistas na Constituição. O assunto merecia uma análise em profundidade, mas, infelizmente, o tempo não é suficiente para isso.

De outro lado, havia a necessidade de debater alguns exemplos. Com isso o texto ficou reconhecidamente superficial.

Vou lê-lo, para não acontecer o que ocorreu no outro dia, em que o resumo ficou maior que o próprio texto. Espero também que o Sr. Presidente tenha tolerância quanto ao tempo de que disponho, para que possa terminar a leitura desse trabalho.

"PERSPECTIVAS SOCIALISTAS NA CONSTITUIÇÃO"

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, é inconcebível que a Constituição elaborada na época atual fique presa às concepções de liberdade, de igualdade e de justiça social dos Séculos XVIII e XIX. O próprio liberalismo se viu superado pelas transformações ocorridas na civilização industrial, como o atestam o **welfare State**, a "reforma capitalista do capitalismo" e os controles programados da economia, que visam a regular a esfera da "livre competição". O próprio Estado capitalista enrijeceu-se através de medidas de defesa da ordem que se proclamam democráticas, mas constituem interferências na vida privada, na liberdade dos cidadãos e nos direitos civis de grupos, categorias sociais ou classes e frações de classe, sob o subterfúgio do "combate ao inimigo interno e externo". Por isso, uma Constituição moderna busca adapta-se à variedade das correntes ideológicas e políticas organizadas em partidos, que traduzem objetivamente as tendências mais profundas em que se divide a sociedade civil. Ou elas confluem na diferenciação e na integração do "Estado de Direito" ou este não interage com a sociedade, convertendo-se em uma camisa-de-força que provoca a contestação à direita e à esquerda, instituindo a lei da selva e optando por colocar-se acima da lei, como árbitro supremo e da opressão.

Cabe-nos, como Constituintes, a responsabilidade de trazer para a Assembléia Nacional Constituinte o debate das questões candentes que dividem a sociedade brasileira e a época histórica na qual vivemos. Não podemos fugir a essa responsabilidade, principalmente porque muitos de nós se comprometeram com correntes políticas que são reformistas, socialistas, comunistas e anarquistas. O espectro partidário sob o qual se travaram os embates eleitorais e transcorreram as eleições era extremamente diversificado. Só à esquerda podiam ser mencionados os "progressistas" ou "radicais" do PMDB, o PT, a maior parte dos setores do PDT, o PS, o PC do B e o PCB. Seria trágico – e ao mesmo tempo uma farsa – que tais correntes políticas tivessem existência real nos processos eleitorais e, em seguida, se vissem silenciadas no seio da Assembléia Nacional Constituinte ou, o que seria pior, pudessem afirmar, desta tribuna, suas posições políticas e ideológicas, mas fossem castradas na elaboração da nova Carta Magna. Eu sou o mesmo Florestan Fernandes que disputou votos dos eleitores como marxista e o PT é o mesmo partido que se apresentou, em nome dos operários, dos trabalhadores da terra e de outros setores socialistas como o partido que recorre à luta de classes como um instrumento de reforma social e de criação de uma sociedade nova, sem exploração do produtor direto, o trabalhador, e sem classes.

Causou-me espanto o grau de sufocação ideológica e política que prevaleceu nos procedimentos que foram seguidos na elaboração da nossa Constituição. A hegemonia das elites das classes dominantes colocou os partidos em segundo pla-

no (seria melhor dizer claramente: em partidos instrumentais para a dominação ideológica e política da burguesia, *stricto sensu*) e reduziu o clamor dos partidos de oposição à ordem em miados de gatos pardos em noites sem luar. Um espaço ideológico e político restrito, o qual só permitia que aqueles partidos perfilhassem o papel de advogados do aperfeiçoamento da ordem social capitalista, como se eles fossem a esquerda da burguesia, não a esquerda do proletariado. Ainda assim, pagaram o ônus de serem estigmatizados como "sectários" e "baderneiros".

Ora, não estamos aqui para defender nenhuma seita e, muito menos, para instalar a baderne, que só é útil, nas circunstâncias, aos que querem manter o Brasil preso a um passado morto ou a um presente vivo através de laços indesejáveis com o imperialismo e com a expropriação dos milhões de deserdados ou subalternizados. Os ideais e as aspirações das esquerda igualitária, libertária, nacionalista e democrática precisam ressoar aqui dentro e têm de ser acolhidos no texto constitucional. Se isso não acontecer, teremos a mais estranha Constituição legítima, um eco atrasado da última Constituição legítima, a de 1946.

Um partido proletário como o PT só pode identificar-se, ideológica e politicamente, com o socialismo proletário. Como e enquanto tal, o partido pleiteia todas as medidas relacionadas com a defesa de um padrão de vida decente para as classes trabalhadoras e endossa a luta de classes como um meio de revolução dentro da ordem (transformações compatíveis com o capitalismo, mas que podem ser proscritas por burguesias reacionárias) e de revolução contra a ordem (transformações que somente se tomam viáveis se ocorrer a conquista do poder pelos trabalhadores). Nos dois planos aparecem valores e ideais políticos incorporáveis à Constituição de qualquer País capitalista da era atual e que não podem ser negligenciados em países capitalistas da periferia, impelidos a combinar o socialismo ao nacionalismo libertário e à democracia burguesa, como condição para neutralizar e vencer as pressões espoliativas e imobilizadoras da dominação capitalista internacional.

O nosso atraso relativo complica o quadro descrito. As elites dirigentes de nossas classes burguesas protelaram ou sabotaram reformas que poderiam ter feito há muito tempo. Em consequência, reformas puramente capitalistas caíram no campo de luta política das classes trabalhadoras e acabaram assumindo o caráter de reformas da "esquerda" ou socialistas. O melhor exemplo consiste na reforma agrária. Esta possuía escasso interesse econômico e político para uma burguesia latifundiária e que dispunha de amplas fronteiras para expandir horizontalmente a exploração do homem pobre e da terra.

De outro lado, ao se introduzir a produção capitalista de capital mais ou menos intensivo na agropecuária, as condições geográficas, o gênero de culatras ou de exploração agropecuária e a comercialização interna e externa dos produtos permitiam a recomposição do latifúndio (ou a exploração conjugada de médios e pequenos produtores, submetidos à hegemonia tecnológica e econômica do grande capital agrário). Em suma, a burguesia não chegou a alimentar qualquer empenho na reforma agrária capitalista e as tensões no campo se agravaram de forma explosiva.

Outro exemplo pode ser retirado do ensino público. As elites da classe dominante mantiveram algum interesse pela expansão do ensino público gratuito enquanto podiam monopolizar as oportunidades educacionais, como mecanismo de financiamento indireto de seu **status** social. Assim que a situação histórica se alterou e o ensino público tornou-se uma ameaça de disseminação de conhecimentos entre as classes pobres, surgindo como uma alavanca da ampliação e melhoria da consciência social de classe, as mesmas elites voltaram-se para a alocação dos recursos públicos na expansão do ensino privado, leigo e confessional. Muitos exemplos de natureza equivalente poderiam ser andados sobre outros assuntos, o que é naturalmente dispensável.

Tais problemas, que poderiam ser resolvidos em uma órbita capitalista, mas não o foram, por causa da resistência das diversas camadas da burguesia às próprias soluções e/ou a seus efeitos sociais culturais e políticos, formam o núcleo dos principais dilemas com que se debate esta Assembléia. Em virtude da resistência reacionária à mudança, esses dilemas se agravaram e condensaram em torno deles forças sociais contestados que são "radicais" (no caso do PMDB) e socialistas (no caso dos partidos propriamente de esquerda). A solução dos dilemas agravou-se com a superposição de pressões externas de países que exercem sobre o Brasil dominação imperialista. O ensino público gratuito exemplifica o agravamento. Sob a ditadura militar, os Estados Unidos dirigiram sobre o Brasil uma bateria programada de modernização cultural controlada à distância. O ensino público gratuito sofreu um fortíssimo impacto negativo: o estudante só poderia avaliar corretamente aquele ensino que compartilhasse a condição de mercadoria. Constituiram-se as comissões MEC – USAID, que definiram as linhas das fraturas reformas do ensino, em todos os graus. Daí decorreram uma expansão da indústria do ensino e do ensino orientado pela Igreja Católica; e o enfraquecimento progressivo da escola pública. Rompeu-se a tendência do desenvolvimento quantitativo e qualitativo do ensino público, substituída por uma nova tendência, que privilegiava simultaneamente a acumulação de capital através do ensino comercializado e a conquista de mentes e corações por parte do ensino confessional. Hoje nos defrontamos com um grave obstáculo para superar os efeitos perversos dessa reversão.

O que importa assinalar é o significado socialista que aderiu à solução de problemas que são intrinsecamente burgueses.

A nova Carta Constitucional precisa fazer face, pois, a dois tipos de problemas: aqueles que nasceram do horizonte cultural retrógrado de nossa burguesia, e os que dizem respeito ao próprio movimento operário, que, ao crescer, exige para os trabalhadores a eliminação de formas pré-capitalistas de exploração econômica, a conquista de padrões decentes devida e a capacidade de terem peso e voz na sociedade civil.

Duas comissões temáticas, pelo menos, enfrentaram positivamente essas exigências, atendendo parcialmente às reivindicações dos trabalhadores e de outros grupos e categorias subalternizados.

O mesmo não sucedeu com relação a outras exigências. A Carta Constitucional fixou-se em um patamar de capitalismo selvagem, atribuindo

prioridade quase exclusiva ao que é essencial para o grande capital nacional e, principalmente, para as multinacionais e a rede internacional de poder financeiro e político, que esmagam as potencialidades de desenvolvimento relativamente independente e equilibrado do País. Quanto ao que é vital para os trabalhadores, em sua expansão como e enquanto classe social e em seu potencial organizado de luta política, tudo foi mantido na soma zero. A Carta confere, como seria normal, aumento da capacidade de auto-affirmação e de luta de classe à burguesia, em todos os seus setores. Contudo, só abre requisitos indispensáveis à existência da classe e de sindicatos e partidos de classe aos trabalhadores. Sequer avançou no sentido mais geral do reconhecimento da legitimidade da desobediência civil e de formas legais de insurgência proletária.

Quanto à revolução contra a ordem, não se poderia esperar que uma Constituição elaborada sob o signo da revisão constitucional e da contestação da soberania da própria Assembléia Nacional Constituinte pelos outros dois Poderes (com o consentimento e o incentivo evidente dos "conservadores", mesmo entre os Constituintes), pudesse acarretar um passo à frente. É sabido que, na história das Constituições modernas, somente burguesias revolucionárias chegaram a reconhecer a legitimidade do direito fundamental à revolução. Esta, como processo social, nasce e cresce espontaneamente, como um fato histórico natural.

Todavia, uma Constituição democrática não estabelece" medidas de defesa da ordem" que desequilibrem o sistema de poder e que, principalmente, instituem o monopólio do poder político estatal por certas forças sociais sub-repticiamente. O equilíbrio dos poderes corresponde ao equilíbrio das classes e dos antagonismos das classes. A retórica da "iniciativa popular" e da "participação popular" não pode ocultar (ou servir para esconder) uma hegemonia econômica, social e política dos estratos dirigentes das classes possuidoras. Se inova nessa direção, é preciso inovar também em outra direção, que confira aos trabalhadores o aumento crescente dos meios coletivos de autodefesa e de luta política ofensiva.

Na verdade, nem mesmo o quarto poder sofreu qualquer forma de inibição. Ao contrário, o poder militar mantém o seu **status** de braço armado da burguesia e que desfruta da condição anômala de ser um Estado dentro do Estado. As duas maiores potências contemporâneas possuem um Ministério de Defesa, sendo que, nos Estados Unidos, ele pode ser chefiado por um civil. Nós temos três ministérios e seis ministros militares... Algo ridículo para uma Nação pobre e que se justifica porque o nosso militarismo é, ao mesmo tempo, arcaico e ultramoderno. Arcaico, porque mantém o vezo escravista o escravo é "o inimigo público número um"; traduzindo modernamente "o operário é o inimigo público número um". Apenas um aparato militar excessivo poderia fazer face ao inimigo interno e operar permanentemente como o fator que engendra um Estado autocrático exemplar, como um Estado ininterruptamente acima das classes. Ultramoderno, porque ele é o pólo do aparecimento e da expansão do complexo industrial militar, o que infunde às Forças Armadas um peso superior ao das classes dominantes (digamos: o substrato não-evidente do

conglomerado constituído pela junção das burguesias nacionais com as estrangeiras).

Portanto, as perspectivas socialistas oferecem um ângulo de construção e de avaliação da Constituição que não pode ser subestimado. Primeiro, porque uma carta constitucional moderna precisa incorporar medidas constitucionais socialistas. Esse é o exemplo que vem de fora e a necessidade que procede das "explosões sociais", que sacodem dramaticamente a sociedade brasileira nos dias que correm. Segundo, porque nenhuma nação moderna, especialmente na periferia do mundo capitalista, pode descuidar-se da importância do socialismo para desenvolver-se como nação, lograr soberania e independência efetivas e atingir um estágio verdadeiramente democrático nas piores condições históricas possíveis (como podemos exemplificar a partir do Brasil). O socialismo proletário não é uma etiqueta da moda. Ele representa uma corrente política ideológica que está no fundo da presente crise de civilizações e no futuro próximo da história em curso da Humanidade, numa era de abolição das classes, da luta de classes e do colapso da razão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Estando o tempo regimental esgotado, a Mesa prorroga a seção por 30 minutos, por haver orador inscrito para o presente expediente.

Com a palavra o nobre Constituinte Bonifácio de Andrade.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vivemos hoje no País – nem poderia deixar de ser assim – hora decisiva para a elaboração da nossa futura Constituição. Neste instante é preciso nos darmos sobre determinadas questões fundamentais para o Brasil de amanhã, sem o que nossos esforços não terão resultados e tampouco consequências positivas. A aspiração democrática do povo brasileiro se fez notar nos últimos anos. Já o Governo do Presidente Figueiredo tentou o projeto da abertura democrática, e a atual administração, sob o signo da Nova República; se comprometeu a buscar os objetivos maiores para o regime de liberdade entre nós. Infelizmente, pouco ou nada foi concretizado. A concentração de poder, em Brasília, continua a mesma, tanto no campo administrativo, como também na área federativa e, sobretudo, naquilo que a opinião pública já cognominou de "autoritarismo do Planalto."

Sr. Presidente, no fundo é esta centralização altamente prejudicial à vida do País, que se revela cada vez mais forte na capital da República e que tem no fenômeno tecnocracia a sua causa, a sua grande presença.

O Projeto de Constituição, que as comissões temáticas, através de um trabalho demorado acabam de elaborar e que nestes dois dias será levado ao conhecimento desta Assembléia Nacional Constituinte, pelo Relator da Comissão de Sistematização, soluciona no campo da organização dos poderes os nossos principais problemas, dando-nos uma versão de parlamentarismo presidencializado que, de fato, pode representar uma porta aberta para superarmos este autoritarismo ainda existente dentro da estrutura política do País.

O projeto, na parte relativa à organização da Federação, no entanto, é altamente deficiente, pois nada dá aos Estados, pouco concede aos Municípios e não revela que marcharemos, atra-

vés dos seus dispositivos, para aquela Federação que é o imperativo da realidade brasileira. Um País de dimensão continental como o Brasil exige, para poder viver, para poder realizar a democracia, o apoio e decisões das elites regionais, das elites estaduais que temos nas diversas partes do território nacional.

No campo da ordem econômica e social, temos muito ainda que discutir para chegar a um modelo que seja o consenso da Casa; e no referente aos problemas educacionais, comunicação, ciência e tecnologia, devemos dizer que este Plenário ainda não conhece de fato o documento que será básico para os nossos debates.

Sr. Presidente, o trabalho da Comissão do Sistema Tributário. Orçamento e Finanças explode no texto do projeto com as marcas tecnicráticas mais retrógradas da vida administrativa da Capital da República.

Quero, no entanto. Sr. Presidente, felicitar a Assembléia Nacional Constituinte, porque a solução parlamentarista que o texto encontra, baseado inicialmente no magnífico trabalho do Senador Constituinte José Fogaça, aliás aqui presente, e depois na contribuição do Deputado Constituinte Egídio Ferreira Lima, compõe uma peça que precisamos, nesta hora ressaltar como sendo bandeira de alívio das maiores apresentações do País

Diante de mim, Sr. Presidente, está o Constituinte e Senador Nelson Carneiro, esta extraordinária liderança, que há tantos anos, através da sua experiência, da sua cultura e da sua inteligência, dá ao nosso País os melhores subsídios para a vida pública no campo administrativo, no campo político, no campo governamental. S. Ex.^a foi um dos responsáveis pela implantação do parlamentarismo no início da década de 60, cuja inserção na vida nacional nos deixou algumas lições que estamos agora buscando captar para que a nova experiência a ser iniciada no próximo ano, se vitorioso, como estamos certos, o projeto, venha assim representar um instrumento em favor da democracia e das conquistas sociais e econômicas do nosso povo.

Não podemos continuar vivendo sob esse presidencialismo que há tantos anos desde o fim do século passado e o início deste, atormenta este País e nos têm levado a crises as mais danosas, as mais prejudiciais à evolução do povo brasileiro.

A primeira República, Sr. Presidente, terminou com governos autoritários, frutos da prática presidencialista que provocou a Revolução de 1930. A segunda República foi desembocar no golpe ditatorial de 1937. E a terceira República, de 1946, viveu sob crises e mais crises, passou por um parlamentarismo, que chegou na sua hora de agonia e não pôde salvá-la, pois caímos no movimento de 1964, que indiscutivelmente trouxe marcas autoritárias, para as quais se podem encontrar justificações, mas que deturpou a instituição política nacional permitindo ao Presidente da República, na realidade, um regime em que sua hegemonia total no Executivo e em que o Poder Legislativo, marginalizado dia a dia, se amesquinha.

Não votou o Congresso Nacional, – este é o exemplo – até hoje, nenhum dos decretos-leis publicados no ano passado. Toda a política econômico-financeira do atual Governo, portanto, nesta conjuntura difícil, tem sido feito à margem do Congresso Nacional, à margem do Poder Le-

gislativo, porque o presidencialismo está eivado de autoritarismo. É um modelo que, na verdade, desabona a existência política do País. É de se lastimar, Sr. Presidente, que continuem até hoje existindo, apesar dos solenes compromissos assumidos perante a Nação brasileira pelo Presidente José Sarney.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Nobre Constituinte Bonifácio de Andrade, aborda V. Ex.^a um tema que considero estar no coração do processo constituinte, qual seja o sistema de governo. Como bem disse V. Ex.^a, esta é a chance, este é o momento de o Brasil caminhar na direção de sua modernidade, a fim de que seja consentâneo com o momento histórico que vivemos. Não é possível persistirmos num regime político que reproduza a República Velha. Não estou falando sequer da velha República. Refiro-me à República Velha, à primeira República, marcada por tantos desmandos, tantas contribuições, tantas incertezas que, por certo, percorrem todo processo republicano que vivemos nesses 98 fatídicos anos. Quero apenas fazer uma referência. V. Ex.^a realmente tem razão quando diz que o parlamentarismo é a fórmula para vencermos e superarmos as crises institucionais. O parlamentarismo é o sistema para solucionar as crises, fazendo agora um rápido passar de olhos pelos regimes de governo da África e da América Latina, recordo-me de que nesses dois continentes vigora quase plenamente, quase totalmente o regime presidencialista. No Peru, há o presidencialismo com um presidente de centro-esquerda que enfrenta uma guerrilha; na Colômbia, há um presidente de centro-direita que enfrenta uma guerrilha; na África, em Angola, há um presidente de esquerda que enfrenta uma guerrilha de direita; em Moçambique, um presidente de esquerda que enfrenta uma guerrilha de direita. Onde haja o presidencialismo, sempre há necessariamente instabilidade social e política. Recordo-me de outro país, a ex-Rodésia, atual Zimbábue, que tem regime parlamentarista onde o Primeiro-Ministro é um extraordinário marxista chamado Robert Mugabe, que governa o país incluindo nele as minorias brancas, a extrema-direita, a extrema-esquerda, e pacificando-o por inteiro. É o único País da África inteiramente pacificado, onde o processo social e o político são perfeitamente coadunados, e a necessidade de conflitos democráticos e sociais não afeta a estabilidade política. Um primeiro-ministro marxista governando o País, incluindo, no processo político, todos os extremos. Isso demonstra que o parlamentarismo é estabilizador do processo político, sem eliminar, evidentemente, as necessárias contradições que se dão no contexto da sociedade.

Não posso deixar dizer, concluindo este aparte, que, se chegamos a realizar trabalho de alguma competência, foi, também graças à notável contribuição da sabedoria jurídica de V. Ex.^a como integrante da Subcomissão do Poder Executivo. Portanto, quero agradecer as referências feitas por V. Ex.^a a minha pessoa, mas devolver-lhe o mérito de ter participado coletivamente da construção desse projeto, que haverá de efetivar-se como o sistema de Governo condutor do Brasil à sua efetiva modernidade política.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADE: – Agradeço ao eminentíssimo nobre orador que, no seu aparte, sobretudo

as suas palavras generosas, mas quero reiterar aqui a contribuição, o talento e o patriotismo de S. Ex.^a na formulação de um modelo parlamentarista presidencializado para o Brasil, como aquele que está realmente em debate.

V. Ex.^a mostra, com muita razão, a crise geral do presidencialismo. Na realidade, ele traduz, dentro de si próprio, um autoritarismo de origem. No fundo, o presidencialismo foi uma invenção dos fundadores da República Norte-Americana, liderados por Washington, para manter o domínio e o comando militar sobre a Nação, temendo os ataques da Metrópole e de outras nações europeias. Esses problemas daí decorrentes acontecem em todos os países onde se adota o presidencialismo. Mesmo nos Estados Unidos de hoje verificamos que não há presidente da República que, no segundo ano de governo, não entre em conflito com o Poder Legislativo. É uma lei histórica nos Estados Unidos, onde está colocado o presidencialismo digamos assim, de uma forma mais efusiva e aplaudida. Resta observar que presidencialismo é governo de personalização do titular do poder, do chefe do Executivo; é o governo em que não há chefe de Estado, pois aquele não pode pairar acima da Nação; é governo só do gerente administrativo do país, é governo que provoca crise, em cima de crises, levando as nações aos espetáculos a que o eminente Constituinte José Fogaça, há pouco se referiu. Todavia mostrou S. Ex.^a em contrapartida, que os países que adotam o sistema de governo parlamentarista são levados ao consenso, ao diálogo, a um entendimento e a construções políticas duradouras, sob a estabilidade institucional.

Ouçoo, com muito prazer, o eminentíssimo Senador Nelson Carneiro, que nos honra com a sua presença no plenário.

O SR. NELSON CARNEIRO: – V. Ex.^a focalizou, com o seu costumeiro brilho, a questão da oportunidade. Em 1967 o panorama nacional era inteiramente diverso. Foi dada uma solução de improviso, para pôr termo a um inevitável conflito militar. Mas agora, estamos elaborando uma Constituição que vai, por nosso desejo, durar anos e projetar-se por vários decênios. O Congresso Nacional que sempre lutou e continua clamando pela retomada dos seus poderes, das suas atribuições, tem, neste momento, a oportunidade de se afirmar como um poder que não afrontará o Executivo, mas que não lhe estará sujeito, que poderá com ele colaborar na elaboração das leis e na direção do País. Esta é a oportunidade. Não vamos perdê-la. E não a perderemos, porque como V. Ex.^a, há numerosos Deputados e Senadores Constituintes que continuarão lutando para que o parlamentarismo se instale desde logo, para atender aos reclamos da Nação.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADE: – O aparte do nobre Constituinte, com a sua cultura, inteligência e clarividência é de fato, uma demonstração de que os homens de experiência, neste País, só encontram no parlamentarismo aquela porta aberta para salvação das nossas instituições políticas. Se por um azar terrível a Assembléia Nacional Constituinte consagraria o presidencialismo, ou fizer um parlamentarismo fantoche, que será mais presidencialismo ou só parlamentarismo no nome, iremos cair em crises insolúveis, porque todas as condições, todas as possibilidades de articulação das magnas, decisões nacio-

nais não poderão existir. O presidente da República no presidencialismo, é um prisioneiro do grupo palaciano. E não é só com o Presidente Sarney que isso ocorre, mas sim com todos, por que o fato é próprio, é inerente, ao sistema em que o presidente da República tende a se isolar. Só o rodeiam aquelas pessoas que gostam de trazer boas notícias e elogios. No regime presidencialista, o presidente da República é um "reizinho" absoluto e os que dele se aproximam o fazem só para dizer coisas agradáveis. Ele não conhece a Nação e não tem notícia do que ocorre no País. Ele não tem ciência do que acontece no território que governa. O presidente da República, no regime presidencialista, fica isolado, finado, dominado pelo grupo palaciano. Isto sempre ocorre. Por isso, as consequências são terríveis para a vida administrativa e governamental. O Presidencialismo é o sistema de Governo do monólogo, e não do diálogo. Impede as conversações, entendimentos políticos e as articulações, a procura de consenso, a busca de decisões que tenham, de fato, o apoio da maioria da Nação.

É contra esse presidencialismo nefasto que temos de lutar, e para tal temos de empregar todas as nossas energias e toda a nossa vontade, porque fora dele o caminho para a solução dos problemas brasileiros. O parlamentarismo não resolve o problema social. Cria, contudo, condições para que se discutam as questões sociais e se encontrem para resolvê-las as melhores soluções. Ele, por si só, não resolve o problema econômico, mas dá ensejo a que as lideranças troquem idéias e busquem as melhores fórmulas para resolver as grandes questões que venham a atormentar a Nação. O Presidencialismo, não! Presidencialismo é isolamento, é prisão e, no fundo, é autoritarismo e ditadura. É agravamento dos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Comunico ao nobre orador que S. Ex.^a dispõe de dois minutos para encerrar seu pronunciamento.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADE: – Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que me permita mais um minuto, a fim de que possa conceder ao nobre Constituinte Erico Pegoraro um aparte.

O SR. ERICO PEGORARO: – Nobre Constituinte, naturalmente, o meu aparte não será uma contribuição culta e eficaz como a dos dois outros aparteantes.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADE: – V. Ex.^a é uma figura ilustre desta Casa.

O SR. ERICO PEGORARO: – Desejo, neste aparte, cumprimentar V. Ex.^a pela sua participação na Subcomissão do Poder Executivo, onde, juntamente com outros Constituintes e com a participação efetiva do Relator – V. Ex.^a já fez essa observação – conseguimos construir alguma coisa que avança um pouco em termos de sistema de governo. Aqueles que são contra o sistema parlamentarista têm um argumento que fica totalmente superado pelas palavras que V. Ex.^a proferiu há pouco. Não existem partidos políticos efetivos. Mas, na verdade, é o sistema presidencialista, com esse consequente ditador por tempo determinado que não deixa que os partidos políticos assumam seu papel na construção de uma verdadeira democracia. Será no sistema parlamentarista que todos nós, membros desta Assembléia, haveremos de construir verdadeiros partidos políticos

para que neles se criem novas lideranças. Vejo que hoje não temos lideranças efetivas no processo político dos partidos, porque elas são sufocadas pela Presidência, pelo regime em que vivemos. Quando o sistema atinge a Presidência da República, o partido se posta contra ela, e quando o partido deseja fazer alguma coisa, a Presidência se posta contra ele. É o que estamos vivendo hoje. O maior partido da Aliança Democrática não deseja que o Presidente cumpra certas metas na área social e econômica, e na hora em que o partido quer cumpri-las o Presidente não quer fazê-lo, por causa dessa dualidade de pressão e de ação, de que o Presidente é tudo e tudo pode. Cumprimento V. Ex.^a.

O SR. BONIFACIO DE ANDRADA: – Agradeço ao eminentíssimo Constituinte, uma das figuras ilustres desta Casa, seu aparte, que trata de uma das questões sérias nos estudos referentes ao regime parlamentarista.

Justamente como disse V. Ex.^a o regime presidencialista impede a existência dos partidos políticos. No presidencialismo, há o partido contra a pessoa do Presidente da República e o partido a favor do governante. Em nenhuma nação onde existe o presidencialismo há partidos políticos fortes e ativos. Por quê? Porque o presidencialismo, com o elemento autoritário inherente à sua existência, impede a existência dos Partidos Políticos. Só no regime parlamentarista, em qualquer parte do mundo, vamos encontrar Partidos fortes, atuantes, com programas realmente ostensivos e claros, que possam arregimentar parcelas da opinião pública, para participar democraticamente da vida política do país.

Sr. Presidente, quero terminar as minhas palavras, agradecendo a V. Ex.^a e dizendo à Casa que estamos convencidos de que o parlamentarismo será vitorioso e, assim sendo, teremos entendimento, diálogo, conversas a respeito das grandes questões nacionais. E, mais ainda, condições de superá-las para que este País consiga atingir as metas de progresso e desenvolvimento que o destino indiscutivelmente lhe concederá. Mas tudo depende da capacidade desta Assembléia em fazer uma Constituição que responda às grandes indagações da vida nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adroaldo Streck – PDT; Aécio Neves – PMDB; Albano Franco – PMDB; Alécio Dias – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio-Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Borges da Silveira – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Cláudio Ávila – PFL; Cunha Bueno – PDS; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Basco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Dionísio Hajje – PFL; Doreto Campanari – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eleizer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fausto Fernandes

– PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheide – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gil César – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Jacy – Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Menezes – PFL; Jorge Leite – PMDB; José Carlos Martínez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Freire – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Milton Lima – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sergio Naya – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, 6^a-feira, dia 10, às 930 horas.

VIII – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 59 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALUÍZIO CAMPOS NA SESSÃO DE 7 DE JULHO DE 1987.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, toda a Nação está justificadamente preocupada com

a descoordenação generalizada que se abateu sobre os Poderes do Estado. Na área do Executivo alguns ministros queixam-se de só conhecerem as decisões governamentais depois de publicadas; na do Judiciário existe enorme descrença acerca do andamento dos processos e da demora para resolvê-los, tornando totalmente desatualizadas todas as decisões baixadas pelos seus órgãos; em nossa área, do Poder Legislativo, apesar do esforço que vem sendo desempenhado pelos constituintes para se elaborar a nova Constituição, o resultado do trabalho até agora realizado mostrou-se incompleto e merecedor de críticas em todo o País, apesar do seu lado positivo. É que, pela primeira vez, o País realizou um processo de elaboração constitucional de baixo para cima, possibilitando a todas as camadas da sociedade a apresentação de sugestões diretamente aos responsáveis pela montagem do projeto de Constituição. Gerou-se uma expectativa nacional em torno da Comissão de Sistematização, no sentido de que ela fosse capaz de montar um texto com cara de Constituição, um projeto que tivesse racionalidade e coerência, de modo a ser levado ao Plenário com as características inerentes a um bom trabalho de natureza técnica e de satisfatório alcance político, inspirado nas aspirações nacionais. E porque isto não se verificou, os impacientes admitem que não possa acontecer.

Por outro lado, as decisões de interesse fundamental para o País, como as resultantes da incidência da atual crise, têm sido imperfeitas e incompletas. Para sua complementação adotam-se medidas sempre retardadas que, quando chegam a ser executadas, não mais satisfazem as aspirações gerais.

Essa descoordenação nacional afetará, sem dúvida, o trabalho de elaboração da futura Constituição do País.

Por isso, faço este apelo, que é também uma advertência a meus pares, no sentido de que, a começar da próxima semana, quando mergulharemos na definição dos rumos que haverão de ser estabelecidos para o disciplinamento do novo ordenamento constitucional, possamos trabalhar com a cabeça fria, na base de entendimento e da racionalização. Somente assim poderemos corrigir o conteúdo do anteprojeto até agora formulado sob a responsabilidade da nossa Comissão.

Poderemos ter várias alternativas, até mesmo a de rejeitar o projeto em vias de apresentação. Entretanto, isso implicaria solução protelatória. Por isso será preferível não apreciarmos imediatamente as emendas de mérito, pois elas poderão ser apresentadas e discutidas em prazo mais longo no plenário da Constituinte para oportuno reexame pela Comissão de Sistematização.

Quero, entretanto, aqui consignar que as restrições incluídas no Regimento da Assembléa Nacional Constituinte ao funcionamento da Comissão de Sistematização deixou-a sem condições de atuar de acordo com a expectativa da Nação, desejosa de ver debatido um projeto racional, juridicamente bem elaborado.

Estou certo de que, apesar dos pesares, ainda poderemos elaborá-lo.

Faço estas observações exatamente às vésperas do anteprojeto do Relator converter-se em projeto da Comissão de Sistematização para ser proximamente discutido no plenário da Constituinte.

Houve uma abertura netário. Estiveram as bancadas do democrática, para que todos os Nordeste recentemente reunidas nossos companheiros pudessem com o Secretário-Geral do Ministério apresentar emendas a nível de da Fazenda e S.Ex.^a se incumbiu de comissão. Mas o número foi tão fazer as devidas correções, no grande – mais de 5.600 – que está sentido de contemplar os pequenos prevalecendo a decisão de se excluir criadores, cujos débitos ainda não do imediato debate aquelas foram prorrogados até o fim do ano, consideradas de mérito. Os seus sem correção monetária. autores poderão, no entanto, reapresentá-las para apreciação em plenário, se não preferirmos remetê-las ao Sr. Presidente da Constituinte, em respeito à iniciativa dos companheiros e para ganhar tempo.

Encerradas estas considerações sobre o momento constitucional, Sr. Presidente, faço uma reclamação, que poderia ser encaminhada através de V. Ex.^a às autoridades monetárias. Acabam elas de expedir um pacote agrícola para beneficiar os pequenos produtores e agricultores deste País. Mas deram completamente excluídos dos benefícios concedidos inclusive os pequenos vaqueiros responsáveis pelo abastecimento leiteiro da Nação brasileira. Foram eles esquecidos nas últimas resoluções baixadas pelo Presidente do Banco Central, **ad referendum** do Conselho Mo-

Desta forma, Sr. Presidente, tendo recebido vários apelos do meu Estado para que essa angústia seja extinta – a angústia dos pequenos devedores agrícolas –, espero que V.Ex.^a novamente ajude as bancadas do Nordeste, as quais já foram à sua presença solicitar o encontro proporcionado pelo Ministério da Fazenda, que nos recebeu e adotou algumas providências. Precisamos, porém, das complementações prometidas pelo Ministro Bresser Pereira através do Secretário-Geral do seu Ministério, o Dr. Maylson Nóbrega.

Com estas considerações, Sr. Presidente, espero que V.Ex.^a novamente se disponha a prestigiar as modestas reivindicações dos nordestinos.

Infelizmente, pedir ainda é preciso!

ERRATA

Republica-se por ter saído com incorreções no volume I das Emendas oferecidas ao anteprojeto de Constituição:

Onde se lê:

"Constituintes – Emendas

Jorge Hage -2821 a 2827,
4420 a 4547\$

Leia-se:

"Constituintes – Emendas

Egydio Ferreira Lima – 4420 a

4547.
2827."

Jorge Hage – 2821 a
2827.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 93

SÁBADO, 11 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 99ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 10 DE JULHO DE 1987.

I - Abertura da Sessão

II - Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

RENATO VIANNA -

Necessidade de revisão das normas relativas à segurança social, inseridas no anteprojeto de Constituição, que colocam em risco a atuação de entidades privadas como o Sesc, o Senac e o Sesai.

MÁRIO LIMA (Retirado pelo orador para revisão.) - Definição do programa do PMDB na próxima convenção do partido.

RUY NEDEL - Papel histórico do PMDB e perspectiva de decisões a serem tomadas na próxima convenção.

IBSEN PINHEIRO - Crítica à entrevista concedida à imprensa pelo Presidente da Volkswagen Autolatina, Wolfgang Sauer, a propósito de supostas características do povo brasileiro.

PAULO MACARINI - Conveniência de manutenção de conquistas da Previdência Social assegurada no texto do anteprojeto do Relator Bernardo Cabral.

CARDOSO ALVES - Reparos a exigências do PMDB ao Governo do Presidente José Sarney. Influência do partido na transição democrática. Acertos do Plano Bresser.

AMAURY MÜLLER - Crítica ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard. Protesto contra a proposta "Estratégia para o Desenvolvimento", supostamente elaborada pelo secretário do Presidente José Sarney. Jorge Murad e pelo economista Miguel Ethel.

JOÃO DE DEUS ANTUNES - Insatisfação nos acampamentos da fazenda Anoni, Estado do Rio Grande do Sul, ante irregularidades em sorteio de áreas de terra na região para assentamento de colonos.

OSVALDO BENDER - Ideal do orador no sentido do exercício de oposição construtiva, justa e não-demagógica.

PAULO RAMOS - Protesto contra crítica do Presidente José Sarney a suposta falta de representatividade de peemedebistas que compareceram ao comício "pró-diretas em 1988", realizado em Brasília, Distrito Federal. Impopularidade do Presidente da República. Denúncia de desaparecimento de parte dos restos mortais do ex-Deputado Rubens Paiva.

GERSON PERES - Apelo ao Ministro do Interior, Joaquim Francisco, no sentido da manutenção das atividades da Códebar.

CHICO HUMBERTO - I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático.

CARLOS COTTA - Impropriedade de entrevista à imprensa do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, a propósito de reunião de Ministros peemedebistas com o Presidente Ulysses Guimarães, na qual teria havido a opção de

um mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney.

JUAREZ ANTUNES - Responsabilidade do PMDB pelo quadro de crise nacional. Novo cálculo de aposentadoria para trabalhadores em condições de aposentar-se, como solução para a atual situação de desemprego.

COSTA FERREIRA -- Comentários sobre as atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

AIRTON CORDEIRO - Definição do mandato do Presidente José Sarney na convenção do PMDB.

LUIS ROBERTO PONTE - Movimento do empresariado gaúcho contrário as propostas apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte em prejuízo do progresso do País.

SÓLON BORGES DOS REIS - Descrédito popular nos poderes públicos ante incapacidade de controle da crise econômico-financeira nacional.

MÁRIO MAIA - Comentários sobre sugestões apresentadas pelo orador ao anteprojeto da nova Carta Constitucional.

LÚCIA BRAGA - Desassistência do Governo às populações nordestinas atingidas pela "seca verde".

MAURO BENEVIDES - Correspondência em que a Associação dos Servidores do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, postula vantagens salariais a que tem direito.

V – Comunicações das lideranças

JOSÉ GENOÍNO – Contradição do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, em suas opiniões atual e passada a propósito da Lei de Segurança Nacional.

AMAURY MÜLLER – I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático.

GERSON PERES – Ordenamento partidário no Brasil. Responsabilidade do PMDB pela incompetência administrativa federal.

PRESIDENTE – Presença, em plenário, do Sr. Orlando Aventano Castro; Deputado à Assembléia Legislativa da República da Costa Rica.

SIQUEIRA CAMPOS (Como Líder) – Intenção do Presidente José Sarney de elevar para cem dólares o valor do salário mínimo.

PAES LANDIM (Como Líder) – Análise crítica e responsável de cronistas e articulistas sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

ÁTILA LIRA (Como Líder) – Projeto de perenização do rio Piauí. Ocupação temporária

de mão-de-obra rural na Região Nordeste. Insuficiência de recursos emergenciais para vítimas da seca no Estado do Piauí.

FERNANDO GASPARIAN – Plano Ethel Murad de internacionalização da economia brasileira.

ADEMIR ANDRADE – Participação do PMDB no comício por eleições diretas para Presidente da República realizado em Brasília, Distrito Federal. Incompatibilidade do Governo Sarney com os princípios programáticos peemedebistas. Convenção Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

OTTOMAR PINTO – Fortalecimento do Banco do Brasil S.A. no sistema financeiro nacional em benefício da poupança interna.

VI – Apresentação de proposições

GERSON CAMATA.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

JUAREZ ANTUNES – Comício por eleições diretas para Presidente da República realizado em Brasília, Distrito Federal. Congresso

do Partido Democrático Trabalhista. Posicionamento do Ministro do Exército em relação ao Anteprojeto de Constituição elaborado pelo Relator Bernardo Cabral. Indiferença do Ministro Paulo Brossard, da Justiça, à violência na cidade do Rio de Janeiro.

DIRCEU CARNEIRO – Problemática urbana brasileira. Plano Nacional de Transporte de Massa.

EDME TAVARES – Realidade sócio-econômica nordestina.

VIII – ENCERRAMENTO

Discurso pronunciado pelo Constituinte Manoel Castro na sessão de 8-7-87: Política nacional de transportes urbanos.

2. – MESA – Relação dos membros**3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS** – Relação dos membros**4. – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO** – Relação dos membros**Ata da 99ª sessão, em 10 de julho de 1987**

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Marcelo Cordeiro, Primeiro-Secretário; e Mário Maia, Segundo-Secretário.

ÀS 9:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloísio Chaves – PFL; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Arnilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Antônio Perosa – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Mia Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB

Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia PMDB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Duque – PMDB; Heráclito Fortes PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Israel Pinheiro PMDB; Itamar Franco – PL Ivo Cersóimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Cal-

mon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rolemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Beulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluhy Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Mamo Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruct – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canalhe – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Rolemberg – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldeck Ornélia – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 178 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

IV – O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se ao Pequeno Expediente. Tem a palavra o Sr. Renato Viana.

O SR. RENATO VIANNA (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr, Presidente, Srs. Constituintes:

É ponto pacífico e assunto que não merece discussão o fato de constituir dever do Estado o empenho de todos os meios e instrumentos a seu alcance para a melhoria das condições de vida da população.

Entretanto, em função da quantidade e diversidade dos problemas a serem enfrentados, bem como a maneira pela qual se apresentam em cada região da enorme extensão territorial do País as questões relacionadas com a assistência social, torna-se praticamente impossível ao Governo centralizar todos os serviços necessários.

Dessa maneira e em decorrência mesmo das diversas deficiências dos serviços governamentais, surgiram entidades privadas como o Sesc, o Sesai, o Senac e o Senai – voltadas para a prestação de serviço social e aperfeiçoamento de mão-de-obra, oferecidos a partir de recursos próprios, que não oneram os trabalhadores e suas famílias, mas que contribuem – e muito – para "o fortalecimento da solidariedade entre as classes", o bem-estar da coletividade e, bem assim, para a defesa dos valores espirituais em que se fundam as tradições da nossa civilização, conforme estabelece o próprio texto do Decreto-Lei nº 9.853, que criou o sesc.

O propósito básico que orienta essas instituições é, sobretudo, cooperar com o Poder Público no estudo e solução dos problemas das classes menos favorecidas, numa demonstração incontestável da profunda compreensão da missão social que cabe a empregadores e dirigentes, interessados não apenas em si próprios, mas no bom encaminhamento da economia nacional.

Temos tido, por parte do empresariado brasileiro, provas mais do que cabais de que estão conscientes das responsabilidades que competem a cada um, facilmente ilustrado pelo que as Confederações do Comércio e da Indústria vêm realizando, diretamente ou através dos serviços e centros a elas ligados, oferecendo meios para melhorar o bem-estar social e o padrão de vida de milhões de brasileiros e suas famílias, através de assistência em relação aos problemas domésticos, como nutrição, habitação, vestuário, transportes saúde e educação, realizações educativas e culturais, preparação de mão-de-obra especializada e mais um sem-número de outras atividades que visam, especificamente, à valorização do homem.

Todavia, a despeito de uma realidade incontestável, houve por bem algum legislador mais desavisado introduzir no texto da nova Constituição disposições. O art. 41 da Comissão Temática da Ordem Econômica, incorporado ao relatório do Constituinte Bernardo Cabral, estabelece que a folha de salários será a única e exclusiva base para a segurança social, colocando em risco essas entidades privadas, como o Senac, o SESI e o SESC, que têm contribuído verdadeiramente para o aperfeiçoamento não só de mão-de-obra, mas colocando à disposição dos trabalhadores brasileiros, colônias de férias, centros esportivos e o aperfeiçoamento da sua educação física, procurando aprimorá-los para o desenvolvimento da sua atividade laboral.

É imprescindível que as normas constitucionais relacionadas com o Capítulo da Seguridade Social sejam cuidadosamente revistas, de forma a

que possamos oferecer à população cada vez mais e melhores serviços e assistência e não, como se pretende com este projeto, acabar ou desvirtuar algo de bom quê já existe.

Além do mais, é bom repensar sobre o fato de que o custo desses serviços oferecidos pelos representantes do comércio e da indústria não recai sobre os salários; não é descontado dos empregados; apenas o montante da folha de salários serve de base para cálculo da contribuição que o empresário deve fazer para a manutenção das entidades assistenciais a que está ligado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sejamos realistas! O Governo não consegue manter sequer os serviços de Previdência e Assistência Social, já a seu cargo, em níveis aceitáveis. Sabemos o que é a Previdência Social neste País Por que, então, pretender, irrealisticamente, incumbir o Poder Público de organizar a seguridade social em toda a sua extensão, universalizando sua cobertura? Haverá alguém que sinceramente acredite nessa possibilidade?

O complexo social formado pela população de um país sempre apresenta problemas. Alguns provêm do passado e se agravam no presente; outros estão começando e vão projetar-se no futuro, mas todos exigem soluções.

Aqueles a quem cabem influir, de alguma forma, no destino dos homens, no funcionamento dos grupos sociais, não têm o direito de valer-se de medidas imediatistas ou apenas voltar-se para casos específicos. A política econômica e social deve visar soluções globais, capazes de perdurar e atravessar o tempo.

É esse o papel que nos cabe como Constituintes; adotar providências que possam ser proveitosas, tanto hoje quanto amanhã, que atendam tanto ao particular quanto ao geral.

Mas sem nos afastarmos da realidade!

Sonhos não cabem numa Constituição, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR MÁRIO LIMA PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE Á REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes

A história dos povos e das nações se faz, o que é óbvio, através do tempo. Ela não tem pressa; evolui ou involui; avança ou retrocede; ora democrática, ora ditatorial, às vezes tirânica; pacífica ou violenta, através de revoluções ou guerras. Mudando para melhor, ascende; jamais, porém em linha reta.

A dinâmica social e política dos povos ao longo da História cresce em justiça quando se democratiza, mas o avanço sempre ocorre em forma de espiral.

Quem tem pressa é o indivíduo, talvez pela exigüidade do seu tempo; do limitado mundo individual solitário ou do amplo mundo coletivo de uma geração que sofre a solidão e orfandade da esperança.

O homem público que não tomar consciência desta realidade histórica acaba, na vã tentativa de atropelá-la, atropelando a sociedade e prejudicando seriamente o povo. Acabamos de escalar (com a queda do regime militar) um importante

anel na espiral democrática da História brasileira e o político não têm o direito de quebrar a mola, impedindo o lento avanço helicoidal. Não nos cabe o direito, na pressa de vermos concretizados os nossos anseios, de provocar um recuo ao tempo obscuro com retrocesso de consequências imprevisíveis!

Este é o momento de pensar na democracia valendo mais até que o nosso partido e a nossa idéia; na Assembléa Nacional Constituinte e os princípios a serem nela enunciados. Pensar na insignificância de um ano de mandato dentro da longevidade da História, por mais débil, incompetente ou conservador que possa ser o Governo e seu governante-mor!

Este é o momento de pensar; o de repensar o Partido será após a Assembléa Nacional Constituinte.

Este rápido pensamento, transcrito em poucas linhas, foi fruto de um raciocínio enquanto ouvíamos, na reunião de sábado passado, um grupo importante e valoroso do PMDB e a nossa angústia para o que possa ocorrer na convenção dos dias 18 e 19.

Temos que ter a consciência de que o momento de decisões partidárias será após. Este é o momento de decisões constituintes Temos que tomar, para dentro de nós, o exemplo que o próprio povo nos vem dando. Parece-nos, principalmente no episódio em Cuiabá, quando da posse do Prefeito Dante de Oliveira, e mais ainda, neste espetáculo do "showmício" ocorrido há poucos dias, que nos deu a impressão de que o povo tem o sentimento da história democrática que está-se iniciando na nossa Pátria. E o político, parece-me que num grupo razoável não o teve.

O que me dói, quanto ao meu Partido, é que justamente um grupo fantástico, de valores gigantescos, que tem dentro de si o miolo da luta pela democracia, que tem dentro de si a ânsia das grandes reformas sociais, não sabe ter dentro de si o vagar do pensamento que a história exige.

Lembraria só um versinho do grande poeta Geir Campos:

Não faz mal que amanheça devagar
As flores não têm pressa, nem os frutos

Sabem que a vagareza dos minutos adoça mais o outono por chegar

Portanto, não faz mal que lentamente o dia vença a noite em seus redutos de leste

O que importa é termos enxutos os olhos e a intenção de madrugar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Li há poucos dias uma entrevista, até agora não desmentida, em que o Sr. Presidente da Volkswagen, agora alçado à presidência, da Auto-latina, o Sr. Wolfgang Sauer, na qual criticava, parece-me que acremente, o caráter do povo brasileiro, destinando sua crítica especialmente àquilo que classificou como a tendência dos brasileiros para o "jeitinho".

Parece-me que o ilustre Sr. Sauer cometeu o primeiro pecado de generalizar. O pecado que seria idêntico e simétrico ao nosso, se fôssemos julgar, por exemplo, todos os alemães pelas teo-

rias de Nietzsche ou, pior ainda, pelas teses do Sr. Goebbels. Não cometemos esse pecado e não enquadramos o Sr. Wolfgang Sauer em qualquer padrão. Preferiríamos até, se tivéssemos que incluí-lo em algum padrão, considerá-lo herdeiro de um dos maiores contribuintes da cultura ocidental, que é a cultura alemã, herdeiro de Goethe, de Schiller, irmão desse temperamento amorável que é Ruy Nedel, cujo humanismo transborda desta tribuna sempre que tem oportunidade regimental.

O Sr. Sauer parece que ainda não aprendeu a conhecer o Brasil. Parece que não percebe a grande virtude do povo brasileiro, uma virtude que talvez tenha faltado aos Líderes alemães que, em 50 anos, lançaram o mundo em duas guerras. Talvez, se na Alemanha de 14 ou de 39 houvesse algum respeito pelo "jeitinho", alguma vocação para a convivência, talvez o mundo tivesse sido poupado.

Mas não posso, é claro, considerar que o Sr. Sauer está na linha dos piores vícios do prussianismo. Quero identificá-lo nas melhores virtudes germânicas.

Por isso nosso País o acolheu e ouve as suas críticas mesmo infundadas, mesmo equivocadas, e as escuta com a bondade típica de um povo afeito para a convivência. E o máximo que fazemos com a petulância do Sr. Sauer é dar-lhe um puxão de orelhas muito merecido.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A partir da próxima semana o Plenário da Assembléa Nacional Constituinte vai iniciar a discussão do anteprojeto compilado pelo Constituinte Bernardo Cabral e receber durante 30 dias as emendas por parte dos Srs. Congressistas.

Nesta oportunidade eu gostaria de salientar que, relativamente à Previdência Social, há a necessidade de se manterem determinadas conquistas já asseguradas no texto, das quais eu tomaria a liberdade de especificá-las dentre outras:

1º – A uniformidade e equivalência de benefícios e serviços para os segurados urbanos e rurais;

2º – A irreversibilidade do valor real dos benefícios;

3º – O caráter democrático e a descentralização da gestão administrativa com a consequente participação dos trabalhadores e dos empregadores;

4º – Nenhum benefício de prestação continuada terá valor mensal inferior ao salário mínimo vigente no País, corrigindo-se dessa forma uma distorção e uma injustiça contra os trabalhadores rurais, que percebem apenas meio salário mínimo; e

5º – Recursos obrigatórios da receita tributária da União na composição da receita da Previdência Social.

Mas, ao lado de se manterem estas conquistas, toma-se imprescindível que novas conquistas sejam asseguradas para que a dona-de-casa que trabalha no campo e a dona-de-casa que trabalha na cidade também passem a participar da seguridade da Previdência Social.

Há, por outro lado, a necessidade de se criarem determinados instrumentos na defesa da institui-

ção, estabelecendo-se na própria Carta Magna que o não recolhimento da Previdência Social importa na prática de crime de sonegação fiscal inafiançável assim como estabelecendo - se a responsabilidade solidária dos dirigentes das empresas, das firmas individuais, das empresas e das entidades de qualquer natureza, quando do não-recolhimento das contribuições previdenciárias, como há, também, Sr. Presidente, a necessidade de se estabelecer uma estrutura básica, calcada na criação de cargos e funções para dar aos servidores, não apenas o indispensável à sua sobrevivência, mas, acima de tudo, um estímulo necessário para a melhoria dos serviços da Previdência Social; como há, também, necessidade de recuperar-se a defasagem em favor dos aposentados que tiveram seus benefícios achatados no período de 1969 até 1984.

Outrossim, gostaria de dizer que, como ex-Presidente do IAPAS, onde exerci aquelas elevadas funções no período de maio de 1985 a fevereiro de 1986, encontramos a Previdência Social com um déficit operacional da ordem de 7 trilhões e 900 bilhões de cruzeiros e, em fevereiro, entregamos com um superávit de 6 trilhões e 800 bilhões de cruzados.

Sr. Presidente, é bem verdade que inauguramos uma nova fase, a fase de recuperação financeira da Previdência Social. Temos a humildade suficiente de dizer que ainda existe um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito à melhoria dos benefícios e a instituição de um tratamento médico-hospitalar compatível com a dignidade humana.

Gostaria, também, de registrar que o trabalho que iniciamos na correção da situação financeira da Previdência Social está agora sendo também, compartilhado pela firme direção do atual Presidente Félix Cristiano Theiss, razão por que o trabalho que está sendo desenvolvido pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães e seu Chefe de Gabinete, Gilberto de Azevedo e de seu Secretário - Geral, Carlos Sabóia Monte, notadamente no que diz respeito à transferência, para Brasília, da Administração Geral, que se vislumbra para os próximos meses, assim como o reajuste, em parte, dos benefícios dos aposentados e a programação financeira, com resultados extraordinários que estão assegurando à Previdência Social condições de torná-la uma entidade viável e um instrumento de tranquilidade a todos os trabalhadores e a todos os seus dependentes. Esta tarefa deve prosseguir, para que, num trabalho conjunto entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e a Assembléa Nacional Constituinte, nós possamos escrever uma Carta que represente não apenas a realidade nacional, mas que vá ao encontro dos interesses da população e que tome a Previdência Social um instrumento não apenas de tranquilidade, mas responsável pelo aumento da produtividade e, acima de tudo, se converta numa tranquilidade aos trabalhadores, mantendo o poder aquisitivo dos aposentados e dos trabalhadores, e, por outro lado, assegurando um tratamento médico-hospitalar compatível com a dignidade humana. E por falar em tratamento médico-hospitalar e em benefício, tenho a certeza de que o trabalho profícuo que está sendo realizado pelo Prof. Hézio Cordeiro, na Presidência do Inamps, e que foi realizado, também, pelo saudoso Arthur Virgílio Filho, a quem quero nesta oportunidade, homenagear, prosseguirá através de Antônio Ti-

móteo dos Anjos-Sobrinho, na certeza de que, repito, a Previdência seja o grande instrumento de bem-estar, de segurança e de tranquilidade ao povo brasileiro.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Tenho ouvido, e ainda hoje ouvi, pronunciamentos de eminentes membros da minha Bancada e do meu Partido, parlamentares os mais ilustres e os mais preparados. Não posso esconder, Sr. Presidente, a minha perplexidade diante do grau de exigência desses parlamentares para com o Governo do Presidente Sarney, tanto no sentido da natureza das providências, como, sobretudo, no sentido da pressa de resultados.

É preciso que se compreenda, Sr. Presidente, que demorou muito ao PMDB chegar ao poder, que houve um longo elenco de medidas que antecederam à eleição do Presidente Tancredo Neves e do Vice-Presidente José Sarney.

Este não é um Governo exclusivamente do PMDB, é um Governo que nasceu de entendimentos, de longas negociações. É um Governo que nasceu de acordos, de concessões bilaterais. E um Governo de transição, Sr. Presidente, não é um governo puro do PMDB. O programa do PMDB, a meu ver, vem sendo cumprido, dentro do possível, por um Governo de transição.

Neste Governo de transição, o PMDB tem uma robusta, robustíssima presença, um grande número de Ministros, um grande número de presidentes de sociedades estatais, um grande número de diretores. Tem uma presença forte no primeiro, no segundo, no terceiro e no quarto escalões. Tem uma influência decisiva através dos seus governadores e dos seus parlamentares.

Neste Governo de transição, o PMDB dá a nota fundamental, o PMDB dá o tom, o PMDB dá as diretrizes principais. Repito, Sr. Presidente, não me parece lícito, não me parece justo, não me parece razável exigir, impenitentemente, do Governo o cumprimento dos Estatutos do PMDB. O PMDB não tem ainda um seu militante histórico como Presidente da República. O PMDB não tem o comando do Governo de maneira absoluta. O PMDB, repito, participa do Governo.

Quanto ao ponto de vista da pressa no resultado das providências, há pouco ouvi que o Ministro Funaro entrou recentemente no PMDB e tomou determinadas providências, a juízo dele e com apoio do Governo, que deram no que deram e que todo o mundo conhece. Mas, o Ministro Bresser Pereira é um antigo militante do PMDB e militante, até mesmo, do PDC, desde moço: É um homem voltado para as preocupações da justiça social, é um Chestertoniano, preocupado com a distribuição de rendas, é um homem conhecido no Estado de São Paulo, e que agora se faz conhecer na Nação brasileira através de seu plano. Vi o Ministro Bresser na sua posse, não mais o procurei, não mais estive com ele, conheço-o há mais de 30 anos, sei tratar-se de um homem das melhores intenções, professor da Fundação Getúlio Vargas, um homem altamente competente para o exercício de seu cargo, um homem honesto, que se preparou durante toda a vida como economista e como político para exercer o honroso cargo que lhe foi entregue pelo Presidente José Sarney.

Ora, Sr. Presidente, chegou ontem ao Ministério, apresentou um plano exequível, realista, compatível com as necessidades de poupança e desenvolvimento do País, compatível com a justiça social, que se insere num plano da realidade brasileira, e que busca melhores padrões e melhor qualidade de vida para o trabalhador e para o povo brasileiro. Vamos dar tempo ao tempo. Nós já estamos tendo os primeiros resultados de seu plano. Não é lícito vir, aqui, atacar o Ministro Bresser, praticamente deixando-o mal dentro do Partido. Ele é do PMDB, a sua presença no Governo representa um esforço do PMDB, ele certamente terá esse esforço coroado de êxito, e isso redundará em benefício do PMDB.

Confúcio dizia, Sr. Presidente, que é melhor acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão. Vamos acender um lume de esperança, uma chama de esperança ao Plano Bresser. Prestigiamos o nosso Ministro, não fiquemos a amaldiçoar sua ação, investigando o seu plano, atacando as suas deliberações. Isso é muito fácil, mas é demagógico. Isso não honra o meu partido, isso não beneficia em nada o povo brasileiro.

O PMDB é o pai da transição, a transição é filha do PMDB. O Governo do Presidente Sarney é criatura da transição e, consequentemente, do PMDB. O PMDB não tem o direito de repudiar o Governo que ajudou a criar, a transição que instituiu, as responsabilidades que assumiu.

O PMDB tem que assumir a responsabilidade de governar o País, Sr. Presidente, não pode passar para oposição a si próprio. Ou estamos enfadados do poder? Ou não temos capacidade de influir? Ou o PMDB é composto de um bando de Deputados que só sabem fazer oposição? Segundo prova a História, sabem muito bem fazer oposição, mas é preciso que saibamos também fazer governo, para que amanhã não sejamos culpados daquilo que é fruto da nossa incapacidade, da nossa omissão e da nossa opção errada pela oposição, quando o Governo é nosso, do qual fazemos parte e pelo qual temos grandes responsabilidades. (Muito bem! Palmas.)

O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sra^{as} e Srs. Constituintes.

Há muitos anos, quando decidiu abandonar a nau dos insensatos, o regime ditatorial que se instalara no País, e ocupou, a partir de então, uma trincheira histórica em defesa da liberdade e da democracia, o atual Ministro da Justiça, Paulo Brossard de Souza Pinto, que concordava ao Senado da República, costumava anatemizar a fúria entregista do regime militar, lembrando uma indústria tradicional do Rio Grande do Sul, da área vitivinícola, que fora absorvida avidamente pelo capital estrangeiro, eis que as portas da economia nacional haviam sido escancaradas, da forma mais debochada e cínica, à penetração do capital internacional.

Dizia Paulo Brossard, quando na Oposição: "Os vinhos Dreher têm tamanha tradição, que o slogan "De pai para filho", face a sua absorção pelo capital estrangeiro, passou a ser lembrado diferentemente, "De filho para tio" – Tio Sam – numa clara alusão ao capital estrangeiro.

Hoje, o Sr. Paulo Brossard de Souza Pinto, que não se envergonha de utilizar a Lei de Segurança Nacional contra pessoas apenas suspeitas de vaiarem um presidente que merece mais do que

vaias, mas o opróbrio da Nação, certamente está aplaudindo o documento elaborado supostamente pelo Sr. Jorge Murad, Secretário do Presidente José Sarney, em colaboração com o economista Miguel Ethel, e que transforma este País, definitivamente, numa verdadeira latrina onde o capital estrangeiro virá escarrar sobre a dignidade do povo brasileiro.

Outra não é a conclusão a que se pode chegar, Sr. Presidente, diante dessa proposta indecorosa, imoral, entreguista, antinacional, que o Governo exibe ante os olhos estarrecidos e perplexos da opinião pública. E ainda há gente que vem aqui ter o desplante de afirmar que o PMDB do Sr. José Sarney o pai da abertura democrática neste País! Não sei se essas pessoas estiveram, como estive eu e tantos outros, combatendo no front inicial a ditadura brutal e sanguinária que se instalou neste País no dia 1º de abril de 1964.

Mas, adiante dessa proposta. Sr. Presidente, às vezes, fico até envergonhado de saber que há maus brasileiros tramando contra os interesses nacionais e se propondo à tarefa ingloria de subcomissão, de acocorar-se ante o capital internacional para facilitar o saque, a pilhagem da riqueza e do patrimônio nacionais ao apetite voraz de grupos econômicos dos quais não passam de meros servitários.

Os pontos essenciais dessa proposta, que se chama ironicamente de "Estratégia para o Desenvolvimento", merecem uma análise mais acurada, que o tempo não permite, neste espaço das pequenas comunicações, da Assembléa Nacional Constituinte.

Mas quero registrar, Sr. Presidente, o mais veemente protesto a esse festival de entreguismo que assola o País, às imoralidades que brotam da intimidade do Palácio do Planalto, para ofender e insultar a consciência nacional.

Leio, Sr. Presidente:

"Liberdade para instalação de qualquer empreendimento no País, sem licença ou autorização do Governo Federal e fixação de preços compatíveis com a remuneração dos investimentos."

Esta, uma das duas medidas previstas na nova política industrial e de comércio que o Governo da Nova República, do Sr. José Sarney, ontem, um vassalo da ditadura, hoje, um absolutista que pretende impor à Nação aquilo que o povo e a consciência nacional não querem.

Leio ainda:

"Liberdade da dívida externa para conversão em capital de risco, estimulando suas aplicações em investimentos considerados básicos."

Sr. Presidente, num momento em que a Nação discute a elaboração de um novo texto constitucional que fixe os parâmetros de um pacto político-institucional, capaz de recolocar o País sob o império da lei e estabelecer um pacto econômico, social e cultural compatível com o momento histórico pelo qual atravessamos e que seja adequado às necessidades, às reivindicações e aos direitos de um povo cansado de humilhações, de fome, miséria, de latifúndio, de capital estrangeiro, o Governo propõe essa estratégia para o nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente, até quando este País vai continuar tolerando violências e agressões desse tipo. Até quando o cidadão comum suportará com um salário de fome, vendo esse salário ser roubado, pilhado pelo chamado "Plano Bresser"? Até quando este País continuará sendo o paraíso do latifúndio, propriedade de alguns, que se dão ao luxo de deslocarem-se para Brasília, com 30 a 40 mil pessoas, ficando em hotéis de 5 estrelas com uísque e caviar importados, para pressionar a Assembléa Nacional Constituinte?

Até quando este País vai continuar servicial da Doutrina Monroe, que não se aplica lá, mas se aplica aqui? Se a América é dos americanos do Brasil, ela é dos americanos do norte, porque um governo servil, que perdeu a consciência, que se divorciou do povo, que voltou as costas para a história, insiste em entregar a riqueza nacional, o patrimônio comum dos brasileiros à voragem, ao apetite do capital estrangeiro.

Fica registrado o meu protesto e a certeza de que os brasileiros que não são os 30 a 40 mil da famigerada e fascista UDR, que estão em Brasília, mas os brasileiros que vivem nas periferias das cidades, mergulhados na miséria, na fome, no analfabetismo, e na doença, haverão de erguer as suas vozes, senão hoje, amanhã, ou um dia, para levar este Governo ao banco dos réus pelo crime de lesa-pátria que pretende cometer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES
(PDS - RS. Pronuncia o seguinte discurso.):**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes

Estivemos visitando nosso Estado – Rio Grande do Sul – e aproveitamos para ver como vão os acampados da Fazenda Anoni.

Ficamos impressionados com o descaso para com a grande maioria e o paternalismo em favor de uma minoria.

Constatamos nos diversos acampamentos que visitamos dentro daquela área, a insatisfação da grande maioria daqueles que esperam pelo Incra e pela própria comissão instalada pelos padres e alguns colonos privilegiados que ali mandam e decidem.

Vimos que o interesse maior é o de protelar a mini-reforma agrária ou assentamento dos colonos que ali estão.

Enquanto isto não ocorrer estão sendo carreadas verbas para os acampados, sendo que a mesma passa pela referida diretoria ou comissão.

Foi feito um sorteio de nomes sem a presença dos demais interessados, portanto ilegal, quando foram contemplados alguns "pobres colonos proprietários de caminhões, ceifadeiras, etc., que coincidentemente são muito amigos dos responsáveis pelo referido sorteio dos módulos. Também, coincidentemente, a área de terra que deu margem a esse "assentamento" é a melhor de toda a área da Anoni.

Até elementos solteiros foram bafejados pela sorte e receberam uma porção de terra ali, enquanto que centenas de famílias, com grande número de filhos, não tiveram o privilégio de ao menos ter seu nome incluído entre os candidatos que concorreram às terras.

Não posso entender o que pode retardar tanto o assentamento dos colonos acampados. Acho que alguma coisa tem que ser feita pelo Governador Pedro Simon, pelo Incra ou por alguém que tenha sensibilidade e se apiede dos pobres

coitados ali expostos a doenças pulmonares respiratórias e péssimas condições de sobrevivência.

Não há liberação para custeio das lavouras e parece que o pouco que eles plantaram acabarão perdendo se não se fizer imediatamente alguma coisa.

É de desespero a situação que ali verificamos nos dias 27 e 28 de junho de 1987.

Antes era o problema de que a área ainda não estava liberada pela Justiça, mas e agora qual é o problema que está entravando a liberação da área para os assentamentos?

Enquanto tivermos "bodes expiatórios" como as crianças e colonos que ali estão acampados, demagogos e interessados continuarão usando-os para tomar dinheiro do governo e do próprio povo em "campanhas" chamadas humanitárias mas que, na realidade, servem apenas para os interesses de alguns lobos, travestidos de cordeiros, que não têm o mínimo interesse em resolver os problemas da nossa gente, do homem do campo e das nossas crianças.

Ó Justiça, quanta injustiça se comete em teu nome. (Muito bem!)

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o discurso): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Com grande satisfação ocupo mais uma vez esta tribuna. Cada vez que me é dada esta dádiva faço-a com a intenção de querer ajudar a construir uma Pátria maior e melhor para nós e, principalmente, para nossos descendentes.

Não estou aqui para fazer uma oposição recalculada ou destrutiva, mas sim para dentro do possível ajudar a sugerir soluções, para amenizar as angústias e o sofrimento do nosso povo.

Além da nobre missão que me foi delegada, através do voto, para ajudar a elaborar a nova Constituição, não poderia, de maneira alguma, fugir dos problemas por que a Nação passa no momento.

Como oposição tenho pautado o meu trabalho dentro de princípios que fazem parte de minha formação, onde, acima de tudo, deve prevalecer o bem-estar de todos, que tem como Pátria esta grande Nação.

Quem de nós quer ver este País grande, próspero, com fartura e abundância para todos? Afinal, é a nossa Pátria, é o país onde vivemos, é o país onde temos os nossos interesses econômicos, é o país onde nasceram nossos filhos, é o país dos nossos sonhos e esperanças.

Para que, e por que, haveríamos de fazer uma oposição destrutiva? Por que haveríamos de usar esta tribuna para fazer demagogia, exigir do Governo coisas impossíveis e irrealizáveis? É verdade que já temos feito críticas ao governo ou às autoridades responsáveis, quando entendímos que as coisas poderiam ser diferentes, e por isso mesmo nunca deixamos de sugerir alternativas que no nosso modo de entender, poderiam ser a solução mais adequada.

Compreendo perfeitamente que nem sempre é possível pôr estas sugestões em prática, devido a inúmeros impasses que envolvem todo o conjunto de uma administração.

De qualquer forma, Sr. Presidente, e Srs. Constituintes, a nossa intenção sempre foi das melhores, desde que aqui chegamos, eis que na minha vida sempre construí. Acredito no trabalho, este sempre foi o meu lema. Não seria agora que me

iria vangloriar com a desgraça alheia ou com eventuais erros administrativos para benefícios próprios, quer políticos, quer por vaidade pessoal. Este não é o nosso feito.

Quero ver o nosso País cada vez mais pujante, embora reconheça as enormes dificuldades por que passa no momento, mas assim mesmo acredito em soluções. Somos o último a perder as esperanças neste imenso País.

Aqui pode e deve ter um lugar para todos os brasileiros. Com esta enorme vontade de ajudar a resolver os problemas, tenho também peregrinado junto com muitos dos Prefeitos da região que represento, pelos Ministérios e Secretarias, em busca de recursos para suas comunidades. Tenho estado ao lado de todas às autoridades do Rio Grande do Sul; independentemente de partidos políticos, para reivindicar para o meu Estado. Talvez se pudesse pensar que o Governo apenas estava atendendo os integrantes dos partidos que fazem parte da Aliança Democrática, mas isto não corresponde à verdade.

Quero, aqui, fazer justiça a todos os Ministros, Secretários, Chefs de Gabinetes e assessores, pelo excelente atendimento em suas árduas e penosas missões.

Não faço este registro apenas em meu nome, mas o faço, especialmente, em nome dos Prefeitos e comitivas, que me acompanharam nestes pleitos, inclusive é um pedido de muitos destes integrantes que oportunamente fizéssemos, através desta tribuna, um agradecimento – às autoridades pelo alto espírito patriótico, sempre presente no desempenho de suas funções, mesmo por vezes, já noite adentro, cansados e quem sabe já exaustos, após um dia inteiro de audiências, mesmo assim, ainda S. Ex.^a têm encontrado forças para nos atender com sorrisos, com alegria e muito boa vontade.

Tenho a certeza de que não estou exagerando, V. Ex.^a são testemunhas, sei que também receberam este mesmo atendimento.

Fico feliz em poder, desta maneira, ajudar a construir o nosso País.

Acredito no trabalho, na seriedade, na compreensão equilibrada das pessoas. Só assim construiremos juntos, com amor, uma Pátria grande, onde a paz e a felicidade são eternas.

Quero, pois, desta tribuna, congratular-me com os Ministros e seus colaboradores pelo trabalho desenvolvido em favor da Pátria, e que fique registrado nos Anais desta Casa um voto de louvor pelo grande esforço de atender a todos da melhor maneira. Faço isto com muito bom gosto, e me sinto à vontade ao fazê-lo, pois são todas pessoas de grande capacidade e de profundo espírito humano e solidário. É preciso que reconheçamos o valor do trabalho, que fica na maioria das vezes no anonimato, é preciso que valorizemos as coisas boas.

Rogo a Deus para que os proteja, dando-lhes forças para que possam continuar seu grande trabalho na construção da nossa Pátria. (Muito bem!).

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

A imprensa de ontem noticia dois fatos que guardam entre si uma vinculação. O Presidente da República, Senhor José Sarney, procurou ridicularizar o comparecimento de peemedebistas ao

vitorioso comício por eleições diretas realizadas em Brasília. Disse Sua Excelência o Presidente da República que, pelo fato de os peemedebistas terem recebido algumas vaias, isto significa que o grupo que ali compareceu não tem qualquer representatividade. A bem da verdade, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, as vaias recebidas pelos peemedebistas são a continuidade da picareta que quase o Presidente da República recebeu no Paço Imperial, no Rio de Janeiro. Sabemos todos nós que a picareta dirigida ao Presidente da República foi de autoria, com certeza, de elementos da sua própria segurança. Sabemos que não é justificável que tenhamos hoje o retrocesso da aplicação da Lei de Segurança Nacional, que mantém incomunicáveis dois brasileiros no Rio de Janeiro, exigindo de todos nós, qualquer que seja a sigla partidária, o repúdio a essa atitude, que ainda conta com a convivência do Sr. Ministro da Justiça, que antes, nesta Casa foi um grande defensor das liberdades públicas e individuais.

Infelizmente, o Governo do Senhor José Sarney, com o acúmulo do Ministro da Justiça Sr. Paulo Brossard, vai coonestando um retrocesso contra o qual devemos nos insurgir.

Por que o Presidente da República é vaiado? Por que os membros do PMDB, que procuram resgatar a imagem do Partido, também são vaiados?

Ontem, os jornais, publicaram um documento do genro do Presidente – porque o Sr. Murad nada mais é do que genro do Presidente – no qual propõe, e ainda se atreve a divulgar em toda a imprensa nacional, o mais deslavado entreguismo.

Dizíamos que o regime autoritário era corrupto, repressor, concentrador e desnacionalizante. No momento em que estamos em Assembléa Nacional Constituinte, com os olhos voltados para a elaboração de uma Carta que pretende funcionar como instrumento de redenção do País, como instrumento de redenção da classe trabalhadora, já nos estertores de um regime autoritário, o Sr. Jorge Murad genro do Presidente da República, propõe o mais deslavado entreguismo. Certamente, se formos consultar a carteira de identidade do Sr. Jorge Murad não se constará lá a nacionalidade brasileira.

Assumo a tribuna hoje, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para fazer a denúncia de um fato ocorrido no Rio de Janeiro, que guarda vinculação concreta com o retrocesso político que estamos experimentando em plena Assembléa Nacional Constituinte. Depois do Estado do Rio de Janeiro ser escavado de ponta à ponta, para que fossem encontrados os restos mortais ou parte dos restos mortais do ex-Deputado Rubens Paiva – morto depois de ter sido torturado no DOI-CODI do Exército, da Rua Barão de Mesquita – verificamos que os ossos de Rubens Paiva foram roubados da casa da médica legista encarregada da perícia, antes da conclusão do laudo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, precisamos verificar que há um encadeamento de fatos que significa um sério retrocesso e precisamos nos posicionar contra eles. Hoje, os ossos de Rubens Paiva desaparecem; hoje, dois brasileiros estão presos e incomunicáveis no Rio de Janeiro; amanhã, certamente outros brasileiros serão mortos e torturados e terão os ossos desaparecidos; amanhã, qualquer que seja a sigla partidária daquele

que integra a Assembléa Nacional Constituinte, todos poderão estar presos e incomunicáveis.

Neste momento, embora aparentemente insignificantes os fatos, precisamos levantar a nossa voz, porque os fatos que estão acontecendo são extremamente graves. Hoje, o Presidente José Sarney, impopular, carrega a sigla do PMDB.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não só o povo brasileiro, mas também toda a comunidade internacional, ouvirão da Assembléa Nacional Constituinte um brado heróico e retumbante de um povo que não se curva, de um povo que há de promover a sua independência, que há de afirmar a sua soberania mas, acima de tudo, há de construir uma sociedade democrática, onde a classe trabalhadora, instrumento da história e principal responsável pela produção, pela construção das riquezas há de vencer e há de prevalecer.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas).

O SR. GERSON PERES (PDS – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O Ministro do Interior, Sr. Joaquim Francisco, nosso ex-colega numa declaração que o jornal **O Liberal**, do meu Estado, publica, diz que vai decretar a extinção da CODEBAR logo após seja concluído o trabalho da Comissão de Inquérito, instituída para apurar irregularidades naquela empresa, o que deverá ocorrer em 30 dias. Nós assumimos, aqui, a tribuna, para fazer um apelo a S. Ex.^a, em nome dos paraenses, a fim de que a CODEBAR permaneça com suas atividades, uma vez não procederem as afirmações de que ela já concluiu o seu trabalho.

O problema de infra-estrutura da Barcarena Nova não foi solucionado pela CODEBAR. Ainda há muita coisa a fazer, como o problema da integração pelo asfaltamento das rodovias às áreas urbanas, a urbanização do centro habitacional, a ampliação do serviço de abastecimento de água, a eletrificação da periferia. Eis aí os pontos básicos que confirmam não estar concluída a missão da CODEBAR. Não é pelo simples fato ou pelo fato nada agradável de terem ocorrido ali supostas irregularidades que vamos eliminar as atividades de uma empresa, criada com o objetivo de concluir uma tarefa que beneficie uma área do Pará que está sendo industrializada.

Faço um apelo ao nosso colega, Deputado Joaquim Francisco, para que reveja este seu posicionamento. Não entro no mérito, Sr. Presidente, do que ocorreu ali, porque está sendo apurado. Peço também a S. Ex.^a que dê amplo direito de defesa a todos os acusados, para que possam, no inquérito, mostrar se são ou não participantes das irregularidades anunciadas.

Sr. Presidente, este é o apelo que faço ao Sr. Ministro do Interior, não extinga a Codebar porque, se assim o fizer, é mais um ato de discriminação, mais um ato que se pratica contra os interesses da Amazônia e do Estado do Pará.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas).

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Começa, hoje, o I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático, no auditório Petrônio Portella, quando vamos reunir os companheiros do

Partido Democrático Trabalhista, assim como convidados de mais de 20 países, onde o Socialismo Democrático tem a sua representação.

Quero aproveitar esta tribuna para fazer um convite a todos os colegas, companheiros Constituintes, para que possamos estudar, desenvolver e discutir aquilo que pretendemos para uma Pátria livre, democrática e igualitária. Este Congresso do Socialismo Democrático é, sem dúvida, a mais importante contribuição à democracia, ao processo constituinte e ao povo brasileiro, que um Partido político organizado pode oferecer ao País, no presente momento histórico da vida nacional.

A nossa História constitucional, em 165 anos de independência, traz sete Constituições. Vivenciamos, hoje, a Assembléa Nacional Constituinte responsável pela edição da nossa VIII Carta constitucional.

O povo brasileiro, após vencer duros tempos de autoritarismo, anseia por um novo estatuto constitucional e que esse estatuto reflita as aspirações gerais de uma nova ordem política, econômica e social.

Nós, que pretendemos a construção de uma sociedade democrática, moderna e progressista, não podemos deixar o fato passar em branco e, uma vez que instalamos hoje este Congresso, gostaríamos de transmitir a todos este convite, para que conosco estejam presentes no plenário do Auditório Petrônio Portella.

Muito obrigado. Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. CARLOS COTTA (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem o Ministro da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, noticiou uma reunião do Presidente Ulysses Guimarães com os Ministros do PMDB. A notícia do Ministro Ronaldo Costa Couto foi muito interessante: os Ministros do PMDB, reunidos com o Dr. Ulysses Guimarães, concluíram por um mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. Felizmente, esses Ministros não optaram pelo regime monárquico, nem pelo cargo de Ministros Vitalícios. Felizmente, esses Ministros; em sua maioria, são virgens de urnas, virgens de votos, não são Delegados da Convenção Nacional do PMDB e, portanto, nos tranqüiliza.

Acreditamos, Sr. Presidente, que esta entrevista do Ministro Ronaldo Costa Couto tenha sido a maior piada nacional da semana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não queremos estar jogando sempre a culpa de tudo no PMDB. Mas, quando assistimos e ouvimos as palavras de um Deputado do PMDB, querendo escorregar-se das responsabilidades pelo caos, pela situação que aí está, pela angústia por que passam os trabalhadores, pela recessão, dizendo que o PMDB não é tão responsável assim, perguntamos: de quem é o Governo todo? Os dezoito ou vinte Ministros, todos os Governadores, o Presidente Sarney, a Roseana Sarney, o genro do Sarney, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, de quem é tudo isso? Então, a culpa é do Governo. Que o PMDB espere, então, o vento soprar mais favoravelmente ao seu lado para que busque e propague os louros da vitória, como o fez no Cruzado Um e depois encolheu-se e desapareceu

com o Cruzado Dois. Então, não tem como. Onde quer que Sarney vá, estará indo o PMDB e será vaiado.

A próxima vaia vai ser em Manaus, quer a grande imprensa minimize isso ou não; veremos a próxima vaia em Manaus, depois a outra, de acordo com o calendário dos comícios das diretas. Não importa que eles não queiram medir aquela praça em frente ao Congresso, onde mais de 20 mil pessoas estiveram. Não Importa! Não importa que o Ministro Paulo Brossard, com todo o cinismo, venha fazer gozação em cima do comício das diretas. Não houve transporte gratuito, não houve arregimentação de afilhados, ao contrário, o povo compareceu àquele comício de Brasília até premido pela circunstância, ou numa certa repressão psicológica do grande aparato policial em torno deste Congresso e em torno da praça.

O que acontece, Sr. Presidente, é que toda essa crise não pode ter outro responsável que não o Governo. E o Governo é composto por quem?

A recessão ainda agora, numa metalúrgica no Município de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, de 1.400 empregados, 550 foram despedidos em menos de 25 dias. Em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, tecelões – uma outra categoria – também são demitidos. Na indústria automobilística, milhares de trabalhadores demitidos e o Governo não enxerga, finge que não ouve e recebe os afilhados a trazerem, como pombos correios, as notícias do ato. Não é aquilo que ele não queria ouvir, mas ele ouviu, lá da janela do gabinete do Sr. Ministro Paulo Brossard.

Então, caros Srs. Constituintes, por que este Governo não minoraria essa situação de demissão nas fábricas, estabelecendo, de imediato, jornada semanal de 40 horas? Por que este Governo – cujo filho anda pedindo emprego para afilhados no Ministério do Interior, telegrama que erroneamente foi cair no meu gabinete e eu entreguei à Mesa, na semana atrasada. Por que este Governo não cria, de imediato, um novo cálculo de aposentadoria para os aposentados, para os trabalhadores em condições de aposentar-se e mais de dois milhões de vagas seriam criadas neste País para jovens e para chefes de famílias que estão no desemprego. Portanto, não tem como o PMDB sair desta; ele irá prestar contas ao povo como – ARENA e o PDS tiveram que prestar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desde o mês de fevereiro vimos, cada um de nós, procurando apontar as melhores sugestões para o encaminhamento das soluções reclamadas pelo Brasil, neste momento singular de sua História, quando se espera a consolidação de sentimentos e aspirações na fundamentação jurídica que será consubstanciada na Nova Carta Constitucional.

Por oportuno, sentimos a necessidade de fazer algumas observações, primeiro, relacionada ao funcionamento da Assembléa Nacional Constituinte propriamente. É forçoso ressaltar, da leitura dos relatórios finais, que muito mais poder-se-ia haver produzido, não fora a premência de tempo com que fomos compelidos, resumidamente, a discutir, analisar e votar as propostas que muitas vezes, sequer seriam apreciadas pelos relatores,

notadamente os relatores de Comissões Temáticas; fundamentalmente, repita-se pela exigüidade de tempo. Em consequência, acende-se agora uma expectativa em torno da Comissão de Sistematização, igualmenteposta diante de um tempo mínimo para o exame de todos os relatórios e o recebimento de inumeráveis novas propostas e emendas que certamente virão à tona. Não seria de todo preocupante entretanto, Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes, houvesse tempo para a discussão de todas as propostas, e de forma particular a proposta de mudança de regime; refiro-me tentativa de implantação do sistema parlamentarista de governo. A alegação que temos ouvido, repousa na suposta exaustão do Sistema Presidencialista no Brasil. Entretanto, é bom ressaltar que o sistema presidencialista propriamente teve períodos bem pequenos na História pátria – exatamente porque é inadmissível supor a existência de um presidencialismo, com ausência de um Congresso nas suas funções Legislativas, igualmente forte, sob o primado da democracia que não exclui um Poder Judiciário incólume a gestões impeditivas de seu funcionamento livre. Basta lembrar dois períodos igualmente singulares – de 1930 a 1945 – (quinze anos) e de 1964 a 1984 (vinte anos) para se constatar que essas duas interrupções foram demasiadamente solapadoras do amadurecimento e aprofundado conhecimento do regime Presidencialista, ainda mais quanto ao funcionamento da Câmara Federal e do Senado da República. Ora, Sr. Presidente, como supor-se que uma fórmula mais recentemente experimentada possa trazer melhores condições para a administração pública e a representatividade política. É de perto, é de 1961, (pela Emenda "Ato Adicional" à Carta de 1946) a experiência – recente – do Parlamentarismo. E mais: foi seu primeiro Chefe do Gabinete Ministerial a figura habilidosa, de saudosa memória, o Dr. Tancredo Neves, que nem por isso seria defensor mais ardoroso do que ora se propõe. Mas, porque tal idéia ressurge agora colocada já de maneira peremptória na proposta da nova Carta Constitucional. Pela segunda a observação segue-se ser oportuna a referência às dificuldades econômicas. Se a crise é econômica, deve-se buscar uma solução econômica, talvez? – Se não é econômica se deveria buscar uma solução política? – e aqui não se tem discutido de maneira mais profunda – repito – senão com a apresentação do Parlamentarismo. Volto a afirmar, por outro lado que no meu entender ainda não se consagrou o Presidencialismo Democrático.

O Presidencialismo Democrático só existe quando os três poderes existem e se harmonizam e buscam o bem comum, como primado da liberdade e da unidade nacional, em seu desenvolvimento equilibrado na construção presente do futuro que se almeja. Tal não foi aqui discutido. Estranhamente empanhou-se o céu do entendimento com o acessório, excluindo-se o principal. A discussão apaixonada em torno do mandato presidencial, não o futuro, senão primeiramente o atual (com o esquecimento de sua transitoriedade), como se a Constituição não fosse para o futuro, mas para o passado.

E, sem dúvida, no passado encontrariamos no Parlamentarismo o Poder Moderador sob a chancela de Pedro I, igualmente rechaçado pelas forças democráticas que aspira por uma participação resultante da vontade dos que constroem a Pátria e desenvolvem o País com dureza e esforço

que é a força do trabalho daqueles que estão nos campos e nas oficinas. A esta altura, Sr. Presidente, é tempo de alertarmos os demais companheiros desta Assembléia Nacional Constituinte para a delicadeza resultante da premência de tempo a que se está submetendo esta Casa. Que é, final uma Assembléia, senão a reunião de pessoas com um propósito específico. E aqui seria desnecessário acrescentar que esta Assembléia é Nacional porque reúne uma representação de todo o País, é Constituinte para construir. Ora, como alguém pode supor, existir uma Assembléia sem o diálogo e este sem a análise, o "parlamentar", a conversa e o diálogo? Os confrontos com a negociação? E como realizar e proceder desta forma, sem tempo sequer para se ouvir?

Portanto, chamo a atenção desta Casa para uma reflexão sobre o momento político que vivemos. É tempo de Brasil e de construção do futuro a partir do alicerce que se possa construir hoje. Quem esperou quase vinte anos ou mais por um ordenamento jurídico não pode se dar ao luxo de explodir o sentimento e as esperanças de quantos acreditam na possibilidade de um rumo novo que venha a ser traçado por esta augusta Assembléia. Para isto precisamos de tempo. Não podemos ficar sob a ditadura do cronograma que castra e escraviza nossa soberania nem, igualmente, à mercê da intempestividade dos radicalismos inconsequentes que ferem duramente a índole do povo brasileiro.

Segue-se ser coerente – pelo tempo, mais que pelo espaço à discussão sábia para um entendimento duradouro; à construção – mais pelo espaço que pelo tempo – das bases jurídicas indicadoras de caminhos eficazes para a unidade nacional; à liberdade e o primado de democracia que resulte no bem-estar para toda a coletividade plasmada nas origens multiétnicas que anima um povo singular desta imensidão brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas).

Durante o discurso do Sr. Costa Ferreira o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aírtón Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO (PDT – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Nos bons tempos em que a palavra do PMDB não tinha compromisso com a ação, os seus militantes pregavam regras moralizadoras, normas de conduta e passavam, perante a Nação, como os salvadores deste País. O tempo se encarregou de mostrar que nem todos do PMDB falavam com sinceridade. Hoje alguns, felizmente continuam pensando da mesma forma e outros sofreram uma transformação tão espantosa que chega a causar repugnância nas pessoas de bom senso neste País.

Ontem, ainda, os meios de comunicação anunciam uma reunião de Governadores do PMDB para que os rumos da convenção desse grande partido possam ser conduzidos de acordo com a vontade daqueles que querem um mandato de cinco anos para o Presidente da República.

Trago o exemplo do meu Estado, o Paraná. O Governador Álvaro Dias defendeu, inconsistentemente, mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney. O Diretório Regional do PMDB fez uma consulta a todos os Diretórios Municipais do Paraná e o resultado apontou mandato de quatro anos para o Presidente da República. Quando o assunto ganhou fôro efetivamente nacional, fez-se uma romaria ao Palácio do Planalto e aqui vieram os Governadores Estaduais que, num repente, retornaram aos seus Estados abandonando a tese dos quatro anos, agasalhando-se sob o manto da tese dos cinco anos para o Presidente José Sarney. Neste caso se incluiu o Governador do Paraná, Álvaro Dias. A imprensa paranaense tem registrado, nas últimas semanas, reiteradas manifestações do Governador do Paraná de que vai romper com o Governo José Sarney porque é um Governo que não honra a palavra empenhada, porque é um Governo que não tem competência para resolver as questões administrativas mais importantes que afetam o nosso Estado, o Paraná. No entanto, S. Ex.^a, deixa de reconhecer para o Paraná e para os paranaenses que a mudança de opinião política sobre a duração do mandato presidencial ocorreu, precisamente, por uma manobra que caracteriza uma barganha que deve ser por todos nós rechaçada: a troca de recursos para a sua administração, por uma questão tão importante para o Brasil, que é a Chefia da Nação.

Sr. Presidente, agora os Governadores do PMDB articulam uma reunião, não com outro motivo senão pressionar os convencionais dos Estados que vêm a Brasília, proximamente, para a Convenção Nacional, que vai discutir a duração do mandato Presidencial e o regime de governo.

Sr. Presidente, ao concluir, encaixa a afirmativa que fiz no princípio do meu pronunciamento, quando disse que o PMDB de Oposição não tinha a sua palavra empenhada com o compromisso de fazer o que pregou no passado, as regras moralizadoras, e não contente em ter causado a falência do País para ganhar uma eleição como a de 1986, com o Plano Cruzado, quer repetir, agora, a funesta experiência, quem sabe aumentando substancialmente o déficit público, transferindo recursos para os governos estaduais, para que os Governadores, com o poder de pressão que enfeixam em suas mãos, possam pressionar os convencionais do seu Partido, o PMDB, para que esses venham aqui e votem pelos cinco anos do mandato para o Presidente, quando o Brasil reclama que sejam de quatro anos, os dias que deverão contar e fluir no mandato Presidencial.

Concluo, Sr. Presidente, mais uma vez homenageando os que deverão influir no mandato Presidencial.

Concluo, Sr. Presidente, mais uma vez homenageando os peemedebistas que se mantêm coerentes com o seu passado e aqueles que não mercantilizam a sua consciência em troca de qualquer favor. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas).

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Aproximando-se dos quase oitenta anos de ininterrupto funcionamento, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas tem-se consti-

tuído em poderoso instrumento de combate à estiagem, com assinalados serviços prestados à comunidade nordestina.

Criado sob a sigla IFOCS, aquele atual Departamento vinculou-se ao Ministério da Irrigação, de cujo titular, Dr. Vicente Fialho, tem recebido decidido apoio para o cabal cumprimento de seus elevados objetivos institucionais.

Milhares de obras foram executadas na região notadamente açudes, pequenas barragens, poços profundos, bem assim Perímetros Irrigados – todas elas de extraordinários alcance sócio-econômico.

Ainda recentemente, o seu Diretor-Geral, Cel. Urandé Augusto Borges, anunciaava a inauguração do secular açude Patu, em Senador Pompeu, com a presença, inclusive, do Presidente José Sarney, numa demonstração de que o Nordeste é, de fato, prioridade da Nova República, dentro do sempre lembrado compromisso assumido pelo saudoso Tancredo Neves.

Possuindo um quadro de pessoal dos mais qualificados, o DNOCS mantém convênios com importantes organismos internacionais, com eles permitindo experiência tecnológica, num esforço permanente destinado a aprimorar a sua patriótica atuação naquela faixa geográfica do País.

Os seus funcionários, congraçados em prestigiosa entidade de classe – a Associação dos Servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – acham-se empenhados na obtenção de vantagens salariais, até aqui proteladas pelos setores governamentais competentes.

Sobre a oportuna postulação, venho de receber da aludida entidade o seguinte expediente:

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO DNOCS

Brasília – 6 de julho de 1987

Ao:
Senador Mauro Benevides, PMDB
– CE.

A Associação dos Servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, do Ministério da Irrigação, vem, pelo seu presidente, abaixo-assinado, solicitar o que se segue:

a) considerando a Lei nº 7.596, de 10-4-87, publicado no DOU, de 13-4-87;

b) considerando que a aplicação parcial da E.M. nº 77, de 22-2-85, publicada no DOU, de 13-3-85, destruiu a estrutura hierárquica existente nas categorias funcionais dos quadros e tabelas permanentes desta Autarquia (DNOCS), implantados a partir de 1970 em decorrência da Lei nº 5.645/70;

c) considerando que esta distorção deva ser corrigida antes da implantação do Plano Único de Classificação e Restribuição de Cargos e Empregos, a que se refere o art. 3º da Lei nº 7.596, já citada;

d) considerando que o assunto em pauta já foi de solicitação junto à Diretoria Geral desta Autarquia, que enviou a SE o Senhor Ministro da Irrigação,

Solicita:

1º que seja aplicada aos servidores desta Autarquia, ainda não beneficiados no todo ou em parte, o reposicionamento de que trata a EM nº 77, de 22-2-85 (DOU, de 13-3-85),

do Excelentíssimo Senhor Presidente da República;

2º A decisão constante do item anterior deve ser entendida como adiantamento dos efeitos da Lei nº 7.596, de 10-4-87, devendo o acerto final dos valores respectivos operar-se quando da implantação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos.

Srs. Constituintes:

Fazendo o registro da pretensão dos funcionários do DNOCS da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, desejo sensibilizar o Governo Federal no sentido de que se mostre receptivo ao justo pleito, viabilizando-o no menor espaço de tempo possível.

O tradicional DNOCS merece, do Poder Central, uma retribuição à altura da valiosa contribuição que tem prestado ao desenvolvimento do País. (Muito bem!)

O SR. LUIS ROBERTO PONTE (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tem sido amplamente divulgada em toda a Nação a grande polêmica sobre as propostas que se contém nesta fase inicial do processo constitucional que o Brasil está realizando, neste momento.

Propostas que são denominadas de progressistas, propostas que seguem em direção contrária daquilo que alguns consideram o bem do País. E nesta linha fala-se que o compromisso assumido pelo PMDB, historicamente, conduz à aprovação de temas que, na realidade, vão-nos levar à perpetuação da miséria e à continuidade do estado de iniquidade social em que estamos vivendo.

Todos sabemos que só há uma forma de alocar benefícios a 1/3 da população brasileira que não têm o mínimo de condições materiais para se sentirem dignos, que é aumentando os bens que a Nação produz, e isto só se faz pela via do trabalho.

E quando vemos propostas que defendem a redução de jornada, as antecipações de aposentadoria, a proibição de horas-extras, a ampliação de férias e seu pagamento em dobro, a proibição de trabalho noturno, assegurar emprego, ainda que essa pessoa não tenha trabalho, temos a absoluta convicção que em termos de objetivos do PMDB, estas propostas a rigor é que rompem o compromisso assumido da erradicação da miséria, da pobreza e da iniquidade social.

Mas a minha vinda ao plenário hoje, à tribuna, é muito menos para defender essa tese em que no momento azido haveremos de nos posicionar, e pela Imprensa já o temos feito seguidamente, para registrar que dentre os vários movimentos que têm acontecido ultimamente em diversos segmentos sociais, preocupados com as consequências para a Nação de uma eventual aprovação de teses nesta linha, dentre os quais o movimento no Rio Grande do Sul, que reuniu cinco mil e setecentos empresários, três dias, num movimento natural e autêntico para alertar a Nação e aos Constituintes contra esse fato, minha vinda aqui, repito, é para registrar este movimento e lamentar que nos discursos lá proferidos tenham sido cometidas agressões aos Constituintes, que em absoluto o merecem, e sobretudo porque não

é por esta via, senão pela via da convicção, que poderemos verdadeiramente conseguir modificar o pensamento de alguns Constituintes.

Quero aqui, além de desagravar meus companheiros desta Constituinte, reafirmar perante a Nação que pelo convívio que tenho tido com as facções de todos os extremos geográficos, como aqui se denominam, tenho detectado, com a mais absoluta convicção, que na sua substância os Constituintes têm a maior e a melhor das intenções e são homens comprometidos com o bem e com o progresso deste País.

Se registro este protesto contra alguns dos pronunciamentos, quero também, ao fazê-lo, pedir, reivindicar, desses Constituintes, dos meus companheiros aqui, que não tomem essas conclusões como frutos de posições de arroubo, de instantes, de momento. O movimento em si tem como finalidade uma única coisa: procurar esclarecer a opinião pública e sobretudo os Constituintes, pela via da razão, pela via do conhecimento, pela via da lógica, que na verdade, o que convém para o povo brasileiro são propostas contrárias àquelas que foram aprovadas na fase inicial dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Luís Roberto Pontes, o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário deixa a cadeira da presidência; que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sólon Borges dos Reis.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta Assembléia Nacional Constituinte enfrenta a desventura de coexistir com um governo federal que se caracteriza pela desorientação administrativa e que, tendo deflagrado medidas de caráter econômico e financeiro, para fins eminentemente políticos e até eleitoreiros, acabou por desorganizar a economia, exaurindo as finanças e gerando a incerteza, insegurança e a confusão, por toda parte.

Essa debilidade do Poder Executivo está custando muito caro à Nação. E são imprevisíveis as consequências da notória falta de diretrizes nítidas e firmes por parte do Governo Federal, contaminando com as mesmas contradições a nossa estrutura administrativa, em todos os planos.

Seja porque o Governo, na ânsia vã de tentar eximir-se da responsabilidade pelo desastre, insiste em desviar para o Legislativo, de modo pejorativo, as atenções e a revolta do povo, seja porque a especificidade da tarefa da Constituinte não lhe permite atuar nem decidir na problemática nacional a curto prazo, a impopularidade governamental ricochete sobre a imagem deste Poder. Pois, enquanto nos empenhamos em procurar os melhores princípios, com as melhores medidas, para a Constituição que pretendemos promulgar ainda este ano, mas que só produzirá efeitos a partir de 1988, a população brasileira, sofrendo a improvisação e os desacertos do Governo, surge-se, aqui e ali, contra o que supõe ser a omissão, a incapacidade ou até mesmo a falta de civismo

e de espírito público da Assembléia e dos brasileiros que a integram.

O povo precisa viver, ou melhor, sobreviver. Aqui e agora E a natureza constitucionalista do nosso trabalho não parece suficiente para animar e atenuar o sofrimento a que o povo foi submetido pelo imediatismo de governantes. Sem princípios nem convicções, nem programas, nem método definido de trabalho, não se sente o Governo encaminhar soluções, enfrentar seriamente os problemas. Parece que se limita a varrer para debaixo do tapete, protelando as opções, empurrando as dificuldades, na irresponsabilidade de quem acredita ser lícito e possível governar por ensaio e erro.

Para agravar esse quadro desalentador, a voracidade tributária e fiscal do Governo é inexcedível. Verdadeiro Moloch empenhado em exaurir o povo, debilitando cada vez mais a Nação, em sua fúria arrecadadora, a Receita Federal dá impressão de que não arrecada apenas para atender às necessidades do Estado, mas que o próprio Estado só existe para arrecadar.

Assim é que o chamado Plano Bresser não inclui as estatais que continuam a sugar a economia popular como jamais se fez antes. Taxas de águas e esgotos, energia elétrica e os telefones não obedecem a nenhum congelamento e crescem como cogumelos da noite para o dia, em percentuais do mais descarado atrevimento. Anuncia-se agora que a Receita Federal prepara nova atualização da tabela progressiva do Imposto de Renda de modo que os contribuintes paguem ainda mais.

Enquanto o salário mínimo do País cai a ponto de ser hoje o mais baixo em toda a América Latina, que já é, por sua vez, um arquipélago de pobreza, desde o assalariado até os empresários, todos estão cumprindo, no Brasil de hoje, a pena das mitológicas Danaides, condenados a encher de seu próprio bolso os tonéis insaciáveis do Tesouro Nacional.

Como o povo já não acredita mais em nada, nem em ninguém, a Assembléia Nacional Constituinte sofre também as consequências da descrença nacional gerada pelo descrédito dos poderes públicos, num regime de presidencialismo absoluto que arrasta consigo em seu descalabro os demais poderes. Com agravante de que a Nação não atina com a destinação enigmática dos recursos oficiais a custo de sucessivos aumentos de tributos abusivamente cobrados à revelia da própria Constituição Federal.

Desventurada Assembléia Nacional Constituinte, cuja alta responsabilidade legislativa tem que ser desempenhada contemporaneamente com uma situação em que o Governo perdeu o crédito da opinião pública, sob o signo do desperdício da economia popular e sob o pálio da impunidade generalizada.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT – AC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

No cumprimento da nobre missão constituinte, no dever político-representativo de, expressando os anseios populares, oferecer a esta Assembléia soluções legislativas que respondam às exigências da nossa realidade e do futuro para o qual caminhamos, elaboramos dezenas de sugestões ao anteprojeto da nova Carta, que, agora, reconstrói na Comissão de Sistematização, antes de chegar a este Plenário. São sugestões erguidas sobre

os direitos fundamentais da pessoa humana, as leis básicas e universais da cidadania; "filhas" da Democracia, sem adjetivos, dignas de um Estado moderno de direito de justiça e liberdade.

Assim, defendemos para o Brasil uma República Federativa, constituída sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, consagrando o federalismo como o modelo mais democrático, mais compatível com a nossa cultura e apropriado aos ideais de desenvolvimento e felicidade social que perseguimos. "Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido" é dogma republicano e da democracia representativa, constante de sugestão por nós apresentada, que estabelece, também, o voto direto e secreto inclusivo para os Territórios, para eleição de Deputados Federais, Senadores e Governadores.

A República brasileira, caracterizada como um Estado laico, foi outro ponto relevante nas nossas formulações, desvinculando o Estado de qualquer crença, religião ou seita, a fim de se evitarem privilégios, preconceitos ou discriminações, libertando o Estado de condicionamentos ou direções viciadas, impostas pela fé de maiorias e minorias. Ao mesmo tempo, pretendemos assegurar liberdade de culto religioso, sob todas as formas, para todos os residentes no País, observadas as leis em vigor.

Nas relações internacionais, julgamos que o Brasil deva pontificar pelos "princípios da defesa da paz, repúdio à guerra, condenação de toda forma de discriminação e colonialismo e preservação e promoção dos direitos humanos". São na verdade, Sr. Presidente, princípios historicamente consagrados por todos os povos, que integram a Carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos do Homem, nascidas após a segunda grande Guerra Mundial. Nenhum Estado democrático, que busca a construção, a promoção e o engrandecimento da pessoa humana, a felicidade social de sua gente, debatia de pautar sua conduta interna e internacional nesses postulados, os quais, segundo sugestão nossa, se violados por algum Estado, este receberia do Brasil a resposta imediata do não-relacionamento diplomático.

Não esquecemos de ratificar o nosso compromisso com a liberdade e a igualdade entre os homens, quando sugerimos a inserção no ante-projeto constitucional da norma universal que reza: "Ninguém pode ser prejudicado ou privilegiado em razão de sexo, raça, cor, crença religiosa, convicções filosóficas ou ideológicas". Também pretendemos garantir a liberdade de manifestação do pensamento, de crença religiosa e de convicções filosóficas e políticas, direito cultural inherenté à pessoa humana, intocável nas nações democráticas, que não só é coincidente com a dinâmica dialética da realidade social, como é essencial para o livre desenvolvimento, necessário e insubstituível, das ciências e das artes. Abolido a censura, de qualquer tipo, preferimos as classificações dos espetáculos e diversões públicas por faixa etária, na forma da lei. No entanto, vedamos o incitamento à guerra e a discriminação racial ou religiosa de qualquer espécie, atribuindo exclusivamente ao Poder Judiciário a competência para apreciar e julgar os abusos e delitos a essa liberdade.

A redivisão territorial do País constitui assunto de relevância, que vem preocupando o Congresso

Nacional nos últimos anos. Consideramos inadável a conclusão desses debates. Por isto; estabelecemos prazo de noventa dias para que o Presidente da República nomeie "Comissão destinada a estudar e propor a redivisão territorial do Brasil, enviando ao Congresso Nacional projeto de lei sobre o assunto, no segundo semestre de 1988".

Fixamos, como competência exclusiva do Congresso Nacional, a aprovação, em sessão conjunta, e por maioria simples, as indicações de juízes dos tribunais superiores. Por outro lado, sugerimos para constar "Das Disposições Preliminares", do Capítulo "Do Poder Judiciário", o dispositivo que obriga a aprovação, pelo Congresso Nacional, das indicações de nomeações do Presidente da República para os cargos de juízes de tribunais federais. Trata-se de exercitar a teoria do Direito Constitucional, do sistema de pesos e contrapesos entre os Poderes, ao tempo que legitima mais essas nomeações, que passam sob o crivo do Congresso Nacional.

Da mesma forma, os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha por dois terços do Senado Federal, exigência que deve estar escrita nos capítulos referentes à organização e funcionamento desse Tribunal e às atribuições do Senado. A relevante função do tribunal como órgão auxiliar do Congresso Nacional no controle e fiscalização da lei orçamentária, justifica tal aprovação e irá, sem dúvida, fortalecer ainda mais o seu lugar e a sua missão institucional na superestrutura do Estado. Com essa consciência é que sugerimos a criação de Tribunais de Contas nos municípios com mais de 200 mil habitantes, nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, para que as Câmaras Municipais e as Assembleias Legislativas tenham órgãos técnicos e jurídicos, tecnicamente preparados para auxiliá-los na fiscalização orçamentária e financeira do Poder Executivo. Previmos, ainda, os prazos e a forma de instalação dos Tribunais de Contas.

Outra preocupação deste Constituinte é com a concessão de canais de rádio e televisão no País, que, nos últimos anos, converteu-se numa famigerada indústria politiqueira, da corrupção, de privilégios e favores, em benefício de grupos e monopólios econômicos, de famílias e pessoas, em troca de apoio ao Governo e de eleição de agentes do poder econômico e do mandonismo político. Reivindicamos a observância de "critérios diferenciados que respeitem as características culturais e econômicas das diversas regiões do País", na distribuição desses canais. A lei deverá descrever tais critérios e mecanismos, regular, inclusive, a participação majoritária do capital regional na viabilização dessas empresas de telecomunicação, bem como obrigar a absorção de 20% (vinte por cento) da mão-de-obra local na operação dos serviços. A nossa intenção, Sr. Presidente, é garantir a integridade, autonomia e desenvolvimento das culturas regionais, a fim de que populações inteiras não sejam anuladas, alienadas, descharacterizadas nos seus valores, no seu comportamento, no seu saber e na sua arte, pela importação indiscriminada, pela imposição de programações distanciadas das diversas realidades do País – programas estes prenhes de "cultura" e ideologias estranhas, de produtos, travestidos em bens, quase sempre nocivos ou inúteis. Daí uma outra sugestão de nossa autoria que destina nunca menos de 70% (setenta por cento) da pro-

gramação de rádio e televisão a temas de origem e tratamento inquestionavelmente nacional; deste percentual, 20% (vinte por cento) da programação deverão ser produzidos localmente por essas emissoras, destinada a divulgar os valores culturais regionais. Também 20% (vinte por cento) deverão ser ocupados por programas destinados a divulgar artistas nacionais iniciantes cuja obra reflete os valores culturais brasileiros. Assim, pretendemos, sem xenofobia ou paternalismo, dar espaço para a cultura nacional e regionais, seus criadores, produtores e intérpretes, sem fechar o País aos bens culturais estrangeiros. Absolutamente. O intercâmbio, as trocas, os empréstimos, o diálogo cultural é saudável e revitalizador para qualquer cultura. Porém, o que condenamos é a invasão, a imposição, a corrupção, a agressão à personalidade e ao sentimento das culturas nacional e regionais. Estabelecemos, então, a cassação dos canais, no caso de desrespeito a essas normas de proteção e resguardo da nossa identidade e da nossa memória culturais.

Eis aqui, Sr. Presidente, algumas das sugestões que fizemos a essa Assembléia, com o objetivo de dignificar o nosso mandato e não trair os nossos compromissos e o programa do Partido a que pertencemos, buscando contribuir para a construção de uma Carta Magna realista, democrática e duradoura para o povo brasileiro. Esperamos a inteligência e o apoio deste Plenário. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA BRAGA (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O atual Governo, mais do que qualquer outro, põe enorme fosso entre o que afirma desejar fazer e aquilo que realmente realiza. Anuncia que está preocupado com as classes sociais de menor renda, com os assalariados em geral, e os penaliza duramente com o Plano Bresser, com a suspensão do "gatilho" salarial.

Os clamores dos representantes do Nordeste nesta Casa pouco ou nada valeram para que o Governo efetivasse um plano de emergência que atendesse realmente às populações das áreas atingidas pela seca. Faz-se até a encenação em cenário apropriado para a farsa; escolheram duas cidades do Alto Sertão paraibano – Patos e Sousa – e para lá se deslocaram Ministros e Assessores. Mas o resultado, como sempre, ficou muito aquém das necessidades reais da assistência reclamada pelas populações que sofrem as consequências da chamada "seca verde".

O mais grave é que, além de fornecer recursos insuficientes para atender aos trabalhadores liberados do campo, permite o Governo Federal que o Governador do Estado da Paraíba pratique verdadeiro crime contra aquelas populações sofridas. Noutras oportunidades os alistamentos das frentes de emergência ofereciam trabalho inclusive a garotos a partir de 12 anos e mulheres. Propiciando o engajamento de todo o núcleo familiar ocioso em virtude da impossibilidade do trabalho no campo.

Mas, atualmente, à carência de recursos junta-se a prática de discriminações inconcebíveis. Tripudia-se sobre a miséria, numa situação verdadeiramente anômala.

Fruto dessa incúria governamental é o fato registrado pela imprensa nacional e inédito até então na Paraíba: pela primeira vez, tomamos conhe-

cimento de assalto cometido por um grupo constituído exclusivamente de mulheres. Sim, Srs. Constituintes, exclusivamente de mulheres!

Esta ocorrência, por sua dramaticidade, revela o estágio de desespero a que chegaram milhares de nordestinos.

Cem mulheres, impedidas do alistamento na emergência, saquearam o Posto de Saúde no Município de Olho D'Água.

A fome crônica, que já nos falava Josué de Castro, alia-se à fome aguda dos períodos de estiagem na região nordestina.

A seca constitui, lamentavelmente, a oportunidade única em que homens e mulheres do campo têm a chance de reivindicar a eterna esmola da emergência.

Na Paraíba de hoje, nem isso lhes resta, Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, pois o atual Governo do meu Estado cerceia as oportunidades de alistamento. Os seus cabos eleitorais só alistam quem votou no atual Governador.

As cem mulheres que saquearam o Posto de Saúde, refletem o estado de inconformismo a que chegaram.

Inconformismo pela discriminação que sofrem.

Inconformismo pelo descompasso entre as promessas da campanha eleitoral do Governo Burity e o descumprimento dessas mesmas promessas. Fez, esse senhor, a sua campanha política tomando como referência a emergência realizada no seu primeiro governo.

Ao assumir novamente o Governo, trouxe consigo a seca à Paraíba logo nos primeiros dias da sua administração apregoou que as mulheres poderiam ficar em casa cuidando dos filhos e mesmo assim seriam alistadas.

Tais promessas geraram a expectativa que agora alimenta a revolta dos espoliados. É a irresponsabilidade daqueles que manipulam as palavras, pensando também manipular as pessoas.

As mulheres da minha terra registraram o seu repúdio a esse tipo de tratamento, através de uma ação forte, impulsionadas pela necessidade da própria sobrevivência e de seus filhos.

Solidarizo-me com essas bravas mulheres que sabem lutar, que trazem às ruas a marca da sua força, da sua rebeldia.

Nos centros urbanos ou no meio rural, o povo brasileiro está tomando consciência de sua força e passando das palavras à ação, tomando-se agente do processo de transformação social.

Na Paraíba, como em todo o Nordeste falta a vontade de Governo para eliminar definitivamente o secular problema causado pelas periódicas estiagens.

O Projeto Canãá, criado na Administração Wilson Braga dobrou a capacidade de água armazenada da Paraíba e ampliou significativamente a área irrigada. Mas é preciso que ele seja continuado, ampliado e as populações do semi-árido tenham condições para resistir às secas e possam trabalhar a terra de forma contínua.

Isto, enquanto afastará definitivamente o fantasma da seca, permitirá, ao lado da reforma agrária, a fixação do homem à terra, evitando o êxodo rural e seus males.

V - O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): - Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): - Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT - SP. Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Desde o incidente no Rio de Janeiro, com o ônibus presidencial e com a prisão de dois militantes políticos, temos lido na Imprensa críticas ao Ministro Paulo Brossard, críticas essas afirmando que em outra época S. Ex.^a tinha posição contrária à que tem hoje no Governo.

Procurei, tentando cientificar-me dos textos das declarações do Sr. Paulo Brossard de quando era Senador da República, e fui aos arquivos do a087 Diário do Congresso Nacional. Tenho aqui cópias dos vários pronunciamentos, dos vários debates entre o Senador Paulo Brossard e o Senador Jarbas Passarinho, o Senador Aloysio Chaves, o Senador Virgílio Távora, e as considerações que o então Senador, o então liberal, o então democrata falava da Lei de Segurança Nacional.

Tenho aqui um pronunciamento em que S. Ex.^a afirma, com suas palavras, que a "Lei de Segurança Nacional e a Lei de Greve", aí vamos acrescentar a Lei nº 4330, classificou-as como leis malditas, declaração textual transcrita no Diário do Congresso Nacional do dia 23 de abril de 1980, e nessas declarações, o então democrata Senador Paulo Brossard, afirma nos debates, a seguinte expressão referindo-se a S. Ex.^a à greve dos Metalúrgicos do ABC.

"Agora, o operário, este sim, este deve obedecer à lei. Mas, o Governo, dia-a-dia, dá exemplo do seu desrespeito a ela."

"E assim acumulando abuso sobre abuso chegou o País à situação em que hoje se encontra."

É exatamente o que está ocorrendo hoje. Para Danilo Groff, para o Prof. Maurício Pencak, a Lei de Segurança Nacional é usada e o abuso do poder, os erros cometidos, no mínimo, pela comitiva presidencial, isso não consta, isso não se analisa. Isso é mais grave, porque hoje mesmo nos jornais há uma declaração do Ministro Paulo Brossard afirmando que deu as informações e as instruções necessárias para que fosse pedida e decretada a prisão preventiva, dos dois presos políticos da Nova República, que estão na Polícia Federal. E seguindo as declarações do então democrata Paulo Brossard, também debatendo a questão da Lei de Segurança Nacional, ele diz:

"O SR. PAULO BROSSARD (MDB - RS): - Ao que me consta – sei que a Polícia mata, de vez em quando – a Polícia ainda não substituiu a Justiça."

É exatamente o que está ocorrendo nesse episódio, a Polícia está substituindo a Justiça, a Polícia primeiro prendeu, sem mandado de prisão; a Polícia invadiu residência, sem mandado de busca; a Polícia manteve as pessoas incomunicáveis; tudo isso aconteceu, e essas são as palavras do Senador Paulo Brossard, no Diário do Congresso Nacional, do dia 27 de outubro de 1976. E, em seguida, ele diz uma afirmação sobre a Lei de Segurança Nacional, que é exatamente o que está ocorrendo:

"O SR. PAULO BROSSARD (MDB - RS): - Pode, apenas, realmente instaurar o processo e enfermar a vida de uma pessoa, ou de muitas – como tem feito – que, ao cabo de longo processo, vão ser absolvidas, mas depois de passarem por todos os caminhos do purgatório, senão do inferno."

É isso que o Ministro Paulo Brossard está defendendo hoje. Os dois presos políticos no Rio de Janeiro estão incomunicáveis, a ponto de a Rede Globo de televisão usar o seu espaço no jornal de ontem, à noite, das 23 horas, e ficar fazendo chacota em relação à situação desses dois presos. Isso não tem problema algum.

E há mais declarações do então democrata Paulo Brossard, no Diário do Congresso Nacional. Talvez agora, Sr. Presidente, uma das coisas que se tenha que fazer nesta Casa é ir aos arquivos do Diário do Congresso Nacional para pegar as declarações dos democratas de então, dos liberais de então e trazê-las aqui. Essas declarações foram feitas pelo então liberal Paulo Brossard; e exatamente hoje, no poder, usa o poder para colocar na lata de lixo aquilo que ontem ele falava. Foi o Ministro Paulo Brossard que bradou o esquema de segurança de Brasília para intimidar o comício das diretas. Hoje o Ministro Paulo Brossard não está fazendo nenhuma declaração, o Delegado Romeu Tuma não está em nenhum jardim do Congresso Nacional com outdoor acompanhando as manifestações, e a UDR faz uma grande manifestação em Brasília. Mas isso não tem problema nenhum, porque o Ministro Paulo Brossard é um deles que está no Ministério da Justiça, é homem de confiança da UDR; então aí não ameaça a segurança. Trinta mil pessoas não ameaçam a segurança. É legítima e é correta a manifestação da UDR, do ponto de vista democrático, tem que se manifestar, tem que vir aí; nós devemos combater a posição política da UDR, mas somos contra usar qualquer represália.

Então, é um governo de dois pesos e duas medidas. E aquele comício tranquilo tinha um aparato bélico, armado como se fosse uma guerra de grandes exércitos regulares com mochilas, com o fuzil FAL, com o carro blindado, como se Brasília fosse ser invadida.

É esse Paulo Brossard que não merece mais o respeito que o povo brasileiro tinha por ele, quando ele fazia aqueles discursos liberais que chegavam a empolgar o Congresso Nacional e a consciência democrática do povo brasileiro.

E para concluir, Sr. Presidente, são essas contradições que o povo brasileiro não aguenta. Quando o povo vai, quando povo grita, é porque o povo não aguenta essas contradições aqui, isso que está no papel.

De agora em diante, Sr. Presidente, vou ter o trabalho de mostrar no papel as contradições de muitos que eram liberais e agora viraram ditadores de um regime autoritário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Genoino o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mario Maia, Segundo-Secretário.

O SR. AMAURY MÜLLER: - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^a Constituinte Rita Camata, Srs. Constituintes:

Instala-se hoje, às 11 horas e 30 minutos, no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, o I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático.

O conclave será instalado com uma palestra do ex-Governador Leonel Brizola e contará com a presença de delegações de partidos socialistas da América Latina, da Europa e de representações trabalhistas de todas as unidades da Federação, congregando um universo de homens públicos que procuram, através do debate, do diálogo, do entendimento democrático, alternativas para a crise que se instalou de modo grave e perigoso no coração deste País, desde que a democracia e a liberdade foram golpeadas em 1964 e continuam sendo golpeadas após a instalação da Nova República.

O I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático é, inquestionavelmente, a mais importante contribuição à democracia, ao processo constituinte e ao povo brasileiro que um partido político organizado oferece ao País no presente momento histórico da vida nacional.

Vivenciamos a quinta Assembléia Nacional Constituinte, responsável pela edição da oitava Carta Magna do Brasil. O povo brasileiro, após vencer os duros tempos do autoritarismo, anseia por um novo estatuto, que reflita as aspirações gerais de uma nova ordem política, econômica, social e cultural, objetivando a construção de uma sociedade democrática moderna e progressista. Mas nós não construiremos uma nova ordem econômica, social, cultural democrática e progressista, se não tivermos a coragem cívica de debater os grandes problemas que assoberbam o País e que induzem a esmagadora maioria do povo brasileiro a um processo de miséria explícita, à ofensa e ao insulto de direitos inalienáveis, que continuam sendo subtraídos de forma acintosa e debochada por aqueles que assumiram compromissos com a Nação e até hoje não souberam honrá-los.

Aqui se disse que é um direito da famigerada UDR transferir para Brasília um aparato de 30 ou 40 mil homens, grandes proprietários rurais, pequenos e médios proprietários iludidos pela cantilena falsa da UDR, peões de estâncias, bôias-frias, pistoleiros profissionais, jagunços, agitadores e provocadores. E eles estão aí, o batalhão precursor aí está, sem que o aparato bélico montado para constranger e inibir o comício das "Diretas", realizado na rampa do Congresso Nacional, tenha sido mobilizado como foi, na terça-feira, à noite. Aqui se disse e eu reitero os termos do nobre Líder do PT, Constituinte José Genoino, que este Governo se utiliza de dois pesos e duas medidas, para dispensar tratamento diferenciado a brasileiros que são iguais em direitos. Eu não vi, nem 10 mil, nem 7 mil, nem 5 mil, nem 4 mil, nenhum soldado sequer, de baioneta calada e embalado nos seus sonhos de jovem, com a metralhadora às mãos, para constranger ou inibir o batalhão precursor da UDR que aí está se locupletando em hotéis de 5 estrelas à custa de uísque e caviar importados.

Mas, que Governo é esse?

Sr. Presidente, exatamente esta a temática que o PDT, no I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático quer discutir. O PDT não pode se conformar que Constituintes que assumiram um compromisso formal com o povo, na praça pública, aceitem que a reforma agrária seja barrada por instrumentos reacionários, fascistas, de extrema direita, que chegam ao desplante de afirmar – pretendendo colocar esta expressão no texto constitucional – que o uso do imóvel rural deve cumprir sua função social quando é ou está em curso de ser racionalmente aproveitado. Não podemos aceitar esse insulto à dignidade e à consciência nacionais: função social para um imóvel que está em curso de ser racionalmente aproveitado. Não se quer, na verdade, fazer reforma agrária.

Vamos discutir essas questões, vamos aprofundá-las, sem o aparato da UDR ou contra o aparato da UDR.

Se o desafio está lançado, nós aceitamos o repto, sem poder econômico, sem dinheiro, sem profissionais da agitação, da subversão da ordem pública, vamos realizar o I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático, visando à construção de uma nova democracia, de uma nova ordem social, de um modelo que conte com todos e cada um dos brasileiros, com direito inalienável a uma vida digna e decente, contra planos sorrateiros que solapam as energias nacionais e que o chamam, pomposamente, de Novo Plano Cruzado.

Por isso, Sr. Presidente, a bancada federal do PDT saúda os Congressistas, na esperança de que o I Encontro que ora se instala contribua para a ampliação do debate democrático no Brasil e seja, antes e acima de tudo, um fator decisivo da mobilização de nosso povo, para a conquista de um novo ordenamento constitucional, consentâneo com as aspirações da Nação e de um novo modelo econômico que seja a expressão e síntese da vontade deste País.

Se o povo tem o direito de opinar, se o povo tem a prerrogativa de decidir, que se dê ao povo esse direito, que se defira ao povo essa prerrogativa. E se ele for chamado a opinar e a decidir, tenho certeza que o texto constitucional até aqui aprovado, sobretudo, na Ordem Econômica, será rejeitado, porque não corresponde aos anseios nacionais. E se for chamado a opinar e a decidir, tenho mais do que convicção, escorçoará ao Palácio do Planalto aqueles que lá estão ilegitimamente, e conduzirá nos seus braços, para governar este País, um homem capaz de conduzir o Brasil, aos caminhos seguros da liberdade e da democracia participativa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. GERSON PERES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Sr.^{as} Constituintes:

Voltamos a abordar o tema da presença dos Partidos Políticos na Constituinte.

Fomos autor na legislatura passada de uma emenda à Constituição que previa a extinção dos Partidos políticos no exato momento em que se

instalasse a Assembléia Nacional Constituinte. Justificávamos esta iniciativa sob o fundamento de que esta Assembléia deveria funcionar desvinculada das pressões partidárias, porque sempre traduzem muito sentimentalismo, muito passionalismo na condução de um trabalho que deve ser feito distanciado desses males, se assim pudéssemos dizer.

Pois bem, fomos derrotados, voltamos, na Comissão da Soberania, a propor uma emenda que seria assim como uma escada, para possibilitar o ordenamento partidário do Brasil. O Brasil vive juridicamente desordenado, nós estamos procurando ordená-lo; politicamente, também está desordenado e precisamos, então, de uma emenda que possibilite, pelo menos, um grupo mínimo de 50 parlamentares, subscrevendo um manifesto, um programa, um estatuto, formar uma nova unidade partidária. O eminente Relator Prisco Viana não nos deu guarda, alegando que os Partidos devem nascer de baixo para cima.

Na teoria isto é válido, mas esta teoria nunca funcionou, no Brasil, na prática, porque os Partidos políticos brasileiros sempre nasceram das Lideranças para baixo. Eis aí o exemplo da Arena, que foi o maior Partido do Ocidente, e eis agora o PMDB, que é o maior Partido do Ocidente e do Oriente. Tem, no Brasil, 21 Governadores, 16 Ministros dos 21, possui a maioria de 304 Constituintes, portanto, uma maioria absoluta e é o dono deste País e não conduz de maneira tranquila o trabalho da Assembléa Nacional Constituinte. Agora mesmo, estamos sendo instigados a protestar, quando querem desviar a rota dos prazos estabelecidos na sistemática do Regimento Interno. Fala-se que as Lideranças vão chegar a um acordo para poder suprir as atribuições da Comissão de Sistematização. Li, é verdade que o Presidente da Constituinte, o ilustre Deputado Ulysses Guimarães não está de acordo com essas providências, que desviam – e me congratulo com S. Ex.^a das normas regimentais. Temos que seguir a lei que estabeleçemos, seja draconiana ou não. Seguir o Regimento, para que possamos ser respeitados ao término de nossos trabalhos. Quem não tiver fôlego e não tiver disposição, que vá para casa, mas aqueles que tiverem vontade que permaneçam aqui, para trabalhar. Que não se desviam da rota estabelecida, de início, pela Constituinte, para que possamos elaborar uma Constituição saída das idéias trazida pelos representantes do povo, uma Constituição transparente. Não vamos exigir uma Constituição tecnicamente superior às demais não! Mas uma Constituição singela, que possa ser entendida pelo povo e sob o fundamento da mesma, possa viver tranquilamente, com garantias e direitos assegurados.

Portanto, Sr. Presidente, nosso Partido, o Partido Democrático Social, criticado tantas vezes e, muitas vezes, por ter sido instrumento político que a ditadura usou, está, hoje, de peito lavado. Está redimido. No nosso tempo o povo vivia melhor, quer na área econômica, quer na própria área política. Hoje faz-se a lei, e a maioria pisa a lei. Naquele tempo não existia a maioria para pisar a lei, existia um autoritarismo, transparente, que a outorgava. O PDS, porém, não era responsável por isso, porque nunca esteve no Governo, nunca dominou o Governo. Quem governava eram os generais, eram os militares, o militarismo puro. Éramos, apenas, os co-participes das ativi-

dades governamentais. O PDS se imolou para fazer esta transição que aí está. Pagou por todos os pecados existentes à época do autoritarismo mas, por seus membros, integrou-se ao PMDB e fez, então, a transição, entregando o Poder a Tancredo Neves e José Sarney.

Os que governam, hoje, devem demonstrar que são mais competentes do que nós; até o presente, não demonstraram isto.

A inflação do nosso tempo alcançava 10%. Hoje, está em 25%. O povo vivia em dificuldades, mas pelo menos tinha um roteiro, um equilíbrio orçamentário doméstico. Hoje, as famílias brasileiras vivem, totalmente, desorientadas porque ouvem uma afirmação governamental de uma maneira e, de repente, esta decisão é concretizada de outra. Afirma-se uma coisa aqui, como verdadeira, e logo mais nos encontramos diante da inverdade, de um fato diametralmente oposto ou que não acontece.

Portanto, Sr. Presidente, hoje, poderíamos, aqui, até vir todos os dias repisar e atacar o PMDB como responsável por este caos, porque tem a maioria, tem o Governo. Ouvimos, aqui, expressões até pouco recomendáveis de oradores do PMDB, dizendo que o PMDB é o Governo, que ele não é responsável por este caos. Como se o Presidente José Sarney não fosse colocado ali por eles.

O PMDB é o responsável por tudo que está acontecendo neste País. Porque ele é que está governando o País – que mostre competência, que mostre capacidade, porque ou não existe o PMDB ou, então, se existir, é sob um governo incompetente.

Queremos, Sr. Presidente, que haja sinceridade dos governantes e não fabricar uma trindade de linhas de ação política, como estão fazendo nesta Constituinte: um grupo do PMDB vai a tribuna e ataca o Governo; vem outro e o elogia, e surge um terceiro para "costurar", passando a vaselina nas expressões de um e de outro. Com isso deixam a opinião pública aturdida, confundida, e depois, nos pleitos, seu Partido abocanha a maior parte da votação. Não está certo!

Temos que extinguir os partidos, modificá-los, para que haja identidade dele com o povo. É preciso, que o PMDB seja só PMDB, e não um PMDB crítico, outro contraditório e mais outro de Governo, porque aí o povo não pode entender essa miscelânea. Assim não se constrói democracia, que só se consolida com partidos fortes, sinceros, identificados e coerentes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro) (Fazendo soar a campainha): – A Mesa adverte V. Ex.^a que seu tempo esgotou-se.

O SR. GERSON PERES: – Agradeço por não ter sido advertido antes. Vou concluir, Sr. Presidente.

O nosso Partido, que não nega seus erros está, hoje, redimido perante a sociedade brasileira. Na realidade, o Partido Democrático Social, dão tendo o poder na mão, como deveria ter, ao término do Governo Figueiredo, demonstrou muito mais coerência e competência ao dirigir os destinos do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Gerson Peres o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Marcelo Cordeiro, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – A Mesa tem a satisfação de consignar a presença, no plenário da Assembléa Nacional Constituinte, do Deputado da Assembléa Legislativa da República da Costa Rica, Orlando Aventano Castro. A Mesa dá as boas vindas a S. Ex.^a e registra, com prazer, o fato de recebê-lo entre nós. (Palmas.)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ilustre Deputado Orlando Aventano Castro, representante de uma das nações mais importantes da América Latina, seja bem-vindo ao Brasil e a esta Casa.

Os jornais de ontem publicam, de forma destacada, declarações atribuídas ao Presidente José Sarney, segundo as quais Sua Excelência é favorável a decretação de um novo salário mínimo de valor equivalente a cem dólares americanos.

Se o Presidente da República é favorável a um salário mínimo de cem dólares, por que não o decreta? Ou será que o Presidente não tem poder suficiente para tanto? Será que as famosas "forças ocultas", denunciadas por Jânio Quadros, existem?

O Partido Democrata Cristão tem reclamado uma definição do novo salário mínimo, desde há noventa dias, sem ter sensibilizado o Presidente Sarney, que deixou de seguir a tradição, desde Getúlio Vargas, do Presidente da República anunciar, a cada ano, o novo salário mínimo na saudação que dirige aos trabalhadores no dia 1º de maio, mundialmente consagrado ao "Dia do Trabalho".

Nesses últimos tempos, o Governo tem praticado contra os trabalhadores um verdadeiro terrorismo com a sua política salarial e vem praticando, contra a Nação, um verdadeiro crime de lesa-pátria, com sua recessiva política econômica.

Todos sabemos que a melhor forma de justa distribuição da renda é aquela que se faz através de salários. Se o salário é justo, o trabalhador tem poder de compra e de consumo; se é injusto, leva o trabalhador à fome e à pobreza absoluta.

Por outro lado, a baixa remuneração, a injustiça salarial, mantém o País na pobreza, no subdesenvolvimento, sem um mercado interno forte e poderoso, exposto aos riscos de convulsões sociais.

O Governo, e não os patrões, tem-se constituído no carrasco feroz dos trabalhadores, no seu inimigo número um.

Por quê? Ninguém sabe.

O Presidente Sarney precisa vir a público para explicar melhor por que, sendo favorável a um salário mínimo de cem dólares, não o decreta.

O Partido Democrata Cristão, que prega uma sociedade justa, livre e próspera, junta-se aos trabalhadores do Brasil para exigir a imediata decre-

tação de um salário mínimo, menos injusto e indigno, de valor equivalente a 15 OTN, ou seja a Cz\$ 5.497,35.

Se o Presidente Sarney é favorável a um salário mínimo de cem dólares, hoje conversíveis em Cz\$ 6.200,00 no câmbio livre, que é o real, poderá muito bem atender a reivindicação dos trabalhadores que ora registramos, que está bem abaixo daquela defendida pelo cidadão José Sarney ou, quem sabe, pelo Presidente José Sarney.

Os trabalhadores esperam que o nosso Presidente da República possa encontrar tempo para anunciar a esperada decisão sobre o novo salário mínimo, o mais urgentemente possível.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PAES LANDIM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAES LANDIM (PFL – PI): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Também inicio as minhas palavras saudando a presença do ilustre representante da Assembléa Nacional da Costa Rica, um país com tradições democráticas que merece todo o respeito e toda a admiração da América Latina.

Sr. Presidente, quando se escrever a história do atual processo democrático brasileiro, a imprensa, através de alguns dos seus principais articulistas, terá um papel importante nos Anais da nossa História, sobretudo, pela serenidade com que nomes como Carlos Castello Branco, Fernando Pedreira, Luiz Orlando Carneiro, Oliveira Ferreira entre outros, se puseram ao longo de todo o processo autoritário, combatendo e criticando Fernando Pedreira, por exemplo, além da sua postura crítica contra todas as formas de autoritarismo e populismo, foi também um combatente admirável contra a estatização, sobretudo, no seu auge, na década passada, através de artigos e livros publicados.

É importante, Sr. Presidente, para esta Assembléa Nacional Constituinte que ela reflita sobre as ponderações que esses eminentes articulistas, esses grandes jornalistas vêm produzindo sobre os problemas da nossa sociedade e sobre os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

Ainda no domingo passado, na sua coluna dominical de **O Estado de S. Paulo** e **Jornal do Brasil**, Fernando Pedreira trouxe gravíssimas reflexões, reportando-se inclusive, como uma parábola, a um pensamento do maior pensador mexicano, e talvez da América Latina, Octávio Paz, que no seu livro "Ogro Filantrópico" assim se expressa, o que, **mutatis mutandis**, Fernando Pedreira, ao longo do seu artigo, extrapola com muita razão para o nosso País. Assim diz Octávio Paz:

"O Estado mexicano e a sociedade mexicana descuidaram da educação superior, tanto a científica e técnica quanto a chamada humanista. Não só não conseguimos acabar com o analfabetismo como as nossas universidades e escolas politécnicas vomitam todos os anos milhares e milhares de semiletrados. O analfabeto mexicano é um ser inculto e possui uma cultura tradicional que é freqüen-

temente superior a nossa; em troca o semiletrado é um bárbaro!"

A seguir, Sr. Presidente, Fernando Pedreira tece profundas considerações sobre o drama tradicional brasileiro, que precisa repercutir nesta Constituinte, o drama de educação nacional, com suas gravíssimas deficiências, responsável pelos ciclos de instabilidade institucional que o nosso País vem sofrendo.

Sr. Presidente, quero reportar-me, ainda, a um artigo, de ontem, desse mestre da ética do jornalismo brasileiro, que é Luiz Orlando Carneiro, quando fala sobre as pressões corporativistas sobre esta Assembléia Nacional Constituinte. Este artigo merece, também, a nossa maior atenção. E diria mais ainda, que não só as pressões corporativistas, mas nos próprios textos das várias Comissões temáticas, e da própria Comissão de Sistematização, percebe-se o renascimento de tendências corporativistas, retirando dos representantes do povo ou do representante do Estado e da Nação, do Presidente da República, o seu livre exercício de escolha de personalidades que comporão vários tribunais deste País. É um risco muito grave essa tendência corporativista, no momento em que, no mundo, ela mais e mais vem desaparecendo, sobretudo após a **débâcle** do regime franquista na Espanha.

Faço estas considerações, Sr. Presidente, para mostrar como os nossos trabalhos e os problemas da sociedade brasileira vêm sendo devidamente apreciados e analisados do ponto de vista crítico e responsável pela Imprensa brasileira, através dos seus mais importantes cronistas e articulistas, chamando a nossa atenção para que a Constituição que estamos elaborando seja um texto realmente adequado à realidade e às aspirações nacionais.

Sr. Presidente, lembro aqui uma sentença do saudoso brasileiro que foi Milton Campos, no seu livro **Testemunhos e Ensinamentos**, que serve de lição e advertência para nós, Constituintes:

"Se uma constituição aspira durar, não há de procurar reger aspectos não fundamentais da convivência humana e minúcias essencialmente mutáveis das regras de Direito Comum."

Eram as considerações que queria fazer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ÁTILA LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero destacar aqui dois fatos relacionados com a nossa região, e ao Estado do Piauí, em especial.

O primeiro é uma decisão do Ministério do Interior em destinar recursos do Programa Nacional de Irrigação para a execução de sete barragens móveis e submersíveis integrantes do projeto de perenização do rio Piauí, visando o abastecimento de água para consumo humano e animal, bem como o aproveitamento hidroagrícola e de pequenas propriedades que margeiam o referido rio.

Este projeto, que desde há algum tempo é de interesse da nossa região, recebeu o merecido destaque. Ele já foi estudado, faz parte, portanto,

de anseio de toda a população que margeia esse rio e, portanto, merece o nosso apoio quanto a sua execução, porque a população conta com a necessária participação do Governo do Estado. Hoje, pemos em dúvida a competência e a responsabilidade do Governo do Estado em levar com seriedade um projeto de grande envergadura como este.

O outro ponto é a questão do combate às secas.

O Ministério do Interior, no seu programa de execução de obras e serviços destinados a combater os efeitos da seca, com vistas a ocupação temporária da mão-de-obra rural, diretamente atingida em municípios da região do Nordeste, alocou dotação no valor de 1 bilhão e 198 milhões de cruzados para atender os municípios do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Acre, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

Ora, o que temos a considerar, no que diz respeito ao esforço do Ministério do Interior, é que ele é insuficiente, e isso deve ser levado ao Governo Federal como um todo.

Uma decisão isolada do Ministério, de procurar desenvolver um programa de ocupação de mão-de-obra, sobretudo quando se considera que o problema de emergência da seca, da dificuldade de sobrevivência, tem uma importância muito grande para a região porém esses recursos se mostram insuficientes. Basta ver que o Piauí, Estado que tem 116 municípios, com uma população de 2 milhões e 200 mil habitantes, vai receber apenas 88 milhões de cruzados. Isto mostra como são insuficientes esses recursos. Se acrescentarmos ainda, que a participação do Estado na execução direta desse programa implicaria, também, numa discriminação – sobretudo porque o Governo do Estado tem-se mostrado discriminador no que diz respeito à questão partidária – esta decisão só fará aumentar nossa descrença na eficiência da execução desse projeto e do uso adequado das medidas necessárias para combater a emergência.

Era o que tínhamos a considerar. (Muito bem!)

O SR. FERNANDO GASPARIAN: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO GASPARIAN (PMDB – SP. Pronúncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há quase um mês, o Presidente José Sarney anunciou sua intenção de internacionalizar a economia brasileira. O anúncio, embora feito de maneira genérica, não deixou de preocupar todos aqueles que desejamos modernizar e desenvolver a economia brasileira, dentro de um modelo em que o controle e o poder decisório estejam em mãos de brasileiros.

Essas preocupações não só foram confirmadas, mas aumentadas, com as notícias veiculadas ontem sobre o plano Ethel-Murad para uma nova política industrial e do comércio para o Governo Sarney.

Segundo o documento, o objetivo principal dessa política é a atração de recursos externos para o Brasil. Para tanto, entre outras concessões, será dada total liberdade para instalação de qualquer empreendimento no País, não necessitando

de licenças ou autorizações do Governo Federal, exceto quando tais investimentos demandarem incentivos ou subsídios federais. Permite igualmente a livre negociação de tecnologia, associações e compra de equipamentos e insumos importados, desde que haja cobertura cambial correspondente seja na forma de empréstimo, de capital de risco ou de exportações adicionais. Estabelece ademais, que não haverá restrição de crédito de organismos financeiros nacionais a qualquer empreendimento que tenha metade do controle em mãos de residentes no País.

Srs. Constituintes,

Esse plano – se é que podemos chamar isso de plano – simplesmente entrega a economia brasileira à entrada de empresas estrangeiras no Brasil e que, muitas vezes, têm vindo para o Brasil sem trazer capital.

E mais, nós financiaremos, através do Beflex e de outros mecanismos financeiros, a exploração das riquezas nacionais em nome de um vago e fugidio desenvolvimento.

Sim, Srs. Constituintes, trata-se de uma vago e hipotético desenvolvimento. Dessa maneira não alcançaremos o verdadeiro progresso. Apenas estaremos estimulando a especulação, a exploração de recursos minerais, florestais e humanos, como vem ocorrendo desde o descobrimento do Brasil e que não tem impedido que haja ainda o progresso que temos obtido, porque, simultaneamente, o esforço de brasileiros tem-no realizado.

O verdadeiro desenvolvimento deste País só será conseguido, quando os responsáveis pela condução dos negócios públicos brasileiros se conscientizarem da necessidade de transformar os 130 milhões de brasileiros em cidadãos de primeira classe, integrados social e economicamente em um Brasil moderno e atuante no cenário internacional.

A integração desse povo em um mercado interno, capaz de consumir alta tecnologia, produtos industrializados e sofisticados, é condição **sine qua non** para o desenvolvimento nacional. Não adianta importarmos tecnologia, importarmos capital, e muitas vezes firmas estrangeiras aqui vêm sem capital ou importarmos recursos humanos, se esses elementos não forem utilizados pelos brasileiros para suprir necessidades brasileiras. A mera utilização desses recursos no Brasil para produzir bens destinados ao mercado externo, além de exaurir nossas matérias-primas, não transfere tecnologia. E não transferindo ou não criando novas tecnologias, não modifica a sociedade, o que, em última análise, é o que todos desejamos.

Nós queremos, na verdade, e aceitamos o capital estrangeiro desde que venha ao encontro de nossos interesses e nos ajude a desenvolver o País.

Somos contra o espírito de total descrença na capacidade gerencial brasileira, que se evidencia no pronunciamento de líderes e políticos brasileiros, como o que ocorreu nessa segunda-feira, num debate em São Paulo, onde o Sr. Senador Roberto Campos demonstrou o seu espírito derrotista ao investir contra a política de Informática e ao afirmar que a criação da Petrobrás foi um grave erro histórico e é uma causa do nosso subdesenvolvimento.

Essas afirmações são inutilizadas pela própria evidência da realidade. A Petrobrás, hoje, é uma

grande empresa mundial, que não remete lucros, que produz tecnologia e que realmente deu ao nosso País, na crise dos choques de petróleo, alguma viabilidade econômica e permitiu que o Brasil não sentisse, como outros países sentiram, as dificuldades da época. A história da Petrobrás é uma história de sucesso comprovado.

A luta pela manutenção da política de reserva de mercado da Informática é mais recente, mas nem por isso menos importante. Graças a ela, vem o Brasil obtendo importantes progressos no setor. São mais de trezentas firmas brasileiras que competem vigorosamente no mercado brasileiro, que já representa hoje 1,3% do mercado mundial. Desse percentual (1,3%), as firmas brasileiras dominaram apenas 56%, ficando o resto, ainda no Brasil, por conta das multinacionais. Não se trata, portanto, de números astronômicos, mas de importância relativa bastante expressiva.

Basta dizer que o mercado interno japonês, por exemplo, representa 10% do mercado mundial e a indústria japonesa ocupa cerca de 58% desse mercado. O mercado americano representa 33% do mercado mundial, mas as firmas americanas dominam 90% desse mercado. Então, à primeira vista, é difícil entender porque tanto clamor contra o avanço brasileiro em apenas 56% relativos a 1,3% do mercado mundial de informática, que é a parcela das empresas brasileiras no mercado de informática nacional.

A luta contra a iniciativa brasileira torna-se facilmente compreensível se percebemos que, ao lado do domínio dessa fatia do mercado, o Brasil está formando quadros de tecnólogos e de cientistas que lhe permitirão conquistar fatias maiores do mercado nacional e internacional, o que no fundo foi a atitude que originou esse trabalho.

Tanto o Japão como Formosa, exemplos citados no Brasil de forma errônea, na verdade, são países que estão-se desenvolvendo, como a Coréia do Sul, através de uma política nacionalista que impede que os capitais estrangeiros, como se deseja nesses projetos acima citados, tenham acesso total e liberdade completa.

Em suma, o Brasil está aprendendo a tornar-se independente tecnologicamente dos países centrais, e isto é que está sendo combatido.

O que está em jogo, na verdade, é a luta pelo conhecimento e pelo domínio da tecnologia, pelo controle decisório sobre a política industrial brasileira. Que os velhos defensores do capital estrangeiro veiculem essa idéia, comprehende-se. Mas, que essas idéias estejam incrustadas no Palácio do Planalto, deve ser motivo de muita preocupação para esta Casa.

O Presidente José Sarney foi levado, nos últimos meses, a cometer dois graves erros. O primeiro, no episódio da construção da Ferrovia Norte-Sul, quando revelou à Nação, em discurso, proposta de uma empresa estrangeira, que se propunha construir-lá, investindo dois bilhões e meio de dólares, proposta esta que, dias depois, tivemos o constrangimento de ver desmentida pelo Deutsche Bank, controlador dessa firma alemã que, supostamente, teria feito esta proposta.

Outro erro no meu entendimento, é a afirmação de que a nossa economia seria internacionalizada e que vem agora a ser seguida por esse projeto que está saindo do Palácio do Planalto, feito pelo secretário particular do Senhor Presi-

dente da República, através de concessões inimagináveis.

O Brasil deve receber empresas estrangeiras que tragam capital estrangeiro e tecnologia. O que não pode ocorrer é que continue repetindo-se no País, as aventuras que assistimos, como no caso, por exemplo, do Projeto Jari, em que País acabou pagando a conta de uma aventura feita por investidor estrangeiro, que trouxe muito pouco capital, utilizou recursos brasileiros, com avais de bancos brasileiros, e quando a sua aventura teve insucesso o que ocorreu foi que o Brasil acabou assumindo aquele projeto. É a velha idéia de socializar os prejuízos e privatizar os lucros. Se a aventura dá certo, o empresário estrangeiro que contou com recursos brasileiros, fica dono do empreendimento, como ocorreu, por exemplo com a Fiat, em Minas Gerais, que o saudoso ex-Presidente Tancredo Neves citou como um dos piores negócios feitos pelo País, porque aquela Empresa foi construída, praticamente, com o capital brasileiro e, hoje em dia, pertence a capitalistas estrangeiros que, anualmente, oneram o nosso balanço de pagamentos com a remessa de lucros. Este tipo de investimento é que não queremos no Brasil. São favores, muitas vezes que não são concedidos a empresas nacionais. Empreendimentos que produzem lucros e oneram com suas remessas o nosso balanço de pagamentos por muitos anos. Tudo isso, aproveitando incentivos, subsídios e créditos brasileiros. Essas empresas trouxeram tudo para o País, menos capital.

O projeto anunciado ontem nos jornais está repleto de termos como: incentivos, subsídios federais, empréstimos, incentivos adicionais, acesso a crédito de organismos financeiros nacionais estímulos fiscais. Enfim, este projeto, como tantas outras práticas que, infelizmente, foram realizadas no Brasil, faz-me lembrar uma frase de um grande presidente norte-americano, um país que se desenvolveu através de uma política econômica nacionalista, Presidente Tomás Woodrow Wilson que afirmou, certa vez, que tinha ouvido falar muito em concessões que a América Latina fazia ao capital estrangeiro, mas nunca ouviu falar em concessões que os Estados Unidos fizessem ao capital estrangeiro. Isso porque os Estados Unidos não faziam concessões; aceitavam só o capital daqueles que quisessem investir para o progresso americano. Esse exemplo, acredito, é o que deveríamos seguir no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tivemos a honra de participar, com muita satisfação, do comício realizado no dia 7, por eleições diretas para Presidente da República, logo após a elaboração e promulgação da nova Constituição do Brasil. O nosso Partido, o PMDB, recebeu vaias, sim, mas essas vaias absolutamente não nos incomodam. O Partido as recebeu e de certa forma

as merece, porque a cúpula partidária tem sido conivente com este Governo que aí está, este Governo que descumpriu todos os compromissos da Aliança Democrática, e, se não precisássemos falar de todos os pontos do programa do nosso Partido, bastaria citar dois como os mais importantes: a questão da dívida externa, da força dos banqueiros internacionais aliados aos exportadores brasileiros, que pressionaram e fizeram com que o Governo cedesse às imposições do Fundo Monetário Internacional, colocando este País numa recessão e aplicando o arrocho salarial, e a questão da reforma agrária, outra questão séria, programática do nosso Partido, que jamais foi cumprida por este Governo. E, muito pelo contrário; apenas a possibilidade de se mudar um pouco a situação fundiária neste país, apenas a perspectiva criada com a elaboração de um projeto de reforma agrária pelo ex-Ministro Nelson Ribeiro, acirrou a violência do latifúndio. E, a partir do momento em que o Senhor Presidente da República, José Sarney, assumiu este Governo, praticamente os crimes contra trabalhadores rurais, contra as lideranças que defendem os trabalhadores rurais se multiplicaram por este País afora. Essa entidade que aí está organizada, essa entidade fascista, que se chama UDR, ganha cada dia mais corpo, e ganha corpo porque levanta bandeiras que não são, na verdade, as suas próprias bandeiras, no sentido de conquistar o pequeno produtor, o pequeno proprietário, enganando-o, ameaçando-o, dizendo que sua terra será tomada e o defendendo deste Governo impopular, contra os juros altos, contra a correção monetária, contra a falta de crédito, a falta de preço mínimo. E essa entidade tem crescido em função desses fatos, a tal ponto de organizar assassinatos como foi o do ex-Deputado Paulo Fontenelles, suplente desta Assembléia Nacional Constituinte, crime que até hoje o Governo não conseguiu solucionar.

O PMDB está recebendo as vaias do povo, porque o povo não sabe se ele está ou não apoiando isto. Na verdade, o povo entende mais que está do que não está. E creio que os verdadeiros peemedebistas, aqueles que conhecem o programa do seu Partido, que militam em função do programa do seu Partido, não têm qualquer condição de apoiar este Governo, de aceitar o prosseguimento deste Governo por mais um ano. No máximo, podemos aceitar essa situação que aí está, mas procurar promulgar a Constituição e dar fim a este Governo no menor espaço de tempo possível, logo após a promulgação.

Este Governo já provou e comprovou que não tem nada a ver com os princípios programáticos do nosso Partido, não tem nada a ver com a luta do povo brasileiro, que cresceu ao lado do PMDB enquanto ele era o único Partido de oposição. E este Partido cresceu violentamente neste País em função das suas bandeiras de luta, do seu programa de trabalho, das suas propostas. Hoje, se descharacteriza completamente, porque a classe dominante tem uma percepção política muito grande. Na hora em que percebe a confiança do povo num determinado rumo, troca de Partido, como aconteceu com tantos, hoje, que integram o nosso Partido, como o Sr. Prisco Viana, o Sr. Carlos Sant'Anna – um ex-arenista e hoje Líder da Maioria na Câmara Federal; como o Sr. Cardoso Alves, o Sr. Rosa Prata, o Sr. Jorge Vianna, integrantes do PMDB, mas que são os maio-

res inimigos da implantação da reforma agrária, que é do nosso programa.

Finalmente, este nosso grupo, que mantém a característica partidária, já um pouco desiludido, já bastante desiludido até, exige uma convenção do Partido e, a muito custo e com muita luta, conseguimos que essa convenção fosse marcada. Foi preciso que fizéssemos um abaixo-assinado, foi preciso que nos mobilizássemos para que essa convenção fosse realizada e pudéssemos, a partir dessa convenção, ver se o PMDB é o PMDB, ou se o PMDB é uma velha e atrofiada Arena. É o que essa convenção, na realidade, vai definir. Vamos para lá.

Aqueles que integram este PMDB, na questão programática, aqueles que defendem as transformações e as reformas sociais que o povo brasileiro esperou desse Partido, e deu uma esplendorosa vitória a esse Partido nas eleições de 86, estamos articulados, vamos para a convenção colocar, praticamente, ou fazer com que essa convenção reprove o seu programa e condene aqueles Constituintes que fogem àquilo que está estabelecido na nossa questão programática.

Vamos para lá colocar a questão do mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney que, no meu entendimento, deveria ser de três anos e, no máximo, quatro meses, porque entendo que esse Governo tem que acabar, o mais rápido possível, antes que ele acabe definitivamente com a Nação brasileira.

Vamos para lá, nessa convenção, definir a questão do sistema de governo; discutir com os convencionais o sistema de governo, com a ala direita do PMDB, a ala que se infiltrou no PMDB, a ala que se aproveitou da confiança do povo e o iludi, ala composta de pessoas que nunca tiveram compromisso com o Partido, mas que penetraram nele para exercer o poder e querem exercê-lo da forma como o faziam na velha Arena.

Gostaria, Sr. Presidente, de deixar registradas, nos Anais desta Casa, duas notas que saíram no **Correio Braziliense**. Uma delas foi publicada no dia 8 e a outra no dia 9, deste mês, na coluna do Leonardo Mota, que em um dos trechos diz que o Presidente Sarney está leiloando cargos para ter prestígio no PMDB:

"O Presidente José Sarney vai observar o comportamento dos parlamentares para nomear os ocupantes de quase 150 cargos vagos no segundo escalão. Entre esses, a presidência e três diretorias da Caixa Econômica Federal, três diretorias do Banco do Brasil, presidências e superintendências de autarquias, fundações e bancos. Os amigos de Sarney garantem que a caneta vai funcionar: não apenas nomeando, também demitindo."

E, na nota seguinte, ele diz que alguém do Planalto teria afirmado que não seriam 150 cargos, mas que seriam 186 cargos que seriam leiloados para que a convenção do PMDB apoiasse os cinco anos de mandato do Presidente Sarney.

Leitor dessa coluna, centrado (e sentado) no Planalto, reclama: não são 130 os cargos que o Presidente Sarney pretende distribuir a quem lhe der apoio na convenção do PMDB, mas, precisamente, 186, no segundo e terceiro escalões. Dos 60 membros da esquerda do PMDB que participaram da manifestação anti-Sarney no último fim-de-sema-

na, e desejosos de romper com o Governo, apurou-se que o grupo, como um todo, nomeou 1300 pessoas para a área federal. Vai haver caneta, para nomear ou demitir, de acordo com o resultado da convenção.

Isto aqui foi escrito pelo colunista Leonardo Mota e creio que o Governo teria que se pronunciar sobre uma questão dessa natureza, embora isso seja um fato, seja uma realidade. Quer dizer, um governo fisiológico como esse não pode ser nunca um governo do PMDB.

Estamos sabendo que a direita fisiológica que penetrou, que se infiltrou nesse Partido vai usar táticas, vai usar posições de colocar preliminares.

A primeira preliminar seria a de que o Partido não decidisse sobre a questão do mandato, sobre o sistema de governo; a segunda preliminar seria a de que a votação fosse aberta. E, se perderem nessas duas preliminares, vão retirar-se do plenário para não dar número para votação, evitando que, mais uma vez, o PMDB não se coloque diante do povo brasileiro com a sua real ou a sua não real proposta. Se eles conseguirem atingir esse objetivo, realmente conseguirão liquidar o PMDB. E este me parece ser o papel, a idéia e a vontade do Presidente José Sarney: liquidar definitivamente o PMDB diante do povo brasileiro.

Se não conseguirmos sair com uma posição dessa convenção, se essa tática adotada pelos infiltrados no nosso Partido for vencedora, teremos um PMDB destruído.

Eu queria deixar registrado, nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte, que o PMDB chegou a tal situação que, em nosso Estado, elegeu o Senador Jarbas Passarinho. Foi o PMDB do Estado do Pará quem colocou na Assembléia Nacional Constituinte o Senador Jarbas Passarinho. Por aí os Srs. têm idéia de que transformação sofreu esse Partido, que tamanha transformação a classe dominante consegue. E no meu Estado, onde o PMDB, nas minhas bases eleitorais, conseguiu assumir os Diretórios Municipais, com os grandes latifundiários da terra, com os grandes comerciantes, com a burguesia de cada localidade, estamos sendo obrigados a dar ao pessoal, ao nosso pessoal que trabalha nas bases populares, junto aos trabalhadores rurais, junto aos trabalhadores urbanos, juntos aos funcionários públicos, uma nova opção partidária. E, em muitos municípios, estamos sendo obrigados,

porque sabemos que não temos condição de ganhar a convenção, porque essas convenções não serão disputadas de maneira democrática, somos obrigados a criar, a estruturar, a dar uma nova opção partidária a esses companheiros do interior do Estado. Estamos fazendo isto através do Partido Socialista Brasileiro, Partido no qual acreditamos. Não que tenhamos a intenção de sair do PMDB. Pretendemos lutar e vencer nesta Convenção. No entanto, se perdemos nela, ficaremos numa situação extremamente difícil diante do povo brasileiro, e esse Partido será finalmente liquidado. Ele será um Partido de elite, um Partido de minoria que não terá nenhum significado no futuro de nossa Pátria.

Esta era a nossa manifestação, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. OTTOMAR PINTO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OTTOMAR PINTO (PTB – RR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ouvimos, há poucos dias, nesta Casa, a palavra do Ministro da Fazenda. Vimos a preocupação de S. Ex.^a e do Governo com o problema da inflação, que traz problemas sérios para o social no Brasil e tem reflexos profundos no político. Já foi dito, várias vezes, aqui, nesta tribuna, que as grandes crises políticas deste País, as crises institucionais brasileiras, geralmente ocorrem nos períodos de graves crises econômicas, a exemplo do momento que estamos vivendo e do que ocorreu em 1963, no auge da inflação, que levou à desestabilização social e política e, afinal, ao Movimento Revolucionário de 31 de março; ao período de 1954, que culminou com o suicídio de Vargas; à Revolução de 1930; à Proclamação da República. Enfim, uma retrospectiva histórica nos mostra essa verdade indescritível de que os períodos de instabilidade política são coincidentes com os momentos de angústia econômica em que vive o Brasil. Sabemos que a inflação brasileira tem causas estruturais e tem causas não estruturais. É claro que a injusta distribuição da terra, que tem sido profligada da tribuna e acabou de ser pelo Constituinte Ademir Andrade, o problema do salário mínimo miserável, que junge o trabalhador brasileiro ao desespero e à miséria, o modelo econômico brasileiro concentrador de riqueza e difusor de pobreza e de miséria, tudo isto forma um grande caldo que leva, que desemboca no problema da inflação. Há outras causas também que têm sido trombeteadas neste País. O problema do déficit público e sua correlação com as estatais, superabundantes, extranumerárias, na sua maioria mal administradas, com suas diretorias posando de executivos eficientes. E sabemos que os custos não são controlados e que os déficits astronômicos dessas empresas são subsidiados, são cobertos com o sacrifício do povo brasileiro.

Há o problema também do crescimento das despesas públicas em razão do clientelismo, do empreguismo na administração pública federal, estadual e municipal; o subsídio ao trigo, ao ferro, a numerosas outras atividades que só sobrevivem graças a esse expediente que mascara a eficiência do setor, que representa um imposto indireto a sacrificar ainda mais o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os rumbos na administração municipal, os bancos estaduais, tudo isto contribui para aumentar o déficit público com repercussões inequívocas na inflação. As altas taxas de juros são outro fator a contribuir para o processo inflacionário que desestabiliza os segmentos sociais e políticos do Brasil: o componente da inflação, a própria rolagem da dívida interna, que representam um ônus muito pesado ao povo, para poder manter esse processo contínuo de venda de OTN, absorção de recursos e aplicação desses recursos para pagar a própria dívida interna. Tudo isto tem sido objeto de comentários, de análises neste País.

Sem poupança externa não podemos prosperar. Evidentemente, o remédio para as mazelas, que foram citadas anteriormente, só poderá ser solucionado com a atenuação dessas causas determinantes da inflação e que deterioraram a econo-

mia brasileira e, por outro lado, com a poupança nacional. Então se diz largamente que a poupança externa é significativa no processo de investimento em nosso País. Se analisarmos os dados estatísticos, que podem ser compulsados no País, verificaremos que, no auge dos empréstimos, a contribuição da poupança externa para o investimento nacional, para a economia brasileira, não representou mais do que 3% do Produto Interno Bruto. Hoje o aporte dessa poupança externa para o Brasil é praticamente zero. No ano passado foi 1,2% do PIB, o que corresponde aproximadamente a três ou quatro bilhões de dólares e, por outro lado, a poupança interna chegou a 26% do Produto Interno Bruto, e no ano passado se situou em 16%, o que corresponde a aproximadamente 48 bilhões de dólares para um Produto Interno Bruto estimado em 300 bilhões de dólares.

Sabemos que o sistema financeiro nacional canaliza e movimenta a nossa poupança interna. Por outro lado, é inequívoco que somente através do sistema bancário oficial, mormente do Banco do Brasil, do BNDES, do BNB, do BASA, de alguns estabelecimentos oficiais de crédito é que o Governo poderá orientar ou direcionar essa poupança interna e esses investimentos para aqueles segmentos mais carentes de recursos na economia e no sistema produtivo nacional.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, daí por que queremos expressar a nossa opinião de que o Banco do Brasil, o grande banco social deste País, o grande banco que financia a agricultura, o pequeno e o microempresário, deve ser fortalecido e, desse modo, possa intervir firme e forte no sistema produtivo nacional, possa recuperar a sua posição eminente no mercado financeiro brasileiro, que caiu a 7% no Governo Figueiredo. O Banco do Brasil já participou em 36% no mercado financeiro, hoje está reduzido a cerca de 15 ou 16%.

Ao encerrar, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, queremos reafirmar a nossa posição de que é imprescindível e inadiável o fortalecimento desse grande estabelecimento bancário, para que o juro possa ser moderado por ele no mercado brasileiro e o empresário nacional possa olhar com confiança para o futuro dos seus negócios e de suas empresas.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

VI – O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresenta proposição o Sr. Constituinte.

GERSON CAMATA – Requerimento de informações ao Banco do Brasil a respeito dos negócios comerciais feitos através da Cacex, pela Makinter-Projetos e Serviços de Exportação Ltda.

VII – O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Passa-se ao horário de pronunciamentos sobre matéria constitucional.

Tem a palavra o Sr. Juarez Antunes.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT-RJ): Sem revisão do orador.: – Sr. presidente, caros poucos Constituintes presentes:

Não fosse a gravação, entregariamos o discurso escrito. Mas não o fazemos porque não temos aqui o escrito. Na verdade, falar para cadeiras vazias, isto para um dirigente sindical não é lá muito bom, muito estimulante.

Sr. Presidente, esta semana foi pródiga em acontecimentos que dizem respeito aos trabalhos da Constituinte, à vida nacional, acontecimentos importantes ou intranqüilizadores.

De importante, tivemos, em frente ao Congresso Nacional, o comício pelas diretas, já falado, comentado, denegrido pelos afilhados do Governo, aqueles que vivem às portas do Banco do Brasil; pelo seu Ministro Paulo Brossard, cria da ditadura e por outros afins. Encerrando a semana, podemos também contabilizar como importante o Congresso que hoje se inicia, do Partido Democrático Trabalhista, congresso que tem a finalidade primeira de alinhavar, adequar, de maneira mais coerente, as posições do Partido, tanto em relação à conjuntura que ora vivemos, onde dirigentes sindicais são presos, militantes políticos são presos pela Lei de Segurança Nacional. E também, imaginamos, o Congresso do PDT irá posicionar-se de forma mais clara com relação ao movimento sindical brasileiro tirando posições definidas em relação à luta que trava a Central Única dos Trabalhadores e, com muita possibilidade, alinhando-se a essa Central, por tratar-se de uma Central combativa, coerente, a que melhor reflete os anseios da classe trabalhadora.

O PDT, estamos certos, apóia, e sairá no final desse Congresso, a jornada semanal de 40 horas, que seria uma solução, até para o momento, independente da justiça, porque tanto há países progressistas, como países atrasados, onde a jornada semanal é muito menor que a nossa de 48 horas. Se citarmos o Paraguai, poderão dizer que é por isso que o país é atrasado, se citarmos países europeus, ou os Estados Unidos da América, aí veremos que não é a jornada diminuída, ou reduzida ou menor, que irá empurrar o desenvolvimento da nação pela jornada semanal de 40 horas, também terfámos, na contingência, uma solução para ignorar o desemprego no País, já que as fábricas absorveriam mais trabalhadores.

A estabilidade no emprego, que muito dificilmente passará por esta Casa – uma Casa que tem na sua maioria banqueiros, ou testas-de-ferro seus, latifundiários, usineiros, mas foi isto que o povo escolheu diante do Cruzado, daquela farsa, não deu outra coisa – terá que nascer através de greves gerais. Aí ela nascerá, como nasceu a semana com jornada de 48 horas de trabalho, a jornada de 8 horas diárias, em Chicago, há cem anos.

A liberdade sindical, que é a proposta da Central Única dos Trabalhadores, propugna, e tem como modelo a OIT – Organização Internacional do Trabalho – o direito de greve livre e irrestrito, que muitos empregadores, de visão muito estreita, não concordam, mas aceitam e promovem o locute, como fizeram há pouco os revendedores de automóveis.

Reforma Agrária. Fazem disto um escarcéu, como se fosse um bicho-papão, tomar a terra de todos. Então, vem a UDR, arregimentando seus 30 mil homens, dos quais mais de 25 mil talvez sejam inocentes úteis, pequenos proprietários que nada têm a ver com a reforma agrária. São produtores rurais pequenos e médios, incautos, que vêm com tudo pago, e alguns trabalhadores do meio rural, muitos até camponeses com a semana paga. Uma semana miserável, explorada pelos fazendeiros. Vêm nos ônibus da UDR, com diá-

rias pagas nos hotéis, e vão aplaudir, vão insuflar os Congressistas. Desses 30 mil, mais de 25 mil são inocentes úteis, preparados por uma pregação falsa, mentirosa, de que o comunismo vem aí outra vez, querendo imitar o que aconteceu em 64. Outro item importante é que, se esse Governo tivesse um pouco mais de brio, se o Governo desta Nova República fosse menos cínico, fosse menos cria da ditadura e mais elemento do povo – mas é cria do PDS e da ARENA – se o Governo Sarney fosse menos cínico, não seria tão simples, e com um simples decreto criaria a reforma, já que ele usa tanto esses decretos; ele, que não precisa de decretos, pois detém todo o Governo em suas mãos, a maioria nesta Casa, no Senado, os Ministros, todos os Governadores, as Forças Armadas, o Presidente da Constituinte, o Presidente da Câmara dos Deputados, o mesmo que deve agora estar almoçando com o Governo quando antes marchava à frente das passeatas dos trabalhadores, enfrentando até cães da ditadura.

Hoje, os cães correm atrás dos trabalhadores e o Dr. Ulysses Guimarães, calado como um peixe, não se move. Como um homem, nessa idade, pode transformar-se? Os jovens são mais passíveis de transmutações, de metamorfoses, mas, depois dos 70, não é possível! Este homem deveria terminar o restinho da vida com mais coerência, porque o povo não esquece. As vaias estiveram presentes no comício, não para os oradores que falaram, porque se cada um daqueles – como aconteceu a um deles, do PMDB, que não foi dito, não por maldade nem má fé, o locutor esqueceu de dizer que era um Deputado Federal do PMDB, não foi vaiado. Mas, todos os outros foram vaiados, porque se anuncjava Deputado Federal do PMDB. Então, ninguém foge da marcação do povo. O povo cobra, o povo é inocente e acredita muito. Mas chega um momento em que ele cobra a esta cobrança está aí em cima do Governo, que se cansou de consertar o seu bigode à frente do espelho dos IBOPES. E, hoje, frustrado, ele conta com as Forças Armadas para colocar em frente a um ato democrático, sem perigo algum, como aconteceu, colocar ali em volta de trabalhadores, em volta do povo pedindo **diretas**, já que seu governo é de transição e não se imagina uma transição indefinida como essa.

Como pode agir de tal forma contra o povo, ao passo que a UDR vem aí de capas de revolver na cintura o revolver deve ter ficado lá no circo, mas vem com toda a petulância, e o Governo não tem preocupação alguma com isso; quer dizer, é um governo da direita. O que a UDR fizer aqui neste Congresso está feito e está acabado e não se vai dizer que a coisa foi engendrada, como disseram ter acontecido no ato do Rio de Janeiro, em que o Governo foi magistralmente vaiado ao despedir-se do povo daquela cidade politizada.

Então, Sr. Presidente, a situação agrava-se a cada momento para os trabalhadores. Quer estejamos no regime ditatorial, os banqueiros se locupletam, os donos de supermercados estão juntos com o Governo, têm tempo para remarcar, para boicotar mercadorias, para escondê-las; quer estejamos num regime democrático, em duas situações, havendo crise e não havendo crise, aí também os trabalhadores se dão mal em qualquer uma delas. Se a coisa vai bem, o lucro não é repartido, porque, no tempo do Delfim Netto, tinha que esperar formar o bolo para, depois, repar-

a-lo. Mas o bolo foi comido por eles mesmos, e o povo não viu nem a farinha do bolo.

Pois bem, quando há crise, como há agora, os trabalhadores pagam por ela, também. Enquanto os banqueiros crescem tranquilamente, os donos dos supermercados da mesma forma, os latifundiários ficam tranquilos e as multinacionais podem demitir como quiserem.

O Ministro do Trabalho do PMDB, como os outros, que antes fora um ardente advogado dos trabalhadores em sindicatos combativos, é, hoje, um água-com-açúcar, um lambisgóia, um maria-vai-com-as-outras. O que o Governo falar fica, como disse aqui o Governo na Ferrovia Norte-Sul. Que badalação havia dentro desta Casa! Parlamentares do Norte e Nordeste desfilavam aqui: "Ela vai ter que sair. Sai, o Sul é contra, mas vai ter que sair." O Governo diz que não sai, premido pelo povo. Os Parlamentares também já dizem: "Não falamos mais nada". Que time de subservientes! Essa é a representação do povo? Esta é a Constituinte da Constituição que vai sair?

Agora ainda vem como fato da semana triste, dos fatos saudáveis, Comício Pró-diretas e Congresso do PDT; há um terceiro fato, um fato triste: insinua-se substituir o projeto Bernardo Cabral, esse relatório. Ora, esse projeto já é tão eivado de contradição em virtude das pressões do Governo, em virtude de futicas do Ministro do Exército, como por exemplo, falar em semana de 40 horas, dizer que ele trabalha essas horas em três dias; ele não conhece a cor da carteira profissional. Ele nasceu, cresceu e viveu bem nutrido, foi para as escolas militares pagas pelo povo, com transporte, com casa, com cafetinho na mão igual a nós Deputados aqui temos – com a farda paga, com a botina engraxada – o sapato, botina é para recrutar. Como é que esse homem pode sair do seu palácio, do seu Ministério, o Ministro do Exército e dar palpites em assunto que não é da sua área? Fôssemos um Governo sério, ainda mais este que foi à Argentina há pouco tempo, não poderia ter aprendido com Raúl Alfonsin, como é que se faz com militar, quando mete o nariz onde não é chamado? E o que é que ele foi fazer ali na divisa? A viagem não lhe foi produtiva, viagem votada aqui com muito ufanismo pelos Deputados do PMDB e do PFL. Meu Deus, que bravata! Que patriotismo! Hoje a Casa está vazia, ainda sofre os reflexos das vaias, vaias dirigidas ao Governo, ao Partido do Governo, ao Dr. Ulysses Guimarães, que antes corria dos cachorros e, hoje, apóia os cachorros, em cima dos trabalhadores.

Caros poucos Constituintes, Sr. Presidente, quando ... (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Vou terminar, Sr. Presidente.

e O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – O tempo de V. Ex.^a já se esgotou.

O SR. JUAREZ ANTUNES: – Um minuto para terminar, Sr. Presidente.

Quando o Ministro Paulo Brossard, do alto de um dos seus numerosos chapéus – colecionador de chapéus – quando esse Ministro, cria da ditadura, fecha os olhos ao que ocorre no Rio de Janeiro, em termos de violência da direita; quando esse Ministro vem debuchar de um ato democrático pelas eleições diretas, legítimo sobretudo – esse Governo que aí está, esse Governo a quem ele é tão subserviente, com toda a sua empáfia,

com todo o seu jaquetão – quando esse Ministro esquece esse lado que mancha a democracia, com a violência no Rio de Janeiro, ao passo que há poucos meses atrás, quando a filha de um abastado, no Rio, no Governo Brizola, era assassinada ao chegar à garagem do seu apartamento, ele falara até em intervenção no Estado e recebera a família do burguês, que, na verdade, sentia a dor pela perda da filha, mas, depois, este Ministro não recebeu uma família de 11 filhos com salário mínimo – esse salário mínimo de fome! – quando tudo isto acontece é porque há muita coisa de podre nesta Nação!

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Tem a palavra o Constituinte Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Desejamos deixar registrado nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte algumas reflexões sobre a questão urbana do nosso País, exatamente quando se elabora uma nova Carta para o nosso País bem diferente dos anos de 1946, quando a Assembléa Nacional Constituinte anterior elaborou a Carta de então. Àquela época, o nosso País era basicamente agrário, onde 2/3 da população estavam ainda no meio rural e apenas 1/3 na parte urbana. Hoje, estamos com 72% do povo brasileiro habitando os 3,5% do território urbano do País. Por outro lado, os 28% da população rural, distribuídos num território de 96,5% inclusive os 12% de águas interiores, numa situação extremamente mal distribuída: quando as densidades urbanas ultrapassam os 250 habitantes por km², a parte rural não alcança a 5 habitantes por km².

Nas regiões Centro-Oeste e Norte do País, essa densidade fica em torno de 1,2 habitante por km². Esse desequilíbrio é comprometedor. Verificamos que o setor urbano elabora 92% do Produto Interno Bruto, ficando o setor rural com apenas 8% do PIB. Esse desequilíbrio gerado, momentaneamente, pelos esforços de investimentos na área industrial do nosso País, principalmente a partir da década de 50, fez com que o setor rural, não tendo alternativas, acabasse paulatinamente deslocando-se para as cidades. Em face da aceleração do crescimento, essas cidades, impossibilitadas de responder com infraestrutura, estão na situação de insegurança, de degradação da qualidade de vida, da falta do atendimento dos serviços públicos, de modo geral, produzindo enormes prejuízos para os humanos que nelas habitam.

Queríamos, também, registrar do Centro de Estudos de Política de População e Desenvolvimento, alguns dados da urbanização e metropolização do nosso País.

O Brasil é cenário de rápido e intenso processo de urbanização e metropolização nos últimos 45 anos. A população urbana nacional aumentou de 51,9 milhões, recenseados em 1950, para 91,5 milhões estimados em 1987, correspondente ao aumento de 39,6 milhões de pessoas no período.

A população residente nas nove regiões metropolitanas é estimada em 44,7 milhões de pessoas, em 1987, e corresponde a 31,47% da população total do País e a 43,67% da população urbana do País.

O crescimento acelerado das populações urbanas e metropolitanas resultou, em grande parte, as migrações internas. Estas são alimentadas pelos elevados níveis reprodutivos das áreas rurais e das áreas urbanas de pequeno porte.

Estima-se que a fecundidade nas nove regiões metropolitanas em 1987 oscila entre 2,33 observados no Rio de Janeiro e 3,32 observados em Fortaleza.

A exemplo das divergências entre os níveis reprodutivos das populações metropolitanas, também ocorrem marcantes divergências entre os seus níveis de mortalidade. Estima-se que a vida média varia entre 51 anos em Fortaleza e 73 anos em Porto Alegre, em 1987.

As perspectivas: se as tendências dos investimentos e de localização da população persistirem, as desigualdades sócio-económicas regionais e urbanas não diminuirão, tendendo, inclusive, a se acentuarem até configurar o segundo Brasil.

O nível de urbanização deverá elevar-se a 87,4% no ano 2014, caso as tendências atuais do processo se mantenham. Estima-se que a população urbana nacional será constituída de 201,9 milhões de pessoas no ano 2014.

O contingente nas nove regiões metropolitanas será constituído de 92,8 milhões de pessoas no mesmo ano. Estima-se que São Paulo terá entre 28 e 37 milhões de habitantes e o Rio de Janeiro entre 14 e 20 milhões no ano de 2014, incluindo-se entre os maiores conglomerados humanos do mundo.

As pressões e demandas por serviço urbano básico, emprego, educação, nas áreas urbanas no segundo Brasil, atingirão níveis extremamente elevados, caso as tendências de crescimento da população urbana e a concentração em algumas cidades não se alterem significativamente.

Pode-se imaginar que será necessário mais do que duplicar os atuais sistemas de água e esgoto nas cidades, durante os próximos 34 anos.

Os investimentos requeridos para esses serviços, provavelmente, serão maiores do que os realizados até o presente.

Esses são dados que registro para definir o compromisso e a necessidade da atenção, particularmente para a questão urbana, nos debates desta Assembléa Nacional Constituinte, por se tratar este de um problema de gravidade ímpar. Até por que é comparável questão urbana do nosso País a um verdadeiro barril de pólvora.

Se este conjunto de urbanização, de degradação da qualidade de vida, de questões ambientais, da falta de atendimento dos serviços públicos básicos é o barril de pólvora no seu conjunto, o estopim dessa questão toda, o rastilho de pólvora é o transporte urbano.

Nós estamos verificando, a todo momento, os sinais de explosão que ocorrem, neste aspecto, e particularmente o último acontecido no Rio de Janeiro, para tomar apenas o mais recente de uma sucessão numerosa de distúrbios; esse aspecto é um testemunho que não pode passar despercebido no plenário desta Assembléa Nacional Constituinte.

Os transportes urbanos, hoje, momentaneamente os das regiões metropolitanas, são enormemente deficientes e um verdadeiro desafio para a sociedade e para os Governos.

Ocorre um excesso de passageiros, uma baixa qualidade da prestação de serviços, uma utilização em trechos de médio e longo curso bastante alta e por uma vez uma falta de segurança generalizada; não só o desgaste do ponto de vista orçamentário, chegando ao ponto de 40% do salário mínimo em certos trechos para determinados usuários, até o ponto de se terem perdas notáveis na questão da produtividade do trabalho, onde níveis de perda de produtividade entre 15 a 25% acontecem nas primeiras horas de trabalho para quem é mal transportando, por longos períodos, absorvendo, em grande parte, até 25% do tempo do trabalhador em transporte.

O máximo que se deve transportar em termos de passageiros por metro quadrado é meia dúzia. Os nossos equipamentos de transporte coletivo já são dimensionados para oito, com razoável nível de insegurança. No entanto, hoje, praticamente a média é dez passageiros por metro quadrado, oferecendo uma enorme insegurança, desgaste e desconforto para todos aqueles que utilizam cotidianamente o transporte coletivo, significando que 80% das pessoas que utilizam transporte coletivo pertencem aos segmentos de baixa renda.

Urge, portanto, não só uma discussão bastante aprofundada nesta questão como também uma proposta que não seja um paliativo, como tem sido a norma de todos os governos deste País, nos últimos tempos, onde os problemas mais graves são atacados com paliativos que não trazem nenhuma solução, apenas um adiamento, uma protelação dos problemas.

É fundamental que se tenha um plano nacional de transporte de massa. Neste aspecto, quero enfatizar e a elas oferecer apoio, as propostas de áreas do Governo, particularmente do Ministério de Desenvolvimento Urbano, através da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, que está oferecendo e discutindo para encaminhar esta questão de modo mais definitivo e mais prolongado.

O que se tem de visual, nessa direção, é que precisamos resolver de imediato, nesta década, ou alcançar um nível significativo de solução para esse problema. Se não houver um esforço nessa proporção, teremos uma saturação de corredores de transporte coletivo em uma porção de cidades brasileiras, principalmente de regiões metropolitanas, já em 1987. Neste período teremos saturação nas cidades de Belém, São Luis, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, São Paulo, Brasília e Goiânia. Neste período de 87 até 90 já estaremos com vários corredores de transporte coletivo nessas cidades que estão inteiramente saturadas e que atingem, pela utilização de ônibus, uma saturação de 15 mil passageiros/hora/sentido, e que portanto esgotam totalmente a possibilidade do transporte via ônibus.

No período de 90 a 95, nós temos mais um conjunto de cidades ou áreas que inclue: Manaus, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Campinas, Cuiabá e Porto Alegre. São um outro conjunto de cidades que também terão saturação do ponto de vista do atual transporte coletivo, da tecnologia atual, nesses níveis de saturação de 15 mil pessoas/hora/sentido.

Até o ano 2000 nós vamos ter saturação de corredores ou áreas metropolitanas ou urbanas nas seguintes cidades: Manaus, Belém, São Luis, Terezina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Brasília, Goiânia, Cuiabá, Campo Grande, Curitiba e Porto Alegre.

De modo que num horizonte próximo já estaremos examinando a possibilidade de saturação, com as tecnologias atuais e com o transporte coletivo convencional de que dispomos, na maioria das cidades e regiões metropolitanas do País. E impõe-se, nessas circunstâncias, um atendimento até o ano 2000 de 7 milhões de beneficiários e para tanto é necessário que se invista e que se proponha substanciais recursos e novas tecnologias para esse atendimento.

Dentre as propostas examinadas pelos técnicos do Governo, especialmente da EBTU, nós temos o exame de ônibus, do bonde moderno, do trem e do metrô, sendo que o ônibus, o mais convencional que temos, transporta por veículo na ordem de 105 a 180 passageiros, se simples ou articulado, tem uma capacidade de saturação de 15 mil passageiros/hora/sentido, com uma vida útil, se for diesel de 10 anos, se for elétrico de 15 anos, a uma velocidade de 20 km/hora, e uma distância entre paradas em torno de 300 metros. O bonde, que tem um custo de implantação, de infra-estrutura, na ordem de 8 milhões de dólares por quilômetro, pode transportar em carro único 300 passageiros, ou em comboio 900 passageiros, com uma capacidade de 35 mil passageiros/hora/sentido, uma vida útil de 30 anos, uma velocidade de 30 km horário, e uma distância entre paradas de 600 metros.

O trem fica em torno de 15 a 20 milhões de dólares por quilômetro de implantação, transporta de mil a três mil passageiros, 60 mil por hora, com duração de 30 anos, a 40 km de velocidade, e dois mil metros de distância entre as paradas.

E o metrô, com um investimento da ordem de 30 a 80 milhões de dólares, com possibilidades de 2 mil passageiros, com 80 mil passageiros/hora/sentido, com uma duração de vida útil de 30 anos, uma velocidade de 40 km horário, e uma distância de 700 a 1000 metros entre as paradas.

De forma que dentre as alternativas possíveis para o nosso País, entre o ônibus mais convencional e o metrô – possível de aplicação apenas

em duas cidades atualmente: Rio e São Paulo – dentre as alternativas para atender a faixa intermediária do ônibus, que satura o nível de 15 mil passageiros/hora/sentido, para o metrô, que vai a 80 mil passageiros/hora/sentido, nós teríamos a alternativa do bonde, que é o mais viável do ponto de vista econômico para o nosso País, ficando em torno de 8 a 10 milhões de dólares por quilômetro de implantação, de infra-estrutura, e com uma capacidade bastante boa em termos de transporte de passageiros, em termos de atendimento e que, portanto, poderia atender à maioria das cidades brasileiras.

Desenvolveria a tecnologia nacional, nós poderíamos utilizar a capacidade ociosa que o nosso País tem com investimentos bastante razoáveis, em torno de 280 milhões de dólares por ano, gerando um nível de emprego aproximado de 375 mil empregos diretos e indiretos para a implantação de uma extensão de 380 quilômetros de infra-estrutura, atendendo à maioria das cidades brasileiras até o ano 2000, onde nós teríamos a sua plena utilização. Em torno do ano 2000, mas com um atendimento razoável, seguro, que é um direito da sociedade e um dever do Poder Público. Até o ano 2014, 2015. Para isso nós precisaríamos oferecer mais ou menos 2000 bondes, onde fossem distribuídos durante uma década, isto é, a produção deles distribuída desde 1990 até o ano 2000, e esta oferta solucionaria paulatinamente o agravamento da situação de transporte urbano de massa do País e ofereceria uma solução que teria durabilidade, pelo menos a partir de agora, de 30 anos de repercussão. Estes investimentos seriam distribuídos entre recursos do Tesouro, recursos internos e empréstimos externos a entidades oficiais e empréstimos de bancos privados; claro que com as suas inconveniências do ponto de vista daquilo que é um endividamento externo, mas com as suas conveniências do ponto de vista da geração de tecnologia de 370 mil empregos, da ocupação da capacidade ociosa da indústria nacional. Portanto é um programa que merece o apoio da sociedade brasileira, por atender um dos serviços mais essenciais a que a sociedade tem direito e que hoje é tão descuidado e tão marginalizado dos níveis de necessidade que deveria atingir e atender.

De modo que deixo registradas estas reflexões aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, para que ao se debater a questão urbana do nosso País, onde o transporte coletivo é uma das questões mais explosivas, não se deixe de considerar e apoiar as iniciativas tecnológicas de desenvolvimento e avanço do nosso País e, também, a solução de um dos mais graves problemas da atualidade.

Era isso que queríamos registrar, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes.

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. DIRCEU CARNEIRO, EM SEU DISCURSO.)

QUADRO 1

Plano Nacional de Transporte de Massa

Características dos Modos de Transporte

Modo de Transporte Paradas (metros)	Custo de Implantação /Km	Capacidade do Veículo (US\$ milhões)	Capacidade do Sistema (pass)	Vida útil do Sistema (pass/hora/sentido)	Velocidade (anos)	Distância entre Comercial (Km/h)
Ônibus Moderno	variável	105-180	15 mil	10 (diesel) 15 (elétrico)	20	300
Bonde	8	300 (único) 900 (comboio)	35 mil	30	30	600
Trem	15 a 20	1.000 (único) 3.000 (comboio)	60 mil	30	40	2.000
Metrô	30 a 80	2.000 (comboio)	80 mil	30	40	700-1.000

QUADRO

Plano Nacional de Transporte de Massa

Indicação do Impacto Ambiental (1)

MODALIDADE	POLUIÇÃO AR	RUÍDO	INTRUSÃO VISUAL	SEGURANÇA
ÔNIBUS	alta	alto	alta	Fraca
BONDE	nula	médio	médio	boa
TREM URBANO	nula	alto	alta	muito boa
METRÔ	nula	médio	alta	muito boa

(1) Para corredores com demanda entre 15 e 35 mil pass/hora/sentido.

QUADRO 3
Plano Nacional de Transporte de Massa
Demandas nos Corredores Estudados

CIDADE	CORREDOR	EXTENÇÃO (Km)	DEMANDA ANUAL		DEMANDA PROJETADA (hora pico)		
			DIÁRIA	PICO	1990	1995	2000
Manaus	Constantino Nery/Getúlio Vargas	10.0	100.000	14.100	16.600	19.700	23.600
Belém	Almirante Barroso	9.0	233.000	17.600	19.700	22.000	24.400
São Luís	Getúlio Vargas/João Pessoa	13.0	194.000	15.700	18.100	21.500	24.800
Teresina	Barão de Gurgéia/ Henry de Carvalho	5.8	55.200	5.400	6.580	8.400	10.720
	Frei Serafim/João XXIII	5.5	76.700	7.520	9.140	11.660	14.880
Fortaleza	Bezerra de Menezes	9.6	91.700	6.230	6.800	7.900	9.150
	José Bastos/João Pessoa	14.6	120.200	22.250	24.510	28.180	32.670
	Aguanambi/BR 116	15.4	66.100	12.000	13.100	15.200	17.600
Natal	Salgado Filho/Hermes da Fonseca	5.4	93.600	9.200	11.050	13.920	17.570
	Além-Potengi	7.0	119.430	8.770	10.520	13.250	16.750
João Pessoa	Cruz das Armas	7.0	103.800	10.170	12.410	15.880	20.140
	Epitácio Pessoa	7.2	91.600	8.550	10.950	14.000	17.770
Recife	Boa Viagem	12.0	191.640	13.800	15.080	17.480	20.260
	Mascarenhas de Moraes	16.0	179.720	12.940	14.140	16.400	19.000
	Cruz de Cabugá/PE 15	12.2	112.470	8.470	9.370	11.960	15.270
Maceió	Fernando Lima/Duwal de Monteiro	12.00	125.180	7.900	9.130	11.650	14.570
Aracaju	São Cristóvão/Laranjeiras	3.0	49.950	4.890	5.660	7.230	9.220
	Hermes Fontes	5.7	50.720	4.970	5.750	7.350	9.370
Salvador	Lapa/Ene/Rodoviária/Calçada	22.3	334.070	23.630	24.745	31.880	40.320
Belo Horizonte	Gameleira/Ceasa	11.0	183.800	14.340	16.500	19.500	23.200
	Cristóvão Colombo/N.S. do Carmo	15.0	200.000	15.600	18.000	21.400	25.400
	Calafate/Barreiro	11.0	120.000	9.300	10.700	12.700	15.000
Vitória	Área Central/Av. Vitória	9.0	203.000	15.900	17.600	20.400	23.600
Rio de Janeiro	Transversal T5	28.0	190.000	12.400	14.200	16.400	19.500
São Paulo	Celso Garcia	18.0	374.400	46.800	49.700	54.900	60.600
	Radial Leste	16.0	347.700	40.900	43.500	48.000	59.900
	Av. do Estado	17.4	129.600	14.400	15.300	16.900	18.700
	9 de Julho	16.0	232.100	21.100	22.400	24.800	28.300
	Prestes Maia	6.5	115.000	13.000	13.800	15.400	17.000
Campinas	Amoreiras	11.0	120.000	13.200	16.500	20.900	25.300
	DUNLOP	16.0	63.000	6.930	7.700	10.000	12.300
Brasília	Ceilândia/Taguatinga/Plano Piloto	35.0	220.000	19.50	24.000	29.200	34.600
Goiânia	Anhangüera	9.0	180.000	15.520	17.200	22.500	26.700
Cuiabá	Av. Prainha	3.0	139.900	12.600	16.700	21.300	27.000
Campo Grande	Costa e Silva/Rui Barbosa	12.0	60.880	7.860	10.000	13.430	17.140
Curitiba	Sul	12.0	136.800	9.480	10.700	13.000	15.500
Florianópolis	Insular Norte	7.0	71.720	7.350	8.150	9.100	11.900
Porto Alegre	Assis Brasil	10.0	330.730	27.300	33.600	37.100	44.300
	Bento Gonçalves	7.0	141.350	14.580	17.500	19.900	24.400

QUADRO 4

PLANO NACIONAL DE TRANSPORTE DE MASSA

CRONOGRAMA DE SATURAÇÃO DOS CORREDORES PRÉ-SELECIONADOS (1)

CIDADE	CORREDOR	ALTERNATIVA DE TRANSPORTE RECOMENDADA			
		1987	1990	1995	2000
<u>MARANHÃO</u> *	Constantino Nery/Cícero Vargas				
<u>BELÉM</u>	Almirante Tamandaré				
<u>SÃO LUIS</u>	Cícero Vargas/João Pessoa				
<u>TERESINA</u>	Frei Serafim/João XXIII				
<u>FORTALEZA</u>	José Bastos/João Pessoa				
	Aguanambi/MR 116				
<u>CEARA</u>	Salgado Filho/Irmãos da Fonseca				
	Alcâmera Potengi				
<u>JOÃO PESSOA</u>	Cruz das Armas				
	Epitácio Pessoa				
<u>RECIFE</u> *	Boa Viagem				
	Maceió/brasília de Nordeste				
	Cruz Caldeirão/PE 15				
<u>MACEIÓ</u>	Fernando Lobo/Janal de Monteiro				
<u>SALVADOR</u>	Lapa/Ilha/Redovilharia/Calçada				
<u>BAÍIA HABITANTE</u> *	Gemeiçiru/CEAMA				
	Cristóvão Colombo/N.S. do Carmo				
	Calafute/Ribeiro				
<u>VITÓRIA</u>	Área Central/Av. Vitória				
<u>RIO DE JANEIRO</u>	Transversal TS				
<u>SÃO PAULO</u> *	Av. do Estado				
	9 de Julho				
	Prestes Maia				
<u>CAMPINAS</u> *	Amoreiras				
<u>BRASÍLIA</u>	Ceilândia/Taguatinga/Plano Piloto				
<u>COLÔNIA</u>	Anhangüera				
<u>CUIABÁ</u> *	Av. Praimba				
<u>CANINDÉ</u>	Costa e Silva/Iuri Barbosa				
<u>CURITIBA</u>	Sul				
<u>PORTO ALEGRE</u> *	Arsís Brasil				
	Fento Gonçalves				

(1) Foi admitido como saturação de corredor quando atingido volume de 15 mil passageiros/hora/sentido.

QUADRO 5**Plano Nacional de Transporte de Massa**
Resumo das Intervenções Físicas

Áreas urbanas estudadas	23
Áreas Urbanas potenciais à tecnologia bonde	21
Número de corredores potenciais à tecnologia bonde	31
Extensão total (km)	382
Número de carros (até ano 2.000)	2.082
Infra-estrutura viária (km)	382
Rede área bidirecional (km)	382

Após verificação da necessidade de implantação de sistemas de transportes de massa nas diversas áreas urbanas preliminarmente estudadas, detectou-se uma necessidade de veículos da ordem de 2.082 unidades a serem entregues no período 1990 a 2.000, o que representa uma média de 190 unidades por ano.

O Quadro 6 – Cronograma de Necessidade – Sistema Bonde – Apresenta um dimensionamento anual preliminar das necessidades de veículos, que deverá ser ajustado em função da capacidade instalada de produção do parque industrial. A metodologia utilizada neste dimensionamento está detalhada no Anexo 2.

QUADRO 6**Plano Nacional de Transporte de Massa**
Cronograma de Necessidades – Sistema Bonde

Exercício	Nº Carros
1990	340
1991	345
1992	349
1993	54
1994	64
1995	156
1996	124
1997	133
1998	56
1999	228
2000	233
Total	2.082

A partir do ano ótimo de abertura de cada um dos projetos que compõem o Plano Nacional de Transporte de Massa, previsto no Quadro 3, e do perfil de desembolso estabelecido para a implantação da alternativa bonde, o Quadro 7 – Investimentos Globais – estabelece o nível de investimento anual no âmbito do Plano. Para efeito de orçamento inicial adotaram-se os seguintes valores:

- US\$ 4 milhões por quilômetro para infra-estrutura/sistema (infra-estrutura, superestrutura, obras de arte, estações, edificações, sinalização, telecomunicações, energia e rede aérea);

- US\$ 40 mil por veículo para garagem e oficinas;

- US\$ 1 milhão por veículo;

- US\$ 500 mil por corredor para desenvolvimento dos Estudos de Concepção Preliminar e Projeto Básico;

- US\$ 3 milhões para desenvolvimento da tecnologia nacional do bonde (protótipo);

- US\$ 500 mil para desenvolvimento do estudo de fontes alternativas para financiamento do setor transporte urbano.

QUADRO 7**Plano Nacional de Transporte de Massa**
Investimentos Globais

Exercício	US\$ milhões
1988	297,4
1989	542,4
1990	609,3
1991	275,8
1992	278,7
1993	145,2
1994	224,8
1995	245,6
1996	107,4
1997	116,9
1998	227,6
1999	318,6
2000	321,6
Total	3.711,3

10. Financiamento do Plano

O transporte urbano, definido na Constituição Federal como uma atividade de "peculiar interesse municipal", é sobretudo um dever do Estado. Como tal coube até hoje, e continuará cabendo na maioria esmagadora dos casos, ao poder público fazer frente aos investimentos necessários a sua implantação.

O Quadro 8 – Responsabilidade pelo Investimento – a seguir, demonstra como historicamente, no Brasil foram encaminhados os investimentos para a implantação a nível da infra-estrutura, operação e manutenção dos diversos modos de transporte existentes no País.

QUADRO 8
Plano Nacional de Transporte de Massa
Responsabilidade pelos Investimentos

Modo	Infra-estrutura (investimento/manutenção)	Veículo (ampliação/renovação)	Operação
• Ônibus	Poder Público	Empresas Privadas/ /Públicas	Empresas Privadas/ /Públicas
• Trólebus	Poder Público	Empresa Pública	Empresa Pública
• Trem	Poder Público	Empresa Pública	Empresa Pública com subsídio
• Metrô	Poder Público	Empresa Pública	Empresa Pública Com subsídio

O setor transporte urbano apresenta um sensível potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico, pela ativação do parque industrial brasileiro, pela implementação de obras de grande porte, ou por garantir a efetivação de todas as atividades econômicas geradas pelas diversas funções urbanas.

No entanto, por paradoxal que pareça, o setor que é responsável por parte significativa desse crescimento econômico é reconhecidamente um setor que necessita de subsídios, tanto para implantação, como para operação e/ou manutenção do sistema de transporte, visto não se canalizar para este setor específico o devido retorno financeiro de parte do crescimento por ele proporcionado.

A EBTU, no âmbito do Plano Nacional de Transporte de Massa, pretende identificar formas de fazer retornar uma parcela deste ganho econômico ao setor. Com esta intenção será realizado

um estudo que indique as maneiras de viabilizar este retorno. Como resultado mais imediato pretende a EBTU tomar uma postura empresarial, onde os custos, principalmente os de operação, sejam cobertos com receitas geradas pelo próprio setor.

10.1 Financiamento dos Estudos

Dentro do Plano prevê-se a realização de três tipos de estudos:

- estudo para desenvolvimento do veículo da tecnologia bonde com o máximo de nacionalização nos seus componentes;

- estudo de alternativas financeiras (para o setor transporte urbano), com o intuito de retornar ao mesmo parte dos ganhos econômicos por ele gerado;

- estudo de viabilidade de alternativas para os corredores saturados, que fazem parte do desenvolvimento do Plano.

O Quadro 9 – Fontes de Recursos para os Estudos – indica recursos da União para o desenvolvimento da tecnologia de Massa e por serem de previstos para a realização dos estudos.

A alocação de 66% de ca-se pela importância dos mesmos para o Plano Nacional de Transporte Nacional e 100% para o estudo de características genéricas para todo o país.

QUADRO 9
Plano Nacional de Transporte de Massa
Fontes de Recursos para os Estados

ESTUDOS FONTES	RECURSOS NECESSÁRIOS	Unidade: US\$ mil
		– *n Tecnologia Bonde
– *n Tecnologia Bonde	3.000	
• FINEP	1.000	
• Tesouro da União	1.000	
• Fabricantes	1.000	
– Alternativas Financeiras	500	
• Tesouro da União	500	
– Estudos de Viabilidade	15.500	
• Tesouro da União	10.850	
• Contrapartida Local	4.650	
Total	19.000	

10.2 Financiamento da Implantação

O Quadro 10 – Investimento Necessário – a seguir, apresenta uma primeira estimativa do nível de investimento previsto para a execução do Plano Nacional de Transporte de Massa, cujo detalhamento está contido no Anexo 2.

QUADRO 10
Plano Nacional de Transporte de Massa
Investimentos Necessários

Exercício Fiscal	Estudos/ /Projetos	Investimento	US\$ milhões
1988	10,5	286,9	297,4
1989	1,5	540,9	542,4
1990	–	609,3	609,3
1991	–	275,8	275,8
1992	2,5	276,2	278,7
1993	–	145,2	145,2
1994	–	224,8	224,8
1995	–	245,6	245,6
1996	–	107,4	107,4
1997	4,5	112,4	116,9
1998	–	227,6	227,6
1999	–	318,6	318,6
2000	–	321,6	321,6
Total	19,0	3.692,3	3.711,3

QUADRO 11
Plano Nacional de Transporte de Massa
Aspectos Positivos e Negativos das Diversas Fontes.

Fontes de Recursos	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
1. Recursos orçamentários	Maior flexibilidade na aplicação. Compras equipamento mercado nacional.	Aumento do déficit público. Escassez de recursos.
2. Empréstimos internos	Flexibilidade na aplicação. Compras equipamento mercado nacional.	Crescimento da dívida interna. Aumento dos problemas financeiros locais.
3. Empréstimos externos de entidades oficiais.	Melhora da balança de pagamentos. Pequena flexibilidade na aplicação. Menores custos de implantação.	Concorrência internacional para todas as intervenções.
4. Empréstimos externos de bancos privados.	Pequena melhora na balança de pagamentos. Maior facilidade de obtenção.	Importação obrigatória de equipamentos estrangeiro. Nenhuma flexibilidade na aplicação (fornecedores e empreiteiros já definidos.) Custos geralmente mais altos.

CENÁRIO URBANO E METROPOLITANO

INDICADORES E TAXAS

(cenários de trabalho)

TABELA II

População Total Urbana e Metropolitana (1.000 hab.)

Ano	Pop.Total Brasil	Pop.Total Urbana Brasil	Pop.Total RM
1980	119198.3	80436	34290.8
1985	133766.6	94480	40911.0
1990	150546.8	110425	48569.9
1995	168679.4	127687	57012.3
2000	187311.0	145803	66036.6
2005	206580.0	164812	75464.3
2010	226754.3	184898	85087.9
2015	247624.7	206127	94697.3

POPULAÇÃO TOTAL URBANA E METROPOLITANA

TABELA 2
População segundo regiões metropolitanas (1000 hab.)

Ano	Regiões Metropolitanas								
	Belém	Fortaleza	Recife	Salvador	BH	RJ	São Paulo	Curitiba	PA
900	992,1	1568,0	2336,3	1754,0	2520,5	8977,7	12497,1	1427,2	2217,1
985	1302,4	1945,8	2777,7	2154,1	3162,8	9882,1	15353,4	1594,3	2738,4
990	1.713,5	2418,2	3320,2	2629,5	3929,7	10859,7	18589,1	1774,4	3335,6
995	2198,1	2959,0	3938,1	3153,7	4785,7	11869,3	22161,7	1955,8	3990,9
000	2719,7	3553,4	4604,0	3723,8	5713,0	12808,0	26000,4	2136,3	4690,0
005	3236,7	4172,5	5292,2	4333,3	6701,2	13905,2	30082,8	2316,8	5423,6
010	3728,9	4808,0	6014,0	4963,5	7720,7	14905,3	34275,4	2498,1	6174,0
015	4187,5	5434,1	6758,7	5613,4	8757,4	15892,9	38464,8	2677,2	6920,3

POPULAÇÃO SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS

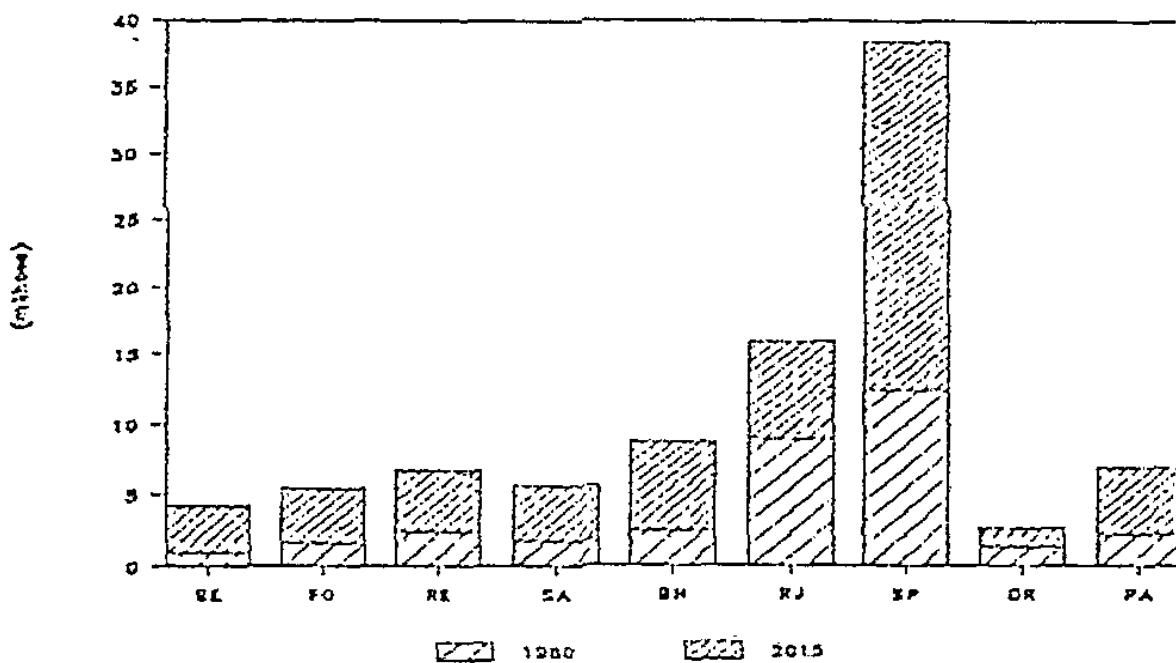
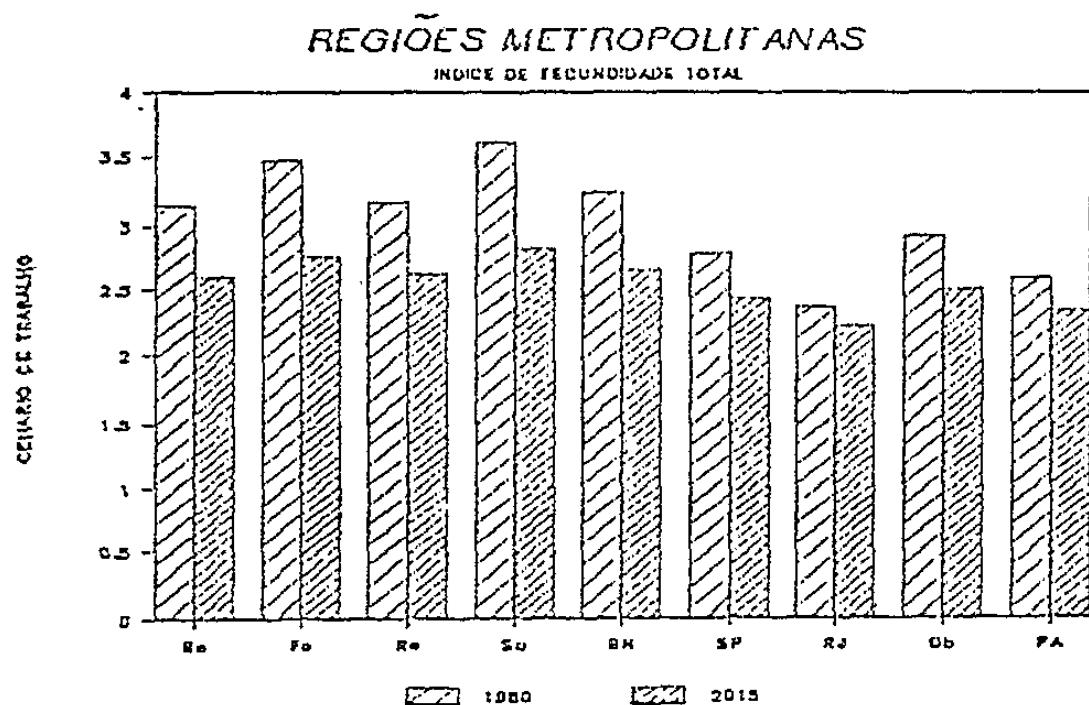


TABELA 4
Saldo migratório médio anual projetado no cenário de trabalho (1000 hab.)

Período	Regiões Metropolitanas								
	Belém	Fortaleza	Recife	Salvador	BH	RJ	São Paulo	Curitiba	PA
80/85	35.3	46.2	46.9	30.4	66.8	67.8	317.7	4.7	59.1
85/90	45.6	54.5	52.5	34.4	75.3	69.2	353.8	7.5	66.3
90/95	52.4	60.6	56.5	37.2	81.5	69.8	379.9	4.4	71.6
95/00	52.6	63.1	58.3	38.6	84.5	69.7	392.7	4.2	74.1
00/05	46.2	61.3	58.0	38.0	83.0	68.3	389.9	4.1	73.6
05/10	36.0	55.8	55.2	36.2	79.4	66.4	372.5	3.9	69.9
10/15	25.5	47.7	50.6	32.9	72.1	63.6	343.4	3.7	63.8

TABELA 3
ÍNDICE DE FECUNDIDADE E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER SEGUNDO
CENÁRIO DE TRABALHO

PERÍODO	REGIÕES METROPOLITANAS							
	Belém		Fortaleza		Recife		Salvador	
	IFT	E9 (o)	IFT	E (o)	IFT	E (o)	IFT	E (o)
80/85	3.14	67.0	3.47	48.1	3.17	55.4	3.61	65.1
85/90	3.03	69.1	3.32	50.6	3.05	57.8	3.44	68.1
90/95	2.92	70.8	3.18	53.0	2.94	60.2	3.28	70.2
95/00	2.82	72.2	3.05	55.3	2.84	62.6	3.15	71.9
00/05	2.74	72.9	2.94	57.7	2.76	65.0	3.03	72.8
05/10	2.67	73.3	2.85	60.2	2.68	67.5	2.92	73.3
10/15	2.60	73.6	2.76	62.6	2.62	69.9	2.83	73.7



Período	REGIÕES METROPOLITANAS									
	B. Horizonte		R. de Janeiro		São Paulo		Curitiba		Porto Alegre	
	IFT	E (o)	IFT	E (o)	IFT	E (o)	IFT	E (o)	IFT	E (o)
80/85	3.24	63.3	2.36	63.7	2.78	65.4	2.93	66.0	2.6	72.2
85/90	3.11	65.5	2.33	65.5	2.70	67.1	2.83	68.0	2.54	73.0
90/95	2.99	67.3	2.31	67.2	2.64	68.5	2.75	69.7	2.49	73.6
95/00	2.89	69.0	2.28	68.5	2.58	69.9	2.67	71.0	2.44	74.1
00/05	2.80	70.2	2.26	69.7	2.52	71.0	2.61	72.1	2.40	74.4
05/10	2.72	71.3	2.24	70.7	2.47	71.9	2.55	72.7	2.37	74.6
10/15	2.65	72.2	2.22	71.5	2.43	72.7	2.50	73.1	2.34	74.7

TAXA DE NATALIDADE
Mortalidade, crescimento natural, crescimento bruto e migração

Regiões Metropolitanas	Período	80/85	85/90	90/95	95/00	00/05	05/10	10/15
Belém	b	31.7	31.9	29.5	27.00	24.60	23.10	22.00
	m	6.0	5.2	4.5	4.2	4.0	4.1	4.3
	m	2.55	2.66	2.47	2.24	2.02	1.86	1.71
	r	5.59	5.64	5.11	4.35	3.54	2.87	2.35
	mi	3.04	2.98	2.64	2.11	1.52	1.01	0.64
Fortaleza	b	33.4	33.4	31.2	29.1	26.8	25.4	23.8
	m	15.1	13.5	12.0	10.8	9.8	9.0	9.3
	m	1.79	1.97	9.89	1.81	1.7	1.64	1.56
	r	4.40	4.44	4.12	3.73	3.26	2.88	2.48
	mi	2.61	2.47	2.23	1.92	1.56	1.24	0.92
Recife	b	28.6	29.6	28.3	26.5	24.3	22.8	21.9
	m	11.6	10.4	9.3	8.3	7.5	6.8	6.2
	m	1.71	1.94	1.91	1.83	1.7	1.63	1.58
	r	3.52	3.63	3.47	3.17	2.83	2.59	2.36
	mi	1.81	1.69	1.56	1.34	1.13	0.96	0.78
Salvador	b	33.6	32.2	29.4	27.5	26.1	24.7	23.8
	m	7.7	6.2	5.0	4.6	4.3	4.3	4.5
	m	2.68	2.67	2.45	2.28	2.15	1.99	1.88
	r	4.20	4.07	3.70	3.38	3.08	2.75	2.49
	mi	1.52	1.4	1.25	1.1	0.93	0.76	0.61
Belo Horizonte	b	31.1	30.3	27.9	25.9	24.9	23.4	22.4
	m	7.9	6.8	6.0	5.5	5.1	5.0	5.1
	m	2.33	2.35	2.18	2.02	1.91	1.79	1.69
	r	4.64	4.44	4.02	3.61	3.24	2.07	2.55
	mi	2.31	2.09	1.84	1.59	1.33	1.08	0.86
Rio de Janeiro	b	20.9	20.5	19.7	18.8	18.2	17.5	17.0
	m	8.9	8.3	7.7	7.6	7.5	7.7	7.9
	m	1.23	1.24	1.19	1.10	1.03	0.94	0.87
	r	1.94	1.90	1.79	1.66	1.53	1.40	1.28
	mi	0.71	0.66	0.6	0.56	0.5	0.46	0.41
São Paulo	b	26.7	25.0	23.7	22.6	21.9	21.1	20.2
	m	7.10	6.4	5.9	5.7	5.6	5.6	5.7
	m	1.94	1.84	1.73	1.64	1.58	1.50	1.40
	r	4.20	3.90	3.58	3.25	2.95	2.64	2.33
	mi	2.26	2.06	1.85	1.61	1.37	1.14	0.93
Curitiba	b	27.9	26.3	23.5	21.5	20.4	20.2	19.8
	m	7.2	6.5	5.8	5.7	5.7	5.9	6.3
	m	2.11	2.02	1.77	1.56	1.44	1.38	1.29
	r	2.54	2.38	2.08	1.83	1.68	1.59	1.48
	mi	0.43	0.36	0.31	0.27	0.24	0.21	0.19
Porto Alegre	b	24.9	23.8	22.4	21.3	20.7	20.2	19.5
	m	4.9	4.7	4.6	4.7	4.9	5.1	5.4
	m	1.95	1.86	1.72	1.59	1.51	1.43	1.35
	r	4.31	4.02	3.65	3.28	2.95	2.63	2.31
	mi	2.36	2.16	1.93	1.69	1.44	1.2	0.96

natalidade – b (p/1000) mortalidade – m (p/1000) crescimento natural – m (%)
 crescimento bruto – r (%) migração – mi (%)

**CENTRO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS DE POPULAÇÃO
DE DESENVOLVIMENTO O SEGUNDO BRASIL
Urbanização e Metropolização**

Sinopse

O Brasil é cenário de rápido e intenso processo de urbanização e metropolização nos últimos 45 anos.

A população urbana nacional aumentou de 51,9 milhões recenseados em 1950 para 91,5 milhões estimados em 1987, correspondendo ao aumento de 39,6 milhões de pessoas no período.

A população residente nas nove regiões metropolitanas é estimada em 44,7 milhões de pessoas em 1987 e corresponde a 31,47% da população total do País e a 43,67% da população urbana.

O crescimento acelerado das populações urbanas e metropolitanas resultou em grande parte das migrações internas. Estas são alimentadas por elevados níveis reprodutivos das áreas rurais e das áreas urbanas de pequeno porte.

Estima-se que a fecundidade nas nove regiões metropolitanas, em 1987, oscila entre 2,33 observados no Rio de Janeiro e 3,32 em Fortaleza.

A exemplo das divergências entre os níveis reprodutivos das populações metropolitanas, também ocorrem marcantes divergências entre os seus níveis de mortalidade. Estima-se que a vida média varie entre 51 anos em Fortaleza e 73 anos em Porto Alegre em 1987.

Perspectivas

Se as tendências dos investimentos e de localização da população persistirem, as desigualdades sócio-econômicas regionais e urbanas não diminuirão tendendo, inclusive, a se acentuar até se configurar o segundo Brasil.

O nível de urbanização deverá se elevar a 87,4% no ano 2014, caso as tendências atuais do processo se mantenham.

Estima-se que a população urbana nacional será constituída de 201,9 milhões de pessoas no ano 2014.

O contingente nas nove regiões metropolitanas será constituído de 92,8 milhões de pessoas no mesmo ano.

Estima-se que São Paulo terá entre 28 e 37 milhões de habitantes e o Rio de Janeiro entre 14 e 20 milhões no ano 2014, incluindo-se entre os maiores conglomerados humanos do mundo.

As pressões e demandas por serviços urbanos básicos, emprego e educação nas áreas urbanas no Segundo Brasil atingirão níveis extremamente elevados, caso as tendências de crescimento da população urbana e a concentração em algumas cidades não se alterem significativamente.

Pode-se imaginar que será necessário mais do que duplicar os atuais sistemas de águas e esgotos das nossas cidades, durante os próximos 34 anos.

Os investimentos requeridos para esses serviços provavelmente serão maiores do que os realizados até o presente.

Hoje, Sr. Presidente, mais uma vez, insisto numa análise que faço neste pronunciamento não só sobre a realidade sócio-econômica da nossa região Nordeste, mas, acima de tudo, enfocando dados objetivos e concretos dessa realidade, despertando assim a responsabilidade e a consciência dos Srs. Constituintes procurem, através de um texto constitucional, resolver essa grave situação que aflige a toda esta região e que já vem há mais de século.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente:

Antes pecar por monócordio e repetitivo (se nisto há pecado) do que por omissão.

É impossível impor-me ao silêncio, à passividade, à mera contemplação ante uma realidade triste, representada por imagens e números tão eloquientemente aterradores que é o Nordeste de hoje.

O silêncio conivente e incriminatório não me alcançará, mesmo que para rompê-lo repita números, palavras gastas, chavões. A verdade, mesmo repetida à exaustão, não perde em conteúdo, antes plasma-se nas consciências e grita-lhe a necessidade de sair da inércia para a ação.

Em 1981, a própria SUDENE alertava para o problema da fome no Nordeste, em relatório apresentado aos Secretários da Agricultura e da Saúde da região, reunidos em Recife, afirmando que 17,7 milhões de nordestinos têm renda mensal média de menos de um décimo do maior salário mínimo do País, o que significa que a metade da população se encontra nessa situação:

"A pobreza – diz o relatório da SUDENE – assume no Nordeste uma dimensão absoluta que se mostra assustadora. Os resultados são a intensificação da marginalidade social, os altos índices de mortalidade geral e infantil, a incapacidade física para o trabalho, os baixos índices de produtividade de mão-de-obra e os constantes incrementos das tensões sociais."

Com relação à mortalidade infantil atingimos o índice aterrador de 250 óbitos para cada mil crianças que nascem vivas, enquanto em São Paulo morrem 85 e na Suécia apenas 13. A fome endêmica torna o homem nordestino presa fácil de uma série de doenças já erradicadas em outras regiões, resultando uma expectativa de vida que não ultrapassa os 55 anos.

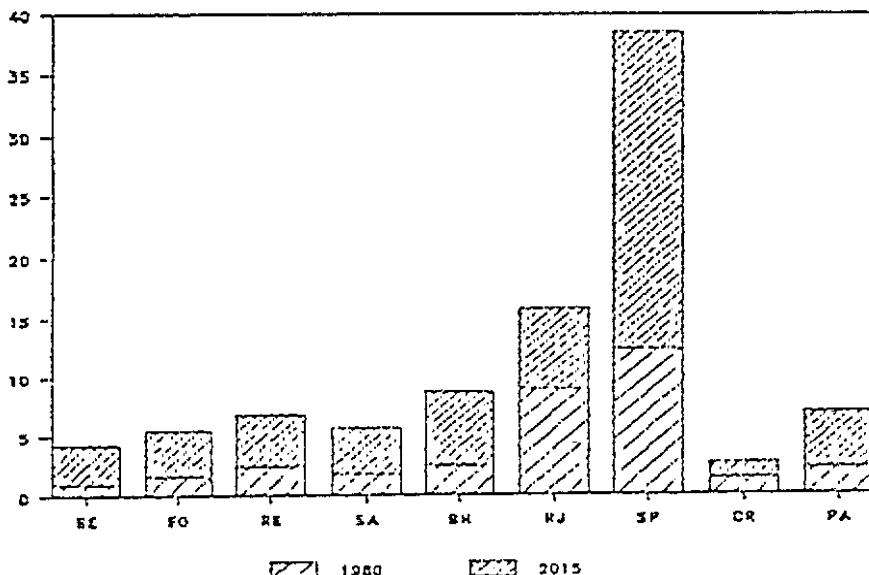
A situação é agravada em razão da prática de uma agricultura inadequada, com a extinção de culturas de subsistência, provocando a escassez e elevação dos preços dos alimentos básicos.

A renda **per capita** no Centro-Sul é de US\$ 2.207, no Nordeste é de US\$ 635. Entre 1959 e 1980 a renda interna do Brasil elevou-se de Cr\$ 2.082 bilhões para Cr\$ 9.210 bilhões, representando um crescimento 4,4 vezes no período. No Nordeste, durante esses 21 anos, o crescimento da renda interna foi de apenas 3,8 vezes.

Comparando-se os números no campo da Educação, se bem que sejam registrados progressos significativos de índices de escolaridade (em 1960, em cada cem pessoas 9 freqüentavam escolas e em 1978 esse número elevou-se para 20), o Nordeste detém uma média 10% abaixo da média nacional e ainda bem mais distanciada se confrontada com o Sul e o Sudeste.

As causas desses males são muitas – a seca, o solo, a monocultura, agricultura inadequada,

POPULAÇÃO SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS



O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro):

– Concedo a palavra ao ilustre Constituinte Edme Tavares.

O SR. EDMÉ TAVARES (PFL – PB).
Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho insistido e persistido da tribuna desta Casa – principalmente junto à Assembléia Nacional Constituinte, e não só nas Subcomissões, como nas Comissões Temáticas, e Comissão de Sistematização – que se insiram no texto constitucional dispositivos que assegurem as garantias, sobretudo, os direitos que têm os nordestinos.

entre outras. Mas, a causa que está no cerne da questão e que dá origem a tantas outras e a maioria dos males que afligem o povo nordestino, que tornou a região a área de maior expulsão de todo o planeta é a estrutura fundiária ali existente.

Cerca de 77% de toda a zona rural do Nordeste corresponde a apenas 5% dos imóveis, enquanto 500 mil estabelecimentos agrícolas possuem área insuficiente para ocupar a mão-de-obra dos componentes das famílias neles residentes.

A solução é tímida e isolada, quando confrontada com a magnitude do problema que reclama ação mais ampla e abrangente, dentro de um planejamento global que assegure não apenas a posse da terra, mas o acesso a toda uma infraestrutura capaz de viabilizar a produção da gleba recebida em termos economicamente rentáveis e suficientes para manutenção da família em nível de vida aceitável.

As soluções governamentais tímidas e isoladas são meros paliativos ineficazes, que se diluem e, por vezes, se superpõem em paradoxal desperdício de recursos financeiros e humanos numa região onde as carências não comportam vacilações.

É imperiosa, imprescindível e inadiável a conjugação de esforços, a soma de recursos, a eleição de prioridades, o planejamento de forma global para que não se diluem ações nem se desperdicem investimentos, com a participação de todos os segmentos da administração pública nos diferentes níveis e das forças atuantes da comunidade.

É imprescindível que o Governo objetive a impulsionar o crescimento da região "de modo a reduzir substancialmente sua pobreza rural, instrumentar seu desenvolvimento nos diversos segmentos, aperfeiçoar os mecanismos propulsores de seu progresso e enfim propiciar desenvolvimento econômico e social mais harmônico", numa projeção cujo horizonte é o ano de 2.000.

Deve-se propor uma ação coordenada do Governo Federal, Estados e Municípios, envolvendo, gradativamente, todos os segmentos e toda a população nordestina.

É importante "repensar, revisar e revigorar a estratégia de desenvolvimento do Nordeste", sem negar as experiências anteriores, mas buscando "aprimorar seus instrumentos de desenvolvimento, aperfeiçoar formas de atuação, revigorar ações dentro de uma filosofia eminentemente participativa e atuante".

A prioridade eleita deve ser o setor rural, em particular o pequeno produtor, seguindo-se a irrigação, o desenvolvimento de pequenos e médios núcleos urbanos, aperfeiçoamento dos complexos industriais da região, notadamente a agroindústria, além de ações objetivando o desenvolvimento social, sobretudo no que se relaciona à criação e sustentação do emprego.

Recursos hídricos, tanto para o consumo humano como para atividades agropecuárias, inclusive pequena irrigação ou de salvação, é condicionante básica para permanência das atividades agrícolas. Órgãos estaduais voltados para os recursos hídricos deverão ser acionados e revitalizados no sentido de participar decisivamente para propiciar ao pequeno produtor o acesso permanente à água em suas diferentes formas de acumulação (açudes públicos, poços, cisternas, barreiros etc.)

A pesquisa agropecuária, estreitamente ligada à extensão, permitirá o apoio à pequena propriedade e à indução de produção economicamente viável, tanto no que se relaciona às culturas de subsistência quanto às voltadas para o mercado.

Crédito e comercialização representam suportes fundamentais à sustentação e consolidação das atividades agrícolas e o acesso privilegiado dos pequenos produtores aos seus mecanismos, constitui condição essencial ao Programa.

O desenvolvimento comunitário deve ser incluído dentre os segmentos básicos, enfeixando a um só tempo estratégia e forma de implementação e execução dos programas, na medida em que, através da participação das comunidades, se terá viva integração dos diversos setores e contínuo aperfeiçoamento de suas ações.

Considerado segmento básico, por ser a terra o principal meio de produção para o produtor rural, a ação fundiária objetiva garantir ao pequeno produtor acesso à posse e uso da terra, com base nos instrumentos legais à disposição do Governo, deverá ser utilizado instrumento de discriminação e regularização fundiária, com reconhecimento dos títulos legítimos, titulação de pequenas posses e redistribuição de terras públicas para pequenos produtores.

Vemos, assim, que é fundamental uma tomada de consciência da realidade nordestina e um esforço no sentido da coordenação de recursos e ações para promover o desenvolvimento regional e pôr termo ao processo de redução da qualidade de vida naquela região, a termos inaceitáveis.

Verifica-se que enorme contingente de trabalhadores rurais emigra à falta de terras para trabalhar, ou porque a área de que cada um dispõe é insuficiente para a exploração econômica que garanta o sustento de sua família.

A terra é sobretudo um bem social. Deve produzir riquezas para beneficiar o homem que nela vive. Não pode permanecer sem utilização econômica enquanto cresce a legião dos desempregados em seu redor.

A terra, para o latifundiário, é antes um bem de valor do que um meio de produção, perdendo assim o sentido social que lhe é inherente.

É indispensável a definição de uma política agrária mais objetiva e abrangente, com o concurso do Incra, para que se atinja plenamente a finalidade de desenvolvimento da região.

Um pequeno número de pessoas não pode privar toda uma população do acesso aos recursos naturais – terra, água etc. – para que produza alimentos, quando a fome mata ou mutila, provocando sequelas irremediables, nem tampouco constituir empecilho ao desenvolvimento regional, à geração de riquezas, apenas para conservar latifúndios improdutivos como bem de valor, sem usufruto sequer para si ou para suas famílias.

Com coragem e decisão política, considerando a imperiosa necessidade de modificar a face angustiante do drama humano que se observa no Nordeste hoje, terá o Governo, atacando de frente um problema que vem sendo, tradicionalmente, escamoteado, relegado, esquecido, quando na verdade nele repousa a causa de todos os males que afligem o povo nordestino.

A Assembléa Nacional Constituinte tem uma responsabilidade sobre o destino do povo nordestino. Essa é uma causa nacional. Não pode haver

liberdade, democracia e desenvolvimento, sem a promoção do bem comum.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Adauto Pereira – PDS; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alair Ferreira – PFL; Albano Franco – PMDB; Alécio Dias – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Adrulab Bentos – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Doreto Panpaneri – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fernling – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Freire – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça de Morais – PMDB; José Queiroz – PFL; José Serra – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcia Kubitschek –

PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Milton Lima – PMDB; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nelson Wedekin guarezi – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Avila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sergio Naya – PMDB; Simão Sessin – PFL; Stélio Dias – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Valdyr Pugliesi – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE

(Marcelo Cordeiro): – Encerro a sessão, convocando outra para a próxima terça-feira, dia 14, às 14:30 horas.

VIII – Encerra-se a Sessão às 13 horas e 2 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MANOEL CASTRO NA SESSÃO DE 8-7-1987. E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. MANOEL CASTRO (PFL –BA):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Está para ser adotada, ainda esta semana, segundo informa a imprensa, decisões do Governo Federal quanto à política nacional dos transportes urbanos. Isto, em decorrência dos últimos e lamentáveis episódios verificados na Cidade do Rio de Janeiro, recentemente.

Tenho falado, insistenteamente, do plenário desta Casa, manifestando a preocupação com relação à política de transportes, principalmente a política de transportes urbanos do País. Quando se fala, exatamente, que algumas medidas vão ser adotadas, elas se apresentam novamente de forma casuística. Não só pelo fato de que as preocupações reveladas têm a ver, principalmente, quanto ao aspecto do aumento de tarifas, esquecendo que outros incidentes e outros acidentes foram mais graves ainda, porque resultaram em perda de vidas humanas, inclusive em Brasília, na Capital Federal, onde este ano diversos acidentes ocorridos com ônibus provocaram o falecimento de mais de uma dezena de passageiros.

Portanto, está a se exigir do Governo uma política muito mais consequente. Aplaudimos, concordamos com o vale-transporte obrigatório. Mas, exige-se, em contrapartida complementarmente, outras providências. O Governo mantém presos

os recursos do compulsório sobre o combustível, que deveriam, através do FND, serem destinados à área de transportes e que não o foram. O Governo se comprometeu realizar uma política de renovação frotas que também não está sendo efetivada. É imprescindível que, ao lado da decisão a ser tomada do ponto de vista exclusivamente financeiro, como a prorrogação do prazo do pagamento dos encargos sociais, também o desinformado apelo do Sr. Ministro da Fazenda para que os Estados e os Municípios das Capitais concedam isenção do IPVA e ISS, como foi demonstrado já é realizada essa isenção, na maioria das cidades brasileiras.

Desta forma nós, do PFL externamos a preocupação com que o Governo federal venha adotar efetivamente medidas de caráter mais permanentes, medidas que não sejam apenas de natureza emergencial, medidas que tenham a ver também com outros aspectos importantes do setor de transportes. Dentre eles o trânsito, o sistema adotado presentemente concede aos municípios a responsabilidade pela administração do trânsito.

No entanto, não dispõem esses municípios de polícia própria que possa fazer com que a orientação do trânsito seja cumprida. Assim sendo o tumulto, os transtornos verificados nas grandes cidades, em detrimento das grandes massas populacionais, favorecendo o proprietário do veículo individual, é consequência de uma política de trânsito incompetente que não satisfaz às necessidades. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 94

QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 100º SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 14 DE JULHO DE 1987

I – Abertura da Sessão
II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III – Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 151/87 – Do Senhor Constituinte Mário Covas, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte José Carlos Grecco para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

Nº 154/87 – Do Senhor Constituinte Mário Covas, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte Geraldo Alckmin para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

Nº 35/87 – Do Senhor Constituinte Moysés Pimentel, participando que se ausentará do País, para tratamento de saúde, no período compreendido entre 19 de julho e 18 de agosto do ano em curso.

INDICAÇÃO

Indicação nº 3-A, de 1987 (ANC) – (Do Sr. Gonzaga Patriota) – Sugere que a Mesa envie apelo às autoridades que menciona, no sentido de serem abertas frentes de trabalho para atender aos flagelados da seca do Nordeste; tendo parecer da Mesa, pela rejeição.

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

Requerimento de Informações nº 58/87 (ANC) – Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República sobre o total das dívidas dos clubes de futebol junto à Previdência Social.

Requerimento de Informações nº 59/87 (ANC) – Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República sobre os convênios celebrados entre o Inamps, Ministério da Previdência e Assistência Social, com Estados e municípios.

Requerimento de Informações nº 60/87 (ANC) – Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República sobre o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

Requerimento de Informações nº 61/87 (ANC) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a instalação da Reynolds International do Brasil no País com importação de maquinaria usada.

Requerimento de Informações nº 62/87 (ANC) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre as providências tomadas relativas ao encalhe do navio Hyundai New World, de bandeira coreana, na Baía de São Marcos, no Estado do Maranhão.

Requerimento de Informações nº 63/87 (ANC) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência

da República, sobre denúncia publicada na "Folha de S. Paulo", de 4-6-87, dá não-liberação, pela Embratel, de satélite para transmissão de imagens do evento do dia 3-4 em Cuiabá – MT.

Requerimento de Informações nº 64/87 (ANC) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre o direito de propriedade das áreas de terras laterais à extensão das Ferrovias Norte-Sul e Leste-Oeste, a quantidade de hectares e a entidade responsável pela licitação.

Requerimento de Informações nº 65/87 (ANC) – Solicita ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, informações do Ministério da Fazenda, sobre a liquidação do Banco Comind.

Requerimento de Informações nº 66/87 (ANC) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a Rodovia Transamazônica, BR-230, no Pará, e BR-422, trecho que liga Tucuruí à Vila de Rio Repartimento.

Requerimento de Informações nº 67/87 (ANC) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre lotes e sobras de ouro, prata, paládio e outros metais nobres produzidos em Serra Pelada e comprados pela Caixa Econômica Federal.

Requerimento de Informações nº 68/87 (ANC) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre notícia veiculada pelo "Jornal de Brasília", de 26-6-87, a respeito

de grupos de pressão sobre a Assembléia Nacional Constituinte.

Requerimento de Informações nº 69/87 (ANC) – Solicita ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, informações ao Ministério da Aeronáutica sobre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO).

Requerimento de Informações nº 70/87 (ANC) – Solicita informações ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre autorização solicitada pela Companhia Shell ao Conselho Nacional de Petróleo e à Petrobrás, para distribuição de GLP.

Requerimento de Informações nº 71/87 (ANC) – Solicita ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, informações do Ministério da Fazenda sobre apuração de irregularidades ocorridas no conglomerado Banespa.

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto de Resolução nº 8-A, de 1987 (ANC) (Do Sr. Amaury Müller) – Altera o § 1º do art. 34 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa pela rejeição.

Projeto de Resolução nº 12-A, de 1987 (ANC) (Do Sr. Nilso Sguarezi) – Autoriza a impressão de um milhão de exemplares da nova Constituição para distribuição gratuita; tendo parecer da Mesa pela rejeição.

IV – Pequeno Expediente

ADROALDO STRECK – Crítica o pronunciamento do Governador Álvaro Dias, do Paraná, a propósito da desestabilização do Governo e da Assembléia Nacional Constituinte em virtude de ambições políticas pessoais. Congresso do PDT realizado em Brasília, Distrito Federal.

OSVALDO BENDER – Outorga **post mortem** da Ordem do Mérito das Comunicações a Maurício Sirozki Sobrinho, pioneiro na implantação da rede regional de televisão no Estado do Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE – Esclarecimento ao plenário sobre divisão do tempo da sessão para apreciação de matérias constantes da Ordem do Dia, conforme Resolução nº 2/87.

ISMAEL WANDERLEY – Protesto do orador contra os termos de entrevista concedida pelo ex-Presidente João Baptista Figueiredo ao **Jornal do Brasil**.

FLORESTAN FERNANDES – Contrariedade do orador à submissão a processo de pessoas que se pronunciaram a respeito da personalidade do Presidente da República. Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Brasília, Distrito Federal. Reformulação do art. 395 do Projeto de Constituição, concernente à pesquisa tecnológica.

CRISTINA TAVARES – Protesto contra tentativa de anulação, pelo Líder do Governo, Constituinte Carlos Sant'Anna de dispositivo votado pela Comissão de Sistematização que proíbe a conversão da dívida externa em investimentos diretos.

CELSO DOURADO – Consequências danosas da negociação da dívida externa brasileira com ações de empresas nacionais.

HAROLDO LIMA – Análise do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

LUIZ SALOMÃO – Impropriedade de incidentes ocorridos em plenário, envolvendo denúncia da Constituinte Sandra Cavalcanti de suposta fraude na inclusão de emendas no projeto de Constituição e tentativa do Líder do Governo, Constituinte Carlos Sant'Anna, de anular parecer favorável da Comissão de Sistematização a projeto do Constituinte Paulo Ramos que veda a conversão da dívida externa em empréstimos e investimentos.

EDME TAVARES – Protesto contra repressão, pelo Governo do Estado da Paraíba, à liberdade de expressão de estudantes e trabalhadores rurais e ao livre exercício da imprensa. Noticiário de jornais locais a propósito do assunto.

TADEU FRANÇA – Anúncio de novas alternativas tributárias de arrocho salarial e agravamento da situação de penúria dos trabalhadores brasileiros.

ADYLSON MOTTA – Inconveniência de ser tratada a duração do mandato do Presidente José Sarney em nível da convenção do PMDB. Posição do orador em favor de eleições diretas para Presidente da República dentro de quatro anos.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Perda de credibilidade política do PMDB no caso de adiantamento da votação do período de mandato do Presidente José Sarney.

NELTON FRIEDRICH – Comentários sobre conceitos publicados pelo Jornal **Le Monde** a propósito do Governo do Brasil.

MAGUITO VILELA – Protesto contra declarações do presidente da UDR, Ronaldo Caiado, ao **Jornal de Brasília**.

JOSÉ GENÓIMO – Processo instaurado contra os dirigentes da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, em virtude de discursos pronunciados em comício na Praça da Sé, São Paulo.

RICARDO IZAR – Posição do orador contrária ao projeto de decisão de autoria do Constituinte Paulo Ramos que proíbe a conversão de parte da dívida externa brasileira em capital de risco pelas empresas estrangeiras.

ROSE DE FREITAS – Protesto da oradora ante declarações feitas à imprensa pelo Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, lesivas à soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

NILSON GIBSON – Esperanças do orador no Plano de Consistência Macroeconômica do Ministro Bresser Pereira. Entrevista do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, ao jornal **Correio Braziliense**, em defesa de cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Satisfação do orador com adoção, pelo Governo, de conjunto de medidas para o setor agrícola, e apelo no sentido de taxas de juros menores para o Nordeste.

LÚCIA BRAGA – Arbitriedades praticadas pelo Governo do Estado da Paraíba contra estudantes, camponeses e jornalistas. Solicitação ao Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, no sentido da regularização fundiária da fazenda Bela Vista.

JÚLIO CAMPOS – Octogésimo sétimo aniversário do nascimento do ex-Senador Filinto Müller e 14º de seu falecimento.

JUTAHY MAGALHÃES – Situação de dificuldades financeiras da Petrobrás e necessidade de manutenção do monopólio estatal do petróleo.

FERES NADER – Homenagem à memória do escritor sertanista Euclides da Cunha.

JOSÉ VIANA – Prejuízos causados pelo Plano Bresser ao programa governamental destinado a equacionar dívidas contraídas pelas micro, pequenas e médias empresas junto ao sistema financeiro.

GANDI JAMIL – Comemoração do 7º aniversário de criação do município de Taguaruçu, Estado de Mato Grosso do Sul.

AGASSIZ ALMEIDA – Instruções do Presidente da República ao Banco do Brasil no sentido de fiscalização do repasse às micro e pequenas empresas, pelos bancos privados, de recursos liberados pelo Governo Federal.

STÉLIO DIAS – Aprovação, pelo Congresso Nacional, de projeto de iniciativa do Governo que dispõe sobre a rolagem da dívida dos Estados à União. Documento de autoria do Engenheiro Agrônomo Marcus E. Rocha de Barros “Preservação do meio ambiente, fator decisivo para a preservação da vida do homem”.

PAULO MACARINI – Reivindicação dos suinocultores do Estado de Santa Catarina.

JORGE ARBAGE – A falta de comando da cúpula partidária como causa de desintegração dos partidos políticos nacionais e da desesperança em sua recuperação.

JUAREZ ANTUNES – Insensibilidade do Ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, ante situação de dificuldade vivida pelos aposentados e trabalhadores.

LYSÂNEAS MACIEL – Efeitos danosos da fusão da Volkswagen do Brasil e da Ford do Brasil na Autolatina. Publicação, no “Diário

Oficial da União", de processo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, contra a Volkswagen Caminhões Ltda., em virtude de práticas de abuso do poder econômico. Noticiário da imprensa a propósito do assunto.

MAURO BENEVIDES – Aspectos auspiciosos do Plano Bresser.

GEOVANI BORGES – Propostas à Assembléia Nacional Constituinte no sentido de extensão ao Distrito Federal e aos Territórios do poder de celebrar convênios para execução de suas leis, obras e serviços; da inclusão dos municípios no sistema federativo; de sua competência para legislar supletivamente em assuntos de seu interesse e para dispor do produto dos impostos sobre minerais extraídos de seu solo. Sugestão de redução para 17 anos da idade hábil para o exercício do direito ao voto.

AMAURY MÜLLER – Proposta de abertura da economia nacional à penetração do capital estrangeiro contida no documento "Estratégia para o desenvolvimento", de suposta autoria do secretário particular do Presidente José Sarney, Jorge Murad.

JOÃO DE DEUS ANTUNES – Ausência de critério nas promoções de pessoal da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

VIVALDO BARBOSA – Conclusões do I Congresso do Socialismo Democrático, promovido pelo PDT.

CHICO HUMBERTO – Telex do orador ao Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, a propósito da pavimentação da BR-352, no trecho entre os municípios de Coromandel e Abadia dos Dourados.

V – Comunicações de lideranças

JOSE TINOCO – Alerta do orador quanto aos rumos da Assembléia Nacional Constituinte e do País.

HAROLDO LIMA – Violência policial contra movimento de rodoviários em Manaus, Estado do Amazonas. Abertura de inquérito, pela Superintendência da Polícia Federal, para investigação de desordens supostamente praticadas por elementos do PC do B e da CUT, em São Paulo. Crítica a atitude do Ministro da Justiça, Paulo Brossard ante tais fatos. Requerimento de informação ao Ministério do Exército a propósito da participação do Coronel Ustra na passeata realizada pela UDR em Brasília, Distrito Federal.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Protesto contra atitude do Ministro da Justiça Paulo Brossard, no que concerne à tentativa de enquadramento na Lei de Segurança Nacional dos presidentes do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, ex-Deputado Djalma Bom, e da Central Única de Trabalhadores, Jorge Coelho, por supostas ofensas ao Presi-

dente da República no comício realizado na Praça da Sé, em São Paulo.

BRANDÃO MONTEIRO – I Congresso do Socialismo Democrático. Estranheza do orador ante atividades e atitudes do Ministro Paulo Brossard, da Justiça. Protesto contra aplicação da Lei de Segurança Nacional a elementos do PDT.

AMARAL NETTO – Correção de interpretação errônea dada a nota publicada pelo jornal **O Globo** sobre declarações do orador a propósito da Constituinte Wilma Maia. Exigência da constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncia do Constituinte Luís Salomão quanto a inclusão do nome do orador em denúncia baseada em documento apócrifo e supostamente comprovada pela reportagem da jornalista Silvia Palacios: "Projeto de democracia vítima de uma gang em Brasília". Matérias publicadas pelo "Jornal do Brasil": "Empresário se mobiliza para pressionar Constituinte" – "A manobra de Affif e Campos."

ABIGAIL FEITOSA – Participação da oradora no Congresso Mundial de Mulheres realizado em Moscou. Impressões sobre a União Soviética.

LUIZ SALOMÃO – Questão de ordem sobre preferências para usar a palavra em explicação pessoal.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Luiz Salomão.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Improcedência das críticas ao anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

SIQUEIRA CAMPOS – (Como Líder) – Paralisação do Sistema Financeiro de Habitação. Assentamento, na Amazônia, de agricultores sem terra.

BETH AZIZE (Como Líder) – Incidente, em Manaus, entre policiais e motorista de transporte coletivo. Revogação da Lei de Segurança Nacional.

AMAURY MÜLLER – Questão de ordem sobre conveniência de a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte interpelar judicialmente o Sr. Ronaldo Caiado, Presidente da UDR, em face de ofensas dirigidas à classe política em entrevistas ao **Jornal de Brasília**.

PRESIDENTE – Assunção interina do Constituinte Ulysses Guimarães à Presidência da República.

AMAURY MÜLLER – Reiteração da questão de ordem anteriormente levantada.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

LUIZ SALOMÃO – Defesa contra expressões dirigidas ao orador pelo Constituinte Amaral Netto em comunicação de liderança.

AMARAL NETTO – Pedido da palavra para explicação pessoal.

HAROLDO LIMA – Questão de ordem sobre procedência da concessão da palavra ao Constituinte Amaral Netto, para falar em explicação pessoal.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Haroldo Lima.

AMARAL NETTO – Questão de ordem sobre remessa aos gabinetes de matérias jornalísticas da correspondente Silvia Palacios com alusão ao orador.

VI – Apresentação de Proposições

HAROLDO LIMA

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional.

LÚCIA BRAGA – Problemática social brasileira. Questão habitacional paraibana no Governo Wilson Braga.

PAULO RAMOS – Anistia Mandato do Presidente da República. Aplicação da Lei de Segurança Nacional Conversão da dívida externa em capital de risco. Desprestígio do programa e descumprimento dos compromissos do PMDB. Requerimento ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte sobre aplicação de censura escrita ao Constituinte José Lourenço por uso de expressões ofensivas ao signatário em reunião da Comissão de Sistematização. Inserção, nos Anais, do artigo de Barbosa Lima Sobrinho sob o título "Anistia ou Reparação?".

ALDO ARANTES – Horizontes do processo de modernização da estrutura fundiária nacional.

OCTÁVIO ELÍSIO (Retirado pelo orador para revisão.) – Reforma Urbana.

DOMINGOS LEONELLI – Opinião emitida pelo Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, publicada no **Correio Braziliense**, sobre realização de eleições para Presidente da República em 1988. Proposta Jorge Murad de internacionalização da economia. Concessão da dívida externa em capital de risco.

VIII – Encerramento

Discurso pronunciado pelo Constituinte Mário Lima na sessão de 10-7-87. Definição do programa do PMDB na próxima convenção do partido.

2 – MESA – Relação dos membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE

PARTIDOS – Relação dos membros
4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros

5 – PROJETO DE CONSTITUIÇÃO – Será publicado em suplemento a este Diário.

Ata da 100ª Sessão, em 14 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulisses Guimarães, Presidente, Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente; Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente, Mario Maia, 2º Secretário, Arnaldo Faria de Sá, 3º Secretário; e Florestan Fernandes, parágrafo único do art. 6º do Regimento Interno

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Mota – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzina – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artenir Werner – PDS; Atíla Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Célio de Casto – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Délvio Braz – PMDB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Domingos Leoneili – PMDB; Edson Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Fábio Raunheitii – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Fran-

cisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Hadan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMD; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Palmarin – PTB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Menezes – PFL; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PIB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Leite – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Genoino – PT; José Geraldo – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Besson – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluły Neto – PFL; Manoel Casto – PFL; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 193 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secre-

tário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

O Sr. Marcelo Cordeiro, Primeiro Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

Do Sr. Líder do PMDB, nos seguintes termos:

Ofício nº 151/87

Brasília, 4 de julho de 1987.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar, nos termos do, art. 12, § 2º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, o Deputado José Carlos Grecco, para exercer o cargo de Vice-Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1º de fevereiro do corrente ano.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Ofício nº 154/87

Brasília, 10 de julho de 1987.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar, nos termos do art. 12, § 2º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, o Deputado Geraldo Alckmin para exercer o cargo de Vice-Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Do Sr. Moysés Pimentel, nos seguintes termos:

Ofício G.MP Nº 35/87

Brasília, 9 de julho de 1987.

Ao Exmº Sr.

Deputado Ulysses Guimarães
M.D. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte
Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que estarei me ausentando do País, no período de 19-7 a 18-8-87, para tratamento de saúde (operação na vista).

Na oportunidade, manifesto a V. Ex.^a sinceros protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente. – **Moysés Pimentel**, Deputado federal PMDB – CE.

PROJETOS

INDICAÇÃO Nº 3-A, de 1987 (ANC)

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

Sugere que a Mesa envie apelo às autoridades que menciona, no sentido de serem abertas frentes de trabalho para atender aos flagelados da seca do Nordeste; tendo parecer da Mesa, pela rejeição.

(Indicação nº 3, de 1987, a que se refere o parecer.)

Indicamos à Mesa, nos termos do Regimento desta Casa legislativa, seja enviado apelo aos Exm^{os} Senhores Presidente da República, Ministro do Interior, Superintendente da Sudene, Governador do Estado de Pernambuco, Ministros dos Transportes e da Irrigação, objetivando a abertura de Frentes de Emergência, em execução de obras públicas, para atender aos flagelados da seca do Nordeste, em particular no sertão de Pernambuco.

Da decisão dê-se ciência à contag e fetape.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1987.

– Deputado **Gonzaga Patriota**, Vice-Líder do PMDB na Constituinte.

Discurso proferido pelo Sr. Deputado Gonzaga Patriota – PMDB-PE. Sessão de 14-5-87.

Senhoras e Senhores Constituintes:

Antigo articulista da imprensa pernambucana, Alfrido Sotero, dizia na década de 50 que duas forças uniram-se contra o Nordeste: a natureza e os homens. Mesmo diante de tão poderosos e imbatíveis elementos, nossa região não se tem, curvado à fatalidade histórica mas convivendo bravamente com o flagelo, com seu povo superando a si próprio e dando ao Brasil uma lição de coragem e de raça.

Outras regiões deste País não suportam três meses de seca, não resistem a uma noite de geada e o restante do Brasil não tem contra suas regiões a ação política que normalmente é praticada contra o Nordeste.

Sabemos todos nós que durante muitos anos o Nordeste foi pasto fértil para engordar políticos desonestos e dirigentes irresponsáveis. Isto ocorreu durante a vigência do negro período da "indústria da seca", quando o DNOCS era a generosa vaca leiteira na qual mamavam conhecidas e sinistras figuras que ainda hoje infestam nosso meio político. As custas da fome e da miséria do povo, tornaram-se empresários poderosos, sonegadores contumazes, viciados na exploração e donos de currais eleitorais ainda mantidos, em face de apoio recebido durante o regime militar instalado no País a partir de 1964.

Apostando na crise, estão sempre prontos para o bote. A seca e as enchentes são pratos cheios para os insaciáveis e gananciosos que ainda teimam em sugar o suor e o sangue dos nordestinos.

A perspectiva de uma seca os assanhado e é preocupação com o quadro que se apresenta diante de nós, nesta hora, que queremos alertar as autoridades deste País para que não tenhamos que lamentar nova investida das aves de rapina que infestam no campo seco do Nordeste.

O alerta que fazemos nesta hora, Senhor Presidente, decorre do que está acontecendo na região e, principalmente, no sertão pernambucano, onde a chamada "seca verde" representa uma grave ameaça à população de toda a área.

Com a chegada das chuvas, o sertanejo plantou, jogou na terra suas sementes e suas esperanças. Como sempre. E quase como sempre, as chuvas falharam. Falharam exatamente no momento em que as sementes brotavam e mais precisavam de água. A velha história é repetida em 1987.

Assim como está acontecendo na região do Irecê, na Bahia, o sertão pernambucano enfrenta

a falta de chuvas com as culturas já f undadas e em período de crescimento. As perspectivas são por demais sóbrias, ficando o nosso homem do campo à mercê do seu próprio destino.

A última grande seca enfrentada pelo Nordeste fez despertar na consciência nacional o sentimento de que o problema não pode mais ser enfrentado com paliativos. É imperativo da questão que se adote uma política eficaz de caráter social, econômico e ecológico, analisando-se a seca não apenas como um problema climático, mas, sobretudo, como um agudo caso social.

A última grande seca mostrou que as medidas adotadas não surtiram os efeitos desejados, tendo em vista que a Nação governamental esteve voltada para o clientelismo e para o fortalecimento da "indústria da seca".

Desvirtuada em sua finalidade, a política de abertura de "Frentes de Trabalho" do programa de emergência estabelecido pelo Governo federal revestiu-se de mais uma ação paliativa, que criou, inclusive, condições, de reforço à dependência do homem flagelado ao chefe político ou coronel de botas e esporas, que ainda uiva nos campos e cidades do interior do Nordeste.

Da lição da seca passada ficou o exemplo de que os problemas crônicos só podem ser solucionados com a urgente adoção de medidas práticas e definitivas, porque medidas isoladas, paliativas, nunca irão solucionar o problema dos flagelados, que já não aceitam a pecha de esmolher, flagelado, etc., pois ninguém no sertão nasceu para isso. A marginalização que foi imposta ao homem do Nordeste contribuiu violentamente para a sua degradação social, econômica e cultural.

Não podemos mais aceitar a solidariedade que não seja aquela que se traduz na solução do problema nordestino. Por isso queremos fazer das crises o instrumento do ensinamento que conduza ao equacionamento da questão.

Hoje a nova seca que se esboça no Nordeste, vem revestida de um problema mais sério: a grande crise econômica que afeta toda a sociedade. É o que se pode dizer na forma bem nordestina de ver as coisas: em cima de queda, coice. Tudo isto pode ser o estopim de uma grande convulsão social, da qual não estamos livres. Medidas urgentes devem ser tomadas no sentido da abertura de frentes de trabalho, de verdade. Não aquelas que tinham o caráter perverso de viciar o homem e engordar os corruptos que infestavam a Velha República.

Queremos a abertura de frentes no setor de irrigação com a implantação dos projetos do proine. Exigimos a construção da Ferrovia Transnordestina, já autorizada pelo Governo federal, a utilização de recursos do FND, do Finsocial e das fontes da Sudene, aplicados em obras definitivas. A irrigação dos perímetros dos grandes açudes, espera pelos recursos e pela ação do DNOCS, da Sudene, da Codefav, etc. O que estamos esperando? Mudamos ou não mudamos neste País?

A Nova República não pode ficar queda e muda na hora em que o Nordeste quer deixar de ser um problema na busca de soluções definitivas.

Vivemos em plena democracia, e os vícios do passado devem ser enterrados com todos os males causados ao povo. A força da democracia remove a corrupção e as fraudes, como ocorreu agora no caso da concorrência da Ferrovia Norte – Sul. Claro que no momento em que foram

abertas as frentes de trabalho que são indispensáveis nesta hora, o Nordeste, pelas suas vezes mais representativas, estará alerta para qualquer tipo de desvirtuamento, e aqui levantaremos nossa voz para denunciar os desmandos ou abusos que porventura ocorram.

Nossa preocupação Senhoras e Senhores Constituintes, é de que, nas frentes de trabalho os recursos públicos e, até, privados sejam investidos com seriedade e objetividade através dos governos estaduais, federal e municipais, fiscalizados pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, igrejas e comunidades envolvidos.

Agradecemos, pois, que o Ministério do Interior tome as medidas necessárias para evitarmos o pior no Nordeste.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1987. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Vice-Líder do PMDB na Constituinte.

PARECER DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

I – Relatório

Pretende o ilustre Constituinte Gonzaga Patriota que a Mesa envie apelo às autoridades que enuncia, com vistas a que sejam abertas frentes de trabalho para atender aos flagelados da seca do Nordeste, em particular do sertão de Pernambuco. Solicita, ainda, tomem ciência da decisão da Mesa os seguintes órgãos contágio e fetape.

Justifica, para tanto, com discurso de sua autoria, proferido em sessão de 14-5-87, no qual salienta que, preocupado com a perspectiva de nova seca, sente-se na obrigação de alertar os Exmos Senhores Presidentes da República, os Ministros de Estado do Interior, dos Transportes e da Irrigação, o Governador do Estado de Pernambuco e o Superintendente da Sudene sobre a grave ameaça que pesa, principalmente, sobre a população pernambucana e sobre todos da região nordestina, em geral.

Ressalva, outrossim, que nessas frentes de trabalho ora sugeridas sejam investidos recursos públicos e privados, de modo sério e objetivo, através das autoridades governamentais, em seus diversos níveis, sob fiscalização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Igreja e das comunidades envolvidas.

Esse o relatório.

Passo a examinar a matéria no mérito, destacando que apesar de comungarmos com a preocupação do insigne constituinte, no assunto aventado, a forma como foi encaminhada a proposição não constitui matéria de indicação.

Se não, vejamos. O item VIII do art.º da Resolução nº 2, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, prevê, entre as atribuições de competência da Mesa da Assembléia, a emissão de parecer sobre projetos de resolução e indicações.

Não se configura indicação, outrossim, por quanto esta se trata de proposição em que o parlamentar sugere a manifestação de uma ou mais comissões, acerca de determinado assunto, visando à elaboração de projeto, no caso em tela, sobre matéria de iniciativa da Assembléia Nacional Constituinte.

Indicação, portanto, não se adequa aos objetivos visados pelo nobre Deputado Gonzaga Patriota, quais fossem de apelar às autoridades compe-

tentes para que promovessem a abertura de frentes de trabalho, com vistas a atender aos flagelados da seca nordestina.

II – Parecer

Com base nas apreciações constantes do exame de mérito, nosso parecer é pela rejeição da indicação sugerida.

Mesa, de junho de 1987. – **Jorge Arbage** (Relator), Segundo-Vice-Presidente.

PARECER DA MESA

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, presentes os Senhores Constituintes Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente (Relator); Marcelo Cordeiro, Primeiro-Secretário; e Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, aprovou o parecer do relator pela rejeição de Indicação nº 3, de 1987 ANC, do Senhor Constituinte Gonzaga Patriota, que "sugere que a Mesa envie apelo às autoridades que menciona, no sentido de serem abertas frentes de trabalho para atender aos flagelados da seca do Nordeste."

Sala das Reuniões, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 58, de 1987 (ANC)

(Constituinte Arnaldo Faria de Sá)

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre o total das dívidas dos clubes de futebol junto à Previdência Social.

Exmº Sr. Constituinte Ulysses Guimarães
M.D. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Requeiro a V. Ex.ª, com base no art 62, inciso IV, e seu § 5º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, se digne solicitar do Ministério da Previdência e Assistência Social informações sobre o total dos débitos atualmente havidos pelos clubes esportivos de futebol para com a Previdência Social.

As informações solicitadas devem ser prestadas em relação aos débitos já apurados, sendo nominalmente citados os clubes em débito, fazendo-se contar separadamente a parcela do débito correspondente ao principal e a relativa aos acréscimos havidos, bem como, por fim, o período de tempo que lhes corresponder.

Justificação

A Câmara dos Deputados acaba de aprovar o projeto de lei que dispõe sobre a liquidação de débitos dos clubes de futebol para com a Previdência Social. Na verdade, e se transformar em lei, a proposição constituir-se-á, indubitavelmente, numa inequívoca anistia.

À vista disso, cabe indagar o porquê de clubes de futebol – que pagam verdadeiras fortunas aos seus jogadores – não saldarem regularmente seus débitos para com a Previdência, já que o total desses débitos deve significar bem pouco em relação ao montante mensal de suas despesas.

Devemos ter sempre em mira que a Previdência Social necessita de recursos para pagar, condignamente, os aposentados e pensionistas.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1987.
– Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

PARECER

Parecer favorável, cumprindo-se, in casu, o disposto no § 5º do art. 62 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, através do Ministro Chefe do Gabinete Civil.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987.
– Constituinte **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre o total das dívidas dos clubes de futebol junto à Previdência Social.

Brasília, 6 de julho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 59, de 1987 – ANC

(Constituinte José Costa)

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República; sobre os convênios celebrados entre o Inamps, Ministério da Previdência e Assistência Social com os Estados e Municípios.

José Oliveira Costa, abaixo assinado, Deputado federal constituinte, membro da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, arrimado no § 5º do art. 62 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, expõe e requer a Vossa Excelência o seguinte:

1. O Ministério da Previdência e Assistência Social, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), e os governos de diversas unidades da Federação vêm firmando convênios para a implantação do chamado Sistema Unificado de Saúde, com o objetivo declarado – e louvável – de gradativamente unificar e otimizar ações de entidades governamentais que atuam na área de saúde nos diversos níveis da administração pública federal, estadual e municipal.

2. Lastimavelmente, no momento em que o Senhor Presidente da República, José Sarney, se empenha na transparência dos atos de sua administração, para que dúvidas não avistam sobretudo quanto à sua legalidade e moralidade, e, mais ainda, quando o tema vem sendo objeto de especial atenção da Assembléia Nacional Constituinte – haja vista a grande quantidade de sugestões e emendas submetidas à sua apreciação nas diversas subcomissões e comissões temáticas –, o Ministério da Previdência vem-se recusando a divulgar os convênios já celebrados com muitos governos estaduais, como é o caso dos Estados de São Paulo, Bahia, Paraná, Pernambuco, Alagoas, dentre outros, envolvendo a transferência para as administrações estaduais de

recursos materiais – sobretudo volumoso aporte de recursos financeiros e humanos, como tem sido divulgado pelos principais órgãos da imprensa brasileira (cf. Jornal de Tarde, 29-6-87, págs. 4 e 14; Folha de S. Paulo, 23-6-87, pág. A-12; idem, ed. de 20-6-87, pág. A-11, dentre outros).

3. É evidente que a substituição da presença do Inamps em cada um dos Estados mencionados acima não poderá ocorrer em detrimento da quantidade e da qualidade dos serviços de saúde hoje prestados por essa autarquia aos seus segurados. Tampouco se pode admitir que várias dezenas de bilhões de cruzados sejam carreados para as administrações estaduais – todas, hoje, em extrema dificuldade para pagar em dia até mesmo a folha de seu pessoal – e, por falta de fiscalização efetiva, por má administração, inexistência de planos de ação adequados ou por influência de interesses político-partidários ou eleitorais, venham, ao final, a ser desviados, mesmo que parcialmente, de sua destinação precípua, comprometendo-se ainda mais o precário atendimento médico-hospitalar prestado à população.

4. A propósito, o Jornal da Tarde (ed. 29-6-86, pág. 4), em editorial intitulado "A transferência do Inamps para a Secretaria da Saúde", dentre vários questionamentos que suscita sobre o assunto, embora se reporte especificamente ao caso do Estado de São Paulo, faz uma indagação e uma denúncia que não poderiam deixar de ser consideradas neste requerimento:

"A primeira indagação relativa a essa integração do Inamps à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo diz respeito à sua oportunidade. Politicamente, é difícil compreender as razões pelas quais tanto o Ministro Raphael de Almeida Magalhães quanto o Governador Orestes Queríca decidiram antecipar-se ao término dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, a qual, numa de suas oito comissões temáticas, procurou definir um novo sistema de saúde para o País. Por isso mesmo, a impressão que se tem é que esses dois políticos procuraram criar uma situação de fato, convencidos de que a Constituinte lhes poderá impor normas e procedimentos que dificultarão a manipulação da rede médico-hospitalar estatal para fins clientelísticos e eleitorais."

A título de ilustração, veja-se o que ocorreu com o projeto das Ações Integradas de Saúde, custeadas por verbas retiradas da Previdência Social, ou seja, dos já deteriorados serviços de atendimento médico-hospitalar da rede estatal. Embora filosoficamente defensáveis desde que tivessem suas fontes de custeio previamente definidas, tais ações acabaram sendo desvirtuadas, não se conhecendo retorno concreto aos seus aparentes beneficiários. E, como foi amplamente divulgado pela imprensa, vários prefeitos de municípios aquinhoados com verbas desse programa terminaram utilizando-as para aplicações no mercado financeiro; a fim de reunir o capital necessário para planejar e financiar suas candidaturas a postos legislativos nas eleições de novembro do ano passado."

4. Posto isso, requer o signatário à Vossa Excelência que submeta o presente à deliberação da egrégia Mesa da Assembléia Nacional Constitui-

tante, para o fim de ser requisitadas ao Excentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, Doutor Raphael de Almeida Magalhães:

a) cópias autênticas e integrais de todos os convênios celebrados, a partir de 15 de março de 1986, entre o Ministério da Previdência e Assistência Social, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e com os Estados e Municípios, com o objetivo de implantar-se sistemas unificados e descentralizados de saúde;

b) montante dos recursos financeiros repassados por força desses convênios aos Estados e Municípios, explicitando-se o beneficiário, a data e a destinação de cada repasse;

c) número de servidores da Previdência Social, por categoria funcional, já cedidos ou com cessão prevista aos Estados e Municípios de 15 de março de 1986 a esta data, por força dos convênios em apreço e, bem assim, se existem atos formais do Excentíssimo Senhor Presidente da República autorizando a cessão. Em caso afirmativo, quais? E, finalmente;

d) qual o papel reservado ao Inamps, a nível nacional, a partir da celebração dos convênios citados com toda as unidades da Federação para a unificação e descentralização das ações de saúde.

Brasília, 1º de julho de 1987. – Constituinte José Costa.

Jornal da Tarde – 29-6-87

ENTÃO SERÁ TARDE DEMAIS: SARNEY TERÁ IDO SOZINHO

Não temos motivos para duvidar de que os violentos incidentes que marcaram a visita do Presidente Sarney ao Rio de Janeiro, na última quinta-feira, foram, efetivamente, cuidadosamente preparados por pequenos grupos de ativistas, que estamos cansados de conhecer. São profissionais da baderne, em permanente estado de prontidão (no sentido militar da palavra), que funcionam como tropa auxiliar de grupos políticos radicais ou de chefes políticos caudilheiros. São uma espécie de Corpo de Bombeiros ao contrário, que acorre rapidamente a qualquer local onde se manifeste um incêndio social ou político, não, evidentemente, para tentar apagá-lo mas para procurar de todas as formas fazer que as chamas se alastrem.

Os materiais que utilizam não são combustíveis, mas são comburentes. Quer dizer, ainda que estejam sempre prontos para agir, se já não existe combustão sua ação é totalmente inócuia, embora sempre perturbadora.

É com isso que o Presidente Sarney deve preocupar-se e não com a questão absolutamente secundária de provar que não houve espontaneidade na baderne de quinta-feira última.

O Presidente não pode esquecer que esses mesmos "soldados do fogo" do PT, da CUT, do PDT e de outros grupos políticos menos votados estiveram em plena atividade a partir de fevereiro do ano passado, quando o País mergulhou na fase onírica do Plano Cruzado do Dr. Funaro. Aquele plano, pelo sucesso que teve inicialmente, perturbou os ainda mais do que este, do professor Bresser, e se tivessem sentido então que havia ambiente para uma demonstração de selvageria

política como a que promoveram na semana passada, não teriam hesitado em promovê-la.

Mas, naqueles tempos tão longínquos quem fosse suficientemente alienado para quebrar a janela do ônibus em que Sarney desfilava triunfalmente por variados rincões deste imenso País seria certamente linchado pelas multidões que ululavam seu agradecimento ao Presidente mais popular da nossa história republicana.

Portanto, ainda que seja evidente que as pedras não voaram sozinhas na última quinta-feira, que o caixão flutuou por um fenômeno de levitação, que a picareta que quebrou a janela do ônibus obedecia ao comando da picaretagem político-ideológica, nada disso constitui atenuante para as culpas do Presidente.

Se foi possível que os solenes "soldados do fogo" da baderne antidemocrática exibissem impunemente sua ousadia troglodita, se aqui em São Paulo "destacamentos" desse mesmo Corpo de Bombeiros ao contrário saquearam sem maiores problemas, numa semana, três supermercados, se o Ministro do Exército voltou a ser o que era nos tempos da ditadura – um oráculo político-ideológico –, tudo isso se deve à circunstância mais do que lamentável de o Presidente Sarney não ter apreendido absolutamente nada com o retumbante fracasso dos alunos do Curso de Madureza da dona Conceição. Não apreendeu – diga-se em nome da Justiça – que o grande, o maior, o quase exclusivo responsável por aquele fracasso foi o Presidente José Sarney e, por não ter apreendido, continuou fazendo política como se ainda estivesse no Maranhão, que se dividia politicamente entre ele próprio e o Senador Vitorino Freire.

Não sabemos até que ponto o Presidente perdeu consciência da realidade durante a fase de delírio coletivo que o levou ao triunfo eleitoral de novembro do ano passado.

Nesse período cansamos de adverti-lo em nossos editoriais da volubilidade das massas populares e da instabilidade dos clímas políticos.

Admitimos que o Presidente estivesse inebriado com os eflúvios do deu certo que ele próprio disseminou ao ponto de não ter desconfiado de nada nem mesmo quando começou o êxodo dos homens mais capazes e mais sérios da equipe que elaborou o Plano Cruzado I – Arida, Bacha, Lara Rezende e outros. O que não conseguimos entender é que a consciência da realidade não tenha sido redespertada nem mesmo quando o desastre já era tão evidente que ele próprio passou a evitar contatos com as massas volúveis para não ter de sofrer o vexame das vias.

O Presidente que foi o mais popular sabe há muito tempo que se tornou o mais impopular porque foi flagrado enganando o País. E continua enganando-o ou pensando que o engana. Apenas mudou a retórica com que procura passar o novo engodo. Todos aqueles assessores mais sérios e mais capazes, que abandonaram o ex-Ministro Funaro quando sentiram que ele estava cego para o desastre iminente, colaboraram com o Ministro Bresser Pereira na elaboração de mais este plano de "salvação nacional". A partir da terrível experiência de ontem, a opinião pública, em sua imensa maioria, está plenamente convencida de que não há saída para a crise fora da receita ortodoxa. E o Presidente finge que a adota e encarrega o seu Ministro do Planejamento, esse lamentável senhor Aníbal, de promover o espetáculo pirotécnico dos "cor-

Tes" das despesas do Governo, enquanto o Ministro Bresser Pereira entra em crise de consciência porque teve rejeitadas todas as suas propostas de cortes reais.

Está cortando, sim, mas na carne do setor privado, enquanto o Presidente rola a dívida dos Estados e municípios (mais de 80 bilhões de cruzados), entrega a Siderbrás à mais baixa politicagem e proclama que a máquina do Estado é pequena e que seu governo é o mais austero do mundo! Para sustentar toda essa austeridade, hoje nem a Caderneta de Poupança é "poupada"!

O mesmo Edmar Bacha que não quis ter responsabilidade pela farsa desastrosa do Cruzado I volta a advertir: "O Governo está promovendo uma transferência de renda do assalariado para seus cofres por meio do aumento das tarifas e de redução dos subsídios". E contraria as teses do Ministro Bresser Pereira que, depois de vencida a crise de consciência provocada pela impossibilidade de cortar na carne do Governo, apresentará um plano macroeconômico baseado em sua teoria de que a carga tributária no Brasil é muito leve:

"A parte da renda nacional de que o Governo se apropria é determinada pelos seus gastos e não por sua receita. Isso porque, se o Governo tem um déficit, ele emite moeda e faz a sociedade pagar por seus gastos por meio da inflação que a emissão de moeda provoca."

O Presidente Sarney não apreendeu nada com o desastre pelo qual o economista Bacha não quis ser responsável e não vai apreender agora. Quem sabe apreenda quando a ação do Corpo de Bombeiros ao Contrário incendiar o País inteiro.

Mas então será tarde demais porque ele terá ido sozinho.

Mas o Ministro Bresser Pereira não precisa apreender nada. Ele está farto de saber tudo isso.

Se tivesse a coragem que Funaro não teve talvez ainda fosse possível evitar o novo desastre. Ou, se não fosse, pelo menos salvaria sua reputação como economista.

A TRANSFERÊNCIA DO INAMPS PARA A SECRETARIA DA SAÚDE

A integração do Inamps à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, tão alardeada pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães e pelo Governador Orestes Quérzia como uma grande conquista no plano "social", precisa ser analisada com bastante cuidado a fim de, mais uma vez, não se ocultar problemas sob o manto diáfano de promessas alvíssaireiras. Os serviços de assistência médico-hospitalar encontram-se hoje em estado crítico, dada a carência de recursos humanos, financeiros e materiais, razão pela qual não será por meio de simples decretos que as autoridades estaduais e federais conseguirão resolver os males e insuficiências estruturais.

Essa unificação dos serviços médico-hospitalares que tem sido defendida por muitos como a grande solução para a solução definitiva dos problemas do setor de saúde no País, poderia até ser aceita como uma racionalização dos serviços públicos sustentados pelo Tesouro Nacional. No entanto a simples unificação de estruturas buro-

cráticas deficientes, desparelhadas e inoperantes dificilmente poderá trazer algum efetivo benefício à população. Para ele, o que realmente interessa é uma melhoria qualitativa no padrão de atendimento da rede médico-hospitalar – independentemente de saber se é a União ou o governo estadual o principal responsável pela política de saúde.

A primeira indagação relativa a essa integração do Inamps à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo diz respeito à sua oportunidade. Politicamente, é difícil compreender as razões pelas quais tanto o Ministro Raphael de Almeida Magalhães quanto o Governador Orestes Quérzia decidiram-se antecipar-se ao término dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a qual, numa de suas oito comissões temáticas, procurou definir um novo sistema de saúde para o País. Por isso mesmo, a impressão que se tem é que esses dois políticos procuraram criar uma situação de fato, convencidos de que a Constituinte lhes poderá impor normas e procedimentos que dificultarão a manipulação da rede médico-hospitalar estatal para fins clientelíticos e eleitorais.

Além do mais, enquanto o ministro da Previdência Social e o governador de São Paulo estão preocupados apenas em criar condições para continuar usufruindo politicamente do aparelho estatal, os seus escalões inferiores também aproveitam essa situação para acelerar o processo de estatização da medicina entre nós – estratégia essa que vai ao encontro das conclusões aprovadas pelos grupos estatizantes por ocasião da VIII Conferência Nacional de Saúde, patrocinada e totalmente controlada pela nomenclatura do Ministério da Previdência Social. Outrora um liberal quando atuava sob a liderança do antigo governador carioca Carlos Lacerda, o Ministro Raphael de Almeida Magalhães parece, neste modo, ter sido convertido num cristão novo dos grupos estatizantes.

Ainda em termos políticos, também é difícil compreender as razões pelas quais o ministro, que jamais escondeu seus desejos de ascender a postos cada vez mais altos na administração pública, abriu mão do Inamps – cuja força política, em face do tipo de clientela que se socorre dos serviços médico-hospitalares estatais, sempre foi cortejada e ambicionada pelas raposas, pelos aventureiros e pelos demagogos. Em outras palavras, por que motivo o Ministro Raphael de Almeida Magalhães entregou ao Governador Orestes Quérzia, conhecido por seu populismo demagógico, uma grande área de manobra junto às prefeituras do interior? Por que, em vez de buscar soluções técnicas que poderiam favorecer os interesses da população, o ministro decidiu investir na consolidação de um *new style* ademarista em nosso estado?

Do ponto de vista técnico, a fusão de estruturas burocráticas obsoletas e ineficientes nada soma em benefício dos usuários. E um dos grandes problemas até hoje não resolvidos no âmbito da assistência médica-hospitalar estatal é o da extensão de seus serviços aos municípios mais longínquos, muitos dos quais só contam com o atendimento prestado pelas sociedades beneméritas e benficiantes. Por isso, ao fundir estruturas burocráticas anacrônicas e ao municipalizar certas decisões no âmbito do setor de saúde, o grande risco da integração do Inamps à Secretaria de

Saúde de São Paulo é o de provocar uma construção desenfreada de hospitais pelo interior afora – o que poderá de duplicar a galeria de estruturas hospitalares onerosas e improdutivas. Nesse caso, não seria melhor reforçar, modernizar e reequipar os hospitais e as santas casas já em funcionamento?

Do ponto de vista financeiro, nada garante que essa integração vá suprir o déficit de investimento hoje existente no setor de saúde. É ilusório imaginar que, por trás dessa transferência de responsabilidade entre a União e o Estado de São Paulo, o problema da escassez de recursos tenha sido equacionado. Se considerarmos que a iniciativa privada é por si só responsável por investimentos no setor de saúde que correspondem a 2,17% do PIB, enquanto os do Estado correspondem a 1,54%, perceberemos que a fusão do Inamps com a Secretaria de Saúde tem apenas efeitos políticos, sem nenhuma significação técnica ou financeira.

Por isso, na medida em que não há argumentos técnicos capazes de justificar essa integração do Inamps à Secretaria de Saúde de São Paulo, mas apenas interesses políticos, uma coisa é certa: cada vez mais a Nova República vem agindo como nos tempos da Velha República, decidindo segundo a conveniência pessoal e eleitoral dos dirigentes, bem como desprezando os anseios dos verdadeiros proprietários do numerário da Previdência Social – os empregados e empregadores – que, compulsoriamente, contribuem para a formação desses recursos. Nos Estados Unidos, por exemplo, as caixas de pensão são administradas pelos empresários e empregados, sem qualquer interferência estatal. Aqui, porém, os governantes, agindo como verdadeiros rufiões, somente conseguem fazer política à custa dos recursos alheios.

A título de ilustração, veja-se o que ocorreu com o projeto das Ações Integradas de Saúde, custeadas por verbas retiradas da Previdência Social, ou seja, dos já deteriorados serviços de atendimento médico-hospitalar da rede estatal. Embora filosoficamente defensáveis desde que tivessem suas fontes de custeio previamente definidas, tais ações acabaram sendo desvirtuadas, não se conhecendo o retorno concreto aos seus aparentes beneficiários. E, como foi amplamente divulgado pela imprensa, vários prefeitos de municípios aquinhoados com verbas desse programa terminaram utilizando-as para aplicação no mercado financeiro, a fim de reunir o capital necessário para planejar e financiar suas candidaturas a postos legislativos nas eleições de novembro do ano passado.

Como a integração do Inamps à Secretaria de Saúde de São Paulo foi determinada basicamente por interesses políticos, em vez de razões técnicas, o tipo de perversão registrada nas Ações Integradas de Saúde poderá repetir-se em nosso Estado, uma vez que o Governador Orestes Quérzia não dá um passo qualquer que não seja na direção de suas ambições pessoais. Por isso mesmo, é estranhável que as lideranças sindicais paulistas, sempre tão zelosas em proclamar o seu interesse na defesa dos direitos dos trabalhadores, não tenham até agora dito uma só palavra de protesto contra a manipulação de recursos na área de saúde e contra o risco de nova deterioração dos serviços estatais de assistência médica-hospitalar.

Segunda-feira, 29-6-87 – O Estado de S. Paulo

O SAMBA DO CRIOULO DOIDO – II

J.O. de Meira Penna

O ministro do Planejamento planejou muito bem as finanças familiares. "Planejamento familiar", notou uma folha carioca: nomeou a mulher, seis sobrinhos, o filho, o neto, o cunhado e um primo. O presidente do Inamps informou que cada um dos 80 ofícios, com solicitações oficiais especiais do ministro Raphael de Almeida Magalhães, levou nove meses de parte burocrático, antes de chegar ao destinatário. Que eficiência! O ministro esperou 17 dias para conseguir um porta-livros preto do almoço rafado. A *Onorabile Societá* da Cosa Nostra patrimonialista brasileira, defensora da ideologia nacional-socialista, vai pouco a pouco se apossando dos postos de comando, na superestrutura cultural e política hegemônica (no sentido Gramsci) que domina e opõe o povo brasileiro. Os deputados estaduais do Rio de Janeiro, julgando o congelamento dos preços e salários um atentado às leis do mercado, resolveram disparar o gatilho em seu próprio benefício, indo à bala matar os contribuintes: os deputados receberão 170.000 cruzados mensais! A deputada Rita Camata, bela loira capixaba, declarou-se "fruto da repressão"; e eu que pensava que ela era fruto do amor permissivo entre seus pais! O deputado João de Deus e o deputado Lysâneas Maciel (o primeiro gaúcho e o segundo carioca) resolveram a socos uma desavença teórica na Comissão de Soberania, João de Deus opondo-se aos mandamentos morais da lei de Deus em nome de princípios satânicos, ditos "progressistas", que envolvem o retorno a um passado pagão multimilenar. Os esquerdistas já são donos da Esquerdigreja, ecumática. Reinstaram a Inquisição: no *Index Librorum Prohibitorum* estão incluídas todas as obras não-marxistas publicadas em nossa terra, as quais sofreram o patrulhamento ideológico dos críticos literários, mesmo nas folhas mais conservadoras do Rio. Os patrulheiros "esquerdiózoides" (segundo a expressão de Nertam Macedo) ocupam o segundo escalão dos *media* e também se impuseram à TV Educativa, de maneira a educar a juventude a aceitar, sem protestos, as benemerências da ditadura do *lumpenproletariat* intelectual sobre suas mentes inocentes. No Rio, é ainda Nertam Macedo quem escreve a propósito do saltitante Super-Helinho Ferraz, filho de um armador e construtor naval falido, corrupto e suicida, "entra-se pela socaíti primeiro para depois, com sucesso, passar pela política e, finalmente, pelo noticiário policial"...

O senador Roberto Campos que na época em que foi ministro do Planejamento tentou conter a explosão demográfica da *Nomenklatura* patrícia, costuma acoimar os chamados "progressistas" de xiitas, adeptos dos Khomeini botocudos. Querem-se isolar do mundo e transformar o Brasil em Bangladênia, uma mistura de Bangladesh e Albânia, com a total reserva de mercado da informática, da cultura, do desenvolvimento e da inteligência. Esses "progressistas" reacionários querem manter o regime patrimonialista, feudal, clientelista e centralizador que perdura neste país e o atrasa desde 1500. Um dos líderes da reação de esquerda é o senador Severo Gomes, que faz "opção preferencial pela pobreza" (dos outros).

Latifundiário e industrial que não paga seus operários, o senador alega que o Estatuto da Terra, criado sob a presidência do saudoso marechal Castelo Branco, "tinha a inspiração do então embaixador americano Lincoln Gordon". Foi Lincoln, de fato, que, com suas *homestead laws* nos Estados Unidos, proporcionou a primeira reforma agrária americana há quase um século e meio garantindo a democracia rural e alta produtividade da agricultura nos Estados Unidos. Não diga sandices, prezado senador e caro colega adesguiano (turma de 1965)!

Na Constituinte, os deputados da esquerda obstruíram os trabalhos quando não conseguiram impor suas sugestões retrógradas, tendentes à manutenção do regime social-estatizante, patrimonialista e burocrático. A Comissão de Ordem Econômica foi paralisada pela desordem política. O que desejam os socialistas é um país economicamente dirigido pela *Nomenklatura*, isto é, por eles mesmos. No dia 14 de junho, já de noite, as galerias, impacientes, começaram a manifestar, latifundiários de um lado, posseiros e invasores do outro. Vaias e aplausos. Gritos histéricos. Uivos. Os deputados José Lourenço e José Genoíno se agrediram verbalmente, depois corporalmente diante da mesa, em genuína expressão do vindouro regime parlamentar (do francês *parler*, falar, alcançar pacificamente um consenso pela dialética verbal). Wladimir Palmeira obstruiu esse consenso, pois é a favor da ditadura do *Lumpen* proletariado e parte do proletariado rugia nas galerias, Maluly Neto lia o regimento, mas ninguém ouvia. Aliás os parlamentares são melhores faladores do que ouvintes. O deputado Haroldo de Lima, do PC do B, condizente com a prática da Albânia onde não existe liberdade de palavra, arrancou o fio do microfone de seu adversário. A deputada Raquel Capiberibe treinada no agreste bárbaro do Maranhão, arrebentou o fio e gritou amazonicamente para o senador Salданha Derzi latifundiário do Mato Grosso: "Vem tomar, se você é homem"... "Vossa excelência é que vai tomar..." retrucou-lhe outro deputado, verdadeiro *gentilimam*. Aldo Arantes se atracou então com Derzi consoante à praxis maoísta segundo a qual a verdade se encontra no cano de um fuzil. Derzi se envolveu no auriverde pendão de nossa terra que a brisa etc, e perdeu os óculos. Alguém, na arquibancada, prorrompeu no Hino Nacional, às margens plácidas do Ipiranga, mas não havia juízes para afastar os lutadores atracados. Luiz Salomão, soberbo, agrediu seu colega Jales, arrancando-lhe o microfone e rasgando o substitutivo, que fora alvo de muitas e árduas horas de debates. Um segurança agarrou Luiz Salomão, o qual não possui nem a sabedoria do rei judaico nem a santidade do rei francês. Jorge Viana aproveitou para tomar o microfone, pressa suprema como a de uma bandeira na batalha. Dois outros representantes do povo (serão mesmo?) puxaram o deputado Haroldo de Lima para trás porque esse albanês xiita prensava Jorge Viana pelas costas. A vítima esbravejou. O pandemônio se instalou em plenário... Os demônios do destempero, do cafajestismo, da indisciplina mental, da ideologia louca, da falta de compostura. A sessão prosseguiu com altos e baixos em meio ao caos do qual deverá surgir uma nova Constituição, *helás!* até ser suspensa a 1h30 da madrugada. Edmund Burke assistiu silenciosamente a esse espetáculo edificante, escondido na tribuna reservada à Histó-

ria. Esse *whig*, que foi um dos maiores parlamentares britânicos e um dos teóricos do pensamento liberal conservador, observou alhures que "os homens estão preparados para a liberdade civil na proporção exata de sua disposição a controlar seus próprios apetites com cadeias morais?". A sociedade só pode existir se um poder de controle sobre a vontade e os apetites for colocado em algum lugar; e, quanto menos houver dentro de nós, tanto mais haverá fora de nós. Pois está ordenado na eterna constituição das coisas que os homens de mente destemperada não podem ser livres. Suas paixões forjam suas próprias algemas"...

Terça-feira, 23-6-87 – Folha de São Paulo.

CONVÊNIO PREVÉ SUBORDINAÇÃO
DO INAMPS À SAÚDE EM SP

Da reportagem local

O governador de São Paulo, Orestes Querínia, e os ministros da Saúde, Roberto Santos, e da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, oficializaram, ontem, no Palácio dos Bandeirantes (Morumbi zona sul da cidade) a reforma sanitária do Estado, através de convênio firmado entre a Secretaria do Estado da Saúde e o Inamps. Ele prevê a subordinação da Superintendência Regional do Inamps à secretaria, através da Comissão Interinstitucional de Saúde (CIS), presidida pelo secretário José Aristodemo Pinotti, e também a municipalização das unidades de atendimento primário – basicamente postos e centros de saúde estaduais e municipais.

As medidas representam um repasse imediato de Cz\$ 256 milhões da Previdência para o Estado, segundo afirmou Pinotti. A verba total do Inamps a ser administrada pela secretaria, neste ano, é de Cz\$ 46 bilhões, além dos cerca de Cz\$ 10 bilhões do orçamento da própria secretaria.

A unificação e descentralização do sistema de Saúde já fora acenada pelo Presidente José Sarney, no discurso de abertura da polêmica 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em março do ano passado, sem a participação dos empresários da medicina privada, para que o encontro pretendia a estatização do sistema. "É indispensável que se examine e reexamine a administração do setor, evitando-se a multiplicidade de instituições que atuam de forma sobreposta e com desperdício de recursos e a excessiva centralização que promove um distanciamento da realidade e inibe a iniciativa local", disse o Presidente.

Segundo o presidente do Inamps, Hésio Cordeiro, a reorganização da superintendência regional deve ser concluída em 31 de dezembro, mas desde já está extinto o cargo de superintendente. No quadro final permanecerão três coordenadorias vinculadas ao secretário de Saúde: uma, encarregada do orçamento, finanças e planejamento; outra, para o controle e avaliação dos serviços e uma terceira dedicada ao pessoal. Ele afirmou também que os hospitais e ambulatórios regionais de maior complexidade não serão geridos pelos municípios mas pela Secretaria Estadual de Saúde.

De acordo com Lupércio Cortez Júnior, diretor do Departamento de Controle e Avaliação da Presidência do Inamps, atualmente respondendo também pelas funções de secretário regional de

Medicina Social (em substituição a Herval Pina Ribeiro, exonerado do cargo), "a rotina será mantida nesta transição, de acordo com um compromisso assumido por todo o pessoal".

O ministro da Previdência afirmou, ontem, que não há ainda cálculos do "enxugamento" que a reforma sanitária representará no Estado, mas que, a nível federal, a máquina terá cerca de 1.500 funções suprimidas. Ele disse, ainda, que o convênio com a secretaria implica isonomia salarial, isto é, a equiparação dos funcionários da rede estadual com os funcionários da Previdência.

O Governador Quêrcia anunciou, durante a solenidade, a construção de cinco hospitais de 220 leitos na região metropolitana da cidade (os locais não estão definidos, segundo o secretário, que também desconhece o custo e recursos alocados).

SISTEMA PODE PIORAR SERVIÇOS

Herval Pina Ribeiro
Especial para a "Folha"

Ninguém medianamente informado sobre políticas e sistemas de saúde pode se opor ao processo de unificação das várias instituições públicas responsáveis, hoje, pela gerência dos próprios serviços e do relacionamento com as empresas e instituições médico-hospitalares contratadas, credenciadas e conveniadas. Ou seja, o sistema único se impõe por sua racionalidade e, neste particular, a proposição não é nova.

Mas a precariedade dos serviços públicos e privados de saúde não se deve à inexistência do sistema único, nem vai ser resolvida por ele. O discurso da racionalidade e a busca açoada de sua prática não substituirão as razões principais e fatos que determinam as políticas desta ou de qualquer outra atividade econômica.

Até hoje não tivemos no País uma política de saúde determinada pelos interesses e necessidades da população. Se os serviços médico-hospitalares, propiciados pela Previdência Social como direito do segurado, foram expandidos nas duas últimas décadas acompanhando o aumento da população previdenciária a qualidade e o acesso a esses serviços têm sido absolutamente insatisfatórios.

Para atender essa demanda crescente, os governos militares e técnicos-burocráticos que se sucederam ao golpe de 64 preferiram incentivar e subsidiar a iniciativa privada – mais ágil em construir um promissor mercado para indústrias de equipamentos e medicamentos em rápida expansão dentro e fora de seus países de origem.

Hoje, os hospitais privados estão em crise, "sucateados", sem capacidade de investir – ou seja, de comprar –, descapitalizados que foram pela inversão de seus lucros anteriores em atividades econômicas de maior rentabilidade. E esta situação parece sem retorno porque, para a maioria desses serviços, o único comprador é o Inamps, cuja política de preços está diretamente relacionada à receita previdenciária. E não é crível, num momento de crise econômica e possível recessão, que se volte à política de subsídios.

Quem absorverá, então, a produção de bens de saúde, ou seja, de equipamentos e medicamentos produzidos, cuja demanda continua a ser estimulada pelos meios de comunicação de massa?

As voltas com um regime tributário inócuo, os governos estaduais não têm tradição de investimentos sociais. Mesmo o Estado de São Paulo não ultrapassará este ano em 6% o seu orçamento para a saúde. A perspectiva do repasse dos Cr\$ 46 bilhões do Inamps para os seus cofres, sob o envoltório da unificação do sistema de saúde, é alvissareira mais para a Secretaria da Fazenda do que para a da Saúde.

Frise-se, porém, que os recursos do Inamps se destinam ao custeio de serviços, pressuposto que eles já se encontrem instalados. Construir e comprar equipamentos – investir em bens de capital – são atos de responsabilidade dos investidores, sejam eles públicos ou privados. O pior, e os exemplos são muitos, é se tais recursos forem desviados para outras finalidades.

Segundo o atual secretário estadual de Saúde, José Aristodemo Pinotti, os postos e centros de saúde do Estado dão em média trinta consultas diárias, fato revelador da alta ociosidade dessas unidades. A realidade dos hospitais do Estado não é muito diferente. A prudência indicaria corrigir essas disfunções antes de assumir novas estruturas com problemas similares e com atribuições bem mais complexas, como as do Inamps.

Na falta de uma política de absorção e uso de tecnologia em equipamentos, de custos reconhecidamente elevados, prevalecerá, como sempre, a pressão dos seus fabricantes. Os hospitais públicos, atuais e futuros, serão magnificamente equipados, mas com alta margem de ociosidade, a permanecer a atual política de recursos humanos. Alterar ao menos os padrões salariais sempre se faz, mas é insuficiente, além do que emagrecerá as verbas para o custeio de outros prestadores de serviços – os hospitais próprios do Inamps, as santas casas, os hospitais universitários e contratados e os serviços auxiliares de diagnóstico e terapia credenciados.

Quaisquer dessas alternativas são pouco alentadoras, posto que partem da premissa de desviar recursos – já considerados insuficientes – de um setor para outro. E não se faz o milagre do pão com dinheiro, sobretudo o dinheiro público, que é mais fácil de gastar do que qualquer outro.

O resultado mais provável é que a classe trabalhadora, já descontente com os serviços médico-hospitalares bem ou mal prestados pelo Inamps, fique com menos do que tem, ou seja, com uma assistência médica piorada dentro de um sistema que se dirá único. Esta experiência já tiveram os previdenciários, com a unificação dos institutos de aposentadorias e pensões. A situação poderá representar uma perda mais grave, de um direito securitário de meio século – o da assistência médica-previdenciária – jogado na vala dos direitos comuns numa sociedade em que os cidadãos o que menos têm, efetivamente, são direitos. E isto ocorre na República que se diz nova, através de simples convênio, sem ouvir os trabalhadores nem os empresários, que mantêm a Previdência Social. E mais, quando o Congresso constituinte se debruça sobre essas outras questões.

Unir cúpulas de órgãos com deficiências crônicas poderá atender ambiciosos projetos políticos e interesses clientelistas imediatos. Poderá até obter os aplausos suspeitos de setores tradicionalmente comprometidos com as fraudes contra o Inamps e, sob o rótulo da ação, lixuar a assistência médica-previdenciária sem colocar nada de melhor no lugar. A proposta não foi discutida

com os trabalhadores nem com os empresários que contribuem compulsória e mensalmente para a Previdência Social. Não foi explicitada aos funcionários, surpreendidos com a afoiteza dos seus autores. Não pode ter, por isso, o aval dos que, ao longo dos anos, cuidadosamente vêm trabalhando na construção de um sistema único de saúde, em cuja implantação e gerência é indispensável a participação efetiva dos contribuintes e usuários, capaz de impedir os habitual desvios dos recursos públicos. Este sempre foi discurso do PMDB. Tê-lo-á esquecido tão rápido, ao vestir a farda autocrática do poder?

PF INDICIA ENVOLVIDOS EM FRAUDES

A Polícia Federal indiciou ontem em inquérito policial o ex-superintendente do INAMPS em São Paulo (de 1979 a 1982) Thomaz Camanho Neto, 66, o médico Geraldo Tavares Campos, 40, e o ex-deputado federal João Paulo de Arruda Filho (PDS). Eles são acusados de infringirem o artigo 316 do Código Penal, que trata da concussão (extorsão ou peculato praticado por empregado público no exercício de suas funções) e prevê penas, não afiançáveis, de dois a oito anos de reclusão.

O inquérito apura denúncia encaminhada em carta anônima, em 30 de agosto de 1982, ao então ministro da Previdência Social, Hélio Beltrão. O remetente, que usou as iniciais A.T.C., afirmava ser proprietário de um grupo de laboratórios e ter sido chamado junto com representantes de hospitais credenciados pelo Inamps a uma reunião na sede do órgão em Santo André (município a sudeste da Grande São Paulo), em maio de 1982. De acordo com a carta, eles foram recebidos um a um por Tarcísio Book, coordenador político da campanha para a reeleição de Arruda Filho e apresentado como representante de Camanho Neto, e por Francisco Gledson Salatiel de Alencar, ex-chefe do Serviço de Medicina Social do Inamps em Santo André.

Os dois, segundo a denúncia, estipulavam uma contribuição dos convocados à reunião para as campanhas eleitorais de Arruda, do ex-deputado Cantídio Sampaio (já morto) e do candidato a deputado estadual por São Paulo Luís Furlan, filho do ex-senador "biônico" Amaral Furlan, todos do PDS. A contribuição seria de 5% do faturamento de maio dos laboratórios e hospitais e de 10% do faturamento de junho a novembro.

Folha de S. Paulo – 26-5-87

ESPECIALISTAS REFUTAM A PROPOSTA DE CASTRAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO DE AIDÉTICOS

Da Reportagem Local e das Sucursais
O caráter voluntário que o cirurgião mineiro Aloísio Resende Neves, 75, introduziu na sua proposta de esterilização e eliminação da potência sexual de aidéticos não modificou a postura de especialistas e entidades. Prevalecem em São Paulo as reações de incredulidade e as menções à idade do cirurgião. Para o Presidente do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (Gapa), Paulo César Bonfim, 31, a proposta continua sendo "lamentável" e ele descarta qualquer possibilidade de parecer um voluntário para esta "medida fascista e sem base científica".

Resende não é um nome desconhecido para médicos como Guido Levy, infectologista e presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Levy também recebeu o documento – já enviado para cerca de quatrocentas entidades – defendendo a vasectomia bilateral e o corte de três músculos do pênis para esterilizar e evitar a ereção, sugeridos pelo cirurgião. “No começo pensei que fosse brincadeira”, disse Levy, para quem “a divulgação de sugestões como estas só estimulam os malucos a se manifestarem”.

O diretor clínico do Hospital Emílio Ribas I, Ivan de Oliveira Castro, 47, conhecia igualmente as idéias de Resende, que ele situa entre as muitas sugestões extravagantes encaminhadas a ele para evitar a disseminação da Aids: “O controle tem que ser feito através da conscientização e não de métodos da Inquisição”. Neste sentido, disse que na Alemanha, onde pessoas envolvidas na prostituição estariam sendo submetidas a testes para detecção de anticorpos da doença e, na eventualidade de resultarem positivos, seriam treinadas e encaminhadas para outras atividades.

O infectologista e superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Vicente Amato Neto, teve contato com o cirurgião mineiro, durante a internação e morte do presidente Tancredo Neves, de quem Resende Neves era primo, no Instituto do Coração (Incor), em 1985. “Uma pessoa respeitável solidária e dedicada”, disse Amato. “Mas a proposta não tem aplicabilidade pelo número de pessoas infectadas e que não apresentam a doença”.

MÉDICO AINDA ACREDITA EM SUA TEORIA

O médico mineiro Aloísio Resende Neves, 75, atribuiu ao “desconhecimento” dos termos de sua proposta as reações contrárias de outros médicos e especialistas à cirurgia preventiva que vem indicando como método de combate à Aids. Segundo Neves, seu método inclui vários procedimentos cirúrgicos, além da esterilização, que impediriam a ereção do pênis do aidético, por ele comparado a “um revólver engatilhado para matar”. “O principal é impedir a ereção para que o homem infectado com Aids não possa contaminar outras pessoas”, afirmou o médico, em Belo Horizonte, descrente da eficiência da camisa de vénus na prevenção à doença. “Ao se dilatar, a camisinha pode permitir a passagem do vírus”, afirmou.

A cirurgia preventiva recomendada por Neves consiste em quatro secções no pênis do aidético, que deixaria de ter ereção e ejaculação: do ligamento suspensor dos nervos dorsais, dos músculos inquiocavernosos e do músculo pubocavernoso.

Sobre o caráter ético de sua proposta, Neves disse considerar um desrespeito aos direitos humanos deixar que “a ereção inflame a Aids e contamine a humanidade”, uma vez que, para ele, “a dignidade do homem não está na ereção, mas no caráter”.

Folha de S. Paulo 20-6-87

DEFINIDA UNIFICAÇÃO DA SAÚDE DE SÃO PAULO COM INAMPS

Das sucursais e da reportagem local

O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, afirmou, ontem, em Recife,

que será assinado na próxima segunda-feira, às 15h, em São Paulo, convênio entre o Inamps e a Secretaria de Estado da Saúde para unificar e integrar os serviços de saúde. O ministro também firmou, com o governo do Estado de Pernambuco, convênio no valor de Cz\$ 1,5 bilhão para implementação do sistema de saúde. Ele disse que o convênio dará à secretaria paulista a “responsabilidade pelo gerenciamento do setor em São Paulo, recebendo os recursos do Inamps”, o que possibilitará “não só a descentralização do sistema, mas a sua regionalização”.

O ministro afirmou que a assinatura do convênio implicará “a curto e médio prazo, a extinção da Superintendência Regional do Inamps em São Paulo”, assim como ocorrerá “nos demais Estados que firmarem o mesmo tipo de convênio”. Ele negou-se a divulgar os termos do convênio, cuja redação disse estar finalizada, e a dizer se sua assinatura implicará o imediato afastamento do superintendente regional do Inamps de São Paulo, Roberto Lago, ou sua subordinação à Secretaria da Saúde. “Na segunda-feira, em São Paulo, vocês conhecerão os termos do convênio”, afirmou. O Presidente do Inamps, Ésio Cordeiro, negou-se também a responder às mesmas questões.

Maceió

Raphael Magalhães esteve antes em Maceió, onde celebrou convênio entre seu ministério e o governo do Estado de Alagoas para a criação do sistema unificado e descentralizado de saúde. É o primeiro Estado a ter a medida formalmente implantada. Com o convênio, o Estado passa a administrar a rede pública de saúde da região, “inclusive o controle de contratos dos hospitais privados junto ao Inamps”, disse Magalhães.

Segundo o ministro, “São Paulo tem uma grande rede privada, uma imensa rede estadual e boas instalações no interior, mas na Grande São Paulo faltam instalações públicas”. Magalhães disse que a estadualização do Inamps de São Paulo – que tem orçamento previsto para este ano de Cz\$ 46 bilhões, enquanto o da Secretaria da Saúde é de cerca de Cz\$ 10 bilhões – vai ser importante para ampliar as instalações públicas onde há deficiência e melhorar o aproveitamento das redes no interior.

Superintendente

Apesar de ter-se negado, em Recife, a dar detalhes sobre as novas funções, em Maceió, o ministro disse que, com a extinção da “figura” do superintendente regional do Inamps, suas atribuições passam para o secretário da Saúde.

Conforme dados divulgados ontem, Alagoas receberá, este ano, cerca de Cz\$ 1,9 bilhão para o convênio, só de recursos do Ministério da Previdência, através do Inamps.

Há também verbas provenientes dos ministérios da Saúde e da Educação e Cultura.

LAGO AFIRMA TER AFINIDADES COM PINOTTI

Da reportagem local

O superintendente regional do Inamps, Roberto Lago, 35, aliste ontem, em São Paulo, ser “afinado com o secretário estadual de Saúde, José Aristodemo Pinotti, com quem compartilha “a proposta de um serviço unificado e integrado de saúde”. Segundo afirmou, nunca ocorreram divergências

entre ambos e, através de um contato telefônico, na última quinta-feira, Pinotti teria demonstrado seu interesse em trabalhar conjuntamente. O secretário informou, através de sua assessoria que ratificava as declarações publicadas ontem pela Folha de que “o importante não são os nomes, mas a unificação do sistema, cujas modificações necessitam ser convenientemente discutidas”, e que até o momento não existem definições.

Roberto Lago defende a integração do sistema mediante a efetivação da Comissão Interinstitucional de Saúde (CIS), formada em 1983 e integrada por membros do Inamps, da própria Secretaria de Saúde e por médicos da Prefeitura Municipal, que elabora projeto nesse sentido. “Relatei a forma de unificação que acho adequada e o secretário concordou”, afirmou o superintendente, para quem “a democratização do sistema deve incluir participação”. Ele discorda da proposta de redistribuição global dos serviços de maneira simultânea, “sendo preferível dar início ao projeto a partir dos municípios”.

O superintendente afirmou ontem que o Posto de Assistência Médica (PAM) do Inamps em Franca (400km ao norte de São Paulo), deverá ser transferido do prédio onde se encontra instalado e que o contrato nesse sentido já foi assinado com novo locador. Logo afirmou que o atraso no pagamento do edifício onde atualmente funciona o posto (de propriedade da firma Marangoni e Cia) é decorrente da falta de dotação orçamentária, cujos recursos são encaminhados pela sede da instituição no Rio de Janeiro. O PAM funcionará em local alugado até que o projeto aprovado para a construção da sede própria tenha início.

Folha de S. Paulo 20-6-87

CONGRESSO ANALISARÁ AS POLÍTICAS DO SETOR

A realização de um Congresso Estadual de Saúde em São Paulo, em agosto, e de uma reunião com sindicatos e centrais de trabalhadores e de usuários do Inamps, no dia 1º de julho, foram as principais decisões tomadas durante um encontro na noite da última quinta-feira, que reuniu a maioria dos 75 médicos e técnicos da Superintendência Regional do Inamps (que pediram demissão em solidariedade à demissão do secretário de Medicina Social, Herval Pina Ribeiro). Também participaram do encontro representantes do Hospital das Clínicas, Escola Paulista de Medicina, Hospital Matarazzo, Secretaria da Saúde, Conselho Regional de Medicina e Santas Casas de Misericórdia de São Paulo.

Todos os presentes à reunião (cerca de cem pessoas) tinham, segundo o médico Herval Pina Ribeiro, 55, um único propósito: lutar pela implantação de uma verdadeira política de saúde em São Paulo. No congresso de agosto, o objetivo principal será a proposição de medidas para a unificação dos sistemas de saúde, após uma ampla análise da situação atual dessa política no Estado de São Paulo. E a reunião do dia 1º de julho servirá para colher as opiniões dos usuários sobre as propostas mais técnicas.

Para o ex-secretário de Medicina Social do Inamps de São Paulo, está havendo um “retrocesso” na implantação das políticas de saúde. “O ministro da Previdência e a Secretaria de Saúde fazem o mesmo discurso que nós, mas têm

objetivos diferentes. Estamos muito preocupados, pois achamos que suas propostas visam à liquidação do Inamps e não à unificação de todo o sistema de saúde", disse Pina Ribeiro.

PARECER DA PRIMEIRA-VICE-PRESIDÊNCIA

Parecer favorável, transformando-se a presente Exposição de Motivos em Pedido de Informações, ex vi do disposto no § 5º do art. 62, estabelecendo-se como itens básicos do ofício a ser encaminhado ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil as alíneas b, c e d, com o acréscimo de solicitação pertinente à alínea a.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Bocayuva Cunha ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a instalação da Reynolds Internacional do Brasil no País com importação de maquinaria usada.

Brasília, 6 de junho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 60, de 1987 (ANC)

(Constituinte Arnaldo Faria de Sá)

Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete-Civil da Presidência da República sobre o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

Exmº Sr. Constituinte Ulysses Guimarães M.D. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Requeiro a V. Exª, com base no art. 62, inciso IV, e seu § 5º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, informações a esta Casa, complementando os informes oficiais tornados públicos, a respeito do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre o Brasil e a Argentina, envolvendo importações e exportações, como "produto nacional" das partes contratantes, estabelecida à tarifa zero, para a realização desse intercâmbio.

Pedimos sejam esclarecidos os critérios para a inclusão dos materiais a serem exportados pelo Brasil, esclarecida a proporcionalidade entre os dois mercados, favorável às empresas argentinas.

Não concordamos, em hipótese alguma, com a inclusão dos ferramentais para fundição e plástico nesse Acordo.

Finalmente, indaga-se a respeito da possibilidade de inclusão, nesse tipo de "trocada direta", das compras do setor privado e a possibilidade da ampliação da lista comum.

Justificação

Considerando a importância desse Acordo, desejamos conhecer mais alguns detalhes relevan-

tes da sua adjetivação, desde que o contexto objetivo, embora e exarado em dezoito artigos, não esmiúça, convenientemente, a amplitude do convênio.

Indiscutível a importância da matéria, do ponto de vista econômico e internacional; impõem-se maiores esclarecimentos, tanto mais quando o êxito desse acordo pode ampliar as relações dos países do continente, em suas crescentes interdependências.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1987. – Constituinte **Arnaldo Faria de Sá**.

PARECER DA 1ª-VICE-PRESIDÊNCIA

Parecer favorável, de conformidade com o que dispõe o § 5º do art. 62 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

Brasília, 6 de julho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 61 de 1987 (ANC)

(Constituinte Bocayuva Cunha)

Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República sobre a instalação da Reynolds Internacional do Brasil no País com importação de maquinaria usada.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Com fundamento no artigo 62, item IV, § 6º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro a V. Exª seja encaminhado ao Ministério da Fazenda, através do Gabinete Civil da Presidência da República, o seguinte pedido de informação:

Em agosto de 1985, por decisão da Comissão de Economia, Indústria e do Comércio, o então Presidente da Comissão, Deputado Ralph Biasi, encaminhou aos Ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio, da Seplan, ao Presidente do Banco do Brasil e ao Chefe do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros – FIRCE, Banco Central, em nome da Comissão, uma solicitação concreta, no sentido de sustar a instalação da indústria Reynolds Internacional do Brasil no País.

Também em 1985, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, solicitava ao Diretor da Carteira de Crédito e Comércio Exterior – CACEX, que se abstivesse de tornar qualquer decisão sobre a importação da maquinaria usada

que aquela empresa pretendia importar para a fabricação de latas no País.

Preocupa-nos o noticiário dos jornais, segundo os quais o Ministro da Fazenda teria autorizado a CACEX a conceder as licenças acima mencionadas, já que pelos exaustivos debates que mantivemos naquela Comissão Permanente da Câmara dos Deputados, a instalação da Reynolds traria grandes prejuízos, não só à indústria de latas já instalada no País, como, sobretudo, à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, de Volta Redonda.

Assim sendo, requeiro as seguintes informações:

1. Está realmente V. Exª autorizando a instalação da Reynolds Internacional do Brasil, com a importação de maquinaria com mais de cinco anos de uso?

2. Foi consultada a Companhia Siderúrgica Nacional sobre os prejuízos que esta Companhia irá sofrer com esta resolução? Em 19 de setembro de 1985, a Associação Comercial, Industrial e Agro-Pastoral de Barra Mansa afirmava que "se nosso Governo permitir a instalação da Reynolds Metals a nossa CSN deixará de vender mais de 30 mil toneladas de folhas anualmente, perdendo um faturamento superior a 100 bilhões de cruzeiros". E mais, "que com a implantação da Reynolds Metals estará ameaçada de extinção a Litográfica Volta Redonda S/A, instalada em nossa cidade, trazendo grande prejuízo à vida econômica de Barra Mansa e, consequentemente, desemprego".

3. Com base em que dispositivo legal esta importação de maquinaria usada teria sido autorizada?

Senhor Presidente, no momento em que a Assembléia Nacional Constituinte está em pleno funcionamento, é inadmissível que ignore-se o sentido que predominou na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, desprezando-se os resultados de estudos profundos feitos nesta Comissão, e que seja resolvido de forma autoritária pelo Ministro da Fazenda, sem que informações detalhadas de todas as fases do processo de autorização sejam transmitidas a esta Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, – Deputado **Bocayuva Cunha**.

Parecer

Parecer favorável, cumprido o disposto no art. 62 do Regimento Interno, com o encaminhamento da matéria diretamente ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Mauro Benevides**; Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Bocayuva Cunha ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a instalação da Reynolds Internacional do Brasil no País com importação de maquinaria usada.

Brasília, 6 de julho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 62/87 (ANC)**

(Constituinte Vítor Buaiz)

Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República sobre as providências tomadas relativas ao encalhe do navio Hyundai New World de bandeira coreana, na Baía de São Marcos, no Estado do Maranhão.

Senhor Presidente,

Como vem sendo noticiado pela imprensa há alguns dias, encontra-se encalhado nas águas da Baía de São Marcos, no Estado do Maranhão, o navio Hyundai New World de bandeira coreana, o 3º maior graneleiro do mundo com uma carga de 90 mil toneladas de carvão, 100 mil toneladas de minério de ferro e 1.800 toneladas de óleo, que inclusive escapou boa parte dos porões do navio alojando-se nas praias e ilhas da baía, causando grande prejuízo a várias colônias de pescadores da região.

Esse é talvez o maior desastre ecológico já acontecido em costas brasileiras.

Diante do exposto, venho requerer à Mesa desta Assembléia Nacional Constituinte informações sobre quais as providências tomadas até agora pelos órgãos competentes do Governo para que seja debelado o referido desastre ecológico.

Nestes termos

Pede-se deferimento

Brasília – DF, 10 de junho de 1987. – Constituinte Vítor Buaiz.

PARECER DA 1º-VICE-PRESIDÊNCIA

Parecer favorável, ex vi do disposto no § 5º do art. 62 do Regimento Interno, encaminhando-se o presente pedido diretamente ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987. – Constituinte Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Vítor Buaiz ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre as providências tomadas relativas ao encalhe do navio Hyundai New World de bandeira coreana, na Baía de São Marcos, no Estado do Maranhão.

Brasília, 6 de julho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira** Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 63, de 1987-ANC**

(Constituinte Nelton Friedrich)

Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República sobre denúncia publicada na Folha de S. Paulo, de 4-6-87, de não liberação pela Embratel de satélite para transmissão de imagens do evento do dia 3/4 em Cuiabá – MT.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Requeiro a V. Exª, para decisão da Mesa, informações a sua Excelência, o Senhor Antonio Carlos Magalhães, digníssimo Ministro das Comunicações, a respeito da denúncia publicada na **Folha de S. Paulo** do dia 4 de junho de 1987, versando sobre a não liberação de satélite para transmissão de imagens e sons para as televisões do evento do dia 3 de junho próximo passado.

Em razão da gravidade que pode significar a confirmação da notícia-denúncia.

Pego Deferimento, – **Nelson Friedrich**, Deputado Federal.

Nos termos do art. 62, inciso IV, § 5º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro informações oficiais ao Ministério das Comunicações, especialmente à Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A, nos termos seguintes:

1º) realizou-se no fim da tarde do dia 3 de junho de 1987, em Cuiabá-MT, evento político de repercussão nacional, com o retorno à Prefeitura daquela capital do ex-Ministro Dante de Oliveira, que num gesto raro na história desta República saiu de elevada função que exercia por discordar do encaminhamento político imposto pelo Presidente da República servindo, ainda, como democrática manifestação pelo fortalecimento da Assembléia Nacional Constituinte e em comício pelas eleições diretas em 1988;

2º) os líderes Mário Covas – do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, Fernando Henrique Cardoso, Senado e Luiz Henrique, na Câmara Federal, além de quase três dezenas de Constituintes, senadores e deputados, compareceram ao ato público prestigiado por aproximadamente duas mil pessoas;

3º) surpreendentemente, em edição do dia 4 de junho de 1987, jornal de circulação e conceito nacional divulga que a Embratel “até 22h e 30min não havia liberado seu satélite para transmissão de imagens e do comício pelas televisões”, conforme comprovação anexa. Em sendo correta a notícia deve a empresa estatal responsável pela geração de som e imagem para as televisões explicar detalhadamente as razões determinantes de tal comportamento, dada a gravidade do que isso pode significar para a liberdade, democracia e direitos dos brasileiros;

4º) requer-se também que a estatal – constituída para realizar Serviço Público – através do Ministério das Comunicações, forneça dados sobre todas as gerações promovidas das 17:30 às 22:30 e suas rotas, bem como pedidos que – normalmente verbais – tenham sido encaminhados à EMBRATEL, para geração de som e imagem;

5º) sejam fornecidas outras informações sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, 5 de junho de 1987. – Constituinte Nelson Friedrich.

Folha de S. Paulo

Quinta-feira, 4 de junho de 1987

DANTE ASSUME, EM CUIABÁ COM COMÍCIO

Aproximadamente mil pessoas participaram ontem em Cuiabá (MT) de comício na praça Alencastro (centro da cidade), onde o ex-Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de

Oliveira, reassumiu o cargo de prefeito. Ao chegar ao aeroporto Marechal Rondon, às 15h, de Brasília; Dante foi recebido por cerca de quinhentas pessoas, que o acompanharam em caravana até o centro de Cuiabá. No aeroporto, ele disse que “o Presidente Sarney ainda vai entender que a vontade do povo é votar para presidente da República ainda em 1988, um ano após a promulgação da nova Constituição brasileira”. Os líderes do PMDB no Congresso Constituinte, Senador Mário Covas, no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara dos Deputados, Luiz Henrique, estiveram presentes à posse. Até as 22h 30 mim, a Embratel não havia liberado seu satélite para transmissão de imagens do comício pelas televisões. O ex-senador Marcos Freire assume hoje, às 15h, em Brasília, o cargo de ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Ele decidiu aceitar o cargo apesar de não ter obtido o apoio do Governador Miguel Arraes. Pág. A-6.

PARECER DA PRIMERA-VICE-PRESIDÊNCIA

Somos favoráveis ao pedido de informações, cumprindo-se, **in casu**, o rito preceituado no § 5º do art. 62 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987. – Constituinte Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Nelson Friedrich ao Gabinete Civil da Presidência da **Folha de S. Paulo**, de 4-6-87, de não liberação pela Embratel de satélite para transmissão de imagens do evento do dia 3/4, em Cuiabá – MT.

Brasília, 6 de julho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 64, de 1987**

(Constituinte Jorge Arbage)

Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República sobre o direito de propriedade das áreas de terras laterais à extensão das ferrovias Norte – Sul e Leste – Oeste, a quantidade de hectares e a entidade responsável pela licitação.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos termos estabelecidos pelo inciso IV, art. 62, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, formulo requerimento ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, José Reinaldo Tavares, por intermédio do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para que preste as seguintes informações oficiais:

1) o direito de propriedade das áreas de terras laterais à extensão das ferrovias Norte – Sul e Leste – Oeste, nas faixas de 100 (cem) quilômetros, para cada lado, especificando os nomes dos proprietários, (pessoas físicas ou jurídicas);

2) a quantidade de hectares, a forma de sua aquisição, assim como a respectiva data;

3) a entidade responsável pela licitação (Getat, Incra ou institutos de terras estaduais) e o preço da compra relativo a cada gleba.

Justificação

A "título de justificação tomo a liberdade de transcrever o artigo "Filho de Boto", do Cônego Ápio Campos, publicado em **O Liberal**, de 7 de junho de 1987:

FILHO DE BOTO

Ápio Campos

Verdadeiro primor de imaginação e criatividade, em matéria de apuração de dolos e fraudes – moda in em política nacional – foi a conclusão a que chegou a CPI instalada no Ministério dos Transportes e encarregada de verificar as irregularidades na concorrência para a construção da ferrovia Norte – Sul.

Convocada solenemente a imprensa, foi lido perante os repórteres, boquiabertos e ávidos de, pela primeira vez na vida, escutarem uma relação de culpados e as penas que lhes seriam impostas, o relatório final dos trabalhos e que se constitui em verdadeira obra-prima a ser proposta como modelo às diferentes comissões que, por este Brasil afora, se encontram embaraçadas diante do enervante dever de apurar o óbvio e a sinistra obrigação de propor punição aos culpados. A ferrovia Norte – Sul começa oferecendo seus trilhos, robustos e resistentes, à passagem dos diferentes trens da alegria.

Reconheceu a Comissão que "ocorreram omissões e irregularidades quanto à forma do processo licitatório" mas, a partir daí, apesar de todos os seus esforços e boa vontade, seguindo as pistas mais misteriosas, capazes de embaraçar o próprio Sherlock Holmes, nada mais foi descoberto. A Comissão se desculpa aludindo aos seus limites funcionais, que não lhe permitiram provavelmente mandar tirar impressões digitais ou consultar a Interpol, e também à exigüidade de prazo – no que tem certa razão, pois o hábito é que tais comissões se arrastem por meses e meses, senão anos. Por isso, "não obstante tivesse esgotado todos os recursos que os seus limites funcionais e de prazo lhe impuseram", não conseguiu apurar "qualquer ato que pudesse ser considerado ilícito penal".

Por outras palavras, houve omissões mas não omissos, houve irregularidades mas foi pura distração dos encarregados. E como no caso do "erro na balança comercial", o que aconteceu não tem nenhuma importância, nem há por que a imprensa estar fazendo tanto barulho em torno da coisa. O fato, diz a Comissão, foi "sem repercussão econômica no resultado da licitação, não acarretando portanto prejuízo financeiro à Valec e à administração pública e igualmente na qualidade técnica dos serviços".

Daí se conclui que é imprudentemente precipitado o juízo que o povo faz a respeito de marajás, de desvios de verbas, de fraude nos dinheiros públicos. Tudo pode restringir-se a mera aparência. Não nos devemos deixar iludir pelos fatos. Por mais comprovados que sejam e até que os próprios indicados os confessem, é preciso ter cuidado nas conclusões. Tudo deve ser minuciosamente examinado e competentemente inter-

pretado, pois a verdade nos pode surpreender e desconcertar. Todos podem ser absolutamente puros, sem qualquer mancha de pecado nem mesmo em pensamento. A suspeita não passou de falso alarme: nada há que temer em matéria de honestidade, o trem pode prosseguir a viagem. As empresas envolvidas estão possibilidades concorrer de novo, no próximo edital de licitação: terão apenas de acautelar-se, de maneira mais sólida, contra essa mania de jornalistas verem fantasmas em toda parte.

Pois quanto à publicação dos resultados, pelo jornalista Jânio de Freitas, na **Folha de S. Paulo**, por meio de um anúncio cinco dias antes da abertura das propostas de preço, a Comissão, chamada a pronunciar-se, declarou que não seria tão difícil a um jornalista, lendo cuidadosamente o edital, prever os resultados.

Diante da lucidez e da engenhosidade do espetacular parecer, terá sorte o infeliz jornalista Jânio de Freitas se não for transformado de denunciante em indicado, acabando por ser processado pelas empresas como inciso no delito de calúnia ou falso testemunho. E terminará a ser o único a receber a punição.

Donde se conclui que de duas uma: ou, se houve crime, foi crime perfeito, desses que, pela sua perfeição, já merecem antecipadamente não apenas absolvição mas a admiração dos seus possíveis imitadores; ou então teremos de urgentemente rever nosso conceito de absurdo. Existe sim fraude sem fraudador, culpa sem culpado; e até roda quadrada, em nosso Patrapi.

No Senado, onde vai também haver uma CPI para apurar a ferrovia, o seu presidente, diante de tantas evidências irrespondíveis, também já conhece a conclusão que se impõe: em discurso sem apartes, votou a favor.

Enquanto isso, o Ministro Bresser – que se havia manifestado a respeito da inexistência de recursos para o empreendimento – já encontrou uma forma de arranjar dinheiro: vai taxar violentamente as heranças. Como não é mais possível arrancar dinheiro do pobre contribuinte vivo, o jeito é arrancar dinheiro dos mortos. Os testamentos deverão obrigatoriamente incluir uma cláusula equiparando a ferrovia a um filho legitimado, posto que adulterino.

Os mortos a construirão, embora os vivos é que ganhem as concorrências.

Com a devida vénia de meu querido amigo Waldemar Henrique, bem que se poderia adaptar a esse processo, cuja obesidade já atinge 190 páginas, sete volumes e seis anexos, a sua famosa cantiga:

"A barriga cresceu?
Nada há que apurar.
Culpado não fui eu!
Foi boto, sinhá!"

Sala das Sessões, 9 de junho de 1987.
– Constituinte **Jorge Arbage**.

PARECER DA 1º-VICE-PRESIDÊNCIA

Parecer favorável, com base no art. 62 do Regimento Interno, encaminhando-se o presente Pedido de Informações através do Ministro-Chefe do Gabinete Civil.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987.
– Constituinte **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Jorge Arbage ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre o direito de propriedade das áreas de terras laterais à extensão das ferrovias Norte – Sul e Leste – Oeste, a quantidade de hectares e a entidade responsável pela licitação.

Brasília, 6 de julho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, secretário-geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 65/87 (ANC)

(Constituinte Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República informações do Ministério da Fazenda sobre a liquidação do Banco Comind.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Requeiro a V. Exª, nos termos regimentais, seja solicitada ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, as seguintes informações, que se referem à liquidação do Banco Comind:

Quantos bens já foram vendidos?

Qual a importância arrecadada com a venda dos bens?

Quanto poderá ou deverá ser arrecadado com a venda dos bens remanescentes?

Qual a previsão de pagamento dos credores?

Sala das Sessões, 23 de junho de 1987.
– Constituinte **Antonio Carlos Mendes thame**.

PARECER DA PRIMEIRA-VICE-PRESIDÊNCIA

Parecer favorável, nos termos do § 5º do art. 62 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, processando-se o presente pedido de informações através do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Mauro Benevides**, primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Antonio Carlos Mendes Thame ao Gabinete Civil da Presidência da República, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre a liquidação do Banco Comind.

Brasília, 6 de julho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 66/87 (ANC)

(Constituinte Ademir Andrade)

Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a Rodovia

Transamazônica, BR-230, no Pará, e BR-422, trecho que liga Tucuruí a Vila de Rio Repartimento.

De acordo com o art. 62, item IV, § 5º e § 6º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, dirigimos Pedido de Informações a respeito da Rodovia Transamazônica (BR-230) e Rodovia BR-422.

Queremos saber quais as obras previstas para a Rodovia BR-230, no trecho dentro do território paraense, para os anos de 1987, 1988 e 1989, detalhando cada tipo de serviço e os trechos correspondentes, em cada ano.

Desejamos saber ainda em OTN o volume de recursos totais previsto para cada ano e parciais para cada trecho. Se o projeto está pronto e que empresa o realizou. Se já houve concorrência para a execução dos serviços e quem as venceu. Se os contratos já estão assinados e o cronograma de serviços de cada empresa vencedora.

Necessitamos ainda de informações sobre quais serviços e quando serão realizados na BR-422, que liga Tucuruí a Vila de Rio Repartimento, na Transamazônica. Se já houve concorrência e qual empresa ganhou a obra. O cronograma dos serviços e o valor total da obra em OTN.

Sala das Sessões, 25 de junho de 1987.
– Constituinte **Ademir Andrade**.

Parecer

Parecer favorável, com base no § 5º do art. 62 do Regimento Interno, processando-se o encaminhamento do presente pedido de informações através do Ministro-Chefe do Gabinete Civil

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Ademir Andrade ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a Rodovia Transamazônica, BR-230, no Pará, e BR-422 trecho que liga Tucuruí a Vila de Rio Repartimento.

Brasília, 6 de julho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 67, de 1987 (ANC)

(Constituinte Ademir Andrade)

Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República sobre lotes e sobras de ouro, prata, paládio e outros metais nobres produzidos em Serra Pelada e comprados pela Caixa Econômica Federal.

De acordo com o art 62, item IV, § 5º e § 6º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, apresento Pedido de Informações à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Considerando que a Caixa Econômica Federal compra tal o ouro produzido no garimpo de

Serra Pelada, município de Marabá, Estado do Pará; que cada lote depois de refinado pela Casa da Moeda, sempre deixa uma sobra considerável de ouro (diferença entre o ouro pago pela Caixa no momento da compra e o ouro realmente apurado), além de uma significativa quantidade de paládio e prata, desejamos saber do Banco Central:

1) Qual a sobra de ouro em gramas nos lotes de nº 1 a 400, com a quantidade total apurada e a quantidade total paga aos garimpeiros pela Caixa Econômica Federal;

2) Qual o total de paládio em gramas, apurado nos lotes de nº 1 a 400;

3) Qual o total de prata em gramas apurada nos lotes de nº 1 a 400;

4) Qual a sobra de ouro dos lotes 401 em diante em gramas, lote por lote;

5) Quais as quantidades em grama de paládio e prata, lotes por lotes, a partir do nº 401; e

6) Se algum outro tipo de material nobre é extraído do minério de ouro, como a platina ou outros e as suas quantidades, separadamente, dos lotes 1 a 400, e de 401 em diante.

Sala das Sessões, 25 de junho de 1987.
– Constituinte, **Ademir Andrade**.

PARECER DA PRIMEIRA-VICE-PRESIDÊNCIA

Parecer favorável, com base no art. 62 do Regimento Interno, dirigindo-se o presente Pedido de Informações ao Gabinete Civil da Presidência da República.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987.-Constituinte **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Ademir Andrade ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre lotes e sobras de ouro, prata, paládio e outros metais nobres produzidos em Serra Pelada e comprados pela Caixa Econômica Federal.

Brasília, 6 de julho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 68, de 1987 – ANC

(Constituinte Naroldo Lima)

Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre notícia veiculada pelo Jornal de Brasília, de 26-6-87, a respeito de grupos de pressão sobre a Assembléia Nacional Constituinte.

Com base no inciso IV do art. 62 e seu lido Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, (encaminho à Mesa da Assembléia Madona) Constituinte, o seguinte requerimento de informações:

O Jornal de Brasília em sua edição do dia 26-6-87, na página 2, publica matéria assinada pelo jornalista Rubem Azevedo Lima, intitulada "EUA, fazem pressão sobre Constituinte", onde revela a formação de um grupo executivo para

pressionar a Assembléia Nacional Constituinte a aprovar teses de interesse de empresas norte-americanas, coordenado pelo embaixador dos Estados Unidos, Sr. Henry Shlaudeman.

Considerando que tal notícia, se confirmada, representa uma ingerência do embaixador norte-americano em assuntos da política interna brasileira e uma afronta à soberania da Assembléia Nacional Constituinte, ferindo o princípio constitucional de não-ingerência que deve nortear as relações diplomáticas internacionais, requeiro, nos temos regimentais, seja encaminhado um pedido de informações para que o Ministério das Relações Exteriores tome as providências necessárias junto à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para esclarecer tais notícias e exigir, em caso afirmativo, uma retratação oficial do embaixador americano.

Brasília, 26 de junho de 1987. – **Haroldo Lima**, Líder do PC do B.

PARECER DA PRIMEIRA-VICE-PRESIDÊNCIA

Encaminhe-se o presente pedido de informações, através da Casa Civil, **ex vi** do disposto no art 62, inciso V, do Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Haroldo Lima ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre notícia veiculada pelo Jornal de Brasília, de 26-6-87, a respeito de grupos de pressão sobre a Assembléia Nacional Constituinte.

Brasília, 6 de julho de 1987.–**Paulo Alfonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 69 de 1987 (ANC)

(Constituinte Gerson Marcondes)

Solicita ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República, informações ao Ministério da Aeronáutica sobre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

Senhor Presidente,

Com base no disposto no item IV do art 62 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Aeronáutica, por intermédio do Gabinete Civil da Presidência da República, o seguinte Requerimento de Informações:

- 1) Qual é a real função da INFRAERO;
- 2) Qual a receita do corrente ano;
- 3) De onde deriva essa receita; e
- 4) Se as empresas de aviação civil arcam com as despesas junto à Infraero, especificando-as.

Justificação

Acrescente complexidade da infra-estrutura aeroportuária e a exigência do seu rápido desenvolvimento.

vimento levaram o Ministério da Aeronáutica a transferir para a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) – ou às subsidiárias que ela criasse – as atividades de implantação, administração e exploração comercial e industrial da infra-estrutura aeroportuária do País.

A Infraero é uma empresa tipo holding e está vinculada ao Ministério da Aeronáutica.

Beneficiando, igualmente, o transporte aéreo civil e a logística militar, o Ministério da Aeronáutica é responsável, direta e indiretamente, pela implantação, construção, manutenção e exploração comercial e industrial de mais de 1.800 aeródromos públicos e 76 helipontos.

A Infraero responde pelos 55 mais importantes aeroportos do País, sendo 5 deles através de sua subsidiária Arsa.

Sala das Sessões, de 1987. – Constituinte **Gerson Marcondes**.

PARECER DA PRIMEIRA-VICE-PRESIDÊNCIA

Parecer favorável, com base no art 62, inciso IV do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, através do Gabinete Civil da Presidência da República.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Gerson Marcondes ao Gabinete Civil da Presidência da República, solicitando informações do Ministério da Aeronáutica sobre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

Brasília, 6 de julho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 70, de 1987 (ANC)

(Constituinte Raymundo Bezerra)

Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre autorização solicitada pela Companhia Shell ao Conselho Nacional de Petróleo e à Petrobrás, para distribuição de GLP.

O Deputado Federal Constituinte, abaixo firmado, no uso de suas atribuições, amparado no art 62; § 5º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, vem, através de V. Ex^a, encaminhar à Mesa Diretora, pedido oficial de informações, para o que se segue: se existe veracidade nas notícias de que o Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás teriam recebido da Companhia Shell pedido de autorização para a distribuição do GLP, no território nacional, ou se alguma sua associada teria feito solicitação, para o mesmo fim.

Justificação

De acordo com o art 3º, parágrafo único, da Resolução nº 4/59, do CNP, que "dispõe sobre a distribuição em grosso dos derivados de petróleo consumidos no País, exceto gás liquefeito",

"parafina e asfalto" é vedado a estas companhias a distribuição do GLP, desde quando estas obrigam-se a "manter as suas atividades restritas a distribuição de derivados de petróleo e a prestação de serviços correlatos".

Brasília, 26 de maio de 1987. – Constituinte **Raymundo Bezerra**.

PARECER DA PRIMEIRA-VICE-PRESIDÊNCIA

Parecer favorável, com base no art 62, 5º do Regimento, processando-se o pedido através do Chefe do Gabinete Civil.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Raymundo Bezerra ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre autorização solicitada pela Companhia Shell ao Conselho Nacional de Petróleo e à Petrobrás, para distribuição de GLP.

Brasília, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 71, de 1987-ANC

(Constituinte Antônio Carlos Mendes Thame)

Solicita ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, informações do Ministério da Fazenda sobre apuração de irregularidades ocorridas no conglomerado Banespa.

Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex^a sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, informações a respeito das providências tomadas, visando a apuração das irregularidades ocorridas no conglomerado Banespa, bem como facilitar ao Poder Judiciário a apuração dos fatos e punição dos implicados.

Sala das Sessões, 23 de junho de 1987. – **Antônio Carlos Mendes Thame**, Deputado Federal.

PARECER DA PRIMEIRA-VICE-PRESIDÊNCIA

Por entender que, na espécie, se registrasse infringência ao princípio de autonomia dos Estados e pela amplitude da solicitação envolvendo o conglomerado Banespa, composto por seis órgãos –, somos pela rejeição do presente pedido de informações.

Sala de Reuniões, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pela rejeição do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Antônio Carlos Mendes Thame, a respeito das providências tomadas, visando a apuração das irregularidades ocorridas no conglomerado Banespa, bem como

facilitar ao Poder Judiciário a apuração dos fatos e punição dos implicados.

Brasília, 6 de julho de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 8-A, de 1987 (ANC)

(Do Sr. Amaury Müller)

Altera o § 1º do artigo 34 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa pela rejeição.

(Projeto de Resolução nº 8, de 1987, a que se refere o parecer.)

"Art. 1º O § 1º do art. 34 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte passa a ter a seguinte redação:

Art 34.....

§ 1º As sessões ordinárias realizar-seão em todos os dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às nove horas e trinta minutos e terminando às treze horas e trinta minutos. Os demais dias e horários estarão destinados aos trabalhos das comissões e subcomissões."

Justificação

A elaboração da nova Constituição repousará, basicamente, nos trabalhos das comissões e subcomissões, cujos prazos regimentais são exígues e fatais.

Toma-se, portanto, necessário inverter os horários de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte para possibilitar às comissões e subcomissões o prolongamento de suas reuniões, quando houver necessidade.

As sessões ordinárias serão realizadas pela manhã e os demais horários serão destinados aos trabalhos das comissões e subcomissões.

Com essa inversão de horários, as comissões e subcomissões terão condição de concluir seus trabalhos nos prazos previstos no Regimento Interno.

Sala das Sessões, 9 de abril de 1987. – **Amaury Müller** – **Adhemar de Barros Filho** – **Luiz Salomão** – **Carlos Cardinal** – **Adroaldo Streck** – **Davi Alves Silva** – **Osvaldo Bender** – **Fernando Santana** – **José Genuíno** – **Nelson Seixas** – **Aldo Arantes** – **Valmir Campelo** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Gerson Peres** – **Virgílio Galassi** – **Antônio Carlos Konder Reis** – **Felipe Mendes** – **Roberto Freire** – **Benedicto Monteiro** – **José Egreja** – **Eduardo Bonfim** – **Vivaldo Barbosa** – **Nelson Aguiar** – **Ailton Cordeiro** – **Nelson Friedrich** – **Haroldo Sabóia** – **Eduardo Moreira** – **Waldir Pugliesi** – **Ivo Vanderlinde** – **Santinho Furtado** – **Octávio Elísio** – **Chico Humberto** – **Geovani Borges** – **Eraldo Trindade** – **João de Deus** – **Hélio Manhães** – **Luiz Ignácio Lula da Silva** – **Roberto D'Ávila** – **Beth Azize** – **Mário Maia** – **Adolfo de Oliveira** – **Samir Achôa** – **Irma Passoni** – **Brandão Monteiro** – **Agassis Almeida** – **Iram Saraiva** – **Dareto Campanari** – **Osmir Lima** – **João Lobo** – **Victor Faccioni** – **Benedita da Silva** – **Ruy Nedel** – **Roberto Jefferson** – **Mário Lima** – **Vicente Bogo** – **Florestan Fernandes** – **Antônio de Jesus** – **Will**

ma Maia – Gerson Camata – Nelson Wedekin Raul Ferraz – Raquel Cândido – Costa Ferreira Cássio Cunha Lima – Assis Canuto–Paulo Macarini – Orlando Pacheco – Sotero Cunha

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

RESOLUÇÃO Nº 2, de 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**TÍTULO IV
Da Elaboração da Constituição**

**CAPÍTULO III
Da Ordem dos Trabalhos
SEÇÃO I
Das Sessões em Geral**

Art 34. As sessões da Assembléia Nacional Constituinte serão ordinárias e extraordinárias.

§ 1º As sessões ordinárias realizar-se-ão em todos os dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às quatorze horas e trinta minutos e terminando às dezoito horas e trinta minutos, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das nove horas e trinta minutos e às treze horas e trinta minutos. Os demais dias os horários estarão destinados aos trabalhos das comissões e subcomissões.

**PARECER DO SENHOR
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE
I – Relatório**

O nobre Constituinte Amaury Müller apoiado por 94 (noventa e quatro) outros legisladores oferece à consideração da Mesa projeto de resolução que visa passar as sessões ordinárias da Constituinte para o horário da manhã ou seja, das nove horas e trinta minutos até as treze horas e trinta minutos.

Propõem, logo, modificação do § 1º do art. 34 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, sob a alegação de que a redação da nova Carta Magna repousa, basicamente, nos trabalhos desenvolvidos pelas comissões e subcomissões, as quais sofreram os efeitos da exiguidade dos prazos fatais do Regimento.

Pelas razões que expõem, consideram mister "inverter os horários de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte", com vistas a possibilitar o prolongamento das reuniões desses órgãos, sempre que se fizer necessário.

Acreditam, outrossim, que tal providência legislativa poderá fornecer condições de maior eficácia na conclusão, em tempo hábil, dessa tarefa, por parte das comissões.

Esse o Relatório

O projeto atende às formalidades regionais, irá clusivo no concernente ao número de assinaturas, que é de, no mínimo, noventa e quatro, sempre que se trata de projeto que objetive alterar texto do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Por não haver questão preliminar a ser apreciada, passo ao exame do Mérito do Projeto.

Estamos de acordo com os nobres parlamentares, quando argumentam ser demasiado angustiante a tarefa, nas comissões e subcomissões, onde relatores e membros têm de se debruçar sobre um número imenso de sugestões e de emendas encaminhadas não só pelos Constituintes, como por entidades classistas.

Não obstante, decisão do Presidente Ulysses Guimarães, pronuncia em Plenário em resposta a Questão de Ordem, facultou reuniões não apenas pela manhã, como após as 17:00 horas, saiuacionando a necessidade de tempo mais prolongado para os debates nas comissões e subcomissões, que podem alongar seus trabalhos noite a dentro, sem quebra de ritmo ou de produtividade.

A necessidade imperiosa de todo o povo desta Nação, de ver concluídos os trabalhos da Constituinte, a fim de que o País, sob inspiração de uma nova ordem jurídica, possa experimentar uma nova vida de esperanças alvíçareiras tem forçado os parlamentares a receberem, mais do que nunca, representantes de segmentos importantes de nossa sociedade, os quais vem defender seus direitos e reivindicar em favor de minorias desatendidas Brasil afora. O período da tarde, outrossim, além de ser usado para o debate constitucional, normalmente em Plenário, permite que os parlamentares atendam, em audiência, grandes grupos de pessoas e mantenham contactos essenciais, junto aos órgãos públicos.

III – Parecer do Relator

Pelas precedentes razões, o parcer – e, consequentemente meu voto – é no sentido da rejeição do Projeto de Resolução nº 8, de 1987.

Mesa, de junho de 1987. – **Jorge Arbage**, Segundo-Vice-Presidente, Relator.

IV – Parecer da Mesa

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, presentes os Senhores Constituintes Ulysses Guimarães, Presidente Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage; Segundo-Vice-Presidente (Relator); Marcelo Cordeiro; Primeiro-Secretário, e Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, aprovou o parecer do Relator pela rejeição do Projeto de Resolução nº 8, de 1987 (ANC.), do Senhor Constituinte Amaury Müller, que "altera o § 1º do artigo 34 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das reuniões, 6 de julho de 1987. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 12-A, de 1987 (ANC)
(Do Sr. Nilso Sguarezi)**

Autoriza a impressão de um milhão de exemplares da nova Constituição para distribuição gratuita; tendo parecer da Mesa pela rejeição.

(Projeto de Resolução nº 12, de 1987, a que se refere o parecer.)

Art 1º A Assembléia Nacional Constituinte fará imprimir um milhão de exemplares da nova Constituição para distribuição gratuita população.

Art 2º Deverão receber exemplares:

1 – todos os governos das Unidades Federadas;

II – todos os governos dos municípios;
III – todas as bibliotecas das escadas de 1º, 2º e 3º graus, públicas ou privadas;

IV – todas as bibliotecas, públicas ou privadas;

V – todas as bibliotecas das Forças Públicas, federais ou estaduais

VI – todas as entidades culturais, sociais e econômicas voltadas ao serviço da comunidade fundações, cooperativas, sindicatos, associações culturais ou esportivas

VII – todo cidadão que o solidar.

Art 3º Na distribuição dos exemplares deverá ser convocado o concurso dos órgãos públicos sob cuja jurisdição se encontram as entidades destinatárias Ministério da Educação, Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, Ministérios Militares, Ministério da Agricultura, Secretarias de Segurança, Instituto Nacional do Livro, Sistema de Comunicação da Câmara e Senado.

Art 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição é a resenha da estrutura jurídico-político-social do País. Todo cidadão tem não só o direito mas a obrigação de conhecer os seus direitos e seus deveres. É o seu catecismo cívico. Ademais disso, é a Constituição cartilha da democracia. Não se pode amar o que se desconhece. Como esperar seja o povo democrático, se ignora o que vem a ser democracia? Democracia também se aprende. Democracia sólida e estável se constrói com o povo transformado em homens decididamente democráticos. Antes de se manifestar, **extremadamente**, em demonstrações cívicas em praças e ruas é necessário trazer o cidadão a democracia na mente e no coração.

Cabe à Assembléia Constituinte, como guardiã desta democracia que estamos reconstruindo com os frangalhos que restaram de mais de vinte anos de regime antidemocrático, velar para que o nosso regime democrático se consolide na alma daqueles que ainda nele acreditam e implantá-lo no coração daqueles que ainda o ignoram ou o conhecem nebulosamente. Formemos novas gerações de democratas e a democracia se transformará em baluarte indestrutível.

E esta tarefa cabe à Assembléia Constituinte. – **Nilson Sguarezi**.

**PARECER DO SENHOR SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE
I – Relatório**

O insigne Deputado paranaense, Nilson Sguarezi, propõe medida que objetiva melhor informar a todo o povo brasileiro, sobre as atividades da Assembléia Nacional Constituinte. Sob a argumentação de que uma "democracia sólida e estável se constrói como povo transformado em homens decididamente democráticos", esse Constituinte bem expressa nossa preocupação com o texto da fatura Carta Magna, a qual descreve como "resenha da estrutura jurídico-político-social do País".

Apesar de justa a reivindicação, sua validade, porém, só poderia ser plenamente reconhecida se não existissem instrumentos e prévia criação de setores encarregados precisamente da promoção dessa divulgação pretendida.

Ao estabelecer os órgãos federais, estaduais e municipais que deverão receber exemplares da nova Constituição, esquece o legislador que, ain-

da mais importante é a antecipação do texto, para informação do que vem ocorrendo e como está se desenrolando o processo, a fim de permitir às partes interessadas, dos diversos segmentos da sociedade, livre manifestação e exercício de seus direitos, defendendo uma Constituição que atenda a todos.

A Resolução nº 2, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia, já trata do assunto. Se não vejamos, no Capítulo I do Título V – Das Disposições Gerais (em seus artigos 75 a 80) estipula as maneiras de divulgar as atividades da Constituinte, através dos meios de comunicação social.

Com vistas a facultar maior facilidade e rápido alcance dessa finalidade foram criados Serviço de Divulgação para fornecer, diariamente, material noticioso aos meios de comunicação; editar resumo, das atividades propostas e debates, com distribuição gratuita a Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Governos Estaduais, Assembléias Legislativas, Diretórios de Partidos Políticos, Universidades, Escolas, Sindicatos, Associações, Entidades da Sociedade Civil e a cidadãos que o solicitarem. Entre outras determinações que vão muito além da medida proposta e pleiteada pelo ilustre colega, estão a de subsidiar, com informações, as entidades interessadas no acompanhamento e discussão dos trabalhos da Assembléia; de organizar, com apoio dos órgãos oficiais, gravação e arquivamento de som e imagem dos principais debates e decisões de Plenário e das Comissões, fornecendo, sem ônus para a Assembléia, cópias aos partidos políticos que o requeiram, e destinando os originais ao arquivo da Constituinte.

Atentos, outrossim, ao fato de que "democracia se aprende" e que para sua perfeita consolidação deve ser concedido a "todo cidadão não só o direito como a obrigação de conhecer seus direitos", conforme salienta o autor da presente propositura, em sua justificativa, é que foi prevista a cessão diária e em horário nobre, por emissoras de rádio e televisão, de dois períodos, para exposição sintética dos trabalhos ora desenvolvidos. A respeito, aliás, dia 26 de março do corrente ano, o Presidente Ulysses Guimarães enviou telex ao Dr. Castelo Branco, Presidente da Embratel, solicitando fosse determinada, em caráter obrigatório, rede nacional de televisão e de emissoras de rádio para geração diária de boletins informativos sobre as atividades da Constituinte, além de promoção de debates entre os parlamentares, tudo sob a coordenação da Empresa Brasileira de Notícias. Assim, não só os fatos normais, como os de maior relevância e os debates sobre temas específicos mereceram explicitação regimental.

Enfim, no dia 1º de junho foi lançado *Jornal da Constituinte* de fácil leitura e compreensão dos atos e fatos de nossa Assembléia Nacional Constituinte.

Esta o nosso relatório.

II-Parecer

Em decorrência do exposto, a intenção do legislador está prejudicada pela prévia existência de dispositivos na Resolução nº 2, de 1987, sendo meu parecer, portanto, pela rejeição.

– Nilson Sguarezi.

III Parecer da Mesa

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, presentes os Senhores Constituintes Ulysses Gui-

marães, Presidenta Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente (relator); Marcelo Cordeiro, Primeiro-Secretário, e Arnaldo Faria de Sá, Terceiro Secretário, aprovou o parecer do relator pela rejeição do Projeto de Resolução nº 12, de 1987 (ANC), do Senhor Constituinte Nilson Sguarezi, que "autoriza a impressão de um milhão de exemplares da nova Constituição para distribuição gratuita".

Sala das Reuniões, 6 de julho de 1987 – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Adroaldo Streck

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não é objetivo do meu discurso, nesta tarde, mas vou fazer uma rápida referência a respeito de um pronunciamento lamentável do Governador Alvaro Dias, do Paraná, e reproduzido pela imprensa de hoje, que diz:

"O imediatismo de soluções ditadas por ambições políticas pessoais, que se traduzem em iniciativas de desestabilização do Governo e da Constituinte, coloca em risco a transição democrática. Hoje, só os ingênuos e os imprudentes não percebem que questionar a autoridade do Governo e a capacidade da Constituinte produz clima de caos, ingovernabilidade e desesperança."

Por aí segue o pronunciamento lamentável do Governador do Paraná.

Não tem nada a vara Constituinte com o desgoverno que aí está. Não podemos somar essas duas coisas, porque, afinal de contas, não ternos, aqui, nenhuma responsabilidade, imagino eu, com o que esteja fazendo o Governo Sarney.

De mais a mais, se continuarmos nesse ritmo, daqui a pouco não faltará quem diga que votar para Presidente da República é perigoso, porque transmite o vírus da AIDS, o que seria trágico em termos de Brasil, já que 99,9% da população brasileira deseja, sim, ardenteamente, escolher livremente o seu Presidente.

Finalmente, o Governador do Paraná, que se tem preocupado muito com o seu aspecto pessoal, com implante de cabelo e tudo o mais, deveria saber que o importante não é o que está em cima, mas o que todos nós temos ou, eventualmente, não temos dentro da cabeça.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, passo, agora, ao principal assunto que me trouxe à tribuna.

Neste final de semana, durante quatro dias inteiros, o meu Partido, o PDT, reuniu-se em memorável Congresso, ocupando as dependências do Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal. Delegações de todos os Estados e do exterior participaram do evento, oferecendo valiosa colaboração, no momento em que nossa agremiação política procura fixar seus rumos diante do quadro de absoluta incoerência político-administrativa que a Nação vive.

De minha parte, confesso a este Plenário Constituinte que me sinto feliz por ter eliminado uma quantidade apreciável de conflitos íntimos, tradu-

zidos quase que por uma crise existencial política. Explico melhor sou, por formação, visceralmente contrário a que o Estado se intrometa em questões que podem ser resolvidas pela iniciativa privada. O meu Partido tem um belíssimo programa, escrito em fins de 1979, com alguns pontos voltados excessivamente para a interferência do Governo em assuntos que não lhe dizem respeito, quando a solução mais oportuna que enxergo para o nosso País, atolado num paternalismo inconseqüente que remonta ao tempo da colonização portuguesa, é a economia de livre mercado. Expresssei ao meu Líder, Engenheiro Leonel Brizola, esta minha apreensão sobre a necessidade de atualização do nosso programa partidário e fui bem compreendido, porque ele próprio, Leonel Brizola, também entende que precisamos perseguir imediatamente métodos mais eficientes de administração pública que envolvam até mesmo o Estado naquilo que lhe é dado como atribuição precípua, ou seja, a manutenção de serviços considerados de caráter essencial, serviços estratégicos.

Sobre algumas propostas colocadas no projeto de Constituição que começa a ser discutido amanhã neste Plenário, também senti que meu pensamento casa com as idéias de Leonel Brizola. Embora nosso programa partidário fale em Jornada de trabalho de 40 horas semanais, este é ainda um assunto que será melhor estudado por nossa Bancada procurando uma saída que se adapte à realidade presente no Brasil. Da mesma forma a estabilidade no emprego, que o nosso programa partidário contempla como regra básica, não pode ser concretizada nos moldes propostos pelo projeto de Constituição que começaremos a discutir amanhã. Nem tanto aos céus, nem tanto à terra; é como vejo a questão polêmica sobre esses dois itens, contando com o apoio integral do nosso candidato à Presidência da República em eleições diretas, o Engº Leonel Brizola.

Aos que fazem questão de difundir uma imagem pirotécnica do ex-governador fluminense, quero deixar bem claro que essa forma maldosa de colocar um homem público como Dr. Brizola perante os brasileiros é profundamente equivocada Brizola. Brizola político hábil, deu-se conta de que entre as escaramuças da direita e da esquerda sobre um espaço fantástico destinado à moderação e é por este caminho que deverá crescer como candidato à Presidência da República.

O Congresso do PDT em Brasília serviu para esclarecimento de assuntos do interesse nacional que deverão, a partir deste momento, integrar o nosso programa de ação como proposta concreta de solução dos problemas brasileiros. Não nos vamos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, comprometer, enquanto oposição, com aquilo que temos certeza não conseguiremos honrar quando chegarmos ao Governo. É este o ideal que nos anima, como pedetistas, honrados que fomos na nossa reunião com a presença das mais altas expressões da política brasileira durante os quatro dias do I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático, que, na prática governamental, se traduzirá pela distribuição dos ganhos e nunca pela socialização dos prejuízos que, lamentavelmente, tem sido a tônica das últimas administrações do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas).

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, e Srs. Constituintes:

Antes de fazer meu pronunciamento quero dizer que o faço também em nome do meu Companheiro Adylson Motta, que não pôde fazer-se presente no dia em que ocorreu essa homenagem.

O acontecimento ocorrido no dia 10 do corrente, no Ministério das Comunicações, não poderia passar em brancas nuvens, sem que se fizesse um pronunciamento a respeito. Trata-se da "Ordem do Mérito das Comunicações", outorgado no "Grau de Grande-Oficial" a Maurício Sirotski Sobrinho, entregue à viúva Sr.^a Ione Pacheco Sirotski. Homenagem merecida, uma vez que foi o pioneiro na implantação de uma rede regional de televisão, que hoje cobre todo o Estado do Rio Grande do Sul e grande parte de Santa Catarina.

Fundador da RBS, dedicou sua vida às comunicações. Homem de grande visão empresarial, além de cobrir vasta extensão do território nacional, com imagem e som, muito antes da implantação do Sistema de satélite, mas através de canais regionais, que permitem informar a todo o Brasil e ao Mundo notícias, via-imagem direta, a qualquer momento, dos mais longínquos recantos do País, graças à implantação deste sistema.

Nestas regiões não apenas se capta a notícia do Centro do Brasil, ou do mundo, mas se transmite a notícia; portanto, permite levar os acontecimentos locais para o País inteiro.

Dai a importância deste sistema de comunicações, porque as notícias se entrelaçam na recepção e na transmissão, integrando de tal forma a vida do povo brasileiro que desaparecem as sobressalências, outrora presentes, que agora se fundem os costumes, tradições, antes locais ou regionais, em nacionais, tornando os brasileiros um só povo e uma só pátria, onde todos são mais e melhor informados, de tudo o que acontece e existe neste grande País.

Maurício Sirotski Sobrinho foi também um intransigente defensor da livre iniciativa; prova-o o império privado que construiu, não para si, ou apenas para seus familiares; ele, com estes, apenas assumiu maiores compromissos, de dirigir os negócios, de gerar mais empregos. Hoje são milhares de pessoas que, graças ao esforço e trabalho desse bravo lutador, que foi o início e o princípio dessa grande empresa, têm um meio de vida digno para si e seus familiares.

Infelizmente nem todos compreendem, muitas vezes, o alto espírito de dedicação e de renúncia, necessários para alguém como o Maurício, esta grandiosidade de ser útil aos seus irmãos, de construir para os outros.

Creiam-me que muitas vezes deve ter passado por momentos difíceis, quando de compromissos assumidos, que para si só seriam pequenos e míнимos, mas, como os assumiu por uma grande família, foram grandes e pesados. Não havia razões para isto, a única razão era de servir, de dar de si para os outros.

Tenham a certeza, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, missões e tarefas como estas estão reservadas só a pessoas de grande coração, não em tamanho, mas em sentimento, em solidariedade.

Pois, por mais que um ser humano possua, não pode comer duas vezes ao mesmo tempo nem dormir em duas camas ao mesmo tempo.

Está aí o mais vivo exemplo da livre iniciativa. Tudo que existe continua como de direito da empresa; de justiça é daqueles que através da mesma fazem o seu meio de vida e da comunidade a qual prestam serviços.

Maurício Sirotski Sobrinho, é um exemplo de como administrar, como comunicar, como renunciar e como servir. Todo este esforço concentrado talvez até tivesse encerrado a tua vida por uns anos, mas valeu a pena. A tua obra é um exemplo vivo da grandeza e da realização. Continuas mais vivo do que nunca em todos os nossos corações, através de teus familiares, que saberão dar continuidade à tua grande obra.

Tenho a certeza de que, além da recompensa e do reconhecimento dos homens, com esta homenagem, Deus também saberá recompensar-te na eternidade, onde a paz serena e a tranquilidade sejam o teu conforto em recompensa do dever cumprido com tanta dignidade e justiça. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência comunica aos Srs. Constituintes que, a partir de amanhã, quando se iniciará o debate constitucional, pelo rito regimental estabelecido, tendo em vista o que dispõe a Resolução nº 2, em havendo Ordem do Dia – e é o caso de amanhã –, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes, ressalvados os períodos reservados à leitura da ata e do Expediente, os destinados à Breves Comunicações de Lideranças, reduzidos pela metade. Portanto, o espaço de tempo destinado às Breves Comunicações, que no momento é de uma hora, ficará reduzido a 30 minutos, e cada partido disporá da metade do tempo que lhe é reservado no momento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ismael Wanderley.

O SR. ISMAEL WANDERLEY (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O Jornal do Brasil trouxe em sua edição de ontem, dia 13 de julho, uma entrevista com uma figura singular de nossa História, conhecida de todos pela rispidez no trato, pelo seu autoritarismo e pela impopularidade conquistada. Trata-se do General-da-Reserva Sr. João Baptista Figueiredo, que saiu da tranquilidade do seu Sítio do Dragão para lançar labaredas de afronta à memória daquele que foi, seguramente, um dos maiores Estadistas, dos poucos que o Brasil até hoje produziu, baluarte do engenho político, da arte da negociação, figura ímpar pela bondade, inteligência, carisma e popularidade, o que o ungiu como guardião das caminhadas democráticas, o nosso saudoso Tancredo Neves, personalidade símbolo da classe política.

Como pode, Sr. Presidente, alguém que traz nos seus ombros a irresponsabilidade de haver permitido a "sua gente", como bem afirmou, e pela omissão, cumpliciado o ato terrorista governamental, como foi o atentado do Rio Centro; – alguém que em lamentável momento afirmou

preferir o "cheiro de cavalo ao cheiro do povo", abrindo, assim, em rasgo vergonhoso, sua personalidade antidemocrática; alguém que não sabendo postar-se à altura do mandato que lhe outorgaram seus superiores e que, pelo menos a eles, devia respeito, saiu aos bofetões, num dia em Florianópolis, contra os reclamos autênticos de um popular!

Como pode, Sr. Presidente, uma pessoa com esse **curriculum** julgar-se digno de investir contra a classe política, essa mesma classe que, por sua luta, assegura-lhe o direito de se manifestar, fato que, durante vinte anos de domínio da sua classe, não ocorria!

Por certo quererá o General dizer que preparado estavam eles? Ou estão?

O fruto amargo ainda estamos colhendo hoje.

Que feito histórico de avanço se produziu durante o Governo do referido General e o que foi por obra dele?

A anistia, que ele proclama como seu ato – e o faz porque sua pretensa sabedoria encoberta uma ingenuidade de análise e de crítica – a anistia, Sr. Presidente, foi produto das forças populares em luta, produto do contexto econômico, político e social, produto da História, e não dádiva de um ditador, assim como o foram todas as conquistas e avanços que, hoje, parecem sensibilizar o General.

Quero pois, Sr. Presidente, neste momento em que nós, políticos, envidamos nossos melhores e maiores esforços para a concretização jurídica do estado de democracia, tão exigida pela Nação brasileira, e através desta Constituinte, livre e soberanamente instalada pelo povo brasileiro, registrar aqui, meu mais veemente protesto contra os ataques à classe política, por um Senhor que se esquece da História, se é que a conhece, e afronta, no seu desejo incontido de mando, a memória de quem lhe foi, na política ao menos, infinitamente superior e a honra de todos nós que, diferentemente dele, para cá fomos trazidos pelo voto livre do povo e ao qual, o General, ainda que não tenha sentido a responsabilidade de o receber, deve ter a dignidade de o respeitar.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este, o meu protesto pelo reaparecimento da figura sinistra do ex-Presidente João Figueiredo, que volta à tona acusando a nós, políticos, de despreparados para o poder, esquecendo-se de que ao longo destes vinte anos conduziu o País a esta situação catastrófica em que se encontra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A minha intenção consistia em fazer algumas explanações a respeito da reunião que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência está realizando em Brasília. No entanto, os jornais noticiam hoje que Jair Menegueli, Jorge Coelho e Djalma Bom foram ameaçados de serem submetidos a processos por avaliações públicas que fizeram a respeito da personalidade do Senhor Presidente da República. Portanto, achei que devia mencionar esse fato e prestar uma homenagem a esses companheiros de luta que, certamente, não estão difamando o Presidente, cuja realização está abaixo das expectativas, a tal ponto que até

o General João Figueiredo se vê no direto de dizer que este Governo justifica o dele.

O que faltava a este regime chamado Nova República para se igualar ao anterior é o que está acontecendo agora, com a utilização da Lei de Segurança Nacional e as violências que estão sendo retomadas em ritmo veloz, e nós, aqui, sem podermos realmente dar uma resposta à altura a esses fatos.

É necessário frisar que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência está realizando um Congresso que trata do futuro do Brasil hoje. Isso quer dizer que os dentistas, ao contrário daqueles que estão empolgados por um pessimismo reacionário de direita, os dentistas acreditam no futuro do País e dedicaram a esse futuro o seu Congresso. Eles têm razão de acreditar no futuro do País, pois um país sem futuro é um país condenado. O que tem acontecido dentro das universidades e dos institutos de pesquisas apenas criou, no ânimo dos cientistas, uma disposição de defesa das instituições universitárias e da pesquisa científica que valorizam o trabalho intelectual produzido em nossos centros de ensino e de pesquisa.

A nossa contribuição ao Projeto de Constituição – a Consolidação da Pesquisa Científica – é muito pobre. Na verdade, a parte relativa à ciência tecnologia está muito mais voltada para os interesses econômicos do que para os interesses específicos da pesquisa básica e da pesquisa aplicada.

Apesar disso, ainda é tempo – talvez, com o apoio da nobre Constituinte Cristina Tavares e de seus companheiros – de introduzir-mos nesse capítulo uma justa dimensão na avaliação das coisas.

Os países que conquistaram o progresso dentro da civilização industrial, seja no campo capitalista, seja no socialista, não o fizeram somente através da tecnologia.

Este progresso lança suas raízes no desenvolvimento da teoria, e a teoria é produzida pela ciência básica, pela pesquisa empírica.

Por isso, precisamos modificar o art. 395. Hoje tive a felicidade de contar com a colaboração do Professor José Albertino Rodrigues, que, juntamente com o Assessor Jurídico do PT, Dr. Pedro Dalari, ajudaram-me a reformular o art. 395, despojando-o de elementos que não são pertinentes nem à ciência nem à tecnologia e que já são considerados em outras partes do projeto constitucional ou, então, não cabem num projeto constitucional.

A proposta de redação, para a qual peço a colaboração de todos, é a seguinte:

“O Estado promoverá o desenvolvimento científico, a autonomia e a capacitação tecnológica para a garantia da soberania da Nação e a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e a preservação do meio ambiente”.

Este é o **caput** do artigo atual. As modificações vêm a seguir nos § 1º, 2º e 3º:

“A pesquisa científica básica desenvolvida com plena autonomia receberá tratamento prioritário do poder público.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á para a solução dos grandes problemas brasileiros em escala nacional, regional e local.

§ 3º O compromisso do Estado com a ciência e a tecnologia deverá assegurar condições para a valorização dos recursos humanos nelas envolvidos; e para ampliação, plena utilização e renovação permanente da capacidade técnico-científica instalada no País.”

Este artigo – acredito – seria instrumental, simultaneamente, para o desenvolvimento da pesquisa empírica, da pesquisa teórica, básica, fundamental, e para um avanço crescentemente autônomo da tecnologia dentro do País.

A tecnologia é a alavanca da transformação, do modo de produção e da sociedade, mas depende da pesquisa básica; e este artigo, da forma em que está redigido, nos permitirá atingir este fim.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.^a a atenção que teve para comigo e agradeço aos meus Colegas que me ouviram, excedendo o prazo e roubando-lhes, portanto, o seu tempo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sr.^{as}; e Srs. Constituinte:

Nenhum intendente-de-cavalaria compraria feno para os seus cavalos com a displicência com que o Governo José Sarney pretende pagar a dívida externa sem auditoria.

É uma grave irresponsabilidade o que o Sr. Ministro da Fazenda, o Senhor Presidente da República e o seu líder no congresso Nacional tentam fazer.

Ontem, o Deputado Constituinte Carlos Sant'Anna, representando um governo que se instalou em nome de uma nova República, tentar anular a decisão da Comissão de Sistematização, onde o nobre Constituinte Paulo Ramos conseguiu que se aprovasse projeto de decisão e pela primeira vez a Comissão de Sistematização o faz – proibindo que a dívida externa seja convertida em investimentos diretos.

Trata-se nada mais, nada menos, Srs. Constituintes, de preservar o patrimônio nacional ameaçado de desnacionalização.

Ontem, toda a grande imprensa, essa grande imprensa que ignora que se chama um projeto nacional para o Brasil – abriu espaços para dizer que estes Constituintes, os Membros da Comissão de Sistematização, estão cometendo crime de lesa-pátria.

A mim me parece que vender ações de empresas estatais brasileiras em troca de uma dívida externa cuja legalidade e legitimidade não se examinou, e que a Comissão de Sistematização e o Governo José Sarney se recusam a examinar, a mim me parece que crime de lesa-pátria, que traição ao Brasil cometem esses que querem vender o Brasil a troco de quase nada. (Muito bem! Palmas.)

Há no mercado financeiro internacional o que se chama deságio. Os papéis brasileiros valem 60 ou 70 centavos de dólares, e com poucas dezenas de bilhões de dólares, talvez nem 5 dezenas, se comprará o controle acionário das principais empresas brasileiras, que foram construídas à custa de enorme sacrifício do povo.

Aí estão a Embratel, a Telebrás, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e falo a Constituintes brasileiros, àqueles que têm o sentimento nacional, àqueles que não se envergonham de

serem brasileiros –, este patrimônio acanulado com a inteligência e a engenharia nacionais da CPQD, da Telebrás, a Vale do Rio Doce, isto que compõe o perfil da economia brasileira, isto que faz deste País a oitava economia do Mundo. Tudo isto está sendo negociado.

Então, a mim me parece, Sr. Presidente, Sr.^{as}, Srs. Constituintes o PMDB, o meu Partido, não tem o direito de botar o Brasil a leilão daí por que venho a esta tribuna, como fundadora do MDB, como participante do PMDB, como signatário do “Manifesto dos Fundadores” para dizer à Nação que isto é uma traição, inclusive ao programa e aos compromissos partidários.

Peço desculpas ao povo que acreditou no meu Partido. Peço desculpas àqueles que votaram no PMDB acreditando que o seu Programa estava escrito para ser honrado, e não como pretende o Ministro Bresser Pereira, que diz que quando se está na Oposição, é um o programa e quando se está no Governo, outro.

Sr. Presidente, deixando registrados nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte palavras que não são minhas, palavras que são do Presidente Ulysses Guimarães – “resistir é preciso”, concluo, pretendendo que este Partido, que foi a legenda de esperança do povo brasileiro, no próximo fim de semana – nos dias 18 e 19 –, na sua Convenção Nacional, assuma sua identidade: a identidade com a qual venceu as eleições de 1986, Muito Obrigado (Palmas.).

Durante o discurso da Sr.^a Constituinte Cristina Tavares, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Celso Dourado.

O SR. CELSO DOURADO (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as}, Sr. Constituintes:

Voltamos ao assunto da negociação da dívida externa por ações de empresas nacionais.

Todos os nobres Constituintes já conhecem o nosso ponto de vista, a nossa luta, mas, realmente, o noticiário dos órgãos da imprensa não foi muito coerente, nem muito justo ao comentar os debates que se travaram nos últimos dias aqui, na Assembléa Nacional Constituinte, sobre este assunto: alguns, através da palavra de empresários muito bem situados, classificaram a nossa posição de crime de lesa-pátria; outros, criticaram o nacionalismo exacerbado; outros, pretendiam comparar a situação defendida por Constituintes brasileiros com a posição da Albânia no Conselho das Nações. Isto é uma caricatura.

Prefiro comparar essa luta com a luta de países reconhecidamente democráticos, liberais, que nunca abriram setores decisivos da sua economia para ficarem absolutamente à disposição do capital estrangeiro.

Temos que reconhecer que o capital estrangeiro é necessário, e o Brasil sempre teve as suas portas abertas a esse capital. Entretanto, não concordamos, de maneira nenhuma, com certo liberalismo, com certa indisciplina e falta de sensibilidade, que foi a característica da política das últimas décadas.

Em 1910, grande político americano deixava bem claro:

"Aceitamos a colaboração externa, aceitamos o capital estrangeiro, mas não fazemos concessões. Aceitaremos, sempre, sob o nosso controle."

Esta foi a razão por que eles sempre souberam defender os seus interesses. Quem esteve nos Estados Unidos, quem conhece a realidade americana, sabe que eles são muito conscientes a respeito daquilo que lhes pertence, da sua história, da sua luta, dos seus interesses. E queremos pôr em prática uma política suicida, como se disséssemos "ao contrário, aqui fazemos todas as concessões e não exerceremos controle algum".

Não entendo este tipo de liberalismo. Cada povo tem suas características próprias. Cada povo tem os seus interesses próprios. E o Brasil tem que estar consciente de que precisa defender os seus interesses. Fizemos concessões, e concessões absolutas. Está aí o resultado: 70 milhões sendo sempre empurrados para a miséria, miséria absoluta, concentração de riqueza nas mãos de poucos. E são exatamente estes que se beneficiaram durante estes últimos anos que estão aí defendendo ardorosamente esta política de concessões totais e absolutas. Não é possível aceitá-la. Temos repetido desta tribuna, que não aceitamos a negociação, porque até aqui não estudamos, como deveríamos, essa chamada dívida externa. Estaríamos prontos para discutir e negociar, desde que aqueles que, num momento crítico, nos emprestaram dinheiro, aproveitando-se de uma ilegitimidade política no nosso País, de um governo de exceção, e aproveitando-se da política de crise que existia no mundo, a crise econômica, nos colocaram dinheiro, bilhões de dólares, a título de empréstimo, de cujos juros sequer tivemos controle. Eles poderiam alterar os juros a seu bel-prazer. Hoje eles nem fazem questão de receber o principal, só querem receber os juros. Sómente querem receber os juros! Até nos podem emprestar mais. Em vez de devermos 110 bilhões, podemos dever 150 bilhões, desde que paguemos os juros na hora certa, desde que sacrificemos o futuro do nosso País, para satisfazer a ganância de desonestos dentro e fora deste País, porque essa dívida externa está alicerçada nas desonestidades interna e externa. Ninguém tem dúvida a respeito. Fortunas se fizeram aqui com uma facilidade extraordinária.

Ontem, citei nesta tribuna que li numa revista alemã o comentário de que certo senhor, brasileiro chamado a ocupar posição decisiva no campo econômico deste País, fez a maior fortuna do mundo num período bem curto, tornando-se o maior crescimento econômico naquela época. Não preciso citar o nome, muitos conhecem o fato e a personalidade. Faço questão de ser meio veemente no meu discurso, mas sem me preocupar com os nomes.

Por isso, Sr. Presidente, fazemos questão de votar com este projeto do Companheiro Constituinte Paulo Ramos, que nos chama a atenção para os perigos que poderão comprometer o futuro do nosso País.

Depois de uma análise e de um estudo cuidadoso da dívida externa brasileira, depois de colocarmos na frente dos nossos credores as máquinas pesadas e obsoletas que nos empurraram por causa desse dinheiro que tomamos empres-

tado é que poderemos entender melhor o nosso problema da dívida. No porto de Salvador há guindastes que nunca funcionaram e que fazem parte da dívida externa. Ainda estão lá! O povo os chama de "Belo Antônio". Não podemos aceitar isso.

A Comissão de Sistematização agiu certo e o assunto será levado à Assembléa Nacional Constituinte para ser analisado. Não com emocionalismo, com paixão, mas com realidade, porque só seremos bons negociadores se soubermos realmente o que está atrás dessa dívida externa. (Palmas.)

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B - BA)
Prenuncia o seguinte discurso.: - Sr. Presidente Srs. Constituintes:

O projeto da Constituição chega ao plenário em meio a uma grande polêmica. Muitas críticas lhe são feitas por progressistas e conservadores, criando uma situação aparentemente confusa. Afinal, que interesses estão sendo contrariados, quem está ganhando ou perdendo na atual fase constituinte?

Em linhas gerais, a direita predominou amplamente no Capítulo sobre Economia. Ali foram votados preceitos abertamente entreguistas, em um nível talvez desconhecido na história legislativa brasileira. A reforma agrária é liquidada, o latifúndio fica consagrado. A intervenção do Estado na Economia – que levou a Petrobrás, Eletrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Volta Redonda, Telebrás, Correios e Telégrafos, etc. – é golpeada e, em perspectiva, condenada.

No capítulo referente à representatividade política e ao papel das Forças Armadas, também a direita predominou. O voto distrital misto é grave violência contra os partidos pequenos e os progressistas dos grandes partidos. Praticamente a representação parlamentar desses setores ficará extinta, a predominar o voto distrital misto. O militarismo assegurou o poder de as Forças Armadas intervirem na política brasileira, sempre que achar conveniente.

As forças progressistas conseguiram vitórias no capítulo Da Ordem Social, que estabelece direitos dos trabalhadores há muito levantados pelo movimento sindical, como a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas semanais.

Também a parte relativa aos Direitos e Garantias do Homem, da Mulher e das Minorias, reflete posições avançadas, assim como tem aspectos positivos nos capítulos sobre Educação, Saúde, Cultura e Tecnologia.

Poder-se-ia dizer que a direita ganhou no grosso e perdeu no varejo. Ou seja: o Anteprojeto da Constituição prevê um país inteiramente vulnerável ao capital estrangeiro, defensor do latifúndio, privatista, sem representação política das minorias ideológicas e dos progressistas e sob a tutela dos militares. Em contraposição, um país respeitador dos direitos e garantias individuais, coletivas e dos trabalhadores. Só os progressistas, portanto, teriam razão para estar protestando. Entretanto as coisas não se passam assim. A direita mais reacionária, o Governo Sarney, a grande imprensa conservadora e os militares desencadeiam enorme campanha contra o Anteprojeto de Constituição. Procuram, em primeiro lugar, ridicularizar o Anteprojeto e desmoralizar a Constituinte. Propalam que o texto elaborado não tem pé nem cabeça, é todo malfeito, é um monstrengão. Concluem que o melhor é anular tudo o que foi feito

e começar de novo. Setores do Planalto chegam a dizer que já estão elaborando um substitutivo global a ser apresentado na Constituinte. Mas afinal de contas, o que está perturbando tanto esses setores, principalmente os do Planalto? Não é por que o texto está desconexo, pois sabem muito bem que o mesmo não está elaborado, mas em elaboração e que rapidamente qualquer bom escrevente põe ordem em tudo. Também não é por garantir estabilidade e 40 horas de jornada para os trabalhadores, migalhas que, inclusive, não estão ainda asseguradas.

A razão central que está pondo em alvoroço as forças do conservadorismo brasileiro, frente ao atual trabalho constituinte, é o sistema de governo parlamentarista constante do atual projeto que chega ao Plenário. Acabar o presidencialismo no Brasil é extinguir o sistema de governo anacrônico, mal copiado dos Estados Unidos, que durante quase um século tem sustentado entre nós o autoritarismo, a reação, o militarismo, o entreguismo e a corrupção. As classes dominantes brasileiras e os militares não estão dispostos a perder o completo controle que têm sobre esse sistema de governo que lhes possibilitou, em um século de República, tirar rápido, através de golpe, ou de renúncia, ou de "suicídio", qualquer presidente que ouse pensar em ser progressista e, por outro lado, que lhes permitiu ficar décadas inteiras na Presidência, com elementos reacionários, mesmo sem eleições. Quando Sarney foi à televisão "comunicar" que ia ficar cinco anos no Governo disse também que deveria continuar existindo no País o Presidencialismo.

O objetivo da reação é chegar a plenário, no momento das votações, com o Projeto de Constituição propondo o presidencialismo, ainda que com nomes diferentes. Isto lhes daria uma grande vantagem regimental: os progressistas é que teriam de mobilizar 280 Constituintes para derrubar o presidencialismo.

Este plano não está fácil. Naturalmente o Relator Bernardo Cabral deverá fazer seu projeto final tomando por base o que até agora foi feito, ou seja, quanto ao sistema de governo, o parlamentarismo. Daí por que o conservadorismo luta por ridicularizar o conjunto do trabalho, anulá-lo por completo e partir para uma outra proposta global de Constituição. Esta nova proposta garantiria o que havia sido assegurado anteriormente – como o capital imperialista, o latifúndio, o militarismo, o bipartidarismo – e introduziria, ainda que com alguns penduricalhos, o velho e carcomido presidencialismo. O mandato de cinco anos de Sarney viria em seguida.

Nestas condições, nossa luta na próxima fase objetiva:

1) mobilizar o povo pelas diretas para 1988, contra o arrocho do Plano Bresser e pela Constituinte progressista;

2) defender o atual trabalho constituinte contra a tentativa de reação de desmoralizar tudo o que agora foi feito;

3) apoiar-se na mobilização popular para rejeitar resolutamente os aspectos entreguistas, prólatifundiaros, militaristas e limitadores da liberdade política, contidos no atual projeto de Constituição;

4) lutar pela aprovação final dos direitos e garantias do homem e da mulher, dos trabalhadores e das minorias, constantes do atual projeto; e

5) ter clareza de que o Governo federal, a grande imprensa conservadora e a reação vão manobrar o quanto puderem, inclusive tentando envolver políticos democratas, no sentido de tumultuar o processo para atingir dois objetivos o presidencialismo como sistema de governo e o mandato de cinco anos para Sarney. (Palmas.)

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT - RJ): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho lamentar recentes acontecimentos, neste plenário, que foram protagonizados pela nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, pelos Líderes do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna e José Lourenço, do PFL.

A Constituinte Sandra Cavalcanti forjou uma estória, denunciando uma fraude que não existiu, no sentido de reverter a decisão do Relator Bernardo Cabral em relação à definição de "empresa nacional". Queria S. Ex.^a não denunciar uma fraude, mas, na verdade, restabelecer a equiparação entre as subsidiárias das multinacionais com as empresas genuinamente brasileiras. Restabelecer, portanto, a definição entreguida que foi patrocinada pelos Constituintes Roberto Campos, Delfim Neto, Rubem Medina e outros, que, claramente, estão aqui a defender o capital estrangeiro.

A atitude insólita do Líder Carlos Sant'Anna, que pretendeu, ontem, anular a deliberação democrática e soberana da Comissão de Sistematização, que deu parecer favorável ao projeto do Constituinte Paulo Ramos, vedando a conversão da dívida externa sob a forma de empréstimos em investimentos, a atitude do líder tem também o mesmo sentido, a mesma linha condutora dos interesses do capital estrangeiro, neste plenário.

É claro que o constituinte Carlos Sant'Anna não está argüindo o Regimento da Constituinte e da Comissão de Sistematização, que foram rigorosamente obedecidos no rito da sessão realizada no sábado passado. O que S. Ex.^a faz é servir ao desejo incontido do Palácio do Planalto de promover uma onda de desnacionalização das empresas brasileiras ao sabor deste projeto de internacionalizar ainda mais a economia brasileira, e visando particularmente às empresas estatais.

Por conseguinte, Sr. Presidente, não tem sentido a deliberação anunciada pelo Presidente da Comissão de Sistematização, o Constituinte Afonso Arinos, de enviar o recurso ao gabinete do Presidente Ulysses Guimarães, que se transformou no grande "tapetão" da Constituinte, onde aqueles que perdem a votação em plenário procuram apelar, como fazem os grandes clubes de futebol que, derrotados em campo, vêm apelar ao Tribunal de Justiça Esportiva, tentando modificar o resultado da votação.

Não se pode transferir a decisão deste Plenário, que foi absolutamente límpida, democrática, de acordo com os regulamentos. É preciso, isto sim, encaminhar o parecer favorável da Comissão de Sistematização ao Plenário da Constituinte, para que os Líderes Carlos Sant'Anna e José Lourenço articulem os constituintes que estão dispostos a representar esse papel entreguista, aliciem-nos com os empregos de que dispõem na Previdência Social, na máquina do Governo, para que 280 desses constituintes derrubem o parecer soberano, democrático da Comissão de Sistematização. Tem que ser pelo voto; não pode ser no

"tapetão" do gabinete do Presidente Ulysses Guimarães.

É preciso ter-se em conta, na consideração deste tema, que da dívida externa de 112 bilhões de dólares – já atingimos a este montante, pois a dívida não estacionou com a moratória técnica decretada pelo Governo Sarney, para ser descumprida debaixo do pano –, nada menos de 84 bilhões de dólares, 75% do total, correspondem ao setor público. Somente 28 bilhões de dólares, aproximadamente, dizem respeito às empresas privadas. E é preciso perguntar por que esse desiderado do Plano Bresser de converter os empréstimos da dívida externa em participação no capital das empresas? Porque isso pode ser feito hoje, Srs. Constituintes! Para isso, basta que a empresa devedora realize uma assembleia, o credor transforme o seu crédito em participação acionária e se dirija ao Banco Central, mandando mudar o registro do capital estrangeiro da coluna de empréstimos para a coluna de investimentos. Isso teria uma vantagem enorme para eles, porque – como frisou a Constituinte Cristina Tavares – os créditos externos contra devedores brasileiros valem hoje 35%, 40% menos do que o seu valor de face. Então, por que os credores externos não fazem essa transformação de uma maneira imediata conforme os seus interesses? Não o fazem, Srs. Constituintes, porque devem estar esperando que o Governo abra as suas portas, escancare a economia brasileira e ainda lhes conceda vantagens para se transformarem de credores em investidores. É por isso que ainda não fizeram essas transformações. Por elas apelou o Ministro Delfim Netto, quando era Ministro da Fazenda, no setembro negro de 1982, e nada aconteceu. Os credores não transformaram empréstimos em investimentos. Por quê? Porque querem ter a garantia das remessas, tenham ou não lusos as empresas devedoras. Não querem continuar pressionando os devedores que estão sufocados pelo custo financeiro de suas dívidas.

Srs. Constituintes, claramente, o objetivo da proposta do Governo brasileiro, de conversão de dívida em investimento, em boa hora vedado pelo projeto de decisão de autoria do nobre Constituinte Paulo Ramos, é o de fragilizar as empresas estatais, essas que estão na mira da ganância do capital estrangeiro: a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a USIMINAS, as concessionárias de energia elétrica etc. Essas são o grande manjar, o filé mignon que abre o apetite dos credores estrangeiros.

Isso não passará nesta Assembléia Nacional Constituinte! Queremos ver o projeto de decisão, com parecer favorável da Comissão de Sistematização, colocado em plenário, para ser deliberado por todos os Constituintes patriotas. Temos a certeza de que não há 281 lesa-pátrias aqui para derrubar o parecer favorável aprovado pela Comissão de Sistematização.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. EDME TAVARES (PFL - PB). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com a Constituinte, vivemos um momento histórico para a Nação brasileira. A nossa sociedade só será soberana e democrática na plenitude do estado de Direito. Somos nós, de qualquer forma, o reflexo do pensamento, do sentimento, da vontade e do ideal democrático.

As exigências dos dias atuais caracterizam, nas Casas legislativas, a tarefa de preparar a consciência coletiva, de fiscalizar os atos administrativos do Governo e, sobretudo, a vigilância permanente contra atos que neguem a liberdade de manifestar e de agir, que maculem os legítimos direitos dos cidadãos.

No Governo do meu Estado da Paraíba há erros gritantes, o maior de todos – as agressões – acorrentando homens e vergando o espírito, desencadeando junto à população paraibana um medo permanente, que não é mais do que a insegurança.

Fermentam-se violências.

Antes, ocupei esta tribuna para denunciar e protestar contra a sanha cruel de policiais batendo e assacando contra jovens estudantes indefesos, cujas cenas demoníacas divulgadas pela televisão, em parte, projetaram para o País uma imagem que contraria as tradições e os sentimentos da libertária Paraíba de João Pessoa, mártir de uma luta heróica que engrandeceu o povo brasileiro e honra a História da Paraíba.

Retorno hoje a esta tribuna para me insurgir e manifestar meu veemente protesto à repressão que se instalou no Governo da Paraíba, perpetrando-se crime contra a liberdade de expressão do livre exercício da imprensa e dos inalienáveis direitos individuais de trabalhadores rurais do meu Estado.

Sr. Presidente, na confirmação das minhas afirmativas passo à leitura de trechos das notícias, comentários, editoriais e depoimentos, transcritos em jornais dos mais conceituados da Paraíba, que retratam, de forma isenta, os lamentáveis e indesejáveis incidentes ocorridos na Capital do Estado.

É que à imprensa se atribui não só a tarefa de divulgar os fatos como se reserva a missão de interpretar tais fatos, a fim de que todos possam compreender as causas e projetar as consequências delas, avaliando as circunstâncias de que se cercaram, identifiquem as pessoas que se envolveram.

As Páginas dos jornais da Paraíba mostram e demonstram, sem dúvida alguma, o que foi praticado contra a imprensa do meu Estado e contra os trabalhadores rurais.

Editoriais, como o de *O Momento* e *do Correio da Paraíba*, falam no estado de sítio, o editorial d' *O Norte*. "O som da chibata", peço, Sr. Presidente, sejam registrados nos Anais, para conhecimento de todos. O *Correio Braziliense* fala a respeito da matéria, a *Folha de S. Paulo*. também. Tudo isso, Sr. Presidente, se não for a advertência de V. Ex.^a, teria a oportunidade de poder ler para todos os Srs. Constituintes.

Sr. Presidente, na democracia a qualidade dos homens públicos se mede pela capacidade que têm de responder aos desafios da hora presente, respeitando direitos, assegurando liberdades, buscando o diálogo, encontrando soluções para os problemas sociais, promovendo o bem-estar da comunidade, pela grandeza maior da democracia.

Ao manifestar desta tribuna a minha solidariedade à imprensa e aos camponeses do meu Estado, desejo responder de forma enfática aos que negam a liberdade e promovem o regime da força, de que este Parlamento, a imprensa e o povo continuarão irmados na defesa da plena democracia para este País.

E é na sábia lição de Ruy Barbosa que vou buscar este ensinamento: "Deixa a imprensa com os seus vícios e suas virtudes, os seus vícios encantarão corretivos nas suas virtudes".

Aos homens do campo, reafirmo que a terra é sobretudo um bem social. Deve produzir riquezas para beneficiar o homem que nela vive. Não pode permanecer sem utilização econômica, enquanto cresce a legião de desempregados ao seu redor. O homem é o fundamento maior de nossas preocupações, e o tamanho da terra é a razão de ser do homem rural.

Sr. Presidente, na frase lapidar do imortal paraibano Epitácio Pessoa, a síntese do meu pronunciamento: "Nunca ninguém, por mais humilde que fosse, apelou para mim, em nome da Justiça, que não me visse logo pessoalmente empenhado na defesa do seu Direito". (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR EDME TAVARES EM SEU DISCURSO:

O Momento

Domingo, 12 de julho de 1987

ESTADO DE SÍTIO

"Paraibanos, no meu Governo prometo lutar pela segurança no Estado... Prometo dar terras aos trabalhadores rurais... Prometo moralizar a administração pública... Prometo punir criminosos e prometo pagar bem aos servidores públicos estaduais, além de não demitir quem quer que seja". Tais palavras enganosas, aliadas ao mal-falado plano Cruzado, ajudaram o sr. Tarésio Burity a chegar ao poder e praticar o que vem praticando. Acontecimentos funestos passaram a ocorrer na Paraíba, como o aumento do número de assassinatos, que segundo o padre Júlio Paiva, da igreja Católica Brasileira de Campina Grande e de acordo com matéria publicada no jornal **O Momento**, duplicou ou triplicou em apenas 90 dias desse desgoverno e dessa desadministração guindada pelos escândalos e pelos desmandos. Este foi o trabalho em favor da segurança (ou insegurança) desenvolvido pelo sr. Tarésio Burity.

A promessa e o dever não cumpridos. Os agricultores foram prometidas terras ou a compra destas pelo Governo do Estado. No entanto, o sr. Burity declarou em uma de suas entrevistas, ou sei lá o que, que reforma agrária se faz com a desapropriação e não com a compra de terras. Está evidenciado que promessas não curam olho grande. Ao invés de terras, o sr. Burity passou a distribuir cassetetes com os agricultores. Usando da demagogia, o sr. governador, através de um suposto telefonema de Brasília, havia garantido que a Polícia Militar não surriria os camponeses. Não, sr. Burity, não foi preciso a Polícia para bater nos famintos e desprotegidos camponeses. Bastaram os gorilas subalternos e talvez mais necessitados do que os agricultores, para bater... bater... bater e bater. Logo em seguida, houve a substituição desses gorilas pelos da Polícia Militar que jogaram como fardos de "lá", crianças, mulheres e trabalhadores rurais famintos, em camburões etc.

Que segurança é esta sr. Governador; que distribuição de terras é esta sr. governador? É para isto que o sr. foi eleito, para massacrar camponeses doentes e famintos que apenas lutam para dar o sustento de seus filhos? O sr. deve estar sendo guiado pelos ensinamentos da série Holocausto, na qual o sr. faz o papel de uma miniatura

de Hitler. O sr. não respeita sequer a Igreja Católica Apostólica Romana que tanta confiança continua a lhe depositar e até o ajudou na sua campanha para o Governo do Estado. É, Burity, o sr. parece mesmo sofrer de amnésia.

O sr. prometeu "moralizar" a administração pública. No entanto, de quando em vez são denunciados escândalos administrativos praticados pelo seu Governo e que só vergonha trazem à Paraíba e ao seu povo. O povo paraibano espera que o sr. assuma de fato o Governo da Paraíba, porque até o momento o nosso Estado está completamente desgovernado assim como um barco à deriva esperando que o próximo vendaval o derrube e faça naufragar toda a sua tripulação e passageiros.

Governe a Paraíba, sr. Burity, e não deixe que este Estado, de um passado histórico majestoso, seja o símbolo da desordem, do caos, da opressão, da fome e da miséria. O sr. está massacrando uma população que o ajudou a se eleger nas últimas eleições; será que o sr. tem uma memória tão curta a esse ponto? Beijim, Beijim, Tchau, Tchau, vou embora para a minha terra e espero não assistir pelo Jornal Nacional, da TV Globo, mais uma cena igual à que eu vi pela TV Cabo Branco no dia em que a sua milícia privada bateu em estudantes inocentes e pacíficos.

O Norte

João Pessoa, 12 de julho de 1987

O SOM DA CHIBATA

Não há dúvida. A promessa do Governador Tarésio Burity de promover um governo de paz e tranqüilidade tem o cumprimento ameaçado justamente por aqueles aos quais foi delegada a missão de zelar pela segurança dos paraibanos.

Para um governo que se pretende democrático, o convívio com a violência policial – que se abateu com mãos de ferro sobre jornalistas no empenho da sagrada missão do bem informar torna-se, no mínimo, absurdo.

Em sã consciência, não se pode atribuir ao sr. Tarésio de Miranda Burity a ordem no sentido de que a Polícia solte cães e gatos contra o cidadão comum. Publicamente, o governador da Paraíba tem demonstrado repúdio ao uso desnecessário da força policial.

Contudo mais notória e pública é a evidência de que seu comprometimento com os ideais de uma Polícia sensata, competente, eficiente e qualificada começa a ser desacreditado por fatos que já precipitaram a Paraíba, nacionalmente, em noticiário de negativa repercussão.

De início, a força policial se abateu, com disposição surpreendente, sobre estudantes, em sua maioria de menoridade, que protestavam, pacificamente, contra a elevação das taxas escolares. Na ocasião, a truculência transformava as ruas da cidade em praças de guerra. Agora, jornalistas destacados pelas Redações para o acompanhamento do fato noticioso apanham as sobras da inconseqüência e da estupidez.

Não se trata, aqui, de simplesmente lastimar o emprego da violência contra profissionais que têm como armas, a serviço da verdade, a Câmara e a caneta.

O que se quer é exprimir o receio de que os excessos policiais cresçam na proporção direta do anseio governamental de uma Paraíba tran-

quila, ordeira e pacífica. O que se pretende é evitar que o contribuinte paraibano, seja ou não lavrador, tenha nas costas a marca dolorosa da chibata de uma Polícia sustentada e mantida com os impostos, que, de resto, já lhe custam muito da vida.

Sem dúvida nenhuma, há uma distância espantosa entre o que prega o governador e o que executa a Polícia. Tal desencontro não pode prevalecer. Um tem que se adequar ao outro. Eleito com a mais expressiva votação de toda a história política do Estado, o sr. Tarésio Burity é fiel depositário da natural esperança de que se torne o modelo dessa adequação. Isso até por seus princípios de civilidade.

A ocupação, à força, por camponeses, do prédio da Assembleia Legislativa traz, em seu bojo, excessos condenáveis, sobretudo, quando a justa e necessária solução dos seus problemas vinha recebendo a atenção de um governo certo de que tem nas mãos frutos malditos da questão fundiária.

Mas excessos não podem e nem devem gerar excessos, principalmente quando cometidos em nome da lei e da ordem pública. O cassetete não vai resolver um problema social, como é a coisa reconhecida pelo governador. Dessa forma, o som da chibata deve ser prontamente silenciado. Que se amputem as mãos daqueles que imprimem o suplício nas costas de agricultores, estudantes e pais de família em nome, mesmo, da coerência administrativa.

Correio Braziliense

Brasília, domingo, 12 de julho de 1987

PM RETIRA POSSEIRO DA ASSEMBLÉIA

João Pessoa – Baixando pancadaria "contra tudo e todos", um "comando de ação" da Polícia Militar da Paraíba, cumprindo ordem do Coronel Mardem Alves da Costa, interveio na madrugada de ontem na Assembleia Legislativa do Estado, de onde desalojou os 200 agricultores (homens, mulheres e crianças) que há 27 dias estavam em barracas instaladas em frente ao Palácio do Governo, e há três dias tinham invadido a "Casa Epitácio Pessoa".

Segundo os agricultores, a operação "foi rápida e debaixo de chuva". Os policiais, além de agredirem fisicamente os agricultores, não respeitando sequer as crianças ainda bateram na equipe da TV Cabo Branco, atingindo o repórter Saulo Moreno, que fez o exame de corpo de delito na manhã de ontem.

Os agricultores, que permaneceram detidos no quartel do Corpo de Bombeiros, foram liberados às 6h da manhã, depois de uma mobilização do Arcebispo Dom José Maria Pires, que foi barrado pelos policiais, juntamente com mais três advogados.

O comandante da Polícia Militar, Coronel Mardem Alves da Costa, explicou que os agricultores foram desalojados "com ordem", mas que "podiam voltar a fazer suas manifestações nas ruas".

PM DESPEJA SEM-TERRAS QUE HAVIAM INVADIDO ASSEMBLÉIA DA PARAÍBA

Da correspondente em João Pessoa

Cerca de trezentos soldados da Polícia Militar da Paraíba despejaram ontem, durante a madru-

gada, aproximadamente duzentos agricultores sem-terrás que, com seus familiares, haviam ocupado na quinta-feira as dependências da Assembléia Legislativa do Estado.

Antes, eles permaneceram 28 dias acampados na praça João Pessoa, onde estão localizados os prédios da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça e o Palácio de Redenção.

Incomunicáveis

Os sem-terrás ficaram detidos, incomunicáveis, no quartel do Corpo de Bombeiros local, de onde seguiram depois, às 10h – quando foram liberados –, para a sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba. A Polícia Militar acompanhou de longe a passeata.

O SR TADEU FRANÇA (PMDB – PR.)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vinte e um por cento dos brasileiros estão em miséria absoluta. Somando-se a esta cifra, 20% de trabalhadores ganham até um salário mínimo cada vez mais inflacionado. É por isso que hoje somos um considerável exército de proletários, irremediavelmente demitidos da esperança de um futuro melhor.

Surpreende-nos que, dentro desse quadro, fazem-se anunciar novas alternativas tributárias de arrocho salarial, pesando sobre aqueles trabalhadores que ainda conseguem sobreviver com o mínimo de condições o ônus de uma crise que por eles não foi fabricada. Qualquer miragem de ufanismo não se justifica, porque a verdade é que o País está nu, sem poupança interna e com absoluta falta de condições, em termos externos, devido ao entreguismo histórico. A crise social vai-se arrastando em dimensões de angústia e desespero. Aliás, só não vê o atual indicativo de caos quem não quer enxergar. O aproveitamento de recursos oriundos do corte de subsídios para implantar uma política de assistencialismo às nossas multidões famintas pode, no máximo, adiar o quebra-quebra, mas a verdade está posta na mesa. O nosso País está atropelado por imposições dos credores internacionais, monitorado pelo FMI e acorrentado nos pulsos pelo mais atrasado capitalismo, em que ao pobre é proibido semear neste solo continental. Nossas contradições estão evoluindo depressa para a situação insuportável que a todos apavora.

Entre as muitas ramificações do estopim capaz de fazer eclodir gravíssima convulsão, está o possível aniquilamento das propostas populares pelas poderosas forças reacionárias da direita, aqui, nesta Assembléia Nacional Constituinte, a exemplo da estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho, que hoje são exigências de formação social da moderna força de trabalho. A presente mobilização do grande empresariado brasileiro e multinacional para que a nova Constituição não incorpore esses princípios trabalhistas, deveria, sim, converter-se em grande seminário nacional que viesse empalmar a bandeira de duas jornadas diárias de trabalho, em que o rodízio das equipes de trabalhadores pudesse garantir o aproveitamento de imensa mão-de-obra ociosa que prolifera assustadoramente, em nome do desemprego que cresce. É preciso assegurar, desta forma, a duplicação dos índices de produção, para

fazer frente à grave crise nacional e responder à função social que deve ser inerente às empresas.

Concluindo, Sr. Presidente, os empresários não se iludam com a estabilidade em seus altos padrões de vida se continuarem progressivamente rodeados pela miséria que, se está adensando sem controle diante de seus olhos.

É preconceituosa a afirmativa de que o empregado estável cai de produção. Assegurada a estabilidade do pão de cada dia, o trabalhador vai responder muito mais afirmativamente às exigências de uma nova Pátria que precisa ser construída. (Muito bem! Palmas.)

O SR ADYLSÓN MOTTA (PDS – RS): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Faço um registro sobre um fato que, em outras circunstâncias, seria dispensável de qualquer comentário, mas que, por algumas peculiaridades, algumas singularidades que se apresentam, deve ser registrado e apresentado à Nação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, refiro-me à Convenção que será realizada no próximo fim de semana, pelo Partido majoritário nesta Casa, o PMDB.

É evidente que não caberia a mim, que sou de outro Partido, imiscuir-me em assuntos da economia interna de uma grei partidária que não a minha. No entanto, parece-me, algumas decisões vão ser tomadas a nível de Convenção, e devem ser registradas neste Plenário, porque extravasam o limite partidário para se transformar em assunto de interesse da Nação. Refiro-me à orientação que vai ser tomada, e como vai ser tomada pelo PMDB, com referência ao mandato do atual Presidente da República.

Sr. Presidente, esta decisão não caberia ser colocada a nível de convenção partidária – o PMDB, Partido majoritário, assumiu um compromisso em praça pública com o povo brasileiro –, mas deveria ser trazida ao Plenário desta Constituinte, na devida ocasião, e ser respaldada por todos os integrantes do PMDB, que conseguiram seus votos em cima da proposta de "Diretas já", liderados, inclusive, por aquele que se passou a chamar de "O Senhor das Diretas, Já", Dr. Ulysses Guimarães, que hoje preside este Colégio Constituinte. É bom que se denuncie isto à Nação. O PMDB já tomou uma decisão no palanque eleitoral e agora está sonegando o cumprimento de um compromisso assumido em praça pública com a Nação brasileira pelas diretas já.

Isto não deve ser decidido a nível de plenário de convenção. O que é pior, Sr. Presidente, o PMDB, o Partido que mais se insurgiu, aqui, neste Plenário, contra as decisões tomadas por voto secreto, exigindo que houvesse transparência, em todos os momentos, nas nossas decisões, porque estávamos numa nova fase brasileira, a fase da transparência, esse mesmo Partido, agora, numa posição inusitada, propõe deliberar, a nível de Convenção, sobre o mandato do Presidente, através do voto secreto.

Ora, Sr. Presidente, isso é uma incoerência, é uma incongruência, para não dizer uma hipocrisia, uma deslealdade e o descumprimento de um compromisso para com o povo brasileiro.

Faço estas colocações porque sou um daqueles que vão votar pelas eleições diretas no prazo mais exiguo possível; por um lado, para devolver legitimidade ao cargo de Presidente da República;

e, por outro, porque respeito o desejo daqueles que foram às ruas pedindo que se realizassem eleições diretas neste País.

Apenas para completar, Sr. Presidente, vou repetir aqui o que tenho afirmado em outras oportunidades: de uma população de 135 milhões de brasileiros, 112 milhões estão abaixo de 45 anos, o que significa dizer que nunca tiveram oportunidade de votar para Presidente da República, e daqueles 23 milhões que estão acima de 45 anos, a metade era, tranquilamente, analfabeto por ocasião das eleições ou, então, eram soldados e cabos que não tinham direito a voto. Penso que não cometo nenhum exagero ao afirmar desta tribuna que de 135 milhões de brasileiros apenas 10 milhões já foram às urnas para votar para Presidente da República.

Então, é isso o que o povo hoje quer, é isto que a juventude brasileira reclama: a participação, o direito de votar, o direito de escolher aquele que os vai governar.

Já que minha proposta de eleições presidenciais quatro meses após a promulgação da nova Constituição foi inviabilizada, o meu voto será pela proposta que estabelecer o menor prazo possível, no caso, o de quatro anos para eleições diretas para Presidente da República.

Lamento, Sr. Presidente, que o Partido que tem maioria nesta Casa, que tudo pode decidir, que assumiu e liderou a campanha das "Diretas já", hoje vire as costas ao povo e pior do que isto, se esconda atrás do voto secreto para tomar uma deliberação, que certamente não será aquela que o povo espera. (Muito bem! Palmas.)

O SR MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Em 1968 eu era Deputado nesta Casa e o Poder Legislativo entrou em choque com o ditador de plantão, o General Costa e Silva, no momento em que queriam desmoralizar esta Casa e cassar o mandato do Deputado Márcio Moreira Alves. Naquela ocasião foi um liberal e um dos Deputados mais respeitados desta Casa, o Deputado Djalma Marinho, que, respondendo às pressões que vinham do Palácio do Planalto, disse da tribuna desta Casa, recusando-se a mudar o seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça "ao rei tudo, menos a honra!"

Nas vésperas da Convenção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, pressões estão sendo organizadas em cada Estado, aterrorizando funcionários que ocupam cargos federais, publicando-se nos jornais de cada Estado a relação desses ocupantes e os Deputados que os indicaram, insinuando, inclusive, que o Presidente da República demitiria os titulares desses cargos se os Deputados que os indicaram votassem aqui, nessa Convenção, pelos quatro anos de mandato.

Indiquei duas pessoas para ocupar postos no Governo da chamada Nova República, e se o Presidente da República quer demiti-las, demita. Tenho três votos na Convenção e votarei três vezes pelo mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney, porque, assim fazendo, estou honrando aquele compromisso que foi assumido solenemente pela Aliança Democrática com a opinião pública brasileira.

A Imprensa noticia hoje que o Presidente da República, em conversa com o Deputado Cid Car-

valho, manifestou o seu desejo de que a Convenção do PMDB decida a questão do mandato.

Será uma vergonha para o nosso Partido se no domingo não tivermos a alívio de votar a duração do mandato do Presidente da República. O PMDB, que se encontra no ponto mais baixo da sua credibilidade política, perderá completamente o que resta de credibilidade junto à opinião pública, se for atrás daquelas propostas que julgo indecentes e sem-vergonhice, as propostas de adiar a votação de duração do mandato do Presidente da República.

Lamento que seja uma figura do porte do Vice-Governador Almino Afonso, que tenha sido ele escolhido e, sobretudo, tenha aceito essa triste condição de vir à tribuna da Convenção do PMDB propor o adiamento de um assunto que consta da pauta de convocação da Convenção. Ou o PMDB tem a dignidade de repetir aquela frase que aqui foi dita por Djalma Marinho – ao rei tudo, menos a honra! – ou este Partido perderá a honra e a dignidade e vai desmerecer todos os anos de luta em favor da democracia e em favor das liberdades democráticas.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, indiquei dois funcionários para o Governo da Nova República, porque é o Governo que foi feito e instituído pelo PMDB. Não indiquei junto a ninguém, indiquei junto ao Partido. Não aceito pressão, não me dobro e não me curvo.

Faço questão também de dizer que a Delegação de Pernambuco, pela sua esmagadora maioria, por mais de 70% dos seus integrantes, estará completa, aqui, no dia da Convenção, para votar quatro anos de mandato para o atual Presidente da República (Muito bem! Palmas.)

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB)
– PR. Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O conceituado *Le Monde*, na última semana, fez uma análise sobre o Governo brasileiro, especialmente comentando os tumultos provocados pela elevação das tarifas dos ônibus urbanos no Rio de Janeiro. A síntese dessa reportagem é uma setença que merece reflexão.

Diz o periódico francês:

"Um governo que a cada momento muda as regras do jogo, que comprime o salário como nenhum de seus antecessores o havia feito – mesmo sob o regime militar – que é incapaz de respeitar as regras que ele próprio estabelece, tal é o governo Sarney."

É lamentável que esse tipo de conceito possa chegar além-fronteiras. No entanto, mais lamentável é que, quando nós do PMDB, preocupados com as raízes, origens, compromissos e propostas programáticas e oficiais do Partido, que temos uma posição de independência, somos considerados como "xiitas", marginais da política oficial, e permanecemos no palanque.

Ainda hoje o Líder do PFL, conforme estampa o *Jornal de Brasília*, diz que a proposta de 4 anos de mandato para o Presidente José Sarney não passa de uma ameaça do PMDB para arranjar mais dinheiro para os Estados governados pelo Partido. E acusa mais: o Constituinte José Lourenço, afirma que todos os peemedebistas "mam igualmente nas tetas do Governo", embora parte deles permaneça no palanque.

É inadmissível que o Líder de um Partido como o PFL possa fazer essas avaliações. Mais lamentável seria a elas não repondem. Primeiro, porque, ao vir a esta tribuna, tenho absoluta certeza de que o conceito que *Le Monde* trouxe não é nada mais do que o conceito que grande parte da sociedade brasileira tem de que os peemedebistas não estão dispostos à troca pela moeda falsa do fisiologismo, dos interesses imediatistas, das benesses de um poder, que esta moeda falsa venha a vigorar nas relações entre o verdadeiro PMDB e o primeiro Governo da Nova República.

Deixo aqui um desafio, para que o Líder do PFL possa vir à tribuna e provar que este primeiro Governo da Nova República, nos seus dois anos de mandato, cumpriu 20% dos compromissos constantes do acordo da Aliança Democrática.

O que dizer das propostas reais, originárias do PMDB? O que dizer da reutilização do próprio entulho autoritário, através da Lei de Segurança Nacional? O que dizer da proposta – enquanto nós, na Assembléia Nacional Constituinte, estamos discutindo a nova ordem econômica – do Presidente da República que, em entrevista coletiva, defende um modelo de desenvolvimento exportador das suas plataformas de exportação, querendo ver no Brasil uma nova Cingapura, Hong-Kong, uma Coréia? O que dizer, do atropelo que se faz nessa pretensão; e agora está aí a ação contundente, tentando garantir quatro anos?

Prefiro ficar com o palanque, porque prefiro ficar com os compromissos do PMDB. Prefiro, Sr. Presidente, ficar com os compromissos da Nova República que estão sendo negados pelo seu primeiro Governo, que atropela a Constituinte, que atropela o Programa da Aliança Democrática, que nega o programa do PMDB, que utiliza o entulho autoritário e ainda temos que ficar aqui satisfeitos, quem sabe, com os desvios de um governo que teve uma recaída, tendo saudades da primeira fase do Presidente José Sarney.

Voltarei a este assunto. Não posso calar-me, Sr. Presidente, porque já disse aqui, e sou obrigado a repetir, que o verdadeiro partido político dá sustentação política ao Governo, mas também o verdadeiro partido político tem que ter uma postura crítica ao governo, tem que fazer a intermediação entre a sociedade e o governo.

Nesta hora quem tenta ser coerente, leal ao compromisso programático do partido, está sendo hostilizado. Há uma pressão orquestrada com governadores, porque não se fez a reforma tributária, e se quer, mais uma vez, como na Velha República, ter o prefeito o vereador nas mãos para conduzi-los politicamente. E as reformas que não aconteceram?

Concluo esta breve intervenção dizendo que a Convenção do PMDB não se pode omitir. Ela precisa não só decidir pontos fundamentais como, acima de tudo, corresponder a esta realidade hoje do PMDB e à transição, do PMDB e o Governo e do PMDB e a Constituinte, porque, do jeito que está não dá. (Muito bem! Palmas.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO)
– PR. Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes e Sras. Constituintes:

A UDR, através de seu ditador Presidente Ronaldo Caiado, usa a sua metralhadora giratória contra tudo e contra todos. Em Goiás, ele fez questão de insurgir-se contra a SGTA, a GCZ,

a GCN, entidades da maior tradição na agricultura e pecuária do estado, provocando, inclusive, uma cisão na UDR.

Ronaldo Caiado esse ditadorzinho barato da UDR, não se contentou apenas em insurgir-se contra essas entidades. Esse moço, que até há poucos dias era um *playboy* das noites parisienses, que veio para o Brasil e nunca plantou sequer um pé-de-alface, não tem tradição no meu Estado – aliás, a tradição que têm os Caiados em Goiás é de grileiros de terras, tanto que os latifundiários de Ronaldo Caiado e da maioria de seus familiares, todas, as suas terras pertenciam ao Estado de Goiás. Esse irresponsável fez declarações ao *Jornal de Brasília*, no dia 12 de julho de 1987, domingo próximo passado, onde podemos ler:

"Caiado é enfático em suas críticas aos políticos e aos atuais Partidos.

Nossos políticos carecem de firmeza ideológica, não têm postura e mudam de curso como uma nave à deriva.

Para ele, todos os políticos são oportunistas e corruptos."

Por isso, Sr. Presidente, venho pedir a V. Ex.^a providência no sentido de que esta Assembléia Nacional Constituinte interpelje judicialmente o Presidente da UDR, para que confirme ou não essas denúncias de que todos os políticos são oportunistas e corruptos.

Faço um repto a esse ditador barato da UDR: se provar uma corrupção, por menor que seja, nos dez anos de minha vida pública, em que fui Vereador, Deputado Estadual e, agora, Federal, virei, então, a esta tribuna para rasgar o meu diploma e renunciar ao meu mandato. Gostaria que provasse também que as suas terras e as de seus familiares não foram griladas num passado muito recente no Estado de Goiás.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL: – V. Ex.^a me permite um ligeiro aparte?

O SR. MAGUITO VILELA: – Se for possível, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Não é permitido aparte.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL: – Sr. Presidente, peço apenas a V. Ex.^a registre a presença do Cel. Ustra entre os manifestantes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– A Mesa, no cumprimento do Regimento, não pode permitir apertos.

O SR. MAGUITO VILELA: – Aliás, Cel. Ustra, Cel. North, Ronaldo Caiado, todos se parecem muito, podendo ser comparados a uma bananeira vistosa, com muita casca, pouco creme e muita nódoa.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP)
– PR. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Mais uma vez estamos na tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para falar das declarações, dos atropelos e, porque não dizer, das estripulias do então liberal, do então jurista, do então famoso Paulo Brossard.

Paulo Brossard hoje está-se tornando uma figura singular da nossa política, da nossa história.

S. Ex.^a é o homem que na época do episódio de Leme bradou conta o Partido dos Trabalhadores. O inquérito concluiu pela inocência do Partido dos Trabalhadores. O Ministro calou-se. Foi à televisão para acusar a CUT, foi à televisão para buscar responsáveis pelo “bademaço”. E descobriu que o “bademaço” foi feito por pessoas do Governo. O Ministro calou-se.

Agora, Sr. Presidente, é esse mesmo Ministro que vem de abrir processo contra os dirigentes da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores por discursos feitos no último comício da Praça da Sé.

O Ministro Paulo Brossard age da mesma maneira como agiam as autoridades no final do governo João Figueiredo, imaginando que, através da Lei de Segurança Nacional, S. Ex.^a poderá conter esse movimento que cresce, e vai crescer mais ainda, em torno da bandeira das “Diretas, Já” para Presidente da República. As acusações infundadas buscam intimidar, buscam criar, junto à opinião pública, uma situação em que o povo brasileiro não se manifeste de maneira livre, de maneira soberana, de maneira democrática, em torno das eleições diretas para Presidente da República.

Aqui, em Brasília, foi um grande aparato e o comício se realizou, conforme diziam os seus promotores, tranquilamente, organizadamente.

Na Praça da Sé, com mais de cinqüenta mil pessoas, foi um comício tranquilo, organizado, politicamente esclarecido, ao ponto de, ao final do comício, no final da tarde, o contingente da Polícia Militar se retirar, porque não tinha nada o que fazer lá.

Vem agora o Sr. Ministro da Justiça mandar o Diretor da Polícia Federal abrir processo por discursos feitos naquele palanque. O que os discursos disseram, o que o Deputado Djalma Bom disse, o que o Presidente da CUT disse, o que Jorge Coelho, Presidente da CUT Regional, disse: foi que, o povo brasileiro tem que dizer não a esta política de fome, de massacre e de miséria, tem que dizer não a este Governo que, ilegitimamente, ocupa a Presidência da República e vem a público dizer que tem que ficar cinco anos.

Este foi o conteúdo, este foi o sentido das declarações desses companheiros no comício da Praça da Sé.

Vem agora esse “xerife” da Lei de Segurança Nacional bradar que tem que abrir inquérito, que tem que processar.

Certamente, o que quer o Ministro Paulo Brossard, cumprindo ordens do Governo Figueiredo, cumprindo ordens do Governo José Sarney, e a confusão foi apenas na consciência, que fez uma ligação tão igual entre esses dois Governos, na verdade, Sr. Presidente, o que quer, repito, é incriminar o povo brasileiro, é querer julgar e incriminar a Nação brasileira, porque a repulsa, a indignação e a revolta contra este Governo é hoje uma opinião majoritária da população brasileira.

O Governo não vai conter esse movimento, não vai conter essa campanha através de manobras intimidatórias, como essa que o Ministro Paulo Brossard, cumprindo ordens do Governo José Sarney, tenta, com esse processo na Polícia Federal, intimidar o povo brasileiro na campanha por eleições diretas.

Não ouvi, ontem, o Sr. Ministro Paulo Brossard falar que era necessário abrir um processo contra o ex-Presidente João Baptista Figueiredo. Não ouvi o Sr. Ministro Paulo Brossard falar que a manifestação da UDR era ilegal. Nada disto ouvimos. Ouvimos S. Ex.^a falar que uma manifestação diante do Congresso Nacional era ilegal, quando S. Ex.^a mais do que ninguém, sabe que o espaço para manifestação era absolutamente legal e, agora, mais uma vez, o Sr. Ministro vem cumprir o quixotesco papel de valer-se de uma lei que há muito tempo esta Casa deveria ter colocado na lata de lixo, porque é lá que deve ficar a Lei de Segurança Nacional. (Muito bem! Palmas.)

O SR. RICARDO IZAR (PFL – SP – Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Diversos Deputados assomaram à tribuna para comentar o Projeto de Decisão do Deputado Constituinte Paulo Ramos que proíbe a conversão de parte da dívida externa brasileira em capital de risco pelas empresas estrangeiras.

Muitos dos Srs. Constituintes usaram expressões que já conheço há muitos anos, principalmente no meio universitário. Alguns deles falaram que o patrimônio nacional está ameaçado, outros falaram que é crime vender o Brasil para os estrangeiros. Falaram também que, se abrissemos as portas brasileiras, teríamos só desvantagens. Um deles disse que o projeto visa a proteger as estatais.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não entendo por que, exatamente na hora em que o Brasil mais precisa de crédito, na hora em que o Brasil procura melhorar a sua imagem no exterior, na hora em que os países desenvolvidos de todo mundo, inclusive da área socialista, abrem as suas portas para o comércio exterior, o Brasil e esses constituintes, especialmente, querem fechar as portas brasileiras e desenvolver o País dentro do subdesenvolvimento.

Quando estive em Taiwan, na República da China, não entendi esse país, querendo negociar no Brasil, querendo investir no Brasil, não podia fazê-lo, porque o Governo brasileiro tem receio da China Comunista.

Nesta hora em que discutimos o projeto de decisão do Constituinte Paulo Ramos, penso que deveríamos fazer, sim, um apelo à Assembléa Nacional Constituinte: deveremos, para progredir, abrir as nossas portas para o Mundo, para o mundo socialista, para o mundo capitalista, sem prevenção. Vamos desenvolver com o mundo, e não ficar fechados no nosso subdesenvolvimento.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES – Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, companheiros de Partido, demais Constituintes:

Ao retornar ao Brasil, após participação no Congresso Mundial de Mulheres em Moscou, e pelas dificuldades naturais que tínhamos em obter notícias do nosso País, chegamos a ficar um tanto estarrecidas diante das notícias veiculadas na imprensa sobre as manifestações do General Leônidas Pires Gonçalves que, afrontando não só o Poder Executivo, desprestigando a imagem do próprio Presidente da República, afronta, como um todo esta Casa Constituinte, não só ao discutir as propostas da Constituinte como a dizer que não acatará decisões que não forem aquelas compatíveis com o seu pensamento político.

Manifesta o General, ainda, em diversas oportunidades, não somente o seu pensamento político, como a pretensão que tem de influir decisivamente nesta Casa, para que consiga para o Presidente José Sarney um mandato de cinco anos.

Não só estamos estarrecidas, Sr. Presidente, como queremos protestar contra as declarações feitas por esse General, ao dizer que não reconhece o direito da proposta da Constituinte de anistiar os militares, que não acatará a decisão que esse Congresso tomará e, mais ainda, alerta-nos pela inconveniência de votarmos hoje, como uma forma não inteligente, o mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney.

Esta Casa é o Poder Legislativo, não depende da opinião do General Leônidas, não depende da sua vontade aquilo que iremos tratar e decidir nesta Casa.

Parece que S. Ex.^a sente saudade dos anos em que os militares não só decidiam neste País como forçavam, muitas vezes, as decisões políticas dentro desta Casa.

Aqui estamos vivendo uma nova etapa. Acreditamos que estamos construindo uma transição democrática. Não vivemos a plenitude de uma democracia, mas estamos lutando para que este Poder seja respeitado e não abriremos mão, Sr. Presidente, das prerrogativas de exercer com liberdade, com dignidade, o compromisso histórico da luta do meu Partido, que, se em algum momento se queda, não é com a aquiescência de muitos companheiros da minha Bancada.

O PMDB tem uma trajetória de luta, uma trajetória histórica e ergueu uma bandeira pela liberdade deste País e pela sua independência. Não somos a favor de militares dando opiniões em questões que dizem respeito às classes políticas. Não vamos abrir mão e não serão ameaças veladas, ameaças subliminares, colocadas em pequenas entrevistas, que irão amedrontar a decisão que tomaremos na Convenção do PMDB. Iremos votar com liberdade dentro do fórum do nosso Partido, como iremos votar com liberdade dentro do Plenário desta Casa.

Queremos que seja de 4 anos o mandato do Presidente da República, porque o Presidente que aí está, já que a fatalidade nos tirou o nosso saudoso Tancredo Neves, está para cumprir, de plantão, deliberação de um Partido que, através de suas lutas, de suas jornadas de trabalho, conquistou essa parcela de poder, para fazer as mudanças apregoadas pelo nosso Partido e tão esperados pelo povo brasileiro.

As declarações do General Leônidas Pires surpreendem-nos. O que pretende dizer e aonde quer chegar? Só ele deve saber. A nós não interessa, porque entendemos que o que iremos decidir, tanto na Convenção de domingo como dentro deste processo constitucional, deverá ser de interesse e a favor do povo brasileiro, tão massacrado, tão humilhado, tão sofrido, por outros militares como ele, que se acharam no direito de fazer desta Pátria o que bem entenderam. O momento é outro, outra, a realidade.

Agradecermos, se ele se ativesse estritamente a cumprir suas funções, que são aquelas estabelecidas na atual Constituição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR NILSON GIBSON (PMDB – PE).

Pronuncia o seguinte discurso: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

O Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, considera encerrada a fase do sufoco de sua gestão à frente da política econômica. Segundo seus cálculos, a inflação caiu, as taxas de juros baixaram e os salários estão recuperando seu poder aquisitivo.

Após a divulgação do Plano de Consistência Macroeconômica – PCM, do Ministro Bresser Pereira, cuja característica principal é a atribuição à iniciativa privada de maior parcela de responsabilidade no crescimento da economia, tudo indica que, a partir de agora, o Governo Federal irá retirar-se de diversos empreendimentos e áreas econômicas em que foi entrando, através de décadas, por motivações teóricas, por falta de iniciativa de poder de fogo do empresariado ou simplesmente por intervenções esporádicas do BNDES.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o importante é que temos agora um plano macroeconômico de longo prazo, que esperamos se torne realmente consistente e seja aplicado, não escorregando logo para alguma gaveta ou arquivo, como ocorre freqüentemente neste País de constantes mudanças de rumos econômico-políticos. Ainda na quarta-feira passada, as principais lideranças empresariais brasileiras manifestavam ao Presidente José Sarney sua preocupação com a falta de regras para investir e trabalhar, que elas atribuem sobretudo às indefinições econômicas da Constituinte. É claro que tais indefinições precisam ser corrigidas num rumo realista e de acordo com as nossas tradições de economia de mercado, livre iniciativa e respeito aos compromissos, mas a parte do Executivo, com o seu Plano de Consistência Macroeconômica, é também da máxima importância para a estabilidade econômico-política e o desenvolvimento do País.

O Ministro Bresser Pereira disse que caberá ao empresariado nacional a tarefa de criar condições de emprego para as 2,5 milhões de pessoas que entram anualmente no mercado de Trabalho. Enquanto isso, o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, busca estabelecer uma legislação que contenha as demissões e ampare o trabalhador demitido na recessão por que atravessa temporariamente o País.

As grandes restrições ao Plano do Ministro Bresser, agora completado dentro de uma visão mais ampla, ao contrário do que ocorreu com o Plano Funaro, localizam-se na insensibilidade do setor público a cortes e restrições de gastos, no incremento às exportações em detrimento do mercado interno e das regiões não exportadoras, e na repressão ao poder de compra dos consumidores, que deixa a maioria da indústria e do comércio em difícil situação.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o Ministro Bresser alerta que a fase de desemprego ainda não terminou e que deverá prosseguir por mais dois meses. O Ministro pretende o descongelamento gradual em agosto ou setembro, a partir de pequenos acertos no salário.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente:

Pensamos que o PMDB deve concentrar-se na defesa dos cinco anos para o mandato do Presidente José Sarney. O **Correio Braziliense**, edição de hoje, divulga matéria em que o Ministro Leônidas Pires Gonçalves defende 5 anos para

Sarney. Disse o Ministro Leônidas, mais do que uma necessidade, é "Um Ato de Inteligência Política". A frase do Ministro Leônidas não tem, evidentemente, o tom da advertência, porque foi dita durante uma conversa informal, mas expressa a preocupação do Ministro Leônidas com o futuro do Brasil, uma vez que ele considera a realização de eleições presidenciais em 1988 um "Desserviço ao País, que vive um dos seus piores momentos econômicos".

Passo a fazer leitura da matéria divulgada no **Correio Braziliense**:

Correio Braziliense

Brasília, terça-feira, 14 de julho de 1987.

O Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, acha a realização de eleições presidenciais em 1988 um "desserviço ao País que vive um dos seus piores momentos econômicos", durante conversa com este colunista. São numerosos os políticos do PMDB, do PDT, do PT e dos partidos comunistas que ainda insistem na redução do mandato do Presidente José Sarney para quatro anos. Segundo o Ministro do Exército, "uma disputa presidencial no próximo ano significaria paralisar as forças vitais do Brasil já a partir deste ano. E, ao lado da paralisação administrativa teríamos um amplo emprego de recursos financeiros na estrutura da campanha: gastos descomunais, não reproduutivos e por isso mesmo geradores de inflação. Mais inflação, como se a atual já não fosse um calvário suficientemente penoso". Lembra que "o novo Presidente assumiria em plena crise, começando mal uma administração que em verdade necessitaria de tempo para tomar conhecimento de todas as atribuições próprias do Poder Executivo e para adaptar-se à situação do País. Preciso tempo perdido, com graves consequências para o futuro da Nação".

Entende o general Leônidas Pires Gonçalves que "o ideal será mesmo o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney que, assim, teria dois anos para corrigir plenamente as disfunções econômicas nacionais e promover a retomada do desenvolvimento".

O Ministro do Exército deu outras razões a este colunista para defender o mandato de cinco anos para o Presidente Sarney: a nova Constituição, que entrará em vigor em fins deste ano, exigirá grande número de leis complementares e ordinárias, tarefa pesada a cargo do Poder Legislativo e do próprio Poder Executivo. Todo esse ordenamento jurídico exige tempo e meditação, não podendo ser realizado no fragar de uma campanha eleitoral presidencial.

Por todas estas razões julga o Ministro Leônidas Pires Gonçalves que mais do que uma necessidade, o mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney é "um ato de inteligência política".

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o Presidente José Sarney demonstrou em recentes pronunciamentos que está disposto a lutar pelos cinco anos de mandato, mesmo se a Convenção do PMDB lhe impingir os quatro anos. O Presidente José Sarney pre-

tende mobilizar forças para reorganizar a base política do Governo e fazer prevalecer, na Constituinte, os cinco anos e o sistema presidencialista. A Convenção, para ele, é um ato político que levará a uma mera recomendação, não podendo fechar a questão. Ainda assim, o Presidente José Sarney está confiante em que os cinco anos serão consagrados, ao tomar conhecimento de que as prévias, em bancadas regionais, caminham nessa direção.

Oportunamente voltarei ao assunto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE).

Pronuncia o seguinte discurso: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é do conhecimento geral que há poucos dias o Governo tomou um conjunto de medidas para o setor agrícola, que tiveram enorme repercussão para a atividade, trazendo também certa tranquilidade aos agricultores e produtores rurais do País. Inclusive, fizemos um pronunciamento desta Tribuna, enalterando a decisão do Governo e nos regozijando pelas medidas adotadas, sobretudo no que diz respeito à dispensa da correção monetária nos empréstimos contraídos durante a vigência do Plano Cruzado I para o setor agrícola do País até 30/6/87, e para o Nordeste e Vale do Jequitinhonha até 31/12/87; no entanto, para os empréstimos pecuários do Nordeste e Vale do Jequitinhonha, também contraídos durante a vigência do Plano Cruzado I, a dispensa da correção monetária foi fixada à data de 30/6/87, havendo uma desigualdade entre o setor agrícola e o setor pecuário. Depois de muita luta junto ao Ministério da Fazenda ficou estabelecido que ainda esta semana sairá a decisão estendendo-se até 31/12/87. Tratava da primeira medida ainda destoante do "pacote agrícola adotado". A segunda medida

diz respeito às taxas de juros, que foram fixadas em 7% mais OTN para os pequenos produtores rurais, e 10% mais OTN para os médios e grandes produtores de todo o País. Ora, no nosso pronunciamento, afirmáramos que os Ministros da Fazenda e Agricultura estavam procurando uma maneira de diferenciar os juros para os agropecuaristas da região nordestina, o que, não resta dúvida, é uma medida das mais justas. Sempre defendemos taxas de juros compatíveis com a nossa produtividade. Assim, segundo dados do IBGE, a produtividade agrícola média do Nordeste é de 43% do Centro-Sul-Sudeste. Então, as taxas de juros agropecuários para a região devem ser 57% a menos das demais regiões produtoras, ou seja, poderia ser fixado 43% da OTN.

Temos certeza de que o Governo deverá ser sensível a este pleito, por não estarmos defendendo apenas um subsídio à agropecuária nordestina, mas uma taxa condizente com a produtividade média da região.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

A SRA. LÚCIA BRAGA (PFL – PB). **Pronuncia o seguinte discurso:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Constrange-me ter que voltar a esta tribuna para denunciar mais uma arbitrariedade, mais um abuso de poder do Governo do Estado da Paraíba.

O Sr. Tarcísio Burity, desde que assumiu o Governo do meu Estado, tem-se revelado o despota que conhecíamos e havíamos denunciado na campanha política.

Desgraçadamente, este homens tem levado a Paraíba ao noticiário da imprensa nacional por atos que mancham as nossas melhores tradições de civismo.

Primeiro demitiu a família dos outros para empregar os seus parentes, concedendo à Paraíba o título nada lisongeiro de campeão de nepotismo. Depois fez espantar jovens estudantes que, em manifestação pacífica, protestavam contra o aumento desenfreado das anuidades escolares.

Estes atos foram praticados em pleno dia, à luz do sol, ante toda a Paraíba estarrada e revoltada.

Agora ele urge seus planos contra o povo indefeso à noite. E, tarde da noite, sob um temporal, ele faz suas vítimas. E que vítimas! Pobres camponeses que lutam pelo direito à posse da terra que trabalham. Gente simples e indefesa.

E não são apenas os camponeses que sofrem espancamentos e são despejados alta madrugada a cassetetes, em noite fria e sob um temporal. Também a imprensa é espancada, na tentativa vã de silenciá-la.

O Sr. Tarcísio Burity macula não só o cargo que exerce, mas o nome da Paraíba, cujas tradições democráticas são o melhor apanágio de seu povo.

Doe-me ver o meu Estado ocupar os noticiários da imprensa nacional em virtude de um clima de violência instaurado pelo atual Governador, exemplo de prepotência e impiedade cristã.

Duzentos camponeses, aviltados no seu direito de posse da terra em que trabalham há longos anos, a Fazenda Bela Vista, no Brejo Paraibano, acampados na Praça João Pessoa há um mês, usando do seu legítimo direito de pressão, procuraram abrigar-se das chuvas torrenciais no prédio da Assembléia Legislativa do Estado. Lá permaneceram por três dias, pois as chuvas pesadas caiam incessantemente, impedindo-os de votar às suas barracas armadas na Praça João Pessoa. Sábado, à meia-noite, quando dormiam, foram despertados pela pancadaria, pelos cassetetes da Polícia Militar do Estado, encarregada de desalojá-los.

Homens de todas as idades, mulheres grávidas e crianças foram violentamente despertados em noite fria, chuvosa, por ordem do Governo, que os expulsou da casa de Epitácio Pessoa, dita do povo.

Camponeses e jornalistas que acorreram ao local para fazer a cobertura do lamentável fato, igualmente foram espancados. Os policiais danificaram o material de reportagem da TV-Cabo Branco, na ânsia de impedir a documentação da barbarie que estava sendo praticada.

Nem no período de maior repressão do regime militar a Paraíba assistiu a atos tão revoltantes de desrespeito à pessoa humana!

E não pararam aí as arbitrariedades. Os camponeses foram presos e mantidos incomunicáveis no Quartel de Bombeiros. O Arcebispo D. José Maria Pires e Frei Marcelino, permanentes defensores dos sem-terra na Paraíba, procuraram, inutilmente, desde às duas horas da madrugada, entrar em contato com os camponeses, a fim de evitar mais espancamentos. Somente às seis horas da manhã lograram ordem para vê-los.

A estes dois bravos servos de Deus e do povo ofereço a minha total solidariedade, não só como cristã, mas, sobretudo, como representante deste povo que eles tão legitimamente defendem. Igualmente aos camponeses e jornalistas agredidos, a minha irrestrita solidariedade.

Sr. Presidente, Srs. e Sras Constituintes, a insegurança voltou à Paraíba. O direito de manifestação, principalmente manifestação pacífica, é violentamente cassado em frontal desrespeito à lei.

Procuram-se silenciar estudantes na prática do ato legítimo de defender o sagrado direito de estudar. Oprimem-se camponeses que lutam pelo direito à terra para produzir. Espancam-se jornalistas no cumprimento do dever de informar.

Isto contraria os direitos humanos. Onde está o Sr. Ministro da Justiça que não age?

Vejam, Srs. a que está reduzida a Nova República sonhada por Tancredo Neves!

É preciso que o Ministro da Justiça não mais permita que arbitrariedades desse tipo se repitam na Paraíba.

É preciso também que a Assembléia Nacional Constituinte inclua no Texto Constitucional dispositivo disciplinando como crime de responsabilidade o abuso de poder, a violência por parte dos poderes públicos contra os legítimos direitos do povo.

Concluo formulando apelo ao Exmº Sr. Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dr. Marcos Freire, no sentido de que promova com urgência a regularização fundiária da Fazenda Bela Vista, atendendo às justas reivindicações dos posseiros que, por conta do exercício do seu legítimo direito de pressão, foram atingidos pela violência do poder arbitrário que se instalou na Paraíba.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Somente a posteridade, através do processo inexorável do determinismo histórico, pode oferecer um Julgamento isento e correto da atuação, do trabalho e da vida dos homens públicos. E, em assim sendo, nunca preocupe-me em dar-me ao trabalho de, como correligionário, seguidor e amigo do inesquecível Senador Filinto Müller, tecer maiores considerações acerca de sua fulgurante passagem pelo cenário político nacional.

Meses atrás, um jornalista credenciado no Comitê de Imprensa do Senado Federal salientava o papel exercido por Filinto junto aos governos militares pós-64, na preservação dos mandatos de vários parlamentares ameaçados de cassação pelo Olímpo. Ficou, enfim, do pranteado Líder político mato-grossense a figura do conciliador, do moderador, do apaziguador, do arguto articulador e notável dirigente partidário que foi.

Quando se comemora o 87º aniversário de nascimento do Senador Filinto Müller e o 14º ano de seu trágico desaparecimento, faço questão de trazer a público pequenos, porém relevantes, dados da extensa biografia do homem que me introduziu na vida pública, com o intuito de desmistificar versões contraditórias sobre sua presença efetiva em mais de 50 anos de militância política.

Revolucionário de 22, de 24 e integrante do movimento vitorioso da Aliança Liberal, em 1930,

Filinto foi tenaz oponente da República Velha e inimigo declarado das eleições a bico-de-pena. Entusiasta do Presidente Getúlio Vargas, foi um dos sustentáculos dos primeiros anos da República Nova e participou efetivo do trabalho de Vargas na consecução das reformas sociais e da criação da legislação trabalhista.

Coube a Filinto Müller, por amizade pessoal ao Presidente Getúlio Vargas, um ato de renúncia e a aceitação de um papel que lhe custaria inimigos e dissabores anos a fio: em 1937, ainda em plena juventude, foi eleito Governador do Estado de Mato Grosso e, no mesmo dia, por solicitação pessoal do Presidente Vargas, renunciou ao cargo que mais lhe dizia ao coração, retomando ao Rio de Janeiro com a missão penosa e ingrata de fazer as vezes de "homem duro" do regime que então se implantava pelas mãos de um "homem bom", misto de caudilho, estadista e líder carismático.

Filinto, apesar de uma acendrada formação humanística, vê-se, por contingência do destino, na Chefia de Polícia do Estado Novo e, por conseguinte, apesar de não ter como coibir abusos e excessos da repressão getulista, passa a ser o alvo predileto dos ataques da esquerda festiva, dos jornais clandestinos que se editavam na época e – pior de tudo – é o destinatário de uma torpe reportagem-calúnia parida pela mente ensandecida de um jornalista inequivocavelmente brilhante, todavia, comprovadamente desonesto, que atribui ao líder mato-grossense torpezas jamais praticadas. Se faltou alguém em Nuremberg, esse alguém foi o periodista responsável pela maior e mais bem orquestrada campanha de difamação, chantagem e calúnia já movida contra um político na História contemporânea do Brasil.

E o Mato Grosso, sob a égide da influência de Filinto na Capital da República, experimenta um dos seus períodos de maior desenvolvimento e progresso, tendo como seu Governador Júlio Müller, um autêntico estadista, irmão do pranteado líder e intelectual e administrador de larga reputação. Recursos sendo carreados, benfeitorias sendo construídas em todos os rincões do Estado, escolas e hospitais se ergindo, os Poderes Públicos olhando para Mato Grosso e seu povo como nunca haviam olhado!

Com o advento do término da 2ª Guerra Mundial, a volta da FEB da Itália, o regime de exceção passa a ser abertamente contestado e, no ocaso do Estado Novo, o ditador se recolhe a sua estância Itu, em São Borja, e Filinto Müller, gozando de prestígio jamais alcançado por qualquer outro homem público em nosso Estado, retorna a Mato Grosso, funda o Partido Social Democrático, o PSD, e se elege Senador Constituinte com invejável votação.

No Senado, com uma atuação brilhante e séria. Filinto se destaca como político de posições nacionalistas, defensor do monopólio estatal do petróleo, advogado dos grandes interesses nacionais e inimigo implacável dos grandes trustes multinacionais que minavam – ontem como hoje – a economia nacional.

Reeleito em 54, numa campanha emocional, sob o forte impacto da morte trágica do Presidente Vargas, Filinto participa ativamente da campanha vitoriosa do inesquecível estadista Juscelino Kubitschek de Oliveira. Grato pelo apoio recebido e pela firmeza como Filinto se portou quando

da crise de 55, quando as vivandeiras de quartel da UDN tentavam impedir a posse do Presidente legitimamente eleito, JK o distingue com o honroso cargo de Líder de seu Governo no Senado da República. E é nessa Liderança, exercida cumulativamente com a Presidência do PSD, que Filinto, com a oratória brilhante, límpida e demolidora, se torna um defensor intransigente do Plano de Metas do Governo de Juscelino, bem como um entusiásmodo adepto da construção da Nova Capital. E, sobre Brasília, é bom que se lembre que Filinto, como homem do interior brasileiro, achava que a edificação de uma Capital da República em pleno cerrado, no coração do País, no Centro-Oeste, representaria a interiorização do progresso, a aceleração do desenvolvimento nacional e, sobretudo, um marco da vida do Brasil.

Líder do PSD e da Maioria, percorre o Brasil na campanha do General Lott e do Vice-Presidente João Goulart, e, também tragado pelo autêntico furacão representado pela candidatura vitoriosa de Jânio Quadros, o Senador amarga uma derrota que o marcaria pela vida afora: perde, por escassos 11.000 votos, o Governo de Mato Grosso para o Dr. Fernando Correa da Costa, que – por uma ironia do destino – já o havia levado ao insucesso nas urnas de 1950, quando, por também escassos 2.500 votos, Filinto não realizou o grande sonho de sua vida, o de Governar o seu tão querido Mato Grosso.

Refeito da derrota inesperada, Filinto se lança a nova e vitoriosa missão, fazendo-se Líder da Oposição ao curto e pitoresco Governo do Sr. Jânio Quadros. Quando, sete meses depois, o indigitado cidadão resolveu jogar 6 milhões de votos pela janela, Filinto, um legalista, defende a posse do Vice João Goulart e participa ativamente da formulação da proposta parlamentarista de governo, evitando um choque maior e o derramamento de sangue entre os brasileiros.

Mantendo ao longo do Governo Jango uma postura discreta, mantém apoio ao Presidente mais por lealdade à figura de Getúlio, o iniciador de Jango na vida pública, e, logo após o movimento militar de 31 de março, Filinto volta às pressas do exterior com o intuito de convencer os participantes da quartelada vitoriosa de que os militares não deviam eternizar-se no poder, podendo, quando muito, instituir um governo de transição e restauração da ordem pública ameaçada pelos distúrbios sociais e pela guerra ideológica.

Termina por se fazer Líder do Presidente Castelo Branco e Presidente Nacional da ARENA. Não abdica, todavia, de seu espírito conciliador, de sua conhecida disposição para o diálogo e de sua aversão pública às cassações de mandatos e aos atos de exceção.

Na condução da ARENA, o Senador Filinto Müller é o responsável pela ascensão de uma geração brilhante de homens públicos, gerados no ventre do partido situacionista, mas com origens no extinto PSD, onde se destaca o Senador Marco Antônio Maciel, atual Presidente Nacional do PFL.

Filinto era um homem sem a menor fascinação pelos bens materiais. Homem de poucas posses, mantinha um padrão discreto de vida, avesso a excessos e extremamente discreto em sua vida pessoal. Em Brasília, cidade querida e estimada pelo casal Filinto e Consuelo Lastra Müller, mantinha uma acolhedora residência batizada com

um nome singelo, telúrico e carinhoso: Mato Grosso.

E foi nesta quadra da vida, quando a experiência recomenda moderação e o espírito fornece as forças para enfrentar o ocaso da existência, que Filinto já antevia em conversas com o seu jovem afilhado Júlio Campos a necessidade da volta ao estado de Direito, da transição pacífica do poder aos civis, da regulamentação da atuação das empresas multinacionais no Brasil. Filinto, nos dias finais, como após a Constituinte de 46, via com olhos liberalizantes o momento institucional brasileiro. Era menos o "homem duro" do estado Novo de Vargas e mais o defensor de "O Petróleo é Nosso", da construção de Brasília e da posse de Jango.

A morte, pela sua inexorabilidade e surpresa, ceifou de forma trágica e traumatizante a vida do Senador mato-grossense. Em Orly, nos arredores de Paris, no dia de seu aniversário natalício, Filinto, ao lado da extraordinária figura da mulher e companheira Dona Consuelo e de seu neto Pedro, seu presumível herdeiro político, conheceu a morte e nos deixou a todos nós, amigos, seguidores, admiradores.

Agora, pois, quando já lá se vai mais de uma década de seu passamento, fica o registro isento no sentido histórico, mas engajado e passional no sentido humano, da imensa saudade, da falta grande que Filinto nos faz.

Filinto, como todos os grandes homens públicos, já não pertencendo ao mundo dos vivos, é julgado pela história, história da qual foi participante efetivo, corajoso, denodado e sensato.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é a homenagem que presto em meu nome pessoal, e – julgo – em nome de todo o povo mato-grossense, à memória do inesquecível Líder Filinto Müller, cujo nome marca indelevelmente a história de nossa gente, de nossa terra e da nação mato-grossense.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte decurso): – Presidente, Srs. Constituintes:

O monopólio estatal do petróleo é uma conquista do povo brasileiro que nos cabe preservar. Essa conquista, consagrada pela Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, que criou a Petroléo Brasileiro S/A (Petrobras), somente se efetivou após uma longa campanha cívica, que empolgou a nação brasileira, conscientizando-a da necessidade de explorar as suas próprias riquezas.

Não foi uma vitória fácil. A polêmica vinha de longa data. Já em 1927, o Deputado Ildefonso Simões Lopes, ex-Ministro da Agricultura, apresentou um projeto de lei no qual prescrevia que "as jazidas de petróleo não podem pertencer a estrangeiros nem ser por eles exploradas". Alegava S. Ex.^a, em sua justificativa, que relatórios oficiais americanos demonstravam o interesse dos Estados Unidos em controlar as jazidas de petróleo da América do Sul, motivo por que se impunha estabelecer normas que assegurassem aos brasileiros a exploração do petróleo. Foi uma das primeiras vozes que se levantaram a favor dessa causa. Mas dez anos se passaram antes que se tomasse uma providência concreta neste sentido. A Constituição de 1934 já focalizava o assunto, mas a Carta de 37 foi mais feliz, ao determinar

não apenas que o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais dependia de autorização federal, mas também que essa autorização só podia ser concedida a brasileiros ou empresa constituída por acionistas brasileiros (art. 143, §1º).

No ano seguinte, em meios a rumores de guerra, controvérsias, inquietações e desconfiança generalizada quanto à intensão do Governo em relação à matéria. O Estado-Maior do Exército, chefiado pelo General Góis Monteiro, propôs a nacionalização da indústria do óleo cru. Foi, então, promulgado o Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938, que declarava de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo e criava o Conselho Nacional do Petróleo. Duas fortes razões fundamentaram essa decisão governamental: a iminência da guerra e a expansão da rede rodoviária nacional.

A legislação de 1938 atribuiu especial importância à refinação do petróleo, considerada a base dessa indústria. O General Horta Barbosa, primeiro Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, defendia a criação da indústria de refinação, "com a descoberta ou não das jazidas de petróleo", apontando-a como o "alicerce da independência econômica de um povo".

Era voz corrente que o Brasil não possuía jazidas de petróleo em volume que justificasse a sua exploração em escala comercial. Deste fato nos davam conta famosos relatórios, elaborados por técnicos estrangeiros, contraditados, naquela época, por Monteiro Lobato, que, em carta aberta ao Ministro da Agricultura, de grande repercussão junto à opinião pública, denunciava a sabotagem que estaria sendo praticada por empresas petrolíferas internacionais, com o objetivo de impedir a exploração do petróleo no Brasil.

Quando, em janeiro de 1939, jorrou o precioso óleo no campo de Lobato, na Bahia, suscitaram-se novas esperanças e exacerbaram-se os interesses conflitantes nacionais e estrangeiros. Travavam-se, então, acalorados debates no Congresso Nacional. Falava-se em ameaças de retaliação econômica, caso o Brasil instituísse o monopólio estatal do petróleo. Alegavam os partidários da livre exploração do petróleo, entretanto, que os baixos preços do combustível no mercado internacional, não justificam sua exploração em nosso País, onde os custos seriam altíssimos, dado o pequeno volume da maioria de nossas reservas. Argumentavam, ainda, que não dispúnhamos de tecnologia adequada nem dos recursos necessários para o empreendimento. Eles não acreditavam em sabotagem por parte de empresas estrangeiras, mas sim no desinteresse delas em explorar petróleo sem indícios seguros de sua existência.

No entanto, a Standard Oil, desde 1936, propunha-se a construir uma grande refinaria em Niterói, em troca de concessões na Amazônia e no Paraná. Consta que o General Eurico Dutra se opôs a essa negociação.

Em julho de 1941, o Conselho Nacional do Petróleo sugeriu que se instituísse o monopólio estatal do petróleo, proposta essa que só se tornou realidade 12 anos mais tarde. E, nesse período, travou-se o grande debate entre nacionalistas e partidários da livre empresa. Muitos de nós nos lembramos, ainda da campanha "O Petróleo é Nosso", que empolgou o País.

Finalmente, venceram os idealistas, que não se detiveram diante das dificuldades, consideradas insuperáveis. Apoiados pelo Presidente Getúlio Vargas, lograram implantar o monopólio do petróleo em nosso País, com a criação da Petrobrás, em 1953, que teve como seu primeiro Presidente o Senador Jutahy Magalhães. A Petrobrás recebeu, então, o acervo do Conselho Nacional do Petróleo, que já contava com unidades de pesquisa e produção na Bahia. Já estavam em funcionamento as refinarias de Mataripe e Cubatão. A empresa pôde, então, investir na prospecção e lavra do petróleo, contratando técnicos estrangeiros, importando **know-how** e maquinaria. Foi ampliando suas atividades gradativamente, por conta dos recursos provenientes da venda de combustíveis, beneficiada ainda, em 1956, pela lei que estabeleceu o sistema de proteção fiscal para a indústria de refinação de petróleo.

Em 1953, quando foi fundada, a Petrobrás produzia menos de 3% do consumo nacional, que era baixo. Mas o consumo cresceu rapidamente a partir de 1955, devido à demanda da indústria de produção de bens duráveis, e continuou em alta a partir de 1957, por força do desenvolvimento da indústria automobilística. Além de fonte de energia, o petróleo passou a ser empregado, também, como insumo industrial de inestimável valor.

No início da década de 70, a Petrobrás iniciou suas atividades no exterior, a princípio diretamente, e depois através de sua subsidiária Petrobrás Internacional S. A. (Braspetro), criada exatamente para operar fora do País. A primeira subsidiária fora criada em 1968 – a Petrobrás Química S. A. (PETROQUISA) – e outras mais surgiram posteriormente. Hoje, a Petrobrás é uma **holding**, que consagra várias empresas subsidiárias e coligadas. Entre suas subsidiárias encontram-se, além das já citadas, a Petrobrás Distribuidora S. A. (BR), a Petrobrás Comércio Internacional S. A. (Interbrás), a Petrobrás Fertilizantes S. A. (PETROFERTIL) e a Petrobrás Mineração S.A. (PETROMISA).

Infelizmente, porém, os investimentos no exterior, a partir de 1970, foram feitos em detrimento da exploração do petróleo em nosso País. Na ocasião, esgotados os poços terrestres, o General Geisel, então Presidente da Petrobrás, considerando muito dispendiosa a exploração submarina, preferiu investir no exterior. Assim, o Brasil ficou dependente do mercado internacional. A partir de 1973, como sabemos, elevaram-se desmesuradamente os preços do petróleo, onerando, sobremodo, as nossas contas externas. Além disso, os nossos investimentos no exterior não surtiram os efeitos desejados.

Alarmado com os altos preços do combustível e a necessidade de sua importação, onerosa para o balanço de pagamentos, o Governo Geisel decidiu facultar a prospecção do petróleo a empresas estrangeiras, através de contratos de serviços com cláusula de risco, instituídos em 1975. Até 1979, foram assinados 49 contratos de risco com a Petrobrás, mas as empresas contratantes perfuraram apenas 110 mil metros naqueles 4 anos, ou seja 15% das perfurações feitas pela empresa estatal somente em 1979 (*in Isto É*, 3-1-80). De fato, sem indícios seguros da existência de jazidas, nenhuma empresa iria arriscar seus recursos em investimentos de tal monta. Talvez por isso, em

1980, reduziram-se os riscos desses contratos, com o objetivo de atrair investimentos externos, mas a participação das empresas estrangeiras na prospecção de petróleo não correspondeu às expectativas do Governo.

No entanto, cumpre ressaltar que, desde que foi admitida esta modalidade de contato, há 12 anos, foram firmados 243 contratos, dos quais 74 permaneciam em vigor, em 1986, sendo 15 as empresas contratantes: 9 estrangeiras e 6 nacionais. Os trabalhos sísmicos e de perfuração que realizam são controlados e fiscalizados pela Petrobrás. E podemos assinalar o seguinte: a PECTEN descobriu gás natural na bacia de Santos (Campo de Merluza); a British Petroleum detectou óleo na bacia de Sergipe; a Texaco realiza suas pesquisas na bacia do Marajó; e a Azevedo & Travassos explora a bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte, onde já descobriu, em 1985, o Campo de Redonda, em produção.

A Petrobrás, ciente dos erros cometidos, procurou repará-los, a fim de atender à grande demanda de combustível e à necessidade de reduzir a importação. Pôs-se em campo, então, não apenas em busca de novas jazidas, mas também para explorar as já descobertas, valendo-se, para isso, do auxílio de seus quadros técnicos de inegável valor, formados em vários anos de pesquisa e experiência.

A partir de 1978, pois, a Empresa passou a investir maciçamente na exploração da plataforma continental, exatamente onde seriam localizadas as maiores jazidas, reativando, ao mesmo tempo, as pesquisas em terra. E os resultados refletiram-se imediatamente no aumento da produção. O Governo Federal, em 1979, determinou que a Petrobrás se dedicasse prioritariamente à pesquisa e prospecção de petróleo, em busca da auto-suficiência.

Assim, em 1984, os poços submarinos já eram responsáveis por mais da metade da produção nacional, e a Petrobrás supria cerca de 50% do consumo interno. A produção, que era de 171 mil barris-dia em 1979, passou para 474 mil barris-dia em 1984. Em outubro de 1985, quando festejava seu 32º aniversário, a Empresa produzia 364 mil barris-dia de petróleo e anunciava a descoberta de novos campos petrolíferos. Nessa ocasião, já era responsável pelo suprimento de mais de 60% do consumo interno. Os gastos com importação de petróleo, que, em 1980, representavam 40% das nossas compras externas, em 1985 reduziram-se a cerca de 25%. Em 1986, a produção nacional de óleo e líquido de gás natural chegou a 593.452 barris-dia, 70,12% dos quais provenientes da plataforma continental, nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará.

Entretanto, os 18 sistemas de produção existentes na bacia de Campos – 7 instalados em plataformas fixas e 11 em unidades móveis (sistemas flutuantes de produção) – são responsáveis por 60% da produção nacional e por 85% da produção da plataforma continental.

Estamos certos de que, se tivéssemos deferido às empresas estrangeiras a tarefa de explorar o petróleo, se não tivéssemos enfrentado os obstáculos que se nos antepunham, se não tivéssemos assumido nós mesmos o ônus do empreendimento, estaríamos, hoje, muito mais dependentes

da importação e em situação de inferioridade em relação aos demais países.

Felizmente, hoje podemos orgulhar-nos de ter construído uma grande empresa, que adquiriu a tecnologia necessária para explorar o petróleo em terra e mar, em águas rasas e profundas; desenvolveu o sistema de produção antecipada, que lhe permitiu intensificar a produção; e diversificou as suas atividades, buscando novas fontes de energia.

Assim, a Petrobrás tem incentivado a descoberta e produção de gás energético de larga aplicação na indústria, nos transportes e no setor doméstico (cocção de alimentos e aquecimento de água). Há importantes reservas de gás na região do rio Juruá, no Amazonas, no Estado de Alagoas e na bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Em maio do corrente ano, foi aprovado o Plano Nacional do Gás Natural, cujo objetivo é "elevar a produção do energético de 15,7 milhões de metros cúbicos diários, em 1986, para 32 milhões de metros cúbicos-dia em 1991 e 50 milhões de metros cúbicos-dia em 1995 – volume que corresponde a 310 mil barris diários de petróleo, a metade da atual produção *"in Correio Brasiliense*, 26-5-87".

Cumpre, lembrar que, em 1986, entraram em operação os gasodutos do Nordeste e do Estado do Rio de Janeiro, possibilitando a substituição do petróleo por gás natural na indústria e nos transportes, fato significativo para a economia de divisas e a busca de auto-suficiência em energia.

A pujança da Petrobrás e a sua participação na economia nacional podem ser avaliadas por este trecho de seu "Relatório Anual de 1986":

"Igualmente elevado foi o nível de incentivo à indústria nacional, que recebeu 93% das encomendas de materiais e equipamentos da Companhia, o que totalizou Cz\$ 18 bilhões 350 milhões.

Sob o aspecto financeiro, a contribuição das atividades da Petrobrás para o desenvolvimento nacional e regional pode ser medida, também, pelo recolhimento de impostos, taxas e contribuições sociais, que atingiram Cz\$ 30,4 bilhões para a União e Cz\$ 842 milhões para os Estados e Municípios. A Companhia pagou ou creditou dividendos no montante de Cz\$ 4,7 bilhões à União, aos Estados e Municípios, e **royalties**, sobre a produção de petróleo em terra, no valor de Cz\$ 1,6 bilhão, aos Estados e Municípios."

Causou-nos, pois, desagradável surpresa a notícia, veiculada pela imprensa, de que, nos primeiros três meses deste ano, a Petrobrás registrou um prejuízo de Cz\$ 6,3 bilhões. Por isso, a empresa deixou de recolher aos cofres da União a importância de Cz\$ 5,7 bilhões, relativa ao empréstimo compulsório. Em entrevista ao jornal *O Globo*, edição de 2 de junho do corrente ano, o Presidente da Empresa, General Ozires Silva, citou, como causas principais desse déficit, os seguintes fatos 1) o custo financeiro de Cz\$ 19 bilhões, verificado no primeiro trimestre deste ano; 2) o financiamento para importação de petróleo, captado em dólar, no exterior; 3) os reajustes dos preços dos derivados de petróleo, muito inferiores às taxas inflacionárias; 4) a desvalorização do cruzado em relação ao dólar; e 5) o investimento de Cz\$ 664 milhões em suas subsidiárias e coligadas.

Não ignoramos que a Petrobrás fornece combustível às empresas termelétricas, às suas subsidiárias e outras estatais, que nunca pagam em dia, ou atrasam indefinidamente o pagamento. Além disso, arca com o prejuízo resultante do subsídio ao álcool, pois os preços pagos às destilarias são subsidiados, quando deveriam ser os do mercado.

Em consequência das sérias dificuldades financeiras que atravessa a Petrobrás, são prejudicados os seus investimentos, adiados os projetos menos prioritários. E isso nos preocupa profundamente porque, conforme comentamos no decorrer deste pronunciamento, não foi bem sucedida a experiência da empresa, no início da década de 70, quando os seus investimentos foram canalizados preferencialmente, para a prospecção de petróleo no exterior, em detrimento da exploração de nossa plataforma continental. O resultado foi a queda da produção e o consequente aumento das importações.

Sabemos, porém, que a Direção da Petrobrás não ignora esses fatos e tem tomado as providências que lhe parecem mais acertadas com vistas à redução dos custos internos, ao mesmo tempo que procura convencer o Governo da necessidade de adoção de uma política realista para os preços dos derivados do petróleo, de modo que sejam reajustados de acordo com as taxas inflacionárias.

Lembramo-nos de que, certa vez, Presidente da Petrobrás, o Sr. Hélio Beltrão, afirmou que o principal acionista da empresa é o próprio Brasil, motivo por que "está sob permanente fiscalização da opinião pública, o que a obriga a manter-se sempre pronta a prestar contas de seus atos". Concordamos inteiramente com S. Ex.^a, pois consideramos a empresa um patrimônio da Nação brasileira, constituído à custa de muito esforço e sacrifício, defendido com denodo e patriotismo ao longo de mais de três décadas.

Por isso, no momento em que nos empenhamos em oferecer um novo ordenamento jurídico à Nação, temos de assegurar, no texto constitucional, a manutenção do monopólio estatal do petróleo. Esta foi a preocupação da Coordenadoria Nacional dos Geólogos (CONAGE), consubstanciada em proposta encaminhada a esta Assembléia Nacional Constituinte, na qual defende também a manutenção do monopólio estatal dos minerais radioativos e a criação do monopólio sobre minerais estratégicos.

O Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais consagrou esse princípio em seus arts. 329 e 330, que consideram monopólio da União "a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o transporte marítimo e em condutos do petróleo e seus derivados e do gás natural", assim como "a pesquisa, a lavra e o enriquecimento de minérios nucleares e materiais fósseis localizados em território nacional, sua industrialização e comércio".

Não temos dúvida quanto à manutenção do monopólio estatal do petróleo na Carta Magna que estamos elaborando, isto porque não podemos duvidar do patriotismo dos nossos Constituintes.

No entanto, preocupa-nos a situação atual da Empresa, motivo por que dirigimos um veemente apelo ao Presidente da Petrobrás, General Ozires

Silva, e ao Presidente José Sarney, para que tomem as providências necessárias ao saneamento da Empresa, cujas atividades são vitais para a economia nacional, e seus empreendimentos constituem a salvaguarda dos interesses do País, representando o seu fortalecimento interesse da própria segurança nacional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR FERES NADER (PDT - RJ)
Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em novembro de 1902 a literatura mundial era enriquecida com o lançamento de uma obra imortal "Os Sertões". Este livro tem para nós a significação que, para seus povos, alcançaram "A Divina Comédia", "Paraíso Perdido", "Os Luziadas". Escritores, professores, jornalistas, estudantes, sociólogos, operários, enfim, pessoas das mais diferentes classes sociais acorrem, todos os anos, às cidades de Cantagalo, no Estado do Rio de Janeiro, e de São José do Rio Pardo, em São Paulo, a fim de tributar o seu preito de admiração e saudade ao genial escritor. Espetáculo de civismo que é impar em nossa Pátria e que somente encontra paralelo no que é feito em honra de Beethoven, Shakespeare, Dante, Camões e poucos outros, em suas pátrias.

Cantagalo foi o berço do notável sertanista **Euclides da Cunha** e São José do Rio Pardo, o local onde ele escreveu **Os Sertões**.

A sábia e patriótica política de integração nacional, que figura hoje na visão do Governo Federal, foi lembrada por Euclides da Cunha, ao equacionar os problemas de intimidade e equilíbrio entre o homem e a natureza. O homem – afirmava ele ao estudar o povoamento da Amazônia –, em vez de senhorear a terra, escraviza-se ao rio. O povoado não se expandia, estirava-se, progredia em longas filas ou volvia sobre si mesmo sem, deixar sulcos em que se encaixar – tendendo a mobilizar-se na aparência de um progresso ilusório, de recuos e avançados, do aventureiro que parte, penetra fundo a terra, explorando-a e volta pelas mesmas trilhas – ou renova monotonia – os mesmos itinerários.

Preconizava, ao pleitear a construção da Transacreana, uma estrada ligando, transversalmente, os vales dos rios Acre, Iaco, Tarauacá, Juruá, Purus. E afirmava "então, a Transacreana modestíssima, de caráter quase local, feita para combater uma disposição geográfica, se transformará em estrada de extraordinário destino".

O Governo do Presidente Sarney, na marcha ascensional para nossa maior grandeza e segurança, não a sonhada e modestíssima Transacreana de Euclides da Cunha, mas ligando Sul ao Norte através de uma ferrovia.

Rendo, pois, minhas sinceras homenagens, Sr. Presidente, à memória do insigne patrício que incorporou, em novembro de 1902, à literatura do mundo, um livro que foi escrito em linguagem fluente e rica, ora tensa, cáustica, grave, dura, enérgica, tempestuosa, cortante, terrível, demolidora; ora pitoresca, suave, doce, retumbante, orquestral, deslumbradora e inimitável; mas sempre bela, olímpica, destinada à eternidade dos louvores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ VIANA (PMDB - RO)
Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No início do mês passado, o Presidente da República, José Sarney, aprovou um programa especial no montante de Cr\$ 69 bilhões, destinado especificamente a equacionar a dívida contraída pelas micro, pequenas e médias empresas do País, junto ao Sistema Financeiro. Foi indiscutivelmente uma medida oportuna, sensata, salvadora, num instante em que os pequenos empresários do País estavam mergulhados em sua pior crise econômica, abalados por dois Planos Cruzados fatais e uma espiral inflacionária insustentável. Era a ameaça inevitável das concordatas e da falência e, consequentemente, o fantasma do desemprego que se avizinhava. Com a sábia decisão do Presidente Sarney os empresários foram ungidos com a réstia de esperança, já que aquela nova linha de crédito consistia no prazo de 36 meses, sendo que, nos seis primeiros, os empresários poderiam pagar apenas 3% de juros sobre o valor principal, ao mês. Desta maneira, os juros foram reduzidos em 7% abaixo daqueles fixados na antiga Resolução nº 1.308 do Banco Central. E mais, grande parte dos devedores, aqueles cujas dívidas haviam-se encerrado até 30 de abril, estavam automaticamente enquadrados a se beneficiarem daquela nova linha de refinanciamento.

Os recursos foram oriundos do Governo Federal e das instituições financeiras, com vantagens para ambas, já que foi estabelecida a incidência de um compulsório de 4%.

Uma medida sem precedente na história dos pequenos e médios empresários, porque, pela primeira vez, o Governo Federal resolveu dar atenção a um setor que representa mais de 90% da vida nacional. Mas, como a alegria e a felicidade são parâmetros de vida efêmera, uma semana após o Presidente Sarney haver tomado tais deliberações, o Ministro Luiz Carlos Bresser lançava o seu Plano de Restauração Econômica e, em seu bojo, delineava novas e agudas sistemáticas que, ninguém pode negar, viriam afetar todos os segmentos da sociedade brasileira. Pode parecer uma ironia, mas, em certos aspectos, o novo Ministro da Fazenda neutralizou uma razoável parcela das alvissareiras perspectivas anunciadas pouco antes pelo Presidente Sarney. Desde os efeitos contraditórios por mais um congelamento que até hoje não mereceu a credibilidade do povo, o desemprego que se vem alastrando em todo o setor industrial do País, até os atos de rebeldia pela insustentável inflação prática, não teórica, que achata os salários dos trabalhadores e, longe dos gráficos e dos órgãos de pesquisas, representa a miséria cada vez maior nos lares do País; gostaria de descobrir qual a mágica utilizada pelos micos que estão diariamente diante das câmaras de televisão anunciando sempre que a produção nacional está crescendo, a inflação está baixando, o nível de vida está melhorando, numa ladainha que se está tomando cada vez mais inadmissível, como se o estômago do brasileiro, debilitado, esfomeado, inanimado pudesse subsistir de termos técnicos.

E quando se depara com cenas deprimentes como as que aconteceram recentemente no Rio de Janeiro, ou as ofensas pessoais dirigidas ao Presidente José Sarney no comido de domingo passado, em São Paulo, é preciso imediatamente

descobrir um bode expiatório para salvaguardar as aparências dos erros e desacertos do próprio Governo.

Veja, por exemplo, a situação desesperadora das micro, pequenas e médias empresas do País, não obstante os favores do Presidente Sarney. Não dez apenas, nem centenas. Mas são milhares delas espalhadas em todo o Território Nacional, proporcionando mão-de-obra e possibilitando a sobrevivência de uma grande parcela da população brasileira. Mas, se no início de junho o Presidente Sarney estendia a sua mão de ajuda ao pequenos e médios empresários, logo a segui a mão de ferro do Ministério da Fazenda veio aniquilar os efeitos promissores e as esperança daquelas medidas. E quando se anuncia, naquela época, que os bancos e instituições financeiras, através das Resoluções nº 1.335 e 1.337 do Banco Central, estariam com mecanismos montados para assegurar que os empresários fossem atendidos adequadamente, parece que mais uma vez podemos constatar a ineficácia e o espírito de rebeldia em se atender as ordens superiores, pois queremos registrar aqui o grito de desespero que nos é enviado por várias entidades de classe de Rondônia, colocando-nos de forma dramática a situação dos empresários daquele estado, que vêm sendo humilhados no tocante o resgate de suas dívidas junto aos bancos.

Os agentes financeiros de Rondônia estão simplesmente exigindo dos empresários a transformação da dívida jurídica em física; exigem também novas garantias e avais para suas dívidas; junta-se um tratamento atrevadamente descortês, como se este importante segmento da sociedade brasileira fosse o único a enfrentar as sérias penalidades da atual crise econômica; estão ainda recorrendo intempestivamente ao protesto e à execução incontínência das dívidas vencidas, sem sequer buscar o equilíbrio de uma renegociação, a exemplo do que ocorre com o próprio País frente aos seus credores internacionais; buscam com freqüência o ridículo instrumento da pressão desrespeitosa para o resgate à vista ou em tempo inadmissível de suas dívidas.

Estas são, Sr. Presidente, algumas das atitudes opressoras e violentas que vêm norteando os agentes financeiros do meu Estado, para com os empresários.

E faço agora uma pergunta: qual o setor de maior sustentação de Rondônia? Não resta dúvida que mais de 90% da população do meu Estado sobrevive em função das micro, pequenas e médias empresas. E, diga-se de passagem, são empresas que subsistem em meio a dificuldades regionais em nada comparáveis com as do Sul do País, pois Rondônia não desfruta ainda de energia hidrelétrica e sua distância com relação aos grandes centros do País é um entrave que tem custado extremamente caro ao desenvolvimento do Estado.

Dante desse quadro crítico, que se soma à insustentável situação econômica do restante do País, desejo apelar ao Senhor Presidente da República, José Sarney, bem como ao Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser, no sentido de reverem, com urgência, as medidas anteriormente tomadas para com as micro, pequenas e médias empresas, mormente as que estão relacionadas com as Resoluções nºs 1.335 e 1.337 do Banco Central,

que preconizam um tratamento adequado para os empresários e suas dívidas. E mais, que aquelas resoluções sejam cumpridas na integra, a fim de que a dignidade dos nossos empresários seja preservada, uma vez que eles representam subsídios para o erário e fonte de emprego e de renda nacional.

Quero também ampliar o meu apelo no sentido de que o prazo para a renegociação das dívidas das micro, pequenas e médias empresas seja ampliado por mais 60 dias, além do vencimento já fixado de 10 de julho próximo, prorrogação que naturalmente irá contribuir para uma melhor estabilidade financeira do setor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. GANDI JAMIL (PFL – MS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desmembrado do Município de Bataiporã por força da Lei nº 77, de 12 de maio de 1980, o Município sul-mato-grossense de Taquarussu comemorou, nessa data no mês próximo passado, o sétimo aniversário de sua criação.

Pertencente à Microrregião Administrativa Campos de Vacaria e Mata de Dourados (MRH 344) e composto de apenas um Distrito, o da sede, que dista da Capital estadual 360 km, Taquarussu tem área total de 907 km² e população de cerca de 8 mil almas, cuja maioria reside na zona rural, e densidade demográfica de 7,43 hab/Km² e taxa de urbanização de 24,61%.

Produtor agrícola por excelência, com produção normal de algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo, e pecuarista por vocação, com efetivo pecuário de 55 mil cabeças, Taquarussu tem um comércio movimentado, com 49 estabelecimentos varejistas e 2 atacadistas, e indústria incipiente com 9 estabelecimentos e mais 5 de serviços.

Taquarussu conta com 29 salas de aula em 15 escolas de 1º e 2º graus, sendo melhor servida, neste sentido, sua zona rural. Atendimento de energia elétrica de 51%, com 305 ligações, coloca o Município em boa situação neste particular, o qual conta ainda com posto de serviços telefônicos e agência postal.

Registrando estes fápidos e incompletos dados estatísticos sobre o operoso Município de Taquarussu, Srs. Parlamentares, desejo me congratular com sua população e suas dignas autoridades pela passagem do sétimo aniversário de sua criação, ocorrido no dia 12 de maio próximo passado.

Era o que tinha para dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em seu pronunciamento diário pelo rádio, o Sr. José Sarney disse, hoje pela manhã, que dera ordens expressas ao Banco do Brasil para que este fiscalizasse, com o maior rigor possível, se os bancos privados estão efetivamente repassando os recursos liberados pelo Governo Federal às micro e pequenas empresas do País.

O Senhor Presidente, ao assim se manifestar, veio deixar claro e evidente que as denúncias sobre o descumprimento das decisões da administração pública federal estão, realmente, sendo desrespeitadas pelas entidades particulares de crédito.

Ainda ontem relatávamos nesta tribuna a situação dramática em que se encontram centenas de empresas de menor porte no Estado da Paraíba e citávamos manifestação de protesto da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Campina Grande, firmada pelo seu Presidente, Dr. José Antônio da Silva Filho, e por líderes empresariais de inúmeros outros municípios do Estado que represento nesta Casa.

O aspecto mais grave que se constata nesse episódio é o da completa ausência de probidade por parte dos banqueiros que, na conjuntura, desempenham função de meros repassadores de recursos públicos destinados a salvar as pequenas e micro empresas de uma quebra geral, indesejável desfecho que somente agravará as tensões sociais devido ao desemprego que acarreta.

As verbas liberadas não constituem recursos próprios das instituições financeiras ou, sequer, representam valores em depósito captados da poupança popular.

Não é lícito, portanto, que essas entidades criem empecilhos de ordem burocrática para fazer chegar o dinheiro a seus legítimos destinatários, como se tratasse de operação de rotina sujeita às normas internas dos bancos, como a exigência de garantias reais à abertura de crédito.

O Governo Federal está no dever de fiscalizar com rigor, conforme as determinações anunciadas pelo Presidente da República, a aplicação dos recursos liberados às micro e pequenas empresas, sob risco de se frustrarem os elevados propósitos das medidas econômicas postas em vigor.

Porque o temor generalizado é de que os bancos, de posse desse apreciável lume de recursos, desviem-nos em proveito das grandes empresas, precisamente aquelas que não passam por sérias dificuldades de caixa, mas que mantêm estreito convívio com as gerências comerciais dos bancos.

Se isso realmente estiver acontecendo, ou vier a acontecer, estaremos diante de mais um perverso golpe sobre a classe empresarial brasileira, a exemplo do que ocorreu com os efeitos funestos do Plano Cruzado e seus sucedâneos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Projeto de iniciativa do Governo, aprovado pelo Congresso, dispõe sobre a rolagem da dívida dos Estados à União até o montante de oitenta e dois bilhões de cruzados, vencidos ou vincendos, a fim de propiciar aos Governadores uma eficiente administração.

Registre-se que a Câmara emendou a proposição, reduzindo o poder quase absoluto do Ministério da Fazenda quanto à administração da política monetária e financeira, sem a fiscalização do Poder Legislativo.

A proposição é justa, porquanto possibilita aos Estados, diante da queda da arrecadação tributária e do rombo deixado no Erário pelos Governos anteriores, realizar uma administração razoável, saindo de uma das maiores crises da história.

Como os governadores, em sua quase totalidade, são correligionários do Presidente da República, explica-se a iniciativa, devendo-se assinalar que, em junho, diversas instituições financeiras

dos governos estaduais receberam créditos do Banco Central ou do Conselho Monetário Nacional, via Banco do Brasil, para enfrentar dificuldades insuperáveis. Os Bancos do Ceará, de Santa Catarina e o Credireal de Minas Gerais receberam socorros que, neste último caso, chegaram a dez milhões de cruzados.

Na oportunidade, o Governo decidiu, a partir de 12 de julho, que todo e qualquer crédito dos Estados e Municípios teria de ser examinado pelo Congresso Nacional. Diante disso, o Conselho Monetário Nacional aprovou um crédito de cento e nove milhões de dólares ao Governo do Rio Grande do Sul e de um bilhão e duzentos mil cruzados ao de Santa Catarina.

Agora, todas as autorizações de crédito previstas terão que passar necessariamente pelo Congresso Nacional, que deve ficar atento ao controle das contas relativas às finanças públicas.

Se isso não for feito, não haverá condições para atingir o déficit de 3,5% do Produto Interno Bruto, na execução orçamentária deste ano.

Esse fato merece registro por dois motivos: primeiro, porque a abertura dos créditos contribuirá para a solução de graves problemas de caixa dos Estados; segundo, porque a matéria passa a merecer a vigilância permanente do Congresso Nacional.

A propósito, Sr. Presidente, peço que inclua, no presente pronunciamento, e insira em ata, o documento "Preservação do Meio Ambiente", do Engenheiro Agrônomo Marcus E. Rocha de Barros, na certeza de que nenhuma ação pode se fazer sem uma vinculação orçamentária - "Governo - Meio Ambiente".

REQUERIMENTO

Exm.^o Sr.
Deputado Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente,

Peço a Vossa Excelência que recomende a transcrição nos Anais da Constituinte, da matéria do Eng^o Agr^o Marcus E. Rocha de Barros Supervisor da EMATER de Domingos Martins - ES - "Preservação do Meio Ambiente Fator Decisivo para a Preservação da Vida do Homem".

Brasília, 13 de julho de 1987. - Constituinte Stélio Dias.

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE FATOR DECISIVO PARA A PRESERVAÇÃO DA VIDA DO HOMEM

O homem, na sua ganância por lucros fáceis e rápidos, vem destruindo a um ritmo acelerado as últimas reservas florestais existentes sobre a terra.

O homem, cego por esta ganância, não vê que, a continuar este estado de coisas, ele porá em risco o futuro de toda a humanidade.

O homem urbano, pelo desconhecimento desta premissa, muitas vezes não se dá ao trabalho ou não enxerga até onde isto é verdadeiro.

A dúvida que existe é até onde a devastação desbragada das matas pode afetar as cidades.

Para tentar mostrar onde e como isto é possível e real poderíamos relacionar várias foras. Procu-

raremos ser objetivos relacionando as mais visíveis:

1º) diminuição do volume de água nas nascentes, córregos, riachos e rios pela diminuição da infiltração no solo das águas das chuvas;

2º) morte dos microorganismos existentes no solo, responsáveis pela decomposição da matéria orgânica, etc., pela queima das matas;

3º) erosão dos solos pela exposição deste a intempéries.

Este fator gera outros problemas que são:

a) empobrecimento dos solos agrícolas causando o aumento dos custos de produção e, consequentemente, o aumento do custo dos alimentos para toda a população;

b) a erosão, sendo o arrastamento de partículas do solo, causa a poluição das águas dos rios e o assoreamento destes, dificultando a utilização destes rios como via de transporte.

Para ilustrar melhor, segundo estudos da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, nosso País perde, a cada ano, 600 milhões de toneladas de solo agrícola devido à erosão;

4º) enchentes nas cidades devido também à baixa infiltração das águas nos solos;

5º) aumento da velocidade dos ventos causando vendavais que destroem cidades em poucos minutos. Isto pelo fato de as matas serem utilizadas como barreiras eficientes contra as correntes de ventos.

Para ilustrar isto, no estudo comparativo levado a efeito no Noroeste do Paraná, constatou-se que a velocidade dos ventos passou de 20-30km/hora, para 80-120km/hora entre 1965 a 1980. Isto devido ao fato de a cobertura vegetal que, naquela época, era de 90% da região, ter passado para apenas 2%.

Poderíamos ainda relacionar muitas outras formas de como a devastação das matas pode causar sérios problemas a humanidade, mas estas aqui mostradas podem dar uma idéia do que e quanto isto é possível.

Gostaríamos que, neste momento em que estamos comemorando a Semana do Meio Ambiente, estas poucas informações sirvam como reflexão sobre o tema.

Gostaríamos, por fim, que cada um, dentro de suas possibilidades, desse sua parcela de contribuição para a reversão deste estado de coisas pois, se não for desta maneira, temos grande preocupação pelo futuro de nossa espécie num espaço de tempo bem abreviado.

Domingos Martins-ES, 3 de junho de 1987. - Eng^o Agr^o Marcus E. Rocha de Barros, Supervisor Local EMATER-ES - D. Martins.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PAULO MACARINI (PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A conveniência e a necessidade de se estabelecer uma definida política agrícola, para aumentar o poder aquisitivo dos agricultores e eliminar os bolsões de miséria que humilham o País, está a merecer a atenção, o trabalho e a mais estreita colaboração da Assembléia Nacional Constituinte.

Com este objetivo, a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS); Associação Catari-

nense de Criadores de Suínos (ACCS); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) e Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (FEASC), reuniram-se com mais dezenas de produtores e cooperativas, para debater a suinocultura nacional, resultando nas seguintes reivindicações:

"REIVINDICAÇÕES DOS PRODUTORES DE SUÍNOS DE SANTA CATARINA"

Reivindicações ao Governo Federal

A – Preço Mínimo

1 – Que seja fixado em CZ\$ 25,00 (vinte e cinco cruzados) por quilo de suíno, cujo valor, corresponde, atualmente, ao custo variável de produção (Estudos Elaborados pelo Instituto CEPA/SC Embrapa).

2 – Que seja criada uma legislação vinculando a obrigatoriedade do pagamento do preço mínimo do suíno, pelo comprador.

3 – Que o preço mínimo seja corrigido, mensalmente, de acordo com a variação dos insumos fatores de produção.

B – Milho

1 – Que os estoques em poder da companhia de financiamento da produção – CFP, sejam, imediatamente, repassados ao produtor de suínos, conforme programa já existente.

2 – Que os preços de venda desses estoques sejam compatíveis com o custo de produção de suínos.

3 – Que seja verificada a possibilidade da venda, a preço de mercado internacional, conforme já aprovado para a avicultura, pelo Conselho Monetário Nacional.

4 – Que seja aberta uma linha de crédito especial para a aquisição de milho da CFP, tendo em vista a atual descentralização dos suinocultores.

C – Outros Insumos

1 – Que o Conselho Interministerial de Preços – CIP, exerça um rigoroso controle de preço dos demais insumos utilizados na suinocultura, tais como: produtos veterinários, minerais, vitaminas, rações, concentrados outros.

D – Torta de Soja

1 – Que seja feito um contingenciamento da quantidade necessária para atender às necessidades do mercado interno.

2 – Que o preço para o consumo interno, seja igual ao dos preços praticados na exportação da torta de soja.

E – Aquisição de Carcaças e Cortes

1 – Que o Governo adquira, imediatamente, carcaças cortes de suínos, conforme já reivindicado, objetivando a formação de estoques. Reivindica-se a aquisição, pelo Governo de 25 mil toneladas.

F – Margens de Lucratividade

1 – Que a política econômica do Governo crie mecanismos que garantam ao produtor margens de lucratividade como garantia de continuidade aumento da produção no setor suinícola. Atualmente, alguns setores estão com alta lucratividade os produtores estão em crescente estado falimentar.

G – Importações

1 – Que seja proibida, terminantemente, importações de carnes de produtos derivados de suínos. Sempre que for necessária, deveria, primeiramente, ser ouvida a representação da classe produtora.

H – Créditos

1 – Que os créditos para os suinocultores sejam vinculados ao preço do produto produzido (suínos), de maneira tal que na época do vencimento, seja pago com a mesma quantidade, acrescidos, somente, de juros normais do financiamento agrícola.

A – ICM

1 – Manutenção do crédito presumido para o s or.

B – Apoio às Agroindústrias Municipais

1 – Promoção, juntamente com as prefeituras municipais, da implantação de pequenos abatedouros que possibilitem a venda de carne "in natura" industrializada, mais próximo dos consumidores, objetivando, entre outras, um maior consumo de carne derivados de suínos.

C – Apoio aos Produtores

1 – Apoiar os produtores nas reivindicações ora apresentadas ao Governo Federal.

2 – Solicitar aos Governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná São Paulo, os quais, juntamente com o Estado de Santa Catarina, representam 93% (noventa e três por cento) da produção de suínos abatida em matadouros sob inspeção federal, que apoiem exijam a adoção das medidas solicitadas pelo ator.

Chapéu, 8 de julho de 1987. –

Associação Brasileira de Criadores de suínos – ABCS; Associação Catarinense de Criadores de Suínos – ACCS; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina; Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina. – Paulo Tramontini, Presidente da ABCS.

Assim sendo, por oportuno. agradecendo os representantes do Governo Federal Walter Soboll, da SEAP, Wasny Rouse, da CPF e Maria Aparecida de Souza (SUNAB) a sua destacada presença formulou veemente apelo aos Ministérios da Fazenda e da Agricultura para que atendam às mínimas reivindicações da suinocultura nacional, para se constituir vigoroso estímulo ao fortalecimento deste importante s or.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito Bem!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Paulo Macarini, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No elenco das crises que afetam o País, destaca-se como das mais expressivas a inexistência de lideranças para conduzir as massas de modo preciso e confiável.

Tributa-se ao Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964, parcela de responsabilidade na extinção do quadro de líderes políticos que foram vítimas de processos de cassações e suspensões de direitos políticos pelo prazo de dez anos.

Não compete questionar o espírito de tais decisões, se justas ou injustas do ponto de vista jur-

dito ou técnico-político. A verdade é que, no roldão das punições aplicadas, houve a mistura inexorável do joio e do trigo, o que também se comprehende como espécie de medida profilática imposta pelos vencedores sobre os vencidos, aliás, comum aos eventos que culminam com a institucionalização do regime autoritário.

Com o hiato aberto no plano das lideranças políticas, os claros existentes não foram preenchidos. Remanesceram, entretanto, do lado oposto aos Governos da Revolução, alguns poucos homens públicos de raras experiências nos comandos partidários, e a estes coube a mobilização das forças que se aglutinaram, em princípio no PMDB, depois no PP, aquele sob a presidência de Ulysses Guimarães e o último presidido por Tancredo Neves.

A história não muda o itinerário. Implacável, como sempre, haveria de revelar, no curso das décadas, que não excederam a duas, o grande e imperdível equívoco consubstanciado no fato de não haverem sido preparados nas áreas civil e militar, líderes aos quais fossem confiados à sacrossanta missão de conduzirem os destinos do Brasil.

Supõe-se que a desintegração nos quadros dos partidos políticos resulte, unicamente, da falta de comando na alta cúpula partidária. Se bem que a ausência de consenso nos mais importantes segmentos da sociedade tornou-se síndrome inevitável, graças ao que proliferam os confrontos internos e externos, dificultando a armação de um esquema que centralize os anseios globais do Estado e desta Nação.

Dentro do realismo com que visualizamos o atual quadro político brasileiro, sinceramente não nos parece possível admitir a possibilidade de se estabelecer um pacto dentro do qual possam ser agasalhados gregos e troianos, xiitas e muçulmanos, para ilustrar o exemplo. A despeito desse pouco otimismo, devemos persistir no propósito da união nacional. E não apenas neste sentido, mas devidamente previdos contra as manobras que visem quebrar o elo da unidade dentro dos partidos políticos.

Lamento que partido como o PMDB de pujante força da Assembléa Nacional, esteja vivendo um drama muito sério no litígio interno entre grupos de direita e esquerda. A tendência desse confronto, caso não esmaeçam as contundências das farpas em ambos os lados, será, sem dúvida, a implosão do partido, como que será criada uma situação nada desejável para a conjuntura econômica e social que o País enfrenta.

Nós, os Constituintes, somos obrigados a certos preceitos de ordens conjunturais, para que saibamos quando e como nos comportarmos no estrito desempenho do mandato que o povo delegou.

As dissensões que devoram o espírito da unidade partidária são, a rigor, o grande trunfo para saciar o apetite das cassandas, que espreitam esses eventos com particular ansiedade, e encontram neles o caldo de cultura propício à deflagração de movimentos que provoquem rupturas nas instituições democráticas.

Os episódios do paço municipal, no Rio de Janeiro, e em outros Estados da Federação, evidenciam o estado de fermentação na manipulação das massas, por trás da qual se escondem os mais abalizados profissionais na arte da bader-

na e da desordem. Encontram ambientes fáceis para suas perversas tarefas, exatamente porque os partidos políticos, que representam o pulmão que oxigena a democracia, pouco se estão dando conta de seus papéis históricos, preferindo mergulhar no interesse do fisiologismo, onde esbarram na torpe competitividade pela disputa de favores que não os engrandecem, nem ao País contribui.

Claro que o conceito tem exceções. Mas, o fato é conhecido e até repudiado pelos que não se curvam às tentações das ofertas de cargos e outros tipos de benefícios cadastrados nas propostas de barganhas, sequer feitas sob os timbres da utilidade, mas aberta e ostensivamente.

Se não temos como produzir líderes na escola do tempo, lutaremos por preservar aqueles que soçobraram às tempestades e conseguiram afirmar-se pela postura da autoridade e do respeito, aproveitando suas lições de vida, como raros exemplos que devam ser imitados.

Não importa indagar onde e em que partido militam homens como Ulysses Guimarães, Aurelano Chaves, Jarbas Passarinho, Marco Maciel, José Richa, Mário Covas e dezenas de outros que poderiam ser mencionados, se o fundamental é saber-se que são os líderes deste momento, e assim devem ser reconhecidos para que, em relação a eles, não se repitam os desastrosos erros do passado.

Finalmente, são constantes as críticas ao Deputado Ulysses Guimarães, por haver sido emitido na posse dos cargos de Presidente do PMDB, Câmara dos Deputados e Assembléia Nacional Constituinte.

Trata-se, realmente, de uma faceta inédita na nossa história, porém digna de certas observações que a justificam no amplo e complexo terreno da política brasileira. A investidura do Deputado Ulysses Guimarães nos três importantes cargos, com efeito, não ocorreu por obra do acaso. Há no estuário da vida pública do ilustre representante político pelo Estado de São Paulo, um acervo imenso de serviços dedicados ao País, destacando-se sua ostensiva participação nos movimentos populares que reivindicavam eleições diretas e que culminaram com a vitória de Tancredo Neves para a Presidência da República.

O PMDB, certamente, se ufana de possuir um Líder qualificado para disputar qualquer dos cargos nos regimes presidencialista ou parlamentarista. Daí a cautela que os convencionais do partido precisam considerar, de evitarem comprometer a imagem e o comando do Dr. Ulysses Guimarães, levando em conta ser ele o trunfo unilateral de que dispõem para eventuais necessidades que possam surgir no itinerário político deste País.

Impõe repetir que, a partir do instante em que as instituições partidárias emitirem sinais de que estão impermeáveis aos vendavais do fisiologismo, dispostas tão-somente ao cumprimento dos deveres com a estabilidade do estado democrático, seremos todos conceituados no alto grau de respeito que merecemos, menos pelo poder da representatividade que exercemos, mas em função da postura moral que o povo exige e reclama de cada um de nós.

A convenção do PMDB apresenta prenúncio de forte cisão em relação ao período de mandato do Presidente da República, José Sarney, e, certa-

mente, será esta a gota d'água a faze-lo transbordar e diluir-se no desaguadouro de uma luta ideológica, que fatalmente quebrará o elo da unidade partidária, com sérias e graves consequências à estabilidade do governo e do regime democrático.

Em plena fase da edição da carta política, que absorve as atenções da Assembléia Nacional Constituinte, a eclosão de uma crise de monta no âmbito interno do PMDB poderá gerar impasses transcendentais à capacidade de controle das lideranças, com tendências de espraiar-se e afetar as estruturas de outros partidos políticos, fazendo com que tais eventos terminem por refletir efeitos nada desejáveis sobre o texto da futura Constituição, frustrando em definitivo a já quase frágil expectativa do povo brasileiro.

Se o quadro previsível evoluir para o agravamento dos confrontos partidários nos âmbitos interno e externo, de modo a dificultar os esforços que visem a equacionar os problemas através das linhas do entendimento e do compromisso de participação recíprocas, não restará outra alternativa se não recorrermos à medida extrema da extinção dos partidos políticos, para restaurá-los apos a promulgação pela Assembléia Nacional Constituinte da Carta fundamental que ora estamos a elaborar.

Trata-se, evidentemente, de uma decisão que tomará feição excepcional, porém de salutar efeito para conjurar as divergências responsáveis pelo enfraquecimento dos atuais partidos políticos, conquanto permitirá que as suas representações na Assembléia Nacional Constituinte, sem embargo do prosseguimento dos trabalhos que realizam, aglutinem-se em torno de blocos parlamentares, libertos, portanto das siglas pelas quais optaram, mas que, em verdade, com elas nem todos os eleitos se identificam política e ideologicamente.

O momento exige que tenhamos o senso da autocritica, para compreendermos que, com raríssimas exceções, que admito apenas para argumentar, os partidos políticos caíram no descrédito público, do qual jamais se libertarão caso persistam continuar como caudatários do fisiologismo e das lutas ideológicas que falseiam os verdadeiros princípios doutrinários.

Entendo dever de todos nós, que assumimos compromissos indelegáveis de construir uma Nação de homens livres, tomarmos a iniciativa de erradicar o famigerado carreirismo político e acabarmos com o sofisma de que, tudo sob o pátio das estruturas político-partidárias que aí estão, poderemos oferecer algo que corresponda a um futuro ideal para o Estado e a Nação.

Com efeito, a circunstância não oferece nenhuma condição de perspectiva que possa alentar esperanças de uma possível recuperação no estuário na vida dos atuais partidos políticos em nosso País. Certo é, também, que a exigüidade do tempo não aconselha imaginarmos formulas e submetê-las ao jogo do destino, sem a consciência de que atinjam os objetivos predeterminados. A aventura tornar-se-á um risco que não devemos adotar, sob pena de cairmos no vórtice do imprevisível.

O pouco tempo que ainda nos resta, quem sabe, será o suficiente para salvarmos na fúria do cataclismo político os líderes que remanes-

cem mesma assim expostos às ameaças da devastação ideológica, interessada apenas em materializar a força da sua potência, sem nenhum compromisso maior ou menor com o destino do Brasil.

A mim me parece de raro oportunismo repetir este fragmento que extraio de um dos sermões de Vieira, cujo texto se acopla tão bem à conjuntura política deste momento:

"Crescem as paixões malditas da carne (e eu acrescentaria: das ambições desmedidas), que tantos exércitos tem perdido, cessem os ódios, cessem as invejas, cessem as guerras intestinais da emulsão. Amemo-nos como próximos com uma caridade muito verdadeira e muito cristã."

Ao gênio desse português castiço, coube registrar esta conclusão:

"Este é senhores, sem afetação e com a autoridade devida a este lugar, o perigo em que estamos."

Façamos por onde consolidar a unidade da estrutura partidária, a fim de que possamos iniciar o diálogo na busca do entendimento para a formação de um pacto social e político que ecumenize as forças vivas na luta pela solução dos problemas bascos que nos afligem.

Muito oportuno nos parece citar o velho provérbio libanês, que diz "se queres destruir um país, deseja-lhe muitos líderes". Quanto a nós, se desejamos construir o futuro do Brasil, lutemos por preservar presentes na vida pública os poucos líderes que ainda nos restam.

Concluo, lembrando que a soberania é um direito inalienável a vida do povo brasileiro. Nós, Constituintes, apenas o exercemos em caráter temporário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Enquanto milhões de aposentados vivem situação dramática, o Ministro da Previdência vai tocando o barco político. É fácil para o Sr. Raphael de Almeida Magalhães remar nesse lago tranquilo. Aposentado não faz greve; aposentado não tem dinheiro nem para mandar uma carta para esse Ministro – coisa, também, que de nada valeria, pois o homem é mesmo insensível.

Enquanto aposentados suplicam uma melhoria nas aposentadorias e pensões, o Sr. Raphael de Almeida compra para a Previdência 340 apartamentos em Brasília, gastando uma fortuna.

Enquanto milhões de trabalhadores com tempo para aposentar continuam no emprego trabalhando, às vezes, doentes, evitando requerer esse direito, porque ao aposentar-se o salário cai, o Ministro continua esbanjando o dinheiro do trabalhador e procurando iludir o povo até com propaganda caríssima na televisão.

Enquanto isso acontece, fica-se também sabendo pelos jornais que a Previdência Social espera no final deste ano um superávit de 100 bilhões de cruzados.

É revoltante presencermos tais fatos, pois o que o Ministro vem fazendo não é nada mais nada menos que usar a Previdência para trampolim político.

Vejamos bem: se com os bilhões de cruzados gastos para comprar esses 340 apartamentos em Brasília, a Previdência social passasse a usar cálculos para aposentadorias mais justas, mais de 1 milhão de trabalhadores requereriam suas aposentadorias e, assim, haveria mais de um milhão de empregos no País. E por isso que nós, Constituintes, devemos voltar nossas atenções para o Projeto Nº 5.438, de Paridade Salarial dos Aposentados. Fazer justiça esses milhões de trabalhadores que contribuíram anos a fio para a Previdência e, hoje, aposentados, vivam como mendigos nos bancos de praças deste País. São brasileiros que não participam de mais nada; só cuidam de sua frustração, na miséria, na desilusão em que nunca o ser humano deveria cair. Esses pobres brasileiros são os abandonados de nossa Nação. Não há governo que olhe para eles. Com suas camisas de colarinho puído, a roupa remendada, a sola do sapato furada, são o retrato de um País governado por patifes, por enganadores, do tipo desses governantes do PMDB, traidor do povo.

Como podemos ter de uma só vez tantos enganadores reunidos? Como o PMDB pôde juntar, durante a ditadura, tantos homens coerentes no engodo, na farsa, na traição ao povo?

Só como um exemplo: se o Ministro do Trabalho diz que está preocupado com o desemprego, por que de não coloca essas coisas para o seu amigo e colega de PMDB, Raphael de Almeida Magalhães?

Enquanto a Previdência gasta dinheiro na televisão, usando um Paulo Gracindo para enganar aposentados famintos, milhares de trabalhadores de Volta Redonda, Cosipa, Usiminas e de todas as siderúrgicas do País, contaminados pelo gás benzeno, perdem a saúde, adquirindo a leucopenia (diminuição dos glóbulos brancos do sangue), e chegando muitos à leucemia. Nem a Previdência Social nem o Ministro do Trabalho se dignaram a afastar esses trabalhadores do serviço para tratamento. Falta de vergonha, tanto de um como de outro Ministro, ambos do PMDB. E o que é pior o Ministro do Trabalho parece atuar em países diferentes, não considerando o Brasil como um todo. Em São Paulo, na Cosipa, a DRT ordenou o afastamento dos operários para tratamento. Em Volta Redonda, (Companhia Siderúrgica Nacional) a DRT não se mexe. Será que é por cause do título de eleitor do Sr. Almir Pazzianotto ser de São Paulo?

Aposentados do Brasil: procurem, façam um esforço para virem a Brasília em setembro, a fim de forcarmos os Deputados a votar o Projeto nº 5.438!

Lembrem-se, esses homens do Governo até esquecem que falaram tanta coisa com vocês antes das eleições.

Como são vigaristas!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante do discurso do Sr. Constituinte Juarez Antunes, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro – Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Volkswagen do Brasil, apesar das constantes condenações que lhe impôs o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), por reiterar práticas de abuso do poder econômico, se transforma, na Autolatina – um Autêntico cartel.

O único objetivo desta Autolatina é o de continuar a prática de eliminação dos concorrentes.

A Autolatina reúne 51% de ações da Volkswagen e 49% de ações da Ford do Brasil, e a nova empresa passa a coordenar ainda as operações da Autolatina Argentina S/A, formada na mesma data, isto é, em 1º de julho de 1987, com a fusão da Volks e da Ford argentinas.

Ao ler o **Jornal do Brasil** de 8-7-87, na página 18, sete dias após a constituição da Autolatina, nos deparamos com a revelação do Sr. Ministro do Trabalho – Dr. Almir Pazzianoto (do PMDB – SP), ao afirmar os sindicalistas" ...estar desconfiado de que a Ford planeja se retirar do País, por duas evidências: não está investindo em modelos novos e se associou à Volkswagen na Autolatina".

Srs. Constituintes, sabemos o que vai ocorrer daqui para diante: os mesmos problemas que aconteceram quando da incorporação da Vernag S/A, da Sinca do Brasil, da Nacional Herbster e da Chrysler do Brasil:

Será o desemprego em massa, em vários segmentos da indústria. A corrida dos concessionários autorizados na busca do respeito aos seus direitos e o grande prejuízo, novamente, do público consumidor, como já aconteceu em passado recente, com os automóveis DKW-Vernag, Vemagueté, Candango, Fissore, Dodge Polara, Dart, Charger, Magnum, Le Baron, Sinca Chambord Tufão, Presidente, Jangada, Regente, Rallye, Alvorada e o GTX, o Maverick, o Galaxie, o Landau, o Jipe e a camioneta rural da Ford, o Aero-Willys, o Itamarati, o Gordini, o Dauphine e o Interlagos.

A Volkswagen alemã dá ordens para que as outras empresas desapareçam. E, no Brasil, a ordem se cumpre através de sua subsidiária. Causando evidente desrespeito à Lei nº. 4.137, de 10 de setembro de 1962, a Lei Antitruste.

Srs. Constituintes; esta Casa Legislativa deve apoiar, com toda sua força, o trabalho ora desenvolvido pelo CADE, e neste sentido solicito o envio de ofício (mensagem) a esse Órgão, dando-lhes conhecimento desta denúncia e oferecendo todo o apoio desta Casa, bem como, aproveitando o momento, solicitamos também, através da Presidência desse Órgão, todas as informações sobre os processos, em curso ou já julgados, apresentados contra a Volkswagen do Brasil ou Volkswagen Caminhões.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR LYSÂNEAS MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Às fls. 456, parecer da Douta Procuradoria, no sentido de que, "tudo está a aconselhar o aprofundamento do exame das razões expostas pela ASSOBRAC – Associação Brasileira de Revendedores Autorizados Chrysler.

Despacho do Sr. Conselheiro Relator, Dr. Féres Nader, dando vista à Douta Procuradoria assinalando que a mesma, em seu despacho, "deixou de dar a matéria versada nestes autos o merecido enquadramento". Despacho da Douta Procuradoria, às fls. 458, indicando a "apuração de possível infringência do disposto nas letras a, b, f e g do inciso I do artigo 2º da lei de regência.

Encaminhamento ao DEPEC – fls. 459. Despacho do Diretor do Depec, fls. 460.

Redistribuição do processo sendo distribuído ao Conselheiro Dr. João Lopes Esteves, fls. 461.

Redistribuição ao Conselheiro Dr. Wanor Pereira de Oliveira, fls. 462, que determinou sua anexação ao Processo Administrativo nº 69, fls. 463.

Despacho encaminhado a Douta Procuradoria, fls. 464 e parecer desta às fls. 456/7.

Alegações finais da indicação às fls. 469.

É o relatório.

Wanor Pereira de Oliveira – Conselheiro Relator.

Processo Administrativo Nº 69

Exmº Sr. Presidente.

Exmº Srs Conselheiros.

Exmº Sr. Procurador-Geral.

Exmº Srs. Advogados.

VOTO

Visto e relatados, profiro o meu voto.

Inicialmente, quero aduzir ao Egrégio Plenário, pela ordem, duas relevantes questões suscitadas durante a fase do conhecimento. A primeira, porque, após o oferecimento das alegações finais, tanto da Douta Procuradoria (fls. 346/348), quando da indicação (fls. 350 e 351), foi-me redistribuído, na forma regimental, o processo referente ao Estudo e Pesquisa efetuados pelo Departamento de Pesquisas Económicas – DEPEC, deste órgão, sobre a compra pela Volkswagen da empresa Chrysler Corporation do Brasil.

Como se tratava de conclusão dos estudos realizados "ex officio", pelo DEPEC, absolutamente compatíveis com os termos da representação, como será demonstrado adiante, e atendendo ao fato de que sua juntada já fora determinada, anteriormente, desde 30 de novembro de 1981, conforme r. despacho de fls. 38 verso, pelo eminentíssimo Relator das averiguações preliminares, determinei, às fls. 463, sua anexação a este processo, abrindo vista, a seguir, para que a Douta Procuradoria e a indicada dissessem o que de direito, então consubstanciados através das petições de fls. 465/467 e 469.

Estranhei o pronunciamento da Douta Procuradoria, ao meu modo de ver, tentando criar uma prejudicial ao processo, que em absoluto posso concordar, por refutar aquele parecer ao mais comezinho princípio de direito.

E tendo em vista os termos em que foi vasada aquela cota de fls. 465/467, não poderia deixar de tecer algumas elementares considerações não somente à guisa de esclarecimento ao Colendo Plenário, como, também, devido à importância que sempre atribuo a todo e qualquer escrito da lavra dos ilícitos componentes da Douta Procuradoria e, ainda, para espantar qualquer figura argüição de nulidade processual.

Assim, mesmo contrafeito, porém, por julgar necessário, considero de suma importância abordar neste meu voto certos aspectos legais, em

busca da boa norma de apuração da verdade e aplicação de salutar princípio de direito.

É pacífico na lei repressora ao abuso de poder econômico, com os subsídios das leis adjetivas processuais que lhe socorem, que a direção do processo administrativo cabe a um Conselheiro, escolhido por distribuição ou sorteio, então já cognominado de Relator, cuja atuação deve ser de total imparcialidade e de maneira a que este, o processo, atinja, pelos meios adequados, o objetivo de investigação dos fatos e descoberta da verdade. Daí, a larguezza com que lhe são conferidos poderes pela lei, isto porque na direção do processo, quer na formação do material submetido a julgamento, a regra que prevalece, embora temperada e compensada como manda a prudência, é a de que o Relator ordenará a quem e o que de direito quanto for necessário ao conhecimento da verdade. Assim, o Relator do processo é quem realmente deve assumir a efetiva responsabilidade de verificar que todos os fatos estejam plena e convenientemente adequados, e é certo que o processo tem por fim a apuração dos fatos.

Conforme tive ocasião de despachar às fls. 463, após uma minudente verificação e análise do Estudo e Pesquisa efetuados pelo DEPEC, e à vista do despacho de fls. 38 verso, determinei sua juntada aos oitos e abri vista às partes, tudo por tudo, visando melhor esclarecer os fatos da denúncia e mesmo como conclusão de provas.

Desnecessário aduzir que o Estudo e Pesquisa realizados pelo DEPEC trouxe consideráveis subsídios esclarecedores ao caso vertente, conforme será exposto na apreciação do mérito, e sua juntada encontra inteiro amparo no parágrafo único do art. 48 da regulamentação da lei antitruste, que diz "O Relator dirigirá todos os atos do processo visando a obter a maior celeridade, cabendo-lhe ordenar as medidas que entender necessárias ao completo esclarecimento dos fatos, ficando responsável pelo rigoroso cumprimento das normas e dos prazos legais".

Além do mais, mesmo que o legislador não introduzisse tal dispositivo e permissibilidade na lei antitruste, a par de outras considerações, é usual no CADE, e amplamente usado pela Douta Procuradoria, que, quando faltar qualquer subsídio na lei repressora ao abuso do poder econômico que aprecie a espécie processual examinada, é de recorrer-se aos preceitos das normas adjetivas comuns, com aplicação analógica e interpretação extensiva, com remetimento aos Códigos de Processo Penal e Civil.

Assim, o Código, de Processo Penal estabelece, no art. 234 que: "Se o juiz tiver notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, providenciará, independentemente de requerimento de qualquer das partes, para sua juntada aos autos, se possível".

E igual amparo existe no art. 332 do Código de Processo Civil, quando estatui: "Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa".

Porém, há mais.

Conforme foi exposto, tanto a lei antitruste como a processual penal atribuem ao julgador a faculdade de iniciativa de juntada de novas provas consideradas como provas complementares ou supletivas, quer no curso do processo quer a final,

antes de proferir o Voto ou a sentença. O Relator, é certo, fica adstrito as provas constantes dos autos, porém não menos certo é que não fica subordinado a nenhum critério apriorístico no apurar, através delas, a verdade material. Ao Relator do processo administrativo é facultado ficar livre de preconceitos legais na aferição das provas, mas não pode abstrair-se ou alheiar-se ao seu conteúdo. Eis que o Relator, talqualmente o juiz, necessário juiz, necessita de motivar seu voto ou sentença. É precisamos neste ponto que reside a suficiente garantia de aplicação do direito ao caso concreto. O Relator não dirige o processo e prepara conscientemente seu voto, mas, também, ordena, de ofício, diligências e faz a colheita de provas que lhe pareceram úteis à apuração da verdade, ou determina a juntada de documentos relativos a pontos relevantes do processo.

E o mais importante para a apuração desta verdade: não está sujeito a preclusões. Enquanto não averigar a matéria da representação ou as alegações da indicação a houver um fonte de prova ainda não explorada, o Relator não deverá votar pela condenação, pela ***in dubio pro reo*** ou o ***non linquet***. Justamente a averiguação total dos fatos é que permite a motivação do voto, que é a garantia contra os excessos ou erro de apreciação, falhas de raciocínio ou de lógica, ou os demais vícios de julgamento.

Finalmente, o Relator na apuração da verdade e na exposição do seu Voto estar infenso ao excessivo rigorismo formal do frívolo curialismo e deve aplicar o princípio geral já pacífico na jurisprudência julgados dos Tribunais pátio e na doutrina dos tratadistas de que nenhuma diligência ordenada ou prove colhida deve ser desprezada se não houver lesão ou prejuízo para a acusação ou a defesa.

É o meu pensamento quanto ao assunto abordado e a base fundamental dos meus votos.

O Segundo motivo, que também considero assaz relevante, é porque a instauração deste processo, inicialmente tombado contra a Chrysler Corporation do Brasil, e, posteriormente, conforme despacho de fls. 212, modificado para Volkswagen Caminhões Ltda., foi por decisão unânime deste Egrégio Plenário, que, acompanhando o voto do eminente Conselheiro Relator das averiguações preliminares, Dr. Féres Nader, proferido às fls. 47 e 48, julgou procedente a representação na forma regimental do art. 57, cujas palavras peço vénia para transcrever, porque esclarecem, ao meu modo de ver, integralmente, os esdrúxulos pareceres de fls. 465 a 467 da Douta Procuradoria, a saber. "Ora, nos atos das averiguações preliminares que, ora, submetemos à apreciação deste Egrégio Plenário, existe um documento oriundo da Divisão de Relações Públicas – Departamento de Imprensa – da Chrysler Corporation do Brasil, datado de 24 de janeiro de 1979, anunciando a aquisição de 67% do capital social daquela empresa pela Volkswagenwerk A. G., da Alemanha, com a promessa, todavia, de que as redes de revendedores e serviços da "Chrysler" e da "Volkswagen do Brasil" permaneceriam independentes (cf. fls. 35/6). Mas, existe, também, um documento, datado de 18-5-81, em que a representante pede à representada a adoção de providências urgentes, dada a situação afilativa que ficara reduzida, como concessionária desativada (cf. fls. 33)".

Destarte, a nosso ver – salvo, é claro, melhor juízo de Vossas Excelências – estão reunidos, neste autos, elementos fáticos bastantes à configuração do "real motivo" exigido pelo art. 27, da Lei nº 4.137, de 10-9-62, para a instauração de processo administrativo contra a representada, no curso do qual, então e como prescreve o art. 26 do mesmo diploma legal – serão apurados, em profundidade, e coibidos, na proporção devida, os abusos do poder econômico, eventualmente perpetrados.

"Votamos, pois, pela instauração de processo administrativo contra a empresa Chrysler Corporation do Brasil, sob a acusação de práticas infringentes às letras a, b, f e g do item I, do art. 2º, da Lei nº 4.137, de 10-9-62, endossando o enquadramento feito, em tese coma ficou dito, no nosso precedente Relatório pela Douta Procuradoria do CADE, em seu parecer de fls. 42."

Permissa venia deste Colendo Conselho, observei que a Douta Procuradoria, em seu parecer suso referido, olvidou, às completas, o r. despacho de fls. 38 verso do então Relator, que neste passo merece ser transscrito: "A Direção Executiva, para encaminhamento ao DEPEC, a fim de serem juntados a estes autos os estudos *ex officio*, por esse órgão, sobre a aquisição da Chrysler CO. pela Volkswagen. Em Seguida, à Douta Procuradoria, para o pronunciamento de praxe – inclusive sobre a referida documentação oriunda do DEPEC".

Como, igualmente, esqueceu-se de seu próprio parecer de fls. 42, quando escreveu. 1-Visto, 2-pelo relato de fls. 1 usque 4, com a documentação que o acompanha, quer-nos parecer que haveria, em tese, infringência às letras a, b, f e g, nº I, do art. 2º da lei, quando menos, face à eliminação ainda da concorrência, representada esta pelo estado de paralisação a que foi reduzida a queixosa. Falamos em tese, repita-se, eis que algo mais será necessário acrescer ao expediente para que se tenha mais ampla visão da realidade". 3-assim, requeremos antes de mais a levantamento, pelo DEPEC, da operação de transpasso total ou parcial, não sabemos bem, do controle acionário da Chrysler Corporation do Brasil para a Volkswagenerwerk A. G.: b) informes quanto à situação dos revendedores dos produtos da primeira, o que poderá ser obtido, ao que me parece, através de órgão que congregue a classe: c) nome e demais dados qualificativos dos componentes da diretoria da Chrysler, sobretudo por ocasião da aludida transação, além de informes sobre quais eram os acionistas controladores, tudo, se possível, acompanhado das atas das A. G. que trataram do assunto".

Despacho esse reiterado, ***in totum***, às fls. 53, já na fase do processo administrativo.

Portanto, conforme foi exposto, o levantamento feito pelo DEPEC da operação de aquisição da Chrysler pela Volkswagen também foi requerido pela Douta Procuradoria.

É relevante assinalar, ainda, que, as fls. 41, o Procurador oficialmente protestou pela aplicação da Resolução 1/80 deste órgão, por considerar a pega vestibular e documentação que lhe instruía não como representação mas, sim, como denúncia.

Ora, a Resolução 1/80 dispõe sobre a instauração ex officio de averiguações preliminares face a indícios de abuso de poder econômico apurados pelos órgãos técnicos do CADE, a partir de

denúncias diretas formuladas pela imprensa ou qualquer outro órgão de divulgação, o que não foi o caso dos presentes autos.

Constatei, também, às fls. 39, que em março de 1982, portanto decorridos quatro meses, o ínclito Relator das averiguações preliminares à demora dos estudos pelo DEPEC, emitiu o Memº GFN/nº 22/82 solicitando a devolução do processo àquele Gabinete, nos termos seguintes: "Vimos, por meio deste, solicitar a V. Sr. (dirigido ao Diretor Executivo) que se digne devolver ao nosso Gabinete, ainda hoje, o Processo nº 20.26/81, do qual somos Relator, remetido a essa DE em 1-12-81, para encaminhamento ao DEPEC".

Pelo exposto, quero crer que não há necessidade de alongar-me por demais em tais considerações, isto é, o por quê da juntada a este processo do Estudo e Pesquisa feitos pelo DEPEC e encontrado às fls. 36 a 460.

– X –

Quanto ao mérito, necessário se torna apreciar, antes, quatro preliminares arguidas pela indiciada em sua defesa de fls. 61 a 65, reiteradas na petição de fls. 229 a 223, quais sejam: 1º – Nulidade do processo por faltar o procedimento das averiguações preliminares: 2º – Exclusão da empresa Volkswagen Caminhões Ltda. do processo por não ser sucessora da Chrysler Corporation do Brasil: 3º – Deficiência do instrumento de procuração outorgado ao nobre advogado signatário da denúncia de fls. 1 a 4: e, 4º – Extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição.

Examinado os autos, constatei que a preliminar não procede, eis que as averiguações preliminares foram regularmente abertas pelo eminente relator, através do ***L*** despacho de fls. 43, proferido em 27 de abril de 1982, tendo recebido o nº 116 no tombamento procedido pela Secretaria do CADE.

Estabelece a lei de regência e seus adminículos (Regulamento e Regimento Interno), que a averiguação ou investigação preliminar pode ser feita de modo sumário e sem intervenção da indiciada. Desde que o eminente Relator conclua que os elementos existentes nos autos são suficientes ou substancialmente do considerado "real motivo", pede ao Plenário a instauração do processo administrativo, através Relatório e votos sucintos. Tal fato se deu, conforme verifiquei às fls. 45 a 48, tendo este Egrégio Plenário acolhido o pedido, por unanimidade, cuja EMENTA, encontrada às fls. 49, diz: "Reunidos nos autos elementos fáticos bastantes à configuração do real motivo exigido pelo art. 27 da Lei nº 413/62 para a instauração de processo administrativo, no curso do qual serão apuradas, devidamente, as práticas arguidas como infringentes às letras a, b, f e g do item I, do art. 2º, do citado diploma legal".

Logo, com a devida vénia, está amplamente demonstrada a não procedência dessa primeira preliminar.

Referentemente à segunda preliminar, também não procede a linha de argumentação da indiciada.

A empresa Volkswagen Caminhões Ltda., em sua defesa de fls. 61 a 85, trouxe aos autos vasta documentação (fls. 88 a 200), onde constatei que a mesma surgiu da transformação da Chrysler Corporation do Brasil através de escritura pública de constituição de sociedade.

Em sua cláusula primeira, às fls. 89, consta: "que têm entre si justo e contratado constituir uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação de Chrysler Motors do Brasil Ltda. por transformação da Chrysler Corporation do Brasil, filial da Chrysler Corporation.. "(grifos meus).

Em sua cláusula segunda, às fls. 90, consta: que a sociedade Chrysler Motors do Brasil Limitada sucede, sem solução de continuidade, a filial da Chrysler Corporation no Brasil, em todos os direitos e obrigações relativos a filial.. ""(grifos meus).

Os filósofos brasileiros grifam o verbete transformação como substantivo feminino, significando: ato ou efeito de transformar; de dar nova forma ao que existe: de tornar diferente do que era, etc. E definem o verbete **sucede** como a terceira pessoa do singular do Presente do Indicativo do verbo suceder, significando: entrar no lugar de outrem ou de outra coisa; substituir ou substituto de alguém ou de alguma coisa, etc.

Após examinar inúmeras modificações contratuais, encontrei, às fls. 177, um instrumento de alteração, do contrato social da Chrysler Motors do Brasil, onde consta escrito: na cláusula primeira (fls. 179) – "En quanto a Volkswagenwerk AG. for quotista detentora da maioria do capital social votante, a denominação da sociedade passará a ser Volkswagen Caminhões Ltda., adotada, porém, a partir de 1º de março de 1981". Na cláusula segunda (fls. 179) – "A denominação da sociedade é Volkswagen Caminhões Limitada. A marca "Volkswagen", que integra o nome da sociedade, é propriedade da Volkswagenwerk AG., reconhecida pelos sócios quotistas. Esta marca é usada na denominação social com autorização concedida pela Volkswagenwerk AG., conforme carta de 16 de janeiro de 1981".

Além desses elementos suso apontados, outros existem nos autos que demonstram ser a Volkswagen Caminhões Ltda. sucessora, de fato e de direito, da Chrysler Corporation do Brasil, depois transformada em Chrysler Motors do Brasil Ltda. tendo a mesma assumido, portanto, todos os direitos e obrigações daquela, sem solução de continuidade, conforme documentos de fls. 89 e 90.

No que concerne à terceira preliminar, de deficiência da representação outorgada ao nobre advogado signatário da peça vestibular, tem razão a indicada, pois o instrumento de fls. 5 é omisso quanto à permissibilidade do mandatário ali constituído de requerer, em nome da firma outorgante, procedimento administrativo sem a necessária outorga de poderes.

Entretanto, a jurisprudência dos Tribunais e os hermeneutas processuais têm entendimento de que tal omissão pode ser sanável a qualquer tempo, desde que o signatário seja intimado.

Porém, no caso vertente, pela lei antitruste, é irrelevante. Isto, porque, conforme estabelece o art. 28, letra b 6, da lei de regência, a representação no CADE pode ser assinada por qualquer pessoa física ou jurídica. A única exigência é a estabelecida no art. 29 do mesmo diploma legal, qual seja; que a representação seja feita por escrito, esteja devidamente fundamentada e com a firma do signatário reconhecida por Notário Público, todas presentes naquela representação. Não obstante, a existência do abuso do poder econômico também pode ser apurado **ex officio** pelo

CADE e o voto do eminente Relator das averiguações preliminares, ao qual me reporto, bem considerou o aspecto formal intrínseco da denúncia.

Quanto à quarta e última das preliminares, qual seja: a alegada matéria prescricional, **data venia**, também não precede. Primeiro, porque a Lei nº. 4.137/82 e seus adminículos (Regulamento e Regimento Interno) não prevêem a extinção de punibilidade através da prescrição do direito de representação, atendendo-se à circunstância de que o CADE somente aprecia delitos econômicos, e, segundo, porque, mesmo entendendo-se a outras fontes de consulta, a própria indicada trouxe aos autos, às fls. 245 a 256, acórdão de decisão proferida, em 15-10-81, na Apelação nº 54.272, pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, referente à demanda judicial entre a Rio Norte Veículos Ltda. e a Chrysler Motors do Brasil Ltda.

Ora, o Código Penal estabelece, no art. 116, item I, que: "a prescrição não corre enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência de crime", e o Código Civil, no art. 172, item IV, estatui que: "a prescrição interrompe-se por qualquer ato judicial que constitui em mora o devedor".

Assim, conforme expus nas considerações que acabei de aduzir a este egrégio plenário e antes de apresentar meu voto referentemente ao julgamento do mérito da representação, na forma legal, submeto à apreciação e debate, por Vossas Excelências, a minha decisão quanto à questão prejudicial arguida pela dourada Procuradoria e, ainda, quanto às quatro preliminares levantadas pela indicada.

Definidas, equacionadas e devidamente decididas a questão prejudicial e as quatro preliminares, resta, agora, proferir minha decisão quanto ao mérito.

Inicialmente, cabe consignar ao colendo plenário que é meu entendimento que os processos administrativos submetidos a julgamento, contra as empresas acusadas, visam, tão-só, decidir se as mesmas, através de hipotético comportamento abusivo, infringiram os dispositivos da lei antitruste, que reprime o abuso de poder econômico.

Portanto, é sempre bom relembrar que este órgão é apenas titular da ação penal econômica, definida e disciplinada pela Lei nº 4.137/62 a Decretos nºs 52.025/63 e 53.670/64, funcionando como órgão autônomo, porém auxiliar do Poder Judiciário, com jurisdição sobre todo o território nacional, descabendo ao CADE reprimir fatos de estrita competência da tutela jurisdicional, tais como julgar pedidos de perdas e danos, verbas de lucros cessantes, indenizações a funcionários ou quaisquer outras obrigações resultantes de transações comerciais e eventuais danos decorrentes, ou de hipotéticos atos ilícitos praticados por dirigentes de empresa.

Conseguintemente, eximindo-me da apreciação de fatos que refogem aos objetivos do CADE, os quais visam, essencialmente, sancionar as possíveis infrações cometidas ou infringentes aos dispositivos da lei antitruste, praticadas pelas empresas e ou seus dirigentes, verifico que a origem deste processo deveu-se a uma denúncia formulada a este órgão de que a empresa Rio Norte Veículos Ltda., sediada em Muriaé, Estado de Minas Gerais, sofrera atos abusivos infringentes aos dispositivos da lei repressora ao abuso do poder econômico, praticados, em tese, pela empresa

Chrysler Corporation do Brasil, sediada no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, após a venda do seu controle acionário à multinacional Volkswagenwerk AG., da Alemanha, advindo, assim, entre outros atos considerados lesivos, dualidade de representação e o consequente inadimplemento de compromissos assumidos contratualmente como a rede de revendedores ou concessionários distribuidores de veículos automotivos.

Este colendo plenário sabe que tenho por norma, ao examinar processo para o preparo do relatório e oferecimento de Voto, observar detalhadamente todos os depoimentos colhidos e os documentos existentes nos autos, em especial aqueles oriundos ou fornecidos pelas entidades ou órgãos públicos, porque, quase sempre, tais documentos ou são esclarecedores dos atos praticados pela acusada e, portanto, de certa forma, considerados como justificadores e conclusivos pela não-infrigência aos dispositivos da lei antitruste, ou são caracterizadores da materialidade imputável, com iniludível e manifesto ferimento aos preceitos legais que reprimem e penalizam o abuso do poder econômico.

Externei essas considerações porque examinei minuciosamente toda a documentação existente nos autos e cotejei-a, minudentemente, com os depoimentos das várias testemunhas arroladas e por mim ouvidas, tanto às da dourada Procuradoria (rol de fls. 54), quanto às da acusada (rol de fls. 86), e procedi ao natural confronto com os interrogatórios dos representantes legais, o primeiro, ouvido às fls. 56 a 58, posteriormente considerado como defeituoso, através do despacho de fls. 204, mediante concordância da dourada Procuradoria (fls. 202 e 203), porém mantido nos autos como fonte de consulta e informação, e o segundo, encontrado as fls. 227 e 228. A seguir, verifiquei o conteúdo da defesa de fls. 61 a 85, reiterada às fls. 229 a 233, além das alegações finais de fls. 346 a 348 (dourada Procuradoria) e fls. 350 e 351 (indiciada), e os elementos constantes do estudo e pesquisa feitos pelo DEPEC, encontrados às fls. 360 a 460.

Neste processo a indicada foi interrogada por duas vezes. Na primeira, na pessoa do Sr. Alberto Mortara (fls. 56 a 58), que teve seu depoimento rejeitado pelo despacho de fls. 204, por ter se apresentado para o interrogatório munido do documento de fls. 55, considerado posteriormente como ineficaz, apesar do seu depoimento ter continuado no processo como peça de consulta e informação.

A seguir, a indicada, para o novo interrogatório, ainda se fez representar irregularmente por procurador, que se apresentou portando o instrumento de procura de fls. 223, contrariando, assim, o disposto no parágrafo único do art. 6º da lei de regência, que estabelece que no caso de abuso do poder econômico, praticado por pessoa jurídica, respondem, pessoalmente, seus diretores e gerentes, civil e criminalmente.

Como a iterativa Jurisprudência dos Tribunais é no sentido da aceitação do depoimento pessoal das pessoas jurídicas, através de procuradores munidos de poderes especiais e como a pessoa indicada se tratava do Dr. Jairo Polizzi Gusman, nobre advogado constituído no instrumento de procura de fls. 60 para defender os interesses da indicada neste processo, e ainda atendendo ao parecer de fls. 224 da Dourada Procuradoria Ge-

ral, concordei em ouvir tal procurador, embora recebendo seu depoimento sob reserva, por razões óbvias.

Destaquei, no entanto, dos depoimentos desses dois senhores, as seguintes afirmações no depoimento do Sr. Alberto Mortara, às fls. 56/58:

"... que o contrato de associação entre as empresas Chrysler Corporation dos Estados Unidos e a Volkswagenwerk AG. da Alemanha foi registrado somente no exterior..."

"... que as patentes e marcas da indiciada foram transferidas para a nova empresa sem qualquer ônus..."

"... que houve acordo sim com outras concessionárias, incluindo indenização, acordo esse levando em consideração a circunstância individual de cada revendedor; entendo por indenização a compra de peças, acessórios e ferramental especial..."

No depoimento do Dr. Jairo Polizzi Gusman, às fls. 227/228:

"... que a Chrysler Corporation do Brasil se transformou em Chrysler Motors do Brasil Ltda. em 1979;

"... que a sucessora da Chrysler Corporation do Brasil assumiu todos os compromissos da primeira empresa..."

Na assentada da testemunha da dnota Procuradoria (fls. 272), destaquei (termo do Sr. Luiz César Alves);

"... que, sendo certo que a Chrysler não fornecia os itens de peças pedidos; que em face disso a clientela não podia ser atendida e, caindo o faturamento, havia dificuldades para os empregador;..."

Os depoimentos das outras duas testemunhas da dnota Procuradoria foram contraditados, respectivamente Sr. Luiz Muglia (fls. 264/268) e Sr. Luiz Dagnoni Filho (fls. 269/271). Entretanto, como elementos de consulta e informação trouxeram aos autos elementos esclarecedores valiosos que demonstram o fato ilícito e sua autoria.

Quanto aos depoimentos das testemunhas indicadas pela indiciada, pouco trouxeram aos autos que pudessem ajudar no deslinde do processo. Não obstante, destaquei as declarações prestadas pelo Sr. Alberto de Castro Magalhães (fls. 297), que impressionou pela contradição, ao dizer:

"... que nas condições estipuladas do contrato que foi celebrado para revenda, não existe obrigações sobre o capital e sim sobre a instalação e organização da empresa revendedora e ainda sobre a sua expansão e desenvolvimento..." quando mais adiante diz:

"... que a Chrysler obrigava o revendedor a manter o capital fixo e aumentá-lo a seu critério..."

E, ainda, as declarações do Sr. Fernando Menezes Prochet (fls. 308):

"... que os revendedores que não fizeram o acordo com a fábrica ou não entraram em ações, permaneceram como revendedores..."

Paralelamente a esses elementos de prova oral e consubstanciando o suporte fático da acusação, examinei atentamente o substancial Estudo e Pesquisa feitos pelo DEPEC e encontrado de fls. 360 a 460.

E em dissecando tais elementos fáticos, em percuente confronto com os coligidos na fase da instrução, ficou evidenciado, às completas, que efetiva e realmente a Volkswagen e a Chrysler

ajustaram de fls. 56/58 do Sr. Alberto Mortara, parte no Brasil e parte no exterior, provavelmente nos Estados Unidos, no sentido de cessação das atividades da Chrysler no país, como produtora de veículos automotores, o que permitiu à Volkswagen iniciar-se na fabricação de caminhões e conquistar grande parte do mercado de veículos pesados, haja vista que o nome "Volkswagen" já estava previsto ser usado na nova composição desde 16 de janeiro de 1981, conforme autorização dada por carta pela Volkswagenwerk AG. (fls. 177).

E a comprovação que acabou de me convencer, efetivamente, de que trouxe ajuste para domínio de grande parte do mercado está nas informações de fls. 367 a 373 prestadas pelo Sr. Normando Moraes Olival, Presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores Autorizados Chrysler-ASSOBRAC, verdadeiro libelo acusatório, do qual merecem ser destacados, dentre outros, os seguintes trechos, para os quais peço vênia fazerem parte deste meu voto:

"Em meados do ano de 1978 e princípio de 1979 começou a ser veiculada a notícia, inclusive pelos principais jornais do País, de que o controle acionário da Chrysler seria transferido para Volkswagenwerk A.G., sociedade de nacionalidade alemã e que no Brasil controla a Volkswagen do Brasil S.A, empresa até então concorrente da Chrysler."

"Tal notícia foi de pronto desmentida tanto pela Chrysler como pela Volkswagen, mas nem por isso deixou de, já naquela época, abalar sensivelmente o mercado consumidor dos produtos Chrysler."

"Mas o que a princípio era mero boato – a compra do controle acionário pela Volkswagenwerk A.G., tanto que a Chrysler se apressou em divulgar o respectivo "desmentido" – acabou se confirmando."

"Não obstante... a Chrysler tenha se obrigado publicamente a objetivar o "constante aprimoramento técnico e a elevação dos volumes de produção de suas linhas de veículos... bem como a nomeação de revendedores em novas praças e consequente aperfeiçoamento de sua rede atual de concessionários e assistência técnica", os atos por ela praticados a partir de então comprovam a existência de intenções bem diversas daquela manifestada formal e publicamente."

"Os atos por ela praticados a partir de então, e que a seguir serão detalhados, comprovam a existência de um plano prévia e adredemente preparado, visando a paulatina desmotivação de todos os concessionários a fim de que, premidos pela necessidade, fossem eles se descapitalizando, passando em seguida a um endividamento gradual principalmente a favor da Chrysler, com garantias muito acima do normal, algumas vezes com hipotecas que foram adicionadas e com cobrança de juros muito além do permitido, para, finalmente, desistirem espontaneamente da concessão. O objetivo final do mencionado plano era e é de descartar-se da rede de distribuição existente sem suportar os ônus da sua desativação, já que a Lei nº 6.729 (anexo doc. nº 7), de 28 de novembro de 1979, e outras, asseguram ao concessionário direito à reparação, em hipótese tal como a mencionada."

Seguiram-se a descrição dos atos praticados pela indiciada que comprovam a intenção de cau-

sar criação de dificuldade ao funcionamento de empresa, tais como:

1 – deixou de produzir alguns tipos de veículos de passeio em quantidade suficiente...;

2 – deixou de lançar veículos de passeio movidos a álcool... quando todas as demais concorrentes passaram a oferecer ao público consumidor veículos daquela natureza;

3 – deixou de desenvolver séria campanha publicitária visando a divulgação dos seus produtos e a restauração da boa imagem que a marca representava para o consumidor;

4 – passou a exigir maiores sacrifícios de sua rede de distribuição, com tratamento de desigualdade com planos e preços diferentes e preferenciais entre os seus próprios distribuidores;

5 – e como prova cabal da intenção de desvitalizar a sua rede de distribuição, a Chrysler contratou 44 (quarenta e quatro) concessionários da rede Volkswagen do Brasil para comercializar os produtos Chrysler, quase todas essas contratações em um só ato, nas vésperas da assinatura (ocorrida em 28-11-79) pelo Exmº Sr. Presidente da República da Lei nº 6.729, quando então não seriam mais viáveis tais nomeações. Acresce ainda o agravante de que o intempestivo ato da montadora ocorreu após a lei ter sido aprovada no Congresso Nacional e estar como citado acima, com o Exmº Sr. Presidente da República para sanção."

E assim foi descrevendo o mencionado Presidente da ASSOBRAC, culminando dizendo: "é o esmagamento do empresário nacional pela força do poder econômico da multinacional".

Efetivamente, acresce que o Governo Federal sancionou e promulgou a Lei nº 6.729, em 28 de novembro de 1979, que dispôs sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

E à vista do que consta da mencionada lei, constatei que entre outros a indiciada deixou de cumprir especialmente os artigos 23 e 24, que obrigam a concedente (indiciada) a readquirir do concessionário (Rio Norte Veículos) o estoque de veículos automotores, implementos e componentes novos existentes, comprar os equipamentos, máquinas, ferramental e instalações destinados à concessão, pagar perdas e danos e satisfazer outras eventuais reparações.

Pelo exposto, por tudo que vi e reli, e com todos os fatos apurados, indubitavelmente voto, sem sombra de dúvida, pela condenação da Volkswagen Caminhões Limitada, sucessora, de fato e de direito, com a assunção de todas as obrigações da Chrysler Corporarion do Brasil, posteriormente alterada para Chrysler Motors do Brasil Limitada, de vez que ficou sobejamente provado a prática do abuso do poder econômico e a total ilicitude praticada pela indicada, com infração e infringência às letras a, b, f e g do item I do art. 2º da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, embora a dnota Procuradoria assim não tenha concluído.

Por conseguinte, VOTO no sentido de ser aplicada à Volkswagen Caminhões Limitada a multa de dez mil (10.000) vezes o maior salário regional de referência, vigente nesta data, além de fixar o prazo de dez (10) dias, a contar da publicação, no Diário Oficial da União, do resultado deste

jugamento, para a cessação da prática abusiva e cumprimento dos termos da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979.

Quanto à postulação de indenizações por perdas e danos, verbas de lucro cessante, indenização a funcionários, benfeitorias de adaptação, etc., refogem inteiramente à competência do CADE; por quanto de estrita atribuições e permissibilidade do Poder Judiciário.

Este é o meu VOTO.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1983.
WANOR PEREIRA DE OLIVEIRA – Conselheiro-Relator.

CADE CONDENNA VOLKS POR ABUSO DE PODER ECONÔMICO

"Voto, sem sombra de dúvida, pela condenação da Volkswagen Caminhões Limitada, sucessora de fato e de direito, com a assunção de todas as obrigações, da Chrysler Corporation do Brasil posteriormente alterada para Chrysler Motors do Brasil Limitada, de vez que ficou sobejamente provado a prática do abuso do poder econômico e a total ilicitude praticada pela indiciada", declarou ontem o Conselheiro Relator do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, Wanor Pereira de Oliveira.

Além da condenação, o Conselheiro Wanor Pereira de Oliveira aplicou à Volkswagen Caminhões Limitada a multa de 10 mil vezes o maior salário regional de referência, vigente ontem, que resulta novo pagamento de Cr\$ 112 milhões, 250 mil em favor da concessionária Rio Norte Veículos Ltda. Revendedor Autorizado instalado em Muriaé, em Minas Gerais.

O voto do Conselheiro obriga ainda a Volkswagen Caminhões Limitada a, no prazo de 10 dias, a contar da publicação no *Diário Oficial* da União, parar a cessão da prática abusiva e cumprir a Lei nº 6.729. Isso significa readquirir do concessionário o estoque de veículos automotores, implementos e componentes novos existentes; comprar os equipamentos, máquinas, ferramentas e instalações destinados a concessão; pagar perdas e danos; e satisfazer outras eventuais reparações.

A Rio Norte Veículos Ltda. – Revendedor Autorizado, entrou com queixa de abuso de poder econômico contra a Volkswagen Caminhões Limitada alegando o descumprimento de acordos entre a sucessora da Chrysler Corporation do Brasil e este revendedor. Entre os atos praticados pela indiciada, segundo o relator do processo, estão: deixou de produzir alguns tipos de veículos de passeio em quantidades suficientes, deixou de lançar veículos de passeio movidos à álcool, como as demais concorrentes, deixou de desenvolver séria campanha publicitária, passou a exigir maiores sacrifícios de sua rede de distribuição e como prova cabal de desvirtuar a rede contratou 44 concessionários da Volkswagen do Brasil, para comercializar os produtos Chrysler.

JB – 27-4-83 – quarta-feira – pág. 21.

Revista de Domingo – JB
Nº 431-A – Especial – Automóveis
– a indústria no Brasil – ano 9

VOLKSWAGEN RETIROU MAIS QUE TODAS FÁBRICAS JUNTAS

Desde que a indústria automobilística brasileira foi implantada, até agora, algumas fábricas retira-

ram de linha (descontinuaram, no jargão próprio) alguns modelos de sua linha de produção normal, criando problemas, em alguns casos, para quem tinha um desses carros.

De todas as montadoras, a única que durante todo esse tempo não tirou nenhum dos seus produtos das linhas de montagem foi a General Motors. O Opala, primeiro modelo produzido pela fábrica, continua sendo feito, sofrendo, apenas a título de atualização, muitas e até importantes alterações, tanto na parte visual como na mecânica.

A Volkswagen foi a fábrica que mais carros descontinuou. Ela retirou de produção o TL de duas e quatro portas; o sedan de quatro portas; a Variant; a Variant II, o SP-1 e o SP-2 e, recentemente, a Brasília de três e cinco portas. Isso sem falar no DKW Vemag, na Vemagueté, no Candango e no Fissore, que deixaram de ser produzidos quando a Volkswagen comprou a Vemag. Com dois desses modelos – o DKW Vemag e a Brasília – aconteceu um fato interessante: ao serem retirados de produção, eles começaram a valorizar, ao contrário do que seria normal, pois, praticamente, todo carro quando sai de linha seu preço cai no mercado.

A Karmann Ghia desafiou o seu primeiro modelo – agora também bastante valorizado – e, posteriormente, também o Karman Ghia TC.

A Ford do Brasil parou de fabricar o Maverick, o Galaxie 500, o Landau, o jipe e a camioneta rural. Pouco tempo depois de assumir a Willy Overland, a empresa descontinuou o Aero Willys, o Itamarati, o Gordini (o Dauphine já tinha sido descontinuado pela própria Willys) e o Interlagos.

Quando a Chrysler do Brasil comprou a Simca, foram tirados de circulação os carros Simca modelos Chambord, Tufão, Presidente, Jangada (camioneta), Regente, Rallye, Alvorada e o GTX.

A Chrysler, comprada pela Volkswagen, teve descontinuados os seus modelos Dodge Polara, Dart, Charger, R/T, Magnum e Le Baron.

A Fábrica Nacional de Motores foi comprada pela Fiat e seu modelo JK deixou de ser fabricado.

Além desse modelo que teve a sua produção interrompida, há, também, aqueles que saíram de circulação para dar lugar a versões mais atualizadas como é o caso do Corcel que foi substituído pelo Corcel II e o Opala que cedeu sua vez ao Diplomata e Comodoro.

Para quem tem um carro enquadrado na relação daqueles que foram descontinuados, a manutenção se torna difícil de vez que, com o tempo, as peças de reposição vão deixando de ser fabricadas, obrigando os proprietários de tais modelos a recorrerem aos ferros-velhos em caso de necessidade. Há uma lei que obriga as fábricas a produzirem, durante dez anos, peças de reposição para os modelos retirados das linhas de produção. Isso, porém, existe apenas na teoria, porque na prática é bem diferente. Há peças, como por exemplo, blocos de motores, que dificilmente precisam ser substituídas, cuja fabricação é imediatamente paralisada, tão logo o modelo sai de linha. E, aí, quem precisar de uma dessas peças só tem que peregrinar pelos ferros-velhos e torcer muito.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Ao assumir o Ministério da Fazenda, num dos mais delicados momentos da vida econômico

financeira do País, o professor Luiz Carlos Bresser Pereira viu-se cercado de inusitada expectativa por parte da opinião pública nacional, desejosa de que fosse reencontrado um novo rumo pelo Governo José Sarney, capaz de superar as imensas dificuldades decorrentes do elevado endividamento interno e externo.

Compondo uma equipe de comprovada qualificação, o Titular da importante Pasta dispôs-se a elaborar um plano de trabalho que recompusse a imagem do Brasil, fazendo-a situar-se numa linha de credibilidade que reabilitasse a crença da comunidade nos seus dirigentes maiores.

Uma dívida externa astronômica; um déficit público de proporções alarmantes; uma política de juros das mais escorchantes; tudo isso gerava um quadro de desesperança e inconformismo, reclamando medidas prontas e eficazes, em condições de reverter o quadro caótico, de total desorientação, atingindo todas as atividades produtivas.

A 12 de junho, o Plano Bresser foi tornado público, numa reunião ministerial de grande repercussão, saudado como o Novo Cruzado embora sendo muito poucos os que acreditavam na sua imediata viabilização.

Decorridos os primeiros trinta dias da mesma forma como expressamos esperanças a 16 de junho nas novas providências postas em prática pelo Poder Executivo – não nos podemos furtar a promover a consignação, desta tribuna, dos êxitos iniciais que conferem ao Plano Bresser uma posição bem mais auspiciosa, se levarmos em conta aquilo que, de positivo e concreto, pode ser evidenciado num exame isento, da conjuntura brasileira.

Senão, vejamos:

– O Sistema Financeiro favoreceu-se com taxas reais bem menores que as praticadas anteriormente, dando alento ao comércio, através de um aumento generalizado no consumo de bens duráveis.

O primeiro setor a experimentar o impacto das medidas adotadas foi o financeiro, que vinha operando com taxas de 25% (vinte e cinco por cento) a.m. para as LBC, reduzidas em 10 pontos percentuais (15% a.m.), valendo destacar que nos últimos dias de junho já atingia um nível ao redor de 11,4% (onze quatro por cento) a.m.

– Acompanhando a queda no *overnight*, as outras aplicações financeiras apresentaram, também, um decréscimo acentuado em suas remunerações. Assim, os CDB pré-fixados caíram de 700/800% (setecentas oitocentos por cento) a.a. para 125/140% (cento e vinte e cinco, cento e quarenta) a.a., sendo que os pós-fixados baixaram dos 15/16% a.a., em princípios de junho, para os 9 a 10% a.a. mais correção, em princípios de julho.

– As acentuadas perdas salariais que ocorreram em função do recrudescimento da inflação e das reposições, apenas parciais, que o mecanismo do gatilho oferecia, não mais voltaram a ser observadas.

– Os salários que, em termos reais, caíram 33%, em média, entre março de 86 e março de 87, apresentaram, a partir do plano uma recuperação da ordem de 12%, decorrente do congelamento e do gatilho pago em junho.

– Resultante da diminuição dos juros e do aumento real dos salários, as vendas no varejo indi-

caram acentuado crescimento nas 3 últimas semanas, a atestar pelas informações obtidas junto ao setor. A ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica, ainda não dispõe de dados finais acerca das vendas de produto de seus associados. Não obstante, dados preliminares provenientes das principais redes de lojas em São Paulo, Capital e interior, acusam aumentos que variam de 10 a 46% na venda de eletrodomésticos. O mesmo fenômeno foi observado em Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O reaquecimento nas vendas, inclusive, começa a atingiu outros setores, como é o caso da indústria automobilística, que foi a mais duramente atingida pelo quadro econômico anterior de altas taxas de juros, quedas reais nos salários e aumentos acentuados nos preços de seus produtos, oferecendo sinais de recuperação através de um perceptível aumento nas transações nos mercados de segunda mão.

A estabilização do superávit da balança comercial, superior a 1 bilhão de dólares em junho, atenua a crise cambial, facilitando a negociação da dívida externa e abrindo perspectivas para o efetivo desenvolvimento da economia brasileira.

A preocupação social do Governo, garantindo o pagamento do resíduo salarial aos trabalhadores até aqui demitidos, torna-se clara e meridiana, ao mesmo tempo em que o Executivo já começa a estudar a elevação do salário mínimo para promover as indispensáveis reposições na remuneração da classe trabalhadora.

O descongelamento ordenado de preços, previsto pelo Plano Bresser, afastará o problema do ágio e do desabastecimento, tão freqüentes no Plano Cruzado I.

Srs. Constituintes, todos estes itens, aligeiradamente referenciados, tornam patente a disposição do Governo José Sarney de respaldar o Plano Bresser, que já se afirma como modelo econômico-financeiro perfeitamente ajustado à realidade nacional.

No dia 21, em contato com os credores internacionais, o Ministro, com autoridade redobrada, buscará solução para o equacionamento da dívida externa, numa rodada de conversações que terá a inspirá-la o integral respeito à nossa soberania.

O Novo Cruzado, aditado pelo Plano de Controle Macro econômico, não pode fracassar, sobretudo quando a transição democrática, para mais arraigadamente consolidar-se, tanto necessita de apoio que vitalize as nossas instituições políticas.

A exemplo do que fizemos logo após o 12 de junho, retomamos ao Plenário da Assembléia para estimular o Ministro da Fazenda e a sua equipe a prosseguirem no cumprimento das metas que estabeleceram, convictos de que não podem frustrar 135 milhões de pessoas, cujas vidas se direcionam, agora, para o advento de uma era de desenvolvimento e bem-estar social.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A gravidade da crise econômica enfrentada pelo Brasil leva-nos à constatação da urgente necessidade da implantação de medidas energéticas, em todos os setores, com vistas a superar os atuais

problemas e buscar, num esforço contínuo e conjunto, nos alçar à condição de grande potência almejada por todos os brasileiros.

Como parte desse esforço, julgamos de suma importância o fortalecimento de todas as unidades federativas, representadas pelos estados, municípios, territórios e distrito federal.

Tal fortalecimento somente será alcançado na medida em que lhes seja concedida autonomia, para que possam, em igualdade de condições, participar do esforço nacional para libertarem-se e superarem as barreiras do subdesenvolvimento ainda existentes no País.

Assim sendo, nada mais oportuno que estender ao distrito federal e territórios direito, hoje somente concedido à União, estados e municípios, de poder celebrar convênios para a execução de suas leis, obras e serviços.

Não se justifica a atual discriminação contra aquelas unidades federativas que, diante do atual embargo, vêem-se, muitas vezes, impossibilitadas de realizar obras de inquestionável valor para suas comunidades, cerceadas no direito de emitir seus próprios julgamentos e opções. Sempiternos dependentes de decisões e recursos da emperrada e sobrecarregada máquina burocrática do Poder Central, que atrasa seus investimentos e inviabiliza seu progresso, tomam-se, por outro lado, um peso para o Erário.

Buscando corrigir esta falha, apresentamos proposta à Assembléia Constituinte no sentido de estender a permissão de celebrar convênios também aos territórios e distrito federal, a fim de que, assegurado tal direito, possam, com maior liberdade, promover o próprio desenvolvimento, cujos reflexos inegavelmente far-se-ão sentir no próprio desenvolvimento do País.

Esperamos contar com os votos dos nobres Constituintes para a aprovação de tão justa proposta.

Ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, o texto constitucional em vigor, em seu art. 1º, estabelece o sistema federativo pela união indissolúvel dos estados, do distrito federal e dos territórios, inexplicavelmente omitidos os municípios dessa lista.

Ora, de acordo com a abalizada palavra do ilustre jurista Joaquim de Castro Aguiar, o município tem, em verdade, poderes e competência legislativa constitucionalmente expressos, não se justificando sua exclusão do referido artigo da presente Constituição. Da forma como está expresso atualmente, ficam eles à margem da Federação, como se não fossem unidades federativas e participantes da competência nacional, que é tripartite, entre União, estados e municípios, conforme reconhecem os mais eminentes constitucionalistas.

Assim sendo, em sintonia com o Movimento Municipalista Brasileiro e baseado em proposta oferecida pelo IBAM, achamos por bem tentar corrigir tal falha, apresentando sugestão à Assembléia Nacional Constituinte no sentido de que fique explicitamente estabelecido na Carta Magna que também os municípios compõem a Federação.

Estamos seguros de que os eminentes Constituintes hão de concordar com a propriedade da medida, aprovando sem restrições a proposta em tela, a qual não apenas fortalecerá os municípios como, em última análise, a própria Federação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, o Movimento Municipalista Brasileiro cresceu e tornou

corpo a partir do momento em que as Prefeituras, asfixiadas pela excessiva centralização de poderes nas mãos do Executivo, viram-se castradas em sua autonomia, com seus cofres esvaziados, muitas vezes sem condições até mesmo de saldar as folhas de pagamento do próprio funcionalismo.

No que se refere à execução de obras públicas, então, a penúria é total. Se já é extremamente precária a manutenção dos serviços existentes, a criação de outros, por mais indispensáveis que sejam à população, tornou-se praticamente impossível, dada a quase insuperável quantidade de restrições, hoje em vigor, à autonomia municipal.

Tais restrições não se limitam apenas ao poder de tributação, mas abrangem igualmente vários outros aspectos da vida municipal, como o poder legiferante, cuja consequência é deixar as prefeituras sem qualquer liberdade de ação dentro de seus próprios territórios.

Visando à restauração dessa desejável autonomia, estamos propondo à Assembléia Nacional Constituinte sugestão no sentido de atribuir aos municípios competência de legislar supletivamente a respeito de assuntos tais como: desapropriação; jazidas de minas e outros recursos minerais; florestas, caça e pesca; serviços de saúde local; trânsito e tráfego em seu território.

Considerando que tais matérias são de interesse exclusivo de cada município, é nossa opinião que lhe caiba a legislação pertinente, vez que a uniformização de leis sobre certas questões, além de não respeitar peculiaridades e necessidades locais, chega até a prejudicar os interesses próprios de cada Município.

Entendemos, pois, que a medida em pauta atenderá a uma das principais reivindicações do movimento municipalista brasileiro, contribuindo para efetivamente dotar os municípios da independência indispensável ao trato de assuntos que lhes dizem respeito, motivo pelo qual esperamos poder contar com o apoio desta digna Assembléia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, gostaria de mencionar ainda os avanços da tecnologia ocorridos nesta segunda metade do século e sua consequência, principalmente sobre os meios de comunicação, que modificaram o mundo a partir do seu elemento mais básico e importante: o indivíduo.

Sob a influência dos meios de comunicação de massa, as sociedades, dantes arcaicas e patriarcas, sofreram grandes alterações resultantes de uma maior conscientização dos problemas que afigem a humanidade e da importância de cada indivíduo no contexto geral da comunidade.

Por outro lado, a modernização dos costumes daí resultantes abriu para as mulheres campos praticamente inexplorados, facultando-lhes o acesso ao mercado de trabalho e à especialização nos mais diversos ramos do conhecimento humano.

A criança de hoje já não mais se contenta com contos de fada, soldadinhos de chumbo, brincadeiras com bonecas e panelinhas. Os apelos da televisão, da informática, fazem com que penetrem mais cedo no mundo adulto, passando a entender e discutir assuntos que dantes lhes eram vedados. Amadurecidos precocemente, possuem hoje um entendimento do mundo quase comparável ao de um adulto, conscientes dos seus direitos, emitindo opiniões sobre política econômia

ciência e outros assuntos igualmente complexos, com clareza e propriedade.

Dante da inegável evidência da maturidade da juventude e da comprovação de que, muito mais cedo que antigamente, está o jovem apto a assumir uma série de responsabilidades, estamos propondo à Assembléia Constituinte sugestão no sentido de reduzir para dezesseste anos a idade que o habilite a tornar-se eleitor.

Mediante tal proposta, estamos visando conceder ao jovem a oportunidade de iniciar sua vida cívica e política um ano antes da data até hoje prescrita, ou seja, dezoito anos.

Ao ensejar ao jovem brasileiro assumir mais cedo o seu dever patriótico, estamos também atendendo aos atuais anseios sobejamente expressados pela nossa juventude.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, retomando, diante do estado de extrema pobreza por que passa a grande maioria dos Municípios brasileiros, negada que lhes passou a ser a quase totalidade da instituição de impostos, que não sejam os incidentes sobre propriedade predial e territorial urbana e sobre serviços não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, só lhes resta sobreviver às custas de minguados recursos, advindos do Poder Central, sujeitos à humilhante condição de pendentes junto a um Estado geralmente avaro na distribuição de verbas.

Com vistas a minorar tais dificuldades e a limitar os excessivos poderes da União, estamos submetendo à aprovação da Assembléia Nacional Constituinte proposta concedendo aos Municípios o produto da arrecadação do imposto sobre minerais extraídos do seu território.

Côncios, embora, de que tal medida beneficiará aqueles em cujas terras existam reservas minerais, julgamos sua aplicação oportuna e abrangente, dada a existência de jazidas em quase todo o Território Nacional. Assim, além de servir de estímulo à extração mineral, gerando riquezas para o País, a proposição em tela fará justiça do devolver à comunidade sua parte legítima nessas riquezas. Por outro lado, ainda contribuirá para o fortalecimento das receitas locais, permitindo às prefeituras a realização de obras de infra-estrutura indispensáveis ao Município e suas populações.

Confiamos na sensibilidade dos nobres Colegas, certos de que nada terão a opor contra a medida, a qual esperamos ver aprovada por unanimidade.

São estas as minhas palavras, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Com argumentos embuçados e formulações vagas, o Governo da Nova República, com apoio ostensivo de setores altamente conservadores da sociedade, orquestra nova e perigosa campanha contra os interesses do País, pretendendo assegurar liberdade para a instalação de empreendimentos estrangeiros no Brasil, quaisquer que sejam, sem prévia licença ou autorização oficial.

O documento "Estratégia para o Desenvolvimento", supostamente de autoria do Sr. Jorge Murad, secretário particular do Presidente José Sarney, sobre o qual já me debrucei, semana passada, formulando contundentes críticas à sua

filosofia entreguista, constitui, na verdade, a mais descarada e cínica proposta de abertura da economia nacional à penetração do capital estrangeiro de que se tem notícia nos últimos cinqüenta anos.

A sugestão, aliás, faz coro às articulações do andarilho internacional Henry Kissinger, ponta-de-lança e porta-voz das grandes corporações estrangeiras, que pretende colocar os países da América Latina, notadamente o Brasil, em um contexto de ajuda econômica, de eliminação da remessa líquida de capitais, de limitação de juros e de reciclagem do dinheiro apátrida, a fim de submetê-los à camisa de força de políticas direcionadas, que certamente facilitarão o saque de suas riquezas e porão em risco permanente sua própria soberania.

O pretexto é vago, mas as intenções são muito claras. Não são recentes, e muito menos privilégio dos atuais detentores do poder, as tentativas de internacionalizar a economia brasileira. Os contratos com cláusula de risco, visando à prospecção de petróleo e gás natural na bacia sedimentar do País, vão comemorar, em outubro, doze anos, sem resultados positivos aparentes. O argumento, então utilizado, é exatamente o mesmo que hoje respalda a ação entreguista do Governo: o Brasil não dispõe de recursos suficientes e capacitação tecnológica para custear projetos de grande porte. No entanto, construiu Itaipu e Tucuruí, duas das maiores hidrelétricas do mundo; envolveu-se na perigosa aventura nuclear, onde foram sepultados, sob o manto de escandalosa corrupção, bilhões de dólares; e adensou a dívida externa na execução de projetos faraônicos e megalômanos (Ferrovia do Aço, Transamazônica, Perimentral Norte etc.).

Sobre os contratos com cláusula de risco vale assinalar que, embora houvesse o problema da incapacidade financeira, eles não teriam resolvido o problema. Através deles, houve o ingresso efetivo de divisas no Brasil de apenas 350 milhões de dólares e não de 1,6 bilhões de dólares, como safadamente pretendiam seus defensores. A diferença entre os números oficiais e a realidade está fundamentada em dois pontos principais: 500 milhões de dólares foram dilapidados pela PAULIPETRO e 750 milhões de dólares acabaram sendo estorricados no exterior com a contratação de sondas (ociosas no Mar do Norte, onde perfuravam áreas que a Petrobrás normalmente não perfuraria), na aquisição de material de consumo e na remuneração de pessoal estrangeiro. Assim, o investimento real dos contratos de risco (350 milhões de dólares) é absolutamente irrisório se comparado, por exemplo, aos 5,9 bilhões de dólares que a Petrobrás investiu, entre 1979 e 1985, na prospecção e lavra de petróleo. De resto, é sabido que a tecnologia é desenvolvida em função da disponibilidade e da aplicação de recursos em determinada atividade. O aperfeiçoamento – e mesmo o desenvolvimento inicial tecnológico em qualquer área – só ocorre com o aprendizado resultante do andamento dos projetos. A prova é que a Petrobrás sempre descobriu e produziu petróleo enquanto investiu nesse setor. Logo, as empresas estrangeiras, participantes dos contratos de risco, nada trouxeram de novo no que se refere à tecnologia. Importa salientar, a propósito, que a empresa estatal, utilizando sua própria tecnologia, elevou a produção diária de petróleo

de 180 mil barris em 1975 para 800 mil barris em 1986, com um aumento de quase 300% no período. E as empresas estrangeiras o que produziram? Rigorosamente nada.

Os contratos de risco são apenas um exemplo ilustrativo de que a atração de recursos externos para o País, com estímulos e privilégios ao capital multinacional, representa um escárnio à inteligência brasileira e um insulto à dignidade do País. Ainda mais quando, sob esse pretexto esfarrapado, pretendeu o Governo liberar a dívida externa para conversão em capital de risco, estimulando suas aplicações em investimentos considerados básicos. A proposta indecorosa, coartada pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, que aprovou Projeto de Decisão do ilustre Deputado Paulo Ramos proibindo essa imoralidade, constitui crime de lesa-pátria e um dia haverá de colocar os seus responsáveis no banco dos réus.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Um fato que queremos trazer a público está ocorrendo no Rio Grande do Sul. Procurando uma explicação para o atraso verificado na publicação das promoções da PC/RS, constatamos alguns fatos que nos deixam intrigados, senão perplexos. Se traçarmos um paralelo com o que se pregoa em alto e bom som daqui da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, vamos ver que aquilo que se aplica lá é completamente diferente.

Daqui se diz: anistia ampla, geral e irrestrita desde 1934.

No Rio Grande do Sul se constata que aquilo que o Senador do PMDB/RS José Paulo Bisol prega não vale, serve somente como retórica e não é aplicado.

Na publicação dos nomes dos policiais do Rio Grande do Sul promovidos, não vimos nenhum que tenha, como funcionário público, trabalhado para o Governo de então em órgãos de informações ou nos chamados Departamentos de Ordem Política e Social.

Por que este tipo de tratamento discriminatório? Nós temos políticos do Rio Grande do Sul que lutaram, e muito bem, durante o governo militar, sob suas ordens, e nem por isso foram discriminados pelo voto popular.

Aquilo tudo que se pregou durante as campanhas políticas, pelo que se vê, não passou de palavras ao vento.

Prega-se uma coisa e pratica-se outra. Tenta-se inserir na nossa Carta sanções para as chamadas discriminações, mas o que se vê na nação de políticos da chamada Nova República é a continuidade de tudo aquilo que eles condenaram.

Vejam, Srs. Constituintes, foram feitas seleções nas fichas funcionais de todos os candidatos às promoções e aquele que tivesse, inclusive, trabalhado na Delegacia de Armas e Munições foi barrado, privado de concorrer, mesmo tendo os requisitos exigidos pela lei. Não foi promovido nenhum delegado de 3^a para 4^a classe, bem como somente 50% das vagas de Comissário foram preenchidas.

Os critérios técnicos estão sendo desmistificados.

Não há critérios jurídicos que justifiquem os descritórios aplicados nas discriminações.

O Gabinete do Sr. Secretário da Segurança Pública está a portas fechadas tentando (por ordens superiores) alterar o regulamento de promoções da Polícia Civil, à revelia da classe de suas associações.

Tenta-se fazer uma Polícia Civil de partido único, dirigida, amarrada no cabresto.

O Governo está tomando as Delegacias Regionais. Não mais está sendo observado o interstício tampouco a hierarquia.

Basta ser do partido do Governo.

O estado da Polícia Civil é esse. Quem sofre é a população, pois não há o mínimo interesse em melhor preparar o efetivo.

As viaturas não são reparadas há mais de 5 anos.

O quadro de pessoal previsto para 1975 era de 7.200 homens, hoje, passados 12 anos, o quadro está com tão-somente 5.180 homens, mesmo com o aumento populacional e grande aumento do índice da criminalidade.

Nós avisamos durante a nossa campanha política que dias negros estavam para se abater sobre o funcionalismo público do Estado do Rio Grande do Sul. O exemplo nós já temos aí, patente, diante da luta dos professores e o ano letivo que está praticamente perdido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ.)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr Presidente, Srs. Constituintes:

O meu Partido, o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, realizou, neste último fim de semana, entre os dias 10 e 13, o I Congresso do Socialismo Democrático no Brasil.

O PDT convocou o Congresso para discutir a transição democrática e a Constituinte e para reafirmar o seu caráter socialista.

Dentre tantas discussões e conclusões, ressalto a reflexão mais profunda feita pelo Congresso e que serviu de uma alerta à Nação sobre os graves problemas porque o País atravessa. Pela importância destas conclusões, transcrevo-as para o conhecimento da Assembléia Nacional Constituinte e para constar de seus Anais:

O Partido Democrático Trabalhista, reunido no I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático, alerta a Nação para a gravidade da situação a que o País está sendo arrastado, em consequência da incompetência e das cumplicidades do atual Governo e, principalmente, dos perigosos desvios impostos ao processo de transição democrática, que vem sendo retardado e até virtualmente paralisado pela ação das elites conservadoras e pela intencional omissão de importantes grupos de antigos opositores do regime autoritário. Estes descaminhos, afirmamos, são a verdadeira causa da crise econômica, social e institucional que asfixia o povo brasileiro e representam a negação intolerável dos compromissos assumidos pelos atuais governantes com a população, diante das multidões que, nas praças públicas, criaram as condições para que se pusesse fim à ditadura.

O Governo que a população consentiu que se instituísse, mesmo que através do espúrio Colégio Eleitoral, abandonou seus compromissos democráticos e passou a cultivar uma

verdadeira obsessão: exercer em plenitude um poder que a população jamais lhe concedeu. Sua limitada legitimidade devia ser a sua transitoriedade, isto é, a missão de conduzir o País com equilíbrio e estabilidade, enquanto se devolvia ao povo as condições para a instituição de um governo legítimo, através de eleições diretas.

O que ocorreu, entretanto, foi o inverso. Carente de legitimidade, o Presidente da República, o PMDB e o PFL, partidos que o sustentam, obcecados pelas ambições continuistas, lançaram, de aventura em aventura, o País no plano inclinado da deterioração da vida política, econômica e social. Desde o desastroso Plano Cruzado, a administração do País passou a ser uma sucessão de expedientes visando a prolongar a sua permanência no Poder.

Desertaram de seus compromissos com a democracia. Não revogaram os instrumentos do autoritarismo e, ao contrário, os utilizam com prodigiosidade. Usam, com grande irresponsabilidade, o outrora inaceitável instituto do decreto-lei para gerir a economia e levar o arrocho salarial a níveis nunca vistos em nossa História. Exumam a Lei de Segurança Nacional, numa afronta aos sentimentos democráticos de nosso povo. Numa traição despudorada à campanha das diretas já, afirmam que o execrado Colégio Eleitoral gerou um mandato a ser preservado e, finalmente, tramam um parlamentarismo de ocasião, como ocorreu em 61, que frauda o voto popular, ao fazer com que as tão ansiadas eleições diretas para a Presidência da República escolham um governo que não tenha, de fato, o poder de mando, repartido no Parlamento pelos acordos entre as elites conservadoras.

O Governo da chamada Nova República, que já se constituiu numa imposta, passou a representar, agora, uma insólita usurpação dos direitos do povo brasileiro. Seu comportamento fez com que se desacreditasse, irremediavelmente, diante da população. O Presidente da República perdeu as condições de governar com um mínimo de eficácia e não conta mais como acatamento da Nação. Sua autoridade exauriu-se. É deplorável que, por todos estes motivos, o mais alto Magistrado da Nação chegue ao absurdo de ter dificuldades em comparecer a locais públicos, tamanha é a repulsa que desperta na população.

É urgente a sua substituição por um presidente eleito, com a convocação de eleições que instituem um governo legítimo, respeitado por todos, e que conte com a colaboração geral para retirar o Brasil da crise. A convocação imediata de eleições diretas para Presidente que se realizem, no máximo, até 15 de novembro de 1988, é um imperativo nacional, que deve reunir todas as consciências lúcidas e honradas do País. Seria um crime contra nosso povo permitir a permanência do atual Governo para além deste prazo. A esta causa patriótica, democrática e pacífica, o PDT convoca todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG.)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Encaminho à Mesa, para que conste nos Anais desta Casa, fotocópia do telex que envie nesta data ao Ministro dos Transportes, Dr José Reinaldo C. Tavares, encarecendo especial atenção daquele Ministério para a urgente pavimentação da BR-352, trecho que liga os Municípios mineiros de Coromandel – Abadia dos Dourados.

Trata-se de um trecho rodoviário por onde trafegam, por dia, mais de quatrocentos veículos carregados com minério, e, dado o grande número de acidentes, vidas são ceifadas pelas más qualidades da referida rodovia. Solicitamos encarecidamente ao Sr. Ministro a pavimentação urgente do trecho citado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CHICO HUMBERTO, EM SEU PRONUNCIAMENTO:)

Exmo. Sr. Ministro José Reinaldo C. Tavares

Ministério dos Transportes
Brasília – Distrito Federal
Encareço especial atenção deste Ministério para a urgente pavimentação da BR-352, trecho que liga os Municípios mineiros de Coromandel – Abadia dos Dourados.

Por se tratar de um trecho rodoviário por onde trafegam mais de quatrocentos veículos carregados com minérios por dia e dado o grande número de acidentes, onde vidas são ceifadas pelas más qualidades da referida rodovia é que solicitamos encarecidamente a Vossa Excelência a pavimentação urgente do trecho acima citado.

Atenciosamente. **Chico Humberto**, Deputado Federal Constituinte PDT/MG.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Chico Humberto, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. JOSÉ TINOCO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte José Tinoco.

O SR. JOSÉ TINOCO (PFL – PE.)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao falar, usando o tempo da Liderança do PFL nesta Casa, manifesto a minha preocupação com o grave momento nacional: vivemos radicalizações ideológicas, exacerbação de ânimos e desentendimentos entre partidos políticos e entre pessoas, tanto na Assembléia Nacional Constituinte como em todo o País.

Após a apresentação do Anteprojeto de Constituição pelo eminente Relator, Deputado Bernardo Cabral, espelhando o resultado do que foi discu-

tido nas Subcomissões e nas Comissões Temáticas, caíram sobre a cabeça de todos nós, Constituintes, acusações de toda ordem.

Se o Anteprojeto está defeituoso, se não tem ordenamento jurídico, se sua redação é esdrúxula, se há conflito de assuntos ou repetições desnecessárias, não cabia ao Relator corrigi-lo agora – é o que estabelece o Regimento da Assembléa Nacional Constituinte.

Cabia-lhe reuni-lo, agregá-lo e apresentá-lo à Comissão de Sistematização e ao Plenário para, então, elaborar-se um texto consentâneo com as aspirações do povo brasileiro.

Estou nesta Tribuna não para defender nem acusar esse Anteprojeto nem o trabalho do Relator, mas para manifestar a minha preocupação com os rumos dentro e fora da Assembléa Nacional Constituinte.

Com pesar, reconheço que na Constituinte reinam o personalismo, o desentendimento, a radicalização, a vaidade pessoal, o receio ante a ação de grupos de pressão, aliados ao desejo dos aplausos das galerias. Fora, na rua, imperam a discordia, a rebeldia, as agressões, a desesperança.

Poucas pessoas estão procurando a conciliação, a harmonia e o consenso, indispensáveis nesta hora de transição política e institucional.

A permissividade que se instalou no Congresso Nacional enseja a que grupos de pressão externos assediem Parlamentares para defender interesses parciais, criando dificuldades ao entendimento e acirrando os ânimos.

Tudo isto em nome da democracia!

Ora, Srs. Constituintes, isto não é forma de se fazer nem de praticar a democracia. Isto é falta de formação cívica, falta de patriotismo; é uma porta aberta à anarquia e à desmoralização.

Não é preciso repetir que o trabalhador assalariado está massacrado pela carestia dos insumos básicos necessários à sua sobrevivência; está massacrado pelos baixos salários, pelo desemprego, pela recessão, que ampliam a desesperança. O empresariado está sem rumo, devido à inconfiabilidade dos planos econômicos do Governo, à falta de consistência da legislação tributária e dos incentivos fiscais, à falta de critério da política monetária.

As dívidas, externa e interna, o déficit público e a emissão monetária desenfreada, aliada à sonegação tributária, descontrolaram a administração pública e refletem-se na iniciativa privada. Por isto, o descrédito é geral.

E quem paga tudo isto, afinal, é o povo!

Não negamos que os governos anteriores promoveram o desenvolvimento nacional, em muitos casos colocando o Brasil em nível de competitividade com nações desenvolvidas, como no sistema viário, nas telecomunicações, na informática, na navegação aérea, em transportes, na industrialização, para citar apenas algumas. Mas, infelizmente, esse desenvolvimento demora a chegar ao povo, com o bem-estar de que carece. "Não será possível uma democracia estável... enquanto não for significativamente reduzido o abissal fosso aberto entre as grandes massas e os estratos superiores da população."⁽¹⁾

Ao concorrermos às eleições de 15 de novembro de 1986, sabíamos o que íamos encontrar e nos propusemos a colaborar para que se corrigissem os erros dos governantes. Sabíamos que as distorções eram gritantes e nos propusemos a combatê-las. Por isto, não podemos fugir àquele compromisso.

Este estado de coisas levou os políticos a prearem mudanças, tão necessárias; e o povo acreditou!

Foi instalada a Nova República. Foi convocada a Assembléa Nacional Constituinte para dar ao Brasil um novo ordenamento institucional consistente e duradouro.

O povo nos elegeu e pelo voto delegou atribuições e poderes para que pudéssemos contribuir com a transição política e logo ver restabelecido o desejado Estado de Direito, único e soberano.

O voto não foi apenas uma delegação de competência. Mais do que tudo, foi à transferência de uma responsabilidade.

E os resultados?

Por isto, o povo já começa a impacientar-se, manifestando a sua desconfiança, em muitos casos com justa razão.

Os movimentos reivindicatórios, as greves, os tumultos, as agressões, aí estão em todo o País, confirmando as nossas preocupações.

O primeiro resultado do trabalho da Assembléa Nacional Constituinte foi apresentado ao povo como sendo mal elaborado. Mas não é bem assim. Perdemos muito tempo discutindo temas sem chegar a qualquer conclusão objetiva. Tudo poderia ter sido resolvido pelo entendimento. Embora o texto do Anteprojeto seja desconexo e tenha mais defeitos do que acertos, reúne idéias novas e boas, que podem ser aproveitadas e incorporadas à ordem jurídica nacional, contribuindo para a renovação dos usos e dos costumes. Por isto, entendo que não foi em vão o esforço dos senhores constituintes e tiro dele grande lição e enorme experiência.

Acredito que a estratégia estabelecida para escrever-se à nova Constituição está carecendo de reparos e de correção imediata dos seus rumos.

O exemplo para tal está na própria história. Lembremo-nos de que todos os fatos políticos de resultado duradouro e de real benefício para o povo foram tratados com o mais elevado espírito público e com a maior disciplina pessoal de seus interlocutores.

Por que não repetirmos a história, se o seu exemplo é salutar?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

É chegada a hora de revermos as nossas posições pessoais para traçarmos, juntos, uma linha de conduta capaz de merecer o respeito dos nossos próprios companheiros e restabelecer a confiança do povo.

Creio que está na hora de pensarmos, juntos, nos destinos maiores da nossa Pátria.

Está na hora de nos entendermos para preservar a Assembléa Nacional Constituinte, como a última e legítima esperança do povo brasileiro.

Está na hora de dizermos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e aos senhores Ministros de Estado que esta é uma hora grave, que requer cuidados especiais. É hora de dizer-lhes que venham aos Constituintes e dizer aos Constituintes que recebam os homens do Executivo com grandeza e patriotismo.

Sim, Senhores, pois o exercício da democracia exige respeito às nossas dúvidas e às nossas certezas, para que possa haver reciprocidade de todos os que os rodeiam. O exercício da democracia, por si só, exige tolerância, compreensão, reconhecimento.

O chamado pacto social, no meu entender, deve começar por medidas políticas negociadas pelos partidos, majoritariamente, como pré-condição de exequibilidade. Deve ser materializado tanto em função de pressupostos a serem desde logo estabelecidos, quanto em razão dos resultados pretendidos. Entre eles, é essencial que todos admitamos a legitimidade da ordem jurídica existente, em decorrência da qual se investiram de poderes legais e políticos o Executivo, o Legislativo e a Constituinte atuais.

É certo que uma negociação política pressupõe a fixação de alguns objetivos comuns, aceitáveis por todos os interessados. Qualquer pacto opera-se através de convergências possíveis, conciliando-se as divergências inevitáveis, que fatalmente ocorrem tanto em relação aos objetivos quanto à forma de alcançá-los.

Objetivamente, a meu ver, essas metas podem ser alcançadas mediante aproximações sucessivas, em torno de uma pauta comum em que, necessariamente, se vão eliminando todas as etapas que constituem objetivos divergentes ou conflitantes.

Um acordo político pode e deve ser feito, fundamentalmente, em relação à Constituinte em primeiro lugar, e em segundo lugar, na busca de um entendimento que vise a preservar as conquistas já feitas, ampliar as que ainda têm que ser alcançadas e evitar que retrocedamos.

Essa negociação interpartidária, incluindo necessariamente Executivo e Legislativo, deve abranger – ao lado das questões institucionais – medidas inclusive emergenciais, no plano econômico e social, no que diz respeito a preceitos destinados a assegurar, de um lado, a continuidade do processo produtivo e do nível de desenvolvimento negociado como viável; e, de outro, pleno emprego e a manutenção do poder aquisitivo dos assalariados.

Enfim, o pacto de que necessitamos precisa, antes de mais nada, propiciar que Estado e Sociedade funcionem sincronicamente, sem o que corremos o risco de voltar ao processo de pendularidade permanente entre populismo e autoritarismo, que tem marcado a vida pública brasileira, a partir das últimas gerações.

Sem pretender desconhecer os graves problemas financeiros e econômicos, que por sua vez repassam para o terreno social, entendo que esta crise tem, basicamente, uma raiz política. Isto é, se conceituamos a política como atividade através da qual se atingem os objetivos sociais coletivos e assim satisfazem os interesses maiores da comunidade. Para vencer a crise, cumpre dotar o País de um projeto – articulado e consistente – que estabeleça diretrizes claras e crie condições para que ele conte com a indispensável adesão social e, assim, possamos superar os problemas com os quais nos defrontamos. É o chamado pacto social.

Estou convencido de que a negociação vai ensejar, igualmente, uma demonstração inequívoca e necessária de que o poder civil no Brasil tem condições de exercer, democraticamente, o poder político, sem ameaças ou ruturas da ordem legal.

(1) "Brasil, 2000 – Para um novo Pacto Social" – Editora Paz e Terra, 3^a Edição

Convém, repetir que uma vez celebrado um pacto político teremos dado passo importante para iniciar amplo processo de enfrentamento da crise brasileira a Nação teria um roteiro seguro para avaliará o seu caminho; as questões – internas e externas – seriam tratadas de forma articulada e a sociedade brasileira teria realizado dois de seus maiores projetos a efetivação da transição (que se prolonga há mais de 10 anos) e a adoção de uma política socialmente justa de desenvolvimento. Daí porque, nesta hora de incerteza, de intranquilidade e de preocupações, venho à tribuna para conelamar a todos os Srs. Constituintes para superarmos juntos, as nossas divergências; para que esqueçamos a ideologia dos nossos partidos, para que esqueçamos ate mesmo as nossas origens partidárias e nos lembremos de que a Nação inteira confiou-nos a tarefa de elaborarmos uma norma jurídica duradoura e que atenda os legítimos anseios da sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este é o meu brado de alerta, este é o "clamor da hora presente".

Não podemos perder a oportunidade de um entendimento pacífico em favor do nosso País e do nosso povo. De nós mesmos... quem sabe, a última oportunidade?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Só depois de terminadas as comunicações das Lideranças.

O SR. AMAURY MÜLLER: – A questão de ordem pode ser suscitada a qualquer momento da sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Só se for por subscrição de oradores, na questão de ordem. Não posso interromper a seqüência. Peço a colaboração de V. Ex.^a.

O SR. HAROLDO LIMA – Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Notícias que acabam de chegar de Manaus dão conta de que os rodoviários daquela cidade estavam realizando um movimento pacífico. Concentrou-se na porta do sindicato para uma manifestação de protesto e reivindicatória. Imediatamente foram repelidos pela polícia, com a tropa de choque; espancamentos se efetuaram e as notícias que me foram dadas há cinco minutos pelo ex-Deputado Arthur Virgílio Neto, dão conta de que sete trabalhadores foram feridos, estando um deles em estado grave, mais de 40 presos e há informações, não confirmadas, de um ou dois mortos.

Sr. Presidente, também os jornais de hoje estampam a notícia de que a Superintendência da Polícia Federal acaba de abrir inquérito para investigar o incitamento ao quebra-quebra e nos saques, que teriam sido feitos por dirigentes do PC

do B do PT, da CUT, em São Paulo. Esse mesmo Ministro, Paulo Brossard, que vem pelo jornal, hoje, dizendo que são os setores da sociedade que não estão ainda acostumados com a democracia e vem ainda, brandindo ameaças contra aqueles que estariam incitando a desordem, foi ele mesmo que esteve, algum tempo atrás, declarando que aqui, em Brasília, quando houve o grande badernaço e que ele estava imbuído de um propósito de averiguar quais foram os setores. Certamente, ele insinuava que os setores eram progressistas de esquerda que estavam por trás daquele badernaço de Brasília, a todos até imaginavam que o Ministro estava falando de uma coisa séria. Eis que, de repente, começaram a investigar quem foi que promoveu o badernaço e, surpreendentemente, descobrem que o badernaço foi promovido pelo pessoal do Ministro, foi à própria polícia que promoveu o badernaço. E quando pensávamos que o Ministro iria, seriamente, tomar alguma medida, não tomou medida alguma a se esqueceu o badernaço de Brasília. E, agora, se se descobrir, entretanto, que há realmente pessoas reinterpretando as suas frases, tentando manipular os seus conceitos, a essas pessoas foram tidas como incitadoras de quebra-quebra, ou seja, pessoas que estão apoiando os movimentos de protesto daqueles que, famintos, estão as catas de comida, aí seguramente, podem estar certos todos os Srs. Constituintes, o Ministro apoiará até o fim o que está pensando que deve ser feito, e aplicará a lei de Segurança Nacional.

E, assim, Sr. Presidente, Srs. Ministros e Srs. Constituintes – felizmente não temos nenhum Ministro aqui – estamos, agora, vendo coincidir duas situações: até agora, do ponto de vista da política econômica, da política em face do capital estrangeiro, da política em face das liberdades em geral, liberdades políticas, e da política em face da questão salarial, o atual regime estava competindo, já em igualdade de condições, com o regime da ditadura militar.

Todos constatávamos que, no que diz respeito a atrocidade, a aplicação dos princípios mais primados do repressão da Lei de Segurança Nacional e outros, ainda perdia para a ditadura militar.

Não contente com isso, o Ministro, já agora, assume o caminho da reta final para, competindo com a ditadura militar, de nova, pegar, brandir a Lei de Segurança Nacional contra os democratas, contra os trabalhadores, perseguir, afrontar, abrir inquéritos, mandar prender, e cedo virão as torturas.

Sr. Presidente, para encerrar este meu breve comunicado, devo dizer que durante essa passeata da UDR feita aqui em Brasília, os jornais estamparem fotografias que apresentam aqui o Coronel Ustra, do Exército, seguindo a passeata da UDR.

Ora, pelo Regimento Disciplinar do Exercito este Coronel, sendo da ativa, um ex-torturador, conhecido à época do regime militar, não poderia, abertamente, participar de uma passeata, nitidamente política. Desse episódio, tiram-se duas consequências. Primeira, o da passeata fascista, apoiada, no caso concreto, por um Coronel torturador do antigo regime. e segunda, que o Exército não tome providência alguma, medida alguma com relação a essa ruptura do seu Regimento Disciplinar.

Estamos encaminhando, no devido momento da tarde de hoje, a esta Presidência, um requerimento de investigações ao Ministério do Exército para que esclareça se o referido Ministério tinha conhecimento da participação do Coronel Ustra na passeata; se a presença do Coronel Ustra foi autorizada pelos seus superiores hierárquicos o Coronel Ustra participou da passeata em missão especial do Exército brasileiro e, finalmente, que medidas foram tomadas pelo Ministério do Exército em relação a esse fato Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O CONSTITUINTE HAROLDO LIMA EM SEU DISCURSO.

DOPS APURA INCITAMENTO A SAQUES E AO QUEBRA-QUEBRA NO COMÍCIO DA SÉ

Brasília – Já foi aberto inquérito na Superintendência da Polícia Federal de São Paulo para investigar o incitamento ao quebra-quebra e aos saques por dirigentes do PC do B, PT e CUT, durante comício realizado domingo na Praça da Sé. Inquérito vai averiguar também as atitudes de políticos e dirigentes sindicais que, no mesmo comício, ofenderam o Presidente Sarney.

De acordo com o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, o inquérito será presidido pelo Delegado Jaime Petra. O Ministro criticou duramente os autores do incitamento à baderna e das ofensas ao Presidente Sarney.

– Democracia é o regime das divergências: mas através das idéias, das discussões a do voto. Agora, recorrer a violência como meio de ação político, é a coisa mais antidemocrática que pode existir.

Ele admitiu também que o inquérito policial pode concluir pelo enquadramento dos indicados na Lei de Segurança Nacional, mas o Ministério Públco pode dar outra interpretação. Sobre as ofensas ao Presidente, o Ministro questionou se isso contribui para a democracia.

O inquérito se voltara basicamente para as declarações de dirigentes do PC do B, PT e CUT todos de São Paulo, que aconselharam a população do Estado a segue o exemplo dos fluminenses que, por causa do aumento nos preços das passagens dos ônibus, promoveram um quebra-quebra no centro da cidade.

Em discursos no comício pelas diretas já, domingo, na Praça da Sé, em São Paulo, o Presidente da CUT estadual, Jorge Coelho, e o Presidente do PT do Estado, Djalma Bom, fizeram ofensas pessoais ao Presidente Sarney e, logo após, o Presidente nacional da CUT, Jair Meneghelli, incitou os trabalhadores paulistanos a fazerem um quebra-quebra no próximo dia 25, quando será anunciado aumento nas passagens dos coletivos.

Em São Paulo, o Delegado Jaime Petra confirmou que vai presidir o inquérito aberto pelo Dops para apurar no teor e os nomes dos responsáveis pelas ofensas dirigidas ao Presidente Sarney no último domingo, na Praça da Sé. Inicialmente, segundo Petra serão ouvidos os dirigentes do PT que organizarão o comício pelas diretas já.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Haroldo Lima, o Sr. Ulysses Guimarães Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

– Líder do PT: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre constituinte.

O SR. LUIZ IGNÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A imprensa de hoje estampa notícia de que o Ministro Paulo Brossard tenta enquadrar companheiros que participaram do comício da Praça da Sé na Lei de Segurança Nacional, abrindo inquérito para apurar responsabilidades – do ex-Deputado Djalma de Souza Bom Presidente do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, do companheiro Jair Meneguelli – Presidente da Central Única dos Trabalhadores, e do companheiro Jorge Coelho – Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. A alegação é de que esses companheiros dirigiram palavras ofensivas a Sua Excelência o Presidente da República. E, por coincidência, o companheiro que agora preside está sessão estava no comício e sabe, perfeitamente bem, que não foi o companheiro Meneguelli, tampouco o companheiro Djalma Bom, tampouco o companheiro Jorge Coelho que disseram palavras ofensivas ao Presidente da República, e sim 50 ou 60 mil pessoas, na Praça da Sé, ofenderam o Presidente da República, ofenderam o Governo, não com palavrões, mas com suas presença na Praça para demonstrar o descontentamento com o descalabro administrativo e político deste País.

Engraçado é que o Ministro Paulo Brossard, que se está tornando cada vez mais a "dama de ferro" deste País, agindo como se o Presidente da República fosse a rainha da Inglaterra, que nada fala porque o seu Ministro não age como Ministro da Justiça, age como Ministro do Presidente Sarney. Esse equívoco é cometido não apenas nesse caso, foi cometido no caso do Rio de Janeiro, quando um companheiro do PDT e um companheiro da CUT foram presos, e este equívoco é cometido no caso de repressões a trabalhadores rurais, espalhados por este País afora, quando nenhuma atitude é tomada contra os agressores da classe trabalhadora. E essa mesma atitude insólita do Ministro Paulo Brossard contra os trabalhadores não é tomada contra os empresários.

Outro dia mesmo o Presidente da Federação das Indústrias, o Sr. Mário Amato, fez questão de dizer, alto e bom som, para quem quisesse ouvir, que era preciso praticar uma desobediência civil nestes País. Na semana passada, o mesmo Sr. Mário Amato declarava, para quem quisesse ouvir, que nenhum empresário deveria investir nenhum centavo enquanto não terminasse a Constituinte. Noutro dia mesmo, a fotografia do Constituinte Afif Domingos, do PL, saía estampada na primeira página do jornal O Estado de S. Paulo, pedindo para a dar média fazer a revolução. Hoje mesmo, o Ministro do Exército diz, para quem quiser ler em toda a imprensa, que não

vai acatar a decisão da Constituinte, se anistiar os militares – e diz ainda –, não vai pagar, se a Constituinte decidir que tem que pagar'.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por que o nosso Ministro da Justiça – nosso não, do Presidente Sarney –, em vez de tentar enquadrar na Lei de Segurança Nacional apenas os trabalhadores, por que não abre um inquérito para apurar as denúncias do Sr. Mário Amato! Por que não abre um inquérito para apurar a dispensa de milhões de trabalhadores neste País? Por que não abre um inquérito para apurar os assassinatos dos trabalhadores rurais? Por que não abre um inquérito para apurar a bandalheira que tomou conta deste País, com uma política econômica que está levando a classe trabalhadora à maior recessão da História deste País?

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, essas medidas não são tomadas contra o poder econômico, porque neste País, lamentavelmente, temos um governo de classe, e essa classe é a classe econômica. Temos uma política de classe, e essa classe é o poder econômico. Temos uma justiça de classe, e essa classe é o poder econômico. Significa que, em nível de poderes, a classe trabalhadora está mal e porcamente representada neste País. (Palmas.)

O SR. BRANDÃO MONTEIRO, LÍDER DO PDT: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes

Não poderíamos hoje deixar de mencionar, com profunda alegria, a ocorrência do I Congresso do Socialismo Democrático que o Partido Democrático Trabalhista fez acontecer no País, mais precisamente em Brasília. Foi um momento extremamente importante para a democracia brasileira, e tivemos a honra e a satisfação de receber a visita e a solidariedade de vários parlamentares, de todos aqueles que lutam, como nós, pelo avanço do processo democrático no Brasil.

De público, agradecemos essas manifestações, e juntos estamos na luta pela consolidação do processo democrático e pelo restabelecimento das eleições diretas, de forma a devolver ao povo o direito de eleger o seu Presidente da República.

Sr. Presidente, da mesma forma que uma festa tão importante, um acontecimento político dessa grandiosidade, ocorreu em Brasília, não podemos deixar de mencionar aqui a nossa profunda estranheza com as atividades e as atitudes do Sr. Paulo Brossard. O povo brasileiro, hoje, tem claro que o Sr. Paulo Brossard não é aquele líder liberal do Senado liderando a bancada da oposição, mas volta às suas origens de ex-Secretário de Segurança do Governo Meneguelli, no Rio Grande do Sul, quando do golpe de Estado no nosso País, e que foi, na verdade, o profundo repressor dos democratas brasileiros, que defendiam a legalidade e o Governo que fora deposto pelos militares.

Diz o Deputado Luiz Ignácio Lula da Silva que o Sr. Paulo Brossard é a "dama de ferro" do Brasil, e eu diria que é o Armando Falcão da Nova República. (Palmas.)

Sr. Presidente, querem intimidar o povo brasileiro; querem intimidar os trabalhadores; ameaçam, neste momento, enquadrar deputados, senadores e líderes sindicais, dizendo que vão investigar aqueles que fazem comício no País pelas eleições diretas.

Ora, Sr. Presidente, é lamentável que isto esteja ocorrendo num Governo que teve como base um documento chamado "Compromisso com a Nação", que prometia liberdade, democracia, moralidade e desenvolvimento econômico. O que ocorre, hoje, neste País, é exatamente o contrário. Não nos vamos intimidar.

Recebi um convite do Presidente Ulysses Guimarães para um almoço com o Presidente José Sarney. Digo da tribuna: não irei banquetear-me com o Presidente da República enquanto companheiros nossos estão presos nos cárceres do Rio de Janeiro, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. (Palmas) Recuso-me a sentar à mesa para banquetear com o Governo, que está prendendo e enquadrando brasileiros na Lei de Segurança Nacional.

É significativo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que neste momento a Nova República mantenha nos cárceres presos políticos. Esta é a verdade e temos que denunciar ao Mundo que, no Brasil, no Governo Sarney, existem presos políticos, hoje, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Faria uma paródia em relação a este assunto: é lamentável que neste País se procure criar a intranqüilidade, se procure criar clima de golpe de estado; e diria, aqui, que o Ministro Paulo Brossard deixou a sua função de Ministro da Justiça que é uma função de equilíbrio e seriedade, para imitar os delegados da época do golpe de estado; S. Se estiver lembrando o antigo Delegado Fleury, virou policial, investigador-de-policia de baixo nível, mas não tem a dignidade de mandar apurar, com seriedade, as declarações do Ministro do Exército, que pensa que tutela este País e que vai tutelar a Assembléia Nacional Constituinte.

Quiseram enquadrar o Sr. Mário Amato e o Presidente Sarney chegou a chamá-lo de Bakumin brasileiro, quando falaria em desobediência civil. E claro, hoje, neste País, tentativa de intimidação e de desobediência militar, que é crime previsto no Código Penal e no Código Penal Militar; quando um Ministro de Estado diz que se a Constituinte... (O Sr. Presidente faz soar a campanha).

Vou concluir, Sr. Presidente.

...quando um Ministro de Estado diz que, se a Constituinte definir cem clareza a anistia não pagará o soldo dos anistiados, e hoje volta às manchetes dos jornais dizendo que o País não comporta a não ser o mandato de cinco anos, isto é uma campanha de intimidação, porque este Governo que está aí não tem o apoio dos empresários, que a cada dia, denunciam a posição econômica do Governo, e, sobretudo, as mordomias e a falta de seriedade na contenção do déficit público; não tem apoio dos pequenos e médios empresários e produtores rurais que estão todos na falência; não tem apoio da classe média, que se vê assaltada dia-a-dia, com uma política tributária contra os assalariados e aqueles que têm vínculo de emprego. Claro que não tem o apoio dos trabalhadores, que sofrem o maior arrocho salarial da nossa História e não tem o apoio dos

jovens deste País. Querem e hoje se sustentam, pura e simplesmente, por três Ministros que são políticos, porque as Forças Armadas deste País não estão apoiando as posições destes ministros que são ministros políticos, e não ministros militares. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Sr. Presidente, para concluir direi que eles querem intimidar o povo brasileiro, porque estão isolados pensando que os trabalhadores, a dona-de-casa, a classe média e os empresários vão-se curvar ao arbítrio e, sobretudo, à violência daqueles que ontêm combatiam a violência na praça pública, combatiam o autoritarismo e defendiam a democracia.

Hoje, parodiando o escritor inglês, defendiam a democracia, mas para sufocá-la, e defendiam a liberdade, mas para aniquilá-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. AMARAL NETTO – Líder do PDS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. (Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero avisar a todos que uma das constantes da minha vida pública, e que mais me animou a ficar nela, foi a vaia. Adoro vaia, principalmente partindo de onde parte. Prefiro as vaias a os aplausos. (Manifestações das galerias)

Sr. Presidente, isto aqui é a, Casa da Constituição ou da baderna? Vi isso em 1964, estou acostumado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. Fazendo soar a campainha.): – Constituinte Amaral Netto, permita-me um minuto.

Aviso às galerias que, se as manifestações forem neste sentido, seremos obrigados a tomar providências que não queremos tomar.

O SR. AMARAL NETTO: – Quero prestar uma homenagem à Constituinte Wilma Maia, da minha Bancada, por uma interpretação errônea que pode ser dada, no seu próprio Estado, por uma nota publicada, semana passada, no jornal **O Globo**, sob o título "O Exorcismo".

O jornal não errou, a nota está certa, mas pode ser mal interpretada.

Sobre o comício das diretas, realizado na porta do Congresso, foi declarado ali que eu havia dito que a Constituinte Wilma Maia tinha tomado uma atitude pessoal e que não tinha delegação do Partido, nem do Presidente, nem do Líder, nem da Bancada, para falar em nome do Partido.

Foi somente esta a minha declaração e somente isto ela representa pela consideração e pelo respeito que tenho pela independência de ação política e pessoal da Constituinte Wilma Maia.

Agora, Sr. Presidente, vou cuidar de coisa mais grave. Não vou chamar ninguém de canalha, não vou usar adjetivos, vou só trazer aquilo que comuniquei ao Presidente Ulysses Guimarães, prova do estelionato que se está fazendo mais uma vez com esta Casa.

No dia 10 de junho, há mais de um mês, aquele Sr. Luiz Salomão trouxe aqui uma denúncia, cujo trecho principal era este:

"Foi trazida a mim, por correspondente estrangeiro, uma articulação na Constituinte, por um conselho de conservadores, que tem por trás de si um financiamento que seria estrangeiro, para defender o capital estrangeiro."

Adiante, fazia uma relação do que considera ser isso e alinhava nomes de Constituintes como Delfim Netto, Francisco Dornelles, Amaral Netto, Alysson Paulinelli, Ronaldo Cesar Coelho e Roberto Campos, e anexou a essa denúncia este documento que aqui está. Um documento apócrifo, datilografado em 11 laudas, e que não tem responsável.

Pois bem, Sr. Presidente, quando fiz esta denúncia, alguns dias depois o mesmo Senhor voltou e mandou aos gabinetes dos Srs. Deputado xerox da revista a que ele se referia, a EIR, está aqui a capa e dentro dela um artigo, na contracapa; V. Ex.^a vão verificar a má-fé com que se agiu. Esta contracapa nada tem a ver com esse documento apócrifo. Essa contracapa trata de uma reportagem da Jornalista Silvia Palácios, que não conheço, como reportagem do Rio, e o título é "Projeto de democracia vítima de uma gang em Brasília". O trecho principal dessa matéria distribuída em todos os gabinetes é o seguinte:

"De acordo com reportagem do **Jornal do Brasil**, de 27 de maio, um grupo de ultraliberais – e não entendo porque ultraliberais – está secretamente propondo fazer um plano de antinacionalismo dentro do Congresso. Reuniram-se na luxuosa casa da Confederação Brasileira do Comércio e, dentro deste grupo, menciona-se, do Partido Liberal, Afif Domingos, e do PDS, Amaral Netto e Roberto Campos e, também, o representante do Ministro das Finanças antigo, Sr. Delfim Netto."

Pois bem, Sr. Presidente, fui procurar o **Jornal do Brasil**, que é citado como fonte de informação desta Jornalista, e o **Jornal do Brasil** desta data, publica, de fato, a reportagem: "Empresário mobiliza para pressionar Constituinte". Dá uma lista de Deputados, que não queria lê-la, mas sou obrigado a fazer.

Nesta lista são considerados membros de um complô para neutralizar a esquerda os Senhores: Roberto Campos, Afif Domingos, Albano Franco, Irapuan Costa Júnior – aí já é o PMDB – Marcos Lima, Antônio Carlos Franco, Gil César, Gustavo de Faria, Nyder Barbosa, Renato Johnsson; e pelo PFL: Antônio Ueno, Gilson Machado, Jales Fontoura, Rubem Medina, e também Afif Domingos, Senador Roberto Campos e o representante do Deputado Delfim Netto.

Duvido que alguém encontre o meu nome neste jornal a que se refere esta jornalista; ele não consta. O meu consta no documento apócrifo pelo qual tem que responder quem o trouxe à tribuna.

Verifique bem V. Ex.^a a gravidade do gesto. A distribuição deste papel pelos gabinetes dos Deputados dá a entender que, de fato, havia uma fonte idônea, uma fonte impressa. Esta reportagem que aqui consta fala do meu nome citado no **Jornal do Brasil** que, na lista de deputados acusados, não põe o meu nome. É nova falsificação. Aquilo que se colocou na tribuna e o que se transcreveu foi um relatório apócrifo, repito,

pelo qual esse Deputado tem que responder perante uma Comissão de Inquérito que acabo de requerer, novamente, ao Sr. Presidente da Casa, porque a honra desta Casa está comprometida por acusações da maior gravidade feita a seus Membros aqui presentes.

Portanto, ficam cientes os Srs. Constituintes que aqui estão, como dei ciência, antes de vir para cá, ao Presidente Ulysses Guimarães, de que a coisa é mais grave do que eu pensava: anexou-se um documento que não é a prova que o Constituinte acusador apresenta. A prova por ele apresentada é a transcrição de um jornal falsificando o texto e colocando o meu nome em um lugar onde ele não se encontra.

Vou dizer mais uma vez não vim aqui para qualificar nem adjetivar. Quero que os Srs. Constituintes que receberem este documento peguem o **Jornal do Brasil** e verifiquem como ele é falso e que não é a ele que se refere o Sr. Luiz Salomão. No seu discurso, S. Ex.^a se refere ao informe de correspondente estrangeiro, em onze laudas, sem assinatura e sem identificação do correspondente, que é um bêbado, "picareta" – já mostrei aqui –, que nada tem a ver com essa Sr^a Silvia Palacios, de São Paulo.

Quanto ao mais, Sr. Presidente, repito: V. Ex.^a que aqui está representando o Presidente Ulysses Guimarães, peça a S. Ex.^a, por favor, instaure essa Comissão de Inquérito. Pedi agora, mas insisto: é muito grave. Não é possível que alguém não pague por isto: ou eu, por ser criminoso, ou o denunciante, por mentiroso e canalha.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. AMARAL NETTO EM SEU DISCURSO:

EMPRESÁRIO SE MOBILIZA PARA PRESSIONAR CONSTITUINTE

São Paulo – Para protestar contra o que consideram propósitos estatizantes da Constituinte e denunciar o perigo de uma economia com diversas características recessivas, um grupo de pequenos, médios e grandes empresários paulistas pretende reunir quatro mil representantes da classe no Palácio das Convenções do Anhembi, dia 9 de junho.

A manifestação se seguirá à coleta de 40 mil assinaturas de apoio à "Carta de Princípios", que o setor pretende encaminhar aos constituintes, ao presidente Jose Sarney e aos ministros. O documento defenderá, entre outros pontos, a importância e a necessidade da livre iniciativa ao desenvolvimento político, econômico e social do país, garantindo emprego para os trabalhadores.

Perigo – Não se trata de uma atitude de confronto com os constituintes e o governo, avisaram Aldo Lorenzetti, presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), e Paulo Butori, da Abifa (Associação Brasileira da Indústria da Fundição), dois dos coordenadores da manifestação.

– Apenas queremos mostrar o perigo da adoção de certas atitudes, que podem acabar prejudicando todo um setor e a economia em geral – explicou Lorenzetti.

O movimento nasceu, Segundo Butori e Lorenzetti, a partir da apreensão dos micro, pequenos

e médios empresários – as chamadas bases empresariais – da capital a do interior, cujas reivindicações costumam transmitir às delegacias regionais do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), braço da Fiesp.

Assim, à frente de tudo estará mesmo a Fiesp, cujo presidente, Mário Amato, deverá comparecer ao ato de entrega do documento às autoridades federais.

O documento dos empresários defende cinco pontos básicos:

1) Demonstração da importância e necessidade da independência da livre iniciativa no desenvolvimento político, econômico e social do país, garantindo emprego para os trabalhadores brasileiros.

2) Necessidade de plano econômico consistente, de curto, médio e longos prazos.

3) Redução do papel do Estado nas atividades, que devem ser de competência exclusiva do setor privado.

4) A redução do déficit público através de medidas urgentes, conforme foi prometido à sociedade pelo governo.

5) Estabelecimento de uma Constituição livre e soberana, com a participação ativa e presente da livre iniciativa.

A manobra de Afif e Campos

Brasília – Quatro reuniões e alguns encontros informais, abertos à participação de um seletivo grupo de empresários, resumem a simplicidade do esforço do grupo conservador da Subcomissão de Princípios Gerais de Ordem Econômica, para impor suas teses sobre o relatório progressista do deputado Virgildásio de Senna (PMDB – BA). Votado no domingo, o relatório foi rejeitado artigo por artigo pela ampla margem de 15 votos a 8, sempre com a participação majoritária do próprio PMDB.

A estratégia para derrubar o relatório oficial da subcomissão, considerado pelos conservadores estatizante, e ao mesmo tempo fazer passar teses surpreendentes com o fim do monopólio estatal para o refino do petróleo, teve como seus autores mais destacados o ex-ministro do Planejamento, senador Roberto Campos (PDS – MS) e o ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, deputado Afif Domingos (PL – SP). Aproveitando o descontentamento de uma parcela dos parlamentares do PMDB com a atitude do líder do partido na Constituinte, Mário Covas, de escolher a revelia o relator da subcomissão, Campos e Domingos propuseram uma aliança PDS-PFL-PL e PMDB contra o que chamavam de "centralismo".

Identidade – A mensagem chegou ao deputado Marcos Lima (PMDB – MG) no início de maio, quase ao mesmo tempo em que o parlamentar se envolvia na articulação do grupo do PMDB de apoio ao presidente José Sarney: o "centro-democrático". A identidade foi imediata.

Ainda na primeira semana do mês, reuniu-se pela primeira vez o grupo que iria derrotar o relatório de Virgildásio de Senna. Pelo PMDB estavam os senadores Albano Franco – presidente da Confederação Nacional da Indústria – e Irapuan Costa Júnior, e os deputados Marcos Lima, Antônio Carlos Franco, Gil César, Gustavo de Faria, Nyder Barbosa e Renato Johnsson. Pelo PFL compareceram os deputados Antônio Ueno, Gilson Machado, Jalles Fontoura e Rubem Medina,

Estavam também presentes o deputado Afif Domingos, o senador Roberto Campos e um representante do deputado Delfim Netto (PDS – SP), presidente da Subcomissão de Princípios Gerais.

Acertada a intenção de um trabalho em comum, o grupo partiu para mais três encontros, realizados em sigilo na Casa do Empresário – um palacete do Lago Sul, cedido pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

Estratégia – Um dos participantes lembra uma longa conversa com os diretores do grupo Monteiro Aranha, Otávio Monteiro de Carvalho e Antônio Dias Leite Neto, interessados em suavizar a legislação que o relator Virgildásio de Senna previa para o controle do subsolo nacional. Outro convidado foi o presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Amaury Temporal, preocupado com a tendência estatizante da subcomissão.

No início da semana passada, o grupo reuniu-se pela segunda vez para decidir a estratégia de intervenção no relatório oficial. Chegou-se a conclusão de que era desaconselhável a apresentação de um substitutivo que, além de agredir as normas regimentais, poderia ser facilmente identificado como o pensamento dos conservadores. A opção foi por diluir o substitutivo em emendas a serem apresentadas por cada um dos 15 parlamentares.

Na noite de sábado, com a presença do deputado Delfim Netto, houve o último encontro. Ficou decidido que o grupo rejeitaria um novo documento aprovando as emendas já apresentadas. À esquerda, reduzida a oito parlamentares – Gabriel Guerreiro, Hélio Duque, Ismael Vanderley e Virgildásio de Senna, do PMDB; Vladimir Palmeira, do PT; Luís Salomão, do PDT; Beth Azize, do PSB; e Raquel Cândido, do PFL – não aprovou sequer um artigo.

PROJECT DEMOCRACY GANG IN BRASILIA

Brazil has its own "secret government" working to undermine economic sovereignty – and guess who's protecting it?

The Brazilian connection to the Irangate scandal has been uncovered by EIR in the operations of a secretive group around the National Constituent Assembly, where a new Brazilian Constitution is in the making. The cited group is plotting to write out of the new Constitution the state monopolies over petroleum and other natural resources, which are the pillar of Brazilian economic sovereignty.

Since the fall of Finance Minister Dilson Funaro in April, Brazil's antinationalists have sped up their efforts to abolish the large state companies. Their special target is the oil company Petrobras, symbol of Brazilian nationalism. The sponsors are none other than the "Project Democracy" crowd around Col Oliver North, formerly of the U.S. National Security Council, who ran a parallel government to impose their totalitarian vision of "democracy" on the world.

According to a report in *Jornal do Brasil* of May 27, a group of ultraliberals has been secretly meeting to discuss plans for de nationalizing oil, in a sumptuous palace in Brasilia made available by the Confederation of Brazilian Commercial Associations (CACB). Among the group, to mention a few, were Liberal Party deputy Afif Domingos, PDS deputy Amaral Netto, senator Roberto Cam-

pos, and representatives of former Finance Minister Delfim Netto.

As it turns out, the CACB, chaired by business-man Amaury Temporal, is the Brazilian arm of Project Democracy's "private enterprise mouth-piece, the Center for International Private Enterprise (CIPE). CIPE is funded by the US Chamber of Commerce and National Endowment for Democracy – the public front for North's Project Democracy!

The links between CACB and CIPE are overt in a Feb. 4, 1987 bulletin of CIPE, the institute admits to having helped sponsor at least two seminars in Brazil, which have served both as channel for the International Monetary Fund's "free enterprise" prescriptions, and to result followers to Project Democracy.

The CIPE bulletin stated that CACB will direct "explanatory sessions on the legislative process, legislative cycle, organizing program and regulatory lobbying. Since – Brazil's Constitution is still in its formative process. CACB views these seminars as a timely way to demonstrate the value of private sector participation in the legislative process"

A powerful group has been gathering around the institution of the CACB since before the 1986 elections, with an eye to gaining seats in the Constituent Assembly. One important figure in this group is Congressman Afif Domingos, former president of the São Paulo Commercial Association, whose liberal Party is closely linked to the Peruvian Institute for Liberty and Democracy (ILD), a key Project Democracy think tank in South America.

Then, of course, there is Congressman Delfim Netto, admirer of Hitler's finance minister Hjalmar Schacht, who as Brazil's finance minister during 1983-84, handed the country over to the foreign creditors. Netto's technocrats are now re-taking the finance ministry under Funaro's successor Bresser.

Also forming part of the group around CACB is the National Banking Federation, which orchestrated the rebellion against a government decree to lower the high interest rates strangling the productive sector; and the Brazilian Rural society, headed by Flávio Telles, which in turn shelters the Rural Democratic Union (UDR). The UDR functions as a private army of the latifundists against agrarian reform, and receive financing from the fanatical Nazi sect Tradition, Family and Property (TFP).

The Case of Sen. Roberto Campos – without question, the leading light of the CACB group – is the most illustrative of the kind of political network that created the Project Democracy monstrosity in the first place. Campos was Planning Minister in 1964-67, an ultraliberal from the school of Milton Friedman and Friedrich von Hayek. Before that, he was a communist from the school of 1920s Soviet leader Nikolai Bukharin. In his "anti-communist" conversion, Campos abandoned neither Karl Marx nor his hatred for the nation-building policies of the French 17th-century statesman Colbert, often called mercantilism.

In an interview with *Playboy*, Campos says: "Best was the interpretation of the historic evolution of the economy ... that vision of Marx is dramatically correct". Attacking Colbert as an influence which

must be destroyed, Campos called mercantilism "a residue of colonial traditions from Spanish and Portuguese culture, both mercantilist in nature, which stipulate a high level of state intervention, of protectionism. This is the unfortunate tradition of Latin America".

A SR^a ABIGAIL FEITOSA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PMDB – BA): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Deputada Rose de Freitas e eu estivemos presentes ao Congresso Mundial de Mulheres, realizado em Moscou, a convite do Comitê de Mulheres Soviéticas, realizado nos dias 23 a 27 de junho, representando esta Casa, representando as Mulheres Constituintes.

Trago aqui as minhas impressões. Em primeiro lugar, estranhei muito que a Companhia Soviética Aeroflot, que nos forneceu as passagens, tivesse pouso em Buenos Aires, e não aqui no Brasil. Para pegarmos a companhia soviética, tivemos que nos dirigir a Buenos Aires, para, depois, tomar o avião para Moscou.

Aqui registro que a Aeroflot desce regularmente nos Estados Unidos, mas o Brasil, por questões talvez de preconceito, não permite um pouso técnico a Aeroflot para reabastecer seus aviões em Salvador, em Recife, mas não pode descer nem receber passageiros. Desci, na volta, em Salvador, mas para tanto tive que articular via-embajada brasileira em Moscou, com o Ministério das Relações Exteriores, com a Polícia Federal, com o Ministério da Aeronáutica, alegando questão de saúde, porque, lamentavelmente, em Buenos Aires, quebrei meu pé. Somente por questões de saúde pude descer no meu Estado, num instante em que o aparelho fazia um pouso técnico.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esse Congresso Mundial que regularmente as mulheres vêm efetuando, já foi realizado um no México, outro em Copenhague, o último em Nairobi, teve o marco da luta pela paz, porque as mulheres do mundo inteiro querem ter o direito de ter filhos e de criá-los decentemente, de maneira humana mesmo, e não vê-los como vemos nos países do Terceiro Mundo, ou morrerem de fome ou se marginalizarem. Estiveram presentes mulheres de todos os Continentes, de todas as raças. Duas mil e oitocentas delegadas, 250 só dos EUA.

Quero aqui dizer que um dos cartazes grandes que havia lá no Congresso dizia que somente no ano passado foram gastos em armamentos 900 bilhões de dólares, enquanto 29 milhões de crianças do Terceiro Mundo morriam de fome.

Isto é um absurdo, a autodestruição que o homem faz de empregar toda a sua inteligência para se autodestruir. É uma coisa lamentável e as mulheres do mundo inteiro se levaram, volto a dizer, para terem o direito de deixar às gerações futuras o direito de terem um Planeta sem ter a destruição nuclear.

Chamaram-me a atenção na Comissão da qual eu fazia parte, a Comissão da Soberania Nacional, as mulheres da Coréia do Sul. Lá as mulheres, em pronunciamento, disseram e protestaram que em cada 100 km há um artefato nuclear. A Coréia

do Sul, hoje, é um posto avançado do imperialismo na Ásia nesta maldita guerra pelas estrelas. Nessa Comissão fiz um pronunciamento protestando contra o imperialismo, contra a exploração que o grande capital faz conosco, abordei a questão da nossa dívida e sugeri a união dos países do Terceiro Mundo para mudar a ordem financeira internacional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, foi muito oportuna essa visita a União Soviética, e quero aqui registrar que até então não conhecia nenhum país comunista. Já tenho estado em vários países capitalistas.

Pois bem. Chamou-me a minha atenção o tratamento dado à mulher e, muito especialmente, à criança. Lá, na União Soviética, a mulher tem quatro meses de licença de gestante, depois tem um ano para ficar em casa – pensem bem, a um ano em casa –, para tomar conta do filho, para amamentar o filho, porque nada substitui o leite da mãe para uma criança, recebendo 150 rublos mensais. Depois desse período a criança vai para uma creche, onde é bem zelada. Todas as crianças da União Soviética têm direito à creche. Após esta fase a criança, vai para uma escola. Em todos os níveis, a escola na União Soviética é pública, gratuita e de muito boa qualidade. Quando chega a época da universidade e que o cidadão está na idade de trabalhar, mas faz a opção para ir à universidade – vejam bem –, ele recebe uma bolsa do governo para cursar a universidade. Bolsa suficiente para ele se manter. Ele é pago para estudar.

Então, na União Soviética investe-se maciçamente na educação, investe-se maciçamente na preparação de mão-de-obra. Por isso, quando se comemoram neste ano, os 70 mios de Revolução, o país saiu daquele estado semifinal praticamente em que vivia, para ser a grande potência que é hoje, tudo isto sem injustiça social.

Estive na casa de trabalhadores e pude ver, pude notar que o trabalhador tem um salário que dá para ele viver bem. Ele paga uma porção do seu salário pela casa em que mora, todas as casas são do Estado, e ele paga um aluguel, um aluguel – pequeno. Se um trabalhador ganha de salário 150 rublos, que é o salário mínimo, equivalente a 250 dólares, ele paga 6 rublos por mês de aluguel. A comida é farta, a escola é gratuita e a assistência à saúde é totalmente gratuita.

Eu própria tive que ser atendida, não só pelo problema que tive no pé como também, por um problema cardíaco. E assim como eu fui atendida, outras pessoas do grupo também o foram. A União Soviética dá assistência completa à saúde, também na parte de odontologia, do que o cidadão precisa. Em todas as escolas, em todos os hotéis existe assistência médica de boa qualidade, com fornecimento gratuito de medicamentos.

Essa visita que fiz à União Soviética foi muito importante, principalmente na hora em que estamos fazendo uma Constituição. Não quero dizer que lá seja um paraíso, sem problemas. Apenas o que analiso é que os problemas essenciais da população foram resolvidos, e temos muitas experiências a trocar com outros povos. Não devemos ficar com esse preconceito de achar que só serve aquilo que pertence a uma banda do Universo, e que a outra banda não serve. Temos que trocar experiências.

Com relação à questão do transporte coletivo, ele é subsidiado, com trem, com metrô, com bonde, com ônibus, tudo é subsidiado na União Soviética, o trabalhador praticamente quase não paga nada.

Voltamos a pensar nessas coisas no instante em que vamos discutir aqui, por exemplo, a questão do ensino público, do ensino gratuito público e do ensino particular, da assistência dos grupos particulares. Então, tudo isso nos leva a pensar: o que interessa ao povo brasileiro?

Na União Soviética não vi menor abandonado, não vi pessoas se queixarem de desemprego, porque, naturalmente, como a economia é toda planejada, o indivíduo, na medida em que vai chegando à idade do trabalho, o Estado tem obrigação de providenciar trabalho para ele.

Não se respira aquele clima de insegurança que há aqui.

Não que queiramos transformar o modelo soviético para nós. Não! Por que não ampliarmos o comércio com a União Soviética? Ao contrário, está diminuindo. Eu, por exemplo, precisei comprar um par de sapatos baixos para mim e não pude. As filas para comprar sapatos eram enormes. Por que o Brasil não incrementa o comércio com a União Soviética? Poderíamos vender sapatos brasileiros, que são lindíssimos, diferentes dos sapatos soviéticos, que são feios, pesados, duros. Tanto temos coisas a oferecer como a receber. Atualmente, praticamente só importamos da União Soviética petróleo. No entanto, só fornecemos aço para fazer chaparias de automóveis, café, cacau e soja. Foi uma surpresa para mim descobrir que muitas pessoas têm carro na União Soviética. Eu pensava que só existia transporte coletivo.

Numa conversa que tive com um dos trabalhadores, perguntei-lhe: se você ganha, sua mulher ganha, você tem saúde de graça, você tem escola de graça, há um limite que o ser humano gasta com comida, o que você faz com o resto do dinheiro? Ele disse que junta para ver se compra um lote no interior, para construir uma casa de campo – pode-se comprar até 4 lotes para plantar alguma coisa – ou, então, junta para comprar um carro – são oito mil rublos. Surpreendeu-me o volume de carros particulares que há na União Soviética. Outra coisa, os carros não são da União Soviética. São de marcas como a Fiat, a Mercedes-Benz e outras. A União Soviética abriu seu mercado para essas empresas. Abriu, mas controla. Não é como aqui no Brasil, onde as multinacionais levam tudo. Levam o nosso sangue, levam o sangue dos nossos trabalhadores e deixam nossos filhos à míngua, sem nada, só pensam no lucro delas. Não é possível. Temos que ter outro relacionamento, temos que pensar em termos de soberania nacional. Temos tudo para fazer com que o relacionamento entre os povos, relativamente ao comércio exterior seja mais humano.

Fato que realmente marcou o encerramento do Congresso foi o belíssimo espetáculo dado pelas crianças, quase mil, no palco do Palácio das Convenções, no Kremlin. Crianças de três, quatro, cinco anos, no espetáculo, porque se investe maciçamente na cultura, garantindo as origens, as tradições de cada povo, pois na União Soviética existem vários povos, vários Estados diferentes, com várias origens e todos são representados. E aqui ficamos sem querer valorizar cultura nossa. Lembro-me de que, na Bahia toda aquela musicalidade que tem o negro da Bahia, aquela

graça pela música, isto é tido como coisa inferior, parque é do negro. No entanto, na União Soviética, conquanto não tenha negros, todos os povos que compõem o país são respeitados nas suas origens.

Faço aqui a minha marca, estou prestando contas da minha viagem, para que esta Casa tome conhecimento do que eu vi, das minhas impressões e do que podemos lucrar, no meu ponto de vista, aumentando o intercâmbio, mudando conceitos.

Eu própria tinha preconceitos, achava que o povo da União Soviética era um povo triste, era um povo calado, era um povo que não contestava, era um povo que tinha receio do policiamento de suas idéias. Não vi polícia. Vi muito poucos pelotões de exército em marcha, em treinamento normal.

Também registro que as crianças nas escolas aprendem civismo, aprendem a reverenciar os seus heróis e que o pavor da guerra é uma coisa que é impregnada todos os dias na cabeca das crianças, porque eles perderam 20 milhões de pessoas na Segunda Guerra Mundial. Não querem outra guerra.

Todos nós, homens e mulheres, temos que batalhar para que haja um clima de paz, mas esse clima de paz só poderá ser conquistado no instante em que houver justiça social. Este instante é muito importante, porque é o instante em que os Constituintes estão fazendo a sua reflexão sobre quais são as leis que vão melhorar a vida do homem brasileiro, as leis que vão melhorar a vida das mulheres brasileiras.

Trago, portanto, as minhas impressões, na esperança de que as leis que vamos fazer agora, e que agora estão se condensando, sejam principalmente para beneficiar os trabalhadores, os filhos dos trabalhadores, os grandes sofridos desta terra. (Palmas.)

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA:

— Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):

— Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA:

— Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):

— Tem a palavra o nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, que falará pelo Tempo restante da Liderança do PMDB S. Ex.^a

O SR. LUIZ SALOMÃO:

— Pela ordem, Sr. Presidente.

Tendo em vista que fui citado pelo Constituinte Amaral Netto, peço a vénia do nobre Constituinte Maurílio Peneira Lima para contestar, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):

— O tempo reclamado por V. Ex.^a lhe será concedido após o Horário de Liderança.

O SR. LUIZ SALOMÃO:

— Pois não.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE. Sem revisão do orador.):

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Atualmente, quando ligamos a televisão, ouvimos o rádio ou lemos a grande imprensa, encontramos um samba de uma nota só.

Existe orquestrada, a nível nacional, uma campanha destinada não diria a desmoralizar, mas a ridicularizar o Anteprojeto saído seis meses de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte.

Fico meio desconfiado, porque não é escutando o povo que escuto as reclamações contra esse texto. As reclamações generalizadas e sistematizadas contra o Anteprojeto que saiu depois de um árduo trabalho desenvolvido nesta Assembléia, essas críticas são veiculadas pelos grandes canais de televisão, pelas grandes redes, pelos editoriais dos grandes jornais e pelas figuras mais eminentes das classes dominantes brasileiras. E a tal ponto essa gente tem um grande poder de persuasão, configurando muito bem aquilo que dizia o ministro da propaganda de Hitler, que "a mentira repetida torna-se verdade", que já começo a escutar o reflexo dessa campanha. Já começo a ouvir da opinião pública críticas ao Anteprojeto, e já começo a opinião pública a imaginar que nada do que aqui consta presta, e deve ir para a lata do lixo.

Ora, minha gente, não é este texto que eles querem desmoralizar. Eles querem desmoralizar um Poder que se impõe à opinião pública pela seriedade do trabalho que desenvolveu.

Além do mais, tenho certeza de que o Anteprojeto saído da Comissão de Sistematização não está sendo combatido, demolido e ridicularizado pelos erros que tem, mas, certamente, pelos acertos que contém, acertos que, muitas vezes, vão de encontro aos interesses das classes privilegiadas deste País.

Temos que prestar atenção a esta campanha, porque é uma campanha orquestrada, sistematizada, num momento em que as instituições políticas encontram-se no mais baixo patamar da sua credibilidade. A opinião pública vem assistindo aos noticiários da televisão e do rádio, tomou conhecimento de que aqui se trabalhou seriamente, porque a Assembléia Nacional Constituinte começou os seus trabalhos primando pelo ineditismo. Não partimos de nenhum texto preestabelecido, partimos praticamente do nada. Esta Casa abriu suas portas para inúmeras, muito mais de uma centena de audiências públicas, realizadas a nível das Subcomissões, onde personalidades e líderes sindicais, trabalhadores e latifundiários, todos tiveram oportunidade de vir a Brasília constituir o seu lobby e dar a sua opinião. Tive, inclusive, a grata satisfação de um dia cruzar, nos corredores desta Casa, com uma modesta e humilde delegação de um dos setores sociais mais sofridos deste País, que são as empregadas domésticas. Até as empregadas domésticas de Pernambuco se cotizaram para mandar a sua representação a esta Casa.

Se este texto contém algumas incorreções, e é possível que as contenha, porque é um texto extenso, que procura traduzir o que foi feito com tanta seriedade nas Subcomissões e nas Comissões, teremos oportunidade, neste Plenário, de corrigi-las. Não podemos é assistir indiferentes a esta campanha orquestrada, esta campanha para desmoralizar esta Casa, esta campanha para desmoralizar seis meses de trabalho. É por esta razão que cada um de nós tem a responsabilidade de alertar a opinião pública. Onde haja uma reunião interessada em saber o que se faz nesta Casa, cada um de nós tem a responsabilidade de chamar a atenção para esta campanha e mostrar que, se porventura este texto não prestasse, a

TV-Globo, a TV-Manchete, os grande jornais e as grandes rádios deste País não estariam, todos eles em cadeia, tentando demolir o trabalho que foi fruto, aqui, nesta Casa, de uma bravura cívica da maior parte dos Constituintes, que, pela primeira vez, se abriram as portas de uma Constituinte para que o povo brasileiro, através de todos os seus segmentos sociais pudesse vir aqui prestar a sua colaboração e a sua opinião.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é oportuno, inclusive, que a Presidência desta Casa, que tem a responsabilidade de zelar pelo bom nome da Assembléia Nacional Constituinte e que tem a obrigação de mostrar à opinião pública o que se faz nesta Casa, é importante que a Presidência desta Casa use daqueles horários que são colocados à disposição da Assembléia Nacional Constituinte para que cada um de nós possa mostrar à opinião pública que, se esse texto é combatido, ele é pelo que contém de bom, traz no seu bojo direitos de estabilidade para a classe trabalhadora, porque traz no seu bojo a redução do horário de trabalho, porque contém alguns preceitos que limitam, inclusive, a voracidade do capital multinacional sobre as riquezas brasileiras.

Termino, Sr. Presidente, defendendo, em nome da Liderança do PMDB, o trabalho que aqui foi feito, e chamando a atenção da opinião pública brasileira para que ela se aperceba de que se quer demolir nesse texto não o que foi escrito, mas a própria representação popular que tem assento na Assembléia Nacional Constituinte.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Maurílio Ferreira Lima, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Direção Nacional do Partido Democrata Cristão e a sua Bancada na Assembléia Nacional Constituinte manifestam a sua preocupação em decorrência da grave situação econômica do País, que afeta grandemente as camadas mais baixas da população, as mais humildes, particularmente, Sr Presidente, no que diz respeito à crise habitacional e também à crise no meio rural, pela falta de terra para milhões de agricultores que ficam de um para outro canto do País, sem encontrar guarda, sem encontrar amparo e apoio para conseguir um pedaço de terra, a fim de dar sustento à sua família.

Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão exige do Governo dois programas importantíssimos e urgentes para sua execução, qual seja, o que trará solução para o problema habitacional. O Brasil está com o Sistema Financeiro de Habitação praticamente paralisado, sem fazer novos financiamentos para permitir a construção de casas populares. As invasões de terrenos e de prédios, públicos ou não, neste País, é um drama que vai envolvendo milhões de pessoas e fazendo crescer a violência. Precisaríamos construir um milhão e

meio de casas populares nas mais diversas cidades brasileiras, a fim de debelar um pouco a crise, que já vai levando o País a um ponto insuportável. Estamos prestes à desestabilização, em razão da violência que gera nesse setor, de todas as instituições brasileiras.

Crise do mesmo nível, altamente preocupante e já insuportável, envolve os sem-terra deste País, que estão a invadir propriedades, não sem justificadas razões, porque o Governo não organiza as terras de que dispõe, imensas áreas em todos os Estados da Federação, particularmente na Amazônia, onde as terras fertilíssimas estão livres e totalmente isoladas, sem um programa de colonização que possa abrigar essas famílias, que se deslocam de um para outro canto da Nação, em busca de um pedaço de terra para trabalhar.

Assim, Sr. Presidente, gostaríamos também que o Governo levasse a efeito, de forma imediata, um programa mínimo para assentamento de um milhão de famílias, a fim de que pudéssemos ocupar as áreas isoladas da Amazônia que, integradas, seriam capazes de abrigar, com vantagens, essas famílias e pacificar o meio rural brasileiro.

O meio urbano precisa ser pacificado com a construção imediata de um milhão e meio de casas populares e o meio rural brasileiro precisa ser pacificado com o assentamento de um milhão de famílias.

Não adianta estar fazendo Ferrovias do Aço, Programas Nucleares, dando apoio a esses elefantes brancos que existem pelo País afora. Vamos largar o Programa de Energia Nuclear, que já está em oito bilhões de dólares, vamos largar essas grandes obras faraônicas, que têm o objetivo único de alimentar a vaidade de certos governantes, e vamos cuidar do problema social do povo brasileiro.

Vamos sair dessas querelas políticas, desse jogo de ambições e vamos trabalhar para o povo, implantando moradias e entregando terras para os sem-terra deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

A SR. BETH AZIZE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. BETH AZIZE (PSB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Por dever de ofício e por força da representatividade que me foi outorgada pelo povo do Estado do Amazonas, utilizo o espaço de Comunicação de Liderança do Partido Socialista Brasileiro para denunciar à Nação o clima de terror e de violência que hoje toma conta do povo amazonense.

A polícia da Nova República, que é a polícia do PMDB do Amazonas e do Governador do Amazonas, está adquirindo o hábito de usar todo o seu arsenal de força para bater e violentar os trabalhadores brasileiros.

Ontem, os motoristas de transporte coletivo da cidade de Manaus entraram em greve por justos salários, em razão de não terem usufruído o gatilho salarial antes da decretação do Plano Bresser.

O sistema coletivo da cidade de Manaus parou de funcionar a partir de zero hora de segunda-feira. Em razão disso, Srs. Constituintes, a Polícia Militar do Estado do Amazonas, que tem como chefe o Governador do Estado, por força constitucional, invadiu o Sindicato dos Motoristas e saiu distribuindo bala a três por dois. Como consequência, sete pessoas foram feridas à bala e estão em estado grave. Foram presos 35 sindicalistas e o clima de terror e de violência tomou conta da cidade de Manaus. A população continua sem transporte coletivo e os motoristas de transporte coletivo não têm mais como negociar com o Governo do Estado as suas questões salariais.

Não entendo como é que lutamos tanto, passamos 20 e tantos anos denunciando a arbitrariedade da polícia da Velha República e este País continua utilizando os mesmos métodos, usando a Lei de Segurança Nacional contra os trabalhadores e já há, inclusive, declaração da autoridade maior do Estado do Amazonas, do Secretário de Segurança, para dizer que será aplicada a Lei de Segurança Nacional contra os trabalhadores de transporte coletivo do Estado do Amazonas. Sinceramente, já não dá mais nem ânimo prosseguir nessa tarefa de elaborar a nova Constituição do País, quando se vê que o Governo da Nova República não abdica em nada dos métodos arbitrários que o PMDB e o povo brasileiro, ao seu lado, condenava no passado.

Sr. Presidente Ulysses Guimarães, V. Ex.^a assume amanhã a Presidência da República, formulo um apelo, em nome do povo brasileiro, das mulheres brasileiras: que V. Ex.^a revogue a Lei de Segurança Nacional, (Palmas.), que está sendo aplicada contra os trabalhadores deste País. Peço isso porque tenho certeza, Presidente Ulysses Guimarães, de que V. Ex.^a resgataria, com esse gesto, todo o infôrmio da Nova República e todo o mal que este regime vem causando ao povo brasileiro. (Muito bem!)

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência dá a palavra a V. Ex.^a, para uma questão de ordem.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS, Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fazendo coro à justa indignação do Parlamento brasileiro e amparado no dispositivo regimental, definido no art 5º, item XVIII, que diz textualmente:

"São atribuições do Presidente: zelar pelo prestígio e o decoro da Assembléa Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus Membros em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito às suas prerrogativas."

Requeiro de V. Ex.^a providências urgentes e imediatas para que seja interpelado, judicialmente, o Sr. Ronaldo Caiado, Presidente da UDR, que, em entrevista ao *Jornal de Brasília*, do dia 12 do corrente mês, domingo último, entre outras agressões, entre outras infâmias, calúnias e insultos, declarou que nossos políticos são oportunistas e corruptos. Ao acusador cabe o ônus da prova.

V. Ex.^a, como eu e como todos os 559 Constituintes, foi acusado de corrupto. Não acredito,

a Nação não crê que V. Ex.^a seja corrupto. V. Ex.^a, como Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, não pode concordar que um irresponsável, um moleque perfumado, representante do latifúndio, venha produzir declarações tão insultuosas, tão infamantes, contra a dignidade da Assembléa Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, estou certo de que V. Ex.^a, para honrar, uma vez mais, a dignidade deste Parlamento, interpelará judicialmente o Sr. Ronaldo Caiado, para que prove o que afirmou ao *Jornal de Brasília*.

Por último, Sr. Presidente, fora da questão de ordem, reitero o apelo feito pela Constituinte Beth Azize, para que V. Ex.^a como o Presidente da República em exercício, não só revogue a Lei de Segurança Nacional como também determine a libertação dos dois presos, Danilo Groff e Maurício Pencak. Assim, V. Ex.^a entrará para a história, pela porta da frente, e não só será o "Sr. Diretas", mas, quem sabe, o "Sr. Democracia".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Amaury Müller, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, nos termos do art. 93, inciso VII, peço a palavra a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Antes de conceder a palavra ao nobre Constituinte Luiz Salomão, regimentalmente, registro que o Presidente Ulysses Guimarães deixa, neste momento, a Presidência e, nos próximos três dias, assumirá a Presidência da República, o que é motivo de orgulho e de satisfação para todos os Constituintes.

Os nossos cumprimentos ao Deputado Constituinte, Presidente Ulysses Guimarães.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, o Dr. Ulysses deixa a Presidência sem contestar a minha questão de ordem. Gostaria de ouvir de S. Ex.^a uma resposta; ao pedido que fiz, que é mais do que uma resposta; é um dever do Presidente da Assembléa Nacional Constituinte exigir do Sr. Ronaldo Caiado que prove as afirmações improcedentes, injustas, caluniosas que fez, não a mim, não ao Presidente, mas a toda Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – O Presidente já solicitou cópia taquigráfica da manifestação de V. Ex.^a, para tomar as medidas cabíveis.

Concede a palavra ao Constituinte Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Encontrava-me preparando as emendas para o projeto da Comissão de Sistematização, quando, mais uma vez, os alto-falantes da Casa começaram a tocar essa ladinha que já se vem tornando desagradável aos ouvidos de todos os Constituintes, representantes responsáveis do povo brasileiro, que estão preocupados com o dever de elaborar uma nova Constituição para este País.

Porém, mais uma vez, o Constituinte Amaral Netto me atacou com xingamentos, que marcam o seu discurso vazio de idéias.

Eu gostaria de dizer que hoje, felizmente, S. Ex.^a está presente nesta Casa. Não fez como das outras vezes, que atacou, como uma cobra venenosa, e se retirou para seu gabinete, infumando-se na sua cova.

Hoje, S. Ex.^a está aqui, para que eu possa dizer, nas suas bochechas flácidas, que o Constituinte Amaral Netto nada tem a ver comigo. Apenas reproduzi, aqui no Plenário, como era de meu dever de Constituinte responsável, Representante do povo do Rio de Janeiro, a denúncia formulada pela revista **Executive Intelligence Review**, já tão citada aqui, sobre o seu envolvimento e de outros Constituintes que se têm comportado de acordo com os interesses do grande latifúndio, do capital estrangeiro, contrários aos interesses da maioria do povo brasileiro, e que estariam articulados pela **National Endowment for Democracy** (Fundação Nacional para a Democracia), pelo **Center for International Enterprise** e por outras entidades que vêm sendo mencionadas, até mesmo pelo Coronel Oliver North no seu depoimento perante o Senado norte-americano.

O Constituinte Amaral Netto, com a sua habilidade, com a sua experiência de repórter político da imprensa marrom do Rio de Janeiro, torceu as minhas palavras, transformou-as em uma calúnia, que não fiz, e as notas taquigráficas dos Anais desta Casa estão aí para demonstrar, porque eu nunca disse que S. Ex.^a levou dinheiro dos americanos. Isto eu não disse, ainda que possa haver uma interrogação na cabeça de outras pessoas, mas eu aqui não disse isto. De modo que não cometí qualquer calúnia.

O Constituinte Amaral Netto tem uma larga experiência de processos contra a imprensa; ele próprio já foi processado pelas calúnias que a revista Maquis, na década de 60, propalava neste País. De modo que S. Ex.^a deve saber muito bem o roteiro a seguir. Já dei o nome da revista, os endereços, o editor-chefe, o nome do repórter, etc. De modo que não faz qualquer sentido o Constituinte Amaral Netto vir aqui me xingar. Não vou levar isto em consideração, não me vou rebaixar ao nível dos xingamentos, porque não é isso que o povo brasileiro quer, não é isso que o povo brasileiro espera de nós; quero é debater com o Constituinte Amaral Netto a questão da reforma agrária, a questão dos direitos da mulher, a questão do capital estrangeiro e quero ver qual a sua posição sobre isso. (Palmas.)

Sr. Presidente, espero não continuar a dar combustível ao Constituinte Amaral Netto para que S. Ex.^a aqui apareça, para que seja vaiado pelas galerias, como foi e gosta de ser, porque sua preocupação é de aparecer. Minha preocupação, como a da maioria dos Constituintes desta Casa, é trabalhar para, entregar ao nosso povo uma Constituinte que tire o País dessa transição interminável e ofereça institutos adequados para que tenhamos uma vida democrática, para que resgatemos a soberania nacional, enfim, para que o nosso povo se liberte desta noite negra de 24 anos, porque são 22 de ditadura, mais dois da chamada Nova República, período este que teve no Constituinte Amaral Netto, um dos seus baluartes, um dos seus colaboradores, um daqueles

que estiveram aí sempre a respaldar a ditadura militar.

Era isto que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra, baseado no mesmo artigo do Regimento, pois, por ter sido citado pessoalmente, preciso dizer algumas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem V. Ex.^a palavra.

O Sr. Haroldo Lima: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Já concedi a palavra ao nobre Constituinte, e, em seguida...

O Sr. Haroldo Lima: – Queria saber de V. Ex.^a em que condição o Deputado Amaral Netto vai falar. O Deputado Luiz Salomão falou porque foi citado por S. Ex.^a Agora, S. Ex.^a vai falar, porque foi citado pelo Deputado Luiz Salomão e se S. Ex.^a de novo citar o Deputado Luiz Salomão, vamos ter condições de encaminhar nosso requerimento?

Não tenho nada a que o Deputado Amaral Netto sustente a sua polêmica e a leve até o fim. Só queria que o Regimento fosse respeitado, porque estou aqui esperando para encaminhar um requerimento e sei que outros também Constituintes estão em situação idêntica.

Entendo que S. Ex.^a falou, usou do seu direito. O Constituinte Salomão também usou do seu direito regimental e as questões estão postas nestes termos. Gostaria que V. Ex.^a as levasse em conta.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Respeitando o Regimento, concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETO (PDS – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Repto que vaias e aplausos mostram bem a platéia; não preciso explicar mais nada.

Vou dizer apenas, e vou tentar acabar com isso, que há um estelionato, Sr. Presidente. Acusaram-se pessoas, e vejamos a contradição: o nobre Líder do PDT, Amaury Müller, tomou o microfone ali e pediu à Mesa que processe o Sr. Ronaldo Caiado, e tem todo o direito e razão, por insultos feitos à esta Casa, chamando de corruptos os parlamentares em geral.

A minha condição é a de tentar restabelecer a decência dentro desta Casa, porque não fui eu, foram vários Constituintes atingidos. E ao mesmo tempo provei o quê? Que isto que aqui está mandado pelo deputado acusador para todos os gabinetes nada tem a ver com a acusação que S. Ex.^a fez originalmente. S. Ex.^a se baseou num documento apócrifo, que não é de revista nenhuma; é de um jornalista que S. Ex.^a diz ser um correspondente estrangeiro que lhe entregou. E o que S. Ex.^a enviou aos gabinetes é um artigo de uma jornalista chamada Silvia Palacios, que repete os nomes, o meu e de mais dois representantes, que não figuram na lista do jornal citado, que é o **Jornal do Brasil**.

Veja V. Ex.^a que é simples de entender. Estou exigindo da Mesa, o Deputado Amaury Müller também, é que não se permita que a calúnia,

ou o caluniado permaneça sem punição, uma vez que seja ou não provada a ofensa. Mais nada além do que isto. Além do mais, já estou cansado de esperar e não quero mais ocupar este microfone, para que o Constituinte Haroldo Lima e outros Constituintes não percam o seu tempo.

Muito calmamente, na defesa desta posição, tanto quanto o Constituinte Amaury Müller que pediu ao Presidente desta Casa tome providência, exijo esta providência, porque o meu nome foi atassalhado por quem não tem condições morais para fazê-lo. (Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):

VI – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo. Apresenta proposição o Sr. Constituinte:

HAROLDO LIMA: – Requerimento de informações à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte sobre a participação do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra na passeata realizada pela UDR nesta Capital, conforme matéria veiculada na edição de 12 de julho último, do **Jornal de Brasília**.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): –

VII – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra a Sr.^a Constituinte Lúcia Braga.

A SRA. LÚCIA BRAGA (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Sr. Constituintes:

Quando a ONU afirma que o nosso déficit habitacional situa-se em torno de 10 milhões de unidades, significa que mais de 30% de nossa população encontra-se ao desabrigado. Isto sem contar aquela parcela significativa do povo brasileiro que habita casebres sem um mínimo de conforto e vê fugir a cada dia a esperança de possuir uma moradia digna, com um mínimo de condições de higiene de apoio sanitário, em localidade urbanizada. Some-se esta parcela àquela e teremos um número realmente assustador, inquietante.

Preocupa-me sobremodo este problema porque o vivenciei em toda a sua dimensão quando dirigi a Fundação Social do Trabalho – Funsat, no Governo Wilson Braga, na Paraíba. Vi a miséria de perto, contei-me as carências mais agudas, convivi com as angústias dos menos afortunados, das chamadas classes de baixa renda, e, principalmente, daqueles sem renda.

Meninos com doenças venéreas logo após a primeira infância meninas saídas do pediatra para o ginecologista, para citar o poeta Mauro Mota; prostitutas de dez anos e até menos!

E isto tudo porque o sistema de governo praticado neste País é o capitalismo mais selvagem de que se tem notícia. Garroteia o homem produtivo impondo-lhe salários mesquinhos e aniquila impiedosamente os dependentes, aqueles que não constituem ainda força de trabalho ou que já não o são: as crianças e os idosos.

Vejam-se as aposentadorias, as pensões! Elas emolduram um quadro de misérias. Que pode fazer um trabalhador com a quantia ínfima de 90% de um salário mínimo, quando atingiu 60 anos de trabalho árduo, exaustivo, uma vida de explorado permanente, já suas forças exauridas? Esperar a morte pura e simplesmente: que se lhe concedeu a longevidade para atingir a aposen-

tadora não será tão pródiga por muito tempo ainda, pois a média de vida no campo não está muito acima dos 30 anos.

E neste quadro, emoldurado por tantas misérias, à mulher persegue maior carga de desgraças. Desde as limitações de infância, às frustrações da juventude, à experiência da dona-de-casa. Uma jornada de aflições. Pesam-lhe sobre os ombros ainda tenros responsabilidades muito além de suas forças, de sua idade. No meio rural troca a boneca pela enxada. Na cidade prostitui-se aos dez anos. Se conseguir formar um lar, constituir uma família será o esteio da casa, aquela que trabalha fora para ajudar no sustento dos filhos e ainda não tem repouso em casa. A essas cancelas somam-se os choques emocionais, juntam-se as frustrações do marido, limitado por baixos salários, as inquietações com o futuro dos filhos, além das da própria sobrevivência miserável.

As cores cinzas deste quadro não precisam de outros matizes. Chegam-nos ao vídeo com toda a crueldade nos despejos de invasões verificados no Distrito Federal, no desespero de homens e mulheres que só têm o choro, que já não podem evitar, disfarçar, conter, com os trastes no meio da rua. Espoliados nas suas esperanças, desgraçados, miseráveis, na terra da promissão de Dom Bosco, que anteviu aqui, neste Planalto, emanar "leite e mel".

Preocupa-me a sorte dos sem teto. Inquieta-me o sofrimento do povo. Vejo o desespero das massas que guardam ódios contra os poderosos do dia e podem eclodir em confronto de proporções imprevistas.

A falta de moradia é a principal fonte de angústias do povo brasileiro. A ela juntam-se o desemprego, a falta de escola e de assistência médica e odontológica, para completar um rosário de males, que o homem das classes de baixa renda desfia em penitência infundável.

O Sr. João Agripino: – V Ex.^a me permite um aparte?

A SRA. LÚCIA BRAGA: – Está concedido o aparte.

O Sr. João Agripino: – Ouço, com satisfação, o pronunciamento de V. Ex.^a, pelas idéias que contém no campo da política social, sobretudo dirigida aos menos favorecidos. V. Ex.^a falou que o sistema de Governo, o sistema adotado pelo Brasil, é um sistema perverso, que é o capitalismo. Gostaria de saber de V. Ex.^a qual seria o sistema ideal para o Brasil?

A SR.^a LÚCIA BRAGA: – Pergunto ao nobre Constituinte se este sistema o satisfaz.

O Sr. João Agripino: – A mim, não.

A SRA. LÚCIA BRAGA: – Se o nobre Constituinte tem também uma angústia pelo social, se deseja que possamos elaborar uma Constituição que reformule, que traga uma prática social democrática, uma democracia social, onde as desigualdades sejam dirimidas, creio respondi a V. Ex.^a. Entendo que V. Ex.^a deve comungar deste pensamento, que deve ser o pensamento de todos nós Constituintes.

O Sr. João Agripino: – Competemos a meu ver, nobre Constituinte Lúcia Braga, é sair do texto, do papel para a prática. E só conseguiremos sair do texto, do papel para a prática, se expressarmos

à Nação inteira, ao Brasil inteiro, que sistema de governo ou que sistema se deve adotar no Brasil para acabar com este quadro que V. Ex.^a pinta no seu discurso.

A SRA. LÚCIA BRAGA: – Já respondi a V. Ex.^a. O socialismo democrático, onde as desigualdades não existem, um sistema onde não existam opressores e oprimidos.

Está satisfeito?

O Sr. João Agripino: – Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA BRAGA: – Então, posso continuar.

A revista *Veja*, em sua edição de 10 de junho, publica reportagem intitulada "Casa em Desordem", sobre o problema da locação de imóveis. Assinala que na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, uma casa chega a custar Cz\$ 6.000,00, ou seja, mais de três salários mínimos! No Recife, os aluguéis, depois do descongelamento do Plano Cruzado, aumentaram em 700%. Em João Pessoa, constatei aumentos nos aluguéis de até 1.000%. Em São Paulo, o número de despejos cresceu cinco vezes nos últimos dois anos.

A declaração dos financiamentos para a aquisição da casa própria a partir de 1985, agravou substancialmente o problema, porque reduziu a oferta de novos imóveis, enquanto a demanda continuou crescente, ininterrupta. O mercado que já estava desequilibrado com o déficit habitacional quase insuportável, tornou-se ainda mais confuso. E a moradia mais distante do povo.

O setor imobiliário considera demagógicas as soluções oferecidas pelo Governo ao problema habitacional e, como lembra Maria Eliza Jardim Barbosa, Líder do Movimento Permanente dos Inquilinos Intranquilos, "o Presidente Sarney apresentou como meta a construção de 3,5 milhões de residências para as faixas de baixa renda – e, até agora, nada". Conseguiu-se um milagre:

"Proprietários e inquilinos amaldiçoam o Governo."

Evidentemente, estabeleceu-se o primado à insensatez com as intervenções governamentais no setor imobiliário. Nação há memória de tamanha desordem em nosso país na área habitacional, nem clima de tanta perplexidade por parte dos locatários e locadores.

Não fora o tom solene da "conversa ao pé do rário" dir-se-ia que o Presidente Sarney faz piada com a miséria alheia, brinca com o sofrimento do povo, ao declarar ter o mesmo nível de preocupação com o abrigo de sua família que um brasileiro da classe média

Essa declaração contradita com medidas adotadas pelo seu governo no setor habitacional, haja vista a resolução do Banco Central, que reduziu o prazo do financiamento de 25 para 15 anos e o percentual do comprometimento da renda familiar de 35% para 25%.

A revolta fez-se geral em todos os segmentos da sociedade brasileira, por sentir os seus efeitos danosos e tendentes a agravar o problema habitacional, chamei a atenção do Governo para a inconveniência da referida resolução e os seus reflexos sobre vasta camada de nossa população, notadamente a classe média que sonha com a casa própria, em pronunciamento nessa Casa.

A minha nobre colega e Constituinte Maria de Lourdes Abadia fez também, pronunciamento sobre este assunto.

Felizmente, o Governo reconheceu o seu desacerto e reviu a medida, adotando novas regras para reativar o Sistema Financeiro de Habitação.

O Novo Plano do Governo, lançado a 3 de junho, limita o financiamento da casa própria, com recursos do FGTS, a 2.500 OTN (Cz\$ 625.000,00 – pela OTN de abril) e até 5.000 OTN através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), em que o adquirente é obrigado a fazer uma poupança vinculada no prazo mínimo de 36 meses, do valor correspondente a 30% do total do financiamento pretendido.

O prazo do financiamento também varia de 15 a 25 anos na razão inversa de seu valor. Até 530 OTN o financiamento é no prazo máximo – 25 anos. Já o prazo mínimo contempla os financiamentos situados entre 3.500 a 5.000 OTN.

A Sr^a Maria de Lourdes Abadia: – Permite V. Ex.^a um aparte?

A SRA. LÚCIA BRAGA: – Pois não, nobre Constituinte.

A Sr Marta de Lourdes Abadia: – Nobre Constituinte Lúcia Braga, parabenizo V. Ex.^a por este relato, e acredito que ele se fundamenta na sua experiência vivida como Secretária de Estado, que também viu de perto e conviveu com os problemas de marginalidade social que hoje assolam o nosso País. Parabenizo V. Ex.^a por este pronunciamento, e, neste aparte, lembro que Brasília não é apenas este cartão-postal bonito que é distribuído pelo Brasil todo e pelo mundo, com esta beleza, esta leveza arquitetônica que todos conhecemos. Brasília, hoje, já conta com 49 favelas, uma vida precaríssima que 75% da população que vive nas cidades satélites está enfrentando, com a falta de moradia, com o problema de emprego, com o problema de transporte de massas e, principalmente, com a violência que cresce dia a dia no Distrito Federal. Principalmente nós, mulheres, que profissionalmente já exercemos esta função de dirigir organizações e instituições sociais, temos o dever de consciência e a obrigação de usar este Plenário, esta tribuna, para denunciar essas injustiças. Não acredito possamos consolidar a nossa democracia com um trabalhador ganhando, bruto, hum mil e novecentos cruzados para viver 30 dias.

A SRA. LÚCIA BRAGA: – Agradeço à nobre colega, que, com o seu aparte, enriqueceu o nosso pronunciamento, embasada na sua experiência de trabalhadora social no Distrito Federal.

Sr. Presidente, dispenso-me de análise mais demorada sobre o novo plano de financiamento de moradias através do Sistema Financeiro de Habitação, por desejar, sinceramente, o seu sucesso para minorar as dificuldades daquela parcela significativa da população brasileira que luta para conseguir casa própria.

Mas salta aos olhos que as medidas agora adotadas não pretendem a solução do problema habitacional ou sequer amenizá-lo significativamente. Mesmo porque o novo plano do Governo está distanciado da realidade nacional, quando pretende que um trabalhador com renda familiar de um salário mínimo possa comprometer parte dessa insignificância na aquisição da casa própria. Basta lembrar, a propósito, a deteriorização crescente do salário mínimo como referência de ren-

da. Sabemos que o salário mínimo atual é um dos mais baixos de toda a sua história. Há vinte anos atrás o salário mínimo equivalia a cem dólares. Hoje corresponde a apenas 43 dólares. Como adquirir a casa própria se a renda não é suficiente sequer para comprar alimentos indispensáveis à sobrevivência!

E é exatamente nas camadas de baixa renda onde o déficit habitacional ganha maiores proporções!

Gera-se, assim, o impasse. E o problema aguça-se. Há financiamento, mas não há renda com ele compatível.

É a contradição da demagogia pelo visto, não deseja o Governo verdadeiramente reduzir o nosso déficit habitacional, mas apenas aquecer um pouco o setor da construção civil e gerar algumas esperanças para a classe média.

E as camadas de baixa renda, como ficam?

Como sempre: à margem das decisões governamentais.

A última medida adotada pelo Governo não vem atender às populações de baixa renda. Através do Decreto-Lei nº 94.548, de julho deste ano, 45% dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação terão suas prestações reajustadas acima da inflação. Quem não fez opção pela equivalência salarial terá os reajustes das prestações da casa própria definidos pela variação da unidade padrão de capital (UPC), agora reintroduzida no SFH para substituir as Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), ou pelo salário mínimo.

A medida objetiva evitar que ao final dos contratos haja resíduo, que é absorvido pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Entre outros inconvenientes incorporados ao Setor pelo Decreto Presidencial está a dificuldade de aquisição de imóvel já financiado pelo SFH, pois os saldos devedores serão corrigidos trimestralmente, acima da inflação, ou seja, com reajustes dados mensalmente à caderneta de poupança, tirados do IPC mais 5 por cento das variações das Letras do Banco Central (LBC), a que for maior no mês.

Por outro lado, aqueles contratos atrelados ao salário mínimo deverão sofrer reajuste muito acima dos demais, pois o Governo pretende corrigir a defasagem verificada no padrão menor de pagamento salarial do País, elevando-o significativamente.

Penitenciam-se, assim, mais uma vez, aqueles que ainda acreditam poder adquirir casa própria através do SFH.

Agiria melhor o Governo se ao lado das providências contidas no seu novo plano de financiamento da casa própria, destinasse recursos para construção, em larga escala, de habitações populares em regime de mutirão.

A experiência por nós vivenciada, permite-nos recomendar a medida como a mais adequada para solução do problema da moradia para as populações de baixa renda.

À frente da Fundação Social do Trabalho – FUNSAT – durante o Governo Wilson Braga, na Paralisa, tivemos oportunidade de desenvolver trabalho neste campo e aferir resultados altamente positivos.

O Governo Wilson Braga preocupou-se seriamente com esse problema e, visando a cumprir os compromissos assumidos na sua campanha, criou a Fundação Social do Trabalho – FUNSAT,

para coordenar e sistematizar a política de ação social do Governo.

A partir do momento em que assumimos a presidência da FUNSAT a 18 de março de 1983, direcionamos o nosso trabalho junto às periferias carentes, dentro de três linhas básicas – humanização de áreas periféricas, melhoria de ocupação e renda e desenvolvimento comunitário, com base numa filosofia participativa.

Todos os projetos da FUNSAT nasceram de reivindicações comunitárias. E os comunitários atuaram em todas as fases do trabalho – desde o início do planejamento até a execução.

O trabalho de humanização das áreas periféricas dos centros urbanos teve como primeira etapa os mutirões habitacionais, cujo primeiro foi o projeto mutirão de Bayeux.

Foram construídas pelos comunitários de Bayeux 2.702 casas durante o período de um ano.

Inicialmente, fomos procurados por pessoas sem casas que invadiam áreas urbanas ociosas e promovemos amplo debate com essas lideranças, que nos solicitaram a doação de um terreno do Governo, de 85 hectares, para a construção de casas pelo sistema de mutirão. Muitas dessas pessoas moravam em barracos alugados em áreas adjacentes ao referido terreno.

Ficou decidido que as famílias participariam do projeto com a sua força de trabalho e o Governo daria apoio técnico, material de construção e o lote. A unidade habitacional sairia a custo zero.

Partimos para um planejamento participativo, desenvolvendo-se um trabalho conjunto, envolvendo os futuros mutirantes, os trabalhadores amigos, parentes ou não dos comunitários e as equipes físico-urbanista e social do projeto. Visava-se captar, através de visitas domiciliares e reuniões com as pessoas interessadas, os seus anseios, que se transformaram nos objetivos do projeto.

Numa segunda etapa foi realizado o levantamento sócio-econômico das pessoas cadastradas e da força de trabalho por elas representada.

Nesta etapa, pretendeu-se identificar a população ativa, bem como o trabalhador amigo, o qual se dispunha a colaborar com a sua mão-de-obra no trabalho programado.

Por iniciativa própria os comunitários se organizaram através das lideranças, numa equipe de apoio, o que muito facilitou a implementação do trabalho.

Em colaboração com a LBA e o Projeto Operário do BNH, houve o treinamento da força de trabalho visando uma melhor qualificação da mão-de-obra, o que também capacitaria os comunitários treinados a um engajamento futuro no mercado formal de trabalho como pedreiros, mestres de obra, serventes, marceneiros etc.

Paralelamente, organizaram-se a formação dos grupos de vizinhança pelas equipes técnicas e pelo grupo de apoio comunitário, visando integrar as famílias na nova vida comunitária.

No início da construção o maior problema das famílias foi a presença das crianças no canteiro de obra.

Como os adultos e adolescentes trabalhavam, não havia onde deixar as crianças. Construíram então uma creche comunitária improvisada, com

cobertura de palha. As mulheres se revezavam entre a construção e a guarda das crianças, com a supervisão das assistentes sociais do projeto.

Uma cozinha comunitária foi construída nos mesmos moldes – estacas de madeira, cobertura de palha. O fogão era à lenha. As mulheres se revezavam na cozinha, pagando dessa forma, assim como as que trabalhavam na creche, as suas horas de trabalho.

O material de construção foi conseguido, de início, através de doações. Levantamos campanhas junto às firmas construtoras e outras pessoas da sociedade de João Pessoa.

Depois de apresentado um projeto ao BNH, com a ida de vários técnicos desse órgão à Paraíba, tivemos aprovado nosso projeto e o material de construção passou a ser financiado pelo PROMORAR-BNH, até 32 UPC, com a prestação cobrada pelo benefício fiscal do Ministério da Fazenda (Decreto-Lei nº 358, de 1974, do Governo Federal).

A urbanização do lote, num montante de 40 UPC, foi coberta pelo Governo do Estado, que também arcou com o custo de infra-estrutura da área e dos equipamentos comunitários (escola, creche, posto de saúde, mercado, centro comunitário, posto policial, central de produção, onde foram desenvolvidas, depois, as atividades dos grupos de produção).

Vale ressaltar que no início do trabalho o valor da UPC era de Cr\$ 3.588,63 e no final Cr\$ 13.254,67.

O mutirão de Bayeux, nos moldes em que foi realizado, constituiu-se numa experiência inovadora e gratificante em termos de Nordeste e de Brasil. Serviu de modelo ao BNH para a criação do Projeto João de Barro.

Técnicos do BNH visitaram a FUNSAT. O seu Presidente na época, o Dr. João Mata, ali esteve várias vezes e mostrou-se empolgado com a experiência e com o baixo custo das habitações construídas.

O mutirão de Bayeux, nossa experiência piloto na área de habitação, baseou-se em dois pontos básicos:

a) emprego de horas de trabalho por unidade habitacional – 780 horas/família.

b) anotação das horas realizadas por tarefas cumpridas, segundo um plano de pagamento de horas/tarefa, distribuindo as horas pelas diversas etapas de construção. (Ver Anexo I.)

Os técnicos de engenharia entregavam semanalmente aos mutirantes os bônus-serviço, onde eram anotadas as horas, os mutirantes, por sua vez, faziam espontaneamente as suas anotações e as conferiam semanalmente. (Ver Anexo II.)

Cumpre assinalar que para o êxito do Projeto, ao lado do esforço dos engenheiros e técnicos de engenharia e das assistentes sociais, psicólogos e sociólogos, foi fundamental a participação das famílias envolvidas, sendo que as mulheres contribuíram com 80% da força de trabalho.

Em função dessa constatação, a Funsat estabeleceu, como norma, a titulação de posse em todos os seus projetos habitacionais em nome da mulher, pelo seu maior interesse na aquisição e manutenção da propriedade e na guarda dos filhos, o que foi significativo como estímulo para que as casas não fossem vendidas, já que a maioria das pessoas não eram casadas civilmente.

Depois do mutirão de Bayeux, e simultânea a ele, outros mutirões foram realizados pela Funsat no Governo Wilson Braga.

Trinta a trés favelas da grande João Pessoa foram beneficiadas com projetos de mutirão, infra-estrutura física, esgoto, água, luz regularização fundiária e equipamentos comunitários.

Foram elas:

- 1) Bayeux (Mutirão)
 - 2) Projeto Taipa (mutirão de 300 casas feitas de taipa, com revestimento de alvenaria)
 - 3) Favela Beira Rio (hoje Bairro São José)
 - 4) Favela Ernani Satyro
 - 5) Favela Gauchinha
 - 6) Favela Vila da Palha (hoje Vila da Paz)
 - 7) Favela do Baleado
 - 8) Favela Bom Samaritano
 - 9) Favela Ninho da Perua
 - 10) Favela Vila Japonesa
 - 11) Renascer I
 - 12) Renascer II (conjunto habitacional com a erradicação das favelas vizinhas à área – favela do Amém, Radional e Cachorro Assado)
 - 13) Favela dos Ipês
 - 14) Grotão
 - 15) Baixo Roger
 - 16) Barreira do Cabo Branco
 - 17) Porto do Moinho
 - 18) Cidade Padre Zé
 - 19) Favela São Rafael
 - 20) Favela Amém
 - 21) Favela da Matinha
 - 22) Saturnino de Brito
 - 23) Mandaracu
 - 24) Favela Jacaré
 - 25) Projeto Taipa
 - 26) Timbó
 - 27) Beira Molhada (Marés)
 - 28) Porto João Tota
 - 29) Livramento
 - 30) Porto da Oficina
 - 31) Pitimbu
 - 32) Salina Ribamar
 - 33) São Lourenço.

Vale acentuar que, na maioria dos casos, foram respeitados os assentamentos originários, só havendo erradicação de favelas para áreas próximas quando as referidas favelas não tinham condições de receber o beneficiamento no assentamento de origem, o que significou o pleno respeito às necessidades dos moradores, como por exemplo a proximidade dos seus locais de trabalho.

Além de Bayeux, já referida neste trabalho; esse programa foi interiorizado. Campina Grande, Souza, Guarabira, Olho d'Água, Itaporanga, Católe do Rocha, Mulungu, Conceição foram cidades beneficiadas com projetos mutirão.

Construíram-se assim 10.500 unidades habitacionais através da Funest no Governo Wilson Braga.

Esse trabalho, no entanto, cairia no vazio se não tivesse a embasá-lo as outras linhas de atuação da Funsat – melhoria de ocupação e renda e desenvolvimento comunitário.

Organizamos nas comunidades beneficiadas em João Pessoa e no interior, hortas comunitárias, aviários, fabriquetas de doces, fábricas e oficinas-escola de marcenaria (Projeto São José), fábricas de confecções, Fabricas de redes de dormir, de redes de pescar etc., sob a forma de cooperativas comunitárias, no sentido de fixar os moradores nas comunidades, gerando renda familiar.

O Propene – Programa de Apoio aos Pequenos Negócios, do Estado da Paraíba muito ajudou na fixação das famílias às áreas, promovendo a geração de emprego e renda, ao lado dos grupos de produção.

Esse programa foi viabilizado a partir da arrecadação da taxa de 1,6% das despesas do Estado.

O montante arrecadado era aplicado no apoio às indústrias de quintais, pequeno comércio e serviços diversos. E a clientela, é óbvio, era a mesma da Funsat. A operacionalização dos empréstimos era feita através do Paraiban.

A linha de desenvolvimento comunitário – terceira etapa do nosso programa – significou o apoio prestado pela Funsat às ações associativas das comunidades, o incentivo às reivindicações das associações comunitárias, à criação da Federação das Favelas do Estado da Paraíba – Fefap,

a ajuda prestada às iniciativas das associações, como círculos de estudos, seminários, encaminhamento de projetos dessas entidades, doação de recursos financeiros para que as associações desenvolvessem atividades em benefício das comunidades, promoção de festas juninas, Natal, dia das crianças etc.

Gratifica-nos em tudo isso a certeza de que o Governo Wilson Braga conseguiu atingir o objetivo a que se propôs, colocando o social como prioridade, amenizou o sofrimento dos habitantes das favelas nas principais cidades do Estado da Paraíba.

Não temos a pretensão de dizer que o problema foi erradicado, porque ele é consequência de um sistema social injusto e desumano.

No entanto, até terminar o período do Governo Wilson Braga, as principais favelas da grande João Pessoa e de várias cidades do Estado estavam urbanizadas.

Reconhecemos que todo esse trabalho apenas atenuou o quadro de miséria gritante encontrado. No entanto, gratifica-nos saber que conseguimos despertar as comunidades de baixa renda para uma visão crítica da sua realidade.

Os comunitários que participaram desse trabalho sabem hoje que é necessário muito mais para a sua libertação.

Sabem que é necessário que ocorram profundas transformações sociais nesse País para que a resposta às suas reivindicações seja dada em plenitude.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. e Sras.^{as} Constituintes, que a reforma agrária do projeto de constituição seja repensada a nível das aspirações dos sem-terra.

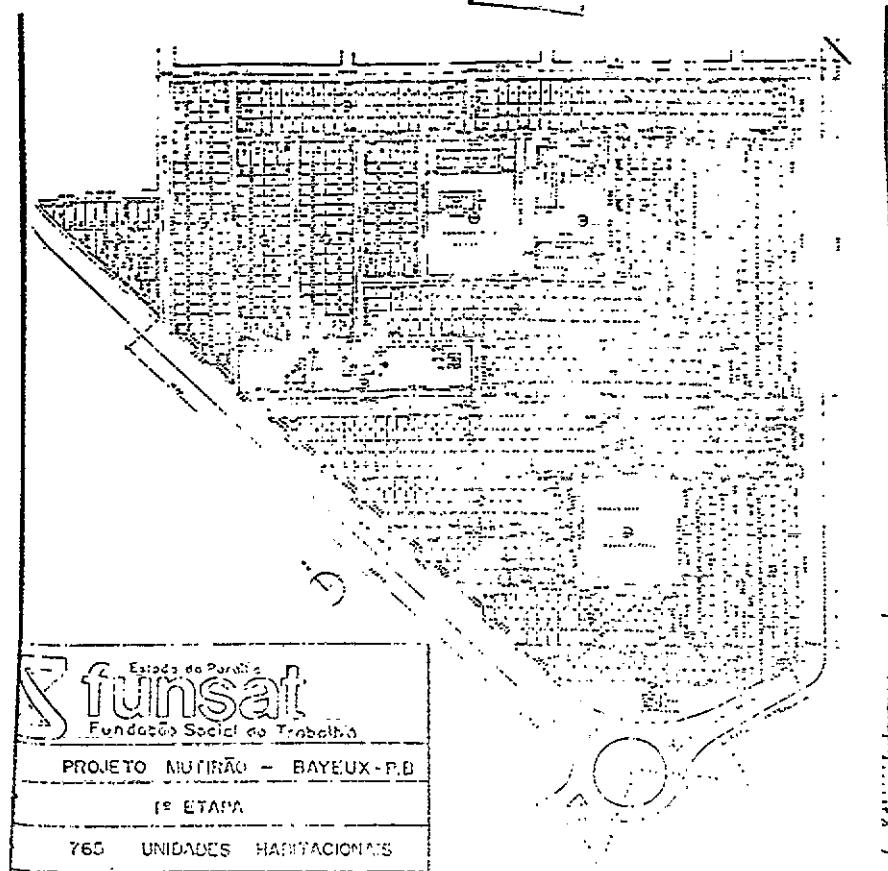
É preciso uma reforma tributária coerente com as necessidades dos Estados menos favorecidos.

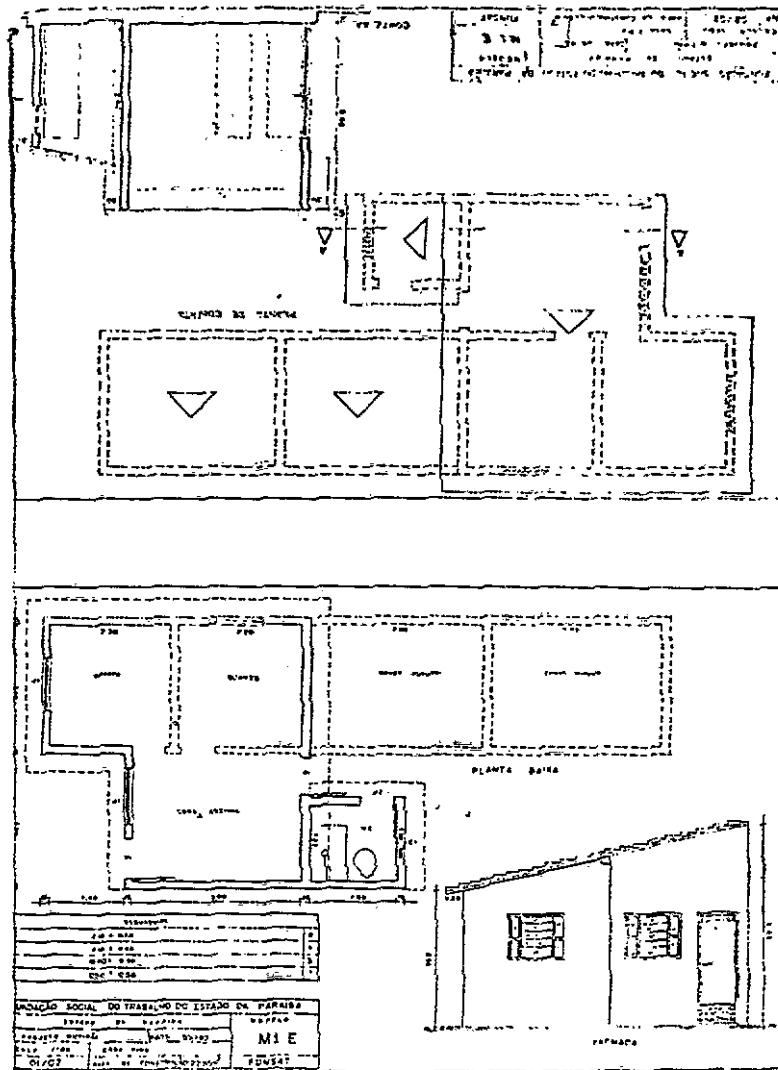
É preciso uma reforma urbana que venha ao encontro da realidade das áreas de pobreza absoluta dos grandes centros.

É preciso, enfim, Sr. Presidente, Srs.e Sr.^{as} Constituintes, maior sensibilidade do Governo para com os problemas sociais mais urgentes desse País, entre os quais se destaca, sem dúvida, o da moradia.

ANEXO I

ANEXO II





O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Farias de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.):

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A História recente do Brasil demonstra-nos que o golpe de 1964 foi perpetrado com objetivos nítidos de arrochar a classe trabalhadora a desnacionalizar a nossa economia. O rude golpe contra o povo brasileiro culminou com o fim dos partidos políticos, com a cassações, prisões e torturas de brasileiros. O povo, como um todo foi cassado, impossibilitado de escolher o Presidente da República, os governadores de Estado e uma parcela do Senado. Para dar uma fachada de democracia ao que efetivamente era uma ditadura, foram criados artificialmente dois partidos políticos: a ARENA, para apoiar o Governo e o regime, e o MDB,

para fazer uma oposição moderada, mocrática, sendo a campanha das "diretas já" uma manifestação incontestável da vontade do povo brasileiro.

resistência, o MDB foi-se enfeixando as aspirações libertárias do povo brasileiro, e o povo, nas urnas e nas ruas, nas cidades e no campo, foi

demonstrando a sua revolta e o seu desejo de mudanças. Enquanto o povo sofrido e trabalhador lutava nas ruas, o regime utilizava-se de diversas formas de manipulação.

A vontade do povo não se expressava em maioria nas Casas do Congresso. O Congresso, pressionado e reprimido, que via serem cassados vários dos seus integrantes, era fechado sempre que manifestava qualquer forma de revolta, sempre que se rebelava. Os governadores indiretos pressionavam as bancadas estaduais, tudo era feito para que a ditadura tivesse uma fachada de democracia. No entanto, o povo venceu e conseguiu estabelecer as bases para a transição de-

As principais bandeiras do PMB — a anistia, ampla, geral e irrestrita, e a Assembléia Nacional Constituinte — foram desfraladas.

Hoje, superada uma fase da História do Brasil, quando imaginávamos estar caminhando para a construção das bases de uma democracia estável, o que vemos? A anistia, ampla, geral e irrestrita, não se completou, pois foi apenas concedida àqueles que praticavam todos os desvarios em nome da ditadura. Aliás, alguns deles participam hoje das passeatas em apoio aos latifundiários que manipulam a vontade do pequeno proprietário, que manipulam a vontade do lavrador para impedir a realização da reforma agrária.

O Jornal do Brasil de domingo publica fotografia do Major Tibiriça, que, nas câmaras de tor-

tura do Brasil, infligiu grandes males a muitos brasileiros, participando da passeata da UDR.

Todos sabemos no Brasil o que significa a UDR A UDR significa o retrocesso, significa a negação da reforma agrária. Os verdadeiros patriotas continuam cassados, inclusive os militares.

O Jornal do Brasil de domingo publica ainda um excelente artigo do grande brasileiro Barbosa Lima Sobrinho, que faço questão de anexar a este pronunciamento, posto que Barbosa Lima Sobrinho se posiciona na defesa dos militares que foram cassados, porque foram esses militares que defenderam a instituição democrática no Brasil.

Hoje, posicionando-se contra a anistia, a Ministro do Exercito afirma textualmente que não cumprirá a anistia, que certamente será decidida por esta Assembléia Nacional Constituinte. Um Ministro que não fala em nome da tropa, um Ministro que não fala em nome da instituição que comanda, posto que não dispõe de legitimidade para tal; um Ministro que, certamente, fala em nome próprio e em nome daqueles que se beneficiaram e se locupletaram nas carreiras militares, em detrimento das carreiras dos verdadeiros brasileiros que lutaram pela democracia.

O Presidente da Republica, despoticamente, fixa o seu mandato em 5 anos, descumprindo compromisso por ele próprio assumido e colocando-se contra a vontade expressa do povo brasileiro, que pretende ver a conclusão da transição com eleições diretas e livres para Presidente da República no ano que vem. O povo deseja as eleições diretas. Hoje, começamos a verificar que o regime que aí está ainda é autoritário, aplica a Lei de Segurança Nacional contra brasileiros inocentes, um regime que aplica a Lei de Segurança Nacional para ocultar os verdadeiros autores de um falso atentado ao Presidente, porque, tudo indica, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os autores do suposto atentado contra o Presidente contaram com a conivência e com a participação dos membros da própria segurança do Presidente da República.

As evidências são grandes demais para que possamos conceber que dois brasileiros continuem presos e incomunicáveis em homenagem a um entulho autoritário que já deveria ter sido removido. Hoje, confirmando o que já dizíamos na ditadura em relação modelo econômico, que era um modelo concentrador, exportador e desnacionalizante, corrupto e repressor, hoje verificamos que, não obstante todos os avanços no sentido da construção de uma democracia no Brasil, o regime ainda está pouco intacto, o regime ainda aí está preservando tudo aquilo que condenávamos à época da ditadura.

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PAULO RAMOS: – Com muita honra.

O SR. EDMILSON VALENTIM: – O discurso de V. Ex.^a coloca, de maneira exemplar, a questão da necessidade da democracia para se implementar mudanças sociais, econômicas e, sobretudo, políticas no nosso País. Ligou V. Ex.^a a questão da ditadura no golpe militar de 1964 e as medidas antipopulares e antinacionais que implementou, então, aquele Governo. V. Ex.^a também coloca a necessidade que este Governo tem, hoje, de tentar veicular a tendência de fechar mais o

seu Governo no sentido democrático, de castrar mais as liberdades políticas, de ameaçar o povo como um todo, através das atitudes e ameaças de implementar a Lei de Segurança Nacional V. Ex.^a mais uma vez é feliz quando liga a esta postura política, que é uma postura ditatorial, autoritária, a questão econômica da abertura da economia brasileira ao mercado internacional, ao capital estrangeiro. Felicito V. Ex.^a por este discurso, que constitui um alerta à Nação, para atentar para a conjugação de forças do que tem de mais conservador e reacionário no nosso País, hoje, e o seu reflexo, tanto do ponto de vista político da democracia, tanto do ponto de vista econômico, visando mais uma vez, fechar a nossa economia, arrochar, mais uma vez, o salário dos trabalhadores e, com isso, impingir mais miséria ao nosso povo. É com muita satisfação que me congratulo com V. Ex.^a por este discurso.

O SR. PAULO RAMOS: – Agradeço a V. Ex.^a e estou inteiramente de acordo com o seu aparte.

No momento em que o povo brasileiro, em Assembléia Nacional Constituinte – já que aqui estamos representando o povo brasileiro no momento em que o povo brasileiro imaginava ter construído um instrumento da sua libertação, quando o povo brasileiro imaginava que a Assembléia Nacional Constituinte seria o conduto de transição entre o regime autoritário e a democracia, o que se vê?

Os dons do poder e os seus aliados não respeitam a Constituinte; os dons do poder e os seus aliados certamente temem a Constituinte. Faço questão de dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que os donos do poder têm aliados dentro desta Casa, aliados que procuram tudo fazer contra os mais legítimos interesses nacionais.

Hoje, quando a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte aprova um projeto de decisão que visa proibir a conversão da dívida externa em capital de risco em território nacional, constatamos que alguns Constituintes, um líder do PFL, de nacionalidade duvidosa, vem a esta tribuna, ferindo o decoro parlamentar, com palavras que não merecem ser ditas em qualquer local desta Casa, e procura assumir uma posição que talvez seja a posição que esteja determinando a sua presença aqui no Brasil.

Faço questão de encaminhar a V. Ex.^a, Sr. Presidente, requerimento no sentido da aplicação de censura escrita ao Deputado José Lourenço, Líder do PFL, pelo seu comportamento nesta Casa, neste Plenário, durante a última reunião da Comissão de Sistematização, realizada ontem.

É preciso ser dito que o projeto de decisão que procura proibir a conversão da dívida externa em capital de risco em território nacional, visa preservar os mais legítimos interesses nacionais.

Hoje, todos nós sabemos, a dívida externa foi contraída de forma fraudulenta. O Presidente da República, em pronunciamento à Nação, quando declarou a moratória – uma tímida moratória – afirmou para todos os brasileiros, em cadeia nacional, que o Brasil nos últimos cinco anos remeteu para o exterior mais de 55 (cinquenta e cinco) bilhões de dólares, e o ex-Ministro da Fazenda, no Auditório Petrônio Portella, denunciou para todos os peemedebistas presentes que a nossa dívida externa foi onerada, nos últimos quatro anos, em 25 (vinte e cinco) bilhões de

dólares, em função de uma decisão unilateral dos Estados Unidos, fazendo variar a taxa de juros.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PAULO RAMOS: – Concedo o aparte a V. Ex.^a.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Pedi um aparte, porque a posição que o nobre colega tem tomado é correta e precisa, infelizmente tem sido mal compreendido pela imprensa e suscitou comentários contrários, alguns até um pouco agressivos. De fato, essa conversão só pode ampliar o grau de internacionalização da nossa economia. Quando se fala em internacionalização da economia, está-se falando também em desnacionalização, porque o meio mais rápido de tomar posições aqui dentro consiste em comprar estabelecimentos que são arruinados nesse processo que foi desencadeado e acelerado por este Governo. Então, V. Ex.^a merece o nosso apoio. A posição de V. Ex.^a não é apenas nacionalista, é uma posição objetiva, sóbria e construtiva.

O SR. PAULO RAMOS: – Muito obrigado a V. Ex.^a pelo aparte.

O que significa a conversão da dívida externa em capital de risco além da internacionalização e da desnacionalização da nossa economia?

Sabemos perfeitamente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que a conversão da dívida vai implicar na emissão de cruzados e, como o cruzado está extremamente desvalorizado, teremos uma emissão de cruzados sem precedentes na História do Brasil, o que certamente vai aumentar e agravar ainda mais o processo inflacionário, já sem qualquer controle, não obstante o Plano Bresser. Por outro lado, além da conversão ser inflacionária, ainda teremos repercussões negativas no balanço de pagamentos, visto que a conversão da dívida, uma dívida fraudulenta, vai determinar remessas futuras de lucros para o exterior.

E mais ainda, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a dívida do Brasil, a dívida externa, hoje é de 112 bilhões de dólares. Mesmo que haja a conversão de 5% desta renda, mesmo que haja a conversão de aproximadamente 6 bilhões de dólares, significará algo extremamente danoso para a economia nacional e nada vai significar em termos de pagamento de dívida externa. O País estará muito mais comprometido e continuarão endividado.

O SR. CELSO DOURADO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PAULO RAMOS: – Ouço o Constituinte Celso Dourado, com muita honra.

O SR. CELSO DOURADO: – Sr. Constituinte Paulo Ramos, já tenho sustentado em outras oportunidades a relevância e o significado do seu Projeto de Decisão, que foi apresentado na Comissão de Sistematização, e, depois de três reuniões bastante acaloradas e discussões fortes, tivemos a satisfação de vê-lo aprovado e hoje encaminhado à reunião da Assembléia Nacional Constituinte. Ele é relevante para a situação do País hoje, quando fazemos um esforço de recuperação de um tempo difícil, de um tempo de decisão, de um tempo de exceção, de um governo de exceção, que fez todas as concessões ao capital estrangeiro. Temos a consciência tranquila de que vivemos em um mundo de interdependência. Não

se trata aqui de auto-affirmação, de absolutismo individual por parte do nosso povo, da nossa gente. Reconhecemos a interdependência entre os povos e a interdependência entre as pessoas, mas não podemos aceitar, de maneira nenhuma, uma política que conspira contra o Futuro do nosso País. Basta citarmos o exemplo da política mineral. Nestas últimas décadas, foram feitas concessões absolutas e não temos o direito de gastar, na hora presente, de maneira indisciplinada e desenfreada, aquilo que recebemos, comprometendo as gerações futuras. Então, o projeto de V. Ex.^a é relevante, oportuno, porque defende os interesses do momento, da hora presente e os interesses das gerações futuras. Parabéns!

O SR. PAULO RAMOS: – Agradeço a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Constituinte Paulo Ramos, permita-me.

De acordo com o art. 34, § 9º a sessão fica prorrogada por 80 minutos. O tempo de V. Ex.^a está concluído e gostaria que terminasse o seu pronunciamento.

O SR. PAULO RAMOS: – É preciso ser dito, também, que, além de conversão ser extremamente danosa, não pode ser feita sem antes verificarmos, através de uma auditoria dessa dívida, qual o seu volume real.

Não podemos permitir que essa dívida seja convertida, por ser danosa aos interesses nacionais. É imprescindível seja feita uma auditoria, uma auditoria rigorosa com a participação dos representantes dos Partidos políticos que estão dentro desta Casa, porque só assim o povo brasileiro saberá quais são os responsáveis, quais são os corruptos, quais são os entreguistas que levaram este País à quase falência.

Existe, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um partido político que empolgou o povo brasileiro, assumindo nas ruas compromissos sérios e inarredáveis, e esse partido político é o PMDB.

Não podemos admitir, como peemedebistas, que o PMDB assuma ou seja solidário a um governo, governo que contradiz as bandeiras do PMDB, porque é um governo concentrador de rendas, é um governo desnacionalizante, é um Governo corrupto e é um governo repressor. Não podemos permitir.

Verificamos hoje, já que o PMDB realizará no próximo final-de-semana a sua Convenção, verificamos que nas últimas eleições o posto de governador foi priorizado pelo PMDB. Imaginávamos que os governadores de estado, nos moldes dos governos da ditadura, agissem prestigiando o programa e os compromissos do PMDB junto às respectivas Bancadas, mas estamos verificando que vários governadores de estado estão se aliando a um governo que trai os compromissos partidários, porque são governadores hoje, com as exceções conhecidas, que se aliam ao retrocesso, se aliam à dependência, porque traem o povo brasileiro.

É preciso que os convencionais do PMDB compreendam a responsabilidade que têm, porque o PMDB, a partir do próximo final-de-semana, ou se transformará em um verdadeiro PMDB, ou será uma mediocre ARENA.

Sabemos que o PMDB, em função das alianças que fez para alcançar os governos de estado, mas alcançar os governos de estado em cima de seus

propósitos os partidários, permitiu que ingressassem nos seus quadros os próceres da ditadura, os entreguistas conhecidos. Hoje, o PMDB, se encontra sem rumo, e a Convenção do PMDB há de determinar os seus rumos; ou o PMDB se afirma como Partido comprometido com a democracia, ou o PMDB se afirmou como Partido comprometido com os interesses nacionais, ou, certamente, o PMDB estará fadado não só à falência como é desagregação, ao desrespeito público.

Hoje o povo está atento à Convenção do PMDB, hoje o povo está atento à Assembléa Nacional Constituinte, e concito os peemedebistas a uma luta concreta na Convenção, para que o compromisso, o Estatuto do PMDB, seu programa e seus compromissos, sejam afirmados na próxima Convenção.

Em o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. PAULO RAMOS EM SEU DISCURSO

Brasília, 14 de julho de 1987.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Assembléia Nacional
Constituinte
Nesta

Senhor Presidente,

Venho, mui respeitosamente, inclusive constrangido, requerer a Vossa Excelência, com base nas normas regimentais em vigor, a aplicação de censura escrita ao Deputado Constituinte José Lourenço.

O fato que motiva a presente solicitação ocorreu ontem, dia 13 de julho, no plenário da Câmara dos Deputados, quando reunida a Comissão de Sistematização, ocasião em que o Líder do PFL, ao se referir ao signatário, usou de expressões ofensivas, indecorosas e inaceitáveis.

Testemunharam o acontecimento inusitado os Membros da Comissão de Sistematização presentes e próximos aos microfones de aparte.

Esclareço que a situação gerada somente foi contornada pela pronta e responsável ação do iminente Senador Afonso Arinos, que presidia a sessão.

Ao esperar a providência solicitada, em nome do decoro parlamentar e da respeitabilidade que deve orientar o relacionamento entre os pares e os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, subscrevo.

Atenciosamente, – Deputado **Paulo Ramos.**

ANISTIA OU REPARAÇÃO?

Barbosa Lima Sobrinho

Anistia, como todos sabemos, significa esquecimento, valendo para a restauração da situação anterior aos atos de rebelião. E quando não demora, e vem no dia seguinte ao das revoltas, resolve quase tudo, e não deixa margem para qualquer agravio, no caminho da reconciliação nacional. Como acontecia nos tempos de Caxias. Fazia da promessa de anistia um elemento de pacificação, antes mesmo de travadas as batalhas decisivas. Na verdade, um oficial anistiado passa a ser o mais consciente defensor da disciplina, como se pode verificar ao longo da história política brasileira. Um dos exem-

plos, dessa tendência encontramos no caso do almirante Alexandrino de Alencar, que havia figurado entre os adeptos da revolta da esquadra, nos tempos de Floriano Peixoto, e que veio depois a ocupar a pasta da Marinha, no governo do Presidente Afonso Pena.

A sabedoria dos gregos já nos havia revelado alguma cousa a esse respeito. O caso mais famoso fora o da aplicação da anistia, quando Trasibulo chefiara a revolta com que derrubara o governo dos Trinta Tiranos. Não teve a veleidade de punir a quem quer que fosse, na turma dos vencidos. Paul Cloché, no seu admirável estudo sobre a evolução da democracia ateniense, mostra-nos que o que ele denomina "lei do esquecimento" (Loi d'oubli) tratou "os antigos privilegiados com exemplar moderação, por mais odiosos que fossem os erros cometidos pelos Trinta Tiranos, sem que por isso deixassem de gozar da impunidade". Não foram nem excluídos das assembléias e dos tribunais a que pertenciam. Era assim que se praticava a anistia, na democracia ateniense, como quem apaga o passado, como garantia e segurança para o futuro.

No Brasil, fora dos exemplos da Regência e da presença de Caxias, quando se antecipava a anistia, para transformá-la em instrumento da pacificação, começou ela a aparecer, no período republicano, depois da revolta da esquadra, como que imbuída de algum sentimento de rancor, traduzido em numerosas restrições, que não deixavam de ser punições retardatárias. Não raro passou de lei de esquecimento para surgir como lei de recordação. Situação que se agrava à medida que cresce a distância entre a anistia e os atos que se deseja castigar. Sobretudo com uma anistia de quinze anos, entre 1964 e 28 de agosto de 1979. E quando as situações se invertem, e são ex-subsversivos que procuram castigar oficiais legalistas que cumpriram ordens, e os marinheiros e cabos e sargentos que não fizeram mais que obedecer a superiores hierárquicos, dentro da mais estrita disciplina militar.

Pode-se passar em revista as anistias anteriores, e não se encontrará nenhuma que não tenha sido concedida a rebeldados. Mesmo em 1930, como Hélio Silva nos recorda, não houve punição aos que se mantiveram ao lado das autoridades constituídas. Quando muito uma transferência de região, como parece que se verificou com Eurico Gaspar Dutra e Euclides de Figueiredo. As anistias de 1930 se limitaram aos civis e militares envolvidos nos acontecimentos revolucionários ocorridos no país, até aquela data. Não parece que tenham sofrido qualquer punição ou afastamento da tropa os que se mantiveram fiéis ao governo do presidente Washington Luiz.

Pela primeira vez, na história política do Brasil, assistimos a uma troca de posições, revolucionários punindo legalistas. E pela primeira vez não nos libertamos daqueles sentimentos de hostilidade, que ditaram as primeiras providências dos vitoriosos contra a oficialidade que se manteve fiel ao governo do presidente João Goulart. Um dos crimes

da ocasião era o de haver tomado posição, no Clube Militar a favor do monopólio estatal do petróleo. O ambiente favorecia e estimulava sentimentos de vingança ou até mesmo de rancor. Cassações ou reformas não precisavam de razões, bastando a concordância de alguns dos chefes da situação. Nem era apenas uma reforma mas uma exclusão que valia pelo sacrifício de toda uma carreira, reduzido o oficial a ver o saldo e as vantagens transferidas à sua esposa, como se estivessem mortos. Se a Argentina teve as Mäes de Mayo, com os filhos vitimados pela repressão, o Brasil não ignorou as viúvas de maridos vivos.

E, afinal, que crimes haviam cometido os oficiais, os soldados, os marinheiros, senão o de fidelidade aos juramentos prestados no seu ingresso no serviço militar? Foram ou não foram fiéis à legalidade? Apelo para a consciência de todos os responsáveis, para que façam justiça aos seus companheiros de outrora, para os seus antigos condiscípulos e companheiros de serviço. Antes havia um delito a esquecer, com os remédios providenciais da anistia. E hoje o que há para punir ou para esquecer? O crime de haver sido fiel aos juramentos prestados?

Uma anistia que se proponha a ser ampla, geral, irrestrita, não será nenhum favor, mas tão somente a exaltação, ou o reconhecimento de que se trata de militares que cumpriram deveres, num ato que tanto servirá para fortalecer a disciplina, como para exaltar a hierarquia, fundamentos essenciais das classes armadas do país. O poder atualmente instalado no governo tem todo interesse em concorrer para o prestígio dos sentimentos de obediência e disciplina.

Não me parece que seja caso de anistia, quando não houve nenhuma infração dos deveres dos códigos militares. O de que se trata é de uma nova lei, ou de um ato de reparação, a quem só deu exemplos de amor à hierarquia e de obediência à disciplina. Reparação, pois, e não anistia, pois que não haveria maior absurdo do que conceder anistia a não aos culpados, a não aos rebelados, e contra os quais o único delito que se atribui é o de haver obedecido as juramentações prestadas. Na verdade, reparação a quem, sem culpa continua a sofrer castigos que se prolongam há mais de vinte anos.

Seria até o caso de recordar o episódio do Barão de Caxias, na cidade paulista de Sorocaba, respondendo a Feijó e dizendo: "Quando pensaria eu que, em algum tempo, teria de usar da força para chamar à ordem o Senhor Diogo Antônio Feijó?". Com uma pequena diferença quando o caso se apresenta como Diogo Antônio Feijó fixando as condições de anistia... ao Barão de Caxias. Dá para entender? Ou estaremos, por acaso, no país dos impossíveis?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aldo Arantes.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A Assembléia Nacional Constituinte se transformou em um palco privilegiado onde se manifesta a luta de classes em curso na sociedade brasileira. De um lado estão os representantes das classes dominantes que desejam uma Constituição que mantenha o Estado autoritário e uma Ordem Econômica e Social que mantenha as injustiças e os seus privilégios de classe. De outro lado estão os representantes da maioria do povo brasileiro, da classe operária, dos camponeses e dos demais trabalhadores, que lutam por um Estado verdadeiramente democrático e a fixação de princípios que assegurem a democratização do País no campo econômico, social e político, ampliando os mecanismos de participação do povo na condução dos destinos do País. Há, ainda, um terceiro segmento de Constituintes que, em decorrência de uma série de razões, ainda está indefinido sobre algumas das principais questões em debate por esta Assembléia. Os grandes grupos econômicos tentam atrair esse grupo de indecisos para as suas posições, através de uma campanha orientada contra as teses progressistas, onde não faltam, inclusive, ameaças e tentativas de suborno. Trago, hoje, à apreciação dos Senhores Constituintes alguns elementos que possam contribuir para evidenciar a importância da Reforma Agrária no processo de democratização da sociedade brasileira, certo de que eles terminarão votando de acordo com os interesses da maioria do povo brasileiro.

Há uma relação indissolúvel entre a democratização no terreno político e a democratização nos terrenos social e econômico. Como falar em democracia real num país com milhões de famintos, desempregados, de trabalhadores sem terra, de crianças abandonadas e de analfabetos? Esta realidade evidencia que não se pode falar numa verdadeira democracia sem a adoção de medidas contra as profundas desigualdades sociais. E tais medidas se relacionam com a democratização econômica do País e com uma justa distribuição da propriedade e da renda.

Uma das manifestações mais antidemocráticas da estrutura econômica do País está na concentração da propriedade fundiária. O processo de desenvolvimento capitalista no País, longe de reduzir, aprofundou o monopólio da terra e a concentração fundiária.

Segundo dados do Incra, entre 1967 e 1984, as propriedades com mais de 1.000 hectares tiveram sua área aumentada de 46,9% para 58,3% do total da área ocupada pelas propriedades, enquanto as propriedades com menos de 100 hectares reduziram sua área de 18,7% para 14%, numa clara demonstração do processo de concentração de propriedade fundiária no País. Para se ter presente o grau a que chegou esta concentração, basta dizer que apenas 27 propriedades detêm o controle de 25 milhões e 500 mil hectares, enquanto 2 milhões e 460 mil proprietários dispõem de 24 milhões e 900 mil hectares e 16 milhões de trabalhadores não têm terra nenhuma.

Tal perfil da propriedade fundiária no País é irracional do ponto de vista econômico e profundamente anti-social. É irracional porque mantém vastas extensões de terras improdutivas ou com baixa produtividade, enquanto milhões de brasileiros não dispõem sequer de um palmo de terra para trabalhar e garantir a sua sobrevivência.

Uma das características básicas do latifúndio diz respeito aos seus métodos atrasados de pro-

dução, sua baixa produtividade. Este é o perfil predominante das grandes propriedades agrícolas do País. É evidente que tal situação não exclui a existência de grandes propriedades produtivas. Porém não é este o quadro que predomina no campo brasileiro. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1980, as propriedades de até 100 hectares são responsáveis por 87,48% da produção de mandioca, 78,63% da produção de feijão, 68,16% da produção de milho, 65,64% da produção de algodão, 46,41% da produção de soja, 37,10% da produção de arroz e 25,58% do total do rebanho do País. Tomando como referencial as propriedades de até 1.000 hectares, a produção de soja atinge 86,9% do total, a de arroz 75,4% e o rebanho bovino 66,6%. Enquanto isso, as propriedades com 10 mil hectares detêm o controle de apenas 0,13% da produção de mandioca, 0,12% da produção de feijão, 0,36% da produção de milho, 6,28% da produção de algodão, 1,06% da produção de soja, 3,18% da produção de arroz e 6,16% do rebanho bovino do País.

Ora, esse quadro é absolutamente claro ao evidenciar que o grosso da produção agrícola do País se dá nas pequenas e médias propriedades e que os latifúndios como regra geral são improdutivos ou têm baixíssima produtividade. A irracionalidade está em que estas terras ficam praticamente fora do processo produtivo, enquanto milhões de trabalhadores não têm terra para trabalhar. A incorporação destas terras ao processo produtivo implicaria numa ampliação do mercado interno com o consequente desenvolvimento industrial do País.

Tal situação da estrutura agrária do País é de uma injustiça gritante. É um absurdo inqualificável, num país do tamanho do nosso, existirem grandes propriedades que não produzem praticamente nada enquanto milhões de trabalhadores não dispõem de um pedaço de terra para assegurar uma vida digna para suas famílias. Esta situação é a causa do agravamento dos conflitos no campo. A violência do latifúndio contra o trabalhador sem terra tem crescido constantemente. Ela se manifesta através da expulsão de posseiros que vivem em suas terras há dezenas de anos. Os latifundiários, geleiros e empresários, organizam grupos de jagunços para queimar casas, destruir roças, agredir, ameaçar e muitas vezes assassinar posseiros e camponeses sem terra.

A violência no campo tem crescido assustadoramente nos últimos anos. Em 1971 foram assassinados 20 trabalhadores. Em 1985, 261 e em 1986, 298. A violência se manifesta de forma mais estúpida no sul do Pará, norte de Goiás e em Mato Grosso. Há um mês foi assassinado o ex-Deputado Estadual, advogado de posseiros e dirigente regional do PC do B, Paulo Fontelles. Quando Deputado estadual, Fontelles denunciou da tribuna da Assembléia Legislativa do Pará a existência de uma lista com dez nomes para serem assassinados pelos latifundiários. Tal lista, que incluía seu nome, foi elaborada numa reunião de fazendeiros de Paragominas que, posteriormente, passaram a integrar o núcleo dirigente da UDR local. E dessa lista, oito já foram assassinados, sem que nenhum responsável por esses crimes tenha sido preso.

Além da dimensão econômica e social do latifúndio ele tem sua expressão política. Os latifundiários

diários representam a camada social mais reacionária e atrasada do País. Não é à toa que foi entre os latifundiários que surgiu a entidade de extrema direita, de forte conteúdo fascista, denominada União Democrática Ruralista (UDR). Sob o argumento de defender os interesses dos proprietários de terras, a UDR vem se transformando no embrião de um Partido político de extrema direita, de inspiração fascista, com um braço paramilitar, responsável pelos inúmeros assassinatos ocorridos no campo brasileiro. Uma demonstração desse perfil foi dado no último final de semana em Brasília, quando a UDR realizou uma manifestação política, numa orgia e esbanjamento de dinheiro, que contou com a participação ostensiva do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um oficial da ativa do Exército brasileiro, notório torturador, que se notabilizou não por defender o povo, mas sim por torturar e assassinar presos políticos.

A extinção do latifúndio é, portanto, um passo decisivo no processo de efetiva democratização do País.

A reforma agrária é pois uma questão de interesse nacional. Somente os latifundiários, aqueles que mantêm suas terras como mero elemento de especulação e aqueles que se deixaram confundir pela propaganda do latifúndio podem se colocar contra a reforma agrária.

Hoje, a bandeira da reforma agrária ganhou tamanha força que nem mesmo os latifundiários se dizem abertamente contrários a ela. No entanto, colocam tantas e tamanhas dificuldades para o processo de reforma agrária que, na prática, inviabilizam a sua realização. A propriedade latifundiária no processo de reforma agrária deve ser punida pelo seu caráter anti-social. No entanto, os latifundiários querem tratar a propriedade latifundiária como qualquer outra propriedade. O que é inaceitável.

Existem dois caminhos para o processo de modernização da estrutura fundiária do País. Um deles, apoiado pelos grandes proprietários, que é o processo de aburguesamento do latifúndio. Daí a ênfase dada por estes setores à questão da política agrícola. O outro é o caminho da democratização da posse da terra, a reforma agrária. Esta alternativa expressa os interesses dos trabalhadores rurais enquanto a outra expressa os interesses dos latifundiários.

A alternativa dos latifundiários está hoje expressa no relatório aprovado pela Comissão da Ordem Econômica, baseado no substitutivo do deputado baiano do PMDB, Jorge Viana, incorporado ao anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização e agora submetido ao plenário. Uma comprovação disso é a afirmação pelo presidente da UDR, publicada nos jornais de ontem, que "do jeito que está, a Constituinte atende 100 por cento das nossas propostas". Esta afirmação vem confirmar a denúncia de que o substitutivo aprovado pela Comissão da Ordem Econômica foi inspirado pela UDR e contrário à reforma agrária. E qual é o conteúdo básico desta proposição?

O texto aprovado pela Comissão da Reforma Agrária não trata deste tema, mas sim da anti-reforma agrária. São colocados tantos obstáculos, tantas dificuldades, que praticamente torna-se inviável a realização de qualquer reforma na estrutura fundiária do País. Este relatório representa, inclusive, um retrocesso em relação ao Estatuto

da Terra, que já se mostrou insuficiente para operacionalizar a reforma agrária no País.

Um dos argumentos levantados pelos adversários da reforma agrária diz que ela deveria ser realizada apenas em terras do governo. Argumento aparentemente forte. No entanto, ao analisarmos que dos 114,6 milhões de hectares o governo dispõe atualmente de 57 milhões e 444 mil hectares a destinar, já que o restante foi destinado a grandes empresas e grandes projetos agropecuários, verificamos a fragilidade desse argumento. Da terra disponível a ser destinada, 54 milhões e 900 mil hectares estão na região Norte, 2 milhões e 500 mil no Mato Grosso. As regiões Sul, Sudeste, Nordeste e os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul não dispõem praticamente de terras públicas federais para o processo de reforma agrária. As terras públicas estaduais já estão quase todas ocupadas por latifundiários e grileiros. É importante ressaltar que tais terras são situadas em localidades distantes e o Estatuto da Terra diz, em seu art. 2º, § 2º, que é dever do Poder Público "promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita".

O que pretendem os latifundiários é a retirada dos trabalhadores das regiões onde habitam, para jogá-los em regiões distantes, de difícil acesso e com terras de baixa produtividade e sem infraestrutura. Na realidade o que pregam é a colonização em terras públicas e não a reforma agrária.

Enquanto o Estatuto da Terra diz que uma propriedade cumpre sua função social quando simultaneamente desempenha uma série de funções, entre as quais manter "níveis satisfatórios de produção", o texto aprovado pela Comissão da Ordem Econômica retira o termo simultaneamente para o cumprimento da função social. Isto equivale a dizer que o cumprimento de qualquer dos requisitos assegura que a propriedade cumpre a sua função social. Mas o mais grotesco é quando o texto afirma que a propriedade cumpre sua função social quando "é, ou está em curso de ser, racionalmente aproveitadas". Tal formulação expressa bem a determinação dos latifundiários de não permitirem qualquer reforma agrária no país. Uma propriedade que será explorada daqui a algumas décadas está em curso de ser explorada e, portanto, cumpre a sua função social... Tal formulação é um acinte aos Constituintes e demonstra o grau de insensibilidade destes setores. Eles não aceitam perder a mínima parte dos seus privilégios. Defendem de forma agressiva e violenta os seus interesses.

O Estatuto da Terra assegurava a desapropriação dos latifúndios com Títulos da Dívida Agrária, entendendo como tal a propriedade superior a 600 módulos ou aquela inexplorada ou "deficiente e inadequadamente explorada". No texto aprovado só se admite a desapropriação por interesse social de "propriedade territorial improdutiva". Isto equivale dizer que os latifúndios com baixíssima produtividade ficarão fora das desapropriações por interesse social. Ao mesmo tempo, facilita-se a "maquiagem da terra", coisa que já é feita hoje em dia. Uma derrubada de mata ou alguns bois no pasto são suficientes para provar que a terra não é improdutiva ou então que está em curso de ser racionalmente aproveitada.

Longe de transformar o processo de desapropriação por interesse social em uma penalidade contra quem tem uma propriedade anti-social, como acontece até mesmo no Estatuto da Terra, a proposta aprovada propõe uma verdadeira "negociata agrária" onde o latifúndio é desapropriado através de pagamento de "prévia e justa indenização" e os Títulos da Dívida Agrária recebem até os "juros legais".

Como ficou visto, a proposta dos latifundiários obviamente não é uma proposta de reforma agrária, mas sim uma série de medidas de garantia da propriedade latifundiária, acompanhadas de medidas de política agrícola que garantem a modernização da agricultura. A dramaticidade do problema social vivido por milhões de trabalhadores rurais brasileiros obviamente não está nas preocupações dos constituintes que sustentam tais posições. Apesar de não dizerem claramente, eles são visceralmente contra a reforma agrária. Para iludir os incautos tentam dar cinicamente ao seu projeto de aburguesamento do latifúndio o falso nome de Reforma Agrária.

Hoje existem algumas questões chaves que diferenciam aqueles que querem dos que não querem a realização de uma efetiva Reforma Agrária no país.

Uma das questões mais importantes é a limitação do direito de propriedade territorial rural. É um abuso e uma irracionalidade a existência de propriedades de um só proprietário com mais de 4 milhões e 400 mil hectares como a Manasa = Madeireira Nacional S/A, cuja extensão é maior que alguns países da Europa, como a Holanda e a Bélgica. Somente 512 imóveis rurais com área superior a 50 mil hectares detêm o controle de 61 milhões e 600 mil hectares. Estes são os casos mais chocantes. Porém a questão de fundo está no monopólio da propriedade latifundiária. Tal situação é incompatível com a construção de uma sociedade democrática. Por isto as diversas forças democráticas estão propondo o estabelecimento de um limite ao direito de propriedade territorial rural. O Partido Comunista do Brasil voltará a propor nessa nova etapa dos trabalhos constituintes que o limite máximo da propriedade territorial rural seja fixado em 500 hectares para as regiões Sul e Sudeste; 1.000 hectares para a região Centro Oeste e 1.500 hectares para a região Norte. Para o Nordeste o limite seria de 500 hectares para as regiões de carência de terras e 1.000 hectares para o restante da região.

A Campanha Nacional de Reforma Agrária propôs um limite máximo de 60 módulos e o relator da Subcomissão da Reforma Agrária incorporou o limite máximo de 100 módulos, que corresponde a 2.000 hectares em certas áreas de São Paulo e 12.000 hectares no Norte do País. Ou seja, a quase totalidade da produção agrícola e pecuária do País estaria fora deste limite. Pois mesmo assim, os representantes dos latifundiários não aceitaram a proposta. Eles defenderam a absolutização do direito de propriedade territorial rural.

É importante destacar que países como a Itália e Portugal incorporaram em suas Constituições o conceito de limitação da propriedade territorial rural. Em face deste argumento, os defensores do latifúndio afirmam que o Brasil tem muita terra e que não se justifica a limitação ao direito de propriedade. No entanto, nos Estados Unidos,

país também de muita terra, no século passado, elaborou-se uma lei chamada **Homestead Law** que estabelecia um limite de 60 acres para a concessão de terras públicas, com o objetivo de induzir o desenvolvimento agrícola com base nas pequenas e médias propriedades. A limitação do direito de propriedade territorial rural é um caminho adequado no sentido de incorporar grandes contingentes de terras improdutivas ou com pouca produtividade à produção nacional.

Assim como os setores democráticos propõem uma limitação ao direito de propriedade territorial rural máxima, como objetivo de facilitar a extinção do latifúndio, estes mesmos setores propõem que a pequena propriedade seja garantida contra o processo de desapropriação. A Campanha de Reforma Agrária propõe um limite máximo de 3 módulos, que ficariam fora de qualquer desapropriação, e o PC do B. ampliou esta proposta para 10 módulos, para posteriormente propor que as propriedades de até 500 hectares na região Norte e 200 hectares nas demais regiões estarão fora do processo de desapropriação. Tal proposição é fundamental para assegurar tranquilidade ao pequeno e médio produtor que, inseguros, terminam sendo ganhos por aqueles que não desejam a Reforma Agrária. É preciso deixar claro que a proposta de Reforma Agrária não se volta contra o pequeno e o médio produtor e mesmo contra aquele grande produtor que produz de fato. A Reforma agrária se volta, sim, contra os latifúndios improdutivos ou de baixa produtividade.

A imissão imediata de posse é outra bandeira chave no atual estágio da luta pela Reforma Agrária. O Estatuto da Terra já dispõe de certos mecanismos que asseguram a desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária. Porém, diferentemente das desapropriações urbanas onde após o ato de desapropriação o Estado entra de imediato na posse do bem, em relação à propriedade territorial rural o processo é diferente, permitindo que o desapropriado entre na justiça embargando a imissão de posse. A proposta das forças progressistas é a de que a imissão de posse seja automática assegurando o processo da Reforma Agrária com maior rapidez. O desapropriado poderá discutir na justiça o valor da desapropriação. Os defensores do latifúndio se levantam com toda força contra esta tese sob o argumento de que ela é antidemocrática, que não permite ao desapropriado a sua defesa. Tal argumento não é verdadeiro porque o desapropriado poderá discutir na justiça o valor da desapropriação. Os defensores do latifúndio que reclamam democracia não consideram antidemocrático que alguns tenham milhões de hectares improdutivos ou com baixa produtividade enquanto outros não dispõem de um pedaço de terra para trabalhar. Eles consideram o direito de propriedade mais importante do que o direito à vida e a uma existência digna de milhões de brasileiros.

Outra questão que tem sido objeto de debate em torno da Reforma Agrária é a questão relacionada ao valor da desapropriação do latifúndio. Aqueles que lutam contra a Reforma Agrária defendem, a desapropriação pelo justo preço, ou seja, o preço do mercado. No entanto, na hora de pagar imposto pagam em função do valor declarado para fins do Imposto Territorial Rural. O PC do B propôs que a desapropriação deva ser feita com base na média da declaração do

Imposto Territorial Rural paga nos últimos cinco anos. É inaceitável o pagamento do chamado justo preço para uma terra improdutiva ou com baixa produtividade, próxima dos grandes centros urbanos, se beneficiando do asfalto, da energia elétrica, dos meios de transporte, benfeitorias essas financiadas com o dinheiro do povo.

O PC do S considera que a pequena e a média propriedade produtivas são mais eficientes do que a propriedade latifundiária. Porém tem presente que a tendência de desenvolvimento da produção é a ampliação da economia de escala. Por isto mesmo, ao lado de propor a distribuição de lotes individuais aos camponeses sem terra ou com pouca terra é assalariado agrícola, propõe também a cessão de áreas para a formação de cooperativas agrícolas de pequenos proprietários e assalariados agrícolas e a cessão de áreas de alto rendimento a cargo do Estado.

Uma outra questão que se relaciona com a Reforma Agrária é a presença de empresas estrangeiras no campo brasileiro. Hoje existem 6,9 milhões de hectares de terras em mãos de estrangeiros. O PC do B defende o ponto de vista de que a propriedade territorial rural deve estar em mãos de brasileiros. Levando em conta a existência de pequenos proprietários estrangeiros, incorporados à vida do País, o PC do B propôs que estrangeiros não possam possuir mais do que 100 (cem) hectares, mesmo por interpostas pessoas.

Os latifundiários estão dispostos a impor à Assembléia Nacional Constituinte seus pontos de vista. Nesta primeira etapa de trabalho conseguiram impor um substitutivo que representou um grave retrocesso até mesmo em relação ao Estatuto da Terra. Para isto utilizaram-se de tudo: ameaças de morte, intimidação, tentativas de suborno. Agora, a UDR procura dar uma demonstração de forças em Brasília, com o objetivo de tentar impor o resultado da Comissão da Ordem Econômica, conseguido através de um golpe no Regimento Interno, à Assembléia Nacional Constituinte.

Diante da enormidade do retrocesso ocorrido na Comissão da Ordem Econômica e da gravidade do problema agrário no País, expressivos setores da Constituinte se levantam contra a ofensiva da direita e da reação. Porém não é suficiente impedir retrocessos. O povo brasileiro quer avanços, quer uma Constituição democrática e progressista.

Para atingir esse objetivo é fundamental a união de todos aqueles que querem um país democrático, progressista e moderno. Mas é necessário, sobretudo um amplo trabalho de mobilização popular nas bases dos Constituintes para que eles percebam o sentimento de mudanças arraigado no povo brasileiro. Nesse sentido, papel fundamental jogam as emendas populares. No caso específico da Reforma Agrária a emenda da Campanha Nacional de Reforma Agrária, apoiada pela CONFAG, conta com nosso apoio e é preciso fazer um grande esforço para que ela chegue à Constituinte com milhares e se possível milhões de assinaturas.

Não há como separar a solução dos problemas mais imediatos dos rumos mais gerais do País. A luta que se trava hoje contra a política econômica do Governo, por eleições diretas para Presidente da República está intimamente articulada com a luta por uma Constituinte democrática e

progressista. As primeiras manifestações já deram para demonstrar a disposição de luta do povo em torno destas três bandeiras. Do crescimento deste movimento dependem os rumos da Constituinte e o tom da futura Carta Magna do País. Se teremos uma Constituição nacionalista, democrática e progressista. Ou entreguista, conservadora e reacionária.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Aldo Arantes o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Florestan Fernandes, parágrafo único do art. 6º do Regimento Interno.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Aldo Arantes, o Sr. Florestan Fernandes parágrafo único do art. 6º do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO PRONUNCIA DISCURSO QUE À REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Pretendia, hoje, concentrar o meu pronunciamento em torno da vinculação entre a defesa do mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney e as posições mais conservadoras nesta Casa, voltar a um tema que já havia abordado antes e até assinalar que, embora esta vinculação exista, não é absoluta, pois existem muitos Deputados, muitos Senadores, muitos Constituintes que adotam a visão de que um mandato de 5 (cinco) anos seria o justo, inclusive o Presidente José Sarney tem posições progressistas em vários outros pontos.

Manterei o objetivo central deste meu pronunciamento, mas não posso deixar de anteceder-ló de uma resposta democrática, serena à opinião política, formulada em termos inadequados pelo Sr. Ministro do Exército, General Leônidas Pires, que hoje, no *Correio Braziliense*, declara que "a eleição em 1988 é um desserviço ao País". Declara o Ministro Leônidas Pires que o País vive um dos seus piores momentos econômicos, com o que concordamos inteiramente. Segundo o Ministro, uma disputa presidencial, no próximo ano, significada paralisar as forças vitais do Brasil já a partir deste ano, e, ao lado da paralisação administrativa, teríamos um amplo emprego de recursos financeiros na estrutura da campanha, gastos descomunais não reprodutivos e, por isso mesmo, geradores de inflação, mais inflação, como se a atual não fosse um calvário suficientemente penoso.

É preciso compreender em profundidade esse pronunciamento do Ministro do Exército, Gal Leônidas Pires Gonçalves. Coloco algumas preliminares: a primeira é que não acho nada de extraordinário que os ministros militares se pronunciem sobre questões políticas. Tenho até um projeto

Constitucional – que voltarei a apresentar – no sentido de que os militares não tenham nenhuma restrição na sua atividade política possa participar, ativa e concomitantemente, da atividade profissional, dos partidos políticos, portanto, não sendo dispensados para concorrer às eleições, para que as Forças Armadas incorporem o pluralismo democrático que deve permear toda a sociedade É condição para a consolidação, a permanência da nossa democracia.

Devo, no entanto, registrar que diferencio entre a opinião livre de qualquer militar, inclusive de um general, inclusive do GaL. Ministro do Exército, da interferência militar a que sustentou um modelo econômico, neste País, nos últimos 20 anos que antecederam a Nova República, nos 20 anos da ditadura, nos 20 (anos) pós-64, quando a força militar sustentou interesses políticos e econômicos que possibilitaram o desenvolvimento de um modelo de capitalismo absolutamente selvagem, antinacional e antipopular.

Devo lembrar que essa interferência militar sustentou um modelo concentrador, elitista e desnacionalizante, que elevou a dívida externa de menos de três bilhões é meio de dólares, para mais de 100 binárias de dólares, quando deixaram o poder.

Embora eu reconheça a competência militar em muitas áreas, credite aos militares algumas iniciativas estratégicas fundamentais, como a iniciativa sobre a reserva do mercado de informática, embora credite aos militares um pensamento estratégico incomum em outras áreas, no ponto de vista da geopolítica – não aquela coisa do Golbery, mas todo o pensamento militar estratégico sobre a geopolítica, políticas de fronteiras, que, errado ou certo, eles têm concentrado, tem sido a força que mais tem desenvolvido alguma coisa a esse respeito –, do ponto de vista global da Nação, sustentaram um modelo econômico antinacional, antipopular e incompetente, um modelo que implantou uma matriz fundamental de transportes baseada no rodoviário, que agora se pretende consertar via Ferrovia Norte-Sul, atrapalhadamente, atabalhoadamente, ineptamente, como se deixasse de existir aquilo que eles deixaram meticulosamente implantado; onde toda a economia do País passou a girar em torno de uma grande indústria monopolista exclusivamente multinacional, que é a indústria automobilística, em que todos os recursos do País se voltaram para atender as imposições dessa indústria, onde um regime sustentado pelos militares jogou a força do trabalho numa situação de grave risco para aquilo que eles consideram fundamental – a segurança nacional. –

O Professor Décio Munhoz é muito claro quando desenvolve o seu raciocínio sobre a destruição do poder do trabalho, do elemento do salário, como sustentação econômica do País.

Temos, hoje, a alarmante, a grave informação para a segurança nacional, que temos o octogésimo salário mínimo do Mundo; dificilmente se vai encontrar um país, potência ou não potência, com pretensão à potência, a Brasil grande, essa conversa toda, que tenha grande parte dos seus trabalhadores em octogésimo lugar no Mundo em matéria de salário mínimo.

Por fim, conseguiram modernizar o capitalismo no Brasil, sim, esse modelo implantado em 64, modernizou sem nenhuma dúvida, nos colocou como a 8ª economia do Mundo, é verdade, mas

nos colocou como a 63º sociedade em termos de indicadores mínimos de satisfação social de qualidade de vida. Então, somos uma economia capitalista que convive e é baseada na miséria.

Essa preliminar é fundamental, para não confundir a interferência militar na vida nacional com a opinião dos militares, que é perfeitamente razoável que eles coloquem, e disponho-me a discuti-la, como estou fazendo neste instante. Não obstante, tenho restrições quanto à forma. É preciso que o General Leônidas Pires se lembre e tenha presente, toda vez que for se pronunciar, que o povo brasileiro demonstrou, como bem disse o Senador José Paulo Bisol, no Encontro de uma facção do PMDB, no último 5 de julho, que a Pátria é o povo. A Pátria é o povo, e isso ficou demonstrado nas grandes manifestações das eleições diretas. Ali, toda a Nação viu que a Pátria, é o povo; ali foi colocado abaixo, de uma vez por todas, um mito que nos tentaram impingir, de que, pela Pátria, falavam os militares. O General Leônidas Pires, talvez porque o cachimbo do autoritarismo deixou um jeito torto na fala dos militares, declara que eleição direta em 1988 será um desserviço ao País, pontifica sobre o que é serviço e o que é desserviço ao País, assume novamente uma função paternalista, que os brasileiros não querem mais delegar a ninguém, nem a generais, nem a capitalistas, nem a grandes patrões, nem a latifundiários, nem à UDR nem a ninguém.

O povo brasileiro já não quer mais, já rejeitou e quer, definitivamente, construir uma nova democracia baseada em partidos, em organizações, em coletivos pensantes, e não em mágicos, em homens todo-poderosos, nem mesmo em castas, como em determinados instantes históricos foi a dos militares. Esse resquício totalitário, presente na forma pela qual se manifestou o General Leônidas Pires, deve ser corrigido para que esse diálogo possa prosseguir com maior profundidade, para que todos nos sintamos mais à vontade, sabendo que o General, quando fala, o faz com a sua inteligência, com a suas experiência, com o seu saber, e não com as suas armas, para que os outros representantes do País possam também falar com o General, corno a mesma naturalidade.

Quanto ao conteúdo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, gostaria de dizer que o General Leônidas Pires está inteiramente errado quando imagina que uma eleição possa prejudicar os País. Eleição nunca prejudicou o Brasil, nenhuma eleição. Sabemos de golpes que prejudicaram este País, mas eleição nunca prejudicou. Não há exemplos de eleições que tenham prejudicado nosso País. Eleições nunca paralisaram a economia deste País. Agora, o Governo do qual o General Leônidas Pires é Ministro, e do qual o meu Partido ainda é parte, está paralisando os País. Já sentimos, já vemos a paralisia econômica do País com um reinício da recessão, não só pelos números oficiais, não só pela queda do salário real, como já demonstrou o Dieese, não só pelas informações da queda de vendas, onde essa recuperação é agora anunciada como uma coisa quase químérica.

Por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, registro aqui – e seria muito bom que o General Leônidas Pires também tomasse conhecimento; não sei se os serviços de informação do Governo estão atentos – a verdade é que estamos observando no interior do Brasil todo uma quebra de pequenas e médias empre-

sas como nunca aconteceu antes; estamos observando e registrando o crescimento silencioso de um desemprego brutal que ainda não está formalizado, que talvez não esteja ainda contado, mas que assume proporções gigantescas.

Os Deputados e Senadores Constituintes que viajam, voltam das suas bases estarrecidos com a situação econômica nas pequenas e médias cidades do interior deste País. Esta paralisia, esta quebra de empresas, este crescimento invisível do desemprego e do subemprego chega silenciosamente, destrói a economia e prepara o País para opções radicalizantes de direita.

Hoje a insatisfação desta grande classe média desempregada que surge dos pequenos negócios que estão quebrando, está sendo ganha – temos que reconhecer – por um pensamento de direita, que se iniciou com uma reação rural e hoje já se articula com uma grande insatisfação do Governo, capitalizada pela direita e com uma possibilidade muito forte de estarmos assistindo ao surgimento, talvez pela primeira vez, de fato, do fascismo no Brasil, o fascismo como fenômeno de direita, de massa, a direita mobilizando a massa. A verdade é que isso começa a acontecer.

E não é por coincidência que militares de direita participam desse processo. Não tenho restrição alguma a que os militares participem de qualquer processo político, mas é preciso registrar que os militares que acompanhavam a UDR não eram militares nacionalistas, não eram militares democráticos. Eram exatamente os militares que torturaram, ou que foram acusados de torturas, e nunca explicaram bem, que participaram das violências, e não foi apenas um, foi mais de um, como já foi denunciado nesta Casa hoje.

Quanto à preocupação do General Leônidas Pires com os gastos da campanha eleitoral, apenas para impressionar a Constituinte, eu lhe respondo com uma pergunta: quanto custou a festa da UDR para mais de 40 mil pessoas, segundo eles propôs anunciararam, sem nenhuma eleição à vista?

Então, gastos, recursos financeiros no processo: políticos independem de eleição. Se essa preocupação existe, estamos nós com o General Leônidas Pires, de acordo.

Vamos perguntar quanto é que os **lobbies** estão gastando nesta Constituinte, mas vamos-nos preparar para uma seção limpa, com leis, com processo eleitoral, que impeça o poder econômico de agir como agiu nas últimas eleições. Vamos usar todo o aparato da segurança deste País para impedir a corrupção eleitoral, sem nenhuma dúvida, para garantir a vontade do povo, limpa.

O que preocupa ao General Leônidas Pires é a corrupção eleitoral ou a manifestação popular?

O General Leônidas Pires conclui, associando a questão dos cinco anos à tranquilidade do País. E eu que, por muitas vezes, admiti discutir essa questão de quatro ou cinco anos sem nenhum preconceito. Entendia que era melhor quatro anos para todos os Presidentes, mas sempre colocava, incluía, nessa minha opinião, a idéia de que esta podia não ser a questão essencial, essa podia ser uma questão secundária: Podíamos discutir esse aspecto dentro de uma estratégia global para a democracia.

Comecei a perceber, Sr. Presidente, que há uma associação, senão absoluta, mas muito insistente,

entre as posições mais conservadoras e a defesa do mandato de cinco anos. Mas ainda, não me havia conduzido, à idéia de que era necessário fixar as eleições para 15 de novembro de 1988 firmemente, ainda tinha dúvidas a este respeito. Tinha dúvidas ainda quando vários companheiros já identificavam no Governo do Presidente Sarney uma opção pela direita, pelos métodos conservadores. Eu resistia a essa idéia de rompimento com o Governo. Devo dizer que assumi o ônus, defendi a Nova República e o Governo do Presidente Sarney não aqui, em debates civilizados, apenas. Defendi a Nova República e o Governo do Presidente Sarney em praça pública, em debates com sindicalistas, com militantes. Debati com o povo, enfrentei vaia, tumulto, quase agressão, porque defendi a Nova República e o Governo do Presidente Sarney. E o fiz sem nenhum arrependimento, o fiz depois do insucesso do Plano Cruzado, porque acreditava que o insucesso do Plano Cruzado em resultado de um erro, e não de uma opção do Governo, como um todo, da cabeça do Governo. No entanto, foi o próprio Presidente José Sarney quem se encarregou de me retirar todas as dúvidas. Agora eu sei, e a partir de uma entrevista coletiva que o Presidente Sarney concedeu no dia 17 de junho e que foi confirmada, concretizada num articulado de uma proposta econômica estratégica, divulgada pelo seu principal assessor, pelo seu Secretário particular, o Sr. Jorge Murad – que também é genro do Presidente –, foi depois dessas colocações do Presidente da República que estou compreendendo porque Sua Excelência quer cinco e até seis anos, porque vai acabar sendo usado o argumento de que tem que haver coincidência de eleição e tentar-se-á construir um novo consenso abre os seis anos. Pergunto ao General Leônidas Pires se S. Exª fala em nome das Forças Armadas para defender um projeto anunciado pelo seu Comandante Supremo, o Presidente da República, que diz, por exemplo, que é necessário estabelecer conjuntamente com o Plano Bresser uma nova política industrial, e, nessa política industrial, o estabelecimento de liberdade de instalação de fábricas de qualquer natureza no País, sem licença, desde que essas fábricas não venham exigir subsídios ou não venham exigir incentivos.

Quero saber se todas as Forças Armadas, se o General Leônidas Pires deu uma opinião pessoal ou se S. Exª, como militar, como pensador estratégico, concorda com uma formulação estratégica dessa natureza.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, isso que foi aludido na entrevista do Presidente, e concretizado no articulado do Sr. Jorge Murad, não é uma mera opinião, nem se constitui um equívoco, nem se constitui, como já se tentou colocar, em palavras para atrair investimentos estrangeiros, que não se concretizariam nunca. Não, Sr. Presidente. O que sentimos desse articulado é que isso corresponde a um projeto para este País, a um projeto consequente, competente, do ponto de vista da desnacionalização, profundamente articulado com forças econômicas capazes de realizá-lo e politicamente articulado com o que há de mais reacionário nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Quando se votou contra o monopólio estatal do petróleo, contra a reforma agrária, contra a

reserva de mercado nesta Casa, não se estavam manifestando opiniões individuais, livres, pensamentos livres de constituintes livres. Não é possível haver tanta coincidência! Estamos assistindo a um projeto de longo prazo. O que o Presidente José Sarney propõe é que o País entre no ano 2000 não se chamando mais Brasil com s, mas com z O que vemos nessa peça apresentada pelo Sr. Jorge Murad é uma proposta de desnacionalização, de destruição do que resta de nacional neste País.

Essa proposta, Sr. Presidente, de caráter estrutural, baseada na liberação – aqui fala de toda a dívida externa, o Ministro Bresser Pereira fala em parte dos juros e tenta desmoralizar a proposta do nosso companheiro Paulo Ramos –, mas a proposta central está aqui: é a liberação da dívida externa para conversão em capital de risco, estimulando suas aplicações e investimentos considerados básicos; não é em qualquer investimento, é nos investimentos básicos do nosso País. Não diz se é com maioria ou minoria, se sob controle legal ou não.

O Item III, do articulado do Sr. Jorge Murad, diz:

"III – não há restrição de crédito de organismos financeiros nacionais a qualquer empreendimento que tivesse metade do controle em mãos de residentes no País;"

O Sr. Wolfgang Sauer é residente no País e controla, sozinho, toda a Volkswagen.

"IV – estímulos fiscais a empreendimentos de interesse governamental, que seriam dados através de autorização no CDL. Tais estímulos teriam regras prefixadas de enquadramento, baseadas em investimentos setorial, regional, participação de capital de risco, saldo na balança de pagamentos e inovação tecnológica.

V – descentralização e liberação dos incentivos estaduais;

VI – liberação de dívida externa para conversão em capital de risco, estimulando suas aplicações em investimentos considerados básicos;"

No item VII, vem outra exigência do grande capital monopolista:

"VII – assegurar liberdade de preços ou preços compatíveis com a remuneração do investimento;"

Por fim, propõe:

"VIII – criação de um conselho no âmbito da Presidência da República que garanta o fiel cumprimento das regras explicitadas, com membros do setor privado".

O item I repete a proposta presidencial":

"I – estabelecimento de liberdade para instalação de qualquer empreendimento no País, não necessitando de licenças ou autorizações do Governo federal, exceto quando tais investimentos demandarem incentivos ou subsídios federais;"

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia Fazendo soar a campainha.): – Lembro a V. Exª que seu tempo está esgotado.

O SR DOMINGOS LEONELLI:– Sr. Presidente, concluirrei, dizendo que não podemos deixar de associar a proposta política do mandato de cinco anos ao plano conjuntural de arrocho salarial e de aplicação, na prática, de tudo aquilo que foi receitado pelo FMI, há anos, com uma proposta anunciada pelo Presidente da República, com um projeto nacional – projeto antinacional, para a Nação brasileira – que coincide – e é esta a denúncia e o desafio: quero perguntar se há coincidência entre os cinco anos propostos pelo General Leônidas Pires e as falas dos **chairmen** das multinacionais, que há quatro anos proponham exatamente essa fórmula, Sr. Presidente, sem tirar nem pôr, as mesmas palavras que eram utilizadas há quatro anos O Sr. Jorge Murad é um ventríloquo das multinacionais, falando com quatro anos de atraso. Este governo que aí está é um governo do qual o meu partido ainda fez parte, mas que é presidido pelo Senhor José Sarney, que fala por muitas bocas, que fala por muitos canais de televisão, inclusive pelos monopolizados, pela Rede Globo, esse projeto global, político, econômico, social e cultural que a cabeça do Governo nos apresenta.

É neste sentido, Sr. Presidente, que reafirmo que a nossa posição em favor da eleição direta em 15 de novembro de 1988 não é um capricho oposicionista, não é uma impossibilidade de ser governo. Sou governo no meu Estado, com muita honra, com muita alegria, porque lá o Governo pratica a política do PMDB. Fui governo e o defendi enquanto havia um mínimo de compromisso com o meu partido.

Finalizo, Sr. Presidente. Esse projeto é inviável na democracia. Não vão destruir este País, não vão entregá-lo, não vamos assistir passivamente. Eles sabem que para poder realizar esse projeto vão precisar voltar à repressão. Quero saber se vão contar com as Forças Armadas para realizar um projeto antinacional, utilizando-as novamente como a "gendarmerie" do capital internacional. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):– Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Aécio Neves – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Teixeira – PMDB; Annibal Barcelos – PFL; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL.; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Benedita da Silva – PT; Bocayuva Cunha – PDT; Borges da Silveira – PMDB; Borco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dál-

ton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS. Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edesio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Evaldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rolemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Sucena – PMDB; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Egreja – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Guedes – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Morais – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lurian Loman – Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Mario Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattoz Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Mussa Demes – PFL; Myrian

Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albernaaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Olívio Dutra – PT; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferras – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rolemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruberval Pilotto – PDS; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Sôlton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Tito Costa – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vladimir Palmeira – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando os Srs. Constituintes para a sessão ordinária de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

VII – Encerra-se a sessão às 19 horas e 52 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MÁRIO LIMA NA SESSÃO DE 10-9-87 E QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR MÁRIO LIMA (PMDB – BA): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes

Passo a ler alguns trechos importantes do Programa do nosso Partido, o PMDB.

Depois da infeliz afirmativa do Sr. Ministro da Fazenda de que um Partido deve ter um Programa quando está na oposição e ao assumir o Governo não tem nenhum compromisso com esse Programa, acho oportuno destacar alguns trechos do nosso Programa partidário.

Na introdução, o Programa do PMDB diz o seguinte:

"A História do Brasil contemporâneo é uma crônica de autoritarismo e de injustiças

sociais insuportáveis. Mas é, também a História do despertar de um povo, em meio a enganos e de decepções para uma exigência de cidadania, de igualdade e de justiça.

Os fundadores do PMDB invocam esse passado com uma só intenção: a de buscar nele algumas advertências.

A primeira e mais importante lição é a da superioridade das massas sobre as elites que pretendiam tutelá-las. O povo, sempre que teve o mínimo de opção e informação, recusou os apelos à insurreição revolucionária e rejeitou a mentira oficial. O reconhecimento da primazia do povo é o ponto de partida do Programa. Por isso, o Programa do PMDB visa a mobilização popular e a democratização da sociedade, como condições necessárias para exigir e encaminhar as reformas sociais e econômicas que se impõem."

É oportuno destacar dois trechos que dizem respeito a minha atuação na Constituinte.

Na condição de Relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos pautei minha conduta estritamente dentro do Programa do Partido.

Sobre o direito de greve, o Programa do PMDB diz o seguinte:

"O PMDB defende o direito de greve, garantindo constitucionalmente, e exercido, livremente, mediante deliberação dos interessados, sem proibição de seu exercício por qualquer categoria. O Partido considera urgente estabelecer formas de representação que permitam aos servidores públicos a defesa de seus interesses, duramente prejudicados pelo arrocho salarial do regime autoritário. É preciso assegurar-lhes o direito de greve, o 13º salário e demais benefícios garantidos aos trabalhadores do setor privado, além de um novo estatuto que estabeleça um regime jurídico único para todos os que trabalham no serviço público."

Outro tema tratado na Constituinte e que, lamentavelmente, alguns dos meus Companheiros do PMDB ficaram numa posição contraria ao Programa partidário, é o programa do monopólio estatal do petróleo, que diz o seguinte:

"Com relação ao petróleo, o PMDB defende a manutenção integral do monopólio estatal na pesquisa, lavra, refinação e transporte, como previsto na Lei nº 2.004. Consequentemente, exige o fim dos contratos de risco, que derrogam na prática aquela lei."

Daí, Sr. Presidente, eu entender que a Convenção nos próximos dias 18 e 19 vai colocar o nosso Partido numa posição de definição. Ou ficamos com o nosso Partido, solidários e leais ao povo, ou vamos mentir e trair o povo. Dizer que estar no Governo é diferente de estar na oposição é estelionato político. Eu estou com o Programa de meu Partido e atuarei na Convenção no sentido de fazer com que esse Programa seja respeitado.

O grande drama deste País hoje, Sr. Presidente, é a indefinição do meu Partido. O meu Partido tem que se definir se é governo ou se é oposição. Eu irei adotar esta posição de firmeza. A partir da Convenção verei governo ou oposição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 95

QUINTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 101ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 15 DE JULHO DE 1987.

I – Abertura da sessão
II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente.

COMUNICAÇÃO

Do Senhor Constituinte Antonio Farias, Líder do Partido Municipalista Brasileiro – PMB junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte Israel Pinheiro Filho para integrar, na qualidade de membro suplente, a Comissão de Sistematização.

IV – pequeno Expediente

PRESIDENTE – Comunicação ao Plenário do novo tempo destinado aos períodos da sessão, em face do início da discussão do Projeto de Constituição.

RUY NEDEL – Reclamação sobre demora, pelo Poder Executivo, na resposta a requerimento de informações apresentado pelo orador acerca das despesas administrativas do Inamps.

PRESIDENTE – Resposta à reclamação do Constituinte Ruy Nedel.

NELSON SEIXAS – Duplicação da rodovia BR-116, trecho São Paulo-Curitiba.

JOSÉ ELIAS MURAD – Resultado de pesquisa sobre opinião da juventude em relação a temas discutidos na Assembléia Nacional Constituinte.

BENEDITO MONTEIRO – Expansão demográfica.

DASO COIMBRA – Perfil do Projeto de Constituição.

EDMILSON VALENTIM – Contradições entre as posições defendidas pelo Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, no livro "inflação e Recessão", e a atual política econômica adotada no País.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Reforma agrária.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Propósitos da aquisição, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, de imóveis em Brasília, Distrito Federal.

ENOC VIEIRA – "Manifesto da Maçonaria ao Povo Brasileiro".

RONALDO CÉZAR COELHO – Separação da Companhia Nacional de Álcalis da Alcanorte.

ALUÍZIO CAMPOS – Limitações regimentais impostas à Comissão de Sistematização. Urgente necessidade de revogação das restrições contidas no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte no tocante à proibição de emendar capítulos ou seções do Projeto de Constituição.

ANNA MARIA RATTES – Conveniência da soltura dos presos no Rio de Janeiro com base na Lei de Segurança Nacional. Protesto contra violência sofrida pela Constituinte Dirce Tutu Quadros.

ARNALDO MARTINS – Austeridade, segundo a ótica governamental.

NILSON GIBSON – Liberação de recursos para os Estados e Municípios com a sanção da lei de rolagem da dívida interna. Superávit alcançado na balança comercial em junho.

ANTÔNIO DE JESUS – Necessidade de instalação de universidade federal em Araguaia, Estado de Goiás.

AGASSIZ ALMEIDA – Prorrogação do vencimento dos débitos decorrentes de financiamentos destinados ao custeio contraídos em 1986 e com data de resgate para o segundo semestre de 1987. Liberação das AGF para cooperativas beneficiadoras de sisal no Nordeste.

MAURO BENEVIDES – Restabelecimento da autonomia administrativa e financeira da Regional da Rede Ferroviária Federal no Estado do Ceará.

FERES NADER – Desaprovação do orador à tentativa de reforma ortográfica da língua portuguesa.

SALATIEL CARVALHO – Estratégia dos evangélicos na Constituinte.

FRANCISCO AMARAL – Nomeação do Deputado Ralph Biasi para o cargo de Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia de São Paulo.

DORETO CAMPANARI – Inconveniência da inserção no futuro texto constitucional da liberação total do aborto, da abolição da censura da pornografia e da ampla licença para o divórcio.

EDUARDO JORGE – Solidariedade do orador à luta dos camponeses paraibanos pela reforma agrária.

ADEMIR ANDRADE – Moção, assinada pelo orador e outros Constituintes, à Convenção Nacional do PMDB, pedindo o afastamento do partido do Governo José Sarney.

STÉLIO DIAS – Artigo "Falta Vacinar a Constituinte", publicado na revista **Manchete**, de 10-6-87.

ISMAEL WANDERLEY – Protesto do orador contra anúncio governamental de cortes no orçamento da LBA, com a conseqüente redução de programas sociais na região nordestina.

V – Comunicações das Lideranças

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre tempo destinado às Comunicações de Lideranças, em face do início da discussão do Projeto de Constituição.

VIVALDO BARBOSA – Violência da Polícia Militar do Amazonas na repressão a trabalhadores rodoviários em greve. Responsabilidade política pelos atos de violência.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Desinteresse dos Constituintes pela discussão do Projeto de Constituição. Conveniência da organização do debate constitucional.

OCTÁVIO ELÍSIO – Questão de ordem sobre necessidade de estabelecimento de cronograma para os debates da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Octávio Elísio.

EDME TAVARES – Isenção do Imposto Territorial Rural para as propriedades do semiárido nordestino.

RICARDO IZAR – Agilização do processo de privatização de empresas estatais.

HAROLDO LIMA – Razões da recusa do PC do B em discutir com o Senador Marco Maciel e celebração de pacto nacional. Prévia enunciação, pelos oradores, dos temas a serem discutidos no período destinado a discussão do Projeto de Constituição.

OSVALDO BENDER – Reajustamento do preço do quilo do suíno.

CÁSSIO CUNHA LIMA – Protesto contra o espancamento de trabalhadores rurais, estudantes e jornalistas pela Polícia Militar da Paraíba.

VI – Apresentação de Proposições

VILMA MAIA, VIVALDO BARBOSA, NELSON SEIXAS.

ANNA MARIA RATTES – Reclamação sobre demora pela Mesa, na apreciação de proposta do Constituinte Plínio Arruda Sampaio acerca da organização da discussão do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta à reclamação da Constituinte Anna Maria Rattes.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Questão de ordem sobre não-cumprimento do disposto no art. 5º inciso II do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

OSVALDO BENDER – Questão de ordem sobre direito do Constituinte, na discussão do Projeto de Constituição, versar vários assuntos no mesmo discurso.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Osvaldo Bender.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Questão de ordem sobre impossibilidade material de Constituinte, no espaço de tempo destinado a cada discurso, versar sobre todas as emendas por ele apresentadas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

HAROLDO LIMA – Questão de ordem sobre apresentação de recurso da decisão da Presidência quanto ao cumprimento do art 5º inciso II, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

VIVALDO BARBOSA – Questão de ordem sobre apoio do orador ao recurso interposto pelo Constituinte Haraldo Lima.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Vivaldo Barbosa.

RICARDO IZAR – Questão de ordem sobre improcedência dos argumentos do Constituinte Plínio Arruda Sampaio quanto à natureza dos discursos no período destinado a discussão do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Ricardo Izar.

CRISTINA TAVARES – Questão de ordem sobre urgente necessidade de a Mesa resguardar a liberdade da Constituinte Dirce Tutu Quadros, ameaçada de internamento a força.

AMAURY MULLER – Questão de ordem sobre promoção, pela Mesa Diretora, de interpelação judicial contra o Sr. Ronaldo Caiado, Presidente da UDR, em face das assacadelhas lançadas contra a Assembléia Nacional Constituinte, tendo em vista a auto-aplicabilidade do art 5º, inciso XVIII do Regimento Interno.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

Leite Chaves - Questão de ordem sobre verificação da existência, em plenário, de **quorum** para prosseguimento da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Leite Chaves.

Vivaldo Barbosa – Questão de ordem sobre verificação da existência de **quorum** para prosseguimento da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Vivaldo Barbosa.

NELSON CARNEIRO – Questão de ordem sobre conveniência do acionamento das campanhas para o comparecimento dos Constituintes ao plenário.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Nelson Carneiro.

VII – Ordem do Dia

ANTONIO CÂMARA – Questão de ordem sobre cumprimento dos horários destinados aos diversos períodos da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Antonio Câmara.

ADEMIR ANDRADE – Reclamação sobre demora, pela Mesa Diretora, na apreciação de indicação, propondo a realização de programas, por rádio e televisão, acerca de temas polêmicos na Assembléia Nacional Constituinte. Oportunidade da publicação, pelos jornais brasileiros, do Projeto de Constituição. Aplicação da Lei nº 1.079, definidora dos crimes de responsabilidade, aos Ministros que não respondem a requerimentos de informação da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Ademir Andrade.

JOÃO MENEZES – Questão de ordem sobre validade das inscrições a garantias do horário previamente marcado pela Mesa

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte João Menezes.

TADEU FRANÇA – Questão de ordem sobre cancelamento da inscrição do orador para a discussão do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Tadeu França.

ANTONIO CÂMARA, JOÃO MENEZES (Retirado pelo orador para revisão.) – Discussão do Projeto de Constituição.

VIII – Encerramento

Discurso do Sr. Antônio de Jesus, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** de 4-7-87, que se república por haver saído com omissões: fortalecimento do núcleo familiar no Brasil. Estabelecimento de amplo programa de atendimento à criança e ao jovem.

2 – MESA – Relação dos membros
3 – LIDERES E VICE-LIDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros
5 – ATAS DAS COMISSÕES

(As atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplementos a este Diário.)

Ata da 101ª Sessão, em 15 de julho de 1987

Presidência dos Srs.:Mauro Benevides, Presidente em exercício;
Jorge Arbage, Segundo Vice-Presidente.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Barba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agrípino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluízio Bezerra – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amoril Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Altero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Matiz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Atila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carros Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Délio Braz – PMDB; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feraz Nadar – PDT; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Florestan Fernandes – PT; Flo-

riceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Kúster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio B; Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiwa – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevíum Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Genuíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Rocha – PMDB; José Serra – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – e PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mauricio Campos – PFL; Mauricio Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Max Rosenman – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mendes Ribeiro – PFL; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moyses Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Neto Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes –

PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Nivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 281 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

COMUNICAÇÃO

Do Sr. Líder do PMB, nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães.

Senhor Presidente,

Tendo em vista o que dispõe o parágrafo primeiro do artigo 13 da Resolução nº 2/87 (Regimento Interno da ANC), venho indicar para a vaga de suplente de nossa representação na Comissão de Sistematização, o Constituinte Israel Pinheiro Filho.

Brasília, 14 de julho de 1987.

Atenciosamente, – Senador Antonio Farias, Líder do PMB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Antes de dar a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, a Presidência deseja comunicar aos Srs. Constituintes que, tendo em vista o início, hoje, da discussão do projeto de Constituição, os prazos destinados ao Pequeno Expediente e às Comunicações de Lideranças serão reduzidos à metade. Disponemos, portanto, de trinta minutos para o Pequeno Expediente, o que significa dizer que a cada Constituinte será atribuído o tempo de três minutos, e na Comunicação de Liderança todos os prazos foram reduzidos à metade. O PMDB, que é o partido majoritário, disporá de dez minutos, e os partidos que tinham menos tempo ficarão com um minuto e meio para as suas comunicações.

O SR. RUY NEDEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tens a palavra o nobre Deputado.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS).

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, fomos atendidos pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte no que diz respeito a um requerimento nosso, que, uma vez aprovado, foi encaminhado, no dia 30 de abril de 1987, ao Gabinete Civil da Presidência da República. De acordo como Regimento Interno, art. 62, § 6º, consta que se aguardará no máximo vinte dias para a resposta e tomada de novas providências. Já aguardamos dois meses e meio, e sequer recebemos comunicação do poder respectivo na área da administração pública, o INAMPS, que nos deveria enviar um arcabouço das despesas administrativas, discriminando secretaria por secretaria. Não temos absolutamente nada, embora nosso questionamento tenha sido feito logo no início da instalação desta Assembléia Nacional Constituinte, quando debatemos o problema, que significava, até para a administração pública, a existência de um poder paralelo no Rio de Janeiro. O Ministro da Previdência parece que já está sensível, ordenando uma reformulação profunda, pelo menos no que se refere aos órgãos do seu Ministério, tais como INAMPS, LAPAS, INPS, Funabem e LBA, e na prática está tentando racionalizar essa administração. Enfim, não recebemos absolutamente nenhuma resposta sobre essa questão, e pedimos que a Mesa torne providências no sentido de que esse pedido de informações seja atendido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência responde ao nobre Constituinte Ruy Nadel que diligenciará para a Mesa da Constituinte reclame do Poder Executivo, através do Chefe do Gabinete Civil, o envio a esta Casa das informações constantes do pedido respectivo, aprovado pela Mesa e encaminhado nos termos preceituados pelo § 5º do art. 62 do Regimento Interno da Casa.

O SR. RUY NEDEL: – Sr. Presidente, para esclarecer, o ofício que nos foi encaminhado pelo Secretário-Geral da Mesa é de nº 41.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa, atenta à norma encaminhada pelo nobre Constituinte, adotará as medidas de sua alcada a fim de que as informações cheguem a esta Casa, remetidas pelo Exmº Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da Repúblca.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Nelson Seixas.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a Rodovia Regis Bittencourt, BR-116, é uma das vias de maior importância, não só para a região do seu traçado como para todo o Sul do País, pois é por ela que passa quase todo o fluxo de veículos que ligam os Estados sulistas, fazendo ainda a ligação com Santa Catarina e Paraná, e com o Uruguai, Argentina e Chile.

Para se ter uma idéia da sua importância, basta lembrar que somente no trecho Curitiba – São Paulo foi registrado uma média diária de trânsito em torno de 9.000 veículos, sendo 2.500 carros de passeio 450 ônibus, 226 caminhões leves, 500 caminhões médios, 3.000 caminhões pesados – desses 2.000 são reboques. Enfatizamos

que a maioria é constituída de veículos de carga, o que caracteriza a importância da rodovia no transporte das riquezas nacionais.

Com tal volume de trânsito ela se coloca entre as maiores rodovias do Brasil e, talvez, da América do Sul.

Nessa rodovia, no trecho compreendido entre Curitiba e São Paulo, existem dezenas de "pontos negros", com alta incidência de acidentes, muitos deles fatais. Ela é chamada "Rodovia da Morte", "Rodovia Assassina" pelos caminhoneiros. Existe um local, uma ponte em Jacupiranga, que é chamado de "Recolhimento de Cadáveres", apelido dado pelos moradores da região, tendo em vista o grande número de acidentes, com vítimas, que ocorre no local.

Esses "pontos negros" são causados principalmente pela própria formação do sítio geográfico, que é constituído por montanhas e serras, fazendo com que o traçado da rodovia tenha muitas curvas, lombadas e dificuldades para a construção de acostamentos adequados.

Por causa desses problemas foi criado, no dia 22 de abril deste ano, o Movimento Pró-Duplicação da BR-116, trecho São Paulo – Curitiba, na cidade de Registro, no Estado de São Paulo, formado pela população das cidades cortadas pela rodovia, que vem solicitar o meu apoio, que considero uma reivindicação das mais justas, tanto que, mesmo não sendo representante da região, faço esse pronunciamento para sensibilizar a classe política, principalmente os parlamentares de São Paulo e do Paraná, e o próprio Governo Federal, para que se juntem em favor da resolução desse angustiante problema.

Esse movimento foi criado, Sr. Presidente, após algumas constatações surpreendentes. Somente no ano de 1986 houve, neste trecho, 1.646 acidentes, com 1.057 feridos e 106 mortos nos locais dos acidentes e no primeiro semestre deste ano de 1987 já aconteceram outros 44, causando a morte de 78 pessoas ou seja, quase uma morte por dia, superando até mesmo a Via Dutra proporcionalmente, uma vez que de maior tráfego é já com pista dupla na sua totalidade.

Fui informado de que já existe um projeto aprovado no DNER para a complementação da duplicação dessa rodovia, no trecho Curitiba – São Paulo, em torno de 250 quilômetros, sendo 210 dentro do Estado de São Paulo e 40 no Paraná, faltando apenas a liberação dos recursos pelo Ministro dos Transportes.

Trata-se de uma obra de urgência, sem entrar no mérito da necessidade da construção da Ferrovia Norte–Sul, que consumiria em torno de 2,5 bilhões de dólares, com talvez um décimo desse valor, poder-se-ia duplicar a BR-116, que é, também, uma justa e importante obra para o nosso desenvolvimento.

Estou encaminhando à Mesa requerimento para que sejam solicitadas informações ao Ministério dos Transportes sobre o assunto.

Era o que tinha a dizer.

REQUERIMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR.

Exmº Sr. Dr. Ulysses Guimarães Digníssimo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Requeiro a Vossa Excelência que, na forma regimental, seja encaminhado um pedido de informação ao Ministério dos Transportes sobre os seguintes assuntos:

1º) Se consta no Plano Viário Nacional projeto sobre a duplicação da Rodovia Regis Bittencourt, BR-116, no trecho entre Curitiba e São Paulo.

2º) Caso exista o projeto, qual a dotação orçamentária e se já foram liberados os valores.

3º) Não havendo dotação para o presente exercício, se consta no rol de recursos para o ano de 1988.

N. Termos

P. Deferimento.

Brasília, 13 de julho de 1987. –
Deputado Nelson Seixas.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O QUE PENSAM OS JOVENS SOBRE ALGUNS ASSUNTOS POLÊMICOS NA CONSTITUIÇÃO

Aborto, pena de morte, liberação da maconha, reforma agrária e jogo, como devem ficar na nova Constituição Brasileira? Eis a opinião de 219 jovens estudantes de um conhecido colégio de Belo Horizonte.

Introdução

Alunos do Colégio Loyola, um dos mais conhecidos e conceituados de Belo Horizonte, sob a supervisão da Prof Carminha Junqueira Caetano, resolveram investigar a opinião dos jovens sobre cinco temas dos mais polêmicos da atualidade, o aborto, a pena de morte, a reforma agrária, o jogo e a maconha. Outrossim, quiseram, com o trabalho que a mim encaminharam, dar a sua participação, junto à Constituinte, para uma abordagem mais sincera e atual sobre esses cruciais problemas.

Vejamos o que pensam esses jovens estudantes secundaristas sobre cada um deles:

1 – O aborto – O resultado da pesquisa foi o seguinte:

Contra a liberação.....	110 jovens ou 50%
A favor da liberação.....	97 jovens ou 44%
Abstenções.....	12 jovens ou 5%

Isto quer dizer que as opiniões se encontram quase divididas, com 50% dos jovens se pronunciando contra e cerca de 44% a favor. Os que votaram contra justificaram que o aborto não passa de um ato de assassinato, um método para se evitar um filho indesejável. Outros jovens afirmaram que "aquele que fez tem que assumir", e que só Deus tem direito de tirar a vida. Alegaram também o trauma psicológico que recai sobre a mulher que aborta.

Os que votaram a favor alegaram que muitas vidas são perdidas em clínicas clandestinas e nas mãos de "curiosos", e também que o aborto já é praticado clandestinamente, favorecendo, geralmente, as pessoas de mais recursos. Ainda mais: se não se pode dar uma vida digna aos filhos, é melhor que elas não nasçam.

Esta pesquisa feita entre os jovens estudantes veio corroborar uma observação que já tínhamos notado a nível da Constituinte: a grande controvérsia sobre a legalização do aborto. Tanto assim que nas subcomissões onde o assunto foi abordado optou-se por não se colocar nada a nível constitucional. No máximo, poder-se-á cuidar do assunto em legislação complementar ou, quem sabe (como alguém sugeriu), após um plebiscito, a nível nacional, como se fez na Itália há algum

tempo. Com todo o País opinando, seria possível estabelecer uma legislação que venha ao encontro dos desejos da maioria.

2 – O jogo – Eis o resultado:

A favor da liberação.....	97 jovens ou 44%
Contra a liberação.....	37 jovens ou 17%
Abstenções.....	84 jovens ou 38%

Este é um resultado que parece, a princípio, algo inusitado, pois todos sabem que, no Brasil, o jogo é ilegal. Acontece que os jovens da atualidade são muito coerentes em suas atitudes. Tanto assim que os defensores da sua liberação afamaram "que já se joga muito neste país" e que "não existem grandes diferenças entre loteria, loteria esportiva, loto, jogo do bicho e jogos de azar". Há também os que alegam o incremento do turismo e a criação de novos empregos, possibilitando maior fiscalização por parte das autoridades, diminuindo, assim, a corrupção e a exploração.

A pequena percentagem dos que votaram contra (17%) alegou que o "jogo traz apenas um falso progresso, desviando a mão-de-obra local de suas atividades produtivas". Além disso, facilitaria a desagregação de famílias, criando também condições para o aparecimento de organizações criminosas, que, às vezes, florescem em tal ambiente. Outrossim, é interessante observar o elevado número de abstenções (38%), o que é natural, pois, tendo sido o jogo proibido no Brasil em 1946, os jovens atuais não conviveram com ele na legalidade.

3 – Pena de morte – Este assunto tão atual e controvertido mostrou os seguintes resultados:

A favor da pena de morte.....	102 jovens ou 46%
Contra a pena de morte.....	90 jovens ou 41%
Abstenções.....	27 jovens ou 12%

Pelo resultado verifica-se que é muito pequena a diferença entre aqueles que se declararam a favor da pena de morte e os que se declararam contra (46% e 41% respectivamente), havendo cerca de 12% sem opinião formada.

Os que se declararam a favor da pena de morte chegaram à essa conclusão por causa do clima de violência em que vive o País, julgando que quem matou tem que pagar igualmente pelo seu crime (a pena de Talão), considerando que há crimes imperdoáveis e criminosos irrecuperáveis. Julgam também que a pena máxima poderá diminuir o número de crimes e que o nosso sistema carcerário não recuperaria ninguém.

Já os que votaram contra o fizeram na base da falha e da fragilidade da Justiça brasileira e que um erro cometido seria irreparável. Outrossim, julgam que ela irá atingir apenas aqueles que não têm dinheiro para subornar ou pagar bons advogados e que a vida é um dom de Deus e que o homem não tem o direito de tirá-la. Uma observação importante desses jovens é a que afirma que a pena de morte acaba com o violento, mas não com a violência.

4 – A reforma agrária – Eis o resultado:

A favor da reforma agrária.....	96 jovens ou 44%
Contra a reforma agrária.....	38 jovens ou 17%
Abstenções.....	85 jovens ou 39%

Apesar do elevado número de abstenções (39%), a maioria dos jovens mostrou-se favorável à reforma agrária (44%), sendo baixa a percentagem dos que são contra ela. É interessante ob-

servar que os alunos submetidos à pesquisa pertencem a um colégio de classe média para cima.

Os que afirmaram favoravelmente julgam que a reforma agrária é imprescindível e urgente, pois poderá fixar o homem no campo, diminuindo o êxodo rural. Outrossim, também perguntam por que tanta terra nas mãos de tão poucos, e como o homem do campo e sua família podem passar fome em um país que possui tão vasta extensão territorial.

Aqueles que votaram contra assim o fizeram por achar que tudo não passa de uma jogada política da Nova República e que o País não tem ainda recursos econômicos para isso. Também acham que se deve respeitar o direito à propriedade privada e que, possivelmente, não se tocará nas terras do Estado e das igrejas e que as experiências feitas até agora fracassaram.

5 – A liberação da maconha – Neste item o resultado foi o seguinte:

Contra a liberação.....	150 jovens ou 68%
A favor da liberação.....	29 jovens ou 13%
Abstenções.....	40 jovens ou 18%

Considero este um dos dados mais sugestivos da pesquisa, pois ele mostra que, ao contrário da crença corrente entre alguns liberais avançados, a grande maioria dos jovens (68%) é contra a liberação da maconha, sendo muito pequeno o índice dos favoráveis (13%), enquanto as abstenções também são pequenas (18%).

Outro ponto a ser salientado é que entre as cinco questões consideradas polêmicas esta é a menos polêmica de todas, pois há quase um consenso a respeito da necessidade de manter-se tal droga sob controle. Tanto assim que a soma dos a favor com as abstenções é inferior em menos da metade daqueles que são contra.

Os que opinaram contra a liberação apresentaram como principais argumentos os de que, se a maconha não produz dependência física, provoca dependência psicológica, e que é o caminho mais certo para o uso de outras drogas, sendo também uma fuga e alienação da própria vida. Isto mostra um fato sugestivo. É o de que muitos dos nossos jovens já se encontram bem instruídos sobre os riscos do uso da maconha.

Os que votaram a favor fizeram – como sempre – as alegações clássicas. Uma delas é a de que o Estado não tem o direito de interferir na liberdade individual. Outra é a de que tudo que é proibido é mais tentador e que existem grandes diferenças entre a maconha e as outras drogas consideradas mais pesadas, como a cocaína e a heroína. Há os que também argumentam com a comparação tradicional dessa droga com o álcool e o tabaco, que são livres e socialmente aceitos.

Nestes poucos casos – ao contrário do anterior – verifica-se alguma ignorância sobre os efeitos reais da maconha, sobretudo na sua comparação com as bebidas alcoólicas e o tabaco, comparação que, como se sabe, é bastante difícil porque não se pode comparar um tabagista crônico (onde os males do fumo realmente aparecem) com o usuário da maconha que, proporcionalmente, usa a droga muito menos. Quanto ao álcool, como se sabe em sua maioria os usuários são bebedores eventuais, esporádicos ou sociais. Os dependentes (alcoolistas) variam de 4 a 10%, de acordo com diversos fatores raciais, genéticos, ambientais etc.

Conclusão

Como se vê, trata-se de um estudo muito interessante e oportuno feito pelos alunos do 2º ano do 2º Grau do Colégio Loyola de Belo Horizonte. É um trabalho que merece meditação e, sem dúvida, servirá de subsídio aos constituintes que trabalham na elaboração da nova Constituição brasileira.

Outrossim, pretendo enviar este documento, se possível, a todos os parlamentares, uma vez que já ultrapassamos as primeiras fases das subcomissões e da comissão temática, onde ele poderia ter servido para uma melhor discussão dos temas propostos, todos eles atuais e importantes. De qualquer maneira, ainda há tempo, porque sua discussão poderá servir tanto à grande Comissão de Sistematização ou, então, aos futuros debates no plenário.

De qualquer maneira, estão de parabéns os jovens que o elaboraram, bem como a Prof. Carminha Junqueira Caetano, que o coordenou, e a direção do Colégio Loyola, que permitiu e facilitou tal tipo de pesquisa.

Como se vê, quando se dá oportunidade aos jovens, eles são capazes de produzir coisas de valor. As vezes, até melhores que muitos adultos, até mesmo que alguns poucos (felizmente) constituintes que têm falado sobre a possível liberação de drogas. Que este trabalho lhes sirva de alerta, é a minha esperança, o meu desejo e, até mesmo, a minha fé.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, realmente falar em três minutos é um trabalho muito difícil, principalmente quando o tema é muito importante. Mas nesses três minutos que me são dados, quero lembrar aos Constituintes a questão da expansão demográfica do mundo.

No dia 11 deste mês a humanidade comemorou formalmente o nascimento de um bilhão de pessoas no mundo moderno. As revistas e os jornais estão cheios de estatísticas. Uma delas é assombrosa no Brasil: nascem mais crianças do que se somando as que nascem nos Estados Unidos e na União Soviética. Portanto, por maior que tenha sido o controle, por maior decréscimo que tenha havido, nesse sentido, a natalidade no Brasil ainda é um tema muito importante.

Trago este assunto à tribuna porque, durante o período em que estamos discutindo e examinando as questões nacionais, tenho me preocupado muito com a situação dos quarenta milhões de brasileiros que vivem em estado de pobreza absoluta. Se a população do Brasil cresce nessa proporção, com 220 crianças nascendo por minuto, imaginem que tipo de planejamento o Governo, ou quem quer que seja, pode fazer para este País.

Fico preocupado, torturado e angustiado, por exemplo, com relação à reforma agrária, o grande projeto do povo brasileiro.

Que tipo de reforma agrária pode fazer este Governo se a cada hora ele é solicitado por milhões e milhões de brasileiros que precisam de condições mínimas para sobreviver? Então, é absurdo pensar em planejamento num País cuja população é aumentada nessa proporção.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de deixar para reflexão de V. Ex.^a esse problema. Que adianta fazermos uma Constituição perfeita, aca-

bada, se não temos o remédio para o principal mal dessa população, que é a sua expansão e a defasagem e existente entre o seu crescimento e qualquer tipo de plano que o Governo possa imaginar?

O SR DASO COIMBRA (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, finalmente, chegamos ao ponto de onde deveríamos ter partido. Agora podemos elaborar uma Constituição. Temos um texto base, oriundo das Subcomissões específicas e das Comissões Temáticas, minimamente sistematizado pelo Relator da Comissão de Sistematização.

Se tivéssemos partido de um texto base, aquele da Comissão nomeada pelo Presidente da República, ou qualquer texto constitucional, como por exemplo o de 1946, estariam mais adiantados em nossos trabalhos e não experimentaríamos a série de críticas que são feitas diariamente a esta Assembléa Nacional Constituinte, em razão das impropriedades e das incongruências que o nosso texto base revela e expõe.

Por outro lado, partindo de um nada, como se deuses fôssemos no ato da criação de alguma coisa, pudemos nos descobrir e nos revelar. Hoje sabemos quem é quem neste Plenário. Poucos – conseguiram esconder seus interesses, Ideologias, comprometimentos e, sobretudo, a seriedade ou não com que se devotam ao trabalho de elaborar a nova Constituição.

Mas o perfil que temos da Constituição em gestação não é bom. Sofre o projeto a falta de uma harmonia, de pontos comuns, de coerência doutrinária e ideológica, de ajustamento à vontade do povo, da qual anda distante, buscando soluções casuísticas e mais voltadas para interesses localizados.

Temos um texto longo que, na medida em que se torna prolixo, mais se perde em suas finalidades disparas. Serve de parâmetro a esta afirmação tudo o que se contém, desde o art. 1º do projeto até o art. 17, no referente aos Princípios Fundamentais da Constituição e dos Direitos e Liberdades Fundamentais devidos e garantidos ao indivíduo e à sociedade, com o que e da previsto a partir do art 257, naquilo que cuida da Tributação e do Orçamento, da Ordem Econômica e Financeira e da Ordem Social.

Se as primeiras disposições são abrangentes e não raro utópicas, as demais são restritivas, em descompasso com aquelas. Direitos e liberdades são assegurados sem que os meios à prática daqueles direitos e das liberdades sejam garantidos. A visão do social não se compatibiliza com a realidade econômica e financeira do País. O que se quer dar está longe do que se pode dar ou do que se tem para dar. Cria-se, desta maneira, o que podemos chamar de institucionalização do conflito entre o Estado e a Sociedade, pois esta, somente tem direitos e liberdades, e aquele, somente tem deveres que não pode cumprir realmente.

Este fenômeno, Sr. Presidente, deixa em situação crítica o Constituinte. Aqueles que engendraram a institucionalização do conflito são os mesmos que vão acusar a quantos queiram ser mais racionais e equilibrados de estarem laborando conta o povo, contra o trabalhador, contra o assalariado e empregado. Em verdade, não é nada disto. Precisamos ser sinceros e responsá-

veis no trabalho que estamos produzindo. Somos todos solidários com o trabalhador e o assalariado. Somos todos reconhecedores de que o salário, hoje, é vítima de injunções do capital. Entretanto não podemos querer chegar à utopia, à irrealidade apenas para fazer demagogia e figurar como um bom moço.

Pessoalmente, Sr. Presidente, estou certo de que aqui não compareço para promover o que o Estado não pode garantir. E o nosso texto base está cheio de promessas que se tomam um dever do Estado. Em verdade, em assim sendo, estamos desestabilizando o Estado, pois este será o primeiro a não cumprir os preceitos constitucionais, se adotadas todas as incongruências e disparidades que temos em nossas mãos para exame.

O trabalho que nos espera, de ora em diante, tem início na discussão do projeto do Relator e na apresentação de emendas ao que chamo de texto base. Tenho como difícil a tarefa de emendar aquele texto. Como igualmente foi impossível sistematizar o que veio das Comissões Temáticas.

Os sistemas se baseiam em situações e em princípios convergentes. Não se sistematiza aquilo que se opõe entre si mesmo. É possível sistematizar o socialismo, o comunismo, o capitalismo. É possível sistematizar a doutrina cristã. Mas sistematizar cristianismo com ateísmo é algo incompatível, como incompatível é sistematizar presidencialismo com parlamentarismo, capitalismo com comunismo, esquerda com direita, etc. No arremedo de Constituição que recebemos para emendar, tudo o que é disparate está presente. E como não se pode sistematizar disparidades, igualmente torna-se quase impossível emendar disparidades.

Não foi possível ao Relator sistematizar o geral com o particular, o ordinário com o especial, o constitucional com o não constitucional. E nós teremos que emendar estas coisas, cada qual a seu talento, ao seu modo de ver, sem uniformidade, sem princípios básicos anteriormente definidos, sem fundamentos convergentes.

Por isso, Sr. Presidente, temo que ainda haja entre nós quem pense que necessário se faz dizer expressamente na Constituição que o homem não precisa amamentar, que a vida somente é própria a quem nasce vivo, que é possível a interpenetração dos estratos sociais, deixando o índio ser índio e o branco ser branco, que a doença é uma ofensa ao direito no instante em que é dever do Estado assegurar a saúde de cada um de nós, mesmo daqueles que estragam seus dias nos vícios e na promiscuidade; que a propriedade urbana vale dinheiro e a rural vale papel de resgate duvidoso.

No modo como está, o projeto de Constituição é um monstro que a todos há de devorar, estabelecendo o caos, para depois desaparecer sozinho. E se alguém conseguir sobreviver, verá.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EDMILON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nosso Ministro Bresser Pereira é realmente engraçado, mas a sua graça é para os grandes grupos econômicos. O Ministro Bresser Pereira escreveu um livro, em 1984, chamado "Inflação e Recessão", em parceria com Yoshiaki Nakano, hoje seu principal assessor no Ministério da Fazenda, onde dizia:

"A inflação é, na verdade, resultado de uma luta feroz pela divisão do excedente econômico, ou seja, o lucro. Esta luta trava-se ao nível das empresas.

Aquelas que forem capazes de aumentar mais e mais rapidamente seus preços, aquelas que tomarem a dianteira do processo inflacionário serão certamente as beneficiárias".

E complementa: "Em um nível mais amplo, entretanto, esta luta se trava entre classes sociais. Nos países subdesenvolvidos, ela é a forma, por excelência, através da qual os capitalistas reduzem os salários reais dos trabalhadores, criando o que seus ideólogos chamam de "poupança forçada", mas que na verdade não passa de um aumento relativo na taxa de lucro das empresas", assegurando "taxas de crescentes lucros e acumulação de capital."

Ao analisar a política adotada por Delfim Netto a partir de 1981, de buscar a qualquer preço elevados superávits comerciais para garantir o pagamento dos banqueiros. Bresser observa: "Esta opção, ao que tudo indica, consciente, por parte do governo, pela prioridade ao equilíbrio da balança comercial às tortos do aumento da taxa inflacionária nos leva a lembrar que a inflação é afinal funcional para a acumulação capitalista na medida em que transfere a renda dos assalariados e dos setores capitalistas politicamente mais fracos, ou não considerados prioritários pelo sistema de planejamento, para os setores capitalistas mais dinâmicos e poderosos".

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Ministro Bresser Pereira, que em 1984 fazia essas justas críticas, hoje faz a mesma coisa, simplesmente com a ótica dos grandes grupos econômicos, ou seja, é contra a escala móvel, mas é a favor de um programa móvel.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sem dúvida alguma reforma agrária foi o tema mais apaixonante de todos os desenvolvidos nesta Assembléia Nacional Constituinte, o que polarizou as atenções e fez com que os debates ganhassem um nível, se não o mais elevado, seguramente o mais acirrado. Neste momento, a reforma agrária é – quem sabe? – o nervo exposto desta sociedade corrompida por anos de ditadura pelo Governo da Nova República que nada fez para mudar as estruturas de exploração deste País. A reforma agrária é, portanto, o ponto central da democratização e das mudanças que o País reclama para atender às necessidades dos trabalhadores do campo e da cidade.

Esse tema é tão forte no Brasil que verificamos que a reação a ele extrapola, e muito, o âmbito desta Assembléia Nacional Constituinte. Agora mesmo assistimos, na cidade mineira de Iturama, a fatos da maior gravidade que denunciam à Casa. Cento e vinte famílias já assentadas pelo INCRA na fazenda Barreiro, com imissão de posse já fornecida ao Governo Federal, sofreram atentado por parte da Polícia Militar de Minas Gerais. Através de uma liminar absurda, emitida pelo Tribunal Federal de Recursos, foi mantida a boiada do latifundiário nessas fazendas, onde estava há qua-

se um ano. Aqueles que trabalham a terra viram, na semana passada, suas lavouras serem invadidas e pisoteadas pelos bois e toda a produção do ano ser destruída em poucas horas.

Aquelas famílias foram lançadas à fome. E o Governador de Minas Gerais, em lugar de retirar dali o latifundiário, mandou a Policia Militar com cassetetes elétricos e bombas prender 107 trabalhadores rurais, numa atitude das mais indígenas para um Governador eleito diretamente pelo povo.

É por isso que a reforma agrária tem de caminhar na Assembléia Nacional Constituinte. Do contrário, ela vai acontecer, na prática, nos campos brasileiros, porque os trabalhadores que lá estão não se curvaram a esse tipo de violência, resistindo à Policia Militar e ao Governador Newton Cardoso. Hoje, estão aqui presentes, exigindo que seus problemas sejam resolvidos, do contrário, realizarão a reforma agrária pelas próprias mãos. Isto tem de ser resolvido aqui.

A reforma agrária virá pela lei, ou "na marra." (Palmas nas galerias.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, venho a esta tribuna por estranharia que até agora nenhum comentário tenha sido feito a respeito da aquisição de mais de 300 imóveis pela Previdência Social, tendo sido gastos mais de 1 bilhão de cruzados, enquanto ela mesma continua sonegando benefícios a seus aposentados e pensionistas.

Não sei se o Sr. Ministro está querendo fazer algum **lobby** com imobiliária ou se está querendo fazer alguma jogada, para ser candidato a Governador do Rio de Janeiro em 1990 ou a Prefeito daquela cidade em 1988.

S. Ex.^a não está preocupado com o aposentado e pensionista, mas em fazer média, pois, através de um projeto enviado a esta Casa, concedeu aos clubes de futebol anistia da sua dívida. Esses mesmos clubes fecham-se num pequeno grupo e, na verdade, querem alijar os outros clubes do País. Trata-se de clubes importantes, que recebem dinheiro da Loteria Esportiva e do Governo, graciosamente. Lamentavelmente, o Ministro está-se preocupando com isso.

Na verdade, eu queria deixar registrado que, enquanto muitos aposentados e pensionistas não têm onde morar, vivendo debaixo de pontes, não tendo o que comer nem remédio para se medicar, S. Ex.^a está jogando dinheiro fora, dizendo que está investindo para a Previdência Social.

Acredito que o Sr. Ministro esteja investindo num outro contexto e deixando de pagar os benefícios justos ao aposentado e pensionista. Solicitamos a S. Ex.^a urgentes providências neste sentido. Se os aposentados e pensionistas não podem fazer greve, vamos fazer uma passeata, parando o Ministério e obrigando-o a fazer uma greve. O que se faz com aposentado e pensionista nesta terra é sem-vergonhice desse Ministro. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ENOC VIEIRA (PFL – MA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo apresentar a manifestação que a Maçonaria brasileira faz chegar a todos os lares e, sobretudo, a esta Casa:

"MANIFESTO DA MAÇONARIA AO POVO BRASILEIRO

Grande Oriente do Brasil

I – A nossa Pátria está mergulhada em grave crise política, econômica, financeira, social e moral, que conduz nosso povo à profunda intranqüilidade. Além da fome crônica que campeia na grande maioria dos lares, causa preocupação a convivência com misérias maiores: 1) a corrupção, quase sempre praticada sob o manto da impunidade; 2) a mendicância, que humilha e deprime; 3) a imoralidade que nos agride, até mesmo na intimidade dos nossos lares, por alguns meios de comunicação, enquanto os crimes de toda ordem se multiplicam; 4) as desigualdades sociais gritantes com empregados, subempregados e desempregados aviltam milhões de brasileiros que não conseguem viver e manter sua família com dignidade. Tais desigualdades são terreno fértil para a pregação de ideologias radicais e alienígenas; 5) a violência atinge o seu clímax, não pouRANDO nem mesmo a figura do Presidente da República. São agressões, incêndios, saques e toda sorte de indisciplina; 6) a inflação que desvaloriza o trabalho gera a incredulidade empresarial, causa desemprego e resulta na recessão.

II – Neste quadro, a Maçonaria, do alto de sua experiência multissecular, tem o dever de se posicionar e o faz nos seguintes termos:

1) repudia todas as formas de violência, que servem apenas a aventureiros e a extremistas de direita e de esquerda, ávidos de poder, 2) entende que o processo de desestabilização das instituições prejudica a Pátria e compromete a democracia; 3) reconhece que a propriedade da terra é um direito social, e como tal, há que ser produtiva e utilizada em benefício da sociedade; 4) proclama que, devem ser estimulados a educação e o ensino técnico-profissional, em todos os níveis, assegurada a gratuidade aos mais carentes e garantida a livre iniciativa; 5) defende, como sempre, os princípios democráticos e a consolidação do regime.

III – A Maçonaria, atenta e atuante, se mantém no firme propósito de pugnar pelas garantias das instituições livres e pronta à defesa da liberdade do povo brasileiro, seu bem supremo, que só deve existir lado a lado com a democracia, pelo que propõe: 1) eliminação dos focos de misérias sociais, a fim de atenuar o sofrimento do povo, com a busca de soluções práticas e objetivas; 2) reforma tributária imediata que atenda aos interesses dos Estados e dos municípios; 3) imprescritibilidade dos crimes de tortura e de corrupção; 4) manutenção das eleições diretas em todos os níveis; 5) perícia na dívida externa, para comprovação dos ingressos, das aplicações e dos saldos atuais; 6) monopólio estatal dos minerais estratégicos e seus derivados, de forma absoluta, e rígido controle pelo Estado nos setores da economia, da ciência e da tecnologia; 7) apoio aos Constituintes para que se mantenham acima de quaisquer pressões ilegítimas e possam dar ao País uma Constituição justa e duradoura.

O Grande Oriente do Brasil manifesta, enfim, o convencimento pleno de que todos os brasileiros, maçons ou não, cumprirão com o seu dever em benefício da Pátria e em louvor ao homem plasmado por uma espiritualidade natural, que o faz criatura sublime, em busca da perfeição, do aprimoramento do seu saber e do seu destino grandioso.

Brasília, 4 de julho de 1987. — **Jair Assis Ribeiro**, Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil.

O SR. RONALDO CEZAR COELHO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna esta tarde para encaminhar ao Sr. Ministro das Minas e Energia um justo pleito de todo o Estado do Rio de Janeiro, da Região dos Lagos especificamente dos Sindicatos dos Empregados da Companhia Nacional de Ácalis.

Há dez anos essa companhia, sediada no Município de Cabo Frio e Arraial do Cabo, vem sofrendo com a falta de investimentos e de atenção por parte do Ministério, necessitando, pois, de ampliação da capacidade de produção e oferta de emprego. Por isso estamos dando apoio ao Sindicato na campanha, que ora inicia, de separação da Companhia Nacional de Ácalis da Alcanorte, no Rio Grande do Norte, para que cada uma de *per si* possa ter seus investimentos, sua capacidade de desenvolvimento e geração de empregos.

É o desejo de justiça do povo fluminense para o povo da região dos Lagos: a multiplicação da oferta de empregos na região da Companhia Nacional de Ácalis através da duplicação de sua produção estacionada há dez anos em 200 mil toneladas/ano. É interesse do Estado do Rio de Janeiro o aumento da geração de impostos e de empregos na atividade econômica na região.

Sr. Presidente, queria trazer ao plenário, esta tarde o meu apoio ao notável Sindicato dos Empregados da Companhia Nacional de Ácalis e encaminhar ao conhecimento do Exmº Sr. Ministro Aureliano Chaves, esse movimento de bom senso e de racionalidade econômica que visa à separação da Companhia Nacional de Ácalis, no Rio de Janeiro, da Alcanorte, no Rio Grande do Norte, cujos investimentos vêm paralisando a nossa Companhia no Rio de Janeiro.

Era somente isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr. Presidente, Sr e Srs Constituintes, as limitações impostas à Comissão de Sistematização pelo Regimento Interno da Constituinte não nos permitiram enviar a este plenário um projeto jurídica e politicamente bem ordenado e razoavelmente redigido.

O que aqui chegou foi um mero repositório da coleta efetuada pelas 24 Subcomissões, através de trabalhos difusos e descoordenados, quase todos precariamente filtrados e mal depurados.

A determinação de excluir emendas de mérito e os exíguos prazos concedidos ao Relator e à própria Comissão impediram, porém, o exercício da verdadeira tarefa de sistematizar.

Ainda pensei em discutirmos preliminarmente a extensão do conceito dessa tarefa, por entender que compreenderia a atribuição de eliminar o su-

pérfluo e o contraditório, ordenar racionalmente a distribuição da matéria constitucional e optar pela estruturação da ordem política, econômica e social, resultantes do balanço das preferências manifestadas nos relatórios básicos, tudo isso expresso mediante forma que desse ao projeto feito e conteúdo de Constituição.

Mesmo na primeira fase do trabalho, deveria ter sido essa a nossa missão inicial, apesar das restrições contidas no art. 19 do Regimento interno. Mas o ilustre Relator recebeu, das Comissões Temáticas, matéria tão enxundiada e descoordenada, que preferiu arrumá-la sob critérios meramente formais, através do Prodases. Das 5.624 emendas apresentadas só incorporou ao anteprojeto 399, rejeitando ou deixando fora de apreciação as 5.225 restantes.

Tais ocorrências evidenciam que a Comissão não poderia fazer nada melhor do que acolher o acordo de lideranças para remeter ao Presidente Ulysses Guimarães o precário e gordo projeto, com todas as emendas não aproveitadas pelo Relator, deixando para trabalhar sobre ele quando retornar do Plenário com a sobrecarga do seu emendamento.

Não quis a Comissão limitar nem recusar nenhuma proposta de qualquer dos Srs. Constituintes, para não os obrigar a repetir o trabalho de reapresentá-las. Tudo o que fizeram continuará validado para oportuna apreciação. Esta solução, além de poupar-lhos, representou uma economia da ordem de 240 milhões de cruzados para o Congresso Nacional.

A decisão também resguardou a Comissão de qualquer envolvimento na apreciação do projeto, que contém muita coisa aproveitável depois de peneirada. Poderíamos tê-lo recusado, a fim de apurar o seu imediato enxugamento. Mas essa opção prejudicaria a normalidade da elaboração constitucional, tal como se encontra regulada.

Enfim, aqui está ele, sem aspecto de Constituição, porém como um manancial de sugestões contraditórias.

Além disso, demonstrou que não devemos manter a regulação estatuída para os procedimentos futuros.

Precisamos imediatamente reformar o Regimento. Alguns dos seus dispositivos continuarão a obstruir e prejudicar a eficiência da Comissão de Sistematização e a votação do seu substitutivo, se não forem logo modificados.

Estamos desenvolvendo entendimentos para obtenção de consenso em torno dessas modificações, a fim de que a Mesa da Assembléa Nacional Constituinte assuma a iniciativa de, ela própria, propor a resolução modificativa.

As restrições contidas nos arts. 23, § 2º, 25, § 2º, 26, § 2º e outros, devem ser removidas. Não se justifica a proibição de emendar capítulos ou seções ou de somente emendar matéria nova, no provável substitutivo da Comissão de Sistematização.

O substitutivo é um novo projeto, que absorve e liquida o projeto anterior, constituindo autônoma e indivisível proposição. Não deve ser analisado sob critérios excluientes de qualquer das suas normas. Ao ser elaborado, obviamente se fundamentará em todo o material preexistente e também nas inovações introduzidas, passando a ser a própria expressão do parecer final, para efeito de discussão e votação. Poderá resultar, portan-

to, de supressões, modificações, adições, transposições e fusões, enriquecidas por novos dispositivos.

Se assim poderá ser, imaginem a confusão decorrente da análise e verificação do que será matéria velha e matéria nova para o pinçamento da que possa ser emendada.

Essa dificuldade, de consequências imprevisíveis, só será transposta se modificarmos o parágrafo 2º do art. 26. Se não o fizermos, nem até o meio do ano de 1.988 teremos a Constituição promulgada. E, para fazê-la, não nos devemos auto-flagelar.

O insatisfatório resultado da etapa até agora cumprida, requereu exagerado esforço físico e mental, obrigando os Constituintes a se desgastarem, dia e noite, em horários contínuos, porque se tomou Insuficiente o tempo regimentalmente previsto para o exame das muitas sugestões e proposições apresentadas.

A experiência aconselha a sermos mais precavidos.

Ademais, abriu-se o precedente da participação popular direta, depois de 23 anos de repressão, tornando-se explosiva a ansiedade de participar por qualquer meio. E esse é um novo problema criado ao exercido da democracia representativa.

Hoje, começaremos a receber as emendas populares, que serão discutidas e votadas sob a pressão do seu lobismo, nas galerias deste Plenário. É uma nova realidade, com peso específico, na feitura da Constituição, cabendo aos Constituintes admitir ou não o funcionamento paralelo da participação direta, ao lado dos representantes eleitos, mediante voto direto e secreto.

Além desse problema, outros de relevante interesse nacional estão desafiando a nossa competência de elaborar uma boa Constituição. Para tanto, precisamos de seriedade, capacidade de coordenação, através de entendimentos patrióticos e de suficiência de tempo.

Não convém condicionar a elaboração constitucional ao rigor de prazos estranguladores.

Não fará muita diferença promulgar a Constituição ainda este ano, a 15 de novembro ou pouco depois, ou, por exemplo, no dia 21 de abril de 1.988, em homenagem a Tiradentes e a Tancredo Neves.

O importante mesmo será termos juízo para produzi-la como fulvo de duradouro ordenamento constitucional, que possa continuar legitimado, com ou sem alterações, pela maioria do povo brasileiro.

A SRA. ANA MARIA RATTESS (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, a manutenção da Lei de Segurança Nacional, defendida pelo Ministro da Justiça Paulo Brossard, no momento em que estamos reunidos em Assembléa Nacional Constituinte, construindo uma nova estrutura política e social para o Brasil, representa no mínimo um retrocesso aos piores tempos de ditadura. Sabemos quantos membros desta Casa foram inclusos em processos baseado na famigerada LSN, que novamente retoma sob o pretexto de apurar incitamento à prática de saques e ofensas ao Presidente da República, possivelmente ocorrido no comício do último domingo, pelas diretas já em São Paulo.

A observação do Ministro da Justiça de que "de boa fé ninguém dirá que a Lei de Segurança

Nacional é uma lei draconiana" mostra o abismo que separa o PMDB e o Governo. Nosso partido, que sempre lutou pela revogação das chamadas leis de exceção e que, ao chegar ao poder não conseguiu remover nada do que sempre foi vítima, vê-se agora na difícil situação de um ministro, membro de seus quadros partidários, tendo sido inclusive líder no Senado, considerar que a LSN é razoável e poderia ser mantida ou aperfeiçoada, discordando inclusive que seja um entulho autoritário, remanescente do regime militar.

Hoje, o Deputado Ulysses Guimarães, quando assume a Presidência da República em virtude da viagem do Presidente Sarney a Argentina, deveria, em nome da travessia que nosso partido enfrentou ao longo de vinte difíceis anos e a frente da qual sempre esteve ao leme, determinar a soltura dos acusados com base na LSN, prestos no Rio de Janeiro, enquanto não se concluisse o inquérito sobre a "agressão" sofrida pela comitiva presidencial em 25 de junho último.

Sabemos que o Governo Sarney está empenhado em dar maior dramaticidade aos fatos e que, a uma manifestação lamentável de falta de civilidade política responde com a ameaça, igualmente lamentável, da LSN.

A afirmação do titular da Pasta da Justiça, de que a "pouco relevante" definir em qual lei os eventuais infratores serão enquadrados, e no mínimo estarrecedora, pois a diferença mire a LSN e o Código Penal é enorme. Trata-se, afinal, de um dos critérios fundamentais de distinção entre o regime passado e a nova ordem democrática que procuramos implantar no Brasil.

Sr. Presidente, nobres Constituintes, Cabe-nos ainda ressaltar a violência que nossa companheira Dirce Tutu Quadros sofreu por determinação de seu pai, Prefeito de São Paulo, quando foi atacada e agredida por quatro "gorilas" e internada em uma clínica paulista, por discordar publicamente de seu Governo, sendo depois transferida para uma clínica de repouso na Suíça, para recuperar-se do trauma sofrido.

Em seu retorno ao Brasil, a Deputada Dirce Tutu Quadros impetrhou mandado de segurança contra qualquer ação autoritária de seu pai e solicitou ao Presidente desta Casa ser submetida a exame médico para provar sua sanidade, de forma a resguardar sua integridade física a seu direito de ir e vir e se manifestar como bem lhe aprouver.

Fica, pois, registrado nosso protesto contra qualquer tipo de ação que atente contra os direitos e garantias individuais do cidadão brasileiro.

O SR. ARNALDO MARTINS (PMDB – RO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, ao ser lançado o Plano Bresser, falou-se na austeridade dos gastos públicos, afirmou-se, então, que os gastos a serem realizados seriam somente os verdadeiramente necessários, e que o Governo iria agir com o máximo de austeridade, a fim de que fosse diminuído o déficit público.

Hoje, lemos na primeira página do *Correio Braziliense* aquilo que o Governo, segundo a sua ótica, chama de austeridade. Austeridade para o Governo significa corte nos programas sociais, significa que os pobres, principalmente as crianças e as gestantes, terão de dar uma significativa parcela de contribuição para reduzir o déficit público operacional a 35% do Produto Interno Bruto.

Segundo a ótica do Governo, austeridade e, por exemplo, o corte drástico que a LBA vai sofrer no seu orçamento destinado a atender pessoas carentes a mães pobres, grávidas, que não podem alimentar seus filhos adequadamente. Isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é austeridade nos gastos públicos. Austeridade nos gastos públicos, também, e o que encontramos estampado no *Jornal do Brasil*: que a INPS da Cz\$ 423,00 de pensão ao metalúrgico que queimou a perna, vítima de trabalho, a que por isso não pode mais trabalhar.

Austeridade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vista por outra ótica, utilizando outro oculista, é a Previdência Social comprar 328 apartamentos no Distrito Federal ao custo médio de 7 milhões de cruzados por unidade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, enquanto a austeridade assim funcionar, não veremos a luz no fundo do túnel. (Palmas.)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Constituintes, registro com a maior simpatia a liberação de recursos financeiros na ordem de Cz\$ 134,6 bilhões para os Estados e Municípios, incluindo-se as cidades do Recife, atendido o ilustre Prefeito Jarbas Vasconcelos.

É isto o que se prevê a Lei de Rolagem das Dividas e da Cobertura dos Déficits sancionada ontem pelo Presidente Jose Sarney. Deste total de recursos, Cz\$ 96,5 bilhões serão bancados pelo Presidente José Sarney, enquanto os Cz\$ 38,1 bilhões restantes serão captados no mercado através do lançamento de novos títulos da dívida pública estadual e municipal. Para obterem os recursos de que necessitam, entretanto, os Governadores a os Prefeitos terão de apresentar ao Governo Federal, individualmente, programas de saneamento financeiro e de austeridade administrativa que serão acompanhados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A rolagem da dívida interna dos Estados a Municípios engloba um total de recursos da ordem de Cz\$ 76,5 bilhões relativos a encargos da dívida para com as instituições federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional do Desenvolvimento Social etc) a Cz\$ 44 bilhões relativos à dívida contraída com instituições financeiras privadas.

A dívida interna mantida pelos governos estaduais e municípios para com os bancos oficiais será rescalonada, enquanto a dívida mantida com os bancos privados será transferida para o Banco do Brasil.

Estes recursos farão parte do Orçamento geral da União para 1988.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, desejo ainda fazer outro registro. É referente ao recorde na balança comercial nesses dias que antecedem a divulgação de um novo plano de ajuste formulado pelo Ministro Bresser.

Para a opinião pública, os políticos e os empresários, bem assim os credores em busca da racionalidade econômica, o aumento no comércio externo exprime com vigor o estado de recuperação da economia. As desvalorizações cambiais aceleradas e a perda do poder de compra dos salários permitiram que os recursos fossem canalizados para o setor exportador. Em julho, o superávit comercial atingiu, aproximadamente US\$ 1,3 bilhão, sendo que as exportações cresceram 18%

em relação ao mesmo período no ano passado. Ou seja, o saldo a resultado de aumento geral do comércio, e não da restrição das importações, o que seria uma medida recessiva.

O mais importante é que o Ministro Bresser está criando as bases mínimas de estabilidade para a mudança do modelo econômico e trazendo um saldo promissor.

Oportunamente voltarei ao assunto.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Araguaína é, indubitavelmente, o maior centro populacional, econômico e produtivo do norte goiano, com mais de 120 mil habitantes, em constante luta pelo progresso de sua cidade. Na região, é superada apenas por Imperatriz, a mais importante cidade do interior maranhense e de toda a região tocantinense e araguaiana.

Se considerarmos os 27 municípios do Estado de Goiás, sobre os quais exerce direta e decisiva influência, a população supera as 600 mil pessoas, chegando a mais de um milhão se a eles juntamos os do sul dos Estados do Pará e do Maranhão.

Seja por sua população, de longe a maior da área, seja pelo processo de desenvolvimento que a vem impulsionando, sobretudo nos últimos anos, seja pela crescente influência que exerce na região, Araguaína pode, sem nenhum favor, ser considerada ideal para a instalação de uma universidade, onde nossa juventude encontre a oportunidade de estudar, sem sujeitar-se a emigração ou a ficar sem instrução superior, conforme ocorre atualmente.

Creio ser indispensável, ate porque a História vem em meu socorro, assegurar que a universidade é a mola do desenvolvimento dos povos. Foi assim no passado, é assim no presente e continuará a ser no futuro, pois ela abre aos homens as portas do conhecimento, em todos os setores.

Em razão de tudo isso, apelo para o Sr. Ministro da Educação, solicitando a S. Ex.^a determine urgentes estudos visando a criação da Universidade Federal do Tocantins e sua implantação na cidade de Araguaína, integrada também por cursor de interesse regional, a fim de que o desenvolvimento de suas atividades, sobretudo agrícolas, pecuárias, extrativas vegetal e mineral, seja intensificado, para benefício dos Estados acima citados e do próprio Brasil.

Durante o discurso do Sr. Antônio de Jesus o Sr. Mauro Benevides, Presidente em exercício, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Agassiz Almeida.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma das culturas de maior peso na economia nordestina, notadamente nos Estados da Paraíba e da Bahia, e o sisal, cujas fibras, após beneficiadas, são exportadas para diversas partes do mundo, principalmente para os países europeus. Nossa produto rivaliza com os concorrentes da Tanzânia e México, competindo também em preço.

A nível interno, o sisal representa a própria sobrevivência humana em vastas regiões áridas e de clima frio, gerando milhares de empregos e fomentando a atividade industrial, que se expandiu a partir de melhor cotação dos preços no mercado internacional.

Sensível a essa realidade, e no afã de incentivar maior volume de produtos exportáveis para gerar saldos superavitários em nossa balança comercial, o Governo contemplou o setor sisaleiro com uma série de medidas, acolhendo apelos dos produtores e procurando evitar o aviltamento dos seus preços até patamares inexpressivos, que desestimulasse a atividade de tão importante segmento econômico.

Mas as autoridades governamentais não se podem omitir quando os efeitos perniciosos da conjuntura econômica atravessada pelo País também se abatem sobre o setor sisaleiro, que, a exemplo do que ocorreu com produtores e empresários de todos os ramos, se endividou nos momentos de euforia do Plano Cruzado, quando as taxas de juro estavam congeladas e induziam a novos e fortes investimentos. Com o descongelamento e a disparada dos juros, formou-se um quadro preocupante, que hoje o Governo procura dissipar através de injetões de recursos à economia, em franco declínio.

Assim é que se impõe, como primeira e inadiável providência, a prorrogação do vencimento dos débitos decorrentes dos empréstimos de custeio contraídos em 1986 e com data de resgate para o segundo semestre de 1987, em que já ingressamos.

Por outro lado, conforme defendem o Deputado Estadual da Paraíba Antonio Medeiros e o Presidente da Associação dos Produtores de Sisal daquele Estado, Sr. José Onildo Nogueira, o Banco do Brasil precisa apressar a liberação dos AGF para as cooperativas beneficiadoras do sisal no Nordeste, sobretudo na região do Curimataú paraibano.

Este é o apelo que endereço, desta tribuna, aos Ministros da Fazenda e da Agricultura, Srs. José Carlos Bresser Pereira e Iris Rezende, bem como ao Presidente do Banco do Brasil, Sr. Camilo Calazans.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as lideranças políticas e empresariais do Ceará têm-se movimentado, sobretudo nos últimos cinco anos, para desvincular a Rede Ferroviária Federal, em nosso Estado, da Regional sediada em Pernambuco, sem que, até hoje, o Governo da União haja se mostrado sensível à justa postulação.

Eu mesmo, Sr. Presidente, quando exercei, pela primeira vez, o mandato senatorial, dirigi apelo ao então Ministro Dirceu Nogueira, instando-o a restabelecer a autonomia administrativa e financeira da ferrovia cearense, fazendo-me intérprete de um anseio do comércio, indústria, agricultura e dos próprios servidores da RFFSA, de todas as categorias hierárquicas.

Lamentavelmente, porém, perdura, ainda agora, a despropositada subordinação, apesar de a antiga RVC representar o mais importante segmento do contexto ferroviário da Regional, com sede naquela vizinha Unidade federativa.

Todas as estatísticas evidenciam, à saciedade, a justeza dessa causa, bastando salientar que:

"O produto da tonelagem de carga útil transportada pela quilometragem percorrida, produzido pela ferrovia cearense, representa 52,6% do total de toda a região Nordeste, contra 47,5% de Pernambuco e Maranhão."

Sobre a oportuna reivindicação, venho de receber da Associação dos Engenheiros da Rede de Viação Cearense o seguinte ofício:

"Sendo a Rede Ferroviária Federal no Ceará subordinada ao Estado de Pernambuco, situação esta que gera sérios prejuízos para nossa ferrovia e, principalmente, para o Estado do Ceará, conforme V. Ex.^a poderá constatar do documento anexo (Reestruturação Administrativa da RFFSA no Ceará), a Associação dos Engenheiros da Rede de Viação Cearense enviou em julho p.p. à Administração Geral da RFFSA um estudo, cópia em apenso, propondo a independência administrativa da ferrovia cearense e criação no Ceará de uma Superintendência Regional.

A autonomia proposta constitui uma das diretrizes do Plano de Governo do Estado e um anseio de toda a classe ferroviária cearense, pois irá produzir notáveis benefícios ao desenvolvimento do nosso Estado.

Sabedores que somos do alto espírito que norteia o trabalho de V. Ex.^a vímos solicitar o empenho de V. Ex.^a, junto ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, visando a uma urgente concretização dessas nossas aspirações, tendo em vista os elevados prejuízos causados por esses dezoito anos de nossa subordinação à Superintendência Regional de Recife.

Queira V. Ex.^a aceitar nossos mais elevados protestos de estima e consideração, e rogamos a Deus pleno êxito em sua jornada cívica em prol do Estado do Ceará.

Atenciosamente,
Engº Manoel Messias Medeiros
Presidente da Associação dos Engenheiros da Rede de Viação Cearense."

Srs. Constituintes, solidarizando-me, da tribuna desta Assembléia Nacional Constituinte, com a Associação dos Engenheiros da Rede de Viação Cearense, em seu pleito, desejo transmitir veemente apelo ao Ministro José Reinaldo Carneiro Tavares, titular da Pasta dos Transportes, no sentido de que promova o restabelecimento da independência administrativa da nossa ferrovia, instituindo, em Fortaleza, a Superintendência Regional, que contribuiria ainda mais significativamente para impulsionar o nosso desenvolvimento.

O Ceará e a nossa tradicional rede merecem essa demonstração inequívoca de reconhecimento por parte do Governo José Sarney.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no tocante à ortografia do nosso idioma, busquemos exemplos em países considerados civilizados, livres e cultos. Enquanto o parlamento britânico despreza, em 1951, o testamento de George Bernard Shaw, que havia deixado sua fortuna para uma reforma ortográfica do inglês; en-

quanto a última inovação ortográfica do francês foi sob a influência de Voltaire, no século XVIII, enquanto nem Domergue, com sua "La prononciations française déterminée par des signes invariables", nem Marie, nem Didot, com suas "Observations sur l'orthographe française"; nem alguns outros, entre eles Gréard, Breal, Havet Cledat; conseguiram, até o fim do século XIX, introduzir novidades radicais de ortografia, enquanto todos eles malograram na tentativa de destruir a tradição, o respeito à etimologia, ainda quanto ridículo, estamos vendo em nossa terra e em nossos dias quem deseja destruir não mais os acentos das palavras, mas os assentos das escolas, baseado em lingüística e em outras balelas que não ensinam sequer a conjugar nossos verbos.

O próprio Webster, o maior lexicógrafo que o mundo até hoje conheceu, que na primeira edição de sua monumental obra tentou modificações ortográficas, desfez-se na segunda – em 1980 – da pretensão da primeira, limitando-se a pôr lado a lado palavras com duplidade de terminações; nada de imposições acadêmicas nem de pessoalismos; os próprios compostos trazem ou não hífen de acordo com os milhares de citações que se encontram no arquivo do *Dictionary*, no qual colaboraram mais de duzentos cientistas e professores de alto nível, cujas fotografias e títulos se encontram no próprio trabalho.

Não podemos, Sr. Presidente, nos colocar ao lado daqueles que desejam, mais uma vez, impor aos brasileiros mais uma reforma ortográfica. Acossado, algum tempo, pela notícia de que seria apresentado ao Congresso, por iniciativa de alguns professores do Rio Grande do Sul, que, por sinal, merecem a nossa admiração e respeito, um projeto de modificações radicais da gramática da Língua Portuguesa – entre as quais a da própria designação do nosso idioma – e de revolucionária alteração da grafia das nossas palavras, não estamos sozinhos nesta trincheira. Contamos, por exemplo, com o luminar Napoleão Mendes de Almeida, um dos mestres mais admiráveis dos dias coevos.

Esperamos que os nossos pares se unam a nós, a fim de que possamos, uníssonos, evitar mais um golpe contra a nossa dileta Língua Portuguesa.

Muito obrigado.

O SR. SALATIEL CARVALHO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor..."

Como resultado de uma ampla mobilização, os evangélicos de todo o Brasil conseguiram eleger um expressivo número de Parlamentares para o Congresso Nacional. Os Deputados Federais evangélicos, até a legislatura passada um reduzido grupo de oito, hoje somam trinta e três, eleitos por diferentes partidos e oriundos de várias denominações. A Assembléia de Deus mandou para a Assembléia Nacional Constituinte o maior grupo, treze dos trinta e três; a segunda maior representação é da Igreja Batista, seguida pela Igreja Presbiteriana.

Como grupo de representação organizado os Parlamentares evangélicos constituem uma das maiores bancadas, perdendo apenas, em quantidade, para as bancadas do PMDB e do PFL.

As redes de televisão e rádio, as maiores revistas do Brasil, tais como "Manchete", "Veja", "Isto é", "Afinal", e os grandes jornais brasileiros têm informado com destaque especial a atuação dos evangélicos na Constituinte. Decorridos os primeiros meses de funcionamento da Constituinte, período no qual foram cumpridas as etapas de trabalho nas Subcomissões e Comissões temáticas, o balanço da participação do grupo evangélico é altamente satisfatório.

A primeira grande vitória que conseguimos foi obtida ainda na fase preliminar de elaboração do Regimento Interno, quando o Plenário aprovou por unanimidade a Emenda de autoria do Deputado Antônio de Jesus – PMDB-GO, da Assembléia de Deus, tornando legal a colocação da Bíblia Sagrada sobre a mesa principal, nas sessões da Constituinte. A emenda foi aprovada apesar de ter sido rejeitada pelo Relator, Fernando Henrique Cardoso, um ateu que se recusou até mesmo a comentar a emenda quando pedimos que ela fosse votada em destaque. A recompensa do Senador ateu veio logo na fase seguinte, quando ele disputou o principal cargo da Constituinte, o de Relator-Geral da Comissão de Sistematização. Figurando em todas as pesquisas da imprensa como Relator da Constituinte e vencedor da disputa, foi derrotado com margem de votos aproximada do nosso grupo que pertence ao PMDB e que não lhe deu apoio.

A bancada evangélica se fez representar nas oito Comissões Temáticas que preparam o primeiro esboço da nova Constituição. Como estratégia, o número foi maior na Comissão da Educação, Comunicação, Família e do Menor e na das Garantias e Direitos Individuais e Coletivos.

Na primeira foram tratados temas importantes e do nosso interesse, como a legalização do aborto, o divórcio, a censura nos meios de comunicação, o ensino religioso nas escolas públicas, atividades das escolas confessionais, a questão da família, do menor, do idoso, etc. O Relator desta Comissão rejeitou uma parte das nossas propostas e não quis fazer acordo com o nosso grupo. Lá éramos um número de doze numa Comissão de sessenta e três, e o Relator precisava de trinta e dois votos para aprovar o seu projeto. Com notável esforço de mobilização, os evangélicos conseguiram adesão de 25 Parlamentares não evangélicos e juntos derrotaram por duas vezes seguidas o trabalho do Sr. Relator Artur da Távola. Foi a única Comissão que encerrou seus trabalhos sem o respectivo relatório. O fato mereceu destaque na grande imprensa nacional. Na outra Comissão, onde foi inclusive tratada a questão da liberdade de culto, o Relator preferiu chamar o grupo evangélico para um acordo, onde conseguimos firmar nossas posições. Com nosso apoio, o projeto foi tranquilamente aprovado.

Outra questão polêmica enfrentamos na Comissão da Ordem Social, que tratou das minorias e onde os homossexuais reivindicaram a legalização dos seus movimentos e direitos na futura Constituição. Esta é uma batalha que ainda não terminou. Apesar do nosso veemente protesto, também registrado pela imprensa, os membros da Comissão votaram favoravelmente aos interesses dos homossexuais, ficando no texto do anteprojeto a garantia constitucional para o exercício de qualquer comportamento sexual.

Estamos agora partindo para a fase mais importante e decisiva da Constituinte, que será o debate e a votação em plenário, quando estarão reunidos todos 559 Constituintes. Esta fase terá início em 15 de julho. Mais do que nunca vamos precisar das orações dos evangélicos de todo o Brasil.

A partir de agora a Carta Magna começa a tomar forma definitiva.

A aprovação de cada artigo da nova lei dependerá de 280 votos dos Parlamentares.

A nossa estratégia é agregar à bancada evangélica outros Constituintes não evangélicos e formarmos um bloco para votarmos unido em defesa das questões de maior relevância para que possamos garantir uma Constituição limpa e justa, baseada nos princípios cristãos e que possa honrar a Nação brasileira, bem como garantir ampla liberdade para que o Evangelho continue sendo pregado com todo o vigor.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o jovem, operoso e eficiente Deputado Ralph Biasi, que por três legislaturas ilustrou a Câmara dos Deputados com o brilho da sua inteligência, com a ida do Professor Bresser Pereira para o Ministério da Fazenda, foi convidado pelo ilustre Governador Orestes Quérica para ocupar a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

Tendo-se iniciado ainda jovem na política ocupando a Prefeitura de Americana mal saíra da Faculdade de Engenharia, o ainda moço político Ralph Biasi, no fulgor de seus 39 anos, homem de seu tempo e sensível às aspirações populares, muito terá a realizar na equipe do Governador Quérica, cujos ideais e aspirações de servir o povo de São Paulo os une há muito tempo. Prova disso, e esta Casa conhece muito bem o talento e a dedicação do Deputado Ralph Biasi à causa pública, é a idéia que de há muito acalenta de se criar uma "universidade popular", destinada exatamente "a quem perdeu a oportunidade de entrar na universidade com dezoito anos", conforme declarou o mais novo Secretário do Governo paulista em entrevista exclusiva, à **Folha de S. Paulo**, de 5 de julho de 1987. Para tanto, já constituiu uma comissão para estudar a implementação e operacionalização da universidade popular, tendo, contudo já adiantado algumas características da universidade popular que, além do **campus** de Itaquera, por exemplo, terá cursos itinerantes, com o deslocamento de professores e profissionais da universidade mais próxima para a cidade que apresentar carência de determinado profissional.

A universidade popular, por sua própria natureza, responde às exigências contemporâneas da sociedade brasileira, em que se deu grande ênfase ao ensino universitário formal, apresentando-se uma grande deficiência de mão-de-obra de técnicos de nível médio, o que vem constituindo, em muitos casos, principalmente em São Paulo, por ser o Estado mais industrializado da Federação brasileira, sério empecilho para a economia de mercado.

Político, engenheiro, homem de sólida formação universitária, além de convededor dos setores produtivos da economia, o dinâmico Secretário Ralph Biasi, com a instituição da universidade po-

pular, permitirá que o Brasil possa melhor absorver as conquistas tecnológicas, otimizando seu aproveitamento através dos institutos universitários tecnológicos.

O que pensa e o que quer o Secretário Ralph Biasi é algo que o País sempre criticou e sempre quis, ou seja, o excesso de bacharelismo e a pouca profissionalização dos "bacharéis" e "doutores" brasileiros, que saem às fornadas das universidades públicas e privadas, em detrimento de uma universidade que preparasse o cidadão não somente para o mundo, mas, e principalmente, que o dotasse de conhecimentos teóricos, técnicos e de elevado poder crítico de reflexão.

Este é o principal objetivo dessa revolucionária concepção do novo Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo Orestes Quérica: fornecer aos trabalhadores, que já possuem sólida formação e informação práticas, capacitação teórica e visão crítica, inerentes aos que têm a visualização da realidade em um contexto universitário.

Por apresentar idéias como a da universidade popular e outras que, por certo, serão colocadas em execução, é que aplaudimos o eminente Governador Orestes Quérica pela feliz escolha do Deputado Federal Ralph Biasi para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Conhecendo a inteligência e o dinamismo do ilustre Secretário, não há dúvida de que realizará à frente daquela importante Pasta os elevados propósitos do Governo de São Paulo.

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a liberação total do aborto, a abolição da censura da pornografia e a mais ampla licença para o divórcio mobilizaram, recentemente, uma centena de representantes de grupos católicos e evangélicos, que se reuniram no Salão Verde do Congresso Nacional, para apelar para os Constituintes no sentido de evitar que essas três grandes chagas sociais tenham o seu controle abandonado, por meio de artigos liberalizantes de futura Constituição.

Pode-se pensar que o permissivismo que invade o mundo a partir da década de sessenta tenha inspiração comunista ou socialista.

Se o aborto foi liberado pela revolução bolchevique, pouco mais de um decênio depois a União Soviética procurava regulamentá-lo.

Se o chamado amor livre foi adotado pelos pioneiros de Israel, a geração seguinte resolveu descartar esse uso, obediente à velha moral ortodoxa dos rabinos.

Também o divórcio sofre limitações, na maioria das nações civilizadas, que fundamentam a família no matrimônio estável.

Quanto à pornografia, é um grande dissolvente dos costumes, contribuindo para a degradação dos valores morais, a desorientação da juventude e o envilecimento dos valores sociais.

Pretendem alguns atribuir as três licenciosidades combatidas pelos cristãos aos comunistas.

Mas não foram os representantes do PCB ou do PC do B os autores das proposições licenciosas; eles nem sequer as defenderam.

As iniciativas partiram de outras figuras, de legendas conservadoras, e não se tratava de jovens representantes, mas de maduros parlamentares, alguns até professores universitários.

Mas não temos dúvida de que a maioria absoluta do Plenário da Assembléa Nacional Constitui-

tuinte, atenta à consciência moral do País, repelirá esses mandamentos espúrios, que descabem, inteiramente, numa Constituição brasileira, tanto mais quando ainda somos uma nação de arrasadora maioria cristã.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há mais de um mês centenas de camponeses da Paraíba estão acampados na Praça João Pessoa, fronteira à Assembléia Legislativa e ao Palácio do Governo, na Paraíba, com suas famílias, enfrentando toda sorte de dificuldades, inclusive as chuvas fortes que caem naquela capital nesta época do ano. Eles reivindicam a efetivação da reforma agrária naquele Estado do Nordeste. Alguns, por exemplo, são agricultores expulsos da Fazenda Bela Vista, em Esperança, onde eram posseiros e arrendatários, há mais de dez anos. Neste período os contatos com o Governo Federal e Estadual pouco caminharam.

Para se ter uma noção do immobilismo do Governo da Nova República poderíamos citar dois dados: de 1.400.000 famílias que o Plano Nacional de Reforma Agrária previa assentar entre 1985 e 1989, apenas 7.000 foram assentadas até hoje, julho; das 20.000 famílias que o Plano Nacional de Reforma Agrária previa assentar entre 1985 e 1989, no Estado da Paraíba, nenhuma foi efetivamente assentada.

Ora, diante desta realidade, não é de admitir a situação de miséria, desespero e agravamento de tensão no campo que vem ocorrendo em todo o País e particularmente na Paraíba.

No dia 9/7/87, estando em João Pessoa para atividades do Partido dos Trabalhadores, tive a oportunidade de levar nossa solidariedade a um ato público promovido pelos camponeses.

Neste dia, pressionados por chuva torrencial, que alagou suas barracas, os trabalhadores ocuparam o salão de entrada da Assembléia Legislativa; de lá, continuavam mandando mensagens ao Governador, solicitando agilidade e decisão nas negociações.

Uma observação colhida por mim no local: durante todo esse período de acampamento, nem um só parlamentar do PMDB, PFL, PDS e PL da Paraíba procurou contato com os trabalhadores para ajudá-los nas suas negociações.

No dia 11/7/87, o Governador, do PMDB, determinou que a Polícia desalojasse os camponeses da Assembléia Legislativa. Agindo de madrugada. Como se os soldados fossem bandidos, protegidos pela noite – Polícia Militar da Paraíba mais uma vez agiu com violência, segundo o jornal **O Norte**, de 12/7/87, "reprimindo crianças, segurando mulheres e agricultores como se estivessem conduzindo sacos de areia para jogar dentro de um carro, foi como a Polícia Militar conseguiu retirar para o Corpo de Bombeiros, ontem de madrugada, por volta de 1h, as famílias dos trabalhadores rurais de áreas de conflito da Paraíba, que na última quinta-feira haviam ocupado a Assembléia Legislativa do Estado como forma de pressionar o Governo a agilizar o processo de desapropriação das terras de onde foram expulsos."

As 100 famílias presas numa quadra do Corpo de Bombeiros durante 10 horas, incomunicáveis,

o que configura outra arbitrariedade do Governo do Estado.

Finalmente liberados, os trabalhadores se dirigiam em passeata à sede da Federação dos Trabalhadores Rurais; no caminho foram novamente atacados pela Polícia! Nesta ocasião repórteres foram agredidos, e seus equipamentos danificados.

No dia 14/7/87, grande passeata de solidariedade aos camponeses se realizou em João Pessoa, com a presença de milhares de pessoas.

Quero, ao denunciar este novo capítulo da violência contra trabalhadores rurais, contribuir para o movimento, de pressão e luta pela reforma agrária no nosso País.

Encaminharei cópia deste discurso ao Ministro Marcos Freire, da Reforma Agrária, exigindo que sejam desapropriadas, em caráter de urgência, as terras da Fazenda Bela Vista, em Esperança, Paraíba, e que soluções urgentes sejam dadas para as outras 135 áreas de conflito rural no Estado da Paraíba.

Além disso, exigimos do Sr. Governador Tarcísio Buriti que garanta o direito de livre manifestação e providencie a retirada de pistoleiros e milícias privadas ilegais de todas as áreas conflitadas pela posse da terra.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, não pode fugir à decisão. Será uma enorme frustração para o povo brasileiro se a sua convenção nacional não tomar posição sobre os vários pontos que possam caracterizá-lo como o partido das mudanças.

Desejo registrar nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte a moção que estamos apresentando, juntamente com outros companheiros do PMDB, para julgamento do partido durante sua convenção.

O adiamento da decisão sobre o tempo do mandato do Presidente José Sarney e a forma de governo deixará o partido mais desacreditado, mais desagregado, pois permitirá a cada um dos seus integrantes tomar o rumo que desejar. Não é possível, nos tempos de hoje, continuar a existência de um partido do tamanho do PMDB sem uma definição ideológica e programática – um partido que só serve como máquina para eleger quem nele se filia, sem obedecer a qualquer critério.

É chegada a hora de expurgar os fisiológicos, os oportunistas que se filiaram ao PMDB e se elegeram, mas que, na prática, principalmente na Constituinte, votam contra o programa do partido.

O fazemos isto na convenção deste fim de semana, ou veremos este grande partido, com toda sua história de resistência e luta, afundar definitivamente.

Esta é a nossa manifestação.

– MOÇÃO QUE REFERE O ORADOR:

Ao Presidente da Convenção Nacional do PMDB

Requerimento de Moção:

No PMDB lutamos durante anos a fio para ser Governo, e em sendo Governo, ver realizar tudo aquilo que pregamos ao povo brasileiro, o que nos fez crescer enquanto partido de oposição.

Chegamos ao poder por uma aliança de elites que conservou muitos daqueles que eram aliados

e servidores do período autoritário. No entanto, está aliança assumiu compromissos de mudanças, de reformas sociais profundas. Mantivemos e sustentamos esta aliança. Fizemos esforço para assumir a responsabilidade de governo. Conseguimos avançar em alguns pontos, mas infelizmente as forças conservadoras prevaleceram sobre as ações do Presidente José Sarney.

Ele não cumpriu os compromissos da Nova República:

1) manteve os velhos costumes políticos da troca de favores e do fisiologismo;

2) não pôs em prática sequer o tímido projeto de reforma agrária elaborado pelo Mirad, além de permitir, com a impunidade, o enorme aumento da violência no campo;

3) não promoveu a reforma urbana, colocando a polícia contra o povo na sua luta por moradia;

4) não promoveu a reforma tributária, que permitiria a independência financeira e política dos Estados e Municípios, mas, ao contrário, pretendeu manter os Governadores e Prefeitos presos pela troca de favores;

5) não promoveu a reforma administrativa necessária para descentralização do poder e estímulo à participação democrática;

6) não promoveu as reformas financeira e bancária;

7) não removeu o entulho autoritário, e hoje, sem necessidade, aplica a tão condenada LSN;

8) submeteu-se às imposições do FMI e impôs uma política econômica recessiva, com arrocho salarial, objetivando conter a demanda interna para aumentar de maneira criminosa o superávit da balança comercial, procurando a todo custo cumprir com o pagamento da dívida externa duvidosa;

9) privilegiou o capital em detrimento do trabalho, fazendo com que se estabelecesse o menor salário mínimo de todas as épocas.

Além de tudo isto, o Presidente nega a transitoriedade do seu mandato, atropela a Constituinte, tenta impor uma nova Lei de Greve no momento em que, como poder competente, estamos a nos definir sobre estas questões e, sobretudo, apresenta um novo modelo de desenvolvimento baseado na internacionalização da nossa economia, que substitui as precárias bases da nossa nacionalidade, pela integral revogação da nossa soberania nacional.

Moção

Pelas razões expostas, desejamos que a Convenção Nacional do PMDB, que deve reafirmar os compromissos históricos do partido, que deve garantir a transição, que se conclui com a promulgação da nova Constituição e a eleição direta do Presidente da República, aprove esta moção de que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB deve se afastar do Governo José Sarney, dissociando-se deste, visto que sua ação hoje em nada se iguala aos compromissos do nosso partido.

Brasília/DF, 15 de julho de 1987.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, requeiro a transcrição, nos Anais da Constituinte, do artigo do jornalista Alexandre Garcia, "Falta vacinar a Constituinte", publicado na prestigiosa revista **Manchete**, nº 1.833, ano 35, de 20 de junho de 1987.

— ARTIGO A QUE SE REFERE
O ORADOR:

"FALTA VACINAR A CONSTITUINTE

Todos os dias, das mais variadas partes do País, ligam-me microempresários irritados, que nos acompanham no **Jornal da Manchete**. Dizem não agüentar mais a repetição das promessas de corte nos gastos públicos, ao mesmo tempo em que vêm recursos inexistentes serem distribuídos com fins políticos. Alguns esperam uma liderança para deixar de pagar impostos, enquanto o governo não cortar efetivamente o déficit público (depois que Funaro tapeou os credores externos em mais de 1 bilhão de dólares nas contas da balança comercial, eles já não acreditam nas contas do déficit público), outros querem sair para as ruas, em manifestações.

Procuro acalmá-los, dizendo que devem procurar os caminhos dentro da lei e da democracia. Serem vítimas do engodo não lhes dá o direito de saírem da lei. É melhor que eles dêem o exemplo. Que o exemplo venha do povo. Digo-lhes que façam como se faz nos países desenvolvidos, civilizados, democráticos e politizados. Que procurem o representante do PMDB na Constituinte de seu bairro, de sua cidade ou de sua região, e cobrem dele. Ele é o responsável. O seu representante do PMDB na Constituinte é o responsável, porque são do PMDB Dilson Funaro, Maria da Conceição Tavares e Bresser Pereira. Porque o Presidente Sarney foi eleito vice na chapa do PMDB e é o patrono do partido. Porque o cruzado é filho do PMDB. Porque a política econômica é do PMDB. Porque o todo-poderoso Ulysses Guimarães é do PMDB e porque é do PMDB a maioria dos Constituintes, graças ao voto livre; direto e secreto das urnas do último dia 15 de novembro. É o representante do PMDB de seu bairro, de sua cidade e de sua região que deve, perante você, responder pela crise econômica. Se ele não responder, estará com sua carreira política condenada. É assim que funciona nos países democráticos e politizados.

Eu disse isso que escrevi acima a dois constituintes do PMDB. Um virou-se para o outro e comentou: "É, eu sabia que um dia iriam nos cobrar..." pois são do PMDB também as idéias da campanha da Nova República, como são do PMDB as idéias dos palanques do último dia 15 de novembro. As idéias foram postas em prática e aí estão os resultados. Não preciso buscar adjetivos para os resultados.

É de supor, então, que a nação esteja se vacinando contra o besteirol populista e demagógico. Frases como "não se paga a dívida com miséria do povo" viraram verdade, como se a dívida não fosse paga com as exportações que, ao contrário, geram empregos, melhores salários, mais produção e maior desenvolvimento econômico interno. Nos palanques da demagogia, a culpa era do FMI. E agora, de quem é a culpa? Delfim assinou sete cartas de intenção com o FMI e cumpriu nenhuma. Agora, estamos com uma soberana crise toda nossa. Não podemos sequer descarregar no FMI. E a hipocrisia da esquerda? As idéias da esquerda conseguem chegar à hipocrisia em seu estado mais puro. Fora do governo, todo o poder ao trabalhador, toda a liberdade ao direito de greve. No governo, tudo é diferente. E o engodo monumental do cruzado? Será que alguém

de sã consciência imaginava ser possível revogar a lei da oferta e da procura?

Pois no momento em que se poderia imaginar que a nação estava se vacinando contra os besteiros demagógicos e a hipocrisia populista, eis que se tenta transplantar para a nova Constituição todas as idéias fantásticas dos palanques, que já não deram certo na prática. Alguns relatores parecem estar isolados do que acontece pelo País. Será que não têm olfato para sentir o cheiro do povo? Pois a **Veja** publicou uma pesquisa da agência Talent, mostrando que o povo quer um presidente religioso, casado, que não seja jovem nem velho, que use terno e gravata, que seja rico, que tenha curso superior, seja branco e não saia do meio político, mas seja profissional liberal ou empresário. Será que esse povo está sendo ouvido na Constituinte? Não está, porque sobre esse povo desce uma mortalha de silêncio, aplicada pela patrulha ideológica.

Mesmo a patrulha já está purgando o pecado de ter sido cúmplice no engodo nacional, e já começa a ouvir Amaral Netto, como dura penitência por seus erros. Mas o fim da fracassada "revolução cultural" brasileira ainda não chegou à Constituinte. Como não temos a sabedoria chinesa, estamos sujeitos a uma revolução cultural ainda pior. Não estão com a cabeça no futuro e no bom senso, mas no passado revanchista. Estão produzindo uma Constituição para um país sem deveres, só com direitos. Uma democracia de um lado só. O relator da Comissão da Soberania e Direitos do Homem e da Mulher (e os Direitos da Criança?), Senador José Bisol diz que quem estiver contra o relatório dele "será inscrito na história da Constituinte como inimigo do povo". Por algum motivo, eu ouço a frase em italiano. Essa é a democracia de alguns: de um lado só.

Quando vejo a democracia, o populismo hipócrita de Panque, que já não deu certo na prática da Nova República, ser transplantado para o nosso futuro, através da Assembléia Constituinte, lembro-me de vacinações que precisam ser repetidas, porque veio a recidiva, como a da febre amarela. Que voltou, embora a nação aparentemente estivesse vacinada. E ainda veio acompanhada da dengue.

O SR. ISMAEL WANDERLEY (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr. Presidente, Sr^{as}, Srs. Constituintes, tomei conhecimento, através do **Correio Braziliense**, da intenção do Ministério do Planejamento de executar cortes drásticos no orçamento da LBA, que atingirão de maneira contundente programas sociais como os de distribuição gratuita de alimentos às famílias carentes, o de assistência ao menor abandonado e às gestantes pobres.

Mesmo sendo adversário da postura paternalista e assistencial do Estado, não posso, como representante do povo sofrido do Nordeste, aceitar que o Estado deixe, de modo tão repentino, brutal e insensível, de atender às milhares de pessoas carentes, despojadas do mínimo de condições humanas de dignidade e sobrevivência.

Se o País, para saldar seus compromissos externos, não pode e não deve submeter seu povo a esse sacrifício — compromisso assumido pela Nova República — que diremos da intenção de submeter os mais pobres ao abandono total, pela razão única de se reduzir o déficit público?

Como nordestino, sei quanto representa a ação da LBA, às vezes única esperança para as populações carentes que a injusta sociedade produziu.

Não há o que se esperar, Sr. Presidente, dessa ação assistencial, infelizmente, senão que mantenha alimentada a legião de brasileiros abandonada à própria serra.

Ainda que seja esta a única razão desses programas, sem os quais não sobreviverão os assistidos, como se pode, de maneira tão insensível, encerrá-los?

Será que, para atender às exigências impostas pelos interesses dos credores do País, haveremos de, mais uma vez, sacrificar aqueles que nada mais têm a oferecer?

Que planejamento é esse, que faz abstração dos mais rudimentares e primários princípios de humanidade? Já é suficiente para nos envergonhar o fato de, sendo a oitava potência industrial do mundo, termos necessidade de assistir, de maneira tão acintosa à honra e à dignidade, a populações carentes, subnutridas, abandonadas, paupérrimas, frutos de um sistema injusto e desumano.

Sr. Presidente, assim se faz porque, se não existirem esses programas, milhões de cidadãos brasileiros serão sacrificados, não apenas na sua dignidade e direitos, mas por necessidade material mínima.

Sr. Presidente, mantê-las é infinitamente mais importante, mais justo, mais honroso, do que satisfazer a qualquer necessidade, por mais premente que seja, de redução do déficit público, se ainda acreditarmos no valor e na importância do direito à vida.

Lavro, pois, meu protesto, como Constituinte, nordestino, brasileiro, e como cidadão apelo aos parlamentares que ainda têm a consciência do social, a ética da economia e a moral da política para que se juntem a nós e impeçamos essa ação desumana, inconcebível e inaceitável. Eis meu protesto e apelo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Jorge Arbage — 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides — Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): — Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V — Vai-se passar ao horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): — Encerrado o período destinado ao Pequeno Expediente, passamos ao espaço de tempo destinado às Comunicações das Lideranças.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, a Presidência esclarece aos Srs. Constituintes que, nos termos do art. 34, § 8º, do Regimento Interno, o tempo destinado aos partidos que se representam nesta Assembléia Nacional Constituinte está assim distribuído: PMDB — 10 minutos; PFL — cinco minutos; PDS — 2 minutos e meio; PDT — 2 minutos e meio; PTB — 2 minutos e meio; PT — 2 minutos e meio; PL — 1 minuto e meio; PDC — 1 minuto e meio; PC do B — 1 minuto e meio; PCB — 1 minuto e meio; PSB — 1 minuto e meio; PMB — 1 minuto e meio.

Findo o tempo destinado às Comunicações de Lideranças, iniciaremos o debate constitucional.

A Mesa, portanto, solicita aos Srs. Constituintes que em razão da premência de tempo não tiveram ensejo de ocupar a tribuna no Pequeno Expediente que nos encaminhem os respectivos discursos para publicação e divulgação na forma do Regimento Interno.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao termos os jornais de hoje, pela manhã, e assistirmos ontem à televisão, sentimo-nos estarrecidos diante da brutal violência com que a Polícia Militar, em Manaus, agrediu vilmente os trabalhadores rodoviários, que, em greve, se manifestavam pacífica, ordeira e legalmente.

Ontem este Plenário soube, especialmente através da Constituinte Beth Azize, do Amazonas, do que lá estava acontecendo. Mas nosso estarrecimento sem dúvida alguma foi maior quando tomamos conhecimento, através da televisão e de fotografias publicadas pelos jornais, da brutalidade infame com que a Polícia Militar daquele Estado, do novo Governo, da Nova República, agrediu os trabalhadores. Aliás, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é a mesma violência infame com que a Polícia Militar de outros Estados, como o Rio de Janeiro e Minas Gerais, tem agredido os trabalhadores, arrancando-os violentamente, e às suas famílias, de seus lares. Ouvimos, aqui, hoje, a denúncia do Deputado Virgílio Guimarães de que em Minas Gerais a Polícia Militar do novo Governo, da Nova República, também agrediu os trabalhadores, despejando-os violentemente, e às suas famílias, de seus lares. Essa Polícia Militar, quer do Amazonas, do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais, tem comando e responsabilidade políticos. Aqueles cassetetes usados tanto no Amazonas, como no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais, feriram e agrediram os trabalhadores. Aquelas balas que fizeram jorrar o sangue dos trabalhadores ontem, em Manaus, têm um comando político e uma responsabilidade. Aqueles cassetetes e aquelas balas são do PMDB, assim como antes, no regime democrático, eram da ARENA e do PDS, porque obedeciam ao seu comando político. É preciso que a cúpula do PMDB assuma a **res e la** implantação da democracia neste País, pela proteção dos trabalhadores, como também de seus direitos humanos básicos. É preciso que esta Assembléia Nacional Constituinte perceba com nitidez que estamos vivendo um processo de endurecimento autoritária, que a transição está sendo maculada sob a responsabilidade das forças políticas que a sustentam, sejam do PFL ou do PMDB. Assim como a responsabilidade dos Governos Estaduais é do PMDB, a responsabilidade pelo comportamento das Polícias Militares estaduais também é do PMDB.

E falo com tranqüilidade porque, quando Secretário de Justiça do Rio de Janeiro, fui responsável pelo comportamento da Polícia Militar no Governo autoritário, quando ela ainda, como acontecia em todo o País, era controlada pela

Inspetoria-Geral das Polícias Militares, do Ministério do Exército.

Mesmo assim, nosso Governo, com uma orientação firme e responsável, jamais permitiu que um cassetete ou uma bala da Polícia Militar agredisse o trabalhador, como hoje vem permitindo os governos Estaduais do PMDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr.

Presidente, sei que meu direito a usar da palavra é apenas de dois minutos e meio. Desta forma, não farei um discurso, mas, antes, um telegrama, que passarei à Mesa e aos colegas. Este é o primeiro dia, dentre os 40, em que se supunha que o povo brasileiro se debruçaria sobre esta sala para assistir à discussão do Projeto de Constituição que fizemos até hoje. Trabalhamos até aqui em 24 Subcomissões e 8 Comissões, gastando alguns bilhões de cruzados para produzir um texto. Finalmente, agora, o Brasil todo se debruçaria para assistir a este debate. No entanto, o que temos? Não temos 30 colegas na Casa. Não se alterou o padrão normal de comportamento, que é usar esta sala para nossas conversações. Não se encontra cheio o plenário. Não se encontram cheias as galerias. Por quê? Porque ninguém aguenta um "Pinga-Fogo" de 4 horas.

No dia 25 de junho fiz um requerimento ao Presidente Ulysses Guimarães para que S. Ex.^a organizasse um calendário, a fim de que soubéssemos, dia a dia, o que vai ser discutido. Pergunto, então, aos colegas que me escutam: o que vamos discutir hoje? Não sei. Existem apenas quatro oradores inscritos dentre os oito previstos. Por quê? Pelo desinteresse por esta sessão. E por que o desinteresse por esta sessão? Porque não sei se o Deputado Aluízio Campos falará sobre o Estado do Tocantins ou sobre o aborto, como também não sei se o Senador João Menezes falará sobre a pena de morte ou parlamentarismo. E não pretendo permanecer aqui por quatro horas a ouvir discursos quando o tempo é tão restrito.

Perguntaria a S. Ex.^a, o Presidente da Mesa, que acabou de nos informar que o Constituinte que não pôde falar pode enviar seu discurso à Mesa, por escrito, se podemos mandá-lo pelo correio, o que seria mais cômodo, o que faríamos diretamente de nossas salas.

Meu telegrama, em dois minutos e meio, é o seguinte: uma Constituição só será forte se a Nação seguir seu trabalho de elaboração. O calendário é a forma de concentrar e condensar as discussões. Pelo sistema adotado pelo Presidente Ulysses Guimarães, que não se dignou ainda, apesar do meu requerimento de 25 de junho, a dar uma resposta definitiva, porque tem de ser Presidente da República, Presidente do PMDB, Presidente da Assembléia Constituinte, as coisas aqui, não se decidem.

Mando, hoje, este telegrama, esta reclamação sentida, porque entendo que precisamos dar uma satisfação ao povo brasileiro.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Se o Presidente o conceder.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece que o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio se encontra na tribuna terminando o seu pronunciamento. Em seguida, darei a palavra a V. Ex.^a. Tem a palavra, para a conclusão do seu pronunciamento, o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Sr. Presidente, passo ao ponto final do telegrama. O sistema de discussão do texto constitucional dilui o debate. Se é isso que se deseja, ele é perfeito. Mas, se desejarmos que o povo brasileiro acompanhe o nosso trabalho aqui, teremos que mudar o sistema.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, ilustres Constituintes, a questão de ordem que quero formular diz respeito ao assunto levantado pelo eminentíssimo representante do Partido Trabalhista, o Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Lamentavelmente, hoje é o primeiro dia em que nos reunimos para discutir, na Ordem do Dia, o projeto de Constituição. Não é possível, eminentíssimo Presidente, que essa discussão ocorra, se não tivermos uma agenda. Foi feita uma solicitação à Mesa no sentido de que se estabeleça um cronograma para a discussão do projeto da Constituinte. Oficialmente não tivemos, por parte do Presidente, uma posição concreta com relação a isso. Tendo em vista o bom andamento dos nossos trabalhos nos quarenta dias que se seguem, a partir de hoje apelo no sentido de que estabeleçamos um cronograma para os debates na Assembléia Nacional Constituinte. Até hoje, não tivemos resposta ao nosso pedido, e as inscrições para os debates já estão sendo feitas. Hoje pode-se discutir sobre um assunto ou outro. Assim, em momento algum chegaremos a uma conclusão sobre o pensamento da Assembléia Nacional Constituinte a respeito de cada assunto. Peço a V. Ex.^a que entre em contato com o Presidente Ulysses Guimarães e transmita o nosso apelo, no sentido de que se estabeleça um cronograma de debates dos assuntos que dizem respeito ao projeto da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Apreciando a questão de ordem suscitada pelo nobre Constituinte Octávio Elísio, a Presidência esclarece a S. Ex.^a e da mesma forma, ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio que o assunto será levado, a título de sugestão, à próxima reunião da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, presidida pelo titular desta cadeira, o nobre Constituinte Ulysses Guimarães, que, para honra nossa, ocupa interinamente, no momento, a Presidência da República.

O SR. EDME TAVARES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDME TAVARES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, repetidas vezes temos reclamado, juntamente com grande número de parlamentares do Nordeste, um tratamento diferenciado para a região, a fim de que ela possa crescer a índices acima das outras áreas do País e superar o fosso que destas a separa.

Mas, infelizmente, os sucessivos Governos permanecem indiferentes aos nossos clamores. Nem mesmo quando o fenômeno cíclico da seca se repete o Governo dispensa um tratamento especial ao Nordeste.

As frentes de trabalho de emergência são insuficientes para atender o número dos trabalhadores rurais liberados do campo, em virtude da impraticabilidade de trabalhar a terra seca. Recusam-se, tanto homens válidos como mulheres e menores, em outras oportunidades igualmente alistados.

A situação atinge tal gravidade que, em dias da semana passada, em Olho D'Água, Município do sertão paraibano, um grupo de mulheres que não conseguiu alistamento na frente de trabalho de emergência assaltou o posto de saúde local, levando os gêneros destinados à merenda escolar ali depositados.

Sem trabalho e assediados pela fome, não lhes restou alternativa senão ir buscar alimento onde havia.

Recebo agora correspondência do Vereador Francisco Guerra Fernandes, de Antenor Navarro, em que revela sua preocupação ante a elevação do imposto cobrado pelo Incra, estranhando que o órgão penalize tão duramente os pequenos e médios proprietários do semi-árido nordestino, que sofre os efeitos da chamada seca verde.

Venho, portanto, formular apelo ao Ministro Marcos Freire, da Reforma Agrária, no sentido de que determine providências, para que seja concedida isenção do Imposto Territorial Rural às propriedades do semi-árido nordestino incluídas na área atingida pela seca.

O SR. RICARDO IZAR: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RICARDO IZAR (PFL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recentemente alguns Deputados do PFL e eu fizemos um estudo sobre as estatais brasileiras, e chegamos à conclusão de que 70 a 80% dessas estatais devem ser vendidas, desativadas ou incorporadas por outras. Hoje, lendo os jornais de todo o Brasil, ficamos satisfeitos ao ver que o Conselho Interministerial de Privatização parece que accordou. O Governo, através desse Conselho, colocou à venda três empresas estatais: a Fermag, a Mafersa e a Máquinas Piratinha.

Srs. Constituintes, esse talvez seja o primeiro passo, embora seja muito pouco, para reduzir o déficit público. O Governo precisaria agilizar e incentivar esse Conselho no sentido de que trabalhasse mais rapidamente, pois a principal causa do déficit público são as estatais brasileiras, quase todas mal administradas. Chegamos à conclusão de que o Governo é o pior de todos os adminis-

tradores. É preciso que o Congresso agilize seus trabalhos e coloque à venda ou desative as estatais desnecessárias ao País.

Assomo, portanto, à tribuna, primeiro, para cumprimentar o Conselho Interministerial de Privatização por este trabalho que, na minha opinião, ainda é muito pouco, e, segundo, para fazer um apelo ao Governo no sentido de que agilize tal trabalho, desativando e vendendo centenas de estatais brasileiras.

O SR. HAROLDO LIMA (Líder PC do B): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria de abordar duas questões neste minuto e meio de que disponho. Primeiro, é sabido que o PC do B, delicadamente, recusou-se a conversar com o Constituinte Marco Maciel a respeito do pacto que estava fazendo com o Governo. Na nossa opinião, este pacto não tem qualquer validade ou importância e não tem razão de ser porque, com um Governo que pratica uma política antinacional e antipopular, como o do Presidente Sarney, não se deve fazer pacto. A segunda razão é a de que considerávamos que algumas questões básicas, que eventualmente poderiam ser discutidas em um entendimento qualquer, já estavam amarradas, acertadas e definidas.

Hoje, o Constituinte Marco Maciel foi à televisão para dizer que considera inegociável uma das questões basilares da atualidade política, ou seja, a extensão do mandato do atual Presidente da República, no pacto que está propondo, razão pela qual o PC do B reafirma a sua posição de não conversar sobre o pacto e de não aceita-lo.

Sr. Presidente, no segundo ponto deste pronunciamento faço referência ao discurso feito há pouco pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio, do PT de São Paulo. Na verdade, é melancólico o espetáculo a que estamos assistindo. A rigor, estamos diante da seguinte situação: ou promovemos um debate democrático na Constituinte a respeito dos temas constitucionais, ou formalizamos este debate, enumerando uma ordem de oradores. Ninguém saberá sobre o que irá falar, nem em que dia irá ser tratado determinado tema. Não haverá audiência nem interesse. Achamos que está posta uma questão de fundo. A Constituinte tem de se colocar à altura das responsabilidades a ela atribuídas pelo povo brasileiro. Ou seja, tem de debater com solidez, com profundidade, com seriedade e com consequência os temas da Constituinte, e não programar um debate formal que não está existindo sequer na formalidade, como deveria. Nesse sentido, queremos reforçar a proposta do Constituinte Plínio Arruda Sampaio no sentido de que o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, siga o Regimento Interno estabelecendo a Ordem do Dia, conforme preceitua o Regimento, de acordo com os Líderes da Constituinte, o que S. Ex.^a nunca fez, e que programe, com este entendimento, uma sólida e séria discussão sobre temas constitucionais nesta Casa.

O SR. OSVALDO BENDER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ocupo estes dois minutos para fazer um apelo às autoridades responsáveis no sentido de que tomem algumas providências em relação à grave crise que atravessam os criadores de suínos.

A região que represento praticamente é composta de milhares de pequenos criadores de suínos. Como todos os demais produtos neste País, este também não tem estabilidade de preço. Se hoje o produto está com um preço bom, logo, logo, principalmente na época da safra, quando o agricultor transforma o seu produto em numerário, esse preço cai. Isso vem acontecendo durante anos; não é de hoje. E atribuo esse problema à falta de uma política agrícola autêntica, verdadeira, definida, determinada, que não temos neste País.

Há poucos meses, importou-se mais de um milhão de carcaças de suínos, o que, sem dúvida, contribuiu muito para que o preço caísse além daquele que já vigorava na época, ou seja, em torno de Cz\$ 18,00. Isso faz quase um ano. Hoje, o preço está em torno de Cz\$ 14,00 ou Cz\$ 15,00 o quilo, enquanto que os insumos e as demais despesas dos nossos criadores subiram mais de 300, 400%.

A suinocultura está indo à falência, está no seu último suspiro. Estão sendo abatidas as matrizes, o que trará consequências graves para os criadores e, principalmente, para o abastecimento da carne suína no País.

Portanto, peço às autoridades responsáveis providências no sentido de que o preço do quilo do suíno seja reajustado.

Era o que queríamos dizer.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, na segunda-feira próxima passada ocorreu um episódio lamentável no meu Estado, a Paraíba. A Polícia Militar espancou trabalhadores rurais, jornalistas e estudantes, que haviam ocupado a Assembléia Legislativa durante manifestação realizada em nosso Estado, episódio que se vem repetindo em outras Unidades da Federação, a exemplo do ocorrido ontem no Amazonas e em Minas Gerais, demonstrando claramente a grave crise política, econômica e social vivenciada hoje pelo nosso País.

Estarei mantendo contato ainda esta tarde com o Sr. Governador Tarcísio Buriti, para que S. Ex.^a nos dê explicações sobre o episódio lamentável – repito – ocorrido na segunda-feira próxima passada.

Não foram esses os compromissos assumidos em palanque pelo PMDB com o povo do Estado da Paraíba. Precisamos ter uma postura que realmente vá ao encontro aos interesses das classes trabalhadoras e, através da nossa atuação, representar os legítimos interesses do povo brasileiro.

Em nome da Liderança do PMDB, aqui fica o nosso protesto.

VI – O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

NELSON SEIXAS – Requerimento de informações ao Ministério dos Transportes sobre existência de projeto de duplicação da BR-116, trecho Curitiba–São Paulo, no Plano Viário Nacional, sua dotação orçamentária e liberação dos valores.

WILMA MAIA – Requerimento de informações ao Ministro da Previdência e Assistência Social sobre compra de apartamentos para uso dos funcionários do INAMPS, IAPAS e INPS em Brasília.

VIVALDO BARBOSA – Requerimento de informações ao Presidente do Banco Central sobre contratações, sem concurso, dos funcionários do ex-BNH para os quadros do Banco Central.

A SR^a ANNA MARIA RATTESS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra a nobre Deputada.

A SR^a ANNA MARIA RATTESS (PMDB – RJ. Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, gostaria de saber por que ainda não foi devidamente apreciado pela Mesa o pedido do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio no sentido de que organizemos e sistematizemos a discussão das matérias neste plenário. Se queremos realmente influir no texto constitucional, através de uma discussão equilibrada, com sentido e que seja realmente participada, temos de fazer um planejamento, para que todos aqueles que se interessarem por determinados assuntos saibam com antecedência da pauta e, assim, estejam presentes na plenário.

Hoje, sinto inclusive a falta dos Líderes do meu partido. Não vejo nenhum deles aqui. Onde estão os Srs. Líderes Mário Covas, Luiz Henrique e os outros do PMDB, que deveriam estar aqui nesta primeira sessão da Constituinte? Acho que esta sessão foi esvaziada (palmas) inclusive por não termos uma pauta definida dos assuntos a tratar.

Então, seria essa a reclamação no sentido de dar uma contribuição a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Constituinte Anna Maria Rattes, antes de V. Ex.^a ocupar a tribuna, como fez agora com o brilho que caracteriza os seus pronunciamentos na tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, sobre este mesmo tema já se haviam pronunciado os eminentes Constituintes Plínio Arruda Sampaio e Otávio Elísio. Ambos reafirmaram a necessidade de uma menção expressa ao assunto que na Ordem do Dia seria objeto de discussão. Mais uma vez, a Presidência, num apreço a V. Ex.^a, sente-se no dever de esclarecer que o Presidente Ulysses Guimarães, de posse da sugestão apresentada pelo nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, iniciou consultas aos membros da Mesa da própria Assembléia Nacional Constituinte. Creio que S. Ex.^a o fez também em relação a algumas lideranças. Evidentemente, não sei se o Presidente Ulysses Guimarães ultimou essa fase de consultas objetivando situar a proposta do Constituinte Plínio Arruda Sampaio dentro do roteiro de trabalho estabelecido pelo Regimento. A uma

das interpelações ouvi do Constituinte uma ponderação que, naquele momento, pareceu ao titular da Presidência – no caso, o Constituinte Ulysses Guimarães – que deveria ser compatibilizada com a proposta do nobre representante do Partido dos Trabalhadores.

Como sabem V. Ex.^{as}, Srs. Constituintes, como sabe a nobre Constituinte Anna Maria Rattes, em cada sessão, oito Constituintes podem discutir a proposta durante os quarenta dias em que a matéria estiver sendo discutida. Identificada na Ordem do Dia a matéria objeto da discussão, sobre ela só poderão falar oito Constituintes. Mas remanesceria no nosso espírito uma dúvida. No caso da discussão daqueles temas fundamentalmente polêmicos, tais como reforma agrária, conceituação de empresa nacional e tantos outros, como se situaria o alinhamento desses oito Constituintes? Seriam privilegiados na discussão desse tema, ou se ampliaria esse número? Isso seria uma infringência à norma regimental em vigor.

Ao mencionar esse raciocínio, a Presidência deseja eximir o Constituinte Ulysses Guimarães de qualquer responsabilidade na apreciação dessa matéria, que é complexa. Na reunião da Mesa, na próxima terça-feira, presentes aqui o Segundo-Vice-Presidente, Jorge Arbage e eu próprio, prontificamo-nos a levar a proposta Plínio Arruda Sampaio ao exame do colegiado, para que já na próxima segunda-feira, quem sabe, se encontre, entre a proposta e a norma regimental, uma solução que atenda aos reclamos do Plenário.

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO:

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, invoco esta questão de ordem com fundamento no art 5º, XI, do Regimento Interno, que diz:

"Art. 5º São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

XI – organizar e designar a Ordem do Dia com a colaboração das Lideranças."

A Ordem do Dia que está anunciada aqui hoje não foi feita com a colaboração das Lideranças. Aliás, o Presidente Ulysses Guimarães tem-se notabilizado, de uns tempos para cá, por não convocar reuniões de Lideranças. Quando o fez, teve resultados espetaculares, tais como o de impedir que se suspendessem os trabalhos da Constituinte e o de ir ao Ministro Brossard para solicitar que não fosse aplicada a Lei de Segurança Nacional.

Isso é assunto regimental. O argumento que V. Ex.^a invoca agora, de que, se fizermos, antecipadamente, uma agenda, correremos o risco de que tema de tal importância fique circunscrito a um número pequeno de Constituintes, não é um argumento sólido, em que pese ao respeito à inteligência e ao descritivo de V. Ex.^a. Por quê? Porque o que propus é que elaborássemos um calendário para as sessões ordinárias e que, em seguida, fizéssemos as inscrições, verificando se os Constituintes desejariam falar num dia ou no outro. Em função dessa escolha, a Mesa faria a designação das sessões extraordinárias.

Vou fazer um exemplo para o caso que V. Ex.^a coloca: para a discussão da reforma agrária ins-

crevem-se cinqüenta Constituintes e para a criação do Estado do Tocantins quatro Constituintes. Faremos uma sessão ordinária para discutir o desmembramento e poderemos realizar cinco, seis ou oito sessões extraordinárias para discutir a reforma agrária. Assim, este argumento não é válido, mas, de qualquer maneira, V. Ex.^a está-me dizendo que isto seria discutido no Colégio dos Líderes.

Sr. Presidente, esta sessão não pode ser realizada hoje, dado que a Ordem do Dia foi organizada em desacordo com o Regimento Interno. Portanto, deveríamos, atendendo às ponderações de V. Ex.^a, suspender a sessão e convocar uma reunião de Líderes, cumprindo o art. 5º, XI, do Regimento Interno, para restabelecermos uma agenda compatível com aquilo que é o desejo da maioria dos Constituintes.

Era a questão de ordem, para a qual espero a acolhida de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência responde à questão de ordem suscitada pelo nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, sem se escusar, no entanto, de levar o assunto a debate no âmbito da Mesa Diretora. Quando o titular da Presidência retornar ao seu cargo, no caso, o Deputado Ulysses Guimarães, que tem tido um comportamento verdadeiramente exemplar, ouvirá V. Ex.^a e a todos os Srs. Constituintes e, de forma especial, as Lideranças partidárias, como o fez ao meio-dia de hoje.

O art. 23 – Capítulo II – do Regimento Interno, estabelece, *in verbis*:

"Art. 23. O projeto será colocado na Ordem do Dia da sessão seguinte para discussão em primeiro turno, nela permanecendo por prazo de até 40 dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada."

Com base no art. 23 do Regimento, no entender da Presidência, acho-me impedido de acolher – e teria imenso prazer em fazê-lo – a questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, sem que isso, no entanto, impeça a Presidência e a Mesa Diretora de apreciarem a sua proposta original de, antecipadamente, identificar os temas que deverão constar da Ordem do Dia, publicado em avulso.

Já tive oportunidade, em caráter informal, de levar ao conhecimento do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, que eu próprio, no primeiro momento, manifestara-me entusiasta da sua sugestão no sentido de que, com pleno conhecimento da Casa, fossem conhecidos os temas que seriam discutidos em cada sessão, quer seja ela ordinária, quer seja extraordinária.

As duas sugestões constantes do pronunciamento de V. Ex.^a, nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, serão submetidas à Mesa Diretora. Acredito que, já na reunião da próxima terça-feira, possamos chegar a uma conclusão que compatibilize a letra regimental com a sugestão que V. Ex.^a acaba de encaminhar à Mesa, através da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte.

Ressalvo, mais uma vez, que não apenas o Presidente Ulysses Guimarães, mas todos nós, Vice-Presidentes, Secretários e Suplentes da Mesa, temos pelas Lideranças da Casa o maior apreço, porque entendemos serem todas elas responsáveis e vivamente empenhadas em que o trabalho constitucional alcance os objetivos colimados.

O SR. OSVALDO BENDER: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS):

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio parece-me não ter fundamento, porque cada constituinte terá uma oportunidade para discutir o projeto. Se, por exemplo, o constituinte apresentar dez, quinze ou vinte emendas sobre vários assuntos, naturalmente vai querer falar sobre todos eles. Então, não se justifica dedicarmos uma sessão para cada matéria. Por isso, gostaria que fosse cumprido o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A intervenção de V. Ex.^a, nobre Constituinte Osvaldo Bender, pode situar muito bem as dificuldades vividas pelo Presidente Ulysses Guimarães para acolher, como acredito que S. Ex.^a pretendeu fazer no primeiro momento, a proposta formulada pelo nobre Líder Plínio Arruda Sampaio. Ponderações como a que V. Ex.^a acaba de fazer e aquela a que me referi, respondendo ao nobre Líder Plínio Arruda Sampaio, fazem com que remanesça no nosso espírito a dúvida, isto é, se a proposta oferecerá ou não maior rentabilidade aos trabalhos parlamentares. Posso, portanto, reenfatizar que o assunto será novamente discutido, a nível da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, ouvidas, obviamente, as lideranças partidárias, que merecem apreço e consideração.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Minha questão de ordem tem o objetivo de contraditar o argumento do Constituinte Osvaldo Bender. O argumento de S. Ex.^a contra minha sugestão é o seguinte: suponha-se que um constituinte apresente vinte emendas; ele naturalmente, nos vinte minutos de que dispõe, vai falar sobre todas elas.

O nobre Constituinte Gastone Righi, por exemplo, costuma apresentar 150 emendas. Quantos segundos S. Ex.^a terá para falar sobre cada emenda? É óbvio que nenhum constituinte – que aqui tem 20 minutos para falar – vai discorrer sobre todo o texto da Constituição, nem estará proibido de fazê-lo. Se um constituinte, no exercício de seu mandato, preferir em seu discurso, destoando do clima desta Casa, fazer uma apreciação mais geral ou tratar de uma só emenda, poderá fazê-lo. Isto não está proibido, de acordo com minha proposta. Apenas quero mostrar a falta de lógica do argumento de S. Ex.^a, pois se ele apresentar, constituinte operoso que é, umas 350 emendas, terá de falar com a velocidade de cinema acelerado para poder discorrer sobre todas elas nos 20 minutos de que disporá.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa, respondendo à nova intervenção do Líder Plínio Arruda Sampaio, deseja novamente esclarecer que o assunto será objeto de apreciação por parte da Mesa Diretora, mas a controvérsia

que suscita o debate poderá justificar, desde já, a posição assumida pela Mesa de não haver acolhido de pronto – e não sei se o fará a partir da próxima terça-feira – a proposta de autoria do nobre representante do Partido dos Trabalhadores.

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, acompanhei atentamente a resposta de V. Ex.^a à questão de ordem do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Na verdade, V. Ex.^a deu uma explicação, porque não se estava tendo condições de cumprir a curto prazo o Regimento Interno. Trata-se de uma questão delicada. V. Ex.^a esclarece que o Regimento Interno deverá ser cumprido a partir da próxima terça-feira, ou seja, daqui a sete dias.

Digo isso, Sr. Presidente, porque o inciso XI do art. 5º é muito lúmpido: são atribuições do Presidente, entre outras:

"Organizar e designar a Ordem do Dia com a colaboração das lideranças."

A Ordem do Dia de hoje não foi organizada com a colaboração das lideranças. V. Ex.^a, repito, esclarece que o assunto será revisto daqui a sete dias, ou seja, são sete dias em que a Ordem do Dia também ficará de forma anti-regimental.

Assim sendo, Sr. Presidente, **data venia**, recorro da decisão apresentada por V. Ex.^a, com base no § 3º do art. 74, que diz:

"Da decisão da presidência em questão de ordem caberá com apoio de de, no mínimo, trinta e cinco constituintes, recurso, sem efeito suspensivo, ao Plenário ouvida a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo."

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – V. Ex.^a, naturalmente, poderá utilizar o recurso instituído pelo Regimento Interno, recorrendo da decisão presidencial. Permito-me esclarecer que o dispositivo regimental em que V. Ex.^a se arrima não envolve só matérias específicas ao Projeto de Constituição. Envolve também outras matérias relacionadas ao Projeto de Decisão e àqueles que se vinculam à área de competência regimental da Assembléia Nacional Constituinte. Terá de haver prévia aquiescência das lideranças na formalização da Ordem do Dia, mas, no que tange ao Projeto de Constituição, objetivo básico e primordial da Assembléia Nacional Constituinte, permito-me como presidente, no exercício da função, esclarecer a V. Ex.^a que a tramitação do Projeto de Constituição está regulada explicitamente no próprio regimento. O art. 23, a que me referi há pouco, diz claramente.

"Art. 23. O Projeto será colocado na Ordem do Dia da sessão seguinte, para discussão, em primeiro turno, nela permanecendo por prazo de até 40 dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada."

Ora, nobre Líder Haroldo Lima, a Mesa tem procurado cumprir com absoluta fidelidade o texto regimental e continuará a fazê-lo sem frustrar, evidentemente, nem os constituintes nem a Casa,

porque entende a presidência que a intervenção de V. Ex.^a e dos outros que o antecederam na tribuna, objetiva o melhor andamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Disse que na terça-feira haveríamos de decidir uma das propostas do Constituinte Plínio Arruda Sampaio porque já se acha convocada para aquela data uma reunião da Mesa Diretora. Até lá, evidentemente, teremos mais seis sessões, incluídas as de sábado e domingo. Essa sistemática poderá prevalecer até lá. Se for acolhida a proposta Plínio Arruda Sampaio, teremos ainda trinta e dois dias para que, de acordo com a sugestão preconizada pelo representante do PT, possamos enquadrar a Ordem do Dia da Assembléia Nacional Constituinte, ouvindo-se, com a deferência que merece da Mesa, todas as Lideranças partidárias, a agremiação que V. Ex.^a representa, aqui, com tanta dignidade e as outras facções políticas que honram o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, quero também subscrever o recurso apresentado pelo Líder Haroldo Lima e invocar a argumentação de V. Ex.^a para justificar a Ordem do Dia de hoje.

Diz V. Ex.^a que o art. 23 do Regimento impõe que, independentemente – certamente é o que está contido nas declarações de V. Ex.^a – de o Presidente ouvir as lideranças, o Projeto de Constituição será colocado na Ordem do Dia da sessão seguinte, para discussão. Mas que Ordem do Dia será essa e como será discutida? Isto nos remete ao art. 5º. Será discutida na forma em que a Presidência, em consonância com as lideranças, estabelecer. As lideranças dos partidos com representação nesta Casa fizeram, de viva voz, concretamente, a manifestação de seu desejo unânime à Presidência. Esta, por sua vez, neste caso, não deixou de consultar as lideranças, mas estabeleceu a Ordem do Dia contrária às indicações dessas lideranças, de maneira afrontosa àquela apresentada, concreta e objetivamente, à Presidência da Casa. Dessa decisão de V. Ex.^a, **data venia** e lamentavelmente, tenho de recorrer, encarecendo que, pelo art. 74, § 3º, já que não há mais Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo para opinar sobre o recurso, V. Ex.^a submeta ao Plenário o recurso que estamos apresentando contra a decisão da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Esclareço ao nobre Líder Vivaldo Barbosa que a Comissão aludida por S. Ex.^a se acha mantida, e essa decisão foi anunciada, para conhecimento dos Constituinte, pelo Presidente Ulysses Guimarães. V. Ex.^a, portanto, nobre Líder Vivaldo Barbosa, incorre em lapso, porque a Comissão permanece e continua existindo na estrutura da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Desculpe-me contrariar V. Ex.^a, Sr. Presidente, mas, como integrante e Vice-Presidente de uma Subcomissão, devo dizer que essa Comissão já esgotou suas tarefas ao encaminhar à Comissão de Siste-

matização o resultado de seus trabalhos. Não há pois, mais Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao Líder Vivaldo Barbosa que o art. 74, § 3º, que trata das questões de ordem, estabelece:

"§ 3º Da decisão da Presidência em questão de ordem caberá, com apoio de no mínimo 35 (trinta e cinco) Constituintes, recurso, sem efeito suspensivo, ao Plenário, ouvida a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo."

Esta é a interpretação que a Mesa oferece ao nobre Líder Vivaldo Barbosa, diante da questão de ordem suscitada por S. Ex.^a.

A Presidência volta a enfatizar que, da parte do Presidente Ulysses Guimarães e dos demais integrantes da Mesa, jamais se poderia registrar qualquer atitude que envolvesse desapreço à inestimável colaboração prestada pelas lideranças das várias agremiações políticas aos trabalhos que se processam em nossa Assembléia. Se ao Presidente Ulysses Guimarães tem exatamente restado, como demonstração inequívoca, esse propósito de prestigiar as lideranças, por meio de seus substitutos eventuais, no caso os demais integrantes da Mesa, permanece a mesma linha de atuação, a mesma diretriz, sem que se possa prescindir, porque inestimável, da colaboração de todas as lideranças. E já na elaboração da Ordem do Dia da sessão de amanhã, buscaremos um entendimento com as lideranças das várias agremiações políticas, a fim de que se chegue realmente a uma solução, compatibilizando a norma regimental com o anseio das lideranças partidárias que se representam nesta Casa.

O SR. RICARDO IZAR: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. RICARDO IZAR (PFL – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, na minha opinião – perdoe-me o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio – a questão de ordem levantada por S. Ex.^a não tem razão de ser e, por essa razão, gostaria de trazer alguns esclarecimentos. Todos os Constituintes terão 20 minutos para defender suas emendas e seu modo de pensar. Gostaria de ir à tribuna para – e como disse o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio não terei condições de defender as duzentas emendas – defender aquelas que me forem possível. Não deveremos estar amarrados a um tema, mas ir à tribuna e comentar todo o projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência registra a intervenção do nobre Líder Ricardo Izar que, interpretando a norma regimental, emite o seu ponto de vista a respeito da questão que agora se discute.

A SR^a CRISTINA TAVARES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra a nobre Deputada.

A SR^a CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs Constituintes, há cerca de dois meses várias senhoras constituintes ocuparam esta tribuna e

endereçaram ao Presidente Ulysses Guimarães a preocupação relacionada à situação da nobre Constituinte Dirce Tutu Quadros. Já naquela ocasião temíamos um quiproquo que não correspondia exatamente à versão que a imprensa dava sobre uma suposta perturbação mental da nobre colega da Assembléia Nacional Constituinte. Particularmente algumas parlamentares, inclusive eu própria – que quase 48 horas antes estive com a Constituinte Dirce Tutu Quadros em uma recepção oferecida pelo Presidente do Banco do Brasil, Dr. Camilo Calazans – não poderíamos conceber que o equilíbrio demonstrado naquele momento pela nobre constituinte viesse, pouco mais de 48 horas depois, resultar no seu internamento. Fizemos gestões junto à Presidência porque estendemos que a solidariedade, nesta Assembléia Constituinte, é essencial e faz parte de um conceito que queremos não seja apenas instituído na legislatura, mas também vivenciado pelos integrantes desta Casa.

Passou-se o tempo, Sr. Presidente, e a Nação acompanhou os dolorosos acontecimentos vividos pela Constituinte Dirce Tutu Quadros fora do Brasil. Volta a Deputada Dirce Tutu Quadros e aqui, desta tribuna, emite um grito de socorro; grita por solidariedade e se diz ameaçada.

Evidentemente, não nos cabe estar no mérito das questões familiares, mas é nossa obrigação dar solidariedade a quem, desta Casa, no uso dos seus recursos constitucionais, eleita pelo povo, faz denúncia dessa gravidade.

Alega S. Ex.^a que seu pai, o Prefeito Jânio Quadros, sua mãe e o psiquiatra de uma Clínica novamente tentam interná-la à força. Alega mais a Deputada que assinou uma carta, pedindo licença, dopada.

Esse acontecimento não são extraordinários, mas dolorosos. A violência conta a mulher é um tema para o qual o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher todos os dias chama a atenção da sociedade, por meio de anúncios de televisão, a fim de que esses fatos não venham a ocorrer, mas são dolorosamente verdadeiros. De forma que somo a minha voz à da Constituinte Anna Maria Rattes, que há pouco me antecedeu nesta tribuna, solicitando a V. Ex.^a, como Presidente desta Casa e da Assembléia Nacional Constituinte, que envide os mais urgentes e enérgicos esforços para apurar o que de verdade há no grito de socorro, no pedido de misericórdia feito desta tribuna pela Constituinte Dirce Tutu Quadros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece à nobre Constituinte Cristina Tavares que a Constituinte Dirce Tutu Quadros endereçou carta ao Presidente desta Assembléia Nacional Constituinte, o nobre Constituinte Ulysses Guimarães, relatando esses fatos e postulando a S. Ex.^a providências que lhe garantam o exercício pleno de suas prerrogativas como integrante da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados. O Presidente Ulysses Guimarães avocou a si a decisão dessa solicitação da Constituinte Dirce Tutu Quadros. E posso dizer a V. Ex.^a que da parte do Presidente Ulysses Guimarães tudo será feito, com o apoio da Mesa Diretora, afim de assegurar à ilustre representante do povo de São Paulo o exercício pleno das suas prerrogativas nesta Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, encaminhei ontem à Mesa, presidida pelo Dr. Ulysses Guimarães, requerimento no sentido de que, em obediência a dispositivos regimentais, fosse interpelado judicialmente o Presidente da União Democrática Ruralista – UDR, para que provasse as assacadiñas que fez à Assembléia Nacional Constituinte, ao rotular a classe política de fisiológica e corrupta. A matéria está confiada em entrevista que esse moleque perfumado concedeu ao *Jornal de Brasília* de domingo último, dia 12 do corrente mês.

Ao justificar minha proposta, que se trata muito mais de uma exigência para manter a dignidade do Parlamento brasileiro do que um simples requerimento, invoquei dois dispositivos regimentais, um dos quais é norma cogente, ou seja, auto-aplicável.

Tomo a liberdade de lê-los para V. Ex.^a:

"Art. 5º São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

XVIII – zelar pelo prestígio e o decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas.

E agora vem a norma cogente:

"Parágrafo único. Na ocorrência de fato relevante que exija atuação imediata, poderá o Presidente praticar atos da competência da Mesa, ad referendum desta."

Sr. Presidente, fiquei surpreendido quando, ao formular esta questão de ordem, o Dr. Ulysses Guimarães, talvez até preocupado com o problema temporal, a fim de ocupar rapidamente o trono presidencial, já que é um tripresidente, abandonou rápida e açodadamente a cadeira presidencial sem dar satisfações a este Constituinte.

Em seguida, o ilustre Constituinte Arnaldo Faria de Sá deu-me uma satisfação, pelo que sou grato, e demonstrou ser realmente um democrata. Mas não me satisfez na medida em que recolheria as notas taquigráficas sobre minha questão de ordem para que, então, a Mesa tomasse as providências necessárias.

Insisto em dizer, Sr. Presidente, que a norma é auto-aplicável. O Sr. Ronaldo Caiado, Presidente da UDR, lançou infâmias e insultos contra a Assembléia Nacional Constituinte, e o parágrafo único do art. 5º do Regimento Interno assegura, defere à Mesa providências imediatas sempre que um fato relevante ocorrer. Ora, todos nós fomos, indistintamente e generalizadamente, chamados de corruptos por esse moleque irresponsável. E, até aqui, não vi reação nenhuma. V. Ex.^a também. A Nação sabe que V. Ex.^a é um homem de bem, correto, honesto e austero, de passado inatacável, mas o Sr. Ronaldo Caiado chamou todos nós, inclusive V. Ex.^a, de corruptos.

Ora, Sr. Presidente, não cabe examinar as notas taquigráficas, mas cumprir a norma regimental, que determina providências imediatas ad referendum da Mesa, em relação a esse senhor, que

abusa dos seus direitos de cidadão, que usa os jornais com o dinheiro do latifúndio, que está correndo as entranhas do meio rural brasileiro para fazer acusações deste porte e desta gravidade contra a Assembléia Nacional Constituinte, eleita legitimamente pelo povo e que aqui está, bem ou mal – presumo eu que bem – trabalhando para oferecer à Nação um texto constitucional que corresponda aos seus anseios e aos seus direitos.

Não vejo como, Sr. Presidente, se deva submeter a análises demoradas e a reflexões profundas assunto de tamanha gravidade. Ou a Mesa toma providências para, em obediência ao dispositivo regimental, salvaguardar o decoro, o prestígio e a dignidade da Assembléia Nacional Constituinte, ou outros Ronaldos Caiados sairão por aí a fazer novas assacadiças contra esta instituição.

Peco, pois, a V. Ex.^a que, fiel ao texto regimental, determine, já e agora, providências para que esse senhor seja chamado à Justiça para provar o que afirmou de forma tão inconsequente, irresponsável e antidemocrática.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Respondendo à questão de ordem suscitada pelo nobre Constituinte Amaury Müller, a Presidência esclarece a S. Ex.^a e à Casa que ainda ontem, à noite, as notas taquigráficas sobre sua intervenção no plenário foram encaminhadas ao Presidente Ulysses Guimarães, através da Secretaria-Geral da Mesa, para que S. Ex.^a decidisse essa questão, defendendo o decoro e a dignidade desta Casa diante da incrépito atribuída ao Sr. Ronaldo Caiado, incrépito irrogada à face da própria Assembléia Nacional Constituinte e, consequentemente, dos seus integrantes.

Cabe-me neste momento assegurar não apenas ao nobre Líder Amaury Müller, mas aos demais 558 integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, que tanto o Presidente Ulysses Guimarães quanto seus companheiros de Mesa, todos nós, enfim, entendemos nossas responsabilidades e tudo faremos para resguardar o decoro e a dignidade da Assembléia, diante dessa insinuação despropositada e descabida, tornada pública na intervenção do nobre Líder Amaury Müller.

O SR. LEITE CHAVES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, conheço bem V. Ex.^a, meu colega de longa data no Senado e um dos homens mais preocupados com a lei e com a ordem.

Excelência, levanto uma questão de ordem, com base no Regimento, em relação ao **quorum**. Veja que agora, exatamente hoje, presididos por V. Ex.^a, os trabalhos da Constituinte têm início no País. Começamos por baixo, pelas subcomissões. Elas nos deram a grande vantagem de podermos vasculhar e radiografar o País. Não há ponto da vida nacional que não tenha sido visto. Partimos de lá, mas é a partir de agora, Excelência, que na realidade começamos os trabalhos formais da Constituinte. Há instantes não existia número legal para que mantivéssemos nossos trabalhos. O Regimento estabelece o **quorum** mínimo de 10%.

É compreensível que hoje seja assim, pois, em razão do entendimento das Lideranças, nosso calendário foi alterado e houve uma antecipação.

Meu pedido a V. Ex.^a é que, sob suas vistas e seu comando, jamais esta Casa funcione com **quorum** inferior ao que determina o Regimento, porque a Nação está vendo o que aqui ocorre, e não se pode fazer um trabalho dessa magnitude sem o interesse generalizado da Casa. Tenho uma emenda que estabelece que, aprovada a nova Constituição, seja ela submetida a um plebiscito nacional, sem o qual a mesma não terá respeitabilidade, e somente seja promulgada por esta Casa depois de aprovada pelo País. É conveniente que se veja qual o grau de discussão, de identidade a respeito das teses que aqui se levantam, porque não é bastante a votação.

Uma Constituição é feita de forma diferente da lei. Enquanto acobertamos um fato na lei ordinária com determinada norma, aqui temos que ver a generalidade do fato para estabelecer uma norma abstrata do Direito Constitucional. Por isso, ela é diferente, não pode ser feita com indiferença ou com a Casa vazia.

Meu pedido a V. Ex.^a, Sr. Presidente, é no sentido de verificar se o número de presentes em plenário confere com o número mínimo estabelecido pelo Regimento. Peço-lhe, portanto, proceder à verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Constituinte Leite Chaves que, ao abrir os trabalhos da sessão ordinária de hoje, com base em dados fornecidos pela seção competente, estavam presentes à Casa 281 Srs. Constituintes. Trata-se de um número indiscutivelmente ponderável e superior, portanto, à maioria absoluta da Assembléia Nacional Constituinte.

No que diz respeito ao número mínimo de Constituintes em plenário para o prosseguimento dos trabalhos, diria a V. Ex.^a que o art 36, no seu § 2º, prescreve **in verbis**:

"§ 2º Achando-se em Plenário pelo menos 56 (cinquenta e seis) Constituintes, o Presidente comunicará o número dos presentes e declarará aberta a sessão, proferindo as seguintes palavras:..."

Cinquenta e seis é o número mínimo. Na abertura dos trabalhos era praticamente fácil de ser constatada a presença do **quorum** mínimo para o seu prosseguimento. Não houve sequer a intervenção de qualquer dos Constituintes instando a Mesa para que processasse a verificação do **quorum**. É certo que a Mesa poderia fazê-lo de ofício, se assim o desejasse. Mas é de supor-se que no momento em que V. Ex.^a suscita a sua questão de ordem, acham-se presentes 56 Srs. Constituintes, permitindo que tenha continuidade o trabalho desta tarde, com a ordem do dia já anunciada, marcando-se, efetivamente, o grande debate da Constituição, que tem início a partir do dia de hoje.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, dizer-

aos Constituintes, nesta fase da Assembléia Nacional Constituinte, tentaram, várias vezes, sensibilizar esta Mesa para o fato de que esta sessão não podia prosseguir da forma como foi convocada e organizada, por não estarem presentes os pressupostos regimentais. Antes de ser iniciada a sessão, alguns dos líderes com assento nesta Assembléia Nacional Constituinte procuraram a direção da Mesa para dizer como queriam ver organizada esta sessão a partir do dia de hoje. A Mesa foi insensível. Notamos, Sr. Presidente, que também a Mesa atual, que dirige os trabalhos, está insensível a este nosso clamor, postergando para a futura terça-feira a apreciação destes nossos requerimentos.

Infelizmente, Sr. Presidente, com o número de Constituintes que constatamos em plenário, esta sessão não pode continuar. Com fundamento no art. 36, § 4º, que estabelece que, desde que por iniciativa de qualquer Constituinte verificando-se a inexistência do **quorum** estabelecido pelo § 2º, a sessão há de ser suspensa. Lamentando profundamente ter de adotar esta medida, para defesa dos interesses e dos desejos manifestados dos Constituintes a V. Ex.^a pelos partidos aqui presentes, requeiro a V. Ex.^a a verificação de **quorum**, porque esta sessão não pode continuar da forma como foi organizada a Ordem do Dia pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência vai diligenciar o pedido de verificação de **quorum** suscitado pelo nobre Líder Vivaldo Barbosa, determinando que a Secretaria proceda imediatamente à chamada dos Srs. Constituintes para constatação do **quorum** mínimo que permita a continuidade dos nossos trabalhos e a discussão em torno do projeto da nova Carta Magna do País.

O Sr. Secretário iniciará, agora, a chamada dos Srs. Constituintes para a verificação de **quorum** suscitada pelo nobre Líder Vivaldo Barbosa.

O SR. NELSON CARNEIRO: – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, muitas são as críticas levantadas contra a Assembléia Nacional Constituinte. Uma delas, a que mais pesa perante a opinião pública, é exatamente sobre a ausência dos Parlamentares na Casa. Nosso interesse é que a sessão se realize sempre, tanto mais quando não se vai votar coisa alguma, mas apenas discutir matérias que são objeto de exame pela Assembléia Nacional Constituinte.

Acho que esse pedido de verificação não serve ao prestígio da Assembléia Constituinte. Por isso, apelo para os Constituintes que o fizeram, no senado de que o retirem, porque toda vez que não há número na Casa a repercussão desfavorável à Assembléia é muito maior do que aquela causada por outros motivos.

Sr. Presidente, se V. Ex.^a vai realmente mandar realizar a chamada, sugiro que faça tocar as campainhas, para que dentro de algum tempo haja número suficiente de Constituintes no plenário, a fim de honrarem o compromisso com o mandato recebido. (Palmas.).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência, diante da manifestação do nobre

Constituinte Nelson Carneiro, informa à Casa que já providenciou a convocação dos Srs. Constituintes através do acionamento das campainhas. Esclarece ainda, quanto à importância da sessão de hoje, que o Presidente Ulysses Guimarães dirigiu um expediente a todos os Parlamentares integrantes da Assembléia, realçando o fato de que, a partir desta data, pelo prazo de quarenta dias, se realizariam as discussões em torno da proposta da nova Constituição. Portanto, houve, da parte da Presidência, preocupação de cientificar os Srs. Constituintes, com bastante antecipação, sobre a importância da fase que se inicia no dia de hoje, com a discussão da proposta da nova Carta Magna elaborada pela Comissão de Sistematização.

O Sr. Secretário vai proceder à chamada dos Srs. Constituintes, os quais, dos respectivos gabinetes, devem deslocar-se para o plenário, a fim de que se constate a existência, ou não, de **quorum**, para continuarmos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Srs. Constituintes, a chamada procedida pelo Secretário constata já haver número para a continuação dos nossos trabalhos. Portanto, atendido o pedido de verificação de **quorum** suscitado pelo Líder Vivaldo Barbosa, vamos prosseguir com a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à.

VII – ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB – RN. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, gostaria que V.Ex.^a orientasse esta Casa. Ocorre queremos constantemente levantar-se dessa tribuna um zelo louvável pelo cumprimento do nosso Regimento. No entanto, a sessão começa às 14h 30 min. Temos 30 minutos de Pequeno Expediente, 30 minutos para Comunicações de Lideranças e 10 minutos para a apresentação de emendas ou de proposições. Porém, Sr. Presidente, já são praticamente 17h, e os Srs. Constituintes que se inscreveram para a discussão do projeto de Constituição, ou de alguma emenda a esse projeto, até esta hora estão privados de fazê-lo.

Gostaria que V. Ex.^a nos orientasse, a fim de que cumpríssemos o Regimento Interno à risca, já que a todo instante ele é invocado. Precisamos realmente cumpri-lo, para que os constituintes inscritos, desejosos de defender suas emendas, usem da palavra na hora exata.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência informa ao nobre Constituinte Antônio Câmara que, sobretudo hoje, quando está sendo posto em execução o novo rito regimental – reduzimos o prazo do Pequeno Expediente e o de Comunicações de Lideranças –, a Mesa procurou ser, tanto quanto possível, inflexível no cumprimento dos prazos, ficando em dois minutos e meio o tempo destinado a cada orador,

no Pequeno Expediente, e a cada um dos partidos desta Casa.

Houve um esforço por parte da Presidência, com o apoio dos demais membros da Mesa presentes neste plenário, no sentido de que se cumprissem com absoluta fidelidade os prazos atribuídos tanto aos oradores do Pequeno Expediente como aos líderes que falaram em nome de suas respectivas agremiações.

Esclareço; entretanto, a V. Ex.^a que, em razão de reclamação suscitada no início dos nossos trabalhos, a qual se alongou por sete minutos e que foi trazida à Mesa por um dos eminentes constituintes – salvo engano, o Constituinte Octávio Elísio –, esse tempo, somado ao da leitura da ata, foi descontado do tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Há por parte da Mesa, no momento por mim presidida – e acredito que haverá também pelo titular Ulysses Guimarães e pelos demais companheiros com os quais dividirei a responsabilidade neste colegiado –, o propósito de tudo fazermos para que se cumpra o prazo estabelecido no Regimento, a fim de que durante a Ordem do Dia – e hoje praticamente este pedido se instala para o debate da Carta constitucional – haja um integral respeito aos prazos previstos no Regimento Interno.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, gostaria de levar à Mesa duas reclamações. A primeira é que, no dia 5 de maio, apresentamos à Casa um projeto de indicação que sugeria à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte convocar, conforme o Regimento Interno, cinco horários de televisão e de rádio, durante cinco segundas-feiras seguidas, para que fossem levados ao conhecimento do País, por uma hora, temas como a reforma agrária, parlamentarismo, presidencialismo, Poder Judiciário, enfim, temas que interessam à Nação, para que pudessem debater mais as questões constitucionais. E até hoje não tenho notícia da posição da Mesa sobre esse projeto de indicação. Minha idéia era a de, agora, apresentar mais um projeto de indicação para que todos os jornais do Brasil seguissem o exemplo do **Correio Brasiliense**, que publicou na íntegra o Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização. A Nação brasileira precisa de tomar conhecimento dele, através de seus órgãos de divulgação, e seria da maior importância que todos os jornais o publicassem. Acho que compete à Mesa providências nesse sentido. Mas fico desanimado de apresentar outro projeto de indicação, levando em consideração que são passados quase dois meses e não houve posição da Mesa a respeito de meu projeto anterior.

A outra reclamação: já apresentamos seis pedidos de informação de dados que nos interessam para nos basear na elaboração da nova Constituição do Brasil. A Mesa aprovou e encaminhou esses pedidos ao Poder Executivo. Passou-se o prazo, a Mesa reiterou o pedido, e o Governo, em total e absoluto desrespeito à Assembléia Nacional Constituinte, até o momento não respondeu aos pedidos de informação apresentados.

Solicitaria à Mesa que aplicasse a Lei nº 1.079, de 1950, que define os crimes de responsabilidade, contra os Ministros do Governo que não cumprem com o dever de responder às solicitações de informação da Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, deixo registradas, nesta sessão, duas reclamações que considero da maior importância. Espero que a Mesa busque uma forma, um meio de fazer com que todos os jornais do País, publiquem, na íntegra, o Anteprojeto da Comissão de Sistematização da nova Constituição do Brasil.

Eram essas as minhas reclamações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência informa ao nobre Constituinte Ademir Andrade que vai localizar o seu projeto de indicação agora mencionado e, naturalmente, adotar as providências que forem cabíveis.

No que tange aos pedidos de informação, tive o privilégio de ser o Relator de alguns deles na Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

A Mesa vai diligenciar imediatamente junto ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil, que, nos termos do § 5º, do art. 62, do nosso Regimento, é a autoridade indicada para o encaminhamento desses pedidos, para que S. Ex.^a, o Ministro Ronaldo Costa Couto, ofereça à Casa as explicações necessárias sobre aqueles pedidos de informação que foram encaminhados ao Poder Executivo.

O SR. JOÃO MENEZES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL – PA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, gostaria de consultar V. Ex.^a sobre se a inscrição feita para os oradores é válida e se V. Ex.^a tem condições de colocar ordem na Casa, para que sejam cumpridas as determinações da própria Mesa.

Se o Constituinte não chegar aqui na hora certa, seguramente V. Ex.^a irá dizer que ele perdeu a vez. Mas o que vejo é que vários constituintes inscritos hoje deixarão de falar em virtude das questões de ordem concedidas por V. Ex.^a, uma atrás da outra. Não há, pois, oportunidade para que se cumpra o que a Mesa determinou, ou seja, dar a palavra aos oradores inscritos.

Era esta a questão de ordem que queda apresentar a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Líder João Menezes, a Presidência esclarece a V. Ex.^a que tudo tem feito, na direção dos trabalhos, para que nenhuma etapa da presente sessão viesse a sofrer procrastinação, mas é evidente que o suscitar de questões de ordem é prerrogativa dos Srs. constituintes.

Suscitada a questão de ordem, cabe à Presidência manifestar-se em torno da mesma, oferecendo sua sugestão. E foram tantas as questões de ordem que a Casa ainda não pôde privilegiar-se de ouvir V. Ex.^a e os demais oradores que se inscreveram para discutir a proposta da nova Constituição. Entretanto, a partir de agora, constatada a existência de **quorum**, pela chamada da 1^a Secretaria, vamos proceder efetivamente à discussão da proposta da nova Carta constitucional, elaborada pela Comissão de Sistematização. Essa

discussão se prolongará por 40 dias, nos tempos previstos pelo Regimento Interno.

O SR. TADEU FRANÇA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. TADEU FRANÇA (PMDB – PR Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, na condição de um dos inscritos, gostaríamos, em função do convencimento pleno que tivemos, pelas palavras do Constituinte Plínio Arruda Sampaio e de todos aqueles que propuseram a necessidade de uma pauta bem clara, a fim de que os trabalhos possam ter maior objetividade e participação, nesta questão de ordem, de solicitar o cancelamento de nossa inscrição, para que os trabalhos venham de fato a ser uma resposta coerente aos anseios claros e definidos da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência acolhe o pedido de cancelamento de V. Ex.^a e vai conceder a palavra ao orador imediatamente inscrito para discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB – RN. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, parece que chegamos a um consenso. O País atravessa séria crise econômico-financeira, política e social. Logo mais, se não suceder algo de extraordinário, evoluiremos para as criseções sociais, o crescente desassossego da comunidade, pois em casa onde falta pão todos falam e ninguém tem sazão.

Chegou a hora e a vez de quem tem uma par-cela de responsabilidade na condução da economia do País, mesmo das mais modestas, prestar a sua colaboração. Escusado acrescentar que não trago para aqui fórmulas ou palpites mágicos e muito menos soluções salvadoristas. Cremos apenas e firmemente na viabilidade deste País e, em particular, do Nordeste; por força de erros e distorções, não tem o seu povo a vida que poderia ter tido e não foi como no famoso verso de Manuel Bandeira.

Sr. Presidente, a minha presença nesta tribuna dá-se por uma propositura que apresentamos à Confissão de Sistematização e, porque se referia ao mérito, não foi acolhida. Abertos novos prazos, estamos apresentando essa emenda e fazemos um comentário sobre o seu conteúdo. A emenda constante do Relatório Bernardo Cabral, no seu art. 493, reza o seguinte:

"Dentro de doze meses, a contar da data da promulgação desta Constituição, o Congresso Nacional aprovará leis que fixem as diretrizes das políticas agrícola, agrária, tecnológica, industrial, urbana, de transporte e do comércio interno e externo"

Apresentamos hoje, uma emenda acrescentando a esta apenas que fossem fixadas também diretrizes para a política mineral.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é minha intenção dedicar este pronunciamento à análise e consequentemente ao debate de um dos mais palpítantes temas da atualidade nacional, infelizmente

poucas vezes merecedor da atenção desta Assembléa: refiro-me à questão mineral, à problemática do aproveitamento dos recursos do subsolo e, de modo particular, à política setorial que vem sendo executada no País nas últimas duas décadas.

A premissa da minha análise é a de que a finitude dos bens minerais impõe a necessidade de defesa de seu uso racional dentro de modelos socialmente desejáveis: à sociedade não devem ficar reservados apenas os custos operacionais da atividade mineral; é essencial assegurar-lhe o direito de influir nas decisões sobre a exploração e a utilização dessas riquezas.

Até que ponto o modelo mineral brasileiro reflete essa preocupação e consagra o exercício prático dessa premissa é o que tentarei mostrar.

É difícil ferir esse tema sem *parti pris* a quase totalidade das abordagens, sobretudo no Congresso Nacional, tem sido impregnada de conteúdo ideológico ou de excessivo emocionalismo. Momentoso, candente apaixonante, não se poderia esperar que sua discussão numa Casa política como esta fosse diferente.

Pretendo, entretanto, esforçar-me para dar-lhe tratamento isento e imparcial, à luz de observações fálicas e de análises técnicas.

A investigação da política mineral brasileira dos anos recentes nos conduz aos idos de 1964, quando se implantou no País o regime militar, em decorrência do movimento revolucionário de março.

Data daquele ano a Exposição de Motivos nº 391, do então Ministro das Minas e Energia, Mauro Thibau, encaminhada ao Presidente da República.

Nesse documento, recomendava-se a adoção da política do novo Governo para o setor mineral, consubstanciada nos seguintes objetivos fundamentais:

a) aproveitar intensa e imediatamente os recursos minerais conhecidos;

b) ampliar a curto prazo o conhecimento do subsolo do País;

c) promover a regulamentação dos arts. 152 e 153 da Constituição Federal então vigente (Constituição de 1946);

d) propor a revisão do Código de Minas de 1940.

A par desses objetivos, o Governo da época considerou a produção mineral da maior importância e prioritária para o desenvolvimento nacional, quer se destinasse à industrialização de minérios no País, quer visasse à sua exportação. Para tornar exequíveis tais objetivos, decidiu-se dar ou criar apoio e incentivos aos projetos de extração mineral cuja produção se destinasse à redução ou à eliminação das importações.

O governo revolucionário firmava ainda sua posição com relação à restrição ao desenvolvimento das empresas de mineração já existentes, determinando que novos empreendimentos a cargo de empresas estatais somente seriam executados no caso de desinteresse da iniciativa privada.

A política mineral então recomendada e adotada foi baseada no princípio da livre iniciativa na lavra, no beneficiamento, no transporte, na transformação, no embarque e no comércio, admitindo-se, porém, a interferência do Estado nos projetos julgados de interesse para a segurança nacional.

Dessas diretrizes originou-se o Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais, aprovado pelo Decreto nº 55.837, de 12 de março de 1965, cuja administração foi cometida a um Conselho integrado por especialistas do mais alto gabarito técnico e a execução atribuída ao Departamento Nacional da Produção Mineral.

Ao fixar uma política mineral para o País, reconhecia o Governo que o desenvolvimento do setor dependia de uma série de fatores estruturais, econômicos, financeiros, tecnológicos e jurídicos. Já então se assinalava como inadequada a subordinação da atividade mineradora à atuação de diferentes agências da administração pública, situadas fora da jurisdição do Ministério das Minas e Energia.

Cumpre observar que a nova orientação imprimida à gestão desse Ministério, segundo esclarece o Ministro Mauro Thibau, procurou "proporcionar à livre iniciativa condições de justa remuneração, segurança e incentivo, defendendo, prestigiando e apoiando, ao mesmo tempo, as organizações estatais de sua jurisdição".

Afirma ainda S. Ex.^a que "o Presidente Castello Branco fez a opção corajosa a favor da livre empresa, convicto de ser ela a única acertada e compatível com o interesse nacional que, de longa data, vinha exigindo a comercialização dos recursos naturais do País, isto é, sua transformação em riquezas que possam proporcionar o lastro necessário ao processo de desenvolvimento econômico não inflacionário da coletividade brasileira".

Se é verdade que não se pode deixar de reconhecer o mérito dessas iniciativas do Movimento Revolucionário, que traçavam linhas gerais de política setorial ainda hoje atuais, não cabe, também, negar que sua execução se afastou em muito, na prática, dos princípios básicos que a inspiraram.

A revisão do Código de Minas de 1940, realizada por um grupo de trabalho da mais alta competência profissional, desaguou no Código de Mineração de 1967, ainda em vigor.

Como instrumento da política e delineada pelo Governo, o novo diploma legal buscou ser fiel aos princípios gerais estabelecidos nos documentos oficiais.

O avanço desejado pelas autoridades do setor público foi certamente possibilitado, em boa medida, pelo fim do direito de pretação ou preferência do proprietário do solo, acolhido na Constituição de 1946 e eliminando no texto constitucional de 1967, que introduziu, em seu lugar, o direito do superficiário à participação nos resultados da lavra.

O Estatuto Mineral de 1967 consagra o instituto da prioridade como norma geral para o acesso à exploração dos bens minerais, no propósito de assegurar igualdade para todos, facultando a qualquer pessoa física ou jurídica a oportunidade de obtenção do direito de prioridade para o exercício da atividade mineral, independentemente da vontade do proprietário do solo.

Por outro lado, não estabelece qualquer restrição à participação do capital estrangeiro, coerentemente com os objetivos da política governamental. Às "sociedades organizadas no País", de que trata a Constituição de 1967, não impõe limites de espécie alguma, permitindo que obtenham autorização para funcionar como empresa

de mineração mediante o simples atendimento das exigências formais que enumera.

Outro importante dispositivo da lei novel estatua a proibição da outorga de mais de cinco alvarás de pesquisa da mesma substância ou de mais de cinqüenta da mesma classe a um mesmo titular, pessoa física ou jurídica. Tratava-se de norma de caráter nitidamente antitruste.

Segundo o Código, a autorização de pesquisa teria prazo inicial de dois anos (posteriormente ampliado para três), renovável, a princípio, por mais um ano e, depois, "por mais tempo", a critério do DNPM. Já a concessão de lavra não continha termo fixo.

Vale o registro de que esse diploma legal, à semelhança dos seus congêneres de outras épocas – os de 1934 e 1940 –, foi baixado por ato do Poder Executivo, sem qualquer participação do Congresso Nacional.

Ao longo dos anos, essa legislação tem sido objeto de modificações, a maioria das quais, entretanto, realizada sem qualquer preocupação de manter coerência com os princípios reitores da política setorial em vigor.

O exemplo mais eloquente é o da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, que atribuiu ao proprietário do solo ou a quem por ele autorizado a exclusividade do aproveitamento, pelo regime de licenciamento, dos minerais integrantes de Classe II de que trata o art. 5º do Código de Mineração (materiais de construção), de argila para uso na cerâmica vermelha, de calcário usado como corretivo na agricultura e, posteriormente, do basalto. A instituição desse regime especial, como o denomina o indigitado diploma legal, constituiu flagrante retrocesso no panorama do Direito Mineral brasileiro, e sua constitucionalidade ainda hoje é questionada por alguns. Trata-se, na verdade, da reedição do direito de preferência do superfíciário, que tantos danos causou ao desenvolvimento do setor mineral.

Na ótica do exame da política mineral do País, cabe ainda referência ao II Plano Mestre Decenal de Aproveitamento dos Recursos Minerais Brasileiros, elaborado por grupo de trabalho constituído pelo ministro das Minas e Energia em 1979.

Segundo esclarece o documento na apresentação, "elaborou-se não um plano com metas prefixadas, estabelecimento de recursos necessários e meios de execução, mas sim um conjunto básico de diretrizes que norteasse a política mineral para os próximos dez anos. Assim, o II PMD ora apresentado é, sobretudo, um documento qualitativo e doutrinário, que explicita a política de desenvolvimento a se adotar na execução do II PMD, o qual será quantificado, à medida que ocorrerem os seus desdobramentos, na forma de programas de trabalho".

É do texto a afirmação de que "a meta maior da política mineral brasileira deve ser a de se procurar, na medida do possível e dos condicionamentos geológicos do País, atingir, a curto prazo, a mínima dependência externa em matérias-primas minerais e a intensificação da produção dos recursos minerais ora conhecidos e já trabalhados".

O II PMD contempla ainda objetivos subordinados, específicos de cada setor da mineração. À guisa de exemplo, merecem citação:

– na área de prospecção e pesquisa:

a) ampliar o conhecimento do nosso subsolo em regiões ou áreas de possível potencial de recursos minerais carentes, ou daqueles suficientes que apresentem boas perspectivas de colocação no mercado internacional;

b) aumentar o conhecimento geológico atual nas áreas de reconhecido potencial de minerais necessários para suprir a agricultura e a indústria e aumentar o volume de exportação de bens minerais;

– na área de produção:

a) suprir o mercado brasileiro com os insumos minerais de que necessite;

b) gerar excedentes exportáveis;

c) exportar com a máxima agregação de valor possível;

– na área de tecnologia mineral:

a) substituir importações, promovendo a adequação de nossos bens minerais, ainda que alternativos para a indústria instalada;

b) promover uma maior valorização dos nossos recursos minerais, aumentando o seu grau de processamento no País;

– na área de recursos financeiros:

a) propor incentivos fiscais e creditícios ao setor privado nacional, compatíveis com os recursos exigidos pelos investimentos necessários;

b) recomendar o estabelecimento de regras estáveis concernentes à aplicação de capital alienígena no setor mineral brasileiro.

Ressalte-se, a propósito desse II Plano Decenal, que, ao contrário do I Plano Mestre, de 1965, não se instituiu qualquer mecanismo de avaliação e monitoramento da sua execução, nem se procurou o comprometimento das altas esferas da administração com a realização dos seus objetivos. O documento, repleto de deficiências conceituais, não obteve o indispensável apoio da comunidade mineral, razão por que pouco acrescentou ao esforço de desenvolvimento organizado da mineração.

Assim postos os grandes referenciais da política mineral brasileira nos últimos anos, cabe, agora, comentar os resultados efetivamente obtidos.

Lamentavelmente, são visíveis as inadequações e deformações da política mineral implícita ou explícita que caracterizou as duas décadas recentes em nosso País.

É inegável que não houve o aproveitamento intensivo dos recursos minerais conhecidos na escala desejada, provavelmente pela concorrência de fatores vários, dentre os quais salientam-se os seguintes: carência de recursos financeiros e infra-estruturais; falta de apoio tecnológico para o melhor aproveitamento do minério nacional; estímulos e incentivos insuficientes; política voltada prioritariamente para a exportação etc.

A despeito do empenho envidado pelo Governo, o subsolo nacional é ainda pobemente conhecido em termos geológicos e de suas reais potencialidades minerais. A atividade de execução dos levantamentos geológicos básicos, sobretudo a partir de 1978, ficou seriamente comprometida em face dos cortes sucessivos nos recursos alocados ao DNPM, pela ausência de comprometimento das autoridades hierarquicamente superiores da Administração Pública com a execução da política mineral e em razão de a prioridade atribuída à mineração pelo setor público ser muito mais retórica do que prática.

Por outro lado, ao contrário do que apregoavam as diretrizes da política setorial, observou-se um crescimento da presença da empresa estatal, inibindo e pressionando negativamente as empresas de capital privado nacional. Os principais projetos de mineração têm sido liderados pelas entidades governamentais e geralmente prevêem, como meta inicial, uma escala de produção elevada, exigindo grandes investimentos em tecnologia, equipamentos e infra-estrutura, o que, obviamente, aumenta a necessidade de recursos financeiros.

O capital estatal responde, hoje, por 31% da produção mineral, concentrada em poucas substâncias: ferro, cobre, carvão e rocha fosfatada. Cabe ainda frisar que, do total de áreas oneradas no País com alvarás de autorização de pesquisa, concessões de lavra e pedidos de pesquisa, 289.376 km² ou 27,7% estão em mãos de companhias do Governo.

Nesse passo, não se pode deixar de mencionar a participação do capital estrangeiro, tão discutida e criticada. De fato, os números são extremamente preocupantes quando cotejados com os relativos à empresa nacional: de acordo com dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o capital forasteiro detém 42% da produção mineral brasileira, por intermédio de 126 grupos societários, nos quais possui o controle integral de 370 empresas e uma participação especial em 212 outras. Esse capital controla sozinho 379.864 km² (36,3%) das áreas oneradas no território nacional com títulos minerados ou requerimentos de autorização de pesquisa, sendo que dois grupos – o British Petroleum/Brascan e o Anglo/American/Bozzano Simonson – detêm 58% dessa participação.

Sabe-se que esse nível de presença de grupos empresariais restritos no setor mineral é viabilizado pela existência de uma plethora de empresas subsidiárias, constituidas com o propósito específico de contornar a norma do art. 26 do Código de Mineração, que fixa limites para a detenção dos títulos minerários por uma mesma empresa ou pessoa física. Somente o grupo BP/Brascan detém 151 empresas desse tipo (**paper companies**). Em que essa situação pode servir aos interesses; do País é, realmente, questão difícil de esclarecer. Ainda que a política mineral inaugurada a partir de 1964 tenha desejado efetivamente atrair o capital estrangeiro para a mineração brasileira, não será razoável acreditar que pretendesse lotear o País entre as multinacionais.

Um famoso consultor internacional da área mineral, Michad Tanzer, analisando, sob o prisma econômico, a participação estrangeira nas atividades de mineração no Brasil, tomando como exemplo os casos do minério de ferro e do alumínio, foi enfático ao afirmar que:

"mais uma vez se observa a presença do setor público viabilizando a transferência de benefícios para o setor privado, assumindo os setores de maior risco e menor rentabilidade (minério de ferro) e viabilizando áreas de menor risco e maior rentabilidade (alumínio)"

A conclusão mais grave de sua análise, todavia, é a seguinte:

"Sob o ponto de vista da sociedade como um todo e do ponto de vista dos contribuintes

em particular, levanta-se, no entanto, a questão se essa será a melhor forma de, a longo prazo, utilizar recursos escassos. Ainda mais, caberia averiguar até que ponto a atual estratégia de condução da política mineral é consistente com um dos objetivos principais da atual política econômica: o ajuste estrutural no balanço de pagamentos."

A raiz do problema parece residir no tratamento dado pela lei não capital estrangeiro e, sobretudo na deficiência dos mecanismos de controle da participação desse capital no setor. Do ponto de vista da legislação mineira, as exigências quanto à submissão das alterações contratuais das empresas e das transferências (cessões) dos títulos minerários à agência governamental encarregada da execução e fiscalização do Código – o DNPM – constituem imposições de ordem meramente formal, já que não se examinam, no mérito, esses atos, muitas vezes aperfeiçoados em outras jurisdições. Em outras palavras, o que estou dizendo é que o tratamento igualitário atribuído pela lei brasileira à empresa nacional e à empresa estrangeira, sem a disponibilidade de meios efetivos para o exercício do controle da participação do capital internacional e para a avaliação de sua correta adequação aos interesses da política mineral e da sociedade, representa, do ponto de vista político, um grande risco e, quiçá, lamentável temeridade.

A propósito, permito-me transcrever a opinião de um empresário da mineração no meu Estado – o Rio Grande do Norte –, jurista de escol, desembargador aposentado no Estado da Paraíba. Doutor Mário Moacyr Porto, que corrobora o meu ponto de vista:

"Para a nossa sorte, a natureza não permite o transplante de minas de um país para outro, mas a nossa legislação permite e favorece a alienação e domínio da sua produção por mãos alienígenas. Quando o nosso Código de Mineração iguala, no plano da permissividade, duas forças profundamente desiguais no terreno econômico, é manifesto que desigualdade em favor da mais poderosa, pois a igualdade nesse assunto não se mede em função de disponibilidades jurídicas, mas de poder econômico. O capital nacional é vasqueiro e difícil. O capital estrangeiro é abundante e fácil. A tecnologia brasileira é escassa e incipiente. A estrangeira é avançada e abrangente. Perdemos a corrida para o capital estrangeiro porque o Governo nos impôs um jogo com cartas marcadas."

Na avaliação global dos resultados da política mineral praticada no País, acresce ainda observar que não se tem promovido um racional e intenso aproveitamento dos recursos minerais existentes no subsolo nacional. A estrutura da produção mineral brasileira é ainda altamente concentrada: quatorze substâncias representam 94% do total produzido.

Mais: o Brasil continua dependente, em larga escala, dos recursos minerais do subsolo alheio. Conquanto se saiba que a dependência é inevitável, uma vez que país nenhum é auto-suficiente no setor, parece que pouco se tem conseguido realizar para atenuá-la.

A tudo isto que foi dito, Sr. Presidente, é preciso ainda acrescentar que a realidade mineral, brasi-

leira na década em curso vem sendo abalada peia multiplicidade de conflitos envolvendo garimpeiros, empresas numeradoras, índios, camponeses, etc, de modo mais dramático na Amazônia, embora também de forma grave em outras regiões. Oriundos, em sua maioria, da questão aurífera, em cujos garimpos se concentra a maior parte da população garimpeira, os problemas se agravam a partir de 1980, com o início da atividade em Serra Pelada, e se arrastam até hoje. A confusa política governamental e a inadequação da legislação, especialmente no que tange ao tratamento da garimpagem, não vêm permitindo que se encontrem as soluções suasórias necessárias para restabelecer o clima de investimentos adequado à realização dos empreendimentos minerais nas áreas conflitadas.

Ervenses a situação, sem que se vislumbre o encaminhamento de soluções energicas e eficazes por parte do Governo.

Não será incorreto dizer-se, pois, que se tomou fragmentária a política mineral brasileira, desmantelando-se pontos vitais de sua estrutura pela ausência de mecanismos de avaliação e de correção de rumos e pela deficiência do modelo institucional existente no setor. A ostensiva falta de coordenação, em nível de Governo, levou a que, em face de problemas conjunturais, se buscassem adotar soluções **ad hoc**, tópicas, reativas, sem a preocupação de coerência com o conjunto da política setorial. Esse o panorama que se observa na atualidade da mineração nacional.

Entendo que é chegada a hora de encarar-se seriamente as questões básicas do setor a partir do reconhecimento de que as evidentes deformações que assinalam marcadamente a política mineral do País podem comprometer o esforço nacional para o desenvolvimento econômico e social harmônico.

É preciso formular uma nova política, que se integre às diretrizes gerais do planejamento global da Nação e que seja coerente e afinada com os interesses da sociedade, relativamente à exploração e ao aproveitamento dos recursos do subsolo.

Retorno, a esta altura, a premissa a que me referi no início deste pronunciamento: a finitude dos bens minerais impõe a necessidade de deferir-se seu uso racional dentro de modelos socialmente desejáveis: à sociedade não devem ficar reservados apenas os custos operacionais da atividade mineral: É essencial garantir-lhe o direito de influir nas decisões sobre a exploração e a utilização dessas riquezas.

E o caminho para isso passa, necessariamente, pela participação do Congresso Nacional, a que deve caber a apreciação das diretrizes gerais da política mineral, como exigência até do próprio processo político de restauração do estado democrático. Afinal, é da tradição dos países centrais que as políticas públicas sejam propostas e discutidas no Parlamento e, somente depois de aprovadas, implementadas pela burocracia estatal.

O que tem ocorrido no Brasil constitui real-mente excrescência conceitual e legal; é praxe entre nós que o Poder Executivo estabeleça planos por decreto, que autoridades ministeriais revoguem leis por portarias, que simples burocratas e tecnocratas formulam, a seu bel-prazer, políticas públicas, sem submetê-las ao exame do Congresso.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. apresentei emenda ao anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização determinando que, dentro de doze meses da promulgação da nova Constituição, o Congresso aprobe lei que fixe as diretrizes da política mineral do País, exigência que o texto já contemplava com relação aos setores agrícola, agrário, tecnológico, industrial, urbano, de transportes e de comércio interno e externo.

Nenhum órgão governamental, nenhuma entidade de classe, nenhum conselho, ainda que híbrido em sua constituição, pode substituir o Congresso na representação da sociedade. Por isso, no instante em que um novo disciplinamento constitucional está sendo dado à vida da Nação, considero imperdível a oportunidade de inserir na Lei Suprema a exigência de serem submetidas à apreciação do Poder Legislativo federal as diretrizes da política de um setor vital para o desenvolvimento do País como a mineração, a fim de que a chancela de legitimidade, ausente de todas as tentativas anteriores de fixação de políticas para a mineração, possa garantir-lhes as condições de que sempre careceram para sua implementação eficaz.

Ao finalizar, peço aos eminentes companheiros que, na fase decisiva dos trabalhos constituintes, prestes a iniciar-se, dediquem atenção máxima à questão mineral brasileira e cerrem fileira com as propostas que representem avanço no tratamento constitucional da matéria, de modo especial aquelas que visem a ampliar e garantir efetivamente o exercício da soberania nacional sobre os recursos minerais e a participação da sociedade no usufruto dos Benefícios que são capazes de gerar.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos os brasileiros devemos lutar para que a democracia chegue também à mineração. Afinal de contas, há pelo menos cinco décadas não tem o Congresso Nacional vez nem voz ria elaboração da política pública para o setor, na formulação das leis básicas que a traduzem, na configuração do modelo institucional que a executa.

A Assembléa Nacional Constituinte tem, portanto, o dever, perante a sociedade, de instituir mecanismos que assegurem essa participação, de sorte que o vezo de plasmar, nas retórtas do Poder Executivo, os destinos das nossas riquezas minerais seja inumido juntamente com as cinzas do período sombrio que desdoura a história recente deste País.

Durante o discurso do Sr. Antônio Câmara o Sr. Mauro Benevides, Presidente em exercício, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

–Tem a palavra o Sr. João Menezes, para discutir o Projeto de Constituição.

O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

–Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER
SENHORES:

Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio Neves – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico, Filho – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentas – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bocayuva Cunha – PDT; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silv – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Digrisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Geraldo Melo – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vandelinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Natal – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Egreja – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Guedes – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Matos Leão – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Mussa Dermes – PFL; Myrian Portella.

– PDS; Narciso Mendes – PDS; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Oscar Corrêa – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital ~~ilegível~~ – PMDB; Rospide Neto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruberval Pilotto – PDS; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho – Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL Sergio Naya – PMDB; Sólon Borges dos Reis – PTB; Telmo Kirst – PDS; Tito Costa – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Vladimir Palmeira – PT Waldyr Pugliesi – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Encerro a sessão designando para amanhã, dia 16, às 1430 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

VIII – Encera-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.

DISCURSO DO SR. ANTÔNIO DE JESUS PUBLICADO NO DANC DE 4-7-87, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SALDO COM – OMISSÕES:

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, a sociedade brasileira passa por momentos de muita angústia e incerteza, diante de um processo de total inversão de valores que se aprofunda continuamente, materializado por injustiças sociais, fome, miséria, violência individual e coletiva, atingindo a grande maioria de nossa gente.

Crescem os sinais de perda de credibilidade em nossas instituições mais representativas, cujas respostas às manifestações de desesperança do povo, infelizmente, salvo honrosas exceções, têm sido motivo de agravamento desse quadro de verdadeira perplexidade em que nos encontramos.

É visível a degradação dos aspectos éticos e morais que consubstanciam suporte aos usos e costumes no Brasil, caracterizando um lamentável estado de licenciosidade, de liberalidade e de desrespeito ao indivíduo e às instituições, cuja progressividade certamente nos levará ao caos irreversível, ao descontrole absoluto, se providências enérgicas e modificativas não forem criteriosamente adotadas.

Embora seja fenômeno que se alasta por todos os quadrantes do mundo, essa deterioração de valores experimenta no Brasil espantosa velocidade, abala os alicerces da convivência social, a partir da desestruturação do núcleo familiar, e desvirtua os princípios de comportamento da

juventude. Ante essa carência de expectativas quanto ao futuro e, por conseguinte, ante as múltiplas tentações que lhes oportunizam as alternativas da ociosidade, das drogas, da criminalidade e da prostituição, a juventude brasileira, em grande parte, não vislumbra orientação segura para o seu futuro.

Vivemos a época da dependência. Muitos adolescentes e jovens, que são imaturos por natureza, pela própria idade, se deixam envolver pelas do fias, que distorcem o processo de maturação e o desenvolvimento físico.

O indivíduo normalmente recorre à droga como forma de criar coragem para sair da depressão, da angústia e do sofrimento, sem, no entanto, atentar para a quebra da consciência, fruto de experiências e ensinamentos de gerações após gerações. E ela, a consciência, é o elo de ligação do homem com Deus.

O pastor Galdino Moreira Filho, sociólogo, professor universitário, escritor e jornalista, foi fundador do Desafio Jovem de Brasileira 1972, entidade que hoje mantém a média de 130 alunos internados por um programa de 12 meses, obtendo o elevado índice de 70% de recuperação.

No seu projeto de prevenção às drogas, este adota a seguinte estratégia:

- 1 – curso de orientação familiar;
- 2 – avaliação escolar;
- 3 – centro de ação comunitária.

Ontem estávamos avaliando os artigos e parágrafos do anteprojeto que está agora no Sistematização, sobre o qual cabe o estudo e a análise dos constituintes. Observando o art. 13, em seu inciso V, alínea "e", no anteprojeto da Comissão, onde se lê que a lei não limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal, achei prudente, com sentimento de pai, de filho e de irmão, colocar, para preservação da família, o seguinte: "E a lei limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal". E justifico:

O regime político, a ordem econômica e social, bem como a amplitude das liberdades, estabelecidos com coerência, sensatez e justiça, são fundamentos para a existência de uma sociedade, e esses valores, para serem praticados, deverão ser estabelecidos pela Constituinte e corporificados na Constituição.

Nesse contexto, é de bom senso, é justo, é de boa medida o ideal de se preservar e fortalecer, a qualquer custo, a família como instituição e célula base da estrutura social. O momento é oportuno; há uma profunda reflexão sobre o assunto. Nossa responsabilidade, como elaboradores de uma nora Carta Magna, é enorme.

Um texto legal que propicie ao cidadão um número ilimitado de dissoluções conjugais estará promovendo a total desintegração e pulverização dos valores sociais e, em última instância, da sociedade e – por que não dizer? – de toda a civilização.

A História tem-nos dadas repetidas lições a respeito. A decadência moral e dos costumes tem levado, através dos tempos, à derrocada impérios e regimes tidos como indestrutíveis e eternos. Assim caiu Roma, assim cavaram outros impérios.

Indo do geral para o particular, perguntamos: e o núcleo da família? Que dizer dos filhos de tão variados casamentos? Que dizer da sua formação? Que dizer do seu futuro? Já o sábio dizia: "As crianças de hoje são os homens de amanhã".

A educação começa no lar. E em quem esses filhos poderão confiar?

Creamos que a manutenção de tal dispositivo no texto constitucional ensejará a formação de mentes inseguras, seres desestruturados psicologicamente. E esse é o atalho para o desajustamento social, para a marginalização, para a violência.

A ciência política requer engenho e arte. E como tal deve procurar resolver os problemas, sem, em decorrência, criar outros.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes lamento que, num momento como este, não esteja repleto este plenário para termos um debate franco e aberto sobre assunto de tamanha importância para o nosso contexto nacional, a partir da família, a partir do menor. Mas, mesmo assim, V. Ex^{as} que aqui estão nos honram neste nosso primeiro momento de Grande Expediente.

Estamos vivendo um momento em que as atenções da sociedade se voltam para nós. Neste instante, invisível a degradação dos aspectos éticos e morais que consubstanciam o suporte aos usos e costumes no Brasil, caracterizando um lamentável estado de licenciosidade. Isso é uma verdade. E nós, como aqueles que procuram preservar alguma coisa de útil, de necessário num momento como este, que nos custou suor, sacrifício, não viemos aqui apenas a título de Constituinte vaidoso, mas, sobretudo, fazendo necessário, útil, justo e oportuno. E, por isso, às vezes somos mal compreendidos quando tentamos defender assuntos dessa natureza. Mas não nos importamos com aqueles que nos caluniam por estarem alienados desse processo de degradação da família; não nos importamos com aqueles que se unem com a comoção, ou com a pornografia. Somos daqueles que ainda têm coragem de levantar a voz, em alto e bom som, e dizer que isso aí são princípios que devem ser preservados para a sustentação de uma família. Orgulho-me de ter uma família; orgulho-me de ser parte de uma fatia modesta, porém honrada, que me soube dar amor, atividades e instruir-me no caminho que deveria seguir. O sapientíssimo Rei Salomão admoesta: "Ensina a criança o caminho em que deve andar e quando ela envelhecer não se desviará dele".

Preocupa-me hoje o que estamos preparando para a geração vindoura. Até aqui, nós, da década de 30 ou 40, recebemos algo muito importante dos nossos antepassados, mas vimos que, com o advento de algo que tornou a comunicação mais ampla, a partir de 1950, muita coisa se complicou no Brasil. E é tempo de refletirmos sobre esses assuntos, de chamarmos todos os segmentos da sociedade e debater com eles. Não vamos pensar apenas em nosso Estado. Na semana passada tive oportunidade de visitar dois Estados da Federação e ainda me sobrou tempo para lá atender a um chamado de determinado segmento da sociedade, que gostaria de dialogar conosco, de saber o nosso ponto de vista como Constituinte. E tive oportunidade, em uma das reuniões – não no Estado que me elegeu – estando ali na companhia de mais três mil pessoas, de dar também a nossa contribuição, o nosso alerta.

O homem não pode calar-se diante do atual quadro em que vivemos. É hora de o Constituinte abrir a boca e ter coragem de se expor. É hora de deixar os que estão alienados, como eu disse,

do lado negativo, frustrador e desagregador da sociedade como estão. A nós importa se este mundo é considerado um amontoado de cascalho; importa-nos, sim, saber que no meio dos Constituintes há pérolas, diamantes, e essas pérolas devem ser vistas e valorizadas. E aos poucos o povo vai assimilando o comportamento de cada um de nós. Cremos que até o final desta Constituinte o povo terá uma formação, um consenso, uma mente compreensiva para entender o que significamos num momento como este para a Nação. Que julgamento fará a História dos que se mostram insensíveis às legítimas ansiedades da população, contrariando seus interesses? Contratam obras descabidas, empréstimos desnecessários e sob injustas condições, reservando muito para poucos e nada para a maioria. Na realidade, a principal crise que assola o Brasil não é de ordem econômica ou social, esta reconhecidamente gravíssima, mas de caráter moral, que permite que se confundam conceitos antagônicos, como a farsa e a verdade, a corrupção e a dignidade, a sinceridade e o engodo. Precisamos repensar o Brasil, definir prioridades, estabelecer programas, mas, sobretudo, exigir seriedade nos compromissos assumidos em qualquer nível de atividade, pública e privada, para que a reconstrução deste País, à beira do colapso econômico e do abismo social, se inicie exatamente pela restauração da dignidade, da seriedade, do trabalho produtivo e não dos procedimentos especulativos ou enganosos.

No campo das ações objetivas, é absolutamente prioritário estabelecer-se um amplo programa de atendimento às crianças e ao jovem. Foi pensando nessas crianças e esses jovens que propusemos uma outra emenda. Essa emenda acrescenta ao art. 426 o § 3º, com a seguinte redação: "O Estado destinará maior apoio às entidades filantrópicas que se dedicam ao amparo e promoção do menor carente". Considerando que a questão do menor abandonado se destaca como um dos mais sérios e graves problemas sociais do País; considerando ainda os aspectos sombrios que tal situação projeta no futuro da Nação e tendo por base a necessidade premente do estabelecimento de uma atuação efetiva por parte do Governo e da sociedade para a erradicação do problema, espera-se, mediante esse dispositivo, dotar de recursos às associações e organizações filantrópicas, aquelas que não visam a fins lucrativos, aquelas que não são mercantilistas nem industriais do saber, aquelas que, por amor, cuidam do nosso próximo. Por exemplo, no meu Estado, na cidade de Jaraguá, moram numa instituição, com os mínimos recursos, 60 meninas desamparadas, 60 mocinhas, sob os cuidados da D. Toninha, mãe daquele lar, que deu a vida pela recuperação e o amparo daquelas jovens. Tal fato muito me sensibilizou. Hoje, lá está o seu esposo, o Sr. Messias; que cuida ainda daquelas crianças, juntamente com outras que já alcançaram idade adulta, conduzindo os menores com amor e boa vontade. Oxalá todos os segmentos da sociedade tivessem esses princípios! Às vezes, com poucos recursos se faz muito, porque a promoção do ser humano é, sobretudo, o amor. A questão não é apenas criar determinada instituição, o que fica caríssimo, e muitos até se prevalecem do fato de estarem cuidando do menor e usam isso como projeção, dizendo que estão amparando quem precisa, quando, na verde

de, estão amparados pelos seus altos salários. Ressalto ainda a tremenda burocracia envolvida.

Portanto, sou a favor de que se fortaleçam as instituições filantrópicas que cuidam de fato e de direito dos menos favorecidos, que têm sua diretoria sem fins lucrativos, mas que dão amor ao seu semelhante. Isso deve ser visto e considerado. Porque só o amor constrói.

Toda criança sem escola e todo menor abandonado devem constituir, mais do que simples slogan de campanhas oficiais e de cuidadosas retóricas, uma determinação conjunta de governos e da sociedade, reunindo-se esforços e recursos necessários para uma digna preparação cultural, humana e profissional desses milhões de brasileiros que, nos dias atuais, sobrevivem em condições miseráveis, como andarilhos mirins, sem casa, comida, escola, sem carinho e sem destino.

Paralelamente à assistência pessoal e familiar, impõe-se rigoroso combate à disseminação das drogas, um dos maiores flagelos que recaem sobre os jovens, na grande maioria, frágeis diante das crises de religiosidade e afetividade, presas fáceis para os traficantes e aliciadores.

A produção e o tráfico de substâncias entorpecentes devem ser objeto de permanentes ações preventivas e repressivas, a níveis sanitário e policial, bem como sob o aspecto judicial, cabendo estabelecerem-se penas rigorosas para os que fabricam e comercializam drogas, mas discriminando-se o ato de seu consumo.

A legislação penal brasileira deve ser implacável na punição ao agente direto e indireto do crime, sobretudo, na área processual, garantindo-se plenamente o direito de defesa aos acusados e tratamento humano aos condenados, mas jamais permitindo a impunidade e o privilégio, hoje tão comum a criminosos, principalmente quando pertencem a certas classes sociais.

A impunidade representa a desmoralização não apenas do sistema policial e judiciário, mas da própria estrutura de regras de comportamento social. Sua freqüência retira do delito praticado o caráter de transgressão e anomalia, incorporando-o ao elenco de atos normais e comuns. Daí o crescente emprego da violência por pessoas, grupos e organismos, visível sinal de resposta à violência, um revide injustificável, sem dúvida, porque aprofunda a fragilidade das leis e das instituições, possibilitando excessos e arbitrariedades que se originam precisamente na incapacidade ou na omissão deliberada das respectivas instituições. Deve-se promover a devida aplicação da lei punitiva aos criminosos, apesar de hoje estarmos quase impedidos de falar em determinadas punições, já que não se pode falar em atos que venham a disciplinar determinadas fórmulas anômalas de comportamento da sociedade.

A tese que examino comprehende toda espécie de atentado à lei e à ordem, abrangendo, por conseguinte, os atos de corrupção, de malversação do dinheiro do povo, a irresponsabilidade na administração dos bens e interesses públicos.

O povo brasileiro, honesto e trabalhador, humilde nas suas aspirações e paciente nas expectativas, não aceita a hipocrisia e a impunidade dos que se locupletam.

A mais terrível dasvidências, Sr. Presidente, é a psicológica e emocional, silenciosa, que mutila o indivíduo em seus direitos elementares, a qual só conseguiremos eliminar mediante o fortaleci-

mento do princípio da cidadania, que assegura a todos igualdade perante a lei. Cima igualdade a ser definida não apenas no texto legal, na Constituição, mas sobretudo nas mínimas ações governamentais, como na área da educação integrada a todas as crianças, conforme há pouco salientei, Sr. Presidente, nos campos da Saúde e Previdência Social; dos direitos trabalhistas e sindicais; do direito à moradia adequada, ao transporte eficiente e a custo acessível; do direito do emprego e a salários justos.

Desenvolve-se uma nação quando os cidadãos, mediante trabalho e esforço, desfrutam de possibilidades concretas para viabilizar suas legítimas aspirações.

O combate à violência, portanto, paralelamente ao policiamento ostensivo, ação conta os tóxicos e fim da impunidade, requerem prioridade a providências na área social, único caminho para se eliminar a agressão psicológica e moral de que são vítimas permanentes milhões de brasileiros em situação de miserabilidade.

Há outra exigência inadequados a crianças e fundamental, como verdadeiro adolescentes, pelo conteúdo de pressuposto, há reversão do quadro obscenidade e de violência que sombrio que tanto nos preocupa:

evitar-se a propagação da licenciosidade, hoje tão comum na exploração do obsceno, seja com a liberada comercialização de filmes e revistas pornográficas, seja com a não menos livre programação de TV, na qual até mesmas novelas tinham, como fatos normais, situações contrárias à moral, de que são exemplos o adultério, cenas de sexo, desagregação familiar, corrupção, assassinatos sob encomenda e outras práticas de violência que atingem os princípios de dignidade humana.

Não se trata de desejar censura da forma como ela atuou nos períodos negros de repressão, porque se impediria a livre manifestação do pensamento, com reflexos negativos para a própria cultura nacional. Mas também não se pode permitir o abuso quase generalizado que se está verificando, com a exposição, em qualquer espaço e tempo, portanto, para "consumidores" de todas as idades, de linguagens e cenas, som e imagem,

e normalmente encenam. As emissoras de rádio e televisão, confeccionadas de um serviço público importante, devem submeter-se à fiscalização de organismos específicos e competentes, visando a adequarem seus programas de acordo com regras que não atentem contra os princípios de moralidade.

Faço estas considerações para análise dos Srs. Constituintes e de todos os segmentos da Nação, bastante preocupado com os rumos a que a sociedade brasileira está sendo levada, em razão dos fatores econômicos e sociais aqui apreciados.

Tenho esperança, Sr. Presidente, de que, com vontade e esforço conjuntos, para o que deverão contribuir o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, enfim, todas as instituições representativas dos diversos segmentos da sociedade, possamos realizar uma ampla campanha de esclarecimento e de cunho prático, capaz de restabelecer a dignidade que o povo brasileiro soube construir e preservar.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 96

SEXTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – Ata da 102ª Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 16 de julho de 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente.

IV – Pequeno Expediente

CHAGAS DUARTE – Protesto contra prisão de índios na comunidade de Santa Cruz, Estado de Roraima.

VICTOR FONTANA – Apelo ao Ministro do Interior, Joaquim Francisco, no sentido da liberação de verbas para atendimento das populações dos Municípios de Imbituba e Garopaba, Estado de Santa Catarina, atingidos por tormenta de granizo. Prováveis irregularidades verificadas na importação de alimentos durante a vigência do Plano Cruzado.

HÉLIO DUQUE – Protesto contra a participação de empresas construtoras estrangeiras; em concorrências para execução de obras de engenharia nacionais.

RUY NEDEL – Aplauso ao Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, pela eliminação de atividades de mineração de ouro no Pantanal, visando à defesa da ecologia da região.

PAULO DELGADO – Discordância do orador quanto a critérios utilizados na aplicação da Lei de Segurança Nacional.

PRESIDENTE – Esclarecimentos ao Plenário sobre a posição do Presidente Ulysses Guimarães contrária ao enquadramento de ilícitos políticos em dispositivos da Lei de Segurança Nacional.

CUNHA BUENO – Tentativa do Governo, através da aplicação da Lei de Segurança Nacional, de impedir a livre manifestação de brasileiros.

OSVALDO BENDER – Conseqüências auspiciosas, para a região fronteiriça do Estado do Rio Grande do Sul, da assinatura de convênios entre o Brasil e a Argentina.

AMAURY MÜLLER – Uso insólito da Lei de Segurança Nacional contra os que criticam o Governo.

ROSE DE FREITAS – Expectativas na convenção do PMDB.

LOUREMBERG NUNES ROCHA – Crítica a dispositivos inseridos no Projeto de Constituição a propósito da educação.

JOSÉ ELIAS MURAD – Posição do orador contrária à criação do Estado do Triângulo. Posse dos membros do Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal.

WALDYR PUGLIESI – Crítica a declaração do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, sobre transferência para a Assembléia Nacional Constituinte da definição do tempo de mandato do Presidente José Sarney.

SÉRGIO SPADA – Ratificação dos compromissos históricos do PMDB na próxima convenção do partido.

NELSON AGUIAR – Procedência de crítica ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, em pronunciamento do Constituinte Waldyr, anunciada pelo Ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, de cortes no Orçamento da União com reflexos sobre crianças carentes.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Requerimento de informações ao Ministério da Previdência e Assistência Social sobre verbas investidas na aquisição de unidades residenciais.

FRANCISCO ROLLEMBERG – Emenda apresentada pelo orador, ao Projeto de Constituição, relativa à devolução ao Estado de Sergipe de área territorial apropriada pelo Estado da Bahia.

DORETO CAMPANARI – Qualidade do texto do Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização.

STÉLIO DIAS – Argumentos expostos, pela Sociedade ibgeana de Assistência e Seguridade – SIAS, contrários ao art. 360 do Projeto de Constituição, que impede a atividade de instituições de previdência fechada sem fins lucrativos, e emenda supressiva do orador, visando ao referido artigo.

COSTA FERREIRA – Gravidade da crise sócio econômica nacional e sugestão da elaboração, pelos Ministérios do Trabalho e da Fazenda, de plano de controle do desemprego em massa.

WALDEC ORNÉLLAS – Aspectos críticos do projeto da prefeitura da cidade de Salvador, Estado da Bahia, no sentido da implantação do uso de bondes para transporte de massa.

GANDI JAMIL – Comemoração do 11º aniversário da criação do Município de Aral Moreira, Estado de Mato Grosso do Sul.

EDUARDO JORGE – Documentos do Movimento dos Sem-Terra da região da zona leste da cidade de São Paulo e do Movimento de Urbanização de Favelas da área de São Miguel, São Paulo.

AGASSIZ ALMEIDA – Repúdio a ofício endereçado pelo Embaixador de Israel, Itzhak Sarfaty, aos Parlamentares-subscritores de abaixo-assinado, encaminhando ao Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, a propósito da prisão da brasileira Lâmia Maruf Hassan.

MENDES BOTELHO – Proposta apresentada à Assembléia Nacional Constituinte, no sentido da reformulação do sistema educacional nos aspectos da municipalização do ensino de 1º grau, e da ampliação da obrigatoriedade da educação a partir dos cinco anos de idade.

JORGE ARBAGE – Realização, na cidade de Castanhal, Estado do Pará, de encontro de entidades representativas das classes produtoras, visando à análise de problemas ligados ao desenvolvimento sócio-econômico da região.

FRANCISCO AMARAL – Concessão do título de empresário do ano, pela Delegacia Regional da UESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, na cidade de Campinas, ao Sr. Renato Marcos Vomero Funari.

FERES NADER – A língua portuguesa falada no Brasil e a língua brasileira como lexeologia.

MOEMA SÃO THIAGO – Trigésimo quinto aniversário da criação do Banco do Nordeste do Brasil.

GEOVANI BORGES – Comentários sobre conjunto de propostas apresentadas pelo orador para inclusão no Projeto de Constituição.

V – Comunicações das Lideranças

AMARAL NETTO (Como Líder) – Contrariedade do orador ao enquadramento do ex-Deputado Djalma Bom na Lei de Segurança Nacional.

OSMIR LIMA – Reclamação contra ausência de resposta a requerimento de informações do orador, ao Ministério da Justiça sobre denúncia de espancamento, pela Polícia Federal, de cidadão do Estado do Acre.

PRESIDENTE – Resposta à reclamação do Constituinte Osmir Lima.

ALDO ARANTES (Como Líder) – Repúdio do PC do B à aplicação da Lei de Segurança Nacional em casos de manifestações contrárias ao Governo.

CARLOS COTTA (Como Líder) – Decepção causada pela atuação dos governadores eleitos pelo PMDB.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (Como Líder) – Agradecimento aos Constituintes que hipotecaram solidariedade ao ex-Deputado Djalma Bom ante provável enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Processo de normalização da vida política do Chile Projeto de decisão que visa à revogação da Lei de Segurança Nacional.

AMAURY MÜLLER – Satisfação do orador com declaração do Presidente Ulysses Guimarães quanto à discordância do enquadramento de ilícitos políticos em dispositivos da Lei de Segurança Nacional. Solicitação da Liderança do PDT no sentido de imediata revisão do decreto-lei que estabeleceu a tabela de deflação nos contratos de venda de soja.

ROBERTO FREIRE (Como Líder) – Reafirmação de posição do PCB contrária à aplicação da Lei de Segurança Nacional. Realização do VIII Congresso Extraordinário do PCB.

SIQUEIRA CAMPOS (Como Líder) – Solidariedade do PDC ao ex-Deputado Djalma Bom e repúdio à Lei de Segurança Nacional. Registro da presença no plenário de dirigentes democratas cristãos do Estado do Pará. Presença em Brasília do Presidente do Partido Democrático Cristão do Estado do Amazonas.

VI – Apresentação de Proposições

Não há proposições a serem apresentadas.

VÍTOR BUAIZ – Questão de ordem sobre decurso de prazo regimental sem resposta a requerimento de informação do orador a propósito do desastre ecológico ocorrido na Baía de São Marcos, Estado do Maranhão, em decorrência de acidente com navio de bandeira coreana.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Vitor Buaiz.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Questão de ordem sobre verificação da existência de quorum para prosseguimento da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Questão de ordem sobre necessidade de serem acionadas as campanhas para chamada de Constituintes ao plenário.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Arnaldo Faria de Sá

PRESIDENTE – Constatação da existência de quorum para prosseguimento da sessão.

DASO COIMBRA – Questão de ordem sobre inoportunidade de constantes pedidos de verificação de quorum.

ADYLSON MOTTA – Contradita à questão de ordem do Constituinte Daso Coimbra.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem dos Constituintes Daso Coimbra e Adylson Motta.

DASO COIMBRA – Questão de ordem sobre interrupção de chamada antes de ser alcançado o nome do orador.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Daso Coimbra.

AMARAL NETTO – Questão de ordem sobre processo de chamada para verificação de quorum.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaral Netto.

VII – Ordem do Dia

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Solidariedade do orador ao ex-Deputado Djalma Bom. Posição do orador no que concerne à proposta parlamentarista de governo.

NELSON AGUIAR – Inclusão de artigos sobre os direitos do menor na nova Constituição.

VICENTE BOGO – Questão de ordem sobre solidariedade ao Constituinte Marcelo Cordeiro ante noticiário da imprensa no sentido de suposta manipulação do programa de televisão "Diário da Constituinte".

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Vicente Bogo.

VIII – Encerramento

– Discurso pronunciado pelo Constituinte Ottomar Pinto na sessão de 8-7-87: Parlamentarismo e Presidencialismo.

2 – MESA

– Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

– Relação dos membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

– Relação dos membros

5 – ATAS DAS COMISSÕES

(As Atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário.)

Ata da 102ª Sessão, em 16 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro Secretário; Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

ÁS 14:30 HORAS COMPARECERAM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Alfonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agrípino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Chaves – PFL; Aloysis Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulineu – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Anníbal Barcellos – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio deAndrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scaico – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; hões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jairles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS Jayme Palharin – PTB; Jayme Santana – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Viana – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô, – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluhy Neto – PFL; Manoel Casto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Mariuce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Neilton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmar Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – Fr; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB;

Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Omellas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)

– A lista de presença registra o comparecimento de 287 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – **O SR. MÁRIO MAIA**, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

III – **O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)** – Não há expediente a ser lido.

IV – **O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)** – Passa-se ao Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Chagas Duarte.

O SR CHAGAS DUARTE (PFL – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Subo à tribuna para trazer ao conhecimento desta Assembléia Nacional Constituinte, do Poder Central e da Nação, fato dos mais graves, dos mais lamentáveis, que têm ocorrido no território Federal de Roraima, que tenho a honra de representar nesta Casa. Refiro-me, Sr. Presidente, à prisão, efetuada pela Polícia Civil, apoiada pela Polícia Militar de 19 índios, sendo quatro deles menores. O motivo da prisão é que teriam os índios tomado como reféns três homens armados que guardam a propriedade de um fazendeiro vizinho aos índios da comunidade de Santa Cruz. A razão que levou esses índios assim agirem. Sr. Presidente, foi, segundo consta, o estupro de uma

índia daquela comunidade, além de serem impedidos de fazer as suas roças, para delas tirar seus alimentos, a sua sobrevivência, fora as ameaças que vêm sofrendo dos três homens armados.

Ao tomar conhecimento do fato de que os índios assim agiram, tendo tomado como reféns três homens armados, a Polícia Civil cercou as malocas, invadiu-as e subjugou os índios, levando-os presos para Boa Vista, onde foram identificados criminalmente e depois levados para a penitenciária.

Em que pese, Sr. Presidente, toda a ação que teve o Presidente da Funai, Dr. Romero Jucá, indicando advogado dessa Fundação, em Boa Vista, para custodiar os índios, a notícia que temos, até hoje de manhã, é que esses índios continuavam presos.

Quero aqui recordar os quatro princípios do Marechal Rondon que norteiam a Política Indigenista brasileira desde 1910, e que ainda hoje constituem a mais alta reformulação dos direitos de milhões de indígenas de todo o Mundo. E faço esta recordação para que as nossas autoridades se capacitem que têm que amparar e proteger os índios, conforme determina a lei e não perseguir-los, humilhá-los e prendê-los, como acaba de acontecer em Roraima. Eis o primeiro princípio de Rondon: "Morrer se preciso for, matar nunca."

O segundo princípio de Rondon é o do respeito às tribos indígenas como povos independentes. Isto quer dizer que eles têm o direito de ser eles próprios, de viver suas vidas nas terras em que habitam.

O terceiro princípio de Rondon é o de garantir aos índios a posse das terras que habitam e necessárias à sua sobrevivência. É lamentável, mas temos que reconhecer que até hoje esse princípio, embora conste da nossa Constituição, não foi cumprido.

O quarto princípio de Rondon é assegurar aos índios a proteção direta do Estado, não como ato de paternalismo ou favoritismo, mas como um direito que lhes assiste, expresso em nossas leis, que reconhece a incapacidade de o índio competir com a nossa sociedade que se instalou em suas terras e delas não quer mais sair.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, dizendo que poucas são as autoridades no meu Território que se conscientizaram de que o amparo ao índio é uma política oficial do Governo, é uma imposição constitucional, é uma exigência da opinião pública nacional e internacional, e não um ato de caridade ou um favor, ou uma coisa facultativa para proteger e amparar o índio.

Fica aqui registrado o meu veemente protesto contra o que aconteceu aos índios da comunidade de Santa Cruz, dado que é a vida e a liberdade desses índios que se encontram, agora, sob ameaça e exigem das autoridades competentes uma vigilância maior para as tentativas de ameaças, de perseguição, de morte e de esbulho contra esses índios e uma ação mais enérgica para denunciá-las e impedi-las, para que fatos como esse não se repitam no Território de Roraima.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. VICTOR FONTANA (PFL – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Dois motivos trazem-me à tribuna nesta tarde.

O primeiro diz respeito a problemas seríssimos porque passam dois Municípios do meu Estado, Santa Catarina – Imbituba e de Garopaba – que sofreram, na última segunda-feira, uma forte tormenta de granizo, deixando desalojadas cerca de 15 mil pessoas, registrando-se mais de uma dezena de mortes.

Recebo dos Srs. Prefeitos desses Municípios apelo no sentido de que as autoridades federais dêem à necessária e imprescindível assistência, para que essas dores sejam minoradas. Já me dirigi aos Sr. Ministro do Interior, para que, com a urgência que o assunto merece, faça chegar até lá os recursos necessários e indispensáveis ao atendimento daquela gente catarinense, hoje sofrendo muito.

Outro assunto que trago ao conhecimento da Casa, Sr. Presidente, relaciona-se às possíveis ou prováveis irregularidades verificadas nas importações de alimentos, ocorridas no ano passado, durante a vigência do Plano Cruzado. Os jornais noticiam que foram feitas importações, só de uma firma da Argentina, de oitenta mil toneladas de milho, a 125 dólares a tonelada, quando no mercado o preço estava cotado a 90 dólares a tonelada. Foram abertos inquéritos pela Policia Federal, mas toma-se necessário e indispensável uma comissão de sindicância mais séria, mais atuante, que chegue até a última instância, para apurar os fatos. Esse milho, que foi importado a 125 dólares a tonelada, está custando, hoje, ao Brasil quase Cz\$ 400,00 a saca e o que custava 90 dólares a tonelada está custando, hoje, cerca de Cz\$ 280,00 quando o nosso produtor rural, a preço de hoje, está recebendo apenas Cz\$ 180,00 por saca.

E necessário que o Governo Federal tome medidas sérias, investigue e puna os responsáveis por tais irregularidades. (Muito bem! Palmas.)

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A engenharia e a consultoria de engenharia brasileira têm hoje um padrão de respeitabilidade praticamente em todo o mundo. Por isso mesmo, seja na América Latina, nos mais diferentes pontos, a engenharia pesada brasileira está presente. No continente africano, seja ao norte da África, da Argélia ao Marrocos, passando pela Tunísia; na África Austral, seja em Angola ou no Zaire; em relação ao Oriente Médio, ao Iraque, à Arábia Saudita, ao Kuwait e outras partes do Mundo, empresas brasileiras do setor de construção civil estão presentes e desenvolvendo gestões no sentido do estabelecimento de novos contratos. Aliás, a técnica de barragens que o Brasil introduz hoje na realidade mundial é ímpar. Essas empresas brasileiras, portanto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage. Fazendo soar a campainha)

O SR. HÉLIO DUQUE – Há 2 minutos, Sr. Presidente, que estou a falar. Salvo melhor juízo, tenho 5, segundo o Regimento.

Essas empresas, dizia eu, têm que ser defendidas aqui dentro e consolidadas lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage. Fazendo soar a campainha) – Nobre Constituinte Hélio

Duque, apenas para prestar um esclarecimento a V. Ex.^a.
o § 8º do art. 34 do Regimento diz:

"Havendo Ordem do Dia" – que é o caso – "o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes, ressalvados os períodos reservados à leitura da ata e do expediente, os destinados a breves comunicações e às comunicações de Liderança, reduzidos pela metade."

Então, o tempo de V. Ex.^a é exatamente de 2 minutos.

O SR. HÉLIO DUQUE: – Desculpe-me Ex.^a, não conhecia essa mudança advinda após a aprovação do próprio Regimento. Recebida a explicação, vou concluir, mas, antes, devo expor o fato que trago aqui, que é muito grave.

Sr. Presidente, chegou às minhas mãos, hoje, um documento encaminhado ao Presidente da República, subscrito pelos Ministros Dilson Funaro e João Sayad, datado do dia 2 de abril de 1986, pelo qual se permite, neste País, a participação de empresas construtoras coreanas, australianas, americanas, japonesas, no sentido de virem concorrer aqui dentro.

Está aí a Eletrosul, uma estatal que atua nos três estados do Sul projetando a usina hidroelétrica de Itá, cujo edital de concorrência deve sair nos próximos 30 dias.

Está-se buscando, com isto, alijar as empresas nacionais, empresas do porte de uma Mendes Júnior, de uma Andrade Gutierrez, de uma Norberto Odebrecht, de uma CBPO, enfim, empresas brasileiras que, atuando com muita competência aqui dentro, hoje detém grandes contratos, inclusive lá fora. Ainda agora, o governo da Argélia está desenvolvendo o projeto – eu mesmo pude verificar, porque estive lá há um mês e meio – de um metrô de 17 km, de uma usina hidroelétrica de Beni-Harum, e uma ferrovia em tomo de 500 a 600 km. É exatamente pela tecnologia e consultoria brasileiras, neste setor, pelo seu alto sentido de competitividade e competência, que se está a buscar essa participação.

Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex.^a a generosidade, apelo ao Presidente da República, sobretudo ao Sr. Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, porque – pasme, Sr. Presidente – aqui está uma carta, pessoal, assinada pelo Sr. João Sayad, Ministro do Planejamento, endereçada ao Sr. Alden Clausen, em que praticamente subordina ao Banco Mundial e ao Banco interamericano a efetivação de obras de engenharia neste País. Isto é um escárnio, Sr. Presidente. Desculpe-me, estou a concluir, mas Imaginava que o tempo fosse de 5 minutos, excede um pouco.

Esta advertência deixa aqui. Já encaminhei cópias de todos esses documentos ao Ministro da Fazenda para que S. Ex.^a as leve ao Senhor Presidente da República, porque esse crime de lesa-pátria não pode ter continuidade. (Muito bem! Palmas.)

O SR – RUY NEDEL (PMDB – RS).
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Aproveitamos esse escasso tempo para parabenizar o Ministro das Minas, e Energia, Sr. Aureliano Chaves, pela medida em defesa da ecologia que

tomou Ex.^a, eliminando todos os garimpos do Alto Pantanal que estavam agredindo esse santuário, não só da nossa Pátria, como um verdadeiro santuário de toda a Humanidade.

S. Ex.^a eliminou toda a atividade de mineração de ouro no Pantanal. É uma medida corajosa e sábia, em respeito à ecologia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG).
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Começa a tornar-se rotina o uso da Lei da Segurança Nacional contra os adversários e aqueles que se opõem à política da Nova República. E o mais estranho é que agora a Lei de Segurança Nacional começa a ser aplicada e utilizada por um ministro de Estado que certamente a utilizaria contra si próprio, se tivesse, ao mesmo tempo, o mandato de senador que teve há cinco anos. É esse ministro que na oposição é urna coisa e no poder é outra, seguindo claramente a lição do Ministro Bresser Pereira, que veio aqui dizer que este deve ser o comportamento do partido majoritário. Para ganhar o poder usa um tipo de programa, mas no poder usa outra atitude contra aqueles a quem pregava mudanças e pregava transformações na sociedade brasileira.

Estranhamos que, há poucos dias, um suplente de deputado federal constituinte foi assassinado no Pará; ontem, outro suplente de deputado constituinte foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o Presidente do meu partido em São Paulo, ex-Deputado Federal Djalma Bom. Por quê? Porque o Sr. Ministro da Justiça, através da Polícia Federal, entende que chamar o senhor presidente da República de mentiroso e farsante é crime contra a segurança nacional.

Um presidente que em maio de 1985 dizia que queria quatro anos de mandato, e agora, há poucos meses, na televisão, diz que tem seis anos, mas aceita cinco; um presidente da República que vai à televisão, ano passado, e diz que acabou com a inflação e agora volta à televisão dizendo que não acabou tanto, mas que vai acabar de novo, isso, no "Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa", não tem outro nome. Está na página 1.120:

"mentiroso. Adj. 1. Que mente. 2. Oposto à verdade; falso. 3. Que não é o que parece ser, enganoso; **farsante.** S.g.1. Pessoa que representa farsa."

E a farsa é um embuste, é um logro, uma pantomina. Não tem sido outra a atitude do presidente da Nova República.

Não há aí, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nenhum tipo de alusão a comportamento pessoal, mas sim ao homem político. Quando iguais na Nova República se ofendem entre si, a Lei de Segurança Nacional não é acionada. O ministro chama o governador de energúmeno, não há Lei de Segurança Nacional; o ex-presidente chama o presidente de frouxo, não há Lei de Segurança Nacional. No entanto, se um trabalhador, dirigente partidário da Oposição, diz que o presidente é farsante, aí há Lei de Segurança Nacional. Dois pesos, duas medidas, uma farsa democrática.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Aplausos da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Srs. Constituintes, a Mesa que preside os trabalhos da sessão de hoje, tendo em vista o pronunciamento de ilustres Constituintes, inclusive do ilustre Constituinte Paulo Delgado, que condenam o enquadramento de pessoas na Lei de Segurança Nacional por manifestações políticas, torna a iniciativa de prestar aos insignes membros que integram a Assembléia Nacional Constituinte os seguintes esclarecimentos:

I – O Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ora no exercício eventual da Presidência da República, já se pronunciou, publicamente, contrário ao enquadramento de ilícitos políticos em dispositivos da Lei de Segurança Nacional;

II – sobre o assunto, manifestou sua posição, também, ao Sr. Ministro da Justiça Paulo Brossard, enquanto aguarda o retorno ao Brasil do Presidente José Sarney, para transmitir-lhe a mesma linha de pensamento;

III – cumpre esclarecer, ainda, que a presente comunicação aos Srs. Constituintes resultaram de vontade expressa do próprio Presidente Ulysses Guimarães, como espontânea prova de respeito à Instituição Política que tem a honra de presidir. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cunha Bueno.

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP).
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes

O meu pronunciamento também é para estranhar que o Governo da República tenha lançado mão da Lei da Segurança Nacional para enquadrar aqueles que se manifestaram no comício pró-diretas na cidade de São Paulo.

Sr. Presidente, o Código Penal já tipifica de maneira clara casos que tais, como qualquer cidadão, o Presidente da República pode defender-se quando se sentir atingido por manifestações que atinjam a sua honra pessoal. Portanto, não entendemos, e só vemos uma razão para que o Governo se valha da Lei de Segurança Nacional neste caso: exatamente para tentar intimidar brasileiros da sua livre manifestação e do seu conceito a respeito da política nacional, da economia e de tantos outros fatos.

Chamar de mentiroso e farsante o Governo, parece-me que não faltou com a verdade aquele que assim o fez, pois mentira, sem dúvida, foi o Plano Cruzado, que só serviu para uma coisa: para o Partido do Governo ganhar as eleições. E farsantes têm sido as estatísticas do Governo, e poderia lembrar aqui, tão-somente, a estatística da exportação, que os próprios técnicos do Governo disseram maquiadas.

Portanto, mentira e farsa, é um pensamento unânime da Nação brasileira em relação a este Governo. (Muito bem!)

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Ontem foram assinados importantes convênios entre o Brasil e a Argentina, pelos Presidentes Sarney e Alfonsin por ocasião da visita do nosso Presidente àquele país.

Na qualidade de Representante de grande parte da região fronteiriça do Rio Grande do Sul com a Argentina, que vem desde Tenente Portela e vai até Uruguaiana, quero parabenizar-me com Sua Excelência o Senhor Presidente José Sarney, pelo interesse para um intercâmbio comercial mais livre, com maiores incentivos, com fronteiras praticamente livres.

Isto é muito bom para o nosso País, principalmente para o Estado do Rio Grande do Sul e, ainda, especialmente para a região que represento, o que me orgulha.

Vejo para toda essa região uma nova esperança, uma nova luz a brilhar.

Há poucos dias fiz um pronunciamento desta tribuna pedindo incentivos fiscais, conforme já em estudos desde 1985, quando da viagem do Presidente José Sarney ao Uruguai.

Sou um intransigente defensor do desenvolvimento do interior, das regiões mais pobres e, de modo mais assíduo, para ás regiões fronteiriças, onde fica mais fácil fazer o começo deste desenvolvimento, justamente pela possibilidade de se iniciar pelo comércio Livre. A partir dali, haverá a geração de novos empregos, que, como consequência imediata, teremos o turismo, seguido pela industrialização de toda essa faixa da costa, atualmente uma das mais pobres do País.

É evidente que, para a industrialização, precisamos criar incentivos fiscais, conforme já cogitados, e que a nova Constituição terá que prever. Apresentarei emenda neste sentido, que espero merecer a atenção dos Srs. Constituintes.

Para incrementar e dar mais forças ao convênio assinado, através do turismo, tanto da Argentina como do Brasil, é preciso que o Governo brasileiro providencie a complementação das rodovias, projetadas, planejadas e algumas já com o asfaltamento iniciado, para que todas essas estradas sejam o mais breve possível asfaltadas.

Algumas dessas rodovias são indispensáveis e surge sua conclusão. A que liga Cerro Largo, via-Roque Gonzales, a Porto Xavier, Santo Cristo a Porto Lucena; Santo Cristo a Porto Biguá; Santa Rosa, via – Cândido Godói, Campina das Missões, São Paulo das Missões e Porto Xavier, e ainda a que liga Três Passos a Porto Soberbo. São pequenos trechos que ainda não foram asfaltados, para que nessa região da fronteira o convênio possa dar certo, para que os argentinos tenham acesso asfáltico para o centro do País e para que os brasileiros também tenham mais facilidades em aproveitar as vantagens do convênio assinado.

Faço um apelo desta tribuna às autoridades para que essas estradas sejam concluídas, e, desta forma, os gaúchos e brasileiros possam usufruir e saborear com mais prazer a nova moeda criada, o "Gaúcho", que pelo menos não vai ter desvalorização entre os dois países, segundo as primeiras informações.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, congratulo-me com o nosso Presidente, tendo certeza de que estou interpretando, neste momento, o pensamento do povo de toda aquela região, que tenho a honra de aqui representar.

Desejo ardenteamente que realmente essas medidas ajudem a desenvolver essa parte do nosso País, que necessita muito. (Muito bem! Palmas.)

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Nenhuma democracia, em tempo algum, floresceu ou se consolidou na medida em que governos, legítimos ou ilegítimos, jamais souberam respeitar as manifestações da opinião pública. A democracia, Sr. Presidente, presume aplauso e vaia, elogio e crítica; a democracia não comporta leis excepcionais, ainda mais quando se trata de uma legislação herdada de um dos mais negros períodos da história política deste País. A Lei de Segurança Nacional que aí está sendo sistematicamente brandida contra as cabeças inermes do cidadão brasileiro, representa uma herança maldita do período ditatorial, não pode prosperar, não pode ser utilizada por um governo que se intitula democrata.

Por isso, Sr. Presidente, aqui, uma vez mais, anatomico as decisões que vêm sendo tornadas por uma maioria encastelada no Palácio do Planalto, com o uso abusivo, insólito, e até immoral, da Lei de Segurança Nacional, contra aqueles que ousam criticar um governo criticável, divorciado do povo, voltando as suas, costas para a História deste País.

O PDT, por meu intermédio, hipoteca a sua solidariedade, mais irrestrita, mais integral, ao Companheiro de ontem, bravo Companheiro de lutas históricas, Djalma Bom, agora, estranha e lamentavelmente, enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Se delito pode haver na sua manifestação de repúdio a um governo impopular, antinacional, por que não se aplica a legislação penal comum?

Democracia tem que ouvir críticas. Governo democrático está sujeito às manifestações de apoio, de aplauso, de críticas e de vaias.

Esta democracia da Nova República – construída em cima do arbítrio, da prepotência – não quer ouvir críticas. Quer cobrir-se de louros, de pétalas de rosa, quando nada fez para receber o apoio e a solidariedade do povo brasileiro.

Mais ainda, se forem também enquadrados na famigerada Lei de Segurança Nacional os companheiros de luta Jair Meneghelli – Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores, e Jorge Coelho – Presidente da CUT em São Paulo, certamente estar-se-á cumprindo mais uma etapa de violência nazi-fascista de um governo que tem o dever de honrar e resgatar os compromissos que assumiu com o povo.

Sr. Presidente, causa estranheza que este Governo, que utiliza abusivamente a Lei de Segurança Nacional contra os críticos, não a utiliza contra os corruptos, contra os assassinos de humildes líderes camponeses, de sacerdotes, de advogados e, até, de suplentes de Deputado Federal, como foi o caso de Paulo Fontelles, brutalmente assassinado pela UDR e pelo latifúndio, cujo crime esse que permanece insolúvel, cujos assassinos continuam impunes. Enquanto isso, o Ministro da Previdência Social, num país sem dinheiro, num país endividado, com o povo faminto, se dá ao luxo de gastar mais de um bilhão de cruzados para acomodar, em apartamentos de luxo, alguns funcionários do Iapar, do Inamps e do INPS.

Esta é a Nova República! Não pode surpreender, pois, que a reforma agrária não ande, que

a empresa nacional seja a empresa estrangeira com todas as vantagens para saquear e pilhar a economia nacional, e continuem a aplicar a Lei de Segurança Nacional contra patriotas que dizem a verdade e não se querem calar ante o tacão ditatorial de um governo antipovo e antinacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Constituintes:

Aproxima-se a hora da Convenção do nosso partido, o PMDB. Lutamos muito para que esse momento de reflexão chegasse ao PMDB.

Alguns companheiros argumentam que somos os profetas do caos e que, depois do fracasso do Plano Cruzado, queremos abandonar o barco do nosso partido.

Queremos por isso, assomar, nestes poucos instantes, à tribuna desta Casa para deixar aqui não só uma convocação como um alerta para os demais companheiros do nosso partido.

Ajudamos na construção deste partido. Não foram poucas as caminhadas para construirmos o MDB; são 16 anos de filiação, 16 anos de luta, 16 anos de fidelidade e lealdade a um programa, a um compromisso partidário, pregados em todos os cantos do nosso Estado e do nosso País.

Acompanhamos todas as caminhadas históricas, pregando para o povo que o PMDB, o MDB, o partido de oposição, o partido de resistência democrática era, portanto, o partido das mudanças políticas, sociais e econômicas deste País. Pregamos a transição democrática, porque dizíamos ao povo brasileiro que precisávamos encontrar um atalho, pois o povo não suportava mais viver sob o tacanho da ditadura, viver o modelo econômico que arrochava o salário do trabalhador, gerando toda a crise social que este País viveu à baila da corrupção, e outras medidas anti-populares e autoritárias, todos os desmandos administrativos que bailaram durante os vinte e um anos de ditadura neste País.

Encontramos esse atalho, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, e nele propúnhamos a mudança, e caminhávamo pelo País, enfrentando o Colégio Eleitoral, inclusive, uma medida impopular ao nosso partido. Fomos a ele e nele pregamos que tínhamos o caminho da transição democrática. Enfrentamos essa transição com um Líder chamado Tancredo Neves, por acreditar, Sr. Presidente, que poderíamos e deveríamos fazer as mudanças tão apregoadas no tempo mais rápido possível, porque o povo não suportava viver da maneira como vivia.

E fracassamos, Sr. Presidente. E foi o fracasso do Plano Cruzado, e não foi o próprio Plano Cruzado. Foram exatamente todas as pressões que se depararam sobre este Governo que aí está, que cedeu, aos poucos, aos interesses das elites dominantes deste País, das elites econômicas deste País.

Hoje o PMDB tem obrigação de refletir e avaliar o seu próprio rumo, a sua própria história. Vamos para esta Convenção com o espírito daqueles que sabem, sobretudo, criticar os seus próprios nonos e seus próprios passos, com o espírito daqueles que jamais quererão e irão trair os destinos de uma luta democrática criada no

seio de uma luta histórica do seu partido, o PMDB. Por isso, Sr. Presidente, vamos para a Convenção, companheiros Constituintes, para pregar 4 anos para o mandato presidencial, porque acreditamos que este Governo tem que mudar, porque, da forma que está, não nos representa e não representa o povo brasileiro. Não representa o povo brasileiro, Sr. Presidente, porque o povo brasileiro já não quer mais saber de medidas demagógicas que vão contra os seus maiores interesses, vivendo ainda sob essa crise social, como estamos vivendo; vivendo uma política econômica completamente divorciada do interesse do povo brasileiro.

Vamos à Convenção do PMDB não para trair o PMDB, não vamos lá para pregar o caos, para dividir o partido, porque acreditamos que este partido tem que continuar cumprindo uma trajetória histórica à frente deste País. Vamos à Convenção do PMDB para chamar a atenção que, neste momento, nosso partido serve mais aos interesses das multinacionais, das grandes elites econômicas deste País do que aos interesses do povo brasileiro. Ele usa argumentos e artifícios, Sr. Presidente, que antes tanto combatemos; apela para a Lei de Segurança Nacional, que, que, inclusive, repudiávamos no passado. Inclusive, Sr. Presidente, já vivemos numa cela, sabemos a História deste País, porque a sentimos no corpo e na pele. Não temos o direito – ao construir a história do PMDB, ao construir a alternância do PMDB, ao construir a alternância política para o povo brasileiro – não temos o direito de trai-la em nome de interesses fisiológicos e pessoais que não correspondem à expectativa e à esperança desta Pátria.

Por isso Sr. Presidente, meus companheiros, e concluindo, vamos à Convenção do PMDB não para dividir – não queremos que isto aconteça. Queremos que o PMDB retome as suas origens, reconheça a sua história e, sobretudo, respeite a trajetória de um povo heróico e lutador que sempre esteve ao lado desta bandeira, firme, democrática e livre, que não pode ser contraditória com a luta e a esperança do nosso povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.).

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A exemplo de outras vezes, venho falar novamente sobre a educação. Começarei a ler o item "f" do art. 12 do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

"É assegurado às crianças pobres o regime de semi-internato no ensino de primeiro grau, na rede oficial;..."

Isto significa que o Brasil, que não atende hoje aos trinta milhões de estudantes de sua clientela, nem mesmo a vinte – e quando se fala em atendimento a vinte milhões é esse atendimento que se conhece; com a evasão imensa na 1ª série do primeiro grau, e com uma evasão ainda maior na 4ª série desse grau –, esse atendimento deficiente é transformado agora em semi-internato, ou seja, alguma coisa semelhante aos CIEP do Sr. Leonel de Moura Brizola, lá no Rio de Janeiro, que só conseguem atender, apesar da boa intenção, a trinta e cinco ou trinta e oito mil alunos,

numa clientela de um milhão e setecentos mil alunos do Estado do Rio de Janeiro.

Temos dois dispositivos que tratam de educação. Um deles garante a gratuidade total – em todos os níveis – a todos os estudantes do Brasil; e outro, que proíbe que se possa cobrar qualquer taxa de qualquer estudante neste País.

Então, pergunto-me a mim mesmo, eu próprio que lutei também por essa gratuidade quando estudante universitário, se será possível, sem querer fazer uma Constituição de mentira, manter ainda esse dispositivo da gratuidade total até com relação a taxas. O que me pergunto é isto: se não temos recursos, hoje, para atender sequer à universidade – e a universidade, hoje, está gastando 76% dos recursos da educação, da Emenda Calmon, conforme discurso, na semana passada, na Escola Superior de Guerra, do Sr. Ministro da Educação –, se o terceiro grau gasta 76% das verbas da educação, se sobram menos de 20% para trinta milhões, como é que se vai dar semi-internato a trinta milhões neste País?

Então, quero convocar esta Constituinte para refletir, para pensar – não tenho nenhuma posição de antemão, será possível mantermos dispositivos como este sem estarmos mentindo ao povo? Não podemos mais estar mentindo ao povo. Temos que ter dispositivos sérios que possam ser cumpridos; é preciso definir quem vai pagar a conta e é preciso saber se vamos continuar a permitir que alunos ricos, da classe média e média alta, que estão, hoje, 70%, na universidade pública e gratuita, continuarão a estudar de graça, sequer sem pagar taxas, enquanto trinta milhões não têm qualquer tipo de assistência escolar neste País.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência adverte às galerias que não podem manifestar-se durante os trabalhos da Constituinte e espera que colaborem com a Mesa.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Elias Murad.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os defensores da criação do "Estado do Triângulo" têm feito uma propaganda – através principalmente de cartazes distribuídos por todo o Congresso Nacional – afirmando que querem a separação porque o seu povo "sabe onde tem o nariz".

Não duvidamos disso. Apenas achamos que algumas coisas não estão "cheirando" muito bem nesta proposta de separação. Uma delas é o fato do enfraquecimento político de Minas e a quem isso pode beneficiar. Como já disse em um dos meus pronunciamentos na tribuna da Assembléa Nacional Constituinte, ninguém propôs à nova Constituição dividir ou separar os poderosos Estados do Sul, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todas as propostas separatistas são de Minas para cima. Por que isso?

Em minha opinião, tais Estados têm exercido uma hegemonia política e econômica sobre o País e que vem se acentuando de vinte e cinco anos para cá. Basta dizer que o último Presidente da República, originário de Minas Gerais, foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, cujo mandato fin-

dou-se em 1960. Tancredo Neves foi uma exceção que – infelizmente – não se concretizou.

Um outro aspecto político importante no momento, é que as lideranças, na sua grande maioria, estão nas mãos de homens públicos do Sul do País que, muito naturalmente, têm ambições na permanência de tal situação, bem como de maior poder, incluindo-se, a Presidência da República ou, caso seja aprovado o parlamentarismo, o poderoso cargo de Primeiro-Ministro. E, o único Estado capaz de contrapor-se a essa situação restabelecendo o seu equilíbrio pelo número de sua bancada e pela sua projeção política, é Minas Gerais. Mas, no momento, por uma série de razões que não vêm ao caso discutir neste trabalho, as lideranças políticas de Minas se encontram algo marginalizadas. Basta dizer que não há nenhum político mineiro ocupando cargos realmente importantes na Assembléa Nacional Constituinte. Quase todos eles estão nas mãos de políticos do Sul, principalmente São Paulo, sendo desnecessário citar nomes.

Ora, é uma velha tática dividir para enfraquecer. E é o que se vislumbra por trás da proposta da separação do Triângulo que, por sinal – por razões até mesmo geográficas – sofre grande influência paulista.

Outrossim, é coisa sabida também que um conhecido político do Sul do País e que governou o Estado do Rio de Janeiro, tem declaradas aspirações à Presidência da República. E um dos seus maiores receios é o poderio político de Minas, onde, por sinal, o seu partido tem se mostrado fraco e dividido. Sendo ele, indiretamente, um dos mentores do "Estado do Triângulo" é óbvio que, conseguindo isso, poderá faturar altos dividendos políticos na região.

Sabe-se da clássica rivalidade econômica e política entre Minas e São Paulo. A política do "café com leite" na verdade, não tem funcionado de algumas décadas para cá. São Paulo já não produz tanto café e Minas nem tanto leite assim. O fato é que também o nosso Estado, nos últimos anos, vem apresentando um elevado processo de industrialização e poderá – dentro de algum tempo – rivalizar com São Paulo neste setor. Veja-se o exemplo do parque industrial do sul de Minas, quase todo ele oriundo do vizinho Estado.

Por tudo isso, acho que podemos também dizer que separatistas do Triângulo não têm muita imaginação e enxergam pouco, muito pouco, "além do seu nariz".

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, geralmente tenho subido a esta tribuna a fim de trazer reivindicações que considero justa, apresentar propostas, divulgar protestos ou fazer denúncias, em defesa do consumidor brasileiro. Hoje, entretanto, aqui me encontro também por outro motivo. Quero apresentar um voto de congratulações e louvor ao Governo do Distrito Federal.

É que na semana passada, exatamente, no dia 8 de julho, o Sr. Governador José Aparecido de Oliveira criou, oficialmente e empossou, o Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal, órgão destinado a baixar normas sobre a problemática das drogas na Capital Federal.

Formado por ilustres personalidades públicas e especialistas da área, representando vários segmentos da comunidade, o conselho tem sob sua presidência a conhecida educadora Cândida Ro-

silda de Melo, que há vários anos vem-se dedicando à prevenção do uso indevido de drogas por todo o País, já tendo realizado – como nosso apoio, colaboração e participação – mais de 30 seminários e congressos em praticamente todos os Estados brasileiros.

A posse desse conselho se deu exatamente em meio ao I Congresso de Prevenção ao Uso indevido de Drogas, realizado sob o patrocínio do Governo do Distrito Federal e a presidência de honra da Srª Leonor de Oliveira, esposa do governador.

Esse dois eventos trazem a marca do pioneirismo na prevenção do abuso de drogas a nível do Distrito Federal, e ninguém desconhece a atualidade e importância do assunto e das conclusões e propostas que podem sair de tais realizações.

Por tudo isso, Sr. Presidente, solicito que conste da ata dos trabalhos de hoje, nesta reunião da Assembléia Nacional Constituinte, um voto de louvor e congratulações ao Governo do Distrito Federal na pessoa do Sr. Governador José Aparecido de Oliveira bem como a sua esposa, a Sr Leonor de Oliveira, e que este registro seja comunicado pela presidência da Mesa às referidas autoridades. (Palmas.)

O SR. WALDIR PUGLIESI (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Folha de S. Paulo, de hoje, traz uma declaração do Ministro Costa Couto, dizendo que a estratégia do Planalto é transferir para a Constituinte a decisão sobre a duração do mandato do Presidente José Sarney.

Outro dia se falou que o Governo Sarney – foi assim que interpretei a intervenção do companheiro Djalma Bom, e sou do PMDB – é um governo farsante e mentiroso. Esta declaração do Ministro Costa Couto acrescenta ainda mais alguma coisa: é um governo cínico, esse pelo qual, inclusive, sou responsável.

Vejam bem, outro dia o Senhor Presidente da República apareceu, em rede nacional, a todo o Brasil, para dizer que "Eu, Sarney, vou ficar", passando por cima da Assembléia Nacional Constituinte. Hoje, cincicamente, o Ministro Costa Couto quer transferir essa decisão à Assembléia, que já está maculada na sua soberania pela presença indecente de um líder do Executivo, como o Sr. Carlos Sant'Anna. Querem transferir a Constituinte a soberania, e eles fizerem de tudo para que não tivesse nem soberania nem dignidade.

Sr. Presidente, sou um dos fundadores do MDB. Quando os convencionais do PMDB assinaram a lista de convocação da nossa Convenção Nacional, assinaram no sentido de termos uma Convenção com "vergonha na cara", uma Convenção verdadeira, e não mentirosa como o Palácio do Planalto, como uma cúpula, distanciada cada vez mais da base, pretende fazer.

Estaremos aqui para dizer que ainda muitos peemedebistas que viram o MDB nascer, crescer e ser assassinado pela ditadura militar, estarão aqui para dizer que esse regime é de transição e essa transição já deveria ter terminado.

Queremos eleições em 1988! O presidente é transitório, Sua Excelência precisa compreender o que é transitóriedade.

O Constituinte Paulo Delgado trouxe aqui um "Aurélio". Mandem outro "Aurélio" para o Presi-

dente saber o que é transição, porque parece que Sua Excelência não está entendendo isso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. SÉRGIO SPADA (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No próximo final de semana, dias 18 e 19, teremos a Convenção extraordinária do PMDB, e queremos, nós oriundos do antigo MDB, hoje deputados pelo PMDB, ver este nosso partido resgatando e ratificando os compromissos históricos para com a nossa sociedade, compromissos que fizeram deste partido o maior partido do País; compromissos que fizeram com que o PMDB chegassem à governança em 22 Estados da Federação; compromissos que, muitas vezes, lamentavelmente, vemos vãos sendo esquecidos por esses que foram eleitos pelo próprio partido.

Queremos ver nesta Convenção, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nosso partido ratificando e resgatando bandeiras, como a nacionalização da economia brasileira. Queremos ver este partido resgatando e fazendo com que aconteça, já que é maioria nesta Casa, a reforma agrária esperada, ansiada por toda a sociedade brasileira. Queremos ver este partido tomar a posição pública e oficial contra a Lei de Segurança Nacional, essa que está sendo aplicada em líderes de outros partidos, no presente momento. Queremos ver este partido assumir um compromisso público em favor da redistribuição da renda em nosso País, uma das maiores bandeiras que sempre foi defendida em congressos e documentos do PMDB.

Queremos mais, Sr. Presidente e Srs. Constituintes – e neste sentido apresentamos moção à Convenção Nacional –, uma auditoria ampla, profunda e circunstanciada de todo o endividamento externo que hoje sufoca e massacra a economia e a sociedade brasileiras.

Fomos autor de uma proposta que obteve aprovação na Subcomissão do Sistema Financeiro, ratificada, posteriormente, por unanimidade, na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Queremos ver, através desta Convenção, o partido assumir o compromisso oficial de defender a tese da elaboração da auditoria da dívida externa, para inseri-la nas Disposições Transitórias da futura Constituição.

Sr. Presidente, espero que o PMDB, neste momento decisivo e histórico para a sua vida, resgate esses compromissos e, entre eles, apóie a nossa moção da auditoria da dívida externa que será apresentada neste Plenário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB-ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não gosto de usar de agressões verbais, de xingar, enfim. No entanto, diante dos fatos que ocorrem, sinto que reações do tipo da Constituinte Waldir Pugliesi, que falou há pouco, são de todo procedentes.

O Ministro do Planejamento anuncia agora que a área social vai sofrer cortes, no seu orçamento, da ordem de 3 bilhões de cruzados. Declara que esses cortes vão atingir exatamente a área das populações carentes.

Denunciou-se, numa Convenção em Paris, que o Brasil é um país que exibe ao Mundo a existência

de cerca de 36 milhões de crianças na fana das carências fundamentais. E o Governo da Nova República anuncia que, para conter o déficit público, vai promover cortes orçamentários, atingindo essa área das carências fundamentais.

Nunca vi nada mais desatinado: o Governo chega ao ponto de abandonar a infância para atender a interesses de grupos que, neste País, não podem ser punidos.

O próprio Ministro do Planejamento declarou, há pouco tempo, em toda a imprensa nacional, que, no final do Governo Figueiredo, foram comprados certa de 10 bilhões de cruzados em máquinas, que hoje, armazenadas, jamais serão utilizadas.

O mesmo Ministro declarou, em toda a imprensa nacional, que compraram máquinas para hidrelétrica cujo projeto ainda estava na mesa do arquiteto. E ninguém é punido! Nenhum safado, nenhum ladrão dos cofres públicos neste país é punido! Não se vê nenhum fato em que esses "ratos" dos cofres públicos sofreram qualquer penalidade! E vem o Governo, e o mesmo Ministro, dizer que haverá corte no orçamento da mulher desnutrida, da criança abandonada, matando a infância de fome, para satisfazer os interesses de uma burguesia de ladrões e safados que não podem ser punidos, neste País (Palmas.)

Fica aqui, em três minutos, o protesto de um homem que nunca entrou no Palácio do Planalto para participar de nenhum jantar, de nenhum banquete, porque não faço parte desse rebanho pachorrento que, para ganhar as benesses do Poder, troca a soberania da Constituinte, vende a soberania da nação.

Estou aqui indignado – e peço licença ao Constituinte Waldir Pugliesi, que é o dono deste jornal que tenho em mãos, rasgá-lo-ei como se estivesse rasgando o projeto do Governo: estou indignado, estou contra esse ato infame praticado pelo Governo contra a infância deste País!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ARNALDO DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assomo à tribuna para dizer que, neste momento encaminho à Mesa um requerimento de informações no sentido de que o Ministério da Previdência e Assistência Social me informe quais foram as unidades residenciais adquiridas e qual o dinheiro investido. Peço que estes esclarecimentos sejam prestados imediatamente.

Sr. Presidente, há outra denúncia contra a Previdência Social.

O Sr. Ministro está adquirindo 500 ambulâncias sem concorrência pública. Quero saber também qual a forma de aquisição dessas ambulâncias, porque o dinheiro da Previdência Social não é do Sr. Ministro.

O Sr. Ministro, ao responder à pergunta "por que comprava essas casas", declarou que as pessoas precisam morar bem para trabalhar bem. S. Ex.^a tem que comprar casa para todos os trabalhadores brasileiros, porque todos têm o direito de morar bem para poder trabalhar bem, e não apenas os trabalhadores da Previdência Social.

Lamento e lastimo que, na verdade, essas casas não servirão aos interesses dos trabalhadores da Previdência Social. Certamente interessarão a

quem fez a compra, porque não se sabe qual foi o valor da comissão dessa compra nem o valor da comissão para a aquisição de 500 ambulâncias sem concorrência pública.

O Ministério da Previdência precisa de um basta, um basta já e agora!

Senhor Presidente da República, se Vossa Excelência ainda o é, demita o Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, porque S. Ex.^a está enxovalhando o dinheiro que não é dele, o dinheiro que é de todo aposentado, o dinheiro que é de todo pensionista. Este, sim, sem casa, sem teto, sem dinheiro para nada Chega! Basta! Fora, Ministro da Previdência!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SR. ARNALDO FARIA DE
SÁ EM SEU DISCURSO**

REQUERIMENTO Nº87

**Solicita Informações sobre bens
patrimoniais da Previdência Social.**

Exm^o Sr. Constituinte Ulysses Guimarães

MD Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Requeiro a V. Ex^a, com base no art. 62, Inciso IV, e seu § 5º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, se digne solicitar do Ministério da Previdência e Assistência Social, informações sobre aquisição de unidades residenciais, destinadas à moradia dos Servidores da Previdência Social

As informações solicitadas devem ser prestadas quanto ao número de unidades residenciais adquiridas, fazendo-se constar a área útil e total de cada uma delas, os privilégios inerentes a comunidade residencial como um todo, e os critérios e valores dispendidos na operação.

Finalmente, indaga-se a respeito das aquisições dos veículos destinados à ambulância.

Justificação

Indiscutível é a operação, quando se tem em mente que engendra um grande alcance social, no entanto, requer maiores esclarecimentos quanto à sua operacionalização.

Por outro lado, é notório e sabido que a Previdência necessita arregimentar recursos para remunerar satisfatoriamente os agentes credenciados para a prestação de assistência médica e hospitalar, e, principalmente, os aposentados e pensionistas.

Diante disso, cabe indagar o porquê de tais operações, contraditórias às determinações do Exm^o Sr. Presidente em conter e cortar os gastos públicos.

Sala das Sessões, de julho de 1987. – Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG
(PMDB-SE. Pronuncia o seguinte discurso): –**

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Por consignar o seu conteúdo um ato de justiça, consistente na devolução a Sergipe de uma área territorial injustamente apossada pela Província da Bahia, no primeiro quartel do século passado, prejudicada, até hoje, a menor unidade de Federação por outra de vastíssima extensão territorial, sem que a presa lhe acrescesse de muito nem o tamanho, nem o desenvolvimento econômico,

nem a pujança demográfica. Assim, apresentamos, nas etapas anteriores dos trabalhos desta Assembléia, a emenda estabelecendo que a superfície territorial do meu Estado ficava acrescida da área compreendida entre o rio Real, na divisa com o Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, passando, em consequência, essa área, a constituir-se na linha divisória entre os dois Estados. Agora, portanto, com base no § 1º, do art 23, oferecemos, no dia 16 de julho, ao Projeto de Constituição, emenda que recebeu o nº 1P05334-0, do seguinte teor:

"Inclua-se o art 440 ao Projeto de Constituição, renumerando-se os demais."

Art 440. A superfície territorial do Estado de Sergipe é acrescida da área compreendida entre o rio Real, na divisa com Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, que passa a constituir-se a linha divisória entre ambos os Estados.

§ 1º. Os Municípios de Jandaíra, Itapicuru e rio Real, localizados na área a que se refere este artigo, passam a integrar o território do Estado de Sergipe.

§ 2º Para o atendimento do disposto neste artigo, a legislação federal e estadual competente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta Constituição, estabelecerá as modificações que se fizerem necessárias à aplicação dos efeitos decorrentes."

A região reclamada, de área inferior a três mil quilômetros quadrados, significa menos de um por cento da extensão territorial da Bahia, estando mais ligada econômica, geográfica e culturalmente a Sergipe, menos de cem quilômetros à distância para Aracaju.

Os três Municípios da área contestada, reincorporando-se a Sergipe, terão melhores condições de desenvolvimento, bastando salientar que a densidade demográfica desse estado supera largamente à da Bahia, com uma rede viária mais eficiente e maior proximidade do poder estadual.

É inegável a vocação natural das populações do vale do Itapicuru no sentido da ligação à comunidade sergipana.

Recuperando essa área, ainda assim, Sergipe teria menos de vinte e cinco mil quilômetros quadrados, quando a Subcomissão dos Estados consideraram ideais, para a extensão territorial das unidades da Federação, de cem mil a trezentos mil quilômetros quadrados.

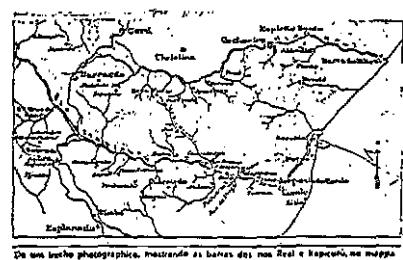
A reivindicação de Sergipe remonta a 1820, quando o Decreto de 8 de julho manda restaurar a superfície original da Província (bem como a Carta Régia de 5 de dezembro de 1822), enquanto a Ata da Sessão do Conselho de Governo da Província, de 1º de junho de 1827, firmava a decisão de que as fronteiras da Província chegavam até o rio Itapicuru, divisa assentada, em 1590, por Cristovão de Barros, e reconhecida. Com efeito, assim reza, em seu texto, aquele importante documento:

"Foi sujeitada pelo Excelentíssimo Vice-Presidente a matéria indicada na Ata da sessão ordinária do ano passado, lavrada em dezesseis de fevereiro deste ano a folhas vinte e nove, deste mesmo livro, acerca de ser dividida esta Província da Bahia não pelo rio Real, e sim pelo rio Itapicuru; fazendo-se a divisa pela barra deste rio acima até onde

divide a Comarca da Bahia da de Jacobina, e seguindo sempre pela divisão destas Comarcas até encontrar no rio de São Francisco: ficando desta forma pertencendo a esta Província de Sergipe as vilas da Abadia e de Itapicuru de cima; e o Julgado de Jeremoabo; cada uma das quais distam da Capital da Bahia mais do dobro do que distam desta Capital; porque, além de que parecer ter a natureza dado para divisa das duas Províncias o rio Itapicuru, que é caudal e perene; e não o regato rio Real, que ao toque da menor seca corta e fica inteiramente seco; evitase-á com isto que as cinco lagoas intermediárias entre os dois rios não sirvam como atualmente servem de valhacouto de malfeiteiros e facinorosos, que até se evadem da vindicta da Lei...".

Com o tratado de armistício de Haya, de 12-1-1641, por 10 anos, ficava estabelecido o rio Real como limite da Capitania de Sergipe com a Nova Holanda Brasileira, Sergipe, na posse Holandesa, limitava-se pelo rio Real (+ – primeira metade do século XVII). O rio Real, já conhecido em 1515, em mapas europeus, devido, principalmente; à sua exploração pelos franceses, aliados dos indígenas, era tão importante com o São Francisco (devido à foz navegável em alguns quilômetros).

Expulsos os holandeses, sedimentou-se, por parte da Bahia, o hábito de considerar o rio Itapicuru como a fronteira entre ela e Sergipe (Francisco Carvalho de Lima Junior, "História dos Limites entre Sergipe e Bahia", págs. 172 e 387 a 392). Há também o caso do povoado de Abadia, que se transferiu de local, avançando por terras reclamadas por Sergipe, aproveitando-se, deserte, do rio Real. Seus habitantes recusavam-se a aceitar a jurisdição do Capitão-Mor de Sergipe e seus governadores, o que complicou e retardou a fixação definitiva da fronteira no Itapicuru, conforme o seguinte mapa da época (*):



De um trabalho photographico, mostrando as bacias dos rios Real e Itapicuru no mapa geográfico.

* História dos Limites entre Sergipe e Bahia. Autor: Francisco de Carvalho Lima Junior, Pág. 313.

Em 1830, os dois Estados trocavam pareceres sobre o assunto, enquanto no Decreto nº 323, de 23 de setembro de 1843, o Imperador indicou os limites provisórios entre as duas Províncias.

Continua a demanda pelo tempo afora, até que, em agosto de 1882, o Senador José Luiz de Coelho Campos advoga, com veemência, na Câmara Alta, a causa de Sergipe e, com o apoio de Prado Pimentel (Barão de Estância) e Geminiano B. O. Góes, apresenta, no dia onze do referido mês, projeto, tratando sobre os limites em questão.

O historiador e Deputado Dr. Felisbelo Freire apresentou, a 4 de agosto de 1891, com o apoio-

mento de Ivo do Prado, M. Valadão e Leandro Ribeiro Siqueira Maciel, o seguinte Projeto, restabelecendo parte dos primitivos limites do Estado de Sergipe, ou seja, até o planalto divisor de águas do rio Itapicuru, contestados pela Bahia:

"Traça o limite do Estado de Sergipe e providencia para que seja este observado."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica ao Estado de Sergipe limitado pelo modo seguinte:

a) ao norte, com os Estados das Alagoas e Pernambuco, pelo rio S. Francisco, respeitadas as posses e direitos desses Estados;

b) ao ocidente, com o Estado da Bahia, pelo rio Portal desde a sua foz no rio S. Francisco até às suas cabeceiras, na serra da Tiuba;

c) ao sul, ainda com o Estado da Bahia pelo meio do planalto divisor das águas dos rios Itapicuru e Vaza-Barris, até encontrar o planalto divisor das águas do mesmo rio Itapicuru e o rio Real, e pelo meio deste planalto até o Oceano Atlântico.

Parágrafo único. A demarcação destes limites será feita de maneira que todo o vale do rio Vaza-Barris fique compreendido no território do Estado de Sergipe.

Art. 2º Fica o governo do Estado de Sergipe autorizado as tomar posse de todo território, a que se refere o artigo precedente e nele exercer a mais completa jurisdição, logo que tiver conhecimento oficial da promulgação deste decreto.

Art. 3º Fica o governo da União autorizado a empregar os meios precisos para tornar efetiva a posse e jurisdição de que trata o artigo precedente, caso seja reclamada, pelo Governo do Estado de Sergipe, a sua intervenção para esse fim.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário."

Nessa época, o livro "Estudo sobre a Origem Histórica dos limites entre Sergipe e Bahia", feito por ordem do Exmº Sr. Dr. José Gonçalves da Silva, Governador do Estado da Bahia, pelos doutores José de Oliveira Campos, Diretor da Biblioteca Pública e Francisco Vicente Vianna, Diretor do Arquivo Público, edição de 1891, aborda às páginas 8, 9 e 31, aspectos interessantes da questão, que abaixo transcrevemos:

A) págs. 8 e 9:

"O argumento tirado do conceito enunciado à fl. 160, vol. 1 de Ignácio Accioli, onde diz: "Para as sobreditas creações foi autorizado pela provisão de 9 de fevereiro de 1725, e outras anteriores, e conquanto tal autorização fosse ilimitada, todavia, para efigiar em valas as povoações de Itapicuru, Inhambupe e Abbadia, esperou por ordens ulteriores, que se expediram à sua exigência; estas três vilas ficaram pertencentes a Sergipe, até que, a requerimento de seus habitantes, as incorporou de novo à comarca da Bahia", de que por estas expressões conduce-se que Itapicuru, Inhambupe e Abbadia foram de Sergipe."

B) Pág. 31:

"X – Província de Sergipe"

História – O território de Sergipe foi conquistado e colonizado em 1590 por Christovão de Barros, governador interino da Ba-

hia, que alí fundou a atual cidade de São Christovão; Sergipe ficou sujeito à Bahia, de que formava uma comarca, até o ano de 1820, em que foi elevado a Capitania independente e passou na fundação do Império a ser uma de suas províncias.

Limites – Ao N. a província das Alagoas; a o Oceano Atlântico; ao Sul e ao Oeste a Bahia.

Superfície – 39.090 quilômetros quadrados.

População – 243.643 habitantes, dos quais 22.623 escravos segundo o recenseamento de 1872."

É relevante ressaltar como uma publicação oficial da Bahia, de 1891, versando sobre a disputa de limites entre ela e Sergipe, consigne a nosso Estado a área de 39.090 km², quando sua área atual é de 21.057 km². Onde foram parar os 18.033 km² da diferença?

Mas não é apenas a referida publicação que registra essa área de Sergipe. Também Arthur Dias, em seu *O Brasil Atual*, (Rio, Imprensa Nacional, 1904, verbete "Sergipe"), documenta possuir Sergipe 39.090 km². Onde a diferença?

E não é tudo. A *Encyclopaedia Britannica*, vol. XXIV, 1911, verbete "Sergipe", informa que a área de nosso Estado é de 15.093 square miles (milhas quadradas), quais, convertidas em quilômetros, dão 38939 km². Onde a diferença?

E ainda há mais. A Encyclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana, Madrid, Espasa-Calpe S.A., 1927, informa ter Sergipe 39.200 km². Mais uma vez indagamos: aonde foi a diferença de mais de 18.000 km². A mesma Encyclopédia por último citada consignava à Bahia, na mesma época, 420.427 km² em contraste com os atuais 559.951 km² do grande Estado.

O que mais intriga é que não consta ter o Estado, a partir de 1915, feito doação ou abdicado desta área: erro de cálculo cartográfico não é admissível, porque nestas contas os cartógrafos já eram especialistas desde o tempo das grandes navegações pelos idos de 1500.

A explicação inicial para tal fato é que a Bahia incorporou grande área de Sergipe na divisa Oeste. Outra coisa incompreensível é aceitar-se, com o quase silêncio que hoje paira sobre o assunto, a fronteira oeste do Estado, definida como uma "linha imaginária" que vai da foz do riacho Xingó, afluente do rio São Francisco, que é a divisa oficial com Alagoas, até as nascentes do rio Real, no Sul, que divide Sergipe da Bahia, assim como essa tal linha (que deveria ser reta) o divide desse mesmo Estado a oeste. Em todos os livros de Geografia, Cartografia e Geometria, as linhas imaginárias são retas, e portanto a menor distância entre dois pontos. Exemplos: os paralelos, os meridianos, a linha do Equador, o Greenwich a partir do qual são determinados os fusos horários, etc. Entretanto, quem olhar a área de nosso Estado, em sua fronteira a Oeste, verifica que a nossa "linha imaginária" é a mais torta possível, uma certa sinuosa que entra em nossas terras para deixar a maior parte do lado da Bahia.

A outra explicação é que a fronteira Sul legítima do Estado é no Itapicuru.

Como se vê, a pretensão de nossa Emenda no sentido de restabelecer a fronteira Sul histórica do Estado, no rio Itapicuru, é modesta e recupera para Sergipe somente uma parte da área tempo-

riamente perdida para a Bahia: não mais que cerca de 3.000 km². Tanto isso é verdade que, se fôssemos nos basear rigorosamente nos sólidos fundamentos históricos que dão ação à causa sergipana, nossas fronteiras com o Estado da Bahia partiriam das margens do rio São Francisco, seguiriam em linha reta até às margens do rio Itapicuru e por este atingiriam o Oceano Atlântico. Essa linha teria, como pontos intermediários de apoio, no seu trajeto São Francisco/Itapicuru, as nascentes dos rios Xingó e Vaza-Barris. Essas seriam as nossas legítimas fronteiras.

Seguindo-se do de Felisbelo Freire vem o Projeto de Moreira Guimarães que, na sessão da Câmara dos Deputados de 18 de novembro de 1913 (DCN da mesma data, p. 2585), dizendo tratar-se de um dever sagrado e apoiando-se na plataforma lida em 26 de dezembro de 1909, pelo Marechal Hermes da Fonseca, no trecho relativo à divisão territorial do Brasil, que afirmava não ser equitativa, assim se expressa a certa altura de seu discurso:

"De sorte que, Sr. Presidente, está pelo Norte a questão dos limites de Sergipe inteiramente resolvida; mas pelo Sul, a despeito desse **modus vivendi**, a deste regimen criado pelo decreto a que há pouco fiz referência, lutas aparecem, conflitos surgem e cada Presidente de Estado, quer da Bahia, quer de Sergipe, cada um deles tem procurado resolver a questão. E não ha dúvida, é preciso resolvê-la porque o que existe relativamente aos limites Sul é o seguinte:

"Os limites Sul foram fixados pelo Decreto nº 323, de 23 de setembro de 1843, que determinou que a parte da freguesia de Abbadia, na Província da Bahia, que passa além do rio Real, fique pertencendo à Província de Sergipe, servindo o dito rio Real de linha divisoria entre as duas mencionadas Províncias enquanto pela Assembléia Geral Legislativa outra cousa não fosse determinada."

Nós, portanto, da Câmara Federal, tínhamos de ser chamados a resolver a matéria; o Congresso Nacional tem que aparecer para resolver a especie. Mas a questão capital, essencial, não está no sul; a questão está no oeste. E ali a questão tem dado lugar a conflitos de tal natureza que não se sabe bem como a administração, quer de Sergipe, quer da Bahia, pôde resolver os seus problemas de economia do Estado.

A Câmara, conseguintemente, carece de resolver a questão momentosa. E tanto mais quanto, no caso, ela surge como uma medida de conciliação entre os dois Estados. Quando fui encarregado pelo eminente Presidente de Sergipe, Sr. General Siqueira, de tratar desta questão, em que, com as luzes dos meus colegas de bancada, pude confeccionar o projecto de agora, desde logo procurei o distinto leader da bancada da Bahia, meu bom colega distinto o Sr. Deputado Mário Hermes, e travei com elle mais de uma palestra sobre o assumpto e mostrei, então, nessas palestras, os intuios nobres de Sergipe e, ao advir a palavra do ilustre representante da Bahia, imediatamente comprehendi que o cérebro delle, todo o seu coração, todo o seu espírito estavam anima-

dos pelos mesmos nobres intuições que inspiraram e inspiram a alma de Sergipe."

Francisco A. de Carvalho Lima Júnior, em sua *História dos Limites entre Sergipe e Bahia* (Aracaju, Imprensa Oficial, 1918), assinala:

"Quando foi constituída a Capitania de Sergipe, ainda não existia a chamada Capitania da Bahia... O que se constitua então (pela Carta Régia de 7 de janeiro de 1549) não era uma Capitania, propriamente, como as outras, mas a sede do Governo Geral colonial encarregado da Administração de todo o Brasil, impondo obediência às demais Capitanias e donatárias" (pág. 137 e 138). Grafia original).

Prossegue Lima Júnior:

"Lançados os fundamentos da cidade, Thomé de Souza, de conformidade com as ordens que trazia, tratou logo da criação do Município da Capital, que depois tomou o nome de Recôncavo, dando-lhe por termo 6 léguas para cada lado, dentro de cujo limite exerceria a Câmara respectiva a sua jurisdição... Era, pois, o Recôncavo, uma espécie de Município Neutro... Só um e meio século depois foram eretas as suas primeiras villas... Jaguaripe, em Dezembro de 1697; Cachoeira e São Francisco, em Janeiro e Fevereiro de 1698. Dado a conquista de Sergipe e constituição de sua capitania independente, a Corôa, usando como lhe aprouvera, de seu patrimônio dividiu ao meio a doação de Coutinho, pelo rio Itapicuru, ficando o domínio de Sergipe para o lado do Norte até o São Francisco. O restante, a outra metade, para o Sul, ficou incorporada à sede do Governo Colonial... Era, pois, um território igual ou menor que o de Sergipe actual, o que possuía a Bahia... Outro facto: documentos autênticos, em manuscrito, Cartas e Ordens Régias, referindo-se à Comarca da Bahia nunca o dizem, – da Capitania, mas – da Cidade da Sabia, e isto até fins do século 18º entretanto que os mesmos documentos nunca deixaram de dizer – Comarca da Capitania de Sergipe" (pág. 138, 139, 140 e 141. Grafia Original).

Dentre as amostras referidas pelo Autor, colhemos a mais expressiva:

"Faço saber a vós Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Vice-Rey e Capitão General de mar e terra do Estado do Brazil, que attendendo ao que informou o Ouvidor Geral da Capitania de Sergipe d'El-Rey, sobre ser conveniente que os moradores do Rio Real, freguezia de Nossa Senhora da Abadia, fiquem sujeitos à correção da dita Capitania de Sergipe d'El-Rey, e não à Comarca da cidade da Bahya" (Carta Régia de 10 de maio de 1728, – Liv. 24 – O. R. fl. 91. – Dr. F. V. Vianna. – Estudos sobre os Limites Sergipe e Bahia, pág. 55. "In" o. cit., pág. 141).

Em seguida, Lima Júnior arrola o testemunho histórico de autores insuspeitos:

"Entre as muitas autoridades que assignalam os limites de Sergipe ao Sul pelo rio Itapicuru, citamos em primeiro lugar Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva. ("Memórias His-

tóricas e Políticas da Bahia"), autoridade insuspeita, por ter estado sempre a serviço da Bahia, que adoptou como pátria, elle, nascido em Portugal. Este autor não foi, nesta parte, lembrado pelos escriptores bahianos... mas não passou despercebido ao Senador Cândido Mendes de Almeida ("Atlas do Brazil").

"Outra autoridade que não pode ser posta em dúvida, e talvez a mais respeitada de todas "Sergipe d'El-Rey (a província) – Divisão Administrativa do Império do Brazil, limitada, ao Norte pelas províncias de Alagoas e Pernambuco; Oeste a e ao Sul, pela Bahia. O Itapicuru, o São Francisco, e o Vaza-Barris, são os seus principais cursos d'água (Do Grande Dic. Universal de Larousse – vol. 14º – pág. 588)... Esta passagem de Larousse, bem como todas da letra – S – foi achada em manuscritos dos séculos 16 e 17º, quando teve origem a Capitania de Sergipe... A fonte não pode ser suspeita..." (pág. 152, 153, 154).

"Corrobora a informação de Larousse, um dos cronistas de maior valor quando, de passagem, ao falar de Sergipe, escreveu: "Não trato do rio de Sergipe, do rio Real e outros que ficam nos limites desta Capitania da Bahia, por não ser prolixo, e também porque ao diante pode ser tenha lugar (Fr. Vicente do Salvador. *História do Brasil*, pág. 44, Publicação da Biblioteca Nacional – 1889). Vê-se dos ternos gráfados que, excluídos o Sergipe e o rio Real, os limites com a Bahia acham-se mais ao Sul" (pág. 154).

Para reforçar as opiniões dos autores citados, eis o que diz outro mundialmente acatado: "Bahia – Divisão administrativa do Brazil. – Superfície 230.000 Km², dividida em 3 distritos, com uma população de 800.000 hab. – Seus limites são os rios São Francisco, de Contas e Itapicuru, e outros rios menores e o oceano (Dicc. de lá Conversationet; de lá Lecture Tomo III – 1933 – Paris)" (id., ib., pág. 155).

Analizando a parte do Regimento dos Capitães-Mores de Sergipe, que dá à então Capitania a extensão de 25 (vinte e cinco) léguas a partir da barra do São Francisco para o sul, diz Lima Júnior, quanto às interpretações erradas a respeito, diminuidoras da área de Sergipe: "... como não havia dois pesos e duas medidas, o padrão pelo qual foi medida a doação de Francisco Pereira Coutinho, com os mesmos instrumentos e o mesmo Agrimensor, não podia deixar de ter sido o mesmo que serviu para medir as vinte e cinco léguas do Regimento dos Capitães-Mores de Sergipe.. Se, pelo contrário, a medida que serviu para a doação, foi verdadeira, as vinte e cinco léguas da Capitania de Sergipe, conforme o Regimento citado na sesmaria de Muniz Alvares, ajustam-se perfeitamente à metade da doação de Coutinho, que foram 50 léguas; e neste caso a Capitania de Sergipe, sendo metade das 50, vai ter a barra do rio Itapicuru, e a Bahia nunca poderia legalmente transpô-lo. O Regimento, pois, dos Capitães-Mores de Sergipe, passando pelo Rei, resolve catégoricamente o caso dos limites territoriais das Capitanias de Sergipe e Bahia pelo árabe do Itapicuru, de modo

a não deixar nenhuma dúvida e dispensar outras indagações, como se tem feito."

"Em outros termos: se 25 é metade de 50 ($25 = 50 - 25$), e 50 é igual a 25 mais 25, ($25 + 25 = 50$) segue-se que o Rei partiu ao meio a doação de Coutinho revertida à Corôa, dotando a Capitania de Sergipe d'El-Rei com a metade, que vai do rio Itapicuru ao rio São Francisco.

"E eis a razão porque os primeiros Capitães-Mores de Sergipe concederam sesmarias de terras da margem esquerda do Itapicuru para o Norte, como, entre outros, Porto Carreiro e Cosme Barboza."

"Certamente a medição de 50 léguas de Coutinho não foi bem feita, foi um mais ou menos: obedeceu a um cálculo muito desaproximado, porque, do padrão da barra da Bahia à barra do São Francisco, devem ir umas 214 milhas marítimas, que correspondem a 71 léguas, isto é, 50 e mais 21 de quebra. Bem approximado. Neste caso Sergipe tem que entrar por igual na partilha da quebra, ficando com um total correspondente à metade de 71, ou sejam, 35 léguas, que é a distância do São Francisco ao Itapicuru. Approximadamente."

"...Também 36 léguas é a extensão da costa de Sergipe (até o Itapicuru), segundo o ilustre chronista Augusto Fausto de Souza, propagador da igualdade territorial dos Estados" (Estudo sobre a Divisão Territorial do Brazil, Rev. do Inst. Histórico Brasileiro – 1880 – Tom. II – pág. 50).

"Ninguém, porém, media com tanta precisão a donatária de Francisco Pereira Coutinho, como Sebastião Rocha Pitta (Hist. da America Portugueza – pág. 10, n. e c.), dando-lhe 70 léguas, ou sejam 35 até o São Francisco; pertencentes a Sergipe, de acordo com as 25 do Regimento" (id., ib., págs. 207, 208, 209; 211 Grafia original).

Além disso, "...a Capitania de Sergipe, fundada cerca de dous séculos antes de ser dada à Bahia o título honorário de Capitania, já contava uma série de Capitães-Mores que, por nomeação do Rei, governava-a de acordo com o seu Regimento dado pelo mesmo, e como tal independência, que lhes era facultada a concessão de sesmarias, poder que mais tarde foi limitado, não só a ella, mas às outras Capitanias, para coibir abusos de concessões demasiadas, consistindo a limitação em sujeitar as doações à aprovação régia" (id., ib., pág. 226).

O mesmo Francisco A. de Carvalho Junior adverte, às págs. 247 a 258:

"Os limites territoriais da antiga Capitania de Sergipe com a Bahia, desde 1590, foram pelo rio Itapicuru." Logo, acrescenta o ilustre historiador:

"A própria Junta Provisional da Bahia, apesar de revolucionária e armada do arbitrio, reconheceu e respeitou os limites da Capitania autônoma em 1820, pelo rio Itapicuru, deixando em sossego os moradores entre ele e o rio Real, isentando-os do serviço militar obrigatório, como se viu do tópico citado na proclamação de César Burlamaqui."

"A restauração, pela segunda vez, da autonomia da Capitania em dezembro de 1822, com a denominação de Província, não alterou os limites de Itapicuru."

Ivo do Prado, disputando com o baiano Braz do Amaral, por ocasião do 6º Congresso Nacional de Geografia, sustenta, a propósito da alegação de que Sergipe pertencera à Bahia:

"Fora o tempo decorrido entre 1763 e 1820, durante o qual Sergipe, Ilhéus, Porto Seguro, São Salvador e seu recôncavo, juntos formaram uma só Capitania, a História não revela o menor facto que demonstre haver chegado ao médio e baixo São Francisco a pequena Capitania formada em Todos os Santos" (A Capitania de Sergipe e suas Ovidorias, Memória sobre questões de limites – Rio, Papelaria Brazil, 1919, pág. 355. Grafia original).

O mesmo Ivo do Prado fez consignar em ata, na 11ª Sessão da Conferência dos Delegados dos Estados, realizada a 4 de setembro de 1919, protesto em cujo primeiro item consta, nítido, o inconformismo de Sergipe com o esbulho territorial de que é vítima na fronteira sul:

"...Sergipe vem declarar, se bem que muito e muito esperançoso: 1º – que tolera, simplesmente, a divisão pelo rio Real da Praia, antigo Itanhy, até que o poder competente decida sobre o arbitrário e provisório Decreto nº 323, de 23 de setembro de 1843, e que mantém seus direitos às antigas villas de Abbadia, Itapicuru e Inhambupe, villas que lhe pertencem, desde a origem de cada uma delas, motivo pelo qual protesta contra a manutenção de tal decreto que fica sem valor, por não existirem mais, da Assembléa Geral Legislativa do Império, nem o Senado nem a Câmara dos Deputados, câmaras a que elle (o decreto) allude e de cujo poder e critério dependia sua existência toda" ... (op., cit., pág. 363. Grafia original).

Rebatendo outra proposição de Braz do Amaral, aduz, mais:

"Ainda em 1679, vinte anos depois, conforme o bello testemunho de Frei Raphael de Jesus (Castrito Luzitano, pág. 5) Sergipe tinha cincuenta léguas de costa e a Bahia, então, menor, tinha, apenas umas trinta. Não é tudo; vamos adiante. Em 1695, trinta e seis anos depois, o Conselho Ultramarino, em um parecer, dado a 9 de fevereiro, parece que V. Ex.^a publica em seu Memorial, informa, que Sergipe tinha cincuenta léguas do São Francisco à Bahia... Em 1755, já sessenta anos depois, D. Joseph Vaissète, o grande benedictino, em seu trabalho célebre (*Geographie, Historie, Ecclesiastique et Civile, etc.*) a Sergipe dá, mais ou menos setenta e cinco léguas de costa... Tudo confirmando, veio a palavra oficial (de acordo com ella, estão os ilustres bahianos Drs. Eduardo Espinola e Teive Argollo) de Alesandre de Gusmão, secretário de D. João V: "a oitava Capitania, ou Província, é a de Sergipe: esta Capitania se estende a uma e outra parte das companhias por onde passam os rios São Francisco e Real, até as nações obacatiares..." (op., cit., pág. 370).

Sobre a fantasiosa subordinação da Capitania de Sergipe à Capitania da Bahia, em determinada época do período colonial, argüi, ainda, Ivo do Prado:

"... em 1659, quando os sesmos foram dados, a pequenina Capitania de São Salvador e seu recôncavo ou a Bahia de Todos os Santos não tinha ascendente algum sobre a Capitania de Sergipe. Esta nem só não era subalterna, como ainda, era maior que a pretendida mandante. Sergipe era subordinada; não à tal Capitania, como diz V. Ex.^a, mas, como todas as irmãs, São Salvador inclusive, ao Governo Geral do Estado do Brasil. V. Ex.^a quer alludir, talvez, à Capitania Geral da Bahia; esta porém, surge na História 104 anos depois!" (op., cit., pág. 381).

Em 1920, os governos da Bahia e Sergipe concordam numa comissão arbitral, que levaria o laudo definitivo aos Congressos dos dois Estados, não tendo chegado a termo esse protocolo de intenções.

Assim, torna-se público acordo firmado entre os Presidentes J.J. Seabra, da Bahia, e Pereira Lobo, de Sergipe, no sentido de constituir-se uma comissão de seis membros, três de cada Estado, para discutir o problema que, na base de laudo de um árbitro neutro, seria levado ao Congresso de cada um dos Estados.

É de toda justiça que se realce, nessa ocasião, o trabalho realizado pelo General, Engenheiro, Geógrafo e Parlamentar Ivo Prado, por ter sido ele que, em sua obra "A Capitania de Sergipe e suas Ovidorias", melhor estudou a questão dos limites entre Sergipe e a Bahia.

O historiador J. Pires Wynne, em sua "História de Sergipe – 1575/1930, assinala a respeito desse acordo de 27 de outubro de 1920:

"Também muito se fazia notar o interesse revelado pelo Presidente relativamente à solução da emperrada questão dos limites, e com a presença do Governador Seabra, ele, aproveitando-se da oportunidade, tratou do acordo:

"Dentro de trinta dias a contar da data da assinatura do presente acordo, Sergipe se louvará em pessoa competente assim como no mesmo prazo o Governador da Bahia e em terceiro árbitro desempatador escolhido por acordo das partes entre seis cidadãos de capacidade reconhecida, cujos nomes serão apresentados, três pelo Presidente de Sergipe, três pelo Governador da Bahia. Serão entregues aos árbitros todos os documentos e provas de cada qual dos Estados, a fim de, firmados neles, ser resolvida a pendência, ficando, entretanto, dependendo o laudo final da aprovação em duas sessões ordinárias ou extraordinárias do Congresso de cada um dos Estados. O laudo dos árbitros deverá ser apresentado dentro do prazo de oito meses, a contar da data da assinatura do presente acordo, pelos Excelentíssimos Srs. Presidente e Governador respectivamente dos Estados de Sergipe e Bahia, e demais pessoas presentes a este ato. Estado Federado de Sergipe, Aracaju, aos vinte e sete dias do mês de outubro de mil novecentos e vinte. Em tempo: do presente acordo que será transscrito em livro de Notas de Tabelião público, serão extraídas seis cópias, três das

quais serão entregues ao Exmº Sr. Governador da Bahia. Aracaju, 27 de outubro de 1920 – José Joaquim Pereira Lobo – Presidente de Sergipe. J.J. Seabra, Governador do Estado da Bahia.

"Em discordância, naturalmente, desde o Congresso de Geografia, realizado em setembro de 1919, na cidade de Belo Horizonte, os representantes da Bahia e de Sergipe, Dr. Braz do Amaral e General Ivo do Prado Montes Pires da Franca, indicava, logo depois, o Presidente Pereira Lobo para louvado o ilustre engenheiro Dr. Getúlio das Neves, e fazendo razoáveis considerações, pedia ao Governador da Bahia a indicação de outro, que não o Dr. Braz, já declaradamente em posição oposta, e já de comum acordo para desempatador se escolhia o Dr. F. A. Bueno de Paiva, Vice-presidente da República.

"Sergipe viveu momentos de grande expectativa e por um momento a figura do Presidente cercada de maior simpatia, todos numa justa euforia cívica e a louvar a sua iniciativa.

"O acordo lavrado no dia 27 de outubro de 1920, feliz iniciativa, encontrara franca acolhida por parte do Governador J.J. Seabra, mas fruto das alegrias daqueles dias e da aproximação dos dois homens de Governo, também não passava de uma fácil solução em se tratando de um caso tão debatido, de uma questão tão postergada por uma das partes:

"Encerrado o prazo estabelecido no dia 27 de junho de 1921, logo o General Ivo do Prado entregava o seu laudo ao árbitro desempatador, mas o mesmo não fazia o Dr. Braz do Amaral, e logo uma Mensagem do Governador J.J. Seabra elucidava, dirigida ao Presidente de Sergipe.

"Terminado hoje o prazo para ser proferido o laudo no arbitramento de que trata o Convênio de 27 de outubro último, sem que houvessem chegado a um acordo os louvados dos dois Estados conforme a correspondência que aí vai junta por cópia, sobre o assunto a discutir, denuncio pelo presente o referido Convênio de 27 de outubro. Declaro, entretanto, estar pronto a recomendar as negociações precisas para ser feito outro, a fim de levar a uma solução próxima a dúvida sobre a linha de fronteira, pedindo a Vossa Excelência que, no caso de aceitar este alívio, se digne de indicar os meios práticos de sua realização.

"O Presidente Pereira Lobo respondia:

"Estou disposto a novas negociações para liquidação do caso, dependendo isso de um entendimento com o delegado do meu Estado. Penso, entretanto, não constituir motivo suficiente o não terem tido os dois louvados um entendimento, por isso que, em face da letra inofismável do contato lavrado em notas de Tabelião público, não havendo entendimento entre os louvados, funcionará o desempatador por ambos os Estados escolhidos. Cumpre salientar que era a questão de limites muito antiga e quando não houvesse o louvado de Sergipe determinado sua proposta por demais debatida, já tendo havido troca de idéias entre o Sr. General Ivo do Prado Monte Pires da Franca e o Dr. Braz

Hermenegildo do Amaral quando do Congresso de Geografia de Belo Horizonte e da reunião para a solução das questões de limites, promovida pelo Exmº Sr. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo, ilustre Ministro da Justiça – era muito antiga para que não fosse bastante conhecida pelo proficiente louvado de Bahia a proposta do de Sergipe. Diante disto, penso não tinha o ilustre louvado de Bahia outro caminho que defender o que julgassem o direito de seu Estado, abordando todas as linhas da proposta do louvado de Sergipe, expressa em documento público de caráter oficial, e registrada taxativamente no telegrama de 6 de maio de 1921, o qual assim diz Exmº Dr. Braz Amaral – Bahia – Recebi carta 19. Insiste V. Ex.^a em dizer que fujo de informar qual a tese sergipana. Eu penso, entretanto, ser a quarta vez que o faço. Fí-lo pelo telegrama de 20 de dezembro de 1920. Depois ainda a 24 de fevereiro e ainda em março de 1921, não obstante repetirei: Meu Estado reclama a regular execução das conhecidas leis formadoras da Província de Sergipe, execução perturbada pela Província da Bahia. Quer, portanto, a execução da carta régia de 5 de dezembro de 1822 e decreto de 8 de julho de 1820. Sendo assim, para conhecer os fatos, não há entendimento nenhum por quanto o decreto de 8 de julho de 1820 declarou a Capitania de Sergipe independente do Governo Regional existente na Bahia, e a carta régia de 5 de dezembro de 1822 manda que se limite a Província tornando como norma uma comarca mais antiga que a existente em 1822. Ora, o limite ao sul dessa Ouvidoria era o Rio Subaúma, conforme a carta régia de 28 de abril de 1729, logo a mais antiga era a de 1695, limitada pela portaria de 13 de julho de 1696. Como, pois, ficou isto indeterminado para V. Ex.^a que tais documentos conhece e publica em seus trabalhos? Diante desta afirmação, julgo não poder o honrado louvado de Bahia alegar o não conhecimento da proposta do Estado de Sergipe, por quanto ela é clara e inequivocamente determinada. Ao invés de nortear a defesa dos interesses de seu Estado por este lado, o ilustre louvado de Bahia passou a impor ao louvado de Sergipe o só aspecto pelo qual poderia ser encarado o caso: – O Governo da Bahia só admite discussão no terreno em que foi colocada a questão de limites pela proposta feita ao mesmo Governo em 1913, que é a reprodução do projeto apresentado ao Congresso pelos Srs. Deputados sergipanos, a saber: o competente senhor Felisbelo Freire e mais os Senhores Moreira Guimarães, Dias de Barros, Joviniano de Carvalho e outros, em 13 de novembro do mesmo ano de 1913. Compreende-se, nitidamente, que não havia boa vontade maior que a do louvado de Sergipe, pois que procurou logo e logo declarar qual o seu objetivo, o que continuou fazendo, sendo que, quando não pode mais o seu interpelante alegar que não lhe conhecia a proposta, passou a limitar a face da questão. Como se depreende da correspondência trocada, o ilustre louvado de Bahia procurou com o estabelecimento de preliminares e condições não um meio prático para a solução do caso,

meio que seria a entrega ao desempatado das suas razões, o que também faria o louvado de Sergipe, a fim de que da divergência entre os dois louvados pudesse emergir a linha definitiva que os reconhecidos sentimentos de justiça e os conhecimentos do eminentíssimo desempatador houvessem por bem traçar, contrariamente, porém, o honrado louvado do Estado da Bahia procurou ainda uma vez debater a multissécula questão tentando a análise de tópicos e particularidades estranhas ao interesse atual dos dois Estados amigos, irmãos pela raça, pela tradição e pelos feitos assinalados, e, melhor ainda entrou de negar valor a documentos de indubitável veracidade, muitos deles da Bahia e citados, tendo sido apreciados como verdadeiros quando se resolviam delicadas questões internacionais de interesse do Brasil. Em suma enquanto o louvado de Sergipe determinava sua proposta – de se dar execução ao decreto de 8 de julho de 1820 e à carta régia de 5 de dezembro de 1822 – o operoso louvado da Bahia impunha que só aceitaria discussão colocando o caso dentro da proposta de novembro de 1913.

"Em cumprido, o ilustre louvado de Bahia, a letra do Convênio, teria de apresentar ao eminentíssimo desempatador, dentro do prazo marcado, seu laudo, como o deveria fazer o louvado de Sergipe, não um laudo constante de preliminares, mas encarando pontos históricos, determinando razões, tudo documentado devidamente. Tenho a declarar a V. Ex.^a que o louvado de Sergipe cumpriu

a letra do Convênio, apresentando a 27 de junho findo ao Exmº Sr. Dr. Francisco Álvaro Bueno de Paiva o seu laudo devidamente instruído, visto saber, por informação oficial, que o proficiente louvado de Bahia não tinha uma proposta a fazer, por isso que se firmava em proposta de outrem, critério, aliás, por de mesmo condenado. Assim, pois, o louvado de Sergipe, General Ivo do Prado Monte Pires da Franca, tendo conhecimento de que a proposta do Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, honrado louvado de Bahia era a mesma apresentada à Câmara Federal em novembro de 1913, entregou no prazo prefixo ao ilustre desempatador o seu laudo e os documentos a respeito da multissécula questão de limites entre o glorioso Estado da Bahia e o pequenino Estado de Sergipe."

Existe uma carta do Conde dos Arcos (8º) que, indevidamente, gerou jurisprudência a favor da Bahia. Há confusão e superposição de jurisdições, civis, militares e eclesiásticas, o que não implica, como não acontecia habitualmente, reflexos sobre a integridade do território fisicamente considerado. Confundiu-se a favor da Bahia, dada sua importância política e cultural. **Jurisdição com Território.**

Algumas vezes, por conveniência administrativa, da justiça e do clero, houve dualidade hierárquica nesta região "rebelde à lei, e incidência de criminalidade e abusos". Até 1843, nenhuma lei alterou a fronteira no Itapicuru. Faltou a Sergipe mais agressividade em dar consequência ao protocolo de intenções dos governadores, em 1920 – J.J. Seabra e Pereira Lobo.

ALGUNS DADOS SOBRE BAHIA E SERGIPE

	População	Densidade	Área
Bahia – 336 municípios	9.597.393 hab	16,93 hab/km ²	559.951 km ²
Sergipe – 74 municípios	1.156.642 hab	51,92 hab/km ²	21.942 km ²

Área e população dos municípios, hoje da Bahia, na área discutida e que ficariam do lado de Sergipe:

Municípios	População	Densidade	Área
Jandaíra	6.575 hab	9,58 hab/km ²	679 km ²
Itapicuru	19.690 hab	13,06 hab/km ²	1.508 km ²
Rio Real	19.246 hab	27,18 hab/km ²	708 km ²

Mas não se trata; aqui, pura e simplesmente, de defender um pleito mais do que sesquicentenário de Sergipe, senão de demonstrar, também, que ele se harmoniza com as premissas do desenvolvimento nacional integrado.

Assim é que a Bahia, numa área de quase seiscentos mil quilômetros quadrados e menos de dez milhões de habitantes, apresenta uma densidade populacional de cerca de dezessete habitantes por quilômetro quadrado; enquanto Sergipe, com menos de vinte e dois mil quilômetros quadrados, apresenta uma densidade demográfica de cerca de cinqüenta e dois habitantes por quilômetro quadrado.

Na área discutida, de quase três mil quilômetros quadrados, em três Municípios, Jandaíra, Itapicuru e Rio Real, vivem cerca de quarenta e cinco mil habitantes.

Fisicamente, Sergipe tem condições para integrar os Municípios de Jandaíra, Itapicuru e Rio Real, com cerca de quarenta e seis mil habitantes e menos de três mil quilômetros quadrados.

A densidade dessa área é de cerca de quinze habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a de Sergipe é de cerca de cinqüenta e dois habi-

tantes é a da Bahia de pouco mais de dezessete habitantes por quilômetro quadrado.

Está claramente demonstrado que a grande latitude da Bahia prejudicou seu crescimento demográfico, em algumas regiões, como na área reclamada, com repercussão, também, no desenvolvimento econômico.

Recuperadas as fronteiras históricas de Sergipe com a Bahia, os três Municípios citados teriam, em breve tempo, um novo impulso econômico, aproximando-se do crescimento demográfico de Sergipe, que cuida de apenas setenta e quatro, enquanto a Bahia detém nada menos de trezentos e trinta e seis Municípios.

Caiando se fala em redivisão territorial do Brasil, pensa-se, justamente, em reduzir a larga extensão de alguns Estados, como os da Amazônia, do Centro-Oeste e, no Centro Leste, o da Bahia.

Busca-se, apenas, restabelecer os limites históricos de Sergipe, com proveito econômico para a região a ser reintegrada em sua unidade territorial.

Não é uma reivindicação recente, mas uma causa com fundo assentamento histórico, uma reclamação que tem quase dois séculos, sempre

reiterada e nunca esquecida, como demonstramos, com o testemunho da História.

Essa questão jamais seria resolvida pelos tribunais, nem teria cabimento na legislação ordinária – proibida de interferir na autonomia dos Estados – sendo, portanto, impossível solucioná-la mediante arbitragem.

O caminho único, para dirimir, definitivamente, a questão, está na via constitucional, no capítulo das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo qual também se expressa o órgão supremo da soberania nacional, sobrencorso a qualquer outra autonomia.

Assim sendo, Senhor Presidente, Senhores Constituintes, estes são os fundamentos históricos e jurídicos em que nos apoiamos para, em nome do povo sergipano, reclamar a reintegração ao território de nosso Estado, da área referida ao longo desta proposição.

Se não bastassem outros argumentos e as manifestações valiosas que acabamos de mencionar, cumpriria lembrar que a primeira Constituição do Estado de Sergipe, promulgada em 18 de maio de 1892, portanto há quase um século, assim estabelecia em seu art 2º:

"Seu território (do Estado de Sergipe) compreende não só o que se achava sob a jurisdição da antiga Província de Sergipe, como ainda o que, embora alheio à sua jurisdição, todavia lhe pertencia por direito."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB

– SP. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A imprensa divulgou declarações do Presidente e do Relator da Comissão de Sistematização, segundo os quais somente um milagre salvaria o texto devidamente sistematizado, como proposta inicial, para a elaboração da Carta Magna.

O que nós, os constituintes; fizemos, num trabalho de dois meses, desde as subcomissões temáticas, foi procurar um monólito jurídico, significativo das aspirações nacionais, entregando o melhor mármore encontrado para que aquela comissão, constituída de insignes juristas, nela entalhasse o monumento institucional que deve ser a nossa futura Constituição.

A própria divisão do trabalho, em subcomissões, com temas genéricos, fez com que o mesmo assunto fosse tratado em três ou quatro delas, resultando, depois de expungido o texto pela Comissão de Sistematização, um documento de 501 artigos.

Mas não há por que admirar essa latitudine.

A Comissão dos Cinquenta, comandada por Afonso Arinos, trabalhando sem o guante dos **lobbies**, produziu um texto de quatrocentos e setenta artigos, contadas as Disposições Constitucionais Transitórias, separadamente numeradas, como na Constituição de 1946.

Houve, assim, um acréscimo de pouco mais de dez por cento, sendo fácil reduzir o texto atual a uma dimensão menor que aquele elaborado sob a supervisão do ilustre Senador e emérito constitucionalista.

Já tomamos conhecimento do trabalho de um assessor que, conservando a intenção dos quinhentos e um mandamentos, conseguiu reduzi-los a menos de quatrocentos e cinqüenta, mes-

mo sem expungir do texto todos os dispositivos que poderiam ser deferidos à legislação ordinária.

O texto não poderá ser menos extenso, uma vez que os parlamentares constituintes quiseram inserir nele toda uma ampla ideologia sobre a ecologia, os novos tipos de ação popular, a criação de magistraturas especializadas para variados assuntos, a instituição do parlamentarismo, com novos órgãos, a justiça agrária, mais ampla disciplina da Defensoria Pública, o regime de utilização do solo urbano, normas sobre a ciência, a tecnologia, o meio ambiente, o idoso e o índio.

Ontem, a Comissão de Sistematização entregou definitivamente, ao Plenário, servindo-se do diamante bruto que lhe foi entregue, a mais rica gema de que se orgulhará a democracia brasileira.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES.

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, impede-se que as instituições de previdência fechada, sem fins lucrativos, que oferecem uma segurança complementar à Previdência Social, continuem a existir. Contra este dispositivo (art. 360) insurgem-se diversos segmentos da sociedade, dentre eles o IBGE e seus funcionários, que contam com a Sociedade Ibegeana de Assistência e Seguridade – SIAS.

Trata-se de sociedade fechada, limitada aos empregados do IBGE, sem fins lucrativos, e que, recebendo maior contribuição de quem ganha mais e menor contribuição daqueles menos dotados, beneficiará, na inatividade, todos os contribuintes. Cerca de 11.000 contribuintes diretos permitem a extensão dos benefícios a cerca de 30.000 assistidos.

Indiscutíveis propósitos sociais justificam a previdência privada **sem fins lucrativos**, de caráter complementar, distinta da Previdência Social apenas pelos aspectos formais decorrentes da posição de cada uma, pois o pensamento doutrinário, fundado nos ideais sociais e na preocupação de poupar para prover a sobrevivência, a invalidez e a velhice, está igual e uniformemente sistematizado na unidade do direito previdenciário brasileiro.

Não é demais lembrar-se, Sr. Presidente, que na manutenção da Previdência Complementar Privada, hoje já com mais de seis milhões de trabalhadores e dependentes associados, não é equitativo limitá-la, apenas e tão-somente, de forma diferencial para aqueles ligados ao setor público. O Estado e suas empresas possuem a mesma necessidade de retenção de mão-de-obra especializada que o setor privado, o que justifica a flexibilidade na concessão de benefícios.

Poderiam ainda ser alinhadas inúmeras outras razões para a defesa da manutenção das entidades de previdência privada. A contribuição, facultativa faz com que o próprio particular se defende contra as injustiças e limitações da previdência oficial, sempre deficiente e sempre atrasada em relação aos reclamos dos segurados.

Estou certo, Srs. Constituintes, de que este Plenário – bem como a própria Comissão de Sistematização, ao apreciar o tema – será sensível às argumentações trazidas e permitirá que as entidades de previdência privada, sem fins lucrativos, continuem a ter existência legal no País e possam

realizar os amplos benefícios sociais a que se propõem. Este é um anseio nacional de todos os que a ela já se filiaram e que pretendem continuar tendo essa opção de uma assistência suplementar, custeada com recursos próprios, que a experiência brasileira já demonstrou ser perfeitamente viável.

Nesse sentido, Sr. Presidente, estou encaminhando à consideração da Assembléa Nacional Constituinte uma emenda, de plenário, suprimindo o indigitado art. 360 do Projeto de Constituição.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

As constantes alterações da política econômica, ao invés de servirem de dique para conter a vertiginosa e persistente elevação dos índices inflacionários, terminaram levando o setor a desaguar no caudaloso e aterrorizante rio da recessão e do desemprego, gerando uma crise sócio-económica que se agrava a cada dia.

Tal crise está muito bem caracterizada à luz de vários indicadores econômicos, refletida principalmente na queda do consumo e da produção.

Os sinais do desaparecimento da economia estão visíveis, sobretudo, no acúmulo de mercadorias nos depósitos das indústrias. A brutal erosão dos salários, juntamente com a pesada carga tributária que pesa sobre os assalariados, aliada ao crescente número de desempregados, resultou no desaparecimento dos consumidores e na interrupção da produção.

Bastante desalentadores são os dados divulgados, diariamente, por todos os órgãos da imprensa. No **Jornal do Brasil** de 9 de julho, lia-se que a queda de 30% nas vendas provocara a demissão de 900 mil empregados no comércio. De acordo com o Presidente da Confederação Nacional dos Diretores Lojistas, Milton Reis, esse número representa 15% dos seis milhões de empregos produzidos por 1 milhão e 500 mil lojistas em todo o País. Responsável por 41% da arrecadação do ICM, o setor queixa-se – e não sem motivo – de estar vivendo a "tortura da insegurança". Somente no Rio, a queda da receita geral apresentou, em junho, um decréscimo real de 42.2%.

A **Tribuna da Imprensa**, também do dia 9, comentava que, se até agosto o mercado de veículos novos não melhorasse, a indústria automobilística e a de autopeças, que, juntas, empregam cerca de 430 mil pessoas, não teriam como evitar novas demissões, já tendo dispensado em torno de 17 mil operários até o início deste mês.

O próprio Ministério do Trabalho informou, segundo o **Jornal de Brasília** do dia 9, que o número de demissões no Nordeste, de janeiro a maio deste ano, foi de 23.181, tendo sido mais atingidos os setores da indústria de transformação, da construção civil, da agricultura e do extrativismo.

A fábrica Sharp, em Manaus, já demitiu boa parte dos seus operários, enquanto treze grandes indústrias eletrônicas da Zona Franca, da Gradiente à Telefunken, a exemplo das montadoras de veículos, paralisaram suas atividades por 30 dias.

O consumo de combustíveis, em junho, apresentou sensível queda em todo o País, sendo a

mais acentuada a da gasolina, que chegou a 20%, comparada ao mês anterior. O pior, contudo, é a redução do consumo de alimentos pelas camadas de menor poder aquisitivo. Segundo a ex-delegada regional da Sunab, em São Paulo, Marilena Lazzarini, "com as perdas salariais acumuladas e o aumento no nível de desemprego, o trabalhador viu-se forçado a cortar alguns gastos. Como transporte e habitação são despesas obrigatórias, o corte está sendo feito na alimentação".

Nobres colegas, a julgar pelo que aí vemos, os contornos da crise estão claramente delineados. Sua gravidade também. As consequências, nem é bom pensar...

Urge, pois, que o Governo federal mobilize todas as suas forças em busca de soluções com vistas a coibir essa situação inquietante e ameaçadora. E que tais soluções não venham através de decretos, como o ora promulgado, o qual, a pretexto de dificultar as demissões, não passa de mais uma medida casuística, prejudicial às empresas e totalmente inócuas para os trabalhadores.

Há, sim, que restabelecer a confiança dos empresários nas autoridades e em sua capacidade de gerir a crise; há que reativar a economia, através de regras claras que incentivem novos investimentos, a fim de que, aos trabalhadores, seja assegurado e elementar direito ao trabalho e à sobrevivência.

De outra forma, a persistir o atual quadro, veremos instalado o caos e a anarquia, assistindo à repetição dos expressivos movimentos de revolta popular que já se vêm sucedendo em diversas partes do País, e que nenhum benefício trazem à Nação, somente àqueles que querem se projetar mediante situações como esta. E para não se abrir um precedente a estes provocadores, sugiro que o Governo, através dos Ministérios do Trabalho e da Fazenda, elabore um plano que ponha fim ao desemprego em massa, que está amedrontando e assustando a todos, especialmente aos chefes de família.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. WALDEC ORNÉLAS (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Cidade de Salvador vive, neste momento, uma situação singular: é a maior cidade brasileira sem sistema de transporte de massa, mas a comunidade não pode aceitar, em nenhuma hipótese, o pretenso projeto de "bondes modernos" que a Prefeitura, de forma autoritária e autocrática, pretende lhe impor.

Uma manifestação clara deste estado de coisas está registrada nos jornais locais de ontem, quando, simultaneamente com a assinatura do contato de obras civis, as entidades representativas das classes profissionais mais diretamente ligadas à questão urbana, entre elas o Instituto dos Arquitetos, o Sindicato dos Arquitetos, o CREA, a Associação dos Geógrafos, e outras, ingressaram com uma ação popular contra o início das obras.

Pessoalmente, já manifestei, através da imprensa, a minha inquietação com tal projeto, que apresenta pelo menos dois aspectos críticos:

1. A proposta não atende às necessidades da Cidade de Salvador e muito menos de sua região metropolitana. Não se pode aceitar, num caso

destes, uma proposta que não tenha amplitude metropolitana e que não tenha horizonte de longo prazo.

A solução que a Prefeitura de Salvador quer impor à população compromete o futuro da cidade, porque, ao promover tais investimentos, adia a solução definitiva por pelo menos mais duas décadas.

Corremos o risco de ver repetida a estória do "anel ferroviário", que terminou levando a investimentos federais no trecho Calçada – Paripe, com uma participação marginal no sistema de transportes de passageiros, mas que, até hoje, serve de biombo para o adiamento de investimentos inadiáveis.

2. A Prefeitura não tem capacidade financeira, nem de endividamento, para bancar projeto deste porte, nem mesmo este, capenga, ineficaz, insuficiente.

Não foi para permitir devaneios e aleivosias deste tipo que o Congresso Nacional, faz pouco, aprovou o projeto de rolagem da dívida dos Estados e Municípios. O Ministério da Fazenda tem que estar atento a esta questão, e não permitir que possam se concretizar atos desta natureza. O BNDES, a Caixa Econômica e a EBTU, freqüentemente citados pelo Prefeito de Salvador como financiadores e estimuladores da proposta, têm que considerar suas parcelas de responsabilidade, não apenas do ponto de vista financeiro, mas também, e sobretudo, porque suas decisões podem comprometer, através da viabilização de um sistema de transporte inadequado, o futuro da Cidade de Salvador.

Para se ter uma idéia de quanto é confuso o quadro, basta dizer que, enquanto negocia a compra de tecnologia francesa para o fornecimento dos equipamentos, acenando com a parcela de recursos destinada à região metropolitana de Salvador, no âmbito do Projeto BIRD-IV da EBTU, a Prefeitura apresenta ao BNDES uma proposta para utilização de ônibus do tipo **padron** em via exclusiva, e diz à opinião pública que estará implantando o sistema de transporte de massa que a cidade tanto reclama, num prazo recorde e artificial, que milagrosamente coincide com a data das eleições do sucessor do Sr. Mário Kertesz.

Agiram bem, e agiram corretamente, as entidades profissionais da Bahia, ao impetrarem a ação popular, porque a realização da concorrência, feita, como se vê, sem sequer a definição de um projeto básico, visa tão-somente pôr a população e a cidade diante de um fato consumado, a partir do qual estariam gerados direitos e deveres, em prejuízo das futuras administrações municipais de Salvador.

Sr. Presidente, Sr^{as}, Srs. Constituintes, eu não traria a esta tribuna assunto que não fosse de natureza constitucional.

A experiência brasileira mostra que somente a União reúne as condições necessárias para a implantação de sistemas de transporte de massa no País. Há várias vantagens, em assim sendo: a política tarifária é uma delas, a tecnológica outra não desprezível, a capacidade financeira também, que não será satisfeita sequer pelos novos recursos que a Constituinte há de atribuir aos Estados e Municípios. Finalmente, a própria estrutura administrativa já existente, através da CBTU, promovendo, implantando e operando vários sistemas metropolitanos.

Apresentei, por isto mesmo, logo no início dos trabalhos da Constituinte, sugestão que veio a ser aceita, sob a forma de emenda, pela Subcomissão da União, atribuindo ao Governo federal a competência e a responsabilidade de explorar diretamente, ou mediante concessão, permissão ou autorização, os serviços de transporte coletivo de alta capacidade, que estou agora reapresentando como emenda ao projeto de Constituição.

Estou certo, convencido e convicto de que norma desta natureza é muito mais importante e significativa para o povo brasileiro, em particular para o número crescente daqueles que habitam nas nossas metrópoles, do que a aprovação prévia pelo Congresso Nacional da concessão de linhas de transporte interestadual de passageiros em rodovias federais (art. 100, XVI), o que pode fazer com que o Congresso Nacional tenha que desviar-se dos seus altos objetivos e responsabilidades, para cuidar de assuntos tão locais quanto uma linha urbana de passageiros entre Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), por serem separadas apenas por uma ponte rodoviária, mas de jurisdição federal.

Ainda não perdi a confiança no bom senso desta Assembléa Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. GANDI JAMIL (PFL – MS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Criado no mesmo dia, mês e ano em que o foi também o Município de Deodápolis, só que por leis diferentes, o Município de Aral Moreira, da Microrregião de Campos de Vacaria e Mata de Dourados (MRH 344) foi desmembrado do de Ponta Porã pela Lei nº 3.686, de 13 de maio de 1976 e, portanto, comemorou no mês próximo passado o décimo primeiro aniversário de sua máxima data cívica.

Distante da Capital sul-mato-grossense 359 km, Aral Moreira tem área total de 1.851 km² e população de cerca de 12 mil habitantes, cuja maioria absoluta mora no campo. A densidade demográfica na área é de 5,46 hab/km² e a taxa de urbanização de 22,82%.

Composta administrativamente de um só Distrito, o da Sede, Aral Moreira repousa sua economia sobre a agricultura e a pecuária, produzindo regularmente arroz, feijão, milho, soja e trigo e contando com um efetivo pecuário de 77 mil cabeças. Cerca de um terço da população dessa próspera comunidade sul-mato-grossense, Sr. Presidente, é de migrantes, com predominância daqueles provenientes do Estado do Paraná.

Dotado de um centro de saúde e de um hospital com capacidade para oito leitos, 20 escolas de 1º e de 2º graus, com 33 salas de aula (a maioria na zona rural), posto de serviços telefônicos e agência postal, Aral Moreira tem comércio ativo com cerca de 70 estabelecimentos (a maioria absoluta de varejo), 17 estabelecimentos industriais e dois de serviços.

Ao registrar estes ligeiros e incompletos dados estatísticos, desejo congratular-me com o povo e as autoridades de Aral Moreira pela passagem do décimo primeiro aniversário de criação do município, augurando a essa pujante comunidade desenvolvimento cada vez maior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. EDUARDO JORGE (PT - SP).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Mais e mais a população brasileira passa por um processo acelerado de urbanização. Neste processo o espírito predatório de capitalismo tem se manifestado da forma mais cruel. Moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, transporte, planejamento urbano, enfim, são conceitos ignorados neste deslocamento dirigido de enormes contingentes de populações rurais para periferias das grandes cidades.

O povo brasileiro, ao lado das lutas por trabalho e salário, vem num crescendo se organizando por melhores condições de vida e moradia. Às vezes são movimentos explosivos e espontâneos, como vemos nos quebra-quebras contra as péssimas condições de transportes, saques contra a fome e ocupações de terrenos ociosos guardados por especuladores inescrupulosos, que lucram com os investimentos públicos nas cidades.

Outras vezes são movimentos já mais madurecidos e organizados que combinam pressão de massa com a formulação de propostas concretas de ação governamental para solucionar os seus problemas.

É o caso do movimento para reforma urbana que, no dia 13/07/87, realizou um ato na Faculdade de Direito da USP.

É o caso também dos Movimentos dos Sem Terra da Região da Zona Leste de São Paulo e o Movimento de Urbanização de Favelas da Região de São Miguel – São Paulo.

Estes movimentos, que se deslocaram através de representantes até Brasília, para contatos com o Ministro do Planejamento, Ministro de Desenvolvimento Urbano e Caixa Econômica Federal, estão divulgando documento que, pela sua importância no entendimento das atuais lutas urbanas, passo a ler:

São Paulo, 13 de julho de 1987

Ilmo. Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal

Referência: Documento do Movimento dos Sem Terra da Região da Zona Leste da Cidade de São Paulo.

O Movimento dos Sem Terra da Região da Zona Leste teve início em maio de 1984, cadastrando 6.000 famílias com renda de 0 a 5 salários mínimos, que não agüentavam mais o alto custo do aluguel, e, enfrentando diariamente centenas de ações de despejo.

Atualmente, com o aumento de 1.000% do aluguel e baixo poder aquisitivo do salário, que não supre as necessidades de moradia, transporte, alimentação, saúde, educação, etc, o Movimento conta com o número de 60.000 famílias cadastradas que lutam para solucionar o problema de terra e moradia. Diante desta realidade, a tendência é de aumentar ainda mais este número.

A Zona Leste da cidade de São Paulo é o terceiro núcleo habitacional do País, onde estão 10% da população do Estado.

Esta zona periférica é formada de trabalhadores migrantes que vivem numa situação de tremenda miséria e abandono.

Na Zona Leste da cidade de São Paulo, 60% das terras estão vazias, são terras ociosas cujo

único objetivo é a especulação imobiliária. Grande parte destas terras pertencem à União e ao Estado, e estão nas mãos de grileiros. Já tivemos morte na Região, por causa da ação dos grileiros e dos poderosos que "esquentam os documentos".

Devido à grande carência de habitação na Região e ao alto custo do aluguel, após o descongelamento oficial do dia 28 de fevereiro de 1987, cerca de 42.000 famílias ocuparam as terras ociosas na região.

O Governo do estado está encaminhando solução para apenas 17.000 famílias, num processo lento e moroso, o que não soluciona o problema global de moradia, que hoje é gritante na Zona Leste.

O Governo Municipal tem se colocado à margem do problema da Zona Leste, não apresentando, até o momento, nenhum projeto para habitação popular, impossibilitando, inclusive, qualquer diálogo com o movimento para possíveis negociações e alternativas conjuntas de solução.

No dia 23/03/87, em audiência com o Governador Orestes Queríca, no Palácio dos Bandeirantes, foi acertado o cadastramento de todas as famílias do movimento.

Este cadastramento já foi feito em parte, atingindo 32.800 famílias, sendo que o Governo Estadual apresenta solução para apenas 17.000 famílias.

A região tem sido marcada pela ação violenta da polícia, que queimou barracos, espancou e prendeu mulheres, crianças e trabalhadores. Uma pessoa chegou a ser mordida por um cão da Polícia Militar.

A Guarda Municipal do prefeito foi a mais violenta nas ações de desalojamento das famílias, chegando a assassinar, com uma bala na cabeça, o pedreiro Adão Manoel da Silva, que ocupava um terreno com sua família.

O Sr. Presidente da República, prometeu, em dezembro de 1986 – 1.700.000 casas.

O Ministro do Desenvolvimento Urbano prometeu 168.000 casas.

O Ministro da Fazenda prometeu 250.000 casas.

O Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal prometeu 300.000 casas.

O Ministro do Planejamento prometeu 500.000 casas.

Diante de tantas promessas, quase nada tem sido feito na Zona Leste.

Nós esperamos do Sr. Presidente da Caixa Econômica solução imediata para as 60.000 famílias cadastradas pelo Movimento. Nós queremos construir nossas casas em mutirão, o que significa 40% a menos no preço das casas.

Queremos que as prestações sejam de acordo com o nosso salário. Chega de tanta exploração!

Queremos que a terra e moradia sejam, com urgência, negociadas com as famílias cadastradas no movimento, pois não dá mais para agüentar a situação de miséria em que vivemos.

De todo o dinheiro do BNH, durante 22 anos, apenas 8% foram aplicados para a construção de casas para famílias de até 5 salários mínimos. E os 92% do dinheiro do trabalhador foram para a classe mais rica da população.

Na Região, foi feito um levantamento pelo Movimento onde constatamos 338 áreas vazias e ocio-

sas, que poderão ser compradas ou desapropriadas pelo Governo para o povo trabalhador de baixa renda.

Diante do exposto:

Queremos que o Senhor Presidente encaminhe uma solução para as famílias do movimento, destinando verbas para a compra de terra e material para a construção, em mutirão, das casas. Que a verba seja destinada às famílias do movimento, sem intermediários e que seja a juros baixos, para que as famílias tenham condições de pagamento.

Queremos deixar marcada, com o Sr. Presidente, uma audiência com representantes de famílias da Zona Leste, que virão de São Paulo, para encaminhamento das negociações já referidas. Sugermos que a audiência seja no dia 17-8-87.

Desde já, convidamos o Senhor Presidente para uma visita à Zona Leste, no início da construção das casas.

Terminando, pedimos ao Excelentíssimo Senhor Presidente atenção especial para o problema de habitação da Zona Leste de São Paulo.

Movimento dos Sem-Terra da Zona Leste – SP

Movimento de Urbanização de Favelas da Área de São Miguel – São Paulo.

Exmº Sr.

Deputado Eduardo Jorge,

Estamos hoje aqui para reivindicarmos o mínimo de direitos que todo cidadão tem, que é ter uma moradia digna.

Somos o 3º maior núcleo populacional do País, todavia vivemos em precárias condições habitacionais, pois de cada 100 pessoas 15 são faveladas; só nos últimos 10 anos a população favelada cresceu 446%. Sabemos que esta situação tende a piorar devido à migração constante e ao alto custo dos alugueis, que tem gerado uma explosão de despejos em todo País. Temos consciência que essa realidade é fruto da completa inexistência da política habitacional e agrária dos últimos 20 anos de regime militar, por isso estamos esperançosos e dispostos a colaborar com a Nova República para concretizarmos as promessas que nos foram feitas, como a construção de 1.700.000 moradias para a população de baixa renda, embora saibamos que estas não sanarão o problema, pois temos um déficit habitacional de 10.000.000 de moradias (documento ONU – 1987).

Somos contra o projeto de desfavelamento, aprovado por dérroga de prazo, que está sendo imposto pelo Prefeito Jânio Quadros, que favorece, mais uma vez, os interesses de uma minoria, empresários, empreiteiras e especuladores, em detrimento de um povo que é marginalizado.

Não somos a favor da existência eterna das favelas, mas exigimos o nosso direito de discutir o destino de nossas famílias e de nossas vidas. Por isto nas favelas que se encontram em áreas que não oferecem risco de vida aos moradores, nós reivindicamos, urgentemente, projetos de melhoria e de urbanização. Foi anunciado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no dia 7-2-87, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", um projeto de humanização de favelas, destinado a atender 12.000.000 de favelados, em suas necessidades básicas, no qual investirá Cr\$ 5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzados).

Reivindicamos, então, que o Governo utilize a iniciativa das próprias populações, através dos movimentos organizados de favelas, para executar este novo programa.

Justificamos que nosso movimento, com mais de 2 anos de trabalho, não conseguiu ser atendido nem pelo estado nem pelo município.

Solicitamos de V. Ex.^a uma intervenção e apoio, para que possamos ser atendidos nos órgãos públicos.

Assim, diante do exposto, passamos a relacionar as reivindicações prioritárias dos moradores de favelas do movimento:

- permanência e posse nas respectivas áreas em que habitam os favelados; material de construção com o objetivo de urbanizar as favelas, para as famílias que vão continuar no local;

- canalização de córregos e esgoto (abertura de ruas...);

- integração do movimento nos projetos do Governo Federal, Estadual e Municipal (dentro desta reivindicação, solicitamos correspondência do Governo Federal em tudo que se refere às favelas);

- compra de áreas (para os casos em risco de vida);

- desratização.

Anexo abaixo-assinado e carta dos participantes do movimento.

Atenciosamente, Movimento de Urbanização de Favelas São Miguel.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem!)

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta Assembléia Constituinte vem de ser ferida em sua soberania e independência por um representante de Estado estrangeiro.

Quero manifestar o meu repúdio ao ofício que me foi endereçado pelo Embaixador de Israel Itzhak Sarfaty, no qual aquele diplomata sem maneiras pretende orientar o comportamento deste Constituinte, no episódio que envolve a prisão da brasileira Lamia Maruf Hassan.

O mesmo expediente foi encaminhado aos 244 parlamentares subscritores de abaixo-assinado entregue recentemente ao Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré.

Certamente o Sr. Embaixador, fiel à política de repressão exercida por seu governo, não tenha ainda assimilado a linguagem adequada ao relacionamento com cidadãos de outros países, notadamente quando exercem mandato eletivo, formando um Poder independente e soberano.

Esta Casa, Sr. Presidente, precisa desaggravar a ofensa de forma mais alta possível, fazendo chegar o seu protesto até ao Governo de Telaviv, através da nossa chancelaria.

É preciso que precedentes como este não se repitam, sob pena de sofrermos, no suturo, novas e vexatórias tentativas de diminuição do Poder Legislativo.

Ademais, a agressiva conduta do Embaixador de Israel também atinge o próprio Brasil, neste instante histórico reunido em forma de Assembléia Nacional Constituinte.

Era que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. MENDES BOTELHO (PTB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos muito confiantes de que, a partir da promulgação da nova Constituição, o País vai ter um novo modelo educacional que realmente privilegie as camadas mais carentes da população. É impossível continuarmos a manter um sistema centralista e ineficiente que tem gerado uma triste estatística: quase nove milhões de crianças, de sete aos 14 anos, sem escolas, mais de oito milhões, dos 14 aos 25, fora do 2º grau e mais de 30 milhões de analfabetos.

Somos daqueles que acreditam que o processo de evolução de um povo faz-se vagarosamente, pacientemente. É preciso um trabalho progressivo, que a Educação realiza com eficiência. Mudar as estruturas violentamente sem um processo de transformação da consciência comunitária é quase sempre danoso, porque inverte a escalada à que toda sociedade humana está sujeita. Acreditamos na educação, acreditamos na sua força como principal mola propulsora do progresso de um povo e não entendemos por que se dá tão pouco valor a ela em nosso País.

Baseados nesta crença é que estamos concitando todos os Constituintes para que nos debrucemos nas causas da ineficiência do nosso sistema educacional. Acreditamos que as conclusões não se farão tardar: é o modelo concentrador e centralista que está errado e precisa ser reformulado.

A partir desta conclusão a que já cheguei, estou apresentando proposta à Assembléia Nacional Constituinte para que se reformule o sistema educacional com dois princípios básicos: 1) municipalização do ensino que atualmente compreende o primeiro grau; e segundo aspecto, ampliação da obrigatoriedade da educação a partir dos cinco anos de idade, a par de um trabalho integrado dos Ministérios da Educação, Saúde e Previdência Social no atendimento à criança desde menor de cinco anos, inclusive à mãe gestante.

A municipalização do ensino fará com que o município organize o ensino em bases locais, atendendo ao interesse regional. Um País tão grande e tão diversificado não pode continuar tendo a educação decidida de cima para baixo, do Ministério para os municípios. Por culpa do modelo concentrador dos governos militares, aceitamos esta situação até agora, mas acreditamos que a Constituinte, a par de uma reforma tributária séria, vai reverter essa situação, dando ao município condições de sobrevivência de atendimento a seu peculiar interesse.

A nossa proposta aumenta ainda a obrigatoriedade do ensino, que começa a partir dos cinco anos. É um interesse já demonstrado pela comunidade. O pré-escolar, hoje, está sendo um privilégio das classes mais favorecidas. E o Governo precisa dar condições ao trabalhador de acesso a esse benefício. É bem verdade que a nossa proposta pretende que o processo educacional comece mais cedo, desde a informação da futura mamãe, da assistência à gestante, um programa de esclarecimento alimentar e de ajuda ao trabalhador para sustentar seus filhos, até à construção de creches e escolas para excepcionais.

É o sentido da proposta que estamos encaminhando à Mesa, numa grande esperança de que,

à partir da Constituição, a educação passe a ser coisa séria neste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Mendes Botelho o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o Sr. Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo registrar nos Anais de nossos trabalhos, a realização, na cidade de Castanhal, Estado do Pará, do encontro que tem a participação da Federação das Associações Comerciais e Rurais, Federação da Indústria, Sindicato da Pesca Industrial, Associação da Indústria de Madeiras e Laminados e Empresas de Minerações, todas essas entidades com atividades no meu Estado, para analisarem e debaterem os problemas ligados ao desenvolvimento sócio-econômico, na região, e trazerem o resultado desse grande evento democrático aos Srs. Constituintes, pedindo-lhes que lutem por inseri-los e defendê-los no texto da nova Carta fundamental.

Trata-se de um exemplo revelador do interesse participativo das classes produtoras nos trabalhos desenvolvidos pela Assembléia Nacional Constituinte, e que por isso mesmo está merecendo o destaque da nossa atenção. Não podemos prescindir da colaboração de grupos ou entidades no setor privado, que nos tragam subsídios coerentes com a realidade dos problemas que enfrentamos. Tal iniciativa contribui para elucidar o verdadeiro papel do setor produtivo nacional em relação ao relevante desempenho que empresta com a sua efetiva participação no campo sócio-econômico, rompendo muitas vezes as barreiras da incompreensão estatal, que não o visualiza pela ótica do esforço que despende em prol do nosso desenvolvimento integrado abrindo as portas do mercado de trabalho para acolher a mão-de-obra em qualquer das suas características, de modo a evitar a queda do País no abismo da recessão.

O Estado do Pará, Sr. Presidente, em nenhum momento foi deficitário na relação comercial importação-exportação. Nossa saldo anual, apresenta índices substanciais que chegam a surpreender o próprio Governo Federal, não apenas nos seus quantitativos em dólares, mas porque nada nos retribui em toca dos fantásticos mananciais de matérias-primas que extrai do nosso subsolo, deixando-nos como legado apenas as imensas e profundas crateras, símbolos vivos de uma política de solapamento, que a história paraense jamais haverá de perdoar.

Honra-me, portanto, fazer este registro, sobretudo porque, no seu despretensioso conteúdo, fica também a certeza do apreço e do respeito do empresariado do Pará, ao exaustivo e patriótico trabalho que mui de-

envolve a Assembléia Nacional Constituinte, visando adotar o Brasil de uma Constituição à altura dos anseios de todos os brasileiros.

Era o que tínhamos a dizer.
(Muito bem!)

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes:

Em 29 de maio passado, a Delegacia Regional da CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em Campinas, prestou justíssima homenagem a Renato Marcos Vomero Funari, um dos mais conhecidos e respeitados empresários daquela cidade, concedendo-lhe o merecido título de Empresário do Ano.

Ao invés, porém, da esperável alegria, normal em tal circunstância, amargava o idealista industrial o desgosto e a humilhação de receber o cobiçado título na triste condição de empresário concordatário.

Incansável empreendedor, acreditando na capacidade do povo e no futuro do País, fundou, há 55 anos, o IQC – Instituto Químico de Campinas. Construído a custo de muito esforço e pertinácia, o IQC, por sua grandeza e seriedade, terminou por se transformar no orgulho da indústria farmacêutica de São Paulo e do País.

O espírito nacionalista e a grande honradez que o caracterizam fizeram com que o digno empresário resistisse aos constantes assédios das multinacionais, ansiosas por comprar-lhe o laboratório, assim como possibilitaram-lhe sobreviver às permanentes oscilações da nossa economia, tornando o IQC uma das únicas cinco empresas de capital nacional entre os 50 maiores laboratórios que dominam 81% do mercado.

As esperanças geradas pelo Plano Cruzado levaram-no a crer ter chegado o momento de ampliar o seu negócio, com vistas a reduzir a dependência da influência externa, assim coroando os esforços de tantos anos de luta.

Aplicando recursos superiores a 20 milhões de dólares, deu início à construção de um laboratório destinado à produção de fármacos – matéria-prima para medicamentos –, que transformaria o IQC numa das primeiras empresas do Brasil a produzir, em escala industrial, os insumos necessários à fabricação de medicamentos atualmente dependentes de tecnologia das multinacionais, ou importados da Europa, a custos de cerca de um milhão de dólares.

A própria empresa desenvolveu o know-how necessário, em conjunto com a CODETEC (Companhia de Desenvolvimento Tecnológico) e apoio de órgãos governamentais da Unicamp, estando previsto o início das atividades para o próximo ano.

Numa primeira etapa, esse laboratório iria oferecer ao mercado 25 matérias-primas para a produção de antianêmicos, de remédios para tratamento do alcoolismo e da obesidade, agentes conservantes de outros medicamentos, além de insumos para a preparação de anestésicos, antialérgicos e diuréticos.

Mas, não possuía o empresário uma bola de cristal onde pudesse prever as consequências dos delírios de um Ministro que levou o Governo a

implantar um plano econômico sem a preocupação de aplicar, no momento certo, uma política financeira consistente, a fim de promover o equilíbrio exigido pela economia.

Sem condições para honrar seus compromissos quando os juros atingiram valores dez vezes superiores aos cobrados à época dos empréstimos levantados para o início das obras, viu-se o industrial obrigado a paralisar a montagem do laboratório – uma área de 52 m², na Via Anhangüera –, a reduzir seus quadros de 500 para 350 funcionários, a interromper o lançamento de novos produtos no mercado, e, finalmente, pressionado pelos credores, a pedir a concordata.

O drama por que passa Renato Funari é um espelho do que ocorre em todo o País, como resultado de uma política econômica inconsistente e, sobretudo, ainda mais grave: inconsequente.

Que sirva de alerta às autoridades econômicas para que sejam mais prudentes em suas decisões, a fim de evitar que outras empresas, como o IQC, terminem sossobrando, levando ao desespero pioneiros e idealistas como Renato Funari, e gerando o mais completo caos na economia brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes:

Afirmar que a língua que falamos no Brasil é outra que não a portuguesa é o mesmo que afirmar que os americanos não falam a inglesa. Todos sabemos o quanto os americanos se orgulham de falar a língua que lhes foi legada pelos seus colonizadores. "Língua brasileira" não existe no Brasil, mas portuguesa, porquanto uma é a lexeologia, um processo de formação vocabular, as mesmas flexões verbais, como as mesmas graduais, a numérica e a genérica, como idênticos os prefixos e os sufixos. Um povo pode mudar seu léxico e até a própria sintaxe, mas se guardar seus processos morfológicos, isto é, de flexão, de conjugação, de composição, de prefixação, de sufixação, sua língua não terá mudado.

Não é verdade, como chegam a afirmar derrotistas do nosso idioma, tenha tido Rui Barbosa simpatia à denominação "Língua brasileira", simpatia impossível em quem é intelectualmente bem formado e mentalmente equilibrado. Muito ao contrário, abominava o nosso grande luminar essa denominação, o que poderão mostrar estas passagens: "Língua brasileira" ou "dialeto brasileiro", surrão amplo, onde cabem à larga, desde que o inventaram para sossego dos que não sabem a sua língua, todas as escórias da preguiça, da ignorância e do mau gosto, rótulo que o grande escritor lusitano Alexandre Herculano tratara por um nome angolês: "língua bunda". Todas as mazelas e corruptelas do idioma cabem na indulgência plenária dessa designação, "língua brasileira", expressão de relaxação e de desprezo da gramática e do gosto.

O de que precisamos, pais e professores, é estudar nós mesmos a gramática, para depois estimular e melhorar a cultura lingüística de nossos filhos e alunos; oíçamos outra vez Rui: "Entre nós, bem ao contrário do que se passa na França, os melhores alunos transpõem os cursos secundários e

superiores sem o menor germe de estímulo do idioma pátrio. Sendo a língua o veículo das idéias, quando não for bebida na veia mais límpida, mais cristalina, mais estreme, não verterá estreme, cristalino, límpido o pensamento de quem o utiliza".

"Os meios de comunicação coletiva" – é um dos considerandos de um decreto peruano – "têm influência importante no processo educativo do indivíduo, da família e da comunidade e, portanto, devem oferecer a todas as pessoas a informação, a educação, a cultura e a recreação de forma que reafirmem sempre os valores do ser humano, usando linguagem correta e evitando detonar estruturas idiomáticas..."

Devemos, Sr. Presidente, dirimir esta dúvida, reafirmando nesta Casa, cuja voz atinge aos mais distantes rincões do território brasileiro, que a língua que falamos é a portuguesa, obviamente com a inserção de mais de oito mil palavras criadas por nós, brasileiros.

Não existe, ainda, a língua brasileira.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

A SR^a MOEMA SÃO THIAGO (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes:

A 19 de julho de 1952, o Presidente Vargas sancionava a Lei nº 1.649, criando o Banco do Nordeste do Brasil.

Há, portanto, exatamente 35 anos operava-se mudança substantiva na política do Governo Federal para a região mais pobre do País.

O BNB, como é conhecido, constitua, nessa nova visão dos problemas regionais, o mais importante instrumento das mudanças que se deveriam processar no maior bolsão de miséria do hemisfério ocidental.

Ao mesmo tempo banco comercial, banco de investimentos, órgãos de estudos, de pesquisas e planejamento, a instituição consistia, em última análise, numa verdadeira agência de desenvolvimento econômico e social.

A fim de realizar tão amplas, complexas e variadas funções, o BNB tinha como principal fonte de recursos, o denominado Fundo das Secas, isto é, 0,8% da receita tributária da União, resultado da regulamentação do artigo 198 da Carta Magna de 1946.

Quem acompanha de perto as ações e omissões do Governo Federal na região nordestina sabe muito bem dos muitos feitos desse Banco, nos mais diversos campos. É visível e palpável a sua contribuição para o combate à pobreza regional.

Foi, por exemplo, o BNB, através do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos, o Etene, que empreendeu os primeiros estudos sistemáticos e globais sobre a economia regional, nascendo deles inclusive a idéia e os próprios fundamentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene.

Foi também o BNB que financiou as primeiras obras de infra-estrutura básica voltada para a industrialização do Nordeste. E o porque industrial hoje instalado na região se deve, em larga medida, ao esforço conjugado do BNB com a Sudene.

Apesar de tudo, apesar dessa irretrógrada folha de serviços prestados, sem nunca ter seu nome associado a qualquer escândalo da República, o

BNH, da mesma forma que a região onde atua, é uma instituição discriminada, marginalizada pelos Governos tanto da velha como da que se diz Nova República.

Ao longo de sua rica história de 7 lustros, e sobretudo, no período dos governos discricionários, só tentaram esvaziar o Banco do Nordeste, retirando-lhe as fontes de recursos indispensáveis para o fiel desempenho das suas funções legais.

A começar com o Fundo das Secas, eliminado pela malfadada Carta da Junta Militar, até o momento atual, quando as retóricas presidenciais e ministeriais fazem mil promessas de recompor a estrutura financeira do BNB... e fica por isso mesmo.

Assistimos ao passeio de bilhões e bilhões de cruzados para cobrir desmandos e mais desmandos no sistema financeiro, no entanto, quando se trata de dotar de recursos uma instituição séria, acreditada, que não conhece em toda a sua trajetória nenhum desvio nas suas obrigações, aí, então, se nega praticamente tudo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao registrar, desta tribuna, o aniversário do Banco do Nordeste, quero solidarizar-me com os dirigentes e funcionários daquela casa de trabalho e respeito. Quero também, Srs. Constituintes, no ensejo em que elaboramos a nova Lei Fundamental desta Nação, pedir que reflitamos sobre a experiência recente de desenvolvimento regional, no sentido de reforçarmos aquelas instituições que, de fato, vêm cumprindo o papel para o qual foram criadas, como é, indiscutivelmente, o caso do Banco do Nordeste do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Meu dever de representante do povo do Território Federal do Amapá, na Assembléia Nacional Constituinte, foi cumprido com honra, na apresentação que fiz, de mais de 80 propostas, para inclusão na nova Carta Magna do País.

Procurei abordar, em profundidade, temas do mais alto interesse do território e do povo brasileiro como um todo, enfatizando saúde, educação, assistência à infância, idosos e deficientes, bem como o amparo aos irais carentes, o apoio aos agricultores e o atendimento às aspirações dos servidores públicos.

Entre os temas relativos aos territórios federais e pensando particularmente no Território Federal do Amapá, que represento, em primeiro lugar, preocupei-me em propor que essas unidades, muitas vezes esquecidas ou subestimadas, sejam incluídas na Federação, no mesmo nível dos Estados e do Distrito Federal, pois até hoje não tiveram este direito.

Outro direito de capital importância, sempre negado aos territórios, tem sido o de poderem ter símbolos próprios, como suas bandeiras e brasões de armas. Os que porventura existam, são meramente extra-oficiais e não reconhecidos no contexto da Federação. Para corrigir essa injustiça, que deprecia o civismo e a brasiliade do povo dos territórios, apresentei proposta à Assembléia Nacional Constituinte, concedendo-lhes esse direito constitucional.

Grave problema político, administrativo e institucional dos territórios tem sido a sua falta de autonomia, que os caracteriza como setores esdrúxulos da União. Nesse sentido, e sofrendo na pele o que ocorre no Território do Amapá, apresentei proposta para que a Constituinte conceda aos territórios o direito soberano e democrático de elegerem seus próprios governadores, extinguindo de vez com a tradição dos mandatários nomeados à revelia do povo.

Não basta aos territórios elegerem o seu próprio Governador. É preciso corrigir também as lacunas de sua representação política, até hoje constituída apenas de Vereadores e Deputados Federais. Minha proposta à Assembléia Nacional Constituinte é a de que a nova Constituição crie Assembléias Legislativas nos territórios, dando a seu povo legítimos representantes que respaldem e também fiscalizem a atuação do Poder Executivo Territorial.

Em termos de representação política para os territórios, o processo estaria ainda lamentavelmente truncado, se permanecesse a atual ausência de seus representantes no Senado Federal, que não possui, até hoje, uma cadeira sequer em nome dos territórios.

É preciso que sejam eleitos Senadores pelo povo dos territórios, complementando constitucionalmente a atuação dos Deputados Federais, concretizando assim, condignamente, a representação política, que é devida a todas as unidades da Federação.

Senhores Constituintes: desde o início de minha carreira política, como Vereador em Macapá, convivi com os angustiantes problemas que sufocam os municípios brasileiros.

A eles é cobrada autonomia administrativa e legislativa, mas lhes são negados direitos indiscutíveis. Fazendo minhas as afirmativas dos mais eminentes juristas brasileiros especializados em direito municipal, apresentei proposta que coloca o município na posição merecida de Unidade da Federação, ombreando com os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, no mesmo nível.

Não há como continuar ignorando o verdadeiro absurdo que ocorre nos municípios brasileiros produtores de riquezas minerais. O produto extraído de seu solo e os impostos sobre esse produto são todos de ordem federal e não beneficiam diretamente o município. É a forma mais vil de colonialismo, reduzindo o município brasileiro à posição de mera possessão ou capitania, sem acesso às suas riquezas naturais. Foi nesse sentido que apresentei propostas à Assembléia Nacional Constituinte, para que o município seja autorizado não só a auferir a arrecadação sobre os minérios extraídos de seu solo, como também que a autorização para a exploração desses minerais, seja concedida por lei municipal.

A infância é e sempre será a preocupação maior deste País, que aspira o mais alto nível de democracia. Entretanto, é preciso entender que não é só a criança em idade escolar que merece a atenção dos poderes públicos. Existe toda uma fase inicial de vida, que vai de zero a seis anos de idade, que se constitui na etapa talvez mais importante da vida de um indivíduo. É nesta quadra frágil que a criança elabora seu corpo e sua mente e é do seu crescimento harmonioso que vai depender o seu desenvolvimento escolar.

De nada servem os programas educacionais altamente organizados nem mesmo a merenda escolar ou os planos de saúde, se as escolas do País receberem crianças desnutridas e apáticas. Considerando este ponto, apresentei proposta para que seja criado um efetivo programa de assistência às crianças de zero a seis anos oriundas de famílias comprovadamente carentes.

Essas crianças deverão ter direito à proteção total do Estado, em termos de alimentação básica, vestuário, transporte e assistência médica, independente da situação previdenciária de seus pais e responsáveis.

A nova Constituição deverá conter dispositivos que obriguem o Estado a assumir completa responsabilidade sobre as populações carentes. Neste sentido, apresentei proposta à Assembléia Nacional Constituinte. Nada há de paternalismo nisto, ou de incentivo à miséria. Mas creio que um governo realmente sério deverá prover aos cidadãos comprometidos pelo desemprego, a doença e a extrema pobreza, condições dignas de trabalho, sobrevivência e amparo.

Os idosos são, em qualquer povo civilizado, os depositários da experiência e da sabedoria, dignos de proteção e amor, pelas suas lutas e pela contribuição que deram ao País. Nada mais justo e meritório, portanto, do que fazer com que a nova Constituição ampare efetivamente os idosos.

Foi com esse objetivo que apresentei proposta para que o Estado venha a responsabilizar-se de forma total pela assistência e amparo aos idosos brasileiros.

É sabido que um dos mais sólidos direitos humanos é o de morar condignamente. No entanto, não é o que vem acontecendo no Brasil, onde até mesmo a classe média é estrangulada pelo terrível fantasma da falta de moradia. Os programas habitacionais existentes são insatisfatórios, não apresentando solução verdadeira para tão grave problema.

Neste sentido, apresentei proposta à Assembléia Nacional Constituinte, para que, em nossa Lei Maior, seja incluído dispositivo que obrigue o Poder Público a favorecer a população com programas habitacionais realmente eficazes, em condições ideais de saneamento e urbanização, acessíveis a todos os trabalhadores, que tão bem o merecem, e também às populações carentes que vivem em condições subumanas de moradia.

Um dos meus mais sérios objetivos, como membro da Assembléia Nacional Constituinte, foi o de apresentar propostas que pudessem favorecer os servidores públicos, classe operosa, cujos direitos não são iguais aos de outros trabalhadores brasileiros. Exemplo disto é a concessão do 13º salário, que atualmente só beneficia os celetistas, discriminando os estatutários e a grande maioria dos inativos. Minha proposta pretende anular essa discriminação, concedendo o 13º salário a todos os servidores públicos, quer a nível federal, estadual ou municipal.

Os aposentados do serviço público mereceram a minha atenção especial de várias maneiras. Em primeiro lugar, diminuindo para sessenta e cinco anos a idade para aposentadoria compulsória, objeto de proposta que apresentei à Assembléia Nacional Constituinte.

Considero humanitária a medida, que já existe em certos meios e que deveria ser igualada para todos os setores do serviço público.

Existem profissões, tanto no setor privado como no setor público, cuja peculiaridade não pode continuar sendo ignorada para fins de aposentadoria. Tratam-se de atividades desgastantes, que exigem dedicação extrema e verdadeira abnegação quotidiana. Refiro-me aos profissionais de magistério, de enfermagem e de secretariado, cujo mérito é amplamente reconhecido pela sociedade brasileira.

Nada mais justo, pois, que conceder a esses profissionais a aposentadoria voluntária aos vinte e cinco anos de serviço, como verdadeiro prêmio de justiça. Minha proposta é, portanto, que os professores, os enfermeiros e os secretários deste País, tenham direito constitucional de poderem se aposentar aos 25 anos de calorosos serviços prestados.

Todos os inativos deste País vivem o cruciente problema dos proventos insuficientes, absolutamente distanciados dos demais servidores, que continuam em atividade. Visando corrigir esse absurdo desumano, apresentei proposta para que a nova Constituição estabeleça igualdade de vencimentos para os inativos, nivelando-os às condições dos que exercem a atividade, nos mesmos níveis de vantagens, para cargos e funções iguais.

A Previdência Social brasileira até hoje ainda não alcançou a amplitude de seu objetivo, sempre cerceada por normas insatisfatórias e num desempenho bastante abaixo do que é desejado. Além do mais, o contribuinte da Previdência leva uma vida inteira a descontar elevada porcentagem de seu salário, sem ver expressivo resultado e sem obter amplas vantagens disto, principalmente quando mais precisa, ou seja, quando perde o emprego.

Apresentei proposta à Assembléia Nacional Constituinte concedendo ao trabalhador o direito de continuar usufruindo de todos os benefícios da Previdência Social, ainda que desempregado, após ter contribuído por um prazo de seis anos.

A lógica é evidente: tendo contribuído durante seis anos, o trabalhador já acumulou reservas suficientes para se beneficiar do sistema, ainda que deixe, por algum tempo, de contribuir para a Previdência.

Minha terra de origem sendo o Território Federal do Amapá, posso dizer que conheço profundamente os reais problemas da Amazônia, que até hoje não foram devidamente equacionados e atendidos pelo Poder Público. Foi por essa razão que apresentei proposta para que a nova Constituição estabeleça um plano especial de desenvolvimento para a Amazônia, protegendo-a da depredação, possibilitando o ideal aproveitamento de suas riquezas com a harmoniosa utilização de suas potencialidades.

Seria imperdoável que, neste momento histórico, em que tentamos tornar mais eficaz e objetiva nossa Lei Maior, a Amazônia deixasse de ser atendida em todos os seus direitos. Daí, portanto, a razão de minha proposta.

É preciso que a nossa nova Constituição atente definitivamente para o direito das populações indígenas e tenho certeza que muitos de meus nobres colegas estiveram dedicando esforços nesse sentido. Quanto a mim, apresentei proposta que visa

a conceder aos silvícolas o soberano Direito Constitucional sobre suas terras. Que se extinga, assim, para sempre, a figura aviltante do invasor das terras indígenas, que até hoje tem lesado os legítimos donos da terra. Em minha proposta, estabeleço que as propriedades do índio, demarcadas ou não, devem ficar definitivamente a salvo da ocupação e da exploração pelo branco, e, acima de tudo, da expropriação pelo Governo.

O Brasil, sendo um País tão grande, onde as distâncias geográficas entre as localidades trazem obstáculos ao seu desenvolvimento administrativo, sofre muitas vezes também empecilhos até para o bom andamento de seus programas educacionais.

Em termos de ensino superior, é freqüente o grave problema dos jovens que têm que se deslocar para os grandes centros para poderem cursar universidades, esvaziando o meio rural e dificilmente retornando aos seus lugares de origem, onde poderiam enriquecer o desenvolvimento de seus municípios com os conhecimentos adquiridos. Outro drama vivido pela juventude desses lugares é o daqueles jovens carentes de recursos, que têm seus estudos interrompidos por falta de condições financeiras para irem buscar o curso superior em cidades maiores.

Pensando nesses jovens, apresentei proposta para que a nova Constituição estabeleça o direito de serem instaladas universidades nos municípios que estejam localizados a uma distância de 300 km do mais próximo centro universitário.

Isto proporcionaria à juventude brasileira a soberana prerrogativa de acesso aos cursos superiores, sem precisar abandonar suas famílias e seus Municípios, sem despendar recursos acima de suas possibilidades.

Neste resumo de meu trabalho como Constituinte, presto contas a todos aqueles que confiaram em mim para apresentá-los nesta Casa.

São as minhas palavras, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

V – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. AMARAL NETTO (Líder do PDS): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Pode ser até que eu coloque alguns dos meus colegas impressionados, mas falo pela Liderança do PDS para condenar o uso da Lei de Segurança Nacional contra o meu ex-Companheiro Djalma Bom, e contra aqueles que falaram no comício de São Paulo.

Não estou fazendo isto para agradar o PT, porque todos sabem a minha discordância radical com esse Partido. Estou falando porque é uma

burrice, do Governo. Burrice, porque o que disse o Djalma Bom dizemos aqui todos os dias; burrice, porque o Código Penal é muito mas duro do que a atual Lei de Segurança Nacional; e burrice porque isto gera protesto de toda a Nação.

Falo aqui alguma coisa que é o sentimento de uma bancada. Não estamos tomando uma posição demagógica nem de agradar da esquerda. Absolutamente!

V. Ex.^a sabe, Sr. Presidente, que sou antiesquerlista declarado e firme, inclusive tenho merecido a homenagem da própria esquerda pela minha posição, que é clara, mas é uma estupidez se fazer uma coisa dessas. Estava pensando que a Lei de Segurança Nacional estivesse sendo aplicada para punir alguém que teria incentivado a depredação e o saque. Imaginei que fosse isto, mas soube, por Companheiros da maior confiança, que não houve nenhuma infração naquele comício. E mesmo que houvesse, volto a dizer, embora não sendo jurista, o Código Penal é muito mais duro do que a própria Lei de Segurança Nacional. É até uma questão de denominação.

Há um fato hoje humano: uma boa parcela do Superior Tribunal Militar é constituída de homens que pertenceram a um passado antigoverno, antimilitarista, e que, pela própria formação, não podem nem condenar os homens que praticam aquilo que chamam de crime, e que não considero crime.

Acredito que esteja externando o sentimento e a posição da Bancada do PDS, quando peço a V. Ex.^a transmite ao Presidente José Sarney que decisão como essa só reflete contra S. Ex.^a.

Conheci o ex-Deputado Djalma Bom, nesta Casa. Foi sempre excelente, correto e leal Companheiro. Sempre tive com ele o melhor relacionamento, embora brigássemos sempre, mas o respeito muito, e a posição dele pode ser até contrária a minha, mas não posso admitir que se utilize a Lei de Segurança Nacional por uma bobagem vernácula, porque, inclusive, essa bobagem vernácula, às vezes, encerra muitas verdades.

Era isto que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. OSMIR LIMA: – Sr Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSMIR LIMA (PMDB – AC. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia 5 de maio deste ano encaminhei requerimento de informações à Mesa, solicitando ao Ministério da Justiça a apuração sobre denúncias de espancamento, por parte da Polícia Federal, no meu Estado, que levou um cidadão que ali estava preso a ser hospitalizado gravemente.

No dia 22 de maio, recebi uma comunicação da Mesa, de que na reunião daquele dia fora aprovado o parecer do relator. De acordo com o Regimento da Casa, teríamos 30 dias para obter a resposta. E até agora nenhuma resposta chegou ao nosso conhecimento.

Sr. Presidente, solicito à Mesa reitere, na forma regimental, ao Sr. Ministro da Justiça, que é tão diligente em abrir processos contra os que estão contestando a Nova República, nos dê a informação solicitada com a urgência que o caso requer.

Peço providência a V. Ex.^a (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa considera a questão de ordem de V. Ex.^a como uma reclamação e tomará as providências necessárias para informá-lo posteriormente.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr.

Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em nome da Liderança do PC do B, venho manifestar o mais profundo repúdio do Partido Comunista do Brasil à aplicação da famigerada Lei de Segurança Nacional.

Os jornais de hoje informam que o ex-deputado Federal e Presidente do PT de São Paulo, Djalma Bom, foi indiciado na Lei de Segurança Nacional. Neste momento, deverão estar prestando depoimento na Polícia Federal o Presidente da CUT, Jair Meneghelli, e o dirigente do PC do B de São Paulo, Gilberto Nataline; ambos poderão também ser indiciados na Lei de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a face ditatorial da chamada Nova República está cada vez mais se acentuando; cada vez mais os elementos ditatoriais, comprometidos com o regime anterior, colocam as suas mangas de fora. A Lei de Segurança Nacional é um entulho autoritário, combatido aqui, no plenário, por todos os partidos progressistas, por todos os democratas; é uma lei fascista e contrária aos interesses da democracia. A utilização da Justiça Militar para julgar civis é inaceitável num regime democrático.

É necessário, Sr. Presidente, que fique claro que o Governo federal está procurando utilizar a Lei de Segurança Nacional numa tentativa de intimidar o povo, que se manifesta numa justa rebeldia contra a política violenta, antipopular e antinacional do Governo.

Os responsáveis pelos saques, pelo quebra-quebra e pelas manifestações do povo não são as lideranças populares, não é a fome do povo, mas é o Governo, com a sua política contrária aos interesses nacionais, insensível aos interesses do povo, com a sua política entreguista. É esta política irracional, antipopular, que está levando o povo a se manifestar, de forma justa, em defesa dos seus direitos. (Palmas.)

O SR. CARLOS COTTA: – Sr.

Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.**O SR. CARLOS COTTA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O clima econômico, político e social no Brasil, em 1983, era: recessão violenta, desemprego em massa, crise econômica e o Governo Federal do PDS.

No dia 15 de março daquele ano, tomaram posse os Governadores eleitos no dia 15 de novembro de 1982.

O PMDB elegeu nove Governadores – Nabor Júnior, do Acre; Gilberto Mestrinho, do Amazonas;

Jader Barbalho, do Pará; Wilson Martins, do Mato Grosso do Sul; Tancredo Neves, de Minas Gerais; Franco Montoro, de São Paulo; Iris Rezende, de Goiás; José Richa, do Paraná e Gerson Camata; do Espírito Santo; e o PDT o Governador Leonel Brizola, no Rio de Janeiro.

Estes Governadores receberam uma herança trágica dos governadores biônicos do PDS que fizeram deste País o que bem quiseram.

Nos Estados em que o PDS perdeu as eleições, os Governadores derrotados fizeram de tudo que se possa imaginar com relação aos gastos públicos, acrescidos pelo inchamento da máquina administrativa, com excessivas admissões de funcionários públicos. Foi um verdadeiro vendaval de admissões de funcionários. Além disso, como era de esperar, os cofres dos Tesouros estavam vazios e os Bancos Estaduais falidos.

Foi um absurdo o que estes Governadores fizeram, do dia 1 de janeiro de 83 a 15 de março de 83, dia da posse dos novos governantes.

O Governo Federal, sendo do PDS só permitia aos governadores do PMDB e do PDT, a rolagem da dívida até 60%.

Em Minas Gerais, por exemplo, para se abrir os Bancos Estaduais no dia 16 de março de 83, o Governador Tancredo Neves teve que tomar emprestado do Bradesco a importância, àquela época, de 30 bilhões de cruzeiros porque simplesmente não havia dinheiro em caixa para que os mesmos funcionassem. Nos últimos meses do Governo Francelino Pereira foram feitas 78 mil nomeações no Estado de Minas Gerais. Tancredo Neves não demitiu sequer um destes funcionários nomeados pelo Governo anterior.

Com a recessão em crescente ascensão, os desempregados, em março de 83, só em Minas Gerais, eram de aproximadamente 400 mil trabalhadores. Para minorar este quadro que se agravou nos meses seguintes, em virtude da política econômica do Governo Federal, o Governador Tancredo Neves teve que abrir frentes de trabalhos na região metropolitana de Belo Horizonte e nas cidades de porte médio no interior do Estado, além de servir gratuitamente 300 mil refeições diárias à população carente e desempregada do Estado.

Esta situação se passou com todos os Governadores do PMDB eleitos em 1982, bem como com o Governador Leonel Brizola do PDT, no Rio de Janeiro.

Hoje, tudo mudou. Os novos Governadores, de todos os Estados são do PMDB, com a única exceção do Estado do Sergipe cujo Governador é do PFL. Os atuais Governadores do PMDB só falam em desgraças, só falam em excessos de funcionários públicos, Bancos endividados e falta de dinheiro nos Tesouros Estaduais.

Não há criatividade entre os Governadores, pois, assistimos todos os dias, um rosário de lamúrias, de queixumes de que tudo está muito ruim. Parece até que disputaram um cargo eletivo com pleno desconhecimento da situação do seu Estado. Parece que os atuais Governadores, com honrosas e dignas exceções, estavam alienados de tudo o que se passava com a administração pública do País e dos Estados. E o pior, Sr. Presidente, é que este filme já foi rodado e os Governadores do PMDB não o assistiram. O que estamos presenciando atualmente é uma lástima. São Governadores prepotentes, despreparados, sem ne-

nhuma criatividade e sem nenhum plano de Governo. O que sabem fazer é pedir nomeações de Ministros e cargos importantes do Governo Federal, além de verbas do mesmo Governo, principalmente a fundo perdido.

Diante do exposto até aqui, Sr. Presidente, quero render minhas homenagens aos ex-Governadores do PMDB e ao ex-Governador Leonel Brizola e externar os meus pesames aos atuais Governadores, que em sua maioria não estão preocupados com suas administrações e, ao invés de cuidarem delas, querem mandar sozinhos, em tudo e em todos nos seus Estados, e mandarem também naquelas atribuições específicas dos Deputados Federais e Senadores, querendo impor na Assembléa Nacional Constituinte o jogo de seus interesses e projetos pessoais, deixando de lado o interesse maior desta Assembléa Nacional Constituinte que é o interesse sagrado do povo brasileiro. É por isto, Sr. Presidente, que o Parlamentarismo a cada dia que passa ganha novos adeptos.

Diz o ditado popular que "o uso do cachimbo faz a boca torta". Vinte anos de ditadura da ARENA e PDS entortaram, por reflexo, a visão política dos Governantes do PMDB. Os Prefeitos julgam-se donos dos Municípios. Os Vereadores são os eternos enjeitados da administração municipal. Os Governadores julgam-se donos dos Estados e as Assembléias Legislativas são sempre relegadas a um segundo plano. O Presidente da República e seus Ministros julgam-se donos de feudos nacionais. Diante do exposto, os Governadores agora supõem-se donos dos Constituintes e para agradarem o rei maior, o Presidente Sarney, querem que suas idéias sejam as idéias dos Constituintes. É como se os Governadores fossem homens de inteligências privilegiadas e os Constituintes fossem seus robôs, mentecaptos ou débeis mentais da Nova e já esclerosada República. O que nos faz parecer que estamos diante da pior safra de Governadores da história do Brasil, Sr. Presidente. Deus permita que estejamos errados, mas pelo que estamos assistindo até agora não podemos alimentar grandes esperanças. Lamentavelmente!

Governadores sem criatividade, que não sabem administrar a crise do momento, que sacrificam funcionários públicos com arrochos salariais, que demitem funcionários e só governam com polpudas verbas federais, perdoe-nos; não têm condições políticas, nem credibilidade pública para imporem aos delegados à Convenção Nacional do PMDB as suas vontades já expressas em pronunciamentos à imprensa. Delegados do PMDB e membros da Assembléa Nacional Constituinte não são mercadorias dependuradas em prateleiras dos balcões de compra e venda dos Governos Estaduais. Lutaremos na Convenção pelo regime Parlamentarista e um mandato de 4 anos para o Presidente Sarney, pois, este foi o compromisso que o Presidente Tancredo Neves assumiu para com a Nação brasileira e que depois, com o seu falecimento, foi referendado pelo Presidente Sarney. Transações menores e mesquinhias não mudarão nossos compromissos para com a Nação. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em nome da Bancada do meu Partido, falo nesta sessão, em primeiro lugar, para dar uma explicação quanto ao fato que motivou a chamada do ex-Deputado Djalma Bom e do Sr. Jair Meneghelli, em juízo, para prestar esclarecimentos e, provavelmente, serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

O ex-Deputado Djalma Bom já prestou esclarecimentos quanto ao fato e demonstrou, claramente, que não teve nenhuma intenção injuriosa, apenas ofereceu críticas democráticas ao Governo.

Sr. Presidente, tenho certeza de que o Governo não está tão interessado no fato, até porque ele valoriza o fato, como todos estão valorando.

Aqui, nesta tribuna, já desfilaram constituintes de quase todos os Partidos emprestando sua solidariedade ao ex-Deputado Djalma Bom, que todos conhecem nesta Casa como um democrata convicto. Aproveito a oportunidade para agradecer a esses companheiros as palavras que aqui disseram em favor do nosso correligionário.

Chamaria a atenção da Casa e de V. Ex.^a, Sr. Presidente, não para um episódio com o qual, aliás, o PT já está acostumado. É mais uma Lei de Segurança Nacional em cima de um petista. É mais um caso de Leme, para criar uma imagem na opinião pública, que daqui a 6 meses, 8 meses ou 1 ano ficará perfeitamente comprovado. Só que a notícia sairá deste tamanhinho, na quinta página de algum jornal, e não na manchete nem no horário nobre da televisão, como saem as acusações.

Deixo consignado, para que fique registrado nos Anais, que daqui a 6 meses, daqui a oito meses, daqui a 1 ano, ficará provado que o ex-Deputado Djalma Bom não infringiu qualquer dispositivo legal neste País, e que a medida fora feita com o único e exclusivo objetivo de evitar que o povo faça o que já começou a fazer: comparecer em massa aos comícios pelas eleições diretas para presidente da República, para que realmente possamos ter neste País um governo com legitimidade popular, um governo com força, para tomar as medidas que a situação requer. A medida é altamente discriminatória.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, o jornal **Folha de S. Paulo**, de 19 de maio de 1987, que diz:

"Desmentindo-se a si mesmo, o Presidente José Sarney comunicou peremptoriamente à Nação que permanecerá no Governo até 1990."

Se "desmentindo-se" não é chamar alguém de mentiroso, não sei o que é chamar alguém de mentiroso. Não me consta que os diretores da **Folha de S. Paulo** tenham sido chamados por algum delegado de polícia para prestar declarações sobre o que estamparam em seu jornal. Dois pesos e duas medidas. O Governo não perde por esperar: a resposta será dada nas ruas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ADHEMAR DE BARROS

FILHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como a imprensa nacional normalmente não cuida do assunto e como se trata de questão relevante para a democratização do Continente, desejo tecer algumas considerações sobre o processo, em pleno andamento, de normalização da vida política no Chile.

Observo, inicialmente, que há vários meses desenvolve-se crescente atividade política em todos os níveis da vida chilena. Realizaram-se eleições universitárias, sindicais e em colégios profissionais, estando as diversas correntes partidárias formalizando a criação de partidos, com base em lei recentemente promulgada.

Concordam esses acontecimentos com o avanço da ordem política e a realização de eleições congressuais dentro dos próximos dois anos, superada a fase atual da abertura dos registros eleitorais e da vigência da citada lei dos partidos políticos. Quanto a esses dois últimos pontos, cabem as seguintes considerações:

Os registros eleitorais estão sendo processados desde o mês de março último, com o povo chileno atendendo à convocação das lideranças partidárias para o cumprimento dessa etapa fundamental para o restabelecimento do sistema democrático no país.

Nos últimos três meses, inscreveram-se cerca de 500 mil pessoas, estimando-se que estejam cadastradas, ao termo dos trabalhos, 8 milhões de cidadãos chilenos – homens e mulheres, maiores de 18 anos de idade, sabendo ou não ler e escrever, assim como os estrangeiros há mais de 5 anos residentes no País.

A lei dos partidos políticos, promulgada no mês de março último, simplificou ao máximo as exigências para a formação e criação de agremiações políticas. Várias estão ainda em processo de consolidação; outras, já constituídas e inscritas como partidos políticos, entre os quais o Partido de Renovação Nacional e o Partido Socialista do Chile.

Como indicação efetiva do nível da atividade política no Chile, **El Mercúrio** cita, além dos fatos assinalados, que numerosos partidos estão estudando ou adiando a sua inscrição, por razões de estratégia política, como a Democracia Cristã, a Social Democracia, o Partido Radical e algumas facções do Partido Socialista.

A despeito de todas as pressões do governo militar do General Pinochet, a sociedade civil do Chile vem-se organizando e resistindo à ditadura, e certamente não estaremos longe do momento em que a democracia renascerá no Chile.

Ao concluir esses registros, consigno também o meu aplauso ao bravo e amigo povo chileno, que de todos merece a admiração pelas vitórias já alcançadas contra o autoritarismo militar do General Pinochet e o nosso incentivo e a nossa solidariedade a que prossiga de modo firme e persistente em seu esforço permanente pela reconquista da liberdade e da democracia.

Concluo, Sr. Presidente, comunicando aos Srs. Constituintes que, neste momento, a Liderança do PDT, apoiada pelo companheiro Brandão Monteiro, está submetendo à assinatura deste Ple-

nário projeto de decisão que objetiva revogar a Lei de Segurança Nacional, face aos acontecimentos envolvendo não apenas Danilo Groff, Maurício Pencak, como, neste momento, o Presidente do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, Djalma Bom. (Muito bem!)

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Recebi com enorme satisfação a declaração do Presidente Ulysses Guimarães – simultaneamente Presidente da República em exercício, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do PMDB – que não concorda com o uso abusivo, insólito, da Lei de Segurança Nacional, enquadrando ilícitos políticos, quando há uma lei penal comum que poderia ser eventualmente utilizada contra pessoas que possam, nas suas críticas legítimas e justas, ter cometido um excesso verbal.

Sr. Presidente, não basta apenas o Dr. Ulysses Guimarães dizer que não concorda com a aplicação da Lei de Segurança Nacional! Importa revogá-la, não apenas durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, mas para sempre, porque se trata de instrumento fascista, opressor, ditatorial, autoritário, que não corresponde à índole pacífica, ordeira e democrática do povo brasileiro.

Por último, Sr. Presidente, ao ressaltar esta iniciativa da Liderança do PDT, no sentido de que esse instrumento de força seja revogado, também faço uma crítica à política de dois pesos e duas medidas do Governo da Nova República. O que ela concede, depois de muita luta, com uma mão, retira, ávida e rapidamente, com a outra.

É o caso, Sr. Presidente, da aplicação da tabela de deflação nos contratos de venda futura da soja, que hoje está assumindo proporções extremamente graves, na medida em que 30% da produção gaúcha, equivalente a 1 milhão e 500 mil toneladas do produto, foram comercializados para pagamento entre junho e agosto.

A Fecotriga encaminhou estudo ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Fazenda e ao próprio Presidente da República, demonstrando matematicamente que o uso abusivo da **tablita** – um instrumento, ao meu julgo, unconstitutional – vai causar um prejuízo, apenas à economia do Rio Grande do Sul, na questão da comercialização da soja, da ordem de um bilhão de cruzados, pela simples razão de que as vendas de soja no mercado futuro, programadas para junho, julho e agosto, têm preços, respectivamente, de 240, 270 e 310 cruzados.

Ora, o produto vendido à vista, hoje, está em torno de 410 cruzados a saca de 60 quilos. Se já há uma defasagem em relação aos preços em vigor, a aplicação desse deflator causará um impacto negativo ainda maior, descapitalizando o já empobrecido agricultor brasileiro.

Por isso, em nome da justiça social, em nome da democracia, em nome do respeito aos direitos de quem produz e não participa da riqueza produ-

zida, peço, pela Liderança do PDT, que o Governo revise, já e agora, imediatamente, esse decreto-lei autoritário que estabeleceu a tabela de deflação e o revogue, para que a Nação possa respirar aliviada. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ROBERTO FREIRE (Líder do PCB): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Incialmente, em nome do Partido Comunista Brasileiro, reafirmo a nossa posição contrária à aplicação da Lei de Segurança Nacional. Entulho autoritário, diria mais, entulho fascista, mesmo que, modificado já num processo de abertura democrática, que continua baseado na fascista doutrina da Segurança Nacional. Provavelmente se tivéssemos a aplicação integral dessa Lei de Segurança Nacional mesmo que diminuídas suas penas, nós, os comunistas, não estaríamos aqui legalmente falando.

A pretexto de falarmos da nossa legalidade e da existência no País de espaços para a prática democrática, trago ao conhecimento desta Constituinte que o Partido Comunista Brasileiro, num acontecimento singular na história republicana deste País, realiza, pela primeira vez na sua história, e na História do País, um Congresso em plena legalidade, o seu VIII Congresso Extraordinário, que terá início amanhã, aqui, em Brasília, no Centro de Convenções.

Faço este registro exatamente para demonstrar a importância histórica, porque é necessário que se frise que um dos graus ou mesmo termômetro para se medir as liberdades públicas e democráticas numa nação se encontra exatamente em saber como estão os comunistas.

O processo de abertura democrática, o processo da ampla liberdade de expressão e de organização, só pode ser medida, concreta e claramente, quando os comunistas podem livremente também se expressar e se organizar.

Agora podemos, e podemos mais; estamos realizando um Congresso aberto, legal, às claras, como um fato também de maior expressão e do maior significado histórico: pela primeira vez se encontram no País representações de Partidos Comunistas do Mundo, trazendo a solidariedade internacional dentro daquilo que é profundamente caro aos comunistas: um internacionalismo proletário, militante e efetivo.

Encontra-se no Brasil a primeira Delegação do Vietnã, o heróico povo vietnamita que, mesmo não tendo relações com o Brasil, enviou uma delegação representando o Partido Comunista desse país, para dar a solidariedade internacional ao Partido Comunista Brasileiro. Junto com o Vietnã, outros povos heróicos, como Cuba, Nicarágua, El Salvador, Chile, Paraguai, através das suas vanguardas, dos Partidos Comunistas que lá, como aqui, lutam por uma humanidade justa e mais fraterna.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sem dúvida, este é acontecimento singular na história política nacional. Ocorrerá de 17 a 19 do corrente, no Centro de Convenções do Distrito Federal. A mais

antiga organização partidária do País, o Partido Comunista Brasileiro – que, em março último comemorou os seus 65 anos de existência – realizará o seu primeiro congresso legal.

Este fato, por si só, seria suficiente para justificar que se comunicasse a esta Assembléa a realização do VIII Congresso Nacional (de caráter extraordinário) dos comunistas brasileiros, enfrentando e resistindo a uma fortíssima tradição autoritária e excluente que permeia a nossa sociedade.

Outra peculiaridade caracteriza também este nosso encontro. Sem qualquer demérito para os demais Partidos, e sem qualquer veleidade ufanística, conseguimos ser um partido que promove seus Congressos Nacionais incorporando, efetivamente, o conjunto da sua militância e das suas organizações. Nossa democracia interna faz com que intervenham, de forma verbal e escrita e com a maior liberdade, cada militante e cada coletivo partidário, a partir dos núcleos de base.

Culminando um processo que envolve o partido, nacionalmente, já há seis meses, nossas atenções e nossos esforços estão dirigidos a uma análise da transição democrática iniciada em 1985, concentrando-se sobretudo nos trabalhos desta Casa, de forma a influir mais ainda para que a nova Constituição corresponda às expectativas de mudanças da maioria da Nação, e na busca de uma saída para a crise econômica e social que possibilite o atendimento das reivindicações mais imediatas do povo, combatendo a recessão e o desemprego, sem arrocho salarial e sem submissão ao FMI.

Nesta fase final do Congresso, vamos ainda nos deter nas perspectivas do Estado de Direito Democrático, com sistema de governo parlamentarista que deveremos conquistar nesta Constituinte, assim como das lutas futuras das forças democráticas na busca de uma maioria parlamentar que possibilite a formação de governos comprometidos em consolidar e aprofundar os avanços institucionais e as reformas de estrutura inscritas na nova Carta são necessários ao desenvolvimento democrático, independente e progressista do País.

Neste exame coletivo, procuramos também identificar os aspectos positivos e negativos da nossa intervenção na vida brasileira, objetivando uma correção de postura e de rumo num quadro delicado e complexo como o que estamos vivenciando nos últimos dois anos.

O presente processo congressional se iniciou em janeiro com o lançamento público das teses pela Direção Nacional, abordando as questões que motivaram a sua convocação. Simultaneamente, através do nosso semanário **Voz da Unidade**, foi aberta uma Tribuna de Debates, na qual todos os militantes tiveram os mesmos direitos – durante quatro meses – para se manifestarem a respeito das questões pertinentes à conjuntura e ao Partido. Enquanto seguiam os debates no jornal, realizavam-se, em todo o País, as assembléias de base, nas quais todos os membros foram convocados a discutir amplamente a orientação partidária, o desempenho das direções central e intermediária (estaduais e municipais), um balanço autocritico das atividades de cada núcleo, culminando com eleições para a escolha dos seus dirigentes e delegados ao encontro imediatamente superior. Desta forma, foram-se realizando as

conferências zonais, municipais e estaduais. Destas últimas saíram os delegados ao Congresso Nacional.

Desde o I Congresso que deu origem ao PCB, em março de 1922, todos os nossos congressos (em 1925, 1928, 1954, 1960, 1967 e 1982), foram momentos de importantes definições, no caminho da elaboração de uma linha política científicamente fundamentada com vistas à transformação revolucionária da sociedade brasileira e de construção de uma organização democraticamente centralizada, vanguarda consciente da classe operária.

Partiram de nossos congressos as primeiras tentativas de análise científica da vida econômica, social e política do Brasil, a identificação das reais causas do atraso nacional e como combatê-las, as iniciativas de criar instrumentos de intervenção democrática para as maiorias (particularmente para o proletariado), de estabelecer frentes políticas amplas e de estimular o florescimento cultural do País.

Orgulha-nos também termos sido, em nosso VII Congresso, o primeiro Partido brasileiro a concluir pela importância decisiva da questão democrática na mudança pela raiz da vida nacional, ao definirmos a democracia com o seu valor não apenas tático, mas também estratégico. Essa conclusão, das mais ricas quantas a esquerda no País já produziu, está consubstanciada em nosso documento "Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira."

Fica assim, cada vez mais evidenciado por este VIII Congresso que somos democratas de fato, que temos clareza de que o caminho brasileiro para o socialismo passa pela construção de uma democracia de massas, vinculando esta ao fortalecimento da democracia representativa mas criando mecanismos crescentes de democracia direta, isto é, de intervenção organizada dos cidadãos, através de suas entidades no local de trabalho e de moradia, assim como na gestão pública e com iniciativa legislativa.

Partido profundamente nacional, pois nascido das exigências da realidade brasileira e das necessidades das lutas da classe operária, o PCB, além do patriotismo que difunde e materializa na sua prática, sempre foi estreitamente ligado e ativamente solidário com todas as lutas que se travam em nosso planeta pela libertação nacional e social, pela democracia e pelo socialismo.

Por isso mesmo é que defendemos que o compromisso participativo do Brasil com o mundo de amanhã, com a resolução dos problemas sociais de toda a humanidade, requer uma nova ordem econômica internacional, o fim da corrida armamentista, a solução da dívida externa do Terceiro Mundo e uma política de integração, solidariedade e ajuda mútua entre os países em desenvolvimento de forma a superar a dependência e as mazelas da dominação imperialista, luta esta respaldada pelas forças da paz, democráticas e socialistas.

Prova do reconhecimento da nossa presença solidária nas lutas libertárias em toda a Terra são as inúmeras delegações estrangeiras que vieram ao Brasil trazer o seu apoio à consolidação da democracia no País e o seu abraço fraterno ao nosso Partido e ao VIII Congresso. Para alegria nossa, todos os continentes estão aqui representados, quer por partidos irmãos no poder na América (como Cuba, e Guiana), na África (como An-

gola), na Ásia (como Coréia e Vietnã, países com os quais inexplicavelmente ainda não mantemos relações diplomáticas) e na Europa (como a União Soviética, Alemanha Democrática, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária e Romênia), quer por partidos ou frentes que lideram seus povos para arrancá-los do domínio de regimes discricionários ou do jugo do imperialismo e do capital, como Itália e França (na Europa), Japão (na Ásia), a Organização de Libertação da Palestina (na África), os Partidos Comunistas do Chile e Paraguai, enfrentando ditaduras assassinas, os da Argentina, Uruguai, Peru e Colômbia, com processos democráticos diferenciados vivendo sob ameaças, além da Frente Farabundo Márti de Libertação Nacional, da qual faz parte o Partido Comunista de El Salvador, envolvida numa batalha longa e de sacrifícios para libertar o seu povo da oligarquia e do imperialismo norte-americano, tal como hoje, em processo mais avançado se encontra a heróica Nicarágua e sua combativa Frente Sandinista.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o nosso Partido considera tão importante a participação democrática dos seus membros na definição de sua política e na inserção coletiva nos movimentos, lutas e vida cotidiana das massas, que, promulgada a Constituição que esta elabora, vamos convocar o IX Congresso do PCB, abrindo um amplo debate sobre as perspectivas que se abrem no País para a consolidação e aprofundamento de um regime de amplas liberdades.

Estamos convictos de que a democratização do Brasil é uma condição essencial a qualquer alternativa renovadora, para que se imponha o respeito às normas de convivência pluralista, o isolamento das vias do autoritarismo e do golpismo, tão incrustadas em nosso cotidiano político. Somente no interior desse firme compromisso com a democracia é que superaremos com mais rapidez e menos ônus, o atraso e as injustiças que restringem as possibilidades de uma vida melhor, mais livre e mais justa.

Esta é a importância histórica do momento que vivemos – e no qual realizamos o nosso VIII Congresso –, quadra de mudança cujo avanço dependerá da unidade e da luta de todos os democratas e patriotas, mas principalmente da classe operária. Somente assim garantiremos a transição e conquistaremos o estado de direito democrático, de que dependem estreitamente os interesses futuros dos trabalhadores e o progresso do Brasil.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido Democrata Cristão, inicialmente, solidariza-se com o nosso ex-colega Deputado Djalma Bom e repudia a Lei de Segurança Nacional, porque não é um instrumento, nos termos em que está, da democracia.

Pedimos as providências para que o Senhor Presidente da República, José Sarney, não mais

a utilize, nem permita que qualquer setor a utilize contra quem quer que seja em função de opinião expandida, seja nesta Casa ou em palanques.

Sr. Presidente, tenho a grata satisfação de registrar neste Plenário as presenças, na Capital da República, dos dirigentes democratas cristãos do Pará, ex-Deputado Federal João Augusto de Oliveira, Presidente Regional do PDC; Deputado Estadual Guaracy Silveira, Líder do Partido na Assembléia Legislativa; Dr. José Adalberto Teixeira, Secretário-Geral do Partido Democrata Cristão do Pará.

Os dirigentes democratas cristãos aqui vieram para manter contatos e entendimentos com a Direção Nacional do Partido e para tratar de assuntos de relevante interesse do povo paraense, em especial, pleitear apoio junto à Assembléia Nacional Constituinte para os temas defendidos pelo Partido, e junto aos órgãos do Governo Federal, para a entrega de recursos aos bancos do Pará, especialmente ao Banco da Amazônia e ao Banco do Brasil, para socorrerem as microempresas paraenses, atualmente atravessando agruras econômicas de toda a ordem, por não terem chegado ao Pará os recursos anunciados pelo Banco Central e outros órgãos do Governo.

Registro, igualmente, a presença em Brasília do Dr. Francisco Rômulo Araújo Correa, Presidente do Partido Democrata Cristão do Amazonas, que nos trouxe circunstanciado relatório sobre o crescimento do PDC nesse Estado e sobre as imensas possibilidades de vitória da Democracia Cristã nas eleições municipais de 1988.

O PDC cresce, Sr. Presidente, porque é o Partido das mudanças, o Partido do progresso e da paz, e sobretudo, a Democracia Cristã cresce no Brasil porque o povo está cansado de ser enganado, cansado de violência, de injustiças, de pobreza e de miséria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

VI – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-las.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Requerimento de informações ao Ministério da Previdência e Assistência Social sobre bens patrimoniais.

O SR. VITOR BUAIZ: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vitor Buaiz.

O SR. VITOR BUAIZ (PT – ES. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O § 6º do art. 62 do Regimento Interno, diz textualmente:

"Feita a apresentação, a Mesa terá 10 (dez) dias para decidir sobre os requerimentos de informações que, se aprovados, aguardarão no máximo 20 (vinte) dias pela resposta, para tomada de novas providências."

Sr. Presidente, fizemos requerimento à Mesa, no dia 10 de junho, a respeito de um dos maiores desastres ecológicos ocorridos na costa brasileira, quando um navio de bandeira coreana encalhou na baía de São Marcos, no Estado do Maranhão. No entanto, passados mais de 30 dias, ainda não obtivemos nenhuma resposta sobre as providên-

cias que teriam sido tomadas pelas autoridades locais para prevenir e evitar que esse desastre ecológico se espalhasse, prejudicando, cada vez mais, os profissionais da pesca do Estado do Maranhão.

Esta, a nossa questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A questão de ordem de V. Ex.^a tem procedência. A Presidência vai diligenciar para tomar as necessárias providências e, posteriormente, voltará a informar V. Ex.^a e o Plenário.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: –

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Minha questão de ordem é fundamentada no art. 36, § 4º, do Regimento interno, que passo a ler:

"Em qualquer fase da sessão, verificada inexistência do **quorum** estabelecido no § 2º deste artigo, o Presidente encerrará a sessão, de ofício ou por iniciativa de qualquer Constituinte."

Até onde posso ver, Sr. Presidente, não temos na Casa, neste momento, os 56 Constituintes necessários para que se possa realizar esse grande debate nacional, esse debate que está empolgando a opinião pública sobre o texto do Projeto da nossa Constituição. Não vejo aqui, na Casa, as Bancadas dos vários Partidos para se posicionarem diante do povo brasileiro, em face dos artigos desse projeto.

Houve algum equívoco. O fato concreto é que os Constituintes que tanto lutaram para conseguir o voto popular, para vir defender os interesses do povo aqui, na Casa, não estão presentes.

Como precisamos de pelo menos 56 colegas para que possamos discutir a Constituição, estou pedindo a V. Ex.^a faça a verificação da presença e, se não houver quorum, suspendamos a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Procede a questão de ordem de V. Ex.^a.

A Presidência convoca sessões extraordinárias da Assembléia Nacional Constituinte para sábado e domingo próximos às 9 horas, para prosseguimento da discussão do Projeto de Constituição.

Peço ao Sr. Secretário faça a chamada de "Z" para "A", e sejam acionadas as campanhas.

(Procede-se à chamada)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, para uma questão de ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente,

gostaria fossem acionadas as campanhas, porque muitos parlamentares estão na Casa, mas não estão no plenário, e, por isso, não estão sabendo da ocorrência da chamada nominal. É da mais alta importância

que os que estão na Casa sejam contados como presentes. É de bom alvitre se tome essa providência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa informa a V. Ex.^a que já determinou essa providência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP): – Sr. Presidente, estão presentes 55 Constituintes. Contando com a minha presença, atingimos 56. Peço, então, V. Ex.^a dispense a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Constatado o **quorum**, prosseguiremos com os trabalhos da sessão.

O SR. DASO COIMBRA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, constantemente vêm sendo levantados pedidos de verificação de presença. Realmente, nesta Casa, quando se anuncia a presença de 200, 300 Deputados, eles existem. Estão, por vezes, trabalhando em Comissão Técnica ou estudando assuntos importantes na Biblioteca da Câmara ou nos seus gabinetes. Infelizmente, Colegas vêm insistindo em solicitação de verificação de votação, para atrasar os trabalhos desta Casa – é preciso que se registre – e também para atrapalhar os trabalhos daqueles que, atentos ao que aqui se discute através dos alto-falantes estão estudando em seus Gabinetes proposições de interesse da Constituinte.

É preciso que esta Presidência saiba diferenciar entre um pedido de verificação que geralmente é mais para aparecer a pessoa que o solicita, daquele para verificar se existe número na Casa.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Peço a palavra, Sr. Presidente, para contestar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– V. Ex.^a tem a palavra, para contestar.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Para contraditar. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, casualmente, hoje, não fui eu que pedi verificação de **quorum**, mas, sistematicamente, tenho feito essa solicitação. E agora vou anunciar a V. Ex.^a que diariamente irei solicitar verificação de **quorum**, por ocasião da Ordem do Dia, porque é obrigação do Parlamentar estar presente, aqui, no plenário, por ocasião da realização da sessão.

Se solicito verificação de **quorum** não é para aparecer, e sim para resguardar a dignidade e a imagem do Poder Legislativo. É função do Deputado, do Senador, estar presente aqui.

Então devo dizer a V. Ex.^a que, a partir de amanhã, virei a todas as sessões e irei pedir sempre a verificação de **quorum** por ocasião da Ordem do Dia.

Deixo este registro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Respondendo aos nobres Constituintes Daso Coimbra e Adylson Motta, a Presidência lamenta, realmente, que durante os trabalhos da Constituinte, na discussão de uma das matérias mais importantes da atualidade histórica, o Projeto de Constituição, de quando em vez o plenário fique vazio

e não disponha, sequer, do **quorum** mínimo, de 56 Parlamentares para sustentar o prosseguimento dos trabalhos.

Todavia, o problema da questão de ordem é uma norma regimental, não podendo, portanto, a Presidência, quando suscitada a questão de ordem, negar provimento, desde que seja evidente a falta de **quorum**.

Está respondida a questão de ordem.

O SR. DASO COIMBRA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, para registrar que, quando tecí as considerações anteriores, não foi por mim, porque estou presente todos os dias nesta Casa, mas porque, quando se fez a chamada, não se chegou ao meu nome. Então, amanhã, pode-se pensar que o Constituinte não estava presente na hora da chamada. Da mesma forma, quando a chamada foi interrompida, porque não havia número, não se chegou até outros que estavam presentes na Casa, e poderá parecer a desavisados que existem Constituintes que não querem trabalhar. Se existem, não estou entre eles.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa informa a V. Ex.^a que é praxe, nos processos de chamada, desde que atinja o **quorum** necessário exigido pelo Regimento, não se prosseguir mais no restante da chamada dos Srs. Constituintes. Não significa que não haja mais representantes na Casa, mas apenas está constatada a existência de **quorum** em plenário, o que facilita o prosseguimento dos trabalhos.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente permita-me uma questão de ordem que, ao mesmo tempo, é uma reclamação.

O problema da chamada é absolutamente certo, e sugiro e peço à Mesa tenha consideração com esta minha sugestão – uma questão muito mais séria e melhor para se resolver o problema.

Esta chamada deixa em suspenso, de fato, dois casos: o levantado pelo Constituinte Daso Coimbra e o levantado pelo meu Vice-Líder Adylson Motta.

Sugiro à Mesa que, durante três minutos, quando for feito um pedido de verificação, V. Ex.^a acione o sinal de chamada, e aqueles que forem chegando irão declarando o seu nome como presença; os que não vierem serão os ausentes, esta é a verdade, porque da forma como está chega-se ao 49º e não se chama mais ninguém.

De fato, o Constituinte Daso Coimbra tem razão: é provável que esteja e é provável que não esteja.

Veja V. Ex.^a, Sr. Presidente, o ganho de tempo: V. Ex.^a aciona as campanhas e dá três minutos. É o tempo para qualquer um sair do seu Gabinete, dos corredores, e entrar aqui e declarar o seu nome. Está acabado! É muito mais fácil do que a chamada, e muito mais lógico.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Amaral Netto, o processo de chamada é um imperativo regimental. A sugestão de V. Ex.^a vai ser analisada Pela Mesa, vou submetê-la à apreciação da Mesa. Porém, esclareço a V. Ex.^a que o processo de chamada, quando suscitada a questão de ordem a respeito da inexistência de **quorum**, é um imperativo regimental. Daí, o procedimento que a Mesa tem adotado.

O SR. AMARAL NETTO: – Se V. Ex.^a me permite, eu sei que é até uma blasfêmia discutir com a Mesa, nem quero fazê-lo. Primeiro, pela amizade que tenho por V. Ex.^a, segundo, pelo respeito que lhe tenho e terceiro, por ser V. Ex.^a da minha Bancada. Então, são três motivos especiais.

Há uma justificativa para o que estou dizendo, que não se refere a nenhuma censura à Mesa pelo que vem fazendo dentro da lei e do Regimento.

Proponho se modifique esse sistema que foi adotado até agora, e que não está dando certo, está criando problemas e causando perda de tempo. Por exemplo, solicito a V. Ex.^a me explique; foi feita uma inscrição para debate constitucional. Quantas horas foram perdidas de oradores inscritos para hoje? O que se vai fazer com os oradores inscritos hoje? Vai-se passar para adiante? E os que estão adiante? Como vai ficar isso? Pergunto a V. Ex.^a. É um absurdo, quando é muito mais fácil soar as campanhas, cada um entrar aqui e dar o seu nome e está acabado – quem não der, estará ausente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A sugestão de V. Ex.^a – reafirmo – será levada à consideração da Mesa para exame.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à

VII – ORDEM DO DIA

Discussão em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

Tem a palavra o nobre Constituinte Maurício Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No ritmo em que trabalhamos, temos que ser um pouco Santo Antônio e ter o dom da ubiqüidade. Estava numa reunião dos Vice-Líderes do meu partido e chego aqui, ofegante e correndo; por esta razão, peço desculpas à Presidência da Mesa.

Antes de entrar no debate do tema constitucional, preliminarmente, como está em voga a palavra preliminar – acabei de votar contra uma agora, na reunião dos Vice-Líderes – apresento minha solidariedade ao ex-Deputado Djalma Bom e ao Partido dos Trabalhadores.

Durante anos, o PMDB lutou para revogar a Lei de Segurança Nacional, e já agora, na Nova República, constatamos que a vigência dessa Lei pode permitir a provocadores que têm assento nas auditorias militares brincar de enquadrar lideranças políticas nessa Lei. Em São Paulo, há mui-

tos militares irresponsáveis que são juízes e têm assento nas auditorias militares. São militares irresponsáveis como esses que condenaram a Deputada Estadual Ruth Escobar e alguns operários. Agora a história se repete com um ex-Parlamentar. E não é o fato de ser um ex-Parlamentar, porque o que sempre guia a minha conduta como democrata é aquela história de um pastor alemão que conta que, um dia prenderam um vizinho, alegando que era comunista, e ele não protestou. Outro dia, prederam outro vizinho, alegando que era judeu, e ele não protestou. E quando chegou alguém para prendê-lo, não havia ninguém para protestar.

Então, manifesto a minha solidariedade ao ex-Deputado Djalma Bom, ao Partido dos Trabalhadores e ao povo brasileiro, e dizer que é uma vergonha a aplicação da Lei de Segurança Nacional, pois, com isso, abrimos um precedente para que militares irresponsáveis, comprometidos com as câmaras de tortura e com a comunidade de informação, que têm hoje assento nas auditorias militares, possam enquadrar na Lei de Segurança Nacional, lideranças políticas.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, como este horário é reservado para o debate de temas constitucionais, quero trazer a esta Casa o meu posicionamento com respeito à proposta parlamentarista contida no anteprojeto aprovado na Comissão de Sistematização. Essa proposta reflete – não há a menor dúvida – a tendência que constato ser hoje majoritária nesta Casa, no sentido de adoção do sistema parlamentarista.

Respeito profundamente todos os Companheiros que nesta Casa acreditam ser o parlamentarismo a forma de regime ideal e aquela que previne golpes militares, que previne hiatos na vida democrática e que prevalece nos países mais civilizados e democráticos do mundo.

Respeito esse posicionamento, mas penso contrariamente, e vejo que o parlamentarismo proposto no anteprojeto aprovado na Comissão de Sistematização parece com o leito do Procusto, na mitologia grega. De acordo com a mitologia, se alguém era deitado nesta cama e era maior do que ela, cortava-se os pés; se alguém era menor, então, esticado numa máquina de tortura, para caber no leito. Então, o leito adaptava-se a todas as circunstâncias.

Digo isto porque o parlamentarismo proposto, que na visão de muitos Companheiros é o parlamentarismo puro; entretanto, como proposição, convive com situações que não existem em nenhum país do mundo que adote o sistema parlamentarista. O primeiro equilíbrio frágil desta proposta é a convivência entre o parlamentarismo, a nível federal, e o sistema federativo que é preservado no texto.

Vamos ter, aqui, nesta Casa, o governo dirigido por um primeiro-ministro, mas vamos ter nos Estados e Municípios. Estados e Municípios que fazem parte de uma federação, os governos estaduais e os governos municipais, inclusive das Capitalas, onde o peso político é muito grande; governados por Deputados ou por Prefeitos sem que as respectivas Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores tenham os mesmos poderes que terá o Parlamento a nível federal.

A segunda contradição na proposta contida no Anteprojeto é com o papel do Presidente da República que virá a Brasília eleito pelo voto direto

e secreto do povo brasileiro, e montado em cima de 20 a 30 milhões de votos. Certamente numa eleição com as características das eleições brasileiras, esse Presidente, para poder alcançar esse número de votos, vai percorrer o País durante meses e meses; vai pactuar diretamente com a população e com a opinião pública um programa de governo e uma orientação de administração, e quando chegar aqui em Brasília encontrará as suas mãos atadas e o seu projeto marcado pela inocuidade, porque o governo será entregue, segundo o texto formal, pelos Srs. Deputados a alguém que não foi ungido pelo voto secreto, direto e pelo voto popular.

E pergunto aqui a V. Ex.^{as}: alguém que chegue ao Palácio da Alvorada montado em 30 milhões de votos, iria se submeter politicamente a algum parlamentar escolhido entre nós por 200 ou 300 votos? Dirão V. Ex.^{as} que o Senador Mário Covas teve 8 milhões de votos e que somado à totalidade da nossa votação, nós teríamos a votação global do Brasil referendando e respaldando politicamente a figura do Primeiro-Ministro. Mas eu perguntaria a V. Ex.^{as} se essas mesmas nuances seriam vista pela opinião pública, se o eleitor lá de Araripina em Pernambuco, de Poxoréu no Mato Grosso, ou de Altamira no Maranhão, que saiu da sua casa, e votou no Presidente, vai cobrar do Presidente ou do Primeiro-Ministro escolhido nesta Casa, aqueles compromissos e aqueles engajamentos que foram assumidos em praça pública. Mas dirão V. Ex.^{as}, meus companheiros de Assembléa Nacional Constituinte, que na França o Presidente da República é eleito pelo voto direto e secreto; que em Portugal o Presidente da República é também eleito pelo voto direto e secreto; e que, há poucos dias, encontrava-se no Brasil o Presidente de Portugal, caiu o governo em Portugal e não houve hiato algum na vida democrática daquele país. O Presidente para lá viajou, eleições estão sendo convocadas e um novo governo sairá dessa eleição.

O SR. LEITE CHAVES: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Peço a V. Ex.^a apenas para terminar o raciocínio. Em seguida darei o aparte a V. Ex.^a.

Então, eu diria aos Srs. Constituintes que este conflito potencial político entre o Presidente respaldado no voto popular e um primeiro-ministro escolhido por todos nós, é um conflito potencial que poderá gerar situações indesejáveis e incontornáveis. E há outros problemas, Sr. Presidente. Há parlamentarismo no mundo sem que haja o ferrolho contra a pulverização partidária?

Em qualquer País do mundo onde é adotado o parlamentarismo, existe a defesa contra a pulverização partidária. E mais uma vez o leito de Procusto funcionou. Não permitiram que o parlamentarismo fosse proposto para os Estados, com receio de que os governadores mobilizassem suas Bancadas e o parlamentarismo não passasse. Então, o cidadão que foi deitado no leito de Procusto era maior do que ele, e cortaram-lhe as pernas.

Mas aqui há partidos que representam correntes e segmentos filosóficos importantes na sociedade brasileira, mas que têm poucos votos, e em um sistema parlamentarista perfeito, onde houvesse o ferrolho contra a pulverização partidária

pois os chamados pequenos partidos dificilmente teriam assento nesta Casa. E como os pequenos partidos fazem zuada, o leito de Procusto mais uma vez funcionou. E este texto contém a proposta aparentemente democrática e generosa de que o político, que atingir apenas 1% da votação nacional para a Câmara dos Deputados ou que eleger 1% dos Deputados com assento nesta Casa, poderia ter representação partidária e, além do mais, aqueles Parlamentares que tivessem sido eleitos por esses partidos, mas que os Partidos não tivessem alcançado esse mísero quociente não perderiam o mandato e então poderiam escolher um dos partidos existentes por aqui.

Não há país no mundo que adote o parlamentarismo, sem esse ferrolho que impeça a pulverização partidária, para que o Governo não possa ser paralisado pela mobilização de uma dezena de Parlamentares.

Então, vejo toda esta situação, e acho que se criou, nesta Casa, uma falsa polarização, uma polarização entre os anseios, os anseios os mais justos e os mais generosos, e os mais cívicos dos Srs. Constituintes de restabelecerem as prerrogativas do Poder Legislativo e estabeleceu-se uma falsa polarização entre o presidencialismo imperial vigente, que tem que ser alterado e tem que ser mudado e uma proposta de regime na qual o Parlamento tenha voz, tenha direito de opinar, tenha poder e governe o País. Esta é uma falsa polarização.

É por essa razão que estou apresentando, como forma de emenda substitutiva a todos os capítulos e a todas as seções que introduzem o parlamentarismo nessa Casa, uma proposta que foi redigida pelo eminentíssimo Jurista Miguel Reale Júnior, que cria condições de se desencadear nesta Casa um processo político, e em cuja prática nós vamos descobrir se no Brasil nós temos as reais condições de convivermos com o regime parlamentarista.

É uma proposta que tem sido discutida de maneira exaustiva nos meios acadêmicos e nos meios partidários, e todos aqueles que conhecem a proposta do Jurista Miguel Reale Júnior ficam convencidos de que é coerente e sensata.

É uma proposta que não entrega ao governo desta República a responsabilidade exclusiva do Parlamento, quando o único plebiscito contemporâneo que tivemos, colocando em questão o parlamentarismo ou o presidencialismo, o povo brasileiro votou pelo presidencialismo.

Espero que os Srs. Constituintes a quem vou entregar a cópia da proposta do Jurista Miguel Reale Júnior, espero que cada um reflita sobre essa proposta e que todos aqueles que têm a veleidade de introduzir o parlamentarismo como forma de regime, vejam que é muito mais sábio para esta Assembléa Nacional Constituinte que desencadeemos um processo exploratório para verificar se o parlamentarismo realmente é o regime que melhor atende às esperanças nacionais.

O SR. ALDO ARANTES: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Concedo o aparte ao nobre Senador Leite Chaves e, posteriormente, ao nobre Líder do PC do B, o Companheiro Aldo Arantes.

O SR. LEITE CHAVES: – Espero que V. Ex.^a não venha a sofrer da mesma angústia e do mesmo padecimento que Rui Barbosa, que tantas vezes honrou esta Casa, sofreu. Foi ele responsável pela introdução do presidencialismo no Brasil, empolgado que esteve com o regime americano; só que não sabia, – e depois confessou – que esse regime viera casar com duas mazelas reinantes na América Latina: o militarismo e o caudilhismo. Então, neste País, se é presidente com esses poderes, ou se é ditador, ou se torna uma figura não respeitada pelo País. A emenda que o Congresso está querendo aprovar e, por sucessivas manifestações, já diz que haveremos de ter um parlamentarismo, que é um regime extremamente sério, em que esta Casa é valorizada. O Presidente da República será eleito, porque não se pode violentar tradições; tem poderes até maiores, inclusive o de dissolver esta Casa, mas não é o número de votos que determina a competência. Citou V. Ex.^a a questão de Senador e Governador. No Estado de São Paulo mesmo, houve Senador que teve maior votação do que o Governador, mas essa votação não lhe dará qualificação para governar o Estado de São Paulo ou praticar atos de administração. É a competência determinada pela própria lei e pela Constituição. E, esta Casa, como guarda peregril, haverá de fiscalizar o novo regime, nestes instantes iniciais. Espero que V. Ex.^a, em vez de nos trazer um leito de Procueto nos venha trazer um leito de Frinéia, onde todos queriam tirar seu proveito sensual (risos). Os meus respeitos a V. Ex.^a que pode ter certeza de que a Casa renascerá para uma forma de regime mais compatível com os anseios nacionais. Só os países subalternos, subdesenvolvidos admitem ser governados pela disposição personalíssima de um presidente, que pode demitir um Ministro na sua conveniência, ou mesmo a pedido de um parente seu ou de um subalterno e, esta Casa, com toda a responsabilidade, não tem condições de censurar eficazmente um Ministro. Ele pode até ultrapassar os limites da moral e da lei e não temos poder nenhum, e o povo que nos elege pensa que, pelo menos, temos o poder de fiscalização. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA:

– Muito obrigado, nobre Senador. Concedo o aparte ao nobre Constituinte Aldo Arantes.

O SR. ALDO ARANTES: –

Constituinte Maurílio Ferreira Lima, entendo que, ao discutirmos a questão do sistema de governo, temos que discutir o cerne da democracia em nosso País e temos uma constatação de que o sistema de Governo presidencialista, no Brasil, atrofiou os demais Poderes. O Presidente da República passou a incorporar poderes ditatoriais; é, na verdade, um monarca de tipo novo; o Parlamento não tem, praticamente, função alguma; mesmo o Judiciário, praticamente, não tem nenhuma função e as decisões são tomadas, quase todas, pelo Presidente da República, mas com um detalhe, Companheiro Maurílio, é que por trás do Presidente da República estão os grupos econômicos; por trás do Presidente da República está o militarismo. Um dos grandes aspectos positivos da implantação do regime parlamentarista, o Partido Comunista do Brasil, não imagina, nem pensa e defende que a introdução do parlamentarismo será a solução de todos os problemas brasileiros. Isso seria ilu-

são. Mas, queremos discutir dentro do regime econômico e social vigente, qual o sistema político mais democrático. A nós nos parece que o parlamentarismo força que o plano de Governo seja submetido ao Congresso e que, portanto, tenha o conhecimento da opinião pública. Que um Plano Bresser, arrochando os salários e entregando as nossas riquezas às multinacionais sem que sequer o Congresso Nacional tenha condições de opinar sobre ele. Portanto, nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, a questão do sistema parlamentarista de Governo é um mecanismo que permite a vigilância do Congresso, que permite, por outro lado, a vigilância da opinião pública. Consideramos que na proposta que está aí incorporada pela Comissão de Sistematização tem, como diz V. Ex.^a, contradições graves e uma delas, no nosso entender, é o voto distrital. Porque este é o voto do curral eleitoral, é o voto de cabresto, é a institucionalização do poder do dinheiro, é na verdade ampliar a elitização do Congresso. Nós do Partido Comunista do Brasil consideramos necessário democratizar o parlamento para que se implante o parlamentarismo. É necessário garantir uma representação operária e camponesa no Parlamento, porque hoje este possui básica e predominantemente representante dos latifundiários, dos banqueiros, dos grandes grupos econômicos, e para termos um Parlamento forte e democrático é necessário garantir a representação dos segmentos majoritários da sociedade. Gostaria de dizer aqui que entendo que as questões levantadas pelo Constituinte Maurílio são importantes na medida em que trazem à tona um debate fundamental. Terminando o meu ponto de vista, queria aqui deixar claro que é muito sintomático que os grupos econômicos defendam o presidencialismo, é muito sintomático, principalmente, que os militares sejam os maiores defensores do presidencialismo, porque o presidencialismo está casado com a perspectiva militarista de governo. Tanto assim que, na proposta anterior do neopresidencialismo, queriam introduzir um absurdo, de que os Ministros Militares não fossem objeto da apreciação do Congresso. Eram essas as contribuições que queria dar ao pronunciamento de V. Ex.^a (Palmas.)

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: –

Referindo-me ao final do aparte de V. Ex.^a quando cita os que hoje são ferrenhos partidários do presidencialismo, verifico que estou em péssima companhia, preferia estar na companhia dos setores progressistas, cuja maioria defende o parlamentarismo.

Concordo em gênero, número e caso com todos os argumentos de V. Ex.^a no que se refere às distorções do presidencialismo em vigor no nosso País e, também, com relação ao voto distrital. Vejo que a única discordância que tenho com relação a V. Ex.^a é muito pequena.

Entendo que devemos criar condições para que possamos experimentar, no Brasil, ter real e objetivamente, condições políticas para chegarmos a um parlamentarismo puro como muitos desejam. É por essa razão que a proposta que foi redigida pelo Jurista Miguel Reale, introduzindo e propondo um sistema misto onde se preservam alguns poderes de um Presidente da República eleito pelo voto direto e secreto, mas que ao mesmo tempo incorpora o Parlamento às decisões de poder; creio que ai se encontra a única divergência que tenho com V. Ex.^a, porque não estou aqui polari-

zando o debate, defendendo a manutenção do **status quo**, não estou defendendo um regime onde temos um presidente imperial, mas estou chamando a atenção desta Casa, para o que está ocorrendo, talvez num processo mais longo seja o que ocorreu quando João Goulart se encontrava na China e que, num tempo mais curto, foi necessária uma negociação política para se encontrar saída para a crise, em função da ameaça de um golpe militar. Hoje, em função de termos um Presidente da República acuado dentro do Planalto, um Presidente da República cuja legitimidade precisava conquistar no exercício do poder, há muito tempo perdeu-a. É em função, talvez, dessa fraqueza do atual ocupante da Presidência da República, que estamos fazendo um arremedo de parlamentarismo puro, com todas aquelas contradições a que me referi, inclusive do voto distrital, porque este, a meu ver, anula o dinamismo da vida política porque, num dado momento, podemos ter, numa Unidade da Federação brasileira ou numa grande Capital, uma personalidade ou uma liderança política que se destaque em cima de uma luta e o voto distrital não permite a esta personalidade, se porventura seja importante que ela se candidate, para que o seu mandato seja um instrumento que dê maior repercussão a essa luta: o voto distrital não permite que isto ocorra. O voto distrital foi usado na França por De Gaulle, para acabar e aniquilar o Partido Comunista francês e para acabar com a presença das forças populares no Parlamento francês.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, a Mesa informa que V. Ex.^a dispõe de 5 minutos.

O SR. ALDO ARANTES: – Nobre Constituinte Maurílio V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA:

– Com todo prazer, nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES: – Só um

pequeno esclarecimento. Gostaria de esclarecer a V. Ex.^a, e ao Plenário que a posição do Partido Comunista do Brasil não é a do parlamentarismo clássico. Nós defendemos o sistema de co-responsabilidade, com a manutenção do poder do Presidente da República. Combatemos de forma vigorosa, como já disse aqui, o sistema autoritário centralizador de poder. Mas a questão do fundo que está colocada é que em qualquer sistema, mesmo o de co-responsabilidade, há uma divisão de funções, em que o Presidente é Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro é Chefe de Governo. Sem se estabelecer essa diferenciação, não há a não ser o sistema presidencialista mitigado, que é o que se pretende introduzir, que transforma o Primeiro-Ministro no Chefe da Casa Civil. Isso é descaracterizar completamente uma proposta de regime, mesmo o misto, que é o regime de co-responsabilidade, defendido pelo meu Partido.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA:

– Finalmente, eu aproveitaria esses últimos minutos para me referir a dois aspectos da proposta e que, a meu ver, podem provocar um grande tumulto institucional. Segundo o anteprojeto, não havendo Vice-Presidente da República e, portanto, não havendo sucessor do Presidente eleito, falecendo o Presidente, haverá eleição imediata para um novo Presidente, não para completar o man-

dado daquele, mas para iniciar um novo mandato de 5 anos. Então, como há também um grande clamor nacional pelo fato de, a cada momento, estarmos no meio de um processo eleitoral: se se elege um presidente e, no meio de uma legislatura, ele morre, o outro Presidente é eleito, outra eleição; vem o Presidente eleito, mais uma vez, com milhões e milhões de votos, conviver com um Congresso envelhecido. É mais uma fonte potencial de crise política.

Chamo a atenção dos Srs. para este fato, como também para o fato de que a proposta de dissolução da Câmara dos Deputados, que convoca também uma eleição separada apenas para renovação da Câmara dos Deputados, é também um fato que agrava essa coincidência de eleições, porque a Câmara que for eleita o será para uma nova legislatura completa e poderíamos ter, em apenas 5 anos, o seguinte: morre um presidente, eleição no ano; no ano seguinte estão marcadas as eleições para Prefeito, eleição de novo; no ano seguinte foi dissolvida a Câmara, eleição. Quem nesta Casa suporta ou pode permitir que o País, a cada ano, viva um processo eleitoral? São essas contradições e esses perigos potenciais, que quero ressaltar, para que cada companheiro que tem assento na Assembléia Nacional Constituinte, quando for decidir o seu voto, numa questão tão grave quanto essa, reflita sobre essas dificuldades.

O SR. WALMOR DE LUCA: – V. Ex.^a permite-me um aparte?

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Concedo o aparte ao nobre Constituinte Walmor de Luca.

O SR. WALMOR DE LUCA: – Quero despir-me, inclusive, da posição que ocupava casualmente, respondendo pela Liderança e falar em meu nome próprio. Quero confessar o seguinte: sou parlamentarista por convicção. Por convicção de que, exatamente desde 1891, este País vem copiando o modelo. Se deu certo para a sociedade americana, não deu para nós, haja vista, inclusive, a diferença da renda de lá para cá; haja vista, inclusive, a sucessão de golpes militares aqui dentro. O que é correto é que sem que tenhamos instituições fortes não teremos nenhum regime forte. A preocupação de V. Ex.^a exatamente com o processo eleitoral desaparece no momento em que os Partidos forem fortes. E só teremos Partidos fortes quando eliminarmos essa figura do Presidente, porque é exatamente ele que é o grande inimigo, pois não quer ser preso no seu próprio Partido. É esta a essência da crise brasileira no meu entendimento. Assim foi Getúlio Vargas, em 1945, ao formar o PSD e, logo em seguida, vendo que o Partido era muito forte, formava um outro, o PTB. Assim, observamos, inclusive, o regime militar, formando um Partido que pudesse manipular, a antiga ARENA, sem que esse Partido jamais pudesse influenciar no próprio Governo, ou seja, para poder manter o regime autoritário. E é exatamente esse dilema que vive a sociedade brasileira, em que os Partidos não são fortes, porque a estes não lhes permitem que o sejam. É necessário, exatamente, que tenhamos a coragem, neste momento, de, em primeiro lugar, criar partidos, realmente fortes, partidos que tenham programa e que os Governos instalados cumpram com os seus programas. Segundo, que não te-

nhamos medo de eleição, meu caro companheiro. O poder econômico influencia exatamente por quê? Porque ele armazena o dinheiro quatro, cinco anos para jogar mais em cima de uma eleição.

Tenho certeza de que a própria composição deste Parlamento seria muito mais ao nível de sua representatividade, dos seus compromissos, que sei são os compromissos populares, se nós tivéssemos eleições mais amiúde neste País. Se nós tivéssemos eleições, sim, a todo ano, eleições livres, com acesso aos meios de comunicação, que não permitisse que a Justiça Eleitoral se tornasse surda, cega, e não enxergasse exatamente esta derrama de dinheiro que vimos no último pleito e que V. Ex.^a lembra muito bem e que outros companheiros têm lembrado. É exatamente através do fortalecimento das instituições, dos Partidos políticos. Para fortalecer os Partidos políticos precisamos do regime parlamentarista, que vai ser sustentado na força do próprio partido e não do salvador, do homem que tem suas luzes, daquele que, inclusive, é o Messias, que chega hoje e amanhã morre e, com isso, a crise se instala.

Gostaria que o meu caro companheiro refletisse sobre isto. Tenho certeza de que o Companheiro, que tem conosco um compromisso de transformação desta sociedade, há de entender que este País precisa de um mecanismo de sistema de governo, e esse mecanismo tem que ser novo, moderno, não pode ser um mecanismo, por exemplo, do México, não pode ser o próprio mecanismo dos Estados Unidos, onde se resolvem as crises através do revólver. Talvez isso sirva para a UDR, se colocarem, exatamente, no coldre, aqui no Congresso Nacional, como se fosse a expressão da sua força. Não, não será o Texas mas será, sim, inspirado no exemplo da velha Europa, onde nos regimes da direita ou esquerda, do socialista ao capitalista, predomina o sistema parlamentarista. Porque ele tem uma permanente responsabilidade com o povo, nos seus atos. Lá não acontecem fatos tais como o Presidente, mesmo eleito, consagrado por milhões de votos, passar durante um determinado período, 5, 6, ou 4 anos, e não ter que prestar contas nem ao seu Partido e nem a sociedade.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Sr. Presidente, quero encerrar assinalando que a generosidade com a qual V. Ex.^a se comporta na Presidência desses trabalhos, só contribui para que o debate sobre os temas constitucionais possam alcançar maior profundidade. V. Ex.^a não tem a rigidez da formalidade. A benevolência com a qual V. Ex.^a preside deve se reproduzir em todos os membros desta Casa para que, enquanto possamos ter tempo, possamos discutir e meditar sobre os problemas que devemos decidir.

Agradeço a generosidade de V. Ex.^a, e deixo para os meus companheiros e meus pares as reflexões modestas e humildes, que lanço com relação a este assunto, não podendo esperar que o meu discurso seja enriquecido, talvez, com um aparte do Constituinte José Fogaça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Para discutir, em primeiro turno, o projeto de Constituição, concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Aguiar.

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Constituintes:

Vou, mais uma vez, tratar do direito do menor. Eu prometi que o faria tantas vezes quantas fossem necessárias, até que estivesse a Constituição Federal promulgada. Na verdade, assumi compromisso com o povo capixaba de que lutaria aqui, para que, pela primeira vez na História desta República, o direito da criança, o direito do menor passasse a incorporar o texto da nossa Constituição. Agradeço, pois, a presença dos ilustres colegas e também dos cidadãos e cidadãs que comparecem às galerias, para o testemunhar, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, para mostrar aqui àqueles cidadãos que estão realmente empenhados a fim de que a futura Constituição seja mais justa e a melhor, no sentido de atender aos graves anseios da população nacional.

Não é preciso dizer, todos os sabem, isoladamente, o chamado problema do menor, que, na verdade não é problema, é consequência de outros problemas, é o mais grave que temos hoje no País, pelas suas consequências na vida de cada menor, pelas suas consequências também nos destinos da Pátria.

Tenho ouvido falar muito a respeito e tenho ouvido mais, tenho ouvido aqueles que dizem que a solução do problema do menor passa pela solução de outros problemas; tudo isso é verdade mas é verdade pela metade. O que é verdade pela metade? Primeiro, porque não é preciso implantar, neste País, um sistema socialista, de economia socialista, para resgatar hoje os que estão famintos atirados às ruas, não é necessário. Conheço muitas nações capitalistas do mundo onde este problema não é resolvido no todo, mas não chega ao ponto do que ocorre aqui: crianças inocentes, pequenas, desprotegidas, sem nenhuma culpa, sem terem contribuído por nenhum gesto e nenhum ato, atiradas nas grades, nos caixotes de lixo, sob as marquises como se vivêssemos na mais pobre, na mais desgraçada nação da Terra. Não! As estatísticas estão dizendo – é o discurso dos economistas que o diz – que nós temos aqui acumulada a 8^a economia do mundo capitalista. No entanto, no trato do problema do menor estamos no 87º lugar, o que significa dizer que a solução do problema não é, positivamente, por falta de recursos.

Eu dizia há pouco, para expressar a revolta do meu coração, que não podia concordar que um Ministro desta República, agora, para justificar sua política de contenção de despesas e de cortes dos déficits públicos, corte a verba que hoje representa o único apelo que as crianças das populações periféricas têm neste País. Três bilhões de cruzados serão cortados dos recursos destinados às crianças que a LBA e a FUNABEM atendem! Isso só pode ocorrer num País, num sistema e num Governo em que os homens não têm compromisso com a infância! (Palmas) Por isso eu me empenhei de todas as formas, a partir da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON AGUIAR: – Dentro de alguns minutos, terei o maior prazer em conceder a V. Ex.^a o aparte.

Empenhei-me com meus companheiros de trabalho, no sentido de que pela primeira vez se escrevesse na letra da Constituição, que o menor é sujeito de direito, independentemente da existência do seu papai ou da sua mamãe. E eu me inspirei – quero fazer esta justiça, por oportunidade, até – no Projeto Afonso Arinos, que, legislando com muito mais sabedoria e com muito mais compromisso com a infância deste País, do que temos feito até agora, teve o cuidado de criar um capítulo intitulado "Das Tutelas Especiais", em que se procura contemplar, com muita segurança e com muita profundidade, o direito do menor.

Por que temos que falar no direito do menor? Dizia um dos nossos ilustres co-Relatores que isto não era necessário, porque no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais e direito do cidadão já estava contemplado e, portanto, o direito do menor.

Tenho procurado provar, e tenho procurado provar com os fatos, que o menor abandonado não é cidadão. Primeiro, porque é menor não pode ele mesmo exercer a sua cidadania; segundo, porque não se sabe onde estão seu pai e sua mãe, para que, indiretamente, a sua cidadania fosse exercida, como ocorre com meu filho. Não tendo pai nem mãe, repito, esse menor não é de ninguém. Não é da família, que o abandonou; não é da sociedade, que não o assume; não é do Estado, que o marginaliza. Não é de ninguém. Não tem pátria, não tem abrigo, não tem lar, não tem esperanças. Estamos tentando, pela primeira vez, e este é nosso apelo, no sentido de que o texto que está formalizado aqui, senão puder ser melhorado, que não seja subtraído da futura Constituição, para que, pela primeira vez, esse menor da rua ao se encontrar abandonado, possamos olhar para ele sabendo que à luz da Constituição nova ele agora é sujeito de direito. Eu temo, ilustre Senador – para conceder o aparte a V. Ex.^a – que esses direitos não sejam garantidos na prática, nem através de parlamentarismo nem através de presidencialismo; eu temo. Por quê? Por que eles estão atirados na rua? Não é porque o Governo é presidencialista não, não é. É porque o sistema capitalista implantado aqui é cruel, é duro, é selvagem, não tem compromisso com o pai e a mãe dessa infância. Porque o mesmo sistema que para se implantar e se implantou optou por um sistema de processo industrial, que para atende ao interesse do que transportava o capital para cá colocou, para trabalhar nas fábricas e nas indústrias, a mão-de-obra mais barata e mais desprotegida do mundo.

O industrial dos grandes centros urbanos passou a ser, ao mesmo tempo, empresário do campo, e o homem sem direito no campo foi transportado para a cidade para trabalhar nas fábricas; e esse homem tem sido utilizado da forma mais abjeta e cruel. A sua mão-de-obra tem sido utilizada da forma mais desavergonhada e eu, para dar o aparte a V. Ex.^a, vou lembrar só um exemplo, porque é o que ocorre em todas as grandes cidades e capitais deste País. É o exemplo da Companhia Siderúrgica de Tubarão, no meu Estado, na qual, no pique da obra, estavam 22 mil operários, trabalhando nas obras de construção civil, todos eles egressos do campo, todos atraídos pela propaganda feita no rádio e na televisão e até em cima do caminhão pela Companhia Cima En-

genharia e Convap, que iam lá dizendo: agora, vocês vão ter emprego, com salário justo, e atendimento médico-hospitalar. Terminadas as obras de construção civil, foram eles abandonados e, hoje, são os habitantes da periferia, com os filhos nas ruas e as filhas se prostituindo. Esta é a lógica cruel do sistema capitalista que está implantado aí e que precisa ser revertida. Eu hoje assumirei, com honra, um compromisso com o parlamentarismo, se este for o seu compromisso, o compromisso de reverter, na prática, esta estrutura capitalista, dura, cruel. Portanto, eu não gostaria de vê-lo, ilustre Constituinte, falando sobre a forma desse sistema, mas falando o que ele vai significar na essência, isto é, como um meio, como instrumento que provoque estas transformações, a fim de resgatarmos estes milhões de famintos, de deserdados, que temos por este País afora.

Concedo, agora, o aparte ao nobre Constituinte José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Nobre Constituinte, V. Ex.^a tem sido, nesta Casa, talvez o exemplo mais contundente, mais vivo e mais irrecusável, realmente, de um parlamentar que defende com todas as suas forças, com uma tenacidade invejável, uma causa extremamente justa, que é a causa do menor. Eu não poderia deixar de fazer esse registro e esse reconhecimento. V. Ex.^a é, sem dúvida alguma, uma figura exponencial nessa luta, hoje, no Brasil, e merece a posição que ocupa.

O SR. NELSON AGUIAR: – Muito obrigado pela sua bondade.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Gostaria de dizer a V. Ex.^a, que as observações que me motivaram o aparte estavam muito mais localizadas no início do seu pronunciamento, quando V. Ex.^a disse que tanto num país capitalista quanto num país socialista se podem resolver tranquilamente essas questões, basta ter vontade. Acho que V. Ex.^a, tanto quanto qualquer um de nós, tem perfeita consciência de que os países de economia capitalista, que resolveram o problema do menor, da infância abandonada, o resolveram numa economia de abundância. Países capitalistas que realizam claros, inequívocos processos de transferência das economias periféricas. E quando V. Ex.^a faz referência, portanto, ao sistema de governo, é evidente que o sistema de governo não pode, não pretende, não quer tocar no cerne dessa questão. Nós nunca dissemos, – e V. Ex.^a esteve presente a uma palestra que tivemos a oportunidade de fazer em Vitória.

O SR. NELSON AGUIAR: – Muito brilhante, diga-se de passagem.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Nunca dissemos que o sistema Parlamentar de governo irá, por si só, automaticamente, resolver as profundas injustiças estruturais que estão enraizadas há muitos séculos na sociedade brasileira, porque estas injustiças não têm origem numa superestrutura jurídica, em cima da qual se organiza um sistema de governo. Essas injustiças sociais estão muito mais gravadas nas relações que se dão entre as classes sociais e o sistema de produção. Portanto, quero tocar no ponto central do pronunciamento de V. Ex.^a, para dizer o seguinte: se um parlamentarismo, por si só, não tem os instrumentos resolutórios, imediatos, dos problemas da carência social do

menor em nosso País, pelo menos não aconteceria no sistema parlamentar de governo este exemplo que, da tribuna, V. Ex.^a vem a condensar. Porque no regime parlamentar de governo, um Ministro só chega à condição de Ministro, mediante compromisso com um programa específico de Governo, ao qual ele está submetido e tem que cumprir inequivocável e irrecusavelmente. No momento em que ele fraudasse ou descumprisse esse programa, ele estaria submetido, imediatamente, ao voto de desconfiança do Parlamento. Não quero, nobre Constituinte, chegar ao exagero e à irresponsabilidade de dizer que é o sistema de governo, com uma mera superestrutura, que vai tocar nas relações de classe, nas relações de poder, num sistema de exploração social. Isto depende, isto sim, do sistema econômico, do sistema capitalista selvagem, instalado em nosso País. Agora, que o parlamentarismo dá os instrumentos mais flexíveis, mais ágeis e mais próprios para o enfrentamento dessas questões, não tenha nenhuma dúvida V. Ex.^a Muito obrigado.

O SR. NELSON AGUIAR: – Muito obrigado, nobre Constituinte. Quero dizer que tenho acompanhado o trabalho de V. Ex.^a, quando maravilhou a platéia da rede TV-Gazeta de Vitória, no Estado do Espírito Santo, ao fazer a sustentação da sua tese pela implantação do sistema parlamentarista no País. Quem dizer a V. Ex.^a que estou passando por um processo gradativo de convencimento.

O Sr. AGASSIZ ALMEIDA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON AGUIAR: – Pois não.

O SR. AGASSIZ DE ALMEIDA: – Estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento nesta tarde. V. Ex.^a aqui nesta Casa exerce, na sua luta tenaz, quase um sacerdócio em defesa de milhões e milhões de menores abandonados por esta Nação. Conheço a sua luta e a sua história, o seu trabalho em defesa daqueles que o destino, por urna contradição atroz, as fez desencontrar da vida. Mas quero acrescentar a grande preocupação, Sr. Constituinte Nelson Aguiar, que é a do maior abandonado, o grande maior abandonado deste País, porque nós estamos alcançando quase o coeficiente de 45 milhões de brasileiros que são a causa, sem dúvida, de milhões e milhões de menores abandonados. Quero acrescentar ao seu vigoroso e inteligente discurso, nesta tarde, esta nossa preocupação que, paralelamente à sua, é também a nossa, a de perquirirmos e nos debruçarmos sobre a miséria, a grande miséria do grande maior abandonado desta Nação. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. NELSON AGUIAR: – Muito obrigado a V. Ex.^a.

Agradeço a V. Ex.^a, mas quero dizer-lhe que me recuso a aceitar esta elogiosa afirmação de ser esta uma causa de Nelson Aguiar. Não a quero como a minha causa; esta é uma causa do Universo. Esta é a mais urgente questão social do Brasil, a questão da infância.

Na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, recebemos dezenas de mil propostas, das quais nove mil e seiscentas a respeito do problema do menor.

Agora, dá entrada um volumoso abaixo-assinado, da sociedade brasileira, talvez mais de 100 mil assinaturas, pedindo que esses princípios que procuramos inserir no texto da Constituição sejam assegurados na Constituição que vai ser promulgada.

Fui Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Tive ocasião de percorrer este País quase todo e de falar em 82 conferências nas Capitais e nas grandes cidades do interior do Brasil.

De repente, vi uma sociedade apavorada com a questão do menor; de repente vejo que o telefone toca, os telegramas são enviados, as cartas, as propostas e o povo do Brasil dizendo: "Salve a infância brasileira". Será por quê? Será por que, de repente, a consciência nacional despertou para esse problema? Será por que, de repente, os corações se apiedaram do problema do menor? Não. É porque o menor, cansado de ser agredido, atirado na rua desde os primeiros anos de vida, preso, torturado, prostituído contrabandeado, vendido, esse menor comece a formar sua própria família, isto é, a sua quadrilha, nas cidades grandes. Esse menor começou a se organizar; aprendeu a usar arma de fogo; passou a assaltar, a tomar à força, a assassinar; esse menor aprendeu, de arma na mão, a responder às agressões de que é vítima todos os dias, as agressões da omissão, as agressões da irresponsabilidade, porque precisamos nos lembrar de que, num dado momento, aquela criancinha pequenina estende a mão para qualquer um de nós. Pela primeira vez, no seu primeiro gesto, ela não está manifestando nenhum ato de agressividade ou hostilidade, ela está estendendo-nos a mão em busca de solidariedade. Damos-lhe alguma esmola; pagamo-lhes um pão. Nós as escorraçamos ou simplesmente viramos as costas para ela. Com esse gesto, com esse comportamento, com essa forma de ser o mestre na escola da vida, o que nós, na verdade, estamos fazendo é induzindo esta criança à prática de um segundo gesto, que é o gesto de subtrair, ou seja, o gesto de furtar.

Do gesto de furtar para o terceiro gesto, que é o de tomar à força, e, no gesto de tomar à força, ela terminar subtraindo a vida é apenas uma questão de tempo; é apenas uma questão de circunstância.

Quero perguntar, então, o que esta Nação de 130 milhões de brasileiros, que detém aqui a 8ª economia do mundo capitalista, o que ela está fazendo para ir ao encontro dessa criança do primeiro gesto.

Não conheço nada, a nível de governo, não! Conheço o trabalho do voluntariado, do povo; conheço o trabalho das mãos caridosas e dos corações abnegados; conheço esses projetos, dando certo e produzindo bons resultados por aí afora.

Do governo, eu conheço uma instituição chamada Funabem, que não foi criada para resolver o problema do menor, mas para resolver o problema da sociedade que tem medo do menor. Conheço as congêneres da Funabem em todas as capitais e na maioria das cidades grandes. Presídio, este é o nome dela; Presídios, cadeias da infância, porque, lá sim, elas são também torturadas. É isto o que esta República está fazendo,

a República que tem um dos parlamentos mais luxuosos do mundo.

Sim, aqui, a poucos metros dos Ministérios da área social, esta República deixa o seu mais caro patrimônio, o seu mais rico patrimônio, o seu patrimônio que nunca poderia ser alienado, disputando a vida nos lixões da cidade, disputando com os urubus, com os porcos, com os cães o sagrado direito de sobreviver. (Palmas.)

Nós temos a mais pesada dívida social para ser resgatada no hemisfério Sul com a infância brasileira. Temos! E eu duvido muito que esta fajuta democracia de latifundiários e empresários, que se acotovelam aqui em busca de uma iniciativa privada, que lhes permita ser os donos do chão da cidade e os donos do chão do campo, eu dúvida muito (palmas) que, com essa democracia espoliadora que aí está, nós possamos resgatar o direito desses milhões de menores.

Eu li, anteontem, um livro a respeito da reforma agrária, apresentando as 16 empresas estrangeiras, todas elas possuindo, no Brasil, mais de 300 mil hectares de terra. Algumas delas com 2 milhões e 300 mil hectares de terra, e ainda vejo parlamentares desta Constituinte lutando aqui para que não se faça uma reforma agrária porque, isto sim, ressolveria o problema do menor e tocaria fundo o dedo nessas estruturas que marginalizam os seus pais, as suas mães, e que, marginalizando a sua família, o atiram na rua, como de resto vem ocorrendo.

O SR. VICENTE BOGO: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. NELSON AGUIAR: – A reforma agrária que estamos pregando aqui para resolver esses problemas da fixação do homem no campo não tem nada de socialismo não. É uma miserável reforma agrária capitalista, que qualquer nação capitalista do mundo já fez; e quero lembrar bem, repetindo...

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha. Fazendo soar a campainha.) Quero comunicar ao nobre orador que dispõe de 5 minutos para concluir o tempo.

O SR. NELSON AGUIAR: – Antes de conceder o aparte à V. Ex.^a, nobre Constituinte Vicente Bogo, vou lembrar que, hoje, não sou um revolucionário; sou um reformador, hoje, estou na condição daqueles reformadores da Nicarágua, quando os revolucionários, de um lado, queriam uma reforma agrária que tomasse tudo e colocasse sob a propriedade do Estado, e, do outro, a direita bolorenta, atrasada, conservadora, que não queria ceder um palmo, que pregava, como se prega aqui, hoje, "a propriedade é direito sagrado". É mentira! A propriedade é direito humano. A propriedade privada é criação do homem. É criação da inteligência do homem. Mas eles, os que não queriam reforma agrária alguma, faziam o mesmo discurso que fazem aqui. Os reformadores estavam, como nós estamos hoje, querendo fazer uma, para que os que detêm demais pudesse ceder um pouco, para que os que nada têm pudesse ter um pouco. Não quiseram; perderam tudo. O ditador Somoza, cuja família detinha 40% (quarenta por cento) das terras, perdeu a vida. Sua família perdeu a liberdade. Assim aconteceu em Cuba, na China, na União Soviética. Assim

aconteceu na Hungria; assim aconteceu na Polônia. Assim terminará acontecendo aqui, porque aqueles que hoje levantam o dorso, assombrados e maravilhados, para dizer que a UDR colocou aqui 30 mil proprietários rurais, primeiro de tudo, mentem. Trinta mil, porque trouxeram seus vaqueiros, que, se não viessem, iam para a rua. Eu encontrei da minha cidade pelo menos 8 jovens que nada têm a ver com a vida rural. Entraram no ônibus e vieram conhecer Brasília. Foram usados, para que a UDR apresentasse o seu volume de população. Não me assombra. Por que não me assombra? Porque as estatísticas dizem que agricultores sem terra são 9 milhões, 10 milhões e 600 mil daqueles que servem para trabalhar na roça deles, derrubar a mata deles, ordenhar a vaca deles, mas não servem para ter terra. Eles querem continuar usando sempre a propriedade privada e a liberdade de iniciativa, com direito de morar nas mansões da cidade, com os filhos na cidade, com filhos estudando no estrangeiro, sustentando essas terras através de capatazes mal pagos, morando em choupanas, cujas famílias tomam banho nos córregos poluídos e fazem as suas necessidades atrás da moita.

O SR. VICENTE BOGO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON AGUIAR: – Darei o aparte a V. Ex.^a. Eles querem continuar assim nesse sistema de vida e, ao mesmo tempo, dizem: – "Não, é preciso ter vocação para o campo, no campo tem que se ter vocação e competência". Eles são os vocacionados para serem médicos e advogados, eles são os vocacionados para serem donos de hospitais e da terra, donos das fábricas e da terra, os donos de escritórios de advocacia e da terra, os donos do mandato parlamentar e da terra. Mas o homem da terra para eles, não, só serve para vergar a enxada e o machado, para tocar o trator, para pastorear os rebanhos, para ordenhar as vacas deles. Isto é espúrio e indigno.

Se não implantarmos aqui um sistema que abula isso por meio da lei, o povo um dia vai fazê-lo através das metralhadoras. Sim, vai, porque seria bobagem nossa achar que o povo brasileiro, em nome do cristianismo, da sua consciência pacífica, vai ficar a vida inteira debaixo de um processo histórico desses. Não, não vai! O povo vai levantar a cabeça, como todas as nações do mundo o fizeram. Temos agora a grande oportunidade de fazer, pela lei, essas mudanças, para que o povo não tenha que fazê-las escrevendo com seu sangue as páginas da Constituinte e da História. (Palmas.)

Concedo o aparte ao Constituinte Vicente Bogo.

O SR. VICENTE BOGO: – Nobre Constituinte Nelson Aguiar, não poderia deixar de apartá-lo para me congratular com a propriedade e o brillantismo com que V. Ex.^a faz sua exposição, lembrando dos milhões de brasileiros que estão sacrificados, passando fome e miséria, e, de modo especial, quando V. Ex.^a lembra os trabalhadores rurais, os camponeses, que têm servido de massa de manobra. Se temos a favela da cidade, a favela do campo, a violência, o menor carente, o menor abandonado, o injustiçado, está em toda a área e é fruto disso que V. Ex.^a, com muita propriedade, acaba de colocar: de uma sociedade montada em cima da concentração de renda, da prepo-

tência, da exploração. Poderíamos ainda lembrar tantos outros números e fatos, como é a situação hoje, no meio rural, da mulher camponesa, que não tem assistência social, não tem direito à aposentadoria, não tem salário, não tem nada, é dependente, e dos milhões de inválidos e deficientes. A situação que vemos no País, na verdade, é quase que uma creche nacional. Quero me congratular com a sua exposição e parabenizá-lo pela propriedade do pronunciamento de V. Ex.^a

O SR. NELSON AGUIAR: —Agradeço a solidariedade de V. Ex.^a.

Encerro, dizendo que, por mais que queiram e aqui existem aqueles acostumados a pichar xiitas, pichar esquerdistas, pichar drusos e outras coisas, não estou fazendo nenhum discurso inspirado em **O Capital**, de Karl Marx. Ainda não, ainda não! Estou fazendo o meu discurso Inspirado no livro, que está sobre a mesa, porque, desde a minha infância, sou criado aos pés do Evangelho. O que me inspira é a passagem dos Profetas advertindo a todos nós que o direito tem que trazer em si o conteúdo da justiça, que é um atributo de Deus na relação dos homens.

Tenho-me inspirado nesses profetas, especialmente no grande profeta Isaías em cujo Capítulo X do seu livro, versos 1 e 2, que diz:

"Ai daqueles que votam leis iniquas, para roubar órfãos e viúvas e para fraudar o direito dos pobres do meu povo."

Eis-nos aqui, Senhores, no anfiteatro da luta parlamentar. Eis-nos aqui com a responsabilidade que Deus colocou nas nossas mãos, que o povo colocou também nas nossas mãos e na nossa consciência. Eis-nos aqui para colocar nas mãos do povo uma Constituição justa, uma Constituição que faça com que os ricos deixem de ser tão miseráveis, avarentos e predadores dos pobres desta Nação para que esses homens, que fazem um **lobby** da terra e vêm para aqui para comprar a consciência do parlamentar ou para intimidar, lembrem-se de que homem nenhum fabrica terra, homem nenhum produz terra. A terra foi criada por Deus, de acordo com a Teoria Criacionista esquematizada no Livro Gênesis: "A terra é bem natural como a chuva, o vento, a tempestade, o brilho das estrelas ou a escuridão da noite. A terra, sendo de Deus, é de todos os homens. Deus a criou para que vivêssemos sobre ela em clima de fraternidade, de amor, não para que alguns a possuissem e, possuindo-a, escravizassem outros", como estão fazendo. Os latifundiários das grandes empresas multinacionais e das nacionais deste País mantém, lá, os gateiros. A imprensa todo dia fala na figura do gateiro. O gateiro não está sem o gatão atrás dele. Todos nós sabemos das condições em que vive o homem da mão calejada, a mulher que colhe, a mulher que roça, a mulher que ordenha. Sabemos como eles vivem no chão desta Pátria. Pois há aqueles que são o dono da fábrica e o dono da terra, há aqueles que são o dono do mandato parlamentar e o dono da terra, aqueles que são o dono do banco e dono da terra, estão aí a dizer ao Brasil todo: "Queremos a iniciativa privada! A liberdade de iniciativa! A própria Rússia está abrindo! Queremos é isto, porque essa esquerdinha burra faz isso e faz aquilo. Essa esquerda representa aqui

o sal da terra, porque ela é que não tem permitido a esse partido de fazendeiros, de industriais e latifundiários perderem a consciência crítica, de que atrás de nós existe uma tragédia de fome, de enfermidade, de exploração, de miséria, de prisões, de morte e, acima de tudo, de morte prematura.

Que Deus tenha piedade deste País e que Ele inspire o coração de todos nós e a nossa inteligência, para que aqui não estejamos preocupados com os interesses do Sr. Roberto Marinho, nem do Sr. Silvio Santos, nem do Sr. fulano de tal da UDR, mas que estejamos preocupados e comprometidos com os direitos, com os anseios, as dores, as lágrimas das multidões famintas, do homem que vive na terra, que a cultiva e que morre nela, dos sepultados nas sepulturas em cruzes. É na defesa dos direitos deles que temos que estar aqui, na defesa dessas posições. E eu estou acima do meu Partido, porque, infelizmente, o povo que nos vai hoje nas ruas é o mesmo que nos aplaudiu há pouco tempo. Não foi o povo que mudou, quem mudou foi o PMDB; não foi o povo que traiu o PMDB, é o PMDB que está traínado o povo. Sim, é este Partido que ao mesmo tempo em que diz que no balanço comercial tivemos uma vantagem de um bilhão e trezentos milhões de dólares, e o Ministro do Planejamento enfia a faca no orçamento e tira o leite das crianças; sim, tira o leite das crianças, mas não está tirando os juros dos banqueiros, e é isso que estão fazendo. E isso para mim. Srs. tem um nome: "vergonha", que está faltando como partido, e que nós precisamos reparar esta vergonha na Assembléa Nacional Constituinte, na Convenção do PMDB, sob pena de irmos para as ruas pedir a um povo, que vai virar as costas para nós, e vai virar com toda a justiça. Não vai virar para mim não, porque eu virarei as costas para o Palácio do Planalto e vou percorrer a planície. Eu não fui criado no Planalto, eu fui criado na planície, no Planalto estão os que detêm o poder, na Planície está o povo, que, na verdade, tem o verdadeiro poder. Com ele eu vou ficar, e se tiver que abandonar com o povo, eu o farei na primeira hora, virarei as costas para essa sigla, porque esta sigla está virando as costas para o povo, para o povo que colocou aqui a maioria de Constituintes, de Governadores nos Estados, nas Assembléias Legislativas, de Deputados Estaduais. Muito obrigado. Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr Nelson Aguiar, o Sr Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Sotero Cunha, Suplente da Secretário, e Arnaldo Faria de Sá, 3º Secretário.

O SR. VICENTE BOGO: — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICENTE BOGO (PMDB – RS. Para questão de ordem): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Fomos surpreendidos, hoje com matéria estampada em alguns jornais aqui de Brasília no sentido de que o companheiro Marcelo Cordeiro, valendo-se de um cargo que não pertence nem

a ele nem ao nosso Partido, estaria manipulando o noticiário do programa de televisão **Diário da Constituinte**, editado sob a responsabilidade da Primeira Secretaria da Assembléia Nacional Constituinte.

Trata-se, Sr. Presidente, de acusação grave e que entendo ser merecedora da ampla investigação, promovendo-se, como resultado de tal providência, as responsabilidades que o assunto exige principalmente às acusações assacadas contra o nosso valoroso companheiro Marcelo Cordeiro pelo Sr. Deputado José Egreja, do PTB de São Paulo.

Nós, que temos o elevado orgulho de representar nesta Casa e na Constituinte os trabalhadores rurais deste País, não podemos, absolutamente, aceitar tamanha acusação, que se origina no confessado inconformismo político-ideológico do parlamentar paulista, que sendo usineiro na cidade de Penápolis, na região de Araçatuba, sem favor algum uma das mais ricas do País, não poderia, mesmo, ficar ao lado da reforma agrária.

Decorre dessa nossa representação o interesse particular que temos pela matéria, o que nos tem permitido acompanhar passo a passo o referido noticiário televisivo, podendo, por isso mesmo, oferecer o meu testemunho pessoal de que tal programa se vem conduzido como dos mais imparciais, fato, aliás, que é fácil de ser confirmado, bastando para isso que revejamos as fitas de todos os programas até agora levados ao ar.

É até compreensível que representantes de determinados segmentos sócio-econômicos venham para a Constituinte defender interesses específicos de tais categorias, mas não podemos aceitar quando se investe, de forma mentirosa, caluniosa, difamatória e injuriosa contra um companheiro cuja conduta tem sido a mais ilibada possível.

Estamos, por isso, Sr. Presidente, recolhendo assinaturas a este nosso pronunciamento a fim de que, por meio de adesões de colegas nossos, independentemente de sua filiação partidária ou de coloração, possa afamar-se, nesta Augusta Assembléia, a honradez de principios de Primeiro-Secretário, Deputado Marcelo Cordeiro, desagravando, dessa forma, a própria Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — O documento de V. Ex.^a será apreciado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Adauto Pereira – PDS; Aécio Neves – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Benedita da Silva – PT; Bocayuva Cunha – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Cláudio

Ávila – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Djenal Gonçalves – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Ezídio Ferreira – PFL; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheide – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Geraldo Melo – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Hélio Costa – PMDB; Hilário Braum – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; JesusTajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Egreja – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Guedes – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL Lezio Sathler – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Michel Temer – PMDB; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Olívio Dutra – PT; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Aragão – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruberval Pilotto – PDS; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sólón Borges dos Reis – PTB; Telmo Kirst – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Victor Trovão – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Vladimir Palmeira – PT.

O SR. PRESIDENTE (): – Encerro a sessão, designando para a ordinária de amanhã, dia 17, às 9:30 horas, a seguinte

VIII – ORDEM DO DIA

(Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição 3º dia).

IX – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 5 minutos
DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. OTTOMAR PINTO NA SESSÃO DE 8-7-87 E QUE, ENTREGUE Á REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. OTTOMAR PINTO (PTB – R.J. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não têm sido poucos os pronunciamentos feitos nesta Casa, por diversos Constituintes, defendendo o parlamentarismo ou o presidencialismo. Embora reconhecendo a maré montante do parlamentarismo, nós não nos furtamos ao dever de manifestar a nossa opinião, amadurecida pela reflexão, pela informação e pela vida, a respeito do mesmo assunto.

Dizia Tancredo Neves que "a Lei deve ser a organização social da liberdade". A Constituição não vem a ser senão o grande pacto político e social que a sociedade brasileira, participando na sua elaboração, neste instante, diretamente, ou através dos seus representantes legítimos, busca realizar, no afã de legar às gerações futuras uma obra permanente, uma obra que seja duradoura, uma obra que, no político, no econômico e no social, seja um espelho do nosso tempo, a refletir a imagem real do povo brasileiro.

Não permitamos, pelo nosso esforço intelectual e pela permanente vigilância, que venha a ser a Constituição do Terceiro Milênio vulnerada por conjunturas, mutilada pelo imediatismo, deformado o seu perfil pelo casuismo de interesses abomináveis dos que exercem agora ou dos que pretendem ser chamados depois a exercer o poder.

O Parlamentarismo não é um regime político novo; sua origem remota ao Século XIII, na Europa. Sofreu alterações, ao longo do tempo, até chegar à forma clássica, que tem no parlamentarismo inglês sua expressão mais consagrada.

De igual modo, o presidencialismo, com suas raízes mergulhadas na antiguidade, desde as Cidades-Estados da Grécia, passando por Roma e pelas cidades italianas da Renascença, foi somente no Século XVIII, com a independência dos Estados Unidos da América, que se delinearam, de forma nítida, os seus contornos permanentes.

Os Séculos XIX e XX testemunharam o surgimento de novos Estados e persistentes modificações ocorreram nesses dois sistemas políticos-parlamentar e presidencial – num processo de adequações desses sistemas, pelas diferentes sociedades, à sua maneira de existir, de conviver, à sua cultura.

Houve mutações, numerosas mutações, e chegamos, hoje, às formas do presidencialismo-parlamentarista ou do parlamentarismo-presidencialista, que tornam difícil a individualização das fronteiras a separar um sistema do outro.

A constatação óbvia que se faz é de que cada Estado, cada sociedade, cada país, procura delinear o regime político que melhor sirva às aspirações gerais, à cultura, ao modo de ser do seu povo. Em verdade, o povo é o sujeito do processo político, é ele que detém a soberania. O povo é o princípio e o fim da ação governamental.

Todos nós sabemos da anterioridade dos homens, em relação ao Estado. A necessidade de

adoção de convivência que salvaguardasse para os homens os seus direitos naturais fez com que se congregassem e se submettessem à uma organização política, o Estado, que lhes garantisse, que lhes assegurasse, de forma efetiva, o direito à vida, à propriedade, à liberdade e à segurança.

Preocupa-nos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ouvir a pregação de Constituintes, muitos deles, idealistas e sinceros, dirigida essa pregação para a consagração, na futura Constituição, do parlamentarismo clássico. afirmam eles que esse sistema, uma vez implantado, institucionalizará a estabilidade política na vida brasileira, induzindo à consolidação de partidos políticos estáveis, dirigidos por políticos de militância permanente, com programas definidos, que englobem os problemas político-administrativos da Nação; que esse regime político, o parlamentarismo, também promoveria a eliminação das mazelas da burocracia, graças à uma convergência natural e espontânea de todos os esforços, para a instalação de uma administração civil competente e estável. Dele defluirá uma administração suficientemente eficaz, capaz de evitar o emperramento da máquina do Estado, nos momentos, em geral freqüentes no regime parlamentar, de ausência do Poder Executivo; nos hiatos de exercício de poder, que freqüentemente ocorrem nesse regime político. Não concordamos com tamanho milagre num País continental como o nosso; convivemos com milhões de cidadãos em pobreza absoluta, marginalizados dos benefícios da sociedade de consumo e da produção nacional. Temos mais de 40 milhões de analfabetos; mais de 30 milhões de menores abandonados. Há acentuadas disparidades regionais e pessoais. O modelo econômico que nos rege atualmente é paternalista; é concentrador de riquezas e difusor da miséria e da pobreza. Os nossos partidos políticos não apresentam a característica da permanência de objetivos precisos nem de programas definidos, salvo, é claro, alguns pequenos partidos ideológicos. A magnitude dos problemas de nossa Pátria não nos autoriza um mergulho no ciclo de instabilidade político administrativa que o parlamentarismo irá entronizar na vida pública brasileira contemporânea.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. OTTOMAR PINTO: – Pois não.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Lamento que V. Ex.^a assuma a posição que está assumindo, sendo um deputado dos mais brilhantes e dos mais ativos desta Casa. V. Ex.^a falou que o regime parlamentarista seria incompatível com os países subdesenvolvidos, e justamente o regime parlamentarista não poderia instalar-se onde não houver partidos. Vou citar a V. Ex.^a, porque os exemplos respondem melhor do que a teoria: a Índia é um país mais pobre do que o nosso...

O SR. OTTOMAR PINTO: – Eu sei.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – ... É um país mais subdesenvolvido do que o nosso, é um país que enfrentou guerras com nações vizinhas e, no entanto, o regime parlamentarista é que vem mantendo a estabilidade daquela nação. O mesmo ocorre com outros países subdesenvolvidos, como a Jamaica e a Guiana, vizinhos nossos. O presidencialismo impossibilita a existência de partidos políticos, porque no presidencialismo o

que ocorre é o partido daqueles que são a favor do presidente e os que são contra o presidente. Só o parlamentarismo instalado é que permitirá a existência de partidos políticos. V. Ex.^a verá o seguinte: V. Ex.^a como todos os Constituintes desta Casa que apóiam o governo têm dificuldades de falar com os ministros, de entrar nos ministérios e, sobretudo, falar com o Presidente da República, que é o Chefe do Governo. No regime parlamentarista, isso ocorre diariamente, porque parlamentarismo é sinônimo de democracia, mesmo num País complexo como o Brasil. Enquanto que presidencialismo é tendência para o autoritarismo e para a ditadura.

O SR. OTTOMAR PINTO: – Concordo em gênero, número e caso com V. Ex.^a, eu não estou aqui defendendo a forma pura do presidencialismo. O aparte de V. Ex.^a, enriquece o meu pronunciamento. V. Ex.^a verá, mais adiante, que nós queremos chegar a uma forma do que hoje existe pelo mundo, presidencialismo parlamentarista ou parlamentarismo presidencialista, enfim, é uma fórmula híbrida, uma conjugação dos fatores positivos dos dois sistemas, para trazer o melhor benefício para a sociedade. O caso específico da República Cooperativista da Guiana, que conheço pessoalmente, não constitui um bom exemplo; não foi um exemplo feliz de V. Ex.^a, porque lá existe tolamente uma ditadura, de um partido esmagador, que é homólogo ao partido comunista. A Jamaica é pequena; a Índia continua com os mesmos problemas de miséria, com os mesmos problemas de secessão, embora reconheça que há uma estabilidade política. Mas V. Ex.^a vai ouvir mais adiante...

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADE: – Fico pelo menos, parcialmente alegre com V. Ex.^a.

O SR. OTTOMAR PINTO: – Obrigado. O povo brasileiro está sofrendo há muito tempo e tem pressa em ver atenuado o seu sofrimento. O resgate da dívida social não tolera procrastinações. O parlamentarismo clássico representará um retardamento inevitável no processo de correção das disfunções, das distorções, das injustiças sociais e econômicas que afligem o nosso povo. O problema de fundo das nações que já atingiram um amplo desenvolvimento econômico, social e político, é muito diferente do nosso. Nossa maior ênfase deverá estar centrada não apenas na política partidária e sim no desenvolvimento econômico e social do País.

Eis por que, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, entendemos nós que a proposta de semi-presidencialismo desenhada por Miguel Reale e Miguel Reale Júnior representa um confiável arcabouço, sobre o qual poderão e deverão ser introduzidos alguns exertos, de forma a modelar um regime político em sintonia com a realidade brasileira e a cultura do nosso povo. Por esse caminho, cremos nós, será mais fácil chegar àquele grande compromisso entre o real e o possível, entre o que se quer e o que se deve e se pode querer. O grande e permanente contrato social, a Constituição permanente e duradoura para o Brasil no 3º milênio.

O semipresidencialismo ou o presidencialismo parlamentarista é uma fórmula intermédia de governo, caracterizada pela preservação da figura do Presidente da República como Chefe de Estado

e Chefe do Governo, mas em permanente correlação com o Congresso Nacional, através de um Primeiro-Ministro, imaginado como elemento de mediação entre os Poderes Executivo e Legislativo. Caracteriza-se pela co-responsabilidade do Executivo e do Legislativo na condução dos negócios do Estado e na realização dos serviços administrativos.

O que hoje existe no presidencialismo, tido como puro, no Brasil, é a hipertrofia do Executivo, enfraquecendo ou anulando o Legislativo e instabilizando os partidos políticos.

Mantida a eleição direta para Presidente da República, não se comprehende que seja o seu poder bipartido, com a existência paralela de um Chefe de Governo, restando ao Presidente a função de Chefe de Estado, com muito ceremonial, muita pompa e pouca eficácia.

Eleito com mais de 30 milhões de votos, comprometido com promessas em campanha eleitoral, com compromissos de praça pública, como poderá, enfim, efetivar, o Presidente eleito com 30 milhões de votos, a satisfação de seus compromissos, estando jungido às algemas douradas de uma diarquia, geradora de conflitos ou de ineficácia?

A solução proposta pelos dois eminentes juristas está em sintonia com a situação atual do nosso País, desprovido de quadros partidários ideologicamente distintos e consolidados; atende ela à ausência de uma estrutura burocrática federal capaz de prosseguir normalmente nas atividades administrativas, sem solução de continuidade, nos momentos inevitáveis de crises políticas. Demitido o Primeiro-Ministro, a administração continua o seu ritmo normal, tendo em vista que o Presidente da República é também o Chefe do Governo. Pelas mesmas razões, se não se acolhe o sistema parlamentar puro da dissolução da Câmara dos Deputados, buscam-se, porém, outros meios de contenção dos poderes, hoje, incontroláveis do Presidente da República.

O Primeiro-Ministro, nesse modelo presidencialista parlamentarista, é nomeado pelo Presidente da República, após consulta aos líderes dos partidos que formam a maioria parlamentar. Sua nomeação somente se dará após a aprovação do nome proposto pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta. Rejeitada a indicação, outra será feita. Se houver rejeição, poderá o Presidente, após consulta às lideranças políticas, indicar livremente o Primeiro-Ministro, que somente poderá sair por moção de desconfiança congressual, 6 meses após a sua nomeação. A mesma regra se aplica aos demais Ministros, todos eles passíveis de substituição por censura do congresso, seis meses após nomeados.

O Primeiro-Ministro, semipresidencialista, além de coordenar a atuação do Ministério, no que tange à execução do plano de governo, exerce as funções de controlador da ação governamental, de intermediário entre o Executivo e o Legislativo, acompanha a tramitação dos projetos de lei, em cooperação com o Ministro à cuja pasta estiver afeta a matéria legislativa.

É evidente que as medidas constitucionais, destinadas ao fortalecimento do Legislativo, previstas no futuro texto constitucional, e outras que virão, devem ser preservadas, a fim de evitar o marcante caráter personalista do regime presidencial que tende, sem essas medidas, a hipertrofiar o Execu-

tivo, em desmedro do Legislativo e do fortalecimento dos partidos políticos.

O SR. GERSON PERES: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OTTOMAR PINTO: – Honra-me V. Ex.^a com o aparte, Deputado Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES: – Nobre Constituinte Ottomar Pinto, V. Ex.^a aborda um problema que é dos mais complexos e dos mais polêmicos, nesta Constituinte, mesmo porque ele é um problema que traduz mudanças, é um dos pontos altos da Constituinte, em relação a sistema de Governo: Mudanças. Agora o que me preocupa, neste semipresidencialismo, embora até eu possa admitir que seja a primeira etapa para atingirmos o parlamentarismo puro, ou seja, a primeira fase experimental, é que ainda há um excessivo poder de comando e de mando encaixado no Poder Executivo, que são as atribuições da Chefia de Estado e da Chefia de Governo. Então, o Presidente da República vai continuar não só a manipular o gabinete a seu bel-prazer e ter sobre ele uma ascendência absoluta, quando, no meu entendimento, deveria ter urna ascendência relativa. O semiparlamentarismo – no meu entendimento – deveria ser mais próximo do parlamentarismo puro do que do presidencialismo, como está no texto. Este é um aspecto crítico que faço, é minha opinião pessoal, modesta, sobre o que está aí inserido. Podemos até melhorar, mas eu advogu o parlamentarismo, nobre colega, e acho que nós, se tivermos que fazer uma experiência, passemos logo pelo parlamentarismo. Países do norte da Europa, todos eles, são prósperos, embora sejam pequenos, não tenham, talvez, a mesma estrutura política histórica, que o Brasil, mas todos eles vivem bem, vivem em paz, com equilíbrio; as crises são superadas rapidamente, porque o poder que dirige o povo é o poder parlamentar, que é o poder do povo, que é o congresso parlamentar. Agora, admitir que existe um parlamentarismo desse tipo que se quer implantar no Brasil, isto é utópico. Deveremos e teremos que chamá-lo presidencialismo parlamentarizado ou semipresidencialismo, como muito bem citou V. Ex.^a, na exposição brilhante que está fazendo sobre o que está escrito no anteprojeto. Pedi este aparte para me congratular com V. Ex.^a, que, sendo um militar brilhante, um estudioso dos nossos problemas, aborda um problema político de mais alta monta e com muita propriedade. E isto nos alegra e nos faz, ainda procurar pesquisar mais as dificuldades que vamos encontrar para implantar um novo sistema de governo deste tipo, porque o que devemos ter em mente, nobre colega Ottomar, é traçar normas genéricas de sistema de governo que, amanhã, possamos desdobrá-las no texto das leis ordinárias e dar-lhes flexibilidade, etc. Ouço a campanha do meu Ilustre Líder das Diretas, que preside com muito garbo e honra o nosso parlamento, chamar-me para que eu encerre o meu aparte e volte a ouvi-lo. Dei este aparte mais para congratular-me com V. Ex.^a pela bela exposição que está fazendo sobre um tema muito complexo, mas muito necessário para ser debatido no decurso deste período que nos leva a concluir o texto da nossa Carta Magna.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Se o orador me permite, inicialmente agradeço

a citação do aparteaste, e informo que o tempo de V. Ex.^a está terminado. Solicito a V. Ex.^a concluir.

O SR. OTTOMAR PINTO: –

Agradeço, nobre Constituinte Gerson Peres, sua intervenção, que me traz muito prazer e aumenta o meu conhecimento a respeito do assunto. Devo lembrar ao atuante Constituinte que Maurice Hauriou dizia que: "Uma Constituição só é digna desse nome quando insere no seu texto a separação dos poderes e a definição dos direitos individuais dos cidadãos".

É claro que ninguém pode assegurar que o parlamentarismo da França seja igual ao da Inglaterra, da Alemanha Ocidental, da Espanha, de Portugal ou da Guiana. Enfim, o que existe hoje, como bem o diz prof. Dalmo Dallari, eminente mestre de direito constitucional, é uma mistura: presidencialismo-parlamentarista, parlamentarismo-presidencialista. O que temos de fazer é conhecer os componentes da cultura, as condicionantes da vida do povo brasileiro, e encontrar a dosagem adequada de poderes, do parlamento e do executivo, no sentido de que se consiga o melhor sistema, o melhor regime político para o nosso povo.

Nisso o Constituinte Gerson Peres tem carreadas de razão. O problema realmente é saber até que ponto o executivo estará forte ou fraco em relação ao parlamento.

Note-se, finalmente, que o Presidente da República é assistido por um "Conselho da República", definido no projeto atual de constituição, que entendemos deve também ser integrado por todos os ex-Presidentes da República ainda vivos. Há seis cidadãos conspícuos com assento nesse conselho. Por que não acrescentar a ele a experiência dos ex-Presidentes? O Conselho da República deverá ser obrigatoriamente consultado em momentos graves de decretação do estado de defesa, ou solicitação ao Congresso Nacional da decretação do estado de sítio, ou outras medidas relevantes, em assunto de suma importância, que os constituintes entenderem aditar às atribuições do mencionado Conselho da República.

Ao encenar, deixo, aqui, uma frase, um pensamento que considero brilhante, a respeito da constituição em elaboração, expedido pelo Ministro Aluizio Alves no Seminário Internacional Parlamentarismo e Presidencialismo: "As constituições precisam ser como as tábuas da lei que Moisés recebeu e estão aí, até hoje, porque impessoais, na medida do homem, escritas na sarça ardente do tempo e só vulneráveis ao fogo da história".

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. OTTOMAR PINTO NA SESSÃO DE 10-7-87, QUE SE REPÚBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN – SEÇÃO II, DE

O SR. OTTOMAR PINTO (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Ouvimos, há poucos dias, nesta Casa, a palavra do Ministro da Fazenda. Vimos à preocupação de S. Ex.^a e do Governo com a inflação, que traz problemas sérios, no plano social, com reflexos profundos no político. Já foi dito, várias vezes, aqui, nesta tribuna, que as grandes crises políticas

deste País, as crises institucionais brasileiras, geralmente ocorrem nos períodos de graves crises econômicas. O momento que estamos vivendo serve de exemplo; como também constitui bom exemplo o que ocorreu em 1963, no auge da inflação, e levou à desestabilização social, política e, afinal, ao movimento revolucionário de 31 de março; em 1954, ocorreu crise econômica que culminou com o suicídio de Vargas; a Revolução de 1930; A Proclamação da República. Enfim uma retrospectiva histórica nos mostra essa verdade indescritível, de que os períodos de instabilidade política são coincidentes com os momentos de angústia econômica da sociedade brasileira. Sabemos que a inflação tem causas estruturais e causas não-estruturais. É claro que a injusta distribuição da terra, que acabou de ser profligada da tribuna pelo Constituinte Ademir Andrade; o problema do salário miserável, que junge o trabalhador brasileiro ao desespero e à miséria o modelo econômico brasileiro concentrador de riquezas e difusor da pobreza, tudo isto forma um grande caldo de cultura, que extravasa no problema da inflação. Há outras causas também que têm sido trombeteadas neste País. O problema do déficit público e sua correlação com as estatais, superabundantes, extranumerárias, na sua maioria mal-administrada, com os seus diretores posando de executivos eficientes, porque sabem que os custos não são controlados, e que os déficits astronômicos dessas empresas são subsidiados, são cobertos com o sacrifício do povo brasileiro. Há também o crescimento das despesas públicas, em razão do clientelismo, do empreguismo na administração pública federal, estadual e municipal; o subsídio ao trigo, ao ferro, a numerosas outras atividades que só sobrevivem graças a esse expediente, que mascara a eficiência do setor, que representa um imposto indireto a sacrificar ainda mais o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os rombos na administração municipal, os bancos estaduais, tudo isto contribui para aumentar o déficit público com repercussão inequívoca na inflação. As altas taxas de juros são outro fator a contribuir para o processo inflacionário; a rolagem da dívida interna também representa um ônus muito pesado para o povo, porque importa em manter esse processo contínuo de venda de OTN, absorção de recursos e aplicação desses recursos para pagar a própria dívida interna.

Dizem, largamente, os corifeus do capital internacional que a poupança externa é indispensável ao processo de investimento em nosso País; se analisarmos os dados estatísticos disponíveis, verificaremos que, no auge dos empréstimos, a contribuição da poupança externa para investimento na economia brasileira não representou mais do que 3% do Produto Interno Bruto. Hoje o aporte dessa poupança externa para o Brasil é praticamente zero. No ano passado foi 1,2% do PIB, o que corresponde aproximadamente a três ou quatro bilhões de dólares. Por outro lado, a poupança interna chegou a 26% do Produto Interno Bruto, e no ano passado se situou em 16%, o que corresponde a aproximadamente 48 bilhões de dólares para um PIB estimado em 300 bilhões de dólares.

Sabemos que o sistema financeiro nacional canaliza e movimenta a nossa poupança interna. Por outro lado, é inequívoco que somente através do sistema bancário oficial, mormente do Banco

do Brasil, do BNDES, do BNB, do BASA, de alguns estabelecimentos oficiais de crédito, é que o Governo poderá orientar ou direcionar essa poupança interna e esses investimentos para aqueles segmentos mais carentes de recursos na economia e no sistema produtivo nacional.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, queremos expressar a nossa opinião de que o Banco do Brasil é o grande banco social deste País, o banco que financia a agricultura, o pequeno e o microempresário; deve ser o Banco do Brasil fortalecido para que possa intervir firme e forte no sistema produtivo nacional, e recuperar a sua posição emblemática no mercado financeiro brasileiro, que caiu a 7% no Governo Figueiredo. O Banco do Brasil já participou em 36% no mercado financeiro; hoje reduzido à cerca de 15 ou 16%.

Ao encerrar, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, queremos reafirmar o nosso pensamento, de que é imprescindível, inadiável o fortalecimento desse grande estabelecimento bancário, o Banco do Brasil, para que as taxas de juros possam ser moderadas, estabilizadas por ele no mercado financeiro, e o empresário nacional possa olhar para o futuro dos seus negócios e de suas empresas.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. OCTÁVIO ELÍSIO NA SESSÃO DE 4-7-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Uma das falhas do Projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, que sai esta semana da Comissão de Sistematização para ser discutido e receber emendas no Plenário da Constituinte, é não dar destaque à reforma urbana, no Título "Da Ordem Econômica". Disperso no texto, temos vários dispositivos que dizem respeito à moradia e à questão do solo urbano, mas que por não estarem organizados em um Capítulo próprio, não permitem a clareza sobre proposta de uma política urbana acolhida pela Assembleia Nacional Constituinte.

Tal destaque é dado à Política Agrícola, Fundiária e à Reforma Agrária, infelizmente dentro de um enfoque reacionário, excessivamente conservador, em relação mesmo ao Estatuto da Terra, documento elaborado pelo próprio regime de 1964 é que, portanto, deve ser insuspeito, mesmo aos olhos dos setores mais retrógrados do País. Há uma expectativa geral dos movimentos populares de que estas duas falhas sejam corrigidas nas fases que seguem da Constituinte. Uma e outra, as questões urbana e agrária, são as duas faces de uma mesma moeda. A nova Constituição deve ser o instrumento destinado a garantir as mudanças exigidas pelo povo e para isso, precisa conter normas capazes de ordenar, por um longo período, o nosso desenvolvimento econômico e social. O que se espera da Constituição é que não seja mero referendo do **status quo** e, portanto, um instrumento de consolidação dos privilégios secularmente estabelecidos. O Constituinte J.C. Bisol, na introdução do Relatório da Comissão I, diz:

"O que realmente importa é que a Constituição seja, de fato e de direito. Constituição.

E o seja por desconstituir a Ordem Velha e constituir a Nova e, ainda, por ser o lugar onde a sociedade consolida seu pacto de convivência.. Somos uma sociedade má, que institucionalizou e legalizou a injustiça. Somos uma ordem social e juridicamente imoral. Este é o ponto de partida: a rigor não há o que conservar e há muito que desfazer antes de começar a fazer, se emergimos deste imperativo de consciência, pelo menos saberemos quem somos, já que não somos mais que duas espécies: os que querem substituir e os que querem reproduzir o sistema, e como os que desejam reproduzir o sistema não são conceitualmente Constituintes, acabaremos por nos reconhecer pela única diferença objetivamente relevante: ser ou não ser Constituinte".

Hoje 72% da população do País vive nas cidades, em decorrência de um crescimento econômico baseado na industrialização e na urbanização. A expansão do capitalismo brasileiro implicou a implantação de um padrão urbano de características desiguais, passando a generalizar a urbanização pelo crescimento de periferias que traz consigo claras conotações de segregação e exclusão. Tem-se uma configuração urbana extremamente segregada e desigual, que resulta numa regionalização das carências orientando-se do centro para a periferia. E a população, que é progressivamente deslocada para a periferia das cidades, passa a ter, cada vez mais, uma dependência da intervenção do Estado no atendimento das suas necessidades básicas: moradia, transporte coletivo, além de saúde, educação e serviços urbanos.

Cabe ressaltar que mais importante do que o acesso à moradia é o direito à cidade. Na luta por sua sobrevivência na cidade, o migrante se ancora na casa própria e no trabalho, num processo de luta individual e de integração urbana. Mas, somente se a moradia está vinculada aos equipamentos e serviços urbanos é que começa a haver condições mínimas para alcançar a cidadania. A mudança do morador em cidadão (na distinção empregada por Cardoso e Kowarick) pressupõe, não apenas a conquista da moradia, mas das mínimas condições urbanas, para que haja a "consciência da cidade como palco da vida pública e política". Sendo a habitação um direito legítimo do cidadão, do ponto de vista da prática efetiva do regime democrático, deve ser colocada na lista das prioridades sociais, ao lado dos itens como alimentação, saúde, educação, lazer, sem os quais a conquista da cidadania política reduz enormemente seu alcance".

A Questão da Moradia

A demanda por moradia assume um quadro de extrema gravidade. Não é problema apenas dos grandes centros metropolitanos, mas atinge as cidades de médio porte. Em Pirapora, MG, 45.000 habitantes, como em Belo Horizonte ou São Paulo, 1/4 da população não tem onde morar, ou possuir "habitação subnormal", sempre de péssima qualidade e não vinculada a redes de infra-estrutura e serviços, alternativa de abrigo da população de baixo salário.

O processo acelerado de urbanização se fez, de um lado pela segregação espacial, através de

expansão horizontal da malha urbana ou pelo adensamento vertical, e, de outro lado, pela formação de imensos vazios urbanos à espera de valorização. A população de baixa renda vai sendo expulsa para a periferia, ocupando "cortiços e cabeças-de-porco", favelas, mocambos, e casas autoconstruídas, improvisadas nas invasões de terrenos das periferias urbanas, bem como nos imensos conjuntos habitacionais das COHABs. A população de média e alta renda tem tendência à ocupação de espaço altamente verticalizados, comprometendo a infra-estrutura urbana existente. Enquanto isto, lotes vazios aguardam que as obras públicas levem à valorização. Temos, nos municípios de São Paulo, 45% de lotes desocupados, em Contagem (MG), 67%, e em Betim, 80%. Em Belo Horizonte, só um "latifundiário urbano" possui 45 mil lotes. Por tudo isto, na maioria das cidades é possível duplicar o número de moradores.

Esta realidade é reveladora do fracasso do SFH e do BNH, da política habitacional e urbana pós-64, que pouco interessada em resolver este problema social, procurava, de um lado, garantir emprego pelo crescimento do setor de construção civil e, de outro, neutralizar os trabalhadores e migrantes urbanos diante do arrocho salarial. A filosofia desta política é retratada pela citação de Sandra Cavalcanti, encaminhando sugestão da criação do BNH: "...achamos que a Revolução vai necessitar agir rigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas certa alegria. Penso que a resolução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas." A propósito, dizia na época Robergo Campos: "o proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem".

O resultado social da atuação do BNH e do SFH na manipulação da poupança do trabalhador (FGTS e cadernetas de poupança) e na oferta da habitação para mercado popular é bastante negativo. Dados do BNH mostram que até 1984, 78% dos financiamentos foram para famílias com renda acima de cinco salários mínimos, e apenas 6% para aquelas que ganham até três salários mínimos. Cumpre ressaltar que 90% das necessidades habitacionais são representadas por famílias com até cinco salários mínimos de renda.

O atual Governo, além de ter criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, reformula o SFH, extingue o BNH, e procura estabelecer bases para uma política visando a moradia popular e a questão urbana.

O problema é enorme e exige vontade política para resolvê-lo. Recursos financeiros existem, desde que sejam utilizados para o que for, de fato, prioritário. A Ferrovia Norte – Sul tem custo estimado em US\$ 2,8 bilhões, ou, aproximadamente, Cz\$ 150 bilhões, que dariam 5 milhões de moradias, pelo sistema de mutirão habitacional (a Prefeitura de Betim, com o apoio financeiro CEAC/MDU, está fazendo unidades, com dois quartos, a Cz\$ 30 mil).

A disponibilidade do terreno é essencial, pois o problema da moradia não pode ser resolvido deslocando-se o indivíduo para área longe do seu

trabalho. A política de desfavelamento em conjuntos habitacionais distante, espera que tenha sido sepultada com o regime autoritário.

Em Belo Horizonte existem 150 favelas que ocupam áreas que totalizam 8,6 Km², das quais cerca de 45% pertencem a particulares (em grande parte não-documentado), 42% ao Estado ou a empresas públicas, e 13% ao Município. A Lei Municipal do Profavela, aprovada em 1983, estabelece a regularização das favelas da Capital mineira, pois evita a especulação imobiliária, na medida em que define o uso do terreno onde estão cadastradas exclusivamente para habitação de pessoas carentes e de baixa renda. Estimamos que cerca de Cz\$ 200 milhões serão necessários para se efetivar a desapropriação das áreas particulares com favelas. Esta é a luta da AMABEL – Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte, da União dos Trabalhadores da Periferia, da Pastoral de Favelas e de Associações Comunitárias.

A posse do lote é fundamental. Sem o título de propriedade, sem resolver o domínio do terreno, nada adianta as benfeitorias e serviços urbanos, que, ao contrário, podem agravar o maior problema dos moradores de favela, o despejo.

Esta luta pelo "direito à cidade", vale dizer pela posse do terreno, pela moradia e pelos serviços urbanos indispensáveis à vida na cidade faz parte hoje dos movimentos populares. As lutas urbanas nasceram e se impôs no cenário político por obra dos setores populares, em geral ligadas aos problemas concretos. E se afirmam, cada vez mais, como movimentos sociais organizados, para agir diretamente, sem a intermediação de quem quer que seja, valorizando-se os princípios de participação, união, mobilização popular e autonomia frente ao Estado, políticos e partidos. A luta pela cidadania assume também a dimensão da luta pela conquista de canais de participação popular, capazes de superar as limitações das instituições tradicionais. Os movimentos urbanos populares lutam para criar um novo espaço para o exercício da cidadania

A Questão da Propriedade

O direito de propriedade tem sido um fator de dominação, de conflitos e de marginalização.

A defesa de privilégios e de poder na sociedade, injusta e desigual em que vivemos, vêm-se fazendo nesta Constituinte em nome do direito da propriedade. Este é o ponto central das reformas do uso do solo urbano e agrário. A propriedade particular é um direito de todos. Repetimos, de todos e não de alguns poucos. "Ela não se pode concentrar abusivamente nas mãos de poucos ou ser usada como instrumento de dominação e exploração de outros seres humanos. Ela só se justifica como garantia de liberdade, bem-estar pessoal, familiar e social ("Por uma Nova Ordem Constitucional" – CNBB).

"Cabe aos poderes públicos decretar a desapropriação de bens, terras e propriedades – sempre que a justiça social exigir. Essa mesma justiça exige que o valor da desapropriação não inclua a valorização decorrente da aplicação de recursos públicos."

"A realização da justiça social exige a implantação de reforma agrária e de reforma do uso do solo urbano que favoreçam o aces-

so à posse e uso da terra rural ou urbana nas seguintes condições:

.....
– propiciar uma política relativa ao uso do solo urbano que possibilite o acesso à moradia a todos os cidadãos. Tal política implica na necessidade de impedir a estocagem de áreas urbanas e reprimir a especulação imobiliária” (idem)

À luz do Direito Constitucional, é generalizado que o direito à propriedade deve guardar um fio social.

Na Constituição de 1946, a garantia constitucional do direito de propriedade, que tradicionalmente se limitava ao caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, recebeu a restrição advinda da desapropriação por interesse social (art 141, § 15). O uso da propriedade ficou condicionado ao bem-estar social. A lei poderia, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, promover a justa distribuição de propriedade, com igual oportunidade para todos (art 147). Contração de 1967 incorporou a seu texto a figura da desapropriação da propriedade territorial rural, para fins de reforma agrária, fundada no interesse social, e que já havia sido objeto da Emenda Constitucional nº 10, na urgência da Constituição de 1946.

É necessário que a nova Constituição adote, pelo menos, de modo efetivo e eficaz, o condicionamento social da propriedade estabelecido pela Constituição de 1946 e, no caso da reforma agrária, que incorpore, ao menos, o Estatuto da Terra.

O eminent Jurista Dalmo de Abreu Dallari aconselha que as seguintes regras devam orientar a nova Constituição, se a quisermos comprometida com uma sociedade justa:

1 – ...“é preciso ficar expresso que não será objeto do direito de propriedade o bem que não esteja atualmente e concretamente proporcionando à sociedade os benefícios que pode proporcionar. A semelhança do que consta na Constituição de Portugal, deve ficar expresso que o bem sem utilização é considerado em abandono, sem proprietário, permitindo-se que a lei ordinária fixe o mínimo de produtividade para que eles não sejam considerados em estado de abandono”.

2 – ...Devem ser fixadas três categorias de bens os de uso ou consumo, os de produção e os de especulação”.

3 – Na hipótese de desapropriação por necessidade pública ou por interesse social, o proprietário só deverá receber como indenização o que tiver efetivamente desembolsado para aquisição e o que tiver acrescentado mediante comprovado desembolso ou por seu trabalho pessoal e direto”.

4 – Os imóveis públicos que não forem utilizáveis para efetiva prestação de serviços “devem ser imediatamente entregues a quem deles necessite, para moradia ou exploração agrícola...”

5 – “Prazo de cinco anos para que os atuais proprietários se ajustem nessas exigências relativas à destilação dos bens e aos limites do direito de ser proprietário”, findo o qual perderão o referido bem para o Estado.

Moradia e questão urbana para o PMDB

São destaques do programa do PMDB:

“Os recursos necessários para enfrentar os problemas urbanos brasileiros devem ser reforçados mediante políticas específicas de tributação e uso do solo.”

“O PMDB considera essencial assegurar aos moradores das favelas, moccambos e loteamentos irregulares ou clandestinos nos centros urbanos, a posse definitiva sobre os terrenos que ocupam. Além de representar um passo no sentido de maior justiça social, tal medida desestimularia a retenção de terrenos pelos proprietários como reserva de valor. Do mesmo modo viabilizaria a execução de programas habitacionais para atender a pobreza urbana, sem que o Estado assuma o encargo de indenizar o proprietário pela utilização de um imóvel sobre o qual não exerceu, de fato, qualquer direito. A transformação da posse em domínio far-se-á mediante modificação no tradicional instituto de usucapião, bastando”:

a) comprovação, por testemunha e outros meios simplificados, de que ela exista há mais de um ano, e b) um requerimento ao Juízo do Registro Público por pessoa jurídica – cooperativa ou associação de moradores representando dois terços dos moradores. – pedindo a transcrição do título do domínio em nome da cooperativa ou associação.”

O 1º Congresso do PMDB estabeleceu sobre este assunto, dentro outros pontos, os seguintes:

1 –

2 – Moradia digna é um direito inalienável de todo o cidadão e um dever do Estado fazer com que este direito seja devidamente assegurado a cada brasileiro, independentemente de sua situação econômico-financeira.

3 –

4 –

5 – A melhoria das condições habitacionais do povo brasileiro depende, intimamente, da realização das reformas agrárias e urbanas, capaz de estabelecer novas bases para o trato da questão da propriedade da terra, dentro de uma perspectiva de prevalência do interesse social sobre o interesse privado.

6 – A correta solução do chamado problema habitacional exige programas de melhoria habitacional que tenham como pré-requisitos projetos e execução corajosamente descentralizada, ao nível de cidades e bairros, a fim de permitir a participação dos interessados, desde a definição de suas necessidades, prioridades, modalidades de atendimento, de manutenção e melhoria.

7 –

A política habitacional que propõe o PMDB tem como diretrizes:

a) –

b) –

c) – Os Impostos Prediais e territoriais urbanos devem ter como base de cálculo o valor de mercado do imóvel; as alíquotas do Imposto Predial devem ser progressivas em fun-

ção do valor declarado do imóvel; e deve-se estabelecer alíquotas crescentes para o imposto Territorial Urbano nas áreas dotadas de infra-estrutura.

d) – Deve-se considerar como de utilidade pública, para efeito de execução de projetos de melhoria das condições de vida urbana, a desapropriação de qualquer imóvel, ainda que para a revenda, com base no valor declarado pelo proprietário para efeito de incidência dos Impostos Territoriais e Prediais, podendo o pagamento, como no caso de desapropriação para fins de reforma agrária, ser efetuado em títulos públicos: deve-se também, desestimular, mediante indenização, se necessário, e pelo tributo, quando possível, a construção privada em áreas de alta densidade populacional.

e) –

f) –

g) –

h) – O disciplinamento do processo de ocupação do solo e combate à especulação imobiliária, além das medidas anteriormente preconizadas, exige a criação de instrumentos jurídicos, dentre outros:

– instituição do Direito de Superfície, desvinculando-se inteiramente o direito de propriedade do terreno do direito da edificação sobre o mesmo;

– Faculdade legal de que o Poder Público possa determinar o parcelamento, loteamento e construção de glebas ociosas no interior ou em adjacências da malha urbana; e

– Direito de Preferência para o município na compra de imóveis em áreas de interesse social.

I) –

Moradia e questão urbana na Constituição Nova

No projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, no Capítulo dos Direitos Individuais, são relacionados como direitos e liberdades individuais, invioláveis, entre outros:

Art.12.....

I – A vida, a existência digna e a integridade física e mental.

XIII – A propriedade privada, assegurada e protegida pelo Estado.

No inciso I, são definidas as condições para se garantir o direito à vida digna, entre elas:

b) a alimentação, a saúde, o trabalho e sua remuneração, a moradia, o saneamento básico, a segurança social, o transporte coletivo e a educação consubstanciam o mínimo necessário ao pleno exercício do direito à existência digna, e garante-los é o primeiro dever do Estado;

E, em seguida estabelece que

“d) Na impossibilidade comprovada de exercer, imediata e eficazmente, a garantia prevista na alínea “b”, o Estado tem dever de estabelecer programas e organizar planos – para a erradicação da pobreza absoluta, hipótese em que a exigibilidade do direito à existência digna se circunscreve à execução tempestiva das etapas previstas nos aludidos planos e programas;”

e) garante que "os orçamentos públicos consignarão dotação necessária e suficiente" para executar esses programas e planos.

Mais à frente, no inciso XIII, define-se também como direito e liberdade individual inviolável:

XIII – A propriedade privada, assegurada e protegida pelo Estado.

a) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

b) O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente;

c) As desapropriações urbanas serão sempre pagas à vista e em dinheiro;

d) Os bens de produção são susceptíveis de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, desde que necessária à execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento social e econômico, sejam eles da União, dos estados ou dos municípios, mediante justa indenização em dinheiro.

A exigência de pagamento à vista e em dinheiro para as desapropriações urbanas, ao contrário do que se estabelece para área rural, é um atraso e um impedimento grave à necessária reforma urbana, nos termos definidos pelo Projeto do PMDB.

No Capítulo Dos Municípios, art. 66, § 1º estabelece o Projeto de Constituição:

Art. 66

§ 1º Compete, ainda, ao Município:

II – Implantar programas de construção de moradias, bem como promover a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico da população;

Por outro lado, o art. 54 inciso XXIII, define como de competência da União legislar sobre Código Civil e direito urbanístico e desapropriação.

No Título VIII do Projeto Bernardo Cabral, é definida como princípio Da "Ordem Econômica" a "função social da propriedade" (art. 300, inciso III), consagrada universalmente pelo Direito Constitucional. Entretanto, este conceito fica desmoralizado quando no art. 317, parágrafo único, se define, para o imóvel rural que "a função social é cumprida quando o imóvel é, ou está em curso de ser racionalmente aproveitado".

No referido Projeto se estabelece a função social do imóvel rural, sem defini-la para o imóvel urbano. Do mesmo modo, o art. 326 reza que "a lei estabelecerá política habitacional para o trabalhador rural...." mais uma vez sem dar o mesmo tratamento ao trabalhador urbano.

A única referência à questão urbana no Capítulo dos Princípios Gerais da Atividade Econômica está no art. 312 (o art. 311 refere-se à necessidade da adaptação de logradouros públicos e edifícios, bem como dos veículos de transporte coletivo, para uso das pessoas portadoras de deficiência).

Diz o art.312:

"Aquele que, não sendo proprietário de imóvel urbano ou rural, possuir como seu, por cinco anos ininterruptos, de boa fé e sem oposição, imóvel urbano de até duzentos e cinqüenta metros quadrados de área, adquirir-lhe-á o domínio, podendo requerer ao Juiz que assim o declare, por sentença, a que lhe servirá de título para matrícula no registro de imóveis."

Um avanço importante do Projeto de Constituição que estamos elaborando está na definição de mecanismos de participação popular e de instrumento que garantam ao cidadão cobrar seu direitos estabelecidos na Constituição.

Assim, o art. 17, inciso VII, define como um dos Direitos Coletivos a Participação Direta e estabelece:

a) o Estado estimulará a participação popular em todos os níveis da administração pública;

b) é garantida a participação dos movimentos sociais organizados na administração pública no âmbito de bairro, distrito, município, estado e Federação, visando à defesa dos interesses da população, à desburocratização e ao bom atendimento ao público.

c).....

d) a lei regulamentará o acompanhamento, o controle e a participação dos representantes da comunidade no planejamento das ações de governo, garantindo o amplo acesso à informação sobre atos e gastos do governo e das entidades controladas pelo Poder Público, relativos à gestão dos interesses coletivos;

No art. 36 define o mandado de injunção para ser usado:

"sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos Direitos Constitucionais", além de criar, no Capítulo II do Título III, o defensor do povo, dentre cujas atribuições o art. 46 estabelece: "velar pelo cumprimento da Constituição, das leis e demais normas regulamentares por parte da administração pública federal, estadual e municipal".

Conclusão

Nos últimos quarenta anos o País mudou radicalmente o perfil de distribuição de sua população no território nacional. Isto significa uma mudança de comportamento e de valores que deviam estar influindo a elaboração desta Constituição, que marca transição do autoritarismo para a democracia e do Brasil rural para o urbano. Quando se fez a Constituição de 46, o Brasil, com 40 milhões de habitantes, tinha 30% desta população nas cidades e 70% no meio rural. Em 1980, a população três vezes maior (120 milhões), estava 70% no meio urbano (84 milhões, 7 vezes mais) e 30% no rural. Até o ano 2020 o Brasil deve chegar a 240 milhões de habitantes, apenas 10% no campo e 90% nas cidades. A conclusão é que, nesse período, 132 milhões de novos habitantes (10 cidades de São Paulo) serão incorporadas à vida urbana. Esta é a realidade que deve-

mos ter sob a vigência da Constituição que estamos fazendo. (Ver gráfico anexo.)

Três desafios devem ser enfrentados desde já:

1 – A questão da propriedade do solo urbano. O crescimento econômico concentrador e excluente exige agora a redistribuição da renda e da propriedade, via desapropriação. O atual projeto precisa ser bastante aperfeiçoado para permiti-lo. Temos que ter claro também que, enquanto não se reestrutura a economia, haverá especulação em cima da propriedade da terra, onde se deseja viver ou trabalhar.

2 – Dar tratamento político ao "direito de cada ser humano viver na cidade e viver bem", não existe apenas o problema habitacional. Existe a dimensão urbana do problema social.

A nova Constituição não define ainda os marcos políticos necessários.

c) Garantir o "direito à cidade" implica em que cada indivíduo não seja apenas morador, mas cidadão, participante ativo do processo. Acho que neste aspecto o Projeto Bernardo Cabral garante avanços importantes.

Concedo o aparte ao prezado Constituinte Nelton Friedrich.

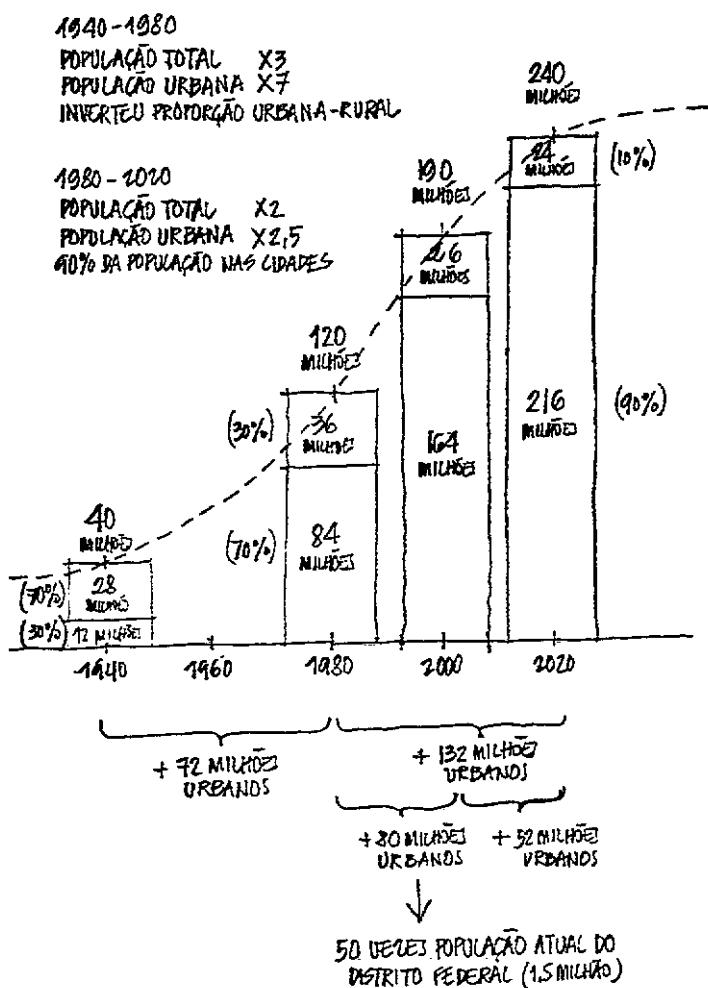
O SR. NELTON FRIEDRICH: – Serei breve, mas enaltecendo o conteúdo desse seu brilhante pronunciamento. Tal qual a reforma agrária, a questão urbana se transforma num dos mais críticos problemas deste País. E se a Constituição de 1946 fugiu da democratização, do acesso à propriedade rural, é inadmissível que esta também faça o mesmo. Num país em que 2/3 (dois terços) da população vive na área urbana, em que mesmo os problemas habitacionais têm sido tergiversados, há o exemplo do BNH, que desde a sua criação até o primeiro semestre de 1985 apenas 18% dos recursos aplicados pelo BNH foram dirigidos às pequenas poupanças, isto é, às habitações de baixíssima renda, num total desvio da finalidade, ou, mais até, da origem do BNH. E o que dizer de um país que não investe e não realiza o planejamento urbano? O que dizer de um país que não se estabeleceu, ainda, ao menos, a inspiração que a natureza nos dá, de que ela procurou organizar-se e se planejou através das chamadas bacias hidrográficas, a unidade do planejamento da natureza? hoje as cidades crescem segundo a especulação imobiliária, num verdadeiro crime social. E aí surgem as novas Calcutás que estamos construindo no Brasil e na América Latina. Por isso, a oportunidade do pronunciamento de V. Ex.^a, nesta ocasião, fugindo até de que a questão habitacional, por muitos assim tratada era uma questão específica, ao contrário, ela está embutida em todo um modelo de desenvolvimento, e, evidentemente dentro desta questão habitacional, esta dimensão maior do problema urbano. Parabéns pelo enriquecimento que traz a esta Casa e tomara que essas observações sejam sentidas pelos Constituintes, o que não aconteceu na Constituição de 46.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – Muito obrigado. Agradeço ao nobre Constituinte Nelton Friedrich o aparte, que só faz enriquecer, e muito, o simples

depoimento que trago até aqui, hoje, que estamos escrevendo, a esta Assembléia Nacional especialmente no Capítulo Da Constituinte. Faço-o às vésperas da "Ordem Econômica", nestas duas Convenção do meu partido, na fases finais, venhamos assumir, de certeza de que teremos uma fato, o compromisso com uma oportunidade ímpar de fazer uma Constituição democrática, uma reflexão sobre o papel do nosso Partido, significativamente majoritário, na Assembléa Nacional Constituinte, para que na Carta Constitucional faça as mudanças que este País não pode mais esperar sejam adiadas.

DOCUMENTO A QUE
SE REFERE O SR.
OCTÁVIO ELÍSIO EM
SEU DISCURSO

1. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA



FONTE - JOCA SERRAN



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 97

SÁBADO, 18 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 103ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 17 DE JULHO DE 1987

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

UBIRATAN AGUIAR - Declarações do Ministro Jorge Bomhausen, da Educação, contrárias à destinação exclusiva de recursos públicos para a escola estatal.

DEL BOSCO AMARAL - O teor do voto da maioria dos Constituintes.

IVO MAINARDI - Urgente necessidade de maior apoio governamental à agricultura.

ADHEMAR DE BARROS FILHO - Necrológio do ex-Deputado José de Carvalho Sobrinho.

PRESIDENTE - Solidariedade da Mesa ao pesar pelo falecimento do ex-Deputado José de Carvalho Sobrinho.

MANOEL CASTRO - Impropriedade dos conceitos emitidos pelo Senador Severo Gomes, no documento "A Constituinte do Hotel Carlton", acerca do instituto da enfiteuse no futuro texto constitucional.

WALDYR PUGLIESI - Fixação da duração do mandato presidencial.

DASO COIMBRA - Real perfil do PMDB quanto à fixação da duração do mandato presidencial.

MÁRIO MAIA - Nova e mais justa disciplinação das relações entre o capital e o trabalho.

CÉSAR MAIA - Princípios de tributação inspiradores do programa do PDT.

CARLOS VINAGRE - Medidas para reordenar a ocupação da área e evitar conflitos no Projeto Tucumã, Estado do Pará.

FERNANDO LYRA - Fidelidade do PMDB autêntico à luta contra o arbítrio.

FRANCISCO ROLLEMBERG - Circulação de moedas, cédulas e selos com a estampa da Princesa Isabel, em comemoração ao centenário da Lei Áurea.

FRANCISCO AMARAL - Inoportunidade da aprovação, pela Comissão da Ordem Social, de proibição das atividades de intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, temporária ou sazonal.

OSVALDO BENDER - Consequência da aplicação da Tabela de Deflação nos contratos de venda futura de soja.

SIQUEIRA CAMPOS - Excelência das atividades desenvolvidas pela Fundação Bradesco.

GILSON MACHADO - Entrevista concedida à revista *Veja* pelo Sr. Luiz Antônio de Medeiros, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

FLORICENO PAIXÃO - Aplauso do orador a declarações do Sr. Camilo Calazans, Presidente do Banco do Brasil, sobre juros cobrados pelo sistema bancário e confisco de rendimentos excessivos no setor.

LUIZ GUSHIKEN - Repúdio a tratamento insultuoso dispensado pela Rede Globo a japoneses e trabalhadores de menor qualificação profissional.

VIVALDO BARBOSA - Compromisso do PDT com a promoção da justiça social.

ADEMIR ANDRADE - Política econômica.

JORGE UEQUED - Obrigatoriedade do vale transporte.

V - Comunicações das lideranças

ALDO ARANTES - Votos de êxito do PC do B para a Convenção do PMDB. Retomada pelo partido das suas bandeiras históricas.

ADHEMAR DE BARROS FILHO - Saudação ao PMDB pela realização de Convenção Nacional. Conflitos Governo **versus** "Grupo Progressista".

AMAURY MÜLLER - Realização de Convenção Nacional do PMDB e do Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Recrudescimento da violência policial no País. Instalação do XXVI Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundários, Brasília, Distrito Federal.

CÉSAR CALS NETO - Manipulação, pelas emissoras de rádio e televisão, de programas de divulgação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

FLORESTAN FERNANDES - Realização da 39ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

ADYLSON MOTTA - Questão de ordem sobre compatibilização do funcionamento da Câmara dos Deputados com os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, após o período de recesso parlamentar.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

AMAURY MÜLLER - Questão de ordem sobre providências da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte quanto à promoção de interpelação judicial contra o Sr. Ronaldo Caiado. Presidente da UDR acerca de declarações a respeito dos Constituintes.

ADYLSON MOTTA - Questão de ordem sobre providências da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte quanto à promoção de interpelação judicial conta o Sr.

Ronaldo Caiado, Presidente da UDR, acerca de declarações a respeito das Constituintes.

PRESIDENTE – Resposta às questões de ordem dos Constituintes Amaury Müller e Adylson Motta.

SIQUEIRA CAMPOS – Assinatura, pelos Presidentes José Sarney, do Brasil, e Raul Alfonsin, da Argentina, da declaração conjunta sobre utilização de energia nuclear para fins pacíficos. Necessidade de audiência do Congresso Nacional para implantação de programas de energia nuclear. Apoio do PDC ao posicionamento da SBPC contra prosseguimento do programa nuclear brasileiro.

SÓLON BORGES DOS REIS – Posicionamento dos paulistas em relação à redivisão territorial do Estado de Minas Gerais e de Goiás.

IRAM SARAIVA – Solidariedade do orador ao Constituinte Marcelo Cordeiro, Primeiro-Secretário da Assembléia Nacional Constituinte.

te, em virtude das acusações de estar manipulando o "Diário da Constituinte" em favor das esquerdas.

IVO LECH – Protesto do orador contra Portaria da Funai que dispõe sobre a exploração do subsolo das terras indígenas por empresas de mineração.

ALCENI GUERRA – Isenção do Ministro das Minas e Energia na decisão de disciplinar a exploração do subsolo de terras indígenas por empresas de mineração. Medidas governamentais para salvar as microempresas.

OCTÁVIO ELÍSIO – Realização da 39ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Presença na Assembléia Nacional Constituinte de Presidentes e Diretores da SPBC e de entidades científicas.

VI – Apresentação de Proposições

– Não há proposições a serem apresentadas

VII – ORDEM DO DIA

JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS – Discussão do Projeto de Constituição.

ADYLSON MOTTA – Questão de ordem sobre requisição, pelo orador, dos programas "Diário da Constituinte" para avaliação do conteúdo da matéria divulgada.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros.

3 – LIDERES E VICE-LIDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros

5 – ATAS DAS COMISSÕES

(As atas encaminhadas até a presente data, serão publicadas em suplemento a este Diário.)

Ata da 103ª Sessão, em 17 de julho de 1987

Presidência do Sr: Jorge Arbage, Primeiro-Vice-Presidente

Às 9:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antônio Ferreira – PFL; Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Antônio Perosa – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cás-

sio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denis Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rolleberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo

renço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo DB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemburg –

PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélás – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 178 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário:

procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

III – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) – Passa-se à leitura do expediente.

Não há expediente a ser lido.

IV – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) – Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, no "A Voz do Brasil", ouvimos declarações do Sr. Ministro da Educação, Jorge Bornhausen; proferidas em Campo Grande. Afirmava S. Ex.^a ser contrário à destinação dos recursos públicos de forma exclusiva para a escola pública, por não condizer isso com a realidade brasileira. Fiquei como quem não queria acreditar no que ouvia, pois, partindo essa declaração de S. Ex.^a, apenas duas linhas de raciocínio nos socorreriam naquele instante: a de que o Sr. Ministro considera suficientes os recursos postos à disposição do Ministério da Educação para acolher toda a clientela que necessita de escola e para bem remunerar o pessoal do magistério, dotando as escolas de laboratórios, de bibliotecas, de equipamentos que permitam seu pleno funcionamento. Admitir essa hipótese seria passar um atestado de incompetência ao Sr. Ministro da Educação. Milhões de jovens estão fora das escolas porque

o Poder Público não pode oferecer vagas suficientes para receber os filhos dos trabalhadores, dos operários, do homem que não pode pagar a escola.

Teríamos de entender como incompetência não se preparar um plano de carreira para o magistério, as sucessivas greves dos professores, que reivindicam melhores salários, mas que não têm encontrado a devida atenção do Sr. Ministro, e a qualidade de ensino reclamada todos os dias dada a deficiência das escolas brasileiras. Por todos esses motivos, considero essa uma atitude inequívoca de incompetência do Sr. Ministro da Educação.

Eu preferiria imaginar que S. Ex.^a não deseja uma soma mais expressiva de recursos para as escolas públicas. Eu só poderia entender – e esta hipótese não me agrada de maneira alguma – que o Sr. Ministro estivesse a proteger os interesses dos empresários da educação. Como Ministro da Educação, sua obrigação primeira é defender cada vez mais a destinação de recursos para a escola pública brasileira, e não vir a público dizer que quer, apenas, seja prioritária a destinação de recursos para a escola pública.

Caberia a S. Ex.^a estar na linha de frente dessa luta que não é somente de alguns Constituintes, mas de todos aqueles que desejam uma educação melhor para o nosso povo, luta das entidades de classe que compareceram à Assembléa Nacional Constituinte, na Comissão da Educação, como a SPB, ANDE ANDES e outras tantas, que exigiram de todos nós um posicionamento a favor da escola pública. Deveria estar o Ministro da Educação na vanguarda, na linha de frente na defesa da educação brasileira.

S. Ex.^a, ontem, decepcionou o Brasil. Tenho para mim que, diante da posição assumida por S. Ex.^a, não cabe outra atitude das entidades de classe, dos Constituintes preocupados com a área educacional, senão pedirem ao Presidente da República que substitua o Ministro da Educação, que não é digno do cargo que ocupa. O Setor educacional brasileiro cobriu-se ontem de vergonha e de luto com a declaração do responsável maior pela condução dos seus destinos.

Meu protesto e minha indignação nesta manhã se fundamentam exatamente no sentimento maior que prevalece naqueles que entendem que o caminho da educação é o único que devemos percorrer para conseguir o desenvolvimento nacional.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para mim, a Constituinte está indo de mal a pior. Os grupos minoritários, liderados por homens de dimensão nacional, mas que estão colocando seus apetites e projetos políticos pessoais acima dos interesses nacionais – e não caio no erro de situá-los à esquerda, ao centro ou à direita – são hoje as grandes vedetes inconvenientes desta Constituinte.

Existe uma maioria silenciosa de Constituintes, mas não omissa, que eu diria sem espaço, que não freqüenta o noticiário dos jornais, o programa de televisão da própria Constituinte e o rádio, que não dá declarações bombásticas, não vocifera, não precisa de calmantes, mas que está preparada para, no dia das votações, um a um – e o voto é público, não é secreto – votar, não com

os Srs. Carlos Sant'Anna, Mário Covas, Luiz Henrique e José Lourenço, mas com as próprias consciências.

Os homens que aqui estiverem engajados em projetos pessoais destes e de outros cidadãos, que estão fazendo da Constituinte o caminho dos seus apetites e projetos políticos pessoais, pagarão um preço muito grande, porque ficarão despersonalizados politicamente. Acho que se deve falar isso com muita clareza, se quisermos tranquilidade na Constituinte.

Tenho a minha posição sobre a reforma agrária, o aborto e diversos temas polêmicos; tenho a minha posição a respeito do excepcional – e aqui contamos com um brilhante representante e defensor dos excepcionais; tenho as minhas posições; formadas por anos, não só de política, mas de vivência. Outros têm uma formação muito maior do que a minha; sou um aprendiz à frente de Constituintes novos que chegaram a esta Casa, mas que têm uma experiência de vida muito mais rica que a minha. Porém, há uma minoria – são sete ou oito – que resolveu, pela esquerda, pela direita ou pelo centro, atropelar as consciências dos Srs. Constituintes. São os donos disso tudo, pois freqüentam a Sala de Imprensa, atraem a imprensa, ganham as notícias, falam por nós, indevidamente. Mas irei mostrar-lhes que por mim, eles não falam, no momento em que eu votar. Vamos fazer a grande rebelião das consciências conta as vedetes.

O apelo que faço a cada um dos presentes é que transmitam aos demais companheiros que as suas consciências devem funcionar na Constituinte contra as vedetes, que rebolam diariamente com suas idéias, muitas vezes não coincidentes com as nossas, mas que respeitamos. Há desrespeito por parte desses Srs. Constituintes, que fazem declarações bombásticas em nome da Constituinte e dos partidos políticos, que sequer sabem se representam.

Desta forma, apelo aos Srs. Constituintes no sentido de que votem com a consciência e não empurrados por algumas pessoas de vários matizes ideológicos, que manipulam e manejam os trabalhos desta Constituinte. (Palmas.)

O SR. IVO MAINARDI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna hoje para trazer a preocupação do campo no que diz respeito à nossa agricultura.

Se fizermos uma comparação entre a indústria e a agricultura, haveremos de concluir que a indústria continua explorando a nossa agricultura.

Trago aqui um quadro comparativo entre o que se poderia adquirir em 1980 e o que se pode adquirir agora em matéria de produtos agrícolas e industrializados. Podemos concluir que ainda existem dominações no interior do próprio País.

Essa preocupação que trago aqui, Sr. Presidente, é exatamente com relação àquilo que se produz na nossa agricultura. Em janeiro de 1980, para se comprar um trator eram necessários apenas 715 sacos de soja, 754 sacos de arroz e 25 bois. Hoje, para se adquirir esse mesmo trator são necessários 3.142 sacos de soja, 3.664 sacos de arroz e 86 bois.

Para se comprar, naquela época, uma tonelada de adubo eram necessários 15 sacos de soja, 13,4 sacos de arroz, e com um boi se compravam

2,28 toneladas de adubo. Hoje, Sr. Presidente, são necessários 26 sacos de soja, 40 sacos de arroz, e com um boi se compram apenas 950 quilos de adubo. Com isso estamos provando que a indústria continua explorando a nossa agricultura.

Trago, Sr. Presidente, para esta Casa esses dados comparativos e estatísticos importantíssimos para mostrar que a agricultura brasileira necessita de medidas urgentes. A nossa agricultura está pedindo socorros, está pedindo que o Governo, quer federal, estadual ou municipal, dê uma nova orientação àquilo que estamos chamando avanço na agricultura. Para podermos dobrar a produção de grãos neste País precisamos urgentemente que esse pacote agrícola dê certo e que a nossa agricultura seja sensível àquilo que o Governo está tentando fazer, que é a duplicação da produção de grãos. Essa duplicação só acontecerá se conseguirmos compatibilizar a agricultura com a indústria. Não podemos permitir que a indústria continue avançando e explorando a nossa agricultura.

Essa é a nossa reclamação e a nossa apreensão no dia de hoje. (Palmas.)

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"O homem deve ser medido pela dimensão dos seus desejos, assim como se avalia a catedral pela altura de suas torres." (Gustavo Falubert)

Com o falecimento do Deputado José de Carvalho Sobrinho, ocorrido em São Paulo no dia 25 de junho, o Brasil privou-se de um dos mais eminentes Deputados, que durante sete legislaturas proporcionou brilho especial ao Parlamento através de sua profícua atividade, como, também, perdeu a cultura brasileira uma das suas mais marcantes expressões, principalmente no campo da poesia.

José de Carvalho Sobrinho nasceu em 9 de outubro de 1904, em Alfenas, Minas Gerais.

Cursou Humanidades e Filosofia no velho Colégio Apostólico do Caraça, Instituto de Educação Secundária, fundado em 1820 pelos portugueses da congregação da Missão São Vicente de Paulo. Situavam-se as terras do Caraça na vertente de uma colina, a 1.300 metros acima do nível do mar e cercada de uma cadeia de montanhas.

Assim como Casimiro de Abreu, que veio ao mundo contemplando a paisagem paradisíaca da Barra de São João, o jovem Carvalho Sobrinho sentia as emoções que tanto influíram no seu estro, no diálogo que mantinha com a profusa natureza das Alterosas.

Aluno aplicado, bem assimilou os ensinamentos dos sacerdotes professores do Caraça. Mas é fora de dúvida que o Caraça também plasmava e lapidava o poeta de fina sensibilidade que sempre Carvalho Sobrinho demonstrou ser.

Já nessa época, afirmam seus contemporâneos, o jovem de Alfenas desenvolvia com muita sutileza o exercício da sátira, caricaturando professores e alunos nas primeiras quadras que produziu.

Deixando o Caraça, José de Carvalho Sobrinho matriculou-se na Escola de Engenharia de Ouro Preto (MG), onde se doutorou em Geologia.

Diplomou-se em 1934 no Curso Superior de Engenharia Ferroviária no Centro Ferroviário de Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana, em São Paulo.

Iniciou sua trajetória como professor de Humanidades em Minas Gerais. Transferindo-se definitivamente para São Paulo, foi contratado como engenheiro da Estrada de Ferro Sorocabana, onde se destacou sobremaneira, principalmente na ampliação dos trilhos dessa estrada, tão importante para o desenvolvimento da economia do estado.

Logo Carvalho Sobrinho, paulista por adoção, foi notado pelas autoridades políticas. Assim, em 1939, na Interventoria de Adhemar de Barros, foi designado Prefeito de Botucatu. No entanto, seu dinamismo e sua acendrada preocupação política acabaram conduzindo-o à Prefeitura de Santo André, onde realizou uma magnífica administração que se estendeu de 1940 a 1946.

Amigo dedicado de Adhemar de Barros e de Fernando Costa, Carvalho Sobrinho, pela sua palavra judicosa, pela acuidade com que tratava dos mais sérios problemas políticos, era um conselheiro indispensável para ajudar a solucionar as crises que surgiam de inopino, produzindo comoções sociais.

Na vida partidária, resolveu acompanhar seu velho amigo Adhemar de Barros, filiando-se ao Partido Social Progressista.

Reconhecia ele que Adhemar era realmente um político dinâmico e de larga visão administrativa. Verificara que, no período da Interventoria, Adhemar transformara o Estado, com sua agricultura falida e ainda com as indesejáveis seqüelas da Revolução Constitucionalista, em um verdadeiro esteio da República.

Como engenheiro da Sorocabana, testemunhou o esforço de Adhemar no sentido de ampliar as estradas ferreas e rodoviárias para facilitar o escoamento da produção agrícola. Viu surgir as vias expressas Anchieta e Anhangüera. Observou a multiplicação dos postos de saúde e das escolas primárias em todo o interior paulista. Aplaudiu intensamente a construção do Hospital das Clínicas, que se tornou o principal centro cirúrgico do Brasil, atendendo ainda inúmeros pacientes de várias nações sul-americanas. E pensar que altas autoridades federais haviam tentado persuadir Adhemar no sentido de desistir dessa iniciativa por considerarem-na obra faraônica. Comoveu-se com a grande obra social disseminada em todo o estado pelo zelo permanente de Adhemar e de sua digníssima esposa, Dona Leonor Mendes de Barros.

Pois bem, Carvalho Sobrinho tornou-se grande arauto de todos esses empreendimentos e jamais abandonou o amigo, principalmente nas desditas.

Acompanhou Adhemar até o último instante. Nos funerais do grande líder paulista, foi a voz de Carvalho Sobrinho que se fez ouvir no Cemitério da Consolação enaltecendo merecido, em nome de todos aqueles que, consternados, lhe davam o derradeiro adeus.

Foi encarregado, em São Paulo, em 1944, da Coordenação da Mobilização Econômica.

Em 1951 foi assessor de Governo de São Paulo na elaboração do temário para a implantação da Comissão Interestadual para Estudo dos Problemas Fundamentais da Bacia dos rios Paraná-Uruguai e da Coordenação da Conferência dos Governadores dos Estados nela compreendida.

Titular do 23º Tabelionato de Notas da Capital, São Paulo, foi ainda Presidente da Associação dos Parlamentares de São Paulo (1983) – e Presidente do Conselho do Plenário Social Progressista.

Mas a grande paixão do poeta era, sem dúvida, a política.

Desta forma, em 1947 candidatou-se a Deputado Federal por São Paulo e, elegendo-se, marcou presença numa atividade ininterrupta que se estendeu até 1984, com notória atuação no Parlamento brasileiro.

Na Câmara dos Deputados, Carvalho Sobrinho foi um Parlamentar consciente, que sempre atuava com o mais indiscutível destaque na apreciação dos principais problemas brasileiros.

Aí estão os Anais da Casa para comprovar o que falamos, seus conhecimentos, direcionados pelo seu discernimento, muito contribuíram para a elaboração do nosso Código Florestal, como ainda foram preciosos seus trabalhos em várias Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados.

Participou da Mesa Diretora dos trabalhos como Segundo-Secretário na Legislatura de 1951-1954.

Por indicação do Poder Legislativo, cursou a Escola Superior de Guerra, diplomando-se na turma de 1955.

Diversas foram as missões por ele cumpridas no Exterior. Em 1952, a convite do parlamento britânico, visitou a Inglaterra; também no Japão e em Formosa cumpriu missão parlamentar a convite desses governos, em 1964.

José Carvalho Sobrinho foi agraciado com várias condecorações, entre elas a Ordem Nacional dos governos do Líbano e do Irã; a Ordem do Cruzeiro Nacional, no grau Grande Oficial (1985); a Grande Medalha da Inconfidência (oferecida pelo então Governador Tancredo Neves).

Na verdade, apesar da atividade parlamentar de Carvalho Sobrinho, a veia poética nunca o abandonou. Em sua personalidade conviviam, numa aliança inconfundível, o poeta e o político.

Quem não conhece nesta Casa, mesmo por ter ouvido dizer, o que representou Carvalho Sobrinho com suas quadrinhas jocosas, causticando companheiros, autoridades do Governo e mesmo os fatos do quotidiano?

Os seus contemporâneos lembram as sátiras de Frei Gregório, que outro não era senão ele mesmo. Essas famosas quadrinhas fervilhavam no Plenário da Câmara e eram por muitos decorada e repetida.

No entanto, Carvalho Sobrinho, já no final de sua vida, abominava essas sátiras. Cuidava ele de sua produção lírica, poesias inéditas, virgens por excelência, que ele conservava desde os longínquos tempos de sua juventude. A edição desse trabalho, intitulado "No Roteiro das Estrelas", organizada por ele próprio, deverá constituir-se numa obra póstuma que, sem dúvida revelará sua aprimorada imaginação criadora.

No dizer do crítico Mário da Silva Brito, após a morte de Aprígio dos Anjos, Carvalho Sobrinho poderia ser considerado o maior poeta satírico vivo. Aqueles do seu mais íntimo convívio que tiveram o privilégio de acesso aos seus originais podem atestar a alta qualidade de sua poética, traduzida em quadrinhas, sextilhas, redondilhas e sonetos, todos eles elaboradíssimos, chegando alguns ao requinte de preciosas rimas internas, à maneira dos poemas pedrosos de Dante.

Sem qualquer dúvida, o homem que hoje prantearmos – na verdade muito honrou esta Casa com sua luzidia cultura e com a generosidade de suas intenções. Um verdadeiro varão de Plutarco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Esta Presidência associa-se à justa homenagem prestada à memória do Deputado José de Carvalho Sobrinho, cujo recente falecimento enlutou a Nação.

O SR. MANOEL CASTRO (PFL – BA. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recebemos ontem – e, acredo, todos os Constituintes – uma correspondência do gabinete do Senador Severo Gomes, um documento intitulado "A Constituinte do Hotel Carlton".

Sem sequer entrar no mérito das observações pessoais do Senador, que foi o Relator da Comissão da Ordem Econômica desta Constituinte, gostaria de destacar um dos itens desta carta, porque diz o ditado popular que "cesto que faz um cesto faz um cento".

Falamos todos do momento político nacional, da falta de credibilidade dos homens públicos e do problema da moral da classe política. Tive oportunidade, como membro da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, de conversar pessoalmente com S. Ex.^a sobre as questões com que me preocupava e que foram objeto de inúmeros pronunciamentos meus no plenário desta Casa: a questão urbana e especialmente o grave problema dos transportes coletivos urbanos. E disse ainda, ao final dos lamentáveis episódios que culminaram com a interrupção de uma reunião da Comissão da Ordem Econômica, que o texto aprovado é inferior ao elaborado pelo Relator Severo Gomes, no que diz respeito a essas questões.

Com essa sinceridade e franqueza que tive para com o Senador Severo Gomes, venho ao Plenário desta Assembléa protestar veementemente contra o que considero uma leviandade, uma irresponsabilidade de S. Ex.^a que, no documento a que já nos referimos, diz, textual e desinformadamente:

"No capítulo da questão urbana e do transporte, foi extinto o instituto da enfiteuse. A palavra é estranha aos ouvidos leigos, mas significa simplesmente que serão privatizados, entre outros, todos os chamados terrenos de marinha. Termina a nossa secular e democrática tradição das praias públicas, que amanhã serão cercadas para júbilo da especulação imobiliária."

Isso é uma questiúncula do Senador e do ex-Relator da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, Deputado José Ulisses de Oliveira. Mas não podemos ser arrolados por questiúnculas pessoais. Falta com a verdade, irresponsavelmente, o Senador, porque enfiteuse nada tem a ver com terrenos de marinha. S. Ex.^a não conhece os problemas de enfiteuse neste País. Convido-o para ir a Salvador e perguntar aos seus correligionários, ao Governador Waldir Pires ou ao Prefeito Mário Kertesz, se resolveram o problema da invasão das Malvinas, que é um terreno de enfiteuse. Que S. Ex.^a venha a saber que quanto à área por mim desapropriada enquanto Prefeito de Salvador, a qual pertencia ao Terreiro da Casa Branca, lá instalado há mais de um século, tive de

pagar aos falsos proprietários 450 mil cruzados, 450 milhões de cruzeiros ao preço de 1985. Isso demonstra que o problema da enfiteuse envolve áreas em todo este País. Não apenas em Salvador, mas em outras cidades como Belém o problema é extremamente grave. O terreno da marinha é área do Governo e nada tem a ver especialmente com enfiteuse. É um lamentável engano, e alguém aqui está defendendo interesses. Mas não somos nós que defendemos que se derrube da Constituição a enfiteuse que marginaliza milhões de brasileiros em todo o País, mas sim aqueles que irresponsável e levianamente redigem texto desta natureza. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB – PR. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Diretório Regional do PMDB do Paraná realizou ampla pesquisa entre seus afiliados e colheu um resultado muito claro: as bases do PMDB do Paraná desejam um mandato de quatro anos para o Presidente da República. Pois bem.

Após este resultado, vimos o Presidente da República comparecer a uma rede de televisão para dizer que, por vontade própria, unilateral, solitária, pretende ficar cinco anos no cargo. Falou-se aqui, ainda há pouco, nos que se calam, mas é nossa obrigação, como progressistas, não nos calarmos. Quando meu Partido, através de suas bases convoca sua convenção nacional conflitando com a cúpula, o que a base está desejando é que haja, na realidade, uma convenção nacional do PMDB para valer, e não uma convenção mentirosa, agachada perante o que está acontecendo na Nação.

Este está se transformando no país da ameaça. É a ameaça que o Presidente da República faz aos políticos, a ameaça dos governadores, da Lei de Segurança Nacional. É preciso que nós, progressistas, os verdadeiros democratas deste País, não nos calemos. É necessário que a convenção do meu partido discuta, sim, a extensão do mandato do Presidente da República.

Que partido é esse que, através das suas bases, convoca sua convenção nacional porque a cúpula não tomava decisões, e agora essa mesma cúpula quer que não se chegue a nenhum resultado? E os argumentos usados são os mais sem embasamento possíveis.

Figuras importantes do partido dizem que o PMDB, apesar de ser a maior agremiação brasileira, não tem o direito de se sobrepor à Assembléa Nacional Constituinte. Ora, sempre defendemos a soberania da Assembléa Nacional Constituinte, que tem sido arranhada pelo Presidente da República, através do seu Líder, numa intromissão, repito, indevida do Poder Executivo no Poder Legislativo. O meu PMDB, o PMDB verdadeiro, não esse mentiroso que está aí, dizendo que não vai tomar medida alguma para solidificar a reforma agrária e a defesa da indústria nacional, precisa apontar o caminho para seus afiliados. A decisão do PMDB não vai sobrepor-se à Assembléa Nacional Constituinte. O partido está sem rumo. A fraude verificar-se-á no final desta Assembléa Nacional Constituinte, porque o que foi prometido em campanha pelo meu partido, aquilo que ficou bem claro em praça pública, com a presença de multidões que exigiram determinado rumo partidário, não está tendo consequência dentro da Assembléa Nacional Constituinte.

Portanto, Sr. Presidente, nós, do PMDB, exigimos – e quero que isso fique registrado aqui – a posição clara do partido em favor, sim, dos quatro anos, e que ele também decida qual o regime de governo. Fazer uma convenção que foi convocada pela base para não decidir nada não tem outro nome senão fraude. E não vamos concordar com a fraude que está aí, quase a ser praticada pelo meu partido. (Palmas.)

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, têm repercutido na imprensa e na televisão posições que francamente nos decepcionam. Parlamentares, para aparecer na imprensa e na televisão, dizem querer quatro anos de mandato para o Presidente da República, mas, no fundo, o que desejam é serem acobertados pelo voto secreto na convenção. Querem, apóiam o voto secreto, para que seu voto não apareça. A verdade é que muitos Parlamentares do PMDB favoráveis a essa tese já perceberam que, se levantarem eleições diretas já, elas caberiam a um outro candidato de oposição, o único que está levantando bandeira nesse sentido em todo o País. E, acoplada essa eleição presidencial à eleição municipal, esses Parlamentares perderiam as eleições municipais nas suas bases, porque são bases não de povo, mas de poder.

Há pouco ouvimos um colega do Paraná. Não lhe cabem essas afirmações que aqui fizemos que damos apenas mostrar essa questão de bases no Paraná, Estado que dividiu entre os seus companheiros os cargos do Governo Federal, por pontos, e todos os Parlamentares paranaenses têm posições no Governo Federal. Este é um problema sério. Seria preciso que tivessem a clareza de demonstrar suas verdadeiras posições, e não e mascarassem perante o povo, querendo apresentar-se de outra forma, quando vivem freqüentando os gabinetes ministeriais e presidenciais. Posso falar porque não tenho nenhum cargo público federal – nunca tive – e meu eleitorado é meu eleitorado, e exprimo, aqui, a minha vontade.

Quanto à questão do PMDB, sabemos que o partido é uma coligação de muita gente que pensa de fama completamente diferente. A verdade é que alguns membros do PMDB, que aparecem muito em jornais, querem fazer crer que a posição do partido é notadamente esquerdistas, quando não é. É como aquela senhora que, vendo que seu filho era o único que estava de passo evadido no batalhão, disse: "Não é possível que só meu filho esteja de passo certo e todo o batalhão errado". Há uma pequena minoria do PMDB que baterá, que freqüenta mais o rádio e a televisão do que esta Casa. Onde estão esses grandes líderes do PMDB, de rádio e televisão? Estão aqui? Não. Estão descansando, porque se cansaram demais falando na televisão ontem à noite, mas não vêm trabalhar. S. Ex.^a, trabalham diante das câmeras de televisão, perante os repórteres, e os outros é que dão o número que faz funcionar esta Casa. (Palmas.)

O SR. MÁRIO MAIA (PDT – AC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ninguém ousa negar o retrocesso imposto à classe trabalhadora brasileira quanto à sua efetiva participação na renda nacional, nos últimos 23 anos.

Vítimas da política econômica imposta à Nação pelos governantes do chamado ciclo revolucionário e da suposta Nova República, nossos trabalhadores estão sendo progressivamente esmagados pelas elites detentoras do capital.

É notória a preocupação quase exclusiva com a defesa do capital, em detrimento dos direitos dos assalariados, na interminável e arbitrária série de decisões governamentais, irresponsavelmente experimentadas na área econômica nos últimos decênios.

Por conta disso, o sistema produtivo brasileiro vive aguda crise. Enquanto nossa economia se torna cada vez mais complexa, permanecem, no entanto, retrógradas as relações entre o capital e o trabalho.

De fato, a economia brasileira vem sofrendo profundas transformações. De todas elas, as mais e acentuadas são as determinadas pelo processo de industrialização ocorrido no Brasil.

A industrialização trouxe consigo, principalmente, os fenômenos das grandes concentrações urbanas e todas as implicações delas resultantes, em especial aquelas que dizem respeito aos direitos dos trabalhadores.

Os fenômenos referidos acentuam a necessidade de se adotarem, no Brasil, adequados instrumentos que contribuam para a modernização das relações entre o capital e o trabalho.

É forçoso reconhecer que os governos militares e o Governo ora instalado no Brasil pouco fizeram nesse campo.

Praticamente, todas as conquistas que se estão dando na área podem ser atribuídas à recente e firme atuação dos sindicatos e partidos trabalhistas. São essas entidades, sem dúvida, que estão colocando em evidência a força que representam nossas classes operárias.

Aliás, diga-se de passagem, nenhum país jamais conseguiu ter economia forte deixando fraca a sua classe operária.

Assim sendo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, desejo afirmar perante V. Ex.^a minha convicção de que é chegada a oportunidade de projetarmos novo quadro, em que estejam configuradas, de maneira mais justa, as relações entre o capital e o trabalho.

Atribuo à Assembléa Nacional Constituinte a relevante tarefa de discutir os problemas existentes e de encaminhar propostas eficazes.

Julgo, em consequência, que a todos os constituintes é lançado o desafio de propor soluções que viabilizem uma nova ordem social para o País, em especial aquela fundada na justiça social.

De minha parte, neste campo, tenho lutado em prol dos trabalhadores, buscando ampliar e fortalecer seus direitos, os quais pretendo ver definitivamente assegurados na nova Constituição. Com tal propósito é que me tenho dedicado a elaborar diversas sugestões de normas e de emendas, as quais tenho a honra de submeter ao soberano arbítrio desta Assembléa Nacional Constituinte.

Delas relevo a que inclui, entre outros direitos dos trabalhadores, o da alimentação complementar, custeada em parte pelos empregadores e empregados com incentivo do Governo.

A presente proposta, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é de inegável valor e de fácil justificação, pois, no Brasil, o custo com o incentivo fiscal dos programas de alimentação dos trabalhadores representa tão-somente 0,75 por cento do valor global dos subsídios concedidos pelo Governo,

sendo beneficiados, porém, um milhão e seiscentos mil trabalhadores de baixa renda.

Preocupado ainda com a proteção dos que trabalham, estou concentrando esforços na luta em favor dos mais indefesos: a mulher e o menor. Neste sentido, elaborei sugestão de norma ao projeto de Constituição, com o fim de manter a proibição, ora existente em nossa Carta Magna, de trabalharem em indústrias insalubres mulheres e menores de dezoito anos, e a este a proibição de trabalho noturno.

Na mesma proposta, fiz constar a proibição de trabalharem menores de dezesseis anos, o que visa alterar a norma constitucional em vigor, que admite o trabalho a partir dos doze anos.

A elevação da idade permitida para o ingresso no mercado de trabalho busca, tão-somente, ampliar o tempo que o menor deverá ter para freqüentar a escola, preservando-se-lhe, tanto quanto possível o direito à educação.

Também considero importante que o texto constitucional amplie os direitos da trabalhadora gestante, por entender que a assistência à maternidade e a proteção à infância são deveres do Estado.

Diferentemente do que dispõe nossa atual Constituição sobre o assunto, ao prever para a gestante, simplesmente, descanso remunerado e garantia do emprego e do salário, julgo ser necessário formular a questão de maneira mais explícita. Assim, propus que o dispositivo constitucional tivesse a seguinte redação:

"Licença remunerada à gestante, antes e depois do parto, pelo prazo de 6 (seis) meses, garantido o emprego e o salário a partir da comunicação da gravidez".

O preceito sugerido visa corrigir duas distorções ora existentes na prática da concessão da licença à gestante e à garantia de seu emprego: a de que o período de licença se encontra circunscrito apenas às semanas anteriores e posteriores ao parto e a de que a garantia do emprego somente se dá no período da licença, e não a partir do conhecimento do estado gravídico da trabalhadora. Visei com isso, Sr. Presidente, adequar também o futuro texto constitucional à constatada necessidade do aleitamento materno pelo maior espaço de tempo possível.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o elenco dos direitos dos trabalhadores a ser inscrito na futura Constituição não está completo ainda. Restam o direito de sindicalização e o de greve, a serem exercidos sem nenhuma distinção de categoria profissional e de natureza de atividades.

Aliás, sem que a Lei Maior, diferentemente da Constituição Federal em vigor, assegure ampla e irrestritamente esse inalienável e fundamental direito, rui qualquer prerrogativa que possam ter as classes trabalhadoras.

Para evitar isso, desejo ver inscrito no futuro texto constitucional preceito que assegure a todos os trabalhadores, inclusive aos servidores públicos, o direito de sindicalização e de greve, sem que qualquer regulamentação possa diminuir, restringir, ou impedir seu exercício.

Pela mesma razão antes referida, julgo imprescindível que a norma constitucional reconheça o direito dos sindicatos à livre manifestação e organização, vedada qualquer interferência ou intervenção do Estado.

Minha proposta, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é norteada simplesmente pelo respeito ao princípio jurídico basilar de qualquer Constituição: a isonomia.

O direito à sindicalização é inerente à própria condição do trabalhador. É, por isso mesmo, inalienável direito dos servidores públicos, trabalhadores que são.

Também a greve é legítimo instrumento de defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora. Não pode, então, ser vedada aos funcionários públicos, conforme prescrição constante do atual texto constitucional.

Proibida de reunir-se em sindicatos, impedida de manifestar-se através de greves, a categoria dos funcionários públicos acha-se totalmente desprestigiada. De sua valorização cude, então, a futura Constituição.

Visando ao erguimento da classe dos funcionários públicos, elaborei diversas propostas, para constarem da Carta Magna.

A primeira delas trata de possibilitar a existência, no Brasil, de uma burocracia estatal com estrutura orgânica, estável e competente, capaz de administrar a máquina pública com eficiência e eficácia.

A norma em questão dispõe que o serviço público federal será estruturado em carreiras, segundo o princípio da competência por matéria, tendo por limite superior de cada carreira o cargo imediatamente inferior aos de ministros de Estado, Presidente de autarquias ou fundações de direito público.

Da mesma sugestão consta também que os cargos em comissão ou funções de confiança serão privativos dos integrantes das respectivas carteiras técnicas.

Outro ponto de grande relevo, que está a exigir atenção, é o das pensões. Para garantir que a fixação do valor das pensões devidas por morte do servidor guarde estreita relação com os encargos familiares do cônjuge sobrevivente, que não haja cálculos diferenciados para a pensão de civis e militares e que, finalmente, a pensão seja estabelecida em função da morte do funcionário, e não em decorrência da sua natureza, formulei a seguinte regra, para constar da Constituição:

"Aos beneficiários de pensão por falecimento, inclusive ao cônjuge sobrevivente, assegura-se a manutenção da totalidade dos vencimentos ou soldos, gratificações e vantagens pessoais a que fazia jus o servidor falecido, desde que incorporáveis à aposentadoria."

Em complemento, acrescentei:

"A lei estabelecerá critérios para a fixação do valor das pensões devidas em razão do falecimento de servidores civis e militares.

Tratando do direito ao trabalho, destaco a necessidade de instituir-se nova regra relativa ao ingresso no serviço público, com a finalidade de se evitarem as nomeações de funcionários sem prévio concurso público.

Elaborei, por isso, dispositivo que prevê que "a admissão no serviço público, sob qualquer regime, dependerá sempre de aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, assegurado o acesso funcional na carreira".

Por fim, anuncio a disposição de lutar contra a odiosa discriminação existente em relação àqueles que se encontram em idade mais avançada. Proponho que se fixe em cinqüenta e cinco anos a idade máxima para inscrição em concurso público, não restando dúvidas de que tal mandamento muito contribuirá para ampliar o rol dos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, sobre os pontos que acabo de expor firmam-se algumas de minhas convicções relativas aos direitos das classes trabalhadoras, pelos quais empenho meu mandato.

Estou certo de que estamos vivendo o momento ideal para atender às reivindicações daqueles que, com seu trabalho, constroem este País.

Conclamo todos os companheiros que, na Assembleia Nacional Constituinte, acreditam na justiça social para que nos unamos na defesa dos direitos do trabalhador brasileiro.

É hora de revigorar o projeto de construção a, da nova ordem econômica e social que queremos para a Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a crise brasileira se desdobra em diversos vetores. Um dos mais importantes é o vetor fiscal. A questão fiscal diz respeito ao gasto público, ou seja, às despesas dos governos federal, estaduais e municipais, e aos recursos para o seu financiamento. Não haverá transição para o socialismo democrático sem se resolver esta questão. Isso certamente passa pela reestruturação do gasto público, de forma a garantir a soberania e o desenvolvimento nacionais e a reorientar as prioridades públicas no sentido social. Exemplo disto a foi o Governo do PDT no Rio de Janeiro, sob a direção do companheiro Leonel Brizola, que produziu profundas alterações nas despesas públicas, ampliando a participação dos gastos com educação de 16% para 25% e dos gastos com saúde e saneamento de 4,5% para quase 7%. O desemprego no Rio de Janeiro, que era de 5,8% em janeiro de 1983, caiu para 2,7%, em janeiro de 87. Durante o nosso Governo, o conjunto dos funcionários públicos teve um aumento salarial de 20% acima da inflação. Em valores reais absolutos, as despesas com educação, saúde e saneamento mais que dobraram.

Junto com a reestruturação do gasto público, exigem-se medidas relativas à modernização e à qualificação do serviço público, de forma a garantir a máxima eficiência na prestação e execução de serviços, portanto na utilização do dinheiro da população.

No fundo de tudo está a problemática do financiamento do gasto público. Esta questão tem profundas repercussões no processo democrático.

O financiamento do gasto público é realizado através da tributação, da dívida pública ou da emissão. Vamos concentrar-nos na tributação. No entanto, não podemos deixar de lembrar que tanto a dívida pública como a emissão podem ser administradas de forma positiva ou negativa do ponto de vista social. Exemplo de administração regressiva é a de hoje e dos últimos anos, onde uma dívida pública inorgânica alimenta a especulação e a concentração de renda e onde o déficit público, financiado por emissão, ao invés de esti-

mular o emprego da capacidade de produzir da economia, orientado socialmente, estimula, isto sim, o processo inflacionário. Quem paga a conta é a sociedade: por um lado, as empresas, principalmente as menores, que enfrentam taxas de juros extorsivas e, por outro lado, a população, que vê o seu poder de compra diminuir, ao sabor do iníquo imposto inflacionário.

O financiamento do gasto público deve perseguir prioritariamente a busca de caminhos orgânicos, ou seja, de recursos tributários.

São dois os princípios gerais de tributação que inspiram o programa do PDT:

I. justiça fiscal e social, ou seja, tributar aqueles que tenham maior capacidade econômico-financeira. Os tributos, como se sabe, são dois tipos: os diretos e os indiretos. Os tributos de indiretos, são aqueles que estão escondidos dentro dos preços. Quem paga não sabe o que está pagando. É o caso do ICM, do IPI, do compulsório nas contas de luz etc. São impostos regressivos socialmente, porque quem tem paga o mesmo que quem não tem. Um litro de leite recolhe o mesmo imposto do banqueiro e do favelado.

Os tributos diretos são aqueles que atingem diretamente o contribuinte, podendo assim discriminhar quem tem condições de pagar. Isto vale para as pessoas e para as empresas. Exemplo de impostos diretos são os impostos sobre o lucro, o patrimônio, o capital, a renda, a herança. São estes impostos que o PDT entende fundamental intensificar. Por isto o PDT luta na Constituinte pela criação do imposto ao patrimônio líquido das pessoas físicas, do imposto ao ativo permanente das pessoas jurídicas, do imposto às externalidades de riqueza, do imposto à herança, e luta pela revisão dos conceitos de renda, de forma a atingir com justiça fiscal o capital e as formas disfarçadas de renda, além de rever a sua atual abrangência. Estas são questões que interessam não apenas aos assalariados, mas às pequenas empresas, sobre as quais deverá ocorrer um peso tributário decrescente, até a isenção, no caso das microempresas.

II. O segundo grande princípio de tributação que nos inspira refere-se à descentralização dos recursos tributários. Fatos aparentemente administrativos muitas vezes ocultam profundos interesses políticos.

O companheiro Leonel Brizola tem afirmado reiteradamente que o município faz melhor e mais barato que o Estado, e este, que a União. Entende o PDT que tudo o que puder ser realizado pelo município deve ser de sua atribuição, especialmente as funções sociais. Para tanto, a reforma tributária pela qual lutamos deverá ampliar drasticamente os recursos municipais.

Esta é uma questão relacionada ao processo de democratização, porque aproxima o poder de decisão da população, abrindo espaço, assim, para a participação, o controle e a alocação de responsabilidade política. Esta é a razão de fundo pela qual o regime autoritário centraliza e inviabiliza os municípios, transformando-os em pedentes, insolventes. Não poderíamos deixar de lembrar que, durante o Governo do PDT, no Rio de Janeiro, o companheiro Leonel Brizola, apesar da diminuta flexibilidade que tinha, produziu uma extraordinária transferência de recursos tributários aos municípios mais pobres, implementou o mais vigoroso programa a favor das microm-

presas e protegeu o consumidor, desonerando, entre outros produtos essenciais, as carnes de frango e de boi.

Evitando sermos exaustivos, citaremos alguns números do sistema tributário brasileiro e quantificaremos algumas metas.

A carga tributária brasileira representa hoje 25% do PIB. No entanto, se retirarmos dela os subsídios e transferências, teremos uma carga tributária líquida inferior a 10%. Todos nós sabemos de que forma são transferidos tais subsídios e isenções, e quem se beneficia deles. A revisão de tais isenções e favores, à luz da justiça fiscal, deverá aumentar substancialmente o volume dos recursos efetivamente disponíveis.

A atual participação dos tributos indiretos, que alcança 50%, somada à regressividade do Imposto de Renda, abre espaço para melhorarmos o perfil da tributação, ampliando a participação dos impostos diretos para 2/3 do total.

A distribuição final dos tributos, neste momento, concentra nas mãos do Governo federal, em números redondos, 50% do total: nos Estados, 35%; e nos municípios, apenas 15%.

O objetivo que nos colocamos é redistribuir os tributos, de forma que a participação dos municípios chegue progressivamente a 25%, a dos Estados chegue a 40%, e a do Governo federal caia para 35%, valor este que era observado antes de 1964. Embora a carga tributária bruta global tenha condições de crescer, tal flexibilidade, num país de renda média baixa como o nosso, não é tão expressiva. Desta forma, priorizamos enfaticamente a eficiência fiscal e a progressividade social do sistema tributário, fazendo com que a carga tributária global deslize proporcionalmente ao crescimento da renda média.

Como referência, citaríamos os países socialmente desenvolvidos, onde os impostos diretos nunca estão abaixo dos 2/3 que citamos, onde a carga tributária oscila em torno de 30%, e onde os municípios e distritos participam com nunca menos de 30% dos recursos tributários globais.

Não são estes os princípios que têm influenciado a proposta de reforma tributária da Constituição. Ao contrário, estes são os nossos princípios. Esta é a visão programática do PDT. A reforma fiscal não se resume a um aspecto; ela exige que nossa ação seja abrangente. Como dissemos, passa pela reestruturação do gasto público, pela desvalorização da dívida pública, por uma gestão não-inflacionária do déficit e pela reforma tributária direcionada à justiça fiscal e social e à descentralização dos recursos.

A realidade é dinâmica. Para isto, estamos aqui no Congresso do socialismo democrático para debater idéias, avançá-las, aperfeiçoá-las e, se for o caso, alterá-las. Uma vez definidas, serão os nossos compromissos programáticos.

Esta é a tarefa de todos nós, juntos, aqui e agora.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Conselho de Desenvolvimento de Tucumã, que tem a presidência o Sr. Luís Otávio Montenegro Jorge, pela confiança dos seus conterrâneos, endereçou ao Presidente José Sarney, no dia 20 de maio do ano passado, um memorial demonstrando a preocupação do povo no sentido de atendimento aos seus anseios de progresso e, principalmente, contra a onda de violências sem a conveniente atenção das autoriza-

dades competentes. Na oportunidade, aproveitamos para, de nossa tribuna, fazer dos anseios dos que vivem em Tucumã os nossos próprios.

Acreditava-se, ali, Sr. Presidente, na possibilidade de uma colonização dirigida, mas o que se viu, repentinamente, foi desabar sobre a região um vendaval de brutalidades, empapando a terra de sangue, levando a viudez aos lares, quando a solução pacífica dos problemas de terra estava nas mãos do Governo federal, sem que o Mirad resolvesse assumir o seu papel.

Hoje há, em Tucumã uma infra-estrutura fundiária capaz de atender à demanda de todos os sem-terra que vivem errantes no Pará, desde que concluída a negociação com a Construtora Andrade Gutierrez, que tem revelado a maior boa vontade.

São seiscentos e setenta quilômetros de estradas, escolas de 1º e 2º graus, instalações de água e energia em um centro urbano de grande desenvolvimento e que, pelo crescimento demográfico, viu tomar-se precária essa infra-estrutura.

Nessa oportunidade, fizemos ao Presidente da República uma sugestão no sentido de organizar-se uma comissão, constituída pelo Mirad, Incra, Getat e Ministério da Justiça, além de assistentes sociais indicados pelo Governo do Estado, com vistas ao equacionamento e à solução dos problemas existentes.

A 4 de junho de 1986, constituímos uma comissão para, em Brasília, manter audiência com o Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário com os Ministros da Justiça e da Agricultura, com deputados federais e senadores, integrando-a o Presidente do Diretório do PMDB de São Félix do Xingu, Luís Otávio Montenegro Jorge; o agente da Secretaria de Agricultura do Estado em Tucumã, Gonçalo Pereira Sampaio; o Venerável da Loja Maçônica Estrela de Tucumã, Walfredo Eduardo Purin; o Dr. Petrônio Gentil de Ziuza, médico do Hospital N. S. de Nazaré; o delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucumã, Afonso Argeu Cristo; o delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ourilândia, Sebastião Teixeira; o Presidente da Cooperativa dos Produtores de Tucumã, Waldir Rostirola; o Preparador Eleitoral em Tucumã, José Carlos de Oliveira; o Vereador peemedebista Dedilson Pedro Silva Santos; o líder comunitário do Núcleo Urbano de Cuca, César Mendonça de Souza.

A partir daquela data, trocamos reiterada correspondência com as autoridades federais, relatando a grave situação dos conflitos sociais no sul do Pará, principalmente com os Ministros da Agricultura, da Justiça e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, além do Presidente da Assembleia Legislativa e do Governador do Estado do Pará, mostrando que os conflitos de terra se haviam iniciado, agravando-se com a migração desordenada, sendo imperativo o ordenamento das ocupações rurais e urbanas, sem o que se multiplicariam as vítimas dos conflitos armados.

No dia 5 de junho do ano passado, a Cooperativa Mista Agropecuária de Tucumã encaminhava ofício ao Ministro da Agricultura, Iris Rezende, pedindo-lhe:

a) interceder junto à Cibrazem, no sentido de dotar aquela cooperativa de estrutura de armazenamento e beneficiamento de grãos;

b) diligenciar entendimentos com a EMATER e CEPLAC, para ampliação da estrutura assistencial e técnica à pecuária.

Dias antes, a Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, Agência Municipal de Tucumã, apelava para o Ministro Paulo Brossard, revelando a preocupação existente, especialmente na área do projeto de colonização da Andrade Gutierrez, com ameaça de conflitos armados, envolvendo uma população de aproximadamente sessenta mil pessoas, numa tensão insuportável, capaz de transformar-se em luta armada de imprevisíveis consequências.

Ameaçava o conflito estender-se a toda a área sul do Pará, uma vez que, com a abertura da Rodovia PA-279, o fluxo migratório levava milhares de famílias para a Gleba Carapanã, em São Félix do Xingu, numa área de quatrocentos mil hectares, onde a empresa Andrade Gutierrez desenvolve um projeto de colonização denominado Tucumã, contratado com o Governo Federal através do Incra-Getat, atrasado pelos recursos minerais e madeireiros, além da infra-estrutura rodoviária e outros serviços implantados pela colonizadora, estimulada a invasão pelos anúncios do Plano Nacional de Reforma Agrária, com cinco mil famílias de posseiros instaladas, passiva a colonizadora, torrando-se impotente pelo temor do derramamento de sangue, enquanto o Getat se confessa impossibilitado de qualquer intervenção.

O Município de Tucumã congrega cerca de sessenta mil pessoas, distribuídas nos núcleos urbanos do projeto oito mil pessoas, além de trinta concentrações de garimpeiros com vinte e uma mil pessoas assentadas nas três etapas do projeto, quinze mil pessoas espalhadas em ocupações fundiárias, mil madeireiros, dois mil em pequenos núcleos urbanos e treze mil na sede municipal.

Continua a chegada de imigrantes, fomentada à anagem, provocados conflitos, comprometida a segurança e a planificação da cidade.

Exposto esse quadro dramático, a Prefeitura de São Félix do Xingu pediu ao MIRAD as seguintes providências:

a) assentamento imediato e legitimação da posse das terras da gleba Carapanã quanto aos colonos realmente necessitados e vocacionados para a vida rural;

b) ordenamento urgente das migrações para a gleba Carapanã, coibidas especulações fundiárias, a predação dos recursos naturais, assegurado o direito de propriedade aos colonos instalados;

c) apoio às organizações e autoridades municipais, para assumir o ordenamento das ocupações urbanas;

d) entendimento com os poderes públicos, estadual e federal para que assumam os serviços básicos indispensáveis ao desenvolvimento local.

Na mesma oportunidade, intercedia a COOPERTUC junto ao Ministro da Agricultura, pedindo-lhe:

a) interceder junto à Cibrazem, no sentido de dotar a cooperativa de estrutura de armazenamento e beneficiamento de grãos;

b) diligenciar junto à CEPLAC e à EMATER, visando à ampliação da estrutura de assistência técnica, extensiva à pecuária;

c) apoio, através da Agência Municipal de Tucumã e do Conselho de Desenvolvimento Comunitário local, no sentido de assumir o ordenamento das ocupações urbanas;

d) estabelecer entendimentos com os poderes públicos do Estado e da União no sentido de

assumir completamente os serviços básicos indispensáveis ao desenvolvimento da região.

No dia 5 de junho do ano passado pronunciei-me nesta tribuna, lembrando o cumprimento das promessas de nossa campanha presidencial, que relacionava o Plano Nacional de Reforma Agrária como a mais importante de todas as ações a serem empreendidas pelo atual Governo, guardada fidelidade aos compromissos de Tancredo Neves. Citava os problemas de ocupação da Amazônia e, no seu contexto, uma colonização fundiária racional, ampliando as fronteiras e regularizando a estrutura fundiária brasileira, controlado o fator das endomigrações espontâneas, principalmente no curso das estradas pioneiras construídas nos últimos trinta anos principalmente aquelas que penetram a Amazônia Legal.

A especial relevância com que apontamos o fenômeno da ocupação indiscriminada do sul do Pará infelizmente não encontrou, nesses onze meses a partir do nosso pronunciamento, uma resposta suficientemente eficaz dos órgãos responsáveis do Governo, multiplicando-se as ameaças de conflagração, com o enfrentamento de empresas colonizadoras e colonos espontâneos.

Se em 1978 o Governo Federal colocou em concorrência a área de que vimos tratando, com quatrocentos mil hectares de vazio demográfico, buscando uma grande empresa para o empreendimento, apesar de vir ela cumprindo, rigorosamente, a sua parte, não têm os órgãos federais competentes vigiado a tarefa de ocupação, proliferando os grileiros no canteiro de obras, a depredação da madeira, principalmente o mogno, a intrusão constante, a exploração desenfreada.

Já avisávamos, naquela ocasião, há quase um ano, que a situação da área é um verdadeiro barril de pólvora, pois está assumindo proporções imprevisíveis em termos de conflitos sociais, que colocam em risco de vida a propriedade das famílias que ali estão."

Agrava-se a situação na medida em que se completam, pela colonizadora, trabalhos infra-estruturais, somando mais de cinco mil pessoas os invasores do Projeto Tucumã, confiantes no Complexo de Carajás e na Hidrelétrica de Tucuruí, que, dia a dia, liberam crescente número de trabalhadores, vocacionados apenas para a agricultura.

Continuamos a confiar no Presidente Sarney, para o equacionamento e solução desse problema, apesar das posições conflitantes de seus assessores imediatos. Ainda é tempo de o Governo mobilizar recursos materiais dos seus órgãos de assistência e vigilância, para reordenar a ocupação da área e evitar próximos conflitos sangrentos.

Acreditamos que a política agrária deve ser direcionada de preferência ao pequeno produtor rural, para que garanta, no mínimo, uma sobrevivência digna. Temos certeza de que o Projeto Tucumã tinha todas as condições para propor, nesse sentido, um exemplo e um paradigma nacionais, tanto mais quanto a produção agrária cresce e brotam promissoras as lavouras do café, produz-se a pimenta-do-reino, há abundância de seringueira e guaraná.

Só é preciso que o Plano Nacional de Reforma Agrária deixe de ser um grande e ambicioso projeto nacional, para realizar-se, imediatamente, em pequenos e médios projetos que devolvam ao campo o homem rural sem precisar tingir-se a terra de sangue.

Esse trabalho diurno, aparentemente modesto, sem pretensões faraônicas, poderá, em um decênio, fazer com que a nossa fronteira agrícola se estenda a todas as terras aráveis da Amazônia Legal, em proveito do desenvolvimento integrado do País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO O LYRA (PMDB - PE Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a notícia de que o Banco Central retirará de circulação, já a partir deste mês, as cédulas de duzentos cruzeiros, que têm estampada a efígie da Princesa Isabel, poderia ser encarada com naturalidade, ou até mesmo com espanto, pela demora da substituição da antiga moeda pelo cruzado, que a Nova República implantou há dezenesse meses.

lições, diferentes das que sempre exercitamos. Continuamos na luta, resistentes e fiéis ao povo, como sempre, porque sabemos que só dele se origina a nossa força. Não deixaremos sucumbirem ao arbítrio nossas esperanças.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB - SE Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes,

a notícia de que o Banco Central retirará de circulação, já a partir deste mês, as cédulas de duzentos cruzeiros, que têm estampada a efígie da Princesa Isabel, poderia ser encarada com naturalidade, ou até mesmo com espanto, pela demora da substituição da antiga moeda pelo cruzado, que a Nova República implantou há dezenesse meses.

O surpreendente na notícia é a ausência de qualquer informação – do Banco Central ou da Casa da Moeda – sobre a reposição da efígie da Redentora em alguma das novas cédulas. E a providêncie se impõe, Sr. Presidente, porque se aproxima o centenário da libertação dos escravos, ato histórico que a Princesa Isabel chamou a si, embora soubesse que a assinatura da Lei Áurea significaria também o fim da monarquia no Brasil.

Não se questiona que ao Banco Central compete decidir da oportunidade de retirar de circulação as velhas cédulas de duzentos asneiros, que, no novo padrão monetário, vale apenas vinte centavos. O que estamos a defender é a volta da efígie de Isabel às mãos do povo, como homenagem desta Nação àquela que, há quase cem anos, resgatou o Brasil da vergonha e hedionda condição de país escravista.

É hora, Srs. Constituintes, de providências que rios assegurem a lembrança da princesa brasileira, seja em cédulas monetárias, seja em moedas, selos ou carimbos filatélicos. O importante é que a imagem de Isabel volte às mãos do povo em tempo do centenário da Lei Anta. Esse é um dever cívico que a Nação tem o direito de cobrar de suas autoridades, pois o povo que não cultua seus heróis, suas tradições e seus grandes feitos se desfria e abre espaço à colonização cultural dos países que exportam seus heróis, e mesmo falsos heróis, como forma de erodir a identidade dos povos menos desenvolvidos e facilitar sua subordinação econômica.

Assim, faço desta tribuna um apelo aos Ministros da Fazenda e das Comunicações, Srs. Bresser Pereira e Antônio Carlos Magalhães, para que, nas respectivas áreas, determinem providências com vistas a ter em circulação, a partir de agora e até final do ano próximo, quando transcorre o centenário da libertação dos escravos, moedas, cédulas e selos dos correios com a estampa da Princesa Isabel, numa demonstração inequívoca de que a Nação presta à nossa heróica Regente a homenagem a que faz jus.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a questão

da locação de mão-de-obra permanente, temporária e sazonal merece maior preocupação do legislador ordinário, devendo ter disciplinação legal de modo a serem resguardados os direitos dos trabalhadores.

Absurda, entretanto, foi a decisão da Comissão da Ordem Social, da Assembléa Nacional Constitui-

tuinte, que incluiu no item XXV do art. 2º de seu anteprojeto disposição proibindo as atividades de intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, temporária ou sazonal.

É que tal proibição simplesmente acabará com o trabalho temporário, a prestação de serviços, a empreitada de mão-de-obra na construção civil, os serviços de asseio e conservação, de vigilância, assim como o trabalho sazonal, como o desenvolvido, por exemplo, pelos cortadores de cana-de-açúcar.

Trata-se de autêntico absurdo, mormente quando se sabe – com bem assinala o jornalista Itaboráí Martins, em artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 de junho último, pág. 6 – que a República Popular da China, país que tem como um de seus principais objetivos a defesa dos interesses dos trabalhadores, acaba de formalizar **joint venture** com a Manpower Incorporated, dos Estados Unidos, para implementação do trabalho temporário até três meses de duração a fim de substituir a mão-de-obra permanente em casos de férias, doença, picos de produção e outros, em seu território.

Na verdade, quando um país socialista, como é o caso da China, adota tal modalidade de trabalho, é absurdo que o Brasil a proíba.

Como ressaltamos, o fundamental é que a locação de mão-de-obra seja legalmente disciplinada, a fim de que os direitos dos trabalhadores sejam resguardados, garantindo-se, ao mesmo tempo, o lucro razoável da empresa locadora.

Por tais razões, a disposição em questão não pode prosperar, e nesse sentido dirigimos nosso apelo à doura Comissão de Sistematização.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^{as}, Srs. Constituintes, há poucos dias fiz um pronunciamento sobre a tablita e deflação. Aliás, antes me congratulei com o Governo pela execução do Plano Bresser. Dizia que alguma coisa tinha de ser feita para diminuir a inflação, que levava a todos e a tudo o caos. Ainda afirmava que o plano tinha tudo para dar certo, desde que medidas complementares fossem tomadas. Referia-me à deflação que estava sendo feita na venda futura da soja. No Sul do País muitos produtores venderam seus produtos para receber o numerário em fins de julho e agosto, a preços muito inferiores aos atuais, e agora mesmo, com os preços baixos, ainda lhes é aplicada a deflação. Pedia, na oportunidade, providências a S. Ex.^a, o Sr. Ministro da Fazenda, para que fosse feita esta correção no plano. Infelizmente nada foi feito neste sentido até agora.

Ontem recebi telex do presidente da Fecotrig, pedindo nossa intervenção neste sentido. Requeiro a V. Ex.^a, Sr. Presidente, seja referido o telex transscrito nos Anais desta casa. Para que, através do mesmo, V. Ex.^a possa tomar conhecimento da gravidade do problema vivido no Sul do País pelos produtores, na iminência de grandes prejuízos: além de terem vendido seu produto a preços irrisórios, agora vão receber menos. Não podemos admitir que isto aconteça. Faço desta tribuna um veemente apelo às autoridades no sentido de que, ainda em tempo, seja feita a devida correção de tamanho absurdo, que de forma alguma se justifica.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

A aplicação da tabela de deflação nos contratos de venda futura de soja está assumindo proporções extremamente graves junto aos produtores gaúchos, na medida que cerca de 30%, ou 1.500.000t, teria sido comercializada para pagamento de junho a agosto.

Em reunião nesta última terça-feira, dia 14, as cooperativas filiadas à Fecotrig decidiram que fosse levado ao conhecimento dos parlamentares que expressivamente representam o setor para que, juntamente com as demais entidades representativas se consiga contornar mais esta situação.

O resguardo e a tranqüilidade que os decretos-leis NR. nº 2.335 referendado pelos 2.336 e 2.337, haviam dado para estas operações foram rompidos pelo novo Decreto lei 2.342 de 10-07-87.

Segundo estudo da Fecotrig, o prejuízo decorrente desta sistemática poderia atingir, no RS Cr\$ 1.020.832.000,00, recursos estes que seriam sugados do setor e implicariam comprometimento ainda maior da capacidade de pagamento do produtor. Não é demais esclarecer que os produtores comercializaram em valores médios para junho, julho e agosto por Cz\$ 240,00/270,00/320,00, respectivamente, e hoje o preço a vista em Cz\$ 410,00 o saco. A aplicação da tabela de deflação nestes valores os reduzem ainda mais, distanciando-se, ainda mais dos elevadíssimos custos de produção.

A eliminação da cobrança da correção monetária nos contratos de crédito, medida esta recém-obtida pela classe, corre o risco de ser neutralizada no caso da soja pela aplicação compulsória desta questionável tabela de deflação.

Finalizando, gostaríamos de fazer um chamamento a V. S.^a no sentido de nos respaldar e acompanhar na busca de uma solução definitiva para esta questão.

Atenciosamente, – **Terciso Redin**, Presidente da "Fecotrig".

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os grandes homens possuem uma característica comum, num determinismo que não admite exceções. Tal distintivo – o devotamento ao trabalho – assinala de forma permanente a laboriosa atividade de todos os que lutam para construir novos caminhos, empreender novas realidades.

Ao fundar sua Casa Bancária em 1943, no interior de São Paulo, Amador Aguiar inaugurou o processo que faria dele o artífice da criação, evolução e condução do que, alguns anos mais tarde, se transformou no maior Banco privado do País. E ó desempenho brilhante das Organizações Bradesco só foi possível graças aos traços excepcionais do rico idealismo de seu fundador sua ação empresarial, invariavelmente balizada pela melhor tradição moral e regida pela salutar visão de que jamais se isola a Empresa da Sociedade que a alimenta. Em momento algum Amador Aguiar se esqueceu da função social de seu poderoso Grupo.

Criança carente, moço pobre, como que num acerto de contas com a maldade do mundo, e apenas 13 anos após a inauguração de seu Ban-

co, cria a Fundação Bradesco, cujo objetivo primeiro é o amparo, através da Educação, às crianças e aos jovens carentes de praticamente todo o País.

Atualmente presente, através de suas 33 escolas em 16 Estados da Federação, além do Distrito Federal e do Território do Amapá, a Fundação Bradesco, entidade sem fins lucrativos, patrocina, hoje, formação educacional e profissional a 40 mil crianças e jovens brasileiros. Do pré-escolar ao 2º grau profissionalizante, as escolas da Fundação promovem atendimento global a seus alunos: alimentação, material didático, uniforme escolar, assistência médica e odontológica.

Localizadas em sua maioria em bairros periféricos e na zona rural, prestam elas singular e inestimável serviço: seus currículos, além do conteúdo comum a todas as escolas do País, possuem partes específicas referentes às peculiaridades de cada região em que se localizam.

Tal respeito à vocação econômica e às particulares necessidades dos mercados de trabalho locais permite a sensata e simpática possibilidade de que os egressos das escolas se fixem nos próprios sítios onde vivem, integrados nas comunidades que os viram nascer.

Reconhecida de utilidade pública, faz mais ainda a Fundação Bradesco: com previsão orçamentária de 523 milhões de cruzados para o corrente anos, ela promove reciclagem profissional que beneficia anualmente 110 mil funcionários das Organizações Bradesco; responde por 157 mil lanches e 25 mil refeições diárias destinadas ao quadro funcional das empresas. Promove atividade extracurricular em que o setor de esporte se destaca nacionalmente, pelo brilhantismo de seus atletas, em várias modalidades. Realiza pesquisas, cursos e planejamento pecuário, sendo pioneira na exportação de sêmen bovino para os Estados Unidos.

Criação do idealismo de Amador Aguiar, a Fundação Bradesco, em sua luta pela redução das carências sócio-econômicas de milhares de brasileiros, indica toda a beleza do otimismo empresarial, dos nobres objetivos e do trabalho fecundo de seu fundador, que há mais de 40 anos se colocou a serviço da Nação, reafirmando, ao longo de todo esse tempo, sua profissão de fé no futuro do nosso grande País.

Homem de idéias bem definidas, trabalhador infatigável, avesso às amenidades da vida fácil, Amador Aguiar é, hoje, em sua simplicidade, credor da admiração de todos os brasileiros, pois que, na atitude própria de quem saneia, espalha as luzes e os benefícios de sua grande obra.

As realizações de Amador Aguiar são o exemplo perfeito de quanto pode o trabalho incansável e diligente; são prova inofismável de que realidade nenhuma, por mais adversa que seja, resiste à impetuosidade de quem trabalha com inteligência e afinco. Pelo contrário, a realidade domada, recomposta, acaba por responder de forma generosa e agradecida.

Por outro lado, o sucesso de sua organização e a dignidade de seu fazer profícuo, impregnado de consciência social e orientado para o bem comum, indica a todos que o relacionamento empresa/sociedade deve ocorrer, preferencialmente, num caminho de mão dupla.

Estas, sem dúvida, as grandes lições de Amador Aguiar às elites brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GILSON MACHADO (PFL – PE).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, num momento difícil da economia brasileira, em que ate mesmo a estabilidade política se encontra em jogo, quando a continuidade rumo à democracia periclitava, é necessário e útil ressaltarmos palavras de bom-senso proferidas por alguém que detém, em sua área de atuação, liderança e prestígio. A revista "Veja", em sua edição de nº 983, de 8 de julho, traz entrevistas com o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, cujas idéias claras e ponderadas trazem nova luz à gama de manifestações sindicais acerca da realidade por que estamos passando.

Acostumados a uma retórica combativa e demolidora por parte de outras lideranças sindicais, percebemos que tal violência não é unânime, encontrando-se nas opiniões do representante do maior sindicato do Brasil a ponderação, o raciocínio isento e a acuidade para a luta em prol do possível.

A validade de suas palavras é corroborada pela preferência manifestada nas urnas, na eleição sindical: nenhum candidato seria escolhido se não contasse com o apoio da maioria de seus companheiros. Se suas opiniões são moderadas – e por isso vêm sendo criticadas por integrantes mais combativos do movimento sindical – pode-se concluir que essa moderação é encampada pela maioria de seus líderes. E essa maioria, numa organização que congrega 370 mil trabalhadores, representa um número expressivo, elevado o bastante para que suas afirmações sejam refletidas e analisadas.

Do teor da entrevista podem-se pinçar três conceitos básicos:

1º – a defesa dos reais interesses dos trabalhadores;

2º – a defesa da empresa privada e restrições à intervenção estatal na economia;

3º – a visão clara do que seja a oposição construtiva à ação governamental.

Acerca das violentas manifestações ocorridas no Rio de Janeiro por ocasião da elevação das tarifas de transportes urbanos, suas palavras são claras: o ocorrido não foi obra de grupos organizados; foi motivado pela insatisfação popular com a escalada dos preços do transporte, que atingiu mais de 400% em seis meses; ressaltando que esse item pesa sobremaneira no orçamento dos trabalhadores, deu conta da inelasticidade desse gasto, já que se pode economizar até mesmo na alimentação, mas não se pode fugir ao gasto com a condução para o trabalho.

Luis Antônio de Medeiros diz que tem sido o Governo o causador dos maiores prejuízos para os trabalhadores:

Ele (o governo) é o pior inimigo das classes trabalhadoras brasileiras. Só atrapalha.

Isto acontece, primeiro, em função dos pacotes econômicos que decreta a cada instante e sempre modificam as regras do jogo, transformando os acordos coletivos numa bobagem. Além disso, o Governo atrapalha nosso relacionamento com os patrões, porque ele também é um grande e péssimo patrão nas suas empresas estatais. O Governo é deficitário, preguiçoso e depende da classe política. Está provado que ele não é um bom empresário, não sabe administrar.

Isso acaba prejudicando o trabalhador da estatal e todos os operários. Afinal, é a empresa privada que cria a maior parte dos novos empregos, e não o setor público."

Com relação às melhores épocas já vividas pelo trabalhador, menciona os anos do milagre econômico, porque havia abundância de emprego, e a vigência do Plano Cruzado.

Embora citando duas épocas completamente distintas no plano político, deixa claro que a segunda foi mais completa, em virtude da prevalência da liberdade e dos valores democráticos.

Fica clara, nesse trecho, a distinção existente entre condições do florescimento econômico e vigência democrática; os dois fatos não estão relacionados; um não acarreta o outro, um não é consequência do outro, e podem ocorrer concomitantemente ou não, em virtude de fatores externos; tal formação, partida de um líder sindical de significativa influência, nos faz refletir.

Não podemos negar que ministros do Governo da Nova República têm grande parcela de responsabilidade pela situação difícil em que foi colocado o País; entretanto, somos forçados a reconhecer que a inapetência dos governantes anteriores, somada à complacência com que deixaram acontecer sucessivos atos de má gestão da coisa pública, e ainda à incompetência de muitos executivos da administração direta e das empresas estatais, são fatores que levaram a Nação às dificuldades das quais não nos conseguiremos livrar senão através do exercício da negociação, com bom-senso e responsabilidade, com atitudes cautelosas e refletidas, em que se caminhe com a perspectiva mais alentada da construção de uma realidade estável para o futuro.

Esse empenho sentimos nas palavras do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo quando condena atitudes de confronto com autoridades governamentais, quando concorda com o fato de que o maior risco para o trabalhador é o desemprego, quando aceita a afirmação de que eleições diretas agora só viriam atrapalhar a transição democrática.

E, mais que nesses aspectos, demonstra bom-senso quando critica a proposta de estabilidade plena no emprego após noventa dias, segundo sugestão da Comissão da Ordem Social, encampada no anteprojeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização.

Segundo suas palavras, "a estabilidade é boa para os momentos de crise; mas é ruim nos momentos de crescimento econômico". Com efeito, nada poderá substituir as leis do mercado de trabalho e nenhum instrumento será mais eficaz para a valorização do trabalhador, em épocas de crescimento, do que a liberdade para pleitear novas colocações em novos padrões salariais. Temos de entender que a proteção ao emprego não se poderá construir sobre a imposição de o empresário manter suas colocações a qualquer custo; tal exigência desestimulará a contratação de maior força de trabalho em momentos de crescimento, sob o risco de ter-se de arcar com essa folha de pagamentos caso a economia venha a se mostrar repentinamente desaquecida.

A garantia do emprego decorre única e exclusivamente da saúde da economia, do potencial exportador do país aliado à capacidade de consumo dos salários. A proteção do desempregado somente pode ser efetuada através de mecanismos

previdenciários para os quais contribuem permanentemente empresas e trabalhadores, justificando-se as despesas através de recolhimentos mensais de empregadores e empregados, tal como um seguro que o cidadão deseja fazer.

Segundo Luiz Antônio de Medeiros, o maior risco para o trabalhador no momento é o desemprego.

"...porque, se temos o desemprego, nós não temos nada. A garantia de organização e de luta da classe trabalhadora é o emprego. Quem está desempregado não é nada, nem metalúrgico, nem químico. O operário vira ninguém"

Contrário à greve geral anunciada por vários setores sindicais como um protesto contra as medidas econômicas do Governo, Medeiros reafirma que o objetivo primordial do sindicato é o pleno emprego, a redução da jornada de trabalho e melhores condições de vida:

"Uma greve geral pode servir para isso, mas só depois de esgotada uma tentativa de negociação com o Governo"

Tendo participado do Partido Comunista Brasileiro, tendo vivido e trabalhado na União Soviética, critica os rumos do comunismo, afirmindo que, como toda a esquerda, ele parou no tempo e no espaço, não se tendo aperfeiçoado para enfrentar os desafios dos novos tempos.

Diante de afirmações de tal lucidez, divulgamos nova luz no movimento sindical brasileiro, o que traz a esperança de negociações mais sérias, em que sejam mais realistas as reivindicações dos trabalhadores, em que as negociações se façam em bases mais refletidas, menos passionais, distanciando-se os aspectos políticos daqueles que são eminentemente trabalhistas, e sobre os quais pode e deve ser buscado o consenso. Política se faz nas urnas e nos partidos, devendo os sindicatos restringirem-se à defesa de seus associados através de ações ligadas apenas a questões trabalhistas.

As palavras de Luiz Antônio Medeiros merecem ser estudadas e refletidas, para que se atinja um novo patamar de responsabilidade nas negociações entre Governo, patrões e empregados.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT – RS). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna aplaudir as declarações do Presidente do Banco do Brasil, Sr. Camilo Calazans, que criticou, em entrevista à imprensa, os juros altos cobrados pelos bancos, defendendo inclusive a criação de mecanismos para confiscar rendimentos excessivos nessa área.

Sr. Presidente, não é preciso dizer que são as micro, pequenas e médias empresas que sustentam a economia deste País, e são elas, justamente, as mais penalizadas pelas medidas adotadas pelo Governo, dentro de sua política econômica. Essas empresas, notadamente as micro, estão definhando, e milhares delas até já desapareceram em virtude dos imensos problemas financeiros que acumularam com a desorientação da política governamental. A reação dos microempresários foi tão grande que o Governo tomou medidas, junto ao setor bancário, objetivando aliviar financeiramente esse tipo de empresa, através de pagamento de seus débitos no setor bancário, a juros subsidiados e a prazos dilatados, com carência

razoável. Mas continuam ainda os microempresários reclamado, tanto tempo depois da época da adoção dessas medidas, contra sua total falta de aplicação, eis que os bancos, inexplicavelmente, ignoram tais recomendações.

Daí a enorme significação que assume a importante e oportuna entrevista do Presidente do Banco do Brasil, já que ele tem toda a autoridade para fazê-lo, como conhecedor profundo do intrincado funcionamento das instituições financeiras no País.

O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT-SP).

Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, faço uso desta tribuna para denunciar a Organização Globo, que, utilizando de rede de televisão, dissemina grave e insultoso tratamento aos japoneses residentes neste país e aos trabalhadores de menor qualificação profissional.

Para efeito desta denúncia, passo a ler a carta que acabo de enviar ao Sr. Roberto Marinho e que solicito seja transcrita nos Anais desta casa:

"Imo. Sr".

Roberto Marinho

DD. Presidente das Organizações Globo

No capítulo da novela "Brega e Chique", levado ao ar no dia 7-7 p.p., a personagem Rafaela, brilhantemente interpretada pela atriz Marilia Pera, transformou-se na caixa de ressonância de um deplorável monólogo: "Vou me casar com o primeiro que aparecer, qualquer um, leiteiro, faxineiro, tinteiro, nem que seja japonês".

Em cada uma das palavras, cuidadosamente acolhidas, da fala da personagem, está patenteada a vontade consciente de veicular o preconceito e a discriminação que atingem diretamente a colônia japonesa radicada no Brasil e a sua descendência, hoje tão brasileira quanto os onífridos de outras nacionalidades que imigraram para o País em épocas mais remotas, e de maneira subliminar, os trabalhadores que executam serviços urbanos indispensáveis à manutenção das condições das populações das cidades brasileiras.

O talento cômico da atriz Marilia Pera, para a qual o autor da novela – Cassiano Gabus Mandes – escreveu especialmente a personagem, possibilita a difusão "isonha e natural" da redução da cidadania, expressa no "primeiro que aparecer", "qualquer um" dos trabalhadores preconceituosamente tratados como desqualificados" para se casarem com a "chique" Rafaela.

Na linguagem utilizada pela Rede Globo, é "brega" ser leiteiro, faxineiro ou tinteiro? "Chique", em contrapartida, é viver da especulação financeira, da concentração da propriedade fundiária, do ócio remunerado pela exploração do trabalho?

Não é novidade o tratamento discriminatório que a Rede Globo de Televisão despende ao movimento dos trabalhadores, que se expressa na ausência de divulgação de suas lutas de maior envergadura ou, ainda, na distorção dos fatos tendentes a identificar, nas propostas e atitudes das lideranças sindicais, a desestabilização da "democracia" e a instauração do caos social.

No entanto, a agressão gratuita e insultosa dirigida aos brasileiros de ancestralidade nipônica, e aos próprios japoneses resi-

dentes no Brasil, não pode ser tolerada, mesmo que fosse revelada a suposta "brincadeira" imaginada pelo autor de "Braga e Chique". Ao transformar o japonês no "último dos homens", esta rede de televisão incentiva a discriminação racial, proibida até na atual Constituição outorgada pela ditadura militar.

É essencial reafirmar que a consciência universal dos povos repudia este tipo de comportamento, expressando a condenação unânime aos crimes perpetrados pelo nazismo e à política do Apartheid – desenvolvida pela África do Sul, marcados pela concepção de raças superiores e inferiores.

Como parlamentar, cidadão e trabalhador, vivendo com toda a intensidade a perspectiva de inserir no texto constitucional a garantia da inexistência de qualquer espécie ou modalidade de discriminação, de natureza étnica, sexual, política ou religiosa, manifesto a exigência de toda a colônia japonesa, isto é, dos brasileiros cujos ancestrais têm origem nipônica, no sentido da imediata retratação da Rede Globo de Televisão, em horários e espaços compatíveis, para que seja dada a necessária publicidade, sob pena de ser promovida a imediata responsabilidade civil e criminal dos responsáveis pela veiculação do preconceito racial e menoscopo aos trabalhadores "menos qualificados".

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, era isto o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ).

Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, nós, do Partido Democrático Trabalhista, o PDT, reunidos no I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático, fiéis aos nossos princípios históricos e aos compromissos com o povo brasileiro, e diante da atual conjuntura nacional, consideramos como questão inarredável a promoção da justiça social.

Entendemos que é de extrema necessidade uma nova política salarial, que eleve o salário mínimo e todos os demais níveis e valores justos e compatíveis, que possam condizer com a dignidade do povo trabalhador brasileiro. Lutamos pela estabilidade no emprego, pois somente assim poderemos reparar as injustiças que são cometidas com os trabalhadores, quando atingem um certo patamar salarial. São postos na rua e, em seu lugar, colocam outra pessoa para a mesma função com o salário menor. Lutamos pelo direito de greve e pela redução da Jornada de trabalho. Defendemos, sem restrições, a sindicalização, pois os sindicatos são os instrumentos fundamentais da luta dos trabalhadores em suas reivindicações, os sindicatos representam o poder soberano dos trabalhadores. Lutamos pela participação dos empregados nos lucros das empresas, porque entendemos que esta é a forma mais justa de compensarmos a utilização da mão-de-obra dos trabalhadores, fazendo com que os lucros não fiquem concentrados nas mãos dos grandes empresários.

Para finalizar, Sr. Presidente, o PDT denuncia e repudia a legislação proposta pelo Governo, atropelando e desrespeitando a soberania da Constituinte, tentando impingir aos trabalhadores esta legislação, que objetiva dividir e enfraquecer o movimento sindical brasileiro.

Gostaria de salientar que o PDT continuará ao lado dos trabalhadores, para que a Assembleia Nacional Constituinte possa resgatar os compromissos com toda a Nação brasileira na luta por uma Constituição progressista.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA).

Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a política econômica adotada pelo governo é tão absurda, tão lesiva aos interesses nacionais, que custa crer que possa ser executada.

Desde novembro do ano passado ela mudou de rumo, desprezando um período tão importante de crescimento, para adotar uma política recessiva, visando à contenção do consumo, promovendo o arrocho salarial, estimulando o ressurgimento da especulação financeira e criando todas as facilidades para as exportações, com o objetivo de alcançar altos superávits no balanço de pagamentos, para com estes dólares, adquiridos muitas vezes com a venda de alimentos e bens necessários ao consumo dos brasileiros, pagar os juros do câncro brasileiro chamado dívida externa.

As custas do enorme sacrifício a que se submete o povo, o governo está atingindo seu objetivo. Neste mês de junho atingiu 1,3 bilhão de dólares de superávit. Para tirar estas dúvidas fui ontem a São Paulo, onde mantive, durante mais de três horas, uma conversa com o Ministro da Fazenda, Dr. Dilson Funaro.

Sai convencido de que minhas críticas procedem, de que o Brasil é um país fácil de governar, mas a única solução é ter um governo que não se dobre às pressões dos banqueiros internacionais, feitas pelo FMI.

Temos de fazer valer a antiga proposta do PMDB de só destinar 20% das nossas exportações ao serviço da dívida.

O que o governo está fazendo hoje constitui crime, pois nenhuma nação do mundo suporta dar de graça, como estamos fazendo, 50% das suas exportações.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS).

Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Constituintes, desde 1979, quando apresentei o Projeto de Lei nº 2.048, venho alertando os Governos para a necessidade de transferir-se para as empresas a despesa relativa ao transporte do trabalhador. Em 1985, a Câmara e o Senado da República aprovaram o Projeto de Lei nº 2.048, que, alterando o art. 458, § 2º, da CLT, estabelecia:

Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, o transporte fornecido pela empresa e os vestuários, equipamentos e outros acessórios necessários ao emprego e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços.

O Presidente da República recebeu o projeto aprovado. Mas, lamentavelmente, naquela oportunidade o Ministro dos Transportes, senador Affonso Camargo, convenceu o governo de que não era conveniente criar o transporte obrigatório pelas empresas e idealizou e apresentou um projeto de lei criando o chamado vale-transporte facultativo. O Presidente da República vetou o nosso projeto, apesar da aprovação unânime da Câmara e do Senado, e aceitou a idéia do Sr. Ministro dos Transportes

Hoje a lei do vale-transporte facultativo é um fracasso: não resolveu o problema dos trabalhadores, pois algumas empresas não o utilizam, enquanto outras cobram 3% do total dos seus trabalhadores; não resolveu o problema dos empresários do transporte coletivo; não resolveu o problema do governo no setor.

Quero alertar o Governo para o fracasso do vale-transporte facultativo. É preciso ter sensibilidade e retornar o nosso projeto que estabelece o vale-transporte obrigatório, sem nenhum ônus para o trabalhador.

Nossa proposta é mais eficiente, torna mais fácil e menos burocratizada a fiscalização, não penaliza os trabalhadores e, fundamentalmente, atende ao interesse de evitar tumultos numa área tão conflagrada como a dos transportes coletivos.

O reconhecimento de que o governo errou quando vetou o nosso projeto e aceitou a idéia do Ministro Affonso Camargo em nada diminuiu; ao contrário, a prática servirá para valorizar o trabalho da Câmara e do Senado. Afinal, não são apenas os Ministérios os conhecedores dos problemas nacionais.

Incorporo ao meu pronunciamento o texto do Projeto de Lei nº 2.048, de 1979.

PROJETO DE LEI A QUE SE REFERE O ORADOR.

PROJETO DE LEI Nº 2.048, de 1979

(Do Sr. Jorge (Uequed)

Dá nova redação ao § 2º do art. 458, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador.

(As Comissões de Constituição e Justiça, Trabalho e Legislação Social e de Finanças.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 458.

§ 2º Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, o transporte fornecido pela empresa e os vestuários, equipamentos e outros acessórios necessários ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Dispõe o **caput** do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho que as utilidades (assim entendidas a habitação, o vestuário, a alimentação e outras prestações in natura) que o empregador, por força do contrato de trabalho ou por força do costume, fornecer habitualmente ao empregado são partes integrantes do salário.

Já o § 2º do retomencionado dispositivo estabelece que não se consideram salário, apenas,

as utilidades fornecidas ao empregado para uso de serviço. É que, nesse caso, entendeu o legislador ordinário que a utilidade constitui um meio necessário ou conveniente para a execução dos serviços e não um rendimento do empregado proveniente do trabalho realizado.

Estão nessa situação os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado.

Cremos não ser absurdo considerar também como de responsabilidade da empresa o pagamento do transporte do empregado de sua residência para o local de trabalho.

Como se sabe, um recente estudo do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – sobre os últimos dez anos de política salarial, afirma que houve uma perda, em média, de trinta por cento no salário real dos trabalhadores, durante este período, enquanto que os lucros aumentaram aceleradamente.

O estudo conclui dizendo que a política salarial deixou de ser uma política de combate à inflação, tal como foi concebida em 1965, para passar a ser parte integrante da política econômica do Governo, tendo como objetivo acumular lucros nas mãos das empresas para que elas pudessem promover grandes empreendimentos e assim dinamizar o crescimento da economia.

Por todo o exposto, a medida ora pleiteada, além de não trazer pesados encargos às empresas, procuram numa primeira tentativa, recompor o poder aquisitivo dos salários do trabalhador brasileiro.

Sala das Sessões, – Jorge Uequed.
O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)

– Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicação das Lideranças.

O Sr. Aldo Arantes – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)
– Tem a palavra o nobre Constituinte.-

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente. Srs. - Constituintes, em nome da liderança do PC do B, faço votos de que a Convenção do PMDB majoritariamente retorne as bandeiras históricas daquele partido. O antigo MDB foi criado como a Arena 2, para cumprir o papel de sustentação do regime militar. Porém, o surgimento de um grupo aguerrido, o grupo dos autênticos dentro do antigo MDB transformou aquele

partido numa grande frente de resistência democrática contra a ditadura militar. Inúmeros integrantes daquele grupo foram cassados pela ditadura militar, por denunciarem desta tribuna as torturas e as violências cometidas pelo regime de arbitrio. As bandeiras progressistas e populares foram defendidas nas ruas por homens como o Senador Teotônio Vilela, que enfrentou cães da Polícia Militar durante as greves no ABC, que enfrentou os esbirros da ditadura militar.

E o PMDB, beneficiando-se da simpatia e do apoio popular, transformou-se num grande partido, o maior do Brasil. Mas transfigurou-se e terminou sendo o partido de sustentação de um governo antidemocrático e antipopular. Por isso, hoje o PMDB está sendo vaiado nas

praças públicas. Não se pode simplificar a realidade dizendo que as vaias dirigidas a pessoas do PMDB tenham sido fruto de articulação de pequenos partidos e de outros partidos. Não é verdade. As vaias destinam-se à política adotada pela cúpula do PMDB, ao governo ilegítimo e à política entreguista de José Sarney. Mas tem surgido dentro deste PMDB uma corrente progressista que, juntamente com o PC do B, com o PT e com o PDT, vai às praças públicas lutar contra a política econômica do governo, lutar por diretas em 1988 e para que aqui se elabore uma Constituinte democrática e progressista.

Fui membro da Comissão da Ordem Econômica, e nela verifiquei que uma parcela ponderável do PMDB esteve liderada pelo arquiinimigo do povo brasileiro, o entreguista Roberto Campos, que deu o tom na Comissão da Ordem Econômica estabelecendo acerca da empresa nacional princípios que levam a uma entrega completa das nossas riquezas. Portanto, em nome do PC do B e como antigo militante do PMDB, faço votos no sentido de que aqueles companheiros do PMDB que não arriram a bandeira da liberdade e da democracia, que não arriram os compromissos com o povo, mantenham a coerência.

Estamos vendo a manipulação e a pressão que o Governo vem fazendo. O Presidente Sarney, da Argentina, manda recados para os seus áulicos, procurando pressionar o PMDB. Queremos que o PMDB saia das reuniões tomando posições corretas, sem medo de enfrentar os problemas, adotando atitudes de acordo com os interesses do povo. Mas se, finalmente, a cúpula do PMDB, o Palácio do Planalto e os militares conseguirem impor a sua vontade aos convencionais do PMDB, tenho certeza de que os setores progressistas e o povo brasileiro contarão com o PMDB para levar à opinião pública a verdadeira bandeira para a saída da crise que o País está vivendo, bandeira de luta contra a política econômica do Governo, por eleições diretas em 1988 e por uma Constituinte democrática e progressista

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O Sr. Adhemar de Barros Filho – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)
– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ocuparemos a metade do tempo, porque o nobre Constituinte Amaury Müller usará a outra metade.

Na data de hoje, queremos saudar, de forma especial, os companheiros do PMDB, que realizarão sua convenção neste fim de semana, pelo papel que desempenham nesta Casa. Trata-se de uma convenção de extrema importância, não apenas para os destinos do partido, mas para todo o processo constituinte.

A semana política está concentrada na intensificação do conflito entre o Grupo Sarney representado pelo Presidente, seu conjunto de apoio parlamentar reunido em torno do "Centro Democrático", o PFL, parte do PMDB e políticos de outros partidos, e os governadores de quase todos os Estados, que lhe dão apoio em troca de favores – e o Senador Mário Covas e o grupo expressivo

de Constituintes do PMDB, chamados de "progressistas", que poderão vir a aliar-se à esquerda reunida em outros partidos.

Sarney venceu a primeira etapa, mas nada assegura que vencerá as próximas. Pelo contrário, as tendências indicam que perderá, com uma crise institucional de dimensões ainda não conhecidas no Brasil – muito parecida com a de 1961.

Pesquisa realizada ontem pelo "Jornal do Brasil" aponta que 60% do eleitorado do Rio e São Paulo quer diretas em 88, e que Mário Covas é o preferido, com 43%, seguido de Leonel Brizola, com 36%.

Sarney e seu grupo, mesmo assim, trabalham ostensivamente contra Covas, primeiro demitindo todos os que são ligados direta ou indiretamente ao Senador. O último lance foi a proibição de entrevista que seria dada pelo Senador, ontem à noite, na TV Manchete. O grupo que sustenta o Senador Covas decidiu trabalhar pelo adiamento da convenção do PMDB do dia 13 de junho, segundo o Senador Fernando Henrique, "para evitar provocações".

Os governadores, ao invés de pressionarem em conjunto pela criação de um programa econômico de emergência para a transição da Constituinte, uma vez que se trata de uma aberração jurídica um presidente não eleito convivendo com um Congresso eleito e com governadores eleitos, optaram por negociar mandatos com o Poder Central, apoiando o prazo do Presidente em troca de recursos.

Refugiado na concepção autocrática do exercício do poder, o Presidente desgastado afasta-se da vontade da maioria da Nação, usando para isso duas táticas: a ameaça militar velada e as concessões de vários favores, enquanto pretende governar de maneira imperial.

Aparentemente; o que se joga é a questão da duração do mandato do presidente e o sistema de governo. Mas Sarney está atropelando a Constituinte, pois define planos econômicos até 90, sem saber se ficará. Parte agora do pressuposto de que o mandato e o regime de governo são independentes da Constituinte e baseados na Constituição em vigor. Está partindo do princípio de que elaborar planos econômicos não colide com a ordem constitucional, especialmente no Capítulo da Ordem Econômica. Poderemos ter, assim, só para exemplificar, um plano econômico que seja considerado **INCONSTITUCIONAL**, por prever estímulos ou subsídios, ou ainda fontes de recursos que tenham sido retirados da futura Constituição.

Na ordem jurídica, o presidencialismo **imperial** vivido hoje pelo Brasil faz lembrar o império, quando tínhamos um Imperador e o Patriarca da Independência José Bonifácio, hoje representado por Ulysses Guimarães.

Na ordem econômica, o debate principal se dá na comissão específica e se trava entre os **LIBERAIS ARISTOCRATAS**, como o Senador Roberto Campos, os **LIBERAIS MERCANTILISTAS**, como o Deputado Delfim Netto, e os **LIBERAIS INDUSTRIALIZANTES**, como o Senador Severo Gomes.

O Senador Mário Covas representa uma variante mais avançada, de **DEMOCRACIA SOCIAL**.

Os debates mais polêmicos estão-se travando na área **TECNOLOGICA**, na área **AGRÁRIA**, e na **ORDEM ECONÔMICA**.

Não quero, Sr. Presidente, ocupar o tempo do meu companheiro Amaury Müller, por isso desta tribuna, faço votos, de que os companheiros do PMDB tenham realmente patriotismo, o sentido do compromisso histórico de Tancredo Neve; e estejam à altura da transição política que vive a Nação.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT- RS)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs Constituintes, além da instalação, hoje, da Convenção Extraordinária do PMDB, que espero recolocar o partido na rota da sua própria história de fidelidade aos compromissos que assumiu nas praças e nas ruas, quando viu a sua legenda engravidar-se com os votos populares em cima de um Plano Cruzado que não deu certo, que naufragou e levou a Nação ao desespero e à revolta, realiza-se também o Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Com uma legenda histórica, incorporada às lutas do povo brasileiro em busca da sua afirmação, da legitimização dos seus direitos, durante largo período de obscurantismo viveu aquela agremiação na clandestinidade. Em nome do PDT quero saudar os companheiros do Partido Comunista Brasileiro e desejar que o seu Congresso se coroe do mais absoluto êxito.

Mas, Sr. Presidente, neste tempo que me resta, gostaria de voltar a um tema que continua a preocupar a Nação. O Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard de Sousa Pinto – meu velho professor de Direito – volta a abordar a questão do uso abusivo, insólito, inaceitável de mecanismos de força, para tentar conter a insatisfação popular em face dos sucessivos e lamentáveis equívocos praticados pelo Governo da Nova República. Diz S. Ex.^a que o Governo está jogando duro, apenas cumprindo o elementar dever de investigar e cumprir a lei. Qual lei, Sr. Presidente? A lei que deveria punir os corruptos que se apropriaram indevida e ilegitimamente do dinheiro do povo e que escandalizaram a Nação, ou aqueles que ousam desafiar os poderosos do momento, que se instalaram ilegitimamente no Palácio do Planalto e que pretendem calar a voz do povo com a Lei de Segurança Nacional? O que está investigando o Governo? Agora mesmo os jornais do Rio de Janeiro estamparam manchetes para dizer que a Polícia do Sr. Moreira Franco subiu o Morro do Tuiuti e distribui tiros, atingindo uma inocente menina de 13 anos que brincava em frente a sua humilde residência. Esta é a lei que o Dr. Brossard quer aplicar, a lei da violência, da agressão, da impunidade? Não, Sr Presidente, que tenha paciência o Sr. Ministro da Justiça. A lei dos poderosos, dos donos do poder não é a do povo. O que o povo quer é emprego, salário justo, reforma agrária, respeito à riqueza nacional, e não o que está ocorrendo por aí em nome de uma minoria elitizada que se encastela no poder e quer dele fazer um instrumento para a satisfação do seu personalismo doentio e cego.

Por último, quero fazer um registro: ontem à noite, com caravanas de todo o País, instalou-se no Ginásio de Esportes o 26º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundários. Vieram os moços à Capital da Esperança – que não oferece esperança a ninguém – na esperança de ter, afinal, uma educação popular, democrática, universal, acessível a todas as camadas da população e não este ensino elitizado, que contempla apenas uma maioria privilegiada, enquanto milhões e milhões de brasileiros permanecem no obscurantismo, no analfabetismo, impedidos de ter acesso aos instrumentos da cultura e da civilização. O PDT está com os moços e defende, como questão de fundo de sua doutrina e filosofia, o ensino público e gratuito em todos os níveis, capaz de permitir à Nação e proporcionar aos moços o espaço que durante o longo período negro da História do Brasil lhes foi negado. Aos moços da UBES a saudação fraterna do PDT, partido identificado com a grande marcha da mocidade rumo à sua afirmação histórica. Muito Obrigado.

O SR. CÉSAR CALS NETO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, com líder PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR CALS NETO (PDS – CE)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Congresso Nacional tem sido permanentemente vítima de campanha de desmoralização por determinados setores da imprensa. **A Voz do Brasil**, instrumento maior de veiculação das atividades dos congressistas ao longo das últimas décadas, tornou-se obsoleta em função da queda da sua participação na mídia eletrônica. Para recolocar esta participação, a Assembléa Nacional Constituinte criou, através do seu Regimento Interno, dispositivos determinando a veiculação, através dos programas de televisão e rádio, do chamado **Diário da Constituinte**. Mas, caros companheiros, o Partido Democrático Social vem aqui dizer que **A Voz da Constituinte** e o **Diário da Constituinte**, ao lado de determinados sabotadores da imprensa, estão sendo objeto de manipulação, o que não aceitamos. Não podemos admitir que um instrumento democrático, feito em nome dos 559 constituintes, possa ser utilizado para privilegiar meia dúzia de parlamentares, como instrumento de manipulação política de determinadas correntes ideológicas. Isto não admitimos. Queremos que a democracia seja estendida a todos; queremos que **A Voz da Constituinte** e o **Diário da Constituinte** sejam utilizados para a divulgação do trabalho de todos que aqui estão. Perguntamos às centenas de companheiros que aqui trabalham diariamente se já participaram do **Diário da Constituinte** para mostrar suas idéias, sua luta, seu trabalho. A resposta será negativa. Enquanto isto, uma meia dúzia desfila como se fossem artistas de novela de televisão. Isto não vamos admitir. Que o Sr. Ulysses Guimarães adote providências necessárias para que esta situação tenha um fim. Não estamos aqui discutindo as boas intenções do Constituinte Marcelo Cordeiro, um ilustre companheiro, competente; estamos discutindo, sim, a eficácia do que colocamos como instrumento de democracia.

Caros companheiros, como forma de protesto ao que vem acontecendo, estarei apresentando um projeto de resolução criando um conselho editorial, composto de todos os partidos políticos,

dos menores ao maior, com assento nesta Assembléia, para balizar os padrões utilizados em **A Voz da Constituinte** e, mais ainda, determinar a obrigatoriedade de que, a exemplo de **a Voz do Brasil**, sejam registradas todas as intervenções de qualquer Constituinte nesta Casa, e não as de meia dúzia de privilegiados. (Palmas.)

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Sr. Presidente peço a palavra para uma comunicação, com Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT)

– **SP. Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente Sr.^{as}. e Srs. Constituintes, em nome do PT, vim, a esta tribuna prestar uma homenagem à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que realiza, em Brasília, um congresso de alto valor intelectual e científico.

Esta organização, que se tornou famosa sob a ditadura militar – , porque foi um dos campos de luta dos intelectuais contra a opressão e o arbítrio – continua, hoje, a manter-se como a principal linha de frente de combate dos intelectuais, dos professores e dos cientistas. As reuniões da SBPC têm uma função importante, que consiste em ligar gerações diferentes. Isso é muito importante em um país como o Brasil, no qual o isolamento é a regra no convívio das gerações. Não existe convívio, mas distanciamento, e os Jovens são o principal elemento das reuniões da SBPC, nos debates que se acendem em torno dos principais temas.

Em segundo lugar, a SBPC tem sido uma tribuna para apresentação dos resultados das principais investigações realizadas em nossas universidades e em nossos centros de pesquisa.

Peço licença ao Sr. Presidente, por se tratar de assunto de alta relevância e significação para o País, para ousar dispor de um tempo maior.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa lamenta dizer a V. Ex.^a que está restrita ao cumprimento de norma regimental. Mas, em caráter excepcional, pedindo que V. Ex.^a não exceda mais do que um minuto, está facultada a palavra a V. Ex.^a.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Agradeço a V. Ex.^a, e vou tentar transformar este minuto em dois. Na verdade, estava falando que as reuniões da SBPC permitem divulgar os principais resultados das investigações feitas em nossos laboratórios, nossos centros de pesquisas e nossas universidades. Isto é muito importante, porque esse conhecimento não é acessível à população e este é o momento em que aquilo que se faz de melhor encontra um mínimo de divulgação.

Por isso, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem sido um fator de aprofundamento da consciência crítica da realidade brasileira; não só uma tribuna para o debate das idéias que fermentam no meio universitário e na sociedade, como uma ponta de lança na luta pela defesa do ensino público, pela expansão da pesquisa científica básica e pelo desenvolvimento de uma tecnologia independente. Portanto, ela se tornou um eixo na tentativa de introduzir no Brasil novos padrões de autonomia intelectual, cultural e científica; é uma instituição que luta pelo desenvolvimento do Brasil, para que ele dependa menos

do exterior, possa utilizar o talento existente aqui dentro de uma forma construtiva e criar padrões democráticos de comunicação e de reflexão na sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente e meus companheiros. (Palmas.)

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS: Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, ficou acertado, pelo Regimento Interno, que todas às segundas-feiras seriam realizadas reuniões da Câmara – evidentemente no mês de julho estamos em recesso.

Compulsando o avulso que estabelece o cronograma de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, verifico que todas as segundas-feiras, no horário destinado à reunião da Câmara, estarão se realizando também sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

Pergunto a V. Ex.^a se esse recesso será prorrogado, ou se serão realizadas em outro turno as sessões da Câmara, porque até agora não recebemos comunicação alguma. Parece-me muito importante que continuem as reuniões da Câmara, até porque foi reduzido o espaço de tempo destinado ao debate de assuntos genéricos, uma vez que se concentrará o debate em torno de temas eminentemente constitucionais.

Fago essa consulta a V. Ex.^a, Sr Presidente, para que não haja prejuízo do trabalho comum da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Adylson Motta a questão de ordem suscitada por V. Ex.^a é de alta relevância. Porém, a Mesa informa que, de acordo com o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, iniciado o período para discussão do Projeto de Constituição, por 40 dias, este prazo é ininterrupto. Quanto à reunião da Câmara no mês de agosto, fica a critério da Presidência fixar o horário de seu funcionamento, que poderá inclusive ser em caráter extraordinário, não havendo, portanto, nenhuma incompatibilidade entre o funcionamento da sessão da Assembléia Nacional Constituinte e o da Câmara dos Deputados a partir do mês de agosto.

O SR. ADILSON MOTTA: – Sr. Presidente, com todo o respeito ao pronunciamento de V. Ex.^a, a Câmara reunir-se-á ordinariamente às segundas-feiras. Quanto às reuniões extraordinárias isso }seria um outro aspecto. Pergunto sobre a reunião ordinária que seria realizada segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A fixação do prazo do horário para funcionamento da Câmara fica a critério da Presidência, uma vez que as sessões da Assembléia Nacional Constituinte terão prioridade nesta fase, em virtude da não interrupção do prazo de quarenta dias para discussão da matéria ora em pauta.

Creio ter respondido à questão de ordem de V. Ex.^a.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AMAURY MULLER: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMAURY (PDT – RS: Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, lamento voltar ao assunto, mas à míngua de uma solução, à falta de uma explicação racional de parte da Mesa, sinto-me no dever e até no direito de voltar a insistir com a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte para que adote as providências regimentais estabelecidas no texto que serve de norma para nossos trabalhos, no sentido de que seja dirigido ao Sr. Ronaldo Caiado, Presidente da famigerada União Democrática Ruralista – UDR, ação judicial, para que prove as afirmações descabidas e insultuosas que fez, através de entrevista ao **Jornal de Brasília**, no último domingo, rotulando todos nós de fisiológicos e corruptos; Não creio, Sr. Presidente, que V. Ex.^a seja corrupto; não acredito, também, que o Presidente Ulysses Guimarães seja corrupto, como, de resto, ninguém me convenceu até hoje de que o universo dos 559 integrantes da Assembléia Nacional Constituinte seja corrupto.

Mas o Sr. Ronaldo Caiado, do alto de sua arrogância, amparado pelo latifúndio, que torna esta Nação um país de famintos e esfarrapados, fez essas afirmações. Até agora, não obstante as sucessivas intervenções que tenho feito nesse sentido, levantando questões de ordem com base regimental, nada foi feito.

Tomada a liberdade de reiterar uma vez mais a leitura do art. 5º do Regimento da Assembléia Nacional, cujo **caput** diz:

“São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento: item XVIII – zelar pelo prestígio e o decoro desta Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas.”

Sinto-me insultado, Sr. Presidente. As heresias assacadas por esse moleque engomado e perfumado merecem uma resposta e até agora, nada. Pois invocaria, para dar suporte até jurídico, não apenas político, à minha questão de ordem, o Parágrafo único do art. 5º, do Regimento, que, a meu juízo, é norma cogente, por isso mesmo autoprável, que não exige consulta às notas taquigráficas, nem a juristas, nem ao Dr. Paulo Brossard de Souza Pinto, mas apenas obediência ao texto regimental. Diz o parágrafo único do art. 5º:

“Na ocorrência de fato relevante que exija atuação imediata, poderá o Presidente praticar atos da competência da Mesa, **ad referendum** desta.”

Quando, Sr. Presidente, este moço será chamado à Justiça para provar o que criminosamente, de forma desabrida e acintosa, afirmou na Imprensa de Brasília? Que providência a Mesa já tomou ou irá tomar para chamar às barras da Justiça esse cidadão, a fim de que prove o que afirmou? Afinal, creio que muito mais do que V. Ex.^a, do que o Dr. Ulysses Guimarães e do que eu mesmo, a instituição foi atingida pelas infâmias e pelas calúnias levantadas pelo Presidente da famigerada UDR.

Por isso, Sr. Presidente, estou insistindo – desculpe-me a impertinência –, mas acho que essa instituição está no dever de, publicamente, chamar o Sr. Ronaldo Caiado para, na Justiça, provar o que afirmou, sob pena de permanecer sob suspeição a própria Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade, inclusive endossando as colocações feitas pelo nobre Constituinte Amaury Muller, para lembrar também a V. Ex.^a que a Mesa está devendo algumas respostas a este Plenário. Uma delas diz respeito às acusações feitas pelo Sr. Ministro da Justiça, Paulo Brossard de Souza Pinto, não tão virulentas quanto essas, mas que puseram em dúvida a idoneidade dos Constituintes. Até hoje não houve uma resposta, apesar de interpelação oficial por parte da Mesa.

Outro aspecto que também merece esclarecimento é o relativo aos episódios ocorridos por ocasião da greve dos bancários, pois até hoje não houve uma comunicação oficial sobre o resultado das investigações que estariam sendo feitas. Este silêncio é altamente comprometedor. É o momento de a Mesa prestar um esclarecimento, como um de seus deveres, aos Constituintes, que aguardam por uma providência capaz de resguardar o bom nome da Assembléia Nacional Constituinte.

Era o que queria lembrar nesta oportunidade, endossando ainda as colocações do Constituinte Amaury Muller.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Deputado Amaury Muller, a Mesa reconhece que a questão de ordem suscitada por V. Ex.^a envolve a ocorrência de fato relevante, tal como expressa no parágrafo único do art. 5º do nosso Regimento.

Diria a V. Ex.^a que o exercício da Presidência é impessoal. Existe, porém, no colegiado que preside e dirige os trabalhos desta augusta Casa, um espírito de unidade.

V. Ex.^a já formulou a denúncia anteriormente, reiterou-a por duas vezes, e a Presidência informa que levará o fato ao conhecimento da Mesa na sua próxima reunião, provavelmente na segunda ou terça-feira, a fim de que se tomem as providências cabíveis visando, exatamente, a resguardar a dignidade e o prestígio desta instituição.

O SR. AMAURY MULLER: – Quero agradecer a V. Ex.^a porque esta é a primeira vez, em três questões de ordem sucessivas a respeito do assunto, que um membro da Mesa me dá uma explicação ao menos plausível, propondo-se a fazer essa interpelação judicial ao Presidente da UDR. Muito grato a V. Ex.^a Espero que na próxima reunião da Mesa haja uma decisão que reverta em benefício da própria sociedade brasileira, uma vez que ela está aqui representada pelos 559 Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência agradece a compreensão de V. Ex.^a

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Presidente José Sarney e seu colega argentino Raul Alfonsín assinam hoje uma declaração conjunta onde reafirmam o compromisso de utilização da energia atômica para fins pacíficos, num documento que amplia, ainda, à cooperação entre as duas nações no setor nuclear.

O Partido Democrata Cristão, que prega uma política de ação governamental direcionada para as verdadeiras prioridades nacionais, protesta contra o evento, lembrando alguns tópicos do seu programa emergencial mínimo. A indexação dos salários, após a elevação do salário mínimo a um valor equivalente a 15 OTN, para dar poder de compra ao povo, incrementando o mercado interno, o único caminho para uma verdadeira emancipação econômica do País; a reforma agrária, com a colonização de áreas da Amazônia, com o assentamento de 1.000.000 de famílias naquela região, o que irá inverter o fluxo migratório interno, propiciando decréscimo da violência urbana e rural, bem como uma reforma urbana, que começa no campo e que se agiliza com a entrega da casa própria às famílias desabrigadas e o aumento da oferta de emprego, o que conseguiremos com a construção de 1.500.000 casas populares com recursos do SHF. Trata-se de salvar o País do caos político, econômico e social em que se encontra através de medidas de profundo caráter social.

É fundamental que o Presidente Sarney não venha a adotar qualquer medida efetiva no campo nuclear sem ouvir o Congresso Nacional, pois já gastamos 8 bilhões de dólares na construção de nossas usinas atômicas, que até hoje não conseguiram acender uma lâmpada sequer.

É um absurdo que recursos de tal envergadura continuem sendo desperdiçados em empreendimentos que nem de longe atendem às urgentes e imediatas prioridades do País.

O Partido Democrata Cristão se solidariza com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que se posiciona contra o prosseguimento do programa nuclear brasileiro, pois acredita que de forma alguma a empreitada nuclear atende aos reais interesses nacionais numa hora de profunda aflição social, a exigir a prioridade da ação do Governo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não pode passar sem registro o pronunciamento do ilustre constituinte que, defendendo a integridade territorial e administrativa do seu Estado, Minas Gerais, veio à tribuna atribuir a São Paulo e aos paulistas interesse próprio na autonomia do Triângulo Mineiro. Seria irrelevante,

se não fosse clássico, procurar em São Paulo o bode expiatório para as dificuldades, problemas, conflitos e planos de outras regiões.

Na realidade, São Paulo, na História do Brasil, desde as Bandeiras até as diretas- já, deu exemplo de idealismo e de amor à Pátria. Mesmo quando se levantaram em armas pela Constituinte, em 1932, todos os paulistas fizeram questão de que o lema a ser inscrito no brasão do Estado teria de ter o nome do Brasil. Assim é que no escudo paulista não se lê "São Paulo", mas o lema **Pro Brasilia flat eximia** – tudo pelo Brasil. Se algum dia, no Amazonas ou no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais ou no Acre, não houver, para qualquer comemoração cívica nacional, a bandeira brasileira, mas somente a paulista, pode-se usar esta, única, entre todas as bandeiras do País, a trazer o mapa do Brasil.

A divisão de Minas Gerais é assunto dos mineiros.

Quem trouxe à Constituinte a proposta de dividir Minas Gerais em dois Estados não foi um deputado ou um senador paulista. É uma proposta digna de consideração pelos ilustres representantes do povo mineiro daquela próspera e, por isso mesmo, muitas vezes invejada região do Estado. Cabe à Assembléia Nacional Constituinte examinar os múltiplos aspectos que essa questão envolve o interesse nacional, em primeiro lugar, e o respeito que se deve a um Estado com tradições de dignidade, cultura, brasiliade e personalidade marcante na História, geografia e cultura deste País.

Quem afirmou isto, por certo, não pensou estar subestimando o autor do projeto e aqueles que o acompanham, certamente movidos pelos interesses do Estado de Minas Gerais, e não pelos interesses de outros Estados, a não ser que apenas os críticos estejam com a dignidade, com a independência e com o idealismo, e os criticados estejam sempre a serviço de interesses subalternos – o que não é o caso nem a tese. O autor do projeto é o nobre Constituinte Chico Humberto, com quem convivi na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, aprendendo a admirá-lo e a estimá-lo profundamente. Mas nem por isso votarei pela autonomia do Triângulo. Meu voto, como representante do povo de São Paulo, será contrário à proposta.

Não sei se estou com a razão, mas tenho minha convicção pessoal e, assim, como paulista, e principalmente como brasileiro, não obstante todo o respeito que tenho pelo autor do projeto, a quem já expus meu ponto de vista, meu voto será pela unidade de Minas Gerais. Votarei, em caso de divisão territorial, a favor do Estado do Tocantins, por coerência com o voto que dei na legislatura passada, quando o Tocantins só não se tornou realidade, apesar do voto do Congresso, pelo voto presidencial. Nada tenho a ver com o voto, nem com a opinião do Presidente da República. Trata-se de convicção pessoal de S. Ex.^a Votarei, portanto, a favor da criação do Estado do Tocantins. Paulista e brasileiro que sou, votarei pela unidade de Minas Gerais. (Palmas).

O SR. IRAM SARAIVA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, presto minha solidariedade ao Constituinte por quem tenho o mais profundo respeito, pois fomos colegas durante oito anos, em duas Legislaturas nesta Casa: o Constituinte Marcelo Cordeiro, hoje Primeiro-Secretário da Assembléia Nacional Constituinte. S. Ex.^a foi agredido desrespeitosamente através da imprensa. Declararam estar ele manipulando o **Diário da Constituinte** em favor das esquerdas. Isso não é verdade. Conheço o Constituinte Marcelo Cordeiro há muitos anos, reafirmo, e posso dizer que se trata de um democrata, um homem sério. A posição que S. Ex.^a vem assumindo na Assembléia Nacional Constituinte é a de mostrar o que realmente acontece não só no plenário, como nas subcomissões e nas comissões temáticas. A verdade é que o programa **Diário da Constituinte**, ao mostrar pequenos produtores trabalhando no Brasil, reivindicando terras, melhorias, alcançando mesmo assim uma alta produtividade, pode ter ferido alguns setores. Na realidade, trata-se de um dos melhores programas do **Diário da Constituinte**, porque foi mostrar *in loco* que o Brasil é viável, que, a partir do instante em que a terra é colocada em boas mãos, ela se desenvolve e produz. O Constituinte Marcelo Cordeiro foi vítima de críticas no sentido de que estaria colocando o **Diário da Constituinte** nas mãos de uma meia-dúzia de Constituintes. Não é verdade, repito. Por exemplo, recebi do Senado um questionário para que optasse pelos vários assuntos que pretendo abordar no **Diário da Constituinte**. Pela maneira como foram divididos os temas e as questões, todos terão oportunidade de falar. Entendo que as críticas foram infundadas. Cumprimento toda a equipe que trabalha no **Diário da Constituinte** pelo trabalho e esforço realizados, pois sabemos das dificuldades das questões técnicas, sabemos ram fazer o programa, a intenção não era manipular nem tender para determinado lado. Preocuparam-se em mostrar o que estamos realmente debatendo aqui. Presto minha solidariedade ao Primeiro-Secretário e ao editor, repudiando as colocações de que há manipulações no sentido de que a esquerda apareça mais.

O SR. IVO LECH: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Tem a palavra o nobre deputado.

O SR. IVO LECH (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aproveito este espaço para fazer uma denúncia ao povo brasileiro.

Com a responsabilidade de Presidente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, cumpro o dever de denunciar à Nação interesses não-brasileiros que pretendem, atropelando a soberania da Constituinte, entregar o subsolo das áreas indígenas à exploração incontrolável de empresas mineradoras.

O assunto foi perfeitamente definido na Subcomissão sob minha presidência e com a participação inteligente e patriótica de parlamentares de todos os partidos, após ouvirmos os índios em seu habitat e estudarmos e debatermos a

questão com um único interesse: a soberania nacional.

Reproduzo as conclusões unanimemente aprovadas:

"As terras ocupadas pelos índios são destinadas à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas naturais do solo e do subsolo, das utilidades nelas existentes dos cursos fluviais, ressalvado o direito de navegação."

"A pesquisa, lavra ou exploração de minérios e riquezas naturais somente poderão ser desenvolvidas como privilégio da União, no caso de exigir o interesse nacional e de inexistirem reservas conhecidas e suficientes para o consumo interno, e exploráveis, em outras partes do território brasileiro."

"Exigir-se-á a autorização das populações indígenas envolvidas e a aprovação do Congresso Nacional, caso a caso, para o início de pesquisa, lavra ou exploração de minérios nas terras por eles ocupadas."

"Aos índios é permitida a cata, faiscação e garimpagem de suas próprias terras."

Até aqui são estas as posições da Assembléia Nacional Constituinte com referência à mineração em terras ocupadas pelas nossas populações indígenas, e só o plenário, na sua soberania, poderá alterar estas decisões.

Denuncio, pois, ao eminente Presidente da Constituinte e aos Líderes dos partidos com assento na Assembléia Nacional, em especial ao meu partido – o PMDB – a açoitada regulamentação do Decreto nº 85.985, de novembro de 1983, cuja constitucionalidade está sendo questionada no Supremo, pela qual se quer legalizar a exploração do subsolo das terras indígenas por empresas de mineração.

Esta violência despropositada foi praticada pela Funai e pelo DNPM, num verdadeiro complô contra a Assembléia Nacional Constituinte e as populações indígenas, com uma portaria assinada sem o conhecimento do Sr. Ministro das Minas e Energia.

Não responsabilizo pela portaria suspeita seus signatários. Não sou ingênuo para acreditar que, sem costas quentes, tenham resolvido afrontar a Nação. Responsabilizo o Governo no seu todo, o Sr. Presidente da República à frente.

Se houve equívoco – repulsivo equívoco –, anule-se de imediato a Portaria. Se ela continuar vigente, oficializando a prevaricação com as reservas minerais porventura existentes no subsolo das terras indígenas, ficarei com o interesse nacional e em oposição a quantos pretendam fazer deste País uma colônia de subalternos e inconfessáveis interesses.

Sr. Presidente, julguei importante e necessário trazer isto ao conhecimento da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. ALCENI GUERRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ALCENI GUERRA (PFL – PR Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho a obrigação moral e partidária de ratificar o que disse aqui o Sr. Constituinte Ivo Lech. Infelizmente, funcionários subalternos do

Governo cometem esse crime hediondo contra as populações indígenas. Dessa atitude não participou o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Contatado anteriormente, e mesmo posteriormente, S. Ex.^a se eximiu de responsabilidade e concordou com a Subcomissão, em que uma de suas tarefas seria regularizar, normalizar e legislar sobre o assunto. S. Ex.^a não tomará qualquer medida até que a Assembléia Nacional Constituinte se pronuncie sobre a matéria.

Sr. Presidente, há outro assunto de relevante importância que me obriga, hoje, em nome do meu partido, a tomar uma clara posição. Faz cerca de trinta dias que o Sr. Presidente da República, percebendo que era caótica a situação das microempresas do País, adotou relevantes medidas, entre as quais a assinatura do Decreto nº 1.235, que estabelece para a rede privada de bancos brasileiros a obrigação de repassar recursos para que possam essas microempresas sair do sufoco financeiro em que se meteram por conta do Plano Cruzado II. Até hoje, Sr. Presidente, a sociedade brasileira, pasmada, verifica que os Srs. banqueiros retiveram o dinheiro e, culpando normas que são deles mesmos, retardam o repasse desses recursos, provocando uma infinidade de falências no Brasil.

Nesta segunda-feira, o Senador Carlos Chiarelli, em nome do partido, levará ao Presidente da República o pedido de medidas energéticas contra o setor bancário privado brasileiro. Esperamos que a Assembléia Nacional Constituinte consiga colocá-lo no seu verdadeiro lugar. Muito obrigado.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna, em nome do PMDB, prestar homenagem à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, e o faço em sequência ao pronunciamento do eminente Constituinte Florestan Fernandes.

A SBPC realiza a sua 39^a reunião anual, em Brasília. E, como em outras, coloca em debate problemas nacionais e o resultado das pesquisas, desenvolvidas em todo o território nacional. Acima de tudo, a SBPC procura, através de seminários, reuniões e encontros, discutir a realidade brasileira e os problemas vividos pela sociedade do nosso País.

A 39^a reunião, em Brasília, no momento do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, assume dimensão muito especial na história da SBPC, porque foi ela, durante o período do autoritarismo, uma fronteira importante na luta pela democratização deste País.

As reuniões da SBPC representaram sempre uma discussão crítica, com relação a tudo que o Brasil passou nesse período negro da ditadura militar e do autoritarismo, nos últimos vinte anos.

Portanto, em nome do PMDB e daqueles que, em nome da Assembléia Nacional Constituinte, vieram aqui defender as teses de uma Constituição democrática, quero prestar uma homenagem a seus participantes e a todas as entidades científicas que se reúnem na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A SBPC participou intensamente da luta por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana e do esforço de participação da sociedade nos trabalhos desta Constituinte. Vem colaborando, de forma expressiva, na elaboração de emendas de iniciativa popular, que constituem, sem a menor dúvida, um esforço importante para que o povo possa atuar diretamente nas decisões de elaboração da nova Constituição.

Quero, neste momento, ao prestar a minha homenagem à SBPC, ressaltar que está presente hoje, na Assembléia Nacional Constituinte, a sua Presidenta, Prof.^a Carolina Bori, a Diretoria da SBPC e presidentes e diretores de entidades científicas que se reúnem nesse encontro. Vamo-nos encontrar com o Relator Bernardo Cabral, ao qual a SBPC levará suas preocupações com relação ao relatório até hoje elaborado por esta Assembléia. A SBPC reconhece que conquistamos avanços importantes, mas entende também que outras conquistas precisam e devem ser conseguidas.

Essa entidade está preocupada com a questão da ciência e da tecnologia, com a importância da autonomia da pesquisa científica, com a questão da reserva de mercado e, especialmente, com a questão nuclear. A SBPC não aceita – como nós não aceitamos – que no Brasil se produzam, armazenem ou transportem armas nucleares.

A SBPC está preocupada com a questão indígena, ou seja, é preciso que se faça um esforço para resguardar os territórios indígenas. Especialmente, não aceitamos que, em nome do aproveitamento dos recursos minerais e energéticos, se violentem as nações indígenas do País.

A SBPC está preocupada com a questão da educação e luta pela valorização da escola pública de boa qualidade para todos e pela valorização dos profissionais de ensino e pesquisa.

A SBPC entende como indissociáveis o ensino, a pesquisa, a extensão e luta – como nós lutamos – para que os recursos públicos sejam canalizados exclusivamente para as escolas públicas.

A SBPC reconhece que, graças à sua luta, à luta da sociedade civil e de parlamentares desta Assembléia – como o Constituinte Fábio Feldmann – está obtendo conquistas importantes na área do meio ambiente. Pela primeira vez, uma Constituição vai destinar um capítulo ao meio ambiente, e temos a certeza de que esse capítulo garantirá o meio ambiente como dever do Estado e direito de todo cidadão; mas esse meio ambiente só será efetivamente preservado se toda a sociedade participar do esforço de fiscalização e de denúncia de tudo aquilo que, em nome do crescimento econômico, mas a serviço de um capitalismo selvagem, se vem fazendo, tanto na cidade quanto nas indústrias e no campo.

A SBPC está preocupada com a saúde e com o problema mineral. É preocupação nossa que o texto constitucional esteja até hoje permitindo ao capital estrangeiro o aproveitamento das reservas minerais nacionais. Somos contra e achamos que o subsolo brasileiro, em nome da tradição de luta e do pensamento nacionalista, deve ser aproveitado, exclusivamente, em nome do engrandecimento da soberania nacional.

Enfim, a SBPC não está preocupada apenas com as questões que dizem respeito, especificamente, à pesquisa científica e tecnológica, que se desenvolve nas universidades e centros de pesquisas. A SBPC entende que essa pesquisa deve

ter como objetivo a formação do saber e também a conquista da soberania nacional. Por todos esses motivos, a SBPC se preocupa com a Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de que esta elabore uma Constituição que seja o marco da redemocratização, da consolidação da liberdade e dos direitos e garantias individuais, coletivas e sociais do País. Mas, acima de tudo, é preciso que esta Constituinte garanta no texto Constitucional, as mudanças sociais, econômicas e políticas que o País reclama.

A SBPC reconhece que só teremos condições de consolidar a liberdade no País na medida em que a democracia penetrar o tecido social, na medida em que todos tiverem direito à terra, oportunidade de trabalho e um salário justo.

Queremos, em nome do PMDB – dando sequência ao pronunciamento feito pelo eminentíssimo Constituinte Florestan Fernandes – prestar homenagem à SBPC, às entidades científicas que se reúnem anualmente na SBPC, a todos os cientistas, professores, estudantes e participantes da 39^a reunião da SBPC que, em Brasília, em momento oportuno, se preocupa com o futuro do País, futuro que está sendo colocado sob a responsabilidade da Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, a maior homenagem que esta Casa pode prestar à SBPC é o nosso compromisso de detentores de um mandato popular na luta por uma Constituição efetivamente democrática, e, acima de tudo, a possibilidade concreta de que esta Casa continue aberta à participação popular, a fim de que o povo possa participar das decisões aqui tomadas.

Leio, Sr. Presidente, para que conste dos nossos Anais, carta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência à Constituinte:

"A Constituinte"

No quadro atual da grave crise econômica e política, e no momento em que a Assembléia Nacional Constituinte atinge o ponto culminante de seus trabalhos, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, através de sua Diretoria e Conselho, manifesta o ponto de vista da comunidade científica, voltada para os interesses maiores na Nação e comprometida com a concretização do regime democrático, como única via para superar a crise e estabelecer os mecanismos institucionais capazes de reger os nossos destinos.

O pressuposto básico que nos informa é o de que o desenvolvimento científico e tecnológico é precondição para o desenvolvimento econômico e social. Uma das vertentes daquele desenvolvimento reside sobretudo na promoção da pesquisa básica, com garantias efetivas de que ela possa ser feita com autonomia, dispondo de recursos materiais e humanos adequados, em condições regulares de funcionamento e continuidade dos trabalhos. É a aplicação dos seus resultados que permitirá a exploração apropriada dos recursos naturais, a criação de novos materiais e o usufruto de todas potencialidades do País.

É na Universidade que a pesquisa básica encontra o seu ambiente natural, constituindo, pois, um componente essencial para a execução da política científica e tecnológica,

que deve ser estabelecida segundo os princípios gerais a serem fixados no texto constitucional. É preciso, entretanto, que ela seja antes uma questão de Estado, de tal forma que não fique na dependência de conjunturas políticas, que comprometam a sua continuidade e provoquem distorções irremediáveis. Só assim, a Universidade e os Institutos de Pesquisa poderão desempenhar o papel relevante que lhes cabe, dentro dos princípios de autonomia nas suas formas de organização e de atuação.

Os compromissos com o desenvolvimento científico e tecnológico se vinculam, no entanto, às aplicações do conhecimento adquirido que resultem em benefício para a coletividade e se voltem para o bem comum. As distorções no uso da tecnologia constituem preocupação constante que a Carta Magna e as instituições nacionais devem assumir conscientemente. Poderemos assim ter certeza, por exemplo, de que o uso adequado e para fins pacíficos da energia nuclear, o aperfeiçoamento contínuo e conforme aos interesses sociais dos serviços de telecomunicações, e a confiabilidade dos sistemas de informação e estatística, preservada a privacidade do cidadão, se tornem modelos a serem seguidos nos avanços da aplicação do conhecimento científico.

A população brasileira é carente de uma série de benefícios que a ciência já desenvolveu mas que não alcançam todas as classes sociais. Assim, a atenção à saúde, considerada como um direito de todos e uma obrigação do Estado, não se estende a todos os habitantes do território nacional, nem mesmo dos grandes centros urban-industriais. Os padrões sanitários e de nutrição, muito bem definidos pelos organismos científicos, estão longe de corresponder à realidade cotidiana e que, se considerados como metas de governo, proporcionariam uma qualidade de vida consentânea às de um país civilizado. As conquistas sociais só podem ser efetivadas na medida em que o Estado assuma também a educação como um direito de todos os brasileiros. Para concretizá-lo, é indispensável que os recursos públicos sejam destinados aos estabelecimentos públicos e que o ensino seja gratuito e laico nas escolas públicas, em todos os níveis de ensino.

A comunidade científica já teve a oportunidade de apresentar e discutir com os Constituintes as suas propostas referentes às questões sobre as quais nos julgamos em condições de oferecer uma contribuição significativa. Muitas dessas sugestões já foram incorporadas, em vários projetos que estão em vias de serem discutidos e votados, tal como as que dizem respeito ao meio ambiente e às populações indígenas, ainda que sempre se possam introduzir aperfeiçoamentos para melhorar o texto constitucional. Mas restam muitas questões que estão a exigir atenção especial, estudos aprofundados e resoluções em linha com os interesses superiores da Nação, e não apenas com seus segmentos privilegiados. É o que ocorre, por exemplo, com a preservação do patrimônio genético com a preservação do mercado na-

cional, sobretudo naqueles setores que incorporaram tecnologias de ponta, e com uma definição da empresa nacional que sirva efetivamente para balisar os rumos do desenvolvimento autônomo da economia nacional. Só assim a situação de dependência econômica e tecnológica, que agrava a crise econômica e acirra as disputas políticas, seria superável.

Voltada, portanto, para os interesses supremos da Nação, a comunidade científica se dispõe a continuar sua colaboração no aperfeiçoamento institucional e na fixação de rumos firmes para o desenvolvimento do País. É por esses motivos que adotamos, como lema da 39ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a proclamação do futuro do Brasil hoje.

Brasília, 16 de julho de 1987."

Agradeço ao nobre Presidente e aos Srs. Constituintes a atenção que me dispensaram e reafirmo que a homenagem desta Casa à SBPC deve significar nosso compromisso com uma Constituição democrática.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

A Mesa se congratula com os cientistas – especialmente os que estão presentes à Assembleia Nacional Constituinte – que, reunidos em Brasília, apresentam os esforços realizados em diversos campos da Ciência, contribuindo, assim, para enriquecer e valorizar a pesquisa em nosso extraordinário País.

VI – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Não há proposições apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Vai se passar à

VII – ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. José Mendonça de Moraes, para discutir o projeto.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Sras. Constituintes, servidores da Assembleia Nacional Constituinte, Srs. Sras. Taquigrafos, populares e representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, inscrevi-me para iniciar os debates sobre o Projeto de Constituição, mesmo sabendo que sexta-feira não é um dia de Casa cheia. Mas os debates que trazemos a esta Casa são mais dirigidos à História, aos Anais da Casa, do que para serem ouvidos ao vivo.

Sr. Presidente, todos nós, que fomos alvo da votação popular e que aqui chegamos – não por favor de quem quer que seja, mas pela vontade livre e deliberada do povo, numa escolha livre – temos a responsabilidade, no momento histórico em que vivemos, de estudar com profundidade o que deseja o povo brasileiro em relação à nova Carta Magna que regerá os destinos do Brasil. Temos obrigação de dar o melhor de nós, pela experiência, pelo estudo, pelas reflexões, pela análise, para encontrar o melhor texto de Constituição,

tuição, a fim de que o Brasil realmente viva a democracia em sua plenitude, com respeito a todas as categorias sociais, direitos, deveres e liberdades que cercam a existência humana.

Por isso dediquei-me vários meses ao estudo comparado das constituições do mundo, para ver o que a nossa Constituição deve conter para atender aos anseios do nosso povo. Sei que as constituições não devem ser um código de ética, cheio de detalhes do comportamento social, mas a substância da vontade do povo por meio de normas firmes e fortes que venham a assegurar o exercício da cidadania de cada um. Na análise que fiz de diversos textos constitucionais pude concluir que as grandes nações que dominam o mundo têm constituições pequenas no tamanho, mas grandes na sua consubstancialização. A constituição, por exemplo, dos Estados Unidos, como todos sabem, tem sete artigos e vinte e seis emendas; a da Rússia, apenas cento e setenta e quatro artigos; a da China Continental, cento e trinta e oito artigos; a da França, noventa e um artigos; a da Argentina de 1853, cento e dez artigos e a de Portugal, mais recente, trezentos artigos, mas todos pequenos. A do Brasil não pode ter quatrocentos e noventa e seis artigos, como o anteprojeto nos apresenta – artigos longos e cheios de itens, letras e parágrafos, tirando dos códigos, da lei ordinária, a competência de entrar em detalhes, entrar no rito processual de cada coisa.

Nosso anteprojeto, o projeto que está, fruto do trabalho das comissões temáticas, não poderia ser diferente, pela imposição, pela fraqueza do Regimento Interno, votado a toque de caixa, sem muita consistência, e, principalmente, em virtude da confusão na elaboração do nosso projeto.

A Assembleia Nacional Constituinte tem, portanto, no meu modesto ponto de vista, a obrigação de se debruçar dias e noites sobre os estudos, para termos uma Constituição enxuta, sadia, clara, inteligível, exequível e que venha a atender aos anseios do povo, no ritmo do povo, de acordo com o compasso que o povo deseja, mesmo para que as mudanças que todos reclamamos devam vir o quanto antes para a nossa Nação.

Esse projeto traz contradições terríveis no seu bojo. Vou citar apenas uma, lendo o texto do projeto para ver como foi feito de afogadilho, de maneira mais exibicionista, por parte dos seus relatores, do que sólido, com o pé no chão, para o povo brasileiro. Muitos desejam e desejaram passar para a História como os donos da verdade, das mudanças, como aqueles que querem perpetuar-se ao longo do tempo, por meio de um trabalho que, entendemos, não deveria ser seu, mas do povo brasileiro, para que tenha melhores dias. O art. 12, por exemplo, substitui o art. 13 da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, da qual fiz parte como membro efetivo e que teve como Relator o Senador José Paulo Bisol. S. Ex.ª cheio de detalhismos, de coisinhas, que colocou dentro da Constituição, nos deu, lamentavelmente, um texto que não serve para nada, devido justamente a estes detalhes. O art. 12, item III, letra "e", diz o seguinte:

"O homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações, inclusive os de natureza doméstica e familiar, com a única exceção dos que têm sua origem na gestação, no parto e no aleitamento";

Segundo alguns críticos, faltou acrescentar ao artigo, "também nos períodos menstruais", que também diferenciam o homem da mulher. Mas não estou preocupado com a redação final deste artigo, e, sim, com o seu início, quando diz que o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações. Chegamos ao art. 88 deste mesmo projeto e nele encontramos, nas letras b e c – já que o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações, deveriam ser iguais, também, em direitos e obrigações de trabalho – o seguinte:

"O servidor será aposentado:

b. Compulsoriamente, aos setenta anos de idade para o homem e aos sessenta e cinco para a mulher."

Já há uma diferença, não há mais uma igualdade. São iguais em direitos e obrigações, ressalvadas algumas anomalias e exceções.

Agora, "voluntariamente". A letra c diz o seguinte:

"c. Voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta anos para a mulher."

No tempo de serviço há uma exceção e, na idade cronológica, também, sem dizer do emaranhado de idéias contraditórias que o projeto nos traz.

Conversei, ainda hoje, neste plenário, com o Relator da Comissão de Sistematização, jurista, advogado, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, da qual faço parte, e S. Ex.ª me assegurou que, após o trâmite regimental da oferta de emendas, nos brindará com um projeto substitutivo, que virá, realmente, trazer à Nação a tranquilidade necessária para que tenhamos uma Constituição firme e forte, conforme já disse.

Ouço com prazer o nobre Constituinte Sónlon Borges dos Reis.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: –

Constituinte José Mendonça de Moraes, quero cumprimentar V. Ex.ª pelo brilho com que sustenta sua opinião a respeito de como deve ser uma Constituição, a seu ver, e qual é o mérito e o demérito do atual projeto procedente da Comissão de Sistematização. Claro que a opinião de V. Ex.ª, sustentando que a Constituição deve ser sintética e não analítica, é respeitável e deveria ser objeto de discussão, se fosse o caso. No entanto, quero deter-me especialmente no projeto que veio da Comissão de Sistematização. Partindo do princípio de que o nobre Relator Bernardo Cabral só poderia fazer o que fez, porque o Regimento que votamos – V. Ex.ª, eu e todos nós –, não lhe permitiu alterar o mérito, nem a Comissão aceitou emendas de mérito, S. Ex.ª transferiu para cá, costurando, tudo o que recebeu das oito comissões temáticas. Permita-me a liberdade de sugerir a V. Ex.ª que reflita sobre o caráter específico desta Constituinte. Se a de 1891, a da República, a de 1934 e depois a de 1946 trabalharam em cima de um projeto, esta não trabalhou em cima de projeto nenhum. Nem a Comissão Afonso Arinos, que reuniu um grupo de notáveis – assim foram chamados os que se tornaram notados pelo trabalho – fez um projeto que se aceitasse. Imaginem 559 Constituintes, numa época de participação popular com densidade desconhecida na História do Brasil! Nenhuma das três Constituintes anteriores, muito menos a do Império, que se frustrou

como Assembléia, teve participação popular em tal dimensão, extensão e profundidade. O que está no projeto – não sei se V. Ex.^a concorda ou não – é um inventário de sugestões, reivindicações e colocações. É a matéria-prima para o projeto da Constituinte. Esta, sim, está no anteprojeto. Cabe a nós trabalhar no sentido do Direito Constitucional, da conveniência nacional, do interesse público e da preocupação de ordem social, Nação a Constituição pela qual V. Ex.^a se bate e, agora, brilhantemente, advoga.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: – Agradeço ao nobre Deputado Sólon Borges dos Reis o aparte que oferece ao meu trabalho, enriquecendo-o. Devo dizer a V. Ex.^a que também percebi, e sei a origem das idéias que estão no projeto. Mas nem todas elas vieram do povo. Muitas vieram da cabeça de algumas pessoas que não querem fazer o que o povo deseja, no ritmo que o povo quer, no compasso que o povo consegue acompanhar. Estão nos oferecendo matérias de ritmo acelerado, e o povo brasileiro não está preparado para acompanhar esse ritmo. Daí minha preocupação. Devemos ser firmes, fortes ao entender, ao compreender qual é a vontade do povo brasileiro. E o povo sabe que o Brasil precisa caminhar não de modo a trazer para ele naufrágios da História, convulsões sociais que deixam marcas terríveis na família brasileira, mas, sim, de modo a atender aos reclamos da justiça social. Justiça que não tem facções nem de direita nem de esquerda, ou de centro, e que não vem com rótulo de progressista. Quem se auto-intitula progressista o faz para disfarçar de maneira esquiva que luta pelos seus ideais e não pelo ideal da Pátria. São progressistas apenas de rótulo, que nada fazem para o progresso, para acrescentar alguma coisa boa para o Brasil. Só sabem explorar o que os outros fazem. Não fazem nada a não ser criticar o bom ou o ruim que se faz neste País. Vejo neste projeto um verdadeiro monstro, ou monstrengos, como muitos estão dizendo que já viram. Vai dar muito trabalho aos cirurgiões da Constituinte transformar um monstro em uma bela donzela. É difícil, impossível, porque são tantas as cirurgias necessárias que ele acabará morrendo.

Não suportará os cortes a que será submetido. Por isso apelei e apelo para o Sr. Relator da Comissão de Sistematização no sentido de que mate, o quanto antes, esse monstro, e nos apresente um substitutivo melhor, mais consentâneo com os sentimentos nacionais, não esta verdadeira colcha de retalhos de todas as cores possíveis e imagináveis, mais avermelhada do que verde-amarelada. Não fica bem para o Brasil termos um projeto que é do desagrado geral. É necessário um texto básico para sobre ele trabalharmos. Se todos rejeitam este Projeto Constitucional, por que vamos tentar melhorá-lo? Será perder energia, perder tempo, será perder a nossa inteligência em discussões aqui dentro. Entendo que as emendas irão melhorá-lo, dissecá-lo. Eu, por exemplo, apresentei emenda respeitando os princípios fundamentais do art. 12, mas tirando todos os detalhamentos desprezíveis por si mesmos, e teríamos o art. 13, que hoje passou a ser o art. 12, um artigo bom, modéstia à parte, mas que vem a ser a expressão dos direitos, das garantias e deveres que todos temos para com a Pátria.

Concedo, com muita honra, o aparte ao nobre Constituinte Antônio Gaspar.

O SR. ANTÔNIO GASPAR: –

Constituinte José Mendonça de Moraes, fico muito preocupado quando se classifica de monstrengos o trabalho de todos nós. Acho até que nosso trabalho não tem uma forma constitucional, mas, sem dúvida alguma, contém a matéria-prima para que se faça uma Constituição. Lamento que se diga, hoje, que fomos incapazes de traduzir as aspirações do povo brasileiro. Creio que no final teremos uma boa Constituição. Nossa Relator tem seriedade, competência e credibilidade para fazer, a partir dessa matéria-prima, um projeto de Constituição, ou seja, para adequá-la tecnicamente. Concedo em que há excessos, mas nós os tiraremos da Constituição e eles servirão como subsídios para uma legislação complementar que precisaremos fazer, tão importante quanto a Constituição, porque não basta que tenhamos apenas uma Constituição. Muitos dos artigos da Constituição serão inscritos como princípios, e haveremos de encontrar os meios para esses princípios na legislação complementar, que ficará muito mais fácil de se mudar depois, na medida em que possamos subir determinados degraus. A legislação complementar tem a característica de certa transitoriedade na busca do objetivo final. Quero pedir desculpas a V. Ex.^a por não concordar com a expressão de monstrengos em relação ao trabalho que todos fizemos.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: –

Agradeço o aparte a V. Ex.^a e devo dizer-lhe que quem lhe atribuiu esse epíteto não fui eu. Estou apenas reproduzindo o que a imprensa está nos comunicando. A matéria-prima que o povo e nos forneceu é muita, mas nossa obrigação é sintetizá-la num texto constitucional, e não trazer para cá a idéia de 130 milhões de pessoas como sendo fiéis à idéia do povo para se fazer um texto constitucional. Iríamos ter uma Constituição com mais de 130 milhões de artigos, porque na certa nosso povo ainda é, cada um, um ser, e cada um tem sua maneira de pensar, de ver. A nós compete fazer o somatório de todas as idéias do nosso povo e reduzi-las a uma obra de arte, assim como a matéria-prima que se retira de uma jazida de minério e é transformada depois numa jóia rara. O que temos de fazer é aproveitar a matéria-prima abundante, grande, enorme e transformá-la na obra-prima que o povo brasileiro merece. Aí sim, estaremos sendo Constituintes conscientes, competentes, sábios no termo máximo da palavra da sabedoria que vem da exteriorização, da reflexão, da inteligência, da análise de causas e efeitos, da análise de tudo aquilo que é bom na busca da verdade. O povo quer uma Constituição que venha traduzir realmente sua vontade, e não a vontade de alguns que querem ser os arautos da vontade do povo.

Concordo com V. Ex.^a em que não podemos menosprezar a capacidade dos Srs. Constituintes, como não desprezo, em momento algum, mesmo a daqueles que são radicalmente contrários ao meu ponto de vista. Respeito a todos pela grandeza que cada um tem e pela corajosa disposição de manifestar o que pensa. Mas também me reservo o direito de discordar da maneira de a Assembléia Nacional Constituinte conduzir os temas que lhes são entregues pela vontade popular.

Ouço, com prazer, o nobre Constituinte Manoel Moreira.

O SR. MANOEL MOREIRA: – Nobre

Constituinte José Mendonça de Moraes, sou daqueles que tendem a classificar o anteprojeto, e mesmo o Projeto Constitucional, de monstrengos de doze patas. Ele não é causa, mas consequência de uma circunstância muito especial que vivemos hoje no Brasil: uma patologia de basismo, certo grau de democratismo, certo grau de tendências assembleísticas, como se as coisas surgissem por geração espontânea, como se tudo viesse de baixo, como se do nada se partisse para alguma coisa. Não critico o Sr. Relator Bernardo Cabral, porque S. Ex.^a realmente não tinha condições, preso que estava especialmente ao art. 19, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. S. Ex.^a não tinha muita coisa a fazer, até porque a Assembléia Constituinte criou um fato inédito. Em todo o processo legislativo de que tenho notícia e em todas as experiências de elaboração constitucional, essa é a primeira vez no mundo que, primeiro, se tem oportunidade de oferecer emendas de forma, emendas de redação para, depois, se oferecer emendas de conteúdo. É um primor. Só, realmente, quem é vítima e vive esses aspectos patológicos do assembleísmo e do democratismo – que não leva a nada, inclusive é prejudicial ao processo democrático – é que pode produzir coisa semelhante.

Tenho esperanças de que o Dr. Bernardo Cabral, ilustre Constituinte que é, use a tesoura e, junto com seus auxiliares, apresente à Comissão de Sistematização algo decente, senão a Constituinte, que hoje já experimenta certo grau de frustração perante a opinião pública, frustrar à, e de forma definitiva, a expectativa de milhões de brasileiros.

Veja bem, aqueles que pensavam que partindo de Subcomissões, Comissões temáticas e depois da Comissão de Sistematização iriam chegar a algo substantivo, têm hoje, ou deveriam ter, carradas de dúvidas. Quando este Projeto Constitucional sair do plenário, com as suas milhares e milhares de emendas – e temos Constituintes que, até com justa razão, apresentarão 300, 400, 1.200 emendas para poderem ser classificados como excelentes Constituintes, como se fosse na multidão das emendas que alguém pudesse ser classificado como bom, quando, creio, não é no seu elevado número, mas sim na qualidade das mesmas que se qualifica o seu autor – esse projeto irá direto para a Sistematização. Saindo de lá irá à votação em primeiro turno, e para se mudar qualquer coisa serão precisos 280 votos. Portanto, essa forma é apenas aparentemente democrática; de fato, é uma proposta democratista.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – O tempo do nobre orador está exaurido.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: –

Gostaria de solicitar ao Sr. Presidente, dado que não há outro orador inscrito, que me tolerasse mais alguns instantes, porque tive realmente o trabalho de pesquisar e de estudar para fazer o meu pronunciamento. Os apartes que estou recebendo têm trazido à colação matérias importantes para a nossa reflexão. Nós estamos começando agora a debater o mérito desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Em virtude de não haver mais oradores inscritos e pelas

circunstâncias de ser V. Ex.^a o último orador inscrito hoje para a discussão do projeto, a Mesa será tolerante. Mas será uma exceção, não será regra.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: – Muito obrigado. Fico honrado com a exceção que V. Ex.^a me concede.

Também concordo com V. Ex.^a, sobre Constituinte Manoel Moreira, nas colocações que faz. Entendo que tivemos oportunidade de ouvir a base, o povo, desde as nossas campanhas anteriores. Há dois anos que falamos em Constituinte. O povo está se manifestando. A Comissão Afonso Arinos prestou um valioso trabalho ao Brasil e aos estudiosos do Direito Constitucional. Nós temos boas matérias ali dentro que não podemos desprezar. Essa Comissão ouviu todas as camadas sociais, do mais humilde representante operário até o mais intelectual representante da ciência e da tecnologia brasileira. Perdemos cinco meses de Constituinte para chegarmos ao ponto zero e começarmos a debater. Vamos começar a votar no dia 20 de setembro, pelo cronograma que recebemos. O Presidente Ulysses Guimarães deseja no dia 15 de novembro, promulgar a Constituição – menos de sessenta dias para votarmos aqui aquilo que deveria ser votado durante um ano. É querer atropelar a História. A fonte da verdade, do debate, da votação, está aqui dentro. Não podemos atropelar a História, ficando seis meses marcando passo, amassando barro, para depois, em menos de sessenta dias, votarmos, artigo por artigo, item por item, a Carta Magna do País.

Minha crítica é a essa rigidez ditatorial que se deseja impor à Assembléia Nacional Constituinte, por causa de prazo. Prazos são acessórios, como o Regimento Interno é acessório. O essencial, o mérito, é a Constituição que vamos deixar para os nossos jovens, para os brasileiros de hoje e de amanhã.

Não podemos ficar como fariseus e – entre aspas – "hipócritas", amarrados ao texto da lei e não ao espírito da lei. Não podemos ficar amarrados ao Regimento Interno, que não nos levará a nada, para prejudicarmos depois o mérito da Constituição. Devemos ficar, sim, com o espírito do brasileiro que deseja hoje uma fiel observância da sua vontade dentro da Constituição.

Então, que tenhamos seis meses para discutir aqui e votar artigo por artigo, bem votados, para que nada passe ao atropelo, contrário à vontade do povo. Entendo que não podemos regredir, retroceder nos avanços já conquistados. E temos hoje, claramente, dentro da Assembléia Nacional Constituinte, a presença forte das ideologias, que saem das esquerdas, passam pelo centro e vão até a direita; ou das direitas que chegam até as esquerdas. Mas o que interessa aqui não é tanto qual ideologia é mais forte, numericamente poderosa aqui dentro na hora de votar, interessa-nos, aqui, a vontade do povo brasileiro, quem está de acordo com a vontade do povo brasileiro.

Temos, por exemplo, as ideologias de esquerda. A comunista, que vai desde os trotskistas, anarquistas, até a ponderada, por exemplo, do PCB. Temos a socialista, que deseja, usando de uma defesa da justiça social, implantar um sistema de governo, um regime de governo e não tanto a defesa da "igualdade" das oportunidades às fontes de riqueza, de trabalho e da iniciativa priva-

da. Temos dentro das esquerdas um grupo pequeno, mais muito organizado, competente, presente, que ocupa espaço todo dia na tribuna, que ocupa espaço na imprensa, que não deixa espaço para ninguém, mas que critica ferrenhamente todos aqueles que lhe são contrários, uma esquerda que montou um esquema para colocar aqui dentro, todo dia, de cento e cinqüenta a duzentas pessoas para viciar aqueles que lhe são contrários e para apoiar e aplaudir as muitas besteiras que daqui saem em nome da democracia. Temos um centro apático, inerte, acomodado, governista, que quer ficar realmente à sombra e não quer participar, mas quer levar as vantagens. Agora, o que interessa não é a esquerda, o centro ou a direita, mas o Brasil, que deve estar no centro de nossa decisão. Temos uma direita que, contrapondo-se à esquerda, é tão radical quanto aquela, mas ainda desorganizada.

Hoje, somente uma entidade está nos dando exemplo de organização, que é a tão combatida UDR. Com menos de dois anos de existência, talvez até menos de um ano, está mostrando que tem competência organizacional, está mostrando às esquerdas que, tanto quanto elas, está organizada. E organizada na base, desde o grupo mirim, o infantil, o juvenil, o feminino, até o grupo dos grandes empresários. Tanto quanto as esquerdas, talvez esteja enganando as bases – não sei quem engana mais.

O que interessa é que o Brasil seja dos brasileiros e não das ideologias, de um lado e de outro, porque sabemos, pela História, que nenhuma ideologia de direita ou de esquerda consegue sobreviver tanto tempo, haja vista o que está acontecendo na Rússia, na China Popular e em Cuba, países que estão voltando à iniciativa privada e à economia de mercado, porque é a única maneira de os países crescerem. Não é igualando para baixo que vamos fazer do Brasil uma grande Pátria, uma grande Nação, mas levando os que estão em baixo para cima, dentro da única ideologia, da única teoria capaz de fazer uma Nação grande, que é a ideologia do trabalho, da força direcionada, como fazem os japoneses, como fizeram os alemães, como fazem os italianos e os malasianos, que estão trabalhando para construir as suas pátrias, assim como fizeram e fazem ainda hoje os americanos, os ingleses, os franceses e os povos mais evoluídos, e também como deseja fazer Gorbachev, na Rússia, através do trabalho qualificado, bem pago e bem remunerado pela qualidade. Agora, é a produtividade que entra em jogo naquele país, e nenhum socialista deseja um regime que aceita pagar pela produtividade. Tudo igual, tudo na estaca a zero é o que deseja. Não é isso que o Brasil deseja para a sua construção.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO: – Nobre Constituinte José Mendonça de Moraes, desejo fazer apenas um breve aparte, com a tolerância da Mesa e do nobre Presidente Mário Maia. São algumas considerações. Não posso concordar com o espírito negativo de V. Ex.^a, quando diz que perdemos seis meses de tarefa constituinte. Não perdemos isso. É claro que o trabalho que aí está, esse edifício em fase final de construção, deixa a desejar, não tem perfil. Se avança no campo social, não o faz no campo econômico e é omissa no que se refere à reforma agrária. Enfim,

existe uma série de aspectos que vão ser extensamente analisados na tribuna.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: – Concordo com V. Ex.^a

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO: – Mas quero frisar, nobre colega, que nos falta uma consciência daquilo que é fundamental. Somos a Assembléia Nacional Constituinte, o poder que emana do povo. Devemos ter, amanhã, a coragem de dizer: o que fizemos não basta; é preciso começar de novo. Talvez isso tenha de ser dito pelo nobre Relator Bernardo Cabral ou por V. Ex.^a, da tribuna, ou mesmo por todos nós. Este é o ponto básico: num novo prazo, refazemos esse trabalho e tentamos uma Constituição à altura do Brasil deste fim de século e do próximo. Na realidade, a que assistimos hoje? A uma Assembléia Nacional Constituinte pressionada pelo Poder que aí está. V. Ex.^a não pode negar que o Poder Executivo, particularmente, pressiona, influencia e exerce um verdadeiro **lobby** interno, tão pesado que projetos de resolução que objetivavam retirar da atual Constituição certos dispositivos, foram rejeitados pela maioria desta Casa. Ainda agora, um projeto de resolução da Liderança do PDT, que busca revogar a Lei de Segurança Nacional, está tendo dificuldade em obter assinaturas nesta Casa. Será que é preciso que Constituintes do PMDB sejam envolvidos com a Lei de Segurança Nacional, sejam chicoteados por ela, para entenderem que o poder Constituinte se afirma, ou o seu trabalho será comprometido? Acho que dentro das suas reflexões cabe tudo isso. Por esta razão, com V. Ex.^a Entendo que sua crítica é absolutamente correta, mas não perco a esperança – ainda sou otimista – de que poderemos vir a fazer e entregar ao povo brasileiro a Constituição que ele deseja.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: – Muito obrigado, nobre Constituinte, pelo aparte de V. Ex.^a Devo dizer-lhe e a toda a Nação que, afirmo que perdemos tempo, esse perder tempo significa não ter caminhado. Mas amassar barro também é produtivo, marcar passo também é produtivo, porque nos leva à reflexão, a fim de sabermos para onde vamos marchar. A minha crítica é nesse sentido. Mas minha maior crítica é com relação à redução do prazo que temos pela frente. Essa fatalidade do dia 15 de novembro não pode existir.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO: – A decisão é nossa.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: – O Plenário deverá rever essa posição e dizer que temos o prazo suficiente. E quero convocar a consciência crítica da maioria dos Constituintes, para que aprovemos uma elasticidade, uma flexibilidade de prazo, a fim de que possamos fazer uma Constituição, não de maneira apressada, mas bem pensada, refletida e bem votada nesta Casa.

Desejo ainda, Sr. Presidente, levantar uma discussão sobre alguns pontos críticos, como a definição do que é Brasil, constante do artigo primeiro da Constituição. Acho que estamos enfeitiando com florzinhas definições constitucionais que não podem ser produto de enfeites demagógicos. Devemos dar ao Brasil aquilo que é: uma República democrática fundada na vontade do seu povo,

que tem três Poderes fortes – o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Isto temos de resguardar, porque a História levou 2000 anos para criá-lo, e não inventar fórmulas que alguns países hoje nos estão querendo legar, quando eles próprios estão modificando sua maneira de pensar.

Desejo ainda afirmar que na relação dos direitos e liberdades individuais devemos colocar também deveres, porque só liberdades e só direitos não adiantam. A um direito meu corresponde um dever, e se devo ter garantida a liberdade de exercer os meus direitos e deveres, preciso ter a garantia do exercício, pela liberdade daquilo que é inerente à pessoa humana, que é o dever e a obrigação para consigo, para com seu semelhante e para com a Pátria, no todo.

Acho muito vazia e fraca uma lei que só impõe deveres e obrigações, mas, por outro lado, é também fraca e farricosa uma lei que só defende direitos e liberdade, nada mais. É necessário que haja uma garantia para um e outro; direitos e deveres têm de ter a garantia constitucional do seu pleno exercício.

A relação de trabalho é outro ponto polêmico. O Brasil é um país em formação; está em desenvolvimento, em crescimento. Oxalá estivéssemos agora na posição de poder permitir que o brasileiro trabalhe apenas quarenta horas. Desejo que o brasileiro tenha, um dia, **status** que lhe permita trabalhar apenas quarenta horas. Mas se no Japão se trabalha cinqüenta e duas horas, se nos países adiantados se trabalha quarenta e quatro horas, se na Rússia se trabalha quarenta e duas horas por semana – é o que nós sabemos – por que o Brasil, que ainda está em formação, em crescimento, vai trabalhar apenas quarenta horas? Por que não trabalhamos, pelo menos, quarenta e cinco horas? Vamos diminuir de 48 para 45 horas, pelo menos! Já se ganha alguma coisa. Acho que, como o japonês fez e faz até hoje, precisaríamos trabalhar cinqüenta horas por semana para o Brasil crescer, mas com justiça no pagamento do salário, com participação no resultado do trabalho dos nossos operários, com participação nas empresas que estão dando preferência àqueles que as constroem, que são os operários. É necessário todo fim de ano separar uma cota-parte do lucro e distribuir proporcionalmente em ações para aqueles que trabalham, que são efetivos na empresa. Tais ações trariam, inegavelmente, a estabilidade que todos desejam, porque quando alguém trabalha naquilo que é seu tem mais amor, tem prazer em defender o que faz.

Eu sempre defendi a tese da participação dos operários no resultado do seu trabalho, de maneira direta, com ações da empresa. Assim a empresa será de todos. Resultado do seu trabalho. E ainda mais, a estabilidade no emprego, lamentavelmente, é geradora de má qualidade do trabalho, má qualidade de aperfeiçoamento. Não há produtividade quando a estabilidade está garantida. É necessário que tenhamos um código a respeitar, alguma coisa a temer para podermos manifestar aquilo que amamos, senão vamos ter a balbúrdia, como está acontecendo no Brasil. A impunidade leva o Brasil ao desespero, porque todo mundo comete crime e ninguém é punido.

É necessário que partamos para as reformas exigidas no Brasil hoje: a reforma do uso do solo urbano e do solo rural; o imóvel rural; a reforma agrária justa e equilibrada que não quebre o ciclo da produção, que venha estimular outras pessoas

a serem proprietárias rurais e produzirem na terra, dando-lhes segurança de moradia, para terem consistência no seu trabalho, respeitando aquilo que é dele próprio. Não essa reforma que desejam as esquerdas, uma reforma agrária revolucionária, uma reforma agrária predatória do que já se conseguiu neste País, mas sim uma reforma agrária que seja justa, que dê àqueles que realmente têm vocação para trabalhar no solo meios e garantias para que eles também sejam proprietários. Essa, sim, devemos consagrar.

Devemos consagrar também essa reforma tributária para fazer justiça aos municípios, em primeiro lugar, depois aos Estados e à Federação. Como está aí no Brasil hoje, a União tem 70% do bolo tributário, quando sabemos que a base das necessidades está nos municípios.

Reforma bancária. O sistema bancário atual é exploratório. O banqueiro é inimigo do povo. Não é palavra de esquerda, nem de direita, nem de centro. É a palavra da realidade. Vejamos agora o balanço dos bancos no período de janeiro a junho. Ficamos assustados e assombrados com a lucratividade desses bancos. E o que voltou para o povo, a não ser sofrimento e sacrifício? Nada.

Sr. Presidente, desejo terminar citando uma crítica que li nesta semana, partida de um cidadão que respeito pelas suas idéias, Said Farah, de quem muitas vezes discordo. O artigo "Viva Gorbachev", publicado na revista **Senhor**, é uma crítica àquilo que não devemos fazer no Brasil: voltar às teses das quais, hoje, os países socialistas estão se libertando. "E não é o Brasil, mas os socialistas caboclos" – conforme ele diz – "atrasados na maneira de julgar, como sempre, param diante do trem da História contemporânea. Atrasados e cegos que não querem ver a flor dos seus trabalhos constituintes, que é uma peça destinada à sina dos documentos perecíveis".

Precisamos fazer aquilo que seja duradouro para o Brasil, uma Constituição sadia, onde haja entendimento, onde o radicalismo não possa imperar, nem da direita, do centro, nem da esquerda. O consenso, o bom senso, o equilíbrio têm de reger as ações de todos os Constituintes, ao votarmos artigo por artigo desta Carta Magna.

Desejo que cada um, defendendo seus princípios, seja forte na defesa de suas convicções mas seja transigente e tolerante na hora de ceder para conquistar o melhor. O melhor para o Brasil há de ser o melhor para o povo, não para certas ideologias, não para certas facções.

Sr. Presidente, termino rendendo minha homenagem a V. Ex.^a pela tolerância em me ouvir e me ceder mais prazo, além do regimental; aos constituintes presentes, pelos apartes com que me honraram, enriquecendo meu trabalho, e principalmente pela sua atenção a essas considerações que quero deixar na História como pontos de reflexão para todos nós, muito mais do que uma crítica a quem quer que seja que trabalhe. Muito obrigado. (Palmas).

Durante o discurso do Sr. José Mendonça de Moraes o Sr. Jorge Arbage, Segundo-vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Há pouco, ouvimos um Deputado fazer a defesa de supostas acusações que teriam sido feitas ao Constituinte Marcelo Cordeiro sobre o programa "Diário da Constituinte". Conheço pouco as críticas e menos ainda o Deputado Marcelo Cordeiro: portanto, não quero entrar no mérito da questão, mas tenho ouvido, permanentemente, críticas a esse programa.

Quero dizer a V. Ex.^a que vou encaminhar, por escrito, com o apoio de diversos parlamentares, solicitação para que sejam requisitados todos os programas feitos até hoje, a fim de que os Constituintes interessados possam assistir e fazer suas críticas, porque, segundo consta, o que está saindo no "Diário da Constituinte" não é o que está ocorrendo nas Comissões e no Plenário da Assembléa Nacional Constituinte.

Para não me precipitar e formar um juízo injusto, quero ter oportunidade de assistir a todos os programas exibidos na televisão, porque estávamos envolvidos nos trabalhos parlamentares, nos debates e nas Comissões e não tivemos oportunidade de assistir a eles.

Consultaria V. Ex.^a sobre a possibilidade de se concretizar isso. Vamos fazer a requisição por escrito. Que se marquem dia e hora e se requisitem todos os programas, para que se possa verificar até que ponto correspondem ou não à verdade, ao que ocorre aqui, a sua imparcialidade, e possamos, então, fazer justiça àquele que hoje está sendo acusado, se for o caso de serem injustas as críticas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa fica aguardando o requerimento mas adianta a V. Ex.^a e ao Plenário que o comportamento do 1º Secretário tem sido imparcial, procurando adotar um critério abrangente, a fim de que todos os Constituintes, tanto no trabalho das Subcomissões, das Comissões temáticas e da Comissão de Sistematização, conforme o andamento dos trabalhos da Constituinte, pudessem participar do "Diário da Constituinte", indistintamente. Acontece que muitos de nós não assistimos sistematicamente aos programas e imaginamos que, às vezes, os nossos nomes ou imagens não estiveram presentes no vídeo. Mas, como Membro da Mesa, capo 2º-Secretário e Membro também da editoria do programa, informo ao Plenário que as preocupações da Mesa têm sido rigorosamente no sentido de se realizar com justiça o programa da Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Não havendo mais oradores inscritos para a discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição, esta Presidência lembra aos Srs. Constituintes que está convocada uma sessão extraordinária para amanhã, sábado, dia 18, às 9h, para prosseguimento da discussão em primeiro turno do Projeto de Constituição. Será, então, o quarto dia. Lembra, ainda que o prazo para apresentação de emendas é de trinta dias, cobrindo o período de 15 de julho a 13 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Aécio Neves – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Álvaro Valle – PL; Antonio Britto – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Salim Curiati – PDS; Antônio Ueno – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; César Maia – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cláudio Avila – PFL; Cleonancio Fonseca – PFL; Dalton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Neto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edésio Frias – PDT; Eduardo Moreira – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamin – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gerson Peres – PDS; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Hélio Costa – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Machado Rollemburg – PFL; João Rezek – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jose Carlos Martinez – PMDB; Jose Carlos Vasconcelos – PMDB; José Egreja – PTB; José Fernandes – PDT; Jose Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lazio Sathler – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Mussa Dernes – PFL; Myrian Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Almeida – PL; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Robert D'Avila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Aragão – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruberval Pilotto – PDS; Sadie Hauache – PFL; Samir Uchôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sergio Naya – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Vladimir Palmeira – PT.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): — Encerro a sessão, designando para a extraordinária de amanhã, sábado, dia 18, a seguinte:

ORDEM DO DIA

DISCURSO, EM PRIMEIRO TURNO, DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO.

VIII — Encerra-se a Sessão às 12 horas e 7 minutos.

ORDEM DO DIA

DISCURSO, EM PRIMEIRO TURNO, DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO.

VIII - Encerra-se a
Sessão às 12 horas e
7 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 98

DOMINGO, 19 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 104^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 18 DE JULHO DE 1987.

- I - Abertura da sessão
- II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.
- III - Leitura do Expediente
- IV - Ordem do Dia

ADYLSON MOTTA - Questão de ordem sobre possibilidade de concessão da palavra aos constituintes presentes, sem prejuízo das inscrições originais.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

ADYLSON MOTTA, OSVALDO BENDER, ALCENI GUERRA - Discussão do Projeto de Constituição.

AMAURY MÜLLER - Questão de ordem sobre adoção, nas sessões extraordinárias da Assembléia Nacional Constituinte, da mesma estrutura de funcionamento das sessões ordinárias. Possibilidade de uso da palavra na condição de Líder partidário.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Muller.

SIQUEIRA CAMPOS - Comunicação, como Líder, sobre a necessidade de urgente en-

frentamento, pelo Governo, da problemática social do País.

AMAURY MÜLLER, TITO COSTA - Discussão do Projeto de Constituição.

V Encerramento

2 - MESA - Relação dos membros

3 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS - Relação dos membros

4 - COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO - Relação dos membros

5 - ATAS DAS COMISSÕES
(As atas encaminhadas até a presente data, serão publicadas em suplemento a este Diário).

Ata da 104^a Sessão, em 18 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente

ÁS 9:00 HORAS PMDB; Alfredo Campos - PMDB; Almir Antonio Ferreira - PFL; Antonio Gaspar COMPARECEM OS SENHORES: Gabriel - PMDB; Aloysio Vasconcelos - PMDB; Antonio Mariz - PMDB; Antonio PMDB; Aloysio Teixeira - PMDB; Aluizio Perosa - PMDB; Arnaldo Martins - Bezerra - PMDB; Aluizio Campos - PMDB; Arnaldo Moraes - PMDB; Artur PMDB; Álvaro Antônio - PMDB; Amaral da Távola - PMDB; Asdrubal Bentes - Netto - PDS; Amaury Muller - PDT; PMDB; Augusto Carvalho - PCB; Áureo Camargo - PMDB; Amilcar Moreira - PMDB; Ângelo Mello - PMDB; Basílio Villani - PMDB; Agripino de Oliveira Lima - Magalhães - PFL; Anna Maria Rattes - PMDB; Benedicto Monteiro - PMDB; PFL; Airton Sandoval - PMDB; Annibal Barcellos - PFL; Bernardo Cabral - PMDB; Bezerra de Filho - PMDB; Alberico Antero de Barros - PMDB; de Melo PMDB; Bonifácio de Filho - PMDB; Alceni Guerra - Antônio Britto - PMDB; Antônio Andrada - PDS; Borges da Silveira - PFL; Aldo Arantes - PC do B; Câmara - PMDB; Antônio Carlos PMDB; Bosco Franca - PMDB; Alécio Dias - PFL; Alexandre Reis - PDS; Antônio de Jesus Brandao Monteiro - PDT; Cardoso Costa - PFL; Alexandre Puzyna - PMDB; Antônio Farias - PMB; Alves - PMDB; Carlos Alberto Cão

– PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálon Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denis Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Bonfim – PC do B; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Junior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Lha – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarur – PMDB; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmarinha Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 168 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Vai-se passar à

III – ORDEM DO DIA

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Constituição.

O SR. ADYLSO MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSO MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pela ordem. Se não constar nenhum orador inscrito, caso algum outro Constituinte deseje fazer uso da palavra haverá prejuízo da sua inscrição no dia previamente aprazado?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência informa ao nobre Constituinte Adylson Motta que não haverá prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Adylson Motta, para discutir a projeto de Constituição.

O SR. ADYLSO MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estamos analisando, a partir de anteontem, a proposta de texto constitucional, fruto do trabalho da Comissão de Sistematização, que nada mais fez, como o próprio nome está a indicar, do que recolher as conclusões das Comissões temáticas e compor o anteprojeto ora submetido a apreciação do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Nas diversas manifestações de que tomamos conhecimento por parte da Imprensa, de populares, de autoridades, enfim, de todos os segmentos da sociedade, recolhemos a opinião de que se trata de um péssimo projeto. Ainda não consegui ouvir um elogio ao trabalho apresentado pelo Relator da Comissão de Sistematização. Consti-

tuinte Bernardo Cabral, embora S. Ex.^a tivesse apenas a incumbência de compatibilizar os textos que lhe foram entregues. Mas também temos de admitir que no referido projeto há coisas boas.

Pretendo manifestar-me sobre algumas emendas que apresentarei ao capítulo da Administração Pública, que acredito seja um dos textos melhor elaborados na proposta de Constituição.

Sr. Presidente, começo falando sobre a admissão do funcionário público. É sabido que hoje há várias maneiras de ingresso na função pública. Talvez estas tenham criado as facilidades para termos esse quadro do empreguismo tão censurado nacionalmente.

Então, com vistas a coibir os abusos daí decorrentes e evitar os atos muitas vezes condenáveis de heranças políticas – Governadores, prefeitos que deixam seus cargos e se preocupam em ganhar as próximas eleições – está sendo proposto o aperfeiçoamento daquilo que de certa forma já consta do atual texto constitucional: para ingressar na função pública é necessário que se faça concurso público. Em primeiro lugar procurou-se uniformizar um sistema jurídico único para os funcionários, porque atualmente há uma série de vinculações: CLT, extranumerário, funcionários estatutários, cargos em comissão e outras formas de provimento. Então, procurou-se estabelecer, para aqueles cargos de carreira, o concurso público. Mas aqui é que está a diferença: na atual Constituição, para um cidadão ingressar na função pública, terá de fazer concurso público ou de provas e títulos. No final do § 1º do art. 97 há a seguinte frase: "...salvo os casos indicados em lei". Aí está a grande válvula de escape. É esta a janela por onde são contrabandeados aqueles que não prestam concurso público e que engrossam as fileiras dos funcionários públicos.

Tive a oportunidade de apresentar uma emenda suprimindo esta frase final. Claro que devemos estar atentos para aqueles serviços extranumerários e temporários, a contratação de mão-de-obra, por exemplo. Tive a cautela de sugerir: "Para ingressar na função pública, o funcionário terá de se submeter a concurso de provas". Retiramos a palavra títulos, e explico por quê. Evidentemente, um jovem de família pobre, cujo pai tenha de trabalhar o dia inteiro, ou ele mesmo tenha de trabalhar para estudar à noite, que more por exemplo, na Ceilândia ou em Taguatinga e trabalhe no Plano Piloto, vai estudar à noite com enorme sacrifício. Ao final do seu curso terá apenas o título do curso secundário ou até do curso superior, ao passo que um filho de família abastada poderá estudar na Sorbonne, em Oxford, nas grandes universidades americanas e poderá recolher uma série de títulos ao longo de sua formação, quer no nível secundário, quer no nível superior. No momento de competir, quem vai ingressar na função pública?

É exatamente aquele que menos precisa, porque terá um acúmulo de diplomas que lhe vai dar uma vantagem sobre o outro que não teve oportunidade de, ao longo de seus estudos, recolher esses títulos hoje exigidos para a competição.

Pela emenda proposta, felizmente acolhida pelo Relator Almir Gabriel, na Comissão da Ordem Social e, depois, pelo Relator Bernardo Cabral, na Comissão de Sistematização, hoje, para alguém ingressar na função pública, a condição

sine qua non é a de submeter-se a um compromisso de provas de conhecimento. Agora, evidentemente, a função pública deverá ser organizada em carreira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Permite-me V. Ex.^a?

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Tão logo conclua o meu eu raciocínio, concederei o aparte a V. Ex.^a

Hoje, essa parafernália de cargos, essa verdadeira visão caleidoscópica que se tem do funcionário público, esse amontoado de gente nos diversos setores é que levam a essa desmoralização permanente, a essas críticas, como se o servidor público fosse aquele que, não conseguindo ter sucesso na vida, viesse a abrigar-se num cargo público para poder ganhar sem trabalhar. Lamentavelmente, esta é a conceituação que se dá, maldosamente, a uma categoria pela qual tenho imenso respeito, até porque dela participo e a integrei durante longos anos.

Evidentemente, o funcionário público deve ser organizado em carreira – é outro preceito, é outro mandamento constitucional. E, ao longo de sua carreira, ele tem de ter a sua promoção, a sua ascensão. Nesse momento é válido o concurso interno de provas e títulos, porque terá o servidor, então, condições de ir se aperfeiçoando profissionalmente e acumulando aqueles títulos que lhe darão possibilidade internamente de ter uma ascensão, uma promoção, de ter seus avanços profissionais como participante de uma carreira.

Concedo o aparte ao meu prezado colega Inocêncio Oliveira, com imenso prazer.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Nobre Constituinte Adylson Motta, V. Ex.^a, nesta manhã quase vazia da Assembléa Nacional Constituinte, faz uma análise, com muita propriedade, deste importante assunto. Concordo com V. Ex.^a em grau, gênero e número. A moralização do serviço público deve ser feita através de concurso público.

Concordo com V. Ex.^a, também, quando diz que se deve proporcionar àqueles que ingressarem no serviço público a oportunidade de ascenderem através de concurso interno, provas internas, a outras posições maiores na máquina administrativa do nosso País. Eu, também, nobre Constituinte Adylson Motta, me preocupo muito com esse assunto, inclusive apresentei duas emendas que considero muito importantes. A primeira estende dos 21 aos 50 anos a possibilidade de ingresso no serviço público e não aos 35 anos, como é a idade limite, porque assim vedaria à imensa quantidade de brasileiros o ingresso no serviço público; a segunda dispõe que a validade do concurso, ao invés de dois ou quatro anos, prorrogáveis por mais dois, estenda-se, até que o último concursado tenha sido chamado, porque não se entende que alguém faça um concurso e tempos depois, 2 ou 4 anos, perdida a validade, não tenha outra oportunidade de ingressar no serviço público, a não ser prestando novas provas. Portanto, congratulo-me com V. Ex.^a por fazer essa análise. Quero também reconhecer nesta hora o trabalho ensejado por V. Ex.^a na Assembléa Nacional Constituinte e dizer que o nobre colega honra o povo do seu Estado é as mais ricas tradições, do povo brasileiro, pois tem sido nesta Casa um defensor dos mais altos interesses do nosso País. Muito obrigado.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Agradeço ao nobre colega o aparte, que incorpo ao meu pronunciamento como válida contribuição pela coincidência de pontos de vista que esposamos.

Mas diria eu, que vez admitido na função pública, o funcionário teria, então, a sua possibilidade de promoção através de concursos internos, concursos de títulos e até por tempo de serviço. E, inclusive, existe no projeto um artigo que obriga o Estado a oferecer condições para o aperfeiçoamento profissional de seus funcionários.

Há outro aspecto que deve ser levado em conta, Sr. Presidente: apresentei uma emenda – e sei que vou lutar com a antipatia de grande parte até de colegas meus – não para atingir este ou aquele isoladamente, mas para corrigir uma das maiores pragas que existe no Brasil e que, segundo consta na nossa História, começou com Pero Vaz de Caminha: o empreguismo e o desastroso, o famigerado e execrável nepotismo. Não existe hoje coisa que mais tenha deteriorado a administração pública do que o nepotismo. Entra um Ministro para ocupar uma Pasta do Governo e abriga lá toda a sua família. É um presidente da República que assume e quem manda nos palácios presidenciais, é o genro é a filha, é o irmão, é o cunhado. Tenho visto muita gente ser desgraçada politicamente pela influência nefasta de alguns parentes, embora o reverso também seja verdadeiro, pois muitas vezes são excelentes auxiliares. Mas, em nome de uma regra geral, temos de considerar o quadro todo. Então, tenho para mim, se me perguntassem um dia quais são os maiores problemas existentes na administração brasileira, que teria dúvida alguma em indicar, como uma das maiores chagas do serviço público em nosso País, o nepotismo. Não digo que se consiga cabido totalmente – isso seria impossível – mas, pelo menos pode-se tentar frear essa ânsia empreguista dos que assumem cargos públicos no Brasil.

Sei que encontrarei enormes resistências para a aprovação desse art. 84 do nosso Anteprojeto de Constituição, mas prometo que lutarei tenazmente para obter sucesso na sua apreciação, a fim de que nenhum parente até segundo grau, em linha direta ou colateral, consanguíneo ou afim, de qualquer autoridade, possa ocupar cargo ou função de confiança – inclusive sob contrato, a persistir o sistema de contrato – em organismo a ela subordinado, na administração direta e indireta. Provavelmente estarei conquistando algumas antipatias com essa proposta, mas penso que, se conseguir a aprovação desse artigo, terei dado a minha contribuição e cumprido a minha parte na Constituinte, procurando restabelecer a probidade e a decência administrativa e evitando o surgimento desses verdadeiros feudos familiares dentro das repartições públicas.

Concedo o aparte ao nobre colega Osvaldo Bender com imenso prazer.

O SR. OSVALDO BENDER: – Nobre Constituinte, solicitei o aparte apenas para congratular-me com V. Ex.^a Tem V. Ex.^a toda a autoridade para falar sobre esse assunto, pois é um dedicado, honrado e esforçado homem público. Por isso mesmo conhece e tem sentido de perto os problemas, como se estivesse junto das repartições públicas. V. Ex.^a apresentou as emendas com toda autoridade e elas, como não podia ser diferente, foram acatadas tanto pela Comissão temática como pelo Re-

lator Bernardo Cabral. Parabéns a V. Ex.^a e nossos votos para que possam constar do projeto final.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Li uma declaração do Senador Roberto Campos a uma revista, onde ele defendia o mérito dessa proposição, mas dizia que isso é uma coisa a ser estudada numa lei ordinária, com o que não concordo, porque essa é uma forma de limitar um preceito constitucional que disciplina o ingresso na função. Ora, uma norma ordinária não pode limitar o que é estabelecido na Constituição. Então a matéria terá de constar do texto constitucional como um artigo. Formalmente este seria o aspecto mais correto.

Há outro ponto que chama a atenção nesta proposta – e neste confesso que fui derrotado – e quero levantar a idéia. Hoje defende-se o princípio de que o funcionário tem de entrar no serviço por concurso. Ele tem de ser organizado em carreira e ter os seus vencimentos fixados dentro de um piso e um teto salarial estabelecidos em lei, para evitar esses distanciamentos exagerados entre o que ganha mais e o que ganha menos. Mas um aspecto que sempre defendi é o de que o funcionário público deveria ser profissionalizado. Não posso admitir, por exemplo, que num país de desempregados, onde existe um exército de jovens à procura de uma oportunidade de trabalho, consagre-se no texto constitucional a possibilidade de alguém ter dois empregos. Defendo o contrário. Que se respeite, evidentemente, nas situações existentes, o direito adquirido. Àqueles que se encontram nessa situação hoje vamos assegurar a perpetuidade do seu direito adquirido. Mas queremos iniciar uma nova fase. Num país de desempregados, repito, não posso aceitar a idéia de que alguém tenha dois empregos. Na Constituição atual consta que podem acumular dois empregos: o magistrado com um cargo de professor, o professor com outro técnico-científico, o professor com outro de professor e o médico com outro privativo de médico. Então, advoco o contrário: que se valorize, que se pague bem o professor, que ele tenha apenas um cargo em tempo integral; que o médico seja tratado da mesma forma; enfim, que todas as profissões sejam consideradas na sua individualidade, quer dizer, que o sujeito seja profissionalizado, até porque um professor que se dedique exclusivamente ao magistério, seja do grau que for – primeiro, segundo ou terceiro – será um professor zeloso ao passo que um professor que é magistrado – exemplo que vivi na Faculdade de Direito – que ocupa outro cargo público, é Ministro e professor – caso que observei – não pode dedicar-se às duas tarefas ao mesmo tempo. Pode ter um grande nome, um respeitável cabedal jurídico, ser um professor de nomeada, mas não terá dedicação, não cumprirá seu compromisso de ir às aulas. Assim aconteceu comigo na Faculdade de Direito, com relação aos professores de nome mais expressivo: não podiam cumprir as suas tarefas como professor. Creio que se deve evitar esse tipo de coisa. Também no curso superior deve-se ver esse aspecto, mas se tem de pagar bem o magistério e não como acontece hoje nas universidades brasileiras, onde um professor do curso superior ganha pouco mais do que o salário mínimo. Teria de ser um profissional altamente remunerado, para que pudesse realmente qualificar o seu trabalho e, em função disso, a univer-

sidade e o ensino brasileiro. A minha proposta seria – não a apresentei, estou levantando esta idéia – de que se conservasse, até agora, todos os acúmulos de cargos existentes e, daqui para frente, se impedissem que uma pessoa tivesse mais do que um cargo ou função pública. Seria um forma de democratizar o emprego, de dar oportunidade a mais pessoas, para que pudessem prescrever ao serviço público.

Sr. Presidente, quanto ao aspecto da aposentadoria, tive oportunidade de apresentar uma emenda, aliás, repetindo o que consta da atual Constituição. Mas no que diz respeito às pensões não tive a mesma sorte, embora o princípio seja o mesmo. Vou argumentar: o servidor se aposenta por invalidez quando sofre um acidente de trabalho, adquire uma moléstia contraída no serviço ou é vítima de uma doença qualificada em lei como incurável. Nesses casos ele tem o direito, mesmo não contando com o tempo necessário, de se aposentar com a integralidade dos seus vencimentos. Conseguir transferir isso para o atual anteprojeto. Estou falando no singular não por vaidade, mas porque apresentei algumas emendas e apenas desejo situar a procedência delas. Então, consegui inserir o que já está na atual Constituição, que passou a constar desta forma, porque não havia limites na proposta da Subcomissão. Assim, quando o servidor contrair uma doença, nessas circunstâncias ou doença qualificada como incurável terá direito de se aposentar com os vencimentos integrais. Agora, pergunto: e se um funcionário, por exemplo, ao invés de estar no serviço está em São Conrado "praticando asa-delta", cai, se machuca todo e tem apenas um ano de serviço? Evidentemente, o Estado não tem compromisso de pagar a esse funcionário aposentadoria integral. É muito diferente daquele policial que sai da delegacia e vai ao morro prender um facínora, lá é atingido e se torna invalido. Ele adquiriu a invalidez em função do exercício de sua profissão e tem de ser amparado pelo Estado; o outro, que estava na prática de uma diversão, com todos os riscos conhecidos, apenas para exemplificar, é evidente que tem uma situação completamente diferente. Isso se aplica em caso de invalidez e de morte. Com referência à invalidez, aceita-se a idéia de que assim devesse proceder o Estado. Este deveria ser o compromisso do Estado, o que, aliás, não é novidade, já que está consagrado na atual Constituição. No que diz respeito à pensão, não foi aceita a idéia, e acho que é muito perigoso o Estado arcar com essa responsabilidade. No caso do falecimento do funcionário, a família fica com a pensão correspondente aos vencimentos e vantagens integrais. Acho correto, até porque termina uma discriminação hoje existente. Quando o juiz falece, a viúva fica com uma pensão correspondente aos vencimentos integrais; quando o Conselheiro do Tribunal de Contas falece, a viúva recebe integralmente o que ganhava o seu marido. Mas quando um funcionário da Câmara dos Deputados falece, a viúva ganha uma miséria de pensão, até irrisória. Por isso, segundo esse princípio adotado, a pensionista tem direito à integralidade dos vencimentos. Mas parece-me que as circunstâncias em que aconteceu a morte devem ser examinadas. Seria até desumano dizer isso, mas é evidente que o caso do funcionário que faleceu naquelas circunstâncias, no cumprimento ou exercício de suas

atividades profissionais, etc, é muito diferente do daquele que se expõe a um risco conhecido e morre. Creio que se deve estabelecer uma distinção: num caso o vencimento tem de ser integral e em outro, proporcional. Parece-me que esse seria um critério de justiça, porque, do contrário não sei onde, neste País, encontraremos recursos para atender, nessa amplitude, nessa generalidade, à Previdência Social.

Sr. Presidente, sei que já avancei no temo regimental, mas apenas abusei da tolerância de V. Ex.^a porque não há mais Constituintes inscritos. Pretendo continuar essa análise, porque apenas cheguei à metade do assunto, pois temos de desfazer a imagem negativa de uma categoria profissional à qual tanto o País deve, a dos funcionários públicos, que tem sido exposta à execração, que tem sido desgastada, que se tem transformado em bode expiatório de todos os administradores incapazes deste País. Ainda recentemente, numa campanha nacional e orquestrada, procuraram esmoralizar ao máximo, como se o funcionário público fosse o grande responsável pelo caos em que se encontram as unidades federadas. Sei que o empreguismo contribuiu para esse quadro, mas dar-lhe exclusividade é uma maldade que não aceito, com a qual não concordo e contra a qual vou protestar.

A melhor maneira de redimir a imagem do servidor público – há muita gente na função pública, e assim como existe o relapso, o desidioso e o faltoso, há aquele que cumpre exemplarmente as suas atribuições e age com exação, razão pela qual temos de olhar a generalidade, pois na grande maioria são bons funcionários – é dar-lhe um parâmetro dentro do qual deve agir, de acordo com esses princípios que enunciei há pouco: pela lisura do ingresso no serviço público, pelo seu prestigiamento, organizando-o em carreira e oferecendo-lhe uma expectativa, assim como a coibição de abusos como os que existem hoje, e já citei o nepotismo e outros tipos de recrutamento que ocorrem para denegrir muitas vezes a função pública.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Osvaldo Bender, para discutir o projeto de Constituição.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aproveite este momento, deste sábado bonito – enquanto lá fora o sol está radiante e aqui estamos reunidos, embora em pequeno número, mas com a melhor das intenções – para discutir o anteprojeto da nova Constituição e, desta forma, dar nossa colaboração para que o País e o povo brasileiro possam ter uma Carta Magna que realmente satisfaça seus desejos e aspirações e que, acima de tudo, proporcione paz, tranquilidade e felicidade.

Por isso, talvez fosse bem melhor corrermos estrada afora nesta manhã de sábado e saborear o sol gostoso do que nos ater à nova Carta Magna. Mas, quando aceitamos a nossa candidatura, nos propusemos a realmente cumprir o nosso dever com sinceridade e fidelidade.

Se analisarmos o anteprojeto, veremos que talvez não seja aquilo que a maioria dos brasileiros esperava, pois se criou um mito e uma expectativa

muito grande em torno da palavra Constituinte, que para o nosso povo representa a grande esperança de resolver os problemas que existem neste País. Talvez muitos que não conseguem enxergar adiante acham que, de fato, a Constituição poderá resolver nossos problemas. E não vamos nos iludir com isso.

Eu diria que é mesmo muito criticado o ante-projeto, principalmente pela imprensa. Isto observamos quando analisamos, por exemplo, os artigos que escreve o jornalista Alexandre Garcia, na revista "Manchete", e vemos que ele está com a razão. Mas, por outro lado, todos esses debates em tantas reuniões, primeiro nas subcomissões, depois nas Comissões temáticas, não deixaram de trazer à luz os problemas. A participação popular também estava presente, foi ouvida e continuará presente através das emendas populares. Por isso mesmo, muitas matérias, de fato, servirão para posteriores leis ordinárias. Mas foi válida a discussão e oportuno tê-las trazido à tona, para que já tenhamos matéria-prima, no próximo ano, para legislar sobre aquilo que a Constituição irá prever e permitirá fazer por leis complementares. É evidente que, se tudo fosse aprovado como está, haveria muitos dissabores, sem o consenso que o povo espera. Os extremismos presentes é que são o grande perigo.

Na Comissão da Ordem Social, de que participei, convivemos com um extremo radical. Tenho medo de extremos e me preocupo com eles.

Tenho dito e repito que o homem público, quer legislador, quer administrador, não se pode ater apenas a uma matéria, não pode ser parcial. Ele tem de ver toda a roda girar. Caso contrário, de um lado haverá demais e pouco de outro. Então, ocorrerá o desequilíbrio.

E o que queremos? Queremos uma Constituição equilibrada. Todavia, é evidente que aqui o tempo é muito curto para analisarmos todos esses problemas previstos neste anteprojeto de Constituição e que terão de ser acertados, quer no plenário, quer na Comissão de Sistematização.

Quero ater-me apenas ao capítulo referente à Educação. Já falei várias vezes, mas rapidamente, sobre essa matéria. O anteprojeto limita o repasse de verbas públicas para os estabelecimentos de ensino particulares, principalmente para os estabelecimentos comunitários e fundações de ensino. Essas verbas públicas são fruto de tributações, pagas inclusive pelos pais de alunos que não têm oportunidade de freqüentar a universidade federal. Eles ajudam a formar esses recursos públicos.

A educação é essencial para o desenvolvimento do País, e para tirar da miséria o seu povo. Um povo educado, que tem instrução, pelo menos de primeiro grau, já consegue sobreviver mais facilmente. Mas um povo sem educação, analfabeto, está na miséria completa, não tem quaisquer esperanças de melhorar as condições do amanhã.

Evidentemente, com recursos públicos, temos de investir na criança, nos jovens. Daí vem minha preocupação, não apenas com estabelecimentos estatais. Temos tradicional exemplo, principalmente no Sul do País – e, tenho certeza, praticamente, em todo o País – nos pioneiros que vieram para o Brasil desde o período da imigração, quando se estabeleceram, muitas vezes, no interior, onde não havia escolas. Aí reuniam-se, escolhiam alguém da comunidade para professor, a fim de proporcionar educação às suas crianças. Estava presente a tradição, a experiência na edu-

cação, onde entrou a própria economia, tão rara hoje em dia.

Seria bom que todas as crianças pudesse ter noção de economia. Há pessoas que ganham muito bem, no entanto isso não resolve o problema, pois não têm noção de como economizar, através da poupança, mesmo que migalhas. Eles não acreditam na economia, porque nunca a exercitaram. Alegam que o salário é minguado. Concordo que muitos não têm condições, que ganhem salários minguados, mas sei que muitos que percebem salários elevados não têm noções de economia.

Justamente algumas escolas comunitárias marcaram várias gerações e construíram, posteriormente, estabelecimentos de ensino, através de fundações que hoje muito representam no País. Praticamente 70% da educação é dada por esses estabelecimentos de ensino. Por que não haveriam de ter direito a recursos públicos? Não diria o próprio estabelecimento educacional, as comunidades, a sociedade em si. Refiro-me principalmente ao próprio estudante, pois não podemos abandoná-lo. São milhares deles cursando universidades particulares com muito sacrifício, sem as mínimas condições. Mas o fazem por ser o único caminho de que dispõem.

No Estado do Rio Grande do Sul temos apenas três universidades federais. Seria humanamente impossível dar educação a todos que estão cursando universidades e fundações, que existem em dezenas de Municípios. Não acredito que, de um dia para outro, isso pudesse ser encampado pelo Estado. Aliás, sou contra a estatização em demasia. Para o Estado é bem mais fácil colaborar com recursos públicos na manutenção desses estabelecimentos, principalmente através de bolsas de estudo – que hoje não existem – para estudantes de universidades privadas ou de fundações.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. OSVALDO BENDER: – Com muito prazer.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Nobre Constituinte Osvaldo Bender, V. Ex.^a, sem sombra de dúvida, analisa a parte mais importante do Projeto de Constituição, qual seja a referente à educação no País. Educação é a base de tudo. O povo educado sabe escolher seus caminhos. É um povo que tem saúde, busca emprego, trabalho e tem melhores condições de vida. Infelizmente, em nosso País, a educação nunca foi levada a sério. Tanto assim que Brasil no há grande contingente de analfabetos. Mais de trinta e cinco milhões de brasileiros não têm condições de ler e escrever. Grande maioria de nossas crianças não consegue entrar nas escolas, e das que entram nas primeiras séries do curso do primeiro grau, muitas desistem, portanto antes de completá-lo. No segundo grau a situação é pior ainda, e a universidade está completamente elitizada.

Apenas uma pequena maioria de ricos, daqueles que conseguiram freqüentar cursinho pré-vestibular, consegue chegar à universidade brasileira V. Ex.^a tem muita razão. A verba pública deve, na sua maioria, ser canalizada para o setor público, mas não deve ser privilégio apenas desse setor, sem condições de proporcionar educação ao povo brasileiro. Se hoje fosse proibido canalizar essas verbas, como se pretende

no Projeto de Constituição, também para o setor privado, haveria completo caos no sistema educacional. Congratulo-me com V. Ex.^a pelas suas idéias e afirmações. Esperamos, junto com os que querem que nossas crianças realmente tenham acesso à escola, poder incluir no texto constitucional dispositivo que permita também às escolas privadas disputarem verbas do setor público, transformando-as em bolsas de estudo – como bem frisou V. Ex.^a. Nada deve ser gratuito. Portanto, que a verba seja transformada em bolsas de estudo, possibilitando maior acesso das nossas crianças às escolas do País.

Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. OSVALDO BENDER: –

Agradeço sinceramente a V. Ex.^a pelo aparte, que, sem dúvida, veio enriquecer meu pronunciamento e confirmar o que estávamos dizendo, por exemplo, que o ensino público nas universidades é privilégio de poucos ricos. E, para provar isso cito, um programa de televisão, "Globo Repórter", que há poucas semanas apresentou, com muitos detalhes, uma reportagem sobre os universitários nas escolas federais, justamente porque, em primeiro lugar, precisam cursar bons colégios; em segundo lugar, têm que fazer o cursinho pré-vestibular, pois do contrário jamais terão chances na disputa das poucas vagas do vestibular. Por isso mesmo, o filho do trabalhador, o pobre, aquele que quer cursar uma faculdade, não tem vez. Concordo com V. Ex.^a quando afirma que temos que fazer o repasse através de bolsas de estudo. Lamentavelmente, este ano elas têm sido minguadas – apenas para o 1º e 2º Graus – representando poucos cruzados, nada significando, pois correspondem ao valor de apenas uma mensalidade de escola particular comunitária. Então, as bolsas de estudo devem ser de no mínimo 75%. Na região que represento, Três Passos, há carência de universidades, embora hajam naquela área celeira duzentas mil pessoas. Os nossos estudantes têm que viajar 150 quilômetros, todos os dias, em busca de um curso universitário. Eles deixam a cidade às cinco horas da tarde e retomam depois de meia noite. Eles despendem, apenas com o transporte, cerca de 1.600 cruzados por mês, sem contar o gasto com o curso, os livros etc. Vejam, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que é necessário terem um bom emprego; caso contrário será impossível continuarem estudando. Sabemos que os empregos bons são escassos. Por isso mesmo, vamos apresentar emenda no sentido de que – e eu gostaria de pedir o apoio de todos os Constituintes – também nas universidades federais aqueles que têm condições de pagar os seus estudos devam fazê-lo. O Governo não deve manter o ensino gratuito para aqueles que podem pagá-lo. Mas efetivamente, tem de ajudar aqueles que não têm condições financeiras. E o melhor meio é através de bolsas de estudo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, era isso que queríamos analisar. Teríamos ainda muito o que falar sobre educação, um dos assuntos mais importantes da Constituição. Se estabelecermos regras viáveis para que nossas crianças possam ter acesso à educação, acredito, sem dúvida, que os nossos descendentes terão uma Pátria maior e melhor e poderão viver em harmonia e felizes. (Palmas.)

O SR PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Alceni Guerra, para discutir o Projeto de Constituição.

O SR. ALCENI GUERRA (PFL – PR)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é quase um lugar comum nesta manhã de sábado que o orador que assome à tribuna inicie seu pronunciamento com lamúrias em razão do **quorum** e do abandono em que se encontra esta Assembléia Nacional Constituinte. Creio que isso nos deve levar a uma reflexão, especialmente por parte dos membros da Mesa, que na próxima segunda-feira terão oportunidade de analisar pedido do Constituinte Plínio Arruda Sampaio, referendado por outros Constituintes, entre os quais nos incluímos, para alteração do Regimento, a fim de que os assuntos a serem debatidos nas sessões plenárias sejam de prévio conhecimento de todos, para que suscitem interesse e despertem nos Constituintes o prazer do debate.

Dito isto, Sr. Presidente, acho que não podemos, por força do não comparecimento dos Constituintes, deixar de manter uma sessão até em homenagem aos raros Constituintes presentes, que deixaram de cumprir compromissos em seus Estados para fazer com que não caia ainda mais em descrédito esta Assembléia Nacional Constituinte.

O Constituinte Osvaldo Bender, do Rio Grande do Sul, que me antecedeu, enfatizava com muita propriedade um tema que suscitara muitas discussões na Comissão da Ordem Social e enfocava exatamente a raiz do problema: a norma que proíbe o poder público de transferir recursos públicos para as escolas privadas. Numa democracia moderna, o Estado, além dos pressupostos básicos da segurança e da justiça, deve obrigatoriamente preocupar-se também com a educação e a saúde. Aconteceu, neste quase um século de República, que os investimentos na educação foram tão baixos que criaram uma população marginal. Não marginal no sentido legal da palavra, inerente ao conceito corrente na Justiça, mas marginal do setor, isto é —, cidadãos que hoje estão à margem do processo educacional no Brasil.

Parece-me que, vítima dessa política errada, desses baixos investimentos, da falta já secular de uma política educacional verdadeira, modificar agora esse quadro, de forma abrupta, seria até um contra-senso. Não nego que me vai na alma e na mente o desejo, já profundamente arraigado, de que no Brasil o Estado tenha um poderoso setor público de ensino, eficiente, igual a dos modernos países do mundo, entre os quais se inclui um que progride extraordinariamente, o Japão, que há mais de um século reverteu a sua política educacional para fazer da educação um parâmetro dos seus governos.

Mas isto não exclui outros setores no Brasil que prestam hoje inestimáveis serviços à educação: E, dentre o setor privado, permito-me pinçar a extraordinária colaboração que o ensino católico tem dado ao País. Este ensino sofreu, de vinte anos para cá, uma extraordinária revolução modernizadora, e se preparou para dar à população, principalmente aos jovens, um ensino à altura do desenvolvimento e do progresso brasileiro. E

sabemos, Sr. Presidente, que as universidades católicas estão hoje num estado pré-falimentar, vítimas da ruína de todo o processo de educação no Brasil. Cortar-lhes agora abruptamente o fluxo de dinheiro público seria extinguir-lhes a vida. É necessário, sem dúvida alguma — e é desejo de todo o povo brasileiro — que o setor público de ensino seja fortalecido, que tenha a principal parcela de destinação das verbas públicas, para que possa competir com o setor privado em condições de igualdade. Entretanto, não podemos — e este é nosso desejo — permitir que esse setor — citei um, o mais importante, as pontifícias universidades católicas — seja, por um preceito constitucional, abandonado à sua mercê, sem qualquer possibilidade de sobreviver nos próximos anos.

Feita esta ressalva ao pronunciamento do nobre Constituinte Osvaldo Bender, passo a enfocar assunto que nos últimos dias causou-me, confesso, exagerada dose de ansiedade. Percebi que, nesta Assembléia Nacional Constituinte, forças muito poderosas colocam-se de verdade, contra a reforma agrária, o que eu não acreditava.

Ouçoo, com prazer, o nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Nobre colega, obviamente não quero interromper a linha de seu raciocínio, mas como V. Ex.^a muda de assunto, não gostaria de perder a oportunidade de colocar algumas questões relacionadas ao ensino. Estou de pleno acordo que algumas entidades confessionais e comunitárias prestaram e prestam inestimáveis serviços aos processos de educação democrática e universal no País. Mas lembra V. Ex.^a que, se for interrompido o fluxo de recursos para essas instituições, elas irão necessariamente à falência. Isto quer dizer que o Estado, ou em outras palavras, o povo brasileiro, que paga impostos, está sustentando a sobrevivência, a subsistência dessas universidades ou escolas de 2º grau particulares. Ora, se são carreados recursos ponderáveis para que essas instituições sobrevivam, por que não o Estado assumir desde logo o ensino público e gratuito em todos os níveis? Recordo-me de que, nos primeiros momentos do regime militar, com enorme estardalhaço publicitário foi criado o Mobral, supostamente com a intenção de erradicar o analfabetismo do País. Na verdade, quando o País vivia os primeiros momentos do falso milagre do Sr. Médici, essa entidade foi criada para recrutar mão-de-obra barata e dócil, a fim de sustentar os grandes projetos de desnacionalização da economia brasileira. O Mobral foi uma piada grosseira. Se se pretendia realmente eliminar a nódoa infamante do analfabetismo, por que não se utilizou, como muitos países o fizeram, o Método Paulo Freire, um método audiovisual de politização, de conscientização do analfabeto, de tal forma que ele pudesse não apenas ler, escrever, assinar o seu nome em uma folha de pagamento de salário de fome, mas saber o que se passava ao seu redor, por que era explorado e em que medida o processo educacional, colocado nesses termos, o marginalizava gradativamente das grandes decisões nacionais. Todos os regimes militares são contra a educação, e não foi por outra razão que proliferaram as fábricas de diplomas, inclusive na época em que era Ministro da Educação um conterrâneo meu, o Sr.

Tarso Dutra, que concedeu benesses a grupos econômicos que surgiam aqui a acolá, multiplicando inexplicavelmente escolas de nível superior, sobrepostas a tal ponto que, por exemplo, na minha região, que V. Ex.^a deve conhecer, o noroeste do Rio Grande do Sul, onde as cidades estão distantes 40 quilômetros umas das outras; todas elas possuem Faculdades de Direito ou de Ciências Econômicas, que sobrecregaram o mercado de trabalho, reduzindo as possibilidades profissionais daqueles que saíram dali formados. Não foram só essas questões que colocaram o ensino no Brasil no lugar onde se encontra, à beira do abismo, mas, sobretudo, a comercialização do ensino. Então há que se estabelecer uma diferença entre o ensino tradicional, que tem história — V. Ex.^a lembra o ensino católico, fui aluno da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, e percebi que lá se encontravam, como hoje mais do que nunca, aqueles que não têm recursos, que trabalham para sustentar os seus estudos, como de resto nas escolas de nível secundário — os educandários sem tradição. Nas universidades públicas estão os filhos dos ricos, que freqüentam os melhores colégios do ensino médio e não necessitam de cursinhos pré-vestibulares, ou que podem pagá-los. De modo que, meu caro companheiro, considero ser esta a alternativa de ensino público privado: quem pode não paga, quem não pode paga, ou seja, uma espécie de opção equivocada, pois fere, antes de tudo, o princípio constitucional de isonomia, que diz que todos são iguais perante a lei. Não se pode dar um tratamento discriminatório àqueles poucos que podem pagar, que hoje desfrutam das melhores escolas e acabam se apropriando das vagas do ensino superior nas universidades públicas, e àqueles que constituem a grande maioria. O meu partido prega a tese de que o ensino no Brasil deve ser público e gratuito em todos os níveis. Como V. Ex.^a disse — e todos sabemos — o Estado subvenciona as universidades e as escolas de 2º grau particulares. Se já o faz, e gasta nisto verdadeiras fortunas, às vezes malversadas, às vezes utilizadas para enriquecimento ilícito de alguns que comercializam o ensino e têm fábrica de diplomas, por que não o Estado assumir integralmente esta função? E aí, sim, impor uma educação moderna, horizontal, que não impeça 7, 8 ou 10 milhões de brasileiros em idade escolar de participarem do processo educacional. Diria que concordo em grande parte com as posições que V. Ex.^a assume. Mas gostaria de colocar esta tese porque me parece que esta é a proposta que está ocupando, do ponto de vista ideológico, embora não se pretenda ideologizar o processo educacional, a população brasileira. A própria manifestação das lideranças estudantis secundaristas que se encontram reunidas em Brasília, no 26º Congresso da UBES, é no sentido de pleitear exatamente o ensino público e gratuito em todos os níveis. O dinheiro do povo deve ser revertido em seu benefício e não para o enriquecimento de alguns, salvaguardada, insisto, a longa história de colégios de caráter confessional ou de cunho comunitário, que ainda existem no Brasil. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. ALCENI GUERRA: – Nobre Constituinte Amaury Müller, quando me referia ao quase século de caos na política de ensino no Brasil.

não excluía, em momento algum, o chamado ciclo revolucionário. Incluo esse ciclo no caos geral da educação no Brasil neste último século.

Acho que temos, pelo menos, um pouco de identidade em filosofia partidária. V. Ex.^a afirma que seu partido – o PDT – prega o ensino público gratuito em todos os níveis; o meu também.

Sr. Presidente, estava a abordar, antes do aparte do nobre Constituinte Amaury Müller, o problema da reforma agrária no Brasil. Angustia-me ver que, nos últimos dias, cresce bastante nesta Casa a força contrária a essa medida.

Participei de um encontro sobre o tema, nesta semana, e pude ver que, pelas diferenças regionais existentes entre o Nordeste, Norte e Sul do País, os enfoques sobre reforma agrária são bem diferentes. Percebi que se tenta, a todo custo, dar à reforma agrária um cunho de solução para os problemas de produção no Brasil, e acho, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que esse é um enfoque absolutamente errado. O problema de reforma agrária no Brasil é hoje de ordem social. Talvez pela particularização do problema do meu Estado – o Paraná – que representa 3% do território nacional e produz atualmente 26% da produção de grãos no Brasil, contando com uma estrutura fundiária admirável de propriedades médias e produtivas, eu me encontro abismado em frente àqueles que afirmam ser desnecessária e contra produtiva a reforma agrária.

Passo, quando vou para minha cidade, da capital do meu Estado à região sudoeste do Paraná, por cerca de quarenta acampamentos de pessoas sem terra – e o nome é exatamente este: acampamento dos sem-terra – que são indivíduos que não se diferenciam em nada do matiz étnico, racial e social dos demais que vivem naquela região. A diferença fundamental é que aqueles eram agricultores e perderam a terra em função de inúmeros fatores, inclusive a otimização do módulo rural, ou seja, o tamanho da propriedade, e encontram-se hoje à beira das estradas, procurando um emprego, uma moradia, uma colocação ou uma assistência. Parece-me que ignorar a situação desse contingente social é procurar o abismo, é criar um clima de insatisfação popular que não teremos condição nem de atender nem de conter.

O problema da reforma agrária no Brasil, hoje, Sr. Presidente, não tem a ver com a produção. O País produz 65 milhões de toneladas de grãos. Produzirá 80 milhões, talvez até 100 milhões, com um pouco mais de estímulo do Governo, mas o problema da terra, que é à parte, precisa estar na nossa consciência de Constituintes. Não podemos concluir os trabalhos desta Assembléia sem termos encaminhado uma solução para a reforma agrária. E quando vejo alguns deliberadamente tentarem confundir uma política de desenvolvimento agrícola com uma política de reforma fundiária, que neste momento é uma chaga que precisamos atender, acho que também procuram defender outros interesses. E lembro sempre aos grandes proprietários de terra – tenho amigos latifundiários – que a própria garantia da propriedade no Brasil passa pela solução deste problema atual. Há, só no Estado do Paraná, 500 mil bóias-frias – ou sem-terra – à margem das propriedades, nas estradas. Estamos pois passando um atestado de que a nossa política agrícola e de propriedade é inadequada para o País, neste momento. Se querem os membros da UDR e das demais entidades que lutam pela manutenção da

propriedade rural como está, manter o estatuto da propriedade, para isso é preciso que se preocupem antes com a solução desse problema.

Ouço, com muito prazer, o Constituinte Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Constituinte Alceni Guerra, V. Ex.^a sempre trata com muita seriedade e senso de responsabilidade, que, infelizmente, não se encontra em todos os homens públicos do País, dos problemas nacionais e busca focalizar aqueles mais agudos, que mais afigem e atingem o povo brasileiro. O problema da reforma agrária – e estou plenamente de acordo com V. Ex.^a – precisa ser tratado de frente, de imediato, com a urgência necessária. Não é possível, num país como o nosso, com a nossa dimensão territorial e com terras agricultáveis as melhores do mundo, termos agricultores sem terra em acampamentos à beira das estradas. Veja V. Ex.^a que aqui, na estrada Brasília-Goiânia, encontramos vários acampamentos de sem-terra, com suas famílias, com crianças pequenas, vivendo numa situação extremamente difícil. Estranho muito toda esta situação porque o Governo da Nova República foi constituído sob as esperanças maiores da Nação, com propostas as mais atraentes e as mais alentadoras, e, pelo que sei, apenas assentou 22 mil famílias durante este período.

É um governo que, principalmente pela sua maioria, o PMDB – que continua sendo o partido dos palanques, dos **slogans** – tem falado bastante em reforma agrária. O Presidente José Sarney, pessoa que admiro muito, a quem quero muito bem, meu amigo pessoal de longa data, com quem militei no PDS, saiu a dizer, relativamente a outro assunto, também da maior importância, que era favorável ao salário mínimo equivalente a cem dólares. Fiquei perplexo: um presidente da República, no exercício do mandato, declara-se favorável a uma medida e não a adota. É tão simples, S. Ex.^a que usou o verbo "canetar", em determinada feita, por que não "caneta"? Por que não assina o decreto instituindo um salário mínimo equivalente a cem dólares ou a 15 OTN, como o Partido Democrata Cristão tem proposto? Por que não se resolve o problema da reforma agrária? Dentro da aliança que apóia o Governo há muitos homens sérios, como V. Ex.^a que querem realmente resolver os problemas. Mas por que o Governo não atende a V. Ex.^a? Por que não se coloniza a Amazônia, para oferecer terras aos sem-terra, que ocupando aquela área,

fariam com que o processo civilizatório se estendesse até os limites da Pátria e houvesse avanço das fronteiras agrícolas e econômicas, em geral, eliminando-se assim a violência e a injustiça no campo? Geralmente por causa da injustiça chega-se à violência. Quantos sem-terra aceitam essa situação de ficarem acampados – como os que V. Ex.^a vê em seu Estado e os que vejo aqui perto – e pacificamente passarem fome, miséria, com os filhos submetidos a uma triste condição que afronta a nossa consciência de povo livre? Muitos partem para a violência. Portanto, esta questão precisa ser resolvida. Precisamos colonizar a Amazônia através de um programa que, de imediato, possa assentar ali um milhão de famílias.

Poderemos chegar à Amazônia em curto espaço de tempo, sem saturar aquela área com dez milhões de famílias. O meio rural está nessa situação. O que se vê são os sem-terra, no meio rural,

os sem-teto no meio urbano, com invasões até em quadras nobres de Brasília, e o Governo fica de braços cruzados. O que se faz com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço? Por que o Governo não o usa para financiar a construção de habitações? Por que o Governo não cuida deste País e fica a alimentar as ambições de alguns. Todos são candidatos à Presidência da República, mas não desejam saber de nada; só querem fazer política, nada mais. O Partido Democrático Social solidariza-se com V. Ex.^a, Líder sério que o Paraná nos mandou para honrar este Parlamento e a Constituinte e dar uma das maiores contribuições na elaboração da nova Carta Magna. Espero que V. Ex.^a seja ouvido, para que o Governo promova a reforma agrária em bases cristãs e democráticas.

O SR. ALCENI GUERRA: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Concordo com V. Ex.^a em que implantar uma reforma agrária efetiva é decisão política que cabe inclusive ao ocupante do Palácio do Planalto.

Antes de finalizar, Sr. Presidente, gostaria de refutar dois argumentos contra a reforma agrária, que se fazem muito comuns nos últimos dias. O primeiro, em relação à produção, porque, dizem, criáramos uma estrutura fundiária totalmente inadequada. Talvez até ocorra isto num primeiro momento, porque são necessários muitos recursos para tornar uma propriedade produtiva – e os meios devem ser os que o Governo vai destinar à reforma agrária – mas a médio prazo essas propriedades serão produtivas e estarão incorporadas ao setor de produção do Brasil.

Outro argumento que quero refutar, e ouvi de um líder sindical nesta semana, é o de que seria mais fácil resolver o problema dos acampados, dos bóias-frias, dos sem-terra, se criássemos na cidade uma infra-estrutura de emprego de mão-de-obra na construção civil.

Ora, Sr. Presidente, quem perdeu sua terra e está acampado na beira da estrada só tem uma vocação: a agrícola. Levá-lo para a cidade seria criar um marginal. É no campo que precisamos resolver o seu problema. Se assim custar mais caro, paciência, é um ônus que o povo e o Governo brasileiro devem assumir. O caminho da reforma agrária é o da pacificação do Brasil, que vai trazer benefícios inclusive aos grandes proprietários de terra.

Sr. Presidente, finalizo dizendo que é posição do meu partido, e concordam com isso os companheiros de partido aqui presentes, que se a reforma agrária é uma questão para ser tratada já, até independente da Assembléia Nacional Constituinte, também deve, obrigatoriamente, fazer parte do futuro texto constitucional, pois é tarefa do Governo José Sarney e depende de sua decisão pessoal. (Palmas.)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Ex.^a a palavra pela Liderança do PDC.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, eu me havia inscrito anteriormente para falar como Líder.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Se V. Ex.^a quiser, eu falarei depois.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa consulta o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Com

imenso prazer ouvirei primeiro o Constituinte Amaury Müller e depois falarei. Não sabia que S. Ex.^a havia solicitado a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– S. Ex.^a estava inscrito anteriormente. Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT- RS.

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, a minha intenção é suscitar uma questão de ordem em torno da estrutura de funcionamento das sessões extraordinárias da Assembléia Nacional Constituinte. Estou convencido de que se deve obedecer à mesma dinâmica das sessões ordinárias, isto é, comportar pequenas ou breves comunicações e o espaço reservado à Liderança.

Era esta a questão de ordem que gostaria de levantar quando pedi a palavra tão logo o ilustre Líder Alceni Guerra concluiu seu discurso.

Estou louvando-me no dispositivo regimental que trata especificamente da matéria, ou seja, o art. 34, "Das Sessões em Geral", que diz, no seu § 6º:

"A convocação da sessão extraordinária será comunicada aos Constituintes em sessão ou através de publicação no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* e, quando de caráter urgente, assim considerado pelo Presidente, mediante qualquer outro processo de comunicação, inclusive o sistema de divulgação interna das Casas do Congresso Nacional.

§ 8º Havendo Ordem do Dia, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes, ressalvados" – grifo este trecho – "os períodos reservados à leitura da Ata e do expediente, os destinados a breves comunicações e às comunicações de Liderança, reduzidos pela metade".

Confesso que aqui cheguei às 9h 30min quando estava na tribuna o ilustre Constituinte Osvaldo Bender, e não sei se essa dinâmica foi obedecida ou se havia quorum regimental, inscrições, enfim. Quando pedi a palavra, quis fazê-lo em nome da Liderança do PDT. Suscitada essa questão de ordem e na expectativa de que V. Ex.^a a respondesse, com o maior prazer cederia a vez ao ilustre Líder do PDC Siqueira Campos, para depois, então, em nome da Liderança do PDT, usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Presidência responde à questão de ordem suscitada por V. Ex.^a, nobre Líder Amaury Müller. V. Ex.^a invoca o § 8º do art 34, assim expresso:

"Havendo Ordem do Dia, o tempo de sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes, ressalvados os períodos reservados à leitura da Ata do expediente, os destinados a breves comunicações e às comunicações de Lideranças, reduzidos pela metade."

O § 7º diz:

"No caso de convocação de sessão extraordinária, poderá o Presidente alterar a ho-

ra de início da sessão ordinária, comunicando o fato ao Plenário."

Esta convocação, foi comunicada há quarenta e oito horas por esta Presidência, que marcou sessão extraordinária para os dias de hoje e de amanhã, domingo. Esta reunião teve por objetivo discutir, em primeiro turno, o Projeto de Constituição, e iniciou-se exatamente por uma questão de ordem. Isso, contudo, não embarga o propósito de V. Ex.^a no que diz respeito ao levantamento da questão de ordem, porque o assunto está realmente expresso no Regimento. Se desejar usar da palavra na condição de Líder do PDT, está concedida a palavra a V. Ex.^a.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Suscitei

a questão de ordem, Sr. Presidente, porque, se me inscrever para falar na Ordem do Dia e discutir matéria constitucional, certamente irei prejudicar minha inscrição subsequente. Então, é com essa preocupação que estou levantando o assunto, para que V. Ex.^a me esclareça se posso falar como Líder do PDT e usar do período da Ordem do Dia sem prejuízo de minha inscrição posterior.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Presidência informa a V. Ex.^a que no início desta sessão foi suscitada questão de ordem nesse mesmo sentido, e a Mesa respondeu afirmativamente, ou seja, que a inscrição para discussão nesta sessão não implica, absolutamente, prejuízo da inscrição posterior. Consequentemente, pode V. Ex.^a dispor de uma das duas opções que a Mesa lhe facultou.

O SR. AMAURY MÜLLER: –

Agradeço a V. Ex.^a, bem como ao ilustre Líder Siqueira Campos por sua generosa paciência, a quem defiro prioridade para usar da tribuna, porque eu realmente havia pedido a palavra como Líder e supunha que V. Ex.^a, estivesse entendendo que eu gostaria de falar também como Líder do PDT. Insisto com V. Ex.^a, nobre Constituinte Siqueira Campos, jamais faria essa grosseria – não é típico dos gaúchos, e muito menos do PDT. Faço questão que V. Ex.^a use da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Reconhecendo; assim, o alto gesto de compreensão do nobre Líder Amaury Müller, concedo a palavra ao eminentíssimo Líder Siqueira Campos para que fale pela Liderança do PDC.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador): – Sr.

Presidente, a fidalguia com que sempre atua Amaury Müller, gentil-homem que é, sempre foi reconhecida por todos nós. Agradeço a S. Ex.^a essa deferência para com este seu antigo companheiro. Devo dizer a S. Ex.^a que serei o mais rápido possível, a fim de que possamos todos ouvi-lo com a atenção que sempre merece nas suas costumeiras, permanentes e oportunas intervenções nesta Assembléia Nacional Constituinte e no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão vem procurando conscientizar o nosso povo da necessidade de pressionarmos o Governo, não por questões de mandato, não por questões menores que possam alentar aqueles que têm ambições pessoais, projetos políticos pessoais, mas no sentido de que atue para resolver os grandes problemas nacionais. A questão social neste País chegou a um ponto insuportável e altamente preocupante. Estamos à beira da guerra civil. Es-

tamos numa situação de pré-revolução. Só não vê isso quem não quer, porque a fome, em nosso País, se alastrá. A miséria envolve a todos. Basta dizer que somos um País cujo Governo não tem constrangimento algum em decretar um salário mínimo que não chega a quarenta dólares. Precisamos organizar o País e resolver os problemas do povo. O povo está sofrendo. Há milhões e milhões de desempregados famintos, verdadeiras legiões que rondam, de uma parte para outra deste País, às margens das rodovias federais, das periferias das grandes cidades, das miseráveis invasões urbanas. Outros entregam-se totalmente à violência. Como tem crescido à violência em nosso País! A marginalidade amplia-se de forma assustadora, no campo e na cidade. Os sem-terra se encontram nos nefandos e execrados acampamentos nas beiras das rodovias federais ou nos miseráveis barracos das invasões das grandes cidades brasileiras – inclusive aqui, nas barbas do Presidente da República – e nada se resolve.

Enquanto tudo isso ocorre, o Presidente da República vai à Argentina e faz um belo negócio – um negócio da China para aquele país. O Brasil vai comprar urânio enriquecido da Argentina. O Governo brasileiro já gastou oito bilhões de dólares com o programa de energia nuclear de Angra I e Angra II e até hoje não acendeu uma lâmpada. Enquanto isso acontece, milhões de pessoas estão aí, sem teto, sem terra, sem emprego, famintas, e crianças continuam morrendo mais do que em qualquer parte do mundo. A mortalidade infantil neste País tem um índice tão elevado, Sr. Presidente, que nos envergonha. Não é mais possível tolerar essas coisas. O Presidente José Sarney tem que tomar uma providência séria e imediata para estancar o avanço da fome em nosso País. Temos de erradicar a fome e a miséria, e para isso precisamos promover trabalho e ensejar oferta de empregos. É preciso dar emprego e terra ao povo.

Nós, do Partido Democrata Cristão, propomos ao Governo que organize, com a rapidez necessária, a Amazônia para receber esse contingente de migrantes sem terra e sem teto. Propomos também que o Governo confirme a existência dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Onde está o dinheiro do trabalhador? O Governo não está entregando esse dinheiro para a construção de moradias populares ou de qualquer outro tipo de moradia. Onde está esse dinheiro? O Presidente José Sarney e o Ministro da Fazenda têm o dever de esclarecer este assunto à Nação.

O Partido Democrata Cristão exige explicações do Governo, porque está aí nas barbas do Congresso Nacional, ao alcance dos olhos da Constituinte e do Presidente da República, esses miseráveis casebres, esses barracos das invasões com essa gente sem ter o que comer, porque não tem emprego, não tem assistência social, nada tem.

O Brasil é um país sem governo. O Governo está envolvido na politicalha, não cuida dos nossos assuntos, trata de questões que não são prioritárias, e agora vai fazer um acordo nuclear com a Argentina – depois de o Sr. Geisel já ter entregue oito bilhões de dólares, como fez em seu governo, num programa nuclear com acordo vergonhoso com a Alemanha. Para que fazer duas centrais nucleares que não acendem uma lâmpada? Têm razão os cientistas brasileiros ao recla-

mar dessa situação. Temos de paralisar esse programa. Temos de empregar esses recursos para atender à necessidade de irrigação do Nordeste, de colonização da Amazônia, da construção de casas populares para o povo. É preciso que seja organizada a Amazônia com a rapidez necessária para abrigar esse contingente de desempregados, de miseráveis, de famintos, de desabrigados.

É essa a questão que temos de resolver, e não a do mandato, de eleição direta ou não, porque isso tudo é um engodo. Até que se mude um sistema de governo, esse presidencialismo brasileiro será um engodo, esteja à frente da Presidência da República quem estiver. Depois de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, o Presidente da República tem sido sempre um algoz do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Tem a palavra o Sr. Amaury Müller, para discutir o Projeto de Constituição.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador):

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apesar da verborragia histórica dos grandes proprietários dos latifundiários e de seu braço armado, a UDR, a reforma agrária virá, mesmo que, nos seus parâmetros mais realistas e consentâneos com as necessidades e os direitos do povo brasileiro, ela seja excluída, como vem sendo até aqui, do processo de elaboração constitucional.

A fome há muito invadiu os campos, a de lá, grande parte dos pequenos proprietários, meeiros, parceleiros, pequenos arrendatários, assalariados rurais e essa nova classe que, após o golpe militar de 1964, constitui uma nódoa para nossos foros de Nação civilizada, o bônia-fria, vem sendo sistematicamente, de forma crescente e assustadora, expulsa sob a chibata dos grandes proprietários, dos grupos econômicos e dos banqueiros. As cidades incham e se multiplicam. Aqui e acolá, na fímbria dos centros urbanos, estão os bolsões de pobreza explícita, de miséria e de fome generalizada, onde seres humanos, com igual direito à felicidade, acabam-se perdendo nos desvãos do vício e do crime, impelidos a uma marginalidade inaceitável, quando o homem já percorre o espaço sideral e, no Brasil, desgraçadamente, a terra continua sendo propriedade exclusiva de uns poucos.

O nobre Líder do PFL, Constituinte Alceni Guerra, levantou aqui uma questão que me parece muito importante. Embora o enfoque de S. Ex.^a mereça uma análise mais profunda, o tempo disponível não comporta uma avaliação mais ampla e pormenorizada.

A questão da terra no Brasil é social, mas é também um caso de polícia, ainda mais quando ela é usada para oprimir, para assassinar impunemente aqueles que ousam lutar por um pedaço de chão.

Não concordaria com o ilustre Líder do PDC, Constituinte Siqueira Campos, quando afirma que devemos discutir aqui, no âmago da Assembléia Nacional Constituinte, questões como esta, de importância transcendental, e não questionar os 5 ou 6 anos de mandato — que o Sr. José Sarney pretende impor à convenção do seu partido e à própria Assembléia Nacional Constituinte — e que o presidencialismo não vem ao caso, porque após Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek todos os demais Presidentes foram algozes. Eu até concordo, principalmente quanto aos generais de

plantão, que durante mais de duas décadas se apoderaram das rédias da Nação, fizeram o que bem entenderam, levaram o País ao caos, ao desespero; o povo à angústia e à revolta, e, hoje, como faz o Sr. João Baptista Figueiredo, repito, um general de plantão, se dá ao luxo de acusar a classe política, a exemplo do Sr. Ronaldo Caiado, de fisiológica e corrupta.

Afinal, mesmo que não tenha tradição, mesmo que tenha recebido um mandato de mão beijada, mesmo que o povo tenha sido obrigado a suportá-lo durante o período em que desgovernou este País, de algum modo ele se vinculou à classe política, pois exerceu a vida pública. E quando atira pedra no telhado alheio, certamente se esquece de que o seu telhado também é de vidro e, o que é mais grave, de um vidro rigorosamente frágil e quebradiço.

Mas, Sr. Presidente, quando retomamos a luta que o povo encetou, em 1984, por diretas já, pretendemos com isso demonstrar que o País caminhava rapidamente para uma situação insustentável, quem sabe até para uma convulsão social. Queríamos apenas que alguém, resultado da vontade popular, ungido pelas urnas, pudesse empolgar a bandeira das profundas mudanças que este País está a exigir. E que tivesse suporte popular, pudesse falar em nome do povo, pois resultou da vontade popular. E fomos, não colhidos de surpresa, mas violentados no nosso propósito, pois à época havia aqui um Congresso dócil e comprometido com os poderosos do momento, com os grupos econômicos nacionais e, sobretudo, com os internacionais, que dominavam — e ainda dominam — este País, e ditaram a derrota da emenda constitucional que restabeleceria, à época, as eleições diretas para Presidente da República.

Embora tenhamos participado das tratativas que resultaram na composição de um programa mínimo, à frente do qual se encontrava o Dr. Tancredo Neves, isto não quer dizer que o nosso partido tenha considerado o Colégio Eleitoral um mecanismo legítimo, lícito, moral e constitucional. Essa era a única alternativa que restava para apressar a volta dos militares aos quartéis, de onde nunca deveriam ter saído, e, ao mesmo tempo, dinamizar o processo de transição democrática da Nação brasileira. Todavia, quiseram os maus fados, quis a fatalidade que o Dr. Tancredo Neves sequer fosse empossado na Presidência da República. De repente, no âmago do poder, como um exímio pára-quedista, cai o Sr. José Sarney, que não fez nenhuma força para ser Presidente da República porque não tinha, como não tem até hoje, tradição histórica e de luta para tanto. Veio a reboque, na sombra do Dr. Tancredo Neves. Aqui — e os Anais estão aí para comprovar — ouvi de vários integrantes da bancada do PMDB, que voltaram porque reeleitos, e hoje fazem parte da Assembléia Nacional Constituinte, um voto dado apenas ao Dr. Tancredo Neves, com o repúdio ao seu vice.

Então, mesmo no grande partido, que ainda como oposição estava transitando em direção ao poder, havia insatisfação e descontentamento com a composição Tancredo Neves — José Sarney. E as razões eram óbvias e as mais aceitáveis: afinal, fora o Sr. José Sarney um dos articuladores, neste plenário, da derrota da emenda constitucional das diretas já, seja como presidente do partido que estava no Governo, seja como ho-

mem convicto de que muito melhor que chamar o povo para opinar e decidir era reduzir a uma expressão matemática pouco superior a 600 votos a decisão de eleger um Presidente da República. Quis o caminho oblíquo e tortuoso da minoria, da elite que ainda decide, e não a grande consulta popular. E hoje não tem sentido que S. Ex.^a pretenda dizer à Nação que está abrindo mão de um ano de mandato e que quer permanecer no Poder por cinco anos. Como pretende — aliás, de forma servil — o Sr. Fernando César Mesquita, Ouvidor-Geral e futuro Governador do Território de Fernando de Noronha.

Não falo aqui, quando faço essa crítica, com qualquer sentimento de rancor, com qualquer ressentimento, porque esse cidadão, o Ouvidor-Geral, Fernando César Mesquita, que por sinal é meu amigo fora da atividade política, tenha um dia ousado criticar o Governador Leonel Brizola sem nenhuma base, com argumentos pífios e esfarrapados, até porque, neste plenário, exercendo a Liderança do PDT, demonstre que o meu partido não se nutre de ódios nem de revanchismos; tem os olhos voltados para o futuro, não se contenta com flores e horizontes curtos. E fomos exatamente nós que não impedimos, nem obstruímos a votação daquela matéria que remetia o Território de Fernando de Noronha para a administração civil, retirando-a da órbita militarista. Este gesto, por si só, já é suficiente para demonstrar que havíamos arquivado, no passado, que não volta mais, esses possíveis desentendimentos. Mas não posso concordar que o Sr. Fernando César Mesquita venha aos jornais declarar que nenhum desses políticos que pregam o mandato de 4 anos e que pertencem aos quadros do PMDB, entre os quais, o ilustre Senador Mário Covas, fez, durante a campanha eleitoral, qualquer referência à redução do mandato ou que, quando o Cruzado deu seus frutos — os quais foram decisivos para a eleição da maioria desses mesmos políticos — ninguém se lembrou de pedir os 4 anos. Trata-se, portanto, de engodo.

Ora, não estou aqui com um mandato ou procuração, nem sou preposto do PMDB, mas tenho amigos no PMDB com os quais ocupei a primeira trincheira, as primeiras barricadas nas lutas contra a ditadura militar, aqui, neste Congresso, e fora daqui, nas ruas e nas praças, dizendo que o País vivia sob o tacão de uma ditadura brutal e sangüinária, e expoно não só nossos mandatos, mas a própria segurança dos nossos familiares à sanha de um regime policialesco, que prendia, torturava e assassinava impunemente. Não me recordo de que o Sr. Fernando César Mesquita estivesse conosco nesses momentos, houvesse participado dessas lutas, das quais participaram muitos dos que hoje defendem o mandato de quatro anos para o Sr. José Sarney, a fim de legitimar o poder e chamar o povo, ele próprio a decidir os rumos da sua história, ou houvesse sequer ousado desafiar o regime militar.

Por isso, Sr. Presidente, tomo a liberdade de falar, e me sinto no direito e até no dever de **ilegível** esse tipo de crítica a quem vive da sabujice e rasteja por baixo das mesas os grandes banquetes nacionais, dos quais apenas alguns participam, a colher as migalhas que sobram para, depois, conquistar benesses e chegar a governador da ilha de Fernando de Noronha, numa eleição sem povo e sem votos. Acho que aqueles que sustentam a necessidade de ser completado, já

e agora, pelas mãos do povo, o processo de transição democrática, a fim de que não corramos mais os riscos de tutelas disfarçadas ou ostensivas, fardadas ou não, estão com toda a razão.

O Sr. José Sarney exauriu-se na sua incompetência, nas suas contradições, na sua falta de compromissos com os direitos e os anseios do povo, e nenhum Presidente, nenhum Primeiro-Ministro – e a questão aqui não é de regime de Governo – poderá conduzir o País para o futuro que todos desejamos, sem suporte popular, sem credibilidade, sem poder restabelecer com medidas concretas, voltadas para os interesses do povo, as esperanças e a fé que já abandonam as consciências do povo brasileiro.

Desta forma, parece-me ser de bom propósito, uma justa aspiração, reduzir o mandato de quem ilegitimamente continua no poder e a ele chegou sem fazer nenhuma força, sem um voto sequer, porque o seu nome estava umbilicalmente ligado, naquele momento, naquela passagem do Colégio Eleitoral, ao do Dr. Tancredo Neves.

Mas, Sr. Presidente, a minha intenção não era exatamente esta, era a de aqui retomar a discussão em torno da reforma agrária. Disse, no início do meu pronunciamento, que de nada adiantará à famigerada e fascista UDR colocar 30, 40, 50 100 mil pessoas nas largas avenidas de Brasília para tentar intimidar a Assembléia Nacional Constituinte. Essas demonstrações de força, construídas em cima do dinheiro que falta nos bolsos vazios e rasgados do trabalhador brasileiro, seja da cidade ou do campo, não vai persuadir nem convencer alguém de que a terra deve continuar a ser propriedade de alguns, não pode sofrer limitações e, por isso mesmo, a verdadeira reforma agrária deve ser jogada às calendas gregas.

A terra, Sr. Presidente – está na Bíblia, no Velho Testamento – é de todos. É preciso tomá-la e ocupá-la. Mas para tomá-la e ocupá-la antes de tudo, é necessário um governo popular e democrático capaz de conduzir um verdadeiro projeto de reforma agrária a um ancoradouro seguro. Não posso crer que esses que defendem a limitação da propriedade em cima de uma suposta produtividade concordem em que, entre outras aberrações, num País continental onde a propriedade continua a ser de alguns, uma empresa estrangeira – para não citar muitas outras – seja detentora de um verdadeiro feudo, possua um enclave no coração deste País, esteja destruindo a mata amazônica, prospectando ilegalmente o subsolo e possui quatro milhões e trezentos mil hectares, ou seja, quarenta e três mil quilômetros quadrados, a sétima parte do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Enquanto isto doze milhões de brasileiros com vocação e tradição agrícolas, como foi dito aqui pelo ilustre Constituinte Alceni Guerra, perambulam pelos campos, percorrem os corredores do latifúndio, vegetam à beira das estradas em busca de um pedaço de chão. Ora, Sr. Presidente, a lei e a vida têm limites. A constituição fascista do Estado fascista do Paraguai, que ainda vive sob o tacão de uma das mais longas ditaduras militares de todos os tempos na América Latina, do Sr. Alfredo Stroessner, estabelece limites para a propriedade, adequando-os à segurança nacional, na visão evidentemente militarista de Stroessner, e às peculiaridades e condições do território, do clima, da topografia e do próprio tipo de produção. Se o Paraguai impõe constitucionalmente um limite à propriedade, por que

a Carta Constitucional brasileira terá que se conformar com as pressões da UDR, com o lobby do capital estrangeiro e dos banqueiros, e deixa que a propriedade, tenha o tamanho que tiver, não seja limitada? Este, para mim e para meu partido, é um ponto fundamental. Esta é uma questão de fundo que precisa ser definida no texto constitucional. A um só tempo, impediríamos que o capital estrangeiro colocasse em risco a própria soberania nacional, possuindo enclave no coração do País, e evitariam essa procissão dolorosa de semipárias ou párias que deambulam pelas coxilhas para falar só do meu Rio Grande, na esperança de um dia poder fixar-se à terra, para dela retirar o seu sustento, de sua família e, quem sabe, até a manutenção dos 70 ou 80 milhões de brasileiros que padecem de fome crônica.

Por isso Sr. Presidente, o meu partido defende a tese de que a terra, antes de ter uma função social, deve ter uma obrigação social.

Ao seu detentor, dentro de limites toleráveis incumbe a obrigação de produzir, desde que tenha ao seu alcance os mecanismos de uma política agrícola adequada, ajustada às peculiaridades de cada tipo de produção, de cada região ou de cada microrregião, até porque não poderá haver uma mudança substancial na estrutura fundiária, com acesso à terra aos que terra não têm, se simultaneamente não for detonada uma política agrícola que instrumentalize o novo proprietário da terra para produzir os alimentos que o povo não come. Por isso, longe de ser um instrumento complementar de uma verdadeira política agrária, a política agrícola é a outra face da mesma moeda, da qual a reforma agrária faz parte. Não vejo como se possa mudar esse quadro dramático e brutal que assinala o meio rural brasileiro sem que se detonem, em caráter simultâneo, essas duas políticas, a agrária e a agrícola. Há de chegar o dia em que a inchação, o crescimento desordenado das cidades colocará em risco todos nós. Não haverá política, por mais aperfeiçoada e poderosa que seja, que evitará que o grito da fome seja ouvido em todos os quadrantes do meio urbano, que o protesto da barriga vazia acabe se transformando em uma revolta. Antes que isso aconteça, precisamos dar-nos conta de que, acima de nossas posições ideológicas e da circunstância de pertencermos ao Partido Comunista do Brasil, ou ao Partido Comunista Brasileiro, ou ao Partido dos Trabalhadores, ou ao Partido Socialista Brasileiro, ou a qualquer partido, ao PMDB, ao PDT, ao PDS ao PDC, ao PL e até ao PMB, a História certamente não nos absolverá se agora, quando temos o grave encargo de elaborar um novo texto constitucional, esquecermos que a reforma agrária é medida inadiável, é um caso social, é um caso de polícia, mas não da polícia que aí está a fim de conter os protestos do povo contra um presidente ensandecido, que perdeu de vista sua perspectiva histórica, mas de uma polícia que cumpra seu dever de resguardar os direitos do cidadão e não o espanque, não o brutalize, não o prenda e não o enquadre na Lei de Segurança Nacional.

Para concluir, Sr. Presidente, quem dizer que além desse caráter de obrigação social da limitação da propriedade, na ótica do PDT, no máximo 100 módulos fiscais, o que significaria no Rio Grande do Sul 3 mil ha – e convenhamos que é um enorme latifúndio – além da necessidade da imissão imediata da União na posse do imóvel

desapropriado para fins de reforma agrária, além de tornar insuscetível de penhora propriedades, benfeitorias, máquinas e animais de pequenos proprietários, com área de até 10 módulos fiscais, apresentando apenas a safra como garantia dos financiamentos obtidos junto à rede oficial ou privada, para custeio ou investimento, importa, antes de tudo, não ideologizarmos a reforma agrária. A reforma agrária é uma decisão política; a reforma agrária é uma questão social; a reforma agrária é uma necessidade mais do que premente, mais do que urgente, a reforma agrária devia ter sido feita ontem, e, se não tivermos a coragem de aceitar o desafio lançado a nossa face na semana passada, pela UDR, na visão cínica e debocada de um proprietário rural que, como foi dito aqui pelo nobre Constituinte Maguito Vilela, não planta sequer um pé de alfage, iremos contribuir para convulsões neste País – e a reforma agrária virá, preferivelmente dentro da lei, mas virá também fora da lei.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Tito Costa, para discutir o Projeto de Constituição.

O SR. TITO COSTA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta manhã de sábado, por aqui já passaram dois oradores a falar sobre o polêmico e angustiante tema da reforma agrária. Como Constituinte do PMDB quero dizer, de início, que sou favorável à reforma agrária, à redistribuição da terra àqueles que produzem e que nela trabalham. Ainda recentemente, ocupando esta tribuna, tive o ensejo de lembrar que não adianta essa litania constante a falar dos esfarrapados à margem das estradas, servindo-se deles, quiçá, como instrumento de intenções nem sempre claramente confessáveis. Não adianta essa ladainha se não nos ativermos à idéia de uma reforma agrária acompanhada ou precedida de uma política agrária, de uma política que permita não só àqueles que ainda querem ter terra para produzir, como àqueles que, já a tendo, não têm condições de fazê-la produzir, uma política que permita, com os pés no chão, caminharmos na direção do dia da redenção do Brasil a que se referiu o nobre Constituinte Amaury Müller.

Ainda recentemente, desta tribuna, Sr. Presidente, lembrei que temos notícias de que nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, pequenos e médios proprietários estão hoje vendendo tudo o que têm, inclusive a terra, para pagar suas dívidas e juros aos bancos. Ora, se aqueles que têm terra precisam desfazer-se dela para poder pagar os seus compromissos, o que se dirá daqueles que, não a tendo, estão à espera de uma política que não existe no setor da distribuição de terras? Esta situação deve preocupar, evidentemente, a todos nós, brasileiros, sobretudo, quando temos à frente esse tema polêmico da reforma agrária.

Ainda recentemente, Sr. Presidente, para demonstrar aos Constituintes que aqui estão, para dar um pequeno exemplo de como não temos no Brasil uma política agrária e de que aqueles que produzem não têm condições, às vezes, de vender o seu produto, que fica perecendo à mercê de preços que quase nunca correspondem àqueles que lhes custaram o preparo da terra, a colheita e depois o depósito de sua produção, ficamos

perplexos diante de situações que acontecem permanentemente neste País e para as quais não se volta a atenção dos poderes.

Estive, precisamente no dia 8 do corrente mês de julho, assistindo à instalação ou à inauguração da Bolsa de Mercadorias de Brasília. Ali se colocavam à venda, nesse dia inaugural, 52 mil toneladas de arroz das safras 84-85 e 85-86, arroz acumulado pelo Governo e vindo dos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Pois bem, dessas 52 mil toneladas de arroz postas em leilão nesse dia, aqui no centro do planalto, apenas 1 mil e 900 toneladas foram arrematadas. Isto significa dizer que estamos em face de uma política de mentir em relação à produção nacional, em relação à produção daqueles que estão trabalhando a terra e que não têm sequer condições de mantê-la.

É neste quadro que estamos ouvindo, reiteradamente, a história da reforma agrária e com a qual faço questão de dizer que estou de pleníssimo acordo. Pois bem, o que há de errado nesta questão do estoque de arroz, não vendido aqui em Brasília, e que das safras de 84-85 e 85-86 ainda permanece estocado, longe dos maiores centros consumidores do produto – e o maior centro consumidor do produto, convenhamos, é o Estado de São Paulo? É que o Estado de São Paulo tem uma Bolsa de Cereais que está completando 65 anos de existência e que tem uma estrutura capaz de fazer com que, dos estoques que se façam no Estado – e não há hoje estoques de arroz do Governo, no Estado de São Paulo – se possa alimentar todo o Brasil. Pois bem, essa Bolsa de Cereais de São Paulo, que tem 65 anos de tradição no ramo, clama por uma melhor atenção dos poderes governamentais no que diz respeito à sua atuação no maior centro consumidor deste País, o Estado de São Paulo. E, no entanto, temos lá em São Paulo hoje. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, 800 maquinistas de arroz com máquinas paradas. Portanto, não há emprego, não há trabalho, e é nesse quadro que estamos insistindo de maneira indiscriminada, e talvez até poética, no problema da reforma agrária.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. TITO COSTA: – Ouço, com prazer, V. Ex.^a:

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Nobre Constituinte Tito Costa, fiz parte da Comissão da Organização do Estado e, particularmente, da Subcomissão dos Estados. Fomos visitar Imperatriz no sul do Maranhão, por duas vezes, e lá constatamos que havia um excedente de safra encalhado – o termo é este – nas margens da Belém – Brasília, cerca de 2.000 quilômetros de Brasília – se estiver errado, estou errando por 200 quilômetros. Devem ser 1.800 ou 1.700 quilômetros de Brasília. Imperatriz é uma cidade situada às margens do rio Tocantins, com uma universidade federal, com tudo o que possa exigir uma cidade para dar vida digna ao seu povo. A cidade conta com uma assistência médica bem razoável e educação em níveis até melhores do que a minha região – Santos. Mas o prefeito de Imperatriz e Deputado do PDS pelo Estado do Maranhão – não se trata de problema partidário – mostrou-me as oportunidades de emprego que havia em Imperatriz, onde há – repito – dentistas, médicos e advogados. Fui para minha região –

Santos – onde existem, no mínimo, 1.500 engenheiros desempregados, dentistas, médicos, com salários abaixo de qualquer nível; fui, inclusive, às regiões do interior de São Paulo, onde já estamos tendo uma superpopulação e superprodução agrária, e aconselhei que esse pessoal se dirigisse à Prefeitura de Imperatriz e às lideranças regionais da chamada Grande Imperatriz para se deslocarem para o sul do Maranhão, Nobre Constituinte, sou paulista, nascido em Santos, amo minha terra, mas me orgulharia de morar em Imperatriz. É uma vida digna. Noventa e oito por cento das respostas que recebi foram: imagine se vou confinar no sul do Maranhão, ou no norte de Goiás, ou no Bico do Papagaio – e aí começa as expressões – onde há lutas terríveis, mortes no meio da rua! Quem não conhece Imperatriz pode falar um absurdo desses. É região altamente progressista deste País.

Mas quero complementar o discurso de V. Ex.^a com algumas indagações: será que à beira das rodovias não estão aquelas pessoas que precisam realmente de grande amparo, como vi há pouco no Portal e no Paranapanema e também às margens da rodovia que liga São Paulo a Presidente Prudente? Será que essas pessoas não têm que ir a terra? Será que existe terra neste País? Há uma reforma agrária para ser feita nos moldes desejados, a fim de que, realmente, tenhamos regiões com superprodução desse ou daquele produto agrícola? Ou será que não estão alguns, também, reunindo a miséria em torno de certos núcleos, principalmente que dêem lbope na imprensa, com o objetivo de atingir seus fins? Deixo o julgamento para a História. Mas tenho a impressão, como V. Ex.^a, de que precisamos de uma reforma agrária urgente e imediata, com redistribuição de terras e assistência adequada àqueles que venham possuir terra. Mas se existem homens que são os industriais políticos da reforma agrária – não são todos, mas existem alguns – esses precisam ser detectados.

O SR. TITO COSTA: – Estou de pleno acordo com V. Ex.^a, Constituinte Del Bosco Amaral. Já tive oportunidade de falar aqui mesmo sobre a exploração que se faz em torno dos esfarrapados, sem terra que vivem, à beira das estradas e que, provavelmente, em muitos casos, são apenas massa de manobras para grupos interessados em tumultuar o processo da reforma agrária sem estarem interessados sequer em seu resultado efetivo, concreto e benéfico para o Brasil.

Mas volto à questão da Bolsa de Cereais de São Paulo: Temos, como dizia, no Estado de São Paulo, 800 máquinas de beneficiamento de arroz paradas, porque o arroz que o Governo comprou, das safras de 84-85 e 85-86, está estocado, e fora de São Paulo, o maior centro consumidor deste País. Lamentavelmente, embora seja o maior centro consumidor do País, São Paulo está produzindo, por ano, apenas 170 mil toneladas de arroz; ao contrário do Rio Grande do Sul, que é o maior produtor do Brasil de arroz irrigado, de primeira linha. Este Estado produz atualmente em torno de 13 milhões e 500 mil toneladas de arroz, que é consumido quase todo em São Paulo. Pelo menos dois terços do arroz consumido em São Paulo vêm daquele Estado. Pois bem, quero insistir em que a Bolsa de Cereais de São Paulo, que tem uma estrutura capaz de armazenar e distribuir o produto para ser beneficiado pelas 800 máquinas de arroz ociosas em nosso Estado,

não tem recebido dos Poderes da República o tratamento que efetivamente merece, pelo trabalho patriótico que realiza em favor do consumo de alimentos, sobretudo de grãos.

Sr. Presidente, desta tribuna, nesta manhã de sábado, gostaria de sugerir às autoridades da República e, sobretudo, aos setores do Ministério da Agricultura ligados a essa questão do armazenamento e abastecimento das populações, que atentassem mais para o problema de São Paulo e da sua estrutura, hoje capaz de atender grande parte de nossa população. São Paulo tem hoje, como dizia, uma capacidade ociosa, e está à espera de matérias-prima disposta e pronta para oferecer trabalho a uma legião de pessoas hoje desocupadas e sem condição de prover seu próprio sustento. Quanto ao estocamento do arroz – eu me cinto apenas a este produto – em São Paulo existem grandes armazéns disponíveis, da própria Ceagesp, de propriedade do Governo do Estado, além de Sorocaba, de Carapicuíba, em Sumaré, em Orlândia, mais adiante, e no Largo do Pari, onde existem armazéns da Rede Ferroviária absolutamente vazios e abandonados. Aliás, se fôssemos enfocar aqui a questão da política ferroviária do Brasil precisaríamos consumir tempo enorme, sessões inteiras, para falar do abandono das nossas ferrovias e da vergonha que é hoje, neste País, a questão do transporte ferroviário. Mas apenas lembro, na minha intervenção, desta tribuna, dos armazéns à disposição do estocamento de arroz em São Paulo, absolutamente abandonados, empoeirados, cheios de teias de aranha, à espera de que os utilizem – e isto num país de tantas carências e de tanto desperdício.

Fica, portanto, Sr. Presidente, o apelo de um paulista e, mais do que um paulista, um brasileiro, para que o CFP, Companhia de Financiamento da Produção, volte melhor atenção para São Paulo, para a sua estrutura de distribuição, de armazenamento, de compras, de consumo de cereais, e que possa, assim, estimular ainda mais a produção, o consumo e, sobretudo, ajustar essa questão da produção e do consumo com o problema da reforma agrária. Pois não adianta, insisto e repito, estarmos aqui a falar apenas em reforma agrária, sem uma objetividade maior, sem um compromisso maior que não aquele de, junto com ela e a antecedendo, termos uma política agrária que permita a todos aqueles que produzem, condições para vender bem, estocar bem, e, estocando e vendendo bem, terem condições de subsistência para si e para suas famílias.

De que adiantaria, Sr. Presidente, repartir a terra, entregar uma gleba a quem queira cultivá-la sem dar condições de fazê-la produzir, de mantê-la e – quem sabe? – num dia não muito distante, se a reforma vier nesses termos impensados, juntar-se à legião daqueles de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul, onde o pequeno e médio proprietário, muitos dos quais conheço pessoalmente, estão vendendo hoje tudo que têm, chorosos, lamuriosos, desesperançados, desfazendo-se até do seu pedaço de chão para pagar os juros extorsivos que os bancos estão cobrando. Inclusive o Banco do Brasil, que não faz financiamento agrícola algum para a área rural sem ater-se aos padrões do mercado do momento: juros e correção monetária.

Esses homens, desvalidos, estão abrindo mão do que têm para pagar as suas dívidas. O que

se dirá daqueles que irão, eventualmente, receber terras para cultivar sem ter meios para fazê-lo?

Sr. Presidente, fica, assim, esta manifestação de um brasileiro preocupado com a questão social do Brasil, e que, tendo sido prefeito da cidade de São Bernardo do Campo nos idos mais difíceis do começo de nossa abertura, 1978, 1979, 1980, 1981, naquelas greves dos metalúrgicos e juntamente com tantos outros companheiros do MDB, hoje PMDB, estivemos ao lado do Sindicato dos Metalúrgicos, ao lado dos menos favorecidos, lutando em favor da sua causa. É nesta condição que estou também nesta Assembléia, para lutar pela causa de uma reforma agrária justa e honesta, que não faça do trabalhador desprotegido apenas um instrumento de exploração, e que volte os seus olhos para o Brasil como um todo, para os brasileiros como um só cidadão, e para uma política benéfica para toda a sociedade brasileira, no campo social, econômico e político, porque só assim, sem derramamento de sangue – como já se referiram outros oradores desta tribuna, em outras sessões – e de forma pacífica, como o brasileiro sabe fazer suas revoluções, possamos um dia ter a terra a serviço de todos, produzindo para todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES.

Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Aloysio Chaves – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antoniocularo Mendes Thame – PFL; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Virgílio – PDS; César Maia – PDT; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Darcy Pozza – PDS; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Suruagy – PFL; Edésio Frias – PDT; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Érico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PTB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Gerson Peres – PDS; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Hélio Costa – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Souto – PFL; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; Jonas Pinheiro – PFL; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Egreja – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos PFL; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salo mão – PDT; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mattoz – PFL; Mauro Campos – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS; Nelson Seixas – PDT; Nilso Sguarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Almeida – PL; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Plínio Arruda Sampaio – PT; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaldo Corrêa – PFL; Rubem Medina – PFL; Ruberval Pilotto – PDS; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Simão Sessim – PFL; Telmo Kist – PDS; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vladimir Palmeira – PT; Wilma Maia – PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Encerro a sessão, designando para a extraordinária matutina de amanhã, dia 19, às 9:00h, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Discussão em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

V – Encerra-se a Sessão às 11 horas e 24 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 99

SEGUNDA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 105ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 19 DE JULHO DE 1987.

I - Abertura da sessão.

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

IV - Ordem do Dia

ADYLSON MOTTA, JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS - Discussão do Projeto de Constituição.

TITO COSTA - Pela ordem, sobre falecimento, em Recife, Estado de Pernambuco, do sociólogo Gilberto Freyre.

INOCÊNCIO OLIVEIRA - (Retirado pelo orador para revisão.) - Pela ordem, voto de

pesar, em nome das bancadas do Estado de Pernambuco, pelo falecimento do sociólogo Gilberto Freyre.

PRESIDENTE - Solidariedade da Mesa com os votos de pesar pelo falecimento do sociólogo Gilberto Freyre.

ASDRUBAL BENTES - Inocuidade das decisões a serem adotadas na convenção extraordinária do PMDB. Discussão do Projeto de Constituição.

AMAURY MÜLLER, OSVALDO BENDER - Discussão do Projeto de Constituição.

SIQUEIRA CAMPOS - Solidariedade do PDC com os votos de pesar pelo falecimento do sociólogo Gilberto Freyre. Posição do PDC quanto a decisões autoritárias provavelmente a serem adotadas na convenção do PMDB.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Retirado pelo orador para revisão.) - Discussão do Projeto de Constituição.

VIVALDO BARBOSA - Temas a serem abordados na convenção do PMDB e cuja repercussão atingirá os debates da Assembléia Nacional Constituinte: a fixação do mandato do Presidente da República e a determinação do sistema de Governo para o País.

V - Encerramento

2 - MESA - Relação dos membros.

3 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS - Relação dos membros.

4 - COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO - Relação dos membros.

5 - ATAS DAS COMISSÕES
(As atas encaminhadas até a presente data, serão publicadas em suplemento a este Diário.)

Ata da 105ª Sessão, em 19 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente e Mário Maia, Segundo-Secretário

ÀS 9:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa - PMDB; Acival Gomes - PMDB; Ademir Andrade - PMDB; Adylson Motta - PDS; Affonso Camargo - PMDB; Agassiz Almeida - PMDB; Agripino de Oliveira Lima - PFL; Airton Sandoval - PMDB; Albano Franco - PMDB; Albérico Filho - PMDB; Alceni Guerra - PFL; Aldo - PMDB; Antônio de Jesus - PMDB; Arantes - PC do B; Alexandre Costa

- PFL; Alexandre Puzyna - PMDB; Alfredo Campos - PMDB; Almir Gabriel - PMDB; Aloísio Vasconcelos - PMDB; Aloísio Teixeira - PMDB; Aluízio Bezerra - PMDB; Aluízio Campos - PMDB; Álvaro Antônio - PMDB; Amaury Müller - PDT; Amilcar Moreira - PMDB; Anna Maria Rattes - PMDB; Annibal Barcellos - PFL; Antero de Barros - PMDB; Antônio Britto - PMDB; Antônio Câmara - PMDB; Antonio Farias - PMB; Antonio Gaspar

- PMDB; Antonio Mariz - PMDB; Antonio Perosa - PMDB; Arnaldo Martins - PMDB; Arnaldo Moraes - PMDB; Artur da Távola - PMDB; Asdrubal Bentes - PMDB; Áureo Mello - PMDB; Basílio Villani - PMDB; Benedicto Monteiro - PMDB; Bernardo Cabral - PMDB; Bezerra de Melo - PMDB; Bonifácio de Andrada - PDS; Borges da Silveira - PMDB; Bosco França - PMDB; Brandão Monteiro - PDT; Cardoso Alves - PMDB; Carlos Benevides - PMDB; Carlos Chiarelli -

PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Rodrigues – PMDB; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francíscio Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Viana – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fogaça – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lourenço – PFL; José Maranhão – PMDB; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PMDB; José Richa – PMDB; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyulha – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cesar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tico Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

- A lista de presença registra o comparecimento de 183 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

- Passa-se à leitura do expediente.

Não há expediente a ser lido.

IV – ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

- Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLSÓN MOTTA (PDS – RS.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na sessão de ontem fiz uma abordagem sobre o Capítulo da Administração Pública, dentro do Anteprojeto apresentado pelo Relator Bernardo Cabral, evidentemente como corolário do que se realizou a nível de Subcomissão e de Comissão Temática.

Nas considerações, mostrando os aspectos positivos da proposta apresentada, também teci algumas críticas e prometi, naquela ocasião, que hoje continuaria a minha manifestação apenas para encenar a apreciação sobre esse Capítulo. É o que pretendo fazer, Sr. Presidente.

Entre as inovações constantes da proposta, refiro-me aqui à alteração que houve com respeito à licença-prêmio, quer dizer, o funcionário público, ao atingir 10 anos de serviço, desde que demonstrando assiduidade e zelo no cumprimento de seus deveres, terá direito a seis meses de licença-prêmio, que gozará ou, se for o caso, a transformará em tempo de serviço, com a conversão, em dobro, o que dará um ano para fins de aposentadoria. Pela atual proposta – não sei por sugestão de que Constituinte, e com bastante oportunidade – desdobrou-se esse dispositivo da atual Constituição: em vez de dez anos, o funcionário terá direito, a cada cinco anos de função pública, desde que exercida com zelo, com probidade, a três meses de licença, que poderá gozar ou converter em tempo de serviço em dobro, para fins de aposentadoria, ou poderá receber, se for

o caso, em dinheiro – teria o servidor mais essa opção.

Também, Sr. Presidente, o sistema de gratificações por tempo de serviço, que temos sob a forma de triênios ou quinquênios, que, normalmente, correspondem a 5% do vencimento básico, com as incidências da gratificação de 15, 25 anos de serviço, para quem já os têm, foi transformado numa gratificação anual, que não pode incidir sobre a anterior. Isso aqui, talvez, as pessoas menos afeitas ao exercício da função pública não tenham em conta o que significa, mas dependendo o critério adotado a nível de Estado – já que a Constituição abrange todas as esferas – o funcionário, por exemplo, aos cinco anos, teria direito a 5%; aos dez anos, a 10%, anulando aqueles primeiros cinco; aos quinze anos, um terceiro avanço, 15% do total, mas anularia os de cinco e de dez.

Em alguns Estados do Brasil, aconteceu o caso famoso dos "marajás", em que foram lançados vencimentos realmente escorchantes e até se constituíram em verdadeiros casos de correção. O motivo determinante nada mais foi do que uma interpretação maliciosa desse dispositivo do adicional. O funcionário, aos cinco anos, ganhava 5%, aos dez anos, 10%, e somavam com os 5%, dariam 15%, e assim sucessivamente.

Apenas para dar uma idéia, no sistema correto de não incidência de um adicional sobre o anterior, o máximo a que chega um funcionário com 35 anos, que tenha sete quinquênios, é a 35% sobre o valor de seus vencimentos. Pelo sistema adotado em alguns Estados – o que se convencionou chamar o "repicão" – chega-se a 140% sobre os vencimentos.

Este foi um dos motivos que deram origem a essas distorções que hoje expõem os funcionários a essa execração pública, quando uma pequena casta é privilegiada através de uma interpretação errónea ou maliciosa de um texto legal.

Então, é com bastante oportunidade que, com toda a clareza, é explicitado esse dispositivo, transformando o sistema adicional de tempo de serviço de trienal ou quinquenal em anual.

Outro aspecto que me parece bastante importante se refere à situação dos servidores que hoje estão na Administração Pública e não têm estabilidade, não são efetivados, não têm um vínculo maior e estão numa situação, de certa forma, até irregular.

Sr. Presidente, se alguém deve ser censurado, evidente que não é o funcionário que se encontra nessa situação, e sim quem lhe ensejou essa possibilidade. A própria Constituição deu margem para que isso acontecesse, quando possibilita que se burle a condição – e ontem a ela me referia – para ingresso na função pública, a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos. Hoje proponho que seja apenas concurso público de provas de conhecimento a condição do ingresso.

A Constituição, através da Emenda Constitucional nº 1, que deu origem a essa verdadeira nova Constituição de 1969, põe no texto que a condição para o ingresso na função pública é a realização de concurso público de provas ou de provas de títulos. E mais adiante, põe uma virgulazinha, e diz o seguinte: "Salvo os casos estabelecidos em lei".

Através dessa abertura que se deu no próprio texto constitucional, houve essas contratações em

massa, até, em algumas situações, dando origem a esse inchamento do serviço público. Hoje esses funcionários, alguns deles com 15, 16, 17 anos de serviço prestados ao Estado, vivem a intranquilidade de não ter uma situação definida, e, se forem demitidos não terão, muitos deles, condições sequer de fazer um concurso para ingressar, hoje, no serviço público, até porque alguns já passaram da idade, embora se deva alterar a idade exigida para concurso.

Longe de se constituir num sentido punitivo, a Constituição tem o sentido de ordenar, tem o sentido de regrar uma nova ordem jurídica, e, dentro desse espírito, Sr. Presidente, temos que procurar estabelecer um critério, procurar uma norma constitucional, seguindo a tradição brasileira, para que se resolva a situação desses servidores que hoje se encontram sob o aspecto da instabilidade. Jamais iria propor alguma coisa que se constituísse num privilégio, alguma coisa que ferisse a moral administrativa e constituísse um precedente.

Faço uma referência, aqui, à Constituição de 1934, no art 169, quando diz:

"Os funcionários públicos, depois de dois anos" – aliás, esta exigência hoje está também no Anteprojeto constitucional, que é o conhecido estágio probatório – "quando nomeados em virtude de concursos de prova e, em geral, depois de dez anos de efetivo exercício" – neste caso, em geral, não depende de ingresso por concurso – "só poderão ser destituídos em virtude de sentença judiciária, ou mediante processo administrativo regulados por lei, e no qual lhes será assegurada a plena defesa."

Diz o parágrafo:

"Os funcionários que contarem menos de 10 anos de serviço não poderão ser destituídos de seus cargos senão por justa causa e por motivo de interesse público."

Embora sem usar aqui a expressão técnica da estabilidade, é exatamente isto que propõe o texto constitucional de 1934.

Vejamos o que diz a Constituição da ditadura getulista, de 1937, a famigerada "Polaca", no seu art. 156, letra c:

"Os funcionários públicos, depois de 2 anos, quando nomeados em virtude de concurso de provas, e em todos os casos" – quer dizer, independentemente de concurso de provas – "depois de 10 anos de exercício, só poderão ser exonerados em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo em que sejam ouvidos e possam defender-se."

Vamos à Constituição de 1946, Dos Funcionários Públicos. Títulos VIII, art. 188, incisos I e II:

"I – São estáveis, depois de 2 anos de exercício, os funcionários efetivos, nomeados por concurso; II – depois de cinco anos de exercício, os funcionários efetivos nomeados sem concurso."

A Constituição de 1967, no seu art 99, também seguiu a tradição, e estabelece:

"São estáveis, após dois anos, os funcionários quando nomeados por concurso."

§ 1º Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade como funcionário se não prestar concurso."

Aqui nega essa possibilidade, porém, mais adiante, na mesma Constituição, nas Disposições Gerais, no art. 177, § 2º, diz:

"São estáveis os atuais servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da Administração centralizada ou autárquica que, à data da promulgação desta Constituição, contem pelo menos, 5 anos de serviço."

Então Sr. Presidente, as Constituições de 1934, de 1937, de 1946 e a de 1967, todas se preocuparam em regularizar a situação desses funcionários que, como hoje, estavam prestando serviços à Administração Pública e não tiveram oportunidade de prestar um concurso regularizando a sua situação.

Baseado nesse antecedente, nessa tradição constitucional brasileira, sensível ao problema criado hoje no nosso País, através da não realização de concursos, como deveria ter sido feito nas ocasiões oportunas, sem qualquer constrangimento, mas imbuído de um espírito de justiça, vou apresentar uma emenda para que todos os funcionários da União, dos Estados e Municípios da Administração direta ou autárquica, que na ocasião da promulgação da Constituição, contem com 5 anos de serviço, sejam estabilizados.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – V. Ex.^a me permite um aparte, nobre Constituinte Adylson Motta?

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Com muito prazer, nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Nobre Constituinte Adylson Motta, V. Ex.^a trata hoje, em continuação ao seu brilhante discurso de ontem, quando fez uma análise profunda da situação do funcionário público, melhor dizendo, do servidor público, mostrando os avanços e as falhas deste projeto constitucional, trata V. Ex.^a de um dos assuntos mais importantes: a estabilidade. Realmente, nobre Constituinte, as opiniões são divergentes. Ainda há pouco dias, assisti pela televisão ao Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, São Paulo, dizer que a estabilidade era prejudicial ao trabalhador, isso porque se nos períodos de bonança, o trabalhador podia dispor de sua força de trabalho para concorrer a um mercado de trabalho muito melhor, e procurar uma remuneração mais adequada ao seu trabalho, e nos períodos de crises a estabilidade não protegia esse trabalhador, eram importantes dispositivos outros que protegessem a força de trabalho. No entanto, estou com V. Ex.^a, a instabilidade no trabalho é prejudicial ao trabalhador, dentro de certos limites. Critico esse projeto constitucional pelo seu irrerealismo, principalmente quando propõe, após o estágio probatório de três meses, a estabilidade. V. Ex.^a bem frisou que nas Constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967, já o servidor público por concurso, em algumas delas, tinha direito à estabilidade após dois anos, e os não concursados após 5 anos, creio. Esta emenda que V. Ex.^a apresenta e vai propor ao projeto de Constituição, é justa e poderá resolver esse grave problema depois de cinco anos de trabalho, quando da promulgação da nossa Constituição, considerar-se estável o servidor público, após esse período, é medida justa e atende

aos interesses do nosso País. No entanto, o que se critica é a grande divisão, a grande diferenciação de tratamento entre o serviço público e o serviço privado. Não é possível numa mesma Constituição se tratar os iguais desigualmente, porque injusto. Também tenho uma emenda. Neste sentido, proponho que, após dois anos, de acordo com o que pressupõe a Constituição em vigor para o servidor público, seja também feito para o setor privado e, em assim sendo, estamos acordos. Concordo mais uma vez com V. Ex.^a e parabenizo o povo gaúcho por tê-lo mandado aqui, porque V. Ex.^a tem demonstrado, com seu trabalho, o acerto da escolha do povo do seu Estado e, mais do que isto, tem trazido uma grande contribuição aos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Agradeço ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira o aparte e as suas referências elogiosas, as quais credito à nossa amizade, e digo que essa admiração é recíproca.

Sr. Presidente, prosseguindo no tema, estou oferecendo essa emenda à Constituição porque tenho esperança de que a nova Carta Magna será duradoura, aliás, todas as vezes que se faz uma Constituição se tem, pelo menos, esta ilusão. O sentido dela é ordenar a sociedade, é criar uma nova ordem, especialmente na função pública. E daqui para a frente, Sr. Presidente, que haja um rigor maior no ingresso de pessoas na função pública e que, realmente, o dispositivo constitucional da exigência de concurso para ingresso seja obedecido; que só exista um tipo de servidor, que seja uniformizado o seu regime jurídico definitivamente. Evidentemente, teremos que, dentro desse texto, encontrar uma solução para a contratação de serviços ocasionais, porque, se exigirmos concurso para um trabalho braçal temporário, seria um exagero. Então, terá que haver um dispositivo que remeta à lei ordinária a forma de regulamentar ou de regular a contratação de pessoal para exercício de tarefas temporárias.

Outro aspecto que me parece importante, e que existe no Anteprojeto, é sobre a aposentadoria voluntária. Aqui se estabelece que a partir dos 10 anos, a qualquer momento, desde que requerido pelo servidor, ele poderá aposentar-se voluntariamente com vencimentos proporcionais. Concordo com a idéia, mas é um exagero, Sr. Presidente, com 10 anos apenas, um funcionário optar por uma aposentadoria temporária, o que irá nos transformar num segundo Uruguai – o país dos jubilados! Já existe um percentual muito grande de aposentados aqui no nosso País. Se agora possilitarmos com apenas 10 anos alguém se aposentar, estaremos partindo para a irresponsabilidade. No mínimo uns 2/3 ou 4/5 do tempo de serviço exigido na aposentadoria integral seria uma proposta razoável, e é neste sentido que pretendo apresentar uma sugestão, uma emenda constitucional.

Outro aspecto que deve ser frisado, porque não sei até que ponto a nova Constituição vai obedecer ao direito adquirido – aqueles princípios consagrados do direito adquirido, a coisa julgada, o ato jurídico perfeito – é o referente às aposentadorias especiais. Se reconhecido o direito adquirido, eu não teria preocupações maiores, mas, na dúvida, temos que ter uma cautela muito grande com relação às aposentadorias, em função de serviços que tenham características especiais.

Vou exemplificar com o caso da Polícia. Em todos os países do Mundo, pela alta periculosidade que cerca o exercício da atividade policial, a lei contempla ou até privilegia o policial com um tempo mais reduzido para a sua aposentadoria. Evidente que, se não pusermos alguma ressalva no texto sobre as aposentadorias especiais, estaremos cassando um direito que já foi adquirido por grandes parcelas e estaremos cometendo uma injustiça com aqueles que ainda estão exercendo e virão a exercer atividades que não têm lá grandes atrativos, até pelos riscos que oferecem, se não se der uma compensação, como seria o caso, de uma aposentadoria em termos privilegiados. Assim, é um aspecto que deve ser considerado.

Vou apresentar emenda neste sentido, e já tenho pronta, com relação à Polícia, apenas dando segurança que continuem, nos termos em que têm hoje, as suas conquistas com relação à aposentadoria.

Sobre o § 2º do art. 88, me parece não cabe neste texto aqui:

"São equivalentes os critérios de valores para aposentadoria e reforma do serviço público civil e militar."

É muito difícil igualar coisas desiguais. O critério de justiça é tratar desigualmente os desiguais. Observa-se certa ânsia, e até uma espécie de revanchismo contra as Forças Armadas. Não estou aqui para defender as Forças Armadas, acho que elas têm que ficar dentro das suas tarefas específicas, constitucionais, agora, isso é querer praticamente puni-las. E parece-me que aqui haverá prejuízo para ambos os lados.

Como iremos estabelecer um critério de igualdade entre um militar e um civil se a natureza do serviço é diferente, se eles são organizados em um tipo de hierarquia diferente? Não vejo como estabelecer essa igualdade, essa equivalência. Acredito que se deva estabelecer igualdade de percentuais por ocasião dos aumentos de vencimentos e de soldo. Então, aí se poderá estabelecer, dentro de um critério genérico, uma igualdade de percentuais.

Agora, estabelecer igualdade de critérios, um é reformado, o outro é aposentado, já começa por aí. E há uma série de outras peculiaridades do exercício de uma ou de outra função. Vou propor a supressão desse artigo.

Sr. Presidente, vou apresentar uma emenda que trata do funcionário que é eleito, principalmente no que se refere ao vereador, restabelecendo o que existe, hoje, na Constituição.

"Art. 104. O servidor público federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, exercerá o mandato eleito obedecidas as disposições deste artigo.

§ 1º Em se tratando de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

§ 2º

§ 3º Investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus. Não havendo compatibilidade, aplicar-se-á a norma prevista no § 1º deste artigo."

É o caso do vereador que tem duas ou três sessões por mês, tendo todas as possibili-

dades de continuar exercendo o cargo de provimento efetivo que detém na administração pública.

Quanto aos militares, estou apresentando uma emenda – parece-me que o artigo teve seu número modificado – que, pelo Anteprojeto anterior da Comissão de Sistematização, se referia à alteração dos §§ 3º e 4º do art. 94. É o seguinte o teor da proposta:

"§ 3º O militar da ativa que aceitar cargo público temporário não-eletivo, inclusive da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antiguidade, enquanto permanecer nessa situação, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva. Depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido para a inatividade.

§ 4º Enquanto perceber remuneração do cargo a que se refere o parágrafo anterior, o militar da ativa não terá direito aos vencimentos e vantagens do seu posto, assegurada a opção."

Estou encaminhando também, duas emendas sobre a Polícia Civil. Diz a primeira:

"As Polícias Civis" – e agora tenho que refazer o número dos artigos – "serão instituições permanentes, organizadas por lei, dirigidas por delegados de carreira, destinadas, ressalvada a competência da União, a proceder, privativamente, apuração de infrações penais, a repressão criminal e a auxiliar a função jurisdicional na aplicação do Direito Penal comum, exercendo os poderes de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa, nos limites de suas circunscrições, sob a autoridade dos governadores dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal."

A outra proposta dispõe sobre a carreira de delegado de polícia, que será privativa de bacharéis em Direito, seus deveres específicos, e estabelece normas gerais relativa à organização estrutural e funcional. Define ainda a emenda:

"Os integrantes da Polícia Civil serão aposentados com os vencimentos integrais, compulsoriamente, por invalidez ou aos 65 anos de idade e voluntariamente aos 30 anos de serviço, desde que contem 20 anos de efetivo serviço policial."

Sr. Presidente, sei que há anos oradores que pretendem ocupar a tribuna para defender aqui as suas propostas. Concluo, pois, uma apreciação que faço sobre um Capítulo que considero de boa qualidade – e, até me constrange dizer, tive participação na elaboração desse texto e encontrei uma grande sensibilidade por parte do Relator Almir Gabriel e quero fazer justiça. Quando discutimos as propostas, S. Ex.^a foi sensível, acatou algumas emendas que apresentei. Esta é uma proposta que moderniza, que moraliza, que ordena, que faz justiça à classe dos servidores públicos, e estão a merecer. Se não foi exigido do funcionário, se dele não foi exigido mais, a culpa é mais de quem o comandava do que dele. O problema da função pública é muito de estrutura, é organizacional, é falta de chefia, as falhas são de outros gêneros. Se o funcionário chamado a prestar o seu serviço não cumpri-lo, existem mecanismos

capazes de corrigir a situação, inclusive com a demissão.

Neste sentido, deixo aqui a minha palavra, a minha posição, as minhas colocações é o meu compromisso com a classe dos servidores públicos brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Mendonça de Moraes, para discutir.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Servidores da Casa:

Continuando a análise que venho fazendo do Projeto de Constituição que nos foi encaminhado, comentarei, nesta manhã, alguns dispositivos relativos à Política Agrícola, à Justiça Agrária e à Política Fundiária e Agrária do nosso País.

O Projeto, no seu art 211, fala na criação de uma Justiça Agrária. O artigo, como está redigido, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, entendo que vamos criar mais um Departamento de Justiça a nível federal, que poderíamos resolver de maneira sintética e objetiva, atendendo à imensidão do tamanho do nosso Território Nacional.

Sugiro ao Sr. Relator e aos Srs. Constituintes, analisemos a possibilidade de colocar, em lugar de Justiça Agrária, a criação de Vara Agrária em cada Comarca, onde for necessário, ou em cada Circunscrição Regional. A Vara Agrária existiria como existem as Varas de Família, do Menor, a Vara Penal, Cível, Trabalhista. Seria uma modalidade mais simplificada, mais objetiva com autonomia própria, mas dentro da estrutura judiciária dos Estados. Seria uma amplitude ou ampliação da força da Justiça e dos Tribunais estaduais.

Vejo vantagens, porque vamos aproveitar uma organização já existente, isto é, as Comarcas no interior do nosso País. Sabemos que Justiça Agrária, principalmente no aspecto da Reforma Agrária que se deseja implantar no País, é mais voltada para o interior do que para as capitais e as grandes cidades. Então, é levar o Poder Judiciário para próximo das partes que dele venham a necessitar.

Esta modificação seria bastante racional e traria, certamente, vantagens na prática do Poder Judiciário para dirimir as questões oriundas da política agrária.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: —

Permita V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: — Pois não, nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: — Meu caro Constituinte José Mendonça de Moraes, estou muito à vontade nesta hora, porque fui um daqueles que apresentou uma emenda, criando a Justiça Agrária No entanto, pela exposição de V. Ex.^a e pelo que tenho lido, realmente estou evoluindo para a criação de uma Vara Agrária. Assim faço porque seria desburocratizar mais a nossa Justiça. Por um princípio muito simples: a criação de uma Justiça Agrária demandaria tempo e muito mais recursos em um país que já vive com graves problemas econômicos. A proposta de V. Ex.^a é válida, em primeiro lugar porque chega lá no mais distante município do país onde existe um Juizado e criar-se-ia, nesse mesmo Juizado, uma Vara Agrária responsável para solucionar os graves problemas de reforma agrária em nosso País. Por-

tanto, congratulo-me com V. Ex.^a e, nesta hora deixo consubstanciado na Assembléa Nacional Constituinte que evoluo de uma emenda que também apresentei, como outros, criando uma Justiça Agrária para incorporar-me a V. Ex.^a nesta luta para a criação de uma Vara Agrária na Justiça brasileira.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: —

Agradeço ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira pelo seu aparte e sua colaboração e pelo apoio que vem dar a esta tese, que não é só minha, mas também do consenso daqueles que estão acostumados a trabalhar com a Justiça como eu, nos meus 30 anos de vida profissional.

Sabemos que a Justiça deve ser rápida e barata. No Brasil, ela é longa e muito dissidiosa.

Os argumentos levantados por S. Ex.^a no aparte, que enriquece a minha modesta colocação, são de suma importância. Teremos economia de tempo, de custas, de pessoal e de montagem de uma nova estrutura para a Justiça Agrária que se deseja implantar no País.

A Vara Agrária vai aproveitar o arcabouço existente em cada Comarca, onde se fizer necessária a sua implantação, na Justiça ali já implantada.

Deixo esta colaboração para a Assembléa Nacional Constituinte e o farei através de uma emenda que irei apresentar, para que o Sr. Relator dela tome conhecimento e, quem sabe, venha a louvar-se nela e melhorar, assim, a textura do desejo nacional de ter uma Justiça específica para dirimir os problemas relativos à ordem agrária.

Outra questão que comentarei aqui, hoje, refere-se aos arts. 317 a 326 do Projeto de Constituição — da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária.

Venho, com muita tranquilidade e muita calma, dizer que é necessário avancemos mais com referência ao uso do solo rural brasileiro; é necessário avancemos mais na abertura constitucional, para que mais pessoas tenham condições de se tornar proprietários rurais e que mais pessoas venham a contribuir, com seu trabalho, lavrando a terra explorando tecnicamente a terra, na produção de alimentos.

Sabemos que o mundo hoje está abarrotado de reservas de alimento, principalmente a Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos. Sabemos que há um grande avanço na Índia, na China, Malásia, em alguns países africanos, principalmente asiáticos para a produção de alimentos.

Quando vemos, ouvimos e tomamos conhecimento de notícias dando informações da fome grassando na África, nos países negros, ficamos analisando por que, ao tempo das colônias naqueles países, antes das libertações, não havia tanta fome, não havia tanta miséria. É porque a inteligência do colonizador, principalmente do português, fazia com que se trabalhasse e se explorasse a terra. Com o avanço de sistemas políticos nesses países, mais tendenciosos para o Socialismo, e com as reformas agrárias implantadas ali, de uma maneira não racional, mas, talvez, devolvendo ao Estado a posse e a propriedade dos imóveis rurais, tirando tanto a posse quanto a propriedade da iniciativa privada, do domínio privado, houve uma redução tremenda na produção de alimentos. Hoje, temos uma Etiópia morrendo de fome, temos Moçambique, onde seus habitantes morem de fome, temos uma Biafra, e tudo isso de pouco

tempo para cá. É uma análise que faço friamente, pensando, refletindo e olhando a informação de grandes pesquisadores das causas da fome nos países africanos.

É necessário não venhamos a cair na mesma situação com medidas apressadas que, com a faina de trazer melhor justiça ao meio rural, podem trazer uma grande injustiça para a mesa daqueles que moram na cidade e que não vão trabalhar no campo para a produção de alimentos. Sabemos que o Brasil, hoje, tem de 75 a 80% do seu povo morando nas cidades, povo esse que nem sempre volta à zona rural para produzir alimentos, e não podemos continuar no vexame, na vergonha de ter que importar alimentos os mais simples possíveis do mundo externo às nossas fronteiras, com corrupções e mais corrupções, com negociatas que afrontam os brios nacionais.

Temos condições plenas de, com o uso adequado do solo, dando-lhe a sua função social, temos condições de produzir muito alimento, para que haja uma distribuição justa e racional — e, aí sim, entrando o poder estatal —, para que não tenhamos brasileiros morrendo de fome, como sabemos que existem pessoas hoje, principalmente na África e em alguns países da América do Sul.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS: — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AMAURY MÜLLER: — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: — Gostaria, primeiro, de conceder o aparte ao Constituinte Antônio de Jesus, depois ouvirei V. Ex.^a

O SR. ANTÔNIO DE JESUS: — Nobre Constituinte José Mendonça de Moraes, temos acompanhado atentamente a interpretação e o ponto de vista analítico de V. Ex.^a diante do projeto ora analisado. V. Ex.^a aborda, aqui, um dos assuntos de grande importância, porque sou daqueles que crêem que a vida política, a fundiária ou agrícola, bem como a ordem econômica e social, também fazem parte da vida de um país, e devem ser estabelecidas pela Constituinte e corporificadas na Constituição. Observo a preocupação de V. Ex.^a e noto que procura minimizar assunto tão polêmico, tão dificultado, aspirado por tantos e cobiçado por outros, porém assunto que tem promovido muita discussão, e devemos procurar um ponto que seja sensato, justo, respeitoso e propicie o desenvolvimento necessário, a fim de que seja colocado em prática. E o assunto que V. Ex.^a aborda, concernente à criação da Justiça Agrária, fundamentado no art. 211, propondo a criação da vara agrária, trará vantagens. Por quê? Porque vai aproximar as partes interessadas ou necessitadas, para que tenham solução mais rápida, menos burocratizada, mais funcional. V. Ex.^a tem mostrado que o que tem dificultado, muitas vezes é uma Justiça demorada, dispendiosa... Por isso, nesta hora, a análise em apreço vem propiciar a muitos aquilo de que estão carecendo. Estou de acordo com V. Ex.^a e continuo com a minha admiração ao talento que lhe é peculiar e que pode bem analisar para justificar sua assertiva, colocando até como contingência a situação em que vivem hoje os países africanos, principalmente aqueles que pensaram — e, quem sabe, até

ilusoriamente – que, saindo de uma dependência, de um regime ou de uma orientação que lhes poderia promover certa produção dentro da terra, vieram a cair em erro, trazendo sérios danos e prejuízos para aquelas nações.– Espero que o mesmo não venha a ocorrer com o Brasil.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: – Agradeço ao nobre Constituinte Antônio de Jesus pela intervenção.

Quando crítico a situação de fome por que hoje passa a população africana, não quem, de forma nenhuma, como poderia ter ficado no ar, defender o sistema de colonização. Desejo, realmente, haja independência dos países, mas uma independência inteligente, aproveitando o avanço e o desenvolvimento que os colonizadores lhes deixaram no momento; que haja independência política, mas haja, por outro lado, continuidade no desenvolvimento racional do trabalho, haja o desenvolvimento das técnicas que vêm, na certa, melhorar o estado de vida de cada cidadão.

A preocupação que V. Ex.^a também manifesta no seu.aparte é comum a mim, porque tenho, tanto quanto V. Ex.^a, princípios rígidos na minha vida, que vêm da vida evangélica, da vida cristã, da vida da minha Igreja Católica, Apostólica e Romana, voltada para a vivência do Evangelho na prática. Interessa-nos que a Justiça seja implantada em nosso País, como em todo o Mundo, como na África, pelo uso do solo, pelo uso da terra que é de todos e não só de alguns, mas que nela não haja balbúrdia e que no trabalho haja ordem, para que haja progresso. Por isso, venho colocando meus pontos de vista nestas reflexões.

Agora, ouvirei, com muito prazer, o Constituinte Amaury Müller, por quem tenho grande admiração, pela sua presença, pelo seu espírito combativo, e, principalmente, pelo seu critério de bom senso, sempre manifestado nas grandes disputas que nós dois temos mantido, tanto numa Comissão quanto na outra. Ouço V. Ex.^a com prazer.

O SR. AMAURY MULLER: – Muito obrigado, Ex.^a. A reciproca é verdadeira, embora, como V. Ex.^a frisa, tenhamos divergências quanto aos métodos, aos mecanismos que devem ser acionados, seja pelo texto constitucional, seja pela legislação ordinária, para que vejamos, afinal, concretizado o grande sonho do povo brasileiro, a construção de uma nação que corresponda aos direitos e aos anseios de cada um, de todos nós, e que não exiba esse perfil tão cruel, tão brutal, que não é tão diferente de Biafra, de Moçambique, porque também aqui a fome grassa, a fome dizima populações inteiras e submete, sobretudo, a um futuro negro, melancólico, grande parte da nossa população, exatamente porque não há uma política agrária, não há uma política agrícola, e estamos tentando construí-las e costurá-las. Ex.^a eu não me louvaria no exemplo de Moçambique para assinalar a gravidade econômico-social que determinados países enfrentam. Moçambique fez a sua independência, livrou-se dos colonialistas e vem sofrendo uma sistemática agressão de um país neocolonialista, a África do Sul. Enfrenta, também um processo contrarrevolucionário, patrocinado por grupos econômicos interessados em perpetuar o colonialismo. De modo que um país que está tentando construir a sua revolução à feição do seu povo e enfrenta essas dificuldades, obviamente terá também enormes percalços para

construir uma agricultura sólida e proporcionar alimentos ao seu povo. Vamo-nos fixar no Brasil. Gostaria de indagar de V. Ex.^a se o texto que consta do Anteprojeto da Comissão de Sistematização, o que veio das Subcomissões e das Comissões temáticas, que diz respeito à Política Agrícola Fundiária e da Reforma Agrária, no seu art. 317, corresponderia àquilo que nós, brasileiros, necessitamos para livrar o nosso povo do espectro da fome. O parágrafo único do art. 317 diz textualmente:

"A função social é cumprida quando o imóvel:
a) é ou está em curso de ser
racionalmente aproveitado."

Não consigo entender aonde o legislador quis chegar com esta expressão: "Está em curso de ser". Para qualquer entendedor, segundo a sua observação subjetiva, esta expressão pode significar que o imóvel exerce uma função social quando está em curso de ser rationalmente aproveitado, isto depois do 3º milênio. Não sei se o nosso povo agüentará até lá. Por isso, gostaria de discutir com V. Ex.^a este tipo de colocação que é feita num texto constitucional, que poderá ou não prevalecer. Espero não prevaleça, porque fere o bom senso, fere o direito que as populações urbanizadas hoje têm, mas que fluíram do meio rural, e de lá foram expulsas, de retirar da terra o seu sustento, o sustento de suas famílias, e hoje, são 70 a 80 milhões de brasileiros que passam fome. Não sei se V. Ex.^a concorda, mas o bom senso está a indicar que se dar à terra um caráter de função social com esta expressão "está em curso de ser" parece jogar para as calendás gregas, para um futuro muito distante essa perspectiva, transformando esse imóvel num imóvel produtivo, portanto, não sendo objeto de desapropriação social para fins da reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Informo a V. Ex.^a que o seu tempo está esgotado.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: – Vou concluir, Sr. Presidente. Nobre Constituinte Amaury Müller, a minha proposta visa exatamente manter o **caput** do art. 317, acrescentando a expressão "regulado em lei". No meu entender, ficaria da seguinte maneira a redação do art.317.

"O uso do imóvel rural deve cumprir a sua função social, regulado em lei"

Sugiro ainda a supressão dos arts. 318 e 319, porque entendo ser matéria de lei ordinária. Não devem ficar dentro da Constituição regras menores ou de execução. e, sim, a informação substantiva da definição da matéria. Preservo os arts. 320 e 321, desejo suprimir os arts. 322, .323 e 324, e preservo os arts. 325 e 326:

A preocupação daqueles que defenderam a inclusão desta expressão "ou está em curso de ser" é exatamente para os projetos agrícolas de plantios permanentes, que ainda não estão produzindo, mas já começam a ser explorados. Não seria necessário, é uma precaução muito exagerada, porque, quando desmato uma terra e nela planto, por exemplo, um cacauero que vai produzir daqui a 4,5 ou 6 anos, essa terra já está respondendo à sua função social, que não é a produção ,imediata, mas já é o plantio, que também é função social.

Por exemplo, há na Alemanha uma Floresta Negra que foi plantada há duzentos e tantos anos e que visa à função social: a preservação da oxigenação, a produção de madeiras nobres. Portanto, não pode ser cortada, pode-se fazer lá o corte seletivo. No Brasil também a terra tem função social quando preserva, por exemplo, a Floresta Amazônica. A preservação, permanência, do **status quo**, é importante para a natureza, porque é função das nossas florestas, dos nossos cursos d'água existirem não para que sejam explorados na sua totalidade, porque acabariam, e, sim, para que haja uma renovação de oxigenação, de água, de madeira.

Enfim, a minha proposta, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é mais de enxugamento do texto constitucional.

Fiz um pronunciamento, anteontem, analisando este Projeto e comparando-o com outras Constituições a que tive oportunidade de me referir. Verifiquei que o Projeto é exaustivo no número de artigos, no tamanho dos seus artigos, nos seus itens, subitens, parágrafos e letras. um absurdo colocarmos quase um dicionário de legislação dentro da Constituição.

Nesses dois textos que trouxe, hoje, à reflexão de todos nós, entendo que, se fizermos um enxugamento, não vamos macular a definição do que seja Política Agrícola – e defendo a existência de uma Política Agrícola para o Brasil – não vamos macular o uso fundiário do solo, e vamos também criar condições para uma reforma agrária, cristã, respeitadora das áreas produtivas, mas que venha também permitir que mais pessoas sejam proprietárias, porque a terra é de todos e não apenas de alguns privilegiados. (Muito bem! Palmas.)

O SR. TITO COSTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Tito Costa.

O SR. TITO COSTA (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É preciso que esta Assembléia Nacional Constituinte registre, com muito pesar, um fato que abalou a Nação brasileira, o falecimento, em Recife, ontem, dia 18 de julho de 1987, sábado, de Gilberto Freyre, esse grande brasileiro que orgulha a todos nós. Poderia parecer estranho que um homem de São Paulo esteja aqui a registrar este acontecimento, quando, na verdade, poder-se-ia pensar também que a tarefa caberia, ou deveria caber, a alguém de Pernambuco, mais especificamente, de Recife. Puro engano, Sr. Presidente, porque Gilberto Freyre é um homem do Brasil e do mundo. Sua obra, como ele próprio reclamava, quando ainda vivo, não havia sido objeto de estudo em qualquer universidade brasileira, mas tinha sido estudada fora do Brasil, inclusive na Sorbonne e em várias universidades americanas.

Polêmico, como todo homem do espírito e da inteligência, Gilberto Freyre conseguiu, ao mesmo tempo, durante a sua longa peregrinação pelo mundo das letras, do espírito e da cultura, desagradar a esquerda e a direita; a esquerda, sobretudo, essa esquerda pedante e subintelectualizada, acusava-o de reacionário, porque é do conhe-

cimento de todos que ele apoiou o Movimento Militar de 64; a direita, por outro lado, também invectivava os seus trabalhos, porque ele se detinha no estudo da mulata, do sexo e de outros assuntos que poderiam, eventualmente, arrepiar a sensibilidade de certos direitistas.

Sr. Presidente, esta nossa intervenção nesta manhã de domingo para registrar esse doloroso acontecimento da morte de um grande brasileiro, aos 87 anos, que nos legou uma obra imperecível, é justamente para significar o apreço, o carinho com que todos os brasileiros, seguramente, verificam neste episódio a perda de uma grande inteligência que, sem dúvida alguma, vai fazer falta a todos nós.

Sua obra, numerosíssima, poderá ser resumida em três grandes trabalhos, que ele considerava a trilogia do estudo do brasileiro e do seu comportamento, na busca da resposta à indagação que ele mesmo se fazia o que é o brasileiro? Essa trilogia compõe-se do monumental trabalho de **Casa-Grande e Senzala**; depois **Sobrados e Mucambos** e, finalmente, **Ordem e Progresso**, completando esse estudo e essa trilogia.

Sr. Presidente, voltando àquela mágoa de Gilberto Freyre, que sua obra não merecia ou não teria merecido, até então, ser estudada nas universidades brasileiras, a maioria das quais minada por um pensamento de esquerda emburrecido – como diz o grande Jornalista e Professor Vamireh Chacon – essa sua mágoa se deverá, por certo, a isto que chamamos hoje de "democratização do ensino" ou a "massificação do ensino".

Ainda teremos tempo de nos redimir diante da obra, diante do monumento brasileiro, que foi Freyre. Assim sendo, Sr. Presidente, entendemos que o passamento do grande Antropólogo, Sociólogo, Historiador e Escritor Gilberto Freyre certamente será motivo para inúmeras digressões, divagações, estudos, e, principalmente, ele nos abrirá a oportunidade para uma meditação mais profunda a respeito do ensino e da cultura no Brasil. Este ensino que, sabemos, está-se degradando a cada dia, e a cultura, em relação à qual muito poucos se debruçam, preocupados – quem sabe se até com razão – mais pelo fato social, político e econômico, esquecendo-se todos de que uma nação se constrói, sobretudo, com a cultura do seu povo ou, como dizia Monteiro Lobato, outro grande brasileiro, "uma nação se faz com homens e livros".

Registrando, Sr. Presidente, o pensamento de Gilberto Freyre, deixamos a nossa homenagem a essa grande figura que engrandeceu o Brasil aqui e lá fora (Muito bem!)

O SR. INOCÊNCIA OLIVEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, pela ordem.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência associa-se à homenagem prestada ao eminentíssimo Sociólogo Gilberto Freyre, ilustre pernambucano, que exerceu o mandato de Deputado Federal, onde se destacou pela sua inteligência fulgurante.

A Cultura brasileira e universal ficam mais pobres pelo desaparecimento de Gilberto Freyre. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nesta manhã ensolarada de domingo, enquanto milhões de brasileiros usufruem o fim-de-semana com as suas famílias, dedicando-se ao lazer, aqui estamos para cumprir a árdua e dignificante missão que nos foi confiada pelo povo brasileiro: a elaboração da nova Carta Magna. De um lado, os Constituintes reunidos no plenário do Senado; de outro, no plenário da Câmara, o meu Partido, o PMDB, convocado extraordinariamente para uma Convenção, cujo mérito não vamos discutir, porque julgamos inócuas as suas decisões.

Aqueles que, no início desta Constituinte, bradavam, discutiam e brigavam pela soberania da Constituinte, foram aqueles mesmos que, ferindo esta soberania, provocaram a convocação extraordinária do meu Partido, para discutir, primordialmente, não temas pragmáticos, mas temas como a duração de mandato e sistema de Governo, que consideramos prerrogativa exclusiva da Constituinte. Daí por que julgo inoportuno, julgo sem nenhum efeito a convocação extraordinária da Convenção do PMDB, porque nós, Constituintes, é que temos a obrigação de dizer qual a duração do mandato do Presidente e qual o sistema de Governo.

Infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, tem razão o editorialista do **Jornal do Brasil**, quando diz que os Partidos só existem no Brasil, à exceção das agremiações marcadamente ideológicas, com programas para cumprir as formalidades de registro junto à Justiça Eleitoral, e, no fundo, querem sempre a mesma coisa as vantagens do poder sem os ônus do governo, direitos e prerrogativas crescentes, sem a contrapartida de deveres e obrigações constantes.

É lamentavelmente o que se vê na briga pelo poder.

Discute-se nesta Constituinte se o sistema de Governo será parlamentarismo ou presidencialismo. Confesso que nos meus tempos de acadêmico de Direito tive um fascínio pelo parlamentarismo, mas, hoje, no exercício da vida política, na prática da vida política, temo que vemos, se instituirmos o parlamentarismo no Brasil, voltar à década de 60.

Não temos partidos políticos fortes, não temos instituições fortalecidas, e o parlamentarismo não sobreviverá; sobreviverão, sim, as crises políticas constantes e, em decorrência delas, as crises econômicas e sociais, e o País caminhará para o caos.

Daí por que confesso-me desde já adepto do presidencialismo com um Parlamento forte, em que os atos do Executivo passem a ser mais fiscalizados, mais severamente vigiados pelo nosso Poder, comum Judiciário autônomo e forte também; porque, na realidade, nos dias em que vivemos, o que temos é um superpoder, o Executivo, e dois subpoderes, o Legislativo e o Judiciário.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ainda há pouco o nobre Constituinte José Mendonça de morais se referiu à Justiça Agrária, que é exatamente um dos temas que pretendo abordar hoje.

O SR. AMAURY MÜLLER: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ASDRUBAL BENTES: – Com todo prazer, para dignificar o meu pronunciamento.

O SR. AMAURY MULLER: – Antes de V. Ex.^a abordar o tema que trata da Justiça Agrária, gostaria de fazer uma breve referência à alusão que o nobre Colega fez sobre o presidencialismo. Não vejo como se possa atribuir ao presidencialismo a crise que este País enfrenta, porque lhe foi imposto um modelo econômica-social de fora para dentro, atendendo apenas aos interesses de grupos estrangeiros que saqueiam e pilham este País, não vejo como se possa colocar como um dilema verdadeiro o presidencialismo e o parlamentarismo para solucionar os problemas que assobram o País e empobrecem o seu povo. Por isso, louvo a posição de V. Ex.^a, no sentido de que o caminho, realmente, é o presidencialismo. Creio que o parlamentarismo se constrói, antes de tudo, sobre partidos fortes e consolidados. Esta não é a realidade do perfil político-partidário brasileiro. Está aí a prova mais evidente: a Convenção extraordinária do PMDB, a demonstrar que os nossos Partidos ainda não se consolidaram, vivem dramas e tragédias intestinas em torno de questões ideológicas ainda indefinidas.

O parlamentarismo, para "costurar" alianças sólidas e evitar que o poder comece a se atomizar, na medida em que se sucedem as crises, estaria a exigir, como pressuposto, essa questão de partidos sólidos. De resto, atendendo até a interesses de grupos econômicos que se infiltraram no processo eleitoral, patrocinaram escândalos ainda não apurados, a questão constitucional não foi discutida nas eleições do ano passado. Basicamente as eleições tiveram como fulcro as discussões em torno dos governos estaduais, e os temas constitucionais foram relegados, lamentavelmente, a um plano aquém de secundário. Em consequência, o parlamentarismo não foi discutido também pela sociedade brasileira, e não podemos, aqui, em nome do povo, introduzir mudanças constitucionais de regime político sem uma prévia consulta, sem uma ampla, democrática e horizontal discussão com a sociedade brasileira.

Por isso, louvo a posição de V. Ex.^a por um presidencialismo não mitigado, mas um presidencialismo na sua concepção mais legítima, adequado a uma independência entre os três Poderes, não esse Poder hipertrofiado que usa e abusa do decreto-lei, comprometendo os nossos foros de Nação civilizada, mas um presidencialismo adequado à realidade brasileira, que tenha um perfeito equilíbrio, uma perfeita harmonia com os demais Poderes, e não se imponha, como se vem impondo, de forma autoritária, prepotente e ditatorial.

O SR. ASDRUBAL BENTES: – Muito obrigado a V. Ex.^a pelo aparte, que veio corroborar nosso ponto de vista.

Diria mais, até mesmo o parlamentarismo, previsto no Projeto de Constituição, não chega a ser um parlamentarismo, e sim um arremedo de parlamentarismo. Não é o parlamentarismo que estudamos nos bancos escolares e que estamos acostumadas a ver em outros países, e, sim, um jeitinho brasileiro de acomodar as coisas, de tal forma que satisfaça à vontade de certos grupos, como bem disse V. Ex.^a.

Voltando ao tema que gostaria de abordar, Justiça Agrária, permita-me, nobre Constituinte José

Mendonça de Morais, discordar do seu ponto de vista da implantação de Varas Agrárias apenas e não de uma Justiça Agrária efetiva. Sou de uma região de conflitos, de uma região onde o problema agrário e fundiário a cada dia se agrava por falta, sobretudo, da presença marcante de um Poder Judiciário forte e autônomo, onde, muitas vezes, a parte tem que andar centenas de quilômetros para recorrer à Justiça, não encontrando Juiz, o promotor, e, muitas vezes, sequer um órgão auxiliar da Justiça, como a polícia. Somos do sul do Pará área que explode aos olhos de todos e em todos os sentidos e que não pode prescindir, assim como todo o País, de uma Justiça Agrária. Por isto que apresentaremos emenda para que conste do Projeto Constitucional a criação de uma Justiça Agrária. Sinto que, da forma como consta no Projeto, a essa Justiça não será implantada, nem mesmo as Varas. Por quê? Porque enquanto se atende as outras Justiças, como a Justiça Militar, os Tribunais Federais e os juízes federais, estabelecendo quais os órgãos que o comporão, quando se trata da Justiça Agrária remete-se à lei ordinária.

Essa história é velha. Estamos acostumado a ouvir o Poder Executivo argumentar que não tem interesse em criar despesas, mesmo as essenciais que visem o bem estar da sociedade brasileira. E a Justiça Agrária, especializada, neste País, irá, tenho certeza, dinamizar o processo com ritos sumários, com assistência efetiva no local onde houver os problemas a serem solucionados e precisarem da proteção jurisdicional. É por isto que apresentamos emenda modificando o art. 211, deixando de remeter à lei ordinária a criação da Justiça Agrária, a composição de seus tribunais, estabelecendo de forma clara, sucinta e prática, realista, como sói ser uma Constituição que deve ser feita para a realidade do nosso povo, e não para a utopia que possamos ter em nossas mentes.

Vivemos, Srs. Constituintes, momentos difíceis, principalmente nessa parte agrária e fundiária, onde os interesses de grupos fortes e os interesses de pequenos colonos entram em choque, e onde – digo-o até com certo pesar – existem pessoas que, por trás de tudo isso, procuram insuflar, agitar, para tirar, muitas vezes, proveitos eleitoreiros, não se importando se é a vida de brasileiros que é ceifada, não se importando se o sangue derramado de nossos irmãos virá, muitas vezes, maldizer a nossa terra.

Precisamos de uma Justiça Agrária que venha trazer a paz ao campo, precisamos de uma Justiça Agrária que venha trazer ao nosso agricultor a tranquilidade de que ele terá o seu direito respeitado, seja ele o pequeno, o médio ou o grande agricultor, porque não diferenciamos classes. Estamos num momento, neste País, em que precisamos todos nos unir, para construir um País mais forte, para restabelecer essa democracia por que brigamos tantos anos e que, infelizmente, muitos confundem com anarquia.

Outro item que gostaríamos de discutir tenho certeza, será muito polêmico, irá afetar até mesmo alguns Constituintes – não vejam nesta minha proposição, nesta minha emenda algo de pessoal contra quem quer que seja – uma lei é feita para a comunidade como um todo, sem casuismos. Daí por que não vejo razão na discriminação, quando se obriga o servidor a, compulsoriamente, afastar-se do serviço público aos 70 anos, e nós,

políticos, gozarmos de uma prerrogativa que não vejo razão de ser, completamos 70 anos e continuarmos na vida pública.

Estão, há uma discriminação: ou se revoga a compulsória para o servidor público aos 70 anos ou se estabelece também que a classe política com mandato eletivo passe a ser inelegível a completar 70 anos.

Com a emenda que apresentarei, a letra b do Inciso II do art. 27 passa a ter a seguinte redação:

"são inelegíveis os inalistáveis, os menores de 18 (dezoito) anos e os maiores de 70 (setenta) anos."

Nem se diga que com esta emenda iremos violar o direito daqueles que estão eleitos. Não. Apenas serão inelegíveis, isto é, ao completar 70 anos não poderão ter sua candidatura registrada, porque passaram a ser inelegíveis.

Srs. Constituintes, não me move nenhum intuito pessoal, porque já estou beirando os 50 anos e espero ser afastado desta Casa ou da vida pública ao completar 70 anos, e sim de acordo com a lei, de acordo com a norma constitucional que é feita para todos, indiscriminadamente.

Srs. Constituintes, teríamos ainda outros assuntos a discutir, mas, como estamos também participando da Convenção do nosso Partido, deixamos aqui esses primeiros pensamentos, essas primeiras idéias a respeito do Projeto de Constituição, que continuaremos discutindo.

Iremos apresentar outras emenda que visem a acabar com a discriminação que há entre as várias regiões deste País, principalmente as Regiões Norte e Nordeste, as sofridas Regiões de um povo esquecido, que têm sido colônias do exterior e que passam hoje a ser também colônias internas, porque lá, em nossa região Norte, vão buscar a energia elétrica, racionando-a para o povo do sul do Pará; vão buscar o nosso minério, pelo qual é pago um ínfimo Imposto único sobre Minerais; de lá extraem as nossas madeiras, usufruem da nossa flora e da nossa fauna e a recompensa é quase nenhuma. Temo, por isso mesmo, que a nossa Região, a Amazônia, se não nos posicionarmos agora e já, dentro de pouco tempo se torne um deserto, o que será um caos não apenas para o Brasil como para todo o mundo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Para discutir o Projeto de Constituição, concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs Constituintes:

Vou aproveitar o mote do ilustre Constituinte que me antecedeu na tribuna para fazer uma rápida abordagem sobre outra aberraçao que contém o Anteprojeto do futuro texto constitucional, exatamente o art. 27, citado por S. Ex.^a:

"São direitos políticos invioláveis:
I – O alistamento e o voto.

b) são obrigatórios o alistamento e o voto dos maiores de dezoito anos, salvo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os deficientes físicos";

Eu até concordaria com o limite de setenta anos, e neste caso, incluo o ilustre Presidente da

Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados, do PMDB e, eventualmente, Presidente da República, Ulysses Guimarães, mas não posso concordar, Sr. Presidente, se excluam os deficientes físicos do exercício de um direito que, antes de ser urna obrigação, é uma prerrogativa de cunho político e, portanto, inalienável. Confundir-se o deficiente físico com pessoas incapazes definidas na Direito Civil constitui, no mínimo, um insulto ao bom senso do povo brasileiro. Temos aqui, no âmago desta Assembléia Nacional Constituinte deficientes físicos que desempenham o seu mandato com a mesma fecundidade, com o mesmo vigor de qualquer um de nós. Não posso compreender, portanto, que o legislado, ao propor um texto que vai ser uma espécie de Bíblia deste País, pretenda incluir, dentre aqueles que estariam incapacitados para o exercício político do voto, para a participação na vida pública, os deficientes físicos.

Por isto, proponho, desde logo, uma alteração no texto, substituindo a expressão "deficiente físico", para não provocar esta odiosa e lamentável discriminação, por "intelectualmente incapazes", ou de acordo com o que dispõe o próprio Direito Civil brasileiro.

Sr. Presidente, também endosso a posição assumida pelo Constituinte Asdrubal Bentes, no sentido de que aqueles que já prestaram inestimáveis serviços à Nação, que deram a sua indiscutível contribuição ao aprimoramento do processo democrático e econômico-social deste País, à sua cultura, às suas artes, também sejam incluídos entre aqueles que, compulsoriamente, a exemplo dos funcionários públicos, dos trabalhadores, são atingidos pela compulsória. Afinal, foram longos anos de efetiva contribuição à vida do País, e merecem, é claro, um descanso. Seria uma espécie de repouso do guerreiro, que, após os 70 anos, estariam compulsoriamente afastados da vida pública, para que não haja discriminações e a lei conserve o seu caráter de generalidade.

Sr. Presidente o que me traz à tribuna não é exatamente isto, são outros insultos cometidos à consciência nacional, por força de composições político-ideológicas que estão muito distantes de atender aos anseios e aos direitos da sociedade brasileira. Refiro-me, entre outros pontos, ao Título que trata Da Ordem Econômica e Financeira, a partir do **caput** do art. 300, que define: "a ordem econômica, fundada na livre iniciativa e na valorização do trabalho humano, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social e os seguintes princípios".

Não vejo como o capital possa sobrepor-se ao trabalho. Não posso compreender que uma Nação que está fundada no trabalho remunerado de forma insolitamente desumana, sobreponha o capital ao trabalho. Aquele não existe sem este. Até hoje – e confesso que não sou marxista – ninguém conseguiu derrubar o preceito de Marx de que o capital consegue dar cria – é a mais valia – exatamente à custa da exploração do suor do aluguel, a preços aviltantes da mão-de-obra, de quem não é detentor do capital. Por isso, traduzindo possivelmente uma questão doutrinária e filosófica do meu partido, proponho a inversão neste texto do art. 300, que ficaria com a seguinte redação.

"A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho e na livre iniciativa, tem

por fim assegurar a todos existência digna conforme os ditames da justiça social e os seguintes princípios: Seguem-se os princípios."

Dir-se-á que é uma questão de forma; direi que é uma questão de justiça. O mais grave, o mais insultoso, o que mais depõe contra a democracia que pretendemos construir em nome dos brasileiros e para os brasileiros, é o texto do art 301, que define a empresa nacional. Este texto Sr: Presidente, no mínimo, foi ditado pelos interesses de **Wall Street**, no mínimo partiu, apenas e tão-somente, do interesse mesquinho do grande capital internacional que está transformando este País numa simples latrina para escarrar em tempos da dignidade brasileira a arrogância, a prepotência do capital multinacional.

Do contrário, não se pode compreender que empresa nacional seja a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País. Eu grifaria este texto e chamaria a atenção dos ilustres Constituintes que honram esta sessão dominical, para este aspecto: "Sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País".

Ora, Sr. Presidente, todas as lutas que o povo brasileiro travou ao longo dos anos, particularmente após o Golpe de 1964, que pretendeu sepultar a liberdade e destronar a democracia, foram no sentido de construir uma nação nossa, uma nação dos brasileiros para os brasileiros. Não custaria aqui repetir o grito que ainda ecoa nas coxilhas do Rio Grande do Sul do índio missionário Sepé Tiaraju, que afirmou "Esta terra tem dono". E temos que dizer ao grande capital internacional, aos exploradores de sempre e aos seus sócios caboclos internos, infiltrados na Assembléia Nacional Constituinte, que esta terra tem dono e esta terra é dos brasileiros. Por isso mesmo não se pode compreender este insulto, esta agressão, esta violência contra princípios dos quais nenhum de nós tem o direito de se afastar. Aqui ninguém nutre sentimentos xenófobos. Aceitamos o capital estrangeiro, sim, mas canalizado para setores que não venham a fazer uma concorrência desleal ao capital genuinamente nacional. Por isso mesmo não podemos concordar com este texto.

O Sr. Nelson Rockefeller, ou qualquer magnata, se domicilia no Brasil e a sua empresa, que está sugando as energias nacionais, sugando o próprio sangue de um povo que trabalha e participa efetivamente da riqueza que ele próprio cria, passa a desfrutar de todos os benefícios, vantagens que a lei concede ou venha a conceder uma empresa estrangeira em detrimento visível, nítido, da empresa nacional.

Por isso mesmo, o PDT, fiel à sua história, ao seu Programa, à sua doutrina, sustenta que este texto deve ser urgentemente corrigido. Não em nome de um partido, ou de algumas idéias que possam eventualmente ser contestadas na sua forma, mas não no seu conteúdo, mas em nome do civismo, da brasiliade e do apego a esta terra, que não é propriedade de capital estrangeiro coisa alguma!

Deve ser dada ao texto do artigo uma redação que corresponda exatamente a toda essa luta, à luta que todos travamos contra a ditadura militar,

que oprimiu, desgraçou e enlutou esta Nação durante mais de duas décadas, que escancarou as portas da economia nacional à penetração do capital estrangeiro, que aqui não vem trazer nenhuma contribuição, nem mesmo tecnológica, mas vem retirar grande parte da nossa riqueza, do patrimônio comum do povo brasileiro. Este texto não pode prevalecer.

Por isso, o PDT sugere, fazendo coro, aliás, a uma aspiração generalizada de todos os segmentos da população brasileira, a seguinte redação:

"Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País cujo controle decisório, de capital e tecnologia esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas brasileiras ou por entidades de direito público interno."

Isso significa, nada mais, nada menos, Sr. Presidente, do que conceder à pessoa física brasileira o direito de ser dona do seu nariz, de ser proprietária da sua história, de ela mesma construir o seu futuro sem a ingerência criminosa de interesses subalternos que transcendem as fronteiras nacionais e se localizam onde está a sede, a exploração internacional, o imperialismo, o neocolonialismo, que pretendem submeter as nações aos seus designios e aos seus interesses.

Não posso compreender, por isso mesmo, Sr. Presidente, que o Constituinte não esteja atento para esta realidade.

Dir-se-á que há uma Lei nº 4.131, por sinal aprovada à época do Presidente João Goulart, que regula e normaliza a presença do capital estrangeiro na economia nacional.

Ela existiu, Sr. Presidente, mas foi desfigurada, foi mutilada algumas vezes com certa sutileza, outras vezes de forma grosseira, pelo tacão militar que pretendeu soterrar os nossos direitos nas duas últimas décadas.

Artigos inteiros, parágrafos, alíneas, aspectos fundamentais desta lei foram revogados por decretos e até por portarias. Quem se der ao trabalho de estudar em profundidade o texto original da Lei nº 4.131, conhecida como Lei da Remessa de Lucros, e confrontar o seu texto original com o atual, mais do que perplexo, ficará estarrecido diante da violência que os militares impunemente praticaram contra uma lei aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada por um presidente constitucional, eleito pelo povo, que chegou ao Poder ungido pela vontade popular.

Está aí uma lei que, na prática, nada faz para proteger a economia brasileira e, agora, se pretende mais esta violência.

Ora, Sr. Presidente, por mais que tenhamos uma visão universal – e é claro que o Brasil não é uma ilha separada do resto do Mundo –, por mais que queiramos manter com todas as nações do Mundo o melhor relacionamento, independentemente dos regimes políticos vigentes nesses países, não temos o direito de legar às gerações de amanhã um país empobrecido, descapitalizado, com suas energias exauridas, pela incompetência do legislador ou pela subserviência do homem público a interesses que não são nacionais.

Por isto, esta Assembléia que, neste domingo, atende ao apelo feito por V. Ex.^a para que as nossas

discussões sobre a temática constitucional tivessem seqüência – que é pequena –, certamente estará atenta para este aspecto do problema. Não é uma questão partidária, não é sequer uma questão ideológica. É uma questão de civismo, de patriotismo e de respeito por este País, por este povo e, sobretudo, de respeito à história.

O SR. JOFRAN FREJAT: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AMAURY MÜLLER: – Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex.^a, nobre Constituinte Jofran Frejat.

O SR. JOFRAN FREJAT: – Ouvi, com muita atenção, o seu pronunciamento. Concordo em grande parte com o que foi dito com relação à preocupação de V. Ex.^a, que é a preocupação de todo bom brasileiro, com a remessa de lucro feito pelas grandes empresas estrangeiras que se estabelecem no País. Uma preocupação que todo bom brasileiro – como V. Ex.^a é – tem de ter sempre em mente, para evitar que as nossas riquezas, o trabalho do nosso povo seja levado para capitalizar outros países e dar melhores condições de vida aos seus trabalhadores, ao invés de facilitar e melhorar as condições do nosso povo. Também não concordo com o texto do artigo que estabelece o critério, o conceito de "empresa nacional", ou da empresa que aqui se estabelece. Mas preocupa-me outro aspecto, eminentemente Constituinte há pequenas empresas de portugueses, de árabes, de judeus, de espanhóis, de alemães, de italianos e japoneses, que para aqui vieram para construir a sua vida e a sua família, que, seguramente, não são pessoas nascidas em nosso País, pessoas que, porventura, sequer puderam naturalizar-se ou não conseguiram esta naturalização. No momento em que se estabelece que "apenas aqueles que nasceram no Brasil" têm o controle acionário da empresa, para que ela seja conceituada como nacional, seguramente se impede que esses imigrantes que vieram construir o Brasil, em grande parte nos ajudando a desenvolver esta Pátria, fossem aliados do processo de desenvolvimento do país e impedidos de aqui empregar os seus conhecimentos. Seguramente uma outra redação precisará ser dada a este conceito de empresa nacional. O conceito de que apenas o brasileiro nato deverá ter o controle acionário afastará esse importante segmento da sociedade mundial que veio aqui prestara sua colaboração, inclusive mudando de pátria. Creio eu que o grande problema, o bálsis, o nó górdio da questão está na remessa de lucros, como V. Ex.^a tão bem expôs. Na época do Presidente João Goulart, esse foi um dos pontos polêmicos que redundou no que vimos durante estes últimos anos. Nós, brasileiros, que precisamos do concurso de outros que também como brasileiros para aqui vieram – os portugueses, os alemães, os árabes, os japoneses etc – terão contribuição a prestar a esta Pátria e terão conhecimento suficiente para nos informar de algumas possibilidades, algumas tecnologias que possamos desenvolver, sem que isso traga prejuízo para o País. Muitos deles sequer mandam um dólar, um tostão para o exterior – eles vieram aqui se radicar. Vejam o aspecto curioso disto: nós nascemos nessa terra, somos brasileiros por nascimento: eles não, mudaram de pátria, escolheram ser brasileiros. De forma que, quando se estabelece um conceito tão rígido, faz-se uma

injustiça com aqueles que mudaram de pátria, em favor daqueles que vêm aqui explorar o trabalhador brasileiro, não daqueles que vêm explorar a dignidade e o suor desse povo, mas em favor daqueles que para aqui se mudaram para tentar uma vida nova e nos ajudar, de mãos dadas a construir esta Nação. Muito obrigado.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Compreendo e participo da preocupação de V. Ex.^a, mas esse universo de pequenos empresários – diria até, numa concepção mais moderna, de microempresários a que para cá vieram procedentes de outros países – tem vários caminhos, a começar pela naturalização. Hoje, a lei é muito simples para a obtenção do direito de se naturalizar brasileiro. No entanto, eles não representam absolutamente nada na relação à empresa na sua concepção mais ampla; são pequenos comerciantes, não mais alemães ou italianos, porque esses já estão na terceira ou quarta geração. É muito difícil, hoje, encontrar-se um imigrante alemão ou italiano que não seja brasileiro, que não seja filho, neto ou até bisneto de alemães ou italianos, mas brasileiro.

A questão se localiza muito mais nas correntes migratórias mais recentes, especialmente os árabes. Conheço muitos árabes, até arriscaria dizer que tenho ligações muito profundas com a comunidade árabe, na medida em que minha esposa é libanesa que se naturalizou brasileira, seus pais são hoje – o pai falecido, a mãe viva – brasileiros, naturalizaram-se como qualquer cidadão pode naturalizar-se. Não há nenhum impedimento legal, não há nenhum obstáculo constitucional que impeça os imigrantes que para cá vêm construir a sua segunda pátria, a sua pátria definitiva, de se naturalizar. Além desses aspectos, esse contingente representa uma parcela ínfima, insignificante no conjunto econômico nacional.

Refiro-me às grandes empresas, às empresas de porte médio, exatamente aquelas que se querem beneficiar desse texto antinacional.

De qualquer forma, estou com a preocupação de V. Ex.^a. Quem sabe, podemos dar à legislação ordinária algo semelhante ao que aconteceu com a Lei nº 2.004, que criou a Petrobrás em 1953? A partir dali se estabelecia o monopólio estatal do petróleo, da pesquisa, da lavra e do refino, mas as empresas que operavam nesse setor, refinando petróleo, foram preservadas. É o caso da Refinaria de Manguinhos e de uma empresa gaúcha, a Ipiranga. Nem por isso a Petrobrás deixou de crescer, nem por isso a Petrobrás deixou de ser, a partir de então, um poderoso instrumento da libertação econômica deste País.

Podemos, portanto, nobre Constituinte Jofran Frejat, encontrar uma fórmula na legislação ordinária que contemple a preocupação de V. Ex.^a e possa evitar que essas pessoas eventualmente sejam atingidas pelo texto constitucional, e, ao mesmo tempo, não propicie um caminho aberto, uma larga avenida para que o capital estrangeiro continue como continua, a saquear e a pilhar este País.

Sr. Presidente, faço neste ponto, breve referência a outro texto deste Anteprojeto de Constituição sobre o qual a Comissão de Sistematização não tem nenhuma responsabilidade. O texto equivocado, o texto antinacional, o texto antipovo velo das Comissões Temáticas e é lá que deve ser localizada a responsabilidade histórica pelos cri-

mes que se cometem contra o País, crimes de lesa-pátria.

De qualquer forma, quando trata dos monopólios, do monopólio da União – e se refere especificamente à pesquisa, lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos, fluídos, gases raros e gás natural, no Item III alude ao transporte marítimo do petróleo bruto, de origem nacional, de derivados de petróleo produzidos no País, e ao transporte por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como os gases raros e gás natural de qualquer origem –, creio que aqui há um perigoso hiato, que também não corresponde ao espírito de nacionalismo e patriotismo que deve constituir a bússola, o norte do Constituinte.

A questão da importação e da exportação deve ficar muito explícita no texto, porque por aí também pode haver uma sangria perigosa de preciosas divisas que o País não possui. E por aí também pode-se exercer uma forma muito perigosa de penetração do capital estrangeiro na vida nacional.

Por isso, o PDT propõe a inclusão, nesta questão do monopólio, da exportação e da importação de hidrocarbonetos fluidos, gases raros e gás natural, a fim de que possamos preservar integralmente o direito de o Brasa, exercendo esse monopólio que não é estatal, mas é do povo, construir a sua História, sem a interferência indevida e criminosa de interesses estrangeiros.

Para concluir, Sr. Presidente, volto à questão da Lei nº 4.131.

Não considero que a remessa de lucros seja o instrumento mais eficiente para o capital estrangeiro desnacionalizar a economia brasileira e levar daqui o esforço, o trabalho e o suor do nosso povo. Há outros mecanismos mais sutis. O grande capital, que opera à base da informática, que se serve de instrumentos altamente sofisticados para aprimorar a pilhagem e o saque, encontrou outros caminhos muito mais eficientes, muito mais poderosos para carrear dinheiro, que o povo gera aqui, para fora das nossas fronteiras. É o caso da assistência técnica. Basicamente todos os contratos celebrados com empresas estrangeiras, que de alguma forma oferecem **know-how** para o País, incluem o pagamento dos **royalties** pela assistência técnica. Por aí as veias deste País continuam sangrando e alimentando o vampirismo do capital estrangeiro.

Há outra técnica, hoje não mais tão sutil, já conhecida, mas que precisa ser coibida pela legislação, seja constitucional, seja ordinária – o subfaturamento ou superfaturamento. Dias atrás **O Estado de São Paulo** publicou, para estarrecimento deste País, que um automóvel produzido pela Fiat custava no exterior US\$ 1.200. Ora, Sr. Presidente, um automóvel Fiat que, no mínimo, é vendido neste país para um povo empobrecido, sem poupança interna, com salário de fome, à base de trezentos ou mais mil cruzados, no exterior é vendido por US\$ 1.200, o que corresponderia a pouco mais de sessenta mil cruzados. Como pode o capital estrangeiro fazer esse tipo de matemática, de contabilidade, vendendo aqui por mais de trezentos mil cruzados e no exterior por pouco mais de sessenta mil cruzados, senão o uso abusivo contra a lei, contra os interesses nacionais, da prática do subfaturamento? Assim, em situação inversa, estão todos aqueles que dominam o setor farmacêutico, num país que é um

verdadeiro hospital, cujo povo é doente, porque não come, e não come porque o seu trabalho não é remunerado à altura.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Presidência pede a V. Ex.^a concluir o pronunciamento, porque o seu tempo já extrapoliou do limite.

O SR. AMAURY MULLER: – Muito

obrigado. Não posso concluir sem agradecer a V. Ex.^a a benevolência, a magnanimidade, que, aliás, faz justiça à generosidade do povo do Pará. No entanto, não posso concluir, compreenda V. Ex.^a, sem completar meu raciocínio, pois ficaria um discurso que já é fraco na sua essência, no seu conteúdo, na sua forma, completamente sem pé nem cabeça.

Além do subfaturamento há o superfaturamento. Os laboratórios estrangeiros, que dominam mais de 90% (noventa por cento) da indústria de fármacos deste País – um País doente, repito, porque não come – importam, superfaturados, competentes para a indústria farmacêutica. O acetilato salicílico, por exemplo, que deve custar uma ninharia no mercado internacional, entra aqui por um preço insuportável e vai fazer parte do custo operacional da indústria farmacêutica, que nos seus relatórios diz que não transfere um centavo de remessa de lucros para o exterior, porque está operando sempre no vermelho. Se está perdendo dinheiro, o que está fazendo no Brasil? Por que não pega a sua mala, a sua bagagem, a sua história e vai embora; deixando a indústria farmacêutica em mãos de brasileiros, como era antigamente, antes de o capital estrangeiro entrar aqui?

Ora, Sr. Presidente, não podemos continuar tolerando esta sangria permanente, esta exploração ostensiva, agressiva e insultuosa à própria consciência nacional, na medida em que tolerarmos textos como estes.

O SR. ALCENI GUERRA: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AMAURY MULLER: – Sr. Presidente, se V. Ex.^a me permite, gostaria de ouvir, com muito prazer, o ilustre Constituinte Alceni Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa lamenta não ter a oportunidade de ouvir o aparte do nobre Constituinte Alceni Guerra, porque, após o pronunciamento de V. Ex.^a ainda temos três oradores inscritos.

O SR. AMAURY MULLER: – Então, presto uma homenagem ao brilho, ao talento, ao nacionalismo e ao espírito público do Paraná, encerrando o meu discurso com o aparte do nobre Constituinte Alceni Guerra.

O SR. ALCENI GUERRA: –

Agradeço, Sr. Presidente, a benevolência de V. Ex.^a ouvi, hoje, aqui, do Constituinte Amaury Müller, um discurso que podemos considerar histórico, até porque define a posição de um Partido, o PDT, sobre assunto que nos preocupa sobremaneira. A conceituação que está no projeto da Comissão de Sistematização sobre empresa nacional avulta não a consciência, avulta a inteligência de qualquer brasileiro. A permanecer o artigo como se encontra, produziremos, em pouco mais de uma década, a completa desnacionalização da economia brasileira, e este seria um ato de extrema gravidade, de extre-

ma responsabilidade nossa para com as gerações futuras. A correção do artigo, definindo claramente que empresa nacional é empresa de pessoa física, brasileira, é o **minimum minimorum** que se pode estabelecer como preceito constitucional. V. Ex.^a O Constituinte Amaury Müller se referiu, **en passant**, a um problema que nos surpreendeu a todos, por não ter a investigação que merecia, por não ter o aprofundamento necessário. O mesmo jornal a que V. Ex.^a se referiu publicava uma nota fiscal de um automóvel Fiat, vendido no Brasil por mais de 300 (trezentos) mil cruzados e exportado pelo porto de Santos por 41 (quarenta e um) mil cruzados. A nota estava fotografada, estampada e não mereceu...

O SR. AMAURY MÜLLER: – Era a cotação do dólar na época.

O SR. ALCENI GUERRA: – Creio que não, nobre Constituinte, porque faz pouco mais de 15 (quinze) dias da publicação dessa matéria, e, fazendo as contas em relação ao dólar, me surpreendi, porque ele estaria abaixo da cotação de mil dólares.

O SR. AMAURY MÜLLER: – É que o dólar oficial, hoje, está a eo e poucos cruzados; calculei mais de 50 (cinquenta) cruzados o dólar no câmbio paralelo, e na época em que ocorreu esse fato, certamente, o dólar oficial estava ligeiramente acima de 40 (quarenta) cruzados. Portanto, entrariam, dentro dessa visão de V. Ex.^a 40 (quarenta) e poucos mil cruzados.

O SR. ALCENI GUERRA: – De qualquer maneira, parece-me muito explícito, no caso, há um subfaturamento da indústria estrangeira no Brasil para com sua matriz na Europa. Esse caso não mereceu, surpreendentemente, nenhuma manifestação de nenhuma autoridade do Governo, nenhuma investigação, e ficou letra morta de uma página de jornal. Isto é uma agravante para o problema que expõe V. Ex.^a Constituinte Amaury Müller, a definição do que é empresa nacional é obrigação de qualquer Constituinte com um pouco de bom senso. A posição do nosso Partido – o Partido da Frente Liberal – deve ser, senão igual, muito semelhante à do PDT, neste caso, da conceituação de empresa nacional. Cumprimento V. Ex.^a pelo brilhante discurso que faz, por trazer à tona, à discussão, este assunto. E resguardo-me à vontade, à determinação de votar com o conceito estabelecido por V. Ex.^a e espero que o meu Partido também siga essa orientação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Bender, para discutir o Projeto de Constituição.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar os Constituintes que aqui estão, neste domingo pela manhã, bem como a equipe de colaboradores, de funcionários que renunciaram esta manhã para também colaborar. Sem dúvida, lá fora, muitos vão em busca de um ato de fé pelo chamamento do badalar dos sinos, e nós aqui, mais uma vez, estamos discutindo o anteprojeto da nova Constituição.

Eu só lamento que não esteja presente, nestes debates, o Relator da Comissão de Sistematização, porque acredito que S. Ex.^a poderia tirar mui-

tas conclusões e, desta forma, trazer um anteprojeto mais sucinto, mais ordenado e com a certeza de interpretar o pensamento já da maioria dos Constituintes, porque aqui estão sendo levantados os temas, os tópicos, sem que, evidentemente, ele saiba das razões. Apenas através de uma emenda simples, fria, sem grande justificativa, não será possível a S. Ex.^a elaborar, aceitar muitas das emendas.

Como apenas poderemos falar uma vez, durante 20 minutos, pela ordem de inscrição, se bem que para esta sessão não havia inscritos, apenas aproveitamos a benevolência de V. Ex.^a, Sr. Presidente, e também dos Constituintes, em sermos brindados com este algo mais, podemos então dispor desses minutos para algum tema que consideramos muito importante, mais importante do que outros; e não seria possível analisar tudo isso em apenas 20 minutos. Então, quero me ater, nesta manhã, ao problema da reforma agrária.

Desde ontem, ouvimos aqui vários Constituintes falarem sobre a reforma agrária, inclusive uma brilhante palestra do Constituinte Alceni Guerra, que com muita propriedade abordava esse item, e também outros sobre justiça agrária. Posso considerar que um fato está ligado ao outro. E quero dizer, antes de tudo, que o ponto de vista que vou defender e que vou representar, através do voto, é conhecido. Não vou mudar por um milímetro o pensamento que eu pregava durante a campanha, e tenho a certeza de que irei corresponder com aqueles que confiaram em nós. E o que mais lamento, no momento, é a guerra que se cria entre os latifundiários e entre os sem-terra, ou entre os pequenos e os grandes produtores. Isso é lamentável, Sr. Presidente, porque acho que, como pessoa humana, os bens por si só não representam nada, não devem e não podem influir, porque se vamos analisar uma matéria humana daquele que tem um pequeno pedaço de terra ou não tem nada, e daquele que é um latifundiário, vamos ver que a matéria é a mesma, e se analisarmos mais profundamente, vamos ver que todos somos filhos de Deus e temos uma alma; por isso mesmo, como cristãos, é chocante quando vemos muitos se aproveitarem dessa situação para criar uma verdadeira guerra entre os próprios agricultores. Não sei aonde chegaremos.

Quero analisar a região que represento, que é composta de minifúndios. Aliás, sou filho de minifundiários e, em casa, tínhamos 10 hectares de terra, nos quais meus pais criaram uma família de dez filhos; desse pequeno pedaço de terra, tiraram a subsistência para a criação dessa família.

Aquela região que vem desde Cerro Largo e vai até Frederico Westphalen, costeando a margem do rio Uruguai, englobando-se Ijuí e Santo Ângelo, no noroeste do Rio Grande do Sul, é um exemplo típico de como podem sobreviver, mesmo com as grandes dificuldades e os prós e os contras que esses pequenos agricultores sofreram e tiveram nos últimos anos, mas, heroicamente, a grande maioria ainda sobreviveu, embora muitos abandonassem as suas terras, vendessem as suas terras. E para quem iriam vender essas terras? Para aqueles que têm dinheiro. E por que não as venderam aos filhos dos agricultores? Quero fazer esta análise aqui. A partir dai surgiram os acampamentos.

Como era antigamente? Antes da poupança, antes de o Governo instituir essa tal de poupança, não tinha juros nos bancos e o dinheiro que o nosso agricultor fazia, um emprestava para o outro para que os filhos daquele outro pudesse comprar um pedaço de terra. A partir do momento que o Governo sugou, através do pagamento de altos juros, instituiu e legalizou a poupança, acabou o dinheiro no meio dos nossos agricultores, quem comprava as terras em o mais rico, o vizinho que tinha condições criando-se no meio dessas colônias de minifundiários, pequenos latifundiários, na maneira de dizer, com 200 ou 300 hectares de terra, no meio daqueles que só possuíam 10 ou 15. Isso fez com que os pequenos abandonassem a colônia e fossem em busca de emprego nos grandes centros e a maioria se dirigiu para o Vale do Rio dos Sinos, onde grande parte acabou marginalizada, fazendo parte daquele grande cinturão de miséria ao redor de Porto Alegre ou de Canoas.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OSVALDO BENDER: – Com prazer.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sem dúvida, nobre Constituinte Osvaldo Bender, sua análise é correta. Essa ciranda financeira criada pelo Governo Militar e mantida pelo Governo da Nova República engendrou um novo atrativo que não tem riscos; não é só na poupança, são as operações de mercado aberto, **open** e o **over** que acabaram atraindo recursos que antes eram inoculados no setor produtivo e geravam riqueza, com riscos, é verdade, porque inexiste – eu disse e repito – as políticas agrária e agrícola e o agricultor vive orientado, portanto, por uma bússola desvairada, que aponta para todos os lados menos para o lado certo. Mas diria que não foi só isso que empobreceu, descapitalizou e levou à miséria o meio rural, foi, exatamente, a falta dessas políticas. A região a que V. Ex.^a pertence é a região que eu pertenço, embora nascido em Cruz Alta vivo, hoje, em Juí, que é exatamente o pólo de uma microrregião importantíssima, que se associa com a microrregião de V. Ex.^a, Três Passos e forma aquele grande cinturão de pequenas propriedades que até aqui sobreviveram, penosamente mas, sobreviveram. Na verdade, a falta dessas políticas, a falta de uma orientação oficial, inclusive de direitos previdenciários para o homem do campo é que o levaram a buscar, na cidade, uma solução para os seus problemas. Foi, exatamente, o homem expulso do meio rural, por falta de condições de nele sobreviver. E vieram, sem nenhuma aptidão profissional, à mingua de emprego, engrossar o cinturão de miséria que, hoje, cerca todas as cidades deste País mas, muito especialmente a nossa região, a região a que pertence V. Ex.^a. Dir-se-á "mas, a terra não é tudo". Digo a V. Ex.^a que é possível fazer assim como se fez no passado: uma agricultura precária, sem sementes selecionadas, sem crédito oficial, sem tratores, sem máquinas agrícolas, sem colheitadeiras, mas é impossível se fazer agricultura sem terra, exatamente a questão da terra é que constitui o fulcro desse problema que precisa ter uma solução. Concordo, com V. Ex.^a, a forma pela qual, através de operações caça-níqueis, o Governo retirou recursos que eram orientados para a ativi-

dade produtiva induzindo a sua aplicação no mercado financeiro o que constitui um crime de lesa-pátria; uma tentativa de assassinar o meio rural, sobretudo o pequeno e médio produtor. Mas, não foi só isso, antes mesmo de existir essa ciranda financeira, o fluxo campo-cidade, já era acentuado. Já a partir da década de 50 quando começamos, no Brasil, a tentativa de produzir trigo, já ocorria esse fenômeno; uma migração constante. Um fluxo migratório sistemático, permanente e crescente exatamente porque no meio rural não havia condições de sobrevivência. Também sou filho de pequenos agricultores e os meus pais vieram para a cidade, exatamente, porque na minha região, no interior de Cruz Alta, distante mais de 60 (sessenta) quilômetros da cidade, não havia imário e, aos 7 (sete) anos, eu precisava freqüentar a escola; meus pais vieram por isso, não porque a vida rural lhes fosse desfavorável naquele momento. Havia uma cultura de subsistência, uma lavoura de subsistência, plantava-se quase todo o necessário a uma alimentação digna e decente, hoje não. O próprio regime militar induziu o agricultor à monocultura, transformando a soja na grande farsa da história econômica deste País e o agricultor deixou de produzir alimentos que eram vitais à sua sobrevivência para, exclusivamente, na safra de verão produzir soja, e o resultado está aí: o meio rural descapitalizado, empobrecido, levado à contingência de migrar permanentemente para a cidade onde foi multiplicar os bolsões de miséria e degradação humanas que, hoje, infelizmente, enodiam a vida nacional. Mas, de toda a forma, estou de acordo com V. Ex.^a. Não existe uma política, em sentido nenhum, capaz de dar ao agricultor, não proteção, mas respeito aos seus direitos. Para finalizar, gostaria de lembrar que nem mesmo os direitos previdenciários. V. Ex.^a, que conhece o meio rural, há de convir que a expectativa média de vida nessa área, no Brasil como um todo, não chega a 60 (sessenta) anos e, no entanto, criaram uma pseudoaposentadoria de meio salário mínimo, que é um insulto, é uma ofensa para quem consegue viver 65 (sessenta e cinco) anos. E apenas para o homem, como se a mulher não existisse. Por isso, já em 1972, quando surgiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, com essa aposentadoria ridícula aos 65 (sessenta e cinco) anos, quando o homem está à beira da sepultura ou já dentro dela, refletindo os anseios e as aspirações desse setor, apresentei um projeto, que continua tramitando por aí, mofando nas gavetas do Dr. Ulysses Guimarães, que estabelecia o direito de a mulher também se aposentar, adequando esse limite à idade média do agricultor brasileiro, não do agricultor gaúcho, que vive um pouco mais. O projeto fixa a aposentadoria do homem aos 55 (cinquenta e cinco) anos, porque essa é a média de idade com que se aposentam os trabalhadores da cidade, já cumprida uma etapa de 35 (trinta e cinco) anos, que é excessivamente grande para quem recebe tão pouco e não se alimenta e, portanto, morre cedo; e para a mulher aos 50 (cinquenta) anos. Com essa questão de igualdade de direitos, até fico na dúvida se a mulher tem tantos direitos quanto o homem e isso é justo, não há por que diferenciar a aposentadoria. Estabeleçamos, então, uma proposta de 55 (cinquenta e cinco) anos como idade limite para a aposentadoria do homem e da mulher e fixemos um valor que não seja essa agressão,

essa violência que se chama meio salário mínimo. Muito obrigado.

O SR. OSVALDO BENDER: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte.

De fato, concordo plenamente que essas condições são indispensáveis para o homem rural. O poder público tem que dar a política agrícola que falta.

Queria chegar no seguinte: V. Ex.^a disse que sem a terra, realmente, nada pode ser feito. Queremos, então, defender como princípio, esse pedaço de terra para aqueles que realmente e efetivamente querem trabalhar nela.

Quando me referi àquela sucção dos recursos existentes no interior – o que o Governo fez com eles? Jogou-os para a cidade, onde se financiou casas para a moradia; sem dúvida também uma necessidade mas, no momento, faltou jogar a metade desses recursos para o interior, para a agricultura, para financiar um pedaço de terra para o filho do agricultor, para que ele pudesse comprar, por si só, um pedaço de terra. Isto foi o que faltou! Apresentamos uma emenda neste sentido que, infelizmente, não foi aceita.

Vamos brigar para que, além das desapropriações de terras consideradas devolutas, não improdutivas – improdutivas poderemos considerar aquela terra de banhado, de pedra, que não produz mesmo – para que o filho do nosso colono possa fazer um empréstimo no banco para comprar um pedaço de terra.

Ora, neste País, existem empréstimos para comprar automóveis, para comprar móveis, apartamentos, menos para comprar terra, e vamos defender, intransigentemente, para que seja criado um fundo para financiamento, um crédito fundiário, para financiar a compra de um pequeno pedaço de terra.

O SR. AMAURY MÜLLER: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. OSVALDO BENDER: – Com muito prazer.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Existia, no Banco do Brasil, uma carteira de crédito fundiário que infelizmente, foi fechada, quando o regime militar tomou o poder ilegitimamente neste País. Já existia e V. Ex.^a há de se lembrar que, desde 64 para cá, é que esta carteira de crédito fundiário foi extinta.

O SR. OSVALDO BENDER: – Lamento que isso tenha ocorrido mas, se já existia, nós temos que fazer tudo para trazer de volta. E, quanto àquela terra necessária, onde é que vamos buscar? Quanto aos milhares de acampados que existem à beira das estradas? Lá no Rio Grande, na Fazenda Anoni, evidentemente, nem todos, dentro desses acampamentos, têm a vocação de trabalhar a terra. V. Ex.^a há de convir comigo e tenho certeza de que todos os Constituintes. Poderíamos classificá-los em 3 categorias: uma, que tem interesses ideológicos; outra, que serve como inocentes utéis a falsos líderes, que, no fundo, não têm o verdadeiro interesse de resolver o problema da reforma agrária. Mas, eles estão aliciando esta gente que, muitas vezes, não enxerga mais longe e se deixa levar para esses acampamentos. E tem a terceira parcela, que efetivamente são filhos dos colonos tetra e que estão lá e que querem um pedaço de terra.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Que é majoritário.

O SR. OSVALDO BENDER: – É majoritário mas, a grande maioria, que precisa da terra, está lá com os pais ou trabalhando como agregada. Está até trabalhando nas cidades a grande maioria dos filhos dos colonos, aqueles que realmente, honestamente, querem um pedaço de terra. Então, a esses temos que proporcionar, realmente. Sou de opinião que não podemos fugir disso.

E concordo, também, em se limitar as grandes áreas. Agora, sou sempre imbuído do espírito da paz e acho que é o melhor caminho de se fazer às coisas pacificamente, mas com a ação, com determinação. Por exemplo: no Rio Grande do Sul, foram feitos alguns assentamentos e, em vez de se desapropriar apenas as terras, foram feitas licitações e aqueles que quiseram vender as suas terras, para essa finalidade, para o Governo do Estado, fizeram propostas. Enviaram muitas propostas, dezenas, centenas de propostas. Acho que seria o caminho mais democrático, mais fácil de ser percorrido, sem a geração de ódio, sem a desapropriação integral de uma propriedade, porque o próprio latifundiário, em grande parte, ao menos os que conhecem, falaram comigo e disseram: "Tenho 4 mil hectares de terra e venderia 2 mil". Venderiam, facilmente.

Evidentemente, o Poder Público tem que fixar o limite dos valores e, aí, lotear essas áreas. Aqueles que quiserem comprar um pedaço receberão, então, através do crédito fundiário, um empréstimo, e, por si sós, eles vão se virar.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Qual seria o limite? A extensão máxima de uma propriedade?

O SR. OSVALDO BENDER: – Isso dependeria de cada região. Mas, como o País tem enormes áreas de terras e os 500 milhões apenas 80 milhões estamos ocupando, eu diria que poderíamos ir até 10 mil hectares, seria uma área grande.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Na região de V. Ex.^a, por exemplo.

O SR. OSVALDO BENDER: – Lá, não. Aí, eu tenho outra sugestão: para esse crédito fundiário, nós destinariam 5% do orçamento. (O Presidente faz soar a campainha) – Apenas alguns minutos, Sr. Presidente, para concluir o meu raciocínio.

E nós estabeleceríamos um tributo: até 300 hectares, na nossa região, seriam isentos, de 300 a 500 hectares, pagariam 1% sobre o valor venal; de 500 a mil, gradativamente por cada 500 hectares, subiriam mais 1% e, acima de 10 mil hectares, pagariam 20% sobre o valor venal. Esses recursos serviriam para financiar, para serem emprestados àqueles que não têm terra.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Uma espécie de fundo.

O SR. OSVALDO BENDER: – Fundo para o crédito fundiário. Seria um caminho pacífico.

Aquele que quisesse uma área grande ficaria mas pagaria caro por isso. Tributar-se-ia o bem e aí pagaria aquele que possui.

O SR. AMAURY MÜLLER: – V. Ex.^a não ignora – desculpe estar interferindo, mas o discurso é realmente polêmico e encerra um grande interesse nacional – que exatamente os grandes devedores do Incra, que não estão pagando o Impo-

to Territorial Rural e que sofrem, de certa forma, essa progressão ditada pelo Estatuto da Terra, são os grandes proprietários, que têm peso político, têm **lobby** e não pagam. Por que não pagam?

O SR. OSVALDO BENDER: – Isso poderia até ser um imposto municipal, onde, cada Município se fixaria e se recolheria esse tributo.

Ainda mais um minuto, Sr. Presidente. Tenho uma audiência marcada com o Presidente do Incra, a quem quero fazer uma sugestão pessoalmente. Temos, no Rio Grande do Sul, naquela região – o nobre Constituinte Amaury Müller sabe disso – dezenas, milhares de filhos de colonos que viriam em busca de um pedaço de terra em qualquer lugar. Sabemos que o Governo tem muitas terras. E por que e para que o Incra não lhes destina um pedaço de terra? Por quê? Poderia destinar 150 hectares. Eles vêm de lá e tornam conta desse pedaço de terra por conta própria, sem a ajuda do Governo. Mas alegam que têm que fazer assentamento, os quais não me soam bem, porque me parece que se nivelam todos por igual, jogam-se as pessoas em cima de uma terra, onde um vai ter um pedaço melhor que o outro.

Por isso mesmo, o meu posicionamento, com respeito à reforma agrária, é de que se dê oportunidade, realmente, para aqueles que desejam trabalhar a terra e que também se respeite a propriedade. Não podemos admitir que terras produtivas sejam desapropriadas simplesmente. Poderíamos permitir que essas terras produtivas pudesssem ser vendidas para o Incra, através de licitações, onde eles poderiam fazer propostas. Sou de opinião de que a solução está no meio: nem pelo radicalismo da esquerda e nem pelo radicalismo da direita. Sou pelo consenso e acho que esse é o verdadeiro caminho, o caminho certo. Faço votos para que os Constituintes compreendam isso e que realmente, na Constituição, possamos prever medidas e metas, para que a reforma agrária seja feita pacificamente, correta, honestamente, que se dê oportunidade para todos aqueles que desejam trabalhar a terra, para que eles possam ter o seu pedaço de terra. Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE – (Jorge Arbage): – Concedo a palavra a V. Ex.^a.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, inicialmente solidarizo-me, em nome do Partido Democrata Cristão, com as manifestações da Mesa e das diversas lideranças partidárias, de pesar, de condolências, pelo pensamento do grande Sociólogo e Escritor brasileiro Gilberto Freyre.

Os caminhos luminosos da inteligência que Gilberto Freyre percorreu, caminhos que também a Nação brasileira busca percorrer, porque, na realidade, as obras que Gilberto Freyre deixou – não me refiro somente a **Casa Grande & Senzala**, como a todo um conjunto de obras desse grande escritor e sociólogo brasileiro – apontam efetivamente caminhos que a Nação deveria trilhar, para que pudesse ser mais justa, mais livre, mais próspera e mais influente mundialmente.

O Partido Democrata Cristão solidariza-se com o povo pernambucano, com a Inteligência brasileira, e também com a Câmara dos Deputados, com o Congresso Nacional, que teve a honra de contar, dentre os seus Pares Constituintes de 1946, com a grande figura do brasileiro extinto.

Outro assunto, Sr. Presidente, que trago ao conhecimento da Casa diz respeito à posição do Partido Democrata Cristão relativamente à Convenção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sinceramente estamos perplexos. Será que aquilo que hoje se decidir ali tentarão impor a esta Assembléia Nacional Constituinte, servirá de norma de lei para esta Assembléia Nacional Constituinte? O PMDB infelizmente está provando, e não prova por um desejo, por uma manifestação das suas bases, nem dos diversos Constituintes que integram os quadros desse grande Partido, está provando exatamente por uma manifestação da sua cúpula, das cúpulas que estão sendo movimentadas e buscam envolver a todos, para atender ao seu projeto pessoal, o projeto de cada uma dessas correntes que têm realmente grandes valores da vida nacional, mas que estão procurando métodos autoritários de se impor. Não estão em jogo ali efetivamente os interesses do Brasil. Estão tratando de projetos pessoais, de ambição de cada um dos chefes dessas correntes peemedebistas.

Lamentamos, profundamente, tentem dar uma importância maior à questão do prazo de duração do mandato do Presidente da República, que não se trata, efetivamente, de grande questão nacional, que hoje é um assunto secundário do PMDB. O jogo de ambição em que estão todos envolvidos faz com que tentem decidir determinadas questiúnculas, dando importância imensa a essas questões e, pior ainda, tentem impor decisões a respeito dessas questões menores à Assembléia Nacional Constituinte.

Peço a Deus ilumine a cabeça dos peemedebistas, para que não tentem trazer para esta Assembléia Nacional Constituinte decisões autoritárias, para impô-las. E os outros Partidos – o PFL, PDT, PTB, PDC, PSB, PC do B e o PCB – como ficam? Vamos aceitar como fato consumado o que se decide hoje na Convenção Nacional do PMDB? Não vamos sequer discutir os assuntos porque eles são maioria? Já conseguimos, tantas vezes, ver maiorias derrotadas em episódios memoráveis da vida pública brasileira!

Esperamos que o bom senso presida a decisão desses homens que constituem, eventualmente, a maioria na Assembléia Nacional Constituinte e no Parlamento brasileiro.

Fazemos votos, Sr. Presidente, que episódio como este não sirva de exemplo daqui para frente. Se é que esta Convenção foi convocada com senso de oportunidade, tendo em vista os interesses nacionais, não haja mais exemplo de conclave como este que nada tem a decidir, a não ser questiúnculas em que se envolvem as cúpulas peemedebistas, atiçadas sempre por seus projetos pessoais, pela ambição pessoal de cada um de seus Líderes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Para discutir o Projeto de Constituição, concedo a palavra ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, para discutir o projeto de Constituição.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Associo-me àqueles que saúdam com entusiasmo a presença e participação hoje, nesta sessão extraordinária, dos diversos Constituintes que aqui enriquecem o debate que esta Assembléia, nesta fase, trava, preparando-se para a fase final e a formulação final da Constituição que, sem dúvida alguma, a Nação espera a façamos com a técnica necessária, com a linha mestra que reflita o seu conteúdo jurídico, e, ao mesmo tempo, com a profundidade que também a Nação reclama, atendendo aos desafios do nosso tempo e que possa apontar os caminhos que nos conduzam a uma sociedade mais justa, que também é um anel, um reclamo da Nação brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aqui, hoje, no recinto do Congresso Nacional, realiza-se a Convenção do Partido majoritário na Assembléia Nacional Constituinte, e tem na sua pauta dois temas que trazem uma repercussão profunda sobre os debates, sobre as decisões, sobre o conteúdo que esta Constituinte tem o dever de se definir. Já de si seria um acontecimento importante uma Convenção do Partido majoritário na Assembléia Nacional Constituinte, mas ainda, tratando, como pretendem tratar, de temas tão profundos, tão importantes, tão nucleares nos debates, na formulação da nova Constituição que, sem dúvida alguma, não posso e não fico alheio ao acompanhamento dessas decisões, desses debates, porque têm profunda repercussão sobre todos os nossos trabalhos.

Associo-me também às palavras do Constituinte Siqueira Campos quando procurou colocar, no seu devido lugar, as limitações, as decisões e deliberações que se travam no âmbito da Convenção desse Partido, mas sem deixar também de registrar, por ser o Partido majoritário na Casa, a repercussão profunda que aquelas decisões terão nos debates, no encaminhamento das decisões finais da Assembléia Nacional Constituinte.

Lá, na Convenção do PMDB, quanto aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, temos dois desafios pela frente. O primeiro, a meu ver, já deveríamos ter dado conta dele no inicio dos nossos trabalhos, como questão preliminar, que, decidida no início, na fase preliminar dos nossos trabalhos, já não mais pairaria por sobre os debates da Assembléia Nacional Constituinte, já estaríamos desafetados em nossos debates, em nossas reflexões, deste tema – a fixação do mandato do atual Presidente da República José Sarney, e a data das próximas eleições diretas. Tivéssemos nós tomado as decisões como questão preliminar – nós, do PDT, até trouxemos como idéia a esta Assembléia Nacional Constituinte – já livres, estaríamos desafetados desses debates e, sem dúvida alguma, as nossas relações como Assembléia Nacional Constituinte com o Palácio do Planalto, com o Presidente da República, saiam, neste instante, muito mais construtivas, muito menos polêmicas.

micas, muito menos degradantes do que tem sido.

Os jornais, todos os dias, comentam as evoluções desta questão e, de maneira constrangedora, até atingindo o cerne moral da Assembléa Nacional Constituinte, o fato de o Palácio do Planalto, o Governo Federal, oferecer diversos cargos, diversas posições a diversos Constituintes, para obter uma decisão favorável ao seu pensamento e às suas conveniências.

Nós, do PDT, antevíamos esse desdobramento, antevíamos esse enxovalhamento dos nossos trabalhos, mas não fomos ouvidos e, hoje, esse debate atinge um dos seus pontos elevados na Convenção. E aqui, na Assembléa Nacional Constituinte, nas próximas semanas, quando começarmos as deliberações finais para a formulação do texto final da nova Constituição, estaremos debruçados sobre esse tema, do qual já deveríamos estar livres há muito tempo.

O Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há alguns equívocos pairando em torno dessa questão. O primeiro é a definição, a conceituação de qual seja o mandato, especialmente do Presidente da República.

Nós, democratas, filiamo-nos à conceituação clássica no liberal de um mandato, quer no seu conceito estrito jurídico, quer no seu conceito político-institucional, de que para nós, democratas, o mandato encerra a idéia da outorga. Só há mandato, só há exercício de um mandato quando há vontade popular, há vontade geral – na conceituação liberal clássica – “outorga a um titular ou conjunto de titulares que é o caso de um congresso, de uma assembléa de exercício temporário de uma função”.

Fora desse conceito democrático é liberal clássico de mandato, só temos outras experiências: o mandato exercido pelo Poder Divino, por uma conceituação Divina, uma investidura na esfera divina, no tempo dos reis, dos monarcas ou a investidura conferida pela força, no tempo dos generais.

Ao que consta, para nossa História atual, contemporânea, já não mais se concebe o mandato como investidura divina. Os imperadores brasileiros, e isto no século passado – tiveram que ser retirados, faleceram e foram enterrados em terras estrangeiras porque a Nação brasileira, já no final do século passado, não mais quis admitir o exercício do poder por uma inspiração divina, uma investidura divina, e a República, então proclamada, proclamou também e reverenciou, em si mesma, o mandato com outorga popular.

Também a nossa História atual, contemporânea, já nos diz que, até em passado recente, a força da espada fazia investir generais-presidentes neste País. É evidente que tinham a sua legitimidade, a sua investidura pelas Forças Armadas deste País, hoje recolhidas à sua função constitucional e não mais estão preocupadas com essas investiduras, em tomar seus integrantes Presidentes da República ou ungir qualquer um outro, não integrante, também, com um mandato haurido e auferido pela força das espadas.

Resta-nos, então, para nós democratas, filiamo-nos à conceituação de que o mandato somente se adquire pela outorga popular, assim como no Direito Civil, o mandatário, nas relações privadas, só adquire a investidura de mandatário também pela outorga expressa do mandante, segundo a nossa Disciplina Civil.

Assistimos, então, Sr. Presidente, a este respeito, além da desvirtuação no debate, assistimos hoje que a investidura do atual Presidente da República, José Sarney é vinculada, legitimada, pela transição política que se operou neste País. Sabemos que há três anos a situação política neste País concluiu para que o Colégio Eleitoral elegesse o Presidente da República, não mais aquele ungido pelas Forças Armadas, mas aquele ungido pela negociação política, pelo ambiente político, pelos partidos políticos, pela classe política, pelo Congresso Nacional, de maneira livre e soberana.

Naquele tempo, também, assistiu o País a uma grande movimentação em torno das eleições diretas, que tinham alguns conteúdos expressivos marcantes, que certamente deveriam marcar, naquele instante, de maneira profunda, a vida pública do País, que era um clamor nacional para que fosse restabelecido o direito do povo eleger o seu Presidente; com algum significado, com um conteúdo marcante e expressivo que essas eleições deveriam trazer em seu bojo, em sua conceituação e em seu exercício.

No entanto, apesar daquele clamor nacional pelas eleições diretas, compreendeu a Nação brasileira que a única viabilidade, a única circunstância de possibilidade, naquela época, era que a classe política do País se unisse, como se uniu, em torno do Presidente Tancredo Neves e com ele, através do Colégio Eleitoral, se operasse a transição.

Ora, a investidura do Presidente da República decorreu dessa circunstância histórica e dessas negociações políticas. A sua investidura não decorreu das forças da espada, não decorreu do mandato popular e nem do mandato divino – única e exclusivamente pelo caminho da negociação política. Investido nessas funções, e também decorrente do falecimento do Presidente Tancredo Neves, é evidente que a Nação brasileira conceituou, respeito e até dignificou o exercício daquela função da Presidência da República, mas, sem dúvida alguma, limitado aquele exercício às circunstâncias políticas do seu nascimento, da sua investidura. No entanto, de lá para cá, algumas teses começaram a ser levantadas, algumas distorções a serem colocadas, no debate político.

A primeira distorção foi que a Constituição ainda vigente, que será superada pelo nosso trabalho –, e queira Deus tenhamos inspiração suficiente para superá-la em toda a sua dimensão – outorgaria ao Presidente da República um mandato de seis anos. Muitas figuras respeitadas desta República, cabeças brilhantes, abraçaram essa causa, adotaram esse princípio e essa visão.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma distorção ainda maior e mais grave ocorreu: o próprio Presidente da República, num pronunciamento oficial, com as características que devem ter as palavras de um Chefe da Nação, disse de viva voz, oficialmente, ao povo brasileiro, a todos os lares e famílias deste País, que abria mão da investidura de seis anos que a Constituição, que foi outorgada pela Junta Militar na sua última versão, na Emenda Constitucional nº 1, lhe garantia, mas que renunciava, espontaneamente e antecipadamente, a um ano dessa investidura, somente aceitando ficar no Poder cumprindo os seus deveres de Presidente da República não mais como lhe impunha, se válida fosse, aquela investidura constitucional, mas renunciava a uma parte dessa investidura

e exerceria a Presidência da República apenas por cinco anos.

A segunda e grave distorção, Sr. Presidente e Srs. Constituintes é que, válida aquela investidura, ela seria impositiva. A ninguém é lícito exercer um mandato por um período inferior ao que a Constituição outorga, a menos que, renunciando à vida pública; renunciando ao apreço, ao carinho da população; renunciando ao respeito da população, como já aconteceu neste País, o titular de uma função que lhe é imposta pela Constituição, pelas instituições vigentes, renuncie e, após a renúncia, vá embora para casa. Isto já aconteceu na História do País e a própria Constituição tem solução para esse impasse.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que é impossível é uma renúncia antecipada, uma renúncia para o futuro se o Presidente pensa que tem uma investidura legítima e válida na atual Constituição, e esta lhe impõe o exercício de seis anos, se o Senhor Presidente da República, sob pena, até, numa visão rigorosa, de sujeitar-se a um processo de apreciação da sua conduta pelo Congresso Nacional, porque estaria agindo contra a Constituição ao dizer que vai renunciar daqui a dois anos, dois anos e pouco e que não mais vai exercer seis anos de mandato e vai ficar lá apenas por um período de cinco anos.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Com muito prazer.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Meu caro Constituinte Vivaldo Barbosa, V. Ex.^a nesta manhã – tarde, já analisa com muita propriedade as duas questões fundamentais que, hoje, todo o País acompanha: a questão do mandato presidencial e a questão do sistema de governo. Quanto ao sistema de governo, concordamos com V. Ex.^a de que existe uma tradição, neste País, de um regime presidencialista e sou a favor também desse sistema, porque, apesar de sermos parlamentares –, o que seria uma contradição um parlamentar não ser a favor de um regime parlamentarista – achamos que para o fortalecimento do Poder Legislativo não é obrigatório haver um regime parlamentarista. Para o estabelecimento de um parlamentarismo, que seria um parlamentarismo clássico, poderíamos até pensar neste assunto, seria necessário que tivéssemos partidos fortes e uma burocacia estruturada em nosso País. Infelizmente não temos. Esse hibridismo que está tratado no Projeto de Constituição atual não atende a nada, não atende a ninguém e não atende ao País. Em primeiro lugar, vai gerar um conflito de poder entre o Chefe da Nação e o Chefe do Estado; segundo, seria ineqüível na prática, porque seriam tantos dispositivos para atendê-lo neste momento, que, acredito, seria muito difícil tivéssemos um sistema de governo realmente estruturado e realmente condizente com a realidade do nosso País. Quanto ao mandato do Presidente, discordo de V. Ex.^a em alguns aspectos. Em primeiro lugar, o mandato de 6 anos é legítimo, porque a Constituição que nos elegeu Deputados e Senadores Constituintes é a mesma que rege o mandato do Presidente.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Quem nos elegeu foi o povo e não a Constituição.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Estou dizendo que a Constituição permitiu fôssemos eleitos sob a égide da Carta Magna atual. O povo nos elegeu e o povo elegeu também o Presidente Sarney, através de um Colégio Eleitoral legítimo, eleito pelo povo, que naquela hora era a lei vigente.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Os Presidentes Tancredo Neves e José Sarney diziam que era um colégio espúrio e não legítimo.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – O Presidente Sarney nunca disse isso, porque ele foi eleito por esse Colégio, e o próprio Tancredo Neves. Pode ser que, em épocas remotas, e inclusive acredito que não, porque ele pertencia ao Partido majoritário, ao Partido que, naquela época, elegia o Presidente e ele, como Presidente da ex-ARENA, do PDS, nunca poderia ter dito isso. V. Ex.^a, creio, está equivocado.

O SR. RUY NEDEL: – Só uma correção. O Presidente Tancredo nunca foi da ARENA.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Não. É o Presidente Sarney, de quem estou falando.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Entendia sempre, quando o Presidente Tancredo Neves se pronunciava, que ele se pronunciava em nome também do Presidente Sarney, que era o seu companheiro de chapa.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Não. V. Ex.^a há de convir que um é uma pessoa e o outro é outra pessoa diferente.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Estamos notando que realmente eram pessoas muito diferentes.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – É, realmente eram diferentes. Em segundo lugar, o Presidente Sarney, quando abdicou de um ano do seu mandato, ele o fez em privilégio da Assembléia Nacional Constituinte. Como V. Ex.^a analisou anteriormente, quando disse que ele podia tê-lo feito quando completasse os cinco anos, renunciava ao mandato desde que ele considerava que o seu mandato de seis anos em legítimo, renunciaria ao seu mandato e faltando um ano iríamos ter novas eleições etc. No entanto, como se estavam desenrolando os trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte e como a Assembléia Nacional Constituinte tem que fixar o mandato dos futuros Presidentes, ele se antecipou, abdicou de um ano e disse à Assembléia Nacional Constituinte que tinha um direito adquirido de seis anos, porém abdicava de um ano e gostaria que o seu mandato fosse de cinco anos. Em todas as oportunidades ele tem dito que se curva à decisão soberana da Assembléia Nacional Constituinte. Era apenas este reparo quem queria fazer ao discurso de V. Ex.^a. Disse o Presidente Sarney que aceita um mandato de cinco anos, abdica de um ano de seu mandato, espera que a Assembléia Nacional Constituinte fixe em cinco anos, mas que se submete à decisão soberana da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Muito grato a V. Ex. pelo aparte, especialmente com relação à primeira parte do seu pronunciamento, que certamente, alimenta o pronunciamento que ainda farei sobre a questão do parlamentarismo e presidencialismo. Recolho, para felicidade minha, uma

identidade muito grande com os conceitos de V. Ex.^a.

Quanto à segunda parte, Deputado Inocêncio Oliveira, continuo com algumas dificuldades de entender, talvez na minha busca de estabelecer um raciocínio Jurídico-institucional lógico, como é possível a um Presidente da República abdicar de uma função que a Constituição lhe impõe? Já tivemos uma abdicação, neste País, em 1831, do primeiro Príncipe-Regente e proclamador da nossa Independência. O Imperador, quando decidiu abdicar, abandonou o País instantaneamente.

O SR. RUY NEDEL: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Com prazer.

O Sr. Ruy Nedel: – Só para acrescentar, para o bem da História. Li Alfredo Varela, um dos maiores historiadores das Convulsões Cisplatinas, da Revolução Farroupilha – ele tem mais de 3 mil páginas só sobre esta última – e analisa bem esta questão, num livro publicado em 1911 – sobre causas predisponentes e causas desencadeantes da Revolução Farroupilha, que redundou na Guerra dos Farrapos –, deixa bem claro, bem comprovado. Entrando na questão da abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, *ipsis litteris*, diz:

"Dom Pedro I só abdicou quando não podia mais manter a Coroa na cabeça sequer por um minuto."

Parece-me que a abdicação é diferente da renúncia. Era esse ponto de vista que eu queria expressar. A renúncia é um fato do mundo interior do indivíduo que está diante de um posto. A abdicação é outra coisa. É uma destituição, onde ele opta por uma questão ética, moral, ou por outras questões, pelo caminho mais fácil da menor convulsão social e ele é deposto. É uma característica que me parece fundamental para se apresentar dentro do raciocínio, que é esplêndido. Não concordo com alguns termos, concordo com outros. Mas eu queria acrescentar que, no caso específico José Sarney me parece que há uma dicotomia entre a Presidência da República e José Sarney. E nessa posição, me parece que o indivíduo tentou gerar uma dicotomia entre os Poderes, o Poder Constituinte e aquele Poder do Presidente da República, que foi eleito por uma Constituição anterior que ele mesmo repudiou, porque ele pediu à Assembléia Nacional Constituinte para um novo ordenamento jurídico. Isso me parece fundamental. A mim me parece, com o maior respeito, e sou daqueles que, no saldo entre erros e acertos, ainda considero positivo o saldo do Presidente da República, e o considero altamente positivo, porque esta

Assembléa Nacional Constituinte é uma decorrência desse fato histórico, que ocorreu em 1985, mesmo com a morte de Tancredo Neves, mas me parece que foi um erro extremamente grave ele ocupar a rede nacional de televisão para tentar gerar uma dicotomia e dificultar negociação dentro dessa Assembléia Nacional Constituinte, quando este é o grande caminho da paz Leito através da negociação. Para nós, como constituintes, fazendo uma análise de quem não é constituinte, mas tem a maior responsabilidade sobre a existência desta Assembléia Nacional Constituinte, parece-nos cometeu um erro extremamente grave, porque polemizou não só internamente, acabou gerando a polêmica, a dicotomia – e digo que inconscientemente –

na própria sociedade. Isto é grave, porque estamos a um passo da convulsão social, e estes fatos, estas dicotomias, este tipo de sentimento de radicalização, gerando também na sociedade, facilitam o surgimento de convulsões.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Recolhi com apreço a importante intervenção de V. Ex.^a. Continuo ainda com as dificuldades, embora não querendo entrar numa polémica entre possíveis diferenças entre a abdicação e renúncia, que a meu ver não elucidam talvez, peço menos a linha de raciocínio que quero desenvolver. Até pelo conceito que V. Ex.^a acaba de trazer, é evidente que a renúncia também tem em si, um conteúdo de impossibilidade na continuação do exercício de uma função. Dificilmente, dentro da normalidade, haveria um impulso interior em cada um, titular de qualquer função, de renunciar ao exercício de sua função, a não ser para resolver uma grave situação, incontornável, pela normalidade. Mas, não querendo entrar no debate entre a diferente conceituação entre abdicação e renúncia, continuo com as dificuldades de entender a lógica da postura do Presidente da República, de abdicar ou renunciar diante da imposição constitucional. Por outro lado, não me parece que a Assembléia Nacional Constituinte tenha ouvido ou recebido qualquer proclamação do Senhor Presidente da República de que acata a sua deliberação soberana. Se assim for, o Senhor Presidente não teria tomado a iniciativa de pronunciar a duração do seu mandato; deixaria que a Assembléia Nacional Constituinte, soberanamente, se pronunciasse sobre essa duração, ou até, sobre a mesma, nem se pronunciasse. Mesmo porque, isso não corresponde às notícias que os diversos intérpretes do comportamento da Presidência da República, seus integrantes e auxiliares, têm recolhido e veiculado através da imprensa. Há até notícias que se veiculam, especialmente esta semana, de que o Presidente não estaria preparado para aceitar a deliberação da Convenção do PMDB de hoje, caso fosse decidida em sentido diferente dos cinco anos de mandato. Há notícias de que até assessores palacianos preparam medida judicial no Supremo Tribunal Federal! Que afronta maior essa Assembléia Nacional Constituinte poderia receber? Então, notícias são veiculadas de que assessores preparam interpelações judiciais para que, em face de uma possível deliberação divergente dos desejos palacianos por esta Assembléia, que esta seja submetida à deliberação de um organismo de constituição superior a ela que seria o Supremo Tribunal Federal. Agressão maior, humilhação maior não poderia ocorrer a esta Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, com a colaboração desses apartes sobre a questão do mandato, considero – sem dúvida alguma – tenhamos aqui hoje, juntos, trazido uma colaboração à reflexão da Assembléia Nacional Constituinte.

Volto à questão que o Constituinte Inocêncio Oliveira já abordou com maestria e com precisão, que é a questão do debate do presidencialismo **versus** parlamentarismo, ou a formulação do adequado sistema de Governo que a Nação espera venha dotar o nosso País.

Sr. Presidente, é mais uma infelicidade à Nação brasileira assistir a este debate, porque esta não é a questão fundamental; a questão fundamental do nosso tempo é a questão da democracia.

Como poderemos superar, de uma vez por todas, a pesada carga autoritária que a nossa História tem-nos feito carregar? Como é possível hoje nesse tempo após a vigência do regime autoritário do AI-5, construirmos uma democracia que possa fincar raízes profundas na sociedade brasileira, e com isto resistir aos vendavais autoritários, que permanentemente assolam a nossa História? Esta que é a questão fundamental. No entanto, assistimos, como questão fundamental, ao debate entre parlamentarismo e presidencialismo; assim como, para infelicidade da Nação brasileira, assistimos ao debate entre estadismo e privatização, como se fosse opção que deveríamos a todo instante fazer, como se a História fosse uma questão linear: viver um mundo privatizado e depois viver um mundo estatizado.

Ora, isto empobrece o debate e as diversas e múltiplas soluções que tanto um como outro sistema, que tanto uma como outra experiência poderiam oferecer.

Infelizmente estamos diante deste debate, pois queríamos estar debatendo a democracia versus autoritarismo, debatendo os aspectos autoritários da sociedade, do Estado brasileiro, para superá-los, no entanto, estamos aí nesse debate. E diante desse debate, Sr. Presidente, nós democratas não temos outra opção. O presidencialismo, hoje, pelo respeito que empresta à decisão e ao voto direto da população, é a opção de construção da democracia. Especialmente, após a Nação brasileira ter assistido a essa manifestação nacional pela defesa do voto direto, pelas eleições diretas, não há dúvida de que também não apenas o analista, o homem público, mas a Nação brasileira sente que representa para ela a superação da democracia, o exercício do direito do voto à Presidência da República. Hoje, com as eleições diretas, o regime presidencialista é que se coloca como a solução da superação do autoritarismo pela incorporação que traz da ventada popular às decisões diretas do exercício do poder. Não temos nada contra o parlamentarismo e até muitas experiências históricas de muitas nações indicam que a melhor solução para aquelas nações, para aqueles instantes históricos, para a prática da democracia, o respeito à cidadania é o parlamentarismo, mas hoje estamos profundamente convencidos de que impõe-se aos democratas a opção presidencialista em respeito ao direito de voto.

Os que formularam algumas idéias e alguns princípios e esquemas parlamentaristas, que até estão inseridos no Projeto de Constituição, não tiveram a coragem nem a coerência, em sendo parlamentaristas, deter a responsabilidade de que todo o exercício do poder no parlamentarismo é feito pelo Parlamento. O Parlamento é o depositário da soberania nacional e de todas as decisões de governo.

Assim, quando o Parlamento organiza um gabinete ou um conselho de, ministros, ou quando o Parlamento investe um parlamentar ou, conforme algumas experiências, outra figura pública nacional na função de primeiro-ministro, assume a responsabilidade de, em nome do voto recebido da população, responder pelas decisões de governo.

Ora, essa conceituação não reflete o nosso projeto de Constituição, nem aqueles que estão aí a propugnar os ideais parlamentaristas. Eles não têm a coerência nem a coragem de desafiar o

sentimento nacional, que quer eleger um Presidente da República. Imaginaram o que chamam do neoparlamentarismo ou de um regime híbrido ou misto, que, sem dúvida alguma, é um convite à crise nacional e ao impasse institucional.

No regime parlamentarista clássico, o governo exercido pelo Parlamento será constituído pela barganha política. A classe política organizada faz a negociação política, define as prioridades das ações governamentais, e sobre estas prioridades e estas decisões de ordem política, ou seja, da barganha e da negociação política, organiza o gabinete e organiza e aprova um plano de Governo.

Isto, sem dúvida alguma, a Nação brasileira não quer ver acontecer neste instante. Primeiro porque os porta-vozes dessa barganha política que teriam a legitimidade para processá-la, que são os partidos políticos, não se acham estruturados com a autenticidade necessária para representar as correntes de opinião brasileiras, as correntes de opinião do País e, com legitimidade, com autenticidade, organizar um regime de governo.

A Nação brasileira sabe que não temos partidos políticos autênticos capazes de serem eles os depositários dos compromissos de Governo por si só. E também a Nação brasileira sabe que a estrutura administrativa deste País, a ordem burocrática deste País não tem, ainda, uma sedimentação tal que possa, Independentemente das mutações intermitentes que o regime de gabinete traz e provoca a todo instante. Conduzir a máquina administrativa por si só, operar a máquina administrativa de maneira autônoma. Ao contrário, sabemos que a máquina de organização administrativa deste País não tem o grau de autonomia do debate político de que necessita e requer um regime parlamentarista. Ao contrário, as crises governamentais, os debates, os desentendimentos governamentais e a nível parlamentar que acontecem a todo instante refletem de maneira profunda no funcionamento, na estrutura da organização administrativa do País.

Pretendo concluir, Sr. Presidente, reiterando que, neste instante, o que importa para nós é a democracia, importa para nós um Parlamento recuperado nas suas funções básicas, o Congresso Nacional recuperado na sua dignidade que o regime autoritário fez tirar e dele retirou qualquer senso de dignidade. Interessa-nos, Sr. Presidente, recuperar esse sentido de dignidade ao Congresso Nacional, fortalecendo os seus poderes e até fazendo-o inserir-se nas questões de Governo, pela possibilidade que tem de censurar o desempenho de um integrante, de um titular, de qualquer função, de qualquer órgão, de qualquer departamento ou de qualquer empresa, e até de um, ministro de Estado...

O SR. JOFRAN FREJAT: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa esclarece ao nobre orador que o seu tempo está ultrapassado quase que em dobro. De modo que solicita a S. Ex.^a se abstenha de conceder apartes e conclua o seu discurso.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Lamentando esta necessidade regimental de concluirmos já os nossos trabalhos termino, Sr. Presidente, por chamar a atenção dos Constituintes sobre o convite à crise e ao impasse institucional que esse projeto da Constituição contém. Ora, ele impõe

a eleição direta à Presidência da República, invocando sempre o exemplo da França e de Portugal, como a possibilidade de um regime parlamentar conviver com a eleição à Presidência da República.

Acontece que na França esse sistema foi montado e organizado à imagem e à semelhança da personalidade de De Gaulle, que pairava por cima dos partidos políticos, que pairava por cima do Congresso Nacional, do Parlamento francês, que pairava por sobre outras instituições da República francesa. Era uma personalidade que, detentora do voto popular, poderia impulsionar, mover qualquer avanço e qualquer organização administrativa.

Também se invoca o exemplo de Portugal. Ora, a solução portuguesa foi para resolver, inclusive, o problema das Forças Armadas que fizeram a Revolução, para solucionar o problema institucional do MFA – Movimento das Forças Armadas, que também, por sua vez, paira e pairava por sobre as instituições portuguesas. Era o fator dinâmico da Revolução portuguesa, da democratização portuguesa, que são exemplos que, sem dúvida alguma, não se repetem no Brasil de nosso tempo. Ao contrário, estamos mergulhados numa profunda crise social e político-institucional em que tudo tem que ser reconstruído. Não podemos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ser agora alvos, palco e cobaias para experiências.

Ora, as experiências francesa e portuguesa, de uma tendência política e o Presidente de outra tendência, eleito pelo voto popular, são muito recentes. E agora estão sendo revistas, pela primeira vez, por Mitterrand, na França, e por Mário Soares, em Portugal.

Temos que testar, ainda, se estas duas experiências vão subsistir, a personalidade de De Gaulle, já desaparecido, e o Movimento das Forças Armadas português, já dissolvido. Vamos ainda esperar para ver se é válida a experiência. Não nos podemos dar ao luxo de, em plena crise institucional, em plena, aguda e grave crise social e econômica, submeter o País à cobaia de experiências institucionais ainda não sedimentadas em qualquer nação. Ao contrário, devemos escolher as melhores lições da nossa experiência histórica, recolher o desejo profundo da sociedade brasileira que quer eleger o Presidente.

Devemos reforçar as instituições, democratizar, reconhecer a soberania, criar novas instituições que reconheçam o poder da cidadania, especialmente reforçar o poder do Congresso Nacional, mas, Sr. Presidente, sem jamais renunciar ao que é importante e fundamental para superarmos a crise que vive.

Que vão para a praça pública os candidatos a Presidente de a República submeter os seus programas de governo, recolher apoio, contribuições, e exercer o Governo do País, com responsabilidade, diante da população que outorgou o voto direto, e não diante da classe política, que é fruto da barganha política. Que respondam pelos graves problemas, que dêem solução aos graves problemas, em consonância com os compromissos assumidos diretamente em praça pública, e prestem contas desses compromissos diretamente à Nação brasileira, ávida da por exercer a sua cidadania plena.

Muito obrigado, especialmente pela tolerância de V. Ex.^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Não há mais oradores inscritos para a discussão do Projeto de Constituição.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando outra, extraordinária, para amanhã, dia 20, às 14 horas e 30 minutos, com a seguinte;

(V – Encerra-se a sessão às 12 horas e 50 minutos.)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 100

TERÇA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

I – Ata da 106ª Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 20 de julho de 1987.

I – Abertura da Sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observação, assinada.

III – Leitura do Expediente

IV – Pequeno Expediente

RUY NEDEL – Frustração do orador pelo protelamento na tomada de decisões em matérias importantes, na Convenção do PMDB.

LUIZ FREIRE – Homenagem póstuma ao intelectual Gilberto Freyre.

OSVALDO BENDER – Telex em que a Associação Civil Comunitária de Defesa do Meio Ambiente de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, solicita a revogação da Portaria nº 002/86, da Sudepe, que limita a atuação de fiscais da pesca predatória.

AMAURY MÜLLER – Situação de conflito causada pela procrastinação de decisão judicial no sentido da desapropriação de área de terra no Município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

LUIZ VIANA – Inserção em ata do voto de pesar pelo falecimento do escritor Gilberto Freyre.

VIRGILDÁSIO DE SENNA – Falecimento do político baiano Luiz Régis Pacheco Pereira.

OSWALDO LIMA FILHO – Homenagem póstuma ao sociólogo Gilberto Freyre.

PAULO DELGADO – Comentários sobre a Convenção Nacional do PMDB.

ONOFRE CORRÊA – Apelo ao Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, no sentido da correção *pro rata tempore* de dívidas contraídas pelos microempresários brasileiros.

JORGE LEITE – Maturidade demonstrada pelo PMDB nas decisões adotadas em sua Convenção Nacional. Realizações do Presidente José Sarney conforme o programa do Partido.

VIRGÍLIO GALASSI – Reforma agrária.

DIONÍSIO DAL PRÁ – Defesa, no anteprojeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, do patrimônio natural do País, através do controle pelo Congresso Nacional de projetos de impacto ambiental.

GONZAGA PATRIOTA – Homenagem póstuma ao sociólogo Gilberto Freyre.

PAULO MACARINI – Matérias publicadas pelo "Jornal de Brasília": "Aposentadoria – Reposição ainda irrisória" – "Previdência – Aposentado sempre perdendo". Necessidade de restabelecimento, no texto da nova Carta, de dispositivo aprovado pela Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente que visa à revisão dos benefícios de prestação continuada concedidos pela Previdência Social.

JORGE ARBAGE – Ponderação ao Presidente da República e aos Ministros da Justiça e da Fazenda no sentido do encaminhamento ao Congresso Nacional de mensagem no sentido da concessão de anistia civil e criminal aos autuados em inquérito pela Sunab antes da vigência do Plano Bresser.

AGASSIZ ALMEIDA – Medidas de contenção da criminalidade e da violência, sugeridas

pelo orador ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard, e aos Secretários de Estado de Segurança Pública.

CUNHA BUENO – Homenagem póstuma ao sociólogo Gilberto Freyre.

ALBÉRICO CORDEIRO – Pronunciamento do Ministro do Interior, Joaquim Francisco, na solenidade da assinatura de contrato de financiamento entre o Banco Mundial e o Governo brasileiro, para implantação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP.

JUTAHY MAGALHÃES – Análise do Plano Bresser, sob as óticas do déficit público e das perdas salariais.

GANDI JAMIL – Sétimo aniversário da emancipação dos municípios sul-mato-grossenses de Tacuru e Sete Quedas.

MAURO MIRANDA – Aplauso à decisão do Governo do Estado de Goiás no sentido de interferência governamental na atividade garimpeira nociva ao meio ambiente.

FRANCISCO AMARAL – Comemoração do centenário do Instituto Agronômico de Campinas, Estado de São Paulo.

JORGE UEQUED – Apoio do orador à fixação do princípio constitucional segundo o qual os benefícios pagos pela Previdência Social a aposentados e pensionistas não serão inferiores a um salário mínimo.

ADYLSON MOTTA – Questão de ordem sobre críticas feitas a parcialidade na condução dos programas de divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte; re-

querimento de gravações de programas transmitidos como matéria do **Diário da Constituinte**, para avaliação dos Constituintes; registro imparcial das ocorrências da Assembléia Nacional Constituinte pela "Voz da Constituinte".

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

NELSON AGUIAR – Questão de ordem sobre requerimento de informações ao Governo, através da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, a respeito da aquisição de equipamentos militares.

V – Comunicações das Lideranças

OLÍVIO DUTRA – Conflitos fundiários no Estado do Rio Grande do Sul.

SIQUEIRA CAMPOS – Imobilismo governamental na solução dos problemas sociais.

OSVALDO MACEDO – Conclusões da Convenção Nacional Extraordinária do PMDB.

AFONSO ARINOS – Homenagem à memória de Gilberto Freyre.

PRESIDENTE – Comunicação ao Plenário de requerimento de voto de pesar, subscrito

pelo Constituinte Luiz Viana, em memória de Gilberto Freyre.

JOSÉ LOURENÇO – Agradecimento, em nome do PFL, ao Constituinte Afonso Arinos pela homenagem à memória de Gilberto Freyre. Vitória do Partido Social Democrata nas eleições em Portugal.

AMAURY MÜLLER – Solidariedade do PDT à homenagem à memória de Gilberto Freyre prestada pelo Constituinte Afonso Arinos. Falecimento da cantora Clementina de Jesus. Intoxicação alimentar de estudantes secundaristas reunidos em Brasília. Descaso do Governo com a saúde pública. Defesa do Consumidor.

VI – Apresentação de Proposições

Apresentaram proposições os Srs. Constituintes LUIZ VIANA, ADYLSOM MOTTA, NELSON AGUIAR, ERALDO TRINDADE.

VII – ORDEM DO DIA

PAULO RAMOS – Discussão do Projeto de Constituição.

HAROLDO LIMA – Questão de ordem sobre inexistência de **quorum** para prosseguimento da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Haroldo Lima.

MOZARILDO CAVALCANTI – Discussão do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Verificação de **quorum** para prosseguimento da sessão.

ERALDO TRINDADE TITO COSTA – Discussão do Projeto de Constituição.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros

5 – ATAS DAS COMISSÕES

(As atas encaminhadas até a presente data, serão publicadas em suplementos a este Diário.)

Ata da 106ª Sessão, Extraordinária, Vespertina

20 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; e Mário Maia, Segundo-Secretário;

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio-Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Áureo Melo – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Basco Franca – PMDB; Bran-

dão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Délvio Braz – PMDB; Denis Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Mendes – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL Hugo Napoleão – PFL Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinhei-

ro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersóimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Cunha – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Hermmann Neto – PMDB; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequet – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro árcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nel-

son Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cesar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgíldasio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– A lista de presença registra o comparecimento de 214 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, segundo secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Passa-se à leitura do expediente.
Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)

IV – Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr. Constituintes:

A História dos povos tem-se escrito através de guerras, revoluções e do voto.

A História dos povos latino-americanos tem-se escrito mais com golpes militares do que com votos.

A História do PMDB, embora o partido tenha sido sangrado, tenha sofrido derramamento de sangue e algumas mortes ao longo da História da ditadura, a História deste partido se fez com o voto. Por isso, dentro deste raciocínio e por esta convicção, me senti um tanto frustrado com a Convenção do meu Partido – O PMDB neste fim de semana, porque só se votou para não se votar.

Sr. Presidente, precisamos da coragem da decisão, porque o protelamento de eventuais ou possíveis litígios poderá exacerbar os próprios litígios, o protelamento de decisões poderá avolumar as crises para uma decisão adiante. E isto me preocupa. Sabemos que este fato também preocupa o Palácio do Planalto. É uma opinião talvez isolada, mas é uma opinião bem firme de quem, com toda honestidade, com uma boa história dentro deste Partido, que é o nosso PMDB, tem lutado com isenção de ânimo, com a coragem da luta, mas com a verticalidade da postura. Preocupa-me o fato de termos dificuldades para tomar posições, tomar decisões.

Para concluir este improviso, Sr. Presidente, pois não estava preparado para o Pequeno Expediente desta sessão plenária, a responsabilidade de uma decisão aumenta em muito quando se é um partido que, pelo menos teoricamente, e na prática também – vamos ser sinceros – participa do Governo. Não me parece estejamos tendo a agilidade necessária, e talvez a animosidade chegou ao ponto em que esteve, neste fim de semana, exatamente porque demoramos demais em protelações desde o início deste ano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. LUIZ FREIRE (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É com pesar que o Brasil despede-se de Gilberto Freyre, é com gratidão que acolhe seu inestimável legado.

Poucos países tiveram o privilégio de possuir um intelectual do quilate de Gilberto Freyre e, sobretudo, poucos tiveram a sorte de possuir um intelectual que tão intensa e apaixonadamente se dedicasse ao estudo de seu povo e de sua cultura. As qualidades de que Gilberto Freyre foi depositário raramente se somam em um único indivíduo. Homem erudito, de inteligência superior, de criatividade inquestionável e sensibilidade singular, alia a essas características uma capacidade de trabalho apenas explicável pelo amor com que se dedicava aos seus estudos e pesquisas. Provam-no as excepcionais extensão e qualidade de sua obra, hoje reconhecidas internacionalmente.

Gilberto Freyre conheceu em vida o prestígio e o apreço da comunidade intelectual do mundo inteiro: fez jus aos graus de doutor honoris causa das mais renomadas universidades do Brasil e do exterior, recebeu honrarias-as mais diversas, dentre elas a sagrada de "Cavaleiro Comandante do Império Britânico", em 1971, pela Rainha Isabel II, da Inglaterra. Mas de todos os títulos a que tinha direito preferia o de Escritor.

Sociólogo, antropólogo, historiador e pintor, foi com sensibilidade de escritor que Gilberto Freyre, homem de ascendência e formação aristocráticas, aproximou-se do povo, com respeito singular, para tornar-se aquele que, no dizer de Darcy Ribeiro, "foi o maior explicador do Brasil". Gilberto Freyre nasceu em Recife, no dia 15 de março de 1900, filho de Dr. Alfredo Freyre e de Dona Francisca de Mello Freyre. Criança irrequieta e avessa à disciplina, causou sérias preocupações à família e só se deitou alfabetizar aos oito anos de idade. Inicia seus estudos em casa, com professores particulares e com o próprio pai, que lhe ensinou o Latim e o Português. Aos dezessete anos, recebe o grau de bacharel em Ciências e Letras do Colégio Americano Gilreath, de Pernambuco. Segue imediatamente, para os Estados Unidos, de onde regressaria bacharel em Artes Liberais, pela Universidade de Baylor, e Mestre e Doutor em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais, pela Universidade de Columbia. Empreende, logo após, viagem de estudos à Europa, onde, assim como naquelas Universidades americanas, privaria da intimidade de importantes intelectuais da época. Tudo isso, antes mesmo de, sequer, conhecer o Rio de Janeiro.

Apesar de sua formação eminentemente americana e européia, tão comum aos filhos das classes dominantes do Recife de então, Gilberto Freyre soube, como nenhum outro intelectual de sua geração, aproximar-se dos estratos populares de nossa sociedade. O jovem escritor escandalizava as gentes bem por sua intimidade com "pessoas suspeitas", dos bairros periféricos, dos mocambos, pessoas como pais de santo, vistos como indesejáveis pela polícia da época.

O escândalo e a polêmica, aliás, seriam constantes em toda a vida de Gilberto Freyre. **Casa Grande & Senzala**, sua mais importante obra, foi alvo de severas críticas, inicialmente oriundas de setores conservadores e, posteriormente, de setores esquerdistas. Esse livro, contudo, viria a ser um dos mais significativos marcos do pensamento brasileiro. Ao lado de **A Formação do Brasil Contemporâneo**, de Caio Prado Júnior, de **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda, bem como de seus predecessores, **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, e **O Estadista do Império**, de Joaquim Nabuco, **Casa Grande & Senzala** tornar-se-ia referência indispensável a quem viesse a interessar-se pela alma brasileira. É, também, a obra que representa, entre nós, a transição do pensamento ensaístico para o estudo metodológico da realidade social, conforme observou Anísio Teixeira. Isso, todavia, sem que o livro se afaste de um enfoque humanista, tão caro aos nossos intelectuais.

A **Casa Grande & Senzala** cabe, ainda, o mérito maior de ter introduzido e divulgado no Brasil, bem como no exterior, o conceito de **morenidade**. Nessa obra o escritor desvela a intimidade de nossa formação cultural, o que vale dizer,

do próprio processo de miscigenação racial. Não o faz, porém, movido pela simples curiosidade do exótico, mas pela ternura de quem ama e que, por isso, quer conhecer. Mostrou-se iconoclasta radical no ataque aos nossos tabus; revelou-se, entretanto, cultor dedicado de nossas tradições independentemente de suas origens branca, índia ou negra. É o próprio Gilberto Freyre quem se autodenomina "um anarquista construtivo".

A ele devemos nós, brasileiros, muito de nossa consciência e orgulho de sermos um país mestiço, fato que, durante séculos, constituiu para os brasileiros, principalmente para os intelectuais, um terrível complexo de inferioridade a minar-lhes a vitalidade criadora. Não exagera, portanto, Darcy Ribeiro ao afirmar: "O Brasil ficou mais brasileiro depois que Gilberto Freyre escreveu **Casa Grande & Senzala**."

Gilberto Freyre foi, também, homem de política. Sua associação a alguns temas e atitudes valeu-lhe, mais recentemente, sérios atritos com as esquerdas e um verdadeiro boicote por parte da inteligência nacional. Temos todos o direito de discordar de muitas das opiniões expressas por Gilberto Freyre. Mas não podemos esquecer os dias de 45, quando, empenhado na luta contra as ideologias nazi-fascistas, fez-se ídolo da juventude e dos estudantes. Estava ao lado de Demócrito de Souza Filho quando este tombou morto por uma bala que, quem sabe, talvez se destinasse ao escritor. Eleger-se Deputado Constituinte. Preocupado com a memória nacional, fundou o Instituto Joaquim Nabuco; foi dos primeiros a denunciar as injustiças da estrutura fundiária brasileira, os problemas da monocultura exportadora e a necessidade de uma reforma agrária. Muitas vezes acusado de saudosista, nunca deixou de sublinhar que "da antiga ordem econômica persistia a parte pior do ponto de vista do bem-estar das classes trabalhadoras".

Como criança e adolescente, tive a oportunidade de conhecer o Escritor, pois meu pai privava de sua amizade. Demais, éramos parentes. Mas só hoje, incumbido de responsabilidades parlamentar e constituinte, percebo o quanto temos a aprender com Gilberto Freyre: aprender e aprender com o trivial, com o cotidiano, pois todas as formas de conhecimento, independentemente de suas origens aristocrática ou plebeia, "estão remotamente interligadas," entre si e com o todo.

Gilberto Freyre foi polêmico; sua obra continuará a sê-lo por muito tempo, talvez não o deixe de ser jamais. Mas, com o tempo, as divergências em torno de seu nome perderão importância em relação à unanimidade que se esboça, atualmente, quanto ao significado de sua obra para a consciência de brasiliade de nosso povo. Prenunciam-na a diversidade de credos políticos representada por aqueles que, no dia 18 de julho de 1987, compareceram ao Solar de Apipucos para o último adeus ao grande intelectual e grande brasileiro: Gilberto de Mello Freyre, Escritor. (Muito bem!)

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Recebi um telex da Associação Civil Comunitária de Defesa do Meio Ambiente de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, solicitando providências refe-

rente à Portaria nº 02/86 da Sudepe, no sentido de que a mesma fosse revogada.

Com esta portaria limita-se a atuação dos fiscais, impossibilitando-os para a apreensão de apetrechos da pesca predatória.

Segundo a comunicação recebida, os fiscais somente poderão apreender materiais apetrechos em ação, armados nos rios. Não podendo apreender nada no acampamento, nem nas vias de acesso ou nos portos.

Com esta limitação aos fiscais, é humanamente impossível evitar a pesca predatória, uma vez que é muito difícil o acesso a esses apetrechos, quando as buscas são apenas permitidas em atividade, armadas no rio, quando em plena pesca, em flagrante.

Ainda quero fazer mais um apelo às autoridades responsáveis, para que também determinem aos subordinados, aos que fazem as apreensões dos apetrechos de pesca, redes, tarrafas, linhas e outros, para que não sejam mais incinerados.

Tenho acompanhado, muitas vezes, através da televisão, a queima de materiais apreendidos. A Sudepe deve baixar portaria neste sentido, proibindo rigorosamente a destruição desses apetrechos.

Quero sugerir que esses materiais sejam leiloados, pois representam patrimônio para os cofres públicos, ou ainda doados para as Faculdades de Agronomia especializadas, em viveiros de peixes, que, por vezes, necessitam desses materiais e não têm recursos para adquiri-los.

Nada do que for apreendido deve ser destruído. Além de ser um mau exemplo, não impede a ação predatória daqueles que se especializam nessa finalidade, uma vez que logo vão adquirir novos materiais.

Por isso, não prejudica a fiscalização leiloar esses materiais.

Não posso admitir que num país com tanta carência como o nosso se faça incinerar materiais, que não têm culpa, pois a culpa é das pessoas, que devem ser apenadas através de multas.

É inacreditável que autoridades possam ter visão tão curta: é a mesma coisa como incendar uma casa, quando nela morou alguém que praticou ações fora da lei.

Espero, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, que este apelo encontre compreensão, para que, daqui para frente, não se destrua mais nenhum material: apreender, sim; impedir ação predatória, sim, mas castigar as pessoas, os infratores e não os materiais. (Muito bem!)

O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao contrário do que se possa imaginar, não vou aludir à segunda batalha de Itararé, a que não houve, e que dá configuração a Convenção Extraordinária ontem realizada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Vou-me referir, uma vez mais, a um dos temas mais polêmicos e mais graves da realidade nacional: a questão da posse, do domínio e do uso social da terra.

No último sábado, Sr. Presidente, cerca de trezentos agricultores sem terra, há vários meses acampados na histórica Fazenda Anoni, cansados de aguardar uma decisão da justiça brasileira sobre a desapropriação de outra área assinada pelo

Presidente da República em meados do ano passado, localizada na minha terra natal no Município de Cruz Alta, decidiram acampar às margens da estrada e dentro da própria Fazenda São Juvenal, com o objetivo de forçar o Governo a exigir da Justiça uma solução para o problema que se arrasta pachorrentamente, sem uma solução que seja adequada à realidade que estão vivendo, aliás trágica essas numerosas famílias.

É exatamente a falta de uma reforma agrária, a falta de coragem do Governo da Nova República de enfrentar a questão crucial da posse da terra que está determinando essa situação.

Se o episódio se limitasse apenas à ocupação social e não à invasão, da Fazenda São Juvenal, acerca de 50 km da cidade de Cruz Alta, tudo certamente teria transcorrido na mais absoluta normalidade. Acontece, Sr. Presidente, e aí está a gravidade dos fatos, proprietários da fazenda, armados, talvez até com equipamentos não convencionais e privativos das Forças Armadas, resistiram à bala essa ocupação. Pelo que se sabe, dada a impossibilidade, inclusive, de os meios de comunicação terem acesso ao local em que estão confinadas essas 300 famílias, cercadas por tropas da Brigada Militar do Estado, que são pagas para proteger os direitos dos cidadãos e não para violentá-las e mutilá-las, não se sabe se realmente há feridos, mas que houve tiroteio, isso é certo.

Sr. Presidente, tudo acontece exatamente porque o I Plano Nacional de Reforma Agrária, desencadeado mediante uma tormenta publicitária nunca vista na História Moderna deste País, continua patinando nas suas contradições.

Os jornais de todo o País trazem notícias absolutamente desencontrados sobre os fatos, na medida em que a própria imprensa – repito – está impedida de ter acesso ao local onde estão confinadas, cercadas, essas 300 famílias: é um verdadeiro campo de concentração, com várias barreiras impedindo, inclusive, o apoio logístico e o apoio social a esse numeroso grupo de agricultores sem terra. Curioso é que o noticiário diz que a caminhada desde a Fazenda Anoni, no Município de Sarandi, distante mais de 150 km de Cruz Alta, até à Fazenda Assunção Juvenal teria sido estimulada pelo Deputado Estadual do PT Adão Pretto com a participação do Deputado Constituinte Olívio Dutra e da própria Comissão Pastoral da Terra, subordinada, no caso, à Diocese de Cruz Alta, sob a égide do Bispo D. Jacó Hilbert.

Ora, Sr. Presidente, não posso aceitar que se façam gratuitamente acusações a um partido que, como o PDT, está empenhado em exigir que o Governo e a sociedade implantem, afinal a reforma agrária, a fim de que fatos tão lastimáveis como esses não continuem a se repetir.

Aqui desagravo os Companheiros do PT, o Deputado Estadual Adão Pretto e o Constituinte Olívio Dutra, o próprio Bispo Diocesano de Cruz Alta, D. Jacó Hilbert, e a Comissão Pastoral da Terra, acusados, levianamente por setores contra a reforma agrária, ligados ao latifúndio, a poderosos grupos econômicos detentores da terra, de estarem promovendo uma caminhada em busca de justiça social.

Sr. Presidente, se não apressarmos a execução da reforma agrária, se não nos conscientizarmos de que a terra não pode continuar sendo propriedade de alguns, certamente episódios como esses, talvez muitíssimo mais graves, irão acontecer

neste País, antes mesmo que seja promulgada a nova Constituição.

Só para concluir: O Incra desapropriou a Fazenda São Juvenal, que se situa no Município de Cruz Alta, e tem uma extensão de 1.436 hectares. O ato de desapropriação foi contestado na Justiça, e aos advogados da Família Dias da Costa, proprietária da terra, foi concedida uma liminar que não elimina, em absoluto, o ato de desapropriação, porque o mérito ainda não foi julgado. O próprio advogado da Família Dias da Costa, proprietária da área da terra, reconhece – está aqui com todas as letras da imprensa brasileira – que apenas 344 hectares, de um total de quase 1.500, são racionalmente utilizados. Portanto, está configurado um latifúndio, se não inexplorado, mal e muito mal explorado.

Não vejo como esta decisão continua sendo retardada pela Justiça, criando condições para um conflito de proporções tão graves como este.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. LUIZ VIANA (PMDB – BA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como é do conhecimento da Casa, faleceu, no fim da última semana, em Recife, Gilberto Freyre.

Se me faltasse outros títulos para solicitar a inserção de um voto depesar pelo desaparecimento do eminente brasileiro, invocaria a circunstância de ser um dos raros contemporâneos de Gilberto Freyre nesta Casa, alguns dirão até sobrevivente.

Realmente, Sr. Presidente, fui companheiro de Gilberto Freyre na Constituinte de 1946, na qual teve a singularidade de ter sido a primeira voz que, tratando da matéria constitucional, a colocou sob um ponto de vista sociológico.

Lembro-me bem que, naquela oportunidade, foi realmente um acontecimento, assinalado de modo particular pelos jornalistas da época e eram grandes jornalistas, Sr. Presidente, que integravam a chamada Bancada da Imprensa, poderia lembrar alguns como Carlos Castello Branco, Carlos Lacerda, Raphael de Oliveira, Murilo Marroquim e alguns outros, no dia seguinte do discurso de Gilberto Freyre foi assinalado que houvera uma novidade na Assembléia: formara-se uma fila de cumprimentos, o que não era usual na época. Eram os Constituintes, seus Colegas, indo felicitar o grande Representante de Pernambuco, que trazia uma nota nova de cultura para os trabalhos da Casa.

Devo dizer que, já àquele tempo, eu conhecia Gilberto há bastante, uma vez que nossas relações se iniciaram quando era ele Oficial-de-Gabinete do Governador Estácio Cunha Bueno, o que significa que, durante mais de 60 anos, fui eu amigo, colega, companheiro e, sobretudo, admirador de Gilberto Freyre. É ele – como dizia num artigo o Professor Darcy Ribeiro, por sinal ideologicamente pouco afeto a Gilberto Freyre – a maior figura intelectual do Brasil. E de fato era, Sr. Presidente.

Foi um desses expoentes que aparecem de raro em raro e que apareceu, dando ao Brasil aquela obra, ainda hoje lida, estudada e divulgada não apenas em nosso País como em todo o mundo – "Casa Grande e Senzala." É uma obra que, dentro de nossa Literatura, talvez só tenha símile no "Estadista do Império", de Joaquim Nabuco,

e nos "Sertões", de Euclides da Cunha. Realmente, são momentos culminantes da vida intelectual e cultural do Brasil.

Assim, durante quase 60 anos, Gilberto Freyre foi uma figura realmente radiosa da inteligência e da cultura do Brasil. Festejado no Mundo inteiro professor de várias universidades na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, em todas elas ministrou cursos que levaram àqueles países a palavra e o conhecimento da vida do Brasil.

Acima de tudo, Sr. Presidente, Gilberto Freyre mostrou ao Brasil o próprio Brasil. Revelou a face da escravidão e da cultura negra que ou não conhecíamos ou buscávamos esconder, talvez um tanto acanhados, por acreditarmos que era uma cultura inferior.

Gilberto Freyre, entretanto, mostrou que só tínhamos motivos para ser gratos e para proclamar tudo aquilo que o negro representou para o Brasil, não somente com o seu trabalho escravo como também com a sua cultura, dando uma miscigenação ética e cultural que é a base da nossa nacionalidade e da qual, realmente, emerge uma civilização verdadeiramente original, como é a civilização do Brasil implantada nos trópicos, pela aculturação do negro e do europeu.

Sr. Presidente, é esse homem, a quem o Brasil tanto deve pelos seus estudos, pelos seus trabalhos, que acaba de falecer.

Natural e justo, portanto, Sr. Presidente, que esta Casa, a Casa mais alta do pensamento, da inteligência da vida brasileira, à qual ele pertenceu e ilustrou, se associe ao pesar do País, fazendo constar das atas dos nossos trabalhos um voto de pesar pelo lutooso acontecimento.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

É com o mais profundo pesar que venho registrar, nos Anais desta Casa, o falecimento de Luiz Régis Pacheco Pereira.

Grande vulto da política do nosso Estado, Constituinte em 1946, Governador do Estado, muitas vezes seu representante no Congresso Nacional, Luiz Régis Pacheco Pereira é exemplo, neste País, de homem público que tendo à vida pública dedicado quase que exclusivamente o seu trabalho, morreu absolutamente pobre. Coordenador de sua Bancada, sucessivamente eleito representante do seu Estado, Luiz Régis Pacheco Pereira, ao fim da sua vida precisava gozar da aposentadoria dos parlamentares para custear a sua vida.

Luiz Régis Pacheco Pereira é um homem de uma família do Recôncavo, extraordinariamente vinculada à História deste País, tendo prestado enormes serviços ao nosso Estado.

O SR. LUIZ VIANA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Com muita honra. Quebrando o Regimento, Senador Luiz Viana, seu companheiro na Assembléia Nacional Constituinte de 1946, contribua V. Ex.^a para o registro deste evento que todos lamentamos.

O SR. LUIZ VIANA: – É um breve aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Em caráter excepcional, em homenagem a V. Ex.^a Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA: – Realmente, o Regimento deve ser cumprido. De vez em quando, pode ser

violado, e é o que faço, porque Régis Pacheco merece. Por isso, me associo às palavras do nosso colega. Régis Pacheco foi um político dos mais dignos que já teve não apenas a Bahia como o Brasil. Como foi assinalado, dedicou toda a sua existência à comunidade de Vitória da Conquista, onde foi realmente aquilo que se chama o médico humanitário. Era uma alma boníssima, tinha um coração de ouro, mas não ajuntou ouro, morreu pobre. Ele não apenas precisava daquele subsídio que lhe era dado, e direi mais, na Bahia só se votou esse subsídio para que Régis Pacheco não ficasse na indigência. Foi por isso que a Assembléia do Estado da Bahia votou essa lei. Justo, portanto, Sr. Presidente, que, no momento em que desaparece, ele, que foi Constituinte em 1946, tenha o seu nome lembrado, honrado, pela palavra, pelo voto e pelo pesar dos seus contemporâneos, dos seus coestaduanos e, certamente, de todos os brasileiros.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Vê V. Ex.^a, Sr. Presidente, que figura extraordinária par a vida da Bahia foi Luiz Régis Pacheco Pereira. Uma vida dedicada, de um lado, à medicina do interior, à medicina de família, do médico da roça, de outro lado, no cenário nacional, engrandecendo a política do seu Estado, como representante da Bahia na Assembléia Nacional Constituinte, como seu representante em várias legislaturas, como Governador de Estado, cujo exemplo de dedicação e trabalho honrou a Bahia.

O SR. NELSON CARNEIRO: – Permite-me V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador.)

V. Ex.^a não quer restringir, certamente, o seu pesar apenas aos que viveram aqueles dias na Bahia e acompanharam a vida de Luiz Régis Pacheco Pereira. Régis Pacheco integrou-se à vida nacional pela sua presença na Câmara dos Deputados, como Líder da Bancada baiana, e incorporar-se-á à história moral do Brasil, à história moral da política brasileira pelo modo exemplar e digno com que pautou toda a sua longa existência.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Muito obrigado a V. Ex.^a

Sr. Presidente, finalizando, registro o nosso pesar pelo falecimento de Luiz Régis Pacheco Pereira.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE:

Durante o discurso do Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho, o Sr. Jorge Arbage, Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não fosse o PMDB o Partido majoritário na Assembléia Constituinte, o Partido que tem o maior número de Ministros de Estado, que tem

quase que a totalidade de Governadores de Estado, a nós, do Partido dos Trabalhadores, não interessaria comentar a realização de sua Convenção Nacional. No entanto, a responsabilidade que esse Partido tem na condução da visão hegemônica e da visão majoritária da política nacional, torna a sua Convenção Nacional uma convenção que reflete e configura, de maneira clara, para nós, do PT, as razões pelas quais esta Constituinte não consegue criar as condições de um debate profícuo e útil, informado e amplo, como está a requerer a sociedade brasileira neste momento.

Nessa Convenção do PMDB, neste fim de semana, ficou muito claro para nós que impera no Partido majoritário a estranha concepção de que ganhar o tempo cronológico é uma forma de se ganhar o tempo político, num momento em que mais se acentua a crise econômica, quando se amplia a miséria na sociedade brasileira, quando cresce o desemprego, quando as atuais condições de vida e as perspectivas de futuro para a sociedade brasileira para os homens e as mulheres deste País, tomam-se as mais obscuras de todo o tempo da História republicana. É um absurdo que o Partido majoritário tenha adiado uma decisão que fatalmente agravará a situação dentro da Constituinte, porque, para nós, tem sido claro que, se de um lado tem-se a obsessão pessoal de um Presidente que procura manter-se no poder, sem nenhuma preocupação com o destino nacional, de outro lado, temos o pragmatismo da direção de um Partido que não quer enfrentar os problemas na forma que está a requerer e na coragem que está a pedir o atual momento da sociedade brasileira.

Não é admissível que um Partido das dimensões do PMDB chegue a adiar decisões de tal magnitude ou deixe de emitir sua opinião a respeito. Esperamos que os setores do PMDB que estão claramente preocupados com a transição política e, principalmente, estão claramente preocupados com o destino que se vai dar à ampla massa de deserdados e excluídos dos benefícios sociais que temos neste País, esperamos se incorporem dentro do Congresso Constituinte, numa ampla aliança com setores sociais, que, no campo deste Congresso, queiram uma Constituição que aponte para o futuro do Brasil e que aponte principalmente para se criar os instrumentos necessários à transformação do povo, da sociedade trabalhadora e das classes sociais oprimidas, sujeitos da História deste País; uma Constituição que não seja um retrato em preto e branco dessa sociedade, porque, se ela simplesmente fotografar a sociedade brasileira, teremos uma Constituição equivocada, atrasada e arcaica, como tivemos ontem na Convenção do PMDB a fotografia também de uma crise, que é desse Partido, e que se está refletindo aqui, no Congresso Constituinte. (Palmas)

O SR. ONOFRE CORRÉA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje ocupo esta tribuna para falar em nome dos milhares de microempresários lesados deste País, primeiro pela falta de um modelo econômico definido, segundo por uma política de créditos temporários e sem nenhum propósito de seriedade por parte de seus executores.

Com a intervenção nos bancos estaduais, consequentemente nos seus respectivos Bancos de Desenvolvimento, aqueles que tomaram recursos a longo prazo não têm a quem reclamar com relação a situações aflitivas, que neste momento passo a relatar.

Todas as empresas que tomaram recursos nos meses de novembro, dezembro e janeiro, à base de OTN no valor de Cz\$ 106,00, tiveram seus débitos corrigidos para 181,00 no dia exato do descongelamento. Viram seus débitos corrigidos em mais de 70% da noite para o dia.

Pergunto: qual é o pensamento de um empresário que vê seus débitos corrigidos em mais de 70% do dia para a noite? E, pior, hoje nenhuma autoridade se manifestou para corrigir esta disposição e os bancos passaram a exigir garantias suplementares.

Por exemplo: se se tomou 1.000 OTN no dia 25-1, no dia 5-2 – 10 dias o débito era corrigido em 70% a mais, as garantias permaneceram no mesmo valor. Eram exigidos dos devedores mais bens em garantia.

Srs. Constituintes, a OTN, que em 28-1 era de 106,00 aproximadamente, hoje já está em Cz\$ 366,49, no espaço de 5 meses, as dívidas dos empresários triplicaram. Com o desenrolar dessa dívida em 5 meses, os microempresários não têm a quem reclamar. Estão todos nas mãos dos Bancos de Desenvolvimento, normalmente em intervenção. Isso acontece no meu Estado, no Maranhão, e onde os bancos sofreram intervenção.

Será que os diretores e presidentes desses bancos não vão perceber que é impossível pagar uma conta que triplicou em 5 meses?

A situação agrava-se ainda mais com as intervenções nos Bancos Estaduais, onde os burocratas do Banco Central querem punir os empresários que, na euforia do Plano Cruzado, recorreram a essas entidades, em vez de colocarem na cadeia os ex-diretores e ex-governadores que saquearam essas instituições, estão a sacrificar os empresários.

Faço um apelo ao Ministro da Fazenda para que as dívidas contraídas, nos 6 meses anteriores ao descongelamento, sejam corrigidas *pro rata tempore*, ou melhor, sejam corrigidas pelo tempo em que o dinheiro foi tomado emprestado.

Que não tentem inviabilizar os bravos empresários deste País que ousaram um dia acreditar que as coisas por aqui são sérias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JORGE LEITE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O resultado da Convenção Nacional Extraordinária do nosso PMDB deixou patente que as bases partidárias não desejaram apoderar-se de uma competência exclusiva da Assembléia Nacional Constituinte para, atendendo a interesses de grupos minoritários, decidirem sobre o sistema de governo e a definição do tempo de mandato do Presidente José Sarney. A decisão de delegar aos Constituintes do Partido a decisão sobre as matérias citadas demonstra uma posição madura e sensata de nossas bases que, conhecendo e respeitando o programa partidário, não aceitaram a proposta portadora em seu bojo do propósito de dividir o Partido, como um verdadeiro cavalo de Tróia.

Registre-se também, Sr. Presidente. Srs. Constituintes, que os convencionistas do partido expressaram sua convicção que a transição democrática passa pela unidade do PMDB, como responsável pela derrubada do regime autoritário e pela sustentação do governo democrático da Nova República. A unidade partidária permitirá a realização, dos pontos programáticos, cabendo ressaltar que hoje, nossa luta deve ser concentrada na superação dos problemas da economia, na decretação de um salário mínimo que garanta a sobrevivência dos trabalhadores, no aumento do poder aquisitivo dos salários, na garantia de liberdades democráticas, na revogação da legislação autoritária ainda existente, no barateamento do custo de vida, na redução das taxas dos juros bancários, no aumento da capacidade de nossa economia em gerar empregos, no fim dos bolsões de miséria existentes no seio de nossa população, na garantia de sobrevivência da empresa nacional e, em especial, das micro e pequenas empresas, no fortalecimento do governo para negociar a dívida externa, na manutenção da moratória e na repulsa à receita recessiva e antinacional do FMI. Não poderíamos, pois, continuar nos digladiando em questões menores, presos à forma, mas esquecendo as questões de fundo, os verdadeiros problemas que exigem a ação do PMDB, estes, sim, merecedores de nossas preocupações e de nosso trabalho.

E para que tudo isso seja realizado, imprescindível é dizer da necessidade de estabilidade para o governo do Presidente José Sarney. No nosso entender, a estabilidade só será conseguida quando nosso Partido garantir ao Presidente da República um mandato de cinco anos, ao término do qual será concluída a transição democrática com a posse de um novo presidente escolhido pelo voto soberano do povo brasileiro.

Ora, não pode lamentar-se o nosso Partido por ter o Presidente José Sarney na Presidência da República Companheiro de agremiação, vem ele cumprindo o programa partidário, como se pode comprovar por suas realizações, entre as quais destaco:

- restabelecimento das eleições diretas, livres e com sufrágio universal, em todos os níveis e em todo o território nacional;

- convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana;

- reformulação da legislação eleitoral, de modo a instaurar a plena liberdade de organização partidária, possibilitando a formação de novos partidos (mais de vinte foram criados) e a legalização dos partidos clandestinos;

- acesso democrático ao rádio e à televisão pelos Partidos Políticos;

- reconhecimento do direito de voto aos analfabetos;

- adesão do Governo brasileiro à Convenção das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes e ao pacto sobre direitos humanos da OEA;

- legalização da União Nacional dos Estudantes;

- criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher;

- retomada do processo de desenvolvimento, como opção fundamental da sociedade brasileira. A taxa de crescimento no biênio 85/86 foi de 17,2%, resultado que se destaca no contexto

mundial (foi a mais elevada do bloco ocidental em 1986);

- recuperação dos níveis de emprego. A taxa global de desemprego que, no início do Governo Sarney, era da ordem de 8,3% caiu para 2,9% no ano de 1986;

- execução de política agropecuária, através de mecanismos de crédito, preços mínimos e comercialização, assegurando ao País níveis de produção jamais alcançados;

- fortalecimento das pequenas e médias empresas através de linhas de crédito com encargos favorecidos;

- combate à inflação e à alta taxa de juros, investimento em programas de suplementação alimentar para pessoas de baixa renda; de aleitamento, de apoio às crianças carentes, de alimentação popular, da cesta básica, programa alimentar de creches, ampliação de merenda escolar e programa do leite para crianças carentes de todo o País;

- redução do custo com locomoção para o trabalhador de baixa renda, através do uso crescente do vale-transporte;

- isenção do Imposto de Renda para trabalhadores com rendimentos até cinco salários mínimos e para contribuintes com três dependentes e rendimentos de até sete salários mínimos;

- estímulo à ação comunitária voltada para a população pobre, através de recursos e materiais para complementar as iniciativas da comunidade, como nos mutirões habitacionais;

- concessão da anistia aos dirigentes sindicais cassados;

- o reconhecimento das centrais sindicais e de mais de mil sindicatos;

- a inexistência de qualquer intervenção nos sindicatos;

- a democratização e a desburocratização das eleições sindicais;

- o reconhecimento da autonomia e liberdade sindical;

- o envio ao Congresso Nacional do projeto da nova lei sindical, que assegura o direito de greve;

- a representação trabalhista no Conselho Monetário Nacional e nos Conselhos da SUDAM, da SUDENE, da LBA, no Conselho da Mulher, da Defesa do Consumidor e dos cálculos do índice do IBGE;

- a criação do Seguro Desemprego;

- a previsão de correção monetária e juros para as indenizações trabalhistas.

Logo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes não há outra alternativa para o PMDB realizar o seu programa e cumprir os compromissos assumidos com o povo brasileiro, em praça pública, senão garantir e sustentar o Governo na Nova República. Ao invés de movimento de autofagia partidária, devemos ter a coragem e a sensatez de assumirmos nossa posição no governo, cumprirmos nossos compromissos e construirmos uma Constituição moderna, ágil, sucinta, eficiente e garantidora dos avanços da sociedade brasileira e dos direitos dos cidadãos.

Não poderíamos, neste momento deixar de destacar a posição da seção fluminense do PMDB que, entendendo claramente o momento político nacional e a necessidade da unidade de nosso Partido, propôs a moção de deixar à Assembléia Nacional Constituinte a resolução da questão do

mandato presidencial e a forma de governo. Proposição coerente e sábia, garantiu ao nosso partido a continuação de sua história, construída desde a época do arbítrio, pela coerência e a coragem de seus líderes e filiados.

Por outro lado, cabe-nos reconhecer o trabalho da militância partidária do Estado do Rio de Janeiro presente à convenção nacional. Com o sacrifício dos corajosos e a disposição dos invencíveis marcou sua presença nas galerias desta casa cantando a alegria carioca e defendendo as convicções de quem acredita no PMDB e reconhece o trabalho do Presidente José Sarney. Os do povo que defendiam e defendem um mandato de cinco anos para o Presidente da República tornam público o respeito e a gratidão que o povo do Rio de Janeiro tem pelo chefe desta Nação. Este é o verdadeiro povo carioca. Este é o verdadeiro povo fluminense. Não tem em sua alma senão o sentimento da alegria contagiosa e a gratidão pelos que lhe são caros. Este reconhecimento, além de um dever, é o meu orgulho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. VIRGÍLIO GALASSI (PDS – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Encontro-me entre os que defendem uma reforma agrária realista, equacionada com visão panorâmica de nossa tessitura social e econômica, encarada com agudo senso de responsabilidade e tendo em mira a manutenção dos antigos estímulos à propriedade privada produtiva, da qual a continuidade do ritmo normal de expansão de nossa produção agropecuária.

Não são meras teorizações vazias os princípios basilares sobre que se tem assentado nosso progresso, tanto na agricultura quanto na indústria e demais setores. Claro, temos vivido períodos de séria crise e, no momento, as dificuldades nos parecem assustadoras e insuperáveis. Conviria, talvez, examinar qual a parcela debitável a fatores externos e o que deve ser levado à conta das debilidades e carências internas ou naturais. Mas, afinal, somos ou não somos a oitava economia do mundo? Que não tenham dúvida a respeito os que alimentam essa espécie de cacoete intelectual, que consiste em negar tudo, até as evidências mais gritantes.

Quem diz quem reconhece e proclama o desenvolvimento brasileiro são justamente as nações que querem negociar, transacionar, empestar ao Brasil, abrir-nos linhas de créditos para trocas comerciais, enfim, manter e, se possível, alargar a pauta comum de compras e vendas Ninguém admite ou tolera a idéia de perder o parceiro Brasil.

Duas das pilares do nosso edifício econômico-social são a livre iniciativa e seu corolário, a economia de mercado, que serve ao mesmo tempo de indutor e freio àquela. Nem se compreenderia que se produzisse algum artigo, manufaturado, artesanal ou industrial, senão para atender ao mercado.

Pois bem, no projeto global de política agrícola, que o País está reclamando, a reforma agrária será um capítulo indispensável. Para que se torne exequível, e, melhor, para que se mostre inteligível e justificável, terá de promover aumento da produ-

ção de alimentos para uma população crescente e faminta.

Desapropriar áreas produtivas equivalerá a decretar a diminuição da produção de comida, o que significará, obrigatoriamente, a necessidade de importar gêneros, e, portanto, o gasto de divisas.

Em consequência de estarmos atravessando um ano de Constituição nova, algumas noções mais afoitas têm sido esposadas, inclusive por cidadãos sensibilizados, com a problemática da terra e que se deixam conduzir muito pela emoção e quase nada pela razão lógica. Estou com os que pensam que se deve dar um pedaço de chão aos que não o possuem, mas isso não basta. É preciso que eles obtenham orientação, créditos, apoio agronômico e até social. O que não falta é, justamente, terra: os Governos, Federal e Estaduais, são os maiores detentores de áreas livres neste subcontinente. Quanto às glebas improdutivas, próximas de centros consumidores, poderão elas ser desapropriadas para fins de reforma agrária, a critério da Justiça e por acordo, segundo se me afigura mais razoável, com os proprietários. Essa será, todavia, uma fórmula a discutir na Assembléia Nacional Constituinte, como, aliás outras particularidades, na matéria.

De qualquer forma, julgo que somente o consenso nos levará a bom porto, não me parecendo aconselhável a imposição de pontos de vista de minorias radicalizadas, que têm por objetivo instalar o conflito e a desordem no campo.

O SR. DIONISIO DAL PRÁ (PFL – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Conforme estabelece o Anteprojeto de Constituição, de que foi Relator o nobre Constituinte Bernardo Cabral, passará a depender de prévia autorização do Congresso Nacional "a instalação ou ampliação de centrais hidroelétricas de grande porte, termonucleares termoelétricas, de usina de processamento de materiais férteis e fissíeis, de indústrias de alto potencial poluidor, e de depósitos de dejetos nucleares, bem como quaisquer projetos de impacto ambiental".

Como se vê, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras, buscam-se, de maneira concreta, meios de sustar a crescente degradação do patrimônio natural do País, principalmente aquela causada pelos sistemas energéticos, procurando-se, por assim dizer, ajustar os programas de desenvolvimento aos aspectos ecológicos da realidade nacional.

Ressalte-se também que, além dessas medidas, o anteprojeto do novo texto constitucional procurará estabelecer normas visando a disciplinar a questão ecológica em outros aspectos, aí incluídos o controle da produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para o meio ambiente e a qualidade de vida, a manutenção dos processos ecológicos essenciais, a preservação da integridade e diversidade do patrimônio genético do País, a promoção da ordenação ecológica do solo, a definição das áreas a serem protegidas, a recuperação das áreas depredadas, a institucionalização do gerenciamento costeiro, bem como a promoção da educação sobre a defesa do meio ambiente, em todos os níveis de escolaridade.

Procuram os Constituintes, dessa forma, fazer com que venham a ser incorporados à nova Carta os fundamentos do direito ambiental, de tal modo que não somente o Estado, mas os diversos segmentos da sociedade, possam instrumentalizar uma política racional sobre o assunto, assegurando um direito humano fundamental, qual seja "o da fruição de um meio ambiente equilibrado e saudável".

Convencido de que a Constituição a ser aprovada deve, efetivamente, adotar modificações estruturais no que tange à gestão dos ecossistemas e recursos ambientais, ao controle da poluição e, consequentemente, à elevação dos padrões de qualidade de vida da população brasileira, quero manifestar meu total apoio às medidas preconizadas, por entender que as mesmas representam fator essencial para a desejada conciliação entre o progresso econômico e a utilização racional das riquezas naturais do País.

Não julgo necessário enfatizar a relevância do assunto para o futuro de nossa Nação, que hoje assiste, com indifarçável apreensão, à escalada predatória de sua fauna e flora, à destruição de seu patrimônio natural e a uma incontrolável e crescente poluição industrial.

Não podemos esquecer, consoante explicitado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que "para chegar ao mundo da Natureza, o homem deve usar seu conhecimento para, com ela colaborando, criar um mundo melhor".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil e a comunidade luso-brasileira estão de luto com o falecimento de um dos mais destacados expoentes de sua cultura, o pernambucano Gilberto Freyre, o sociólogo maior, o mestre de antropologia, o pai da lusotropicalogia, escritor brasileiro traduzido para todas as línguas civilizadas do mundo.

Defensor intransigente da cultura afro-brasileira e da integração racial, onde o nosso País é o centro de uma miscigenação que gerou, segundo nosso grande sociólogo-antropólogo, a morenidade, que é a essência de uma raça que pode assegurar ao Brasil uma posição de destaque no terceiro milênio, que se aproxima a passos largos.

Gilberto Freyre, o escritor de mais de cem livros, a maior parte lida no mundo inteiro, destacando-se o famoso "Casa Grande & Senzala", projetou o Brasil como centro de uma civilização que há de ser proeminente nos tempos futuros.

Uma lição de sua vida devemos todos colher, que é a do amor que devotou à terra que lhe serviu de berço e, da análise de seus estudos, feita em cima da história pernambucana, o mestre de Apipucos firmou: conceito maior da pernambucanidade como princípio de um sentimento que dá à gente de meu Estado o sentimento de alteza que foi forjado nas grandes lutas do passado.

Ser pernambucano para Gilberto Freyre era algo que transcendia a condição de brasileiro. Pernambucano, por isso, ninguém foi mais do que ele.

Seus títulos colhidos no exterior, as honrarias que lhe foram outorgadas no mundo inteiro eram mais de Pernambuco do que dele próprio.

Hoje Pernambuco e o Brasil lamentam sua morte e nós, que fazemos a Assembléia Nacional Constituinte, choramos o desaparecimento daquele que esteve nesta Casa como Constituinte em 1946, contribuindo com seu saber para a formulação de uma Carta que foi a mais duradoura de nossa História.

Louvar o mestre Gilberto Freyre com simples palavras é muito pouco. Por isso, Sr.^{ss} e Srs. Constituintes, requeiro, nesta oportunidade, que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte marque uma data para que esta Casa, em sessão solene, preste uma homenagem ao grande brasileiro desaparecido. É preciso que a Nação reverencie a memória do grande pernambucano, sendo esta Casa o palco desta homenagem, pois aqui ele esteve emprestando todo o brilhantismo de sua atuação, após a luta pela redemocratização de 1945, da qual foi um dos baluartes em Pernambuco, ao lado de Demócrito de Souza Filho, tombado em um fatídico dia de março daquele ano, tendo caído aos pés do mestre de Apipucos.

Portanto, Sr. Presidente, a homenagem que o País prestará a Gilberto Freyre nesta Casa será o reconhecimento de todos àquele que dignificou este século com sua presença fulgurante entre nós. Peço à Mesa que, marcando a data da sessão solene, seja dado conhecimento ao Governo de Pernambuco, ao prefeito de Recife e à família do grande e inesquecível Gilberto Freyre.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inobstante o esforço realizado pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães, há ainda um longo caminho a percorrer para a reposição das perdas dos proventos de aposentadoria e demais benefícios da Previdência Social.

É público e notório que os aposentados tiveram sensíveis perdas em seus proventos, notadamente a partir de 1969. Embora, como acentua o Código de Processo Civil que o que é público e notório independe de prova (Art. 334), convém trazer para análise e reflexão dos Srs. Constituintes trabalho publicado no *Jornal de Brasília*, traçando comentários que a reposição ainda é irrisória:

Jornal de Brasília, 19-7-1987.
Aposentadoria

REPOSIÇÃO AINDA IRRISÓRIA

Nesta semana a Previdência deverá começar a pagar as reposições entre 2 (dois) e 19% (dezenove por cento) aos aposentados que ganhavam, ou passaram a ganhar, no período entre 1979 e 1984 benefício igual ou superior a três salários mínimos.

Essa reposição, que vai variar de acordo com a época em que o segurado tenha se aposentado e também com a faixa de benefício, é referente aos achatamentos ocorridos entre maio de 1979 a novembro de 1984 – época em que o primeiro reajuste poderia ser proporcional, para quem não se aposentava nos meses de maio ou novembro, e em que o salário mínimo, a ser tomado como base de correção era sempre o do mês anterior ao dessa correção.

Como a reposição tem efeito retroativo a 1º de abril, neste mês de julho, os segurados estarão recebendo o correspondente a três meses. Portanto, para saber qual o valor real da reposição basta dividir o total por três. E ai não vai levar nenhum susto. Essa restituição é irrisória mesmo.

Reposição Real

Assim que você chegar ao valor de sua restituição, vai ficar muito claro que ela está longe de devolver aos aposentados todas as perdas ocorridas até hoje. Por isso, resta um caminho: brigar na Justiça para conseguir equiparar o valor da aposentadoria a nível mais compatíveis com a realidade. A propósito, as notícias são boas nesse sentido, muitos aposentados que deram entrada de ações para reaver essas diferenças conseguiram parecer favorável até no Supremo Tribunal Federal, segundo o advogado Raul Portanova, responsável pelas ações em Porto Alegre. Isso vem abrir e facilitar o caminho para todos os aposentados que têm intenções em recompor seu benefício, mesmo que seja através da Justiça.

De igual modo, o Jornalista Milton Correa Júnior, analisa também aspectos ligados às perdas sofridas pelos aposentados, em prejuízo de seu já mutilado poder aquisitivo.

Eis a avaliação:

Previdência

APOSENTADO SEMPRE PERDENDO
Por Milton Correa Júnior

O aposentado está sendo prejudicado pela Previdência Social. Ele está recebendo um benefício

mensal com um valor menor do que teria direito, caso o cálculo desse benefício tivesse levado em conta o reajuste da variação da ORTN, ao invés dos índices de correção utilizados pelo INPS. Quem faz esta denúncia é o advogado Raul Portanova, de Porto Alegre, especializado em direito previdenciário, e que tem impetrado várias ações contra a Previdência em favor dos aposentados.

Histórico

Para acompanhar o raciocínio do Dr. Portanova, é preciso recuar no tempo e entender o que aconteceu com o cálculo do benefício dos aposentados, em termos de legislação previdenciária, da década de 70 para cá. Atualmente, o cálculo é feito da seguinte maneira: o INPS calcula a média dos 36 últimos salários de contribuição (que não podem ultrapassar individualmente o equivalente a 20 salários mínimos), corrigindo apenas os 24 primeiros, de acordo com coeficientes estabelecidos trimestralmente, pela coordenação dos serviços atuariais do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Esse critério foi determinado pela Lei Nº, 5.390, de 1973. Antes disso, a Previdência utilizava as 12 últimas contribuições, que depois foram alteradas para 48 e, finalmente, se fixaram em 36.

Estranho, nos critérios, é o fato de que não se tem idéia de como o Ministério da Previdência chega ao cálculo dos índices de reajuste. Outra questão não esclarecida é a do por que dessa correção ser feita trimestralmente e não mensalmente, como seria de se supor.

Na verdade, em vez de utilizar os índices próprios de correção, o INPS deveria mesmo era

chegar ao valor dos percentuais desse prejuízo. Nessa simulação, foram estipuladas sete contribuições, com o início da aposentadoria distribuído por diversos meses ao longo de diferentes anos. Nessas hipóteses, foi levado em conta que o valor da contribuição era de cinco salários mínimos. Na terceira coluna da esquerda para a direita, tem-se o quanto esse aposentado estaria recebendo de acordo com o critério de correção utilizado pelo INPS e, na quarta coluna, quanto receberia se fosse usada a correção pela ORTN. Na quinta coluna, está o prejuízo do aposentado, em porcentagem. Como você vê, essa diferença vai de 4% (quarto por cento) até 40% (quarenta por cento), acentuando-se em 86.

Tudo o que foi dito anteriormente significa que, na prática, o aposentado tem o direito de entrar na justiça para reclamar os atrasados referentes a essa diferença. Mas, para isso, é preciso que ele se enquadre no seguinte perfil: que a sua aposentadoria tenha sido requerida a partir do segundo semestre de 77. Além disso, no cálculo do seu benefício, é necessário que tenha sido utilizado o critério que leva em consideração os valores dos últimos 36 (trinta e seis) meses de contribuição. E mais: a sua faixa de contribuição deve estar entre dois e oito salários mínimos, que é onde se encontram os prejuízos mais significativos. Isso porque, quem contribuiu com valores acima de oito salários mínimos vai ter uma diferença relativamente pequena entre os dois métodos de cálculo, não valendo a pena, portanto, brigar na justiça e arcar com os honorários do advogado. A mesma observação vale em relação às contribuições inferiores a dois salários mínimos.

Mas antes que você parta para uma ação dessa natureza contra a Previdência, é bom estar atento para o seguinte: tudo ainda é muito recente; tanto que não há jurisprudência firmada sobre o assunto, no Tribunal Federal de Recursos. Isso significa que as ações que deram entrada na justiça, questionando o sistema de correção adotado pelo INPS, ainda não foram julgadas. Por isso, não se sabe como os juízes irão dar as suas sentenças. É bastante provável que a Previdência recorra através de uma ação recisória contra um primeiro julgamento favorável, e a decisão final acabe ficando por conta do Supremo Tribunal Federal.

De qualquer maneira, os advogados estão confiantes de que esse tipo de ação tem boas chances de obter uma sentença final positiva, em favor do aposentado.

Em razão disso, para reparar os prejuízos sofridos pelos aposentados, pelos pensionistas e demais dependentes da Previdência Social, torna-se imponível que se restabeleça dispositivos, no texto da nova Carta, aprovados inicialmente pela subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, vazado nos seguintes temos:

"Os benefícios de prestação continuada concedidos até a data de promulgação desta Constituição serão revistos, a fim de que seja restabelecido o valor real, calculado em salários mínimos que tinham em novembro de 1979, ou à data de sua concessão, se posterior àquela."

Assim sendo, tenho esperanças que a Assembléa Nacional Constituinte se converta num marco de esperanças à legislação de aposentados existente neste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem!)

AS PERDAS DOS APOSENTADOS

Início	Última contribuição	INPS	ORTN	negativo
Maio/80	14.664	11.895	18.789	15%
Set/81	42.324	31.789	33.253	4%
Jun/82	83.040	62.575	61.064	16%
Fev/83	117.840	95.949	116.417	20%
Ago/84	485.880	548.797	708.309	29%
Set/85	1.685.000	1.886.057	2.162.357	28%
Jul/86	4.020	3.267	4.592	40%

Um detalhe importante: é preciso que os cálculos que irão constar da ação judicial estejam corrigindo essas 24 contribuições, que entram no cálculo do benefício, pela variação da ORTN do período. Isso porque, de acordo com a Lei Nº 6.423, de 17 de junho de 1977, "a correção, em virtude de disposição legal ou estipulação de negócio jurídico, de expressão monetária de obrigação pecuniária, somente poderá se ter por base a variação nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN)".

Em outras palavras: desde o segundo semestre de 1977 (imediatamente após a divulgação da Lei Nº 6.423) que o INPS deveria estar utilizando o critério da correção pela variação da ORTN, e não pelos índices estabelecidos pelo próprio Ministério da Previdência, como vem sendo feito desde 73.

E essa irregularidade fica ainda mais clara porque desde 77 a Previdência está utilizando o crité-

rio da correção pela ORTN (atualmente pela OTN) para o recebimento dos seus débitos. E se ela o usa para as suas cobranças, nada mais justo que o utilize também para os seus pagamentos.

Direitos

Esse critério, na verdade, está cometendo boa parte dos benefícios dos aposentados. Na tabela abaixo, foram feitos vários cálculos comparativos, para serem absolutamente certos. Para isso, é necessário que o aposentado tenha em mãos os valores das suas últimas 36 contribuições, (esses dados podem ser obtidos com o empregador ou com o próprio INPS). E mais: Sobre esses valores, é preciso calcular a correção das primeiras 24 contribuições, com os índices oficiais e, em seguida, com a variação da ORTN no período. E o cotejo entre esses dois critérios que vai dar a diferença que o aposentado irá pleitear na justiça.

Um detalhe importante: é preciso que os cálculos que irão constar da ação judicial estejam corrigindo essas 24 contribuições, que entram no cálculo do benefício, pela variação da ORTN do período. Isso porque, de acordo com a Lei Nº 6.423, de 17 de junho de 1977, "a correção, em virtude de disposição legal ou estipulação de negócio jurídico, de expressão monetária de obrigação pecuniária, somente poderá se ter por base a variação nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN)".

Em outras palavras: desde o segundo semestre de 1977 (imediatamente após a divulgação da Lei Nº 6.423) que o INPS deveria estar utilizando o critério da correção pela variação da ORTN, e não pelos índices estabelecidos pelo próprio Ministério da Previdência, como vem sendo feito desde 73.

E essa irregularidade fica ainda mais clara porque desde 77 a Previdência está utilizando o crité-

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes:

Com fulcro em dispositivos da Lei Delegada nº 04, de 1962, a Fiscalização da SUNAB autuou, em todo o País, milhares de proprietários de supermercados, farmácias, frigoríficos, entre muitos outros, sob o pretexto de haverem alterado os preços das mercadorias após a medida do congelamento imposta pelo Plano Cruzado.

De acordo com a legislação processual e penal, os inquéritos feitos pela SUNAB foram encaminhados aos juízes competentes, que iniciaram as respectivas ações, visando enquadrar os indiciados nos crimes capitulados contra a economia popular.

Ocorre, Sr. Presidente, que, a partir do ato de instauração do inquérito policial, todos os comerciantes foram ou estão sendo submetidos aos vexames do fichamento datiloscópico, conforme determina a lei. Enquanto não forem absolvidos, seus nomes permanecerão inseridos no fichário da Repartição Criminal, sujeitando-os a situações críticas, principalmente no que diz respeito ao abalo de crédito perante bancos, setores da indústria onde adquirem produtos e no âmbito da própria sociedade, de que são partes integrantes.

Convém observar que a política do congelamento de preços, ditada pelo então Ministro da Fazenda Dilson Funaro, estava embutida no organismo do Plano Cruzado. Deste foi consequência natural, pois era objetivo do Governo conter o avanço da inflação, mediante indexação da economia, daí se socorrer da Lei Delegada nº 04, de 1962, com o propósito de ordenar a venda das mercadorias, obediente à listagem que estabeleceu nas diversas tabelas postas em prática, distribuídas em todo o País.

O Plano Cruzado não atingiu os objetivos preconizados pelo Governo. Além do desastre que provocou na economia brasileira deixou seqüelas que até hoje não foram saneadas. Antes pelo contrário.

Frustado o Plano Cruzado, contra o qual teriam se insurgido os comerciantes, com a violação da tabela que orientou os preços durante a fase do congelamento, e que lhes custou o enquadramento como passíveis de crime cometido com base na Lei Delegada nº 04, de 1962, é de se entender que esse ilícito penal não terá como subsistir, pois o relacionamento dele com o falso Plano acima mencionado resulta de efeito e não de causa.

Na prática do Direito em seus variados ramos, nulo o ato gerador da eficácia jurídica, nulos também o são todos os demais que dele resultarem. Trata-se de princípio elementar na Ciência do Direito, plenamente aplicável no caso de quantos se tornaram vítimas de autuações impostas pela SUNAB, no curso da vigência do Plano Cruzado.

Em assim sendo, creio factível uma ponderação ao Presidente da República e aos Ministros da Justiça, Paulo Brossard, e da Fazenda, Bresser Pereira, no sentido de que examinem a possibilidade de encaminhar mensagem ao Congresso Nacional concedendo anistia cível e criminal a todo cidadão autuado em inquérito pela SUNAB, a partir de 28 de fevereiro de 1986 –, ressalvados os casos ocorridos após a vigência do Plano Bresser – cujos processos se encontram **sub judice** nas Varas Criminais, por crimes capitulados na

Lei Delegada nº 04, de 1962, sobrestando-se a tramitação dos mesmos, com o automático cancelamento do fichamento datiloscópico, onde quer que existam.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Um dos mais graves problemas que assolam o País é o da violência e criminalidade, estampado em estatíscas que colocam o Brasil entre as nações de maior insegurança do mundo.

Tal insegurança se reflete, também, sobre o estado psicológico das pessoas, hoje dominadas pela síndrome do medo.

Em nossos dias não se distingue mais as regiões e cidades, como acontecia no passado, entre as localidades pacatas e os bolsões da violência, geralmente localizados nos centros de maior densidade populacional e mais baixas taxas de renda, o que atesta as causas sociológicas do fenômeno.

As cidades de João Pessoa e Campina Grande também têm sido palco da brutalidade que transpõe as fronteiras. Nos últimos dias ocorreram diversos seqüestros seguidos de morte. As vítimas foram, mais uma vez, taxistas, estes abnegados trabalhadores do volante apanhados no atentado covarde dos latrocidas.

Enquanto não são removidas as causas estruturais que explicam a patologia da delinquência irrefreável, tarefa inadiável, é certo, mas cujos resultados demandarão médio e longo prazos, impõe-se uma série de medidas preventivas e repressoras por parte das autoridades responsáveis pela ordem e segurança públicas.

Uma delas seria a designação de um policial em cada ponto de táxi existente no território brasileiro. A ele caberia identificar e revistar o passageiro (ou passageiros) que embarcasse, anotando dados pessoais e registrando o destino do veículo. Outra seria a de investir as Polícias Rodoviárias também de missão policial, de que não dispõem, com sérios prejuízos ao melhor desempenho da corporação e graves riscos à integridade de seus membros, que ficam a mercê da ação preponderante dos marginais.

Com isso, a elas seria atribuído o dever de exercer rigorosa vigilância sobre os veículos que deixam as cidades com destino a outros Estados e municípios, particularmente sobre os automóveis de aluguel, os táxis.

São sugestões que endereço ao Sr. Ministro da Justiça e aos Secretários de Segurança Pública dos Estados, no momento em que essas autoridades se empenham na execução do programa chamado "Mutirão contra a Violência".

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Nação inteira chora a perda de um dos maiores brasileiros de todos os tempos: Gilberto Freyre. Sem nenhum exagero, porque, ao longo de várias décadas, assim ele foi saudado pelas maiores universidades do Mundo: Columbia (onde estudou), Münster, a Sorbonne e Oxford (que lhe

concederam doutoramentos **honoris causa**) e muitas outras.

Pernambuco e o Brasil estão de luto.

Pernambuco, sua terra natal, da qual nunca esqueceu, fiel às raízes na casa onde sempre morou, o Solar de Apitropicais a que tanto amava. Ali escreveu a maior parte de sua obra, com a culminância máxima em **Casa Grande & Senzala**, traduzida diversas vezes ao inglês, francês, espanhol, italiano e húngaro. Foi a chave que lhe abriu as portas do Mundo, precedendo-o e legitimando as honras universitárias que recebia. Gilberto Freyre era Gilberto Freyre por direito de nascença e conquista: cavalheiro aristocrático dos canaviais e escritor cidadão do Mundo. Seu pai, o Professor Alfredo, tinha sido catedrático na Faculdade de Direito de Recife.

Ainda jovem, Gilberto Freyre partiu do Recife para longo aprendizado intelectual. Bacharelou-se e doutorou-se nos Estados Unidos, estagiou na Europa, em universidades às quais voltou, coberto de glórias, para receber as homenagens que merecia. Mas que lhe faltaram, com frequência, no Brasil, para sua mágoa. Em raras ocasiões elas lhe foram aqui prestadas. Talvez pelo fato de Gilberto Freyre nunca ter sido professor no Brasil, preferindo criar sua própria universidade de pesquisas, o Instituto Joaquim Nabuco, depois Fundação Cenário de cursos e conferências e seminários com os mais ilustres cientistas sociais do nosso tempo.

Cumpre também lembrar, algo muito especial para nós parlamentares, que Gilberto Freyre foi Deputado Federal Constituinte em 1946, quando deu fundamentais contribuições à Constituição daquele ano. Destacando-se a sua criação do Instituto dedicado à memória e ao exemplo de Joaquim Nabuco, seu êmulo em livros clássicos e atuações decisivas em favor do povo brasileiro na luta pela abolição da escravatura.

Recifense e brasileiro, pernambucano e universal, foi o dístico numa medalha comemorativa do seu octagésimo aniversário, sete anos atrás. Nada mais justo, embora se possam acrescentar-lhe tantos outros títulos: os de escritor e parlamentar, cientista e humanista, um brasileiro completo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALBÉRICO CORDEIRO (PFL – AL)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Foi assinado, hoje, em solenidade no Ministério da Fazenda, um contrato de financiamento entre o Banco Mundial e o Governo brasileiro, com vistas à implantação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP – nos Estados de Alagoas, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Bahia e Minas Gerais.

Esse Programa, o PAPP, já foi implantado nos Estados de Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte, com resultados promissores.

A notícia que trago hoje, a esta Casa, se reveste da mais alta importância para aqueles Estados nordestinos, porque significa mais recursos, mais trabalho e mais produção.

Na oportunidade, o Ministro do Interior, Deputado Joaquim Francisco, pronunciou o seguinte discurso:

Esta solenidade reveste-se de uma significação muito especial. Não apenas porque traduz a ina-

balável determinação do Governo José Sarney de oferecer à problemática regional brasileira – momente a questão nordestina um tratamento preferencial, mas sobretudo porque ao fazê-lo volta-se para ações que possam reverter o quadro de pobreza que, malgrado tantos esforços, constitui, infelizmente, traço persistente na avaliação das condições de desenvolvimento do Nordeste.

Não posso deixar de reconhecer que as disparidades inter-regionais de renda, com sua múltiplas inter-relações com o problema da pobreza nacional, representa um dos mais sérios desafios com que se defronta o País neste final de século. O nordeste, tem sido uma região historicamente discriminada, jejuna dos frutos do progresso, apartada do processo de desenvolvimento nacional e estigmatizada pela miséria, pelo analfabetismo e pela doença, o que, de resto, afronta a consciência social e agrade a própria integridade nacional.

Sei também que essa desconfortável realidade é, em boa medida, decorrente do exercício de políticas públicas que não tomam em conta seus efeitos regionalmente diferenciados, na presunção de que as políticas regionais devem assumir caráter meramente compensatório, marginal, residual e, por isso mesmo, de importância secundária ante outras questões – como crescimento do produto, equilíbrio no balanço de pagamentos, investimentos setoriais etc. Em verdade, configura entendimento tão arraigado na administração pública brasileira – e, até mesmo, em importantes segmentos formadores da opinião pública nacional – que exige, para revertê-lo, um difícil e penoso processo, construído a partir da pressão política, que desaguará fatalmente em um igualmente difícil, penoso e, agora, longo processo de revisão das prioridades na política nacional de desenvolvimento.

A iniciativa que, neste instante, adotam o Ministério do Interior, o Ministério da Fazenda, o Banco Mundial e os Governos dos Estados do Nordeste representa um símbolo, um gesto concreto na direção da responsabilidade de que pesa sobre os homens públicos brasileiros de promover a atenuação das disparidades inter-regionais de renda.

De fato, os contratos de financiamento, ora celebrados entre o Banco Mundial e o Governo brasileiro, permitirão seja implantado o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Alagoas, Bahia e Minas Gerais, possibilitando sua extensão a toda área sob jurisdição da Sudene, por quanto já se encontram em implantação os projetos do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe.

Os recursos envolvidos, incluída a contrapartida nacional, se elevam a mais de US\$ 12 bilhão, o que somado aos contratos já firmados perfaz um total de (US\$ 1,7 bilhão). Ainda neste exercício, os dispêndios com o PAPP, previstos no orçamento, ascendem a Cr\$ 7,2 bilhões, ademais de Cr\$ 14,0 bilhões adicionais, objeto de suplementação orçamentária em curso, de conformidade com compromissos assumidos pelo Governo brasileiro perante o Bird.

A magnitude dos valores não facilita, contudo, concluir que se trata de um mero aporte adicional de recursos financeiros para o Nordeste. É indispensável salientar que o PAPP é um programa

voltado para o atendimento de um setor produtivo daquela região usualmente desassistida e, em virtude disso, tolhido em sua capacidade de incorporar-se ao mercado. Com efeito, seus objetivos prioritários relacionam-se com a elevação dos níveis de emprego e renda dos pequenos produtores rurais – especialmente, os que localizam nas zonas semi-áridas –, através do aumento da produção e produtividade. Suas metas incluem o atendimento de 2 milhões de famílias, durante o período de execução do programa, além de permitir a geração de 6 milhões de empregos estáveis, dos quais 1,8 milhão no primeiro quinquênio.

Essa estratégia de ação, importa salientar, privilegia os pequenos produtores agropecuários que desenvolvem atividades econômicas, isoladamente ou em regime de parceria, em terras próprias ou não, cuja área total não ultrapasse 100 hectares e cuja fonte de renda principal provenha da exploração dessas terras.

Os projetos por sua vez observam diretrizes que são estabelecidas de forma participativa, que transcende a clássica articulação intergovernamental no caso específico, traduzida pelo Ministério do Interior, Sudene e governos estaduais – à medida que contempla e valoriza a participação dos segmentos sociais afetos à questão, especialmente os trabalhadores rurais.

Finalmente, quero, nesta oportunidade, expressar meu reconhecimento às autoridades do Ministério da Fazenda, à frente do Ministro Bresser Pereira, ao Banco Mundial e aos Governos estaduais que souberam compartilhar com o Ministério do Interior seu propósito de conferir à questão regional brasileira caráter de prioridade nacional, conforme tem sido orientação do Presidente José Sarney. Tenho a mais clara convicção de que esta iniciativa é um passo a mais, um passo firme, nesta caminhada de todos os brasileiros que pretendem construir uma nova perspectiva de vida para este País, erradicando a pobreza e atenuando o secular atraso das regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em meados do mês de abril deste mesmo ano compareci a esta tribuna para analisar os dilemas da Política Econômica e projetar várias alternativas até o final do ano. Naquele momento dispúnhamos já do esboço da proposta Sayad como tentativa de reorganização da economia, em má hora e apressadamente rechaçada pelo Governo, levando à demissão do então Ministro Sayad; sofriamos o desgaste do que chamamos indiferença do ex-Ministro Dílson Funaro às críticas ao descalabro financeiro, e visualizávamos a inevitabilidade de um cenário ortodoxo: – "inimaginável há dois anos, inaceitável há dois meses; descartável há duas semanas, o cenário ortodoxo tem a mesma característica que o autoritarismo – ele se impõe ideologicamente como fruto da "desordem" e ganha terreno como a "única saída".

E concluímos "Caso até agosto ou setembro, quando se terão acumulado perdas consideráveis nos setores produtivos, não haja sido implementada uma verdadeira política de combate à infla-

ção, articulada à retomada do crescimento e eliminação da miséria no País, a alternativa ortodoxa se terá armado à espera da crise institucional que produzirá não apenas uma política econômica recessiva, mas os atores do recesso das instituições democráticas arduamente reconquistadas".

Não chegamos ao mês de agosto.

No dia 12 de junho, o novo Ministro da Fazenda anuncjava um novo Plano Econômico de Estabilização, logo exaltado por notórios economistas, fiéis à ortodoxia, como tardia e prudente capitulação da Nova República às suas teses. De nada adiantou a fachada heterodoxa. Na pura verdade, voltamos à ortodoxia com a tentativa de controlar a inflação através do arrocho salarial, da pressão sobre os níveis de consumo interno e novo ciclo de excedentes exportáveis. E, sobretudo, mais uma vez, através de um pacote. Lamentavelmente, parece que perdemos a grande oportunidade de consolidar os ganhos sociais e monetários do Plano Cruzado I de fevereiro de 1986. Voltamos a caminhar claramente em direção à crise que corói a economia e ameaça as instituições. Vejamos o novo plano através de duas óticas:

- a) O Déficit Público
- b) As Perdas Salariais

O Déficit Público

A tentativa de reduzir o déficit público, que em 1986 alcançou 3,4% do PIB e que, apesar das drásticas medidas fiscais do Pacote II, de novembro passado, está projetado para o dobro deste número neste ano, foi novamente anunciado pelo Plano Bresser. Para tanto procedeu-se a elevação das tarifas dos serviços públicos e, logo a seguir, foram extintos os subsídios ao trigo e ao crédito agrícola, somando estas medidas um reforço do Governo de mais de Cr\$ 100 bilhões de cruzados. O aprazamento de um conjunto de obras públicas, entre elas a Ferrovia Norte-Sul pretende reforçar, supostamente, estas medidas saneadoras das finanças públicas.

Interessado em retomar um acerto com o Fundo Monetário Internacional que assegure a entrada de novos recursos externos à nossa combalida economia, o Ministro Bresser Pereira sabe que este é um ponto crucial dos entendimentos. Por isto o colocou em seu Plano de Estabilização. Ocorre, porém, que o FMI ainda não está satisfeito com estas medidas, que, quando muito, manteriam o déficit num número próximo ao alcançado no ano passado e que é considerado altamente inflacionário pelo Fundo. Consta que este nível só seria aceito como base da retomada das negociações entre o Brasil e o FMI se o nosso Governo se comprometesse a zerar o déficit no difícil ano eleitoral de 1988, o que jamais será prometido nem menos cumprido.

Se foi, portanto, para agradar o FMI, as medidas saneadoras do déficit público não estão conseguindo cumprir seus objetivos.

Na realidade todos estamos de acordo com o reordenamento das contas do Governo. Mas esta questão é bem mais complexa do que simplesmente cortar gastos ou atrasá-los. O déficit público tem um forte componente financeiro derivado dos serviços da dívida pública da União e dos Estados, cujo montante é superior a Cr\$ 1,5 trilhão, sendo cerca de Cr\$ 700 bilhões em poder do público. Ora, só este componente, a uma taxa de juros de 10% ao mês, impõe um ônus financeiro mensal ao Poder Público de Cr\$ 70 bilhões

ou o equivalente a US\$ 1,2 bilhão, algo insuportável. Diante deste rombo financeiro, não há orçamento fiscal que resista. Por mais que se eleve a carga tributária, ela não é suficiente para drenar a sangria do orçamento monetário. Estamos, verdadeiramente, num impasse no tocante às finanças públicas que paralisa o Governo e vulnerabiliza a economia. O volume da dívida interna é de tal ordem que dificulta, quer sua monetização, quer sua rolagem às taxas atuais de juros.

De outra parte, se bem o Plano Bresser tenha acudido as finanças públicas, contrariamente ao Cruzado I, que deixou os serviços públicos à deriva de tarifas deterioradas, tomou o Governo Federal outras medidas como o apoio aos Estados e Município e pequenas empresas sob situação crítica que levam a que os resultados finais do déficit público sejam avaliados com cautela. O caminho, pois, da questão do déficit, não poderá jamais ser tratado com cortes autoritários de valor discutível. Ele só será resolvido no bojo de uma profunda reforma financeira que redefina, simultaneamente, as regras do pagamento aos credores externos e internos, paralela à revisão do conjunto do sistema tributário e financeiro. Isso não foi feito no Cruzado I, não foi feito em novembro de 1986 e não foi feito pelo Plano Bresser.

Há que se ressaltar, finalmente, como faz o Professor Mário Tinoco, da Universidade de Brasília, que a "atual crise financeira do setor público espelha o esgotamento de um estilo de crescimento econômico, no qual vários segmentos produtivos foram altamente subsidiados, através das mais diversas formas, e receberam inúmeros "incentivos fiscais" (...) Além disso, a distribuição da carga tributária privilegia os detentores do capital, penalizando os assalariados. O resultado é, por um lado, um capitalismo sem riscos e pouco competitivo e, por outro, uma excessiva concentração de renda.

A simples redução do déficit público, como é propugnada por muitos, acabaria levando a aumentos de receitas que reforçariam as injustiças da atual estrutura tributária ou a cortes apressados de gastos que incidiram sobre os setores de menor força política, deprimindo gastos sociais e deteriorando as condições de trabalho do funcionalismo público, mantendo intocados os esquemas de privilégio e o clientelismo".⁽¹⁾

Concordamos com este autor quando ele diz que "seria desejável que, ao invés de soluções superficiais, a sociedade brasileira aproveitasse a atual crise e o espaço aberto pela Constituinte para repensar a forma de atuação do Estado, visando um sistema tributário mais justo, além de uma política de gastos que priorize o atendimento das necessidades sociais básicas e os investimentos essenciais em infra-estrutura e que se apóie na profissionalização do servidor público. Uma observação final óbvia que reforça esta convicção: para manter elevados excedentes exportáveis, o Governo fatalmente procurará enxugar a liquidez interna, mantendo estreito controle sobre a base monetária, com o consequente agravamento do endividamento público, sobretudo em função do excesso de reservas cambiais.

A Questão Salarial

Segundo discurso proferido pelo Ministro Bresser Pereira, quando anunciou o novo Plano Cruzado, a 12 de junho, o retorno à ortodoxia teve como objetivo evitar "a aceleração brutal da infla-

ção, açudada pelo excesso de demanda e pelo total desequilíbrio de preços relativos". É discutível, entretanto, que houvesse excesso de demanda generalizada na economia no mês passado. Desde maio os indicadores oficiais demonstram nítida perda de dinamismo na economia, com reflexos sobre emprego e capacidade utilizada.

Além disso, como bem observa o documento divulgado pelo DIEESE sobre o Cruzado III.

"Há um erro de diagnóstico no que se refere ao excesso de demanda. Nossos estudos demonstram que, ao contrário do que afirmam alguns analistas, os salários médios reais, em 1986, apresentaram um crescimento relativamente pequeno (4,9%), bastante inferior ao crescimento dos autônomos e empregadores (30,7% e 22,8% respectivamente). Na verdade, foram esses rendimentos, o crescimento do nível de emprego e a expansão da renda disponível em geral⁽²⁾ que mais levaram ao aumento da demanda, através do crescimento da massa de rendimentos e não apenas os salários."

Se é verdade, portanto, que os preços estavam relativamente equilibrados em junho, o mesmo não se pode dizer da relação salário-preços, pois, 21 milhões de trabalhadores estavam perdendo, em média, neste mês, cerca de 37,74% relativamente a dezembro (anexo I). As categorias com data-base em outubro chegaram a perder até 44,08%. Foram 2,701 milhões de trabalhadores que, de março de 1986 a maio de 1987, tiveram 124,34% de aumento, enquanto, no mesmo período, o custo de vida (índice DIEESE) subiu 301,15%.

Isto tudo é muito estranho, pois o Presidente Tancredo Neves havia supostamente imortalizado a idéia de que não pagariamos a dívida externa com a miséria do povo brasileiro.

Mas arrancar cerca de 40% dos salários, reduzir o salário mínimo a miseráveis 42 dólares mensais, levar o desemprego a mais de 2 milhões de brasileiros com o objetivo de reduzir a demanda interna e voltar a negociar com os credores não é disseminar a miséria e induzir a violência? Não por acaso, pois, os saques a armazéns e supermercados se sucedem chegando à assombrosa cifra de um assalto a cada dia e meio, nas últimas semanas. Não por acaso, também, a insatisfação popular se afasta redistribuindo o descredito do Governo e das autoridades públicas.

Dada a importância desta questão, transcrevo aqui as apreensões das lideranças sindicais contidas no referido documento do DIEESE:

"O Cruzado III e o arrocho salarial"

Mais uma vez os trabalhadores pagam com seus salários por uma tentativa de ordenar a economia brasileira. Vejamos como as medidas contidas no decreto impõem aos trabalhadores o esquecimento das perdas salariais ocorridas até maio de 1987, confiscam parte do salário e propiciam continuidade do arrocho salarial:

1) Parcelamento dos resíduos

O movimento sindical sempre reivindicou a reposição salarial imediata e integral das perdas decorrentes da variação do custo de vida.

Mesmo com a existência do "gatilho" de 20%, essas perdas não estavam sendo integralmente reposta: a cada disparo sobrava

um resíduo da inflação que significava queda de poder aquisitivo para os salários. Dessa maneira, no lugar de repor a perda, o Cruzado III adia o pagamento do resíduo para depois do "período de congelamento de preços", e ainda a parcela em seis meses. Essa reposição será feita de acordo com o resíduo de cada categoria.

Tomando como exemplo as categorias com data-base em outubro, que tinham acumulado um resíduo de 23,57%, o reajuste referente ao resíduo se dará a partir do início da fase de flexibilização em seis parcelas mensais de 3,59%.

A tabela a seguir mostra os percentuais de reposição do resíduo, por data-base

TABELA III
Parcelamento dos Resíduos

Data Base	Resíduo Acumulado Até Maio/87 (%)	A Partir do Fim do Congelamento, Seis Parcelas de (%)
Janeiro	9,44	1,51
Fevereiro	12,42,	1,97
Março	18,40	2,85
Abri	3,50	0,58
Maio	2,68	0,44
Junho	—	—
Julho	7,78	1,26
Agosto	6,50	1,06
Setembro	4,74	0,77
Outubro	23,57	3,59
Novembro	21,26	3,26
Dezembro	17,40	2,71

2) O confisco da inflação de junho.

O novo Decreto-lei, no artigo 8º, assegura aos trabalhadores o reajuste mensal dos salários a partir da fase de flexibilização dos preços pela URP apurada.

Como já foi visto, o Decreto prevê que a primeira URP (que vigorará no primeiro trimestre da fase de flexibilização) será igual a variação percentual média do IPC ocorrida durante o congelamento de preços.

O inciso III do artigo 4º diz que, para fins de cálculo da primeira URP o primeiro mês a ser considerado será o de julho.

O último "gatilho disparado" levou em consideração a inflação de maio. Isto significa que, se o último gatilho incorporou a inflação de maio e o primeiro reajuste efetuado após a decretação do Cruzado III parte da inflação de julho, a inflação de junho não será incorporada aos salários em momento algum.⁽³⁾

Esse fato assume anda maior gravidade na medida em que o Decreto-lei deixa claro que todos os aumentos de preços ocorridos antes do início do congelamento não serão computados no IPC referente ao mês de ju-

⁽³⁾ o Decreto-lei estabelece que a variação de preços de 16/06/87 a 15/07/87 será considerada como indicador da inflação do mês de julho/87.

Iho, ou seja, todos os recentes que um processo de controle dos aumentos de preços (combustíveis, salários! Diante deste quadro são mais energia elétrica, tarifas telefônicas, pão, leite, entre outros) não serão computados diretamente no cálculo de quaisquer reajustes salariais.

3) Ausência de reajustes automáticos na "fase de congelamento".

O Decreto suspendeu os reajustes automáticos de salários durante o "congelamento de preços". No entanto, o próprio governo prevê inflação durante essa fase.

Dessa maneira, mesmo que a inflação seja baixa, sem mecanismos de reposição automática de salários, esse será, sem dúvida, um período de perda do poder aquisitivo para os trabalhadores.

4) Reajustes pela URP na fase de flexibilização dos preços.

A sistemática de reajuste de salários pela URP traz em si a continuidade do processo de achatamento salarial.

O governo optou por reajustar salários pela média da inflação acumulada no período anterior. Supondo que o período de congelamento dure 3 meses, o poder aquisitivo dos salários certamente se reduzirá, pois a URP só repõe parceladamente a inflação passada. Nesse caso (congelamento de preços por 90 dias) o total da inflação deste período só estará reposto no final do trimestre posterior. Enquanto ocorre essa reposição, os salários continuarão sendo corroídos, pois os preços também serão majorados.

Gerou-se, pois, uma situação paradoxal para os trabalhadores: o período de congelamento é desfavorável a eles, levando-os a procurarem encurtá-lo para reabsorver, ainda que homeopaticamente, as perdas salariais anteriores ao Plano Bresser. De outra parte, está claro que mais do

que um processo de controle dos aumentos de preços (combustíveis, salários! Diante deste quadro são mais exigências das lideranças sindicais, que sempre defenderam o direito a reposição imediata, no sentido do abono salarial já de 38% para todas as categorias. Estas são as perdas. Estes são os direitos. Até porque a fórmula "bresseriana" do diferimento das perdas salariais encontrará milhões de trabalhadores no desemprego, beneficiando, uma vez mais, com a crise e a inflação, os banqueiros e grandes empresários. Não será fácil, como instituiu o Sr. Ministro do Trabalho, através de recente portaria, creditar estes resíduos a trabalhadores dispensados.

Conclusão

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Plano Bresser, como vimos, é uma mera proposta de estabilização interna e normalização externa, calcada na compressão salarial, que desarma a realimentação inflacionária e libera energias para a exportação. Não chega, neste sentido, a ser uma proposta heterodoxa, como propúnhamos há três meses. A alternativa heterodoxa, tal como praticada pelo Governo com o Cruzado I, era centrada no controle do mecanismo automático de propagação de efeitos inflacionários – congelamento de preços. Não se propunha alterar a repartição de rendas nem as relações com o exterior. Isso, se ocorreu, foi um subproduto impensado, e não bem administrado do Cruzado I e não sua expressão de vontade. Como dizem os economistas, o Cruzado I era "neutro" socialmente. Já o Plano Bresser, desde o início se propõe congelar as perdas salariais até junho, diferindo-as, a partir do fim do congelamento, para sua reabsorção líquida nos seis meses posteriores. Além disso, é claramente destinado a recompor os excedentes exportáveis. Ora, uma tal reestruturação de rendas só pode ser efetivada por duas maneiras ou através do choque autoritário, sustentado pelas baio-

netas, ou mediante pactuação social. Trata-se, com efeito, de algo substancialmente distinto do choque heterodoxo, socialmente neutro, implementado para podar efeitos propagatórios iniciais. Aqui, o Plano Bresser ataca o centro vital do processo inflacionário, que é a acirrada disputa distributiva entre os suportes sociais dos salários, lucros, juros e impostos, que são os trabalhadores, empresários, rentistas e o Estado, aliás, em profundo desequilíbrio.

Não há, pois, como tergiversar sobre o verdadeiro caráter – ortodoxo – do Plano Bresser, muito embora se admita que tal ortodoxia pudesse e possa até ser aplicada em doses mais fortes quando combinada com políticas monetária e fiscal mais severas e ativas, conducentes à recessão planejada. Pelo que se vê, o Governo pretende induzir à retomada do nível da atividade econômica e do emprego, pela via de recessão apenas salarial, que deprime o consumo interno, mas empenha-se em elevar a rentabilidade do setor externo e de criar bases mais sólidas para o investimento estatal. Indago-me, apenas, por que não declara o Governo claramente suas intenções? Não será muito pior insistir nestas meias-verdades que subnutrem a credibilidade à já frágil imagem da autoridade governamental? Será o Plano Bresser uma tábua de salvação para chegarmos ao fim do processo constituinte?

A todas estas questões terá o Executivo respostas incisivas, mas o Congresso Nacional, a bancada do PMDB, Partido que sustenta majoritariamente o Governo da Nova República, têm o direito e a obrigação de conhecê-las. Até para poder respaldá-las com a legitimidade de nossos mandatos, ou rechaçá-las até o ponto em que a política econômica do Governo acabe por se identificar com os anseios populares de maior estabilidade e progresso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(CONCEITO A QUE SE REFERE O SR. JUTAHY MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO)

ANEXO I – PERDAS SALARIAIS EM 1º DE JULHO DE 1987, DESDE O PLANO I, POR DATA-BASE

Data-base	Número de Trabalhadores Por Data-Base (Em Mil) (1)	Distribuição Trabalhadores Por Data-Base (Em %)	Evolução do salário nominal de março/86 a Junho/87 (2) (em %)	Salário Real em 01-07-87 (3) (Em %)	Perda Salarial até 01-07-87	Reajuste Necessário para Repor as Perdas Até o Plano Cruzado III (Em %)
Janeiro	2.366	11,4	153,30	63,14	36,86	58,38
Fevereiro	802	3,9	146,59	61,47	35,53	62,68
Março	1.899	9,1	134,13	58,36	412,64	71,35
Abril	977	4,7	167,84	66,77	33,23	49,77
Maio	3.277	15,8	169,98	67,30	32,70	48,59
Junho	1.137	5,5	177,21	69,10	30,90	44,72
Julho	1.204	5,8	157,20	64,12	35,88	55,96
Agosto	910	4,4	160,29	64,89	35,11	54,11
Setembro	1.939	9,3	164,67	65,98	34,02	51,56
Outubro	2.701	13,0	124,34	55,92	44,08	78,83
Novembro	2.930	14,1	128,61	56,99	43,01	75,47
Dezembro	615	3,0	136,13	58,86	41,14	69,89
Total Geral	20.757	100,0	–	–	–	–
Média Ponderada	–	–	–	62,26	37,74	60,62

(1) Fonte: Ministério do Trabalho Lei nº 4.923/65

(2) Esses salários incorporaram o IPC integral do período, descontados os resíduos dos gatilhos. Não estão considerados eventuais aumentos reais por cada categoria individualmente.

(3) Deflator utilizado – ICV/DIEESE março/86 a junho/87 = 301,15% (junho/87 - estimativa = 25%)

Fonte: DIEESE

O SR. GANDI JAMIL (PFL - MS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No mês de maio próximo passado, o município sul-mato-grossense de Tacuru comemorou o sétimo aniversário de sua emancipação política, em virtude da Lei nº 72, de 12 de maio de 1980, que o desmembrou do Município de Amambá. Até esta data, o Município se compõe de apenas um Distrito, o da sede.

Distante da Capital estadual 419 km e com área total de 1.745 km², Tacuru pertence à Microrregião Administrativa de Campos de Vacaria e Mata de Dourados (MRH 344) e se situa entre os de menor densidade demográfica no Estado (4,43 hab/km²), com população de cerca de 8 mil almas, distribuída quase que equitativamente entre a cidade e o campo, com ligeira vantagem para a zona rural.

Por causa disto, também, Sr. Presidente, a economia da comunidade de Tacuru é predominantemente agrícola e pecuarista, produzindo normalmente algodão, arroz, feijão, milho, soja e com um efetivo pecuário de cerca de 160 mil cabeças, um dos maiores do Estado.

Ligada à rede telefônica nacional por posto de serviço e ao serviço de Correios e Telégrafos por agência postal, Sr. Presidente, Tacuru conta com 35 salas de aula (sendo a maioria na zona urbana) em 11 escolas de 1º e 2º graus, sendo 10 na zona rural.

Ao registrar estes resumidos e incompletos dados estatísticos sobre a comunidade de Tacuru. Srs. Parlamentares, congratulo-me com seu povo e suas autoridades por ocasião da passagem de sua máxima efeméride cívica, augurando àquele operoso município progresso cada vez maior e mais rápido.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente.

Criado pela Lei nº 73, de 12 de maio de 1980, o município sul-mato-grossense de Sete Quedas, desmembrado do de Amambá, comemorou no mês de maio próximo passado o sétimo aniversário de sua emancipação potoca.

Pertencente administrativamente à Microrregião de Campos de Vacaria e Mata de Dourados (MRH 344), compõe-se ele de apenas um Distrito, o da sede, que dista 459 km da capital, Campo Grande. Com área total de 963 km² e uma população de cerca de 20 mil almas, cuja maioria reside na zona rural, tem densidade demográfica de 16,40 hab/km² e taxa de urbanização de quase 50%.

Sete Quedas é ligada à rede telefônica nacional por posto telefônico e ostenta uma taxa de atendimento escolar urbana de 65% e rural de quase 100%, com quatro escolas de 1º e 2º graus, sendo 3 rurais, e setenta e quatro salas de aula, sendo quarenta e duas rurais.

Nem poderia ser de outra forma, Sr. Presidente, porque a vida econômica e financeira do município se baseia na agricultura e na pecuária, com produção normal de algodão, arroz, feijão, milho e soja e um efetivo pecuário de caca de 80 mil cabeças.

Ao registrar estes rápidos dados estatísticos sobre a vida daquela simpática comunidade, Srs. Parlamentares, congratulo-me vivamente com seu povo e suas autoridades, desejando, na passagem de seu sétimo aniversário de emancipação

política, progresso e desenvolvimento sempre ascendentes e positivos para Sete Quedas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB - GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governo de Goiás acaba de tomar importantíssima decisão: interferir na atividade garimpeira que esteja causando danos ao meio ambiente. Tal decisão deve ser apoiada por todos aqueles que mostram preocupação com o equilíbrio ecológico e com a saúde da população. Em face das atuais circunstâncias, por que passa o País, com grave crise econômica, com enormes reflexos sociais, não é fácil a qualquer governante tomar medidas que levem à paralisação de uma atividade econômica como a do garimpo, que gera muitos empregos. Daí a corajosa atitude do Governador Henrique Santillo. Sendo ele, como médico, um profissional da saúde que conhece aprofundadamente os graves malefícios que a poluição gerada pelo mercúrio pode causar ao homem e à fauna, outra alternativa que não a que foi tomada, dele poderia ser esperada, caso se considere sua seriedade e o seu compromisso com o povo de meu Estado. Entre a saúde da população e os ganhos fáceis de uns poucos empresários do garimpo, o Governador Henrique Santillo não titubeou em ficar ao lado do povo, optando pela paralisação da gravíssima poluição do rio Vermelho, causada pelos garimpos de ouro em seu leito.

A questão garimpeira não é restrita ao meu Estado. Ela tem caráter nacional, com ênfase para a região amazônica, sendo merecedora de grande atenção por parte do Governo e de todos os Constituintes, tal a gravidade que vem assumindo, em face da grandiosidade dos problemas sociais e ambientais que suscita.

O garimpo sempre existiu no Brasil, tendo desempenhado no passado importante papel na sua evolução econômica e política.

Modernamente, após 1964, o Governo Federal adotou dois tratamentos distintos e contraditórios em relação ao garimpo: Inicialmente decretou o seu fim, na medida em que o Código de Mineração do novo regime tratou de não deixar qualquer espaço legal para a pequena mineração, na qual, o garimpo é a maior expressão em nosso País. Por fim, no Governo Figueiredo, quando o regime militar dava o seu estertor final, incentivou-o irresponsavelmente, sendo o melhor exemplo dessa iniciativa, Serra Pelada.

Tal Código de Mineração, ainda em vigor, privilegia unicamente a grande empresa e, na prática, coloca a pequena mineração, representada pelo garimpo, na ilegalidade e na clandestinidade, de forma a deixar o campo livre para a chamada mineração organizada que, pela rigidez tecnoburocrática exigida, só é viável para o grande empresariado nacional e estrangeiro.

Entretanto, a vontade da tecnoburocracia aliada como grande empresariado, foi levada de roldão pelos acontecimentos sociais, com a atividade garimpeira proliferando e crescendo à revelia da legislação, com o tiro saído pela culatra: o garimpo, em vez de ser definitivamente varrido do Brasil, passou a ser um sério entrave para o desenvolvimento da grande mineração, por força das distorções que o acometeram, próprias das ativida-

des que são forçadas a se desenvolverem na clandestinidade. E por que aconteceu isto?

A resposta para o enorme desenvolvimento do garimpo no Brasil, a um nível sem precedentes, em escala mundial, pode ser encontrada em, pelo menos, dois acontecimentos socio-econômicos, potencializados pelo regime de 64.

Primeiro, o modelo econômico implantado no Brasil pelo regime de 64, que, nas próprias palavras do Presidente José Sarney, levou a "metade mais pobre da população brasileira, que em 1960 detinha 4% (quarto por cento) da renda nacional" a ter "hoje menos de 3% (três por cento)". Que fez com que "os 10% (dez por cento) mais ricos que possuíam 39% (trinta e nove por cento) da riqueza nacional" passassem a "comandar 51% (cinquenta por cento). Os pobres mais pobres; os ricos mais ricos". Em consequência, milhões de despossuídos das periferias urbanas ficaram à sua própria sorte, de forma ainda mais dramática, com centenas de milhares deles vendo no garimpo uma esperança no sentido de amenizarem suas difíceis situações financeiras e de garantirem suas próprias sobrevivências físicas. Segundo, a concentração de 50% (cinquenta por cento) das terras agricultáveis do País em poder de cerca de 1% (um por cento) da população, adicionou novas levas de outros milhares de sem-terra para o garimpo, que também viram nele um remédio para seus infortúnios sociais. Dessa forma, foi criado o caldo social que alimenta o garimpo. Assim, cada desempregado urbano ou sem-terra, que labuta desesperadamente para se manter vivo, são garimpeiros em potencial.

Neste complexo ambiente social, milhares de pequenos e médios capitalistas, que aplicariam seus recursos financeiros disponíveis na pequena mineração se a mesma tivesse um espaço legal, viram no garimpo a oportunidade que esperavam. Rapidamente, e com grande dinamismo, transformaram o antigo garimpo, principalmente na Amazônia, e criaram um novo ator social: o "empresário-garimpeiro" que, em verdade, constitui o pequeno minerador brasileiro.

Com o rápido crescimento da atividade garimpeira, enormemente incentivada pelo Ministério das Minas e Energia, durante o Governo Figueiredo, graves problemas sociais e ambientais foram gerados na esteira do garimpo. No atual Governo, o MME, embora tenha terminado o seu incentivo ao garimpo, tem fugido à sua responsabilidade de equacionar e resolver os problemas por ele criados.

Não havendo qualquer tipo de controle da atividade garimpeira pelas autoridades responsáveis, foi reproduzido no garimpo o modelo concentrador de renda vigorante no País, enormemente potencializado. Com isto, dois atores principais comandam a cena garimpeira: de um lado milhares de trabalhadores, os garimpeiros propriamente ditos, que muito trabalham e que conseguem apenas sobreviver fisicamente e, de outro, os financiadores do garimpo, os chamados "empresários garimpeiros" que, contudo, também se autodenominam de garimpeiros e que são os reais beneficiários da atividade extrativa nele desenvolvida.

Neste trágico ambiente de exploração do homem pelo homem, nenhuma disposição da legislação trabalhista, previdenciária, sanitária, ambiental, etc. é respeitada. No garimpo do ouro, a intensa utilização do mercúrio como agente

concentrador do metal precioso, sem qualquer forma de controle, tem levado os rios brasileiros em que a atividade é desenvolvida, a uma situação de calamidade ambiental, tão devastador são os efeitos poluentes resultantes da ação mercurial. Além disso, a ganância dirigida ao enriquecimento rápido desses "empresários garimpeiros" compromete a pecuária e, fundamentalmente, prejudica enormemente todos que diretamente dependem da água limpa para suas atividades, inclusive, o abastecimento de água potável das cidades ribeirinhas, como é o caso do rio Vermelho e do rio Crixás, no Estado de Goiás.

O exemplo destes rios não pode ser mais esclarecedor, segundo a SEMA/GO eles já estão quase "mortos" sendo muito difícil suas recuperações totais, tal o grau de degradação ambiental a que se chegou. Além disso, como se lançou, somente dentro do rio Crixás, segundo cálculo daquele órgão governamental, cerca de 7 (sete) toneladas de mercúrio, a saúde das populações ribeirinhas, dos animais domésticos e selvagens que utilizam sua água poderá sofrer danos sérios, caso se considere que a biota já está por ele contaminada.

Pelo exposto, ao aplaudir ação pioneira do Governo de Goiás, conclamo os demais governos estaduais e, principalmente, o Governo Federal, a seguirem o exemplo do Governador Henrique Santillo que não tergiversa com a saúde pública e não hesita em tomar medidas para a sua proteção, mesmo o que elas possam ser, aparentemente, impopulares, como é o caso da paralisação dos garimpos do rio Vermelho. Adicionalmente, conclamo o Governo de Goiás a estender tal procedimento para os outros rios goianos afetados com o mercúrio, com ênfase para o rio Crixás, onde a situação se apresenta crítica.

Finalmente, ao Ministério das Minas e Energia, considerando que o garimpo é uma atividade válida no contexto do aproveitamento dos recursos minerais do País, tendo um caráter irreversível, cabe a grande responsabilidade de contribuir para a sua normalização, institucionalizando-o como uma modalidade da pequena mineração, que efetivamente é. Para isto, além da necessária adequação de ordem legal, O MME deve investir na formulação de tecnologias apropriadas ao garimpo que tornem possível sua convivência com o meio ambiente, possibilitando o trabalho de milhares de trabalhadores garimpeiros, livres da contaminação mercurial, e a atividade econômica dos "empresários garimpeiros" em bases tais que a justiça social seja a regra vigorante.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Comemorou o seu centenário, no dia 27 de junho passado, o Instituto Agronômico de Campinas, que tem respondido, em grande parte, pelo desenvolvimento da Agricultura em todo o Estado de São Paulo e unidades federadas vizinhas, tanto pela pesquisa fitossanitária – visando ao combate às pragas que atingem a produção agrícola – como pelo constante trabalho de melhoria das espécies vegetais, para incremento da produtividade.

Como a maioria dos nossos institutos científicos, que conseguiram selecionar uma excelente equipe de pesquisadores, o Instituto Agronômico

de Campinas está, atualmente, sofrendo sérias dificuldades para prosseguir em sua programação experimental, prejudicado até mesmo em sua nomeada, não apenas nacional mas internacional.

O orçamento estadual não oferece condições para a sustentação do estudo e da melhoria dos 130 produtos agrícolas mais importantes do País, dentre outros o café, o algodão, o cacau, a cana-de-açúcar, a seringueira, o milho, o arroz, a mandioca, o feijão.

Dante de ingentes dificuldades, o Instituto Agronômico de Campinas se viu prejudicado, recentemente, quando a Secretaria da Agricultura, alegando a necessidade de "reduzir custos", tirou o nome dos seus impressos oficiais e envelopes punindo, dessa forma, a eficiência daquela notável instituição científica.

Condenado o Instituto à ociosidade, só lhe resta um caminho: cobrar "royalties" à iniciativa privada e aos Estados e Municípios de outras unidades da Federação, pelas pesquisas realizadas e transferidas à agricultura.

Se houvesse compensação financeira pela transferência de tecnologia do Instituto Agronômico de Campinas, teria a instituição uma renda de cento e vinte milhões de cruzados, correspondente a setenta e cinco por cento de seu orçamento, que tem cerca de setenta por cento comprometidos com a folha de pagamento dos dois mil funcionários.

Uma proposta nesse sentido foi encaminhada pelo Instituto ao Governo do Estado, lembrando-se que, no último quadriênio, convocadas cooperativas e empresas a colaborar com a instituição, obteve-se uma participação equivalente a cinco por cento do orçamento, permitida, assim, a recuperação de alguns setores, evitando-se, também, a evasão de técnicos.

Até hoje, fazendeiros e industriais, não apenas paulistas mas de outros Estados, principalmente o Paraná e Minas Gerais, recebem gratuitamente os resultados das pesquisas ali realizadas, quando o Estado já não tem condições para financiar todos os programas para o pleno desenvolvimento de cada projeto.

Pesquisando cento e trinta produtos, Instituto Agronômico se ressente de condições financeiras para ampliá-los em termos de atendimento a toda a Agricultura, enfrentando um sério desafio, a distribuir as disponibilidades, equitativamente, entre todos, para que nenhum seja minimizado.

Falando a respeito, disse o Diretor-Geral do Instituto Agronômico de Campinas, Nélson Sabino:

"A indústria de defensivos agrícolas poderá contribuir com verba ou produtos para o acompanhamento das pesquisas e ampliação dos problemas. A indústria têxtil é convocada há quarenta anos a trabalhar junto conosco na pesquisa do algodão. Se a proposta for aprovada e ela pagar "royalties" das melhorias que obtém, suas necessidades serão atendidas mais rapidamente".

Hoje, somente a Coordenadoria de Assistência Integral, da Secretaria da Agricultura, paga dois por cento pelas sementes melhoradas que leva do Instituto Agronômico para diversos campos experimentais.

Bastaria que outros setores interessados pagassem "royalties" entre dois e cinco por cento sobre o valor da compra, para que os cento e trinta

produtos estudados no instituto tenham os respectivos projetos de pesquisa e melhoramento completos e ampliados, em benefício das próprias empresas que utilizam os resultados desse trabalho.

A verba assim arrecadada seria exclusivamente destinada à manutenção dos equipamentos e à modernização estrutural do Instituto, continuando por conta do Governo a folha de pagamento dos pesquisadores, pessoal de apoio e equipe administrativa, sistema que preveniria a comercialização indesejável da pesquisa.

Aquele Diretor-Geral continua num paciente trabalho de catequese, junto a pessoas e instituições que podem colaborar. Foi justamente a arrecadação modesta de "royalties", nos últimos quatro anos, que permitiu ao Instituto Agronômico de Campinas produzir diversas variedades de trigo aptas à região do Paranapanema, que poderão render duas toneladas por hectare. Apoiado esse trabalho por três cooperativas, que contribuíram com três milhões de cruzados, as experiências resultaram excelentes para o desenvolvimento da triticultura.

Um grupo têxtil está investindo na pesquisa de um algodão de fibra mais longa, com o apoio da Embrapa e da FINEPE, representando cinco por cento do orçamento do Instituto, hoje trabalhando com ociosidade de cinqüenta por cento.

Esse é o quadro enfrentado pelo Instituto Agronômico de Campinas no seu centenário: uma luta árdua pela sobrevivência, que merece a atenção do Governo de São Paulo e, principalmente, do Ministério da Agricultura, ao saudar a brilhante instituição, fazemos sinceros votos para que as autoridades acudam esse trabalho memorável.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a fixação do princípio constitucional de que nenhum benefício pago de maneira continuada na Previdência Social, a aposentados ou pensionistas, não deva ser inferior a um salário mínimo, é a constatação de que a vontade do povo estará expressa na Carta Magna.

Não é admissível que se possa aceitar que um cidadão brasileiro, criança ou velho, pensionista ou aposentado, possa receber uma quantia menor que de um salário mínimo, ou seja, o mínimo que o legislador entende como necessário para sobrevivência.

Todos sabemos que o salário mínimo é muito baixo, hoje lamentavelmente corresponde a 34 dólares, o que é uma vergonha. Por isso, é inaceitável que alguém possa receber dos cofres públicos importância inferior.

A Constituição deve expressar a maneira como uma sociedade quer viver. E, no Brasil, ninguém quer que um aposentado ou pensionista ganhe menos dessa estipulação legal. Assim, a proposta apresentada, estabelecendo esse princípio, recebeu aprovação unânime na Subcomissão, na Comissão e, tenho certeza, será aprovado em Plenário. Trata-se do resgate de parte da dívida social, que temos com milhões de brasileiros que, por insensibilidade dos antigos dirigentes, ficaram à margem do mínimo.

Com a fixação desse princípio, teremos uma distribuição de renda e facilitaremos a esses brasi-

leiros o acesso a uma parcela do progresso que o Brasil atingiu e que eles não tiveram acesso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Pela ordem): – Sr. Presidente, fundamento minha questão nos arts. 75, 76, 77 e 78 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Foi criado, através da aprovação do Regimento Interno, o Serviço de Divulgação dos Trabalhos da Constituinte, e que, no art. 75 diz, com toda a dureza para divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

O art. 76, Sr. Presidente, reza:

"As emissoras de rádio e televisão cederão, diariamente, ao Serviço de Divulgação, para apresentação de programa informativo, contendo exposições de Constituintes e a síntese dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, dois horários, de 5 (cinco) minutos cada um..."

O art. 77 dispõe sobre a requisição diária de 60 minutos para a divulgação de fatos relevantes; o art. 78 concede à Assembléia Nacional Constituinte o poder de requisitar diariamente 60 minutos às emissoras estatais e educativas.

Sr. Presidente, tenho ouvido muitas reclamações aqui sobre a parcialidade com que esse programa é feito. E eu dizia que não queria fazer uma crítica ao Primeiro-Secretário. Primeiro, porque não conhecia os programas, não tinha tempo de vê-los, até porque envolvido, aqui, no trabalho parlamentar. E, em segundo lugar, porque não conhecia sequer o Secretário.

Aliás votei no Deputado Marcelo Cordeiro para Primeiro-Secretário, mas não tive a oportunidade de conhecê-lo, de conviver com S. Ex.^a, e não queria fazer uma injustiça de emitir um juízo sem uma fundamentação maior.

Pois bem, Sr. Presidente, neste fim-de-semana, sábado e domingo, houve sessões da Assembléia Nacional Constituinte. Evidente que, sem o brilho de outros Deputados, eu, durante 30 minutos, no sábado, e mais 30 no domingo, fiz uma análise profunda, detalhada, minuciosa, com a apresentação de propostas, sobre o Capítulo referente ao Funcionário Público, que, aliás, é um eterno esquecido, porque não vejo alguém vir à tribuna para defender o funcionário público. Pois eu fiz isso. Hoje, tive a paciência de ficar em casa para assistir ao programa. E no programa, à exceção de três entrevistas – relâmpago com três Constituintes, vi a cobertura das Convenções do PMDB e do PCB, Sr. Presidente. Isso foge ao objetivo, à finalidade da divulgação estabelecida no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Não tenho absolutamente nada contra qualquer outro Partido, até defendendo o pluralismo, e acho que é da divergência ideológica que surgem as idéias que poderão construir uma democracia neste País, agora ficou patente, no programa de hoje, a parcialidade e a fuga às finalidades a que se propôs essa programação patrocinada pela Assembléia Nacional Constituinte.

Quero dizer a V. Ex.^a que não pretendo ser um luminar aqui dentro. Pretendo, apenas, ser atuante. Porém, não tenho visto nem tenho notícias das minhas intervenções, do meu trabalho aqui dentro da Assembléia Nacional Constituinte, através desse programa.

Assim, Sr. Presidente, para evitar cometer uma injustiça, estou dizendo o que ouvi hoje, as informações que colhi. Quem sabe estou enganado e terei a humildade suficiente para me retratar, se isto ocorrer.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento em que solicito, na forma regimental, a requisição ou que sejam postos à minha disposição, para que sejam assistidos por mim e pelos Constituintes que o desejarem, todos os programas de televisão gravados e transmitidos como matéria do **Diário da Constituinte**. Quero, durante uma noite, um período do dia, aqui, dois dias, uma semana, assistir a todos os programas, para que, então, possa fazer a minha avaliação e apresentar a minha crítica, ou, se for o caso, até o meu aplauso, se eu estiver errado.

Agora, quero, ao mesmo tempo, por uma questão de justiça, deixar o meu reconhecimento ao trabalho que se realiza na "Voz da Constituinte", que cumpre o seu objetivo de registrar imparcialmente, todos os dias, o que ocorre aqui dentro do plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Se faço isto, Sr. Presidente, não é por vaidade pessoal, não é na ânsia de querer aparecer no vídeo da televisão, mas creio que temos que prestar contas àqueles que nos mandaram para cá. E as pessoas que votaram em mim, votaram em V. Ex.^a e em outros Constituintes, querer saber o que seu Representante está fazendo aqui dentro, quais são as idéias que ele defende, quais são as propostas que ele apresentou, qual é a sua participação, qual é a intensidade do seu trabalho dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

Neste sentido, faço um apelo a V. Ex.^a, para que este requerimento seja, o mais rápido possível, deferido e eu possa ter oportunidade de fazer a necessária avaliação, para, então, fazer aqui um pronunciamento dizendo o que realmente ocorre com relação ao Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Constituinte Adylson Motta que diligenciará a imediata tramitação do requerimento firmado por S. Ex.^a e manterá contacto pessoal com o Primeiro-Secretário da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no caso, o Deputado Marcelo Cordeiro, que sempre se mostrou extremamente sensível a todas as críticas a esse programa que, sob a responsabilidade da Mesa, tem sido apresentado com o objetivo de divulgar, para pleno conhecimento da Nação, os fatos ocorridos anteriormente nas Comissões temáticas, e, agora, no plenário da Assembléia, da lavra de Senadores e Deputados que, no dia 15 de novembro de 1986, receberam a incumbência de elaborar a nova Carta Magna do País.

O Sr. Nelson Aguiar: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos encaminhando à Mesa um pedido de informação ao Governo.

Sabemos, Sr. Presidente, que é função das Forças Armadas tratar da modernização dos seus equipamentos militares. Quanto a isto não temos nenhuma objeção. Contudo, chegam-nos informações de que, após uma tentativa malograda de se instalar no País uma indústria montadora de helicópteros, o Governo brasileiro estaria adquirindo 52 desses aparelhos para o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Também não temos nenhuma objeção quanto a isto.

Ocorre que, ao que sabermos, antes de ser afixado o documento vestibular desse tipo de transação, que seria o edital para que as demais fornecedoras se habilitassem a uma concorrência limpa – estamos de posse de uma documentação dando conta de que, seguramente há mais 4 (quarto) meses, existe uma transação sendo feita com a Aeroespacial Francesa, que é uma estatal. Essas transações estariam ocorrendo não por via dos Ministérios da área armada, mas pelo Ministério da Indústria e do Comércio.

Não gostei – após noticiar a imprensa que eu estaria acusando o Ministro da Indústria e do Comércio de estar envolvido em irregularidades – da afirmação do Sr. Ministro de que eu estaria laborando em torno de uma fantasia e de uma inverdade, porque, entre os documentos de que disponho, tenho oito agendas do Sr. Ministro em que consta haver S. Ex.^a recebido, sistematicamente, representantes da Aeroespacial Francesa. Consta também que o Sr. Ministro viajou, nesse período, à França; de lá, foi, num avião da empresa, a Bagdá, retornando para a França num avião da empresa, e teria tomado o café-da-manhã com o diretor da empresa. Tudo isto, antes de haver dado à Nação conhecimento do interesse do Governo para adquirir esses equipamentos militares.

Também nos causa espécie o fato de um país estar agora interessado em despesar cerca de 200 (duzentos) milhões de dólares no momento em que o Ministério do Planejamento corta fundo o Orçamento da União, inclusive penalizando a área das carências sociais como é o caso do leite para as crianças ou a ajuda ao subsídio às mamães nutrizes.

De modo que estamos encaminhando esse pedido de informação ao Governo e ainda não estamos acusando o Ministro, ainda não estamos acusando S. Ex.^a estamos, com todo o respeito, exercendo uma prerrogativa nossa porque essa informação não é especificamente do meu interesse: é do interesse da Nação e precisa ser dada não apenas a Nelson Aguiar. Dizem que eu deveria ter entrado em contato com o Ministro. Não tenho obrigação de fazê-lo. Estou aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, e quero que essa informação seja prestada à Nação, através do fórum próprio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Constituinte Nelson Aguiar que, acolhendo o seu pedido, o encaminhará à Mesa, para que se cumpra, no caso, o preceituado no art. 62, § 5, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de Comunicações das lideranças.

V – Comunicações de Lideranças

O Sr. Olívio Dutra: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes

Hoje, às 19 horas, no MIRAD, estaremos juntos com uma representação da Assembléia Legislativa do meu Estado, o Rio Grande do Sul, mais a Comissão de Agricultura e Pecuária e representantes da CPI da Violência no Campo, e mais a Presidência da Assembléia Legislativa e o companheiro Adão Pretto, Deputado Estadual do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Sul e representações dos demais Partido com assento na Casa do povo gaúcho. Trago também, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o reforço das denúncias que o Movimento Sindical Rural e Urbano há tanto tempo tem feito ao Executivo e Legislativo brasileiro a respeito da violência desencadeada pelo jagunçismo a serviço dos proprietários rurais latifundiários deste País, contra os trabalhadores com pouca terra e sem terra que se organizam e se mobilizam para dar a terra na área rural, a utilidade social que ela precisa ter, isto é, colocá-la a serviço do povo e não como acúmulo de riqueza para alguns poucos latifundiários que têm essas terras como estoque, para aumentar o seu poder político e econômico.

São centenas de trabalhadores assassinados no campo e o Ministério da Justiça, tão preste e objetivo no ameaçar com a Lei de Segurança Nacional lideranças políticas e sindicais, que em comícios, com milhares de trabalhadores, têm criticado o Governo, não tem sido preste, nem objetivo, em apurar os assassinatos no campo e prender os seus mandantes e assassinos.

Ontem, no Rio Grande do Sul, estivemos no Município de Cruz Alta, 400 quilômetros distante da Capital do meu Estado, onde 152 trabalhadores rurais ocuparam uma fazenda que o próprio Incra já destinou para efeito de reforma agrária. Um recurso dos proprietários latifundiários mantêm, no entanto, em suspenso a ação do Incra na instalação de uma política de reforma agrária nesse latifúndio.

Os trabalhadores rurais do meu Estado, como de resto do País inteiro, querem ocupar a terra para dar-lhe a utilidade que deve ter: a produção no setor primário de alimentos para os trabalhadores rurais e para o povo brasileiro; tornar farta a mesa do povo e baratos os gêneros alimentícios. Sr. Presidente a Polícia Militar do meu Estado – vi com meus olhos, testemunhei com a minha presença – ontem, na frente da Fazenda São Juvenal, estava obedecendo ordens, não do Governo do Estado ou de seu Comandante, mas dos fazendeiros e dos seus capangas, que estavam, inclusive, armados.

Esta denúncia vamos trazer, hoje, direto para o Executivo, exigindo que ele se apresente no local onde tais coisas estão acontecendo.

A imprensa, os trabalhadores, a representação política e social do meu Estado estão impedida de lá ingressar onde 152 trabalhadores, desde sexta-feira, à noite, passam as maiores dificuldades e sofrem as maiores violências.

A imprensa não teve, até hoje, acesso; nós, como Constituintes, também não tivemos; o Deputado Adão Pretto e outros deputados estaduais também não tiveram. Naquele espaço de área do latifúndio, a lei é a do latifundiário e dos seus capangas. Não há autoridade outra; a autoridade policial está a serviço desses poderosos latifundiários. Onde está o Governo Federal? Onde está o Governo Estadual? Hoje estaremos reivindicando a presença dessa instâncias de Governo nesta ato.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Siqueira Campos: – Sr. Presidente peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Encerrada a Convenção Extraordinária do PMDB, é de se esperar que o Governo venha, de agora em diante, dispor de tempo para governar e, governando, comece a resgatar a avultada dívida social que tem com os pobres.

O Partido Democrata Cristão, que busca a transformação pacífica da sociedade brasileira tem as suas preocupações bastante ampliadas com o agravamento da situação de pobreza e desamparo em que se encontram milhões de brasileiros, em razão da omissão governamental.

Na medida em que cresce a injustiça, cresce a violência, que se alastrá por todo o País, nos campos e nas cidades, envolvendo os sem-terra e os sem-teto e um sempre crescente número de desempregados.

Com as condições políticas e financeiras que tem, o Governo pode resolver satisfatoriamente a grave questão social que ameaça implodir o País.

Os milhões de homens e mulheres sem terra, sem teto e sem emprego que perambulam, sem rumo, por todas as regiões, formando imensas legiões de famintos, rotos e miseráveis seres humanos, constituem imensa ferida no nosso corpo social ao mesmo tempo em que são um verdadeiro ferro em brasa a queimar a consciência das elites políticas brasileiras.

Agora, que já usou e abusou de recursos e pretextos os mais diversos, agora que a última instância da política-partidária, a Convenção do PMDB, se pronunciou sobre o jogo de ambições a que se entregam os líderes governistas, o Governo tem o dever de se tirar, de corpo inteiro, à solução dos graves problemas sociais que crucificam a Nação.

Para debelar a crise de moradia e de emprego, o Governo dispõe dos recursos do Fundo de Garantia; para resolver problema dos sem-terra, o Governo tem mais de cem milhões de hectares de terras férteis, em diversos Estados e, também,

tem suficientes recursos no Tesouro, que vem desviando para tapar os sucessivos rombos em casas bancárias oficiais.

A Democracia Cristã brasileira, ao denunciar o imobilismo criminoso, convoca os políticos responsáveis para, numa atuação conjunta, obrigar o Governo a governar e governar voltado para os pobres, como é do seu dever.

A crise que atinge a Nação chega a níveis insuportáveis. O Governo não pode mais ficar entregue ao jogo político-partidário, de olho num mandato maior, quando está em pleno exercício do Poder.

É hora de trabalhar, de administrar, de realizar.

É hora de governar.

Do mandato, estejam certos o nosso Presidente e os quantos candidatos à sua sucessão, a Constituinte irá cuidar, no tempo certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Osvaldo Macedo: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSVALDO MACEDO (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O meu Partido, o PMDB, realizou, nos dias de ontem e anteontem, a sua Convenção Extraordinária. Todas as atenções, de todos os segmentos da Nação, estiveram voltadas para Brasília, para esta Casa, onde se realizava esta Convenção.

Compareceram mais de 90% (noventa por cento) dos Convencionais do Partido, e exerceram, como o PMDB sempre exerceu e como nunca vai deixar de exercer, a sua capacidade de análise crítica das realidades política, social e econômica deste País.

Sr. Presidente, alguns fatos importantes precisam ser destacados desta Convenção, e o primeiro deles é que o PMDB, que durante mais de 20 (vinte) anos exerceu, aglutinou e liderou a resistência democrática no Brasil, continua sendo o personagem principal da transição democrática, neste instante da vida nacional. A condução da transição democrática, ainda agora, está com o peso maior da presença e da participação do PMDB.

A segunda conclusão que acho importante tirar da Convenção do PMDB, é a de que ali se manteve a grande aliança que retrata com fidelidade a composição da sociedade brasileira.

O PMDB não é um Partido monolítico, o PMDB não é um Partido ditatorial; é um Partido que exerce a democracia interna; é um Partido que sabe respeitar as posições internas.

Para retratar esse Partido, como são os partidos democráticos de todo o Mundo – com correntes divergentes e com variedade até de opiniões – quero dizer que o meu Partido me faz lembrar um provérbio árabe que diz "Eu contra o meu irmão; eu e meu irmão contra o meu primo; mas eu, meu irmão e meu primo contra os estranhos". Na hora certa, esse PMDB se une. E ontem mostrou que as suas Lideranças maiores e responsáveis, a começar pelo Presidente Ulysses Guimarães, pelo Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Mauro Benevides, pelo Líder Mário

Covas, pelo Líder Fernando Henrique Cardoso, pelos Governadores de Estado, pelas Lideranças maiores, sabem encontrar o rumo e o norte para o Partido, fortalecendo-o e fazendo-o corresponder às expectativas do momento.

O Partido analisou a questão econômica e apresentou as correções necessárias e inevitáveis que deve ter a atual política econômica adotada pelo Governo. O Partido consultou as suas bases sobre questões polêmicas que devem ser apreciadas e decididas pela Assembléia Nacional Constituinte. O resultado desse trabalho nos será fornecido pelo PRODASEN e o Partido terá, então, o seu perfil divulgado e conhecido, para que, dentro dele, possam se pautar os seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte.

O PMDB deixou em aberto a questão do mandato e do sistema de governo e delegou essa tarefa aos seus representantes da Assembléia Nacional Constituinte.

O Partido mostrou que continua vivo e sabe que tem de desempenhar esse papel muito importante na transição democrática; sabe que tem de desempenhar junto com os demais partidos políticos, com os que eventualmente detêm poderes e funções de responsabilidade neste País, porque ninguém, individualmente, vai conduzir o processo de transição democrática no Brasil, a transição democrática é uma tarefa de todos. O PMDB, como o principal aglutinador e responsável pela resistência democrática, disse ontem ao Brasil, e o País outorgou-lhe o direito de dizê-lo, que é o principal personagem dessa transição, que não perderá sua capacidade crítica e que não pretende disputar espaço nem à esquerda nem à direita, mas que pretende ser aquele Partido da síntese da sociedade brasileira, da social-democracia, das reformas essenciais, da liberdade e da justiça.

Estou feliz de pertencer ao PMDB; lamento pelos que estão frustrados, porque jogaram na implosão do Partido. Repito: na hora certa, Sr. Presidente – e V. Ex.^a como eu, sabe disso – nós estaremos unidos e a nossa causa maior é a causa da democracia; não abriremos mão dela e por ela iremos até o fim dessa luta!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. AFONSO ARINOS: – Sr. Presidente peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o grande Jurista e nobre Constituinte.

O SR. AFONSO ARINOS (PFL – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.^a as palavras com que me concedeu a oportunidade para me dirigir aos meus companheiros e lamento que esta oportunidade seja destinada a homenagear a memória de Gilberto Freyre.

Quero aqui fazer algumas considerações e rememorar alguns fatos da vida e da obra de Gilberto Freyre.

Sei que esta Casa já ouviu hoje manifestações neste sentido, mas me encontro de certa forma, numa espécie de dever de consciência de ocupar a tribuna para falar do grande brasileiro, dadas as nossas relações de estreita amizade durante

mais de meio século. Além disso, dados os freqüentes encontros que tivemos, inclusive no tocante à feitura da sua obra e a própria significação da sua vida.

Eis que há algum tempo fui convocado por Gilberto Freyre pois estava perfeitamente em forma, do ponto de vista de saúde, para, na Fundação Joaquim Nabuco, em que era o Presidente, fazer uma espécie de retrospecto, meio crítico, meio analítico e meio entusiástico, a respeito de sua própria obra. De maneira que tive oportunidade de ser um dos últimos que, à própria vista de Gilberto Freyre, fizeram um estudo sobre a obra dele.

Queria situar, em primeiro lugar, qualquer coisa que parece curiosa em certos momentos. É que alguns dos maiores homens da nossa cultura, no sentido da apresentação de obras que dizem respeito, fundamentalmente, aos assuntos brasileiros, à sua formação geográfica, histórica, cultural e política, à sua projeção para o futuro, vários desses autores tiveram individualmente uma formação não brasileira, uma formação europeia. É um traço curioso que verificamos muito no século passado.

Vou citar a V. Ex.^{as} alguns exemplos que me ocorrem na memória: o maior desses nomes é indiscutivelmente o Barão do Rio Branco. O Barão do Rio Branco, como todos sabemos, foi Deputado-Geral pela sua Província de Mato Grosso e, em seguida, foi para a Europa em comissão com o seu pai, o grande Visconde do Rio Branco, que conseguiu para seu filho uma situação no estrangeiro, onde viveu a maior parte de sua vida. Casou-se com uma senhora que não era brasileira e ali amadureceu, completou, definiu, aprofundou aqueles estudos aos quais devemos o milagre da formação territorial em todo o Mundo, que é a dilatação do nosso território para o Oeste e, para o Sul, sem conflitos armados, através dos estudos da Geografia, da História, do Direito Internacional, enfim, todos aqueles estudos em que o Barão do Rio Branco se fez numa das maiores notabilidades europeias. Eis que, muitas vezes, na própria Europa, antes de ser Ministro das Relações Exteriores no Brasil, convocado pelo Presidente Rodrigues Alves – e ele não queria aceitar, eu darei detalhes disso daqui a pouco – o Barão teve polêmicas com Claude D'Avezac, por exemplo, que era um membro eminente do Instituto de Estudos Geográficos e Históricos de Paris, um autor francês conhecido, e o Barão com ele teve várias, e longas polêmicas, em que o Barão levou a melhor sobre a situação da Amazônia. Mais tarde, ele veio ao Brasil coroar o Tratado do Acre, em 1973. Portanto o Barão era um homem de formação estrangeira, tipicamente francesa.

Eu lembraria de outro: Joaquim Nabuco, cujo "Estadista do Império" é um livro fundamental para a compreensão da formação política do Brasil e das razões específicas que fazem com que muitos de nós, parlamentaristas, não possamos aceitar a tese de que precisamos ter um regime de partidos extremamente apurados para se instalar o sistema parlamentar, eis que o sistema republicano nunca chegou a fazer os partidos nacionais que foram designados pelos seus maiores líderes, como Pinheiro Machado, como Rui Barbosa, como o Conselheiro Glicério; os partidos nacionais foram formados normalmente pelo funcionamento do regime parlamentar, no Império. Eles não existiam na Constituição do Império, fo-

ram formados pelo uso; pelo uso parlamentar é que se formou o Partido Liberal e, mais tarde, o Partido Conservador – mas isto não é assunto que esteja no plano das minhas palavras.

Queria apenas lembrar que Joaquim Nabuco, com seu livro "O Estadista do Império", fez um verdadeiro panorama crítico e um panorama descritivo do funcionamento das instituições; não foi a biografia de seu pai que ele fez, fez a biografia do Império: a biografia política do Império foi feita no "O Estadista do Império", de Joaquim Nabuco, um homem que havia vivido no estrangeiro, que havia sido secretário, na Corte de Londres, daquele grande diplomata Carvalho Moreira, Barão de Penedo, jurista ilustre, que foi o autor do Regulamento 737.

Joaquim Nabuco, Rio Branco, Oliveira Lima. Oliveira Lima era de origem portuguesa e creio que o nosso preclaro Líder deve ficar satisfeito porque Oliveira Lima era de próxima origem portuguesa e fez a sua formação intelectual em Portugal. Ele viveu mais tempo, talvez, em Portugal do que aqui.

Aqui, ligado à sua gente, na Província de Pernambuco, elaborou um dos mais importantes estudos de História Biológica e de História Política congegadas, conformadas, reunidas num só livro, que é o "Dom João no Brasil": o grande livro sobre o Brasil-Reino de Oliveira Lima, foi escrito por um homem que viveu a maior parte de sua vida no estrangeiro.

Outro que poderia citar, entre eles, é Vamhagen, que é o maior historiador brasileiro, sem dúvida alguma, de todos os historiadores brasileiros, ninguém nunca atingiu aos píncaros da glória e do saber como Vamhagen. Aliás, essa opinião não é minha; essa opinião, Sr. Presidente, é de Capristano de Abreu e Hélio Rodolfo Garcia, os dois grandes anotadores de Vamhagen. A História do Brasil, de Vamhagen, na sua edição final, foi anotada por Capristano e por Rodolfo Garcia, Francisco Adolfo de Vamhagen, o Visconde de Porto Seguro, era formado fora do Brasil. É uma coisa muito curiosa a observação que se pode retirar desse fato concomitante. Podemos incluir outros autores, mas não o farei para não delongar demais a minha exposição. Mas é uma coisa curiosa ver como esses homens que fizeram para o Brasil uma verdadeira montanha de erudição útil ao Estado, à sociedade, à cultura, foram homens de formação estrangeira. Isto não é coisa que devemos lamentar, porque, evidentemente, naquela época a Universidade brasileira não tinha as condições que tem hoje para formar os técnicos brasileiros e, até, os técnicos estrangeiros, nos seus currículos e nos seus cursos. Mas é de se notar isso.

Gilberto Freyre não fugiu a essa tradição intelectual de nosso País. A sua formação foi no estrangeiro. O pai enviou-o cedo à Universidade, nos Estados Unidos, e ele ficou pela Europa.

Conheci Gilberto Freyre por volta de 1933, ano para muitos de voz pré-histórica, mas para mim puramente biográfica naquele ano de 1933, Gilberto Freyre estava preparando o lançamento de "Casa Grande e Senzala" e o conheci por essa época. Participei até do grupo de amigos que acompanharam a formação desse livro. A composição não poderia dizer, mas a conformação do livro que não conheci diretamente, mas de que tinha notícias através de testemunho de compa-

nheiros, não de geração, mas de conveniência literária. Eu me lembro de que a primeira pessoa que me falou com admiração sobre o livro de Gilberto Freyre foi Manuel Bandeira, o grande poeta, que me disse: Afonso, é pesado", referindo-se à "Casa Grande e Senzala": Temos a idéia de que a criação desse livro completou esse ciclo com o século XX, e Gilberto Freyre representa, de maneira admirável, a entrada da cultura brasileira no século XX, visto que ele nasceu no ano de 1900, representa a geração intelectual, a atitude cultural, a formação política, a maneira de observar, vamos dizer, passional dos homens do século XX, em relação ao Brasil. Essa geração do século XX podemos considerar como inaugurada por Gilberto Freyre, porque nasceu em 1900 e dá um tom bastante diferente aos tipos de estudos de Sociologia, de Política, de Cultura Geral, que já são feitos com uma técnica especializada, universitária, que não é a técnica utilizada por aqueles a que me referi há pouco, era uma técnica de formação individual, como a de Varnhagen, como a do Barão do Rio Branco, e de outros que citei, que não tinham essa técnica de formação universitária, que auxilia enormemente o prore, não: Gilberto Freyre tinha essa informação cultural universitária que o auxiliava, de forma indiscutível, a sua superioridade em relação a qualquer outro que se aproximasse, daqueles temas que fizeram a sua preferência.

Sr. Presidente, "Casa Grande e Senzala" é um livro que pode ser considerado um traço de união entre dois grandes livros brasileiros, dois dos maiores livros brasileiros. Os três, juntos, formam uma verdadeira trindade de livros memoráveis. O primeiro deles é "O Estadista do Império", de Joaquim Nabuco, que saiu nos últimos anos do Século passado, quase em 1900, saiu em mil, oitocentos e noventa e tanto; o segundo, são "Os Sertões" de Euclides da Cunha, que saiu em 1902, pouco antes do trágico desaparecimento do grande escritor, e o terceiro é "Casa Grande e Senzala". Se nós repararmos bem "Casa Grande e Senzala", vamos observar neste livro uma ligação, uma comunicação, uma espécie de intercâmbio cultural que dá de pensar, porque, de um lado, Casa Grande é a tradição de Nabuco, é o interesse, é a exposição de Nabuco, são os estudos de Nabuco; Nabuco é o homem da Casa Grande, Nabuco é o fidalgo, é o homem que descreve o Império Parlamentar em torno da Casa de seu pai, da casa onde o Conselheiro Nabuco, José Thomas Nabuco de Araújo, residia, de resto, na rua da Princesa, que hoje se chama Rua Dois de Dezembro, em homenagem ao Imperador – ali era a casa do Conselheiro Nabuco.

Então, o livro de Nabuco é realmente uma síntese da formação e do funcionamento das instituições imperiais, vistas através de um homem de grande cultura, não de um político profissional, que ele nunca foi, mas de um homem de cultura humanística e de tradição política colossal, porque ele herdava dos Nabucos – ele tinha tido pai e avô que tinham pertencido à Assembléia do Império.

Se Nabuco representa um lado de Casa Grande, Euclides da Cunha representa o outro lado de Casa Grande, que é a Senzala, não no sentido da escravidão negra, mas no sentido da escravidão do povo, da escravidão cultural, da miséria,

do abandono, da brutalidade com que foram tratados aqueles homens, arrastados por uma mística religiosa, concentrados em torno de um homem que não era revolucionário, mas que era uma espécie de religioso Antônio Conselheiro era, no fundo uma espécie de guia religioso daquelas massas; ele impunha àquelas massas uma disciplina ética e religiosa e foram esmagados pela tropa federal. Então nós vemos aí, no livro de Euclides da Cunha, o outro lado de **Casa Grande e Senzala**. De um lado, ele vem de Nabuco, do outro, ele vem de Euclides da Cunha, e a junção desses dois livros formam a síntese admirável que é "Casa Grande".

Casa Grande e Senzala foi muito discutido no princípio por causa da sua forma, não de seu fundo. A forma de Gilberto já era uma forma deliberadamente provocativa, no sentido de emprego de palavras aparentemente desusada na linguagem literária, de palavras que, às vezes, chocavam pela sua aparência desrespeitosa para com os cânones estilísticos. Mas, na verdade, é um livro admiravelmente bem composto e bem escrito. É um livro que tem uma preocupação permanente de dar aquilo que torna definitiva a obra cultural, que é a sua forma. Não há obra cultural significativa que adquira durabilidade e eficiência senão tiver uma forma tanto quanto possível perfeita. **Casa Grande** tem aquele estilo desmanchado, às vezes malicioso, às vezes imprevisto, tocando pontos que eram considerados pouco razoáveis numa literatura científica. Trouxe uma inovação formidável na forma e conseguiu, então, trazer também para o século XX a maneira de pensar e a maneira de dizer o pensamento científico.

Sr. Presidente, sei que estou abusando da opinião e da paciência de meus amigos, mas desejo juntar mais uma palavra a estas que estou aqui dirigindo à memória desse querido amigo, desse companheiro de geração, desse mestre que foi Gilberto Freyre. Eu queria pedir ao Congresso, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e à Assembléa Nacional Constituinte, se fosse possível, se fosse regimental, que fizesse inserir hoje, na ata dos nossos trabalhos, uma nota especial de profundo sentimento para com o desaparecimento de Gilberto Freyre. Porque Gilberto Freyre no seu narcisismo, na sua vaidade, no seu engrandecimento, na consciência que ele tinha da sua própria grandeza, ficaria satisfeito de ter provocado da parte da Assembléa Nacional Constituinte uma nota de pesar pela sua morte.

Muito obrigado a V. Ex.^a (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência informa ao eminentíssimo Senador Afonso Arinos, que o Senador Luiz Viana também propôs idêntica homenagem, voto de pesar pelo desaparecimento do inovável cidadão Gilberto Freyre, desaparecido na madrugada de sábado.

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Líder do PFL – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes.

Queria, em nome do meu Partido, agradecer a homenagem sentida e tão exaltada por todos nós neste momento prestada a Gilberto Freyre por outro eminentíssimo brasileiro, outro gigante das nossas letras, Afonso Arinos. E queria, também, aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, pois estava, ontem, nas eleições que ocorreram em Portugal, o país-irmão onde a democracia, eu diria, já chegou a uma fase de consolidação. Foram eleições disputadas com o calor natural, e próprio da nossa gente, do nosso povo, da nossa formação, elas levaram a um resultado que não era esperado por muitos, uma grande vitória do Partido Social Democrata, liderado pelo eminentíssimo Primeiro-Ministro Cavaco e Silva.

Mas, não vim a esta tribuna, Sr. Presidente, apenas para comentar esta vitória, mas para que possamos dela tirar algumas lições. Qual foi a plataforma básica do Partido Social Democrata e do seu condutor, seu Líder Cavaco e Silva? Desestatização e estabilidade. Estabilidade política para que possa haver investimento, estabilidade política para que possa haver trabalho; estabilidade para que o país possa crescer, avançar e todos possam se incorporar a este grande processo da reconstrução nacional. Desestatização, porque é o melhor caminho para que a economia possa crescer em bases sólidas.

Vemos, portanto, que nós brasileiros – porque o que acontece num país, de gente com a mesma formação da nossa, politicamente poderemos tirar lições dessa enorme vitória do Partido Social Democrata, a maior vitória nos últimos anos no ocidente e no mundo, vitória parlamentar. Portanto, quero saudar o Primeiro-Ministro Cavaco e Silva, saudar os brasileiros que, como eu, estão preocupados em que possamos conseguir vitórias aqui no Brasil, tendo como objetivo e como plataforma as mesmas idéias. (Muito bem!)

O Sr. Amaury Müller: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo secundar e endossar a brilhante manifestação do ilustre Constituinte Afonso Arinos de Mello Franco sobre a vida e a obra de Gilberto Freyre, cuja perda o meu Partido lamenta profundamente. Sabendo, desde logo, que o seu desaparecimento deixa um enorme hiato, criei um irreparável vazio na cultura brasileira.

Mas, quero, também, Sr. Presidente, lembrar que cultura não se constrói apenas com intelectuais, há aqueles que, anônimamente, escrevem parte da História deste País, e nem sempre são lembrados. É exatamente a propósito disso que desejo, em nome da Liderança do PDT, lamentar profundamente a morte da cantora popular Clementina de Jesus, que, como mulher do povo morreu cantando para o povo. Daria até, Sr. Presidente, sem possibilidade nenhuma de fazer seu necrológio, contar a sua história, que é a história de tantos negros que ainda não conquistaram seu 13 de Maio, neste País e que não viram, ainda, respeitados integralmente seus direitos e, portanto, não se integraram à civilização brasileira.

Por outro lado, Sr. Presidente, desejo registrar ironicamente e paradoxalmente, ao tempo em que o maior partido político do Ocidente decidia nada decidir, que 400 estudantes secundaristas desde a sexta-feira passada reunidos em Brasília no XXVI Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundários, tenham sido vítimas de um processo de intoxicação alimentar.

Não sei em que medida há uma relação de causa e efeito entre as decisões tomadas pelo maior partido do Ocidente em sua Convenção Extraordinária e essas náuseas, tonturas que vitimaram 4 centenas de estudantes. Sei apenas dizer, Sr. Presidente, que há suspeitas muito fortes de que essa intoxicação alimentar das lideranças da mocidade brasileira teria decorrido da ingestão de sucos de caju com validade já ultrapassada sem condições portanto de serem absorvidos pelo ser humano.

Lamentavelmente, acontece na Capital da República, nas barbas do Governo Federal, que tem dever de zelar pela saúde pública, de exercer severa fiscalização sanitária sobre gêneros alimentícios perecíveis que envolvem inclusive, riscos para a saúde humana. Não há nenhum controle, não há nenhuma fiscalização, a ponto de a empresa que foi contratada para servir as refeições a essas lideranças secundaristas alegar, Sr. Presidente, que a data de validade desse suco, de maracujá "Jandaia", estaria ultrapassada. De quem é a responsabilidade, afinal? Da empresa chamada serviços gerais de restaurante que serviu sucos com validade já ultrapassada, ou da empresa que produz esses sucos e os coloca para o consumo popular com essa data ultrapassada? Ou do Governo Federal, do Governo da Nova República, que, entre outros compromissos com a sociedade brasileira, tem o dever de zelar pela saúde pública e não exerce nenhum tipo de fiscalização sanitária?

Espero que V. Ex.^a não me advira outra vez, eis que estou tentando limitar-me ao tempo regimental sem considerar que outros oradores foram contemplados com um tempo, no mínimo, o triplo maior do que o Regimento permite. Mas, gostaria de concluir, Sr. Presidente, chamando a atenção das autoridades governamentais para esta situação insustentável. Não são só os alimentos, não são só os sucos, mas muitos bens de consumo imediato ou durável sobre os quais o Governo Federal não exerce nenhuma fiscalização. Agora mesmo o País está exportando, por exemplo, automóvel Voyage, fabricado pela Volkswagen, aqui, é que têm o nome Fox, com mais de duas mil modificações, a um preço inferior àquele que é cobrado no mercado interno; introduzem-se tantas mudanças, implantam-se tantas modificações, a presunção é de que o seu custo operacional tenha sido, evidentemente, maior do que aquele que é produzido para o consumo interno, e no entanto, esses cálculos que sofreram mais de duas mil modificações, que tiveram implantada uma chapa de aço que vai do pára-lama dianteiro ao traseiro, dando maior segurança ao veículo em casos de acidentes, e tiveram também acrescentados amortecedores nos pára-choques dianteiro e traseiro, custa mais barato nos Estados Unidos do que no Brasil. Fico a me questionar o automóvel que é exportado para lá está dentro de normas de segurança que protegem os direitos do cidadão, e o automóvel que é imposto ao cida-

dão brasileiro não tem nenhuma norma de segurança.

Fatos como esses, profundamente lamentáveis da ingestão de produtos deteriorados por jovens estudantes não podem mais se repetir. Felizmente, a intoxicação se limitou a náuseas, tonturas e diarréia, mas poderia ter consequências mais graves.

Quem, afinal, vai responder por isso? Quem deverá ser criminalmente indiciado por esta prática abusiva de vender alimentos deteriorados para a sociedade?

Fica essa indagação, Sr. Presidente. Ou a Nova República e os seus partidos de sustentação, o PMDB e o PFL, resgatam e honram os compromissos assumidos publicamente ou, então precisamos apressar as eleições para colocar na Presidência da República um presidente comprometido com o povo, sustentado por um ou mais partidos que saibam honrar e resgatar os compromissos assumidos.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Amaury Müller, o Sr. Mauro Benevides Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

VI – Apresentação de Proposições

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresentam proposições os Srs. Constituintes.

LUIZ MANA – Requerimento de inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Gilberto Freyre.

ADYLSON MOTTA – Requerimento à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, de fornecimento das gravações dos programas transmitidos como matéria do "Diário da Constituinte".

NELSON AGUIAR – Requerimento de informações à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, sobre aquisição de equipamentos militares.

ERALDO TRINDADE – Requerimento de informações ao Departamento Nacional de Produção Mineral sobre as empresas mineradoras que atuam no País.

VII – ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos, para discutir o projeto.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ):

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Todos nós conhecemos a História contemporânea do Brasil porque dela somos participantes. Acompanhamos o suplício do povo brasileiro para que chegássemos à Assembléia Nacional Constituinte.

Imaginava o povo brasileiro que a Assembléia Nacional Constituinte base livre e soberana. Entretanto, ao longo do desenvolvimento dos nossos

trabalhos, vamos verificando progressivamente que ela não é nem livre e muito menos soberana.

Não vou pretender invocar aqui a interferência nefasta do Líder do Governo nos trabalhos da Constituinte. Vou-me ater a dados concretos.

Primeiro, o lustre Presidente da República invocando o direito de fixar o seu próprio mandato. Logo depois, o Ministro do Exército divulgando à opinião pública que não respeitaria a anistia que, certamente, será votada nesta Casa, a anistia que há de restabelecer todos os direitos para aqueles que, patrioticamente, defenderam a ordem constitucional vigente. As verdadeiras vítimas da ditadura, dentro das Forças Armadas, ainda aguardam o restabelecimento da necessária justiça.

Verifica-se que, num flagrante desrespeito à Assembléia Nacional Constituinte, o Governo da Nova República, infelizmente sustentado pelo meu Partido, o PMDB, faça aplicar a Lei de Segurança Nacional. É preciso que se diga que a aplicação da Lei de segurança Nacional constitui-se num grave desrespeito à Assembléia Nacional Constituinte, desrespeito maior e afronta maior porque, com toda certeza, o episódio do Rio de Janeiro foi forjado com a conivência das forças de segurança que deveriam proteger o Presidente da República. Vai mais além. A Lei de Segurança Nacional continua sendo aplicada, inclusive, contra parlamentares, como está acontecendo com representantes do PT do Estado de São Paulo.

Mas, não fica aí Ontem, a Convenção do PMDB, se não serviu para muita coisa, serviu, simplesmente, para que a base do PMDB dissesse claramente ao Presidente da República que quem vai fixar a duração do seu mandato é a Assembléia Nacional Constituinte. Pelo menos, se serviu para pouco, serviu para dizer a toda a Nação que a Assembléia Nacional Constituinte fixará o mandato do Presidente da República. E nós, do PMDB, que estamos comprometidos com o programa partidário, que não queremos romper com os compromissos assumidos em praça pública, entendemos que a Assembléia Nacional Constituinte há de fixar o mandato do atual Presidente da República em quatro anos.

Não pára aí o desrespeito à Assembléia Nacional Constituinte.

A Comissão de Sistematização aprovou o Projeto de Decisão nº 4, que veda, sob qualquer fórmula, no todo ou em parte, a conversão da dívida externa em capital de risco em território nacional. A Comissão de Sistematização, por ampla maioria, dentro do quorum exigido pelo Regimento Interno desta Casa, aprovou o Projeto de Decisão que há de ser remetido ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte para decisão.

Somos forçados a concluir que, enquanto a Assembléia Nacional Constituinte não apreciar esse Projeto de Decisão, impossibilitando, portanto, a conversão da dívida externa em capital de risco, cabe ao Governo aguardar para tomar qualquer posição. Entretanto, já se delineia um esforço, originário do Governo Federal, no sentido de desrespeitar a decisão soberana da Assembléia Nacional Constituinte.

Não pretendo aqui, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, entender que todos devam admitir igual posição, que todos devam defender a não-conversão. Invoco neste momento, pelo menos o respeito que há de ser tributado à Assembléia Nacional Constituinte, por parte do Governo Federal.

Não se pode admitir que a Assembléia Nacional Constituinte seja desrespeitada exatamente por quem, no exercício da Presidência da República, pressionado pelas forças políticas, por quem submetido à vontade nacional, convocou a Assembléia Nacional Constituinte.

Mas não fica aí. A grande imprensa alia-se, como não poderia deixar de ser, aos grandes grupos multinacionais, aos grandes grupos nacionais, aos grandes latifundiários nacionais, para fazer um grande **lobby** de modo a tomar a conversão da dívida externa em algo inevitável.

E o **Jornal do Brasil** de ontem, que já reiteradas vezes, inclusive, através de editoriais, procura ridicularizar uma proposta de não-conversão da dívida aprovada nessa Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, aquele matutino, em ampla matéria, diz, num trecho, referindo-se ao Constituinte que ora ocupa esta tribuna, que teve a simples iniciativa de redigir o Projeto de Decisão:

"Este é justamente o temor do Deputado Paulo Ramos, que, na semana passada, mobilizou um eficiente esquema para garantir que a nova Constituição brasileira tratasse de abolir esse prato do cardápio da solução da dívida brasileira. O movimento de Paulo Ramos, que foi comparado por um bem-humorado economista carioca, como o primeiro passo para que se inicie a campanha "a dívida é nossa" é inteiramente equivocada."

É preciso ser dito que o editorial do **Jornal do Brasil** já adjetivou de burra a decisão da Comissão de Sistematização. E agora, com a palavra de vários representantes do capital multinacional, apoiados por maus brasileiros, por reconhecidos traidores da Pátria, por aqueles que já compuseram com a ditadura e que entregaram a economia brasileira às multinacionais, como o Sr. Fernão Bracher, como surge agora, Sr. Carlos Eduardo de Freitas, do Banco Central, como surge também – e cito o nome por uma simples curiosidade –, o Presidente da Shell, que é um inglês nascido em Portugal; vemos aqui o nosso Líder do PFL, também nascido em Portugal, a defender quando ocupou agora o microfone, pela Liderança do PFL, defender o que chama de desestatização da economia. Não sei se estamos diante de uma nova conexão portuguesa, ou de uma nova conexão lusitana. De qualquer maneira, não podemos confundir duas coisas: primeiro, não podemos confundir conversão com investimento. Conversão não é investimento, conversão é pagamento; conversão é desnacionalização, conversão é entrega.

Por outro lado, não podemos também confundir desestatização com desnacionalização. Sabemos perfeitamente bem que o rolo compressor das multinacionais, o rolo compressor do capital multinacional visa a impedir que o Brasil conquiste a sua verdadeira independência, através de um projeto nacional que privilegie, principalmente a classe trabalhadora, a classe que é a grande responsável pela produção de tudo que existe no Brasil.

Hoje desenvolve-se um sério plano para inviabilizar ainda mais o futuro do Brasil. É preciso que o Ministro da Fazenda e seus auxiliares comprendam que a Assembléia Nacional Constituinte ainda não decidiu sobre a questão da conversão da dívida externa.

Ontem, a Convenção Nacional do PMDB, embora pouco tenha decidido, decidiu também não ser possível a conversão da dívida enquanto o Congresso Nacional não estabelecer as regras.

Admito, pessoalmente, que a conversão da dívida é nefasta, mas não podemos também assistir a outro desrespeito ao Congresso Nacional e a um desrespeito maior, ao Partido Majoritário, de que sou integrante, que dá apoio a um Governo que não respeita o seu programa, que não respeita o seus compromissos. Que pelo menos o Governo do Sr. José Sarney, o governo dos latifundiários, o governo do grande capital, o governo da traição ao povo, o governo do arrocho salarial – porque este Governo não é o meu – respeite, pelo menos, a decisão da Convenção do PMDB.

Felizmente, para a grande imprensa, para aqueles que, nesta Casa, não se aprofundaram no conhecimento do que significa esta conversão, temos ainda, felizmente, a palavra de grandes brasileiros, brasileiros economistas que não são burros, como pretendeu o **Jornal do Brasil**; brasileiros economistas que têm posições firmadas e são reconhecidos no cenário nacional. Cito o primeiro exemplo, as palavras do professor Décio Munhoz:

"Conversão da dívida em investimento: sabemos que todos os setores mais importantes da economia brasileira têm controle externo. O Brasil é um País que, ainda se queira, não tem muito para entregar, a não ser as empresas estatais, que são normalmente a grande cobiça internacional, e existe na interna e externamente, interesses que defendem que o País deve entregar as empresas estatais, por isso existem tantas campanhas que difamam as estatais, responsabilizando-as pelo déficit público, o que não é verdadeiro."

Trazemos também, Sr. Presidente, e Srs. Constituintes à palavra do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, sobre a conversão da dívida:

"A conversão de dívida em investimento pode conduzir à desnacionalização porque os volumes passíveis de conversão são muito elevados; ela pode ainda resultar num processo de transformação de dívida externa em dívida interna, com pressões indesejáveis nas taxas de juros."

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. PAULO RAMOS: – Ouço V. Ex.^a, com muito prazer.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – O assunto que V. Ex.^a vem tratando é extremamente polêmico, delicado e sensível, no atual processo político brasileiro. Fui um dos apoiadores da sua proposta e vejo que hoje este assunto toma conta, realmente, das páginas econômicas dos jornais, no que tange a uma crítica severa ao comportamento dos Parlamentares que defendem essa posição, em defesa dos interesses nacionais. Mas o que me causa estranheza é que haja um estímulo a essa conversão do capital financeiro

em capital de risco, exatamente nos setores estratégicos da economia, ocupados pelas empresas estatais que, sabemos, ao longo dos mais de vinte anos de regime autoritário, de governo militar, foram superlativamente estimuladas a captar recursos no exterior, apenas

como veículos, como fontes, como intermediárias dessa captação de recursos. São, essas empresas estatais, portanto, as maiores devedoras, hoje, junto ao mercado financeiro internacional. Se houvesse um processo de conversão da dívida em capital acionário, em participação acionada nessas empresas estatais, o que teríamos, em pouco tempo, seria uma brutal desnacionalização exatamente desses setores estratégicos da economia brasileira, porque são os mais frágeis, os mais vulneráveis e os mais abertos a este comprometimento externo. Eis por que toda essa política, toda essa onda que se forma, esse conjunto orquestrado de forças que se conjugam, parece-me que objetivam exatamente atingir o cerne hoje de empresas que ocupam setores estratégicos na economia brasileira. Esse é um assunto de ampla discussão, de grande complexidade, mas é preciso que tenhamos instrumentos – e o projeto de decisão de V. Ex.^a é um instrumento válido – instrumentos efetivos de defesa dos interesses nacionais, porque, sem dúvida nenhuma, está em ação, está em andamento, hoje, uma estratégia que objetiva a internacionalização da nossa economia. Vejam V. Ex.^a a Coréia do Sul, com uma grande campanha de diretas nas ruas, com uma grande mobilização popular, provando que esse processo de internacionalização realmente moderniza o país; mas a modernidade nada tem a ver com o verdadeiro desenvolvimento. Modernização acompanhada de profunda e grave miséria é o resultado desse processo de internacionalização. E a Coréia do Sul está lá como exemplo claro e inequívoco dessa verdade. Obrigado a V. Ex.^a

O SR. PAULO RAMOS: – Agradeço a contribuição de V. Ex.^a. Acredito que a palavra do Constituinte José Fogaça há de conquistar o coro de todos os Constituintes para que ela seja ouvida pelo Presidente da República, na medida em que, dizia eu inicialmente, que o Governo se prepara para descumprir mais uma decisão da Assembléia Nacional Constituinte.

Mas, aproveito para dizer que tenho em mãos, e vou solicitar para transcrever como parte integrante deste modesto pronunciamento, um trabalho elaborado por um ex-Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, que integrava a legenda do PDT, Jacques Dorneles, que me entregou um histórico de tudo que ele conseguiu pesquisar sobre a dívida externa porque integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito que tratou da questão. O ex-Deputado Jacques Dorneles é mais um brasileiro que se junta às vozes desta Constituinte, para fazer prevalecer o interesse nacional. Trago também a palavra transcrita, ontem, no jornal **Folha de S. Paulo**, que também faço questão de incorporar ao meu pronunciamento, dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Antônio Barros de Castro e Francisco Pires Souza, que demonstra sinteticamente os riscos e o que significa, para o Brasil, a conversão da dívida externa. Não é ninguém da extrema esquerda. Não é ninguém da extrema esquerda, são simplesmente brasileiros.

Trago, por último, Sr. Presidente, para concluir, uma mensagem do grande brasileiro Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, um homem que percorreu este Brasil como anticandidato, defendendo a sua redemocratização. Ore homem acima de qualquer

suspeita. Barbosa Lima Sobrinho não pode ser rotulado. Qualquer brasileiro que se referir a Barbosa Lima Sobrinho tem que se referir com o respeito que o seu nome merece. Barbosa Lima Sobrinho é simplesmente um grande brasileiro, um homem preocupado com os interesses nacionais. Vou entregar a carta de Barbosa Lima Sobrinho dirigida ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, a V. Ex.^a, Sr. Presidente, para que chegue às mãos do Constituinte Ulysses Guimarães.

Para concluir, Sr. Presidente, exorto todas as bancadas, todos os partidos políticos para defender a nacionalização da nossa economia. Podemos ter, nesta Casa, divergências, mas não posso admitir que a divergência chegue ao nível da brasiliade. Acho que aqui, independente de sigla partidária, pelo menos todos nós somos brasileiros, cada um defenda o seu posicionamento ideológico, mas os interesses nacionais não podem ficar em segundo plano.

Espero que o Brasil seja uma Pátria livre com a contribuição de todos os Constituintes; que a Assembléia Nacional Constituinte seja ouvida e respeitada pelo Senhor Presidente da República; que o PMDB, que é o meu Partido, pelo menos não capitule diante de mais essa agressão. Espero, sinceramente, que o Brasil seja um Brasil para todos, porque a internacionalização da nossa economia será mais uma forma de dominação, e as consequências estarão sendo sofridas, mas uma vez, pela classe trabalhadora.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTOS A QUE SE
REFERE O SR PAULO RAMOS EM
SEU DISCURSO:**

Jacques D'Ornelles
Um Resumo
Rio, 21-6-87

Dianete do agravamento das dificuldades do nosso povo na atual conjuntura, trazemos nossa contribuição ao debate em que estão envolvidos todos os companheiros, na busca do objetivo comum que a todos une: melhores dias para o nosso povo e para a nossa Pátria!

Em 1964, quando do golpe militar, o Brasil de 65 milhões de habitantes tinha uma dívida externa de 3 bilhões de dólares e, para que não houvesse nenhuma surpresa aos generais golpistas e ao seu organizador – Coronel Vernon Walters – da Missão Militar Americana, os Estados Unidos da América do Norte enviaram uma força tarefa naval com o nome-código "Operação Brother Sam", ao litoral brasileiro.

Em 31 de julho de 1964, o Ditador Castello Branco, discursando para os alunos que concluíram o curso especial do concurso de provas para a carreira de Diplomata afirmava: "a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político."

"A defesa tem que ser essencialmente associativa. Similarmente, no campo econômico, o reconhecimento da interdependência é inevitável, não só no comércio, mas sobretudo no tocante a investimentos."

"O Brasil trata de enveredar pela política da livre empresa e de acolhimento ordenado do capital estrangeiro."

"Temos a convicção de que o Brasil e a grande Nação norte-americana cruzam seus interesses

econômicos e comerciais no plano de uma digna política e de uma amizade recíproca. As características da atual situação do Brasil coincidem com os anseios de paz do Continente e, também, com os fundamentos de segurança coletiva. Tão da responsabilidade dos Estados Unidos."

"Para estes, sem dúvida, é um benefício político a recuperação da plenitude da autodeterminação brasileira."

"As negociações bilaterais têm tido na América do Norte o tratamento de uma Nação que deseja colaborar no soerguimento de nossas finanças e economia."

Em 1965, soldados brasileiros foram enviados para sufocar um levante popular, comandado pelo Coronel Caminho Deno, na República Dominicana. A política intervencionista da interdependência dos EUA, em conluio com a ditadura militar brasileira, impediu que o povo dominicano se libertasse. Suas crianças continuam morrendo de fome.

A nossa dívida externa, neste período de uma geração, foi soerguida 37 vezes e, segundo dados da UNICEF, morrem no Brasil, melhor dizendo, são assassinadas, todos os anos, 377.000 crianças com idades de 0 a 4 anos, para atender exclusivamente à política de interdependência!

Em 1968 até 1973, mantida a política de interdependência, os EUA nos vendem a idéia do "milagre econômico", que é colocada em execução por Delfim Netto. Somos obrigados a importar grandes projetos, maquinaria, serviços, etc. As chamadas "obras faraônicas" são implementadas e, junto com elas, a dívida externa, em 1973 já na casa dos 12 bilhões de dólares.

A Hidroelétrica de Tucuruí (construída para atender ao consumo de energia de uma multinacional do alumínio, com preços subsidiados pelo governo) contratada ao preço global de 1 bilhão de dólares em 1976 e, pela execução de obra, o Senhor Delfim Netto queria receber uma comissão de 6%, ou seja, 60 milhões de dólares, segundo o Relatório do Coronel Raimundo Saraiva Martins na CPI da Dívida Externa e FMI da Câmara dos Deputados. Hoje essa hidroelétrica está nos custando 5 bilhões de dólares e ainda assim, com apenas metade de sua capacidade instalada.

Depois do fechamento dos grandes contratos – acelerado o endividamento – fruto da política de gastar petróleo, para manter esses negócios, os juros cobrados pelos autores do "milagre econômico" passaram de 7% em 1977, para 21% em 1981.

Em 1979, a dívida externa do Brasil era de 50 bilhões de dólares e chegaria, 3 anos depois, em 1982, a 83 bilhões de dólares. Num espaço de 3 anos ela atinge 11 vezes a dívida bruta do Governo João Goulart.

Em 16 de maio de 1983, segundo o Relatório do Banco Central, o Brasil pagou em 1982, a quantia **record** de 12,6 bilhões de dólares, a título de juros da dívida externa de 83,3 bilhões de dólares.

Em 8 de novembro de 1983, sob o Estado de Emergência, é aprovada, no Congresso Nacional, com os votos do PDS (de Sarney) e do PTB, a Lei do Arrocho Salarial, atendendo às exigências do FMI. A não aprovação do Decreto-lei nº 2.065, implicaria o fechamento daquela Casa.

Em 1983, prestando depoimento a CPI da Dívida Externa e FMI da Câmara dos Deputados, o ex-Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter de-

nunciou a existência de um Projeto Neocolonialista, com quatro pontos cardinais, estabelecidos pelos grupos monopolistas transnacionais e banqueiros internacionais, nomeadamente norte-americanos, alemães ocidentais e japoneses, para ser colocado em prática no Brasil.

O primeiro ponto do projeto (de renovação do modelo de dominação) dizia respeito ao setor financeiro. Nessa parte, os monopólios exigiam a abertura do mercado financeiro nacional, para que os bancos internacionais aqui se instalassem, sem restrições. No caso do Rio de Janeiro, foi proposta a criação do chamado Rio-Dólar, em enclave financeiro transnacional.

Não é preciso dizer que a instalação dessas instituições financeiras transnacionais, na quantidade proposta, em nosso País, liquidaria com qualquer concorrente nacional, em razão do potencial financeiro que elas detém. Os Estados Unidos da América do Norte podem fabricar papel-moeda (dólar) de conversão internacional. Eles podem portanto, como fizeram com a dívida externa e como fazem sempre, reduzir as taxas de juros a zero, e até darem bonificação. Depois de liquidados os Concorrentes, "No Jogo livre da Economia de Mercado", eles, naturalmente, aumentariam as taxas de juros, para "recuperarem os custos do investimento", tudo dentro das leis capitalistas. Então, como se vê, o Banco Nacional não teria a mínima chance de sobrevivência, exceto aqueles que possuem, embutidos em seus ativos, interesses financeiros de origem externa, sócios portanto do capital alienígena.

O segundo ponto do Projeto Neocolonialista, significaria a privatização das estatais, passando pela liquidação do monopólio do subsolo em poder da União, para efeito de extração mineral. Empresas como a Petrobras e Vale do Rio Doce teriam suas ações vendidas nas Bolsas de Valores, aos credores internacionais do Brasil, sem limites ou controles desses quantitativos, de tal forma que, um patrimônio de energia vital para o nosso povo, pudesse ser leiloado e passasse 100% ao controle dos monopólios estrangeiros.

No discurso pronunciado em 9 de outubro de 1985, em São Paulo, o Senhor José Sarney diz, ou dizem por ele: "As atividades de empresas estatais que exercem mandatos legais – como a Petrobras, que exerce a legislação sobre o monopólio estatal de petróleo – e que apresentam irrecusáveis êxitos de produtividade, mundialmente reconhecidos, não estão em jogo".

Em outubro de 1985, em Seul, durante a reunião dos países devedores e credores, o Senhor James Baker III, Secretário do Tesouro norte-americano, apresenta o seu plano, cujas metas são: Defesa do "livre mercado", liberalização dos condicionamentos ao investimento estrangeiro, desmantelamento das instituições de bem-estar social e redução da intervenção do Estado na Economia. Ele estava se referindo, naturalmente, ao Estado nacional (Estado-Nação) e não ao Estado Transnacional. Para isso, ele oferecia em troca, aos 15 países devedores, 29 bilhões de dólares do chamado "dinheiro novo". Posteriormente, só o México levou a metade.

Dentro desse tema, a Primeira-Ministra inglesa, Margaret Thatcher, sugeriu aos países devedores em dificuldades que "Se não tiverem dinheiro, que paguem com suas fábricas".

Em 27 de novembro de 1985, através da Exposição de Motivos nº 285, o Ministro da Fazenda,

Dilson Funaro encaminha, com a chancela do Senhor José Sarney, ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 6.969/85 que abre as portas para a liquidação do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás.

Diante da ação firme e decidida de alguns parlamentares, a iniciativa entreguista não foi consumada, nesta instância, e o Governo retirou o projeto.

Não satisfeito, o Senhor Sarney edita os Decretos nº 91.991 e 91.992, do 28 de novembro de 1985, os quais determinam a contratação de Assessoria Externa para viabilização de operações em Bolsa da Telecomunicações Brasileiras SA, Telebrás; contratação de Assessoria Externa para Abertura do Capital Social das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. USIMINAS, da Petrobrás Química S.A., Petroquímica, Petrobrás Distribuidora S.A., ambas subsidiárias da Petróleo Brasileiro S.A., Petrobrás, além de apresentação de proposta de privatização ao Conselho Interministerial de Privatização, de 13 empresas menores.

Ao assinar tais decretos, o Senhor Sarney dá a partida a um método progressivo de liquidação do monopólio estatal do petróleo e a sua posterior entrega aos grupos monopolistas transnacionais, obedecendo, portanto, às exigências e determinações do FMI do Plano Baker, do Banco Mundial, do Clube de Paris, do Governo Japonês, da Comissão Trilateral e do Governo dos Estados Unidos da América do Norte. Todas essas denominações reúnem-se numa só palavra: imperialismo!

Que política é essa? É a política da interdependência com o imperialismo. O que interessa aos EUA é a manutenção do Brasil como exportador de matérias-primas, energia na sua refinação primária produtos agrícolas e artigos industriais simples. Enquanto sabotam qualquer tentativa de avanço do nosso País, nos campos da revolução científico-técnica (informática, Química-fina, Farmacêutica, etc).

Uma coisa que precisa ficar bastante clara é que o processo de endividamento externo do Brasil não se deu por acaso. Ele nos foi transferido por força das consequências da crise econômica do capitalismo e agravado de forma deliberada, calculada e projetada no molde de uma armadilha – a armadilha da dívida – cujo objetivo foi o aprofundamento do atrelamento do nosso País aos centros de decisão externos, no caso o estado transnacional.

Por isso não concordamos quando se diz que a dívida externa vai ser tratada com os governos e não com os bancos, como se esses fossem foros distintos. Pois é sabido que são os bancos e corporações transnacionais que elegem o governo dos EUA, através do Estado Industrial-Militar, (grandes conglomerados econômicos e financeiros) que são os proprietários dos veículos de comunicação de massa decisivos (cadeias de TV).

Quem implementa essa política? É a comissão bilateral na forma da atual ordem econômica internacional ditada pelos três centros do mundo capitalista (EUA, Europa Ocidental e Japão). A Comissão Trilateral foi fundada por David Rockefeller, em 1973, com mais de 200 representantes dos maiores consórcios econômicos e financeiros desses centros. Além de Rockefeller, Diretor do Chase Manhattan, dela fazem parte como princi-

pais representantes da Europa Ocidental, o Professor Raymond Barre, ex-Primeiro-Ministro francês, e do Japão, Chuiro Fujino, presidente do consórcio Mitsubishi (a TV com garantia até o ano de 1990). A tarefa principal da Comissão Trilateral é tentar salvar o capitalismo, ou prolongar a sua moribunda existência, na sua nova fase mundial, ou seja, na fase do imperialismo. (A Trilateral-Editora Vozes-1979).

"O grande debate dos últimos anos sobre a política exterior norte-americana focalizou duas idéias principais: o "equilíbrio do poder", que se assentava sobre a soberania nacional e a força militar, e o "internacionalismo liberal", que vislumbrava o desaparecimento do Estado-Nação, ao mesmo tempo que as diferentes regiões do mundo eram reagrupadas por forças transnacionais dentro de uma federação política e econômica. A política do ex-Secretário do Estado Henry Kissinger é um exemplo clássico dessa primeira perspectiva". Ou seja apoio às ditaduras militares.

"Por outro lado, Kissinger, especialista na doutrina de "Segurança Nacional", fundamentou as relações com a América Latina no apoio aos regimes militares que haviam adotado plenamente aquela doutrina.

"O conceito central de toda a ideologia da trilateral é sem dúvida o da interdependência. Toda a argumentação utilizada parte da interdependência ou conduz a ela. A interdependência não é uma simples inter-relação, mas um objeto que sofre mudanças quantitativas e qualitativas." (A Trilateral-Vozes-1979).

"No domínio econômico e político, a interdependência atingiu um grau sem precedentes. O crescimento rápido do comércio e das finanças internacionais conduziram a um alto grau de dependência mútua. A quantidade enorme de produção que tem propriedade e gerência internacionais representa um laço transnacional particularmente importante, comparável, por exemplo, à dependência mútua de importações vitais como o petróleo, alimentos e outras matérias-primas. Eventos econômicos – e choques – que ocorrem num país se transmitem rapidamente aos outros." E nós completamos: se transmitem, se transferem, principalmente as crises do sistema capitalista mundial desenvolvido, para as do capitalismo periférico, onde suas violentas consequências sociais são mortais.

Zbigniew Brzezinski, um dos principais ideólogos da Trilateral, diz o significado da política de interdependência:

"O Estado-Nação, enquanto unidade fundamental na vida organizada do homem, deixou de ser a principal força criativa: os bancos internacionais e as corporações multinacionais planejam e atuam em termos que levam muitas vantagens sobre os conceitos políticos do Estado-Nação."

Assim, o Estado-Nação é demolido:

"No plano formal, a política, no seu processo global, funciona mais ou menos como outrora. Porém as forças que configuram a realidade interna desse processo são cada vez mais aquelas cuja influência ou alcance transcende os limites nacionais". Assim sendo, a força promotora, desta interdependência vista como sujeito são os bancos internacionais e as corporações multinacionais. E nas publicações da Trilateral a interdependência é sempre tomada sob estas duas dimensões: como um processo objetivo da divisão internacional do

trabalho e como força promotora deste processo, subjetivado pelas corporações multinacionais. (A Trilateral-Vozes-1979).

Henry Kissinger, membro da Comissão Trilateral, ex-Secretário do Governo Nixon (guerra do Vietnã, escândalo de Watergate, etc), pensava que o fortalecimento da hegemonia norte-americana, sobretudo nas zonas estratégicas do Oriente Médio, África e Ásia, poderia ser obtido através de pactos militares e de pressões diplomáticas.

Para confirmar esse comportamento, vamos ler a Coluna do Castelo, no JB de hoje, 21/6/87, onde ele diz:

"Kissinger testa o General Leonidas"

"O fato é que a certa altura, ignoro se como testemunha, o ex-Secretário de Estado norte-americano perguntou ao ministro do Exército brasileiro se o Presidente Sarney costumava ouvi-lo. "Sem dúvida", respondeu o ministro, "Ele costuma ouvir". – "Sobre todos os assuntos?" – "Penso que sim". – "Também sobre os assuntos políticos?" – "Também sobre os assuntos políticos". – "E o Presidente acata suas opiniões?" – "As vezes sim, às vezes não". – "E quando ele não acata o que o senhor faz?" – "Nada. O Presidente é ele. Ele é quem decide."

Na página de economia do mesmo jornal está inserido: "O ex-secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, defendeu ontem a conversão de uma parte dos juros da dívida externa dos países do Terceiro Mundo em investimentos nas próprias nações devedoras. Segundo ele, a solução é "tornar a dívida administrável, através de investimentos e do crescimento econômico dos países em desenvolvimento." Pela sua proposta, a fatia da dívida conversível em capital de risco sairia da diferença entre a taxa de juros do mercado internacional e o percentual de crescimento do PIB dos países endividados."

RESUMINDO: Temos que pagar o principal, os juros da dívida externa e, todo o resultado do crescimento da nossa produção nacional, praticado pelas empresas transnacionais aqui instaladas, naturalmente, seriam convertidos em capital de risco, propriedade, portanto, dos "investidores" externos. Para o Brasil não sobra nada, exceto a miséria. Como dizia Gondin da Fonseca: "Só a miséria é nossa!"

Na mesma matéria do JB está grafado: "Kirssinger rejeitou a acusação de ser um mediador entre os bancos internacionais e o governo brasileiro, embora durante sua estada de seis dias no país vá manter encontro com o primeiro e segundo escalões do presidente Sarney. "O Plano de Bresser Pereira é razoável, tem boas chances de ter sucesso e poderá ser aprovado pelo FMI", disse Kissinger, que garantiu não recomendar nem desaconselhar o retorno do Brasil ao monitoramento pelo organismo financeiro internacional. "Não acho certo um americano viajar pela América Latina ditando regras", acrescentou. – O maior desafio não é voltar ao FMI, mas voltar a crescer. A meta fundamental é o crescimento econômico. Depois vem a questão dos juros. Os países ricos têm interesses próprios no crescimento de países endividados como o Brasil e o México", afamou Kirssinger. Ele teve palavras de elogio para o clima político-econômico brasileiro. "Estou espantado com a sutileza e a moderação do governo em tratar dos problemas. É fascinante ver como a Constituição está sendo rascunhada e como os

pontos de vista divergentes tornam-se conciliatórios. Em 10 anos, haverá progresso, desde que a economia mundial permita. E os Estados Unidos podem ajudar."

"Pouco depois dessa afirmação, o Chanceler do Governo Nixon pintou um quadro sombrio dos Estados Unidos. "É irônico que em três ou cinco anos os Estados Unidos enfrentarão problemas semelhantes aos do Brasil e México. Os Estados Unidos não poderão pagar o serviço da sua dívida externa sem reduzir o padrão de vida da população", afirmou Kissinger. Ele apressou o final da entrevista para poder almoçar com o Senador Roberto Campos."

Voltaremos agora a notícia do JB de 6-3-87, sob o título: "Reunião com Rockefeller. Roma (do Correspondente) – O imprevisto encontro de uma hora e vinte minutos que teve ontem à tarde, na residência do embaixador do Brasil na Itália, com David Rockefeller, Presidente do Chase Manhattan Bank acabou sendo o fato mais importante do primeiro dia romano do Ministro da Fazenda do Brasil, Dilson Funaro."

"Os dois falaram a sós, num dos muitos e majestosos salões do primeiro andar do Palácio Pamphily, residência oficial dos embaixadores brasileiros... Ambos não quiseram revelar os argumentos que trataram. Funaro limitou-se a dizer. "Conversamos como bons e velhos amigos. Nada de oficial ou digno de um registro particular"... "Uma hora antes da chegada de Rockfeller à embaixada (às 15h30min), quatro automóveis blindados da segurança especial (toda ela formada por ingleses) desembarcaram um grupo de guardacostas armados de metralhadoras, que quizeram conhecer todo o percurso e lugares que Rockfeller faria e se encontraria no Palácio Pamphily."

O Palácio Pamphily é território nacional, e como tal, não poderia ter sido submetido a essa violação e ao vexame de vistorias pela segurança do Presidente da Comissão Trilateral. Este fato deplorável revela o tipo de pressão que esses senhores imperialistas praticam quotidianamente com as nações que sucumbem, que capitulam à sua política de interdependência!

Este acontecimento insólito se verificou dias após a decretação da moratória, pelo Brasil, no pagamento dos juros da dívida externa, aos bancos privados transnacionais.

O mais deprimente nisso tudo é a disputa pela "glória" da promoção do encontro Rockfeller-Funaro: Enquanto a matéria do dia 6-3-87, do JB, atribui toda a iniciativa ao Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, o Informe JB de 15-4-87, credita a proposta degradante ao Embaixador Walter Moreira Sales, entreguista de longa data.

Embora as autoridades da Nova República minimizem esses fatos, eles nos dão exemplos da brutalidade com que agem os credores do Brasil, na defesa de seus criminosos interesses monopolistas e geopolíticos. São essas empresas e bancos transnacionais, nascidos nos países ricos da ordem capitalista que impõem seus executivos no FMI, no Banco Mundial, no Clube de Paris, na Trilateral e demais instituições de crédito ou de política econômica. São essas instituições que "examinam a saúde" econômico-financeiro dos países endividados (por essa mesma ordem) e dependentes, quando se trata de aprovar ou não, qualquer novo aporte de recursos. Embora o Brasil seja um dos sócios fundadores do FMI, junto a outros tantos países, não possuímos instrumen-

tos – não nos permitiram possuir – nas condições preestabelecidas, sequer para abrandar ou moderar os draconianos condicionamentos dessa iníqua ordem!

Eles expedem seus auditores para os países visados e agem segundo seus próprios relatórios. É feito um julgamento unilateral, não dando chances de defesa ou muito menos permitindo que os parlamentos desses países, atacados pela Ordem Transnacional, promovam auditorias internas, como no caso brasileiro, buscando identificar os responsáveis pelo absurdo endividamento externo (tipo Delfim Netto) e para provar que tipo de instruções, na época das assinaturas dos contratos de financiamento (endividamento), deram origem a referida dívida!

São eles os grandes consumidores de energia e de produtos, compradores e vendedores, donos dos mercados, dos registros, das patentes e das modernas tecnologias, do conhecimento e do saber, e cobram cada vez mais caro por isso. São eles que estabelecem os níveis de oferta, de procura, de preços e de padrões de consumo. São eles que estabelecem as taxas de juros – flutuantes – no mercado internacional, segundo seus interesses. São eles que estabelecem a graduação dos "riscos" que envolvem cada operação de crédito e os "spreads" que deverão ser cobrados, ainda que depois nos acusem de inficientes e perdulários. São eles que estabelecem as sobretaxas alfandegárias e a concessão de tratamento preferencial, quando lhes convém; da ajuda econômica e militar a fundo perdido, às medidas protecionistas; da política de "dumping", quando se trata de afastar um concorrente, ainda que este seja um país inteiro, às concessões de cotas de importação de determinados produtos, ou a eliminação destas, como arma de pressão, do bloqueio econômico à invasão militar.

São eles também, os donos do complexo industrial-militar, os promotores da corrida armamentista, do programa de "guerra nas estrelas", que perseguem pelo holocausto atômico, destruir a humanidade e todas as múltiplas formas de vida do Planeta terra:

Ladislav Dvorák, no seu livro "Os Países em Vias de Desenvolvimento e a Paz Mundial" diz: "Os países capitalistas desenvolvidos transferem as difíceis consequências da crise econômico-social para os ombros do mundo em vias de desenvolvimento onde estas se exteriorizam com muito mais força e com efeitos demolidores. Tais consequências são testemunhas pela quebra abrupta do crescimento e do produto nacional bruto anual, em volume e absoluto e *per capita*".

Pela propaganda burguesa, "os países capitalistas em vias de desenvolvimento são apresentadas como modelo de desenvolvimento transnacional que os transformará em bases de exportação de artigos acabados, fabricados por filiais de monopólios transnacionais para o mercado mundial. Esta nova forma de industrialização representa na realidade a superexploração dos países em vias de desenvolvimento, o reforço de sua dependência externa e beneficia penas o capital internacional e os países imperialistas. O salário médio por hora dos trabalhadores locais em filiais de monopólios transnacionais nos países em vias de desenvolvimento, em meados dos anos setenta, era de 40 centavos, contra os quatro dólares

pagos pelo mesmo trabalho nos Estados Unidos da América.

"A finalidade deste modelo deformado da nova ordem internacional do trabalho é dar rédea solta aos monopólios transnacionais para explorarem e aproveitarem a mão-de-obra barata e abundante no mundo em vias de desenvolvimento como se fossem exército extra-industrial de reserva. Vários professores, doutos jornalistas, políticos e outros defensores do transnacionalismo, cujo labor está na razão direta dos estímulos financeiros e de outra índole, recebidos dos monopólios multinacionais, proclaimam que a luta pela libertação nacional e pela independência é não só inutil como prejudicial. Mascaram a exploração com diferentes slogans demagógicos sobre co-produção, interdependência, colaboração, liberdade, democracia, etc."

No dia 18 de maio último, o Senhor José Sarney disse na televisão que o mundo atual "é o mundo da interdependência", que "não seremos uma autarquia num mundo desejoso da participação do Brasil, como uma das grandes potências econômicas do ocidente" e que "é para este mundo que está sendo elaborada a nossa nova Constituição".

Em consequência dessa afirmação, o Governo Reagan já nos mandou o porta-aviões nuclear Nimitz. A notícia do JB de 2-6-87 diz: "Recife – cercado de sigilo, está ancorado a três milhas da costa pernambucana o porta-aviões Nimitz, da Marinha dos Estados Unidos. A presença do navio, que transporta os mais modernos equipamentos de guerra das Forças Armadas norte-americanas, segundo o Consulado dos EUA, foi solicitada pela Marinha brasileira para uma operação conjunta entre os dois países. "O JB de 3-6-87 diz: "Brasília – ... "O assessor do ministro da Marinha desmentiu que o navio... Tenha sido solicitado pela Marinha brasileira para uma operação conjunta entre os dois países".

O Ministro das Relações Exteriores, o da Marinha, do EMFA e o próprio Senhor Sarney estão devendo uma explicação ao povo brasileiro, para que saibamos quem está mentindo nesta estória, uma vez que o conflito de informações está caracterizado.

Abstraindo-se o conflito de informações, a chegada desse Feionave ao nosso mar territorial, tem um claro sentido intimidatório contra o povo brasileiro, que não aceita esta intromissão criminosa da potência imperialista responsável por todo o sofrimento da nossa gente!

O acordo Militar Brasil-Estados Unidos já foi revogado!

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR – tratado do Rio de Janeiro) já é letra-morta, assassinado pela posição assumida pelos Estados Unidos da América do Norte, quando estes apoiam a Inglaterra, contra a Argentina, na Guerra das Malvinas. Os EUA usando satélites espionas, informaram aos ingleses, a posição do navio argentino General Belgrano que, apesar de estar fora da zona de bloqueio, foi afundado pela esquadra de Margaret Thatcher, causando a morte de centenas de marinheiros argentinos!

O porta-aviões nuclear US Nimitz é um importante alvo militar! Em caso de conflito entre as superpotências ele será caçado onde estiver. E se o Sr. Sarney deseja, como proclama, o Atlântico Sul desmilitarizado e a América Latina desnuclearizada, não poderia autorizar, se é que autorizou,

a estada deste hostil equipamento bélico em nossos portos.

No dia 17 de junho de 1987, durante uma entrevista coletiva, transmitida várias vezes na televisão, o Senhor José Sarney volta a defender, com ênfase redobrada, a política de interdependência, quando afirma: "Daí a necessidade de nós termos... uma nova política industrial. E nessa política industrial, o estabelecimento de liberdade de instalação de fábricas de qualquer natureza no país, sem licença, desde que essas fábricas não venham exigir subsídio, não venham exigir incentivos. Está bem que nas negociações da dívida nós procuremos transformar uma parte em investimento, (...) mas possibilitando a abertura da economia ainda mais". "Eu sou contra a reserva de mercado de uma maneira global, porque o Brasil é um grande País". Vejam o caso da Coréia do Sul que exporta tanto para o Brasil. Formosa, que é uma pequena ilha, exporta a mesma coisa para o Brasil".

Coréia do Sul e Formosa (Taiwan), são países governados por ditaduras militares com seus respectivos territórios ocupados por tropas estrangeiras, nominadamente norte-americanas, em várias bases terrestres, navais e aéreas espalhadas por seus países. São países onde o Estado-Nação foi abolido. São governados pelo Estado transnacional na esfera econômica e pelo Pentágono dos EUA, na esfera militar. O povo coreano no Sul luta por eleições diretas já para presidente da República, contra a política de interdependência imperialista que dividiu seu país ao meio e impôs sua política de superexploração, para atender aos monopólios transacionais. A disposição de luta dos estudantes coreanos é um exemplo vivo a ser seguido pelo povo brasileiro, não a ditadura que opime!

A ilha de Taiwan, chamada de Formosa é parte integrante do território da República Popular da China, atualmente ocupada pelos contra-revolucionários de Chang Kai Chek, a soldo dos EUA, que ali instalaram bases militares agressivas, cujo único e criminoso objetivo foi o de fustigar a jovem revolução chinesa. Expedições de mercenários eram, seguidamente, enviadas ao continente para sabotar a produção e semejar o terror entre a população recém-libertada.

Algo semelhante acontece na atualidade contra a Nicarágua que, com menos de 8 anos de revolução, sofre a ação criminosa dos ex-guardas somozistas, transmudados em mercenários pagos pelos EUA, na tentativa infame e vã de mudar o curso histórico de uma revolução popular. Fracassaram ontem, fracassam hoje, fracassarão sempre!

Como vemos, em essência, a política Macartista dos anos cinqüenta se iguala a do governo Reagan, atualmente.

A conclusão é bastante grave. Como sabemos que o imperialismo norte-americano, para poder sustentar sua geopolítica de dominação, modifica os nomes das coisas, para fazê-lo aparecer como diferentes, trata objetivamente de manter a dominação imperialista, através da renovação do modelo, usando para isso, as mais diversas máscaras. Uma dessas máscaras chama-se Nova República. Por isso devemos entender os discursos do Senhor José Sarney, de uma única e dramática forma: a capitulação do Brasil frente à política de interdependência, de forma renovada no seu modelo, mas invariável na sua essência que é a conti-

nuação e aprofundamento da dependência aos centros de decisão norte-americanos, portanto, de suas políticas.

Esta internacionalização da nossa economia proposta pelo Senhor Sarney e pelo Alto Comando do Poder Militar é a mesma política posta em prática por Castello Branco, em 1964, com um agravante: a venda das nossas empresas estatais, a troco da chamada conversão da dívida e seus juros, em capital de risco, permitindo que as ações das empresas estatais, em poder da União, sejam "vendidas" (dadas), aos banqueiros internacionais, como forma de amortização dessa dívida externa tantas vezes paga! E quanto mais a pagamos mais ela cresce. E já agora, quando, por um imperativo matemático, (calculado pelo imperialismo) não podemos manter esse pagamento em dia, os senhores-de-guerra imperialistas nos ameaçam com o Nimitz.

Vejamos um aparte do Deputado José Machado, a um discurso que pronunciamos em 20-3-86, dizia ele: "Não vejo, nesse procedimento do FMI, ou do Brasil em relação a ele, qualquer afirmação de soberania nacional. Na Realidade o FMI está, como sempre esteve, a serviço da comunidade financeira internacional. O seu comportamento, afastando-se do Brasil e tirando daqui a Madame Jul não seu deu, obviamente, em razão do posicionamento do Governo brasileiro. Vamos ser reais e verdadeiros. É uma orientação dos interesses da comunidade financeira internacional, a serviço de quem o FMI está. O que se está fazendo – e isso é profundamente sério – é servir-se de uma reorientação que nesta hora deve estar seguindo a cabeça de um Henry Kissinger, porque a comunidade financeira internacional não tinha condições de manter situação da maneira como fazia, do contrário, o sistema capitalista estaria liquidado, pois que esses países precisam reativar suas indústrias, e não adianta produzir para deixar as mercadorias nas prateleiras. Somos compradores, como todo o mundo subdesenvolvido o é. Essa reorientação, que dá ao Brasil e a outras nações a impressão de que se estão afirmando em relação ao FMI é, em verdade, decorrente, não de uma afirmação da soberania e de independência do Brasil ou de qualquer outra nação devedora. Isso é, na realidade, um comportamento decorrente de uma reorientação político-econômica da Comunidade Financeira Internacional no interesse da salvaguarda do sistema capitalista no mundo. Fora daí não há que se falar, nesta hora, que estamos submetidos ao FMI. Continuamos em verdade, submetidos aos interesses da Comunidade Financeira internacional, que já não precisa mais do FMI, que o afastou do cenário porque não tem mais necessidade dele. Posso até adiantar a V. Ex.^a e isso pode parecer absurdo – que, a médio prazo, enquanto puderem sugar os juros das cidades e dos países subdesenvolvidos, eles o farão. Mas, a médio prazo, é bem possível que essa comunidade, os países ricos e as nações industrializadas venham a absorver este endividamento, já que é muito mais interessante para eles que o Brasil, em vez de continuar mandando para lá 13 bilhões ou 12 bilhões de dólares, venha a comprar os produtos deles. Só desta maneira é possível se reativar as atividades não tem nada a ver com qualquer afirmação de soberania. Muito mais forte do que o posicionamento brasileiro, hoje, foi o do Presidente da Argentina. No entanto, historicamente, naquela

oportunidade S. Ex.^a não conseguiu enfrentar o FMI. Foi obrigado a se submeter a ele. Ninguém pode desconhecer a importância histórica do presidente da Argentina, mas ele foi obrigado a se submeter ao FMI. Então, historicamente, também este Governo é um beneficiário da reorientação da Comunidade Financeira Internacional. É apenas e tão-somente isto. O FMI nada mais é do que um preposto dos interesses dessas empresas. Ele entra ou sai dessa comunidade de acordo com os interesses desta. Continuamos pagando os juros como faziam anteriormente. Não importa que o FMI não esteja aqui, mas os efeitos da ação da Comunidade Financeira Internacional continuam os mesmos. Para mim não será surpresa se, a média prazo, a moratória vier por iniciativa da própria Comunidade Financeira Internacional".

Relato parcial do melhor depoimento, a meu juízo, feito perante a CPI da Dívida Externa e FMI da Câmara dos Deputados, pelo Professor Lauro Campos, da Universidade de Brasília:

"A Armadilha da Dívida", escrito uma parte em 1972 e outra em 1974, já dizia que a dívida internacional era uma armadilha para a qual os países estavam caminhando. Cada vez que o processo de endividamento aumentava tornava-se patente que os critérios, por mais consentâneos, por mais frouxos que fossem, estavam ultrapassando, tinham ultrapassado os limites de qualquer tipo de prudência. Uma parte cada vez maior das receitas de exportação dos países subdesenvolvidos, devedores, era comprometida com o pagamento de juros desses empréstimos externos." (...) "Por outro lado, as maxidesvalorização tornam altamente convidativo, barateiam o patrimônio interno para os detentores de moeda externa. Cada maxidesvalorizações significa um aumento do patrimônio que deverá ser entregue, se for o caso, em pagamento da dívida externa. Portanto, a maxidesvalorização deve ser considerada como uma política criminosa, altamente ofensiva aos interesses nacionais e capaz de aumentar a porosidade da economia brasileira, à penetração e a dominação do capital internacional. As finanças públicas – dizia Colbert – são o nervo vital da guerra, declaramos uma guerra monetária a diversos países do mundo e já conquistamos diversos deles." (...) "Infelizmente, como dizia Adam Smith, o governo nunca pagou a dívida, é sempre alguma classe social que a paga. Mais uma vez assistimos agora ao fantástico processo do qual devedores internacionais, apavorados diante do volume que atingiu o endividamento insolúvel e o crescimento da dívida pública interna relacionada à externa, tentaram resolver o problema através de um arrocho salarial que venha retirar de uma coletividade depauperada por um longo processo de acumulação selvagem de capital, recursos que seriam capazes de pagar parte desse endividamento. Penso que é frustrado esse esforço; penso que o FMI propositalmente colocou cláusulas nos três acordos de intenções, os quais propositalmente inexequíveis. O FMI exigiu, impôs, à economia brasileira diversas medidas inflacionárias: a maxidesvalorização com o aumento de custo financeiro; exigiu a retirada de estímulos à agricultura fazendo aumentar, obviamente, o preço da produção agrícola; impôs uma série de outras medidas, como o aumento do preço do petróleo, do trigo e derivados, com os seus impactos alta-

mente inflacionários sobre a economia brasileira; (...) Por que esse número de cláusulas inexequíveis? Porque, se o FMI apresentasse uma proposta exequível para o Brasil, ao executar essa proposta teria o FMI a seu reboque, ficaria obrigado a dar aval internacional para o Brasil, a ser fiador internacional do Brasil e, portanto, readquiriríamos uma certa soberania, uma certa independência na administração dos nossos negócios internacionais. Mas, colocando cláusulas inexequíveis, o FMI a qualquer momento retirará o seu aval, deixar-nos-á descalços, a pé, em nossas relações creditícias internacionais. Portanto, ao assinarmos esses acordos inexequíveis, teremos perdido, delegado a nossa soberania de uma maneira definitiva e completa. É triste ver um grupo que deveria ter recuado diante da crise do Governo brasileiro, ao invés de ter recuado para suas funções patrióticas na caserna, impor o seu aval, a execução dessas medidas, através do 2.045, por exemplo, sem perceber o engodo em que estava caindo, a armadilha em que estava caindo, por colocar o aval do Conselho de Segurança Nacional em cláusulas e condições a leis que são inexequíveis e, portanto, que desmoralizam as pessoas e os grupos que querem realizar o irrealizável. A tentativa de realização do irrealizável desmoraliza qualquer pessoa e qualquer grupo que queira e tente fazê-lo. De modo que é realmente triste que a desarticulação política tenha levado à adoção dessa estratégia frustrada. Acho que vamos partir agora para uma nova fase em que, possivelmente, serão esclarecidos alguns pontos fundamentais dessa trama internacional, desse caos creditício e financeiro que acabou dominando os próprios banqueiros internacionais, que não puderam recuar, uma vez iniciado e avolumado o processo que os dominou. É preciso contarmos tranquilamente com a **possibilidade** de que o **patrimônio interno seja o objeto do pagamento dessas dívidas**.

Na economia de uma sociedade em crise é óbvio que haverá uma seletividade muito grande por parte dos credores internacionais: eles não vão querer as empresas falidas e insolventes; eles não vão querer setores pouco promissores, é óbvio que vão querer penetrar nos setores mais futuros e mais sólidos da economia nacional. Em certo sentido, será um aprofundamento e uma consequência daquele processo de acoplamento e de favorecimento do capital internacional, que se iniciou no Governo Juscelino Kubitschek, encontrou um degrau superior a partir de 1964 e que agora encontra seu patamar definitivo e completo."

Dizia o Professor Lauro Campos: "Tenho a impressão de que estamos experimentando, através da crise e dos setores relacionados com o Governo, dos setores bélicos, espaciais, destrutivos e improdutivos, um processo em que este setor altamente negativo, que desenvolveu a economia capitalista a partir da década de trinta, principalmente, vai ser agora negado por esta crise. Esta crise acarreta pela primeira vez uma superação real das condições de vida, das relações sociais da produção em escala mundial, traz em si o gérmen de uma sociedade futura voltada para o homem e não para a sua destruição, voltada para o homem e para sua integração como parte da natureza, não para a destruição da natureza e do homem como parte dela. Nesse processo esmagador, o Governo assumiu despoticamente uma posição fantástica dinamizando a destruição,

dinamizando a falsa segurança, a falsa riqueza; os economistas criando conceitos de PIBs e de riquezas totalmente falsas e desvinculadas do homem, tal como os mercantilistas, que achavam que o ouro era a riqueza; durante quatrocentos anos acumularam ouro e mais ouro, até que perceberam que essa acumulação inflacionava a economia e destruía o valor do próprio produto que estavam buscando. Estamos atrás de riquezas improdutivas, terciárias etc. Com a crise do Governo que dinamiza essa atividade, a estrutura social da produção não se poderá manter e no mundo não haverá lugar para crédito e para dívida externa internacional; não haverá lugar para esses desassossegos e para essas especulações; prefiro pensar assim. Se esta for uma utopia, prefiro-a aos pesadelos daqueles que não sabem e não gostam dos que sonham, tentando impor pesadelos à vida e à história dos povos que eles dominam."

A política de intimidação, agressão e guerra que os Estados Unidos da América do Norte adotam contra os povos que lutam por paz, progresso social e soberania não permite vacilações e dubiedades neste momento; ou capitulamos frente à política de interdependência do Senhor Sarney, o que significará mais fome, mais miséria, mais arrocho salarial, mais desemprego e mais mortes ou, por outro lado, enfrentamos este desafio, esta iniquidade e esta traição, unindo o nosso povo e suas lideranças mais combativas, exortando o soldado brasileiro, esteja ele no Exército, na Marinha, Força Aérea ou Polícia Militar, a não aceitar a lei da obediência devida, e lutar, ombro a ombro com os trabalhadores por eleições diretas já para Presidente da República e por um programa de salvação nacional, que signifique a ruptura com essa ordem econômica internacional e com o Estado que a implementa – o Estado Transnacional, monopolista, belicista, explorador. Esta ruptura abre caminho para a constituição de um governo popular, decididamente empenhado em cancelar o pagamento da dívida externa e seus juros, promover a reforma agrária que acabe com a fome e as doenças da miséria, defender as riquezas nacionais, nossas pesquisas, nossa tecnologia, nossos recursos naturais, estatizar o sistema financeiro e as estações de televisão, para esclarecer o nosso povo e trazê-lo a participar da libertação nacional, da qual, obrigatoriamente, os trabalhadores serão os sujeitos da transformação, da revolução; artifícies, portanto, de sua própria história!

A atual Assembléia Constituinte é um instrumento de dominação do nosso povo, porque foi comprada pelo grande capital financeiro e de empresas transnacionais, através da farsa, do roubo e da fraude. Alguns desavisados dizem que a campanha pelas eleições diretas já irá atropelar esta Constituinte. Nada mais equivocado que este pensamento. Basta ver a sua composição conservadora, sua imensa maioria transpatriota e transnacional!

Basta ver os relatórios aprovados pelas diversas comissões de ordem econômica, de ordem financeira, de ciência e tecnologia, de reforma agrária, para compreender que esta Constituinte está empenhada em: 1. Entregar o setor financeiro nacional, ao Estado Transnacional; 2. Entregar o setor mineral e o subsolo, incluindo as áreas de risco, da plataforma continental marinha brasileira, ao controle do Estado Transnacional, para que eles

possam destampar as reservas petrolíferas e de gás, sem exclusão de reservas minerais sólidas, pois tiveram bastante tempo para pesquisarem, avaliarem e medirem esses potenciais, graças às medidas entreguistas do General Ernesto Geisel, em 1975. O art. 14, aprovado na Comissão da Ordem Econômica, fala em Território Nacional. Não abrange especificamente nossas plataformas marinhas do mar territorial brasileiro, das 200 milhas, onde se encontram importantes jazidas petrolíferas, de gás, minerais sólidos e até pescado. Os EUA não assinaram o tratado do mar, portanto podem querer, já que legalmente não reconhecem o limite das 200 milhas, ancorar equipamentos flutuantes (plataformas) e sacar, no peito, nossas riquezas.

3. Entrega de nossas empresas estatais lucrativas ao controle do Estado Transnacional; 4. Liquidação de nossas instituições de bem-estar social, nas áreas da saúde e previdência; 5. Liquidação da Universidade e da Escola Pública; 6. Estabelecimento dos programas de Planejamento Familiar, com a consequente esterilização da mulher brasileira (fica mais barato não permitir que os brasileiros nasçam do que atender às suas necessidades básicas de alimentação, saúde e educação); 7. Mudança para pior, na nossa política externa que, a exemplo do que ocorreu em 1965, contra a República Dominicana, possa significar o envio de soldados brasileiros, como bucha para canhão, contra povos latino-americanos irmãos em luta de libertação nacional, notadamente na área do Caribe.

O Presidente Juan Bosch, da República Dominicana – que foi derrotado pelo golpe militar de 1965, assim se expressou, em junho de 1975: "Este país não é pró-americano. É americano. É propriedade dos Estados Unidos".

No final de fevereiro de 1986, o Governo Sarney detona o Plano Cruzado – congelamento dos salários dos trabalhadores e dos preços dos produtos e serviços. O FMI aplaude as medidas. (A exigência foi deles). A grande imprensa e a Rede Globo de televisão fazem o maior alarde do "novo milagre econômico brasileiro". O fim da inflação por decreto. O congelamento dos preços dos produtos, cuja produção e estoques estão solidamente nas mãos dos monopólios, vale dizer, do Estado Transnacional. A inflação foi engavetada, escondida durante nove meses, período de gestação do mais tenebroso projeto do Estado Transnacional contra o Brasil!

Tratava-se de eleger uma Assembléia Nacional Constituinte profundamente comprometida com a Internacionalização da Economia brasileira, exatamente nos moldes preconizados pelo Plano Baker. Nesse processo de pressão sistemática e crescente, o alvo mais visado foi a lei de reserva de mercado para a informática nacional; a pressão contra a Universidade Pública chegou ao ponto de haverem ameaças, por parte do governo, de remessa ao Congresso Nacional, de um projeto de privatização. A área da Previdência está seriamente ameaçada, com a crescente proliferação dos sistemas privados de saúde e assistência. Na área mineral se estabelecem os "lobies" das mineradoras transnacionais, que visam liquidar com a preservação do subsolo em poder da União. Na área financeira, a retirada da conta movimento do Banco do Brasil, que apóia o pequeno agri-

cultor, e agora a extinção do BNH, dão a justa medida do que está por vir.

Passadas as eleições, "vitorioso" o Governo, explode violentamente a gaveta em que a inflação foi mantida. Os beneficiários dos aumentos contidos no último pacote (Cruzado II), assim como os beneficiários das importações de carne, leite, arroz, milho, foram, sem dúvida alguma, os Agentes Industriais e Financeiros do Estado Transnacional.

O povo brasileiro sofreu durante esse período de nove meses a mais extraordinária campanha, via Rede Globo, para condicionar-lo a aceitar o Plano Cruzado e votar nos candidatos do Presidente Sarney e fazer da Assembléia Constituinte, um instrumento de sua política de traição nacional!

Se acompanhamos a seqüência das medidas dos três planos (Cruzado I, II e III – Bresser), vamos ter uma panorâmica do processo usado pelo Estado Transnacional para estrangular o Estado-Nação, no caso nosso País.

Plano Cruzado I: – Manter a inflação comprimida, para obter o necessário apoio eleitoral que possibilitasse a formação de uma Assembléia Constituinte conservadora e entreguista;

– Consumir as reservas cambiais com importações de produtos agrícolas de que somos auto-suficientes, mas possibilitar o desencalhe de estoques, já impróprios para o consumo, nas mãos do Estado Transnacional, em suas bases (EUA e Europa Ocidental);

– Manter os salários congelados (maiores lucros) e estimular o ágio, cujo resultado – da chamada economia paralela – pudesse ser contrabandeado para o exterior, obviamente sem qualquer tipo de controle;

– Debilitar o Governo do Estado-Nação, que, apesar de estar a seu serviço, sofre pressão, no seu interior, também dos setores progressistas e nacionalistas. Ex.: Queda de Dilson Funaro e ascensão de Bresser Pereira.

Plano Cruzado II – Liberação geral dos preços com o fim do congelamento. A inflação explode, em tal velocidade, que os disparos do gatilho não conseguem atingi-la. Os trabalhadores sofrem perdas irrecuperáveis, crescem os lucros dos monopólios, na razão direta dessas perdas (salário baixo = Lucro maior);

– Reservas cambiais dilapidadas, com as importações desnecessárias (O Estado Transnacional aperta o cerco).

– Saldos da balança comercial caem a níveis baixíssimos (é o Estado Transnacional que nos compra os produtos);

– No dia 12 de maio de 1987, o Governo José Sarney se rende às pressões do FMI e do Estado Transnacional e anuncia o Plano Cruzado III (Bresser Pereira).

Plano Cruzado III – Extinção do gatilho salarial e o consequente arrocho salarial (medida padrão do FMI);

– Extinção do subsídio ao trigo (fim do pão dos pobres);

– Maxidesvalorização do cruzado (aumenta a quantidade de produtos que será entregue em pagamento da dívida), chama-

se também aviltamento dos preços dos nossos produtos;

– Congelamento dos preços e salários por 90 dias. Os comerciantes em geral e as filiais dos monopólios transnacionais remarcam seus preços em níveis próximos dos 100%;

– São anunciados, também, cancelamentos de diversas obras públicas. Há que se fazer caixa, para pagar os juros da Dívida Externa;

– Dia 18 de maio de 1987, o Senhor José Sarney anuncia para a assombrada população brasileira, que nós estamos no "mundo da Interdependência" e que, "é para este mundo que está sendo elaborada a nossa nova Constituição".

– Com efeito, seus principais resultados indicam claramente isto. Os saldos da Balança Comercial começam a crescer. Logo logo o governo Sarney dará mais uma entrevista, falando do Brasil Grande, do Brasil Potência, de mais um milagre econômico...

Tivemos, neste período de uma geração, mais de dez milhões de mortos, outro tanto, talvez, de retardados mentais, por lesões cerebrais oriundas da fome e do desasco. Esse genocídio é um fato que constatamos todo o dia, em cada rua, em cada vila, em cada esquina e em cada praça do nosso Brasil. E quem é o responsável? Quem são os responsáveis? Quem são os executores dessa política econômica? Quem são os seus mandantes? Por que agem assim?

O primeiro responsável é o Senhor José Sarney, os seguintes são, pela ordem, o Alto Comando do Poder Militar, os ministros da área econômica e o Estado Transnacional, constituído pelas grandes corporações monopolistas e banqueiros internacionais, e, são justamente estes últimos os que impõem a política da Interdependência, da super-exploração dos trabalhadores e cujo resultado – os super-lucros – vão aquecer a indústria de guerra, a indústria da morte! Contra os povos subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

Ladislav Dvorák, em seu livro: Os Países em Vias de Desenvolvimento e a Paz Mundial diz: "Segundo o programa da Administração Reagan, o país gastará em armamentos 1 trilhão e 600 bilhões de dólares; para o ano financeiro de 1984 foram aprovados 247 bilhões de dólares" – "Os enormes gastos militares com que lucram os monopólios, especialmente, os norte-americanos, transformam-se para os povos numa carga cada vez mais pesada e atrasam os progressos social e econômico, antes do mais, nos países em vias de desenvolvimento".

"Outro grande perigo para os povos da Ásia, África e América Latina é o das bases móveis em barcos e submarinos, cujo número deve aumentar no futuro próximo. O plano norte-americano para 1983-1988 conta com o aumento do número total de navios da frota de guerra norte-americana de 460 para 600, incluindo a construção de três porta-aviões do tipo Nimitz, seis submarinos tipo Ohio, 23 submarinos ofensivos tipo Los Angeles e 17 cruzadores."

– "O subcontinente latino-americano é também cenário de grandes operações subversivas da CIA, cujos patrões consideram normalmente a América Latina como o seu fundo de quintal. Provam-no muitas ações de subversão, terroris-

mo, golpes e agressões abertas contra todos os países e regimes que rejeitam as ordens de Washington."

Pavel Rapos, em seu livro "Crises Económicas do Capitalismo Contemporâneo", diz: "É do conhecimento que as guerras foram, desde sempre, geradoras de inflações: fabricava-se material de guerra, pagavam-se as matérias-primas e os meios de produção, os operários recebiam os seus salários, mas, nos mercados, os produtos faltavam: eram destruídos nos campos de batalha".

"Depois da Segunda Guerra Mundial, têm-se combatido, quase incessantemente, nas mais diversas partes do mundo. A Guerra da Coréia e a escalada bélica norte-americana no Vietnam, que durou quase até ao início dos anos setenta, absorveram mais meios financeiros que, não importa qual, qualquer outra guerra na história dos USA."

"Mas isto não é ainda tudo. Os custos da realização dos objetivos de guerra aumentaram também, em resultado do rearmamento das tropas, pois na esfera militar também o rápido progresso científico-técnico provocou um envelhecimento prematuro das diversas armas e dos seus sistemas. Calcula-se que, depois do final da Segunda Guerra Mundial, as forças armadas norte-americanas foram completamente rearmadas três ou quatro vezes: o armamento ultrapassado foi, pura e simplesmente, deitado fora, as tropas foram reequipadas com armas e sistemas de armamento inteiramente novos."

"Constituindo também uma das razões para o crescimento contínuo do orçamento militar dos USA, o qual passou de cerca de 50 bilhões de dólares, por ano, na primeira metade dos anos sessenta, para 80 bilhões de dólares na segunda metade dos anos sessenta, e para mais de 100 bilhões de dólares, por ano, nos anos setenta. No final dos anos setenta, o orçamento militar dos EUA atingiu 150 bilhões de dólares."

"É evidente que esta escalada da militarização foi, e continua a ser, um dos principais fatores inflacionistas, cuja intensidade cresce sem cessar. Foi, sem dúvida alguma, a militarização que contribuiu para a transformação da inflação furtiva em inflação galopante."

Agora ouvimos o mesmo discurso do "Brasil grande", do "Brasil potência". Nada mais ridículo do que essa farsa, essa mentira! Foi com esse discurso que nos empalharam o "milagre econômico", quando nos diziam que primeiro o bolo tinha que crescer para depois dividi-lo. O que se viu é que nos roubaram o bolo e com ele as ilusões dos incautos de boa fé!

Depois foi a farsa do Plano Cruzado. Mais mentiras sobre mentiras. Com a cara mais lavada dizem que são contra a estatização, contra a intervenção do Estado na economia. Será que não se dão conta de que estão servindo exatamente a essa intervenção que dizem combater, com um agravante terrível: estão servindo, se submetendo ao estado transnacional! Estão servindo ao estrangeiro! Estão traindo o Brasil e a imensa maioria do seu próprio povo!

Cinicamente dizem que estão promovendo as mudanças, dizem que estão democratizando as empresas estatais, da mesma forma que antes, em 1964, quando batizaram o golpe com o nome de revolução!

A mudança que eles têm em mira são das nossas reservas minerais, cujas jazidas tentarão mudá-las para os seus estados matriz. Foi por isso que elegeram o instrumento da legalização desta gigantesca traça contra o povo brasileiro: a Assembléia Nacional Constituinte.

Os banqueiros internacionais, agiotas da miséria da nossa gente, necessitavam mudar as leis para permitir um imenso assalto às nossas riquezas minerais, às nossas matérias primas! Todos os grandes projetos econômicos visavam e continuariam a visar, agora, à apropriação dessas jazidas estratégicas, adormecidas no ventre do nosso solo ou submersas no nosso mar territorial! Os projetos da Transamazônica, Perimetral Norte, Tucuruí, Belo Monte, Ferrovia Norte-Sul, Calha Norte, para citar alguns, tem um único e certo endereço: é de abrir caminhos, condutos, estradas, para a exploração desenfreada das nossas riquezas minerais! Nessa criminosa devastação sepultam árvores centenárias e os outros elementos desse meio ambiente. Diz o Governo que essa exploração reverte em favor do Brasil. É mentira. Ela só favorece os estrangeiros. Se alguém tém dúvida, basta ver o que restou da grande jazida de manganês que existia outrora na Serra do Navio. Só ficamos com uma imensa cratera e a vergonha de termos permitido tamanho crime contra o patrimônio nacional! Dizem os serviços do transnacionalismo que estas obras públicas (que só servem ao estrangeiro) vão ajudar socialmente as populações locais. Outra grande mentira! O que estar obras ajudam mesmo é, além dos lucros das empresas transnacionais e nacionais, aumentar a violência contra as populações super exploradas nessas áreas! Basta ver a violência em torno do Projeto Grande Carajás! Na área do Bico do Papagaio, que ficou mundialmente conhecido por conter muito ferro e muita violência! Basta visitarem essas áreas para verem as condições de vida humilhantes desses brasileiros! Ver as vilas queimadas, as famílias expulsas, pais sendo agredidos na frente de seus filhos pelos jagunços a mando dos proprietários das grandes empresas agropecuárias, que começaram a comprar essas terras depois que o Governo investiu dinheiro do povo nas obras de infra-estrutura! Essas populações emigraram, em sua grande maioria, dos latifúndios nordestinos em busca de terra para trabalhar. Enquanto os grandes projetos não chegavam, elas tinham uma tranquilidade relativa; depois da implantação dessas obras, os grandes empresários começaram a expulsar esses posseiros, usando pistoleiros, jagunços e a própria polícia! Mas elas começaram a se organizar e começam a resistir! É só comparar as datas dos projetos e as estatísticas da violência! Os índios então são os mais atingidos por essa ação criminosa, em face da sua ingenuidade e pureza!

Porque os senhores-de-guerra imperialistas necessitam tanto dessas matérias-primas? Porque programaram suas economias em função da corrida armamentista, em função da guerra. Necessitam do ferro, do aço, do nióbio, do quartzo, do manganês, do urânio, da bauxita, da cassiterita e, como não poderia deixar de ser, também do ouro, para construir bombas, mísseis, aviões de combate, navios, porta-aviões, submarinos, satélites, naves espaciais. Com o objetivo de ameaçar outros países e povos e chantegar seus governos, com os estoques estratégicos que dessa exploração resultam!

O Governo José Sarney é o próprio golpe militar de 1964, e sua tarefa é a continuação e a aprofundamento da super exploração do nosso povo, para atender aos monopólios e banqueiros transnacionais.

Se, como tudo indica, o Senhor Sarney ficar muito desmoralizado no afã de executar tão desastrada política, os senhores-de-guerra imperialistas tratarão de substituí-lo sem que isso possa, necessariamente, ser interpretado como um novo golpe militar, mas sim a continuação do antigo. (recrudescimento).

O conceito de empresa nacional, estabelecido na Comissão da Ordem Econômica da Constituinte, abre o País à sanha dos imperialistas e dos seus projetos genocidas!

Aceitar essas resoluções significaria aceitar a destruição do nosso Brasil enquanto Estado-Nação! Significaria abdicar da soberania nacional em favor do estrangeiro! Significaria trair a memória e a luta de tantos mártires e heróis do nosso povo! Significaria aceitar, passivamente, o sacrifício físico da nossa gente, em razão dos terríveis efeitos que essa dominação impõe aos que a ela se rendem!

Não temos escolha! Antes de pagar tributo ao império, que o paguemos à nossa querida Pátria!

“Leitura Crítica”

FOLHA DE S. PAULO

“Não” à Conversão Da Dívida

A polêmica em relação à conveniência da conversão de parte da dívida externa em capital de risco está na ordem do dia. Mas como mostraram, em artigo publicado ontem na *Folha*, os professores Antônio Barros de Castro e Francisco Pires de Souza (ambos da UFRJ), as vantagens para o Brasil são muito questionáveis. Vejamos os argumentos: 1) a transformação dos compromissos da dívida em futura transferência de lucros só seria relevante se o montante da conversão fosse grande e elevada a diferença entre taxa de juros e o coeficiente de remessa de lucros. Mas o montante de US\$ 5 bilhões que poderá ser convertido reduziria em não mais de 5% do total da dívida; 2) sabe-se que as remessas de lucros se dão por canais diversos, o que impede a avaliação do montante real; 3) quanto à conversão dos juros, existe um dilema: se há moratória, e os juros não estão sendo pagos, a conversão não implica em nenhum alívio para o Brasil (vamos deixar de transferir o que já não estávamos transferindo), e se os juros estão sendo pagos, os credores não aceitam a conversão; 4) se os títulos da dívida brasileira foram trocados de mão no exterior com deságio (quem compra paga menos do que o valor de face do título), para depois converterem em capital de risco, as empresas estrangeiras no Brasil aumentariam a remessa de lucros ao exterior para depois fazê-los retornar comprando uma parte maior do capital (devido ao deságio, os mesmos dólares comprariam um capital maior); 5) se há a perspectiva de que a conversão aumente os investimentos, por outro lado não há economia de divi-

sas; seria mais conveniente que o deságio nos títulos fosse transferido diretamente ao Brasil.

19-7-87"

EP – 46/87

RJ, 16 de julho de 1987

Exm.^o Sr.

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Câmara dos Deputados

Brasília – DF

A Diretoria da Associação Brasileira de Imprensa manifesta seu total apoio ao projeto do Deputado Paulo Ramos, proibindo a conversão da dívida externa em ações preferenciais de empresas estatais brasileiras. Não desconhece que a lei das entidades anônimas prescreve outorga ao direito de voto a ações preferenciais que não tenham recebido dividendos num período de dois ou três anos, o que abria margem ao controle das estatais brasileiras pelas ações preferenciais sem direito a voto, numa entrega total ao capital estrangeiro de empresas em que se realizasse a ação do próprio Estado. Está também convencida de que essa conversão não representaria, senão, dedução de poucos bilhões numa dívida externa que, apesar dessa conversão, continuaria acima de cem bilhões, para ser resgatada por um devedor empobrecido pela transferência das estatais. Bastaria uma lei ordinária para permitir essa desnacionalização, de tanta significação para a economia brasileira. O Projeto Paulo Ramos e sua transformação em texto constitucional valeria como argumento essencial para a defesa do Brasil em face de credores estrangeiros sem direito a posse de poupanças brasileiras que significam sacrifício de todo o nosso povo, com o qual não pode deixar de estar solidária a Associação Brasileira de Imprensa.

Respeitosamente – **Barbosa Lima Sobrinho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra, para discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição, ao nobre Constituinte Mozarildo Cavalcanti.

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Presidência já concedeu a palavra ao orador seguinte, Mozarildo Cavalcanti. Com consentimento do nobre Constituinte Mozarildo Cavalcanti, a Presidência concede a palavra a V. Ex.^a para uma questão de ordem. (Pausa.)

O SR. HAROLDO LIMA: – Muito obrigado?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

É sabido que estamos realizando um processo de discussão dos temas constitucionais, e muitos de nós – imagino que nós todos – estamos muito interessados em tornar este debate o mais vivo, o mais profundo, o mais substancial possível. E ficamos constrangidos em ver uma reunião com oradores inscritos como o que falou ainda

há pouco, o Constituinte Mozarildo Cavalcanti, que irá externar a respeito de um tema constitucional e outros, terem que usar da palavra para um plenário tão despovoado, tão esvaziado. E pensamos, Sr. Presidente, que isso está relacionado à forma pela qual está organizado o debate constitucional na Constituinte.

Estamos ardorosamente defendendo uma proposta, que foi apresentada a esta Mesa pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio, no sentido de que se organize o debate através de uma distribuição de temas. Diversos temas seriam organizados preliminarmente nos diversos oradores se inscreveriam para falar, em dias determinados, em torno dos temas. Pensamos que isso seria uma forma de tornar vivo esse debate, extremamente participante, atraente e de interesse de todo o nosso povo.

Por essa razão, Sr. Presidente, lamento ter que intervir nesse sentido, mas considero que não há condições, pela evidência da falta de **quorum**, de continuarmos com este debate, por entendermos que em fazendo assim, estariamos condenando os discursos, as intervenções que estão sendo preparadas, a serem minimizadas, a serem entendidas como uma coisa de menor importância. Queremos, sim, participar dos debates que estão sendo feitos aqui, os quais pensamos devem continuar, mas de uma forma à altura, que sejam significativos e não puramente formais. Está havendo um debate para se desenrolar durante alguns dias e que não está chamando a atenção do povo brasileiro, nem mesmo dos Constituintes.

Por esta razão, queremos invocar a V. Ex.^a o art. 36, § 4º, que estabelece que o Presidente encerrará a sessão sempre que for verificada a ausência de **quorum** ou de ofício, ou por iniciativa de qualquer Constituinte.

Neste sentido, solicito a V. Ex.^a que considere a procedência da minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Nobre Constituinte Haroldo Lima, a questão de ordem que V. Ex.^a suscita tem respaldo regimental. Todavia, a Presidência já havia concedido a palavra, como orador inscrito, para discussão em primeiro turno, do projeto de Constituição, ao eminentíssimo Constituinte Mozarildo Cavalcanti e S. Ex.^a concordou em que V. Ex.^a ocupasse o microfone para suscitar esta questão de ordem.

A Presidência decide, então, que concluído o discurso do nobre Constituinte Mozarildo Cavalcanti, mandará acionar as campanhas para proceder à verificação de **quorum**. (Pausa)

Tem V. Ex.^a a palavra, Constituinte Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVANCANTI (PFL – RR. Sem revisão do orador.): – Muito obrigado, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero, hoje, abordar o tópico relativo ao capítulo da Organização do Estado, que, a meu ver, é um capítulo que diz muito perto ao sistema federativo que o Brasil adota desde a Proclamação da República. E a nossa federação, Sr. Presidente, que, em 1903, foi maculada pela incorporação de uma figura até então inexistente no contexto do federalismo brasileiro, que é exatamente a figura do Território federal, foi, então, exatamente pela anexação da área territorial adquirida à Bolívia, criado o Território Federal do Acre. Essa figura de Território

federal, Sr. Presidente, na realidade, agride, sobremaneira, não só a Federação como a própria democracia, porque naquelas unidades não existem sequer as mínimas liberdades democráticas que a Constituição prega.

Na realidade, nos Territórios federais, o que temos são verdadeiras capitâncias que exercem o seu mando, através de prepostos nomeados pelo Senhor Presidente da República. A história da Federação brasileira continuou sendo agredida, quando, em 1943, foram criados mais cinco Territórios federais. Desses cinco, Pontapôrã e Iguaçu foram reincorporados aos Estados que lhes deram origem e os restantes, Rondônia, Amapá e Roraima persistiram, sendo posteriormente o Território de Rondônia transformado em Estado-membro.

Mais recentemente foi criado o Território de Fernando de Noronha, com o desmembramento de área do Estado de Pernambuco. E o que vimos na História desses Territórios, Sr. Presidente e Srs. Constituintes? Foi, na realidade, um suceder de arbitrio, de ditadura, de verdadeiro sufocamento das lideranças locais, seja no campo político, no campo empresarial, no campo estudantil; enfim, um modelo administrativo que não permite, sob qualquer hipótese, o florescimento de qualquer tipo de liberdade política.

E, Sr. Presidente, é lamentável que vejamos que o projeto da nova Constituição não só mantém essa figura de Território Federal, como a piora, como torna essa figura mais atrasada, mais retrógrada, em relação ao que existe hoje na Constituição vigente, porque, pelo menos nesta Constituição que rege ainda os destinos da nossa Pátria, os Territórios Federais possuem um leque maior de alcance democrática. E em nosso projeto atual há um retrocesso violento, quando se nega, por exemplo, a participação dos Territórios no Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios Federais.

Portanto, o que se faz com a figura de Território Federal nesse projeto é transformar áreas territoriais em departamentos, em autarquias do Ministério do Interior, castrando as liberdades daquele povo que lá vive. E nós, de Roraima, temos lutado pela transformação daquele Território em Estado. Mas, mais ainda, lutamos pela extirpação da figura de Território Federal do contexto da Federação, porque entendemos que nenhuma justificativa mais pode persistir para querer explicar a razão da existência, na nossa Constituição, da figura de Território Federal. Dizer que é importante para desenvolver uma área imensa da Amazônia, por exemplo, ou de regiões fronteiriças é inclusive ir de encontro a dispositivos constitucionais vigentes, e até dispositivos que existem no projeto, quando dá à União o poder de desenvolver essas áreas, sem necessitar tirar dos Estados determinados pedaços de terra, englobando um contingente populacional e reduzindo esses cidadãos, na realidade, à condição de cidadãos de 3^a categoria que é, na realidade, o que são os moradores dos Territórios Federais.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero deixar aqui um depoimento como um elemento que nasceu num Território Federal, que se educou ali, que teve que sair para completar os seus estudos e que verificou durante esses 44 anos de Território, que o que tivemos, na realidade, foi um desserviço à Pátria, um verdadeiro ataque ao sistema democrático. Não posso entender, inclusive, como é

que determinados setores ditos progressistas desta Constituinte defendem a permanência dessa figura de Território Federal que é, na realidade, a ditadura expressa e exercida na forma mais rígida que pode existir num país.

Portanto, quero concitar, Sr. Presidente, a todos os colegas Constituintes, a que reflitamos sobre esse tema que parece ser pequeno diante de tantos grandes temas, como a estabilidade no emprego, as liberdades do indivíduo, não esquecendo que se mantivermos a figura de Território Federal, não só condenaremos um contingente muito grande de pessoas ao arbítrio de um único dirigente nomeado pelo Presidente da República, nem sempre escolhido por critérios, porque nenhum critério existe em lei que diga qual deve ser o perfil de um elemento a ser nomeado Governador de um Território. E veja, Sr. Presidente, nomeado Governador de uma gente.

Portanto, eu gostaria de trazer, neste momento, quando grandes temas nacionais são discutidos, também este, que é sobremaneira importante para construirmos uma Federação mais justa, construirmos um federalismo onde haja realmente igualdade para todos, e não onde existam cidadãos que não elegem os seus governantes, cidadãos que não têm representantes no Senado Federal quando outros, vizinhos, têm todos essas garantias.

Finalizo, portanto, apelando para que todos os Constituintes, desde aqueles que se situam à direita, à esquerda, ao centro, os progressistas, os conservadores – enfim, rótulos quaisquer que tenham – que reflitam para que construirmos, realmente, um novo federalismo, uma nova Federação. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– De acordo com a questão de ordem suscitada pelo eminentíssimo Constituinte Haroldo Lima, a Presidência, nos termos do art. 36, § 4º do Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, vai proceder à chamada dos Srs. Constituintes para a verificação de **quorum**.

A Presidência convoca o Constituinte Ruberval Pilotto, para secretariar os trabalhos e proceder à chamada dos Srs. Constituintes. (Pausa.)

Procede-se à verificação de presença

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Está constatada a existência de **quorum** em plenário para prosseguimento da sessão.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eraldo Trindade para discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Presidência esclarece ao plenário que, constatada a existência de **quorum**, torna-se dispensável prosseguir a chamada. Isso não implica, em absoluto, em prejuízo da presença do Parlamentar nesta Casa.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eraldo Trindade, para discutir o projeto.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto a esta tribuna para abordar um tema que considero ser objeto de profunda reflexão pelos nobres Constituintes. A Constituição avança e com ela os variados questionamentos em torno das necessidades sentidas pela Nação brasileira.

Desejo chamar a atenção dos meus Pares para alguns pontos que acredito sejam fundamentais nesta fase de trabalhos, em que temos a oportunidade de apresentar as chamadas Emendas de Mérito.

Neste momento, pretendo levantar alguns questionamentos sobre a política de mineração do País. Discricionário e autoritário, o Código de Mineração, vigente desde 1967, por meio de um decreto-lei, traz, em seu Capítulo III, por exemplo, dispositivos que propiciam uma profunda concentração econômica na atividade mineradora. O resultado mais sentido da política de mineração brasileira tem sido a progressiva desnacionalização do setor.

Esta não é uma afirmação gratuita. Consultando a publicação "Quem é Quem no Subsolo Brasileiro", editada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, encontra-se, no Quadro 6, denominado "A Presença Predominante do Capital Estrangeiro na Ocupação do Subsolo", a seguinte situação atual:

No Amapá, 43% da superfície explorada pela mineração pertencem a empresas que detêm participação do capital estrangeiro. Este número é de 40%; no Estado da Bahia; de 44%, no Espírito Santo; de 55%, em Goiás; de 70%, em Mato Grosso e de 73%, no Ceará.

A mesma publicação afirma, em sua página 37, que as multinacionais que operam em faixas de fronteira têm empresas em associação com pessoas físicas e jurídicas brasileiras, de modo a satisfazer formalmente a limitação de no máximo 49% do capital estrangeiro exigido por lei.

É isto mesmo, Srs. Constituintes, o livro "Quem é Quem no Subsolo Brasileiro", que cita como suas fontes bons trabalhos realizados pelo CNPq, pelo próprio Ministério das Minas e Energia, reconhece que esta associação é apenas **pró forma**, e declara ainda que um destes grupos multinacionais detém 112 empresas, quase todas "de papel", esta última expressão escrita entre aspas.

Como tal informação foi apurada pelo próprio Departamento Nacional de Produção Mineral, temos aí a ocorrência de um órgão governamental admitindo aburla, o malogro de uma política, fazendo com que o art. 168 da Constituição em vigor seja letra morta.

Esta situação é agravada pela profunda assimetria que passa a ocorrer nas relações entre as empresas de mineração existentes no País e as áreas de garimpos individuais. Aquelas, com maior participação do capital estrangeiro, montam, há vários anos, verdadeiras fortalezas, com sistemas de comunicação com várias partes do mundo, para onde nossas riquezas são exportadas ou contrabandeadas. Aí, brasileiros são recrutados como seguranças, armados até os dentes, não hesitando em eliminar o próprio irmão, diante do compromisso e da missão de defender um patrimônio que nos é roubado, num flagrante desrespeito à soberania e aos direitos e necessidades de nosso País.

De parar-se com os alvarás de pesquisa outorgados para o Amapá, constata-se de imediato o loteamento indiscriminado daquele Território, até mesmo em áreas antes reservadas ao GEBAM.

As formas variadas de burlar o Código de Mineração levam os atuais permissionários daquelas áreas a apresentar relatórios falsificados, que são aceitos pelo DNPM, que não fiscaliza nada, impedindo que brasileiros se beneficiem daquelas

áreas, por quanto reservadas por instrumento legal e onerando o desenvolvimento nacional, além de representarem uma ameaça à nossa soberania.

Crises e convulsões no relacionamento cotidiano entre aqueles que possuem essas áreas e os que ali trabalham, muitos, há décennios, resultam em conflitos permanentes, e os brasileiros sendo sempre esbulhados por grupos armados paramilitares, verdadeiros testas-de-ferro desses despotas alienígenas.

O volume do contrabando é desconhecido. Ninguém ousa estimar o quanto de recursos orçados como divisas, como é o caso do ouro, que serve também para pagar nossa dívida monstruosa, vai além-fronteira. Essas empresas, como verdadeiras fortalezas, são vedadas a quem quer que seja. Não sabemos o que fazem. São um real perigo à nossa própria segurança.

Ao esboçarmos uma tentativa de análise custo/benefício, veremos que os resultados são os mais modestos possíveis. Lijá uma afirmação de que o minerador, ao optar por esta atividade, o faz por absoluta falta de outras alternativas, de vez que inexistem aí perspectivas de uma real ascensão profissional. Temos, pois, Srs. Constituintes, a seguinte situação: o País apresenta um quadro de grande desemprego estrutural. Com o atual modelo econômico, é impossível oferecer uma ocupação produtiva às brasileiras e brasileiros que se dirigem ao mercado de trabalho.

A pauperização das grandes cidades, o esvaziamento populacional de grande número de municípios, são provas do exposto, a saber, do deslocamento de enorme contingente populacional, que percorre, com grande custo social, considerável parcela do território nacional, na busca de uma forma digna e humana de sobreviver.

Pesquisa feita junto ao garimpo de Lourenço, o maior do Território Federal do Amapá, constatou que grande parte dos garimpeiros que ali trabalham é egressa de regiões metropolitanas e outros centros urbanos de menor porte, tendo se dirigido àquele garimpo por não terem encontrado, nas cidades de onde vieram, uma possibilidade de ocupação produtiva.

Dante deste quadro, Srs. Constituintes, a expulsão de brasileiros de uma área de garimpo reveste-se de aspectos mais graves do que aquele vislumbrado de uma análise menos profunda. Serão eles obrigados a reiniciar uma longa e penosa caminhada e, certamente, inútil, na busca de nova forma de sobrevivência.

E qual será o benefício trazido para o País por tanto sacrifício? Se for aventado o provável benefício desses gigantes multinacionais no País, convém lembrar desde já que a produção mineral brasileira, anualmente, englobando pouco mais de 50 espécimes minerais economicamente úteis, orça em aproximadamente 1,5% do Produto Interno Bruto.

Chegou a hora de darmos um basta a essa situação. Que nossas riquezas sirvam para o atendimento de nossos projetos. É inconcebível que somente uma empresa estrangeira, como é o caso da Anglo-American/Bozzano Simonsen, detenha uma superfície reservada no Brasil superior à do Estado do Rio de Janeiro. É incompreensível que uma British Petroleum/Brascan/Associadas detenha neste País área reservada superior à dos Estados do Rio, Espírito Santo, Santa Catarina e Sergipe, juntos. Que esta última detenha 10% de toda a área registrada no DNPM.

Este País, na sua imensa faixa territorial, tem que ser reservado aos seus filhos e não àqueles que nos chamam de índios, porque usam os índios para explorá-los e desviarem para fora o nosso patrimônio mineral.

Nossa preocupação é tanta nesse sentido que pretendemos, no próximo dia 29 de julho, na reunião da Bancada da Amazônia, fazermos um pacto em defesa de nossa região e de nosso País. Basta de tanta exploração.

A propósito disto, encaminho, agora à Mesa da Constituinte, requerimento solicitando à Mesa que formule pedido de informação ao DNPM sobre todas as empresas que atuam no País, na área de mineração, para que esta Constituinte possa conhecer amplamente a gravidade da situação mineral brasileira, situação essa que precisa de correções profundas, e este é o momento histórico para isto.

Antônio, em seu clássico livro "Cultura e Opulência do Brasil Por Suas Dragas e Minas", escrito em 1711, em pleno Brasil-Colônia, talvez tenha sido o primeiro a tentar quantificar a riqueza brasileira. Cita como principais pontos de estrangulamento ao desenvolvimento dos engenhos de açúcar as "densas florestas do Nordeste". Também ressalta a **inesgotável**, repito, inesgotável riqueza das minas de ouro recém-descobertas nas Gerais.

A semidesértica paisagem do Nordeste contemporâneo e as cidades que involvem constantemente no Centro-Oeste, são exemplos gritantes do nefasto resultado na exploração indiscriminada dos recursos naturais, renováveis ou não.

O mesmo pode vir a ocorrer, senão tivermos uma política racional de exploração daquilo que ainda nos resta. Nas Gerais, o colonizador levou-nos todo o ouro – e foram mais de mil toneladas, durante o Ciclo da Mineração.

Hoje, dispomos tão-somente de 2% das reservas mundiais de ouro; e 0,3% das reservas de chumbo; de 2,1% das reservas de cobre; de 7,8% das reservas de estanho e de 5,3% das reservas de níquel. E minério não dá duas safras.

Programemo-nos, pois, para utilizarmos racionalmente nossos recursos limitados, a fim de podermos prover o desenvolvimento do País e não subsidiarmos o crescimento de países já desenvolvidos, vendendo a preços vis aqueles bens que nos serão tão caros brevemente.

Srs. Constituintes, permita-melhor ilustrar tudo o que já disse. Em minha terra, há uma área conhecida em outros tempos pelas suas belezas naturais, entre as quais se destacava a Serra do Navio. As novas gerações, inclusive a minha, aprenderam a ironizar tal denominação, uma vez que, ficando distante dos rios navegáveis, em tal área jamais aportou tal embarcação. Pois bem, soube por um pioneiro do Amapá que a denominação devia-se à forma de navio daquela serra. Entretanto, Srs. Constituintes, a exploração indiscriminada do manganês ali deformou aquela paisagem, privando os jovens amapaenses inclusive de sua História.

Srs. Constituintes, estudos realizados pelo Clube de Roma evidenciam que nenhum benefício adveio até hoje, da exploração de recursos naturais por multinacionais em países subdesenvolvidos.

O Brasil não virá, estou certo, a auferir lucros de uma economia primário-exportadora, econo-

mia esta que tantos malefícios já nos trouxe no passado.

Nossas riquezas do subsolo devem ser exploradas, juntamente com as riquezas do solo, no bojo de um plano integrado de desenvolvimento, concebido em proveito dos brasileiros.

Analizando a deformação da paisagem urbana provocada pela exploração irracional de uma área de tal beleza que foi denominada Belo Horizonte, nosso maior poeta, Carlos Drumond de Andrade, escreveu um poema lamentando a degradação da capital de sua terra, referindo-se a seu "Triste Horizonte".

Não desejamos ver nosso País metamorfoseado em uma triste paisagem, em nome de interesses que não são os nossos.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SR. ERALDO TRINDADE
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

Excelentíssimo Senhor
Doutor Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Assembléia
Nacional Constituinte,

Senhor Presidente,

Pelo presente, venho requerer, muito respeitosamente, que a Mesa formule Pedido de Informação ao Departamento Nacional de Produção Mineral sobre todas as despesas que atuam no Brasil, na área de mineração, inclusive com a respectiva vinculação a grupos econômicos, explicitando-se a participação do capital nacional e estrangeiro.

Na certeza de receber o apoio que almejamos, despeço-me apresentando a Vossa Excelência a expressão de meu apreço.

Cordialmente, **Eraldo Trindade**,
Deputado Federal – PFL/AP.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Eraldo Trindade, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Tito Costa, para discutir o projeto.

O SR. TITO COSTA (PMDB – SP): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A quem quer que se detenha no exame do Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, facilmente será possível verificar que se trata de um texto extenso e contendo inúmeros dispositivos absolutamente dispensáveis, dentro da Carta que estamos pretendendo redigir. Até porque grande maioria desses preceitos, muitos dos quais estou propondo sejam eliminados por meio de emendas supressivas, são absolutamente discursivos e ficariam melhor num manifesto político, num programa de partido e não no texto da Constituição.

Sr. Presidente, e sem mencionar tantos dispositivos aqui para ilustrar o que digo, cito apenas que o art. 6º no seu inciso II determina como tarefa fundamental do Estado:

"Assegurar a participação organizada do povo na formação das decisões nacionais, defender a democracia política e econômica e fazer respeitar a Constituição e as leis".

Ora, isso não é matéria para figurar na Constituição e sim num programa político, num manifesto político, enfim, em lugar qualquer que não seja a Constituição.

Mas, dentro das emendas que estou apresentando à consideração da Comissão de Sistematização, eu gostaria de me deter, Sr. Presidente, na análise de alguns aspectos ligados ao problema dos municípios. Como estudioso do Direito Municipal, como homem que tem lutado, ao longo da sua vida de advogado e de político, dentro de um trabalho em favor das nossas comunas, como ex-Prefeito que também já fui de uma grande cidade paulista, São Bernardo do Campo, eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer alguma análise a respeito do problema do município, a começar pelo art. 62 do projeto que estamos examinando, que traz um dispositivo, segundo o qual:

"O município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos pela sua própria Câmara Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição, etc."

Eu sou fundamentalmente contrário, e tenho manifestado esse ponto de vista, quanto a que os municípios redijam a sua própria lei orgânica. Dir-se-á que esta é uma posição antimunicípio, porque a autonomia do município exigiria que cada um fizesse a sua própria Carta. Há quem queira chamar até a lei orgânica dos municípios, se aprovado esse texto, daqui para frente, de Constituição do município. Deixando de lado a pretensão que isto envolve, temos para nós que é absolutamente prejudicial ao município, como um todo, que cada um redija a sua própria lei orgânica.

O Brasil é muito grande, muito diversificado. Imaginar-se que o município de uma capital, de Campinas, ou de Campina Grande, ou de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, faça a sua própria Constituição, vá lá, mas os pequenos e distantes municípios deste País, como terão condições de redigir a sua própria lei orgânica e de que maneira vão redigi-la?

Alguns argumentam que a experiência do Rio Grande do Sul tem dado muito certo ao longo da sua história. Trata-se de uma exceção que apenas confirma a regra. Os municípios não podem, não devem se preocupar em fazer a sua própria lei orgânica. O Estado, sim, fará uma lei orgânica padrão que regerá os municípios, como tem regido até hoje ao longo da história brasileira, excetuado do Rio Grande do Sul.

Assim sendo, estou propondo uma emenda no sentido de que se mantenha o sistema atual pelo qual as leis orgânicas dos municípios sejam prerrogativas dos Estados, dependendo de cada Estado ou de cada Constituição delegar esta tarefa aos seus municípios, como se faz há muitos anos no Rio Grande do Sul, com excelentes resultados.

Um outro aspecto que eu gostaria de salientar, no capítulo referente aos municípios, diz respeito a uma outra novidade que se quer implantar, e a meu ver, absolutamente impossível de ser implantada no Brasil. Diz o § 1º do projeto, no art 62:

"Os prefeitos e os vereadores serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça."

Vamos passar de um extremo a outro. Evidentemente que entregar essa tarefa aos Tribunais de

Justiça, além de criar-se um foro especial, inteiramente descabido, **data vénia** significará atulhar os nossos Tribunais de Justiça de serviço, quando eles não estão dando conta sequer dos processos que já têm sob a sua responsabilidade.

O SR. ROBERTO CARDOSO ALVES: – Permite V. Ex.^a uma aparte?

O SR. TITO COSTA: – Concedo o aparte ao meu nobre amigo e Constituinte Roberto Cardoso Alves.

O SR. ROBERTO CARDOSO ALVES: – Antes que V. Ex.^a deixe a parte referente aos municípios, eu gostaria de apensar ao seu discurso uma consideração marginal, mas que julgo da maior importância. Trata-se de uma palavra à Casa sobre V. Ex.^a. O que V. Ex.^a diz sobre legislação municipal, sobre a vida do município, sobre a sua autonomia, sobre a importância do município na vida do País deve ser ouvido muito atentamente, porque V. Ex.^a é um homem que tem dedicado a sua vida ao Direito, especialmente ao Direito Municipal; temobras publicadas sobre Direito Municipal, sobre Lei Orgânica; tem comentários a todas as legislações que disciplinam e versam sobre a vida dos municípios. De modo que, o que V. Ex.^a diz é cheio de experiência e de conhecimento, não é uma palavra vã, inconsequente, incompetente, como muitas que se ouvem às vezes, mas é, sim, fruto de uma vida toda, posta a serviço do Direito Municipal, do municipalismo e da existência das comunas em nossa terra.

Apenas para isto, para apresentar V. Ex.^a, Deputado novo, que pela primeira vez chega a um parlamento, a esta Casa, e para chamar a atenção dela para a roubalheira dos conhecimentos de V. Ex.^a e sobre a importância de sua palavra neste tema.

O SR. TITO COSTA: – Muito obrigado, Constituinte Cardoso Alves, pela generosidade de sua intervenção.

Mas, continuando, Sr. Presidente, sobre a questão de foro especial para prefeitos e vereadores, perante os Tribunais de Justiça dos Estados. Tivemos, no Brasil, uma fase nova, a partir de 1967, com o advento do Decreto-Lei nº 201, no que tanque ao processamento de prefeitos e vereadores, a cassação e extinção de seus mandatos. Nesta fase, inaugurou-se alguma coisa talvez violenta demais em relação aos prefeitos, que passaram a ser processados por crime de responsabilidade, no curso de seus mandatos, independentemente de pronunciamento prévio da Câmara de Vereadores, e com a possibilidade de o juiz de Direito, encarregado do processo, determinar, no curso de processo, a sua prisão preventiva e o seu afastamento do exercício do cargo, durante a instrução criminal.

Sr. Presidente, trago esta experiência a esta Casa, como advogado de centenas de prefeitos; isto tem trazido um constrangimento tão grande aos prefeitos, porque nem sempre – e digo isto agora e atentem para a gravidade do que vou afirmar, com a responsabilidade de Deputado e de Advogado – nem sempre os Juízes de Direito e os Promotores que denunciam os Prefeitos, estão suficientemente isentos, distantes de participar das intrigas e dos debates políticos das suas comunas, no instante em que afastam os prefeitos dos seus cargos, durante a instrução criminal.

Isso tem trazido para os prefeitos um grande constrangimento.

Quanto à cassação dos seus mandatos, de Prefeitos e Vereadores, é tarefa entregue à Câmara, e como se trata de um julgamento político, é aí o foro político onde se dá a discussão e a sentença, a respeito do mandato que se pretenda cassar ou extinguir, tanto de Prefeitos como de Vereadores. Ora, talvez tentando corrigir essa dificuldade que veio para os Srs. Prefeitos, com a edição do Decreto-Lei nº 201, de 1967, é que o projeto está pretendendo criar um tribunal, ou uma instância especial para os Srs. Prefeitos ou Vereadores que é, no meu entender, absolutamente inviável.

Continuando, ainda, na análise do crime de responsabilidade dos Prefeitos, tivemos com a chegada do Decreto-Lei nº 201, a abolição total do **impeachment** em relação aos Prefeitos no Brasil, porque eles passam a ser processados criminalmente diretamente pelos Juízes de Direito, pelo Promotor, durante o curso do seu mandato, sem o exame prévio da Câmara para o seu afastamento político, que é efetivamente, o **impeachment**, o impedimento que continua a existir para os Governadores de Estado e para o Presidente da República.

A nossa Constituição determina que o Presidente da República será julgado por crime de responsabilidade nos termos da Constituição e das leis vigentes, e diz que o

"Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação, pelo voto de 2/3 de seus membros, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, ou perante o Senado, nos crimes de responsabilidade."

Ora, o Município que tanto se quer defender e que tem diante da Constituição a mesma importância constitucional do Estado e da União, tem no Prefeito que passa a ser processado, de acordo com o Decreto-Lei nº 201, um simples réu, enquanto que os Governadores e o Presidente da República sujeitam-se ao **impeachment**, ao seu afastamento político prévio, para, em seguida, submeterem-se a processo num foro especial.

O SR. MICHEL TEMER: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. TITO COSTA: – Dou o aparte ao nobre Deputado Michel Temer.

O SR. MICHEL TEMER: – Sr. Presidente, Sr. Constituinte Tito Costa, quero cumprimentá-lo pela oportunidade do pronunciamento, porque também confesso que, como V. Ex.^a, estava muito preocupado com essa afirmação do projeto de Constituição. Realmente V. Ex.^a tem razão. Permite-me apenas agregar essas palavras ao seu discurso. Uma coisa é o julgamento jurisdicional, onde o juiz realmente aplica o Direito como se fosse quase que uma ciência exata, ou seja, diante dos fatos e das provas, não há como fugir a uma determinada sentença, a uma determinada decisão. Já os chamados crimes políticos, como V. Ex.^a está muito bem ressaltando, dependem, muitas vezes, do problema da conveniência e da oportunidade.

Muitas e muitas vezes é possível, Sr. Presidente, no caso de um **impeachment** de um presidente,

de um impedimento de um governador ou de um prefeito municipal, que, embora os fatos levem à decretação do impedimento, à conveniência política não se determine aquela responsabilização em definitivo. Por isso, Sr. Constituinte Tito Costa, que, ao parabenizá-lo pela sua manifestação, quero dizer que esta matéria só pode competir à Câmara Municipal, porque é um juízo político e não um juízo jurisdicional. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. TITO COSTA: – Muito obrigado, Sr. Constituinte Michel Temer, pela sua oportuna intervenção. Eu acrescentarei ao que diz o eminentíssimo Constituinte Michel Temer, que, ao lado do crime político, existe o crime de responsabilidade. O crime político é examinado pela Câmara, que é o foro político; o crime de responsabilidade será examinado por um foro especial ou pelo Juiz de Direito, desde que o prefeito previamente tenha sido afastado pelo **impeachment**, que não mais existe no Direito brasileiro, depois do Decreto-Lei nº 201. Eu digo isso no meu livro, **Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores**, secundado ou antecedido pelo autor do Decreto-Lei nº 201, o Professor Hely Lopes Meireles, que o fez a pedido do então Ministro Carlos Medeiros Silva. É um decreto-lei rigoroso e que trouxe aos Prefeitos e aos Vereadores um tratamento diferenciado. E, se nós estamos querendo passar a limpo o Brasil, nesta nova Constituição, nós precisamos dar ao prefeito, daqui para a frente, a partir da nova Carta, o tratamento condizente com sua condição de chefe do Governo local. Como pessoa jurídica de Direito Público interno que é o município, o prefeito tem direito a um tratamento igual ao que tem o Governador e o Presidente da República. Não se trata de hierarquização, são pessoas políticas que estão no mesmo nível de igualdade: o Prefeito, o Governador e o Presidente da República.

Qual seria a solução? Entendo eu, com todo o respeito pela Casa e pelos redatores do Projeto – e neste sentido estou apresentando emenda – que não há por que criar um fórum especial para os Prefeitos e Vereadores, pela impraticabilidade dessa medida, mas sim, alterar a legislação ordinária: modificar o Decreto-Lei nº 201 e adequá-lo a uma nova realidade. É o que faremos oportunamente. Com a ajuda de tantos companheiros daqui, inclusive o ilustre Constituinte Michel Temer, é o que esperamos fazer oportunamente na legislação ordinária, cuidando de adequar o Decreto-Lei nº 201 à nossa realidade.

Um outro preceito que deve merecer a nossa atenção é o que consta do art. 65, quando dá competência privativa aos municípios para: "legislar sobre assuntos de interesse municipal predominante – que é mais ou menos óbvio – e suplementar as legislações federal e estadual, no que couber".

Tenho para mim, Sr. Presidente, que é um dispositivo inócuo e, por isso, desnecessário. Porque o município legislar suplementarmente sobre matéria de competência federal e estadual, seria uma espécie ou de chover no molhado ou de provocar conflito de competências. De maneira que não vejo como se possa abrigar no texto este preceito, cuja supressão estou propondo a esta Casa.

Um outro dispositivo que merece a nossa atenção, Sr. Presidente, é o que permite – § 3º do art. 67 do Projeto – ao município com população

superior a três milhões de habitantes, instituir o seu próprio Tribunal de Contas.

Tivemos, durante o período do regime militar, um rápido instante em que municípios com mais de 200 (duzentos) mil habitantes podiam ter o seu Tribunal de Contas. E o meu Município de São Bernardo acabou tendo um Tribunal de Contas que durou 40 (quarenta) dias e que foi, em seguida, extinto, como tantos outros, por um ato complementar ou um ato institucional.

Voltar a esse tema de permitir a criação de Tribunais de Contas Municipais, no meu entender, não é salutar, além de criar um sem-número de despesas desnecessárias para o município.

O Tribunal de Contas do Estado – e falo em nome ou com a experiência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – tem uma seção destinada ao exame de contas das administrações municipais, e dá muito bem conta do recado. Porque os municípios passaram, depois de uma fase difícil, a ter uma boa assessoria dos próprios governos dos Estados, o que tem permitido às administrações, sem maiores dificuldades, realizar o seu orçamento. E, com isso, o Tribunal de Contas tem podido, satisfatoriamente, examinar as contas dos municípios.

De maneira que entendo, Sr. Presidente, absolutamente desnecessário que se permita a criação quase que indiscriminada de Tribunais de Contas. Dir-se-á que não é indiscriminada, porque o texto proposto fala em população superior a 3 milhões de habitantes, e não são muitos os municípios do Brasil com essa população. De qualquer modo, entendo que o princípio não é conveniente nesse estágio da vida brasileira e, portanto, estou propondo a sua supressão.

Uma outra curiosidade, ainda no Capítulo da Administração Municipal, Sr. Presidente, é aquela do art 68, que permite a criação, como órgão subsidiário de controle da atividade municipal, de um Conselho de Ouvidores na área do município. O artigo dá como atribuição desse conselho, fiscalizar a administração municipal, receber queixas da comunidade e encaminhá-las à Câmara ou ao próprio Prefeito.

Ora, Sr. Presidente, este Conselho de Ouvidores, no meu entender, se for criado – espero que não – só iria trazer dificuldades para a administração municipal, porque teremos a competição entre a Câmara de Vereadores e o Conselho de Ouvidores, com uma dificuldade talvez ainda maior: a Câmara de Vereadores terá o seu quadro de Vereadores remunerado. O Conselho de Ouvidores, conforme está escrito, exercerá suas atribuições gratuitamente. Vai auxiliar na administração – e até pode auxiliar muito – mas, gratuitamente, enquanto que os Vereadores, hoje, com essas facilidades que se criaram, estão ganhando razoáveis subsídios.

A criação desses Conselhos de Ouvidores, no meu entender seria aceitável se viessem a substituir a Câmara de Vereadores, com mandato gratuito, com função gratuita, e aí, sim, eles poderiam prestar bons serviços gratuitamente, mas simultaneamente com a Câmara. Parece-me que isto causará, na administração municipal uma tremenda dificuldade.

O SR. OSVALDO BENDER: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. TITO COSTA: – Concedo o aparte ao nobre Constituinte Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER: – Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex.^a pelo brilhante pronunciamento referente ao municipalismo. Como dizia o Constituinte Roberto Cardoso Alves. V. Ex.^a realmente tem condições, conhece-a matéria e, por isso mesmo, é para nós muito importante ouvi-lo e nos inteirarmos. E quando V.Ex.^a se referiu sobre a criação deste Conselho, apenas para colaborar, quero dizer-lhe que também o considero desnecessário. Apresentei emenda para suprimi-lo, não apenas este, como também o próprio Ouvidor junto com o Congresso Nacional e junto com as Câmaras das Assembléias Legislativas dos Estados. Não vejo nenhuma razão. Em primeiro lugar, existe o Parlamento para defender a população, porque recebeu a confiança do povo e ninguém mais do que os Parlamentares, quer federais, estaduais, ou Vereadores dos municípios estão em condições de defender os interesses da população. E, em segundo lugar, existe um Ministério Público. Então, não há razões, além da possibilidade de logo levar a um confronto, pois como V. Ex.^a disse, os Vereadores são remunerados e esse Conselho não seria, teria que fazer o seu serviço de graça. Ele o faria, talvez, durante um tempo, mas logo se tomaria mais um ônus para o Poder Público, e nós não podemos admitir que se crie, através da nova Constituição, uma série de ônus e de encargos. E para isso, quer me parecer, nós estaríamos aqui, o Parlamento – nós e outros – para defender a população. Era apenas neste sentido que eu queria colaborar e me manifestar solidário com seu pensamento com relação ao Conselho de Ovidores.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) (Faz soar a campainha.): – A Mesa adverte o nobre orador que o seu tempo já está ultrapassado.

O SR. TITO COSTA: – Eu já encerro, Sr. Presidente, mas apenas para complementar o meu ilustre aparteante, acrescentarei ainda que, não obstante a gratuidade com que aqui se pretende instituir esse Conselho, dentro de algum tempo, se ele efetivamente vier a ser instalado, não faltaria quem, até por uma questão de cortejar, começasse a propor alteração na Carta para que eles recebessem algum provento ou alguma forma de retribuição.

E apenas para complementar, dizer que esse Conselho de Ovidores já existe nas nossas comunas. As Sociedades Amigos de Bairros, as entidades organizadas da sociedade, os sindicatos, os clubes de serviço, são organismos que fiscalizam, que ajudam, que sugerem. Para isso, então, essa finalidade já estaria cumprida.

Sr. Presidente, eu lamento que o tempo já esteja encerrando. Tenho aqui ainda algumas anotações para poder dissertar sobre esse tema dos municípios, mas tenho que me render ao Regimento, tenho que me render ao relógio. Portanto, agradecendo a atenção dos meus nobres Pares, aqui encerro a minha intervenção deixando para a próxima oportunidade a continuação desta análise. Muito obrigado a V. Ex.^a (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Aloisio Chaves – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Preito – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bocayuva Cunha – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Cláudio Ávila – PFL; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Neto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Edésio Frias – PDT; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheide – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PTB; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gilson Machado – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Horácio Ferraz – PFL; Irma Passoni – PT; Ivan Bonato – PFL; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jamil Hadad – PSB; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Calmon – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Machado Rolemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; Joaquim Beviláqua – PTB; José Camargo – PFL; José Egrela – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Genólio – PT; José Geraldo – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Luis Eduardo – PFL; Maluly Neto – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Messias Góis – PFL; Moysés Pimentel – PMDB; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nelson Seixas – PDT; Nilso Squarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Oswaldo Almeida – PL; Paes Landim – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Raquel Cândido – PFL; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Ronaro Corrêa – PFL; Rubem Medina – PFL; Sandra

Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Simão Sessim – PFL; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Telmo Kirst – PDS; Victor Faccioni – PDS; Victor Trovão – PFL; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Vladimyr Palmeira – PT; Wilma Maia – PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

(VIII – Encerra-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MANOEL CASTRO NA SESSÃO DE 8-7-87, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN – SEÇÃO II – DE 9-7-87.

O SR. MANOEL CASTRO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Pretendo falar hoje nesta Assembléia sobre a proposta rejeitada por quase a totalidade dos baianos sobre a divisão da Bahia. Muito já se falou a respeito, mas muito ainda terá de ser falado para impedir esse verdadeiro atentado.

Entretanto, hoje não falarei por minhas palavras, mas pela voz de um poeta, compositor, músico e cantador popular da Bahia, o reconhecido nacionalmente Elomar Figueira Mello, filho de Vitória da Conquista, que escreveu o que ele próprio chamou de "Carta da Bahia". Ele solicitou – e merece ser atendido – que a sua, e eu diria, nossa "Carta da Bahia" fosse inscrita nos Anais dessa Assembléia Nacional Constituinte. Passarei a ler o documento para que esse pleito seja concretizado.

"Numa dessas vindas de nossa fazenda – Casa dos Carneiros, onde moro e demoro mais por amor à natureza que Deus fez... no sertão catingueiro de Conquista, e por conseguinte de nossa histórica Bahia, ao chegar em casa na cidade, consternados minha mulher e meus filhos em curto relato passaram-me que um certo Deputado de Itabuna, cujo nome a memória não registrou (pela razão de só ser dada a fazê-lo quando se trata de santos, heróis e poetas), por conta própria e inteiramente *ad libitum*, resolveu rachar pelo meio o primeiro portal do Brasil – o Estado da Bahia –, praticando assim com brutal temeridade um crime lesa integridade cultural de um povo, em benefício de si próprio e de um pequeno grupo de infíéis carreiristas delegados por este mesmo povo a deputar por sua causa.

Ora, este Richelieu grapiúna em sua glacial visão de político e impelido pela gana estúpida de entrar na Sagrada Casa da História pela janela dos fundos, se esquece ou com certeza desconhece:

– que a soberania de um povo, uma nação ou d'um estado só se impõe se estiver firmada sobre seus fundamentos culturais. Assim é que somente o edifício que não tem história estará sujeito à demolição e a ser carreada pela turbulência do progresso. E, o passado histórico da Bahia, porta do Brasil – Berço da Pátria, nossa

Primeira Capital –, é grandioso demais para ser degraus em escabélio de tão jactancioso votófago iconoclasta.

– que, segundo Frederic F. Choppin – o maior cantor da alma polonesa – a arte é o espelho da pátria, "o país que não preserva os seus valores culturais, jamais verá a imagem de sua própria alma". Ora, a Bahia é o grande berço de bardos cantores e profetas que desde o remotíssimo passado de Gregório – "O Boca do Inferno" –, passando por Castro Alves e Conselheiro até a atualidade de Afonso Manta de Poção, em todos os segmentos da arte construíram um dos maiores acervos de cultura do País, que, e portanto, não pode de maneira alguma sofrer fissão. O corte no espaço físico atingirá infalivelmente o corpo cultural – alma do povo.

– que, em tempos de democracia, o Poder Público é funcionário do povo, isto é, todos aqueles que ocupam cargos e funções, *verbi gratia*, vereador, prefeito, deputado, governador, ministro, presidente, general, chefe de polícia etc... são funcionários da sociedade; e, o que serve não pode decidir pelo que é servido. Sendo mais claro: como pode o servo – o deputado em foco – se arvorar em lotear a Casa – o Estado da Bahia –, sem consultar previamente seu senhor – o povo baiano?!

– que, todos os demais Estados do Brasil podem ser divididos, deformados, sofrendo alterações profundas em seu desenho original. Só não a Bahia por ser o Berço da Pátria e a Matriz Original que deu forma e inspirou os intrépidos bandeirantes a, extrapolando o indecentíssimo Tratado de Tordesilhas, e penetrando nas terras da Coroa Espanhola, a iniciar o desenho definitivo do mapa do Brasil que, como se vê e segundo o grande Villa-Lobos, tem a forma de um coração, sendo, portanto, a Bahia o coração do Brasil.

– que, a despeito do embrutecimento catequético imposto a férreo pulso e irresponsavelmente pelos meios de comunicação a nosso povo, ainda resta um pequeno remanescente que não foi atingido pelas presas envenenadas de Nociferatus, graças a Deus, o que me lembra que numa Constituição Sertaneja em seu primeiro artigo começaria assim: "Todo poder emana de Deus e em Seu nome será exercido".

– que, ainda e por fim, ante o silêncio dos comprometidos poetas e artistas que subiram ao poder e a indiferença dos meios de comunicação que se complicam, posso dizer que já ouço do fundo do passado como que num intercâmbio cultural entre a morte e a vida, num sussurro, gemidos murmurantes de Ceceus, Manecas, Camilos e Ruyos, todos eles parafraseantes: "...malungo grite... brade... cante...", pois que se não o fizeres, os riachos e os montes, os picos da mata e as pedras da caatinga clamaram: não deixem que profanem o Bahiano Pantheon".

Pois bem, estes, mais Nathur de Assis, Iris Silveira, Laudionor Brasil, Erathóstenes Menezes, Eurípedes Formiga, Walter Figueira, Sosígenes Costa, Geovah de Carvalho, Ruy Bruno Bacelar, Glauver, Termo Padilha, Jatobá, Adilson Santos, Gildásio Castro, Juscelino Franco, Antônio Brasileiro, Juracy Doréa, Caros Napoli, Agavino do Gavião, Antenor, Raimundo Cunha, Geraldo Brito, Vivi do Angico, Ernani Maurílio, Geraldo Vieira, Edgar Mão Branca, Prof. Moura, Pe. Luiz Palmeira, Rosemberg Oliveira, Clodoaldo Cursino de Eça, Plácido do Poção, Carlos e Stela Debois, Olímpio

Cardoso, Fernando e Terezinha Spínola, Vivaldo Mendes Ferraz, Haroldo Gusmão, Dino Correia de Melo, Aníbal Viana, os Fernandes, os Silva, os Andrade, os Gusmões, os Oliveira, os Dantas, os Correia, os Prado, os Rocha, os Ferraz os Coelhos, os Pedreira, entre centenas e milhares de: profissionais, estudantes, comerciantes, industriais, fazendeiros, agricultores, peões, vaqueiros, cantadores, cantores e poetas, ...não aceitamos a sacrifega e desonesta proposta porque:

Nascemos no mesmo berço
Unidos na mesma sorte:
A mesma terra a cantar
Choramos num mesmo verso
Que mesmo depois da morte
Não vamos nos separar!

Assim, em nome de todos aqueles que já se foram e dos que ainda vivem que por certo amam a integridade deste território em toda sua inteireza, passo às vossas mãos este protesto contra a divisão de nosso Estado, que ora batizo de "Carta da Bahia", o qual rogo seja constado nos Anais desta egrégia Assembléia, por testemunho da História. – **Elomar Figueira Mello.**"

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

ERRATA

(Republique, por ter saído com incorreções no **DANC** no 78, de 17 de junho de 1987.)

PARECER Nº 2, de 1987 (ANC)

(Da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo)
GPO-294/87

Opina pelo não conhecimento do recurso Interposto pelo Sr. Constituinte José Genoino à decisão da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte em questão de ordem levantada na sessão de 20 de maio de 1987, conta os votos dos constituintes Acival Gomes, Bonifácio de Andrada, Bocayuva Cunha, Eduardo Bonfim, Enoc Viera, Érico Pogoró, Farabullini Júnior, Jorge Hage, Leur Lomanto, Lúcio Alcântara, Manoel Ribeiro, Maurício Corrêa, Nelson Wedekin, Plínio Arruda Sampaio, Ronaro Corrêa e Nivaldo Barbosa.

A Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, em reunião ordinária realizada hoje, ao apreciar o recurso interposto pelo Sr. Constituinte José Genoino à decisão da Presidência da Assembléia Nacional em questão de ordem levantada na sessão de 20 de maio de 1987, opinou, nos termos do parecer do relator, pelo não conhecimento do recurso, contra os votos dos constituintes Acival Gomes, Bonifácio de Andrada, Bocayuva Cunha, Eduardo Bonfim, Enoc Viera, Érico Pogoró, Farabullini Júnior, Jorge Hage, Leur Lomanto, Lúcio Alcântara, Manoel Ribeiro, Maurício Corrêa, Nelson Wedekin, Plínio Arruda Sampaio, Ronaro Corrêa e Nivaldo Barbosa.

Participaram da votação os seguintes constituintes: Oscar Corrêa, Presidente; Dalton Canabrava e Maurício Corrêa, Vice-Presidentes; Acival Gomes, Albérico Filho, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Eduardo Bonfim, Farabullini Júnior, Genebaldo Correia, Henrique Eduardo Alves,

Humberto Souto, Jorge Hage, Jorge Leite, José Fogaça, José Jorge, Jutahy Júnior, Leite Chaves, Leopoldo Bessone, Leur Lomanto, Lúcio Alcântara, Manoel Ribeiro, Luiz Viana, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Osvaldo Macedo, Paes Landim, Plínio Arruda Sampaio, Ronaro Corrêa, Plínio Martins, Vinícius Cansanção, Vivaldo Barbosa, Carlos DeCarli, Ibsen Pinheiro, Djenal Gonçalves, Costa Ferreira, Ivo Mainardi, Israel Pinheiro, Nestor Duarte, Marluce Moreira Pinto, Tito Costa, Manoel Moreira, Robson Marinho, José Guedes, Milton Reis e Egídio Ferreira Lima.

Sala da Comissão, 10 de junho de 1987.
– Constituinte **Oscar Corrêa**, Presidente – Constituinte **Egídio Ferreira Lima**, Relator.

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E SISTEMA DE GOVERNO

Parecer

Recurso manifestado contra decisão do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, conforme GP-0-294/87 – ANC

Relator. Deputado Egídio Ferreira Lima.

1 – Relatório

Em questão de ordem, o Deputado José Genoino insurgiu-se contra ato da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que fixou em 93 o número de integrantes da Comissão de Sistematização.

Alegou o Constituinte suscitante que, devendo a Comissão de Sistematização ser constituída, inicialmente, de 49 membros, assegurada a participação de todos os partidos, o cálculo era de ter sido feito, de logo, separando-se as vagas dos 12 partidos. Em seguida, a proporcionalidade seria aplicada sobre as 37 vagas restantes, para finalmente, acrescentar-se os 40 presidentes e relatores de Comissões e os relatores de Subcomissões. Com este cálculo, o total de integrantes da Comissão de Sistematização seria de 89 membros e não de 93, como afinal ficou constituída.

O Presidente, motivando a decisão da questão de ordem, alega que o cálculo foi procedido em estrita obediência às disposições regimentais.

Inconformado, o Deputado José Genoino recorreu da decisão do Presidente e este, antes de submeter o recurso ao Plenário, entendeu de ouvir esta Comissão, nos termos do art 74, § 4º do Regimento Interno.

É o relatório:

2 – Parecer

Entendo que o Presidente da ANC fez boa e precisa interpretação das disposições regimentais.

O art 13. § 1º do Regimento Interno da ANC diz que a Comissão de Sistematização é integrada, inicialmente, de 49 membros, "a qual terá sua composição complementada com os Presidentes e Relatores das Comissões, e os Relatores das Subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia".

Posta a disposição nestes termos, outro não poderia ter sido o procedimento da Mesa.

Primeiramente, como fez, teria que aplicar o princípio da proporcionalidade (art 13, § 2º) sobre os 49 integrantes iniciais, complementando-os, depois, com os Presidentes e Relatores. No final, os partidos não alcançados pelo cálculo da proporcionalidade seriam contemplados, apurando-se assim, o número total de 93 membros.

Observe-se, o que é importante, que, ao se elaborar o Regimento, se teve o cuidado de não se fixar o número total de integrantes da Comissão de Sistematização.

É certo que, pelo critério defendido pelo Deputado José Genoíno, o resultado seria outro. O PT e o PDT ganhariam, cada um, mais uma vaga, em virtude da distribuição inicial de um lugar para cada partido. Mas, a verdade é que a preocupação do Regimento foi assegurar a participação de todos os partidos na Comissão e não a de favorecer esse ou aquele partido.

É legítimo o direito de recorrer, mas o recurso carece de fundamento.

Assim, o parecer é pela improcedência do recurso.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1987. **Egídio Ferreira Lima**, Relator.

OFÍCIO GP-294/87-ANC, DE 21 DE MAIO DE 1987, DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE.

A Sua Excelência o Senhor Constituinte Oscar Corrêa
Presidente da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Senhor Presidente,

Tendo em vista o recurso apresentado pelo Senhor Constituinte José Genuíno à decisão desta Presidência em questão de ordem levantada por Sua Excelência na sessão da Assembléia Nacional Constituinte do dia 20 do corrente, encaminho o mesmo, nos termos do § 3º, do art. 74 do Regimento Interno, à alta consideração dessa Comissão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

ANEXOS

Anexo I

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, esperei até este momento para formular esta questão de Ordem à Presidência da Mesa, com a presença inclusiva do seu Secretário-Geral, porque é questão da maior importância.

Baseio-me no art. 13 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte:

"Art. 13. As Comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, em número de 8 (oito), serão integradas, cada uma, por 63 (sessenta e três) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Além das Comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistematização, integrada inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros e igual número de suplentes, a qual terá a sua composição complementada com os Presidentes e Relatores das demais Comissões, e os Relatores das Subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia."

Sr. Presidente, tenho em mãos a distribuição do número de membros feita na Comissão de Sistematização, que totaliza 53. Este número contraria o art. 13, no seu **caput** e em seu § 1º,

pois o número de 49 tem uma razão de ser, em função do número de membros de cada Comissão ser 63.

Foi feito um cálculo – que tenho em mãos – e apresentado aos partidos, de uma proporcionalidade que incluía todos eles, até o partido que colocaria um membro na Comissão de Sistematização. Para os demais, que pelo cálculo não estariam incluídos, foram acrescidos quatro membros, número que foi distribuído entre os três partidos majoritários, no caso, o PMDB, o PFL, e o PDS.

Esse cálculo deveria seguir, exatamente, a letra seguinte do Regimento Interno, que diz que são 49, com a presença de todos os partidos coloca um de cada partido – são 12. A partir daí estabelece a proporcionalidade para preencher os 49 membros. Como não foi feito assim, há uma anormalidade regimental: temos 53 membros e o Regimento é claro em termos de 49. A liderança do PT aplicou o cálculo que tenho em mãos. Considerando a letra do Regimento Interno que garante 49 membros e um representante de cada partido, teríamos outra composição na Comissão de Sistematização. E o mais estranho, Sr. Presidente, neste cálculo – é correto incluir um representante de todos os partidos – o que é universal e inclusive usado pela Justiça Eleitoral para fazer a distribuição das sobras, é que o Partido dos Trabalhadores é o único que perde uma vaga na Comissão de Sistematização. Então, o cálculo para a proporcionalidade partidária aplicada pelo Regimento Interno foi casuística. Este cálculo somou 53, favorecendo os três partidos majoritários nesta Casa, isto é, os partidos que têm maior bancada. Alguém teve que perder neste cálculo. Qual foi o partido que teve a perda? O Partido dos Trabalhadores deveria ter dois membros na Comissão de Sistematização, se fosse aplicado o cálculo correto entre os 49, e tem apenas um. Temos aí três problemas sérios. A Comissão de Sistematização não se pode instalar com 53 integrantes, tem que ter 49, porque se forem 53 existirão Comissões com menos de 63 membros. Não há como sair desse impasse. Estou com o cálculo nas mãos.

É necessário, Sr. Presidente – concluindo minha questão de ordem, que é séria, porque a Comissão de Sistematização vai-se instalar daqui a pouco – garantir a participação de todos os partidos, um membro de cada partido, princípio este consagrado no Regimento Interno. A partir daí aplica-se a proporcionalidade. Ai, sim, será feita a correção do critério da proporcionalidade. Há outro ponto. Se isto não for aplicado, o PT, no caso, perderá no cálculo feito pela Secretaria Geral da Mesa. Tenho este cálculo e posso entregá-lo a V. Ex.^a. Acho importante que esta questão de ordem seja resolvida porque a Comissão de Sistematização não pode instalar-se contrariando o Regimento Interno. Se isto acontecer, criará um precedente. Além do mais, se criarmos a lógica de contrariar o Regimento Interno em questões como a composição da Comissão de Sistematização, que é muito importante, pois sistematizará o trabalho que vem das Subcomissões e das Comissões, estaremos abrindo um precedente muito sério. Não quero relatar aqui outros momentos em que este Regimento Interno teve que ser alterado por uma série de motivos que não importam agora. Mas a Comissão de Sistematização é po-

der, é voto, é número de gente que participa e não pode instalar-se com esta anormalidade regimental.

GABINETE DA LIDERANÇA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Composição da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte

Tendo surgido dúvidas a respeito da forma de efetuação do cálculo para composição da Comissão de Sistematização e distribuição das respectivas vagas entre as bancadas partidárias com assento na Assembléia Nacional Constituinte, cabe discutir a forma adotada pela Secretaria Geral da Mesa, contrapondo-a aos requisitos exigidos pelo Regimento Interno da Assembléia.

A – Cálculo de composição da Comissão de Sistematização efetuado pela Secretaria Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

O cálculo para a distribuição das vagas iniciais da Comissão de Sistematização entre as bancadas partidárias foi efetuado pela Secretaria da Mesa da seguinte forma:

a) distribuição proporcional das 49 vagas a serem preenchidas por indicação das lideranças, como explicitado no **Quadro 1**;

b) criação de mais 4 vagas, a serem preenchidas pelas bancadas que não obtiveram o quociente mínimo necessário: PC do B, PCB, PSB e PMB;

c) acréscimo dos presidentes e relatores das comissões e dos relatores das subcomissões num total de 40 constituintes;

d) fixação do total de membros da Comissão a partir da soma de (a), (b) e (c): 49 + 4 + 40 = 93 membros. A distribuição das 93 vagas está registrada no **Quadro 2**.

A forma de cálculo desenvolvida pela Secretaria Geral da Mesa fere o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte em pelo menos dois de seus dispositivos.

1) o § 1º do art. 13 prevê expressamente a indicação de 49 integrantes inicialmente, a fim de que, posteriormente, sejam acrescidos os 40 constituintes investidos nas funções de presidentes e relatores de comissões e relatores de subcomissões. O cálculo da Secretaria Geral da Mesa leva à indicação inicial de 53 integrantes, e não apenas 49, para posteriormente serem acrescidos os demais 40 membros, totalizando 93 constituintes, e não os 89 resultantes da adição de 40 a 49;

2) O **caput** do art. 13 prevê expressamente a participação de 63 constituintes em cada uma das 8 comissões temáticas da Assembléia Nacional Constituinte. O cálculo efetuado pela Secretaria Geral da Mesa para a Comissão de Sistematização inviabiliza o atendimento desse dispositivo, já que só será possível que todas as comissões temáticas tenham exatamente 63 membros se a Comissão de Sistematização tiver apenas 49 integrantes, além dos oriundos das comissões e subcomissões, como demonstra o **Quadro 3**.

B – Cálculo de composição de sistematização efetuado com a observância de todas as disposições do regimento interno.

O cálculo para a distribuição das vagas iniciais da Comissão de Sistematização entre as bancadas partidárias, de maneira a respeitar o limite de 49 constituintes e a proporcionalidade partidária, assegurando-se, também, a participação de todos os partidos com assento na Assembléia, deve ser efetuado na seguinte forma:

a) garantia de uma vaga para cada bancada partidária, totalizando-se 12 vagas distribuídas entre PMDB, PFL, PDS, PDT, PTB, PT, PL, PDC, PC do B, PCB, PSB e PMB;

b) distribuição proporcional das 37 vagas restantes (49 menos 12), na forma do exposto no **Quadro 4**.

c) acréscimo dos presidentes e relatores das comissões e dos relatores das subcomissões, num total de 40 constituintes;

d) fixação do total de integrantes da Comissão a partir da soma de (a), (b) e (c): $12 + 37 + 40 = 89$ membros. A distribuição das 89 vagas está registrada no **Quadro 5**.

C – Comparação entre os resultados obtidos com a forma de cálculo adotada pela Secretaria Geral da Mesa e aqueles derivados da forma de cálculo desenvolvida com a observância do Regimento Interno.

As diferentes formas de cálculo para a distribuição das vagas iniciais da Comissão de Sistematização leva a resultados distintos, como demonstra o **Quadro 6**.

Há, portanto, como explicita o Quadro 6, uma diferença na atribuição de vagas da Comissão de Sistematização entre o que foi implementado, baseado em cálculos efetuados pela Secretaria Geral da Mesa, e o que dispõe o Regimento Interno. É necessário se fazer a correção, atribuindo-se uma vaga a mais ao PDT e outra ao PT, reduzindo-se em quatro o número de vagas do PMDB e em duas aquelas atribuídas ao PFL, de modo que o número total de vagas iniciais seja reduzido dos 53 atuais para as 49 regimentais e o número total de membros da Comissão de Sistematização seja 89, e não 93, como equivocadamente se está fixando. Cabe ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, nos termos do que dispõe o inciso XIV do art. 5º do Regimento Interno designar os membros das comissões, cabendo a ele, portanto a correção necessária.

Brasília, 9 de abril de 1987

QUADRO 1

	A	B	C	D
	Nº Constituintes Do Partido	Participação Percentual do Partido (A + 559)	Cálculo do Número de Vagas (b + 49)	Número de Vagas Arredondamento de C)
PMDB	305	54,56%	26,74	27
PFL	132	23,61%	11,57	12
PDS	37	6,62%	3,24	3
PDT	26	4,65%	2,28	2
PTB	19	3,40%	1,67	2
PT	16	2,86%	1,40	1
PL	7	1,25%	0,61	1
PDC	6	1,07%	0,53	1
PC do B	5	0,89%	0,44	–
PCB	3	0,54	0,26	–
PSB	2	0,36%	0,18	–
PMB	1	0,18%	0,09	–
TOTAL	559	99,99%	49,01	49

Quadro 2

	Cálculo da Secretaria Geral da Mesa
PMDB	27
PFL	12
PDS	3
PDT	2
PTB	2
PT	1
PL	1
PDC	1
PC do B	1
PCB	1
PSB	1
PMB	1
Sub-	53
Total Presi-Dentes e Rela-Tores	40
Total	93

QUADRO 3

A	B	C	D	E	F
Número Total De Constituintes	Membros Efetivos da Mesa não Podem Integrar as Comissões	(A-B)	Membros Iniciais Da Comissão De Sistematização Não Podem Integrar As Comissões	(C-D)	Número De Constituintes Por Comissão Temática (E + 8)
49 membros indicados inicialmente 53 Membros indicados inicialmente	559	6	553	49	504
	559	6	553	53	500
					62,5

	A	B	C	D	E
	Numero de Constituintes do Partido	Quociente (Nº Total de Constituintes Nº 37)	Número Inicial do partido do Partido (A e B)	Número de vagas restantes pelo cálculo de maior média	Número Total de Vagas do Partido
PMDB	305	15,11	20	2	22
PFL	132	15,11	9		9
PDS	37	15,11	2		2
PDT	26	15,11	2		2
PTB	19	15,11	1		1
PT	16	15,11	1		1
PL	7	15,11			
PDC	6	15,11			
PC do B	5	15,11			
PCB	3	15,11			
PSB	2	15,11			
PMB	1	15,11			
TOTAL	559		35	2	37

QUADRO 5

- O cálculo do número inicial de vagas do Partido foi efetuado com base no que dispõe o artigo 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Regimento Interno do Senado e o Regimento Comum do Congresso Nacional, embora prevê a proporcionalidade partidária na Composição das Comissões, não disciplina uma forma de cálculo.
- O cálculo das vagas não preenchidas, em função dos restos, foi efetuado com base na técnica da “maior média”, que, como enuncia José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo”, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1984, 2 edição páginas 378 a 382), é o método adotado pelo direito brasileiro e consagrado no artigo 109 do Código Eleitoral.

	Cálculo efetuado com a observância do Regime Interno	A	B	C
		Cálculo da Secretaria Geral da Mesa (Quadro 2) (Quadro 5)	Cálculo efetuado De acordo com o Regimento Interno	Diferença (A – B)
PMDB.....	1+22=23			
PFL.....	1+9=10	PMDB	27	23
PDS.....	1+2=3	PFL	12	10
PDT.....	1+2=3	PDS	3	3
PTB.....	1+1=2	PDT	2	3
PT.....	1+1=2	PTB	2	2
PL.....	1+0=1	PT	1	2
PDC.....	1+0=1	PL	1	1
PC do B.....	1+0=1	PDC	1	1
PCB.....	1+0=1	PCB	1	1
PSB.....	1+0=1	PSB	1	1
PMB.....	1+0=1	PMB	1	1
Sub-Total	49	Sub-Total Presidente e Relatores	40	49
Presidentes e Relatores	40			-4
Total	89	Total	89	-4

A	B	C	D	E
Numero de Constituintes do Partido	Quociente (Nº Total de Constituintes Nº 37)	Número Inicial do partido do Partido (A e B)	Número vagas restantes pelo cálculo de maior média	Número Total de Vagas do Partido
PMDB	305	15,11	20	22
PFL	132	15,11	9	9
PDS	37	15,11	2	2
PDT	26	15,11	2	2
PTB	19	15,11	1	1
PT	16	15,11	1	1
PL	7	15,11	—	—
PDC	6	15,11	—	—
PC do B	5	15,11	—	—
PCB	3	15,11	—	—
PSB	2	15,11	—	—
PMB	1	15,11	—	—
TOTAL	559		35	2
				37

- O cálculo do número Inicial de vagas do Partido foi efetuado com base no que dispõe o art. 24 do Regimento Interno da câmara dos Deputados. O Regimento Interno do Senado e o Regimento Comum do Congresso Nacional, embora preveja a proporcionalidade partidária na Composição das Comissões, não disciplina uma forma de cálculo.
- O cálculo das vagas, não preenchidas, em fração dos restos, foi efetuada com base na técnica da maior média", que, como enumera José Afonso da Silva ("Curso de Direito Constitucional positivo". Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 1984, 2ª edição, páginas 378 a 382), é o método adotado pelo direito brasileiro e consagrado no artigo 109 do Código Eleitoral.

Srs. Constituintes, o nobre Constituinte José Genoíno, pela Liderança do PT, apresentou uma questão de ordem complexa, difícil, reivindicando a presença de mais um representante do seu Partido na Comissão de Sistematização.

A Mesa deu tal importância à questão de ordem levantada pelo Constituinte que reuniu a Presidência, distribuindo ao Vice-Presidente Jorge Arbage a matéria, para que desse parecer.

É o seguinte o parecer, aprovado unanimemente pela Mesa da Constituinte:

Parecer

O nobre Constituinte José Genoíno levantou questão de ordem, contestando a forma pela qual a Presidência distribuiu os lugares na Comissão de Sistematização entre os partidos com representação na Assembléa Nacional Constituinte.

Fundamenta o seu argumento no art 13 e seu § 1º que estabelecem:

"Art 13. As Comissões incumbidas de elaborar o projeto de Constituição, em número de 8 (oito), serão integradas, cada uma, por 63 (sessenta e três) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Além das Comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistematização, integrada inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros e igual número de suplentes, a qual terá sua composição complementada com os presidentes e relatores das demais Comissões, e os relatores das Subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia.

Entende o ilustre autor da questão de ordem que, inicialmente, devem participar todos os partidos com assento na Constituinte, isto é, 12, e

a diferença, isto é, 37, seria calculada pelo princípio da proporcionalidade, apresentando a seguinte tabela:

Em razão desse cálculo, o resultado final seria o seguinte:

	Cálculo efetuado com a observância do Regimento Interno
PMDB	23
PFL	10
PDS	3
PDT	3
PTB	2
PT	2
PL	1
PDC	1
PD do B	1
PCB	1
PSB	1
PMB	1
Subtotal	49
Presidentes e Relatores	40
Total	89

Como se observa de logo, a Comissão que no momento é integrada por 93 (noventa e três) Constituintes passaria a ser por 89, e o PMDB teria menos 4 (quatro) representantes, o PFL á (dois) o PDT e PT ficariam com mais um membro.

Contudo, pela análise do § 1º do art. 13 do Regimento Interno, observa-se que a Comissão de Sistematização é "integrada inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros" e não por 12 como deseja o autor da questão de ordem. Somente após o cálculo da proporcionalidade, pre-

visto no § 2º do mesmo artigo, haveria condições de atender a parte final do § 1º, isto é "assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia".

O cálculo realizado pela Presidência, nos termos do que dispõe o Regimento interno da Câmara dos Deputados, apresentou o seguinte resultado:

PMDB.....	27
PFL.....	12
PDS.....	3
PDT.....	2
PTB.....	2
PT.....	1
PL.....	1
PDC.....	1
	49

Cumprida a determinação regimental (§ 1º, *in fine*), os partidos não contemplados (PC do B, PCB, PSB e PMDB) passaram a ter direito a indicar um representante.

Por tais razões, considero que a interpretação presidencial do § 1º do art 13 do Regimento interno é a mais consentânea com os dispositivos citados.

É o Parecer.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com base no § 3º do art. 74 e considerando a importância dessa questão que diz respeito ao número de Membros da Comissão de Sistematização na sua fase inicial; considerando a importância política desta Comissão; considerando, o proponente da questão de ordem apresentada a V. Ex.^a que o § 1º do art. 13 não deixa a menor dúvida de que, inicialmente, a Comissão de Sistematização deverá ser composta de 49 Membros

de todos os partidos e, considerando que esse número leva em conta outro dispositivo regimental que garante que cada Comissão deve ter 63 Membros, excluindo-se os Membros efetivos da Mesa, a decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no entendimento deste Constituinte, fere dois dispositivos regimentais: o § 1º do art. 13 e também ao **caput** desse artigo, que diz respeito a oito Comissões de 63; se forem mantidos 53, inicialmente, teremos 93, e terá a Comissão os sessenta e dois e meio. Como não existe meio Constituinte, teremos Comissão com 63, com 62 e com 61.

Esta questão envolve o respeito claro e absoluto ao Regimento Interno. Para o Partido dos Trabalhadores, não está em Jogo o fato de haver mais uma vaga na Comissão de Sistematização, se bem que seria uma decorrência, mas, em primeiro lugar, está em jogo o respeito ao Regimento Interno que é a constituição da Constituinte.

Nestes termos, com base no § 3º do art. 74, a Liderança do Partido dos Trabalhadores, juntamente com a Liderança do Partido Democrático Trabalhista e com a liderança do Partido Comunista do Brasil, preenche as condições regimentais e recorre da decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, no silêncio da manifestação dos Partidos invocados por V. Ex.^a, o que significa anuência, uma anuência, digamos, tácita, ao que V. Ex.^a declarou, perfaz a exigência regimental dos 35 Constituintes para que se dê provimento ao recurso. Em vista disto, é dado provimento ao recurso de V. Ex.^a que será de pronto encaminhado à Comissão de Constituição de Poderes e Sistema de Governo.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Muito obrigado a V. Ex.^a, Sr. Presidente.

REQUERIMENTO DE ANEXAÇÃO DE SUBSÍDIOS

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte
Considerando a formulação e recebimento, no dia 20 de maio próximo passado, nos termos regimentais, de recurso ao Plenário da Assembléia

Nacional Constituinte contra decisão dessa Presidência que julgou improcedente questão de ordem oferecida pelo recorrente, atinente à composição da Comissão de Sistematização, solicita-se sejam consideradas como integrantes do recurso e encaminhadas à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, responsável pela elaboração de parecer prévio sobre a matéria, as razões em anexo.

Brasília, 22 de maio de 1987. – Constituinte **José Genoíno Neto (PT-SP)**.

Composição da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte

Razões de Recurso

O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, promulgado em 24 de março do corrente ano, disciplina a composição da Comissão de Sistematização, bem como das Comissões temáticas, no seu artigo 13, sendo de especial relevância para a análise de questão em pauta o **caput** e § 1º dessa norma regimental:

"Art. 13. As Comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, em número de 8 (oito), serão integradas, cada uma, 63 (sessenta e três) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Além das Comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistematização, integrada inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros e igual número de suplentes, a qual terá sua composição complementada com os Presidentes e Relatores das demais Comissões e os Relatores das Subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia."

2. A Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, interpretando o disposto no artigo 13 do Regimento Interno e baseando-se em sugestão da Secretaria da Mesa, efetuou da seguinte maneira o cálculo para distribuição das vagas da Comissão de Sistematização:

a) distribuição proporcional das 49 vagas e serem preenchidas por indicação das Lideranças, como explicitado no Quadro I;

b) criação de mais 4 vagas, a serem preenchidas pelas Bancadas que não obtiveram o quociente mínimo necessário na distribuição proporcional das 49 vagas, quais sejam: PC do B, PCB, PSB e PMB;

c) acréscimo dos Presidentes e Relatores das Comissões e dos Relatores das Subcomissões num total de 40 constituintes;

d) fixação do total de membros da Comissão a partir da soma de (a), (b) e (c) + 49 + 40 = 93 membros. A distribuição das 93 vagas está registrada no Quadro II;

QUADRO II

	Cálculo da Presidência
PMDB	27
PFL	12
PDS	3
PDT	2
PTB	2
PT	1
PL	1
PDC	1
PC do B	1
PCB	1
PSB	1
PMB	1
Subtotal	53
Presidentes	
E Relatores	40
Total	93

3. Na Sessão Ordinária da Assembléia Nacional Constituinte de 9 de abril próximo passado, o ora recorrente formulou Questão de Ordem, nos termos do art 74 e seus parágrafos do Regimento Interno, através da qual se contrapôs ao cálculo para distribuição das vagas da Comissão de Sistematização efetuado pela Presidência, apresentando, também, um critério de distribuição rigidamente fundado nos preceitos regimentais.

Argumentou-se na Questão de Ordem, que o cálculo efetuado pela Presidência fere o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte em pelo menos dois de seus dispositivos:

a) do art. 13 (transcrito no item 1 destas razões) prevê expressa e taxativamente a indicação de 49 integrantes inicialmente, a fim de que, posteriormente, sejam acrescidos os 40 constituintes investidos nas funções de Presidente e Relatores de Comissões e Relatores de Subcomissões; o cálculo da Presidência leva à indicação inicial de 53 integrantes, e não apenas 49, para posteriormente serem acrescidos os demais 40 membros, totalizando 93 constituintes, e não os 89 resultantes da adição de 40 a 49;

b) o **caput** do art. 13 (igualmente transcrito no item 1 destas razões) Prevê expressa e taxativamente a participação de 63 constituintes em cada uma das 8 Comissões temáticas da Assembléia Nacional Constituinte; o cálculo efetuado pela Presidência para a Comissão de Sistematização inviabiliza o atendimento desse dispositivo, já que só será possível que todas as Comissões temáticas tenham exatamente 63 membros se a Comissão de Sistematização tiver apenas 49 integrantes, além dos oriundos das Comissões e Subcomissões, como demonstra o Quadro III;

QUADRO I

A	B	C	D	
Constituinte C)	Participações Partido (A+559)	Cálculo do Percentual de Vargas (Bx49)	Número	Número de Vagas-sac (arrendodamento)
PMDB	305	54,56%	26,74	27
PFL	132	23,61%	11,571	12
PDS	37	6,62%	3,24	3
PDT	26	4,65%	2,28%	2
PTB	19	3,40%	1,67	2
PT	16	2,86%	1,40	1
PL	7	1,25%	0,61	1
PDC	6	1,07%	0,53	1
PC do B	5	0,89%	0,44	—
PCD	3	0,54%	0,26	—
PSB	2	0,36%	0,18	—
PMB	1	0,18%	0,09	—
—				
Total	559	99,99%	49,01	49

QUADRO 3

A	B	C	D	E	F
Número total de Constituinte	Membros efetivos da Mesa (não podem integrar as comissões)	A-B	Membros iniciais da Comissão de Sistematização (não podem integrar as comissões)	C-D	Número de Constituinte por comissão temáticas (E-8)
49 membros indicados inicialmente	559	6	553	49	504
53 membros indicados inicialmente	559	6	553	53	500
					62,5

No corpo da própria Questão de Ordem apresentou um critério para distribuição das vagas iniciais da Comissão de Sistematização entre as Bancadas partidárias, de maneira a respeitar o limite de 49 constituintes e a proporcionalidade partidária, assegurando-se, também, a participa-

ção de todos os Partidos com assento na Assembléia. É a seguinte a forma de cálculo decorrente da aplicação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte:

a) garantia de uma vaga para cada Bancada partidária, totalizando 12 vagas distribuídas entre

b) distribuição proporcional das 37 vagas restantes (resultantes da subtração de 12 em relação ao total de 49), na forma do esposto no Quadro 4;

A	B	C*	D*	E
Número de Constituintes do Partido	Quociente (Nº Total de Constituintes Nº 37)	Número Inicial do partido do Partido (A e B)	Número de vagas restantes pelo cálculo de maior média	Número Total de Vagas do Partido
PMDB	305	15,11	20	22
PFL	132	15,11	9	9
PDS	37	15,11	2	2
PDT	26	15,11	2	2
PTB	19	15,11	1	1
PT	16	15,11	1	1
PL	7	15,11	—	—
PDC	6	15,11	—	—
PC do B	5	15,11	—	—
PCB	3	15,11	—	—
PSB	2	15,11	—	—
PMB	1	15,11	—	—
TOTAL	559		35	37

• O cálculo do número inicial de vagas do Partido foi efetuado com base no que dispõe o art 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Regimento Interno do Sanado e o Regimento Comum do Congresso Nacional, embora preveja a proporcionalidade partidária na Composição das Comissões, não disciplina uma forma de cálculo.

• O cálculo das vagas não preenchidas, em função dos restos, foi efetuado com base na técnica da “maior média” que, como enuncia José Afonso da Silva (“Curso de Direito Constitucional positivo”, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo. 1984. 2ª edição, páginas 378 a 382), é o método adotado pelo direito brasileiro e consagrado no artigo 109 do Código Eleitoral.

c) Acréscimo dos Presidentes e Relatares das Comissões e dos Relatores das Subcomissões, num total de 40 constituintes;

d) fixação do total de integrantes da Comissão de Sistematização a partir da soma de (a), (b) e (c): **12 + 40 = 89 membros; a distribuição das 89 vagas está registrada no quadro 5;**

QUADRO 5

Cálculo efetuado com a observância do Regimento Interno

PMDB	1+22=23
PFL	1+9=10
PDS	1+2=3
PDT	1+2=3
PTB	1+1=2
PT	1+1=2
PL	1+0=1
PDC	1+0=1
PC do B	1+0=1
PCB	1+0=1
PSB	1+0=1
PMB	1+1=2
Sub-Total	49
Presidentes e Relatores	
40	
Total	89

4. A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte solicitou ao Segundo-Vice-Presidente, constituinte Jorge Arbage, a elaboração de parecer a respeito da questão de ordem, parecer este que, aprovado pela própria Mesa, consistiu na decisão da Presidência de 20 de maio último, exara nos termos do art. 74, § 3º, do Regimento Interno. Tal decisão é sumamente concisa e superficial para assunto que, no entender do Presidente da Assembléia, constituinte Ulysses Guimarães, é complexo e difícil, sendo considerado extremamente importante pela Mesa (conforme registam as notas taquigráficas da Sessão Ordinária do dia 20 deste mês).

No corpo da decisão, que concluiu pela confirmação do cálculo de composição da Comissão de Sistematização efetuado pela Presidência, não há menção alguma ao desrespeito flagrante ao Regimento Interno verificado no referido cálculo, em especial ao art 13 e seu § 1º, e demonstrado de forma inequívoca por meio da questão de ordem, como explicita o item 3 destas razões. O fato de se configurar total desatendimento do limite de 49 membros a serem indicados inicialmente para a Comissão de Sistematização (art 13, § 1º), bem como da exigência de 63 membros a serem indicados para cada Comissão temática (art 13, **caput**), não sensibilizou o constituinte Jorge Arbage e a Presidência da Assembléia, que a ele nem se referiram no parecer e na consequente decisão.

De maneira manifestamente confusa, a decisão, fundada no parecer, julgou tão-seomente que na questão de ordem se propunha a indicação inicial de 12 membros da Comissão de Sistematização, e não dos 49 membros previstos regimentalmente, o que a tornaria desprovida de fundamento.

5. Na própria Sessão Ordinária da Assembléia Nacional Constituinte em que foi comunicada a decisão, em 20 de maior próximo passado, o autor da questão de ordem e ora recorrente, devidamente apoiado por número superior a 35 constituinte, ofereceu recurso contra a posição expressa pela Presidência, nos termos do art. 74, § 3º, do Regimento Interno.

O recurso derivou do caráter absolutamente insatisfatório da decisão que, ao pretender que a questão de ordem objetivava a indicação inicial de 12 membros, e não de 49, para a Comissão de Sistematização, "misturou alhos com bugalhos", para se utilizar uma expressão popular de entendimento cristalino. O julgamento expresso na decisão e fundado no parecer do Constituinte Jorge Arbage não procede de maneira alguma, e isto por duas razões:

a) na questão de ordem defende-se justamente que a Comissão de Sistematização tenha inicialmente 49 integrantes ao invés dos 53 definidos pela Presidência através de cálculo que o parecer procura confirmar; ao afirmarem que "a Comissão de Sistematização é integrada inicialmente por 49 membros" o Constituinte Jorge Arbage e a Presidência da Assembléia, no parecer e na decisão, vão de encontro à tese exposta na questão de ordem;

b) na questão de ordem defende-se juntamente que a Comissão de Sistematização tenha inicialmente 49 integrantes, nunca se pretendendo que tal número fosse de 12 membros; para que possa ser efetuado a distribuição das 49 vagas entre as Bancadas partidárias a questão de ordem propõe que 12 vagas sejam distribuídas igualmente entre todos os Partidos (de modo a garantir a presença de todas as legendas na Comissão de Sistematização) e 37 distribuídas de forma proporcional (de modo a garantir o instituto da proporcionalidade previsto regimentalmente); assim sendo, a indicação dos 49 membros deve ser feita de uma só vez e em caráter inicial, como defende a questão de ordem e preceitua o Regimento Interno, com base em um critério de distribuição das vagas entre as Bancadas partidárias que envolve a realização de cálculo complexo, efetuado em duas etapas e voltado para o atendimento dos requisitos regimentais de participação universal e proporcional.

6. O não acatamento da questão de ordem, por via de decisão que fere frontalmente dispositivos do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, motivou a apresentação, de recurso, fato que mantém à tona as duas questões envolvidas na definição da composição da Comissão de Sistematização: **quantos** devem ser os membros da Comissão e **como** deve ser feita a distribuição das vagas entre as Bancadas partidárias.

7. A questão do número de membros não poderia jamais deixar margem a dúvida. O entendimento de que a Comissão de Sistematização deve ter 49 membros indicados inicialmente, aos quais têm que se somar 40 Constituintes, entre Presidentes e Relatores de Comissões e Relatores de Subcomissões, num total de 89 integrantes, é absolutamente transparente e inatacável, como demonstram os argumentos expressos na questão de ordem transcritos no item 3 destas razões:

a) o § 1º do art 13 prevê literalmente a indicação de **49** integrantes inicialmente, aos quais de-

vem se somar os 40 Constituintes oriundos das Comissões;

b) o **caput** do art. 13, ao estipular o número de 63 Constituintes por Comissão torna imperativa, por via de consequência, a indicação de não mais de 49 Constituintes como membros exclusivos da Comissão de Sistematização, como demonstra o quadro 3, apresentado anteriormente.

O cálculo da Presidência, confirmado pela decisão que julgou improcedente a que estão de ordem, ao estipular que 53 Constituintes devem integrar inicialmente a Comissão de Sistematização, se constitui em verdadeiro malabarismo, contrariando o entendimento automático que se configura para qualquer pessoa colocada diante de norma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Tanto isso é verdade que o próprio Presidente da Assembléia Constituinte Ulysses Guimarães, ao receber a Questão de Ordem formulada pelo ora recorrente, na Sessão Ordinária de 9 de abril deste ano, não titubeou ao assinalar que a Comissão de Sistematização deve ser integrada inicialmente por 49 Constituintes, e não por 53, além dos Presidentes e Relatores das Comissões e Relatores das Subcomissões, como atesta declaração publicada no Diário da Assembléia Nacional Constituinte de 10-4-1987;

"A Mesa pondera ao eminent autor da questão de ordem e à Casa que o art 13. no seu § 1º, ao fixar em 49 o número dos que devem integrar, logo de início, a Comissão de Sistematização, ressalvou que os Presidentes e os Relatores das demais Comissões e Subcomissões também dela participarão. E estabeleceu que será assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia Nacional Constituinte. Esta composição é formada originariamente pelos indicados entre 48 ou 49 Srs. Deputados e, posteriormente, pelos relatores, sub-relatores e presidentes, o que foi feito pela Mesa, assegurando a todos os partidos representação junto a esta Comissão".

Igualmente o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, relator do Anteprojeto que culminou no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, não vacilou a respeito do assunto ao se manifestar na reunião de instalação da Comissão de Sistematização, no mesmo dia 9 de abril, conforme registam as notas taquigráficas colhidas na ocasião:

"Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como foi mencionado o fato de que fui Relator do Regimento, quero dizer que, efetivamente, ele fixa em 49 o número de componentes da Comissão de Sistematização. É inequívoco".

8. No que diz respeito a como distribuir as vagas iniciais da Comissão de Sistematização entre as Bancadas partidárias com assento na Assembléia Nacional Constituinte, três devem ser os requisitos observados, conforme dispõe o art. 13 do Regimento Interno:

a) número total de 49 vagas a serem distribuídas;

b) respeito ao critério da proporcionalidade;

c) garantia da participação de todos os Partidos representados na Assembléia.

O cálculo apresentado na Questão de Ordem, na forma exposta no item 3 e nos Quadros 4 e 5 destas razões, tem o mérito justamente de

atender às exigências fixadas no Regimento. Além disso, procura fundamentar em normas correlatas que tratam do assunto, no caso do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e no entendimento de um jurista do porte de José Afonso da Silva. A decisão da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, ao nem mesmo analisar o cálculo apresentado na Questão de Ordem, mesmo havendo um interregno de um mês e meio entre a formulação de tal questão e o indferimento da mesma, reconheceu, de maneira tácita, a justeza e validade de suas conclusões. Fosse o cálculo formulado pelo ora recorrente desprovido de rigor jurídico e regimental, não faltaria ao Vice-Presidente, constituinte Jorge Arbage, competência para, em seu parecer, demonstrá-lo de forma decisiva. O silêncio do parecerista, corroborado na decisão da Presidência, são prova cabal da inatacabilidade do cálculo expresso na questão de Ordem.

Dessa forma, para que possa ser efetuada a indicação pelas Lideranças dos 49 membros iniciais da Comissão de Sistematização, é necessário se atribuir uma vaga a cada Partido, unum total de 12 vagas, de modo a assegurar a representação universal, além de se atribuir as outras 37 vagas aos Partidos cuja participação proporcional lhes fixar pelo menos uma vaga, de modo a asse-

gar a representação proporcional. O a que pertence o ora recorrente, indicar Quadro 5, constante do item 3 destas mais um membro na Comissão de razões, apresente o resultado decorrente da efetuação de cálculo com a observância do limite de 49 membros a serem indicados, do princípio da representação universal e do princípio da representação proporcional.

9. Face ao exposto, objetiva o recurso o exame, pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, da Questão de Ordem formulada pelo ora recorrente, reiterando-se a solicitação de que seja revista a distribuição, entre as Bancadas partidárias, das vagas iniciais da Comissão de Sistematização efetuada segundo cálculo da Presidência confirmado pela decisão de 20 de maio último. A revisão deve ser feita nos termos do Quadro 6, diminuindo-se o total de membros da Comissão de Sistematização de 93 para 89 membros, através da redução do número inicial de integrantes de 53 para 49. Com as alterações necessárias para que haja uma adequação ao disposto no Regimento Interno, o PMDB deve perder 4 representantes, o PFL 2 e o PDT e o PT devem poder indicar mais um membro cada um.

10. O que está em questão, com a apresentação do recurso, não é pura e simplesmente o direito da Bancada do Partido dos Trabalhadores,

a que pertence o ora recorrente, indicar a respeito ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, serem indicados, do princípio da representação universal e do princípio da representação proporcional. Trata-se de garantir o produto da vontade democrática e soberana dos representantes eleitos pela população para reditir a nova Constituição do Brasil. E, como assinala José Celso de Mello Filho, "a observância das normas regimentais condiciona a própria validade formal dos atos normativos" ("Constituição Federal Anotada", Editora Saraiva, São Paulo, 2º edição, 1986, pág. 151).

11. A apreciação do recurso e, consequentemente, do teor da Questão de Ordem que lhe deu origem, é competência fixada regimentalmente para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, sendo prevista audiência prévia da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, conforme preceitua o artigo 74, § 3º, do Regimento Interno. É imprescindível que tal Comissão dê parecer favorável ao recurso, não só porque ele expressa o único entendimento compatível com o Regimento Interno, mas, principalmente, para não furtar ao Plenário a discussão e votação sobre a matéria, já que, como dispõe o art. 74, § 4º, em caso de parecer contrário, estará mantida a decisão da Presidência, sendo o recurso arquivado.

QUADRO 6

	A Cálculo da Presidência (Quadro II)	B Cálculo efetuado de acordo com o Regimento Interno (Quadro V)	C Diferença (B-A)
PMDB	27	23	-4
PFL	12	10	-2
PDS	3	3	zero
PDT	2	3	+1
PTB	2	2	zero
PT	1	2	+1
PL	1	1	zero
PDC	1	1	zero
PD do B	1	1	zero
PCB	1	1	zero
PSB	1	1	zero
PMB	1	1	zero
Subtotal	53	49	-4
Presidentes e Relatos	40	40	zero
Total	93	89	-4



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 101

QUARTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 107.^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 21 DE JULHO DE 1987.

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

OFÍCIO

Nº 034/87 - Do Senhor Constituinte Afonso Arinos, Presidente da Comissão de Sistematização, encaminhando, nos termos regimentais, o Projeto de Constituição, assim como todas as emendas não incorporadas ao texto.

IV - Pequeno Expediente

ALDO ARANTES - Questão de ordem sobre verificação de existência de **quorum** para prosseguimento da sessão.

ADYLSON MOTTA - Questão de ordem sobre necessidade de aguardo, pela Presidência, de 30 minutos para complementação do **quorum** regimental.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

ALDO ARANTES - Questão de ordem sobre empenho do PC do B na realização de amplo debate, com participação popular, do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Aldo Arantes.

ADYLSON MOTTA - Questão de ordem sobre apresentação de requerimento para ampla divulgação, através de **A Voz do Brasil** e do **Diário da Constituinte**, das sessões realizadas pela Assembléia Nacional Constituinte nos dias 18 e 19 do corrente mês.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO - Questão de ordem sobre sistema utilizado pela Mesa para comprovação da presença do Constituinte em plenário Prazo para apresentação de novo período de verificação de **quorum**.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

OLÍVIO DUTRA - Clima de tensão provocado por fazendeiros na Fazenda São Juvenal, Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

ALUÍZIO CAMPOS - Ordenação do debate constitucional.

HERMES ZANETI - Repúdio da Convenção do PMDB à defesa, pelo Ministro da Justiça, Paulo Brossard, da aplicação da atual Lei de Segurança Nacional. Demissão do Sr. Paulo Brossard do Ministério da Justiça.

VASCO ALVES - Ação para-militar da UDR na proteção de fazenda em Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

JOSÉ ELIAS MURAD - Manutenção do Sesc e do Senac.

COSTA FERREIRA - Reestruturação do Sistema Nacional de Saúde.

JOSÉ VIANA - Reforma agrária.

LOUREMBERG NUNES ROCHA - Manutenção do Sesc e do Senai.

AIRTON SANDOVAL - Revitalização dos Municípios no futuro texto constitucional.

LUIZ SALOMÃO - Inconveniência de projeto de lei governamental que dispõe acerca da incidência da correção monetária sobre os créditos habilitados nos processos de falência e concordata.

ANTÔNIO CÂMARA - Redução dos recursos destinados aos Municípios. Urgente comunicação, pela CFP, às agências do Banco do Brasil do preço mínimo do sisal.

DASO COIMBRA - Realização do 13º Congresso Brasileiro de Cartografia, Brasília, Distrito Federal

CUNHA BUENO - O sistema de governo vigente no Brasil como responsável pelas crises nacionais.

FERES NADER - Transcurso do 105º aniversário de fundação do jornal **Tribuna do Norte**, de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

FRANCISCO AMARAL - Restabelecimento do sistema de trabalho dos enfermeiros da Refinaria Presidente Bernardes, Cubatão, Estado de São Paulo.

LÚCIO ALCÂNTARA - Exclusão da eletrificação rural do esquema de racionamento de energia elétrica no Nordeste.

PAULO MACARINI – Participação de representantes da classe operária e dos empregados na administração das empresas públicas.

MAURO BENEVIDES – Manutenção do Senac, Senai, Sesc e Sesu.

STÉLIO DIAS – Reivindicações do setor agrícola.

OSVALDO BENDER – Aplicação prioritária dos recursos do FGTS na construção de moradia para as faixas de trabalhadores de baixa renda.

JORGE ARBAGE – Anistia para os cidadãos processados com base na Lei Delegada nº 4.

PAES LANDIM – Desgaste da Assembléia Nacional Constituinte perante a opinião pública.

V – Comunicações das Lideranças

RUY NEDEL – Absorção, pelo Ministro Paulo Brossard, da Justiça, das críticas dirigidas contra o Presidente Sarney.

VIRGILDÁSIO DE SENNA – Legitimidade da conduta dos Ministros de Estado na votação na Convenção Nacional do PMDB. Acatamento das decisões da Convenção Nacional do partido. Documento elaborado pela Convenção Nacional do PMDB sobre os compromissos do partido na questão salarial.

ALDO ARANTES – Entendimentos da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte com as lideranças partidárias para ordenação da

discussão do Projeto de Constituição. Indefinição da Convenção Nacional do PMDB. Eleições diretas para Presidente da República em 1988.

PAULO DELGADO – Decisão do Ministro Paulo Brossard da Justiça, pelo não-enquadramento na Lei de Segurança Nacional do Presidente do Diretório do PT em São Paulo, Djalma Bom, por ofensas ao Presidente José Sarney em comício realizado na capital paulista. Indefinição da Convenção Nacional do PMDB.

BOCAYUVA CUNHA – Agradecimentos do PDT ao Presidente Ulysses Guimarães pelas providências anunciadas a respeito da proposta do Constituinte Plínio Arruda Sampaio sobre ordenação da discussão do Projeto de Constituição. Pauta de discussão de encontro do Clube de Engenharia com Parlamentares.

ALCENI GUERRA – Descrédito da sociedade brasileira em relação ao PMDB em face da condução da política econômica nacional e da indefinição da Convenção Nacional do partido. Recusa do PFL em participar da formação de bloco suprapartidário de apoio ao Governo José Sarney, sem prévia consulta.

SÓLON BORGES DOS REIS – Estranheza do PTB quanto à divulgação, pelo **Diário da Constituinte**, com exclusividade, dos trabalhos da Convenção Nacional do PMDB. Consequências da indefinição da Convenção Nacional do PMDB nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Agradecimentos ao Constituinte Sólon Borges dos Reis pelas palavras elogiosas dirigidas ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

SIQUEIRA CAMPOS – Inexistência de recursos para socorro às micro, pequenas e médias empresas no Estado de Goiás. Crise sócio-econômica no meio rural brasileiro.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Críticas do orador ao Projeto de Constituição. Campanha promovida pelo Jornal "O Fluminense" a favor da realização de plebiscito para confirmação da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

VI – Ordem do Dia

NELSON AGUIAR, JOSÉ FOGAÇA – Discussão do Projeto de Constituição.

VII – ENCERRAMENTO

Discurso proferido pelo Sr. João Menezes na sessão de 15-7-87: Discussão do Projeto de Constituição.

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros

5 – ATAS DAS COMISSÕES – (As atas encaminhadas até a presente data serão publicados em suplemento a este Diário.)

Ata da 107ª Sessão, em 21 de julho de 1987

Presidência dos Srs: Ulysses Guimarães Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário; Benedita da Silva, Suplente de Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; **Aival Gomes** – PMDB; **Adauto Pereira** – PDS; **Ademir Andrade** – PMDB; **Adroaldo Streck** – PDT; **Adylson Motta** – PDS; **Affonso Camargo** – PMDB; **Afonso Arinos** – PFL; **Agassiz Almeida** – PMDB; **Agripino de Oliveira Lima** – PFL; **Ailton Sandoval** – PMDB; **Alair Ferreira** – PFL; **Albano Franco** – PMDB; **Albérico Cordeiro** – PFL; **Albérico Filho** – PMDB; **Alceni Guerra** – PFL; **Aldo Arantes** – PC do B; **Alexandre Costa** – PFL; **Alexandre Puzyna** – PMDB; **Alfredo Campos** – PMDB; **Almir Gabriel** – PMDB; **Aloísio Vasconcelos** – PMDB; **Aloysis Chaves** – PFL; **Aloysio Teixeira** – PMDB; **Aluízio Bezerra** – PMDB; **Aluízio Campos** – PMDB; **Álvaro Antônio** – PMDB; **Amaral Netto** – PDS; **Amaury Müller** – PDT; **Amilcar Moreira** – PMDB; **Ângelo Magalhães** – PFL; **Anna Maria Rattes** – PMDB; **Antero de Barros** – PMDB; **Antônio Britto** – PMDB; **Antônio Câmara** –

ra – PMDB; **Antônio de Jesus** – PMDB; **Antonio Gaspar** – PMDB; **Antonio Mariz** – PMDB; **Antonio Perosa** – PMDB; **Antonio Salim Curiati** – PDS; **Arnaldo Faria de Sá** – PTB; **Arnaldo Martins** – PMDB; **Arnaldo Moraes** – PMDB; **Arnaldo Prieto** – PFL; **Arnold Fioravante** – PDS; **Arolde de Oliveira** – PFL; **Artenir Wemer** – PDS; **Artur da Távola** – PMDB; **Asdrubal Bentes** – PMDB; **Augusto Carvalho** – PCB; **Áureo Mello** – PMDB; **Basílio Villani** – PMDB; **Benedicto Monteiro** – PMDB; **Benedita da Silva** – PT; **Bernardo Cabral** – PMDB; **Beth Azize** – PSB; **Bezerra de Melo** – PMDB; **Bocayuva Cunha** – PDT; **Bonifácio de Andrade** – PDS; **Borges da Silveira** – PMDB; **Bosco França** – PMDB; **Brandão Monteiro** – PDT; **Cardoso Alves** – PMDB; **Carlos Alberto Caó** – PDT; **Carlos Chiarelli** – PFL; **Carlos Cotta** – PMDB; **Carlos Sant'Anna** – PMDB; **Carlos Vinagre** – PMDB; **Carrel Benevides** – PMDB; **Cássio Cunha Lima** – PMDB; **Célio de Castro** – PMDB; **Celso Dourado** – PMDB; **César Cais Neto** – PDS; **Chagas Duarte** – PFL; **Chagas Rodrigues** – PMDB; **Chico Humberto** – PDT; **Christóvam Chiaradia** – PFL; **Cid Carvalho** – PMDB; **Cid Sabóia de Carvalho** – PMDB; **Cláudio Ávila** – PFL; **Cleônâncio Fonseca** – PFL; **Costa Ferreira** – PFL; **Cristina Tavares** – PMDB; **Cunha Bueno** – PDS; **Darcy Deitos** – PMDB; **Darcy Pozza** – PDS; **Daso Coimbra** – PMDB; **Del Bosco Amaral** – PMDB; **Délio Braz** – PMDB; **Denisar Arneiro** – PMDB; **Dionísio Dal Prá** – PFL; **Dirce Tutu Quadros** – PFL; **Dirceu Carneiro** – PMDB; **Divaldo Suruagy** – PFL; **Djenal Gonçalves** – PMDB; **Domingos Juvenil** – PMDB; **Domingos Leonelli** – PMDB; **Edésio Frias** – PDT; **Edison Lobão** – PFL; **Edivaldo Motta** – PMDB; **Eduardo Bonfim** – PC do B; **Eduardo Moreira** – PMDB; **Egídio Ferreira Lima** – PMDB; **Eliel Rodrigues** – PMDB; **Eliézer Moreira** – PFL; **Eraldo Trindade** – PFL; **Ervin Bonkoski** – PMDB; **Etevaldo Nogueira** – PFL; **Euclides Scalco** – PMDB; **Eunice Michiles** – PFL; **Expedito Júnior** – PMDB; **Expedito Machado** – PMDB; **Fábio Feldmann** – PMDB; **Fábio Raünheit** – PTB; **Fausto Fernandes** –

PMDB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmeiro da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Kuster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gaudi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Almeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harian Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersóimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Tavares – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia

Vânia PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marcia Kubitschek – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Reis – PDS Mendes Botelho – PTB; Mendes Canele – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moarilido Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphatali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmir Lima PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL Ruben Figueiro – PMDB; Ruberval Pilotto

– PMDB Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Wemeck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sónon Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Tadeu – França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vileta Filho – Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Sousa – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Omellas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)

A lista de presença registra o comparecimento de 202 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ,

Terceiro-Secretário, servindo como 2º, procede à leitura da ata da sessão antecedente a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO,

Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, nos seguintes termos:

Ofício N° P-34/87. BBBrasília, 14 de julho de 1987

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de encaminhar a V. Ex^a, nos termos do disposto no artigo 20 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, o Projeto de Constituição, compatibilizado pelo eminentíssimo Relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral, acompanhado de todas as emendas não incorporadas ao seu texto, qualquer que haja sido o fundamento da exclusão, se parecer contrário ou qualificação como matéria de mérito, com o fim de ser submetido a discussão no Plenário da Assembléia.

Dadas as limitações constantes do artigo 19 do Regimento Interno da Assembléia, preferiu a Comissão, com o apoio do Relator e mediante amplo acordo entre as lideranças partidárias não discutir o Projeto, acolhendo-o apenas para o fim de encaminhá-lo a V. Ex^a, na forma regimental.

Assim procedendo, contribuiu esta Comissão para não retardar o debate constitucional, reservando-se para somente apreciar o conteúdo e

a forma do Projeto após o seu retorno do Plenário, com o arrendamento proposto no primeiro turno de discussão. Então, a do recebimento, sem restrições de qualquer natureza, à base do conclusivo parecer do ilustre Relator, será produzido o definitivo Projeto da futura Constituição.

A consecução desse objetivo muito dependerá do patriótico entendimento dos Senhores Constituintes, felizmente iniciado nesta Comissão, com o citado acordo de lideranças. Mas, para o êxito de todos, na tarefa histórica e árdua da elaboração constitucional, precisaremos continuar contando com a indispensável orientação de V. Ex^a.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a meus protestos de elevado apreço e distinta consideração – Constituinte **Afonso Arinos**, Presidente.

IV – Pequeno Expediente

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, já há alguns dias, líderes de diversos partidos têm levantado uma questão, sistematicamente, solicitando do Presidente desta Casa, Constituinte Ulysses Guimarães, que os debates constitucionais sejam organizados de tal forma a permitir de fato a seriedade que envolve o debate em torno de questões tão relevantes, como as do sistema de governo, do papel das Forças Armadas no Estado brasileiro, do voto distrital, que liquidará as minorias neste País e neste Parlamento, da reforma agrária e da soberania nacional. Todas essas questões estão sendo debatidas aqui, Sr. Presidente, com o plenário praticamente vazio. Isso é inaceitável. Não podemos brincar com a opinião pública brasileira.

Tive conhecimento de um diálogo travado entre o Presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, em que este manifestou sua opinião contrária ao estabelecimento de um cronograma de temas para serem debatidos, sob o argumento de que isso traria o povo para as galerias. É inaceitável, Sr. Presidente. Não podemos admitir que se faça aqui um debate estéril. Não podemos admitir que caminhamos para decisões tão relevantes para o futuro do Brasil sem condições efetivas de estabelecer um debate nesta Casa.

E é exatamente com base em toda essa argumentação, Sr. Presidente, levando em consideração a necessidade de serem esses debates feitos com seriedade, de os constituintes deles participarem e de que o público seja avisado com antecedência, para também participar, que me socorro, em nome da Liderança do PC do B, do art 36, § 4º, que diz o seguinte:

“Art. 36. Em qualquer fase da sessão, verificada a inexistência do **quorum** estabelecido no § 2º deste artigo, o Presidente encerrará a sessão, de ofício ou por iniciativa de qualquer Constituinte.”

Sr. Presidente, quero aqui dizer que esta iniciativa não é isolada, mas do PC do B, do PT, do PDT, de vários segmentos do PMDB, que não aceitam mais continuar esta farsa. Esta discussão não tem interlocutor, não tem galeria para ouvir.

Não podemos admitir que se continue com uma farsa desta natureza decidindo questões de tal relevância.

Portanto, peço que V. Ex^a encerre esta sessão, para que criemos um fato político e obriguemos o Constituinte Ulysses Guimarães a sentar em torno de uma mesa, para que, de acordo com os líderes de todos os partidos políticos, possamos, então, chegar a um entendimento que responda realmente ao significado e à importância dos problemas em processo de discussão nesta Casa.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, de acordo com o § 3º do art. 36, é recomendado que V. Ex^a aguarde por trinta minutos, até que seja complementado o **quorum**.

Pediria a V. Ex^a que acionasse a campanha e aguardasse os trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência vai, agora, considerar a questão de ordem do eminentíssimo Constituinte Aldo Arantes.

Está expresso no § 1º do art. 36 do nosso Regimento:

“Para efeito da declaração do número necessário à abertura da sessão serão consideradas as listas de presença adotadas na portaria do edifício, elaboradas em ordem alfabética”

Conseqüentemente, foi anunciada a presença de 202 senhores constituintes, pelas listas de presença, e a sessão foi aberta.

V. Ex^a invoca o § 4º do mencionado art 36, que diz:

“§ 4º Em qualquer fase da sessão, verificada a inexistência do **quorum** estabelecido no § 2º deste artigo” – o **quorum** é a presença de 56 constituintes em plenário – “o presidente encerrará a sessão, de ofício ou por iniciativa de qualquer constituinte.”

Conseqüentemente, a questão de ordem que V. Ex^a suscita tem procedência. Acolhendo-a, a Presidência, vai determinar, através da Secretaria da Mesa, que se proceda à chamada dos constituintes e, mais ainda, que se faça ação de campanha.

A Presidência esclarece ainda a V. Ex^a que fez menção ao problema do debate constitucional, mas este só se iniciará, segundo a listagem de inscrição, a partir das 15h40min. O tempo inicial da sessão é destinado ao Pequeno Expediente. Em seguida, passaremos às Comunicações de Lideranças e, posteriormente, entraremos na fase dos debates.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, no momento em que levantamos a questão de ordem já sabíamos que o debate constitucional não começa agora; mas tínhamos conhecimento de que

o processo de esvaziamento dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte se transformou em rotina nesta Casa. Sabíamos também que estão havendo reiteradas iniciativas nesse sentido junto ao Presidente da Casa e que S. Ex^a não tem tomado conhecimento do assunto. Hoje, por exemplo, havia uma reunião, às 11h da manhã, do Presidente Ulysses Guimarães com os Líderes de todos os partidos para tratar dessa questão; no entanto, a reunião foi desmarcada unilateralmente. Não podemos aceitar esta situação. Consideramos o fato de extrema relevância e, por isso, estamos levantando o problema, a fim de que a Mesa da Constituinte tome conhecimento da gravidade do problema. Se isso não ocorrer, vamos continuar com o processo de obstrução. O que está em jogo não é o fato de a Assembléa Nacional Constituinte cumprir ou não suas funções. Não estamos aqui para discutir sem que ninguém participe, sem que haja um processo real de debate; estamos aqui para que a opinião pública brasileira – por meio de um debate amplo, profundo e profícuo e com a participação das galerias – tome conhecimento do que se passa na Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Cabe à Presidência fazer um reparo à questão de ordem de V. Ex^a. O Presidente Ulysses Guimarães está muito empenhado em encontrar fórmulas que possam satisfazer os melhores interesses do funcionamento desta augusta Casa. S. Ex^a tem-nos revelado essa preocupação constantemente. Durante os períodos de funcionamento da Constituinte, S. Ex^a tem comparecido aqui para se inteirar do desenvolver dos acontecimentos.

Se porventura foi desmarcada a reunião de hoje, em caráter unilateral, posso assegurar a V. Ex^a que algum motivo de força maior teria levado o Presidente Ulysses Guimarães a tomar essa decisão.

O Sr. Secretário vai proceder à chamada dos Srs. constituintes.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA – (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, trata-se de assunto que diz respeito ao funcionamento da Assembléa Nacional Constituinte. Estou encaminhando requerimento à Mesa solicitando, na forma regimental, que seja providenciada a divulgação dos trabalhos das sessões da Assembléa Nacional Constituinte realizadas sábado e domingo, ocasião em que diversos oradores abordaram temas constitucionais. E até vou citar o nome de alguns: afora o orador que fala neste momento, Osvaldo Bender, Alceni Guerra, Vivaldo Barbosa, Amaury Müller, Inocêncio Oliveira, Siqueira Campos e outros.

Então, solicito a V. Ex^a que, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno, seja dada divulgação em “A Voz do Brasil” e no **Diário da Constituinte** – já que esta não ocorreu – dos trabalhos realizados nas sessões da Assembléa Nacional Constituinte dos dias 18 e 19 próximo passado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Adylson Motta, o Secretário-Geral da Mesa informa que foi determinada instrução

no sentido da divulgação das sessões de sábado e domingo da Assembléia Nacional Constituinte.

É muito oportuno o requerimento de V. Ex^a porque ensejará a tomada de providências.

O Sr. Secretário vai preceder á chamada dos Srs. Constituintes.

(Procede-se à chamada)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Está constatada a existência de **quorum**.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria de perguntar a V. Ex^a qual o sistema utilizado para constatar a presença é vir, comprovar a presença e sair, ou vir, sentar-se e honrar o colega com a sua atenção? Se for o de vir e voltar, gostaria de saber qual o prazo que tenho para requerer nova verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Presidência informa ao nobre Constituinte que, feita a chamada nominalmente, foi constatada a presença de 56 Srs. Constituintes. Atingido o **quorum**, torna-se desnecessário prosseguir a chamada de outros Constituintes, uma vez que, segundo estabelece o Regimento, a presença do referido número de Constituintes em plenário é suficiente para garantir o prosseguimento da sessão.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Sr. Presidente, não fui claro na minha pergunta. Minha questão não é se V. Ex^a deveria chamar a todos, atingido **quorum** suficiente, mas se para o prosseguimento da sessão se exige a presença dos 56 Constituintes ou se basta um "presente", em dado momento, e depois todos podem retirar-se da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– De acordo com o que estabelece o Regimento, o que vale para caracterizar a presença do **quorum** em plenário é o momento da chamada, e nele – V. Ex^a estava observando e certamente fiscalizou o processo de chamada – constavam 56 Constituintes em plenário. Consequentemente, a sessão prosseguirá.

O SR. DASO COIMBRA: – Sr. Presidente, é só V. Ex^a verificar que há mais de 56 Srs. Constituintes presentes no plenário. Assim, não é necessária a intervenção que foi feita pelo nobre colega.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– É irrelevante voltar à tese, pois já está decidido.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: –

Minha pergunta é, quando posso requerer nova verificação? Gostaria que V. Ex^a marcasse que são 15 h 10 min.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, segundo a praxe, V. Ex^a poderá voltar a pedir nova verificação de **quorum**. Observe que há uma diferença entre o **quorum** para prosseguimento da sessão

e o **quorum** para efeito de votação. No presente momento, ocorre verificação de **quorum** para prosseguimento da sessão.

Está expresso no § 2º do art. 36:

"Achando-se em Plenário pelo menos 56 (cinquenta e seis) Constituintes, o Presidente comunicará o número dos Presentes e declarará aberta a sessão, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos."

A verificação foi procedida e o **quorum** constatado. Conseqüentemente está encerrado o processo de chamada e, ainda, o que diz respeito ao levantamento da questão de ordem feita por V. Ex^a.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Muito obrigado a V. Ex^a.

IV – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente vai se passar ao pequeno expediente.

Tem a palavra o Sr. Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, a reforma agrária é uma reivindicação nacional de várias décadas – na verdade, de alguns séculos. A primeira e até agora única reparação de terras havida no País data do Brasil Colônia: as capitâncias hereditárias, que institucionalizaram o latifúndio em nossa Pátria.

A Independência e a República não tocaram nessa instituição colonial, até porque ser possuidor de terras era condição para votar e ser votado à primeira Constituinte de 1823.

A estrutura fundiária em nosso País, caracterizada pela concentração da propriedade da terra nas mãos de um número cada vez menor de grandes proprietários, é profundamente injusta, cruel e perversa para com a maioria do povo brasileiro.

O êxodo rural, o inchaço das cidades, a desagregação e marginalidade da família do trabalhador rural com pouca ou sem nenhuma terra, a falta de alimentos na mesa do camponês e do trabalhador urbano, a violência no campo responsável pela morte de mais de 250 lideranças de trabalhadores rurais nos últimos 24 meses, tudo isso está intimamente ligado à injusta estrutura fundiária de nosso País.

Gerações inteiras de brasileiros têm lutado pela reforma agrária sem que ela tenha até agora acontecido de fato e na prática.

Nosso partido – o PT – e setores da Igreja solidários com aqueles que se organizam e se levantam contra essa estrutura injusta, não raro somos acusados pelos que não querem a mudança do **status quo** porque são seus beneficiários, de promotores da baderna e causadores da violência. O PT tem clareza de que a luta pela terra é anterior à sua existência e tem a convicção de que, se os trabalhadores rurais não pressionarem de forma organizada, pacífica, mas firme, os que detêm o poder em nosso País, a reforma agrária e sua irmã siamesa – a política agrícola – não sairão dos discursos liberais, dos gabinetes acarpetados e dos projetos tecnocráticos.

Estive, domingo último no cumprimento do mandato que parcela considerável de trabalhadores do meu Estado, Rio Grande do Sul, me

conferiu nas eleições passadas, e como Constituinte que tem o dever de trazer para esta Casa o sentimento vivo do povo, procurando interir-me *in loco*, na Fazenda São Juvenal, no Município de Cruz Alta, das condições em que se encontrariam mais de 200 famílias de trabalhadores rurais sem terra ali acampados.

Deparei com um aparato montado pela polícia militar do Rio Grande do Sul em parceria com os fazendeiros e seus capangas coordenados pela UDR, mantendo sob total incomunicabilidade, da imprensa e de quem quer que procurasse intermediar uma saída negociada para a situação, 152 trabalhadores rurais e suas famílias.

A intransigência e o ódio estavam estampados na face dos fazendeiros que coordenavam, armados, o trabalho subalterno da polícia de organizar barreiras nas estradas próximas para evitar qualquer aproximação com os camponeses desarmados e pacíficos.

A ausência ali de qualquer autoridade pública que não a polícia militar contribuía ainda mais para o crescimento das tensões e reforçava a convicção de que ali quem determinava a lei e a ordem era a vontade do fazendeiro.

Esta não é uma situação única do País. Sabemos disso. Mas no Rio Grande do Sul e, em especial, naquela região, se não houver uma iniciativa urgente e responsável das autoridades públicas – Governo Estadual e Federal – que culmine com o assentamento na terra daqueles trabalhadores rurais, a situação de dramática poderá tornar-se trágica.

Foi para relatar esta situação e buscar no Mirad e no Incra a solução responsável e ágil para aquela situação que estivemos, ontem, com uma comissão, de parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado, Deputados Federais de diferentes partidos e um representante dos trabalhadores sem terra, conversando com o Ministro Marcos Freire e o Presidente do Incra.

Acreditamos na sensibilidade do Governo e aguardamos que sua resposta não seja no sentido a de reforçar a repressão da polícia e a intransigência dos fazendeiros.

A situação exige soluções não no plano jurídico repressivo, mas no político e social.

A solução definitiva, temos certeza, é a reforma agrária, pela qual há tempo lutamos, trabalhadores do campo e da cidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Olívio Dutra, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Aluízio Campos.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr Constituinte Benedicta da Silva, Srs. Constituintes, a convenção do nosso partido ocupou quase todo o seu tempo em escolher a modalidade da votação. A maioria dos Srs. delegados, pressionada pela torcida das galerias, preferiu a votação secreta temendo os apupos contra aqueles que se pronunciavam contra a votação aberta. O resultado foi o óbvio: a votação secreta não significou vinculação ao conteúdo do voto. Os convencionais que a preferiram não se consideraram

ram obrigados a defender quatro anos de mandato para quem fosse eleito Presidente da República.

Agora, na Assembléia Nacional Constituinte, estamos verificando que o procedimento adotado pelo Regimento Interno também não conduz à racionalidade. Temeroso, o Constituinte Deputado Plínio Arruda de Sampaio tentou conseguir que a Ordem do Dia fosse estabelecida de modo a ordenar a discussão e votação por capítulos, a fim de despeitar maior interesse de comparecimento dos Srs. Constituintes. Embora, Sr. Presidente, o interesse dos Srs. Constituintes haja sido amplamente demonstrado nos trabalhos das Subcomissões, das Comissões Temáticas e, também, na apresentação das emendas, o projeto ora em discussão não pode ser racionalizado, tecnicamente bem elaborado, para ser apreciado e debatido neste plenário.

Sr. Presidente, peço apenas que V. Ex^a me permita informar que a Mesa da Comissão de Sistematização está tomando a iniciativa de negociar com o Presidente desta Assembléia Nacional Constituinte, o eminentíssimo Deputado e Constituinte Ulysses Guimarães, uma forma de se cumprir o Regimento Interno de forma a permitir maior participação e iniciativa dos Srs. Constituintes, a partir do momento em que o Projeto de Constituição vier reelaborado da Comissão de Sistematização para apreciação do Plenário na oportunidade em que puder discuti-lo e emendá-lo sem limitações. Era o que tinha a declarar, Sr. Presidente.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como sabe a opinião pública brasileira, no último final de semana o PMDB realizou sua Convenção Nacional extraordinária.

Quero registrar especificamente, Sr. Presidente – e peço a V. Ex^a que me avise, um minuto antes de terminar meu tempo – a estrondosa vaia recebida pelo Ministro da Justiça, Paulo Brossard, que vem defendendo a aplicação da Lei de Segurança Nacional. S. Ex^a foi Senador da República e se notabilizou pela defesa da liberdade e da democracia durante o regime militar. Agora, no Ministério da Justiça, aquele ilustre conterrâneo vem defendendo a aplicação da Lei de Segurança Nacional. A antítese do seu discurso é a negação da sua história; é a profunda contradição pela qual aquele Ministro vem marcando sua atuação na Pasta da Justiça com tudo quanto defendeu e com tudo quanto discursou ao longo do seu mandato de Senador.

Aqui está a **Folha de S. Paulo** de hoje, em que o Sr. Ministro diz que não deve ser aplicada a Lei de Segurança Nacional, por não tipificar o caso, ao comício de São Paulo, mas afirma que a Lei de Segurança Nacional é a Lei de Defesa do Estado. Pergunto se o Sr. Ministro Paulo Brossard, quando era Líder da Oposição e Senador da República, condenando esta Lei, estava no perfeito uso e domínio das suas faculdades, ou está hoje lúcido, quando defende o uso da Lei de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço que o Sr. Ministro Paulo Brossard seja afastado do Ministério da Justiça, porque não tem moral para prosseguir naquela Pasta depois que foi vaiado pela Convenção Nacional do PMDB, depois que aquela Convenção aplaudiu e aprovou resolução de que

a Lei de Segurança Nacional deve ser revogada.

(O Sr. Presidente aciona a campainha)

Conforme pedi a V. Ex^a, suponha que me avisa que tenho ainda um minuto para completar meu discurso.

Desejo destinar este minuto final ao silêncio; um minuto de silêncio em repúdio ao Ministro da Justiça, pela defesa que faz da Lei de Segurança Nacional. Levanto a tese de que S. Ex^a deve ser afastado do Ministério da Justiça Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que conte, a partir de agora, um minuto, conforme pedi no início da minha oração.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece a V. Ex^a que o tempo que lhe era destinado era apenas de dois minutos e meio e, dentro da tradição liberalidade da Mesa, lhe foram facultados três minutos e meio.

O SR. HERMES ZANETI: – Sr. Presidente, pedi a V. Ex^a que me avisasse um minuto antes do término do meu tempo. Vejo que, como o Ministro da Justiça não ouve os clamores do povo, V. Ex^a, infelizmente, não ouviu o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência entendeu que a advertência a V. Ex^a fosse percebida pelo anúncio da campainha, feito quatro vezes seguidas. Só não fiz tilintar a campainha com mais intensidade por deferência e apreço a V. Ex^a

O SR. HERMES ZANETI: – Pelo que agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Vasco Alves.

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queria dar conhecimento a esta Casa de assunto extremamente grave, matéria dos principais jornais do nosso País, envolvendo a questão agrária brasileira. Diariamente ocorrem fatos trágicos relacionados com o problema da terra no Brasil. A omissão do Governo é vergonhosa. Há pouco tempo foi noticiado o assassinato do advogado Paulo Fontelles por membros da União Democrática Ruralista. Cotidianamente, os jornais noticiam conflitos de terra, anunciando a morte de líderes sindicalistas, e nenhuma medida é adotada pelo Governo Federal. Agora, Sr. Presidente, a UDR transforma-se numa entidade paramilitar e fomenta conflitos de terra, promovendo, inclusive, violências de toda ordem. Não podemos conceber que o Governo continue de braços cruzados.

Nesta tarde, o assunto que trago envolve um caso na cidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. O Jornal do Brasil, na página 5, abre a matéria com seguinte título: UDR Armada se Integra à Proteção à Fazenda do Sul".

O teor da matéria é o seguinte:

"Cruz Alta (RS) – Na madrugada de ontem, dois caminhões da UDR (União Democrática Ruralista), carregados com cavalos e homens armados, chegaram à Fazenda São Juvenal, em Cruz Alta (a 435 quilômetros de Porto Alegre), para se espalharem pela área, ocupada no último sábado por 300 famílias de colonos, intensificando assim a vigilância do local, cuja segurança está oficial-

mente entregue à Brigada Militar. Das 300 famílias, 200 estão acampadas dentro da fazenda e 100 estão agrupadas à entrada de São Juvenal.

Horas mais tarde, representantes da Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul), entidade que, segundo seu presidente Ari Marimon, não se identifica com a UDR, afixaram a bandeira da Farsul, na porteira da fazenda, marcando presença na defesa da propriedade do fazendeiro Júlio César Dias da Costa.

O clima na fazenda era de muita expectativa em torno da decisão da vara agrária de Passo Fundo, município vizinho de Cruz Alta, onde o dono das terras ocupadas entrou com uma ação pedindo a reintegração de posse e a retirada dos colonos acampados"

Srs. Constituintes, observem a gravidade da situação em Cruz Alta. Infelizmente, o Governo que manda processar um líder, em São Paulo, pela Lei de Segurança Nacional é o mesmo que fica de braços cruzados diante de fato extremamente grave como este. Desta tribuna, quero cobrar providências enérgicas do Governo, pois, se ele já fez a desapropriação, é preciso que essas famílias de colonos, que não têm terra, sejam imediatamente colocadas na posse da mesma, para poderem trabalhar, pois é dessa situação agrária que advém a fome, em nosso País, que dizima milhares e milhares de patrícios nossos.

Durante o discurso do Sr. Vasco Alves o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. José Elias Murad.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.^{as} e Srs. Constituintes, não temos dúvida de que todos os brasileiros, neste momento decisivo da nossa história, querem uma Constituição moderna, progressista, mas ao mesmo tempo racional e equilibrada.

Elaborar uma Constituição não significa mudar tudo. O que está dando certo, por que mudar? Mudar por mudar significará mudar para pior.

Exemplos ímpares na nossa História encontramos no Sesc e Senac, que, ao longo de 40 anos, vêm prestando relevantes serviços ao País, na, área social, com um trabalho de qualidade e abrangência no campo sócio-educativo, assistencial, de saúde e cultura.

A administração privada de seus recursos não tem sacrificado, de modo algum, o cumprimento de suas finalidades de promover o bem-estar dos trabalhadores.

Muito pelo contrário, é inspirado no espírito da livre iniciativa, que estas entidades com personalidade jurídica de direito privado primam pela competência técnica e agilidade administrativa, com total transparência na versação dos seus recursos financeiros, que são, inclusive, submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União.

O Sesc e o Senac são mantidos, por lei, pelo empresariado do comércio, com uma contribuição compulsória de 1,5% e 1,0%, respectivamente, calculada sobre o montante da folha de salários

das empresas, sem quaisquer descontos dos empregados.

É, pois, totalmente falsa a alegação de alguns de que quem se beneficia dos serviços dessas entidades são os empresários às custas dos empregados.

Como representantes legítimos do povo, não podemos assistir passivamente à extinção de entidades que prestam benefícios aos trabalhadores, sem qualquer ônus adicional em seus salários; mormente no momento atual, em que todos nós nos dizemos democratas e compromissados com o resgate de parcela da dívida social, a extinção dessas entidades afetaria, sobretudo, o trabalhador de baixa renda, de até 2 salários mínimos, que constitui a maioria da sua clientela.

É totalmente preconceituoso relegar a segundo plano o lazer, o descanso do trabalhador, além de contradizer o texto do próprio anteprojeto da Constituição, que o reconhece como um direito básico do indivíduo.

Nunca o trabalhador precisou tanto de lazer como nos tempos atuais, como forma de contra-balançar as dificuldades do cotidiano, além de ser ele cientificamente reconhecido como forma eficaz de contribuir para o bem-estar físico-mental do trabalhador e sua família.

Acresce-se a isto o fato de que o Sesc e o Senac oferecem muito mais que lazer, atuam também na área de saúde, alimentação, temporadas de férias, esportes, formação de mão-de-obra, em uma linha de ação predominantemente educativa.

Sabemos também que os órgãos públicos não se têm mostrado eficientes na execução de seus programas em benefício dos trabalhadores, porque sofrerem permanentemente com as ingerências políticas que os desvirtuam.

Tal fato não acontece com os serviços sociais autônomos que têm caráter de entidade privada, ficando imunes a empreguismos, aplicando melhor seus recursos e com maior sucesso no cumprimento de suas finalidades sociais.

Toma-se imperioso, Srs. Constituintes, que tenhamos a sensatez e lucidez de não cometer injustiças embaladas em propostas utópicas e fora da realidade, eliminando entidades que concretamente, ao longo destes 40 anos, têm prestado serviços sociais de reconhecido valor aos trabalhadores, penalizando, com esta decisão, mais uma vez, o já tão penalizado trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes o conceito de saúde tem-se amoldado, no Brasil, às diferentes feições assumidas pela estrutura institucional e legal dos órgãos que dão cumprimento aos programas governamentais na área.

Sendo da competência simultânea das três esferas de poder União, Estados e Municípios, cada um no âmbito definido constitucionalmente, os planos nacionais de saúde não pré-excluem as planificações infra-estaduais, nem os convênios com os Estados e Municípios.

Nem sempre, como é de se prever, se conciliam as medidas federais e as locais, gerando incompatibilidades e disfunções que se refletem no padrão de atendimento ao público, tanto qualitativo quanto no grau de abrangência, requerido por serviço dessa natureza.

A atual Constituição, em seu art. 165, inciso XV, assegura aos trabalhadores o direito à assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva. Essa norma consubstanciou-se em medidas como a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, ao qual está vinculado o Inamps, responsável pelo atendimento da massa segurada em ambulatórios e hospitais.

As principais ações de saúde estão englobadas no Sistema Nacional de Saúde, instituído e regulado pela Lei nº 6.229, de 17 de julho de 1975. Nesse diploma legal estão compreendidos o setor público e o privado, no intuito de organizar e disciplinar as atividades que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Outras leis concernentes à saúde pública e à organização dos seus serviços influem na matéria em apreço: a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, sobre controle sanitário; a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, disciplinando a vigilância epidemiológica; a Lei nº 6.360, de 29 de setembro de 1976, organizando a vigilância sanitária, e a Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que institucionaliza o combate às drogas e entorpecentes.

Ocorre, todavia, que os planos da União, seja qual for o seu alcance territorial, não têm força de coerção sobre Estados e Municípios, gerando a necessidade de celebração de convênios entre as mencionadas entidades da Federação.

Isto resulta, muitas vezes, em duplicidade de serviços, a ponto de se encontrarem, em uma mesma área territorial, hospitais e ambulatórios federais, estaduais e municipais.

Cogita-se, em face do exposto, de reestruturar o sistema de saúde, por via da criação de um novo órgão federal, formulador e condutor da política de saúde, que resulte, preferencialmente, da revisão de funções e organização do Ministério da Saúde e do Inamps.

O Sr. Hésio Cordeiro, especialista na matéria, condição adquirida graças à sua larga experiência no campo da medicina previdenciária, dá os parâmetros para uma reformulação capaz de imprimir dinamismo e eficiência aos órgãos que ora atuam de modo disperso na área.

Na concretização desse objetivo, deve-se optar, segundo recomenda o autor em tela na publicação intitulada "A Reforma Sanitária", por um caminho realmente inovador, que evite a repetição dos atuais erros, como a centralização dos processos decisórios, que acarreta a hipertrofia e consequente ineficácia dos mecanismos administrativos adotados tanto a nível da União, como dos Estados e Municípios.

Outro risco do qual se deve fugir é o do empirismo na definição do novo órgão, tão comum em nossa história institucional. Há que considerar, dentro desse critério mais racional e realístico, a complexidade do sistema de financiamento, majoritariamente vinculado à contribuição previdenciária.

A unificação não se deve restringir à transferência de hospitais e ambulatórios do Inamps para o Ministério da Saúde, cumprindo, outrossim, que obedeça a um sistema federalizado e descentralizado, com base estadual e municipal, e adaptado às peculiaridades regionais, reportando-se à unidade menor de análise e operação do Sistema – O Distrito Sanitário, para efetivar uma substancial mudança no conteúdo das práticas de saúde.

A medida proposta apresenta viabilidade e findadas perspectivas de êxito, eis que se apóia na definição de um modelo abrangente de reestruturação, em que são considerados, cuidadosamente, aspectos políticos e técnicos da questão, tais como as bases institucionais, o tratamento adequado dos recursos humanos de procedência diversa, as estratégias de financiamento, as estruturas gestoras, o fluxo dos recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social e seus reflexos no Ministério da Previdência e Assistência Social e no Ministério da Saúde e, finalmente, uma proposta tático-operacional, estribada em estudos exaustivos, visando à constituição do Serviço Nacional de Saúde.

O trabalho em questão credencia-se a um atento exame das autoridades competentes, a fim de que possam convertê-lo em projeto de lei a ser apreciado, oportunamente, pelo Congresso Nacional, ou, quem sabe, poderá a matéria objeto do mesmo, ser apreciada pela Assembléa Nacional Constituinte, no transcorrer dos debates a serem travados em Plenário.

Não se pode esquecer que a preservação da saúde de um povo é o primeiro pressuposto para a garantia do direito à vida, colocado no pótico das declarações de direito de toda Constituição moderna e preocupada com os direitos fundamentais do homem.

O SR. JOSÉ VIANA (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há duas semanas, a Capital Federal foi praticamente ocupada por um imenso contingente de proprietários rurais e de seus empregados que, durante horas seguidas, promoveram um nababesco e barulhento festival, e que, segundo a revista *Veja*, custou 30 milhões de cruzados e onde os comes e bebes foram sempre bem mais abundantes do que as idéias que pretendiam expor na intransigente defesa dos seus propósitos e privilégios.

Na longa passeata empreendida pela Esplanada dos Ministérios e por outros logradouros de Brasília, faixas e *strongans*, repetiram a mesma cantilena entoada pelas comissões que estrategicamente percorreram os gabinetes dos Srs. Constituintes, no mais organizado, poderoso e impressionante lobby de que se tem notícia na história do Parlamento brasileiro.

Que pretendem os abastados e bem-articulados senhores de terra do nosso País?

Não escondem suas intenções nem mandam recado. Vêm eles mesmos para tentar sufocar na garganta o grito angustiado do camponês espoliado, injustiçado, vilipendiado e sacrificado da nossa Pátria.

Estranho e perigoso contraste, Sr. Presidente, os latifundiários amam os céus em jatinhos executivos e percorrem estradas em refrigerados ônibus de turismo e em utilitários fabricados de encomenda, na busca gananciosa de garantia da posse de suas terras improdutivas.

Enquanto isso, milhões de brasileiros famintos, esquálidos, doentes e desesperançados clamam por um pedaço de chão onde possam plantar não só os grãos que, germinando, saciem a sua fome, mas também a semente da esperança numa pátria mais justa, mais democrática, mais cristã.

Os camponeses querem para seus filhos a certeza do trabalho num ambiente de paz e de har-

monia, que permita a vida condigna de uma nação livre e democrática, que tem a obrigação de garantir-lhe também a todos os seus cidadãos.

Não sou daqueles que defendem como solução milagrosa para os problemas do campo a simples troca de mão na posse da terra.

Não advogo o princípio simplista e radical de que quem tem precisa necessariamente desfazer-se do que é seu, para dar a quem não tem.

Uma reforma agrária coerente, sensata, eficiente é muito mais do que distribuir terra a quem não a possui.

Claro que é preciso garantir crédito, assistência técnica, preço mínimo, controle de safras, escoamento da produção, mas tudo isso também será inútil, se não houver uma redistribuição das terras agricultáveis, que estão sobrando em todos os quadrantes deste País.

Informam as últimas estatísticas oficiais que, para 500 milhões de hectares de terras utilizáveis para a agricultura, apenas 80 milhões de hectares estão produzindo, e grande parte desse montante de maneira parcial e irracional.

Não é possível, Sr. Presidente, entender e aceitar que um país tão carente como o Brasil, onde, por maiores que sejam as safras agrícolas, há sempre milhões de famintos e desnutridos, se dê ao luxo de permitir que algumas centenas de usuários e especuladores possuam milhões de hectares improdutivos ou subaproveitados.

A reforma agrária é, pois, um imperativo do próprio desenvolvimento nacional.

Ela não interessa apenas ao homem do campo sem terra. Ela é imprescindível e urgente para diminuir o êxodo rural, que limita as nossas possibilidades de maior produção agrícola e inviabiliza a vida organizada nas grandes metrópoles do País.

Todos conhecemos os problemas causados à periferia das capitais e de outras grandes cidades pela favelização diuturnamente provocada, por levas e levas de brasileiros despejados da zona rural, pela ganância insaciável dos latifundiários, pelo trabuco inclemente e sempre traiçoeiro dos pistoleiros de aluguel, pela incúria dos nossos homens públicos e – por que não dizer? – pela morosidade e ineficácia das nossas leis.

Sou cristão evangélico de formação e de comportamento, por isso mesmo pacifista e ordeiro.

Não preconizo soluções violentas que geralmente ensejam choques sanguinolentos e criminosos, que resultam na viuvez e na orfandade, que está marcando de luto a área rural da nossa Pátria.

A reforma agrária, porém, é um assunto tão importante e tão decisivo para o homem de todas as épocas, que encontro na própria Bíblia Sagrada, a antiga, imutável e inesgotável fonte da justiça social, tão citada e tão pouco conhecida e seguida, os parâmetros brasileiros para uma organização fundiária justa e equilibrada.

Aliás, o modelo de reforma agrária estabelecida por Deus na legislação mosaica era bem mais radical do que aquele que as soluções modernas recomendam seja aplicado no Brasil.

Segundo o livro de Levítico, Capítulo 25, as terras precisavam ser redistribuídas de 50 em 50 anos, voltando aos seus proprietários anteriores, a fim de que não se firmassem latifúndios gigantes, como os que encontramos em quase todos os Estados da Federação, mas, especialmente, na minha sofrida região amazônica.

Salomão, o sábio estadista da antigüidade de Israel, numa anteviés clara e inquestionável que, partindo do Todo-Poderoso, não nos causa qualquer surpresa, conhecia os problemas que haveriam de surgir com a concentração usuária da propriedade nas mãos de uns poucos, em detrimento da maioria, e ensinou sem rodeios: "A terra não se venderá em perpetuidade, porque a terra é minha" (Levítico, Capítulo 25, Versículo 23), ensinou judiciosamente em Eclesiastes 6.9, a respeito da propriedade agrícola e da sua utilidade, que "o proveito da terra é para todos, até o rei se serve do campo".

Isaías, o maior profeta do Velho Testamento, clamou com veemência e verdadeira ira divina contra os latifundiários e especuladores do seu tempo e de todas as épocas: "Ai dos que ajuntam casa a casa, reúnem campo a campo, até que não haja mais lugar, e ficam como únicos moradores no meio da terra" (Isaías 5.8).

Não pretendo prolongar as citações bíblicas. Queria somente assinalar que a Bíblia não é o livro alienado, retrógrado e acobertador de privilégios e de injustiças, como os seus inimigos procuram insinuar. Ao contrário, é ainda (Isaías, que, além de profeta, era homem de governo, historiador e intelectual respeitado, quem afirma, em nome de Deus: "Ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão, para negarem justiça aos pobres, para arrebaterem o direito dos aflitos do meu povo, a fim de despojarem as viúvas e roubarem os órfãos" (Isaías 10.1-2).

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, façamos uma Constituição moderna, duradoura, transparente, mas sobretudo façamos uma Constituição justa, sensata, equilibrada, presidida pelo consenso voltado para os interesses da maioria, protegendo os mais fracos e corrigindo as centenárias distorções que envergonham a nossa História.

Façamos uma Constituição para uma Nação generosa e feliz, verdadeira mãe de todos os seus filhos, e não a madrasta da imensa legião dos desprotegidos, em favor de uma minoria insensível e até provocadora; minoria que tem a ficar injustamente beneficiando da maior parte das riquezas do patrimônio nacional, propriedade comum de todos os que nasceram e vivem nesta terra privilegiada que Deus quer abençoar mais ainda, se aqui for implantado um regime que realmente busque a justiça, a paz, a fraternidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as}. Srs. Constituintes, tenho abordado freqüentemente desta tribuna problemas relacionados à educação, especialmente ao sacrificado 1º grau e também ao 3º grau. Hoje queria referir-me ao 2º grau, agora ameaçado, com a extinção do Sesc e do Senai.

Desde 1980 que se fala em profissionalização no Brasil. Não poderá haver profissionalização séria se não se aproveitar a valiosa experiência do Sesc e do Senai neste País.

É por isso que também alio minha voz à de todos aqueles que defendem essa providência que tem dado certo: a experiência de profissionalização do Sesc e do Senai. Basta ver os dados que temos sobre o seu atendimento.

Nos anos quarenta, quando o Brasil dava passos firmes para deixar de ser uma sociedade agrá-

ria e tomar-se uma sociedade industrial, verificou-se que o nosso processo de desenvolvimento enfrentava sério obstáculo: faltava adequada formação profissional aos trabalhadores solicitados pela indústria nascente, pelo comércio e pelos serviços. Faltava, ainda, a estes trabalhadores, serviços que atendessem ao seu bem-estar. Eram os duros tempos da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo. O Brasil carecia de muitos elementos para desenvolver-se: precisava de tecnologia, de máquinas e equipamentos, de matérias-primas e até de artigos para o consumo diário, que o esforço de guerra e a conturbação do mundo impediam de chegar até aqui. Faltavam, assim, a paz e também a democracia para que a sociedade brasileira arrancasse no rumo do desenvolvimento. Dentre todas estas carências o empresariado nacional descortinou com clareza o alcance do investimento no trabalhador, que se traduzia em maior produtividade. Havia que assegurar-lhe condições para melhor atuar, ou seja, proporcionar-lhe bem-estar e qualificá-lo profissionalmente a partir da aprendizagem.

Observemos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a lição da História: tínhamos um Estado autoritário, ditatorial, e o mundo vivia uma guerra de proporções inéditas. Não existia nenhuma teoria econômica que atrelasse claramente o aumento da produtividade ao investimento em educação, saúde e formação profissional do trabalhador. Entretanto, nossos antepassados não esperaram que o Estado tomasse iniciativas, que abrisse os seus cofres, tão esgotados, para vencer estes pontos de estrangulamento. Foi então gastada e concretizada a idéia de criar órgãos setoriais para a profissionalização e o bem-estar dos trabalhadores dos setores secundários e tardaria. Foi assim que surgiram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, o Serviço Social da Indústria – Sesi, o Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial – Senac – e o Serviço Social do Comércio – Sesc. Estes serviços – atentemos bem para a palavra, que é oriunda de servir: não apenas cresceram, mas serviram de modelo para diversos países, na América Latina e fora do continente. Hoje, trata-se de experiências consagradas, que os especialistas do mundo inteiro conhecem.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este patrimônio hoje está em grave risco: Esta Assembléia Nacional Constituinte, eleita pelo povo para atender aos lídios anseios do povo, incluiu no projeto de constituição dispositivos que extinguem ou estatizam estas organizações. Mantidas com um percentual das folhas de pagamento das empresas, elas não poderão mais receber recursos financeiros se o aludido projeto for aprovado em sua forma atual. É que o art. 336 estatui que a folha de salários é base exclusiva da seguridade social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição. Mais adiante é estabelecido que as contribuições sociais relacionadas compõem o Fundo Nacional de Seguridade Social, que se destinará à saúde, previdência social e assistência social. O legislador esqueceu a formação profissional, como se no Brasil os recursos humanos estivessem de tal forma qualificados que a dispensassem, como se a taxa de natalidade estivesse reduzida a zero e não houvesse novas gerações a exigir preparação adequada para o trabalho. Incoerentemente, o art. 383 obriga as empresas comerciais e industriais a as-

segurarem a capacitação profissional dos seus trabalhadores. Estabelece-se a obrigação, mas cortam-se os recursos que a concretizam. Pior ainda, o legislador buscou eliminar o salário-educação, tornando obrigatório pelo art. 382 do mesmo projeto. É como se o País não mais precisasse de escolas de primeiro grau, como se não houvesse milhares de crianças fora da escola. Pergunte-se a qualquer educador sobre a importância desta contribuição e dirá que ela é vital para a construção e equipamento de escolas nos mais longínquos pontos do território nacional, ele dirá que os recursos próprios dos Estados com grande dificuldade dão conta das despesas de custeio, enquanto o salário educação é ansiado para as despesas de investimento. O fato de esta contribuição ser específica garante que os recursos atinjam a sua respectiva finalidade.

No entanto, tudo isto se extingue por obra dos dispositivos citados. Para termos uma idéia da atuação do Senac, basta atentar para o fato de que, em 1986, atingiu 1.059.613 matrículas em todo o País de 1946 ao ano passado, foram ao todo 13.417.791 alunos, sem incluir as atividades de assessoramento empresarial e valorização profissional. Atuando através das empresas pedagógicas, de unidades móveis, da capacitação na empresa e da teleducação, em 15 áreas ocupacionais, o Senac atingiu, no ano passado, 1.444 Municípios brasileiros. Estes números dão bem a dimensão do serviço, que se desenvolve com especial cuidado pela qualidade e pelos custos. Não se trata de uma administração perdulária, que joga pela janela o dinheiro arrecadado, numa orgia de funções gratificadas e de pessoal sub-qualificado e ocioso.

Por sua vez, o Sesc, dentro dos mesmos padrões, teve no ano passado uma clientela constituída de 634.666 comerciários e 515.535 dependentes, perfazendo um total de 1.150.201 matrículas. Dos comerciários matriculados, mais de um quarto percebem menos de três salários mínimos. Portanto, é, sobretudo, a população de baixa renda que é beneficiada pelos 134 centros de atividades, para o atendimento cotidiano da clientela; pelos 17 centros campestres e balneários, para atividades de fins de semana, e 16 colônias de férias, para realização de estadas de férias. Seus programas de cultura, saúde e assistência incluem desenvolvimento físico-esportivo, bibliotecas, recreação, desenvolvimento artístico-cultural, refeições, assistência médica e odontológica, educação para saúde, creches, cursos supletivos, cursos de atualização de conhecimentos e outras atividades. Foram ao todo, em 1986, 102.589.293 atendimentos.

Agora, indaguemos: quais as razões de extinguirmos ou estatizarmos estes órgãos? Serão eles desnecessários? Serão eles ineficientes? Estarão eles constituindo um elevado ônus para o contribuinte? Certamente não. Será o Estado um exemplo de eficiência na gestão dos seus serviços? Estará ele livre do déficit, gerador de inflação, com as contas equilibradas, e uma administração racional? Estará o Estado em condições de arcar com novas funções, que hoje são desempenhadas com competência e sem ônus para ele? Temos aqui um paradoxo: quando o País vivia a ditadura do Estado Novo, de triste memória, houve espaço para criar instituições de direito privado que deram certo. Hoje, décadas depois, quando outra Constituinte busca traçar novas linhas para

organizar uma nação democrática, voltamos atrás e fazemos aquilo que a ditadura dos anos 40 não ousou fazer.

Ouçamos a voz do bom senso. As decisões têm um custo, que o povo brasileiro pagará, os menos aquinhoados certamente concorrendo com uma parcela maior que os demais. Portanto, vamos atentar para as implicações de dispositivos que podem ter seu lado positivo, mas que onerarão gravemente um grande número de pessoas. Assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aqui deixamos o nosso apelo para que, nesta etapa de trabalhos, destinada ao aperfeiçoamento do Projeto de Constituição, tenhamos uma visão ao mesmo tempo ampla e profunda dos problemas nacionais. Não eliminemos o fruto de tantos anos de esforço e contribuição do público. Não sobre-carreguemos ainda mais o Estado, que mal dá conta das suas funções. Não acabemos com a formação profissional. Não contribuamos para aumentar ainda mais o número de crianças fora da escola.

Sigamos a regra de ouro do futebol: em time que está ganhando não se mexe. E as organizações a que nos referimos, bem como o salário-educação, estão entre as coisas que deram certo no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Srs. Constituintes.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a República tem sido madrasta para os Municípios brasileiros, seguindo a trilha do Ato Adicional de 1834, que lhes reduziu a autonomia política e administrativa.

A Constituição de 1891 lhes dedicava apenas um artigo, referindo-se ao seu "peculiar interesse" como fundamento da autonomia, enquanto atribuía aos Estados amplos poderes para legislar sobre questões de interesse municipal.

Também as Constituições de 1934, 1937 e 1946 não deram guarda às novas idéias parlamentaristas, e a de 1967 impôs uma discriminação tributária totalmente ofensiva aos interesses das municipalidades, reservando à União cerca de sessenta por cento da arrecadação tributária nacional, enquanto os Estados ficavam com trinta e os Municípios com certa de dez por cento.

Na última legislatura, houve uma reação do Plenário do Congresso Nacional, apresentadas sucessivas emendas constitucionais visando a dar o mínimo de condições para que os Municípios brasileiros possam melhorar sua arrecadação, melhorar os seus serviços, ampliar o exercício da sua autonomia.

Mas precisamos vigiar para a preservação dessas conquistas e no sentido da sua ampliação.

Temos de evitar que no texto constitucional se repita o empobrecimento dos Municípios, hoje em situação de pré-falência, na maioria em débito para com a Previdência Social, outros sem condições para pagar o salário mínimo às suas professoras.

Temos de conscientizar-nos de que o Município é mesmo a **celula mater** da Nação; de que saem do seu subsolo quase todos os recursos minerais; de que nele se cultivam e colhem todos os produtos agrícolas e pecuários; de que nele se fundamenta a sobrevivência da Nação.

O Brasil teve no Município sua primeira expressão política, administrativa, legislativa e penal. Com a primeira Câmara de Vereadores surgiu

o primeiro pelourinho, a cadeia pública, a chamada Câmara do Senado.

O Vereador exerce, ao mesmo tempo, funções legislativas, executivas e judicícias. Nesse arcabouço municipal é que se fundamentaram as Províncias do Império e, depois, os Estados da Federação.

Precisamos devolver ao Município a plenitude que lhe cassaram no decorrer da história.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 173/87, do Poder Executivo, que propõe a incidência da correção monetária sobre os créditos habilitados nos processos de falência e de concordata, através da modificação do Decreto-Lei nº 7.661/45.

Trata-se de proposição absurda e, sob todos os aspectos, inconveniente, pois inviabiliza completamente o instituto da concordata, seja como meio legítimo de evitar que a empresa vá à falência (concordata preventiva), seja como forma de tirar a empresa da falência (concordata suspensiva).

Como se sabe, a concordata é uma criação que correspondeu às necessidades de desenvolvimento do capitalismo mercantilista, pois, até o século XIII, o comerciante insolvente em considerado infame e obrigado a fugir, vez que ficava sujeito a sanções pessoais de execução privada, como a prisão e a condenação à morte.

A partir dessa época é que os credores, para não perderem totalmente seus créditos, passaram a fazer acordos para pressionar os juízes de então a conceder salvo-conduto ao devedor falido, para que ele retomasse ao mercado e, através da continuidade de suas operações, amortizasse seus débitos. Esse tipo de acordo é que se denominou concordata.

O que era a preponderância da vontade dos credores, na teoria contratualista da concordata, evoluiu no sentido de se tomar direito a um favor legal, concedido pelo Estado, no sentido de proteger o "comerciante infeliz e de boa fé", como ensina o Prof. Rubem Requião, em seu "Curso de Direito Falimentar" (Editora Saraiva).

O Código Comercial Brasileiro, de 1850, já estatuiu a concordata suspensiva e, seguindo o exemplo do direito belga, que inovou nessa matéria, nossa legislação introduziu a concordata preventiva através do Decreto nº 917, de 1890.

A doutrina não deixa dúvida de que a concordata, preventiva ou suspensiva, é um favor legal concedido pelo Estado, através do juiz, em determinadas condições, para permitir que a empresa em dificuldades possa recuperar-se. Ela não se aplica aos casos de empresários fraudulentos, como os criminosos de colarinho branco do mercado financeiro, onde não se geram riquezas. O instituto da concordata visa a preservar a empresa reabilitável, que tem função social, como fonte geradora de empregos e de recursos tributários e que, portanto, interessa ao Estado e à Nação reerguer.

Se, por razões de mercado ou por ter caído no coto do vigário do governo – como milhares de vítimas do Plano Cruzado – a empresa honesta se tornar insolvente, sem essa proteção da concordata, além de falir, entrará em liquidação.

Pois bem, corrigir monetariamente o passivo na concordata ou na falência que se quer transformar em concordata, equivale, na prática, à extinção desses institutos. Com efeito, um passivo corrigido para um concordatário é rigorosamente impossível de ser pago. É pior do que o caso da dívida externa brasileira, pois o falido ou concordatário perde imediatamente o crédito. Vive do pouco que puder comprar, produzir e vender, sempre à vista.

Agora a questão fundamental: a quem interessa o anteprojeto do Sr. Sául Ramos, então?

Aos bancos e ao grande capital, é claro!

Não interessa aos trabalhadores, na medida em que, pela lei, para pedir concordata a empresa tem que estar em dia com seu passivo trabalhista. Ademais, os trabalhadores sabem que a empresa falido e sendo liquidada desaparece como fonte de trabalho e emprego.

Não interessa à Fazenda Nacional, dos Estados e Municípios porque também não se aplicam aos créditos tributários os efeitos da concordata. Além disso, se a empresa for liquidada, deixa de existir o contribuinte.

Não interessa nem mesmo aos credores quirografários que compram, vendem, negociam enfim com a empresa devedora, pois, se liquidada, dificilmente o valor de seus bens passados no martelo cobrirá 100% de seus créditos. Por outro lado, uma empresa liquidada representa uma porta fechada para o escoamento da produção de seus fornecedores e para seus clientes.

Como, então, entender essa tentativa do jurista de plantão do Planalto, que quer acabar com a indústria da concordata? Indústria que na verdade é uma ficção, pois a lei só concede esse favor **in extremis**, após minucioso exame da escrita pelo Juiz, para verificar que a empresa está em dificuldade financeira e que não houve má fé do empresário.

O jurista de plantão do Planalto, os bancos e as grandes empresas se assustaram com o crescente número de pedidos de concordata, provocada pelo fracasso do Plano Cruzado e pela elevação dos juros a taxas astronômicas.

O Sr. Sául Ramos quer aproveitar esse fenômeno econômico, produzido pela incompetência do Governo Sarney, para criar, aí sim, uma verdadeira indústria: a das falências transformadas em liquidação, nas quais ele é especialista porque acumulou fortuna cevando-se nesse tipo de ação.

Além disso, o projeto em tela favorece a concentração e centralização do capital, porque os bancos e as grandes empresas serão os verdadeiros beneficiários desse processo; comprando a preço vil o patrimônio das massas falidas, em leilões nem sempre honestos.

Quero, aqui da tribuna, convocar os Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio, que deveriam ser consultados a respeito de regras saudáveis para o funcionamento das empresas e da Economia, para que abandonem a posição omisa em que se encontram e pressionem o Presidente Sarney a retirar esse projeto esdrúxulo e estranho ao Direito Comercial.

Quero apelar também para os eminentes líderes de todas as bancadas e ao Sr. Presidente, no sentido de que não se incluem o citado Projeto de Lei nº 173 na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB – RN). Sem revisão, do orador.: – Srs. Constituintes, quem não conhece a romaria, a via crucis de Governadores e de Prefeitos, em Brasília, pedindo recursos ao Governo Federal? Pois bem, Sr. Presidente, para perplexidade maior nossa, vimos publicado na imprensa que, a partir da implantação do Plano de Controle Macroeconômico, elaborado por técnicos do Ministério da Fazenda, os Estados e Municípios terão seus orçamentos reduzidos em 60 bilhões de cruzados.

Ora, Sr. Presidente, fala-se tanto, nesta Constituinte, como se falou tanto nesta Casa, de uma reforma tributária. Se não fosse possível uma reforma tributária, pelo menos uma mini-reforma tributária, a fim de evitar que os Estados e os Municípios se tomem meros pedintes do Governo Federal.

Agora vem mais esse Plano Macroeconômico, que reduz em 60 bilhões de cruzados, já a partir da sua vigência, os recursos dos Estados e dos Municípios. Não podemos, de maneira alguma, aceitar um corte desses, quando sabemos das dificuldades que hoje estão enfrentando os Estados e os Municípios brasileiros.

Infelizmente, Sr. Presidente, em dois minutos e meio nada é possível registrar com maior profundidade. Como o tempo é pouco, portanto, gostaria apenas de registrar que a Comissão de Financiamento da Produção – CFP estipulou os preços mínimos do sisal de fibras longa, média e curta – Cz\$ 7,60, Cz\$ 6,85 e Cz\$ 4,95, respectivamente – no princípio do mês de julho, e até hoje não chegaram esses preços ao Banco do Brasil – pelo menos não haviam chegado até sexta-feira próxima passada.

Faço um apelo, desta tribuna, no sentido de que, logo que a CFP estipule os preços mínimos, seja do sisal, seja dos alimentos básicos, o Banco do Brasil, imediatamente, envie telex às suas agências, para que os produtores não fiquem prejudicados e as grandes empresas venham a ganhar às custas do suor e do trabalho dos produtores deste País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em instalações do Senado Federal, mais exatamente no Auditório Petrônio Portella, realiza-se desde ontem o 13º Congresso Brasileiro de Cartografia, sob a direção do Dr. Paulo César Trino.

O importante evento, que acontece a cada dois anos, é promovido pela Sociedade Brasileira de Cartografia, entidade técnico-científica e de utilidade pública que, desde a sua fundação, em 28 de outubro de 1958, vem trabalhando, incessantemente, em prol da cartografia brasileira através de excelente e destacada atuação.

No conclave que reúne os mais expressivos expoentes nacionais e internacionais desta importante área tecnológica serão debatidos os mais importantes e atuais assuntos sobre o tema cartografia permitindo, assim, conhecer o real estado da arte em nosso País e no resto do mundo.

Paralelamente ao evento, realiza-se a Exposicarta 87, magnífica mostra, onde diversos expositores exibem equipamentos, produtos e serviços, dentre os quais se destacam a Kem do Brasil, a Wild do Brasil e a Zeiss Oberkochen. Dentre

os fornecedores de produtos encontra-se o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Os órgãos cartográficos oficiais fazem-se representar através da Fundação IBGE – órgão máximo da cartografia terrestre do País – e o Instituto de Cartografia Aeronáutica.

Além destes, a indústria privada de aerolevantamento mostra toda a sua pujança em um estande coletivo onde são exibidos os resultados de trabalhos da mais alta qualidade técnica, dignos de alinhar o Brasil entre os países mais desenvolvidos do mundo nesse ramo de engenharia. Esse estande foi organizado pela ANEA, Associação Nacional de Empresas de Levantamento, que há 26 anos vem coordenando, representando e defendendo os interesses das diversas firmas particulares especializadas em aerolevantamentos.

Desde os antigos aviões Beechcraft até os atuais Lear Jet, que voam a quase 1.000 Km/hora, muita coisa mudou. Basímetros de fio invar, astrolábios de prisma e calculadoras mecânicas são, hoje, peças de museu. Seus espaços vêm sendo ocupados por distâncias eletrônicas, receptores geodésicos, restituidores e ortoprojetores analíticos, computadores eletrônicos, enfim, por toda uma gama de equipamentos de última geração, hoje abundantes no parque nacional de engenharia cartográfica.

O evento, que foi instalado no domingo, teve como Presidente de Honra o Deputado abrases Guimarães e como orador oficial o ministro da Ciência e Tecnologia. O seu encerramento dar-se-á na próxima sexta-feira, em sessão solene presidida pelo Senador Humberto Lacera, e terá como orador oficial o Presidente da Comissão de Cartografia e Secretário-Geral do MCT, Prof. Luciano Coutinho.

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, desiludido, ao fim da vida, Rui Barbosa costumava dizer que a Presidência da República era um balcão de negócios; pouco importava seu titular, a questão era do próprio sistema de governo.

O Brasil assiste de novo ao drama. Volta-se a falar em restrições de despesas com o funcionalismo, não como luta em favor do tão adiado equilíbrio orçamentário e sim como ameaça de represália aos próximos dissidentes do partido majoritário em vésperas de decisões vitais.

E o que se deduz claramente das declarações do Líder do PFL, Deputado José Lourenço, quando disse que o PMDB "só quer mamar", completadas pelas do Líder do PTB, Deputado Gastone Righi, ao afirmar que o PMDB não passa de "um cabide de empregos".

Chegou a hora de perguntar será que o PMDB nada decidiu, na sua convenção, para poder continuar chantageando o Presidente da República em troca de cargos e benefícios do Governo para si e os seus apadrinhados – um velho mal de política subdesenvolvida e ainda sobrevivente num país já com sua economia entre as dez mais desenvolvidas do mundo? O que prova ser o crescimento econômico uma coisa, e outra, muito diferente, o desenvolvimento cultural no qual se insere o da política.

Só não vê quem não quer.

A sobrevivência mesma do atual sistema político disto depende. Para alguém, quem quer que seja, se manter na Presidência da República tem

de fazer tais e tantas concessões, que termina pouco se importando com o bem público.

Olhe-se com atenção o que toma a ocorrer.

O Plano Funaro poderia ter lido êxito, pelo menos parcial, o que significava meio caminho para conter a inflação e, daí em diante, para a solução final, se fosse submetido a pequenos reajustes. Em vez deles, o que houve foi sua substituição por uma artificial rigidez com vistas apenas à vitória nas eleições de novembro passado. E, assim que o povo descobriu o engodo, reagiu inclusive pela vidência, em valia, apesar de demasiado tarde. O PMDB alcançara a maioria almejada, pouco importando a volta violenta da inflação, nem o beco sem saída da moratória.

Nada se deveria esperar de diferente.

Um Presidente da República precisa assumir compromissos com uma facção, para que ela o leve ao poder. Daí em diante, será apenas o presidente dela, indiferente ao resto da Nação. Só que o resto é a Nação.

Portanto, não culpo propriamente os homens, mas insisto sempre em que o principal responsável é o sistema de governo a que fomos levados pela falsa euforia dos exemplos à nossa volta, com suas autoras nascentes repúblicas e o engano de que república significa necessariamente democracia. Resultada passaram-se noventa e oito anos de uma república confusa e tumultuada, na qual, no seu primeiro período até a revolução liberal de 1930, somente um presidente conseguiu manter-se sem estado de sítio (Campos Sales), e até hoje só um presidente civil (Juscelino Kubitschek) terminou o mandato. Deus sabe como, em meio a tentativas de golpes e contra-golpes.

Agora mesmo o partido ainda majoritário não sabe se o mandato presidencial deva ser de quatro ou cinco anos e também não decidiu qual o sistema político a adotar, parlamentarismo ou presidencialismo. Enquanto isto, o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, anuncia a formação de um novo bloco de sustentação do Presidente da República.

Ora, quem deveria dizer qual sistema e qual mandato é o povo e não os negócios com que o tentam comprar.

Até quando a vontade popular será desrespeitada?

Até uma próxima intervenção militar, que estamos cansados de saber como começa e nunca se sabe quando acaba?

O SR. FERES NADER (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Pindamonhangaba comemorou o aniversário de fundação do jornal **Tribuna do Norte** e teve razões de sobra para isso: em seus 105 anos, esta publicação carrega grandes méritos, pois foi o primeiro órgão a surgir no interior paulista, o quarto do Brasil e o sexto da América Latina, acompanhando as principais campanhas desenvolvidas na cidade e conseguindo grandes vitórias que beneficiaram toda a população.

Nestes 105 anos de existência, por certo não foram poucas as dificuldades enfrentadas pela **Tribuna do Norte**. Participando ativamente da história de Pindamonhangaba, teve esse jornal, por outro lado, a possibilidade de acompanhar de perto os fatos que marcaram a História do País republicano tendo vivido ainda durante os últimos sete anos de monarquia.

Poucos jamais podem hoje ostentar essa ficha, principalmente os do interior de São Paulo, diferindo a **Tribuna do Norte** por sua perseverança. Afinal, sofreu todas as vicissitudes inerentes à publicação de um jornal interiorano: durante 99 anos, foi composto impresso manualmente, era semanário, e só em 1986 conseguiu tornar-se diário. Hoje, as máquinas modernas são o seu novo apanágio, se comparadas com o equipamento de que dispunha até há bem pouco tempo, e atendem aos objetivos da publicação.

Uma oportunidade como esta, rara, certamente, nos leva a refletir sobre os demais jornais interioranos, que geralmente nascem e morrem com uma rapidez assustadora apenas algumas grandes cidades de São Paulo conseguiram consolidar empresas jornalísticas de porte, enquanto a grande maioria ainda conta com publicações semi-artesanais.

Muitas são as dificuldades para manter esse tipo de imprensa, que atende às comunidades e delas vivem. Nem de longe esses jornais são lembrados pelos departamentos de mídia das agências de publicidade, subsistindo através de anúncios do comércio local, que são disputados também pelas emissoras de rádio. O dinheiro, portanto, é pouco, e é com esse pouco que sobrevivem.

Saudemos, pois, a **Tribuna do Norte** pelos seus 105 anos de circulação. E, ao fazê-lo, estamos abraçando a todos os jornais das grandes e pequenas cidades brasileiras pela pertinácia no cumprimento de sua missão: informar o povo.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB

- SP. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Cubatão, com os seus quase 100.000 habitantes, situado na Baixada Santista, é o quarto município paulista em valor de produção graças à instalação desordenada, com todos os riscos, de nada menos que 23 indústrias que manipulam substâncias altamente tóxicas e utilizam dutos subterrâneos que, a cada acidente, se revelam cada vez mais uma rede de minas explosivas. Mas, com todo esse progresso, não estão livres seus habitantes de uma poluição de níveis acima do suportável.

Ali se localizam, entre as várias indústrias, as grandes instalações da Refinaria Presidente Bernardes, que processa milhões de metros cúbicos de petróleo por ano e, ao mesmo tempo, contribui para poluir o ambiente.

A poluição do ambiente é um dos problemas mais sérios enfrentados por Cubatão atualmente: gases e fumaça sujam o ar, produtos químicos e outras substâncias envenenam a água e o solo é inutilizado com o despejo de lixo industrial.

Ar, água e solo – todos atingidos e prejudicados pela poluição – são necessários à sobrevivência dos seres vivos. Ar poluído pode causar doenças e mesmo a morte. Água poluída mata peixes e outras vidas marinhas. A poluição do solo reduz a extensão de terra disponível para cultura de alimentos. A poluição ambiental acarreta a feiura de um mundo naturalmente belo.

O complexo petroquímico de Cubatão cobre, cruelmente, seu preço à população pelo progresso advindo do desenvolvimento industrial.

E, dentro deste complexo, uma das categorias que mais auxiliam a sanar os males provenientes deste desenvolvimento é a do corpo clínico da

Refinaria Presidente Bernardes, representado principalmente pelos seus incansáveis enfermeiros.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nunca é demais frisar quão necessários são os serviços de enfermeiros e médicos dentro de uma grande empresa, principalmente quando esta processa material tóxico, inflamável e localiza-se em um dos pontos mais poluídos do País.

Profissão que constitui um verdadeiro sacerdócio, a enfermagem, tal como a conhecemos atualmente, começou na década de 1850, com o trabalho da enfermeira inglesa Florence Nightingale, fundadora da enfermagem profissional moderna.

As reivindicações desta classe são sempre merecedoras de atendimento; assim, não podemos deixar de apoiar a justa pretensão dos enfermeiros da Refinaria Presidente Bernardes, que passamos a expor:

"Há mais de cinco anos a jornada de trabalho, conforme acordo entre os enfermeiros e a refinaria, é de vinte e quatro horas por setenta e duas horas de descanso. Entretanto, a partir de 1º de julho, o superintendente determinou turnos de oito horas, acarretando sérios prejuízos financeiros aos empregados, que, em razão do sistema vigente anteriormente, possuem outro emprego nas horas vagas, procedimento usual para esta classe de profissionais de saúde."

Para que esses abnegados servidores se sintam realmente motivados ao bom desempenho de suas atividades torna-se indispensável que se lhes dispense um tratamento justo, em consonância com a sua qualificação profissional.

Apelamos, portanto, ao Presidente da Petrobrás, Coronel Ozires Silva, para que, pelo seu alto espírito público e senso de justiça, intervenha junto à Superintendência da refinaria no sentido de que mande examinar a situação de seus profissionais de saúde, atendendo-lhes a reivindicação pleiteada.

O SR LÚCIO ALCÂNTARA (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, o racionamento de energia elétrica imposto ao Nordeste determina grave prejuízo à região pelos efeitos que acarreta junto à indústria, ao comércio, à agricultura. Até mesmo sobre a vida doméstica incidem transtornos decorrentes da restrição ao fornecimento de energia. Sabemos que providências estão sendo tomadas no sentido de serem sanados esses problemas no menor espaço de tempo, normalizando-se a oferta de energia à região. Ocorre que, além das limitações já apontadas ao funcionamento da economia regional, a incidência da seca contribui para agravar ainda mais a situação. A necessidade de utilizar-se, onde possível, a irrigação para garantir a sobrevivência do rebanho e a manutenção de pastagens e plantações, implica maior consumo de energia elétrica, o que leva forçosamente à ultrapassagem das quotas estabelecidas pelo programa de racionamento, dai advindo a aplicação de onerosas multas. Considerando-se que as áreas rurais servidas de energia elétrica são poucas, e portanto o consumo irrelevante no conjunto, solicito ao Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, que determine a exclusão da eletrificação rural do esquema de ra-

cionamento, como contribuição do Ministério às ações de combate à seca desenvolvidas pelo Governo Federal. Tal providência, além de não comprometer o esforço de racionamento de energia, seria de grande alcance para quantos, na zona rural, sofrem consequência da estiagem e se empenham em salvar o que foi conseguido ao longo de muitos anos de penosos e, às vezes, infrutíferos esforços.

Confio na sensibilidade do Ministro das Minas e Energia e por isso aguardo o acolhimento imediato de minha sugestão, que encerra grande alcance social.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a democratização das empresas públicas inicia-se com a participação dos representantes da classe operária e dos empregadores no comando de suas atividades.

Neste sentido apresentei emenda constitucional que estabelece que "as empresas estatais, públicas, autarquias, sociedades de economia mista e demais tipos de administração pública, direta e indireta, terão obrigatoriamente a participação administrativa de representantes da classe operária e dos empregadores".

Tem a emenda o salutar objetivo de tornar a transparência das ações governamentais símbolo da ação administrativa em defesa dos interesses coletivos.

O processo participativo na administração dos negócios públicos permite assegurar mais eficiente ação governamental, eis que esse também é o objetivo não só da sociedade civil, como do próprio corpo de funcionários.

Nesta sentido, vale registrar a posição da Aprosul – Associação de Profissionais da Eletrosul, que, em seu Informativo nº 21, Ano IV, correspondente ao mês de julho corrente, assim se manifesta:

7. Reestruturação Organizacional – Pesquisa

Não é fato novo para a Diretoria Executiva da Aprosul que o corpo funcional da Eletrosul, como um todo, sente-se alijado de participação mais efetiva nos destinos da empresa.

Tal sentimento foi por nós percebido com maior intensidade quando começaram a circular o que seriam os primeiros resultados dos trabalhos da Comissão de Reestruturação Organizacional, criada pela RD-6311/86.

A fim de melhor avaliar o pensamento geral dos nossos companheiros de trabalho sobre o assunto, e considerando a urgência desta avaliação, promovemos, em 29-6-87, no âmbito da Sede e do CRSC, pesquisa relâmpago, na qual abordamos três questões:

1. da importância, como empregado, de participar nos estudos de reestruturação organizacional da Empresa;

2. se o empregado se sente devidamente representado nos trabalhos efetuados, ou tem tido participação nas discussões promovidas pela referida Comissão;

3. ouvindo-se menção à criação de novas Diretorias, Superintendências etc..., julga, na atual conjuntura do País, oportuna esta medida.

Os resultados da pesquisa efetuada são os seguintes:

a) foram distribuídos 1.100 questionários;

b) retornaram 984 questionários;

c) pergunta número 1:

– 94,4% dos questionários respondidos indicam que os empregados consideram importante sua participação individual nos referidos estudos.

– 4,7% dos questionários respondidos indicam que os empregados não consideram importante sua participação individual nos referidos estudos.

– 0,9% dos questionários respondidos indicam que os empregados não têm opinião formada sobre o assunto.

d) pergunta número 2:

– 74,0% dos questionários respondidos indicam que os empregados não se sentem devidamente representados ou não têm tido participação nas discussões promovidas pela referida comissão.

– 24,0% dos questionários respondidos indicam que os empregados sentem-se devidamente representados ou têm tido participação nas discussões promovidas pela referida comissão.

– 2,0% dos questionários respondidos indicam que os empregados não têm opinião formada sobre o assunto.

e) pergunta número 3:

– 70,1% dos questionários respondidos indicam que os empregados não acham oportuno, na atual conjuntura do País, a criação de novas diretorias, superintendências, etc...

– 21,7% dos questionários respondidos indicam que os empregados acham oportuno, na atual conjuntura do País, a criação de novas diretorias, superintendências, etc...

– 0,7% dos questionários respondidos indicam que os empregados não acham oportuno, na atual conjuntura do País, a criação de novas diretorias, porém concordam com a criação de superintendências;

– 3,0% dos questionários respondidos indicam que os empregados acham que a criação de novas diretorias, superintendências, etc... deve ser objeto de maior discussão.

– 3,8% dos questionários respondidos indicam que os empregados não têm opinião tomada sobre o assunto.

– 0,7% dos questionários respondidos indicam que os empregados consideram a pergunta mal formulada.

Considerando o grande número de questionários respondidos, pode-se afirmar que os resultados da pesquisa são estatisticamente representativos do pensamento do corpo funcional da Eletrosul.

Embora esta pesquisa tenha sido realizada no âmbito da Sede e do CRSC, por questões de agilização do processo, julgamos que, se estendida às áreas descentralizadas, os resultados não só seriam confirmados como evidenciariam ainda mais o sentimento de falta de participação e de vontade de influir nas questões maiores que envolvem os destinos da empresa. Esta nossa afirmação deve-se ao conhecimento que temos da marginalização em que se encontram os empregados das áreas descentralizadas, manifestada pu-

blicamente nos 1º e 2º Encontros de Delegados Regionais da Aprosul.

Os resultados apresentados indicam, na avaliação da Diretoria Executiva da Aprosul, que:

– expressiva maioria dos empregados quer participar, e não se sente representada nos estudos de reestruturação organizacional da empresa;

– a grande maioria dos empregados têm consciência de que, na atual conjuntura do País, não é oportuna qualquer alteração na estrutura organizacional da empresa que implique a criação de novos escalões superiores."

Ademais, nossos propósitos de tornar a ação governamental mais participativa e mais transparente estão correlacionadas com outra emenda que apresentamos, objetivando democratizar o capital, incentivar o mercado acionário e carrear recursos para a amortização da dívida externa, dispondo que as empresas estatais de objetivo econômico e financeiro, inclusive as de prestações de serviço, serão convertidas em sociedades anônimas de capital aberto, representado por ações ordinárias e preferenciais, estabelecendo no § 1º que 51% do capital votante permanecerá em poder da União, Estado ou Município, e, no § 2º, que os recursos provenientes da venda de ações das empresas estatais será destinado ao pagamento da dívida interna da União, Estado ou Município.

Evidente está o objetivo de resguardar os interesses da Comunidade ao estabelecer a manutenção do controle acionário do Poder Público, com a manutenção de 51% do capital votante em poder da União, Estado ou Município.

Ora, está claro que participando a sociedade civil do capital social, mediante a comercialização de até 49% das ações ordinárias, com direito a voto, bem como das ações preferenciais nas empresas estatais de objetivo econômico e financeiro, aliado à participação administrativa dos representantes da classe operária e, em consequência, dos próprios funcionários, e ainda com a participação dos empregados, teremos um salutar princípio, que gerará excelentes frutos do ponto de vista da eficiência administrativa e operacional, e, com os recursos financeiros advindos da venda das ações criar-se-ão condições para pagamento da dívida interna, cujo crescimento tem desafiado a ação dos gestores dos negócios públicos.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no curso do debate constitucional levado a efeito durante os trabalhos desta Assembléia, a preservação de entidades como o Senac, Senai, Sesc e Sesi tem sido alvo de controvérsias, levando-se em conta a inestimável colaboração que tais órgãos vêm prestando ao desenvolvimento nacional.

Funcionando há mais de 40 anos, tais instituições impuseram-se à admiração e ao respeito da comunidade brasileira, por sua ação fecunda e benfazeja, assim reconhecida por toda a sociedade civil do País.

Subsistindo em razão de contribuição compulsória das empresas, o Sesi, Senai, Sesc e Senac favoreceram alguns milhões de industriários e co-

merciários, numa tarefa de extraordinário alcance social.

Exemplarmente dirigidos, a nível nacional e regional, por líderes das respectivas categorias econômicas, os aludidos organismos passaram a desfrutar de prestígio internacional, em consequência de iniciativas pioneiras, revestidas de êxito inquestionável.

João Daudt de Oliveira, no comércio, e Euvaldo Lodi, na indústria, foram inspiradores de tão nobres objetivos, perseguidos, com inegável tenacidade, por seus sucessores, entre os quais se incluem, na indústria, o Senador Albano Franco, e no comércio o Dr. Antônio Oliveira Santos, Presidentes, respectivamente, da CNI e do CNC.

No Ceará, registra-se natural apreensão entre os dirigentes empresariais, cujas associações já se posicionaram, firmemente, em defesa da manutenção do Serviço Social do Comércio, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Serviço Social da Indústria e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Recentemente, recebi do Presidente da Federação do Comércio, Dr. José Leite Martins, e do Presidente da Federação do Comércio Atacadista, João Luis Ramalho de Oliveira, longo telex, encarecendo o decidido empenho da representação parlamentar de nosso Estado para garantir a exclusão, no texto constitucional, de qualquer norma que inviabilize o funcionamento daquelas entidades.

Ontem, a Federação das Indústrias, através do Dr. Luis Esteves, seu dirigente máximo, enviou aos Constituintes cearenses o seguinte expediente sobre o importante assunto:

"Senhor Senador,
O anteprojeto da Comissão da Ordem Social consignou no Capítulo da Seguridade Social o dispositivo que a seguir, transcrevemos:

"Art 41. A folha de salários é base exclusiva da seguridade social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição."

A Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte aceitou e incluiu no texto da nova Constituição, a ser discutido e votado por todos os Constituintes, o inciso acima citado.

Sua aprovação e inserção final no teor da Carta Magna brasileira extinguirá e eliminará da vida brasileira o Senai e o Sesi, o Senac e o Sesc, instituições que existem há mais de 40 anos e ainda subsistem através de uma contribuição compulsória das empresas, legalmente estabelecida, na base de 1% sobre a folha de salários para o Senai e o Senac, e 1,5% para o Sesi e o Sesc.

O grande acervo de instalações físicas (Escolas do Senai e do Senac, Centros de Atividades Sociais do Sesi e do Sesc), a grande soma de serviços prestados cada ano, ao povo brasileiro, a invejável equipe de valores humanos que foram cuidadosamente preparados para o melhor cumprimento das tarefas daquelas entidades, tudo isto merece a reflexão de V. Ex.^a ao votar pela permanência ou pela exclusão daquele dispositivo no texto da nova Constituição.

Apelamos para o espírito esclarecido de V. Ex.^a no sentido de não permitir que o Senai e Sesi, Senac e Sesc sejam banidos da sociedade brasileira, dada a impossibilidade de continuarem sendo custeados através de uma contribuição na base da folha de salários das empresas, na hipótese de ser mantido na Constituição o mal falado dispositivo proposto.

Na certeza de que assunto de tamanha magnitude merecerá a sua especial atenção, aproveitamos a oportunidade para expressar-lhe os nossos protestos da mais elevada estima e distinguida consideração. — **Luis Esteves Neto** Presidente."

Srs. Constituintes, inteiramente solidário com a manifestação dos líderes empresariais do Ceará, que desejam a manutenção do Sesc, Senac, Sesi e Senai, apoio para os membros da Comissão de Sistematização e para o próprio Plenário da Assembléia no sentido de que excluam da nova Carta qualquer dispositivo que impeça a existência das referidas entidades.

O SR STÉLIO DIAS (PFL - ES)
Pronuncia o seguinte discurso.: — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tendo em vista a frustração da safra, a indefinição do Poder Executivo, a inércia do Poder Legislativo e a defasagem entre os preços pagos ao produtor e os custos de produção, os sindicatos rurais, cooperativas agrárias e prefeituras municipais do Estado do Espírito Santo lançaram um "SOS às autoridades" para que examinem a difícil situação desse importante setor produtivo da economia nacional e atendam às diversas reivindicações expressas nesse documento.

As lideranças do norte do meu Estado, o Espírito Santo, Sr. Presidente, ligadas aos produtores rurais, solicitam:

— linha de crédito especial, do Governo do Estado, para remissão das dívidas dos mutuários que tenham como única fonte de renda a agropecuária, ou que tenham convertido suas dívidas de cédula rural em empréstimo pessoal;

— moratória dos custeiros contratados;
— linha de crédito especial, do Governo Federal, para às mesmas dívidas acima assinaladas;

— isenção do reajuste monetário para todos os contratos de cédula rural pignoratícia, firmados na vigência do Plano Cruzado;

— extensão do preço de garantia para o café conilon, tipo 7/8, com até 15% de broca, pois este é o café de consumo interno e exportação, via solúvel;

— antecipação de recursos para contratação de novos custeiros, com VBC atualizado.

Estas reivindicações, Srs. Constituintes, são as mais legítimas possíveis, e devem merecer de todas as autoridades constituídas o melhor acatamento e pronta solução. Com efeito, se não oferecer o Governo uma sólida estrutura aos produtores rurais, em breve existirá o caos no setor de produção de alimentos, e as consequências serão extremamente danosas.

De nada adianta planejar-se uma reforma agrária quando sabemos que, no estágio atual, o de que necessitamos não é dar terras apenas aos que não a têm: precisamos, isto sim, de uma política agrícola séria, atenta à realidade dos fatos, que remunere condignamente o produtor rural e ofereça reais garantias a quem planta. As regras

do jogo não podem ser, a cada momento, alteradas. E, quase sempre, estão sendo modificadas para pior.

Uno-me, pois, aos reclamos dos produtores rurais do Espírito Santo, representados por suas lideranças do norte, e espero que todos os órgãos que atuam no setor, sejam eles da órbita estadual ou da federal, meditem sobre os temas apontados e ofereçam rápida e justa solução para tão graves questões.

Era o que tinha a dizer.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS - RS)
Pronuncia o seguinte discurso.: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a habitação para a classe pobre é uma das necessidades mais urgentes, que clama por providências, devido à grande carência existente. Digo urgente porque efetivamente não existem moradias disponíveis, e, se existem, o aluguel é exagerado, impossível ao alcance do pobre, do assalariado, ou ainda daquele que ganha até cinco salários mínimos.

Bem sabe V. Ex.^{as} quanto custa o aluguel de um pequeno apartamento. Dificilmente alguém encontra um por preço inferior a cinco mil cruzados

Segundo estatísticas, temos urgência em construir, o mais breve possível, vinte milhões de moradias.

Vejam, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a verdadeira pane em que vivem aqueles que não têm casa própria, aqueles que ganham até um salário razoável e sonham em constituir família, um direito de todos. Quanta preocupação em relação a uma casa própria.

Sabemos que o Governo se tem preocupado com esta área, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano, aliás, ministério muito bem dirigido por S. Ex.^a o Dr. Deni Schwartz. Foram concedidos recursos às prefeituras municipais, sob o título de Fundo Perdido, trinta mil cruzados, para construção de pequenas moradias, por unidade, pelo sistema de mutirão, e com a participação das prefeituras.

É evidente que com este valor apenas se pode dar início a estas construções, por mais modestas que sejam; talvez dê apenas para quatro paredes e um telhadinho, diríamos apenas um pequeno quarto. O que não deixa de ser um começo, o início; depois, cada um, com seus próprios recursos, dará continuidade.

Faço um apelo no sentido de que o Governo amplie os recursos para este sistema de moradias. Acredito que com o cancelamento das grandes obras de infra-estrutura, como a Ferrovia Norte – sul, e outras, possam ser repassados mais recursos para esse ministério, inclusive com reforço por unidade. Quem sabe pudéssemos dobrar os valores unitários, o que já daria uma casinha um pouco maior.

Além do mais, Sr. Presidente Sr.^{as} e Srs. Constituintes, apresentei emenda ao Projeto de Constituição no sentido de se dar preferência a um plano habitacional para as pessoas que ganham até cinco salários mínimos, porque acredito ser esta a faixa da nossa população mais carente de moradias.

Que os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço sejam prioritariamente aplicados com esta faixa de trabalhadores que efetivamente não têm condições de pagar aluguel.

Que estes recursos sejam aplicados como empréstimos e que as prestações não ultrapassem a dez por cento dos salários mensais de cada um.

Planos longos, possíveis de serem pagos pelo próprio Fundo de Garanta. A moradia própria é uma aspiração de todos. Cabe ao poder público administrar corretamente os fundos previstos e estabelecidos para esta finalidade.

Há quanto tempo não se dá mais financiamentos para esta finalidade? O que está sendo feito com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço? Quem não se lembra das milhares de moradias construídas em tempos idos?

É preciso que se reconhece a construir casas populares e que seja prevista esta prioridade dentro da nova Constituição, para que jamais seja novamente interrompida, e que este plano funcione com ou sem alternâncias no poder.

Ainda por fim, faço um apelo a todos os constituintes: que cada um seja um vigia, um sentinela, para que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço não seja extinto, conforme proposta do ante-projeto.

Estes recursos, bem administrados, com a participação dos trabalhadores, são suficientes para a construção da casa própria para cada contribuinte.

Não acredito na sua extinção. Confio nos Srs. e Sr^{as} Constituintes, assim como também confio em que juntos possamos estabelecer regras, normas e critérios para a aplicação destes recursos, inicialmente aos pobres, com prestações nunca superiores a dez por cento dos seus salários.

Durante o discurso do Sr. Osvaldo Bender o Sr. Jorge Arbage – Segundo Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides – Primeiro Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, durante o pequeno expediente da sessão de ontem ocupei a tribuna para me reportar à situação de milhares de comerciantes, em todo o País, que respondem a processos criminais como incursos na Lei Delegada nº 4, de 1962.

Na oportunidade, dei enfoque especial ao caso do fichamento datiloscópico, a cujo vexame estão sujeitos todos os cidadãos simplesmente envolvidos com acusados da prática de ilícito penal, ressaltando os graves prejuízos que estão sofrendo quer nos aspectos moral e social e ainda em relação ao abalo de crédito perante os agentes financeiros e outras entidades onde adquirem mercadorias para abastecerem seus estabelecimentos comerciais.

Sugeri o encaminhamento de apelo aos Exm^{os} Srs. Presidente da República e Ministros da Justiça e da Fazenda, propondo-lhes que examinem a possibilidade de anistiarem os cidadãos processados com fulcro na Lei Delegada nº 4, de 1962, fixando como ponto de referência inicial o dia 28 de fevereiro de 1986, data da deflagração do Plano Cruzado I, até o lançamento do Plano Bresser. Igualmente, propus o imediato cancelamento do fichamento criminal de cada indiciado, como

medida restauradora de sua credibilidade, que o Estado está no dever de reparar.

Leio no jornal **O Liberal**, que se edita no meu Estado, o Pará, um artigo de responsabilidade do Sr. Joaquim Borges Gomes, atual Presidente da Associação e da Federação de Associações Comerciais, sob o título muito sugestivo e bem colocado de "Truculência Governamental".

O articulista aborda, com o notável espírito e a inteligência que lhe são peculiares, o mesmo problema de mais de 50 proprietários de mercearias, farmácias, e de outros microempresários, vítimas de autuações pela fiscalização da Sunab, cujos processos foram encaminhados ao juízo criminal competente, para serem processados e julgado com base na Lei Delegada nº 4, de 1962.

Se apenas o Pará indica que mais de meia centena de autuações foram praticadas durante a euforia de Pirro, gerada pelo congelamento de preços na fase do Plano Cruzado, o que imaginar no resto do País, onde até cenários deliberados foram armados, como no caso da apreensão de boi gordo no campo, para caracterizar a força da repressão aos supostos sonegadores de mercadorias, mediante espalhafatoso estrépito, vista de todos os recantos do Brasil?

O artigo, da lavra do Presidente da Associação Comercial do Pará, pode até conter excesso de linguagem na aspereza das palavras com que foi escrito, mas tem a constância da realidade e da autenticidade conjuntural e, mesmo que desagrade ao corpo governamental, insere no texto a pirâmide da insatisfação popular, quase sempre deságua da em episódios lamentáveis e repulsivos, como o do Paço Municipal, no Estado do Rio de Janeiro.

Por entender que o Governo não se alimenta apenas dos noticiários que lhes são favoráveis, até porque nestes nem sempre a verdade é exposta em grau de plenitude, transcrevo neste pronunciamento o artigo "Truculência Governamental", e o faço com o propósito de alertar o Presidente Sarney para o grave constrangimento imposto a milhares de empresários e comerciantes que foram levados às barras da Justiça, como criminosos comuns, apenas porque teriam violado uma tabela de preços congelados, feita sob os auspícios daquele que em vida se chamou Plano Cruzado, cujo fracasso, a despeito dos graves e irreparáveis prejuízos causados à economia do Brasil, não provocou a autuação, o fichamento nem o processamento civil e criminal dos poucos e conhecidos culpados.

Confiamos no alto espírito público do Presidente da República e esperamos que S. Ex.^a conheça o nosso apelo e tome as providências justas que solicitamos.

Era o que tínhamos a dizer.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

TRUCULÊNCIA GOVERNAMENTAL

Alguns amigos que trabalham para a máquina governamental, às vezes perguntam-me porque uso palavras fortes quando condeno erros do Poder Público. Eu pensava que usava termos brandos, embora minha vontade fosse empregar vocábulos que exprimam toda a minha revolta ante o abuso de poder, que é empregado contra o cidadão comum, povo, trabalhador, empresário que movimenta e multiplica a riqueza desse País. Nas cerimônias empresariais que participei, nos

últimos dias da semana passada, ao ouvir relatos de outros atos violentos governamentais, fiquei possuído de maior revolta.

Todo mundo sabe o imenso fiasco que foi a política econômica do governo central, no ano passado. Enquanto ele queria que a livre empresa ficasse com os preços congelados e tabelados, suas estatais aumentavam, nas mais odiosas formas, os preços. Além do aumento propriamente dito, deixaram de pagar o frete quando ele já era usualmente incluído no preço. Reduziram prazos de pagamento, chegando até a exigir pagamento à vista e mesmo antecipado, numa violenta inflação, com o retorno da ciranda financeira. Quotas tradicionais eram diminuídas e até canceladas e surgiam inexplicáveis vendedores de facilidades, oferecendo a mesma mercadoria, sob outra mecânica e por um preço maior, do que devia ser pago, pela tabela congelada. Era a empresa privada que fazia isso? Negativo! Eram as estatais. Provas?

Essa é que é a desonestade maior. Como essas estatais são monopolistas, as vítimas ficam caladas, porque se abrem o "bico", ficam na lista negra e nunca mais recebem, nem amostra. Como essas mercadorias fazem parte de um odioso monopólio estatal, as empresas atingidas por esses abusos dos monopólios nada podem fazer. É por esta razão que condeno qualquer forma de monopólio e com mais veemência o monopólio estatal. São espoliadoras formas de alimentar "marajás" que sugam a economia nacional, vendendo suas ineficiências, traduzidas em preços altos, que depois a livre empresa é obrigada a repassar e sofrer a campanha negativa, promovida por essas mesmas destruidoras de nossa economia.

Tudo isso fez com que os preços congelados fossem aquela mentira, que estourou na mão da livre empresa, que não mama nas tetas governamentais. Os mecanismos de terror econômico saíram às urnas multando infelizes empresários, que precisam trabalhar, para tentar manter suas famílias, pagar seus empregados e levar para o governo a parte do leão, sob a forma de impostos, taxas, impostos compulsórios, etc. Tinham que comprar e vender. Como essa máquina espoliadora não vendia produtos a preços congelados, tinham que procurar o que fosse possível. Suicídio econômico, também é proibido. Tinham que comprar pelo preço que podiam encontrar, para atender seus clientes.

Você que vive de salário, pago regularmente, no fim de cada período, consegue imaginar a angústia de quem tem como única remuneração, o lucro? Esse é o seu salário. Se não vender mercadoria, não vai poder tentar lucro. Se não encontrar para comprar, não vai poder vender. Vai viver de quê? O governo não dá emprego, para empresário falido. É ou não é? Seu freguês precisa ser atendido, onde comprar? Depois de toda essa tragédia, em atingido pelos desumanos lançadores de altos de infração e multas, que trabalham para a superintendência do terror econômico.

Os planos cruzados com tanta incapacidade de planejamento e falência de execução, porque o governo não cumpriu a parte mais importante, apertar seu próprio cinto, foram cancelados. A vida continuou. Você tem lido. Desfalques nas instituições governamentais, abuso de poder político e econômico no Poder Público. Inquéritos, insultos, declarações, ameaças, apurações de

roubos de dinheiros públicos. Tudo registrado por nossa corajosa imprensa. Até aqui em nossa pacata cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará! Você ouviu falar que algum desses ilustres cidadãos ligados a inescrupulosos abusos do Poder Público foram fichados criminalmente, foram processados, julgados, condenados a devolverem o que subtraíram. Você leu ou ouviu?

E os assaltantes, ladrões, criminosos, terroristas urbanos que entram em bancos, ameaçam e saem com toda a proteção e simpatia até de algumas formas de informação e palavras de perdão, de pessoas que prometeram dedicar-se ao serviço de Deus e serem equilibradas em seus procedimentos. Tudo isso é muito mais, você ouviu ou acredita que vai ouvir e saber que sofreram a punição do Poder Judiciário? Entretanto, você, certamente, não sabe que em nosso Estado mais de cinqüenta honestos chefes de família, que nunca praticaram nenhuma dessas violentas agressões à sociedade, estão sofrendo constrangimentos ignominiosos, tudo por causa de autoritarismo governamental absurdo.

Foi dada anistia para terroristas, esquecem estelionatários de alto coturno, olvidam o desvio de dinheiro público, mas microempresários, pequenos comerciantes, que foram autuados pelos terroristas econômicos, por causa de divergências infantis, com preços tabelados ou congelados, estão sendo fichados como criminosos de alta periculosidade, para depois serem processados e condenados, por homens que não sabem ter equilíbrio para julgar. Este ano, com requintes de crueldade jurídica, um homem foi condenado como perigoso criminoso, por um crime que ninguém viu cometer, e um valor inferior a um sabonete comum. Donos de farmácia, mercearia, supermercados em número superior a cinqüenta, estão sendo vítimas dessa truculência governamental, só em nosso Estado. Vamos reagir juntos. Isso é abuso de poder governamental. Isso é perseguição desonesta!

O SR. PAES LANDIM (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estive no final de semana em São Raimundo Nonato, sul do meu Estado, o Piauí, e pude perceber o desgaste dos trabalhos desta Assembléia Constituinte perante a opinião daquela sofrida gente. O país real, Sr. Presidente, o que trabalha e produz, e que aspira ao bem-estar da Nação, embora tão desassistido pelo Estado brasileiro, que lhe nega escola, saúde, saneamento, aquelas obrigações mínimas que se exige de um Estado civilizado e comprometido com os valores democráticos, não se compadece com a atoarda dos que desejam impor idéias e princípios distanciados da feição e da moldura da sociedade brasileira.

Um homem da roça, o Vereador Expedito, da zona rural de São Raimundo Nonato, que não teve a oportunidade sequer de cursar o ensino primário, disse-me na sua simplicidade de homem do campo: "Doutor, eu acho que essa Constituinte vai morrer no meio do caminho".

Eu acho, Sr. Presidente, que as origens do nosso processo constitucional são responsáveis pelo desgaste dos nossos trabalhos; que, em cinco meses, não fomos capazes de produzir um documento à altura da consciência jurídica do País.

As nossas lideranças, ao contrário do que ocorreu nos processos constituintes de 1890 e 1946,

os mais importantes do Brasil, e até mesmo o de 1823, não conseguiram, para usar uma expressão de Carlos Castelo Branco, imprimir uma diretriz constitucional a esta Assembléia; elas exprimem as tendências as mais contraditórias e confusas dos seus líderes. O Brasil é o único país do mundo onde a elaboração constitucional inicial foi entregue a todo o corpo legislativo. Ao contrário da Espanha, justamente festejada pelas nossas ditas elites políticas, que incumbiu a um grupo de sete personalidades políticas elaborar o esboço constitucional, entregue depois à revisão de uma parcela de constituintes, fomos incapazes de submeter, aqui, um projeto vestibular à Assembléia, a fim de que ela tivesse um documento inicial, como marco de partida para a análise, discussão e reflexão.

As esperanças, contudo, persistem. A iniciativa do Presidente Ulysses Guimarães de convencer as lideranças políticas para a elaboração final de um documento conciso, remetendo à lei ordinária os temas correntes, transitórios, é a avenida via da qual a tradição de respeito aos princípios constitucionais básicos, da nossa tradição ocidental, possa ser mantida.

Até porque, Sr. Presidente, falhou o sentimento constitucional da nossa geração política. Quem se detiver na leitura dos nossos anais perceberá que a maioria dos debates aqui centrados dizem respeito ao episódico, ao provisório, não à reflexão de uma norma fundamental que assegure, por várias gerações, a estabilidade das instituições democráticas em nosso País.

Aliás, essa figura singular da vida brasileira, que é Afonso Arinos de Melo Franco, há dias lamentava na Comissão de Sistematização a ausência do debate constitucional.

Há um ceticismo generalizado no País quanto ao processo constitucional, ao seu **modus faciendi** e ao seu conteúdo.

Ainda hoje o eminentíssimo Professor Josaphat Marinho escreveu oportuno artigo, no **Correio Braziliense**, sobre a "Elaboração Constitucional" que mereceria ser lido e meditado por todos os constituintes.

Concluiria as minhas palavras com a sua lição:

"O período de emendas gerais porém, para ser fecundo, há de coincidir com esforço interpartidário do entendimento comum a respeito dos princípios básicos da Constituição. Definida a unidade em torno dos pontos cardinais, a forma apropriada de os delimitar será consequência da compreensão estabelecida quanto ao substancial. Na concessão recíproca, sem acomodação inconveniente, se refletirá o espírito público dos antagonistas, que saberão, assim, também, resguardar as razões de consciência. As Constituições realmente democráticas não resultam de imposição de partidos ou de maioria parlamentar, mas de acordo superior entre as forças em contraste. É a lição da história dos povos livres."

Até porque, se ela não for seguida, não é a atual Constituinte que vai morrer no meio do caminho, como profetizou o Vereador Expedito, mas toda uma geração política, que será responsabilizada se não souber imprimir ao País uma Carta Magna que consolide a democracia e a modernidade em nossa sociedade.

V – O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. RUY NEDEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, é um homem probo, dedicado, de grande cultura, muita inteligência e competência.

Tenho a impressão de que quando a carga emocional sobre o Presidente da República estava agigantando-se a níveis difíceis de suportar, sem causar eventuais neuroses ou angústias muito profundas, ele soube – e teve competência, para isto – desviar a carga de protestos e reclamações desta Casa, da imprensa e dos mais variados segmentos da sociedade.

A situação de um Presidente da República faz com que, às vezes, ações e atos de indivíduos acabem gerando crises sociais nas nações com consequências extremamente funestas. Muitos já se suicidaram. O Ministro da Justiça, quando todos estavam pisando em cima da figura do Presidente da República, teve a competência de desviar as atenções e tomar medidas que geraram protestos. Assim, toda a carga recaiu em cima dele mesmo, e o Presidente da República pôde respirar.

Não concordo que se aplique a Lei de Segurança Nacional, e já pedi que isso não aconteça. Acredito que essa malfadada lei seja repudiada por esta Casa.

Também não posso aceitar acusações feitas da tribuna, há poucos minutos, por um Constituinte gaúcho, a respeito desse insigne homem público, a que respeito e cuja defesa assumo.

Durante o discurso do Sr. Ruy Nedel o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estranhos é o País em que vivemos; estranha é a sua opinião política; estranho são os comentários jornalísticos e muito estranho é o comentário da liderança nesta Casa.

O PMDB, atendendo à convocação da sua minoria – a quem o partido, majoritariamente, atendeu e respeitou – reuniu-se neste plenário, em uma grande, tumultuada e vibrante convenção, para decidir assuntos, discutir propostas e encaminhar proposições, com vistas a solucionar alguns problemas deste País.

Entre essas questões estavam as relativas à forma de governo e ao mandato do Presidente da República, José Sarney, que realiza, nos termos

do compromisso histórico, um governo de transição, que, por definição, tenta equilibrar no seu bojo forças heterogêneas, discrepantes, um governo que deve encaminhar a solução institucional e a transição completa do regime militar para o estado de direito democrático. Mas um governo que não disputou nas praças públicas, não participou dos debates e das discussões políticas da sociedade brasileira não está completamente armado dos elementos informativos para o encaminhamento das questões nacionais. É por isso, Sr. Presidente, que este Governo é de coalizão, é de forças, como já disse, heterogêneas. Assim, é lícito, completamente lícito, e corresponde à liberdade daqueles que participam do Governo, que o Ministro de Estado, que representa o PMDB, defende o Governo e dele participa, não esteja obrigado, na integralidade, porque membro de um governo de coalizão, a aceitar e dizer amém a tudo que ele proclama ou quer, é lícito que venha a uma convenção do partido votar de acordo com a vontade da sua consciência e não subordinado, eventualmente, a compromissos estranhos ao programa de partido e às suas convicções pessoais. Não há nisso discordância entre o Ministro e o Governo, nem pode ser entendido como discordância em relação ao Presidente da República.

Em governos de transição, salvo em relação a alguns pontos inteiramente acordados pelas forças que compõem o mesmo, as decisões adotadas por uma maioria simples, num governo de coalizão, não obrigam que todos os membros do partido, mesmo no Governo, se comportem de forma absolutamente uniforme. A tentativa de intrigar, de romper nosso Partido, de transformar esta decisão em um compromisso mais difícil do que tem sido para a sociedade brasileira faz com que surjam comentários. Acabamos de ouvir o nobre Constituinte – que nesta Casa sempre defendeu o malufismo, um Deputado que, ao longo da história parlamentar, esteve de acordo com todos os atos de exceção – dizer que o PMDB está realizando uma chantagem contra o Governo que ajudou a eleger, que prestigia e que sempre defendeu todos os atos que estavam de acordo com a vontade do Partido no Congresso Nacional.

É claro, Sr. Presidente, que as convenções são convocadas para tomar decisões. Assim como a Executiva, o Diretório e este partido, curvando-se à vontade de uma minoria que dispunha de elementos para convocar a convenção – convocação da qual nós mesmos participamos – sentimos que é dever da minoria respeitar e acatar as decisões da convenção. Essa é a forma democrática de conduzir-se. Não conheço, na história contemporânea, partido que seja absolutamente monolítico e que, no corpo partidário, na totalidade dos seus membros, não permeie correntes divergentes que defendem esta ou aquela forma particular de conduzir as questões, mas que se unem no que é fundamental.

O PMDB tem um compromisso histórico com o País; é um partido formado por uma direção responsável; tem compromisso com a transição e com a democracia pluralista, com a justiça social, com a melhoria das condições de vida e bem-estar da sociedade brasileira. É por isso, Sr. Presidente, que o partido tem que se comportar de forma adulta. Não pode ser instrumento do pasto daqueles que só querem a divisão do partido, para assim, lançarem-se no motim da Repú-

blica e transformá-la no pasto dos seus interesses.

Sr. Presidente, não se mencionou em instante algum um documento da maior importância, aprovado pela convenção partidária, estabelecendo o nosso compromisso em relação à questão salarial. O PMDB, através de sua expressão majoritária e definitiva, que é a convenção, disse ao atual Governo e ao Ministro da Fazenda que é preciso recompor, imediatamente, a base salarial dos trabalhadores, que a inflação, neste curto período, consumiu. Diz mais, Sr. Presidente, que o salário mínimo neste País, a partir da recomposição da base salarial aos níveis de março de 1986, precisa crescer em valores reais para manter o poder de compra no mínimo 5% por trimestre, de tal modo que, no máximo em 4 anos, o valor do salário mínimo no Brasil, tenha dobrado e alcançado nível que não nos envergonhe, mas, ao contrário, coloque o Brasil no nível dos demais países, no mesmo nível de renda que a nossa Pátria já alcançou.

Além disso, Sr. Presidente, o partido enfrentou com segurança e coragem o problema da dívida externa, fixando, convencionalmente, num documento público – e peço a V. Ex.^a faça publicá-lo nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte, porque honra qualquer partido – que o desembolso máximo que o Brasil pode suportar e que o Governo está autorizado a negociar para as transferências relativas à dívida externa não pode ser superior a 2,5% do Produto Interno Bruto.

São essas as questões fundamentais, Sr. Presidente, que competem a esta Casa e à Nação discutir, afastando-se a polêmica menor, que é a intriga do Presidente do Partido com suas grandes lideranças, ou do partido com o Presidente da República, que vai conduzir a Nação nos termos de cumprir os compromissos históricos com a transição, mesmo com os percalços e dificuldades nos campos econômico, político e social que toda a Nação conhece.

Por isso, Sr. Presidente, repito as palavras com que iniciei este pronunciamento nesta tarde, nesta tribuna: estranha difícil e incompreensível é a vida política, jornalística e parlamentar deste País. Dá-se significação especial a uma discussão que não tem na História deste País e na transcendentalidade do momento a importância que tem este documento. Fixam-se todas as atenções no período governamental de quatro ou cinco anos, na transitóridade do efêmero, e não se discute o fundamental, que é a condução dos destinos do nosso País. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

ANEXO AO PARECER DO RELATOR DA COMISSÃO DE MOÇÃO: SUBSTITUTIVO ÀS MOÇÕES APRESENTADAS POR CELSO FURTADO E OUTROS

O PMDB e a Conjuntura Econômica

Estabilização e Retomada do Crescimento

Independentemente das posições de apoio ou de condenação à política econômica atual, militantes, convencionais, parlamentares e economistas do PMDB, apresentam à Convenção Nacional o presente docu-

mento, que visa a fixar parâmetros mínimos para a ação econômica do Governo.

1. Os desafios do presente

Continua a pesar sobre o País a crise econômica desencadeada em inícios do atual decênio. Suas causas são por demais conhecidas. Um endividamento externo sem precedentes fez que o Brasil se tornasse perigosamente vulnerável a mudanças na conjuntura internacional, inclusive a arbitrárias elevações nas taxas de juros, ditados por nossos credores. O País foi, assim, conduzido à posição do exportador líquido de recursos reais, com sérias consequências negativas para a formação interna de capital. A isso se acrescentou uma considerável dívida interna, cujo serviço está na origem de um déficit financeiro do setor público responsável, em parte, pelas elevadas taxas de juros que desencorajam os investimentos produtivos e oneram o Estado.

A experiência do Cruzado I comprovou que o tratamento corretivo da inflação inercial exige uma eficaz administração de preços e uma adequada política de rendas. Mas também deixou evidente que é possível conciliar o crescimento econômico com uma distribuição mais equitativa da renda. A injusta distribuição de renda que singulariza nosso País não é um fruto da fatalidade, e sim a consequência de políticas econômicas que devem ser urgentemente modificadas.

A grave crise cambial que se manifestou nos últimos meses de 1986 serviu para que surgisse um consenso no País em torno da necessidade de dar absoluta prioridade ao problema do serviço da dívida externa, o qual vinha absorvendo cerca de metade das divisas geradas pelas exportações, somente para o pagamento dos juros. Daí a decisão histórica, tomada na última semana de fevereiro, de suspender unilateralmente a transferência dos juros devidos aos bancos privados, correspondentes aos empréstimos de médio e longo prazos.

Não devemos perder de vista que vivemos um período de instabilidade com profundos reajustamentos na economia mundial. Os desequilíbrios comerciais e financeiros são de magnitude inusitada, os preços dos produtos primários sofrem uma depressão só comparável, por sua profundidade e duração, à dos anos 30; as exportações de manufaturas enfrentam barreiras protecionistas de várias ordens, e os mercados financeiros internacionais encontram-se totalmente fechados para nós desde 1982. Essa crise aflige o conjunto dos países do Terceiro Mundo, cujas economias, em sua quase totalidade, atravessam prolongado período de estagnação.

A nossa é uma das poucas economias que dispõem de meios para superar a crise com base no próprio esforço, dado o elevado grau de integração de nosso sistema produtivo e o dinamismo de um mercado interno ainda em formação. Mas não podemos dispensar a cooperação internacional, pois é do exterior que vêm grande parte das novas tecnologias em que se apóia o desenvolvimento de uma economia moderna. Ademais, o Brasil pode contribuir para restaurar o dinamismo da economia internacional, graças à sua aptidão para absorver um fluxo muito superior ao atual de importações, bastando para isso se modifiquem os atuais esquemas de pagamento da dívida externa. A capacitação da empresa nacional deve ser o caminho preferencial da modernização tecnológica, rejeitando-se a abertura in-

discriminada ao capital estrangeiro como meio para alcançar esse objetivo.

Neste momento, o objetivo central da política econômica deve ser a recuperação da estabilidade, vale dizer, o afastamento definitivo da ameaça de hiperinflação, com a qual viria o desgoverno total, inviabilizando o processo de transição democrática. A política que está sendo executada assumiu a forma de choque estabilizador, com congelamento temporário de preços, salários e alteração do sistema de antecipações de ajustes salariais. Nesta fase, ela deve ser o mais possível neutra, do ponto de vista da distribuição de renda, e produzir efeitos no curto prazo. O elevado preço social que se está pagando impõe que se criem, em prazo curto, condições que permitam reativar a economia e perseguir o objetivo fundamental de recuperação e elevação dos salários reais.

Dessa forma, a atual política deve ser compreendida como comportando dois tempos: o do choque estabilizador e o da retomada do crescimento. Requisitos essenciais para o êxito de um e outro são:

- a) a manutenção a baixo nível da transferência de recursos reais para o exterior, e
- b) a redução do déficit financeiro do setor público, cujo impacto desestabilizador e concentrador da renda é por demais conhecido.

Quanto mais se prolongue o tempo do choque estabilizador, maiores serão os riscos de agravamento da recessão. Mas sua eficácia, e portanto a possibilidade de encurtar-lhe a duração, depende de um efetivo congelamento de preços e de uma administração eficiente destes na fase de flexibilização. Ademais, para que a reativação se prolongue em aumento da formação de capital, é necessário que se restaure a capacidade de poupança do setor público, mediante uma adequada reforma fiscal.

A alternativa à estabilidade com retomada de crescimento é a inflação com estagnação e sua consequência inevitável de concentração de renda e acumulação de miséria. Devemos nos unir em torno do objetivo essencial da estabilização com retomada econômica, cuja consecução é indispensável para que o programa do PMDB, de mudar o Brasil, possa avançar.

2. A recuperação do poder aquisitivo dos salários

A recuperação firme e não-reversível da massa de salários reais não é apenas parte da política de retomada do crescimento econômico mas, acima de tudo, um imperativo da política corretiva da má distribuição da renda nacional. A política salarial deve objetivar no segundo semestre de 1987 – de forma compatível com a criação de novos empregos – a recomposição do patamar dos salários reais médios alcançados em 1986, o que será facilitado pelo crescimento do emprego e pelos ganhos de produtividade decorrentes de uma utilização mais intensa da estrutura produtiva. Este processo que não deve penalizar novamente a classe média, terá que beneficiar, em primeiro lugar, as faixas salariais mais baixas, e inclui os seguintes itens:

a) recomposição dos salários de base, através da revisão, no menor prazo possível, do salário mínimo real, ao nível de março de 1987. Esta revisão deve ser iniciada imediatamente após o fim do congelamento e deve ser precedida de sua desvinculação de outros pisos salariais, em legislação federal, estadual e municipal;

b) uma vez recuperada a base salarial, deve-se implementar uma elevação progressiva do salário mínimo real, a partir da próxima data-base, com aumentos escalonados, visando a dobrar o seu valor no prazo máximo de quatro anos.

c) complementação desta recuperação através do aumento do valor da quota do salário-família para as faixas de base;

d) reajuste automático nas datas-base correspondente ao IPC acumulado nos últimos doze meses anteriores, descontadas as antecipações concedidas (gatilhos e URP's);

e) antecipação do pagamento do resíduo inflacionário acumulado até maio de 1987;

f) manutenção da regra de ampla negociação dos salários e reivindicações correlatas, com interdição de transferências dos ganhos reais para os preços;

g) revisão da regra de antecipações salariais, na eventualidade indesejável de aceleração inflacionária.

3. Evitar o recrudescimento inflacionário

É essencial assegurar que a retomada do crescimento econômico se efetue de forma ordenada e segura, prevenindo-se o risco de descontrole inflacionário na fase de flexibilização dos preços. Em 1986, a conjugação de vários efeitos (fuga das aplicações em poupança, forte aumento dos rendimentos autônomos, redução do imposto de renda na fonte, deflação das dívidas e prestações), num contexto de crescimento acelerado do emprego, ao permitir a ampliação inicial do consumo, ensejou a **retenção arbitrária de estoques e especulação pelas empresas**, o que pressionou fortemente o congelamento.

Não se pode nem de longe, caracterizar a situação atual como sendo semelhante à de 1986. Pelo contrário, apesar de indicações localizadas de reanimação das vendas, não se prevê nenhuma pressão generalizada de demanda que, de **per si**, possa modificar significativamente a atual conjuntura.

Ao que tudo indica, as pressões inflacionárias no futuro próximo terão outras origens, combinando tensões surgidas ao nível dos custos e das expectativas na fase de flexibilização, num contexto de plena indexação financeira e cambial. As taxas de câmbio e de juros são variáveis decisivas para a formação de expectativas, não devendo – por isso – sofrer variações bruscas, nem aceleração acima da inflação corrente.

A prevenção de um novo surto de inflação, no contexto do atual programa de estabilização, depende em larga medida do grau de alívio que se possa obter nos encargos financeiros do setor público e privado, mediante o controle efetivo das taxas de juros. Estas devem ser mantidas em níveis reais, mas suficientemente reduzidas para permitir a retomada dos investimentos produtivos.

Em todo caso, a fase de transição para a flexibilização de preços será crucial para a consolidação da política atual. Será indispensável toda firmeza para evitar movimentos especulativos aceleracionistas. Deve-se combinar clareza de critérios de reajuste e eficácia do instrumento administrativo com bom senso e, sobretudo, com rigor e energia na penalização dos infratores.

A reforma da legislação e normas de punição dos abusos contra a economia popular deve ser efetuada com urgência, para tornar efetivo o con-

trole dos preços, com a colaboração decidida dos Estados e Municípios.

É perfeitamente factível estabilizar o patamar inflacionário em nível inferior a 5% ao mês em seguida ao descongelamento, sempre que se conte com a cooperação de todos e que o sistema de administração de preços opere com um mínimo de eficiência. Na verdade, quanto mais baixo vier a ser o patamar inflacionário futuro, menor será o risco de perda salarial, e mais fácil a retomada do crescimento econômico, apoiado inicialmente em gradativa elevação do nível de utilização da capacidade produtiva. A redução da inflação interessa, com efeito, a todos os setores da sociedade.

4. A retomada do crescimento

Não aceitamos a recessão como instrumento de política econômica.

Vários instrumentos de política devem ser criteriosamente mobilizados para assegurar a reativação da economia, a começar pela descompressão progressiva dos salários de base e pelo afrouxamento calibrado das condições de crédito ao consumo (ampliação de prazos, redução de taxas). A redução dos juros nominais deve ajustar-se à expectativa de taxas de inflação mais baixas e estabilizadas, para aliviar rapidamente o peso dos encargos financeiros no passivo das empresas, abrindo espaço, junto com os ganhos de produtividade, para a absorção de melhorias salariais e de outras tensões de custo já represadas. No período de transição, até que se firme a retomada, recomendase o aperfeiçoamento do seguro-desemprego.

A ampliação da oferta de crédito e a assistência temporária de liquidez às empresas economicamente saudáveis, que atravessam dificuldades momentâneas, especialmente quando decorrentes da realização de inversões produtivas, devem ser praticadas, dentro de critérios setoriais, pelas instituições financeiras oficiais e pelo setor bancário privado. Esta assistência deve ser mantida até que estejam contidos os fatores contracionistas, com o objetivo de evitar demissões em massa.

Estes são instrumentos de curto prazo, para iniciar a reativação. A trajetória de crescimento, a médio prazo, não deve perder de vista a necessidade de geração anual de um e meio milhão de empregos, o que implica uma taxa de expansão do produto nacional próxima à média histórica de sete por cento.

Para isso requer-se um esforço maior de investimento público e privado, o que exigirá novos meios e fontes adequadas de financiamento. As prioridades do investimento público continuam sendo os da área social e de infra-estrutura básica e sua distribuição regional deve contemplar as áreas mais carentes (periferias metropolitanas, grupos sociais de alta fragilidade, regiões atrasadas).

A política agrícola deve estimular com segurança e regularidade a expansão do plantio, evitando-se a flutuação-dramática das safras, que atinge a renda dos agricultores, penaliza o poder aquisitivo dos assalariados urbanos e prejudica os excedentes de exportação. Os pequenos e médios produtores devem receber tratamento efetivamente diferenciado no que toca ao crédito, juros e correção monetária.

Merce destaque a urgente reorganização do Sistema Financeiro de Habitação e seu sanea-

mento, tanto para permitir a recuperação do crescimento e do emprego no setor de construção civil, quanto para aliviar as condições de moradia para as populações de baixa renda, evitando-se as pressões especulativas sobre o mercado imobiliário e sobre os aluguéis.

Estas são prioridades reconhecidas historicamente pelo PMDB. A sua implementação, a partir da conjuntura atual, implica a recomposição da capacidade de financiamento interno, com destaque especial para:

a) o desdobramento efetivo do saneamento financeiro dos Estados e Municípios, para que possam se viabilizar administrativamente;

b) a preservação e agilização das aplicações do FND para o financiamento da infraestrutura e indústrias de base, mantidos os critérios atuais em favor das empresas nacionais;

c) a manutenção e aperfeiçoamento dos programas sociais, que não devem ser sacrificados pela política de ajuste do déficit público;

d) reformulação do sistema financeiro, para apoiar os investimentos produtivos do setor privado e combater a especulação.

A área do financiamento externo transita decisivamente pela negociação soberana da dívida externa.

5. Dívida Externa e Relações Econômicas Internacionais

Existe atualmente, inclusive nos países credores, uma clara percepção do esgotamento dos modelos até agora utilizados, que impuseram aos devedores parcela desproporcional do ônus decorrente da crise da dívida. O Brasil, que contribuiu de forma decisiva para a criação dessa percepção, ao ter rejeitado a tutela do FMI e ao suspender unilateralmente os pagamentos de juros como forma de reforçar sua capacidade de negociação, deve manter esta postura soberana.

O desenvolvimento nacional exige uma forte redução na drenagem de recursos para o exterior, a fim de liberar fundos para ampliar os investimentos, aumentar as importações necessárias à modernização da estrutura produtiva e recuperar as reservas cambiais. O nível dos saldos comerciais brasileiros deve ajustar-se a essas necessidades da economia, e não ser determinado por esquemas extorsivos de pagamento da dívida.

Os seguintes pontos são essenciais para assegurar os nossos objetivos de desenvolvimento:

a) Não aceitação do monitoramento da política econômica pelo FMI, independentemente do grau de formalização de tais acordos. Não se trata, apenas, de oposição a acordos formais, mas também de rejeitar acertos que comprometem a soberania na condução da política econômica nacional, com prejuízo dos objetivos de crescimento estabelecidos;

b) Consolidação de nossa posição negociadora. Além da proteção das reservas, o objetivo da moratória foi sinalizar a determinação do Governo de obter a reestruturação global e plurianual da dívida, de modo a limitar a transferência de recursos para o exterior a um teto máximo de 2,5% do PIB nos próximos cinco anos. Portanto, a moratória deve permanecer em vigor até que, como resultado do processo de negociação, seja alcançado este objetivo;

c) A recuperação da reserva de divisas. A melhoria dos saldos comerciais deve servir primordialmente à recomposição do nível das reservas

cambiais e não para atender a uma retomada prematura do pagamento dos juros aos bancos comerciais, ou para permitir transferências líquidas excessivas ao Clube de Paris ou a outros credores e investidores;

d) Redução do custo da dívida. Por longos anos o País pagou **spreads** abusivos, muito acima do custo de captação dos bancos credores. Não há mais justificativa para que o Brasil continue a arcar com taxas adicionais às taxas básicas, ou seja o **spread** deve ser zero. A eliminação do **spread** deve ser aplicada à totalidade da dívida de longo prazo com os bancos estrangeiros.

e) Outros mecanismos de redução das transferências. A eliminação do **spread** deve ser complementada pela capitalização plurianual automática da parcela preponderante dos juros, pela fixação de limites máximos para flutuação da taxa de juros e pela transformação de parte da dívida em obrigações a taxas fixas;

f) Em razão das graves implicações que pode ter para a economia nacional, qualquer proposta de conversão da dívida em capital de risco deve limitar-se aos juros e subordinar-se a normas definidas pelo Congresso Nacional e, em particular, deve evitar, através de salvaguardas apropriadas, que a conversão resulte em desnacionalização da economia;

g) A abertura indiscriminada e sem critérios, da economia brasileira ao capital estrangeiro, assim como a implantação de plataformas de exportação, desconhecem a natureza da crise mundial e representam o comprometimento estratégico do verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional. Não devemos perder de vista que os desequilíbrios que afetam atualmente a economia internacional são de uma amplitude antes ignorada e mesmo inimaginável. Nossa dívida não é senão um aspecto desses desequilíbrios, cuja correção exige novas formas de cooperação internacional que só lentamente serão postas em prática. O que mais importa para nós, nesta fase difícil, é guardar a autonomia de decisão, para defender nosso direito ao desenvolvimento.

Durante o discurso do Sr. Virgildásio de Senha o Sr. Jorge Arbage – Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães Presidente.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente,

queria aproveitar a presença de V. Ex.^a na direção dos trabalhos desta Casa para reiterar o pedido que as Lideranças do PC do B, PT, PDT e segmentos do PMDB têm feito a V. Ex.^a no sentido de ordenar os debates constitucionais na Assembléa Nacional Constituinte. Hoje, mais uma vez, pedimos verificação de **quorum** porque achamos que é indispensável que o Presidente da Constituinte se sente à mesa com as Lideranças de todos os partidos, para chegarmos a um entendimento sobre essa questão que consideramos da mais alta relevância.

Não é possível continuarmos com debates constitucionais importantes e significativos com

o plenário e, as galerias vazias, sem que os segmentos interessados na discussão desses temas possam estar aqui presentes para identificar qual a posição dos diversos partidos e Constituintes.

Quero, portanto, em nome do PC do B e, tenho certeza, do PDT, do PT e de segmentos ponderáveis do PMDB, solicitar a V. Ex.^a que se abra para essa discussão, porque não podemos admitir que chegaremos ao final do debate constitucional sem ter de fato realizado o debate, sendo que as discussões são um verdadeiro monólogo, pois não há diálogo, não há debate, não há discussão, não há sequer participação das galerias.

Sr. Presidente, quero, em nome da Liderança do PC do B, dizer que o PMDB, em sua Convenção, decidiu não decidir sobre a questão do mandato do Presidente e sobre o sistema de governo. Na nossa opinião, o argumento para não se decidir sobre tais matérias em respeito à soberania da Constituinte não tem procedência. Isso não tem procedência porque, na verdade, a soberania da Constituinte já foi desrespeitada várias vezes.

De qualquer forma, Sr. Presidente, consideramos que a decisão tomada pelo PMDB de não decidir sobre as questões, representou uma derrota do Governo, que queria impor ao partido e à sua Convenção uma decisão em torno da questão dos cinco anos. A decisão preliminar sobre a votação secreta representou uma tendência da maioria dos convencionais do PMDB pelos quatro anos. E por isso mesmo o Governo, numa manobra de última hora, estimulado pelo Líder Carlos Sant'Anna, mudou a orientação, no sentido de impedir que a Convenção Nacional do PMDB viesse a adotar os quatro anos. Em face do resultado da Convenção do PMDB e às resoluções tomadas ali, os integrantes da corrente progressista do PMDB estão agora liberados para tomar decisão de acordo com suas consciências.

Concluindo, Sr. Presidente, quero manifestar, em nome da Liderança do PC do B, a minha confiança de que os setores progressistas do PMDB se integrem de forma firme na mobilização popular pelas diretas em 88, contra a política econômica do Governo e por uma Constituinte democrática e progressista. E isso, na nossa opinião, implica a integração não só de setores que, na verdade, já se vêm integrando progressivamente, mas também do Líder do PMDB na Assembléa Nacional Constituinte, Constituinte Mário Covas, nesta luta, para que ela expresse a vontade da grande maioria do País e ganhe amplitude, a fim de que a Assembléa Nacional Constituinte e os próprios integrantes do partido majoritário possam ouvir a voz do povo e terminem por tomar aqui, na Assembléa Nacional Constituinte, as decisões compatíveis com a vontade do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em resposta àquilo que foi referido pelo eminente Líder Aldo Arantes, desejo esclarecer que, por circunstâncias que todos conhecem, estive afastado da Presidência da Constituinte. Ontem é que tive informação sobre as ponderações que têm sido feitas quanto à distribuição de tempo para os oradores que discutirão as matérias nesta Assembléa Nacional Constituinte. Estou com este material e a ele anexarei a reclamação de V. Ex.^a, para uma decisão que darei amanhã à Casa.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex.^a, com a devida vénia, que convocasse uma reunião dos líderes, para

que pudéssemos discutir antes que V. Ex.^a. venha a tomar a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Atendo à solicitação de V. Ex.^a sobre a convocação dos Líderes.

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Sr.^a e Srs. Constituintes, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, trazemos a este Plenário do Congresso Constituinte a nossa estranheza por ver o Ministro da Justiça vir a público para desdizer o que havia dito há cerca de uma semana ao manifestar a sua opinião sobre os episódios que envolveram o Presidente do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, ex-Deputado Djalma Bom. Naquela época, estranhávamos a manifestação intempestiva do Ministro da Justiça, pedindo o enquadramento dos oradores daquele comício na Lei de Segurança Nacional. Agora o que causa ainda mais estranheza é o ofício que o Ministro da Justiça mandou à Polícia Federal de São Paulo, dizendo que não quer o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, mas sim no Código Penal. Ora, qualquer estudante de Direito sabe que o inquérito policial começa na autoridade policial, vai para o Promotor Público, dai ao Juiz, que pode ou não acolher a denúncia. E o Ministro da Justiça, que se insere no inquérito policial, no momento em que esse ainda está sendo levantado, assumiu o papel de autoridade policial, que não tem e que não lhe compete. Essa é uma das consequências, um dos fatos que, hoje, está levando nosso País à intransqüilidade social. Os homens públicos não estão preparados para as funções que exercem. Para nós fica cada vez mais claro que o papel do Ministro da Justiça, como o de muitos outros Ministros deste Governo, é muito mais o de defender os interesses privados do Presidente da República do que os da Presidência da República, o mais alto posto da República brasileira. Temos visto que cada vez que um cidadão se manifesta contra o Presidente da República imediatamente acionam-se as leis repressivas, que estão intactas, para ameaçar a liberdade de organização, de opinião e de expressão neste País, como se a manifestação de opinião contra os homens públicos, qualquer que seja o seu nível hierárquico, fosse uma profanação do poder. Esse é um direito legítimo e democrático nas sociedades realmente governadas por homens que têm a concepção correta do que seja a transitoriedade do poder.

Por isso, Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes, nós, do Partido dos Trabalhadores, esperamos que o partido majoritário, que saiu da sua Convenção mais dividido do que entrou, entendo que adiar decisões políticas não é urna fama de se vencer ou acumular poder numa sociedade como esta nossa em que se precisa de decisões urgentes. Enganam-se aqueles que pensam que a situação pode melhorar no Plenário desta Constituinte, com o partido majoritário sem opiniões claras sobre os temas que aqui temos que discutir. Estranhamos, inclusive, que a decisão de não ter opi-

não sobre questões fundamentais seja hoje uma posição majoritária no partido hegemônico na política brasileira. O que nos parece, no Partido dos Trabalhadores, é que a grande vitória nessa última Convenção foi a dos Governadores dos Estados que, ao manterem a indefinição sobre os interesses privados do Presidente da República, mantêm a fonte de corrupção nesta República, qual seja a de tirar do Governo verbas para manter suas políticas nos governos regionais. Essa indefinição significa continuar envolvendo a Presidência da República e o Presidente da República naquilo que lhe parece ser mais sensível e mais suscetível para a visão dos problemas nacionais: a sua figura em relação ao quadro político nacional.

Esperamos, por isso, que a indefinição do partido majoritário não fortaleça o Presidente da República. Se isso ocorrer, teremos fortalecido o fisiologismo, teremos fortalecido exatamente aquilo que o PMDB, no passado, criticava e que esperamos continue a criticar a política econômico-social de nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. BOCAYUVA CUNHA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, não só pessoalmente, mas também como membro do meu partido, fiquei extremamente satisfeito com a informação que V. Ex.^a acaba de dar e pelo acolhimento, que espero seja dado a essa magnífica Idéia – e assim devo qualificá-la do Constituinte Plínio Arruda Sampaio, expressa em texto que está em mãos de V. Ex.^a, para que possamos enriquecer o debate sobre a Constituinte aqui neste plenário. Realmente, este espetáculo que se vê é indigno da importância dos Constituintes e da tarefa que temos de realizar. Não é isso o que o povo brasileiro espera de nós.

Aproveito a oportunidade para passar às mãos de V. Ex.^a um documento ultrapassado, pois V. Ex.^a já acolheu, verbalmente, o pedido feito pelo Líder do PC do B, mas que está assinado pelos Líderes do PDT, do PT, do PC do B e do PDS, faltando apenas as assinaturas já prometidas, do Constituinte Plínio Arruda Sampaio e do Líder do PTB, para uma reunião com V. Ex.^a. Tenho certeza de que dessa reunião sairá aquilo que todos desejamos, sobretudo V. Ex.^a, Presidente da Assembléa Nacional Constituinte: o enriquecimento dos nossos debates.

Mas o que me traz à tribuna hoje é a convocação dos Constituintes para um encontro que será promovido pelo Clube de Engenharia com os parlamentares. Essa entidade, a qual tenho a honra de pertencer como membro do Conselho Deliberativo, no próximo dia 30 de julho, quinta-feira, às 10h, no auditório do Anexo IV, promoverá um encontro com os parlamentares. O objetivo é discutir sobre várias questões que os engenheiros dessa centenária instituição da sociedade civil consideram fundamentais. Vou apenas fazer referência a alguns tópicos, dada a exiguidade do tempo que nos cabe.

O primeiro item desse documento que o Clube de Engenharia pretende discutir com os Constitui-

tantes é o papel do Estado na economia. É importante estiar restrições à atuação do Estado como agente econômico nesse novo ciclo de desenvolvimento econômico em que vamos entrar. É opinião dos membros do Clube de Engenharia e isso é o que se quer discutir com os Constituintes que a política de investimentos, a política de preços reais para as tarifas das estatais e a política de aquisição de bens e serviços seja realmente uma atribuição do Congresso Nacional.

O segundo item é o da definição de empresa nacional, onde, segundo o Clube de Engenharia, é importantíssimo definir duas coisas: o controle decisório e o controle de capital.

O terceiro item diz respeito à informática e às telecomunicações, com apoio à reserva de mercado e ao monopólio do Estado nas comunicações postais, telegráficas e todas as outras.

O quarto item refere-se ao monopólio do petróleo e o fim dos contratos de risco, inclusive na redação do projeto da Comissão de Sistematização. Isso está incompleto. Ela liquida na Petrobrás, aquilo que foi sua grande conquista: o controle e o monopólio da importação e exportação de petróleo.

O quinto item é sobre política mineral. O clube apóia a redação da Comissão de Sistematização, mas com um pequeno acréscimo: que a lavra de substâncias estratégicas seja controlada pela União, nos termos da lei, e só possa ser concedida a brasileiros natos.

O último ponto é a polêmica questão da reforma agrária, sobre a qual o clube tem uma posição extremamente clara, pois esta é uma das bandeiras do Clube de Engenharia já há muito tempo.

Da análise de várias proposições apresentadas, o clube entende que é essencial a definição das posições quanto aos seguintes aspectos: a função social da propriedade rural; a fixação do limite da propriedade rural; a desapropriação das áreas que não atendam à função social; o pagamento das terras desapropriadas em títulos da dívida pública e a imissão de posse imediata das terras desapropriadas.

Passarei à Taquigrafia a íntegra deste documento, para que conste dos nossos anais. Desde já, porém, faço um apelo a todos os Constituintes para que não faltem a esta convocação do Clube de Engenharia. Realmente, ela enriquecerá, e muito, o nosso debate, ensejando uma contribuição a uma Constituição que seja duradoura, perene e afinada com os interesses populares.

Documento a que se refere o orador:

O CLUBE DE ENGENHARIA E A CONSTITUINTE

- 1 – O Papel do Estado na Economia
- 2 – A Definição da Empresa Nacional
- 3 – A Questão da Informática e das Telecomunicações

- 4 – O Monopólio Estatal do Petróleo e os Contratos de Risco

- 5 – A Reforma Agrária

- 6 – A Política Mineral

O Clube de Engenharia, com a tradição de ter 106 anos de vida participante nos debates de temas de interesse nacional, vem trazer aos Constituintes a sua opinião sobre a definição de ques-

tões que julga de relevância para o futuro do País. São eles:

1. O Papel do Estado na Economia

Na maior parte das vezes o investimento estatal foi a única alternativa para o desenvolvimento de setores básicos da economia, onde os elevados investimentos e altos riscos inibiram o investimento privado. Em muitas áreas e setores da economia nacional ainda persistem estas condições.

Resulta disso que as empresas estatais têm exercido uma função estratégica no desenvolvimento brasileiro. Elas têm sido competentes na articulação dos fatores de produção, com uso intensivo dos nossos recursos internos, inclusive aqueles de natureza tecnológica, e devem estar preparadas para atuar na retomada de um novo dolo de desenvolvimento.

É preciso, para isso, assegurar que não se criem na Constituição restrições à atuação do Estado no campo econômico como agente do desenvolvimento.

1.1 – Definição de Políticas

Além do necessário controle público a que devem estar submetidas as empresas estatais, através de disposições a serem fixadas pelo Congresso Nacional, deve-se procurar explicitar as suas principais políticas empresariais, tais como:

a) Política de Investimentos

Esta política deve ser orientada com prioridade para projetos e programas de viabilidade comprovada, espacialmente bem distribuídas e que ofereçam resultados econômicos e sociais no menor prazo possível. Tais investimentos deverão fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento que privilegie os setores responsáveis pela retomada de uma economia auto-sustentada (energia, infra-estrutura básica e social e tecnologia de ponta) e a consolidação da engenharia e do parque produtivo nacionais.

a.1) Proposta de Redação

Este objetivo poderá ser atingido com a redação do seguinte artigo:

"A Lei Federal que disciplinar a atuação das Autarquias, Fundações Públicas e Empresas Estatais determinará:

§ 1º Que a fiscalização da gestão dessas instituições para adequar suas políticas diretrizes e programas plurianuais a consecução de seus objetivos sociais e aos interesses nacionais seja feita pelo Poder Legislativo.

§ 2º Que a criação, fusão, cisão, incorporação, privatização e extinção dessas instituições dependam de aprovação do Poder Legislativo".

b) Política de Preços

Deve-se adotar uma política de preços reais para as tarifas das estatais ou, quando for o caso, preços subsidiados com valores explícitos de forma a permitir o controle dessa política.

c) Política de Aquisição de Bens e Serviços

Deverá ser orientada basicamente para o mercado interno, buscando desenvolver empresas nacionais que utilizem a capacitação de produção de matérias-primas e componentes existentes no País. Como consequência desta forma de atuação surge a possibilidade de se construir uma política tecnológica, onde o desenvolvimento técnico esteja vinculado de forma explícita a programas de longo prazo. Do mesmo modo, ocorrerá uma crescente valorização dos recursos humanos envolvidos nestes programas, nos quais encontrarão

oportunidade para exercer criatividade e a inovação tecnológica.

c.1) Proposta de Redação

Tal objetivo poderia ser assegurado com o seguinte artigo:

"A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como as empresas a elas vinculadas, usarão seu poder de compra para promover a empresa nacional adquirindo prioritariamente bens e serviços nestas empresas."

1.2 – Objetivos Gerais

• Possibilitar que a atuação do Estado no domínio econômico se faça também como agente do desenvolvimento nacional, ou alternativamente.

• Evitar definições que procurem circunscrever o papel do Estado no campo econômico somente às atividades de natureza reguladora e normativa.

1.2.1 – Proposta de Redação

Tais objetivos poderiam ser atingidos com a redação proposta pela Comissão de Estudos Constitucionais em seu art 4º.

"A intervenção do Estado no domínio econômico pode ser mediata ou imediata, revestindo-se da forma de controle, do estímulo, da gestão direta, da ação supletiva e da participação no capital de empresas..."

§ 1º O Poder Público intervirá sob a forma normativa no controle e fiscalização da atividade privada, nos limites de competência fixados nesta Constituição.

§ 2º A atividade do estímulo destinar-se-á a incentivar e promover aquelas atividades que o Estado pretende ver desenvolvidas.

§ 3º A ação supletiva do Estado será restrita, ocorrendo somente quando comprovadamente necessária e conforme diretrizes do planejamento econômico. O monopólio será criado em lei especial.

§ 4º O cooperativismo e o associativismo serão estimulados e incentivados pelo Estado.

2. A DEFINIÇÃO DA EMPRESA NACIONAL

Nos marcos do sistema capitalista é inevitável e crescente a inserção do Brasil na economia internacional. Trata-se de um dado da realidade, que deve ser compreendido para que o País tenha políticas que confiram aos brasileiros os benefícios desta posição.

A necessidade da convivência com as forças do capital estrangeiro, hoje cada vez mais participantes da nossa vida econômica, impõem cuidados que garantam a mesma oportunidade de acesso aos frutos deste progresso para o capital em mãos de brasileiros.

A empresa nacional, de menores recursos de capital e tecnologia frente às multinacionais, deve ser assessorada, em vários níveis, formas de proteção que a coloquem em igualdade de condições com o capital internacional.

Neste particular, toma-se essencial estabelecer urna definição de empresa nacional que viabilize esse propósito. Não seria justo adotar uma definição que permitisse às multinacionais aqui instaladas ter acesso aos créditos favorecidos do BNDES e outras instituições de crédito nacionais.

2.1 – Proposta de Redação

Manter a redação da Comissão de Sistematização, substituindo-se a menção a "pessoas físi-

cas domiciliadas no País" por "brasileiros", conforme redação abaixo:

"Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de brasileiros, ou por entidades de direito público interno."

Entende-se controle por:

a) controle decisório – o exercício, de direito e de fato, do poder de eleger a totalidade dos administradores da sociedade e de dirigir o funcionamento dos órgãos da empresa;

b) controle de capital – a titularidade da totalidade das quotas ou, no caso da sociedade de ações, da totalidade das ações com direito a voto e da maioria do capital social.

Parágrafo único. No caso das sociedades anônimas de capital aberto, as ações ordinárias ou as ações preferenciais com direito a voto ou a dividendos fixos ou mínimos, somente poderão ser subscritas ou adquiridos por:

- brasileiros, salvo quando casados com estrangeiros em regime de comunhão de bens;

- pessoas jurídicas de direito privado e com sede no País, das quais somente façam parte brasileiros;

- pessoas jurídicas de direito público interno."

3. A QUESTÃO DA INFORMÁTICA E DAS TELECOMUNICAÇÕES

O desenvolvimento acelerado da indústria nacional de micro-computadores e componentes nos últimos anos comprovou o acerto da política de reserva de mercado adotada em nosso País. Hoje, são mais de 300 empresas empregando mais de 45.000 pessoas e com investimentos consideráveis na área do desenvolvimento tecnológico

O tamanho do nosso mercado e a estratégia dos países desenvolvidos, de controlar o mercado mundial de serviços, incluindo, inclusive, a sua regulamentação no âmbito do GATT, tem íntima correlação com as pressões que tem sofrido a política nacional de informática. Não cabe aos donos do primeiro mundo impedir que um País emergente construa um caminho próprio em um setor vital para análise, tratamento e gestão das informações. No mundo moderno, das redes de televisão interligadas a malha de transmissão de dados por satélites, e computadores são ferramentas essenciais ao exercício do poder.

3.1 – Proposta de Redação

a) Apoiar a possibilidade da prática de reserva de mercado a ser regulada por lei ordinária, conforme texto aprovado na Comissão de Sistematização.

b) Ampliar o conceito de empresa nacional para os setores de informática e telecomunicações, inserindo o requisito de controle tecnológico em poder de brasileiros, entendendo-se esse controle pelo: "O exercício de direito e de fato, do poder para desenvolver, gerar, adquirir, transferir e variar de tecnologia de produto e de processo de produção".

c) Apoiar o monopólio do Estado nas comunicações postais, telegráficas e de dados e na operação dos serviços de telecomunicações, sugerindo a inclusão do seguinte artigo:

"Os serviços de telecomunicações, lançamento e operação de sistemas especiais, co-

leta e difusão de informações meteorológicas serão objeto de contínuo aperfeiçoamento tecnológico e terão sua execução sob o monopólio da União."

4. O MONOPÓLIO DO PETRÓLEO E OS CONTRATOS DE RISCO

A Petrobrás, ao longo dos seus 34 anos de existência, já deu uma madura e suficiente demonstração de que o monopólio estatal do petróleo, tal como configurado na Lei nº 2.004, foi a melhor opção para o desenvolvimento deste setor e do País.

A Petrobrás é hoje a 33ª, maior empresa do mundo; descobriu reservas de 2,7 bilhões de barris e tem uma produção que se aproxima dos 700.000 barris equivalentes/dia. As suas dez refinarias processam diariamente 1,5 milhão de barris de petróleo que escoam em 6.000 Km de oleodutos e gasodutos. Possui ainda 69 navios petrolíferos e 13 terminais marítimos que operam na área de transporte. Os avanços tecnológicos obtidos pela Petrobrás são reconhecidos mundialmente sendo que hoje o Brasil ocupa posição de vanguarda em termos de tecnologia para atividades petrolíferas no mar.

Por ter sido-bem sucedido, o monopólio do petróleo sempre foi boicotado pelos difusores do capital internacional. A pressão continuada destas forças só tiveram êxito em 9-10-75 quando, por um ato autoritário da ditadura militar, a Petrobrás foi obrigada a discutir e, mais tarde, a assinar os chamados contratos de risco. Diversos Juristas de reconhecida capacidade elaboraram pareceres que demonstraram a constitucionalidade desses contratos; muitos políticos denunciaram no Congresso Nacional o rompimento do monopólio; entidades civis realizaram debates, em todo o Brasil, derrubando as teses que defenderam os contratos.

Hoje, depois de 11 anos de contratos, a Petrobrás demonstrou que o nosso petróleo só aparece se o Brasil tomar para si o investimento, e nunca através dos minguados investimentos das multinacionais que só querem conhecer e se apoderar das reservas para produzir quando lhes for conveniente. As decantadas afirmações referentes à incapacidade financeira e tecnológica, aumento de produção a curto prazo, diminuição da dívida externa e outras, se tomaram, na prática, incoerências e inverdades. No entanto, a Petrobrás e o monopólio estatal continuam ameaçados pelos contratos de risco. A Pecten-Shell se encontra de posse das reservas da Bacia de Santos. A Texaco, a Maraton, a Shell e a Total detêm, para explorar, gigantescas áreas na Amazônia, que podem ser consideradas como verdadeiros países estrangeiros do Brasil.

É hora, pois, de concluir os Constituintes, para agindo na defesa do interesse nacional, a se unirem numa frente patriótica, supra-partidária, em defesa do monopólio estatal do petróleo e contra a manutenção dos contatos de risco.

Objetivos.

1) Apoiar a redação dedicada ao tema pela Comissão de Sistematização, definindo que as atividades do monopólio do petróleo e gás natural devem ser executadas diretamente pela União, de modo aclarear de uma vez por todas as constitucionalidades dos contatos de risco.

Para tanto, caberia introduzi um parágrafo único com a seguinte redação:

"O monopólio descrito neste artigo inclui riscos decorrentes da atividade ali mencionada, ficando vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação em espécie ou valor."

5 – A Reforma Agrária

O Clube de Engenharia tem se manifestado, desde há muito, pela aplicação imediata do Estatuto da Terra. O processo de execução da reforma agrária tem sido sujeito a várias contramachas e submetidos a um clima emocional.

Da análise das várias proposições apresentadas e discutidas na sociedade, entendemos que é essencial definir uma posição guardo aos seguintes aspectos:

- a função social da propriedade rural;
- a fixação do limite da propriedade rural;
- a desapropriação das áreas que não atendam à função social;
- o pagamento das terras desapropriadas em títulos da dívida pública;
- a emissão de posse imediata das terras desapropriadas.

Entendemos que não pode haver paz social enquanto perdurar a evasão compulsória a que estão submetidos os trabalhadores do campo, que demandam a periferia das grandes cidades onde passam a viver em condições subumanas, margeando a criminalidade.

Nesse sentido, achamos que é fundamental assegurar o pagamento das desapropriações latifúndios em títulos da dívida pública devidamente corrigidos, e com possibilidade de serem negociados e resgatáveis anualmente. Na situação atual em que se encontram as finanças públicas, o pagamento das indenizações em dinheiro é uma forma implícita de inviabilizar a desapropriação e consequente reforma agrária.

5.1 – Proposta de redação

Apoiar a redação dedicada ao tema pela Comissão de Estudos Constitucionais.

TÍTULO IV

Da Ordem Econômica

Art. 16. É assegurado a todos, na forma da lei, o direito à propriedade territorial rural, condicionada pela sua função social.

§ 1º Para garantir a função da propriedade, mencionada neste artigo, seu uso será orientado no sentido de:

- a) assegurar nível adequado de vida àqueles que nela trabalham, bem como às suas famílias;
- b) realizar a exploração racional da terra;
- c) conservar os recursos naturais e a manutenção adequada dos equipamentos comunitários;
- d) observar as disposições legais que regulam as relações de trabalho.

§ 2º É dever do poder público:

- a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador à propriedade da terra economicamente útil de preferência na região onde habita, ou, quando as circunstâncias urbanas ou regionais o aconselharem, em zonas plenamente ajustadas, na forma que a lei vier a determinar;
- b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe a sua função, estimulando planos de utilização nacional, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios

dos equipamentos comunitários, o aumento de produtividade, o bem-estar coletivo:

c) Fixar, tendo em vista as peculiaridades regionais, a área máxima de propriedade rural a receber benefícias fiscais e crédito subsidiado.

Art. 17. A União promoverá a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, segundo os critérios que alei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de atualização, negocáveis e resgatáveis no prazo de 20 anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurada a sua aceitação a qualquer tempo como meio de pagamento de tributos federais e do preço de terras públicas.

§ 1º A lei disporá sobre o volume anual das emissões de títulos, suas características, taxas de juros, prazo e condições de resgate.

§ 2º A desapropriação de que trata este artigo é de competência privada da União e será feita por decreto do Poder Executivo, recaindo sobre as propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie os princípios estabelecidos nesta Constituição

§ 3º A indenização com títulos somente será feita quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, executadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro.

§ 4º O Presidente da República poderá alegar à autoridade federal as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais por interesse social, sendo-lhe exclusiva a declaração de zonas prioritárias para implantação de planos regionais de reforma agrária.

§ 5º Os proprietários ficarão isentos de impostos que incidam sobre a indenização da propriedade desapropriada na forma deste artigo. Art 18. Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupe, por cinco anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a cinqüenta hectares, tomando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele sua moradia, adquiri-lhe á propriedade, mediante sentença de declaratória devidamente transcrita.

Parágrafo único. O Ministério Público terá legitimação concorrente, nos termos da lei, para ação fundada neste artigo.

Art 19. É insuscetível de penhora a propriedade rural, até o limite de cem hectares, inclusive a sua sede explorada pelo trabalhador rural, que a cultive e nela resida. Nesse caso, a garantia pelas observações limitar-se-á à safra.

Art. 20. Lei federal disporá sobre as condições de legitimação de posse e de transferência para aquisição, até cem hectares, de terras públicas por aqueles que as tomarem produtivas, com o seu trabalho e o de sua família.

Art. 21. Lei complementar definirá os casos em que se permitirá a desapropriação para fins de reforma agrária na empresa rural, mediante a indenização em dinheiro.

Art. 22. Lei complementar definirá as condições nas quais o titular da propriedade territorial urbana poderá ser compelido, em prazo determinado, à sua utilização socialmente adequada, sob pena de desapropriação por interesse social ou incidência de medidas de caráter tributário.

Art. 23. Não poderá ser apropriado pelo titular do imóvel o valor acrescido, comprovadamen-

te, resultante de investimentos públicos em áreas urbanas ou rural.

Parágrafo único. Lei complementar definirá os critérios segundo os quais a entidade pública que houver feito o investimento recuperará a mais valia imobiliária, destinando-a a finalidades de caráter social.

Art. 24. A lei estabelecerá planos de colonização e aproveitamento das terras públicas. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas pobres e os desempregados.

Parágrafo único. Não se fará alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.

6 – A POLÍTICA MINERAL

O País possui imensas reservas minerais que, para a sua exploração necessitam da mobilização de vultosos recursos de capital.

Entendemos que cabe ao poder público adotar uma política que reserva às empresas nacionais a exploração dos minerais estratégicos, conforme definido em lei. A participação do investimento estrangeiro na mineração deve ser aceita para a lavra, exploração e industrialização dos demais minérios.

Outro aspecto relevante a ser observado é o estabelecimento de prazo para as autorizações de pesquisa mineral e concessão de lavra. Não cabe permitir que os grupos econômicos se articulem para, estando de posse de autorizações concedidas pelo poder público, manter reservas estratégicas, por tempo indefinido, que seriam exploradas ou não, conforme a lógica de interesses particulares ou de outras nações.

6.1 – Proposta de redação

Apoiar a redação adotada pela Comissão de Sistematização com o seguinte acréscimo:

"A lavra de substâncias minerais consideradas estratégicas será controlada pela União, nos termos da lei e só poderá ser concedida a brasileiros ou empresas nacionais."

O Sr. Alceni Guerra: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALCENI GUERRA (PFL – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, sabe bem V. Ex.^a que o grande respeito que lhe devoto, e à sua vida pública em especial, não impede que, quando assim pense, teça algumas críticas que, hoje, são dirigidas ao seu partido, o PMDB.

O processo político brasileiro, Sr. Presidente, tem-se caracterizado nos últimos anos por um profundo descrédito da sociedade em relação aos partidos políticos.

Acho que o PMDB cometeu, no curto espaço de um ano, o segundo desatino. O primeiro foi quando criou na população brasileira uma enorme expectativa com o plano econômico chamado Plano Cruzado, que – viu-se no dia 20 de novembro – era apenas uma enorme manobra eleitoral que desencantou todo o povo brasileiro. Agora, esperávamos na Convenção do PMDB pelo menos o encaminhamento da crise político-institucional que se instalou no Brasil; que tirasse do

atual processo político a indefinição, que sói ser a grande marca, hoje, na política brasileira. O que vimos, tristemente foi, o partido de V. Ex.^a recusar-se a tomar uma decisão, seguindo os passos de outros que, no passado, ocuparam o poder e adotaram exatamente as mesmas atitudes do PMDB na tarde de domingo.

No entanto, Sr. Presidente, notamos hoje, nos jornais, nos meios de comunicação no Brasil, que, a par dessa infeliz decisão do PMDB, tenta-se criar uma atmosfera visando à formação de um bloco suprapartidário, político, para, quem sabe, terminar na formação de um grande partido de centro-direita de apoio ao Governo José Sarney.

Sr. Presidente, em nome do meu partido, quero dizer que essa idéia não é cara a todos os petebistas. Cito, outrossim, as palavras de um grande líder nosso, Aureliano Chaves, que disse, há três ou quatro anos, que em política não existia voz de comando. O recado claro que quero dar a essas lideranças é o de que não contem, por favor, com os 133 Constituintes do PFL em bloco algum que e queiram formar, sem uma discussão prévia. Estamos abertos a quaisquer negociação e discussão políticas. Querer colocar todo o PFL em um processo sem uma discussão prévia das finalidades dessa nova aliança é cometar, no mínimo, um desatino; é criar de novo uma perspectiva que não vai poder ser atendida daqui a alguns dias. Se V. Ex.^a percebeu que, nos últimos meses, entidades não partidárias, como a CUT, a CONCLAT a CGT e a UDR, conseguem colocar, nas praças públicas, trinta, quarenta mil pessoas, quando querem, enquanto dez Partidos, unidos, não conseguem colocar dez mil pessoas num comício pelas diretas, temos que pensar, Sr. Presidente, que o descrédito atinge a todos – como atingiu a Convenção do PMDB – principalmente agora, quando se quer formar um bloco suprapartidário, às custas de voz de comando.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que represento aqui uma parcela importante do PFL, pronta a discutir as razões por que se quer levar o partido a qualquer destino. Não contem conosco; não façam cálculos levando em conta os 133 Constituintes do PFL para alcançar projetos que não sabemos quais são, ainda mais quando eivados do fisiologismo do "toma lá, dá cá", ou seja: "nós sustentamos e o senhor nos respalda."

Achamos que o momento de se criarem novos partidos é o da Assembléia Nacional Constituinte, na esteira dos embates ideológicos de idéias que possam aqui frutificar, nesta Assembléia.

Muito obrigado.

O Sr. Sólón Borges Dos Reis: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, alguns Parlamentares estranharam que o "Diário da Constituinte" se dedicasse exclusivamente à Convenção do PMDB e não mencionasse os trabalhos da Constituinte. Na realidade, o que interessa ao PMDB não é matéria exclusiva de economia interna de um partido, eis que se trata do maior partido do planeta, ou pelo menos do mundo capitalista. Detendo o poder, como acontece, o Executivo, o Planalto,

22 Governadores, a Mesa da Constituinte, 305 Constituintes – num total de 559 – é, realmente, um hiperpoder, um superpoder cuja orientação, atuação, omissão e indefinição podem afetar os interesses da Constituinte e os da Nação. A Constituinte – disseram alguns próceres do PMDB – no devido tempo, vai fazer aquilo que o PMDB quiser. A futura Constituição do Brasil vai ser ditada pelo PMDB. Ele é quem vai a Constituição. Ora, a Convenção foi realizada com grande expectativa popular. Se a metodologia foi democrática, pelo menos nos pronunciamentos e na votação – porque nas galerias houve excessos e intimidações, muitas vezes, ao invés da pressão legítima e democrática –, na realidade, houve uma conclusão decepcionante, a indefinição. Como já disseram as manchetes dos jornais, o que o PMDB resolveu foi nada decidir.

Então isto tem consequência, porque aí se perdeu uma oportunidade rara, qual seja a de levar os partidos a uma atividade distante do processo eleitoral, uma vez que neste País, com exclusão dos partidos marxistas, os demais só atuam em função das eleições. Se o PMDB tivesse tomado uma definição, adotando uma diretriz fora da época eleitoral, faria escolha com o seu procedimento exemplar. Mas caiu na vala comum de todos os nossos partidos, que se mobilizam na antevéspera, na véspera e nos dias das eleições para, depois das apurações, recolherem-se, cada um atuando no seu próprio rumo.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, com o procedimento ora ocorrente a Assembléia Nacional Constituinte passa a uma posição acessória, pois estamos verificando que toda a atividade política nesta Casa e fora dela gira em torno do Governo ou do partido majoritário. O fato essencial e histórico que ora acontece é a Constituinte. Ela não se repete de quatro em quatro anos, não é um fenômeno comum, mas é uma ocorrência histórica. Portanto, a nossa responsabilidade é muito grande. Neste caso, apelo ao Presidente da ANC – personalidade política de grande evidência, com lugar já assegurado na história política e cultural do País – para que dê prioridade, nas suas diretrizes e atuação, às responsabilidades da Assembléia, e mais do que isso, que também faça funcionar o Congresso Nacional na linha do mandado de segurança impetrado pelo Líder do PTB, Gastone Righi. S. Ex.^a pleiteia que cada um dos 559 Parlamentares tenha o direito de exercer o seu mandato também no Congresso Nacional.

Este o apelo que faço a esta figura ímpar da vida política nacional, que já tem, repito, o seu lugar assegurado na História do Brasil pelos relevantes serviços prestados ao País e que continua a fazê-lo. S. Ex.^a o fará ainda mais se levar a Constituinte, com a sua liderança, ao cenário principal da vida política e legislativa nacionais. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sinto-me no dever de agradecer ao nosso mestre Sólón Borges dos Reis, meu companheiro, amigo de São Paulo, grande homem público, as referências, evidentemente inspiradas somente pelo seu coração, a meu respeito. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o tempo é tão curto que quase não tenho argumentos a apresentar, apesar de tratar-se de assunto muito importante.

Só me resta gritar, para ver se a questão chega aos ouvidos do Governo. Os programas que o Governo diz ter criado – e temos ciência de que no papel – até hoje não chegaram aos diversos Estados do Brasil. Refiro-me àqueles que pretendiam iriam proteger e apoiar as micro, pequenas e médias empresas, assim como assisti-las. Os recursos para renegociação da dívida dessas empresas não chegam ao seu destino por mais que se reclame do Governo.

Em Goiás, há uma situação de penúria que envolve as micros, pequenas e médias empresas.

Daqui, da Assembléia Nacional Constituinte, neste pouco tempo que tem a democracia cristã brasileira, só nos resta gritar contra a omissão do Governo Federal, que está envolvido apenas com a questão do mandato presidencial e nada mais. Enquanto isso a Nação se debate numa crise social das mais agudas de toda a sua história. São invasões nas grandes cidades e nas áreas rurais, e o Governo, apesar de ter condições para debelar essa crise, nada faz. O que decreta é somente para efeito de publicação, não para execução. Constam do "Diário Oficial", mas infelizmente os recursos desse programa, que pretendiam dizer assistir, nesta hora de aflição, de agrura, às micro, pequenas e médias empresas, não têm chegado aos demais Estados. Se estou enganado, peço ao Presidente José Sarney e ao Ministro da Fazenda que me provem que o Partido Democrata Cristão está equivocado. Se estiver, o partido virá aqui dizer que realmente está enganado. Mas não está. O Partido Democrata Cristão recebeu hoje informações de vários Municípios do norte goiano e de outros Estados de que ainda não receberam os recursos para amparar as micro, pequenas e médias empresas. Por esta razão, apelamos para o nobre Constituinte Jorge Hage, da Liderança do PMDB, homem dedicado a esta causa, no sentido de que o PMDB, assim como V. Ex.^a, Sr. Presidente, nos ajudem a fim de que esses recursos cheguem aos diversos Estados da Federação. Parece-nos que esses recursos estão em Brasília, certamente nos cofres dos grandes bancos oficiais, e não são repassados para as agências bancárias dos diversos Estados da Federação.

O Sr. José Carlos Coutinho: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS COUTINHO (PI – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nesta fase das emendas de plenário temos a responsabilidade de chamar a atenção para alguns pontos vagos, para outros não discutidos e para o retrocesso em algumas proposições. Chamo a atenção especialmente para as questões do aborto, da reforma agrária, do solo urbano e para algum maquiavelismo estatizante que temos aí, como o Fundo Nacional de Seguridade Social, que simplesmente acaba com as fundações, que hoje desempenham papel impor-

tantíssimo no campo social. Essas fundações seriam absorvidas e criar-se-ia mais um órgão do Governo; órgão inoperante, um cabide de emprego para os fisiólogos que venham a dominar este ou aquele governo. Dessa forma, o Fundo não atenderia aos que contribuíram e que continuam a fazê-lo.

A estatização do Senai, do Senac, do Sesi e do Sesc é outra das grandes barbaridades previstas neste anteprojeto que ora estamos estudando. Os Srs. Constituintes devem atentar para o fato de que nada substituirá, em hipótese alguma, a formação profissional e o serviço social oferecidos por eles a um custo baixíssimo e a um nível técnico dos melhores. Isto seria uma grande perda para o Brasil, para os professores e alunos do Senai e do Senac.

O jornal **O Fluminense** hoje inicia uma campanha, e nós, solidários com o sentimento democrático do povo brasileiro, apresentamos moamos uma emenda pedindo plebiscito sobre a fusão do Estado do Rio de Janeiro ao Estado da Guanabara. Esperamos que a descentralização administrativa, de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso País, com a formação de diversos outros Estados, passe nesta Constituinte. Vale ressaltar, no caso da fusão dos dois Estados, que a população nunca, em hora alguma, foi consultada. Naquela época o autoritarismo impôs a fusão. Hoje, através de levantamentos realizados nos dois Estados, vemos que grande parcela da população é absolutamente contrária a essa medida, que virá a empobrecer o Estado do Rio de Janeiro. Parabenizo o jornal **O Fluminense**, magistralmente dirigido pelo Dr. Alberto Torres, por mais essa bandeira que levanta em prol do nosso antigo Estado do Rio de Janeiro.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Não há proposições apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se parar à Ordem do Dia. VII – Ordem do Dia Discussão, em 1º turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Nelson Aguiar, para discutir o projeto.

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB – ES)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, colegas Constituintes, quero saudá-los, assim como aos ocupantes das galerias que têm comparecido para assistir aos nossos trabalhos e, diga-se de passagem, não têm encontrado muitas razões para aqui permanecer. Quero saudá-los muito mais na condição de professor, com doze anos de exercício permanente no magistério, num dos períodos mais profícus da minha vida laboriosa, do que na condição de Constituinte.

É pois, Sr. Presidente, com o testemunho desses moços que quero iniciar a discussão do capítulo que trata da educação nacional.

Disse aqui, em outras ocasiões, que o Senhor Deus e o povo brasileiro colocaram em nossas mãos talvez a mais importante oportunidade histórica desta República. Temos diante de nós a ocasião suprema de assentar as bases, os pressu-

postos jurídico-constitucionais para a solução dos graves problemas do País, através de um processo pacífico.

Estamos encaminhando algumas emendas, tendo em vista a existência de uma bem elaborada proposta para a educação nacional mas que não difere muito do conteúdo do art. 176 da atual Constituição. Esse artigo diz para a educação nacional, inspirada no princípio da liberdade, da solidariedade humana, nos ideais de liberdade, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola. Apesar desta conceituação abrangente, bem elaborada, temos hoje um exército de brasileirinhos e brasileirinhas a quem se nega o direito fundamental à educação. Penso que, com a formulação constante do projeto, iremos mais uma vez frustrar a criança, a mocidade brasileira, porque estamos garantindo, do ponto de vista formal, uma bela expectativa de direitos mas não estamos estabelecendo a forma, o meio, os instrumentos de que a Nação vai lançar mão para que esses direitos fundamentais sejam garantidos.

Vivi no Rio de Janeiro 11 meses, na condição de Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. A mais dramática e marcante atividade que já exerci, a mais dura experiência que tive foi a de conviver com milhares de crianças presas, na acepção mais brutal e contundente da palavra, a quem se negou e se está negando o direito de viver em liberdade. Elas estão confinadas, a despeito de colocarem-nos sob a proteção do Estado e da sociedade. Ali está o ilustre Deputado baiano Celso Dourado, em cujo Estado visitei a prisão de Maragogipe, uma das mais infernais prisões de menores que temos neste País, bem parecida com a Padre Severino, no Rio de Janeiro. Durante o tempo que ali passei dei-me ao hábito de visitar as famosas escolas conhecidas como "Brizolões", ou CIEPs. Antes de ouvir os professores, os pedagogos, os políticos que defendiam o projeto, dei-me também ao hábito de entrar em contato com as crianças e dialogar com elas; e de todos, dos menores, só ouvi elogios ao sistema de educação dada nos CIEPs. Por que isso? Cito um exemplo estivo no CIEP do Catete e vi meninos da classe média e alguns da classe rica juntamente com outros que sequer tinham um desgraçado abrigo onde passar a noite. Ali estavam eles, estudando na mesma escola, participando da mesma alimentação, tomando banhos juntos, fazendo parte do mesmo sistema de educação que – penso – não encontro similar. Não vejo proposta de educação que se adapte melhor às realidades nacionais. Ouvi políticos criticarem os CIEPs, mas, na verdade, pretendiam atacar o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, esquecidos de que, apesar de poder o Sr. Leonel Brizola ser inimigo político S. Ex.^a, estava realizando a melhor obra, o melhor projeto de educação que jamais foi tentado nesta República. Dentro da realidade nacional, não vejo outro sistema melhor. Sei

que esse sistema educacional foi inspirado na inteligência e no saber do baiano Anísio Teixeira, e foi colocado experimentalmente no Estado do Rio de Janeiro por iniciativa do Sr. Leonel Brizola. Por isso, tenho dito em muitas ocasiões: o ex-Governador do Rio de Janeiro pode ter todos os defeitos como político, mas foi o único governante desta República que vi apresentar uma saída, uma alternativa verdadeira para a educação

nacional, dentro da dura e cruel realidade deste País.

Ouço, com muito prazer, o nobre Constituinte Celso Dourado.

O SR. CELSO DOURADO: – Nobre Constituinte Nelson Aguiar, V. Ex.^a trata de um tema de extrema importância para este País: a escola, que, para o ser humano, é assim como o pão de cada dia. Do mesmo jeito que não pode faltar o pão à mesa para garantia da espécie humana, também não pode faltar a escola. O futuro da humanidade depende dela. Aprecio a ênfase que V. Ex.^a dá à liberdade e ao esforço comunitário na educação. A escola para a criança não é apenas um depósito ou uma prisão, onde ela tem de passar algum tempo, mas oferece a oportunidade de encontro com outras crianças. Aprecio também a ênfase que V. Ex.^a dá à heterogeneidade da escola. Ela não deve ser homogênea em sentido algum, mas deve ter a característica da heterogeneidade, de diferentes grupos raciais e sociais encontrando-se ali e desenvolvendo de maneira saudável a sua personalidade. Preocupo-me muito com a escola pública neste País e defendo o ensino gratuito, apesar de ter sido professor e diretor de escolas particulares, nunca proprietário, mas sempre dirigindo esse tipo de escola comunitária, que busca espaço e precisa dele porque pretende servir. Sempre trabalhei neste tipo de escola, que tem dado uma contribuição extraordinária a este País. Na Universidade Católica em que lecionei estudavam jovens pobres. Os ricos, com os seus carros zero quilômetro, estudavam na Universidade Federal da Bahia, que é gratuita. Preocupava-me muito o custo da escola pública, pois, comparado com o da escola particular, verificamos que é, muitas vezes, bem mais elevado. Ainda que eu defendia com essa mesma ênfase a escola gratuita como direito de todas as crianças, temos de repensar o modelo de escola neste País. Muitas vezes um tipo de escola pública totalmente desvinculada da realidade da comunidade onde a criança vive faz com que a criança e sua família não prezem a escola como deveriam, não defendam a escola como um bem público, como um bem de todos. Várias vezes vi, em bairros de Salvador, escolas públicas serem destruídas e reconstruídas duas, três e até quatro vezes durante o ano, enquanto a escola particular era aceita pela comunidade e gastava poucos cruzados para fazer apenas uma limpeza no mês de dezembro. Por causa dessas deformações é que somos defensores das escolas públicas, gratuitas. Neste momento, temos de pugnar, também para que a freqüência à escola realmente seja um direito de todas as crianças brasileiras.

O SR. NELSON AGUIAR: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Mas, evidentemente, estamos falando em uma concepção de educação inteiramente diferente. Estamos falando em educação para as massas, para todos, igualitária, que não privilegia.

Recebi telefonema de um educador de Juiz de Fora – proprietário de um colégio das elites daquela cidade e que naturalmente cobra caro e quer continuar a se utilizar das verbas públicas – reclamando das minhas posições nesta questão. Quero dizer a S. S^a que sou Conselheiro do Colégio Americano Batista de Vitória e que, por uma questão de princípio da Convenção Batista Brasileira, não recebemos verbas públicas; ele

funciona como empresa. Quero registrar esse testemunho. Cobramos, mas não cobramos mais do que outros colégios de Vitória, e não precisamos lançar mão das verbas públicas.

Somos favoráveis áqueles que queiram explorar esse mercado como se administra uma empresa, que de resto tem funcionado bem, e a verba pública deve ser destinada a serviços públicos. Eu vi, no sistema de educação dos CIEP, no Rio de Janeiro, como essa verba, sendo destinada e aplicada de forma nacional, pode levar a escola a funcionar como uma grande opção para a massa de deserdados da Pátria.

Não gosto do discurso sem os fatos. Quero lembrar a V. Ex.^{as} que foi como Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor que, tendo às minhas costas 17 mil menores presos, meninos e meninas, me preocupei em ir ao encontro dos CIEP, para verificar como aquela escola poderia significar uma opção educacional de apoio, de alimentação, de cura, de atendimentos, de ensino, de aprendizado, de acolhimento para aqueles que estavam nas prisões da Funabem.

Conversei, muitas vezes, com o Juiz de Menores, Dr. Antônio de Campos Neto. Disse-me S. S^a que, antes da implantação dos CIEP no Grande Rio, a média de recebimentos de menores naquele Juizado era de 73 a cada dia. Essa média havia caído para vinte, depois da implantação dos CIEP, para mostrar que essas crianças que são arrastadas pela Polícia, pelo Comissariado e por marginais transformam-se em bandidos exatamente por falta de apoio. Esse apoio só pode ser viabilizado por um sistema educacional do tipo que vi no Rio de Janeiro, o sistema de CIEP.

Lembro a V. Ex.^{as} que sei que esse sistema contém distorções pedagógicas e administrativas, até porque implantado há pouco tempo. Mas, corrigidas essas distorções, sejam de ordem pedagógica, sejam de ordem administrativa, sejam de ordem funcional, aquele modelo poderá ser a grande alternativa para esta Nação.

Vamos pensar no caso de Brasília, a Capital da República, a grande Brasília com 1 milhão e 700 mil habitantes, mas com setecentos mil favelados. Se em cada uma dessas favelas implantarmos as escolas do tipo CIEP, a escola do dia inteiro, que recebe a criança pela manhã e que, antes de enviá-la para a sala de aula, leva-a para tomar o café da manhã; que depois dá-lhe o alimento do meio-dia; que, antes de mandá-la para casa permite que ela tome banho e se alimente ali mesmo, esta escola atenderá aos interesses daquele operário que sai cedo para o trabalho e cuja esposa sai para outras atividades. O filho desse cidadão não pode mais ficar na escolinha de uma ou duas horas, que ministra algumas informações, que dá ao aluno uma miserável sopa e manda-o de volta para a convivência diária, dura e difícil da realidade do seu lar.

Quero, pois, deixar aqui o testemunho vivenciado, o testemunho daquilo que vimos e sentimos na carne presidindo uma instituição do tipo da Funabem. Sabíamos e sabemos que ela é uma instituição que não atende ao interesse da criança, mas sim da sociedade, na medida em que possibilita o recolhimento e o confinamento daquele menor que a está prejudicando de alguma forma, causando-lhe preocupação.

O Sr. Robson Marinho: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON AGUIAR: – Já concederei o aparte a V. Ex.^a.

E por que não faz isso? Porque a criança nasceu para a liberdade. Se alguém me pedisse um exemplo vivo de liberdade, diria que liberdade é como a criança que, na sua inocência, na sua pureza, inculpabilidade e inimputabilidade, não pode ser vítima de qualquer forma de agressão dos adultos, da sociedade. Qualquer forma de confinamento, por melhor que seja a instituição, marca, estigmatiza, fere, limita e não raro brutaliza. A criança há de ser criada em liberdade, e temos o exemplo na nossa casa: a nossa criança, que não é diferente das outras. Infelizmente, nesta República, criamos a figura da criança de segunda classe.

Peço ao Sr. Presidente que me permita findar esse raciocínio e ouvir o nosso colega, que tem uma experiência em São José dos Campos com educação de menores.

Mas quero lembrar que, infelizmente, as injustiças sociais desta República, a sua forma de vida, o seu sistema de vida, um dos mais injustos do mundo, criou a figura da criança de segunda classe: o menor. Nos nossos lares, nos lares dos Deputados não temos menor, temos a criança, o bebê, o adolescente, o jovem, o rapaz, mas não o menor. O menor é o filho do outro.

Percebi na Funabem que seus funcionários nunca dizem: "Vou sair mais cedo para apanhar meu menor na escola. Menor é aquele a quem ele presta serviço na instituição." O filho dele não é menor, bem como o filho do seu colega ou dos que representam seu círculo de relacionamento. Menor é o filho do outro, é o atirado na rua, é aquele que não tem direito algum, porque se lhe nega, acima de tudo, o direito elementar à cidadania. Quem não é cidadão não possui direito, porque todo direito decorre da cidadania.

Queremos ouvir o Deputado Robson Marinho, que, em São José dos Campos, como Prefeito, colocou em execução um extraordinário projeto de apoio ao menor de rua.

O Sr. Robson Marinho: – Eminente Deputado Nélson Aguiar, quero, inicialmente, cumprimentá-lo pelo brilhante e oportuno pronunciamento desta tarde. Conhecemos há muito tempo sua luta e dedicação em favor da criança, em especial do menor carente e do menor abandonado. Haveremos de transformar a realidade social do País, na medida em que priorizarmos os investimentos na educação, não apenas através dos discursos políticos ou dos discursos dos políticos, mas quando priorizarmos, efetivamente, com decisão política, os recursos financeiros para atendimento à educação e, consequentemente à criança, ao menor. Partilho integralmente do pensamento de V. Ex.^a de que a Funabem e a Febem devem ser totalmente eliminadas. Temos que municipalizar os programas de atendimento à criança, porque as verbas destinadas pelo Governo Federal aos programas de atendimento aos menores carentes, ao menor abandonado em especial, não chegam efetivamente, aos órgãos de atendimento à criança. São consumidas pela máquina burocrática das instituições. Também discordamos integralmente, dos métodos utilizados por essas instituições, de confinamento, de isolamento da criança, de segregação do menor em relação à sociedade. Por absurdo que possa parecer – trago este depoimento à Casa em decorrência da menção feita por V. Ex.^a, nobre Constituinte.

tinte Nélson Aguiar – durante os três anos em que fui Prefeito da cidade de São José dos Campos, priorizamos, efetivamente, um programa de atendimento ao menor carente, ao menor abandonado e nunca recebemos sequer um tostão por parte da Funabem ou da Febem. E existem doze Ministérios da República em cujos orçamentos financeiros há verbas reservadas para programas de atendimento ao menor. Mesmo assim, nunca receberemos um tostão, seja de instituições, seja de Ministérios do Governo Federal. Temos no nosso Município, hoje, 1.765 crianças de sete a dezoito anos de idade – crianças e adolescentes – atendidas através do Centro de Orientação do Menor Trabalhador. O órgão pertence à Prefeitura Municipal e presta assistência médica, odontológica e psicológica aos menores carentes e também promove atividades esportivas e culturais. As crianças estudam durante quatro horas e trabalham outras quatro em atividades comunitárias, em favor da comunidade. Recebem um salário mínimo por mês, pago pela Prefeitura Municipal. Investimos 9% (nove por cento) do orçamento municipal no programa, no ano de 1986. Nunca houve qualquer ajuda por parte do Governo Federal ou de suas instituições. Portanto, temos, na Assembléa Nacional Constituinte, de fortalecer a tese da municipalização dos programas de atendimento aos menores. Parabenizo a V. Ex.^a por insistir permanentemente nesse tema prioritário, porque só teremos uma Constituição à altura do País se ela começar efetivamente pela preocupação com a criança.

O SR. NÉLSON AGUIAR: – Acolho o aparte de V. Ex.^a com muita alegria. V. Ex.^a é um grande companheiro. O trabalho de V. Ex.^a, em São José dos Campos, e do nosso querido e inesquecível Hélio Augusto de Lima, que morreu tão prematuramente, representa um exemplo extraordinário de cidadãos dedicados aos setores mais importantes da República, qual seja, a infância e a mocidade.

O Sr. Vivaldo Barbosa: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NÉLSON AGUIAR: – Se V. Ex.^a permitir, Sr. Presidente, gostaria de acolher o aparte de um minuto do Constituinte Vivaldo Barbosa.

O Sr. Vivaldo Barbosa: – Apenas para registrar e saudar com entusiasmo muito profundo o pronunciamento de V. Ex.^a, pelo tema que traz aos debates na Assembléa Nacional Constituinte. O assunto tem desafiado a República desde o nascimento. A solução do problema da criança abandonada, no País – País de futuro – nunca é alcançada, pela falta de coragem dos homens públicos de enfrentar a questão. Também registro, com particular carinho, o depoimento de V. Ex.^a sobre o funcionamento dos CIEPs no Rio de Janeiro. Foi não só a solução mais corajosa, audaciosa, mas a maior obra social no País, desde a legislação trabalhista e previdenciária, a qual mudou o perfil capitalista do Brasil. Com as obras dos CIEPs, sem dúvida alguma, a questão social adquirirá nova dimensão. Quero ainda lembrar, já que V. Ex.^a registrou seu trabalho à frente da Funabem, que, também para os casos específicos tratados por essa entidade, o CIEP oferece solução particular. Existem dois apartamentos, em cada CIEP, para a criança sem lar, que passará a viver – no caso do Rio de Janeiro – em um

lar de policial ou bombeiro militar, durante a noite. Durante o dia inteiro conviverá com as crianças na escola. Registro o fato com profundo entusiasmo e saúdo a grande contribuição que V. Ex.^a traz aos debates constituintes para a solução dos problemas da criança no País.

O SR. NÉLSON AGUIAR: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, que acolho com satisfação. Não tenho preconceito no sentido de que a escola particular venha, a partir da promulgação da nova Carta Magna, a receber verba pública, mas é preciso que primeiro diga para que a quer. Não mais podemos permitir que, com o produto dos impostos cobrados e que devem ser destinados à educação das massas, da criança brasileira, verbas que deveriam ser garantidas à educação igualitária de todas as crianças do Brasil, sem exceção, sejam destinadas à formação dos grandes patrimônios das universidades ou de proprietários de colégios. Esses recursos são fundamentais para a educação da infância e da mocidade da República.

Muito obrigado a V. Ex.^a (Palmas)

Durante o discurso do Sr. Nelson Aguiar, o Sr. Ulysses Guimarães – Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá – Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. José Fogaça para discutir o projeto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^as e Srs. Constituintes, é evidente que não temos a pretensão, através de uma reformulação completa no sistema de governo vigente no Brasil, de vencer e superar todas as mazelas, contradições e conflitos que caracterizam a sociedade brasileira, mas esta Assembléa Nacional Constituinte está – e tenho convicção disso – avançando decididamente para uma verdadeira mudança na sua estrutura institucional, está caminhando afirmativamente para uma ampla reformulação do sistema de governo que até hoje vigorou em nosso País. Acredito – tenho plena convicção – que estamos virando definitivamente a página de 98 anos de sistema presidencialista em nosso País.

Quero, antes de mais nada, dizer que, como qualquer um, tenho a nítida consciência de que não é o sistema de governo o remédio ou a solução para as injustiças estruturais que estão enraizadas na sociedade brasileira. Isso seria não só uma demasia, como também absurdamente falso. Todos nós temos consciência de que a opressão, a pobreza, as desigualdades sociais e a exploração – instaladas na sociedade brasileira há tantos séculos – não se devem ao sistema de governo, em si.

O sistema de governo, por si só, não será a cura, não será o remédio, não será a solução pronta, acabada, definitiva e radical para todos esses problemas e todas essas injustiças que estão incorporadas no nosso processo social. Temos consciência de que a raiz desses problemas está no nosso sistema econômico. A raiz desses problemas se situa no campo das relações sociais e das relações de produção. As instituições políticas nada mais fazem do que espelhar essas contradições que ocorrem na sociedade, e que se expressam ao nível das instituições apenas como uma resultante, como uma consequência.

O fato de sabermos que o sistema de governo não altera necessariamente o quadro de injustiças estruturais enraizadas na sociedade brasileira não significa que venhamos, teimosamente, a permanecer em um sistema que, ao longo de 98 anos de história republicana, só se caracterizou pela instabilidade, pelas rupturas institucionais, pelos golpes de Estado e pela derrocada das instituições democráticas.

Quero que me deem um exemplo de que, nesses 98 anos de história do presidencialismo, um só desses tumultos, uma só dessas crises institucionais, uma só dessas situações de ruptura levaram à vitória das forças populares ou significaram, por outro lado, o esmagamento do povo mais sofrido e mais humilhado deste País.

A história do presidencialismo está profundamente associada ao militarismo. Os militares sentem-se identificados com esse sistema, porque foi com eles que o sistema nasceu. Aliás, a própria instalação da República foi resultado de um golpe militar. Os militares que instalaram a República, como não tinham nenhuma vida política, não tinham convivência partidária nem relações políticas, acabaram nomeando como interventores nas Províncias, nos Estados, coronéis do Exército. E foi em torno desses coronéis do Exército, representantes da Primeira República nos Estados e Províncias, que se formaram, organizaram, constituíram e aglutinaram as classes políticas. Surgiu, então, o Partido Republicano.

Portanto, a origem da República presidencialista é visceral, originária e genuinamente associada ao militarismo. E toda a história dessa vida presidencialista está perpassada pela presença dos militares.

Ouço, com muito prazer, o nobre Senador Constituinte Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues: – Nobre Senador Constituinte José Fogaça, para nós, que há trinta anos defendemos o parlamentarismo, desde aquela época em que o grande Afonso Arinos era um presidencialista autêntico – hoje, graças a Deus, ele evoluiu – é uma satisfação contar com a inteligência, o espírito público e a crença democrática de um homem como V. Ex.^a. Essa luta, a meu ver, tem tudo para ser vitoriosa agora. O nosso grande objetivo é a erradicação da miséria que assombra o povo brasileiro. Assim como V.Ex.^a estabelece essa similitude entre presidencialismo – que no Brasil não tem sido senão a história de golpes e ditaduras – e militarismo, permita V. Ex.^a que eu também, ligeiramente, ponha em evidência a relação que existe entre o capitalismo selvagem que impera no Brasil, concentrador da renda e da propriedade, e este presidencialismo que, pela sua própria natureza, é concentrador do poder, levando para uma só pessoa a chefia do Governo e a chefia do Estado. Pode V. Ex.^a ficar certo de que recebe as nossas congratulações. É com esse instrumento, um parlamentarismo autêntico, que haveremos de afastar os golpes e o militarismo e derrotar este capitalismo selvagem que infelicitava o nosso povo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Agradeço a V. Ex.^a, nobre Senador Constituinte Chagas Rodrigues. Muito me honra a sua intervenção neste modesto pronunciamento. V. Ex.^a tem sido um dos inspiradores do nosso trabalho, desde que apresentamos a proposta na Subcomissão do Poder Executivo. Temos ouvido V. Ex.^a temos auscul-

tado V. Ex.^a, temos seguido a sua orientação e temos recebido, com isso, uma inspirada e alentada demonstração de sabedoria e de experiência política, que ajuda a amadurecer a nossa consciência de que o regime parlamentar de governo é a forma mais democrática de participação popular.

Mas ouça, nobre Constituinte Chagas Rodrigues. Dizia eu que o presidencialismo está associado ao militarismo, e não há melhor exemplo do que aquele que acabamos de registrar recentemente, por ocasião da visita do Presidente José Sarney ao Rio de Janeiro. O povo brasileiro está insatisfeito com a política econômica do Governo, o povo brasileiro está descontente e se manifesta pelos meios que conhece ou resolve adotar em determinados momentos. Com certeza, a insatisfação do povo brasileiro é com as políticas do Governo na área econômica, que atingem os salários, a inflação, o custo de vida e a situação concreta, material, de vida da população.

No Rio de Janeiro, foi contra isso que o povo protestou ou foi contra isso que as manifestações se ergueram, porque queriam repudiar os atos de governo no campo da política econômica. No entanto; aquelas manifestações – algumas, é certo, chegaram a ser agressivas – atingiram não só o Chefe do Governo, o homem que executa a política econômica, mas atingiram também o Chefe de Estado, que é o Presidente da República, o símbolo das instituições, da Pátria e da Nação.

Para os militares, conforme sua ideologia, o papel que eles se atribuem na sociedade brasileira – e esta é a ideologia que perpassou a história da República e a do próprio presidencialismo – é o de defensores de instituições, como, por exemplo, a Presidência da República, que eles confundem com a própria Pátria. Ora, com esta perspectiva se o povo protesta contra o Governo e o desestabiliza, está também desestabilizando a Pátria, o Estado, a Nação, a Presidência da República e o Chefe de Estado. Por quê? Porque, no Brasil, quem governa é quem preside; quem executa os atos de governo é quem detém a representação do Estado.

Hoje as duas figuras estão combinadas em um só homem, o Presidente José Sarney. Conseqüentemente, quem é contra o Governo é contra o Estado, porque é difícil separar o ato de oposição de um ato de subversão contra as instituições. Como resultado, isto aloja os militares dentro do processo político, e, em defesa daquilo que entendem ser as instituições, eles intervêm no processo político. Ouçam bem: aqueles cidadãos que protestaram contra o Governo, mas que não estavam protestando contra as instituições do Estado, estão respondendo à Lei de Segurança Nacional, num lamentável equívoco, contra o qual nos manifestamos, mas que caracteriza esse militarismo arraigado no sistema presidencialista.

A única forma de desalojarmos os militares do processo político é criarmos o regime parlamentarista, em que o Chefe do Estado é o Presidente da República. Ele representa a Pátria, as instituições, a República, o Estado, assegura a integridade física da Nação, a independência nacional e é o símbolo das instituições nacionais. Outro papel cabe ao Primeiro-Ministro. Este executa os atos de governo, implementa as políticas sociais e é o responsável pela política econômica, pela política de salários, pela política de juros, pela

política de déficit público e pela política da dívida externa.

No sistema parlamentar de governo, quando há plena insatisfação, quando o povo quer mudar o governo ou derrubá-lo, quem cai é o Primeiro-Ministro. Muda-se o Primeiro-Ministro, mas lá está o Presidente da República – intocável, como intocáveis estarão as instituições do Estado. Com isso, retiraremos os militares da vida política e da vida institucional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, indago qual é o país do mundo em que vigore o sistema parlamentar de governo e haja ameaça de golpe militar, de desestabilização política, enfim, de intervenção castrense na vida institucional. Não há um só exemplo, em toda a face do planeta, de um país em que vigore o regime parlamentar e haja presença do militarismo na vida política e institucional. Não há um só exemplo. Agora, a outra face da moeda é exatamente o contrário. Dêem-me um exemplo de sistema presidencialista onde não haja uma presença militarista poderosíssima nas questões de Estado.

Por isso, nobre Constituinte Chagas Rodrigues, Srs. Constituintes, é que lutamos ardorosamente em defesa da implantação desse sistema de governo, que representará um passo adiante do Brasil no caminho da sua modernidade política e mesmo um fôro mais elevado de civilização institucional. Que possamos colocar definitivamente no passado um sistema baseado numa visão populista e demagógica, ainda fruto de uma concepção política dos anos 50 ou do período da Primeira República. Um país industrializado, moderno, com camadas urbanas organizadas, com contingentes operários organizados, com classes médias organizadas, um país assim não pode conviver com um sistema que coloca nas mãos de um só homem toda a sorte e todo o destino de uma nação. Isto é um equívoco, é uma tragédia para a história política de um país.

Com muito prazer, ouço o ilustre Constituinte por Minas Gerais, Israel Pinheiro.

O Sr. Israel Pinheiro: – Nobre Constituinte José Fogaça, permita-me entrar no discurso de V. Ex.^a. Há um argumento, que ouço muito, contra o sistema parlamentarista de governo: é o da ausência de partidos políticos bem definidos e fortes para que o sistema parlamentar de governo possa funcionar. Acho exatamente o contrário. Defendo, como V. Ex.^a, há mais de trinta anos, o sistema parlamentar de governo, e agora é a hora de sua implantação. Só conseguiremos mudar o sistema de governo através de uma crise política como a que estamos vivendo atualmente, porque quando a situação está estável é quase impraticável a mudança. Mas diria a V. Ex.^a, para corroborar com os argumentos que tão brilhantemente expõe dessa tribuna, que os partidos são fracos porque o sistema presidencialista tem como objetivo fundamental enfraquecer ou mesmo destruir os partidos políticos. E a história republicana mostra que, a partir de 1946 – e tive oportunidade de bem sentir esse tempo, não só através da minha atividade política, mas sobretudo da de meu pai, que então era Deputado Constituinte – o Presidente da República, eleito por um partido político, tece inconscientemente a destruição dele, porque nem sempre que precisa realmente de apoio parlamentar consegue a unidade no seu próprio partido. Então ele, que em tese é independente, passa a não depender do seu partido político e começa

a montar, como faz agora o nosso Presidente José Sarney, o seu esquema parlamentar de apoio político. Os partidos políticos são o inverso do que dizem: só serão fortes com a implantação do sistema parlamentarista de governo. A recíproca é que é verdadeira. Parabéns nobre Constituinte José Fogaça, e continue nesta luta, que tem o nosso inteiro apoio.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Agradeço V. Ex.^a. É uma colaboração inequívoca. Prestigiosa, aquela que dá ao meu pronunciamento.

Realmente, essa tese de que o parlamentarismo exige partidos fortes tem sido reiteradamente exposta e defendida por aqueles que querem manter o sistema como está. Mas ouça, nobre Constituinte Israel Pinheiro Filho, a Espanha saiu de cinqüenta anos de ditadura, durante os quais os partidos políticos foram soterrados, esmagados, excluídos da vida política. A Espanha saiu da ditadura, elege a sua Assembléia Nacional Constituinte, instala o regime parlamentarista de governo e os partidos renascem fortes, capitalizados, enraizados na sociedade espanhola, porque o parlamentarismo gera partidos políticos fortes. O parlamentarismo é causa e não consequência de partidos políticos fortes. Não precisamos recorrer ao exemplo da Espanha; basta analisarmos Portugal, que viveu 50 anos sob o tacão da ditadura salazarista. Os partidos foram banidos da sua vida institucional. Terminado o período de ditadura salazarista, em 1975, em face da Revolução dos Cravos, instala-se a Assembléia Nacional Constituinte, em 1976, bem como o regime parlamentarista, e os partidos ressurgem fortes, solidificados, profundamente sintonizados com os sentimentos da sociedade portuguesa, porque – repito – o parlamentarismo é gerador, é causa de partidos fortes, não o contrário.

O presidencialismo é um sistema que destrói permanentemente os partidos. Basta vermos o exemplo vivido hoje no Brasil pelo PMDB, partido majoritário do Governo. O nosso partido não realiza Convenção extraordinária, não sei dizer, na verdade, há quantos anos, que trate de questões ideológicas, políticas. Pois bem, basta que o partido resolva fazer uma Convenção para definir as suas posições políticas, ideológicas, institucionais para haver um verdadeiro cataclisma institucional, uma verdadeira ameaça à estabilidade política e uma ameaça de confronto com o Presidente, porque S. Ex.^a é uma senhoria imperial, intocável e inexpugnável num sistema presidencialista. O Presidente tem que estar acima da vontade, acima da força e da consciência da Nação. É isso que o presidencialismo exige. Basta que um partido resolva organizar ou reorganizar as suas idéias para que isso crie uma situação insuportável de confronto.

O SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – A Mesa avisa que o tempo do orador está esgotado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Agradeço a V. Ex.^a, Sr^a Presidenta, mas a minha inscrição era exatamente a última da sessão de hoje. Assim, pergunto a V. Ex.^a se há outros oradores inscritos após a minha intervenção.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – V. Ex.^a dispunha de vinte minutos, já esgotados. Não há outro orador inscrito, mas a Presidência

Ihe dará mais cinco minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Agradeço a V. Ex.^a sua magnanimidade e a sua tolerância.

Gostaria de ouvir o aparte do ilustre Constituinte baiano, Presidente do PMDB da Bahia, Genebaldo Correia.

O Sr. Genebaldo Correia: – Nobre Constituinte, quero apenas, ante a limitação de tempo de V. Ex.^a, aproveitar a oportunidade para cumprimentá-lo por ter promovido este debate sobre parlamentarismo, na tarde de hoje, e pelo brilho com que tem tratado da questão em diversas oportunidades, inclusive no relatório de sua autoria na Subcomissão do Poder Executivo, quase totalmente acolhido pela Subcomissão e depois pela comissão temática. Há, segundo o que se verifica no noticiário da imprensa, uma maioria parlamentarista nesta Constituinte, mas percebe-se que há divergências de enfoque quanto ao tipo a ser adotado no Brasil. V. Ex.^a propõe o que denominou de neoparlamentarismo, enquanto outros Constituintes defendem o sistema puro. Considero absolutamente necessário que esse debate se desdobre nesta Constituinte, para que encontremos um tipo que represente a média da opinião dos Constituintes, a fim de que possamos promover uma grande negociação política entre os diversos partidos que apóiam ou que admitem o parlamentarismo – porque há alguns partidos representados nesta Casa que não admitem – uma grande negociação suprapartidária inclusive com o próprio Presidente da República, no sentido de determinar o inicio da vigência do novo sistema. Isso é fundamental, e V. Ex.^a que se tem dedicado tanto a esse tema, poderá dar uma enorme contribuição nesse debate e nessa negociação tão necessária, para que possamos garantir, na futura Carta, esse sistema de Governo que, indiscutivelmente, é o melhor para a realidade do nosso País.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Agradeço a V. Ex.^a as suas palavras, nobre Constituinte Genebaldo Correia. Não posso deixar de registrar, como testemunha ocular e presente, a enorme contribuição que V. Ex.^a deu à conformação do nosso anteprojeto na Subcomissão do Poder Executivo, onde exerceu um papel decisivo naquele momento, não só através de emendas e sugestões inspiradas que o aperfeiçoaram e melhoraram, mas colocando todo o seu talento político de negociador a serviço deste avanço institucional que estamos realizando em nosso País. V. Ex.^a realmente tem razão. Será preciso uma articulação poderosa, consciente e madura em torno desta reformulação que vai ocorrer no País. Se vamos eleger um Presidente pelo voto direto, não vamos transformá-lo numa "Rainha da Inglaterra", alguém destituído de poderes. Um Presidente eleito com 30 milhões de votos, dotado de imensa legitimidade social, não pode ser transformado numa figura desprovida de poderes ou de qualquer competência institucional. Ao mesmo tempo, não vamos mentir ao povo brasileiro, dizendo-lhe que a simples eleição de um cidadão será a solução mágica, definitiva, acabada e pronta de todos os problemas nacionais. Isso seria praticar o ilusionismo político, a demagogia barata e fácil que tem levado permanentemente este País à derrocada das instituições democráticas. Não será um

Imperador, mas também não será alguém destituído de poderes. Terá um papel político na conformação do poder, será um grande árbitro, alguém que ajudará a montar o Governo. Terá o papel de condutor do processo, de coordenador da montagem do Governo, o Comandante Supremo das Forças Armadas. Vai elaborar e executar a política externa. Poderá vetar as leis originárias do Poder Legislativo. Vai supervisionar a elaboração do Orçamento e do Plano de Governo. Portanto, não será uma figura anódina e insípida. Terá um papel político de influência, de liderança, de acordo com a sua representatividade social. Ao mesmo tempo terá que permanentemente negociar, articular-se, consensualizar-se com o Congresso Nacional, onde estão representadas todas as tendências da sociedade brasileira.

Para encerrar, Sr^a Presidenta, gostaria de retomar o argumento da questão dos partidos políticos. Àqueles que são defensores incondicionais do regime presidencialista que vigora nos Estados Unidos e dizem que lá o presidencialismo é uma maravilha, faço uma observação: nos Estados Unidos há um Partido Comunista oficialmente registrado, com vida institucional, mas não disputa a Presidência. Não tem condições de chegar ao poder. Se nos Estados Unidos houvesse um Partido Comunista ou um Partido Socialista com condição política e eleitoral de chegar à Presidência, será que lá vigoraria o presidencialismo tal como é? Claro que não, porque o presidencialismo só é possível numa sociedade abastada, onde não haja conflitos entre as diversas classes sociais, onde todos os setores sociais foram cooptados pelo capitalismo. Num país assim é possível estabelecer o presidencialismo, mas num país onde há conflitos, onde há contradições e onde esse processo se aguça permanentemente, o parlamentarismo é a única forma de fazer conviver a estabilidade econômica e o necessário conflito que se deve estabelecer numa sociedade. Só o parlamentarismo pode fazer isso conviver com a estabilidade das instituições, para que o povo não venha a sofrer o resultado amargo e triste de novos golpes militares a cada nova quadra da história do País.

Encerro, Sr^a Presidenta, agradecendo a V. Ex.^a e aos demais Constituintes presentes nesta Casa, na tarde de hoje, pela enorme tolerância e imensa bondade que manifestaram para com este modesto orador.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. José Fogaça, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr^a Benedita da Silva Suplente de Secretário.

A SR^a PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Airton Cordeiro – PDT; Alarico Abib – PMDB; Alécio Dias – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Annibal Barcelos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio

Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Ueno – PFL Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Benito Gama – PFL; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; César Maia – PDT; Dálton Cánabrava – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Doreto Campanari – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gilson Machado – PFL; Hélio Duque – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ivan Bonato – PFL; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Machado Rollemborg – PFL; João Paulo – PT; José Camargo – PFL; José Elias – PTB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Jorge – PFL; José Maria Eymael – PDC; José Mauricio – PDT; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Braga – PFL; Luís Eduardo – PFL; Lysâneas Maciel – PDT; Márcio Braga – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nilso Sguarezi – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Almeida – PL; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Torres – PTB; Ronaro Corrêa – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sótero Cunha – PDC; Theodoro Mendes – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Trovão – PFL; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Wilma Maia – PDS.

A SR^a PRESIDENTE (Benedita da Silva): – Encerro a sessão, designando para a ordinária de amanhã, dia 22, Quarta-feira, às 14:30 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

"Prosseguimento da discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição".

VII – Encerra-se a Sessão às 17 horas e 51 minutos.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR.
JOÃO MENEZES
NA SESSÃO DE 15 DE JULHO DE 1987.**

O SR. JOÃO MENEZES (PFL – PA).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. constituintes, uma lei passa a existir não quando for escrita, mas quando for respeitada. Já dizia isso, no século passado, Juan Alberdi.

Elaborar-se uma lei sem condição de ser aplicada é algo terrível. Isso se verifica no Brasil. Existe um verdadeiro enxame de leis sem aplicação, pois não encontram ambição. São feitas contra as necessidades da população e do País. Confesso, nesta oportunidade, a minha grande preocupação quanto ao rumo que possa tomar a discussão do Projeto da nova Constituição. Da forma como se está elaborando a Constituinte, sem respeitar prazos constitucionais, só falta colocar no Projeto de Constituição a hora de tomar café, dormir e jantar. Está-se criando uma balbúrdia. Não sei até que ponto esse tipo de Constituição possa ser instrumento para desestabilizar o nosso sistema institucional. Tenho meus receios pelo que estou vendo. E isso apareceu à toa. Começou quando se fez o regimento da Constituinte, que levou um longo tempo para ser preparado. Desejava-se fazer um regimento que atendesse aos partidos, A, B e C. Afinal, apesar dos acordos, chegamos a um Regimento que não dá condições para uma discussão exata e perfeita das matérias constitucionais.

Depois da elaboração do Regimento, o que aconteceu? Vieram as comissões temáticas, que foram divididas em três subcomissões cada uma. Essas três subcomissões visitaram núcleos, foram para outros Estados, caminharam por ai para ouvir o povo, como se o Constituinte não representasse o próprio povo. Então, o que menos se fez, na maioria dessas subcomissões, foi discutir os assuntos que a elas diziam respeito.

Afinal, os pareceres dessas subcomissões foram enviados aos presidentes das respectivas comissões temáticas e estes os entregaram aos Relatores, que – isto ocorreu na maioria das comissões temáticas – abandonaram os trabalhos feitos nas subcomissões, fazendo cada um o parecer de acordo com aquilo que pensava. Então, os pareceres dos relatores das comissões temáticas, na sua grande maioria, não respeitaram, nem expressaram o pensamento da maior parte dos Srs. Constituintes.

Passado esse período, o que acontece? Fomos para a Comissão de Sistematização, de onde todo mundo esperava que saísse uma obra-prima, porque desde que se instalou a Constituinte até a data da entrega do anteprojeto da Comissão de Sistematização passou-se a dizer que a Constituinte era a salvação do povo, que ela iria resolver tudo, que iríamos fazer uma Constituinte enxuta, perfeita e que atenderia aos interesses nacionais. E o que vimos? Vimos um anteprojeto de Constituição que prometia, através de todos os meios de divulgação, ser enxugado – e o que se verificou foi um acréscimo de latas de água, até ultrapassarmos os 500 artigos, envolvendo as matérias mais complexas e difíceis e que não têm nada a ver com a Constituição. Esta é, infelizmente, a grande realidade. Este fato conduz-me a uma preocupação muito grande, porque se não levarmos em consideração a necessidade que temos

de procurar fazer uma Constituição que atenda ao progresso do País, às necessidades nacionais, aquilo que o povo espera, tomaremos o rumo de um caminho que não sei onde dará.

Discute-se a ação dos progressistas e dos conservadores, como se isto adiasse alguma coisa. Estamos procurando fazer uma Constituição quase que debaixo de vara, porque sob a influência de pequenos ou grandes grupos, de multinacionais, da CGT, da CUT, da UDR e de outros grupos. Esquecemos-nos de que a Constituição tem que ser feita para atender a 130 milhões de brasileiros, que estão aguardando ansiosos o pronunciamento e a decisão dos Srs. Constituintes.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL: – Nobre Constituinte, gostaria de ocupar este tempo para discordar da opinião de V. Ex.^a sobre o trabalho das subcomissões. A mim me parece – e posso afirmar-lhe que trabalhei com afinco em três subcomissões – uma justiça requerer negar-se o valor dos trabalhos das subcomissões, principalmente pela característica dos seus Regimentos Internos, que possibilitaram que a sociedade viesse até a Assembléa Nacional Constituinte expor seus sentimentos, suas angústias e seus anseios. As subcomissões, no meu modo de ver, tiveram um trabalho brilhante, porque ouviram todos os setores, principalmente minoritários, que tiveram como expor as suas angústias. E, pelo fato de serem minorias, não poderiam ser filhos enjeitados desta nova Constituição, que queremos justa, ampla e que assegure o máximo de bem-estar à comunidade como um todo. Veja V. Ex.^a que todas as camadas sociais tiveram tempo para apresentar seus pontos de vista, e onde houver dúvida a Subcomissão pôde ver **in loco** os problemas. Posso afirmar-lhe que, vendo o Alto, o Médio e o Baixo Pantanal, constatei algo aterrador, do qual não me havia apercebido. No Alto Pantanal, em um ano e meio, só uma mineração de ouro em moldes artesanais liquidou com um lago de 10 hectares. Vimos o mercúrio acabar com o patrimônio que não é só nosso, mas da humanidade como um todo. Vimos coisas horrentas. Isto foi um grande argumento para que não nos preocupássemos apenas em sistematizar e bem ordenar, mas em colocar um conteúdo necessário nos mais variados setores, para que houvesse efetivamente um conteúdo visando ao bem comum.

O SR. JOÃO MENEZES: – Obrigado a V. Ex.^a. Acho que estamos de acordo. Justamente o que eu dizia é que o trabalho das Subcomissões não foi aceito. Ficou tudo sujeito à ditadura do Relator da comissão temática. Cada Relator colocou no seu projeto aquilo que queria e entendia. Devido ao Regimento, era quase impossível derrotar-se uma norma estabelecida pelo Relator final da Comissão. O que eu disse aqui – quero que isto fique bem expresso – é que esse trabalho que veio das comissões temáticas foi uma ditadura dos Relatores, que foram escolhidos de maneira errada desde o princípio, desde quando se começou a organização das Comissões. Os acordos foram quebrados. Os cargos de Presidente e de Relator deveriam ser divididos entre as diversas forças partidárias, mas o que acabou acontecendo foi que, depois do acerto, mudaram tudo e só um partido escolheu os relatores. Então, os

relatores dessas comissões temáticas exerceram uma verdadeira ditadura sobre as subcomissões.

Estamos de acordo, porque também acho que o trabalho das subcomissões foi útil e perfeito, mas infelizmente não foi aproveitado pelo Relator-Geral.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE: – Nobre Constituinte João Menezes, acredito que V. Ex.^a tenha sido muito lúcido em sua análise. Na realidade, o perigo que corremos nesta Assembléa Nacional Constituinte é bastante grande. Estamos todos dependentes de um bom projeto, que será apresentado pelo Relator Bernardo Cabral. Esperamos que o projeto apresentado por S. Ex.^a, e aprovado pela Comissão de Sistematização, receba o respaldo da opinião pública brasileira. Mas temos hoje um fato concreto. Há, em toda a consciência nacional, uma unânime repulsa ao anteprojeto que estamos discutindo, repulsa sobretudo por sua forma. Estou de acordo com o companheiro que me antecedeu, quando falou do excelente trabalho desenvolvido pelas Subcomissões e Comissões Temáticas e do trabalho, em geral, bastante eficiente que estamos desenvolvendo nesta Assembléa Nacional Constituinte. Não será um trabalho perdido. Há no anteprojeto atual excelentes idéias e princípios e avanços indiscutíveis, mas acredito que todos nós concordamos que a forma está muito pobre. Estamos dependentes de uma coisa subjetiva, que é a esperança que temos de que o Relator Bernardo Cabral apresente um bom anteprojeto. Mas, e se não apresentar? E se apresentar um projeto que não receba o apoio da opinião pública brasileira? Então estamos com data marcada para a crise neste País, porque o Regimento desta Assembléa Nacional Constituinte não permite a apresentação de substitutivo –, o que é um evidente equívoco. Não podemos votar tendo como única opção o sim. Então, não há votação. O Regimento é autoritário nesse sentido. Seremos obrigados a votar sim em relação ao anteprojeto apresentado pelo Relator Bernardo Cabral, sem que saibamos hoje o que será este anteprojeto; seremos obrigados a votar sim, porque, se votarmos não, teremos fechado a Assembléa Nacional Constituinte, já que não haverá alternativas regimentais, como o substitutivo. Por isso, e seguindo a linha do pensamento de V. Ex.^a, estou, neste momento, colhendo assinaturas – e já disponho de mais de 50 – para uma emenda ao Regimento da Assembléa Nacional Constituinte que, democraticamente, permita a apresentação de substitutivo. Assim, a Assembléa poderá, livremente, manifestar-se sem ficar ditatorialmente jungida ao substitutivo, que desconhecemos, que será apresentado pelo Deputado Bernardo Cabral. Outrossim, o futuro da democracia brasileira não ficará dependente desse dado tão subjetivo, apesar da confiança que temos no Relator da Constituinte.

O SR. JOÃO MENEZES: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, que enriquece meu pronunciamento. Mas quero, antes de conceder outro aparte, dizer o seguinte: a Assembléa Nacional Constituinte está em perigo. Vejam V. Ex.^a: hoje aqui passamos, desde a hora em que se instalou a sessão até 5 h e 30 min da tarde, suscitando questões de ordem. Cada um quer ser o mais esperto, então apresenta uma questão de ordem – que não

tem importância nenhuma, que não tem maior representatividade. Vamos à Comissão de Sistematização e apresentamos projetos, que não têm nenhuma lógica, pois estamos fazendo uma Constituição que vai ser aprovada daqui a dois, três meses. Vemos projetos tais como: "É verdade, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, em tudo ou em parte, em capital de risco em território nacional; concede-se o parcelamento da dívida das microempresas dos produtores rurais e das pessoas físicas; suspendem-se, para fins de incidência do Imposto de Renda, os efeitos do disposto no art. 2º, da Lei nº 5.219, de 27 de abril de 1967; determina-se auditoria da dívida externa e a suspensão da remessa de pagamentos, e dá outras providências". Todos esses são projetos de decisão que estão sendo discutidos. Só não se discutem os temas constitucionais. Vamos trazer emendas, discuti-las, colocá-las dentro da lei, ou seja, dentre as disposições de feitura da nova Constituição, e não tomar o tempo em discussões estéreis, que não levam a nada, que não resolvem coisa nenhuma. Então, a que isso está levando? Ao descrédito do Congresso, ao descrédito da Constituinte. Temos um levantamento, feito hoje, entre 1.500 estudantes, que diz não acreditar nos partidos políticos. Chamo a atenção dos Srs. Constituintes para isso: 54,5% dos estudantes não acreditam nos partidos políticos, 40,5% não acreditam no Congresso Nacional e 38,2% não acreditam nas Forças Armadas. Vejam V. Ex.^a, as Forças Armadas! A pesquisa mostra que os militares estão muito melhor do que nós. Está aqui nesse levantamento. Por quê? Pela nossa desordem, pela nossa falta de orientação e por não querermos realmente fazer uma Constituinte. Cada um quer trazer a sua idéia, quer aparecer. Diz todo dia o jornal, a televisão e o rádio que o relator da nossa Constituinte nos vai trazer uma meca. Depois, vem esse projeto que está aí e que conhecemos. Esperamos que agora, nessa segunda arrancada, se possa pelo menos consertar isto que aí está, a fim de chegarmos a um projeto que venha realmente atender às necessidades do País: um, projeto moderno, atual, que acompanhe o desenvolvimento econômico, financeiro e social, dando condições de vida ao nosso País. Não podemos elaborar um projeto que vai ficar sujeito, daqui a meia dúzia de dias, a novas modificações, a novas orientações.

Tem V. Ex.^a o aparte.

O SR. FAUSTO ROCHA: – Sou o Deputado Fausto Rocha, do PFL de São Paulo. V. Ex.^a, Constituinte João Menezes, pronuncia seu discurso com clareza, tocando na questão fulcral dos acontecimentos recentes nesta Casa. De fato, assistimos a uma deliberada distorção, quando todos os reatores, como V. Ex.^a muito bem colocou, foram acolhidos de um partido majoritário, para estabelecer não a vontade dos Srs. Constituintes, mas a vontade do partido majoritário, que é dominado por

uma facção majoritária. E o que temos visto é exatamente isso. Para corroborar as palavras que trago em apoio ao pronunciamento de V. Ex.^a, lembro que na Subcomissão e depois na Comissão da Família, de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia, dos 62 Constituintes integrantes, 39 pensavam de uma mesma maneira. Ora, são necessários dois terços. Então, havia uma clara divisão na hora da votação. Os dois terços eram maioria absoluta: essa era a vontade que tinha que prevalecer. Na democracia é assim. Se não é possível consignar a vontade de todos, se não há unanimidade, vence a maioria. Mas sistematicamente tem ocorrido o contrário: vence a opinião do Relator. Os Relatores representam uma fração diminuta do partido majoritário. Mas eles são os escolhidos. E há como disse V. Ex.^a, e o disse muito bem – um conluio na Liderança. Lamentavelmente, 20 ou 25% da opinião do Congresso têm prevalecido até aqui. Isso chegou até à Comissão de Sistematização. O Sr. Bernardo Cabral, que nos merece todo o respeito, indubitavelmente tem feito um trabalho árduo. S. Ex.^a foi colocado ali para fazer a vontade da minoria. A ampla maioria, desarticulada, está agora diante de um novo fato. Até aqui, parece que foi tudo brincadeirinha. O que lemos nos jornais é que Bernardo Cabral está também descontente com o próprio trabalho que apresentou, porque não representa sequer o pensamento da maioria, nem o desejo da Nação. Agora, pessoalmente, vai apresentar um trabalho individual e trazer a esta Casa para ser analisado, para que possamos apresentar emendas e, então, ser votado. Tudo o que foi feito não valeu, porque não foi levado em consideração. É lamentável que isso ocorra. Quando V. Ex.^a diz que os jornais consignam que as pesquisas de opinião pública mostram que o povo não está mais acreditando no Congresso, é porque existe uma farsa deliberada. E repito a frase que usei "distorção deliberada contra a maioria". Temos que reconhecer que a maioria tem sido competente ao pretender estabelecer a sua vontade, mas novamente há uma outra tentativa, que são essas listas com trinta mil assinaturas, que consignariam a vontade de uma pequena parcela da opinião pública. Quero dizer a V. Ex.^a que tenho a honra de representar, neste Congresso, noventa e um mil eleitores do Estado de São Paulo, mais de três vezes o necessário para uma apresentação de uma emenda ou propositura à Constituição, em comparação com essas trinta mil assinaturas. Na verdade, os representantes do povo já foram escolhidos: são os Srs. Deputados Federais Constituintes e os Srs. Senadores Constituintes. Pretender fazer diverso disso é um recurso da minoria. Isso precisa ficar muito claro. É uma tentativa de as minorias continuarem fazendo aquilo que têm feito: uma distorção deliberada tentando fazer prevalecer a sua opinião, que é respeitada aqui no regime de-

mocrático que ainda temos em nosso País. Muito obrigado, Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, que enriquece o nosso pronunciamento.

Se nos detivermos um pouco nesse projeto, pergunto. É parlamentarista ou presidencialista? Está tudo misturado. Se tomarmos o art. 162, veremos que "compõem o Conselho de República Fulano, cicrano, beltrano, Primeiro-Ministro – então o projeto já está pronto para o parlamentarismo – além de outros cargos, Líder da Minoría, Líder da Maioria do Senado e da Câmara. Como é que vamos determinar a Minoría, se ela não se congregar em todos os partidos minoritários? Mais ainda: consta do projeto a nomeação de seis cidadãos brasileiros escolhidos pela Câmara e pelo Senado. O Projeto é todo assim. Se formos adiante, vamos verificar, por exemplo, coisas como a proibição da propaganda de fumo, de bebida alcoólica. Isso tudo consta do Projeto de Constituição? Isso não é válido, é um negócio para brincadeiras. Se formos verificar, por exemplo, a questão das férias, há um dispositivo para garantir-las em dobro, outro para diminuir as horas de trabalho: ninguém dá garantia para o cidadão que está desempregado. Preocupam-se em dar férias em dobro, porque isso, vai sair no jornal, mas não há a preocupação de garantir o sustento do cidadão quando estiver desempregado. O desemprego é o grande fantasma do nosso País. Não temos um sistema que dê amparo ao trabalhador. Vemos no Projeto de Constituição "defensoria do povo". Até parece brincadeira o que está escrito aqui, em um quarto de página, porque, se formos verificar o conteúdo, não encontraremos nada. Temos, por exemplo, no Projeto de Constituição, na parte referente à criação dos Estados, que vão ser criados oito Estados sem nenhum exame, estudo ou condicionamento econômico, financeiro, social e até topográfico.

Srs. Constituintes, eu poderia, se o Presidente não fosse tão rigoroso comigo quanto ao cumprimento do horário – "estamos cumprindo à risca os horários aqui" – ficar algum tempo demonstrando o que está acontecendo com este Projeto de Constituição, tão esperado e no qual todos confiavam.

Agora, já se está fazendo propaganda do outro projeto que virá: vai ser bom. Resolverá a crise econômica, social, financeira e educacional, tudo. E, no final, não sai nada. Temos grandes responsabilidades, porque viemos para o Congresso Nacional com o objetivo de estabelecer normas gerais, para que o País possa realmente progredir. Não podemos elaborar um projeto de Constituição que vá fomentar lutas entre as classes sociais. Temos de elaborar uma Constituição que traga a paz e faça com que o País se desenvolva com ordem, tranquilidade, hierarquia e respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 102

QUINTA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 108º SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 22 DE JULHO DE 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

Projeto de Resolução nº 14, de 1987 (ANC) (do Sr. Brandão Monteiro)

– Regulamenta e disciplina a consulta plebiscitária sobre o sistema de governo e duração do mandato de transição.

Projeto de Resolução nº 15, de 1987 (ANC) (do Sr. Virgílio Guimarães) – Disciplina a consulta plebiscitária prevista nos artigos 59 e 61 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte (Regimento Interno).

Projeto de Resolução nº 16, de 1987 (ANC) (do Sr. Álvaro Valle) – Introduz alterações no artigo 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Projeto de Resolução nº 17, de 1987 (ANC) (do Sr. César Cals Neto) – Altera e acrescenta dispositivos da Resolução nº 2, de 1987, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

IV – Pequeno Expediente

SÓLON BORGES DOS REIS – Requerimento de convocação de sessão especial em homenagem à memória do ex-Senador Carvalho Pinto.

ADYLSON MOTTA – Pela ordem, solidariedade ao requerimento do Constituinte Sólon Borges dos Reis.

ADROALDO STRECK – Pela ordem, voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Carvalho Pinto.

ALCENI GUERRA – Pela ordem, adesão do PFL às manifestações de pesar pelo falecimento do ex-Senador Carvalho Pinto.

NILSON GIBSON – Pela ordem, solidariedade do PMDB às manifestações de pesar pelo falecimento do ex-Senador Carvalho Pinto. Requerimento de designação de data para realização de sessão especial de homenagem à memória do sociólogo Gilberto Freyre.

CARDOZO ALVES – Pela ordem, necrológio do ex-Senador Carvalho Pinto.

IVO MAINARDI – Dificuldades sofridas pelos agricultores gaúchos e necessidade da fixação de novo preço mínimo para o arroz irrigado.

IVO LECH – Aplauso à criação das Casas da Agricultura e Abastecimento pelo Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Jarbas Pires Machado.

RAIMUNDO BEZERRA – Conveniência da instalação de zona de processamento de exportações no Estado do Ceará.

ADROALDO STRECK – Conveniência de caráter sintético e genérico para a nova Constituição. Intenção do orador de apresentar projeto de criação do crédito fundiário. Transferência das atribuições do INCRA para a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

JESUS TAJRA – Telegrama recebido pelo orador do Sr. José Ferreira Paes Landin Neto, Presidente do Sindicato Rural de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, a propósito da seca que penaliza a região.

PAULO DELGADO – Apoio a requerimento encaminhado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte pelo Vice-Líder do PT, visando à modificação da atual forma de debate de matéria constitucional.

JOAQUIM BEVILÁCQUA – Pela ordem, sobre trabalho apresentado pelo estudante Luis Gustavo de Oliveira Ramos, de São José dos Campos, São Paulo, a concurso realizado pelo jornal *Perfil*: "Eu, Tiradentes, e a Constituinte".

EDUARDO JORGE – Documento recebido pelo orador contendo denúncia da Organização Social dos Servidores de Saúde do Ceará quanto a repressão policial a movimento reivindicatório de melhores salários, realizado na cidade de Ubajara.

CUNHA BUENO – Manutenção dos órgãos Sesi, Sesc, Senac e Senai.

NILSON GIBSON – Programa para o Desenvolvimento do Setor Transporte – Prodest.

EVALDO GONÇALVES – Ofício do orador ao Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação, Vicente Fialho, a propósito da construção do açude Pelo Sinal, no Município de Cabaceiras, e da adoção de medidas de proteção ao açude Epitácio Pessoa, no Município de Boqueirão, Estado da Paraíba.

LÚCIO ALCÂNTARA – Falhas na política habitacional do Governo em decorrência de descaso com relação à política de desenvolvimento urbano.

JORGE ARBAGE – Falecimento do padre missionário Victor Coelho, fundador da Rádio Aparecida, de Aparecida do Norte, Estado de São Paulo.

FERES NADER – Supressão de preconceitos persistentes, na sociedade brasileira, contra negros, idosos, excepcionais e mulheres.

FRANCISCO AMARAL – Apoio do orador a pronunciamento em que o Presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer, aponta rumos para a economia brasileira.

ROBERTO JEFFERSON – Protesto do orador contra falta de proteção do Governo aos associados de consórcios de bens duráveis de consumo, em particular de automóveis.

MICHEL TEMER – Falecimento do ex-Senador Carvalho Pinto.

DORETO CAMPANARI – Reparos ao processo de elaboração constitucional.

SALATIEL CARVALHO – Dificuldades do Nordeste em decorrência do racionamento de energia elétrica.

FÁBIO RAUNHEITTI – Esperança do orador na completa reformulação do projeto de Constituição.

CHICO HUMBERTO – Discurso proferido pela Drª Nali Correa F. Rosa na assembléia da Coordenação Pró-emancipação do Triângulo, em Araguari, Minas Gerais.

V – Comunicações das Lideranças

DIRCE TUTU QUADROS – Injustiça de ataques generalizados à Assembléia Nacional Constituinte.

FARABULINI JÚNIOR – Homenagem póstuma ao ex-Senador Carvalho Pinto.

JORGE HAGE – Distorção do noticiário da imprensa no que concerne à Convenção Nacional do PMDB. Moção da Unidade Progressista do PMDB a propósito do Plano Bresser e da política econômica do Governo Sarney.

LUIZ SALOMÃO (Retirado pelo orador para revisão) – Colaboração da PDT para contenção do déficit público.

MAURÍCIO FERREIRA LIMA – Protesto contra omissão do Governo ante deslocamento de milícia armada da UDR para proteção de fazenda supostamente invadida, no Estado do Rio Grande do Sul.

ADYLSON MOTTA – Requerimentos de informações ao Poder Executivo sobre convênios firmados pela Secretaria de Administração com as Fundações Getúlio Vargas e João Pinheiro para elaboração de sistema de carreira para funcionários do Ministério da Previdência Social, do INPS, do IAPAS e do INAMPS, e sobre abertura de licitação pela Diretoria Administrativa da Presidência da República para aquisição de sistema de processamento eletrônico de dados.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Projeto de resolução que disciplina a consulta plebiscitária sobre a Carta constitucional.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Descumprimento de compromisso governamental no sentido da proteção a micro e pequenas empresas.

SANDRA CAVALCANTI – Necessidade de funcionamento normal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com a finalidade de proporcionar suporte aos Poderes Executivo e Judiciário na solução de problemas que afligem o povo brasileiro.

Ata da 108ª Sessão, em 22 de junho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário; Luiz Soyer, Suplente de Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Amir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Gaspar

PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; – Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Preito – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentos – PMDB; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Hum-

berto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Homenagem póstuma ao ex-Senador Carvalho Pinto.

PRESIDENTE – Solidariedade da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte à homenagem prestada pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio à memória do ex-Senador Carvalho Pinto.

VI – Apresentação de Proposições

RUBERVAL PILOTTO, ADYLSON MOTTA SÓLON BORGES DOS REIS, NILSON GIBSON, VIRGÍLIO GUIMARÃES, BRANDÃO MONTERO.

VII – Ordem do Dia

SALIM CURIATI, RUY NEDEL, JOFRAN FREJAT, PERCIVAL MUNIZ, SOLON BORGES DOS REIS, LUIZ SOYER, GUMERCINDO MILHOMEM – Discussão do Projeto de Constituição.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos Membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

(Relação dos Membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO
(Relação dos Membros)

5 – ATAS DAS COMISSÕES
(As Atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em Suplemento a este Diário.)

Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliari – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendoza de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz

Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel e Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marlufe Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim –

PFL; Siqueira Campos – PDC; Sónia Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença regista o comparecimento de 211 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ,

Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14, de 1987 (ANC)

(Do Sr. Brandão Monteiro)

Regulamenta e disciplina a consulta plebiscitária sobre o sistema de governo e duração do mandato de transição.

(À Comissão de Sistematização.)

A Assembléia Nacional Constituinte promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A consulta plebiscitária de que trata o art. 61 da Resolução Nº 2, de 24 de março de 1987 (Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte), será realizada sessenta dias após a publicação do texto definitivo do Projeto de Constituição.

Art. 2º O plebiscito será realizado para decidir a forma de governo, se presidencialista ou parlamentarista e a duração do mandato do atual presidente da República, se de 4 ou 5 anos.

Art. 3º A realização do plebiscito se dará mediante convocação por edital firmado pelo presidente da Assembléia Nacional Constituinte, e divulgado pela imprensa e pelo rádio, diariamente, durante os sessenta dias precedentes àquela data, em todo o território nacional.

Art. 4º As empresas de rádio e televisão reservarão duas horas diárias, sendo a primeira de 12 às 14 horas e a segunda entre 20:20 e 22:00

horas para os partidos políticos debaterem os temas do plebiscito, dividido o tempo igualmente entre todos os partidos.

Art. 5º Os juízes eleitorais, trinta dias antes da data fixada para a realização do plebiscito, organizarão as mesas receptoras dos votos, as quais funcionarão das 8 às 18 horas do dia.

Art. 6º As mesas receptoras funcionarão nos moldes previstos na legislação eleitoral.

Art. 7º Terão direito a voto todos os brasileiros maiores de 18 anos, alistados na forma da lei.

Art. 8º No dia da votação, os votantes exibirão às mesas receptoras o título eleitoral, assinarão o livro por si ou a rogo, por qualquer dos membros da Mesa, e receberão do presidente cédula de votação.

Art. 9º Às 18 horas será terminada a votação e a Mesa passará a apurar os votos com a assistência dos fiscais indicados pelos partidos.

Parágrafo único. Concluída a apuração, o presidente, lançará no livro de votação, na linha imediata à última assinatura, o resultado da votação, especificando o resultado e o dia e hora em que foi concluída a apuração e fará assinar a declaração por todos os membros da Mesa e fiscais que o quiserem fazer.

Art. 10. O livro para assinatura dos votantes terá vinte folhas rubricadas pelo Juiz Eleitoral da Zona.

Art. 11. As apurações serão totalizadas pelo SERPRO que remeterá ao Tribunal Superior Eleitoral o resultado geral da apuração, discriminando as votações obtidas nos municípios e nos Estados.

Parágrafo único. Os partidos poderão, no prazo de 10 dias, ter vista e formular qualquer impugnação ao TSE, que se pronunciará no prazo de 5 dias, fornecendo o resultado real do plebiscito.

Art. 12. Os partidos políticos poderão fiscalizar as votações e apurações, na forma de lei eleitoral.

Art. 13. O TSE baixará instruções complementares para a perfeita execução desta resolução.

Justificação

A consulta plebiscitária está expressamente prevista no art. 61 do Regimento Interno.

Elá significa o reconhecimento de que a soberania da Assembléia Nacional Constituinte tem uma limitação – a vontade popular, em cujo nome devem agir os constituintes.

Dois temas a serem decididos pela Assembléia Nacional Constituinte constituem o divisor de águas da crise institucional que o País atravessa – a questão da duração do mandato do Presidente José Sarney e a forma de governo a ser aprovada pelos constituintes.

As duas correntes inconciliáveis em que se divide a Assembléia Nacional Constituinte em torno destes temas polêmicos demonstram a inadiável necessidade de se recorrer à fonte primária da soberania – o povo – para se decidir a duração do mandato de transição e a forma de governo a ser adotada pela futura Constituição.

Torna-se importante aprovar o plebiscito antes de se saber qual será a decisão final da Assembléia Nacional Constituinte, pois uma vez aprovada uma forma de governo, ou a duração do mandato

presidencial, os que sustentam a posição aprovada tentarão impedir o plebiscito.

A estabilidade de nossas instituições e a própria duração da futura Constituição dependem da adequação de seu conteúdo à vontade e às aspirações populares.

O povo tem o direito inalienável de se manifestar sobre a forma de governo que deseja para o País, pois esse é o mais fundamental dos direitos de qualquer povo livre.

Os poderes constituintes conferidos pelo povo a seus mandatários têm uma limitação que decorre da soberania popular.

Não podem os mandatários decidir contra a vontade do mandante, sob pena de se criarem condições para uma grave crise institucional, em prejuízo da própria democracia. Os constituintes devem ter a humildade de reconhecer que suas opiniões pessoais, por mais respeitáveis não podem se sobrepor à vontade do povo, fonte legítima de todo o poder político.

O instituto do plebiscito não é novidade no nosso direito constitucional, estando previsto na Constituição de 1946 para a criação de novos Estados.

Em 1962 tivemos um plebiscito, realizado por força do disposto no art. 22 do ato Adicional (Emenda nº 4/61), quando o povo decidiu pela volta ao sistema presidencial de governo, pondo termo à experiência parlamentarista introduzida após a renúncia do Presidente Jânio Quadros.

A questão da forma de governo – parlamentarismo ou presidencialismo – não foi objeto dos debates eleitorais, não podendo os constituintes saber qual a forma de governo que o povo deseja.

O mesmo se pode dizer quanto à duração do mandato de transição do Presidente José Sarney.

O plebiscito é um pronunciamento amplo da população, limitado apenas pela nacionalidade do votante e sua capacidade política.

A presente resolução pretende não só fixar a data da consulta popular sobre esses temas que dividem e polarizam os debates na Assembléia Nacional Constituinte, como também regulamentar a forma de sua realização.

Sala das Sessões, 22 de julho de 1987. – Constituintes **Brandão Monteiro – José Maurício**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES**

**ASSEMBLÉIA NACIONAL
CONSTITUINTE**

**RESOLUÇÃO
Nº 2, DE 1987**

**Dispõe sobre o Regimento
Internacional da Assembléia Nacional
Constituinte.**

Art. 61. Projeto de resolução que vise a regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária poderá ser apresentado dentro de 10 (dez) dias, contados da publicação dos avulsos do Projeto de Constituição.

§ 1º Ao projeto poderão ser apresentados emendas dentro de 5 (cinco) dias, contados a partir da distribuição de avulsos, após os quais o mesmo será despachado à Comissão de Sistematização, que emitirá o seu parecer, por maioria absoluta de votos, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º O parecer deverá ser publicado dentro de 24 (vinte e quatro) horas de sua aprovação pela Comissão, sendo a matéria imediatamente incluída em Ordem do Dia, em caráter prioritário.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15, de 1987 (ANC)

(Do Sr. Virgílio Guimarães)

**Disciplina a consulta
plebiscitária prevista nos arts. 59
e 61 da Resolução nº 2, de
1987, da Assembléia Nacional
Constituinte (Regimento Interno).**

(À Comissão de Sistematização)

Art. 1º A Assembléia Nacional Constituinte determinará à Justiça Eleitoral, por intermédio da Mesa, a organização e realização de consulta plebiscitária objetivando a deliberação, pela população, acerca da nova Constituição do Brasil.

Parágrafo único. Efetuar-se-á a consulta plebiscitária por meio de sufrágio universal e voto direto e secreto, 90 (noventa) dias após a conclusão da votação, em segundo turno, do Projeto de Constituição.

Art. 2º Na consulta plebiscitária a população deverá manifestar sua aprovação ou reaprovação ao texto integral da redação final do Projeto de Constituição, bem como se posicionará sobre os temas que forem objeto de requerimentos específicos por parte dos constituintes.

Art. 3º Os constituintes poderão encaminhar à Mesa requerimentos de consulta plebiscitária temática no prazo de 10 (dez) dias a contar da conclusão da votação, em segundo turno, do Projeto de Constituição ou, se for o caso, da publicação da redação final do Projeto de Constituição elaborada pela Comissão de Sistematização.

Art. 4º Os requerimentos de consulta plebiscitária temática deverão atender aos seguintes requisitos:

I – cada requerimento deverá ser subscrito por, pelo menos, 56 (cinquenta e seis) constituintes;

II – cada constituinte poderá subscrever um único requerimento;

III – cada requerimento deverá circunscrever-se à solicitação de consulta plebiscitária com relação a um único tema, independentemente do número de dispositivos da redação final do Projeto de Constituição que se objetivar submeter à apreciação popular;

IV – cada requerimento deverá enunciar a proposta de dispositivos a serem incluídos na nova Constituição, indicando, se for o caso, os dispositivos da redação final do projeto de Constituição cuja substituição se pretenda efetuar.

Art. 5º No período de 48 (quarenta e oito) horas a contar do encerramento do prazo de encaminhamento dos requerimentos de consulta plebiscitária temática, a Mesa os apreciará e deferirá todos aqueles que satisfizerem os requisitos previstos no artigo anterior.

Parágrafo único. Do indeferimento, pela Mesa, de requerimento de consulta plebiscitária temática, caberá recurso ao Plenário, que deverá ser formulado em 24 (vinte e quatro) horas e

subscrito por, pelo menos, 56 (cinqüenta e seis) dos autores do requerimento.

Art. 6º O posicionamento da população com relação a cada tema, por ocasião da consulta plebiscitária, deverá se dar através da manifestação da preferência entre os dispositivos propostos por via de requerimento e aqueles constantes da redação final do projeto de Constituição, salvo quando se tratar de dispositivos adicionais não colidentes com o texto oferecido pela Comissão de Sistematização, que deverão ser simplesmente aprovados ou rejeitados.

Art. 7º Caso o texto integral da redação final do projeto de Constituição obtenha a aprovação da maioria simples dos votantes na consulta plebiscitária, os dispositivos que obtiverem, em cada tema, a preferência da maioria simples dos votantes na parte temática da consulta plebiscitária serão incluídos na redação final do projeto de Constituição e não poderão sofrer qualquer alteração, na Comissão de Sistematização ou em Plenário, até a promulgação da nova Constituição.

Parágrafo único. Encaminhado à Mesa o resultado da consulta plebiscitária, conforme apuração da Justiça Eleitoral, a Comissão de Sistematização incorporará à redação final do projeto de Constituição os dispositivos aprovados pela população, retomando a Assembléia Nacional Constituinte os seus trabalhos nos termos do disposto no art. 30 da Resolução nº 2, de 1987 (Regimento Interno).

Art. 8º Se o texto integral da redação final do projeto de Constituição não obtiver a aprovação da maioria simples dos votantes na consulta plebiscitária, a parte temática da consulta plebiscitária não produzirá quaisquer efeitos e o projeto de Constituição não será promulgado, devendo a Assembléia Nacional Constituinte definir, em um prazo de 10 (dez) dias, os procedimentos adequados para nova elaboração constitucional.

Art. 9º No período de 45 (quarenta e cinco) dias que anteceder à consulta plebiscitária, a Assembléia Nacional Constituinte suspenderá a realização das sessões ordinárias, podendo ser convocada, nos termos da Resolução nº 2, de 1987 (Regimento Interno), para a realização de sessões extraordinárias.

Art. 10. A Justiça Eleitoral requisitará das emissoras de rádio e televisão 2 (duas) horas diárias para o debate público e gratuito, em cadeia nacional, dos temas submetidos à consulta plebiscitária, que deverá obedecer às seguintes normas:

I – todas as emissoras de televisão do País reservarão, nos 30 (trinta) dias anteriores à antevéspera das eleições, 2 (duas) horas diárias para o debate, sendo 1 (uma) hora entre 13:30 (treze horas e trinta minutos) e 14:30 (quatorze horas e trinta minutos) e 1 (uma) entre 20:30 (vinte horas e trinta minutos) e 21:30 (vinte e uma horas e trinta minutos);

II – todas as emissoras de rádio do País reservarão, nos 30 (trinta) dias anteriores à antevéspera das eleições, 2 (duas) horas diárias para o debate, sendo 1 (uma) hora entre 7:30 (sete horas e trinta minutos) e 8:30 (oito horas e trinta minutos) e 14:30 (quatorze horas e trinta minutos);

III – a Justiça Eleitoral destinará 1/3 (um terço) dos horários reservados à discussão do texto integral da redação final do projeto de Constituição e os 2/3 (dois terços) restantes serão distribuídos igualmente entre os assuntos objeto da parte temática de consulta plebiscitária;

IV – a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte distribuirá o tempo destinado à discussão do texto integral da redação final do projeto de Constituição entre os partidos políticos com representação na Assembléia, observando a mesma proporcionalidade existente na distribuição do tempo destinado às comunicações de liderança, nas sessões ordinárias da Assembléia Nacional Constituinte;

V – o tempo atribuído a cada tema será distribuído igualmente para a defesa e a contestação dos dispositivos propostos por meio de requerimento de consulta plebiscitária temática;

VI – caberá aos autores do Requerimento de consulta plebiscitária referente a cada tema a definição acerca da utilização do tempo destinado à defesa dos dispositivos propostos;

VII – caberá à Comissão de Sistematização a definição acerca da utilização do tempo destinado à contestação dos dispositivos propostos por meio dos requerimentos de consulta plebiscitária temática;

VIII – as emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, gratuitamente comunicados ou instruções da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos diárias consecutivos ou não, nos 30 (trinta) dias anteriores à consulta plebiscitária;

IX – fica facultada, a transmissão, pelo rádio e pela televisão, no horário gratuito e fora dele, de debates relacionados à consulta plebiscitária.

Art. 11. Fica expressamente proibida a utilização de quaisquer propagandas relacionadas aos temas submetidos à consulta plebiscitária que não aquelas expressamente definidas pela Justiça Eleitoral.

Art. 12. Fica expressamente proibida a divulgação, por qualquer forma, de resultado de prévias ou pesquisas relacionadas aos temas submetidos à consulta plebiscitária nos 30 (trinta) dias anteriores a ela.

Art. 13. Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de julho de 1987. – **Virgílio Guimarães**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

RESOLUÇÃO Nº 2 DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

CAPÍTULO V

Das Proposições

Art. 59. Constituem proposições, além do Projeto de Constituição:

- I – projeto de resolução;
- II – requerimentos;
- III – indicações;
- IV – emendas;
- V – projetos de decisão.

§ 1º Os projetos de resolução destinam-se a regular matéria de caráter administrativo, ou de natureza regimental, ou ainda relativa a consulta

plebiscitária, nos termos do art. 61 deste Regimento.

§ 2º Indicação é a proposição através do qual o Constituinte pode sugerir que o assunto nela focalizado seja objeto de providência ou estudo pela Mesa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de projeto de resolução.

§ 3º Não serão aceitas, como indicação, as proposições que objetivem consulta sobre interpretação e aplicação da lei, sobre ato de qualquer Poder ou de seus órgãos, ou que representem sugestão ou conselho no sentido de motivar determinado ato, ou de efetuá-lo de determinada maneira.

§ 4º Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser supressiva, substitutiva, aditiva ou modificativa.

§ 5º Denomina-se subemenda a emenda apresentada por Comissão a outra emenda e que, por sua vez, pode ser substitutiva, aditiva ou modificativa.

§ 6º A emenda que substituir integralmente a proposição principal será denominada "substitutiva".

§ 7º Os projetos de decisão destinam-se a sobrestrar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, necessitando ter o apoio de 1/3 (um terço) dos Constituintes, e serão encaminhados à Comissão de Sistematização que, num prazo de 5 (cinco) dias, emitirá parecer prévio, se não arquivado definitivamente o projeto que dela receber parecer contrário. Caso tenha parecer favorável, a decisão final será proferida pelo Plenário, por maioria de votos, em dois turnos de discussão e votação.

Art. 61. Projeto de resolução que vise a regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária poderá ser apresentado dentro de 10 (dez) dias, contados da publicação do Projeto de Constituição.

§ 1º Ao projeto poderão ser apresentadas emendas dentro de 5 (cinco) dias, contados a partir da distribuição de avulsos, após os quais o mesmo será despachado à Comissão de Sistematização, que emitirá o seu parecer, por maioria absoluta de votos, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º O parecer deverá ser publicado dentro de 24 (vinte e quatro) horas de sua aprovação pela Comissão, sendo a matéria imediatamente incluída em Ordem do Dia, em caráter prioritário.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, de 1987 (ANC)

(Do Sr. Álvaro Valle)

**Introduz alterações no art. 26
do Regimento Interno da
Assembléia Nacional Constituinte.**

(À Mesa)

Art. 1º Substitua-se no § 2º do art. 26 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte a expressão "48 horas" por "uma semana".

Art. 2º Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao art. 26 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte:

§ 4º Se forem apresentadas emendas que substituam integralmente o texto do Projeto ou do Substitutivo do Relator, algum de seus títulos ou capítulos, elas terão preferência para votação, devendo ser subscrita pelo menos por 188 (cento e oitenta e oito) Constituintes.

§ 5º Se for aprovada alguma emenda a que se refere o parágrafo anterior, o texto correspondente do Projeto ou Substitutivo apresentado pela Comissão de Sistematização será considerado prejudicado, assim como as emendas que lhe foram propostas.

§ 6º Na hipótese prevista pelo parágrafo anterior haverá novo prazo de dez dias para apresentação de subemenda às emendas aprovadas, ou de emendas ao novo Projeto de Constituição, devendo receber parecer da Comissão de Sistematização no prazo de cinco dias.

Justificação

O regimento em vigor não aceita emendas que substituam integralmente o projeto do Relator.

O evolver dos trabalhos da Assembléia Constituinte tem mostrado não ser aquela uma norma que permita uma maior eficácia dos trabalhos. Por outro lado, se o Projeto não merecer o apoio da maioria do Plenário, os Constituintes ficarão tolhidos, forçados a votar um texto que não reflete o seu pensamento, sob pena de não termos Constituição. Ou serão obrigados a remendos e ao uso de artifícios regimentais para a manifestação de sua vontade.

A proibição de apresentação de substitutivos é uma norma antidemocrática e inédita no procedimento legislativo democrático.

Sala das Sessões, de julho de 1987. –
 Álvaro Valle – José Carlos Coutinho – José Costa
 – Arnaldo Prieto – Francisco Rollemberg –
 Oswaldo Almeira – Aíff Domingos – Gustavo de
 Faria – Osvaldo Coelho – Flávio Rocha – Osvaldo
 Sobrinho – Fausto Rocha – Costa Ferreira –
 Matheus Ensen – Antônio Carlos Mendes Thame
 – Rubem Branquinho – Maurício Campos – Leur
 Lomanto – Salatiel Carvalho – Hugo Napoleão –
 Ruben Figueiró – Luiz Roberto Ponte – Chagas
 Duarte – José Elias Murad – José Maria Eymael –
 Jesualdo Cavalcanti – Jesus Tajra – Jayme
 Santana – João Calmon – Narciso Mendes –
 Francisco Diógenes – José Guedes – Gastone
 Righi – Cardoso Alves – Mendes Botelho –
 Ângelo Magalhães – José Egreja – Ottomar Pinto
 – Roberto Jefferson – Farabulini Júnior – Dirce
 Tutu Quadros – Eunice Michiles – Henrique
 Eduardo Alves – Homero Santos – Vingt Rosado
 – José Luiz de Sá – José Moura – Alceni Guerra –
 Orlando Pacheco – Ivan Bonato – César Cals
 Neto – Sotero Cunha – Jorge Arbage – Simão
 Sessim – João Menezes – Adylson Motta – Victor
 Fontana – Furtado Leite – Luiz Marques – José
 Lins – Christóvam Chiaradia – Benito Gama –
 Ronaro Corrêa – Ricardo Izar – Gilson Machado –

José Thomaz Nonô – Dionísio Dal Pra – Alyson
 Paulinelli – Cláudio Ávila – João Alves –
 Pedro Canedo – Átila Lira – Sadie Hauache –
 Jacy Scanagatta – Jonas Pinheiro –
 Luis Eduardo – João da Mata – Waldeck
 Omellas – Ricardo Fiúza – Antônio

Ferreira – Francisco Benjamim – José
 Lourenço – Edime Tavares – Antonio
 Ueno – Ezio Ferreira – Paes Landim –
 Geovani Borges – Annibal Barcellos – Osmar
 Leitão – Sandra Cavalcanti – Mozarildo
 Cavalcanti – Amaral Netto – Felipe
 Mendes – Ruberval Piloto – Telmo Kirst –
 Virgílio Galassi – Adauto Pereira – Cunha
 Bueno – Antonio Salim Curiati – Artenir
 Werner.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 26. Findo o prazo estabelecido no § 2º do artigo anterior, o Projeto de Constituição, com ou sem parecer, será incluído em Ordem do Dia, devendo o Relator, quando for o caso, proferir parecer oral em Plenário.

§ 1º Havendo parecer, e uma vez encaminhado à Mesa, este será publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* e em avulsos, sendo o projeto incluído em Ordem do Dia, obedecido o interstício de 24 (vinte e quatro) horas da distribuição dos avulsos, para sua votação em primeiro turno.

§ 2º Concluído o Parecer pela apresentação de substitutivo, os Constituintes terão, a contar de sua publicação, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar emendas, permitidas somente quando incidirem sobre dispositivos em que o substitutivo houver inovado em relação ao projeto e as emendas anteriores.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o projeto retornará à Comissão de Sistematização para emitir novo parecer, em prazo a ser fixado pela Mesa.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, de 1987 (ANC)

(Do Sr. César Cals Neto)

Altera e acrescenta dispositivos da Resolução nº 2, de 1987, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

(À Mesa)

Art. 1º O art. 75 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 75. Fica criado, junto à Mesa, o Conselho Editorial, com a finalidade de promover, através dos meios de comunicação social, a divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 1º O Conselho Editorial será composto de um representante de cada partido político na Assembléia Nacional Constituinte, cujo direito a voto em suas deliberações será respectiva agremiação.

§ 2º O Conselho Editorial utilizará, para o cumprimento de suas finalidades, a estrutura e o pessoal da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas – ADIRP – da Câmara dos Deputados.

§ 3º Cabe ao Conselho Editorial:
 I – fornecer, diariamente, aos meios de comunicação social, material noticioso sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte;

II – editar resumo das atividades, propostas e debates, a ser distribuído, gratuitamente, a Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Governos Estaduais, Assembléias Legislativas, Diretórios de Partidos Políticos, Universidades, Escolas, Sindicatos, Associações, Entidades da Sociedade Civil e a cidadãos que o solicitarem;

III – subsídiar com informações as entidades interessadas no acompanhamento e discussão dos Trabalhos da Assembléia;

IV – organizar, com apoio dos órgãos oficiais, gravação e arquivamento, de som e imagem, dos debates e decisões principais do Plenário e das Comissões, conforme instruções da Mesa, fornecendo, sem ônus para a Assembléia, cópias aos partidos políticos que o requeiram e destinando os originais ao arquivo da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 4º Na divulgação dos pronunciamentos feitos na Assembléia Nacional Constituinte, transmitidos resumidamente pelas emissoras de televisão e rádio, deverá o Conselho Editorial promover a divisão do tempo entre os constituintes que fizerem intervenções na sessão a ser divulgada, obedecidos os critérios adotados para a "Voz do Brasil".

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Multiplicam-se as críticas de numerosos Constituintes, dos mais diversos partidos, sobre a parcialidade da linha editorial do *Diário da Constituinte*, veiculado através do rádio e da televisão, de conformidade com o que preceita o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

É inexplicável que centenas de constituintes, apesar do trabalho árduo que vêm desenvolvendo, jamais tenham tido a divulgação de suas idéias, enquanto que alguns poucos privilegiados desfilam, com facilidade, como se fossem artistas de novelas de televisão.

A presente proposta pretende criar um sistema de acompanhamento, com representantes dos diversos partidos políticos, dos trabalhos de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte, bem como democratizar o acesso, a estes meios

de comunicação, de qualquer Constituinte indistintamente, a exemplo do que acontece na "Voz do Brasil."

Sala das Sessões, 20 de julho de 1987. – César Cals Neto – Roberto Jefferson – Borges da Silveira – Raul Belém – Genebaldo Correia – Paulo Roberto – Nyder Barbosa – Marcos Lima – Dalton Canabrava – Raimundo Rezende – Ruberval Pilotto – José Elias Murad – Maluly Neto – Agripino de Oliveira Lima – João Herrmann Neto – Sólon Borges dos Reis – Férres Nader – Fábio Raunheiti – Domingos Leonelli – Osmundo Rebouças – Raimundo Bezerra – Osvaldo Bender – Ruy Nedel – Manoel Castro – Arnaldo Prieto – Ivo Mainardi – Manoel Moreira – José Egreja – Fernando Cunha – Narciso Mendes – José Thomaz Nonô – Jayme Santana – Maurício Nasser – Márcia Kubitschek – Antônio Ferreira – José Melo – Annibal Barcellos – Moema São Thiago – Percival Muniz – Brandão Monteiro – Francisco Benjamim – Victor Fontana – Lélio Souza – Plínio Arruda Sampaio – Iberê Ferreira – Nelson Seixas – João de Deus Antunes – Ronaro Corrêa – Adauto Pereira – Edésio Frias – Raquel Capiberibe – Maurício Campos – Sérgio Werneck – Antônio Carlos Konder Reis – José Lins – Fernando Velasco – Lúcio Alcântara – Francisco Amaral – Roberto Cardoso Alves – Adylson Mota – João Natal – Leur Lomanto – Délia Braz – Eduardo Moreira – João da Mata – Chistovam Chiaradia – Geraldo Alckmin Filho – Roberto Freire – Geraldo Mello – Arnaldo Faria de Sá – José Maurício – Amaral Netto – Mozarildo Cavalcanti – Alysson Paulinelli – Paulo Mincaroni – José Costa – Euclides Scalco – Luis Roberto Ponte – Ézio Ferreira – Antonio Ueno – Rodrigues Palma – José Carlos Vasconcellos – Antonio Salim Curiati – Célio de Castro – Horácio Ferraz – Nilson Gibson – Inocêncio Oliveira – Onofre Corrêa – Milton Lima – Edmilson Valentim – Maria Lúcia – Valmir Campelo – Alceni Guerra – Milton Barbosa.

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

TÍTULO V

Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Da Divulgação dos Trabalhos

Art. 75. Fica criado, junto à Mesa, o Serviço de Divulgação, com a finalidade de promover, através dos meios de comunicação social, a divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 1º O Serviço de Divulgação utilizará, para o cumprimento de suas finalidades a estrutura e o pessoal da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas – ADIRP – da Câmara dos Deputados.

§ Cabe ao Serviço de Divulgação:

I – fornecer, diariamente, aos meios de comunicação social, material noticioso sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte;

II – editar resumo das atividades, propostas e debates, a ser distribuído, gratuitamente, a Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Governos Estaduais, Assembléias Legislativas, Diretórios de Partidos Políticos, Universidades, Escolas, Sindicatos, Associações, Entidades da Sociedade Civil e a cidadãos que o solicitarem;

III – subsidiar com informações as entidades interessadas no acompanhamento e discussão dos trabalhos da Assembléia;

IV – organizar, com apoio dos órgãos oficiais, gravação e arquivamento, de som e imagem, dos debates e decisões principais do Plenário e das Comissões, conforme instruções da Mesa, fornecendo, sem ônus para a Assembléia, cópias aos partidos políticos que o requeiram e destinando os originais ao arquivo da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se ao

IV – Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Constituinte Sólon Borges dos Reis.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho a triste incumbência de comunicar à Assembléia Nacional Constituinte o falecimento, nesta madrugada, em São Paulo, do Professor Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto.

Uma das maiores expressões da cultura, da dignidade política, uma das mais legítimas figuras da vida pública brasileira, verdadeiro varão de Plutarco, homem que serviu à sua terra e à sua gente no extremo limite das possibilidades de uma criatura humana, devotando toda a sua capacidade, seu espírito público, sua operosidade, sua criatividade no trabalho, sua dignidade pessoal e seu alto senso de responsabilidade ao bem comum, ao interesse nacional e a favor daqueles que vivem do seu próprio trabalho.

Organizou as finanças da Prefeitura de São Paulo. Secretário de Estado no Governo Jânio Quadros, saneou a situação financeira do grande Estado. Governador eleito por maioria absoluta, enfrentando mais de 2.000 greves, com as quais soube conviver democraticamente, não aumentou impostos, diminuiu impostos, coisa virgem, coisa rara neste País. Lançou as bases do Planejamento Plurianual, e seu plano de ação, durante quatro anos executado, excedeu à expectativa e às próprias perspectivas do plano.

Disse Mem de Sá que Carvalho Pinto se dedicou tão integralmente, eficaz e eficientemente ao desempenho das suas funções de Senador da República, que até parecia que havia nascido para ser Senador e não outra coisa na vida pública.

Ministro de Estado no Governo de João Goulart, teve que deixar o Ministério para ficar bem com os seus princípios, suas convicções, suas idéias, sua dignidade pessoal.

O somatório de serviço e o sentido da vida pública de Carvalho Pinto fazem parte do patrimó-

nio, da capacidade e da dignidade do político brasileiro, do homem público deste País. É um exemplo para as gerações novas, que devem ficar sabendo que no Brasil houve e há homens dessa estirpe.

Ao apresentar, em nome da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro e no meu próprio, meus sentimentos de profundo pesar ao Congresso Nacional, à Nação brasileira e à família enlutada, requeiro a V. Ex.^a, Sr. Presidente, como constituinte, que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte fixe uma data e convoque sessão especial, para que se preste à memória do grande morto, que será sepultado hoje à tarde, na Capital do Estado de São Paulo, a homenagem que merece, pelo que foi, pelo que fez e pelo exemplo que deixou à juventude brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Nobre Constituinte Sólon Borges dos Reis, a Presidência solicita a V. Ex.^a que formalize o requerimento e o encaminhe à Mesa. (Pausa.)

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Pela ordem.):

– Sr. Presidente, em nome do meu Partido e no meu próprio, quero deixar aqui um registro de solidariedade à homenagem que se presta, não por formalidade, mas por absoluta convicção e por uma questão de justiça, quando desaparece o eminente homem público que foi Carvalho Pinto.

Temos o testemunho do que foi a sua atuação na vida pública quando Secretário da Fazenda do Governo Jânio Quadros. Creio mesmo que grande parte do sucesso do então Governador Jânio Quadros deveu-se ao excelente trabalho realizado pelo seu Secretário da Fazenda, que depois teve o reconhecimento público, elegendo-se Governador de São Paulo, onde também demonstrou as suas excepcionais qualidades de homem público, de Governador probo, através de uma administração dinâmica e que deverá ser ressaltada quando da homenagem que lhe será prestada; e honrou também esta Casa, o Congresso Nacional, como integrante do Senado. Portanto, pelo homem público que foi, pelo exemplo que deixou a todos nós, quero, em nome do PDS, registrar a nossa homenagem ao eminente brasileiro que desapareceu.

O SR. ADROALDO STRECK: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, em nome de meu Partido, o PDT, quero registrar o nosso pesar pelo falecimento desse grande homem público que foi Carvalho Pinto. Ministro da Fazenda, homem probo, deu um exemplo de equilíbrio. Ao desaparecer, deixa o rastro de uma atuação digna, que entendo devia ser seguida por todos os brasileiros.

É o registro que faço, consternado, em nome do meu Partido.

O SR. ALCENI GUERRA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Alceni Guerra.

O SR. ALCENI GUERRA (PFL – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Agradecendo o espaço que V. Ex.^a nos concede, queremos fazer coro às homenagens que se prestam hoje a esse ilustre brasileiro desaparecido, que foi para nós uma figura da honradez, da competência e da seriedade na condução dos negócios públicos.

O PFL se une a essas manifestações e lamenta profundamente o desaparecimento do Sr. Carvalho Pinto.

O SR. NILSON GIBSON: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra, ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Continuando dentro da concessão que V. Ex.^a faz ao Plenário, eu queria, em nome do meu partido, o PMDB, por delegação do ilustre Líder Ibsen Pinheiro, que está presente nesta ocasião, eu queria, também, associar-me às homenagens prestadas aqui pelo falecimento do nobre ex-Governador e ex-Ministro Carvalho Pinto.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo, desejo solicitar a V. Ex.^a que seja mantida a data requerida pelo ilustre Constituinte Ivo Mainardi e também requerer a V. Ex.^a que seja designada uma data para que façamos uma sessão especial para homenagear o ilustre pernambucano Gilberto Freyre, recentemente falecido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência pede ao nobre Constituinte Nilson Gibson que formalize o seu requerimento e a Mesa o apreciará.

O SR. NILSON GIBSON: – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cardoso Alves, pela ordem.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^as e Srs. Constituintes:

Quero, também, neste instante, trazer aqui a minha palavra de pesar pelo falecimento do eminentíssimo cidadão Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto. Desta tribuna, quero transmitir à Pátria, a São Paulo e à sua estimada e prezada família, muito especialmente, o testemunho do meu sentimento e da minha dor pelo passamento desse ilustre brasileiro.

O Professor Carvalho Pinto foi advogado formado pela Faculdade do Largo de São Francisco. Logo a seguir, foi assessor do eminentíssimo Prefeito Prestes Maia, da Capital do Estado de São Paulo. Já naquele tempo deu provas do seu espírito público, ao introduzir a Cláusula Ouro nos contratos internacionais em que a Prefeitura de São Paulo era parte. Foi Professor da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo, na Faculdade Paulista de Direito, onde ministrava a Cadeira de Teoria das Finanças. Por este fato, foi indicado, pelo Professor Queiroz Filho, do então Partido Democrata Cristão, ao Prefeito Jânio Quadros, como seu Secretário das Finanças, cargo em que se impôs à confiança do povo de São Paulo e do Prefeito, de tal sorte que, quando eleito Governador, o nomeou Secretário da Fazenda, deixando público e fazendo notório que seria o "Salazar das finanças de São Paulo", para usar as próprias expressões do Governador.

Impôs-se ainda mais. Se vulto se agigantou de tal forma que foi eleito Governador do Estado de São Paulo, onde realizou grande obra administrativa, e no que foi constantemente auxiliado pelo Deputado Plínio de Arruda Sampaio, cuja presença honra este Parlamento, na condição de jovem coordenador, no verão dos anos, do seu plano de ação.

Findo o mandato, o Sr. Carvalho Pinto foi Ministro da Fazenda. Depois que deixou o ministério, o Presidente Castello Branco encarregou-me pessoalmente, de convidá-lo para candidato ao Senado pela Aliança Renovadora Nacional, pelo Estado de São Paulo. Aceito o convite, após recusar a oportunidade de disputar o Governo em eleições indiretas – eis que era ferrenho e combativo adepto das eleições diretas – elegeu-se Senador e por oito anos honrou com sua presença, sua cultura, seu civismo, sua personalidade, este Congresso Nacional.

Terminado o mandato, recolheu-se à vida particular de agricultor, de amante da natureza, da terra e dos animais. Dedicou-se aos seus amigos, recebendo-os com carinho e hospitalidade em sua casa e aconselhando-os nos momentos mais difíceis.

Com sua morte, Sr. Presidente, São Paulo se empobrece, o Brasil vê diminuído o seu patrimônio cívico. Homem como poucos, pró-homem de características muito especiais na política paulista e na política brasileira, deixa uma grande lacuna.

Que Deus o receba, pela Sua bondade e pela Sua justiça, no Seu reino de glória.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O Direito Constitucional vigente garante a propriedade privada e a livre iniciativa. O resultado dessa combinação é a economia de mercado. E tudo indica que a nova ordem constitucional manterá integros esses postulados de liberdade.

A economia de mercado somente tem condições de sobrevivência quando a ordem jurídica garante a possibilidade de resultados positivos. Em suma, a produção em regime capitalista está na razão direta da realização do lucro em qualquer lugar do mundo.

É assim nos Estados Unidos, nos países da Europa, ou, mais recentemente, em face das últimas reformas econômicas; até mesmo na União Soviética e na China Popular.

Mas parece que no Brasil essa regra econômica, tomada jurídica na Constituição Federal, é ignorada pelo Governo.

Vejam, nobres Constituintes, a triste situação em que se encontram os produtores de arroz no Rio Grande do Sul. As duas últimas safras tiveram

resultados extraordinários, obtendo-se a mais elevada produtividade nacional, respondendo por 35% da produção global, sendo que 75% desse montante é destinado ao abastecimento de nossos irmãos de outras unidades da Federação.

O Rio Grande do Sul é pioneiro nas pesquisas para o desenvolvimento da orizicultura, equiparando-se aos países mais avançados.

Esse panorama não poderia ser melhor.

Todavia, como disse antes, a situação dos produtores de arroz irrigado é triste, é melancólica. Pelo absurdo dos absurdos, estão sendo, injusta e severamente, punidos pelo fato, pasmem V. Ex.^as, de terem obtido duas grandes safras.

É o resultado dos equívocos e omissões do Plano Cruzado I. Primeiro, com as desnecessárias importações de arroz; segundo, pela fixação de preços mínimos para o arroz abaixo do seu custo de produção.

Fala-se em reforma econômica, em fomento à agricultura, na prioridade para a produção de alimentos, em empreendimentos geradores de renda e de empregos. Pois bem, está aí a oportunidade concreta para o Governo realizar esses programas de uma pena apenas.

Basta que fixe novo preço mínimo para o arroz irrigado, com base no custo de produção de julho corrente, calculado pelos técnicos do Instituto Rio-Grandense do Arroz – IRGA, em Cr\$ 473,53 por saco de 50 kg de arroz em casca.

Assim agindo, o governo Federal estará promovendo a verdadeira justiça social e econômica, dando condições reais para que a orizicultura gaúcha continue a se desenvolver, garantindo o abastecimento de nossas mesas e, até mesmo, em futuro breve, gerando excessentes para o mercado internacional. (Muito bem!)

O SR. IVO LECH (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Diante da reconhecida falta de uma política agrícola no País, sofrem os Estados – em especial aqueles dedicados à produção primária – a desorganização daí resultante.

As Secretarias da Agricultura, por todas as unidades da Federação, via de regra, são peças sem nitidez administrativa nos quadros governamentais.

Há evidente falta de recursos oficiais para fazer frente aos tantos problemas que desafiam o setor agropecuário.

Mesmo esses poucos recursos, porém, sofrem um danoso processo de dispersão, o que tem impedido ações estruturais e mesmo conjunturais no sentido do atendimento de metas objetivas, a serviço do desenvolvimento que a Nação reclama.

Aliás, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, vemos o Brasil dos nossos dias a reboque de uma campanha contra a propagação da AIDS. No entanto, a AIDS mata infinitamente bem menos que a fome. A fome, porém, não merece nenhum trabalho mais abrangente e mais profundo, para sua erradicação do nosso meio.

A cada dois minutos, dizem as estatísticas oficiais, morre de desnutrição uma criança. Não me consta que seja esta a média de casos fatais, determinada aos aidéticos.

A fome é reconhecidamente o nosso flagelo. Por isso mesmo, o atual governo gaúcho, criativa-

mente, inovou no particular, dando à Secretaria de Agricultura do Estado uma nova orientação administrativa.

Fez isto através das Casas da Agricultura e Abastecimento, realidades já firmadas pela gestão altamente eficiente de Jarbas Pires Machado.

Mas para dar vida à sua idéia, o ilustre Secretário da Agricultura do meu Estado antes travou um diálogo positivo com as comunidades onde prevalecia a atividade agropastoril.

O atual Secretário encontrou os órgãos da sua Secretaria dispersos e mesmo em completa oposição ao pensamento comunitário. As comunidades lutavam e lutam por dar aos governos a colaboração do seu conhecimento, à luz de uma experiência sofrida pelo desconhecimento dos seus valores marcantes que, materiais e humanos, deveriam e devem ter o respaldo das administrações conscientes de suas responsabilidades substantivas.

Buscando equacionar e resolver esse complexo de carências, determinou-se uma estratégia ao inverso, de onde surgiram as Casas da Agricultura e Abastecimento, descentralizando-se os serviços da referida Secretaria pela sua municipalização.

A coordenação única é tônica do projeto já em plena aplicação, somando num mesmo objetivo a diversidade de órgãos que compõem a Secretaria, como a EMATER, o IRGA, a CESA, a CEASA e a Fundação Zoobotânica, por exemplo.

Presentemente, temos em debate o crédito rural à pequena propriedade, o seguro agrícola, a auto-suficiência dos municípios em produtos primários, o harmônico crescimento da produção de grãos, a modernização da pecuária a pesca e alternativas ecológicas, que se integram intimamente a todas formas de atividades agrícolas, capazes de uma visão progressista, pela humanização de seus métodos de afirmação.

A síntese dessa decisão é a confiança do ilustre Secretário Jarbas Pires Machado no esforço coletivo, para a concepção e o exercício real de uma nova política agrícola.

Além da descentralização por municípios, dos diálogos permanentes com a comunidade, da racionalização dos serviços e do lógico melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos, a Casa da Agricultura e Abastecimento expressa, pois, o sentido moderno de uma organização dinâmica e grandemente rentável.

Estou certo de que a Casa da Agricultura e Abastecimento contribuirá positivamente para a reconstrução do Rio Grande do Sul, até porque estimulará e protegerá a produção familiar e a experiência política da participação democrática.

Manifesto também a certeza de que as modificações assim asseguradas pelo Decreto nº 32.557, de 13 de maio deste ano, hão de ser, igualmente, fatores determinantes no acesso à terra, democratizando as propriedades pelo único caminho que tenho como verdadeiro: a prevalência de sua importância social para o desenvolvimento.

Dai Sr. Presidente, Srs. Constituintes, meu empenho em registrar a iniciativa benemerita de Jarbas Pires Machado com a criação das Casas da Agricultura e Abastecimento, modernizando, dessa forma, a Secretaria gaúcha que honra, titulando-a.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.).

O SR. RAIMUNDO BEZERRA (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Sr.^as Constituintes:

O desenvolvimento do Nordeste é um dos compromissos da Nova República e considerado como a maior prioridade da Nação. Até o momento, o Presidente Sarney não teve condições econômicas de resgatar a dívida social para com a região. Alguns investimentos de vulto foram objetivados, como uma refinaria de petróleo, uma siderúrgica, fábrica de automóveis etc, porém, as limitações de ordem financeira, tem obstaculizado as intenções. Agora, uma luz verde é acesa na escuridão do desesperado e descrente povo nordestino. Queremos nos referir às Zonas de Processamento de Exportações (ZPE), que teriam o fim precípua da instalação no Nordeste, de indústrias direcionados para o mercado externo, para a exportação. Acreditamos que este caminho, que seria viabilizado com a participação de capitais nacionais e estrangeiros, estes com a salvaguarda dos interesses do País, seria uma oportunidade real do resgate de parcela da dívida social.

O Ceará, Estado que temos a honra e responsabilidade de representar nesta Casa, tem o direito incontestável de reivindicar, para seu território, a instalação de uma Zona de Processamento de Exportações. As oportunidades de sobrevida, no meu Estado, são as mais precárias. O tradicional binômio agricultura-pecuária, numa região em que a natureza é madrasta, o deficiente e irregular índice pluviométrico na maior parte dos invernos e episódios de catastróficas inundações, faz com que a migração seja uma constante e a fome, a miséria, a vida subumana, seja companheira dos que ficam. É imperativo que exista diversificação de oportunidades com o desenvolvimento de setores que independam de chuvas. Temos acompanhado o trabalho do Governador Tasso Jereissati na defesa de uma ZPE para o Ceará, como também a participação ativa e imprescindível da Federação das Indústrias, do Centro Industrial do Ceará, da Associação Comercial, da Imprensa cearense, e aqui, em Brasília, somamos o nosso apoio na Câmara Federal e na Assembléia Nacional Constituinte, para que, juntos, possamos alcançar o objetivo colimado, que é proporcionar condições dignas de vida para o nosso povo.

O projeto das Zonas de Processamento de Exportações já foi analisado pelo Conselho de Segurança Nacional e recebeu o estímulo e aprovação do Presidente Sarney para que, no menor espaço de tempo, possa chegar a nível de decisão, com o parecer do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Conselho Político. Os trabalhos de elaboração estão a cargo do Ministério da Indústria e do Comércio.

O capital nacional poderá participar, instalando fábricas ou vendendo, através de indústrias sediadas em outras regiões do País, produtos semi-acabados ou componentes industriais para a Zona de Processamento de Exportação, como se fossem vendidas para o mercado externo e teria a liberdade de escolha para investir onde melhor lhe aprouvesse. O capital estrangeiro gostaria da mesma liberdade, excluindo os setores ligados à segurança nacional e os considerados estratégicos, tais como petróleo e geração de energia.

Tentativas anteriores para o desenvolvimento do Nordeste já foram efetuadas, em especial com

a criação da Sudene, infelizmente com mínima resposta. Provavelmente a causa do fracasso tenha sido a política adotada que visava a industrialização voltada para o mercado interno e investimentos no setor de serviços que pouco representa e ainda uma agricultura, sem priorizar a irrigação, com alto custo e baixo rendimento. Era preciso que nova tentativa fosse feita e, com o disciplinamento devido, cremos ser este um dos caminhos a ser seguido, com real possibilidade de êxito. Discutimos profundamente com técnicos do Ministério da Indústria e do Comércio todos os pontos que nos pareciam obscuros, pedimos opinião ao nosso companheiro Constituinte Deputado José Serra e ficamos convencidos da oportunidade do investimento. Este será feito em indústrias e setores novos, todos voltados para a exportação, canalizados para o acréscimo de ativos e não para a compra de ativos existentes. Também, condição *sine qua non*, será a exigência para que o saldo líquido de divisas seja sempre positivo a nível de empresa.

Srs. e Sr.^as Constituintes, nossa missão nesta Casa é defender sempre os altos interesses do Brasil e quando matéria polêmica, em sua essência, se nos apresenta, temos obrigação de estudar, com todo rigor, as consequências de sua aceitação e aprovação. Foi o que fizemos em relação ao tema, motivo do nosso pronunciamento. Definimos o nosso integral apoio à instalação de uma Zona de Processamento de Exportações no Ceará e evidenciamos todos os esforços para sua concretização.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Raimundo Bezerra, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adroaldo Streck.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos nos aproximando da hora da verdade, que será o momento em que, neste Plenário, 559 Constituintes mostrará, de corpo presente, ao povo brasileiro o que pensam sobre uma nova legislação que consulte nossos interesses de país que busca, por todos os meios, um desenvolvimento harmônico.

Sou favorável a uma Constituição sintética, baseada em princípios, com o poder de subsistir às mudanças conjunturais, sendo adaptada progressivamente à realidade do País. Vou mais adiante: quero trabalhar nesta Casa – como já estou fazendo – por uma Constituição redigida em termos genéricos, que permita sua interpretação de acordo com os acontecimentos do momento. O detalhismo me preocupa, porque uma Constituição que tentasse solucionar todos os problemas acabaria sem efeito prático.

A rigor, são poucas as questões de base que precisam ser enfrentadas com determinação. Cito, como exemplo premente de uma ação concreta, o delineamento do que pensamos ser um melhor aproveitamento da nossa fronteira agrícola, passível de exploração racional. Neste ponto,

precisamos mexer profundamente, evitando idéias sem suporte que possam nos levar a uma desorganização dos nossos ainda precários métodos de produção.

Agora mesmo estou retomando do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que vive problemas seríssimos com o assentamento de agricultores sem terra. Em grande parte, as dificuldades que estamos vivendo podem ser debitadas à incapacidade gerencial do Incra, incapacidade na condução de questões fundiárias. Será que promover uma reforma agrária é apenas tomar terras de quem as têm – produtivas ou não – para entregá-las a agricultores desprovidos de recursos para colocá-las em processo de produção? Se fosse apenas isto, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, o problema estaria resolvido porque temos ainda 80% das nossas terras agricultáveis em disponibilidade.

Para solucionar essa questão estou trabalhando em cima de um projeto que cria o Crédito Fundiário, colocando ao alcance do produtor rural não apenas as terras, mas também o dinheiro que ele precisa para custear despesas com insumos, equipamentos e todas aquelas necessidades básicas que somam 70% dos gastos com a implantação de uma propriedade agrícola, depois de conseguida a terra.

Por outro lado, sinto também que não será através de um órgão inoperante como o Incra que vamos resolver nossos problemas de produção e de produtividade. Neste particular estou estudando também a eliminação pura e simples do Incra, transferindo suas atribuições para a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, permanecendo nesse contexto apenas o Mirad como órgão normativo da política fundiária do Governo Federal.

Enfim, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, chegou o momento de acabar com o paternalismo, este ranço maldito que nos persegue desde o tempo em que aqui chegaram os colonizadores portugueses. Vamos, através de um texto enxuto, sem privilegiamentos, abrir um campo imenso destinado àqueles brasileiros que querem, de fato, fazer da terra o seu instrumento de prosperidade. E, concluindo, na minha conceção de reforma agrária, não existe lugar para agitadores inconsequentes do tipo UDR ou esquerdistas comandados por padres de passeata que querem, por todos os meios, incendiar a nossa Pátria, transformando-a numa "republiqueta" irresponsável sem a dose de equilíbrio que esse assunto tão sério exige. Portanto, digo a este Plenário Constituinte que daqui deverão sair normas precisas sobre o aproveitamento do solo, definindo uma política nacional para o setor. A parte prática da execução da reforma agrária brasileira deverá ser atribuída por legislação ordinária à Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, eliminando-se, de uma vez por todas, esse lamentável organismo chamado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que, se continuar por mais tempo, cometendo desmandos na administração deste assunto delicado, ainda nos levará a uma profunda comoção interna.

Era o que tinha a dizer; Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. JESUS TAJRA (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria de nesta oportunidade, registrar o telegrama que recebi do Presidente do Sindicato Rural de São Raimundo Nonato, no meu Estado, Sr. José Ferreira Paes Landim Neto. Telegrama que merece ser registrado nesta Casa, exatamente pelo desespero que expressa do povo piauiense, naquela região e, de um modo geral, do nordestino, diante da grave crise que atravessa por mais uma seca.

Diz no seu telegrama:

"Telegrama
Deputado Federal
Jesus Tajra
Câmara dos Deputados
Brasília/DF

Como eh do vosso conhecimento o problema da seca verde que hoje assola toda região do Nordeste e especialmente nosso município conhecido nacionalmente como capital da seca pt a população nosso município vive momentos et desesperadores com a perda total de suas plantações e consequentemente impossibilitada arcar compromissos dos financiamentos bancários não tendo perspectivas de melhora pt Amigração começa a correr pois diariamente sai um ônibus para essa capital et dois para São Paulo et três vezes por semana sai um transportando jovens para o corte de cana em outros estados pt diante desse quadro de absoluta pobreza et necessidade solicitamos dos nossos representantes medidas capazes de combatermos essa seca que enfraquece e esmagá a sertanejo pt a medida adota pelo governo federal para combater os efeitos devastadores da seca em nosso meio é desumana et intapestivm vg pois nosso sertanejo não tem condição de pagar juros e correção monetária aplicados dos financiamentos de emergência pt fica nosso protesto et nosso reputdío a essa política emergencial determinada pelo governo Sarney pt esperamos que a bancada do Piauí na Camara e no Senado levantem suas vozes contra esses absurdos governamentais me nossa região pt alem da correção monetaria e dos juros que devem ser extinto do programa de financiamento da emergência esperando também que os nobres deputados et senadores se unam em favor da continuidade da construção da barragem Petronio Portella pois sua paralisação trará prejuízos incalculáveis ao nosso município pt. Saudações José Ferreira Paes Landim Neto, Presidente do Sindicato Rural de São Raimundo Nonato do Piauí"

Sr. Presidente, esse é um assunto que todos nós, não apenas da Bancada do Piauí, mas de todo o Nordeste, já tivemos oportunidade de abordar aqui. A verdade é que as medidas, com emergências, têm-se mostrado inócuas, de modo especial no Piauí onde o volume de recursos para lá destinado é irrisório, não atendendo por mais de um mês às necessidades da nossa população carente.

De maneira, Sr. Presidente, ao registrar essas palavras contundentes de um presidente de sindicato rural, eu as endosso, conclamando às autoridades responsáveis a que realmente voltem seus

olhos para a solução de um problema tão angustiante.

Em o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.).

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Ocupamos a tribuna para reforçar os termos do requerimento que o Vice-Líder da Bancada do nosso Partido, o PT, fez chegar à Mesa da Constituinte e com apoio de mais de cem Srs. Constituintes de vários Partidos, no sentido de alterar a forma do debate que, aliás não ocorre nesta Casa, neste período. Hoje, o Presidente da Constituinte ficou de nos apresentar a sua opinião sobre o requerimento.

Reforçamos os termos do requerimento, esclarecendo aos colegas Constituintes que existem pelo menos três aspectos que fundamentam a decisão do PT de propor essa modificação. Em primeiro lugar, se os debates não forem feitos aqui, com oradores previamente inscritos para temas previamente definidos, não teremos possibilidade de articulações às claras, elas terão que ser feitas nos bastidores, sem que conheçamos os projetos que iremos discutir e sem que tenhamos a possibilidade de conhecer as várias opiniões dos vários Constituintes sobre vários temas que são importantes hoje, para a realidade brasileira. Em segundo lugar, não havendo debates, neste plenário, não teremos a possibilidade de renovar as lideranças e os quadros parlamentares neste País, ficando mantida aquela mesma tradição parlamentar de somente aqueles que possuem outros meios de divulgação, é que terão a oportunidade de se projetarem nos debates e na defesa de suas idéias. É uma clara injustiça contra o conjunto dos Constituintes eleitos, principalmente contra a clara manifestação das urnas de 15 de novembro que modificou e renovou substancialmente os quadros deste Congresso Constituinte. Em terceiro lugar, mas não menos importante, ao impedir-se que o debate seja feito abertamente, com temas previamente definidos, os movimentos populares e a sociedade não terão oportunidade de acompanhar aquilo que estamos discutindo aqui, não terão oportunidade de se organizar para este debate nem de fazer o único **lobby** legítimo sobre o Congresso Constituinte, que é o **lobby** do movimento popular e do movimento social organizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.).

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Bevilácqua pela ordem.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Solicitei a palavra apenas para encaminhar o trabalho do jovem estudante de São José dos Campos, Luiz Gustavo de Oliveira Ramos, traçando um paralelo entre a Constituinte e Tiradentes, resultante de um concurso realizado pelo jornal **Perfil**, através da sua representante Lia Kelmann, que resultou na vinda a Brasília, há poucos dias, desse jovem.

Destaco apenas esta frase do trabalho do jovem estudante brasileiro:

"Quando recordarem a minha luta, decretrem que nenhum brasileiro deverá fugir à sua responsabilidade de cidadão e filho da terra. Quando lembrarem por que lutei, dedarem, finalmente, que cidadão algum terá outro objetivo, em sua vida, que não o de fazer deste um grande país, digno e soberano".

Sr. Presidente, no momento em que a juventude brasileira se interessa também pelos trabalhos de elaboração da Carta Magna, peço a V. Ex.^a autorize a publicação desse trabalho em meu pronunciamento. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOAQUIM BEVILÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO:

CONCURSO PERFIL TIRADENTES

Eu, Tiradentes, e a Constituinte.

Enquanto vivo, chamavam-me Tiradentes. Era eu um dentista sem estudos, que aprendera com a vida as artes do ofício. Atendia homens simples ou de fino trato, pobres ou ricos. De cada um, em meio às nossas conversas, ouvia verdadeiras declarações de amor ao Brasil:

"Doutor – alguns honravam-me sempre com este tratamento – não há terra mais fértil que a nossa no mundo. O que se planta, dá em poucos meses. E com fartura doutor, e com fartura!"

Ou ainda: "Eu nunca vi lugar para ter tanta riqueza como esse Brasil. Para ficar rico, não é preciso mais do que uma pá. Cava-se um palmo no chão e já se acha ouro e diamante que não acaba mais!"

Fazendo meu trabalho, eu refletia sobre estas considerações. Meu Deus, como amavam o solo em que pisavam! Amor semelhante ao dos índios, que dele tiravam seu alimento e nele enterravam seus corpos. E questionava a mim mesmo; "Se há amor nessa gente, com certeza há coragem. Então o que falta para que o Brasil se liberte de Portugal e se desenvolva?" Esta pergunta perseguiu-me por muitos anos. Andei por toda Província das Gerais atrás de ouro e da resposta às minhas dúvidas, sem resultados. Fui ao Rio de Janeiro e admirei-me com a Corte. As pessoas que ali estavam não eram as mesmas que eu ouvia durante meu trabalho. E concluía: "O verdadeiro povo brasileiro não está ao lado do Rei; está nas roças, cuidando da plantação; está nas minas garimpando ouro; está nos armazéns, vendendo o milho e o feijão".

Em meio a essas mudanças tramava, junto com companheiros, a Independência brasileira. Entretanto, acabei preso, traído por um judas. Por ironia, a resposta que não encontrara nos campos brasileiros, achei entre as quatro paredes da prisão, por intermédio de Frei Raimundo de Penaforte, meu confessor e homem de muita sabedoria:

– O que falta ao Brasil é um exemplo. Enquanto uma criança desenvolve a sua personalidade, mira-se no exemplo de alguém que admire, imitando os seus gestos e seu modo de pensar. Com o tempo, porém, ela evolui, transforma-se em – adulto e passa a agir por si mesma. O povo é como a criança; precisa de um exemplo para que

possa agir como ele, até que atinja a maioridade e seja dono de seus atos.

Essas palavras muito me impressionaram. Fizeram crescer dentro de mim uma certeza eu poderia ser este exemplo. Ainda me restava algum tempo de vida, e nesse tempo, muito eu poderia fazer pelo Brasil. Assim, se assumi toda a responsabilidade pela revolta, foi para fazer-me de exemplo. Se entreguei a cabeça à força, sem tremer, foi ainda para servir de exemplo.

Hoje, encontramo-nos em situação semelhante à daquela época. Apesar dos anos passados, o amor pela terra não diminuiu no povo brasileiro. Isto pode ser observado nos estádios de futebol, nas praias, nas cidades ou nas roças. Vivemos um momento decisivo, pois o País prepara-se para escrever uma nova Constituição, que deverá ser bem escrita, porque será o nosso guia por muitos anos. Proponho que seja escrita à minha imagem. Quando recordarem a minha luta, decretrem que nenhum brasileiro deverá fugir à sua responsabilidade de cidadão e filho da terra. Quando lembrarem porque lutei, declarem, finalmente, que cidadão algum terá outro objetivo, em sua vida, que não o de fazer deste um grande país, digno e soberano.

E o quê nos falta, então? Ainda posso ouvir a voz fraca do frade a responder-me: "Um exemplo: que seja cada um de nós este exemplo".

Nome: Luiz Gustavo de Oliveira Ramos
Endereço: Av. São João, 323, ap. 31
Cidade: São José dos Campos
Estado: São Paulo
CEP: 12200
Idade: 16 anos

**O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP)
Pronuncia o seguinte discurso.:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Miséria e repressão contra os trabalhadores da saúde no Ceará.

Nesta época de reforma sanitária na Constituinte e da grande propaganda com que o Ministro da Previdência vem divulgando seu programa de estadualização, algo de espantar vem ocorrendo no Ceará; segundo denúncias da Organização Social dos Servidores da Saúde do Ceará, os trabalhadores da Saúde naquele Estado recebem os salários mais baixos do País. Alguns ganham Cz\$ 500,00, outros Cz\$ 800,00, por mês! Um médico, diretor de uma regional, ganha Cz\$ 3.376,00, por mês!

O Ihamps continuaria atrasando os repasses para a Secretaria da Saúde, e o Ministério da Saúde estaria totalmente defasado nas suas aplicações no Estado.

Quando, por sua vez, os trabalhadores fizeram um protesto contra estes absurdos, durante a campanha de vacinação, no dia 23/05/87, foram reprimidos.

Chegou-me denúncia, por exemplo, que em Ubajara, Ceará, os servidores que participaram do movimento de protesto estão sendo levados em camburões da polícia para delegacia, onde são tomados depoimentos. Processo violento e intolerável! Contradicório com a disposição da Constituinte que, na Comissão da Ordem Social, aprovou, por unanimidade, o direito à sindicalização e à greve aos servidores públicos.

Quero, então, registrar o protesto do Partido dos Trabalhadores contra esta situação e encami-

nar este pronunciamento aos seguintes órgãos, para as providências necessárias:

– Ministério da Previdência Social;

– Ministério da Saúde;

– Governo do Ceará;

– Secretaria de Saúde do Ceará.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO JORGE, EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Tianguá, 8 de julho de 1987

Prezado Senhor,

A Organização Social dos Servidores de Saúde e a 12^a DIRES, abaixo-assinadas, vem por este intermédio repudiar fatos que vêm ocorrendo na cidade de Ubajara, envolvendo servidores da Secretaria de Saúde e algumas pessoas que compõem a sociedade daquela cidade.

Trata-se do fato de que as pessoas são chamadas verbalmente por policiais, são conduzidos em camburão para prestar depoimento na Delegacia de Polícia acerca da paralisação da Campanha de Vacinação contra Poliomielite ocorrida no dia 23 de maio último.

Entendemos que tal atitude, além de contrariar os preceitos legais, pois as pessoas não recebem notificação escrita, não são informadas de seus direitos à justiça e esclarecidas da finalidade de tal convocação, a utilização do poder de polícia no tratamento de questões afetas exclusivamente aos serviços de Saúde, não se coaduna com os ditos propósitos democráticos da Nova República e no Estado, com o governo de mudanças.

Entendemos que a crise do setor Saúde, não só no Estado do Ceará mas no Brasil inteiro, vem se agravando a cada dia, doenças tidas como erradicadas reaparecem, a mortalidade infantil atinge níveis vergonhosos, as endemias se transformam em epidemias e epidemias são verdadeiras catástrofes.

Os servidores do Estado do Ceará – deve-se ressaltar aqui que são os que recebem os menores salários do País – vêm ao longo dos anos, através também de suas entidades, propondo alternativas para a melhoria dos serviços de saúde, para a moralização e seriedade da coisa pública e tocantes aos subsalários que vimos recebendo, não por culpa dos servidores que têm toda uma história de dedicação ao trabalho e ao povo, mas devido a uma política clientelista e deformada que veio perpassando as administrações estaduais.

No momento em que os profissionais lutam pelos seus direitos, estão sendo amedrontados, colocando-se a polícia para que, intimidados, passem a se achar fracos e falíveis, e desmobilizem-se de sua justíssima luta.

Partir disso, reiteramos nossos protestos em relação a estes fatos aqui relatados, a necessidade de providências cabíveis que o assunto requer bem como conclamamos a todos que se unam numa corrente solidária aos explorados servidores da saúde.

Dr. Graciema Daniel Cândido Fernandes, MD. Diretora Regional de Saúde. Heloisa Esterves Gurgel. MD. Presidente da OSSS.

O SR. CUNHA BUENO (PDS-SP)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O programa **Diário da Constituinte** que foi ao ar pela televisão no dia de ontem abordou a importante questão da sobrevivência do SESC, SENAC, SESI e SENAI, órgãos com relevantes e notórios serviços prestados ao País e agora ameaçados de desaparecimento.

É que os artigos 336 a 487 do atual Projeto de Constituição, ora em mãos do Relator Bernardo Cabral, encaminham-se numa direção à qual se precisa urgentemente deter através de mobilização da opinião pública. Por eles, artigos 342. "A folha de salários é base exclusiva da Seguridade Social e sobre ela não poderá incidir qualquer tributo ou contribuição exceto a destinada a instituições de formação profissional e de assistência social sem fins lucrativos". O mesmo se contém no parágrafo único do artigo 343: Toda contribuição social instituída pela União destina-se exclusiva e obrigatoriamente ao Fundo a que se refere este artigo, excetuada a destinada a instituições de formação profissional e de assistência social sem fins lucrativos." E desde que "A folha de salários é base exclusiva", repita-se, então o que terminará havendo será simplesmente a estatização completa do sistema, ao impedir-se a contribuição paga pelos empresários para a manutenção do SESI, SESC, SENAC e SENAI. Sem ela, os recursos se apresentarão insuficientes e haverá inevitável extinção dos referidos órgãos com um enorme acervo de serviços prestados ao País.

A proposta estatização surge ainda mais estranha quando se sabe que falharam, até agora, todas as tentativas de subordinação do SENAI, SENAC, SESI e SESC ao Ministério do Trabalho. Nem no auge do agora tão atacado autoritarismo conseguiu-se impor esta capitulação. Portanto, é um absurdo que se procure alcançar este objetivo em plena fase de reconstitucionalização do Brasil.

Não cabe, aqui, recapitular os itinerários daqueles órgãos. A Nação inteira os conhece, principalmente entre as classes mais humildes. Muitos e muitos dos seus filhos tiveram ali sua maior oportunidade, o início das suas carreiras, modestas em alguns e brilhantes noutros. Há gerações que se acumulam estes extraordinários serviços. Cabe, isto sim, à Assembléia Nacional Constituinte permitir-lhes a continuação sempre fecunda. Cumpre que prossiga e aumente a mobilização da opinião pública em defesa do SESC, SENAC, SESI e SENAI.

Desde o primeiro instante da inusitada proposta, fomos contra.

Combatemo-la no seu nascedouro, na Subcomissão de Seguridade, depois na Comissão de Ordem Social. Agora, na Sistematização e amanhã na votação em plenário.

Estou vendo que meu combate não foi em vão, muitos foram alertados contra tal crime que se pretende desfilar contra estas entidades que considero patrimônio do trabalhador e patrimônio nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Ministério dos Transportes é um dos instrumentos de ação do Governo Federal que, com eficiência incontestável, realmente desenvolve o seu programa e as suas metas sem que os seus dirigentes se socorram das desculpas, não raro ouvidas por parte de outros administradores, visando encobrir a ineficiência e o despreparo de serviços e responsáveis.

Sem dúvida que uma simples amostragem do universo que envolve o Ministério dos Transportes dará para assustar aos menos avisados, sobretudo se considerarmos as dimensões continentais de nosso território e a extensão gigantesca de nosso mar costeiro.

São milhares e milhares de quilômetros de rodovias, de ferrovias, de aquávias, que exigem a eficiência dos sistemas de transporte naturais a cada uma e sobretudo no complexo veio da intermodalidade de todos, incluindo aí o transporte aéreo também.

Não se pode imaginar o desenvolvimento do País sem que se promova, antes e, em seguida, de forma continuada, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de todo o sistema de transporte, desde os caminhos, até máquinas e os implementos. De pouco valerão as nossas rodovias bem traçadas, interligando o Norte com o Sul, o Leste com o Oeste, se os veículos e as empresas transportadoras se mostrarem obsoletos. Mas, se a tecnologia industrial e empresarial avançam, enquanto as rodovias são mantidas envelhecidas e inseguras, o descompasso igualmente se revelará triste, causando prejuízos incalculáveis à Nação.

Pois bem, Senhores Constituintes. Nossas rodovias, em todos os quadrantes do País, foram abandonadas ao longo dos últimos anos, poucos investimentos se fizeram e, estes, à custa do endividamento externo. Houve um perdidimento incalculável pela deteriorização do patrimônio público representado pelas rodovias em razão da não conservação da malha existente. Houve um retrocesso no desenvolvimento pelo não acréscimo de novos quilômetros aos já antigos existentes. Do Ministério dos Transportes, em governos anteriores, foram retirados todos os recursos que se podiam aplicar no sistema rodoviário, visando "fazer caixa" para o pagamento das dívidas do Governo, mesmo aquelas assumidas fora do setor transporte.

Mas, no momento, o Ministro José Ronaldo Carneiro Tavares comanda uma verdadeira revolução administrativa no setor. O marco primeiro deste evento é o Programa para o Desenvolvimento do Setor Transporte – PRODEST, que, inserido em um documento expositivo, bem revela o que se pode e o que se vai fazendo no País para a recuperação de todos os segmentos envolvidos com os transportes, mas, e sobretudo, o que acontece em nossas rodovias.

Nada de extraordinário em termos de esnobismo, de suntuosidades, de faraonismos. Coisa simples, como simples é o Ministro e toda a sua equipe. Estabeleceu-se que, em cinco anos, vão ser recuperados vinte mil quilômetros de rodovias em todo o País, com a média anual prevista de cinco mil quilômetros.

Aquele trabalho não implica em gastos extravagantes. A chamada "Operação São Cristóvão" percorre o País procurando nas rodovias os buracos que, de há muito cultivados nas administra-

ções anteriores, sempre colocam em risco a vida dos usuários de nossas estradas. Tapa buracos é indício de zelo e de cuidado, de coragem para realizações simples, mas eficientes, visando a segurança do trânsito e o impedimento a que mais se destruam as rodovias. A par disto, obras maiores, direcionadas tecnicamente para a segurança rodoviária, são realizadas visando a eliminação dos chamados "pontos negros", que são os locais de permanente incidência de acidentes. Nestes pontos, as pistas são agora melhor sinalizadas, os trechos são duplicados, as curvas eliminadas. Quando necessário, desvia-se a estrada para traçados mais confiáveis. Em todas as rodovias existentes, procura-se recuperar a pista de rolamento, renovando o asfalto e dando melhores condições de uso às faixas marginais de segurança.

Outro detalhe que importa destacar nestas realizações do Ministério dos Transportes está no fato de que os investimentos não são distribuídos dentro de critérios discriminatórios e protecionista. Por igual, todas as regiões brasileiras são alcançadas pela ação do Ministério dos Transportes. Desta maneira, em pouco tempo, as rodovias brasileiras estarão recuperadas totalmente.

A visão do Ministro José Reinaldo Tavares não se limita, entretanto, à recuperação das rodovias. Na medida do possível obras novas podem ser inseridas no contexto das realizações programadas. É o que vai ocorrer com a BR-364, no trecho de Porto Velho a Rio Branco. Completado este segmento da BR-364, todas as capitais de Estado estarão interligadas por asfalto a partir de Brasília, fato significativo, se considerarmos as dimensões do nosso território.

Realmente, Sr. Presidente, à exceção da rodovia antes referida, pouco se pode fazer em construção rodoviária, e todos sabemos da situação difícil em que se encontra o País quanto à possibilidade de novos investimentos. O Presidente José Sarney, em ato de governo, suspendeu todos os projetos e obras, por um prazo de seis meses, visando o equilíbrio das finanças públicas no âmbito da Administração Federal. O Ministro dos Transportes, diante disto, poderia usar de argumentos que são próprios aos incapazes e preguiçosos, para justificar o nada fazer em sua gestão. Fez exatamente o contrário. Não há dinheiro para a realização de grandes obras, façamos as pequenas, mas necessárias e urgentes, antes que o pouco existente acabe de acabar. Para alguns, isto pode parecer uma visão simplória. Para mim, é uma revolução.

O "Modelo José Reinaldo" precisa ser adotado em todos os segmentos da Administração. Vamos recuperar o que está sendo destruído, mesmo quando não podemos fazer nada de novo.

A experiência do "setor rodoviário" é a mesma que se transplanta para os demais setores subordinados ao Ministério dos Transportes. O que existe, em ferrovia, está sendo recuperado. Por igual, nos portos. Assim, Sr. Presidente, vimos crescer eficiência no transporte de bens e de pessoas gerando-se um maior índice de credibilidade nos sistemas, permitindo à navegação uma maior rentabilidade e à Rede Ferroviária Federal S.A. sair do vermelho para operar com saldos de caixa.

Há deficiências no setor transporte. Sobretudo no que se refere à expansão do sistema. Ouvimos críticas severas à programação do Ministro no

tocante à ampliação da Malha Ferroviária Federal. Principalmente aqueles que não se interessam pela integração das regiões menos desenvolvidas se levantaram em combate ferrenho à proposta do Governo e, em particular, do Ministério dos Transportes. Não queriam permitir a construção da Ferrovia Leste/Oeste e se armaram, ferrenhamente, contra a Norte/Sul.

Realmente, o que se viu foi uma "batalha" onde os interesses localizados se evidenciaram perfeitamente. Não me cumpre, aqui e agora, fazer uma avaliação dos méritos de uns e de outros dos contendores. Situo-me, entretanto, entre aqueles que querem o desenvolvimento do Brasil, sem discriminações regionalistas, sem proteção ao Sul e ao Sudeste em detrimento do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste.

O crescimento do sistema ferroviário de transporte é uma necessidade que se impõe atender. Sem os limites de planos preconcebidos, sem o servilismo a projetos comprometidos com outros interesses. O que propõe o Ministério dos Transportes, com as novas ferrovias, é integrar o País dentro de sua realidade social e econômica, eliminando disparidades, contribuindo para o desaparecimento dos bolsões de pobreza detectados no Norte e no Centro-Oeste, favorecendo o crescimento agrícola, pecuário, industrial e comercial, explorando as potencialidades e as riquezas naturais do solo e do subsolo destas regiões, implementando o equilíbrio econômico capaz de propiciar uma melhor distribuição de riquezas e de instalar o processo da desconcentração demográfica que hoje representa um dos mais graves problemas das metrópoles litorâneas com o consequente esvaziamento do interior brasileiro.

Tais conquistas somente serão possíveis com a construção das ferrovias Norte/Sul e Leste/Oeste. A primeira, integrando as riquezas da Amazônia às de Minas e de São Paulo, interligando os sistemas já existentes deste o Rio Grande do Sul. Assim, as minas de carvão gaúchas e catarinenses poderão ter as suas produções transportadas pelo mesmo sistema que transportará, para o consumo interno, as riquezas das províncias minerais do Pará, do Maranhão, de Goiás e das regiões todas que se situam sob a influência da Norte/Sul.

A segunda, interligando os campos férteis de Rondônia ao Porto exportador de Vitória, passando por Belo Horizonte e Pirapora, nesta cidade em conexão com a hidrovia do São Francisco e, consequentemente, com a Ferrovia Transnordestina, pois esta integrará o sistema ferroviário/hidrovia nos limites do Estado da Bahia e Pernambuco.

O Ministro dos Transportes, confirmando a seu respeito a impressão que temos de S. Ex.^a no tocante à visão globalizada das responsabilidades que lhe cumpre e ao seu Ministério, não esqueceu de incluir entre as realizações programadas daquela Secretaria de Estado a chamada ferrovia da produção, a ferrovia da soja, que interligará todo o oeste do Paraná e o Estado de Mato Grosso do Sul com o porto de Paranaguá.

Lamento, Sr. presidente, que as condicionantes conjunturais, atualmente vivenciadas no País, atrasem o projeto de expansão da malha ferroviária, pois esta se torna imperativa dentro do contexto desenvolvimentista do País.

A par disto, desenvolve o Ministério dos Transportes uma política de recuperação e melhoria das atuais condições de uso das ferrovias urbanas,

notadamente nos conglomerados metropolitanos, como os de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, dando ênfase ao transporte de passageiros na intermodalidade trem/ônibus, com o que há um aumento de eficiência no processo e de barateamento nos custos operacionais.

Os portos brasileiros, Sr. Presidente, há mais de vinte anos deixaram de receber recursos para obras de construção, melhoria e aperfeiçoamento de seus instrumentos. Enquanto o País desenvolvia uma política econômica nitidamente exportadora, que até se voltava contra a distribuição de bens produzidos ao consumo interno, o mesmo Governo esquecia-se dos portos brasileiros, salvo a construção do Sepetiba, no Rio de Janeiro e alguns melhoramentos no do Rio Grande, no Sul do País.

O "Modelo José Reinaldo" voltou-se para a recuperação e melhoria dos portos, objetivando evitar aqueles espetáculos ridículos, que ainda hoje assistimos, de dezenas de embarcações congestionando o sistema portuário, isto por absoluta incapacidade daquele sistema de dar vazão à demanda de embarques e desembarques.

Registro, Srs. Constituintes, estes fatos, para despertar o interesse desta Assembléia Nacional Constituinte em favor do setor transporte.

Não podemos relegar o tema a aspectos ou colocações secundárias, dentro do texto constitucional, como sempre foi feito, anteriormente, nas Constituições passadas.

Por igual, o que se vem fazendo no Ministério dos Transportes deve ser tomado como paradigma para os demais segmentos da administração pública. Sofremos o problema da falta de recursos para os maiores empreendimentos. Mas não nos faltam os meios para mantermos as estruturas existentes, para melhorarmos os serviços, para conservarmos o patrimônio público posto à disposição da Administração e dos usuários.

Oportunamente, voltarei ao assunto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho me batido, freqüentemente, nesta Tribuna em favor da adoção de providências do Governo, através do Ministério da Irrigação, visando a construção de açudes e implementação de Projetos de Irrigação no Nordeste e na Paraíba. Chego mesmo a admitir, como única forma de combate aos efeitos das secas periódicas que nos perseguem, a açudagem e a irrigação, e disso tenho feito praça.

Temos, na Paraíba, vários mananciais, que ainda não estão sendo utilizados para irrigação. Têm ficado à mercê da natureza, sem nenhum aproveitamento social de suas águas, como se pudéssemos nos dar ao luxo de investirmos em açudagem para efeito exclusivamente paisagístico. Tal política não pode prosperar. Há de ter paradeiro, sob pena de passarmos, todos nós, recibo de total incompetência.

Agora mesmo, Sr. Presidente, estamos com o açude Epitácio Pessoa, no Município de Boqueirão, na Paraíba, com dois problemas sérios: crescente processo de assoreamento de sua bacia hidráulica e erosão no seu sangradouro, acarre-

tando diminuição no seu potencial hídrico e perspectiva sombria de avarias irreversíveis.

E veja: esse manancial de quinhentos milhões de metros cúbicos, construídos há mais de trinta anos, ainda não está convenientemente sendo aproveitado para irrigação, o que representa um verdadeiro crime de lesa-nordestinidade, para não se dizer outra coisa. E, porventura, fica situado numa área onde existe abundância de água? Nada disso. Foi construído na região mais seca do Cariri paraibano, onde menos chove e onde há mais carência, em termos sociais e econômicos.

Pasmem, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes: no meu Estado só existe um rio, o Paraíba. No seu curso, uma barragem: a Epitácio Pessoa, com os problemas aqui referidos, sem irrigação e sangradouro com sinal vermelho, ou seja, em perigo.

Há uma outra, a de Acauã, em construção, porém desativada, que, ao lado do açude "Pelo Sinal", em Cabaceiras, seria responsável pela regularização da vazão do rio Paraíba, extinguindo o assoreamento do açude Epitácio Pessoa, evitando as inundações nas cidades de Cabaceiras, Itabaiana, Pilar, Espírito Santo e Santa Rita, além de propiciar condições para projetos de irrigação, com reflexos benéficos e definitivos na economia do Estado.

Tal quadro de necessidade não muda há muito tempo, enquanto na oportunidade das secas, se gastam milhões e milhões de cruzados sem retorno, em termos de desenvolvimento social e econômico para a região. Recursos esses que dariam para a construção de vários desses mananciais, que representam soluções definitivas para os nossos problemas de área subdesenvolvida do País.

Para que conste dos Anais desta Casa, Sr. Presidente, peço que considere parte integrante deste pronunciamento o ofício anexo, dirigido a S. Ex.^a o Ministro da Irrigação, Vicente Fialho, exatamente solicitando providências para os problemas aqui referidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EVALDO GONÇALVES, EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Brasília, 14 de julho de 1987.

Ao Exmo. Senhor
Ministro Vicente Fialho
Ministério da Irrigação
Brasília – DF

Senhor Ministro,
O açude Epitácio Pessoa, situado no Município de Boqueirão, neste Estado, construído para uma capacidade de quinhentos milhões de metros cúbicos, tem sido utilizado para o abastecimento d'água das cidades de Campina Grande e Boqueirão, bem como para irrigação em partes muito limitadas do seu perímetro, por iniciativas particular e pública.

Acontece, Senhor Ministro, que as enchentes periódicas do rio Paraíba, engrossado sempre com as águas do rio Taperoá, têm provocado

assoreamento na bacia do açude Epitácio Pessoa, com notórios prejuízos, quanto à sua capacidade útil, e a repetição de inundações nas cidades situadas à sua montante, como é o caso de Cabaceiras e outras.

Claro que uma das medidas mais eficazes para evitar o assoreamento do açude Epitácio Pessoa é a construção do açude "Pelo Sinal", no Município de Cabaceiras, cujo projeto técnico está incluído, que teria, igualmente, uma outra função importante, qual seja a da regularização da vazão do rio Paraíba, tornando-o perene e propiciando a implementação de Projetos de Irrigação em todo o Cariri paraibano.

Um outro problema, Senhor Ministro, que exige solução imediata: a cota da soleira e o sangradouro do açude Epitácio Pessoa estão sofrendo um processo de erosão violento e rápido, podendo afetar a segurança do manancial. Urge a adoção de medidas urgentes, por parte desse Ministério, a fim de evitar um mal maior e irreversível.

Certo das providências de V. Ex.^a, Senhor Ministro, antecipo os meus melhores agradecimentos.

Atenciosas saudações, — Constituinte
Evaldo Gonçalves.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A imprensa divulga informação de que o Governo estaria cogitando de implantar uma nova política habitacional no País. Aliás, pelo que se sabe, a alteração se limitaria a mudanças no sistema de financiamento para aquisição de habitações sem que se conceba, de fato, uma política habitacional digna deste nome, isto é, integrada a uma proposta de desenvolvimento urbano da qual continuamos carentes. Neste aspecto, a atual administração federal tem cometido equívocos que têm contribuído para perpetuar a ausência de uma política urbana coerente, capaz de atender às exigências de um País predominantemente urbano como o nosso. A criação de um Ministério do Desenvolvimento Urbano no início do atual período administrativo foi visto como sinal de que o Governo havia, finalmente, acordado para a necessidade de tratar seriamente a questão urbana, buscando equacionar soluções para os múltiplos e complexos problemas que ela contém. Na verdade, MDU e BNH nunca se entenderam. O Banco era, de fato, maior e mais poderoso que o Ministério, e sua burocracia preconceituosa e inflexível desperdiçou a oportunidade de dar realce político ao problema urbano, sobre o qual, bem ou mal, aquela instituição financeira havia acumulado considerável experiência. A extinção do BNH foi uma decisão, até hoje, mal explicada. Em nenhum instante se invocou, em defesa do ato administrativo, a formulação de uma nova política de desenvolvimento urbano voltada para as nossas grandes necessidades no setor. No que mais se falou foi na redução do número de funcionários públicos a serem demitidos com o fim do banco. Esta seria, segundo a versão oficial divulgada, a única vantagem da medida. A transferência das funções do BNH para a Caixa Econômica Federal foi acompanhada da absorção de praticamente todos os servidores do primeiro, sem que se lograsse alcançar o objetivo visado com a reforma.

Sucedendo ao fato, e no bojo do anúncio de extinção de outros órgãos federais, com consequente demissão de funcionários, sobreveio a manifestação de rua, levada a cabo em Brasília, em protesto contra o Governo e para a qual concorreram empregados federais em legítima defesa contra a perda de seus postos de trabalho. Por outro lado, a Caixa Econômica, embora instituição respeitável, não tem tradição em política urbana, não passando de agente eficiente no financiamento de unidades residenciais. O que está muito distante de um órgão que seja capaz de conceber e colocar

em prática uma verdadeira política de desenvolvimento urbano com as implicações próprias do cometimento. Vinculada ao Ministério da Fazenda, a Caixa escapa à orientação do Ministério do Desenvolvimento Urbano, tornando débeis os laços entre órgão executor e o planejador da política a ser encetada. Por isso, lê-se de vez em notícia dando conta do interesse do Ministério do Desenvolvimento Urbano em atrair diretorias da Caixa para a órbita de seu Ministério, como se tal fosse possível administrativamente. Agora, seria o caso de se indagar por que o BNH morreu sem nenhum protesto? Salvo o de seus servidores ameaçados pelo desemprego? A medida surpreendeu a todos pelo inusitado de que se revestiu. A imagem negativa que a instituição projetou junto ao público, em razão de anos seguidos de reajustes escorchantes das prestações correspondentes à amortização de financiamentos contraídos para aquisição de casa própria fizeram com que o BNH desaparecesse sem deixar saudades.

Associações profissionais, como o Instituto de Arquitetos do Brasil, e outras, terminaram por centrar esforços na defesa dos empregados de seus sócios, ficando a questão da existência de um órgão dedicado exclusivamente ao problema urbano em plano secundário. Salvaram-se os empregos, foi-se o BNH. Sei, por ciência própria, na condição de ex-Prefeito de Fortaleza, das imperfeições e limitações do BNH, mas não desconheço o quanto já se havia caminhado penosamente, e a custa de muitos erros, na acumulação de valioso acervo no trato da questão urbana e suas especificidades brasileiras. Por isso, afamo que extinguí-lo foi um grave erro por parte do Governo, que desprezou a hipótese de reformá-lo para atender às exigências do Brasil urbano e moderno dos dias de hoje. Infelizmente nenhuma proposta nova, de fôlego, se seguiu a este fato. Continuamos sem uma política de desenvolvimento urbano, procurando soluções conjunturais para o desafio habitacional, desapercebidos da importância de um enfoque maior que privilegie a questão urbana como um todo. Não é por acaso que o Projeto de Lei do Desenvolvimento Urbano, enviado ao Congresso ainda no Governo passado, demora no Legislativo sem suscitar empenho ou interesse do Executivo. A apatia do Governo em relação ao assunto deve ser condenada com veemência, pois significa fazer vista grossa à problema que só faz ganhar maiores proporções a cada dia, demandando, assim, vigorosa ação dos responsáveis pelo Governo Federal.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna e, não sem rara emoção, registro o falecimento do fundador e ex-diretor da Rá-

dio Aparecida, o padre missionário Victor Coelho, cujo sepultamento ocorreu hoje, às nove horas, na Catedral Basílica de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida do Norte, Estado de São Paulo.

O padre Victor Coelho tornou-se conhecido nacionalmente como o "Apóstolo do Rádio Brasileiro" por falar em programa diário da Rádio Aparecida, em cadeia com outras emissoras de vários Estados, sobre temas de evangelização: "Os ponteiros apontam para o infinito" e "A Consagração à Nossa Senhora Aparecida".

O ilustre sacerdote foi também o principal divulgador da cidade de Aparecida do Norte e da Padroeira do Brasil.

No momento em que dou notícia a esta augusta Assembléia Constituinte do infarto acontecimento, que é a morte do padre Victor Coelho, me parece oportuno recordar aquela difícil missão que tive de enfrentar, no árduo itinerário do processo legislativo, para transformar na Lei nº 6.802, de 30-6-80, projeto de minha autoria, que considera feriado nacional o dia 12 de outubro, em homenagem à Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

Trata-se de um episódio histórico na vida da família católica deste País. Por mercê de Deus e, por que não dizer, da vontade da Mãe do nosso Salvador, a Lei nº 6.802 foi sancionada pelo então Presidente João Figueiredo, na presença de Sua Santidade o Papa João Paulo II, quando de sua visita ao Brasil.

Lembro-me que, naquele momento, eclodiu como um brilhante raio de luz sobre toda a Nação brasileira a notícia da transformação do dia 12 de outubro em feriado nacional, através de programa levado ao ar pela Rádio Aparecida, na voz suave do padre Victor Coelho.

Registro também o perfil do sacerdote, que hoje deixou o mundo dos vivos para ingressar na eternidade. Nasceu em Sacramento, Minas Gerais, em 22 de setembro de 1899, e celebrou sua primeira missa no ano de 1923, na Alemanha, durante os estudos de Teologia. Em 1949, fixou residência em Aparecida do Norte e, vitimado por pertinaz enfermidade, esteve internado durante sete anos em Campos do Jordão, como integrante que era das missões da Congregação Redentorista.

Na qualidade de representante político na Assembléia Nacional Constituinte e ainda na condição de "Cidadão Benemérito e Honorário Aparecidense", comungo, neste instante, do sentimento de dor e de saudade do bravo e abençoado povo de Aparecida do Norte, levando-lhe, assim, a solidariedade de toda a família católica do meu Estado do Pará.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Suprimir preconceitos tem sido mais uma justa aspiração do que realidade no contexto sócio-cultural brasileiro. É frequente dizer-se que não existem tais preconceitos, e a própria Constituição vigente já firmou o princípio da não-discriminação racial e da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Entretanto, tais preconceitos existem e persistem na sociedade brasileira. O mais evidente é o preconceito facial. Na pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, 66% da população do Rio de Janeiro e São Paulo admitiu que existe preconceito racial no Brasil. Entre os entrevistados de raça negra, 79% disseram haver tal preconceito e mesmo as pessoas de raça branca o admitem, em sua maioria (67%).

Neste aspecto, entre as pessoas de classe A – onde se sabe predominarem pessoas de cor branca –, é maior (81%) o percentual dos que admitem a existência de preconceito racial no Brasil do que entre as pessoas de classes D e E (55%). Sinal de mudança está na distribuição etária das respostas; os jovens admitem mais a existência de preconceitos raciais (71%) do que as pessoas mais idosas (59%).

Embora havendo tais preconceitos, persiste a aspiração de todos os segmentos sociais atualmente discriminados que tenham os mesmos direitos e as mesmas obrigações. É evidente que a simples inclusão, no próximo texto constitucional, de preconceitos antidiscriminatórios não será suficiente para suprimir tais práticas ainda remanescentes na sociedade brasileira. Contudo, espera-se que a legislação se antecipe e assegure preventivamente esta igualdade legal.

Contra as discriminações que existem, a Constituição assumiria, assim, um papel definidor da conduta ideal que a sociedade aspira, sem efetivamente adotar inteiramente. A lei, neste caso, indicaria "como deve ser" e não "como é" atualmente a conduta social.

Trata-se, portanto, de um caso em que a norma se baseia nas expectativas ideais mais do que nas práticas reais da população, por entender que esta aspiração deve prevalecer sobre os simples usos e costumes vigentes.

Entendemos, Sr. Presidente, que esta Casa, que representa um dos mais luminares arautos do povo brasileiro, lidere, através de um movimento pacífico, normativo e até de orientação, uma campanha de oposição aos preconceitos que ainda perduram neste País, notadamente contra os negros, os idosos, os excepcionais e as mulheres, em determinados setores de atividades.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Recentemente, em almoço promovido pela President's Association, no Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, o Sr. Wolfgang Sauer, Presidente da Autolatina, emitiu profundo pronunciamento acerca de aspectos, e perspectivas da economia brasileira, apresentando um preciso panorama da situação nacional e apontando soluções para a crise que a assola.

Ressaltou o Sr Sauer que a fuga de capitais, já tão escassos e caros no mercado financeiro internacional, é uma das principais causas das dificuldades econômicas dos países em desenvolvimento, e a repatriação desses capitais depende da estabilidade e de condições atrativas de investimento.

Nesse sentido, assinalou que, em nosso País, a esperança renasce com as medidas e as idéias do Ministro Bresser Pereira, que tem a coragem

de defender a iniciativa privada, o livre mercado e de centrar o combate à inflação no controle do déficit público, ao qual, finalmente, se atribui a maior de todas as fontes alimentadoras da inflação.

Dentre outras considerações, afirmou também o orador que temos de acabar com a cultura do "jeitinho", passada de geração a geração, que nos ensina sempre tentar tirar vantagem de tudo. Além disso, ressaltou que os brasileiros esperam demais do Estado, sendo fundamental a libertação dessa sombra do oficialismo, para que a sociedade, sem amarras, assuma suas responsabilidades e colha os frutos de seu trabalho, sendo que a extensão desse princípio a todas as relações sociais dará ao Brasil a chave do grande futuro, que lhe é prometido em todos os livros escolares.

Assim desejamos, nesta oportunidade, registrar as judiciosas palavras do Sr. Wolfgang Sauer, que, seguramente, apontam um saudável rumo para a economia brasileira.

É o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em uma sociedade como a nossa, de mais de cem milhões de pessoas, nada é possível sem um mínimo de credibilidade.

Notadamente quando abordamos matéria que envolve a poupança, a credibilidade se torna algo essencial para o desenvolvimento de qualquer atividade.

A poupança da qual pretendo falar hoje não é esta das cadernetas do antigo BNH, e sim outra, não menos popular, que é o consórcio de bens duráveis de consumo.

Os consórcios foram criados como forma de acesso de um segmento maior de nosso mercado consumidor, a bens de consumo duráveis, de preços mais elevados, em geral veículos automotores.

Com este acesso, de um segmento maior do mercado consumidor, houve o fortalecimento da nossa indústria de bens duráveis, hoje entre as mais significativas do mundo.

Com os consórcios regulados na sua formação pelo Ministério da Fazenda e sendo fiscalizados no seu funcionamento pela Secretaria da Receita Federal, transformou-se esta instituição em uma forma de poupança da classe média, poupança esta extremamente saudável, pois tem os seus recursos totalmente canalizados para os meios de produção, sendo inclusive até recentemente proibida a aplicação de seus saldos no mercado financeiro especulativo.

Com o desenvolvimento notável alcançado pelos consórcios de veículos, estes se transformaram em seus maiores consumidores, sendo que significativa parcela do que se produz na indústria tem mercado certo entre os consorciados de todo o País. Mas os consórcios não seriam tão somente um grande consumidor.

Além de grandes consumidores em potencial, os consórcios se transformaram, consequentemente, nos consumidores mais fiéis da produção nacional.

Não importa o que venha a acontecer, haverá sempre que se consumir aquele bem em torno do qual grupos de geralmente cinqüenta a cem

pessoas se juntaram para adquirir mensalmente, haja o que houver.

Com isto, os consorciados transformaram-se na presa mais fácil que há no mercado para se extorquir dinheiro.

Há cerca de um ano e meio, os consumidores e o Governo notaram um fato curioso, as indústrias automobilísticas preferiam guardar em seus pátios os veículos, na expectativa de um novo aumento, ao invés de entregá-los pelo preço vigente.

Naquela ocasião, por condições que hoje parecem ser até boas, em razão da situação em que vivemos, os consórcios se colocavam como único consumidor de veículos automotores e para estes não importava o aumento, pois haverá sempre o compromisso de se adquirir o bem.

Mas naquela ocasião, os consorciados ainda contavam com alguma proteção do Governo, através do CIP, que controlava os preços. Esta situação logo se inverteu com o advento do Plano Cruzado.

Com os preços dos veículos congelados e com os juros em um patamar acessível, a demanda de veículos se aqueceu demasiadamente, deixando os consórcios de serem os maiores consumidores, não por vontade própria, e sim por interesses de mercado, pois o consórcio, pela sua regulamentação, só pode comprar o bem pela tabela e, na ocasião, ninguém queria entregar veículo na tabela, com o ágio, correndo solto no mercado.

Neste ponto, nós temos o primeiro problema, não se respeitou este consumidor no que há de mais sério, o direito de continuar adquirindo aquilo que sempre adquiriu.

Mentira, quando se afirma que isto se deu em decorrência de greves de operários nas montadoras, falta de fornecimento de peças pela indústria de autopartes, isto ou aquilo.

O que se pode notar claramente é que a indústria automobilística, no ano de 1986, produziu mais do que em 1985 e mais também do que vai produzir em 1987.

Portanto, não foi por falta de produção que não se entregou veículos, no ano passado, e sim por falta de interesse.

O fato é que não os veículos não foram entregues devido à demanda altamente promissora do mercado. Exatamente essa demanda provocou, no meio do ano de 1986, uma outra medida que iriam os consorciados sofrer na pele, o empréstimo compulsório sobre veículos criados pelo Governo, para punir aqueles que especulavam no mercado de automóveis. Quem pagou efetivamente o pato foi o consorciado, justamente aquele que, não tendo dinheiro para adquirir o bem, poupa para obtê-lo, e agora mesmo contemplado, não poderia receber o que lhe seria de direito, pois teria de recolher ao Governo a importância de 30% sobre o valor do bem, à vista, quantia que a maioria não dispunha.

Não satisfeito, em novembro do mesmo ano, o Governo, através de sua volúpia por dinheiro, aumenta a taxação sobre os veículos e, como consequência, aumenta o preço dos mesmos em 80%, colocando todos os grupos em situação difícil, pois aqueles veículos que não haviam sido entregues, teriam de ser entregues, agora, com o preço violentamente aumentado.

Como que para resolver o problema, o Governo branda no ar sua caneta e mais uma vez modifica

as regras do jogo, dilatando prazos, repartindo saldos de caixas, etc., sempre às custas dos consorciados, estes Midas da poupança da classe média.

Quando digo que mexeu mais uma vez, é porque, anteriormente, já havia modificado as regras do jogo.

Como não se tinha carros para entregar, o que era mentira, como nós já vimos, o Governo, em vez de endurecer o jogo com os administradores de consórcios e revendedores, modifica sempre a legislação, para tentar obter os seus resultados, e proíbe a entrega de carros por lance, diminuindo a demanda e os problemas, mas só momentaneamente, pois tudo isto haveria de ser resgatado no futuro, que não tardou a chegar.

De aumento em aumento, de modificação em modificação, o Governo conseguiu aquilo que parecia tentar obter, a paralisação quase que por completo do mercado de automóveis no País, retornando à situação do passado, quando os consórcios eram os únicos consumidores de veículos. Só que agora os consórcios estão literalmente quebrados, e os consorciados, sua fonte de energia, sem nenhuma condição de assumir o resgate de seus compromissos, após tantas ingerências do Governo.

Depois disso tudo, com centenas de milhares de pessoas com os nervos à flor da pele, pois, com a inadimplência, perderão tudo aquilo que já pagaram em favor de quem ainda não sabemos, temos de assistir ao Secretário da Receita Federal, justamente o homem que tem a seu encargo a fiscalização do funcionamento dos consórcios, responsabilizar os consorciados pela situação, pois assinam contratos sem se dar conta de que os mesmos são leoninos, contratos estes padronizados pelo Ministério da Fazenda.

Da minha parte, faço este pronunciamento para deixar registrada a minha opinião de que tudo se deu por incompetência do Governo, que foi inapto e relapso nas suas obrigações de nos proteger.

Deixo aqui o meu protesto e a cobrança, minha e de milhares de brasileiros que foram iludidos, na esperança de que o Governo use os recursos que tem à sua disposição, não para salvar os consórcios, e sim os consorciados, que têm seus direitos a serem protegidos pelas instituições governamentais. Soluções não irão faltar, desde que haja determinação no sentido de se resolver o problema.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. MICHEL TEMER (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não podemos deixar de registrar nos anais desta Casa o nosso profundo pesar pelo falecimento, hoje, dia 22, do ilustre homem público Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto.

Iniciou sua brilhante carreira política em 1953, como Secretário de Finanças na Prefeitura paulistana, na gestão de Jânio Quadros. Logo depois, em 1955, foi nomeado Secretário das Finanças do Estado de São Paulo, no Governo Jânio Quadros, passando a desempenhar um importante papel na racionalização administrativa e no saneamento financeiro do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, o trabalho de Carvalho Pinto à frente da Secretaria de Finanças foi de impor-

tância fundamental para o crescimento do prestígio do então Governador Jânio Quadros, que se preparava para tentar a Presidência da República, em 1960.

Carvalho Pinto foi indicado para disputar as eleições de 3 de outubro de 1958, para o Governo estadual, tendo sido eleito em memorável pleito. Carvalho Pinto imprimiu um ritmo diferente em sua administração, iniciada em 1959, lançando o Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), que disciplinava o planejamento orçamentário dos vários setores da administração estadual.

A Hidrelétrica de Urubupungá iniciou a épocas da construção das grandes usinas que iriam possibilitar a continuidade do crescimento industrial de São Paulo. Criou a Universidade de Campinas; realizou uma série de obras que o colocam como um dos maiores administradores públicos do Brasil.

Em 1963, Sr. Presidente, exerceu o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em junho do mesmo ano foi nomeado Ministro da Fazenda do Governo Goulart, cargo do qual se demitiu em dezembro, ainda de 1963.

Foi eleito Senador em 1966, mandato que exerceu até 1974. Na Câmara Alta exerceu a presidência das Comissões de Economia e Finanças e de Relações Exteriores, além de membro da Comissão de Constituição e Justiça. Tentou a reeleição para senador, e, tendo sido derrotado, deixou o Senado em 1975, retirando-se para a vida privada.

Destarte, Sr. Presidente, no momento do desaparecimento de tão eminente homem público, que tanto honrou o seu Estado de São Paulo, como o Brasil, não podemos deixar de registrar a nossa profunda consternação, na certeza de que seu exemplo será fonte para os novos administradores públicos do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

As que parece, está-se fazendo uma tempestade em copo d'água, a propósito do tamanho do anteprojeto de Constituição e das contradições e incongruências existentes nele, quando, inicialmente, foi o Plenário dividido em oito departamentos estanques, confluindo para uma Comissão só de Sistematização, com o papel de tentar eliminar as discordâncias e os desacertos redacionais.

Se queremos responsabilizar alguém ou alguma coisa por isso, temos que referir-nos ao Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, eivado de defeitos, e ao fato de não termos trabalhado à base de uma proposta e, nesse sentido, viria a calhar o anteprojeto da Comissão de Alto Nível, comandada pelo jurista Afonso Arinos.

O que se está propondo, agora, com a imposição de um recesso branco à Assembléa, é o "golpe do avestruz": enfiar a cabeça na areia, para ignorar o que se passa em torno.

Nada disso.

Precisamos, na verdade, apressar os trabalhos, que o Plenário corrigirá, inevitavelmente, as distorções existentes, enquanto a Comissão de Estruturação, servida por melhor assessoria, promoverá a revisão gramatical, técnica e de conteúdo do texto.

Concordamos com o Presidente Ulysses Guimarães, em que o processo constituinte não pode ser sustado e, nesse passo, conta com a maioria do Partido, apesar de o Senador Mário Covas pretender considerar a tese do Senador José Richa, de maneira discreta, sem arriscar-se a apoiá-la claramente.

Se a conjuntura nacional é crítica, pode, perfeitamente, ser examinada enquanto prosseguem os trabalhos constituintes.

Silenciado o Congresso, a Assembléia, remanescente, não deixará silenciosa a opinião política do País, mas irá colaborar, como "pulmão do regime", para que se discutam as soluções, respirando por esse autêntico órgão da soberania nacional.

Se o Executivo tem o direito de errar, com o Plano Cruzado e suas recidivas, não pode negar esse direito aos Parlamentares, silenciando-os, quando ninguém o silenciou.

Ademais, no trabalho legislativo não há erros insanáveis, nem uma Constituição é um decálogo mosaico, elaborado por Deus, para a contemplação dos milênios. Senão obra falível, porque necessariamente humana.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. SALATIEL CARVALHO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr. ^{as} e Srs. Constituintes:

O Nordeste, transformado em eterno mártir pelos Governos desta Nação, não pode continuar a ser sacrificado impune e permanentemente.

Sua população já não suporta nenhum peso a mais na carga de sacrifícios que as administrações públicas federais lhe têm imposto, agravada pelo clima e por características próprias da região.

Dessa forma, o atual racionamento de energia elétrica a que foi submetida a região só tem feito agravar a situação de miséria dos pobres e ameaçar a produção dos que trabalham.

Por estarmos cientes de que a solução dos mais graves problemas sociais e econômicos, neste País, sempre depende de decisões políticas, é que me encontro nesta Tribuna, a fim de apelar no sentido de que todas as ações governamentais necessárias sejam tomadas para evitar maiores danos ao Nordeste, por falta de energia elétrica.

É do conhecimento de todos os interessados no problema que o fim do racionamento está condicionado à conclusão da Usina de Itaparica e da duplicação da linha Tucuruí Presidente Dutra, embora haja, também, a possibilidade de instalação de usinas termelétricas. Todavia, sobre estas últimas, a CHESF ainda não se pronunciou definitivamente, embora seu presidente considere sua instalação "viável, sob o ponto de vista técnico".

A questão da energia elétrica diz respeito a todos os brasileiros, mas, no Nordeste, ela se transforma em assunto que requer urgente solução, em virtude das dramáticas consequências que pode proporcionar, começando pelo atraso e até mesmo definitivo impedimento para a expansão do parque industrial local, quando as demais condições se apresentam favoráveis à implantação de unidades produtoras do setor petrolífero, siderúrgico e automobilístico.

O fato é que a região e os nordestinos não podem continuar a viver na dependência de possíveis chuvas futuras e condicionar suas atividades

à ocorrência ou não desses fenômenos metereológicos, especialmente quando é do conhecimento geral que o Governo pode tomar providências que resolvam o problema.

Todavia, como é de hábito, as questões referentes ao Nordeste costumam ocupar sempre o segundo plano. É o caso da Usina de Itaparica, cuja instalação vem sendo reivindicada insistente por todos os políticos pernambucanos há anos, sem nenhum resultado prático. Se essa usina não estiver pronta até o final do ano, quando a seca atingir seu auge, haverá, certamente, um agravamento da falta de energia elétrica e, em consequência, maiores sofrimentos e danos para a população.

Contudo, basta um pequeno esforço das autoridades e o caso poderá ser resolvido a contento.

Enquanto isso não acontece, graves dificuldades vêm sendo enfrentadas em toda a região, como acontece com a Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação Bebedouro Ltda., incapacitada de se submeter aos cortes de energia pretendidos pela CELPE, sob pena de prejuízos incalculáveis.

Isso porque a Cooperativa, estabelecida em Barra do Bebedouro, Petrolina, necessita de energia elétrica para irrigar, através do bombeamento de água, uma área de 2.500 hectares da qual dependem, segundo seu presidente, 105 colonos, 7 médios empresários rurais e 3 instituições públicas. Essas instituições são o Centro Nacional de Pesquisa do Trópico Semi-Árido, o Serviço de Produção de Sementes Básicas, da Embrapa, e a Unidade de Agricultura da Codevasf, totalmente dependentes do bombeamento de água por motores elétricos.

Embora tenha havido promessas no sentido de que não haveria racionamento para a agricultura, ele está sendo imposto, mas a Cooperativa de Bebedouro não pretende sujeitar-se a ele, pois existem 8.500 pessoas que dependem diretamente dos empregos gerados pelo cultivo de 1.700 hectares de cebola, tomate para uso industrial, melão, melancia, feijão mulatinho e feijão de corda. Além do mais, para formar esses cultivares, a Cooperativa negocou empréstimos de cerca de 30 bilhões de cruzados, junto ao Banco do Nordeste. Se, em função do racionamento, as safras forem prejudicadas, não haverá como saldar esse compromisso.

Situações desse tipo repetem-se por todo o Nordeste, sem que o Governo pareça preocupado. Mas os Estados nordestinos têm absoluta necessidade de sobreviver e desenvolver-se, e, para tanto, neste momento, precisam que a Usina de Itaparica e a linha Tucuruí – Presidente Dutra sejam terminadas com a maior urgência.

Não se trata mais de ter paciência, contemporizar... Ninguém naquela parte do Brasil agüenta mais nenhum acréscimo ao que vem sofrendo. É chegada a hora de as autoridades encarregadas de gerir o setor se mostrarem mais sensíveis à realidade nordestina e atenderem, a tempo e hora, seus reclamos.

O Presidente do Conselho de Energia da Confederação Nacional da Indústria declarou, recentemente, que "a compra das termelétricas não é apenas uma necessidade; é uma obrigação do Governo, dentro da relação de compromissos assumidos com os empresários do Nordeste".

Há muito pouco a acrescentar, a não ser lembrar a todos que a região foi penalizada com um corte de 15% em seu suprimento de energia elétrica. Mais que isso é o caos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. FÁBIO RAUNHEITI (PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho observado calado todo o desenrolar de um procedimento político que, de forma alguma, vem satisfazendo os anseios do povo brasileiro.

Verifico que todas as atenções estão voltadas para a elaboração da nova Constituição, esperança de muitos e ilusão de tantos outros, que pensam ser esta o grande remédio para resolver os afeitos problemas desta Nação brasileira. Ledo engano. A Constituição, como está sendo aqui elaborada, em nada melhorará as condições do nosso povo. Ao contrário que muitos pensam, se continuar na forma constante, do projeto apresentado, muitas decepções serão sentidas pelo povo brasileiro.

Constituintes que dizem representar as esquerdas, aos quais alguns demagogos festivos se têm juntado, tudo fazem para conduzir o País ao caos, condição propícia ao desenvolvimento das fermentações populares, no campo da baderna, do quebra-quebra, dos saques, enfim, de tudo quanto possa constituir motivação à intranquilidade do povo, ambiente propício ao desenvolvimento do comunismo, técnica usada por Lenine, em 1917, para implantar o terror e o comunismo na Rússia, onde tantas vidas foram ceifadas e todos os bens confiscados, sem se medir os sacrifícios das famílias de forma desumana e brutal como a história nos mostra.

Resta-nos, todavia, a esperança de podermos, na forma regimental, modificar por completo tudo quanto foi elaborado sob o efeito de grandes emoções, emoções talvez provocadas pelo grande período de estagnação da atividade política, durante o longo tempo do regime de exceção – ou ainda, pelos efeitos da transição e da crise econômica, social e política em que vive toda a Nação, provocada pelos mais variados motivos.

Realmente não se poderia esperar de parlamentares pressionados pelo povo, quando o altíssimo custo de vida inibe a população mais humilde de ter acesso ao mínimo necessário para uma sobrevivência digna em meio a seus familiares, no instante em que se atravessa uma fase artificial, de estado emocional tenso, onde todos têm suas atenções voltadas para soluções mais imediatas, no sentido quase que no estilo de se salvar quem puder – esquecendo muitos dos Srs. Parlamentares que a Constituição há que ter um efeito duradouro, não podendo ser casuística, mas, ao contrário, uma visão ampla, não no interesse dos grandes **lobbies** que se formam na defesa de alguns interesses e em detrimento da coletividade brasileira.

Os grandes partidos, que, enganando o povo através do Plano Cruzado I, lograram esmagadora maioria no Congresso Nacional e conquistando, ainda, os governos de todos os Estados da Federação, como retribuição, estão pressionando a Constituinte, na qual indicaram todos os relatores das subcomissões, das comissões temáticas e da grande Comissão, a toda poderosa Comissão de Sistematização, onde só fazem o que realmen-

te mais de perto lhe interessam. Como resultado, sobrou um projeto de Constituição cheio de vícios e contradições, objeto das mais duras críticas de quantos da matéria entendem.

Como afirmamos, resta-nos a última esperança da completa reformulação permitida pelo Regimento da Constituinte, que estamos laborando, nesta última fase.

Todos sabem que o projeto de 500 artigos está excessivamente detalhista. Todos afirmam que a Constituição deverá ser sintética e abrangente. Resta-nos a esperança de vermos tudo o que foi elaborado submetido a um rigoroso exame, de modo a vermos respeitados os direitos de todos, principalmente no que diz respeito aos do cidadão, da propriedade e da educação, evitando-se a já falida e detestável estatização de serviços que podem e devem democraticamente ser executados pela iniciativa privada, permitindo a livre escolha a toda a Nação, como forma de liberdade, liberdade tantas vezes reclamada e cujo momento histórico, para preservá-la e garantila, é justamente este em que se elabora a nova Constituição brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É com imenso prazer que passo a ler, nesta Tribuna da Assembléa Nacional Constituinte, discurso proferido pela Drª Nali Correa F. Rosa, em Araguari/MG, no dia 18 de julho último, durante assembléia da Coordenação Pró-Emancipação do Triângulo, para constar nos Anais desta Casa.

Drª Nali Correa Ferreira Rosa, Senhor Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, é médica Ginecologista, em Campina Verde/MG e uma das mais expressivas lideranças políticas daquele Município e da região que pretende se tornar no Estado do Triângulo:

"Companheiros.

Quando Deus criou o homem viu que ele estava só; que toda a beleza do mundo criado, não seria o suficiente para apagar-lhe a solidão, e disse – "Não é bom que o homem esteja só, façamos alguém que lhe seja semelhante" – e criou a mulher.

Desde então, ela o tem acompanhado e dado palpites e mais palpites em tudo o que vê.

É bem verdade que os pecadinhos do mundo foram jogados nas costas da pobre mulher. É bem verdade, também, que, por causa de Eva, nós, as mulheres, levamos a fama de falar mais do que devemos. Mas isso é ótimo, porque só assim nos sentimos com autoridade para pôr os pingos nos "is" em todas as irregularidades que encontramos no nosso caminho. E enquanto nossos homens vão, com toda a sua racionalidade, construindo um mundo um tanto quadrado, nós, as mulheres, vamos lhe dando forma, ora suavizando, ora agudizando todos os ângulos que encontramos.

Hoje é dia de falar mal! Hoje é dia de, com a autoridade que Eva nos conferiu, colocar os pingos nos "is".

Já dissemos, por muitas vezes; que não somos separatistas. Não somos de virar as

costas para o berço apenas porque não cabemos mais nele.

Somos muito gratos a nossa mãe Minas Gerais, e aos nossos avós São Paulo e Goiás. Amamos nossos irmãos da Federação e queremos ser uma família realmente unida.

Mas, como toda família tem suas briguinhas domiciliares, hoje é dia do filho que cresceu e se sente suficientemente adulto para caminhar sozinho, retrucar à mãe.

Existe um grande número de mães abnegadas neuróticas. Que preferem dominar o filho sempre, e não querem vê-lo emancipado. Estas mães geralmente se orgulham muito da história familiar, da herança recebida e a estes fatos se apegam neuroticamente.

Pois bem, é isso que acontece com o Triângulo.

A mãe Minas, como uma abnegada neurótica, não quer ver o filho se emancipar. Prefere explorá-lo, para que ele contribua, todo mês, com o seu ordenado na manutenção da estabilidade doméstica. E quando o filho Triângulo quer se virar sozinho, vejam o que acontece: aparecem os historiadores para, usando argumentos arcaicos, falem de tradição e de tudo o mais a que têm direito os historiadores, amigos da mãe abnegada neurótica.

Como se a tradição fosse um motivo suficiente para impedir a nossa emancipação.

Se esquecem estes senhores de que este filho cresceu e, abrindo os olhos para o mundo, descobriu o seu potencial, e viu que pertence a uma outra geração: a geração do futuro, que sabe valorizar o homem pelo que ele é, e não pela sua história.

Nós, no Triângulo, não nos orgulhamos de ser filhos de coronéis, de ser tradicional família mineira. E, cá entre nós, certos meios políticos desta atual família mineira (que nem mineira é) não têm muito do que se orgulhar.

O nosso orgulho é outro. Nós nos orgulhamos de ser a geração do futuro. A geração que quer chegar ao ano 2000 sendo a mais desenvolvida de todos os Estados da Federação. A geração que quer caminhar por seus próprios méritos.

Que me perdoem os senhores mineiros, mas se este argumento de história e tradição convencesse a alguém, o Brasil estaria sendo, até hoje, uma colônia de Portugal.

Amamos as nossas tradições, mas não vivemos voltados para o passado. Queremos criar para os nossos filhos o mundo da ação.

Nós somos um povo diferente. Temos a nossa história e a nossa própria cultura.

Somos um povo persistente, que quer ter o direito de se expandir quando se sentir capaz.

Não toleramos mais as amarras que nos prendem ao passado, que nos impedem de adquirir tecnologia, que nos atravancam a diversificação de cultura. Que exportam a energia que produzimos e não permitem que a usemos para o nosso próprio desenvolvimento. Não queremos pertencer a um Estado que deixou de crescer. Porque nós somos a imagem viva do crescimento. E temos sido amarrados, segurados por uma política viciada, que não nos dá estradas, que não

nos dá silos, que nos da pouca energia, que subestima nossos professores, que se esquece de nossas crianças.

Nós somos 75 cidades que querem crescer juntas. Que querem uma política voltada para o social.

Não queremos mais pagar com o nosso suor as obras faraônicas da capital, os aviões, as viagens, as mordomias gerais, dessa Gerais, onde Minas não existe mais.

Nós haveremos de ser 75 grandes cidades e não me venham os senhores fofocaqueiros deste Estado tentar estimular uma rivalidade, que não existe entre nós.

As nossas cidades têm uma rivalidade sadia, que estimula para frente, para o alto. E não é a decisão sobre qual será a capital que irá separá-las.

Não nos importa que esta capital seja em Uberaba, em Araxá, em Uberlândia, em Patos, em Paracatu. Não nos importa que seja em Ituiutaba, em Araguari, quem sabe até, em minha doce Campina Verde.

O que importa é que seremos um povo unido, independente e consciente de que, ou cresceremos juntos, todos os 75 municípios, ou nunca chegaremos onde queremos chegar. O que importa é que a vida nos vem ensinando como se constrói com companheirismo um povo forte e um estado grande. O que importa é que estamos aqui novamente, como em todas as outras reuniões, partindo, a cada novo dia, para uma nova conquista.

Amigos, quando Deus nos criou, e nos fez família, homem e mulher, nos deu mais uma vez a sua ordem.

"Ide, crescei-vos e multiplicai-vos, e enchei a terra, e tende-a sujeita a vós, e a dominai."

E eis que nós, companheiros triangulinhos, mais uma vez, homem e mulher, nada mais queremos do que trabalhar a terra, crescer e multiplicar. E trabalhando, e crescendo, criar para os nossos filhos o Estado do futuro. O Estado do Triângulo."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Vai-se passar ao Horário de

V – Comunicações de lideranças

A SR^a DIRCE TUTU QUADROS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. DIRCE TUTU QUADROS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Depois de minha ausência forçada e involuntária de dois meses, apresento aqui a minha opinião sobre os trabalhos que encontrei e tive oportunidade de ler.

Os ataques generalizados à Constituinte são injustos, dado ao fato de que ela permite um avanço político no País, apesar das proporções assustadoras que o anteprojeto veio assumir.

Tornou-se quase um *I Ching* chinês, um critério dos deuses. No caso, a quantidade quase comprometendo a qualidade. Porém, duas contribui-

ções são notáveis: a formação de uma nova elite política e a melhoria dos padrões de educação.

Pela primeira vez, se podem discutir abertamente a função da lei constitucional, da lei ordinária, os direitos e deveres dos cidadãos, instituições públicas e privadas.

A ditadura fez um grande estrago na mente nacional. Estamos produzindo cidadania. Atribuir a delicada e complexa elaboração da Carta Magna a todos os Deputados e Senadores é uma obrigação democrática, pois fomos todos eleitos para este fim. Felizmente, meus colegas produziram um trabalho contraditório, ou não haveria debate ou democracia. Preferiria eu um texto mais simples e sintético, enxuto, aos 501 artigos e parágrafos.

A Constituição não é confusa e nem de baixo nível, contém um sadio conflito político e ideológico, buscando o equilíbrio.

Somos um país crente de debate político. A elaboração da Constituição permite ao povo brasileiro avançar seus conhecimentos políticos e educação democrática. Estamos vindo de uma estagnação política, permitindo a criação de novas lideranças, não mais reprimidas por um regime militar.

O parlamentar tem agora a derradeira oportunidade de modificar o que aí está, servindo ao povo brasileiro.

Operou-se uma renovação de 72% no Congresso. Espera-se muito da nova safra, com participação social renovadora. É claro que o nosso trabalho provocará cisões dentro de nossos próprios partidos.

A Constituinte está dando o primeiro passo para melhorar a política e o País.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas!)

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Vou dedicar este minuto ao professor Carvalho Pinto, ex-Senador, ex-Governador do meu Estado. Relembro, neste minuto, a História e verifico, lá longe, um Governador tão austero, um governador que, na verdade, estabelecia, na sua medida, a melhor luta social, estabelecia na sua medida, a melhor luta administrativa, estabelecia, na sua medida, a medida de um estadista.

Também ressalto que Carvalho Pinto surgiu nas fileiras do ex-Governador e ex-Presidente Jânio Quadros, nasceu das fileiras da luta popular paulista. Essa luta popular paulista enfrentava, na época, trincheiras antigas, ligadas a **descuidos** administrativos. E aí Carvalho Pinto despontou: foi um grande Governador, foi um grande Senador, foi um grande Ministro, e não somente São Paulo, a nossa terra, mas o Brasil perdeu agora uma das suas mais prendadas figuras políticas, humanas e morais.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JORGE HAGE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE HAGE (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O noticiário dos jornais dos últimos dias, no que se refere à crônica do fato político de importância global, que foi a Convenção Nacional do meu Partido, não reflete, no particular, na matéria econômica aprovada naquela Convenção, aqui neste recinto, a realidade dos fatos. Não por culpa de inadequada informação da Imprensa ou dos jornalistas, mas, seguramente, sem sombra de dúvida, por deliberada distorção dos portas vozes do Governo, interessados e empenhados, através da manipulação dos fatos, através do alinhamento à tese de que mais importa a versão do que o fato, em passar, para a Nação brasileira, a idéia errônea de que o meu Partido, pela sua totalidade, deu o seu endosso à atual política econômica governamental. Isto não é verdade. Não foi, Sr. Presidente, o que ocorreu na Convenção do PMDB.

No que se refere à política econômica do Governo, foram apresentadas três moções absolutamente distintas: uma delas, do segmento partidário ao qual estou ligado, o bloco progressista do PMDB – cuja transcrição peço neste momento seja feito nos Anais desta Casa, para que não se passe para a História, a informação distorcida e manipulada, que o Ministério da Fazenda e o Palácio do Planalto pretendem fazer essa moção é claramente condenatória à atual política recessiva, de arrocho salarial, que põe em risco a economia nacional, pela sua desnacionalização.

O que ocorreu, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, foi um esforço de negociação, aliás, muito proveitoso, através do qual a Convenção do PMDB pôde apreciar e aprovar, isto sim, uma proposta unificada, uma proposta de compromissos mínimos que é, aliás precedida de colocação preliminar, que exprime, com absoluta clareza e explicitude, que os diferentes segmentos partidários, mantendo as suas posições de condenação ou de apoio, conforme o caso, à política econômica do Governo José Sarney, concordavam em torno de determinados parâmetros mínimos, que incorporam, mercê da insistência e da persistência do grupo da unidade progressista do PMDB, reformulações importantes ao documento inicialmente proposto pela cúpula partidária, no sentido de negar o seu apoio a qualquer medida compressiva de salário, qualquer medida que venha agora a renegar o programa e o discurso histórico do PMDB, de que não é pela compressão salarial que se há de combater a inflação neste País; mas sim reconhecer que o crescimento da massa global de salários é o único caminho para a estabilidade econômica e política de qualquer nação capitalista do mundo.

Assim sendo, Sr. Presidente, peço a transcrição da moção da Unidade Progressista do PMDB, que põe em absoluta clareza as nossas posições quanto ao "Plano Bresser" e quanto à política econômica do Governo José Sarney. Ao tempo em que reitero que não apoiamos nenhuma medida recessiva e compressiva de salários até aqui adotadas, e muito menos o novo arrocho salarial que se quer, agora, impor ao setor público e às estatais. E muito menos a atitude ostensiva de con-

fronto do Ministério da Fazenda, anunciando que vai aos Estados Unidos negociar a conversão da dívida, quando o seu Partido e a Comissão de Sistematização manifestaram-se em sentido diametralmente oposto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

*(DOCUMENTO A QUE REFERE
O SR. JORGE HAGE EM SEU
DISCURSO)*

**CONVENÇÃO NACIONAL EXTRAORDINÁRIA
DO PMDB – 18 E 19/7/87**

Moção

Ementa:

Propõe à Convenção Nacional do PMDB a rejeição das medidas econômicas adotadas pelo atual Governo de Transição, especialmente do chamado "Plano Bresser", que contrariam princípios programáticos e compromissos básicos do Partido, ao tempo em que oferece as linhas mestras de uma política econômica adotadas pelo atual Governo de transição, especialmente do chamado "Plano Bresser", que contrariam princípios programáticos e compromissos básicos do Partido, ao tempo em que oferece as linhas mestras de uma política econômica alternativa, perfeitamente viável e rigorosamente coerente com a pregação do PMDB, para imediata reorientação da ação governamental.

Justificação:

Atravessa o País um dos seus momentos mais difíceis dos anos recentes, ao enfrentar, ao lado dos graves desequilíbrios no campo social, novos desajustes na área econômica.

A inflação ressurgida com ímpeto maior desde o período final do ano passado, provocando acelerada e contínua perda do poder de compra das famílias assalariadas. A consequente redução do consumo da população, da produção e do emprego. O desespero do trabalhador indefeso – uma força viva para a construção de uma nação forte e independente, transformado em paria da sociedade. Homens saudáveis, acostumados e dispostos ao trabalho, transformados em mendigos, na mais repugnante degradação humana. Os pequenos empresários, que constituem núcleo que dá solidão ao sistema produtivo e contribui para minorar as injustiças sociais, se vêem abandonados à própria sorte, desamparados, como se tivessem participado de um jogo de cartas.

Nesse quadro de desalento o PMDB tem a responsabilidade maior. Porque desde os primeiros momentos desfraldou as bandeiras de luta contra o totalitarismo. Porque sempre gritou mais alto contra a política de compressão salarial do regime autoritário. Porque denunciou o uso da recessão como instrumento de enfraquecimento da classe assalariada. Porque repeliu o uso da recessão como meio de levar os trabalhadores em desespero à passividade na tentativa ilusória de garantir os seus empregos.

O PMDB tem a responsabilidade maior porque, forjado na luta, inseriu em seu programa compromissos claros contra o arrocho salarial, contra a recessão, contra o desemprego, contra a fome, contra a manipulação de índices, contra sofismas que negam a correção dos salários presentes em razão da inflação passada.

Com um programa que reacendeu as esperanças dos assalariados e da classe média em

geral, o PMDB chegou ao Poder. Mas chegou com compromissos irrecusáveis. Confirmados na Carta-Compromisso de 7 de agosto de 1984 que criou a Aliança Democrática. Reconfirmados em praça pública desde a campanha das diretas até as recentes eleições majoritárias.

O PMDB sempre teve propostas para as mudanças que abriram as cortinas para um futuro diferente. E as propostas constituíam um programa. E o programa um compromisso público. Não cabe agora ao Partido, não podemos nós neste momento, negar as nossas promessas. Negar aquilo que se ofereceu como fiança ao povo sofrido. Não se pode dizer agora que tudo o que se falou nas mensagens de esperança fazia parte de uma grande farsa. E que todos nós éramos simplesmente atores de uma comédia. Ou de uma tragi comédia.

Mas a prática econômica do atual Governo, onde é majoritário o PMDB, contraria frontalmente as promessas do Partido. Os compromissos do Partido. O programa do Partido. A Carta-Compromisso que cimentou a Aliança Democrática. E se o PMDB não reconhecer que enveredou por outros caminhos, o Partido não sobreviverá. Se o PMDB não conseguir ouvir as cobranças que a população lhe faz, aos gritos nas ruas, o partido não terá razões para sobreviver. Se o PMDB não tiver ouvidos para sentir o clamor em desespero de uma população faminta que vegeta nas periferias dos grandes centros, o PMDB não merece sobreviver.

Não é nossa intenção acusar Ministros. Não se pretende pressionar para troca de homens. Mas não se pode aceitar que o Partido encampe a tese de que as perdas salariais passadas – ferozes desde a reintrodução da especulação financeira e dos novos tributos criados desde meados de 1986, e massacrante nos últimos meses e até junho – nada tenham a ver com a atual administração econômica. Afinal, é o Governo da Aliança. É o Governo do PMDB. E se neste semestre os salários despencaram mês a mês – com responsabilidade dividida entre antigos Ministros e novos Ministros – a responsabilidade do Partido é integral. E isso não pode ser recusado. Sob pena de termos iniciado inconscientemente a liquidação do Partido. O abandono das nossas bases. O abandono do povo. A nossa desmoralização como políticos e como homens.

Mas a nossa preocupação, embora centrada na questão salarial, vai além dos salários. Alcança a política de juros e de tributos – responsáveis pela compressão salarial, já que rendas não se evaporam; são transferidas de um para outro grupo, por ação ou omissão política. Passa pela defesa do direito de greve. Leva a uma mobilização contra a política de novas facilidades ao capital estrangeiro. Abrange a luta pelo retorno de crédito em condições mais favoráveis ao pequeno produtor rural e aos pequenos empresários urbanos. Visa garantir a propriedade da terra aos pequenos agricultores sob quaisquer circunstâncias; deságua nas finanças públicas, pedindo transparência de informações.

A nossa preocupação enfatiza a necessidade de que o Governo justifique publicamente suas ações. Informe não apenas o que pretenda fazer, mas também as razões por que fazer. E aprenda a submeter à discussão política as propostas que visem a necessária e urgente reorientação da ação governamental. Reencontrando processos demo-

cráticos de formulação de decisões, e assim fazendo transparecer as diferenças entre um regime aberto e o regime autoritário a que sucedeu.

Propostas:

Com apoio e respaldo no amplo diagnóstico constante de documento que se faz anexar à presente Moçâo, e que particulariza a análise da Questão Salarial, da Dívida Externa, do Crédito ao Pequeno Agricultor e Reforma Agrária, do Crédito ao Micro empresário Urbano, dos Déficits Públicos, da Dívida do Banco Central, do Reajuste de Obras pela Inflação de Junho e da Participação do Estado na Economia, propõe-se uma política econômica alternativa, identificada com os compromissos programáticos do PMDB, que assegura a pronta recomposição das perdas salariais, a redução dos tributos remanescentes da "safra" de compulsórios e do Cruzado II, a redução das taxas de juros e a não liberação dos preços, lastreado na convicção inarredável de que um partido que inseriu em seu programa o compromisso de "rejeitar, como mentiroso, a teoria segundo a qual, para promover o crescimento da economia, é preciso concentrar a renda e adiar a distribuição para um futuro que nunca chega", não pode agora abraçar as teses que defendem o arrocho salarial brutal ocorrido desde a instalação do Governo Sarney, em nome de promessas vãs de que, num futuro sempre adiado, o salário mínimo será elevado a 100 dólares.

Assim, a partir do reconhecimento claro dos descaminhos por onde enveredou a política econômica governamental, propõe-se o retorno do PMDB à linha dos seus compromissos com o povo brasileiro, condicionando expressamente o seu apoio à orientação econômica do Governo à observância das seguintes linhas mestras:

1º Manutenção e gradual ampliação da participação da massa de salários na renda global do País, como caminho único e insubstituível para o fortalecimento da economia nacional, para a segurança e o crescimento das empresas e para a estabilidade política das instituições democráticas.

2º Soberana e efetiva prevalência dos interesses nacionais na condução das relações econômicas externas, com ampla e prévia discussão, no Congresso Nacional, de toda e qualquer iniciativa referente à renegociação da dívida, à moratória, à conversão da dívida em investimento, a acordos com bancos, fundos ou credores, e a investimentos estrangeiros em geral.

3º Defesa e tratamento especial do pequeno e médio agricultor, na política de crédito, de juros e correção monetária, ao tempo em que se desenvolve esforço efetivo de transformação da estrutura fundiária mediante a reforma agrária.

4º Defesa e tratamento diferenciado da micro e pequena empresa urbana.

5º Desmisticificação de preconceitos correntes a respeito do "déficit público" e da "participação do Estado na economia", freqüentemente utilizados para alimentar atitudes demagógicas e interesses inconfessáveis, na esteira da sistemática propaganda contra o setor estatal.

6º Definição imediata de uma política financeira que estimule o setor produtivo e combatá eficazmente a especulação.

7º Reforma tributária de emergência, capaz de viabilizar a administração dos Estados e Municípios e, sobretudo, descentralizar as decisões e o poder no País.

8º Manutenção dos investimentos públicos e efetivamente prioritários, a juízo do Congresso Nacional, especialmente na área social.

Brasília, 15 de julho de 1987. — **Jorge Hage — Domingos Leonelli — José Carlos Sabóia — Francisco Küster.**

POLÍTICA ECONÔMICA ALTERNATIVA FUNDAMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Não importa o nome que se dê. Não importa se o fato ocorreu mais intensamente até março último, ou a partir de abril. Não importam outras considerações subjetivas. O que interessa realmente é o fato em si:

a) os salários reais se encontram, em junho, substancialmente abaixo dos níveis que prevaleciam quando do início da Nova República;

b) a queda vertiginosa se deu desde que o Governo aumentou os impostos e os juros, a partir de julho de 1986;

c) a não incorporação dos "resíduos" de maio, aos salários, e a negativa em considerar a inflação de junho para reajustes futuros, consolida um brutal confisco salarial, que para as categorias com data-base em janeiro, fevereiro, março, outubro, novembro e dezembro, se situa entre 30,0% e 35,0%; e para as demais se situa em torno de 25,0%; que mesmo baixas taxas de inflação futura pouco contribuiriam para amenizar;

d) não se pode esquecer, ainda, que as reduções salariais presentes se somam ao arrocho praticado pela velha República em anos recentes. Mas no caso do salário mínimo, por exemplo — e que teria perdido menos que a maioria dos demais salários, por ter sofrido em alguns anos correção superior aos índices oficiais —, o Governo anterior havia confiscado aproximadamente 24,0% entre 1980 a 1984; mas na Nova República a queda ainda foi maior — perto de 26,0% até junho último (com dados já atualizados pelos últimos índices oficiais). Manter esse quadro constitui uma agressão aos compromissos partidários. Uma traição à classe trabalhadora;

e) é eticamente incorreto o procedimento defendido pelo Governo. Injusto e desumano. E não tem fundamento, já que os juros estariam sendo rebaixados — ainda que lentamente — e a condição para a recomposição salarial sem reflexos inflacionários seria exatamente a redução dos juros e dos impostos (compulsório e Cruzado II). Se os juros são reduzidos e as perdas salariais congeladas, para onde estariam sendo desviadas as rendas salariais confiscadas a partir dos aumentos de juros e tributos praticados desde meados de 1986?

f) as pressões de demanda em 1986 foram apenas setoriais, e não decorreram dos supostos aumentos salariais desmedidos. A maior procura de itens tais como automóveis e outros bens de consumo duráveis deveu-se a ganhos não permanentes de alguns grupos (ou maiores disponibilidades eventuais), como:

I — saques da poupança — apenas em março e abril de 1986;

II — redução de novos depósitos de poupança — apenas de março a junho;

III — ganhos decorrentes da aplicação das "tabelas" nas prestações de crédito direto ao consumidor — valores crescentes até agosto, e decrescentes após;

IV — redução do imposto de renda retido na fonte.

— Como se tratava de ganhos temporários, não poderiam e não deveriam ter dado suporte a medidas de caráter permanente, de forte impacto inflacionário, como se fez, visando conter pseudos excessos de salários e de demanda.

— E essa política equívoca, na qual se fundamenta a política atual, não pode ser aceita. Porque introduziu na ação do Governo, por erro grosseiro de diagnóstico e de concepção, e numa linha da mais pura ortodoxia econômica, uma ojeriza ao salário, uma reação repugnante contra o trabalhador, um viés reforçando o capitalismo selvagem. Esquecendo-se que sem salários e sem pequenas empresas não existe mercado, não existe economia estável, não existe sociedade democrática.

g) as exportações não foram prejudicadas pelo consumo interno, como equivocamente o antigo e o atual ministro da Fazenda apontam, para justificar o aumento de impostos, o aumento dos juros, o confisco salarial. As exportações acumuladas até outubro/1986 — exclusive combustíveis, soja e café, com problemas externos — atingiram valores nunca antes alcançados, superando em perto de 6,0% ao total de igual período de 1985: a queda vertical ocorreu em novembro/dezembro, quando os custos das empresas cresceram em face dos aumentos de juros/tributos, afetando inclusive os fornecedores, e a taxa de câmbio acompanhava a ficção inflacionária dos índices oficiais.

h) recompor salários é, portanto, além de justo, perfeitamente compatível com a manutenção de exportações sem novas depreciações nos preços dos produtos brasileiros. Desnecessário e injustificável é a nova redução de salários voltada para exportações a qualquer preço.

I) defende-se, portanto, ampla revisão da política atual:

I — redução dos tributos remanescentes da safra de compulsórios e Cruzado II, firmando-se paralelo compromisso da indústria automobilística para manter normal o fluxo de exportações, a fim de garantir divisas para permitir importações indispensáveis ao crescimento da economia e à criação de empregos;

II — imediata incorporação, aos salários de julho, dos resíduos de maio, compensados eventuais adiantamentos voluntários. Aumento, também imediato, do salário mínimo em 35,0% — que é o mínimo para recompor as perdas ocorridas desde o início da Nova República. Conceder abono provisório, com vigência até o mês da data-base da categoria, para os demais trabalhadores cujos salários ficarem abaixo do novo salário mínimo;

III — redução imediata das taxas de juros de curto prazo pelo Banco Central, e remoção do imposto de renda na fonte para as demais operações (fixando-se regras para efetiva taxação nas declarações de renda), viabilizando substancial redução de juros em todos os demais segmentos do mercado;

IV — remoção de qualquer impedimento para que se efetive a recomposição dos salários por ocasião das negociações na data-base;

V — não liberação dos preços, introduzindo-se, de imediato, um período de administração de preços para os setores-chave, e para aqueles onde menor é a concorrência. As empresas apresentariam as reivindicações de reajuste ao Governo, indicando: redução dos custos financeiros em face da queda dos juros; ganhos e perdas com

a aplicação das "tablitas"; elevação dos custos salariais. Para os setores mais competitivos, o Governo restabeleceria o sistema de acompanhamento, com regras rígidas para punição dos abusos.

j) é evidente que o melhor momento – o momento ideal para a recomposição salarial – foi perdido; pois teria sido exatamente na implantação do novo programa, quando o movimento de rendas dos salários para o Governo/bancos/aplicadores, efetivado a partir de julho de 1986 – destruindo o Plano Cruzado – deveria ter sido invertido, com redução dos juros/tributos, e reajuste dos salários.

– mas o Partido tem de assumir a responsabilidade pela correção dos erros anteriores. Sem prejuízo daqueles que não participaram diretamente das decisões, mas que elegeram delegados para a defesa de seus interesses, de suas aspirações. E o PMDB é o partido que mais delegados teve escolhidos, não podendo agir como outras siglas partidárias que, além de minoritárias, foram buscar seus votos junto às oligarquias – daí não se estranhando que possam defender políticas repressivas contra os grupos economicamente mais frágeis;

k) o Partido que inseriu em seu programa o compromisso de que

"...rejeita como mentirosa a teoria segundo a qual, para promover o crescimento da economia é preciso concentrar a renda e adiar a distribuição para um futuro que nunca chega,"

não pode agora abraçar as teses que defendem o arrocho salarial brutal ocorrido desde a posse da Nova República, em nome de promessas vãs de que, num futuro incerto, o salário mínimo será elevado ao nível de 100 dólares. No mínimo seria falta de criatividade fazer exatamente aquilo que o regime autoritário praticou. E em verdade uma falta de respeito próprio recorrer-se aos sofismas do passado.

Como preliminar defende-se a tese de que nenhuma medida deva ser levada adiante pelo Governo, assumindo compromissos externos, sem uma prévia discussão partidária. E, quando for o caso, submissão da matéria ao Congresso. Afinal a linha defendida pelo Partido, quando dos acordos de 1983 com o FMI, foi quanto à legitimidade dos acordos e inconstitucionalidade dos compromissos, já que não haviam sido previamente submetidos ao Congresso.

A questão externa envolve diferentes aspectos:

a) Acordos com o FMI

– Os acordos com o FMI têm duas características altamente danosas aos interesses do País:

I – a política de arrocho salarial, acoplada a várias medidas de caráter recessivo, visando enfraquecer os assalariados, reduzindo paralelamente o consumo, e assim forçando a criação de disponibilidades para exportação;

II – o monitoramento da economia pelo Fundo, transformando o Governo e o próprio Congresso em meros fantoches.

– A política salarial e outras recomendações da "pauta" do FMI já estão sendo atendidas pelo Governo, plenamente atendidas – o que é absolutamente inaceitável, pois repete, sem novidades, aquilo que o antigo Governo fez em 1981 e 1982, seguir o programa do FMI, sem o FMI.

– Não se pode aceitar um discurso voltado para aparentar independência da política econômica, enquanto as missões do Fundo dirigem de outras salas a formulação dos programas governamentais. Afinal foi exatamente esse procedimento do Governo anterior repelido com veemência pelo Partido.

– Não se coloca, portanto, restrições às relações com o FMI, já que a posição partidária não trata de questão meramente ideológica. O que é inaceitável – porque infrutífera e desestabilizadora – é a linha de política econômica imposta pela instituição, conhecida por seus fundamentos e por suas implicações, a que está destruindo economias tais como as do México e Argentina, dentre outras.

b) Acordos com o Banco Mundial

– O Partido deve solicitar ao Governo os termos dos acordos de financiamento com o Banco Mundial, que vem introduzindo um crescente número de "condicionalidades", quer na política agrícola e na política de comércio exterior, e até na própria formulação da política econômica.

– A questão é de extrema gravidade, e agora o Banco Mundial pretende "gerenciar" uma reforma do sistema financeiro, atropelando os partidos políticos e o próprio Congresso. Deve-se, portanto, exigir que os Ministros da Fazenda e do Planejamento informem de imediato sobre o estágio dos novos entendimentos com o Banco Mundial, e a participação prevista daquela instituição:

I – medidas recomendadas como "condicionalidades";

II – aporte de recursos do Banco Mundial;

III – aporte de recursos nacionais e sua origem e

IV – destinação específica dos recursos a serem mobilizados.

c) Acordos com Credores

– Os acordos com credores externos deverão ser conduzidos de forma a assegurar ao País:

I – redução dos "spreads" bancários para níveis em torno de 0,5% a.a., sem outros adicionais;

II – negociação de taxas de juros fixos, e em níveis de acordo com a capacidade de pagamento do País;

III – reemprestimos internos diretamente a cargo das autoridades monetárias – que já assumem co-responsabilidades na renegociação – sem qualquer ingerência externa;

IV – cláusula de salvaguarda, garantindo recontratação automática, quando fatores supervenientes impeçam o País de materializar saldos comerciais suficientes. Isso a fim de garantir níveis mínimos de importações que assegurem uma taxa mínima de crescimento do produto (ITB) e de emprego.

d) Conversão da Dívida em Investimentos

– As regras para conversão da dívida em investimentos terão de passar previamente por uma discussão política, já que os reflexos da permissão poderão gerar um quadro de dificuldades externas muito mais grave que o atual, a curto prazo, se alguns pontos não forem desde já considerados:

i) a permissão para a utilização dos recursos para a compra de empresas em funcionamento tenderá a levar à completa desnacionalização da economia, a curto prazo. Recorda-se que ainda recentemente uma Subcomissão da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos concedeu pode-

res extraordinários ao Presidente Reagan a fim de impedir o ingresso de investimentos estrangeiros em vários setores considerados vitais, da economia americana. Isso a despeito dos monumentais déficits comerciais americanos (US\$ 150,0 bilhões) – argumento tão usado no Brasil para que se abram novas facilidades ao capital estrangeiro;

II) a compra de empresas em funcionamento provocaria, a curto prazo, um conflito entre o Governo brasileiro e as empresas estrangeiras já em funcionamento no País. Afinal, se não tivermos dólares para remessa a título de juros, também não os teremos para remessa a título de lucros e acessórios. E o País, na falta de dólares, se verá obrigado a suspender todas as remessas de lucros, de todas as empresas estrangeiras, já que seria impossível discriminá-las depois aqueles investimentos que não foram discriminados, com regras específicas, por ocasião do ingresso;

III) a conversão poderá ser autorizada apenas se preenchidas algumas condições:

– investimentos em novos empreendimentos;

– ingresso de moedas como parte do investimento, a fim de cobrir compromissos locais (aquisição de terrenos, edificações, bens de capital nacionais, capital de giro, etc.)

– importações de bens de capital que não possam ser fornecidos pela indústria local; tais importações, sem cobertura cambial, seriam feitas a título de investimento;

– não aceitação de máquinas usadas, obsoletas, a título de investimento. Mesmo porque se trata de um contra-senso, ainda recentemente praticado pelo Governo em relação a uma indústria de latas, autorizada a trazer máquinas com mais de 10 anos de uso, com total omissão tanto do Partido como do Congresso como um todo;

– cláusula de salvaguarda para gastos de divisas com importações de matérias-primas, pagamento de tecnologia e remessa de lucros – condicionadas à geração de saldos em divisas, pela própria empresa, em níveis suficientes para cobertura de tais encargos externos;

– participação do País nos ganhos de eventuais deságios obtidos pelo investidor com a compra de créditos no exterior, junto a credores do Brasil, para transformação em investimentos.

e) Investimentos Estrangeiros em Geral

– Qualquer modificação nos critérios administrativos atuais deve ser submetida à apreciação política, impedindo-se iniciativas isoladas de diferentes Ministérios ou órgãos da administração.

– É assustador que o Governo esteja pretendendo inovações tais como "plataformas de exportação", eliminação de controles prévios para novas inversões, etc., baseando-se no chamado "modelo Asiático", mas revela desconhecer totalmente o que ocorre naquela área:

I) praticamente todos os grandes exportadores do Sudeste da Ásia são deficitários em sua balança comercial – Índia, Coréia, Paquistão, Filipinas e Singapura. Apenas a Indonésia e a Malásia são superavitárias na balança comercial, em valores em torno de US\$ 6,0 bilhões e US\$ 3,0 bilhões, respectivamente, em 1985;

II) todos os países mencionados são deficitários em contas correntes – o que significa, de fato, situação de devedores crescentes (e que merecem um tratamento especial das instituições financeiras internacionais, não bancárias); embo-

ra a Coréia, por exemplo, consiga efetivar elevadas receitas no item Serviços do balanço de pagamentos – simplesmente porque a autoridade governamental consegue fazer internalizar, no país, os dólares obtidos pelas empresas coreanas que prestam serviços em outros países – na área de construção de estradas, por exemplo. Enquanto isso em outros países ocorre praticamente total omissão governamental, o que faz que dólares gerados por contratos de serviços no exterior, e que tiveram todo o apoio do Governo, desagüem em depósitos bancários nos paraísos fiscais do Caribe;

III) é muito pequeno o ingresso de capital estrangeiros nesses países (investimentos e reinvestimentos) – um pouco acima de US\$ 1,0 bilhão no global do biênio 1984/85 na Malásia e Singapura; US\$ 500,0 milhões na Indonésia; US\$ 200,0/300,0 milhões na Coréia e Paquistão; e simplesmente **nada** na Índia e Filipinas. No mesmo período o Brasil registrou investimentos e reinvestimentos no total de US\$ 2,8 bilhões – superando de longe qualquer dos países da Ásia e da própria América Latina;

- o ingresso de capitais de risco no Brasil em 1984/85 – últimos dados disponíveis
- ficou muito perto do valor global registrado pelas sete economias asiáticas mencionadas
- que alcançaram um montante conjunto de ingressos da ordem de US\$ 3,6 bilhões no mesmo biênio;

IV) a Índia não tem recebido capitais estrangeiros – nada nos últimos 5 anos, e a Coréia recebeu liquidamente apenas US\$ 200,0 milhões no período 1980/85. Nesses anos o ingresso no Brasil foi de US\$ 10,6 bilhões – 50 vezes mais!

V) o menor fluxo de investimentos estrangeiros é fenômeno generalizado nas economias em desenvolvimento, pela simples razão de que os programas impostos pelo FMI, para defesa dos interesses dos bancos credores, estão desmontando as economias devedoras, especialmente na América Latina. Enfim ninguém vai instalar máquinas novas para ficarem paradas ao lado das máquinas velhas também não utilizadas.

Qual a razão para nova onda defendendo a abertura externa, supostamente lastreada no "êxito" Asiático, que em verdade são plataformas de montagem, com elevados coeficientes de exportação e importação?

A economia Coréana é exemplo para o Brasil, mas exatamente pelo fortalecimento industrial, com empresas nacionais – estatais e privadas, defendidas da desnacionalização ou da competição predatória; e, com base interna consolidada, a partir da manutenção do elevado padrão de vida dos trabalhadores, capazes de competir com vantagem em outros países.

I) "Fundo Brasil" de Investimentos Estrangeiros.

- A abertura de permissão para investimentos estrangeiros nas bolsas de valores, que está sendo levada a "toque de caixa" pelo Governo, deve ser sustada, até que seja apreciada a oportunidade da medida.

- A questão é que as ações das melhores empresas estão sendo negociadas em bolsa por valor equivalente e a menos da metade do valor patrimonial – e em alguns casos de grandes empresas estatais ou privadas os preços se situam entre 20% e 30% do valor patrimonial – como resultado da especulação financeira promovida pelo

Banco Central, especialmente desde novembro último, isso naturalmente enfraqueceu as bolsas e dificultou a própria capitalização das empresas via mercado acionário.

– É fundamental que se avalie o benefício restrito do ingresso de US\$ 200,0 milhões ou US\$ 500,0 milhões nas bolsas – para uma dívida externa superior a US\$ 110,0 bilhões – **vis-à-vis** a transferência de elevados ativos financeiros para o exterior, a preços extremamente depreciados.

A atividade agrícola envolve riscos inexistentes em outras áreas da economia. E os riscos maiores são aqueles assumidos pelos pequenos produtores, quer pelas próprias características do setor, sujeito à influência das condições da natureza, quer pela fragilidade econômica, quer pelas dificuldades enfrentadas na comercialização da produção.

Essas razões foram sempre mais que suficientes para que o Governo disciplinasse o crédito rural de forma a que os bancos em geral destinasse parte dos seus depósitos à vista – que não remuneram os depositantes – para empréstimos a pequenos agricultores com taxas de juros reduzidas e correção monetária parcial.

Surpreendentemente, agora o Conselho Monetário Nacional, por iniciativa do Ministro da Fazenda, determinou a cobrança de correção monetária integral também dos pequenos produtores, nos financiamentos futuros, e também determinou a elevação das taxas de juros, de 3% para 7% a.a.

Essa é uma alteração sem fundamento, que favorece os bancos e prejudica os agricultores, o que requer imediata revisão.

Uma alternativa que deveria ser defendida seria a criação de um Fundo de Financiamento Prioritário, no Banco do Brasil, que para isso poderia contar com recursos de caráter permanente, existentes na própria área governamental tais como: recursos dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos bancários, em poder do Banco Central; emissões monetárias feitas normalmente em razão de política monetária; saldos médios dos depósitos das empresas estatais e órgãos da administração descentralizada, que sempre foram obrigatoriamente mantidos no Banco do Brasil – recomendação que foi sendo relaxada desde que o Banco Central/Conselho Monetário Nacional passaram a ditar as principais decisões na área econômica.

A definição de uma política de defesa do pequeno agricultor é, além de tudo, de caráter fundamental. Inicialmente, porque é ele responsável por grande parte da produção de alimentos, e, com base familiar, sustenta um amplo mercado de produtos industriais – contribuindo para o emprego industrial e para os empregos no comércio interiorano, e para a própria vida econômica, em especial, das cidades médias e pequenas.

Um segundo aspecto é que, mais recentemente, grupos dos mais retrógrados da sociedade brasileira iniciaram um processo de desinformação dos pequenos proprietários rurais, procurando indispor o partido junto à classe ruralista, com a falsa informação de se pretender, com a reforma agrária, tomar as terras dos pequenos proprietários.

Até agora o Governo não conseguiu definir uma linha especial de crédito, com recursos estáveis e condições favoráveis, para assistência permanente às pequenas empresas.

Parece fundamental que, em se constituindo um Fundo de Financiamento Prioritário no Banco do Brasil, uma parcela fosse apartada para a pequena empresa urbana. Destinando-se nessa hipótese, também para reforço do Fundo, os saldos médios das contas de depósito dos empresários assistidos pelo programa.

A situação das finanças públicas está completamente caótica, e as informações do Governo, a respeito dos déficits, são incompletas, confusas e contraditórias. Não podendo mais o partido assumir responsabilidades públicas por algo que não lhe tem sido trazido ao conhecimento com a clareza necessária. Resta dizer que, enquanto há poucos dias o Governo anunciou um déficit público equivalente a 3,5% do PIB para o ano de 1986 – aí incluído Governo federal, governos estaduais e municipais, e inclusive aumento dos compromissos das empresas estatais com bancos e fornecedores, só a dívida da União sob a administração do Banco Central (dívida mobiliária e dívida pendente nos registros contábeis) se elevou em Cz\$ 600,0 bilhões no ano de 1986, significando 7,5% do PIB.

O Governo tem de submeter de imediato à apreciação partidária informações sobre a evolução da dívida pública nos últimos 5 anos, e a situação atual, em 30 de junho, destacando: Governo da União, diretamente; Governo da União, sob administração do Banco Central; órgãos da administração descentralizada sem autonomia financeira; governos estaduais, governos municipais; empresas estatais do setor produtivo; autarquias; fundações.

Necessariamente, as informações terão de ser separadas por grupo e empresa, explicando as origens do déficit, e os critérios e conceitos adotados. Do contrário, será absolutamente impossível saber o que ocorre, como atualmente se verifica.

Essa questão é fundamental, porque o Ministério da Fazenda vem adotando o critério de considerar como déficit público valores tais como as inversões feitas por empresas estatais estáveis e lucrativas, nas parcelas das inversões cobertas com financiamento de terceiros. É uma improriedade flagrante, usada inclusive para justificar políticas recessivas.

Ocorre, ainda, que a tendência governamental, ao não abrir informações para que se possa ver com clareza o montante do déficit e suas origens, é a de forçar a aprovação de aumentos de impostos, ou de demissão demagógica de funcionários, para assim reunir recursos para cobrir os encargos financeiros gerados pela especulação com títulos públicos. Essa é uma questão vital que o partido terá de assumir, a fim de não aprovar, ou se responsabilizar por decisões que, além de injustas, pecam pela falta de fundamentação.

Dadas as dificuldades do País para resgatar a dívida externa – principal e parte dos juros vem o Banco Central, recebendo normalmente os cruzados dos devedores finais, que, assim, mantêm em dia os seus compromissos. Não fazendo as remessas para o exterior, por falta de dólares, automaticamente o Banco Central assume a dívida externa correspondente ao principal e juros não pagos aos bancos estrangeiros.

A dívida externa do Brasil cresce no mesmo montante dos juros não pagos ao exterior. A dívida externa do Banco Central se eleva em valor equivalente ao principal e juros que recebe dos devedores (em cruzados) e não transfere para o exte-

rior. E assim o Banco Central aumentou em US\$ 9,0 bilhões sua dívida externa em 1986, e prossegue com tal política sem qualquer controle, sem a autorização legislativa, sem prestar contas a quem quer que seja e sem aprovação política quanto ao destino dos recursos em moeda nacional relativas ao aumento da dívida oficial.

Os recursos captados dessa forma pelo Banco Central, aumentando a dívida governamental junto ao exterior, têm sido desviados para adquirir títulos do próprio Governo, mantidos na Carteira do Banco. Assim dando a falsa impressão de estar a dívida mobiliária do Governo sob controle, dados os critérios incorretos de contabilização da dívida e dos encargos da dívida, que o processo tem permitido ao Banco Central praticar.

A proposta é que se impeça o Banco Central de continuar assumindo endividamento externo, obrigando-se a transferir para o setor produtivo, via bancos oficiais, os novos recursos de origem externa que se incorporem ao seu passivo. E ainda, que o Banco Central faça uma prestação de contas sobre a evolução da dívida assumida pela forma descrita, e o destino dado aos recursos obtidos pelo Banco.

O Governo anunciou recentemente que as empreiteiras de obras públicas teriam direito aos reajustamentos relativos à inflação de junho. Ao mesmo tempo havia sido decidido que os salários não poderiam ser reajustados em função da inflação de junho.

Propõe-se que o Governo seja instado a esclarecer qual a razão pela qual vai pagar reajuste integral às empreiteiras, pela inflação de junho – incluindo os valores relativos aos gastos com pessoal se, pela posição do próprio Governo as empresas estão desobrigadas de reajustar os salários de seus empregados.

Com base numa suposta participação da ordem de 60,0% a 70,0% do Estado na economia brasileira, não freqüentes as pressões de toda a ordem contra o setor estatal – o que acaba alimentando atitudes demagógicas de líderes empresariais, que assim procuram disfarçar a omissão na defesa do interesse legítimo da categoria.

Recentemente o próprio Presidente da República fez afirmativas no mesmo sentido, a um ilustre visitante estrangeiro. Parece recomendável, portanto, que o Partido assuma de público a questão, evitando decisões precipitadas em áreas de Ministérios econômicos, à base da desinformação. E para isso faz-se necessário tão-somente recorrer aos dados do Imposto de Renda – Pessoas Jurídicas, para certificar-se que todas as empresas estatais e empresas públicas – das três áreas de Governo (federal, estadual e municipal) – têm um faturamento equivalente a 21,0% do total do faturamento das 400 mil maiores empresas brasileiras. Ou apenas 15,0% desconsiderada a Petrobrás. Esse é o peso do setor estatal na economia brasileira. O resto é desinformação, ou simples má-fé.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, peço palavra para um comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SALOMÃO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA:

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A imprensa noticiou, ontem, com grande destaque, que a UDR, a União Democrática Ruralista, deslocou para o sul do País uma milícia armada para proteger uma fazenda que teria sido invadida no Rio Grande do Sul.

Não falei sobre o assunto ontem, porque esperava ver na imprensa hoje um posicionamento firme do Governo contra uma milícia armada que circula impunemente, através de fronteiras interestaduais, para fazer justiça com as próprias mãos e intervir num conflito que se encontra **sub judice**.

Em qualquer país do mundo o monopólio das armas é um monopólio atribuído ao governo, dentro do governo aquelas instituições que são responsáveis pela segurança – a externa, que são as forças armadas federais, e a interna, que são as polícias militares e civis. E eu me pergunto numa época em que todos se preocupam em aplicar a Lei de Segurança Nacional, o que faz o Governo que não vê passar pelas fronteiras aqueles caminhões carregados de jagunços e de latifundiários armados para intervirem num conflito de invasão de terras que se encontra sob decisão da Justiça? Em qualquer país do mundo, essa é uma caracterização de violência e de subversão. E eu pergunto, então, qual a posição do Ministério da Justiça, um Ministério da Justiça que tem sido tão cioso na manutenção da ordem, tão cioso na aplicação da lei; pergunto se, porventura, não é uma transgressão à lei fazer circular, livremente, pelas fronteiras interestaduais para participar de um conflito, ostensivamente armado, grupo de pessoas cujo objetivo é a prática da violência?

Portanto, em nome da Liderança do PMDB, nós, que sempre preconizamos o respeito à lei e que os contritos dentro deste País se resolvam através do consenso ou de soluções legais, é um absurdo que a imprensa noticie esses fatos e que a os órgãos competentes governamentais não tomem providências. (Muito bem! Palmas).

O SR. ADYLSÓN MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSÓN MOTTA (PDT – RS): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Por ocasião desse grande embuste nacional que foi o Plano Cruzado, o Governo se propôs a atacar o problema econômico em três frentes; congelamento de preços, congelamento de salário os, redução dos gastos públicos.

É sabido que nada foi feito em termos de redução dos gastos públicos.

Agora, Sr. Presidente, com o Plano Bresser, novamente se anuncia uma campanha em favor de austeridade administrativa redução dos gastos públicos. Surpreendem-nos, algumas medidas que são tomadas e que vêm sendo publicadas no **Diário Oficial**. Neste sentido, vou encaminhar ao Poder Executivo pedido de informações.

A primeira delas, Sr. Presidente, diz com a providência solicitada através da Secretaria de Administração, antigo DASP, que contrata, através de convênios, o serviço da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação João Pinheiro, exatamente para elaborar um sistema de carreira para os funcionários do Ministério da Previdência Social, INPS, IAPAS e Inamps, em valores que somados darão 23 milhões e 600 mil cruzados. Tenho aqui a cópia da publicação do **Diário Oficial** que peço faça parte do meu pronunciamento.

O que é de estranhar, Sr. Presidente, é que exatamente esse é o objetivo da Secretaria da Administração. Essa aí é a incumbência do Sr. Ministro da Administração, pelo menos, essa era a função do antigo DASP, hoje, elevado ao **status** de Secretaria, titulada por um ministro. No momento em que a própria Secretaria da Administração contrata serviços de terceiros para elaborar aquilo que é o seu objetivo, que é a sua função precípua, então, só tem um caminho, que é a extinção da Secretaria de Administração Pública por incompetente.

Estou encaminhando, oficialmente, um pedido de informações, através do Sr. Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, para que sejam fornecidas pelo Poder Executivo as necessárias informações que venham a clarear esse assunto, que me parece se constituir numa contradição entre aquilo que prega e que faz o Governo.

No mesmo sentido, é de estranhar que, através da Chefia da Casa Civil da Presidência da República, se esteja procedendo à abertura de uma licitação. E por se tratar de valores enormes. Evidentemente, configura a concorrência pública para aquisição ou locação, como opção de compra, de um sistema de processamento eletrônico de dados, quer dizer, um computador, equipamentos periféricos, etc, através de Edital de Concorrência nº 287, publicado do **Diário Oficial**, de 14 de julho do corrente ano.

No momento em que se discute a redução do déficit público, a Presidência da República deverá ser a primeira a dar o exemplo. Porque adquirir um sistema de computador completo, se já dispõe do SERPRO, plenamente apto para desenvolver essas tarefas? Também nesse sentido encaminha ao presidente da Assembléa Nacional Constituinte, para que dê a necessária tramitação, esse segundo pedido de informação. E me reservo para amanhã prosseguir nessas cobranças que faço, dentro de uma oposição responsável porque baseado em fatos e atos que me parece não são os mais recomendáveis, no momento em que o povo está sendo sacrificado, com todo o ônus recaído sobre a classe média, sobre a classe operária, quando temos aí o problema do desemprego e dos baixos salários. Enquanto isso, assistimos a essa verdadeira orgia de gastos públicos, que estão a comprometer aquilo que o Governo se propôs fazer, que é o único caminho para se chegar a alguma coisa, que é a redução drástica, através de cortes nos gastos públicos. É isso que nós esperamos

que aconteça. Mas, para isso, o Governo tem que evitar atos dessa natureza.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR ADYLSOM MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma do que dispõe o art. 62, item Nº 2 combinado com o seu § 5º da Resolução Nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Informações Oficiais

que esclareçam à Assembléia Nacional Constituinte as razões do gasto da quantia de Cr\$ 23.600.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos mil cruzados), pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), com a Fundação Getúlio Vargas e Fundação João Pinheiro, com a interveniência da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

Nos extratos dos convênios, já com dois termos aditivos, as referidas Fundações comprometem-se a elaborar um sistema de carreiras para o MPAS, INPS, IAPAS e INAMPS, observadas as diretrizes da SEDAP. Ora, se se tiver que contratar, a tão alto custo, serviços de terceiros para planejar-se os cargos e carreiras de cada Ministério, pode-se questionar, até, a própria existência da Secretaria de Administração Pública, que passa a não ter finalidade.

Sala das Sessões, de julho de 1987. – Constituinte **Adyson Motta**.

**Secretaria de Administração Pública
Gabinete do Ministro**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONVÊNIO MPAS/FGV Nº 01/87**

Termo Aditivo ao Convênio MPAS/FGV nº 01/87, que entre si celebram o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com a interveniência da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP).

Objeto: A Fundação Getúlio Vargas (FGV), através de sua Escola Brasileira da Administração Pública (EBAP), compromete-se a elaborar um Sistema de Carreiras para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e para o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), observadas as diretrizes fixadas pela Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP).

Custeio das Despesas: MPAS

Valor: Cr\$ 12.700.000,00 (doze milhões e setecentos mil cruzados), em três parcelas conforme Nota de Empenho nº 736/87, 23102 – 15090402.009- 3132.

Prazo: 3 meses, a contar de 2-7-87.

Assinaram: Ministro Raphael de Almeida Magalhães, pelo MPAS, Ministro Aluízio Alves, pela SEDAP, e Dr. Luiz Simões Lopes pela FGV.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO
ADITIVO AO CONVÊNIO MPAS/FJP Nº 01/87**

Termo Aditivo ao Convênio MPAS/FJP Nº 01/87, que entre si celebram o Ministério da Presidência da

e Assistência Social (MPAS) e a Fundação João Pinheiro (FJP), com a interveniência da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP).

Objeto: A Fundação João Pinheiro (FJP), através de seu Centro de Desenvolvimento em Administração, compromete-se a elaborar um Sistema de Carreiras para o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e para o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), observadas as diretrizes fixadas pela Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP).

Custeio das Despesas: MPAS

Valor: Cr\$ 10.900.000,00 (dez milhões e novecentos mil cruzados), em três parcelas, conforme Nota de Empenho nº 735/87, 23102-15090402.009-3132.

Prazo: 3 (três) meses, a contar de 2-7-87.

Assinaram: Ministro Raphael de Almeida Magalhães, pelo MPAS, Ministro Aluízio Alves, pela SEDAP, e Dr. Hamilton Parma, pela FJP.

Of. 127/87

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Informações Oficiais

que esclareçam à Assembléia Nacional Constituinte quais as razões que determinaram a abertura de licitação, pela Diretoria Administrativa da Presidência da República, para aquisição ou locação com opção de compra de um sistema de processamento eletrônico de dados (um computador, equipamentos periféricos, etc), conforme Edital de Concorrência nº 2/87, publicado no **Diário Oficial** de 14-7-87. No momento em que se discute a redução do déficit público, a Presidência da República deveria ser a primeira a dar o exemplo. Por que adquirir um sistema de computação, completo, se já dispõe do SERPRO, plenamente apto a desenvolver tais tarefas?

Sala das Sessões, de julho de 1987. – Constituinte **Adyson Motta**.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Adyson Motta, o Sr. Mauro Benevides Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há, sem dúvida, uma preocupação de toda a sociedade brasileira com relação aos resultados

dos nossos trabalhos nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Os trabalhadores que viram algumas conquistas suas na Comissão da Ordem Econômica, como a conquista da redução da jornada de trabalho, a estabilidade no emprego, a equiparação dos ganhos dos aposentados com o trabalhador na ativa, se alegraram com este resultado. Mas se preocupam que até que medidas estas conquistas estarão asseguradas até o final de nossos trabalhos.

Por sua vez, uma série de outros setores sociais se organizam para ampliar as suas conquistas, as suas reivindicações, no novo texto constitucional. E os partidos ampliam os debates e também se organizam e se mobilizam. Todos se indagam se a futura Constituição irá ou não de fato representar os anseios de progresso, os anseios de avanço, que fez com que toda a população brasileira se mobilizasse em torno da Assembléia Nacional Constituinte.

O PT também se preocupa com os destinos dessa Constituição, e é por isso que tem chamado a "mobilização popular", é por isso que se coloca claramente em seus comícios, nos seus pronunciamentos, que só o povo organizado, só a mobilização popular em torno da coleta de assinaturas, em torno das discussões dos temas constitucionais, dos sindicatos, nas escolas e nas fazendas, poderá fazer com que a Constituinte represente, de fato, aquilo que acontece nos meios dos trabalhadores da cidade e do campo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o PT também não se ilude, que o princípio da representação eleitoral freqüentemente atraído neste País, nós mesmos assistimos no ano passado todo um eleitorado ser enganado por uma política do Plano Cruzado, com promessas da Nova República, fazendo com que a representação nas eleições do Governo e da própria Assembléia Nacional Constituinte resultasse em grande parte desfigurada por estas manipulações em vésperas de eleição. É por isso que, neste momento, o PT coloca que essa Constituição deve, em último caso, ser aprovada pelas mãos do povo. Por que, caso esta Assembléia Nacional Constituinte não cumpra o seu dever de inscrever no novo texto constitucional aquilo que foi prometido em praça pública, restará ao povo a possibilidade de negá-lo ou de emendá-lo através da consulta temática do referendo popular.

Hoje, Sr. Presidente faremos a entrega da nossa proposta junto com companheiros de quase todos os partidos com assento nesta Casa, no sentido de regulamentar a consulta plebiscitária, facultando ao povo relegar o texto constitucional como um todo. Caberia, neste caso, a esta Assembléia Nacional Constituinte discutir as maneiras de reiniciar o processo, como a consulta temática, para que cada um dos temas mais importantes pudesse passar pelo crivo da vontade popular. Por isso, nós reiteramos aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, com apoio de cada constituinte, de cada liderança partidária, para que o povo seja o juiz, para que a soberania popular esteja presente no texto constitucional através do referendo temático e do referendo global, através da consulta plebiscitária da futura Carta constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO /87

Disciplina a consulta plebiscitária prevista nos arts. 59 e 61 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte (Regimento Interno).

Art. 1º A Assembléia Nacional Constituinte determinará à Justiça Eleitoral, por intermédio da Mesa, a organização e realização de consulta plebiscitária objetivando a deliberação, pela população, acerca da nova Constituição do Brasil.

Parágrafo único. Efetuar-se-á a consulta plebiscitária por meio de sufrágio universal e voto direto e secreto, 90 (noventa) dias após a conclusão da votação, em segundo turno, do Projeto de Constituição.

Art. 2º Na consulta plebiscitária, a população deverá manifestar sua aprovação ou reaprovação ao texto integral da redação final do Projeto de Constituição, bem como se posicionar sobre os temas que forem objeto de Requerimentos específicos por parte dos Constituintes.

Art. 3º Os Constituintes poderão encaminhar à Mesa Requerimentos de consulta plebiscitária temática no prazo de 10 (dez) dias a contar da conclusão da votação, em segundo turno, do Projeto de Constituição ou, se for o caso, da publicação da redação final do Projeto de Constituição elaborada pela Comissão de Sistematização.

Art. 4º Os Requerimentos de consulta plebiscitária temática deverão atender aos seguintes requisitos:

I – cada Requerimento deverá ser subscrito por, pelos menos, 56 (cinquenta e seis) Constituintes;

II – cada Constituinte poderá subscrever um único Requerimento;

III – cada Requerimento deverá circunscrever-se à solicitação de consulta plebiscitária com relação a um único tema, independentemente do número de dispositivos da redação final do Projeto de Constituição que se objetivar submeter à apreciação popular;

IV – cada Requerimento deverá enunciar a proposta de dispositivos a serem incluídos na nova Constituição, indicando, se for o caso, os dispositivos da redação final do Projeto de Constituição cuja substituição se pretenda efetuar.

Art. 5º No período de 48 (quarenta e oito) horas a contar do encerramento do prazo de encaminhamento dos Requerimentos de consulta plebiscitária temática, a Mesa os apreciará e deferirá todos aqueles que satisfizerem os requisitos previstos no artigo anterior.

Parágrafo único. Do indeferimento, pela Mesa, de Requerimento de consulta plebiscitária temática, caberá recurso ao Plenário, que deverá ser formulado em 24 (vinte e quatro) horas e subscrito por, pelo menos, 56 (cinquenta e seis) dos autores do Requerimento.

Art. 6º O posicionamento da população com relação a cada tema, por ocasião da consulta plebiscitária, deverá se dar através da manifestação da preferência entre os dispositivos propostos por via de Requerimento e aqueles constantes da redação final do Projeto de Constituição, salvo quan-

do se tratar de dispositivos adicionais não colidentes com o texto oferecido pela Comissão de Sistematização, que deverão ser simplesmente aprovados ou rejeitados.

Art. 7º Caso o texto integral da redação final do Projeto de Constituição obtenha a aprovação da maioria simples dos votantes na consulta plebiscitária, os dispositivos que obtiverem, em cada tema a preferência da maioria simples dos votantes na parte temática da consulta plebiscitária serão incluídos na redação final do Projeto de Constituição e não poderão sofrer qualquer alteração, na Comissão de Sistematização ou em Plenário até a promulgação da nova Constituição.

Parágrafo único. Encaminhado à Mesa o resultado da consulta plebiscitária conforme apuração da Justiça Eleitoral, a Comissão de Sistematização incorporará à redação final do Projeto de Constituição os dispositivos aprovados pela população, retomando a Assembléia Nacional Constituinte os seus trabalhos nos termos do disposto no art 30 da Resolução nº 2 de 1987 (Regimento Interno).

Art 8º Se o texto integral da redação final do Projeto de Constituição não obtiver a aprovação da maioria simples dos votantes na consulta plebiscitária, a parte temática da consulta plebiscitária não produzirá quaisquer efeitos e o Projeto de Constituição não será promulgado, devendo a Assembléia Nacional Constituinte definir, em um prazo de 10 (dez) dias, os procedimentos adequados para nova elaboração constitucional.

Art 9º No período de 45 (quarenta e cinco) dias que anteceder à consulta plebiscitária, a Assembléia Nacional Constituinte suspenderá a realização das Sessões Ordinárias, podendo ser convocada, nos termos da Resolução nº 2, de 1987 (Regimento Interno), para a realização de Sessões Extraordinárias.

Art 10. A Justiça Eleitoral requisitará das emissoras de rádio e televisão 2 (duas) horas diárias para o debate público e gratuito, em cadeia nacional, dos temas submetidos à consulta plebiscitária, que deverá obedecer às seguintes normas.

I – todas as emissoras de televisão do País reservarão, nos 30 (trinta) dias anteriores à antevéspera das eleições, 2 (duas) horas diárias para o debate, sendo 1 (uma) hora entre 13:30 (treze horas e trinta minutos) e 14:30 (quatorze horas e trinta minutos) e 1 (uma) entre 20:30 (vinte horas e trinta minutos) e 21:30 (vinte e uma horas e trinta minutos);

II – todas as emissoras de rádio do País reservarão, nos 30 (trinta) dias anteriores à antevéspera das eleições, 2 (duas) horas diárias para o debate, sendo 1 (uma) hora entre 7:30 (sete horas e trinta minutos) e 8:30 (oito horas e trinta minutos) e 14:30 (quatorze horas e trinta minutos).

III – a Justiça Eleitoral destinará 1/3 (um terço) dos horários reservados à discussão do texto integral da redação final do Projeto de Constituição e os 2/3 (dois terços) restantes serão distribuídos igualmente entre os assuntos objeto da parte temática da consulta plebiscitária;

IV – a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte distribuirá o tempo destinado à discussão do texto integral da redação final do Projeto de Constituição entre os partidos políticos com

presentação na Assembléia, observando a mesma proporcionalidade existente na distribuição do tempo destinado às comunicações de liderança, nas sessões ordinárias da Assembléia Nacional Constituinte.

V – o tempo atribuído a cada tema será distribuído igualmente para a defesa e a contestação dos dispositivos propostos por meio de Requerimento de consulta plebiscitária temática;

VI – caberá aos autores do Requerimento de consulta plebiscitária referente a cada tema a definição acerca da utilização do tempo destinado à defesa dos dispositivos propostos;

VII – caberá à Comissão de Sistematização a definição acerca de utilização do tempo destinado à contestação dos dispositivos propostos por meio dos Requerimentos de consulta plebiscitária temática;

VIII – as emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, gratuitamente, comunicados ou instruções da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos diários consecutivos ou não, nos 30 (trinta) dias anteriores à consulta plebiscitária;

IX – fica facultada, a transmissão, pelo rádio e pela televisão, no horário gratuito e fora dele, de debates relacionados à consulta plebiscitária.

Art. 11. Fica expressamente proibida a utilização de quaisquer propagandas relacionadas aos temas submetidos à consulta plebiscitária que não aquelas expressamente definidas pela Justiça Eleitoral.

Art. 12. Fica expressamente proibida a divulgação, por qualquer forma, de resultado de prévias ou pesquisas relacionadas aos temas submetidos à consulta plebiscitária nos 30 (trinta) dias anteriores a ela.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de julho de 1987.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL – (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987:

É preocupação básica da Democracia Cristã a construção de uma sociedade que ao mesmo tempo seja livre e ao mesmo tempo seja justa, fundamentada nos valores maiores da solidariedade. Esta tem sido a nossa luta nesta Assembléia Nacional Constituinte. Mas não podemos, Sr. Presidente, calar a nossa voz quando observamos que no cenário nacional, a nível do Governo da República, nem se prega a liberdade, nem se realiza a justiça.

Os jornais estampam declarações otimistas do Presidente José Sarney, afirmindo que agora o País é uma nave que tem rumo. Não é isso, Sr. Presidente, o que tenho visto nas cidades, nas vilas, nos lugarejos por onde tenho passado, em meu

Estado, São Paulo, no contato com os nossos companheiros.

Quero situar aqui, Sr. Presidente, mais uma vez e a nível de denúncia, de denúncia enérgica, o que continua acontecendo com as centenas de milhares de micro e pequenas empresas, que, acreditando nas promessas do Presidente José Sarney, acreditando na segurança afirmada pelo Governo, tomaram empréstimos no Plano Cruzado e, hoje, debatem-se com dívidas totalmente impagáveis.

Há poucos dias Sr. Presidente, o Governo baixou decreto que objetivava ainda que de forma paliativa, salvar do desastre as micro e pequenas empresas. Nada disto está sendo cumprido.

A palavra do Sr. Presidente não está sendo honrada na prática, porque vão as micro e pequenas empresas aos bancos buscar o crédito e este lhes é negado. E o desespero continua a ser a marca predominante, que hoje ameaça de aniquilamento as pequenas e médias empresas. Por isto, Sr. Presidente, fica aqui a denúncia da Democracia Cristã, a afirmação do Governo Central de que socorreria as pequenas e microempresas Na prática, está se transformando em falácia, em mentira, em falsidade.

No Brasil todo, as pequenas e micro empresas estão correndo o risco de simplesmente desaparecer, enquanto fica o Presidente da República a dizer, com falso otimismo, que agora o Brasil toma rumo. Só se for caminhar rumo ao desastre, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A SR^a. SANDRA CAVALCANTI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI: – (PFL – RJ. Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes:

É lamentável que uma proposta, apresentada por nós há mais de 60 dias, não tivesse merecido, por parte da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, o andamento necessário.

Tínhamos a convicção, a certeza de que, neste período, ocorreria o que vem ocorrendo. O País precisando do seu Poder Legislativo atento, aberto, participante, e sendo obrigado a contemplar um espetáculo desagradável e inexplicável até, de plenário vazio, de suposto encaminhamento da discussão da nossa futura Carta Constitucional. Raros são os Constituintes que chegam à tribuna e que não fazem questão de registrar a sua melancolia diante deste fato, um plenário vazio, como se aqueles que foram eleitos pelo povo não estivessem, como estão, vinculados estreitamente a todos os problemas que o País está atravessando. A prova disso é que ao invés de discutirmos aqui um texto constitucional, que está ainda em fase de elaboração, que está sendo emendado, que está sendo podado, que está sendo enxugado, nós usemos normalmente este tempo de forma anti-regimental para esta oportunidade, tentar estabelecer, ainda que de forma muito precária, um vínculo de relação profunda entre os problemas do País e o nosso mandato, porque nós não somos apenas Constituintes, fomos eleitos tam-

bém para, durante esse período, exercer o Poder Legislativo do País.

O Brasil está vivendo uma das suas crises mais terríveis, com o Poder Executivo inteiro, com o Poder Judiciário funcionando e com o Poder Legislativo praticamente castrado, porque a Câmara e o Senado não estão podendo dar aos Poderes Executivo e Judiciário o suporte que o País merecia que estivesse sendo dado, numa oportunidade dessa.

Por exemplo: no texto Constitucional, no Capítulo Dos Direitos Individuais e Coletivos, enquanto estamos tentando fortalecer a idéia de que todo cidadão brasileiro tem direito à vida e estamos lutando para que esse direito se defina desde a concepção: enquanto estamos lutando para garantir o direito das pessoas portadoras de deficiências, que no Brasil nunca foram contempladas pelas nossas leis de forma justa enquanto estamos tentando assegurar para as mulheres posições importantes, novas, modernas; enquanto estamos tentando também defender a idéia de que todo brasileiro tem direito à habitação condigna, ao acesso, pelo menos, a isso que é o sonho de toda família, de que adianta colocar no texto da lei que todo brasileiro tem direito à habitação, se nós, como legisladores ordinários, não no sentido pejorativo da palavra, mas no sentido clássico, como legisladores das coisas de todos os dias, quer dizer como Deputados, estamos impedidos de tomar iniciativas para hoje ou para amanhã, não para o ano que vem, em matéria de sistema de habitação, neste País.

O Brasil está passando pelo maior drama que já viveu em termos habitacionais não só porque todo o Plano parou, não há uma só válvula de escape por onde alguém no Brasil possa tentar, nessa altura, chegar ao sonho da sua casa como também porque toda a legislação está deformada, confusa, mal armada, é um verdadeiro "saco de caranguejos", ninguém se entende: o inquilino não sabe quais são os seus direitos, o senhorio não tem delimitadas as suas possibilidades, a construção civil no País parou – e um país que tem a sua construção civil parada, está doente. A construção civil, em qualquer país do mundo, é o grande sintoma de saúde da economia.

O País está com a construção civil parada, Sr. Presidente, o déficit de moradia está aumentando todos os dias e nós, da Câmara dos Deputados e do Senado, não temos um momento legal, sequer, para começar a interferir nesse processo, a não ser tentar estampar numa cartilha de sonhos, em que se transforma neste momento o texto constitucional, uma episódica solução futura para aqueles que neste período, privados de moradia, conseguirem sobreviver até lá.

O meu Partido, Sr. Presidente, continua reclamando. A Câmara e o Senado deveriam estar funcionando para que episódios como este, do drama da morada no Brasil que é um drama a ser tratado aqui, e aqui encontrando pelo menos voz, já que muitas vezes nos falta o poder para as soluções. (Palmas).

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Plínio Arruda Sampaio, o Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães; Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Esta Presidência, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, a Câmara dos Deputados e creio que poderia também dizer o Senado Federal, todos se associam às palavras justas, precisas, com conhecimento de causa, proferidas pelo eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

É claro que, sendo político, mesmo que não fosse de São Paulo – e eu o sou –, conheci Carvalho Pinto, militamos em campos opostos. E sendo Governador de São Paulo, nenhuma violência, discriminação ou perseguição foi feita sob a responsabilidade do seu Governo.

Deixou, como acentuou o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, marcas indeléveis de sua administração que, ainda hoje, persistem na Capital e no interior.

Há que ressaltar também, entre os requisitos da sua personalidade, a sua honorabilidade. Longe da qualquer acusação por injúria, por calúnia, a atuação, a pessoa de Carvalho Pinto foi sempre modelar, um verdadeiro paradigma.

Saliente-se que também teve a responsabilidade árdua e difícil do Ministério da Fazenda, onde, ao lado de suas patrióticas iniciativas, perdurou sempre o seu nome e o seu conceito.

Foi Senador da República com equilíbrio, com prudência, mas sempre com grande espírito de decisão.

Grande homem público, admirável homem público, exemplo, de homem público, principalmente quando este depoimento é formulado por quem nunca foi seu correligionário, seu companheiro partidário. Acredito que isto significa a opinião unânime de todo o Brasil que pranteia a morte de Carvalho Pinto e que se manifesta profundamente reconhecido pelos serviços que S. Ex.^a prestou a São Paulo e ao Brasil. (Muito bem!).

VI – Apresentação de proposições
O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresentam proposições os Srs. Constituintes.

RUBERVAL PILOTTO: – Requerimento de informações à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República a respeito de quantia a ser despendida na elaboração, pela Fundação Joaquim Nabuco, de plano básico de reorganização da Secretaria.

ADYLSON MOTTA: – Requerimento de informações ao Gabinete Civil da Presidência da República a respeito de licitação, pela Diretoria Administrativa da Presidência da República, para aquisição ou locação com opção de compra de sistema de processamento eletrônico de dados

– Requerimento de informações do Ministério da Previdência e Assistência Social a respeito de convênios firmados com a Fundação Getúlio Vargas e Fundação João Pinheiro para a elaboração de sistema de carreiras para o MPAS, INPS, IAAPAS e Inamps.

SÓLON BORGES DOS REIS: –

Requerimento à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte solicitando a realização de sessão destinada a homenagear a memória de Carlos Alberto Carvalho Pinto.

NILSON GIBSON: – Requerimento

à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte solicitando a realização de sessão de homenagem à memória do escritor Gilberto Freyre.

VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Projeto

de resolução que disciplina a consulta plebiscitária prevista nos arts. 59 e 161 da Resolução nº 2, de 1987 da Assembléia Nacional Constituinte (Regimento Interno).

BRANDÃO MONTEIRO: – Projeto

de resolução que regulamenta e disciplina a consulta plebiscitária sobre o sistema de governo e duração do mandato de transição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar à

VII – ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Antônio Salim Curiati, para discutir o projeto.

O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo também, neste instante, me associar aos sentimentos de pesar manifestados com relação ao falecimento do nosso eminentíssimo Professor Carvalho Pinto.

Alguns assuntos nos trazem à tribuna, hoje, da Assembléia Nacional Constituinte.

O primeiro deles é para protestar contra a tentativa desta Constituinte de estatizar o Senac, o Sesc, o Sesai, e o Senai, órgãos que, desde a sua criação, vêm prestando os mais relevantes serviços à sociedade brasileira, preparando, em seus estabelecimentos de ensino comercial, técnico e de segundo grau, a especialização de milhares de brasileiros que se tornaram responsáveis, em grande parte, pela infra-estrutura qualificada que permitiu ao Brasil caminhar a largos passos para o seu desenvolvimento industrial e comercial.

A estrutura administrativa, técnica, humana, social e curricular desses órgãos foram copiadas por diversos países do mundo, inclusive por oito da América-Latina.

Srs. Constituintes, não podemos cometer essa agressão contra os interesses do trabalhador, da sociedade e do País. Como legisladores, devemos decidir com serenidade e justiça e, por isto, tenho certeza de que esses órgãos continuarão onde estão, isto é, nas mãos da iniciativa privada brasi-

leira que tem dado mostras diárias de ser competente na administração de suas atividades sócio-econômicas.

Por isto, Sr. Presidente, estou apresentando, também, uma emenda pedindo que se suprima no Projeto de Constituição, no item 1 do art. nº 334 e o art. nº 336 e apresento a minha justificativa nesta emenda.

Outro assunto, Sr. Presidente. Desejo solidarizar-me com a maioria dos Constituintes que, diariamente, vêm protestando desta tribuna por estarem sendo discriminados pelos noticiários do Diário e do Jornal da Constituinte, no rádio e na televisão.

Lamentamos que, apesar desses contínuos protestos, nenhuma providência para a solução tenha sido efetuada pelos responsáveis pela editoração daqueles boletins informativos.

Sr. Presidente e nobres Srs. Constituintes, diante dessas irregularidades que atentam contra o direito de participação dos Constituintes em divulgar as suas idéias e trabalhos, privilegiando alguns e prejudicando quase todos, é que solicito ao nobre Presidente Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, a imediata suspensão do **Jornal** e do **Diário da Constituinte**, até que sejam estabelecidos novos critérios de avaliação, pela Mesa, para a divulgação uniforme dos trabalhos e idéias de todos os Srs. Constituintes.

Sr. Presidente e nobres Srs. Constituintes, apresentamos uma série de emendas e o que pude observar é que a Comissão de Sistematização, pelo seu Relator, não deu a devida atenção aos problemas enfocados. Por isto, na hora da feitura desse Relatório final, nós encaminhamos ao Sr. Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ao Senador Afonso Arinos e ao Deputado Bernardo Cabral, um telex, alertando da necessidade de se tomar conhecimento de algumas proposições por exemplo, Sr. Presidente, estabelecendo o limite máximo de 225 Srs. Deputados à Câmara Federal para a próxima legislatura.

A nossa matéria foi pouco analisada e gostaria que a Comissão de Sistematização tomasse conhecimento da realidade dos fatos. Esta Casa, que tanto prega que o Poder Executivo tem um comportamento qualificado, no que diz respeito às normas de valorização do seu trabalho, também, pode oferecer um exemplo de austeridade para que reduza o número de deputados para a próxima legislatura. Isto repercutirá favoravelmente junto à população deste País.

Ainda recentemente, vi em São Paulo uma pesquisa com relação ao Poder Legislativo, especialmente sobre a Assembléia Constituinte. A pesquisa afirmava, categoricamente, que 82% da população consultada desejava o fechamento deste Poder, porque a imagem lá fora está distorcida. Então, isto seria realmente uma proposta que iria redundar em algum benefício e mostraria a austeridade, a boa vontade deste Poder e desta Assembléia Constituinte.

O SR FARABULINI JÚNIOR: – Deputado Antônio Salim Curiati, permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI: – Só queria dar continuidade a alguns problemas que enfocamos para chamar a atenção deste Poder, que está sendo esvaziado e desmoralizado. É a realidade dos fatos. Que a responsabilização também criminal e civil passe a ser efetivada a partir dos 16 anos; que seja meta prioritária do Governo, segundo o Estatuto Constitucional, propiciar condições para aquisição da casa própria popular.

A Constituinte Sandra Cavalcanti foi muito feliz aqui, na sua manifestação. Quero solidarizar-me com esta brilhante Constituinte pela sua argumentação, pela preocupação que S. Ex.^a tem com relação a essa população mais carente, mais humilde, para a qual é prioritário o atendimento social da habitação. Que os menores, jovens, idosos, e deficientes físicos e mentais mereçam um parágrafo especial nessa nova Constituição; que seja instituída a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos cidadãos com mais de 65 anos; que seja regulamentada pelo Poder Federal o mecanismo da fixação de tarifas dos transportes coletivos municipais; que seja plenamente assegurado aos assalariados o direito à revisão dos seus vencimentos, a fim de garantir a manutenção do poder aquisitivo frente aos índices inflacionários; que seja instituída a isenção tributária as microempresas; que se garanta a participação da livre iniciativa em todos os ramos da atividade econômica; que se determine a regulamentação de todas as profissões que já contém com sindicatos e entidades de representação classista; que o texto constitucional permita, após regulamentado em lei ordinária, a prática de jogos de azar nos cassinos, que seja assegurada às entidades particulares de ensino a efetiva participação na formação dos jovens; que se garanta assistência médica a todos os segmentos da sociedade também com a participação do setor privado; que se garanta, também, uma política agrícola de estímulo ao produtor rural.

São estas, Sr. Presidente, algumas das mensagens que encaminhamos à Mesa, para que haja uma atenção especial da Comissão de Sistematização.

Desejo, neste instante, Sr. Presidente, ouvir o nobre Constituinte Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Nobre Constituinte Antonio Salim Curiati, é sobre dois dos pontos a que V. Ex.^a se referiu. Um deles trata do SENAI, do SENAC e do SESC. Quero dizer a V. Ex.^a que participo totalmente do seu ponto de vista. Sou professor militante e V. Ex.^a sabe.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI: – Já o conheço muito bem.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Sou professor militante da Rede do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, no setor técnico da rede da Escola Técnica Getúlio Vargas. É exatamente aí que me propicia o conhecimento do fato. O SENAI, o SENAC, o SESC são organizações que fluíram exatamente daí. Ao tempo em que eu era Vereador da Cidade de São Paulo, ao lado de Mário Braz e de Afonso Celso, os pioneiros do Sesi, nós contávamos com as "escolinhas" nos bairros periféricos da cidade de São Paulo. E as chamadas "professorinhas", gratuitamente, se dispunham a

procurar salas para que as aulas funcionassem. Veja V. Ex.^a a origem dessas organizações, elas se estabelecem, exatamente, na vontade de fazer, no desprendimento enquanto se faz, no idealismo enquanto se desenvolve. Ora, devo confessar que nada disso se vai encontrar sem oficializar, sem estatizar essas organizações. Não existe, não existe, não. Nesse setor, do ensino, é preciso que se mantenha a privatização. Outro ponto é a questão da faixa etária dos dezesseis anos. V. Ex.^a apresentou a sugestão constitucional e apresenta a emenda agora. Eu também apresento a emenda. Tenho certeza, já tenho convicção, de que não é mais possível manter-se a faixa etária dos 18 anos inimputáveis. Temos que baixar a faixa etária. Estranhei demais que na comissão temática tivessem defendido, com tanto calor, a manutenção, no termo constitucional, dos 18 anos. É da Lei Ordinária, hoje, e os mantém agora a Constituição, para que não se possa remover no futuro coisa nenhuma. V. Ex.^a apresentará a sua emenda e eu apresentarei também; lutaremos juntos. Porque conheço profundamente, como advogado militante na área criminal, lá, em São Paulo. As quadrilhas se assentam sobre os chamados "coitados", malfeiteiros que têm 18 anos. E o são: por quê? Porque servem às quadrilhas, ao passo que, se reduzir a faixa etária para 16 anos e se mantiver esse elemento humano aproveitabilíssimo em escolas especializadas, mas segregados, entre 16 e 18 anos, nós estaremos prestando um serviço a eles próprios, os hoje malfeiteiros com essa idade, e à sociedade também, e retiraremos a massa de manobra das grandes quadrilhas que funcionam à custa desses menores. É preciso que os Constituintes saibam e se conscientizem dessa realidade; a realidade é fazer baixar a faixa etária para beneficiar os atuais delinqüentes e não para prejudicá-los.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI: –

Agradeço o aparte de V. Ex.^a e o recebi com satisfação nobre Constituinte Farabulini Júnior. O depoimento de V. Ex.^a, levando em consideração o seu conhecimento, a sua experiência e a sua vivência foi altamente valioso, não só com relação ao SESC, SENAI, SESI, todas essas instituições...

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Este é o depoimento pessoal, não do Constituinte; do professor, enquanto mantinha apenas 28 unidades.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI: –

Exatamente. Com relação, também, à responsabilidade criminal, a partir dos 16 anos. De forma que cumprimento V. Ex.^a e agradeço pelo magnífico aparte, que valorizou, em muito, a nossa manifestação.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Agora, permita-me, Sr. Constituinte, só para completar?

O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI: –

Pois não.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Não quero roubar o discurso de V. Ex.^a

O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI: – Não, está às ordens.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Quando V. Ex.^a fala da desmoralização, eu já me permito dizer-lhe que tudo não está perdido; estamos no começo, a criança está caminhando e agora vai atingir a sua maioridade – imputável. Se não fizermos um trabalho agora, com as emendas, com a Sistematização e com a votação de plenário, para dar à Nação a Constituição que ela precisa ter, aí sim, seremos fonte de críticas, e severas, mas espero que não ocorra, porque cada um dos Constituintes há de se conscientizar de que essa verdade precisa ser perseguida e haveremos de perseguí-la.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI: – Realmente, creio que o menor, o jovem de até 16 anos, precisa ser amparado. Mas não devemos nos esquecer, nobre Constituinte Farabulini Júnior, de que existe um episódio importante: o atendimento social, o comportamento social idêntico ao comportamento médico. Temos que possuir um comportamento curativo e precisamos ter um comportamento preventivo. Temos que atender o que existe de dificuldades com relação ao menor em todos os seus aspectos, mas temos, também, que possuir um comportamento preventivo, fazendo imediatamente, e acho que já vai tarde, nobre Sr. Presidente e Srs. Constituintes, uma campanha de esclarecimentos à comunidade, especialmente aos casais, com relação ao planejamento familiar. É importante, neste instante, que se tome alguma providência energica para que possamos ter, dentro de algum tempo – e quanto a isso estamos atrasados – um comportamento importante. Não adianta apenas atendermos o que existe de problema aí, precisamos atender os problemas em relação ao menor. Mas é importante que se tome e que se tenha um comportamento preventivo, iniciando já uma campanha – oficial voluntária, com aqueles casais que queiram ter conhecimento da realidade da fisiologia da procriação, porque isso se constituirá num programa preventivo, ou seja, o casal terá, com o apoio do Governo, o número de filhos que possa – manter dignamente.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Com toda a liberdade.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI: – Pois não, com toda liberdade. Por isso que disse, com uma campanha voluntária.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – V.

Ex.^a disse bem. Mc Namara, do Banco Mundial, se referia quando era Presidente da República o Sr. João Baptista Figueiredo, e repetiu S. Ex.^a na época, em mensagem – V. Ex.^a era então brilhante Deputado Estadual e deve ter acompanhado na legislatura passada – falando acerca do cerceamento da família brasileira, se referia à teoria de Maltus, malthusianista, que estabelecia, na sua proposta, a questão aritmética e geométrica, isto é, os meios de produção crescem aritimeticamente e a população, geometricamente. Ora, não posso aceitar. Aceito o que V. Ex.^a está dizendo agora, ou seja, um plano em que se dê condições à família brasileira para que em qualquer posto de saúde, em qualquer posto de puericultura, em qualquer cen-

tro educacional, encontre ensinamento e recursos para qualquer mulher do povo aproveitar-se disso e limitar a própria família, a família modal brasileira, o casal com três filhos, por exemplo. Parabéns a V. Ex.^a

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI: – Muito obrigado. Agradeço mais uma vez a V. Ex.^a.

Sr. Presidente, nobre Constituinte Ulysses Guimarães, antes de encerrar esta minha manifestação, desejo lembrar V. Ex.^a da importância da suspensão do jornal e do Diário da Constituinte até que se encontre um meio de fazer com que não continuem as injustiças que ali estão. Tenho certeza de que trouxe a este plenário inúmeras propostas e até agora não consegui aparecer uma única vez, nem no rádio, nem na televisão. Por isto, apelo a V. Ex.^a para que se interesse por esse problema.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Ruy Nedel, para discutir o projeto.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs^s. e Srs. Constituintes:

A reforma agrária, centralizada no conceito não só de limitação de propriedade, mas na eliminação do latifúndio, tem sido feita na História da humanidade, em outros países, somente através de guerras ou revoluções. E, mesmo onde foi feita, não nos cabe nenhum caso específico para exemplo, dentro as características da nossa Pátria ou de regiões do Brasil.

A Europa teve as convulsões mais sangrentas, misturando as questões da terra com questões do poder, misturando todas essas questões na luta "poder espiritual ou poder temporal". Até mais ou menos a metade deste milênio era a luta dentro do poder espiritual, entre mosteiros, Vaticano e as realezas, que se sangravam e sangravam os povos entre si.

Quem acompanhou os fatos da Guerra dos 30 Anos, que foi um dos episódios mais horríveis, onde a fome formava exércitos maiores que os exércitos de guerreiros, onde, não podendo saciar a fome somente com os ossos dos mortos em campos de batalha, cavoucavam as tumbas e roçam os ossos podados dos cadáveres já enterrados, tem um conceito de terra. Onde houve as revoluções deste século, a questão da terra ficou mais fixada dentro da geografia, dentro do tamanho da propriedade.

Nós, no Brasil, precisamos centralizar essa questão tão fundamental para a paz no nosso País, mas com uma visão diferente. Precisamos ter plena consciência que não é só a questão dos módulos rurais, seja do Rio Grande do Sul, seja do Amazonas ou do Mato Grosso; precisamos ter consciência bem clara de que, dentro de cada Estado, o módulo não tem o mesmo significado. E há mais do que isto. Se tomarmos como exemplo os dois Estados de Mato Grosso, não podemos ter o mesmo conceito de tamanho, de dimensão, olhando para o Pantanal ou olhando para uma outra região. Nós não podemos ter o mesmo conceito de uma área que fique numa região periurbana, encostada em uma das novas capitais

desses Estados. Nós precisamos, efetivamente, centralizar a questão da reforma agrária no Brasil na função social da terra. Não há outra maneira. E dentro da função social da terra, temos a obrigação, não só com o Brasil, não só com as próximas gerações mas, inclusive, com toda a humanidade, da preservação do meio ambiente. O meio ambiente pode ser agredido pelo latifúndio como pelo minifúndio.

Neste ponto, na função social, e colocando bem claro que a preservação do meio ambiente é função social da propriedade também, não só a produção que representa função social, nós estaremos, com esse pensamento, não só contribuindo para a paz, não só contribuindo para a estabilidade social no nosso Brasil, mas estaremos contribuindo para a sobrevivência das gerações futuras dentro do Brasil e até da humanidade.

Não podemos copiar modelos nesta questão, até porque todos os modelos que poderíamos seguir se fizeram em cima de guerras, de revoluções, da violência. Nós escolhemos o caminho da paz para o novo ordenamento jurídico do nosso País e o povo brasileiro quer o caminho da paz para atingir a justiça social. É neste caminho da paz que devemos construir. E aqui, neste ponto, vou ao item "a". Parece-me que toca no âmago da questão, quando diz:

"O uso do imóvel rural deve cumprir função social."

E a função social é cumprida:

"a – se é ou está em curso de ser racionalmente aproveitado."

Perdoem-me: "ou está em curso de ser" é protelar com a barriga algo que fatalmente virá um dia; "ou está em curso de ser" não afirma, não só dificulta, mas impede; "ou está em curso de ser" pode ser para o resto da História da humanidade, porque qualquer propriedade estará sendo terra, estará em curso de ser um dia aproveitada racionalmente. Este ponto, no meu modo de ver, este entre vírgulas, precisa sair deste artigo, senão nós não andaremos e não acharemos a solução pelo caminho da paz, e a sociedade poderá acabar optando pelo caminho da violência.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – V.

Ex.^a me permite um aparte?

O SR. RUY NEDEL: – Pois não.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Eu era muito jovem e já Vereador da cidade de São Paulo, portanto, vereador do asfalto e também deputado do asfalto, porque eleito ainda muito jovem, sempre pela cidade de São Paulo, vim para cá, agora no segundo mandato, eleito exclusivamente pela cidade de São Paulo. Ocorre que o problema da reforma agrária tem sido para mim preocupação constante, porque, a nível nacional, cada qual tem obrigação de pensar sobre o problema. E, desde Fanfani, o italiano que estabeleceu modelos para a Itália, e V. Ex.^a disse muito bem, fujamos dos programas estrangeiros que só para a cultura geral servem, e fixemo-nos aqui. O que há no Brasil, Constituinte Ruy Nedel? Há uma organização que cuida do problema fundiário; há um Ministério da Agricultura; há um Ministério que é da Reforma Agrária; e há só desmandos, desconcertos, incapacidade total e falta de critérios. Então de repente o meeiro, de repente um terceiro, de repente um arrendatário pretende ficar senhor e

legítimo possuidor de um pedaço de chão. Direito sagrado ser senhor e legítimo possuidor de um pedaço de chão para poder plantar. Vamos supor para argumentar, que isso se consiga, na Constituinte, como deseja, agora, V. Ex.^a Há Sr. Constituinte, meeiros e terceiros, arrendatários e pequenos proprietários em quantidade tal, neste País clamando por um instante de um trator-empurrador, clamando por um instante de pequenos financiamentos e, hoje, centenas de milhares no País precisam entregar ao Banco do Brasil a escritura de ser senhor e possuidor e não conseguem nunca as migalhas, que somente são orientadas e dirigidas para os grandes negócios nesta Nação.

Pergunto a V. Ex.^a, agora a nível de Constituição: V. Ex.^a teria pensado, por acaso, na hipótese de se impedir, através da Constituição, na Constituinte, que esses abusos sejam praticados? Que se obrigue a entregar ao atual "proprietariozinho" da terra lá de Murutinga do Sul, de Castilho ou de Valparaíso, no meu Estado, um ceticil capaz de propiciar-lhe condições de manobras na terra ou entregar-se, amanhã, 1 m², 100 m² um alqueire, dez alqueires, para criar pobreza, para desenvolvê-la ou para patrocíná-la esta é a questão? A estrutura do Estado brasileiro, a moral pública, a vontade de produzir, a capacidade, enfeitarão a incompetência e a corrupção dominantes? V. Ex.^a acabou de ver as importações brasileiras, todas eivadas de vícios de corrupção. A Cobal é corrupta, a Companhia de Financiamento da Produção é corrupta, a Interbrás é corrupta, e serve, agora; nobre Constituinte, levantar a bandeira na Constituinte da reforma agrária, sem pôr o dedo nesta ferida que á a ferida verdadeira neste País? (Palmas).

O SR. RUY NEDEL: – Se me permite, nós temos, nobre colega Constituinte, evidentemente, que reformular muita coisa no nosso Brasil. E nós devemos ter essa responsabilidade como constituintes; nós temos toda a temática da reforma agrária, mas nós também precisamos fazer uma reforma agrícola, que competiria mais ao setor da administração pública.

Na questão da moral pública, nós, constituintes, também temos grandes responsabilidades e nós temos, pessoalmente, a satisfação de ter contribuído para que esteja, já dentro deste anteprojeto, a figura da inconstitucionalidade por omissão, onde essa inconstitucionalidade por omissão possa ser solicitada por partidos ou por entidades da sociedade, onde ela possa forçar que seja cumprida a Constituição. Mas nós temos mais: já está dentro do nosso anteprojeto a figura da defensoria do povo; está dentro desse nosso anteprojeto também a imprescritibilidade do crime público, do enriquecimento ilícito, não só de quem está no cargo, mas de quem se locupletou dentro de um cargo. E esses crimes não estão prescrevendo, essa responsabilidade é nossa; nós conquistaremos uma moral ou nos desmoralizaremos cada vez mais no amadurecimento desta pátria jovem, se nós, como legisladores, não tivermos também a competência de forçar que a administração pública entre efetivamente nos trilhos que todo o povo merece e que, um dia, vai exigir.

Mas, Sr. Presidente, Srs. e Sr. Constituintes, o aparte engrandeceu muito, mas nos impediu leves considerações para certas questões práticas

de aplicabilidade dentro de um sistema de reforma agrária, onde pudéssemos usar a terra como um bem cooperativo. Tirou-nos alguns raciocínios que deveríamos acrescentar na questão do meio ambiente, e a gigantesca função social que tem o meio ambiente, e o meio ambiente não se preserva não se preservando a terra.

Só queria lembrar, para encerrar, as palavras do escritor Chateaubriand, e que devem estar gravadas em nós até a promulgação da Carta Magna, nesses temas tão importantes: "As florestas precedem as civilizações e os desertos as sucedem". Nesse caminho nós não podemos continuar, nós não podemos deixar as montanhas com florestas fantásticas, virando rochas estéreis, como que expondo aos céus o esqueleto da terra.

Era isto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Jofran Frejat, para discutir o projeto.

O SR. JOFRAN FREJAT (PFL – DF Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

As notícias que temos lido, visto e ouvido a respeito do projeto de Constituição aqui apresentado são, infelizmente de críticas. Mas alguns aspectos precisam ser levantados e mostrados a respeito desse projeto de Constituição, porque, sem dúvida nenhuma, aqueles que aqui compõem esta Assembléia Nacional Constituinte e trouxeram a sua experiência, o seu conhecimento, para oferecer ao povo brasileiro uma nova Carta, e, seguramente, esses constituintes incluíram neste texto méritos indiscutíveis.

O primeiro deles, Sr. Presidente, é que esse projeto de Constituição é o primeiro projeto que se faz, neste País, da base para o topo. Nenhuma outra Constituição se estabeleceu ou se fez, neste País, que não fosse baseada já num projeto anteriormente elaborado, ou numa grande comissão que desse os seus toques e retoques, sem a participação efetiva da maioria dos constituintes que aqui representam o povo.

O fato desta Constituição ter surgido do nada, da base de 24 subcomissões, passando por oito comissões e chegando depois a Comissão de Sistematização e ao Plenário, significa que um projeto vindo da origem, vindo do povo, está-se estabelecendo com erros e acertos, mas está-se estabelecendo.

O segundo aspecto positivo é que, pela primeira vez, neste País, no Congresso Nacional, numa Assembléia Nacional Constituinte, pelos seus deputados e senadores, o que vale dizer, pelos seus representantes, discute-se, em profundidade, os problemas nacionais. Os problemas nacionais sempre ficaram vinculados a pequenos grupos de cientistas políticos, de grupos empresariais, de associações, mas os representantes do povo e o povo de uma maneira geral – e aqui vemos o povo circulando por esta Casa, pelos seus corredores, fazendo as suas colocações e as suas proposições – em nenhuma oportunidade tivemos um espetáculo tão bonito com o de ver o povo participando diretamente da elaboração de uma Constituição. E, ainda mais, temos os projetos populares, as propostas populares que, agora, serão apresentados ao Plenário.

De forma que, dois méritos, seguramente se podem observar durante a feitura desta Carta da

base para o topo: e a discussão dos problemas nacionais em profundidade. E duas verificações, duas ilações também podem ser retiradas de toda esta confusão inicial que estamos observando: a primeira delas é que na verdade, a sociedade está representada na Assembléia Nacional Constituinte. Vimos que grupos de trabalhadores e representantes de empresários, de representantes da área rural, e dos diversos segmentos da sociedade puderam aqui manifestar livremente as suas posições e inserir no texto constitucional as mais diversas proposições de reforma agrária, do uso da terra, a situação dos banqueiros, as questões dos trabalhadores da educação, da comunicação, e assim por diante, não havendo assunto que fosse proibido, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte. Mesmo os projetos de desenvolvimento de bomba nuclear também foram discutidos, sem nenhuma preocupação em ferir interesses ou grupos que estejam fazendo o seu **lobby**, o seu trabalho, para tirar ou colocar quaisquer das proposições.

Em suma, esse é o retrato da sociedade brasileira, é o retrato de uma sociedade em evolução, que se está construindo e para onde se pretende, naturalmente, trazer os anseios dessa população, a sua luta, e os constituintes a trazerem a sua experiência, a sua palavra, discutida nos palanques e nas reuniões.

Não poderia esperar que este texto inicial fosse um texto amadurecido, completo, arrumado, como são as sociedades estratificadas europeias, onde não haja luta de classe, como existe aqui no Brasil, que é uma casa em arrumação. Quem já construiu uma casa sabe que, no início, a impressão que se tem é de uma confusão geral e, aos poucos, a casa, o edifício vai tomando a sua forma, o jeito, e conseguimos, na verdade, trazer à vista, ao prazer, ao lazer, uma casa animada, elaborada com o esforço dos Constituintes brasileiros.

Essas eram as colocações, de maneira genérica, que eu queria fazer. Mas, alguns aspectos particulares precisam ser discutidos.

Esse projeto, conquanto represente o interesse da sociedade brasileira, traz no seu bojo algumas distorções que, me parece, podem ser corrigidas com alguma facilidade. A primeira delas é no art. 357, que fala sobre a aposentadoria. Diz este artigo que nenhum benefício de prestação continuada poderá ser inferior ao salário mínimo.

Ora, vejamos, o que significa isso na prática? Significa que vai continuar a defasagem dos proveitos da aposentadoria com o salário da atividade. Porque o estabelecimento de um plano, de um patamar, de uma base do salário mínimo não quer dizer que quem ganhe cinco salários mínimos conseguirá ir para a aposentadoria com os mesmos cinco salários mínimos. O texto que me parecia correto para apresentar à sociedade brasileira é que nenhum benefício de prestação continuada poderá ser inferior ao salário percebido quando em atividade. E por que isso? Porque o nosso aposentado, que deu o seu suor, o seu trabalho pela população brasileira, quando atinge a posição de aposentadoria, já alquebrado pelos anos, recebe, no mínimo, 30% a menos do que recebia na atividade. Muito bem. Com 30% a menos do que ele recebia na atividade, de um salário **ilegível** terá de **ilegível** porque ele não

vai poder manter a condição de dignidade e de sobrevida sua e de sua família, porque ele caiu de padrão, ele perdeu o espaço, ele perdeu o seu poder aquisitivo. E pior ainda: ele retorna ao mercado de trabalho de uma maneira perversa. Primeiro, porque ele vai buscar o emprego por qualquer salário, porque ele já tem a sua basezinha da aposentadoria e aceita um salário aviltado. Em segundo lugar, porque ele vai disputar com os 2 milhões de jovens brasileiros que estão buscando o seu primeiro emprego, também esse emprego. Estamos, então, penalizando o aposentado, obrigando-o a trabalhar, após ter dado todo o seu esforço, o seu suor pelo País. E penalizando o jovem brasileiro, os 2 milhões de jovens brasileiros que estão buscando o seu emprego pela primeira vez.

Da mesma maneira, ainda com relação à aposentadoria, estamos verificando que os legisladores – principalmente da Ordem Social, que foi uma ordem que se caracterizou por grandes avanços, por melhorias consideráveis ao trabalhador – estão retirando deste trabalhador a possibilidade de ele ter uma previdência complementar para a sua aposentadoria. Quando o legislador estabelece que a previdência complementar só poderá ser com a participação de metade da empresa, e metade dos trabalhadores, ela simplesmente inviabiliza a previdência complementar. O Governo, que paga tão mal aos seus servidores, está seguramente apenas dando uma compensação quando ele participa – os órgãos e as empresas – com o duplo ou com o triplo daquilo que contribui o trabalhador, porque senão significa simplesmente inviabilizar a previdência complementar. Parece-me de extrema justiça que isso volte para a lei ordinária e não se estabeleça através de uma proposta à Constituinte, que vai penalizar mais uma vez o servidor público neste País.

Entre as aposentadorias especiais estão incluídos hoje, na Constituição brasileira, o professor, o Jornalista e o aeronauta. As condições para que eles se aposentem de maneira especial, sem ser aos 35 e 30 anos, para homem e mulher respectivamente, são de que seu trabalho seja penoso, insalubre ou perigoso. Pois bem. Tivemos um avanço importante agora na Constituição, onde se incluiu mais um item: o trabalho noturno e de revezamento. Pois bem, a classe da área de saúde sempre foi prejudicada, apesar de estar incluída nesses três itens é um trabalho penoso, é um trabalho perigoso e é um trabalho insalubre. E agora, mais ainda, é um trabalho de revezamento de horário noturno. Colocar, hoje, apenas o professor dentro da categoria de condição especial para se aposentar com tempo reduzido, e impedir que os profissionais da área de saúde, que têm um trabalho penoso, um trabalho insalubre, perigoso e, ainda, de revezamento e um trabalho noturno, é uma injustiça que se pratica contra os profissionais da área de saúde. Ou se estende isso a todos os que sofrem esta penalização do trabalho ou se retirem todos e todos tenhamos o mesmo direito.

Uma outra injustiça que se pratica com o setor de saúde é retirar do médico a possibilidade de ter dois empregos públicos, pois foi o primeiro profissional a conseguir incluir no texto constitucional o direito de ter dois empregos públicos, quando a idéia básica, o racional, era de que o

País necessitava de colocar profissionais no interior do Brasil. Pois bem, atrás do médico veio o professor, veio o magistrado e vieram aqueles que têm cargos técnicos ou científicos.

Agora, mantiveram o professor e retiraram os juízes e os médicos. Os juízes, inteligentemente, conseguiram colocar em outra Comissão esse direito, e os médicos foram privados do mesmo. Será que se vai resolver o problema da medicina no Brasil retirando esses dois empregos? Será que se vai pagar um salário digno hoje – o médico é tão mal pago no Brasil – para esses profissionais? E se pagar um salário especial ao médico, também não se terá que dar, por isonomia, a todas as outras profissões?

O justo será quê se mantenham os dois cargos privativos de médio, e que se obrigue a integração geográfica, ou seja, que ele trabalhe nos dois, receba das duas bases trabalhando no mesmo lugar.

Isto sim é uma injustiça, isto sim é manter uma remuneração condigna, como foi dada também para os professores e para os juízes. Ao lado disso, pratica-se uma outra digressão com relação ao profissional liberal no País. Por várias vezes eu tentei – e isso está relacionado com o médico, principalmente – incluir no texto constitucional a seguinte proposição:

"Os profissionais liberais formados em escolas públicas ficam sujeitos à prestação remunerada de serviço profissional, em local de interesse do poder público, na forma que a lei estabelecer."

O que é que se deseja com isso?

Que o médico que se beneficiou da escola pública, como o professor, o advogado, o veterinário, o agrônomo, o engenheiro, também dê a sua contribuição para que este País floresça, para que este País possa ter esses profissionais nos mais longínquos rincões desta Pátria, e não encher as grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte de profissionais liberais à cata de emprego e sem mercado de trabalho.

Pode-se perfeitamente, através da regulamentação desse princípio constitucional que nós estamos propondo, fazer com que os profissionais liberais formados em escolas públicas dêem a sua contribuição, no interior deste País, favorecendo a nossa sofrida população que não tem qualquer assistência.

Uma outra preocupação que nos veio à mente durante a elaboração desse trabalho é com relação à mulher trabalhadora, e se incluiu no texto constitucional, não para a mulher trabalhadora, como eu previa, mas de maneira geral: que terão direito à jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento. Muito bem, é de justiça isto. E as mães trabalhadoras que têm filhos menores? E as mães que têm filhos deficientes físicos e mentais? Essas mulheres não precisam dar a sua participação na sua casa, mantendo a integração familiar?

Por que não estender esse benefício do horário de seis horas para a mulher trabalhadora brasileira, que tenha família constituída, que tenha filhos menores de 12 anos, que tenha filhos deficientes mentais, excepcionais e físicos, que necessitam do trabalho, do apoio, da ajuda da sua mãe? Por que apenas àquelas que têm o trabalho em

turnos de revezamento? Parece-me muito mais grave que a mulher trabalhadora brasileira tenha direito, sem perda de remuneração, a horário de 6 horas, desde que tenha filhos menores de 12 anos e que tenha filhos excepcionais ou filhos deficientes físicos para cuidar e manter, assim, a integração da família, o núcleo familiar tão essencial ao equilíbrio da nossa sociedade?

Por último, eu gostaria de fazer menção, mais uma vez, ao sistema de governo que estamos ouvindo propor aqui, nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Minha preocupação maior é exatamente a de que, com a mudança do sistema de governo, não estejamos fazendo absolutamente nada, mas apenas demonstrando uma força do Congresso Nacional em relação ao Executivo.

Fazendo uma avaliação muito cuidadosa do período parlamentarista no II Reinado, observamos que, durante os 49 anos de parlamentarismo no Brasil, tivemos 38 Primeiros-Ministros. Durante esses 49 anos tivemos seis dissoluções do Parlamento; nos últimos 9 anos, de 1880 a 1889, até a Proclamação da República, tivemos 4 legislaturas, com três dissoluções do Parlamento e o último Parlamento sequer se instalou, pelo golpe que instalou a República.

A SR^a SANDRA CAVALCANTI – (Fora do microfone): – Além do estado de sítio.

O SR. JOFRAN FREJAT: – Na época do Parlamentarismo, como na época normal que estamos vivendo de presidencialismo, todos os fatos de crise foram uma decorrência de crise econômica grave. O único período em que o parlamentarismo teve um presidente de Conselho, por quatro anos, foi a época de Rio Branco, exatamente na época dos anos de prosperidade, quando o mil-reis em comparado à libra esterlina.

Na verdade, precisamos aprofundar nosso entendimento sobre isso, precisamos estudar um pouco mais se a simples mudança de sistema de governo vai nos trazer a tranquilidade que pretendemos, ou se vamos ter tantos primeiros-ministros quantos forem necessários, até que haja um equilíbrio econômico neste país. É preciso refletir, e eu continuo aberto à discussão. Apenas não mudarei minha posição inicial, enquanto os meus companheiros de Assembléia Nacional Constituinte não me convencerem de que, de fato, o parlamentarismo poderá ser melhor do que o presidencialismo, para que possamos ter uma Pátria equilibrada e dar ao nosso povo aquilo que ele tanto anseia de nós, nesta Assembléia! Muito obrigado. (Palmas!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Jofran Frejat, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Percival Muniz, para discutir o projeto.

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Não vou usar todo o tempo destinado para esta discussão, Sr. Presidente, exatamente porque estou aguardando decisão, a respeito do pedido já feito, aqui, por vários Constituintes, para que

a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte defina a pauta de discussão a ser realizado neste período.

Não tem cabimento, Sr. Presidente, ficarmos aqui, com um orador discutindo a questão do aborto, logo após um outro discutir sobre a reforma agrária e, em seguida, ainda um outro, sobre a questão da empresa nacional. Dessa forma não vamos conseguir exatamente o que desejávamos acontecer nessa Assembléia Nacional Constituinte, ou seja a discussão das questões polêmicas. É importante ouvirmos opiniões diferentes sobre o mesmo tema, até para nos convencermos de que aquilo que pensamos não é o correto, ou até para tentarmos convencer os outros de que aquilo que pensamos é o correto.

É preciso, Sr. Presidente, que essa decisão seja tomada. Já estamos há quase dez dias de discussão desse projeto. A imprensa nacional e a televisão estão mostrando a falta de presença no Plenário, como se nós pudéssemos todos os dias ficar aqui para assistir àquilo que não queremos ou então para ter que falar aquilo que os colegas não querem ouvir. E uso este espaço de tempo para me solidarizar com aqueles Líderes que já pediram que a Mesa da Constituinte defina a pauta da discussão para esse período de elaboração constitucional que estamos atravessando.

Sr. Presidente, essa decisão é urgente. Essa decisão já deveria ter acontecido, ou, pelo menos, uma resposta convincente por parte da Presidência da Constituinte já deveria ter sido dada, até para que nos convencesse de que estamos errados. O que não pode, Sr. Presidente, é esse menosprezo para com o grito daqueles que estão interessados em discutir a Constituinte para com o clamor daqueles que querem levar a sério a discussão do texto constitucional. O que não é possível são todas as vozes que estão gritando desde o primeiro dia, até levantando questões de ordem e exigindo a verificação de **quorum**, para ser estabelecida a pauta, ficarem sem uma resposta. Essa situação, Sr. Presidente, leva a uma avaliação por parte da população de que esta nova Constituição está sendo elaborada a poucas mãos. Dá a impressão de que a grande maioria dos Constituintes aqui, nem direito à resposta têm. Dá a impressão, Sr. Presidente, de que elegemos uma Mesa Diretora, não para dirigir os trabalhos, mas para elaborar a Constituição.

Isto não pode acontecer! Isto Precisa chegar a um fim. Precisamos de uma resposta que nos convença de que pauta dos trabalhos será estabelecida pela Mesa Diretora, e que os Líderes serão convocados, como prega o Regimento Interno, para participar da elaboração da pauta desses trabalhos. Até o momento não recebi comunicado algum em resposta às solicitações que vários Líderes aqui fizeram, através de requerimentos e de várias formas, ao Presidente e à Mesa da Constituinte.

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PERCIVAL MUNIZ: – Com todo o prazer ouço V. Ex.^a.

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: – Nobre Constituinte, apenas para manifestar a minha concordância com palavra de V. Ex.^a, e para fazer um comentário. A democracia é uma obra de paciência. Fiz esse requerimento ao Presidente

Ulysses Guimarães no dia 25 de junho; estamos no dia 22 de julho, e até agora, durante todo esse tempo, não houve uma decisão; houve, na verdade, um fato consumado. Mas, é muito curioso verificar que, no momento em que a idéia se torna conhecida, ela começa a ganhar a adesão daqueles que vieram para cá, realmente, para serem Constituintes, daqueles que assumiram o papel de quem está reconstruindo este País, como V. Ex.^a faz neste momento, para honra desta Casa. É uma pena que palavras tão lúcidas não sejam ouvidas por mais colegas. Queria solidarizar-me com V. Ex.^a e dizer que ainda tenho esperança. A democracia exige paciência, mas, no final, acaba sendo vitoriosa. Eram estas as palavras que queria dizer em apoio total ao discurso de V. Ex.^a.

O SR. PERCIVAL MUNIZ: – Agradeço e incorporo a esta rápida passagem na tribuna o aparte do Líder Plínio Arruda Sampaio.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tivemos, neste final de semana, um fato que considero da maior relevância, da maior importância para a Constituinte nos seus trabalhos. Esse fato foi a aprovação quase que por unanimidade, ou por uma larga maioria dos convencionais do meu Partido – PMDB – dos rumos pelos quais esse Partido e seus Constituintes devem se guiar na elaboração constitucional.

Vimos, numa questão tão importante para o País como a questão da reforma agrária, o PMDB derrotando o próprio PMDB, tanto na Subcomissão quanto na Comissão Temática. E eu que participei da Subcomissão da Reforma Agrária e da Comissão da Ordem Econômica, sinto imensa satisfação em saber que o meu Partido endossou, por sua grande maioria, aquilo que sempre defendi, e que fui derrotado, tanto na Subcomissão da Reforma Agrária quanto na Comissão da Ordem Econômica. O Partido, por maioria, definiu claramente que o PMDB exige, e quer, e vai fazer, junto com as outras forças, também solidárias à Reforma Agrária, o texto, as diretrizes, as normas constitucionais que garantam que este País faça, definitivamente, a reforma agrária que o povo deseja e que esse Partido pregou durante vinte anos. Desautorizando, assim, os seus membros que se aliaram às forças retrógradas deste País, que não desejam a modernização do campo, que não desejam a própria modernização do capitalismo neste País, e que votaram contra a reforma agrária, tanto na Subcomissão, como na Comissão da Ordem Econômica.

Estão desautorizados, e agora vamos exigir que aquilo que foi aprovado pela maioria dos convencionais seja praticado pelos Constituintes, sob pena, até, de exigirmos que o Código de Ética do Partido seja acionado para punir aqueles que descumprem uma decisão majoritária, de uma convenção como foi a do PMDB.

Tivemos uma vitória, não só na questão da reforma agrária, como conseguimos definir que empresa nacional não é aquela que exige simplesmente que o seu proprietário more no País, ou venha assistir ao Carnaval uma vez por ano. Mas que exija que o seu proprietário seja brasileiro ou pelo menos, que a maioria do seu capital seja pertencente a brasileiros natos, a pessoas que aqui vivem e ajudam a construir esta Nação com tanta dificuldade e com tanto sacrifício.

Foi esse o rumo que o Partido deu, e aqueles Constituintes do PMDB que sempre votaram contra essas teses nas Subcomissões e Comissões estão desautorizados pelo Partido a continuar defendendo suas teses, porque não são teses programáticas do Partido.

Tivemos avanços, também, Sr. Presidente, quando vimos na Comissão de Educação, Constituintes do PMDB derrotando Constituintes do PMDB; Constituintes do meu Partido brigando, discutindo e derrotando Constituintes do meu Partido, querendo que as verbas públicas sejam destinadas também a empresas particulares que usam e abusam da educação neste País como se fosse uma simples mercadoria ou então uma moeda.

O Partido mostrou claramente que as verbas públicas para educação têm que ir, exclusivamente, para as escolas públicas, com exceção feita somente para entidades filantrópicas e que não têm fins lucrativos. Este foi o rumo do Partido e temos aqui o respaldo de uma Convenção, convocada por suas bases, para exigir que os Constituintes do PMDB cumprissem aquilo que está no programa, o que fez com que ganhássemos, esmagadoramente, as eleições passadas, fazendo vários Deputados Constituintes. Este é o saldo principal desta Constituinte.

Não estávamos muito preocupados com a questão dos 4 ou 5 anos, por sabermos que a Constituinte vai votar pelos 4, por não querer ir contra o desejo da Nação. Sei que a maioria na Constituinte irá definir que a transição se encerre em 1988, mas estávamos preocupados não com o fim da transição que se vai encerrar no ano que vem, mas sim com o fim da espoliação do capital internacional que usa esta Nação e queria utilizar da forma mais perversa e esplorativa, durante mais 100, 200, 300 anos ou até pela eternidade. Era esta a questão principal, porque não queremos mais ver, todos os dias, um brasileiro dar a sua vida para adquirir o direito de ter um pedaço de terra.

Esta era a questão decisiva e ela não é transitória; não encerra em 88 nem em 89, encerra-se, sim, quando este País conseguir avançar a tal ponto que possa dar outro passo, no sentido de se modernizar e se constituir como uma Nação saudável e progressista. Enquanto isso não acontecer é preciso que, pelo menos, a atualização dos avanços sociais, que já aconteceram em outros países, sejam consolidados na Constituinte. Isso, Sr. Presidente, é o saldo principal, que considero como um dos fatores mais importantes que aconteceram desde o início dos trabalhos constituintes. Quando digo isso é exatamente pela grande densidade que representa o PMDB dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

Essas conquistas foram tiradas com muito suor, com muito trabalho, e aqui se precisa fazer justiça a um grupo de deputados, no qual me incluo, que é o grupo do Movimento da Unidade Progressista, que se articula no PMDB para lutar contra as forças do passado dentro do próprio partido, o PMDB. O Movimento da Unidade Progressista, que cresce de forma até assustadora – hoje já assusta até os comandantes e a cúpula deste Partido – vai crescer porque tem como único condutor o compromisso, a História e a esperança de todos aqueles

que nele militaram desde o tempo da repressão e da ditadura.

É neste sentido, Sr. Presidente, que precisa ser creditado a esta organização, a estes bravos deputados constituintes, que enfrentam o poder federal, que colocam muitas vezes a sua atividade política em risco, mas têm a coragem o patriotismo de enfrentar os poderosos ficando com os compromissos, com o povo e com a Nação brasileira. Por isso, precisa ser creditado ao Movimento da Unidade Progressista essa vitória na Convenção do PMDB que será um fator decisivo para alastrá-la, no resultado final da elaboração constitucional que esta Constituinte está fazendo.

O SR. HERMES ZANETI: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PERCIVAL MUNIZ: – Com muita honra, nobre Constituinte Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI: – Eminentemente Constituinte Percival Muniz, V. Ex.^a faz, nesta tarde, uma intervenção brilhante no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Quando destaca, quando afirma o extraordinário trabalho do MUP – Movimento de Unidade Progressista – dentro do PMDB, V. Ex.^a está fazendo justiça a um grupo de constituintes que busca coerência, seriedade, honestidade,

para fugir do cumprimento do seu dever. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. PERCIVAL MUNIZ: –

Agradeço e incorpoço ao meu pronunciamento o aparte do nobre Constituinte Hermes Zaneti.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não é de se estranhar o comportamento do Constituinte Cardoso Alves! O que é de se estranhar é S. Ex.^a querer imputar aos Convencionais, pessoas com a designação de que seriam pessoas que poderiam estar votando enganadas, influenciadas por um documento adredeadamente preparado. Seria menosprezar a capacidade, a independência, a tradição e até a história de cada um destes convencionais, já que cada um, na maioria, ex-governadores, ex-prefeitos e ex-deputados federais, seria uma forma de menosprezar aquilo que se tem de mais importante dentro do Partido. O comportamento do Constituinte Cardoso Alves não é de se estranhar, porque S. Ex.^a já rasgou o programa do Partido, há muito tempo, a partir do momento em que se aliou com as forças mais retrógradas desta Constituinte para derrotar não só o PMDB, partido a que pertence, mas também as teses da Nação brasileira e da grande maioria do nosso povo.

Sr. Presidente, é preciso estabelecer a pauta dos trabalhos. Serei um cobrador cotidiano, diuturno, para que o Presidente e a Mesa da Constituinte estabeleçam a pauta para os trabalhos desse período, porque só assim teremos a oportunidade de fazer de fato debates com todo o Plenário da Constituinte, ouvir argumentos com os quais muitas vezes não concordamos e possamos até modificar aquilo que temos como formação ou como verdade, dentro da pequena participação política que temos neste País. É decisivo que se marque a pauta e essa responsabilidade está na Mesa da Constituinte e é do Presidente Ulysses Guimarães. S. Ex.^a só fará justiça com esta Assembléia no dia em que aqui chegar e definir a pauta dos trabalhos ou apresentar uma argumentação que nos convença de que não é possível se estabelecer uma pauta para esses debates.

Encerro, aqui, dizendo: a Convenção foi uma vitória do Partido, uma vitória do nosso povo, e a transição que tanto desejamos estará sendo definida em novembro, na fase transitória da Constituinte, e definida em sintonia com o clamor popular, em sintonia com o grito da Nação brasileira, que quer encerrar a transição não porque não goste dela mais porque quer começar uma vida nova, e esta só vai ser possível iniciar-se com a eleição do futuro Presidente da República. É este o clamor do povo, esta a esperança da Nação e será esta a decisão dos Constituintes que, tenho certeza, votarão com o seu povo, com o seu País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Quero informar ao nobre Constituinte Percival Muniz que hoje, pela manhã, a Mesa já se reuniu com todas as Lideranças, no sentido de encontrar uma solução de consenso para esta dúvida que foi levantada em seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Sólon Borges dos Reis, para discutir o projeto.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trago de novo à tribuna não um problema, mas o problema da educação que é, ao mesmo tempo uma causa. O problema é da responsabilidade dos especialistas, que o devem estudar, sobre ele se debruçar, esgotarem-se no seu estudo, porque esgotar o problema ninguém esgota; ninguém esgota assunto nenhum; nós nos esgotamos nos assuntos, mas ninguém, por mais pretensão que tenha, pode esgotar um assunto.

Mas a educação não é apenas um problema, é também uma causa, como já disse. Enquanto problema, cabe aos especialistas enfrentá-lo objetivamente, mas como causa cabe a todos nós, especialistas ou não, encará-la e abraçá-la, porque é uma causa de interesse nacional, de interesse humano e de interesse social.

Nesse aspecto, como causa, todos devemos abraçar a causa da educação, e subjetivamente também, porque é preciso muito **élan** para levar avante essa causa difícil.

A voz geral é de que a educação, no Brasil, está em decadência. Na realidade, todos os que afirmam a decadência da educação e do ensino o fazem superficialmente. Não se conhece nenhum estudo sério e objetivo, nem comparativo. Um exame histórico do passado brasileiro verificará que todas as gerações no Brasil, desde a Independência – tenho documentação de década por década para comprovar isso – todas as gerações se quebraram da escola do seu tempo; não houve nunca uma geração que se considerasse satisfeita com o ensino, a escola e a sua educação. Sempre se atribuiu ao passado uma educação melhor, por quê? Porque os efeitos da obra da educação não são visíveis a olho nu, e não se manifestam imediatamente, e às vezes só com o tempo é que produzem resultado; e a questão não é meramente nacional, é universal. A documentação sobre a chamada decadência da educação, na Itália e até no Japão, nos Estados Unidos e até na União Soviética, e na França também, é facilmente compulsável. Acontece que os tempos são outros, e há uma crise de valores, e então o que se levanta é a dificuldade de definir uma filosofia da educação.

Principalmente, trago a esta Constituinte, apresentei, e agora tenho a esperança de que isso se consagre, porque fui honrado com a solidariedade de uma das mais expressivas lideranças nesta Casa, que é a Constituinte Sandra Cavalcanti, que me assegura que realmente há um valor no processo educacional que precisa ser incluído na definição da nossa filosofia da educação.

Realmente, os valores mudam com a época e com o lugar. A gravata – e aqui vai a minha homenagem ao combativo Deputado Gumerindo Milhomem, amigo, colega, companheiro de lutas – perdeu o seu valor, a sua função social. A etiqueta já não pode ser a mesma, como não é na geografia e não é na história.

O processo tecnológico veloz muda a vida social. O avanço da ciência, hoje, é mais transformador do que ontem, porque se o princípio que levou à descoberta da fotografia demorou 100 anos para passar da conquista científica à aplicação prática, a bateria solar só exigiu dois anos desde que a ciência descobriu o princípio e a técnica e o transformou na prática.

Claro que os valores mudam, mas há valores imperecíveis; há valores que são perenes; há valores que independem do espaço e do tempo; há

valores que estão em toda a geografia, em toda a história, nos romances, antigamente nos filmes, depois, e agora nas novelas.

Os valores apoiados pela opinião pública no Brasil estão sendo apoiados para os telespectadores da França, da China, de Cuba, da Finlândia, todos torcem, embora admitam a deslealdade, a indignidade, a opressão, a inautenticidade, todos torcem para a liberdade, para a dignidade, sem que ninguém precisasse aprender isso.

Amanhã, se um brutamontes atacar um indefeso frágil, ninguém quer saber quem tem razão. Se houver acesso de força sobre o frágil, é humano e independe de aprendizagem a solidariedade com o que está sendo atacado.

Há na natureza humana, faz parte da generosidade humana, do lado positivo, um plantei de valores, que independe da geografia e da história, do processo tecnológico, do progresso da ciência e da técnica, e se afirma sempre, ainda que, temporariamente, possa ser reprimido.

Aí está a liberdade, aí está a solidariedade humana, aí está a dignidade, aí está a lealdade, aí está a limpeza do procedimento e aí está esse valor a que me refiro, a grande carência do nosso tempo, que é a responsabilidade.

Tenho para mim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que enquanto não cultivarmos o senso de responsabilidade na educação brasileira, não faremos deste País uma grande Nação; mesmo porque todo atendimento dos deveres, todo o atendimento dos direitos humanos, pelos quais todos nos batemos – e incluí em trabalho que publiquei "O ABC da Constituinte", na minha campanha eleitoral, de pregação da Constituição, embora quisesse fazer um trabalho didático e presumivelmente, presunçosamente asséptico, mas isto é impossível, porque não é humano, incluir ao lado de minha exposição para a juventude. A Didática da Constituinte, a declaração dos direitos humanos e a declaração dos direitos da criança, é uma posição que foi tomada. É preciso lutar, e lutar cada vez mais, para assegurar, na prática, o usufruto do direito, porque, sem igualdade de oportunidades não se pode falar em democracia. Igualdade na natureza não existe. Nem dois gêmeos univitelinos, frutos do desdobramento da mesma célula-ovo, têm procedimento idêntico. Não há impressões digitais nem fundo de olho igual. Mas todos devem ter a mesma chance para que o seu equipamento biopsicológico e a sua garra, a sua moral, façam chegar onde ele pode chegar, porque não há criatura humana que não sirva para alguma coisa.

Mas a responsabilidade é uma proposta que considero básica, porque está na filosofia da educação. Ao lado da liberdade e da solidariedade humanas, propus que figure no preâmbulo ou na definição da filosofia da educação brasileira a responsabilidade pessoal, política e social.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o tema é incomensurável. Não se pode querer pôr num dedal o oceano; o oceano não cabe num dedal. Vinte minutos para tratar dessa problemática não dá para começar a falar, mas falar pelo menos o mais importante, que são os fins. porque educar, se fôssemos onipotentes na educação, se a educação pudesse tudo, e não pode, e se fosse lícito e não seria, que farfíamos da juventude e da infância nas nossas mãos, criaturas submissas ou revoltadas, iconoclastas ou conformadas, perdulá-

rias ou sovinas, raquíticos e analfabetos, ou eruditos e amorais.

Esta é a chave de tudo, por isso é que se começa por ai, pelo começo, mas começo tem desdobramentos. Parto do princípio de que cada povo tem a educação que pode, não fosse assim a Bazutolândia já teria decretado a solução de todos os seus problemas educacionais e que podemos ter uma educação melhor do que temos. Como? Na minha ótica, que é apenas opinativa e está longe da pretensão de pontificar: primeiro gastando mais, depois, gastando melhor, aquilo que se gasta, e apelando para o que considero a pedagogia do esforço e não a equívoca pedagogia de influência norte-americana, chamada pedagogia do interesse.

Gastar mais, Sr. Presidente. A Subcomissão de Educação, que tive a honra de integrar, aprovou o que se chamou a Emenda Calmon, um procedimento histórico que traz de volta dispositivo da Constituição pioneira de 34, a primeira marcada pelo sentido social neste País, consagrada na Constituição de 46 e abandonada depois na Constituição de 67 e, no seu desdobramento, a Constituição, vamos assim chamar a Emenda nº 1 de 1969, isto é, restabelecer, no texto constitucional, a obrigatoriedade de o Estado gastar um mínimo de sua arrecadação na manutenção e no desenvolvimento do ensino. A rigor, não seria necessário, se os governantes tivessem consciência da importância da educação, abrindo igualdade e oportunidade para todos, fundamento da justiça social, sem o que não se pode falar em paz social, porque há despesas que não constam da Constituição e se fazem, regular ou irregularmente. Mas como as coisas são como são e não como achamos que poderiam ser, é preciso que conste, para começo de tratamento da problemática educacional, que haverá recursos procedentes da arrecadação dos impostos, e que esses recursos, na base de 18% para a União e de 25% para os 23 Estados, os 4.030 Municípios e o Distrito Federal, se destinem, não à cultura, nem ao lazer em geral e nem à educação também de um modo geral, no seu sentido mais abrangente e lato, mas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. E este conceito é muito importante.

Espero que este Plenário comece por manter este dispositivo.

O SR. HERMES ZANETI: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Ouço, com muito prazer, o Constituinte Hermes Zaneti, de tradição de luta pela educação e pelo ensino.

O SR. HERMES ZANETI: – Muito obrigado a V. Ex.^a Em primeiro lugar, eu queria, aqui do plenário, enaltecer o trabalho extraordinário que V. Ex.^a fez junto com um grupo de Constituintes na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes. Conseguimos produzir, lá, um documento que, se não for a perfeição de tudo quanto aqueles que têm a preocupação com o futuro deste País e com a educação queriam, seguramente foi um marco importante no avanço da história de luta e das conquistas do magistério e da educação no País. Em segundo lugar, eminente Constituinte Sólon Borges dos Reis, eu queria me congratular com V. Ex.^a por esse pronunciamento desta tarde. Quero dizer que considero de extraordinária im-

portância esse ponto específico que V. Ex.^a toca, agora, que é a questão do percentual de verbas para a educação. Nós sabemos, e V. Ex.^a dizia bem, da evolução histórica das Constituições brasileiras que contemplaram esse percentual. A ditadura militar cassou esse princípio e a consequência prática foi que, durante os anos da ditadura militar, reduziram-se as verbas da educação a cerca de 50%, ou menos do que vinha sendo aplicado antes, quando havia o dispositivo constitucional que obrigava essa aplicação mínima. Nós militamos aqui na aprovação da chamada Emenda Calmon. Foi muito difícil depois regulamentá-la, porque os donos do poder queriam por todas as formas, escamotear aquele princípio, para impedir a aplicação das verbas na educação. Quero juntar minha voz à voz de V. Ex.^a e conamar todos os Constituintes, aqueles que têm preocupação com o futuro deste País, para que não se deixe prevalecer o princípio pretendido pela Comissão de Orçamento e Finanças, que Pretende impedir a inscrição no teto constitucional desse princípio vinculando um mínimo de verbas para a educação. A prova histórica mostra que esta vinculação é absolutamente necessária para que a educação tenha os recursos mínimos capazes de garantir um processo de educação consentâneo, consequente com as necessidades da maioria do povo brasileiro e com as exigências do futuro deste País. Parabéns a V. Ex.^a

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a que ilustra o meu pronunciamento. V. Ex.^a tem toda razão, quando diz que é imprescindível que conste do texto constitucional. Nós não podemos deixar à mercê dos governantes a decisão de gastar na manutenção do desenvolvimento do ensino. Um País em que a população analfabeta chega a 20 milhões, em que na faixa etária da idade escolar obrigatória, dos 7 aos 14 anos, 8 milhões não vão à escola, e dos que vão à escola mais de 80% não concluem a escolaridade obrigatória, é preciso assumir a responsabilidade de destinar esses recursos e depois cabe à opinião pública, que se politizará mais nisto, cobrar, dos poderes responsáveis, o cumprimento do dispositivo constitucional. Gastar mas é prioridade para começar a enfrentar a problemática educacional. E gastar melhor, porque há muito desperdício.

Tenho aqui, e só eu recebi dois relatórios do Ministério da Educação, dois iguais, e se fizéssemos um orçamento desses relatórios, verificaríamos o desperdício do dinheiro público, porque duvido que alguém leia esses relatórios em papel cuchê e com ilustrações multicoloridas, em várias cores, e que, afinal de contas, não acrescentam nada à educação no Brasil.

Já tive ocasião de deter pessoalmente – embora isso fosse incômodo para mim – ao próprio Ministro, na visita a nossa Subcomissão, que a publicidade do Ministério é um esbanjamento de recursos. Quando se pôs, por exemplo, na imprensa que a educação melhorou 55 milhões de vezes no Brasil, porque ter-se-iam distribuído 50 milhões de cartilhas, há uma ilusão. Ilude-se o Governo e procura iludir a Nação, quando quer fazer essa promoção que não afeta o processo educacional, a não ser com o esbanjamento dos recursos. Porque, na realidade, se examinamos a Mensagem, ao Congresso Nacional, do Presidente da República – não há tempo para esse

Exame – vamos verificar que estamos muito longe de enfrentar a problemática educacional e continuamos, não só este Governo como os governos anteriores, a varrer para debaixo do tapete, a nos desvencilharmos do problema e não a enfrenta-lo.

Sabe V. Ex.^a, nobre Constituinte Hermes Zaneti, que tem tradição de luta pela educação popular e que presidiu tão brilhantemente a nossa Subcomissão, com isenção, eficácia e dignidade, que a luta pela educação é uma das mais difíceis, neste País, porque a extensão paupérrima do povo tem que, primeiro, viver para, depois, filosofar. E nessa angústia sobreviver é preciso que aqueles que sentem a problemática da educação levem a conscientização para a mobilização popular. E os que estão bem situados também não tenham o problema da educação, porque os recursos não faltam.

Parece que o tempo já vai se esgotar daqui a uns cinco ou dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – O tempo de V. Ex.^a já se esgotou, mas haverá tempo suficiente para que V. Ex.^a, conclua.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – A rigor, teria que enfrentar vários problemas o problema da escola pública, da escola particular, da gratuidade, do currículo. Quanto à problemática penso que terei outras oportunidades, mas desejo defender uma emenda que estou encaminhando, no sentido de que as despesas com a educação possam ser descontadas do Imposto de Renda. Essa emenda será submetida à consideração do Plenário, depois de passar pela Comissão de Sistematização. Acho que ela só poderá contribuir para a Expansão do ensino neste País.

Quanto às demais a minha posição é conhecida porque votei na Subcomissão, votei na Comissão e votarei em plenário com as mesmas a, idéias, que são públicas e notórias, porque o mínimo que pode fazer o homem público é ser transparente. E se a sua vida privada é uma vida de privacidade, a sua vida pública pertence à comunidade. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Sólon Borges dos Reis, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Soyer, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Sólon Borges dos Reis, o Sr. Luiz Soyer, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Luiz Soyer, para discutir o projeto.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituinte, a Convenção Nacional do PMDB, realiza último fim de semana, trouxe para nós, goianos, a confirmação da liderança exercida pelo Ministro da Agricultura, ex-governador Íris Rezende Machado.

O Correio Braziliense, em pesquisa efetuada junto aos convencionais, perguntava qual o nome preferido de cada um para ocupar o cargo de Presidente da República no próximo mandato. Foram ouvidos 504 convencionais sem mandato

parlamentar: 50.79% declararam-se em clima de campanha eleitoral e ainda está distante de nossa mente a preocupação com o nome que o Partido deverá indicar à sucessão do atual Presidente. Além disso, o próprio fato de mediar entre agora e a data da eleição um prazo de pelo menos dezesseis meses faz com que não chegemos a cogitar concretamente acerca de nomes, manifestando-se apenas tendências iniciais, que deverão ser amadurecidos ao longo do tempo até a tomada de uma decisão final.

Mas, dos 49,21% que declinaram um nome à pesquisa do periódico brasiliense, alguns reconheceram a liderança do Ministro da Agricultura, e sua preferência colocou o Ministro Íris Rezende em sendo lugar entre os nomes mais citados.

Tal não surpreende, a nós que acompanhamos com interesse a administração do ilustre ex-Governador de Goiás, seja à frente do Executivo Estadual, seja chefiando a Pasta da Agricultura, onde tem dado mostras de empenho e dedicação.

Entretanto, marcou-nos sobremaneira a atuação dinâmica do então Governador à frente dos mutirões, onde sua simplicidade se mesclava à humildade da população goiana, onde os esforços de sua Senhora, D. Íris, faziam ver à sociedade que ela demonstrava preocupação para com as condições de vida das famílias mais humildes; foi um Governo em que não faltou trabalho, em que se respeitaram os princípios fundamentais da vida pública em um regime democrático: um governo de austeridade, responsável e sério, corretíssimo na gestão da coisa pública respeitando ao máximo a honestidade no trato do dinheiro público e cumprindo as promessas de campanha sem permitir tergiversação nas decisões a serem tomadas e cobrando de seus auxiliares estrito cumprimento das metas peemedebistas divulgadas nos palanques.

Portanto, a colocação do Ministro Íris Rezende em 6º lugar na pesquisa do Correio Braziliense, longe de nos surpreender, reafirmou nossa crença de que a liderança por ele exercida passa a ser reconhecida nacionalmente, projetando seu nome além das fronteiras do Estado que aprendeu a admirá-lo e nele confiar.

Confirma-se, pois, a capacidade administrativa, releram-se os méritos pessoais, acentua-se a fidelidade aos ideais peemedebistas ressalta a posição de destaque assumida por Íris Rezende no panorama político nacional.

Nós, goianos, nos sentimos lisonjeados com a preferência demonstrada a um nome de nosso Estado, principalmente por tratar-se de Íris Rezende, personalidade íntegra e admirada, fiel a seu passado e confiante no futuro, na prevalência das teses partidárias, não lutando por cargos na administração, mas sim buscando em todas as suas atitudes o engrandecimento da Nação, o progresso econômico e o desenvolvimento social dele decorrente, na procura de melhores condições de vida para nossa população.

Esse o registro que gostaríamos de consignar, Senhor Presidente, para que nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte fique inscrito o sentimento de parte do contingente do PMDB, apoiando Íris Rezende Machado por confiar em sua honestidade de princípios, em seu dinamismo, em sua vontade de trabalhar pelo Brasil.

Mas além da excepcionalidade do destaque que meu Estado figura, hoje, entre os demais não poderia deixar de ressaltar que a partir da

retomada do poder pelo PMDB, cresce, a cada dia, o conceito dos seus governantes.

O atual Governador Henrique Santillo, apesar da grave situação em que se encontra o País, tem se destacado de forma brilhante direcionando os grandes empreendimentos para marcar mais uma época de real desenvolvimento para todos os segmentos do Estado.

O grau de estabilidade e moralidade por que passa a sua gestão é um fato notório de todos os goianos, dando continuidade, assim, com real destaque, à grande obra realizada por Irla Rezende Machado e Onofre Quinan, que o substituiu quando aquele se afastou do Governo para assumir o honroso cargo de Ministro de Estado da Agricultura.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos, aqui, apenas exteriorizar a preocupação quanto à disputa na Convocação a respeito da duração do mandato do atual e dos próximos presidentes da República. Nós nos preocupamos não com o resultado em si, mas, sim, com os reflexos desta disputa com relação à construção da Carta Magna para o País. Nós, constituintes, não podemos e não devemos, em hipótese alguma, permitir que estas disputas internas, naturais, dentro de um partido democrático, venham a interferir nos problemas maiores da feitura da Carta Magna desta Nação. Não podemos, em absoluto, deixar nos influenciar por estas questões. Não podemos – penso eu – ao fazer uma Constituição, nos apegarmos a pessoas. Nós temos que nos apegar a idéias. E não podemos deixar que o radicalismo, de um lado ou de outro, tome conta ou venha a direcionar este ou aquele posicionamento.

A Nação brasileira espera de nós uma Constituição que seja realidade do Brasil, e o Brasil não é marcado por extrema direita, nem de esquerda. O Brasil espera de nós este posicionamento. Vamos todos discutir, vamos todos brigar no bom sentido, dentro do nosso PMDB, vamos todos exercer a democracia, mas vamos ter até, acima de sigla partidária, a grande responsabilidade de construir um futuro melhor para esta Nação, uma Constituição que seja própria para o Brasil, sem nos preocuparmos com esses ou aqueles pontos em que a paixão pessoal venha sobrepujar o interesse geral da Nação brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Gumerindo Milhomem, para discutir o projeto.

O SR. GUMERINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Tenho a satisfação de contar com a presença de V. Ex.^{as}, além da honrosa presença dos Srs. funcionários e da imprensa.

Hoje, apesar de concordar integralmente com as palavras do Constituinte Percival Muniz, que me antecedeu, falando da necessidade da definição de uma pauta para que possamos ter aqui as pessoas interessadas na discussão do assunto específico que se venha a tratar, tenho a satisfação de contar com quase 100% da presença, neste Plenário. De batalhadores pela causa da educação, os meus companheiros Sólon Borges dos Reis e Hermes Zaneti; Sólon Borges dos Reis que já fez um discurso – apenas vou tentar acrescentar alguma coisa ao que aqui já foi dito – com o que concordo, e o meu companheiro Hermes

Zaneti, que foi Presidente da Subcomissão de Educação, de quem já tive a oportunidade de declarar, aqui, que eu tinha receio do que viesse a acontecer posteriormente, ao que aconteceu na Subcomissão. Isso porque acompanhei as reuniões daquela Subcomissão e onde realizou um trabalho sério, evidentemente honesto, que me levou, inclusive, a fazer esta declaração, que achava deveria ser absolutamente desnecessária.

Mas, de lá para cá, têm acontecido coisas terríveis, o que deveria ser, hoje, o projeto discutido por subcomissão e comissão da parte da educação.

Não tivemos a satisfação de ter um projeto aprovado para apresentar ao Plenário, porque as tentativas de manobras, as tentativas de se passar por cima do Regimento, as tentativas de se impedir pela utilização do Regimento, e não pela discussão e apresentação de argumentos que fossem sólidos, convincentes, que levasssem ao voto, fizeram com que o relatório fosse quebrado naquilo que ele tinha de fundamental, naquilo que já foi ressaltado pelo Constituinte Sólon Borges dos Reis, aqui: a necessidade de que se considere a educação realmente como prioridade, e que não se pode fazer isto sem se considerar, em primeiro lugar, a necessidade da destinação de recursos e, em segundo lugar, que a carência dos recursos, a situação lamentável em que se encontra a escola, hoje, no Brasil, é muitas vezes multiplicada, se falarmos das redes oficiais, das redes públicas. Estes são os dois pontos talvez os mais importantes, porque eram justamente os pontos que queriam muitos – infelizmente, a maioria dos membros da Comissão – constituintes ver mutilados no anteprojeto que estava sendo apreciado.

Quero insistir na questão da destinação dos recursos, em primeiro lugar, porque tenho ouvido argumentos de que a Constituição não deve contemplar este item, por várias razões; primeiro, de que a Constituição deve ser sintética e, portanto, não devemos nos preocupar em ficar colocando questões como destinação de recursos em segundo lugar porque a Constituição não é um orçamento e, portanto, deve ser destinada ao orçamento a questão da destinação dos recursos. E também, ainda, pelo que pode parecer democrático. Por que se privilegiar a educação com relação a outros setores, se outros setores não terão o mesmo tratamento no Texto Constitucional? Também já foi lembrado aqui que a Constituição de 1946 definia que das verbas da União 10%, das verbas dos Estados e Municípios 20%, no mínimo, deveriam ser destinadas ao desenvolvimento do ensino. E a Constituição que foi elaborada pela Junta Militar tirou esse dispositivo da Constituição.

De lá para cá, o que vimos? Não foi que isso tenha melhorado a situação da educação, pelo contrário, as verbas federais diminuíram de 10 para 9, para 8, para 7, para 6, para 5 e até menos de 4% ao ano, para o desenvolvimento do ensino. Em segundo lugar, porque é de fundamental importância que tudo o que se gastar na educação, no Brasil dos recursos provenientes dos impostos, dada à situação de carência, ainda será pouco. Mas é fundamental que não se gaste em educação, no Brasil, em detrimento da escola pública, que não se gaste de outras maneiras, com a argumentação – que tem parecido fácil, porém falaciosa – de que isto seria mais democrático. Se

os cidadãos contribuem com os seus recursos na forma de impostos para um Estado, que deve administrar esses recursos, o Erário Público, se é de todos que é tirado, inclusive de forma injusta, – porque como já tem sido amplamente demonstrado no Brasil, são os mais pobres que proporcionalmente mais contribuem para a formação do Erário –, se é desta maneira que é fumado o conjunto de recursos que é destinado ao Estado para que o Governo administre – porque existem muitas tarefas sociais que não podem ser realizadas individualmente – claro que esses recursos devem ser retribuídos de forma democrática, de forma geral.

Se uma família considera que tem recursos, que tem condições suficientes para dar aos seus filhos a escola de democracia duvidosa, ou seja, a escola apenas para aqueles que podem pagar, não vejo nenhuma justiça em que, dada a carência em que se encontra a educação no Brasil, se tire justamente daqueles que não têm condições, para se dar àqueles que já são beneficiados, e que dessa maneira passam a ser duplamente beneficiados, não apenas porque possuem os recursos acumulados familiarmente, mas ainda porque serão agraciados pelos recursos que são arrancados, por assim dizer, de toda a sociedade, de forma arbitrária e de forma antidemocrática.

Mais grave ainda é que verificamos apesar da lamentável situação em que se encontra a educação no Brasil ainda assim é a educação um campo propício à atividade empresarial lucrativa. Que às escolas, ou às redes do ensino particular seja dada a permissão de continuarem as suas atividades, desde que não sejam lucrativas, e desde que não precisem contar com o dinheiro público para a sua sustentação, porque este deve ser voltado especial e exclusivamente para a resolução do gravíssimo problema, que aqui já foi apontado, dos 8 milhões de crianças em idade escolar que não estão na escola, segundo números do Ministério da Educação.

O meu companheiro Sólon Borges dos Reis mostrava aqui, ainda há pouco, uma publicação, que depois tive oportunidade de ver nas minhas próprias mãos, e de ouvir mais um argumento: de que não é atividade de um Governo sério em um País que esteja tão necessitado na área do ensino, a publicação de uma obra tão cara, tão luxuosa que nem mesmo as pessoas que estão ligadas à área da educação vão se dar ao trabalho de ler e que é distribuída de maneira farta. O próprio Deputado Constituinte Sólon Borges dos Reis disse que recebeu dois exemplares.

A outra questão que eu gostaria de abordar é que, no caso da sociedade humana são justamente os indivíduos mais jovens, os mais desamparados e os mais necessitados. Isso faz parte do gênero humano, diferentemente dos outros seres vivos, aquele que mais necessita de amparo na sua infância é o homem. Pois é justamente aos mais jovens que deve ser destinado o essencial, o fundamental dos recursos, para o desenvolvimento do ensino que é também uma característica da sociedade humana, a transmissão dos conhecimentos adquiridos, geração após geração.

Portanto, que a gratuidade e a obrigatoriedade – e faço questão de chamar a atenção para esse fato, para essa característica de obrigatoriedade – devem ser concedidas às crianças, não apenas dos 7 aos 14 anos, mas do ilegível, 14 anos, sendo

evidentemente obrigatória para o Estado, não necessariamente obrigatória para a família. A família que não quiser colocar a sua criança na escola pública dos 0 aos 3 anos, para a assim chamada escola maternal, que não seja necessário, mas que o Estado seja obrigado a contribuir, a criar a vaga, cada vez que houver a demanda.

O SR. HERMES ZANETI: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Tenho a satisfação de ouvir agora o meu companheiro Hermes Zaneti, que vai, sem dúvida, enriquecer esse meu pronunciamento.

O SR. HERMES ZANETI: – Muito obrigado a V. Ex.^a Primeiro, eu queria agradecer-lhe por um termo que eu pretendia usar e que V. Ex.^a, ao me conceder o aparte, usou-o antes, "companheiro". Embora façamos parte de propostas partidárias distintas, nos une o companheirismo de luta pelo magistério brasileiro, pela educação neste País há muitos anos, especialmente dentro da Confederação de Professores do Brasil, que construímos juntos e que hoje desempenha um importante papel para o magistério e para a Educação do Brasil. Gostaria, também, de me congratular com V. Ex.^a pelo pronunciamento que faz Seguramente, não estão aqui todos os Constituintes que deveriam ouvi-lo, eminentes Constituintes. Quem sabe nos seus gabinetes, quem sabe através da imprensa, poderão ainda ouvir o reforço dos argumentos que, tantas vezes, V. Ex.^a, eu e tantos outros temos apresentado em defesa da educação neste País. Não creio que possamos pensar num projeto político de democracia para o futuro deste País se não passarmos, necessariamente, este projeto pela redenção da educação, dos 8 milhões que V. Ex.^a citava de crianças que estão fora da escola, eu lembra dos 30 milhões de analfabetos. Não há qualquer hipótese de construir um projeto democrático para o nosso País, com a exclusão de tantos milhões de brasileiros e brasileiras da necessária integração ao domínio das letras, ao domínio do código, da leitura, da escrita, do conhecimento.

Verá V. Ex.^a, amanhã, num dos principais jornais deste País, notícia sobre um boletim emitido hoje – e, há pouco, eu estava sendo ouvido por um jornalista, sobre este assunto, pela FENEM, que conhecemos mais aprofundadamente durante os trabalhos da Subcomissão a que V. Ex.^a também se referia. O boletim daquela Instituição nacional marca-nos, a alguns de nós, a V. Ex.^a e a mim, que fomos brindados com a classificação de cubanos. Desde logo eu gostaria de retribuir àqueles nazistas dizendo que Cuba resolveu o problema da Educação sem os métodos que eles pretendem impor aqui, que são os métodos de fazer com que a escola seja uma empresa com um único objetivo, o de auferir resultados financeiros: lucro. Dizem, naquele boletim, eminentes Constituinte, que nós, V. Ex.^a, eu e alguns outros, devemos ser insultados por tropas que eles pretendem contratar e colocar nas galerias da Constituinte, evidentemente, a soldo. Vou, desde logo, dizer que esse dinheiro que eles vão pagar às tropas que vão trazer às galerias da Constituinte, é o dinheiro que eles roubaram dos jovens e das crianças brasileiras, de suas famílias a título de lucro, fazendo da atividade do ensino, uma mercadoria de forma criminosa, e algumas dessas dis-

torções foram apontadas naquela CPI do ensino pago que a Câmara dos Deputados realizou há alguns anos. Não me intimida! Estimula-me a prosseguir na luta esta publicação da FENEM, mas aproveito para anunciar aqui, no brilhante pronunciamento de V. Ex.^a, para reafirmar que V. Ex.^a e eu, e seguramente muitos bravos Constituintes, batalharemos para que as verbas públicas sejam destinadas à escola pública. Não há nenhuma forma de dar um projeto nacional de educação para este País através de grupos filantrópicos, de pessoas que de boa vontade venham a dedicar-se à redenção da educação. A educação será tratada da forma que a Nação e o seu futuro necessitam, se tivermos a coragem de edificar um projeto nacional a partir da responsabilidade e com a destinação exclusiva das verbas públicas para o ensino público. Era esta a intervenção que pretendia fazer, renovando-lhe os meus cumprimentos e dizendo a V. Ex.^a que Constituintes da grandeza de V. Ex.^a, seguramente, trarão uma contribuição extraordinária ao processo de construção da nova Constituição e não serão pequenos grupos daqueles que pretendem distorcer e, quem sabe, corromper a verba pública para os seus objetivos pessoais, que nos irão intimidar.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Fico muito grato com a intervenção do meu companheiro, Constituinte Hermes Zaneti, e quero reiterar, aqui, a afirmação de S. Ex.^a. Em que pese a argumentação de que é mais democrático distribuir as verbas públicas para todas as redes, indistintamente, é justamente ai que está a falta de democracia. É um argumento falso, que quer perpetuar uma situação de injustiça, em que todos contribuem para que poucos tenham o usufruto daquilo que foi o produto social.

Queda chamar a atenção, ainda, para um problema que considero também de fundamental importância, e que vi contemplado na discussão e na votação que fizemos na Subcomissão de Educação, e pelo qual temo, no momento, que é o da aposentadoria especial para professores e professoras aos 25 anos, resultado também de muita luta para que a reintroduzissemos na Constituição. A Confederação de Professores do Brasil, sob a Presidência do Prof. Hermes Zaneti, teve a oportunidade de estar à frente dessa luta. Vieram aqui várias vezes, como dirigentes de entidades sindicais, para batalhar por essa conquista. Hoje, tenho receio de que, dado o tratamento que vem sendo dirigido no Brasil à questão da aposentadoria, mais uma vez se tire da Constituição um direito consagrado, conseguido com muita luta e que, sem dúvida alguma, da maior justiça, porque os professores, na situação em que se encontram no presente momento; que chegam em fase de aposentadoria e que, quando começaram sua carreira, tinham um padrão, uma jornada de 12 aulas semanais, por exemplo, no meu Estado de origem, o Estado de São Paulo. e que, hoje, depois de ver a sua jornada ser aumentada para 14, 15, 16, 18, para 20 aulas semanais, têm o duvidoso direito de uma jornada de 40 aulas semanais, além, evidentemente, do trabalho extra classe; professores que lecionam para, às vezes, mais de 20 classes, com mais de 50 alunos em cada, perfazendo um total de, às vezes, mais de mil alunos, dos quais os professores não conseguem saber o nome, os exercícios serão

mil exercícios para corrigir, as provas mil provas e os trabalhos mil trabalhos, etc.

Pois bem, um professor, nestas condições, aos 25 anos de carreira, encontra-se, sem dúvida alguma, completamente desgastado. Não estou nem falando das condições antipedagógicas de defasagem na idade, estou me referindo às condições precárias de trabalho em que se encontra o professor. Apenas falei aqui sobre pequena parte das péssimas condições a que os professores estão submetidos. Por isso, quando chegam ao fim da sua carreira, nos últimos 5 anos, ao invés de serem tratados de forma um pouco mais humana, aproveitando-se a rede da sua experiência, para passá-la aos outros; muitas vezes, nesses últimos 5 anos, para garantir uma aposentadoria menos miserável, pegam um número dobrado de aulas. Nessas condições, a aposentadoria de 25 anos tem não apenas o caráter de melhorar a distribuição de renda no País, mas também o de amenizar essas condições de exploração humana a que se encontram submetidos os professores.

Vejo, hoje, com muita preocupação, a disposição que tem sido manifestada por várias autoridades de tratar o problema da aposentadoria de outra forma que não essa, e que vem sendo reivindicada por professores em todo o Brasil e que já motivou lutas em todos os Estados da Federação.

Sr. Presidente, estou advertido de que o meu tempo está se esgotando.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Não houve nenhuma advertência Ex.^a, apenas um breve sinal.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Advertido apenas pelo sinal; advertido – no melhor sentido – por quem está conduzindo com eficiência os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – V. Ex.^a está falando em tom professoral e a palavra advertência dá a impressão de outra colocação.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Gostaria ainda de fazer referência a dois problemas que considero importantes.

O primeiro deles, ainda no que diz respeito à situação de educadores: existem hoje, no Brasil, uma situação dramática de dezenas de milhares, em cada Estado, centenas e milhares, no País, de educadores que não têm garantias empregatícias; são professores que não podem, sequer, prever o quê irá acontecer com a sua vida no ano seguinte, porque não sabem em que escola trabalharão, se na rede oficial, qual o número de aulas que terão; não sabem sequer se poderão comprar uma geladeira a prestação. Esses professores são chamados de admitidos em caráter temporário, em algum lugar, como se a educação fosse uma atividade temporária; são chamados de precários, recibados, conveniados, convocados, conforme seja o estado em que se encontram os educadores. Existem professores que estão há 5, 10, 15, 20 anos – professores em fase de aposentadoria – e ainda se encontram nesta situação de instabilidade no emprego.

Por isso, estou encaminhando, mais uma vez, na condição de emenda, para ser colocada, enquanto Disposições Transitórias, mas com a preocupação de que seja destinada especificamente para esses casos, porque também tenho a pre-

cupação – que sei ser a mesma de inúmeros outros Srs. Constituintes – de que não esteja dando um tratamento do tipo trem da alegria". mas apenas dedicado àqueles que já demonstraram com o seu labor de inúmeros anos nas salas de aula, uma disposição transitória que garanta que a União, os Estados e os Municípios criem cargos e realizem concursos para os seus respectivos provimentos, em todos os casos em que houver servidores que contem com, pelo menos, um ano de exercício contínuo na profissão. Mas, também, que os atuais servidores que contarem com mais de 10 anos de exercício, contados em dias corridos, sejam equiparados aos funcionários para os efeitos de estabilidade e de aposentadoria, para que não incorramos na situação em que um servidor depois de ter trabalhado tantos anos a uma administração – por uma mudança repentina – às vezes em fase de aposentadoria, veja-se sem condições de sequer garantir, miseravelmente com a sua aposentadoria, o seu futuro.

O outro ponto que gostaria ainda de lembrar é o que diz respeito à educação dos deficientes. Se a situação da educação no Brasil já é dramática – e hoje, à tarde, procuramos demonstrar aqui, os Prof.^{os} Constituintes Sólon Borges dos Reis, Hermes Zaneti e eu, na minha modesta contribuição também – quando diz respeito às pessoas deficientes é mais ainda, porque essas sofrem o agravamento de terem mais dificuldades pelos seus próprios direitos.

Assim, estou oferecendo um dispositivo como emenda ao Plenário da Constituinte, que as empresas estatais devam destinar, anualmente, nunca menos que 1% dos seus recursos de investimentos – apenas aqueles que são destinados aos investimentos e apenas a modesta quantia de 1% – para o ensino especial de deficientes feitos e mentais. E que também – numa tendência que vem sendo esboçada por vários Constituintes, mencionada aqui pelo companheiro Sólon Borges dos Reis – sejam criados incentivos fiscais em favor de pessoas físicas e jurídicas, que destinarem recursos para as finalidades previstas no **caput** deste artigo.

Para finalizar, gostaria de encaminhar, para que fosse acrescentado ao meu pronunciamento, o manifesto em defesa da escola pública, que foi elaborado pelo fórum das entidades nacionais de educação, do qual participam entre outras inúmeras entidades, a Confederação de Professores do Brasil, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a União Nacional dos Estudantes, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Central Única dos Trabalhadores e a Central Geral dos Trabalhadores.

Este manifesto conclui conclamando todos os brasileiros a se manifestarem publicamente na defesa dos princípios nele contidos, para garantir a sua aprovação na Constituinte. Portanto este manifesto acompanha a emenda de origem popular, que foi organizada por estas entidades, em conjunto até com a iniciativa de vários Constituintes da área de Educação, está coletando assinaturas em todos os Estados, em todas as unidades da Federação, para ser encaminhada a este Plenário e, sem dúvida nenhuma, estaremos votando a favor da educação.

O que nós, professores, queremos para nossos filhos, como queremos para nossos alunos? Uma educação que seja, realmente, fator de progresso

social, que seja capaz de ajudar, porque não será o fator único a resolver os gravíssimos problemas em que está mergulhada a nossa sociedade.

Este o acréscimo que gostaria de fazer ao meu discurso, agradecendo a tolerância do Sr. Presidente, nesta tarde.

Muito obrigado. (Palmas.)

*(DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SR. GUMERCINDO
MILHOMEM EM SEU DISCURSO)*

*"MANIFESTO EM DEFESA DA
ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA"*

Lutamos por uma educação pública, gratuita, crítica, laica, democrática e de qualidade. Se esta é uma luta já antiga, hoje mais do que nunca ela é necessária. É uma luta pela transformação da educação que temos.

Os problemas centrais da educação no Brasil são o descompromisso do poder público com a educação e a privatização do ensino, resultando no baixíssimo nível de escolaridade da população. Fugindo à sua responsabilidade social com o ensino e a produção do saber, o governo desenvolve uma política educacional que favorece o empresariamento do ensino, tratado como mercadoria.

Oito milhões de crianças em idade escolar estão fora do sistema educacional. Trinta milhões de brasileiros são analfabetos. São poucos os filhos de trabalhadores que continuam seus estudos além de algumas séries iniciais. O descaso com a educação e o desvio de recursos governamentais para os estabelecimentos particulares vêm, prejudicando a qualidade do ensino público, que continua apresentando carências crônicas e dramáticas. Apesar das conquistas dos trabalhadores da educação, seus salários continuam aviltados e as condições de trabalho permanecem precárias.

Defendemos a escola pública e gratuita porque a educação é um direito de todo cidadão. Esta luta passa hoje, principalmente, pela exigência de uma efetiva política de ampliação e fortalecimento de toda a rede oficial de escolas de 1º e 2º graus, faculdades e universidades. Os princípios desta política devem estar expressos na Constituição.

Vivemos um momento crucial para a construção da democracia em nosso País. A Constituição que queremos não pode ter como marca fundamental o descompromisso com a maioria da sociedade, com seus anseios de justiça e com suas legítimas aspirações de igualdade e de respeito aos direitos individuais e sociais.

Hoje o Congresso Constituinte, apesar das limitações a que está submetido pela vigência da legislação da ditadura militar, inclusive a lei da greve e de segurança nacional, e pelo abuso do poder econômico no processo eleitoral, é, contudo, um importante espaço de luta e conquista social.

Queremos uma educação para todos os brasileiros e marcada pela significativa ampliação do espaço democrático. É preciso que todos tenham acesso à escola. É preciso reverter a saída prematura de tantos alunos do sistema educacional, oferecendo condições para que nele permaneçam por mais tempo e com maior proveito. É preciso

que a escola tenha uma gestão democrática. É preciso que a universidade tenha plenamente garantida sua autonomia pedagógica, científica e administrativa.

A educação pela qual lutamos conjuga saber crítico e compromisso com a realidade social e sua transformação. O ensino em todos os níveis deve voltar-se para o desenvolvimento da capacidade de pensar, julgar e agir.

Só a escola pública, gratuita, democrática e de boa qualidade pode cumprir este papel para o conjunto da população.

Só a universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente pode cumprir seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do País.

Neste momento arregimentam-se as forças privatistas, interessadas em se apropriar de mais verbas públicas do ensino para servir grupos minoritários da população. É chegada a hora de uma grande Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública e Gratuita Para Todos. No interesse da maioria a Constituinte precisa garantir os seguintes princípios básicos:

1 – A educação é direito de todo cidadão, sendo dever do Estado oferecer ensino público, gratuito e laico para todos, em todos os níveis;

2 – O Governo Federal destinará nunca menos de 13%, e os governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aplicarão, no mínimo, 25% de sua receita tributária na manutenção e desenvolvimento do ensino público e gratuito;

3 – As verbas públicas destinam-se exclusivamente às escolas públicas, criadas e mantidas pelo Governo Federal, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

4 – A democratização da escola em todos os níveis deve ser assegurada quanto ao acesso, permanência e gestão.

Conclamamos todos os brasileiros a se manifestarem publicamente na defesa destes princípios para garantir sua aprovação na Constituinte. É o que desejo.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Não há necessidade de agradecimento a esta Presidência, até porque nos deliciamos com o pronunciamento de V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Airton Cordeiro – PDT; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Alércio Dias – PFL; Álvaro Antonio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Ueno – PFL; Assis Canuto – PFL; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Mosconi

– PMDB; César Cals Neto – PDS; Cid Carvalho – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Franciso Dornelles – PFL; Franciso Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ivan Bonato – PFL; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Natal – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Leite – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Elias – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Jorge – PFL; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Braga – PFL; Luís Eduardo – PFL; Lysâneas Maciel – PDT; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Góis – PFL; Moysés Pimentel – PMDB; Mussa Demes – PFL; Nilso Sguarezi – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Sotero Cunha – PDC; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Victor Faccioni – PDS; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Ziza Valadares – PMDB.

O SR PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, designando para a ordinária de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição.

VIII – Encerra-se a sessão ás 18 horas e 18 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR INOCÊNCIO OLIVEIRA NA SESSÃO DE 19-7-87 E QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em nome de todas as Bancadas do Estado de Pernambuco, que temos a honra de representar por quatro períodos consecutivos nesta Casa, trazemos nossas sinceras condolências à família do ilustre escritor, do ilustre homem brasileiro e, por que não dizer, de todo o mundo, Gilberto de Mello Freyre – condolências e pésames que dizem respeito não só à família de Gilberto Freyre como a todo o Estado de Pernambuco e do nosso Brasil.

Tratava-se de um homem polêmico que se julgava um gênio. Ao completar 85 anos de idade, entrevistado em Recife, disse, num daqueles momentos, talvez querendo o reconhecimento que não tinha do nosso Brasil, pois era doutor *honoris causa* de quase todas as universidades do exterior, menos em nosso País, pois não conseguiu chegar à Academia Brasileira de Letras, respondendo a um jornalista que o entrevistava, perguntando sobre o que achava de Gilberto Freyre: “O único gênio que a Humanidade produziu”.

Realmente, se não foi o único que a Humanidade produziu, foi um homem brilhante. Com mais de cem livros publicados, principalmente com três livros – já referidos por meu colega Tito Costa – que constituem a trilogia máxima de sua obra: “Casa Grande e Senzala”, que dá forma à raça brasileira; “Sobrados e Mucambos”, que analisa uma conjuntura sociológica em nosso País; e “Ordem e Progresso”, Gilberto Freyre marca, definitivamente, a sua presença no cenário brasileiro como um dos maiores escritores e o maior sociólogo da história política de nosso País.

Foi Constituinte em 1946. Se não tivéssemos de prestar-lhe uma homenagem – esta Assembléia Nacional Constituinte – pela sua obra literária, teríamos de fazê-la ao colega constituinte de 1946, que, apesar de contestado pelos dois lados, pela esquerda e pela direita, sempre procurou pautar sua vida na defesa intransigente da raça brasileira.

Em todos os recantos do mundo em que lhe era solicitado fazer conferências, Gilberto Freyre sempre mostrou que o Brasil fez uma raça, e isso marcou profundamente a sua obra, que será, sem qualquer sombra de dúvida, um marco da Literatura e da Sociologia em nosso País.

Como seu conterrâneo, e tive a honra de ter sua amizade, à sua digna esposa. Dona Madalena Guedes Pereira Freyre, e ao seu filho Fernando Freyre, ao nosso estado a quem deixou uma obra inesquecível para o povo pernambucano: o Instituto “Joaquim Nabuco”, de Pesquisas Sociais, que hoje estuda a Sociologia de todo o Nordeste, produzindo trabalhos que são acatadíssimos em todo o mundo; trago à família enlutada, ao Estado de Pernambuco e ao Brasil as condolências do Partido da Frente Liberal, cuja Liderança temos a honra de assumir, neste momento, devido à ausência de seu Líder na Câmara e na Assembléia Nacional Constituinte. Trazemos à Família enlutada os mais sinceros votos de pésames e a certeza de que a memória de Gilberto Freyre será sempre perene no coração e na mente de todo o povo brasileiro. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR INOCÊNCIO OLIVEIRA NA SESSÃO DE 19-7-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR INOCÊNCIO OLIVEIRA, (PFL – PE. Para discutir o projeto.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Faremos uma análise sucinta deste projeto constitucional, no Título IX – Da Ordem Social, no Capítulo II – Da Seguridade Social, na Seção I, que diz respeito à saúde. Pretendíamos fazer um estudo com muita profundidade, por ser assunto de muita importância, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mas aproveitamos esta oportunidade para fazê-lo neste momento.

É do conhecimento de todos que a saúde não é apenas a ausência de doença ou enfermidade; é um complexo de bem-estar físico, mental e social. Assim, a saúde de um povo é proporcional ao seu desenvolvimento econômico. Para um povo ter saúde, é necessário que ele tenha habitação razoável, saneamento básico, alimentação, educação, trabalho e mesmo lazer.

Em nosso País, Sr. Presidente, a saúde não vai bem. Não vai bem por quê? Porque demos prevalência a uma medicina curativa, em detrimento da medicina preventiva. Não vai bem porque demos prioridade à doença e não à saúde.

Não é apenas com um bom texto constitucional, não é apenas com recursos suficientes para o setor de saúde – que nunca foram colocados na razão direta das necessidades de nosso País –, mas sim com uma decisão política de governo é, que poderemos solucionar, de uma vez por todas, os graves problemas que afligem o nosso povo.

Gostaria de dizer, nesta hora, que, em se tratando de medicina preventiva, o Brasil quase nada fez. Ainda não conseguimos erradicar algumas doenças transmissíveis e que são evitadas através da vacinação: poliomielite, sarampo, coqueluche, difteria, etc. Agora mesmo temos novos surtos de febre amarela e dengue. Freqüentemente o País é assolado por doenças infecto-contagiosas: a meningite – há cinco ou seis anos, tivemos um surto gravíssimo em nosso País.

As nossas endemias regionais, tais como a esquistossomose, a malária e a doença de Chagas, continuam sem qualquer solução.

Quanto à política de medicamentos, a dependência do País é total. A maioria dos insumos necessários à produção de nossos remédios é importada. Temos um número excessivo de remédios, mas servem para tratamento de outras doenças que não as nossas. Para as nossas doenças regionais, as chamadas doenças tropicais, não dispomos de remédios específicos. Por quê? Porque os medicamentos são pesquisados nos países de origem dos insumos. Além disso, há remédios, livremente comercializados em nosso País, que são proibidos nos seus países de origem. É uma política completamente anômala e errada.

No que se refere ao setor de saúde, o projeto de Constituição é inegavelmente, estatizante não resta qualquer dúvida disso. É lógico que a normatização, a regulação e o controle devem pertencer ao setor público, mas sem acabar com o setor privado, que, se cresceu neste País, foi devido à omissão do setor público e à falta de condições

de atendimento ou à precariedade dos serviços públicos.

Assim, vamos fazer análise de alguns assuntos e faremos algumas emendas, visando aprimorar este projeto. Somos de acordo na sua grande maioria, porém no inciso I do art. nº 345:

"I – comando administrativo único e exclusivo em cada nível de governo;"

Sr. Presidente, o Governo não tem condições, sozinho, de atender aos serviços de saúde em nosso País. Então, esse "exclusivo" é irrealístico, não corresponde à realidade de nosso País, porque o setor público não tem condições, sozinho, de atender às necessidades do País.

Então, vamos fazer uma emenda retirando esse "exclusivo".

O SR. JOFRAN FREJAT: – V. Ex.^a me concederia um aparte?

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Ouço V. Ex.^a com imenso prazer, nobre Constituinte Jofran Frejat.

O SR. JOFRAN FREJAT: – Eminente Constituinte Inocêncio Oliveira, trago uma bagagem de conhecimento muito grande nessa área de saúde, não só pelo fato de ser um médico militante, mas também pelo fato de, circunstancialmente, ter sido Secretário de Saúde do Distrito Federal, onde, praticamente, tudo estava por fazer, e ainda pelo fato de ter sido Secretário-Geral do Ministério da Previdência que movimentava recursos do setor público para a saúde e também para o setor privado. Evidentemente que todos desejariam que o Estado oferecesse à população o acesso ao serviço de saúde, mas conhecemos bem o que ocorre pelo mundo inteiro. O que aconteceu com os países socialistas com relação à saúde? Eles conseguiram, de fato, desenvolver uma boa medicina básica, primária, mas eles deixaram muito a desejar na medicina de ponta. Veja um exemplo típico – a não ser uma ou outra exceção – veja que nesse acidente de Chernobyl, que ocorreu, uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo foi convidar um especialista norte-americano, Robert Gale para fazer os transplantes de medula e orientá-los no sentido de contornar uma catástrofe, cujas consequências não era do conhecimento geral mas que a medicina de ponta em outro setor, no mundo capitalista, foi capaz de ajudar a minorar. Sabemos que a medicina particular ou privada no Brasil – os hospitais privados – respondem, praticamente, por 75 a 80% do atendimento de modo geral e pagos através de uma tabela da Previdência e Assistência Social que é uma tabela que, também, deixa muito a desejar. Nós sabemos que os hospitais particulares no Brasil, principalmente os conveniados com a Previdência Social, são empresas genuinamente nacionais – talvez um dos poucos ramos aonde a iniciativa privada seja genuinamente nacional. Aqui em Brasília, promovemos um trabalho de assistência à população mais pobre, levando postos de saúde e hospitais para áreas onde não existia – Ceilândia, por exemplo, era uma cidade que, na época, em 1979, tinha 300 mil habitantes e não dispunha, sequer, de um hospital para uma mulher ganhar nem – e nós levamos essa assistência para a população mais pobre, mas nunca impedindo que a medicina privada continuasse como uma profissão liberal, complemen-

tando o setor saúde na área estatal, onde ele não alcançasse. O que ocorre no Brasil? Ocorre, exatamente, um fato esdrúxulo: as pessoas que trabalham no serviço público têm uma dupla militância com o setor privado. Tendo esta dupla militância, ele abre mão da excelência do trabalho que deve ser feito no setor público exatamente para que o setor privado floresça. Aí é que está o erro. O erro não está em impedir que a iniciativa privada continue o seu trabalho, porque ela abre espaço, ela entra onde o Governo não entrou. Agora, o que se faz atualmente no Brasil é exatamente o inverso: piora-se o setor público para florescer o privado. De forma que há perfeitamente espaço para que as duas áreas se desenvolvam e se complementem: o setor público buscando os seus serviços de excelência; e o setor privado se estabelecedo aonde o setor público não pode se estabelecer. Dou exemplo: veja o norte do Paraná durante os anos 60. Quem é que desenvolveu a assistência médica do norte do Paraná? Foi o setor privado. O Governo não tinha condições e não se interessou em se estabelecer lá. Durante aquela época, eu estava recém-formado, via os nossos colegas saírem da faculdade buscando criar um pequeno ambulatório, um pequeno hospital para atender o norte do Paraná que era um verdadeiro Eldorado. Hoje, é uma potência, tanto no desenvolvimento tecnológico, no desenvolvimento da agricultura, etc, como também, o é como referência de grandes hospitais e serviços médicos. De forma que esta tendência, esta iniciativa de socializar a medicina, é uma iniciativa que já se perdeu no tempo. Foi um erro que vários países procuram corrigir abrindo espaço para a iniciativa privada, enquanto o Brasil está querendo voltar atrás no tempo em uma proposição que, realmente, foi frustrante. Queremos que o Estado dê acesso a toda a população, com o melhor dos seus serviços, mas não devemos impedir que a iniciativa privada continue prestando os seus serviços e que se dê opção, a cada um, de escolher o serviço que pretende para si e para os seus filhos. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Agradecemos o aparte do nobre Constituinte Jofran Frejat e o incorporamos ao nosso discurso, pois concordamos com ele em grau, gênero e número.

O SR. ADYLSOON MOTTA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Concedo o aparte ao nobre Constituinte Adyson Motta.

O SR. ADYLSOON MOTTA: – Quero cumprimentá-lo, em primeiro lugar, pelo trabalho que V. Ex.^a vem fazendo, pelo depoimento com as credenciais que tem de profissional na área de saúde. Tenho estranhado, aqui, que se dê uma ênfase absoluta ao problema de Medicina curativa, quando estamos num estado em que não se consegue resolver sequer aquilo que é fundamentalmente sua obrigação: entrar na área de prevenção, na área da profilaxia. Vivemos num País que apresenta um quadro degradante de termos as causas da mortalidade como uma das principais causas, ainda as doenças transmissíveis. Não posso aceitar que se falem e que se preocupem tanto com a área hospitalar, em estatizar os hospitais, quando vemos ainda um País com malária que, até há poucos dias, tinha a vergonha, perante os outros países, de aqui sediar surtos de varíola; um

País onde ainda se tem centenas de crianças contraíndo paralisia infantil, que é a maior prova de irresponsabilidade de um governo, porque é uma doença que é resolvida apenas de uma forma: através da prevenção com a mais simples de todas as vacinas, que é uma gotinha. Pois nem isso se faz no Brasil. Hoje, se sabe que existe uma forma de câncer plenamente prevenível e curável, desde que detectada precocemente: é – o câncer ginecológico, – o câncer de colo de útero, de mama; pois bem, morrem, pela estatística da Organização Mundial da Saúde, mais de 150 mil mulheres, por ano, de câncer de colo de útero ou de mama. Até hoje, não vi no Brasil um esquema sério, posto à disposição da população, para fazer a detecção e o diagnóstico precoce desse mal insidioso que, se detectado precocemente, alivia a vida e se não feito, condena à morte uma pessoa. É com tristeza que vejo essas coisas acontecerem numa prova de irresponsabilidade absoluta do Governo, quando se vêm aqui debater probleminhas: se devem estatizar os leitos hospitalares ou não. Temos que nos preocupar em evitar que a doença se instale, por quanto muitas delas são preveníveis. Têm que se vacinar todas as crianças deste País contra difteria, tétano, coqueluche, BCG intradérmico, porque o ouro é uma piada; temos que fazer vacinas em nossas meninas de 9/10 anos contra a rubéola – a que ninguém dá importância. Mas, amanhã ou depois, quando elas forem mulheres feitas, quando engravidarem, se tiverem contraído rubéola podem trazer problemas insanáveis para seus filhos como: microcefalia, cegueira e/ou outras deformações. Então, essas coisas têm que ser postas em seus devidos lugares com seriedade: fazer um esquema e investir maciçamente na área da prevenção. Agora, é preciso, também, meu caro Constituinte, que se faça um esquema de saneamento básico neste País. Falar em saúde pública e não fazer um saneamento básico, é brincadeira. Então, acho que a coisa é muito mais profunda. Esse esquema de estatizar ou não hospital – Sou de um Estado onde há 450 hospitais – e deve ter mais algum Constituinte do Rio Grande aqui e, no mínimo, 420 são particulares, basicamente mantidos por ordens religiosas, hospitalares caritativos, hospitalares da comunidade. Não se concebe essa conversa fiada que se está fazendo aqui em cima dos hospitais. Hoje, devemos à área privada a assistência desse setor, e o Estado tem que conceder auxílio aos hospitalares com fins não lucrativos, como também ao ensino é uma obrigação do Estado. Eu quero, um dia, fazer um pronunciamento sobre essa área, porque acho que o enfoque dado aqui é muito emocional, na base da estatização, da socialização e outras coisas dessa ordem, e estão esquecendo – como dizia um professor meu – apenas o fundamental. A visão tem que ser outra e V. Ex.^a como o Constituinte Alceni Guerra, que é médico, que convive com essa área, acredito que me dão razão até certo ponto. Acho que devemos partir para um investimento maciço na área de saneamento básico, na área de prevenção de doenças transmissíveis, sem descuidar, evidentemente, de outros aspectos. Agora não podemos assistir passivamente a esse quadro desolador de ver que a cada mil crianças que nascem, por exemplo, no Nordeste, 200 não chegam a atingir um ano de idade. Hoje, o Brasil não ganha mais campeonato de futebol, mas é campeão mundial de analfabetismo.

tismo, de mortalidade infantil e coisas dessa ordem. Temos que reverter esse quadro, mas esse assunto aqui deve ser tratado com racionalidade e com seriedade, principalmente. Obrigado.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Alceni Guerra.

O SR. ALCENI GUERRA: – Nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, ouvi com atenção o seu pronunciamento e inteligentes apartes de dois eminentes Constituintes. Concordo com o que colocou o nobre Constituinte Adylson Motta, de que o relacionamento do setor saúde com os hospitais é o mais emotivo, é o que contém a maior carga emocional em toda a política de saúde. E por mais paradoxal que pareça, no meu entender, é o menos importante. O Constituinte Jofran Frejat deu uma excelente participação à saúde pública no Brasil, quando Secretário de Saúde do Distrito Federal, iniciando aqui, na prática, a implantação de um sistema que queremos ver implantado no Brasil. E o que fez o Constituinte Jofran Frejat, quando Secretário, é exatamente a resposta, que deveria ser teórica, ao aparte do Constituinte Adylson Motta. É importante a medicina preventiva, é de transcendental importância! Mas, para ter eficácia, ela precisa estar interligada ao que erroneamente se chama medicina curativa. Evidente que a hospitalização de um paciente é um ato de decisão médica, final, de um processo de evolução de uma doença. Se não tivermos a infra-estrutura básica para dar atendimento até que essa decisão seja tomada, teremos um número cada vez maior, aviltantemente grande, de pacientes internados em hospitais. E aí passa-se a discutir se essa internação é com fim lucrativo, se não o é, e essas baboseiras que temos ouvido sempre aqui, e que, na realidade, passa a ser fruto da rede pública estatal que presta atenção etor preventivo brasileiro. Acho que a presença de um setor público na saúde é necessária, imprescindível, foi retardada até criminosamente em muitas regiões do País, mas chegou hoje a tal ponto que asfixia toda a estrutura da saúde pública no Brasil. Como dizia, é absolutamente necessário que o Governo invista maciçamente na saúde, o que não fez até hoje, porque temos a mais baixa taxa de investimento no setor de saúde, em relação ao Produto Interno Bruto, de todos os países, incluindo-se os subdesenvolvidos. Na América do Sul só ganhamos de um país, a Bolívia. Entendo, é necessário que o setor público providencie, dentro do seu programa orçamentário, os recursos para a área de saúde – é por isso que nos batemos na Constituinte. Se não chegarmos a esse ponto, com o nosso orçamento social, especificamente um orçamento de saúde bem aquinhoadão, nenhuma política terá êxito. Fora o orçamento, nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, é necessário uma definição da política de saúde, a integração de todos os setores de saúde, um comando único com hierarquia, com regionalização, com integração. Quanto ao setor privado o texto constitucional estabelece liberdade de atividade para todo o setor.

Apenas acho que o setor privado da área médica tem-se descuidado de procurar as suas formas de financiamento, e nessa dependência infantil e patológica, que criou em relação ao Ministério da Previdência, causou

a sua própria morte. Ele precisa se libertar disso, precisa procurar as suas formas de financiamento a médio e longo prazos e deixar que o dinheiro arrecadado do cidadão através de impostos, ou da folha de salários, seja aplicado preferencialmente no setor público, para fortalecer-lo. Teremos, finalmente, daqui a alguns anos, bem desenvolvida essa política, um poderoso setor público, moderno, como quis o Constituinte Jofran Frejat, quando era Secretário de Saúde; eficiente, como pregava o Constituinte Adylson Motta, e teremos um setor privado que consiga, com suas maneiras, com seus próprios meios, se auto-sustentar, seja através de seguro-saúde, ou de tantas formas que a engenharia de inteligência do setor privado, tenho certeza, saberá prover. Agradeço muito o aparte que V. Ex.^a me deu e o cumprimento por trazer a esta Casa um assunto de tamanha relevância.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage. Fazendo soar a campainha.): – A Presidência informa que o tempo do orador está esgotado.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a e concordo com ele em todos os seus conceitos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Se o Presidente permitir, concederei o aparte ao nobre Constituinte Siqueira Campos. (Assentimento do Presidente.)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, V. Ex.^a sempre traz temas os mais importantes ao debate desta Assembléia Nacional Constituinte e os seus Anais vão registrar uma das participações mais brilhantes que comprovam um devotamento permanente de V. Ex.^a aos interesses nacionais. A questão da saúde no Brasil, em geral, é uma coisa realmente de se lamentar, porque está tudo errado, apesar de sabermos o que devemos fazer. Todavia, nos apartes dos Constituintes Adylson Motta, Jofran Frejat e Alceai Guerra, encontramos sugestões que trazem a solução desse grave problema brasileiro. Veja V. Ex.^a que o Governo tem um custo elevadíssimo no setor de saúde, relacionado ao leito-dia, o custo é talvez dez vezes mais elevado – não tenho exatamente os números, mas é mais ou menos isto –, do que no setor privado. No entanto, o Governo quer pagar, talvez, 10% dos custos ao setor privado. Desta forma, não se pode ter um serviço livre desse problema de fraude, de corrupção, de uma série de coisas que, às vezes, certos hospitais particulares são obrigados a recorrer, para poderem arranjar uma compensação a mais para manter os serviços. Outro ponto é o da remuneração do médico. Na Capital da República, segundo estou informado, um médico da Fundação Hospitalar do Distrito Federal ganha aproximadamente de 13 a 15 mil cruzados, e não vai passar muito disso.

Como se ter um bom serviço? Esses médicos vivem com dois, três ou quatro empregos, pulando de um lugar para outro, não assistem bem a ninguém, dentro dessas condições, e acabam prejudicando grandemente o povo brasileiro. É hora de tomarmos decisões das mais importantes, como esta de unificação, por exemplo: retirar o INAMPS da área da Previdência Social e integrá-lo ao Ministério da Saúde; dotar o Ministério da Saúde de condições e meios

para fazê-lo; unificar todo o sistema de saúde no Brasil, remunerar bem o médico e dele exigir o cumprimento de oito horas de trabalho, porque o médico brasileiro, com raríssimas exceções, não está bem atualizado nos assuntos, porque não tem tempo; vive com quatro a cinco empregos ganhando uma miséria em cada um, e que somados não dão sequer para ele viver. Como o médico poderá estudar? É preciso encararmos com mais seriedade esse setor, que é o mais importante da vida brasileira. É preciso haver responsabilidade nisso. O grande problema brasileiro é a irresponsabilidade de nossas elites dirigentes. As nossas elites dirigentes continuam irresponsáveis, não dedicados à organização desses diversos setores da vida nacional, inclusive desse, a da saúde que, como já disse, é vital. Não podemos abrir mão de que o Governo adote providências imediatas para organizarmos esse setor que é o mais importante do Brasil. V. Ex.^a está de parabéns.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Agradeço ao aparte do nobre Constituinte Siqueira Campos, Líder do PDC, um dos mais brilhantes parlamentares e também aos elogios que S. Ex.^a fez ao meu trabalho.

Sr. Presidente, a segunda emenda diz respeito ao artigo 348:

Art 348. As ações de saúde são de natureza pública, cabendo ao Estado sua regulação, execução e controle.

Ora, se a execução é só do setor público, inviabiliza o setor privado. Então, a emenda diz: "As ações de saúde são de natureza pública, cabendo ao Estado sua regulação, normatização e controle."

A terceira emenda diz no § 3º, do artigo 349:

"§ 3º O poder público pode intervir nos serviços de saúde de natureza privada, necessários ao alcance dos objetivos da política nacional do setor, bem como desapropriá-los"

Ora, Sr. Presidente, esse dispositivo é um acinte, porque esse assunto já é regulamentado no capítulo Da Ordem Econômica.

Sr. Presidente, gostaria de destacar uns aspectos positivos do projeto.

Art. 343. A saúde é direito de todos e dever do Estado.

Art 344. O Estado assegura o direito à saúde mediante:

I – implementação de políticas econômicas e sociais que visem à eliminação ou redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde;

II – acesso universal, igualitário e gratuito às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, de acordo com as necessidades de cada um.

É difícil de se conseguir isso, mas é um dispositivo muito importante.

Concordo com o projeto, Sr. Presidente, quanto ao planejamento familiar, que é tratado no art 353; sobre a remoção de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante e pesquisa, que é tratado no art 354; sobre a proibição de exploração direta ou indireta por parte de empresas e capitais de procedência estrangeira, nos serviços de assistência de saúde, tratado no § 4º do

art. 349; sobre a da saúde ocupacional, que é tratada no art. 350 e seus incisos; sobre a política de medicamentos, equipamentos, produtos imunobiológicos e hemoderivados de outros insumos de saúde, que é tratado no art. 347 e sobre a política do ensino e aplicação de métodos alternativos de saúde, tratado no art. 352.

Portanto, Sr. Presidente, esta é a minha contribuição para este importante setor.

Muito obrigado a V. Ex.^a (Muito bem! Palmas.)

ERRATAS

No **DANC** de 13-5-87, página 1827, coluna 3, republique-se por ter saído com incorreção. (**DANC** nº 58).

Onde se lê:

Nelson Peres – Apelo ao Ministro da Fazenda no sentido da liberação de recursos destinados a créditos a serem concedidos por bancos oficiais a pequenas e médias empresas.

Leia-se:

Gerson Peres – Apelo ao Ministro da Fazenda no sentido da liberação de recursos destinados a créditos a serem concedidos por bancos oficiais a pequenas e médias empresas.

No **DANC** de 14-5-87, página 1949, coluna 1, republique-se por ter saído com incorreção. (**DANC** nº 59)

Onde se lê:

VI – O SR PRESIDENTE (Mário Maia) – Encerro a sessão, designando para amanhã, às 14:20 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 12 minutos.)

Leia-se:

VI – O SR PRESIDENTE (Mário Maia) – Encerro a sessão, convocando os Srs. Constituintes para a Ordinária de amanhã, às 14:30 horas.

(Encerra-se a sessão, às 19 horas e 12 minutos.)

No **DANC** de 14-5-87, página 1923, coluna 1, republique-se por ter saído com omissão (**DANC** nº 59).

Onde se lê:

Lembrando o teólogo, filósofo e escritor Pe. Paul Eugene Charboneau: "Que o Estado proponha... Que o casal disponha."

O SR MESSIAS GÓIS (PMDB – RS. Sem revisão do orador.)

Leia-se:

Lembrando o teólogo, filósofo e escritor Pe. Paul Eugene Charboneau: "Que o Estado proponha... Que o casal disponha."

O SR. MESSIAS GÓIS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR PRESIDENTE (Jorge Arbage) – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR MESSIAS GÓIS (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, hoje participei de uma reunião da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público.....

No **DANC** de 22-5-87, página 2147, coluna 2, republique-se por ter saído com incorreção. (**DANC** nº 64.)

1) – Onde se lê:

O SR PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARRECER OS SENHORES:

Adauto Pereira – PDS; Afonso Arinos – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; César Maia – PDT; Delfim Netto – PDS; Dirce Tutu Quadros – PTB; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Fábio Lucena – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Jairo Carneiro – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; José Egreja – PTB; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Lourival Baptista – PFL; Manuel Viana – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Milton Lima – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Ralph Biasi – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Victor Trovão – PFL..

O SR PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, 6^a-feira, às 9:30 horas.

VIII – Encerra-se a Sessão às 19 horas e 59 minutos.

2) – Na página 2126, coluna 01 (no início):

Onde se lê:
O SR AUGUSTO DE FARIA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de abordar o problema ocorrido

.....
.....
.....

Leia-se:
O SR GUSTAVO DE FARIA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de abordar o problema ocorrido

.....
.....
.....

ERRATA

Republica-se por ter saído com texto ilegível (DANC nº 83):
Onde se lê:

deve ser na sua essência, na sua nobreza, acredito que a proposta, no decurso dos trabalhos constituintes, nos meses que ainda teremos pela frente, será aperfeiçoada pelos nossos nobres colegas.

O SR. CÉSAR CALS NETO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Ouço o Constituinte César Cals Neto com muito prazer.

O SR. CÉSAR CALS NETO: – Meu caro Constituinte, concordo e analizo as palavras de V. Ex.^a em defesa do parlamentarismo inclusive desse sistema misto, que é um sistema de transição. Também sou daqueles que me filio à corrente do parlamentarismo puro mas entendo que o Brasil não pode sair de um sistema arcaico de um sistema obsoleto, de um sistema falido de presidencialismo para um estágio ideal num período muito curto de tempo. De forma que ha de se fazer uma transição. Através deste sistema nisto que foi objeto de apreciação, e de aprovação na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Mas, meu caro companheiro, gostaria de aproveitar o ensejo do seu oportuno pronunciamento para estranhar as críticas até mesmo irresponsáveis, de setores da imprensa contra o parlamentarismo, críticas que surgem sem consequência e procurando, inclusive dizer que os Constituintes brasileiros não tem legitimidade para procurar um sistema de governo melhor. O povo nos deu legitimidade, mandato, exatamente para procurar um caminho definitivo para este País. Há críticas da Imprensa – com as quais concordo – que dizem que o Brasil não tem partidos políticos mas, se nesse regime presidencialista falido que, a exemplo da República, completa praticamente 98 anos agora, não se conseguiu dotar o país de partidos fortes, autênticos, programáticos, jamais se conseguirá. Tem-se que adotar um sistema novo, um sistema evoluído, um sistema como o parlamentarista que vai exigir, sim, o fortalecimento dos partidos políticos, através do fortalecimento do próprio parlamento. Por outro lado, esses órgãos da imprensa se apressam em dizer que não existe burocracia no Serviço Público Federal e eu peço a eles que olhem os exemplos claros que existem neste Brasil, em todo Brasil, apesar do sistema arcaico que aí está. Está aqui um exemplo da Câmara dos Deputados onde ouve uma renovação de praticamente 300 deputados. E é uma burocracia que já convive com o sistema parlamentar. Cada deputado os companheiros são testemunhas – só teve o direito de indicar os seus assessores pessoais. Está aí o exemplo do Itamarati, está aí o exemplo do sistema de energia do País, a Eletrobrás, está aí Petrobrás, que hoje é um acervo, é um patrimônio nacional com todas as suas subsidiárias, com uma estrutura totalmente profissionalizada. Está aí o nosso Banco do Brasil, está a Caixa Econômica está aí a Telebrás, só não enxerga, meu caro companheiro, quem não quer ver. Se 70% do Governo já pode ter uma burocracia compatível com sistema parlamentar, o que custa a nós, Constituintes, estendermos aos 30% restantes. Agora não podemos estar sujeitos a essa crítica irresponsável não sei a serviço de que, determinados setores da empresa, que querem manipular a opinião pública contra um sistema que vai realmente democratizar, um sistema que não permitiria jamais um achatamento salarial como o que aí está; um sistema de gover-

no que não permitiria, jamais que decisões fossem tomadas como o são historicamente ao arrepio da vontade e da aspiração do povo brasileiro.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Agradeço a V. Ex.^a e incorpoço com prazer o seu aparte à minha posição.

O SR. PRESIDENTE (ARNALDO FARIA DE SÁ): – Queria chamar a atenção do orador que o tempo de V. Ex.^a está esgotado.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Estou terminando. Sr. Presidente.

Apenas para acrescentar a tudo isso, que V. Ex.^a foi muito fino quando citou os funcionários da Casa, da Câmara dos Deputados, e eu acrescentaria os do Senado Federal, acrescentaria os de outros órgãos, acrescentaria ao elenco de empresas, a Embraer, que aí esta. O Engenheiro Ozires Silva resistiu a várias e várias administrações e hoje é o Presidente da Petrobrás.

Então, são quadros que vão sendo formados na nossa tecnoburocracia, ao longo do presidencialismo. É verdade que também há quadros negativos, mas é claro que o caminho se faz caminhando. E tenho certeza, Constituinte César Cals Neto, que vamos chegar, ainda que através de um parlamentarismo que seja meio mitigado ao parlamentarismo puro que gostaríamos de ter.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Quero. Sr. Presidente, se me permite, ouvir o meu querido colega, Constituinte Roberto Jefferson para, em seguida, encerrar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (ARNALDO FARIA DE SÁ): – Vou conceder o tempo necessário para que o aparteante faça uso da palavra. Solicitaria apenas que fosse breve e que, em seguida, V. Ex.^a concluisse porque temos outro orador inscrito e, em seguida, neste mesmo plenário, teremos reunião da Câmara; portanto, a brevidade urge.

(Assume a Presidência a Sr^a Constituinte Benedita da Silva)

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Constituinte Joaquim Beviláqua, companheiro do PTB inicialmente, quero parabenizar, V. Ex.^a pelo brilho do pronunciamento que vem fazendo, contribuindo e enriquecendo os Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Gostaria, também de fixar uma posição pessoal minha já que o parlamentarismo não se trata de uma questão programática do nosso Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro. Tenho uma formação presidencialista e os meus argumentos, em prol do presidencialismo, diferem um pouco dessa crítica que sustenta a inexistência de partidos políticos no Brasil. Ora, se os partidos não puderem se organizar programaticamente, o presidencialismo também concorre com alguma culpa para tal Dírio, no momento quanto a essa acusação tola dizendo que não temos uma estrutura burocracia preparada. Este é um País de burocracia. A burocracia se especializou nos 20 anos de ditadura e hoje é, reconhecidamente, competente e, capaz. Mas vejo com muita desconfiança, o sistema de gabinete, porque acredito muito no talento individual de cada homem e toda vez que pude assistir, designar comissões para resolver algum problema, esse problema não foi resolvido, porque as decisões colegiadas, ou

de comissões tendem sempre ao fracasso ou abandono da meta objetivada. O talento do homem, no momento de decidir é que realmente me seduz a idéia do Presidencialismo; um presidente talentoso, líder com capacidade de decisão, entendo que estaria acima de qualquer gabinete que claudicasse ou que se confundisse. Mas a minha opinião começa a ficar seriamente abalada, ilustre Constituinte, porque, ultimamente a Presidência da República tem sido vítima de sucessivas nulidades, de incapazes, pós incapazes, de incompetentes pós incompetentes, de homens sem talento pós homens sem talento. E o que vimos foi um esvaziamento um aapequenamento um agachamento por assim dizer do Poder Legislativo que sustenta alguns incapazes que se dizem ministros da República sem até formação política e técnica para exercício da profissão num jogo de compadismos, para ver se uma corrente outra sustenta um Governo que naufraga: qualquer um e da pior qualidade acaba sendo ministro, e o esvaziamento completo do nosso sistema ou pelo menos da nossa instituição: o Congresso, Parlamento Nacional. Então, começa a abalar a minha convicção esta sucessão de nulidades. (O Sr. Presidente faz soar a campainha). Já concluindo, ilustre Constituinte que...

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – É que a Presidente é presidencialista.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Pois não.... porque eu acreditava que, a Presidência pudesse realmente, ser exercida por um homem de talento exuberante, que pudesse decidir acima das divergências comuns aos gabinetes. Cumprimento V. Ex.^a e confesso, de público, que V. Ex.^a ainda está continuando a demolir a minha convicção.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a e fico satisfeito em verificar, Constituinte Roberto Jefferson, que V. Ex.^a está evoluindo rumo ao pensamento que me perece majoritário nesta Casa.

Espero, ao prestar homenagem às mulheres na pessoa da nossa Presidente neste instante, do trabalho Constituinte Benedita da Silva, que como Constituinte S. Ex.^a chega às conclusões que V. Ex.^a expressou agora, da falência do sistema presidencial. Citaria já que estamos sendo presididos por uma mulher trabalhadora de um Partido que defende as causas populares lá no seu Estado, o Rio de Janeiro, citara outra mulher não que me identifique ideologicamente com ela, mas que inegavelmente, é talentosa e, tanto é, talentosa, que pela terceira vez permanece renovando o seu mandato de Primeira Mandatária, a mais alta Mandatária da Grã-Bretanha a Inglaterra que é a Primeira-Ministra Margaret Thatcher.

Ao mesmo passo poderia, no mesmo sentido, criar o atual Presidente de Portugal, Mario Soares, que já foi Primeiro-ministro e que, sem dúvida, é um homem talentoso. Veja V. Ex.^a, que o parlamentarismo fornece elementos talentosos: o Primeiro-ministro da Espanha Felipe Gonzalez E por que não, até nos países da chamada "corda de ferro" que também adotam o sistema parlamentar – podem não adotar o sistema pluripartidário, mas adotam o sistema parlamentar, o Politburo é um Parlamento, é um colegiado – os soviéticos forem eleitos, ainda agora, 52 mil e não se pode deixar de reconhecer o talento de um

Leia-se:

deve ser na sua essência, na nobreza, acredito que a proposta, no decurso dos trabalhos constituintes, nos meses que ainda teremos pela frente, será aperfeiçoada pelos nossos nobres colegas.

O SR. CÉSAR CAIS NETO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Ouço o Constituinte César Cals Neto com muito prazer.

O SR. CÉSAR CALS NETO: – Meu caro Constituinte, concordo e avalizo as palavras de V. Ex.^a em defesa do parlamentarismo, inclusive desse sistema misto, que é um sistema de transição. Também sou daqueles que me filio à corrente do parlamentarismo puro, mas entendo que o Brasil não pode sair de um sistema arcaico, de um sistema obsoleto, de um sistema falido de presidencialismo para um estágio ideal num período muito curto de tempo. De forma que há de se fazer uma transição. Através deste sistema misto que foi objeto de apreciação, e de aprovação na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Mas, meu caro companheiro, gostaria de aproveitar o ensejo do seu oportuno pronunciamento para estranhar as críticas até mesmo irresponsáveis, de setores da imprensa contra o parlamentarismo, críticas que surgem sem consequência e procurando, inclusive, dizer que os Constituintes brasileiros não tem legitimidade para procura um sistema de governo melhor. O povo nos deu legitimidade, mandato, exatamente para procurar um caminho definitivo para este País. Há críticas da imprensa – com as quais concordo – que dizem que o Brasil não tem partidos políticos, mas, se nesse regime presidencialista falido que, a exemplo da República, completa praticamente 98 anos agora, não se conseguiu dotar o País de pedidos fortes, autênticos, programáticos, jamais se conseguirá. Tem-se que adotar um sistema novo, um sistema evoluído, um sistema como o parlamentarista que vai exigir, sim, o fortalecimento dos partidos políticos, através do fortalecimento do próprio parlamento. Por outro lado, esses órgãos da imprensa se apressam em dizer que não existe burocracia no Serviço Público Federal e eu peço a eles que olhem os exemplos claros que existem neste Brasil, em todo Brasil, apesar do sistema arcaico que aí está. Está aqui um exemplo da Câmara dos Deputados onde ouve uma renovação de praticamente 300 deputados. E é uma burocracia que já convive com o sistema parlamentar. Cada deputado os companheiros são testemunhas – só teve o direito de indicar os seus assessores pessoais. Está aí o exemplo do Itamarati, está aí o exemplo do sistema de energia do País, a Eletrobrás, está aí Petrobrás, que hoje é um acervo, é um patrimônio nacional com todas as suas subsidiárias com uma estrutura totalmente profissionalizada. Esta aí o nosso Banco do Brasil, está aí a Caixa Econômica está aí a Telebrás, só não enxerga, meu caro companheiro, quem não quer ser. Se 70% do Governo já pode ter uma burocracia compatível com o sistema parlamentar, o e que custa a nós, Constituintes, emendamos aos 30% restantes. Agora, não podemos estar sujeitos a essa crítica irresponsável, não sei a serviço de que de determinados setores da empresa, que querem manipular a opinião pública contra um sistema e que vai realmente democratizar, um sistema na que não permitiria jamais um achatamento salarial como o que aí está; um sistema de gover-

no que não permitiria jamais que decisões fossem tomadas, como o são, historicamente ao arrepião da vontade e da aspiração do povo brasileiro.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Agradeço a V. Ex.^a e incorpo com prazer o seu aparte à minha posição.

O SR. PRESIDENTE (ARNALDO FARIA DE SÁ): – Queria chamar a atenção do orador que o tempo de V. Ex.^a está esgotado.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Estou terminando, Sr. Presidente.

Apenas para acrescentar a tudo isso, que V. Ex.^a foi muito feliz quando citou os funcionários da Casa, da Câmara dos Deputados, e eu acrescentaria os do Senado Federal, acrescentaria os de outros órgãos, acrescentaria ao elenco de empresas, a Embraer, que aí está. O Engenheiro Ozires Silva resistiu a várias e várias administrações e, hoje, é o Presidente da Petrobrás.

Então, são quadros que vão sendo formados na nossa tecnoburocracia, ao longo do presidencialismo. É verdade que também há quadros negativos, mas é claro que o caminho se faz caminhando. E tenha certeza, Constituinte César Cals Neto, que vamos chegar, ainda que através de um parlamentarismo que seja meio mitigado, ao parlamentarismo puro que gostaríamos de ter.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Quero. Sr. Presidente, se me permite, ouvir o meu querido colega, Constituinte Roberto Jefferson, para, em seguida, encenar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (ARNALDO FARIA DE SÁ): – Vou conceder o tempo necessário para que o aparteante faça uso da palavra. Solicitaria apenas que fosse breve e que, em seguida, V. Ex.^a concluisse, porque temos outro orador inscrito e, em seguida, neste mesmo plenário, teremos reunião da Câmara; portanto, a brevidade urge.

(Assume a Presidência a Sr. Constituinte Benedita da Silva)

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Constituinte Joaquim Beviláqua, companheiro do PTB inicialmente, quero parabenizar V. Ex.^a pelo brilho do pronunciamento que vem fazendo, contribuindo e enriquecendo os Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Gostaria, também, de fixar uma posição pessoal minha, já que o parlamentarismo não se trata de uma questão programática do nosso Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro. Tenho uma formação presidencialista e os meus argumentos, em prol do presidencialismo, diferem um pouco desta crítica que sustenta a inexistência de partidos políticos no Brasil. Ora, se os partidos não puderam se organizar programaticamente, o presidencialismo também concorreu com alguma culpa para tal. Divirjo, no momento, quanto a essa acusação tola, dizendo que não temos uma estrutura burocrática preparada. Este é um País de burocratas. A burocracia se especializou nos 20 anos de ditadura e hoje é, reconhecidamente, competente e, capaz. Mas vejo, com muita desconfiança, o sistema de gabinete, porque acredito muito no talento individual de cada homem e toda vez que pude assistir, designar comissões para resolver algum problema, esse problema não foi resolvido, porque as decisões colegiadas, ou

de comissões, tendem sempre ao fracasso ou abandono da meta objetivada. O talento do homem, no momento de decidir, é que realmente me seduz a idéia do presidencialismo: um presidente talentoso, líder com capacidade de decisão entendo que estaria acima de qualquer gabinete que claudicasse ou que se confundisse. Mas a minha opinião começa a ficar seriamente abalada, ilustre Constituinte, porque, ultimamente, a Previdência da República tem sido vítima de sucessivas nulidades, de incapazes pós incapazes, de incompetentes pós incompetentes, de homens sem talento pós homens sem talento. E o que vimos foi um esvaziamento, um apequenamento, um agachamento, por assim dizer, do Poder Legislativo, que sustenta alguns incapazes que se dizem ministros da República, sem até formação política e técnica para o exercício de profissão, num jogo de compadismos, para ver se uma corrente ou outra sustenta um Governo que naufraga: qualquer um e da pior qualidade acaba sendo ministro, e o esvaziamento completo do nosso sistema ou pelo menos, da nossa instituição: o Congresso, Parlamento Nacional. Então, começa a abalar a minha convicção esta sucessão de nulidades. (O Sr. Presidente faz soar a campainha). Já, concluindo, ilustre Constituinte que...

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – É que o Presidente é presidencialista.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: –

Pois não.... por que eu acreditava que, a Presidência pudesse, realmente ser exercida por um homem de talento exuberante, que pudesse decidir acima das divergências comuns aos gabinetes. Cumprimento V. Ex.^a e confesso, de público, que V. Ex.^a ainda está continuando a demolir e minha convicção.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: –

– Agradeço o aparte de V. Ex.^a e fico satisfeito em verificar, Constituinte Roberto Jefferson, que V. Ex.^a está evoluindo rumo ao pensamento que me parece majoritário nesta Casa.

Espero, ao prestar homenagem às mulheres na pessoa da nossa Presidente, neste instante, dos trabalhos, Constituinte Benedita da Silva que como Constituinte S. Ex.^a chega às conclusões que V. Ex.^a expressou agora, da falência do sistema presidencial. Citaria já que estamos sendo presididos por uma mulher trabalhadora de um Partido que defende as causas populares lá no seu Estado, o Rio de Janeiro, citaria outra mulher, não que me identifique ideologicamente com ela, mas que inegavelmente, é talentosa e, tanto é talentosa, que pela terceira vez permanece renovando o seu mandato de Primeira Mandatária, a mais alta Mandatária da Grã-Bretanha, da Inglaterra, que é a Primeira-Ministra Margaret Thatcher.

Ao mesmo passo, poderia, no mesmo sentido orar o atual Presidente de Portugal, Mário Soares, que já foi Primeiro-ministro e que, sem dúvida, é um homem talentoso. Veja V. Ex.^a que o parlamentarismo fornece elementos talentosos o primeiro-ministro da Espanha, Felipe Gonzalez.. E por que não até nos países da chamada "cortina de ferro" que também adotam o sistema parlamentar – podem não adotar o sistema pluripartidário, mas adotam o sistema parlamentar, o Politburo é um Parlamento, é um colegiado, – os soviéticos foram eleitos, ainda agora, 52 mil, e não se pode deixar de reconhecer o talento de um

No **DANC** de 3-7-87, página 3043 (Sumário), coluna 2, republicase, por ter saído com omissão. (DANC nº 88).

Onde se lê:

.....
JORGE ARBAGE – Alerta quanto ao clima de violência reinante no País e à probabilidade de convulsão social. Pacto das forças políticas visando à correção da atual imagem sócio-econômica da Nação. Contradições na definição de governo a ser inserido na Carta Constitucional.

IVO LECH – Gravidade do momento vivido pelo Estado do Rio Grande do Sul. Decepção popular com a falta de comportamento partidário e de unidade programática entre os Constituintes.

sócio-econômica da Nação. Contradições na definição de governo a ser inserido na Carta Constitucional.

IRAM SARAIVA – Divulgação dos trabalhos da Assembléia Nacional através de emissoras de televisão e rádio e a presença da Nação brasileira das galerias.

.....
Leia-se:

.....
JORGE ARBAGE – Alerta quanto ao clima de violência reinante no País e à probabilidade de convulsão social. Pacto das forças políticas

.....
IVO LECH – Gravidade do momento vivido pelo Estado do Rio Grande do Sul. Decepção popular com a falta de comportamento partidário e de unidade programática entre os Constituintes.

.....
Pacto das forças políticas



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 103

SEXTA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 23 DE JULHO DE 1987.

I – Abertura da Sessão

II – Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

COMUNICAÇÃO

Do Senhor Constituinte Egídio Ferreira Lima, participando que se ausentará do País no período compreendido entre 25 de julho e 03 de agosto do ano em curso.

IV – Pequeno Expediente

JOSÉ GENOÍNO – Repetição de atos de corrupção na administração pública. Documento de entidades nacionais em favor da revogação da Lei de Segurança Nacional.

FARABULINI JÚNIOR – Extinção da Companhia Brasileira de Alimentos e da Comissão de Financiamento da Produção.

ADYLSON MOTTA – Aquisição de imóveis em Brasília pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

BENEDICTO MONTEIRO – Intervenção governamental na Codebar. Denúncia do jornalista Tarcísio Holanda sobre a urdidura de plano para derrubada do Governo José Sarney.

ISMAEL WANDERLEY – Inconveniência da incidência de correção monetária sobre o passivo de empresas em processo de concordata.

NELSON SEIXAS – "Carta aos Constituintes", documento da Associação dos Ex-Alunos da Funabem.

HAROLDO LIMA – Apoio do PC do B à greve geral a ser deflagrada em 12 de agosto próximo.

ALDO ARANTES – Conteúdo fascista de documento da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino sobre a organização de grupos de ocupação da Assembléia Nacional Constituinte.

JOÃO DA MATA – Comportamento da Comissão de Financiamento da Produção na comercialização do milho. Adiamento do pagamento do IPTR.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Frustração de aposentados e pensionistas com o valor da reposição salarial paga pelo Inamps.

ONOFRE CORRÊA – Sugestão de Constituintes ao CND para estudo da possibilidade de intervenção do órgão na CBF.

ÁLVARO VALLE – Alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte – para propiciar a apresentação de substitutivos ao Projeto de Constituição.

JOSÉ COSTA – Aquisição de imóveis em Brasília pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

NILSON GIBSON – Palestra proferida pelo Ministro José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio, na Escola Superior de Guerra.

JORGE ARBAGE – Apuração e punição dos responsáveis pela fraude na importação de alimentos.

LÚCIO ALCÂNTARA – Desempenho do Dr. Camilo Calazans na presidência do Banco do Brasil.

FRANCISCO AMARAL – Necrológio do Prof. Carlos Alberto de Carvalho Pinto, ex-Governador do Estado de São Paulo.

FÁBIO FELDMAN – Homologação da área do Ribeirão Silveira, Estado de São Paulo, como integrante da Reserva Indígena da nação Guarani.

OSVALDO BENDER – Exorbitância da taxa cobrada pela Cooperativa Rural Fronteira Noroeste Ltda, pela distribuição de energia elétrica aos associados.

BOCAYUVA CUNHA – Prazo de compensação de cheques pelo sistema bancário.

FERES NADER – Asfaltamento do acesso da Rodovia Presidente Dutra ao pólo industrial de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

ÁTILA LIRA – Fragilidade das ações e atitude política do Governo do Piauí no combate à seca no Estado.

MOEMA SÃO THIAGO – Aquiraz, Estado do Ceará, a melhor alternativa técnico-econômica para a instalação de refinaria da Petrobrás no Nordeste.

SÓLON BORGES DOS REIS – Combate ao alcoolismo.

STÉLIO DIAS – Problemática da cabotagem no País.

DORETO CAMPANARI – Prolongamento do PMDB na luta pela superação das dificuldades sociais e econômicas do País.

CHICO HUMBERTO – Dados justificadores da criação do Estado do Triângulo.

PEDRO CANEDO – Desrespeito, pelas instituições financeiras privadas, de resolução do Banco Central sobre amparo creditício aos pequenos e microempresários.

JONAS PINHEIRO – Solidariedade do orador ao Ministro Joaquim Francisco Cavalcanti, do Interior, em face da ocorrência de interferências políticas na administração da Pasta.

V – Comunicações das lideranças

DORETO CAMPANARI – Solidariedade do orador ao Constituinte Arnaldo Faria de Sá, na defesa de eleições diretas para Presidente da República em 1988.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Ameaça de rompimento do PFL com o Governo. Razões dos desencontros administrativos entre o Ministro do Interior e o Superintendente da Sudene.

AMARAL NETTO – Confirmação das denúncias do orador sobre a ocorrência de fraudes na importação de alimentos durante a gestão do Sr. Dílson Funaro, no Ministério da Fazenda.

HAROLDO LIMA – Repúdio do PC do B à posição assumida pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino de constituição de grupos para pressionar a Assembléia Nacional Constituinte na fase de discussão e votação do Projeto de Constituição.

BOCAYUVA CUNHA – Proposta do orador para ordenamento da discussão do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE – Agradecimentos da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte ao Constituinte Bocayuva Cunha pela proposta apresentada para ordenamento da discussão do Projeto de Constituição e expectativa de novas propostas de outros líderes partidários.

JOSÉ GENÓIMO – Repúdio do PT à posição assumida pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino de constituição de grupos para pressionar a Assembléia Nacional Constituinte na fase de discussão e votação do Projeto de Constituição. Encaminhamento, pelo Poder Executivo; à Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 173/87, que estabelece correção monetária nos créditos, nos processos de falência e concordata.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Apuração e punição dos responsáveis pela fraude na importação de alimentos.

VALMIR CAMPELO – Repúdio a expressão usada pelo Constituinte Maurílio Ferreira Lima conceituadora da posição do PFL em relação ao Governo. Inconveniência da estatização do Senac, Senai, Sesi e Sesc.

VI – Apresentação de Proposições

VIRGÍLIO GUIMARÃES

ADYLSON MOTTA – Questão de ordem sobre pedido de verificação de quorum para prosseguimento da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

VII – Ordem do Dia

HUGO NAPOLEÃO, HERMES ZANETI, VIRGILÁSIO DE SENNA, FERNANDO VELASCO, JOSÉ DUTRA, MOZARILDO CAVALCANTI – Discussão do Projeto de Constituição.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos Membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos Membros
4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos Membros
5 – ATAS DAS COMISSÕES

(As atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário.)

Ata da 109ª Sessão, em 23 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Jorge Arbage, Primeiro-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Mota – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alérgio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Neto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rates – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Atila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denis Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dió-

genes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Incônicio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agrípino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egrela – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiróz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana

– PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluhy Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Mauricio Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauricio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir

Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 209 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, servindo como Primeiro, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, servindo como Segundo, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

COMUNICAÇÃO

Do Sr. Egídio Ferreira Lima, nos seguintes termos:

Brasília, 23 de julho de 1987

Exmº Sr.

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados.

Cumprindo preceito constitucional, comunico a V. Ex.^a que, a partir do dia 25 do corrente, farei viagem ao exterior, retomando no dia 3 de agosto próximo.

A viagem se prende a assunto particular, pois acompanharei a minha filha menor Luciana Urquiza Ferreira Lima, que fará curso na Inglaterra.

No período de ausência estarei no endereço seguinte:

40 Cheney Way, Cambridge, CB4 IUD.

Fone: 004 422 3315506.

Com atenção e respeito, – Deputado

Egídio Ferreira Lima.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao

IV – Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, um fato que começa a alcançar repercussão nos jornais é revelador daquilo que tantas vezes dissemos do Governo da Nova República: exatamente a voltados escândalos de corrupção. Comentamos isso porque parece que, agora, esses fatos não são tão graves. Escândalos

como o do Banco do Estado de São Paulo e da Previdência Social, na compra de imóveis, são reveladores da quebra de uma das promessas desta República chamada de nova, a de pôr fim à corrupção. A corrupção está-se tornando novamente uma regra, e busca-se legitimidade para que a malversação do dinheiro público seja entendida por esta República, que de nova só tem o nome, como algo normal que faz parte do cotidiano da vida política do País. Até agora o Presidente do Banespa continua no seu posto, e o Governador Orestes Quérzia tenta proteger o seu íntimo. Quanto ao escândalo da Previdência, medidas não são tomadas, discursos não são feitos, nem vemos posições que outrora, nesta Casa, tinham pelo menos uma força não de efeito prático, mas de se levantar a questão como denúncia política.

A Nova República, quando nasceu, empunhou essa bandeira, mas rapidamente a enterraram. Até buscaram aquele moralismo tipo udenista, que não foi muito longe. E não se fala mais em acabar com as residências dos Ministros na Península Sul. Estão todos lá no Lago, em grandes mansões. É claro que aquilo não era o essencial.

Nenhum corrupto foi preso. Todos estão soltos e, agora, certamente, o seu número está aumentando. A Nova República, o Governo Sarney, com essa idéia de buscar um grupo político de apoio na Constituinte e ganhar os 5 anos de mandato, não com proposta política, mas na base do poder, do fisiologismo, certamente fará com que a corrupção vire um grande escândalo no País. Esses dois casos, Sr. Presidente, o de São Paulo e o da Previdência, apenas, ilustram a que ponto o problema está novamente se tornando regra e sendo aceito pelas pessoas. Por isso nosso pronunciamento é de denúncia e para caracterizar que a Nova República, além de nada fazer contra isso, está novamente assumindo e assimilando a corrupção como algo normal na vida do País.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a a transcrição, nos Anais da Constituinte, de documento, entregue ao Presidente Ulysses Guimarães, de vários partidos e entidades populares, entidades nacionais e democráticas, solicitando a revogação da Lei de Segurança Nacional.

A posição do Ministro Paulo Brossard em relação ao enquadramento do ex-Deputado Djalma Bom é apenas uma revelação. S. Ex.^a admite publicamente que é uma aberração tentar enquadrar as pessoas na Lei de Segurança Nacional.

Mas existem dois presos políticos neste País que estão no Rio de Janeiro, e a Lei de Segurança Nacional está ai. É necessária a sua revogação. Por isso solicito a V. Ex.^a, Sr. Presidente, a transcrição deste manifesto.

MANIFESTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

São Paulo, 14 de julho de 1987.
Excelentíssimo Senhor
Dr. Ulysses Guimarães
DD. Presidente do Congresso Nacional
Em mãos

Senhor Presidente,

Os partidos políticos, as entidades representativas da sociedade civil e as personalidades abaixo-assinadas vêm solidarizar-se com Danilo Groff e Maurício Peres Pencak, enquadrados na Lei de

Segurança Nacional, como suspeitos de terem atentado contra a vida do Senhor Presidente da República.

O registro desta solidariedade é extensivo a todos os cidadãos que vierem a ser indiciados, com base nessa malfadada lei.

Ademais do absurdo desse enquadramento (obviamente, um mandatário, mesmo constituído de forma ilegítima por um Colégio Eleitoral, não pode ser confundido com a Nação), cabe lembrar que a doutrina de segurança nacional e a esdrúxula lei que lhe dá sustentação, na verdade, só contém princípios destinados a manter o **status quo**. Trata-se de uma doutrina de segurança do Estado, em detrimento do cidadão, ou melhor, de segurança do poder e das classes oligárquicas que o mantém, para que a situação continue tal qual ora se encontra.

Recorde-se, desde logo, que a Lei de Segurança Nacional foi julgada e condenada pelo Primeiro Tribunal Tiradentes, presidido pelo inesquecível Senador Teotônio Vilela, tribunal esse do qual o atual Ministro da Justiça, Sr. Paulo Brossard, em sua segunda sessão, foi o acusador do Colégio Eleitoral e do qual Vossa Excelência também participou, como julgador, e condenou a mesma instituição.

A propósito da Lei de Segurança Nacional, o atual Ministro da Justiça Sr. Paulo Brossard, quando se encontrava fora do Poder Executivo, exercendo o seu mandato de Senador, afirmou: "Esta lei de segurança é um atentado permanente à segurança dos cidadãos" (cf. OPOSIÇÃO, L&PM Editores, pág. 87).

Os partidos, entidades e personalidades abaixo-assinados concordam plenamente com tal afirmativa do Sr. Ministro Paulo Brossard. Ressaltam, porém, que consterna e admira o fato de instrumentos de exceção, como a mencionada Lei de Segurança Nacional, já passados tantos anos, continuem a ser "um atentado permanente à segurança dos cidadãos", e, pior ainda, que sua aplicação resulte de determinação do próprio Sr. Paulo Brossard, atual Ministro da Justiça.

Vale ainda recordar que, em entrevista concedida à **Folha de S. Paulo**, edição de 22 de fevereiro de 1987 (pág. 8), o Ministro da Justiça, Sr. Paulo Brossard, asseverou que, em 1986, o Congresso Nacional praticamente não legislou, razão pela qual não foram enviados os anteprojetos para abolir o chamado "entulho autoritário", elaborados pelo ex-Ministro da Justiça, Sr. Fernando Lyra.

Por certo, diante da manifestação do Sr. Ministro da Justiça, Paulo Brossard, quando Senador, a respeito da Lei de Segurança Nacional, acrescida de sua entrevista concedida à **Folha de S. Paulo**, toda a Nação esperava, neste ano da Constituinte, a revogação desse "atentado permanente à segurança dos cidadãos".

Entretanto, a grande maioria dos cidadãos brasileiros, com grande perplexidade, assiste exatamente ao oposto: os trabalhos da chamada Assembléia Nacional Constituinte prosseguindo, sob a tenebrosa sombra de "leis" de exceção, que, sem dúvida, comprometem a sua soberania, já mitigada por tratar-se de uma Constituinte, feita por um poder constituído.

Em face de tais contradições, Senhor Presidente, emergentes das declarações do Sr. Ministro da Justiça, Paulo Brossard, além da descabida e draconiana utilização da Lei de Segurança Na-

cional, é que advém a descrença da população na classe política, comprometendo-a como um todo.

Impõe-se, portanto, a imediata revogação da Lei de Segurança Nacional e dos demais instrumentos de exceção, herdados do regime autoritário, como medidas de preservação da mínima soberania remanescente do Congresso Constituinte e de iniciar a restauração da credibilidade da população na classe política.

Para tanto, a atuação de Vossa Excelência na qualidade de Presidente do Congresso Constituinte e do partido majoritário que o compõe, é, inequivocamente, decisiva.

Isto posto, é a presente para registrar a solidariedade no início referida e requerer a Vossa Excelência que se digne tomar as providências necessárias à imediata revogação da Lei de Segurança Nacional e dos demais instrumentos de exceção.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, estou apresentando um modelo legal, que me parece caber neste instante do processo político e institucional brasileiro, em que peço a extinção da Companhia Brasileira de Alimentos, a Cobal, e da Companhia de Financiamento da Produção, a CPF. E digo o porquê, – embora V. Ex.^{as} já tenham conhecimento: os jornais divulgaram primeiramente a sindicância, depois o inquérito em que se calcula bem o dano causado à Nação.

Passo a ler a justificativa:

"Passou a ser inaceitável a atual estrutura do Estado no que se refere à existência de determinados órgãos em suas entradas e que cuidam de negócios no setor alimentício.

Tanto a Cobal quanto a Companhia de Financiamento da Produção e bem assim a Interbrás têm produzido tais danos ao Erário Público e tal tem sido sua total incompetência que cumpre suprimi-los do organograma do Estado.

De uns tempos a esta parte, a corrupção e os desmandos tomaram conta dessas empresas. Da importação à distribuição de alimentos há sempre indícios veementes de presença desprimatorosa, tanto quanto danosa ao interesse público.

Recentemente, por iniciativa do Presidente da República, comissão especial de sindicância "detecta indícios de corrupção nas importações". Em passado recente ficou mais que demonstrado o vírus da corrupção na Cobal e o total desordenamento na Companhia de Financiamento da Produção. De sobra há a Interbrás, cuja estrutura serve também ao desmando, à incompetência e à corrupção.

Afinal, o poder público demonstra, primeiro, que é incompetente e, depois, que os dirigentes desses órgãos ocupam os cargos menos para servir do que para serem servidos. Não raro são aproveitadores, corruptos e despidos de espírito público. Incumbem-se de desmoralizar o Estado como estrutura; incumbem-se de destruir o bom conceito das estatais. Consapurcam os negócios, servem-se deles e desmoralizam a ingerência do Estado no domínio econômico, mesmo como poder moderador. É a falência moral de quantos exercem funções públicas no setor

da alimentação. Na Cobal, na Companhia de Financiamento da Produção, na Interbrás, com influência em outros setores, fazem negociações, importam alimentos desnecessariamente, adquirem-nos em países estrangeiros, muitas vezes apodrecidos, objetivando enriquecimento ilícito. Importam carne que fica pelo caminho e não chega à mesa do consumidor, e, quando chega, chega a alto preço e deteriorada. Importam feijão de baixa qualidade, fora das normas e muitas vezes podre. Importam arroz, afrontando produtores brasileiros, quase sempre imprestável. Coniventes com a corrupção e fazendo parte dela, desmoralizam a socialização dos bens de consumo.

É o máximo de desmoralização o ponto a que chegou o sistema "Cobal – Financiamento da Produção – Importação". Verdadeiros **gangsters**, atuam nesse serviço público com liberdade e impunidade.

Aí impera o desatino. Aí não há planejamento, não há investimento sério, não há serviço destinado ao povo. Há, sim, atendimento a gordos apetites de desonestos funcionários, à sombra do poder. Falam em nome do Estado e enriquecem à custa dele, desmoralizando-o.

Não vejo outro caminho senão o de extinguir esses órgãos inúteis e já retrógrados. A estatização no setor não tem sentido social, sendo, sim, fonte de corrupção e empreguismo. Essas estatais constituem câncer que deve ser extirpado do organograma do Estado.

Precisamos proibir a Importação de alimentos e direcionar a economia no sentido da produção de gêneros alimentícios e criação de pequenos animais para corte, priorizando a construção de armazéns e silos em locais estratégicos, tendo em vista sempre que a estrutura do Banco do Brasil prevalecerá para atender a área do financiamento e controle da produção agropastoril, em carteira especial.

Percebo que é hora de recuar, enquanto se autoriza o Estado à comercialização, importação, compra, venda e distribuição de gêneros alimentícios. Verifica-se que não deu certo no Brasil essa atividade do Estado, muito porque os homens têm apetites fisiológicos exacerbados no exercício da função pública e estão despídos totalmente do melhor propósito no trato dos negócios do Estado. Enquanto pertencem ao Estado, conspurcam-no e o deterioram, desmoralizando-o por causa exatamente da dilapidação e dos maus serviços prestados. Isso ocorre no baixo, médio e altos escalões, o que desmoraliza a ingerência do Estado nesse domínio.

Cumpre, pois, dar dez passos para trás e remodelar por inteiro o sistema, privatizando-o.

Esse setor precisa voltar à atividade privada, em plena economia de mercado, reservando para o Estado o ordenamento da economia no setor de produção e distribuição, ditando as normas para que não haja sonegadores, aproveitadores e atravessadores perniciosos.

O planejamento fica reservado para o Estado, que deve ser seguido à risca pela iniciativa privada."

Srs. Deputados Constituintes, não vejo outra alternativa: é preciso moralizar, é preciso acabar com a corrupção, é preciso liquidar de vez com tudo isso que aí está e que constitui a grande nódoa do sistema institucional brasileiro. Alcançam o poder, alcançam os cargos públicos e não têm outra medida senão a de furtar, a de roubar, a de promover escândalos, a aí está a impunidade doce para aqueles que se servem do poder. Entra governo, sai governo, e é sempre a mesma história, a história da corrupção. Será que deveremos aqui invocar Catilina, dizendo: **usque tandem, Catilina, abutere patientia nostra?**

Até quando teremos paciência para tolerar, nas entradas do Governo, tanta corrupção?

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, foi amplamente divulgado, há poucos dias, um negócio que envolve a Previdência Social, quanto à aquisição de 328 apartamentos para funcionários que viriam do Rio de Janeiro para Brasília. Acompanhando a notícia, resolvi dar um prazo para pelo menos ouvir as explicações do Ministro da Previdência sobre o assunto. Ontem à noite tive oportunidade de assistir, num programa de televisão, a S. Ex.^a sendo interpelado por quatro ilustres jornalistas credenciados junto a esta Casa. Confesso que as respostas e a atuação do Ministro foram pouco convincentes. Ficou caracterizado, no mínimo, que se trata de um negócio irresponsável e inoportuno.

Quanto à lisura, quanto à moralidade, quanto ao aspecto de lesividade ou não ao patrimônio público, são assuntos que deverão ser analisados depois de colhidas as informações que vou solicitar oficialmente ao Poder Executivo, através do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Vou fazer referência a alguns aspectos abordados pelo Ministro do Tribunal de Contas, Adhemar Ghisi, em seu relatório – e peço que conste do meu pronunciamento, na íntegra, a manifestação de S. Ex.^a e o editorial de hoje da **Folha de S. Paulo**, sob o título "O Acinte da Previdência".

Diz o Ministro do Tribunal de Contas:

"A compra sob apreciação mostra-se, no meu entender, precipitada e inoportuna, em face da notória existência de imensa quantidade de imóveis de propriedade do Governo federal em Brasília, conforme documentos constantes, em tramitação neste Tribunal.

Parece inexplicável o dispêndio de 1 bilhão e 30 milhões de cruzados, se esta foi a quantia global da aquisição, sem a devida licitação, em 328 apartamentos, alguns ainda em construção, segundo notícias da imprensa, no momento em que o Governo manifesta, por todos os meios de divulgação, a intenção de cortar gastos públicos e conter o volumoso déficit nas contas governamentais."

Por aí vai o relatório do Sr. Ministro.

Vou encaminhar uma série de perguntas sobre: os estudos e conclusões dos órgãos competentes do Ministério da Previdência e Assistência Social; a origem dos recursos para custear a operação da compra noticiada; o detalhamento do processo de licitação, se houve; o estado de construção

dos imóveis adquiridos, sua localização, características, preço de cada um, valor global da transação; datas aprazadas para a transferência e direção do pessoal do IAPAS, INAMPS e INPS para Brasília; quais os ocupantes dos 2.871 imóveis da Sedap que se encontram em situação irregular, especificando-os, e a situação dos ocupantes; se for funcionário público; qual seu cargo, seu salário, sua lotação; e cópias dos laudos de avaliação dos imóveis que estão sendo adquiridos.

Sr. Presidente, já que sé trata de moradias, vou encaminhar um segundo pedido de informações, uma vez que o Governo da malsinada Nova República alardeou aos quatro ventos que ia vender as residências do Lago Sul. Estou encaminhando um pedido ao Poder Executivo para que esclareça à Assembléia Nacional Constituinte quais as providências adotadas pela Secretaria da Administração Pública a respeito da alienação de mansões na Península Sul, nesta Capital; quantos imóveis residenciais ainda existem na Península Sul de propriedade da União e quem são os seus ocupantes; quantos imóveis residenciais são servidos por empregados contratados por empresas prestadoras de serviços e, em caso positivo, quais são essas empresas e qual o número de empregados nessa situação; e, finalmente, se ainda existem servidores contratados diretamente pelo poder público para trabalharem em residências oficiais. Caso afirmativo, indicar o nome, salário e em que residência estão trabalhando.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, propus-me, nesta nova fase, a ser o "fiscal do Sarney". Já que houve o fiscal da iniciativa privada, desejo, agora, ser fiscal com relação ao Governo. A partir de hoje, todos os atos passíveis de dúvida na sua lisura serão questionados e levantados desta tribuna.

Quero no início – ontem fiz dois pedidos de informação e hoje estou fazendo mais dois – dirigir um apelo à Mesa para que seja diligente no encaminhamento destes pedidos. Vou cobrar o prazo estabelecido pelo Regimento Interno, a fim de que depois possa fazer a necessária avaliação de posse dos elementos solicitados.

RELATÓRIO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Sr. Presidente,

Srs. Ministros,

Sr. Procurador-Geral

A Imprensa Nacional, falada, escrita e televisada tem-se ocupado, nos últimos dias, de um assunto que, dadas as circunstâncias em que se encontram a economia e, principalmente, as finanças do País, assume conotações preocupantes para a Nação e de modo especial para este Tribunal, constitucionalmente encarregado da fiscalização Financeira e Orçamentária nas Administrações Federais Direta e Indireta, consoante disposto no artigo 70, e seus parágrafos, da Constituição Federal.

Trata-se de compra, já efetivada, segundo a Imprensa, no valor de Cz\$ 1.030.000.000,00, (um bilhão e trinta milhões) pelo ministério da Previdência e Assistência Social, de 328 apartamentos em Brasília, para abrigar funcionários do IAPAS, INAMPS e INPS, segundo noticiaram a Revista "Isto É", de 8-7-87, os jornais "O Globo", do Rio de Janeiro, edição de 11-7-87, "Correio do Brasil,

"Correio Braziliense", desta Capital, ambos de 15-7-87.

O fato é estranhável por diversas razões, das quais a mais notória é a incapacidade crônica do Setor de Previdência e Assistência Social corresponder ao mínimo nas atividades fins que lhe cabem por lei, conforme ampla e freqüentemente denunciado pelos órgãos de divulgação social do País, e de cujas distorções as mais notórias são a precariedade com que atuam as suas áreas de assistência médico-hospitalar-ambulatorial, bem como os risíveis e minguados proventos de sua clientela previdenciária.

A propósito transcrevo telex que me encaminho ou o Sr. Antonio Pereira Magaldi, Presidente da União Sindical Independente – USI, relativamente ao assunto. Diz o mencionado telex:

"A União Sindical Independente, representando cerca de 10 (dez) milhões de trabalhadores, congratula-se com Vossa Excelência pela brilhante atuação no Tribunal de Contas, em defesa de milhares de previdenciários do País, que já sofrem com os desmandos da Previdência Social, atingidos brutalmente em suas minguadas aposentadorias. Com referência à aquisição dos 328 apartamentos, pedimos vênia a Vossa Excelência para levar ao vosso conhecimento o telex que enviamos ao Ministro Raphael de Almeida Magalhães o qual transcrevemos em seguida:

Exº Sr.

Ministro Raphael de Almeida Magalhães
Digníssimo Ministro da Previdência e Assistência Social
Ministério da Previdência e Assistência Social
Brasília/DF.

Na qualidade de Presidente da União Sindical Independente – USI, Central Sindical que representa milhões de trabalhadores – contribuintes compulsoriamente da Previdência Social, e visando atender às informações que lhes são dirigidas, em face dos noticiários dos jornais "O Globo" e "Folha de S. Paulo", de 11 e 12 de junho, respectivamente de que esse Ministério acaba de lançar mão dessas contribuições, em valor superior a um bilhão de cruzados, para comprar, à vista, cerca de 300 apartamentos em Brasília, visando moradia de empregados transferidos do Rio de Janeiro, muito gratos ficaremos a Vossa Excelência se nos for informado se essa compra foi precedida de concorrência pública ou tomada de preços e quais os órgãos de imprensa e datas que publicaram os Editais, bem como se essa imobilização de capital não virá prejudicar prestação, serviços e benefícios proporcionados pela Previdência Social.

Certos de que Vossa Excelência não se negará a prestar as presentes informações, agradecemos antecipadamente."

É difícil avaliar o desempenho da Previdência Social. Já em 1986 tentávamos, sem sucesso, como relator das contas do Governo de 1985, obter informações de seus controles a respeito de vários pontos que persistiram obscuros em nosso parecer final.

"A compra sob apreciação mostra-se, no meu entender, precipitada e inoportuna, face em da notória existência de imensa quantidade de imóveis de propriedade do Governo Federal em Brasília, conforme documentos constantes do TC-2.603/87, em tramitação neste Tribunal.

Parece inexplicável o dispêndio de Cz\$ 1 bilhão e 30 milhões – se essa foi a quantia global da aquisição – sem a devida licitação, em 328 apartamentos, alguns ainda em construção, segundo notícias da Imprensa, no momento em que o Governo manifesta por todos os meios de divulgação a intenção de cortar gastos públicos e conter o volumoso **deficit** nas contas governamentais; e quando, segundo informações do Sr. Ministro Chefe do SEDAP/PR em seu Aviso nº 338/87, constante do já citado TC-2.603/87, existem em Brasília 2.871 imóveis funcionais irregularmente ocupados, conforme item 2.2.1, da Instrução da 6ª IGCE apreciada na Sessão deste Tribunal, em 11-6-87, os quais, retomados, em menos de doze por cento desse total, poderiam atender às necessidades do MPAS, possibilitando, assim, a completa transferência de seus Institutos e respectivo pessoal para Brasília. E com ínfimo dispêndio de recursos públicos, pois, afinal, SEDAP e Previdência Social são organismos do mesmo Governo desta nossa República Federativa do Brasil.

A Revista **IstoÉ**, de 8-7-87, afirma relativamente à transação de que ora se cuida, que a mesma objetivava efetivar a aquisição pelo MPAS de imóveis "encalhados há mais de dois meses", e que "a Previdência está pagando cerca de 7 (sete) milhões de cruzados por um apartamento de quatro quartos, que no mercado regular desta cidade custa exatamente a metade".

Embora saibamos das dificuldades ultimamente verificadas neste País para o exercício da função pública devido ao generalizado descrédito em que os homens públicos têm caído perante o povo tradicionalmente ordeiro, não podemos nos omitir no dever constitucional de averiguar qualquer alerta da sociedade, ainda mais em caso como o de que aqui e agora se trata."

Com vistas ao conhecimento da realidade dos fatos expostos, requeiro, Sr. Presidente, que preliminarmente seja determinado à 7ª Inspetoria Geral de Controle Externo o **acompanhamento** dos atos do Ministério da Previdência e Assistência Social relacionados com a aquisição dos referidos apartamentos, promovendo, em caráter de urgência, os expedientes adequados e, se necessário, as verificações **in loco** e tendentes a obter, entre outros, notadamente os seguintes dados ou elementos:

a) estudos e conclusões dos órgãos competentes daquele Ministério sobre a necessidade técnico-administrativa da operação de compra;

b) origem, dos recursos financeiros para custeá-la e informações sobre a alienação – noticiada – de outros imóveis do MPAS;

c) detalhamento do processo de licitação (Decreto-Lei nº 2300, de 25-11-86) e, se já firmado, sobre os contratos correspondentes;

d) estado de construção dos imóveis adquiridos, sua localização, característica, preços de cada e valor global da transação;

e) datas aprazadas para a transferência das direções e pessoal de apoio do IAPAS, INAMPS e INPS para Brasília, e consequente ocupação dos imóveis. Mencionar os servidores de cada Instituto.

Sala das Sessões, 21 de julho de 1987. – **Adhemar Ghisi**, Ministro-Relator.

EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR:

O ACINTE DA PREVIDÊNCIA

A aquisição de 328 imóveis em Brasília pelo Ministério da Previdência é mais um entre os inúmeros casos de desorganização administrativa e desregramento contábil que pairam sobre as instituições públicas do país. Mas ele tem seu aspecto peculiar, na medida em que à suavidade e o conforto dos apartamentos adquiridos destoam tanto da pobreza e da insuficiência do serviço prestado, que o negócio assume um tom de acinte para os 35 milhões de segurados.

O desprósito e o irrealismo com que foi feita a transação são imensuráveis: Cz\$ 1.026 (um bilhão e vinte e seis milhões) dissipado em bens imobiliários, para dar moradia a empregados que na verdade não atuam de forma direta no atendimento, mas fazem parte da enorme burocracia do setor previdenciário.

Com a carência de recursos humanos, provocada principalmente pela péssima remuneração oferecida a médicos e assistentes, com a falta de instalações e equipamento adequados, enfim com o enorme déficit financeiro que pesa sobre a instituição, a medida surge com um gesto de enorme irresponsabilidade. Com o agravante, aliás, de que simplesmente se desconsiderou, na consumação da compra, a existência, em Brasília, de 2.871 imóveis residenciais de propriedade da União, hoje ocupados irregularmente. Bastava, nesse caso, uma ação judicial de despejo, se é que tem sentido fornecer moradia a funcionários – fato, seja dito, raramente verificado na iniciativa privada.

Nos termos em que foi realizada, a operação configura uma imagem contraditória com os reiterados apelos e promessas de austeridade por parte do Governo. Não fosse tão descabida para a situação em que vive o País e sobretudo para as privações por que passam os segurados, a afirmação do Ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães ("É claro que comprei apartamentos confortáveis"), poderia receber um ou outro aplauso. Mas, neste momento ciático, ele soa apenas como a confirmação do desastre.

Comprovada, como tudo indica, a irregularidade, o mínimo que se espera é que o Tribunal de Contas atue com firmeza, não cedendo às pressões que porventura possam surgir.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, vou ver se aproveito estes três minutos que temos para colocar em alerta a questão dos grandes escândalos que aconteceram e estão acontecendo no País. Da outra vez reclamei veementemente contra a intervenção arbitrária havida no Banco do Estado do Pará, porque tinha ciência, através do Banco Central, de que aquele estabelecimento de crédito era o que tinha a irregularidade mais insignificante entre os bancos estaduais e, no entanto, sofreu intervenção arbitrária. Vi hoje, na televisão, o pronunciamento de um Ministro do Tribunal de Contas da União, quando S. Ex.^a esclareceu que aquele órgão estava montando agora uma operação para obter a transparência dos atos da Administração Pública, e que esse procedimento já vinha de tempos anteriores. Então o repórter lhe perguntou: "Ministro, já que o Tribunal de

Contas está atuando no exame das contas das estatais e das repartições federais, quais são os resultados obtidos até agora nessa operação?" S. Ex.^a ficou meio embaraçado e quase não teve uma resposta, mas na hora respondeu: "Há aquele caso da Codepar, do Estado do Pará." Ora, essa entidade, perto dos imensos conglomerados existentes no País, é insignificante, e as irregularidades que lá devem ter ocorrido são absolutamente inexpressivas. Entretanto, somente esse caso veio à mente do Presidente do Tribunal de Contas da União, enquanto os grandes escândalos, que deveriam ter sido apurados, antes e dentro da Nova República, não estão sendo cogitados para isso.

Queria lembrar a V. Ex.^a, aos Srs. Constituintes, e principalmente a meu partido, o PMDB, a denúncia feita ainda, hoje, na televisão, pelo jornalista Tarcísio Hollanda. Disse ele que o Ministro Delfim Netto, o Gen. Otávio Medeiros e o Gen. Vemon Walters, da embaixada americana, estão urdindo um plano para a derrubada do Governo do Presidente José Sarney. Aquele jornalista disse isso abertamente na televisão, para todo mundo ouvir. Então, quero que esse assunto seja examinado com a devida seriedade pelos partidos, a fim de que possamos ter pelo menos uma visão do que está acontecendo em nossa Pátria, para não sermos surpreendidos como aconteceu em 1964.

O SR. ISMAEL WANDERLEY (PMDB)

- RN. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr.^{as}, Srs. Constituintes, o Projeto de Lei nº 173/87, do Executivo, que aguarda inclusão na Ordem do Dia da Câmara, pretende se façan incidir correção monetária sobre o passivo de empresas em processo de concordata. Mas que é a concordata se não um expediente legal de que se servem as empresas, em caráter extremo, nas suas dificuldades máximas, as quais nem sempre são geradas pela má administração, pela má-fé ou pela sorte, mas também, como é o caso constante, agora, pela falência de projetos e planos econômico-financeiros do Governo, como foi o Plano Cruzado I?

Aquelas empresas que, não suportando mais as taxas de juros aos níveis atingidos, enfrentando um mercado onde começa a germinar a recessão, torturando-se na situação caótica da economia, amparam-se num direito conquistado ao longo da história do comércio, que é a concordata, para tentar, como último recurso, e via Poder Judiciário, a solução dos seus entraves financeiros, a que foram, por essa contingência, lançadas.

Querer, Sr. Presidente, fazer incidir correção monetária sobre o passivo de uma empresa pequena, concordatária, é, no mínimo, um contra-senso. Seria como matar um doente para livrá-lo da doença.

A concordata é um expediente que não deve proteger os fraudulentos e os de má-fé, mas resguardar aquelas empresas que apresentam condições de recuperação.

Se a estas foi concedido a concordata, em razão mesmo de já não disporem de suporte suficiente para arcar com o montante de suas obrigações financeiras, como supor que elas tenham condições de as cumprir se acrescidas de correção monetária?

Extinguir-se-ia, na verdade, com essa medida, a própria instituição da concordata, levando a em-

presa a processo falimentar e, em consequência, gerando desemprego.

Que se pretende, Sr. Presidente, no concreto, senão, com essa medida, possibilitar ao grande capital financeiro adquirir, de modo altamente lucrativo, inúmeras pequenas empresas que lutam, com todas as sitas forças, para sobreviver?

É preciso que tenhamos à vista que essa ação, que se pretende moralizadora contra as fraudes e grandes negociatas, investe, na realidade, contra os pequenos empresários, já sufocados num contexto econômico-financeiro adverso.

"A característica de lei" – ensina-nos Rui Barbosa – "está no amparar a fraqueza contra a força, a minoria contra a maioria, o direito contra o interesse, o princípio contra à ocasião."

Sr. Presidente, Sr.^{as}, Srs. Constituintes, a lei deve punir a fraude, mas deve também amparar os que, pequenos, lutam contra as imposições de um sistema econômico injusto.

Defendo, pois, a não-inclusão, na Ordem do Dia da Câmara Federal, deste projeto de lei de dúvida finalidade.

Lavro o meu protesto, mesmo como Deputada da Aliança Democrática e do Governo. Sou contrário a este projeto que, a nosso ver, contraria não só o nosso código, mas é uma violência contra o pequeno empresário brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, nós, Constituintes, recebemos inúmeras mensagens e apelos para defender pontos nesta Casa. Tenho aqui a Carta aos Constituintes, da Associação dos Ex-Alunos da Funabem, assinada por três de seus ex-alunos: Ivanir dos Santos, Presidente; Jorge Barros, Vice-Presidente, e Luiz Tadeu do Nascimento, 1º-Secretário. Acredito que os nobres colegas devem tê-la recebido. Esse documento sensibilizou-me bastante, porque imagino a dureza de viver na Funabem, sofrer discriminações e depois vir à comunidade apresentar a sua problemática. Que o exemplo dessa associação se reproduza nas Funabens estaduais. Eles iniciaram o documento fazendo

um levantamento da situação do Brasil, com todas as suas mazelas sociais, com os 40 milhões de brasileiros submetidos ao estado de miséria, e sugerem que a eliminação dessa miséria só poderá ser feita através de uma revisão profunda da sociedade. Não estamos acreditando que na Constituinte isso irá acontecer, se não tivermos uma reforma agrária ampla, com a erradicação do latifúndio improdutivo, se não coibirmos a remessa exagerada dos lucros das multinacionais, se

não dominarmos a dívida externa, que afoga esta Nação, se não tivermos uma educação pública gratuita para todos, um saneamento básico que vise a garantir o nascimento e a saúde da criança, liberdade e autonomia sindical que leve a uma salário digno para a classe trabalhadora. Se já tivéssemos vencido todas essas etapas, poderíamos estar aqui discutindo princípios liberais e mesmo reivindicações de natureza filosófica. No entanto, falamos sobre a ordenação de órgãos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, que não é cumprida em nosso País.

Os ex-alunos da Funabem concluem o documento com uma série de reivindicações tais como a extensão dos direitos fundamentais do homem às crianças; que as iniciativas do Estado

à sociedade priorizem na atuação da comunidade o respeito às mães solteiras; o direito de não-violência sobre os filhos; a implantação de projetos econômicos, que devem estar subordinados ao bem-estar social das crianças; que os cidadãos brasileiros tenham direito de fiscalizar qualquer obra de atendimento a menores; que seja garantida a gratuidade do registro de nascimento; o fim do serviço militar obrigatório; o direito de voto aos dezesseis anos, sem prejuízo da redução da menoridade, e que haja reforma profunda no Judiciário.

Pediríamos, Sr. Presidente, que este documento, até modesto, fosse consignado nos Anais desta Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA FUNABEM CARTA AOS CONSTITUINTES

Excelência.

Os ex-alunos do Sam/Funabem sofreram amargas experiências no passado e ainda hoje são discriminados socialmente. Isto nos deu consciência e estímulo para lutar contra o abandono de menores no Brasil, notadamente aquele realizado pelo Estado.

Os números oficiais do problema V. Ex.^a já conhece. A magnitude destes números nos torna pequenos diante deles, porque não é a ação de um ministério ou mesmo um programa de governo envolvendo vários, que pode resolver o que se convencionou chamar de "problema do menor abandono". Temos dito por todo esse Brasil, que somente uma revisão profunda da sociedade pode modificar este quadro. Permanecendo o latifúndio improdutivo, permanecendo a remessa exagerada dos lucros das multinacionais e permanecendo a dominação da dívida externa sobre este País, poucas esperanças haverá para as crianças e os jovens daqui.

Os quase 40 milhões de brasileiros que são submetidos ao estado de miséria não deve ser motivo de orgulho para ninguém, nem mesmo para aqueles que se enriquecem sobre esta miséria. Recolocar esta multidão em patamares dignos de sobrevivência é o mínimo que se exige, para sobrevivência do próprio capitalismo no Brasil. Para isso uma grande revolução social deve ser feita e é este papel que vemos para V. Ex.^a neste momento. Aqui, neste Congresso Constituinte, acontece a oportunidade impar de se construir o Brasil, enquanto nação. Um País que não seja apenas uma porção geográfica na América Latina, mas que seja fruto de um pacto que aqui é realizado, no qual os diversos interesses de classes, raças e credos religiosos se traduzem em um compromisso duradouro. Mas para que esse compromisso seja mesmo duradouro, ele deve objetivar a eliminação da miséria no Brasil e esta só terá seu fim, quando houver uma reforma agrária ampla, quando houver educação pública e gratuita para todos, quando o saneamento básico for realizado para garantir a saúde das crianças, quando houver liberdade e autonomia sindical para que patrões e empregados possam se entender sem a interferência do Estado e seja conquistado salário digno para a classe trabalhadora.

Caso estas etapas já tivessem sido ultrapassadas no Brasil, hoje estaríamos aqui defendendo apenas princípios liberais como liberdade para as crianças ou outras reivindicações de natureza filosófica. Mas como não alcançamos sequer o estágio da Revolução Francesa estamos aqui para pedir o direito à vida para as crianças brasileiras.

O Brasil está retrógrado na sua política para a infância e a juventude que precisamos cumprir muitas etapas ainda. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgado pela ONU em 1959. No entanto, as autoridades brasileiras desrespeitam por completo esta Carta internacional, notadamente os Princípios nºs 4, 6, 7, 9 e 10.

Aos nossos representantes na Constituinte pedimos que acolham aquela declaração como os princípios gerais que devem nortear a sociedade brasileira para o reencontro com as suas crianças, os seus jovens – os nossos filhos.

A complexidade da questão do menor no Brasil impede que algumas soluções não encontrem espaço para se solidificarem no processo constituinte. Como V. Ex.^a logo em seguida a este processo reassumirá as funções de legislador no Congresso Nacional, apresentamos a seguir algumas preocupações que entendemos, devam ser examinadas, a fim de serem incluídas no rol das novas leis brasileiras:

1 – os direitos fundamentais do homem lhe garantem o pleno direito à defesa, em caso de transgressões criminais. As crianças consideradas em situação irregular por crime e/ou abandono não gozam desse direito. Assim, deve ser estendido aos menores o direito de constituir advogado em sua defesa, bem como de serem ouvidos por conselho comunitário, que junto com as autoridades, decidam sobre o encaminhamento a ser dado ao caso;

2 – que as iniciativas do Estado ou da sociedade no atendimento a menores carentes priorize a atuação na comunidade, abandonando de vez o sistema de internamento em colégios, excetuando-se os casos de orfandade plena e de infrações penais, observando-se porém, o respeito dos direitos destas crianças e jovens;

3 – respeito às mães solteiras, garantia de atendimento social adequado, visando a manutenção mãe/filho, fundamental para a formação sadia da criança, pois é um direito dela viver junto da mãe;

4 – o direito de propriedade não deve ser exercido sobre os filhos e qualquer violência física, mesmo a paterna, deve ser punida com severidade;

5 – a implantação de projetos econômicos, nacionais e estrangeiros, deve estar subordinada ao bem-estar social das crianças presentes e futuras. O exemplo de Cubatão no Estado de São Paulo não deve repetir;

6 – que os cidadãos brasileiros tenham o direito de fiscalizar qualquer órgão de atendimento a menores, público ou privado, independente de autorização judicial;

7 – que seja garantida a gratuitade do Registro de Nascimento, podendo os mesmos ser emitidos nos cartórios ou nos hospitais;

8 – pelo fim de serviço militar obrigatório, que impede o emprego de muitas jovens brasileiros;

9 – pelo direito do voto aos 16 anos sem prejuízo da redução da menoridade;

10 – que haja reforma profunda no Judiciário com a extinção dos Juizados de Menores, passando a responsabilidade desse poder exclusivamente às Varas de Família, que são órgãos competentes para regular a vida familiar.

O cumprimento dessas ocupações coloca V. Ex.^a na condição de libertador desses milhões de desafortunados. Pedimos que não deixe passar em branco essa oportunidade. As crianças e os jovens do Brasil contam com o vosso senso de justiça, clarividência e o compromisso com uma nova sociedade onde se possa ter o direito de ser criança.

Ivanir dos Santos, presidente
Jorge Barros, vice-presidente
Luis Tadeu do Nascimento,

primeiro-secretário.

O SR HOROLDO LIMA (PC do B – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, está em preparação uma greve geral dos trabalhadores brasileiros para o dia 12 do próximo mês. Essa greve mobilizando diversos setores operários, trabalhadores urbanos de maneira geral, funcionários públicos, trabalhadores rurais e outras categorias assalariadas do nosso País. A greve procura levantar, em primeiro lugar, um protesto enérgico contra o arrocho salarial de que estão sendo vítimas os trabalhadores brasileiros em virtude do Plano Bresser, bem como a necessidade de proceder-se a uma modificação imediata no quadro político, mediante a convocação de eleições diretas para 1988.

Esses dois pontos, que são fundamentais e estão unificando os trabalhadores brasileiros no atual instante, relacionam-se com três grandes questões que o Partido Comunista do Brasil e os demais partidos progressistas nesta Casa, inclusive o setor progressista do PMDB, vêm levantando na Constituinte, e que estão na ordem do dia neste País, e seja, a luta pelas diretas em 1988, a luta contra o arrocho salarial do Plano Bresser e a luta por uma Constituinte progressista.

Para defender esses três objetivos, os partidos progressistas da Casa já firmaram um documento chamado "Manifesto à Nação" e estão desencadeando uma campanha que visa a realizar comícios em diversas capitais do Brasil.

O Partido Comunista do Brasil, nesta oportunidade, quer reafirmar o seu pleno apoio à greve geral dos trabalhadores do Brasil no dia 12 do próximo mês; considera que essa greve é absolutamente necessária, porque visa a fortalecer o movimento democrático e popular brasileiro que, neste instante, se vai levantando não só contra o arrocho, não só pleiteando diretas em 1988, mas também se posicionando contra o grande entreguismo de que neste instante nosso País é vítima, em face do capital estrangeiro.

As camadas trabalhistas cada vez mais se sentem sensibilizadas pelo fato de que o arrocho salarial as atinge, e decorre não apenas das questões internas localizadas, mas de todas as injunções de nossa dívida externa e das grandes pressões dos grupos internacionais para que nosso País cada vez mais se acovarde e se submeta ao poderio do grande capital estrangeiro. Por isso, o Partido Comunista do Brasil está convocando os trabalhadores a, no próximo dia 12 de agosto, se unirem para realizar uma grande frente unitária, parando o Brasil numa greve geral de alerta e

de sensibilização pelos pleitos que estão norteando esse movimento.

O SR. ALDO ARANTES (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há alguns dias fiz uma grave denúncia de que um documento com o timbre de Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, de conteúdo fascista, propunha a organização de tropas de ocupação das galerias da Assembléa Nacional Constituinte, com o objetivo de nos pressionar. Agora vem a público o Diretor Superintendente da Fenen, Sr. Brasil Demétrio, para confirmar que o documento, de iniciativa da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, é oficial.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, só para se ter uma idéia da gravidade do assunto, esse documento da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino propõe a formação de tropas de ocupação – o termo é esse mesmo – ou seja, tropas no estilo nazista e fascista. A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino também propõe – ela que representa o interesse daqueles que mercantilizam a educação no País, que fazem **lobbies** para impedir que passe a tese democrática da exclusividade da destinação das verbas públicas para a escola pública – a ocupação das galerias por duzentas pessoas, contratadas ou não, ou seja, o documento fala em contratar ou pagar pessoas que virão aqui fazer o quê, Srs. Constituintes? Eles dizem que nas galerias vale tudo: o grito, a discussão, o insulto, a provocação, a briga, a expulsão, o constrangimento e tudo o mais. Ora, Srs. Constituintes, depois de tudo o que foi dito, tudo o mais só pode ser facada ou tiro, porque não resta mais nada a fazer.

Sr. Presidente, solicitei providências à Mesa da Assembléa Nacional Constituinte, pedido esse que reitero neste momento, contra esse fato, que hoje é confirmado pelo "Jornal do Brasil", ou seja, a existência de um documento oficial da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, propondo a formação de tropas de ocupação. Considero o fato da maior gravidade, e ele é indicativo de que a Fenen, a exemplo da UDR, outra entidade de extrema direita, não pretende fazer uma pressão democrática, mas sim uma pressão física, assim como na época da votação da reforma agrária, quando elementos da UDR pressionaram e ameaçaram inclusive de morte integrantes da Subcomissão que tratava daquele tema.

Portanto, peço à Mesa da Assembléa Nacional Constituinte que tome medidas rigorosas para que essa entidade de cunho fascista, que não defende interesses de classes, mas sim interesses de poderosos grupos econômicos, não concretize aqui essas medidas alvitradadas, pois a nossa Casa é democrática.

O SR. JOÃO DA MATA (PFL – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero aproveitar esta oportunidade para fazer algumas sugestões e reclamações sobre o comportamento da CFP, bem como a respeito dos créditos agrícolas. A CFP, ao que parece, foi a primeira empresa que violou publicamente o pacote econômico chamado Bresser. No dia 12 de junho, um quilo de milho custava Cz\$ 1,70; no dia 18, aproximadamente, um quilo de milho

passou a custar Cr\$ 3,25. Não comprehendo, companheiros, como é que o Governo quer fazer um programa sério, critica a iniciativa privada, impõe tabelas, violando a lei de livre mercado, e ainda impõe um aumento de 85% sobre o preço de um produto de tamanha importância quanto o milho, em pleno congelamento. Além disso, esta situação, na realidade, não convém à iniciativa privada. Entendo que o Governo deva tirar o véu, começar a falar a verdade e mostrar à Nação que este Plano é um grande blefe, sem condições de estruturar-se e permanecer, porque foi ele próprio que o estragou. Não venham, depois, dizer que foi a iniciativa privada que criou todo esse problema, que especulou e desestruturou o Plano.

Peço ainda permissão para fazer uma solicitação a S. Ex^a, o Ministro da Agricultura, Iris Rezende, no sentido de que protele o pagamento do ITR ao Incra e evite os abusos que vêm sendo cometidos contra os pobres e miseráveis agricultores, principalmente os do Nordeste, que, se nada colheram e não têm a mínima condição de alimentar-se, imaginem como pagarião esse imposto. Solicito a S. Ex^a, o Sr. Ministro da Agricultura, que determine a prorrogação do pagamento, no mínimo, para 30 de dezembro ou, quem sabe, para o próximo ano, a fim de que assim se possa ter condições de fazer com que o agricultor cumpra seu compromisso perante aquele instituto e, consequentemente, se desafogue um pouco diante de tamanha crise que assola todo o País.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, comecei a sair o pagamento. Estou-me referindo à reposição salarial dos aposentados e pensionistas – uma piada, pura gozação. Vejam só V. Ex^a, milhares de pessoas idosas, após anos e anos de espera por esta reposição, correram às agências bancárias, ficaram horas e horas na fila debaixo de um sol ardente para receberem 234 cruzados, e até menos. Não bastasse as violências legais praticadas pelo Governo, ele agora comete as violências matemáticas. Os técnicos do INAMPS, comandados pelo seu Ministro, são verdadeiros **mandrakes**, e ainda dizem que a reposição é justa, muito mais cômodo saquear aposentados, velhos, viúvas e órfãos e deixar na cartola desses **mandrakes** dinheiro suficiente para a Previdência comprar apartamentos luxuosos para seus marajás, como fez recentemente o Ministro. Aliás, essa compra causa estranheza, pois o ministro da Administração, juntamente com o Ministro do Planejamento, quer reduzir o déficit público, e vem o Ministro Raphael de Almeida Magalhães e gasta fortunas. Existe um adágio popular segundo o qual não adianta cobrir um santo e descobrir outro. Na realidade, está faltando sensibilidade, por parte das autoridades governamentais, para com o povo. Até parece que os reflexos do Governo de 1964 não estão apenas na política salarial, mas também na previdenciária. Realmente, este é um país das coisas mirabolantes. Os aposentados e pensionistas não são respeitados pelo Governo. Por eles, o Governo não tem qualquer apreço ou simpatia. São tratados apenas como sucatas humanas.

O SR. ONOFRE CORRÊA (PMDB – MA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um grupo de Deputados e Senado-

res, preocupado com os destinos do futebol brasileiro, com as decepções que tem causado ao nosso povo, subscreveu ofício ao Presidente do Conselho Nacional de Desportos, exigindo medidas com relação àquele órgão, diante de tantos fiascos impostos aos torcedores do esporte mais querido do nosso País.

Sr. Presidente, faço questão de ler o ofício, que ainda permanece aberto à subscrição de demais Senadores e Deputados.

"Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Desportos

Os Constituintes que esta subscrevem, apreensivos com o rumo dos acontecimentos que estão envolvendo o futebol brasileiro e conscientes de que os mesmos acabam interferindo profundamente nas próprias condições de lazer da nossa comunidade, vêm, respeitosamente, apresentar a essa Presidência os pontos que adiante são enumerados, certos de que os mesmos merecerão o melhor estudo por parte desse Conselho.

Após a memorável campanha que culminou com a conquista do tricampeonato de futebol no México, no ano de 1970, o nosso futebol vem apresentando queda acentuada, seja de qualidade, seja de comando. Parece que a euforia daquela vitória fez com que fossem esquecidas todas as lições anteriores e, a partir de então, o que se tem observado são atitudes grotescas, plenas de narcisismo por parte dos dirigentes da antiga Confederação Brasileira de Desportos e da atual Confederação Brasileira de Futebol. Os mesmos dirigentes eternizam-se no comando das Federações e da Confederação. Os atletas são completamente marginalizados e os dirigentes apresentam uma preocupação mórbida de aparecer. Há, até mesmo, acusações graves de emprego irregular de verbas, concessão de mordomias, desfrute pessoal de vantagens indevidas e tantas outras atitudes comprometedoras.

A imprensa especializada tem, reiteradamente, levantado acusações contra o comportamento de jogadores e, sobretudo, de dirigentes. Após todas as competições oficiais de que o Brasil participa, sempre são acentuadas atitudes levianas, despreparo de dirigentes, ambiente tenso entre jogadores e comissões técnicas.

Cremos que é chegada a hora de uma atitude mais firme por parte desse Conselho Nacional de Desportos. Precisa a Nação saber o que, realmente, está acontecendo. Não podemos, na Nova República, continuar assistindo a todos esses desmandos sem que a população saiba, efetivamente, o que ocorreu. E esse fato ganha maior vulto quando atletas, como sempre, vêm a público denunciar irregularidades e desvios de administradores e nada, rigorosamente nada, é esclarecido. As recentes denúncias do jogador Zico devem ser apuradas. Do mesmo modo as notícias veiculadas pelo jornalista João Saldanha, para citar apenas um dentre os mais conhecidos e destacados homens do esporte e da crônica especializada.

Precisamos de uma nova mentalidade. E caberá a V. Ex^a essa tarefa histórica: a de reerguer o futebol brasileiro, reorganizá-lo e dar-lhe, novamente, a posição de destaque

no cenário internacional. Há vinte anos não conquistamos um título mundial a nível de Copa do Mundo. Nossas participações têm sido medíocres e desastradas, como aconteceu, recente, na fina Copa América.

Se a legislação permitir e os fatos lhe derem suporte, deve-se, até mesmo, pensar em uma intervenção na Confederação Brasileira de Futebol. Se efetivada, esperamos que o interventor seja alguém comprometido com os melhores ideais do futebol, sem os vícios da cartolagem. Nomes existem vários, cada um mais competente do que o outro temos dirigentes sérios, comentaristas e Jornalistas preparados. jogadores com experiência. Não desejamos fazer qualquer citação para que V. Ex^a possa agir com liberdade. Não estamos ligados ao patrocínio de determinadas figuras mas, sim, comprometidos com o futuro de nosso futebol.

Na certeza de que esse Conselho tomará todas as atitudes firmes que se fizerem necessárias. renovamos nossa confiança na reabilitação e no soerguimento do futebol brasileiro.

Sr. Presidente. este é o ofício subscrito por mais de 200 Parlamentares que neste momento se mostram preocupados com o destino do nosso futebol. Além de fazê-lo constar nos Mais da Assembléa Nacional Constituinte, também o enviaremos ao Conselho Nacional de Desportos.

Deixo aos demais Constituintes o ofício para subscrição neste momento final.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos apresentando projeto de resolução que visa a emendar o Regimento Interno desta Assembléa Nacional Constituinte de modo a permitir a apresentação de substitutivos, com 188 assinaturas, ao Projeto de Constituição apresentado pelo Relator da Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente. Srs. Constituintes, aproveito a oportunidade para alertar esta Casa e a opinião pública brasileira para os riscos que corremos, se não alterarmos o Regimento atual. Estamos diante de armadilhas regimentais. O nobre Relator Bernardo Cabral assegura-nos que apresentará um substitutivo aceitável pela Nação. Temos todos os motivos para acreditar nisso. Não nos falta confiança no Relator da Comissão de Sistematização, nosso companheiro, Constituinte Bernardo Cabral. Mas, Sr. Presidente, admitamos a hipótese de que, por qualquer razão, o Constituinte Bernardo Cabral, falível como qualquer um de nós, apresente um substitutivo que não possa ser aceito pela opinião pública do País e nem possa servir de projeto de Constituição um substitutivo semelhante ao projeto que temos atualmente, que não pode ser emendado, pois sua estrutura é falha. Neste caso não há como emendar artigos como o 13, por exemplo, com centenas de palavras. Fala-se que o novo substitutivo virá menor, com apenas duzentos artigos. Mas quem nos assegura que não teremos artigos que ocupem duas ou três páginas, como acontece no projeto atual? Sr. Presidente, não podemos, nós e toda a Nação, ficar dependentes de algo tão subjetivo como a confiança que temos no Relator, Constituinte Bernardo Cabral. Quando nos for apresentado o pro-

jeto de S. Ex^a, pelo Regimento atual não teremos alternativa senão aprová-lo ou voltar ao monstro que temos no momento para estudo; não teremos opção a não ser utilizar esse substitutivo que ainda não conhecemos para, em torno dele, elaborarmos a futura Constituição do País.

Concluo, Sr. Presidente, com uma lembrança: não fomos eleitos para emendar o projeto do Constituinte Bernardo Cabral, mas para dar ao Brasil uma Constituição moderna. Não podemos limitar-nos a missão tão pequena, e a isso nos estará obrigando o Regimento Interno, se não for emendado. Problemas internos mais sérios ainda surgirão. O projeto do Relator, para que seja emendado, nos obrigará a uma verdadeira engenharia de emendas Serão milhares de votações, e em cada uma precisaremos de duzentos e oitenta votos evidentemente difíceis de obter, porque várias emendas conflitantes aparecerão em relação a cada artigo. A lógica indica, então, que prevalecerá o texto do substitutivo. Não o conhecemos, Sr. Presidente, mas é um texto que nos merece confiança prévia, embora não tão grande a ponto de depositarmos nele todas as esperanças da Nação. Mais do que isso, não poderemos, pela confiança que depositamos em S. Ex^a, correr o risco institucional, apenas porque julgamos o Relator capaz, como é, de apresentar-nos o bom texto que dele esperamos.

**O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL
Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, preocupam-me profundamente as denúncias sucessivas de grandes escândalos ocorridos no País. Não faz muito tempo tivemos o escândalo da Ferrovia Norte-Sul e, agora, denuncia-se a compra de apartamentos, no Distrito Federal, sem concorrência pública, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

Sr. Presidente, li declarações do eminente Ministro Raphael de Almeida Magalhães em que S. Ex^a confessa que os apartamentos – 328 unidades – adquiridos se destinam a atender a alta cúpula administrativa do Ministério da Previdência e Assistência Social, que será transferida para Brasília. Portanto, o único objetivo dessa operação foi racionalizar a administração previdenciária e reduzir custos.

Sr. Presidente, foram adquiridos junto à Encol 92 unidades, na SQN 309, pelo preço aproximado de 400 milhões de cruzados; junto à SERSAN, 196 apartamentos, na Área Octogonal, pelo preço aproximado de 400 milhões de meados; junto à Construtora Paulo Octávio/Emosa 40 apartamentos, também na Área Octogonal, pelo preço de 100 milhões de cruzados, aproximadamente. Disse S. Ex^a, o Sr. Ministro Raphael de Almeida Magalhães respondendo a críticas que lhe foram feitas pelo ex-Deputado Federal e, hoje, Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Adhemar Ghisi, para quem essa operação, em verdade, neste momento de dificuldade por que passa o País, é algo insólito, até porque, segundo S. Ex^a, há imóveis residenciais pertencentes à União ocupados irregularmente e que poderiam ser recuperados pela Administração com esse propósito, que realizou essa compra porque essas foram as únicas empresas que se apresentaram, perante o Ministério, para a venda, dos imóveis. E mais: os imóveis estavam sendo comprados a preço inferior ao vigente no mercado, isto é, 30% a

menos. Sr. Presidente recebi documentos que provam exatamente o contrário: os imóveis foram comprados a preço 30% superior ao do mercado. Várias outras empresas tinham-se apresentado ao Ministério. Eis a relação delas: a Construtora Naoum Georges Ltda., que oferecia um edifício inteiro; a Delta Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., que oferecia 40 apartamentos residenciais; a Via Engenharia e Comércio Ltda., que oferecia 100 apartamentos.

Essa empresas protocolaram propostas junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social. A Delta, por exemplo, no dia 23 de junho próximo passado, protocolou sua proposta com o nº 6.527; a Via Engenharia, no dia 30 de junho, com o nº 6.556; e finalmente a Naoum Engenharia protocolou sua proposta sob o nº 6.526, em 23 de junho.

Sr. Presidente, o mais grave é que algumas dessas empresas, inclusive, estão sendo executadas pelo IAPAS. Uma delas é devedora da quantia aproximada de vinte e um milhões de cruzados. Se não me engano, há recurso administrativo pendente, não tenho certeza absoluta se está na fase de execução fiscal ou se a cobrança é por via administrativa. Essa denúncia tem de ser averiguada de forma minuciosa pelo Tribunal de Contas da União, e S. Ex^a, o Ministro Raphael de Almeida Magalhães, a quem tenho em alta conta e considero um homem de responsabilidade ilibada, tem de dar amplas explicações à opinião pública, sobretudo porque a Previdência Social vem sendo acusada – e amanhã aqui farei outras denúncias – de atos de corrupção, que configuram uma prática administrativa, sem dúvida alguma, condenável.

Durante o discurso do Sr José Costa, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulisses Guimarães, Presidente;

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes, registro, a fim de que fique constando dos Mais da Assembléa Nacional Constituinte, a palestra proferida pelo Ministro José Hugo Castelo Branco na Escola Superior de Guerra. Destacou S. Ex^a que o exercício da política econômica se caracteriza pelo esforço permanente para resolver dois problemas que bloqueiam o desenvolvimento brasileiro: a dependência externa do suprimento de petróleo e o estrangulamento de nossas contas externas. Para enfrentar as duas questões vitais, o Governo do Presidente José Sarney empenha-se num programa de ajustamento estrutural sem precedentes na história econômica brasileira.

A Nação recupera-se da crise e a economia volta a encontrar os caminhos do desenvolvimento, com o setor industrial crescendo e o Produto Interno expandindo-se.

Passo a fazer leitura da palestra do Ministro José Hugo:

"Recebi, com satisfação, o convite para, mais uma vez, comparecer a esta Escola Superior de Guerra. Falar nesta Casa é motivo

de honra e orgulho para qualquer homem público deste País.

Agradeço ao Comandante e Diretor de Estudos, Almirante-de-Esquadra Bernard David Blower, esta oportunidade de debater com os senhores estagiários as políticas industrial e comercial coordenadas pelo Ministério da Indústria e do Comércio.

Estamos passando por momentos difíceis, mas com trabalho sério e competente, seremos capazes, sem dúvida, de romper o próximo século como uma das grandes potências econômicas mundiais.

Para isso teremos de trabalhar não apenas para construir uma economia forte, mas também para consolidar nossas instituições e nosso modelo político, ora sendo esculpidos pela Assembléa Nacional Constituinte.

Neste processo, cada cidadão, cada homem público e cada instituição deve desempenhar o seu papel com firmeza e determinação.

No Ministério da Indústria e do Comércio, trabalhamos com dedicação e afinco, na certeza de que estamos contribuindo, de nossa trinchera, para a consecução destes objetivos. Procuramos, sem medir esforços, cumprir nosso dever.

Segundo orientação do Presidente José Sarney, temos realizado grande esforço para imprimir concretas mudanças nas relações Governo iniciativa privada, pois é o natural do Governo com a classe empresarial.

Dentro do espírito de fortalecimento da iniciativa privada e de diminuição da interferência do Estado na economia, empreendemos um grande esforço no sentido de modernizar os órgãos do Ministério de modo a permitir que os empresários possam contribuir decisivamente na formulação das políticas setoriais através de fóruns específicos, tais como o Conselho Nacional de Política Cafeeira, o Conselho Nacional da Borracha e as Câmaras setoriais da Indústria.

Srs. Estagiários, nosso propósito nesta visita é expor as diretrizes da política comercial e industrial do governo federal.

A experiência histórica brasileira tem demonstrado a carência de uma política desenvolvimento das atividades comerciais, como segmento relevante no processo de distribuição de bens, para atendimento das necessidades de uma população numerosa e crescente, atomizada no grande espaço nacional.

Com efeito, parece que a função comercial não tem sido considerada importante para melhor qualificar o nosso sistema econômico.

Isto, talvez, devido à presunção de que o comércio é elemento passivo desde sistema, desfrutando de relativa capacidade de se ajustar rapidamente à conjuntura econômica.

Nesse sentido, considerando o estágio atingido pela atividade comercial na sociedade brasileira, onde ocupa 10% da população economicamente ativa e representa 16% do Produto Interno Bruto, nossa estratégia de atuação terá como diretrizes:

- a redução dos custos de distribuição, com ênfase aos segmentos envolvidos no abastecimento de produtos de primeira necessidade;
- o aperfeiçoamento do sistema voltado para o mercado externo, de forma compatível à ampliação das exportações de bens manufaturados
- o fortalecimento das empresas de menor porte em seus aspectos gerenciais e econômico financeiros, procurando simplificar as exigências legais para sua constituição e funcionamento; e
- a articulação e aprimoramento das funções intermediárias ligadas aos setores de transporte, armazenagem e infra-estrutura.

Para isso, há necessidade de se implementar a formação de câmaras setoriais do comércio – as quais constituirão **forum** competente para o dimensionamento e solução dos problemas afetos à atividade comercial do País.

Estudos preliminares, coordenados pelo Conselho de Desenvolvimento Comercial, sugerem que a atividade comercial, para efeito de condução dos trabalhos, seja agrupada em câmaras do comércio atacadista, grande varejista, pequeno e médio varejista e de promoção comercial.

A atuação do MIC no setor comercial se dá também através do Departamento Nacional de Registros do Comércio – DNRC, e do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa – CEBRAE

O registro empresarial, a cargo do DNRC, e as Juntas comerciais estão sendo objeto de ampla modernização, a fim de aprimorar o seu funcionamento. Neste sentido, estão em implantação o "Programa de Modernização de Serviços de Registro ao Comércio", a informatização dos serviços operacional e administrativo das Juntas, a modernização do sistema normativo do Registro do Comércio, a racionalização e simplificação de atos e procedimentos das Juntas, assim como o reequipamento e melhoria de suas instalações. Essas ações têm como beneficiários cerca de 3 milhões de empresas, e estão sendo executadas em perfeita articulação com as juntas comerciais e governos estaduais.

As micro, pequenas e médias empresas, que alcançaram 99% do número de estabelecimentos do País, detêm 83% do emprego gerado e 70% do valor da produção, recebem atenção especial do MIC através da competente ação do CEBRAE

No seu esforço de dotar essas unidades produtivas de capacidade gerencial e tecnológica e orientá-las quanto a mercados e crédito, este centro atendeu cerca de 92 mil empresas em 1986.

Além disso, fumou convênio como Banco Interamericano de Desenvolvimento, estabelecendo linha de crédito no valor de 6,5 mi-

lhões de dólares para atendimento das pequenas, médias e microempresas no Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Com a exacerbada das taxas de juros bancários, após a edição do Plano Cruzado II, as micro e pequenas empresas, em face do seu alto grau de endividamento, se viram envolvidas em grave crise. O CEBRAE, atento a esta situação, se ocupou em assegurar a criação de linhas de crédito no valor de 86 bilhões de cruzados, a taxas preferenciais, para refinanciamento do seu capital de giro, contribuindo, assim, de forma decisiva para a solução dos problemas desse importante segmento da economia nacional.

Senhores estagiários, de forma diversa ao que tem ocorrido no setor comercial, sempre houve preocupação do governo em definir política para o setor industrial, materializadas em planos e programas específicos.

Em meados da década de 70 definiu-se, com a implantação do II PND, uma clara opção pela consolidação e diversificação de nosso parque industrial, sem o que não teria sido possível assegurar o ingresso do Brasil no rol dos países industrializados.

A implantação das metas contidas naquele documento só foi possível graças à pronta resposta do empresariado nacional que, ao lado do Governo e do capital estrangeiro, assumiu seu papel criando e fortalecendo seu espaço próprio no processo de desenvolvimento do País.

Foi a partir de 1974 que consolidamos nossas indústrias de bens de capital e de insumos básicos. e deste ano até 1980 o seu crescimento foi vertiginoso. Neste período, além da força do empresariado nacional e da determinação do governo em propiciar condições adequadas para a industrialização, contávamos com uma taxa de poupança interna que atingia em 1974, cerca de 24% do PIB. As linhas externas de financiamento estavam abertas, e o crescimento da indústria e do mercado interno atraíram investimentos diretos de finitanas estrangeiras da ordem de 1 a 1,5 milhão de dólares anuais.

A partir de 1980, entretanto, após o segundo choque do petróleo e com a crise do mercado financeiro internacional, o País realizou profundos ajustes internos. O período de recessão que se seguiu provocou uma queda nos investimentos públicos e privados e diminuiu acentuadamente o nível de inversões externas.

Entretanto, como já tive oportunidade de mencionar, neste mesmo auditório, o consumo como indutor de crescimento tem limites bastante claros. E isto ficou patente após a implementação do Plano Cruzado, quando o consumo se exacerbou, levando ao esgotamento da capacidade produtiva instalada e a um grave quadro de desabastecimento de muitos produtos.

A fim de se evitar que situações como essa voltem a ocorrer, torna-se imperiosa a necessidade de se retomarem investimentos em setores básicos, que permitam ao mesmo tempo o atendimento do mercado interno e a geração de excedentes exportáveis.

Afinal, o Brasil conquistou mercados graças à qualidade e competitividade de seus produtos, o que por vários anos tem possibilitado a obtenção de expressivos saldos em nossa balança comercial.

Este esforço não pode ter sido em vão. Temos que manter uma permanente atualização tecnológica e continuar na busca incessante de saldos cada vez maiores em nossa balança comercial sem, no entanto, sacrificar o mercado interno, aliás, convém deixar claro que o nosso mercado interno se constitui em um dos nossos mais valiosos patrimônios nacionais, motivo pelo qual deve ser permanentemente preservado e fortalecido.

A solução, senhores, é investir!

Entretanto, as condições atuais são adversas, as repatriações de capital e as remessas de lucros para o exterior têm superado a entrada de novos investimentos e as linhas de financiamentos externos simplesmente inexistem a não ser em modestos valores nas agências oficiais.

É significativo o fato de que em 1985, os investimentos líquidos, que até o ano anterior haviam sido positivos, foram negativos em cerca de 265 milhões de dólares. Esse desinvestimento cresceu cerca de três vezes, em 1986, atingindo a cifra de 800 milhões de dólares, passando assim, à absurda condição de país exportador de capital, embora ainda em processo de desenvolvimento.

Além disso, a política de controle do déficit público condiciona a capacidade de investimentos do governo, a não ser na área social, que constitui prioridade do Presidente José Sarney. Assim, o crescimento deve ser liberado, basicamente, pelo setor privado. Este, por seu turno, tem seu limite expresso na taxa de poupança interna que, atualmente, não vai além de 15,2% do PIB, valor extremamente baixo para atender as necessidades de investimento do País.

Estas dificuldades não são, entretanto, privilégio do Brasil. Muitos países de industrialização recente têm-se defrontado com situações semelhantes. Algumas das soluções adotadas foram bem sucedidas, transformando-se na tendência mundial de permitir a abertura das economias nacionais, através de uma maior liberalização aos investimentos - diretos do capital estrangeiro.

É ilustrativo mencionar que a Espanha socialista de Felipe González recebeu, em 1986, cerca de 18 bilhões de dólares em investimentos diretos, enquanto que no Brasil estes investimentos nunca ultrapassaram os 2,5 bilhões de dólares/ano, recebidos em 1982.

Podemos e devemos seguir estes modelos adaptando-os às necessidades e à realidade da economia brasileira. Para tanto, é imprescindível que tenhamos uma clara visão, destituída de qualquer preconceito ou injustificado complexo de inferioridade, de nossa realidade econômica e do nosso amadurecimento empresarial.

Precisamos manter viva a consciência de que somos parte integrante de um sistema econômico universal e de que qualquer posição de isolacionismo, em nome de uma falsa

noção de soberania, significa alienar nosso futuro e nossa independência econômica.

A Nação brasileira atingiu elevado nível de conscientização que lhe permite distinguir, com precisão, simples atos de negociação de caráter econômico, praticados em nome do desenvolvimento nacional, daqueles outros lesivos aos superiores interesses da Pátria e que não serão tolerados. Por sua vez, o empresariado brasileiro pode ser comparado sem qualquer favor aos mais preparados e lúcidos empresários de todos o universo e, por isso mesmo, capacitados a defender os nossos interesses em quaisquer negociações. Conseqüentemente, somos uma Nação que não deve temer a competição e nem a concorrência internacional. Há 179 anos passados, Dom João VI não hesitou em abrir os portos brasileiros a todas as nações do mundo. Do mesmo modo não deveremos temer hoje a abertura da nossa economia ao capital estrangeiro, pois não dispomos de condição de crescer sem a sua decisiva participação.

A empresa estrangeira, obviamente, não será estimulada em prejuízo da empresa privada nacional, que tem condições efetivas e potenciais nos planos gerencial, financeiro e tecnológico para ter uma posição marcante na nova etapa de industrialização do País.

A empresa privada nacional será fortalecida nos setores tradicionais e em alguns setores modernos que já ocupa, bem como será apoiada a sua penetração nas áreas em que ainda se mostra incipiente.

A formação de **Joint ventures** com a empresa estrangeira será apoiada desde que assegurado o controle nacional.

Foi-me determinado pelo Presidente José Sarney que lhe submetesse estudos, visando à formulação de uma política industrial para o País, cujos pressupostos básicos contemplassem todo o quadro aqui exposto.

Temos observado nos últimos anos profundas alterações no perfil do comércio mundial. Países que há menos de uma década competiam com o Brasil e apresentavam valores de importação e exportação semelhantes ou até inferiores aos nossos, integraram-se às novas tendências e aumentaram sua importância relativa no cenário internacional. Como exemplo disso, enquanto as exportações de alguns países do sudeste asiático cresceram, no período, mais de cinco vezes, as brasileiras, em virtude de escassez de capital, elevaram-se em apenas três vezes, reduzindo nossa participação no mercado mundial, que hoje se situa, desafiando todas as nossas potencialidades, em menos de 1% do comércio internacional.

Por outro lado, por força das necessidades de obtenção de divisas, destinadas ao pagamento de nossa dívida externa, fomos obrigados a comprimir nossas importações que passaram dos 23 bilhões de dólares em 1980 para 12,8 bilhões em 1986, o que contribuiu perigosamente para o aumento do fosso tecnológico entre o Brasil e as nações mais desenvolvidas.

Este quadro deve ser revertido!

As potencialidades de nosso País e a vitalidade de sua economia, devem ser motivo de confiança no futuro do Brasil, basta que adotemos medidas no sentido de criar condições para um melhor desempenho de nosso setor externo.

Trataremos, portanto, de desburocratizar os trâmites daquele setor, facilitando não só os procedimentos a que se submetem as firmas exportadoras, como, também, aqueles relativos aos ingressos e registro de capital estrangeiro para investimento em atividades produtivas, respeitando a legislação em vigor.

Por outro lado, serão simplificados os processos de importação, com o objetivo principal de facilitar a entrada das tecnologias necessárias para a atualização de nosso parque industrial.

Sabemos que o crescimento da renda em países menos desenvolvidos encontra sua grande restrição no balanço de pagamento. A sangria de recursos para o pagamento dos juros da dívida externa limita os saldos de divisas, dificultando a implementação de projetos de desenvolvimento.

O tratamento a ser dado ao setor externo irá contribuir decisivamente para que, no Brasil, possamos superar esta restrição e implantar com sucesso as linhas mestras de nossa nova política industrial.

Ano passado tive a oportunidade de descrever, nesta mesma Casa, o trabalho à época desenvolvida no MIC, na implantação e coordenação de câmaras setoriais, que tinham como objetivo a elaboração de diagnósticos e a apresentação de subsídios para a formulação de uma política industrial.

Aquelas câmaras, constituídas por representantes da iniciativa privada e técnicos do Governo, realizaram uma profunda análise da estrutura industrial brasileira, dos aspectos conjunturais que atravessávamos naquele momento e das perspectivas que se delineavam para o futuro da economia nacional. E foi com base neste trabalho que o MIC publicou, no "Diário Oficial da União", o documento "Política Industrial e Diretrizes Setoriais", visando colher sugestões e críticas de órgãos e entidades que não puderam se fazer representar na ocasião.

O nosso chamamento foi compreendido e correspondido. Recebemos muitas contribuições que nos permitiram aperfeiçoar diversos pontos do documento inicial. A partir daí, formulamos os planos e programas setoriais das diversas áreas do meu Ministério, com a intenção não apenas de definir investimentos, mas, também, sinalizar para o empresariado brasileiro em seu processo de tomada de decisão.

Estes planos e programas têm o objetivo de suprir adequadamente o mercado interno e melhorar o desempenho da balança comercial brasileira, através da substituição de importações e da conquista de maiores espaços no mercado externo. Além disso, propõem o Incentivo e o estímulo à incorporação da mais avançada tecnologia, visando à construção progressiva de um novo padrão de industrialização, apoiado no aumento da

eficiência produtiva e voltada para o atendimento das necessidades sociais.

Estes planos estão, portanto, em perfeita consonância com os pressupostos básicos da nova política industrial, ditado pelo Presidente José Sarney, o que reflete o acerto de nossa decisão em debater o tema em conjunto com os empresários nas câmaras setoriais.

Passo agora a apresentar os pontos fundamentais dos planos e programas setoriais do Ministério da Indústria e do Comércio, ressaltando que os planos do setor metalúrgico se referem a um horizonte temporal até o ano 2000, enquanto os programas se restringem ao período 1987 - 1996.

O Programa Nacional de Petroquímica resulta de estudos, envolvendo a participação de empresas do setor, e pesquisas levadas a efeito por um grupo de trabalho interministerial, os quais concluíram por recomendar a ampliação do parque petroquímico nacional, mediante a expansão dos pólos petroquímicos existentes, bem como a implantação de um novo pólo petroquímico.

O conceito fundamental deste programa foi o de restringir as necessidades de investimentos ao mínimo necessário sem, no entanto, permitir que, pela indecisão na partida de tais projetos, possa o País ser levado à inimaginável condição de importador líquido de produtos petroquímicos. Existem fatos reais que precisam ser encarados por este Governo, no qual concerne a nossa autonomia em derivados petroquímicos. A disponibilidade de petroquímicos básicos já está esgotada e não existe qualquer possibilidade de aumentar a oferta dos produtos de segunda geração sem que se promovam investimentos nas centrais já existentes e naquelas a serem criadas.

Deste modo, o conjunto de investimentos propostos buscou conciliares as exigências da demanda projetada com as alternativas de expansão da oferta.

Está prevista uma ampliação da capacidade de produção de 523 mil toneladas/ano de eteno em São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, com investimentos de 458 milhões de dólares.

No Estado do Rio de Janeiro, prevê-se a futura implantação de um novo pólo petroquímico com capacidade expressa em eteno da ordem de 450 mil toneladas/ano, com investimento estimado em 820 milhões de dólares.

São previstos, também, investimentos equivalentes a 2,3 bilhões de dólares para projetos de produtos petroquímicos de segunda geração no Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro, além de cerca de 1,2 bilhão de dólares para outros projetos.

O Programa Nacional de Fertilizantes prevê investimentos no aumento da capacidade de produção dos produtos básicos do setor, de forma a diminuir a dependência das importações. Com o propósito de se reduzir o elevado custo de transporte a que se sujeita o setor, procurou-se compatibilizar a localização das novas unidades industriais com

as regiões agrícolas onde se concentra a maior demandam por fertilizantes.

Por outro lado, existe a firme determinação de complementar investimento já realizada de modo a otimizar a capacidade produtiva das unidades ora em operação. Contudo, mais importante é a orientação expressa de atender ao crescimento da produção agrícola, de maneira a reverter a atual tendência de aumento das importações de fertilizantes.

Serão investidos cerca de 523 milhões de dólares na área de nitrogenados e 805 milhões de dólares na de fosfatados, perfazendo um total de mais de 1,3 bilhão de dólares.

No Rio de Janeiro será implantadas uma nova unidade de amônia e uréia com capacidade de produção de 1.000 toneladas/dia para cada produto, enquanto no Nordeste duas unidades terão sua capacidade expandida em cerca de 1330 toneladas/dia de amônia e 1.180 toneladas/dia de uréia.

No qual diz respeito aos fosfatados, a ampliação das unidades de concentração de rocha fosfática, localizadas em Minas Gerais, e a implantação de uma nova unidade em Santa Catarina permitirão uma produção adicional de 551 mil toneladas/ano.

A produção de ácido fosfórico será ampliada em cerca de 810 mil toneladas/ano e a de ácido sulfúrico em 3 milhões de toneladas/ano com a realização de projetos localizados nas Regiões Sul, Centro e Norte/Nordeste. Ampliaremos, também, nas mesmas regiões, a oferta de fertilizantes fosfatados em cerca de 150 mil toneladas/ano.

O Programa Nacional de Papel e Celulose recomenda a ampliação do parque celulósico/papeleiro nacional, mediante a expansão de empreendimentos já existentes e a implantação de novas unidades, inclusive com o aproveitamento de áreas florestais atualmente sem utilização econômica.

Deste modo, o programa proposto contempla a expansão da produção de fibras e papéis, objetivando o pleno atendimento do mercado interno e criando excedentes exportáveis que assegurem e ampliem a participação brasileira no mercado de fibra curta, papéis e pasta.

A ampliação da oferta de papéis será de 4,4 milhões de toneladas/ano, com investimentos de 1,8 bilhão de dólares, e a de pasta de 536 mil toneladas/ano, com investimentos estimados em 200 milhões de dólares.

O programa prevê, ainda, o investimento de 280 milhões de dólares na implantação ou reforma de florestas, destinadas ao auto-abastecimento das fábricas já existentes e a serem instaladas. Objetiva-se, desse modo, aumentar as produtividades e também possibilitar a preservação das florestas nativas e do meio ambiente.

Para elaboração do programa nacional da indústria automotiva, o Ministério da Indústria e do Comércio adotou uma postura clara de agente indutor do processo de tomada de decisões do setor privado.

Promovendo a interação de todos os segmentos envolvidos, o MIC contabilizou os dados de mercado atual e futuro, oferecendo,

para análise dos empresários, elementos que indicam a potencialidade do mercado.

Estes dados demonstram, claramente, que o crescimento do setor deve ter por base a modernização e ampliação da capacidade produtiva da indústria de auto peças e o estímulo ao segmento de caminhões pesados e tratores agrícolas.

O 2º Plano Siderúrgico Nacional tem como objetivo possibilitar a modernização das usinas e permitir, através de ganhos de produtividade, sua evolução de forma a se obter o atendimento integral, até o ano 2000, do aumento projetado de demanda interna, bem como a manutenção das capacidades exportadoras, buscando assegurar saldos positivos nas transações comerciais de cada empresa com o exterior.

Adicionalmente, a melhoria da qualidade do mix da produção e o aproveitamento total da infra-estrutura já instalada, possibilitarão a sustentação do equilíbrio obtido com o plano de saneamento financeiro.

O MIC coordenou a elaboração deste saneamento, restabelecendo as condições necessárias para o equilíbrio financeiro e econômico, do Sistema Siderbrás o que resgatou a viabilidade operacional e a competitividade das empresas.

O saneamento implica na administração racional e eficiente dos compromissos já contraídos. Consiste, em sua fase inicial, na capitalização das empresas controladas, mediante a transferência de dívidas para a "holding" Siderbrás. Em sua segunda fase, a União garantirá à Siderbrás suficiente alocação de recursos para liquidação do total do serviço da dívida. Estão contempladas as cinco maiores empresas produtoras de aços planos e semi-acabados Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), Usina Siderúrgica de Minas Gerais SA (Usiminas), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e Aço Minas Gerais SA (Açominas). As empresas de menor porte, produtoras de aços não planos, produtos e serviços, serão tratadas no âmbito do programa de privatização.

Para atendimento dos objetivos do plano siderúrgico estão previstos no Sistema Siderbrás, no período de 1987/1996, investimentos, da ordem de 10,8 bilhões de dólares, para um aumento de capacidade de 10 milhões de toneladas de aço líquido equivalentes, resultando em um investimento médio unitário de mil dólares, número extremamente baixo se comparado com valores correntes encontrados no mercado internacional.

Ainda na área de aços planos comuns e não planos pesados, prevê-se a instalação de 4 novas usinas com requerimento de investimentos em torno de 55 bilhões de dólares.

Já na área de aços não-planos comuns leves e médios, o adicional de capacidade será obtido, basicamente, pela expansão das usinas existentes, que proporcionará a produção de 1,6 milhão de toneladas/ano de fenogusa, 400 mil toneladas/ano de tarugos e 400 mil toneladas/ano de aços não planos comuns leves.

O 2º Plano Nacional da Indústria de Metais Não-Ferrosos procura ressaltar a necessidade de o País ingressar em nova fase de desenvolvimento neste setor, ampliando o mercado interno, consolidando sua posição no mercado internacional e criando novas oportunidades de investimentos em metais não ferrosos, cujas produções sejam ainda incipientes.

Estão previstos, até o ano 2000, investimentos da ordem de 7,8 bilhões de dólares no aumento da produção e da capacidade de transformação destes metais. Cerca de 66% destes recursos serão aplicados no aumento da oferta de alumínio, 17% na de cobre e os restantes 16,4% nade outros metais.

O 1º Plano Nacional da Indústria de Fundição projeta que a demanda de fundidos no mercado interno será de 3,8 milhões de toneladas, no ano 2000.

Por outro lado, estima-se que a demanda externa deverá evoluir de cerca de 130 milhões de toneladas em 1986 para cerca de 520 milhões de toneladas no final do século. A participação brasileira no mercado mundial, dadas as condições favoráveis que o País ocupa no setor de fundição, deverá aumentar, passando-se da situação atual de 7,3% para, aproximadamente 12%, neste mesmo período.

Com base no incremento necessário de capacidade produtiva nas reposições indispensáveis de equipamentos, verificou-se que o total de investimentos no setor deverá situar-se em torno de 4,2 bilhões de dólares.

Finalmente, o 2º Plano Nacional da Indústria de Ferro-Ligas tem como objetivo a manutenção da posição de auto-suficiência já previsível dos setores siderúrgico e de fundição procura, também, assegurar a posição crescente das exportações brasileiras de ferro-ligas, aproveitando as oportunidades que se apresentam no mercado internacional, core a meta de atingir, até o ano 2000, a geração anual de cerca de 1 bilhão de dólares em divisas para o País.

A necessidade de expansão da capacidade instalada para que alcancemos estes objetivos da ordem de 100%, indica que deverão ser mobilizadas inversões de ordem de 1 bilhão de dólares.

Temos plena consciência das dificuldades da hora presente. Elas serão entretanto superadas através da força criadora do trabalho, pois só com o trabalho perseverante, racional e competente, venceremos os desafios de hoje. Os planos setoriais de insumos básicos e bens intermediários aqui apresentados indicam o caminho a ser percorrido pela economia brasileira até o ano 2000, em sequência e como resultado da atual política de estabilização ora em execução.

Estes, Senhores, são os planos e programas que já estão elaborados. Apólitica industrial, entretanto, não se restringe a eles. Muito há por fazer. Temos que desenvolver esforços no sentido de integrar de maneira harmônica o País à tendência da economia mundial.

Como já disse, iremos simplificar os trâmites de nosso setor externo, mas isto, por si, seria insuficiente para que obtivéssemos, em

tempo hábil, as divisas de que necessitamos para o equilíbrio de nossas contas externas.

Além disso, não podemos desconsiderar nossas necessidades internas, como a geração de empregos, aumento da renda, redução dos desequilíbrios regionais e atualização tecnológica do parque industrial entre outros.

É preciso, portanto, delinear e implementar uma política industrial que, inserida no contexto da política econômica global, contribua para a solução integrada de necessidades tão distintas.

O aumento das reservas cambiais do País somente poderá ser obtido mediante um crescimento de nossas exportações, para o que é de fundamental importância que tenhamos produtos competitivos internacionalmente, em qualidade e preço.

Não podemos desconsiderar que nossa taxa de crescimento demográfico incorpora, anualmente, mais de 3 milhões de pessoas à população brasileira, o que equivale ao contingente populacional de muitos países. Gerar empregos suficientes que observem este acréscimo é preocupação básica do Governo.

A expansão do parque industrial é a forma mais adequada de atender a essa necessidade na medida em que, além dos empregos diretos, induz à criação de uma gama de atividades complementares, que incorporam mão-de-obra antes desocupada, levando, também, a um aumento do nível de renda no País.

Somos um País que, apesar de ostentar a posição de oitava economia mundial, ainda apresenta grandes desequilíbrios entre suas diversas regiões. Várias estratégias para desenvolver as áreas mais pobres já foram tentadas, mas os resultados obtidos foram incipientes. Mais de 30% de nossos irmãos encontram-se em regiões onde as opções de emprego praticamente inexistem e as condições de vida são inadequadas.

O fenômeno da migração para os grandes centros urbanos do Centro-Sul é um reflexo dramático desta situação. A instalação de plantas industriais nestas regiões permitirá, ao criar novas opções de ocupação, não apenas reverter o quadro de desigualdades regionais no País, mas também, como consequência, estancar ou até mesmo inverter o sentido dos fluxos migratórios.

Vários desses problemas não são novos e têm nos acompanhado por muitos anos. Os modelos anteriormente adotados na busca de Soluções, como o de substituição de importações e o de subsídios às exportações, que por muito tempo foram de utilidade para o País, sustentando etapas importantes de nosso crescimento, encontram-se esgotados.

Com criatividade e coragem, Senhores, devem buscar um novo modelo que nos permita compatibilizar as soluções para todos esses problemas e, ao mesmo tempo, gerar novos recursos para financiar o desenvolvimento industrial.

A definição de um modelo de crescimento industrial é, portanto, o principal desafio para a retomada do desenvolvimento econômico,

na medida que é a forma de sinalizar aos agentes produtivos as grandes linhas de desenvolvimento futuro e de induzir a ações econômicas na direção desejada.

Este é o papel que cabe ao Governo. Fixar o modelo, dar a direção e a garantia de estabilidade econômica e, sobretudo, política, para que o setor privado possa planejar suas ações com segurança.

O MIC encaminhou ao Presidente José Sarney, recebendo desta sua aprovação e incentivo, as linhas mestras para o estabelecimento no Brasil de zonas de processamento de exportação – ZPE, que se constituirão em áreas especiais de livre comércio.

Dados os objetivos que norteiam a sua criação, as ZPE terão sua produção voltada exclusivamente para a exportação, devendo as empresas ali instaladas apresentar, obrigatoriamente, saldo de divisas sempre positivo e observar parâmetros mínimos de valor agregado em seus produtos, além de se constituir em poderoso instrumento de alavancagem para a expansão da indústria nacional.

Estas zonas de exportação deverão desburocratizar os procedimentos de importação e exportação, tomando-os mais ágeis e atraiendo capitais nacionais e estrangeiros.

Outro objetivo desta política é o de viabilizar a alternativa de conversão de parte da dívida externa em investimentos diretos. Este esquema é factível na medida em que serão criadas condições favoráveis a estes investimentos.

Não podemos esquecer que, ao contrário da crise da dívida externa de 1982, hoje o sistema financeiro internacional está maduro para absorver perdas de capital em troca de maior flexibilidade na administração de seus ativos. O Brasil tem, dessa forma, com as ZPE, uma oportunidade real de caminhar no sentido de equacionar seu problema de endividamento externo, o que permitirá à economia tempo suficiente para se reorganizar e retomar sua capacidade de crescimento.

Estes, Srs. estagiários, são os comentários que julguei oportuno submeter à sua esclarecida apreciação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, apesar da magnitude do problema externo, o País conseguiu recompor suas finanças no âmbito internacional, promovendo o mais profundo ajustamento estrutural já experimentado pela economia brasileira.

Concluo, Sr. Presidente, afirmando que o Presidente José Sarney, signatário do compromisso firmado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro com a Frente Liberal, em 7 de agosto de 1984, objetivando a consolidação das instituições democrática, o desenvolvimento econômico do Brasil e a realização da justiça social, realmente e efetivamente estão cumprido. Todos os itens o Presidente José Sarney, religiosamente, cumpriu, desde o restabelecimento imediato das eleições diretas, livres e com sufrágio universal para Presidente da República, prefeitos das capitais dos Estados, até o último parágrafo: política externa voltada para a preservação da soberania

dos Estados, segurança e justiça internacionais e busca da paz.

Oportunamente voltarei ao assunto.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS –PARÁ Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, creio ter sido o único autor de requerimento apresentado em sessão da Assembléa Nacional Constituinte, pedindo informações ao Presidente da República sobre as importações de alimentos e a quantidade de ouro negociada pelo Governo, durante os últimos oito meses, para cobrir os déficits nas contas do Tesouro Nacional.

Havia suspeita de fraude na aquisição de carne, arroz, milho, café e, quanto ao leite, de haver sido reduzido o índice da radioatividade, para ser liberado para consumo, mesmo com pleno conhecimento das autoridades dos riscos à saúde do povo.

Devo ressaltar que os requerimentos de pedidos de informações por nós subscritos foram apreciados e aprovados em reunião da Mesa da Assembléa Nacional Constituinte e devidamente encaminhados ao conhecimento da Presidência da República.

A despeito de decorrido o prazo de vinte dias, previsto no Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, para que o Governo se manifeste e informe o resultado do pedido, isto, ao que sei, até agora não ocorreu.

Li nos Jornais de hoje que a fraude nas importações de alimentos, antes objeto de mera suspeita, agora está comprovada. E, entre a pirâmide de irregularidades, por cima das quais passaram as autoridades comprometidas com o interesse escuso de adquirirem os produtos a qualquer custo, destacam-se as seguintes:

- 1 – portos despreparados para importações;
- 2 – falta de armazéns e frigoríficos que atrasaram os desembarques;
- 3 – não houve preocupação com segurança de informações;
- 4 – prazos de internação dos alimentos que foram alterados;
- 5 – foram feitas importações sem autorização;
- 6 – não houve controle de qualidade da carne;
- 7 – houve favorecimento de determinadas empresas;
- 8 – importaram-se milho e arroz em demasia.

Os itens que reproduzo foram publicados no **Jornal de Brasília** e já indicam o grau de gravidade para que se exija do Governo não apenas a tomada de providências quanto à instauração de processos para apurar a responsabilidade do acusado ou acusados, mas também a transparência dos nomes dos funcionários envolvidos nesse abominável escândalo que compromete a austeridade do Governo e desrespeita a memória do saudoso Tancredo Neves, construtor da Nova República.

Aguardamos com certa resignação – mas não sem espírito de certa perplexidade – que o Governo se digne – num gesto de apreço à Assembléa Nacional Constituinte, que ele próprio convocara para editar a nova Carta Fundamental do País – responder aos pedidos de informações que versam sobre as importações de alimentos com o sacrifício do Erário Federal, o que significa dizer do próprio povo brasileiro.

No meu entender, ao Governo deve interessar tornar claras e cristalinas as providências em curso, em defesa de sua credibilidade, que, a despeito

de vulnerada pela má exação de certos segmentos, na cúpula administrativa do País, ainda me parece o suscetível de reabilitação, desde que mudem os procedimentos até então incompatíveis com os anseios insistenteamente reclamados pela Nação brasileira.

Concluo advertindo que o Governo Federal está no dever de apurar, com foros de rigidez e austeridade, esse assalto ignominioso que se pratica sombra e com fulcro na tradicional impunidade que o Sr. Dilson Funaro tanto alardeou e tornou causa de sua saída do Ministério da Fazenda.

Saiba o Presidente José Sarney que 140 milhões de brasileiros aguardam ansiosos para conhecer o destino dos milhões de dólares gasto: com importações de alimentos que, além de sangarem os cofres públicos, ainda teriam colocado em risco a saúde do povo brasileiro.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL – CE Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente prova-se os grandes homens nos grandes desafios.

Quando o Banco do Brasil perdeu a conta-movimento da União e teve de ir buscar recurso no mercado, ombreando-se com todos os demais bancos, para continuar operando suas linhas de financiamento, houve quem vaticinasse um inevitável declínio da mais tradicional instituição financeira do País.

Hoje, apesar da crise, o banco apresenta um lucro líquido de 34 bilhões e 190 milhões de cruzados, no primeiro semestre do ano, resultado dezessete vezes superior ao conseguido no mesmo período do ano passado.

Não temos dúvida de que esse indiscutível sucesso se deve, em muito, à competência do Presidente Camilo Calazans.

Formado nos quadros do próprio banco, onde é funcionário de carreira, o Dr. Calazans, com sua marcante liderança, tem conseguido colecionar vitórias em todas as instituições por que passou, consolidando um perfil de homem público que o credencia a qualquer missão que lhe imponha a Pátria.

Não surpreende, pois, o sucesso de sua administração no Banco do Brasil, instituição que é sua própria casa e que por isso conhece e ama como nenhuma outra.

O mais importante de tudo isso, porém, não é o lucro financeiro conseguido. É, antes, a revelação da pujação do Banco do Brasil, que se traduz em desenvolvimento do setor privado, na agricultura, na pecuária, na indústria, nos serviços, em todas as áreas da economia, enfim, poisem todas elas está presente o Banco, como um instrumento de construção econômica voltada ao bem-estar social.

Parabéns, Dr. Camilo Calazans, pelo sucesso de "seu" banco. Parabéns ao povo brasileiro por contar com uma instituição como o Banco do Brasil e com um filho como Camilo Calazans.

ANEXO AO DISCURSO DO ORADOR:

LUCRO DO BB NO SEMESTRE É DE CZ\$ 34 BILHÕES

O Banco do Brasil teve no primeiro semestre um lucro líquido de CZ\$ 34 bilhões – 17 vezes mais do que registrou no mesmo período no ano passado. Os acionistas receberão CZ\$ 1 bilhão

982 milhões de dividendos, ou seja: CZ\$ 3 por ação – 400% acima do que receberam no segundo semestre de 86. O lucro bruto foi CZ\$ 111 bilhões 148 milhões.

O Presidente do Banco, Camilo Calazans, atribuiu o desempenho ao "apoio decisivo do presidente José Sarney". O governo, porém, fez o Banco ter um prejuízo de CZ\$ 476 milhões, com a moratória dos juros da dívida externa. Nesse período, registrou-se pela primeira vez prejuízo nas agências do Banco do Brasil no exterior.

Brasília – O lucro líquido do Banco do Brasil no primeiro semestre desse ano foi de CZ\$ 34 bilhões 190 milhões (já descontado o Imposto de Renda), 17 vezes superior ao lucro registrado no mesmo período do ano passado, segundo anunciou ontem o Presidente do Banco, Camilo Calazans, informou também que o conselho de administração do BB aprovou a distribuição aos acionistas de CZ\$ 1 bilhão 982 milhões, o que corresponde a um dividendo de CZ\$ 3,00 por ação, 400% superior ao distribuído no 2º semestre de 1986, de CZ\$ 0,60 por ação, já ajustado à nova quantidade de ações por lote.

O lucro bruto do banco – antes do desconto da correção monetária – foi de CZ\$ 111 bilhões 148 milhões. A redução da correção monetária do lucro bruto (nominal) foi de CZ\$ 72 bilhões 898 milhões. Deste modo, após o desconto do Imposto de Renda, de CZ\$ 4 bilhões 59 milhões, o lucro do período ficou, dividido da seguinte forma: reserva especial, CZ\$ 28 bilhões 600 milhões; reserva legal, CZ\$ 1 bilhão 709 milhões; reserva estatutária, CZ\$ 1 bilhão 709 milhões; reservas dos lucros a realizar, CZ\$ 1 bilhão 667 milhões; lucro disponível, CZ\$ 416 milhões, e lucro líquido de CZ\$ 34 bilhões 190 milhões.

Após a distribuição do resultado, o patrimônio líquido do Banco eleva-se para CZ\$ 244 bilhões 653 milhões, correspondendo a um valor patrimonial de CZ\$ 370,15 por ação. Camilo Calazans atribuiu o desempenho neste semestre ao "apoio decisivo do Presidente José Sarney, vivamente interessado em fortalecer o Banco". Para Sarney, segundo Calazans, o BB se constitui no "instrumento maior da política creditícia governamental, principalmente no fomento do setor privado e na administração de programas voltados para o desenvolvimento econômico social".

Camilo Calazans apontou, como resultado desta política, a criação de caderneta rural (Poupança Ouro), que apresentou um saldo de CZ\$ 62 bilhões ao final do semestre. Além disso, no semestre, o banco alocou recursos de CZ\$ 65 bilhões 300 milhões para o setor rural, e CZ\$ 11 bilhões de recursos, próprios para financiamento das pequenas e médias empresas.

O Conselho de administração aprovou também, em sua reunião de ontem, a criação de uma empresa na área de arrendamento mercantil (leasing), a criação de uma financeira, que dentro de 16 dias irão para votação na assembleia dos acionistas. O BB, segundo Calazans, quer criar ainda uma seguradora e um cartão de crédito do banco, e já iniciou contatos nesta área para associar-se ao cartão Visa.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente,

Srs. Constituintes, foi sepultado ontem, em São Paulo, o Prof. Carlos Alberto de Carvalho Pinto, símbolo humano e de político de grandeza maior.

Privilegiado de inteligência, de uma sensibilidade como poucas, padrão de honestidade, o ex-Governador e ex-Senador da República foram bem um cristão que honrou a figura do Criador, também pela sua operosidade e simplicidade. Afável, respeitoso, digno, sempre fraterno, sincero, aberto, com olhos para ver e ouvidos para ouvir, tratando igualmente os desiguais, é a lembrança que se tem de Carvalho Pinto, na sua passagem pela política paulista e brasileira.

Nunca pertenci ao seu círculo de amizade, mas dele profissionalmente me aproximei, como advogado dos ferroviários da antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Dele recebi lições de humildade, que calaram fundo em mim, pela sua grandeza pessoal e espiritual. Lembro-me de toda uma noite passada em sua companhia, cerca das 78 horas de um dia até por volta das 6 horas da manhã do seguinte, continuamente, dentro do Palácio Campos Elíseos, ele como Governador, nas tratativas da derradeira greve das ferroviárias, que levou à assinatura da encampação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro.

Nele sempre se viu, em toda a sua vida, a figura do homem responsável, capaz, de profunda sensibilidade e de uma vibração fraterna convivendo com o homem seguro, consciente, zeloso, pondo sua inteligência a serviço do bem comum, das finanças públicas e do Estado.

Essa foi à personalidade que, mais do que o próprio Brasil, a Humanidade perdeu no dia de ontem, desfalcando mais a já tão desfalcada equipe dos homens capazes e sérios do nosso País.

A ele, que me distinguiu, em período de minha vida profissional e política, com a sua valiosa e honrosa amizade, quero deixar prestada aqui, como representante de São Paulo na Constituinte, a homenagem paulista e todo o respeito pela sua vida.

Da maior oportunidade, assim, que se retrate aqui a figura sempre amada e respeitada de Carvalho Pinto, transcrevendo-se duas publicações do jornal **O Estado de São Paulo**, em sua edição de hoje, a saber:

UM HOMEM DE CORAGEM

Hélio Damante

"Não há grande homem para seu criado de quarto, dizia Napoleão citando Goethe. Se não fui um "valete" do professor Carvalho Pinto, tive o privilégio de penetrar na intimidade de seu pensamento, de freqüentar a sua casa e mesa – e de recebê-lo na minha –, de conviver com seu caráter austero de paulista velho. Domingo à noite ele me telefonou, com a voz firme, para dizer que seu estado era grave, ia internar-se na manhã seguinte e queria dar-me a notícia, que sabia grata para mim, de que estava "espiritualmente preparado para morrer".

Só um homem de coragem falaria assim, mesmo a um amigo em quem confiasse. Ele poderia ser tímido e indeciso, como foi acusado tantas vezes, mas só um homem de coragem poderia promover, contra sua própria classe, a desapropriação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, com seus bens móveis e imóveis, evitando que o Estado ficasse com uma montanha de ferro velho e os acionistas com os prédios e terrenos, como aconteceu com os ingleses da Santos Jundiaí. É certo que as ações foram pagas por um preço vil e agora o Tesouro tem de indenizá-los, mas o saldo para o Erário foi compensador. Re-

presenteou, por exemplo, a preservação, ainda que precária, pelos desgovernos seguidos dos hortos florestais da Companhia Paulista, entre eles o de Rio Claro, uma pequena escola de agronomia florestal.

Certa vez, em Votuporanga, mandou levantar, vôo o DC-3 em que viajava com a comitiva, a mulher e duas filhas, quando. No inverno, a noite caia rapidamente e o Professor, como o chamávamos, não queria descumprir um compromisso inadiável em São Paulo. A cabeceira da pista teve de ser iluminada por faróis de automóveis. O brigadeiro Faria Lima, piloto experimentado, foi para a cabina com os cabelos em pé. Temeridade ou senso do dever, com boa margem de segurança? Quem o sabe?

Enquanto na crise decorrente da renúncia de Jânio Quadros hesitou, por questões de convicções políticas, três dias para se definir pela posse de João Goulart – e o fez de forma ambígua, manifestando-se pelo cumprimento "da letra e do espírito da Constituição", isto é, o Vice-Presidente assume a Presidência em caso de vacância –, revelar-se-ia nas circunstâncias dramáticas que a precederam o homem destemido que, no fundo, era.

Não é verdade que ele tenha sido agredido pelo Prefeito Jânio Quadros, no avião da Presidência da República, em Cumbica, no trágico 25 de agosto de 1961. Naturalmente houve alteração, como pode testemunhar Hélio Bicudo. Eu mesmo sou testemuña de que, no domingo anterior, em visita a São Carlos, o governador machucam duas costelas ao ordenhar uma vaca, seu hobby favorito, poucos o sabem.

Sempre me lembrei de Carvalho Pinto, cingindo uma metralhadora, durante a rebelião dos bombeiros, única em nossa história, na madrugada de sexta-feira, 13 de dezembro de 1961, com os carros vermelhos. Luzes de alerta ligadas, cercando o palácio, a guarda desarmada (aliás, não oporta resistência), os tanques do general Costa e Silva movendo-se lentamente da praça Clóvis para os Campos Elísios e o Governador disposto a morrer em seu posto para não se desmoralizar.

O período governamental de Carvalho Pinto (1959-1963) foi rico de reivindicações militares, crises políticas e movimentos grevistas, registrando-se nele mais de duas mil greves de todo o tipo, não lhes faltando o apoio ostensivo, por certo de comum acordo, do vice-governador Porfirio da Paz. Nenhuma pessoa morreu, ninguém sofreu violência física e muita menos tortura, e umas poucas prisões foram logo relaxadas. Os Jovens tenentes rebelados sofreram punições quase simbólicas, com transferência para o Interior, principalmente para Taubaté, logo voltando às suas unidades.

É certo que não havia o fenômeno do grevismo profissional da CGT, o salário eram baixos, e as reivindicações legitimam. O equilíbrio de Carvalho Pinto, imune à demagogia, assegurou a paz de São Paulo num período difícil de nossa vida política. Tão difícil que nele se engendrou 64, mas sem a cumplicidade de Carvalho Pinto.

Eu o definiria, depois de mais de 30 anos de convívio – desde a Comissão do IV Centenário, passando pela Secretaria da Fazenda –, como, um pepêpista autêntico, não como burguês progressista. Era um economista – porque não dizê-

lo? – da escola de Salazar, mas não foi autoritário, por isso muitas vezes acoimado de fraco.

O jornalista Hélio Damante foi assistente particular do Governador Carvalho Pinto durante os quatro anos de seu mandato (1959-1963).

"TÉCNICO AUSTERO, POLÍTICO LIBERAL"

"A dicotomia entre tecnocratas e políticos não está bem esclarecida. Na medida em que os técnicos ascendem na vida política e passam a ocupar posições políticas, tomam-se políticos." A frase define precisamente seu autor, um bacharel em Direito e funcionário público que se especializou em finanças e se transformou num político popular – que não tem a biografia presa aos partidos políticos –, o professor Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, que foi Governador do Estado de São Paulo e Senador.

CP, como se tomou conhecido nos anos 50, quando se popularizaram siglas como JK e JQ, carregava a política no sangue. Um de seus ascendentes, o brigadeiro Bernardo Gavião Peixoto, fez carreira na política paulista em meados do século passado. Seu tio-avô foi o conselheiro do Império e duas vezes Presidente da República (na segunda, não chegou a tomar posse, como Tancredo Neves) Rodrigues Alves. Seu avô, Virgílio, foi Vice-Presidente da Província de São Paulo. O pai, também Virgílio, Deputado Federal pelo antigo Partido Republicano, que ditava as regras na República Velha. Carlos Alberto nasceu no bairro de Campos Elíseos, onde ficava o Palácio do Governo, em 15 de março de 1910. No fim de seu curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, foi orador da turma. Em seu discurso de formatura, falou da "geração sem rumo", causas e consequências da Revolução de 1930.

Formado em Direito em 1931, participou dos movimentos políticos da época, mas não se tornou conhecido por isso. Começou sua carreira de servidor público a partir de baixo. Assistente jurídico dos prefeitos de São Paulo, Prestes Maia e Abraão Ribeiro, chegou à Secretaria das Finanças do município; ao longo de três administrações: Abraão Ribeiro, Cristiano das Neves e Jânio Quadros. Quando Jânio assumiu o governo do Estado, logo convidou o Professor Carvalho Pinto para ocupar a Secretaria da Fazenda. Na secretaria, adotou um rígido programa administrativo, começando por uma severa compressão das despesas públicas, amortizando e consolidando as dívidas do Estado e aperfeiçoando os mecanismos arrecadador e fiscal.

"É com eleição direta que se integra o povo no processo político e se enseja a formação de lideranças indispensáveis ao aprimoramento do regime democrático", diria o professo, em 1974, quando se candidatou ao Senado Federal. Fiel a esse princípio, disputou o governo do Estado em 1958, apoiado pelo seu então chefe, Jânio Quadros. Em 1959, saiu do Tribunal de Contas do Estado para assumir o governo no mesmo palácio em cujos jardins brincava na infância.

No lugar que já fora de seu tio-avô, dedicou-se a uma tarefa então considerada revolucionária na atividade pública: o planejamento global. Seus secretários eram, como ele, homens severos, austeros e, em sua maioria, maduros. Os técnicos que cuidavam do planejamento, contudo, eram todos

jovens e receberam até o apelido de "os meninos do planejamento". O Governador não confundia austeridade com sisudez costumava convidar seus assessores para um cafezinho na Avenida São João ou para jantar numa churrascaria.

Essa tranqüilidade, contudo, não acontecia fora de seu governo. Sua administração atravessou anos de muita turbulência política. As greves operadas aconteciam a uma média de 400 por ano. Jânio Quadros, seu antigo chefe e seu candidato à Presidência da República, renunciaram e se instalou uma crise, porque os militares não queriam dar posse ao Vice-Presidente João Goulart. Na solução parcial do parlamentarismo, Carvalho Pinto foi convidado para ser o primeiro-ministro, mas não aceitou. Político comprometido com as teses liberais, saídos de um governo em que ganhou fama de homem severo e honesto, aceitou o Ministério da Fazenda, em junho de 1963, em substituição a Santiago Dantas. Seu nome era a garantia de uma política de austeridade, da elaboração de um plano econômico-financeiro nacional, para restaurar a esperança dos brasileiros. Mas sua gestão durou exatamente seis meses.

A participação de Carvalho Pinto, um homem que nunca teve nenhuma ligação com a esquerda, no governo João Goulart, valeu-lhe uma tentativa, feita pelo então Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, de lhe cassar os direitos políticos, por "subversão". A tentativa foi vã e o Professor Carvalho Pinto entrou para a Aliança Renovadora Nacional – Arena, o partido do regime militar. Mesmo na Arena, defendendo as políticas econômicas dos governos revolucionários, particularmente a de Delfim Neto, o ex-governador permaneceu um defensor ativo das eleições diretas. Em 1966, elegeu-se senador e explicou: "O político que considera o Senado um enterro de luxo já devia estar enterrado a mais tempo."

Oito anos depois, tentou a reeleição, partindo, nas pesquisas, disparado à frente do candidato do MDB, partido da oposição ao regime, o ex-prefeito de Campinas, Orestes Queríca. "Estou integrado na realidade brasileira. Não me considero um velho" – disse ele, então, rebatendo as críticas que lhe faziam os adversários, referindo-se à diferença de idade entre os dois concorrentes. A respeito de sua atuação no Senado, seu ex-companheiro Mem de Sá depôs: "Ele trata os assuntos mais sérios como se fossem corriqueiros". Mas a derrota o levou à aposentadoria e a volta ao conto com os livros, ao lado dos quais viveu seus últimos dias."

O SR FÁBIO FELDMANN (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Srs. Constituintes, foi com profunda e sincera alegria que recebemos a notícia da assinatura, pelo Presidente José Sarney, do decreto homologatório da área do Ribeirão Silveira, no Sertão de Barra do Una, Município de São Sebastião, litoral norte de São Paulo. Este decreto põe fim, de uma vez por todas, às ameaças que durante estes últimos astros a nação Guarani vinha sofrendo no meu Estado.

Existem no Estado de São Paulo sete aldeamentos da nação Guarani – morro da Saudade, Crucutu e Jaraguá, na área da Grande São Paulo; Rio Branco e Itariri, no litoral sul, e Silveira e Boa Vista no litoral norte. Durante muitos anos estas áreas indígenas não foram demarcadas e, consequentemente, homologadas em virtude da justifi-

cativa da Funai, que alegava não ter verba para tal empreitada. O Governo Montoro, tornando conhecimento da situação e atendendo a reivindicações dos próprios índios e das sociedades indigenistas, assinou um convênio com a Funai através da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista – Sudelpa, a fim de que fosse executada esta tarefa. O Grupo de Resolução de Conflitos da Terra da Sudelpa demarcou as áreas Guarani no Estado de São Paulo, num trabalho inédito na história da luta indígena mundial.

Em 19 de abril de 1986, o Governador Franco Montoro, em comemoração ao Dia do Índio, assinou os decretos de demarcação e homologação, a nível estadual, dessas áreas Guarani.

A Funai endossou a demarcação realizada por esse Grupo de Trabalho e, em 10 de dezembro de 1986, esta demarcação era levada ao Grupo Interministerial constituído pelo Mirad, Minter e Conselho de Segurança Nacional presidido pela Funai. Os órgãos integrantes deste Grupo consideraram a área Guarani do ribeirão Silveira como de "ocupação imemorial indígena". O mesmo parecer já tinha sido fornecido pelo perito nomeado pela Justiça de São Sebastião – Prof. Desidério Aytai –, na disputa judicial que corre nesta comarca do litoral norte paulista, onde os indígenas obtiveram liminar contra o Grupo Peralta – comerciantes estabelecidos na Baixada Santista.

Para nossa desagradável surpresa, durante as comemorações do Dia do Índio neste ano, todas as áreas Guarani do Estado de São Paulo foram homologadas pela Presidência da República, excetuando-se a do ribeirão Silveira.

Nosso descontentamento aumentou ainda mais ao tomarmos conhecimento, até mesmo através da imprensa, das diversas gestões realizadas pelo Grupo Peralta junto à Funai e Ministério do Interior, na presença do antigo Comandante-Chefe do 2º Exército – General Dilermando Monteiro.

A assinatura do decreto de homologações dessa área – vital para todos os Guarani que aí possuem roça em comum e tiram da mata material para seu artesanato – dependeu do parecer jurídico da Consultoria Geral da República, a partir do parecer do seu Secretário, Consultor José Celso de Melo Filho.

Quando tomamos conhecimento de que, no final da tarde do último dia oito, este decreto fora finalmente assinado, tivemos certeza de que parte significativa da dívida que a civilização branca possui em relação aos nossos irmãos Guarani tinha sido finalmente resgatada. E como cidadão brasileiro e Constituinte, que lutou por este resgate, tive orgulho disto.

O SR. OSVALDO RENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. e Srs. Constituintes, recebi correspondência dos Srs. Erol Fridrich e Paulo Spohr, Prefeitos de Santa Rosa e Alecrim, do Rio Grande do Sul. Ambos nos solicitam providências, junto a quem de direito, para a solução de um problema que se criou naquela região do Rio Grande do Sul, com a alta taxa de energia elétrica e luz cobrada pela Cooperativa Rural Fronteira Noroeste Ltda. dos pequenos produtores rurais.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica, vende a energia por atacado às cooperativas e, estas, por sua vez, a revendem por varejo aos

consumidores, com a responsabilidade da manutenção das redes, transformadores e demais equipamentos necessários.

Isto não é de hoje; vem de muito tempo a prestação de serviços pelas cooperativas. Diga-se de passagem, foram estes serviços inigualáveis para as comunidades rurais, não apenas a redistribuição da energia mas, principalmente, a implantação de redes rurais, que possibilitaram mais depressa este progresso para o meio rural.

O objetivo, quando da criação destas cooperativas, era justamente comprar a energia por preço mais acessível, em grande quantidade, e revendê-la aos agricultores por preços bem abaixo dos das grandes companhias.

Segundo informações, esta prática funcionou muito bem durante vários anos. Pode até, por vezes, os preços ter-se, igualado, aos das companhias, mas nunca foram superiores.

É de estranhar o que acontece no momento com a cobrança exorbitante feita pela cooperativa junto aos seus associados.

A correspondência dos Prefeitos clama por providências, uma vez que a grande maioria dos pequenos agricultores não tem condições de fazer o pagamento.

Neste sentido, já encaminhei expediente ao Exmº Sr. Ministro de Minas e Energia, ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul ao Presidente da Companhia Estadual de Energia Elétrica, pedindo verificação das tarifas cobradas que, quer-me parecer, teriam de ser paritárias e uniformes.

Ocorre ainda – o que mais me motiva a falar, justamente para provar a situação calamitosa em que hoje se encontra o nosso pequeno colono – a grande disparidade que houve em relação aos preços do que consome e do que vende.

Os produtos que o agricultor vende não acompanharam as altas sofridas pelo que ele consome. A energia é um exemplo. O mesmo também aconteceu com os outros produtos de que ele necessita. Antes, o colono pagava sua luz com algumas dúzias de ovos, ou litros de leite; hoje não dá mais.

Para que V. Ex.ª tenham idéia, a energia subiu assustadoramente. Segundo informações, os que pagavam de Cz\$ 75,00 a Cz\$ 100,00, há poucos meses, agora estão pagando de Cz\$ 300,00 a 500,00.

Ora, Sr. Presidente, quem conhece a colônia, como eu e muitos dos Srs. Constituintes, sabe muito bem o que representam hoje Cz\$ 500,00 para um pequeno colono. Para apurar este numerário, precisa vender 80 litros de leite, mais que uma bolsa de soja, um suíno de 50 kg, 15 dúzias de ovos, ou 10 galinhas.

Creiam-me que, há pouco tempo, com 10% destes produtos, o colono pagava sua luz, prova que jamais reclamava por não haver necessidade, pois o preço que pagava era correto.

Esta é a triste realidade que hoje vive o nosso agricultor. Não sei até onde vai isto. Alguma coisa terá de ser feita para que não desapareça completamente, para que possa sobreviver.

Estas coisas trazem o êxodo rural, provocam a corrida para os grandes centros onde hoje já, milhares, fazem parte dos grandes cinturões da miséria ao redor das grandes cidades.

Este é um assunto que clama por solução. Acredito, sinceramente, que estas minhas pala-

vas vão encontrar eco, assim como também os expedientes encaminhados diretamente às autoridades que têm, em suas mãos, as soluções, tenho certeza e, se quiserem, resolverão o problema. Peço-lhes, encarecidamente que façam alguma coisa pelo agricultor abandonado e sofrido.

O SR. BOCAJUVA CUNHA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no momento em que se anunciam balanços recordes nos bancos, mais um expediente está sendo tentado para ainda aumentar os lucros do setor financeiro.

Trata-se de prolongar o prazo da compensação de cheques. A este propósito, um grande e importante órgão da imprensa brasileira, o *Jornal do Brasil*, publicou, em sua edição de ontem, 22-7, o seguinte tópico, que passo a ler para que conste dos nossos Mais:

"DESCOMPENSAÇÃO"

Sem nenhuma preparação, sem consulta aos clientes, sem explicação técnica convincente, os bancos resolveram reter por 72 horas o pagamento dos cheques neles depositados. Alegam que a compensação está sobrecarregada e sem recursos tecnológicos para continuar a compensar os cheques em 48 horas, e já nem se fala nas 24 horas, como acontecia até há algum tempo.

Em época de inflação, trata-se de uma verdadeira expropriação do dinheiro do público. O cidadão já está sendo expurgado nas estatísticas, achatado nos salários, assaltado nos juros e, agora, como se não faltasse mais nada, descondensado nos seus cheques. A alegação dos bancos, de que lhes faltam recursos tecnológicos para processar os cheques, seguramente não procede, pois o que não falta aos bancos brasileiros é a automação.

Espichar a compensação é uma solução fácil, que só traz vantagem para os bancos, que ficam com menos trabalho e mais tempo com o dinheiro dos depositantes em seu poder. Só os clientes dos bancos é que não ganham compensação alguma"

Felizmente, a reação que se generalizou contra esta medida – que penaliza não só as pequenas empresas como o próprio correntista menor está assustando os seus mentora, que já anunciam um possível recuo.

Esperamos que este recuo se tome real e que a medida seja definitivamente afastada.

O SR. FERES NADER (PDT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, segundo as estatísticas mais recentes, o Estado do Rio de Janeiro tem registrado, nos últimos meses, um desenvolvimento industrial considerável, marcando a retomada do seu ritmo de crescimento, que esteve obstaculado, por fatores diversos, ao longo de um período acentuado.

Diversos municípios fluminenses acolhem hoje uma pléiade de grandes empresas, cuja força produtiva tem contribuído de maneira expressiva para a recuperação da economia do Estado e da própria Nação brasileira.

No eixo Rio – São Paulo, por exemplo, figura Volta Redonda, onde estão instaladas dezenas de

empresas, destacando-se, entre outras, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Cimento Tupi e a Estanifera Do Brasil. Em Barra Mansa erguem-se, majestosamente, a Companhia Metalúrgica Barbará e a Siderúrgica Barra Mansa S/A. Em Resende está situado um invejável pólo industrial. Em Itatiaia, abrem-se as portas para o turismo e para a ecologia.

Dante deste quadro, gostaríamos de chamar a atenção das autoridades federais e estaduais para o abandono em que se encontra o único retomo que dá acesso ao pólo industrial de Resende. São quase 500 metros de uma estrada de terra, na altura do Km 298 da Rodovia Presidente Dutra.

Segundo queixas que nos foram encaminhadas, há mais de dez anos que a estrada espera por asfaltamento. Cerca de oito indústrias localizadas no pólo e regiões vizinhas, que proporcionam arrecadação expressiva, utilizam-se do trecho, que, pelas péssimas condições de conservação, com buracos, lama, pedra, lixo e mato, coloca em risco a segurança de centenas de pessoas. Quando chove, são constantes as derrapagens, havendo perigo de veículos se projetarem no do Paraíba do Sul, pois não existem grades nem muros de proteção.

Por isso, Sr. Presidente, solicitamos ao Ministério dos Transportes providências no sentido de que o DNER execute o asfaltamento da estrada, eliminando o problema, que, além de criar transtornos para o funcionamento do pólo industrial de Resende, principalmente com relação ao escoamento da produção, coloca em risco centenas de vidas humanas.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL - PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é necessário que se destaque mais uma vez o problema da emergência na Região Nordeste, particularmente no Estado do Piauí.

Sempre, o Governo estadual adota medidas imediatas de socorro às regiões mais castigadas, aguardando a mobilização e o apoio do Governo Federal através do Ministério do Interior e da Sudene Agora, o que se observa é o imobilismo do Governo estadual, e uma forma incompleta de combate ao problema, por parte das instituições envolvidas, pois foi definido que os bancos oficiais – Banco do Brasil, Banco do Nordeste e o Banco do Estado agiram através de linhas de crédito para a agricultura, sob forma de custeio, com juros subsidiados, o que até o momento não ocorreu. Inclusive, as agências oficiais de crédito não receberam as instruções para operacionalizar essas medidas.

Outra forma aconfrada abrange o trabalho do Estado e dos Municípios, através de obras hídricas, importando até o momento no valor de oitenta e oito milhões de cruzados. Neste aspecto, a questão se agrava pela insuficiência dos recursos em relação às demandas e a decisão do Governo estadual, de alocar apenas vinte e cinco por cento dos recursos para atender aos programas municipais, o que estabelece, em valor para cada município apenas a quantia de duzentos mil cruzados. nada representativo. Portanto, é mister que se realcem os aspectos considerados, que poderão levar a um fracasso o plano de emergência, sobretudo pelo caráter político da discriminação que o Governo estadual está fazendo em relação aos muni-

cípios. ao centralizar a verba do programa, e ao dar ênfase e apoio especial aos municípios que estão ao lado do Governador, em detrimento da maioria.

Pode-se admitir que deverão ocorrer saques a feiras e supermercados, nas regiões mais castigadas, em decorrência da fragilidade das ações, da forma de organização e da atitude política do Governo estadual e do descaso em relação à gravidade da situação.

O Governo Federal, através do Ministério do Interior, deve examinar o encaminhamento da ação em relação ao plano, para corrigir e cobrar, energeticamente, medidas sérias dos que estão à frente de sua execução, no caso, o Governo estadual.

A SR^a MOEMA SÃO TIAGO (PDT - CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, a questão da instalação de uma nova refinaria da Petrobrás no Nordeste, a nível dos levantamentos técnicos efetuados, já não apresenta ministérios. Tecnicamente, a melhor localização corresponde aos desejos do povo cearense a refinaria deverá ser instalada em Aqui-faz, numa área próxima ao Porto de Mucuripe. Os estudos, que inicialmente consideraram as alternativas dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará e Maranhão, gradualmente foram aprofundando-se até chegarem ao Ceará como melhor alternativa técnico-econômica, seguindo-se o Maranhão e Pernambuco.

De acordo com a exposição de motivos encaminhada pelo grupo de trabalho à Diretoria da Petrobrás, para o porte recomendado de uma refinaria de 20.000 m³/dia a alternativa de localização no Ceará, nas proximidades do Porto de Mucuripe, apresenta uma economia de oito milhões de dólares em relação ao Maranhão e de sessenta e oito milhões de dólares ante a alternativa de Pernambuco.

Tendo em vista os dados do relatório técnico do Plano Diretor de Abastecimento, de abril/87, o que se pode dizer é que a diferença de vantagens em relação à localização no Ceará tende a ser maior do que a apresentada. Se não, vejamos:

1º) caso tivessem sido considerados os compromissos de construção do anel ferroviário de Fortaleza, a diferença real para o Ceará aumentaria para 28 milhões sobre o Maranhão e para 88 milhões sobre Pernambuco;

2º) caso o mercado de Belém não tivesse sido agregado ao de São Luis, a alternativa maranhense ficaria mais desvantajosa ainda.

Num país como o nosso, onde o desenvolvimento não se deu por igual, resultando disso regiões altamente avançadas, convivendo com outras com diferentes graus de atraso, é plenamente aceitável que algumas decisões sobre a localização de empreendimentos econômicos de alta reprodutividade extrapolam o caráter eminentemente técnico e se apóiem mais nas diretrizes políticas de desenvolvimento. A nova refinaria da Petrobrás, cuja necessidade de instalação no Nordeste foi recomendada por estudos avaliativos da atual capacidade do parque nacional de refino, ante as projeções das necessidades futuras, é, sem dúvida, um desses empreendimentos altamente reprodutivos. Ela seria um complexo com investimentos estimados na faixa de 350 milhões de dólares e certamente contribuiria de maneira

decisiva para mudar o perfil sócio-econômico da região aonde viesse a se instalar, tanto pela geração de novos empregos, como pela sua característica de pólo de criação de muitas indústrias e serviços dela derivados.

No mesmo sentido dos estudos do grupo de trabalho sobre a melhor escolha de um Estado do Nordeste para a localização da refinaria, os Prof. Célio Thomaz e Craveiro de Souza, do Departamento de Estatística e Matemática Aplicada da Universidade Federal do Ceará, juntamente com Ariosto Holanda, no Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará estabeleceram, através do modelo matemático, com utilização do software "lindo", considerando fatores de infraestrutura, transportes, distâncias entre as fontes de produção e consumo, custo de instalação da refinaria, demanda prevista, produção local de petróleo e restrições na produção e demanda, que a solução ótima seria a sua instalação no Estado do Ceará.

O mencionado estudo foi selecionado para inclusão nos trabalhos da Conferência Trienal de Investigações Operacionais, a realizar-se em Buenos Aires em agosto do corrente.

Pois bem, Srs^a e Srs., repito que é plenamente aceitável que uma decisão política suplante o caráter técnico quando se trata de diminuir disparidades regionais de desenvolvimento.

O Ceará, entre os vários Estados do Nordeste com condições de sediar empreendimentos da natureza da refinaria, é um dos poucos que ainda não pôde ver definida concretamente a instalação dê um complexo industrial próprio: a Bahia tem o Pólo Petroquímico de Camaçari; Alagoas tem o Pólo Cloroquímico proporcionado pela Salgema; Sergipe tem seu Projeto de Potássio; Pernambuco, além de suas muitas indústrias, tem o Projeto Suape; Rio Grande do Norte tem o Projeto Alcanorte e a Superintendência de Produção da Petrobrás, o Maranhão tem o Projeto Carajás, com todos os seus desdobramentos.

O Ceará, até agora, como se costuma dizer na universidade, tinha apenas o complexo de inferioridade.

Os dados técnicos do Plano Diretor que trata do estudo da nova refinaria do Nordeste, numa feliz coincidência com a necessidade de uma decisão política, favorecendo o Estado menos contemplado na região, tornou, no caso da refinaria, desnecessária a existência de uma dicotomia entre o parecer técnico e a decisão política. Certamente não haverá como negar agora o direito líquido e certo de o Estado do Ceará vir a sediar a nova refinaria da Petrobrás!

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago ao conhecimento da Assembléa Nacional Constituinte apelo que recebi, como integrante deste Poder, da Associação Anti-Alcoólica do Estado de São Paulo, no sentido de sensibilizar os Parlamentares desta Casa para a séria problemática que, aliás, não é nacional, mas universal, das consequências da escravidão do homem a bebida alcoólica.

Em si mesma, a bebida alcoólica não constitui flagelo. O vinho, mais saudável do que o excesso de açúcar, hábito multimedunar, já estava na Bíblia. A cerveja figura na História de muitos povos, plurissecular. Cada povo, em sua terra, em sua época, aprendeu a fabricar sua própria bebida típica, tra-

ço peculiar da cultura de cada comunidade que se gaba dela.

Mas a razão de existir, o objetivo da Associação Anti-Alcoólica não é a bebida em si, é a escravização do homem, conduzindo ao alcoolismo através do vício. Na França, como nos Estados Unidos, a bebida não é apenas hábito pessoal, mas costume, porque coletivo e generalizado. Um dos problemas mais sérios com que se defrontam os governos da União Soviética é a bebida levada ao excesso. No Brasil, como em toda parte, agora, como em todas as épocas, a embriaguez e suas danosas e tristes consequências reclamam medidas não apenas no plano pessoal, individual, familiar, mas também coletivo, comunitário, geral e mesmo nacional. Essas medidas devem ser tomadas em dois sentidos distintos e que se completam. Em primeiro lugar, no sentido preventivo, a fim de que se consiga a profilaxia dessa chaga que tanto cresce, que é o alcoolismo. Em segundo lugar, no sentido de promover o tratamento médico, hospitalar, psicológico e moral dos alcançados pela bebida.

A Associação Anti-Alcoólica do Estado de São Paulo, que tem núcleos atuantes em numerosos municípios paulistas (dentre os quais destaco o que trabalha em Peruíbe e na região litorânea adjacente a essa bela cidade bandeirante) ostenta uma densa folha de serviços à comunidade, no campo da prevenção e da recuperação de alcoólatras.

A Associação denuncia as proporções do vício, que considera alarmantes, e que diz propagar-se também entre os condutores de veículos automotores, sejam profissionais ou amadores, o que, segundo informa, vem sendo causa e agravante nas estatísticas de acidentes no trânsito, urbano e rural. Acrescenta, no expediente enviado a esta Casa, a Associação Anti-Alcoólica do Estado de São Paulo que até mesmo donas-de-casa estão elevando sensivelmente o índice de mulheres alcoólatras" e que a juventude se envolve também e muito.

A Associação insiste em que o alcoolismo não pode e não deve ser tratado somente do ponto de vista do consultório médico, do sofá do psicanalista ou do hospital psiquiátrico e clínicas de internação, locais em que se enfrenta o efeito, mas não as causas. Reivindica que, com outras entidades também empenhadas na mesma causa de interesse público, tais como a dos Alcoólicos Anônimos, o Instituto Fraterno de Laborterapia, o Movimento Anti-Alcoólico Brasileiro, além de órgãos especializados do Poder Público, todos deveriam ser ouvidos para a formulação de um consenso correto sobre o problema.

Mais de um milhão de reabilitados no Brasil e dezenas de milhões em todo o mundo, segundo a Associação, atestariam a validade do trabalho que tais instituições desenvolvem para a recuperação dos atingidos pelo alcoolismo. Entretanto, a Medicina se empenha, mas seria desejável que se agilizassem mais as pesquisas e estudos nesse propósito de encontrar meios e modos de acudir os atingidos.

Nos seus vinte anos de militância, a experiência adquirida pela referida Associação, em consonância com as demais entidades do gênero, em São Paulo e em todo o País, precisa ser aproveitada pelos Poderes Públicos. E o legislador não pode ignorar a problemática do alcoolismo, com seus efeitos danosos à saúde, à moral, à economia.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que trago à Casa a mensagem que nos envia a Associação Anti-Alcoólica do Estado de São Paulo, empenhada humana, social e patrióticamente na profilaxia de um dos flagelos que mais põem em risco a dignidade e o sentido da vida, e no tratamento das vítimas do alcoolismo.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL - ES)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no início deste mês de julho, a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem enviou expediente ao Ministro dos Transportes, acentuando relatos anteriores e solicitando medidas urgentes que tragam alívio à situação afeita das vinte e nove empresas nacionais de cabotagem por ela congregadas. Alguns tópicos estão a exigir medidas imediatas, e para eles foi solicitada a atenção especial do titular daquela Pasta.

Dentre os problemas mais prementes, Srs. Constituintes, situa-se o relativo ao frete da cabotagem, que sofreu achatamentos progressivos. Neste ano de 1987, recebeu tratamento extremamente injusto, quando comparado com os reajustes concedidos a outros modais e outras classes de navegação, a saber:

- navegação de cabotagem: 196%;
- transporte aéreo: 293%
- transporte rodoviário: 355%
- navegação de porto: 203%
- nav. interior/derivados petroléos: 380,18%

A tentativa de atravessar o período de congelamento com os fretes atuais inviabilizará a cabotagem, classe de navegação responsável pela quase totalidade do transporte de trigo, milho, fertilizantes, carvão, sal e minérios, imprescindíveis à sobrevivência do País.

Acrescente-se ainda o problema relacionado com a política da Portobrás que permitiu às administrações dos portos concederem redução da jornada de trabalho (horas semanais) a seus trabalhadores, com uma inexplicável cobrança de horas extras em trabalhos requisitados para as horas de funcionamento normal do porto. Outros encargos também foram sendo repassados à Armação, além de depósitos antecipados, cuja devolução só ocorre, em média, daí a vinte dias. Com os juros elevados, fácil é perceber-se a difícil situação da cabotagem, com essa descapitalização.

Outra questão importante, Sr. Presidente, é a que diz respeito à denominada dívida da cabotagem, que hoje assume proporções até mesmo catastróficas. O Governo Federal, através da Sunamam, inverteu o sistema legalmente contratado para o reajuste das dívidas, oriundas da construção de navios, e a matéria hoje se encontra sob apreciação judicial. Ainda que se chegue a uma solução amigável, fica a pergunta: Será lícito alguém esperar que o armador repague, enquanto o Governo comprime e retarda os fretes, congelando-os com custos reais a descoberto (óleo, gatilho, tarifas, etc.), ao mesmo tempo em que corrige as prestações pela OTN plena?

Ainda que a questão venha a ser solucionada, haverá ainda recursos para a cabotagem contratar novos navios pelo Fundo de Marinha Mercante? Os estaleiros nacionais terão capacidade para construir-los, ou já estarão comprometidos por três ou quatro anos?

Concluo este meu pronunciamento, Srs. Constituintes, com o parágrafo final do expediente en-

viado pela Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem ao Ministro dos Transportes.

"Há necessidade de ações corretivas imediatas, de forma a preservar um modal de transporte vital para a Nação. Sabedores do alto espírito de V. Ex.^a, encerramos esperançosos em pronto engajamento do Ministro dos Transportes na breve superação, junto aos diversos órgãos do Governo, dos óbices aqui apontados."

Era o que tinha a dizer.

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB)
– SP. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não se pode negar que o Movimento Democrático Brasileiro, temperado numa luta de vinte anos na Oposição, tem uma espinha dorsal ereta, aliada a uma intransigência de princípios que não configura intolerância, mas revela a segurança e a certeza de continuar trabalhando pelo povo, procurando tornar mais afirmativo o futuro do País.

Evidentemente, em todo e qualquer partido há vozes discordantes, tanto dos que pretendem extremar-se com avanços que o tempo e as condições sociais do povo não aconselham, como alguns que se inclinam para o passado, alimentando os apetites da reação.

São muito poucos e são absorvíveis pela maioria.

Por isso mesmo é que os nossos adversários alimentam as vozes da imprensa, para apresentar-nos como um partido destinado à recessão, inclinado ao divisionismo, por ter "inchado" na conquista do poder.

Em primeiro lugar, temos sócios: não somos únicos detentores do poder, quando é apreciável o número de representantes do PFL, até acima da proporção da sua força como bancada federal, auxiliando o "diligente" Governo do Presidente José Sarney.

Em segundo lugar, não temos culpa de que os demais partidos se sintam mais inclinados a apoiar o nosso progressismo do que a aliar-se a certas forças retrógradas.

Quem tem governadores como Orestes Quérnia, Miguel Arraes, Valdir Pires, Newton Cardoso e Pedrosimón para citar somente os que dirigem cinco grandes Estados, todos eles fidelíssimos à linha partidária e no apoio ao Presidente da República, não pode temer as intrigas, nem, muito menos, as divisões.

Constituindo a maioria absoluta do Plenário do Congresso Nacional e de todos os governos estaduais menos um, raramente tivemos no Brasil um partido dessas proporções, tão grande quanto foi aquele aqui chamado de "maior partido do Ocidente"; no tempo das eleições indiretas para Governadores é dos Senadores biônicos.

Não há o que temer.

O PMDB continuará, vitoriosamente, solucionando suas crises internas, contribuindo para superar as dificuldades sociais; econômicas e financeiras que enfrentamos, as dívidas interna, externa e social, com a mesma disposição de ânimo com que esteve presente aos comícios das diretas e comandou a vitória de Tancredo Neves e José Sarney.

Não nos deixemos envolver pelas intrigas da oposição.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, volto à presença dos ilustres companheiros para esclarecer mais alguns dados da região que se propõe ser mais uma Unidade da Federação – o Estado do Triângulo.

A região acima citada corresponde à microrregião IV do Estado de Minas Gerais, que compreende o Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Planalto de Araxá, parte de Paracatu e Vale do Urucuia.

Sua área de aproximadamente 133.000 km² corresponde a 23% do Estado de Minas, com seus 587.182 km².

Sua população, superior a 2.300.000 habitantes, corresponde a 15% da do Estado de Minas Gerais.

Segundo dados do IBGE, o Estado do Triângulo nasce com população superior à de 9 unidades da Federação, quais sejam: Fernando de Noronha (1.200), Roraima (104.000), Amapá (214.000), Acre (358.000), Rondônia (731.000), Sergipe (1.287.000), Mato Grosso (1.480.000), Distrito Federal (1.579.000), Mato Grosso do Sul (1.604.000).

Segundo a mesma fonte, quanto à área, será superior à de 10 unidades da Federação, quais sejam: Fernando de Noronha (26Km²), Distrito Federal (5.813Km²), Sergipe (21.994Km²), Alagoas (27.731 Km²), Rio de Janeiro (44.268Km²), Espírito Santo (45.597Km²), Rio Grande do Norte (53.015Km²), Paraíba (56.373Km²), Pernambuco (58.281Km²), Santa Catarina (95.985Km²).

No momento oportuno voltarei à presença dos ilustres companheiros para focalizar com mais detalhes as razões da criação do Estado do Triângulo.

O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nas contas do fracasso do Plano Cruzado e no rescaldo do Plano Bresser, nenhuma portaria ou instrução, sentença ou lei foi tão desrespeitada e desmoralizada neste País quanto a Resolução nº 1.335, do Banco Central, editada a 10 de junho último.

Com efeito, elaborada como tábua de salvação dos pequenos e microempresários levados à beira da falência pela inexperiência e acondimento dos economistas do PMDB, a Resolução nº 1.335, num primeiro momento, criou a expectativa de justa solução para o problema das dívidas contraídas pelo setor, brutalmente inchadas pelos juros vorazes dos primeiros meses deste ano.

Embora o discurso de diretores das instituições financeiras se mantenham concorde com o das autoridades governamentais, na ponta do balcão ou na mesa do gerente de banco, ordenado pelos seus superiores, a coisa jamais funcionou como seria de se esperar. O que se notou foi algo que tangencia o terreno do imaginável, com a quase total ignorância da citada Resolução, vendo-se o sistema financeiro forçar negociações à margem do que foi determinado pelo Banco Central.

Na verdade, os pequenos e microempresários continuam sufocados pelo peso das dívidas, sentindo-se duplamente enganados. Primeiro, no instante em que foram no canto da sereia do Plano Cruzado e sacaram contra o futuro, no auge da euforia dos fiscais do Sarney; e agora, com o aceno falso da mão estendida pelo Governo, via

Resolução nº 1.335, que vem sendo ignorada na sua aplicação.

Com pouco mais de um mês de existência, o que se tem, em realidade, é a visão de uma Resolução condenada ao total esquecimento e que somente será lembrada adiante, pelo absurdo da galhofa que provocou nos meios políticos e financeiros e pela raiva repassada aos pequenos e microempresários que tentaram renegociar suas dívidas baseando-se nela.

Têm chegado ao nosso conhecimento casos que recomendam uma enérgica ação por parte do Banco Central, para colocar certas instituições financeiras, particulares de um modo geral, mais afinadas com os desejos e determinações do Governo. Algumas mostram inteiro desrespeito às recomendações do Banco Central. Outras apontam na direção de uma aplicação distorcida destas recomendações. E há, ainda os que têm tentado aplicá-las segundo os seus interesses e ótica própria, como num caso em que o banco só estaria disposto a negociar o principal, exigindo de imediato o pagamento de todo o resto resultante das altas taxas de juros.

Nosso apelo é, pois, no sentido de notificar o Banco Central sobre os fatos aqui expostos e pedir a criação de mecanismos mais eficazes que os desta tentativa, na busca urgente de uma rápida solução do angustiante problema vivido pelos pequenos e microempresários.

Representando uma enorme e expressiva parcela da economia nacional dos dias atuais, os pequenos e microempresários necessitam, mais do que nunca, da especial atenção do Governo para minorar as aflições do seu setor. Sem uma ação enérgica por parte do Banco Central, dura e muito urgente, correremos o risco de pôr fora o grande esforço realizado por centenas de milhares de brasileiros que, bem ou mal, às custas de árdua luta, viram na microempresa o sentido de uma economia nova e moderna, adaptada aos tempos de hoje.

Da nossa parte, temos certeza de que a Constituinte e, depois, pela legislação ordinária, haveremos de proteger as atividades do pequeno e microempresário. Mas primeiro há que salvá-los da debúcle, e isso apenas o Banco Central poderá fazer nesta hora. Daí o nosso apelo, pois é importantíssimo não frustrar o sonho desses nossos irmãos brasileiros que acreditaram no País e no seu destino.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a luta interna na chamada Aliança Democrática tem invertido os valores nesta Nação.

Há algum tempo, mais precisamente após a escolha do nosso correligionário e companheiro de bancada, Deputado Joaquim Francisco Cavalcanti, para o honroso e importante cargo de Ministro do Interior, estamos diariamente tomando conhecimento pela imprensa de fatos estarrecedores na Administração Pública.

Em função da Aliança de sustentação ao Presidente José Sarney, seu primeiro escalão caracteriza-se por ministros do PMDB e PFL, numa correlação de forças encontrada pelos líderes dos partidos.

Não tenho conhecimento de interferências ou desrespeito do PFL nos ministérios ocupados pe-

los ministros do PMDB. Entretanto, o caso que envolve o Ministério do Interior e a Sudene é uma verdadeira subversão à ordem administrativa e hierarquia dos poderes.

No propósito de desestabilizar a liderança do Ministro no seu Estado, e em parte do Nordeste, existe declaradamente uma rebelião entre seus Governadores oposicionistas, sobretudo em Pernambuco, sede da Sudene, cujo Superintendente sequer despacha com o titular da Pasta.

Estamos também tomando conhecimento de que os Estados nordestinos são atendidos, na represa, por outros ministérios, via Sudene, sem participação do Ministério do Interior.

Como poderemos conviver com uma situação administrativa dessa natureza, por interferência política indesejável, com reflexo danoso à administração do País?

Embora representante da região Centro-Oeste, especificamente de Mato Grosso, rogo ao Sr. Presidente da República que dê condições aos seus Ministros, para que cada qual possa, de forma integrada, desempenhar a sua função.

Referindo-me ao Ministério do Interior, gostaria de ver o Deputado Joaquim Francisco Cavalcanti devidamente estabilizado, para efetuar a grande obra que esperamos na nossa região, através da Sudeco, Sudam e de outros órgãos, livre das indevidas interferências no seu desempenho.

Os partidos políticos não têm o direito de prejudicar o desenvolvimento do País, sobretudo aquelas regiões que nada têm a ver com as "brigas paroquiais".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de Comunicações de Lideranças.

V – Comunicação de Lideranças

O SR. DORETO CAMPANARI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quero hipotetizar minha solidariedade ao eminente Constituinte Arnaldo Faria de Sá, que, baseado no Regimento interno, propõe eleições diretas para o ano que vem. V. Ex.^a, Constituinte Arnaldo Faria de Sá, em assim procedendo, está agindo bem. Aqueles que se manifestam contra as eleições diretas o quanto antes não serão perdoados jamais, porque não estão respeitando a vontade, a honra, a dignidade e o desejo de um povo que quer um Presidente eleito pela vontade popular. O Presidente Sarney não é um Presidente legítimo, mas, sim, semilegítimo. Todavia, ele luta para permanecer no poder, usando de todos os meios, inclusive, com mudanças nas regras do jogo a todo o instante. Quer S. Ex.^a que os que não comungam com o seu Governo fiquem à margem, batendo palmas, sem condições de produzir coisa alguma. Mas o Deputado Arnaldo Faria de Sá, em boa hora, apresentou proposta, que, tenho certeza, a maioria dos Constituintes votara favoravelmente.

O Presidente Sarney reuniu-se ontem com Deputados Constituintes que fazem um verdadeiro negócio: estes passarão a apoá-lo, firmemente, desde que tenham condições de indicar 3 ou 4 Ministros, bem como indicar seus amigos aparentes para os cargos mais importantes do 2º e 3º escalões.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, tal atitude não passa de uma negociação. É um jogo sujo, e não podemos aceitar que esses Deputados tenham o desplante e o descarimento de ir à imprensa concordar com isto. Se tal acontecer, num futuro bem próximo, estarão aqui S. Ex^{as} defendendo não os interesses do Brasil, mas representando os interesses do Sr. Sarney. Serão verdadeiros bonecos ventriloquos: vão abrir a boca, mas quem irá falar por eles será, evidentemente, S. Ex^a Presidente José Sarney.

Portanto, Sr. Presidente, temos necessidade de lutar, a todo transe por justiça neste País, o quanto antes, porque há, por parte do Presidente da República, uma desconsideração, um desrespeito à inteligência do povo, ao não querer realizar eleições o quanto antes. S. Ex^a não aceita que seu mandato seja de 4 (quatro) anos, pois quer ficar 5 (cinco) anos na Presidência. S. Ex^a não respeita a Assembléia Nacional Constituinte, que é soberana. O Presidente da República é um homem incoerente, porque, ao assumir a chefia da Nação quando interpelado pelos homens da imprensa – homens que representam a imprensa séria, criteriosa e, acima de tudo, responsável – dizia: "Permanecerei à frente dos destinos da Nação o tempo que a Assembléia Nacional Constituinte decidir. Mas S. Ex^a hoje se esquece de que fez essa promessa.

Portanto, nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, estamos ao lado de V. Ex.^a conte conosco, porque iremos às ruas lutar pela eleição direta, no próximo ano, pois só votando este País sairá da crise, tendo um Presidente eleito pela vontade livre e soberana do povo. (Palmas.)

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a imprensa noticia, a partir de ontem, que o PFL está ameaçando romper com o Governo, visto que este é composto de alguns Ministros do PMDB.

Interrogado, há pouco tempo, pela imprensa a respeito deste assunto, disse que no Nordeste há um termo para classificar peças ameaças; eu diria que as ameaças do PFL não passam de fricote. Fricote é um termo nordestino para um comportamento inferior ao blefe. O PFL é oriundo da Arena e do PDS. Só sabe viver mamando nas tetas do Governo. Portanto, ir à imprensa e dizer que rompe com o Governo é mero fricote. Hoje, inclusive, está marcada uma audiência do Presidente do PFL com o Presidente da República José Sarney, para dizer que há um Ministro do PFL – o Ministro do Interior – que não manda na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, porque o ocupante deste cargo é um companheiro do PMDB.

Quero dizer a V. Ex.^a, Sr. Presidente, a esta Casa e ao Presidente da República que a briga não

é por conta da quebra de hierarquia. O Ministro do Interior não está satisfeito com o Superintendente da Sudene, não por uma questão de hierarquia, mas por uma coisa muito mais séria.

Sr. Presidente, até Dorani Sampaio ser nomeado, a Sudene era um balcão de negócios ilícitos, onde muitos picaretas do Nordeste amealharam uma tremenda fortuna com fundos do Finor para projetos agropecuários. Alguns foram feitos, mas a maioria não.

Em 1982, o dinheiro do Finor correu solto, para eleger todos os governadores do Nordeste pela legenda do PFL. Eles dispuseram de uma "caixinha" com dinheiro tirado da Sudene, inclusive o Presidente do PFL – Senador Marco Maciel teve parte da campanha financiada pelo dinheiro do Finor. Em 1986, como eles não podiam mais mamar nas tetas da Sudene, foram escorraçados de todo o Nordeste – não apenas de Sergipe, onde um dissidente do PFL disputou as eleições e ganhou.

Portanto, Sr. Presidente, em nome do PMDB de Pernambuco, quero dizer que é fricote do PFL essa história de romper com o Governo e que o conflito da Sudene não decorre de quebra de hierarquia, mas é resultante do desejo das oligarquias nordestinas de retransformar a Sudene em um balcão de negócios ilícitos.

O SR. AMARAL NETTO: – Líder do PDS. Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, no dia 28 de março de 1987, disse desta tribuna:

"Quem liquidou as divisas brasileiras, quem liquidou a economia brasileira, quem está roubando a carteira de cada contribuinte com as importações que não são fiscalizadas..."

Antes disso, muito antes, no dia 19 de agosto de 1986, eu havia dito pela Liderança do PDS:

"Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar hoje, também, o que está acontecendo com a importação de carne, quando o inspetor sanitário do Ministério da Agricultura ameaçou demitir-se" – e acabou por demitir-se – "para exigir o exame de carne estragada que chegava ao Porto do Rio de Janeiro. Pois bem, explico a V. Ex.^a uma outra coisa: sabe quanto está custando ao Brasil o exame dessa carne, do leite em pó e da manteiga importados da Nova Zelândia, da Alemanha, da França, da Inglaterra, da Holanda e da Dinamarca e do próprio leite marcado pela contaminação de Chernobyl? Quatorze funcionários do Ministério da Agricultura" – e, pior – "pagos pela Cobal e pela Interbrás, recebendo cerca de duzentos mil dólares para um período de permanência na Europa e na Nova Zelândia que, somados, dão 370 dias."

Depois, Sr. Presidente, desta mesma tribuna, eu disse, no dia 30-9-86 – note bem V. Ex.^a, para ver como o tempo passa depressa:

"Hoje o "Jornal do Brasil" publicou: "Carne importada some e governo leva prejuízo". Sumiram vinte mil toneladas de carne, nem o SNI sabe onde está essa carne." A Cobal

estima que haviam chegado aos portos brasileiros, até a semana passada, 45 mil toneladas, das quais só 38 mil de fato entraram no mercado". O restante desapareceu. Para o "cinab" – órgão importador do Governo – os números eram de 50 mil toneladas e só aparecem 30 mil."

"Pois bem, Sr. Presidente, o que eles dizem agora?" que faltará a carne bovina. Importam carne bovina e dão prejuízo à pecuária brasileira. Agora vão importar carne de porco do leste europeu. "Se com a carne de boi já é o diabo de corrupção, com o porco será aquela porcaria. V. Ex.^a já imaginou o que vai acontecer?"

Vou dar aqui outro detalhe, Sr. Presidente. Quando V. Ex.^a presidia uma sessão nesta Casa, eu exibi uma fotografia que indicava "Festival internacional da Cerveja", e não era na Alemanha, era no Rio de Janeiro. A Casa Lidor expunha cervejas importadas de todas as procedências do mundo, junto com coco ralado de Angola e calcinhas de mulher, da China, de Taipé, e o diabo para este País.

Hoje, Sr. Presidente, estou sendo processado pelo Sr. Ministro Dilson Funaro por tê-lo chamado de desonesto. E leio nos jornais, veja V. Ex.^a, trinta itens de um inquérito que o meu amigo Ronaldo Costa Couto se recusa a divulgar, declarando textualmente:

"Não posso distribuí-lo, porque ele marca e envolve a honra de pessoas físicas e jurídicas."

E dentre as irregularidades constatadas, destaca-se a alteração dos prazos de internação dos alimentos, falta de controle de qualidade de carne, de manteiga, de tudo.

Agora, o que há de mais grave – e querer ver como o Sr. Funaro vai-se valer diante do Supremo Tribunal Federal – vejam bem V. Ex.^a o item 13 do Relatório:

"Descaracterizou-se o órgão interministerial" – que dava as licenças de importação – "pela excessiva preponderância de votos unipessoais do Sr. Ministro da Fazenda Dilson Funaro. Dos 55 votos elaborados pelo Cinab, 42 decorreram de atos ad referendum."

Sr. Presidente, a gravidade do que aqui está decorre da atitude de um homem que, quando deixava o Governo, disse que este era o País da impunidade. Ele está sendo acusado de roubo de divisas brasileiras e nada diz. E o Governo nega-se a distribuir o relatório que implica toda essa gente.

Sr. Presidente, isso vem provar, mais uma vez, uma coisa séria à qual V. Ex.^a, na Presidência da República, tendo certeza, daria grande valor, porque foi a vida de V. Ex.^a: Sem oposição não existe moralidade pública, sem oposição o Governo suicida-se. É o que está acontecendo com o Presidente José Sarney. As denúncias que aqui se estão sucedendo, eu as venho fazendo há um ano e tanto como Líder do PDS.

Vou terminar, Sr. Presidente, destacando apenas que nós do PDS, exercemos uma oposição séria, quando trazemos as provas de que tudo o que dissemos no ano passado foi agora confirmado por um relatório e um inquérito do próprio governo.

E quero saber como o Sr. Dilson Funaro, agora, irá responder, quando me processa no Supremo

Tribunal Federal. Ele disse, a respeito da minha primeira denúncia, que não me respondia porque eu não era um homem sério. Fui a ele e disse-lhe que era um desonesto por isto, isto e isto – e provei – desde janeiro de 1986.

Nenhuma Liderança do PMDB jamais me contestou as denúncias. Agora estão todas comprovadas.

Veja V. Ex.^a se o Governo tomar nota do que diz a oposição, se o Governo tomar nota do que denunciam os Deputados independentes, só se beneficiará disso. Mas, um Governo que ignora denúncias suicida-se e liquida a Nação. (Palmas.)

O SR. HAROLDO LIMA – Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, durante amanhã de hoje, a bancada do Partido Comunista do Brasil esteve reunida com diversos dirigentes da União da Juventude Socialista, entre os quais o jovem Apolinário Ribeiro. Foi uma reunião amistosa, na qual a bancada do PC do B tomou conhecimento de diversos pleitos que a WS apresenta em nível nacional, inclusive diversos deles já encaminhados à Constituinte.

Sr. Presidente, ainda no dia de hoje a imprensa, especialmente o "Jornal do Brasil", informa que o Diretor Superintendente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, o Sr. Brasil Demétrio, confirmou a circular encaminhada por sua entidade aos diversos sindicatos de escolas particulares do Brasil. Recomenda, entre outras coisas, que cada entidade traga à Assembléa Nacional Constituinte, quando da votação do Projeto de Constituição, o que chamou de "tropas de ocupação", com o objetivo explícito de "gritar, discutir, insultar, provocar, brigar, expulsar, constranger, e tudo que for necessário", fazendo, assim, com que os Constituintes se dobrem e, por conseguinte, votem o que seja de interesse da entidade – que, evidentemente, por tudo que está exposto, é de fundo fascista – que funciona no País.

Sr. Presidente, o documento confirmado pelo Presidente e Diretor-Superintendente da Fenen, Sr. Brasil Demétrio, é de alta gravidade. Nunca, ao que nos consta até o período presente, uma entidade oficializou tamanha e afrontosa ameaça à Assembléa Nacional Constituinte, poder soberano desta Nação.

Sr. Presidente, assim, a Assembléa Nacional Constituinte acaba de ser formalmente ameaçada por S. S^a o Sr. Brasil Demétrio, de sofrer expressamente constrangimentos vários, vindo a ser insultada, provocada, agredida e tudo o mais, com a invasão das galerias a ser feita por retas ditas "tropas de ocupação". S. S^a cita, inclusive, alguns Constituintes que deverão ser objeto de atenção especial, entre os quais os Líderes do PT, do PDT, do PC do B e do PCB, e outros como Rita Camata, Cristina Tavares, Octávio Elísio, Hermes Zaneti, Joaci Góes e alguns mais, em especial o Constituinte Artur da Távola.

Ora, Sr. Presidente, isso nos mostra que a Constituinte está sob grave ameaça. Existe um grupo fascista solto – e contra o qual não se adota qualquer providência – que ameaça o poder su-

premo desta Nação, a Constituinte livre e soberana. O Governo do País não toma qualquer iniciativa. Isso demonstra que as ameaças mais sórdidas contra a Constituinte são feitas abertamente, e pela direita organizada. Inclusive o Sr. Ministro da Justiça vem a público, de vez em quando, dizer que a esquerda está ameaçando a sociedade disso e daí, como o badernaço em Brasília, como as agressões, no Rio de Janeiro, ao Presidente da República.

Mas quando começam a descobrir de onde procedem as ameaças, constatam que vêm da direita – como foi o caso do badernaço em Brasília. Inclusive, hoje a TV Manchete anunciou, de manhã, que já se está chegando à conclusão de que as ameaças à vida do Presidente da República, no Rio de Janeiro, foram tramadas por organismos de direita, atrás dos quais há elementos ligados ao General Werner Walters, ao General João Batista Figueiredo e ao General Otávio Medeiros. Mas, repito, quando se começa a descobrir que a direita está por trás de tudo isso, o Ministro da Justiça cala a boca, não faz absolutamente nada, porque não descobriu a esquerda como responsável por esses atos.

Sr. Presidente, nós, do PC do B, achamos que V. Ex.^a que é o Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, não poderá ficar omisso diante de ameaças abertas e afrontosas, como esta dirigida contra nós, indicando nomes de Constituintes que serão agredidos aqui, quando "tropas de ocupação" assaltarem estas galerias não para fazer a pressão democrática que todos defendemos e o PC do B as defende com força – mas sim para fazer ameaças fascistas que não podemos suportar.

Esperamos que V. Ex.^a tome as iniciativas e as medidas que o caso requer, cuja adoção deveria ser obrigação de todos nós. (Palmas.)

O SR. BOCAUVA CUNHA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BOCAUVA CUNHA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, numa tentativa de evitar este espetáculo que não contribui para o fortalecimento da democracia em nosso País, nem para a seriedade de propósito dos Constituintes, que têm a honra, difícil, árdua e ao mesmo tempo patriótica tarefa de fazer uma Constituição, nós nos reunimos, ontem, sob a Presidência de V. Ex.^a

Numa sugestão que a nós, do PDT, nos pareceu muito feliz, o Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Parlamentar experiente, nosso companheiro dos anos 60 – que amadureceu no sofrimento, na privação dos seus direitos políticos –, fez uma sugestão, em seguida, digamos assim, alterada, emendada pelo Deputado Aldo Arantes. A modificação proposta não se refere ao Regimento Interno, mas ao processo de discussão dos artigos da Constituição do Relatório Bernardo Cabral, feita a partir dos trabalhos da Comissão de Sistematização.

V. Ex.^a propôs-se a tentar obter a unanimidade da opinião dos líderes, sobretudo do PMDB, PFL e PDS. Há pouco, fui informado verbalmente pelo nobre Constituinte Amaral Neto de que o PDS

estaria de acordo com a sugestão feita pelo nobre Constituinte Aldo Arantes, que consiste em fazermos uma experiência.

Não alteraríamos a ordem dos oradores que já estão inscritos. V. Ex.^a tem razão, não é possível retirar o nome de quem já se inscreveu. Faríamos uma experiência pelo menos durante duas semanas. Essa é a sugestão concreta que venho apresentar em nome dos nobres Constituintes Plínio Arruda Sampaio e Aldo Arantes, e também em nome do PDT, para que se trabalhe já com temas objetivos.

A proposta é a seguinte na próxima terça-feira, dia 4 de agosto, haveria uma sessão extraordinária, a realizar-se das 9 às 13h, e os oradores se inscreveriam para discutir um tema específico, "Educação"; na quarta-feira, dia 5, o tema seria "Estados, União e Municípios"; na quinta-feira, dia 6, "Reforma Agrária".

Então, das 9 às 13h, nesses três dias – terça, quarta e quinta-feira – os Constituintes se inscreveriam para discutir esses temas específicos. Na semana seguinte; no dia 11, terça-feira, o tema seria "Economia, Propriedade e Estatuto de Empresa Nacional e Estrangeira"; no dia 12, quarta-feira, "Direitos Trabalhistas e liberdade Sindical"; no dia 13, quinta-feira, "Regime de Governo, Presidencialismo ou Parlamentarismo". Na terceira semana, dia 18, "Sistema Eleitoral e Voto Distrital"; no dia 19, "Reforma Urbana", e no dia 20, "Saúde e Previdência Social".

Faríamos uma tentativa, que não vai corta o Regimento, que não altera aquilo que já está estabelecido, no sentido de enriquecer um pouco o debate constitucional nesta Casa.

Hoje assisti aqui, impressionado, à chamada de mais de dez Constituintes que não estavam presentes – e têm razão em ausentarse. Comparecer a este plenário para discutir o quê? Até comentei com o Deputado Plínio Acorda Sampaio – e aqui faço um pequeno parênteses – que o Deputado Maurício Ferreira Lima fez hoje uma grave denúncia ao PFL, mas ninguém o contestou. Não há mais debate. As pessoas falam e ninguém mais debate. V. Ex.^a presidiu a sessão e assistiu a esta discussão, está a par dela.

Faço apenas uma sugestão concreta para que V. Ex.^a possa melhor encaminhar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência agradece a V. Ex.^a a sugestão objetiva e concreta a propósito da inscrição de oradores para a discussão de matéria constitucional. A Mesa tem mantido contato com as lideranças partidárias. Ao PMDB foi solicitado que examinasse o assunto e trouxesse uma resposta que pudesse ser levada às demais lideranças, mas, em face da sugestão concreta de V. Ex.^a, a Presidência ainda hoje fará circular sua proposta entre todas as lideranças, recomendando uma resposta ou qualquer outra sugestão.

Agradeço a V. Ex.^a a contribuição.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, quem, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores,

manifestar repúdio à posição, divulgada pelo "Jornal do Brasil", da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, que faz ameaças graves de ataques aos Constituintes, e somar-me à Liderança do Partido Comunista do Brasil no sentido de solicitar a V. Ex.^a providências em relação a essas posições que são assumidas publicamente. Nas declarações feitas ao jornal, o diretor-superintendente da Fenen assume explicitamente uma atitude de agressão aos Constituintes por suas posições que, segundo a entidade, são inaceitáveis para ela.

A outra questão que me trouxe à tribuna – e chamo a atenção de V. Ex.^a como Presidente da Câmara dos Deputados, apesar de abordar o assunto no horário destinado às Comunicações de Lideranças da Constituinte – é ressaltar que foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 173, certamente da lavra do escriba do Palácio do Planalto, o jurista Saulo Ramos – dono de um grande escritório de advocacia em São Paulo –, projeto esse que trata exatamente de falências e concordatas. Chamo a atenção da Casa para os termos do Projeto de Lei nº 173, art 1º, que diz:

"Incidirá correção monetária calculada segundo a variação nominal das Obrigações do Tesouro Nacional sobre os créditos habilitados nos processos falimentares e de concordatas, a partir do vencimento da obrigação, ou do vencimento antecipado, conforme o caso, até a data do efetivo depósito em juízo das quantias correspondentes."

Correto, Sr. Presidente.

Mas a inteligência, a malícia, o negócio que preside o Consultor-Geral da República fica revelado no art. 4º do projeto, para o qual chamo a atenção da Mesa e dos Srs. Constituintes.

Diz o art 4º

"O disposto no art. 1º, aplica-se aos processos pendentes, observada, quanto ao inicio de incidência de correção monetária, a data de entrada em vigor da presente lei"

Isso, Sr. Presidente, objetiva exatamente salvar a Delfim, visa a transformar a Delfim de devedora em credora. Isso é um escândalo, é uma imoralidade. Aproveita-se um projeto que no seu art. 1º é coreto, tem um enunciado justo, para, no art. 4º, passar à mutreta, à "maracutáia", à malícia, para transformar firmas escandalosas, como a Delfim, de devedoras em credoras. Essa é a realidade; esse projeto está aí é o Projeto de Lei nº 173 – e chamo a atenção dos Srs. Constituintes para que o denunciem.

A proposição é da lavra do Sr. Saulo Ramos. Quem é Saulo Ramos? Repito, é advogado de um grande escritório de falências e concordatas em São Paulo.

É uma denúncia concreta que faço da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, requerendo a V. Ex.^a, como Presidente da Câmara dos Deputados, que este projeto não seja incluído na Ordem do Dia, porque, se tal ocorrer, será um escândalo; e vamos obstruir, para impedir que através de uma medida desse tipo se beneficiem as falências e as concordatas fraudulentas.

O Consultor-Geral da República – se foi ele que fez este projeto de lei – não pode continuar no cargo. Está aqui, Sr. Presidente, é o Projeto

de Lei nº 173 – para o qual reitero a atenção dos Srs. Constituintes e da imprensa – que certamente será colocado na Ordem do Dia.

É a denúncia que faço, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987, venho, em nome do Partido Democrata Cristão, chamar a atenção da Casa para o seguinte fato: ainda no princípio dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, o Partido Democrata Cristão, por nosso intermédio, apresentava na Câmara dos Deputados pedido de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, para que fosse apurado este que, sem dúvida nenhuma, é o maior escândalo da Nova República, ou seja, a irregularidade na importação de alimentos. No dia de hoje, todos os jornais estampam em grandes manchetes que esta irregularidade existe e que inclusive é de tal monta que já enseja abertura de um inquérito policial.

Mas queremos, Sr. Presidente, insistir agora, mais do que nunca, no sentido de que, tão logo se iniciem os trabalhos da Câmara dos Deputados, seja implantada esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque as irregularidades apontadas pela comissão nomeada pelo Sr. Presidente da República representam tão-somente a ponta do **Iceberg**. Se o próprio Governo central admite a existência de irregularidades na importação de alimentos, podemos imaginar. Sr. Presidente, a extensão daquilo que não foi revelado. A comissão nomeada pelo Executivo apontou irregularidades porque eram por demais evidentes. Mas o que queremos é verticalizar essa investigação e colocar a nu, às escâncaras, esse escândalo desmedido. Esta é a grande aspiração da nação brasileira: dar um basta ao regime de impunidade, no qual as pessoas do Governo, ou usando do Governo, cometem todo tipo de crimes e nada lhes acontece. Gozam, impunes, risonhas e cínicas, do fruto de sua malícia e incúria.

Fica, portanto, Sr. Presidente, em nome do Partido Democrata Cristão, o apelo para que, tão logo reiniciados os trabalhos da Câmara dos Deputados, seja efetivamente implantada uma Comissão Parlamentar de inquérito, a fim de mostrarmos à Nação, de forma escancarada, os responsáveis por essas gravíssimas irregularidades, que quebram a alma da Nação e tiram dos brasileiros e esperança nos seus governantes.

O SR. VALMIR CAMPELO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL– DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente, respondo ao eminentíssimo Constituinte Maurílio Ferreira Lima, que disse que o PFL está adotando uma posição de fricote. Diria que não é bem isso. S. Ex.^a se referiu às palavras que o nosso Líder José Lourenço pronunciou hoje

no programa "Bom dia, Brasil". O nobre Líder apenas alertou a Nação sobre procedimento que o PMDB vem adotando aqui, na Assembléia Nacional Constituinte. Se o PFL é um partido de fricote, como menciona S. Ex.^a, muito mais é o PMDB, que está fazendo a dança da galinha com seus dois famosos discursos: um a favor do Governo e o outro tão conhecido, o de oposição, de palanque, de comício.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todo o País conhece o extraordinário trabalho que Senac, Senai, Sesc e Sesi vêm realizando ao longo das últimas quatro décadas em todos os Estados da Federação, no Distrito Federal e nos Territórios, abrangendo uma extensa gama de serviços, desde o ensino profissionalizante, visando à formação de mão-de-obra especializada, até a assistência à saúde, cultura, recreação e lazer.

Essas instituições são entidades de direito privado, criadas e mantidas pelos empresários do comércio e da indústria, decorrentes da contribuição de uma taxa incidente sobre o total das folhas de pagamento de seus empregados e, portanto, paga exclusivamente pelas empresas em benefício do Senac e Senai (1%), Sesc e Sesi (1,5%), sem qualquer dependência administrativa ou financeira dos poderes públicos, embora a aplicação desses recursos esteja sob a fiscalização do Tribunal de Contas da União. E sabe-se que tais entidades realizam obra de tal mérito que têm merecido a admiração e o reconhecimento de dezenas de Nítrites do Terceiro Mundo.

O Senai e o Senac, vinculados nacionalmente à Confederação Nacional da Indústria e à Confederação Nacional do Comércio, e nos Estados às Federações do Comércio e da Indústria, mantêm cursos pré-profissionais, de iniciação profissional, atendendo, as duas entidades atualmente, a dois milhões e quinhentos mil alunos/ano, exercendo, com eficiência e objetividade, a missão de encaminhar mão-de-obra especializada para o comércio e para a indústria de todo o País.

O Sesc e o Sesi, também vinculados aos mesmos sistemas CNC e CNI, estão desempenhando o importante papel que lhes cabe de estudar, planejar e executar medidas que contribuam diretamente para o bem-estar social dos empregados no comércio e na indústria, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no País e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes.

Essas entidades auxiliam o comerciário e o industriário a resolverem os problemas básicos de sua existência, através de alimentação fornecida pela rede de restaurantes distribuídos por todas as capitais, serviços de saúde abrangendo assistência pré-nupcial, pré-natal, pediatria, Puericultura, clínica médica, oftalmologia, otorrinolaringologia, higiene dentária, imunização, abreugrafia e Raio X além de trabalhos desenvolvidos pelos centros de recreação infanto-juvenil, colônias de férias para os trabalhadores e numerosos outros benefícios prestados aos empregados e suas famílias.

Esse trabalho, que vem sendo realizado com objetividade e eficiência, sem qualquer entrave burocrático, em benefício dos empregados do comércio e da indústria do País, com recursos exclusivos dos próprios empresários, não justifica que o Estado assuma essa responsabilidade, aumen-

tando, mais ainda, a tarefa imensa de encargos que reservou para si e que, como sabemos, nem sempre desempenha a contento essas atribuições.

O Estado deve aprimorar o que já tem sob sua jurisdição, por sinal muito mais do que deveria ter numa administração de economia de mercado, e deixar que o setor privado, mais criativo, mais ágil e menos dispendioso, continue com a responsabilidade de manter e gerir instrumentos válidos e eficientes como o Sesc, Senac, Sesi e Senai. (Palmas.)

VI – Apresentação de proposições

O SR. PRESIDENTE (Ulisses Guimarães): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Requerimento de Informações ao Sr. Ministro da Educação sobre veracidade da substituição dos cursos de Ciências Sociais, História e Geografia pelo de Estudos Sociais; solicitação de suspensão da iniciativa até a promulgação da nova Constituição.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, no intuito de colaborar para o prestigiamento do Poder Constituinte, peço a V. Ex.^a que proceda à verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos proceder à verificação requerida pelo eminente Constituinte Adylson Motta.

(Procede-se à verificação de quorum.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está constatada a existência de quorum para o prosseguimento da sessão.

Durante a chamada nominal o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passe-se à.

VII – ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Hugo Napoleão, para discutir o projeto.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, assumo à tribuna nesta tarde para abordar assunto relativo ao sistema de governo. Confesso que não iria fazê-lo novamente, eis que já me havia manifestado sobre o tema. Mas, em face de haver visto em periódicos do Estado do Rio de Janeiro, especificamente o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, dois editoriais, sendo um deles de primeira página, a respeito da matéria, achei que, dadas as posições que assumi, pública e ostensivamente, era meu dever voltar à tribuna para falar sobre o tema.

No dia 12 de maio do corrente ano, procurei demonstrar aos Srs. Constituintes as inconveniências da adoção do sistema parlamentar de governo. A par disto, justifiquei meu ponto de vista explicando que toda a nossa existência republicana – ainda que com alguns percalços – foi essencialmente presidencialista. Houve um hiato, é certo, de um ano e meio, período em que três Primeiros-Ministros alternaram-se na Chefia do Governo – Tancredo Neves, por dez meses; Brochado da Rocha, por dois meses; Hermes Lima, por quatro meses – mas sempre mantivemos a tradição presidencialista. Citei Jacques Lambert, autor dos livros "Os dois Brasis" e "América Latina". Neste último, o autor mostra quão ineficazes se tornaram, em todos os países da América do Sul e da América Central, os sistemas parlamentares de governo. Falei também dos meus temores de que no futuro tivéssemos problemas entre o Chefe de Estado e o Chefe de Governo, uma vez que isso já aconteceu no passado. Disse, ademais, que na primeira e única vez em que o povo foi ouvido sobre presidencialismo e parlamentarismo houve uma manifestação maciça, diria eu quase que unânime, por parte do povo brasileiro, na defesa intransigente do retorno ao sistema presidencialista de governo. Acrescentava, igualmente – vou ler alguns trechos sobre o que verifiquei nos dois jornais a que me referi – que não entendo como se deseja, no Brasil, eleger pela via direta um Presidente da República que será figura decorativa e não governará se eleger pela via indireta um Primeiro-Ministro, que é quem vai governar. Pergunto qual o sentido da manifestação, externada por tantos, pelas eleições diretas – já, se a intenção for a de levar ao Poder Executivo alguém que, na verdade, não terá a mínima força nem condições para governar.

Temos, Sr. Presidente, e o digo com toda a franqueza, que desserviremos ao Legislativo, ao qual pertencemos, e mal serviremos ao Executivo, se instituirmos o regime parlamentarista.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – No segundo dia de debates constitucionais, abordei este tema, dando-lhe um enfoque muito parecido com o de V. Ex.^a. Mostrei a contradição que existe entre a eleição de um Presidente da República pelo voto direto e secreto, pactuando diretamente com a população um programa de governo, e a escolha de um Chefe de Governo por uma Casa que não é vista pela opinião pública com legitimidade para escolher o sistema de governo, substituindo o voto popular. Inclusive, destacando o que está escrito no projeto do Relator da Comissão de Sistematização, levantei uma hipótese ainda pior. No projeto não existe Vice-Presidente e, falecendo o Presidente durante seu mandato, convocar-se-ia eleição isolada, apenas para eleger o Presidente da República. Este, uma vez eleito, chegaria aqui legitimado por vinte e cinco ou trinta milhões de votos...

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Concordo com V. Ex.^a.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – discutindo um programa de governo diretamente com a população, e encontraria no Congresso Nacional um governo constituído pelo Legislativo, não legitimado para este fim. Chamei a atenção para este fato, assim como para contradição maior: não

conheço país algum em que exista um parlamentarismo decente que não tenha um ferrolho contra a pulverização partidária. No projeto está escrito: o partido que obtiver apenas 1% (um por cento) dos votos apurados nas eleições para a Câmara dos Deputados, ou eleger apenas quatro Deputados, tem direito a representação nesta Casa. Se, porventura, o partido não atingir este percentual de votos, os Deputados eleitos não perderão o mandato, mas poderão escolher a legenda que bem entenderem e terão assento nesta Casa. Isso é casuismo destinado a fazer passar um parlamentarismo que parece pior do que aquele implantado na época do golpe contra João Goulart.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – É um parlamentarismo de ocasião.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Concordo com V. Ex.^a. Nos Estados, os governadores vão continuar sem um primeiro-ministro saído das Casas Legislativas, porque quem aqui propõe o parlamentarismo não tem coragem de sugerir a extensão dele aos Estados e Municípios, por duas razões: em primeiro lugar, porque os Governadores mobilizariam as bancadas e só aprovariam o parlamentarismo de ocasião.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Isso já ocorreu nesta Constituinte.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Exatamente. Ou porque não querem assumir a responsabilidade histórica de entregar os Governos dos Estados e Municípios a governantes saídos de Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores que, como já disse desta tribuna, deixam muito a desejar. Digo isso e repito, apesar dos protestos que tenho ouvido, na minha terra, da União dos Vereadores de Pernambuco.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Agradeço a V. Ex.^a a contribuição. Quanto ao que V. Ex.^a diz sobre o parlamentarismo nos Estados, houve uma proposta, aprovada na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Exatamente quando se apreciou a redação final do Anteprojeto, o art. 127 estabeleceu que as Constituições estaduais haveriam de adaptar-se ao sistema de governo instituído pela Constituição Federal. E o mais interessante é que o ilustre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, não incluiu esse artigo no corpo de seu Projeto de Constituição.

Esse assunto também é abordado nos editoriais a que fiz referência. E ainda posso esclarecer que tamanha é a magnitude do problema que, sem dúvida alguma, se estamos numa Federação, tal como prevista e concebida em seus conceitos doutrinários, deveremos estender aos Estados o sistema de governo instituído para a União Federal.

Com muito prazer concedo o aparte a V. Ex.^a.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Permite V. Ex.^a que compareça a seu brilhante discurso, na tarde de hoje, para apor algumas considerações.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Com muita alegria.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – A história do presidencialismo brasileiro é um conto de terror. O primeiro governo republicano foi presidencialista quer o do Marechal Deodoro, quer o da fase florianista. No segundo governo, de Prudente de

Moraes, sabe V. Ex.^a que as intrigas palacianas levaram até o libelo a figura de Manoel Vitorino apontado injustamente como mandante do crime de que foi vítima o então Presidente da República. A fase republicana presidencialista tranquila, na história deste País, foi parlamentarista, porque a rigor, nobre Senador, o período em que houve o chamado "Acordo dos Governadores", em que o Sr. Pinheiro Machado pontificava na República, não foi de regime presidencialista. A fase mais tranquila da história presidencialista brasileira não foi aquela que V. Ex.^a reportou – intervalo entre a renúncia de Jânio Quadros e a queda do Presidente João Goulart – mas o período em que o Pinheiro Machado desempenhou efetivamente no País papel de Primeiro-Ministro, nomeando e demitindo Ministros auxiliares, conduzindo, como verdadeiro Primeiro-Ministro, sem mandato caem eleição direta, a sorte da República. A partir do assassinato de Pinheiro Machado, a história republicana brasileira é uma sucessão infundável de problemas, alguns dos quais estamos vivendo hoje. Suponha V. Ex.^a aquilo que nenhum de nós deseja, aquilo que não é vontade desta Nação nem deste Congresso, ou seja, que houvesse um problema como Presidente José Sarney. Estaríamos de novo, todos nós, mergulhados na mais profunda questão, talvez da história republicana: uma Assembléa Nacional Constituinte convocada para definir a forma de governo, e uma eleição – porque o sistema presidencialista impõe eleições dentro de trinta dias – para resolver um impasse do qual não sabe V. Ex.^a, nem ninguém desta Casa, qual seria o deslinde. Nobre Constituinte, a experiência brasileira com o presidencialismo é uma das mais terríveis, é uma sucessão infundável de fracassos, com pequenos hiatos, pequenissimos, que não justificam, de forma alguma, a defesa deste sistema. A conciliação entre Chefe de Estado e Chefe de Governo na mesma pessoa – um encarnando e cristalizando os ideais de toda a população, o outro submetido aos erros do exercício de qualquer governo – faz com que as contradições aflorem e dificultem a administração. Acho que o Brasil tem que tentar, não essa forma mascarada e conchavada de parlamentarismo, mas um parlamentarismo sério, correto, autêntico, no qual, se o Presidente da República for eleito por votação direta, simplesmente exercerá – tenhamos a coragem de dizê-lo – o poder moderador da República.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Agradeço a V. Ex.^a, Constituinte Virgildásio de Senna, as contribuições trazidas ao meu modesto pronunciamento.

Devo dizer que, para que fosse instituído o parlamentarismo, dois pressupostos básicos deveriam ser observados: primeiro, uma burocracia estável; segundo, partidos políticos fortes e consolidados. Lamentavelmente, não temos essas duas premissas. Vamos buscá-las. Pode ser que o parlamentarismo puro venha a ser o sistema de governo ideal, mas não no Brasil contemporâneo. E não vislumbro no presente, nem mesmo no futuro um pouco mais remoto, que ele venha a ser o remédio para todos os males.

Quando se refere aos problemas que podem ocorrer com o Presidente concordo com o Constituinte Maurílio Ferreira Lima, que menciona que falta neste projeto um Vice-Presidente para assu-

mir as funções presidenciais, como ocorreu quando do falecimento do Presidente Tancredo Neves, assumindo o Presidente José Sarney.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Não quero tumultuar o discurso de V. Ex.^a, permito-me apenas, agregando-me ao seu pensamento, dizer que a história contemporânea mostra que a Espanha, ao sair de cinqüenta anos do franquismo sem qualquer partido político formado, pôde organizar os seus partidos...

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Mas tem como forma de Estado a monarquia.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – O mesmo aconteceu na Alemanha depois do nazismo, quando Adenauer foi capaz de montar o governo, assim como na Itália fascista e na França, após a ocupação. Creia V. Ex.^a que, no instante em que instaurarmos no Brasil um parlamentarismo sério, partidos serão criados neste País, com igual característica.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Agradeço novamente a V. Ex.^a a contribuição. Gostaria de aduzir a circunstância de que no sistema parlamentarista que ai está creio que também vamos ter problemas partidários.

Com prazer, concedo o aparte ao nobre Constituinte Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – V. Ex.^a está com a razão, nobre Constituinte Hugo Napoleão. O sistema presidencialista sofre críticas severas por parte de ilustres Parlamentares, como o que me antecedeu na tribuna de apartes, o Constituinte Virgildásio de Senna, festejado nesta Casa, por todos os seus títulos e pela sua luta. No entanto, o exemplo que hoje temos de presidencialismo não convém ser alçado como bom, nem como firme, muito menos como valioso. É preciso que, nesta fase da vida político-institucional brasileira, aperfeiçoemos o presidencialismo, devolvendo ao Congresso Nacional as suas prerrogativas

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Estou de acordo com V. Ex.^a em gênero, número e grau.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – ... para que haja uma equipotência entre os poderes, os quais, ao que parece, a nova Carta vai denominar de órgãos. Devemos aperfeiçoá-la na hora certa para retirar os defeitos que vieram com a ditadura e com a prepotência exacerbada dos vinte anos de centralismo. Ou burilamos agora o cristal, e assim poderemos chegar ao melhor sistema institucional brasileiro, ou vamos sair do nosso trilho adotando um parlamentarismo que não se sabe se será tradicional, clássico ou uma mistura de um com o outro.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – É isto mesmo.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – É isto que vai prejudicar. Fixemo-nos nesta questão. Nobre Constituinte Hugo Napoleão, conclamo V. Ex.^a e esta Assembléa a caiarem um presidencialismo que convenha à Nação, composto pelo Estado, pelo Presidente da República e por um Congresso que tenha autoridade legal, institucional e moral para estabelecer a sua medida histórica de fiscalizar os atos praticados pelo Poder Executivo. Assim talvez cheguemos ao modelo institucional que mais convenha à Nação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Muito obrigado a V. Ex.^a, Constituinte Farabulini Júnior. Fico satisfeito, porque desconhecia que existem companheiros, colegas Constituintes que pensam de maneira semelhante à minha. Isso me dá mais ânimo para prosseguir na luta.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – V. Ex.^a tem na Constituinte Deputados e Senadores que se encaminham para o seu discurso, acolhendo-o por inteiro. Não pense V. Ex.^a que a Casa é composta apenas de parlamentaristas.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Deus ouça V. Ex.^a, Que assim seja!

Desejo ainda acrescentar que se critica o presidencialismo, mas os males não decorrem desse sistema de governo; eles provêm, antes, do bom ou mau exercício do poder. O vício não é do sistema; quando muito, será dos homens.

Acho que o sistema parlamentar é mais adequado aos Estados unitários. Num Estado federativo como o Brasil – se é que pensamos assim, porque muitas vezes a União Federal exerce tantos poderes que os Estados-membros quase não têm autonomia – se queremos ver a nossa Federação fortalecida, o sistema presidencialista de governo é o mais adequado. Assim tem sido em quase todos os países onde funciona esse sistema.

Ouço com prazer, o nobre Constituinte Osvaldo Lima Filho.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO: – Lamento ver V. Ex.^a, com a experiência que tem na atividade política, como ex-Governador de seu Estado e Senador da República, defender um sistema que durante noventa anos só tem trazido ao Brasil golpes de Estado. Nesse regime, três Presidentes foram depostos, um se suicidou, outro renunciou no início do seu mandato, outro governou por dois anos com sífilis cerebral, sem que ninguém pudesse destituí-lo, cometendo os maiores desatinos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – E a culpa é do presidencialismo?

O SR. OSVALDO LIMA FILHO: – Exatamente, Constituinte Hugo Napoleão, porque o presidencialismo cria um monarca com poderes tão absolutos que ele fica incontestável. Aconselhada a V. Ex.^a a leitura de um livro admirável, "A Monarquia Presidencialista", do Dr. Hidemburgo Diniz, tratadista mineiro, em que demonstra o que tem sido, ao longo do tempo, o regime presidencialista no Brasil. É uma monarquia incontestável durante quatro anos. O único instrumento legal que existe contra ela é o **impeachment**, que os estudiosos já disseram ser um canhão de museu, pois nunca foi usado, porque, se dispara, extingue o regime. Enfim, é um sistema de golpes de Estado. Começou por um golpe de Estado. Dois anos depois de instituído, o Marechal Floriano Peixoto deu um golpe de Estado e permaneceu na Presidência, sem eleição. Continuou a governar com repetidos golpes de Estado. como disse muito bem o Constituinte Virgildásio de Senna, o único período tranquilo foi o do parlamentarismo caboclo.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Que durou um ano e quatro meses, quando as crises se sucederam terrivelmente, muito mais do que no sistema presidencialista.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO: – Não. Desculpe-me V. Ex.^a. O parlamentarismo caboclo a que V. Ex.^a se refere foi instituído à margem da lei, pelo Senador Pinheiro Machado, que governou com a maioria do Senado e criou os Ministérios que quis. Ninguém, em um regime, pode modificar a essência dos povos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Garanto a V. Ex.^a que não haverá tranquilidade no sistema parlamentar, e lamento vislumbrar que teremos, inexoravelmente, rota de colisão entre o Chefe de Estado e o Chefe de Governo. Deus queira que eu esteja Ex.^a errado, mas a realidade já foi demonstrada sobejamente nos idos dos anos 60.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – Ninguém imagina, nobre Constituinte, que o regime parlamentar ou o presidencial possa mudar a essência do homem ou das instituições. Não temos, no Brasil, um povo politizado, elites que mereçam este nome. Mas tudo isso se agrava quando aumenta o poder pessoal do governante. E isso que o regime presidencialista permite em excesso.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Recolho as observações de V. Ex.^a e gostaria de responder com o que a imprensa brasileira noticia, citando os jornais a que me referi. O *Jornal do Brasil* de sexta-feira, 17 do corrente, traz, sob o título "Fonte de Crises":

"O regime parlamentar de governo é apenas uma sedução teórica que acena com efeitos mágicos para resolver problemas que são, genericamente, agravados pela insuficiente cultura política e a descontinuidade democrática. O "Jornal do Brasil" nasceu presidencialista e sempre sustentou que esta é a forma de governo mais adequada às características da sociedade e à índole da nossa formação histórica."

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Presidência informa – aliás, lamentando – que o tempo de V. Ex.^a já se exauriu.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Agradeço a boa vontade de V. Ex.^a, Constituinte Jorge Arbage.

Concluo, lendo o editorial de *O Globo*, deste último sábado, dia 18, quando afirma:

"O primeiro é de ordem institucional. O sistema em discussão prevê a eleição direta do Presidente da República. Este terá a apoiá-lo, numa votação em dois turnos, algo em torno de 40 milhões de eleitores. Mas os seus poderes, ainda que superiores aos previstos no parlamentarismo clássico, serão certamente bem menores do que os do Primeiro-Ministro, escolhido pelo Parlamento em pleito indireto e representando, pessoalmente, um pequeno contingente de eleitores."

Da mesma maneira manifesta-se, no "Jornal do Brasil" do dia 19 do corrente, domingo, o jornalista Ricardo A. Setti; seu editor-chefe em São Paulo, no artigo "Parlamentarismo de Opereta".

Sr. Presidente, encerro pedindo mais urna vez aos ilustres e estimados companheiros reflexão para o momento em que estamos vivendo.

O Sr. José Carlos Coutinho: – Permita-me V. Ex.^a o aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Se V. Ex.^a for muito breve, porque já fui advertido pelo Presidente.

O Sr. José Carlos Coutinho: – Nobre Constituinte Hugo Napoleão, quero apenas parabenizá-lo por trazer a este plenário questão fundamental para nossa Constituição. Aqui, temos de realmente discutir os temas constitucionais, e V. Ex.^a, assim como seus aparteantes, foi muito feliz. Peço-lhe que traga sempre assuntos como este. Vamos discutir, em plenário, as preocupações do povo brasileiro.

O SR. HUGO NAPOLEÃO: – Acolho, sensibilizado, as observações de V. Ex.^a.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que precisamos pensar um pouco mais no grave, decisivo, importante e fundamental passo que vamos dar com relação ao sistema de governo. Que realmente possamos estar inspirados para não dar maus passos e destruir instituições caras e duradouras, como a do presidencialismo.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Convoco Sessões Extraordinárias, para sábado e domingo próximos, às 09:00h, destinadas a dar prosseguimento da discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Hermes Zaneti, para discutir o projeto.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, colegas Constituintes, o "Jornal do Brasil", de hoje, à página 2 do primeiro caderno, traz o seguinte título: "Cartilha diz que vale até agressões". Trata-se de um artigo muito bem escrito pelo competente jornalista Bob Fernandes, que noticia o que a Fenen – Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – diz numa cartilha intitulada "Constituintes e Fenen".

O que está escrito nessa cartilha é de fazer inveja à UDR, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Devo ressaltar, no entanto, que a UDR tem liderança seguramente mais inteligente, porque não tem a coragem e não se expõe a redigir o que os dirigentes da Fenen escreveram. A Fenen, nesta cartilha, diz:

"Precisamos de muita gente para encher as galerias. Além de diretores, esperamos que os sindicatos tragam uns seis funcionários para a tropa de ocupação."

Apresenta, depois, a relação dos Constituintes amigos da Fenen e em seguida publica a lista dos Constituintes "cubanos", onde, evidentemente, incluiu o meu nome, para mim motivo de muita honra. E pretende agredir-nos alegando que somos contra a escola particular.

Não, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Defendemos a liberdade de ensino e a liberdade da instituição, defendemos que existam escolas públicas e privadas. Somos contra – e repito desta tribuna – ser o dinheiro público destinado à escola particular, porque isso é negociata. (Palmas nas galerias.) Isso é apoiar o uso do dinheiro público para enriquecer meia dúzia de empresários que fazem do ensino uma mercadoria. Tanto isso é verdade que essa cartilha, às fls. 7, diz o que

precisa ser feito e, dentre as tarefas, destaca, na leira "b":

"Mínimo de duzentas pessoas contratadas ou não para encher as galerias."

Com que dinheiro a Fenen vai contratar essas pessoas para encher as galerias? Com o dinheiro que rouba dos bolsos dos estudantes e de suas famílias, com o lucro que auferem da atividade de ensino, com as falcaturas demonstradas na CPI do ensino pago.

Mais adiante, refere-se ao trabalho que é necessário ser feito. E na letra "g", Sr. Presidente, peço a atenção, especialmente de V. Ex.^a, porque isso deve merecer alguma ação da Presidência da Assembléa Nacional Constituinte com vistas a este sindicato patronal que pensa que ainda pode gritar, usar a farda e a baioneta dos tempos da ditadura militar:

"Enfrentar nas galerias, do primeiro ao último minuto de votação, os grupos de pressão, onde vale grito, discussão e insulto, provocação, briga, expulsão, constrangimento e tudo o mais"

Esta gente deve saber, Sr. Presidente. Srs. Constituintes, que nós não vamos nos intimidar, e que aqui não é lugar para aqueles que querem o retorno à baderna.

Chamo a atenção de V. Ex.^a, porque essas pessoas não podem ter permissão para ingressar num recinto onde se pretende construir a fundamentação democrática para o País.

Poderia, Sr. Presidente, citar outros pontos, mas, para terminar essas citações, digo apenas que na pág. 11 essa cartilha diz

"Acertos e fatores favoráveis":
b) aliança com o poderoso grupo das comunicações."

É preciso que os Constituintes tenham presente que o sistema de educação deste País deve garantir a liberdade, deve garantir uma proposta de educação crítica, e canalizar as verbas públicas exclusivamente para o ensino público pois o resto é farsa. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Presidência faz um apelo às galerias para que não se pronunciem, porque é vedada qualquer manifestação, de acordo com o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte. Sentimo-nos honrados com a presença do povo nas galerias, mas formulamos apelo para que o Constituinte Hermes Zaneti possa pronunciar seu discurso sem qualquer manifestação das partidas.

O SR. HERMES ZANETI: – Agradeço a V. Ex.^a a observação, e sei que as galerias vão respeitar o apelo. Espero que V. Ex.^a tenha a mesma firmeza quando estiverem aqui esses patrulheiros da Fenen, como estão já a confessar que aqui virão a fim de perturbar a ordem da Assembléa Nacional Constituinte.

No último domingo, Sr. Presidente, o PMDB realizou sua Convenção Nacional. No item 7 havia uma questão importante. Vejo aqui alguns colegas meus, companheiros de luta dentro da Confederação de Professores do Brasil, onde há muitos anos trabalhamos em defesa da escola pública, do ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis. Vendo-os aqui, peço que nos ajudem a fiscalizar em todo o País para que os Consti-

tuentes do PMDB se submetam àquilo que a Convenção Nacional aprovou no domingo.

Havia duas questões, Sr. Presidente, em relação ao ensino público.

"7. ENSINO PÚBLICO

a) "Os recursos públicos devem ser destinados às escolas públicas, admitido, como exceção, o auxílio às escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais."

b) "Os recursos públicos podem ser destinados tanto às escolas públicas como às escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, sem que seja vedado auxílio às escolas privadas em geral."

O resultado desta pesquisa na Convenção indicou, para a resposta "a", 75,87%, e para a resposta "b", 24,13%. Portanto, a Convenção Nacional do PMDB é 75% favorável e, por isso, decidiu-se favoravelmente às verbas públicas para o ensino público. Infelizmente, o questionário da Liderança do meu partido não usou a palavra "exclusivamente", que eu gostaria de ver, mas nenhum Constituinte do PMDB está autorizado a aprovar texto constitucional que assegure a destinação habitual, normal no tempo para a escola particular. Reafirmo, portanto, que a destinação das verbas públicas exclusivamente para o ensino público é tarefa desta Constituinte, e é a única forma de assegurar um futuro para o nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando era dirigente da Confederação Mundial de Professores, em 1979...

Sr. Presidente, vou esperar que o eminent Constituinte Roberto Cardoso Alves, que diverge das minhas teses, acabe sua conferência no plenário para que possa prosseguir no meu discurso desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Presidência faz apelo ao Plenário no sentido de que os Srs. Constituintes assumam seus lugares, porque há um Constituinte na tribuna.

O SR. HERMES ZANETI: – Sr. Presidente, peço-lhe que desconte o tempo. Vou esperar até que S. Ex.^a acabe a conferência no plenário.

O SR. CARDOSO ALVES: – Vou terminar, fazendo uma pergunta a V. Ex.^a qual é a soberania, a da Constituinte ou a da Convenção?

O SR. HERMES ZANETI: – Como S. Ex.^a estava distraído, e não acompanhava o que estava dizendo aqui, não levo sua pergunta em consideração e prossigo meu trabalho.

Sr. Presidente, estava dizendo – e repito – que, quando dirigente da Confederação Mundial de Professores, em 1979, participei de uma conferência da Unesco ocasião em que elaboramos o projeto principal de educação para a América Latina e o Caribe. Nesse projeto principal estabelecemos três objetivos fundamentais, quais sejam: objetivo número 1 – assegurar a escolarização, antes de 1999, a todas as crianças em idade escolar, oferecendo-lhes uma educação geral mínima de 8 (oito) a 10 (dez) anos; objetivo número 2 – eliminar o analfabetismo antes do fim do século, desenvolver e ampliar os serviços educativos para os adultos; objetivo número 3 – melhorar a qualidade e a eficiência dos sistemas educativos através da realização das reformas necessárias.

Esse compromisso, assumido em 1979, por ocasião da V Conferência de Ministros da Educação e de Ministros Encarregados do Planejamento Econômico da América Latina e do Caribe, realizada na cidade do México, foi renovado em abril de 1987 em Bogotá. Além disso, nos estudos que trago aqui e que, infelizmente, não terei tempo para fazer uma análise mais profunda, que são os boletins da Unesco sobre o projeto principal de educação para a América Latina e o Caribe, indicam que o Brasil conta com 43,8% (quarenta e três, oito por cento) dos analfabetos da região da América Latina e do Caribe. A Conferência de Bogotá, ao insistir nos objetivos de escolarização para todas as crianças em idade escolar até o ano 2000, na erradicação do analfabetismo e na melhoria da qualidade da educação, reafirmou que para os países da região é prioritário o gasto público em educação. Por isso, quero reiterar aqui o meu apoio ao dispositivo que consta do Projeto Bernardo Cabral, resultante da Comissão de Sistematização, e, em consequência, das Comissões temáticas e das Subcomissões, no sentido de que 18% (dezoito por cento), no mínimo, da receita de impostos da União, e nunca menos do que 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos dos Estados e Municípios, sejam investidos em educação.

O SR. ANTONIO GASPAR: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. HERMES ZANETI: – Com muito prazer.

O SR. ANTONIO GASPAR: – Nobre Constituinte Hermes Zaneti, o Brasil todo conhece a luta de V. Ex.^a em favor da educação. Gostaria só de lamentar a carta da Fenem e de externar um raciocínio. Ouça bem: são pessoas como essas que pregam o que está nessa carta que pretendem ser responsáveis pela educação neste País. É lamentável que isso aconteça. Não sabem elas os dados estatísticos sobre ensino no Brasil. Sou do Maranhão, um Estado que padece do mal do analfabetismo. Setecentas mil das suas crianças estão fora das salas de aula, segundo os dados oficiais da Secretaria de Educação. Congratulo-me com V. Ex.^a e digo à Fenem ou aos donos do ensino privado que nós Constituintes estamos juntos e não temos medo de ameaças. Haveremos de escrever na Constituição os direitos da população brasileira, no que se refere à educação, e diremos claramente que os impostos pagos pelo povo serão utilizados para a sua própria educação.

O SR. HERMES ZANETI: – Constituinte Antonio Gaspar, agradeço a V. Ex.^a o aparte.

Com muito prazer, ouço o Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Constituinte Hermes Zaneti, creio que V. Ex.^a – e talvez a maioria desta Casa, como eu próprio – estudou em escolas particulares, até porque, infelizmente, a educação pública neste País, carente de recursos, fez com que os segmentos médios da sociedade brasileira dirigissem os seus filhos para as escolas particulares. Não posso deixar de reconhecer o papel relevante que o ensino privado prestou ao Brasil, mas não posso, como Legislador, admitir que o dinheiro público seja desviado para salvar o ensino privado do País. Digo salvar o ensino privado porque reconheço as dificuldades dos es-

tabelecimentos particulares de ensino em função da política salarial vigente, dos gatilhos que disparam e do empobrecimento crescente da classe média. Sei que a contabilidade dos colégios particulares e das instituições de ensino privado não está maquiada. A verdade é que essas instituições, estão passando por uma crise muito séria, resultado de uma crise maior, que é o empobrecimento da classe média brasileira, o enriquecimento das famílias mais ricas e a exploração do País pelo capital estrangeiro. Então, alinho-me à posição de V. Ex.^a e aqui, na Assembleia Nacional Constituinte, votarei para que as verbas públicas se destinem exclusivamente ao ensino público, para que seja ampliado e a sua qualidade melhorada, embora também não esquecendo o papel a lutar, junto com V. Ex.^a, por melhores condições de vida para o povo brasileiro, melhorando o salário mímino, melhorando as oportunidades de emprego, defendendo as nossas riquezas, aí, sim, estaremos contribuindo também com o nosso esforço para que o ensino privado tenha a sua vez no País.

O SR. HERMES ZANETI: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, que me faz lembrar aqui de uma pergunta que precisa ser deixada em plenário. Quando condenei os métodos utilizados e sugeridos pela Fenem, quis dizer, a propósito da lembrança que faz V. Ex.^a, que gostaria de saber qual a posição da CNBB – Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil – sobre essas sugestões de métodos a serem usados, feitas pela Fenem. Gostaria muito, desta tribuna, de deixar esta indagação e, pelos meios que houver, de receber uma resposta.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, refira-me ao projeto principal de educação para a América Latina e Caribe, dizendo que mais de 43% da população dessa região do mundo vive no Brasil.

Foi com muito prazer que apresentei uma emenda que havia sido acatada pelo eminent Relator da Comissão Temática nº 8, Constituinte Artur da Távola, e assinada também por Florestan Fernandes e Octávio Elísio. Ela propunha um artigo nas Disposições Transitórias, dizendo textualmente:

"O Poder Público destinará recursos e desenvolverá todos os esforços para garantir a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental até o ano 2000, com a mobilização de todos os setores ativos organizados da sociedade brasileira."

Sr. Presidente, para minha surpresa verifiquei que isso não consta do texto do Relator Bernardo Cabral, na Comissão de Sistematização. Tenho esperança, e mesmo confiança – porque reconheço o Relator Bernardo Cabral como um homem capaz, inteligente e consentâneo com a realidade brasileira – de que poderei ver incluída agora no texto uma emenda que estou propondo, exatamente reapresentando esta emenda, no sentido de garantir que conste esta obrigatoriedade nas Disposições Transitórias. Isso nada mais é do que a introdução legal, no sistema constitucional brasileiro, daquele dispositivo defendido a nível de América Latina e Caribe pela Unesco, através do projeto principal de educação para a América Latina e Caribe. Nesse sentido, gostaria de deixar aqui um apelo a todos os colegas Constituintes para que aprovem este texto nas Disposições Transitórias. Sou daqueles que não acreditem que

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Virgildálio de Senna, para discutir o projeto.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA

(PMDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srs^{as} e Srs. Constituintes, vista de forma retrospectiva, não nos parece ter sido muito feliz a forma que a Assembléia Nacional Constituinte escolheu para elaborar o projeto de Constituição.

É crença não apenas minha, Sr. Presidente, mas hoje, acredito, da maioria dos Constituintes que, se seguíssemos caminhos tradicionais para começar a trabalhar com base num anteprojeto elaborado no selo de uma comissão designada por esta própria Casa, teríamos evitado uma série muito grande de problemas, uma esteira enorme e infinável de mal-entendidos, de interpretações maliciosas, às vezes até desconcertantes, da imprensa e da opinião pública.

Todavia, não nos cabe agora chorar nem mesmo lamentar o caminho escolhido, mas continuar avançando e utilizar o documento já publicado, o Anteprojeto da Comissão de Sistematização, como texto de base para um anteprojeto que seja corrente, sintético, homogêneo e capaz de conduzir nossa sociedade à solução dos seus problemas.

Acredito, Sr. Presidente, que é esta a fase em que vamos estar mergulhados, e nela a questão da ordem econômica é o marco basilar de toda discussão. A fundamentação da ordem econômica é que vai gerar os elementos para uma ordem social estável e de justiça social e para o encaminhamento justo da questão nacional.

A primeira questão que se coloca em relação à ordem econômica é a definição dos seus fundamentos. É claro, Sr. Presidente, que qualquer ordem econômica, seja ela capitalista, socialista, escravista ou feudalista, se funda no trabalho. O trabalho é a fundamentação da ordem econômica. E não entendo a resistência de muitos Constituintes em iniciar o Capítulo da Ordem Econômica, mesmo reconhecendo que ela se funda no trabalho e deve ser organizada conforme os princípios do desenvolvimento harmônico das forças produtivas.

Evidentemente, nenhuma ordem econômica pode encontrar seu equilíbrio se faz prevalecer o capital sobre o trabalho, ou se faz prevalecer outros fatores em detrimento de outros. A justiça social, acima de tudo, é o fundamento, o princípio, o objetivo, a meta a ser alcançada com a ordem econômica desenvolvida. Ela deve valorizar o trabalho, bem como a função social da propriedade. Nenhuma ordem econômica justa pode deixar de ter em conta a função social da propriedade.

Num sistema pluralista, o poder está dividido em setores claramente definidos: poder sindical, poder econômico, poder da mídia, poder político-partidário etc. E ao poder político não representativo de corporações isoladas devem caber a condução e a palavra final sobre a ordem econômica. Mas eis que as grandes questões embutidas no anteprojeto da nossa Constituição dizem respeito, em primeiro lugar – e este tem sido um dos temas mais polêmicos – ao papel do Estado na ordem econômica. Ora, Sr. Presidente, quem acompanha a evolução econômica do Brasil, bem como sua evolução constitucional, há de notar

que todas as nossas Cartas declaram que a ordem econômica se baseia na livre iniciativa e na livre empresa. Nesta posição, que me reservo o direito de chamar farisaica, os ativos imobilizados deste País são hoje predominantemente propriedades do Estado e das suas empresas estatais. Isso significa, Sr. Presidente, que constar do texto constitucional pura e simplesmente que a iniciativa privada e a empresa privada são os fundamentos da ordem econômica é escoicear a verdade, é negar a evidência cristalina e meridiana que entra pelos ceiro, seja no setor industrial-produtivo, há um claro e absoluto domínio do Estado como agente produtivo.

A nossa proposta é no sentido de que a sociedade claramente reconheça isso e veja o grande espaço físico e social da vida brasileira como um universo onde coexistem os agentes produtivos da economia privada nacional, do capital estrangeiro, definidos os seus alcances em lei, do setor estatal e mesmo os da atividade produtiva coletiva, associativa ou cooperativa. Essa coexistência é que tornou a economia como é hoje, fazendo-a crescer. Mas há que reconhecer de pronto e na forma da tutela constitucional a presença do Estado como importante agente produtivo que entrou na economia brasileira para ficar. O texto constitucional, mesmo contrariando a verdade atual, não há de expulsar essa conquista, porque um condicionante das forças econômicas que dão dinamismo à economia brasileira.

O fato, Sr. Presidente, é que os países que chegaram atrasados ao capitalismo, que participam do capitalismo tardio, não puderam nem tiveram as condições de fazer a acumulação primitiva para que o sistema privado conduzisse a economia e tivesse poupança prévia para promover o desenvolvimento do seu parque industrial.

Durante todo o período da Constituição de 1891, uma Carta típica do *laissez-faire, laissez-passer*, o Brasil era um País total e exclusivamente agrícola; o setor industrial era quase inexistente. Foi exatamente a partir da Revolução de 1930 ou, mais precisamente, do Governo Vargas, que a industrialização do Brasil tomou corpo, porque foi exatamente quando o Estado interferiu diretamente na economia, como agente produtivo, fazendo com que ela crescesse, levando as aplicações na área industrial à poupança pública.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Nobre Constituinte, permite um aparte?

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Com muita honra, nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Nobre Constituinte Virgildálio de Senna, a opinião pública brasileira e a Assembléia Nacional Constituinte são testemunhas do papel destacado de V. Ex.^a na Comissão de Ordem Econômica e na Subcomissão da qual foi um dos expoentes. Todo mundo sabe do trabalho que V. Ex.^a desenvolveu para que, pela primeira vez, tivéssemos no País um texto constitucional que fizesse prevalecer os valores do trabalho sobre os do capital. Como sói acontecer toda vez em que assoma a essa tribuna, com bastante acuidade e com grande competência V. Ex.^a se refere a um tema que tem sido um cavalo de batalha das forças conservadoras neste País a desestatização. E V. Ex.^a mostra, na

formação do capitalismo brasileiro – que se deu tardiamente com relação à revolução industrial ocorrido nos países europeus – o quanto foi fundamental para a acumulação primitiva e privada a intervenção do Estado. E eu apenas agregada ao que disse V. Ex.^a que, ainda hoje, em muitos dos setores onde a presença do Estado é fundamental, como por exemplo no siderúrgico e no energético – os dois onde esse exemplo se apresenta com maior clareza – os preços praticados pela produção saída das empresas estatais favorecem a acumulação primitiva a montante do capital privado. Pertencessem a grupos privados a Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobrás, a CHESF ou as outras subsidiárias da Eletrobrás, eu garantiria a V. Ex.^a que o aço saído hoje das siderúrgicas pertencentes ao Estado brasileiro, a energia gerada pela Eletrobrás, os insumos vendidos pela Petrobrás, a exemplo da nafta, cujos subsídios vão a quase um bilhão de dólares, não teriam os mesmos preços que praticados pelas estatais. E alguém se beneficia disso. E quem disso se beneficia são aqueles mesmos setores que favorecem, na grande imprensa, as polpudas verbas para fazer com que a nossa classe média caia no engodo do programa de desestatização. Não sou favorável a que o Estado ocupe a totalidade da iniciativa econômica. Muito pelo contrário. Acho velho o discurso da esquerda que defende a estatização. Mas é necessário que verdades como essas que V. Ex.^a está dizendo sejam repetidas, para que a opinião pública tome conhecimento de que o discurso conservador e de direita, em cima da desestatização, quer mostrar a árvore em detrimento da floresta.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, que enriquece o pronunciamento que faço.

Gostaria de esclarecer a V. Ex.^a que não estou nesta tribuna para defender ou condenar as estatais. O que defendo é que a sociedade brasileira, no instante histórico em que for desafiada a resolver a questão, é quem decidirá soberanamente sobre a necessidade ou não da presença de uma empresa estatal para realizar o papel de agente econômico para o qual foi, naquele instante, convidada. O que não quero, nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, é que a Constituição que vamos elaborar crie mecanismos que impeçam a sociedade de resolver problemas que só historicamente, no evolver do seu desenvolvimento, vão aparecer, o que não desejo é que tenhamos todos, hoje, a pretensão de resolver os problemas de nossos netos. As empresas estatais que o Brasil criou, como necessidade imperiosa do seu desenvolvimento, têm um papel extraordinário em nosso progresso. Sem elas esse papel não seria alcançado.

Preciso dizer mais a V. Ex.^a que na etapa em que estamos vivendo, a acumulação do Estado tem propiciado à empresa privada a construção de suas grandes fábricas, dos seus grandes conjuntos fabris. Os que querem expulsar o Estado, os que defendem um Estado absolutamente neutro são os que mais se servem dele para seus projetos econômicos. Agora mesmo, no Brasil, na área siderúrgica, a que V. Ex.^a tão acertadamente se reportou, há um projeto sob análise. Pertence ao principal grupo siderúrgico privado

deste País. Este grupo pretende montar em Santa Catarina, um novo projeto siderúrgico, no qual a participação dos recursos próprios privados mal alcança 13%. Oitenta e sete por cento dos recursos deste projeto são públicos, obtidos de agências governamentais, de subsídios e de toda essa parafernála que fomos capazes de criar para que o capitalismo pudesse desenvolver-se no Brasil, da forma tardia como aqui ele nos chegou.

O que quero dizer, Sr. Presidente e nobres Srs. Constituintes, é que a Constituição não pode nem deve espalhar a Nação. Acreditamos que a sociedade, dentro do processo democrático, com o Congresso Nacional convocado a qualquer tempo para resolver questões pertinentes ao seu desenvolvimento histórico, será capaz de fazê-lo. Por que impedir que, numa sociedade como a nossa, coexistam como agentes produtivos o Estado, a empresa privada nacional, a empresa privada estrangeira, as associações produtivas como as cooperativas e outras formas que a sociedade engendrar no seu processo histórico produtivo? É esta a tese que defendi e que defendo. Esse problema a Assembléa Nacional Constituinte terá de resolver. Defendo que qualquer empresa estatal só pode ser criada por lei, e que qualquer uma de suas subsidiárias também só poderá ser criada e extinta por lei. O que desejo é que a sociedade venha a controlar seu aparelho produtivo e que as Comissões do Congresso Nacional – assim da Câmara dos Deputados como do Senado Federal – e o seu corpo auxiliar, que é o Tribunal de Contas da União, tenham absoluto controle sobre o andamento da máquina do processo produtivo do Estado. Acho que, com esses elementos e com as dificuldades históricas que o Brasil enfrentou para fazer avançar o seu capitalismo, a Assembléa Nacional Constituinte há de encontrar um ponto de equilíbrio, e esse ponto de equilíbrio, na minha visão, é a coexistência desses agentes.

Um segundo tema, Sr. Presidente, muito debatido, sobretudo polêmico, é o relativo à reserva de mercado. Entre aqueles que se convencionou chamar de pertencentes à direita brasileira, e mesmo entre certas esquerdas brasileiras, que também são assim denominadas por simplificação ou convenção, começa a surgir o conceito de que o nacionalismo é uma coisa atrasada de que o nacionalismo, no último quartel do século XX, não tem mais sentido, que é uma coisa desnecessária. Esses chamados esquerdistas não se pronunciam assim em nome da fraternidade internacional dos trabalhadores. Não é esse o processo, não é análise marxista que os leva a essa formulação. É um conceito superficial de nacionalismo a aceitação ou não de que a empresa nacional tem de servir e deve servir preferencialmente à Nação. Esse conceito a Assembléa Nacional Constituinte precisa enfrentar e resolver. Não é possível admitir que o capital alienígena venha ao Brasil destruir as empresas nacionais aqui estabelecidas.

Recentemente, o Prof. João Paulo de Almeida Magalhães – cujo nome de família nos indica uma das mais tradicionalistas visões do patriciado brasileiro – homem que não tem ligação alguma com a esquerda, em artigo que publicou no "Jornal do Brasil", no último dia 21, tratou deste assunto, exatamente visando a desmascarar aqueles que, supondo ser o nacionalismo uma coisa ultra-passada, citam a Coréia do Sul como exemplo

a ser seguido, uma imagem segundo a qual o Brasil deve conduzir os seus interesses.

Sr. Presidente, para que fique registrado nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte, lerei pequeno trecho do artigo em referência:

"A Coréia adotou a fórmula nacionalista de reservar o mercado interno para investidores locais. Como consequência, ela dispõe hoje, nos setores dinâmicos, de empresas nacionais com tecnologia e marcas próprias, sem, portanto, quaisquer restrições a uma entrada em força no mercado dos grandes países capitalistas. O resultado final é que a Coréia e outros países asiáticos que imitaram o seu modelo registram as maiores e mais regulares taxas mundiais de incremento do PIB."

Isto significa que, somente através do nacionalismo vivo, palpante, defendendo os interesses nacionais, mas sem xenofobia, o desenvolvimento social haverá de se verificar, haverá de se tomar o elemento capaz de dar à Nação melhores condições de vida, propiciando, assim, bem-estar à sua população.

Durante o discurso do Sr. Virgílio de Senna, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Fernando Felasco, para discutir o projeto.

O SR. FERNANDO VELASCO (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, se, a partir da instalação da Assembléa Nacional Constituinte, em fevereiro último, a sociedade brasileira, por um lado, tinha certeza de que a Carta Constitucional a ser aqui elaborada não teria condições de corrigir todas as mazelas, distorções, disparidades e contradições desta Nação, por outro, nutria a esperança de que seria capaz de permitir melhores condições de saúde; de habitação à nossa gente, seria capaz de ensejar aos sem-terra a terra dos homens que nada produzem e que detêm apenas como reserva de valor. Hoje, seis meses passados, o que se constata no seio da sociedade brasileira, a partir da elaboração deste Projeto de Constituição, ora em fase de discussão, é o desalento, o desencanto, a descrença, a mais profunda frustração.

Diriam alguns que tais sentimentos, na realidade, não procedam. Mas, se nos permitirmos urna análise perfumária, sem nenhum rigor de interpretação deste Projeto de Constituição, chegaremos à lamentável conclusão de que tais sentimentos são inteiramente procedentes.

Sr. Presidente, Sras. Constituintes, como acreditar num dispositivo que estabelece que a folha de salários é a base exclusiva de seguridade social, sobre ela não podendo incidir qualquer outro tributo, ou qualquer outra contribuição? Ora, dispositivo de tal ordem inviabiliza instituições reconhecidas não somente a nível nacional, mas a nível internacional. da estirpe do Sesi, do Sesc, do Senai e do Senac, voltadas para a valorização e o desenvolvimento da classe trabalhadora, para o ensino profissionalizante, que tem permitido ao Brasil contar, como efetivamente

conta, com extraordinária mão-de-obra qualificada.

Como acreditar, Sr. Presidente, Sras. Constituintes, num Projeto de Constituição que estabelece que a intervenção do Estado no domínio econômico será permitida, quando necessária, para atender aos imperativos da segurança nacional, se esses imperativos têm servido de motivação para que o Estado intervenga autoritariamente no domínio econômico? Esses mesmos imperativos de segurança nacional serviram exatamente de motivação, em 1971, em pleno regime ditatorial, para que a União fizesse uma expropriação e – por que não dizer? – uma usurpação de dois terços do patrimônio fundiário dos Estados federados da Amazônia, através deste arbitrário Decreto-Lei nº 1164, cuja revogação todos reclamamos, principalmente nós, homens da Amazônia.

Como acreditar, Sr. Presidente e Sras. Constituintes, num Projeto de Constituição que fixa limites de participação dos órgãos em empresas estatais, no custeio dos planos de previdência das entidades fechadas, estabelecendo uma paridade na contribuição de empregados e empregadores, se um dispositivo de tal ordem inviabiliza instituições de indiscutíveis propósitos sociais que integralizam benefícios, que geram poupanças significativas, que contemplam grandes massas desprotegidas, que abrem novas frentes de emprego e viabilizam o desenvolvimento econômico e social, instituições como as caixas de Previdência do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central, enfim, quase duzentas instituições, alcançando um universo de mais de seis milhões de trabalhadores?

Como acreditar num Projeto de Constituição que estabelece que a função social da propriedade é cumprida quando o imóvel é ou está em curso de ser aproveitado? Se uma ressalva de tal ordem compromete um pré-requisito dos mais importantes na determinação da função social da propriedade, comprometendo, inquestionavelmente, a própria eficácia da norma, a ponto de torná-la letra morta?

Em curso de serem aproveitadas estão todas as propriedades improdutivas. E um dispositivo de tal ordem, sem dúvida, passa a constituir-se num dos maiores impasses à concretização do tão acalentado sonho da sociedade brasileira, no tocante à reforma agrária.

Portanto, Sr. Presidente e Sras. Constituintes, razões existem para que a sociedade brasileira esteja desencantada, para que a sociedade brasileira tenha dúvidas quanto aos resultados dos nossos trabalhos, para que a sociedade brasileira não acredite no texto constitucional a ser elaborado. Mas eu, particularmente, não sou daqueles que costumam chegar ao desencanto com relativa facilidade. Acredito – mais do que isto, tenho certeza – que todos nós, Constituintes, conscientes das nossas responsabilidades para com a sociedade brasileira e para com a História, a partir da oportunidade que se nos aponta, de apresentação de emendas, daremos a essa Constituição o conteúdo que tanto almeja a sociedade brasileira. Que esse desencanto, que esse desalento não nos envolva, porque já professava Tagore, do alto da sua sabedoria, que, se chorarmos muito por termos perdido o sol, as lágrimas acabarão impedindo que possamos ver as estrelas. Queira

Deus que isso não aconteça: que as lágrimas não nos impeçam de vislumbrar, ao final do ano, o texto constitucional tão sonhado por toda a sociedade brasileira. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. José Dutra, para discutir o projeto.

O SR. JOSÉ DUTRA (PMDB – AM. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a minha presença, hoje, na tribuna se faz em razão de constar da Ordem do Dia o Projeto de Constituição, oriundo da Comissão de Sistematização. Gostaria de discuti-lo em vários de seus dispositivos; contudo, o Regimento Interno só me concede vinte minutos para discutir, em sua inteireza, o assunto. É absolutamente impossível fazer uma análise profunda do projeto. Mas quero fazer uma análise crítica de três dos seus dispositivos e deixar claro, por primeiro, que esta crítica não se destina, de forma alguma, ao meu conterrâneo, Deputado Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização, porque sei que S. Ex^a resultou limitado pelas determinações regimentais que o impediram de aperfeiçoar o projeto. Mas trago à discussão o art. 97, do anteprojeto, que trata da composição da Câmara dos Deputados, e faço uma análise deste dispositivo, porque resulta profundamente injusto para o meu Estado, o Amazonas.

Vim para esta Casa imbuído de extraordinária esperança, no sentido de que, na nova Carta Constitucional brasileira, se pudesse corrigir as terríveis injustiças praticadas contra os Estados do Norte do País. Mas, diante do dispositivo que enfoco, vejo que caminhamos rumo à manutenção das mesmas injustiças que haverão de ser continuamente perpetradas contra os Estados pobres do Norte do Brasil.

O § 2º do art. 97, considera como indicador da representação dos Estados na Câmara dos Deputados apenas a população da unidade federada. Ora, Sr. Presidente, mantida essa disposição constitucional, o Amazonas vai permanecer com uma representação de apenas 8 Deputados Federais, apesar da extensão territorial de 1.558.000 quilômetros quadrados e da população hoje estimada de 1.833.000 habitantes. Isto é, nosso Estado, ilustre Presidente, Senador Mário Maia terá, nesta Casa, representação igual à do Acre, que tem uma extensão territorial de 152 mil quilômetros quadrados e uma população de 374 mil habitantes, ou seja, um território dez vezes e uma população seis vezes menores que o Amazonas. O critério nos é profundamente injusto. Não sou contra a representação de 8 Deputados do Estado do Acre. Não, Sr. Presidente. Sou a favor de que o Amazonas deve ter uma representação muito mais expressiva na Câmara dos Deputados, para que possa influir mais decisivamente nos destinos deste País e, obviamente, defender de forma mais profunda os anseios mais legítimos dos Estados do Norte. Exatamente por isso venho à tribuna combater este dispositivo que penaliza o Estado do Amazonas.

Concedo o aparte, com muita honra, ao nobre Deputado José Fernandes.

O SR. JOSÉ FERNANDES: – Nobre companheiro José Dutra, V. Ex^a aborda tema de larga importância para o Estado do Amazonas e, diria, até

para toda a Amazônia Ocidental. Na realidade, a parte desenvolvida do País, representada, principalmente pela Região Centro-Sul, fala, escreve, promete o tempo todo que temos de ter uma alternativa para tornar o Brasil mais igual, para propiciar um processo de desenvolvimento mais uniforme para todas as regiões do País. E aí vieram as inúmeras promessas que já tivemos: desde as ações do Marquês de Pombal, depois, no Governo de Marechal Hermes da Fonseca, em 1910, as "Novas Propostas". A seguir, vieram os discursos sobre o rio Amazonas, em 1942. Tivemos, em seguida a Spvea: depois, a Zona Franca de Manaus, que ainda não a liquidaram, porque a capacidade do caboclo amazonense, de se adaptar, de absorver a tecnologia de ponta e até mesmo de oferecer mão-de-obra barata, tem feito com que ela prossiga. Se as portarias ministeriais e os decretos baixados para cercear o ímpeto e o efeito difusor do Decreto-lei nº 288/67 tivessem vigência plena, já hoje não teríamos mais a Zona Franca, nem a grande conquista de toda a Amazônia Ocidental, que foi a expansão dos efeitos do desenvolvimento gerado no polo industrial da Zona Franca de Manaus. A expansão desses mesmos incentivos por toda a Amazônia Ocidental tomou-se praticamente inócuas em razão das dificuldades criadas a partir da extensão da lei. Gostaria que ficasse inserida, no brilhante discurso que V. Ex^a pronuncia, hoje, nesta Casa, a necessidade de se convencer o Norte de que esse milhão e meio de quilômetros quadrados também pertence ao Brasil. É necessário fazer um plano de desenvolvimento para essa região. Aqui chegamos à seguinte questão: não há interesse. Além do polo dinâmico de Manaus, outros, em processo de criação das condições necessárias para o arranço desenvolvimentista, como Boa Vista, Rio Branco e Tefé, necessitam ainda mais de recursos. Inúmeras dificuldades se antepõem ao convencimento de que a Amazônia precisa dispor de recursos para se desenvolver. Cito o exemplo da região abandonada do Juruá que tanta contribuição já deu ao balanço de pagamentos do País em termos de borracha. Lembro aqui que, para se fazer um programa de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental, tem-se de levar em constante força que orienta nossos destinos, naquela região. Precisamos de um programa específico para os vales do Juruá, do Purus, e assim por diante. Se, entretanto, formos cerceados, inclusive na meio político, como muito bem citou V. Ex^a, seremos nivelados por baixo. Ao invés disso, acho que os brasileiros que ali permanecem, deveriam receber incentivos maiores para a manutenção da própria soberania e afirmação da nacionalidade naqueles imensos e longínquos rincões pátios Parabéns a V. Ex^a. pelo excelente discurso que pronuncia nesta oportunidade.

O SR. JOSÉ DUTRA: – Muito obrigado, Constituinte José Fernandes. Recolho, com muita alegria, as colocações feitas por V. Ex^a que, em síntese, dimensionou a importância da Amazônia, não apenas no que lhe diz respeito, mas na sua importância para a segurança do nosso País. Gostaria, Sr. Presidente, reafirmando a necessidade da modificação dos critérios para estabelecimento de representação dos Estados na Câmara dos Deputados, de dizer que apresentei emenda nesse sentido. Nossa proposição considera, para a fixa-

ção do número de Deputados, não apenas a população existente no território da Unidade federada mas, também, sua extensão territorial. Só assim nós, do Norte – e este particular interessa também ao Estado de Mato Grosso, ao Estado do Pará, ao próprio Estado de Rondônia, do Acre, de Roraima – haveremos de ter, no futuro, se esta Casa aprovar a emenda que apresentei nesse sentido, uma representação muito mais expressiva, capaz de realmente influir nos destinos deste País e da nossa região.

Sr. Presidente, o segundo artigo que trago ao tapete dos debates é o de nº 277, que estabelece, na alínea C do inciso 1,2% da receita decorrente do IPI e do Imposto de Renda para aplicação nas Regiões Norte e Nordeste, através de suas instituições oficiais de fomento.

O SR. ÁUREO MELLO: – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ DUTRA: – Com muito prazer, nobre Constituinte.

O SR. ÁUREO MELLO: – Antes que V. Ex^a se aprofunde no novo tema em que está mergulhando, fazendo coro à voz eloquente do nobre Constituinte José Fernandes ratifico as palavras proferidas por S. Ex^a aplaudo o discurso com que o nobre Constituinte nos brinda, conclamando a audiência dos Srs. Constituintes no sentido de atentarem bem para a disparidade existente entre a exiguidade de uma representação pequena e a extensão, quase incomensurável, da terra que temos a honra de representar. Esteja V. Ex^a certo de que encontrará da minha parte e, sem dúvida alguma, da de todos os representantes do Amazonas, em particular, e da Amazônia, em geral, a solidariedade decorrente da necessidade imperiosa de que a voz possante da nossa grande área tenha maior ressonância nesta Casa. Através de uma bancada numerosa e mais eficiente, proporcionar à sua grandeza territorial, poderemos fazer medrar as sementes de uma legislação comparável à luxuriante vegetação que nos é peculiar.

O SR. JOSÉ DUTRA – Agradeço a V. Ex^a as considerações, que integro a este modesto pronunciamento.

Prossigo, Sr. Presidente, fazendo uma análise da alínea c, inciso I, do art 277 do Projeto de Constituição, que concede apenas 2% da receita tributária decorrente do IPI e do Imposto de Renda para aplicação em toda a Amazônia e em todo o Nordeste, através dos órgãos de fomento. Recebo essa disposição da nova Carta Constitucional não só como uma afronta à Amazônia e um desrespeito ao Nordeste mas, acima de tudo, como uma profunda falta de consideração que se está procurando perpetrar contra essas duas grandes regiões do nosso País. Esse dispositivo significa condenar a Amazônia e o Nordeste ao estado de miséria, angústia e dor por que passa o seu povo. Não posso conceber que de toda a receita tributária deste País, a nível de IPI e Imposto de Renda, se destinem apenas 2% para essas duas grandes regiões brasileiras, quando representamos quase três quartos do território pâtrio, quando detemos as maiores riquezas deste País. Como explorar as riquezas que dormem no nosso solo, como as que proclamarei em seguida a V. Ex^a? Como explorar os dezoito bilhões de toneladas de minério de ferro que dormem na serra dos Carajás? Como explorar quatro bilhões de tonela-

das de bauxita, situadas no Município de Paragominas e Carajás? Como explorar um bilhão de toneladas de minério de cobre que hoje dorme em Carajás? Como explorar, as imensas reservas de cassiterita existentes no rio Pitinga do Amazonas e em Rondônia? Como explorar o manganês, a nível de 100 milhões de toneladas, que reside na serra do Navio, no Amapá? Como explorar as enormes reservas de níquel, a nível de 120 milhões de toneladas, situadas nos rios Araguaia e Xingu? Como explorar o nióbio, de São Gabriel da Cachoeira? Como explorar o zinco, o chumbo, o cobalto, o molibdênio, o tungstênio, o tântalo, o cauliim, o calcário e os diamantes do Território de Roraima? Como explorar 2%, apenas em tese, porque desses 2% cerca de 1,25% ficarão no Nordeste? Verifica-se, assim, Sr. Presidente, que querem deixar a Amazônia no estágio de desenvolvimento em que se encontra hoje. Não querem desenvolver o Brasil, pois o desenvolvimento brasileiro passa pela Amazônia. Já disseram, certa feita, que o Brasil sem Amazônia, seria um país do tamanho da Argentina ou da Venezuela, sem expressão na constelação dos países do mundo.

É preciso, pois, que se aprove a emenda que já apresentei ao Plenário desta rasa, no sentido de desabar 5% do IPI do Imposto de Renda para o desenvolvimento da Amazônia. Só com esses recursos é que permitiremos a explosão do desenvolvimento naquela região.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de abordar o último dispositivo, o art. 397 do anteprojeto, que se refere ao problema da ciência e da tecnologia. Diz o art. 397:

"Em setores nos quais a tecnologia seja fator determinante de produção, serão consideradas nacionais empresas que, além de atenderem aos requisitos definidos no artigo 301, estiverem sujeitas ao controle tecnológico nacional em caráter permanente, exclusivo e incondicional.

Parágrafo único. É considerado controle de tecnológico nacional o exercício, de direito e de fato, do poder para desenvolver, gerar, adquirir, absorver, transferir e variar a tecnologia de produto e de processo de produção."

É um absurdo. Se esse dispositivo for aprovado, não restará, na economia brasileira, uma só empresa nacional na área de ciência e tecnologia, porque nenhuma delas detém, hoje, tecnologia para ser desenvolvida, gerada, adquirida, absorvida e, muito menos, transferida para o exterior a nível de tecnologia de produtos e de processo de produção.

Sr. Presidente, nem a Embraer, a empresa mais avançada hoje no campo da ciência e da tecnologia brasileira, será considerada empresa nacional, pois, para fabricação de um avião moderno, se socorreu da Itália para juntar as forças tecnológicas, visando à construção desse bem nacional.

Sr. Presidente, não entendo com o figurar num projeto de Constituição ou como se incrustar na futura Carta Política do País um dispositivo desse porte, que violenta as empresas nacionais, todas elas dedicadas a subir os degraus da escada tecnológica brasileira.

Apresentei também uma emenda nesse sentido, procurando estabelecer uma alternativa como mecanismo para minimizar o impacto desse dis-

positivo constitucional. A emenda visa apenas à alternativa entre tecnologia de produto ou de processo de produção.

Com isso, lamentavelmente, todo o direito que tenho, como Constituinte, de discutir a futura Constituição do meu País se encerra aqui. Não tenho mais direito de falar e debater o texto da nova Constituição, porque o Regimento assim determina. Espero que os meus colegas Constituintes façam uma reflexão no sentido de frear a pressa com que se quer fazer a nova Carta brasileira. É preciso mais tempo, mais horas, para discussão daquilo que vai reger os destinos do Brasil no Terceiro Milênio. Só assim, só com mais tempo, mais debates, mais entendimentos e reuniões para afirmação de pontos de vista, é que vamos poder fazer a Carta Constitucional dos sonhos do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) –

Tem a palavra o Sr. Mozarildo Cavalcanti para discutir o projeto.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL)

– RR. Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pretendo hoje analisar o capítulo VIII do Projeto de Constituição, referente aos índios. Trata-se realmente de tema polêmico, que tem ocupado largamente os espaços dos jornais e da televisão e que, repetidas vezes, é abordado de maneira demagógica, irreal por que não dizer? – antinacional.

Para iniciar, gostaria de ler notícia veiculada no **Correio Braziliense**, com a seguinte manchete: "Austríacos fazem defesa dos índios".

"Pedindo que a nova Constituição brasileira "defenda sem limitações os direitos dos índios", um abaixo-assinado, com 45 mil assinaturas, acaba de chegar às mãos do relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral. Detalhe importante: o abaixo-assinado vem da Áustria e todos os suscritores são austríacos.

Em resumo, diz: "os abaixo-assinados sabemos das brutalidades e agressões que os povos indígenas sofrem no Brasil. Por estes motivos pedimos aos senhores:

– O reconhecimento do direito territorial dos índios como os primeiros moradores do Brasil, e também a demarcação é garantia das suas terras.

– Direito exclusivo dos índios de exploração ao solo e subsolo das suas terras.

– Reconhecimento e respeito à organização social e cultural dos índios."

Ora, Sr. Presidente, essa notícia não é um fato isolado, pois há muito tempo organizações estrangeiras vêm investindo alto na questão indígena, utilizando-a mesmo como escudo para acobertar os reais interesses dessas entidades que se dizem defensoras dos direitos dos índios.

Como brasileiro e homem natural de uma terra onde o contingente populacional indígena é muito grande, defendo também o direito dos nossos irmãos índios de terem suas terras demarcadas, de terem suas terras devidamente limitadas, de forma que saibam o que é deles e o que não é. Aliás, defendo esse direito para todos os brasileiros. No entanto, como está posta no projeto de Constituição a tentativa de assegurar os direi-

tos dos índios é, na realidade, uma discriminação hedionda contra os brasileiros de modo geral.

Entendo que o objetivo da política indigenista deve ser, acima de tudo, o de dignificar a pessoa do índio, levando-o a se integrar de maneira gradual e respeitosa à comunhão nacional. Não posso compreender, por exemplo, que se defende a criação de nações indígenas dentro da Nação brasileira, separando-as do contexto maior que deve ser o nosso País. E nos dispositivos deste projeto o que se busca é exatamente isso. Enquanto que no capítulo que trata dos Bens da União está bem claro que o subsolo do nosso País pertence à União – portanto, nenhum brasileiro é proprietário do subsolo – no capítulo que trata dos índios se diz que estes têm direito ao uso exclusivo das riquezas do subsolo. Isso, na realidade, fere o princípio jurídico básico da isonomia, que deve existir entre todos os cidadãos de um mesmo país.

Vai mais longe a proposta do projeto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Ela pretende anular todos os atos, mesmo os já praticados juridicamente, que venham contrariar os pretendidos direitos dos índios às suas terras.

Sabemos que a população indígena do País não excede a 0,1% (zero vírgula um por cento) da população brasileira, e, no entanto, estão interditados para futuras propriedades dos índios cerca de 13% (treze por cento) do território nacional. Isso, na realidade, representa uma discrepância temível, que não vem em benefício dos índios, não vem buscar, de maneira honesta, a defesa legítima dos interesses dos nossos indígenas. O que se busca por trás dessa manobra, utilizando inclusive pessoas e parlamentares que se dizem nacionalistas e que estão solidários com os índios, é interditar áreas que, na realidade, são as mais ricas deste Brasil. Não podendo ser exploradas, como prevê o atual projeto, sequer pela União, ficarão lá como reservas estratégicas para as grandes empresas internacionais e principalmente para os Governos dos países desenvolvidos, que vêm exatamente na exploração das riquezas minerais, especialmente da Amazônia, uma ameaça ao seu mercado, como, por exemplo, o caso da cassiterita. Não se quer que o mercado seja aviltado, digamos assim, pela oferta maior desse minério, porque isso representaria um prejuízo para essas nações.

Então, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esse é o alerta que quero trazer a todos os brasileiros e aos nossos irmãos índios, que queremos defender, para que não se deixem iludir, porque por trás dessas premissas estão, na realidade, os interesses dos grandes grupos internacionais.

Concedo o aparte ao Constituinte José Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Antes de ouvirmos o aparte, esta Presidência, de acordo com o art. 34, § 9º, de ofício prorroga a sessão por mais 15 minutos, para que o orador conclua o seu discurso.

O SR. JOSÉ DUTRA: – Eminent Constituinte Mozarildo Cavalcanti, aborda V. Exª problema de transcendental importância para este País. A questão da exploração mineral nas terras indígenas, que se encontra cristalizada hoje no Projeto de Constituição, diz simplesmente que o aproveitamento dos potenciais energéticos em terras indígenas é considerado privilégio da União e só será feito no momento em que não forem conhecidas

reservas minerais em outras partes do Território Nacional. Ora, eminente Constituinte, isso é um crime que se está procurando perpetrar não apenas contra a Amazônia, mas contra o País inteiro, especialmente contra os índios da nossa região. Esses vivem hoje na miséria, experimentando a dor, derramando lágrimas, porque não dispõem de nenhum mecanismo capaz de minimizar seu sofrimento. Esses índios estão pisando em cima de riquezas minerais que a União possui, mas que lhes pertencem também. E o que fazer? Combater essa estratégia que tem aí metido o braço internacional, para esterilizar a exploração mineral na Amazônia. Mais do que isso, é preciso que os amazônidas se unam neste Plenário, para derrogar esse dispositivo e impedir que o art. 434 seja aprovado. Se ele for aprovado, estaremos amputando as pernas dos índios, que querem caminhar rumo ao progresso e ao desenvolvimento. Sobre isso, eminent Constituinte, fiz um pronunciamento, da tribuna desta Casa, combatendo aqueles que querem, a qualquer custo, cercar os nossos passos rumo ao progresso, ao desenvolvimento, à justiça, à paz e à liberdade.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI: – Agradeço ao nobre Constituinte o testemunho que dá como amazônica, como homem que conhece a realidade dos nossos índios, pela análise que fez de tão importante tema.

Dizia mais, nobre Constituinte José Dutra: verifica-se que comunidades inteiras de índios na Amazônia, como é o caso, por exemplo, dos tão propalados Yanomânis, em Roraima, na região do Surucucu, foram atraídas para uma serra, exatamente onde se localiza a jazida brasileira de cassiterita e de outros minerais estratégicos importantes, entre os quais o urânio. Esses índios foram atraídos por missões religiosas para servirem exatamente de pretexto para que ali não se desenvolvesse a exploração desses minérios tão importantes para o progresso de Roraima e para o equilíbrio das finanças do nosso País. E o que é mais importante, Srs. Constituintes, é que esses índios vivem numa região endêmica, onde a malária, a oncocercose e a própria tuberculose grassam de maneira violenta. No entanto, eles dispõem, em suas próprias terras, dos recursos necessários para combater a miséria em que vivem. Estão impedidos, eles próprios, de explorar as suas riquezas, e nenhum brasileiro pode fazê-lo. O que se sabe, lá em Roraima, de maneira muito ampla, é que, durante décadas, missionários norte-americanos exploraram essas riquezas e as retiravam de lá, de maneira aberta através do pouso e decolagem de aviões de grande porte. Hoje, assistimos não só à miséria de milhões de brasileiros, mas, principalmente, desses índios, que são usados de maneira leviana para sensibilizar o sentimento de alguns de nós, que, muitas vezes, não conhecemos a realidade em que vivem essas tribos indígenas.

O projeto de Constituição avança quando, procura dificultar a exploração dos minérios, pois sabemos que não existem reservas conhecidas em outros locais do País, mas também limitando o consumo interno, vetando, portanto, a exportação desses minérios. Mas isso não interessa aos poderosos internacionais, que, justamente, dominam o mercado desses minerais estratégicos. Sem passionamentos, acho que todos nós, brasi-

leiros, temos de refletir sobre isso para assegurarmos, nesta Constituição, o direito dos índios, como também para alertarmos o povo para o que representa, na realidade, essa tentativa de discriminação fútil do direito dos índios e dos demais brasileiros.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Gabriel Guerreiro.

O SR. GABRIEL GUERREIRO: – Constituinte Mozarildo Calvacantil, traz V. Ex.^a um assunto da maior gravidade, não só para a Amazônia, mas também para o Brasil. Foi hoje levantada aqui pelo Constituinte Virgílio de Senna a questão do nacionalismo e do desenvolvimento nacional. Trata-se de assunto da maior seriedade, e, lamentavelmente, temos poucas oportunidades para discutir essas questões internas aqui. A questão das terras indígenas da Amazônia perpassa por questão maior ainda e mais grave do que a que está colocando V. Ex.^a. Sou geólogo, nascido na âmago da Amazônia, tenho quatorze anos de pesquisa mineral, conheço melhor a Amazônia do que muita gente. Há uma situação – e vou falar um pouco do ponto de vista técnico – que vai além da que está V. Ex.^a apresentando. A grande e maior parte das reservas indígenas da Amazônia situa-se nas cabeceiras dos rios, para onde eles foram expulsos pela sociedade envolvente que se instalou na Amazônia. São exatamente nessas posições, acima das chamadas primeiras cachoeiras dos rios, que se situam as terras chamadas do pré-cambriano, do ponto de vista geológico. O resto, a calha central da Amazônia, é coberto por terrenos quaternários recentes, portanto, sem jazidas, a não ser de argila. A parte do chamado terciário, cobre grande parte das antigas bacias marinhas da Amazônia. Nessa parte só há jazidas de cobertura superficial do tipo bauxita, por exemplo, ferro da canga, minério desse tipo, mas não há jazidas do tipo cobre, zinco, chumbo, estanho, etc. É exatamente nessa faixa, próxima às fronteiras que contornam a Amazônia, onde está a geologia pré-cambriana, que há essas jazidas. É nela que tem sido relevado, ao longo do tempo – permita-me V. Ex.^a que faça uma digressão um pouco maior e que ocupe seu horário – o grande volume de descobertas da Amazônia, em número e em quantidade. Veja V. Ex.^a as reservas indígenas estão justamente situadas nessas áreas. Os índios foram empurrados para lá. Quando dissemos hoje que as reservas indígenas cobrem 20% do território da Amazônia, queremos dizer que cobrem muito mais do que esse território pré-cambriano, onde há possibilidade de mineração. Sou um defensor das tribos indígenas e do meio ambiente, e a minha plataforma política de Deputado Federal e Estadual perpassa por essa questão, mas também perpassa pelo meu contato, pela minha vida e vivência de pesquisador da Amazônia, como geólogo. Tenho certeza, Srs.

Constituinte, de que o desenvolvimento da Amazônia e nosso destino histórico estão absolutamente ligados à questão mineral. A reserva mineral da Amazônia é algo que o Brasil não se pode dar ao luxo de não considerar com a maior seriedade, porque é de lá que se projeta o que será o suprimento do País, os insumos básicos para nossa industrialização, etc. Como existe uma rigidez locacional dos depósitos minerais, porque ninguém pode transferir jazidas sem

explorá-las no local, há que se fazer o investimento lá na Amazônia, há que se colocar pólos de desenvolvimento integrados da sociedade amazônica, com o usufruto da mesma; não só de 200 mil índios, mas dos 18 milhões de amazônidas que lá estão. Às vezes, protegemos muito o índio, mas, pergunto: Como ficam meus irmãos caboclos, que perderam os dentes ao 15 anos de idade? O desenvolvimento da Amazônia e o desenvolvimento nacional são uma questão que exige respeitabilidade e seriedade no seu trato. Estou pronto a defender as tribos indígenas – não como nação soberana, independente do Brasil. Isso, para mim, é um absurdo, do ponto de vista de quem está nesta Casa. A questão da mineração é um dos pontos fundamentais para se promover o desenvolvimento daquela região. Não é possível esquecer essa questão. Não me venham aqui dizer que temos de defender que parte do IPI e do Imposto de Renda deve desviar-se ao desenvolvimento da Amazônia, porque não vamos desenvolvê-la através de esmolas. Os incentivos fiscais estão as e ainda devo pronunciar-me nesta Casa – e na oportunidade o farei – sobre a questão do destino do dinheiro que foi para a Amazônia, que não promoveu – e os próprios órgãos do Governo o dizem – 15% daquilo a que se propôs. Vejam bem, o que precisamos para o desenvolvimento da Amazônia é internacionalizar, através de fatos como a mineração, que têm rigidez locacional na Amazônia, o desenvolvimento da região. Portanto, é fundamental que se pense na questão mineral da Amazônia como algo da maior importância para o País. Com relação à questão indígena, quem tem de ser protegido, do ponto de vista étnico é o índio. Quem está no cerne da questão é o índio e quem agride o índio não é a sociedade mineradora. É toda a sociedade envolvente: o vendedor ambulante, o posseiro, o castanheiro, o madeireiro, o fazendeiro, o abridor de estradas, etc. Esta é uma questão que perpassa pela Constituinte, e não podemos ter a irresponsabilidade de inviabilizar o desenvolvimento de uma região como aquela, colocando entraves, engessando, amordaçando o seu processo de desenvolvimento. Exijo que a mineração respeite o meio ambiente e respeite o índio; exijo que, mineração cuide do desenvolvimento integrado da Amazônia, mas não posso engessar o País, deixando a mineração fora do processo de desenvolvimento. Este era o aparte que queria fazer ao discurso de V. Ex.^a

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI: – Agradeço ao Constituinte Gabriel Guerreiro, do Pará, o seu depoimento, que realmente robustece a tese que defendo, de respeito aos índios, mas sem a cegueira de realmente verificar – como disse S. Ex.^a, que é geólogo – a coincidência da existência das reservas indígenas exatamente em cima das reservas minerais da Amazônia.

Ouço, com prazer, o nobre Constituinte Chagas Duarte.

O SR. CHAGAS DUARTE: – Ouço com muita atenção o brilhante pronunciamento de V. Ex.^a, Constituinte Mozarildo Cavalcanti, a respeito de matéria de magna importância para o País, e, particularmente, para o nosso Território. Quero congratular-me com V. Ex.^a quando afirma que o direito dos índios tem de ser resguardado. Isto

implica dizer que as terras dos índios têm de ser demarcadas. Acredito que ninguém nesta Nação seja contra a demarcação das terras dos índios, do solo e do subsolo, onde estão as riquezas que tanto se diz lá existirem e que também têm de ser exploradas, no meu entender, com a permissão dos índios. Se a terra é deles e se eles são povos independentes. Naturalmente essas riquezas têm de ser exploradas somente com a sua permissão. Parece que esse assunto consta do atual Projeto de Constituição, oriundo da Comissão de Sistematização. Creio que é uma prerrogativa nossa, como brasileiros, preservar o direito dos índios e as riquezas lá existentes. Afirma-se muito que essas riquezas são uma reserva para os grupos internacionais. Compete a nós, brasileiros, exercer uma fiscalização, ficar atentos a fim de que isso não aconteça. Essas riquezas só podem ser exploradas, repito, com a permissão dos verdadeiros donos da terra, no caso, os índios ma vez parabenizo V. Ex.^a pelo brilhante pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI:

– Agradeço a V. Ex^a, Constituinte Chagas Duarte, o aparte. Concordo com V. Ex.^a no que se refere à garantia dos direitos dos índios, principalmente no que tange à demarcação de suas terras, mas discordo no relativo à exploração do subsolo, porque, da forma como está colocado, essa exploração só será feita pela União se não existirem outras jazidas no território nacional, e somente para consumo interno.

Na realidade, que existe no Projeto é uma distorção do enfoque que V. Ex.^a quer dar, e uma distorção do enfoque, acredito de todos aqueles que estão realmente preocupados com o índio no Brasil. Da forma como está, não poderemos explorar, de modo algum, o subsolo. Tampouco posso concordar, Constituinte Chagas Duarte, com o fato de que qualquer brasileiro seja dono do subsolo; acho que o subsolo pertence à União e deve ser explorado no interesse do desenvolvimento nacional. No caso específico, como citou o Constituinte Gabriel Guerreiro, no interesse do desenvolvimento da Amazônia, temos de encarar

com brasiliade e com respeito o problema e procurar, de maneira consciente, explorar essas riquezas, inclusive em benefício dos próprios índios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Airton Cordeiro – PDT; Alarico Abib – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ueno – PFL; Assis Canuto – PFL; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; César Cals Neto – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Djenal Gonçalves – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gerson Peres – PDS; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ivan Bonato – PFL; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Lobo – PFL; João Natal – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Elias – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Jorge – PFL; José Maranhão – PMDB; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Levy Dias – PFL; Luís Eduardo – PFL; Lysâneas Maciel – PDT; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mossa Dentes – PFL; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnson – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queirós – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Sotero Cunha – PDC; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Vector Faccioni – PDS; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinícius Cansanção – PFL; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, designando para amanhã a seguinte;

ORDEM DO DIA

Prosseguimento da Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

VIII – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 47 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 104

SÁBADO, 25 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 110ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 24 DE JULHO DE 1987.

- I – Abertura da Sessão
- II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.
- III – Leitura do Expediente.
- IV – Pequeno Expediente

ÁLVARO VALLE – Projeto de Resolução que altera o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, visando à apresentação de substitutivos ao Anteprojeto de Constituição.

RUBEN FIGUEIRO – Estudos em curso no Ministério da Fazenda, sobre aumento da capacidade arrecadadora da União. Emenda do orador ao Anteprojeto de Constituição, concernente ao sistema tributário nacional.

OSVALDO BENDER – Dia do Colono. Dia do motorista.

EGÍDIO FERREIRA LIMA – art. do Prof. Walder de Góis, publicado na "Folha de S. Paulo": "Viva a Constituinte".

HARLAN GADELHA – Protesto contra o Parecer nº 233, do Conselho Federal de Educação, que institui licenciaturas em Estudos Sociais, em prejuízo dos profissionais das áreas de Ciências Sociais, História, Geografia e Filosofia.

JOSÉ ELIAS MURAD – Descumprimento, pelas instituições financeiras, de decreto presidencial que determina o refinanciamento das dívidas dos micros e pequenos empresários.

ADYLSON MOTTA – Requerimentos de informações à Presidência da República sobre critérios adotados pelo Conselho de Segurança Nacional para concessão de assentamento prévio e recebimento de imóveis rurais em pagamento de empréstimos; sobre intenção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de realizar concorrência pública para contratação de serviços de elaboração e correção de provas destinadas a processo seletivo.

LÍDICE DA MATA: – I Encontro Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulheres. Denúncia de violências praticadas contra mulheres no Distrito Federal.

EDUARDO JORGE: – Posição do Partido dos Trabalhadores no que concerne ao direito de greve. Crítica à demissão, pelo Governador do Distrito Federal, José Aparecido, de trabalhadores grevistas da área de saúde. Apelo no sentido da manutenção, pelos grevistas, do funcionamento integral dos serviços de Pronto-Socorro e de UTI.

LUIZ GUSHIKEN: – Crítica à política adotada pelo grupo financeiro Bamerindus no trato com seus funcionários. Relatório da Coordenadoria de Programas e Projeto do Mirad sobre ação violenta da Polícia Militar contra trabalhadores rurais da área da Fazenda Bamerindus, na região do Araguaia, Estado do Pará. Carta Pública de protesto subscrita pelos bispos de Marabá, Conceição do Araguaia, Cametá e Xingu.

NILSON GIBSON: – Prestação de informações ao Constituinte Adylson Motta sobre

aquisição de imóveis funcionais pelo Ministério da Previdência e Assistência Social: documento do Ministro Raphael de Almeida Magalhães, sob o título "A Mudança para Brasília e a Compra de Imóveis Funcionais pela Previdência".

ÁTILLA LIRA: – Arbitrariedades praticadas pelo Governo do Estado do Piauí contra funcionários públicos, médicos e professores. Telegrama do orador à Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, a propósito da transferência da Irmã Terezinha Constância do Hospital de São Miguel do Tapuio para o de Barras, Estado do Piauí.

RUBERVAL PILOTO: – Critica a documento do Ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social, sobre aquisição de imóveis funcionais.

JORGE ARBAGE: – Caráter discriminatório, com relação à Amazônia e ao Nordeste, de resolução do Banco Central referente a isenção de correção monetária para créditos de investimentos agropecuários formalizados durante a vigência do Plano Cruzado.

GEOVANI BORGES: – Sugestão apresentada pelo orador à Assembléia Nacional Constituinte, visando ao direito dos servidores públicos à candidatura a cargos políticos, resguardada sua estabilidade funcional.

FLORICENO PAIXÃO: – Reiteração de apelo no sentido da aprovação de emenda apresentada pelo orador ao Anteprojeto de Constituição, visando à concessão de aposentadoria dos trabalhadores e servidores públicos aos

30 anos, para homens, e aos 25, para mulheres.

ANNIBAL BARCELLOS – Realizações e potencialidades do Território Federal do Amapá. Conveniência da criação dos Estados do Amapá e de Roraima.

ANTÔNIO DE JESUS – A Ferrovia Norte – Sul como elemento de modernização do sistema viário nacional.

CHICO HUMBERTO – Dados históricos sobre a região do Triângulo e conveniência de decisão plebiscitária sobre sua emancipação.

SIQUEIRA CAMPOS – Instalação do Partido Democrata Cristão em Rio Verde, Estado de Goiás.

PEDRO CANEDO – Extensão aos representantes comerciais das indústrias automobilísticas e farmacêutica das faculdades concedidas aos motoristas de táxi na aquisição de automóveis.

JOÃO PAULO – I Encontro Nacional de Ensino de Geografia. Carta aberta ao MEC, aos Constituintes e à população, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, em repúdio à tentativa governamental de extinguir as licenças de Geografia, História e Sociologia.

ALBERICO CORDEIRO – Assinatura, pelo Presidente José Sarney, de decreto que viabilizará o fim do racionamento de energia elétrica no Nordeste. art. do economista Mauricio

Costa Romão, publicado na **Folha de São Paulo**: "O Problema da Crise Energética no Nordeste".

V – Comunicações das Lideranças

ÁTILA LIRA – Destaque de pontos essenciais do Anteprojeto de Constituição, no capítulo que trata da educação e da cultura.

PAES LANDIM – Atuação de Gilberto Freire como Constituinte de 1946.

PAULO MACARINI – Providências adotadas pelo PMDB junto às autoridades federais em favor das micro, pequenas e médias empresas. Solicitação de interferência do Presidente José Sarney no sentido da liberação de recursos para reinício das atividades dessas empresas.

BETE AZIZE – Apoio à luta do Constituinte Fábio Feldmann em prol da ecologia e do meio ambiente. Critica à atuação da Delegacia Regional do IBDF no Estado do Amazonas.

FLORESTAN FERNANDES – Protesto contra demissão do operário Miguel Tadeu de Carvalho, da Indústria Silvânia, em virtude de manifestação favorável à jornada de trabalho de 40 horas.

JOÃO DE DEUS ANTUNES – Solidariedade ao Constituinte Osvaldo Bender em sua homenagem ao Dia do Colono.

ROBERTO BALESTRA – Consequências danosas para os pequenos agricultores nacio-

nais de autorização do SEAP para a importação de alho da Espanha.

VI – Apresentação de Proposições

ÁLVARO VALLE, CÉSAR CALS NETO, ADYLSOM MOTTA.

VII – Ordem do Dia

IVO MAINARDI, SANDRA CAVALCANTI, MAX ROSENMAN – Discussão do Preto de Constituição.

PERCIVAL MUNIZ – Matéria assinada pelo jornalista Tarcísio Holanda, publicada no "Correio Braziliense": "Figueiredo e Delfim articulam conspiração".

ELIEL RODRIGUES – Discussão do Projeto de Constituição.

VIII – Encerramento

– Discurso proferido pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho na sessão de 20-7-87: Homenagem póstuma ao sociólogo Gilberto Freyre:

– Discurso proferido pelo Constituinte Luiz Salomão na sessão de 22-7-87: Colaboração do PDT para contenção do déficit público.

2 – MESA – Relação dos Membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE

PARTIDOS – Relação dos Membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos Membros

5 – ATAS DAS COMISSÕES (As atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário.)

Ata da 110ª Sessão, em 24 de julho de 1987

Presidência dos Srs. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário

Às 9:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Nano – PDS; Angelo Magalhães – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antoniolarcos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Prieto – PFL; Artenir Wemer – PDS; Artur da Távola – PMDB; Átila Lira – PFL; Augusto Carva-

Iho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Cão – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Júnior – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriano Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Hadan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia

PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Junior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósmo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Paulo – PT; João Rezек – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoino – PT; José Guedes – PMDB; José Inácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Rocha – Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Pares – PMDB; Leur Lomento – PFL; Lidice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Mala – PDT; Mauricio Corrêa – PDT; Maurílio Fruet – PMDB; Mauricio Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Sebos – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini

PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Viana – PMDB; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Freire – PCB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmarinha Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC Sónion Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teimo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 151 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MALA, 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se ao

IV – Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Constituinte Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL – RJ): Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou passando às mãos de V. Ex^a, Sr. Presidente, projeto de resolução que emenda o Regimento, com 110 assinaturas, que visa a permitir a apresentação de substitutivos na segunda fase dos nossos trabalhos.

Estranhei, Sr. Presidente, na leitura, hoje, dos jornais, declarações do Relator Bernardo Cabral, que dizia ser este projeto consequente de desconfiança dos Constituintes que o assinavam – e são mais de 100, em seu trabalho. Não há qualquer espécie de desconfiança na competência ou na seriedade do nobre Relator; há, sim, Sr. Presidente, desconfiança quanto à infalibilidade humana.

Nos termos do Regimento atual, o Relator apresentará o seu substitutivo, que S. Ex^a anuncia como um novo Projeto de Constituição. Esta Constituinte terá um prazo de 48 horas para analisar esse substitutivo e não poderá, então, apresentar novas emendas, Sr. Presidente.

Mantendo esse dispositivo no Regimento desta Assembléa Constituinte raia a levianidade. Para julgar um novo Projeto de Constituição – e o Relator anuncia que o seu projeto será um novo projeto – dispomos apenas de 48 horas, afinal, para fazer a Constituição do País, definitivamente, Sr. Presidente, não é crível que possamos aceitar esta realidade a qual estamos, até agora, presos.

O projeto que apresentamos distende esse prazo para uma semana e, além disso, permite que 188 Constituintes – 1/3 mais um Constituinte – possam apresentar novos substitutivos. Repito, não há desconfiança no trabalho de S. Ex^a o Constituinte Bernardo Cabral. Esperamos que S. Ex^a apresente um substitutivo que atenda às aspirações da opinião pública brasileira e não teremos necessidade de apresentar qualquer outro texto, para apreciação desta Casa, mas não podemos correr o risco. Admitida a hipótese, e evidentemente a hipótese existe, de que os conceitos de S. E. o Relator, de que as considerações que nos sugam nesse novo projeto não sejam aceitáveis pela maioria e pela opinião pública brasileira; se isto acontecer, Sr. Presidente, não teremos alternativas diante do Regimento atual. As nossas alternativas são votar o Projeto Bernardo Cabral nº 1 ou votar o Projeto Bernardo Cabral nº 2, definitivamente não fomos eleitos para emendar o trabalho do Constituinte Bernardo Cabral por mais brilhante que seja. Fomos eleitos para dar uma Constituição ao País e esta Constituinte, livre e soberana, não pode ficar presa, Sr. Presidente, a detalhes regimentais dessa natureza. Por exemplo. S. Ex^a nos anuncia um projeto conciso, com 200 artigos. Não sei o que se entende por conciso e não sei até onde valham apenas 200 artigos do novo projeto. O que queremos não é uma Constituição com poucos artigos; queremos, sim, uma Constituição concisa, que não invada o terreno da lei ordinária.

No projeto atual da Comissão de Sistematização, por exemplo, temos um artigo, de número 12, que tem, Sr. Presidente, 2.704 palavras. Ora, um projeto de 200 artigos, se cada um deles tiver 2.000 palavras, isto corresponderá a um projeto de Constituição de 800 artigos. Ter-se-ão apenas embolados vários artigos em um só para que o articulado nos surja com um número menor. Conceitos desta natureza podem ser divergentes, os do Relator e os da maioria desta Assembléia. Precisamos, então, ter alternativas e elas são as que procuramos abrir com a proposta que fazemos, e que neste momento passo às mãos de V. Ex^a.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O Ministério da Fazenda vem de anunciar que está realizando estudos visando aumentar a capa-

cidade arrecadadora da União. Estima-se que, para o próximo ano, deverá haver um aumento na carga tributária, ficando ainda por definir-se sobre quais setores da sociedade o fisco avançará.

Não sabemos se aqueles estudos se fundamentam nos termos da Constituição vigente ou se, desde agora, voltados para a Nova Carta, ainda em elaboração, mas que se revela, desde já, bastante tributarista, voltada para as ações que mais sacrificuem o contribuinte.

Fico a imaginar, Sr. Presidente, sobre a realidade em que vivem os tecnocratas do Governo, os economistas e tributaristas, em relação à realidade do povo, do trabalhador e do empresário.

Pensei que com o advento da Nova República o perfil do administrador de nossa economia estatal modificasse em relação ao que se observava na velha República.

Não vislumbro maiores diferenças. São todos de uma mesma massa, com ligeiras variações quanto à forma de dizer a mesma coisa. Quando as dificuldades surgem mais agressivas, a solução é o aumento de impostos, é a geração de novas fontes, é a imposição de maiores sacrifícios a quem trabalha. Hoje, no País, ninguém trabalha para si mesmo. Todos trabalham para o Governo. Houve um tempo em que se podia dizer que pessoas se serviam do Governo. Hoje, o Governo se serve de todos, a todos confisca os bens e as rendas, de forma direta, sem meandros ilusórios.

Não sei até quando o povo suportará este tipo de comportamento das autoridades do Planejamento e da Fazenda. Não sei até quando os empresários suportarão o sacrifício que cada vez mais se lhes impõe o Governo. Não sei até onde os assalariados ficarão impassíveis ao verem os seus salários diminuídos pela sede confiscadora e tributadora do Governo.

Estou encaminhando ao exame desta Assembléia Nacional Constituinte uma Emenda ao Projeto de Constituição que põe fim a este estado de coisas. Quero chamar a atenção da Casa para o assunto. Talvez alguns insinuem que, não sendo eu economista, não devesse estar me metendo em "seara alheia". Mas Sr. Presidente, em verdade, até onde consigo perceber, os economistas e os tributaristas não estão acertando. Ouso dizer que minha proposta é a certa, a correta, a justa e necessária.

Tem procedência em experiência de outros países, mais ricos e poderosos, com economias estáveis, receitas definidas e despesas transparentes. Países onde a distribuição da renda é mais igualitária e onde os serviços públicos atendem perfeitamente aos anseios e aos interesses das comunidades contribuintes.

Proponho que o Sistema Tributário Nacional tenha assento em apenas dois tributos: o imposto sobre a renda não proveniente de salários ou proventos, e a taxa, que incidirá sobre todos os contratos e todas as transações que se realizarem no País.

Proponho que o Imposto de Renda, que não ofenderá os salários, seja assim distribuído: 50% para a União Federal, 30% para o Estado e 20% para o Município, feita esta distribuição no local da ocorrência da contribuição.

A taxa, por outro lado, penso em vê-la assim distribuída: 50% para o Município, 30% para o Estado e 20% para a União Federal.

Tanto a União, como os Estados e os Municípios teriam uma receita diária, conhecida e controlada sobre esta receita se poderia fazer todo um programa de Governo, sem a superposição de impostos, sem a cobrança de taxas múltiplas, sem a centralização do poder arrecadador e distribuidor, sem sofismas na exposição dos fatos relacionados com a tributação, sem as complicações contidas, por exemplo, no texto do Projeto de Constituição, nos capítulos que versam sobre tributos, arrecadação e orçamento.

O Ministério da Fazenda, as Secretarias Estaduais e as Secretarias Municipais de Fazenda precisam atuar de forma transparente perante o público contribuinte. Já é tempo de modificarmos a mentalidade dos Administradores que somente visualizam no aumento ou na geração de novos impostos a solução para os problemas econômicos e financeiros do País.

O povo não suportará mais. A solução está na minha Emenda, elaborada com simplicidade para resolver uma situação que não pode mais se arrastar sob o risco do desespero instalar-se na comunidade nacional economicamente ativa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS - RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes:

O dia 25 de julho para o Sul do País, é uma data muito importante, especialmente para o Estado que represento, ou ainda mais para a região que é o noroeste do Rio Grande do Sul.

Na maioria destes Municípios é feriado municipal, festejado com grandes festas comemorativas a esta data.

Neste dia no ano de 1824, abordavam no lugar chamado Porto das Telhas, na margem do rio dos Sinos, hoje São Leopoldo, os primeiros imigrantes alemães. Ali se estabeleceram e começaram suas atividades agrícolas.

Em 1875 seguidos pelos italianos que se fixaram no chamado Campo dos Bugres, onde hoje está edificada a grande cidade de Caxias do Sul.

Em homenagem ao imigrante, não apenas destas duas etnias, mas de todas que aqui vieram, não para explorar o País, mas, sim, em busca de uma nova Pátria, instituiu-se o Dia do Colono.

Na concessão de lotes coloniais está a explicação de um dos motivos pelos quais se usa comumente, no Rio Grande do Sul e nos demais Estados sulinos, o termo colono, para o nosso agricultor. Colono em termos do Sul do País, não é apenas aquele que veio para cá, para carrear riquezas, ouro, lucro para a metrópole. Também não é o marginal da agricultura, o aventureiro, o tipo cigano, que hoje está aqui e amanhã já amanhece num outro lugar. Colono, em termos do Sul do País, tem vinculação profunda com o sistema de concessão do lote colonial.

Se de um lado, as portarias imperiais concediam, antigamente, sesmarias aos casais de açoreanos e bandeirantes que fundaram as primeiras estâncias no Sul do País, posteriormente, a partir de 1824, as mesmas portarias imperiais concediam um lote colonial de 77 hectares, mais tarde de 48 hectares ao casal de colonos imigrante que fixa residência neste lote colonial, e o tornasse produtivo, posteriormente; cumpridas as condições da concessão, o colono recebia o título definitivo de proprietário do lote.

Assim, colono em termos no Sul do País, significa proprietário do lote colonial. É o pequeno e médio proprietário que conhecemos no sul.

Assim, estas primeiras 43 pessoas imigrantes começaram sua luta. Não tiveram Governo para auxiliá-las, foi através de suas próprias forças que venceram.

Imaginem Senhoras e Senhores, quanto sacrifício passou esta gente. Tiveram que desbravar as matas, abrir estradas sem trator e sem motosserras. Tiveram que enfrentar feras, e até seus próprios irmãos, os indígenas, completamente selvagens.

Para a doença, não havia médicos, era recorrer para os remédios caseiros e entregar o destino do doente nas mãos de Deus.

Após fundada a primeira comunidade, na beira do rio dos Sinos, onde hoje existe a grande cidade de São Leopoldo, se espalharam por todo o vale, onde hoje existe dezenas de cidades fundadas por eles.

Souberam vencer heroicamente. Não traziam riquezas, mas em compensação tinham muita fé. Católicos ou evangélicos, sua primeira preocupação era a de construir uma pequena capela para se reunirem e rezarem todos juntos. Se sobreviveram ao começo desta nova civilização, foi tão somente pela fé em Deus e por amor a seus filhos e descendentes, pois queiram para eles dias melhores.

Por isso também sua grande preocupação foi logo, aliada à pequena igreja, uma escola que, na maioria das vezes, funcionava dentro da própria igreja.

O professor foi escolhido entre os da própria comunidade, e não foi o Governo que o pagou, mas cada um, conforme o número de alunos, pagou a sua parte, mesmo com muito sacrifício, mas tiveram como base, aliado, o trabalho à educação.

Desta forma, estes primeiros imigrantes, junto com os que se seguiram, de alemães, italianos, poloneses e outras tantas etnias, misturados com os brasileiros de então, com portugueses, espanhóis, negros e índios, após terem colonizado o vale do rio dos Sinos, as planícies abaixo da serra, subiram morro acima e assim salpicaram o Rio Grande do Sul com comunidades, onde nunca faltaram as igrejinhas pintadas de branco, onde também nunca faltou o sino, que badalava cedo aos domingos de manhã, quando chamava as comunidades inteiras para um ato de fé, mesmo sem padre ou pastor, rezava, para que a paz e o amor sempre pudesse acompanhá-los.

Não poderia esquecer esta data, para homenagear estes nossos bravos antepassados, que através de lutas, do seu trabalho, nos delegaram uma tradição de costumes e de princípios presentes durante várias gerações, hoje mais vivo do que nunca, quando se procurava por todas as formas, menos valorizar a iniciativa privada, a educação comunitária, fazer e realizar as coisas sem a interferência do Governo que, por vezes, quanto mais presente, mais atrapalha.

Que estes heróis anônimos, que foram o início da civilização, do desenvolvimento e do progresso do Sul deste País, sirvam a todos nós como exemplo do trabalho, da fé, da justiça e da vivência em comunidade.

Vai aqui a minha homenagem a todos estes antepassados, chamados de colonos, que com

seu braço forte marcaram com suor e sangue, as páginas da nossa História, especialmente do Sul do País.

Se até hoje o colono é ainda a classe mais sofrida, abandonada, imaginem estes heróis, que há quase duzentos anos começaram sua caminhada.

Quero ainda fazer um apelo, para que este dia sirva para nós e demais autoridades, para uma reflexão e conscientização, para que este colono possa ter um amanhã mais risonho, para que possa ser igualado às demais categorias, referente à Previdência Social, que pelo menos consiga um salário mínimo como aposentadoria, que a mulher do nosso colono também possa ter este direito, que o jovem do nosso colono possa também ter uma bolsa de estudo para fazer uma faculdade e que no interior possamos ter escolas agrícolas de 1º e 2º graus, para dar oportunidade do ensino técnico, agrícola para os filhos dos colonos, enfim, para que possamos ter uma verdadeira e autêntica política agrícola, dando melhores condições ao nosso bravo colono.

Também, paralelamente a esta data, se comemora "O Dia do Motorista". Não poderia também deixar de homenagear este herói do volante, que transporta pelas estradas as riquezas que os colonos produzem, que as indústrias fabricam.

O motorista raras vezes é lembrado, poucos são os que reconhecem o valor de seu grande trabalho, é um herói anônimo do progresso.

As autoridades, na maioria das vezes, têm até quase ignorado a sua existência.

Que também seja para todos nós um dia, onde pelo menos por um instante, lembremos este homem sofrido, quer motorista de caminhão, transporte coletivo, táxi, ou ainda qualquer outro veículo.

A minha homenagem é para todos os colonos e motoristas do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

**O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA
PRONUNCIA DISCURSO QUE,
ENTREGUE À REVISÃO DO
ORADOR, SERÁ PUBLICADO
POSTERIORMENTE.**

**O SR. HARLAN GADELHA (PMDB –
PE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Ocupamos a tribuna nesta data com a finalidade de protestar contra o Parecer nº 233, de 12-3-1987, do Conselho Federal de Educação – CFE, cuja matéria aprovada é inoportuna por se tratar de questão que diz respeito à Constituinte.

O Projeto de Constituição já aprovado pela Comissão de Sistematização, no Capítulo III, "Da Educação e Cultura", arts. 371 e seguintes, encontra-se em uma segunda fase de apreciação nesta Constituinte, podendo vir a ser modificada por emendas apresentadas pelos Constituintes ou por aquelas apresentadas por populares.

Não nos parece correto que seja substancialmente modificada uma estrutura educacional antes da aprovação da nova Constituição.

E qual a matéria abordada no brilhante parecer?

Tal parecer institui as Licenciaturas em Estudos

Sociais em detrimento dos Cursos de Ciências Sociais, História, Geografia e Filosofia.

Não podemos concordar com tal decisão, pois a consideramos prejudicial para os profissionais destas áreas.

O Conselho Federal de Educação deve ser urgentemente reformulado e democratizado com a efetiva participação de estudantes, professores e, até mesmo, funcionários devidamente qualificados e idôneos, indicados pelas diversas organizações nacionais representativas de tais categorias.

Assim sendo, discordamos de decisões tomadas nos Gabinetes sem ouvir todas as partes interessadas, cometidas de equívocos e contrárias aos interesses da comunidade universitária.

Há mais de dez anos que os profissionais de nível superior em História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais vêm lutando contra a implantação da Licenciatura de Estudos Sociais.

A implantação desta licenciatura é parte inerente da política educacional concebida pelo regime autoritário, que tem como finalidade precípua esvaziar os quatro cursos acima referidos e a legitimação da legalização do ensino de Moral e Cívica.

O MEC através do Conselho Federal de Educação – CFE, tem tentado sistematicamente passar esta política de formação de Professor para a área de Ciências Humanas, dando novos rumos à Educação, sem ouvir as partes diretamente interessadas, e o que é pior: quando da elaboração da nova Constituição.

Essa proposta do MEC – CFE, por mais bem intencionada que seja, tem encontrado o repúdio da comunidade acadêmica, dos profissionais de ensino e das suas entidades representativas, tais como: ANPUH, AGB, ANPOCS, entre tantas outras.

Recentemente tive o privilégio de receber uma Comissão de Professores da Universidade Federal de Pernambuco, composta pelos eminentes Professores:

Do Centro de Educação: Prof. José Batista Neto.

Do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (Mestrado de História): Prof. Antônio Torres Montenegro.

Do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (Deptº de História): Prof. Antônio Paulo de Moraes Rezende.

Do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Prof. Amônio Jorge de Siqueira.

Os acima referidos professores encontram-se em Brasília participando do XIV Simpósio da Associação dos Professores Universitários de História – ANPUH, sendo realizado na UnB.

Na ocasião da visita que muito nos honrou, os ilustres Mestres entregaram um abaixo-assinado em repúdio ao Parecer nº 233/87 do CFE.

Aqui nesta Casa lavro o meu protesto contra a ingerência indevida de decisões do Executivo, contrariando interesses legítimos do professorado nacional, quando da total restauração das liberdades com o direito à crítica e a oportunidade de todos serem ouvidos em decisões que dizem respeito ao ponto crucial da nação: a Educação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!).

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

É preciso criar coragem para acabar com a ganância e a agiotagem dos bancos

Como eu gostaria de não acreditar nas palavras do Presidente Charles De Gaulle, que há alguns anos disse:

Le Brésil n'est pas un pays sérieux (O Brasil não é um país sério) mas infelizmente determinados setores deste País me fazem crer que o Presidente De Gaulle tinha razão.

Estão querendo estrangular os micros e pequenos empresários.

– O Governo Federal baixa um decreto obrigando os bancos e financeiras a refinanciar a dívida destes pequenos-heróis a juros compatíveis com a realidade brasileira. Pois bem, o pequeno grande herói procura a instituição financeira e, em contrapartida, tenta sugar ao máximo o já tão sugado empresário, que já se encontra em situação desesperadora. Exigem trocas de avalistas, hipotecas, enfim, uma infinidade de coisas, mas nada documentado, tudo através de boca a ouvido.

Quando o pequeno empresário argumenta da dificuldade de se arranjar toda a papelada, surge o gerente dizendo que de "ordens superiores" não têm verba para este refinanciamento. Tudo isto sem exigência de nenhuma documentação.

O mais grave de tudo é que este refinanciamento é de 30 de abril para a frente, e estes mágicos das finanças protelam até que a dívida cresça bastante, na base de juros de mora, que chegam a 30% ao mês. Dessa forma, mesmo que se chegue a um consenso final entre banqueiro empresário, o acordo se torna inviável, uma vez que, a dívida dobraria no período e o microempresário se vê totalmente impossibilitado de pagar o restante.

A resolução do Banco Central deve tornar obrigatório esse refinanciamento e prever uma penalidade à instituição financeira que não o cumprir. Caso contrário, continuarão a desrespeitar um decreto do Presidente da República e também uma resolução do Banco Central.

Sr. Presidente, o momento crucial pelo qual a economia brasileira tem passado nos obriga a unir nossos esforços para chegarmos a um entendimento comum.

Mais uma vez, subo a esta tribuna para levantar uma questão que considero da mais alta importância e relevância. – Por que somente alguns setores de nossa economia podem gozar do privilégio de não se sacrificar? Será que somente o povo deve dar sua parcela de contribuição?

A Nação está cansada de ser pisoteada, de ser humilhada.

Dar força e crédito aos pequenos e micros empresários é o mesmo que dar força ao emprego, à estabilidade e ao bem-estar social. É também fazer mais que isso. É dar ao País condições de se firmar no plano internacional como uma economia que se prepara para se erguer.

Não podemos admitir que os "magos das finanças" continuem a infernizar a vida do povo dentro da sua ganância de ganhar, ganhar cada vez mais.

Eu, Sr. Presidente, tenho esperança de que a frase do presidente. De Gaulle seja daqui para

frete encarada de maneira oposta: "este é um país sério".

Obrigado.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. ADYLYSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Uma das grandes preocupações que existem hoje, é que se possibilite o acesso à terra àqueles que não a têm, ou que se preserve a propriedade dos nossos pequenos agricultores.

Parece-me uma contradição muito grande, no momento em que se defende esse ponto de vista, em que o Governo alardeia a realização da reforma agrária, que o próprio Governo esteja estimulando a retirada de terra de quem a tem, Sr. Presidente. Nesse sentido, estou encaminhando, baseado no art. 62, item IV, § 5º, da Resolução nº 2, da Assembléia Nacional Constituinte, um pedido de informações à Presidência da República, através do Gabinete da Casa Civil, para que esclareça à Assembléia Nacional Constituinte quais os critérios adotados pelo Conselho de Segurança Nacional para conceder "assentimento prévio" para que as instituições financeiras recebam imóveis rurais como dação em pagamento de empréstimos de difícil ou duvidosa solução.

Em atos de 21-7-87, publicados no **Diário Oficial**, Seção I, pág. 11579, o Sr. Secretário-Geral daquele Conselho autorizou ao Banco Econômico S.A., a adquirir, somente no Estado do Paraná, 34 (trinta e quatro) imóveis rurais. Ora, no momento em que tanto se discute a propalada reforma agrária, é de se estranhar que, na faixa de fronteira, o Conselho de Segurança Nacional consinta que uma instituição adquira, de pequenos proprietários rurais, suas terras, mesmo com a obrigação de aliená-las dentro de 3 anos.

Deve Sua Excelência esclarecer, também, quantas operações desse tipo já foram autorizadas pelo Conselho de Segurança Nacional a partir de 16-3-85, bem como relacionar, em cada município, as áreas transferidas para os bancos.

Sr. Presidente, é uma questão de coerência. Temos que preservar a propriedade daqueles que a possuem em pequena extensão, principalmente. Acredito que o Governo não seja aquele que tenha a maior autoridade para cobrar dívidas neste momento. Até porque ele está se recusando a pagar as suas. Dentro do princípio de que devemos evitar o êxodo rural, devemos propiciar terra ao pequeno agricultor, devemos estimular o homem a ficar no campo, e não me parece que o Governo deva estimular exatamente o contrário, no momento em que permite que instituições financeiras resgatem, tirem a terra daqueles pequenos agricultores que não tiveram condições de pagar os seus empréstimos agrícolas. Nesse sentido estou encaminhando um pedido de informação.

Da mesma forma, Sr. Presidente, é sabido que foi proclamado, diversas vezes, pelo Presidente da República, que estão suspensas as contratações. Não há admissão de pessoal no Brasil inteiro, por um período "X".

Também encaminhei ao Gabinete Civil da Presidência da República, através do Presidente da Constituinte, um pedido de informações, com o seguinte teor:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu parágrafo 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelênciasejam solicitadas ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Informações Oficiais

que esclareçam à Assembléia Nacional Constituinte por que razões a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, do Ministério das Comunicações, pretende realizar concorrência pública para contratar serviços de elaboração e correção de provas destinadas a processo seletivo de âmbito nacional, quando, em decorrência de determinação presidencial, estão suspensas todas as contratações de pessoal no Serviço Público Federal.

Por outro lado, a Assembléia Nacional Constituinte, até o momento, não tomou conhecimento dos planos do Ministro da Administração, de recolocação de pessoal em excesso nos diversos órgãos, através dos quais haveria a relotação dos servidores.

Sala das Sessões, de julho de 1987. – Constituinte **Adylson Motta**.

Sala das Sessões, de julho de 1987. – Constituinte **Adylson Motta**.

Sr. Presidente, no sentido de colaborar com o Governo Federal, porque creio que deva ser alertado para esse tipo de incoerências, contradições, incongruências que existem, e no sentido de que se evitem gastos desnecessários no País diante de uma política de austeridade que defendemos, principalmente numa fase de crise econômica, de dificuldade financeira, estou levando estes pedidos de informações até como um alertamento ao Governo, para que cumpra realmente aquilo que prometeu à Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PC do B – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes:

O peso da secular opressão social, política, econômica, familiar e cultural que se abate sobre a mulher tem sido um grande obstáculo à sua organização. Mesmo assim, temos conseguido romper com estes entraves e avançado em nossa luta e articulação.

Como prova disto gostaria de registrar a realização, no último fim de semana, dias 17, 18, 19, do I Encontro Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulheres, esta é apenas uma das correntes do Movimento de Mulheres no Brasil.

Marcado pela comemoração de um ano de existência da revista Presença da Mulher, o encontro contou com a participação de cerca de mil mulheres de todos os Estados da Federação e das Deputadas Constituintes Benedita da Silva – PT, Moema São Thiago – PDT, Bete Azize – PSB, além de mim e da Deputada Estadual do PC do B do Rio de Janeiro Jandira Feghali.

A conclusão do encontro culminou com a aprovação da Carta do Rio de Janeiro, que tem como pontos principais:

1º A luta em defesa da reforma agrária, da soberania nacional e das eleições diretas em 1988.

2º A luta pela igualdade jurídica na Constituinte na busca de quebrar a dessintonia então existente entre os direitos legais da mulher e os espaços que ela já ocupa na sociedade.

Além disso, definimos a realização de uma Jornada Nacional de Luta Contra a Violência sobre a Mulher e uma Jornada Nacional de Luta Contra a Discriminação à Mulher Negra, com datas a serem marcadas, e o apoio à luta pela libertação da brasileira Lâmia Maruf.

Como principal forma de mobilização definimos a organização de grandes caravanas de mulheres a Brasília para acompanhar a votação das emendas e propostas que nos interessem enquanto mulheres, avivando as cores, já esmaecidas, dos quadros de promessas, pintados pelos candidatos nas campanhas eleitorais e afirmado a nossa condição de maioria discriminada da sociedade.

E ainda sob a influência forte desse nosso encontro é que assomo a esta tribuna para denunciar a violência que se abate sobre as mulheres em Brasília. Entendemos necessário não calar diante de mais um crime hediondo contra a mulher aqui nesta cidade, que a maioria de nós, Constituintes, nos encontramos há cerca de seis meses, e que está crescendo assustadoramente. A jovem Thaís Muniz Mendonça não foi a única, porém não deverá ser apenas mais uma dentre as trinta e cinco mulheres assassinadas no Distrito Federal em um ano. Esse assassinato tem que significar um basta das mulheres que, em Brasília, lutam pela Delegacia Especial da Mulher. Um basta que nós, mulheres na Constituinte, devemos fazer ressoar em todo o Brasil, exigindo a punição dos responsáveis.

A impunidade conviente com a violência que recai sobre nós, tem que ser reprimida com todo vigor.

Por isto, desta tribuna, exigimos a apuração do crime e punição dos responsáveis. Temos assistido às entrevistas e acompanhado pela imprensa o caso e não podemos ficar tranqüilas com as declarações do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, no sentido de dizer que sobre este fato a polícia pouco poderá fazer, porque o jovem gozava da intimidade da moça.

Ora, declarações como esta nos deixam preocupadas, na medida em que conhecemos a violência sobre a mulher, e sabemos que, na sua maioria, é cometida por ex-companheiros, ex-namorados, ex-maridos, portanto, todos esses convivendo da intimidade da mulher vitimada. Nesse sentido, achamos que essas declarações põem em suspeita a atitude do Secretário de Segurança e devemos exigir que a polícia de Brasília, que tem nesses últimos tempos enfrentado crimes como o da Márcia, no mês passado, ainda sem punição dos responsáveis, como o da Thaís, neste mês agora, que parou a cidade de Brasília e que, na verdade, surpreendeu e deixou em insegurança toda a população e todo o País: para que o crime seja apurado devidamente, para que não tenhamos de ouvir declarações como a do Secretário de Segurança, que, não contente com a sua

primeira declaração, diz também na imprensa, na televisão, que, se fosse o pai do rapaz, se afastaria das suas funções, enquanto Secretário, e passaria a apoiar seu filho. Como pai não temos que julgá-lo, mas como Secretário de Segurança temos que exigir dele a maior imparcialidade, no sentido da apuração de um crime que, sem dúvida alguma, é apenas o retrato da violência que sofre a mulher no Brasil inteiro. Muito obrigada. (Muito bem.)

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP).
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A posição do Partido dos Trabalhadores, em relação ao direito de greve tem, ao decorrer das Comissões e Subcomissões, ficado bastante clara. Temos defendido, de primeiro plano, que a greve deve ser livre, um direito dos trabalhadores, competindo a eles decidir sobre a oportunidade e o amplo interesse que deverão por meio dela defender, o que aliás, é o que está registrado no relatório do Constituinte Bernardo Cabral.

Por outro lado, quanto à questão dos chamados serviços essenciais, nós, do Partido dos Trabalhadores, temos colocado nossa posição contra a restrição do direito de greve aos trabalhadores que hoje são classificadas neste tipo de atividade profissional, restrição imposta pela CLT, há longos anos exercida no nosso País. Esses trabalhadores dos chamados serviços essenciais é que devem, em assembleias, no seu conjunto, decidir, eles próprios, quais os serviços, em benefício da comunidade, devem ser preservados durante a greve. E não é uma lei nem uma autoridade do Ministério do Trabalho, ou qualquer outro tipo de autoridade que, poderá designar, determinar que aquela classe de trabalhadores não pode fazer greve porque o serviço é essencial, que aquele determinado setor de serviço não pode parar porque é essencial. Cabe aos próprios trabalhadores, na sua assembleia, decidir em relação a esse problema, em relação da manutenção dos serviços que eles julgarem que não podem parar em benefício da comunidade.

Esses dois componentes, o direito irrestrito de greve para todos os trabalhadores, cabendo a eles mesmos decidir quais os setores de seu serviço não podem parar em função da comunidade, comportam a posição do Partido dos Trabalhadores, e é o que estamos defendendo nas Comissões e Subcomissões até agora.

Estou comentando esse problema para me reportar à atual greve dos trabalhadores da área da Saúde, aqui, no Distrito Federal. Acho que ela deve ser examinada sem paixões porque, inclusive, ela como outra, vai, inevitavelmente, ter repercussão no debate aqui, na Constituinte.

Em relação a essa questão da greve dos trabalhadores da área da saúde no Distrito Federal, gostaria de colocar três questões. Primeira, nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos dando apoio irrestrito a essa greve porque entendemos é uma luta por melhores condições de trabalho e por melhores condições de salários, além de ser um direito desse setor, pois ele reverte em benefício da comunidade. Entendemos que os trabalhadores da área da Saúde não podem perceber uma miséria como percebem em todo o Brasil e prestarem um serviço adequado à comunidade, aos trabalhadores em geral. Então, no

nossa ponto de vista, o apoio irrestrito a esse movimento seria tanto ao direito dos trabalhadores de lutarem por melhores condições de salário e de trabalho, como a um benefício que vai ser revertido em função da saúde pública, em função do atendimento à saúde de toda população, porque os trabalhadores, conseguindo melhores condições de salário e de trabalho, inevitavelmente, atuarão mais positivamente em benefício da saúde da população. Em segundo, nos colocamos contra a posição do Governador do Distrito Federal, José Aparecido, que demitiu ontem 38 trabalhadores da área da Saúde do Distrito Federal em represália ao movimento grevista. Achamos que essa posição é incorreta e que S. Ex^a deve reverter essas demissões e estabelecer um processo de negociação, esgotando todas as possibilidades de diálogo, no sentido de resolver o problema salarial dos grevistas. Em terceiro lugar, é preciso ficar registrado que nós, do Partido dos Trabalhadores, não consideramos correto a paralisação de serviços como Pronto-Socorro e UTI. Eles devem ser preservados pelos trabalhadores dentro da filosofia que defendi. Em suas assembleias, eles próprios devem decidir continuar coordenando os serviços de Pronto-Socorro, UTI e outros semelhantes, em benefício da comunidade, pois são serviços que não podem parar.

A análise desse processo deve ser feita, portanto, com esses três componentes: primeiro, o apoio irrestrito ao direito de greve, inclusive nos setores hoje considerados essenciais; segundo, crítica às atitudes de demissão, como a que tornou o Sr. Governador, inclusive, apelo a S. Ex^a para que restabeleça o diálogo e a negociação e reverta as demissões, e, terceiro, apelo aos trabalhadores da área de saúde no sentido de que mantenham o funcionamento integral dos serviços em setores a como o Pronto Socorro e a UTI, como, aliás, a assembleia dos trabalhadores de ontem, em bom momento, decidiu.

Concluo o meu pronunciamento, Sr. Presidente, registrando nosso apoio aos trabalhadores da área de saúde do Distrito Federal e o nosso apelo ao Sr. Governador José Aparecido, no sentido de que reverta as demissões e estabeleça o diálogo e a negociação, para que esse movimento grevista chegue ao fim com o resultado esperado: o acatamento das reivindicações dos trabalhadores em benefício do atendimento à saúde de toda a população do Distrito Federal.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT – SP).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Faço uso desta tribuna para denunciar fatos da mais alta gravidade e que envolvem o grupo financeiro Bamerindus.

Durante muitos anos na direção do Sindicato dos Bancários de São Paulo, fui testemunha da política injusta e desumana do Banco Bamerindus no trato com seus funcionários. Esta empresa sempre esteve na lista dos três primeiros bancos que mais violam as leis trabalhistas, que mais impõem métodos repressivos aos seus funcionários e que pagam os piores salários. Recentemente, inclusive, alegando que era deficitário, cortou o convênio da Associação Bamerindus com a Unimed, obrigando os funcionários a arcar totalmente com as despesas de assistência médica.

Mas o que me faz, hoje, usar esta tribuna não são os problemas dos bancários, de caráter trabalhista. São problemas de outra natureza.

Em fevereiro deste ano, logo após a abertura dos trabalhos no Congresso Constituinte, fui procurado por um grupo de sindicalistas rurais, vindos da região do Araguaia, Estado do Pará, que se encontravam foragidos do lar, com medo de serem assassinados. Em vista do caso, formamos uma Comissão e, juntamente com representantes da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais) e o Deputado Federal Ademir Andrade (PMDB – PA), nos dirigimos ao Ministro da Reforma Agrária de então, o Sr. Dante de Oliveira. Muito atenciosamente, o Ministro ouviu as denúncias feitas pelos camponeses e, ao final da reunião, constituiu-se uma equipe de funcionários do Governo, com a missão de investigar *in loco* os problemas, tendo em vista a gravidade das acusações.

Esta equipe, formada por representantes do Mirad (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) e do Getat (Grupo Executivo das Terras do Araguaia – Tocantins) esteve, no período de 13 a 17 de fevereiro deste ano, em vários Municípios da região, e as conclusões de sua investigação constam do Relatório da Coordenadoria de Programas e Projetos do Mirad, datado de 9 de março último. Trata-se de um relatório de caráter técnico, extenso e detalhado, resultado de uma investigação séria e que contém gravíssimas denúncias. Considerando-se que se trata de um documento oficial, entendo que deve se tornar de domínio público, ao invés de ficar mofando nas gavetas do Executivo.

Na página 14, do relatório, encontramos o título "Operação desarmamento", com o seguinte texto:

"O Governador do Estado do Pará autorizou uma Operação Desarmamento na área de influência da Fazenda Bamerindus. Toda a população dos povoados foi despejada. Segundo depoimentos dos posseiros, o objetivo da operação era, além de expulsá-los, destruir os povoados.

Foram inúmeros os depoimentos sobre a ação violenta da Polícia Militar... No povoado de Monte Santo houve 72 prisões, dentre os quais 32 foram torturados. Em Paraúna, foram presos 26 trabalhadores na Delegacia de Marabá e espacaram todos sem exceção. Disseram também ter reconhecido pistoleiros agindo junto com os policiais.

Aliás, todos os depoimentos por nós ouvidos, reafirmaram outros já colhidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, e pelo Serviço de Polícia Científica daquela cidade, no exame do corpo delito por este realizado, em atendimento à solicitação feita pelo Getat. Eles comprovam as torturas e arbitrariedades cometidas durante a ação. Alguns exemplos como ilustração:

1 – Rafael, delegado sindical do STR de Xinguara, teve todos os seus alimentos espalhados pelo chão da casa. Levaram dinheiro e tudo o que havia dentro da casa;

2 – Piçarra foi espancado e levado preso para a Delegacia de Marabá. Levaram sua bicicleta e suas roupas.

3 – Um pequeno comerciante de Paraúna foi amarrado e sua esposa violentada pelos policiais.

4 – Da residência de outro comerciante (intermediário na compra da produção dos posseiros) levaram Cz\$ 45.000,00;

5 – Maria, esposa de Salu, estava gestante e passou a noite toda algemada e amarrada a uma árvore. Queriam saber dela e das crianças onde estava Salu. No dia seguinte, como não conseguia andar, ao ser desamarrada da árvore, os soldados atiraram em seus pés, obrigando-a a caminhar;

6 – Furtuoso Ferreira Lima, 29 anos: "fui atacado pelos soldados da PM. Me pegaram, me amarraram, depois começaram a me bater de fuzil, e me dar pontapés, arrancaram meus cabelos, invadiram minha casa procurando onde estavam as armas, dizendo que eu era pistoleiro, depois fui levado para a sede da Fazenda Bamerindus. Chegando lá fui novamente humilhado, botaram as armas para eu chupar, depois botaram todos para marchar, durante o tempo todo ameaçados de morte."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estes são os fatos que constam do relatório oficial. Um relato do indescritível, da barbárie humana.

As atrocidades contra os trabalhadores rurais chegaram a tal ponto, que as maiores autoridades eclesiásticas da região reproduziram em carta pública, datada de 5 de abril do corrente ano, um veemente protesto. O que passo a ler são alguns trechos desta carta:

"Nós, os quatro Bispos do Centro e Sul do Pará, reunidos em Belém, refletimos sobre os trágicos acontecimentos ocorridos nos últimos meses em nossas Igrejas.

– Tendo a sede da Fazenda Bamerindus como quartel-general e sob comando do Capitão Saldanha, cerca de 100 soldados e pistoleiros vestidos com fardas da PM, portando fuzis e metralhadoras, investiram contra os povoados. Mulheres estupradas; crianças amarradas e penduras pelos cabelos, obrigadas a servir de chamariz para os pais; homens amarrados e espancados com corona de fuzil, pisoteados e chutados, forçados a comer excrementos de animais, engolir cigarros e folhas de espinhos; bombas de gás lacrimogêneo atiradas no templo da Assembléia de Deus; tiros ininterruptos e espancamentos dentro da Igreja Católica; cabelos cortados a faca; contínuas ameaças de depravação sexual; saques e roubos generalizados; interrogatórios sob coação dentro da sede da Fazenda Bamerindus; mulheres grávidas e crianças tendo que rastejar na lama e entre formigueiros, enquanto balas zuniam por sobre suas cabeças. Assim se pretendeu levar a paz e a tranquilidade ao campo, numa operação que contou com o apoio de viaturas, aviões, rádios, alimentação e alojamento para os soldados nas fazendas Bamerindus, CIB, Pau Ferrado e Pau Preto.

Estes acontecimentos são aterradores... Basta!"

Assinam esta carta os seguintes Bispos: Altamiro Rossato, Bispo de Marabá; Patrício José Hanrahan, Bispo de Conceição do Araguaia; José

Elias Chaves, Bispo de Cametá e Erwin Krauter, Bispo de Xingu.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é fato notório que muitos líderes camponeses foram assassinados a mando dos latifundiários. Lembro aqui da recente morte do ex-Deputado Estadual Paulo Fontelles (PMDB – PA). Mas, sabem os Srs. que até mesmo um Deputado Constituinte, o nosso bravo companheiro Ademir Andrade, está sendo ameaçado de morte, simplesmente porque defende, há anos, os interesses dos lavradores daquela região? E o que fazem as autoridades para impedir outros assassinos?

Da parte do meu Partido, o PT, e de minha parte, gostaria de dizer ao companheiro Ademir Andrade que faremos tudo que estiver ao nosso alcance para defendê-lo, a si e às suas idéias, ainda que nos reste apenas o uso desta tribuna.

Na verdade, Sr. Presidente, a solução destes problemas está na Reforma Agrária, que a maioria dos Deputados Constituintes se nega a fazer. Vejam o que diz o relatório do Mirad, em sua página 11:

"O recrudescimento dos conflitos nos últimos anos, na área, onde, em parte, ser atribuído ao próprio Poder Público, seja pela morosidade na resolução dos problemas existentes, seja por sua omissão ou parcialidade em suas ações.

– O principal responsável pela violência existente na região é a própria política de desenvolvimento regional adotada nos últimos 20 anos, cujos instrumentos utilizados favorecem enormemente os grandes grupos econômicos e, consequentemente, a concentração da propriedade fundiária e/ou o acirramento dos conflitos na região.

Os conflitos são, portanto, conflitos pela posse e uso da terra, cuja única solução será a realização imediata da Reforma Agrária na área e a reorientação da política de desenvolvimento da região, bem como das ações jurídicas e policiais, realizando inclusive o desarmamento das milícias privadas que atuam livremente na região."

Bem, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, creio que as palavras que emergem do relatório de órgão do próprio Governo e da carta das mais altas autoridades eclesiásticas deste País dispensam qualquer outra consideração. Resta apenas, ressaltar a insanidade dos homens que dirigem o Grupo Bamerindus, os quais não vêm limites para sua ânsia de lucro.

Ao finalizar este discurso, gostaria de me dirigir aos colegas bancários, em particular aos do Banco Bamerindus, para lhes dizer que as denúncias que ora faço não têm o objetivo de despertar mera curiosidade sobre problemas aparentemente distantes do nosso cotidiano.

Ao contrário, creio que os trabalhadores urbanos têm o dever de assumir a defesa dos interesses dos camponeses, pois são estes que, se bem integrados à vida rural, poderão nos propiciar alimentos mais baratos e em abundância, e evitarão os fluxos migratórios de milhares de famílias, as quais, expulsas do campo, são compelidas a invadir as grandes cidades, gerando assim os bolsões de miséria sem qualquer perspectiva de vida.

A bem da verdade, é preciso que se diga que os grandes sofrimentos do povo brasileiro só se-

rão atenuados a partir de uma profunda Reforma Agrária, que dê terra aos camponeses e faça das terras improdutivas fonte de alimentação.

Por outro lado, estou convencido de que somente um elevado nível de consciência dos trabalhadores do campo e da cidade, somente uma união destes setores, poderá provocar ações de efetiva mudança neste País. Diante disso, ouço dizer que, se a nova Constituição pender para o lado dos poderosos, ela terá vida efêmera, pois, mais dia menos dia, com Constituição ou sem Constituição, o povo há de impor soberamente a sua vontade.

Aos Deputados Constituintes cabe compreender esta verdade, para evitar traumas e maiores sofrimentos, e escolher o seu lado. De minha parte já escolhi. Fico com os trabalhadores. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Ontem ouvi com muita atenção ao pronunciamento do ilustre e honrado Constituinte Adylson Motta (PDS – RS), referente ao problema de aquisição de imóveis funcionais por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social. O ínclito Parlamentar Adylson Motta requereu à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte informações do MPAS sobre a matéria. Cumprę-me, em face do recebimento de elementos do processo, prestar, de imediato, as informações desejadas, independentemente do Ministro Raphael de Almeida Magalhães, de acordo com disposição regimental, nos próximos dias, enviar as necessárias argumentações e esclarecimentos sobre a aquisição de imóveis funcionais por parte da Previdência Social.

Passo a fazer leitura do documento enviado pelo eminentíssimo Ministro Raphael de Almeida Magalhães sobre a discussão:

A MUDANÇA PARA BRASÍLIA E A COMPRA DE IMÓVEIS FUNCIONAIS PELA PREVIDÊNCIA

A. Razões de transferência

1. O Ministério da Previdência e Assistência Social está empenhado num programa de ampla reestruturação interna, a fim de reverter o processo de deterioração e ineficiência que tem caracterizado, nos últimos anos, os serviços previdenciários. Com esse objetivo, iniciou o reaparelhamento da DATAPREV e definiu um plano abrangente de informatização da Previdência, já que isso é indispensável para se dar resposta, com eficácia, às demandas de massa dos sistemas de saúde e de seguro social. Paralelamente, contratou os planos e reorganização estrutural do INPS, INAMPS e IAPAS.

2. Esse programa de modernização do aparelho previdenciário tem em vista, no caso do INPS e do INAMPS, reforçar as funções de planejamento, supervisão e controle de suas direções-gerais, com efetiva descentralização das funções executivas. O mesmo se aplica ao IAPAS, com as adaptações que exige sua função principal de órgão de arrecadação e pagamentos de todo o Sistema. Da reestruturação resultarão novos planos de cargos e salários.

3. Há um sentido de urgência na execução desse programa, que realiza, com evidente atraso, os objetivos de reunião das atividades previdenciárias num sistema integrado. Esse sistema supõe uma efetiva capacidade de coordenação das autarquias pelo Ministério da Previdência, a que estão vinculadas. A Lei que instituiu o SINPAS (Nº 6.439/77) reconheceu a necessidade da presença física das direções gerais das autarquias em Brasília, determinando sua transferência. Apenas em caráter temporário admitiu que continuassem com sede no Rio de Janeiro. Já se passaram mais de 10 anos e essa transferência ainda não se realizou.

4. Por sua própria natureza jurídica e organização institucional, as autarquias, se afastadas do centro de coordenação, tendem a desintegrar-se do sistema que compõem. Essa dispersão física tem sido compensada, mas nunca de maneira inteiramente satisfatória, pelos constantes deslocamentos, seja dos integrantes das direções gerais para Brasília, seja de funcionários do Ministério para o Rio de Janeiro. Isso implica não só custos diretos com passagens aéreas e hospedagens, como também os custos indiretos de deslocamento e de descontinuidade nas atividades exercidas por esses funcionários.

5. A decisão política de transferência das direções gerais para Brasília, resultou, pois, da avaliação objetiva das condições requeridas para a efetiva integração, modernização gerencial e melhoria dos serviços do SINPAS. Apóia-se, além disso, num mandato legal. É oportuna, na medida em que a reorganização estrutural das autarquias resultará em expressiva redução dos quadros de direção geral, com o que a mudança afetará um número relativamente reduzido de funcionários. Finalmente, ocorre num momento em que ocupa o cargo de Ministro da Previdência um político radicado no Rio de Janeiro, portanto, insuspeito para tomar a decisão.

B. Razões da Compra de Imóveis

6. A transferência do INPS, INAMPS e IAPAS para Brasília não exigirá aquisição de imóveis para instalações administrativas. As direções gerais serão acolhidas em instalações já disponíveis das autarquias. Verificou-se, porém, a existência de imóveis funcionais para acomodação dos servidores a serem transferidos. Sem resolver a questão da moradia, seria ineqüável realizar, em prazo viável, a mudança em grupo de funcionários, pelos inevitáveis transtornos pessoais e administrativos que acarretaria.

7. Ministério da Previdência, na realidade, não dispõe de imóveis suficientes para acomodar sequer os quadros de direção e assessoramento que já se encontram servindo em Brasília. Há imóveis indevidamente ocupados, o que levou a atual gestão do Ministério a promover 53 ações de desocupação e reintegração de posse, cuja tramitação é lenta, como pode se constatar na relação nominal dos ocupantes demandados, anexa. De qualquer forma, tais imóveis não são em número suficiente para acolher o novo contingente das direções gerais das autarquias. Deve-se ressaltar que a Previdência Social possui, em Brasília, um total de 466 imóveis funcionais e que destes somente 53 estão irregularmente ocupados. Ademais, aproximadamente 1.500 servidores aguardam, desde longa data, que lhes sejam destinadas moradias funcionais, independentemente daque-

les que estão sendo mandados servir em Brasília, em razão da transferência das Direções Gerais.

A Previdência Social determinou ao setor competente do IAPAS um levantamento da situação patrimonial relativa à propriedade de imóveis residenciais em Brasília de todos os seus servidores que moram em apartamentos funcionais, para estabelecer se, entre estes, existe algum que esteja impedido de ocupá-lo em decorrência de proibição legal.

8. Ao lado da insuficiência de imóveis funcionais em Brasília, é notória a existência de um vasto patrimônio da Previdência em outras regiões do País. Administrado pelo IAPAS, esse patrimônio está representado por 16.866 imóveis, dos quais 3.430 estão vagos, 1.591 foram invadidos e 256 estão cedidos para órgãos públicos. Dos alugados, 1.115 são residenciais e 990, comerciais. Os 2.105 imóveis alugados proporcionam receita de apenas Cz\$ 3.461.585,00 para o SINPAS – ou seja, Cz\$ 1.735,00 por imóvel. Existem, ainda, 8.162 imóveis financiados. E apenas 1.322 são destinados a uso próprio.

9. Esses quase 17 mil imóveis da Previdência representam um valor patrimonial estimado em Cz\$ 70 bilhões. Em confronto com esse valor, a receita de aluguel apresenta-se como insuficiente para cobrir os próprios custos de conservação e vigilância. Além disso, há perdas por invasões. Só no Rio de Janeiro, há imóveis ocupados por 23 favelas. Ainda nesse Estado, existem 472 terrenos loteados invadidos. Em Minas Gerais, há 163 e na Bahia, 101. Os 603 imóveis próprios, edificados e invadidos, só no Rio encontram-se 309.

10. Em razão disso, o Ministério da Previdência estabeleceu, por Portaria de 10-10-86, o Plano Trienal de Desmobilização de Imóveis, que está sendo executado por uma comissão presidida pelo Secretário de Engenharia do IAPAS. O objetivo é de promover a regularização e venda dos imóveis que não interessam à Previdência, sendo o dinheiro arrecadado convertido também em patrimônio, só que destinado à instalação de serviços previdenciários, tais como prédios para postos, agências, delegacias, etc. E, tendo em vista a transferência das direções gerais das autarquias para Brasília, destinado também a servir como imóveis funcionais.

C. Condições de aquisição

11. A aquisição dos novos imóveis funcionais, em Brasília, não acarretará, portanto, despesas adicionais no orçamento do SINPAS, nem envolverá receita de contribuição previdenciária. Representará tão-somente a conversão de patrimônio imobiliário já existente, eventualmente oneroso para a Previdência, em Patrimônio imobiliário útil à melhoria de serviços previdenciários, no Distrito Federal. As próprias sedes atuais das autarquias, no Rio, deverão ser alienadas, por um valor próximo do que será aplicado na compra dos imóveis funcionais.

12. A seleção dos imóveis adquiridos foi feita segundo critérios estabelecidos por uma comissão especialmente designada pelo Ministro, com representantes da Secretaria Geral e das três autarquias. Essa comissão procedeu a um levantamento dos imóveis prontos ou prestes a serem concluídos no Plano Piloto, levando em conta as conveniências de localização e concentração das

unidades residenciais, facilitando a gerência dos condomínios e o transporte dos servidores.

13. Por se tratar de imóveis destinados ao serviço público, era dispensável o processo licitatório (artigo 2º, item X, do Decreto-Lei nº 2.300, de 21-11-86). Assim mesmo, a comissão só decidiu pela negociação da compra direta, sem concorrência, após verificar que o número de unidades em oferta, nas condições exigidas, correspondia ao que era necessário adquirir. Respondendo à consulta, o Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília, em 26-5-87, e o Conselho Federal de Corretores de Imóveis, em 27-5-87, confirmaram que, dentro das especificações e características requeridas pelo Ministério da Previdência, três empresas tinham unidades residenciais concentradas, prontas para a venda ou a concluir: a Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda., a Encol S.A. e a Sersan Ltda.

14. A avaliação foi realizada por uma empresa especializada independente, a AGB – Avaliação de Bens Gerais Ltda. O Departamento de Engenharia do IAPAS confirmou e homologou integralmente o laudo avaliatório, que conclui que os preços efetivamente pagos pelo Ministério estão, em média, 30% abaixo do valor de mercado dos imóveis. Essa redução, obtida pela Previdência Social em razão do montante da transação, bem como pelo fato de tratar-se de aquisição ao próprio construtor, está devidamente comprovada por inúmeros documentos relativos às vendas avulsas de unidades nos mesmos blocos, anteriormente realizadas, como se constata em cópias que estão anexas.

15. Foram adquiridos, ao todo, 328 apartamentos de 2, 3 e 4 quartos, no valor global de Cz\$ 1 bilhão, 30 milhões 255, mil. Estão assim distribuídos, segundo as empresas vendedoras e a localização:

- a – Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda. e Emosa-Engenharia Melman Osorio Ltda. 40 apartamentos com vagas de garagem, a preço unitário de Cz\$ 2.180.000,00, totalizando Cz\$ 87.200.000,00.
- b – Sersan-Sociedade de Terraplanagem, Construção Civil e Agropecuária Ltda. 196 apartamentos, sendo que 98 ao preço unitário de Cz\$ 2.180.000,00 e 98 ao preço de Cz\$ 3.000.000,00 totalizando, Cr\$ 507.640.000,00. AOS-4, Octogonal Sul.
- c – Encol S.A Engenharia, Comércio e Indústria. 92 unidades em fase de conclusão, para entrega até 31-12-87, ao preço base total de Cz\$ 507.640.000,00, mediante a seguinte forma de pagamento, atualizado segundo a variação das OTN: 35% no dia 10-7-87; 20% no dia 5-8-87; 10% no dia 5-9-87; 10% no dia 5-10-87; 5% no dia 5-11-87 e 20% na entrega, em 31-12-87. SQN 309/310, blocos P (13 unidades), L (7 unidades), G (4 unidades), D (14 unidades), M (39 unidades) e H (14 unidades).

16. O Ministério entende que a aquisição, além de atender ao interesse direto da administração, se realizou em termos favoráveis e, seguramente, melhora a qualidade do patrimônio imobiliário da Previdência. E foi concluída com absoluta lisura e com absoluto resguardo, como não poderia deixar de acontecer com o interesse público.

O PROGRAMA DE ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS DA PREVIDÊNCIA

A Previdência Social tem um vasto patrimônio imobiliário, representado por 16.966 imóveis em todo o País, cujo custo de conservação e segurança contra invasões ultrapassa, largamente, o retorno financeiro que proporciona sob a forma de aluguéis. Em razão disso, está em curso um plano de desmobilização com vistas à alienação dos que, além de não servirem diretamente à Previdência, constituem, de fato, um ônus de manutenção.

Os recursos arrecadados com a venda serão convertidos também em patrimônio, só que destinado à instalação de serviços previdenciários, tais como postos, agências e delegacias do INPS, Inamps e IAPAS. Esses recursos serão aplicados também na aquisição de 328 apartamentos funcionais em Brasília, necessários para a transfe-

rência das direções gerais das três autarquias, a curto prazo, do Rio para o Distrito Federal, completando um processo de integração, determinado por lei, que vem sendo retardado há mais de dez anos.

Definido em outubro do ano passado, o Plano Trienal de Desmobilização de Imóveis da Previdência entrou em fase de execução há menos de dois meses. Nesse curto período, foram colocados em licitação ou foram avaliados, com esse fim, imóveis no valor global de 1 milhão 428 mil 934 OTN, equivalentes, hoje, a Cz\$ 523 milhões 690 mil. Esse montante equivale a mais de metade do que custarão os 328 apartamentos funcionais adquiridos, ou seja, Cz\$ 1 bilhão 30 milhões 255 mil. Além disso, já se encontram em processo de avaliação mais 95 imóveis da Previdência a serem proximamente licitados.

1) Os imóveis em processo de alienação/licitação são os seguintes:

Imóvel

1 – Rua Afonso Pena, Lotes 3, 4 e 9 – Cruzeiro/SP	2.170,50
2 – Rua Acuti, Quadra 109, Lote 27 – Interlagos/SP	2.067,10
3 – Rua Gaspar Fernandes, Quadra 4 – Lotes 9 e 10 – Vila Monumento – São Paulo/SP	18.031,45
4 – Rua Brigadeiro Tobias, 44 – Sorocaba/SP	9.688,90
5 – Rua Irutim, Lotes 62, 63 e 64 – Brás de Pina – Rio de Janeiro	3.537,92
6 – Rua Venâncio Aires, Esq. Rua Gen. Osório – Cruz Alta – RS	4.408,41
7 – Rua Guimarães Rosa, Quadra 19, Lotes 22, 23 e 24 – Vila Barnabé – Gravatá – 1º Distrito – RS	2.647,86
8 – Rua Guilherme Marback, 18 e 20, Bloco "A" – Ap. 49 – Subdistrito da Penha – Salvador/BA	3.441,00
9 – Rua 24 de Fevereiro, 136 – Centro – Alto Araguaia/MT	15.644,61
10 – Rua Alípio Dutra, 470, Jardim Duas Praias – Ilha do Governador – Rio de Janeiro/RJ	3.007,52
11 – Rua Alípio Dutra, 472, Jardim Duas Praias – Ilha do Governador – Rio de Janeiro/RJ	3.204,89
12 – Rua Alípio Dutra, 468, Jardim Duas Praias – Ilha do Governador – Rio de Janeiro/RJ	4.718,05
13 – Rua Francisco Matos, s/nº, Lote 477, Ilha do Governador – Rio de Janeiro/RJ	2.537,50
14 – Rua Manoel Diaz Martinez, Áreas 1, 2 e 3 – Cachoeiras de Macacu/RJ	3.632,33
Subtotal.....	78.738,0470

2) Os imóveis já avaliados para licitação são os seguintes:

IMÓVEL

	OTNs
1 – Rua Gen. Justo, Lote 18/RJ	191.819.5149
2 – Av. Mal. Câmara, Lote 10/RJ	149.009.4691
3 – Av. Mal Câmara, Lote 11/RJ	262.591.8198
4 – Av. Mal. Câmara, Lote 20/RJ	95.393.2078
5 – Av. Mal. Câmara, Lote 21/RJ	95.393.2078
6 – Rua Acuti, Lote 15 – Quadra 105/SP	2.516,30
7 – Rua Prof. Torres Homem, Entre 115 e 121/SP	4.347,41
8 – Av. Assis Brasil, 833 – Porto Alegre/RS	3.518,70
9 – Av. Assis Brasil, 839 – Porto Alegre/RS	2.811,40
10 – Rua Correia Dutra, 33/35 – Flamengo – Rio de Janeiro/RJ	76.586.5464
11 – Rua Sorocaba, 172/RJ	12.114.7995
12 – Rua Sorocaba, 176/RJ	11.917.4305
13 – Rua da Passagem, junto ao nº 72 – Esq. Rua Gen. Polidoro – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ	maio/87
14 – Rua Lúcio de Mendonça, entre nºs 59 e 67 – Maracanã – Rio de Janeiro/RJ	227.496.9649
15 – Rua Vitória Régia, s/n – próximo ao nº 343 – Lagoa – Rio de Janeiro/RJ	maio/87
16 – Conjunto Residencial Marechal Rondon – Cuiabá/MT (33 casas)	74.153.7064
17 – Rua Barão do Rio Branco, esq. Rua Álvaro Soares – Sorocaba/SP	março/87
18 – Rua Raul de Oliveira, Vila Ofv;ms4inas, Cuiabá/MT, Quadra 15, Lotes 252, 253, 254, 258, 260, 262, e 265	abril/87
Subtotal.....	3.290,00
Total Geral	13.082.7068
TOTAL GERAL EQUIVALENTE NESTA DATA A Cz\$ 523.590.113,61 (JULHO/87)	1.350.196,2039
	1.428.934,2509

Sr. Presidente, Sr.^{as} Srs. Constituintes, o trabalho desenvolvido pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães, apoiado por algumas premissas de fundamental significado para o desenvolvimento do setor da Previdência Social, e pela indiscutível competência e profunda capacidade de administração, é digno do aplauso de todos os brasileiros pelas transformações positivas que já se processam na complexa problemática da seguridade social do País.

O Ministério da Previdência, após a administração do Ministro Raphael de Almeida Magalhães, deixou de ser deficitário, melhorou excepcionalmente a situação dos beneficiários, principalmente, dos aposentados. Tenho certeza que o Ministro Raphael de Almeida Magalhães tem plena consciência de que se tratava de um enorme desafio a tarefa de conduzir os destinos da Previdência Social no Brasil, área reconhecidamente delicada sob os mais diferentes aspectos, notadamente pelas circunstâncias daquele momento, substituir um excelente Ministro como foi o atual Governador da Bahia, Waldyr Pires e, quando já se evidenciava sensível às consequências ditadas pelo processo de transição em pleno desenvolvimento pelo Chefe de nossa Nação, Presidente José Sarney.

É preciso que os Constituintes compreendam, a decisão do Ministro Raphael de Almeida Magalhães referente a aquisição de imóveis funcionais e examinem as informações lidas que atendem ao pedido formulado pelo Constituinte Adylson Motta bem assim à Assembléa Nacional Constituinte.

Desse modo, é com satisfação que aprecio nesta sessão o excelente desempenho do Ministro Raphael de Almeida Magalhães, cuja administração tem recebido justos comentários elogiosos da opinião pública nacional, principalmente dos beneficiários da Previdência Social, conforme o noticiário permanente da imprensa nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero expressar minha indignação com relação aos atos de arbitrariedade que estão sendo realizados pelo Governo do Estado do Piauí contra funcionários públicos, médicos e professores e, agora, uma Irmã Religiosa, no Município de São Miguel do Tapuio.

O clima de perseguição é geral em todo o Estado. Tenho solicitado a interferência dos poderes públicos, inclusive Deputados Federais e Estaduais do PMDB e PDS, mas nenhuma medida foi adotada para coibir os abusos do Governo.

Peço a V. Ex.^a que registre o telegrama que envie aos Padres e Bispos, e à CNBB para intercederem no caso da Irmã Terezinha, que foi transferida do hospital de São Miguel do Tapuio, por motivação política, para a unidade de Barras.

Muito obrigado.
Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ÁTILA LIRA, EM SEU PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PARA PRESIDÊNCIA DO CNBB, E PARA BISPOS E PADRES DO PIAUÍ

Solicito Sr. Presidente da CNBB, interferência junto Governador Piauí, impedir transferência Ir-

mã Terezinha Constância, São Miguel do Tapuio para Barras, motivação política. Igreja sempre esteve solidária, lutando mudanças políticas, principalmente combate regime militar e autoritarismo.

Conquista direitos liberdade nova sociedade brasileira, não chegou nosso meio.

Urge mobilização sentido resguardar direitos Irmã Terezinha, área de saúde, São Miguel do Tapuio.

Atenciosamente, Átila Lira, Deputado Federal.

O SR. RUBERVAL PILOTTO (PDS – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Lamentavelmente, vejo-me na contingência de ocupar a tribuna no dia de hoje para denunciar o verdadeiro crime perpetrado pelo Governo contra a economia do povo, através do Ministério da Previdência e Assistência Social.

De posse da "justificativa", do Sr. Ministro Raphael de Almeida Magalhães, e de documento firmado pelo ilustre Ministro-Relator do Tribunal de Contas da União, Adhemar Ghisi, chegamos facilmente à conclusão de que há malversação do dinheiro público, malversação essa praticada por quem tem, ou deveria ter, a responsabilidade maior de nortear seus atos pela austeridade tão desejada e tão ausente em nossos homens públicos.

Passemos aos fatos:

1. trata-se da compra de 328 (trezentos e vinte e oito) apartamentos, adquiridos pelo referido Ministério da Previdência Social a agentes imobiliários com sede em Brasília, destinando-se esses imóveis a funcionários do IAPAS, INAMPS e INPS;

2. mencionada aquisição custou aos minguados cofres da Previdência Social a "bagatela" de Cz\$ 1.030 bilhão (um bilhão e trinta milhões de cruzados), o que corresponde ao preço médio unitário de três milhões e duzentos mil cruzados. O preço médio aqui apurado ajuda a embutir entre as unidades residenciais o absurdo do valor pago pelos apartamentos situados nas SQN 309 e 310, que se elevou a mais de 5 milhões cada um, que é o preço de uma mansão no Lago Sul. São, portanto, extremamente altos os preços pagos, tendo em vista o mercado de Brasília, levando-nos a supor que a Previdência estaria socorrendo empresas construtoras e imobiliárias que não estão conseguindo vender seus imóveis (como, aliás, está acontecendo com os apartamentos da AOS-4, justamente por causa dos altos preços cobrados), e, por conseguinte, que alguém estaria sendo irregularmente beneficiado com a transação.

3. conforme consta do documento assinado pelo Ministro Adhemar Ghisi, encontra-se a Previdência em preocupante situação econômica e financeira, a ponto de não corresponder à retribuição em assistência médica e hospitalar no que de mínimo é devido aos seus contribuintes.

Diz ainda aquele documento:

É difícil avaliar o desempenho da Previdência Social. Já em 1986 tentávamos, sem sucesso, como Relator das Contas do Governo de 1985, obter informações de seus controles a respeito de vários pontos que persistiram obscuros em nosso Parecer Final.

A compra sob apreciação mostra-se, no meu entender, precipitada e inoportuna, em face da notória existência de imensa quanti-

dade de imóveis de propriedade do Governo Federal em Brasília, conforme documentos constantes do TC-2.603/87, em tramitação neste Tribunal".

Parece inexplicável o dispêndio de Cz\$ 1 bilhão e 30 milhões – se essa foi a quantia global da aquisição – sem a devida licitação, em 328 apartamentos, alguns ainda em construção, segundo notícias da Imprensa, no momento em que o Governo manifesta por todos os meios de divulgação a intenção de cortar gastos públicos e conter o volumoso déficit nas contas governamentais; e quando, segundo informação do Sr. Ministro-Chefe do SEDAP/PR, em seu Aviso nº 338/87, constante do já citado TC-2.603/87, existem em Brasília 2.871 imóveis funcionais irregularmente ocupados, conforme item 2.2.1, da Instrução da 6º IGCE apreciada na Sessão deste Tribunal, em 11.6-87, os quais, retomados, em menos de doze por cento desse total, poderiam atender às necessidades do MPAS, possibilitando, assim, a completa transferência de seus Institutos e respectivo pessoal para Brasília. E com ínfimo dispêndio de recursos públicos, pois, afinal, SEDAP e Previdência Social são organismos do mesmo Governo desta nossa República Federativa do Brasil.

Sr. Presidente. Srs. Constituintes, protestamos veementemente contra essa manobra da Previdência, que, além de gastar despidoradamente os seus já insuficientes recursos, ainda contribui para a inflação dos preços dos imóveis na Capital Federal, em benefício de uns poucos.

É difícil acreditar, em face do caráter escandaloso da transação, que o Senhor Presidente da República dele não tenha conhecimento. De qualquer forma, exigimos de Sua Excelência providências urgentes e energicas para que tal negócio seja suspenso e que mande verificar sua lisura, sua conveniência e, sobretudo, sua oportunidade, em face da crise que atravessamos.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Ruberval Pilotto, o Sr. Jorge Arbage Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Banco Central do Brasil baixou resolução estabelecendo normas na pactuação de encargos financeiros, através das quais concede isenção de Correção Monetária nos créditos de investimentos agropecuários formalizados durante a vigência do Plano Cruzado. O acerto dessa medida, diríamos ter sido de alta relevância para milhares de produtores rurais, eis que possibilita a continuação de suas atividades, quando iminente parecia a queda de todos eles nas garras da insolvência.

Ocorre, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a Resolução do Banco Central teve caráter discriminatório em relação à Amazônia e ao Nordeste. Naquela região, como se não fosse parte inte-

grante do território brasileiro, o prazo dos benefícios se exauriu em 30 de Junho último, enquanto para o Nordeste foram estendidos os prazos até 31 de dezembro de 1987.

Não podemos admitir a prática de dois pesos e duas medidas quando o Governo Federal coloca sob exame os problemas ligados ao Norte e Nordeste. Trata-se de duas regiões subdesenvolvidas, submissas aos caprichos dos fenômenos climáticos, vítimas comuns da pobreza e da miséria, irmãs siamesas no infarto das suas populações e na espoliação das suas riquezas, filhas bastardas, assim consideradas pelo Poder Central e, inobstante, sofrem consideração diferenciada, sempre que medidas são adotadas para estimular a produção agropecuária e industrial.

A despeito das constantes reações ao procedimento discriminatório no trato dos problemas regionais que envolvem o Norte e o Nordeste, o Governo Federal insiste na teimosia de não modificar os critérios convencionais que solapam o processo do desenvolvimento amazônico, enquanto pouco se conhece dos resultados obtidos através da imensidão de recursos investidos nos programas sócio-econômicos da área nordestina.

Observem, Srs. Constituintes, que defendemos medidas justas e igualitárias para socorrerem os pequenos, médios e grandes produtores que se dispuseram enfrentar os riscos da selva amazônica e o chão causticado pela seca nordestina, esperançosos de que trabalham e edificam a grandeza de uma mesma Pátria.

Portanto, o Governo não pode ficar insensível ao grito de misericórdia de centenas ou milhares de produtores rurais amazônicos, que confiaram nas assertivas messiânicas do Sr. Dílson Funaro, de que o Plano Cruzado era a própria redenção econômica do País, e agora penam o amargo de lutarem para não caírem no abismo da insolvência, caso o Banco Central não prorrogue o prazo dos benefícios, vencido em 30 de junho, para 31 de dezembro, conforme previsto para créditos investidos no Nordeste.

Temos recebido dos produtores rurais do Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia e de outras áreas onde os eflúvios do Plano Cruzado conseguiram iludir os ornadores de dinheiro junto aos bancos oficiais, apelos dramáticos solicitando providências para a grave situação que enfrentam, todos eles ameaçados de perderem, além das safras, o próprio patrimônio, que terão de alienar a fim de saldarem os débitos com os acréscimos de juros e correção monetária.

Diante de tais fatos, que evidenciam verdadeiro estado de calamidade envolvendo o setor produtivo, queremos ponderar ao ilustre Presidente do Banco Central, que reexamine, com a devida urgência, a situação dos produtores rurais em débito com os Agentes Financeiros do Governo Federal na região amazônica, e procure evitar que sejam devorados pela insolvência, autorizando que o prazo dos benefícios creditícios sejam equiparados aos concedidos para o Nordeste, isto é, extensivos até 31 de dezembro de 1987.

Vamos aguardar o resultado.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sabemos da existência de países onde os servidores públicos são impedidos de disputar cargos

políticos, o que nos parece uma discriminação insustentável, mesmo quando se alega que tal procedimento decorre da rígida organização partidária comum aos regimes de Gabinete.

Entretanto, no parlamentarismo norte-americano, não existe o instituto da estabilidade para os servidores da União e quando um novo partido assume o Governo, surgem as substituições em massa, sem nenhum protesto.

Essas duas situações se revelam absolutamente inabsorvíveis pelo nosso País, cuja tradição política se orienta na garantia do direito conferido aos funcionários públicos para candidatarem-se, enquanto o da estabilidade é preceito geral no serviço público.

Mas é preciso ampliar o direito eleitoral do servidor público e, nesse sentido, apresentamos sugestão à Subcomissão competente da Assembléia Nacional Constituinte, visando a permitir que, "a partir da aprovação de sua candidatura em convenção partidária, ficará o servidor licenciado até o dia seguinte à eleição a que concorrer, garantidos seus vencimentos e vantagens".

O encorajamento do servidor público à participação política, principalmente nos Municípios e nos Estados, é uma exigência da nossa organização institucional. Ainda nos constituímos num país com mais de vinte por cento de analfabetos, igualmente numerosos os semi-alfabetizados e, embora alguns deles revelem discernimento político, raros aqueles em condições de assumir cargos legislativos ou executivos, pelo mínimo conhecimento teórico dos instrumentos necessários à promoção do desenvolvimento local.

Já os servidores municipais, estaduais e federais, conhecem, em cada esfera administrativa onde trabalhem, os problemas fundamentais e suas possíveis soluções, merecendo ser mobilizados para substituir os menos preparados que, apesar do seu patriotismo e boa vontade, não têm suficiente discernimento para cuidar da coisa pública.

Não pedimos um privilégio para os servidores públicos, apenas as necessárias garantias para que possam concorrer aos pleitos eleitorais. Por isso confiamos o destino desta proposição ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Geovani Borges, o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte Floriceno Paixão.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto à tribuna para formular apelos aos Srs. Constituintes no sentido de aprovarem em plenário, na ocasião oportuna, emenda de minha autoria, que já apresentei objetivando a concessão da aposentadoria dos trabalhadores e servidores públicos aos trinta anos de serviço para o homem, e de vinte e cinco anos para a mulher. Objetiva-se, com essa decisão, atender a uma das maiores e mais antigas reivindicações dessas duas importantes categorias profissionais, que são as que mais contribuem para o desenvolvimento do País,

os primeiros na área da economia, e os segundos na eficiência da máquina administrativa.

É oportuno lembrar que a minha sugestão nas se sentido, logo no início dos trabalhos constituintes, chegou a ser aprovada na subcomissão específica. Mas, posteriormente, o Relator da Comissão da Ordem Social, Senador Almir Gabriel, não incorporou o benefício no seu substitutivo, fato que me obrigou a apresentar nova emenda mas lamentavelmente rejeitada naquele órgão. Por isso é que a apresentei no Plenário e seria votada nominalmente por todos os Srs. Constituintes, aos quais, repito, dirijo meu veemente apelo no sentido de sua aprovação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ANNIBAL BARCELLOS (PFL — AP. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente Srs. Constituintes:

No momento em que toda a Nação se volta com interesse para os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos em torno de uma nova Constituição, o povo do Território do Amapá também participa e permanece na expectativa das realizações de suas grandes e acalentadas esperanças.

Os Territórios foram criados há quarenta e quatro (44) anos e, à custa de muitos sacrifícios e muito trabalho, conseguiram vencer obstáculos e dificuldades até atingirem as condições necessárias para a almejada transformação em Estados.

São imensas as potencialidades naturais dos Territórios. São grandes as suas riquezas: minérios, madeiras, castanhas, sementes oleaginosas, ouro, cassiterita, diamantes, manganês, etc, etc.

Empresas de pesca para a industrialização do camarão e peixes já estão operando com bastante êxito no Território do Amapá.

O Distrito Industrial, implantado em nosso governo, constitui forte atração para a instalação de projetos industriais.

O Território conta ainda com água em abundância, proveniente do inesgotável manancial do rio Amazonas e da, não menos abundante, energia produzida pela Usina Hidroelétrica "Coaracy Nunes".

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Território do Amapá conta ainda com moderno porto comercial operado pela Portobrás, que dá acesso para o mar, podendo receber a freqüência de navios de grande porte, o que permite a navegação em quaisquer condições.

Vale ressaltar que os projetos Industriais recebem estímulos fiscais e incentivos da Sudam, o que constitui forte atração para a ocupação do Distrito Industrial, que já conta com várias empresas em pleno funcionamento.

Rodovias asfaltadas, pontes, hospitais, escolas, bancos, comércio, praças de lazer e esporte, aeroporto, ruas asfaltadas casas de alvenaria, enfim, toda uma infra-estrutura bem planejada e bem construída.

A "SENAVA", projetada e construída em nosso governo com a finalidade de maior atendimento às comunidades que vivem em função dos rios, lagos e da região costeira já opera com embarcações especiais.

Já se encontra em fase final de construção a balsa-hospital nos estaleiros da "KORENA", em Santa Catarina, com capacidade para uma tripula-

ção de 20 elementos, composta de médicos, dentistas, enfermeiros, laboratoristas e pessoal de bordo.

Contamos ainda com navios como o "COMANDANTE IDALINO", com capacidade para 372 passageiros, com 36 camarotes com banheiros privativos, ar condicionado, além de capacidade para transportar 80 toneladas de cargas diversas e dez toneladas de artigo frigorificado em suas respectivas câmaras. Para linha de Macapá — Oiapoque construímos o navio de passageiros e cargas "COMANDANTE SEABRA", dotado, também, de modernos equipamentos indispensáveis à sua segurança e sucesso.

Quanto ao transporte aéreo, a "DITRAER" está equipada com 4 aeronaves; um Navajo, um Baron, um Cessna - 206 e um Bandeirante, úteis, principalmente, em missões de socorro.

Como vêm os nobres colegas, são grandes as potencialidades e maiores ainda as nossas conquistas, através desses longos quarenta e quatro (44) anos.

Não mais se justifica permanecerem os Territórios como dependentes, sem autonomia, sem decisões próprias.

Na condição de Territórios, enquanto necessários, governadores foram nomeados e muito deles trabalharam com desvelo e dedicação sempre em busca de melhores condições de vida para o povo.

Pouco a pouco o progresso foi surgindo, se impondo, e hoje os Territórios já se apresentam com as características das cidades grandes e bem desenvolvidas: na Saúde, na Educação, no Transporte Rodoviário, Aéreo e Marítimo, na Indústria, enfim, em todos os setores.

Tanto nas capitais como nos demais municípios o progresso é hoje visível, constante e indiscutível.

Falamos com profundo conhecimento de causa, porque exercemos o honroso cargo de Governador do Território do Amapá, durante 6 anos e 4 meses e, durante todo esse tempo não paramos de construir e realizar.

Podemos afirmar, sem falsa modéstia, mas tom muita satisfação, que deixamos o Governo do Território do Amapá, em julho de 1985, pronto e em condições ideais para a sua transformação em Estado.

Conseguimos cumprir nossas metas, contando sempre com o auxílio, a compreensão e a boa vontade de um povo forte e corajoso, acostumado a enfrentar com galhardia tropeços e dificuldades.

Estaríamos sendo ingratos se não ressaltássemos aqui a grande e eficiente colaboração do Ministro do Interior na época, Mario David Andreazza, que jamais poupar recursos e jamais deixou de atender às nossas reivindicações, possibilitando o cumprimento de nossas metas e programas.

Vale lembrar ainda que as desejadas e excelentes condições atuais os Territórios foram conquistadas, passo a passo, através desses longos anos, graças ao esforço de muitos brasileiros como: presidentes, ministros, governadores, políticos locais, empresários e o povo de um modo geral.

Todos sempre voltados para os dois grandes e maiores objetivos:

O Estado do Amapá.
O Estado de Roraima.

Aos nobres colegas Constituintes levo o anseio de todos: governadores atuais, ex-governadores secretários, vereadores, empresários, médicos, dentistas, advogados, economistas, engenheiros, funcionários, operários, e toda aquela brava gente brasileira, que vive nos Territórios do Amapá e Roraima e que clama com entusiasmo e patriotismo pela condição de Estado do Amapá, pela condição de Estado de Roraima.

Colocamo-nos à disposição dos nobres colegas para quaisquer informações que julgarem necessárias, pois conhecemos profunda e detalhadamente toda aquela extraordinária região do extremo norte do Brasil, com suas riquezas, com suas potencialidades.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A integração nacional tem sido um objetivo perseguido por todos os governantes deste País. Outros desideratos igualmente acalentados por todas as administrações, desde os tempos do Império, são aqueles que se referem ao povoamento dos grandes espaços do Norte e do Centro-Oeste, e à descentralização da economia, com o aproveitamento de todas as potencialidades do nosso interior.

A condição primeira para se atingir esses objetivos repousa no sistema viário, que até hoje funcionou como entrave a uma conquista mais rápida dos nossos sertões longínquos. Devemos reconhecer o mérito daquelas poucas pessoas que, em décadas passadas, sabe Deus com quanto sacrifício, se aventuraram pelo Brasil afora, e se estabeleceram nos confins de Goiás, de Mato Grosso e dos Estados e Territórios da Região Norte.

Mas o movimento populacional de monta só começou tardivamente. Foi a partir da década de 60, com a interiorização da Capital Federal e a construção da rodovia Belém – Brasília, que os brasileiros do Sul começaram a migrar em direção ao Norte. O preço da terra, então muito barato, foi o principal fator de motivação. Pouco a pouco foram subindo os gaúchos, comprando a terra bruta que logo transformariam em verdejantes roçados. Quem hoje viaja pelo nosso Centro-Oeste certamente se apercebe das grandes mudanças operadas por força dessas migrações.

A produção de grãos no cerrado brasileiro atualmente é uma realidade pujante. O único empecilho que vem retardando a ampliação mais acelerada da oferta de cereais no Planalto Central é o alto custo do transporte. A estrada de rodagem continua sendo a única opção disponível, o que equivale dizer que as mercadorias produzidas em nossa Região chegam aos mercados do Sul e do Norte com os preços excessivamente onerados.

O Governo do saudoso Juscelino Kubitschek desencadeou o surto rodoviário no Brasil com a instalação das indústrias automobilísticas e a construção de grandes rodovias. Mas a crise do petróleo, em 1973, e o consequente aumento nos preços dos combustíveis obrigou os governos posteriores a grandes esforços para evitarem o colapso do sistema de transportes, assentado, principalmente, na frota de caminhões. Aquela

terrível crise, cujos efeitos estamos sofrendo até hoje, evidenciou para todos nós as vantagens das ferrovias para o transporte de cargas nos trajetos de longas distâncias.

Foi sobretudo a sensibilidade para esse quadro de fatores que levou o Presidente José Sarney a definir, como uma das prioridades do seu Governo, a construção da Ferrovia Norte-Sul. Ela aparece como um canal necessário à integração nacional, destinado a ligar todo o complexo viário do Sul do País, a partir das imediações de Brasília, com a ferrovia Carajás, no Maranhão, e a hidrovia do Araguaia – Tocantins, que dará acesso ao rio Amazonas e seus afluentes.

Sr. Presidente, aqueles que criticam o Governo pela iniciativa de construir a Norte – Sul certamente desconhecem o papel desempenhado pelas estradas de ferro nas outras nações de dimensões continentais como o Brasil. Elas estão presentes em todos os processos de desenvolvimento e consequente integração de grandes regiões, como ocorreu no Canadá, na Austrália, nos Estados Unidos, na China e na União Soviética. Todos esses países tiveram sabedoria para fundamentar o seu desenvolvimento e a ocupação de extensos espaços territoriais mediante a utilização das grandes ferrovias.

No Brasil diferentemente, os leitos ferroviários ficaram limitados às proximidades do litoral, com exceção do Sul do País, onde vamos encontrar alguns troncos mais avançados. As nossas ferrovias, que pouco se expandiram em épocas passadas, sofreram um processo de esvaziamento a partir dos anos 60, quando se optou, decididamente, pelo transporte rodoviário. Então, o que se viu foi o abandono de ramais inteiros, com prejuízo de todo o investimento feito pelos Governos passados.

Atualmente, já reconhecemos o erro que foi essa política de erradicação das ferrovias, pois os caminhos têm-se mostrado inadequados como meio de escoamento da produção a longas distâncias, principalmente no que se refere às cargas pesadas. Os fretes são caros, como também é caríssimo o trabalho de conservação das rodovias, continuamente submetidas ao peso dos grandes caminhões e das enormes jamantas.

O sistema ferroviário reaparece, assim, em toda a sua conveniência, como um meio de transporte de elevada capacidade, muito mais apropriado para os longos percursos, cabendo às rodovias o papel auxiliar na captação e distribuição das cargas.

Precisamos implantar no Brasil os eixos intermodais de transportes, onde ferrovia, rodovia e hidrovia desempenhem papéis complementares na movimentação das cargas, como acontece nas economias mais desenvolvidas. Esta concepção moderna e arrojada nos mostra que a Norte-Sul representará apenas a terça parte de um tronco maior que, ao Norte, será formado quase que exclusivamente por hidrovias, onde se incluem todos os afluentes navegáveis da bacia amazônica, mas, também, algumas rodovias, como a BR-174, a Cuiabá – Santarém e a própria Belém – Brasília.

Boa parte da resistência que vem sendo oferecida à construção da ferrovia Norte-Sul está fundada na opinião de que a hidrovia do Araguaia – Tocantins deveria merecer prioridade. Essas pessoas, todavia, deveriam ser informadas de que

não há estimativas para o custo dos investimentos necessários à sua concretização, nem quanto à quantidade de carga a ser transportada pela hidrovia. O que se sabe, pelos estudos feitos até agora, é que durante boa parte do ano o calado do rio Araguaia, na sua maior extensão, é inferior a um metro, permitindo a navegação somente de pequenas embarcações.

É preciso considerar, ainda, que são necessários grandes investimentos para transformar um rio numa hidrovia. Antes de mais nada, é preciso regularizar a vazão do rio, a fim de que a navegação se torne confiável e segura. Isto só é possível mediante a construção de um sistema de escusas e barragens, que não se faz da noite para o dia, mas somente se realiza a duras expensas.

Por tudo isso conclui o Governo, muito acertadamente, que a prioridade deve ser dada à ferrovia. A hidrovia terá a sua vez, e será igualmente importante mais tarde, em outro momento, quando a sua construção for viabilizada pelos estudos pertinentes, e pelos investimentos nas obras portuárias, nas escusas e nas barragens.

Outra constatação que se faz é que em todo o Mundo existem cargas ideais para a hidrovia, hidrovia e a rodovia. São sistemas que se combinam e se completam e, por isso mesmo, prestarão grandes serviços ao interior brasileiro, integrando regiões distantes e dinamizando a economia, criando, enfim, condições para atrair o povoamento na direção dos nossos espaços vazios.

Sr. Presidente, a ferrovia Norte-Sul é uma idéia antiga. Em 1927 ela já aparecia no Plano Viário do engenheiro Paulo de Frontim. Durante 60 anos ela foi postergada, embora reconhecida a necessidade de sua implementação, mais cedo ou mais tarde. Coube ao Presidente Sarney o mérito de resgatar a idéia, com ânimo de levá-la adiante. O povo de Goiás tem grande esperança de que a obra possa ser iniciada no próximo ano, como está nos planos do Governo.

Trata-se de um empreendimento que pretende incorporar ao acervo de meios produtivos desta Nação uma área com 595.000 quilômetros quadrados, correspondendo ao dobro da área do Estado de São Paulo. É um espaço enorme, como se vê, mas até hoje desprovido de um sistema viário capaz de suportar a realização de todo o seu potencial produtivo. Aí estão mais de 30 milhões de hectares aptos ao cultivo de grãos, à prática da silvicultura extensiva e à criação de rebanhos bovinos. Mas apenas 25%, isto é, uma quarta parte desse potencial agropecuário está sendo explorada, e a razão dessa ociosidade da terra está na falta do transporte barato, que dê competitividade aos produtos no mercado interno e nos mercados do exterior.

Nenhuma outra região do Brasil, atualmente, apresenta condições melhores que o Centro-Oeste para planos de desenvolvimento que possam reerguer o País, superando os problemas que nos afligem. Temos uma grande produção de grãos, tendendo a uma expansão contínua em termos de área plantada e de produtividade, a qual poderá ser escoada pela ferrovia, em direção aos portos de Itaqui, no Maranhão, e de Vitória, no Espírito Santo. A Norte-Sul fará que os cereais produzidos no Brasil ganhem competitividade no comércio internacional, graças ao barateamento dos fretes.

Portanto, além de fazer a interligação de economias complementares dentro do País, a ferrovia terá essa missão importantíssima de melhorar nosso comércio externo. E logo o Brasil, que tanto depende das exportações!

Mas não é só. Na área de influência da Norte-Sul há imensos recursos naturais aguardando a vez da sua exploração. As cargas previsíveis para a ferrovia perfazem uma gama bastante variada onde os produtos agrícolas, naturalmente, aparecem em primeiro lugar. Porém, haverá para transportar também muito calcário, para a correção dos solos: muitos fertilizantes e insumos agropecuários, necessários para robustecer a produção; os produtos florestais, como o carvão vegetal; além de cimento, minérios e produtos semimanufaturados. O minério de Carajás poderá chegar ao Sul mais rapidamente, e por preços mais acessíveis.

Sr. Presidente, o Governador Henrique Santillo, há pouco tempo, expressou a sua opinião de que a saída para a crise brasileira está na descentralização do desenvolvimento econômico, e o caminho passa, necessariamente, pelo Centro-Oeste. Essa opinião é compartilhada pelo Ministro da Agricultura, Iris Rezende, com a visão que lhe permite ocupar aquele alto posto na República. Nossa Ministro prevê a possibilidade de acrescentarmos mais 50 milhões de toneladas de grãos à produção do País, com o aproveitamento do Centro-Oeste. Naturalmente, a obtenção de uma safra desse quilate pressupõe o assentamento de milhares de lavradores à terra, e a consequente incorporação de mais de 30 milhões de hectares ao nosso sistema produtivo.

O Plano Cruzado I trouxe uma grande lição para o Governo, na medida em que demonstrou toda a fragilidade da produção e do abastecimento nacionais. A melhoria da distribuição de renda possibilitou uma ascensão do consumo, de tal ordem que foi preciso importarem-se grandes quantidades de alimentos, inclusive aqueles chamados "de primeira necessidade". A lição que o episódio trouxe é no sentido de que precisamos aumentar a produção de gêneros alimentícios, pois qualquer melhora no poder aquisitivo do povo reflete-se imediatamente no aumento do consumo.

Dai por que o Plano de Metas para a Agricultura, lançado pelo Presidente da República em agosto do ano passado, enfatiza a necessidade que temos de aumentar a produção de alimentos básicos: arroz, feijão, milho e mandioca, que devem crescer à taxa de 10% ao ano até o final desta década. A meta estabelecida para a safra de 1988/89 é de 71,6 milhões de toneladas de grãos, incluindo aí o trigo e a soja, para a qual a região dos cerrados deverá contribuir com cerca de 8 milhões de toneladas, ou seja, 9% da produção nacional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a conclusão a que se chega é que o Centro-Oeste vai participar cada vez mais da produção nacional, em razão das suas grandes potencialidades, e pela própria necessidade de desconcentração do desenvolvimento, que se refletirá na igualmente necessária desconcentração demográfica, com melhor distribuição do emprego e da renda.

A Ferrovia Norte-Sul aparece como um grande passo na modernização do nosso sistema viário, que facilitará a ocupação produtiva dos grandes espaços vazios e o escoamento das safras a preços competitivos, já que haverá um sensível barateamento dos fretes.

Como representante do povo de Goiás, termino estas palavras com fundadas esperanças de que o Governo comece a obra, efetivamente, no início do ano que vem. Espero, também, o apoio do Congresso Nacional para essa iniciativa redentora, destinada a abreviar a chegada de um futuro melhor para todos os brasileiros.

Era o que tinha á dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT MG - Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Dando continuidade às informações sobre a futuro Estado do Triângulo, trago ao conhecimento de V. Ex.^{as} que a aspiração pela emancipação da região começa desde o início de sua história.

Para analisar as suas reais potencialidades, tornando-se uma Unidade da Federação, se faz necessário um estudo de nossas origens. Procuramos o Anuário Estatístico de Minas Gerais (1983/84), na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, na Superintendência de Estatística e Informação e na própria historiografia mineira, a História da região do Triângulo foi negligenciada. Apenas algumas datas nos relatam.

– Em 1720 foi criada a Capitania de Minas Gerais e, nesta data, o Triângulo Mineiro pertencia à Capitania de São Paulo.

– Em 1744, contra a nossa vontade, fomos anexados à Capitania de Goiás.

Em 1816, num novo ato de arbitrio, fomos incorporados à jurisdição Mineira, quando a nossa vontade sempre foi ser uma Unidade da Federação, com autonomia própria.

Por conta disto, fomos massacrados por 3 vezes, em épocas diferentes. Verdadeiros extermínios:

O primeiro, de 1592 a 1599, na época aos habitantes do Vale do Jetcaí (Rio Grande e Paranaíba).

O segundo, no anos de 1628 a 1634, quando foi totalmente destruída a primeira civilização branca, que se tem notícia na região, que fora instalada, em 1558, pelos padres da Companhia de Jesus, criando assim a aldeia de Sant'Ana do Rio das Velhas (município de Araguari). Esta civilização cujo intuito era de catequizar os silvícolas sem escravizá-los, era o alvo da Coroa Portuguesa, ávida em arrecadar tributos. Nossa população, relata Hildebrando Pontes, na sua "História de Uberaba e Civilizações do Brasil Central", publicada pela Academia de Letras do Triângulo Mineiro, naquela data, chegou perto dos 100.000 habitantes.

O terceiro foi de 1743 a 1759, nestes 16 anos ininterruptos, de destruição, de extermínios, de trucidações, que nos encheram de pavor e de angústia, foi narrada numa carta pelo Capitão Bartolomeu Bueno do Prado (responsável pelo fato e que se vangloriava de possuir um rosário de 3.900 pares de orelhas), datada de 26 de novembro de 1760, endereçada ao Governador das Minas Gerais, que financiou a expedição.

Como os vícios da nossa História se repetem, e só nos ensinam as vantagens e as glórias dos vencedores, não nos permitem, nas escolas, conhecer o nosso passado, pois uma vez desconhecendo a nossa origem, não teremos o que reivindicar em nosso futuro. Esta é uma questão políti-

ca. Tivemos nossos Inconfidentes, muito antes de tiradentes – 1789; muito antes de Felipe dos Santos, 1720.

Daí pedirmos aos ilustres Constituintes o direito de realizarmos, na região, um plebiscito, onde a nossa gente, soberanamente, democraticamente e livremente, decidirá sobre o seu destino, e dirá, no voto, se quer ou não a sua emancipação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC - GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Amanhã, 25 de julho, instala-se solenemente em Rio Verde, Goiás, o Partido Democrata Cristão, sob a liderança do Deputado Paulo Roberto Cunha, com a presença do Senador Mauro Borges, de diversos outros líderes e parlamentares federais e estaduais, solenidades a que também estarei presente.

O acontecimento é por demais importante, porque Rio Verde é um dos mais desenvolvidos municípios goianos, liderando a produção e exportação de grãos, em Goiás, além de ser hoje um dos maiores pólos irradiadores de progresso do País.

O Partido Democrata Cristão conta com o apoio majoritário da população de Rio Verde, sendo o Deputado Federal Paulo Roberto Cunha e o Prefeito Osório Leão Santa Cruz os seus maiores líderes.

A Democracia Cristã está muito forte no Estado de Goiás, devendo eleger a maioria dos prefeitos dos municípios goianos numa demonstração clara de que o sucessor do atual Governador, que é do PMDB, será um Democrata Cristão.

Saudo com a mais viva alegria a instalação do Partido Democrata Cristão em Rio Verde, na sua nova fase, certo de que aquele importante município goiano dará uma grande contribuição para a vitória da Democracia Cristã no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Diante da crise vivida pelo setor automobilístico, com as vendas em baixa e o acentuado número de veículos estocados nos pátios das empresas montadoras de São Paulo e Belo Horizonte, fazemos como com os representantes comerciais e com os representantes da indústria farmacêutica, para que sejam estendidas a eles as facilidades já concedidas aos motoristas de táxi, na aquisição de automóveis.

Tanto quanto o taxista, os representantes comerciais e os da indústria farmacêutica têm no automóvel o instrumento primordial para o desenvolvimento de seu trabalho. São profissionais responsáveis pela distribuição de uma variada gama de produtos em todo o País, pela introdução no mercado de novos lançamentos, pela extensão do crédito às mais longínquas regiões, pela geração de mais impostos de divisas e até pelo desbravamento de determinadas áreas. São aqueles que vendem e abastecem um grande setor da economia brasileira, sempre se utilizando do automóvel como forma e meio de trabalho.

Assim, os benefícios já levados ao taxista poderiam ser dados a estes representantes do comércio e da indústria farmacêutica, quando se sabe que mais de 75 mil veículos povoam hoje os pátios

das fábricas à espera de compradores. Poderia o Ministério da Fazenda isentá-los da carga tributária incidente em tais operações, possibilitando a compra de carros a álcool, de pequena cilindrada, para servir exclusivamente no âmbito de sua atividade.

Fica, pois, registrado o nosso apelo no sentido do atendimento do pleito dos representantes comerciais e da indústria farmacêutica, culminando com a possibilidade da aquisição do veículo de trabalho isento de impostos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JOÃO PAULO (PT - MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Forjados e qualificados para o exercício da administração no período negro da Ditadura Militar, os atuais dirigentes do País, principalmente na área da Educação, insistem em tratar a questão do ensino com absoluto desrespeito, como se não tivesse em jogo o futuro do País, o futuro de nosso povo.

Não se construirá jamais uma sociedade digna sem que haja uma atenção especial à educação. Ensinou a Ditadura, na gestão do general Ernesto Geisel, que greve de professores e de estudantes só faria mal, somente causariam prejuízos a estudantes e professores, numa visão vesga e mediocre da importância dos estabelecimentos educacionais na construção de uma pátria mais digna e mais capaz de produzir maior bem-estar a todo o seu povo.

A propósito, quero registrar a realização, em Brasília, do 1º Encontro Nacional de Ensino de Geografia, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. Na manhã de quarta-feira última, os professores e estudantes de Geografia e História realizaram Ato Público pela Melhoria do Ensino no Ministério da Educação e no Congresso Nacional, em repúdio à tentativa governamental de acabar com os cursos de Geografia, História e Sociologia, a nível de licenciatura, transformando-os em um "cursão de Estudos Sociais", reduzido a um período de três anos.

O parecer que propõe a mudança absurda, definida no parecer 233/87, do Ministério da Educação, representa uma verdadeira reforma universitária, a ser imposta ao arreio da comunidade acadêmica e ao próprio Congresso Nacional. A providência tem a deformação de ser feita a partir da burocracia do Poder Executivo, sem ouvir a nenhuma das partes interessadas e sem refletir importantes propostas de normas legais que foram debatidas no Congresso Nacional.

Leio, para que conste nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte, a Carta Aberta ao MEC, aos Constituintes e à População:

Carta Aberta ao MEC, aos Constituintes e à População

Há cerca de duas décadas que nós, professores de Geografia – e também os de História – combatemos a implantação de cursos de Licenciatura curta em Estudos Sociais como a própria disciplina Estudo Sociais, apesar de sua conceituação legal como área de estudo. As razões de nossa posição são múltiplas, a saber:

a) – a descaracterização de campos do conhecimento científico com larga tradição de referencial teórico, de pesquisa e de legitimidade acadêmica, que são a Geografia e a História, em

prol de uma miscelânea de informações desconexas e de um professor polivalente que não tem condições mínimas de implementar na sala de aula um ensino crítico, no sentido de formação de cidadãos que dialogam com o saber;

b) – os motivos alegados para a criação das licenciaturas curtas mostraram-se falaciosas, pois a multiplicação desses cursos não ocorrem apenas nas áreas carentes como propugnaria a Lei nº 5.692/71, mas principalmente nos grandes centros urbanos do País como São Paulo e Rio de Janeiro, onde já existiam cursos de licenciatura plena com egressos em número suficiente para atender à demanda de mercado; dessa forma, o professor "polivalente" formado em licenciatura curta acabou por concorrer com aquele formado em um curso universitário pleno, logrando assim, uma desqualificação do ensino, uma desvalorização do professor como profissional e manifestando sérias dificuldades pedagógicas que comprometem a formação do indivíduo como cidadão;

c) – os únicos beneficiários com os Estudos Sociais foram e continuam sendo certas instituições particulares, que utilizam o ensino tão-somente como fonte de lucro. O tempo mais curto de formação do professor a par dos menores gastos com laboratórios e com pesquisas em geral implicam em menores custos e maiores lucros para a instituição, prejudicando a sociedade como um todo. Mesmo os formandos em licenciatura curta acabam constatando que caíram num logro, na medida em que percebem que, para garantir melhores condições de trabalho e salários, devem retornar a essas mesmas instituições para complementarem sua formação, adquirindo a licenciatura plena.

Apesar de termos conseguido, nesses longos anos de luta, alguns avanços, mantemo-nos sempre alertas, porque volta e meia tais instituições pressionam para que o Conselho Federal de Educação revalorize os cursos de Estudos Sociais. A mais recente investida do eminentíssimo Conselho Federal de Educação é o Parecer nº 233/87 aprovado em 12/03/87, cujo relator, Sr. Conselheiro Pe. Antônio Geraldo Amaral Rosa reafirma a indicação 9/85 – CFE, que propõe, dentre curtas questões, a conversão dos cursos de ciências sociais em Estudos Sociais, como ciclo básico, que por via da planificação permitiria atingir a habilitação para o ensino de 2º grau em Geografia, História, Sociologia e O.S.P.B. Existe, ainda, nesse parecer, uma proposta de regionalização do currículo escolar, concepção essa que, ao nível de um curso universitário, fere as bases lógico-epistemológicas dos campos do conhecimento e apenas favorece a contratação de professores e a elaboração dos currículos norteados pelos interesses das instituições particulares.

Nós, professores de Geografia, reunidos no I Encontro Nacional de Ensino de Geografia, no período de 21 a 24 de julho de 1987, em Brasília, manifestamos o nosso mais veemente repúdio a essa nova tentativa vertical e antidemocrática e exigimos que seja sustada imediatamente qualquer tentativa de reformular o ensino sem prévia consulta aos professores e toda a comunidade envolvida.

Brasília, 22 de julho de 1987.

Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ALBÉRICO CORDEIRO (PFL)

– AL. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na segunda-feira próxima, dia 27, o Presidente José Sarney assinará decreto que viabiliza o fim do racionamento de energia elétrica no Nordeste.

Solicitamos a todos os Constituintes nordestinos que compareçam a esse ato, que será realizado às 15 (quinze) horas, no Palácio do Planalto.

Do documento deverão constar, basicamente, os seguintes assuntos:

1. Compra de usinas térmicas que perfazem um total de 300 megawatts.
2. Conclusão da usina de Itaparica.
3. Construção da linha de transmissão entre Sobradinho e Itaparica.
4. Construção do linhão entre Tucuruí (Pará) e Presidente Dutra (Maranhão).

Ao ato deverão estar presentes, além do Presidente Sarney, o Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, os Srs. Constituintes do Nordeste e outras Lideranças da Região.

A situação em que se encontram os reservatórios de água que movimentam as hidrelétricas que abastecem o Nordeste de energia elétrica é quase desesperadora.

A falta de chuvas tem ocasionado perda considerável das metas mínimas das reservas. Sobradinho, por exemplo, caiu de 44,8% para 42,2%, Três Marias caiu de 53,8% para 48% de sua capacidade média total, viável.

O Comitê Executivo da Comissão de Coordenação de Operações do Nordeste está recomendando alterar de 10% para 15% a meta a ser atingida em 30.11.87, com o objetivo de minimizar os riscos de racionamento em 1988, no que se refere ao armazenamento útil de Sobradinho e Três Marias, principalmente no período de enchimento do volume morto do reservatório de Itaparica.

O Comitê está também recomendando que seja mantida a carga de 590 megawatts (15% do valor total), na área sob racionamento na Região Norte/Nordeste, nos meses de julho/setembro, e que seja antecipada a entrada em operações, das unidades geradoras 9 e 10, de Tucuruí, de junho e novembro para março e setembro de 1988 respectivamente, visando, em curto prazo, a minimizar os efeitos catastróficos causados – paradoxalmente – pelo aumento de demanda e o necessário racionamento em virtude da diminuição da capacidade energética das unidades geradoras.

Com muita propriedade, o Comitê recomenda, finalmente, que se antecipe a duplicação da capacidade geradora do complexo Sobradinho/Itaparica, construindo, urgentemente, a linha de transmissão de 500 KV de junho/87 para abril de 1988.

Com essas medidas recomendadas pelo Comitê, que acredito sejam adotadas pelo Governo, teremos alguma esperança de sofrer menos do que está previsto, se a falta de chuva continuar nos níveis em que se encontra.

Para que V. Ex.^{as}, Srs. Constituintes, tenham perfeita consciência da grave situação e do porquê da importância do decreto que o Presidente Sarney assinará dia 27, basta que leiam o artigo do economista Maurício Costa Romão, publicado na Folha de S. Paulo do dia 20 de julho de 1987, sob o título "O Problema da Crise Energética no Nordeste".

Leio o referido artigo como parte integrante deste pronunciamento:

O PROBLEMA DA CRISE ENERGÉTICA NO NORDESTE

Maurício Costa Romão

O depoimento do presidente da Chesf, José Carlos Aleluia, na CPI da Câmara dos Deputados que investiga o racionamento de energia no Nordeste, trouxe à baila importantes revelações que instigam certa reflexão sobre o estado de coisas a que se chegou na região no tocante à questão energética.

Antes de mais nada, é relevante salientar que a área de atendimento da Chesf compreende oito Estados do Nordeste, da Bahia ao Piauí (o Maranhão foi transferido para o âmbito da Eletronorte, a partir de 1980). A superfície territorial desses oito Estados equivale a 14% da área total do Brasil, sendo que seu contingente populacional, em 1986, está estimado em quase 35 milhões de habitantes, o que representa cerca de 25% do volume demográfico do País.

O sistema elétrico do Nordeste, como se sabe, é quase que totalmente dependente do rio São Francisco, onde as barragens de Sobradinho e Três Marias exercem papel fundamental de regularizadoras de reservatório, retendo água nos meses de cheia para complementar vazão do rio nos meses em que seu caudal atingir níveis reduzidos, normalmente entre os meses de maio e outubro. As duas barragens mencionadas têm uma vazão mínima garantida de 2.060 metros cúbicos por segundo. Esse volume é indicativo da demanda máxima de água que se pode utilizar para garantir a descarga necessária à operação das usinas. É claro que toda vez que a geração de energia elétrica exigir uma demanda média de água superior à vazão mínima garantida, o complexo como um todo se vê obrigado a operar acima de sua capacidade, aumentando o risco de não ter água suficiente para acionar as usinas. Esse risco é tanto maior quanto mais desfavorável é o período hidrológico.

Pois bem, nos anos de 1983, 1984 e 1985, a vazão média utilizada foi respectivamente 2.130, 2.550 e 2.190 metros cúbicos por segundo, superior, portanto, à média crítica de 2.060 metros cúbicos por segundo. Tendo ainda que suprir um mercado que cresceu 5% além do previsto, o sistema funcionou, em 1986, mais uma vez acima de sua capacidade, com uma vazão média de 2.340 metros cúbicos por segundo, com o agravante de que o reservatório de Sobradinho chegou a dezembro do último ano com apenas 25% de seu volume útil de água.

Dada a hidrologia desfavorável de janeiro a fevereiro de 1987 e o volume insuficiente de Sobradinho registrado em dezembro, apelou-se para o racionamento que atualmente está em 15%, não obstante se tenha pensado em elevá-lo para 26%, a partir de maio, o que só não se concretizou pela melhoria dos níveis de reserva de Sobradinho e Três Marias nos meses de abril e maio.

Segundo se depreende do importante depoimento do presidente da Chesf, a causa fundamental do racionamento deve ser buscada nos cortes de investimentos que causaram sucessivos adiamentos nas obras da usina hidroelétrica de Itaparica e dos reforços previstos no sistema de interligação Norte/Nordeste. A previsão é de que com os empreendimentos nos cronogramas originais, poder-se-ia ter chegado em março de 1987 com o reservatório de Sobradinho com 86%

do seu volume útil, o que diminuiria a possibilidade de racionamento.

A questão dos cortes de investimentos da Chesf deve ser analisada dentro de uma perspectiva mais ampla, pois ela está consubstanciada nas políticas de estabilização adotadas no País, a partir do início da presente década. Para se amoldar ao receituário ortodoxo que preconiza queda drástica do déficit público, os mentores da política econômica não têm hesitado em diminuir indiscriminadamente a formação bruta de capital em vários setores da infra-estrutura econômica nacional. No presente caso, comprometeu-se desnecessariamente a qualidade do suprimento energético regional, a ponto de instituir-se um racionamento que traz, entre outros males, repercussões negativas sobre os níveis de atividade e de emprego locais.

É preciso que se esclareça à opinião pública sobre os componentes dos gastos governamentais (consumo, transferências, subsídios e formação de capital), posto que criou-se, nesse País, não sem cunho ideológico, uma verdadeira "deficit-fobia", sem que se distinga o que é produtivo do que não é, e o que tem destinação social, do que não tem.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

V – Comunicações de Lideranças.

O SR. ÁTILA LIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Projeto de Constituição, no tocante ao capítulo III, que trata da Educação e Cultura, tem alguns pontos que considero essenciais para que o Partido da Frente Liberal encampe as idéias básicas que estão definidas nesse documento.

É necessário ressaltar, a despeito do problema que tivemos, de não termos concluído um relatório através da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Comunicação, que o Sr. Relator incorporou as conclusões essenciais que foram obtidas na Subcomissão de Educação da qual fizemos parte, onde tivemos como Relator o Senador João Calmon e como Presidente o Deputado Hermes Zaneti.

Quero aqui destacar alguns pontos que considero primordiais.

O primeiro deles, além dos princípios, no que diz respeito aos direitos à educação, à liberdade, à gratuidade do ensino público, é o inciso V que trata da situação do professor no magistério, que diz:

V – valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venha a perceber os pro-

fissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação; além do direito à sindicalização para o professor da área pública.

Outro ponto destacável e de nossa iniciativa é a questão do direito à sindicalização do professor da área pública. E um aspecto também interessante é o que diz respeito à questão do conteúdo mínimo para o ensino fundamental que assegure a formação comum.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): Fazendo soar as campainhas.: – Nobre Constituinte, a Presidência interrompe V. Ex.^a para lhe esclarecer que o tempo está dividido entre V. Ex.^a e o nobre Constituinte Paes Landim.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI): – Perfeitamente, Sr. Presidente. O que diz respeito ao conteúdo mínimo é destacável e a minha posição é de defesa da questão do ensino religioso, sem distinção de credo. E esta matéria era tratada nas Constituições anteriores, e que atendendo, por assim dizer, a um reclamo da sociedade brasileira ou das Igrejas católicas e evangélicas, procurei incorporar, também, e fazer prevalecer no texto constitucional.

Outro aspecto importante é a questão da competência da União, dos Estados e do Distrito Federal. O Relator deixou como competência preferencial da União organizar e oferecer o ensino superior. Nesse sentido também estou apresentando emenda em que estendo essa competência da União para as escolas técnicas federais, industriais e agrotécnicas, que são instituições já mantidas pelo Poder Público federal e que já têm uma tradição de boa formação educacional, científica e são instituições de custos muito elevados que não podem ser transferidos para os Estados e Municípios. Da forma que o texto hoje descreve, ficaria para os Estados e Municípios essa responsabilidade, o que tornaria impraticável a prioridade preferencial dos Estados e Municípios em atender o ensino obrigatório de 1º grau.

Outro ponto básico é a repartição dos recursos públicos. O texto prevê prioridade para o ensino de 1º Grau. Atendendo, também, a um reclamo das associações de ensino católicas e da própria sociedade, estou reapresentando uma emenda que foi encaminhada pelo Senador Lourenberg Nunes Rocha, do PMDB, que dizia que "a repartição de recursos públicos assegurará no mínimo 50% para atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do Plano Nacional de Educação."

Sr. Presidente, no que se refere à questão da verba pública, concordo com o texto do Relator, quando diz:

As verbas públicas serão destinadas às escolas públicas podendo, nas condições da lei e, em casos excepcionais, ser dirigidas às escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, desde que: I – provem finalidade não lucrativa e reapliquem excessentes financeiros em educação; II – prevejam a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades."

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas).

O SR. PAES LANDIM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAES LANDIM (PFL – PI): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejaria apenas registrar, mais uma vez, hoje que completa o 7º dia de falecimento de um grande brasileiro, que foi Gilberto Freyre, já aqui com a sua obra magistralmente realçada por essa figura singular que é Afonso Arinos, desejaria, repito, tão-somente lembrar a passagem de Gilberto Freyre pela Constituinte de 1946, cujas intervenções poucas, mas da maior densidade, foram momentos dos mais ricos das discussões dos Anais da Assembléa Nacional Constituinte de 1946.

Criticando o projeto de Constituição, elaborado por uma Comissão de pouco mais de trinta Constituintes, na sessão do dia 17 de junho de 1946, Gilberto Freyre assim se reportava ao criticar o projeto que considerava cheio de excessos e redundâncias: "É, assim, o Projeto de Constituição simbólico e funcional – ou instrumental – ao mesmo tempo, embora o que nele existe de fundamental seja, a meu ver, prejudicado pelo luxo, quase asiático, de minúcias impróprias ou de generalidades supérfluas, em que se desmanda em certos pontos; pela rococó – nem ao menos barroco – em que, por vezes, se extrema, através de uma casuística que lembra os defeitos sem lembrar as virtudes da meticulosidade jesuítica. Para uma Constituição, esse excesso de meticulosidade é, sempre, um risco; um perigo tão grande de declínio ou de envelhecimento precoce como, para uma mulher, a gordura excessiva, amada pelos antigos sultões em favoritas, cujo esplendor durava pouco".

E assim fazia um apelo Gilberto Freyre para que se corrigisse o mais possível os defeitos do Projeto Constitucional de 1946, sem nos esquecermos de que, imperfeito como surgiu, ele representou o resultado de uma cooperação interpartidária e transpartidária como ainda não se fizera entre nós. E, dentro dessa cooperação, dizia Gilberto Freyre:

"o esforço de conciliação do desejável com o possível, que nenhum crítico, mesmo apolítico, de suas imperfeições deve-se esquecer inteiramente."

E neste célebre discurso em que ele apaixonadamente discorreu sobre o Capítulo dos Direitos Sociais do Projeto, sobretudo quanto à expressão "valorização humana do trabalho", ele fez críticas acerbas ao § 34 do art. 164 do Capítulo III, Dos Direitos Sociais, que foi depois retirado do texto, assim redigido:

"somente a brasileiro nato é permitida a revalidação do diploma expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino."

Ele aproveitou, Sr. Presidente, esse dispositivo e fez as mais acerbas críticas ao provincialismo inerente a ele, e, ao mesmo tempo, aproveitou o ensejo para fazer uma defesa do papel da imigração, não só na formação do aparelho produtivo do País, mas, sobretudo, no enriquecimento cultural do País, e, como grande autoridade do

assunto que era, fez, em defesa veemente, uma apologia da imigração portuguesa em nosso País, que estaria ameaçada, segundo ele, pelo conteúdo do projeto; defendendo a importância da cultura portuguesa na nossa formação econômico-social, física e cultural já predizia a ampliação dos seus direitos, assim dizendo:

"Extensão ou amplitude, de que a fase próxima talvez venha a ser considerarmos os cidadãos portugueses que vierem residir no Brasil, enquanto aqui permanecerem, cidadãos brasileiros, com idênticos direitos dos naturalizados".

Sobretudo, Sr. Presidente, criticava aquele àquela altura, também, grave omissão do Projeto Constitucional, que não dava guarda à proteção, por parte do Estado, de instituições de saúde particulares do nível das Santas Casas de Misericórdia, citando o exemplo específico da Santa Casa de Misericórdia de Recife.

Em outras oportunidades, nos Anais da Câmara, Gilberto Freyre mostrou, nas poucas intervenções, a grande riqueza do seu saber, que enriqueceram os seus Anais numa das suas páginas mais ricas e mais brilhantes.

Falando, certa feita, sobre Joaquim Nabuco, é justo dizer de Gilberto Freyre o que ele falou do seu grande conterrâneo ao assim se expressar. Sr. Presidente:

"Um Brasil que tem entre os homens públicos, os políticos, os parlamentares do seu passado, um homem, um político, um parlamentar da grandeza e da constante atualidade de Joaquim Nabuco, não deve nunca deixar que esta grandeza seja esquecida, ou que essa atualidade seja ignorada. Principalmente numa época, como esta que atravessamos, marcada pela desconfiança ou pela suspeita de que todo político brasileiro seja um politiqueiro e todo homem público um misticador".

Em outras páginas de sua atuação na Câmara dos Deputados é de se registrar, Sr. Presidente, suas palavras memoráveis sobre Bernardo Vasconcelos e, sobretudo, o seu célebre discurso criticando a emenda parlamentarista, travando debates dos mais ricos, dos mais gloriosos desta Casa com Hermes Lima e com Raul Pilla.

Sr. Presidente, Afonso Arinos disse aqui, com muita precisão na segunda-feira passada, que três grandes obras marcaram a cultura brasileira neste século: Casa Grande e Senzala, Um Estadista do Império e os Sertões – obras que, infelizmente, devido o provincialismo ou os preconceitos ideológicos de nossas universidades não são, talvez, sequer conhecidas pela mocidade brasileira.

Disse mais Afonso Arinos o que ele, Gilberto Freyre, foi o grande brasileiro que iniciou o Brasil no século XX, ele que nasceu no início do século, em 1900.

Eu diria mais, Sr. Presidente, foi esse grande brasileiro, esse intelectual, sobretudo esse apaixonado pelo saber e pela cultura, pelos estudos da imigração, pela nossa formação portuguesa, pelo Nordeste, pelo estudo da nossa formação racial, foi, sobretudo, um brasileiro que, através dos seus estudos, da sua grande e fantástica prospectiva histórica, já antecipava o nosso País no século XXI.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas).

O SR. PAULO MACARINI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O desenvolvimento da micro, pequena e média empresas, neste País, representa um fator preponderante na economia, gerando empregos, circulando riquezas e aumentando o poder aquisitivo desses pequenos empresários, espalhados em todo o território nacional.

Por outro lado, é bem verdade que estas microempresas foram as primeiras vítimas dos efeitos inflacionários ocorridos a partir de novembro de 1986. Em razão disso, o Presidente José Sarney, sensível às reclamações, às reivindicações e às ponderações do microempresariado brasileiro, determinou a aplicação de 60 bilhões de cruzados, com correção monetária subsidiada e juros de pequeno valor, para socorrer as dificuldades momentâneas por que passam as micros, pequenas e médias indústrias deste País.

Por ocasião de sua visita a esta Casa, o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira reafirmou, também, que o Governo estava dando um tratamento muito especial às microempresas, mediante aplicação de recursos já mencionados, da ordem de sessenta bilhões de cruzados. Aquela época, houve algumas manifestações deste Plenário, contestando as afirmações do Ministro, porque, em verdade, até então tinham sido aplicados apenas oito bilhões de cruzados no interesse das microempresas. A partir daquele instante, fui responsável por uma maratona de providências que gostaria de enumerar, nesta oportunidade, na defesa dos interesses desses microempresários:

1º) Ponderei ao Presidente Ulysses Guimarães a imperiosa necessidade de sua intervenção pessoal junto ao Ministro Bresser Pereira, para que, de uma vez por todas, fossem colocados à disposição do Banco do Brasil esses recursos indispensáveis ao atendimento das microempresas;

2º) Pessoalmente, procurei o Ministro interino da Fazenda, Maílson Nóbrega, reiterando-lhe e transmitindo-lhe os apelos dos microempresários deste País, para que, de uma vez por todas, esses recursos fossem também colocados à disposição desse setor;

3º) Estive com a direção do Banco Central e do Banco do Brasil.

4º) A última providência – quando o Presidente Ulysses Guimarães assumiu interinamente a Presidência da República, participei de uma audiência com o Ministro Maílson Nóbrega, relatando-lhe as dificuldades por que atravessam as micros, pequenas e médias empresas deste País e a necessidade inadiável de se colocarem à disposição dessas atividades os recursos que foram anunciados e prometidos pelo Governo Federal.

Fiz sentir ao Ministro interino da Fazenda, Dr. Maílson Nóbrega, que a diretoria do Banco do Brasil entregou, pessoalmente, ao Ministro Bresser Pereira, como também entregou pessoalmente ao Presidente José Sarney um documento prontificando-se a colocar as disposições do Governo Federal às 3.500 agências do Banco do Brasil, para aplicar o remanescente de 50 bilhões

de cruzados nessas atividades, e que, todos nós estávamos ansiosos para que houvesse de fato, uma decisão governamental, colocando fim a esta polêmica e carreando ao Banco do Brasil os recursos do Tesouro Nacional, necessários e indispensáveis para socorrer essas empresas. Até à época, disse ao Ministro Maílson Nóbrega que se prontificou a me dar esclarecimentos sobre a matéria, que preferia que, em vez de esclarecimentos, ele colocasse à disposição do Banco do Brasil esses recursos.

Ainda hoje, Sr. Presidente, vejo nos noticiários que o Presidente José Sarney reclamou do Ministro José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio, providências imediatas para que, de fato, o saldo desses recursos, da ordem de 50 bilhões de cruzados, sejam, em caráter definitivo e de extrema urgência, colocados à disposição do Banco do Brasil para repasse a essas micros, pequenas e médias indústrias.

Por isso, Sr. Presidente, ao fazer este relato, embora sucinto, de todas as providências que, em nome do PMDB, realizamos juntos a todas as autoridades federais, quero retornar aqui para fazer um apelo ao Presidente José Sarney, para que, pessoalmente, interfira e determine que o Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda ou o Banco Central coloque, de uma vez por todas e em caráter definitivo, os recursos restantes da soma de 60 bilhões de cruzados, para que as micros, pequenas e médias empresas possam, nesta fase de recuperação da economia, através do Plano Bresser, reiniciar as suas atividades, garantir os empregos, gerar riquezas e aumentar, por consequências, o poder aquisitivo de uma parcela ponderável da economia desta País.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas).

A SR^a BETH AZIZE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SR^a BETH AZIZE (PSB – AM Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em nome do meu Partido, quero parabenizar a luta desenvolvida pelo Sr. Deputado Fábio Feldmann, do PMDB de São Paulo, que tem tido a preocupação máxima de liderar um grupo de Constituintes ligados à defesa da Ecologia e do Meio Ambiente. E, hoje, assistindo à entrevista do Deputado Fábio Feldmann no "Bom-Dia-Brasil", fiquei muito feliz por ver que um Deputado de São Paulo se interessa com toda força da sua juventude, da sua capacidade, da sua inteligência pelo Meio Ambiente e pela defesa da Ecologia que atinge, principalmente, os Estados do Norte do País. E como se trata de um tema inserido no Projeto de Constituição através de um capítulo específico do Meio Ambiente, quero aproveitar esta manhã, Sr. Presidente, para me reportar a uma matéria jornalística veiculada, ontem, no **Jornal Nacional**, da **Rede Globo**, dando ciência a todo o País de um trabalho desenvolvido, pela Delegacia Regional do IBDF, no Amazonas, quando avança e investe sobre pequenas e humildes embarcações de passageiros, que fazem a comunicação essencial entre o homem do interior e a capital do Estado do Amazonas. E, nessa investida, filmada pela **Rede Globo**, até com o propó-

sito de levantar ou de agigantar esta bandeira em defesa da Ecologia, o IBDF mostrou, ontem, que faz essa investida sobre pequenos barcos, embarcações de pequeno porte e ali colheram 3 (três) tartarugas e jogaram n'água, à frente das câmaras de televisão, para impressionar a sociedade brasileira, quando sabemos que, no Amazonas, sobretudo, Sr. Presidente, a Delegacia Regional do IBDF tem um comportamento cínico e hipócrita, no que diz respeito à Ecologia e ao Meio Ambiente. Por exemplo, o IBDF vai para o interior do Estado, toma as espingardas e invade as cabanas dos nossos caboclos, dos nossos irmãos caboclos, toma as espingardas para que eles não venham a atentar, na opinião dos fiscais do IBDF, contra a Ecologia, quando sabemos que a espingarda na casa do caboclo representa uma garantia de vida e até um meio de sobrevivência. Jogam na água três tartarugas, à vista de todo o povo brasileiro, transmitido pela **Rede Globo**, mas sabemos que não é assim que a coisa funciona, porque o próprio IBDF promove o contrabando, admite e permite o contrabando de milhares de toneladas de peixes que saem pelas fronteiras do Amazonas com países vizinhos, fronteiros inclusive militarizados, com a presença do Exército Nacional. Daí por que não acredito na seriedade do Projeto Calha Norte. Quando assisti ao espetáculo de ontem, minha revolta foi profunda, porque o IBDF, no Amazonas, deveria se postar no Aeroporto Internacional da cidade de Manaus, por onde saem centenas e centenas de tartarugas do Amazonas para o Lago Sul de Brasília, a fim de servirem de banquete para os Ministros de Estado.

Gostaria, Sr. Presidente, que este meu pronunciamento fosse encaminhado à Direção Nacional do IBDF, em Brasília.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas).

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente Sr.^a e Srs. Constituintes:

Estou, em nome do PT, vindo aqui apresentar um caso concreto de um operário da Indústria Silvânia que foi demitido porque fazia propaganda entre os seus colegas em favor da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas.

É claro que o caso concreto tem um interesse menor, embora seja dramático. Trata-se do operário Miguel Tadeu de Carvalho, e ele terá de resolver isso através da Justiça do Trabalho. O que importa é o significado do caso concreto.

Dentre as realizações desta Constituinte está a proposta da estabilidade do emprego e a instituição regular das 40 (quarenta) horas semanais de trabalho. Ambas as medidas estão sendo atacadas por vários setores empresariais que alegam que o Brasil não tem condições econômicas para absorver essas medidas, esses avanços do direito social. No entanto, vemos que os trabalhadores não aceitam mais nem a jornada de trabalho que está sendo posta em prática atualmente – e os sindicatos têm feito um movimento muito forte nesse sentido – ao mesmo tempo reivindicam que a estabilidade no emprego seja restabelecida.

Portanto, o caso concreto nos permite trazer um reforço à defesa de direitos sociais que a nova Constituição poderá consagrar em seu texto, eliminando, no futuro, conflitos e desentendimentos dessa ordem. Com isso, ganharão a sociedade brasileira, as relações entre trabalhadores e patrões e as famílias dos trabalhadores.

É claro que o ponto essencial é a estabilidade no emprego, essa estabilidade que foi revogada por imposição do grande capital, principalmente das multinacionais, e que deve ser restabelecida segundo critérios que forem discutidos na Comissão de Sistematização e no Plenário.

A questão essencial não está no número de meses ou de anos que seria o requisito para a estabilidade no emprego, mas a instituição da estabilidade no emprego para impedir medidas arbitrárias que podem lançar na rua da amargura um trabalhador, simplesmente porque está defendendo causa de interesse coletivo de seus companheiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT-RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOÃO ANTUNES (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes.

Em nome do PDT, queremos trazer aqui a nossa homenagem aos colonos e aos agricultores brasileiros, principalmente aos colonos do Rio Grande do Sul.

Associamo-nos àquela homenagem que prestou da tribuna desta Casa o nobre Constituinte Osvaldo Bender.

Cento e sessenta e três anos se passaram desde a chegada dos imigrantes, daqueles homens que vieram para semear alguma coisa de bom nestes Países, aportaram no Rio Grande do Sul, no Vale dos Sinos, e ali construíram o que hoje encontramos de bom e de belo naquela região.

Mas, apesar de cento e sessenta e três anos que se passaram, estamos encontrando este homem, trabalhador denodado, esforçado, que gerou riquezas na nossa Pátria e engrandeceu a nossa Nação, encontramos este homem abandonado, sem vez e sem voz, marginalizado na beira das estradas, este homem que está servindo como massa de manobra para os chamados pseudo-religiosos que fazem proselitismo em cima deste pobre homem, trabalhador, mais uma vez o repito, e faz com que este pobre homem, que não tem direito e nem voz, avance, agrida, assuma posições que não é da sua postura original. E um homem humilde mas, muitas vezes, tem sido levado a invadir fazendas e propriedades alheias porque, até hoje, toda aquela reforma agrária que se falou e que permanece, ainda, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, no papel, esse homem está abandonado à mercê da sua própria sorte, vendo os seus filhos e filhas, a sua herança, morrendo de inanição, morrendo de doenças broncopulmonares, respiratórias, não com dignidade, mas morrendo e abandonado e, muitas vezes, sendo sepultado na beira das estradas. Nós queremos deixar registrado nos Anais desta Casa, Sr. Presidente, que esse homem que gerou riquezas, esse

homem que abriu picadas, esse homem que abriu estradas onde, hoje, nós corremos e deslizamos com facilidade com os nossos carros. esse homem andou com o seu carro de boi, esse homem que nada tinha e trouxe muita coisa para nós.

Nós queremos registrar, por um lado, os nossos parabéns a esse agricultor, e, por outro lado, o nosso desencanto com tudo aquilo que está se fazendo contra ele.

Esperamos que essa reforma agrária, que pode trazer alguma coisa de benefício para o nosso homem do campo, para o colono, para esse homem desesperançado, possa vir a tempo, ainda, de não vermos, quem sabe, uma guerra civil no Rio Grande do Sul, na nossa região, que está clamando. Sr. Presidente, por justiça que, tardivamente, certamente vai chegar.

Queremos registrar, em nome do nosso Partido, o PDT, e dizer a esse homem que nós estamos associado a ele.

O nosso muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ROBERTO BALESTRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO BALESTRA (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as}s. e Srs. Constituintes

Exatamente naquele dia em que esteve presente a esta Câmara o Sr. Ministro da Fazenda, fizemos a S. Ex.^a uma denúncia com relação à importação de alimentos. Esperávamos que o Ministro honrasse, pelo menos, o compromisso assumido pelo seu antecessor, o Ministro Dílson Funaro, de que nenhuma importação de alimentos seria feita sem que, previamente, fosse submetida ao menos à Frente Parlamentar da Agricultura.

Entretanto, tivemos ontem o dissabor de ouvir do responsável da SEAP, que teria autorizado a importação de 3.000 toneladas de alho da Espanha.

Sr. Presidente, este é o atestado maior da falta de respeito e da desconsideração que o Governo vem tendo para com este legislativo, para com estes Parlamentares, que, em nome do povo, procuram fazer com que este País ande, mas ande pelos caminhos certos.

Quero pedir, aqui e agora, que os nobres colegas, Constituintes, que os nossos pares, enviem ao Ministério da Fazenda moção de repúdio a essa importação e que o Senhor Presidente da República procure escolher melhor os seus assessores para não chegarmos a situações como esta, porque esta importação fatalmente trará o desestímulo e quebrará, por certo, milhares de pequenos agricultores, pois só planta alho o pequeno e o mini-produtor. E essa importação vai trazer o maior desalento possível, principalmente, nos Estados pobres do Centro-Oeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

VI—Apresentação de Proposições

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-las.

Apresentam proposições os Srs. Constituintes:

ÁLVARO VALLE: – Projeto de Resolução que modifica o § 2º do art. 26 e acrescenta parágrafos ao art. 26 do Regimento Interno da Assembléia - Nacional Constituinte.

CÉSAR CAIS NETO: – Projeto de Resolução que altera e acrescenta dispositivos da Resolução nº. 2. de 1987, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

ADYLSON MOTTA – Requerimento de informações à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a respeito de concorrência pública para contratar serviços de elaboração e correção de provas destinadas a processo seletivo de âmbito nacional.

– Requerimento de informações ao Conselho de Segurança Nacional sobre critérios adotados para conceder "assentimento prévio" para que as instituições financeiras recebam imóveis rurais como dação em pagamento de empréstimo de difícil ou duvidosa solução.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Vai-se passar à

VII - ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Ivo Mainardi, para discutir o projeto.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna hoje para discutir e debater um assunto que me preocupa e ao meu Estado – o Rio Grande do Sul –, preocupação no que tange ao Projeto Constitucional, principalmente com relação ao art. 49 § 4º, que diz:

"A criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar federal, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, da aprovação das Câmaras de vereadores dos Municípios afetados e se darão por lei estadual".

É o texto constante de Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Estou preocupado, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com este texto, porque no Rio Grande do Sul tramitam aproximadamente 100 processos de emancipação e há também, quer no Tribunal de Justiça do Rio Grande, quer no Supremo Tribunal Federal, diversos mandados de segurança, porque possuímos hoje uma legislação proibitiva com relação às emancipações, às anexações, desmembramentos, que é uma legislação que praticamente cassou o direito das populações dos distritos municipais de atingirem a sua maioria, pública, emancipando-se.

A Lei Complementar Federal estabelece – se não me engano, é o § 4º, do art 2º, da Lei Complementar nº. 1 –, que para uma área conseguir a sua maioria pública, ela necessita de uma arrecadação de, no mínimo, 5 milésimos de arrecadação dos impostos estaduais. Assim, ela está proibindo que um distrito, ou diversos distritos, possam atingir a sua maioria.

Hoje – e falo do meu Estado – temos – 244 Municípios. Se formos aplicar os rigores da Lei

Complementar nº. 1, chegaremos á triste conclusão de que 80% dos Municípios existentes não conseguiram se emancipar, isso significa que 190 Municípios não conseguiram atingir estes requisitos, dos 244 existentes.

Imagine essas centenas de distritos de áreas emancipadas, no Rio Grande do Sul, que tentam se emancipar, porque além de terem os 5 milésimos, precisam também não afetar o Município-mãe, que deve manter as mesmas condições para a sobrevivência e isso está expresso na Lei Complementar nº. 1 e está aqui:

"Não será permitida a criação de Município desde que essa medida importe para o Município, ou Municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta lei".

Sr. Presidente, preocupado com esse Texto Constitucional – se for aprovado, e consta do projeto –, preocupado com isso, venho, desde as subcomissões, depois nas Comissões Temáticas e, agora, na Comissão de Sistematização, apresentar emendas e infelizmente elas não chegaram até o texto. Hoje, volto novamente a apresentar perante esta Casa, perante a Assembléia Nacional Constituinte, uma emenda ao § 4º do art. 49, porque é preciso que se diga que o que consta hoje no projeto é muito pior do que está escrito na Lei Complementar nº. 1, porque por esta não precisava a consulta às Câmaras Municipais afetadas; agora o nosso legislador, se aprovado este projeto, coloca uma verdadeira "camisa-de-força" porque ele obriga que, além da consulta plebiscitária, além do plebiscito, obriga a que as Câmaras Municipais sejam ouvidas! E quem não sabe que nos distritos sempre se tem uma minoria de vereadores e que os vereadores da Câmara daquele Município, geralmente, são contrários a que o seu Município perca um distrito para um futuro Município ou para uma outra área de um outro Município?

Então, Sr. Presidente, estou preocupado com esse texto, porque ficou pior do que aquele estabelecido pelo AI-2! Ficou muito pior!

Agora, Sr. Presidente, além da inclusão da necessidade de aprovação pelas Câmaras de Vereadores, texto que nem o AI-2 contemplava, colocam-se as comunidades, já imobilizadas pela camisa-de-força da Lei Complementar nº. 1, numa cela de segurança máxima, que é a aprovação pelas Câmaras de Vereadores, pois sempre os distritos terão representação minoritária na Câmara Municipal, o que impedirá qualquer aprovação de projeto de lei nesse sentido.

Então, adeus às emancipações neste País, se aprovado esse Texto Constitucional. Nós estaremos, sim, proibindo, cassando o direito de os nossos distritos se emanciparem, porque além das exigências dos cinco milésimos, além do plebiscito, estaremos, pelo novo texto, obrigando as Câmaras Municipais a concordarem ou não com essa emancipação.

Ouço, com muita honra, o aparte do nobre Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Nobre Constituinte Ivo Mainardi, venho acompanhando V. Ex.^a, inclusive nos anos em que fomos Deputados Estaduais no Rio Grande do Sul, e quero testemunhar aqui a luta de V. Ex.^a em favor do municipalismo e endossar, totalmente, as afirmações que faz quando diz aqui que "se aplicada a legislação aos Municípios já existentes, no Rio Grande, 80% deles não teriam condições de sobrevivência"; tal é o

estilo draconiano da legislação hoje existente e que é agravado na proposta do anteprojeto da Comissão de Sistematização. Quero dizer a V. Ex.^a que, com a mesma preocupação do ilustre Parlamentar, também apresentei uma emenda e tive também o desprazer de vê-la rejeitada ou ignorada em todas as etapas da elaboração constitucional até o momento, em que restabelece ou restitui aos Estados a competência para estabelecer os requisitos sobre criação, desmembramento e anexação de territórios. Então, isso significa restabelecermos, inclusive, a Federação neste País. Assim como o Governo Federal tem a competência para criar seus Territórios, seus Estados, deve ser remetida ao Estado a competência para a sua organização interna, mesmo porque, dentro da heterogeneidade de um país continental como o Brasil, com peculiaridades regionais das mais dissonantes possíveis, evidentemente, temos que atender às características de cada região, e só através de uma legislação local, regional, estadual, poder-se-á realmente fazer justiça a cada região. Quero trazer aqui o meu testemunho, o meu aplauso, o meu apoio, o meu engajamento nessa campanha em que o ilustre Parlamentar está empenhado, e vamos lutar para ver nossas emendas aprovadas nesta última etapa, porque elas realmente farão justiça aos Municípios brasileiros. Sou municipalista e acredito que é uma das formas de se promover e até de se forçar o progresso, no interior de nossos Estados, através da criação de novas unidades, de novos Municípios, pois que são as células do nosso País. Neste sentido vou representar também as minhas propostas. Acredito que se unirmos os nossos esforços, haveremos de sensibilizar nossos colegas aqui de que esse é o melhor caminho a ser seguido na elaboração da nova Constituição.

Muito obrigado, nobre Constituinte.

O SR. IVO MAINARDI: – Agradeço o registro, com muito prazer, o aparte do nobre Constituinte Adylson Motta, que também na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, juntamente conosco, era um dos grandes Deputados preocupados com o problema das emancipações. Folgo em saber que o nobre colega já apresentou e vai continuar apresentando emendas neste sentido, para que consigamos sensibilizar os Constituintes, no sentido de devolver aos Estados a competência para legislar com relação ao problema das emancipações.

Sr. Presidente, continuo o meu pronunciamento. Com o firme propósito de conseguir-se uma Constituição que realmente garanta os princípios fundamentais da soberania das populações e cidadanias e certos da visão de que a construção de um novo Brasil inicia através da organização celular do povo, através da família, através das associações, vilas, povoados, distritos, até a Federação, é que rogamos a V. Ex.^a, Sr. Presidente, e aos Srs. Constituintes neste Plenário caso o texto do projeto se mantenha, modifique-o, corrigindo as expressões comentadas anteriormente, propondo, para tanto, o seguinte texto:

"Art. 49

§ 1º. "A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento do Município, obedecidos os requisitos e os procedimentos previstos nas Constituições estaduais, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas."

Nada mais. Com isso, Srs. Constituintes, estaremos devolvendo aos Estados a competência para legislar com relação ao problema da criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, porque nós não podemos ter uma lei única para este enorme País, porque o que é bom para o Amazonas, para o Estado da Paraíba, para São Paulo e o Rio Grande do Sul, pode não o ser para os outros Estados. Este País é enorme demais para estabelecermos um princípio, uma norma, uma lei, para resolver o problema das emancipações.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. IVO MAINARDI: – Ouço, também, com muito respeito o aparte do nobre Constituinte.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Nobre Constituinte, a preocupação de V. Ex.^a em matéria de autonomia municipal e do Estado de definir com clareza a forma como os municípios se constituem, acho da maior procedência e deve ser de fato preocupação desta Casa. V. Ex.^a está fazendo uma abordagem séria da questão. Eu me permito interferir, perdoe-me por fazê-lo, porque sei que o tempo de V. Ex.^a para expor suas idéias é bastante escasso, para lembrar apenas a necessidade de alguns parâmetros que se definam em termos constitucionais, para que aquilo que chamamos a célula da nacionalidade, que é o Município, não cresça em forma de câncer, por uma divisão sucessiva e incontrolável que, afinal, represente de fato uma doença. A forma com que os municípios se desmembravam, na Constituição de 46, levou alguns Estados, pela ânsia de alcançar os recursos transferidos pelo Fundo de Participação dos Municípios, a emancipar unidades que não tinham a menor condição de sobrevivência. Fazendas com apenas dez, doze moradias foram elevadas à categoria de Município para servir a determinados coronéis da roça e transformar aquele pequeno agrupamento de casas num Município, e aí alcançar recursos significativos da ordem federal transferidos para o Município. Eu chamo a atenção do problema para a necessidade de que alguns pré-requisitos, a nível constitucional, sejam adia, de crescimento, e não um processo canceroso de disparidade incontrolável, que transforma a unidade municipal numa coisa insuportável e com outro sentido senão o atendimento de questões ou questiúnculas locais, insignificativas, deformativas do ideal municipalista de V. Ex.^a.

O SR. IVO MAINARDI: – Agradeço a contribuição de V. Ex.^a, nobre Constituinte Virgildásio de Senna. As Constituições, as Assembléias de cada Estado, deveriam ter a preocupação de fixar esses pré-requisitos, porque não podemos fixar requisitos para todo o País; para o Amazonas, para o Rio Grande do Sul e para o Estado da Paraíba. Então, deveríamos confiar essa tarefa aos Estados e às Assembléias Legislativas. Até concordo com V. Ex.^a, quando fala em pré-requisito constitucional, mas que não se lance mão de uma camisa-de-força como se pretende, agora, pelo art. 49, § 4º. Por que se dar às Câmaras Municipais o poder de decidir além do plebiscito?

Acho que depois de ouvida a população, depois da população se manifestar a respeito, se quer

ou não quer a emancipação; por que vamos entregar essa tarefa também às Optaras Municipais, se sabemos que elas, quando perdem uma área, geralmente negam o direito daquela área se emancipar? Sou contra esta camisa-de-força que se quer colocar no art. 49 às áreas emancipadas, porque por este artigo não vamos ter mais nenhuma emancipação, a não ser que se fraude a lei. Porque, hoje, para se conseguir uma emancipação – permitam que eu diga aqui, com toda a sinceridade –, só se fraudar a lei. Pela Lei Complementar nº. 1, nenhum município do País consegue se emancipar. No Rio Grande do Sul, dos 244 municípios, 190 não teriam condições de se emancipar. Imaginem aplicando-se esta verdadeira camisa-de-força que consta aqui!

A SR. SANDRA CAVALCANTI: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. IVO MAINARDI: – Se o Sr. Presidente permitir, gostaria de ouvir o aparte da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

A SR. SANDRA CAVALCANTI: – Agradeço a V. Ex.^a. É um aparte curto, apenas porque esse ponto de vista também é esposado por grande parte da nossa Bancada e, no meu caso particular, porque represento um Estado que nasceu de uma fusão que não foi obtida através de um plebiscito. Temos problemas até hoje, no novo Estado do Rio de Janeiro, porque a fusão do antigo Estado do Rio de Janeiro com o antigo Estado da Guanabara, feita de forma autoritária, sem uma consulta popular, resultou até hoje em sérios problemas que ainda não conseguimos superar. A tese de V. Ex.^a tem respaldo numa das realidades mais difíceis que estamos vivendo, do ponto de vista político. Não se trata apenas da emancipação de municípios, que é um problema sério para ser enfrentado, trata-se do desaparecimento dos municípios quando eles são soterrados tecnicamente, socialmente, politicamente e economicamente por essa realidade nova do século XX que é a área metropolitana que, até agora, não mereceu um texto constitucional a altura do que ela representa como problema. São municípios que permanecem quando, na verdade, tecnicamente já se acabaram. São municípios que nascem quando, na realidade, não têm ainda nem condições de existir e a lei deveria realmente prever esses casos. V. Ex.^a está de parabéns.

O SR. IVO MAINARDI: – Agradeço o aparte da nobre colega, que vem ratificar e endossar a tese que estamos propondo perante a Assembléia Nacional Constituinte.

Quero chamar a atenção do Plenário desta Casa para esse artigo que vem proibir, vem cassar o direito, de hoje em diante, das áreas dos distritos quererem se emancipar. Se aprovado esse texto, infelizmente, estaremos proibindo, estaremos cassando o direito dos futuros distritos quererem se emancipar.

Era esse o registro, a consideração e a preocupação que desejava trazer, hoje, perante a Assembléia Nacional Constituinte, com relação às emancipações. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. IVO MAINARDI EM SEU DISCURSO:

Inclua-se, no projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, no Título – Da Organi-

zação do Estado, Capítulo I – Da Organização Político-Administrativa, a seguinte alteração do § 4º, do art. 49:

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, obedecidos os requisitos e os procedimentos previstos nas Constituições Estaduais, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas".

Justificação

A Frente Distrital Paulista de Emancipação e Comissão de Emancipação do Distrito de Bela floresta (Ilha Solteira), distribuiu aos Constituintes um memorial em que propõe a alteração do questionamento do § do art. 49, do Projeto de Constituição da Douta Comissão de Sistematização, com o propósito de que a matéria relativa à criação de Municípios seja atribuída à competência estadual.

Lembra, aquela Frente Distrital, que o regime vigente foi introduzido há quase vinte anos pelo famigerado AI-2 e pela Lei Complementar nº. 1, de 9-11-67. Os requisitos impostos pelo regime forte de 1964, na realidade, implicaram na cassação de um dos mais importantes direitos políticos do homem, qual seja aquele originado da antiga Grécia, o de se organizarem os homens em cidades ou a história **polis**. Em suma, o autêntico direito de cidadão, no mais puro e completo sentido da expressão. De fato, as exigências das normas federais são praticamente impossíveis de serem atendidas. Apenas para argumentar, é suficiente lembrar que, atualmente, a maioria dos Municípios, com mais de cem mil habitantes do grande e próspero Estado de São Paulo não teriam condições para adquirirem a emancipação, considerando tão-somente o quesito econômico-financeiro de renda mínima.

No Rio Grande do Sul, atualmente dos 244 Municípios existentes, apenas 60 teriam condições de preencherem os requisitos exigidos pela Lei Complementar.

De outro lado, atribuir á lei federal o condão de fixar os quesitos mínimos para a criação, emancipação, incorporação ou fusão de Municípios, é negar o caráter multirregional do Brasil, inclusive a sua forma federativa. Seria absurdo pretender-se dar o mesmo tratamento a situações do equatorial Estado do Amazonas, de população rarefeita e economia extrativista, da brava e heróica Paraíba, que luta contra as adversidades do clima e a má distribuição de renda, do alegre Rio de Janeiro, que expreme-se entre as suas lindas praias e a Serra do Mar, com problemas de excessiva concentração populacional e o fantasma do desemprego e da alta criminalidade, e a do Rio Grande do Sul, marcando as fronteiras meridionais do País, com problemas financeiros públicos e com a crise do setor agropecuário, sua principal vocação econômica, apenas para citar algum exemplo dentre as múltiplas faces dessa Nação continental Tratar igualmente essas situações regionais, tão desiguais pela própria natureza geográfica e histórica, é cometer violenta afronta ao princípio máximo da democracia e da República.

O Brasil esta organizada politicamente em forma de Federação. E isso, exatamente para atender as referidas peculiaridades regionais. Assim, atribuir aos Estados a competência para fixar os

critérios para a criação de Municípios, é homenagear, de pronto e com a mais absoluta justiça, a formada Federação. e, acima de tudo, respeitar a autonomia dos povos para autodeterminarem-se, segundo suas peculiaridades próprias.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra a Srª Constituinte Sandra Cavalcanti, para discutir o projeto.

A SR. SANDRA CAVALCANTI (PFL – RJ. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente. Sr^{as}. e Srs. Constituintes:

Nesta sexta-feira de plenário vazio por injunções regimentais, e não pela vontade dos Srs. Constituintes nem dos eleitores, faço uso do tempo de que disponho na escala das nossas inscrições, para debater o nosso anteprojeto constitucional e fazer considerações principalmente sobre a parte relativa à educação.

Ontem, pela primeira vez na Comissão de Sistematização, tivemos a aceitação e a aprovação de uma emenda popular. A emenda popular é uma grande inovação, uma conquista realmente muito valiosa, que pela primeira vez ocorre na história da elaboração das leis neste País.

Quando aqui foi proposta a figura da emenda popular, muitos imaginaram que as primeiras a chegarem a este Plenário estariam vinculadas aos problemas mais polêmicos da área econômica e da área social.

No entanto, para surpresa de muitos, a primeira emenda popular que chega, atendendo a todos os requisitos estabelecidos no Regimento Interno, é uma emenda relativa ao capítulo da educação. E isso agrada profundamente ao coração de uma professora que, nas suas horas de idas e vindas, de vez em quando fez política na vida, mas que, na realidade, tendo ingressado muito cedo na carreira do magistério, jamais se afastou das suas preocupações na área da educação.

Mais ainda, essa emenda vem mostrar que o povo brasileiro está tentando estabelecer um vínculo muito importante entre os valores da base da sociedade brasileira, os valores da família com o processo de educação.

Comentando a emenda ontem aqui, vários colegas Constituintes fizeram questão de dizer que vão votar contra porque se trata de uma intervenção impertinente da Igreja na vida do Estado e que isto, na História do Brasil, já aconteceu e já acabou. Gostaria de lembrar aos nobres colegas que fizeram questão de colocar a questão ontem como uma ingerência da Igreja na vida do Estado, porque a ingerência da Igreja na vida do Estado, no Brasil, se ela estivesse presente no texto constitucional, ela teria que estar presente como está, por exemplo, a Igreja ou a massa de fé muçulmana no Irã ou no Afeganistão, ou, então, estaria ligada ao Estado como estão algumas Igrejas dissidentes, ortodoxas e católicas, nos países que foram dominados pela Rússia, logo no após-Guerra, ou na China. A vinculação da igreja ao Estado significa que, em troca de favores que a Igreja recebe do Estado, o Estado interfere na organização dela. Isto é vinculação de igreja com o Estado. Em troca de subvenções, de remuneração, de salários para sacerdotes, o Governo tem o direito de indicar bispos, padres, diretores de seminários e dizer a eles o que devem fazer.

Ora, a Igreja Católica, Apostólica e Romana, a Igreja Católica Ortodoxa, a Igreja Católica Marca

nita, a Igreja Católica Universal, as Igrejas Protestantes, livres, os Judeus e outras religiões estão pagando caro o preço da sua independência no mundo de hoje. Na Polônia, por exemplo, onde a Igreja Católica não se curvou à bota opressora de um país dominador estrangeiro, que impede a liberdade daquela gente, lá uma família polonesa, quando envia seu filho a uma escola dita pública, sabe que, na escola, àquela criança, aos 6 ou 7 anos de idade, vai aprender coisas que dentro de casa lhe são ditas de forma exatamente contrária.

Nós, no Brasil, que somos uma democracia e estamos recuperando todas as características essenciais de um regime democrático, o que entendemos como escola pública? É aquela que é mantida com a contribuição do povo. O povo paga os seus impostos e tem direito ao ensino na escola que é aberta pelo Poder Público, sustentada pelo Poder Público. Mas essa escola pública não pode agredir os valores da família brasileira. Quando uma família brasileira põe seu filho na escola que ela com seus impostos ajuda a abrir e manter funcionando, ela exige do Estado, porque estamos numa democracia, a família brasileira exige do Estado respeito aos seus valores, respeito a sua fé, respeito a suas tradições e não aceita que o Estado passe a ter uma filosofia, passe a ter, uma concepção de vida e tenha o direito de impor essas idéias à massa de crianças que acorre às suas salas de aulas. Esta é a grande diferença entre o conceito de escola pública, numa democracia, e o conceito de escola pública, nos chamados regimes totalitários.

Sei que muita gente confunde essas palavras. Muita gente imagina que escola pública é aquela em que, além de o Governo ser quem construiu o prédio, quem paga os professores, quem paga a conta de luz, quem paga a tonta d'água, quem estabelece o currículo, tem direito também de determinar o que deve ser colocado no coração, na alma e na inteligência das crianças. Não é essa a nossa concepção de escola pública.

O maior drama do povo brasileiro é exatamente a educação. Nem pensar em progresso neste País se as nossas escolas não puderem dar conta do seu recado. Todos os nossos problemas passam pela educação, saúde, profissionalização, produtividade, conhecimento dos seus direitos, capacidade de progredir na vida, escolha política correta, idéias firmes sobre a sua identidade, sobre os seus deveres, sobre os deveres do Estado. Tudo isto é um processo de educação. Não podemos aceitar que o Estado, no Brasil porque recebe o dinheiro do povo e tem a obrigação de gerenciá-lo, se ache, também, no direito de gerenciar aquilo que a família brasileira quer para os seus filhos.

O Brasil é signatário da Carta da ONU e nessa Carta está dito: "a família – os pais ou os responsáveis – tem o direito de escolher o gênero de educação que querem para os seus filhos". Vejam bem a profundidade dessa expressão. Sei que isso não ocorre em outros países; sei que para as crianças de todos os países que vivem em regime totalitário os pais não têm o direito de escolher o gênero da educação dos seus filhos, não têm sequer o direito de escolher as profissões para os seus filhos, porque vai haver uma comissão, ao final de um determinado número de

anos, dizendo para onde deve ir aquele adolescente e que carreira deve seguir.

Entendi muito bem, ontem, aqui, a reação imediata de um grupo que, ao proclamar que deseja escola pública no Brasil, na verdade quer a escola estatal, e ao dizer que só quer verbas públicas para escolas públicas, na verdade quer um Estado soberano comandando um processo de educação. Este não é o ponto de vista democrático e este não é o ponto de vista da tradição brasileira.

No decorrer da apresentação de emendas, tive a oportunidade de apresentar uma emenda curta, seca, simples, que diz assim: "o Poder Público não subvencionará instituições de educação com fins lucrativos". E, não vejo nenhuma declaração. Todas que li, são mais simples do que esta. "O Poder Público não subvencionará instituições de educação com fins lucrativos".

E mais não precisa ser dito na Constituição. Por quê? Porque quem não tem fim lucrativo tem mil modos de provar que mantém uma instituição privada, organizada, ou pela comunidade, ou por uma entidade filantrópica, ou por um grupo de pesquisa, que presta um imenso serviço público ao país, na medida em que faz educação e não cobra, e não tem fim lucrativo.

Temos o caso de todas as nossas entidades particulares, privadas, dedicadas à reabilitação de pessoas portadoras de deficiências. O Estado, no Brasil, foi sempre extremamente displicente nessa matéria, foi omisso, foi ausente, até por que os governos que se sucederam neste País não investiram em educação o que deveriam.

Vamos votar a favor da única vinculação de receita que nós vamos admitir na nossa Constituição. A vinculação da aplicação de pelo menos 20% da arrecadação de impostos em educação.

O dinheiro nunca é do governo. A expressão "verba pública" é uma expressão etérea, não existe; existe dinheiro oriundo do bolso dos que trabalham, sob forma de impostos, dinheiro este que vai constituir uma receita e que, portanto, deve voltar ao povo sob forma de prestação de serviços. Ora, se a comunidade paga, se ela sustenta, deve poder ditar as regras do jogo democrático. O povo brasileiro não pode ser privado do direito de querer que as suas crianças sejam educadas dentro dos valores da família brasileira, e esses valores incluem o valor religioso; a fé do povo brasileiro a sua tradição, a diferença de credos, o respeito pelas diversas correntes.

A família brasileira tem o direito de colocar um filho numa escola pública e saber que ali mesmo, naquela escola, que é um prédio construído pelo Governo, que tem professores pagos pelo Governo, que tem toda uma estrutura mantida pelo Governo, com o dinheiro do povo, que ali vai haver um horário obrigatório no elenco dos horários – obrigatórios! – onde o ensino de religião fica assegurado. E vai quem quer.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

A SRA SANDRA CAVALCANTI: – Pois não, com o maior prazer.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES: – Gostaria de participar, de seu discurso, parabenizando a nobre Constituinte por sua idéia. Penso que nós, pais brasileiros, que pagamos para que os nossos filhos possam estudar, temos o direito de

escolher o tipo de educação que nossos filhos irão receber. Estivemos examinando o projeto de Constituição e vimos no art. 376, parágrafo único, onde o grupo chamado Progressista Democrático sintetizou, em duas linhas, tudo aquilo que havíamos feito, pedido, suplicado e remetido, mas que foi desprezado e colocado talvez como uma "colher de chá". Penso que o art. 376 usa o termo "culturais" e outro que não me recordo. Mas não expressa, no ensino fundamental, o ensino religioso. Estamos vendo que a retórica é uma coisa; há uma dissonância, discrepancia entre aquilo que se prega e aquilo que se pratica. O chamado Progressista Democrata, não pode entender por que, pregam uma coisa, mas é bem diferente daquilo que Leonardo Boff disse da Rússia, onde esteve a convite da Igreja, dirigida pelo Estado.

A SRA SANDRA CAVALCANTI: – A Igreja Católica que não está vinculada ao Estado, na União Soviética, está nas catacumbas ou então, na Sibéria.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES: – Realmente, na Sibéria. Não vou entrar profundamente nessa questão porque eu teria de denunciar casos de irmãos nossos, conforme diz aqui é diferente da pregação que se faz nesta Assembléia, completamente diferente, nossos irmãos que estão morrendo nos trabalhos forçados na Sibéria.

A SRA SANDRA CAVALCANTI: – Exato!

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES: – São retirados de dentro de casa. E lá, diz ele, isto não existe, é apenas hipocrisia, calúnia de uma meia dúzia que prega tudo isto. Queremos dizer que estamos esperando que as Senhoras, como a Constituinte Abigail Feitosa e tantas outras que pregam aqui dentro, com o seu grupo, que inserimos, não através da forma **manu militar**, mas através da força do povo, através das emendas que tivemos o privilégio de receber, como a Emenda da Educação, esperamos ter essa força colocada, inserida na nossa Carta constitucional. Porque toda a nossa voz, até agora mouca, não teve o privilégio de ser entendida, ouvida e inserida dentro da Carta. Vimos que todos os nossos pleitos, todos os nossos pedidos foram relegados a um segundo plano. O ensino religioso ficou relegado, quem sabe....

A SRA SANDRA CAVALCANTI: – A um parágrafo.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES: – A um parágrafo, a um mísero parágrafo, dado por misericórdia. Queremos, então, ditar para o nosso Brasil, e pedir para a imprensa que está aqui, seja testemunha do que estamos falando. Aquilo que se fala, como progressistas democráticos, tem que ser mudado, porque essa retórica não está conforme aquilo que os Srs. Boff e companhia limitada estão trazendo de fora. Queremos escolher, queremos ditar, o que é melhor para os nossos filhos, e não o que uma minoria chega a dizer aqui, com o sentido pervertido de preconizar o que vamos ter de bom, relegando os princípios fundamentais do ensino. Queremos parabenizar a nobre Constituinte pela sua exposição firme, pela sua colocação corajosa, pela sua clarividência, eu, diria, recebida de Deus. É através deste tipo de colocação que a nossa Assembléia Nacional Constituinte ainda pode dizer que está honrada. Muito obrigado.

A SRA SANDRA CAVALCANTI: – Muito obrigada a V. Ex.^a.

O SR. NELSON SEIXAS: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

A SRA SANDRA CAVALCANTI: – Com o maior prazer, nobre Constituinte.

O SR. NELSON SEIXAS: – Eu queria cumprimentar a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti pela defesa da educação, embora particularmente defendendo o afastamento do Estado da religião. Acho que a religião deve ser do lar, da comunidade, deve-se recomendar. Eu respeito, é uma questão de posição. Mas a defesa que a Constituinte faz é da prioridade da educação em termos de vinculação de recursos, afirmando que deve ser de 20% o percentual. Realmente, o máximo que puder ser dado à educação ainda é pouco. Mas temos agora, na educação especial, que a nobre Constituinte falou **en passant**, porque, realmente, o discurso é muito amplo – como mestra nomeada e grande defensora da pessoa portadora de deficiência no Brasil – nós temos também que ter vinculação, senão fica muito na dependência do interesse do dirigente público, do governante e no prestígio de quem dirige a entidade. Quando ele tem algum relacionamento com a problemática da pessoa deficiente, ele vê com bons olhos, caso contrário ele esquece. Por isto que, dentro dos recursos educacionais, se 10% fossem destinados à educação especial, não seria mais do que justiça para as pessoas portadoras de deficiência; cegos, surdos, retardados ou deficientes físicos.

A SRA SANDRA CAVALCANTI: – V. Ex.^a sabe que essa emenda já foi até apresentada por nós e vamos lutar por ela e ela vai continuar, se Deus quiser.

O SR. NELSON SEIXAS: – Tenho medo de ficar para legislação ordinária e depois nunca sair.

A SRA SANDRA CAVALCANTI: – Nessa matéria, o esquecimento constitucional no Brasil em relação às pessoas portadoras de deficiências é tão longo que é um dos poucos casos em que acho que o texto constitucional não deve ser muito sintético, ele deve ser bastante analítico e explícito, em face do período de omissão e de displicência das nossas autoridades nessa matéria. V. Ex.^a sabe que conta com o nosso inteiro apoio nessa luta.

O SR. NELSON SEIXAS: – Muito obrigado, nobre Constituinte.

A SRA SANDRA CAVALCANTI: – Vou terminar, Sr. Presidente.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – V. Ex.^a me permite?

A SRA SANDRA CAVALCANTI: – Pois não, nobre Constituinte!

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Nobre Constituinte, inicialmente quero dizer, de público, aquilo que particularmente tenho confidenciado, o meu apreço e a minha admiração à inteligência e atuação política de V. Ex.^a. Não imaginava eu que um dia pudesse tão de perto conviver e usufruir os seus ensinamentos, sobre matéria tão importante, como a que aborda neste momento, que é a Educação. Quero dizer a V. Ex.^a, nobre Constituinte,

que tem dois temas que eu não consigo dissociar, saúde e educação. Um Governo sério sempre tem nas suas prioridades esse binômio saúde-educação, porque a inexistência de um exclui o outro. E eu não conheço outro caminho para um País se desenvolver, senão através da saúde e da educação. Não conheço na história do mundo um país de população doente e analfabeta que tenha desenvolvido.

A SR^a. SANDRA CAVALCANTI: – Tem toda a razão.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Então, quere cumprimentá-la, dizendo da felicidade das suas colocações. Sobre essa emenda que V. Ex.^a, com tanta propriedade e com aquela concisão que caracteriza suas manifestações, essa emenda que proíbe recursos ao ensino mercantilizado ou ensino que tenha fins lucrativos, eu até apelaria a que V. Ex.^a tomasse a iniciativa, também. Se não o fizer, que me desse a possibilidade de fazê-lo, que inserisse uma emenda no mesmo sentido na área da saúde.

A SR^a. SANDRA CAVALCANTI: – A emenda que eu apresentei, lamentavelmente, a assessoria do relator achou que era uma emenda de mérito que não merecia ser devidamente considerada. A justificativa para a emenda foi a seguinte: como o art. 355 do anteprojeto dizia: "é vedada a destinação de recursos públicos para investimento em instituições privadas de saúde com fins lucrativos." e como o art. 367 estabelecia que "é vedada a subvenção ou incentivo fiscal do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos", eu achei que compatibilizaria o capítulo de educação com esses dois outros capítulos se o capítulo de educação inscrevesse um artigo, também puro e simples, com este teor: "o Poder Público não subvencionará instituições de educação com fins lucrativos".

Lamentavelmente, isto foi considerado emenda de mérito, mas ela já está reapresentada.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Apenas para concluir, queria dizer a V. Ex.^a que, quanto à vinculação de verbas orçamentárias, tenho uma pequena discordância. Acho que deveria haver duas exceções, parece que já teríamos comprometido 170% do orçamento. Mas essas duas áreas, parecem-me que por uma questão de justiça e de inteligência devem ser consideradas.

A SR^a. SANDRA CAVALCANTI: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a, e vou atender à advertência do Sr. Presidente.

Antes de terminar, gostaria de chamar a atenção para a descompatibilização que há entre certos textos do anteprojeto, principalmente nesta matéria. O mesmo anteprojeto que, de forma tão rígida, faz questão de não abrir nenhum precedente para investimentos em instituições de educação, era de uma extrema generosidade, quando permitia que fossem endereçados recursos públicos para espaços cênicos, cinematográficos, áudiográficos, videográficos e musicais e outros espaços a que a coletividade atribui significação. Esta redação que é a porta aberta para o uso indevido do dinheiro do povo em entidades privadas com fins lucrativos, aqui escamoteadas.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Permite um aparte?

A SR^a. SANDRA CAVALCANTI: – O Deputado Virgildásio de Senna me pede um aparte e já começo lhe concedendo com muita honra, mas pedindo a S. Ex.^a, que é um especialista, que me defina o que significa espaços cênicos, audiográficos e videográficos numa Constituição?

Com muito prazer concedo o aparte a V. Ex.^a

O SR. VIRGILDÁSIO DA SENNA: – Não sou um especialista nessas áreas, não tenho nenhuma especialização como político; sou um especialista em idéias gerais. É nessa condição que peço vênia a V. Ex.^a para fazer algumas considerações, se o Presidente me permitir.

A SR^a. SANDRA CAVALCANTI: – Meu tempo parece que já está esgotado.

O SR. VIRGILDÁSIO DA SENNA: – Evidentemente que, estabelecer condições de que não haja lucratividade, seja na saúde seja na educação, num regime capitalista, é uma contradição, termos todas as atividades humanas dentro do sistema capitalista em que vivemos, que é aquele que esta Constituição vai adotar, se torna impossível, é uma coisa utópica, seja saúde, seja educação. E o constar na Constituição vai apenas fazer com que essas entidades paguem aos seus dirigentes, sob forma salarial, aquilo que eles receberiam sob a forma de lucro e é impossível, não há forma de controlar esse assunto. Mas não era este o tema que eu queria abordar, neste aparte ao brilhante discurso e contribuição de V. Ex.^a a esta reunião de hoje. Todos já conhecemos o pensamento de V. Ex.^a. O que me motiva, o que me fez estar presente aqui para ouvir V. Ex.^a com mais atenção, como educadora que é, seria o discurso, abordando a educação sob o ângulo real da vida brasileira. A educação pública neste País transformou-se, por via da sociedade profundamente farisaica, na forma mais aguda da apartheid social. A luta que se faz – ou que se finge fazer contra o **apartheid** racial, encontra, na sociedade, seja na escola, seja no transporte coletivo ou em outras formas de convivência social, a mais gritante manifestação dessa apartheid social. V. Ex.^a, que é educadora, me permite: isto não lhe faz qualquer mal. Uma educadora, de longos anos, sabe como, gradativamente, a escola pública em todos os graus neste País foi entrando em decadência, como a forma mais berrante com que a sociedade trata ou cria esse **apartheid**. Nenhuma família da classe média gosta de levar seus filhos à escola pública primária, porque ela é uma escola discriminatória para a população pobre, como é o transporte coletivo nas grandes cidades, onde o automóvel existe para marcar as diferenças sociais. A Constituição que estamos elaborando tem que enfrentar isto. V. Ex.^a tem experiência pública, vivência política, capacidade intelectual para, nesta abordagem, transformar a educação brasileira numa educação democrática, através do princípio do educador, talvez, maior da nossa História de Filosofia da Educação, que foi Anísio Teixeira, de que a educação não é privilégio. Obrigado a V. Ex.^a.

A SR^a. SANDRA CAVALCANTI: – Obrigada a V. Ex.^a. O Sr. Presidente me adverte que devo terminar.

Gostaria apenas de registrar que fiz toda a minha carreira de magistério em escolas oficiais. Não participo muito da opinião de V. Ex.^a. A família

brasileira, com o achatamento salarial que ocorreu nesses anos, com as dificuldades de toda natureza – cada vez mais, tende a colocar, hoje, seus filhos em estabelecimentos oficiais e acho que a rede oficial deve ser ampliada, melhorada na sua qualidade. A qualidade do ensino é que deve ser buscada.

Ainda temos, em matéria de educação, uma mentalidade errada. Vários dirigentes neste País acham que prestam um grande serviço à educação quando constroem prédios. Temos a mentalidade do engenheiro, do arquiteto, do administrador. Ele mede a eficiência da sua administração na área da educação por metros quadrados novos, quando, na realidade, a educação se faz através de um magistério altamente preparado, bem pago, um magistério que precisa ser, de novo, levado a sério neste País e isto, infelizmente, seria objeto de uma outra fala que no decorrer do debate da Constituinte certamente eu não terei.

Guardei apenas para hoje este registro sobre a necessidade de encaramos a escola pública brasileira como o reflexo do desejo da família brasileira. A escola pública não é a vontade do Estado, a escola pública é a decorrência dos impostos que a família brasileira paga e porque a família brasileira é que paga os impostos, porque os pais é que pagam aquilo que vai sustentar as escolas, os pais, no Brasil, devem ser o vínculo necessário entre o conteúdo escolar e a oferta curricular. Não é o Estado o dono da disciplina que vai ser lecionada. Quem tem que dizer o que quer que o seu filho aprenda na escola é a família brasileira através dos seus canais administrativos normais e habituais. Por isto, Sr. Presidente, apresentei uma emenda que deve voltar a ser discutida um pouco mais ampla e, talvez, um pouco mais definida do que a emenda popular que aqui chegou em que eu sustento que o ensino religioso constitui matéria obrigatória no 1º e 2º segundo graus, sendo facultativa a matrícula, porque a família brasileira que sustenta a escola quer ter o direito de mandar para lá, no horário da educação dos seus filhos, alguém que fale lá na escola a mesma linguagem de fé, de tradição, de moral e de costumes que está sendo falada para a sua criança dentro da sua casa – é a ponte entre a família e a escola. Não se trata de ingerência da Igreja na vida do Estado. Esta só ocorre, hoje, Sr. Presidente, em países totalitários. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Max Rosenmann, para discutir o projeto.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Neste momento, designado a estarmos, aqui, para discutir os temas constitucionais, trago um relatório das minhas contribuições realizadas nesta Casa, desde o início dos trabalhos.

Disse, aqui há pouco, a Constituinte Sandra Cavalcanti que infelizmente nas Regiões Metropolitanas não havia sido até agora estabelecido um texto que realmente significasse um entendimento às Regiões Metropolitanas.

Sou um Deputado metropolitano, porque represento a Região da Grande Curitiba e através de um trabalho nas Subcomissões atinentes, contribuímos com a colocação de um texto que tem

sido pouco compreendido e que gostaria de fazer um rápido esclarecimento, antes de entrar nas questões da Ordem Social.

Ficou constando no art. 73 que:

"Os Estados e Municípios poderão, mediante lei complementar, criar Áreas Metropolitanas e Microrregiões constituídas de agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento, a programação e a execução de funções públicas de interesse metropolitano ou microrregional".

Aí, sim, atendendo a princípios de integração espacial e setorial.

Na nossa proposta original, falávamos da integração espacial, na integração setorial no que diz respeito à localização e operação, sem dúvida nenhuma, o nosso País, nos próximos anos, terá grandes concentrações urbanas e se não tiver dentro da nossa Constituição este princípio da integração não conseguiremos integrar a questão de transportes coletivos, a questão da saúde, a questão da educação, e a questão de tantos assuntos importantes. Porque as Regiões Metropolitanas, como diz o nome "metrópole", devem ter tratamento realmente único, um tratamento de metrópole para que possa haver uma integração dos serviços públicos.

Então, acredito que o texto está basicamente correto, faltando tão-somente acrescentar a questão clara da operação dos serviços.

Contribuímos com o nosso trabalho na Comissão da Ordem Social, especificamente na questão dos direitos dos trabalhadores e lá conseguimos grandes avanços, pontos extraordinariamente positivos, no momento em que temos de reconhecer que nos últimos vinte anos o nosso País teve um crescimento de 400% no PIB, e o nosso trabalhador teve uma perda real dos seus salários na ordem de 40% ou até mais.

Temos que neste momento histórico da Assembléa Nacional Constituinte avançar nas questões sociais dando ao trabalhador brasileiro a possibilidade de uma vida digna. E para isso conseguimos pontos muito importantes, como a unificação do tratamento dos trabalhadores urbanos e rurais, hoje os trabalhadores urbanos e rurais serão regidos pelos mesmos direitos, inclusive na ordem previdenciária.

A questão do seguro-desemprego nós devemos continuar avançando porque este é um dos caminhos mais importantes para darmos a estabilidade desejada ao trabalhador brasileiro, estabilidade social que esse é o objetivo maior, a questão da manutenção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço sem dúvida nenhuma deve ser uma luta de todos aqueles que estão ao lado do trabalhador, este Fundo de Garantia que já foi conquista do passado, deve ser continuada e talvez até acrescida de novos direitos.

A questão dos salários, este sim, nós ainda estamos um pouco na parte das definições e não conseguimos ainda estabelecer de uma forma prática o reconhecimento de um salário digno e de uma forma que verdadeiramente leve ao trabalhador, aquele trabalhador do salário mínimo, realmente um ganho compatível com uma sobrevivência digna, por isso, está de parabéns o nosso Presidente da República, José Sarney, que, nos últimos dias, introduziu um decreto que

propõe realmente uma melhoria substancial no salário mínimo. Eu acho que para as demais profissões que estão hoje indexadas em multiplicadores do salário mínimo deveria ter-se uma outra forma de convívio, tirando do texto da lei este sentido de professor com tantos salários, polícias com tantos salários mínimos, porque é exatamente esse processo multiplicador baseado no salário mínimo que sufoca a criação do salário mínimo digno de uma forma de um piso nacional de sobrevivência ao trabalhador. A participação dos lucros que, desde 1946 consta da nossa Constituição e até hoje não foi regulamentada. Devemos estabelecer, definitivamente, uma participação nos lucros por parte dos trabalhadores para aumentar o interesse da convivência democrática.

O reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos é um dos pontos de honra que devemos defender, para que os trabalhadores, através de um sindicalismo forte e independente, possam estabelecer um verdadeiro reconhecimento no que for estabelecido em acordos e convenções coletivas.

A questão da aposentadoria do trabalhador rural, também, é um ponto importantíssimo que conseguimos, através do art. 363, equiparar ao trabalhador urbano, permitindo a aposentadoria por tempo de serviço e nunca abaixo de um salário mínimo. Isso realmente significou um avanço, porque o trabalhador rural vinha sendo discriminado como trabalhador, porque só tinha direito no texto Constitucional, como nos dias atuais, de se aposentar com um mísero meio salário mínimo. E esse avanço permitiu um prazo, um tempo de serviço, de 35 (trinta e cinco) anos ao homem e de 30 (trinta) anos à mulher.

O direito de greve também com liberdade, se bem que nesse texto se diz que os trabalhadores determinarão o momento da greve. E acreditamos que, democraticamente, devemos ter a coragem de legislar, porque muitos dos legisladores da Constituinte, temerosos de que não haja uma lei complementar aprovada, querem no texto constitucional amarrar de todas as formas – e devemos acreditar no nosso trabalho, devemos acreditar que a Lei de Greve deva existir não como um prenúncio constitucional, em que o trabalhador determina o momento da greve.

Os pontos negativos são de muita importância e devem ser apreciados pelos Constituintes.

A questão da estabilidade no emprego – a estabilidade plena, como foi estabelecida no texto constitucional, será um fator inibidor de geração de emprego, e nós, quando defendemos o trabalhador, devemos defender o processo de geração de emprego, porque o Brasil tem uma economia dinâmica e precisa, pelo aumento populacional, gerar de 1,5 a 2 milhões de empregos por ano, e a forma como foi proposta será um inibidor de geração de emprego.

Não foi protegida a microempresa desta legislação, como se a microempresa tivesse força suficiente de assumir compromissos vitalícios. Este é um ponto que deve ser lembrado porque 2/3 (dois terços) dos empregos gerados no País são provenientes das micro e média empresas.

Os Constituintes que representam as regiões pioneiras do interior do nosso País, que estão fora dos grandes centros industriais, com a rígida Lei da Estabilidade Plena, terão grandes dificuldades, sem nenhuma dúvida de estabelecer pro-

cessos de desenvolvimento e de industrialização. Jamais teria sido criada a região do Pólo Industrial de Manaus com a vigência da Lei da Estabilidade Plena, respeitando somente o prazo de experiência dos trabalhadores de até 90 (noventa) dias. Quando o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Antônio Medeiros, deixou bastante claro, em suas entrevistas, que só obteremos a estabilidade no emprego do trabalhador no momento em que tivermos uma economia estável e é de se reconhecer que não temos, ainda, no nosso País, uma economia estável, que permita uma estabilidade plena no emprego.

Acredito que a flexibilidade será o fator, nestas relações de capital e trabalho, que permitirá o desenvolvimento e o aumento real de salários e de riqueza neste País.

Consta que o contrato a termo somente será respeitado o prazo de até 2 (dois) anos. Acredito que muitos dos Srs. Constituintes não sabem o que é contrato a termo: é para obras de prazo certo, obras de empreiteira, obras programadas em que, após o seu término, o empresário não teria condições de manter os trabalhadores, a não ser que tivesse uma outra obra já designada.

Existem ainda obras gigantescas, neste País, por serem feitas, como aconteceu com Itaipu e tantas outras, em que o prazo não será previsto em somente 2 (dois) anos. Determinando contratos a termo de 2 (dois) anos, teríamos que encarar a tolice de, quando se chegar no vigésimo terceiro mês, se dispensar toda a massa de trabalhadores presentes no campo da obra, e serem substituídos por outros, para não se determinar à estabilidade definitiva.

A indenização a critério do empregado. O item b determina que, após um fato econômico intransponível, a indenização, no caso, seja determinada a critério do empregado. Isto é negar que possamos ter, um dia, neste País, uma Justiça que possa julgar os fatos e os desentendimentos.

Não seria possível admitir que não pudéssemos colocar num texto como este "a critério do Sr. Juiz". Isto, realmente, é uma forma que inibe, assusta o empresariado, assusta os empregadores nessas questões de geração de emprego e de responsabilidade de assumir empregados.

Num texto constitucional, onde tem que haver uma abrangência maior para o próximo século, para uma nova era de nosso País, estabelecer determinados percentuais é ser contra o trabalhador, como percentuais de salário-família, como a questão do trabalho noturno e até mesmo a proibição da hora extra são assuntos que deveriam ser regidos por leis complementares, acompanhando a dinâmica do mundo econômico e do desenvolvimento que teremos sem dúvida em nosso País. Colocaram no texto Constitucional que o salário-família seria proporcional de 20% (vinte por cento) a 5% (cinco por cento), obedecendo as proporções de um a quatro salário mínimos.

Sr.^{as} e Srs. Constituintes, uma trabalhadora que se apresente numa empresa para trabalhar tendo 5 (cinco) filhos, a 20% (vinte por cento) por filho, ela teria 2 (dois) salários, portanto, ela seria, sem nenhuma dúvida, segregada na questão da contratação do emprego. Não seria dada a essa mãe a oportunidade do trabalho, porque a lei estaria incluindo de tal forma, com tal severidade, a questão do salário-família, que, infelizmente, apesar

de ser um texto muito bonito, na prática, temos que encarar, não teria funcionamento.

A proibição da hora extra é um absurdo dentro da dinâmica de desenvolvimento. O Brasil, hoje, está indexado ao desenvolvimento mundial, ele tem que procurar exportar, ele tem que procurar desenvolver-se para gerar empregos e riquezas. Proibição da hora extra, como se fosse um fator de geração de emprego, sabemos perfeitamente que haveria uma transgressão da norma da lei, e o trabalhador acabaria sempre sendo prejudicado. É melhor que conste a hora extra, e que possa ser legislada uma forma de recebimento de um maior valor pelas horas extras estabelecido por acordo de convivência de empregadores e empregados.

A questão tão discutida das 48 (quarenta e oito) ou das 40 (quarenta) horas semanais.

Acredito que saímos desta Constituinte com uma Constituição que dê direito a um sindicalismo forte. Existe em nosso País muitos "brasil" diferente do ABC paulista e de regiões mais desenvolvidas, onde os trabalhadores estão atualmente organizados. Precisamos dar força ao sindicalismo para que através das convenções coletivas, através dos acordos coletivos que sejam convalidados, o trabalhador obtenha a redução da carga horária. Daí a razão pela qual defendo a manutenção das 48 (quarenta e oito) horas, respeitando as reduções que venham haver através de acordos e convenções coletivas.

Hoje mesmo, há determinados setores do trabalho, como os bancos, onde os bancários já obtiveram, através de convenções coletivas, a redução da carga horária. Acredito que é por esse segmento que cada setor organizado e sindicalizado obterá a redução de sua carga horária. Talvez, num Futuro próximo, consigam não às 40 (quarenta) horas, mas até menos do que 40 (quarenta) horas, através diretamente de acordos e convenções coletivas.

A licença às gestantes por 120 dias.

Estávamos presentes quando senhoras foram à nossa Comissão pedir que não fosse aprovado o item dos 120 dias porque era uma decisão machista, uma decisão que tiraria a mulher do mercado de trabalho. Nós que somos democratas e que defendemos a igualdade de direitos, dizemos que é muito bonito se falar em 120 dias, como alguns defendem até 180 dias, mas realmente, na prática, será um fator inibidor de geração de emprego às mulheres e, realmente, é muito mais justo que se estabeleça a manutenção dos atuais 90 dias, podendo, naturalmente, em questões de necessidade por quadro médico, ser estendido pelo prazo que for necessário, desde que a senhora tenha necessidade de maior prazo, conforme a lei já determina.

A proibição da locação de mão-de-obra num país dinâmico e moderno, que nós desejamos que o nosso país encontre o seu destino, é um fator de dinâmica de trabalho e dinâmica de desenvolvimento. Determinadas empresas, em determinados momentos históricos necessitam de locação de técnicos, locação de setores importantes que venham a ajudar na planificação e no desenvolvimento das suas empresas e a proibição pura e simples da locação será um fator inibidor, porque ela está, inclusive, na proposta original amarrada com a estabilidade plena.

Então, nós teremos dificuldades tecnológicas de desenvolvimento no momento em que proibirmos à locação de mão-de-obra.

A jornada de seis horas de trabalho em turnos ininterruptos é urna matemática de alguém que imagina que, reduzindo os turnos, reduzindo a carga para seis horas diárias, teríamos uma geração de maior número de empregos. Isso realmente é uma farsa, porque o nosso trabalhador, pelos salários que hoje percebe, pela exploração que tem dentro dos seus salários e da sua vida, ele nada mais faria do que ter dois empregos, porque tendo seis horas num único emprego, ele iria procurar, no outro tempo disponível, mais um outro emprego e, portanto, a tal geração de emprego somente se tivesse inscrito no texto que cada brasileiro somente poderia ter um trabalho. E não é esse o caminho que nós devemos encontrar. O Brasil precisa de trabalhar e precisa ajudar o convívio empregadores-empregados para que se encontre a justiça social e o desenvolvimento deste País sem essa miséria que encontramos.

E um ponto que quero denunciar aqui desta tribuna, que já fiz pessoalmente ao Vice-Líder do meu Partido, Paulo Macarini, por ocasião da convenção do nosso Partido, que eu considerei muito desagradável e até injusto que não tenha sido incluída nas questões polêmicas, para serem analisadas pelos convencionais, a questão da Ordem Social; elas ficaram excluídas como se não fossem polêmicas, e todos nós reconhecemos pelas críticas, pelos jornais, por todas as discussões que têm sido feitas em torno dos temas constituintes, que, sem dúvida nenhuma, a questão da Ordem Social e do Direito dos Trabalhadores seria um assunto para se estabelecer definitivamente na opinião dos convencionais e foi retirado...

O SR. JOSÉ COSTA: – Permitiria V. Ex.^a um aparte?

O SR. MAX ROSENmann: – Pois não.

O SR. JOSÉ COSTA: – Quero cumprimentar o eminente Constituinte pelo pronunciamento que faz. E a respeito dessa sua colocação, com relação às razões que ensejaram a convocação da Convenção Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e quero dizer o seguinte: realmente, colocou-se para os convencionais um falso dilema, uma falsa questão; a Convenção girou em torno de uma questão colocada, que era a do mandato do Presidente José Sarney, 4 ou 5 anos, quando, na verdade, a grande questão, a questão relevante, era a da transição: como fazer a transição do autoritarismo que ficou para trás, a partir da eleição de Tancredo Neves, para o estado de direito democrático. O fundamental, o que a sociedade brasileira está a exigir e quer da Assembléa Nacional Constituinte é a solução de questões como: a questão agrária, a reforma tributária, a questão do Nordeste, que é eminentemente política, a questão das prerrogativas do futuro Congresso Nacional. Estas questões é que deveriam, sim, ter sido debatidas amplamente na convenção do nosso Partido. Lastimavelmente, tal não aconteceu, e vivemos um momento de constrangimento: se votássemos por 4 anos, significaria que o PMDB teria necessariamente de armar um palanque e colocar nele um candidato a Presidente da República, comprometendo, pelo esvaziamento, o futuro da Assembléa Nacional Constituinte; se optássemos pelos 5 anos sairí-

mos, todos nós, com a pecha de meros caudatários do Palácio do Planalto. Qualquer que fosse a solução, deixaria mal os convencionais e o Partido. A solução mais sábia, certamente, foi aquela de ignorar-se a questão colocada, da definição do mandato do Presidente da República, e espero que o Partido tenha oportunidade de realizar uma nova convenção, mas desta vez para debater realmente as questões programáticas, as questões fundamentais pelas quais a sociedade brasileira luta há tantos anos. Cumprimento V. Ex.^a, quando aborda a questão com tanta proficiência.

O SR. MAX ROSENmann: – Para completar, gostaria de fazer um alerta a todos os Constituintes, e que diz de um ponto que considero fundamental; é o compromisso de aprovamos uma Constituição moderna, justa, que atinja realmente os anseios do nosso povo. Mas não podemos esquecer – este é o alerta que faço – que teremos, provavelmente, em torno de mais de 300 temas e assuntos para lei complementar. No ano de 1988, teremos eleições municipais que, sem dúvida nenhuma, tomarão muito tempo dos Constituintes no trabalho às bases, em suas visitas aos seus Estados e Municípios, e se mantivermos o sistema atual de aprovação das leis complementares iremos decepcionar toda a Nação, porque não aprovaremos, ano que vem, nem um décimo das leis complementares que estarão previstas na nova Constituição.

Alerto as Lideranças para que possamos encontrar uma forma mais ágil de aprovação, talvez com um **quorum** menor nas reuniões de plenário, talvez dando mais importância às aprovações das Comissões, para que possamos não somente apresentar uma nova Constituição ao País, mas também a possibilidade de uma certa rapidez na aprovação das leis complementares que se farão tão necessárias para não frustrar a nossa Nação.

O SR. PERCIVAL MUNIZ: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MAX ROSENmann: – Com prazer, ouço V. Ex.^a

O SR. PERCIVAL MUNIZ: – Agradeço o aparte do Constituinte Max Rosenmann. Neste pequeno aparte, tive oportunidade de conversar com V. Ex.^a sobre esta mesma questão que V. Ex.^a traz, hoje, ao conhecimento do Plenário, nos corredores do Congresso. E de fato me preocuei com essa observação de V. Ex.^a, e consultei os responsáveis pela impressão dos cadernos. Recebi uma argumentação convincente – pelo menos me convenceu, e eu queria externar ao nobre Constituinte. Primeiro, que é a questão da estabilidade e das matérias aprovadas na Comissão da Ordem Social. Se elas fizessem parte do questionário, provavelmente se teria uma aprovação maior até do que as propostas que foram rejeitadas nas Comissões da Ordem Econômica e outras Comissões, e isso obrigaria a Liderança a ter que defender, com intransigência, aquilo que já estava aprovado. A não inclusão permite que a Liderança possa, nesse período, nesse espaço, nessa fase de debates, discutir e aprofundar essa discussão tanto com os trabalhadores, com os empresários, com os patrões, no sentido de procurar encontrar alternativas que pudessem ser mais justas para o texto constitucional. E o que seria difícil acontecer, caso houvesse um **referendum** com a maioria ou quase unanimidade do Partido na Conven-

cão. Então acho – e isso me convence de que não é porque esses pontos não foram incluídos no questionário que não serão discutidos pelas várias lideranças e por todos os Constituintes. Tenho certeza de que o que não seja justo para o texto constitucional será modificado, e será garantida, tanto aos trabalhadores como aos empresários e ao Poder Público, principalmente as prefeituras e os Governos dos Estados, numa legislação que lhes ajude, e não que lhes dificulte o seu trabalho. Encerro o meu aparte, dizendo que não fica, no meu entender, nenhuma crítica à não-inclusão desses itens no questionário e, sim, até uma abertura para que as Lideranças, e principalmente o Líder do nosso Partido na Assembléa Nacional Constituinte, possam trabalhar e conseguir talvez o melhor texto constitucional para representar os anseios dos membros deste Partido e da Assembléa Nacional Constituinte. Muito obrigado.

O SR. MAX ROSENmann: – Agradeço o aparte e a explicação feita com bastante senso por V. Ex^a.

Sobre essa questão o nosso Partido já se posicionou. Já por ocasião do ano de 1986, durante o período eleitoral, houve uma convenção do nosso Partido, que não teve a importância devida da presença dos seus membros mais significativos, até porque, como disse, encontrávamo-nos em plena campanha eleitoral. Na época em que este assunto foi discutido, tivemos a ausência de muitas pessoas. Eu mesmo não estive presente e não tive oportunidade de discutir.

Preocupo-me muito com isso, porque vim aqui em defesa do equilíbrio da relação capital-trabalho. É um dos pontos cruciais da exploração do trabalhador, que está realmente na atual legislação trabalhista e até mesmo nos salários que são pagos em retribuição ao trabalho efetuado, mas se não tivermos, rapidamente, uma posição de alternativa, porque tenho ouvido desde o início dos trabalhos, desde a Subcomissão, da Comissão e já estamos no Plenário, até mesmo por membros de outros Partidos, de que aquilo foi uma colocação feita para se negociar uma alternativa e esta alternativa não aparece. Quando chegarmos no fim da Constituinte, teremos demissões em massa em muitas empresas de muitos trabalhadores, com o receio de assumir a responsabilidade da estabilidade plena. Até mesmo órgãos públicos, já ouvi de prefeitos, companheiros de Partido, que se estiver prevalecendo essa estabilidade plena, eles reduzirão os quadros drasticamente para uma análise a posteriori.

Então, são problemas que estamos levando ao trabalhador e, neste momento, solicito às Lideranças que se empenhem nas negociações mais rápidas para que se encontre o texto alternativo, para que não seja, mais uma vez, penalizado o trabalhador brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Max Rosenmann, o Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao último orador inscrito para dis-

cussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição...

O SR. PERCIVAL MUNIZ: – Sr. Presidente, gostaria de, antes do anunciado, ter a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – V. Ex^a vai me desculpar, mas no curso do anúncio, a Presidência não pode ser interrompida (Pausa.)

Concedo a palavra ao último Orador. Constituinte Eliel Rodrigues e, se o Orador, permitir, concederei a palavra a V. Ex^a. (Pausa.)

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Quero, nesta breve comunicação, pedir para que seja registrado nos Anais da Casa a matéria publicada no jornal **Correio Braziliense** de hoje, assinada pelo repórter e jornalista Tarcísio Holanda com a seguinte manchete: "Figueiredo e Delfim articulam conspiração". Considero esta matéria da maior preocupação porque, além de envolver Constituintes desta Casa, ex-presidente da República, envolve, também, o Embaixador dos Estados Unidos da ONU, o Sr. Coronel Vernon Walters que estaria juntamente com outras figuras como o Coronel Octávio Medeiros, se reunindo num sítio no Rio de Janeiro, e articulando uma conspiração contra a transição e contra o Presidente José Sarney.

Não poderia deixar que essa matéria passasse sem registro aqui, nesta Casa, porque coloca em risco e levanta a discussão do estágio em que passa a transição brasileira, e é preciso que os Srs. Constituintes e toda esta Casa estejam atentos no sentido de não permitir que esse movimento coloque em risco a nossa democracia, a democracia que custou tanto ao povo brasileiro. É preciso, inclusive, que as pessoas aqui mencionadas e que têm assento na Constituinte, que se manifestem discordando ou então confirmando a denúncia, a matéria publicada no jornal **Correio Braziliense** de hoje, a qual peço que V. Ex^a autorize o registro nos Anais desta Casa.

Era esta a comunicação e agradeço imensamente ao Constituinte que me cedeu este tempo e também ao Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PERCIVAL MUNIZ EM SEU PRONUNCIAMENTO

"FIGUEIREDO E DELFIM ARTICULAM CONSPIRAÇÃO"

Tarcísio Holanda
Repórter Especial

O Governo está informado de que há um movimento conspiratório em articulação com o objetivo de desestabilizá-lo. O movimento seria integrado pelo ex-ministro Delfim Netto e os generais João Baptista Figueiredo e Octávio Medeiros, contando com o apoio de figuras da política, do meio militar e das finanças, no Brasil e no exterior, segundo políticos com trânsito no Palácio do Planalto.

Os conspiradores estariam se reunindo em um sítio nas proximidades do Município de

Juiz de Fora, que fica a meio caminho do sítio que tem o ex-presidente Figueiredo em Nogueira, Petrópolis. Empresários poderosos estariam igualmente envolvidos nessas articulações, que teriam o objetivo de desestabilizar o Governo.

Pessoas ligadas a Sarney estariam identificando interesses dos grupos financeiros internacionais na desestabilização do Governo, em face da firme determinação do Presidente em manter a soberania do País, de forma intransigente, no caso da renegociação da dívida externa e na defesa da política nacional de informática.

Segundo esses informantes, o General Vernon Walters, atual embaixador dos Estados Unidos na ONU, ex-adido militar quando da deposição do Presidente João Goulart e ex-oficial de Ligação da FEB com o V Exército norte-americano, estaria igualmente envolvido nessa conspiração.

O grupo estaria envolvido, ainda, na preparação dos atos de agressão ao ônibus em que estava o Presidente da República, na Praça XV. Entre políticos ligados ao Governo há o receio de que movimentos desse tipo possam se aproveitar de eventuais concentrações de rua, como das dietas em 1988, ou da crescente fermentação no campo, causada pelo programa de reforma agrária para forçar uma desestabilização institucional.

Desde que o Governo brasileiro decretou a moratória unilateral, em face de uma queda vertiginosa de nossas reservas em divisas e para proteger os interesses do País, que se fala no Congresso a respeito de planos para desestabilizar o Governo, montados a partir de setores financeiros internacionais contrariados com as decisões adotadas pelo Governo brasileiro.

O líder do PMDB na Câmara, Deputado Luiz Henrique, chegou a denunciar, de público, um complô interno e externo para desestabilizar o Governo, utilizando a tribuna da Constituinte e falando abertamente com os jornalistas.

O Palácio do Planalto analisou, com interesse, entrevista exclusiva que o General João Baptista Figueiredo concedeu ao jornalista Silvio Leite, diretor do semanário Congresso Nacional, em seu último número. "Ali, há muitas afirmações sintomáticas," disse um dos informantes".

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Eliel Rodrigues, para discutir o projeto.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Foi-nos possível um ligeiro exame da situação, relativo ao servidor público civil, ao examinarmos o nosso Projeto de Constituição, em sua fase atual, Seção II, que está contemplado com os arts. 85 até 94.

Em verdade, foi um trabalho muito importante. O realce que é dado ao servidor público melhora as condições dos aposentados. Conhecendo de perto os problemas do funcionalismo público federal, podemos dizer que, em boa hora, o Sr.

Relator procurou atender os mínimos anseios dessa coletividade. Então, dentro dos princípios que estão assegurados no atual projeto, está o salutar ingresso no Serviço Público mediante Concurso, como tem sido mantido através de nossas Constituições.

Há previsões de Plano de Reclassificação de Cargos e Carreiras; há previsão de uma isonomia salarial em que se horizontalizam os Servidores do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, evitando as distorções que se encontram até o presente momento. Isto com relação apenas às exceções à natureza do trabalho e ao seu local respectivo.

A licença prêmio de 3 meses, a cada 5 anos, de efetivo exercício; um adicional por tempo de serviço a cada ano de efetivo exercício. Na aposentadoria que se mantém dentro dos princípios estabelecidos na atual Constituição em vigor, revisão de proventos de inatividade na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração de servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Contudo, um exame mais profundo da situação desse funcionalismo, dentro do aspecto apresentado no nosso projeto, precisamos considerar alguns outros pontos de vista como, por exemplo, o aproveitamento do tempo de serviço público prestado ao Estado, ao Município e à União, para que seja computado integralmente, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade na forma da lei, como preceitua o § 3º do art. 102 da atual Constituição. Faz-se também necessário considerar os casos em que poderá ocorrer a demissão do funcionário público, seja ele vitalício ou estável, nos termos em que a lei preceitua.

Mais profundamente, gostaria de abordar, perante os Srs. Constituintes e a nossa digna Presidência, um aspecto que considero importante, transcendental, aquele que está estabelecido no art 86 do atual projeto.

"Art. 86. Aplicam-se ainda aos servidores públicos, além das disposições constantes do art. 14, as seguintes normas específicas..." Normas sobre as quais já tive oportunidade de discorrer ligeiramente na introdução deste pronunciamento.

Reportando-nos ao art. 14, estão ali asseguradas aos funcionários públicos civis as mesmas condições das categorias dos trabalhadores domésticos, enumerando-se itens, dentre eles, a irredutibilidade dos salários ou vencimentos; um salário mínimo fixado em lei; uma gratificação natalina; salário do trabalho noturno superior ao diurno; salário-família; repouso semanal remunerado; gozo de 30 dias de férias anuais; proibição de trabalho noturno a menor de 18 anos, aposentadoria nos termos que a lei preceitua e garantia de permanência no emprego aos trabalhadores, portanto, a questão da estabilidade. Ficou de fora uma coisa importantíssima, o Fundo de Garantia do patrimônio individual, que é assegurado aos trabalhadores no art 13 do nosso Projeto de Constituição. Ali, portanto, achamos importante e fazemos menção disso numa emenda que pretendemos apresentar aos nossos nobres companheiros acerca dessa necessidade de ser incluída no texto constitucional, também, a garantia de

um fundo de participação do funcionalismo público como temos presentemente o PASEP. É nesse sentido que pedimos o apoio e a compreensão dos companheiros para ao elaborarmos o nosso anteprojeto não esqueçamos de que há necessidade dessa complementação tão necessária ao servidor público que tantos e importantes serviços prestam à Nação brasileira.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Aíff Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Benedicta da Silva – PT; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chistóvam Chiaradia – PFL; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dalton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César uque – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Souto – PFL Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Elias – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Jorge – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Eduardo – PFL; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mussa Demes – PFL; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albemar – PMDB; Olívio Dutra – PT; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sotero Cunha – PDC; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Vitor Buaiz – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão designando para a extraordinária de

amanhã, às 9 horas, anteriormente convocada, a seguinte.

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

VIII – (Encerra-se a sessão às 12 horas e 41 minutos.)

DISCURSO

PRONUNCIADO PELO SR. OSWALDO LIMA FILHO NA SESSÃO DE 20-7-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR OSWALDO LIMA FILHO (PMDB – PE): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Aqui, diversas vozes, as mais autorizadas, pranteram o falecimento do eminente escritor brasileiro, uma das maiores inteligências da América latina, o mestre Gilberto Freyre.

Venho trazer a minha homenagem pessoal e dos meus conterrâneos à sua memória. Sua magnífica obra de Sociologia e de Historiografia, iniciada com o magistral trabalho "Casa Grande E Senzala", sobre a sociedade patriarcal, escravocrata, do Nordeste do Brasil, da produção açucareira, viria contestar os preconceitos de uma falsa ciência arianista e pretensa superioridade da raça caucasica, que entre nós ganhara poderosos defensores nas obras de Oliveira Viana Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha.

Ao aplicar aos estudos sociais, no Brasil, os novos conceitos de Sociologia, de que se abeberara nas Universidades de Baylor e Colúmbia, nos Estados Unidos da América, mestres como Boas, Gilberto Freyre, abriu ao Brasil, esse cadinho de raças, a consciência do seu próprio valor. Esse, o mérito fundamental da sua obra, a defesa da miscigenação como instrumento de eugenia e de progresso social.

A essa contribuição genial logo se acrescentaria outro livro memorável "Sobrados e Mocambos", estudo aprofundado do nascimento da urbanização no País, dos seus conflitos e problemas e da nascente sociedade capitalista entre nós.

Pernambuco deve a Gilberto Freyre a criação da Fundação Joaquim Nabuco, instituição que tantos serviços tem prestado ao Nordeste e hoje se constitui na maior casa de estudos e de pesquisas da Região.

A obra literária polimorfa de Gilberto Freyre, jornalista e poeta, recentemente descobriu um

novo ângulo – o da tropicologia, pelo qual procurava examinar a cultura ocidental, desenvolvida nos países do Hemisfério Norte, à luz de conceitos, de experiências e de valores descobertos no Trópico.

Quando faleceu o ex-Deputado Oswaldo Lima, as palavras de seu adversário político Gilberto Freyre constituíram a maior homenagem prestada áquele político pernambucano, o que bem atesta a isenção de julgamento do mestre de Apipucos.

Devo ainda lembrar que sobre os problemas dos desníveis regionais do Brasil e da pluralidade cultural das suas diversas regiões, teve o mestre Gilberto Freyre conclusões, que representaram antecipações admiráveis no Manifesto Regionalista de 1926.

Quaisquer que sejam as objeções que hoje se possam fazer à obra de Gilberto Freyre, sobretudo pelo isolamento que ele sempre procurou demonstrar diante do determinismo dos problemas econômicos e da interpretação marxista da História da sociedade brasileira, o País lhe será sempre grato pela grandiosa obra que realizou.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO

PRONUNCIADO PELO SR. LUIZ SALOMÃO, NA SESSÃO DE 22-7-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Em vista de o Governo ter trazido à lume seu novo plano econômico – o Plano de Consistência Macroeconômica – o PDT quer dar a sua colaboração para a contenção do déficit público, particularmente apontando um Rambo, uma verdadeira cratera de nada menos do que 85 milhões de dólares, que representa o prejuízo do primeiro semestre das empresas do Grupo Petrofértil, da Petrobrás, que fabricam fertilizantes para a agricultura brasileira.

Trata-se de uma operação deliberada de pilhagem do setor público, em favor de um cartel de empresas privadas que dominam o mercado de fertilizantes e adubos em nosso País, composto pelas empresas Manah, Trevo, Sojense, Agrofértil, Quimbrasil e Copas.

O pior, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é que as empresas do Grupo Petrofértil têm um nível de eficiência e uma operação com rendi-

mentos tão elevados que não podem ser acoimadas de ineficientes ou incapazes, como costuma ser o rosário de críticas e de ataques que se fazem ao setor estatal produtivo deste País.

Na verdade, está-se fazendo um atentado contra o patrimônio público de 5 bilhões de dólares, que é o que representam os ativos das empresas do Grupo Petrofértil, inviabilizando-as através da fixação de preços absolutamente injustos, inferiores mesmo ao custo de produção.

Atualmente, os preços dos fertilizantes do Grupo Petrofértil são, em média, apenas 1% superiores aos custos de produção, o que não dá margem sequer para a cobertura das despesas financeiras, necessariamente elevadas numa empresa com uma demanda de alta sazonalidade, como é a dos fertilizantes.

Poder-se-ia imaginar que essa política de arruinar as empresas estatais estivesse voltada para beneficiar a sofrida agricultura brasileira, fornecendo-lhes adubos a preços inferiores.

Na verdade, não é isso que ocorre. Os agricultores brasileiros estão pagando pelos nutrientes para as lavouras preços altos, equivalentes aos do mercado internacional. Quem se beneficia, então dos preços de venda deprimidos da Petrofértil e dos preços elevadíssimos para os agricultores é a máfia dos distribuidores de adubos, congregados nesta instituição chamada ANDA – Associação Nacional dos Distribuidores de Adubos. Trata-se de uma transferência de renda do setor público, das empresas do Grupo Petrofértil, para esses distribuidores de fertilizantes (seis empresas que controlam 70% da distribuição de adubos e nutrientes neste País), transferência essa estimada, a grosso modo, em 250 milhões de dólares no ano de 87. Desse valor nada é repassado à agricultura nacional!

De modo que, Sr. Presidente, nesta rápida comunicação, quero alertar os Ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e Bresser Pereira, da Fazenda, de que é possível conter o déficit público, sim, sem sacrificar os funcionários públicos, sem arrocho salarial, sem medidas de austeridade, de acordo com o feitio do FMI. É possível conter o déficit público desde que o Governo José Sarney tenha coragem de enfrentar os oligopólios que estão aí dominando a economia nacional, prejudicando o desenvolvimento da nossa agricultura, particularmente esse cartel dos adubos que vem sacrificando a agricultura brasileira.

Era o que tinha a denunciar nesta Assembléia. (Muito bem! Palmas.)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 105

DOMINGO, 26 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 111^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 25 DE JULHO DE 1987.

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

MAURO BENEVIDES - Anúncio, pelo Presidente José Sarney, do provável índice inflacionário do mês de julho. Indicadores da recuperação econômica do País.

V - Ordem do Dia

IVO MAINARDI NILSON GIBSON, DIONÍSIO DAL PRA, ADYLSOM MOTTA - Discussão do Projeto de Constituição.

SIQUEIRA CAMPOS - Comunicação, como líder, sobre inveracidade de nota constante na coluna "Decálogo", do Jornal de Brasília, a propósito de adesão do PDC ao bloco governista.

PAULO MACARINI, ANTONIOCARLOS MENDES THAME, WILSON MARTINS - Discussão do Projeto de Constituição.

VI - Apresentação de Proposição

ANTONIO CARLOS MENDES THAME

2 - MESA - Relação dos Membros

3 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS - Relação dos Membros

4 - COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO - Relação dos Membros

5 - ATAS DAS COMISSÕES (As atas encaminhadas até a presente data publicadas em suplemento a este Diário.)

Ata da 111^a Sessão Extraordinária, Matutina, em 25 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário

ÀS 9:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES: Carlos Mendes Thame - PFL; Chico Humberto - PDT; Cid Carvalho - PMDB; Cid Sabóia de Preito - PFL; Atenir Wemer - PDS; Carvalho - PMDB; Costa Ferreira - Acival Gomes - PMDB; Artur da Távola - PMDB; Átila Lira - PFL; Daso Coimbra - PMDB; Délio Adylson Motta - PDS; Albérico PFL; Augusto Carvalho - PCB; Braz - PMDB; Dionísio Dal Prá - Cordeiro - PFL; Alceni Áureo Mello - PMDB; Benedicto PFL; Dirceu Carneiro - PMDB; Guerra - PFL; Alécio Dias - PMDB; Monteiro - PMDB; Bernardo Divaldo Suruagy - PFL; Domingos PFL; Alexandre Costa - PFL; Cabral - PMDB; Beth Azize - Juvenil - PMDB; Domingos Almir Gabriel - PMDB; PSB; Bonifácio de Andrada - PDS; Leonelli - PMDB; Edison Lobão - Aloisio Chaves - PFL; Aluízio Carlos Chiarelli - PFL; Carlos PFL; Edmilson Valentim - PC Campos - PMDB; Annibal Cotta - PMDB; Carrel Benevides do B; Eduardo Bonfim - PC Barcellos - PFL; Antônio Carlos - PMDB; Chagas Duarte - do B; Eduardo Moreira - PMDB; Konder Reis - PDS; Antonio PFL; Chagas Rodrigues - PMDB; Egídio Ferreira Lima - PMDB;

Eiel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Felipe Mendes – PDS; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hermes Zaneti – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Inocêndo Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósmo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Paulo – PT; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; José Agripino – PFL; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fernandes – PDT; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Milton Barbosa – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; PauloRoberto – PMDB; Pedro val Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Freire – PCB; Ronan Tito – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar –

PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Wemeck – PMDB; Sigmarinha Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Oméias – PFL; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 145 Senhores Constituintes. –

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA: – Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é, sem restrições, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Vai se passar ao

IV – Pequeno Expediente

Tem a palavra o Senhor Constituinte Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB)

– CE. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o mais recente pronunciamento do Presidente José Sarney, no programa denominado "Conversa ao Pé do Rádio", alcançou extraordinária e simpática repercussão, pelo anúncio do provável índice de inflação dos últimos 30 dias, estimado em 2.8%, com base em cálculo oferecido por órgãos oficiais.

O auspicioso indicador, tomado, público pelo primeiro mandatário do País, insere-se entre outros dados de marcante significação para a nossa vida econômico-financeira, restabelecendo a confiança da comunidade nos rumos buscados pelo chamado Plano Bresser.

Quando, a 12 de junho, o Ministro da Fazenda, em meio à incredulidade de ponderáveis segmentos da sociedade civil brasileira, dava a conhecer as medidas iniciais que foram englobadas no Novo Plano Cruzado, principiava uma etapa assinalada pela reorientação de nossa economia, no cumprimento da qual se mobilizaram os setores governamentais competentes.

Ao transcorrer o primeiro mês do Plano Bresser, ocupei a tribuna da Assembléa Nacional Constituinte para registrar os êxitos inicialmente alcançados pelas diretrizes que passaram a prevalecer no País, destacando principalmente:

a) expressiva redução dos juros, que, do patamar de 23%, caíram para 11%;

b) o saldo favorável de 1.3 bilhão de dólares de nossa balança comercial, fazendo com

que admitíssemos, a partir de então, a viabilidade do teto de 8 bilhões de dólares de superávit ao término do exercício de 1987;

c) o discreto reaquecimento da economia, com as vendas sendo aumentadas, notadamente na área eletro eletrônica.

Numa sequência das providências postas em prática pelo Executivo, o Plano de Controle Macroeconômico, com projeção para os próximos 5 anos, gerou novas expectativas, já agora em meio a uma ressonância menos cética e mais estimulante, restabelecendo a crença de que, em breve espaço de tempo, o Brasil superaria a grave crise em que mergulhara, sobretudo em razão dos índices de hiperinflação assustadora, que chegou a atingir 26.6% em junho passado.

Com a rígida contenção do déficit público e outras medidas de inflexível austeridade, a administração José Sarney readquiriu a confiança plena de 135 milhões de cidadãos, encaminhando a Nação para um futuro mais promissor, de mais desenvolvimento e bem-estar social.

Espera-se, assim, que se confirme com absoluta precisão o novo percentual inflacionário – não superior a 3% – dando autoridade redobrada ao Ministro Bresser Pereira para promover a recomposição das perdas salariais que atingiram a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que os credores internacionais terão convicção de que a atual inadimplência que incide sobre os nossos débitos será proximamente reduzida, dentro de opções creditícias, sem spreads absurdos ou taxas escorchantes, portanto, bem mais acessíveis e viáveis.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Vai-se passar à

V – ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Ivo Mainardi, para discutir o projeto.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, volto a esta tribuna, neste belo sábado, para trazer a minha preocupação com relação a um segmento da sociedade: Polícia Rodoviária Federal.

Recebi, no dia de ontem, um telegrama do Deputado Paulo Ritzel, Vice-Líder da Bancada estadual do PMDB do Rio Grande do Sul. S. Ex.^a, preocupado também com a Polícia Rodoviária Federal, que não consta no Projeto de Constituição, manda o seguinte telegrama:

"Telegrama"

Deputado Federal Ivo Mainardi
Brasília-DF

O anteprojeto da atual Constituição, extingue a Polícia Rodoviária Federal, que tantos benefícios trouxe a todos usuários das rodovias federais, nos mais longínquos rincões de nossa Pátria

O atual anteprojeto transfere as atividades corporação civil para as Polícias Militares, quebrando assim a tradição, a uniformidade e persecução dos delitos e contravenções que ultrapassem as fronteiras do Estado.

Sensibilizado com as justas preocupações dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul, que desejam a manutenção da Polícia Rodoviária Federal, submeto o assunto à apreciação de V. Ex.^a

Aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração,

Atenciosamente.

Paulo Ritzel

Deputado Estadual

"Vice-Líder Bancada do PMDB."

Tendo em vista que no Anteprojeto de Constituição, no Capítulo IV, que trata da segurança pública, se esqueceram ou simplesmente extinguiram a Polícia Rodoviária Federal, hoje estamos apresentando uma emenda de plenário incluindo no Capítulo IV, "Da Segurança Pública", no art 252, o inciso VI – Polícia Rodoviária Federal.

O art 252 é do seguinte teor:

"A Segurança Pública é a proteção que o Estado proporciona à sociedade para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos"

I – Polícia Federal;

II – Polícias Militares;

III – Corpos de Bombeiros;

IV – Polícias Civis;

V – Guardas Municipais."

Aqui entra a minha emenda, acrescentando o inciso VI – Polícia Rodoviária Federal. Conseqüentemente:

"b) Inclua-se, renumerando-se os seguintes, o Art.257, com a seguinte redação:

"Art 257. A Polícia Rodoviária Federal, corporação subordinada ao órgão superior da política de trânsito do Governo Federal, instituída por lei, destina-se ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, zelando pela segurança do tráfego, do trânsito e dos próprios da União, prevenindo e coibindo infrações ou transgressões da lei, regulamentos e posturas administrativas pertinentes, colaborando com as autoridades administrativas e judiciárias no combate ao crime, ao tráfico e à contravenção."

Justificação

Já existe um amplo trabalho de comissão instituída no Ministério da Justiça relativo à subordinação, reestruturação e reorganização da Polícia Rodoviária Federal, bem como às suas atribuições. Não se comprehende a omissão até aqui verificada no projeto de Constituição, pois os serviços prestados por esta instituição têm profundo significado político, econômico e social.

A segurança de milhões de pessoas e de imensas riquezas que circulam pelas rodovias dependem muito da Polícia Rodoviária Federal, o que, por si só, justifica o tratamento constitucional mais consentâneo".

Por isso, Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, é nas rodovias federais onde a integridade física das pessoas se expõe, como nunca, os riscos do fortuito, da imprudência, da contravenção e até mesmo do crime. Sabe-se também que os bens econômicos circulantes em veículos de carga são incalculáveis. Há que se considerar ainda que a rodovia é a rota natural dos seqüestros

pessoais, do tráfico de entorpecentes, do contrabando e do descaminho. E lá está quem? Lá está a Polícia Rodoviária Federal. O patrulheiro é, muitas vezes, o nosso guia e o nosso conselheiro na estrada. Então, por que vamos cassar esse segmento social, que tem prestado tão relevantes serviços a nós todos nas estradas federais?

Por isso, aproveito a oportunidade, já que se encontra presente o eminente Relator da Comissão de Sistematização, o nobre Constituinte Bernardo Cabral, para pedir a S. Ex.^a que examine esta omissão que está ocorrendo no Projeto de Constituição, principalmente, nobre Constituinte, pelo fato de o Presidente da República – e trago aqui – em despacho do dia 17 de fevereiro de 1986, já haver proposto que a Polícia Rodoviária Federal passe para a jurisdição do Ministério da Justiça, e de o Ministério da Justiça já ter constituído uma comissão para coordenar a transferência da Polícia Rodoviária Federal, ora vinculada ao Departamento de Estradas de Rodagem, do Ministério dos Transportes, para a estrutura do Ministério da Fazenda, conforme Portaria nº 474, de 2 de setembro de 1986. Então, esse segmento tem prestado à sociedade brasileira relevantes serviços, razão pela qual não consigo entender por que vamos extinguir essa corporação.

Se examinarmos o Capítulo IV, que trata da segurança pública, vamos verificar que estaremos, pelo Projeto de Constituição, atribuindo essa responsabilidade, que antes era da Polícia Rodoviária Federal, às polícias militares, que tantos serviços têm prestado e continuam prestando.

Por isso, trago hoje, aqui, para consideração dos nobres pares, uma emenda no sentido de ser estabelecida na nova Constituição a classe da Polícia Rodoviária Federal, para que continue figurando no novo texto constitucional.

O SR NILSON GIBSON: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. IVO MAINARDI: – Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex.^a

O SR. NILSON GIBSON: – Nobre Constituinte Ivo Mardini, nada nos resta acrescentar ao brilhante posicionamento que V. Ex.^a vem esposando dessa tribuna em defesa dos patrulheiros rodoviários. É totalmente correta a colocação de V. Ex.^a. Essa categoria necessita ser transferida para o Ministério da Justiça, entendimento esposado pelo nosso ilustre e eminentíssimo Presidente José Sarney e, bem assim, pelo Ministro Paulo Brossar, conterrâneo de V. Ex.^a. Acredito que o ilustre e culto Relator, uma das mais brilhantes figuras jurídicas que temos no País, vai examinar com todo o cuidado e carinho a emenda aditiva proposta por V. Ex.^a. Acredito que, dentro daquilo que foi levada em consideração quanto aos aspectos jurídicos e também cabíveis no texto constitucional, a emenda de V. Ex.^a será acatada. Quero parabenizar o nobre Constituinte Ivo Mardini pela oportunidade desta colocação no debate da Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. IVO MAINARDI: – Agradeço ao nobre colega e registro com muito prazer, muito orgulho e muita honra o seu aparte, que vem endossar e ratificar o que acabamos de expor.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de concluir o nobre Relator aqui presente, para que veja a possibilidade de inserir agora no Projeto

de Constituição este nosso modesto trabalho, esta nossa modesta emenda, que vem representar muito para os componentes da Polícia Rodoviária, dando-nos mais segurança e mais certeza de que, quando estivermos trafegando pelas estradas federais deste imenso País, teremos ao nosso lado os amigos patrulheiros, que são os primeiros a nos socorrer e a nos orientar.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inóportuno seria que a futura Constituição inviabilizasse o funcionamento de tão promissor e relevante plano da esfera da administração pública, que é a nossa Polida Rodoviária Federal.

Deixo aqui este registro, na certeza de que o nosso Relator, que se encontra hoje, com muita honra, presente neste plenário, fará um exame para ver a possibilidade de ser introduzida na futura Carta-Magna esta nossa emenda. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Ivo Mainardi, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte, Nilson Gibson, para discutir o projeto.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB-PE.Sem revisão do orador.): – Ilustre Presidente Mauro Benevides, demais companheiros da Mesa, inclito e eruditíssimo Relator da Assembléa Nacional Constituinte Bernardo Cabral. Srs^{as} e Srs. Constituintes, o nosso pronunciamento versa sobre a história da Assembléa Nacional Constituinte desde a época do Império. Nesse período foram apresentados anteprojetos para discussão, para debates e para a votação das várias Constituições. A atual Assembléa Nacional Constituinte faz parte da transição democrática iniciada pelo Presidente José Sarney, através de um documento firmado pelo meu partido político, o PMDB, com a Frente Liberal, em 7 de agosto de 1984.

Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes, num dos itens daquele pacto firmado entre as maiores forças políticas a que eu, na ocasião, não pertencia, foi fixado, precisamente no item II, a convocação da Constituinte livre e soberana em 1986, medida adotada e cumprida pelo Presidente José Sarney.

Sr. Presidente, trago à colação este documento, no preâmbulo de meu pronunciamento, para que fique registrado nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte que o Presidente Sarney não faltou ao PMDB. S. Ex.^a assumiu e cumpriu todos os itens do compromisso firmado entre o meu partido, o PMDB, e a Frente Liberal. Por isso tenho autoridade para ocupar a tribuna e debater o assunto, pois não pertencia eu, àquela época, ao agregamento das forças políticas comandadas pelo ex-Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Não votei em Tancredo Neves. Absteve-me de votar, neste plenário. Votei de acordo com o Líder do meu partido naquela ocasião, o Deputado Nelson Marchezan, para mostrar ao povo brasileiro que eu não tinha nenhum compromisso tom a candidatura do meu partido.

Sr. Presidente, examinando este documento, iodemos afirmar tranquilamente que o Presidente Sarney não faltou ao compromisso assumido com o seu partido. Isso está comprovado na pró-

pria revista do PMDB. Verificamos, hoje, que aqueles que afirmavam que não compareceriam ao Colégio Eleitoral, como a Deputada Cristina Tavares e o Deputado Fernando Lyra, que empolgou o Plenário no dia da votação do Colégio Eleitoral, compareceram. Eles diziam que lá não iriam porque o Colégio era espúrio. Assinaram o documento 75 Deputados pertencentes ao Colégio Eleitoral. O ilustre Deputado Domingos Leoneili, naquela época, dizia que Colégio Eleitoral era espúrio. Mas elegeram o Presidente e o Vice-Presidente. O Presidente José Sarney conforme reiterei, cumpriu o compromisso firmado com o PMDB.

Na própria revista do PMDB, em artigo intitulado "O PMDB e os Desafios do Futuro", o Presidente Sarney afirma:

"O Governo, quê está alicerçando o País para os desafios do amanhã, precisa necessariamente do PMDB para ajudar a construir o futuro. Refletir sobre os nossos destinos como nação, este é um papel importante que cabe aos partidos políticos. Transformar o Estado em instrumento a serviço do bem coletivo, em alavanca para as mudanças e as reformas e em moderador dos conflitos em toda sociedade democrática, são apenas alguns dos desafios dos sistemas representativos modernos. Nenhuma dessas finalidades, porém, será efetivamente cumprida, enquanto os partidos políticos não forem capazes de sintonizar o discurso com a ação, absorvendo, sem dúvida, as múltiplas aspirações coletivas, mas reconhecendo, ao mesmo tempo, as inúmeras limitações do Governo para realizá-las".

Os verdadeiros partidos não são apenas aqueles que eventualmente conhecem o êxito da democrática disputa pelo voto. São, sobretudo, os que, alcançando o poder, tornam-se capazes de colocá-lo em sintonia com a sociedade, transformando-o em instrumento de modernização, não só do Estado, mas da própria sociedade.

Os partidos políticos têm dado, ao longo de toda a nossa evolução histórica, uma importante contribuição para o aprimoramento do processo democrático; nas conquistas fundamentais no campo do direito público, na área das liberdades fundamentais do cidadão e na indispensável ampliação dos direitos econômicos e sociais do cidadão.

O esforço que tenho empreendido desde que assumi a Presidência da República, respaldado pela Aliança Democrática, que viabilizou a Nova República, jamais se afastou desse compromisso com a Nação. Considero, por isso, que o meu governo está em perfeita sintonia com as propostas do PMDB.

As transformações políticas que já empreendemos, as mudanças econômicas e as reformas que estamos realizando não são apenas exigências de hoje. São, antes de mais nada, firmes imposições na superação dos desafios do futuro.

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, por que os componentes daquele grupo não quiseram acompanhar o eminente Presidente José Sarney mas procuraram, de certa forma, tumultuar o processo político de transição que está sendo tão bem executado, dentro da elaboração firmada en-

tre o meu partido, o PMDB, e a Frente Liberal? O documento ficará transscrito nos Anais. Será interessante para reavivar a memória daqueles que eram contra o Colégio Eleitoral e depois ficaram a favor dele. Hoje, são contra o Presidente Sarney.

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, meu ilustre e nobre Relator Bernardo Cabral, estamos ingressando na fase histórica da Assembléa Nacional Constituinte, a de discussão e aprovação do Projeto de Constituição. No Brasil, a Assembléa Geral Constituinte Legislativa, que o Príncipe Regente convocou em decreto de 3 de junho de 1822, não contou com o subsídio de Anteprojeto de Constituição.

"Ajuntamo-nos sem plano", disse Antônio Carlos, falando na Câmara dos Deputados, em 1840, conforme cita o mestre Afonso Arinos de Melo Franco, no livro "Curso de Direito Constitucional Brasileiro", volume II, Edição Forense, Rio de Janeiro-1960, pág. 68 – genitor do nosso atual Presidente da Comissão de Sistematização. Acrescenta o Constituinte Antônio Carlos ter sido ele membro da Comissão que a Assembléa encarregou de elaborar um Projeto de Constituição, da qual foi Presidente e, depois, redator da nova Constituição no selo da Assembléa Constituinte, dissolvida pelo Imperador D. Pedro, em 12 de novembro de 1823. Com a Proclamação da República, o Governo Provisório cuidou, desde logo, da formação de uma comissão especial, que recebeu a incumbência de elaborar o Anteprojeto de Constituição a "Comissão dos cinco." Eram cinco à época da Proclamação da República. A dos dez foi aquela – aliás muito me honra a lembrança de V. Ex.^a, que fez corrigir o meu pensamento futuro – integrada por Américo Brasiliense, Magalhães Castro, Rangel Pestana, Saldanha Marinho e Santos Wemeck.

O SR. BERNARDO CABRAL: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. NILSON GIBSON: – Nobre Constituinte Bernardo Cabral, o seu aparte somente enriquece o meu modesto pronunciamento. V. Ex.^a é uma das maiores culturas jurídicas que temos. Por isso a Assembléa Nacional Constituinte entregou a V. Ex.^a o nosso Projeto de Constituição, que vai ser a futura Carta Política, para que V. Ex.^a com seu saber e cultura, o redija.

O SR. BERNARDO CABRAL: – Nobre Constituinte Nilson Gibson, V. Ex.^a, já no preâmbulo do seu discurso, demonstra o fio condutor fiel dele. Ainda há pouco, segredava-me o Senador Wilson Martins que V. Ex.^a era um dos homens estudiosos no campo do Direito.

O SR. NILSON GIBSON: – É bondade do ilustre ex-Governador Wilson Martins.

O SR. BERNARDO CABRAL: – Amplio o que registrou o Constituinte Wilson Martins e digo que, além de estudioso, V. Ex.^a é companheiro leal. Acabei de ouvir referências ao seu passado antes de ter ido V. Ex.^a ao Colégio Eleitoral. Não tenha dúvida de que os homens públicos só valem quando olham para o seu passado e não tem receio de seguir em direção ao futuro.

O SR. NILSON GIBSON: – Nobre Constituinte Bernardo Cabral, o conselho de V. Ex.^a serve como incentivo a este modesto e humilde Constituinte de Pernambuco, do Município de Belo Jardim.

Há pouco solicitei ao Sr. Presidente que nos deixasse ser filmados pelo filho do Deputado Cintra Galvão, da Liderança do meu Município que nos visita. A bondade e a singeleza de V. Ex.^a vêm contribuir para que eu seja, a cada dia que passa, um admirador do seu trabalho e um seguidor dos seus ensinamentos. Muito obrigado, nobre Deputado Cabral.

Prossigo, Sr. Presidente.

O Projeto da Comissão foi revisto pelos Ministros do Governo Provisório, sob a liderança de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda. Registro que Rui Barbosa reivindicou a primazia declarando-se o "autor da Constituição Republicana", e nos deixou o método de trabalho utilizado nessa elaboração:

"Comecei então, desde logo, a redigir a Constituição; à tarde, os meus colegas de Ministério jantavam comigo, ouviam o que eu havia escrito, concorriam com as suas ideias e emendas, discutíamos, e, depois, fámos ao Itamarati, ler os artigos ao Marechal".

Sr. Presidente, comparando o quadro do passado com o do presente, constatamos que o ilustre Relator Bernardo Cabral, independentemente daquele trajeto de Rui Barbosa, caminha no mesmo sentido. Por exemplo, S. Ex.^a está aqui, em dia de sábado, para ouvir as sugestões de seus companheiros – algumas sugestões já foram feitas pelo Constituinte Ivo Mainardi – sobre determinadas proposições que tramitarão durante os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

Anotou Rui Barbosa nas "Emendas ao Projeto de Constituição", documento existente no Arquivo da Casa de Rui Barbosa, com sua letra inconfundível, que as discussões do Projeto começaram "As 8 horas menos vinte minutos da noite de 10 de junho de 1890" e terminaram "as 8 h e 45 da noite do dia 18 de junho, no Palácio do Chefe do Estado, presentes os Ministros".

Pelo Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890, o Governo Provisório, constituído pelo Exército e Armada, em nome e com assenso da Nação, convocou a eleição do Congresso Constituinte, o qual traria poderes especiais do eleitorado para julgar a Constituição, que se publicava, na redação do Projeto do Governo Provisório, texto em vigor, desde logo, nas suas partes relativas à dualidade das Câmaras do Congresso, à sua composição, eleição e função.

O Decreto nº 510, que convocava o Congresso com poderes constituintes, oferecia o Projeto já denominado de Constituição e estabelecia a vigência imediata de partes da Constituição publicada.

Posteriormente, o Decreto nº 914-A de 23 de outubro de 1890, foi levado à apreciação após a eleição do Congresso Constituinte, ocorrida em 15 de setembro, abrandava o comando do Decreto nº 510. Acolhia algumas alterações ao texto da Constituição publicada, para atender imediatamente ao sentimento nacional. Esclarecia que o texto dependia da aprovação do futuro Congresso e omitia a cláusula da vigência parcial imediata, que constou do Decreto nº 510.

Pedro Calmon, citado nas "Obras Completas de Rui Barbosa", vol. XVII, 1890, págs. 2425, diz que 74 artigos do Projeto se incluíram, intactos, ou apenas ligeiramente alterados, nos 90 da Constituição. Permaneceram idênticos 38 artigos. E são semelhantes, isto é, incorporados com bre-

ve acréscimo, ou modificação, 36 artigos. O desejo generalizado de aprovar rapidamente a nova Carta política deve ter concorrido para esta identificação entre o Projeto do Governo e o texto final da Constituição.

Recorda Agenor de Roura, na sua obra "A Constituinte Republicana", vol. 1, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1920, págs. 12/13, que os Constituintes, para abreviar a discussão, concentraram-se nos pontos principais do Projeto, tendo havido não poucos requerimentos de encerramento do debate.

O conhecimento que V. Ex.^a tem, nobre e culto Relator Bernardo Cabral – tem havido não poucos requerimentos de encerramento de debates – da história do País, das Assembléias Nacionais Constituintes, permitiu que fossem abreviados os trabalhos da Comissão de Sistematização e fez com que ganhássemos tempo, a fim de facilitar a elaboração da futura Constituição.

Prossigo, Sr. Presidente.

O Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932, que convocava a Assembléia Constituinte, para encerrar o período ditatorial do Governo Provisório de 1930, também dispunha sobre nomeação de Comissão Especial encarregada de elaborar o Anteprojeto de Constituição. É a denominada Comissão do Itamarati, sob a presidência do Sr. Antunes Nadei, Ministro da Justiça, mas que sempre funcionou sob a presidência do Embaixador Afrânia Melo Franco, Vice-Presidente da Comissão Geral, como se lê em esclarecimentos do próprio Ministro Antunes Maciel, que figura na Ata da 1^a sessão da Subcomissão Constitucional se compunha de 14 membros Melo Franco, Antônio Carlos, Carlos Maximiliano, Artur Ribeiro, Assis Brasil, João Mangabeira, Agenor de Roura, Antunes Maciel, José Américo, Osvaldo Aranha, Oliveira Viana, Prudente de Moraes Filho, Góis Monteiro e Temístocles Cavalcanti.

O Anteprojeto do Governo segundo os Anais da Assembléia Nacional Constituinte, vol. I, Imprensa Nacional Rio de Janeiro, 1934, pág. 132, foi apresentado na 1^a sessão, em 16 de novembro de 1933, quando também se formou a Comissão Constitucional da Assembléia, com os seguintes membros de direção: Carlos Maximiliano, Presidente; Levi Carneiro, Vice-Presidente; Raul Fernandes, Relator-Geral; os vinte e seis membros da Comissão Constitucional prepararam o projeto de Constituição da Comissão, afastando-se da tendência centralizante do Anteprojeto.

A Carta de 10 de novembro de 1937 não dispôs de elaboração ostensiva, como é da natureza de documentos outorgados, e sua preparação se desenvolveu nos bastidores e nos gabinetes fechados.

Hélio Silva, o historiador do ciclo de Vargas, reconstituiu os bastidores do golpe de Estado de 10 de novembro, na sua obra "Todos os Golpes se Parecem", Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, págs. 456/457. Conta Hélio Silva que, em 24 de outubro de 1937, Getúlio Vargas chamou Dutra ao Palácio. Da conversa que tiveram, ficou acertado que numa data próxima reunisse-se o Conselho de Segurança Nacional, ao qual seria apresentada a nova Carta Política. Aceita esta o Presidente lançaria um manifesto à Nação seguindo-se o golpe de Estado. Francisco Campos, Ministro da Justiça, ficaria incumbido de preparar a nova Constituição. O texto não era inteiramente novo, diz Hélio Silva, que afirma ter sido preparado

como um dos substitutivos a serem apresentados à Assembléia Nacional Constituinte, reunida em 1934. Naquela ocasião, não fora possível, sequer, apresentá-lo.

Em novembro de 1937, o mestre Francisco Campos ultimava a redação final que apresentou aos chefes militares para fazerem as últimas sugestões nos capítulos dedicados às Forças Armadas.

É conveniente frisar as últimas palavras do dramático apelo do Parlamentar Armando Sanes Oliveira:

"A Nação está voltada para os seus chefes militares: suspensa, espera o gesto que mata ou a palavra que salva."

Não fora ouvida, e o País mergulhou na ditadura do Estado Novo.

A Carta outorgada pelo Presidente Getúlio Vargas à Nação; em 10 de novembro, obteve a referenda dos Ministros de Estado, exceto o da Agricultura, Odilon Braga, que se exonerou, por discordância do golpe de Estado.

Era um homem realmente de fibra, correto e ligado efetivamente às suas idéias.

Ao contrário das Constituições federais de 1891 e 1934, a Constituição de 1946 não foi precedida de Anteprojeto preparado por Comissão Especial designada pelo Governo Federal. O trabalho ficou entregue a uma Comissão Constitucional de 37 membros, sendo dela Presidente o Senador Nereu Ramos, Vice-Presidente o Deputado Prado Kelly, e Relator-Geral o Deputado Cirilo Júnior, este último mais tarde substituído pelo Deputado Costa Neto.

Tomou-se por referência a Constituição de 1934, e dez Subcomissões ficaram incumbidas de preparar projetos parciais sobre os temas distribuídos a cada uma.

Com base nesses projetos parciais, a Comissão Constitucional organizou o Projeto de Constituição, que serviu para as discussões iniciais do Plenário da Constituinte, posteriormente seguido do Projeto Revisto, que resultara do exame de 4.092 emendas ao Projeto Primitivo, conforme informa o mestre José Duarte. "A Constituição Brasileira de 1946", 1º volume, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948, pág. 136.

O Projeto de Constituição foi submetido ao Prof. Sá Nunes, para o polimento vernacular.

Quando se cuidou da elaboração de nova Constituição Federal, em abril de 1966, para consolidar as emendas e outras disposições que fragmentaram a Constituição de 1946, o Presidente Castelo Branco designou uma Comissão formada pelos Srs. Orozimbo Nonato, ex-Presidente do STF, Levi Carneiro, Constituinte de 1933/34, então Vice-Presidente da Comissão Constitucional daquela Assembléia Constituinte, Miguel Seabra Fagundes, ex-Ministro da Justiça, e Temístocles Brandão Cavalcanti, ex-Consultor-Geral da República, que integrou a Comissão Itamarati, em 1932/33, incumbindo a estes eminentes juristas a elaboração do Anteprojeto de Constituição, retomando a iniciativa que prevalecera em 1890 e 1932/33, nos pródromos das Constituições federais de 1891 e 1934.

A Comissão de Juristas, desincumbindo-se da missão, entregou o Anteprojeto em 19 de agosto de 1966.

Durante quatro meses contínuos, os membros da Comissão trabalharam, mas o desencanto foi

total em face do abandono a que se relegou o Anteprojeto. Prevaleceu o Anteprojeto elaborado pelo jurista Carlos Medeiros Silva, Ministro da Justiça, encaminhado com Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, em 12 de dezembro de 1966, para discussão, votação e promulgação, conforme verifica-se em publicação no "Diário do Congresso Nacional" de 13 de dezembro de 1966, págs. 1045/1068.

O Projeto do Governo Federal, submetido à Comissão Mista de 11 Deputado e 11 Senadores sob a presidência do Deputado Pedro Aleixo e tendo como Relator o Deputado Konder Reis, foi, afinal, aprovado e promulgado, aos 24 de janeiro de 1967, dentro da rigorosa tramitação fixada no Ato Constitucional nº 4, de 6 de dezembro de 1966.

O Presidente José Sarney, cumprindo compromisso firmado pelo PMDB com a Frente Liberal, em 7 de agosto de 1984 convocou a Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, para elaboração de nova Constituição (Emenda Constitucional nº 26, de 27-11-85).

A Carta política de 1987 não teve Anteprojeto elaborado apesar de trabalho preparado através da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais instituída pelo Decreto nº 91.450, de 18-7-85. Iniciaram-se os trabalhos através de sugestões encaminhadas pelos próprios Constituintes, cujo anteprojeto foi distribuído às Subcomissões, em número de 24, e posteriormente encaminhado às oito Comissões.

Nas chamadas democracias marxistas a confecção prévia de texto a nível de anteprojeto ou de estudos prévios, como é o caso nosso, inexistiu, pois elas recebem anteriormente a aprovação do Partido Comunista, ou que outro nome tenha, que Impulsiona, dirige, controla e monopoliza os órgãos do estado. A Assembléia, o Congresso ou o Soviete Supremo, que vota e aprova a nova Constituição, não requer sua transformação em Assembléia Constituinte, para operar aquela criação. Vencida a fase da primeira Constituição, assinalada pela ruptura revolucionária do poder, que desencadeia no universo comunista a aparição transformadora da Assembléia Constituinte Revolucionária, as demais Constituições são elaboradas e votadas dentro do procedimento normal da revisão constitucional. O Parlamento vota a Constituição, observando as regras fixadas pela Constituição anterior.

Portanto, feito este relato histórico, desejo registrar desta tribuna que a Assembléia Nacional Constituinte, através do seu Plenário, recebeu o Projeto de Constituição, que está colocado na Ordem do Dia para discussão, bem assim para receber emendas e posteriormente, novo parecer do eminente Relator, e Deputado Bernardo Cabral.

Concluo, reafirmando que o Presidente José Sarney não faltou ao PMDB. S. Ex.^a está cumprindo religiosamente os compromissos firmados pelo PMDB com a Frente Liberal em 7 de agosto de 1984.

Passo à leitura do documento:

**COMPROMISSO FIRMADO PELO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO COM A FRENTE LIBERAL
SARNEY NÃO FALTOU AO PMDB**

Os signatários deste documento, representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

leiro (PMDB) e da Frente Liberal, objetivando a consolidação das instituições democráticas, o desenvolvimento econômico do Brasil e a realização da justiça social, deliberaram constituir uma "Aliança Democrática", aberta aos Partidos Políticos e demais forças democráticas, para eleger o Presidente e Vice-Presidente da República às próximas eleições e instituir um governo que promova o encontro do Estado com a sociedade e concretize o bem comum.

Fundamenta-se esta Aliança Democrática nos seguintes princípios:

"Compromisso com a Nação"

O PMDB e a Frente Liberal, conscientes de suas responsabilidades perante a Nação, decidiram reunir seus esforços no propósito de promoveras inadiáveis mudanças que a sociedade brasileira exige.

O entendimento que selam, neste momento, é o primeiro passo para a constituição de uma Aliança Democrática, que se compromete com o destino nacional. Ao formalizá-lo, os signatários conclamam os Partidos Políticos e demais forças democráticas, animados pelo sentimento de pa-

triotismo, a se irmanarem nesta caminhada de fé e esperança do povo brasileiro.

O País vive gravíssima crise na história republicana. A hora não admite vacilações.

Só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, pode garantir a soberania do País, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social.

Este pacto político propugna a conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o Povo e o Governo. Sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro, propõe o entendimento de todos os brasileiros.

É indispensável que se efetive o congraçamento nacional baseado na liberdade, na igualdade sob a lei, escrupuloso respeito pela coisa pública, na justa participação de todos nos frutos do progresso, na solidariedade entre os brasileiros. Congraçamento nacional capaz de propiciar, em clima democrático, as mudanças que a Nação reclama.

É urgente a necessidade de proceder-se à reorganização institucional do País.

Uma nova Constituição fará do Estado, das leis, dos Partidos Políticos, meios voltados para a reali-

zação do homem – sua dignidade, sua segurança e seu bem-estar.

O Brasil deve ser um país para seu próprio povo, em que seja assegurado o exercício pleno da cidadania, respeitados os direitos humanos, preservadas a identidade e a cultura nacionais.

Em uma nação marcada pela pobreza e ameaçada pelo desespero dos marginalizados, a Administração Pública deve se caracterizar pela credibilidade e pela participação e se pautar sempre pela austeridade e moralidade.

É dever do Estado erradicar a miséria que afronta a dignidade nacional, assegurar a igualdade de oportunidades, propiciar melhor distribuição de renda e da riqueza, proporcionar o reencontro com os valores da nacionalidade.

Esse Brasil será edificado com o sacrifício, a coragem e as inesgotáveis reservas de patriotismo de sua gente.

Esta é a tarefa que cumpre empreender.

Esse entendimento possibilita à Aliança Democrática estabelecer como compromissos impostergáveis e fundamentais com a Nação brasileira:

– Restabelecimento imediato das eleições diretas, livres e com sufrágio universal, para Presidente da República, Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais dos declarados de interesse da segurança nacional. Representação política de Brasília	Medidas adotadas: Emenda Constitucional nº 25, de 15-5-85
– Convocação de Constituinte, livre e soberana, em 1986, para elaboração de nova Constituição	Medidas adotadas: Emenda Constitucional nº 26, de 27-11-85.
– Restabelecimento da independência e prerrogativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário	Tem-se caminhado nesse sentido, com a recuperação do prestígio do Legislativo e medidas em prol do Judiciário, como a Lei Complementar nº 54, de 22-12-86.
– Fortalecimento da Federação e efetiva autonomia política e financeira dos Estados e Municípios	Medidas adotadas: Emenda Constitucional nº de 27-11-85; rolagem das dívidas dos Estados e Municípios, mediante lei em vias de sanção, Lei dos Royalties (Lei nº 7325, de 22-7-86).
– Reforma da legislação eleitoral de modo a possibilitar a formação de novos Partidos, permitir as coligações partidárias e assegurar às agremiações políticas o acesso democrático ao rádio e à televisão	Medidas adotadas: Emenda Constitucional nº 25, de 15-5-85, complementada pelas Leis nº 7.493, de 17-6-86, e nº 7.508, de 4-7-86.
– Retomada e reordenamento do processo de desenvolvimento, como opção fundamental da sociedade brasileira	Medidas adotadas: 1º PND da Nova República (Lei nº 7.486, de 6-6-86) e Planos Econômicos (Decreto-leis nº 2283, de 27-2-86, nº 2284, de 10-3-86, e nº 2335, de 12-6-87).
– Reprogramação global da dívida externa, em condições que preservem o povo de sacrifícios insuportáveis e resguardem a soberania nacional	Medidas adotadas processo de renegociação em condições mais favoráveis; medida de suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa. Decretação de moratória.
– Combate à inflação, através de medidas que considerem, não apenas sua origem financeira, mas sobretudo seu caráter prioritariamente social. Saneamento financeiro interno e redução do custo do dinheiro	Medidas adotadas: Decreto-Leis nº 2283, de 27-2-86; nº 2284, de 10-3-86 (Plano Cruzado); nº 2335, de 12-6-87 (Plano Bresser). Outorga aos Estados de poderes de fiscalização da Lei Delegada nº 4 (Decreto-Lei nº 2339, de 26-6-87); decreto-lei sobre a Administração Provisória das Instituições Financeiras Estaduais (Decreto-Lei nº 2312, de 25-7-87); saneamento Financeiro das Empresas Siderúrgicas Estatais (Plano de Saneamento do Sistema Siderbrás, janeiro de 1987).

<ul style="list-style-type: none"> – Reforma tributária, como instrumento básico de realização dos objetivos de política social e econômica. Correção das desigualdades regionais e pessoais de renda; 	Medidas adotadas: Emenda Constitucional nº 27, de 28-11-85; fortalecimento dos fundos de investimentos regionais.
<ul style="list-style-type: none"> – Prioridade ao Nordeste e reconhecimento da sua capacidade na formulação das soluções mais adequadas ao resgate da dívida nacional para com a região; 	Medidas adotadas: Decreto nº 93.615, de 21-11-86, que cria o Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas das regiões Norte e Nordeste; PROINE, Programa de Irrigação de Nordeste (Decreto nº 91379, de 28-6-85); 1º Plano de Desenvolvimento do Nordeste da Nova República (Lei nº 7.499, de 25-6-86).
<ul style="list-style-type: none"> – Adoção de medidas de emergência contra a fome e o desemprego: 	Medidas adotadas: Programas de Suplementação alimentar para pessoas de baixa renda (Portaria do Ministério da Saúde nº 635, de 3-9-85), de aleitamento, de apoio às crianças carentes, de alimentação popular, da cesta básica, programa alimentar de cresches (E.M. Seplan/MPAS nº 383, de 21-8-85), ampliação da merenda escolar (21 milhões de alunos atendidos, já em 1985), Programa do Leite para Crianças Carentes (Decreto nº 93.120, de 18-8-86, Programa Integrado de atendimento à Criança da LBA, o Programa de Cresches-Casulo, o Programa Primeiro a Criança, Programas do Menor Assistido e do Bom Menino (Decreto-Lei nº 2.318, de 30.12-86 e Decreto nº 94.338, de 18-5-87)).
<ul style="list-style-type: none"> – Desconcentração do Poder e descentralização do processo decisório. Desburocratização 	Medidas adotadas: Desenvolvimento da Reforma Administrativa, criação da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (Decreto nº 93.211, de 3-9-86) e do Grupo Executivo da Reforma da Administração Pública – GERAP (Decreto nº 93.212, de 3-9-86).
<ul style="list-style-type: none"> – Apoio à livre iniciativa. Fortalecimento das empresas nacionais. Tratamento favorecido às pequenas e médias empresas: 	Medidas adotadas: Medidas de crédito; rolagem das dívidas de pequenas e médias empresas; Programa de Apoio Financeiro às Microempresas (Resolução do Banco Central nº 1.335, de 10-6-87), com aplicação de recursos da ordem de 60 bilhões de cruzados; Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas das regiões Norte e Nordeste (Decreto nº 93.515, de 21-11-86). Foram criadas, em 1986, 142.466 Microempresas, representando 27,5% do total de novas empresas registradas no País.
<ul style="list-style-type: none"> – Revisão da política salarial, com eliminação do processo de compressão do poder aquisitivo dos trabalhadores, dos servidores públicos e da classe média. Garantia da autonomia e liberdade sindicais e do direito de greve; 	Medidas adotadas: Política de recuperação do poder aquisitivo dos salários desde 1985; institucionalização do 13º salário para os funcionários públicos; Projeto de Lei Sindical.
<ul style="list-style-type: none"> – Educação fundamental para todos. Fortalecimento da universidade e efetivação da sua autonomia. Apoio à pesquisa, ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural; 	Medidas adotadas Programa Educação para todos, apoio aos Sistemas estaduais de ensino, aumento dos recursos para educação rural, expansão significativa da rede de escolas técnicas (E.M. do Ministério da Educação nº 56, de 24-2-86) e de distribuição gratuita do livro reutilizável dentro do Programa Nacional do Livro Didático – 42 milhões de livros distribuídos já em 1985 – (Portaria do Ministério da Educação nº 863, de 30-10-85) Lei nº 7.596, de 1987, que fortalece as universidades, instituindo um Plano Básico de Reclassificação e Retribuição de Cargos e Empregos, em fase de elaboração; criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (Decreto nº 91.146, de 15-3-85).
<ul style="list-style-type: none"> – Defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro. Adoção de um plano nacional de cultura; 	Medidas adotadas Criação do Ministério da Cultura, pelo Decreto nº 91.144, de 15-3-85; Lei Sarney (nº 7.505, de 2-7-86).

<p>– Combate a qualquer espécie de discriminação e preconceito quanto à religião, sexo e raça. Proteção aos direitos das minorias;</p> <p>– Direcionamento de recursos e estímulos para o aumento substancial da oferta dos bens e serviços indispensáveis à satisfação das carências básicas da população no campo da alimentação, saúde, educação e habitação;</p> <p>– Proteção do meio ambiente. Defesa da Amazônia. Política urbana. Melhoria da qualidade de vida e das condições de segurança individual;</p> <p>– Reestruturação da previdência social do sistema financeiro de habitação, com adoção de medidas que lhe propiciem condições de estabilidade e fidelidade aos objetivos sociais;</p> <p>– Execução de política agropecuária que assegure a fixação de preços mínimos realistas e a formação de estoques reguladores adequados. Reforma Agrária mediante cumprimento do Estatuto da Terra e melhoria das condições de vida do homem do campo;</p> <p>– Política externa voltada para a preservação da soberania dos Estados, segurança justiça internacionais e busca da paz”.</p>	<p>Tem sido a orientação do Governo. Medidas adotadas: criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Lei nº 7.353, de 29-8-85); criação do Conselho de Defesa dos Direitos do Cidadão (CODICI), pelo Decreto nº 93.714, de 15-12-86; recorde histórico na demarcação de terras indígenas; política de valorização da cultura negra.</p> <p>Medidas adotadas: Aumento substancial dos recursos para estas áreas. Estabelecimento do Programa de prioridades sociais (E.M. da Seplan nº 641, de 27-11-85), com recursos alocados da ordem de 74 bilhões de cruzados em 1986 e 107,7 bilhões de cruzados em 1987.</p> <p>Medidas adotadas: Criação do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Decreto nº 91.145, de 15-3-85); ampliação e fortalecimento do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONA Programa de Zoneamento Econômico e Ecológico da Amazônia; Prorrogação dos incentivos fiscais Suframa (Superintendência da Zona Franca Manaus) por dez anos (Decreto nº 92.560, de 16-4-86; criação de várias estações ecológicas; Autonomia financeira e administrativa ao instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA); Mutirão contra a Violência; reaparelhamento das Polícias Estaduais.</p> <p>Medidas adotadas: Eliminação do déficit da Previdência, elevação do piso da aposentadoria e das pensões e atualização dos benefícios, para corrigir desgastes ocorridos no passado (Lei nº 7.604, de 26-5-87); melhorias dos serviços para os trabalhadores rurais, entre as quais a concessão de auxílio-doença, auxílio-reclusão e universalização das pensões às viúvas desses trabalhadores e seus filhos menores; extinção do BNH e incorporação à Caixa Econômica Federal para o melhor desempenho do sistema; prioridade às habitações para a população de baixa renda.</p> <p>Medidas adotadas: Aumento substancial do crédito rural, com recursos de 385 bilhões de cruzados para a safra que se inicia em agosto de 1987; política de preços mínimos e de comercialização, que está propiciando a maior safra da História do País (65 milhões de toneladas de grãos em 1987); encargos financeiros favorecidos para os pequenos produtores e regiões mais pobres; criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrária (Decreto nº 91.214, de 30-4-85); reestruturação do INCRA; criação do Programa de Reforma Agrária e dos Planos Regionais de Reforma Agrária (Decretos nºs 92.617 a 92.623, de 2-5-86; decretos nºs 92.676 a 92.694, de 19-5-86, totalizando 25 decretos); desapropriação até julho de 1987, de um milhão oitocentos e oitenta mil hectares para fins de reforma agrária.</p> <p>Adoção de uma política externa autônoma e soberana, preocupada com a paz, o desenvolvimento e os problemas sociais do País, tal como expressa no discurso do Presidente José Sarney na Organização das Nações Unidas, em 1985; criação, com os países latino-americanos e africanos voltados para o Oceano Atlântico, de uma Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul; desenvolvimento de uma política de aproximação crescente com os países da América Latina, cujo ponto mais alto tem sido o projeto de integração econômica com a Argentina e o Uruguai.</p>
---	---

Acordaram os signatários que o candidato a Presidente da República seja proposto pelo PMDB, que indica o Governador Tancredo Neves, e o candidato a Vice-Presidente da República seja apresentado pela Frente Liberal, que indica o Senador José Sarney.

Estabeleceram, igualmente, que o programa governamental venha a ser conjuntamente elaborado pelo PMDB, Frente Liberal e Partidos Políticos que venham a integrar a Aliança Democrática, orientando-se pelos princípios constantes do "Compromisso com a Nação".

Finalmente, manifestaram a determinação no sentido de desenvolver gestões com o objetivo de alcançar a participação dos partidos políticos outras forças democráticas que, identificados com estes propósitos, desejem unir esforços através da Aliança Democrática, para solucionar os graves e urgentes problemas que afligem o Brasil e, integrados, pugnarem pela vitória dos compromissos e das candidaturas que, para esse fim, indicam.

Brasília, 7 de agosto de 1984. – **Ulysses Guimarães**, Presidente do PMDB, – **Tancredo Neves**, Governador do Estado de Minas Gerais – **Antônio Aureliano Chaves de Mendonça**, Vice-Presidente da República – **Marco Maciel**, Senador pelo Estado de Pernambuco.

Era o que a tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Dionísio Dal Prá, para discutir o projeto.

O SR. DIONÍSIO DAL PRÁ (PFL – PR). **Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos neste instante pedir vênia a V. Ex.^{as} para fugir um pouco do tema constitucional, motivo desta reunião extraordinária e também para manifestar a nossa profunda satisfação pela presença neste plenário do ilustre Relator, o nosso companheiro Bernardo Cabral, e dos demais Constituintes.

Fui do tema constitucional porque hoje se homenageia em nosso País a figura do nosso colono, que, ao longo de muitos anos, se faz presente na vida nacional, talvez anónimamente, e que, muitas vezes, não vê reconhecido o trabalho que vem desenvolvendo para o engrandecimento de nossa Pátria.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sinto-me à vontade quando me refiro ao nosso colono porque quis a providência divina que eu fosse neto, filho e – por que não dizer? – um colono neste País. Lembro-me dos primeiros dias de minha infância, quando nossos pais abordavam as peripécias da vinda dos seus genitores, da longínqua Itália, para se fixarem no interior do Rio Grande do Sul. Naqueles idos, no fim do século passado, foram esses anônimos, heróicos colonos que desbravaram aquelas regiões do Rio Grande do Sul e, posteriormente, Santa Catarina, Paraná, enfim, o Brasil.

O sucesso da vida do nosso colono – este injustiçado, muitas vezes incompreendido – depende das condições climáticas para desenvolver suas atividades cotidianas. Os colonos do Norte e Nordeste do País estão sujeitos a secas prolongadas, e colonos do Sul também são castigados, muitas vezes, pelo excesso de chuvas.

Aproveito, Sr. Presidente, nobres Constituintes, este instante que me é oferecido, para dizer que

precisamos meditar sobre a Constituição que iremos votar nos próximos meses, a fim de que ela faça justiça àquele colono que não possui terra, que está às margens das estradas, que anseia por um quinhão de terra, que lhe garanta condições de produzir alimentos, de criar a sua família, enfim, de viver em uma sociedade justa e digna.

Eminente Relator, nossa Carta Constitucional está dedicando pouco espaço ao colono sem terra. Somos inteiramente favoráveis a reforma agrária desde que ela dê a esse cidadão condições de verdadeiro colono, de ter infra-estrutura para trabalhar a terra, produzir, e que amanhã não venha a ser mais um a engrossar as fileiras daqueles que estão às margens das nossas cidades, nas suas periferias, mas que recebam seu pedaço de terra, onde possam desenvolver-se naturalmente, e se integrarem à grande legião, talvez a maior de todos dos trabalhadores desta Pátria.

O SR. BERNARDO CABRAL: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. DIONÍSIO DAL PRÁ: – Com muito prazer e honra para este modesto Constituinte que chega, em seu primeiro mandato, do Paraná.

O SR. BERNARDO CABRAL: – V. Ex.^a aborda, ainda que pela via oblíqua, um tema constitucional. Quando fala no colono que veio do exterior como seu avô, está falando na nacionalidade. Há pouco V. Ex.^a tocou na reforma agrária. Ainda que com simplicidade, não tenha dúvida de que o tema constitucional está sendo lastreado em seu discurso, e quero cumprimentá-lo por isto.

O SR. DIONÍSIO DAL PRÁ: – Eminente Relator Bernardo Cabral, o aparte de V. Ex.^a vem trazer grande satisfação a este modesto Constituinte que pela primeira vez chega à Câmara Federal, com a experiência de ter sido executivo, prefeito de uma região pobre, outrora povoadas de imensos cafezais, hoje sendo tomada pela pecuária. Conseqüentemente, o agricultor parte para engrossar a periferia das grandes cidades. Nossa preocupação, eminente Relator, é dentro da nossa modesta capacidade, contribuir para a solução deste grande e grave problema da sociedade brasileira.

Quero, também, neste instante, prestar singela homenagem ao motorista, porque hoje 25 de julho, se comemora o Dia do Motorista. A esse herói anônimo de nossas estradas, através dos transportes de coletivos, do transporte de cargas, enfim, por todos os meios que nos conduzem ao progresso, presto minha homenagem, como motorista que também já fui ao longo de minha vida.

Concedo o aparte ao nobre Líder Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO: – Neste momento, congratulo-me com V. Ex.^a pela preocupação que demonstra, e da qual compartilhamos aqui na Assembléa Nacional Constituinte, com o homem do campo, esquecido, abandonado, que acaba de produzir, como diz o Sr. Ministro da Agricultura, a maior safra de grãos de toda nossa História. Para nós este é um motivo de muita preocupação, porque, enquanto o Brasil produz a maior safra de grãos de toda a sua História, ainda existem muitas pessoas que passam necessidade – principalmente fome – provocadas pela miséria. Esta

é também uma preocupação nossa, ilustre, eminente Constituinte Dionísio Dal Prá.

Outra questão que nos inquieta é a da Reforma Agrária, porque não adianta o Governo apenas entregar ao colono um pedaço de terra, um machado e um pedaço de papel, que é o título de propriedade. Temos de preocupar-nos também, nesta Constituição, para que haja fixação dos trabalhadores rurais na própria comunidade, com escolas, saúde, com todas as condições para que possam perpetuar sua estada nas suas respectivas localidades. Quero também enaltecer a homenagem que o eminente Constituinte faz hoje ao Dia do Motorista. Também sou defensor dessa classe tão abandonada, marginalizada, principalmente os motoristas de táxi. Fui administrador regional, aqui em Brasília, de três cidades satélites, e tive a felicidade de implantar numa delas o primeiro abrigo de táxi, uma experiência piloto na Capital da República, exatamente pela preocupação que temos com a tão sofrida classe do motorista de táxi. Recentemente, apresentamos proposta de isenção do IPI para os motoristas de táxi, e, com a remessa do projeto de lei do Executivo, eles ficaram isentos desta taxa, em todo o Brasil, para a compra de seus veículos. Nobre Constituinte, quero parabenizá-lo pelas proposições que traz hoje ao Plenário, pois são realmente temas de preocupação não só nossa, mas de toda a comunidade brasileira. Muito obrigado.

O SR. DIONÍSIO DAL PRÁ: – Agradeço ao meu prezado companheiro de Partido, Líder Valmir Campelo, o aparte, que veio enriquecer sobremaneira meu modesto pronunciamento.

Para concluir, Sr. Presidente, agradeço aos companheiros a atenção que nos dispensaram.

Concedo um aparte ao nobre Constituinte José Teixeira.

O SR. JOSÉ TEIXEIRA: – Caro Constituinte Dionísio Dal Prá, é com muita satisfação que aproveitamos a oportunidade para apartear V. Ex.^a, certos de que o debate ora travado em plenário tem um objetivo de fundamental importância para nossa futura Constituição. V. Ex.^a abordou o papel dos colonos no progresso do País. Esses corajosos homens partiram de suas terras e aqui, no nosso querido Brasil, deram sua contribuição; aos trancos e barrancos, com grandes dificuldades, tiveram coragem de instalar-se em colônias agrícolas e nelas implantar suas experiências em agricultura, contribuindo para a prosperidade e a grandeza da nossa terra. Por isso, lhes somos profundamente agradecidos. Hoje, ao redigir uma nova Constituição para o País, não poderemos, de maneira alguma, deixar no esquecimento a grande contribuição dada para essas pessoas, que ficarão para sempre na História do Brasil. Pelo seu gesto de bondade ficar-lhes-emos eternamente gratos. V. Ex.^a destaca que essas pessoas não podem ficar no anonimato, sem as devidas condições para continuar sua tarefa. Estamos aqui ao lado do nosso estimado Relator, que tem recebido críticas, muitas delas construtivas, outras descambando até para o achincalhe. Mas confiamos na capacidade e no conhecimento deste homem público que tem servido ao Brasil com a sua inteligência. Temos certeza de que S. Ex.^a saberá redigir uma Constituição justa, que terá o aplauso e o apoio não somente dos Constituintes, mas de toda a Nação. Por certo S. Ex.^a haverá

de destacar espaço na Constituição no sentido de que a reforma agrária que queremos promover não seja injusta, mas que vá ao encontro dos anseios dos colonos, que já têm grande experiência, assim como ajude o homem do campo empírico, que não tem quase experiência. Desejamos que a reforma, ao chegar no campo, leve consigo a infra-estrutura necessária a fim de que aqueles homens possam contribuir para a emancipação econômica do Brasil. Estamos carentes e sabemos que com a reforma agrária o País encontrará sua verdadeira emancipação. Não temos um continente de terras improdutivas, mas de terras férteis. Se as terras foram aproveitadas, usando-se a máquina do Governo para a implantação de uma infra-estrutura adequada, temos certeza de que o homem do campo dará um grande passo para a prosperidade e para o progresso. Parabenizo V. Ex.^a por este momento de reflexão no qual estamos envolvidos, imbuídos do melhor propósito: fazer com que o Brasil realmente saia do marasmo em que se encontra, da situação econômica em que está. Temos certeza de que nosso solo é fértil e capaz de dar a grande contribuição para que o País saia do subdesenvolvimento e se projete como desenvolvido, na virada do século. Acredito na capacidade dos brasileiros, não somente no homem técnico, mas também no homem do campo. Ombreando essas duas experiências, estamos certos de que teremos um Brasil próspero, feliz, onde a justiça e a paz social reinem para a felicidade de todos. Muito obrigado.

O SR. DIONÍSIO DAL PRÁ: – Agradeço ao prezado Constituinte a colaboração, que enriquece nossas modestas palavras, na ocasião em que ressaltamos e homenageamos, qualificando-o de herói nacional, o caboclo brasileiro do Norte e Sul e de Leste a Oeste.

O SR. MÁRIO MAIA – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. DIONÍSIO DAL PRÁ – Ouço o prezado companheiro com muita satisfação, não querendo abusar da bondade do Sr. Presidente, pois o meu tempo está-se esgotando.

O SR. MÁRIO MAIA: – Nobre Constituinte Dionísio Dal Prá, V. Ex.^a assomou a esta tribuna com modéstia e simplicidade, afirmando que não ia tratar de assunto da Constituição. Com a mesma simplicidade passou a discorrer sobre temas simples, mas de alta significação, tanto é que está chamando ao microfone de apartes outros companheiros para abordar o assunto. Congratulo-me com V. Ex.^a pelos dois temas que traz à Casa, saudando o colono e os motoristas, principalmente os caminhoneiros. A exposição singela de V. Ex.^a abrange um todo incomensurável, isto é, traz à evidência aquele que anónimamente produz a riqueza nos campos, que alimenta as cidades, e uma palavra de carinho, de afeto e de exaltação àqueles que transportam essa riqueza. Congratulo-me, portanto, com V. Ex.^a

O SR. DIONÍSIO DAL PRÁ: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, que, como não poderia deixar de ser, também enriquece o nosso modesto pronunciamento.

Ao finalizar, cumprimento o Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, Deputado e amigo Ulysses Guimarães, presente neste plenário.

Aos nossos pares, Senadores e Deputados Constituintes, expressamos nosso agradecimento pela atenção dispensada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Adylson Motta, para discutir o projeto.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS). **Sem revisão do orador:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com grande satisfação que uso a palavra neste momento. Aproveito a presença de S. Ex.^a o Sr. Constituinte Bernardo Cabral – e talvez me poupe até algumas audiências que teria pedido a S. Ex.^a – para levar ao conhecimento desta Casa o que julgo ser minha obrigação; minha contribuição para a elaboração do novo texto constitucional.

Já tive oportunidade de falar por quatro vezes no espaço destinado ao debate de temas constitucionais, e em uma delas S. Ex.^a estava presente. Hoje retorno à tribuna para expressar, mais uma vez, minha preocupação. Renovo aqui um apelo feito ao nosso Relator e sei que coincide com o seu enfoque de como deve ser o novo texto constitucional. No momento, S. Ex.^a defende que a Constituição, ao contrário de ser uma Carta de reivindicações, um manifesto, um documento detalhista, casuístico, para resolver problemas particulares, deve ser um documento que sintetize, simbolize e consubstancie uma regra geral de ordenamento para este País. A cada dia que passa sentimos mais a necessidade de que se faça esse ordenamento ou reordenamento, porque estamos num verdadeiro caos em termos de administração e de processo legislativo no nosso País. Vou citar apenas alguns exemplos para ilustrar aquilo que vou defender. É sabido que as Constituições visam a exatamente combater os atos arbitrários, insurgirem-se contra o absolutismo, contra a concentração de poderes por parte do Executivo. A pedra de toque da Constituição é exatamente a divisão dos poderes, já sonhada por Aristóteles, depois, de certa forma, sistematizada por Montesquieu, e que, até hoje, continua sendo o ponto fulcral dos conflitos surgidos em termos de atribuições do Governo.

É sabido que, no momento em que o Poder Executivo concentre ou enfeixe mais de um dos poderes, ou seja, no momento em que o Executivo assuma também a função legislativa, estamos fugindo ao modelo democrático. Estamos caracterizando, no caso, um regime de exceção, que, até dois anos passados, se chamava aqui de ditadura e que hoje, eufemisticamente, se chama de período de transição. Mas nada mudou no País nestes dois anos e meio. Continua o Poder Executivo a utilizar-se de instrumentos de exceção, quando havia proclamado, durante a campanha eleitoral, que os abandonaria. Continua o Executivo a lançar mão desses instrumentos para ocupar o espaço que deveria ser específico do Poder Legislativo.

É por isso, meu caro Presidente, que não encontramos assiduidades e freqüência nesta Casa. Perdemos nossa substância, perdemos nossos poderes. Nós, afora a atribuição de feitura do novo texto constitucional, que é importantíssimo, só existimos simbolicamente, porque não temos mais poderes para nada como Legislativo.

Apenas para exemplificar – e é com tristeza que proclamo isso mais uma vez –, estamos

aqui, no Congresso Nacional, apreciando vetos de 1980 e 1981 do Governo Figueiredo, quando é sabido que existem prazos para apreciação dessas matérias; estamos aqui, nesta Casa, quando reunidos em Congresso Nacional, apreciando decretos-leis. Sabe-se que um decreto-lei expedido dentro das limitações impostas pela Constituição, e que não são observadas, tem 72 horas, depois de publicado, para chegar à Mesa do Senado; chegando lá, tem 5 dias para ser lido no plenário; daí, tem 20 dias para nomeação, designação e apreciação por uma Comissão Mista do Senado e da Câmara dos Deputados e, depois, mais 20 dias para ser aprovado ou rejeitado. Logo, Sr. Presidente, por esses prazos estabelecidos, teríamos de estar sem nem um decreto neste momento para ser apreciado aqui no Congresso. É sabido, entretanto, que temos mais de 130 decretos-leis, criminosamente, pela irresponsabilidade da Mesa do Senado Federal, dormitando nas gavetas e escaninhos daquela Casa, que sonega sua apreciação, com prejuízos incalculáveis à sociedade brasileira, e nem todos eles são do Governo Figueiredo. Setenta e cinco o são, mas cinqüenta e seis, mais aqueles que foram editados no mês de julho, são de autoria do Presidente José Sarney. Apenas para dar um exemplo: de todos os decretos que foram baixados no Governo Sarney – e são mais de meia centena – apenas dois foram apreciados no plenário desta Casa quando reunida em Congresso Nacional, ou seja, os dois decretos do Plano Cruzado. Decretos como o do empréstimo compulsório, que foi um dos maiores crimes perpetrados contra a classe média deste País – dois ou três decretos –, nenhum deles até este momento foi apreciado no Congresso Nacional. Entristec-nos, Sr. Presidente, ver, em um país, se comprarem trezentos e vinte e oito imóveis sem licitação, e o mesmo Ministério, no mesmo mês, baixar uma licitação para renovação da assinatura da **Revista Trimestral de Jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal!

Veja que é uma brincadeira, Sr. Presidente. Os assuntos sérios, profundos, de grande repercussão nacional, são encarados irresponsavelmente, e aos assuntos rotineiros são requeridas todas as formalidades legais.

É por isso que precisamos ter muita cautela na elaboração do novo texto constitucional, não apenas para fazer uma lei que estabeleça as definições precíprias de cada um dos Poderes, mas também para que se adotem mecanismos capazes de responsabilizar aqueles que se têm mostrado irresponsáveis no cumprimento das suas obrigações.

Sr. Presidente, feita essa digressão e até esse desabafo...

O SR. CHAGAS RODRIGUES: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Com prazer.

O Sr. Chagas Rodrigues – Nobre Constituinte Adylson Motta, acompanho com atenção seu raciocínio. V. Ex.^a fez essa introdução e agora vai ferir matéria que considera mais importante. Entendo que, dentro dessa ordem de idéias, para defendermos o Poder Legislativo e termos neste País um rigoroso clima de austeridade, precisamos – não sei se V. Ex.^a já tem essa idéia – adotar o parlamentarismo como regime de governo. Somente o parlamentarismo livrará o País des-

ses traumas, dessas tentativas de golpes, dessas falsas revoluções, e assegurará o necessário clima de austeridade para nos desenvolvemos, garantindo a todos melhores condições de vida e de trabalho.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Agradeço ao ilustre Constituinte o aparte. Comungo da sua idéia de que o parlamentarismo seria uma experiência válida. Sou de um partido e de uma escola que sempre defendeu o presidencialismo. Mas tão ruins têm sido nossos governos que fui obrigado a ceder nas minhas convicções e aceitar novas experiências. Estava até comprometido com meu voto, pessoalmente, em favor do regime parlamentarista, já que o julgo mais flexível – valorizaria mais o Parlamento e obrigaría o Primeiro-Ministro a um permanente contato e a uma prestação de contas junto a seus colegas de Parlamento. Mas, no momento em que vejo uma proposta que consegue ao mesmo tempo abastardar dois regimes clássicos de governo, como o presidencialismo e o parlamentarismo, que é um verdadeiro hermafroditismo político, confesso a V. Ex.^a que perdi minhas convicções de que algo de sério se vá fazer nesse sentido nesta Casa. No momento em que se divide o Governo entre o Presidente e o Primeiro-Ministro, temos um permanente conflito. No parlamentarismo clássico sabe-se que o Presidente é o chefe de Estado, e o Primeiro-Ministro, Chefe de Governo. Se o Governo tiver duas chefias, estaremos aqui permanentemente a separar e apaziguar as brigas que haverão de surgir, pela superposição de atribuições, descaracterizando aquilo que talvez fosse a experiência mais oportuna e válida para este País, o parlamentarismo clássico e autêntico.

Com prazer ouço o nobre Constituinte Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Nobre Constituinte Adylson Motta, V. Ex.^a não fez concessão alguma nem abriu mão de suas convicções. Como democrata – e o democrata é um homem que evolui – V. Ex.^a mudou para melhor. V. Ex.^a diz que está em dúvida em face do hibridismo de suas propostas em debate na Casa e por causa da opinião pública nacional. Acho que esta é mais uma razão para V. Ex.^a se ater à posição para a qual evoluiu, a única que pode arrancar o Brasil da situação de caos em que o presidencialismo o deixou. Não podemos concordar com os hibridismos. O grande mal do administrador e do político brasileiro – e graças a Deus existem exceções – é querer sempre fazer as coisas baseado no hibridismo. Veja V. Ex.^a política salarial, por exemplo: o Governo estabelece um salário mínimo que não chega a 40 dólares, mas quer dar pão, leite, farinha e outras coisas. Por que não pagar um bom salário ao trabalhador e deixá-lo administrar o seu dinheiro, como ocorre em todas as nações desenvolvidas do mundo? Se deu certo para outros, por que não daria certo para nós? Por que privar o trabalhador de um salário justo e da possibilidade de administrá-lo? O parlamentarismo deve ser aceito como ele é, sem ser à brasileira. Aliás, Sobral Pinto dizia que a brasileira só perde. Não há parlamentarismo nem presidencialismo à brasileira. O que deve realmente existir é a forma clássica de parlamentarismo, inclusive com o risco de dissolução da Câmara dos Deputados, que eu aceito. Por quê? Porque há certos momentos em que esse colegiado poderá errar, e a opinião

pública poderá não estar de acordo com ele. Não foi o que aconteceu agora em Portugal? E qual foi o dano que houve? Dissolveu-se o Parlamento, e foi eleito outro. O líder vitorioso está suficientemente forte para ficar responsável. Agora, ele e seu partido são os responsáveis. Há uma divisão de responsabilidades. Acho que é disso que precisamos. Parabéns a V. Ex.^a pela brilhante atuação, não somente através deste discurso de hoje, mas da magnífica contribuição que tem trazido à elaboração da Carta constitucional, com esses belos discursos e todas as proposições que tem oferecido à Assembléa Nacional Constituinte, atuando em todos os setores políticos do País.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Agradeço ao nobre Constituinte Siqueira Campos o aparte.

Afirmo aqui publicamente que, se for apresentada uma proposta de parlamentarismo que se aproxime dos termos do parlamentarismo clássico, certamente ela terá o meu voto. Mas, quanto à atual proposta, não posso assumir o mesmo compromisso, meu caro Constituinte Siqueira Campos.

Sr. Presidente, objetivando aquilo que pretendia depois desta introdução, quero renovar apelo, principalmente por estar aqui presente o Relator Bernardo Cabral, no sentido de que seja banido do elenco de institutos legislativos – sei que seria difícil, pela flexibilidade que proporciona em certos momentos – a figura execrável do decreto-lei. Vou dar mais um exemplo, meu caro Relator. O Governo anunciou recentemente medidas de contenção de despesas. Foi aos Estados Unidos jurando fidelidade a um plano macroeconômico, com corte de gastos públicos e uma série de outras medidas. No mesmo dia, por ironia e para descrédito do povo, o Governo baixou dois decretos-leis que criam nada mais nada menos que 9.700 cargos na administração pública brasileira: o Decreto-Lei nº 2.346 e o Decreto-Lei nº 2.347, que certamente serão apreciados pelo Congresso Nacional daqui a dois anos, a seguir esta rotina que tem sido observada. Por este último são criados 2.700 cargos, e pelo primeiro são criados 7.000.

Ouço com prazer o nobre Constituinte Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES: – Nobre Constituinte Adylson Motta, antes de V. Ex.^a se reportar especificamente aos dois últimos decretos-leis, editados pelo Sr. Presidente da República, eu me permitiria interferir no seu oportuno e brilhante pronunciamento a respeito da figura do decreto-lei, para oferecer-lhe, com a experiência de alguns anos de atividade parlamentar, minha solidariedade à permanência no lineamento da estrutura do processo legislativo dessa figura que V. Ex.^a considerou abominável, que é o decreto-lei. Diria ainda que, pela singularidade de que se cerca o rito regimental de tramitação do decreto-lei – o Congresso o rejeita ou o aprova, sem que se possa modificar o texto emanado do Chefe do Poder Executivo – ficamos tolhidos, Senadores e Deputados, no âmbito do Congresso, sem condições de oferecer a mais leve contribuição para aprimorar qualquer iniciativa do Sr. Presidente da República. Diria mais: salvo engano, em apenas duas oportunidades nos últimos 15 anos consegui o Congresso Nacional recusar decretos-leis. Representantes da bancada nordestina nesta Casa, em uma ação conjunta, Deputados e Senado-

res, mobilizamo-nos, salvo engano, em 1976, para recusar um decreto-lei que diminuía os percentuais de incentivos fiscais, subtraindo da Sudene aqueles recursos que passaram a ser destinados a outras atividades produtivas igualmente importantes, como a pesca, o turismo, o florestamento e o reflorestamento, mas não conseguimos sensibilizar a maioria absoluta do Congresso Nacional. Dessa forma, o decreto-lei passou a prevalecer, em que pese ao esforço empreendido para recusá-lo. Portanto, a minha intervenção, descolorindo o brilhante pronunciamento de V. Ex.^a, é apenas para juntar minha solidariedade à sua posição contrária ao decreto-lei, posição que procurei deixar muito explicita na elaboração da Carta ao apresentar, naquela fase inicial, emenda que pura e simplesmente expungia do processo legislativo a figura do decreto-lei.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Agradeço-lhe a manifestação, eminente Constituinte Mauro Benevides, que, com a autoridade da sua experiência, enriquece o pronunciamento que pretendo fazer neste momento, até mesmo pela coincidência de pontos de vista nas propostas de S. Ex.^a e aquelas que apresentei no mesmo sentido.

Continuando, Sr. Presidente, falava sobre decreto-lei. Credito ao mesmo toda a balbúrdia e confusão existentes hoje neste País, porque ele praticamente alijou a participação do Congresso Nacional da administração pública federal, quando é sabido que o Governo é composto pelos três Poderes. Para dar mais um exemplo sobre esses dois decretos baixados recentemente: há uma flagrante contradição entre aquilo que o País proclama externa e internamente, que é o corte drástico nas despesas públicas, e, ao mesmo tempo, a criação de nove mil e setecentos cargos.

Procurando e compulsando a Constituição, lamentavelmente, encontra-se amparo nas mesmas para criar e extinguir cargos e funções através de decretos-lei.

Ora, no momento em que estamos pretendendo moralizar a administração pública, exigir concurso público e até dispensar o concurso de títulos para ingresso na função pública, no momento em que reivindicarmos uma carreira para o funcionário público, para que ele tenha uma expectativa ao longo da sua atividade no momento em que colocamos limitações quanto à nomeação de cargos de confiança, para evitar esse abuso que existe hoje em nosso País, estamos vendo a negação de todos esses valores que pretendemos inserir na Constituição por um ato simplista, arbitrário, incorreto e prepotente, através desses dois decretos.

Sr. Presidente, o decreto-lei é permitido pela Constituição desde que, mesmo para criar cargos, não implique aumento de despesas. Não me venham os escribas do Palácio do Planalto querer convencer-me de que esses decretos aqui não contêm aumento de despesas. É evidente que a criação de cargos não aumentará, mas o cargo criado terá o seu provimento e, então, terá acrescido imensas despesas aos cofres do Governo Federal.

E o pior, Sr. Presidente, é que se está burlando, mais uma vez, o princípio do ingresso na função pública. É sabido que, para ingresso na função pública, tem de haver concurso. Mas também aqui a malícia dos legisladores possibilitou uma janela para ser burlada a lei, quando na Constituição,

depois de todas as exigências de concurso para ingresso, para o primeiro provimento na função pública, se põem uma vírgula e uma ressalva "exceto os casos estabelecidos em lei". Aliás, já encaminhei emenda nesse sentido, acolhida pelo eminentíssimo Relator. Isso foi banido. Não haverá mais essas exceções, que dão margem a esses casos surgidos agora.

Mas vejam V. Ex.^a a contradição desse decreto sobre o qual, Sr. Presidente, vou encaminhar-lhe pedido de informações, naquela seqüência de pedidos que estou enviando, embora as respostas até hoje, não tenham vindo, num despréstígio, mais uma vez, a este Poder. São criados os cargos. O art. 2º diz: "Os ocupantes de cargos de categorias funcionais integrantes dos quadros de atividade específica de controle interno..." É aquela história toda. Quer dizer, pessoas que já são funcionárias ou empregados à disposição dos Ministérios seriam transpostas para a ocupação desses cargos. Mais adiante, um outro artigo fala que o provimento dos cargos dependerá de concurso público. Ora, Sr. Presidente, ou é ou não é concurso público. No momento em que se permite o recrutamento, através da transposição de funcionários e também de empregados, quer dizer, de não-funcionários, está-se indo contra aquilo que disciplina o concurso público.

Preciso deste esclarecimento, cujo pedido encaminhei posteriormente ao Governo, para saber se realmente o provimento será através de concurso público. Se for, é evidente que haverá concurso e aumento de despesa, caracterizando a burla ao que estabelece a exceção do uso do decreto-lei, ou seja, nos casos em que não há aumento de despesas.

Sr. Relator Bernardo Cabral, como brasileiro – já não é como Constituinte – faço um apelo a V. Ex.^a para que não deixe constar do texto da Constituição a figura do decreto-lei. Acolha as emendas.

Apresentei uma emenda nesse sentido, pedindo a abolição da figura do decreto-lei do novo texto constitucional, porque o propósito de estabelecer mecanismos de limitação não vai funcionar. A experiência já ditou isso.

Também peço ao eminentíssimo Relator que considere – parece que foi acolhida no anteprojeto – a figura do decurso de prazo. Que seja seguido o modelo italiano, ou seja, o inverso do adotado hoje. Decorrido determinado prazo, matéria não apreciada pelo Congresso seria rejeitada, e não aprovada, como atualmente.

Agradeço ao eminentíssimo Presidente pela tolerância – pretendia falar apenas 5 ou 10 minutos – por permitir que me estendesse em meu pronunciamento. Tenho certeza de que V. Ex.^a haverá de entender que, se não é o ideal, pelo menos é o melhor que pretendo oferecer como contribuição para alguma coisa que considero a parte mais importante e séria desta Casa, que é a elaboração da nova Constituição, que irá reger a vida de todos nós, disciplinar o funcionamento do Governo e levar novas esperanças ao povo brasileiro.

Não é preciso ou necessário apenas fazer as leis. Temos de fazê-las sérias e exequíveis. Por isso, temos de fazer um texto sintético, para que se tenha novamente a mentalidade do respeito à lei, a fim de que ela seja realmente acionada, não sendo apenas figura decorativa ou letra morta

de textos para enriquecer bibliotecas, como foi até agora.

Permita-me aqui, apenas para dar por encerrado com fecho de ouro meu pronunciamento, ouvir o eminentíssimo Constituinte Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Nobre Constituinte Adylson Motta, apenas desejo aplaudir, mais uma vez, o belo discurso de V. Ex.^a Parabéns.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex.^a a gentileza de permitir-me abusar de sua benevolência e transgredir as normas regimentais. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Adylson Motta, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o Jornal de Brasília de hoje traz, na sua coluna "Decálogo", sob o título "Perigoso Desdém", no meio de uma extensa nota sobre um apoio que estaria sendo dado por diversos partidos ao Governo, a seguinte expressão: "O PDC já aderiu".

Sr. Presidente, com energia, refuto os termos desta nota. Não é possível que jornalistas responsáveis possam publicar uma nota sem procurar a pessoa mencionada ou o Partido ou a instituição para saber se realmente estão nesta ou naquela linha. O PDC não aderiu, nem tem de aderir. O PDC é oposição, mas uma oposição independente, o nosso partido não se engaja a certos tipos de oposição que existem nesta Casa. Temos uma linha nítida de oposição e de independência. Não estamos atrás de apoio, de acordos com o Governo ou de fisiologismos, não precisamos de cargos. Precisamos efetivamente é fazer com que o Governo cumpra com um programa mínimo que arranke a Nação dessa situação de caos em que está.

Dialogamos, Sr. Presidente, com todos os partidos políticos, com todas as tendências, mas nada temos a ver com esse apoio que estão anunciando. Não fizemos qualquer acordo, não fomos procurados, e se fôssemos, nunca tomaríamos uma posição contra ou a favor sem debater a questão na bancada do partido, na Comissão Executiva Nacional, nas Comissões Executivas regionais, para que pudéssemos tomar uma posição. Somos um partido altamente democrata. Por quê? Porque somos cristãos, Sr. Presidente. A democracia cristã inova em termos de prática política. Ela não vai, absolutamente, fazer uma política de cima para baixo, uma política de cúpula, que é a mazela de toda a política brasileira. Nós, componentes da bancada, não iríamos oferecer

ao Governo qualquer tipo de apoio, sem que houvesse por parte dele a disposição de cumprir um programa mínimo. É isso que as bases querem. Poderemos fazer um acordo com a esquerda, com a direita, com o Governo, com a oposição, mas dentro de determinada linha onde prevalecerá certamente o interesse nacional.

Nada estamos oferecendo, não estamos fazendo proposta alguma. Somos um partido aberto, democrático, e refutamos com energia essa notícia de que o PDC aderiu ou estaria para aderir a qualquer grupo desses. Não temos conversa com ninguém. Não estamos de porta fechada, não somos um partido radical, mas um partido de identidade nítida. E neste momento da vida brasileira, não nos poderíamos unir ao Governo, que continua cometendo erros crassos, levando o País à recessão e ao caos.

Portanto, desminto com energia a nota publicada pelo "Jornal de Brasília" e peço ao seu editor político, o jornalista Ademir Valadares, homem responsável, que não abrigue em suas páginas notícias infundadas; que procure as partes envolvidas, porque isto, sim, é jornalismo responsável. Do contrário, temos de acusar da prática de jornalismo irresponsável todos aqueles que atuam dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Macarini, para discutir o projeto.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes de entrar no tema que me havia proposto expor desta tribuna, gostaria de salientar que, nestes poucos meses de Assembléa Nacional Constituinte, aprendi a admirar o talento, o trabalho e a vigilância do ilustre Constituinte Adylson Motta, digno representante do PDS do histórico e lendário Estado do Rio Grande do Sul.

Mas S. Ex.^a, nesta sessão, foi excessivamente acre nos ataques ao Governo Federal, assestando suas baterias contra o Ministério da Previdência e Assistência Social, pela aquisição de apartamentos em Brasília, e contra o Governo Federal, pela expedição de dois decretos-leis, nas quais cria cargos na administração pública federal.

Com relação ao aspecto da Previdência Social, gostaria de, inicialmente, ressaltar a lisura, a probidade e o alto espírito público do Ministro Raphael de Almeida Magalhães. Pretendo, nas próximas sessões da Assembléa Nacional Constituinte, ao enfocar alguns aspectos da Previdência Social, fazer uma análise deste tema, dividindo-o em três etapas: primeiro, a necessidade e a conveniência de serem transferidos os órgãos da administração do INPS, do IAPAS, do Inamps, da Funabem, da Dataprev e da LBA para Brasília; segundo, a formação de uma reserva técnica em favor da Previdência Social, através de bens imóveis, notadamente na Capital Federal; terceiro, a aquisição dos imóveis, em Brasília, por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social.

No que tange aos mencionados decretos-leis, firmados pelo Presidente da República, criando cargos, confesso, com humildade, que não conheço os textos dos mesmos. Mas, antes de entrar no tema que me trouxe a esta tribuna, gostaria de fazer algumas considerações sobre o assunto.

Em primeiro lugar, lembraria ao nobre Deputado Adylson Motta que a Previdência Social entrou em fase de descoberto na administração de seu conterrâneo e companheiro de partido, o ex-Ministro Jair Soares.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Ex-companheiro.

O SR. PAULO MACARINI: – Em segundo lugar, quero lembrar também que o PDS – durante 20 anos apoiou o regime totalitário, que expediu neste País cerca de dois mil decretos-leis.

Desejo ainda ressaltar que sou partidário de realização de licitação para qualquer aquisição feita pelo Governo Federal. Também advoguado tese de que o ingresso no serviço público deve ser feito, única e exclusivamente, através de concurso, para que todos os brasileiros tenham a mesmas oportunidades.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Nobre Constituinte, sem tomar o tempo exíguo destinado a V. Ex.^a, quero dizer que apenas exemplifiquei, citando alguns casos. Lamento que V. Ex.^a não tenha assistido ao pronunciamento que fiz anteriormente, quando dei detalhes do assunto. V. Ex.^a pode ter a certeza de que vai me encontrar, durante os quatro anos em que atuarei como Deputado, como um adversário, pelo menos, leal. Jamais virei à tribuna para fazer uma acusação infundada, irresponsável ou gratuita. O maior prazer que teria, mesmo sendo Deputado de oposição, seria o de poder elogiar algum aspecto do Governo Sarney. Mas a cada dia que passa vejo mais distante essa possibilidade, pelo descalabro, pelo caos existente no Governo que hoje está instalado neste País. V. Ex.^a tem a obrigação de defendê-lo, até porque está sendo cobrado pelo Presidente, exigente de que os Deputados do PMDB defendam a sua administração, conforme os jornais noticiam amplamente. Em segundo lugar, nobre Constituinte, não fui Ministro da Previdência Social. O Dr. Jair Soares é outra pessoa física, e foi meu companheiro de partido. Não o é mais. Sou de um partido que teve a fraqueza de apoiar o Governo em momentos nos quais não deveria tê-lo feito. E já pagamos por isso, cumprindo o nosso calvário, com as eleições de 15 de novembro. Já fomos penitenciados. Estamos vivendo uma nova fase; queremos redimir-nos e até, se for o caso, mudar a nossa orientação, agindo contra os erros com os quais pactuamos no passado. É um novo PDS o de hoje. Esta a minha orientação nesta Casa. Acredito, nobre Constituinte, que não é revolvendo o passado que V. Ex.^a vai justificar os erros praticados. Sua manifestação já responde a tudo o que perguntaria: V. Ex.^a é a favor da realização de concursos públicos, razão pela qual considero que é contrário aos dois decretos editados pelo Governo, porque eles estão jogando no lixo esses concursos. V. Ex.^a enfoca o caso dos apartamentos. Queira Deus que tenha razão, mas parece-me que virão mais algumas denúncias, de outros Parlamentares, sobre o mesmo assunto. Levantei, apenas, a questão e frisei: "não quero, de forma alguma, atingir a idoneidade do Ministro. Não vou falar sobre a lisura dos atos de S. Ex.^a". Inclusive, meu discurso foi publicado. Acho, no momento, que o ato praticado é, no mínimo, irresponsável e inopportuno, porque há 27 anos Brasília está instalada nesta área geográfica. E não é num momento, no paradoxismo de uma crise econômico-financeira, como a de agora, na sua fase mais aguda, que se vai tornar oportuno aquilo que foi procrastinado durante todos esses anos. Não se queira salvar a Pátria num momento de crise, como este. Quanto à inopportunidade, é evidente, é flagrante; quanto à lícitude – se feriu o patrimônio ou não, se foi um ato legal, se foi escuso – não entrei em detalhes. Apenas pedi informa-

cões. E solicitei a interferência de V. Ex.^a, como influente membro do partido majoritário, que apoia o Governo nesta Casa, no sentido de facilitar as respostas aos meus pedidos de informações: quero saber quem vendeu os apartamentos, conhecer os laudos de avaliação, quem são as pessoas que ocupam irregularmente 2.871 apartamentos em Brasília. Gostaria que V. Ex.^a me informasse se as casas dos Ministros foram vendidas, se há funcionários contratados para nelas trabalhar, se há empresas prestando serviços em casas de funcionários. Enfim, todas essas informações solicitadas, nobre Constituinte Paulo Macarini, apenas com o intuito de estabelecer-se um critério de moralidade na administração pública. Quero ajudar. Tenha V. Ex.^a certeza de que não é outra a intenção que me move nesta Casa.

O SR. PAULO MACARINI: – Nobre Constituinte Adylson Motta, agradeço a V. Ex.^a pelo longo aparte e acolho as lições de humildade dadas pelo PDS, depois de vinte anos de apoio ao regime totalitário, e também por todas essas formas de desgoverno a que assistimos ao longo da história.

Gostaria de acrescentar que nunca faltei com a lealdade e com o reconhecimento ao talento, ao trabalho e à vigilância de V. Ex.^a. Apenas acho que a história deste País se escreve também com um pouco de memória, notadamente a daqueles que ajudaram a construir o caos em que hoje estamos vivendo. Oportunamente ocuparei a tribuna, Sr. Presidente, para tecer algumas considerações sobre aspectos ligados à Previdência Social, inclusive para dar meu testemunho acerca da necessidade inadiável de transferir para Brasília os órgãos de sua administração. No exercício da Presidência do IAPAS, senti as dificuldades por estar tão longe de "Deus" – da administração pública federal – e tão perto do "diabo", pois no Rio de Janeiro apresenta a situação mais crítica da Previdência Social neste País.

Sr. Presidente, focalizarei agora a participação que tive, na quinta-feira passada, na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, quando na Câmara da Indústria e Comércio, a convite de seu Presidente, Otávio Biazus, e de seu Vice-Presidente, Gonçalo Alves, tive oportunidade de tecer algumas considerações sobre problemas ligados aos direitos dos trabalhadores naquela região. Abordei questões polêmicas – como a estabilidade no emprego, jornada de trabalho, férias pagas em dobro, liberdade sindical, unidade, pluralidade e direito de greve – que foram considerados pelos empregadores como sérios entraves ao bom relacionamento entre as classes operárias e empresarial, além de acentuarem o processo de estrangulamento da nossa economia.

Para falar sobre esses assuntos, Sr. Presidente, fiz questão de resolver a história e os arquivos do PMDB. E fui encontrar, no seu programa e nos documentos "Esperança" e "Mudanças", compromissos do partido com as mudanças. Verifiquei que nas Conclusões do I Congresso do PMDB, realizado em 1986, nosso partido assumiu com a classe trabalhadora deste País compromissos, notadamente em prol do aprimoramento de legislação que assegure o emprego, a manutenção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e estabeleça o seguro-desemprego capaz de transmitir tranquilidade aos trabalhadores, tudo isto com vistas ao aumento da produção e da produtividade.

No entanto, tive oportunidade de ponderar aos empregadores do Rio Grande do Sul que sua voz não se deveria voltar exclusivamente contra o instituto da estabilidade, mas que também devia dirigir-se a uma análise mais profunda. Num debate amplo entre empresários e trabalhadores, deveríamos dedicar-nos a aprimorar não apenas a estabilidade, o Fundo de Garantia, a lei de seguro-desemprego, como também, de modo especial, a estudar os problemas ligados a classe trabalhadora, atentando para o fato de que a jornada de trabalho não comece apenas quando o trabalhador bate o ponto no portão da fábrica. Normalmente ela se inicia às 3 ou 4 horas da madrugada, quando ele inicia sua caminhada, muitas vezes num eficiente transporte urbano, partindo da sua modesta residência, para chegar ao local de trabalho.

Gostaria de sintetizar, dizendo que estes fatores devem nortear a atitude dos empregadores, em benefício dos trabalhadores: na questão urbana, dizem respeito à moradia e ao transporte do trabalhador, na política salarial, à reposição das perdas e estabelecimento de um salário que corresponda efetivamente às mínimas necessidades do trabalhador e de sua família; em terceiro lugar, a questão do aprimoramento dos avanços de ordem social, em parte já assegurados no Projeto de Constituição elaborado pelo nobre Relator Bernardo Cabral.

Sr. Presidente, no capítulo intitulado "Da Ordem Social", estabelece o Projeto que "A Ordem Social fundamenta-se no primado do trabalho, em busca da justiça social". Neste setor, vamos encontrar a preocupação de se estabelecer a universalidade e a equivalência dos benefícios e serviços para trabalhadores urbanos e rurais, o que significa eliminar a discriminação sofrida atualmente pelo trabalhador rural, não apenas no que se refere ao tratamento médico-hospitalar, mas também no que diz respeito à percepção de seus benefícios, hoje estabelecidos na base de meio salário mínimo, quantia insuficiente para lhe garantir sua subsistência e não condizente com a própria vida.

Há outro aspecto também, que nos remonta a uma luta originada em 1969, quando o Governo, através de artimanhas, começou a reduzir o valor dos benefícios da Previdência Social. Nossa projeto fixa a irredutibilidade do valor real dos benefícios. Em outras palavras, mantém o poder aquisitivo dos aposentados.

Há outro dispositivo, Sr. Presidente, que dá um caráter democrático e descentralizante à gestão administrativa. É uma velha luta para que, a nível regional e nacional, os órgãos da Previdência Social passem a ser administrados não apenas pelos integrantes do Governo Federal, mas também pelos representantes da classe operária e da classe empresarial, estabelecendo, inclusive, a participação da população, através de organizações representativas na formulação das políticas e critérios das ações de caráter estadual e municipal.

Quando Presidente do IAPAS, propusemos ao Governo Federal a feitura de um decreto que se tornou norma, facultando aos Municípios a criação dos Conselhos Municipais de Previdência Social, compostos de trabalhadores, de empregadores, de representantes das igrejas, dos partidos políticos, dos sindicatos e de outros segmentos da sociedade, para colaborarem com a adminis-

tração pública na condução da Previdência Social deste País.

Na administração do IAPAS, tivemos uma reversão de expectativa. Saímos de um déficit de sete trilhões e novecentos bilhões de cruzados para um superávit, em menos de dez meses, de seis trilhões e novecentos bilhões de cruzados. Mas gostaria de assinalar que, se recuperarmos as finanças da Previdência Social, que hoje representam mais de 10% da captação dos títulos do Banco Central e do **overnight** neste País, precisamos ter humildade suficiente para reconhecer que no campo dos benefícios e da assistência médico-hospitalar há um longo e penoso caminho a percorrer, o que só será alcançado à medida que a sociedade efetivamente participar da fiscalização e do equacionamento dos problemas dos benefícios e da assistência médica, que deveriam ser, pelo menos, compatíveis com a dignidade humana.

Acolho o aparte do ilustre Constituinte, bravo companheiro Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES: – Ilustre Constituinte Paulo Macarini, V. Ex.^a é um dos profundos confeiteiros da nossa legislação previdenciária, a qual já chamo de Direito Previdenciário. V. Ex.^a não apenas teoricamente, mas administrativamente demonstrou uma imensa capacidade à frente desse grande órgão que é o IAPAS. Estou de pleno acordo com V. Ex.^a. Acho que a Previdência Social já realizou muito, mas precisa ser aprimorada. Defendo um regime único para a Previdência Social, no qual os tributos devem obedecer ao princípio da progressividade. Também defendo – e não sei se V. Ex.^a concorda comigo neste ponto – que deve haver um piso para a concessão dos benefícios, uniformizando-os. Nenhum auxílio, nenhuma aposentadoria e nenhuma pensão poderia ser inferior ao salário mínimo. Mas vou mais longe. Acho que, de acordo com o princípio da progressividade, não deveria haver teto para as contribuições, para a concessão dos benefícios. Dentro de uma concepção solidarista, que também chamaria humanista, aqueles que ganham muito, como assalariado, como empregador e até como trabalhador autônomo, deveriam contribuir para a Previdência Social sem teto. Dessa maneira, estaria contribuindo para um regime de autêntica justiça social, inclusive na área da Previdência Social.

O SR. PAULO MACARINI: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Aproveito o ensejo para assinalar que algumas das propostas de V. Ex.^a, que fazem coro ao trabalho que desenvolvemos, já estão em parte, asseguradas no capítulo da Previdência Social, quando estabelece que nenhum benefício de prestação continuada terá valor mensal inferior ao salário mínimo vigente no País, assim como determina que a aposentadoria deve ser de valor igual à maior remuneração dos últimos doze meses, convertendo-se efetivamente, na manutenção do poder aquisitivo do aposentado. Poderíamos resumir a Previdência Social, neste País, apenas em dois pontos: primeiro, a manutenção do poder aquisitivo do aposentado; segundo, a assistência médica compatível com a dignidade humana. O trabalhador e seus dependentes, com a carteira de saúde, devem ter o passaporte para ingressar em qualquer unidade hospitalar, em qualquer consultório médico ou gabinete dentário, sem que se converta num pedinte nos corre-

dores dos hospitais e nas portas dos consultórios médicos deste País.

O SR. JOFRAN FREJAT: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PAULO MACARINI: – Com muito prazer.

O SR. JOFRAN FREJAT: – Quando V. Ex.^a mencionou que recebeu a Previdência Social com a previsão de um déficit de sete trilhões de cruzeiros e que a deixou com um superávit de aproximadamente seis trilhões, gostaria de fazer um pequeno comentário a esse respeito. O cálculo que alcançou esse valor de sete trilhões de cruzeiros, no meu entendimento, deixou muito a desejar. Em primeiro lugar, ele foi calculado com base no crescimento zero do País. Não houve a integração do crescimento do País, que chegou a sete por cento do seu Produto Interno Bruto. Em segundo lugar, o cálculo foi feito com base num reajuste salarial na base de noventa por cento do salário mínimo. Na verdade, o reajuste salarial se procedeu em mais de cem por cento sobre aquele que era o reajuste pretendido. Como sabe V. Ex.^a, a Previdência é um órgão de grandes números e essas variações, seguramente, dão interpretações que não são aquelas que se poderiam simplesmente colocar num computador e aceitar ao final como orçamento definido. O IPND, publicado agora pela Presidência da República, onde tem o relato do Ministro da Previdência Social, diz muito claramente que o déficit da Previdência é grande e crescente. Há uma diferença entre caixa e orçamento – V. Ex.^a sabe muito bem disso. Evidentemente, a Previdência manteve um caixa alto, deixando de efetuar inúmeros pagamentos durante algum período, inclusive somando o pagamento que deixou de fazer ao orçamento anual do ano seguinte, fazendo com que aumentasse o seu caixa. De forma que ainda há muito a ser esclarecido. Há uma informação de que a Previdência, hoje, é superavitária e já tem um orçamento ajustado, quando, na verdade, encontramos questões não resolvidas, como por exemplo a renda mensal vitalícia. Essa não tem fonte de custeio na Previdência Social. Paga-se meio salário mínimo àqueles que descontaram para a Previdência durante algum tempo. É esse jogo de caixa e orçamento que se coloca aos olhos do público, dando a impressão de que há um superávit, quando ele não existe. Em segundo lugar, gostaria de dizer a V. Ex.^a que, se forem colocados no computador o crescimento do Produto Interno Bruto em 7%, o reajuste salarial em mais de 100% e o crescimento de oferta de emprego, seguramente a Previdência terá resultados diferentes com relação à sua prospecção de orçamento positivo ou negativo.

O SR. PAULO MACARINI: – Enquanto V. Ex.^a fica no computador, gostaria de ficar nos números. Reconheço que houve um aumento salarial no período de 1985/86, mas V. Ex.^a há de reconhecer que em 1984 a União socorreu a Previdência Social para aliviar o seu déficit, inclusive de caixa. Em 1985, já dentro da Nova República, a União deixou de repassar ao IAPAS os seus compromissos de reposição da dotação destinada ao pessoal e à manutenção. O processo de escrituração do IAPAS apresentou, a preços de dezembro de 1985, cerca de 5 trilhões de cruzeiros. Tenho para mim que os cálculos de V. Ex.^a

não refletem a realidade, especialmente porque no universo dos recursos destinados pelo Governo Federal para a sustentação de sua dívida pública interna, representada por aquisições de OTN, Letras do Tesouro Nacional, e pelas outras modalidades de captação de **overnight**, o IAPAS é responsável pela captação de mais de 10% de todos os recursos que o Governo, diuturnamente, arrecada na poupança interna para fazer jus, como disse, aos encargos da dívida pública interna.

Portanto, é muito fácil comparar esses números e, abstraindo os sofismas, é bom ter em mente três pontos fundamentais: 1º) em dezembro de 1984, repito, a União repassou, àquela época, quase 2 trilhões de cruzeiros para cobrir o déficit da Previdência; 2º) o caixa do IAPAS foi fechado, no final de janeiro de 1986 e nos primeiros dias de fevereiro, quando deixei a Presidência, com uma disponibilidade superior a 6 trilhões e 800 bilhões de cruzeiros; 3º) hoje, o caixa do IAPAS representa uma soma de 100 bilhões de cruzados, cerca de 10% da captação do Governo Federal. Esses recursos, que estão centralizados na agência do Banco do Brasil do Rio de Janeiro, são aplicados, diuturnamente, em **overnight**, e o resultado dessa operação representa também um componente da receita da Previdência Social. Acredito que diversos fatores contribuíram para a recuperação da Previdência Social, entre os quais a melhoria dos salários. Quero fazer justiça aos servidores do IAPAS – que se empenharam, com todo o ardor, notadamente a partir de 1985, no sentido do aprimoramento dos sistemas de arrecadação e fiscalização – e ao firme propósito do Ministro Waldir Pires em reduzir os gastos supérfluos, assim como à continuação do trabalho, realizado pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães, para que se evitassem as discriminações e distorções, que eram muito próprias de determinados setores da Previdência Social, principalmente enfatizando-se a fiscalização em alguns setores e atividades e evitando-se o processo de corrupção que campeava livremente no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, Inamps.

Ouço novamente o Constituinte Jofran Frejat.

O SR. JOFRAN FREJAT: – Nobre Constituinte Paulo Macarini, já que V. Ex.^a falou em sofisma dos números e do computador, volto ao assunto do caixa e do orçamento. Como V. Ex.^a insiste em dizer que o caixa é superavitário – e concordo com isso – é evidente que a caixa cresce no momento em que se deixa de pagar os credores, principalmente na Previdência Social. Isso é prática muito simples e corriqueira. Na verdade, quando V. Ex.^a fala em caixa superavitário, deixa a impressão de que a Previdência inteira está superavitária. Prefiro acreditar em V. Ex.^a do que no IPND, assinado pelo Presidente da República e pelo atual Ministro da Previdência, porque este Ministro diz no IPND, com todas as letras, que o orçamento da Previdência – não são palavras minhas, mas de S. Ex.^a – é deficitário e que o déficit é crescente. Mas se V. Ex.^a, contradizendo aquilo que o Ministro expõe no IPND, diz que a Previdência é superavitária, torço para que tenha razão.

O SR. PAULO MACARINI: – Para concluir, Sr. Presidente, digo ao ilustre companheiro Jofran Frejat que a Nova República não inovou na ques-

tão dos pagamentos. Os prazos para o pagamento das contas hospitalares e serviços médicos são os mesmos adotados até dezembro de 1984. Portanto, se hoje há contas pendentes, estas contas, também estavam pendentes na administração anterior. Não houve alteração alguma por parte da Previdência Social. A Previdência não dilatou os prazos de liquidação. A Previdência Social brasileira, que é provavelmente a maior entidade de devolução de recursos do mundo – porque cerca de 70% das suas arrecadações são devolvidas aos aposentados através de aposentadorias e benefícios – poderá constituir-se num fator fundamental de tranquilidade, na medida em que não apenas a Assembléia Nacional Constituinte, mas também o Congresso Nacional, os trabalhadores e os empregadores oferecerem apoio à sua administração a nível regional e nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Antônio Carlos Menezes Thame, para discutir o projeto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Datafolha, empresa de pesquisas de opinião pública e estatística do jornal Folha de S. Paulo, constatou que 93% dos paulistanos são contrários à cobrança do empréstimo compulsório na base de 28% sobre a venda de gasolina e álcool.

Ao analisar este assunto, nós, Constituintes e representantes do povo brasileiro, não podemos negligenciar nossa função de porta-vozes dos legítimos anseios da maioria da população, e a referida pesquisa dá uma dimensão clara da relevância do problema e do que o povo de meu Estado espera e deseja.

Sem embargo, antes gostaria de tecer algumas considerações a respeito do papel desta Casa na fase de transição por que passamos.

Permitam reportar-me ao entendimento de Gregóire Cassimatis, segundo o qual não podemos mais “falar unicamente na tarefa legislativa dos parlamentos”. E, para Woodrow Wilson, “tão importante quanto legislar é discutir à plena luz todos os assuntos nacionais” e “exercer atenta fiscalização da administração”. Além disso, na moderna sociedade democrática, esta Casa é o Poder representativo por excelência – daí a necessidade de ser efetivamente o **locus**, o **forum** de discussão, de permanente acompanhamento da ação e atuação de todas as situações públicas do País.

E é com base neste papel primordial dos parlamentos que desejo analisar a constitucionalidade do depósito compulsório sobre combustíveis líquidos, por considerar que se trata de assunto da mais alta relevância sobre o qual esta Casa não se pode omitir.

Quero tomar esse caso concreto da constitucionalidade do compulsório sobre a gasolina para alertar que estamos elaborando uma nova Constituição e que nessa Constituição dispositivos que definirão papel do Estado, sua função, os limites, sua capacidade de tributar, impor tributos à população deverão ficar muito claros, para que não tenhamos instalado no País um verdadeiro inferno fiscal. A atual norma que autoriza a instituição de empréstimos forçados é o item II do § 2º do art. 21, combinado com o § 3º do art. 18 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Diz o § 2º do referido art. 21 que a União pode instituir contribuições “nos termos do item I deste artigo”, tendo em vista a intervenção no domínio econômico e o interesse da Previdência Social e de categorias profissionais.

O item II desse parágrafo estabelece:

“Empréstimos compulsórios, nos casos definidos em lei complementar, aos quais se aplicarão as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais do Direito Tributário.”

Peço vênia aos Srs. Constituintes para reforçar e ressaltar esse trecho da norma constitucional: “empréstimos compulsórios aos quais se aplicarão as disposições constitucionais relativas ao tributo...”

Diante de tal determinação constitucional, nem mais cabe discutir se o empréstimo compulsório é ou não tributo. Basta saber que a sua instituição exige a observância de disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais de Direito Tributário. Aliás, é exatamente para saber qual o regime jurídico que deve observar, que se procura identificar uma dada figura jurídica. Já se sabe que a instituição dos empréstimos compulsórios é de exclusiva competência da União e que a justificativa para sua instituição deve ser definida em lei complementar. Essa definição consta do Código Tributário Nacional, que é lei complementar sobre o aspecto material, embora não tenha sido elaborada como tal sob o aspecto formal. Aqui é que gostaria de destacar o que diz o art. 5º do Código Tributário Nacional:

“Somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios:

I – Guerra externa, ou a sua iminência;”

Não estamos em guerra externa nem na iminência de guerra externa.

II – Calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis;

III – Conjuntura que exija absorção temporária de poder aquisitivo.”

O recolhimento compulsório, que foi criado e até agora continua com o seu caráter praticamente definido, não se enquadra nas duas primeiras justificativas: não é caso de guerra externa, nem de calamidade pública. Portanto só poderemos enquadrá-lo na terceira justificativa, ou seja, “conjuntura que exija a absorção temporária do poder aquisitivo”.

Podemos até aceitar que na época da sua instituição, julho de 1986, em pleno auge do vigor do Plano Cruzado I, houvesse interesse em se recomendar a absorção temporária do poder aquisitivo da população. Além do mais, mau foi esta a justificativa que levou à instituição desse compulsório, cujos recursos devem, por lei, ser canalizados para o Fundo Nacional de Desenvolvimento, cujos recursos se destinam a investimentos em infra-estrutura e ao saneamento das empresas estatais do setor produtivo. É uma dificuldade quase intransponível que não justifica, no momento, esse empréstimo compulsório com base numa “conjuntura que exija a absorção temporária do poder aquisitivo”. Mas constitucionalidade não pára aí. Na realidade, juridicamente, nada salva esse empréstimo compulsório. A

Constituição proíbe que dois tributos recaiam sobre tal fator de incidência, como se lê no item VIII do art. 21:

“Imposto que incidirá uma só vez sobre qualquer dessas operações de produção, importação, circulação, distribuição ou consumo, excluída, no caso das cooperativas, a incidência de outros tributos.”

Portanto, o compulsório é claramente inconstitucional. É quase certo que se poderá alegar que a União, tal como poderia se utilizar do simples aumento de imposto sobre combustíveis; preferiu a utilização do empréstimo compulsório. Acontece que não o fez, criando outro tributo. E se tivesse simplesmente aumentado o imposto, também seria inconstitucional exigir o tributo no mesmo exercício financeiro, desrespeitando o princípio da anualidade. Como tributo o empréstimo compulsório há de observar o que diz o § 29 do art. 153 da Constituição, ou seja, há de se observar os dois princípios constitucionais para se tributar: o da legalidade, ou seja, deve decorrer de lei ou de decreto-lei autorizado de forma expressa pelo item II do art. 55 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e o da anualidade, ou seja, ocorrer a instituição do ato legislativo vigente antes do início do exercício financeiro de cobrança.

A respeito do exercício do princípio de anualidade, tomei a liberdade, já há mais de um mês, de encaminhar a nossos colegas Constituintes um artigo intitulado “Inferno Fiscal”, alertando para o anteprojeto da Comissão da Ordem Jurídico-Tributária, que previa a extinção do princípio de anualidade, instituindo no País, se fosse aprovado, um verdadeiro inferno de imprevisibilidade que nunca tivemos na Nação brasileira, dando ao Estado o direito de tributar, de aumentar impostos, instituí-los e cobrá-los 90 dias depois.

Felizmente, do atual projeto do Relator Bernardo Cabral já não consta mais esse absurdo, essa aberração, da eliminação do princípio da anualidade.

O empréstimo compulsório foi criado pelo Decreto nº 2.288, de 23-7-86, que os Constituintes Adylson Motta e Mauro Benevides há pouco chamaram de “figura abominável”. Esta foi a consideração dada ao decreto-lei. Ademais tanto a doutrina quanto a jurisprudência são unâmis em afirmar que é verdade legislar a respeito de matéria tributária via decretos-lei.

Abordando o tema com maior propriedade. João Roberto Santos Regnier – “Decreto-lei em Matéria Tributária”, “Revista de Direito Tributário”, nº 36, pág. 183 – assim relaciona:

“Aí está a partir dessa possibilidade constitucional autorizado o Presidente da República a valer-se do decreto-lei, surge um campo absolutamente próprio à parcialidade, à prepotência, quando não ao simples abuso de Poder, uma vez que a conceituação de urgência, como a de interesse público, normas tributárias, ou segurança nacional é conferida a um só homem”.

Pontes de Miranda, ao se referir ao princípio da legalidade, ensina:

“... Qualquer regra jurídica que crie dever de ação positiva ou de ação negativa tem de ser regra de lei, com as formalidades que a Constituição exige”. (“Com à Constituição de 1987”, tomo V-1)

Manoel Gonçalves Ferreira Filho, por seu turno, ao comentar a Emenda de 1969 ("Comentários à Constituição Brasileira", Saraiva, 3º Ed. 1983, pág. 151), assim argumenta:

"Na verdade, a primeira função das Câmaras representativas foi a de conseguir nos tributos... em razão disto é que nas Constituições modernas se inclui o princípio da legalidade tributária no rol de direitos e garantias individuais..."

E é o sempre citado Aliomar Balleiro, ("Direito Tributário Brasileiro", Forense, IV Ed., pág. 399/400) quem arremata:

"A obrigação tributária, principal ou acessória, é sempre uma **obrigatio ex lege**, nascendo, portanto, da lei e apenas dela. A lei é a causa da obrigação tributária".

Conclui o já citado Regnier que:

"Estando a instituição e majoração de tributos sob inflexível reserva legal, subordinadas, portanto, ao princípio da legalidade, resulta que o decreto-lei não se presta contudo à formulação de hipótese de incidência tributária capaz de, validamente, desencadear relações de direito. Isto significa que o decreto-lei não é o meio idôneo para estabelecimento de obrigações entre sujeitos de direito (o tributo é, por definição, uma obrigação **ex lege**), pois a atividade do Estado ao impor a obrigação tributária é de direito material, como de resto, é a positivação de toda situação hipotética dentro do ordenamento jurídico."

Concluindo: o empréstimo compulsório sobre combustível líquidos é inconstitucional por constituir biritributação e por ter sido criado de maneira imprópria.

Urge a sua eliminação imediata.

Urge que atentemos, nesta Assembléia Nacional Constituinte, para a necessidade de, na nova Constituição, definirmos claramente os mecanismos de que se vale o Estado criar ou majorar tributos.

E por isso, nesta oportunidade, encaminho à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte requerimento de informações oficiais, perquerindo:

a) o saldo do valor do depósito compulsório sobre combustíveis líquidos arrecadado desde sua instituição até a presente data;

b) quanto a Petrobrás repassou e quanto deve ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, com referência ao referido depósito compulsório;

c) qual o valor atual de uma quota do Fundo Nacional de Desenvolvimento? A quota a que tem direito todo aquele proprietário de um automóvel que deixou 28% a mais do que gastou na nota fiscal de compra e álcool ou de gasolina.

Estamos convictos de que a ação oportuna, com denodo, acuidade e firmeza, desta Casa contribuirá para o exame acurado da questão e para corrigir esta série distorção que mostra a insegurança em que estamos mergulhados, quando o Estado desrespeita a lei e lança mão de expedientes extraordinários para tributar, comprometendo a legalidade tributária e, dessa forma, violando direitos e garantias individuais.

Na moderna, verdadeira democracia, é fundamental que haja regras claras para definir e limitar o poder de tributar, de lançar impostos. Caso con-

trário, estaremos, na nova Constituição, instituindo condições propícias a que o Estado implante um verdadeiro inferno fiscal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Wilson Martins, para discutir o projeto.

O SR. WILSON MARTINS (PMDB – MT Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, grande celeuma se levantou no País, no seio do empresariado e na imprensa, sobretudo em virtude da publicação do texto do Projeto de Constituição, de cuja discussão participamos neste instante.

Sr. Presidente, segundo imagino, não poderia ser diferente a postura da opinião pública nacional. Na verdade, o Regimento que votamos nesta Casa, possibilitando a participação de todos os constituintes, através da formação de 24 subcomissões e 8 comissões temáticas, resultou na enunciação de um projeto, na formulação de uma proposta que trazia o próprio entrechoque de opiniões existentes na sociedade brasileira.

Há a considerar, também, que saímos de um longo período em que a classe política esteve inteiramente subjugada. Isso deve ser levado em conta quando se aprecia o Projeto de Constituição que ora discutimos. Veja-se, por exemplo, a enunciação dos direitos e garantias individuais, dos direitos coletivos e dos próprios direitos sociais. Essa enunciação é superabundante. O que se poderia ter dito em relação às garantias individuais, em dois ou três artigos, como na Constituição em vigor, por exemplo, foi escrito em várias páginas do projeto que se encontra submetido à apreciação da Assembléia Nacional Constituinte. De outra parte, há introdução de matéria nova do projeto. Daria como exemplo a questão do meio ambiente, problema que nunca se discutiu no Brasil, nem foi objeto de regulamentação em texto constitucional e agora vem como um dos capítulos, da Ordem Social. Creio que todos nós, constituintes, concordamos em que o texto necessita de emendas, correções, de uma linguagem uniforme, clara e concisa. E é justamente isso que estamos fazendo. Não apenas os constituintes, nesta hora, estamos ocupando a tribuna e discutindo o texto em análise, mas todos nós, mais do que presentes a estas reuniões, para ouvirmos os debates, acompanharmos as discussões aqui no plenário, estamos, no silêncio dos nossos gabinetes, redigindo emendas de redação e emendas de substância, procurando aprimorar o projeto que temos a responsabilidade de entregar ao povo brasileiro como uma Constituição, que não diria perfeita, porque das mãos humanas não saem obras perfeitas, mas uma Constituição que, sem dúvida, venha satisfazer os anseios da grande parte do povo brasileiro. O que me vem à mente, neste instante, é que não estamos aqui para redigir somente uma Constituição destinada ao empresariado brasileiro, nem é nossa intenção fazer uma constituição para os trabalhadores. Muito menos desejamos dedicar nosso trabalho e nosso tempo à elaboração de uma Carta Magna para os funcionários.

Temos o compromisso de, nesta hora, votar uma Lei Maior que se destine ao povo brasileiro como um todo. Isto é o que desejo, isto é o que desejamos todos que compomos este Congresso Nacional Constituinte.

Estamos indiferentes aos **lobbies** que se organizam para visitar o Congresso Nacional, que invadem nossos gabinetes e que ouvimos para saber o que podem trazer em benefício de uma Carta justa, que seja aquela que a população nacional aguarda. Não há dúvida de que todos nós não damos guarda às pretensões desajustadas e interesseiras que nos chegam e que, sem dúvida alguma, não serão consignadas no texto constitucional, quando nossas consciências indicarem que os **lobbies** que visitam este Congresso não trabalham apenas pelo interesse nacional, mas também pelo interesse de grupos e pequenos agrupamentos.

Sr. Presidente, neste instante, gostaria de falar alguma coisa em torno do meio ambiente, um dos inúmeros temas que fustigam os constituintes. Trago o testemunho do meu Estado, cujas florestas e cerrados já se acham dizimados. Tenho consciência de que a Constituição que estamos modelando não visa aos interesses de um Estado, de uma região e, sim, aos mais amplos interesses do próprio País. E aí está a floresta amazônica aí estão trechos imensos de cerrados no Centro Oeste, aí estão as regiões das florestas litorâneas. Há muita coisa ainda a preservar, e nós, conhecendo a realidade nacional, temos o dever de colocar na Constituição brasileira, pela primeira vez, um capítulo que seja a marca do nosso grande amor à terra, à flora e à fauna nacionais. Creio que neste sentido andou bem a Comissão Afonso Arinos, quando, elaborando seu trabalho a pedido do Presidente da República, colocou essa matéria como de natureza constitucional. Leis menores já temos recentemente outorgadas que visam à proteção da flora, da fauna e do solo. Mas temos, neste instante, que trazer para o contexto da Carta Magna todo um conjunto de normas de natureza superior para ditar os parâmetros deste assunto da maior importância, que é o da proteção do meio ambiente.

No que diz respeito aos rios, às florestas e aos cerrados do meu Estado, tenho, infelizmente, nesta hora, que dar um triste depoimento. As matas ciliares, as matas protetoras das cabeceiras dos rios, a grande floresta da região de Dourados, desde esta cidade até as barrancas do Paraná, estão todas destruídas.

Evidentemente, Sr. Presidente, há necessidade para este País, que quer o desenvolvimento, de que se derrubem suas matas para fazer suas lavouras e pastagens. Não podemos prosperar com a natureza inteiramente preservada e não destruída em parte. Mas o que não se fez foi a preservação das áreas que deveriam ser mantidas. Hoje, se quisermos, em qualquer município do sul do meu Estado, mostrar aos estudantes ou à juventude o que foi a grande mata daquela região, não temos sequer uma pequena área que possa servir de exemplo daquilo que tínhamos no Estado do Mato Grosso do Sul. Disse, e repito, que as matas ciliares, aquelas que serpenteadavam junto às fronteiras dos rios, também foram removidas; as cabeceiras, igualmente. De tal modo que rios da importância do Paraguai, da importância dos seus afluentes da margem esquerda, que são os mais importantes e aqueles que estão dentro do Mato Grosso do Sul, o rio Taquari, o rio Negro, o rio Aquidauana, o rio Miranda e tantos outros, todos eles foram destruídos para que em seu lugar se fizessem as plantações de grãos e pastagens. Daí advieram a destruição das barrancas, o asso-

reamento, o entupimento dos rios e, com isso, o prejuízo não somente da navegação e, portanto, do transporte, mas também da própria fauna, com a mortandade dos peixes. Esta é a situação existente no meu Estado.

Ouço, com prazer, o nobre Constituinte Paulo Macarini.

O SR. PAULO MACARINI: – Nobre Constituinte Wilson Martins, ao cumprimentá-lo pela oportunidade do debate em torno desse fascinante tema, o meio ambiente, gostaria de registrar aqui, para memória deste País e dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, o trabalho desenvolvido pela Subcomissão do Meio Ambiente e, notadamente, o empenho desse extraordinário Constituinte, o companheiro Fábio Feldmann, do PMDB de São Paulo, que não mede esforços para que da nova Carta conste, em verdade, um estatuto capaz de tratar do problema talvez mais sério deste País, que é o meio ambiente. Por isso não estou muito preocupado, caro companheiro Wilson Barbosa Martins, com o tempo gasto na discussão nem mesmo com o número de artigos que esta Carta possa ter. Acho que, tratando-se de determinados temas, a começar pelo meio ambiente, as coisas deveriam ser as mais explícitas possíveis, porque o que estamos tentando fazer agora no Brasil outros povos já estão realizando há mais de cinqüenta anos. Conseguir inserir no anteprojeto da Subcomissão – mas o mesmo êxito não tive nos trâmites subsequentes – que é dever do Poder Público e de todo cidadão zelar pela preservação do meio ambiente e que esta preservação se inicia com a obrigatoriedade de um convênio entre a União, os Estados e os Municípios para que a cada quatro anos sejam plantadas cem árvores por habitante em todo o território nacional. A Assembléia Nacional Constituinte não entendeu ainda a grandiosidade dessa iniciativa, que proporcionada ao Estado do Paraná mais oitocentos milhões de essências, a Santa Catarina mais quatrocentos milhões e ao Estado do Rio Grande do Sul mais um bilhão, porque agora, com o decorrer dos tempos, é que estamos criando consciência da necessidade de preservar o Pantanal ou até mesmo o Rio Coxim, da mesma forma que estamos lutando para despoluir os rios do Sul do País. Mas, na medida em que esta Nação tomar consciência de que deve preservar as florestas permanentes e criar outras, de renovação para alimentar as indústrias, circular riquezas e criar mercados de mão-de-obra, iniciaremos o grande processo de reconstrução do Brasil.

O SR. WILSON MARTINS: – Obrigado, nobre Constituinte Paulo Macarini. V. Ex.^a fala no replantio, de árvores. Sem dúvida alguma é por aí que temos de recomeçar o nosso trabalho. Temos que proteger as nascentes dos rios, as suas margens. Para isso, temos que desenvolver uma grande tarefa a nível de Governo federal, de Governo estadual e de Governo municipal e, também, na esfera da iniciativa particular. Todos nós, nesta hora, devemos ser soldados dessa batalha.

Recentemente o Ministro do Interior esteve no meu Estado sobrevoando a área do Pantanal, a que V. Ex.^a se refere, nobre Constituinte Paulo Macarini, para reconhecer a situação da região neste momento. Ele o fez na companhia do Governador e do Secretário do Meio Ambiente. E a União,

através de organismos regionais, está interessada em colaborar com o meu Estado nos trabalhos de recomposição de nossas matas e do nosso solo, seriamente erodido nas áreas de terrenos mais propícios a essa terrível chaga trazida pelas chuvas e ventos. A Sudeco, desde o período em que fui Governador do Estado, agiliza um programa e agora se apresta em aplicá-lo em Mato Grosso do Sul, em colaboração com recursos outros de natureza regional, objetivando justamente a melhoria da navegação dos rios, o replantio nas margens e nas cabeceiras dos mesmos. Sem dúvida alguma este é um trabalho patriótico e deve ser empreendido não somente num dos Estados da Federação mas em todo o País. Deve ser levado a todas as áreas desta Nação.

Temos nesta hora a satisfação de dizer a esta Assembléia que a legislação que nos prendia à Constituição em vigor, agora, com as emendas que estão sendo feitas, será substituída por outra que poderá ser um instrumento justamente de defesa e de melhoria do meio ambiente. Trata-se de dar aos Estados competência para legislar nessa matéria. Pela Constituição em vigor, somente o Governo federal podia tomar a iniciativa de leis nessa matéria. Hoje, com a conscientização desta Assembléia, e não somente dela, Sr. Presidente, mas com a que se forma a nível nacional, das próprias crianças nas escolas, que já recebem aulas nesse sentido, da juventude e da população brasileira, que está altamente motivada pela conservação do meio ambiente, através de uma sadia publicidade que se faz em torno do assunto, acredito que os dias do futuro serão de esperança a respeito do meio ambiente.

Aqui está, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a mensagem que trago para esta sessão extraordinária da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Wilson Martins o Sr. Jorge Arbage, Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Os Srs. Deputados que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

VI – Apresentação de Proposição

ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME

– Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda a respeito do saldo do depósito compulsório sobre combustíveis líquidos, repasse da Petrobrás ao Fundo Nacional de Desenvolvimento e valor atual da cota.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farías – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant’Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Djenal Gonçalves – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Farias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Edmê Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheide – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Kúster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; e Faria – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

VII – Encerra-se a Sessão às



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 106

SEGUNDA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA – DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 112^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 26 DE JULHO DE 1987

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III – Leitura do Expediente

IV – Ordem do Dia

JORGE ARBAGE, IVO
MAINARDI, PAULO DELGADO,
ADROALDO STRECK, MÁRIO MAIA,
COSTA FERREIRA, EVALDO
GONÇALVES, PAULO MACARINI –
Discussão do Projeto de Constituição

2 – MESA – Relação dos Membros

3 – LÍDERES E VICE- LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos Membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos Membros

Ata da 112^a Sessão, extraordinária, matutina, em 26 de junho de 1987

*Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; e Mário Maia, Segundo-Secretário.*

ÀS 9:00 HORAS Costa Ferreira – PFL; Daso Coimbra Gabriel Guerreiro – PMDB; Geovani
COMPARCEM OS SENHORES: – PMDB; Délio Braz – PMDB; Borges – PFL; Geraldo Bulhões –
Dionisio Dal Prá – PFL; Dirceu PMDB; Geraldo Campos – PMDB;
Acival Gomes – PMDB; Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy Gerson Camata – PMDB; Gonzaga
Adroaldo Streck – PDT; Adylson – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Patriota – PMDB; Harlan Gadelha –
Motta – PDS; Alceni Guerra – PFL; Domingos Leonelli – PMDB; Edison PMDB; Haroldo Lima – PC do B;
Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa Lobão – PFL; Edmilson Valentim – Hermes Zaneti – PMDB; Humberto
– PFL; Aloysio Chaves – PFL; Aluízio PC do B; Eduardo Bonfim – PC do Lucena – PMDB; Inocêncio Oliveira
Campos – PMDB; Annibal Barcelos – B; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Ivo
PFL; Antonio Carlos Konder Reis – Ferreira Lima – PMDB; Eraldo Trindade Jairo Carneiro – PFL; Jalles
PDS; Antonio Carlos Mendes Thame Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho
– PFL; Antônio Gaspar – PMDB; – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin – PDS; Jayme Santana – PFL;
Arnaldo Prieto – PFL; Artenir Werner Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PDS; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus
– PDS; Artur da Távola – PMDB; Átila PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Felipe Mendes Tajra – PFL; João Agripino – PMDB;
Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Ézio Ferreira – PFL; Fernando Henrique Cardoso João Alves – PFL; João de Deus
Benedicto Monteiro – PMDB; – PDS; Fernando Lyra – PMDB; Antunes – PDT; Joaquim Sucena –
Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas
– PSB; Bonifácio de Andrade – PDS; Florestan Fernandes – PT; Francisco Pinheiro – PFL; Jorge Arbage –
Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carrelo Benevides – PMDB; Carneiro – PMDB; Francisco PDS; José Agripino – PFL; José
PMDB; Chagas Duarte – PFL; Chagas Coelho – PFL; Francisco Pinto – Costa – PMDB; José Dutra – PMDB;
Rodrigues – PMDB; Chico Humberto PMDB; Francisco Rollemburg – José Guedes – PMDB; José Lins –
– PDT; Cid Carvalho – PMDB; Francisco Sales – PMDB; PFL; José Luiz Maia – PDS; José

Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Luiz Freire – PMDB; Luiz Marques – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Meira Filho – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Seixas – PDT; Nilson Gibson – PMDB; Odacir Soares – PFL Onofre Corrêa – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Pedro Canedo – PFL Percival Muniz – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Freire – PCB; Ronan Tito – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgílio Távora – PDS; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélia – PFL; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 129 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

Após a leitura da ata, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

Vai-se passar à:

IV – ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Jorge Arbage, para discutir o projeto.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA): *Para discutir. Sem revisão do orador.:* – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O Projeto de Constituição, ora submetido à discussão no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, ao contrário do que a História registra sobre as Constituintes de 1891, 1823, 1934, 1937, 1946 e 1967 – apresenta uma característica singular, e por isto mesmo digna de ser ressaltada como conquista que possibilitou a direta e efetiva participação do povo brasileiro.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao fato de o atual Projeto de Constituição não haver partido de um texto básico, mas da coleta de fragmentos de propostas as mais diversas, brotadas das origens populares e sem a mácula de qualquer preconceito que possa colocar sob suspeita de dúvida o corolário da sua legitimidade.

A despeito de representarmos na Assembléia Nacional Constituinte o Estado e a Nação brasileiros, pareceu-me extremamente salutar que se facultasse aos segmentos da sociedade o direito de propor sugestões e torná-las legítimas contribuições para a construção da nova Carta política que estamos a editar.

Nossa faixa de responsabilidade transcende os limites da imaginação, sobretudo quando pesa sobre a classe política o terrível conceito de comprometimento com a luta fisiológica, sem distinguir-lhe o que seria a justa separação entre o joio e o trigo.

Na história dos povos, podemos citar lições a respeito da arte política que, na opinião de Platão, é a "ciência de governar os Estados". Mas ele próprio retruca: "Uma ciência? Como pode uma ciência variar de um governante para outro mais do que variam os semblantes humanos? Em todo caso, "Platão escreveu sobre a política, afirma Pascal, como se escreve sobre a administração de um hospício de loucos".

Na definição de A. Capus – "a política tornou-se uma simples especialidade parlamentar; não é mais a arte de governar um Estado, mas a de ser eleito Deputado ou Ministro".

Não menos irônico em seu adjetivo é Oscar Ameringer, para quem "a política é a arte suave de obter votos dos pobres e fundos dos ricos, prometendo a cada grupo defendê-lo contra o outro".

No instante em que aqui nos reunimos na Assembléia Nacional Constituinte para editar a futura Constituição do Brasil, impõe-se que reflitamos, com pureza de consciência, se estamos realmente trabalhando pelo bem comum, pois, no sábio entendimento de Talleyrand, "na política, um erro é pior do que um crime".

Longe de nós, Sr. Presidente, a audácia de pretendermos fazer uma Constituição sob o timbre absoluto da perfeição. Mas podemos, isto sim, ordená-la dentro dos moldes formais e materiais, utilizando-nos do manancial de sugestões provindas das camadas sociais que neles expressam seus anseios e reclamam soluções possíveis para os problemas da difícil e angustiante transição que enfrentamos.

No Evangelho de Jesus Cristo (Ma. 13, 44-52), está escrito que "o Reino do Céu é como uma rede lançada ao mar": ela apanha peixes de todo tipo. Quando está cheia, os pescadores puxam

a rede para a praia, sentam-se e escolhem; os peixes bons vão para os cestos e os que não prestam são jogados fora.

Porventura – pergunto – não há semelhança da palavra de Deus com os trabalhos que estamos realizando nestes dias? As Subcomissões e as Comissões temáticas receberam sugestões de todo tipo e as examinaram e debateram, formando cada qual o seu parecer sobre o tema que lhe competia; enviaram-nas à Comissão de Sistematização. E eu, no momento em que profiro este pronunciamento, sinto-me honrado com a presença, nesta sessão, do eminentíssimo Relator, esta expressão viva da cultura jurídica brasileira, que é o nosso eminentíssimo Colega Constituinte Bernardo Cabral, cujos Membros, repito, a exemplo dos pescadores de que fala Jesus Cristo, selecionaram o que era matéria pertinente ao texto constitucional, e o que supunha regra jurídica que devia ser materializada nas legislações Complementar e Ordinária. Desse exaustivo trabalho, onde preponderou a inteligência e a cultura na Ciência do Direito em todos os ramos, fluiu o Projeto de Constituição em discussão plenária da Assembléia Nacional Constituinte.

Como afirmamos, não é um projeto perfeito e incensurável; apenas o reflexo de um esforço que procurou inserir, na medida do possível ao alcance da inteligência humana, anseios de uma sociedade que ela própria ponderou com fulcro no clima democrático e participativo, a si facultada pela primeira vez na história republicana do Brasil.

O SR. BERNARDO CABRAL: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JORGE ARBAGE: – Com muita honra, Constituinte Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL: – Eminente Constituinte Jorge Arbage, excluído o registro amável feito a meu respeito...

O SR. JORGE ARBAGE: – Justo, porém...

O SR. BERNARDO CABRAL: – Obrigado a V. Ex.^a... quero ressaltar a densidade do pronunciamento de V. Ex.^a, e numa síntese, cujo arcabouço é tão grandioso, V. Ex.^a consegue fazer uma análise dos nossos trabalhos, a partir das Subcomissões, das Comissões temáticas para chegar à nossa Comissão de Sistematização. Será que é um acaso, uma coincidência que, em um domingo, possamos reunir aqui para ouvi-lo, citando o preceito bíblico? Ou será que acaso e coincidência não são pseudônimos que Deus utiliza quando não quer assinar as suas próprias obras? Pois bem, Constituinte Jorge Arbage, V. Ex.^a consegue fazer justiça à palavra política, hoje considerada de forma tão reprovada; política, hoje, é sinônimo de tudo aquilo que não convence o povo brasileiro. Tomou-se até difícil para os que são sérios entrarem na política. E aqueles que não entram e que a ela não buscam, esquecem-se de que a omissão dos bons representa a conquista dos maus.

Sr. Presidente e Sr. Constituinte Jorge Arbage, este Parlamento é um Parlamento sério, em que pese dizer que, nesta Casa, não se trabalha. Aí estão os Seguranças, os Taquigrafos, os Constituintes, num domingo que seria melhor dedicado aos seus familiares, e nós estamos aqui para dedicá-lo ao povo brasileiro! Quero cumprimentá-lo, Constituinte Jorge Arbage, menos pela amizade que há entre mim e V. Ex.^a, mas pelo respeito com que V. Ex.^a está utilizando a tribuna.

O SR. JORGE ARBAGE: – Agradeço as palavras de V. Ex.^a, nobre Constituinte Bernardo Cabral.

Minha posição nesta augusta Casa do povo brasileiro tem sido sempre a de defender o trabalho que aqui realizamos.

Durante doze anos, nesta mesma tribuna, fui alvo de críticas justas e injustas, mas em nenhum momento senti que essas críticas, por fortes e contundentes que fossem, pudesssem desestimular a minha luta e a minha vontade de servir à causa comum do povo brasileiro.

V. Ex.^a citou se era coincidência ou não o pronunciamento que faço, e eu diria a V. Ex.^a que há uma coincidência extremamente colossal no texto deste pronunciamento; é que o Evangelho de hoje aqui citado coincide exatamente com a realização dos trabalhos que empreendemos nesta Assembléia Nacional Constituinte. Vejo, às vezes com certo constrangimento e até com tristeza, quando se formalizam críticas ao trabalho da Comissão de Sistematização, especificamente, pretendendo insinuar que V. Ex.^a não produziu aquele texto constitucional que seria o reflexo do anseio do povo brasileira. Não é verdade. Na medida do possível e da sua limitação humana, V. Ex.^a fez o que faria qualquer jurista, ainda que se admitisse – e apenas digo isto para argumentar – acima da capacidade de V. Ex.^a.

Portanto, Sr. Presidente, como afirmamos, não é o projeto perfeito e incensurável.

Dante do quadro em que nos posicionamos, resta-nos compreender a importância da advertência com relação ao papel da classe política na atual conjuntura. Precisamos fazer algo por onde desmentir os conceitos desprimatorios sobre nossas formas de comportamento, mostrando ao povo que temos consciência do sagrado dever a cumprir com o povo e o Brasil.

Façamos, pois, para concluir, o exemplo de Salomão, que pediu a Deus um coração dócil, capaz de governar seu povo e de distinguir entre o bem e o mal. E certamente – por que não? –, ouviremos de nosso Deus as mesmas palavras:

"Porque me pediste isso e não pediste nem longa vida, nem riqueza, nem a morte de teus inimigos, mas sim sabedoria para praticar a justiça, vou atender teu desejo: dou-te um coração tão sábio e inteligente como nunca houve outro igual antes de ti, nem haverá depois". (2 Rs 3, 5.7-12)

Neste momento histórico em que escrevemos a Carta política deste País, precisaríamos mais do que sabedoria e inteligência para cumprir com dignidade e justiça a confiança que o povo nos outorgou? Creio que não!

Outro assumo, Sr. Presidente: a carta que transcrevo, neste pronunciamento, é subscrita por uma jovem paraense, de 13 anos de idade; seu nome – Jane Teresa Soares. Nesse documento, Jane materializa de modo bastante singular sua preocupação com o que ocorre atualmente na vida sócio-econômica do nosso País.

Fiquei sensibilizado com a inteligência dessa jovem, sobretudo quando aborda o tema econômico mais polêmico nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, para concluir formulando este apelo:

"Ajude os que trabalham e lutam, pois tenho certeza que eles só querem o bem do

Brasil; não deixem aprovar a diminuição das horas de trabalho, a estabilidade e outras coisas que vão prejudicar a livre iniciativa, que é a coisa mais bela de nossa democracia ainda tão frágil."

Sem dúvida, Sr. Presidente, a carta de Jane Teresa Soares, além de alto valor histórico, pois revela o interesse participativo da juventude brasileira no anseio de uma Carta fundamental justa e democrática, traz em seu texto uma mensagem bastante oportuna, para ser objeto de reflexão neste momento importante da transição nacional.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE ARBAGE EM SEU DISCURSO:

Belém, 10 de julho de 1987

Exmo. Sr.
JORGE ARBAGE
MD. Deputado Constituinte
Gabinete 534 – Anexo 4
Câmara dos Deputados
70000 – Brasília – DF

Meu amigo Constituinte:

Meu nome é Jane e tenho 13 anos de idade. Escrevo esta para lhe confessar que estou muito preocupada com meu paizinho, pois ele anda muito nervoso e nós diz que está temeroso pelo futuro do Brasil. Meu pai sempre foi um industrial, que embora de pequeno porte, já fabrica móveis há bastante tempo. Sabe, ele faz móveis para hospitais e escolas, e também foi o primeiro a fabricar aqui neste Estado, eu ainda não era nascida, em 1954, ele começou a fabricar numa garagem, pois não tinha dinheiro. Ele sempre ajudava na oficina os operários que trabalhavam com ele, nas horas em que não estava nas ruas fazendo vendas. E o senhor sabe, tem ainda alguns empregados, daquele tempo, que continuam com ele, e aqueles que saíram, ou foram para outras firmas, ou se estabeleceram como microempresas, até hoje fazem questão de cumprimentar meu paizinho onde eles o encontram e, às vezes, vêm nos visitar.

Escrevo para o Senhor, porque meu pai diz que o que estão querendo aprovar nesta Constituinte vai destruir a livre iniciativa, porque vai igualar os que querem bem ao País, a seus empregos e a seus patrões, com aqueles que nada querem como trabalho e vivem de expedientes, muitos até desonestos, prejudicando seus próprios companheiros.

Senhor Constituinte, não vote a favor de tal estabilidade, porque os preguiçosos vão ser beneficiados. Meu pai acorda muito cedo todos os dias, o Senhor sabe, até nos feriados, para ter tempo de ler os jornais e poder comentar e discutir depois nas entidades, como Associação Comercial, Centro das Indústrias, CDL, no Sindicato Patronal do Ferro, onde ele agora é Presidente. Como o Senhor vê, ele dá muito do seu tempo nessas entidades, onde nada ganha, só para tentar com outros empresários ajudar e ainda arranja um tempinho para o Rotary Clube; o Senhor sabe, é aquele clube que diz "que se deve dar de si sem pensar em si".

Senhor Constituinte, nós aprendemos no colégio que o Brasil é nossa terra e que devemos

amá-lo, não entendo como tantos como o Senhor, que deveriam ser os "país da Pátria", ainda estão em dúvida, sobre a nova Constituição.

Não deixe, nem o Senhor, nem seus companheiros Constituintes, que se faça tal barbaridade com nossa querida terra, nossa Constituinte deve ser uma Carta pura, sem demagogia, sem defender a preguiça. Meu pai trabalha mais de 12 horas, todos os dias, e nem por isso está doente.

Eu acho, Senhor Constituinte, que o Brasil precisa de trabalho e muito, para nós conseguirmos pagar as nossas dívidas e não sermos caloteiros, perante os outros países, porque nós não gostamos também das pessoas que não trabalham e vivem pedindo as coisas para nós.

O Senhor sabe, no meu colégio eu sou uma das primeiras alunas da minha classe, porque eu desde pequenina aprendi em minha casa que o trabalho e o estudo significam a pessoa; mesmo na Sagrada Escritura, o Menino Jesus já ajudava seu pai, carpinteiro, na oficina. Assim eu lhe peço, em meu nome, da minha irmã June e do menorzinho Leonardo, e das crianças do Brasil: ajude os que trabalham e lutam, pois tenho certeza que eles só querem o bem do Brasil, não deixem aprovar a diminuição das horas de trabalho, a estabilidade e outras coisas que vão prejudicar a livre iniciativa, que é a coisa mais bela de nossa democracia ainda tão frágil.

Um beijo, e em minhas preces, ao Bom Jesus e a Nossa Senhora de Nazaré, vou pedir que o ilumine e recompense, assim como a sua família. – Jane Teresa Soares. – Av. Almirante Barroso, 4.833 – Souza. – 66600 – Belém – Pará.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Ivo Mainardi, para discutir o projeto.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB – RS-Para discutir): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes;

Volto, mais uma vez, a esta tribuna para, neste belo domingo, por sinal, trazer à discussão, ao debate, dois assuntos que julgo também de singular importância e que foram devidamente tratados nas Subcomissões, nas Comissões Temáticas e felizmente agora se encontram inseridos no Projeto de Constituição. Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ao problema do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e também da reforma agrária, da política agrícola e fundiária.

Início dizendo que, com muito orgulho e com muita honra, participei, como suplente, da Subcomissão do Judiciário e do Ministério Público e, depois, na Comissão Temática dos Poderes e lá tive oportunidade de discutir, debater, apresentar emendas ao grave problema que vive o País com relação à Justiça.

Felizmente, vejo no Projeto de Constituição, como advogado que sou e como promotor de justiça vejo, neste projeto, um espaço que o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública abriram. Felizmente, os Constituintes que participaram daquela Comissão foram sensíveis. E quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar, neste momento, o culto, o nobre e ilustrado Relator Constituinte Bernardo Cabral, que se encontra aqui presente, pela oportunidade de colocar, de fazer inserir no Projeto de Constituição esse espaço aberto pela Justiça brasileira na nossa Constituição. E não poderia ser diferente, Srs. Consti-

tuintes, porque vivemos, realmente, na vida judiciária deste País, um momento muito difícil.

Apenas para mostrar a importância desse espaço, quero citar dois fatos que precisam e que nós, como advogados, que temos assento nesta Casa, temos a maior responsabilidade, Constituinte Bernardo Cabral. Cito os exemplos de São Paulo e da minha terra, o Rio Grande do Sul, Porto Alegre, devido aos mecanismos, aos instrumentos existentes, hoje, na legislação brasileira – a nossa Justiça está emperrada. A Polícia no nosso Estado, no Rio Grande do Sul, no ano passado, entregou ao Poder Judiciário vinte mil – vejam bem – vinte mil inquéritos de trânsito prescrito. Nessas vinte mil inquéritos prescritos, entregues à Justiça de Porto Alegre, havia pessoas que morreram, que foram feridas. E quem é o responsável por isso aí? Aquele pai, aquela mãe, aquele irmão que perdeu o seu ente querido vê a Justiça brasileira se arrastando como a preguiça no mato, e parece que ninguém é responsável por uma situação desta.

Eu me regozijo, Srs. Constituintes, por esse espaço aberto aqui e, se Deus quiser, na futura Constituição, haveremos de encontrar uma saída para agilizar esta nossa justiça. Agora, passem: em S. Paulo, só na Capital do Estado, se hoje acontecesse um milagre e não se cometesse mais nenhum homicídio, nenhum crime da competência do Tribunal do Júri; se a partir de hoje não se cometesse mais nenhum homicídio ou crime da competência do Tribunal do Júri, só a Capital de São Paulo levaria dezenove anos e oito meses para julgar os processos em andamento.

Estou preocupado em encontrar mecanismos e instrumentos para fazer com que a nossa Justiça seja mais ágil e possa resolver esses problemas. Mas Santo Deus, dezenove anos e oito meses para julgar os processos que estão em andamento, na Capital de São Paulo, parece até inverdade, mas é a crua realidade. Esse milagre, tenham certeza V. Ex.^a, não vai ocorrer, principalmente agora, quando parece que as ondas de crime aumentam diuturnamente.

Eu, como Promotor da Justiça e Advogado, nós, que temos assento nesta Casa, temos a grande tarefa e a alta responsabilidade de fazer inserir nesta Constituição instrumentos capazes de resolver essa situação. Vejo aqui, para gaúcho nosso, que o nosso Constituinte foi sensível. Quando abro o Projeto de Constituição, no Capítulo IV – Do Judiciário; quando manuseio o Projeto de Constituição, no Capítulo V – Do Ministério Público; quando leio o Capítulo VI – Da Defensoria Pública, eu me regozijo, porque sinto e vejo que o meu esforço, somado ao dos colegas que participaram daquela Comissão, não foi em vão.

Se é verdade que, na Ordem Econômica tivemos um retrocesso, se é verdade que com relação à Reforma Agrária, à Política Agrícola e à Fundiária não caminhamos para a frente e sim para trás, quero dizer, aqui, ilustre Relator Bernardo Cabral, que quanto ao Judiciário, ao Ministério Público, à Justiça, enfim, nós avançamos, nós andamos. Queira Deus que, ao final, quando outorgarmos esta Carta, estes artigos que aqui estão inseridos continuem; caso contrário, não saberei como voltar ao Rio Grande do Sul, como lá chegar e a explicação que darei. Se isso não acontecer, em Porto Alegre, a Polícia haverá de continuar entregando vinte mil inquéritos prescritos ao Poder

Judiciário e, em São Paulo, sem querer citar outros exemplos, a Justiça continuará levando vinte anos ou dezenove anos e oito meses para julgar os processos em andamento sem que, a partir de hoje, ocorra mais um crime.

Por isso, venho a esta tribuna hoje, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não para criticar, mas para elogiar, para dizer que estamos caminhando certo, pelo menos dentro do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, enfim, dentro da Justiça.

Se é verdade que estamos caminhando de ré, para trás na Ordem Econômica, pelo menos estamos avançando dentro do Poder Judiciário.

O SR. WILSON MARTINS: – Permite V. Ex.^a um aparte, nobre colega?

O SR. IVO MAINARDI: – Ouço o aparte de V. Ex.^a, nobre colega.

O SR. WILSON MARTINS: – V. Ex.^a tece considerações muito oportunas sobre o capítulo do Poder Judiciário, que se baseia no tripé juiz-promotor defensor público, e fala do congestionamento do Poder Judiciário nos dias atuais, ao mesmo tempo que espera que o capítulo do Ministério Público permaneça como se encontra, para que esse congestionamento tenha um final. Ora, nobre colega, ilustre Constituinte, tenho examinado esse capítulo, como os demais, com a atenção com que toda a Casa examina o projeto que discutimos nesta hora. Vejo que as regalias, na verdade, aumentaram, vejo que há dispositivos que são elogiáveis, como esse que dá autonomia a esses organismos;

mas, ao mesmo tempo, receio, nobre colega, que essa agilização do Poder Judiciário não se faça como num passe de mágica, nos termos em que V. Ex.^a coloca o problema. Por isso mesmo, creio que devemos reexaminar esse capítulo; temos que colocar toda a nossa atenção no sentido de fazer com que esses presos – a que se refere V. Ex.^a que são todos os presos do Brasil – tenham julgamento mais célere e que à Justiça se desempre. Na verdade, essas queixas contra a Justiça, contra o mau despacho, sobretudo contra o real emperramento dos processos, eu as ouço desde que me formei. E não são apenas do meu tempo, são de um tempo muito anterior ao nosso. Se formos examinar a literatura forense, vamos verificar que Voltaire, já no seu tempo, fazia terríveis críticas contra o emperramento da Justiça. Então, creio que V. Ex.^a aborda com muita felicidade o problema e coloca para esta Casa um desafio temos, ao aprovar esse capítulo da nossa Constituição, que procurar uma solução verdadeira para o problema do congestionamento forense. Muito obrigado, nobre colega.

O SR. IVO MANARDI: – Agradeço o aparte do ilustre colega, para dizer que, se é verdade que nesse Projeto ficou assegurada a autonomia funcional, administrativa e financeira, não só do Poder Judiciário, mas também do Ministério Público, esta autonomia funcional, administrativa e financeira, é reservada, é fiscalizada pelo Poder Legislativo.

Porque entendo, nobre colega, que como estava ou como está não poderá continuar. O Poder Judiciário, o Ministério Público precisam, para agilizar o problema da Justiça brasileira, de certa autonomia funcional, administrativa e financeira,

sem o que, não conseguiremos agilizar o problema da nossa Justiça.

Não concebo, por exemplo, ilustre colega, pelo menos no meu Estado era assim, quando eu era Deputado Estadual: ao final de cada ano, eu achava humilhante um Magistrado, um Desembargador, um presidente de Tribunal vir aos corredores da Assembléia do Rio Grande, de chapéu na mão, quase que de joelhos, a implorar ao seu Deputado que lhes concedesse o aumento que estavam mendigando. Não podia conceber que um membro do Ministério Público um Procurador do Estado, um Juiz ou um Desembargador fosse lá pedir esmola, no sentido de que fosse aprovado esse ou aquele cargo, esse ou aquele aumento. Pelo menos no meu Estado, isso acontecia anualmente.

Pelo texto do Projeto de Constituição, estamos dando autonomia, mas também fiscalizando, porque o Poder Legislativo – as Assembléias Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal – têm o dever e o poder, segundo consta no nosso projeto, de fiscalizar essa autonomia funcional, administrativa e financeira.

Por isso, Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento – porque sei que meu tempo está esgotado de há muito – dizendo que espero deste Plenário, quando do exame desta matéria, a aprovação destes artigos, dando não só autonomia, mas principalmente e acima de tudo o poder, a forma, o instrumento e o mecanismo para que possamos agilizar a nossa Justiça aqui no Brasil.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Ivo Mainardi, o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Ivo Mainard, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Paulo Delgado, para discutir o projeto.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes

O que nos leva a ocupar esta tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores é, não só cumprir o Regimento que estabelece este momento para o debate dos temas constitucionais, mas, principalmente tentar, através do debate aberto e em Plenário sensibilizar Deputados e Senadores Constituintes para aquilo que entendemos ser insuficiências ou aspectos que mereceriam ter novo tratamento no Projeto de Constituição e na futura Constituição brasileira.

Sem prejuízo dos aspectos extremamente avançados que o anteprojeto produzido até o momento apresenta, entendemos, o Partido dos Trabalhadores, que a Constituição brasileira precisa estar claramente voltada para os problemas emergenciais da nossa sociedade nesse aspecto preocupa-nos muito aquilo que nos parece ser uma tendência majoritária neste Congresso Constituinte que é a de produzir, ou de se procurar produzir, um texto constitucional que seja uma **fotografia** da sociedade brasileira. E nós entendemos que

se estivermos dispostos a fotografar, simplesmente, a sociedade brasileira, produziremos uma Constituição em preto e branco, mal revelada, e que vai fotografar a injustiça, a miséria, a violência, a exclusão social da maioria e a incapacidade histórica das classes dominantes entenderem a importância da incorporação desse povo no processo político e na cidadania plena.

Fotografar a sociedade brasileira é querer uma Constituição que seja um mero reflexo dessa sociedade, é querer uma Constituição inadequada. Entendemos – e estamos abertos à discussão neste plenário e com todos os Deputados e Senadores Constituintes – que a nova Constituição brasileira deva ser, na verdade, uma **ferramenta** para transformações que estão a requerer essa sociedade e que, comparativamente aos povos e às sociedades, com a mesma historicidade com o mesmo tempo de implantação, já iniciaram o processo de modificação, iniciaram um processo de modernização que estamos ainda a necessitar. Queremos, então, uma Constituição que não seja uma fotografia da realidade brasileira, mas que procure ser um instrumento, uma Constituição ferramenta, uma Constituição que possa servir de alavanca para as transformações sociais de que estamos necessitando com urgência neste País.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, as críticas que este Projeto de Constituição vem recebendo, nós, do PT, não temos nenhuma dúvida em reconhecer; são críticas muito mais feitas àquilo que este Projeto apresenta de positivo do que críticas ao que apresenta de inadequado à realidade atual. Pensamos que, além do reconhecimento de que este Projeto avance, seja pela natureza popular, descentralizada e democrática como começamos a discutir o Projeto de Constituição, seja pela substância de algumas resoluções que estão aqui contidas, esse projeto precisa ser mais aperfeiçoado do que modificado integralmente.

O Partido dos Trabalhadores, que apresentou um projeto de Constituição a este Congresso Constituinte tem, segundo o ponto de vista da nossa Bancada, o dever de apontar insuficiências, sem prejuízo daquilo que merece o nosso aplauso, que precisam ser aperfeiçoadas, a nosso ver, e que estaremos trabalhando e estaremos abertos para discutir, negociar onde for preciso, conquistar onde for possível, lutar por aquilo que possa servir a uma nova Constituição, para que o nosso povo possa avançar em direção a uma vida mais digna.

Já no início deste anteprojeto de Constituição brasileira, entendemos que merece aplauso e deve ser mantida a forma como se escreve e se assegura a concepção inovadora do que seja a finalidade do poder numa sociedade democrática. E aí, logo nos primeiros artigos – e segundo nós, do Partido dos Trabalhadores, pensamos, é origem de tantas críticas do Projeto – já nos primeiros artigos, temos claramente definida a soberania popular como o princípio fundamental que assegura a estabilidade da ordem democrática. O poder não mais exercido em nome do povo, mas o poder exercido com o povo é uma modificação substancial e que demonstra a sensibilidade para perceber que, nos últimos anos neste País, especialmente a partir dos últimos 20 anos, a despeito da grande pressão autoritária sobre a sociedade, o que tivemos? Um desloca-

mento do poder de cima para baixo e a emersão do povo consciente na História da cidadania brasileira. Não poderia ser diferente um Projeto de Constituição não identificar essa emersão do povo na História. E já em artigos seguintes o Estado passa a ser visto como instrumento da soberania do povo, o Estado começa a perder a característica de sufocador da soberania do povo e passa a ser instrumentalizado pelo povo para se exercer a sua soberania.

Mas pensamos, Srs. constituintes e Sr. Relator, que está presente, neste momento, aos nossos debates, nós, do Partido dos Trabalhadores, entendemos que, numa sociedade democrática – a experiência brasileira dos últimos anos tem isso demonstrado – que há uma urgência de se definir isso, em termos constitucionais. Na sociedade democrática, precisamos ter claramente definido, e constitucionalmente também, o direito de resistência.

Entendemos que um povo precisa ter isso constitucionalmente definido, sob pena de qualquer manifestação de indisposição com a norma vigente tornar-se uma ruptura de consequências intranquilizadoras, especialmente, não para o Estado, mas para o conjunto da população. É preciso que o texto constitucional incorpore a idéia moderna do direito de resistência quando tivermos claro descumprimento das normas democráticas, quando tivermos claros desrespeitos aos princípios fundamentais da pessoa humana, de que o Brasil é signatário no plano internacional e que deve fundamentar a possibilidade de qualquer cidadão se insurgir contra o descumprimento de tais princípios.

Na questão do processo legislativo, a par de avanços já incorporados na possibilidade de emendas populares, entendemos que a Constituição tem que ser claramente um instrumento do rompimento do monopólio da ação legislativa, que hoje é detido pelos setores políticos nos planos municipal, regional e federal.

A grande experiência que temos obtido na História recente do Brasil é que a lei é produto do movimento popular organizado, que gera a sua necessidade e que rompe com a norma ultrapassada. Incorporar na Constituição brasileira a possibilidade do direito popular de legislar, pela iniciativa conjunta de cidadãos organizados, é apontar a Constituição brasileira no caminho da modernidade de sociedades mais avançadas, que é onde o Brasil tem que se inspirar, não para copiar o preceito constitucional, mas com o objetivo de avançar no processo de modernização da nossa sociedade, para que a população possa ser incorporada como sujeito da História, com plena cidadania assegurada.

Além disso, entendemos que não é possível deixar de haver na Constituição brasileira o pleno direito de interpelação, o pleno direito do cidadão, seja como pessoa física, jurídica, seja como pessoa política, o cidadão individualmente ou o cidadão visto de forma coletiva, de interpelar os homens públicos e terem também o direito de receber a resposta dos homens públicos. Precisamos acabar, no Brasil, com uma certa tradição que é patriarcal, é estamental, é passada, é imperial, de que se dirigir ao Estado é profanar o poder; se dirigir ao homem público é profanar o poder do homem público. É preciso acabar com essa distinção que temos ainda na sociedade brasileira,

que faz com que o ato do homem público nunca esteja sob suspeição, quando o princípio democrático é, exatamente, a suspeição sobre o ato do homem público, com a possibilidade de, através da suspeição democrática definida em canais previamente organizados, o poder popular possa se manifestar, o homem público poder aperfeiçoar as suas decisões, poder aperfeiçoar os seus atos, poder corrigir equívocos e poder, inclusive, ser demolido do poder se nele estiver ocupando de forma autoritária, imprópria ou inadequada àquilo que estabelecem as normas de convivência democrática.

Além disso, não haverá possibilidade de termos uma sociedade democrática – e, aí é um aspecto, que este Projeto de Constituição, a nosso ver, Srs. Constituintes e nobre Relator, escusa entrar numa das questões cruciais para a sociedade brasileira, que é a definição democrática do que seja o papel das Forças Armadas. Nós, do Partido dos Trabalhadores, entendemos que, apesar da complexidade crescente das sociedades ocidentais, a democracia se faz, numa sociedade como a nossa, com a desmilitarização do Poder. Isso, a nosso ver, significa assegurar o papel profissional das Forças Armadas, de tal forma que os militares sejam responsáveis pela defesa das fronteiras nacionais mas não possam ter o poder, não possam ter o direito de interferir nas questões internas, sendo quase que um quarto poder da República brasileira. Entendemos que a manutenção das polícias militares, como forças de reserva do Exército para fins de mobilização, aumenta o processo de militarização da vida pública. Vimos na Subcomissão, quando esse tema foi discutido, que existem propostas – felizmente ou sensatamente foram derrotadas – que procuravam dar às polícias militares competência para instalar o inquérito policial, tirando da Polícia Civil o papel de polícia judiciária. Conseguimos derrotar isso na Subcomissão não por termos os votos necessários para isto, mas porque os que queriam dar mais esse papel às polícias militares não conseguiram os votos necessários para aprovar. Logo, a possibilidade de isso retornar em forma de emenda, e de termos essa discussão novamente, é grande. E nós, do Partido dos Trabalhadores, entendemos que não pode haver dúvida sobre essa questão. Na verdade, a sociedade precisa de mecanismos em que a população possa ter nas Forças Armadas uma ligação de solidariedade, uma ligação de envolvimento democrático. Entendemos que os militares não podem ter esse papel separado da vida nacional, esse papel de fiscalizadores da vida nacional, porque não é um papel que os incorpore democraticamente na vida pública.

Na questão dos partidos políticos, a posição que o meu Partido defende, objeto de inúmeras emendas apresentadas na Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, é a de que os partidos não podem ser, como o texto do anteprojeto ainda apresenta, instituições ligadas ao poder do Estado. Os partidos são entidades da sociedade civil que devem receber os votos da população para continuarem existindo, e no caso de não receberem, devem desaparecer por vontade da maioria da população. A vinculação de partidos à Justiça Eleitoral, a vinculação de partidos à estrutura de poder do Estado impede a oxigenação da vida partidária, impede a oxigenação da vida

política nacional, segundo entende o Partido dos Trabalhadores.

Além disso, precisamos introduzir e manter alguns aspectos que já estão presentes nesse projeto, que asseguram, que se o povo, tem o direito de eleger, ele tem que ter também o direito de cassar o mandato daqueles que o traem ou fraudam sua vontade, após as campanhas eleitorais. É preciso acabar de uma vez por todas, com a possibilidade permanente a frustração do eleitorado nacional. A reserva de frustração com os políticos, já foi dito aqui pelo Senhor Relator, chegou praticamente ao fim. Precisamos incorporar na legislação partidária, na legislação eleitoral, formas democráticas que assegurem ao eleitor – o dono do voto, logo, o dono da soberania – a capacidade de controlar os seus eleitores. É aí precisamos enfrentar claramente uma certa concepção da cultura política nacional, que vê o voto como outorga de poder e não como poder partilhado, a ponto de alguns Constituintes entenderem que o mandato lhes pertence e esquecem que o mandato pertence a quem é dono da soberania do voto, que é o eleitor a partir do momento em que vota.

Ao introduzir esse tipo de mecanismo na nova Constituição brasileira, nós estaremos assegurando; pensamos nós, do Partido dos Trabalhadores, condições de que a grande massa de desiludidos se incorpore à política e comece a participar da vida pública de forma democrática, de forma aberta, não ressentida, porque é a forma que temos para fazer avançar o sistema eleitoral brasileiro.

Além disso, Sr. Presidente, não haverá nenhuma possibilidade – e aí temos um dos aspectos que a nosso ver é dos mais avançados neste Projeto de Constituição – não teremos nenhuma possibilidade de uma sociedade democrática se não tivermos leis auto-aplicáveis, se não tivermos a eficácia imediata da norma. E, aí, o mandato de injunção – que é uma inovação no texto constitucional, é uma inovação, a nosso ver, na tradição constitucional brasileira –, pode significar e assegurar à população deste País, organizada ou individualmente, a condição de se tornar sujeito da ação política e cidadão de pleno direito. É um dos aspectos que devem ser mantidos e ampliados no Projeto de Constituição para todos os setores da vida política nacional, germinando normas legais e procedimentos democráticos no plano regional, no plano municipal e no plano nacional.

Sr. Presidente, são vários os aspectos do Projeto Constitucional que nós, do Partido dos Trabalhadores, gostaríamos de comentar, mas não podemos fazer em prejuízo de outros colegas que também querem apresentar suas opiniões.

Gostaríamos de lamentar – mas entendemos que este é um dos momentos da discussão que ainda não se esgotou e que fatalmente teremos que chegar a normas mais avançadas para este texto constitucional – que na questão da política agrária não se tenha incorporado a fixação do módulo máximo para efeito de reforma agrária. Sem o módulo agrário é fraude falar em reforma agrária. Entendemos que não só as terras improdutivas devem ser objeto da reforma agrária, mas mesmo as terras produtivas, se ultrapassarem um determinado número de módulos, com determi-

nada extensão, elas são anti-sociais, pois produzem para a acumulação privada.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente, mas continuarei, na próxima sessão.

(Muito bem! palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Adroaldo Streck, para discutir o projeto.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes:

Há poucos instantes, quando falava o nobre Constituinte Jorge Arbage, ouvi um aparte do companheiro Constituinte Bernardo Cabral. S. Ex.^a dizia o seguinte: "Política é sinônimo de tudo aquilo que não convence o povo brasileiro".

Concordo com o nobre Constituinte Bernardo Cabral, mas gostaria que cada um de nós batesse no peito, em função disso, assumindo a sua parcela de culpa pelo fato de isso estar acontecendo em nosso País.

O Projeto que aqui está e que dizem ser um mau Projeto, não é nada mais do que a média da opinião pública brasileira aqui representada. Afinal de contas, no dia 15 de novembro do ano passado, não elegemos no Brasil deputados suíços, mas deputados brasileiros, oriundos de todas as classes sociais, que vieram produzir um documento que é exatamente a feição do povo brasileiro.

Infelizmente, a classe política, às vezes, tem medo de dizer estas coisas, tem um certo temor de se posicionar perante a realidade brasileira, mas creio ser este aqui o fórum adequado para se dizer, inclusive, algumas coisas que a própria opinião pública brasileira não gostaria de ouvir.

Este Projeto de Constituição, refletindo ainda a média da opinião pública brasileira, é um projeto de direitos, como se a nossa vida fosse constituída exclusivamente de direitos. Sabemos que temos muito mais responsabilidades e mais deveres do que propriamente direitos, e quantas vezes tenho eu, aqui, recebido pessoas que me vêm pedir que coloque uma palavrinha, lá no artigo tal, que vai beneficiar alguém de sua família. Isto tem acontecido comigo, aqui, e imagino que também com outros Constituintes; e pergunto: O que é isto? É a forma, a maneira de proceder viciada do brasileiro, que, mesmo numa circunstância como esta, de um texto para ficar a vida inteira, se Deus quiser, e vêm aqui pedir que se coloque uma palavrinha lá no texto, porque vai beneficiar a alguém de sua família ou a alguém do seu relacionamento e de sua amizade.

Somos de tal maneira exclusivistas que, até vou lembrar aos senhores um exemplo de um orador que se referia à necessidade de quem tem que dar a quem não tem; e dava exemplos: quem tiver dois automóveis, que abra mão de um; quem tiver cem hectares de terra, que dê cinqüenta e quem tiver duas casas, que dê uma – até que alguém, lá do Plenário, perguntou: "E galinhas?" E ele disse: "Galinhas, não, porque eu tenho".

Essa é, infelizmente, a mentalidade do brasileiro que precisa mudar. Há ainda o exemplo daquele brasileiro feliz com o advento do comunismo porque, somando o que ele tem e com o que iria receber, ficaria numa situação muito boa; ou seja, somos ótimos na medida em não somos obrigados a dar nada de nós para melhoria de um pro-

cesso de vida como esse que levamos aqui, no Brasil.

Entendo que uma Constituição como esta não tem que privilegiar ninguém; ela tem que instrumentalizar o povo, e não como pensava, um dia desses aí, um companheiro, para que se colocassem necessidades mínimas de obrigações do Governo para com o povo. E chegariam ao extremo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de colocar que o Governo talvez devesse dar cinco quilos de macarrão para cada brasileiro, e uma caixa de cerveja, se possível, gelada. Chegariam a isso, diante dessa mentalidade que muita gente tem a respeito de um texto constitucional. Então, o que imagino, é que não se dê nada, mas que se instrumentalize o povo para que cada um possa comprar não cinco quilos de macarrão, mas cinqüenta; e não uma caixa de cerveja, mas muitas. É este o caminho que sinto que devemos trilhar nesta Constituição, muitas vezes, passando até por cima de interesses de pessoas conhecidas e amigas, com quem se mantém relacionamento a vida inteira: eu mesmo quero dizer a V. Ex.^{as}, não uma, mas muitas vezes, fui procurado, aqui, para defender, em Plenário, alguns interesses de grupos. E eu quero lhes dizer o seguinte: eu compro a inimizade de quem quer que seja, mas não defendo aquilo que não esteja de acordo com a minha consciência, porque acho que para cada um de nós o mais importante será sair daqui com a consciência tranquila, sabendo que cumpriu com a sua responsabilidade, ainda que isso possa nos colocar em confronto com os interesses de algumas pessoas com quem mantemos relacionamento.

Eu ainda penso que neste texto devem ficar claras algumas questões, como a reforma agrária. Eu tenho lido o texto e acho que está ambíguo demais. Reforma agrária é uma coisa tão séria que daqui a pouco nós levará a um confronto nacional. Essa teoria do foquismo levanta alguma coisa no Rio Grande, levanta no Norte – se multiplica de tal maneira que, daqui a pouco, nos levará, repito, a um confronto nacional. E eu tenho medo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de que se nós não colocarmos dentro desse texto, muito claro como é que essa reforma agrária deverá ser feita, num prazo de dois ou três anos, mais ou menos, vamos nos incomodar muito e vamos ter problemas insuperáveis neste País. Por exemplo, eu sou visceralmente contrário à figura do Incra – já tenho dito aqui – que é um cabide de emprego. O pessoal do Incra não tem a mínima noção do que seja produzir e vive criando confusão. Então, para uma reforma agrária, como imagino, esses organismos que fazem esse processo de agitação sem nenhum efeito prático, eles devem ser colocados à margem ou até extintos, e temos que apelar, no caso da reforma agrária, para instituições sérias, que têm conhecimento de causa, que atuam no setor há muito tempo, como é o caso da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

Pergunto: por que se desativou, de tal maneira, a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, que já foi um organismo que dominou a cena agrária? Porque todos os fiscais do Banco do Brasil conhecem quem é do ramo, quem quer trabalhar, quem quer produzir. Eu sei disso porque sou de uma região de minifúndio, onde os fiscais do Banco do Brasil estão ali o dia inteiro, fiscaliz-

zando, olhando, e às vezes até incentivando aqui um agricultor que peça mais dinheiro, porque ele é bom. Entendo que, neste particular, devamos, talvez, colocar no texto constitucional – estou fazendo um estudo neste sentido – um dispositivo criando o Crédito Fundiário; acabando com qualquer tipo de protecionismo seja lá de que tipo for. Quem tomar alguma terra, mesmo terras do Governo, terá que pagar, terá que dar a recompensa, porque qualquer coisa que se receba de graça não tem valor.

Então, é esse o mecanismo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que estou estudando para ver até que ponto poderemos colocar, eu não sou pelo detalhismo, mas aqui, sim, tem que ser detalhado o fixo.

Estou estudando uma forma de emendar o texto e deixar bem claro como será essa reforma agrária, o trabalho, o empenho que cada um que queira produzir terá de ter para ser proprietário rural. Porque, da forma demagógica como a coisa está sendo colocada aí – coitadinho aqui, coitadinho ali – dentro de um regime normal, imagino que não vão existir coitadinhos, vão existir pessoas mais eficientes, mais aplicadas, ou pessoas menos aplicadas que, consequentemente, terão que pagar pelo fato de serem preguiçosas, ociosas e de não terem o orgulho do seu futuro.

Entendo que tem que ficar muito claro nesse texto constitucional quem é que vai executar essa política agrária, porque, a partir do momento em que estiver tudo certo, estabelecido aqui por este Plenário como é que vai ser feita essa reforma agrária, não vamos permitir mais ingerência política nem de direita nem de esquerda, como todo mundo quer. Aí vai ser uma questão técnica, que vá ser entregue para a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil ou para o sistema cooperativo, enfim, com verbas votadas e oriundas desta Casa. Mas nunca como estamos vendo hoje: de um lado, a esquerda, com os padres de passeata; e, do outro, a UDR, como agora no meu Estado, no Rio Grande do Sul, ameaçando dar tiro, matar e fazer justiça pelas próprias mãos. Mas quem é essa gente para fazer justiça pelas próprias mãos, aqui, neste País? Afinal de contas, vamos passar um atestado de país selvagem, sem justiça?

O SR. PAULO MACARINI: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADROALDO STRECK: – Pois não!

O SR. PAULO MACARINI: – Gostaria, inicialmente, de fazer um reparo ao pronunciamento de V. Ex.^a, quando menciona que foi desativada a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

O SR. ADROALDO STRECK: – Desativada, não: ela não tem mais a importância que teve em épocas passadas.

O SR. PAULO MACARINI: – Graças à administração do Dr. Sebastião Rodrigues e da sensibilidade do Governo, nunca se emprestou tanto dinheiro ao pequeno e ao médio produtor e às cooperativas deste País, como na safra agrícola de 1986/87, tanto que resultou, também aliada aos fatores climáticos, na maior produção de grãos deste País. No que tange à reforma agrária, propriamente dita, gostaria de dizer a V. Ex.^a que não sou partidário da História de que se deva dar ao agricultor a casa, o refrigerador, o fogão

a gás, a área cercada, o financiamento, tudo isto. Quero dizer aqui, por exemplo, que os meus avós, que na última década do século passado saíram da Europa para o interior do Rio Grande do Sul, e acostumados à miséria milimétrica da Itália, recusaram 75 hectares e só aceitaram 25. Nesses 25 hectares, sem crédito, sem assistência técnica, sem mudas, sem sementes, sem Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, apenas com a terra, criaram sete filhos. É bem verdade que não fizeram fortuna, mas deram um nível de vida que desejo a todos os meus irmãos brasileiros. Portanto, acredito também que o Governo deve prosseguir, e com mais intensidade, os projetos de reforma agrária, abrindo, inclusive, novos embriões de fronteiras agrícolas urbanas industriais deste País, porque só assim iremos transmitir tranquilidade ao campo e promover não apenas o desenvolvimento econômico, mas a produção de alimentos e a melhoria de condições para que estes sem-terra possam ter, pelo menos, com o que se alimentar.

O SR. ADROALDO STRECK: – Nobre Constituinte Paulo Macarini, agradeço o aparte de V. Ex.^a e acrescento que temos uma origem comum: V. Ex.^a é a terceira geração de imigrantes italianos e eu também sou terceira geração de imigrantes alemães; e honro-me em dizer, neste plenário, que o meu pai, falecido há dois anos, educou oito filhos com 18 hectares de terras, exatamente pelo conhecimento que trouxe e que lhe foi transmitido, de pai para filho, de cultivo e de trabalho da terra. Por isso eu me sinto mais ou menos autorizado – porque também até os 17 anos trabalhei na enxada, lavrei terra, quer dizer, eu ajudava em casa como todo mundo a fazer esta pequena agricultura – por isso eu me sinto um tanto autorizado a falar sobre o que seja a reforma agrária em termos produtivos e de interesse para o País, e há esse alvorozo que estão querendo fazer aí, com o título de reforma agrária. Quem não tem competência, quem não conhece o ramo, o que seja plantar, o que seja, às vezes, passar o dia inteiro olhando para cima, ou porque não está chovendo ou porque está chovendo demais, não pode de maneira alguma, da forma como se está fazendo no Brasil, imaginar que essa reforma agrária, proposta pelo atual Governo, vá nos dar condições de aumento de produção e de produtividade; pelo contrário, o meu temor é de que se continuamos como estamos, com essa reforma agrária tumultuada, sem definição, vamos baixar de 62 milhões de toneladas, daqui a pouco, para 50, ou menos do que isso, em virtude da desorganização.

Mas esse é um tema muito comprido e eu prometo a V. Ex.^a – e prometo a mim mesmo, é claro – vou voltar melhor organizado, porque afinal de contas o meu dia de falar e expor os meus pontos de vista aqui é no dia 6 de agosto, que é a data que estou inscrito para falar. Estou falando nesta manhã porque temos vagas, como aliás os demais outros companheiros estão aproveitando para colocar um pouco do que pensam sobre a Constituição brasileira que todos nós queremos escrever, e que seja alguma coisa perene, para o tempo, uma Constituição de princípios, como a dos Estados Unidos que tem hoje 200 anos, e que em virtude da jurisprudência é um texto absolutamente novo, ainda continua sendo um texto jovem. É isto que nós todos desejamos

para o nosso País, ao nos reunirmos em Assembléa Nacional Constituinte. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Mário Maia, para discutir o projeto.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT – AC Para discutir sem revisão do Orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Aproveitando este domingo de sessão extraordinária, nesta Casa, aqui também compareço à semelhança dos representantes do Rio Grande do Sul, nós que somos quase o que o oposto geográfico deste grande Estado, para tecer algumas considerações sobre o processo que nos envolve, que é a confecção ou a feitura de uma Carta Constitucional.

Nós queremos aqui, nesta oportunidade, Sr. Presidente, abordar o tema dos partidos políticos, mesmo que improvisada e superficialmente. Acreditamos e temos a convicção de que o maior crime que o Golpe de 1964 perpetrhou contra a história política e jurídica do Brasil foi a dissolução dos partidos políticos em 1965.

No Ato Institucional nº 2, em seu art. 18, encarregados do poder de então, secamente, determinaram, sem sequer citar quantos e quais eram os partidos políticos existentes na época, em seu art. 18, o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, repito, assinado pelos ilustres General Humberto de Alencar Castello Branco, Juraci Montenegro Magalhães, Arthur da Costa e Silva e outros, que compunham o Ministério na época, determinavam:

"Ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os seus respectivos registros."

Com esse simples artigo, seco e conciso, estava-se apagando, de um momento para outro, destruindo, jogando no lixo, um pedaço substancial da história política e jurídica de nosso País. Creio que os militares fizeram isso até inspirados por princípios patrióticos, mas não atinaram com as consequências graves de seus atos naquele instante, mesmo que se chamassem de revolucionários, porque não os reconhecemos assim até hoje, somos inconformados com aqueles atos de força e os chamados de golpe político-militar, e não um processo revolucionário de transformação das estruturas sociais, econômicas, políticas e jurídicas de nosso País. Pois bem, extinguiram eles os partidos políticos, que eram muitos à época – se não me falha a memória, treze partidos políticos militando aqui, no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o instinto gregário do homem não se fez da noite para o dia e, sim, em milhares de anos; milhares de anos foram necessários para que o homem levantasse os membros anteriores da terra, deixasse de ser quadrúpede e passasse a ser um bípede inteligente. Para que ele evoluísse na História com os novos instrumentos manuais de que dispunha, começo a sentir a necessidade gregária, a necessidade de se juntar uns aos outros para se defender dos seus inimigos, das intempéries, dos seus concorrentes na vida.

Como dizia Dostoevski: "O homem é um animal de hábitos gregários", tem o Instinto de se juntar uns aos outros.

Hoje, na atual quadra da civilização, não querendo remontar aos processos pré-históricos, on-

de as várias civilizações floresceram no Oriente fértil, pelo Egito, pelo Mediterrâneo, verificamos que o homem sempre progride quando se agrega, quando se congrega, quando se junta para elaborar regras e princípios de boa convivência.

A vontade da formação dos partidos políticos nasce da elaboração da mente humana semelhantemente em todos os tempos, em todos as épocas e em todos os lugares. O mesmo instinto, a mesma elaboração neuropsíquico-fisiológica que se elabora dentro do cérebro humano, na mesma circunvolução cerebral, onde se processa a elaboração das idéias de se congregar em religião, de os homens se congregarem através do sentimento subjetivo religioso, de se congregarem em associações desportivas, clubistas, de se aglomerarem em suas associações de classe, através do denominador comum de seus trabalhos e de suas profissões, também nesse local do cérebro humano se elabora o instinto gregário da formação para se agruparem em partidos políticos.

Portanto, Sr. Presidente, é um processo lento, é um processo que não se faz da noite para o dia. Há que se elaborar, dentro disso, a formação dos hábitos, os costumes, os valores fundamentais que aos poucos vão se formando, desde a família, desde os filhos pequeninos que começam a ouvir os seus pais a falarem sobre os partidos políticos, sobre as agremiações a que pertencem.

Imaginem V. Ex.^a se não tivessem sido extintos os partidos políticos, em 1965, pelo AI 2.... Que partidos políticos pujantes teríamos hoje, depois de 40 anos, após a redemocratização de 1946 quando, depois do período Vargas, a Constituição de 1946 propiciou a formação pluripartidária! Lembrem-me de que; àquela época, formaram-se quatro grandes partidos e mais outros pequenos: a UDN, o PSD; o PSP e o PTB, e outros menores como PTN, o PSB, o PR, o PL...

O SR. MAURO BENEVIDES: – Permite V. Ex.^a um aparte, nobre Constituinte Mário Maia?

O SR. MÁRIO MAIA: – Concedo, com prazer, o aparte ao nobre Constituinte Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES: – Nobre Constituinte Mário Maia, eu me permito intervir no brilhante discurso que V. Ex.^a profere neste instante, procedendo a uma retrospectiva da realidade partidária brasileira, a começar pela redemocratização de 1945, quando, naquela época, 13 partidos chegaram a formalizar os seus registros perante a Justiça Eleitoral. Realmente, o movimento de redemocratização ensejou a que surgissem não apenas esses quatro partidos fortes a que V. Ex.^a especificamente se reportou, mas tantos outros de menor densidade político-eleitoral, que trouxeram a sua contribuição em menor escala, é verdade, mas sincera e eficaz à vitalização do processo de democracia que se retomava, naquele momento, em consequência dos novos ares decorrentes da vitória aliada na II Grande Guerra Mundial. Assisti, em 1965, à extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2. Naquela época, pertencia aos quadros do Partido Social Democrático, o PSD, que, no meu Estado, detinha uma posição de preponderância juntamente com uma outra agremiação, a União Democrática Nacional, e nós nos confrontávamos, pessedistas e udenistas, num revezamento continuado na chefia do Poder Executivo do Estado. Posteriormente,

como Senador da República, também assisti à extinção do MDB e da ARENA, dos quais se originaram o PMDB e o PDS, já no exercício do mandato senatorial que me foi conferido pelo eleitorado do Estado do Ceará. Digo a V. Ex.^a que os nossos protestos, os mais veementes, os mais cáusticos, os mais candentes, foram transmitidos da tribuna do Congresso, do Senado, e da Câmara dos Deputados; manifestações de repúdio àquele. Ato que reformulou a vida partidária brasileira. E aí estão os novos partidos, atuando nesse momento histórico da elaboração da Carta Magna do País. E eu me permitiria lembrar a V. Ex.^a que se deveria obter para os partidos um suporte de apoio financeiro que lhes garantisse o cumprimento dos seus objetivos, dos seus programas e, sobretudo, a sustentação de suas campanhas eleitorais empreendidas naqueles prazos estabelecidos pela legislação própria. Posso mesmo dizer a V. Ex.^a – e, interferindo no seu discurso, falar à própria Nação – que como Tesoureiro da Comissão Executiva Nacional do Partido que é majoritário na composição da Assembléa Nacional Constituinte, digo a V. Ex.^a que são imensas as nossas dificuldades para sustentar o Partido, para propiciar aos seus órgãos, à sua Direção Nacional, aos seus institutos de pesquisa e estudo – no nosso caso, o Instituto Pedroso Horta – são dificuldades imensas com que nos defrontamos, exatamente por falta daquele suporte, dos militantes e do próprio Governo. O Fundo Partidário é irrisório e insignificante até pelos quantitativos redistribuídos a cada trimestre e que aviltam mesmo as agremiações partidárias brasileiras. Então, no instante em que V. Ex.^a se reporta ao funcionamento dos partidos, eu me permitiria lembrar-lhe este aspecto de se oferecer a essas facções políticas o apoio de que necessitam para melhor cumprirem os seus objetivos, os seus programas, os seus desideratos.

O SR. MÁRIO MAIA: – Agradeço, imensamente, a intervenção de V. Ex.^a no meu descolorido pronunciamento e acredito que os Constituintes colocarão no texto do novo contrato social entre o povo e o Estado Nacional princípios sólidos para que os partidos políticos realmente tenham substrato e possam se enraizar historicamente e terem a perenidade que desejamos.

Como abordava há pouco, nobre Senador Mauro Benevides, os militares, com suas boas intenções ao extinguirem os partidos políticos, deram a impressão de que buscavam imitações de países que, aparentemente, tinham certa estabilidade política por possuírem poucos partidos.

Em seguida, determinaram condições para que se formassem, só e unicamente, dois partidos políticos, dando oportunidade apenas a que toda a diversidade e heterogeneidade política se congregasse em dois partidos políticos tão-somente.

Pareceu-nos que se queria imitar a Inglaterra, que possui os Partidos Trabalhista e Conservador e os Estados Unidos, da mesma forma, os Partidos Democrata e Republicano. Se assim pensaram, ledo engano; porque à época da extinção dos partidos políticos no Brasil, lembro-me de que li, não nos compêndios de História, mas em reportagens jornalísticas, que havia 14 partidos políticos na Inglaterra e 18 nos Estados Unidos. Isto à época em que os 13 partidos políticos brasileiros foram extintos, transformados em dois.

A SR^a SANDRA CAVALCANTI: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA: – Com muito prazer, nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

A SR^a SANDRA CAVALCANTI: – Senador Mário Maia, V. Ex.^a está tocando num ponto que é fundamental ao equacionamento do nosso futuro político. Vivi uma experiência muito penosa e difícil nos anos de 80, 81 e 82 em que o Brasil só estava disposto de dois partidos, a Arena de um lado e o MDB de outro, e a legislação permitia, aparentemente, a formação de outro partido. Essa tentativa, V. Ex.^a deve recordar, havia sido feita pelo saudoso e brilhante Deputado Pedro Aleixo que não se conformava com os atos que extinguiram os Partidos e que atingiram principalmente a União Democrática Nacional, porque o texto elaborado foi feito de tal maneira que, quando os partidos pudessem retornar, todos poderiam fazê-lo, desde que a palavra partido fosse, necessariamente, a primeira palavra da sigla da nova agremiação. O PTB pôde voltar, o PDC também, mas a União Democrática Nacional estava tecnicamente impedida de fazê-lo.

O SR. MÁRIO MAIA: – Como, também, o MDR e outros que não tinham a palavra Partido.

A SR^a SANDRA CAVALCANTI: – Exato! E isto deixava um vazio no quadro político brasileiro que Pedro Aleixo percebeu na ocasião. S. Ex.^a seguiu à risca as instruções da Legislação partidária e as instruções eram simplesmente cartoriais. Quando conseguiu atingir o número de assinaturas, o número de Estados, e o de diretórios previstos, o Governo autoritário, através de um decreto-lei, mudou as regras do jogo. S. Ex.^a tentou uma segunda vez e quando alcançou, o Governo autoritário, novamente mudou as regras do jogo. Fez S. Ex.^a seis tentativas para organizar o PDR e morreu antes de conseguir. Na sétima, foi um grupo do Rio de Janeiro, liderado por mim, que resolveu tentar e conseguimos. Chegamos a obter o registro provisório do PDR com o qual alguns Companheiros iriam disputar cargos de deputados estaduais, federais e prefeitos nas eleições de 1982. Faltavam oito meses para a eleição quando, mais uma vez, o casuismo do Governo autoritário se fez sentir com a decisão de que partidos com registros provisórios não poderiam disputar as eleições, e o PDR, que tinha finalmente conseguido se organizar, teve que fazer, às pressas, um acordo como PTB, graças à visão política e à generosidade da sua então Presidente, a saudosa Deputada Ivete Vargas. E aí abrigados, os integrantes do PDR puderam se eleger. Novamente, estamos assistindo, no País inteiro, a uma condensação de pessoas em torno de idéias que, eventualmente, estão concentradas numa sigla, mas é fácil perceber mesmo aqui, na nossa Assembléia Nacional Constituinte, nas horas de debate tranquilo, quando não há pressão das ideologias, dos sectarismos. Todos temos correntes de idéias que se enquadram perfeitamente na definição que V. Ex.^a vem fazendo. São quatro grandes correntezas que, no mundo inteiro, correm mais ou menos nas mesmas direções e, no Brasil, continua faltando um espaço que, historicamente, foi aberto pela UDN e que continua não podendo ser ocupado, porque não há condições de se organizar. É muito importante que a futura Constituição a ser promulgada nesta Casa, devolva ao

povo brasileiro a mesma liberdade que ele teve em 45 e 46, para que as estruturas partidárias possam nascer sem esse espartilho cartorial que impede, hoje, que as idéias comandem o espetáculo. Estamos comandados por siglas e muitos de nós apertados dentro de siglas que nada significam do ponto de vista histórico e sociológico para o País.

O SR. MÁRIO MAIA: – Agradeço a intervenção de V. Ex.^a, nobre Constituinte Sandra Cavalcanti. Em verdade é isto que acontece. Mas, voltamos ao já citado exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra, em que há heterogeneidade de pensamento, diversificação ideológica, desde a extrema direita à extrema esquerda, enfim, partidos comunistas, fascistas, regionalistas e até estaduais. Todas as variedades de pensamento e flutuações do ideário filosófico da ética política humana têm vez dentro desse leque aberto para o pensamento humano, que jamais deve ser encarcerado. Mas externamente, para o público internacional, dois partidos políticos, realmente, são os grandes estuários de toda a variedade, de toda a policromia de sentimentos políticos do povo americano, o mesmo ocorrendo na Inglaterra.

No Brasil, após os percalços do tempo do Império à República, os partidos foram se formando a muito custo, ou por interesses, ou por representação, ou por nomeação pela autoridade central. Como não podemos fazer uma análise da história política dos partidos, nesses 20 minutos, queremos abordar de 46 para cá, com a nova Constituição, e a redemocratização do País. Formaram-se, então, os partidos políticos, aliás, em processo de formação até hoje. Naquela época surgiram a UDN – União Democrática Nacional, o Partido Social Democrático – PSD, o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro e o PSP – Partido Social Progressista. Considero que estes quatro partidos políticos, representavam, na sua generalidade, a síntese de todo o pensamento político nacional à época. A UDN e o PSD eram representantes das elites progressistas, e algumas até conservadoras, mas representando o empresariado que estava a trabalhar para a demarragem econômico-social do País. A UDN, a meu ver, representava o *nouveau riche*, o empresariado das grandes capitais, principalmente São Paulo, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro; e o PSD representava o proprietário campesino, os proprietários de terras, os latifundiários, os interesses da agricultura, dos cafeicultores, dos donos de engenhos, dos canaviais. O PTB, disperso mas com origem forte no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e o PSP. Diziam até que Getúlio Vargas teve a inteligência de, após sua prolongada gestão no Governo, compreender que deveriam organizar-se, assim, os setores políticos: a parte conservadora no PSD e a parte popular, trabalhista, no Partido Trabalhista Brasileiro. Mas, Getúlio Vargas ficou mais ligado, tradicionalmente, historicamente, ao Partido Trabalhista Brasileiro. Consideramos que, mesmo inicialmente, tanto o Partido Trabalhista Brasileiro quanto o Partido Social Progressista, de Adhemar de Barros, em São Paulo, eram, em verdade, como são hoje alguns partidos – e considero o partido a que pertenço também com essas características – partidos populistas, isto é, a organização do povo se fazia tendo como fulcro a imagem de uma liderança forte, central: o Partido Trabalhista Brasileiro com Getúlio Var-

gas e o Partido Social Progressista com Adhemar de Barros. (O Sr. Presidente faz soar a campainha)

Sr. Presidente, vejo que meu tempo está exaurido, mas esse tema da Constituição é fascinante, e pediria a V. Ex.^a – uma vez que sou bradicinético e bradipsíquico, meus gestos são lentos, e meu raciocínio é vagaroso, de modo que não tenho essa capacidade de falar rapidamente à maneira "Bresolin", mas vou aos trancos e barrancos elaborando meu pensamento – e como não usamos o tempo do Pequeno Expediente, pediríamos a V. Ex.^a que fosse um pouco condescendente com nossa palavra, para darmos oportunidade aos companheiros de participar do debate com muito mais brilhantismo que as colocações apagadas que estamos fazendo.

O SR. ARNALDO PRIETO: – Pediria a V. Ex.^a, um aparte, contando com a tolerância do nosso Presidente.

O SR. MÁRIO MAIA: – Com prazer, ex-colega Deputado Federal daquele tempo e depois Ministro.

O SR. ARNALDO PRIETO: – Nobre Constituinte, V. Ex.^a me faz voltar a alguns momentos de meu passado, especialmente na vida da Aliança Renovadora Nacional, na qual fui, durante mais de cinco anos, Secretário-Geral. Lembro-me, Sr. Constituinte, que, em 1968, pelo AI-5, foi posto em recesso o Congresso Nacional, e, na prática, também os partidos foram colocados em recesso. Ao longo do ano de 1969, mantínhamos alguns Deputados com presença constante nesta Casa, num desejo de afirmação, de manutenção da vida parlamentar, da vida democrática neste País. Nesse ano, foi baixado o Ato Complementar nº 54, que visava a reorganizar os partidos de baixo para cima. A dificuldade era grande, a descrença nos políticos era total; dificuldades não apenas para a ARENA, mas também – e mais ainda – para o MDB. Com o Ato Complementar nº 54, o processo de reorganização partidária passou a ser de baixo para cima através da assinatura no livro de inscrições. E espalhava-se, na ocasião, que aquele processo tinha sido adotado até para facilitar a cassação dos que escrevessem seu nome no livro de adesão ao Partido de oposição. Não havia clima para a organização partidária. Toda a imprensa da época divulgava a ansiedade, o inconformismo daqueles que queriam filiar-se à Oposição e não encontravam segurança para compor ou reestruturar o MDB. Duas vozes manifestavam-se em linha contrária: o Presidente do MDB, o então Senador Oscar Passos, representante do Acre também, como V. Ex.^a...

O SR. MÁRIO MAIA: – Foi o primeiro Presidente do MDB.

O SR. ARNALDO PRIETO: – E o Secretário-Geral do MDB, o nosso companheiro de hoje, Adolfo Oliveira.

O SR. MÁRIO MAIA: – E, diga-se de passagem, por nossa sugestão à bancada do Acre, na época, minha e do falecido Deputado José Rui da Silveira Lins.

O SR. ARNALDO PRIETO: – Cumprimento V. Ex.^a pela lucidez da sua indicação. Naquela ocasião, recebi um convite para um jantar na casa de um amigo, juntamente com Adolfo Oliveira. Ao final do jantar, numa conversa reservada, ouvi de Adol-

fo Oliveira que todo o Partido achava que não havia condições de se reestruturar, que só ele e Oscar Passos entendiam que o Partido podia se reorganizar. No entanto, ele me confessava, naquele momento, que nem ele e nem Oscar Passos acreditavam nessa possibilidade. Entendi que era um depoimento da maior importância, da maior gravidade. Perguntei ao Constituinte Adolfo Oliveira se era uma manifestação reservada. Ele me respondeu que eu poderia fazer o uso que bem entendesse, que achasse melhor, daquela informação. No dia seguinte, Sr. Constituinte Mário Maia, fui ao Palácio e transmiti a informação ao Chefe do Gabinete Civil, que não acreditou nas dificuldades que estava sofrendo o MDB. Saí daquele Gabinete, Sr. Constituinte, e fui ao Gabinete do então Chefe do SNI. General Fontoura, contei-lhe a conversa havida na noite anterior e principalmente o depoimento de Adolfo Oliveira. A reação foi imediata. Disse-me o General Fontoura: "O Governo tem um Partido para apoiá-lo, para bater-lhe palmas, que é a ARENA. Precisamos de um Partido para fazer oposição ao Governo, para fiscalizar-lhe os atos". Dois ou três dias depois, o Presidente do MDB Oscar Passos foi convidado para uma reunião com o então Ministro da Justiça Gama e Silva, e recebeu formalmente do Governo todas as garantias e seguranças de que o MDB poderia, naquele momento, tomar as providências e formar-se como Partido. Este larcamento, um depoimento que dá uma idéia do clima que então se vivia, das dificuldades da formação, não apenas da ARENA, mas também do MDB na época.

O SR. MÁRIO MAIA: – É verdade, é o artificialismo em que os partidos políticos passaram a existir, não para expressar a consciência e as intenções políticas dos elementos que o compunham, mas para servir a um governo de fato, que foi o Governo autoritário que se instalou em 1964.

O SR. PAULO MACARINI: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA: – Pediria a V. Ex.^a que o aparte fosse breve, porque o Presidente já me pede que termine.

O SR. PAULO MACARINI: – Ao ensejo do pronunciamento de V. Ex.^a, gostaria de assinalar que a extinção dos partidos políticos foi o maior desserviço que o regime militar prestou a esta Nação.

O SR. MÁRIO MAIA: – Iniciei dizendo que foi o maior crime que o golpe de 54 cometeu contra a história política e jurídica desta Nação.

O SR. PAULO MACARINI: – Porque, além de desorganizar a vida partidária, tinha a precípua finalidade de favorecer o fisiologismo político e partidário. A extinção não teve o condão de aprimorar os costumes políticos; pelo contrário, a extinção tinha o objetivo de premiar o fisiologismo, a debandada e a deserção. E como V. Ex.^a, talvez com mais méritos do que eu...

O SR. MÁRIO MAIA: – Não apoiado!

O SR. PAULO MACARINI: – ...porque ajudei a construir o PTB, o MDB e o PMDB, e V. Ex.^a, além desses três, está ajudando a organizar e a construir o PDT. Quero trazer o meu depoimento nesse sentido para dizer que não apenas o Parlamento, mas o regime democrático e toda a Nação, só

vão se encontrar à medida em que os partidos políticos sejam fortalecidos, não apenas pelas suas idéias, mas pelo respeito do Governo e pelo interesse da população em criar organizações fortes, livres e independentes, longe de tudo e, notadamente, longe do fisiologismo político, que nada constrói, mas apenas compromete os costumes e, acima de tudo, inviabiliza qualquer processo de engrandecimento do regime democrático, inviabiliza que a Nação possa encontrar um denominador comum, capaz de alcançar o lugar de destaque que lhe está reservado no concerto das nações. Quero cumprimentá-lo pela oportunidade do discurso mas, acima de tudo, repetir que o grande desserviço que o Governo autoritário prestou a este País, além de outros, foi a extinção dos partidos políticos.

O SR. MÁRIO MAIA: – E a consequência imediata desse desserviço foi a cassação das Lideranças de todos esses partidos, mesmo as Lideranças antagônicas entre si, criando um hiato, um lapso enorme na história política, que durou e vem durando ainda esses vinte e tantos anos que estamos atravessando. Quando a Deputada Sandra Cavalcanti aparteava ainda há pouco, eu me lembra da Liderança do Partido em que ela militava, juntamente com a Liderança expressiva, por mais contraditória que tenha sido, por mais forte, mas que deixou realmente marcado o seu nome na história política do Brasil, que foi Carlos Lacerda. Ele foi cassado e logo devorado pela revolução que ele, como nós todos chegamos a pensar, em determinado momento, que seria uma redenção, um processo para melhoria. Logo nos primeiros dias achei que não ia ser bom, tanto é que no dia 3 de abril fiz aqui, neste pinga-fogo, um discurso veemente, dizendo que no dia 1º de abril a Nação brasileira havia parido um monstro, que era o golpe político-militar que se estava instalando no País, e que este monstro ia devorar as suas próprias criaturas. Eu falei e está registrado nos Anais desta Casa.

Infelizmente, essa apreciação que nós fizemos no terceiro dia da revolução foi verdadeira, porque, depois, a revolução começou a devorar seus próprios filhos, aqueles que a tinham ajudado, como Adhemar de Barros, Juscelino Kubitscheck e alguns elementos que estão hoje aqui, ainda, e, depois, foi o que sabemos. Vemos, aqui, elementos que foram atingidos porque, quando os partidos políticos foram extintos, todos foram cassados, do ponto de vista histórico e político. Alguns haviam sido cassados pelo AI-1, outros vieram a ser cassados pelo AI-2 e outros ainda porque, neste ato, em determinado artigo, ficou prorrogado o direito de o Presidente cassar – e também o Conselho de Segurança Nacional até 15 de março de 1967. Daí por diante foram cassados sem o direito de ser convocado o suplente para assumir a cadeira, ou seja, a cadeira ficava vaga e o *quorum* era o que constava da lista de chamada.

Sr. Presidente, sinto-me honrado com os apartes feitos pelos meus nobres Pares, e vejo que eu tinha que ir muito adiante, mas que tenho que interromper, porque o tempo já está ultrapassado de muito. Mas, para harmonizar um pouco o meu raciocínio, quero dizer que daqueles partidos principais, que citei aqui, a UDN, o PSD, o PTB e o PSP, os dois últimos eram partidos populistas, pelas suas lideranças marcantes: Getúlio

Vargas e Adhemar de Barros. Com o evoluir da história, como é natural, eles se transformaram de populistas em partidos populares, porque a tendência era a de se fundirem, como se faz hoje, que temos uma gama enorme de Partidos que voltaram a ter o direito de existir, mesmo cartorialmente, com todas as dificuldades ainda, com esta legislação draconiana vigente a que temos que nos submeter e, assim mesmo, estamos recompondo, com muitas dificuldades, as estruturas partidárias. E hoje temos, se não me engano, aqui na referência, na lista de liderança, acusando a existência de 12 partidos políticos com representação no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, para finalizar, sugerimos e apresentamos proposição nesse sentido às Subcomissões, à Comissão Temática e à Comissão de Sistematização e pretendemos insistir, se não formos atendidos em nossas idéias, em emendas aqui no plenário para que também se instituam, sejam inseridos na Constituição princípios básicos para o fortalecimento das agremiações partidárias, propiciando sua formação a partir das bases, dando aos eleitores a oportunidade de começarem a influir no processo de escolha de seus representantes e administradores desde as convenções, nas quais devem ser escolhidos – não apenas os votos que devem ser recolhidos, não apenas os votos dos Membros dos Diretórios e seus Delegados, mas, sim, o voto de todos os cidadãos filiados aos Partidos. Quero dizer que há necessidade de que o processo da consulta prévia seja inserido nos dispositivos constitucionais abrangentes, para que se saia desta ditadura em que vivemos, hoje, dos Diretórios dos Partidos e para que as bases realmente se manifestem, a partir da escolha dos elementos que irão participar no processo eleitoral.

Não queremos que isso seja feito pelas cúpulas ou Diretórios, muitas vezes dominados por famílias. No meu Estado, por exemplo, há às vezes quatro, cinco, oito membros de uma só família nos Diretórios. Na hora da escolha, os elementos são escolhidos de cima para baixo e o povo fica obrigado a consagrando os nomes escolhidos nas urnas.

Nós propomos que o processo de escolha, tanto no Executivo quanto no Legislativo, seja feito através da consulta, de um chamamento aos filiados nas listas, nos Cartórios Eleitorais, com a fiscalização da Justiça Eleitoral presente, como se faz nas convenções.

É importante que sejam convocados todos os filiados dos Partidos, para se manifestarem na escolha dos candidatos a candidatos.

Assim, Sr. Presidente, dou por concluída esta minha apreciação, nesta manhã de domingo, esperando que tenha contribuído em alguma coisa para o aperfeiçoamento desta Constituição que haveremos de fazer, como o povo brasileiro quer. E não poderia ser diferente do que está acontecendo, como V. Ex.^a disse Sr. Presidente Jorge Arbage, quando hoje, nesta manhã de domingo, fez uma verdadeira pregação dominical, religiosa, invocando o texto bíblico, comparando com a feitura da Constituição, como uma rede lançada ao mar, da qual vêm peixes de todos os tamanhos e de todas as espécies. Cabe aos pescadores, então, selecionar as espécies e os tamanhos, para o alimento e a comercialização, e o restante não

ser estragado e, sim, devolvido ao mar, para que a natureza se reproduza e se faça, na sua multiplicidade, de forma presente e eterna.

Portanto, Sr. Presidente, concluo, na esperança de que, como V. Ex.^a comparou a rede que arrasta para o mar os peixes, eu também faço uma comparação amena de docura, como o caldo da cana que é doce e aprazível, rico em substâncias alimentícias. Mas, quando ele é extraído dessa gramínea tão abençoada por Deus, tem uma cor esverdeada e pesada e nós não imaginamos quanto de nutrientes tem ali, e quanto de energia tem naquele caldo substancial da cana. Depois com o processamento, a depuração, tiram-se a impurezas, passando, de um tacho para outro aquela borra, aquela espuma que, sobre nada tiram-se as impurezas até chegar-se ao doce mel; do mel, o açúcar e, depois do açúcar, a cristalinidade da glicose, da sacarose, que é a energia que nos alimenta, um dos alimentos fundamentais e universais dos seres vivos.

Assim será a Constituição no seu final. Terá a cristalinidade, a pureza e a docura da sacarose da cana-de-açúcar!

(Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Mário Maia, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Costa Ferreira, para discutir o projeto.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA. Para discutir. Sem revisão do orador.):
– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Iremos abordar, esta manhã, um assunto palpitante e de grande interesse do povo brasileiro, que é a reforma agrária. Antes, porém, gostaríamos de citar um texto bíblico que diz:

"Com o suor do teu rosto
comerás o teu pão até que tu te
tomes pó, pois do pó fostes tomado
e ao pó voltarás."

São palavras extraídas da Bíblia e também são palavras do Senhor.

Reforma agrária, no Brasil, passou a ser, ao longo, tempo, sinônimo de coisa polêmica, discussão estéril, tempo perdido, esforço inútil, a exemplo do esquecido Estatuto da Terra, paradigma maior de letra morta em nossa legislação.

Existem, entretanto, aqueles que continuam acreditando em sua validade e necessidade, como condição indispensável para o equilíbrio sócio-econômico do País.

Temos uma lei, temos um ministério específico para cuidar do assunto; temos – acredito – uma decisão política nesse sentido, mas não temos soluções.

Essa situação pode assemelhar-se a um grande ministério, a uma indagação, esperando eternamente por resposta, mas é bem simples saber o porquê disso tudo. O que realmente nos falta é um planejamento adequado para a implementação da lei, ou a decisão de alterá-la no que for necessário para torná-la exequível.

Somos uma Nação relativamente desenvolvida, em vários setores de atividade mas, no que diz respeito à agricultura, estamos no mesmo ponto em que estávamos na era colonial.

Nossa estrutura agrária estagnou-se, fazendo com que os problemas se fossem acumulando à espera de decisões, de tal forma que hoje temos não apenas distorções econômicas mas também sociais e políticas, na medida em que o campo passou a ser foco marginalizador de grande parcela da população.

A sociedade brasileira atual, mais consciente de sua realidade, entende a premência de que se reveste uma reforma agrária e anseia por ela. Todavia, o povo brasileiro deseja que as transformações na área rural sejam pacíficas, desencadeadas a partir de decisões político-governamentais, de tal forma que sejam sentidos com a possível exclusividade apenas os efeitos benéficos, e que os inconvenientes sejam atenuados ao máximo.

O que não se pode admitir é que o Governo continue a protelar o problema eternamente, à espera de resultados que são imprevisíveis.

Segundo depoimento do ex-Ministro Nelson Ribeiro, da Reforma Agrária, a gravidade da situação brasileira pode ser aferida pelos seguintes dados:

"Existem, atualmente, 2,5 milhões de minifundiários no Brasil, que ocupam 42 milhões e 800 mil hectares. Temos 362 milhões de hectares apropriados por 1.164 latifundiários nos chamados "latifundiários por exploração" e 342 latifundiários que apropriam 47 milhões e 500 mil hectares. São, portanto, 342 latifundiários dos chamados "latifundiários por dimensão" ocupando área maior do que os 2,5 milhões de minifundiários! Aí vemos os dois pólos gritantemente chamando a atenção. Claro que esses números têm de ser analisados em seu conteúdo, mas mesmo sem exame de conteúdo mostram que há qualquer coisa de errado. Se apenas 342 são proprietários de uma área maior do que a ocupada pelos 2,5 milhões de minifundiários, algo há de profundamente errado, que precisa ser corrigido."

Nos latifundiários por extensão, a área média é de 158 mil hectares e nos minifundiários 17 hectares. Isso por causa das áreas de criatório de extensão, mesmo no minifúndio, que aumentam a área média para 17 hectares. Não temos uma perspectiva histórica de correção dessa distorção, mas uma perspectiva histórica de agravamento. Em 1920, tínhamos 1.668 estabelecimentos com mais de 10 mil hectares. Esse número se manteve mais ou menos estável e chegamos, em 1960, a 1.597 estabelecimentos com mais de 10 mil hectares. Em 1970, esse número caiu para 1.449. Em 1980, no entanto, esse número subiu para 2.345. Isso quer dizer que houve um agravamento terrível dessa situação na década de 70.

Se procurarmos saber qual é a área total desses estabelecimentos de mais de 10 mil hectares, veremos que eles ocupavam, em 1920, 45 milhões de hectares. Isso permaneceu assim em 1950. Em 1960 caiu para 38 milhões e, em 1970, para 36 milhões de hectares. Em 1980 o número subiu para 60 milhões de hectares. Quase dobrou a área dos estabelecimentos com mais de 10 mil hectares. E a área média desses estabeleci-

mentos, no Brasil, de modo geral, que era de 74, em 1960, caiu para 59, em 1970 e, em 1980, voltou para 71. Quer dizer, a área média dos estabelecimentos agropecuários, no Brasil, voltou a subir nesse período. É, portanto, uma tendência profundamente forte de agravamento da concentração da propriedade nos últimos anos.

Outro ponto importante a referir é o Índice de Gini, que mede a relação entre o número de estabelecimentos e sua área, que dá sempre como resultado um número menor do que 1. O Índice de Gini, em 1970, no Brasil, era de 0,844. Em 1980, passou para 0,908, aproximando-se, portanto, de 1. É impossível se chegar a 1, pois seria a saturação total da concentração da propriedade. Pois bem! Quando se desce, no exame disso, a todas as unidades da Federação, não se encontra uma só em que o índice de Gini tenha permanecido pelo menos idêntico. Em todas as unidades, o índice, de 1970 para cá, cresceu. Em São Paulo, de 0,679 para 0,852. No Paraná, de 0,702 para 0,828, e assim por diante. Portanto, não se trata da situação de um Estado ou de uma região determinada. Não, a concentração da propriedade ocorreu em todos os Estados da Federação, segundo o índice de Gini.

Os excedentes populacionais no Brasil – outra característica que é bom frisar – vêm aumentando e a sua marginalização do sistema produtivo é crescente, provocando essa dramática situação do trabalhador sem terra. Segundo nossos dados, temos atualmente 10 milhões e 600 mil trabalhadores sem terra ou com pouca terra, quer dizer, no caso, minifundiários. Pois bem. Destes 10 milhões e 600 mil, 4 milhões e 260 mil são trabalhadores temporários. É a figura do "bóia-fria". São 40% dos trabalhadores sem terra. Temos, portanto, uma situação em que o excedente populacional está crescendo pela margem do sistema, sem ser absorvido, ficando, assim, a se socorrer, a se utilizar do sistema produtivo circunstancialmente, sazonalmente e em regimes especiais de relações de trabalho não pertinentes. O grande aumento tem sido sempre o dos trabalhadores temporários."

Não podemos esquecer que tal situação tem ocorrido para aumentar conflitos e desentendimentos entre os que disputam a posse da terra, com crescimento do número de mortes daí advindas.

E não se está pensando, no caso, na simples invasão de propriedades, pois essa é, sem dúvida, crime contra o patrimônio. O conflito agrário que preocupa é aquele provocado pelos proprietários que, ao apropriar-se da terra, desconhecem a existência de posseiros, com direitos adquiridos e anteriores aos dele, ocasionando questões judiciais e verdadeiros embates pessoais, tiroteios, chacinas.

No caso de decisões judiciais desfavoráveis ao posseiro, em que o despejo é decretado e geralmente executado com intervenção policial, o lavrador despejado não tem para onde ir. Então, ele vai invadir outras propriedades, à procura de espaço para sobreviver.

E é nestas circunstâncias que o Estado deveria intervir, procurando realocar aquele lavrador sem terra que deseja apenas trabalhar honestamente mas não encontra lugar onde estabelecer-se. Ele apenas é expulso de um local para outro e não conta com ajuda de ninguém.

Para essas pessoas é que se deve voltar, essencialmente, o Plano de Reforma Agrária.

Além disso, a grande propriedade rural no Brasil é subaproveitada. Em 1984, a área aproveitável não utilizada dos latifundiários por exploração era praticamente a mesma que a área utilizada, e nos latifundiários por extensão o não-aproveitamento era muito maior, resultando em uma extensão não explorada maior que a área produtiva.

O Brasil não pode dar-se a esse luxo de manter inertes enormes extensões de terras férteis, quando milhões de trabalhadores rurais não encontram espaço para fixar-se e quando temos uma dívida externa sufocante e crescente, que poderia ser melhor administrada com o aumento da produção agrícola.

Temos, ainda, a grave questão do êxodo rural. São milhões de famílias a deslocar-se de um ponto a outro do País, a invadir as cidades e até mesmo a mudar-se para países vizinhos.

Sem ajuda, essas pessoas não estão conseguindo, não conseguiram resolver esse impasse de ter onde morar, onde trabalhar. A intervenção do Estado é indispensável para corrigir esse fator indiscutível de marginalização.

Se nada se fizer no sentido de dar algumas terras a esses agricultores sem-terra, estaremos incorrendo no mesmo erro de nossos antepassados, que aboliram a escravidão mas não pensaram nos escravos, que foram apenas deixados ao leu, sem ter para onde ir nem o que fazer. Estaremos criando cada vez mais maiores bolsões de marginalidade social, indesejáveis numa sociedade que luta para desenvolver-se e com os quais o progresso tem dificuldades de conviver.

Um país só pode prosperar a partir da estabilidade econômica e social de seu povo. E nós, no Brasil, estamos muito longe disso.

A reforma agrária, se devida e eficazmente levada a cabo, poderá concorrer para melhorar a desesperadora crise em que vivemos. Pode vir a ser "uma luz no fim do túnel".

Todavia, por não possuir uma forma preestabelecida, reformas desse gênero precisam ser cuidadosamente planejadas, a fim de não intervir no sistema de produção já existente, o que seria indesejável e cujos resultados seriam, ao final, quase certamente insatisfatórios.

Não que nosso sistema de produção seja perfeito. Evidentemente, ele não o é; precisa de mudanças e aperfeiçoamento. Mas isso deve vir com o tempo, gradualmente e sem agressões.

Uma reforma que pretenda inverter todo o sistema não poderá funcionar. O de que precisamos são correções graduais, que concorram para solucionar a curto prazo os problemas mais prementes, sem causar grandes impactos e intervir na estrutura existente.

Para isso é que o legislador – e nós constituintes – devemos estar atentos. Precisamos de uma reforma agrária já, sem dúvida. Mas que ela seja fruto de planejamento cuidadoso, realista e consciente.

Para tanto, alguns pontos básicos devem ser levados em conta: justiça social e produtividade.

Uma reforma ideal será aquela que permita o acesso à terra ao trabalhador que hoje não tem onde se estabelecer, carecendo de princípios básicos, que fixe um regime justo de posse ou uso da terra. De tal forma que aqueles que não têm hoje nenhuma possibilidade, nenhuma esperança, tenham oportunidade de firmar-se economicamente. Todavia, o fator produtividade não pode ser esquecido nem mesmo relegado a segundo plano. Já está mais do que provado que pequenas propriedades do tipo familiar não são economicamente viáveis pois seu produto mal basta para a subsistência do grupo não gerando excedente para comercialização. Esse o grande perigo que uma reforma agrária malfeita pode apresentar: a pulverização das propriedades em minifúndios de produtividade muito baixa, que podem comprometer o abastecimento do mercado e tornar impossíveis as exportações.

É essencial, portanto, evitar que, ao tentarmos resolver o problema social, estejamos criando um problema econômico ainda maior. Por isso, o social e o econômico devem ser colocados lado a lado, quando se examina essa questão de posse e uso da terra. Nenhum desses aspectos deve sobrepor-se ao outro, sob pena de se estabelecer verdadeiro caos no setor de produção de alimentos.

Essa a razão pela qual já afirmamos que o binômio justiça e produtividade é imperativo.

Então, o verdadeiro sentido da reforma agrária deve ser a busca de um modelo que tenha por finalidade valorizar o produtor, incentivando sua livre iniciativa. Porque também não podemos criar um sistema em que os pequenos produtores fiquem eternamente dependentes do auxílio governamental, quer financeira, quer tecnicamente.

Outro ponto importante a considerar é o fato de que qualquer reforma deste tipo tem o homem como ponto de partida. Assim, o homem, como pessoa humana é que tem que ser objeto do enfoque principal. As decisões a serem tomadas devem preservar valores e costumes, ao invés de agredi-los.

Ao pretender solucionar um problema econômico e populacional, não pode o Estado pensar apenas em número, índices e estatísticas. As decisões têm que voltar-se para o homem, com direito à cidadania e à liberdade. E ele só estará integrado à sociedade e gozando de suas prerrogativas de cidadão através do trabalho.

Portanto, são oportunidades de trabalho que o Governo e esta Constituição devem oferecer aos milhões de brasileiros hoje marginalizados pela falta de trabalho e pela miséria daí decorrentes.

Notem os Srs. que estamos falando em trabalho, não em emprego. A todo o habitante de um país livre e democrático deve ser assegurada a oportunidade para trabalhar, ou seja, para lutar, por seus próprios meios, com ou sem ajuda governamental ou de quem quer que seja, para obter recursos financeiros suficientes para manter-se.

É preciso evitar o erro de apenas distribuir peixes; temos que ensinar nosso povo a pescar!

Importíssimo, pois, que tentemos elaborar uma legislação adequada às necessidades e conveniências da população brasileira.

Essas necessidades, hoje, se expressam pela carência de oportunidade de ocupação produtiva pela imperiosidade de se conter o êxodo rural,

pela importância de que se reveste para o País o aumento da produção de alimentos. Esses devem constituir nossos objetivos.

Já muito se falou sobre as responsabilidades paralelas que decorrem do simples fato de dar terra aos que não a têm. Dar terra, sem sustentação financeira e orientação técnica de nada vale. E o mesmo que dar nozes para quem não tem dentes.

Dessa maneira, uma reforma agrária só será válida se acompanhada daquelas ações complementares indispensáveis a seu bom êxito, pois, doura forma, ela não preencherá suas finalidades.

Não tenhamos, pois, ilusões. Isso não é fácil, especialmente para uma nação em crise.

Mas, tem de ser feito, pois convivemos, hoje com milhões de marginalizados que precisam, de qualquer maneira, ser incorporados ao sistema produtivo e ao consumo.

Uma vez que o regime capitalista se apóia na dualidade da produção e do consumo e foi por ele que optamos, toda a população deve tomar parte no processo. Esse é, também, um princípio básico de democracia.

Antevemos a reforma agrária como única saída viável para erradicação da pobreza absoluta, causadora da superpopulação de nossas grandes cidades e da proliferação de favelas, palafitas, invasões.

Sua implantação é mais do que urgente para também propiciar-nos meios de acabar com as nossas dívidas – externa e interna – através da exportação de safras que esperamos cada vez maiores.

Temos, no momento de redigir uma nova Constituição, praticamente todos os instrumentos necessários à mão; vamos valernos deles para dar a cada um dos brasileiros melhores condições de vida, sem tramar contra os direitos de todos e sem abusar da demagogia. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Evaldo Gonçalves, para discutir o projeto.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Para discutir.): – Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, estamos sobejamente convencidos de que o Projeto de Constituição, ora em debate nesta Assembléia Nacional Constituinte, traz em seu bojo muitas contradições e incoerências. É sabido, igualmente, que essas distorções são fruto dos trabalhos realizados a nível das várias comissões temáticas, obrigadas, por força do Regimento Interno, a desenvolverem suas atividades em regime de departamentos estanques, sem qualquer sentido de unidade metodológica. A Comissão de Sistematização não cabia suprimir textos, nem acrescentar matéria nova. Limitou-se a tentativas de compatibilização, não evitando, porém, descompassos e conflitos entre inúmeros dispositivos do Projeto da nossa Carta Magna. Tanto assim que proíbe e cria fundos, como se porta do mesmo modo com relação às vinculações de recursos oriundos da União, dentre tantos exemplos que poderiam ser citados.

Tudo bem! A ninguém é lícito ignorar que trabalho de tamanha magnitude levaria, inevitavelmente, a equívocos e falhas dessa natureza. Estamos todos aqui para a urgente tarefa de nos superar-

mos, todos, nas nossas humanas e imensas dificuldades.

Todavia, uma retificação se impõe de logo, pela sua importância e oportunidade. Outras virão, necessariamente. Agora, importa solidarizar-me com quantos, desta tribuna, se manifestaram contra a extinção do Senai, Senac, Ssece Sesi, trazendo Emendas Substitutivas e Supressivas, talvez até repetitivas, visando materializar uma preocupação que é, hoje, de toda a Nação brasileira: a preservação de Orgãos que, há quarenta anos, vêm prestando os melhores serviços à indústria e ao comércio e a quantos se dedicam a essas atividades, sem se falar no aprendizado profissional e na qualificação de mão-de-obra especializada.

A concentração de todos os recursos destinados à Seguridade Social num único fundo, administrado pelo Governo, é retrocesso imperdoável e insinua uma prática estatizante que deve ser evitada, sobretudo quando tanto se deseja o fortalecimento da iniciativa privada e a diminuição do déficit público. Ademais, estaríamos voltando ao regime fechado da tecnoburocracia, de malfadados resultados, responsável pelo embotamento da nossa pública administração, em passado recente.

Não seríamos perdoados, caso colaborássemos com a perpetração desse despótério institucional, resultado, na melhor das hipóteses, de um açoitamento equivocado de que, certamente, não conhece a realidade brasileira.

Nestas condições, empresto a minha total solidariedade e adesão à iniciativa de preservar a condição atual do Senai, Senac, Sesi, e Sesc, adotando o texto da emenda sugerida pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, objeto do expediente anexo, cujo teor fica fazendo parte integrante deste pronunciamento. Estou certo de que esta Assembléia Nacional Constituinte saberá se posicionar, por sua grande maioria, em favor dessa causa, cujo vitorioso, afinal, será o povo brasileiro.

O SR. CHAGAS RODRIGUES: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Ouço V. Ex.^a com muito prazer.

O SR. CHAGAS RODRIGUES: – Nobre Constituinte, acompanho o discurso de V. Ex.^a e, em linhas gerais, estou de pleno acordo. Congratulo-me com a oração que V. Ex.^a está proferindo. Realmente, precisamos descentralizar tanto quanto possível. Essa descentralização deve ser não só na área econômica como também, na área política. Na área política, não sei se V. Ex.^a tem o mesmo ponto de vista, mas devemos descentralizar o poder, estabelecendo um sistema parlamentar ou um parlamentarismo autêntico, a descentralização entre o Chefe de Estado e o Chefe de Governo. Estou de pleno acordo, também, na área administrativa, quando V. Ex.^a defende instituições como o Sesc, o Sesi, o Senai e o Senac, que vêm cumprindo os seus deveres, os seus beneficiários estão satisfeitos, e acho que não devemos prejudicá-los. Dentro de uma visão mais complexa, é evidente, que certas atividades devem ter um certo controle ou mesmo o monopólio do Estado. Mas tanto quanto possível essas estatais devem ser descentralizadas. E o que é necessário, uma maior fiscalização nessas entidades. Devemos ter a presença constante, a fiscalização

permanente, não só do Tribunal de Contas, mas das Casas do Congresso Nacional. De modo que estou de pleno acordo com V. Ex.^a, que defende a autonomia de entidades como o Sesi e Sesc, tanto quanto possível com a presença também dos trabalhadores, mas o Estado não deve interferir em entidades dessa natureza.

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a, nobre Constituinte, que certamente honra e engrandece o meu pronunciamento.

O SR. PAULO DELGADO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Com muito prazer, nobre Constituinte Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO: – Estamos ouvindo com atenção o discurso do nobre Constituinte, e temos visto também, alguns dias, na imprensa se alardear essa preocupação com que o Constituinte vem corroborar aqui, no seu discurso sobre a extinção do Sesc, do Senai, do Sesi e do Senac. A nosso ver, em nenhum dos 496 artigos do projeto existe essa possibilidade; o que existe na verdade – e esse é o entendimento que nós temos – é aquilo que no art. 17 do Projeto Constitucional, no inciso IV, na letra "O", se afirma que nas entidades de orientação de formação profissional, cultural, recreativa e de assistência social dirigida aos trabalhadores é assegurada a participação tripartite de Governo trabalhadores e empregadores. A nosso ver, nobre Constituinte, o que se quer é que essas entidades, que no ano passado arrecadaram conjuntamente em torno de 13 bilhões de cruzados, sejam gerenciadas de forma tripartite, de tal maneira que segmentos do Estado estejam presentes no gerenciamento da estrutura patronal, mas também haja a presença das entidades de trabalhadores. Esse é o entendimento que a nosso ver, modifica um pouco a forma de funcionamento atual dessas quatro entidades, mas em nenhum aspecto me parece que o projeto extinga essas quatro entidades, que há mais de 40 anos prestam serviços aos brasileiros e à formação profissional dos trabalhadores brasileiros e que, assim como o nobre Constituinte, entendemos que devem ser preservadas. Muito obrigado.

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Agradeço ao nobre Constituinte o seu aparte.

Requeiro, Sr. Presidente, que, além do expediente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, seja também transcrita o editorial de **O Globo**, intitulado "Ameaça ao Senai e ao Senac", publicado na edição do dia 1º de julho corrente.

A Emenda que apresento tem a seguinte redação:

O art. 384 do Projeto de Constituição fica assim redigido:

"As empresas comerciais e industriais são abrigadas a manter, em cooperação, escolas de aprendizagem para menores e cursos de qualificação e aperfeiçoamento para seus trabalhadores.

Parágrafo único. Excluem-se das disposições desta Constituição referentes a contribuições sociais, para todos os efeitos, as contribuições fixadas em lei para manutenção do sistema de educação para o trabalho, de que trata este artigo."

Dessa forma, estaremos preservando um patrimônio inestimável, cujos serviços prestados, através do Senai, Senac, Sesi e Sesc, representam a valorização de nossos valores humanos e sociais. Brincadeira tem hora! O que vem dando certo em favor do povo não pode ser mudado. (Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. EVALDO GONÇALVES EM SEU DISCURSO:

O País

Quarta-feira, 1-7-87 **O Globo**

AMEAÇA AO SENAI E AO SENAC

A vingar o Substitutivo II da Comissão de Ordem Social, acolhido como relatório para Comissão de Sistematização, estão ameaçadas de extinção sumária instituições concebidas por homens de gênio empresarial e sempre preocupados com a promoção social do trabalhador brasileiro, além de reconhecidas por seus méritos na área da educação profissionalizante e da formação de mão-de-obra especializada, o Senai e o Senac.

Foi, com efeito, a partir da experiência e sugestões de homens como Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen e Morvan Dias Figueiredo, que a primeira delas foi criada, por Decreto-lei do Presidente Getúlio Vargas, em 1942, abrindo o caminho para a segunda.

E, enquanto o Governo se concentrava numa pedagogia de transição para o ensino superior, que é a pedagogia típica de nosso ensino de 2º Grau, tais entidades, através de cursos gratuitos espalhados por todo o País, enriqueciam e dignificavam perseverantemente o mercado de trabalho, chegando a lhe entregar, cada uma, um milhão de profissionais, anualmente.

Vedada porventura a contribuição dos empregadores no setor da indústria e do comércio que lhes garante a manutenção, como está no artigo 37 do Substitutivo, o Senai e o Senac, junto com os serviços de assistência médico-social, educacional e cultural prestados pelo Sesi e Sesc, simplesmente desaparecerão, ou por liquidação compulsória, ou por absorção no aparelho já imenso do Estado brasileiro.

Qual é o motivo dessa sanha estatizante de alguns Constituintes da Comissão de Ordem Social? A iniciativa não corresponde, por certo, a pleito algum dos milhões de trabalhadores formados pelo Senai e pelo Senac, ou assistidos pelo Sesi e Sesc. Nem se pode dizer que tenda a revigorar no Estado a função de distribuidor de renda e a tutela sobre a ordem social, já que, nesse campo específico, o Estado avançou até demais: é a ele que cabe, desde 1981, não apenas o recolhimento das contribuições, através do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (Iapres), mas a própria administração e distribuição dos recursos assim gerados.

Suprimir benefícios sociais inegáveis e extinguir entidades que há mais de 40 anos vêm se qualificando pelo desempenho, tem que servir a outros propósitos, embora nem sempre confessáveis.

O propósito de transferir para o Estado o que é benemerência da iniciativa privada e da sociedade organizada, afastando-as ambas, autoritariamente, da construção, da ordem social. O propósito de apropriar-se do que é alheio, desde que se tenha manifestado bem concebido, planejado e executado. O propósito da ereção de um Estado

ególatra, em cima de uma sociedade frustrada em seu dinamismo e discernimento.

O propósito de afastar qualquer possibilidade de confronto, na prestação de serviços de interesse social e de utilidade pública, entre o setor privado e o estatal: se tudo passa às mãos do Estado, jamais se poderá ajuizar adequadamente de sua ineficiência, crônica e aguda; de sua desídia, no cumprimento de deveres indeclináveis. O propósito de resguardar indefinidamente o clientelismo estatal, que compõe a massa de manobra do que há de mais arcaico em nossa política. O propósito de engrossar os contingentes da nomenclatura, à sombra do agigantamento do Estado.

Esse pronunciado vezo estatizante que permeou as Comissões da Constituinte, mercê de uma preconcebida distribuição dos postos-chave, tem um rumo só e inapelável: a volta à tecnoburocracia, com a tônica autoritária de sempre, embora de sinal trocado. Cabe à sociedade e ao plenário da Constituinte mostrar que o bem comum só se constrói sob a égide da liberdade.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Campina Grande, 14 de julho de 1987.

Ilustríssimo Senhor
Deputado Evaldo Gonçalves
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Deputado:

No Anteprojeto de Constituição emanado da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, estão inseridos alguns dispositivos, consubstanciados em artigos, os quais, se aprovados no texto final da futura Constituição, inviabilizarão instituições conhecidas no País, como o Sesi e o Senai, o Sesc e o Senac.

Peço vênia a Vossa Senhoria para citar aqueles dispositivos:

Artigo 342 do Título IX – Da Ordem Social, Capítulo II – Da Seguridade Social:

"A folha de salários é base exclusiva da seguridade social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição."

Parágrafo único do artigo 343, mesmo título, mesmo capítulo:

"Toda contribuição social instituída pela União destina-se única e obrigatoriamente ao Fundo a que se refere este artigo" (Fundo Nacional de Seguridade Social).

Artigo 494 do Título X – Disposições Transitórias:

"Todas as contribuições sociais existentes até a data da promulgação desta Constituição passarão a integrar o Fundo Nacional de Seguridade Social."

Artigo 495, mesmo título:

"Os programas sociais não vinculados à seguridade social e atualmente custeados por contribuições sociais deverão ter revistas as suas fontes de financiamento, adequando-se ao disposto no parágrafo único do art. 343."

Os dispositivos citados, caso sejam aprovados para o texto final da Constituição, impedirão que

continuem a ser feitas pelas empresas as contribuições destinadas ao custeio das suas entidades de formação profissional e assistência social – Senai e Senac, Sesi e Sesc.

Mesmo com a idéia de que “as fontes de financiamento desses serviços sejam revistas”, como parece sugerir do artigo 495 do Anteprojeto, não nos parece viável que sejam alterados dispositivos já consagrados há mais de 40 anos na legislação brasileira, isto é, aqueles que criaram e vêm mantendo as contribuições compulsórias das empresas para o funcionamento do Sesi e Sesc, do Senai e Senac.

Não necessitamos enfatizar perante Vossa Senhoria a significação e a importância daquelas entidades na vida brasileira. Muito conhecidos são e apreciados, pelas classes empresariais e pelas classes trabalhadoras, os frutos e benefícios dos programas de cunho eminentemente social desenvolvidos pelas citadas instituições.

Solicitamos, portanto, de Vossa Senhoria queira deter-se no exame e apreciação da matéria, tornando possível, pelo seu voto, a continuação da existência do Senai e Senac, do Sesi e Sesc na vida econômica e social do País.

Quanto, mais particularmente, ao Senai e ao Senac, importa ainda rever o dispositivo contido no artigo 389 do Título IX – Da Ordem Social, Capítulo III – Da Educação e Cultura, do Anteprojeto, onde vem escrito:

“As empresas comerciais e industriais são obrigadas a assegurar a capacitação profissional dos seus trabalhadores, inclusive a aprendizagem de menores, em cooperação com o poder público, com associações empresariais e com sindicatos.”

Essa obrigação, em termos quase equivalentes, vem figurando nas Constituições de 1946 e 1967, bem como na Emenda Constitucional de 1969. Mas em nenhuma delas consta esse apêndice, capaz de suscitar dúvidas e criar problemas futuros, assim expresso: “com a cooperação do poder público, com associações empresariais e com sindicatos”.

Financeiramente, associações empresariais e sindicatos não oferecem condições de fazer aportes de recursos ao Senai e ao Senac para estes realizarem os seus objetivos, que estão implícitos na obrigação de as empresas comerciais e industriais assegurarem aprendizagem aos seus empregados menores.

Quanto à cooperação do poder público, é bem sabido que não entra nos orçamentos anuais do Senai e do Senac, bem como do Sesi e do Sesc, nenhuma participação financeira própria da União, sendo aquelas entidades, até o presente, geridas como empresas privadas, embora sujeitas a terem seus orçamentos aprovados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e suas prestações de contas anuais submetidas ao Tribunal de Contas da União.

Neste caso particular do artigo 389, pedimos vénia para sugerir a Vossa Senhoria a apresentação de nova redação a ser dada ao artigo 389 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

“Art. 389. As empresas comerciais e industriais são obrigadas a manter, em cooperação, escolas de aprendizagem para meno-

res e cursos de qualificação e aperfeiçoamento para seus trabalhadores.

Parágrafo único. Excluem-se das disposições desta Constituição referentes a contribuições sociais, para todos os efeitos, as contribuições fixadas em lei para manutenção do sistema de educação para o trabalho, de que trata este artigo.”

Na certeza da compreensão e do espírito lúcido de Vossa Senhoria, apresento-lhe as minhas

Atenciosas saudações, – **Agostinho Velloso da Silveira**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Paulo Macarini, para discutir o projeto.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Para discutir.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Projeto de Constituição organizado na Comissão de Sistematização, sob a coordenação do eminentente Constituinte Bernardo Cabral garante que:

Art. 419. É dever do Estado e da sociedade proteger o menor, assegurando-lhe os seguintes direitos:

I – à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à habitação, à profissionalização e à convivência familiar e comunitária;

II – à assistência social, sendo ou não seus pais ou responsáveis contribuintes do sistema previdenciário;

III – à assistência especial, caso esteja em situação irregular, sem prejuízo de responsabilidade civil ou penal dos pais ou responsáveis.

§ 1º A lei regulará os casos de internamento do menor infrator, garantindo-lhe ampla defesa.

§ 2º A lei determinará a competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração e execução de políticas e programas destinados à assistência devida à gestante, à nutriz e ao menor.

Art. 420. Será estimulada, para os menores da faixa de dez a quatorze anos, a preparação para o trabalho, em instituições especializadas, onde lhes serão assegurados a alimentação e os cuidados com a saúde.

Art. 421. A adoção e o acolhimento de menor serão assistidos pelo poder público, na forma da lei.

§ 1º A adoção por estrangeiro será permitida nos casos e condições previstos em lei.

§ 2º A lei estabelecerá o período de licença de trabalho, devido ao adotante, para fins de adaptação ao adotado.

§ 3º O acolhimento de menor em situação irregular, sob a forma de guarda, será estimulado pelos poderes públicos, com assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios na forma da lei.

Em verdade, este texto está a merecer um aprimoramento, notadamente por parte da indispensável colaboração do Constituinte, Deputado Nelson Aguiar que, com capacidade e elevado espírito público presidiu a FUNABEM, no período de maio de 1985 a fevereiro de 1986, imprimindo-lhe

uma nova filosofia de vida para os menores e uma nova condição de responsabilidade do Estado e da sociedade.

Por igual, a sociedade também se mobiliza, tanto que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (FENASP), o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (FNDDC) e o Serviço Nacional Justiça e Não Violência, estão colhendo assinatura para apresentar a seguinte emenda popular:

Dispõe sobre os direitos e garantias da criança e do adolescente.

Inclua-se no Projeto de Constituição, onde couber:

“Art. Compete à sociedade e ao Estado assegurar à criança e ao adolescente, além da observância dos direitos e garantias individuais da pessoa humana em geral, os seguintes direitos:

I – à vida, à alimentação, à moradia, à saúde, ao lazer e à cultura, à educação, à dignidade, ao respeito e à liberdade;

II – à assistência social, sejam ou não os pais ou responsáveis contribuintes do sistema previdenciário;

III – à proteção especial quando em situação de vulnerabilidade por abandono, orfandade, extravio ou fuga do lar, deficiência física, sensorial ou mental, infração às leis, dependência de drogas, vitimização por abuso ou exploração sexual,残酷 ou degradação, assim como quando forçados por necessidade ao trabalho precoce.

Art. O Estado garantirá, às famílias que o necessitarem e o desejarem, a educação e a assistência gratuita às crianças de zero a seis anos, em instituições especiais como creches e pré-escolas.

Art. Toda criança tem direito ao ensino gratuito a partir dos sete anos até a conclusão do nível médio.

Parágrafo único. O Estado garantirá à sociedade a participação no controle e na execução da política educacional em todos os níveis, nas esferas federal, estadual e municipal, através de organismos coletivos democraticamente constituídos.

Art. O Estado promoverá, conjuntamente com entidades não governamentais, políticas de saúde materno-infantil e de prevenção à deficiência física, sensorial e mental, assim como políticas de integração à sociedade do adolescente, portador de deficiência, mediante o treinamento especializado para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos como preconceitos e barreiras arquitetônicas.

Art. O trabalho da criança e do adolescente será regulado em legislação especial, observados os seguintes princípios:

I – idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho;

II – garantia de acesso à escola do trabalhador menor de dezoito anos;

III – direitos trabalhistas e previdenciários;

IV – isonomia salarial em trabalho equivalente ao do adulto;

V – proibição do trabalho insalubre e perigoso, bem como do trabalho noturno.

Art. No atendimento pelo Estado dos direitos assegurados à criança e ao adolescente, caberão à União e às unidades federadas os papéis normativo e supletivo, respectivamente, e aos municípios a execução das políticas e programas específicos, respaldados por conselhos representativos da sociedade civil.

Parágrafo único. A lei determinará o alcance e as formas de participação das comunidades locais na gestão, no controle e na avaliação das políticas e programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e de assistência à gestante e à nutriz.

Art. A criança e o adolescente a quem se atribua a autoria de infração penal terá garantida a instrução contraditória e ampla defesa, com todos os meios e recursos a ela inerentes.

§ 1º A aplicação à criança e ao adolescente de qualquer medida privativa da liberdade decorrente de infração penal levará em conta os seguintes princípios:

I – excepcionalidade;

II – brevidade;

III – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 2º Fica estabelecida a inimputabilidade penal até os dezoito anos.

Art. Fica ratificada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, cujos princípios são incorporados a esta Constituição.

Art. À criança e ao adolescente dar-se-á prioridade máxima na destinação dos recursos orçamentários federais, estaduais e municipais.

Art. Leis federais, a serem aprovadas no prazo de dez meses, contados da promulgação desta Constituição, disporão sobre o Código Nacional da Criança e do Adolescente, em substituição ao atual Código de Menores, bem como sobre a instituição dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal da Criança e do Adolescente, dos quais deverão participar entidades públicas e privadas comprometidas com a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Justificação

As entidades abaixo assinadas, que apresentam a Emenda Popular “Criança, prioridade nacional”, dirigem este documento à Assembléia Nacional Constituinte, na forma do art. 24 do seu Regimento Interno, com a finalidade de alertar para a gravíssima situação da infância e da juventude brasileiras e de contribuir para que a nova Constituição contenha dispositivos indispensáveis à promoção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente, principais vítimas – porque em geral indefesas – da crise econômico-social e de valores que abalam o País.

Assim, constatamos que, em 1986, morreram no Brasil 400.000 crianças de 0 a 5 anos, por doenças perfeitamente evitáveis. Isto equivale ao efeito devastador de 5 bombas de Hiroshima em apenas um ano.

Por outro lado, dos 66 milhões de brasileiros entre 0 a 19 anos, temos hoje no Brasil:

– 45 milhões vivendo em condições sub-humanas

– 25 milhões em situação de alto risco

– 15 milhões sofrendo de desnutrição crônica

– 12 milhões abandonados ou órfãos desassistidos

– 9 milhões obrigados ao trabalho precoce

– 8 milhões em idade escolar sem acesso à escola

– 7 milhões portadores de deficiência (física, sensorial ou mental), sem atendimento especializado

– 7 milhões vivendo nas ruas e praças

– 4,5 milhões de meninas e moças lançadas à prostituição (2 milhões das quais com idade entre 10 e 15 anos)

– centenas de milhares confinados em internatos-prisão, em condições desumanas

– dezenas de milhares presos irregularmente, vítimas de maus-tratos e degradações de todo tipo

– vários milhares mortos por suicídio todo ano

– vários milhares escravizados pelas drogas

– vários milhares tentando o suicídio

– vários milhares mutilados por acidentes de trabalho

– vários milhares mortos anualmente na violência das grandes cidades.

Não obstante esses números, afirmamos que o quadro de miséria, carência e sofrimento, violência e degradação que vitima a grande maioria da nossa infância e adolescência não apenas deve como pode ser mudado.

Para isso é preciso que a nova Constituição consagre os 7 Direitos Capitais da Criança e do Adolescente e garanta os instrumentos de participação da sociedade nas políticas e programas destinados à superação da situação atual.

Baseados nos princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança – aprovada pela ONU em 1959, com o voto do Brasil, mas até hoje não ratificada pelo Congresso Nacional – os 7 Direitos Capitais da Criança e do Adolescente são:

– o direito À Vida

– o direito À Sobrevida Digna

– o direito Ao Futuro

– o direito À Infância e À Adolescência

– o direito A Dignidade

– o direito Ao Respeito e A Liberdade.

Chamamos, portanto, os Constituintes para, acima das barreiras doutrinárias, sociais, políticas ou religiosas, apoiarem e votarem favoravelmente esta Emenda que, se aprovada, terá efeitos altamente positivos nas áreas da sobrevivência, da saúde, da educação; do trabalho, da proteção especial, da dignidade e do desenvolvimento integral da nossa infância e juventude.

Assim como é o futuro da Pátria que está ameaçado pelo desumano presente a que condenamos a maioria das nossas crianças e jovens, é o amanhã da Pátria que será resgatado se, em dignidade e solidariedade, soubermos dar-nos as mãos para transformar essa realidade que nos envergonha como Nação civilizada, e ante a qual o silêncio e a omissão, mais que a cumplicidade, significam falta de amor ao Brasil e de compromisso com o seu grande destino.

Mas, paralelamente a esta preocupação da Assembléia Nacional Constituinte, representada pelos dispositivos dos arts. 419, 420 e 421, assim como da sociedade brasileira materializada na emenda popular das sete mencionadas entidades,

torna-se oportuno registrar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Professor Marcos Vilaça, na presidência da LBA, ressaltando-se recentes convênios assinados em Santa Catarina:

1 – LBA/Secretaria de Desenvolvimento Social

– Termo aditivo

– Objeto: atender Creche Casulo Domiciliar

– Número de crianças: 8.980, em regime de 8 horas diárias

– Faixa etária: 3 meses a 6 anos

– Municípios abrangidos: Brusque, Porto União, Mafra, São Bento do Sul, Três Barras, Indaiá, Lages, Imbutuba, Tubarão, Criciúma, Chapecó, Joinville, Rio do Sul, Laguna, São José, Itajaí, Tijucas, São Miguel D’Oeste, Araranguá, Caçador, Curitibanos, Rio Negrinho, Concórdia, Xanxerê, Joaçaba e Palhoça.

– Valor: Cz\$ 5.890.880,00

– Per capita: Cz\$ 328,00

– Duração: 2 meses

2 – LBA/Secretaria de Desenvolvimento Social

– Convênio

– Objeto: atender Creche Casulo Domiciliar

– Número: de 0 a 6 anos

– Valor: Cz\$ 47.232.000,00, em duas parcelas de igual valor

– Duração: 12 meses

3 – LBA/Secretaria de Educação

– Convênio

– Creche Casulo

– Número de crianças: 30.000 nos 199 (todos) Municípios do Estado de Santa Catarina

– Faixa etária: 4 a 6 anos

– Valor: Cz\$ 29.520.000,00, em uma só parcela

– Duração: 6 meses

4 – LBA/Prefeitura de Lauro Müller

Distribuição de 1.300 cestas básicas, para famílias de mineiros desempregados, no valor de Cz\$ 1.903.200,00.

De igual modo, merece registro, como exemplo a ser seguido e imitado pela sociedade e pelo empresariado, a campanha “Adote uma Creche”, onde a LBA e a Fundação Maurício Sirotsky, através do Projeto Geração 21, firmaram compromisso, em data de 22-7-87, em Porto Alegre, destacando-se do noticiário divulgado pelo jornal **Zero Hora**, de 23 do mês em curso:

“A campanha “Adote uma Creche”, iniciativa da Superintendência Estadual da Legião Brasileira de Assistência/RS, com o apoio da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho/Projeto Geração 21, foi lançada ontem na sede da RBS. A campanha visa obter, através da mobilização da comunidade, recursos para as creches assistenciais do Estado, em face das dificuldades que enfrentam.

O presidente da Fundação da LBA, Marcos Vinícius Vilaça, e o Governador Pedro Simon prestigiam o lançamento, que contou com a presença da presidente-executiva da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. D. Ione Pacheco Sirotsky, a coordenadora do Conselho de Apoio a Ações Comunitárias, D. Alice Simon Heuser, a superintendente regional da LBA, Mercedes de Moraes Rodrigues; o reitor

da UFRGS, Prof. Francisco Ferraz; os secretários José Ivo Sartori e Adão Faraco; os Deputados Germano Rigotto, líder do PMDB, e Porfírio Peixoto, do PDT; vereadores, líderes empresariais e de entidades assistenciais da capital e do interior.

Mutirão comunitário

A presidente da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Ione Pacheco Sirotsky, ressaltou a necessidade de se reverter a situação do menor carente no Estado, objetivo do Projeto Geração 21, agora numa fase nova através do "Adote uma Creche". "Cada pessoa, cada empresa ou entidade, sensibilizados pela profundidade deste problema, pode adotar uma creche da maneira que melhor lhes convier e dentro de suas possibilidades, sem que haja uma obrigação explícita de quantidade ou de espaço de tempo", disse Ione Sirotsky, "é, na verdade, um mutirão comunitário".

O presidente da LBA, Marcos Vinicius Vilaça, afirmou que o compromisso de reverter a estatística "ultrajante e desconfortante" de sete milhões de crianças totalmente abandonadas no País é "tanto do Governo quanto do resultado do enlace entre o setor público e privado". E salientou que "a energia que se recebe de gestos como o da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho reforça nosso compromisso de não desanistar". O evento de lançamento da campanha é, para Vilaça, "fundamentalmente um gesto em direção ao futuro".

Após os pronunciamentos, foi assinado o protocolo de compromisso para a execução da campanha pelo presidente da LBA, Marcos Vinicius Vilaça, e por D. Ione Pacheco Sirotsky. Assinaram como testemunhas o Governador Pedro Simon, D. Alice Simon Heuser, a superintendente estadual da LBA, Mercedes Rodrigues, e o vice-presidente da RBS, Fernando Ernesto Corrêa.

A campanha

A partir de agora, através de anúncios e comerciais de rádio e televisão, montados pela Módulo Publicidade Ltda., a comunidade gaúcha e os empresários serão convocados para participar da campanha, mediante chamadas sugestivas como: "Se você não pode adotar uma criança, adote uma creche"; "Existe uma maneira de fazer o leão do Imposto de Renda não assustar mais a sua empresa. Adote uma creche". A LBA e o Projeto Geração 21 estão aliados nesta mesma proposta: oferecer melhores condições de vida às creches assistenciais do Estado.

Em Porto Alegre, informações poderão ser obtidas junto à Superintendência da LBA, pelo fone 26-2122 – ramal 27. No interior, junto aos Núcleos de Voluntariado da LBA. Pessoas físicas ou empresas podem participar fazendo doações em dinheiro, equipamentos, máquinas, móveis, utensílios, gêneros alimentícios, vestuário, brinquedos, material de construção, medicamentos, produtos de limpeza e de higiene pessoal. As doações financeiras são dedutíveis no Imposto de Renda, em até 5% do lucro operacional das

empresas. Já a dedução de pessoa física não poderá ultrapassar a 10% do montante da renda bruta."

Por outro lado, desenvolve a Legião Brasileira de Assistência significativo trabalho em favor dos idosos, abrindo-se-lhes um caminho para uma vida compatível com os mais comezinhas princípios da dignidade humana, tanto que:

VILAÇA ABRE SEMINÁRIO "IDOSO E CONSTITUINTE"

Abrindo o seminário "O Idoso e a Constituinte", promovido pelo Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, o presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Marcus Vilaça, falou ontem à noite, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, sobre a "Política Nacional do Idoso". Mostrou que hoje, no Brasil, a média de vida da população já alcança cerca de 64 anos para os homens e 68 para as mulheres, o que representa um significativo crescimento ou envelhecimento do País, se comparados estes tempos ao início do século, quando a expectativa de vida do brasileiro era de apenas 30 anos. Os brasileiros com mais de 60 anos correspondem hoje a cerca de 7% da população, atingindo a mais de 10 milhões de idosos, como esclareceu o presidente da LBA. Lembrando a marginalidade em que vive o idoso, excluído do sistema produtivo e, em muitos casos, até do convívio social, Marcus Vilaça mostrou os princípios da política que vem sendo desenvolvida pela LBA em relação aos idosos: "Parte da premissa de que o idoso é uma pessoa com potencialidade de saber, perceber, sentir, decidir, e agir; que tem necessidades específicas mas compartilha, também, necessidades comuns com o restante da população. Nossa proposta tem tudo a ver com a dignidade da vida humana, com a prática de uma ideologia social, plenamente ajustada às preocupações e prioridades da ação do Governo José Sarney".

Mas, a Assembléia Nacional Constituinte não descobriu-se de prestar assistência aos idosos, tanto que consignou:

"A partir de sessenta e cinco anos de idade, todo cidadão, independentemente da prova de recolhimento de contribuição para a Seguridade Social e desde que não possua outra fonte de renda, fará jus à percepção de pensão mensal equivalente a um salário mínimo" (art. 368).

Assim como:

"São desobrigados do pagamento de tarifa de transporte coletivo de passageiros urbanos os cidadãos brasileiros em idade superior a setenta e cinco anos" (art. 423).

Para concluir, tenho esperanças que aprimorados os avanços do atual projeto e corrigidas algumas distorções no campo econômico, reforma agrária, questão urbana, conceituação de empresa nacional e extensão do monopólio do petróleo aos contratos de risco, poderá a Assembléia Nacional Constituinte escrever uma Carta Magna que reflete a realidade nacional e se constitua num marco de desenvolvimento econômico e social para o País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; César Maia – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Djenal Gonçalves – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Edmè Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral –

PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Souto – PFL; Iberé Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Paliarin – PTB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Morais – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Laer Varella – PFL; Leopoldo Bessone – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos

Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cesar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruy Nedel – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB;

Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, às 14 horas e 30 minutos, extraordinária, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

V – (Encerra-se a sessão às 11 horas e 46 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA NA SESSÃO DE 24-7-87, E QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta tribuna não tem permitido o debate, a desenvoltura e o conflito de idéias que o trabalho constituinte e o procedimento no sentido de alcançar uma Carta Constitucional exigem e impõem.

O grande número de constituintes, atendendo, inclusive, ao avantajamento do próprio País, não permite que, no Regimento, se dê uma desenvoltura maior para o debate.

Desde fevereiro, estamos a ouvir, na imprensa deste País e nos demais meios de comunicação, as críticas mais acerbas, mais injustas, mais pobres, sem nenhum alcance de percepção, sem nenhum sentido didático, meramente empíricas, ao que tem sido o processo constituinte.

Por isso, deveria estar aqui nesta tribuna, no dia 12, a dizer para os meus companheiros e abrir com eles o debate sobre o sistema de governo, questão vital e fundamental no novo Estado que vamos elaborar.

Faço, agora, um registro desta tribuna, a respeito do Professor da Universidade de Brasília e analista político daquela fornada que surgiu a partir dos anos 50, formando uma inteligência nacional equiparável à comunidade cultural de qualquer país desenvolvido, pelo menos relativamente.

Walder de Góes, que durante algum tempo escreveu, no período mais duro e mais cruel da ditadura, no *Jornal do Brasil*, que concorreu para que enxergássemos, pelo menos ao longe, os caminhos da saída, no último dia 21 do mês em curso, na *Folha de S. Paulo*, faz o seguinte artigo:

"VIVA A CONSTITUINTE

Walder de Góes

Os ataques generalizados à Constituinte são uma grave injustiça. Injustiça não aos constituintes, mas à Assembléia pelo que ela representa como fato e processo. Os ataques refletem análise grosseira do que está se passando e desconhecimento das contribuições originais que o funcionamento da Constituinte está dando ao avanço político do País. Duas contribuições são especialmente notáveis: a melhoria dos padrões de educação política do povo e a formação de uma nova elite política no País.

É a primeira vez na História brasileira que se discute abertamente, com envolvimento dinâmico dos meios de comunicação de massa, questões tais como a função da lei constitucional e a da lei ordinária, os direitos e os deveres dos cidadãos, o papel das instituições públicas e privadas. Num país com índices tão altos de ignorância política, os efeitos educacionais desse debate deverão ser extraordinários. estamos produzindo cidadania. Tudo o que a grande massa sabe sobre direitos constitucionais do cidadão, no Brasil, vem dos filmes policiais americanos. O sargento prende o criminoso e diz a ele: "Agora vou ler seus direitos constitucionais". E lhe diz que o silêncio é um direito dele e tudo o que disser poderá ser contra ele invocado.

A crítica à Constituinte diz que seus integrantes não sabem distinguir entre lei constitucional e lei ordinária e ainda que produziram um anteprojeto detalhista e contraditório. Ainda bem. Caso não estivéssemos tendo a confusão conceitual, as contradições e o detalhismo, o debate estaria sendo pobre. O processo constituinte está envolvendo e apaixonando uma grande massa de brasileiros justamente por aquelas razões. Se, em vez do que está ocorrendo, duas dezenas de sábios houvessem envolvido a Constituinte, fazendo-a aprovar rapidamente um texto enxuto e coerente, que debate teríamos? A Constituição iria refletir um consenso restrito, uma coerência também irrestrita e seria ilegítima. As pressões para reformá-la seriam fortes e imediatas. É o debate em curso que promete ao futuro texto alguma legitimidade e alguma estabilidade.

A crítica diz ainda que a Constituinte é uma grande confusão e que as proposições são de baixo nível. Grande confusão não é. Só quem não conhece o processo legislativo pode pensar assim. Ora, uma assembléia – de constituintes, de legisladores ordinários ou de membros de um sindicato aparenta, mesmo, uma grande confusão. É da natureza da coisa. Há um grande alarido, muitas idéias exóticas, muito conflito político e ideológico. Tais são os processos naturais de uma grande negociação entre interesses contraditórios. No fim, porém, chega-se a um ponto de equilíbrio. Muito do que se chama de confusão poderia ser evitado, realmente, caso um projeto prévio houvesse sido tomado como base. Ainda bem que não o tivemos. Se o povo é a fonte do poder e se uma Constituinte é a vontade popular organizada, então é melhor que não haja projeto prévio, pois ele refletiria a existência de um poder paralelo, que coibiria o debate.

Muitas proposições são, realmente, de baixo nível. E isso acontece justamente porque somos um país carente de debate político. O baixo nível das proposições resulta do nível baixo de educação política do povo, o que, por sua vez, resulta da escassez de debate. O Brasil é um país que se tomou social e economicamente complexo e politicamente simples e atrasado. O caminho para levar o Brasil político ao padrão do Brasil sócio-econômico é mesmo este deixar que o baixo

nível apareça, porque ele é real; fazê-lo representado, nos partidos e nas casas legislativas; deixar que o conflito político e ideológico flua livremente, produzindo-se negociação; enfim, promovendo-se debate que permita o aparecimento de todas as virtudes e de todas as mazelas. Vou dar um exemplo. Caso não houvesse surgido a proposta imbecil de proibir os bancos estrangeiros de funcionarem no Brasil, o que permitiu o aparecimento de argumentos adequados em contrário, como as pessoas iriam saber que a proposta era imbecil?

Foi o aparecimento da tolice, da imbecilidade, do equivocado, que excitou o debate, fazendo-o tematicamente abrangente e envolvendo grande parte da população. Com isso, ampliou-se o conhecimento da população sobre um vasta agenda de questões políticas. A política avançou. Se avançar mais, acabaremos numa democracia. Pois não é possível uma democracia com o baixo nível de educação política que temos, quanto ao povo e quanto às elites. Esse mesmo debate, permitindo também o surgimento do argumento inteligente, racionalmente orientado, haverá de corrigir, no processo constituinte, muito da tolice, da imbecilidade e do equivocado. No fim poderemos ter uma Constituição razoável, com os inevitáveis equívocos. Todas as Constituições brasileiras os tiveram e muitas Constituições de países desenvolvidos os têm.

Ademais, a Constituinte está fazendo um trabalho extraordinário de renovação e formação de elite política. Estamos vindo de um longo período de hibernação da política, em que as elites velhas se cristalizaram e impediram o surgimento de novas. O Legislativo esvaziado dos últimos decênios, o autoritarismo, os casuísmos eleitorais e a subalternização da política inibiram muitas vocações e deformaram outras. As vocações políticas potenciais foram canalizadas para a tecnocracia, a vida empresarial, a vida acadêmica e outras atividades mais estáveis e menos arriscadas. Além do mais, o regime militar reprimiu os canais tradicionais de formação de líderes, como a política estudantil, o sindicalismo e os movimentos civis de forma geral.

As eleições do ano passado, supervvalorizadas por causa da Constituinte, levaram numerosos grupos, até então indiferentes à vida político-partidária a fazerem investimentos inéditos e talvez irrepetíveis no processo eleitoral. Operou-se uma renovação de 72% do Congresso. À nova safra de políticos foram oferecidas condições de desempenho, liberdade de ação e articulação, meios de comunicação e outros recursos. A Constituinte e os trabalhos do Congresso ordinário funcionarão como um rito de passagem de seus quadros. Uns ficam, outros se perdem. E assim se vai recrutando e formando uma nova elite, pois se abre a política a grupos imprevistos e se lhes dá condições efetivas de treinamento. O que ficar pode não ser bom, em grande parte é mesmo muito ruim, mas é o que temos na sociedade e, agora, chega à política. E chega com memória social nova,

em contraposição à elite estamental que se cristalizou na vassalagem aos militares.

A experiência da Constituinte, em especial, está obrigando os atores a definições ideológicas sem precedentes na história parlamentar recente. É claro que tem muito personalismo e muito clientelismo. Mas não é só isso. Como disse minha colega Teresa Cruvinel, a prática da dissimulação de posições ficou questionada e seu exercício será ainda mais difícil quando se chegar às votações tema a tema no plenário da Assembléia. É certo que esses desnudamentos acarretarão fissuras e cições nos partidos, principalmente no PMDB. Nesse sentido, talvez estejamos também chegando ao fim da política de frentes. As frentes foram necessárias contra o regime autoritário, mas felizmente é incapaz de sobreviver ao jogo democrático com eleitorados atentos.

Enfim, a Constituinte pode parecer mesmo uma grande confusão e pode mesmo produzir grandes equívocos. Mas sob muitos aspectos ela está dando o primeiro passo de um processo que, podendo melhorar a política, promete também melhorar o País.

Peço, Sr. Presidente, que a Mesa faça divulgar e chegar a todos os constituintes este trabalho e que a ele se junte outro, também saído da **Folha de S. Paulo**, do nosso colega, estudioso, analista, escritor, político, Florestan Fernandes, que divulgou, há cerca de quinze dias, uma análise do processo, em que mostra como desta Casa e desta Constituinte poderá sair uma coisa nova.

Nunca alimentei dúvida a respeito. Aqui, nesta Casa, está o Brasil com suas deformações, as suas injustiças, as suas opressões, os seus crimes mas, também, a sua potencialidade de virtude, de modernização, de um amanhã melhor, de uma sociedade justa com a incorporação ao bem-estar social de imensas massas que estão oprimidas, vivendo na miséria absoluta, no Nordeste, nas periferias de São Paulo, do Rio de Janeiro e das grandes cidades.

Tenho consciência plena do que é a elaboração de um Estado e sei que estamos diante do grande desafio de criar mecanismos que operem o Estado – mecanismos versáteis e funcionais, mecanismos modernos, mecanismos abertos para a sociedade, mecanismos que incorporem o povo nas decisões governamentais, nas grandes decisões políticas –, ou teremos que fazer isto na Constituinte e a opção, agora, é única.

A discussão que se trava entre presidencialismo e parlamentarismo é vital. Trago em minha convicção que se continuarmos a insistir no presidencialismo faremos uma clara opção pelo impasse. Se elegermos Deus, ou Jesus Cristo para Presidente da República, dentro de alguns meses ou poucos anos, todo o carisma que o levará à Presidência da República cairá por terra e o impasse estará criado. Não chamarei esse sistema ou essa forma de governo de parlamentarismo ou presidencialismo. Mas temos que engendrar, temos que conceber um mecanismo de governo que funcione, com um secretariado permanente e recrutado por concurso, com os quadros políticos dirigindo e conduzindo, com o respaldo e o caráter de continuidade deste secretariado.

Temos que abrir o que, tradicional e imprecisamente, se chama de Três Poderes para a socie-

dade e a eles incorporar todos os grupos sociais, todas as associações, todas as parcelas de vontades que existem neste País, versatilmente ricas, numa vontade única, na vontade da Nação brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE A SR. EGÍDIO FERREIRA
LIMA EM SEU DISCURSO:**

Folha de S. Paulo Terça-feira, 7 de julho de 1987
– Opinião

**TENDÊNCIAS/DEBATES CRISE DE PODER
E ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

Florestan Fernandes

O que infunde um caráter dramático à elaboração da presente Constituição é a crise de poder que se manifesta em toda a sociedade nacional. Os proprietários de terras ditos latifundiários; os militares recém-egressos de uma ditadura, que lançou o Brasil no caos; os donos ou administradores de empresas de grande porte, nacionais e estrangeiros, que temem perder vários privilégios anti-sociais e antinacionais da iniciativa privada; o superburocrata e o tecnocrata ultrapoderoso do aparelho estatal; até a igreja Católica que tenta recuperar sua influência de instituição não-política com função diretora nas malhas do poder governamental, exemplificam diversos ângulos dessa crise de poder. O regime de classes se modifica e tende a alterar a organização, o funcionamento e os dinamismos da sociedade civil. Uma democracia emergente de face nova – com raízes nos operários e em uma pequena burguesia amendrontada pela proletarização; nos setores de classe média tradicional em plena decadência econômica e social (de caráter transitório); em trabalhadores da terra que erguem a cabeça e seu protesto de forma violenta; em oprimidos que buscam alternativas para opróbrio social e a miséria; em sindicatos e centrais operárias ou confederações de trabalhadores reivindicativos, de radicalização que assume feição institucional graças aos partidos de esquerda não populistas, ideológicos e politicamente identificados ou com a revolução dentro da ordem ou com a revolução contra a ordem – apresenta desafios que a alta burguesia não sabe como enfrentar.

As classes burguesas mais poderosas apostaram primeiro na ditadura, em seguida na "transição democrática" lenta, gradual e segura, certas de que o coeficiente de estabilidade política, assegurado pela "Nova República" e pela Aliança Democrática, permitida a modificação prolongada e sob controle político-militar da sociedade civil. No entanto, a alteração desta está se operando aos trambolhões, desordenadamente, ameaçando as posições das classes burguesas na própria sociedade civil, no sistema de poder global e no monopólio do poder político estatal. Com todas as suas limitações, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a consequente elaboração de uma Constituição, que deveria conter certos mínimos democráticos, desencorajaram muitos fantasmas, que expunham a propriedade privada, a livre iniciativa, a família e o Estado aos riscos aparentes de uma desagregação incontrolável. Por isso os estratos burgueses privilegiados

aumentaram o vigor de suas práticas intolerantes de luta de classes, deslocando para fora da empresa, das associações patronais e do Estado o seu campo de batalha principal. Primeiro, as eleições sofreram o impacto, com intensidade máxima, do seu poder econômico. Segundo, os candidatos fiéis foram selecionados de modo a engordar as fileiras dos dois partidos da ordem, que articulavam a Aliança Democrática e se apresentavam como os paladinos de mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas destituídas de teor revolucionário.

Essa rápida evolução fortaleceu direta e indiretamente o fechamento da sociedade civil às inovações profundas e às reformas estruturais, reforçando a sua essência de uma sociedade civil burguesa não-civilizada e estanque. De outro lado, manteve os partidos políticos burgueses estreitamente subordinados aos interesses e valores das classes sociais dominantes. As elites desses partidos tiveram de fazer muita ginástica intelectual para compatibilizar a simulação de que patrocinaram as mudanças estruturais proibidas às expectativas políticas arraigadas de suas massas eleitorais (processo que afetou mais drasticamente o PMDB, que possuía a auréola de "partido de oposição"). Por fim, reduziu a liberdade dos políticos profissionais ou provocou a sua substituição por agentes dos interesses e valores da iniciativa privada (empresários de diversos setores) ou por intermediários dóceis, suscetíveis de manipulação fácil, oculta e disciplinada.

No conjunto, pois, houve um retrocesso provisório nos dinamismos que abriam a sociedade civil à democratização inexorável a antigas práticas autoritárias e reacionárias de forma exacerbada. Os partidos da ordem sofreram inflexões negativas, mais ou menos profundas, que implicavam graves retrocessos ao clientelismo, ao paternalismo e ao fisiologismo tradicionais (dentro de um quadro de competição partidária "moderno") e o político profissional viu-se, com freqüência, reduzido à condição de porta-voz dos financiadores de suas campanhas ou dos "donos" invisíveis de seus mandatos. A recidiva colidia com a situação histórica, que exigia daqueles partidos e dos políticos profissionais que atuassem como elos entre as transformações estruturais em curso na sociedade civil e a impregnação burguesa espontânea da "Carta Magna", que deveria ser elaborada.

Esse complexo quadro histórico explica o que ocorreu nas subcomissões e comissões temáticas, nas quais emergiram conflitos insolúveis, cenas de pugilato e rompimentos de protesto (como a saída da Cristina Tavares e seus companheiros do auditório da Ciência e Tecnologia). Os "progressistas" e "radicais" foram acusados afoitamente pelos "conservadores" e "liberais". Polarizações ideológicas e políticas abalaram a ANC, amplamente emasculada ou encurralada pela hegemonia das classes burguesas privilegiadas. Nela não houve sequer solo histórico suficientemente arejado e tolerante para permitir o aparecimento de propostas abertamente socialistas ou pelo menos do melhorismo social democrático, de "reforma capitalista do capitalismo". A hegemonia das classes dominantes sufocou os partidos da ordem, secou a voz dos políticos profissionais autenticamente radicais-burgueses e segregou a esquerda num gueto, forçando-a a contentar-se com alguns "avanços democrá-

ticos". O reacionarismo e o conservantismo ilustrado entreveram o trabalho de várias subcomissões e comissões. O que passou disso apenas situa a sociedade civil e o Estado nos marcos simbólicos da civilização industrial capitalista em desenvolvimento. Transcorreram fatos pitorescos ou trágicos. A defesa de um moralismo retrógrado e da censura policial por determinados líderes evangélicos foi um episódio menor. Grupos de pressão, como os dos militares, lograram converter um relator em advogado convicto de suas causas. Proprietários de terras tomaram conta do cenário e até usaram seus seguranças como agentes de repressão contra constituintes "radicais". Donos de canais de rádio e de televisão decidiram, como constituintes, sobre seus interesses, em conflito ou em cooperação com o ministro das Comunicações Abert e de um importante advogado que era seu assessor, todos ignorando o que estipula o Regimento Interno da ANC e torpeando o bom andamento das discussões e o trabalho do bravo relator Artur da Távola, Severo Gomes, que tentou o impossível (conciliar continuidade e reforma), olhou o seu relatório voar pelos ares. Até o deputado Delfim Netto não conseguiu operacionalizar uma definição técnica de empresa nacional e bateu em retirada!... Duas comissões temáticas conseguiram fugir a esse tosco drama de sertão sem luar. Paulo Bisol e Amir Gabriel são os exemplos desse êxito invejável; conquistado, todavia, em clima de tensões e contradições igualmente crus (1). Faltaram o senso da realidade, o respeito nas relações entre "maioria" e "minoria" e a decisão de tolher a hegemonia direta das classes dominantes, filtrando-a ideológica e politicamente através dos crimes partidários. O Planalto, o patronato e as instituições-chave funcionaram como os equivalentes dos partidos burgueses, o que se traduziu em depreciação da ANC e no seu empobrecimento como fulcro da coordenação da produção coletiva dos constituintes de todas as tendências.

O Planalto aproveitou-se da crise de poder, que incentivou os estrados dirigentes das classes burguesas a debilitarem seus partidos e a arruinarem a autonomia relativa dos políticos profissionais, para sobrepor-se à ANC em busca de uma Constituição "conservadora". O Governo encontrou escancaradas todas as portas que poderiam facilitar pressões ilegítimas, influências espúrias e, até, a corrupção desenfreada. Aproveitou-as uma a uma, como se estivesse envolvido em um "jogo de guerra", cujo objetivo final fosse a derrota da ANC e a consagração da "vontade constituinte" da Presidência. O primeiro movimento constituiu em um ataque frontal, através da indicação de um líder do Governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna, um golpe ultrajante que não foi repelido. O movimento seguinte voltou-se para a arregimentação de tropas próprias, compostas por constituintes de "centro" e "democráticos". O "Correio Braziliense" noticiou em primeira mão que dez mil cargos estavam à disposição desses constituintes. A notícia causou perplexidade e o escândalo foi denunciado no plenário da ANC. Contudo, a operação vingou, cresceu vertiginosamente e arruinou a credibilidade popular da ANC, ao mesmo tempo que demonstrou que a sua soberania era uma ficção. Os partidos da ordem conviveram do melhor modo possível com a intromissão e o Governo Sarney ganhou a batalha, plantando dentro da ANC o seu "grupo de

centro" ou a "turma do DO", que rica Latina e que evoca o vigamento nós aspirávamos, constitui pelo conferiu ao presidente e aos seus de ditaduras como as de Salazar e menos o ponto de partida para as ministros que o desejaram a de Franco), continua aqui conquistas efetivas, que não liberdade de manipular todos os densamente vivo nas atividades dos puderam ser feitas até hoje. assuntos de importância vital para o de cima. Postos em questão por Executivo, seus acordos políticos, suas alianças com interesses privados e com instituições como Igreja Católica, ou para adaptar dispositivos constitucionais a negociatas de caráter pessoal (2). Muitas escaramuças e conflitos execráveis entre os constituintes tiveram suas origens nessa trama de envolvimento ou de repúdio à podridão do regime. Os que resistiram, pertencessem ao PMDB, ao Pfl, ao PDS ou à esquerda foram estigmatizados como "a minoria radical", que recorria à baderna para impor teses constitucionais "exóticas" e "alheias ao temperamento do povo brasileiro"...

O que se infere daí? Em termos sociológicos que, aquilo que se poderia designar como totalitarismo de classe (e que caracteriza uma variante de fascismo larvar, tão forte e difundido na Amé-

nós aspirávamos, constitui pelo conferiu ao presidente e aos seus de ditaduras como as de Salazar e menos o ponto de partida para as ministros que o desejaram a de Franco), continua aqui conquistas efetivas, que não liberdade de manipular todos os densamente vivo nas atividades dos puderam ser feitas até hoje. (1) Veja-se, a propósito, a sinopse feita por Cynthia Peter e Iara Viotti. "É muito difícil sobreviver. Como se ganha e como se perde na revisão constitucional tímida e estreita, os de cima jogaram sobre a mesa o seu rancor e a sua força bruta. Queriam paralisar o processo constituinte, para impedir que a transição se evaporasse. Queriam desfibrar o processo constituinte, para impedir que a democrática tomasse seus rumos naturais. Queriam constranger o processo constituinte, para preservar o Governo de tronco e chibata, a qualquer preço. Desvenda-se, assim, toda a verdade. Por pobre que venha a ser, a Constituição abrirá outros horizontes ao Brasil e à criação das bases necessárias a uma nova sociedade de classes e a um novo tipo de república burguesa. Se isso é pouco, em confronto com o que muitos de

(2) É impossível indicar o vasto material documentativo disponível, note-se, nunca desmentido oficialmente. Só para o leitor tomar pé menciono: Vanda Célia e Rodolfo Fernandes, "Turma do DO procura cargos para apoiar Sarney" ("Jornal do Brasil", 7-6-87); o contundente artigo de Jânio de Freitas... "O favor secreto de Sarney" ("Folha de S. Paulo", 24-5-87); e, para evidenciar a amplitude da irradiação do "centro democrático" tão-somente, "Dissidência ganha no voto" ("O Estado de S. Paulo", 7-6-87).

Florestan Fernandes, 66, sociólogo, é deputado federal (PT – SP), professor emérito da USP e docente da PUC-SP.



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ASSEMBLÉIA

ANO I - Nº 107 TERÇA-FEIRA, 28 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 113^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 27 DE JULHO DE 1987.

I - Abertura da sessão
II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observação, assinada.

III - Leitura do Expediente
IV - Pequeno Expediente

JOFRAN FREJAT - Retomada da negociação entre o Governo do Distrito Federal e os servidores grevistas, da área de saúde.

JOSÉ COSTA - Nota do Ministro Raphael de Almeida Magalhães sobre a aquisição, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, de apartamentos em Brasília. Contrato celebrado entre a Dataprev e as Centrais Elétricas de Furnas, com interveniência do INAMPS, sobre reestruturação do setor de suprimentos do INAMPS.

JORGE ARBAGE - Promoção, pela Assembléia Legislativa do Pará, de debate sobre a política de rationamento de energia elétrica na região sul do Estado.

HORÁCIO FERRAZ - Assinatura, pelo Presidente José Sarney, de decreto de viabilização do suprimento de energia elétrica para o Nordeste. Asseguramento de recursos para as obras das Hidrelétricas de Itaparica e Xingó.

GABRIEL GUERREIRO - Assassinato do Sr. Francisco Cruz, Prefeito Municipal de Porto de Moz, Estado do Pará.

PAES LANDIN - Razões da exigência, pelo Ministro Joaquim Francisco Cavalcanti, do In-

terior, de unicidade administrativa dos órgãos vinculados à Pasta.

AMAURY MÜLLER - Uso de violência contra trabalhadores sem-terra no episódio da ocupação da Fazenda São Juvenal, Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

HARLAN GADELHA - Adoção de medidas corretivas do Finor-Alimentos.

ADYLSON MOTTA - Convocação do Ministro Raphael de Almeida Magalhães para prestar esclarecimentos sobre a aquisição, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, de apartamentos em Brasília. Apresentação de requerimentos de informações sobre razões da não-delegação de poderes para os Embaixadores prestarem avisos pelo Tesouro Nacional e ampliação do Conselho da Suframa.

NILSON GIBSON - Declarações da Constituinte Cristina Tavares ao Jornal do Comércio sobre permanência de peemedebistas no partido. Lançamento, pelo Presidente José Sarney, de programa de emergência para suprimento de energia elétrica no Nordeste.

JOSÉ LUIZ MAIA - Descumprimento, pela rede bancária particular, de resolução do Banco Central sobre refinanciamento das microempresas.

MAURO BENEVIDES - Assinatura, pelo Presidente José Sarney, de decreto de viabilização do suprimento de energia elétrica para o Nordeste.

JESUALDO CAVALCANTI - Institucionalização, pelo PFL, de Comissão de Acompa-

namento de Programas de Desenvolvimento do Nordeste. Assinatura, pelo Presidente José Sarney, do Programa de Emergência para Suprimento de Energia Elétrica do Nordeste.

EDIVALDO MOTTA - Construção da BR-426, trecho Coremas - Piancó - Princesa Isabel - divisa Paraíba - Pernambuco.

FRANCISCO AMARAL - Exclusão do Guarani Futebol Clube da primeira série do futebol brasileiro.

SÉRGIO NAYA - Aquisição, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, de apartamentos à empresa Lersan.

JOSÉ VIANA - Viabilidade da transformação de Porto Velho, Estado de Rondônia, em zona de processamento de exportação.

ÁUREO MELLO - Necrológio do Sr. Francisco Guedes de Queiroz, ex-Vice-Governador do Estado do Amazonas.

V - Comunicações das Lideranças

PAULO MACARINI - Oportuno esclarecimento, pela liderança do PMDB, sobre a aquisição, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, de apartamentos em Brasília. Importância da fixação de política agrícola permanente.

AMAURY MÜLLER - Demora na resposta, pelo Presidente da República, a requerimentos de informações apresentados por Constituintes sobre irregularidades ocorridas na administração federal.

HAROLDO LIMA - Urgente apreciação pelo Plenário da Assembléa Nacional Constituinte do Projeto de Decisão nº 4, que proíbe

a conversão da dívida externa em capital de risco.

LUIZ GUSHIKEN: – Repúdio do PT à tentativa de órgãos da imprensa nacional de promover sindicalistas ligados a idéias reacionárias e fascistas.

VI – Apresentação de Proposições

ADYLSON MOTTA: – Requerimentos de informações ao Sr. Ministro-Chefe do Gabinete Civil.

AMAURY MÜLLER: – Questão de ordem sobre necessidade de promoção, pela Mesa

Diretora da Assembléia Nacional Constituinte, de interpelação judicial ao Sr. Ronaldo Caiado, Presidente da UDR, a propósito de expressões caluniosas contra os Constituintes.

PRESIDENTE: – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

VII – Ordem do Dia

José Moura, Irma Passoni, Wilson Martins, Mansueto de Lavor (retirado pelo orador para revisão), Artur da Távola (retirado pelo orador

para revisão), Benedita da Silva – Discussão do Projeto de Constituição.

VIII – Encerramento

2 – **MESA** – Relação dos Membros

3 – **LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS** – Relação dos Membros

4 – **COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO** – Relação dos Membros

Ata da 113ª Sessão, Extraordinária, em 27 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário; Francisco Rollemburg, art. 6º, parágrafo único, Resolução nº 2/87

Às 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Airton Sandoval – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Prieto – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bonifácio de Andrade – PDS; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonancio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Daso Coimbra – PMDB; Délio Braz – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Henri-

que Cardoso – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Rocho – PFL; Florestan Fernandes – PT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do b; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; José Agripino – PFL; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fernandes – PDT; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélia Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do b; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Maurício Corrêa – PDT; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Milton Barbosa – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nilson Gibson – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Renato Viana – PMDB; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PCB; Ronan Tito – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Piloto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; (Ubiratan

Aguiar – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vilson Souza – PMDB; Ving Rosado – PMDB; Virgílio Távora – PDS; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldeci Ornelas – PFL; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 171 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, 2º-Secretário, procede à leitura da ata de sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao

IV – Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Jofran Frejat

O SR. JOFRAN FREJAT (PFL – DF).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Brasília está sendo sacudida mais uma vez por movimentos paredistas na área da saúde, desta vez, porém, com uma gravidade muito maior do que nos episódios anteriores. Até então, os movimentos grevistas, mesmo em áreas essenciais como a da saúde, limitavam-se aos ambulatórios e a alguns setores de atividade não-emergencial. Desta feita, ele se estendeu para as emergências, colocando em risco a saúde da população diante de uma negociação que mal se iniciou. Se, por um lado, conhecemos as dificuldades do setor saúde, como a baixa remuneração dos servidores, na sua maioria gente humilde, que presta grandes serviços a esta cidade, por outro, temos de considerar que o País passa por uma de suas grandes crises, e a nossa Capital está incluída nela. Mas o caminho escolhido tanto pelos grevistas como pelo Governo, não foi o melhor, não prevaleceu o bom senso. Os grevistas escolheram parar a emergência, e o Governo resolveu puni-los, demitindo trinta e oito servidores. Não creio que esta seja a solução para um ímpasse desta ordem.

Ficou bem caracterizado que aqueles que defendem seja estabelecido na Constituição o direito de greve, extensivo aos serviços essenciais, inclusive de emergência, tiveram neste episódio uma derrota flagrante. O argumento de que nunca ocorreu greves no Brasil em setor essencial cai por terra, porque o primeiro episódio aconteceu na Capital da República.

Se o caminho do bom senso é a negociação, fazemos um apelo aos servidores do setor saúde e ao Sr. Governador, para que, novamente, se sentem à mesa de negociação, único caminho que pode levar a algum resultado.

Apelamos para o Sr. Governador no sentido de que revise as punições, analise a situação dos servidores, e que estes, de sua parte, entendam que o fechamento dos serviços de emergência seguramente só irá prejudicar a população mais pobre.

Eram essas as minhas considerações. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminentíssimo Ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, publicou nota nos principais jornais do País explicando, de forma ampla, a operação que redundou na compra de 360 apartamentos em Brasília, sem concorrência pública. Havia um decreto que permitia a S. Ex.^a comprar esses imóveis, com uma despesa da ordem de 1 trilhão de cruzados, sem licitação. Lastim a existência de tal decreto, por ter sido a compra realizada num momento em que o mercado imobiliário de Brasília está em crise, com várias empresas construtoras interessadas em participar de uma operação desse montante, e porque esse permissivo legal enseja suspeitas a respeito do negócio, levando um Ministro do porte de Raphael de Almeida Magalhães, meu companheiro de partido e, sem dúvida alguma, homem de conduta e comportamento público exemplares, a dar aplicações dessa natureza.

Mas nem tudo são flores na Previdência Social. Tenho em mãos, por exemplo, despesas autorizadas pelo eminentíssimo Presidente do Inamps, Dr. Hésio Cordeiro, no chamado Projeto de Financiamento para o Congresso Constituinte de Bairros, em que esse órgão autoriza, ou autorizou, no ano passado, doações à FAMERJ, instituição respeitabilíssima. E a finalidade, pelo que apreendo de tal título, sem dúvida é relevante. S. Ex.^a autorizou – e não sei em que rubrica do orçamento encontrou autorização para isso – a doação de cerca de 960 mil cruzados a essa associação de bairros.

Mas, Sr. Presidente, não é só isso. O Sr. Ministro Raphael de Almeida Magalhães, com a presteza com que se houve diante de uma denúncia em que se pretendia inquirir de ilegal a compra desses apartamentos, com essa mesma presteza S. Ex.^a tomou conhecimento de um convênio entre a empresa Centrais Elétricas de Furnas S.A. e a Dataprev, com a interveniência do Inamps, com o objetivo de ajudar na reestruturação de todo o setor de suprimentos do Inamps. Foi

feito um convênio através do qual o Inamps está pagando a um só técnico de Furnas, consultor e gerente – vou citar apenas um caso – a importância diária de dez mil e quinhentos cruzados. O contrato entre Furnas e a Dataprev, com a interveniência do Inamps, ao que me consta, não foi publicado em órgão oficial. E, mais ainda, isenta os prestadores de serviços até de obrigações personalíssimas, como o pagamento do Imposto de Renda, a contribuição da Previdência etc. Ou seja, o consultor e gerente do contrato fornecido por Furnas recebe líquidos dez mil e quinhentos cruzados por dia, cerca de trezentos mil cruzados por mês.

Ao trazer ao conhecimento da Casa tal fato, tenho certeza de que o Sr. Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, com sua presteza, dará esclarecimentos à Casa e à opinião pública a respeito dessas irregularidades.

Peço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que autorize a transcrição do convênio celebrado entre a Dataprev e a Centrais Elétricas de Furnas, com interveniência do Inamps, para que faça parte do nosso pronunciamento. (Palmas.)

CONVÊNIO A QUE SE REFERE O ORADOR:

INAMPS DATAPREV

Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
Convênio que, entre si, fazem Furnas – Centrais Elétricas S.A., e Dataprev – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social, com Interveniência do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – Inamps, objetivando a prestação dos serviços necessários para a reestruturação da área de suprimentos do Inamps.

FURNAS – CENTRAIS ELÉTRICAS
S.A., empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Real Grandeza, 219, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 23.274.194/0001-19, doravante designada como Furnas, e Dataprev – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social, Empresa pública, constituída nos termos da Lei nº 6.125, de 4-11-74, e com estatuto aprovado pelo Decreto nº 75.463, de 10-3-75, com sede na Rua Barão de Itambi, 60, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 42.422.253/0001-01, doravante designada como Dataprev, com interveniência do INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, autarquia federal inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 29.979.143/0001-79, com sede na Rua na cidade do Rio de Janeiro, doravante designado pelo Inamps, representados por seus Presidentes e Diretor **in fine** designados.

Considerando que o Inamps tem necessidade de reestruturar seu setor de suprimentos;

Considerando que Furnas tem desenvolvido e mantido em plena operação todo um sistema de suprimento, administrado de acordo com as mais eficientes técnicas existentes;

Considerando, ainda, que Furnas e Dataprev decidiram firmar um convênio para estudar a reestruturação de todo o setor de suprimentos do Inamps;

Considerando, finalmente, que para efetuar os serviços de reestruturação do setor de suprimentos, FURNAS terá de avaliar preliminarmente a situação atual daquele setor no Inamps,

Resolvem firmar o presente convênio, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1^a – Objeto

Constitui objeto do presente convênio o estabelecimento de diretrizes básicas de colaboração de Furnas ao Inamps, para execução de estudo, diagnóstico e desenvolvimento de um modelo conceitual preliminar de reestruturação da área de suprimento do Inamps.

§ 1º Furnas executará os serviços, direta ou indiretamente, nas seguintes áreas de atividade:

- Gerência de Estoques (Previsão e Controle de Material);
- Movimentação de Material;
- Classificação de Material;
- Alienação de Material;
- Transporte de Material;
- Armazenamento de Material;
- Formulário de Material;
- Normatização de Material;
- Controle de Qualidade de Suprimentos;
- Desenvolvimento de Produtos e Fornecedores;
- Compras e Preços;
- Licitação e Contratação;
- Administração do Fornecimento;
- suspenso
- Habilitação de Fornecedores.

§ 2º Furnas e Dataprev poderão, a qualquer tempo, modificar ou ampliar o presente convênio através de termos aditivos.

§ 3º É facultado a Furnas contratar serviços de terceiros, mediante prévio acordo expresso e por escrito da Dataprev.

CLÁUSULA 2º – Da Comissão do Convênio

Com a finalidade implementar, ativar, acompanhar e ajustar, de forma dinâmica, a prestação dos serviços objeto deste convênio, será criada uma Comissão de convênio, abreviadamente denominada Comissão Inamps/Furnas, composta de três representantes do Inamps e de três representantes de Furnas, todos, inclusive com seus suplentes ou substitutos eventuais, devidamente credenciados.

§ 1º A Comissão Inamps/Furnas se reunirá periodicamente sempre que se fizer necessário. A data, horário e local das reuniões deverão ser previamente acertados entre os seus membros, e os assuntos a serem tratados deverão constar de agenda a ser distribuída com antecedência mínima de 2 (dois) dias.

§ 2º Para melhor desempenho de suas atribuições, a Comissão Inamps/Furnas poderá convocar elementos do Inamps ou de Furnas, bem como convidar especialistas, para prestarem esclarecimentos ou informações, podendo ainda designar um ou mais de seus membros para a realização de visitas e exames aos locais dos serviços.

§ 3º A Dataprev nomeia como gestor da execução do convênio o Dr. Leon Zonenschain, que ficará responsável pelo controle e acompanhamento deste convênio, em todas as suas fases e ao qual deverão ser encaminhados todos os documentos pertinentes ao presente instrumento para atesto, ciência ou outras observações que julgar necessárias à comunicação do cumprimento ou não das cláusulas contratadas.

CLÁUSULA 3º – Das Ordens de Serviço

Todas as atividades, tarefas e serviços decorrentes do objeto deste convênio terão suas condições específicas de execução, descrições, detalhamentos, fixação de prazos, preços, responsabilidades, reguladas em instrumentos separados, denominados "Ordens de Serviço" (OS), que passarão a fazer parte integrante do presente convênio para todos os efeitos e fins de direito, uma vez assinados pelas partes convenientes.

§ 1º Os entendimentos necessários ao cumprimento das disposições deste convênio, bem como aqueles indispensáveis ao estabelecimento

das condições específicas de cada Ordem de Serviço, serão mantidos por representantes das partes convenientes, especialmente designados para tal fim. A referida designação será sempre feita mediante troca de correspondência entre as partes convenientes, devendo ocorrer uma designação para cada Ordem de Serviço.

§ 2º Cada uma das Ordens de Serviço será rescindida na forma das condições nelas acordadas, sem que isso implique a rescisão do convênio.

§ 3º Todo e qualquer serviço objeto deste convênio será realizado dentro das possibilidades e critérios de conveniência e oportunidade das partes convenientes, de modo a que todas as Ordens de Serviço possam ser realizadas sem quaisquer prejuízos das atividades normais das partes convenientes.

§ 4º Considerando que a Furnas compete estabelecer diretrizes básicas para execução de estudo, diagnóstico e desenvolvimento de um modelo conceitual preliminar de reestruturação da área de suprimentos do Inamps, por este instrumento e na melhor forma de direito, Furnas obriga-se e compromete-se a manter absoluto sigilo sobre todas as informações que obtiver, bem como sobre todos os documentos a que tiver acesso, não podendo, em hipótese alguma, repassar quaisquer destes dados sem o prévio e expresso consentimento do Inamps e da Dataprev.

CLÁUSULA 4º – Condições de Pagamentos

Dataprev pagará a Furnas pela execução dos serviços:

a) O custo do pessoal técnico diretamente aplicado nos serviços, calculado com base na seguinte fórmula:

$$C_p = T \times d,$$

onde:
Cp = custo do pessoal técnico

T = valores constantes da Tabela I, correspondente ao custo diário de cada técnico aplicado, reajustáveis sempre que variar o salário do pessoal de Furnas e na mesma proporção em que isto acontecer.

d = número de dias efetivamente trabalhados.

Em caso de viagens, serão calculados entre o dia de saída e o de regresso, inclusive, do pessoal técnico ao seu local de origem.

b) a título de reembolso, as despesas de passagens, táxis de e para locais de embarque, serviços contratados com terceiros e outros relativos aos serviços ora contratados.

c) a título de reembolso, diárias de prestação de serviços para fazer face às despesas com hospedagem, alimentação e outras do pessoal técnico aplicado nos serviços. O valor da diária corresponde a 22 OTN convertidas em cruzados na data de saída do técnico.

d) a título de resarcimento de despesas administrativas, um percentual de 5% (cinco por cento) aplicados ao total dos valores apurados no item b.

CLÁUSULA 5º – Condições de Faturamento

Furnas apresentará mensalmente à Dataprev suas faturas e respectivos comprovantes, acompanhados do Relatório de Progresso, relativo aos trabalhos realizados no período.

§ 1º A solicitação de pagamento deverá ser encaminhada, por escrito, de acordo com as instruções da Dataprev e acompanhada dos documentos e/ou faturas necessários à sua efetivação.

§ 2º As faturas e notas de débitos submetidas por Furnas serão pagas dentro de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da solicitação de pagamento à Dataprev.

3º Caso ocorra atraso nos pagamentos dos documentos de cobrança, os valores pagos a partir do dia do vencimento serão automaticamente corrigidos com base na variação da OTN, calculada pro-rata dia.

CLÁUSULA 6º – Tributos

Todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do presente convênio ou de sua execução, serão de responsabilidade exclusiva da Dataprev.

CLÁUSULA 7º – Vigência e rescisão

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura até a conclusão satisfatória de todos os serviços que constituem o seu objeto, podendo ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante aviso prévio e por escrito, 60 (sessenta) dias antes da data desejada para seu término, sem que daí advenha direito a qualquer indenização, mas respeitadas as obrigações assumidas e os compromissos financeiros firmados entre as partes.

CLÁUSULA 8º – Valor do Convênio

Para todos os efeitos, o valor deste Convênio é igual ao custo total dos Serviços, entendendo-se como tal a soma dos valores das Ordens de Serviço assinadas, suas revisões, reajustes e eventuais acréscimos. Na hipótese de ainda não ser conhecido o custo final como acima definido, adotar-se-á o valor estimado de Cz\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados).

CLÁUSULA 9º – Foro

As partes elegem o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, como o único competente para dirimir eventuais questões suscitadas em decorrência da execução deste Convênio.

E, por estarem, assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente Convênio, em 6 (seis) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1987.

FURNAS – Centrais Elétricas SA – João Camilo Penna, Presidente – Roberto Nogueira da França, Diretor.

DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – Ivan Populari de Alverga, Presidente.

Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS – Hesio de Albuquerque Cordeiro, Presidente.

CONVÊNIO FURNAS / DATAPREV / INAMPS
TABELA I

Custo Diário

Profissional	Valor Cz\$
Consultor e Gerente do Contrato	10.500,00
Técnico III	8.450,00
Técnico II	6.300,00
Técnico I	4.900,00

Válido: abril de 1987

**CONVÉNIO FURNAS /DATAPREV/INAMPS
ORDEM DE SERVIÇO Nº 01**
1 – Objetivo

Implementar parte dos serviços propostos no convênio firmado entre Furnas – Centrais Elétricas S.A. e DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social, com a interveniência do INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social.

2. Descrição dos serviços

2.1. Diagnóstico do Sistema de Suprimento do INAMPS, com as respectivas recomendações de caráter geral e específico.

2.2. Proposta de uma política de suprimento para o INAMPS (modelo conceitual).

2.3. Os serviços mencionados nos subitens anteriores estão detalhados no projeto constante do Anexo I a esta O.S. e que faz parte integrante da mesma.

3. Prazo de execução

3.1. 240 (duzentos e quarenta) dias entre a data da assinatura desta O.S. e a aceitação final por parte da Dataprev/lnamps.

3.2 No prazo estabelecido em 3.1, está incluído o período de 30 (trinta) dias após a conclusão dos trabalhos. Esse período corresponde à folga necessária para os ajustes técnicos finais entre os convenientes, em relação aos produtos elaborados.

3.3 Os principais eventos ocorrerão nos seguintes prazos:

33.1. Diagnóstico preliminar

180 (cento e oitenta) dias

3.3.2. Diagnóstico final

210 (duzentos e dez) dias

3.3.3. Política de suprimento

210 (duzentos e dez) dias

4. Recursos para a execução
4.1. Pessoal técnico

Constante da relação do Anexo II a esta O.S., consistindo de:

- 1 (um) Gerente do Contrato

- 4 (quatro) Consultores

- 3 (três) Técnicos III

- 6 (seis) Técnicos II

- 3 (três) Técnicos I

4.2. Distribuição de homens-dia por cargo:

• Gerente do Contrato	160
• Consultor	80
• Técnico III	184
• Técnico II	841
• Técnico I	160

4.3. Pessoal administrativo, materiais, serviços de apoio e outras facilidades.

Serão contratados dentro da rubrica outros serviços (subitem 5.2) desta O.S.:

5. Custos

Os Custos estimados, em cruzados, para a execução desta O.S. são os seguintes, faturáveis ou reembolsáveis de acordo com a cláusula 4º do Convênio Furnas/Dataprev/lnamps.

5.1. Pessoal

• Gerente do Contrato	Cz\$1.680.000,00
• Consultor	840.000,00
• Técnico III	1.554.800,00
• Técnico II	5.298.300,00
• Técnico I	784.000,00
	10.157.100,00

5.2 – Outras despesas:

Itens b, c, e d

da cláusula 4ª do convênio Cr\$2.642.900,00

Total

12.800.000,00

6 Medição

6.1. Para efeito de faturamento os serviços serão medidos através de Técnicos/dia alocado a cada uma das atividades executadas.

6.2. A medição por Técnico/tarefa será apresentada mensalmente à Dataprev juntamente com o relatório de processo.

7. Faturamento

Será feito de acordo com a cláusula 5ª do Convênio Furnas/Dataprev/lnamps.

8. Encerramento da O.S.

Ocorrerá com a execução e aceitação dos serviços descritos no item 2 da mesma ou no caso de rescisão do Convênio Furnas/Dataprev/lnamps.

Responsabilidade Técnica pela execução da O.S.

9.1. A cargo do Gerente do Contrato, Renaud Barbosa da Silva profissional inscrito no Conselho Regional da Administração da 7ª Região sob o nº 1.710.

O SR.JORGE ARBAGE (PDS – PA)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, no próximo dia 3 de agosto, a Assembléia Legislativa do Pará vai promover um debate sobre a política de racionamento de energia elétrica nos municípios que integram a região sul do Estado, inclusive Marabá.

A partir do instante em que o Ministério das Minas e Energia ordenou o processamento da política de racionamento, desta tribuna alertamos para as graves consequências da medida no campo sócio-econômico. De outro lado, estranhamos que a energia produzida na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, portanto em território paraense, esteja sendo transferida para o atendimento de outras regiões, em detrimento dos interesses de setores produtivos que contribuem, decisivamente, para o fortalecimento da nossa economia.

O mais grave, Sr. Presidente, é que o Ministério das Minas e Energia parece ter esquecido de mandar revogar a ordem de racionamento no fornecimento de energia elétrica para os municípios da região sul do Pará, faltando-lhe, assim, compreender a gravidade do prejuízo que a medida está provocando, por falta de alternativas que supram com eficiência a fase da restrição imposta.

Em pronunciamentos anteriores, mostramos que a mais importante região do Estado, onde se localizam os grandes projetos agropecuários e industriais, não terá como fazer funcionar a sua capacidade produtiva, caso permaneça sob o estigma do processo de racionamento energético, que, inexplicavelmente, lhe vem impondo o Ministério das Minas e Energia.

Se o Governo federal assumiu compromissos de fornecer energia elétrica para estimular o desenvolvimento em outras regiões, utilizando-se dos mananciais produzidos na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, é um problema que não nos diz respeito, desde que a quota de consumo necessária à região sul do Pará e outras áreas do território paraense não seja usurpada ou comprometida.

Estamos solidários com os reclamos dos prefeitos, vereadores, empresários da indústria e produtores rurais dos municípios que integram a re-

gião sul do Pará, que exigem do Ministério das Minas e Energia a imediata revogação do racionamento de energia elétrica, a fim de que sejam devidamente normalizadas as atividades prejudicadas com a adoção de tão absurda medida.

Neste sentido, formulamos apelo ao Sr. Ministro Aureliano Chaves, cujo espírito público, respeitado e admirado por todos os brasileiros, há de estar sensível e motivado para acolher as razões de nosso posicionamento.

Era o que tínhamos a dizer.

ANEXO AO DISCURSO DO ORADOR:

Exmº Sr.

Deputado Federal Jorge Arbage

Câmara dos Deputados

Brasília – DF

Considerando a aprovação da proposição 031/87, de autoria do Deputado Haroldo Bezerra e subscrita por outros parlamentares, tenho a honra de convidar Vossa Excelência para participar da reunião a ter lugar no Plenário desta Casa, às 17 horas do dia 3 de agosto próximo, ensejo em que serão debatidos assuntos atinentes à questão do racionamento de energia elétrica nos municípios que integram a região sul do Pará, medida essa que já começa a causar problemas de ordem social e econômica na referida área. O encontro, que está sendo encarado como um novo avanço nas negociações, visando ao cancelamento definitivo do racionamento de energia imposto pelo Ministério das Minas e Energia, contará com a participação do engenheiro Benedito Canoro, Diretor-Presidente da Comissão de Racionamento do DNAEE, e do economista Roberto Ferreira, Presidente da Celpa.

Cordialmente, – Deputado **Mariuadir Santos**, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

O SR. HORÁCIO FERRAZ (PFL – PE)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sra e Srs. Constituintes, o Presidente José Sarney assina hoje à tarde um decreto da maior significação para o Nordeste, neste momento. Trata-se de uma decisão importante que visa superar as graves dificuldades que enfrenta a região com o racionamento de energia.

Justificado pelos órgãos governamentais como sendo decorrente do atraso nas obras da usina hidrelétrica de Itaparica, que deveria estar operando desde abril de 1981, mas que teve o seu cronograma de obras sucessivamente adiado e que só agora está sendo concluída, o racionamento foi também causado pela falta de chuvas no período entre novembro de 1986 e abril deste ano. A alegação, em princípio válida, de que a estiagem foi a maior da história do São Francisco, gerando a grande crise energética do Nordeste, somou-se o atraso, também, de obras como a duplicação da interligação Norte-Nordeste.

O atraso nas obras de Itaparica, injustificável do ponto de vista sócio-econômico, não encontrou apoio na classe política nordestina, da mesma forma como aconteceu com a usina hidrelétrica de Xingó. A época em que foi aventada a perspectiva de suspensão das obras, levantou-se a voz do então Governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, em um protesto que encontrou eco na área federal, pois, segundo o governador pernambucano, o objetivo não era apenas sus-

pender a obra, mas desativá-la de vez. Por conta de ações desse tipo, executadas contra o Nordeste, é que tivemos o drama do racionamento de energia que afetou a produção industrial da região, criando um quadro preocupante e um impacto geral na sociedade como um todo. Não é possível sacrificar a incipiente indústria nordestina com cortes de energia, insumo básico de que dispõe para que seja o grande instrumento de desenvolvimento econômico regional.

Agora, com o decreto que viabiliza o fim do racionamento de energia elétrica no Nordeste, renascem as esperanças de que teremos o prosseguimento da política governamental de fortalecimento do sistema gerador de energia da região.

É preciso assegurar recursos para que as obras de Itaparica e Xingó não sejam mais interrompidas e as usinas sejam concluídas dentro de um cronograma estabelecido de forma que o Nordeste não sofra novos racionamentos.

Acredito, Sr. Presidente, que será garantida a prioridade absoluta às obras de Itaparica. Espero também que, com a conclusão das obras, o grande desafio do reassentamento de aproximadamente 36.000 pessoas que hoje vivem na área a ser inundada pelo reservatório seja equacionado, de modo a permitir que aquela população receba tratamento adequado. O reassentamento, que custará cerca de 300 milhões de dólares, deverá ser feito a partir de setembro deste ano, não comportando protelações que prejudiquem as populações ribeirinhas dos Municípios de Floresta, Itacumbá, Petrolândia e Belém de São Francisco, em Pernambuco.

Congratulando-me com o Sr. Presidente da República pela assinatura do decreto de viabilização do suprimento de energia para o Nordeste, reafirmo as esperanças da região de que novos racionamentos não ocorram.

Durante o discurso do Sr. Horácio Ferraz. O Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente deixa cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Gabriel Guerreiro.

O SR GABRIEL GUERREIRO(PMDB

– PA Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há quarenta e seis dias estava eu na tribuna desta Casa para lamentar e denunciar a violenta, estúpida e absolutamente inaceitável morte do companheiro Paulo Fontelles, em Belém do Pará, vítima da violência, do desatino, da intolerância política e ideológica que campeia em nosso Estado, na impunidade absoluta.

Hoje volto a esta tribuna para denunciar, mais uma vez, uma enorme violência praticada ontem à noite contra o Prefeito de Porto de Moz, uma cidade pequena do Baixo Amazonas. O Prefeito daquela cidade foi barbaramente assassinado com quatro tiros, na porta de sua casa. Até agora, Srs. Constituintes, não sabemos quem praticou tal ato. Provavelmente foram os profissionais da morte contratados, pistoleiros afamados – impunes no meu Estado e que fazem parte da violência que campeia neste País – responsáveis pela morte de Gabriel Pimenta, de Marabá, do Canuto, do Benézinho, líderes sindicais, de Paulo Fontelles, há quarenta e seis dias, sem nenhuma posição da polícia a respeito de Bruno, Vereador de

Itaituba, e agora de Francisco Cruz, Prefeito de Porto de Moz.

Sr. Presidente, onde vamos parar com tal violência no Pará e neste País? Abrimos os jornais, em Brasília, e lemos sobre violência por todos os lados. Onde vamos parar com a impunidade? Nunca se acham os culpados, nunca se definem as coisas. A impunidade é o maior estímulo para a continuação e o agravamento da violência.

Não adianta fazer cartaz Sr. Presidente da República, com uma florzinha na mão: não adianta o Sr. Ministro da Justiça, às bravatas, aplicando a Lei de Segurança Nacional àqueles que não o agradam politicamente. Onde está, Srs. governantes deste País, o mutirão contra a violência? O que foi feito até agora? O que será feito no futuro?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago a esta Casa, lamentavelmente, mais uma vez, notícia de uma brutal violência praticada contra um indefeso, na porta da sua casa; um político, como todos nós, sofreu um acidente às 22 h e faleceu a bordo de um avião, às 2 h da madrugada, com quatro balas nas costas.

É lamentável que o Sr. Ministro da Justiça e os Secretários de Segurança Pública de todos esses Estados não tomem providências, que o nosso Governo se encontre impotente ante os assaltantes e matadores profissionais.

O SR.PAES LANDIM (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Líder do meu partido, Constituinte José Lourenço, havia-me solicitado que, em nome do partido, me reportasse a uma acusação de que foram vítimas o Presidente Marco Maciel o nosso ilustre Ministro do Interior, Joaquim Francisco, acusação feita pelo ilustre colega Maurílio Ferreira Lima em discurso proferido na quinta-feira próxima passada.

É lamentável, Sr. Presidente, que temas dessa natureza sejam aflorados na Constituinte. Mas, atendendo ao pedido do Líder do meu partido, queria dizer apenas que Joaquim Francisco é, hoje, um nome reconhecido em todo Pernambuco. S. Ex^a foi um grande prefeito e um notável administrador, consagrando-se, por isso mesmo, nas últimas eleições em Pernambuco. O Constituinte Marco Maciel é o homem que o País todo conhece, respeita e admira. Portanto, não há necessidade aqui de nenhum esclarecimento a respeito do lamentável equívoco em que incorreu o Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

Mas, a respeito da crise da Sudene, Sr. Presidente, o que o Ministro do Interior deseja é apenas a disciplina e a unicidade administrativa. Hoje, todo o País critica a atuação das estatais e autarquias, que levaram o País a esse grande déficit público.

Então, é necessário que essas empresas e entes autárquicos tenham sempre o ministro como o supervisor e o indutor do seu processo de filosofia administrativa. Assim como o Banco Central, que é da maior importância para a disciplina monetária do País, e o Ministro da Fazenda, que vem imprimindo diretrizes na sua atuação, é justo que o Ministro do Interior tenha a deferência, a competência legal para disciplinar, orientar e tomar conhecimento das medidas adotadas pelo órgão a ele subordinado, por força de um princípio administrativo. Não é mais possível que cada autarquia, empresa pública ou fundação deste País seja uma ilha a tomar medidas isoladas, le-

vando o País a esse caos financeiro e monetário que o Presidente da República, através do ilustre Ministro da Fazenda, procura disciplinar. Joaquim Francisco é um administrador padrão, e foram injustas as considerações aqui tecidas contra ele, na semana passada, pelo eminentíssimo Constituinte Maurílio Ferreira Lima. E estou certo de que assim interpretando, em nome do meu partido, a posição justa de Joaquim Francisco, um modelo de administrador, o faço também em nome da própria opinião pública de Pernambuco, que reconheceu o seu trabalho como prefeito e notável administrador, consagrando-o inclusive nas últimas eleições para Deputado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, atendendo a um pedido do eminentíssimo Líder do meu partido, que, como eu, não poderá estar presente aqui no horário de Comunicações de Liderança, em razão da audiência pública no Palácio do Planalto com o Presidente da República, quando se firmará um decreto, relativo ao racionamento de energia elétrica na nossa região nordestina.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS.

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o império da lei e da ordem, de que tanto se fala nesses quase dois anos e meio de Nova República, não pode mais autorizar o uso indiscriminado da força para conter os anseios de justiça social de um povo oprimido, que teve seus direitos até aqui literalmente esmagados pela insensibilidade de quem chegou ao poder ilegitimamente. E foi exatamente o uso da violência, a utilização da força, em nome da lei e da ordem, que transformou o episódio da ocupação social da Fazenda São Juvenal, na minha terra natal, no Município de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, num fato profundamente deplorável, que coloca a Nova República e os seus áulicos na cadeira dos réus, para serem julgados pela sociedade e pela História.

Sr. Presidente, esse fato vem sendo noticiado amplamente, mas acontecimentos lamentáveis, episódios que quase se cercam de dramaticidade e de aspectos trágicos foram omitidos porque, na verdade, a grande imprensa, que faz parte do conluio com o grande capital e o latifúndio, não teve coragem suficiente para veicular em suas páginas tudo o que realmente aconteceu na Fazenda São Juvenal, em Cruz Alta.

Trago aqui, Sr. Presidente, diversas fotos que alguns jornais estamparam, como o "Diário do Sul", de Porto Alegre, onde se vêem agricultores sem terra, inermes, famintos, esfarrapados, atropelados por jagunços profissionais, contratados pela UDR e pelo latifúndio, e jogados como animais sobre uma cerca de arame farpado.

Enquanto esses pistoleiros profissionais praticavam essa violência, os soldados da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, de tão caras tradições históricas, davam proteção e cobertura às arbitrariedades cometidas. E estranhável é que o Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, um ex-Deputado Federal que aqui pretendeu, como nós, ocupar as trincheiras da liberdade e da democracia na luta contra ditadura militar, tenha autorizado essa violência contra centenas de homens, velhos, mulheres, e crianças, famintos, esfarrapados e indefesos, usando um aparato bélico para proteger o interesse do latifúndio, numa área improdutiva que já deveria estar há muito tempo desapropriada e na posse dos que não têm terra.

Sr. Presidente, encaminhei telex ao Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Waldir Walter, protestando contra a violência, arbitrariedade e prepotência dessa força pública que é paga para proteger os direitos do cidadão e não para violentá-los e mutilá-los, como aconteceu no episódio da Fazenda São Juvenal.

O Telex é o seguinte:

Exmº Sr.
Dr. Waldir Walter
MD. Secretário Segurança Pública
Porto Alegre-RS

A manutenção da lei e da ordem não autoriza o uso da força contra humildes e indefesos agricultores sem terra, sem razão das atitudes arbitrárias e dos atos de violência, patrocinados pela brigada militar do estado no deplorável episódio da fazenda São Juvenal, em Cruz Alta, quero manifestar o mais veemente protesto pela forma unilateral, fascista e atrabilária com que agiu o Coronel Stockef na repressão policial à legítima manifestação dos colonos sem terra.

O exercício democrático não comporta a violação dos direitos humanos. A lei nunca deveria estar ao lado dos poderosos e jamais constituir instrumento para perpetuar odiosos privilégios de minorias cegas e fanáticas. Contra fatos não há argumentos. De nada adianta negar ou cultivar violências que foram testemunhadas pela imprensa. E amplamente divulgadas pela televisão e pelos jornais. Confiem que o prezado Secretário, que sempre devotou sua luta às causas da justiça social, da liberdade e da democracia, determinará rigorosa investigação para apurar os fatos delituosos e punir exemplarmente os responsáveis pela violação dos direitos humanos. Afinal, a reforma agrária patina em suas próprias contradições pela falta de vontade política do Governo federal em executá-la, ou será que o Ministro Paulo Brossard pretende enquadrar na Lei de Segurança Nacional os agricultores sem terra e os que lutam por uma verdadeira reforma agrária?

Desejo reafirmar o propósito de levar o episódio às suas últimas consequências, doa a quem doer. As violências praticadas não podem ficar impunes, o assunto será novamente objeto de análise na Assembléia Nacional Constituinte e encaminhado ao Presidente José Sarney, ao Ministro da Justiça e ao Governador Pedro Simon, Deputado Amaury Müller, Primeiro-Vice-Líder do PDT.

O Sr. Pedro Simon, Governador do Rio Grande do Sul, a quem pouparamos de críticas porque recebeu o Rio Grande em situação calamitosa, também é responsável pelo que aconteceu. Daqui para diante, como forma de resgatar a memória histórica desses que sofreram, não vamos mais poupar críticas aos erros, desmandos, equívocos e abusos de um governo que até hoje não disse a que veio e sequer consegue resgatar um só dos compromissos que solenemente assumiu com a sociedade do Rio Grande do Sul. Fica o alerta: se não adotarmos agora, já, através da Assembléia Nacional Constituinte, medidas acuteladoras, capazes de viabilizar a reforma agrária, imitindo a União automática e imediatamente na

posse das terras desapropriadas por interesse social para fins da reforma agrária, este País mergulhara necessária e desgraçadamente em um banho de sangue, porque se não quiserem que a reforma saia sob o Império da lei, ela acontecerá fora da lei, e não teremos dois mil conflitos pela posse de terra localizados aqui e acolá, mas o País todo envolvido.

Este Brasil não pode continuar sendo propriedade de alguns enquanto milhões continuam percorrendo os corredores do latifúndio, vegetando à beira das estradas em busca de um pedaço de chão. Que a Nova República crie vergonha e dignidade e se encarregue de promover a reforma agrária que falta. (Palmas.)

O SR. HARLAN GADELHA (PMDB - PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, neste momento assistimos de forma passiva, cada vez mais ao esvaziamento da Sudene, às constantes pressões exercidas contra o atual Superintendente, Dr. Dorany Sampaio, do PMDB, juntamente com uma polêmica desnecessária e prejudicial ao Nordeste e – por que não? – ao País, envolvendo o Ministro do Interior e do PFL, Joaquim Francisco.

Não mais interessa ao Nordeste polemizar em torno de nomes de pessoas ou de partidos. Ao Nordeste o que importa é o fortalecimento de suas instituições com os recursos a elas destinados. Pouco nos importa quem esteja no comando, desde que não discrimine adversários políticos nem utilize os recursos destinados para fins eleitoreiros.

Porém não é este propriamente o assunto a ser tratado, mesmo sabendo que existe estreita ligação entre o tema a ser tratado neste instante com os episódios que envolvem tal polêmica.

Criado pelo Decreto nº 92345, de 29 de janeiro de 1986, o Finor – Alimentos objetiva apoiar a implantação de projetos ligados à produção de alimentos e que se enquadrem nas diretrizes do Proine. Sua execução ficou a cargo da Sudene, observado o disposto na legislação do Fundo de Investimento do Nordeste, com as seguintes fontes de recursos:

I – subscrição, pela União federal, de quotas do Finor não conversíveis em ações, mediante a utilização de receita do Tesouro Nacional ou de recursos provenientes de empréstimos externos;

II – subscrição, pela Sudene, de quotas do Finor conversíveis em ações, mediante a utilização de recursos próprios, inclusive os provenientes de empréstimos externos;

III subscrição voluntária pelos bancos oficiais de quotas do Finor conversíveis em ações, mediante a utilização de saldos disponíveis de lucros no exercício.

O Finor – Alimentos viabilizaria a democratização do sistema de incentivos, ao dar acesso a seus recursos a produtores de quatro a vinte e cinco hectares de superfície agrícola útil irrigada, desde que destinados à produção de feijão, arroz, milho, trigo, batatinha, batata doce, inhame, cará, mandioca, algodão, amendoim, gergelim, girassol, soja, coco-da-bahia, banana, cítricos, maracujá, manga, mamão, uva, abacaxi, graviola, tomate, cebola, alho, melão, melancia, pinha, abacate e figo. Neste caso, poderiam organizar-se sob a forma de Sociedade em Conta de Participação, além de gozar de uma série de facilidades,

como a prioridade de análise, liberação imediata de recursos, modelos de roteiro e procedimentos simplificados e dispensa de carta-consulta.

Passados aproximadamente um ano e meio da assinatura e do lançamento do Programa Finor-Alimentos, Decreto nº 92.345, de 29-1-86, vejam só a má vontade e os entraves burocráticos que o retardam:

1) não-alocação de recursos, uma vez que as fontes previstas em seu decreto de criação não se concretizaram, exigindo a imediata aplicação de verbas do Governo federal;

2) inadequação das normas do Finor, aplicáveis ao Programa, quanto ao baixo limite das inversões totais (200.000 OTN) e quanto à natureza do elenco de culturas incentivadas, sendo necessária a modificação da Portaria nº 609/86, da Sudene, que rege a matéria;

3) limitação imposta aos segmentos da agropecuária do Finor pelo Decreto nº 93.607 de 21-11-86, quanto à obrigatoriedade de aplicações sob a forma de debêntures não conversíveis em ações e de auditoria interna independente, em empresas cujos investimentos totais sejam iguais ou superiores a 10 milhões e 640 mil cruzados, impondo-se a alteração do mencionado diploma legal, para adequá-lo às peculiaridades do Nordeste e às características do Finor – Alimentos:

4) limitações oriundas do próprio decreto que o criou, no que tange à inviabilidade das fontes de recursos previstas, que devem ser explicitamente definidas, tais como Finor, PIN/Proterra e Fundo Nacional de Desenvolvimento, evitando-se, por outro lado, a contratação de financiamentos bancários, mesmo com recursos do Proine, em razão de seus altos custos.

Quanto aos pequenos produtores em particular, o Decreto nº 93.607/86 praticamente eliminou sua possibilidade de acesso ao sistema de incentivos, ao abolir aplicações sob a forma de Sociedades em Conta de Participação e exigir que elas se façam, para todos os segmentos da agropecuária dos Fundos Regionais (Finor e Finam) e aos setores de Florestamento e Reforestamento, da Pesca do Turismo, do Fundo Setorial (Fiset), exclusivamente sob a forma de debêntures não conversíveis em ações.

Todos esses problemas e dificuldades que deveriam de pronto ser equacionados foram expostos ao então Ministro do Interior, Dr. Ronaldo Costa Couto, pelo Superintendente da Sudene, Dr. Dorany de Sá Barreto Sampaio, com a apresentação de sugestões corretivas, inclusive com a apresentação de minuta de Exposição de Motivos a ser submetida ao Presidente da República, José Sarney, em que propõe:

I – aprovação desta proposição, recomendando-se ao Ministério do Interior, à Secretaria do Interior e à Secretaria de Planejamento da Presidência da República que diligenciem no sentido de sua execução;

II – autorização para que a Secretaria de Planejamento da Presidência da República promova a subscrição da importância de Cz\$ 2.600.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de cruzados) provenientes do PIN/Proterra, em quotas do Finor não conversíveis em ações, para a aplicação no Programa de Alimentos – Finor – Alimentos, no exercício de 87.

Tais sugestões não foram objeto de um estudo mais acurado e até hoje se aguarda um pronunciamento sobre o assunto.

O descaso para com os problemas da região são uma constante na vida dessa gente.

Nós, nordestinos, já estamos cansados de promessas não cumpridas e não estamos mais dispostos a tolerar procrastinações de projetos vitais para o desenvolvimento da região.

Não podemos mais viver de sonhos e de promessas mirabolantes.

O nordestino vive uma realidade secular amargado por problemas climáticos, que evidentemente não têm solução, mas que não pode servir de motivo para o descaso acintoso contra a região e sua gente.

É sabido que cerca de 40% da população rural do País vivem no Nordeste, respondendo, no entanto, por menos de 20% da produção agrícola nacional; em termos de grãos, a região não chega a representar 10% do total brasileiro: nos anos de chuvas regulares, colhe cerca de 4 (quatro) milhões de toneladas, enquanto o consumo regional ultrapassa seis milhões; nos anos de seca, o déficit supera a casa dos quatro milhões, atingindo especialmente os gêneros básicos da cesta de alimentos consumida pela maioria da população. Apenas 18% dessa força de trabalho têm renda superior ao salário mínimo, e só nos últimos 10 anos mais de quatro milhões de pessoas foram expulsas de seu "habitat", marginalizando-se nas cidades ou buscando outras regiões do País, principalmente nas grandes capitais.

No entanto, não se deve atribuir à seca o único entrave para equacionar o problema da região. Não é pelo simples fato de chover pouco que os sertões do Nordeste possam ser considerados regiões deserdificadas.

A prova do que estamos a afirmar é que a região do manso do São Francisco, cantado em prosa e versos pelos cantadores e emboladores, nas cidades de Petrolina e Juazeiro, alto sertão de Pernambuco e Bahia, produz uma das maiores e melhores safras de uva do País,

Parece brincadeira, mas não é.

Nas margens do São Francisco a tecnologia proveniente de recursos transformou aquela região numa área altamente produtiva em todas as épocas do ano. A falta de chuvas não é problema para a produção. E que milagre será este?

O milagre chama-se irrigação, e no momento oportuno trataremos deste assunto.

Concluímos, Sr. Presidente, e Srs Constituintes, com um alerta contundente: precisamos todos nós, brasileiros, voltar nossa atenção para as comunidades rurais de todo o País, especialmente as do Nordeste. Caso contrário, teremos este País aos poucos sendo invadido de Norte a Sul, em todas as grandes capitais do País, por uma multidão de migrantes esfomeados e inchando asperiferias das cidades, provocando a sua favelização e consequência danosas para todos nós.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na exigüidade destes dois minutos e meio, evidentemente não teria condições, sequer, de desenvolver uma linha de raciocínio. Estão, limito-me, apenas, a dizer a V. Ex^a e aos Srs. Constituintes que diversos Parlamentares já levantaram dúvidas sobre a transação realizada pela Previ-

dência Social na compra de 328 apartamentos e os fatos que envolvem essa negociação. O Sr. Ministro da Previdência Social publicou, em órgãos da imprensa do País, matéria paga dando explicações que não convenceram a ninguém. Estou preocupado com os gastos que venham a ocorrer através de "a pedidos" para justificar essa compra, que está provocando uma grande polêmica a nível nacional.

Quero dizer a V. Ex^a que não vou mais debater esse assunto aqui na Constituinte. No primeiro dia em que se reunir a Câmara dos Deputados entrarei com um pedido de convocação do Sr. Ministro da Previdência Social, para que venha aqui pessoalmente, até no resguardo da sua dignidade pessoal, da lisura dos atos praticados na sua administração, trazer as necessárias explicações sobre esse assunto que hoje está sendo denunciado por toda a imprensa do País. A revista *Veja* estampa essa matéria e o *Jornal do Brasil* destacou em editorial a condenação desse ato administrativo. Então, resguardando a própria imagem do Ministro, que tem demonstrado tanto interesse quanto nós na elucidação dos fatos, vou pedir a convocação de S. Ex^a, para que venha aqui, no plenário da Câmara dos Deputados, trazer os necessários esclarecimentos sobre esse ato, que nos parece um pouco duvidoso até o momento.

Aproveito, também, a oportunidade para encaminhar dois pedidos de informação. Primeiro, porque o Governo Federal não delega aos embaixadores competência para assinarem avisos do Tesouro Nacional, quando constantemente procuradores da Fazenda Nacional se deslocam para o exterior, com grandes despesas, apenas para isso, nos casos de contratos firmados no exterior? Parece-me mais viável que dentro da política de austeridade a que se propôs o Governo, embora não a tenha ainda começado, ele delegue aos embaixadores brasileiros no exterior essa tarefa de, através de procuração, assinarem esses avisos em nome do Governo brasileiro. Parece-nos que a legislação permite que se faça isso.

Segundo, por que, no momento em que se fala tanto em contenção de despesa – embora seja pequena, a soma do pequeno transforma-se no grande – se resolve ampliar o Conselho da Suframa, pedindo mais representantes dos Ministérios da Justiça e da Administração? São mais passagens para Manaus, mais diárias e todas aquelas outras despesas que envolvem deslocamentos dessa natureza.

Então, encaminho estes dois pedidos de informações dentro daquela política de colaboração com o Governo Federal, porque creio que S. Ex^a o Sr. Presidente da República, não está tomando conhecimento dos fatos que ocorrem na periferia da sua administração e estão indo contra a filosofia proclamada de corte nos gastos públicos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^a Srs. Constituintes, a ilustre e eminente Constituinte Cristina Tavares, falando ao *Jornal do Comércio*, da cidade do Recife, declarou:

"Realmente, dentro desta ideologia fisiológica do PFL, é um problema a permanência de Dorany Sampaio na Sudene. Eles não podem mais fazer desse órgão um escritório

eleitoral, como sempre foi feito. Ainda mais que as eleições municipais estão aí perto, o que deixa os pefeelistas desesperados. O PFL está desesperado porque não poderá usar os recursos públicos para as eleições."

E continua a ilustrada Constituinte Cristina Tavares a berrar.

"Quem não seguir as linhas do PMDB, definidas na convenção como programáticas, tem que ser no mínimo enquadrado no código de ética. Mas o ideal mesmo é que esta turma saia do PMDB, onde, aliás, nunca esteve. Você acha que o Deputado Nilson Gibson, por exemplo foi, algum dia do PMDB? Este pessoal tem que sair do partido, seguindo o exemplo do ex-senador Cid Sampaio, que hoje integra o PL."

Ora, Sr. Presidente, firmei na ficha de filiação do PMDB minha assinatura para cumprir o Programa e o Estatuto. Realmente, estou convicto das idéias contidas naqueles documentos, que cumprirei religiosamente, inclusive registrando que, acima de tudo, serão a base da consolidação e unidade, indispensáveis para que o PMDB continue sendo o grande instrumento da realização dos legítimos anseios do povo brasileiro.

A luta pela democracia no Brasil iniciou-se em 1967, com a fundação do MDB, e estive entre os fundadores, sempre fiel à vontade popular, juntamente com o incíto professor Pinto Ferreira, homem que empunhou a bandeira da criação do MDB em Pernambuco, na época mais difícil.

A Deputada Cristina Tavares comandou no Congresso Nacional a não-participação no Colégio Eleitoral; posteriormente, participou do pacto político firmado entre o PMDB e a Frente Liberal, assinado em 7 de agosto de 1984. E de pasmar.

Hoje, a Deputada diz que "o Presidente José Sarney deve devolver a Presidência da República, pois a sua eleição foi de forma biônica. S. Ex^a não foi eleito, não tem mandato".

Ora, a Constituinte Cristina Tavares participou do processo eleitoral, votou no Colégio Eleitoral, e agora, como num ato de loucura, deseja reduzir o mandato do Presidente José Sarney, inclusive acusando S. Ex^a de desleal com aqueles que o serviram.

Conclama a Constituinte Cristina Tavares o PMDB a entrar na campanha das diretas, esquecendo que a Convenção Extraordinária do partido decidiu pelo adiamento da discussão e pelo foro da Assembléia Nacional Constituinte como lugar onde se discutem negócios constitucionais.

Ora, a Constituinte Cristina Tavares fala muito em fisiologismo, esquecendo que pediu ao Presidente José Sarney para nomear o Presidente da Sudepe, inclusive com apoio da bancada.

Desejo esclarecer á Constituinte Cristina Tavares que ingressei no PMDB para ficar e, acredito, será a agremiação partidária na qual vou encerrar minha vida política. Iniciei e encerro no PMDB. Lutei pela anistia do Governador Miguel Arraes e outros e fiz parte daqueles que, efetivamente, participaram da luta pela promulgação da emenda constitucional, beneficiando os exilados; não agi como a Constituinte Cristina Tavares, que se ausentou do foro do debate. Tenho certeza de que o Constituinte Nilson Gibson serve de exemplo no Poder Legislativo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, meu discurso, na sessão de hoje, é para fazer um registro muito especial. Lutei muito, algumas vezes com bastante agressividade, a fim de que o Governo federal adotasse medidas para suprir com energia elétrica o Nordeste. Hoje o Presidente José Sarney lançará o programa de emergência para suprimento de energia elétrica do Nordeste, que aplicará até setembro de 1988, 55 bilhões de cruzados em obras que evitarão o racionamento durante o próximo ano. A Região Nordeste e também o sul do Pará e o norte de Goiás estão racionando 15% do seu consumo de energia elétrica, desde 1º de março, porque, nos anos de 1985 e 1986, todos os recursos disponíveis pra a Eletrobrás foram concentrados no atendimento ao Sul – Nordeste. Assim, não houve verba para acabar a usina hidrelétrica de Itaparica, no rio São Francisco, ou construir a segunda linha de transmissão entre Tucuruí e Presidente Dutra, de 800 quilômetros, que deveria entrar em operação em abril passado.

Das obras incluídas no programa, estão a cargo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco a entrada em operação das primeiras quatro unidades de Itaparica, de 250 Mw cada, respectivamente nos meses de abril, maio, junho e outubro. A construção da linha de transmissão entre Sobradinho e Itaparica, com 317 quilômetros, até junho de 1988, e a compra de usinas térmicas flutuantes, ou em **containers**, durante o segundo semestre deste ano, para a produção de até 300 Mw.

Caberá à Eletronorte a instalação das unidades 9 e 10 de Tucuruí, em junho e setembro do próximo ano. A unidade número 8 já entrou em operação no último dia 19. A linha de transmissão Tucuruí – Presidente Dutra e as subestações de Marabá, imperatriz e Presidente Dutra deverão estar prontas até março de 1988.

Sucede, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, que a nobre e inteligente Constituinte Cristina Tavares não faz distinção entre fisiologismo e trabalho para o País, Pernambuco e Municípios ligados ao político.

O PMDB está consciente de que as bases do desenvolvimento energético estão em vias de esgotamento. Considero, como meu próprio Partido, que é prioritária a implementação de uma política de energia, de médio e longo prazo, que liberte o Brasil de sua dependência em relação ao petróleo. Defendo que há necessidade de uma ampla revisão do programa nuclear associado ao acordo Brasil – Alemanha, com a participação da sociedade científica brasileira.

O PMDB considera imprescindível uma mudança na política e na estrutura agrária do País. Desejo que a agricultura tenha por objetivo primordial alimentar os brasileiros. O PMDB defende a necessidade da reforma agrária, em especial onde coexiste o latifúndio improdutivo com o minifúndio inviável, redistribuindo-se a propriedade da terra em favor dos que a trabalham.

O PMDB defende uma política de incentivos fiscais que corrija efetivamente as desigualdades inter e intra-regionais e que seja aplicada em benefício das populações carentes, em vez de ser, como até hoje, mero instrumento de fortalecimento das grandes empresas, especialmente as multinacionais.

Formulei alguns tópicos e voltarei ao assunto, oportunamente, para que a Constituinte Cristina

Tavares fique sabendo que voltei ao PMDB para ficar definitivamente, até deixar a política. Esclareço a S. Exª que não sou empresário, não tenho pedidos formulados ao Presidente José Sarney. Sou Procurador do INCRA, concursado.

O SR. JOSE LUIZ MAIA (PDS – PI).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nunca, em nosso País, uma Constituição foi elaborada em clima tão adverso. A transição – pode-se dizer – se processa a ferro e fogo, marcada por entreveros políticos entre as forças que deveriam oferecer sustentação real ao Governo, pela sucessão de greves indesejáveis – sobretudo porque muitas delas infundadas – pela desobediência civil que desafia as instituições e ameaça a democracia, tudo desaguando numa crise econômica sem paralelo no curso de nossa História.

O labirinto em que pretendem nos afunilar coloca a figura do Presidente da República como o marisco perdido entre a violência da borracha e a impassividade do rochedo. Em que pese à boa vontade e à sinceridade de propósitos do Presidente José Sarney, S. Exª vê frustradas, sistematicamente, suas intenções de pôr ordem à casa, sua luta obstinada para evitar que o pior nos aconteça. O quadro é profundamente amargo, mas verdadeiro.

A penúria e a falência impostas a milhares de microempresas em todo o País atestam, de forma cabal, à verdadeira situação a que chegamos, com a paralisação de parte ponderável do setor produtivo, arrastando em sua esteira consequências sociais que têm como reflexo imediato o crescimento dos índices de desemprego e, por via indireta, o recrudescimento da violência urbana e a desagregação do meio rural.

O Governo encontrou á fórmula para salvar esse segmento importante de nossa economia, determinando à rede bancária privada que repassasse parte de seus lucros – que são realmente astronômicos – para o refinanciamento das dívidas das microempresas, a juros menores e prazos toleráveis, por entender naturalmente que, sem injetar novos recursos, é humanamente impossível recuperar o setor e reconquistar o equilíbrio social tão desejado.

Sob alegações as mais estranhas e exigências as mais absurdas, a rede bancária insiste em descumprir as ordens do Governo. Ora acusa o Banco Central de não haver expedido instruções, delineando o processo de refinanciamento; ora impõe à clientela o ônus da garantia real em nenhum momento previsto no estatuto próprio; ora alega carência de recursos. A verdade é que os bancos privados permanecem insensíveis ao drama das microempresas, com isso apertando ainda mais o nó atado em suas gargantas.

Norte, Nordeste e Centro-Oeste são as áreas mais duramente castigadas com essa atitude desrespeitosa da rede bancária privada, que prefere operar nos centros em que os juros são praticados com taxas elevadas e que garantem, obviamente resposta mais imediata à lucros mais compensadores. E as microempresas, asfixiadas, vivem o desespero de não saber a quem apelar, muitas delas encerrando suas atividades e complicando ainda mais a desolação social em que vivemos.

Essa atitude, Srs. Constituintes, é sob todos os ângulos desprezível e reclama, por isso mesmo, urgentes e energicas providências das autori-

dades da área econômica, inclusive com a punição, por parte do Banco Central, dos estabelecimentos que recalcitem na desobediência. E que surge daí uma nova resolução do Governo, deferindo competência exclusiva ao Banco Central para o remanejamento dos recursos oriundos dos lucros da rede privada, repassando-os à rede oficial para refinanciar as microempresas e evitar, com isso, a derrocada cada vez mais irremediável que se abate sobre a economia brasileira.

O Presidente José Sarney, com essas medidas, terá incondicional apoio desta Assembléia Constituinte e – mais do que isso – o reconhecimento de toda a sociedade. Afinal de contas, governo é governo. E ordens são dadas para serem cumpridas.

Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB).

CE. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em solenidade a ter lugar à tarde de hoje, no Palácio do Planalto, o Presidente José Sarney assinará decreto que repercutirá intensamente na região Nordeste, uma vez que assegura recursos destinados a equacionar o problema energético naquela faixa do território nacional.

Ressalte-se que, desde 1º de março, ali se registra um drástico racionamento de energia elétrica, acarretando a diminuição de jornadas de trabalho na indústria, com dramáticas implicações no campo social e a consequente elevação dos índices de desemprego.

As lideranças empresariais e operárias movimentaram-se junto ao Chefe da Nação, ao Ministro Aureliano Chaves, aos dirigentes da Chesf da Eletronorte e Eletrobrás, além do DNAEE, secundando o apelo de governadores dos nove Estados atingidos pela medida governamental.

Durante os cinco meses de racionamento, todos os esforços foram despendidos pela bancada nordestina na Assembléia Nacional Constituinte, com a finalidade de deslindar a magna questão, oferecendo-se soluções prontas e eficazes, em condições de ampliar o potencial de megawatts a ser observada pelo chamado Polígono das Secas.

Afinal, hoje, os estudos até agora levados a cabo redundaram na elaboração do importante decreto que será firmado, às 15h 30min, pelo primeiro mandatário do País, assegurando-se fundamentalmente: a) aquisição de usinas térmicas, que perfazem um total de 300 megawatts; b) conclusão da Usina de Itaparica; c) construção da linha de transmissão entre Sobradinho e Itaparica; d) construção do linhão entre Tucuruí e Presidente Dutra (Maranhão).

Vê-se, assim, que a bancada nordestina sensibilizou o Poder Executivo, a começar pelo Presidente José Sarney, que sempre se mostrou receptivo aos apelos transmitidos pelos parlamentares daquela área, desejosos de melhor a situarem no contexto nacional.

A medida agora tornada pública, através do ato oficial, encontrará, sem dúvida, a mais simpática ressonância em todo o País, já que favorece a mais sofrida e carente faixa do nosso território.

Congratulo-me com o Presidente José Sarney e com o Ministro Aureliano Chaves, ao mesmo tempo em que me regozijo por haver, embora modestamente, assegurado a minha solidariedade ao movimento de conscientização empreen-

dido pela bancada do Nordeste nesta Assembléia.

Recordo que, ainda em fevereiro, ocupei esta mesma tribuna, a fim de dirigir solicitação ao Ministro Aureliano Chaves, com o objetivo de ser encontrada uma fórmula menos prejudicial aos interesses nordestinos, no que concerne ao racionamento, então definido.

Outros parlamentares, igualmente, se posicionaram, num esforço comum de alcançar a meta colimada.

O cumprimento das diretrizes preconizadas pelo decreto será atentamente acompanhado por senadores e deputados, sem o que os recursos correm o risco de sofrer as habituais reduções por parte das autoridades econômico-financeiras.

Saudando o auspicioso evento, convicto estou de que a ação tão bem coordenada da bancada nordestina e a sensibilidade do Presidente José Sarney foram responsáveis pela vitória ora conquistada.

**O SR. JESUALDO CAVALCANTI
(PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.):**

– Sr. Presidente, Sras. Constituintes, desejo registrar nos anais desta Casa dois fatos que considero da maior importância na escala de providências relacionadas com a busca de soluções para os problemas nordestinos.

Refiro-me à institucionalização, pelo Senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL, da Comissão de Acompanhamento de Programas de Desenvolvimento do Nordeste, integrada por 15 constituintes, inclusive o orador, com a missão de avaliar os programas governamentais voltados para a problemática nordestina e propor soluções, especialmente no tocante ao combate aos males da seca.

O outro diz respeito à assinatura, hoje, pelo Presidente José Sarney, do projeto que institui o Programa de Emergência para Suprimento de Energia Elétrica do Nordeste, destinado a pôr fim ao famigerado racionamento em vigor há seis meses e que tem sido responsável pelo desemprego na região.

Atendendo ao clamor da região, tantas vezes aqui proclamado pelos parlamentares nordestinos, finalmente o Governo Federal libera os recursos solicitados pelo Ministério das Minas e Energia para a compra de termoelétricas, a implantação das linhas de transmissão Tucuruí/Presidente Dutra e Sobradinho/Itaparica e a conclusão da hidrelétrica de Itaparica.

Apesar da adoção dessas medidas, já se fala com insistência na possibilidade de ser decretado novo racionamento no ano de 1993. Convenhamos que há tempo suficiente para evitá-lo, pois o frágil parque produtivo do Nordeste não poderá suportar as graves consequências econômicas e sociais de um novo racionamento de energia elétrica.

Tendo ocupado esta tribuna, por várias vezes, para clamar pelas providências ora adotadas, folgo em cumprimentar o Presidente José Sarney e o Ministro Aureliano Chaves, convencido de que o Nordeste realmente ocupa lugar de destaque nas preocupações do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. EDIVALDO MOTTA – (PMDB

– PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, tenho viajado pelo interior da Paraíba nestes dias de seca e de crise que têm levado a população do campo ao desespero,

diante da fome e da miséria absoluta. De todos os homens do campo da área tenho ouvido reclamações e contundentes críticas ao Governo Federal por não ter tomado, até o momento, qualquer providência de impacto visando minimizar o grave problema causado pela seca verde.

Os habitantes dessas regiões alegam que o Governo Federal, pelo menos na Paraíba, não destinou nenhuma verba específica para grandes ou médios empreendimentos, a fim de absorverem a mão-de-obra ociosa no campo e nas pequenas cidades. É, infelizmente, procedente a reclamação dos meus conterrâneos da Paraíba. Não há uma só obra de vulto nos espaços onde a seca vem causando grandes estragos.

Dante dessa realidade incontestável, estamos agora nesta tribuna para solicitar do Ministério dos Transportes a construção da BR-426, ligando a cidade de Coremas aos Municípios de Piancó, Princesa Isabel e a divisa PB/PE, passando pelo entroncamento das rodovias estaduais PB-356/PB-374, com a extensão de 140 quilômetros.

Nos tempos de produção, Sr. Presidente, Sras. Constituintes, as fronteiras dos municípios localizados nessa área estão fechadas ao escoamento por falta de uma rodovia pavimentada, que permita o tráfego de veículos pesados durante todas as estações do ano. Essa região, produtora de fibras de algodão e agave e cereais, vem sofrendo grandes prejuízos com a perda das safras por falta de meios para o transporte, fazendo-se necessário que o Governo tome providências para a construção da rodovia.

No momento em que o Nordeste, e particularmente a Paraíba, sofre os efeitos de um novo período de seca, faz-se imperiosa a necessidade de investimentos na região. A construção dessa rodovia, Sr. Presidente, Sras. Constituintes, garantiria emprego para milhares de pessoas carentes, criando ainda uma infra-estrutura capaz de permitir o desenvolvimento da área nos períodos chuvosos, quando a produção e a produtividade no território daqueles municípios atendem à expectativa dos agricultores e dos pequenos e médios proprietários.

Por este motivo, dirijo ao Presidente Sarney e ao Ministro dos Transportes, um apelo, que não é somente meu, porque vem com o aval de todos os habitantes daquela sofrida área, no sentido de que a rodovia BR-426 seja incluída no plano de prioridades para que tenha inicio no menor espaço de tempo, a fim de garantir emprego para os habitantes daqueles municípios.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB

– SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de todas as

decisões fundamentalmente prejudiciais ao futebol brasileiro, sem dúvida a mais desastrada – e por isso merece reflexões do Presidente José Sarney e do Dr. Manoel José Gomes Tubino, este do Conselho Nacional dos Desportos – é a que se antecipa como resultante do entendimento entre o já conhecido "clube dos 13" e a Confederação Brasileira de Futebol, na definição de um campeonato nacional de 64 clubes. Campeonato nacional que só tem rótulo para os 64 e que, na verdade, é reservado a um rol de apenas 16 clubes, os da primeira série, da série verde.

Uma verdadeira maçonaria de 13 clubes elencados por compadismo, que admitiram como

seus compadres mais três outros, sem ter havido um critério sério, responsável e digno, até mesmo para esse compadrismo final para acertar os 16 figurantes do torneio brasileiro.

Se os 13, do "clube fechado", têm sua tradição no futebol profissional, muitos deles já foram campeões brasileiros, e ocupam posições privilegiadas. A escolha suplementar peca por não incluir o Guarani Futebol Clube, tradicional agremiação esportiva brasileira, a única do interior a conquistar o campeonato brasileiro, nos idos de 1978, só não repetindo a dose no último campeonato, quando foi vice-campeão na disputa de pênaltis, pela arbitragem facciosa do jogo final com o São Paulo, a que toda Nação assistiu pela televisão.

O Guarani, no ranking do futebol brasileiro, é o 14º colocado; tem, como clube, uma organização modelar, que se reflete na tranquilidade financeira, não sendo como tantos outros, cujas finanças estão altamente comprometidas, devendo vultosas quantias.

Há muito, celeiro de novos valores para o futebol brasileiro, das suas divisões, inferiores ou não, o Guarani lançou figuras destacadas, como Careca, Júlio César, Amaral, Evair, João Paulo e tantos outros.

Não há nenhuma explicação para a não-inclusão do Guarani Futebol Clube no rol dos 16 clubes da primeira série do futebol brasileiro, a não ser a preocupação de que os clubes e cartolas das capitais voltem a ser reprovados numa nova conquista de um campeonato brasileiro por uma equipe do interior do País.

O presidente sério do CND, Manoel José Gomes Tubino, no efetivo exercício de suas funções de comando do esporte brasileiro, missão que lhe confiou o Presidente da República, não pode ser tão-comumente espectador de assunto de tamanha relevância, quando se pratica a maior injustiça do futebol brasileiro de todos os tempos, cabendo interferir, para, pelo menos, saber o critério da escolha dos 16 privilegiados da primeira série e mais a exclusão do 14º colocado no ranking do nosso futebol, o recente vice-campeão brasileiro e, mais remotamente, o único campeão brasileiro de uma cidade do interior do País.

Essa curiosidade, igualmente, há de dominar o Presidente da República, empenhado, como sempre em justiçar, em presidir a Justiça do Brasil.

O SR. SÉRGIO NAYA (PMDB – MG.

Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs., Sras. Constituintes, não tenho procuração para defender o Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, Dr. Raphael de Almeida Magalhães, mas as acusações de que tem sido vítima não espelham a realidade.

A Sersan, empresa que tenho a honra de presidir, vendeu ao Ministério da Previdência e Assistência Social 196 apartamentos. E por que preço? Tenho aqui cópia de escrituras de apartamentos de projeto idêntico, com as mesmas especificações e localizados na mesma quadra, num total de 89, que vendemos a particulares por preços bem superiores. Note-se, desses 196 apartamentos quatro estão localizados no bloco F AOS-4, sendo que os restantes apartamentos do mesmo Bloco foram vendidos a particulares. O preço de venda dos apartamentos vendidos ao Ministério da Previdência Social foi de Cz\$ 30.000.000,00

– (8.185,16223 OTN) para o apartamento de 2 quartos com um conversível, enquanto que os apartamentos idênticos, do mesmo bloco, foram vendidos aos particulares pelos preços de respectivamente, Cz\$ 5.063.000 – (13.815 OTN) e Cz\$ 3.744.000,00 – (10.216 OTN). Portanto, o preço da venda desses apartamentos para o Ministério da Previdência e Assistência Social foi 40,75% mais barato.

Mais de um constituinte aqui desta tribuna, ao citarem a operação, relacionaram empresas que ofereceram outros imóveis por preço bem inferior. Esses imóveis, caro colegas, diferem bastante dos adquiridos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Temos 264 apartamentos em fase final de acabamento, vizinhos desses oferecidos, cuja venda propomos por um preço 20% abaixo do pretendido por tais empresas.

Ainda semana próxima passada, quarta-feira, o BNDES fez realizar uma licitação de 3 projeções no Plano Piloto, cujo preço mínimo era de 26.000.000,00. A nossa empresa ofereceu 58.000.000,00, ou seja, mais de 120% acima do preço mínimo, e perdeu a licitação. Entretanto, se fizerem licitação no local dos imóveis citados, é bem capaz de não aparecer comprador.

Não sei se parabenizo o Sr. Ministro pela aquisição, mas afirmo de viva voz que, pelo preço adquirido, a Previdência realizou uma excelente compra.

O SR. JOSÉ VIANA (PMDB – RO.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dignas de todos os elogios são as pretensões do Governo federal, reveladas pelo Ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, relativas ao estudo da viabilidade econômica para a entrada de capital estrangeiro em áreas físicas previamente estabelecidas, visando a descentralizar a atividade industrial no País, interiorizando-a e elegendo regiões mais carentes onde, comprovadamente; se constatem condições mínimas de infra-estrutura que possibilitem e garantam o pleno êxito de atividades voltadas com prioridade para a venda externa de produtos com maior valor, agregado sem qualquer imposto, com "absoluta liberdade comercial", portanto sem qualquer restrição.

Indiscutivelmente esta iniciativa demonstra um avanço sem precedente do Governo em favor do setor industrial do País e que, em outro aspecto, trará benefícios incalculáveis ao equilíbrio de nossa balança comercial, em verdadeiro descontrole já há muitos anos. Essa iniciativa, por outro lado, também realça a importância dos nossos setores produtivos, primeiramente diante dos resultados expressivos que se vêm acusando e depois pelo potencial que se observa através de um país rico em matéria-prima e mão-de-obra a baixo custo.

Essas são algumas das razões pelas quais os propósitos do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio merecem ser exaltados, uma vez que não visam a prejudicar a indústria nacional, mas, ao contrário, fortificá-la para contribuir de forma decisiva para minimizar as nossas altas contas externas através de exportação de produtos básicos. Outrossim, esta iniciativa agirá como motivação aos setores produtivos, permitindo, ao lado do esforço estrangeiro e com igualdade de oportunidade, se expandir através de uma atuação dinâmica, benéfica e evolutiva para consolidação econômica de determinadas regiões brasileiras consi-

deradas como pólos de desenvolvimento, como é o caso do Estado de Rondônia, onde a matéria-prima é abundante e onde se registra um crescimento populacional em torno de dezesseis por cento ao ano.

Gostaríamos de destacar, aqui, a situação privilegiada de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, e com posição geográfica adequada para ser enquadrada nos propósitos do Ministro José Hugo Castelo Branco.

Se hoje Porto Velho sofre penosamente com a falta de energia, já que o abastecimento não só da Capital, como de todo o Interior do Estado de Rondônia, é feito através de geradores, dentro de no máximo três anos esta situação estará completamente revertida, quando entrar em funcionamento a hidrelétrica de Samuel, com capacidade de duzentos e dezesseis mW (Megawatts), que deverá, com absoluta prioridade, abastecer o Município de Porto Velho. Trata-se também de um Município considerado terminal de exportação, posição que lhe é assegurada graças ao fácil acesso oferecido pelo sistema de transporte rodoviário (BR-364/rio Madeira) que interliga o Sul do País com o Amazonas e consequentemente ao Atlântico. Podemos ainda salientar que se chega a Manaus através da BR-319, o mesmo acontecendo até o Acre e a Bolívia, através da BR-364, que poderá, em futuro próximo, estender-se até o Pacífico, via Peru, desde que seja concluído um trecho de aproximadamente quinhentos quilômetros entre Rio Branco, no Acre, e Puerto Maldonado, no Peru, tema que, aliás, foi objeto de estudos pelo Instituto de Comércio Exterior do Peru – ICE, em

conversações entre o Presidente José Sarney e o Presidente Alan Garcia Peres, no mês de julho deste ano. Com esta visão podemos constatar que Porto Velho representa a ponta de um triângulo de onde se parte para atingir, à esquerda, o Pacífico e, à direita, o Atlântico, cobrindo uma das regiões mais carentes do País. Outras características que merecem aqui ser destacadas são as de que Porto Velho possui uma área de 58.310 km², com população estimada em 260 mil habitantes, sendo 200 na área urbana. A base principal da economia está na invejável produção de cassiterita, ouro, borracha, castanha, madeiras de lei e pescado, participando, também, a nível de Estado, com a produção de cacau, café, arroz, milho, feijão, guaraná e pecuárias de leite e corte. A cidade possui 7 hospitais gerais, 5 especializados e 10 centros de saúde. No setor educacional, possui 144 escolas de primeiro grau, 9 de segundo grau, 1 escola industrial, 9 faculdades superiores e 1 campus avançado. É ainda servida por três cinemas, dos teatros, 37 hotéis, 5 jornais diários, 3 estações geradoras de tv, 5 estações de rádio, 24 agências bancárias, 1 aeroporto, 1 terminal portuário, com obras em ampliação e a famosa Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, hoje com apenas 30 quilômetros reativados exclusivamente para o turismo.

Como se observa, Porto Velho possui toda a infra-estrutura necessária para se enquadrar nos parâmetros estabelecidos pela iniciativa do Ministro da Indústria e do Comércio, estando em condições de se tornar sem muita demora em um polo de exportação de produtos básicos.

Ao nosso ver, justifica-se, pois, o estudo de viabilidade da transformação da Capital de Rondônia em zona de processamento de exportação, pela

segurança e reais possibilidades que oferece aos interesses do Governo em experimentar no País uma nova mentalidade que possibilite maior dinamismo aos setores industriais.

Gostaria também de acrescentar que Rondônia tem pago pesado ônus por localizar-se no Extremo-Oeste do País, só há dois anos ligada ao Sul pela BR-364, sofrendo, ainda hoje, com a imensa distância que a separa dos grandes centros consumidores. Tal situação tem produzido reflexos devastadores na economia do Estado, pois o frete altamente dispendioso tem comprometido a própria venda de sua produção. Com isso, Rondônia, embora considerado um Estado rico, com uma agricultura e pecuária invejáveis e com altas produções de extrativismo, tem permanecido à margem de uma valiosa contribuição ao Governo no setor de exportações.

Com os propósitos louváveis do Sr. Ministro José Hugo Castelo Branco, Rondônia finalmente poderá encontrar o caminho para o equilíbrio de sua economia, carreando grande parte de sua produção para o comércio externo.

Finalmente, transformar Porto Velho em zona de processamento de exportação, numa época de aguda crise econômica, significa ter uma visão profundamente humana para com uma região que tem concentrado o maior índice migratório dos últimos anos, sem, contudo, possuir infra-estrutura adequada, enfrentando, com isso, sérios problemas que vão desde saúde até transporte, educação e habitação.

É por isso que, se os propósitos do Ministro da Indústria e do Comércio se tornarem realidade, seguramente não apenas Porto Velho, mas todo o Estado de Rondônia será grandemente beneficiado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ÁUREO MELLO (PMDB – AM.) Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, esta breve comunicação me é ditada pelo sentimento da maior saudade, do pesar mais profundo pelo acontecimento que enlutou o Estado do Amazonas, ou seja, o falecimento do nosso ex-Vice-Governador Francisco Guedes de Queiroz, ocorrido há dois dias, na capital paulista.

Francisco Queiroz era um erudito, homem de cultura aprimorada, de acendrados conhecimentos jurídicos e um legislador de longa e saudosa trajetória em todos os campos do Legislativo amazonense. Além do mais, Francisco Queiroz era um beletrista, homem voltado para a sensibilidade criadora, pessoa realmente de qualidades inexcedíveis inclusive por uma bondade de coração verdadeiramente gigantesca e universal.

Francisco Queiroz era o tribuno incomparável, homem que quando assomava à tribuna da Assembléa Legislativa edificava os Sr. Parlamentares, o auditório, todos os que escutavam aquele canto do Virapuru que era sua voz maviosa e extraordinária.

Agradeço sensibilizado a V. Ex.^a a honrosa atenção. Quero registrar nesta augusta e alcandorada Casa do Legislativo o passamento que realmente enlutou o Estado do Amazonas e entristecem profundamente a todos os amazonenses.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa se associa ao registro de pesar que V. Ex.^a faz.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de

V – Comunicações de lideranças**O SR. PAULO MACARINI – Sr.**

Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB –

SC. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes, inicialmente, devo dizer, em nome da Liderança do PMDB, que estou aguardando as informações do Ministério da Previdência e Assistência Social para prestar os esclarecimentos relativos às questões aqui levantadas pelo nobre Constituinte Adylson Motta De outro lado, também, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, o Dr. Andréa Calabi está fornecendo os elementos necessários para explicar os Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, publicados no **Diário Oficial da União**, no dia 24 do mês em curso.

Assim sendo, espero que na próxima sessão da Assembléia Nacional Constituinte tenha condições de oferecer, não apenas ao ilustre Constituinte Adylson Motta, mas aos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte e, de modo especial, à Nação brasileira, os esclarecimentos que serão prestados pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social, e por Andréa Calabi, Secretário do Tesouro Nacional, acerca das mutações realizadas no Ministério da Fazenda e no Ministério do Planejamento, com respeito à reformulação de funções específicas destinadas ao processo de análise e de difusão orçamentária.

Por outro lado, aproveito a oportunidade para tecer algumas considerações sobre o art. 496, das Disposições Transitórias, inserido pelo nobre Deputado Constituinte Relator, Bernardo Cabral, que diz: "Lei disporá sobre o plano agrícola deste País". Trata notadamente do fortalecimento do abastecimento interno e da produção de gêneros destinados ao comércio exterior, mas visando sobremodo a uma política de preços justos, crédito rural e agroindustrial, seguro agrícola, uma política de armazenagem e silos, estoques reguladores, regularização dos mercados e do comércio exterior, apoio ao cooperativismo e ao associativismo, conservação do solo, desenvolvimento das pesquisas e irrigação. Qualquer processo, não apenas de reforma agrária, mas, de modo especial, de desenvolvimento agrícola, estará, sem dúvida alguma, na dependência da distribuição da terra. Por isto, vou continuar lutando por dois pontos fundamentais: para que o Governo federal crie, através de novas fronteiras agrícolas, os embriões para o desenvolvimento agrícola, industrial e urbano deste País, de modo especial para que o dinheiro seja instrumento de riqueza, bem-estar social e aumento do poder aquisitivo do povo e não uma motivação a enriquecimento ilícito e espoliação financeira. Por isso, acho que duas emendas devam ser inseridas especificamente neste assunto: uma, para que a remuneração do crédito rural em hipótese alguma seja superior à variação dos preços dos produtos por ele financiados; outra, para que o Governo, servindo-se dos seus investimentos, notadamente em ferrovias, hidrovias e rodovias, passe a formar novas fronteiras agríco-

las neste País, destinadas aos projetos de reforma agrária e, de modo especial, à distribuição da terra, não apenas voltada para o sustento próprio dos s de fome e miséria que ainda grassam neste País.

Sr. Presidente, neste sentido é que encaminharei oportunamente à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e à Comissão de Sistematização projeto dessa natureza, visando a tornar mais ágil e efetiva a reforma agrária e, acima de tudo, dando ao homem do campo condições de que ela corresponda não apenas aos seus desejos e anseios, mas ao processo de desenvolvimento do País.

O Sr. Amaury Müller, Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT –

RS. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. constituintes, a desfaçatez e o cinismo com que a Nova República e seu suporte político se comportam levam à conclusão de que realmente o poder embriagou, fascinou e cegou aqueles que o tomaram ilegitimamente há quase dois anos e meio. A repetição de escândalos envolve recursos incalculáveis que fazem falta à reforma agrária, à reforma urbana, à reforma do ensino, levando a Nação à perplexidade, à descrença, à angústia e à revolta. São numerosos os requerimentos de informações encaminhados aqui pela Oposição e que até hoje não foram respondidos pelo Governo federal, num claro desrespeito ao próprio texto constitucional. Em fevereiro, precisamente no dia 10, inconformado com a forma irracional com que o Governo dizimou vultosas divisas na importação indiscriminada, escandalosa e desonesta de leite contaminado, de carne deteriorada, de arroz, feijão e milho podres pelo desastre de Chemobyl, contaminando ainda mais esta Nação pobre, apresentei requerimento de informações, pois teria de colocar este Governo no banco dos réus para responder pelos crimes de lesa-pátria que vem cometendo. Até hoje, Sr. Presidente, reitero esta cobrança de V. Ex.^a, que exerce a Presidência da Mesa, a respeito desse requerimento, procurando saber do Poder Executivo em que condições e em que circunstâncias foram feitas estas inaceitáveis e criminosas importações de alimentos que tantos danos causaram à economia nacional e tantos malefícios poderão causar ainda à saúde de um povo doente. Cobro de V. Ex.^a uma resposta, uma satisfação. Já transcorreram vários meses e até agora, absolutamente nada em resposta. Não surpreende que o ilustre Constituinte Adylson Motta já esteja cansado de reiteradamente solicitar informações, que o Governo tem o dever e a obrigação de transmitir à Assembléia Nacional Constituinte, em tomo de mais este escândalo: 328s apartamento de alto luxo para funcionários do INAMPS, INPS e IAPAS, que custaram aos cofres da Nação, aos bolsos furados do povo brasileiro mais de um bilhão de cruzados. E este Governo tem a hipocrisia e o cinismo de dizer que está com um projeto para conter despesas. Se até agora não deu satisfação das importações imorais, desonestas de alimentos; não deu satisfação das contas. Delta III e Delta IV de um projeto nuclear paralelo, secreto e militar, num país que tem fome, que tem mais de 70 milhões de cida-

dãos perambulando pelas latais de lixo em busca de um inatingível pedaço de pão, e ainda ouço falar em reforma agrária. Pois eu queria sugerir ao ilustre Líder em exercício do PMDB que, ao invés do discurso emplumado, oferecesse propostas concretas. Por que não já e agora. S. Ex.^a ser signatário de uma emenda no sentido de emitir à União imediatamente na posse dos imóveis desapropriados por interesse social? É exatamente o obstáculo que está impedindo a implantação da reforma agrária neste País. De discursos, a Oposição está cansada. Queremos ver ação, queremos ver onde está o pragmatismo da Nova República, que não soube honrar nem resgatar os compromissos que assumiu com a sociedade brasileira.

Não nos calaremos, Sr. Presidente, nem que o Dr. Paulo Brossard venha brandir a Lei de Segurança Nacional dele, do governo dele, contra as manifestações mais legítimas dos que clamam por liberdade, por democracia e por justiça social. Pois o Dr. Paulo Brossard está desafiado a usar a Lei de Segurança Nacional contra a Liderança do PDT, que considera o Governo Sarney corrupto e desonesto e que, um dia, prestará contas à História dos crimes que vem cometendo.

O SR. HAROLDO LIMA: – Líder do PC do B, Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B –

BA. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no dia 11 de julho passado, a Comissão de Sistematização aprovou o Projeto de Decisão nº 4, de autoria do Constituinte Paulo Ramos. O referido projeto proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco no Brasil. Isso se deu no momento em que os rumores cresciam no sentido de que a desnacionalização da economia brasileira ia de vento em popa, como bem queriam os banqueiros internacionais, o FMI e os aliados do capital estrangeiro. A Comissão de Sistematização, atenta a esse processo de desnacionalização que estava em curso acelerado no Brasil, houve por bem aprovar esse projeto de decisão, esperando que em seguida o mesmo fosse ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Ora, Sr. Presidente, o art. 59, § 7º do Regimento Interno estabelece que, quando na Comissão de Sistematização o projeto de decisão receber parecer favorável, a decisão final será conferida ao Plenário, por maioria absoluta de votos, em dois turnos de discussão e votação. Esperávamos que, passados 16 dias, imediatamente, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, colocasse esse projeto na pauta da Assembléia Nacional Constituinte. Tal não aconteceu, surpreendentemente e estranhamente. Ao contrário disso, verifica-se que os noticiários da imprensa dão conta de que o Banco Central está elaborando projetos minuciosos que estabelecem a conversão da dívida externa em capital de risco no Brasil.

Sr. Presidente, gostaríamos, em nome da Liderança do Partido Comunista do Brasil, de solicitar a V. Ex.^a que desse conhecimento ao Plenário, imediatamente, do projeto de decisão já aprovado na Comissão de Sistematização e que, se não houver uma deliberação no sentido de conter a

sanha entreguista do Banco Central, do Governo Sarney, estaremos sendo cúmplices deste entreguismo desenfreado a que a Nação está assistindo. E mais do que isto, a Constituinte estará sendo omissa na aplicação do Regimento Interno.

Solicitamos a S. Ex.^a que tome medidas, as mais urgentes possíveis, para que o Regimento Interno seja aplicado imediatamente, a fim de que esta Casa possa tomar uma medida para conter esta iniciativa funesta que o Banco Central está anunciando pôr em prática em nosso País.

O SR. LUIZ GUSHIKEN: – Sr. Presidente peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, S^{ras} e Srs. Constituintes, falo em nome do PT e na condição de Parlamentar com experiência em lutas sindicais. Hoje, chamo a atenção dos Srs. Constituintes e da sociedade para uma campanha, desenvolvida pelos jornais da grande imprensa, com vistas, principalmente, a enganar a classe trabalhadora e a promover sindicalistas omissos e inertes, como é hábito de muitos, tentando caracterizá-los como pregadores de um novo sindicalismo.

Nos jornais **O Estado de S. Paulo**, de ontem, e na **Folha da Tarde**, de hoje, há uma tentativa, através de um realce, digamos, exagerado, para marcar esse tipo de sindicalismo como portador de alguma coisa nova. Queria apenas refutar e contestar as idéias desse novo tipo de sindicalismo, porque, na verdade, esses dirigentes sindicais que o "Estadão" procura promover são sindicalistas reacionários, encastelados nessa estrutura viciada, fascista, há muitos anos, e portadores de velhas idéias sindicais perigosas para a classe trabalhadora. Trata-se de um sindicalismo que se concilia com o grande capital mais preocupado em manter relações amistosas com o patronato do que em defender os interesses da classe trabalhadora. E é simples demonstrar o quanto esses novos sindicalistas realmente são portadores de idéias antigas e responsáveis por tentar manter a estrutura sindical que hoje a classe trabalhadora quer romper. Basta levantar o currículo desses sindicalistas. Por exemplo, o sindicalista Magri, tão realçado pelo "Estadão" e pelo jornal **Folha da Tarde**, pertence a um sindicato que, por várias vezes, tentou reprimir a luta dos trabalhadores. Para nós, do PT, o que importa não é apenas mostrar que o "Estadão" quer revolver catacumbas para resgatar esse tipo de sindicalismo, mas contestar a idéia central dos argumentos desses novos sindicalistas, segundo os quais o sindicato não deve ser político. Nós, do PT e sindicalistas da CUT, queremos dizer que não concordamos em que o sindicato se confunda com o partido; em que o sindicato seja uma corrente de transmissão do partido. Entretanto, discordamos da idéia de que o sindicato deva ater-se apenas à luta econômica; se, de um lado, há luta econômica, ela merece uma atenção privilegiada; de outro, o sindicalista do mundo contemporâneo tem obrigação de mostrar que as questões políticas que interessam à classe trabalhadora devem ser discutidas. Por exemplo, o sindicato deve discutir as questões levantadas pela Assembléia Nacional Constituinte, tais como eleições diretas,

problemas democráticos do País. Ele não pode ater-se apenas a questões econômicas.

Enfim, Sr. Presidente, o que gostaríamos de contestar é essa campanha que faz a grande imprensa para tentar promover dirigentes sindicais que nunca fizeram nada e que têm apenas o intuito, na verdade, de derrubar conquistas consubstanciadas no último projeto do Constituinte Bernardo Cabral, que são a garantia da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a estabilidade no emprego. No fundo, é isso que querem o "Estadão" e esses dirigentes sindicais, que sempre estiveram ao lado do patronato: derrubar as conquistas históricas da classe trabalhadora, sob os argumentos falsos que nós do PT e da CUT não podemos aceitar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

VI –Apresentação de Proposições

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Os Srs. constituintes que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

ADILSON MOTTA – Requerimento de informações ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República sobre razões da inclusão, na composição do Conselho de Administração da Suframa, de representantes do Ministério da Justiça e da Secretaria de Administração Pública.

– Requerimento de informações ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República sobre as subdelegação, pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, a procuradores para firmar, no exterior, avisos do Tesouro Nacional, e o número de viagens realizadas entre 16-3-85 e 30-6-87 com tal finalidade.

O Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. AMAURY MULLER: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, há várias sessões venho insistindo com a Mesa no sentido de que promova, com a urgência que o caso requer, interpelação judicial ao presidente da UDR para que ele prove na Justiça as afirmações desairosas, desrespeitosas e caluniosas que fez ao conjunto da Assembléia Nacional Constituinte, considerando todos nós, inclusive V. Ex.^a, fisiológicos e corruptos.

Confesso que estive fora alguns dias, envolvido no episódio da ocupação social e da repressão policial na Fazenda São Juvenal, em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. Mas gostaria de ouvir de S. Ex.^a, um esclarecimento. Ficou prometido, há mais de uma semana, pelo Presidente em exercício da Mesa, Senador Constituinte Mauro Benevides, que na primeira reunião do colegiado o assunto seria suscitado e as providências cabíveis seriam adotadas. Mas, independentemente de providências que possam ser adotadas, Sr. Presidente, eu renovaria a leitura do texto do Regimento Interno, norma cogente, auto-aplicável portanto:

"Na ocorrência de fato relevante que exija atuação imediata, poderá o Presidente praticar atos de competência da Mesa, **ad referendum** desta."

car atos da competência da Mesa, **ad referendum** desta."

Trata-se do parágrafo único do art. 5º, que define as atribuições do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Não seria necessário convocar uma reunião da Mesa para decidir sobre uma norma auto-aplicável. Afinal, estão em jogo a própria dignidade e a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, duramente atingidas pela insensatez, pela irresponsabilidade e pela irreverência desse cidadão que preside a União Democrática Ruralista.

Por isto, Sr. Presidente, volto ao assunto, na expectativa, na esperança e na convicção de que V. Ex.^a me dê uma palavra positiva sobre se afinal vamos reagir, vamos mostrar que esta Assembléia Nacional Constituinte está de cabeça erguida, porque é resultado do veredito popular, ou se vamos aceitar cabisbaixos, omissos, quase de cócoras, aleivosias desta jaez.

Até quando, Sr. Presidente?

Confio em V. Ex.^a, homem de bem, de cuja honestidade ninguém tem o direito de duvidar, porque sempre pautou sua vida no desvelo à causa pública, ao interesse popular. Embora divirjam ideologicamente, tenho por V. Ex.^a, o maior respeito, o maior apreço e a maior admiração, e não posso aceitar que respingue sobre V. Ex.^a, ou qualquer um de nós, esse tipo de acusação descabida, esse tipo de violência que só aqueles que pensam que o direito da força vai sobrepor-se à força do direito fazem contra nós, contra a Assembléia Nacional Constituinte.

É muito bom que esteja assumindo a Presidência o Dr. Ulysses Guimarães, porque ele poderá dar à Casa e à Nação as explicações necessárias a respeito desta procedimento, deste interpelação judicial, que já tarda – e tarda muito.

Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A propósito do assunto focalizado pelo nobre Constituinte Amaury Müller, desejo dizer que distribuí ao nobre Segundo-Vice-Presidente da Mesa, Constituinte Jorge Arbage, a questão formulada por V. Ex.^a. Devemos reunir a Mesa, e espero fazê-lo nesta semana, para que o assunto tenha dela uma decisão, e não pessoal, do Presidente.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, insisto em dizer que o dispositivo regimental é auto-aplicável. Trata-se de norma cogente. Não vejo como fazer esta distribuição e protelar uma solução que precisa ser adotada já e agora. Leio para V. Ex.^a o parágrafo único do art 5º e, assim, V. Ex.^a verificará que se trata de uma norma cogente, explicitamente cogente:

"Na ocorrência de fato relevante que exija atuação imediata, poderá o Presidente praticar atos de competência da Mesa, **ad referendum** desta."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Uma decisão desta importância é inédita, nunca foi tomada pela Mesa da Câmara ou do Senado. Desta forma, a questão será examinada pela Mesa.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sob o meu protesto, Sr. Presidente.

VII – ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Continuação da Discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Moura para discutir o projeto.

O SR. JOSÉ MOURA (PFL – PE. Pronúncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, a prática do presidencialismo constitui, na República brasileira, uma postura natural. Representa o quadro institucional abrangente e adequado não só para o aprimoramento do diálogo político, mas para a construção de uma ordem social estável, justa, e transformação dinâmica e prudente, significa, sobretudo, no atual momento histórico, a garantia da tranquilidade necessária para que possamos enfrentar os problemas certamente sérios de uma transição política em tempos de crise, como os que vivemos.

Não é meu propósito – nem o tempo o permite – tecer comentários doutrinários sobre as vantagens e as desvantagens do presidencialismo e do parlamentarismo, em suas características essenciais.

Não pretendo tampouco enfrentar "a carga cerrada da poderosa brigada parlamentarista", obstinada e decidida na defesa de seus pontos de vista, merecedora, por sua cultura e por sua eloquência, de minha admiração e do meu respeito.

Não me proponho a examinar os motivos que teriam propiciado o surgimento do presidencialismo, com fórmula republicana, em todo o nosso continente, tendo em vista que as linhas fundamentais de tal sistema surgiam com a Constituição norte-americana de 1987.

Não desconheço as teorias que defendem o aparecimento desse regime como decorrência das realidades sociais e do próprio meio físico americano, ou que acreditam ser ele uma cópia do modelo inglês, na época do absolutismo de Jorge III ou que advogam a tese de ser o mesmo resultante da influência de Montesquieu, ao preconizar uma rígida separação dos poderes, ou que afirmam ter como precedente histórico a luta travada pelos colonos norte-americanos contra as prerrogativas e os privilégios da coroa britânica.

Acredito apenas, e sinceramente, como disse Campos Salles, que "o regime presidencialista é a essência do governo republicano, como o parlamentarista é das monarquias constitucionais".

E, se é verdade que tanto um quanto outro, para serem exercidos de maneira correta e sem afrontas ao direito e à justiça, com respeito à dignidade da pessoa humana, exigem de todos os cidadãos, "desde os mais elevados e cultos aos mais pobres e obscuros", um profundo sentimento de dever e um grande senso político, parece inquestionável ser o presidencialismo um imperativo de nossa consciência política, no serviço árduo e nobilitante do engrandecimento nacional.

Todos sabemos, Sr. Presidente, que o problema magno do atual momento brasileiro consiste na consolidação de nossas instituições democráticas. A arquitetura política necessária à tarefa dessa consolidação ainda não está concluída, exigindo de todos nós, que temos alguma parcela de responsabilidade na criação do futuro da Pátria, a continuação da luta em defesa de um modelo

de sociedade que, conservando as tradições culturais do País, seja aberto à liberdade, promotor da justiça social, incentivador da iniciativa privada, responsável, enfim, por um **nomos** social, econômico e político capaz de recolher o que for útil do passado, repelir sem saudosismo aquilo que já não serve, aceitar as inovações que nos forem benéficas.

Recorde-se, a propósito, "que o verdadeiro patriotismo só pode ser encontrado no país em que os cidadãos livres e governados por leis equitativas possam ser felizes".

Na saga de sua redemocratização, a preferência do povo brasileiro pelo presidencialismo – instituição, como lembra o Senador Marco Maciel, que brotou com a República e se cristalizou com a Carta de 1891 – é fato inquestionável.

Vejamos, por oportuno, o que ocorreu, seja com o plebiscito de 1963, seja com a própria campanha pelas diretas já, que demonstraram, à sociedade, a predileção do povo brasileiro por essa forma superior de racionalidade política, instituída com o regime federalista em fins do século passado.

Efetivamente, a tradição republicana sempre foi presidencialista, e a experiência parlamentarista aqui concebida não passou de um fracasso.

Sou dos que crêem nesta ordem de idéias e, como já tive a oportunidade de declarar nesta Casa, que o mencionado sistema, que assumiu nas Constituições de 1934 e 1946 feições próprias à realidade brasileira, corresponde à melhor tradição republicana do País, por ser capaz de evitar traumatismos na vida política ou alterações profundas e tumultuadas no desempenho das instituições nacionais.

Efetivamente, vale reconhecer que, na qualidade de chefe de governo e na condução dos negócios públicos, o presidente, eleito diretamente pelo povo, atua de maneira coerente com a parcela do eleitorado e as forças políticas que o apóiam, e não como simples figura decorativa, representando, pois, o Estado, na sua unidade total, interna e externamente. Tal prática fortalece o princípio da separação dos poderes, sem prejuízo de seu funcionamento harmônico e equilibrado. Uma figura anódina de presidente da República seria frustrante para o eleitorado brasileiro, que durante as campanhas eleitorais se mobiliza para que o poder seja efetivamente exercido pelo candidato indicado nas urnas.

Defendo, pois, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o presidencialismo, convencido de que o mesmo apresenta condições adequadas para consolidar um sistema de instituições que, aceitas como legítimas pela imensa maioria de nosso povo – como, de fato, o são –, funcionam de maneira normal, apresentando robustez e flexibilidade suficientes para absorver as mudanças sociais e adaptar-se a elas.

Como disse, com propriedade, o Presidente Juscelino Kubitschek "o presidencialismo é o sistema de governo mais genuinamente ligado às aspirações do povo brasileiro, a partir da expressão republicana do poder".

Sob esse enfoque, julgo imprescindível que, sob a égide da nova Constituição, possamos garantir a permanência e o aprimoramento de nossas instituições democráticas, pela ação integrada e consequente dos poderes da República, sem os riscos da instabilidade política, resultante da alternância de gabinetes, alternância que, é bom

repetir, poderá tornar-se constante e levar a impasses institucionais de consequências imprevisíveis.

Consoante a opinião abalizada de Austregésilo de Athayde, "não é possível mudar o regime constitucional que está sendo praticado há nove décadas, sem que se faça uma preparação ideológica do povo, através de uma organização partidária substancialmente estruturada. Mudar sem o apoio das bases eleitorais devidamente arregimentadas, é correr o risco da repetição do que aconteceu depois da renúncia do Presidente Jânio Quadros".

Forçoso é reconhecer, ademais, que, embora privilegiando a negociação política, tal regime só prospera onde o acesso aos bens e serviços estão melhor distribuídos e onde os valores da realização coletiva prevalecem. Em nosso País, no qual predominam os valores da realização pessoal e a distinção partidária é por demais tênue – já que as eleições, como se disse, não colocam partidos no poder, mas homens que têm partidos nos postos do Estado –, só o presidencialismo tem condições reais de promover os interesses e os ideais dos diversos grupos, assegurando um sistema político aberto e legitimado por todos.

No governo de gabinete, como se sabe, os partidos teriam que ter unidade de ação, atuando como agremiações fortes, circunstância que não ocorre no Brasil e é impossível de ser alcançada a curto prazo, sem uma formação constante e persistente de quadros de lideranças.

Os acontecimentos recentes nos têm dado mostra da fragilidade cada vez maior dos nossos quadros partidários.

A ausência de agremiações verdadeiras nesse regime, como afirmou Ronaldo Poletti, do "Correio Braziliense", inviabiliza a prática democrática, já que o pensamento político não pode compreender parlamentarismo sem partidos fortes e autênticos. Sem isso, tal forma de governo corre o risco de transformar-se em "Partido único, sem alternância no poder, com a marginalização do povo e a implantação de uma ditadura parlamentar e oligárquica".

Vale recordar, além disso – é ainda o referido jornalista quem escreve – que nem a solução das crises políticas sem discontinuidades administrativa – que constitui característica do parlamentarismo – seria possível, na prática, entre nós: "Sabemos a que está reduzida a nossa organização burocrática permanente, com exceção de poucas carreiras do funcionalismo".

Se o regime em questão viesse a ser implantado hoje no Brasil – a opinião é do jornalista Vanildo Mendes – a máquina administrativa do Estado entraria em colapso.

Para dar eventual respaldo ao sistema em causa, é imprescindível que o Governo conclua um programa realista de forma administrativa, eliminando, de uma vez por todas, "o excessivo paternalismo e o clientelismo no aparelho governamental". Efetivamente, o parlamentarismo só pode sobreviver onde houver uma burocracia amparada em quadros de carreira, para que a máquina administrativa não sofra solução de continuidade.

No presidencialismo, por outro lado, a nítida separação dos poderes, como assinala, com propriedade, Pinto Ferreira, faz com que o Legislativo possa vir a ser fortalecido, seja como instituição fiscalizadora da administração pública, seja pela sua transcendente tarefa de legislar, sem prejuízo

da autoridade e da responsabilidade do Presidente da República.

Vale ressaltar, por oportuno, que tal governo não "preconiza a irresponsabilidade, nem sagra impune o Presidente". Eis que o torna política e juridicamente responsável pela observância do texto constitucional.

O Brasil necessita dedicar suas energias não a uma interminável discussão sobre as regras do jogo ou o papel das personagens no cenário político, mas sobre questões de fundo da realidade nacional. Necessita de um ambiente criador, não de um clima de frustrações e desesperanças, de descontinuidade e arritmia.

Por isso, acredito nas vantagens do presidencialismo, convicção que retiro das lições de nossa própria história. Acredito, efetivamente, que o aperfeiçoamento do regime republicano entre nós, comemorando 100 anos em 1989, passa necessariamente pelo aprimoramento do presidencialismo.

Conforme já declarei nesta Casa, é preciso levar em conta, nesta conjuntura, que a própria extensão territorial do País, caso viesse a ser implantado um sistema parlamentarista de governo, poderia criar aos Estados e Municípios graves dificuldades no que se refere ao desempenho de suas respectivas atribuições e atividades, pois demandaria prolongado lapso de tempo para a sua maturação e produção dos efeitos desejados.

Creio sinceramente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que a consolidação de nossa democracia é uma questão de interesse geral, tarefa e responsabilidade de todos os brasileiros, porquanto, como já foi dito, se, por um lado, a democracia é fruto característico da civilização burguesa, representa, por outro, uma forma perenemente valiosa de organização social, na qual a liberdade e a ordem, em lugar de se contradizerem, apóiam-se mutualmente.

Estou seguro, nesse contexto, fui contra de que o presidencialismo, clara e eficazmente comprometido com o desenvolvimento democrático, aberto ao futuro e voltado para o estabelecimento de uma ordem social assegurada pelo direito, tem condições plenas para tecer o nosso destino de grandeza na crônica do mundo.

Consciente da conveniência da manutenção desse regime, no qual funcione, igualmente, um Legislativo fortalecido nas suas atribuições e prerrogativas, e fique assegurada a autonomia, independente e harmônica, dos poderes da república, tomei a iniciativa, que muito me honra, de apresentar mais de cem sugestões e emendas visando à consolidação e ao aperfeiçoamento do mencionado sistema, e não hesitaria em votar a apresentá-las, por entender, repito, que além de ser justo, benéfico e legítimo, é o que melhor se coaduna com a índole de nossa gente e melhor atende às aspirações do País.

Queremos um Estado forte em sua unidade, em sua autoridade, em sua eficácia real e em sua independência interna e externa. Para isso, a futura Constituição deve ser, na letra e no espírito, pluralista e aberta.

Mas não nos esqueçamos de que não existe nenhum sistema social perfeito ou definitivo. A própria política é a luta constante entre as aspirações sociais e a realidade.

Nem mesmo as diretrizes constitucionais podem ser necessariamente imóveis. Sob essa ótica, acredito que não devemos ter receio de vir a refor-

mar, se e quando necessário ou oportuno, o texto da Carta Magna. Recordemos que as constituições mais duradouras têm sido as mais flexíveis, como a romana e a britânica. E a mais antiga das constituições escritas, a norte-americana, foi reformada dois anos após sua promulgação, e mais de vinte vezes, nesses dois séculos de vigência.

Não há ventos favoráveis para aquele que não sabe para onde ir, dizia Platão quatrocentos anos antes da era cristã. É importante que saibamos ver, com clareza, as metas para as quais, nesse horizonte dramático do ano 2000, queremos levar o País.

Estou seguro de que o presidencialismo significa, na atualidade brasileira, o caminho mais seguro para a solução satisfatória dos conflitos de idéias e de interesses, para a consecução de um desenvolvimento sócio-econômico sério e consentâneo com os anseios populares.

Um modelo de governo no qual o presidente, respaldado pelo povo e agindo nos limites estabelecidos por uma constituição legítima, tenha a seu lado um legislativo forte e atuante, inclusive porque, como ensina Austregésilo de Athayde, se os parlamentares querem que sua idéia medre, cumpre-lhes organizarem-se primeiro em partidos fortes.

Qualquer tentativa de desconhecer a intrínseca superioridade desse sistema sobre os demais, nos dias que correm vai de encontro ao testemunho da história.

O País precisa de um clima de confiança, de um caminho que conduza a maior estabilidade política, progresso social e desenvolvimento econômico, objetivos que somente o presidencialismo pode, no momento, oferecer.

Uma estrada de esperança, pela qual todos nos sintamos orgulhosos de caminhar, como brasileiros, rumo ao futuro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a Srª Irma Passoni para discutir o projeto.

A SRª IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaríamos, realmente, que nesta fase dos nossos trabalhos houvesse um debate sério e profundo daquilo que se pôde recolher dos estudos das subcomissões, das comissões e, agora, das discussões em plenário. Percebemos que a Casa não tem aceito o desafio de se aprofundar no assunto. Acabamos de ouvir um pronunciamento sobre o presidencialismo e o questionamento sobre o parlamentarismo, mas lamentavelmente nenhum de nós se dispôs a apartar o orador que se encontrava na tribuna. Sinto que nesta fase, talvez pela forma de sua organização, não está havendo debates. Eu não gostaria de ficar aqui durante 20 minutos apenas discorrendo sobre este assunto, porque poderia encaminhar à Mesa um pronunciamento escrito. Qual é a minha preocupação? É tentar resgatar um pouco o trabalho realizado até agora. Que trabalho fizemos?

A Assembléa Nacional Constituinte recolheu mais de 60 mil propostas de população brasileira; apresentamos mais de 6 mil propostas, entidades sindicais, patronais, de todos os tipos trouxeram a esta Casa mais de 4 mil propostas. Está aberto agora o prazo para a apresentação de emendas populares.

Todas as vezes em que vou ao meu Estado percebo que a população realmente quer saber o que, afinal de contas, a Constituinte está fazendo e se vai levar a sério ou não os abaixo-assinados que, com muito esforço, estão sendo recolhidos. Todas as propostas englobam mais de 30 mil assinaturas.

Considero que a Assembléa Nacional Constituinte é de interesse da Nação brasileira. A população está querendo saber o que acontece aqui e, principalmente, se ela vai resolver o problema fundamental que o povo vive hoje. Problemas existem muitos. O povo brasileiro está querendo saber se, na verdade, a democracia será um processo consagrado na nova Constituição e se a partir de agora, haverá estabilidade política, econômica e social; se vamos resgatar para a Nação a cidadania brasileira de milhões e milhões de pessoas que até agora receberam as promessas de uma vida mais digna, de um salário mais justo, de uma habitação condigna, de uma vida urbana equilibrada ou do direito sobre a terra; se vamos partir para o desafio do debate sobre esse princípio da soberania nacional, porque, sendo a oitava economia do mundo, temos que nos impor internacionalmente e definir como faremos isso, já que as potencialidades são grandes.

Parece-me que essas são questões fundamentais que temos que definir. Ou será que vamos defini-las apenas com outros instrumentos que daqui a pouco colocarei. Vamos definir ou não a propriedade como um direito fundamental de qualquer cidadão, tanto na área rural como na área urbana? O processo da tal liberdade de iniciativa, da tal liberdade não sei em nome de quem, deixa milhões de deserdados do poder, milhões de deserdados da propriedade.

Vivemos esses impasses em profundidade na Comissão da Ordem Econômica. Ignorar isso seria um desses serviço que nós, constituintes, prestariam à Nação. Considero da maior gravidade não discutirmos isso.

Gostaria de dizer ao Sr. Presidente Ulysses Guimarães que me preocupa muito o fato de, a partir de agora, instaurarmos um processo, em que cada partido apresente aqui o seu substitutivo, com proposta fechada, desconsiderando essas milhares de propostas apresentadas, os debates que, bem ou mal, aconteceram acerca de temas básicos nas subcomissões e comissões. Agora, fechamos tudo isso. Cada partido apresenta o seu substitutivo e vamos fazer uma guerra aqui, porque, efetivamente, só um vai ganhar.

Aí, a regra do substitutivo – se permanecer também essa regra – na prática, é a seguinte: aprovando-se o substitutivo, não poderão ser apresentadas emendas aditivas, nem modificativas; apenas supressivas. Isso seria, a meu ver, uma camisa-de-força, seria, antidemocrático, sem uma possibilidade de negociação ou de avanço para a média da sociedade.

Não quero colocar que nesta Constituinte vou conquistar aquilo que almejo, que é um processo socialista brasileiro. Sei dos limites desta nova Constituição, que resultará, da maioria conservadora eleita no ano passado, numa mistura de eleição de governadores, sem debate de constituintes. Sei do quadro que temos hoje. Considero que o substitutivo radicaliza profundamente as posições, e a Nação brasileira perde com isso. E qual é a radicalização? A meu ver, é pela direita,

apenas para a defesa do capital, em detrimento do trabalho, é a garantia dos privilégios, em detrimento dos despossuídos, e assim por diante. Eu me preocupo muito com isso, porque nos bastidores percebemos as articulações em torno do substitutivo, o que seria um prejuízo para o processo nacional constituinte.

Outra questão que levanto no meu pronunciamento refere-se ao processo urbanístico brasileiro, que evoluiu de forma tão violenta a ponto de a maior parte da população concentrar-se nas cidades. Procuramos estudar outras Constituições e vimos que outros países mais tradicionais não enfrentaram a urbanização violenta que o Brasil hoje enfrenta. Claro que eles não respondem a essa questão com a profundidade que hoje deveríamos responder. A Nação brasileira precisa ver respondida a questão da urbanização. Como vamos enfrentar a justiça social, a retomada da distribuição do poder, o exercício da democracia que vem por parte dos trabalhadores e não por parte das elites, se não considerarmos a realidade da concentração da população nos centros urbanos?

Portanto, considero fundamentais essas questões e se, no decorrer do processo constituinte, aceitarmos substitutivos, perderemos a chance de chegar ao equilíbrio, à negociação e a uma proposta possível e viável para o ano de 1987, que a Nação, no mínimo, espera. E o que ela espera? A Nação espera que, a curto prazo, se democratizem o Governo, a economia e a política. Precisamos declarar ao mundo que, como Nação, temos possibilidade de administrar os nossos bens e as nossas riquezas, instaurar a democracia, garantir os direitos humanos, individuais e coletivos. Temos condições de fazer cumprir a soberania nacional e respeitar a soberania dos outros povos. Se essa Constituição não inaugurar o exercício da cidadania – e não considero esse termo retrógrado nem alienante, mas, sim, peculiar à democracia, que leva a uma visão de exercício da soberania do poder e a uma sociedade que pensa que o social e o socialismo são essenciais – que atenda, pelo menos a curto prazo, às necessidades de sobrevivência e instaure a democracia, tendo os instrumentos que reforem aquele processo que foi garantido nas eleições e que hoje traz um retrocesso, como ocorreu com o Plano Cruzado, com Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve, a Lei de Imprensa etc. Sabemos que, nesse contexto, dominado pelas elites, com as regras do jogo determinadas, com o poder militar ainda instaurado, o desafio que enfrenta nossa Constituinte é muito sério. Sabemos que, no momento, a mistura entre o processo constituinte e a gritante problemática econômica nos tem desafiado, com a ameaça de uma real desestabilização econômica, porque nunca tivemos um arrocho salarial como esse – aí estão os técnicos para afirmá-lo –, nunca tivemos um empobrecimento gradativo tão grande. Por que tudo isso? Por que essa ameaça de utilização da Lei de Segurança Nacional? Por que as ameaças de arrocho – efetivamente, está sendo realizado profundo arrocho salarial – e os atos de vandalismo que, muitas vezes, são provocados até pela direita? Por que não respeitam as manifestações democráticas populares? Pelo contrário, há total tolerância às manifestações do poder do dinheiro, da terra e da propriedade. Esse clima leva a uma instabilidade. Por isso, temos dificuldade de redi-

gir a nova Constituição, em consonância com todo esse quadro. Ao mesmo tempo, a desestabilização da ordem econômica e social provoca insegurança acerca do que escrever. Tudo isso para mim é planejado, principalmente as provocações. Quando o Presidente Sarney assumiu, diziam que seu mandato seria de quatro anos. No dia 18 de abril deste ano, S. Ex.^a afirmou que seria de cinco anos, desafiando os partidos a apoá-lo. O fato de o Supremo Tribunal Federal declarar apoio irrestrito às medidas do Presidente Sarney, aliado a todos esses mecanismos, atrapalha o processo constituinte. Quem está no Governo não sabe nem quer governar. Perde a rédea por incompetência ou por intenções declaradas. (Palmas nas galerias.)

Agradeço às pessoas que estão nas galerias. Já ouvi dezenas de expressões de pessoas que passam por aqui e dizem: "Isso é que é Constituinte? Vê-se meia dúzia de constituintes, e nós ficamos assistindo, sem saber o que está acontecendo".

Espero que não se decepcionem. É lamentável, mas vivemos o momento de cada constituinte preparar suas emendas, muitos fortalecendo a luta popular e as assinaturas nos seus Estados, outros esperando que venham substitutivos – o prato pronto – para votarem. Isso porque já têm outros compromissos firmados. Mas consideramos que é muito importante a presença de todos, acompanhando e vendo o que está acontecendo, porque realmente, querendo ou não, aqui também se decide o destino do País. Espero que continuem participando e se somem às assinaturas dos abaixo-assinados e à pressão popular. Se não houver pressão, aqui nada muda. Pelo contrário, retrocede todo o processo conquistado pela Nação.

Dentro desse quadro, meu propósito é de chamar a atenção – já conversei muito com o Relator Bernardo Cabral – sobre um tema que, aparentemente, não é tão conflitivo. Poderíamos perguntar o que é conflitivo, Presidencialismo ou parlamentarismo? É conflitiva a problemática do papel dos militares, no que se refere à conquista dos direitos dos trabalhadores. Ainda se diz que estamos sonhando com um País que não existe, que temos de defender a estabilidade, a jornada de trabalho de 40 horas semanais, o processo de aposentadoria e tantas outras coisas. Parece-me que talvez sonhemos com alguma coisa que a Nação está a exigir. Por isso, parabenizo o Constituinte José Paulo Bisol pelo seu relatório, em que realmente consagra questões importantíssimas no processo constituinte. É preciso que nos detenhamos na sua análise. Os direitos sociais dos trabalhadores foram conquistas muito importantes, mas, na medida em que foram esvaziadas totalmente na ordem econômica, pelo poder econômico, com os mecanismos de controle da ordem econômica, ocorreu realmente uma consagração do transnacionalismo do capital, da remessa de lucros, da descapitalização do Estado. Abro aqui um parêntese: não sou favorável à estatização, mas também não devemos passar para a iniciativa privada empresas rentáveis. Temos ainda a questão das empresas paralelas, que sugam os lucros. Portanto, são inúmeros os aspectos que deveremos examinar.

Sr. Presidente, não podemos continuar fazendo discursos para surdos, falando cada um de seu

lado. Essas questões precisam vir a plenário. Precisamos examinar o aspecto da democracia e a questão urbana, dimensões indispensáveis ao estabelecimento da cidadania, pois não é concebível falarmos de democracia apenas em seus aspectos formais. Por isso, o dever fundamental dos constituintes é fazer uma Constituição que tome em consideração o conjunto do povo brasileiro. Não podemos mais continuar legislando para apenas 20% da população, como se fôssemos uma espécie de Bangladesh.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o substitutivo do nobre Constituinte José Paulo Bisol, que tratou da ordem social, teve a preocupação de consagrar reivindicações históricas dos trabalhadores e das grandes massas de deserdados, como a jornada de trabalho de 40 horas semanais, a estabilidade no emprego e mesmo criar as condições para a efetiva realização da reforma agrária.

Esta parte do projeto, no entanto, está sob o bombardeio das forças conservadoras. O próprio Constituinte José Paulo Bisol admite a hipótese de que o texto final da Constituição será sintético e inócuo, retomando, assim, a velha tradição das Constituições brasileiras, que sempre foram declaratórias e ornamentais; ou seja, declaravam grandes direitos do povo, mas não viabilizavam a sua prática. O perigo de que isso volte a ocorrer se torna mais evidente quando observados que, na parte do texto que trata da ordem econômica, prevalece uma espécie de liberalismo colonial, que, se aprovado, internacionalizaria completamente nossa economia e privatizaria as empresas estatais rentáveis.

Há, portanto, contradições profundas entre as propostas contidas na ordem social e aquelas que foram adotadas no capítulo da Ordem Econômica. Uma praticamente exclui a outra. Com efeito, que sentido faz aprovar um projeto de ordem social avançado, se a mesma Constituição não assegura ao Estado os meios para garantir o bem-estar da maioria do povo?

No que diz respeito à questão urbana, acontece algo semelhante. As propostas do movimento popular foram totalmente esvaziadas, praticamente retiradas do texto da Comissão de Sistematização.

Esta posição de deixar como está implica o desconhecimento da gravidade da crise urbana por que passa o País. Implica desconhecer que mais de 70% de nossa população vive na cidade e padece condições de moradia e transporte realmente insuportáveis. Que convive com a ganância ensandecida dos especuladores imobiliários, que grande parte vive em favelas submetidas cotidianamente a uma violência inaudita.

Esta Constituinte, se quiser merecer o respeito da grande massa do povo que mora nas cidades, tem o dever de definir mecanismos constitucionais pra combater a retenção especulativa da terra urbana, taxando de forma progressiva os especuladores e adotando o instituto da desapropriação por interesse social.

E aqui gostaria de fazer uma colocação: quando se desapropria uma casa, que é a única propriedade de um cidadão, para construir um viaduto, ou se desapropria um imóvel comercial, o pagamento pela desapropriação deve ser feito à vista. Mas quando se desapropria grandes áreas para especular, o imóvel não pode ser pago à vista. Temos de fazer essa distinção, porque se não inviabiliza qualquer desapropriação e qualquer atividade por parte dos prefeitos.

É também urgente e inadiável que esta Constituinte adote a desapropriação por título da dívida pública, como já existe hoje no campo, como se impõe também a adoção do instituto da usucapião urbana, que também já existe no campo e teve até seu prazo reduzido no final do regime militar.

Se quisermos fazer com que a democracia nas cidades brasileiras deixe de ser uma palavra desprovida de conteúdo, esta Constituinte tem que assegurar a participação popular no controle do uso do solo, nos investimentos públicos urbanos estruturais e na produção e gestão dos equipamentos e serviços públicos.

A participação popular é essencial. Por exemplo, o Governo está anunciando que vai liberar quatrocentos milhões de dólares para investir no transporte urbano. Se não houver mecanismos de controle no repasse desse dinheiro, o desespero do transporte público das grandes cidades continuará o mesmo, porque não sabemos como serão aplicadas essas verbas que, infelizmente, são repassadas aos donos de empresas de ônibus, que efetivamente não contribuem para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Esta Constituinte tem o dever de criar dispositivos que impeçam que as políticas de habitação deixem de servir às grandes empreiteiras e à especulação financeira e passem a servir ao povo que não tem casa para morar.

Cito aqui um descalabro: foi extinto o BNH para repassar o dinheiro à Caixa Econômica Federal, afim de cobrir os rombos da Caixa. Há três meses a Caixa está sem presidente. E não se sabe para onde vai o dinheiro do Fundo de Garantia do trabalhador, que financia a habitação.

É preciso que esta Constituinte se conscientize de que ela não é um comitê de empreiteiras sedentas de lucros. A crise urbana é demasiado séria para ser tratada com tamanha leviandade.

Já temos Cubatão, que é um espécie de ante-sala do inferno. Mas cidades como São Paulo poderão chegar ao fim do século completamente inhabitáveis, com níveis de poluição insuportáveis, com uma insegurança absoluta, com seus mananciais devastados.

Falando em segurança, quero registrar aqui que apenas nesse fim de semana morreram 36 pessoas na área urbana de São Paulo. A violência campeia como nunca. Dizemos que a guerra civil mata, mas temos uma guerra civil institucionalizada no País. Foram mais de 1.000 pessoas mortas este ano em São Paulo pela violência urbana. Evitar esta estratégia está em nossas mãos. Basta que a maioria dos constituintes se componentre de que são representantes dos interesses das maiorias que construirão e constrão este País.

Os portadores desta consciência devem agir em consonância, estabelecendo novas prerrogativas do poder público para intervir no desenvolvimento urbano, instituindo o controle da propriedade imobiliária urbana e estabelecendo a imissão imediata do poder público na posse do imóvel desapropriado.

Nenhuma destas propostas é utópica. Aliás, naquilo que está a seu alcance, o movimento popular já as vem praticando. Tanto é assim que freqüentemente o poder público se vê face a gigantescas ocupações, que só a malícia de certa imprensa pode atribuir às maquinações de pequenos grupos.

Tivemos mais de 100 mil pessoas em São Paulo sem habitação, que ocuparam terras livres nesses últimos meses. Cem mil pessoas é a população de uma cidade! O desespero pela habitação levou-as a isso – e não por que um grupo tenha maquinado politicamente a ocupação.

Em verdade, o problema atingiu tais dimensões que pode ficar completamente incontrolável, o que não é o interesse do povo e certamente também não seria do interesse de um Estado que encarasse com seriedade sua função social. Este drama urbano mostra a outra face do drama rural. Aqueles que, para evitar a reforma agrária, concentraram a terra e expulsaram os lavradores do campo, agora estão face a face com estes mesmos lavradores nas periferias das grandes cidades do Brasil, com a diferença de que aqueles ex-lavradores não têm mais o que ceder e nem para onde recuar. É dever da Constituinte desarmar esta bomba na Nação brasileira.

Bem conhecemos o caráter conservador deste Congresso Constituinte. Mas mesmo assim concitamos o povo a exercer seu legítimo direito de pressão. A pressão popular, quando exercida em grande escala, é capaz de remover montanhas. Foi assim na campanha das diretas, que não conquistou seu objetivo central mas desmontou o partido da sustentação política do regime militar.

Assim será nesta Constituinte. A união e a mobilização de todas as forças populares será capaz de encostar na parede os eleitos que estiverem dispostos a trair suas promessas. Concito então todos os partidos democráticos, todos os movimentos sociais, todos os trabalhadores organizados para pressionarem este Congresso e obrigá-lo a cumprir sua missão histórica de dotar o Brasil de uma Constituição baseada na soberania popular e no reconhecimento da cidadania de todos os brasileiros, acabando de uma vez por todas com esta triste história de se tratar os trabalhadores como cidadãos de segunda classe.

Gostaria de solicitar por último, Sr. Presidente, que a partir de agora, até 15 de agosto, realmente façamos o debate, contrapondo propostas e idéias, porque se o debate ficar surdo, se for encaminhado via substitutivo, será uma desgraça para a Nação a nova Constituição.

Já fiz várias vezes este apelo durante o funcionamento da Comissão e da Subcomissão e, lamentavelmente, não tivemos o despacho de V. Ex.^a para encaminhar como seria feita essa apresentação do substitutivo. Espero que agora, aqui em plenário, não se repita o erro fundamental que se processou na Subcomissão e na Comissão.

O Brasil espera de nós responsabilidade na elaboração de uma nova Constituição, para instaurar pelo menos o equilíbrio social que permita ao povo respirar, avançar, e que a democracia seja realmente iniciada neste País com respeito profundo à classe trabalhadora brasileira. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, eminente Constituinte Wilson Martins, quero esclarecer, mais uma vez, que da Presidência não partiu nenhuma instrução no sentido de se fazer substitutivo. A alegação pode ter sido feita, mas não com o endosso da Presidência. Esta liberalizou o processo, na ocasião, possibilitando a apresentação de emendas ao substitutivo, mas não que essas emendas consubstanciassem um substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Wilson Martins para discutir o projeto.

O SR. WILSON MARTINS (PMDB – MS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, quando me propus a discutir, nesta tarde, a questão da Reforma Agrária, deparei-me com um fato que, realmente, me espicaçou o espírito. Estava examinando a matéria aprovada, com tumulto, na Subcomissão, e também o que decidiu, com maior tumulto, a Comissão temática. Fui ler o Estatuto da Terra. E vi que, no ano de 1964, em pleno regime discricionário, quando se achava no poder o Marechal Castello Branco – que, segundo dizem, cogitou de uma revolução de direita e a executou para retirar e apear do Governo o Sr. João Goulart, que exercitava um governo de esquerda – editou-se o Estatuto da Terra. Passados 23 anos, apresenta-se ainda hoje como uma legislação avançada, em face do projeto constitucional que debatemos neste instante.

São caprichos da História.

Não teria sabido o Marechal Castello Branco, não teriam sabido os seus assessores o que votavam, quando votaram o Estatuto da Terra? Ou nós, da Assembléia Nacional Constituinte, hoje, não sabemos dar ao povo brasileiro a Constituição, no título da Ordem Econômica, que ele aspira? É uma pergunta que não sei responder.

Resta-me, entretanto, a esperança de que o projeto que aí está, no Título da Ordem Econômica, não receba a promulgação até o final do ano, porque a realidade nacional fala muito alto pelo advento de uma reforma moderna que retire do campo a miséria. O que sabemos – e os fatos registram – é que com o plantio de grãos, com a mecanização da agricultura, saíram dos campos e foram para as periferias das pequenas e grandes cidades trinta milhões de campesinos. Os campos estão vazios, enquanto as cidades repletas. Sem dúvida esse é um reflexo da má situação e da vida cheia de dificuldades e sem futuro enfrentada pelos campesinos: má remuneração, má habitação e falta de escolas. Assim, migram para as cidades. E ali engrossam as favelas, aumenta-se a violência e deparam com uma série de crises que lhes infelicitam a vida.

Mas, Sr. Presidente, assistimos à campanha das diretas e dela participamos em vários palanques por este País afora, ao lado das grandes lideranças nacionais, ao lado de Tancredo Neves. Os partidos reunidos preparam eleições diretas, mas elas eram apenas um símbolo de uma perspectiva de dias melhores, de uma vida mais feliz para o povo brasileiro. As praças estavam apinhadas de gente, e eu ouvia, no final dos comícios, onde muitas vezes me encontrava, e mesmo pela televisão, invariavelmente, as promessas de Tancredo Neves no senado de que ele melhoraria este País, que faria não uma nova legislação miraculosa, mas utilizando-se da já existente, bem aplicada, faria com que a reforma agrária fosse implantada no Brasil. Tudo isto ouvimos nos comícios das diretas, nos discursos que Tancredo fez depois de sua eleição. Ele sempre afirmou que proporcionaria ao povo brasileiro melhores dias, incluindo nesta promessa a reforma agrária.

A Aliança Democrática, selada entre os dois maiores partidos, o meu, PMDB, e a Frente Liberal, tinha como um dos seus princípios a outorga

ao País de uma reforma agrária justa. E agora esta Constituinte, na sua primeira fase, sonega ao País a reforma agrária.

Ainda ontem o *Jornal do Brasil* fez uma comparação que vale a pena ser lida desta tribuna, à página 4 do 1x caderno, sob o título "Reforma Agrária só encontra unanimidade na crítica". Ainda no texto de Alexandre Polesi e Cristina Serra, que fazem um resumo equilibrado da situação, aparece um quadro das divergências dos temas: no Estatuto da Terra, no Anteprojeto Bernardo Cabral, na proposta do Mirad, na pretensão dos trabalhadores e no que deseja a UDR. Não vou ler tudo, Srs. Constituintes, mas direi apenas que enquanto no Estatuto da Terra há previsão do latifúndio por dimensões, de uma área superior a 600 módulos rurais, ou 600 vezes a média dos imóveis da região, no Anteprojeto Bernardo Cabral não há referência alguma ao problema do módulo. Quando falo do Projeto Bernardo Cabral quero fazer justiça a esse ilustre companheiro. O projeto não foi escrito por ele. É da responsabilidade deste Congresso Constituinte. Não há qualquer referência a módulo no título "Da Ordem Econômica". Em relação à função social da terra, enquanto o Estatuto da Terra diz que "a propriedade da terra desempenha a função social quando, simultaneamente, favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores que nela trabalham, inclusive suas famílias, mantém níveis satisfatórios de produtividade, assegura a conservação dos recursos naturais, observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam", diz o nosso anteprojeto – já falo o nosso, para não imputá-lo à responsabilidade do nosso colega Bernardo Cabral: – "a função social é cumprida quando o imóvel é ou está em curso de ser racionalmente aproveitado".

Observem, Srs. Constituintes, esta expressão – "é ou está em curso de ser racionalmente aproveitado" – que está no atual projeto, como uma dificuldade para que a reforma seja feita, seja levada avante. No Estatuto da Terra, ela não impede a desapropriação, porque neste consta que "podem ser desapropriados latifúndios e minifúndios, áreas já beneficiadas ou em vias de sê-lo". Aqui está uma diferença essencial entre uma lei com vinte e três anos, outorgada no período obscurantista do Estado que recentemente apeamos do poder pela força do voto.

Precisamos, como se vê, repensar a reforma agrária. Precisamos, neste Congresso Constituinte, não apenas repensar os problemas, mas temos que reescrever a Constituição, o projeto, porque embora a matéria aqui discutida seja ampla, variada e pode perfeitamente atender às reivindicações do povo brasileiro, o projeto está nas ruas, na imprensa e no ânimo do povo, como obscurantista, reacionário e desmerecedor dos aplausos e do apoio do povo brasileiro. Esta é realmente a situação. Precisamos repensar, reescrever o projeto para que ele tenha o respeito, a admiração e a estima do povo brasileiro. O Presidente José Sarney, que conheci nesta Casa nos anos 60, que foi meu companheiro da "bossa nova" da UDN, ao lado de Adolfo Oliveira, sempre foi, no período em que aqui convivemos, um homem arejado, avançado nas idéias, um dos líderes do grupo que aqui formávamos. Assumindo o Governo, a Presidência, no lugar de Tancredo Neves, V. Ex.^a lançou um plano de reforma agrária. Estou

convencido de que fez com sinceridade, de que tinha as melhores intenções. Mas por que este plano não caminha? Por que não avançamos senão dentro de uma linha de enorme mediocridade na questão da reforma agrária? Sr. Presidente, esta é somente uma questão de governo; ela sobreleva as possibilidades de um governo, a meu ver. A questão está, também, enraizada no empresariado nacional, em toda a população brasileira.

O SR. CHAGAS RODRIGUES: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. WILSON MARTINS: – Tem o aparte V. Ex.^a, meu ilustre colega Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES: – Nobre Constituinte Wilson Martins, congratulou-me com V. Ex.^a pelo fato de ferir assunto da maior importância. Realmente, V. Ex.^a coloca os temas nos seus devidos termos. Este País precisa de uma reforma agrária democrática. Veja V. Ex.^a que não desejamos a abolição da propriedade privada; queremos é democratizar a propriedade privada, permitir o acesso do homem à terra e ao mesmo tempo coibir a especulação imobiliária rural. V. Ex.^a há de se recordar: estávamos aqui, em 1964, quando o General Castello Branco, homem ligado à família piauiense, enviou a esta Casa o seu projeto. O País estava reclamando as chamadas reformas de base. Já àquela época precisávamos reter o homem no campo em condições de trabalhar e produzir. Pois bem, veio o projeto e o votamos. De modo que não é possível, depois de tanto tempo, recuarmos. Precisamos de uma Constituição como as várias da Europa ocidental, onde se lê expressamente: "a propriedade impõe direitos e deveres". Do mesmo modo, é o que ensina a moderna doutrina social da Igreja: não se entende, sobretudo, propriedade rural sem uma intrínseca função social. Estou certo de que, com a colaboração de espíritos lúcidos como o de V. Ex.^a, daremos ao País, através da Constituição, parâmetros mínimos que permitam uma reforma agrária democrática, onde todos possam produzir para o bem-estar geral.

O SR. WILSON MARTINS: – Muito obrigado a V. Ex.^a, nobre Constituinte Chagas Rodrigues. Creio, nobres companheiros Constituintes, que faltou, durante a tramitação da matéria na subcomissão, um diálogo mais fértil, que pudesse harmonizar interesses em torno deste assunto. É brilhante, sem dúvida, o voto, a justificativa e o relatório do eminentíssimo Deputado Osvaldo Lima Filho, um dos mais ilustres companheiros nesta Assembléia Nacional Constituinte. Mas na colocação dos textos, dos artigos, do articulado que organizou talvez tenha faltado entrosamento com as demais bancadas, com os demais colegas que compunham a subcomissão. Na verdade, entendo que é difícil colocar-se no texto da Constituição um módulo ideal capaz de satisfazer ao País. Esse módulo não poderia, de maneira alguma, compreender os anseios nacionais, porque nosso território e nossas condições econômicas, políticas e sociais são muito diversas. O que é bom para um pequeno Estado como Sergipe nunca o é para outro, como Mato Grosso, ou para uma região como o Pantanal, onde, nas confluências dos grandes rios, como o rio Paraguai – espinha dorsal do Pantanal –, alagam, em muitos meses do ano, milhares e milhares de hectares e módulos. Como, portanto, estabelecer-se na Constitui-

ção da República 600, 100 módulos? Creio que o problema tem de ser colocado na legislação ordinária e não dentro do contexto da Constituição.

Ouço, com muito prazer, o nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA: – Serei breve, Sr. Presidente. É com muita emoção e alegria que tenho o privilégio de apartear V. Ex.^a, Constituinte Wilson Martins. Companheiro de antigas lutas, V. Ex.^a continua com a mesma postura inatacável, com a mesma fidelidade aos princípios que sempre defendeu ao longo de sua proveitosa e maravilhosa vida pública. Quero dizer a V. Ex.^a que subscrevo seus conceitos judiciosos, equilibrados, lúcidos, democráticos e realistas, para que possamos realmente superar este capítulo do direito de propriedade subordinado ao interesse social. Este é o grande princípio que precisa ficar insculpido na Constituição. E vamos ter a coragem de realizar uma reforma agrária com implementos, insumos, créditos, dando possibilidade de fixação do homem à terra, de que de todos esses programas resulte um bem para o País, terminando com a especulação, terminando com a ocupação desenfreada da terra por interesses que não são os do Brasil e possibilitando, realmente, que se faça uma reforma democrática e realista. Meus parabéns ao ilustre Constituinte Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS: – Muito obrigado, meu antigo companheiro e colega da Câmara dos Deputados, Constituinte Adolfo Oliveira.

Sr. Presidente, vou encerrar atendendo à observação de V. Ex.^a. Antes, porém, gostaria de dizer que a Constituição que estamos debatendo hoje e que vamos promulgar amanhã há de conter certos princípios que atenderão, sem dúvida, às conveniências e às necessidades do povo brasileiro.

Antes de tudo, é necessário que haja um fundo nacional de reforma agrária capaz de coligir recursos da União e de outras origens, que possam fomentar, dar força para a implantação da reforma agrária neste País.

Terminaria fazendo um apelo às várias lideranças que compõem o Congresso Nacional Constituinte, no sentido de que componham, se entendam num amplo acordo capaz de fazer com que aqueles nove milhões de sem-terra, que ainda existem no Brasil, possam ter a esperança de receber seu quinhão, o seu pedaço de terra onde consigam plantar e viver com sua família, ajudando a si próprios e contribuindo para a prosperidade da nossa Pátria. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Wilson Martins o Sr. Ulysses Guimarães Presidente, deixa cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Mansueto de Lavor, para discutir o projeto.

O SR. MANSUETO DE LAVOR PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGO À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Artur da Távola, para discutir o projeto.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

Durante o discurso do Sr. Artur da Távola o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra a Srª Benedita da Silva para discutir o projeto.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, desnecessário se tornaria frisar a situação dos direitos do negro neste País, se tivéssemos a compreensão da diferença. Por isso, tenho sido enfática na proposta e no meu entendimento de que estamos aqui com a responsabilidade de elaborar uma Constituição equilibrada, dentro do interesse dessas diferenças. No entanto, ocorreram várias fases de discussões, de entendimentos, de comportamento. Foi uma experiência muito grande em particular no meu caso, quando percebi que tinha escolhido uma Comissão que tratava pura e simplesmente dos oprimidos, dos marginalizados, dos desprezados, dos despossuídos, enfim – poder-se-ia dizer – da nação dos mutilados, na medida em que ali travamos debate tendo conhecimento de que não há justiça para um determinado segmento social. Temos esta preocupação e o desejo profundo de que possamos avançar juntamente com a ordem econômica nada adianta, absolutamente, será apenas retórica, ficarmos falando, debatendo, discursando sobre o avanço da ordem social, se não houver equilíbrio da ordem econômica, para implementação dos projetos. Avançamos na medida em que tivermos o entendimento político – entendimento este que fez constar no art. 68 do anteprojeto da Comissão de Ordem Social o seguinte:

"Art 68. O Brasil não manterá relações diplomáticas nem firmará tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação de cor, bem como não permitirá atividades de empresas desses países em seu território."

Com tal disposição não colide, não é incompatível ou redundante com qualquer dos textos dos anteprojetos das Comissões temáticas e, inexplicavelmente, foi erradicado do Anteprojeto de Constituição da doura Comissão de Sistematização, apresentamos a Emenda nº 3471-6 pedindo, pelas razões acima, sua inclusão no Projeto de Constituição.

Para nossa imensa surpresa, a emenda foi rejeitada, sob argumentação seguinte:

"A emenda, inelutavelmente de mérito, colide, ademais, como princípio firmado no inciso V do art. 10 do anteprojeto, no sentido de que o Brasil, em suas relações internacionais, enfatiza a não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados Pela rejeição".

Fiquei muito preocupada com isso comecei a pensar que haveria a necessidade de uma inscrição para colocar, para alguns Constituintes interessados na matéria, argumentos não meramente

convincentes, mas que suscitassem debates, o que, entendi, estava faltando. E por que este meu entendimento?

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a emenda, inelutavelmente, não é de mérito, e o art. 9º do Projeto de Constituição enfatiza:

"Art. 9º A inviolabilidade desta Constituição rege as relações internacionais do Brasil, à luz dos princípios constantes de Declarações internacionais de Direitos de que seja signatário, com ênfase nos seguintes:

II – O da intocabilidade dos direitos humanos."

Destarte, ela enfatiza o cumprimento dos princípios internacionais de Direito firmados pelo Brasil, notadamente no que diz respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Quero chamar a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Constituintes para o fato de que se um Estado cria e executa leis anti-humanas, assassina grupos populacionais em massa, comete crimes hediondos, inclusive, contra menores, o que se pretende é que o Brasil não mantenha relações diplomáticas com o governo genocida desse país. Será que é pedir demais, à luz do entendimento de uma sociedade desigual, de diferentes etnias?

A foto que temos em mãos mostra centenas e centenas de cadáveres de pessoas negras colocados em vala comum, barbaramente assassinadas pelo governo racista da África do Sul, numa repetição dos hediondos crimes praticados pelos nazistas há 40 anos.

Sr. Presidente, Sr^{as}, Srs. constituintes, é preciso pensar um pouco sobre essas questões, deixar de lado qualquer vaidade ou interesse pessoal que possamos ter, suprapartidariamente. É extremamente importante e salutar para o bem das nossas almas e de nossos espíritos, daqueles que crêem e dos que não crêem.

Em Treblinka, Sobibor, Buchenwald, Auschwitz, Dachau, Belsec, Chelmno e Oranienburg desenvolveram-se as imagens tétricas dos mais terríveis crimes praticados contra a humanidade registrados nos anais do homem, realizados pelos nazistas do III Reich, durante a II Guerra Mundial. Eram cérebros doentes, com os quais não queremos pactuar. Não é possível convivermos com essas mentes doentias, que possamos estar enquadrados numa filosofia grega, pela qual é naturalmente possível a escravidão, a tortura, o extermínio, ou então, dentro do Direito Romano, num determinado momento, de discriminação total, temos mal-havidos, ilegítimos, ilegais, dentro de uma concepção realmente muito doentia.

Cérebros doentes, convencidos de pertencerem a uma pseudo-raça superior, decidiram exterminar outros povos já subjugados utilizando os mais cruéis métodos de extermínio de que se tem conhecimento.

Quando se desenvolveu essa guerra, existiam, felizmente – e este é o apelo que faço agora, este o chamamento: deverão existir hoje também –, estadistas no chamado "mundo livre", isto é, nos países ameaçados, entre os quais se incluía o Brasil, cujos governos se uniram e julgaram convenientemente os genocidas pelos inéditos processos de extermínio utilizados em seus crimes, da forma mais desumana e cruel que a História registra.

Dessas cinzas, com a mesma legislação adotada pelo nacional-socialismo da Alemanha de Hitler e cometendo os mesmos crimes contra a humanidade, ainda impunes, pela atual falta de estadistas no mundo, surge o regime sul-africano, com seu cruel, desumano e medieval sistema de apartheid, em tudo semelhante ao nazismo.

Quando ao pedimos o corte de relações com países que praticam o racismo – principalmente o caracterizado como o da África do Sul –, pensamos estar neste momento praticando um ato de amor, de fraternidade. Não é nada mais do que isso, porque é totalmente desumano esta Assembléia Constituinte não levar em consideração essa manifestação.

Concedo o aparte à Constituinte Sandra Cavalcanti.

A SR^a SANDRA CAVALCANTI: – Constituinte Benedita da Silva, estamos acompanhando com muita atenção o pronunciamento que V. Ex.^a faz, embora para o plenário vazio – não tem importância, fica registrado nos anais. E não foram poucas as vezes em que, em outros recintos, V. Ex.^a defendeu essa tese. Sinto-me muito à vontade para trazer um reforço, digamos, a essa tese, porque também apresentei emendas nesse sentido, emendas que procuram impedir, de todas as maneiras, que se pratique discriminações dentro do nosso território; e uma emenda solicitando expressamente que o Brasil não mantenha relações diplomáticas, empresariais, comerciais e até culturais com países que ainda praticam esse tipo de crime contra a humanidade. Gostaria de dizer a V. Ex.^a que as minhas emendas também foram consideradas de mérito, também foram rejeitadas. Mas, vamos voltar à carga com todas elas, certamente, e não tenho a menor dúvida de que nossa Constituição vai consagrar esse princípio e outros, pelos quais vimos lutando há muito tempo. Até porque, dentro de mais ou menos uns dez dias, talvez menos do que isso, esta Casa será palco de uma grande homenagem que se pretende prestar à personalidade que primeiro assumiu essa posição cultural importantíssima de prestigiar a raça negra, de dar valor à contribuição dos negros e ao que a raça negra significou para a nossa História – Gilberto Freyre. E quem, como nós, cresceu dentro daquela luminosa senda que ele foi capaz de abrir, a nossa geração que teve a sorte de, chegando ali, pelos seus 18 anos de idade, já encontrar consagrado o maior livro que se escreveu no Brasil sobre esse problema em todos os tempos, tenho, certeza de que todos saberemos honrar a memória de Gilberto Freyre. Essa sua reclamação, nobre Constituinte, resultará certamente num artigo que há de ficar na nossa Constituição, ai sim, como uma conquista duradoura e registrando para sempre essa nossa posição de país que não admite essas discriminações, não só aqui dentro, mas no planeta Terra, hoje tão pequenino em termos de comunicação. V. Ex.^a sabe que às vésperas da chegada do Bispo Desmond Tutu, naquelas cerimônias preparatórias de que tomamos parte, eu tive o prazer de assinar a introdução e o prefácio do livro que correu às mãos de todos, em que contamos não só estes horrores que V. Ex.^a narra aqui, mas toda a hedionda história disto que se chama apartheid, que é hoje a maior vergonha do nosso tempo, é a vergonha que deixa na consciência de todos os povos uma nódoa, talvez ainda pior

do que foi o nazismo e do que vem sendo a ocupação dominadora e opressora do comunismo em vários outros territórios. Nada há que se compare ao que ocorre aí em termos de degradação da criatura humana. Muito obrigado a V. Ex.^a por continuar corri essa luta.

A SR.^a BENEDITA DA SILVA: – Agradeço a V. Ex.^a a preciosa contribuição. Sabemos quais são os interesses que estão por trás dessa resistência em cortar relações com a África do Sul "Casa Grande e Senzala", ao retratar a situação real naquele momento, leva-nos a constatar que havia um grande interesse, uma gama de pressões estava ali colocada. No monopólio do açúcar estavam colocadas a grande propriedade, a monocultura, a exportação. Sabíamos de antemão qual seria o destino dos negros ao nível do interesse político, econômico e social. "Casa Grande e Senzala" vai retratando e vamos reproduzindo; é como filme que passa.

Hoje estamos, de novo, parece-me, sem nenhuma perspectiva de avanço maior, apenas retratando aqui uma manifestação já escrita por grandes escritores que nos trazem também uma contribuição ao nível do enriquecimento do debate em torno do **apartheid**, do genocídio, do racismo, da discriminação.

Quero registrar, ainda, que a foto que acabei de mostrar, essas centenas de cadáveres de pessoas negras, não deixa dúvidas sobre os requintes de perversidade de que são possuidores esses também pseudo-representantes de uma temida, cruel e desumana raça superior, em tudo semelhante ao nazismo. E esta foto publicada pela revista "Fundo África" jamais foi ou será publicada pela imprensa do mundo ocidental, por terem as razões morais sido substituídas pelas razões econômicas. E temos a preocupação de divulgar isso. São documentos raros que precisam ser do conhecimento desta Assembléia Nacional Constituinte.

As desumanidades, as atrocidades, os assassinatos em massa dos negros inocentes da África do Sul estarrerem a consciência livre dos povos em geral, que ficam amedrontados, desprotegidos e sem qualquer resposta de seus governos sobre a erradicação dos desmandos, crueldades e atos de desumanidade que ocorrem no território sul-africano, repentinamente, nos dias de hoje, os quadros tétricos dos campos de concentração nazistas.

Enquanto na Alemanha nazista o racismo serviu de base ideológica para propósitos globais de dominação, na África do Sul esse racismo, consubstanciado no **apartheid**, expressa-se como mecanismo de domínio próprio a manutenção de formas primitivas de acumulação. Nele, a cor é usada como critério legal de desigualdade entre os homens, reservando-se à raça eleita como superior todo um conjunto de direitos e privilégios, extraídos ou baseados numa descarada exploração da população negra.

Embora a cor seja utilizada como mecanismo institucional de domínio social, tal dominação se exerce, de fato, através de abominável exploração econômica.

Ao longo da história dos povos, homens e governos estabeleceram um conjunto de regras de conduta, de princípios éticos e morais mais tarde consubstanciado num diploma internacional denominado "Declaração Universal dos Direitos Hu-

manos", formado por todos os governos com assento na Organização das Nações Unidas.

Os princípios instituídos nesse importante documento internacional não estão sendo cumpridos pelos governos que o firmaram, em sua grande maioria. Ao que parece, em troca de vantagens econômicas, não cumprem e não fazem cumprir essas normas substantivas tão necessárias à convivência pacífica de povos e nações que eles mesmos firmaram e se comprometeram a cumprir.

Em razão disso, onde se acha a dignidade de povos e governos que pactuam com os refados crimes cometidos contra a humanidade pelo governo genocida da África do Sul?

Perguntaria, perplexa: o que pensam os constituintes, neste exato momento, com relação a tudo isso?

Ouço, com prazer, o aparte do nobre Constituinte Jesus Tajra.

O SR. JESUS TAJRA: – Nobre Constituinte, nossa intenção neste momento é no sentido de nos solidarizar com V. Ex.^a, com o brilhante pronunciamento que faz nesta tarde. Ao fazê-lo, estamos nos solidarizando com toda a raça negra no Brasil e no mundo, sobretudo naqueles lugares onde o negro sofre a opressão e o massacre. É inadmissível que, já no limiar do século XXI, com os avanços científicos e tecnológicos que o homem pode alcançar, ainda convivam em nosso meio homens que oprimem e massacram seus semelhantes, apenas diferentes pela cor. Ainda agora, nobre Constituinte, tribunais de diversos países prendem e condenam criminosos nazistas que praticaram crimes contra a humanidade em um período de guerra. O que não podemos ver são pessoas que pensam igual àqueles nazistas, em um mundo de clima de relativa paz, diverso daquele da época da 2^a Guerra Mundial, que praticam os mesmos crimes, não apenas contra adultos, mas também contra menores e crianças. É o que ocorre na África do Sul. Sou solidário com o pronunciamento de V. Ex.^a.

Como constituintes, estamos a apoiar as suas idéias e as normas que V. Ex.^a ou qualquer um de nós apresente para serem inseridas em nossa Constituição quanto à proibição de manutenção de relações diplomáticas, ou de qualquer outra natureza, com países cujos governos apoiam a prática de crimes contra a humanidade e, especialmente, contra o negro. Qualquer tipo de preconceito gera injustiça e merece a nossa repulsa, seja de que natureza for, e, sobretudo, o racial, que vem permitindo esse abuso contra a pessoa humana.

A SR.^a BENEDITA DA SILVA: – Agradeço a V. Ex.^a. O governo sul-africano adora ver derramado o sangue do negro, sepultado todo e qualquer respeito aos princípios instituídos na Carta da ONU. Não satisfeito, amplia a repressão, agredindo seus vizinhos. E aí temos Angola, Moçambique, Zimbabwe e outros e, ao mesmo tempo, mantém a Namíbia – ainda em total desrespeito à Resolução nº 435 da ONU – ocupada e colonizada, com seus habitantes sujeitos às cruéis leis do **apartheid**, praticamente na miséria, enquanto exploram descaradamente e saqueiam as extraordinárias riquezas minerais, especialmente urânia e diamantes do território namíbio. Esta é uma das questões que levantei neste plenário, para o grande debate sobre a exploração de minérios neste País, que sabemos perfeitamente ser um dos impedimentos para que o Brasil corte rela-

ções comerciais com a África do Sul. Espero que possamos, nos debates nesta Casa, atribuir a cada um de nós responsabilidade pela defesa do nosso subsolo. Sabemos ter a Anglo American Corporation um investimento quase que total, em nível de Brasil, na exploração desse minério. Teremos de enfrentar essa questão. Aliás, aqui já se falou tanto em **lobbies** – enfrentaremos mais este – também –, na medida em que deverá prevalecer o interesse da Nação e de cada um de nós brasileiros, e não o do capital internacional. Irei reapresentar a emenda e espero, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, que desta feita, pelas sobrejas razões apresentadas, e sendo o Brasil a segunda nação negra do mundo, contar com o total acolhimento dos membros desta Constituinte. Este será um dos grandes debates a serem aqui travados, enriquecido não pela pobreza da África do Sul, que apenas pela cor da pele faz discriminação, mas pela riqueza do reconhecimento das diferentes etnias nesse segundo país mais negro do mundo. Que o Brasil possa também cortar essa relação, porque estará dando exemplo no sentido de acabar com o regime do **apartheid** na África do Sul e também resolvendo o problema do **apartheid** à brasileira.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA: – Nobre Constituinte Benedita da Silva, estava a presidir a sessão quando V. Ex.^a assomou à tribuna. Não resisti à tentação de pedir ao colega Francisco Rollemberg que a presidissem, enquanto descia para apartá-la e participar das suas emoções, em solidariedade a V. Ex.^a pelo discurso que faz no recinto da Assembléia Nacional Constituinte. Ao ouvir as palavras de V. Ex.^a, na descrição das discriminações que alguns povos ainda fazem com outros, através da diferenciação apenas da cor. Estava eu, diante das suas palavras, a recordar os tempos escolares. Ao estudarmos a literatura pátria, na parte dos nossos compositores poetas, e fazer a leitura dos versos condoreiros de Castro Alves, permanece na mente o que ele descrevia, em versos magistrais, em "Vozes d'África", e em "Navio Negreiro". Ao mesmo tempo lembrava as imagens que há poucos dias vi, dramáticas e trágicas, pela televisão – homens, mulheres, crianças negras nuas, famintas, esfarrapadas, esquálidas, já não podendo manter o corpo de pé, jogadas ao chão, nem falar podendo, cobertas de moscas – imagens tétricas, horripilantes, que estão acontecendo nos nossos dias. Assim, pus-me a pensar que não eram somente os navios negreiros que singravam os mares com os porões repletos de seres humanos que, pela fatalidade da cor, eram transformados em animais e vendidos como escravos. Não. Hoje, em pleno século XX, um país que goza de prestígio no concerto das nações do mundo, representa um verdadeiro navio negreiro. É um país "Navio Negreiro", "Vozes d'África" de Castro Alves. Então, repetimos com o poeta: "Senhor Deus dos desgraçados, dizei-nos Vós, Senhor Deus, se é delírio ou se é verdade tanto horror perante os céus. Oh, mar, por que não apagais com a espuma das tuas vagas, de teu manto, este borrão? Astros, noites, tempestades, rolai das imensidades, varrei os mares, tufão".

Que esta Assembléia Nacional Constituinte, baseada na inspiração de nosso grande poeta e nos exemplos abomináveis da África do Sul, este país

"Navio Negreiro", faça escoimar qualquer traço, por pequeno que seja, de discriminação, principalmente racial. Aqui falamos com todo o coração e com conhecimento de causa.

Quero dar um depoimento para aproximar mais ainda o nosso espírito humanístico. Eu tenho duas filhas claras, da minha cor, uma até mais clara do que eu, aloirada. Uma tem o cabelo preto, e a outra o cabelo aloirado. A branca de cabelo preto, a quem chamamos morena, é casada com um homem da mesma cor. A aloirada é casada com um negro, que considero como um filho. Era este, depoimento que gostaria de trazer, com emoção, para V. Ex.^a.

A SR.^a BENEDITA DA SILVA: – Agradeço a V. Ex.^a, que está também dando sua contribuição para acalorar o debate que, penso, tomará conta deste plenário no sentimento do dever de cada um de nós. A Comissão da Ordem Social teve a oportunidade de debater ampla e ricamente esse tema.

Nação de mutilados, democracia, soberania nacional, participação política, luta de povos, igualmente dos direitos e escravidão – não podemos jamais pactuar com isso.

Prossigo, Sr. Presidente.

Porque recebem as propinas representadas pelas vantagens econômicas auferidas em suas relações comerciais com o governo genocida de um país cheio de riquezas, defendidas através de uma repressão jamais registrada.

O governo sul-africano faz o que quer, viola todas as regras e princípios internacionais estabelecidos. Não dá a menor importância ao organismo máximo de decisões internacionais – a ONU – e os governos ali representados nada fazem e continuam a manter estranhas e questionáveis relações diplomáticas e comerciais com o governo genocida.

Destarte, inexistindo moral e inexistindo dignidade, a garantia do cumprimento dos princípios fundamentais dos direitos da pessoa humana está sendo substituída por vantagens e interesses pecuniários dos negócios do Estado, ficando o cidadão indefeso.

Temos fundadas esperanças de que surjam, dentro em breve, no cenário sujo deste nosso mundo cruel, corrompido pelo dinheiro, alguns estadistas capazes de conjurar – a exemplo do que foi feito com os criminosos do III Reich – o atual quadro sul-africano e fazer com que os desalmados crimes ali cometidos contra a humanidade sejam também exemplarmente punidos. Com isso, temos certeza, o sol da dignidade voltará a iluminar a face da Terra.

Iremos reapresentar a emenda, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, e desta feita, pelas sobejas razões apresentadas, contamos, na situação da segunda nação negra do mundo, com seu total acolhimento.

Nesse estranho país, a minoria branca fortemente armada mantém sob permanente regime de terror a maioria negra, de quem foram subtraídas todas as riquezas do solo e do subsolo. De 1984 para cá, cerca de 2.000 negros foram estupidamente assassinados, as crianças de cor são presas, julgadas, condenadas, torturadas ou exterminadas, as populações negras são confinadas em guetos, donde não podem sair a não ser com autorização individual, com percurso previamente demarcado; os países circundantes, todos contra

o regime do **apartheid**, são constantemente invadidos pelo forte exército de mercenários contratados a peso de ouro para executar as violentas incursões e para manter o terror e a repressão, tudo isso praticamente sem qualquer tipo de contestação internacional.

O povo negro, oprimido pelas leis do **apartheid**, vive faminto, sem teto, pobre e sem qualquer liberdade, dentro de um colonialismo interno desnaturado, desumano, repetitivo de um quadro escravocrata cruel, com chicotes e outras formas desumanas de tortura, assassinatos em massa e tudo o mais que a crueldade humana pode conceber.

Onde estão os governos que deveriam zelar para que tal quadro não se fizesse presente no cenário de nossos dias?

Onde estão os governos e organismos internacionais que deveriam cuidar da segurança e dos direitos dos povos oprimidos, vilipendiados, explorados, despojados de seus valores morais, espirituais e meterias, pelo regime do governo odioso e anacrônico?

Estão simplesmente agachados, naquela posição incômoda do avestruz que esconde a cabeça na areia para não assistir ao terror, aos assassinatos insanos e impunes, omitindo-se sobre acontecimentos infamantes que enchem de opróbrio toda a humanidade.

E por que esses governos mantêm-se nessa dúvida, hipócrita, desonesta e incômoda posição?

Sr.^{as} e Srs. Constituintes, ao concluir, espero que a vontade política e o dever façam com que minhas palavras não sejam apenas um eco, mas possibilitem uma reflexão profunda no entendimento dos vários partidos políticos nesta Casa, no sentido de que é inegociável o corte nas relações com a África do Sul, porque também são inegociáveis os direitos dos negros, tanto na África do Sul quanto neste País. Não nos somemos aos loucos, àquelas mentes doentias que escravizaram e continuam escravizando cada um de nós.

Neste momento, quero deixar uma reflexão, que me fez parar num determinado momento da minha vida, mesmo sendo mulher negra. Num debate a respeito dessa questão, num momento também de profunda incompreensão a respeito dos direitos dos negros neste País, a comunidade negra deixou para reflexão o que apresento agora neste Congresso: "querem que eu me prostitua ou me mate."

Muito obrigada. (palmas.)

Durante o discurso da Sr.^a Benedita da Silva o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemburg – Art. 6º parágrafo único. Res. 2/87

Durante o discurso da Sr.^a Benedita da Silva o Sr. Francisco Rollemburg – Art 6º, parágrafo único. Res. 2/87 – deixa á cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARRECER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aélio

Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Ailton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amaral Netto – PDS; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Basílio Villani – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caio – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Cláudio Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitas – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edmê Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamin – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Kuster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB;

Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – Campos – PDS; Roberto D'Ávila – Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel PDT; Roberto Jefferson – PTB; Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Ribeiro – PMDB; MDB; Márcio Braga – Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; PFL; Joaci Góes – PMDB; João Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cesar Coelho – PMDB; Ronaldo Corrêa – PFL; Rosa Prata – Lobo – PFL; João Natal – PMDB; João – PMDB; Maurício Campos – PFL; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Medina – PFL; Ruy Nadel – PMDB; Joaquim Bevilácqua – PTB; Joaquim Nasser – PMDB; Maurício Pádua – Oliveira – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaldo Corrêa – PFL; Rosa Prata – Hayckel – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequet – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; Mendes Canele – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sónon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, designando para amanhã, dia 28, às 14:30 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Continuação da discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição.

VIII – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 19 minutos



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 108

QUARTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 114.^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 28 DE JULHO DE 1967.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata sessão anterior que é sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

IV – Pequeno Expediente

IRMA PASSONI – Responsabilidade dos banqueiros pelo estado de recessão e inflação que o País atravessa. Reportagem publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**: "São Paulo vira megametrópole em apenas 13 anos". Direitos do cidadão urbano a serem garantidos na nova Constituição.

ADROALDO STRECK – Convocação do Ministro Aluizio Alves, da Administração Pública, para prestar esclarecimentos ao Plenário da Câmara dos Deputados sobre o Decreto-Lei nº 2.347, de 1987, que cria cargos públicos. Aquisição de apartamentos funcionais, sem concorrência, pelo Ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Projeto de decisão que visa à realização de eleições diretas para Presidente da República em 1988.

LÚCIO ALCÂNTARA – Assinatura, pelo Presidente José Sarney, de decreto que institui o Programa de Emergência para Suprimento de Energia ao Nordeste. Reiteração de apelo ao Ministro das Minas e Energia no sentido da isenção de obrigatoriedade para redução de consumo da energia rural utilizada para irrigação. Solicitação ao Governador do Ceará de dispensa de multas cobradas pela Companhia de Eletricidade do Ceará-Coelce, aos consumidores que ultrapassaram a quota de

energia elétrica preconizada pelo programa de racionamento.

GERALDO ALCKMIN FILHO – Apoio ao Cooperativismo consubstanciado no art. 304 do Anteprojeto de Constituição.

ALDO ARANTES – Assassinato do trabalhador rural Vilmondes Campos Valadares, na fazenda Vale do Juarim, em Colméia, Estado de Goiás. Preconização, pela UDR, da prática de violência contra trabalhadores rurais. Conveniência de agilidade no envio ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte do projeto de decisão que visa a proibir a conversão da dívida externa em capital de risco.

FRANCISCO KÜSTER – Comemoração do dia do Colono e do Dia do Motorista.

IVO MAINARDI – Telex do Presidente da Fecotrig, Terciso Redin, a propósito do descontentamento dos produtores ganchos com a aplicação da tabela de deflação aos contratos de venda há da soja.

HAROLDO LIMA – Posição do PC do B contrária à interferência das Forças Armadas na vida política e social do País e na elaboração da nova Carta Constitucional.

LYSÂNEAS MACIEL – Protesto dirigido pelo orador à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte conta ausência de providências no sentido do cumprimento de projeto de lei que veda a continuidade da entrega de empresas nacionais e multinacionais.

PAULO DELGADO – Denúncias publicadas pela imprensa de distribuição, por políticos de cargos no funcionalismo público e em órgãos ligados ao Governo.

VITOR BUAIZ – Interdição da empresa Serg – NutriLeve Serviço de Alimentação, em virtude do preparo de refeições causadoras da intoxicação de que foram acometidos participantes do XXVI Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Greve dos servidores de nível médio da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

AMAURY MÜLLER – Protesto contra intenção do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, de incorporar o imposto compulsório ao custo final do petróleo e derivados e de construir barragens sobre o rio Uruguai.

NILSON GIBSON – Previsão de boas perspectivas para o Governo Sarney. Programa de Emergência para Suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste.

FRANCISCO AMARAL – Campeonato Brasileiro de Futebol Profissional.

STÉLIO DIAS – Defesa, pela Associação Médica Brasileira, da inclusão do exercício liberal da Medicina na nova Carta Constitucional. Artigo do Dr. Raul Cutait na revista **ABM 85/87: "Prestando Contas"**, a propósito do incentivo fiscal à pesquisa no campo da Medicina.

FERES NADER – Necessidade de preservação da correção gramatical da língua portuguesa falada no Brasil.

ALBÉRICO CORDEIRO – Pronunciamento do Presidente José Sarney na cerimônia de assinatura do decreto que institui o Programa de Emergência para Suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste.

EDIVALDO MOTTA – Programa de Emergência para Suprimento de Energia Elétrica

ao Nordeste. Telex do Presidente do Centro das Indústrias do Estado da Paraíba, Guilherme Rabay, sobre irregularidade no recolhimento de contribuição dos empresários paraibanos ao IAPAS.

JORGE ARBAGE – Telex do Presidente do Centro das Indústrias e da Federação das Indústrias do Pará a respeito do prejuízo que será causado ao setor de pesca industrial caso aprovados os artigos 323 e 324 do Projeto de Constituição.

ANTÔNIO DE JESUS – Falecimento do Presidente do PMDB em Gurupi, Estado de Goiás, Antônio de Almeida Veras.

PAULO MACARINI – Atividade desenvolvida pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária SA – Empase, e conveniência de sua isonomia salarial com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa Inclusão na nova Carta Constitucional de preceitos relativos à renumeração do crédito rural.

DASO COIMBRA – Supressão do art. 360 do Projeto de Constituição, que limita a participação das empresas nos programas de previdência supletiva.

THEODORO MENDES – Contrariedade do orador aos termos de convocação de greve geral, pela CUT – Central Única dos Trabalhadores, e pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Sorocaba e Votorantim, Estado de São Paulo.

VIVALDO BARBOSA – Desmentido à notícia veiculada pelo **Jornal do Brasil** a propósito de gastos supostamente efetuados pelo Banerj com viagem do orador, da Constituinte Benedita da Silva e do então Deputado José Miguel aos Estados Unidos da América.

JOSÉ GENOINO – Questão de ordem sobre encaminhamento ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, para apreciação, de projeto de decisão de autoria do Constituinte Paulo Ramos que veda a conversão da dívida externa em capital de risco.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoino.

JOSÉ LOURENÇO – Questão de ordem sobre dificuldades sofridas pelo País no que concerne à balança de pagamentos.

V – Comunicações das Lideranças

ROBERTO FREIRE – Apreciação do VIII Congresso Nacional Extraordinário do Partido Comunista Brasileiro e suas conclusões, sob o título: "Uma política para a Democracia, na perspectiva do socialismo".

HAROLDO LIMA – Necessidade de encaminhamento, ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, de projeto de decisão do Constituinte Paulo Ramos que veda a conversão da dívida externa em capital de risco.

JOSÉ LOURENÇO – Crítica à política preconizada pelo PC do B com relação às relações financeiras internacionais do Brasil.

BRANDÃO MONTEIRO – Reparos à posição do Líder do PFL Constituinte José Lourenço, com referência ao pronunciamento do Líder do PC do B, Constituinte Haroldo Lima. Protesto contra declaração do Ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, quanto à probabilidade de aprovação, pela Assembléia Nacional Constituinte, da anistia para os militares.

LUIZ INÁCIO LULA DA SLVA – Falta de resposta a requerimentos de informações encaminhados pelo orador à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Motivos de descrédito popular na Assembléia Nacional Constituinte. Ausência de diálogo entre o empresariado brasileiro e a Assembléia Nacional Constituinte. Protesto contra matéria publicada no Jornal **O Estado de S. Paulo** sobre a liderança do dirigente sindical Rogério Magri.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Situação de desvalia dos micro, pequenos e médios empresários.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Contraste entre a taxa de juros bancários e o valor do salário mínimo. Desemprego. Interesse da Aliança Democrática por cargos públicos. Expectativa de respeito do Ministério pela futura Constituição.

HAROLDO LIMA – (Explicação pessoal). Insinuações do Constituinte José Lourenço a respeito do orador, do PC do B e da República Socialista da Albânia.

AMAURY MÜLLER – Questão de ordem sobre falta de resposta do Executivo a requerimentos de informações apresentados pelo orador.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Muller.

VI – Apresentação de Proposição

ARNALDO FARIA DE SÁ.

VII – Ordem do dia

VIRGÍLIO GUIMARÃES (Retirado pelo orador para revisão), BRANDÃO MONTEIRO, DASO COIMBRA, HORÁCIO FERRAZ, VIRGILIO TÁVORA (Retirado pelo orador para revisão), LOUREMBERG NUNES ROCHA, JOÃO MENEZES (Retirado pelo orador para revisão), RONALDO CARVALHO, PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (Retirado pelo orador para revisão) – Discussão do Projeto de Constituição.

VIII – Encerramento

Discurso proferido pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio na Sessão de 22-7-87: Homenagem póstuma ao ex-Senador Carvalho Pinto.

2 – MESA – Relação dos Membros
3 – LÍDERES E VICE - LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos Membros
4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO
– Relação dos Membros

Ata da 114.ª Sessão, em 28 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário; e Sotero Cunha, Suplente de Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES.

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Sandoval – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexan-

dre Costa – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaury Muller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Preito – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Wemer – PDS; Artur da Távola – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benedito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Aberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB;

César Maia – PDT; Chagas Duarte – Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Daso Coimbra – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Rocha – PFL; Ferez Nader – PDT; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL Hadan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL Horácio Ferraz – PFL Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersóimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Taira – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fernandes – PDT; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Mansuetu de Lavor – PMDB; Manuel

Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Myrian Portella – PDS; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemberg – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Piloto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 209 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. NILSON GILSON, servindo de Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se ao

IV– Pequeno Expediente

Tem a palavra a Sr.^{as} Constituinte Irma Passoni.

A SR.^a IRMA PASSONI (PT – SP) –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Primeiramente, eu gostaria de deixar registrado que os grandes vilões do sistema brasileiro econômico, que criam a recessão e a inflação neste País são os banqueiros e por isso registro meu protesto veemente. Não é possível mais este País sustentar os grandes vilões da História no lucro incalculável que os banqueiros estão tendo. Este registro quero deixar, pois é preciso que o Governo brasileiro aceite o desafio – não sei se vai aceitá-lo, porque até hoje ele não o aceitou – e reconsiderar os grandes lucros obtidos por este setor em detrimento de toda a população sacrificada. Em seguida, quero registrar aqui uma reportagem do jornal a **Folha de S. Paulo**, de hoje, à página 9, intitulada: "São Paulo vira megametrópole em apenas 13 anos": "Num raio de 120 Km, ao redor da Praça da Sé, estarão concentrados, até o final deste século, 33,2 milhões de pessoas numa mancha urbana contínua".

Considero importante registrar porque a Assembleia Nacional Constituinte até hoje não abordou essa questão como deveria abordar. Encontra resistência profunda porque São Paulo é vista apenas como região que domina economicamente e que engole as riquezas das demais regiões do País. Desejo colocar que a reforma urbana é uma necessidade urgente a ser tratada para justamente enfrentar e propor o equilíbrio urbano nacional e tratar aquilo que é diferente diferentemente, por incluir problemas macroeconômicos muito amplos.

São Paulo concentra riqueza, mas também concentra a maior miséria desta Nação generalizada.

É preciso que no texto da Nova Constituição prevaleça a consideração de princípios de justiça social nas cidades, acompanhada da indicação dos princípios de formas e garantia desses direitos à população.

É preciso entender que deve desencadear a transformação qualitativa do processo da produção, consumo e participação popular quanto à estruturação do quadro espacial das cidades.

É preciso oferecer vida digna e justa a 120 milhões de brasileiros globalmente.

A degradação da vida urbana se origina na acumulação dos capitais imobiliários nas nossas cidades que retêm áreas, segundo os seus próprios interesses, de lucros extraordinários.

Há um confronto entre os interesses empresariais e as necessidades de abrigo dos serviços públicos, abastecimento, habitação e transporte da maioria da população.

É preciso garantir, portanto:

– os direitos do cidadão urbano, como sendo o da moradia, transporte público e coletivo, aos serviços e equipamentos urbanos;

– a vinculação do direito de propriedade de interesse social na utilização dos imóveis;

— a participação popular nas propostas de planos e orçamento em nível local, na gestão e controle de São Paulo.

Gostaria de ressalvar aqui o acompanhamento desta Assembleia Nacional Constituinte por duas técnicas que cito aqui, Francesca V. Panza e Elane, que realmente contribuíram muito no acompanhamento da Subcomissão da Questão Urbana e Transportes e que fizeram um relatório que merece, desta Assembleia Nacional Constituinte, todo o nosso respeito.

Portanto, volto a colocar que o desafio desta etapa da Constituinte aborda a questão urbana globalmente e os direitos dos cidadãos, e instaura definitivamente princípio do poder popular brasileiro e da participação popular efetiva nacional e os seus mecanismos de exercício popular.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR.^a IRMA PASSONI EM SEU PRONUNCIAMENTO:

SP VIRA MEGAMETRÓPOLE EM APENAS 13 ANOS

Num raio de 120Km ao redor da Praça da Sé, estarão concentrados até o final deste século 33,2 milhões de pessoas numa mancha urbana contínua.

A formação de uma megametrópole num raio de 120 quilômetros em torno da praça da Sé (centro de São Paulo) ocorrerá até o final deste século, com o crescimento da população do Estado de São Paulo limitado a apenas 37 cidades (0,6% dos 572 municípios), a maioria na região metropolitana e áreas limítrofes. Isso significará a estagnação de mais da metade dos municípios paulistas, que praticamente manterão o mesmo número de habitantes de hoje, e a atrofia de outros 242 municípios (36%), que registram atualmente taxas negativas de crescimento e ficarão ainda menores.

A grande São Paulo continuará habitada por pouco mais de metade da população do Estado, abrigando 21,5 milhões dos 40 milhões previstos para o ano 2000. Mas as taxas de expansão da capital e da média das cidades que compõem a região metropolitana serão superadas pelas das regiões de Campinas e Sorocaba, a partir da próxima década. Com o litoral e o vale do Paraíba, totalizam cinco regiões que somarão 33,2 milhões de habitantes, vivendo numa mesma mancha urbana praticamente contínua.

As projeções que apontam para a formação dessa megametrópole foram feitas pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, com base nos levantamentos sobre o fluxo migratório e das taxas de crescimento vegetativo (fecundidade e mortalidade), coletados em cada município e comparados com os resultados dos censos demográficos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FBGE). Os dados mostram que São Paulo continuará crescendo mais do que o Brasil e na direção de uma inexorável metropolização.

A mesma capacidade de atrair migrantes que São Paulo demonstra em relação ao País se reproduz no interior do Estado. As grandes cidades de base industrial na grande São Paulo ou em

torno dela sugam a população dos municípios próximos, menores e predominantemente agrários. Também das regiões distantes, principalmente no oeste do Estado, chegam habitantes para os grandes centros de atração, onde crescem as chances de melhores condições econômicas: a atividade agrícola rende menos de dois salários mínimos a 72,6% dos paulistas, enquanto a indústria de transformação urbana, por exemplo, propicia a 66,1% dos trabalhadores ganhos iguais ou superiores.

A grande ameaça

Um "estado do medo" na sociedade, decorrente do colapso nos serviços urbanos, é a grande ameaça trazida pela expansão descontrolada das grandes cidades, na visão do arquiteto e engenheiro norte-americano Lebbeus Woods, que veio a São Paulo participar do Congresso Internacional sobre as Cidades do Futuro. O especialista se declara pessimista com a falta de esforços para enfrentar os problemas da metropolização crescente. As soluções, segundo ele, dependem das possibilidades de domínio do homem sobre o processo do crescimento:

A avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini e suas transversais, no Brooklin (zona sul de São Paulo), é um exemplo de urbanização sem consequências graves para uma região. Nós últimos doze anos a área transformou-se em grande canteiro de obras e hoje ostenta cerca de cinqüenta prédios de configurações modernas.

As consequências negativas da urbanização de São Paulo até o final do século podem ser antecipadas pelos exemplos de favelização das cidades-dormitórios, principal função reservada aos municípios que integram as periferias metropolitanas. A elas cabe apenas resignar-se com uma vida em "pobreza decente", como define o prefeito de Várzea Paulista, Clemente Manoel de Almeida, 35, que administra um antigo bairro de Jundiaí transformado em município há 22 anos e que cresce a uma taxa de 10% ao ano, mais de três vezes a média do Estado.

Na situação inversa está Redenção da Serra, município do vale do Paraíba que perde os seus jovens para as grandes cidades da região, onde existem empregos e escolas. Em seis anos a população da cidade deve cerca de 20% e o prefeito Thomaz Gonçalves Dias diz que pouco pode fazer para mudar a tendência tentar criar uma infra-estrutura turística na represa existente no município, para abrir lotes e atrair novos moradores.

Uma exceção nesse processo é São Caetano do Sul, que também registra taxas negativas de crescimento populacional. Com apenas quinze quilômetros quadrados de área, o município já está totalmente urbanizado, não tem favelas e a população de baixa renda foi substituída pela classe média. O confortável dilema da cidade é manter-se entre as de melhor padrão de vida do País.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Estou fazendo uso desta tribuna, nesta tarde, para comentar um decreto-lei publicado pelo **Diário Oficial da União** 24 deste mês, Decreto-lei nº 2347, e que cria 9.700 cargos. É um decreto-lei meio complicado, porque ele fala em concurso e fala em transferência, e ficamos sem saber, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, se existe aumento

na criação desses cargos ou se não existe. Quanto à despesa por decreto-lei, a atual Constituição, que imagino esteja em vigor ainda, diz o seguinte no seu art. 55:

"Art. 55. O Presidente da República, em casos de urgência" — não é caso de urgência o que está escrito aqui no decreto-lei —, ou de interesse público relevante" — também não — "e desde que não haja aumento de despesa" — e é exatamente isso que queremos saber — "poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias:

III – criação de cargos públicos e fixação de vencimentos."

Então, estamos comunicando a este Plenário Constituinte que o Ministro Aluísio Alves, da Administração, quando os trabalhos da Câmara forem reiniciados, será convocado para, de viva voz, responder essas questões que estão colocadas nesse decreto-lei, que cria 9.700 cargos novos.

Não se trata de retaliação pedirmos a presença, aqui, do Ministro Aluísio Alves, porque o próprio ministro Bresser Pereira se confessou satisfeito em ter vindo conversar conosco.

Acho que é uma prática salutar. O Ministro virá a esta Casa, por convocação nossa, para dizer como serão feitas essas contratações e explicar um pouco melhor se os provimentos desses cargos serão feitos por concurso ou por transferência, implicando ou não despesas para a União.

Outro assunto que já foi objeto de pedido de informações do nobre Constituinte Adylson Motta, e que também deverá ser examinado por esta Casa quando aqui vier o Ministro da Administração, é o relacionado com os imóveis funcionais irregularmente ocupados e que somam 2.871.

No entanto, o Ministro da Previdência Social, que também virá a esta Casa para responder as nossas perguntas, adquiriu sem concorrência pública 326 apartamentos, que serão destinados a funcionários do INPS, sendo que a própria União possui imóveis ocupados ilegalmente, aqui na Capital federal.

Enfim, serão tantas coisas que teremos de formular aos dois ministros, que serão convocados, quando abrirem os trabalhos da Câmara dos Deputados, a vir a este plenário dar explicações sobre despesas imensas que o Governo continua fazendo, embora pregue o Executivo que estamos vivendo um momento de "vacas magas" e, consequentemente, não podemos gastar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao chegar aqui, no início deste ano, por procuração dos brasileiros do Estado de São Paulo, que me confiaram o seu voto, não vim em busca de notoriedade; tenho pautado a minha atuação parlamentar nesta Casa dentro de um espírito de discrição e, acima de tudo, de coerência com os meus ideais — ideais de quem nunca votou para Presidente da República e que sempre esteve nas trincheiras da resistência ao autoritarismo daqueles que, sem o respaldo popular, vêm ocupando o Palácio do Planalto.

Esta Casa ainda não esqueceu as lágrimas de parlamentares e do povo quando este Plenário,

pressionado por forças estranhas, recusou a Emenda Dante de Oliveira. E é a ele que quero, neste momento, render minha homenagem.

Jovem, caboclo como eu, teve sua passagem marcada por ideais semelhantes aos que hora defendo. Vou sair desta tribuna direto para a sala do nosso Presidente Ulysses Guimarães, grande guardião desta luta, que com seu espírito democrático, me inspira. Vou levar a S. Ex.^a o projeto de decisão que, com as assinaturas de quase duzentos democratas, vai ser agora apreciado pela Comissão de Sistematização. Deles espero coerência e respeito aos anseios do povo que quer legitimar em novembro do próximo ano a escolha do Presidente da República.

Mas, não vou sair deste plenário sem antes aceitar o desafio lançado hoje pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, através dos jornais. Aceito, Sr. Carlos Sant'Anna o desafio, não em meu nome mas em nome dos democratas que têm assento nesta Casa se prevalece aqui os interesses do País, os ideais do povo e dos Constituintes se não houver ingerência de acordos negociados na calada da noite, em troca de cargos que não lhes pertencem, nosso projeto será aprovado em todas as suas etapas, com o apoio de todos os Srs. Constituintes."

Obrigado. (Palmas.)

O SR LÚCIO ALCÂNTARA – (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Presidente José Sarney assinou ontem, em concorrida solenidade no Palácio do Planalto, decreto instituindo o "Programa de emergência de suprimento de energia para o Nordeste", o qual dispõe sobre destinação de recursos para realização de obras na região durante os anos de 1987 e 1988. A execução do cronograma, tal qual previsto, importará na regularização do fornecimento de energia elétrica ao Nordeste, pondo-se fim de uma vez por todas ao racionamento que tantos transtornos vem acarretando à Região. Louve-se a decisão do Presidente da República que atendeu apelo da bancada federal do Nordeste, que desde o primeiro instante se levantou contra essa situação que concorre para agravar ainda mais as dificuldades crônicas daquela área do País. Encontramos no Ministro Aureliano Chaves disposição e boa vontade para solucionar o problema que dependia do setor financeiro do Governo, ao qual cabia identificar recursos e determinar sua alocação. Assim, o evento de ontem foi o desfecho de um longo e penoso esforço, felizmente coroad de êxito.

Ainda em relação à questão do racionamento, quero reiterar pedido feito ao Ministro das Minas e Energia no sentido de determinar que a energia rural, particularmente aquela utilizada para a irrigação, seja isentada obrigatoriedade de redução de consumo. A medida se justifica por ser mínimo uso da energia elétrica com aquela finalidade, se considerado o consumo global. Além disso, a ocorrência da seca impõe um maior consumo, e não sua redução, se comparado com meses anteriores, quando a necessidade de irrigar era bem menor. A medida, tal como vem sendo adotada, impõe aos proprietários rurais uma sobrecarga financeira a mais, inviabilizando a prática da irrigação em hora em que ela se faz mais necessária. Senti no Ministro boa vontade para

com o nosso pleito e espero que em breve ele seja atendido.

Finalmente, apelo ao Governador do Ceará para que dispense as pesadas multas cobradas pela Companhia de Eletricidade do Ceará – COELCE, de quantos, por razões diversas, não têm conseguido manter o consumo de energia dentro dos percentuais preconizados pelo programa de racionamento. Trata-se de medida gravosa para o consumidor, já em dificuldade para saldar seus compromissos normais para com a COELCE quanto mais quitar muitas vultosas impostas aos consumidores. Seria útil o Governador do Ceará seguisse os exemplos de seus colegas do Piauí e de Pernambuco, que dispensam essas muitas, por entenderem que elas só contribuem para aumentar as enormes dificuldades que fustigam a economia nordestina. (Muito bem! Palmas.)

que o cooperativismo tivesse maior divulgação, quer em termos estatísticas, quer em termos doutrinários. Essa divulgação, especialmente na esfera legislativa, reveste-se de singular significação e oportunidade: vivemos dias de novas leis e já parece oportuno ir resenhando, para a comemoração de seu primeiro centenário, a contribuição do cooperativismo para o nosso desenvolvimento e paz social.

Obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A violência no campo continua. Há pouco dias, foi assassinado o trabalhador rural Vilmondes Campos Valadares, na fazenda Vale do Juarim, em Colméia. É mais um hediondo assassinato de um trabalhador rural, que luta pela posse da terra.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vivemos uma situação muito grave: um País com grandes extensões territoriais, com terras improdutivas ou com baixa produtividade, que não se incorporam ao processo produtivo, enquanto milhões de trabalhadores rurais não têm um pedaço de terra para trabalhar.

O mais grave é que a entidade de extrema direita, a União Democrática Ruralista, vem a público assumir violência contra os trabalhadores rurais. Tenho em mãos jornal **O Globo**, onde o Presidente da UDR do Rio Grande do Sul diz "A violência é a última arma a ser empregada, mas, se for preciso, os fazendeiros a usarão." Na verdade, a prática tem demonstrado que não tem sido a última, mas sim a primeira arma. E diz mais: "Todas as pessoas que conheço estão dispostas a enfrentar, com o sacrifício da vida, a defesa de suas propriedades." Fariam isto antes de a UDR chegar, pois quase todos os fazendeiros possuem armas.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esta é a demonstração cabal da existência de uma entidade armada para praticar a violência contra os trabalhadores rurais. Chamo a atenção dos Srs. Constituintes para a gravidade deste problema.

Quero, por outro lado, Sr. Presidente, voltar a insistir num problema que tem sido levantado, sistematicamente, por vários Constituintes. A Comissão de Sistematização da Assembléa Nacional Constituinte aprovou um projeto de decisão que proíbe a conversão da dívida externa em capital e risco.

Até agora, não vimos nenhuma iniciativa da Mesa desta Casa para submeter matéria de tal relevância ao Plenário da Assembléa Nacional Constituinte.

O mais grave é que o Governo, num desrespeito à decisão adotada pela Comissão de Sistematização e na eventualidade de uma decisão a ser adotada pelo Plenário da Assembléa Nacional Constituinte, dá encaminhamento às negociações no plano internacional, dando como fato consumado a questão da capitalização dos juros da dívida externa. Esta questão está sendo objeto de deliberação pela Assembléa Nacional Constituinte. O Governo, portanto, mais uma vez, desrespeita a autonomia desta Assembléa Nacional Constituinte e procura atropelar-lhe a decisão, ao colocar em prática uma política contrária a

Parece-nos necessário realçar este aspecto do cooperativismo, à vista do novo texto constitucional se deseja "favorecer o sentido social da liberdade", "defender a democracia política econômica" e "democratizar a livre iniciativa", como reza, em seu Título I, o anteprojeto de Constituição, nada mais criterioso e coerente que o apoio e estímulo ao cooperativismo, nos termos do art 304 do anteprojeto. Será a primeira vez que o cooperativismo encontrará agasalho na Constituição brasileira, a exemplo das Constituições de Portugal, e da Itália, o que ensejará dispositivos de largo alcance na legislação ordinária.

Outra questão que deve merecer particular atenção dos legisladores é o componente político social inerente à empresa cooperativa; parece pacífico que, em crises de desemprego, cooperativas de trabalho podem ser um meio eficaz para o reemprego de muita mão-de-obra, especialmente quando melhor se difundirem as de produção industrial-artesanal.

Há, aliás, diversificação muito ampla nas cooperativas de trabalho e seria muito de desejável-se

uma decisão já tomada por uma instância desta Casa, a Comissão de Sistematização.

Portanto, quem solicitar a agilidade da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte para que não seja convivente com a política antinacional do Governo Federal; que cumpra as suas responsabilidades como dirigente desta Casa e que encaminhe para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, para que o plenário decida, de forma soberana. O tratamento a ser dado a essa questão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB - SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No curto espaço de tempo que devo permanecer na tribuna, quero fazer comentários em torno da atividade de duas grandes e importantes categorias profissionais do nosso País. Quero falar dos colonos e dos motoristas. No dia 25, sábado próximo passado, em todo o território nacional, motoristas e colonos comemoraram o seu dia. É fundamental que a Assembléia Nacional Constituinte não se furte ao debate em torno da problemática que envolve os interesses e os direitos dos colonos, do cultivador de terras, do trabalhador na lavoura, dos lavradores, dos agricultores, dos parceiros, dos arrendatários, dos sem-terra, enfim, dos que vivem do amanho da terra, dos que produzem, para que nós outros possamos consumir nas cidades. O agricultor, do colono humilde, o pequeno agricultor não vive; sobrevive a duras penas. É imprescindível que o Congresso Nacional, que a Assembléia Nacional Constituinte se preocupe com o futuro desta gente. Da mesma forma, igual sorte ou dificuldades também enfrentam os motoristas, os condutores de veículos, automóveis, caminhões, ônibus, por aí afora, são pessoas que conduzem o progresso, que arriscam a vida nas nossas rodovias, que enfrentam toda sorte de risco para ganhar o pão de cada dia e para promover o transporte das mercadorias que são produzidas dos mais diversos pontos do território nacional. Afinal de contas, são centenas de milhares de quilômetros de rodovias e milhões e milhões de quilômetros de ruas pelas cidades, que são percorridos por esses trabalhadores. São milhões de automóveis e caminhões que rodam pelas nossas estradas.

Hoje, somos um País urbano, um País rodoviário. Esta realidade deve ser encarada pela Assembléia Nacional Constituinte. Precisamos discutir esses problemas, precisamos discutir esta realidade de que envolve o nosso dia-a-dia, na atualidade. Queremos ser, também, um País agrícola, mas não o seremos contemplando generosamente grandes produtores – não queremos excluí-los – mas será ajudando e dando oportunidade aos pequenos agricultores, aos colonos, aos meeiros, aos parceiros, aos arrendatários e aos sem-terra, a esses que estão sendo expulsos do campo e não estão sendo aceitos na cidade. Por isto, colonos, agricultores, caminhoneiros e motoristas não podem passar despercebidos dos Congressistas, dos Constituintes, dos procuradores da sociedade, de nós outros que queremos fazer uma Constituição moderna, compatível com os anseios da sociedade.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. IVO MAINARDI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna para pedir a transcrição, nos Mais da Casa, de telex que recebi do Presidente da Fecotriga, Sr. Terciso Redin, que traz a preocupação do setor produtivo do meu Estado, o Rio Grande do Sul, quanto à aplicação da tabela de deflação nos contratos de venda futura de soja, eis que o assunto está assumindo proporções extremamente graves junto aos produtores gaúchos.

Acontece Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que a soja, hoje, está sendo comercializada, à vista, a um preço de mais ou menos 410 cruzados a saca. Essas vendas foram feitas para ser entregues de junho a agosto e, agora, tendo em vista o Plano Bresser, as empresas que adquiriram o produto estão aplicando o deflator e, com isto, além de o nosso agricultor haver vendido soja por 270 cruzados a saca, para receber no fim de julho, as empresas estão aplicando o deflator; isso significa que o nosso produtor vai receber com um desconto de aproximadamente 15% – ao invés de receber os 270 cruzados que ele contratou ele vai receber o valor de 270 cruzados menos 15%, o que significa uma diminuição de 35 a 40 cruzados a saca. Esta é a preocupação da Fecotriga e a nossa preocupação. Por isso, Sr. Presidente, nós queremos registrar o fato e pedir a transcrição nos Anais da Casa deste telex em que a classe produtora do Rio Grande do Sul traz a sua preocupação com relação ao problema de algumas empresas, e não todas, de estarem aplicando o deflator causando com isso sérios prejuízos ao nosso produtor.

Queremos deixar, aqui, o nosso registro e pedir a intervenção do Sr. Presidente, e a de S. Ex.º o Sr. Ministro da Agricultura, para tentar resolver ou minimizar o grave problema criado com a aplicação da tablita nas compras de soja de algumas empresas.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR IVO MAINARDI EM SEU PRONUNCIAMENTO

DE: Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do RS Ltda. Fecotriga
PARA: CÂMARA DOS DEPUTADOS
A/C DEPUTADO IVO MAINARDI
Partido PMDB
Brasília/DF

A aplicação da tabela de deflação nos contratos de venda futura de soja está assumindo proporções extremamente graves junto aos produtores gaúchos, na medida que cerca de 30%, ou 1.500.000t, teria sido comercializada para pagamento de junho a agosto.

Em reunião nesta última terça-feira, dia 14, as cooperativas filiadas à Fecotriga decidiram que fosse levado ao conhecimento dos Parlamentares que expressivamente representam o setor, para que juntamente com as demais entidades representativas se consiga contornar mais esta situação.

O resguardo e a tranqüilidade que os Decretos-leis nºs 2.335 referendado pelo 2.336 e 2.337, haviam dado para estas operações foi rompido pelo novo Decreto-Lei nº 2.342 de 10-7-87.

Segundo estudo da Fecotriga o prejuízo decorrente desta sistemática poderia atingir no RS Cz\$ 1.020.832.000,00, recursos estes que seriam sugados do setor e implicariam comprometimento ainda maior da capacidade de pagamento do produtor. Não é demais esclarecer que os produtores comercializaram em valores médios para junho, julho e agosto por Cz\$ 240,00/270,00/320,00 respectivamente, e hoje o preço à vista está em Cz\$ 410,00 o saco. A aplicação da tabela de deflação nestes valores os reduzem ainda mais, distanciando-se ainda mais dos elevadíssimos custos de produção.

A eliminação da cobrança da correção monetária, nos contratos de crédito, medida esta recém-obtida pela classe, corre o risco de ser neutralizada no caso da soja pela aplicação compulsória desta questionável tabela de deflação.

Finalizando, gostaríamos de fazer um chamamento a V Sª no sentido de nos respaldar e acompanhar na busca de uma solução definitiva para esta questão.

Atenciosamente, **Terciso Redin**, Presidente da Fecotriga.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

O meu partido, o Partido Comunista do Brasil, tem-se unido a amplos setores da sociedade brasileira no debate sobre o papel que as Forças Armadas devem desempenhar. Trata-se de um debate extremamente atual e importante. Atual porque estamos na reta final dos trabalhos de elaboração de uma nova Constituição. E importante, porque trata-se de questão que está estreitamente ligada ao futuro do Brasil. Ou se estabelece a democracia ou prossegue o militarismo. Quando dizemos que a Constituição que estamos elaborando deve deixar claras as funções das Forças Armadas, não estamos recorrendo a figuras de retórica para ferir os brios dos militares. Trata-se, apenas, de fazer todo o esforço que nos for possível para tentar corrigir uma distorção histórica no Brasil. Fala-se que o advento da chamada Nova República teria marcado o fim do regime militar. O que vemos, no entanto, é que ainda vivemos sob forte injunção militar. Basta ver os fatos Temos um governo em que seis dos seus cargos de Ministro são ocupados por militares. E esses Ministros são os mais ouvidos pelo Presidente Sarney ao tratar das questões mais candentes da vida do País: Os porta-vozes do oficiais e oficiais do Governo têm reconhecido, com freqüência, que medidas de relevância foram adotadas por ingerência deste ou daquele Ministro militar. Assim ocorreu no caso da invasão dos portos e das refinarias de petróleo para reprimir trabalhadores. Assim ocorreu no vergonhoso aparato policial-militar montado no dia do comício pelas diretas realizado aqui em Brasília. Mas não é só nas questões de repressão ao povo que os militares estão interferindo. Com preocupante insistência, eles têm vindo a público manifestar opiniões sobre problemas que nada têm a ver com as Forças Armadas. Opinam sobre tudo, como nos velhos tempos, mandando recados para seus seguidores, dentro e fora dos quartéis. Falam da dívida externa, de futebol, de planos econômicos, de problemas institucionais de terras políticos, de tudo, enfim. Mandam e desmandam. Impedem que

crimes como o atentado do Riocentro sejam

apurados. Isso, mesmo depois que o General João Baptista Figueiredo, que à época sentava-se na cadeira de Presidente da República, veio a público confirmar que aquele atentado foi praticado por membros das Forças Armadas. São atitudes que corroboram para que tenhamos a certeza de que ainda vivemos sob um regime militarista, travestido de paisano. O mais grave, porém, é que, além de opinarem sobre os mais diversos assuntos, os militares estão realizando reuniões oficiais para adotarem posições sobre temas políticos. Foi o que ocorreu por exemplo, na última quarta-feira, quando o Alto-Comando do Exército, reunido, resolveu apoiar o presidencialismo como sistema de governo ideal para o Brasil. Coincidentemente, essa também é a posição do Presidente Sarney. A reunião e a decisão tomada mereceram críticas do jornalista Carlos Castelo Branco que, era sua coluna no **Jornal do Brasil** disse estranhar tal fato. Todos estranharamos. Mais do que isso, sentimo-nos no dever de repudiar o fato, já que o Presidente Sarney, teoricamente comandante supremo das Forças Armadas, não o faz. O povo brasileiro está cansado da ingerência dos militares na vida política e institucional do País. As pesquisas de opinião revelam essa verdade. E está cansado não por não gostar de farda. Está cansado porque sabe que os militares tentam implantar no Brasil uma ideologia alienígena, antinacional e antipopular. Que alguns setores militares não queiram que a nova Constituição coloque as Forças Armadas no seu devido lugar, é até compreensível. Afinal, eles não querem perder o poder. Mas a nós constituintes, que representamos o conjunto da sociedade brasileira, cabe o dever de modificar esse estado de coisas. Ao colocarmos as Forças Armadas no seu papel de defesa das fronteiras nacionais, contra possíveis agressões externas, retirando seu caráter policial e afastando-as da vida política, estaremos apenas atendendo a um desejo da Nação brasileira. Chega de militarismo.

Todo o nosso povo já está cansado de militarismo. E nesse sentido repudiamos que as Forças Armadas se aproveitem, nas mais diferentes oportunidades, para interferir não só na vida política social do País, mas também interferir na elaboração da nova Constituição brasileira, aparecendo de público, não como uma pessoa individual. Era até discutível se o General Leônidas Pires pudesse expressar o seu ponto de vista a respeito da defesa do presidencialismo. Isto era discutível, porque ele, além de ser o Ministro Chefe do Exército, de qualquer sorte, é um General Comandante de Forças Armadas.

Mas, o que não é de forma alguma cabível, Sr. Presidente, é que um organismo das Forças Armadas, como o Estado-Maior do Exército, se reúna e depois divulgue à imprensa, como corporação, como Alto Comando do Exército, ter chegado à conclusão de que o melhor para o Brasil deve ser o prevalecimento do sistema presidencialista.

Consideramos que isso é uma ingerência completamente indevida e absurda na vida política brasileira, e que deve ser rejeitada com a maior energia.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Há, precisamente, 17 dias foi aprovado um projeto de lei que impedia a continuidade da entrega das empresas nacionais a empresas multinacionais ou empresas nacionais vinculadas às transnacionais.

São 17 dias, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, dessa manifestação inequívoca desta Assembléia Nacional Constituinte, através da sua Comissão de Sistematização, que, repita-se, nunca aprovou um só projeto, nunca promoveu uma só diligência, nunca requereu um pedido de informações; criou-se apenas para sobrestar a manifestação dos Constituintes contra problemas graves que afetam o povo brasileiro. Por que essa Comissão não tomou providência alguma. Sr. Presidente e Srs. Constituintes? Porque, na verdade, se pretende que não se tome nenhuma providência a fim de que os trabalhos da Constituinte possam ser desdobrados através da manifestação de poucos parlamentares. É isso que se pretende.

Então, na primeira vez que a Assembléia Nacional Constituinte se manifesta, aprovando o Projeto Paulo, Ramos, 17 dias, e nenhuma providência houve da parte da direção da Mesa, e nem dos demais membros da Comissão de Sistematização, para fazer valer uma decisão soberana da Comissão de Sistematização. E trago aqui uma informação – mais do que uma informação – de que já estão sendo feitas as normas e diretrizes a fim de que essa entrega se processe, a fim de que essa entrega se concretize, o que pode inclusive acarretar a perda de vinte de nossas principais estatais, com apenas dez bilhões de dólares, ou seja, um décimo da dívida externa ou eterna do Brasil. Estão sendo tomadas todas essas providências ao arrepio de uma decisão tomada aqui com maioria esmagadora de votos. E a Mesa, a sua Presidência, não toma nenhuma providência sequer para sustar essas medidas que são tomadas contrárias aos interesses nacionais. Dezessete dias, Sr. Presidente! E nós vamos aqui, diariamente, apelar para que se cumpra uma decisão tomada soberanamente.

Ainda hoje, no Estado do Rio de Janeiro, há uma indústria nacional, uma das maiores do Estado do Rio de Janeiro, a fábrica Santa Matilde, conhecida muito bem por todos aqui que são do Estado do Rio de Janeiro, uma empresa que já teve 4.500 operários, no momento com 2.200, exportando vagões e implementos agrícolas; está em vias de fechar, Sr. Presidente, porque entre as condições exigidas à direção da fábrica, é que ela coloque 51% do seu controle acionário em favor de alguém que, até agora, ninguém sabe quem é. Quem é esse alguém? Possivelmente mais uma multinacional que vai tomar conta de uma empresa com 70 anos de tradição, colocar 2.500 operários, atingir 15.000 pessoas em meu Estado. Vão entregar isso a uma multinacional que vai transformar uma indústria florescente, com 70 anos de tradição, num mero parque que vai servir aos interesses de quem, Sr. Presidente?

Então, estamos aqui redigindo um protesto formal à direção da Assembléia Nacional Constituinte. Um projeto foi aprovado e até agora não foi anulado; apesar das manobras, das protela-

ções, dos incidentes que ocorreram, até agora prevalece essa decisão. E estamos tomando conhecimento, todo dia nos jornais, de que a transformação da dívida externa em capital de risco está-se processando a todo vapor num verdadeiro acinte, num insulto, numa impostura e num assalto à soberania e à liberdade da Assembléia Nacional Constituinte, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PAULO DELGADO (PT- MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Tem sido comum de um lado a imprensa denunciar a desmoralização dos políticos, e, de outro lado, os políticos contribuírem para essa desmoralização.

Crescem as denúncias, e neste último fim de semana vários jornais fizeram várias matérias sobre uma verdadeira orgia na distribuição de cargos no funcionalismo público e nos órgãos ligados ao Governo. Essas denúncias, ao mesmo tempo, vêm acompanhadas de denúncias sobre a ineficácia da administração pública e nós, do Partido dos Trabalhadores, pensamos, de um lado, denunciar a ineficácia da administração pública – pode ser uma estratégia de grupos privatizantes que querem ver o Estado cada vez mais distante do processo de administração da coisa pública – mas, de outro lado, não é possível desconhecer que essa ineficácia também é o resultado da concepção e da prática elitista de ver o poder público sempre como um bem privado, e que vem-se tomando uma rotina na sociedade brasileira. O hábito tradicional da nomeação, da distribuição de cargos e favores, o desrespeito aos concursos públicos; quando muitos brasileiros são aprovados, não são chamados e não são empossados quando, ao mesmo tempo, sabemos que vários desses cargos são ocupados fora dos concursos públicos.

Perguntamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes: qual a concepção de sociedade e de política que tem a Aliança Democrática? A cooptação, que é o conceito hoje sociológico do suborno institucional praticado pelo Governo, impede a formação, no conjunto da sociedade, de reflexos morais e do mínimo ético gerador de uma sociedade nova. Há uma verdadeira conspiração dos estamentos e das famílias dos políticos contra os interesses populares e o princípio da igualdade de oportunidades. É abrir o **Diário Oficial**, é ler nos Jornais, são as nomeações de filhos, filhas, pais, mães, sobrinhos, sogros, sogras, cunhados, concubinos, compadres, comadres, criando para o conjunto de políticos a visão, o ponto de vista da sociedade, de que somos todo um conjunto de pessoas corruptas ou que estamos aqui para defender interesses privados. É por isso que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos dificuldade de aceitar quando se fala, aqui, em classe política. Para nós existem as classes sociais; cada um de nós representando interesses das suas classes sociais e não existe uma classe política genericamente observada, porque aquilo que muitos praticam na administração pública, nós, do PT, e de vários outros partidos aqui não praticamos e somos contra que se pratique.

(Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Paulo Delgado, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra o Sr. Vítor Buaiz.

O SR. VÍTOR BUAIZ (PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os jornais de Brasília estampam hoje, em suas manchetes, a interdição da empresa SERG – Nutrilev Serviço de Alimentação, que preparou as refeições para os estudantes que estiveram presentes ao XXVI Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Uma notícia como esta poderia passar desapercebida não fora a intensidade da intoxicação que acometeu cerca de mil jovens congressistas em plena capital do País. Nos laudos do Instituto de Saúde do Distrito Federal ficou constatada a presença de bactérias como *Staphylococcus aureus*, coliformes fecais, além de verduras e bolores disseminados no feijão, arroz, na carne cozida e ainda nos sanduíches de queijo apresuntado, leite longa vida, caramelo e chocolate e nos sucos de caju, goiaba e mamão em caixinhas. Infelizmente, a saúde pública, em nosso País, não é encarada com seriedade. Quem pagará pelos prejuízos à saúde desses jovens imbuídos do espírito de participação na vida política do País? Se episódio como esse ocorresse em uma reunião do Conselho Monetário Nacional ou mesmo em um Simpósio do Alto Comando das Forças Armadas, quem sabe não seria acionada a famigerada Lei de Segurança Nacional?

Sr. Presidente, o PT já manteve contato, nessa manhã, com o PROCON, do Distrito Federal, visando processar judicialmente essa empresa que já apresentou antecedentes semelhantes, oferecendo refeições para uma firma em que havia trabalhadores da construção civil.

E por falar em saúde, os servidores de nível médio da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, entram, hoje, no seu 14º dia de greve, diante da intransigência do Governo do Distrito Federal em não querer cumprir um acordo assinado há três meses, ou nossas autoridades de saúde assumem a responsabilidade de oferecer condições de prevenção das doenças praticamente banidas do catálogo nosológico de países mais desenvolvidos e encaram, com respeito e dignidade, as reivindicações de seus servidores, ou os movimentos legítimos dos trabalhadores continuarão se repetindo com essa freqüência, caracterizando cada vez mais, com maior intensidade, o verdadeiro caos na assistência médico-hospitalar e a deteriorização da qualidade de vida do nosso povo.

O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Embora sem o costumeiro espalhafato, os meios de comunicação do País anunciam, hoje, que o Sr. Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, estaria concluindo estudos no sentido de incorporar o Imposto compulsório ao custo final do petróleo e seus derivados, perpetuando, assim, uma odiosa violência que o Governo da Nova

República já há muito tempo vem praticando contra a sociedade brasileira como um todo.

Ora, Sr. Presidente, por definição constitucional, o imposto compulsório ou empréstimo compulsório, é criado em casos excepcionais definidos em lei complementar.

Diz o art. 21, § 2º, II, da Constituição em vigor.

"II – empréstimos compulsórios, nos casos especiais definidos em lei complementar (que até hoje não existe), aos quais se aplicarão as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais do direito tributário." (Regem-se pela sistemática do Direito Tributário brasileiro.)

Constitui, portanto, um imposto que vem sendo ilegítima e ilegalmente cobrado do povo brasileiro. Já abriram mão do compulsório que incidia sobre veículos automotores novos e usados. Mantêm, no entanto, este tipo de arrecadação extra de violência institucionalizada contra a bolsa furada do cidadão brasileiro por um prazo já insuportável. Desde que o empréstimo compulsório é criado em circunstâncias especiais definidas em lei complementar, já era tempo de esse tributo excepcional ser suprimido da vida nacional.

Agora vem o Ministro proclamar a necessidade de incorporar este imoral empréstimo compulsório ao custo final do petróleo e seus derivados, causando não só uma lesão aos direitos de cidadão brasileiro, mas um trauma, um ônus ainda maior a uma economia sabidamente combalida.

Quero protestar, Sr. Presidente, se isso vier a se concretizar, porque é mais uma violência que a Nova República perpetra contra os direitos do cidadão brasileiro. E é exatamente esse mesmo Ministro, Aureliano Chaves, um dos autores do Proálcool – que tantos malefícios está causando, à Nação, seja pelos pesados subsídios, seja porque as lavouras de cana-de-açúcar hoje ocupam extensas áreas que deveriam ser destinadas à produção de alimentos para o povo se alimentar e não passar fome; e agora mantém também o odioso projeto de construir barragens sobre o rio Uruguai, atingindo uma extensa área onde predominam pequenas e médias propriedades, causando, por via de consequência, um impacto negativo nas economias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na medida em que expulsarão mais de 200 mil agricultores em 22 municípios e que não terão para onde ir. A Nova República não executa a reforma agrária porque não tem vontade política para executá-la e, agora, quer gerar mais um gravíssimo problema social com a inundação de uma extensa área e a consequente expulsão de cerca de 200 mil pequenos e médios proprietários.

A onde quer chegar o Sr. Aureliano Chaves eu não sei, mas, certamente, estará agravando uma situação que já é delicada e levando um importante segmento da sociedade brasileira ao desespero.

Espero que o Sr. Aureliano Chaves, que se intitula nacionalista e que tem anunciado o seu respeito e o seu amor à justiça social e aos direitos fundamentais da pessoa humana, não cometa esses dois crimes, ou seja, não incorpore ao custo final do petróleo e aos seus derivados esse imoral empréstimo compulsório e não dê continuidade a esse projeto faraônico, inaceitável e criminoso da construção de barragens sobre o rio Uruguai. (Muito bem! Palmas.)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os Senadores e Deputados do Nordeste, mais de 120, de vários partidos – que foram ontem ao Palácio do Planalto, espalharam uma nova versão sobre o Presidente José Sarney: acharam o Presidente seguro, disposto, humorado, confiante e dando sinais vitais de autoridade. Ora, a crescente aproximação Sarney-Ulysses – esvaziando uma das mais pródigas intrigas políticas – está provocando um recuo prudente dos blocos radicais da Constituinte.

Da mesma forma que o PFL procurou esvaziar as ameaças agressivas do Líder liberal José Lourenço (que propunha a retirada do apoio ao Governo José Sarney se não houvesse punição para os rebeldes do PMDB que hostilizaram o Presidente José Sarney na Convenção Extraordinária), setores do PMDB recuaram da mobilização ampla pela campanha das diretas já. O Deputado Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário da Assembléa Nacional Constituinte, declarou que vai apresentar um projeto de decisão, convocando eleições diretas para Presidente da República, no dia 15 de novembro de 1988. O Líder do PMDB na Assembléa Nacional Constituinte, procurado para assinar, negou-se sistematicamente. Ora, está certo o Líder Senador Mário Covas. O que está errado é S. Ex.^a não acatar a resolução, na Convenção Extraordinária do PMDB, que decidiu pela apreciação do assunto na Assembléa Nacional Constituinte, oportunamente. Mas, voltemos à solenidade em que o Presidente José Sarney garantiu energia ao Nordeste, assinando um decreto instituindo o Programa de Emergência para o suprimento de energia elétrica à região Nordeste. Durante o encontro com os Constituintes do Nordeste, o Presidente José Sarney que o Governo vai aplicar, através do Programa, Cz^o 55 bilhões para evitar o racionamento de energia elétrica no Nordeste no próximo ano. De um déficit energético estimado, atualmente, em 600 KW (correspondente a 600 mil Kilowatts), o Nordeste passará a ter sobra suficiente para garantir o crescimento regional.

O Presidente Sarney afirmou que os esforços do Governo têm que garantir o crescimento da região nordestina, sob pena de comprometer a unidade histórica, geográfica e política que fez e que fará a grandeza do País. Disse o Presidente José Sarney que isso não é trabalho do Governo "e sim da consciência nacional". O Presidente José Sarney enfatizou também que, nos dois primeiros anos de seu governo, o Brasil cresceu 17,4%, "o maior crescimento econômico do mundo ocidental". Lembrou também que, ao assumir o Governo, a taxa de desemprego era de 8,2%, passando, hoje, para pouco mais de 3%.

No final de seu pronunciamento de improviso, o Presidente José Sarney declarou que o Governo também conseguiu evitar a "marcha da recessão": "O Brasil agora encontrará seu caminho", afirmou.

O programa de emergência para suprimento do Nordeste prevê as seguintes obras: na área da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), será realizada a motorização das primeiras quatro unidades geradoras de Itaparica, que deve entrar em operação de abril a outubro do próximo ano; a implantação da linha de transmissão entre Sobradinho e Itaparica e ainda a

ampliação da potência instalada das usinas termoelétricas.

Adiantou o Presidente José Sarney que, na área da Eletronorte, as obras que beneficiarão o Nordeste serão as seguintes: motorização das unidades geradoras de Tucuruí, operação do segundo circuito da linha de transmissão entre Tucuruí e Presidente Dutra, com 780 quilômetros de extensão, bem como obras complementares nas subestações de Marabá, Imperatriz e Presidente Dutra.

Sr. Presidente, há três anos passados, participei de um encontro com o Presidente Aureliano Chaves, juntamente com o Presidente José Sarney, à época Senador da República, bem assim, o Senador Nilo Coelho, pleiteando a motorização das unidades geradoras de Itaparica. Agora, com o Senador José Sarney Presidente da República e o Presidente Aureliano Chaves eventualmente substituindo o Presidente da República, hoje Ministro das Minas e Energia, é apontado o fim da crise e liberação de recursos para o Nordeste. Realmente, representa a vitória do esforço extraordinário do Governo, destacando-se o Ministro Aureliano Chaves.

Ontem foi festa da Aliança Democrática, porque os Ministros do PMDB e do PFL, bem assim, os Constituintes de vários partidos, deram sinais vitais de apoio, inclusive, os Governadores do Nordeste se movimentam, desta vez com bases mais firmes dentro da Assembléia Nacional Constituinte, pela fixação em cinco anos do mandato do Presidente José Sarney.

Oportunamente voltarei ao assunto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Voltamos hoje a esta tribuna e, mais uma vez, para focalizar o próximo Campeonato Brasileiro de Futebol Profissional, pedindo a atenção dos homens todos responsáveis por este País, para que se impeça o pior, que está até agora anunciado.

Caminha dito campeonato por uma solução de disputa reunindo 64 clubes de todo o País, divididos em 4 séries: verde, amarela, azul e branco.

O encaminhamento do assunto, até agora, presta um marcante desserviço ao esporte brasileiro, sobre cometer flagrante injustiça com a cidade paulista de Campinas, a única do interior do País a conquistar o Campeonato Brasileiro. E os dois clubes campineiros, Guarani e Ponte Preta, são pura e simplesmente ignorados no tocante à história de ambos no futebol pátrio, os serviços que sempre prestaram ao futebol, a tradição e o que realmente representam no soccer nacional, fechando-se os olhos e tapando os ouvidos para que não se veja e nem se ouça nada sobre o merecimento de ambos de participarem nos lugares devidos, no referido Campeonato Brasileiro.

Lógico que sendo o 14º colocado no ranking brasileiro de futebol, tendo sido o terceiro em rendas, no último campeonato brasileiro, onde chegou a vice-campeão, por arte e obra de arbitragem farricosa que a televisão apresentou a toda a Nação, o Guarani não poderia deixar de estar entre os 16 da primeira série, da série Verde. Não se explica como o Goiás, que igual ao Guarani

só é nas cores de sua vestimenta, figure entre os 16 da série Verde, ocupando, ao que parece, exatamente o lugar que por justiça, por direito, por tudo pertence ao Guarani Futebol Clube de Campinas.

De outra parte, se se quer levar a sério o futebol, não se entende como a A.A. Ponte Preta, de Campinas, não figure sequer no segundo grupo, o Amarelo, do campeonato brasileiro deste ano.

Ainda agora há pouco, depois de apelos que fizemos clamando por justiça ao Presidente da Confederação Nacional de Desportes, Sr. Manoel Tubino, ao Ministro Jorge Bonhauser, e ao Deputado Nabi Abi Chedid, Presidente em exercício da Confederação Brasileira de Futebol, um esportista altamente capaz e que entende de futebol, hábil politicamente – manter uma situação como se desenha, sem dúvida será um mistério, já que homens como Nabi Chedid, identificados com o futebol e com os melhores propósitos, não têm o direito de cometer um erro dessa natureza e de tal vulto – espera-se que, no reexame do assunto, já pedido por Guarani e Ponte Preta, o Presidente Nabi Abi Chedid refaça a verdade e a justiça no futebol brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desde janeiro de 1986, pondo em prática antigo projeto, com vista à reorganização do setor de saúde do País, a Associação Médica Brasileira, AMB, vem defendendo o exercício liberal da medicina, com sua inclusão na nova Constituição, e fim de que se transforme em base da atividade.

Fiel a esse princípio, a AMB promoveu, em dezembro último, em Campinas, o encontro "A Constituinte e o Médico", da Região Sudeste, sugerindo às federadas a realização de semelhantes iniciativas, visando àquele objetivo.

Na Assembléia de Delegados da AMB, realizada em outubro do ano passado, e na reunião do Conselho Deliberativo de Curitiba, o assunto foi reexaminado, sendo aprovada proposta à Constituinte, formulada pela Comissão Nacional da Reforma Sanitária, em defesa do "livre exercício da atividade liberal em saúde e a organização de serviços de saúde privados" e contrária à estatização, formulada pelo Conselho Federal de Medicina.

Infelizmente, a AMB, embora alertada sobre a atuação de poderosos grupos junto aos Constituintes, em defesa dos interesses de diversas classes, não pôde, por falta de recursos, agir da mesma forma.

Não obstante tal fato, a AMB, através de seu Presidente, Nélson Guimarães Proença, de outros diretores e de lideranças médicas importantes, se movimentou e, em que pese o parecer do relator, que propôs a estatização da medicina, conseguiu fazer incluir, no Anteprojeto da Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, cláusula asseguradora do livre exercício da atividade de saúde e da organização de serviços de saúde privados de capital nacional, norma que integra o Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, em sua Seção I, do Capítulo II, Título IX.

A respeito do assunto, Nélson Proença advertiu que as conclusões da 8ª Conferência Nacional

de Saúde, realizada em Brasília, haviam resultado de um "foro político, não um foro técnico". Alertou ele para o fato de que aquela Conferência "teve acentuada predominância das participações ligadas à CUT-PT e ao CONCLAT-PCs." Em seu entendimento, a estatização não haveria de prosperar, porque a Conferência agiu com base em uma "concepção maniqueista em que o Estado representa o bem, e a verdade e iniciativa privada o mal e a corrupção". Enfim, conclamou os "democratas, de formação progressista, a denunciar a falácia da estatização proposta por facções radicais, com o mesmo empenho com que lutaram contra o Estado ditatorial e imposto pela direita", conforme notícia a "AMB 85/87 – Prestando Contas."

Tem razão o Dr. Proença, pois todos sabemos que o Estado é mau administrador. Na verdade, temos visto em que situação se encontra a saúde entregue ao Estado. Com a palavra o INAMPS, onde campeou largamente e ainda vive a corrupção e cujos hospitais e ambulatórios, a par do estado de grave abandono em que têm estado, registram filas vergonhosas para a marcação de consultas, formadas, não raro, a partir da madrugada para atendimento à tarde.

O exercício livre da medicina é uma condição que se impõe, para que tenhamos melhores serviços de saúde, inclusive hospitais.

Devemos assegurar na nova Constituição a medicina liberal, cabendo ao Estado rigorosa fiscalização em seu exercício, também quanto ao bom funcionamento dos hospitais, conforme, aliás, está consignado no Projeto de Constituição citado.

Um outro aspecto de extrema importância, relacionado como o desenvolvimento da medicina, entre nós, é a pesquisa.

Em artigo publicado na "AMB 85/87 – Prestando Contas", o Dr. Raul Cutait, Professor da FMUSP, analisa o problema da pesquisa no Brasil, sob a ótica dos recursos financeiros. A conclusão se apresentou óbvia: são escassos, motivo por que ela se torna tão difícil, sobretudo em razão de o Estado não dispor de verbas para financiá-la, conforme deveria, já que está ligada à saúde da população, uma das funções precípuas de sua responsabilidade.

A pesquisa em nosso País, especialmente no campo da medicina, é exercida por poucos abnegados e às suas próprias custas, o que a torna quase inviável.

A solução, segundo o Professor Cutait, poderá ser encontrada através do incentivo fiscal, já utilizado na área da cultura, com a chamada "Lei Sarney"

Lembra o Professor Cutait que profissionais veteranos e de elevada competência se têm afastado das atividades assistenciais e das pesquisas por falta de estímulo decorrente da insuficiência de apoio estrutural e econômico.

Segundo ele, muitas pessoas e entidades desejam colaborar com recursos financeiros para as instituições de saúde, inclusive para trabalhos de pesquisa, mas é indispensável a criação de duas condições básicas, para que esse interesse se transforme em realização: a) – despertar as pessoas para a importância de doar, que gera participação comunitária e grande satisfação interior pelo fato de se fazer útil; e b) – estabelecer canais de participação, a partir de uma legislação que favoreça, do ponto de vista fiscal, doações substanciais para as causas que abraçam.

Para que tais doações, feitas através de incentivos fiscais, possam surtir os efeitos desejados, poderão ser criados mecanismos que possibilitem ao doador uma participação mais envolvente no empreendimento, inclusive no que se refere à aplicação dos recursos oferecidos.

É inegável que, próximos ao limiar de um novo século e de um novo milênio, do qual menos de 13 anos nos separam, temos de dar passos firmes e decisivos na estrada do desenvolvimento. Temos de procurar a vanguarda, pois, somos a população que tem e que deverá chegar, naquela oportunidade, a 200 milhões de pessoas, e com as riquezas e condições gerais para um acelerado crescimento, não podemos permanecer quase meros espectadores do progresso mundial. É nossa obrigação participar ativamente dele, até mesmo como consequência de nossa obrigação com as gerações futuras.

A receita para o sucesso dessa marcha é a dada pelo Professor Cutait, que elege o incentivo fiscal como fonte de recursos para as despesas que essa caminhada exige, sem ônus direto e especial para o Estado.

Que os Constituintes se conscientizem do problema da pesquisa, de sua importância para nosso desenvolvimento técnico e científico em todos os setores, sobretudo no da saúde e consignem na nova Carta, que estamos redigindo, os meios para a obtenção dos recursos que tal atividade exige.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. FERES NADER (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A gramática do nosso idioma, que nem sempre encontra defensores na atual realidade, vem agora encontrar detratores nas catedras. A língua portuguesa ameaça poluir-se primeiro no Brasil, para depois constituir-se motivo de poluição no concerto geral das nações. "O Brasil é país de idioma sem gramática" será a afirmação válida para daqui a poucas décadas. Até que esse dia chegue, continuaremos a fingir que falamos uma língua culta, sem influência de promiscuidades regionais nem tribais, sem a perniciosa interferência de professores relapsos, sem criações gráficas exóticas, sem deformações sintáticas introduzidas por levianos; continuaremos a fingir que gozamos o prazer do conhecimento, da cultura e da beleza lingüística; continuaremos a fingir que concordamos com Rui quando afirma ser a língua portuguesa "idioma em que se contempla a comunhão de duas nacionalidades, as quais têm sua unidade não destruída, nem substituída, mas opulenta pelas variantes de além e de aquém-mar".

Tempos idos os do estudo do latim; sua programação em escolas brasileiras dava-nos, com todas as deficiências de magistério, garantia de seriedade de ensino lingüístico e de educação humanista.

Quintiliano define a gramática como "a ciência que ensina a falar corretamente". Ao definir a gramática como ciência, nos faz ver que ela tem teoria e normas, e abrange o comentário dos autores, ou seja, é a um tempo metódica e histórica. Há, portanto, um código cujas leis não se podem desprezar (**se quis tamquam parva fastidia grammatices elementa**). E acrescenta "Devemos desdenhar os que ridicularizam esta arte co-

mo coisa frívola e estéril; a gramática é necessária aos jovens, aprazível para os velhos".

Quintiliano vai mais longe: do culto aos poetas, passa a falar da necessidade da redação, constituída de descrições, de dissertações, de desenvolvimento duma sentença. Quintiliano preocupa-se até mesmo com o ambiente familiar no que respeita ao aprendizado do idioma; antes de tudo é preciso que seja correto o falar das amas, pois serão elas que a criança ouvirá por primeiro e se esforçará por reproduzir-lhe as expressões, por imitação. As mesmas exigências tem ele para os pais, até para os servos da casa.

É de Cícero esta afirmação: "A linguagem correta, objeto da gramática, é língua para ser falada, e não apenas para escritores ou oradores. Não é tão grande a honra de saber latim quanto a vergonha de ignorá-lo, e conhecê-lo não me parece tanto obrigação do bom orador quanto de um cidadão romano".

Sr. Presidente, precisamos nos unir na defesa da nossa gramática, antes que o modismo a polua ou a extermine. Não há ensino do vernáculo de país nenhum sem a correção da redação do aluno, tarefa sem a qual será baldado qualquer esforço de melhoria de ensino do vernáculo, ainda que se dê aos indígenas uma ortografia de analfabetos.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ALBÉRICO CORDEIRO (PFL - AL. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Presidente José Sarney assinou, ontem, no Palácio do Planalto, o decreto que institui o Programa para Suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste. Noutras palavras: o Presidente desencadeou, ontem, o fim do racionamento de energia elétrica na região nordestina.

Trata-se de um fato da maior relevância, nos últimos anos deste País e do Nordeste. Sabemos nós, os Parlamentares da região, de ver, sentir e viver, o que foram para o Nordeste estes últimos meses de racionamento. Em meio às angústias todas, seculares e cruentas, que marcam a vida nordestina, o racionamento de energia elétrica é um fantasma dramático que ameaça o povo e a terra com o caos e o fim.

A Bancada Parlamentar Nordestina – que vai acompanhar religiosamente a execução desse decreto – esteve presente ao ato de assinatura. Foram ao Palácio do Planalto os Deputados e Senadores do Nordeste dizer "muito obrigado" à sensibilidade do Presidente José Sarney e reafirmar-lhe sua solidariedade em todos os momentos de grandeza, brasiliidade e nordestinidade que marcam o governo desse maranhense maior.

No ocasião, o Presidente José Sarney pronunciou um discurso cuja transcrição requeiro à Casa, por sua importância, sinceridade, firmeza e visão realista do hoje e do amanhã deste País.

É o seguinte o discurso do Presidente da República:

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena;

Exmº Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves de Mendonça;

Exmºs Senhores Ministros de Estado;

Exmºs Senhores Governadores dos Estados do Nordeste;

Exmºs Senhores Senadores e Deputados Federais;

Senhores Parlamentares da Bancada do Nordeste no Congresso Nacional;

Exmº Sr. Deputado Albérico Cordeiro;

Exmº Sr. Deputado Carlos Benevides;

Exmºs Senhores Secretários de Estado;

Exmºs Senhores dirigentes de empresas do setor de eletricidade;

Meus senhores e minhas senhoras;

Desejai que esta assinatura de um decreto criando um plano de emergência para as obras de energia no Nordeste se revestisse deste encontro entre o Governo Federal e as bancadas do Nordeste, bancadas estas que tanto têm trabalhado por aquela região, lutado pelo equacionamento dos seus problemas e pela solução das angústias do sofrido povo nordestino.

Quando convidei o Ministro Bresser Pereira para ser meu Ministro da Fazenda, fiz-lhe três recomendações. Uma delas foi a de que nós não faríamos nenhum corte de recursos para a região nordestina justamente porque, sendo a região mais pobre, ela não tinha condições de suportar mais sacrifícios do que os sacrifícios que já vinha suportando ao longo de tantas décadas.

Hoje nós estamos aqui assinando um decreto que cria um programa de emergência, que antecipa algumas obras previstas no Plano de Recuperação de Energia. E assim o fazemos para que, de uma maneira especial, possamos controlar recursos e, ao mesmo tempo, o andamento físico das obras. Como bem definiu o Ministro Aureliano Chaves, uma coisa dependerá da outra. Os recursos serão colocados à disposição das obras a serem realizadas e as obras não poderão, também, ser retardadas em nenhum instante.

Mas é preciso que se digam algumas palavras sobre o problema de energia no Brasil. Nós todos sabemos que o desenvolvimento econômico não pode ser feito sem energia e sem transporte. A cada percentual que se queira crescer no bolo econômico teremos que crescer em matéria de energia. Mas, se quisermos crescer um por cento, teremos que crescer, em energia, 1,2%. Se quisermos crescer um por cento, teremos que crescer, também em transporte, mais de um por cento, senão criaremos pontos de estrangulamento.

Aconteceu que, com a grande recessão econômica, o plano de energia do Brasil, que vinha se desenrolando dentro daqueles parâmetros das necessidades do País, sofreu um grande retardamento. Como diminuiu o consumo de energia, paralisaram-se obras. E corresponde, justamente, à minha assunção ao Governo, o momento em que nós estivemos numa grande defasagem do plano de energia do Brasil. Nós tínhamos atrasos de cerca de 40 meses na montagem de turbinas em relação a Itaipu. Assim, nós estávamos e estamos num limite no qual ficamos à mercê da própria natureza, uma vez que a maioria da energia gerada no Brasil é energia de fonte hídrica e, portanto, sujeita às chuvas e às secas.

Pois bem, foi justamente nesse limite que nós sofremos o problema de estiagem um ano no Sul e no outro ano em relação às bacias hidrográficas do Nordeste. Isto ameaçou, por um lado, sermos levados a rationar energia no Centro-Sul, o que significaria paralisação em grande parte do centro industrial do País e, obrigados a rationar

energia no Nordeste, uma região com tantos problemas, acrescida de mais esse problema.

Em relação a Itaipu, fizemos a recuperação desse tempo perdido. Recuperamos esses 40 meses na colocação em marcha de duas turbinas, e até março do próximo ano colocaremos mais três turbinas em funcionamento. Tivemos que fazer a linha de corrente contínua de Itaipu até São Roque, e o fizemos num prazo extremamente curto, o que honra a engenharia brasileira, que passou a dominar uma tecnologia até então desconhecida, para transportar energia a longas distâncias.

No que se refere também ao Nordeste, a solução dessas obras aí está. Devemos ao trabalho do Ministro das Minas e Energia, através de suas subsidiárias, o primeiro passo para que o Brasil não sofresse nessa área. Foi o Plano de Recuperação do Setor Energético que procurou ordenar e que corresponde a este Governo o ordenamento num trabalho de grande envergadura, que pode recuperar aquela dinâmica de que o Brasil precisa para não ter nenhum colapso no seu setor energético.

E agora, com relação ao Nordeste. Como disse o Ministro Aureliano Chaves, já que nós tínhamos chegado àquele limite de risco, sendo o rio São Francisco um rio seco, nós tivemos problemas graves, e só não foram maiores porque realmente, há alguns meses, tivemos algumas chuvas que não eram mais esperadas. Para solucionar esse problema, nós temos que tirar o Nordeste dessa faixa de risco. E, para isso, são necessárias algumas obras fundamentais que foram retardadas. Mas nós estamos recuperando o tempo perdido. Uma delas, Itaparica. No que se refere ao reservatório de Itaparica, 7 mil famílias que lá estavam, e ainda estão, não tinham ainda desocupado o reservatório enquanto a barragem e a montagem das turbinas estavam em vias de avançada conclusão. Sabemos todos qual é o problema de remanejamento de pessoal que fica no reservatório de barragens.

Por outro lado, a energia de Tucuruí, grande parte desperdiçada porque aquela região, não tem consumo bastante para a dimensão da Usina de Tucuruí. Então, o ponto de excesso da rentabilidade daquela hidrelétrica é justamente a de nós fazermos uma interconexão com o Nordeste, que precisa ainda mais ser suprido de energia. Nós já temos uma interconexão do sistema de Tucuruí com o sistema da CHESF, mas é uma linha não confiável, que acho que não tem suporte para aguentar uma carga maior do que cerca de 900 mil quilowatts. Então, temos que fazer o chamado "Linhão de Tucuruí", e num prazo que deve se encenar até março do próximo ano. Para isso, já estão montadas quatro frentes de trabalho e agora nós estamos, hoje, colocando recursos à disposição dessas frentes de trabalho, que serão acompanhadas pelo Ministro das Minas e Energia, pelo Presidente da República, de modo a que ela possa ser terminada dentro desse prazo.

Temos também a outra linha de transmissão de Sobradinho e também já colocamos em funcionamento as termoelétricas que estavam paradas. E também estamos adquirindo outras termoelétricas que virão para ficar como reserva adicional dentro do sistema nordestino.

Assim, com esse conjunto de obras, com a conclusão de Itaparica, com a colocação em fun-

cionamento de duas turbinas de Itaparica, no princípio do próximo ano; colocando também em marcha três turbinas de Tucuruí, nós temos a certeza de que o Nordeste pode esperar pela conclusão de Xingó, cujas obras já foram iniciadas também há pouco tempo, neste Governo, e espero, no próximo mês, ir a Xingó com o Sr. Ministro das Minas e Energia e fazemos o desvio do rio, já que as enseadeiras estão sendo concluídas.

Senhores Parlamentares do Nordeste, estes fatos justificavam a nossa reunião nesta tarde. Para dizermos, mais uma vez, aquilo que tantas vezes repeti como Deputado, como Senador, como Governador, como conselheiro da SUDENE, que o Nordeste é o mais grave problema nacional, porque é o único problema deste País que tem o germe do ressentimento e nós não podemos deixar crescer, no Brasil, sob pena de comprometermos aquela unidade histórica, geográfica e política, que fez, faz e fará a grandeza do País, se não demos a necessária atenção para a solução dos problemas mais graves daquela Região. Isto não é trabalho de um Governo, é uma decisão da consciência nacional. E é em nome dessa consciência nacional que, em meio aos esforços que estamos fazendo neste instante, para colocar a economia dentro de controles, que nós, remanejando recursos, estamos destinando a este programa energético do Nordeste 55 bilhões de cruzados, ou mais, se colocarmos em dólares, mais de 1 bilhão de dólares, para serem aplicados nestas obras. Esforço que será feito dentro de um instante difícil do País. Instante difícil mas que, graças a Deus, nós já começamos a ver o outro lado do túnel, sem deixarmos de ver também o que passou, que foram vitórias e conquistas que representam o esforço extraordinário do Governo.

Quando assumimos a Presidência da República, nós estávamos num período de recessão. E nestes dois anos o Brasil cresceu 17,4%. O maior crescimento do mundo ocidental. Quando cheguei ao Governo, encontrei uma taxa de desemprego de 8,2%, e ela hoje supera 3 e poucos por cento. E a marcha da recessão, que todos apontavam, neste instante, nós já podemos dizer que ela não virá porque o Brasil começa a reencontrar o seu jeito de controlar a economia. Voltamos a ter grandes saldos de exportação, voltamos, no setor externo, a manter a performance do Brasil. E internamente, com coragem, com austeridade, com rigidez e com trabalho, nós vamos fazer com que o plano econômico possa, de novo, restaurar as esperanças do povo brasileiro. E é bom que eu diga isso, nesta tarde, com Deputados e Senadores do Nordeste, esta Região que mais precisa, que mais necessita e que não pode fazer um esforço maior do que está fazendo.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. EDIVALDO MOTTA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

O Programa de Emergência para Suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste, ontem assinado pelo Presidente José Sarney, com a presença de toda bancada nordestina, em ato realizado no Palácio do Planalto, vai aplicar, até setembro do próximo ano, cerca de 55 bilhões de cruzados em

obras que permitirão o restabelecimento do consumo normal e o levantamento do racionamento imposto até esta data.

O Nordeste rationa até 15% de energia elétrica, desde o início do ano, medida que vem causando sérios prejuízos ao parque industrial daquela área, cujas atividades estão em declínio desde abril, em face do racionamento imposto.

Segundo informaram os técnicos da ELETROBRÁS, as obras previstas para a normalização do consumo do Nordeste estão a cargo da CHESF, constando da conclusão de quatro unidades de Itaparica, com 250 megawatts cada, e a construção de uma linha para interligação, de 320 quilômetros, até à usina de Sobradinho, além da utilização de usinas térmicas flutuantes, já este ano, para a produção de 300 megawatts.

A medida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, merece os nossos aplausos. Eu, que já tive a oportunidade de vir a esta tribuna por mais de uma vez cobrar providências do Governo para o restabelecimento de energia ao Nordeste, hoje estou aqui para congratular-me com esta decisão, em atenção aos nossos apelos.

O Nordeste, que já atravessa séria crise provada pela seca verde, que mais uma vez causa transtornos aos homens do campo e debilita nossa economia, tem a sua situação agravada com o desaquecimento das atividades industriais por força do racionamento. O consumo, que deveria ter crescido em relação ao período junho/86 a junho/87, caiu em 9,9%, refletindo-se na nossa economia.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, embora estejamos aplaudindo hoje as providências do Governo em favor dos empresários e da classe produtora, é bom lembrar que os nossos problemas não se resumem exclusivamente ao racionamento de eletricidade. São inúmeros, a começar pela agricultura, passando pelos demais segmentos da vida social e econômica do Estado. Gostaria de voltar todos os meses a esta tribuna para repetir este agradecimento pela solução de nossas dificuldades e espero que o Presidente Sarney sensibilize-se com os nossos problemas e tenha a mesma boa vontade em relação aos demais pleitos da região. Fazendo isto, pode ficar certo de que contará com os aplausos dos seus irmãos nordestinos, que ainda confiam e esperam melhor atenção do Governo central.

Tenho outro assunto, ocupando ainda o restante do meu tempo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Estou recebendo do presidente do Centro das Indústrias do Estado da Paraíba, Guilherme Rabay, telex demonstrando a preocupação dos empresários paraibanos diante de irregularidades existentes em relação ao recolhimento de contribuições ao IAPAS, da Paraíba, por negligência da empresa encarregada do processamento de dados relativos aos parcelamentos existentes.

Eis a cópia do telex:

Para Dr. Ronald Starling Soares/Brasília

Encareço ao prezado amigo fazer chegar às mãos das bancadas da Paraíba da Câmara e do Senado o texto abaixo.

João Pessoa, 23 de julho de 1987

Excelentíssimo Senhor
Dr. Raphael de Almeida Magalhães
M.D. Ministro da Previdência Social

Senhor Ministro:

Inúmeros associados deste centro das indústrias do Estado da Paraíba demonstraram, em nossa última reunião plenária, sérias preocupações com o que está ocorrendo com os contribuintes que têm parcelamento no IAPAS.

Desde o mês de março, por culpa da empresa encarregada do processamento, não são entregues os carnês relativos aos parcelamentos existentes.

Nos exercícios anteriores, como o atraso da entrega dos carnês provoca uma postergação do pagamento, alheia à vontade do contribuinte, era adotada a ORTN do mês de competência, quando, atualmente, existe uma recomendação para que seja adotada a OTN do mês em que vai ser recolhida a parcela.

Evidentemente esta orientação penaliza o contribuinte por um fato sobre o qual não lhe pesa responsabilidade.

Outra preocupação, que atinge hoje alguns milhares de empresas e contribuintes paraibanos com parcelamentos no IAPAS, em que o atraso dos carnês desde março já acumula 5 (cinco) parcelas que o IAPAS, segundo informações do setor local, pretende sejam pagas de uma só vez, logo que os carnês sejam recebidos.

Pedindo a Vossa Excelência um prudente estudo do problema, a fim de que não se agrave a situação empresarial do Nordeste, já combalido pelo racionamento da energia elétrica e pelo estágio de quase recessão, ora em vias de ser neutralizada, dos últimos meses.

Aceite Vossa Excelência os nossos respeitosos cumprimentos e os protestos demais elevada estima e distinta consideração. Atenciosamente,

Guilherme Campelo Rabay,
Presidente do Centro das Indústrias do Estado da Paraíba.

Era o que tinha a dizer; Sr. Presidente.

(Muito bem!)

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – BA).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Requeiro a transcrição do telex que recebo do Presidente do Centro das Indústrias e Federação das Indústrias do Pará, a respeito dos artigos 323 e 324, do Projeto de Constituição, que, aprovado, prejudicará o setor de pesca industrial no País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem!)

*(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
JORGE ARBAGE EM SEU
PRONUNCIAMENTO.)*

Do Centro e Federação das Indústrias do Pará
Presidente Gabriel Hermes Filho
Câmara dos Deputados
Deputado Jorge Arbage

Belém – PA. 27/jul/87

O Centro das Indústrias e Federação das Indústrias do Pará vem pleitear o apoio de Vossência para a modificação do texto dos artigos 323 e

324 do Anteprojeto de Constituição, o qual conflita frontalmente com outros dispositivos do mesmo capítulo da ordem econômica e que, se aprovado, condenará a Indústria Pesqueira Nacional à estagnação e ao atraso tecnológico.

A reserva de mercado somente se justifica ou pelo interesse estratégico de algum setor de atividade, como é o caso da informática, ou por questão de segurança nacional, como ocorre na hipótese da navegação de cabotagem ou interior.

Quanto à pesca, tais pressupostos inexistem, por se tratar de um setor eminentemente nacional, constituindo-se de 99 por cento de empresas brasileiras. A atividade industrial instalada opera com elevados índices de ociosidade. A pesca brasileira ainda é reconhecidamente incipiente em relação ao seu potencial. Falta-nos sobretudo pesquisa do mar, tecnologia, escolas de pesca, bem como créditos compatíveis, urge, portanto, facilitar o seu desenvolvimento.

Os artigos 323 e 324 do citado anteprojeto, prevêem como norma constitucional, que as embarcações pesqueiras, proprietários, armadores e comandantes sejam brasileiros.

A Constituição atual (artigo 173), que trata da navegação, transfere à Legislação Ordinária e regulamentação da propriedade, armação e comando das embarcações de pesca.

A pesca é uma atividade complexa que só pode ser bem executada se existirem barcos modernos e bem equipados, dotados de guarnições perfeitamente treinadas e adequadamente habilitadas. Por essa razão, o arrendamento de embarcações estrangeiras, nos termos da Legislação Federal própria, sob o estrito controle do poder público (Ministérios da Agricultura e da Marinha), tem sido autorizado privativamente a empresas brasileiras, com parcimônia e por prazo certo, com o triplo objetivo de:

a) garantir o abastecimento interno.
b) gerar excedentes exportáveis.

c) assegurar a assimilação de tecnologias avançadas por empresas nacionais, além disso, o arrendamento só é autorizado quando se trata de captura de espécies inexploradas ou subexploradas.

O melhor exemplo da eficácia dessa política é a exploração da Região Norte. A produção, que, em 1980, era da ordem 1.500 toneladas passou em 1986, para mais de 6.000 toneladas, gerando uma receita de exportação de aproximadamente US\$ 60 milhões. No limite do esforço de pesca estabelecido pela Sudepe para a área a frota arrendada foi no mesmo período progressivamente substituída por embarcações nacionais. Com o resultado e com a transferência de tecnologia obtidos nessas operações. Muitas empresas contribuíram ou ampliaram suas frotas próprias.

Nos estaleiros nacionais foram construídos mais de 140 barcos camaroneiros e outros 60 se encontram em construção. Também a captura de tunídeos (atuns) passou de 3.000 toneladas em 1976 para 30.000 toneladas em 1986.

Finalmente esclareça-se que a possibilidade de empresas brasileiras de pesca operarem barcos estrangeiros sob regime de arrendamento, restringe o acesso de outras nações aos nossos recursos naturais pesqueiros não explorados ou subexplorados, conforme previsto em acordo internacional dos quais o Brasil participa.

Desta forma esperamos contar com o apoio de Vossência para que o citado dispositivo do anteprojeto seja alterado remetendo a matéria relativa a embarcações pesqueiras à legislação ordinária, a qual pela sua essência, permite uma adequação eficaz no tempo, dos interesses nacionais aos avanços tecnológicos do setor.

Atenciosamente
Gabriel Hermes Filho
Presidente.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Registramos, com profundo pesar, o falecimento do Sr. Antônio de Almeida Veras, ocorrido no último dia 12 de julho.

Nascido em Riachão, no Estado do Maranhão, a 12 de julho de 1917, o Sr. Antônio residia em Gurupi, no interior de Goiás, desde 1966.

Casado com D. Francisca Valadares Veras, em feliz união que durou 47 anos, o distinto casal teve 11 filhos, que, honrando a tradição familiar, destacaram-se em diversos campos de atuação, como o Cel. Luiz Carlos Valadares Veras, Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Gurupi; o Engenheiro Ronaldo Valadares Veras, Agrônomo-Executor do Incra; o Engenheiro Civil Antônio Carlos Valadares Veras, da Sudene; o Jornalista Antônio Veras Júnior, proprietário do jornal daquela cidade e o Sr. Ronildo Valadares Veras, destacado comerciante.

Embora nunca tenha exercido mandato político, o Sr. Antônio de Almeida Veras sempre atuou como Presidente do PMDB local. Dedicando-se à causa pública com desprendimento, colocava em primeiro plano os interesses da coletividade, por isso que conquistou a admiração e o respeito de seus concidadãos.

Em seus setenta anos de existência, o falecido deixou marcantes lições de vida, não só a seus familiares, mas a todas as comunidades que tiveram o privilégio de seu convívio.

Para os parentes do Sr. Veras, é importante, nesta dolorosa passagem, a certeza de que ele cumpriu exemplarmente seu papel aqui na terra e será sempre lembrado com justificado orgulho por todos os seus descendentes.

Ao renovar sentidas condolências à família enlutada, prestamos esta singela homenagem à memória de nosso querido amigo e correligionário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O anteprojeto da Comissão de Sistematização inseriu, nas Disposições Transitórias, o seguinte dispositivo:

Art. 496. Lei agrícola, a ser promulgada no prazo de um ano, criará órgão planejador permanente de política agrícola e disporá sobre os objetivos e instrumentos da política agrícola aplicados à regularização das safras, sua comercialização e sua destinação ao abastecimento e mercado externo, a saber:

- a) preços de garantia;
- b) crédito rural e agroindustrial;
- c) seguro rural;
- d) tributação;
- e) estoques reguladores;

- f) armazenagem e transporte;
- g) regulação do mercado e comércio exterior;
- h) apoio ao cooperativismo e associativismo;
- i) pesquisa, experimentação, assistência técnica e extensão rural;
- j) eletrificação rural;
- k) estímulo e regulamentação do setor pesqueiro através do código específico;
- l) conservação do solo;
- m) estímulo e apoio à irrigação.

A discussão deste tema, tão importante à vida econômica e social deste País, traz o ensejo de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado em Santa Catarina, pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária SA – EMPASC, do teor seguinte:

Apresentando-lhe as nossas mais sinceras e cordiais saudações, solicitamos que conceda a sua especial atenção para o assunto que abaixo expomos.

Assumimos a direção da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A – EMPASC, com desejos de poder contribuir para o desenvolvimento da agropecuária de nosso Estado. E, neste sentido, temos certeza que V. Ex.^a é conhecedor do excelente trabalho desenvolvido pela EMPASC. Mesmo assim, tomamos a liberdade de apresentar alguns dados que refletem o desempenho de nossa empresa.

Por exemplo, com as tecnologias criadas desde a fundação da EMPASC a produtividade da cultura do alho saltou de 3,3t/ha para 5,1t/ha na safra de 1985, enquanto a média estadual permanece em 3,5t/ha. Este incremento na produtividade resultou, apenas na última safra, num aumento de mais de 4.700t de alho, que colocou Santa Catarina como principal produtor nacional, responsável por 30% da produção.

Para a cultura do arroz irrigado, foram criadas quatro novas cultivares, EMPASC-101, EMPASC-102, EMPASC-103 e EMPASC-104, que, aliada à recomendação de cultivares modernas, permitiram elevar a produtividade catarinense de 2.300kg/ha, na safra 74/75, para 4.500kg/ha na safra 85/86. Praticamente toda a produção de arroz irrigado em Santa Catarina é oriunda de sementes básicas produzidas pela EMPASC, o que vale dizer que os 12.000 produtores rurais que desenvolvem esta cultura são beneficiados diretamente por nossas pesquisas. Na última safra, a produtividade atual permitiu que se obtivesse um incremento na produção de mais de 210.000t de arroz.

Com a cebola, os resultados também têm sido altamente significativos. Além da criação de duas novas cultivares, EMPASC-351 – Seleção Crioula e EMPASC 352 – Bola Precoce, pesquisas com adequação de semeadura permitiram elevar a produtividade a nível experimental até 40t/ha. A produtividade catarinense, que girava ao redor de 7t/ha, em 1986, hoje ultrapassa 11t/ha. Este acréscimo de 50% na produtividade provocou um aumento na área plantada e proporcionou um aumento na produção em mais de 300%, colocando Santa Catarina como 3º produtor nacional. Neste caso, também as necessidades de sementes básicas são totalmente supridas pela EMPASC.

Para o milho, as pesquisas da EMPASC desenvolveram até agora duas variedades de polinização aberta, a EMPASC-151 – Condá e EM-

PASC-152 – Oeste, com rendimentos idênticos aos híbridos com a possibilidade do agricultor produzir sua própria semente por dois ou mais anos. Paralelamente, construiu uma Unidade de Beneficiamento de Sementes com capacidade para 1.200 t/ano. Nesta safra estão sendo produzidas 700t de sementes básicas, quantidade suficiente para plantar 35.000ha. Neste caso, além dos benefícios proporcionados ao produtor, ganha o Estado pela não-evasão de divisas com importação de sementes. Além disso, estão sendo colocadas à disposição dos agricultores recomendações técnicas para utilização de esterco de aves e suínos, que permite desenvolver as culturas de milho e feijão com a eliminação quase total de aplicação de fertilizantes químicos.

As pesquisas com maçã colocaram nosso Estado como maior produtor nacional, responsável por 60% da produção. Isto permitiu que o País deixasse de importar, na última safra, cerca de 170.000t, que representam economia em divisas de aproximadamente 120 milhões de dólares.

Estes são resultados de algumas tecnologias de mais de uma centena, colocadas à disposição dos produtores rurais. Embora seja difícil mensurar os benefícios econômicos dos trabalhos de pesquisa, pode-se afirmar que o aumento da produtividade do arroz irrigado propiciou um incremento no valor à produção agrícola estadual, no último ano, de pelo menos seis vezes o orçamento da EMPASC.

Estes resultados, Sr. Deputado, foram alcançados em curto espaço de tempo, graças à qualidade do grupo de pesquisadores de que a Empresa dispõe, fruto de uma política agressiva de capacitação de seu quadro técnico-científico e também a uma política salarial condizente.

Infelizmente, nos últimos anos, nossa Empresa deixou de ser prestigiada adequadamente, estando nosso plano de cargos e salários completamente defasado em comparação com nosso congênero a nível nacional, que é a Embrapa. Podemos afirmar que o momento que vivemos dentro da Empresa, com baixos salários, encargos em atraso, falta de recursos para o desenvolvimento normal das pesquisas, pesquisadores e funcionários que se demitiram sem a consequente reposição, deverá comprometer a qualidade do trabalho até agora desenvolvido com muito esforço e dedicação.

Temos consciência que grande parte de nossos problemas são originados pela atual política tributária concentradora, que não permite que os Estados nem mesmo possam pagar os reajustes salariais a seus servidores. Da mesma forma, sabemos que Santa Catarina, por se classificar como grande exportadora de manufaturadas, apresenta um prejuízo mensal de cerca de 25% em sua arrecadação de ICM, em face da política de subsídios à exportação desenvolvida pelo Governo Federal. Tudo isto faz com que os recursos que nosso Estado dispõe não sejam suficientes para atendimento de suas prioridades.

Mesmo assim, desde sua criação, a EMPASC tem sido considerada pelo Governo Estadual. Tomando como base o período 1976-86, constata-se que em valores reais, os recursos destinados à EMPASC pelo Estado praticamente triplicou, passando de Cz\$ 40.421.426,00 (quarenta milhões, quatrocentos e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e seis cruzados) para Cz\$ 116.715.219,00

(cento e dezesseis milhões, setecentos e quinze mil, duzentos e dezenove cruzados). No mesmo período, constata-se que os recursos oriundos da Embrapa diminuíram 50%, caindo de Cz\$ 53.884.459,00 (cinquenta e três milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove cruzados) para Cz\$ 26.564.879,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta e nove cruzados) (ver quadro e gráfico anexos). Este fato está diretamente relacionado à personalidade jurídica de nossa Empresa, que é constituída sob a forma de sociedade por ações, cujos principais acionistas são o Governo do Estado, com 60% de seu capital, e a Embrapa, com 40%. Entendemos, desta forma, que a Embrapa deve elevar sua contribuição para igualar-se ao valor da participação no capital social da Empresa.

Outro ponto que merece destaque é que a EMPASC, em 1978, absorveu 64 funcionários pertencentes aos quadros da Embrapa, sendo que, destes, 52 ainda permanecem em atividade. Estes funcionários, cujos salários deveriam, por acordo, ser resarcidos pela Embrapa, representam hoje, a preços de maio/87, um custo anual de aproximadamente onze milhões de cruzados, ou seja, 60% de todo o orçamento que a Embrapa está destinando à EMPASC para o presente exercício.

Portanto, Sr. Deputado, extremamente preocupados com as consequências políticas e econômicas que seguramente ocorrerão, caso não haja uma alocação mais efetiva de recursos por parte dos órgãos governamentais, principalmente da Embrapa a nossa Empresa, a fim de que se readquira as condições adequadas de trabalho e se restabeleça a estabilidade de nosso quadro funcional através de isonomia salarial com a Embrapa, vimos até sua presença, solicitar seu empenho. Cremos firmemente que somente com o apoio de nossos principais representantes, poderemos continuar aprimorando nossa estrutura de pesquisa, preparando nossos pesquisadores e permitindo que nossa Empresa continue a ser a melhor Empresa Estadual de pesquisa no Brasil.

Contando com sua habitual consideração, subscrevemo-nos com protestos de estima e amizade.

Pois bem, este exemplo de trabalho, de produção e de produtividade, anima-nos a lutar para que a nova Carta Magna contenha definições essenciais à política agrícola; notadamente o conceito geral que:

"A remuneração do crédito rural, para custeio e investimentos, não será superior à variação dos índices de preços dos produtos financiados."

Ou seja, o dinheiro será promoção de riqueza e de bem-estar social e nunca instrumento de enriquecimento ilícito.

Neste sentido, continuarei insistindo para incluir no projeto de Constituição, a premissa supra, na certeza que se constituirá num extraordinário meio de aumentar sensivelmente a produção de alimentos, para aumentar o poder aquisitivo dos agricultores e eliminar os bolsões de fome e de miséria, que humilham esta Nação.

Para finalizar, o exemplo de Santa Catarina, lastreado no regime da pequena propriedade – são mais de 200.000 estabelecimentos agropecuários em um território de 95.000 km² – aliado à capacidade laboral dos catarinenses, é o mais sério

exemplo a ser imitado na implantação da reforma agrária e na adoção de uma política agrícola ao encontro dos interesses nacionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O artigo 360, do Projeto de Constituição oriundo da Comissão de Sistematização, deve ser suprimido, pois o mesmo atenta contra grande parcela dos servidores públicos contratados pelas empresas estatais.

A previdência supletiva para os servidores e empregados das estatais é um instituto sério, de raízes aprofundadas, levando benefícios a milhares de aposentados e pensionistas e se constituindo na certeza de um futuro mais tranquilo para aqueles que ainda estão no exercício de suas atividades profissionais.

A infeliz idéia, transporta para o Projeto de Constituição, que limita a participação das empresas nos programas de previdência supletiva ao montante da contribuição dos respectivos beneficiários, merece ser criticada e rejeitada de plano.

Sabe-se que a Previdência oficial vive os problemas, as dificuldades e o descrédito perante a opinião pública exatamente em razão da sistemática que se quer adotar para a previdência supletiva: a participação patronal é igualitária à participação do empregado, excluída a participação da União que, ao longo do tempo, se tornou tradicionalmente inadimplente para com a Previdência, jamais cumprindo os seus deveres legais de contribuinte compulsória para o Sistema da Previdência Social.

Recuso-me a crer que a maioria dos membros desta Assembléia Nacional Constituinte esteja inclinada a aprovar o artigo 360, do Projeto da Comissão de Sistematização. É um dispositivo ilógico, injusto, impróprio, retrógrado, prejudicial aos contribuintes da previdência privada e castrador de benefícios para os quais os contribuintes se voltam através dos planos que adotam e sustentam, mediante mensalidades que diretamente em nada oneram os cofres do Tesouro Nacional.

Aposentados da Petrobrás, do Banco do Brasil, da Vale do Rio Doce, da Caixa Econômica e de tantas outras empresas, bem como os pensionistas, se sentem ameaçados em sua tranquilidade em razão que dispõe este artigo 360, de efeitos nefastos, que somente o senso de injustiça poderia produzir. Entretanto, aqueles que agem pelos critérios da justiça e do bom senso, necessariamente devem rejeitar o artigo 360, suprimindo-o, de imediato, do Projeto de Constituição, sem permitir que o mesmo se eternize na nova Constituição, a ser aprovada por este Plenário.

Solidarizo-me com aqueles que lutam pela supressão do artigo 360, e informo a esta Casa que estou encaminhando uma emenda neste sentido, dentro do princípio de justiça que norteia minha atuação no Congresso Nacional e, principalmente, nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. THEODORO MENDES (PMDB)

– SP. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ninguém desconhece os problemas que o País enfrenta nos campos políticos social e econômico. O Governo Sarney procura enfrentar, com realismo, o problema econômico, do qual derivam os problemas das áreas política e social.

Vivemos, é inegável, um clima de liberdades democráticas. Contudo, é doloroso verificar que setores inconsequentes, no afã de eliminar etapas do processo histórico-sociológico, colocam em risco a estabilidade institucional do País. Parece que a observação e análise dos fatos de nosso passado recente são totalmente desprezadas por esses setores que se prestam a exercer o papel de instrumentos da reação.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, um volante de convocação para a greve geral prevista para o dia 12 de agosto, convocada pela CUT e subscrita pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Sorocaba e Votorantim, em São Paulo. Desta volante, consta uma pesquisa em cujo primeiro item se apresentam quatro alternativas. Esse item está assim redigido: "Diante da crise criada pelos patrões e Governo, o povo trabalhador deve: a) continuar calado e quieto; b) fazer a greve geral; c) fazer manifestação de protesto na praça; d) fazer quebra-quebra.

Ora, propor quebra-quebra é, no mínimo, uma irresponsabilidade, ainda que como alternativa de pesquisa. Demonstraria uma imaturidade irritante e um despreparo para uma convivência democrática.

Atitudes e comportamentos desse jaez só servem para exacerbar os ânimos da reação, com suas vozes a tonitroar que não estamos preparados para a democracia. A insensata proposta presta um desserviço às instituições nacionais e munida a corrente daqueles que alimentam a esperança de um golpe como solução para a crise.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. THEODORO MENDES, EM SEU PRONUNCIAMENTO)

CONTRA AS PERDAS SALARIAIS CONTRA O DESEMPREGO

Companheiros e Companheiras.

A situação vivida pelos trabalhadores é das mais difíceis. O custo de vida está nas alturas e tudo indica que, passado esse falso congelamento a inflação voltará a disparar. O único produto que foi congelado com o Plano Cruzado (do Funaro) e que mais uma vez foi arrochado e congelado de verdade, pelo plano do Bresser, é o nosso salário.

O Governo favorecendo os grandes empresários, os banqueiros e para pagar a dívida externa está levando o povo à miséria total.

Contra essa situação a CUT – Central Única dos Trabalhadores, está conclamando o povo a sair da passividade e lutar por uma vida melhor.

Esta pesquisa tem o objetivo de levantar a sua opinião, discuta com os companheiros e responda com toda a sinceridade.

Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Sorocaba/Votorantim.

1 – Diante da crise criada pelos patrões e governo o povo trabalhador deve:

- () continuar calado e quieto () fazer manifestação de protesto na praça
- () fazer a greve geral () fazer quebra-quebra

2 – Você é favorável à greve geral do dia 12 de agosto?

- () sim () não Por que?

3 – Você acha que a greve geral resolveria o nosso problema?

- () sim () não Por que?

4 – Você participará da greve geral do dia 12 de agosto?

- () sim () não Por que?

5 – Você participaria de uma manifestação popular de protesto na praça?

- () sim () não Por que?

6 – Na sua opinião, que outro tipo de luta o povo deveria travar contra a situação de miséria em que se encontra?

Pense bem para responder e depois devolva ao sindicato.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A respeito de notícias publicadas hoje, pelo **Jornal do Brasil**, sobre gastos do BANERJ com este Constituinte e com a Constituinte Benedita da Silva, enviei carta àquele prestigiado jornal esclarecendo os fatos e desmentindo as notícias na forma veiculada, que passo a ler, em respeito à Assembléia Nacional Constituinte:

"A respeito das notícias publicadas hoje no histórico e prestigiado **Jornal do Brasil** sobre gastos efetuados pelo BANERJ com a viagem que fiz em companhia da ilustre e brilhante Deputada Benedita da Silva e do então Deputado José Miguel, encareço esclarecer o seguinte:

O Governo do Estado do Rio de Janeiro foi convidado para participar das celebrações do primeiro feriado nacional pela morte do líder negro Martin Luther King Jr, no dia 20 de janeiro de 1986, em Atlanta, Geórgia, nos Estados Unidos, pelo prefeito Andrew Young, pela Sr.^a Coretta King e pelo ex-Presidente Jimmy Carter.

O Governo do Estado decidiu enviar a delegação chefiada por mim, Secretário de Justiça e Presidente do Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos, pela então Vereadora Benedita da Silva, participante deste Conselho, e pelo então Deputado José Miguel, representante de diversos movimentos negros.

A nossa passagem incluía ida a Nova Iorque e Washington, para contatos e convites, em nome do Conselho, a Desmond Tutu, que estava em Nova Iorque e a Jessie Jackson, que estava em Washington.

Todas as despesas pessoais eram feitas por nossa conta e as passagens por conta do Governo do Estado do Rio de Janeiro e o hotel pela Prefeitura de Atlanta.

Não temos nenhuma notícia de gastos a cargo do BANERJ, nem de sua agência em Nova Iorque.

Na confiança que Vossa Senhoria proporcione aos seus numerosos e conscientes leitores os devidos esclarecimentos, com o apreço de sempre."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP): – Sr. Presidente, de conformidade com o art. 74, antes de passar ao Horário de Comunicações das Lideranças, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – De acordo com o Regimento, não é permitido interrupção no horário destinado às Comunicações das Lideranças. Mas, como não se iniciou essa fase, tem a palavra V. Ex.^a para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP). Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, formulou a V. Ex.^a, com base no art. 74; § 1º, a questão de ordem, que é concreta e objetivamente, a seguinte: há 17 dias, foi votado pela Comissão de Sistematização um projeto de decisão de autoria do nobre Constituinte Paulo Ramos, proibindo a conversão da dívida externa em capital de risco.

Há 17 dias este projeto de decisão foi votado na Comissão de Sistematização. Pelo Regimento Interno da Constituinte, este projeto de decisão terá que ser votado pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

A questão de ordem que formulou a V. Ex.^a, com base, repetindo, no art. 74, § 1º: quando V. Ex.^a colocará este projeto de decisão para votação no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, na medida em que a Comissão de Sistematização já apreciou o mérito do projeto de decisão. Isto se torna mais sério, porque nós, Constituintes, precisamos saber quando a Mesa da Constituinte vai colocar este projeto na pauta, porque enquanto ele foi aprovado, há 17 dias, nós estamos lendo declarações de autoridades do Governo, através dos órgãos de Imprensa, de que já se caminha para negociar e regulamentar a conversão da dívida em capital de risco. E como fica a decisão da Comissão de Sistematização que será submetida, necessariamente, pelo Regimento Interno, ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte?

Concluindo, quando V. Ex.^a colocará este projeto de decisão para a apreciação da Assembléia Nacional Constituinte?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa a V. Ex.^a que requisitou sobre este e outros expedientes, mais especificamente sobre este, uma resposta formal por parte da Comissão de Sistematização, porque não tinha que encaminhar o que ocorreu na Comissão de Sistematização, todos os elementos para que a Mesa pudesse estar informada e oficiando a Mesa neste sentido.

A Secretaria da Assembléia Nacional Constituinte está em entendimento, e vou atuar até pessoalmente, porque o Presidente Affonso Arinos chegou do Rio de Janeiro e vou estar com S. Ex.^a hoje à noite. Falarei neste sentido para

que mande formalmente todos os elementos para uma decisão da Mesa a respeito.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Muito obrigado!

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Sr. José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA). Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No campo das idéias, naturalmente, cada um tem o direito de pensar e de expressar aquilo que achar mais correto na sua imaginação.

Gostaria de chamar a atenção da Casa para o momento em que vive o País e vive o mundo, no campo das relações financeiras internacionais. Sr. Presidente, sabemos todos nós que existe hoje uma enorme massa de recursos que estão procurando local para serem investidos e, naturalmente, que esses capitais procuram...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Peço permissão a V. Ex.^a para o seguinte: V. Ex.^a poderá inscrever-se para falar como Líder...

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – É apenas um minuto, Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a está contraditando a questão de ordem. Então, dou a palavra e rogo a V. Ex.^a que em dois minutos termine, para que possamos prosseguir os trabalhos. V. Ex.^a poderá inscrever-se para desenvolver, com mais tempo, se quiser, as suas idéias. Peço desculpas a V. Ex.^a

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Então, o capital exige, na minha avaliação, dois aspectos: estabilidade política e decisão por parte do Governo para que seja acolhido.

Sabemos nós das dificuldades do nosso País no que diz respeito à sua balança de pagamentos. Temos déficit e o País se encontra em moratória. Mas me parece que alguns brasileiros pretendem que continuemos em moratória pelo resto da vida, sem crédito para comprar no exterior um alfinete. Há dias um colega nosso, que viajou ao exterior, no hotel onde se encontrava, pediu à telefonista uma ligação a pagar para o Brasil. E a telefonista, cinco minutos depois, o informava: "Infelizmente, para o seu país, não, porque não tem crédito para uma ligação telefônica a pagar". Outro colega, que aqui se encontra, Alceni Guerra, foi visitar seu avô que mora em Roma. Lá chegando, tomou um táxi. O motorista do táxi perguntou-lhe: "Quando é que vocês vão pagar o que devem?"

Sr. Presidente, o que será mais humilhante para este País? Irmos ao FMI e negociarmos, com dignidade, a nossa dívida externa ou os brasileiros ouvirem, a cada instante, em qualquer lugar do mundo isso que estamos ouvindo? Não temos crédito, Sr. Presidente, para uma ligação internacional, de telefone, a pagar! É isso que essa gente quer.

V – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se ao horário de Comunicações das lideranças.

O SR. ROBERTO FREIRE (Líder do PCB): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Superou as expectativas mais otimistas a realização exitosa do VIII Congresso Nacional (Extraordinário) do Partido Comunista Brasileiro, de 17 a 19 de julho corrente, nas dependências do Centro de Convenções do Distrito Federal. Nesse encontro, de ampla repercussão nacional e também internacional, ficou evidenciada, para os trabalhadores e para o povo, assim como para as forças políticas, a imagem de um partido que goza de grande prestígio na sociedade brasileira e que revela, na prática, a sua vocação para a vida democrática.

O aspecto central e mais saliente dos trabalhos congressuais de nosso Partido foi a prática mais fecunda da convivência democrática em nossas fileiras. Durante três dias de debates, onde existiram divergências e desencontros de opiniões sobre o processo de transição à democracia por que passa a sociedade brasileira, o plenário do VIII Congresso adotou, com amplo consenso, decisões políticas que terão desdobramentos positivos na vida nacional e reforçarão a unidade política e orgânica do PCB.

Outro destaque foi a maturidade com que enfrentamos a discussão de todos os pontos da ordem do dia, o que permitiu que adotássemos decisões claras e precisas sobre todos eles, cuja síntese está materializada na declaração "Uma Política para a Democracia, na Perspectiva do Socialismo", para a qual solicitamos inserção nos anais desta Casa.

Segundo o documento aprovado, o compromisso assumido pelo PCB é o de lutar para que o Brasil tenha um outro destino que não o atual, eliminando o autoritarismo e a exclusividade, assim como o cortejo de privilégios, de injustiça e de miséria absoluta, característicos de nossa contemporaneidade. Estamos convencidos de que a geração que, através de lutas de classes e de massas, populares e institucionais, da campanha das diretas e das candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney, derrotou a ditadura viabilizando a transição democrática, erguendo um novo governo e instaurando a Assembléia Nacional Constituinte, está decidindo aqui e agora, sob quais condições se desenvolverão os contrastes e os antagonismos de nossa sociedade. Conforme as decisões que sejam adotadas, as inquietações e esperanças forjadas em nossa luta pela liberdade poderão frustrar-se – contidas ou revertidas pela ação retrógrada das classes dominantes – ou poderão criar, pela primeira vez, na história brasileira, um novo tipo de Estado democrático no qual uma nova prática social e política civilizada, republicana e progressista, possa abrir as vias para um Brasil rico e desenvolvido, livre e soberano, justo e pacato, socialista, num mundo que queremos mais fraternal e de paz.

Para esse projeto de dimensão estratégica, torna-se fundamental a existência de um Estado de Direito democrático. E para o conquistarmos, nos trabalhos desta Casa, sob a pressão organizada das amplas maiorias, é preciso que a transição

que se desenvolve num quadro de contradições, consolide-se e avance, enfrentando os graves problemas políticos, econômicos e sociais que ameaçam paralisá-la ou desviá-la, com respostas eficazes e vinculada aos objetivos democráticos, que uniram amplas forças contra o autoritarismo.

As contradições que se manifestam no processo de transição refletem o choque entre seus elementos de continuidade e renovação; os conflitos entre o trabalho e o capital; e a contradição entre as expectativas mudancistas e o ainda precário grau de organização das forças sociais que as apóiam, de um lado, e as pressões reacionárias, de outro, que se empenham em impedir ou limitar as mudanças.

O PCB, enquanto força política que contribui para a articulação da frente democrática e luta pelos objetivos históricos da classe operária, defendendo firmemente a transição, não pode deixar de combater, por isso mesmo, o conjunto das últimas medidas governamentais que, no campo econômico, de repressão política, de confrontação com a Constituinte e das tentativas de divisão das forças democráticas, desservem a estabilidade do processo de transição. O Governo Sarney, enquanto fugir à sua missão original, não contará com o apoio dos comunistas. A defesa da estabilidade do governo apoiando-o nos seus acertos e criticando e opondo-se aos seus equívocos, corresponde ao fortalecimento da correlação de forças favorável à democracia. Estabilidade para mudar e para promover a melhoria das condições sociais das massas, não aquela estabilidade que interessa aos setores mais conservadores e reacionários visando deter ou mesmo reverter as conquistas democráticas até agora realizadas.

A postura independente e crítica, reafirmada pelos comunistas na atual conjuntura, em nada se assemelha à oposição sistemática e inconsequente ao governo, nem tampouco o seu apoio pode ser confundido e nem deve ser entendido como incondicional. Nós, por exemplo, em nosso Congresso, ratificamos nossa posição por um sistema parlamentarista e por um mandato presidencial de 4 anos. Da mesma forma, na Constituinte — sob a pressão de grupos econômicos e interesses sociais conservadores e reacionários, mas contando com a simpatia e o apoio de largos setores da sociedade que crescentemente se articulam e se mobilizam para ampliar sua pressão organizada sobre esta Casa — temos articulações com todas as forças criando condições para definir em sentido democrático as estruturas políticas, econômicas e sociais do novo Estado de Direito.

Há, porém, grandes riscos pela frente, entre eles a persistência da crise econômica, um dos fatores mais negativos da delicada fase atual da vida brasileira, gerador de divisão das forças democráticas, de instabilidade política e de insatisfação e descontentamento da população.

O Plano Bresser, em suas linhas gerais, não retirará o País da crise num sentido favorável aos interesses nacionais e populares e nisso não ajuda a assegurar estabilidade política, a continuidade da transição. Assim impõem-se a mobilização e a luta das massas populares para que mude o eixo dessa política. Necessita-se também que a frente democrática e, prioritariamente, as massas populares e forças progressistas e de esquerda alcancem um mínimo de unidade nacional para que o país possa sustentar a moratória e afirmar sua soberania na renegociação da dívida externa.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, afora uma definição política para enfrentarmos a atual quadra brasileira, o PCB, em seu Congresso, fez sobressair também o equilíbrio e o despreendimento das nossas principais lideranças, quando da escolha do presidente nacional, o camarada Salomão Malina, dedicado membro do nosso partido há quase meio século e herói nacional da Força Expedicionária Brasileira. Através do caminho democrático e fraterno do entendimento, encontramos uma solução unitária e não traumática. Com esta solução em que predominou o espírito de Partido, reforçamos os laços de solidariedade e de confiança mútua entre os dirigentes nacionais, renovados em mais da metade do seu contingente.

Outra característica que teve o VIII Congresso e que nos orgulha profundamente foi a sua abrangência, registrando-se a presença entre nós de representantes dos mais altos poderes da República, dos mais expressivos governos estaduais e parlamentares constituintes, estaduais e municipais, de dirigentes de todos os partidos políticos (exceção apenas do PDS e do PC do B, apesar de convidados), de instituições nacionais e de entidades de massa, de intelectuais, artistas e líderes populares. Essa presença é reconhecimento não à nossa força numérica nos parlamentos ou movimentos sociais, pois temos real dimensão de nosso poder e não nos superestimados, mas ao referencial histórico e político do PCB como a mais antiga agremiação partidária do País e à respeitabilidade da nossa trajetória em defesa dos interesses maiores do povo e da Nação brasileira e da permanente mão estendida atados quantos, apesar das divergências, queiram dar, mesmo que apenas um passo, para que o Brasil seja livre e democrático, justo e progressista.

Emocionou-nos extraordinariamente a presença amiga de partidos irmãos e de movimentos de libertação nacional, oriundos de 23 países de todos os continentes, salientando-se os partidos comunistas da União Soviética, de Cuba e dos demais países socialistas, sendo de destacar os casos do Vietnã e da Coréia, países com os quais o Brasil ainda não mantém relações diplomáticas. Eles vieram trazer mensagens de solidariedade ativa à luta dos comunistas brasileiros por um Brasil democrático e socialista e também de apoio ao processo de transição por que passa a nossa vida política. Essas delegações vieram reforçar os laços de fraternidade entre nossos partidos e entre nossos povos, possibilitando-lhes conhecer melhor a complexa e dinâmica realidade brasileira.

Por fim, gostaríamos de extravasar nossa alegria pela vitória alcançada neste VIII Congresso, acontecimento marcante, que patenteou a expressão política de um partido democrática pluralista, aberto e transparente, um partido profundamente nacional que tem clareza de sua missão histórica de ser uma das forças destacadass do processo de conduzir o Brasil para uma democracia de massas espaço privilegiado à via brasileira para o socialismo.

Nas resoluções do VIII Congresso e na sua implementação, pretendemos contribuir positivamente para o avanço democrático e as mudanças que os trabalhadores e o povo brasileiro exigem. Queremos e vamos inscrever na Constituição que estamos elaborando as conquistas até aqui alcançadas e mecanismos que absorvam os avanços

futuros. Honrando o passado glorioso do PCB, sustentamos que temos futuro porque trabalhamos a matéria do presente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ROBERTO FREIRE EU SEU DISCURSO:

UMA POLÍTICA PARA A DEMOCRACIA NA PERSPECTIVA DO SOCIALISMO

Declaração Política do VIII Congresso (Extraordinário) do PCB

Raras vezes a história confiou imediatamente a uma só geração de brasileiros decisões tão importantes para o futuro de nosso povo. Antes de nós, no limiar do novo século, está a possibilidade de reconstrução do Brasil.

Esta geração, que amargou a ditadura, o arbítrio e o entreguismo, reforçando nosso combate libertário e patriótico; esta geração que lutou pela justiça social e a soberania do Brasil, insubordinada contra a principal criatura do regime militar, o "modelo econômico" iníquo, do qual resultou a mais grave e prolongada crise do País, dele derivando novas e profundas desigualdades na distribuição da renda nacional, a mais numerosa mortalidade infantil, a destruição do meio ambiente e o agravamento das degradadas condições de existência no Nordeste e outras regiões, no campo e nas cidades — cenários de marginalidade social, subemprego, desemprego e violência.

Esta geração que, através de lutas populares e institucionais, da campanha das diretas e das candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney, derrotou a ditadura, erguendo a transição democrática, um novo governo e a Constituinte, está decidindo sob quais condições se desenvolverão os contrastes e antagonismos de nossa sociedade. Conforme as decisões que sejam adotadas, as inquietações e esperanças forjadas em nossa luta pela liberdade poderão frustrar-se — contidas ou revertidas pela ação retrógrada das classes dominantes, mantendo-se o cortejo de privilégios, injustiça e miséria absoluta, característicos do Brasil contemporâneo — ou poderão criar, pela primeira vez na história brasileira, um novo tipo de estado democrático, no qual uma nova prática social e política civilizada, republicana e progressista, possa abrir as vias para um Brasil rico desenvolvido, livre e soberano, justo e pacífico, socialista, num mundo que queremos mais fraternal e de paz.

O grande desafio dos que defendem a transformação do Brasil "o socialismo" — é fortalecer, na sociedade e nas instituições, as condições para a construção de um novo bloco histórico, democrático e nacional, sob a hegemonia da classe operária, que expresse uma alternativa e um programa de superação do sistema de poder excluente e injusto que opprime o povo brasileiro.

Essa alternativa e esse programa não podem estar aferados ao passado e a construções teóricas que formalizaram orientações políticas para outra época; precisam responder aos processos e contradições do Brasil de hoje, no mundo atual, articulando-os para a transformação e renovação da sociedade brasileira. Mas também não o farão se não integrarem a experiência das lutas e dos valores do povo brasileiro que, ainda quando derrotados, representaram os interesses mais profundos da nacionalidade.

O mais característico dessas lutas e desses valores é sua natureza popular, democrática e patriótica. Estabelecidos principalmente pela ação das massas populares, reunindo classes e camadas sociais diversas e sob a direção de convicções ideológicas e políticas variadas, a aspiração à paz, à justiça social e à liberdade, o patriotismo e a solidariedade internacionalista ergueram posição na intelectualidade e no clero, entre militares e empresários, em diferentes partidos e facções políticas, na juventude e nos movimentos populares, sobretudo o operário – seu guardião e impulsor mais consequente, em particular após a fundação do PCB.

Nosso Futuro: O Socialismo

Desse patrimônio histórico é que devemos partir para transformar o Brasil. Mas desenvolvendo-o para conectar as lutas contra o imperialismo, os monopólios e o latifúndio com os novos movimentos pela paz e de solidariedade, ecológicos e juvenis, de liberação da mulher e pelos direitos humanos, dos negros e dos índios, da melhoria das condições de habitação, saúde, transporte e educação, que vão abarcando cada vez mais amplamente os setores marginalizados da nossa população. Contudo, esses movimentos só atingirão suas expectativas se relacionadas à luta pela resolução da contradição clássica entre o trabalho e o capital, com sua inspiração social, libertária, democrática e revolucionária socialista.

A alternativa para o futuro do Brasil que defendemos é assim, um processo de largo alcance, que precisa unir para convergir as forças sociais, políticas e culturais numa proposta que supere os impactos oriundos dos riscos da guerra, da dependência e dos domínios oligárquicos, do autoritarismo e da alienação, das restrições à cultura e das discriminações, da violência e da opressão, da marginalização social e da destruição do meio ambiente, do capitalismo, enfim. Esse caráter vigente do capitalismo ainda mais se acentuou com o modelo imposto pela ditadura. Ele marginalizou os trabalhadores e a cidadania, sufocou e reprimiu o trabalho, a cultura, a ciência e a liberdade, escancarou o País ao capital estrangeiro, enquanto a dívida externa ultrapassou os 100 bilhões de dólares e a dívida interna elevou-se a cerca de 1 trilhão de cruzados. O Brasil pode ter um outro destino. A justiça social, a liberdade, a plena soberania nacional, a paz, a democracia e o socialismo podem se impor. As transformações que ocorrem no mundo, impulsionadas pelas importantes iniciativas de paz e renovação do socialismo adotadas na União Soviética e demais países socialistas, e as mudanças já alcançadas no Brasil, as possibilidades mundiais e nacionais do progresso reforçam esses valores e lhes dão maior atualidade.

Este é o maior compromisso: uma política para a democracia na perspectiva do socialismo, garantindo-se outro tipo de desenvolvimento, uma nova economia que crie emprego, favoreça o trabalhador e realize suas aspirações.

Transição e Estado de Direito: as Portas do Futuro

Antes de mais nada, para esse projeto de dimensão estratégica, é fundamental a existência de um estado de direito democrático. E para o conquistarmos é preciso que a transição, que se

desenvolve num quadro de contradições, consolide-se e avance enfrentando os graves problemas políticos, econômicos e sociais que ameaçam paralisá-la ou desviá-la, com respostas eficazes e vinculadas aos objetivos democráticos, que uniram amplas forças contra o autoritarismo.

As contradições que se manifestam no processo de transição refletem o choque entre seus elementos de continuidade e renovação; os conflitos entre o trabalho e o capital; e a contraposição entre as expectativas mudancistas e o ainda precário grau de organização das forças sociais que as apóiam, de um lado, e as pressões reacionárias de outro, que se empenham em impedir ou limitar as mudanças.

Mas, na transição, tal como a compreendemos, vem-se cumprindo a tarefa do encaminhamento da democratização. Ela estabeleceu uma situação positiva para as lutas das forças progressistas e populares, principalmente para a classe operária e as massas trabalhadoras. Esses avanços não podem ser desvinculados de ação do governo Sarney – uma das expressões orgânicas da transição – que, com limitações, tem mantido os compromissos com as propostas democráticas e de mudanças que lhe deram origem e tem assegurado, no essencial, um lima de liberdades. Mas, por ser resultante de um acordo antitotalitário entre forças democráticas, liberais, conservadoras e até mesmo reacionárias, em sua composição política, o governo Sarney possui contradições, que explicam também suas tentativas de limitar o processo de transição e de mudanças, após o Cruzado II e a demissão do Ministro Dilson Funaro, particularmente com o Plano Bresser, os sucessivos atropelamentos à Constituinte, e o recurso à Lei de Segurança Nacional.

O PCB, enquanto força política que se propõe a contribuir para a articulação da Frente Democrática e a lutar pelos objetivos históricos do proletariado, defendendo firmemente a transição, não pode deixar de combater, por isso mesmo, o conjunto das últimas medidas governamentais que, no campo econômico, de repressão política, de confrontação com a Constituinte e das tentativas de divisão das forças democráticas, desservem a estabilidade da transição. O governo Sarney, enquanto fugir à sua missão original, não contará com o apoio dos comunistas. A defesa da estabilidade do governo apoiando-o nos seus aceitos e criticando-o e opondo-se aos seus equívocos, corresponde ao fortalecimento da correlação de forças favorável à democracia. Estabilidade para mudar e para promover a melhoria das condições sociais das massas. Uma estabilidade que, para os comunistas, tem um conteúdo de classe, vista a partir dos interesses do proletariado, não aquela que interessa aos setores mais reacionários para congelar ou mesmo reverter as conquistas até agora realizadas.

A postura independente e cética, a ser reafirmada pelos comunistas na atual conjuntura, em nada se assemelha à oposição sistemática e inconsequente ao Governo, praticada por outros partidos. Tampouco o seu apoio ao Governo deve ser entendido como incondicional. Por seu turno, a Constituinte – sob pressão de grupos econômicos e interesses sociais conservadores e reacionários, mas contando com a simpatia e o apoio de largos setores da sociedade que crescentemente se articulam e se mobilizam para ampliar sua pressão organizada – tem condições de defi-

nir em sentido democrático as estruturas políticas, econômicas e -sociais do novo estado de direito.

A nova Cada constitucional em elaboração poderá consagrar, entre outros, alguns princípios essenciais: 1 – garantia de amplas liberdades democráticas e de direitos sociais aos trabalhadores, com sua extensão às minorias, bem como a erradicação de preconceitos e discriminação que degradam a sociedade e obstaculizam a livre organização dos partidos políticos; 2 – democratização do Estado, promovendo-se a participação da cidadania e através de novas estruturas federativas, da implantação do parlamentarismo, da adoção de regras e controles realmente democráticos do processo eleitoral e de mecanismos também democráticos de administração da justiça e da administração pública em geral; 3 – princípios básicos de uma economia progressista, comprometida com o crescimento e com justiça social, que imponha freios aos monopólios, que reverta ao controle da União todas as concessões no setor mineral ainda não explorados, que vincule a propriedade à sua função social e que enfrente o desafio da reforma agrária tendo em vista a dimensão econômica do aumento da produção de alimentos, sobretudo para o mercado interno, e a dimensão social de assentamento de milhões de brasileiros sem terra; 4 – institucionalização de nova política social, que assegure emprego e uma vida melhor às grandes massas trabalhadoras e populares; e 5 – definição dos parâmetros e objetivos gerais de uma política externa independente, não alinhada e hipotecada à paz.

A Crise, a Negociação e os Trabalhadores

Há, porém, grandes riscos pela frente.

A persistência da crise econômica se constitui num dos fatores mais negativos da delicada fase atual da vida brasileira, gerador da divisão das forças democráticas, de instabilidade política e de insatisfação e descontentamento da população que podem ser canalizados pelos setores reacionários interessados em limitar ou fazer retroceder a transição.

O Plano Cruzado – que procurou girar a política econômica num sentido favorável a um desenvolvimento independente e aos interesses populares – foi sabotado pelo grande capital e o latifúndio, ainda que timidamente, pelo governo. A sabotagem ao Cruzado foi facilitada pela falta de ajustamento indispensáveis, obstruídos por interesses eleitoreiros, e pela inconsequência do governo. As dificuldades, delongas e limitações das mudanças requeridas pela Nação foram ampliadas pelo Cruzado II, generalizando-se a insatisfação popular diante do novo surto inflacionário, de especulação financeira, da escalada de preços e das taxas de juros, do aviltamento dos salários e da diminuição do ritmo de crescimento econômico e de observação de mão-de-obra. A suspensão do monitoramento da nossa economia pelo FMI, adiante reforçada pela declaração da moratória, não se desdobrou, como seria necessário, em reformas estruturais e outras medidas que lhe pudessem dar consequência.

O gatilho salarial, importante conquista dos trabalhadores só em parte protege os assalariados. A escalada inflacionária e a ameaça de recessão geraram a rotatividade de grandes contingentes de mão-de-obra e desemprego. O funcionalismo estadual e municipal teve que travar acirrada bata-

lha, em muitos casos com graves derrotas, em defesa da aplicação do gatilho.

O Plano Bresser, em suas linhas gerais, não retirará o País da crise num sentido favorável aos interesses nacionais e populares. Não tendo sido objeto de negociação entre as diversas forças sociais e políticas, entre as quais os trabalhadores, para favorecer a estabilidade do quadro político, constituem-se numa tentativa governamental de combater a inflação, através do arrocho salarial e de algumas medidas que apontam para uma política recessiva, com uma orientação próxima à do FMI. As medidas adotadas envolvem mais sacrifícios para os trabalhadores e apontam em direção à internacionalização e à limitação do crescimento econômico. É inaceitável o tabelamento dos bens de consumo em níveis superiores aos praticados pelo mercado na data do congelamento, a não reposição das perdas salariais dos últimos meses, a não correção dos salários e das cedernetas de poupança de acordo com o índice inflacionário do mês de julho.

O Plano Bresser e as novas diretrizes da política econômica assumidas e concretizada no Plano de Controle Macroeconômico do Governo não formulam uma política de investimentos, mas, ao contrário, prevêem um severo corte nas inversões das estatais. Para se assegurar a estabilidade política, a continuidade da transição, impõe-se a mobilização e luta das massas populares e uma negociação, um entendimento entre as diversas forças políticas e sociais, envolvendo centralmente o governo federal, os partidos, os governos estaduais, o empresariado e os sindicatos de trabalhadores.

Esse entendimento é exigido pela necessidade de a frente democrática e prioritariamente as massas populares e forças progressista e de esquerda alcançarem um mínimo de unidade nacional para que o País possa sustentar a moratória e afirmar sua soberania na renegociação da dívida externa; pela urgência de respostas eficazes à crise econômica e social; e pela carência de iniciativas de superação das agudas tendências de confrontação no campo democrático, que favorecem a recomposição das forças reacionárias.

Logo de início do governo Sarney, o PCB apresentou a proposta de um pacto político e social, amplo e avançado, objetivando garantir o desenvolvimento regular da transição. Agora, com a mesma preocupação básica com as aspirações de mais liberdades e mudanças por parte do nosso povo, insistimos na importância do entendimento. Para o PCB, o pressuposto é que esse entendimento não pode penalizar os trabalhadores nem ignorar sua legítima reivindicação, do mesmo modo que deve rejeitar medidas que sacrificuem o desenvolvimento econômico.

O essencial é que se combinem os desenvolvimentos sociais através de um conjunto de decisões e medidas prioritárias:

1 – manutenção de taxas de 7 a 8% de crescimento do PIB;

2 – aumentos reais de salários e implementação de um programa de recuperação do salário mínimo, de forma que, no prazo de três anos, ele tenha pelo menos o mesmo poder de compra do ano em que foi promulgado;

3 – garantia de emprego com proibição de demissões imotivadas, jornada de trabalho de 40 horas semanais, amplo direito de greve e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e completo democratização da estrutura sindical;

4 – reforma agrária e garantia de preços mínimos aos produtos agrícolas e de financiamento aos pequenos e médios agricultores;

5 – permanência da moratória por um prazo mínimo de 5 anos, realização de auditoria da dívida externa e controle da remessa de lucros;

6 – resolução do ônus acarretado pela dívida interna e do problema do financiamento do desenvolvimento econômico, através de reforma financeira que bloqueie a especulação e estimule os setores produtivos, especialmente os constituídos pelas empresas estatais e privadas nacionais e em particular as pequenas e médias de reforma tributária que penalize os setores "rentistas" parasitários e os lucros dos monopólios; e da reformulação do Imposto de Renda da pessoa física, aliviando-se a carga dos assalariados e reforçando-se a dos extratos mais ricos da população.

Novo Bloco Histórico e Democracia de Massas

Vitoriosa a transição, com a conquista de um estado de direito democrático, que o PCB propõe seja desde o início baseado num regime parlamentarista e no qual o chefe de Estado – Presidente da República – tenha um mandato de quatro anos, as forças democráticas deverão lutar por maioria parlamentar que possibilite imediatamente a formação de governos comprometidos em consolidar e aprofundar os avanços institucionais e as reformas de estrutura inscritos na nova Constituição e necessários ao desenvolvimento democrático, independente e progressista do País. Estes governos deverão representar formas de aproximação à constituição de qualitativamente novos governos democráticos, patrióticos e populares que abram caminho para uma democracia de massas.

A depender de inúmeros fatores que não podem ser previstos, diversas serão as formas de aproximação à constituição desses governos e à realização de suas tarefas. Em qualquer hipótese, nossa luta pelo progresso político e social é inseparável da convicção que nenhum partido ou classe, isoladamente, transformará e renovará o Brasil, obra de todo o povo.

A magnitude do desafio e das resistências que o povo brasileiro enfrentará vai exigir um novo bloco histórico, democrático e nacional, construído por uma política de amplas alianças, capaz de afirmar a hegemonia do proletariado e encaminhar o país para o socialismo. Assim, não bastará lutar por maioria parlamentar e governos avançados. Este novo bloco histórico somente se erguerá e desenvolverá seu papel se conquistar a vontade da maioria dos trabalhadores e da cidadania.

A fim de caminharmos nessa direção é preciso que, desde agora, seja renovada a ação unitária, na sociedade e nas instituições, das forças democráticas e patrióticas, sobretudo as de esquerda, frente às questões concretas destacadas pelo processo político real. Sem recusa às alianças e convergências mais amplas, e até episódicas, para abrir caminho ao futuro, ainda que seja com um só passo.

O decisivo é reforçar nossa unidade e a mobilização popular, para incorporar no cotidiano do Estado e da cidadania as idéias programáticas que exprimem as esperanças e os interesses mais profundos do nosso povo.

O compromisso participativo do Brasil com o mundo de amanhã, com a resolução dos problemas sociais de toda a humanidade requer uma nova ordem econômica internacional, o fim da corrida armamentista, a solução da dívida externa do Terceiro Mundo e uma política de integração, solidariedade e ajuda mútua entre os países em desenvolvimento, respaldada pelas forças de paz, da democracia e do socialismo.

A democratização do Brasil é uma condição essencial a qualquer alternativa renovadora, para que se imponha o respeito às normas de convivência pluralista, o isolamento das vias do autoritarismo e do golpismo. Somente no interior deste firme compromisso com a democracia superaremos, com mais rapidez e menos ânus, o atraso e as injustiças que restringem as perspectivas de nossa sociedade.

Esta é a importância histórica do momento em que vivemos, hipotecado à unidade e à luta de todos os democratas e patriotas, mas sobretudo da classe operária, para que se garanta a transição e se conquiste o estado de direito democrático, de que dependem estreitamente os interesses futuros dos trabalhadores e o progresso do Brasil – livre, independente, soberano e senhor absoluto de suas riquezas, exploradas convenientemente em benefício da Nação.

O SR. HAROLDO LIMA (Líder do PC do B): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Líder do PC do B. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na tarde de ontem, a Liderança do Partido Comunista do Brasil levantou, perante esta Presidência, um comunicado chamando a atenção para o fato de estarmos há 16 dias esperando que o Plenário da Constituinte se pronunciasse a respeito de uma decisão tomada pelo Plenário da Comissão de Sistematização.

Dizíamos que o Projeto nº 4, da decisão, do Constituinte Paulo Ramos, havia sido aprovado pela Comissão de Sistematização e esta Casa, até agora, não havia tomado conhecimento do assunto. Hoje, já são passados dezessete dias que isto se deu: de novo, o Plenário da Assembléa Nacional Constituinte não tomou conhecimento do que se passou na Comissão de Sistematização, ou seja, não apreciou o resultado daquela decisão tomada em primeira instância.

Consideramos isto grave, Sr. Presidente, porque, enquanto a Assembléa Nacional Constituinte deixa passar a oportunidade de intervirmos no curso dos acontecimentos políticos brasileiros, o Banco Central vem noticiando que já está normalizando, regulamentando a conversão de parcela ou de toda a dívida externa em capital de risco, o que significaria o mais completo entreguismo sendo feito no Brasil, sob a direção do Governo Federal. Pensamos que esta questão é sumamente grave porque, se por um lado, o Executivo menospreza, despreza a Assembléa Nacional Constituinte e toma medidas em completo antagonismo com as decisões ou, pelo menos, com os pontos que estão sendo discutidos nesta Assembléa Nacional Constituinte, por outro lado, não poderíamos aceitar que, dentro da própria Constituinte, os seus órgãos diretivos também demorem dema-

siadamente em colocar no plenário da Constituinte uma questão que já foi votada na Comissão de Sistematização e, por conta dessa demora, quando tomarmos uma decisão já poderá ser inócuas, por ter passado o seu tempo útil de vigorar.

Pensamos que essas coisas são extremamente graves, Sr. Presidente, porque ainda agora ouvimos o nobre Líder do PFL vir aqui, ainda há pouco, nesta mesma tarde, fazer um pronunciamento abertamente entreguista, dizer que o capital estrangeiro está aí cheio de dinheiro, querendo saber aonde vai aplicá-lo. Não percebe, o nobre Líder, que o capital estrangeiro está aí há muito tempo, cheio de dinheiro, à cata de países onde ele vai assaltar. E um desses países predispostos ao assalto tem sido justamente o Brasil. E agora, mais do que nunca, está aberto ao assalto, sob a direção do Governo do Senhor José Sarney, que está tentando abrir as portas do País, escancarar as portas do País, sem chocar a consciência nacional brasileira.

Ainda no dia de hoje, vimos o Sr. Ministro Bresser Pereira dizer de público que, neste instante, não é este o plano, não é ir bater às portas do FMI; mas o plano é ir, no momento seguinte, bater às portas do FMI.

Ora, Sr. Presidente, nós estamos cansados dessa cantilena reacionária, entreguista, nenhum desses Srs., nem o Sr. Bresser Pereira, nem o nobre Líder do PFL, nem o Senhor José Sarney têm condições de ir à praça pública dizer o que dizem aqui, às escondidas, que o Brasil precisa abrir as portas ao capital estrangeiro, porque o nosso País está completamente dominado pelo capital estrangeiro, está completamente vilipendiado. O nosso povo passa por dificuldades, o custo de vida está exacerbado, o poder aquisitivo do salário é dos mais baixos, porque todo o fruto do nosso trabalho está sendo carreado, há muito tempo, para pagar uma dívida que ninguém contraiu, que foi contraída pelo governo militar passado e que não favoreceu, em nenhum instante, o povo brasileiro e que o povo brasileiro quer, sim, ver de imediato a suspensão energética dessa dívida. Pensamos que o Governo atual que, em determinado instante, decretou uma certa moratória, o Governo está procurando agora abrir mão dessa moratória que não deu resultado nenhum, porque não foi moratória energética. Foi, sim, um pedido de desculpa ao capital estrangeiro, para passar alguns meses sem pagar a dívida, mas voltar a pagar em um momento seguinte, da forma pela qual o capital estrangeiro queria impor.

O que estamos vendo é isto: esse governo que está aí não tem condição alguma de tomar uma medida energética em face do capital estrangeiro. É um governo amordaçado pelo capital alienígena. Razão pela qual, Sr. Presidente, nós continuamos a perseverar na idéia de que, para que a nossa Pátria levante a bandeira da defesa da nacionalidade, é necessário mudar o governo: Diretas, em 1982, para que, a partir de então, nós possamos dar um tratamento justo e nacionalista à questão da dívida externa. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ LOURENÇO (LÍDER DO PFL): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, é de se pedir a Deus que inspire a nossa gente e inspire especialmente o nobre Líder do PC da Albânia, porque a União Soviética está, de fato, avançando no campo das idéias. Veja V. Ex.^a, a revista VEJA, desta semana, faz largos elogios ao Secretário-Geral, Sr. Gorbatchov, pelo seu avanço na política internacional, porque abriu as fronteiras da União Soviética ao capital estrangeiro, uma vez que a União Soviética, também, simultaneamente, está

estão mudando a matriz, de Moscou para Tirana, capital da Albânia.

Então, Sr. Presidente, despreocupe-se o Brasil: nós vamos sair da moratória; nós vamos fazer uma negociação de cabeça erguida; nós vamos renegociar a nossa dívida de acordo com os interesses nacionais, sem ferir a dignidade do Brasil, mas saindo dessa situação vergonhosa em que nos encontramos e, ao mesmo tempo, permitir que eles continuem com discursos de cem anos atrás. (Muito bem!)

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (LÍDER DO PDT): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pois fui citado mais de uma vez no pronunciamento do nobre Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a já falou, por isso dou a palavra ao Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. HAROLDO LIMA: – Peço o entendimento de V. Ex.^a, porque V. Ex.^a deu a palavra ao nobre Líder duas vezes e a mim somente uma. S. Ex.^a falou a meu respeito diversas vezes e preciso prestar esclarecimentos à Mesa e à Casa neste instante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Peço a colaboração de V. Ex.^a como Constituinte e como amigo.

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, V. Ex.^a me pede a colaboração e estou disposto a colaborar, mas não estou disposto a aceitar que os meus direitos legítimos não sejam levados em conta pela Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não gostaria de continuar discutindo com V. Ex.^a, pois está impedindo que continuemos o nosso trabalho.

Tem a palavra o nobre Líder Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Na verdade, o horário é destinado à discussão de temas constitucionais. Dentro em breve, pretendo analisar a situação econômica do País, o Governo Sarney e o Plano Bresser.

Mas, Sr. Presidente, não poderia deixar de tecer algumas considerações sobre o nível do debate que acabamos de ouvir. Sr. Presidente, o Constituinte Haroldo Lima trouxe a posição do seu Partido, fazia considerações a respeito do Plano Bresser, que endosso integralmente; representa, na verdade, a entrega do País aos grupos econômico-financeiros e aos grupos multinacionais.

Sr. Presidente, vejo com profunda tristeza a posição do Líder do PFL que, desprezando o livre debate, fez menção ao Constituinte Haroldo Lima, como se ele fosse Líder do PC da Albânia. Precisamos elevar o nível dos debates nesta Casa. E nesse sentido, Senhor Presidente, devo dizer que as provocações assacadas contra o Constituinte Haroldo Lima, que representa um segmento de pensamento da sociedade brasileira nesta Casa, não podem ser recebidas pelo PDT, passando em brancas nuvens.

Portanto, veja V. Ex.^a, Sr. Presidente, enquanto o mundo socialista evolui, enquanto a Polônia – e parece que eles querem seguir o exemplo do Sr. Jaruzelski que comprou do Brasil dois bilhões de dólares e não os pagou, são um bando de caloteiros – eles querem, agora, que sejamos caloteiros também. Eles querem pôr o Brasil nas linhas vermelhas das relações financeiras internacionais.

Sr. Presidente, eles não vão conseguir, porque o bom senso do Presidente José Sarney não vai permitir que isso ocorra. Eles continuarão, aliás, para ânimo e alegria dos nobres colegas, porque, se fizermos o que eles querem, eles vão ficar sem discurso. Vamos permitir que S. Ex.^a continuem com esses discursos. Entreguistas! Traidores da Pátria! Vendidos aos americanos! Esses discursos que ouvimos aqui, o Brasil conhece há 50 anos, e continuarão agora, através de nossos colegas.

O Constituinte Haroldo Lima já falou, falarão agora o vice-Líder, o sub-vise-Líder. Os discursos serão os mesmos. Não vamos tirar-lhes o discurso, Presidente Ulysses Guimarães. Eles vão ter oportunidade de continuar com esses mesmos discursos, anos e anos afora, até que se cansem, o comunismo acabe, porque estou preocupado que o capitalismo se instale na União Soviética primeiro do que no Brasil.

O Sr. Mikhail Gorbatchev está mudando tão rapidamente a União Soviética, que eles também

Sr. Presidente, nós conhecemos a posição dos Partidos de situação nesta Casa, especialmente o PFL, que é um Partido que hoje está nos jornais, que um dia está contra o Sarney e no outro dia está a favor do Sarney, dependendo da negociação dos cargos que possa ter no o Governo Sarney. (Palmas.) E que, na verdade, pretende, no velho anticomunismo do século passado, buscar um debate nesta Casa entre "representantes" de Partidos ou de nações que não estão no nível do debate da Constituinte. E contra as suas posições atrasadas, reacionárias, entreguistas de negócios, da coisa pública, nós não poderíamos deixar de protestar, colocando a nossa posição muito concreta: existe lugar nesta Casa e na sociedade brasileira para os homens de extrema direita, que falam em defesa dos seus próprios interesses nesta Casa, alguns representando os efetivamente interesses individuais. Alguns vieram para esta Casa, para a Constituinte, para defender os seus interesses. Provavelmente, depois da Constituinte, abrirão mão da atividade político-parlamentar, porque eu já dizia na campanha no Rio de Janeiro: existem muitos candidatos que agora se apressarão e gastarão milhões de cruzados para se colocarem contra a estabilidade do trabalhador, defendendo seus interesses de grandes proprietários. Existem outros que defendem o latifúndio porque são latifundiários, e outros que defendem os banqueiros porque são banqueiros.

Na verdade, Sr. Presidente, se existem espaços para esses que representam interesses individuais e pessoais, a sociedade brasileira é múltipla e pluralista: existem as posições dos comunistas neste País de que podemos, por qualquer razão, discordar, mas que temos de respeitar, porque têm trazido uma contribuição para o debate constituinte e uma contribuição para as discussões e para a democracia brasileira, como respeitamos aqueles que têm posições que consideramos mais atrasadas.

Sr. Presidente, para concluir, não poderia deixar de fazer esse intróito em solidariedade, muito menos ao Constituinte Haroldo Lima, mas muito mais à Assembléia Nacional Constituinte, porque todos nós aqui fomos eleitos pelo povo, dentro da pluralidade da sociedade brasileira.

Desejo, finalmente, Sr. Presidente, lamentar mais uma vez, desta tribuna, e afi preciso que a Assembléia Nacional Constituinte faça uma cobrança explícita aos chefes militares. Recordo da nossa luta nesta Casa pela soberania da Assembléia Nacional Constituinte e os que, naquela oportunidade, buscavam se compor com as posições do Planalto, abriram mão da soberania em troca de acertos que modificaram até o prazo do Regimento Interno. E lamentamos, hoje, que os ministros militares digam explicitamente que não cumprirão a lei se a Assembléia Nacional Constituinte aprovar a anistia. Toda a discussão sobre as Forças Armadas deste País foram sempre colocadas como uma instituição que defende a lei e a ordem.

Pois bem, Sr. Presidente, dizem os ministros militares, e mais especialmente o Ministro Leônidas Pires Gonçalves, que não cumprirá a lei se a Assembléia Nacional Constituinte aprovar a anistia. Este é um posicionamento antigo e não vejo ninguém se levantar contra, representando os partidos majoritários desta Casa – nem o Presidente Sarney, que coloca a Lei de Segurança Nacional para punir quem critica o seu Governo

e enquadra sindicalistas em função da repulsa da sociedade brasileira, e depois recua. Mas o próprio Ministro do Exército declara que seria uma afronta à hierarquia e à disciplina o cumprimento da anistia. Porque foram cassados vários militares brasileiros? É bom perguntar. Foram em função de sedição, foram os que fizeram Aragarças e Jacareacanga, foram porque tentaram derrubar o Presidente da República eleito legalmente, investido de suas funções, ou foram cassados porque defendiam a Constituição e um Governo legalmente instituído? Hoje quer se passar para a sociedade brasileira que seriam militares desonestos e corruptos ou militares que seriam homossexuais. Aliás essa é a justificativa de uma emenda de um Deputado Constituinte nesta Casa, esquecendo-se de que muitos que hoje estão contra a anistia, ou estão no bloco do Governo, que ouve os ministros tudo falarem e nada dizem, ontem foram cassados e hoje procuram acertar-se com as benemerências do Palácio do Planalto.

Queremos, Sr. Presidente, trazer o nosso protesto: a Assembléia Nacional Constituinte tem soberania para discutir as questões da sociedade brasileira e não estamos colocando aqui nenhuma posição radical. Este é o momento da transição, este, sim, é o pacto social, é a Assembléia Nacional Constituinte, onde iremos fazer nova Constituição para este País, longe dos ódios, longe das perseguições e longe das cassações.

Estaremos defendendo, intimoradamente, a anistia para os militares e para os civis. Conheço muitos trabalhadores, muitos marinheiros cujas mulheres tiveram que pedir esmola para sustentar seus filhos enquanto seus maridos estavam presos e condenados.

É preciso restaurar o convívio da sociedade brasileira, o convívio entre brasileiros, longe do ódio e longe, sobretudo, das discriminações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA): – Sr. Presidente, em função do art. 55, § 7º, que prevê a possibilidade de o Constituinte fazer uso da palavra em explicação pessoal, solicito a V. Ex.^a de me dizer a oportunidade de fazer uma breve correção do que foi dito ainda há pouco pelo nobre Líder do PFL

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Atenderei a V. Ex.^a final do Horário de Comunicações das Lideranças, para não haver interrupção, conforme norma estabelecida para o bom andamento dos trabalhos.

O SR. HAROLDO LIMA: – Muito obrigado!

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (Líder do PT): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT — SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Antes de fazer uso de meu tempo, gostaria de fazer uma pergunta à Mesa.

No dia 7 de maio, fiz dois requerimentos à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Um, pedindo esclarecimentos a respeito dos critérios para escolha do representante da Classe trabalhadora no Conselho Monetário Nacional; o outro, inda-

gando quais os critérios adotados para a distribuição e concessão de rádio e televisão neste País e quais as emissoras e respectivos responsáveis beneficiados com as concessões efetuadas a partir de março de 1985.

Já se passaram quase três meses do dia 7 de maio até hoje, e ainda não recebi resposta por parte da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Pediria ao Sr. Presidente que, após a minha fala, explicasse por que ainda não nos foi dada resposta aos referidos requerimentos.

Em segundo lugar, o assunto que vou abordar agora vai ser motivo da minha fala no dia 13 de agosto, portanto, o mês que vem. Mas não poderia deixar passar a oportunidade de chamar a atenção dos Srs. Constituintes, do Sr. Presidente da Constituinte, para a hipocrisia reinante neste País: (Palmas.) De um lado, percebemos, uma preocupação do Dr. Ulysses Guimarães e de algumas pessoas mais sérias desta Casa com repercussão sobre a instituição chamada "Poder Legislativo". Há uma preocupação generalizada com relação ao conceito e à imagem que a Assembléia Nacional Constituinte está tendo junto ao povo. E algumas pessoas costumam dizer que é por causa dos discursos aqui proferidos ou declarações que os Constituintes dão em debates.

Já tive a oportunidade de dizer e vou frisar outra vez o que depõe contra a Instituição não é o discurso de nenhum candidato, de nenhum Constituinte; não é um programa de televisão que fala mal da Constituinte. O que depõe, na verdade, é quando a gente percebe com uma certa tristeza, Constituintes se reunindo com o Presidente José Sarney e dizendo ao Presidente da República que, para lhe dar apoio, precisam ser beneficiados com empregos na área do Ministério da Fazenda, na área do Ministério da Previdência Social, na área do Ministério do Trabalho, na área da Sudene, na área da COHAB e assim por diante. Eu acho que quando o povo, um leitor, por mais simples que seja, vê uma notícia dessa no jornal, o conceito que ele terá é o mesmo que o Caiado disse e que todos nós repudiamos — é que todo o político é mau-caráter, é que todo o político é corrupto e que todo o político é vendilhão. (Palmas.)

Se nós quisermos melhorar o conceito desta Casa, é preciso aprimorar o procedimento de algumas pessoas que vivem nas cercanias do Palácio do Planalto ou que vivem nas cercanias dos ministérios, à busca de uma vaga, à busca de um emprego para um cargo eleitoral, sem nenhum critério e sem nenhum pudor. É isto que depõe. E esse tal de Grupo Democrático, que diz que vai apoiar o Presidente José Sarney, nada mais está fazendo do que isto, do que apoiar a troca de benefícios, de empregos, sem se importar com a imagem que a Casa vai ter.

Não é este o único assunto. Eu estou cansado de ler nos jornais a preocupação dos empresários mais importantes deste País, dizendo que é preciso negociar. Agora, há pouco, nós estamos vendo o Presidente da Fiesp conversando com os dirigentes sindicais — já conversou com o Presidente da CUT, já conversou com o Presidente dos Sindicatos de São Paulo, vai conversar com o Presidente da CGT e nós estranhamos que esses homens que falam em negociação elaboraram um documento e, ao invés de trazer esse documento para ser discutido no plenário da Constituinte,

na medida em que eles falam que querem diálogo, vão tentar pedir apoio ao Presidente da República para tentar evitar que seja aprovada a estabilidade no emprego ou para que seja aprovada a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

É lógico que, se vivêssemos num país onde os empresários tivessem a cabeça arejada, onde os empresários não quisessem escravizar a classe trabalhadora, possivelmente não estivéssemos preocupados com as 40 horas. Mas neste País, se não nos preocuparmos 24 horas por dia, existirão empresários que vão querer escravizar os trabalhadores e colocá-los para trabalhar não 48 horas, como é hoje, mas 50, 60 ou 70 horas. (Palmas.)

O que é mais grave, Dr. Ulysses Guimarães, é que o jornal, **O Estado de S. Paulo**, de vez em quando se auto-intitula o dono da verdade e, de repente, ele vai nas catacumbas do movimento sindical e retira um Rogério Magri e tenta vender como uma nova alternativa sindical, como coisa que a classe trabalhadora não o conhecesse nem soubesse o tipo de dirigente sindical que ele é. E se o sindicalismo brasileiro é a droga que é, não é por causa de companheiros combativos que fazem greve, é por causa de dirigentes sindicais omissos e vendilhões como o Sr. Rogério Magri, como Luiz Antônio, do sindicato de São Paulo. Não é outra coisa senão uma "jogada" do jornal **O Estado de S. Paulo**, da mesma forma que faz contra as empresas estatais, querendo privatizar todas e, agora, para se contrapor ao sindicalismo combativo, tenta recuperar das catacumbas do movimento sindical algumas lideranças.

Espero que o próximo seja o dirigente sindical chamado José Calixto, Presidente da CNTI. Ele será o novo herói do jornal **O Estado de S. Paulo**, que vai dizer que é contra política no sindicato; que vai dizer que estabilidade causa dispensa do trabalhador; que vai dizer que 40 horas é muito pouco, porque o trabalhador vai ficar muito descansado, vai ter lazer e que isso não pode, trabalhador não tem tempo de pensar, tem que ficar dentro da fábrica, escravizado, à disposição do empregador e não pode ter estabilidade. O empresário tem que ter o poder unilateral de dispensar o trabalhador, tratá-lo como se ele fosse objeto.

Ora, Sr. Presidente Ulysses Guimarães e Srs. Constituintes, estou dizendo isto apenas para chamar a atenção para uma coisa. Disse, no primeiro discurso feito nesta Casa, que a disposição do Partido dos Trabalhadores era de tentar conversar para que pudéssemos estabelecer uma Constituição que pudesse representar, quem sabe uma média daquilo que é o pensamento da sociedade brasileira. Queria dizer que, embora saiba que os empresários são maioria aqui, ou representantes de empresários, é importante frisar para o todo mundo ouvir que nenhum grupo de Constituintes representados aqui vai conseguir fazer uma Constituição na marra, por cima daquilo que é a vontade do povo brasileiro.

A estabilidade no emprego não é luxo, como disse o Ministro do Exército. E é engraçado que o Ministro do Exército tem estabilidade, Dr. Ulysses Guimarães! Nunca vi um General ser mandado embora, quando muito ele é exonerado. O trabalhador é que é dispensado da forma mais

vil possível, sem nenhum critério. Então, estou dizendo tudo isso para realçar aos Srs. Constituintes que o movimento sindical combativo neste País já entendeu – para terminar minha fala – que o movimento sindical é uma entidade, de movimento essencialmente político. O dirigente sindical bom, para os empresários, é aquele que não reivindica muito, é aquele que diz amém, é aquele que concorda com tudo. O dirigente sindical ruim, segundo o conceito do jornal **O Estado de S. Paulo** e de alguns empresários do Brasil, é aquele que tenta politizar a classe trabalhadora, aquele que tenta organizar, aquele que tenta levantar a moral da classe para ela conquistar, efetivamente, alguma coisa na relação capital e trabalho.

E gostaria de terminar dizendo: haverá oportunidade de fazermos esse debate aqui dentro, e nós, do Partido dos Trabalhadores, eu tenho certeza que o PC do B, que o PCB, que o PDT e que outros Partidos políticos não irão pedir ao Presidente da República, como foram os empresários, para interferir aqui dentro, porque o Presidente da República está com sua moral um pouco baixa perante a opinião pública, está desacreditado perante a opinião pública. (Palmas.) E eu espero que isso reflita aqui dentro da Assembléa Nacional Constituinte.

O Presidente José Sarney não deveria estar preocupado com a estabilidade, não deveria estar preocupado com as 40 horas; ele deveria estar preocupado é com 70 milhões de brasileiros que estão morrendo de fome; ele deveria estar preocupado é com dois milhões de meninas de até 15 anos de idade que estão se prostituindo; ele deveria estar preocupado, agora, é com a Polícia que vai tentar escorraçar da fazenda de um amigo dele e dono da chácara, 280 famílias que estão acampadas lá há mais de um mês.

Eram essas as preocupações que o Senhor Presidente da República deveria ter. E a estabilidade deveria ser uma coisa não para ser negociada entre patrão e empregado, mas para ser negociada aqui na Constituinte, porque aqui é o lugar que nós devemos determinar os princípios básicos que nortearão a relação capital e trabalho, que determinarão a jornada de trabalho e que determinarão que nenhum empresário poderá, por sua vontade, dispensar trabalhadores sem que antes seja feita uma fiscalização na sua contabilidade para ver se a empresa está sofrendo de crise econômica, para saber se é necessário mandar embora.

Por isso, Dr. Ulysses Guimarães, o meu protesto contra a atitude do Sr. Albano Franco, que é Constituinte, e que ao invés de discutir na Constituinte vai, mais uma vez, pedir bênção ao Presidente da República. (Palmas.)

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Líder.

O SR. JOSE MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987.

Para a democracia cristã, para o Partido Democrata Cristão, a construção de uma sociedade li-

vre, justa e solidária pressupõe como ferramenta necessária, para a própria dignidade do homem, o exercício e a valorização da livre iniciativa que repousa, principalmente, naquelas pequenas empresas, nas micros, pequenas e médias empresas, que representam a grande força criadora do povo brasileiro a nível empresarial, que representam uma aspiração de crescimento e constituem, inegavelmente, a grande fonte geradora de empregos neste País.

O que presenciamos, Sr. Presidente? Presenciamos algo extremamente contraditório e quase inacreditável: de um lado, olhamos o Governo e as forças políticas que o defendem apregoarem a sua crença na livre iniciativa, apregoar a sua crença no valor da iniciativa privada e, de outro lado, inescrupulosamente, não titubeiam em massacrar da forma mais odiosa aquilo que mais genuinamente representa a iniciativa privada, que são exatamente os micros, pequenos e médios empreendimentos.

Cheguei ainda há pouco de meu Estado, São Paulo, e novamente quero testemunhar, Sr. Presidente, a tragédia que ali se instala; são centenas e milhares de pequenas, médias e microempresas que estão quebrando, estão se arruinando, estão desaparecendo. Tudo começou da seguinte maneira: durante o Plano Cruzado acreditaram essas empresas no Presidente, foram aos bancos pedir dinheiro para crescer, realizar pequenas obras, comprar novos equipamentos, tudo para produzir, para gerar novos empregos, para progredir. Pouco depois vinha o Cruzado II, com a sua imensa consequência de inflação e, hoje, essas empresas, endividadas, não têm como saldar seus compromissos. Aí vem o Governo, e de forma quase milagrosa, informou que através de uma Resolução, a 1.335, estava salvando as microempresas, salvando as pequenas empresas, fornecendo os recursos necessários. Nada disso está acontecendo, Sr. Presidente. Vão os pequenos empresários aos bancos e o que os bancos dizem? Dizem que nada receberam, ou dizem que o que receberam foi muito pouco e alguns gerentes de bancos mais atrevidos ainda dizem: "Bem feito; quem mandou acreditar no Presidente". Mas a verdade, Sr. Presidente, é que, enquanto essa situação perdura, estão os nossos irmãos que um dia acreditaram em uma promessa, totalmente desvalidos no mais absoluto desespero e, com isso, se instalando uma onda de desemprego sem precedentes neste País. Por isso, Sr. Presidente, aqui fica a indagação. Alguém está mentindo: ou mente o Governo, ou os bancos estão mentindo! Que se apure e se identifique onde está a verdade e onde está a mentira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. José Maria Eymael, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO
(PL – RJ. SEM REVISÃO DO ORADOR.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Infelizmente, estamos assistindo, agora, a um fato inédito na história deste País. Um salário mínimo de 35 dólares e o recorde absoluto na história desse País dos juros cobrados pelos bancos.

V. Ex.^{as} vejam a discrepância: os banqueiros que auferiram lucros "estúpidos", extraordinários, durante o ano de 1986, com o Plano Cruzado, no ano de 1987, caindo os lucros dos bancos, milhares de empresas brasileiras estão falido, e os bancos cobrando juros extorsivos, levando o Brasil a essa situação de absoluta miséria.

Aumenta o número de desempregados, lá no Estado do Rio; a fome grã, a violência, tudo por culpa dessa política desastrosa do nosso Presidente da República, alicerçado por esses dois Partidos que, historicamente, vão responder pelos absurdos que estão acontecendo, agora, no nosso País, o PFL e o PMDB. Meus amigos, todos os brasileiros estão conscientes, discute-se a prevaricação que é feita por esses dois Partidos em busca de cargos públicos, e temos centenas de milhares de brasileiros na mais absoluta miséria, o que se avoluma no dia-a-dia.

O nosso Ministro vai para o exterior, para amanhã "bater cabeça" para o Fundo Monetário Internacional, para aumentar, mais ainda, a miséria no nosso País.

Quando aqui discutimos e ouvimos os constituintes, falando sobre os ministros que não vão honrar a Constituição que fizermos, isso é um ledo engano, porque eles vão honrar sim; vão honrar porque têm de honrar a bandeira brasileira; eles têm de honrar os cento e trinta milhões de brasileiros que estão fora do processo de desenvolvimento deste País. Eles estão fora porque são os escravos desses grupos que dominam este País, dos grandes latifundiários, dos grandes bancos, das empresas multinacionais que escravizam o nosso povo. Mas a nossa Constituição, se Deus quiser tenho certeza, com o espírito de patriotismo, de brasiliade, de sentimento nativista, vai dar a volta por cima dos grandes interesses que estão vilipendiando o nosso País, e serão absolutamente a favor do nosso povo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Nos termos do art. 55, inciso VII do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, tem a palavra o Sr. Haroldo Lima, para explicação pessoal pelo prazo de três minutos.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na verdade, a esta altura, já estava preferindo deixar a minha intervenção para amanhã, posto que a explicação pessoal, nos termos regimentais, é algo que deveria ser dado incontinenti ao fato acontecido.

Pedi a palavra, logo em seguida, ao ser mencionado pelo Constituinte José Lourenço, e além do mais, S. Ex.^a, o nobre Constituinte já não se encontra mais presente no plenário e, lamentavelmente, o Sr. Presidente Ulysses Guimarães não me concedeu a palavra, como era de se esperar, quando o assunto estava posto e quando havia um todo, um plenário que tinham assistido às insinuações que tinha sido feitas a mim pelo Líder do PFL.

Contudo, aproveitando a oportunidade que V. Ex.^a, agora, me concede, devo dizer que as insinuações do Constituinte José Lourenço feitas a meu respeito, a respeito do Partido Comunista do Brasil e da República Popular Socialista da Albânia, elas não merecem uma resposta de forma mais substancial.

Alguns companheiros, colegas, Constituintes procuraram-me no intervalo para me pedir moderação, porque imaginavam que, pelo meu estilo, daria uma resposta contundente, energica e concreta. Eu lhes disse que não precisavam ter esse receio, porque dou respostas contundentes e energicas às pessoas que merecem. Na verdade, o nobre Constituinte José Lourenço não fez nada aqui de substancial; ele apenas fez insinuações chamou o Partido Comunista do Brasil de Partido Comunista da Albânia, não respeitou o Partido Comunista do Brasil que é um partido que existe há 65 anos neste País. Quando ele era ligado ao regime militar, aos fascistas, à corrupção de Antônio Carlos Magalhães, quando brigou com Antônio Carlos Magalhães sem saber por qual razão, quando deixou de brigar com Antônio Carlos Magalhães por razões mais desconhecidas ainda, o PC do B estava firme na luta pela liberdade, pela democracia e pela defesa da nacionalidade.

O Sr. Constituinte José Lourenço não faz nenhuma apreciação de conteúdo a respeito de nada. Diz que o nosso discurso vai continuar sendo esse mesmo porque ele vai continuar sendo o mesmo. É claro que se quisesse insinuar, também, no mesmo nível que ele fez a meu respeito, daria o que se sabe, lá pela Bahia, é que ele é Deputado salazarista. Enquanto ele for Deputado salazarista e enquanto salazarismo existir no mundo, os comunistas e democratas do PC do B, do PT, do PDT, do PMDB, do PSB, todos sustentariam a mesma cantilena, como ele chamou, porque a cantilena democrática não para. A luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo continuará a despeito dos corruptos, fascistas e de todos aqueles cuja história é meio desconhecida, meio tumultuada, cheia de ziguezagues, de idas e vindas, e sempre em função dos interesses mancomunados do imperialismo, do grande capital brasileiro ligado ao estrangeiro, da UDR, dos fascistas e da ditadura.

A história do Sr. José Lourenço é esta, a mesma história que hoje continua. O que é o Governo José Sarney? O Governo José Sarney defendido por ele aqui não está sustentando a bandeira da democracia e nem da defesa da nacionalidade deste País. Não vemos, em nenhum instante hoje, no Brasil, o Senhor José Sarney ousar, e muito menos o Sr. Constituinte José Lourenço ter essa petulância de ir à praça pública para dizer o que ele diz aqui! Ele diz às escondidas, diz que o Brasil deve abrir as suas portas para o capital estrangeiro. Mas ele não tem coragem de afirmar isso perante o povo brasileiro.

Então saiba o Sr. José Lourenço, que fica fazendo as suas insinuações, desrespeitando um partido de luta, que quando ele estava aí, mandando nas tetas da ditadura militar, nosso Partido estava na clandestinidade, lutando contra a ditadura. Digo que ele pode continuar, que enquanto pessoas do seu tipo, enquanto governos títeres como este que está aí, enquanto o imperialismo continuar, tentando assaltar as riquezas do Brasil, ele pode estar certo de aqui estaremos nós, os democratas,

as pessoas vinculadas aos interesses populares e os comunistas, firmes, levantando a bandeira dos interesses da nacionalidade e dos interesses do povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. AMAURY MÜLLER: – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Para uma questão de ordem, Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, quero suscitar uma vez mais esta questão de ordem, para ter uma resposta concreta, objetiva e definitiva da Mesa. Encaminhei, a partir do dia 10 de fevereiro, numerosos requerimentos de informações, que presumo eu foram aprovados pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e supostamente enviados à Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República para a necessária e devida resposta. Ora, de 10 de fevereiro, até aqui, já transcorreram mais de cinco meses, ou seja, sete vezes e meia o prazo regimental estabelecido para que a Mesa adote providências, desde que esses requerimentos não tenham uma resposta.

As matérias objeto desses pedidos de informações interessam à Nação: importação criminosa, escandalosa, de alimentos contaminados, deteriorados, que lesaram o interesse nacional e colocaram em risco a saúde pública; a concessão de privilégios ao capital estrangeiro através de subsídios concedidos a empresas multinacionais que operam, sobretudo, na industrialização do alumínio e que recebem energia quase de graça, 150% mais do que aquilo que custa para a Eletrobrás; a existência de conta secreta num programa nuclear paralelo, militarizado e igualmente secreto.

São assuntos, Sr. Presidente, da mais alta importância que envolvem, inclusive, a segurança deste País. Não a segurança do Estado enquanto Nova República, mas a segurança do cidadão cujos direitos continuam sendo pisoteados e desrespeitados.

Sr. Presidente, de duas uma: ou há uma clara e desrespeitosa má vontade de parte do Poder Executivo em responder esses requerimentos de informações, ou a Mesa, lamentavelmente, os está engavetando, a fim de que mofem e acabem não sendo respondidos e jogados no esquecimento. Não creio que esta segunda hipótese seja a mais possível, a mais factível. Mas, de qualquer maneira, tenho o direito de levantar suspeitas, de ficar com dúvidas, com inquietações, com indagações intestinas, na medida em que, quase seis meses depois de feitos esses requerimentos, até hoje não obtive nenhuma resposta.

Gostaria que V. Ex.^a me esclarecesse definitivamente a respeito desses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Amaury Müller, a Presidência, diante da questão de ordem suscitada por V. Ex.^a, vai determinar providências no sentido de se proceder a um levantamento não apenas dos requerimentos pertinentes à autoria de V. Ex.^a mas de todos os requerimentos apresentados em plenário, a fim de verificar a situação atual desses processos e voltará, com a devida vênia e o respeito que tem pela Assembléia Nacional Constituinte, a informar este Plenário.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Muito obrigado!

VI – Apresentação de Proposições**O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**

– Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Projeto de decisão que determina fixação de eleições para Presidente da República em 15 de novembro de 1988.

VII – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Vai-se passar à:

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Virgílio Guimarães para discutir o projeto.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Brandão Monteiro, para discutir o projeto.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT)

– **RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Embora esperando que a Assembléia Nacional Constituinte defina a discussão das propostas constitucionais por temas específicos, de acordo com a proposta do Constituinte Plínio Arruda Sampaio, utilizei o horário para discussão constitucional, objetivando, na medida em que tenha a atenção e a preocupação dos meus pares, discutir uma questão que considero fundamental na futura Constituição brasileira.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, custa-me crer quando vejo posições de Partidos, de representantes de segmentos desta Casa, que defendem a total liberação da economia brasileira aos grupos financeiros internacionais, custa-me crer, repito, que segmentos da sociedade brasileira, especialmente dos grupos que representam o setor produtivo, possam ter consciência do que pretendem os **lobbies** ligados ao setor financeiro e, sobretudo, aos bancos estrangeiros.

Sr. Presidente, a questão da dívida externa brasileira é tão velha ou tão antiga...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) (Fazendo soar a campainha.): – A Presidência pede silêncio em plenário. Há orador na tribuna.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Agradeço, Sr. Presidente, esperando que ao utilizar esta tribuna possamos, no mínimo, contribuir para o debate constitucional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, repito, a história da dívida brasileira tem íntima relação com a própria história da Independência do Brasil. Em 1822, logo após a Declaração de Independência do nosso País, antiga Colônia de Portugal, o Brasil teve que responsabilizar-se pela dívida de 10 milhões de dólares que tinha a Coroa de Portugal junto à Casa Rothschild, em Londres. O segundo quartel do século passado, D. Pedro II, pretendendo criar a primeira malha ferroviária do País, ofereceu incentivos às empresas estrangeiras, especialmente às inglesas, no que se refere à con-

cessão para exploração das futuras companhias ferroviárias do País. Embora investidores estrangeiros tenham tido interesse na construção das nossas ferrovias, o Brasil avalizou, com a chamada cláusula ouro, esses empréstimos que previam o pagamento de 6% de juros, ainda que o empreendimento fosse deficitário. O que acabou ocorrendo.

Talvez aí Sr. Presidente, sejam os fundamentos da nova Ferrovia do Aço, preconizado pelo Presidente José Sarney. Até 1930 o Brasil utilizou a prática da rolagem da sua dívida externa – repito, até 1930 – quando ocorreu, logo após a Revolução, a primeira moratória brasileira.

E aí um detalhe importante: Gustavo Barroso, o famoso historiador, ao examinar a história das relações internacionais do Brasil dizia com muita propriedade, que a história da negociação da dívida externa brasileira é uma história lamentável de comissões por fora. E já aponta, o Marquês de Barbacena, o primeiro negociador da dívida externa brasileira, como comprometido com a negociação com banqueiros internacionais na repartição dessa chamada comissão por fora.

É preciso relembrar que, em 1964, com o advento do golpe militar, que durante 20 anos dominou a vida brasileira, a nossa dívida externa era da ordem de 2 bilhões e meio de dólares. Hoje os últimos levantamentos oficiais do Banco Central falam em torno de 130 bilhões de dólares.

Em 1979, o País devia 49 bilhões de dólares, pagou 56 bilhões de juros e devemos 130 bilhões de dólares.

Sr. Presidente, nós estávamos nesta Casa em 1962, o início concreto do esgotamento do modelo econômico instituído pelo golpe de 1964, e, na oportunidade, nós verificamos que o País passava por uma grave crise, decorrente do choque do petróleo, da queda das reservas do Brasil, do aumento dos juros internacionais.

Naquela oportunidade, após o empréstimo-ponte, o Brasil fez quatro acordos internacionais com os credores externos brasileiros: o acordo 1, 2, 3 e 4. Nós tivemos oportunidade, e o Senador Humberto Lucena, no Senado Federal, de denunciar, de dar conhecimento à Nação brasileira dos chamados, dos famosos acordos internacionais que o Brasil subscreveu com os bancos estrangeiros, com o aval do FMI.

Na oportunidade, além daqueles acordos que pressupunham posições exigidas pelo Fundo Monetário Internacional, apontávamo-nos, na época em que o Brasil abria mão da sua imunidade jurisdicional, o País oferecia os recursos do Tesouro, os bens públicos como bens susceptíveis de penhora, garantindo a dívida, quer das empresas estatais, quer das empresas privadas, inclusive das multinacionais. E mais, o País renunciou ao direito de alegar a sua soberania para quaisquer discussões a respeito da dívida externa.

Enquanto o Parlamento conversa, e o pobre Deputado aqui pretende discutir algumas questões com seriedade, enquanto o povo está na galeria, tônito com o desrespeito que esta Casa sempre traz para aqueles que querem discutir assuntos sérios, nós caminhamos na nossa perorrão, aqui, para chamar a atenção do povo brasileiro para as medidas tomadas àquela oportunidade, que eram extremamente graves. Mas, mais graves do que os encargos que nós assumímos, rasgando a soberania, subscrevendo todo o cartel de dívidas, era exatamente o receituário

que se estabelecia àquela época, oriundo do Fundo Monetário Internacional e o Deputado Nelson Marchezan, então Líder do PDS, vinha à tribuna com muito mais franqueza do que hoje os representantes da chamada Aliança Democrática, em discurso candente, nesta Casa, e disto lembram-se os que participaram da legislatura passada.

A SRA. IRMA PASSONI: – Concede-me um aparte, nobre Constituinte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Pois não. Só vou terminar o meu raciocínio, Constituinte Irma Passoni.

Dizia que era necessário que o País diminuisse o seu crescimento em 4,5%, que houvesse corte nos investimentos públicos e, em consequência, defendia-se a recessão, e como consequência da recessão, o desemprego. E dizia, claramente, à época das proposições dos Decretos nºs 2.012, 2.024 e 2.045, que se essas medidas não fossem tomadas, o país não teria condições de acertar suas posições com o Fundo Monetário Internacional. Não tínhamos meios de pagar os nossos juros e conceder dinheiro novo para aliviar a grave pressão que se abatia sobre o País e para solucionar o problema das suas reservas.

Concedo a palavra à nobre Constituinte Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI: – Nobre Constituinte Brandão Monteiro, aborda V. Ex.^a a questão econômica na Constituinte, e também a da soberania nacional. Estou convencida de que, no processo da Subcomissão e da Comissão, a ordem econômica foi um dos temas mais polêmicos, mais sérios e que, na verdade, foi usado um processo de total desrespeito ao Regimento Interno, contrariamente às declarações do Caiado, da UDR, que só se conseguiu a não definições, ou então, substitutivos nessa Comissão, porque desrespeitou profundamente o Regimento Interno. Portanto, é um dos temas que mais nos chama a atenção, porque foi colocado como Relatório, na Comissão de Sistematização, a partir de total desrespeito e de total ignorância do Regimento Interno, do procedimento real das regras do Jogo. Parece-me que essa colocação em relação à soberania e à dívida externa são duas cunhas fundamentais para assegurar qualquer avanço da Constituinte, a partir dessa política implantada pelo Poder Executivo no controle da Assembléia Nacional Constituinte e da interferência do capital estrangeiro. Aqui, joga-se muito mais o jogo de cena do que o das decisões. Por exemplo, hoje, por que os que comandaram a política econômica não estão aqui para debater com V. Ex.^a? Por que implantaram essa visão econômica na Subcomissão e na Comissão? Porque, na verdade, estão negociando por aí e depois vêm com pacotes fechados, novamente à goela abaixo, sobre nós, para que aprovemos a proposta de política econômica, onde nós, povo latino-americano, principalmente o Brasil, somos apenas fornecedores de matéria-prima, de mão-de-obra barata, da remessa de lucros, apenas isso. Somos apenas fornecedores de tudo isso às empresas multinacionais e ao grande capital nacional também. Agora, na questão que V. Ex.^a abordava faltou, parece-me um ponto que está angustiando profundamente a população, além da recessão e do desemprego, que são as altas taxas dos serviços públicos. É terrível a situação da população em São Paulo. Foi abusivo, criminoso o aumento, esta semana, das contas de luz e água. Realmente,

o Fundo Monetário Internacional joga livre, joga firme. É triste termo de ouvir declarações do Ministro Bresser dizendo que, na verdade, ele não está negociando com o FMI, mas apenas conversando com banqueiros. Está deixando o FMI de fora e só depois ele vai convencer Ulysses Guimarães a entrar. Acho tal atitude muito cínica. Não é possível que se jogue desse jeito, com todas as regras do FMI, e dizer-se que não estamos submissos a ele. Tudo isso está submetendo a Assembléia Nacional Constituinte a um servilismo da política econômica internacional. Parabéns a Ex.^a por abordar questões que são fundamentais. Afinal de contas, é preciso dizer que os 559 Constituintes vieram aqui a serviço de quê e de quem?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: –

Obrigado Constituinte Irmã Passoni.

Dizemos, Srs. Constituintes, que àquela época, 1982, o Deputado Nelson Marchezan, então Líder do Governo, colocava claramente as questões da tribuna e nas reuniões dos Líderes. Hoje, nós verificamos, num retrospecto da história da vida brasileira, que aproximadamente 15 dias antes da famosa "moratória", alguns representantes da Liderança do Partido majoritário já vinham propagando e defendendo a moratória da dívida externa brasileira. Conhecedores da profunda dificuldade por que passava o País, idêntica à de 1982 – o País sem reservas, sem meios de pagar os juros da dívida externa, porque o Brasil, desde 1983, não pago um tostão do principal – já propagavam a "moratória". É comum nesta Casa, uma Casa sem debates e de muita conversa, uma Casa de conchavos e sem muitas idéias, dizer-se que os partidos de Oposição, os partidos democratas, criticam muito o Governo e não apresentam sugestões. Uma das questões que colocávamos, todos nós, a respeito da dívida externa brasileira, era necessidade que se defendia de o País, junto com outros devedores, formar o clube dos devedores, de forma a negociar com os credores, da mesma forma que fazem os Bancos, que só se reúnem em conjunto, e discutem ainda com o aval, com o apoio e com as ameaças do Fundo Monetário Internacional. O Governo preferiu o discurso fácil, em face das dificuldades por que passava o País: uma moratória técnica, em função da exigüidade de recursos, para cumprimento dos seus compromissos internacionais.

Sr. Presidente, resta-me pouco tempo. Quero ainda me referir sobre a política econômica do Governo José Sarney, o Plano Bresser e a conversão da dívida externa em capital de risco. Não é nenhuma novidade que há cerca de um ano o Plano Baker, já advogava a conversão da dívida externa em capital de risco. John Reed, Presidente do Citibank, maior credor individual do Brasil (em torno de 4 bilhões e meio de dólares) já defendia a conversão da dívida externa brasileira em capital de risco, desde que o Brasil fosse ao FMI. O mesmo disse o representante do Chase Manhattan Bank.

Sr. Presidente, gostaria, primeiro, de Ex.^aminar as chamadas medidas de emergência do Plano Bresser, que nada diferem das medidas adotadas pelo ex-Ministro Delfim Neto, em 1982, que claramente colocam a necessidade da diminuição do crescimento econômico de 8,5% para 4,5%; que advogam o corte nos investimentos públicos, que advogam também a desvalorização do cruzado e o estímulo à exportação. Mais grave, Sr. Presi-

dente, que todas essas medidas já conhecidas pelo povo brasileiro em 1982 são as medidas do chamado plano de consistência macroeconômica. Temos debatido no Brasil essa questão e verifica-se uma profunda preocupação sobre o assunto, a chamada conversão da dívida externa em capital de risco. Darei alguns dados importantes para compreensão dessa matéria. O último levantamento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro informa-nos que as quatrocentas maiores empresas brasileiras, desde a Petrobrás às multinacionais, como Volkswagen, Chevrolet e outras, passando por Vale do Rio Doce e Banco do Brasil, não necessitariam senão de 15 bilhões de dólares para aquisição de todas essas empresas, em função do baixo valor das ações brasileiras. E mais, são pessoas insuspeitas que se colocam claramente contra essa hipótese.

Hoje, por exemplo, o Banco do Brasil valeria 567 milhões de dólares. A Petrobrás, quinta maior empresa petrolífera do mundo, custaria 1 bilhão e 600 milhões de dólares. Quem nos fala sobre esse assunto, Sr. Presidente, é a figura insuspeita do economista João Paulo de Almeida Magalhães que com muita clareza diz:

"Ora, é premissa básica do capitalismo que a taxa de juros é necessariamente inferior à dos lucros, pois, de outra forma o investidor não poderia tomar os empréstimos que necessita"

Diante disso, se transformarmos as dívidas em capital de risco, ou seja, em empresas multinacionais, o ônus das remessas para o exterior aumentará.

Finalmente, Sr. Presidente, os estudos e as análises sobre a conversão apontam dados extremamente importantes, que dizem: "As desvantagens são substituir o ingresso de recursos novos que ocorreriam em qualquer hipótese". Significa subsídio para investidores estrangeiros; reduz base para cálculo de dinheiro novo involuntário; provoca pressão de demanda no mercado paralelo de câmbio; os pais devedores não se beneficiam com deságio da dívida externa ao exterior.

Sr. Presidente, eu gostaria de analisar esse assunto com mais vagar, e alguns ingênuos, e alguns, que, às vezes não adentram na questão principal, dizem: "Por que não transformar essa dívida externa em capital de risco?" Nós corremos o risco de entregar este País integralmente aos grupos econômicos internacionais, às multinacionais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência formula um apelo a V. Ex.^a. O tempo de V. Ex.^a extrapolou 6 minutos e ainda temos 6 oradores inscritos para este período.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Eu vou concluir, lamentando que alguns representantes do pensamento privatista não estejam aqui para o debate.

Nesta Casa, hoje, Sr. Presidente, é mais fácil o parlamentar ser estigmatizado, por defender as empresas estatais, do que por qualquer posição outra e mesmo posição ideológica.

Dizem que o Brasil, hoje – vou concluir, Sr. Presidente – tem, como grandes cancros da vida brasileiros, as empresas estatais, dizem os novos arautos do privatizo, embora saibamos que nas empresas estatais existam grandes deformações decorrentes do modelo autoritário. Mas, só para

concluir, nos últimos seis anos, o Governo brasileiro reduziu 20% de seus quadros de funcionários e paga cada vez menos ao funcionalismo público. Desde o cruzado, o salário dos funcionários perdeu 49% do seu valor real.

Em 1974, os juros custavam ao Governo 1,1 % do PIB e, em 1985, cerca de 10,93 do PIB, um aumento de 10%. Os juros da dívida pública interna custam 10,9 do PIB e os salários somente 5,63. Com os juros, o Governo gasta duas vezes mais do que com o funcionalismo; cerca de 24 bilhões de dólares de juros são pagos aos banqueiros brasileiros.

Sr. Presidente, concluindo as nossas palavras, colocamos a nossa profunda preocupação com a questão econômica, com o projeto de ordem econômica, que pretende colocar o Brasil sob a égide completa dos grupos financeiros multinacionais.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Daso Coimbra, para discutir o projeto.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – Ri. Para discutir): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Meu voto, nesta Assembléia Nacional Constituinte, será sempre ditada pela consciência. Nenhuma outra influência poderá pesar ou decidir por mim.

As minhas consciências devem as posições que assumo em todos os experimentos comportamentais. Não abjuro de minha fé, pois minha consciência cristã me informa de que o Caminho, a Verdade e a Vida residem no Cristo, Filho de Deus e Salvador da humanidade pecadora. Minha consciência democrática leva-me a defender o primado da liberdade, da igualdade, do direito, do respeito e das oportunidades abertas a todos os segmentos da sociedade. Minha consciência política me liberta e me libera para pensar mais livremente quanto ao futuro do País e de seu povo.

Minha consciência ideológica conduz-me a não aceitar os princípios opressores das ideologias ditatoriais, repressoras, corruptoras, das ideologias que agem em busca do poder com uma mensagem e, de posse do poder, transformam sua linguagem e cometem ações que, na prática, negam o discurso anterior.

Minha consciência, Sr. Presidente, dita a moral que eu deva alinhar e seguir. Minha consciência não me deixa curvar-me a injunções casuísticas e nem a momentos institucionais inadequados, que mais atendem a interesses localizados e mais se voltam contra o curso normal da história.

Percorridos os longos anos de experiência parlamentar, exercendo, agora, o meu nono mandato, não posso e nem devo me posicionar ao sabor de variações temáticas que não se afinam com a confiança de que sou depositário, por parte de meus muitos eleitores, aos quais conheço e que bem me conhecem também.

Por isso, Sr. Presidente, não tenho como – e nem seria de mim natural assim fazê-lo – trair à minha consciência, que tem harmonia profunda com a consciência dos eleitores que represento e dos segmentos morais e espirituais com os quais me identifico. Estou, pois, à salvo das articulações menores, dos conluios e dos acordos de bastidores. Posso votar livremente contra ou a favor de todos os temas que se levaram aos debates

constituientes. E, neste pronunciamento de agora, quero identificar a linha e a diretriz do meu pensamento como Constituinte.

Estudei com interesse as diversas sugestões que vêm sendo trazidas ao longo dos trabalhos desta Assembléia. Debrucei-me sobre os projetos, desde as Subcomissões específicas, às temáticas e à Sistematização. Estou atento aos pronunciamentos que se fazem nesta Casa e às manifestações paralelas, vindas de todos os segmentos da sociedade.

Percebo uma falta de sintonia nas colocações que estão a ocupar os espaços, nesta Tribuna, neste Plenário, na Imprensa e nas rodadas de conversações.

Se há o aspecto salutar na descoberta e no conhecimento da posição de cada um individualmente, há a deturpação quando algumas posições isoladas são tomadas e anunciadas, como se fossem de todos. Cria-se perante a opinião pública, uma impressão que é diferente da realidade e de tudo o que, de fato, irá acontecer nos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte.

Serve de exemplo a forma escolhida para a identificação dos Srs. Constituintes Conservadores ou progressistas. Quem são os "conservadores"? E os "progressistas"?

Todos, sem exceção, somos conservadores e progressistas. O texto que temos em mãos, à guisa de Projetos de Constituição assim nos informa. Acusam os conservadores de serem a favor do sistema presidencialista de governo. Neste caso, os progressistas seriam a favor do parlamentarismo. Mas o texto em exame não assume os compromissos devidos com o sistema parlamentarista de Governo e nem despreza, substancialmente, o sistema presidencialista. Descobre-se um hibridismo "cômico", estranho, singular, tupiniquim, que já faz brotar um "parlamentarismo não sério", capaz de durar pouco tempo, como pouco tempo duraram as tentativas anteriores de se implantar no País aquele sistema de governo.

Parlamentarismo é um sistema sério, como o é, igualmente, o presidencialismo. Nunca um "parlamentarismo meio presidencialismo". Nunca um "parlamentarismo meio presidencialista", que os "progressistas" tentam impor, sem se desprenderem do conservadorismo que caracteriza o presidencialismo nesta Casa.

Sou pelo sistema de governo presidencialista, fortalecidos o Poder Legislativo e o Poder Judiciário e retirados do Poder Executivo as atribuições que a ele não são naturais e nem próprias.

Defendo, Sr. Presidente, um Poder Legislativo mais atuante, sem os arroubos de um fortalecimento impróprio.

Entendo, Srs. Constituintes, que devemos assumir posturas mais definidas e datas. Se quiserem o parlamentarismo, que este venha em toda sua pureza de forma, de doutrina. Nada de invenções que pouco adiantam. Nada de um parlamentarismo, maculado de trejeitos, de meias maneiras, de casuismos e de acomodações.

Mas o povo prefere o presidencialismo e sua luta. Desde há muito, é em favor de eleição direta para o Presidente da República. É da índole do povo eleger os seus governantes, desde os Municípios, passando pelos Estados e chegando à Presidência da República.

Penso que as dimensões territoriais e o gigantismo social, político e econômico que nos envol-

vem desaconselhem o parlamentarismo e recomendem o presidencialismo.

Vejo outros problemas sérios no Projeto de Constituição que estamos examinando. No campo da saúde e no da educação, tudo se proíbe à iniciativa particular e tudo se transfere ao Estado, como se este fosse suficientemente capaz para resolver todos os problemas do povo sem a ajuda da sociedade.

Para o projeto, "a saúde é direito de todos e dever do Estado". "O Estado assegura o direito à saúde mediante...".

Leio um elenco de medidas asseguradoras da saúde, contida no projeto e não encontro razões suficientes para excluir a presença da iniciativa privada na forma de atuar em favor da saúde do povo.

O Sistema hospitalar da rede oficial é vergonhoso. Há piadas e o anedotário é farto, dentro do espírito descontraído de nossa gente, referente à assistência prestada pelo Estado à sua clientela enferma. Dizem que determinados monstros, do cinema internacional, são feios e disformes por terem feito operações plásticas pelo Inamps. Chegamos mesmo a comparar este Projeto de Constituição àqueles monstros do cinema internacional, para dizer-se do projeto, que o mesmo foi produzido no INAMPS.

Onde a eficiência da medicina socializada? Onde a eficiência dos Estados e dos Municípios no atendimento à saúde do povo. Onde a eficiência da União?

Quer o projeto que o Estado mantenha atendimento integral e completo nas ações de saúde. O que é atendimento integral? O que é ação completa no campo da saúde do povo?

E, pergunto, se a saúde é direito de todos, porventura a doença é uma ofensa ao direito? Quem responde por esta ofensa?

Criticou o projeto o estabelecimento de um Sistema Único de Saúde, controlado pelo Estado de modo hierarquizado, de forma a que os Estados e os Municípios estejam sempre sob intervenção federal quando ao comando dos serviços de saúde.

Outro ponto negativo no Sistema Único é a exclusão da atividade médica particular. Por que não um sistema privado, paralelo ao do Estado, como opção de cada um individualmente?

O Projeto, nos termos em que está posto, estatiza a miséria, a doença, a morte prematura e precoce. A enfermidade passa a ser um "bem estatizado" e a ninguém mais será dado o direito de curar aos enfermos...

A mesma orientação foi dada ao capítulo da Educação. Ao particular será impossível ministrar o ensino, pois tudo se direciona à ação do Estado, como se somente o Estado soubesse administrar e ministrar o ensino.

Ora, Sr. Presidente, penso que, no tocante à educação e à saúde, o Projeto de Constituição não se direciona para um país democrata. O espírito ali contido, bem ao sabor de alguns que se intitulam progressistas, mas se adapta aos países dominados pela esquerda totalitária e ditatorial. Somente os países comunistas têm receio da ação da iniciativa privada. Por isso a União Soviética alcançou o nível baixo de alimentos, deixou o seu povo ao ilegível à saúde, produz artigos de uso e de consumo de péssima qualidade, a ponto de o atual gover-

nante daquele país voltar-se contra aqueles procedimentos e de pronto estabelecer métodos capitalistas para a recuperação da economia do Estado soviético e visando o bem-estar do povo.

Lamento sobretudo, Srs. Constituintes, que no tocante à saúde e à educação, o Projeto se volte de forma evidente contra os estabelecimentos mantidos e dirigidos pelas entidades religiosas. O art. 349 do Projeto é extremamente contraditório e inopportun. Abre a oportunidade para que entidades privadas exerçam atividades na área de saúde. De imediato, fecha a porta, condicionando tais entidades a se subordinarem às diretrizes estatizantes que o Projeto encerra. Os parágrafos que acompanham mencionado, artigo são draconianos, deixam ao Poder Público a liberdade de intervir nos serviços de saúde de natureza privada "necessários ao alcance dos objetivos da política nacional do setor, bem assim como desapropriá-los".

Rebelo-me, também, em relação à carga tributária que o Projeto de Constituição quer impor ao povo. Já é tempo de sermos mais inteligentes quanto à matéria de tributação.

Quer o novo Projeto da Constituição que os salários continuem a ser tributados, assim como os proventos da aposentadoria.

Ora, salário não é renda. Mas o Governo e os tributaristas sabem que é mais fácil tirar do salário do que do lucro da empresa.

O Projeto da Constituição não cuida, com as atenções necessárias, do problema da sonegação. Cuida de apenar os salários com maiores impostos, preocupa-se em aumentar e favorecer o aumento da carga tributária.

Como se não bastasse ao assalariado pagar o Imposto de Renda que a União lhe tira do bolso, a Constituição quer deixar aos Estados o direito de cobrar uma parcela sobre os índices já tributados pela União. É a superposição de Imposto de Renda, que passa a ser devido aos Estados e à União.

Sou pela simplificação e pela maior transparência no que tange aos impostos e à correta aplicação da receita pública. No caso, este projeto nega uma e outra daquelas situações.

Não teremos. Sr. Presidente, como votar, de futuro, o Orçamento Geral da União. E nem por que votá-lo. A Constituição, se aceitar os termos do projeto em exame, já terá nela embutida o Orçamento da União. Os percentuais a serem distribuídos já estão todos comprometidos, porque aparecem expressos em numerosos dispositivos do projeto. Nada poderá ser modificado.

Defendo alterações profundas no capítulo que trata a respeito da Tributação e do Orçamento. Julgo que modelos mais simplificados e usados em países mais desenvolvidos poderiam ser acolhidos por nós. Devemos perder a mania de instituir e de aumentar impostos. Este critério é próprio à incompetência administrativa e é um gesto insano contra a população.

Não façamos incidir o Imposto de Renda sobre os salários. Fortaleçamos o aparelho arrecadador e fiscalizador do Estado. Aperfeiçoemos os sistemas de cobrança de todos os níveis da Administração Pública. Estabeleçamos um critério justo e ilegível, de princípios ilegível em que o trabalho de uns lhes seja penoso em razão da carga tributária e o capital

de outros esteja cada vez maior e mais fortalecido pelas isenções ou pela sonegação institucionalizada.

Estranho, também, Sr. Presidente, o conteúdo da matéria que está entre os arts. 257 e 299 do Projeto. Não sei se alguns tentaram transportar para a Constituição boa parcela de um Código Tributário qualquer. Não sei se a extensão da matéria visa confundir o estudioso menos atento. Creio que o Título VII do Projeto, o que trata da Tributação e do Orçamento, pode ter os seus dois capítulos bem simplificados cuidando apenas do essencial, do fundamental, sem detalhes, sem especificações menores, às vezes até mesmo conflitantes e antagônicas.

Eliminemos a ação intervencionista da União Federal no sistema tributário. Deixemos aos Estados e Municípios a possibilidade de maior arrecadação e aplicação de recursos. Os serviços essenciais devidos pelo poder público à população devem estar ao encargo dos Governos locais. Somente através de uma verdadeira revolução no processo da arrecadação e de distribuição de rendas se poderá chegar a este ponto necessário e que não pode ser mais adiado.

Neste sentido, Sr. Presidente, estou trabalhando, em favor dos Estados e dos Municípios.

Há um excesso de colocações entre os trinta primeiros artigos da Constituição, misturando matéria da Constituição com as de lei ordinária ou complementar e as de livros de sociologia, de história, de filosofia e de filmes de ficção.

Ora, Sr. Presidente, não precisamos inserir no texto constitucionais declarações já contidas em Tratados Internacionais. Basta que cumpramos e respeitemos aqueles tratados. Também não é importante colocar no texto tudo o que a doutrina e a jurisprudência já definem como parte do direito pátrio. Nem ainda devemos acrescer o texto apenas com citações sociológicas, históricas ou filosóficas. O óbvio, como texto constitucional, é extravagância imerecida. E neste elenco, a partir do artigo, há muito de óbvio, de folclórico, de inconseqüente, ao lado de matérias sérias e necessárias, que, entretanto, se perdem junto àquelas outras de menor qualificação.

Não temos um projeto que se defina estruturalmente, filosoficamente ou ideologicamente. Há uma mistura desarmonizada. Encontra este conteúdo me levanto, embora reconhecendo que podemos partir dele para conseguirmos algo mais aproximado com o perfeito e desejável.

Pessoalmente, Sr. Presidente, defendo a democracia como sistema de vivência do povo e da nação, a integração estado-iniciativa privada, sem predominância do Estado sobre o empresariado, como forma de coexistência econômica. Sou a favor da privatização das atividades nitidamente empresariais, restando ao estado as atividades essenciais não possíveis à iniciativa privada, em razão dos interesses de Estado.

Defendo a valorização do trabalho e do trabalhador, de um maior controle dos efeitos e das ações do capital quando este age em detrimento dos direitos e das garantias de quem é assalariado.

Defendo a melhor distribuição de renda, sem que uns sejam mais apenados pelos impostos e outros mais beneficiados pelo liberalismo estatal. Defendo os Estados e os Municípios, que não podem continuar explorados pelo poder centralizador da União Federal. Defendo o direito da livre

iniciativa, de participação do empresariado em todos os segmentos da atividade econômica.

Defendo, Sr. Presidente, a livre empresa, especialmente as de pequeno e médio portes, que devem ter estímulos fiscais e econômicos, acesso ao financiamento, visando a elasticidade do capital de giro. Defendo o empresariado nacional, que não pode continuar sendo submetido à humilhação do crédito impossível e do juro desestabilizador. Condeno o domínio dos segmentos que vendem o dinheiro sobre os que vendem os bens produzidos e não abrem espaços maiores ao mercado de trabalho.

Deploro, Sr. Presidente, os que fazem da usura e da ganância o cancro que corrói as finanças dos particulares e estimula a inflação como fator que lhes interessa, ainda que em desfavor da Pátria e do povo. Entendo que o sistema dominador do mercado de capitais precisa ser mais bem controlado, ao invés de ser mais bem favorecido.

Defendo os salários. Não a retribuição injusta e mesquinha, que ofende a dignidade e desestimula o aperfeiçoamento profissional. Não o salário que engoda e substitui, ainda que disfarçadamente, o tronco que castigava o escravo e a miséria que rondava a senzala. Defendo o salário justo, parte integrante do capital empregado e valorizado acima da matéria-prima utilizada na feitura dos bens de uso e de consumo; Uma sociedade em que a matéria-prima tem mais valor que a mão-de-obra, não é digna de si mesma.

Luto em favor do trabalhador. Para que este tenha seus direitos assegurados e suas conquistas reconhecidas. Que o emprego seja integrado ao bem pessoal e da família, mediante dispositivos legais que assegurem estabilidade, e não seja desprezível por parte do Estado e da classe empregadora. Penso que não deve haver discriminação entre o trabalhador rural e o trabalhador urbano, entre as diversas categorias urbanas, entre os diversos níveis de aproveitamento pelo critério da escolaridade ou da formação profissional.

Entendo ainda que o Governo deve valorizar o servidor público, sem submetê-lo aos constrangimentos de remunerações irrisórias, que desmoralizam a classe e promovem a evasão em todos os níveis de emprego público.

Luto por uma reforma agrária justa, que não distribua terras apenas pelo fato de distribuir, mas que, ao fazê-lo, implemente ações práticas de amparo e de apoio aos homens do campo e sem financiamentos imorais que tomam, depois, a propriedade de quem não pode corresponder aos compromissos para com as instituições financeiras de crédito.

Luto pelo direito de propriedade, mas sou contra sua não utilização econômica e seu emprego apenas com finalidades especulativas. Entendo que a propriedade não economicamente usada pode e deve ser desapropriada, dentro de critérios claros e justos.

Sustento que as liberdades devem ser plenas. Liberdade de consciência, de profissão de fé, de pensamento e de expressão. A liberdade religiosa jamais deve ser questionada ou limitada, posto que é imanente ao homem, a fé e a religiosidade, a crença e a esperança, a busca do apoio nas forças divinas, confiança em Deus, ainda que nem todos saibam expressar ou definir o seu próprio Deus.

Condeno as discriminações de todos os níveis e decorrentes de quaisquer razões. Deploro as desigualdades raciais e as diferenciações sociais. A lei deve punir com severidade a discriminação, especialmente quanto à cor, à posição social, à religião e à fé, à deficiência física e mental, à situação econômica. O trabalho não pode ser negociado a quem dele precise, sob qualquer justificação. Homem e mulher merecem tratamento igualitário. A discriminação quanto ao sexo é odiosa, é atentatória à dignidade humana.

As minorias devem ser respeitadas e ter oportunidades amplas para demonstrarem à comunidade os seus projetos, interesses, direitos e vontades. Jamais podem merecer tratamento desigual. As comunidades integradas pelas minorias não podem ser discriminadas pela lei. O Estado deve favorecer a integração racial, respeitadas as tradições, a religião, a cultura e os costumes de cada grupo. A sociedade há de ser aberta a todos os que, por quaisquer circunstâncias, não se originem das maioria. A dominação das maioria deve ser proibida, respeitada a vontade e a decisão, nos processos democráticos de escolha de rumos para a Nação, onde todos se manifestarão livremente, sem impedimentos constrangedores.

Defendo o direito de associação e a liberdade de reunião. Os sindicatos e demais associações devem ficar livres das injunções estatais, administrados pelos seus membros, e responsabilizados, na forma da lei, pelos excessos que porventura venham a cometer. As organizações eclesiásticas, por igual, não podem ser restrinhas em suas atividades de culto e de assistência moral, espiritual e social prestadas à comunidade. Devem elas ser livres no exercício de suas funções precípuas, inclusive no que se relacione com a catequese e a doutrinação.

A liberdade religiosa é um direito fundamental, inerente à natureza moral e espiritual do homem. Cada pessoa tem o direito de cultuar a Deus, segundo os ditames de sua consciência, livre de coações de qualquer espécie.

Defendo a tese segundo a qual a Igreja e o Estado devem estar separados, por serem diferentes em sua natureza, objetiva e funções.

Sou pela constituição da família nos moldes da moral cristã e do entendimento bíblico. Defendo o respeito à família na pessoa dos pais e dos filhos. Cumple ao Estado assistir à família, prestando-lhe os serviços de que necessite.

Entendo que o casamento deve continuar sendo à base da formação da família e que aos pais cumple, primordialmente, a educação dos filhos. Condeno, Sr. Presidente, a paternidade e a maternidade irresponsáveis.

No que tange à preservação da natureza, sustento o princípio de que ao homem não cabe destruir os sistemas naturais que contribuem, todos, para o bem-estar e a saúde da pessoa humana. A fauna e a flora, bens comuns a todos, precisam da proteção do Estado e a destruição do conjunto que interessa à ecologia deve ser punida pela lei. O mar e os rios devem ser preservados. A disseminação de agrotóxicos deve ser tratada como crime. A poluição ambiental precisa ser coibida a todo custo e jamais poderá ser tolerada.

Creio, Sr. Presidente, que a assistência jurisdicional é devida a todo o cidadão, em qualquer Tribunal ou Instância, para que os pobres e ricos sejam clientelas atendidas pelo órgão do Judi-

círio e seja protegido pela norma legal que é comum a todos, sem as atuais discriminações, quando os ricos são favorecidos e os pobres apenados.

Em geral, desejo ver todos estes temas abrangidos de forma sintética, mas explícita, no texto da nova Constituição. Devemos produzir uma Constituição moderna e avançada. Não nos avanços meramente demagógicos, nem nos que nos desviam de nossas mais caras tradições, nem nos que anulam o nosso passado cristão e democrata para nos conduzirem aos extremos de um ateísmo que se sustenta em ideologias estratificadas.

Penso, com toda firmeza, numa sociedade cristã a igualitária, assentada nas liberdades e na igualdade, no respeito, na segurança individual e coletiva, na soberania do povo.

Penso numa Constituição concisa, sem expressões ocas e inaproveitáveis, sem remessas à literatura estranha, sem comprometimentos com o não querer do povo.

Este projeto, que temos em mãos, merece ser todo revisto. Nele se escondem situações antagônicas e contradizentes. Sobretudo aquelas que conduzem o Estado a ser um semi-deus e faz de todos nós meros instrumentos da dominação estatizadora.

Estarei defendendo estas teses no Plenário, lutando para que minhas idéias, refletindo o pensamento dos meus eleitores, fiquem expressas no texto da nova Constituição.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Daso Coimbra, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Horácio Ferraz, para discutir o projeto.

O SR. HORÁCIO FERRAZ (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O funcionalismo público está a merecer uma maior atenção de todos nós que estamos a fazer esta Constituinte. Há dúvidas e incertezas no seio dos seus líderes, e o próprio funcionalismo anda a indagar qual será o regime que esta Constituinte lhe dedicará.

Na Comissão de Ordem Social foi aprovado um texto que deu um duplo tratamento ao funcionalista. Em seu art. 13, a Comissão de Ordem Social igualou todos os Servidores Públicos, Municipais, Estaduais a Federais, à categoria dos trabalhadores em geral e estendeu a ele todos aqueles 31 itens que garantia direito social a todos os trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, estabeleceu, na parte da Administração Pública, em outro artigo, 10 itens também assegurando ao funcionalismo garantias inerentes ao exercício do seu cargo.

Entretanto, estes artigos são conflitantes. Temos duas espécies de estabilidade, que trata do trabalhador e a do funcionalista; tínhamos a aposentadoria do trabalhador e a aposentadoria do funcionalista. Além do mais, existiam itens e mais itens que não seriam, de forma alguma, aplicáveis ao funcionalista. Estabelecia-se para o funcionalista o direito à participação nos lucros, o direito ao seguro-desemprego e a garantia do dissídio coletivo.

Todos nós sabemos que, mantido o atual regime jurídico do funcionário, essas cláusulas seriam inobservadas. Então, mantendo contato com lideranças do meu Estado e com funcionários, apresentei, na Comissão de Ordem Social, uma emenda onde, retirando o tratamento dado aos funcionários no conjunto dos trabalhadores, dedicava a eles, naquela parte específica dos funcionários, um número de garantias, de itens, asseguradas como um mínimo para o seu trabalho, o seu desempenho. Pedi, também, a supressão de diversos artigos que constavam daquela Comissão, por serem absolutamente desnecessários e impraticáveis.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, minha surpresa veio a ser maior ainda. Realmente, excluíram o funcionário do art. 3º onde estão garantidos todos os direitos dos trabalhadores. Infelizmente, não sei se por erro ou por engano, mantiveram a mesma redação no art. 85, que trata do funcionário, e estenderam aos funcionários, não entendo bem por que, os mesmos direitos que no art. 14 do projeto da Constituição foi estendido aos trabalhadores domésticos. Acredito que tenha sido um lapso, porque ou o funcionário será o trabalhador com o mesmo regime jurídico submetido aos trabalhadores ou ele permanecerá com o regime jurídico estatutário que hoje é obedecido por todos os funcionários. Não podemos permitir esse dúvida tratamento. Eles não sabem se serão mantidas as conquistas que tiveram com o regime estatutário ou se passarão a obedecer única e exclusivamente à legislação trabalhista.

Neste momento, volto a repetir aquela emenda que fiz. Procurei estender ao funcionário garantias que julgo indispensáveis e que acho que serão atendidas as suas principais reivindicações. No art. 85, que hoje consta só de 10 itens, estendi mais 6, e procuro dar ao funcionário, *pari passo* ao que foi dado ao trabalhador, aquelas garantias que, acredito, serão necessárias para que eles continuem a prestar à obra que vêm realizando para todos nós. Proponho que o reajuste de vencimento seja também não inferior ao estabelecido para o setor primário; que dos termos que são propostos para o trabalhador, seja dada também ao funcionário a irredutibilidade de vencimento de salário. Da mesma forma é dado ao trabalhador, seja garantida, também, ao funcionário a natalina equivalente à re-numeração integral do mês de dezembro do respectivo ano. Que seja dado ao funcionário, também, gozo de 30 dias de férias a cada ano com re-numeração ao dobro, e que seja estendido ao funcionário estabilidade após o ingresso no serviço público na forma indicada no item I deste artigo. Será uma estabilidade após a realização do concurso, que é exigido para o ingresso no serviço público. Por outro lado, neste capítulo também apresentei uma emenda propondo que seja vedada a acumulação de cargos. As Constituições até então existentes permitiam a acumulação de cargos, tratava-se, na verdade, de um universo que hoje já está mudado.

Naquela época havia carência de níveis universitários de promotores, de médicos, de agrônomo e então a Constituição permitia esta acumulação para melhor atender ao interior que seria o juiz, o médico ou o agrônomo, também exercer cumulativamente a atividade de professor.

Mas, hoje, Srs. Constituintes, o que ocorre é o inverso: há um excesso de mão-de-obra. Cons-

tamos em todas as cidades do interior que sobram professores, médicos, agrônomo e todos os níveis universitários. Então, hoje temos necessidade de que o professor dê uma dedicação exclusiva aos seus alunos: temos necessidade de que o médico se dedique exclusivamente àquela sua especialidade; temos necessidade de que o juiz hoje o seja por 24 horas, pois o que existe na Justiça de nosso País é o acúmulo de milhares e milhares de processos e os juizes sem tempo para dar as suas sentenças.

Vedando a acumulação, iremos permitir que o Estado pague melhor remuneração e esses servidores tenham um melhor desempenho.

Eram essas as considerações que queria fazer em torno do funcionário que, acredito, está a merecer um melhor estudo de nossa Constituição.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Virgílio Távora para discutir o projeto.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA PRONUNCIA O DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

Durante o discurso do Sr. Virgílio Távora, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – concedo a palavra ao nobre Constituinte Louremberg Nunes Rocha, para discutir o projeto.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB – MT. Para discutir.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A linha do meu pronunciamento, hoje, é mais ou menos no mesmo sentido daquela do ilustre Constituinte Virgílio Távora. Assim como ele, trago aqui uma preocupação que já de muito eu tinha, porque quando eu sentia os movimentos que se formavam no Brasil pela descentralização na administração financeira e tributária eu sempre tive a preocupação de que essa redistribuição de renda nacional não viesse a afetar os Estados e Municípios mais pobres, para que nós pudéssemos fazer essa redistribuição da renda nacional de maneira que, aqueles Estados mais carentes que dependem, hoje, em grande parte, para os seus investimentos e até para a sua manutenção, de recursos da União, não ficasssem ainda mais sacrificados.

Mas, o exame que tenho feito desse sistema tributário novo que vai, evidentemente ou aparentemente, beneficiar Municípios e Estados mais do que ocorre hoje, na verdade, na minha opinião, ainda que hoje, nesta data e neste momento, eu não possa trazer todos os elementos de números para demonstrar isso, porque tentei me socorrer hoje do IPEA, da Secretaria do Tesouro Nacional para buscar os dados, mas não os consegui. Mas me parece, e isto está claro neste projeto da Constituição, que ao se tomar como referência as operações de circulação de mercadorias efetuadas no Município e no Estado, ao se tomar como referência os produtos manufaturados em determinados Estados para, a partir daí, determinar-se o valor do tributo e a sua repartição, evidentemente, que neste momento, o que se está fazendo

é garantir mais recursos aos Estados ricos e empobrecer ainda mais aqueles mais pobres.

Nós podemos criticar, e todos temos criticado, o trabalho e essa centralização de recursos em mãos da União. Nós concordamos com estas críticas e participamos dela. Mas eu entendo que hoje não podemos garantir aos Estados mais pobres que permaneçam e sobrevivam, sem que nós façamos um controle, talvez melhor, sobre esse bolo arrecadado pela União. Mas nós temos que estabelecer limites e controles sobre essa pura e simples redistribuição de renda nacional, porque como está aqui, o que vai ocorrer é que nós, verdadeiramente, teremos, neste País, um Centro-Sul que corresponderá à Bélgica e o resto, o Norte e Nordeste e Centro-Oeste que corresponderão, não à Índia, mas a uma Bangladesh.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, trago esta preocupação. E basta ver os artigos que na Constituinte, neste projeto, tratam da redução de competência da União, reduzindo o seu bolo tributário para cerca de 50%, para se ver que, a partir daí, ela jamais terá condições de atender a todas aquelas dívidas que se colocaram na Constituição como se a União, como se os Estados e os Municípios pudesse prover todas as necessidades imaginadas e imagináveis do povo deste País. Tomo como referência, por exemplo, aqueles artigos que tratam da fixação da Receita tributária. Atualmente, nem todo o Imposto de Renda retido na fonte pelos Estados e Municípios a eles pertence. Somente o imposto incidente nos salários dos funcionários e nos juros da dívida pública. No sistema do projeto, a União perde toda e qualquer retenção do Imposto de Renda feita pelos Estados e Municípios e ainda mais, à feita por suas autarquias e fundações...

Aparentemente, isso traz muita renda aos Municípios, mas com certeza trará mais renda a Santo André, a Ribeirão Preto, a Sorocaba. O que isso acrescentará para 80%, 90% da maioria dos Municípios brasileiros? Quase nada, porque não há quase o que se reter ai em termos de Imposto de Renda.

"A União deverá entregar 10% do IPI para os Estados, o que significa, em face da retirada de 46% para os Fundos, que a União só pode dispor de 44% da receita gerada por seu segundo maior imposto, o IPL.

Segundo os atuais critérios de rateio, as transferências para os Fundos de participação referem-se somente a impostos no anteprojeto, porém, até as multas, juros e correção serão partilhados, o que opera novas reduções dos recursos da União."

"O Projeto determina – isso é muito importante – que as atuais contribuições sociais (como Finsocial, Senai, Sesi, PIS, etc.) passarão a integrar o Fundo de Seguridade Social. Tendo em vista que algumas dessas contribuições também constituem fonte de financiamento para encargos não abrangidos pela seguridade social, a União, forçosamente, terá de passar a custear tais encargos com recursos de outras origens, o que ela não tem pelo sistema que está implantado."

Voltarei a esse ponto quando tratar também da educação relacionada com tributo.

Ou a União encontra novas fontes para suportar todas as competências novas que lhe forem atri-

buídas, ou não terá jamais aquilo que lhe foi retirado, nem meios e formas de dar atendimento a todas as suas competências agora instituídas. O que nós teremos? Teremos a quebra da Federação, teremos a quebra da unidade federativa no País, mas teremos, principalmente, os Estados pobres ainda mais empobrecidos. Por isso é que trago, hoje, a esta Casa, esta preocupação, sobre os problemas que sinto na montagem desse anteprojeto, porque não basta dizer que se dará mais aos Municípios e aos Estados. É preciso determinar, claramente, quais são os critérios. E se não se estabelecer um critério inversamente proporcional à renda desses municípios, nós teremos, efetivamente, uma razão de grande preocupação pelo futuro deste País.

Com relação especificamente a tributos deixo aqui as nossas preocupações e passo a encarar, agora, a sua repercussão na área educacional.

Já é sabido, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que há dispositivos conflitantes no projeto da Constituição. Temos uma determinação de não vinculação de recursos. Temos, ao mesmo tempo, 18% para a educação, vinculados no projeto.

De um lado, o capítulo sobre Educação e Cultura assegura a vinculação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, estabelece a responsabilidade das empresas comerciais, industriais e agrícolas pelo ensino fundamental gratuito de seus empregados e dos filhos destes e obriga, ainda, as empresas comerciais e industriais a assegurarem a capacitação profissional dos seus trabalhadores. No entanto, o que o projeto dá com a mão direita, parece tirar com a mão esquerda. No capítulo sobre Sistema Tributário Nacional é vedada a vinculação de Receita tributária, enquanto o capítulo sobre Seguridade Social toma a folha de salários-base exclusiva da Seguridade Social. Tais discordâncias precisam ser decididas em favor da educação. A vinculação de recursos tem sido, conforme claras evidências, a forma de defesa mais adequada para evitar que a educação tenha um tratamento residual. O salário-educação, por sua vez, tem sido responsável basicamente pela construção e equipamento das escolas de 1º, grau em todo o Brasil. Por fim, a formação profissional oferecida pelo Senai e Senac, bem como os serviços sociais prestados pelo Sesi e Sesc, são proporcionados graças a uma contribuição específica sobre a folha de pagamento. Assim, é indispensável manter a especificidade destas contribuições sociais.

Em pronunciamento anterior, aqui desta Tribuna, quando defendia o Sesc e o Senai, eu dizia que se há alguma coisa que funciona neste País é a capacitação profissional do Sesc e do Senai. E em time que está ganhando não se mexe. Portanto, mais uma vez, reitero aqui a nossa posição favorável a que a especificidade do Sesc e do Senai seja mantida independente e quebrando, praticamente, essa exclusividade sobre a folha de pagamento.

Outro importante aspecto se refere à harmonização de competências e recursos tributários. Enquanto se estabelece que cabe preferencialmente à União organizar e manter o ensino superior, deixando o ensino básico e médio aos Estados e Municípios, é duvidoso que o Governo Federal venha a dispor de recursos suficientes para tanto. Estimativas preliminares dão conta de que a União poderá perder até a metade de sua receita de impostos. Isso já foi ressaltado. Assim, para

que fosse mantido o nível de despesas na função educação e cultura seria necessário comprometer cerca de um terço – e não apenas dezoito por cento – da receita de impostos federais, o que, evidentemente, é impossível ocorrer. Só o ensino superior, considerando as despesas de exercícios passados, seria responsável por mais de treze por cento da referida receita.

Vejam os Srs. que, considerando a atual Receita Tributária da União, o atual bolo tributário, dos 13% repassados à União para a função educação/cultura, o Ministério da Educação, segundo conferência do Ministro, na Escola Superior de Guerra, despendeu 76% com a função ensino superior, 3º grau, sem o Plano de Cargos e salários que foi implantado agora. Evidentemente, com a implantação do Plano de Cargos e salários, vai absorver os 100% dos 13% destinados, no orçamento da União, à função educação, apenas o 3º grau. Vejam que estão fora de atendimento mais de 30 milhões de crianças do 1º grau, que hoje não têm praticamente nenhuma cobertura. É outro aspecto que devemos ressaltar também. Esses 50% que serão retirados da União e repassados a Estados e Municípios serão pulverizados, porque os pequenos Estados e Municípios, pequenos em níveis de receita tributária, terão repassado, pulverizado para os seus pequenos Municípios, algum acréscimo de receita. Mas, na verdade, o grosso da receita, o forte da receita, será repassado aos Estados mais ricos e mais poderosos economicamente e aos Municípios mais fortes. De maneira que jamais os Estados e Municípios terão condições de arcar com o primeiro e o segundo graus que, na realidade, estão gerando distorções terríveis neste País, com os menores abandonados em número sequer imaginado pela população brasileira.

Ademais, os Municípios teriam uma arrecadação sensivelmente maior, o que lhes daria meios de assumir integral responsabilidade ao menos pelo ensino de 1º grau. Todavia, cumpre indagar se os mesmos têm condições técnicas, além das financeiras, para assumir tais responsabilidades, considerando, se outras razões não houvessem, a heterogeneidade dos milhares de Municípios brasileiros. A nosso ver a distribuição da receita tributária e os percentuais de vinculação de recursos, estabelecidos pelo projeto em tela, levam a União a exercer apenas um papel de coordenação e fomento, deixando as responsabilidades de execução para os Estados e Municípios. É isto que devemos discutir hoje, se isto convém a este País, se esses Municípios e Estados terão condições financeiras para arcar com o ensino de 1º e 2º graus. E que ensino de 1º e 2º grau é este? É o ensino de 1º grau que está na letra f do art 12 deste projeto, que diz que "as crianças pobres deste País terão direito a seminternato no 1º grau". Ou seja, crianças pobres neste País, a grosso modo, significam, na pior das hipóteses, 80% da população; 80% da população escolarizável, na faixa de 6 a 14 anos, de acordo com a lei, vai abranger 25 milhões de crianças. Temos a experiência do ex-Governador Leonel Brizola no Rio, com os CIEP atendendo 33 mil crianças, numa população escolar de 1 milhão e 700 mil.

Em resumo, ou estamos brincando com o povo brasileiro ou não estamos fazendo uma Constituição para valer.

Não há como, não há de onde buscar esses recursos, não há maneira de captar esses recursos. Então, é hora de todos nós, na realidade, pararmos, nos determos, examinarmos o que é possível realizar, para que esta Constituinte, para que este projeto que se discute com tanta responsabilidade e que trouxe ao Congresso Nacional, ao foro da Constituinte tantas entidades, tantos representantes brasileiros, para aqui discursarem, para aqui falarem, para que esta Constituinte não vire em nada, para que ela não se desfaça no ar e, pior do que isso, gere uma frustração que já se desenha no horizonte!

Nesta etapa de elaboração constitucional, em que cabe ao plenário contribuir decisivamente para que o projeto atenda às aspirações efetivamente concretizáveis da sociedade brasileira, deixamos nosso questionamento e esperanças, nossas dúvidas e sugestões, porque é sempre bom lembrar que se a União, hoje, não consegue atender, não consegue dar atendimento razoável sequer ao ensino de 3º grau, e as greves das universidades estão a demonstrar isso, é hora também – eu coloco isso como alguém que, à sua época de estudante, também lutou por isso. Eu também lutei, como a maioria dos da minha época lutou, pelo ensino gratuito, total, sem se pagar nada. Eu próprio freqüentei uma escola de terceiro grau, sem pagar nada.

Mas, será que não seria o momento de se parar e questionar isso? Não seria o momento de parar e pensar sobre isso?

Na medida em que o terceiro grau, por exemplo, na Brasa, se tomarmos São Paulo e Rio de Janeiro, é o exemplo mais marcante, têm matriculado na universidade pública gratuita de terceiro grau, na melhor universidade, 70%, pelo menos, da clientela que está lá é de classe média e de média alta, ou seja, nós estamos subsidiando, pagando um ensino gratuito para ricos, para filhinhos de papai e os 30 milhões, 40 milhões de crianças estão perambulando por este País, sem nenhuma educação.

Mas, se colocou isso como um dogma. Não se pode discutir isso. A esquerda, os progressistas, os chamados progressistas não admitem discutir isso. Não importa que milhões de brasileiros morram quase sem nenhuma educação.

É um dogma: é uma coisa fechada; não adianta demonstrar dados. Eu tenho conversado com eles, tenho mostrado: "Olha aqui, vejam a realidade deste País. Este País não pode dar ensino gratuito de terceiro grau para gente rica num país miserável; não pode dar bolsa gratuita de três anos, nos Estados Unidos, na Europa, como está dando freqüentemente para milhares de estudantes brasileiros".

Enquanto nós não tenhamos condições de levar isso adiante, é uma discussão quase proibida; não se pode discutir isso. Não adianta trazer os dados, não adianta levantar e mostrar os dados. Há alguma coisa muito séria nisso. Nós precisamos discutir isso.

O Sr. Antônio Gaspar: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA: – Concedo o aparte a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – A Mesa comunica ao orador que dispõe de apenas 2 minutos para encerrar a sua oração.

O SR. LOUREMBERG NUNES

ROCHA: – Pois não.

O SR. ANTONIO GASPAR: –

Rapidamente, quero me congratular com V. Ex.^a, pela sua brilhante explanação, mas, entendo que a educação é a prioridade nº 1 para este País. Um País que gasta 3 bilhões de dólares, subsidiando a energia elétrica para multinacionais, pode, perfeitamente, jogar esse dinheiro na educação. E, se nós formos olhar os gastos do País, vamos entender que podemos cortá-los, em muitos aspectos, e joga-los na educação. Porque é só com a educação que conseguiremos fazer uma Nação. A Nação brasileira far-se-á a partir da educação. Portanto, concordo até com os números que V. Ex.^a declina no 3º grau mas, o que nós temos que entender é que isso acontece porque nossas crianças nem comem. Se nem comem, têm lesão cerebral; se têm lesão cerebral, não podem aprender e não podem concorrer com os que têm alimentação normal.

O SR. LOUREMBERG NUNES

ROCHA: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a. V. Ex.^a sabe que participei, durante todo o tempo, da Subcomissão de Educação e Cultura. E, estou aqui, também, hoje, nesse sentido e aproveitando as palavras de V. Ex.^a para defender, mais uma vez, a vinculação dos 18% do Orçamento da União para a educação. E, ainda que este orçamento esteja reduzido em mais de 50%, e, concordo, também, com V. Ex.^a conta essas despesas, esses bilhões de dólares, que são gastos sem controle da União, sem controle do Congresso, e entendo, efetivamente, que, aplicados em educação, contribuiriam certamente para soerguer a área social deste País.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, coloco aqui a minha posição. Nós temos que meditar, nós temos que rediscutir, nós temos que pensar. Eu também não tenho nenhuma fórmula mágica para a solução desses problemas. Mas nós entendemos que uma experiência, uma luta que ocorreu, que foi a gratuidade total do ensino, que nos envolveu a todos, levou-nos a um estado de fato que existe hoje. É sobre esse estado de fato, que existe hoje, que nós temos que nos debruçar e buscar a solução. Não sob o princípio, não sob a meta, sob a bandeira com que se lutou tantos anos; mas sabendo no que deu isso, qual é a resultante disso e como é que nos podemos refletir sobre isso e redirecionar o futuro deste País, tendo em vista os interesses da Maioria!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o nobre Constituinte João Menezes, para discutir o projeto.

O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

Durante o discurso do Sr. João Menezes, o Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Prorroga a sessão por 30 minutos, de acordo com o art. 34, § 9º do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Ronaldo Carvalho, para discutir o projeto.

O SR. RONALDO CARVALHO (PMDB – MG. Para discutir.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A classe política, da qual faço parte, foi convocada pelo povo para dar ao País uma Carta Constitucional apropriada a um País moderno e democrático. Na verdade, uma Constituição não é outra coisa que a ata do pacto social que fazem entre si os homens, quando se ajuntam e associam para viverem em sociedade. Por isto, uma Assembléa Nacional Constituinte, que é a mais alta, eficiente, criativa e poderosa forma de participação política, social e econômica do povo, não pode ser vista como uma simples eleição de Deputados e Senadores que irão aprovar um teto. Torna-se necessário e indispensável que o povo seja incorporado ao debate político.

Nesta altura dos trabalhos desta Assembléa Nacional Constituinte, quando se discute, em primeiro turno, o Projeto de Constituição, é a hora de colocar algumas indagações: qual o nível de participação popular na confecção da Carta Constitucional? Qual a participação efetiva deste agente chamado povo na feitura de um diploma que irá nortear seu futuro?

É certo que o grau de legitimidade alcançado pelos Constituintes nesta Assembléia não foi o que se esperava, ou não foi o que se desejava. Ninguém pode negar a influência do poder econômico nestas últimas eleições. Ninguém pode negar a ingerência de outros fatores, além daqueles que fazem de um Constituinte um autêntico membro da democracia representativa.

Daí então a necessidade de se aprimorar a democracia participativa, com a contribuição efetiva de todos os segmentos da sociedade brasileira, para que esta Constituição seja, realmente, uma ata do pacto que ordenará a Nação brasileira.

Goethe colocou no diário do desventurado Werther estas palavras: "Bem sei que não somos, nem podemos ser todos iguais; sustento, porém, que aquele que julga necessário, para se fazer respeitar, distanciar-se do que nós chamamos povo é tão digno de lástima como o covarde que se esconde à aproximação do inimigo de medo de ser vencido".

A Constituinte não pode distanciar-se dos sentimentos do povo, não pode esconder suas mazelas, seus erros, suas falhas com medo do julgamento da História.

O professor, humanista e grande homem público San Tiago Dantas, que a morte levou tão prematuramente, ao mesmo tempo em que procurava "atravessar a trágica barreira de silêncio que separa as elites do povo", como bem lembrou Tristão de Athayde, que possuía, como poucos, o dom de formular hipóteses e construir soluções alternativas, teve a ousadia de escrever no seu "Idéias e Rumos para a Revolução Brasileira" que "é do ajustamento perfeito entre o povo, que nos testemunha todos os dias sua vitalidade, a as elites capazes de se modernizarem, que sinceramente espero ver surgir, como que por eletrólise, essa realidade que pressentimos, o novo Brasil".

San Tiago Dantas, que tinha consciência da importância da História na formação de uma sociedade, pressentiu de forma memorável o processo de deterioração econômica e radicalização

política que, caso incontido, levaria, como levou, a uma ruptura inevitável do quadro institucional brasileiro.

E é justamente este o processo que nos espera se não soubermos, ou por ignorância ou por insensibilidade, construir um ordenamento jurídico que esteja de acordo com as aspirações das classes menos favorecidas. Neste ponto, é útil lembrar a célebre frase de Antônio Carlos "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Por causa desta clássica antecipação das elites, o povo não pôde participar da discussão dos graves problemas nacionais e permaneceu como o "parceiro fantasma no Jogo político", como bem definiu Francisco Weffont.

"Foi a grande força que nunca chegou a participar diretamente dos grandes embates, sempre resolvidos entre os quadros políticos dos grupos dominantes, alguns dos quais reivindicando para si a interpretação legítima dos interesses populares", diz ainda o sociólogo paulista.

Por outro lado, temos que ter em mente que o idealismo da Constituição ignora que não bastam textos legais para instalar a democracia no Brasil; esta não pode ser instaurada de uma penada, como na democracia inglesa. Faltam-nos as condições sociais e históricas para o exercício de uma autêntica democracia. É preciso muito esforço, muita luta para vencermos estas temíveis desigualdades sociais e culturais que fazem do Brasil vários brasis, ora extremamente desenvolvido, ora desgraçadamente miserável.

Esta Constituição que estamos ajudando a construir deve propiciar a diminuição destas desigualdades sociais e regionais, e deve promover o rompimento do que Gunnar Myrdal chamou de "círculo vicioso da pobreza".

Neste aspecto, as teses do genial economista sueco são de uma atualidade preociente, principalmente agora, quando a Humanidade assiste ao nascimento de seu habitante de número 5 bilhões, enquanto que o primeiro bilhão foi atingido há apenas 150 anos. O Brasil, como País do Terceiro Mundo, é responsável por significativa parcela deste brutal aumento da população mundial. Como gerar empregos e produzir alimentos para este enorme contingente de jovens que se apresentam todos os dias ao mercado de trabalho? Como dar educação, habitação, saúde, lazer, saneamento básico às milhares de crianças que nascem em todos os rincões do nosso País?

Este é o nosso desafio. Este é o desafio da Constituinte. Se a Constituição não propiciar o atendimento destas legítimas e elementares aspirações ela estará fadada ao fracasso, e nós, responsáveis pela sua construção, seremos condenados pelo povo e pela História.

A nossa Constituição tem que ser uma Constituição para um país subdesenvolvido no seu todo, levando-se em conta que um dos traços mais importantes do fenômeno do subdesenvolvimento é a sua complexidade, a superposição de sintomas sociológicos e econômicos e o emaranhado de suas interações. Esta complexidade é uma das principais causas dos obstáculos enfrentados por países como o nosso, que apresentam várias das principais características constitutivas do subdesenvolvimento, ou seja, a insuficiência alimentar, agricultura deficiente, baixa renda nacional, industrialização reduzida, baixo consumo de energia, subordinação econômica, estruturas sociais ultrapassadas, elevado nível de desemprego, deficien-

te nível de educação, alta taxa de natalidade, baixas condições sanitárias e outras que se apresentam em maior ou menor intensidade, em uma ou várias regiões, em um ou mais setores, mas que no todo transformam o Brasil em um país pobre, necessitado, angustiado.

No entanto, o subdesenvolvimento conta, desde há muito tempo, de um elemento constitutivo novo, talvez um dos mais importantes: a tomada de consciência das populações para a realidade de sua situação. A relativa passividade que durante muito tempo as caracterizou, cedeu lugar à descoberta do caráter anormal e monstruoso de sua miséria em relação ao resto do mundo moderno. Esta tomada de consciência, além da imprensa, das manifestações de riqueza dos países desenvolvidos, resulta do "grande despertar" dos países pobres. Este acontecimento é de grande importância porque acompanha o desejo e a vontade de mudança dos países subdesenvolvidos. É ainda de Gunnar Myrdal a sentença: "Esta aspiração ao desenvolvimento, concebida como um programa político com o fim de elevar o nível de vida das massas é um fator inteiramente novo".

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a finalidade primordial deste pronunciamento é expressar nossa preocupação com a participação popular na defesa de seus interesses na Constituição. Neste aspecto não há qualquer sombra de dúvida. Todos os democratas estamos de acordo e desejamos a participação popular. Somente os segmentos mais atrasados e elitistas poderão questionar a validade deste tipo de participação.

No entanto, depois de vencida a etapa da Constituinte, é essencial que esta participação continue, de modo imprescindível, através do cidadão comum ou de suas entidades representativas, e colabore na função legislativa por meio dos vários instrumentos conhecidos ou seja, a iniciativa popular no processo legislativo e o referendo popular para certas categorias de leis ou tipos de obras. É imprescindível que na finura Constituição tais instrumentos viabilizadores do anseio popular encontrem sua plena realização.

Neste sentido, uma nova consciência poderá surgir com o aumento do número de organizações populares, como associações de moradores, de defesa do consumidor, associações profissionais e de classe e cooperativas de produtores. Com isto, se tomará mais presente a imagem do cidadão, indivíduo em estado de interdependência com outros indivíduos em face de objetivos comuns, estabelecendo uma nova correlação de forças entre o Estado e o povo, com inegáveis vantagens para ambos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao finalizar estas palavras, quero expressar minha confiança no poder político de meu País, na sua capacidade de erigir uma Lei Maior para atender aos interesses do povo, na sua sensibilidade para auscultar os reclamos das classes menos favorecidas, e na sua coragem para enfrentar os terríveis desafios que se apresentam quando se luta a favor da gente sofrida. É de Guimarães Rosa, que contou e cantou as histórias do povo das minhas Minas Gerais, a sentença: "Honra é de Deus, não é de homem. De homem é a coragem".

Que todos os Constituintes tenhamos a coragem de fazer uma Constituição digna do nosso

povo, de seu passado de lutas e de seu futuro de esperanças. Este é o meu desejo. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

Deixam de comparecer os Senhores:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Ailton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amaral Netto – PDS; Ângelo Magalhães – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Altero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PBM; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Ueno – PFL Arnaldo Martins – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL Benedicto Monteiro – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Cláudio Aula – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doretto Campanari – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Farabulini Júnior – PCB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheide – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PTB; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Pares – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo

Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Jamil Hadad – PSB; Jayme Santana – Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Beviláqua – PIB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Jorge – PFL; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Ressone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mordo Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Mauricio Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Linha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Raimundo Lira –

gostaria de dar aqui um testemunho sobre esta pessoa: um testemunho da sua grandeza como homem público, como homem de bem, como um administrador extraordinário. O Professor Carvalho Pinto foi o Governador que fez e executou o primeiro plano administrativo neste País: o Plano de Ação do Governo de São Paulo. Os paulistas ainda se lembram deste Governo, que se findou há quase 30 anos. Ainda estão em São Paulo as marcas dessa administração para atestar que um homem de bem, imbuído de bons propósitos, pode fazer um bom Governo.

Dou este testemunho, Sr. Presidente, porque nutro pelo Professor Carvalho Pinto grande admiração, e grande amizade. Gostaria de deixar consignado, nesta Casa, um outro traço do espírito do Professor Carvalho Pinto. Em um dado momento, nós nos separamos politicamente. O assessor do governo, o companheiro de campanhas, o jovem que de iniciara na vida pública começou, pouco a pouco – e em razão da própria experiência do governo – a assumir posições políticas mais à esquerda. Lembro-me bem, Sr. Presidente, de que discutimos este assunto, em uma manhã, nos jardins do Palácio de Campos Elíseos. Aconselhava-me o Professor a manter-me no esquema político que nos havia levado ao Governo em São Paulo; contrargumentava eu que esse esquema era demasiadamente conservador e que ele, Carvalho Pinto, deveria pensar em passar-se a uma linha mais avançada, a fim de encontrar-se com a história, a juventude, o progresso. Não chegamos a um acordo e o final dessa conversa foi uma separação. Mas aí vem o que eu queria ressaltar jamais permitiu o Professor que essa separação afetasse a nossa amizade pessoal. Jamais o respeito recíproco, que sempre existir, entre nós, foi quebrado, por causa dessa ruptura. O Professor Carvalho Pinto sabia bem que o respeito pelas posições políticas constitui condição essencial da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, designando para amanhã dia 29, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

VII – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 48 minutos.

DISCURSO

PRONUNCIADO PELO SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO NA SESSÃO DE 22-7-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fiquei sabendo, Sr. Presidente, há poucos minutos, de que faleceu esta manhã, em São Paulo, o Professor Carvalho Furto. Soube ainda que vários oradores já se referiram ao triste acontecimento. Ainda abalado pela notícia, quero associar-me a estas justas homenagens.

Tive a honra de ser auxiliar do Professor Carvalho Pinto, durante os 4 anos do seu Governo e

E esse mesmo Professor Carvalho Pinto foi dos primeiros a aparecer em minha casa, em 1964, para oferecer ao meu pai uma carta na qual atestava – naquela hora de perseguições – o trabalho que eu havia realizado em seu governo.

Era meu dever estar aqui hoje, para prestar a Carvalho Pinto a homenagem sentida do companheiro que sempre o respeitou e sempre o admirou como homem público e homem de bem. (Muito bem! Palmas.)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I-Nº 109

QUINTA-FEIRA, 30 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 29 DE JULHO DE 1987.

I – Abertura da sessão.

II – Leitura da Ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente.

OFÍCIO

Nº 229/87 – Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando a Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti para integrar o Colégio de vice-Líderes daquela agremiação partidária, em substituição ao Senhor Constituinte Gandi Jamil.

REQUERIMENTO

Do Senhor Constituinte Naphtali Alves, solicitando a mudança de seu nome parlamentar para Naphtali Alves de Souza.

IV – Pequeno Expediente

OLÍVIO DUTRA – Tratamento dispensado pelo Governo peruano para o pagamento da dívida externa como modelo a ser seguido pelo Brasil.

JONAS PINHEIRO – Atualização do preço da borracha natural.

OSVALDO BENDER –

Descumprimento, pelo sistema bancário privado, de resolução do Banco Central do Brasil sobre refinanciamento das dívidas dos micros, pequenos e médios empresários.

JOSÉ GENÓINO – Repúdio à volta do Brasil ao FMI. Apoio à greve geral promovida pela CUT e CGT.

PAULO PAIM – Exigência, pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, da assina-

tura de trabalhadores em emenda contrária à Jornada de 40 horas de trabalho. Repúdio à promoção jornalística dada a líderes sindicais paulistas ligados à direita.

FARABULINI JÚNIOR –

Endurecimento da lei penal. Cominação da pena de morte para os casos de roubo seguido de morte.

MAURO SAMPAIO –

Utilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento para revigoramento do Proálcool.

RONALDO CEZAR COELHO –

Atuação do Ministro Raphael de Almeida Magalhães à frente do Ministério da Previdência e Assistência Social.

EDMILSON VALENTIM –

Distribuição de renda no Brasil.

VASCO ALVES –

Recomposição dos proventos da aposentadoria e das pensões. Inoportunidade de declarações dos ministros militares sobre a concessão, pela Assembléia Nacional Constituinte, de anistia ampla, geral e irrestrita.

NILSON GIBSON –

Desempenho do Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, no encaminhamento das negociações sobre a dívida externa nacional.

JESUALDO CAVALCANTI –

Definição no texto constitucional do monopólio estatal do petróleo.

VICTOR FACCIONI –

Realização de acordo de cúpula para manutenção do regime presidencialista no País.

EVALDO GONÇALVES –

Infelicidade das declarações do Sr. João Dória sobre a seca como atrativo turístico no Nordeste. Melhor tratamento da Embratur às festas juninas realizadas em Campina Grande, Estado da Paraíba.

JORGE UEQUED –

Contrariedade do orador à privatização do Banco da Amazônia e do Banco Meridional.

EDUARDO MOUREIRA –

Manutenção do Senai, Senac, Sesc e Sesi.

FERES NADER –

Dificuldades enfrentadas pela Escola de Ciências Médicas de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. Construção de Hospital Universitário no Município.

AGASSIZ ALMEIDA –

Editorial "Geografia da Fome", publicado no jornal O Norte.

MAURO MIRANDA –

Precisa definição no texto constitucional da autonomia municipal.

SIQUEIRA CAMPOS –

Destinação de recursos para extensão de linhas de transmissão de energia elétrica a Goiatins, Estado de Goiás.

WILMA MAIA –

Inserção, na futura Constituição, de mecanismos que assegurem tratamento diferenciado para o Nordeste em relação às demais regiões do País.

CÉSAR MAIA –

Repercussões do Plano Macroeconômico na economia nacional.

ROBERTO JEFFERSON –

Baixo rendimento das cadernetas de poupança no mês de junho próximo passado.

CARLOS BENEVIDES –

Assinatura, pelo Presidente José Sarney, de decreto de criação do Programa da Emergência para Suprimento de Energia Elétrica ao nordeste.

V – Comunicações das Lideranças

FARABULINI JÚNIOR –

Engajamento da maioria dos Constituintes do PTB na campanha pró-eleições diretas em 1988. Programa dos comícios a serem realizados pelo movimento.

SOLON BORGES DOS REIS – Inexistência de compromissos do PTB em participar

de qualquer bloco partidário em formação na Casa.

FERNANDO SANTANA – Sustentação da moratória como instrumento para negociação da dívida externa brasileira.

VICTOR FACCIONE (Retirado pelo orador para revisão.) – Frustração dos aposentados e pensionistas da Previdência Social com o valor dos reajustes pagos pelo órgão. Alta taxa de juros reais praticados no País.

JOSÉ LOURENÇO – União suprapartidária em apoio ao Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, no encaminhamento das negociações em torno da dívida externa nacional.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Decisão de lideranças políticas e entidades representativas de dar ênfase à campanha por eleições diretas em 1988. Programa dos comícios a ser realizado pelo movimento. Apoio do PT à greve geral programada pela CUT e pela CGT. Receptividade do PT à discussão dos temas de interesse da classe trabalhadora.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Alta taxa de juros reais praticada no País. Determinação presidencial para refinanciamento das dívidas das micro e pequenas empresas.

HAROLDO LIMA – Decisão de lideranças políticas e entidades representativas de dar ênfase à campanha por eleições diretas em 1988.

VIVALDO BARBOSA – Decisão de lideranças políticas e entidades representativas de dar ênfase à campanha por eleições diretas em 1988.

PRESIDENTE – Comunicação ao Plenário sobre entendimento da Presidência quanto à forma e prazos para apresentação de emendas aos substitutivos do Projeto de Constituição. Programa das sessões extraordinárias a serem realizadas pela Assembléa Nacional Constituinte para discussão de temas constitucionais previamente estabelecidos.

FERNANDO SANTANA – Questão de ordem sobre não inclusão, nos temas constitucionais destinados a discussão em sessões extraordinárias, da questão mineral.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Fernando Santana.

HAROLDO LIMA – Questão de ordem sobre data da apreciação pelo Plenário da Assembléa Nacional Constituinte de projeto de decisão que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Haroldo Lima.

SÓLON BORGES DOS REIS – Questão de ordem sobre prazo de suspensão das sessões plenárias da Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Sólon Borges dos Reis.

AMAURY MÜLLER – Questão de ordem sobre inexistência de amparo legal para a supressão, pela Presidência da Assembléa Nacional Constituinte, da sessão do dia 3 de agosto da Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

VI – Apresentação de Proposições
ADYLSON MOTTA, AMAURY MÜLLER.

VII – Ordem do Dia

JUAREZ ANTUNES, VALTER PEREIRA, OSWALDO ALMEIDA, AIRTON CORDEIRO, ABIGAIL FEITOSA (retirado pela oradora para revisão.), ÁUREO MELLO (retirado pelo orador para revisão.) – Discussão do Projeto de Constituição.

VIII- Encerramento

Discurso proferido pelo Sr. Mansueto de Lavor na sessão de 27-7-87: Discussão do Projeto de Constituição.

Discurso proferido pelo Sr. Artur da Távola na sessão de 27-7-87: Discussão do Projeto de Constituição.

2 – MESA – Relação dos Membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos Membros
4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos Membros

Ata da 115ª Sessão, em 29 de julho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Afonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Almir Gabriel – PMDB; Aluísio Bezerra – PMDB; Aluísio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Tharne – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Au-

gusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Christovam Chiaradia – PFL Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Daso Coimbra – PMDB; Délvio Braz – PMDB; Denizar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edson Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL Expedito Júnior

Berreire – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Feres Nader – PDT; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL Hugo Napoleão – PFL Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Sarai

va – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Palianin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Machado Rolemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoino – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Mendonça de Morais – PMDB; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Maurício Campos – PFL; Mauricio Corrêa – PDT; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Myrian Portella – PDS; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo

Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rolemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

A lista de presença registra o comparecimento de 235 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: 3º Secretário, servindo como 2º, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Passa-la à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO: 1º Secretário procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 229/87-PFL.

Brasília, 27 de julho de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o nome da Senhora Deputada Sandra Ca-

valcanti, para vice-Líder do Partido da Frente Liberal, na Assembléia Nacional Constituinte, em substituição ao Senhor Deputado Gandi Jamil.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

REQUERIMENTO

Do Sr. Naphtali Alves, nos seguintes termos:

Brasília, 28-7-87 Senhor

Senhor Secretário-Geral,

Venho a presença de V. S.ª, solicitar que meu nome parlamentar seja retificado: de Naphtali Alves para Naphtali Alves de Sousa.

Contando com sua habitual atenção, subscrevo-me.

Cordialmente. – Deputado **Naphtali Alves de Souza**.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao

IV – Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS):

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, há alguns dias, nesta Casa, ouvi atentamente pronunciamento de um ilustre Constituinte congratulando-se com os conservadores pela vitória obtida nas últimas eleições em Portugal, bem como um programa político de privatização das empresas públicas naquele país defendido nessa eleição e que, segundo S. Ex.ª, constava como proposta vencedora, com o voto do povo português.

Isto me leva a fazer também uma digressão sobre acontecimento em outros países, não além-mar, mas próximos de nós, aqui na América Latina, como por exemplo o Peru.

Como é do conhecimento dos Srs. Constituintes, o Peru sofre um drama tão grande quanto o nosso, traduzido no volume da sua dívida externa. É também do conhecimento desta Casa que o governo peruano defendeu em praça pública uma postura alta e soberana no trato da dívida com os credores, tanto a nível de bancos privados, quanto de bancos estatais. O Peru se definiu por um não-comprometimento no pagamento dos serviços da dívida além de 10% do total das suas exportações.

Tal comportamento pode servir de exemplo para outros países, inclusive para o nosso; entendemos – nós, do Partido dos Trabalhadores – que até um governo democraticamente eleito, sustentado pelo voto popular, com programas discutidos em praça pública, como é o caso brasileiro, poderia assumir com altivez e soberania uma posição de suspensão do pagamento da dívida no seu total e não apenas do seu serviço. Assim procedendo em relação à dívida externa, o Peru está também se posicionando no sentido de que o sistema financeiro do país não pode servir apenas aos interesses de um pequeno grupo de banqueiros privados, mas que o sistema financeiro do Peru deve estar voltado para o atendimento das necessidades da sociedade peruana. Que o crédito deva ter finalidade social, destinando-se a quem dele efetivamente precise, como o peque-

no produtor rural, até mesmo o trabalhador sem terra, o microempresário, o pequeno comerciante e a população de maneira geral.

O sistema financeiro deve estar estabelecido sob o controle do Estado democrático. Queremos frisar que esta postura é, para nós, particularmente, interessantes, porque também demonstra que os países devedores entre si precisam se articular e não aceitar os ditames do FMI, ou dos Estados Unidos da América, que devemos tratar a nossa dívida externa isolada e individualmente com os banqueiros ou com o Cube de Paris. É hora de estabelecermos uma relação entre os países devedores para enfrentarmos não apenas os bancos credores, mas os países hegemônicos que se dizem nossos credores, mas que, na verdade, nos devem, na medida em que tantas das nossas riquezas já levaram.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é muito importante essa tomada de posição do Peru, país da América latina, nosso irmão, na sua posição no Terceiro Mundo, também agredido pelos interesses do grande capital multinacional e do imperialismo de países que assumem uma postura alta num momento em que achamos que devemos recorrer ao FMI. Não temos de recorrer ao FMI temos, sim, de ir às praças públicas defender a suspensão do pagamento da dívida externa e um relacionamento íntimo e fraterno com os demais países devedores do Terceiro Mundo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, enquanto esta Assembléia Nacional Constituinte está discutindo lentamente e com pouco entusiasmo os assuntos ligados à nossa futura Constituição, vários setores da economia e da sociedade do País encontram-se em situação de penúria.

Pego paciência aos Srs. Constituintes para mais uma vez tratar do setor referente à produção de borracha natural.

Encontram-se reunidos aqui em Brasília todos os segmentos desta atividade: seringalistas, seringueiros, usineiros e comerciantes, com um só propósito: salvar o setor. Estão todos à procura dos órgãos e Ministérios responsáveis por esta importante atividade produtiva, bem como dos Parlamentares ligados à Região Amazônica e de todo o País, tentando sensibilizá-los, em face da situação caótica e de desespero em que se encontram todos aqueles ligados à produção da borracha.

O Brasil, País do qual a seringueira é nativa, já foi fornecedor de quase toda a produção mundial e encontra-se vergonhosamente como importador de aproximadamente setenta por cento das suas necessidades internas.

O governo incentivou a sua exploração através do seringal nativo ou da implantação do seringal de cultivo, através dos Probor I, II e III.

Era animadora a perspectiva para atingirmos a nossa auto-suficiência na década de 1990.

Por descontinuidade desses programas, vimos interrompidas esta expectativa. Entretanto, aquilo que estava implantado apresentava resultado positivo, chegando, em 1985, a produzir a marca histórica de quarenta mil toneladas de borracha seca.

Já no ano de 1986 reverteu-se essa situação e começamos a decair para trinta mil toneladas, com tendência de maior queda durante este ano.

O maior fator que estimula esta queda está relacionado ao preço do produto. Durante o Plano Cruzado, a borracha ficou com o preço extremamente defasado, pois no congelamento encontrou o preço muito aquém do custo de produção.

Durante o ano de 1987, dois aumentos foram concedidos, tentando-se corrigir aquela defasagem.

Recentemente, estava em estudo mais uma correção de preço para compensar o frequente aumento do custo da produção e estimular a atividade. Entretanto, este foi cercado pelo congelamento do Plano Bresser, deixando inibido todo o segmento.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é necessário darmos nosso integral apoio à reivindicação dos produtores, industriais e comerciantes que hoje se encontram reunidos nas dependências da Câmara dos Deputados, pois eles desejam somente continuar nas suas atividades, tão necessárias à economia do País, até do ponto de vista estratégico.

Estudo já desenvolvido pela Associação dos Usineiros de Borracha Vegetal do Brasil (Usinbor) e pela Sudhevea, órgão coordenador da atividade no País, e devidamente levado ao CIP, merece a solidariedade do Ministério da Indústria e do Comércio, bem como do Ministério da Fazenda.

As planilhas recentes acusam uma elevação dos preços na seguinte ordem, reclamado pelo setor e que o atende nas atuais condições:

preço ao seringueiro: de Cz\$ 33,00 para Cz\$ 52,00/kg;
preço ao seringalista de Cz\$ 39,60 para Cz\$ 57,57/kg;
preço usina: de Cz\$ 82,00 para Cz\$ 125,63/kg.

Vale lembrar, ainda, que a nossa produção é tão-somente de um terço da borracha consumida no País. Os outros dois terços são provenientes da importação, cujo reflexo na inflação só ocorre cento e oitenta dias após o aumento do preço, tempo necessário, que transcorre da aquisição à entrada do produto no mercado.

Portanto, o reflexo inflacionário é lento e de baixa incidência.

Srs. Constituintes, o momento é difícil e necessita de nossa integral solidariedade. Mais de cem mil famílias de baixa renda, dispersas na Amazônia, aguardam nossa ação. Milhares de produtores esperam nosso estímulo, assim como o setor da borracha depende da nossa compreensão e sensibilidade.

Convido-os, portanto, para hoje, às 16 horas no Auditório do Anexo IV, ouvirmos o depoimento dos vários segmentos ligados à atividade.

Devemos nos associar a esses argumentos e reivindicar do Governo, através do Ministro da Fazenda, que considere a atualização do preço em estudo no CIP, evitando a desagregação do setor, que, pela suas características, será de difícil recuperação na decadente queda de produção no País.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, logo que saiu a Resolução nº 1.335, assomamos a esta tribuna para nos manifestar sobre a mesma e dizer das dúvidas que

tínhamos quanto ao seu cumprimento. Está aí, Sr. Presidente. Srs. Constituintes: não se cumpre a referida resolução.

Recebi expediente da Câmara do Comércio, de Indústria e de Serviços de Três Passos, uma região celeiro do Rio Grande do Sul, através do qual me fazem veemente apelo no sentido de que interceda junto a quem de direito, fazendo inclusive uso desta tribuna para reivindicar que aqueles recursos efetivamente venham a trazer benefícios aos pequenos empresários daquela área, amenizando a difícil situação em que se encontram.

No dia 30 deste mês expira o prazo desta Resolução, e não podemos admitir, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que as medidas anunciadas por S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República, deixem de ser postas em prática.

Gostaríamos de saber por que motivos tais medidas não estão sendo postas em prática e por que aqueles microempresários não receberam os benefícios dela decorrentes, não conseguindo rolar as suas dívidas. Entendo, inclusive, que para isso não precisam ser liberados recursos, uma vez que os empresários estão devendo e precisam apenas que os prazos sejam prorrogados. A Resolução lhes permite essa prorrogação com apenas 55% da correção monetária. No entanto, não está acontecendo como anunciado.

Pediríamos às autoridades responsáveis que liberassem esses recursos e determinassem ao Banco Central providência urgente para que cheguem às mãos dos interessados.

No pedido que tenho em mãos, e que peço a V. Ex.^a faça constar dos Anais, a entidade já referida está reivindicando, com veemência, inclusive, a prorrogação dos prazos dos empresários devedores – o que, aliás, já vem tarde. Se os recursos forem liberados, até que cheguem nos recantos mais longínquos da nossa Pátria, já terá terminado o prazo. Por isso, faz-se necessária a prorrogação do prazo e providências urgentes nesse sentido.

Gostaria, Sr. Presidente, que os dizeres deste documento constassem dos Anais desta Casa, para que os nobres Constituintes pudessem se inteirar da situação dramática em que se encontram aqueles empresários – micro, pequenos e médios – que está gerando desemprego generalizado na região, fato lamentável e triste.

Por isso, registro o meu protesto perante as autoridades, que até agora não tomaram qualquer providência para resolver a questão. Faço, mais uma vez, um apelo para que, ainda em tempo, venham socorrer aqueles pequenos e médios empresários, evitando que ocorra desemprego generalizado naquela região.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR)

Três Passos, 27 de julho de 1987.

"Da CACIS

Ao: Deputado Federal Osvaldo Afonso Bender

Assunto: Resolução 1335 do Banco Central

Senhor Deputado

Esta entidade, no trato de assuntos que afligem os micros, pequenos e médios empresários, nossos associados ou não, de Três Passos, dirige-se a Vossa Senhoria para Protestar, veementemente, quando a forma de condução que vem sendo dado pelo governo e seus órgãos, especialmente

o Banco Central, no tratamento dos refinanciamentos de débitos, dos supra citados empresários, contraídos durante a vigência do Plano Cruzado.

Não sabemos quais as razões pelas quais se menospreza empresários de região mais distantes dos grandes centros, que acreditaram no governo.

As dificuldades, incertezas, indefinições e falta de recursos apresentadas aos tomadores de refinanciamento pela Resolução 1335, do Banco Central, estão gerando, de forma cada vez mais acentuada, a revolta, o pânico e o despejo por parte dos empresários envolvidos. É eminente o caos desses empresários, caso não sejam tomadas medidas drásticas, por quem os induziu a tal contingência, pela vã promessa de inflação zero.

A inadimplência e o consequente fechamento dessa empresas criará, incontestavelmente, uma das piores imagens para o atual governo, irrecuperável, e causadora de problema talvez insolúvel a curto, médio e mesmo longo prazo. Solicitar, a Vossa Senhoria, que use de todos os recursos disponíveis para viabilizar, agilizar e resolver em definitivo este sério problema da economia, não só de Três Passos, mas de todo o país.

Para tanto, solicitamos e sugerimos:

- ampliação do prazo de encaminhamento dos pedidos de refinanciamento, que encerra dia 31-7-87;

- que os bancos sejam obrigados a cumprir as determinações da Resolução 1335, e não apenas lhes seja opcional;

- que os recursos seja colocados à disposição dos Bancos, pelo Banco Central, na quantidade necessária ao atendimento dos pedidos;

- que a burocracia seja simplificada e não complicada;

- que o refinanciamento seja uma solução e não uma protelação da falência, como se está deduzindo;

- exigir urgentes mudanças nas políticas econômicas, de forma que medidas futuras sejam definitivas e não transitórias;

- que os prazos estipulados sejam, no mínimo, iguais ou superiores ao do financiamento original; – que a correção monetária seja colocada em parâmetros compatíveis com a realidade e não extrapolada, pela excessiva ganância da inflação não contida;

- que a canalização de recursos para a indústria e comércio seja substancialmente ampliada, pela diminuição da tomada de recursos pelo governo. Os bancos não fazem questão de emprestar aos empresários porque o governo é o melhor tomador e o que mais toma.

Este é o nosso posicionamento e nossa reivindicação, que esperamos, ao menos desta vez, seja apreciado e atendido.

Que se dê atenção aos problemas realmente significativos e importantes para os desenvolvimentos harmônicos da economia, consequentemente, do país, como um todo. Não podemos admitir que a política sobreponha-se aos demais assuntos envolventes do desenvolvimento.

Ninguém sobrevive apenas de política partidária; ela, a política, faz-se necessária e talvez seja de vital importância ao bom desempenho da economia, a indústria, do comércio da educação, do país enfim.

Esperamos Senhores Deputados, que nossas colocações mereçam suas atenções e subscrevemo-nos.

Atenciosamente, – Arnildo Schmitt, Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNIO (PT – SP)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, finalmente, como dizíamos, o Plano Bresser está, na prática, revelando suas características essenciais. É de hoje, esta manchete do jornal "Folha de S. Paulo": "Sarney admite a volta do País ao FMI". Essa é a principal conclusão da missão Bresser junto aos credores internacionais. E estas, apenas foram lembradas na audiência do Presidente José Sarney com o Ministro Bresser Pereira. É interessante que, no decorrer da conversa entre o Ministro e o Presidente da República, S. Ex.^a afirma como algo até luxuoso – para ele, evidentemente o fato de que o Brasil vem pagando, sem piscar, a parcela que vence este ano relativo aos empréstimos assumidos anteriormente. Isto foi apresentado como mérito, quando na verdade representa uma sangria na economia nacional, a ser paga pelos trabalhadores e pelo povo brasileiro.

No mesmo jornal, temos a revelação de um dado ilustrativo daquilo que dizíamos, eu seja, que o Plano Bresser tem uma outra peça que é exatamente a recessão, anunciada nesta manchete: "Desemprego de junho é o maior do ano". Isto não falar na situação de arrocho salarial, através do confisco, e na situação de sufoco criada para os trabalhadores e para a população em geral.

Por isto, Sr. Presidente, queremos manifestar aqui nossa denúncia e protesto em relação à posição do Governo brasileiro, de volta ao FMI, mostrando muito bem que as intenções da Nova República de não ir ao FMI – aquela moratória técnica – era apenas um discurso demagógico. Estão aqui os fatos concretos. Por isto manifestamos nosso total apoio à decisão das centrais sindicais, CUT e CGT, de promover no dia 20 de agosto uma greve nacional, tendo como eixos o fim do Plano Bresser, o rompimento do Brasil com o FMI, o fim do confisco salarial e também o apoio à campanha das diretas já para Presidente da República. É necessário que, através dessas manifestações populares e de rua, e por nossa ação na Assembléa Nacional Constituinte, criemos um movimento político de oposição a essas medidas, que no plano econômico interno visam o arrocho e, no plano externo, a aprofundar a dependência do Brasil em relação aos credores internacionais.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS)

Pronuncia o seguinte discurso: – Sr. Presidente, Sras.^{as}, e Srs. Constituinte, trago hoje a esta tribuna uma denúncia de extrema gravidade. Estive nestes últimos dias realizando um roteiro pelo meu

Estado e levando aos companheiros as informações sobre o processo constituinte. Nesse contato tive oportunidade de ser informado sobre fatos que estavam acontecendo e que dizem respeito ao encaminhamento de emendas ao projeto de Constituição de responsabilidade da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul feito a partir de uma churrascada com 5 mil empresários, em Esteio, Rio Grande do Sul.

O que está ocorrendo no Sul é inadmissível. Os empresários estão pressionando os trabalhadores para que assinem propostas que são contrárias à estabilidade no emprego e à jornada de 40 horas semanais.

Nos Municípios de Sapiranga, São Leopoldo e Bento Gonçalves estas denúncias estão confirmadas. E, pasmem, Sr. Presidente, Srs. constituintes: no Município de Sapiranga um dirigente sindical nos informava que trabalhadores haviam sido demitidos, perdidos seus empregos por se recusarem a assinar essas emendas que os empresários estão propondo. É por esse motivo que não querem a estabilidade no emprego, pois assim podem demitir um trabalhador, um pai de família, quando bem entenderem.

O que os empresários do Sul estão querendo é forjar uma legitimidade para suas propostas que não conseguem entre seus próprios pares a adesão de 30 mil assinaturas, para cumprir o Regimento da Constituinte.

O ato deliberado de coação para com os trabalhadores, ameaçando-os com a demissão, é um procedimento de quem não tem escrúpulos, de quem não aceita as regras do jogo, de quem não quer a democracia e o respeito às liberdades neste País.

O que aconteceu no Sul deve fazer muita gente pensar. Podem ter certeza, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de que a proposta que chegar a esta Constituinte, de iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, estará maculada pelo desrespeito à cidadania e aos direitos individuais, tomando-se, portanto, espúria e indigna de apreciação pelo Sr. Relator e pela Comissão de Sistematização.

O jornal "Gazeta Mercantil" publicou, no dia de ontem, matéria sobre esse assunto intitulada "No Sul, pressão sobre empregados", onde o próprio Presidente da FIERGS, Sr. Luiz Carlos Mandelli, admite que esses fatos ocorreram, mas isoladamente, diz ele, e que – ouçam, Senhores – "recomendou" que não o fizessem mais. Apenas recomendou.

É por isso, Senhores, que esta Constituinte tem que incluir no novo texto a estabilidade no emprego; a Jornada de 40 horas e outros direitos que assegurem ao trabalhador uma vida com dignidade. E o Partido dos Trabalhadores, o PT, em conjunto com as forças progressistas dentro desta Casa, vai lutar até o fim para que essas propostas sejam aprovadas.

Sr. Presidente, gostaria ainda de manifestar-me em relação aos constantes pronunciamentos que estão sendo veiculados na grande imprensa por dois sindicalistas que há muito tempo vêm enganando a classe trabalhadora dizendo-se defensores de seus direitos. São eles o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, e o Presidente do Sindicato dos Eletricitários, também de São Paulo, Antônio Magri.

Dizendo que ninguém consegue enganar a tudo e a todos, estes, agora, como nunca, assumiram a sua verdadeira identidade: são agentes das multinacionais e do grande capital, a quem devem favores e subordinação, portando-se como verdadeiros lacaios, para não dizer bobos da corte do empresariado.

Não é à toa, Sr. Presidente, que o empresariado, quando perguntado sobre os direitos dos tra-

Ihadores na Assembléia Nacional Constituinte, principalmente 40 horas e estabilidade, justificam a não-aceitação baseados nas declarações desses dois senhores. Respondemos que essas posições são encomendadas e muito bem pagos. São dois pontos-de-lança daqueles que exploram a classe trabalhadora, que estão a golpear os avanços conseguidos na ordem social, quando deveriam estar discutindo o retrocesso que houve na ordem econômica.

Os próprios trabalhadores de São Paulo, têm certeza, cobraram desses dirigentes esta traição – traição à própria CGT, à qual os seus sindicatos são filiados e que encaminhou documento aos constituintes defendendo a estabilidade e às 40 horas, junto com a CUT.

Essa espécie de dirigente sindical, alçada às manchetes pelo **lobby** da direita, é a mais atrasada possível e imaginável. São as marionetes do sindicalismo pelego e patronal.

Com o avanço da classe trabalhadora, haveremos de afastar estes verdadeiros cabos ansiões infiltrados entre os trabalhadores. A estes que dizem que ideologia e política não enchem barriga respondemos com o pensamento de Bertold Brecht.

O analfabeto político.

O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio, depende das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia política.

Não sabe o imbecil que na sua ignorância política nasce à prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP.)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o jornal "O Estado de S. Paulo", do dia 27, leva ao conhecimento da opinião pública nacional fato lamentável ocorrido com uma pessoa e a manchete espelha bem o tanto que há de violência, de banditismo na cidade de São Paulo, de onde vim eleito Constituinte. Houve um assalto num dos locais populares da cidade, o distrito operário de Vila Prudente.

Eis o texto da notícia

"O FIM DE SEMANA MAIS VIOLENTO"

O fim de semana foi considerado, pela polícia, o mais violento deste ano: 25 assassinatos, 503 furtos e roubos de carros, caminhões e motos. Por esta razão, o secretário de Segurança Pública, Luiz Antônio Fleury Filho, determinou ontem que as polícias Civil e Militar que reforcem os efetivos nos fins de semana. Se entender que se assim será possível evitar os assassinatos e a ação dos ladrões nas ruas e residências.

O Centro de Operações da Polícia Militar (Copom) recebeu ordens do comandante do Policiamento Metropolitano para colocar o maior número de homens e viaturas nas ruas a partir das 18 horas de sexta-feira. A Delegacia Geral de Polícia também orientou as rondas para dar maior atenção às áreas onde ocorrem furtos e roubos de veículos e tam-

bém aos bares da periferia para desarmar os freqüentadores. O forte calor do fim de semana foi apontado como causa do aumento dos assassinatos, pois houve maior concentração de pessoas nos bares.

O secretário Fleury admitiu que tem havido um acentuado aumento de homicídios, furtos e roubos de veículos, e pediu também ao comando da Polícia Militar e ao delegado-geral que entreguem o mais rápido possível um estudo sobre o aumento desses crimes. "Quero saber exatamente o porquê desses números altos e acredito que, com as providências adotadas, vamos diminuir os assassinatos, roubos e furtos", ressaltou o secretário Luís Antônio Fleury.

A Polícia paulista registrou no primeiro semestre deste ano 2.260 homicídios na grande São Paulo contra 2.119 em igual período do ano passado. Os números são da Coordenadoria de Análises e Planejamento (CAP), órgão da Secretaria de Segurança Pública, e revelam que, atualmente em média, 13 pessoas são assassinadas por dia na região metropolitana, ou uma a cada duas horas.

Morte nos Correios

O assalto ao posto dos Correios da rua Ibitirama, nº 215, em Vila Prudente, na tarde de ontem, terminou com a morte do funcionário Wagner Araújo de Souza, 27 anos. Os ladrões, brancos e jovens, com revólver e usando aventureiras, idênticas aos funcionários dos Correios, entraram, disseram que era um assalto e exigiram o dinheiro dos caixas.

Wagner reagiu e foi morto com um tiro no peito. Os ladrões roubaram cerca de Cz\$ 100 mil."

E por que este Parlamentar traz à colação este assunto em plena sessão constituinte? É exatamente porque na entranha da Constituinte precisaremos promover o endurecimento da Lei Penal. Ora, não se pode deixar passar a Constituinte sem que se lhe empreste um texto para promover o endurecimento da Lei Penal; não se pode deixar passar no tempo a grande oportunidade de defender a sociedade brasileira. Não só esse jovem foi morto, não. Em São Paulo a quantidade de assaltos, estupros e seqüestros seguido de morte aumentam, e não mais podemos aceitar tais designios para uma sociedade indefesa. Estabelece-se diante da diametral opção a questão que se levanta: ou se fica na defesa dos bandidos, afrouxando a Lei Penal, ou a endurecemos, enfrentando esses bandidos em nome da sociedade. Por isto, apresentei à consideração da Constituinte a combinação da pena capital para esses crimes, isto é, roubo seguido de morte. Não vejo outro caminho, vi minha emenda ser derrotada na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais; então, aproveitei a chance de reapresentá-la, e o farei agora, pelo menos a pena da prisão perpétua, para retirar do seio da sociedade brasileira esses nefandos reatam os pobres de todos os gêneros, como esse jovem de 27 anos, funcionário público, humilde, que estava defendendo sua família, trabalhando, e que sofreu, pela morte, o afastamento definitivo da vida terrena, a que nos emprestamos também.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE.)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a agroindústria canavieira é atividade que se vem desenvolvendo no Brasil há mais de 4 séculos. Sem dúvida, vem ela contribuindo de forma ponderável para a elevação do padrão de vida de nossa população rural, principalmente após a utilização do álcool combustível por veículos automotores.

Efetivamente, o valor agregado bruto da produção nacional de álcool (mais ou menos 12 bilhões de litros) é da ordem de 200 bilhões de cruzados por ano, massa de recursos equivalente a 4 bilhões de dólares e que, ao remunerar diretamente os fatores de produção, incluindo mão-de-obra agrícola e industrial, cria poder de germinar outros investimentos.

Mas, apesar do sucesso do Proálcool, único no mundo em grande escala de produção, ouvem-se rumores na imprensa de que faltará álcool combustível em futuro próximo. Ora, Srs. Constituintes, se não há mais projetos em carteira das Cenas destinados à implantação ou ampliação de destilarias, por que não se utilizar parte dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento como forma de revigorar o Proálcool e afastar a ameaça de escassez? A adoção dessa medida se configura oportuna no momento em que a Petrobras retira de seu orçamento de 1987, parcela equivalente a 500 milhões de dólares destinada à pesquisa de petróleo. Isso significa que a almejada auto-suficiência de petróleo será obviamente retardada e, na hipótese melancólica de outra grande elevação do preço do óleo estrangeiro, não mais poderíamos dar-nos ao luxo de gastar anualmente cerca de 10 bilhões de dólares com a importação do produto, como ocorreu de 1980 a 1983.

Tratando-se, portanto, de assunto ligado à própria segurança nacional, apelo às nossas autoridades da área econômica no sentido de ser verificada a possibilidade de utilização pelo Proálcool de parcela do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. RONALDO CEZAR COELHO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna para louvar o que deve ser louvado: o trabalho desenvolvido pelo nosso companheiro do PMDB do Rio de Janeiro, Ministro Raphael de Almeida Magalhães, no Ministério da Previdência e Assistência Social. Já começaram a aparecer os primeiros sinais de um notável e profundo trabalho de modernização na máquina administrativa da Previdência Social; os projetos de aperfeiçoamento da fiscalização com um completo trabalho de processamento e imediata citação das empresas devedoras, no curto prazo de 15 dias; o projeto de atendimento do Inamps, associado às autoridades estaduais, municipais e às entidades comunitárias; o projeto piloto do Município de Nova Iguaçu, no meu Estado; projetos outros de modernização de prestação de serviços e pagamento de benefícios, através da própria empresa, liberando os beneficiários das tradicionais filas e do atendimento precário dos postos de serviço. O Ministério está fazendo também – e começam a surgir os primeiros resultados – um completo levantamento para auditoria e tratamento dos 11,5 mi-

Ilhões de benefícios que são pagos mensalmente pela Previdência Social.

Registro, portanto, com especial orgulho, por se tratar de um companheiro do meu partido do PMDB do Rio de Janeiro, os excelentes trabalhos que o Ministro está realizando à frente daquela Pasta, juntamento com sua competente equipe do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Louvo e cumprimento quem merece: o Presidente José Sarney, pelo apoio que vem dando ao Sr. Ministro Raphael de Almeida Magalhães.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B)

- **R.J. Sem revisão do orador.:** - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Jornal "**O Globo**", de domingo, publicou, da autoria de Mônica Magnavita, um artigo muito interessante, que, sem dúvida alguma, nos ajuda, aos Constituintes de todos os partidos, a realmente termos dados claros e concretos sobre a situação dos trabalhadores do nosso País.

O título do artigo diz: "33% da população brasileira recebe até 1 salário mínimo". E o texto trata da distribuição de pessoas ocupadas no Brasil. Gostaríamos de ressaltar: 33% recebem até um salário mínimo; 22,5%, de um a dois salários mínimos; de dois a cinco salários mínimos, 21,88%. Somados, verifica-se que 76% da população brasileira recebem de um a cinco salários mínimos, quadro que não variou de 1976 para cá, permanecendo o mesmo. Enquanto os governos e a política mudaram, a situação do Brasil não se modificou, já que se tocou nas causas estruturais da má distribuição de renda no País e na questão da dívida externa. O artigo traz um quadro interessante com a comparação entre salários mínimos em quatorze países e as jornadas de trabalho semanais. Desses países, o Brasil e a Espanha têm jornada de trabalho de quarenta e oito horas. Na maioria desses quatorze países, incluindo Argentina, Colômbia, Grã-Bretanha, Equador, Espanha, França, Índia, Itália, Japão, Nicarágua, Peru, Portugal, Uruguai, portanto, vários com situações econômicas diferentes, a jornada de trabalho é de quarenta horas ou menos.

Com isso fica claro e põe-se abaixo a colocação de alguns empresários, bem como de representantes do setor empresarial de que a jornada de trabalho só foi reduzida em países de grandes níveis de desenvolvimento. Desta maneira, vemos de forma clara e concreta que a jornada de trabalho de quarenta horas ou menos existe em vários países com diferentes situações nos seus estágios sócio-econômicos, principalmente, aqui perto, a Argentina e o Peru.

O que agrava mais ainda a situação do operário, do trabalhador brasileiro é que a maioria esmagadora desses países têm salários mínimos superiores ao do Brasil. Mesmo os países que têm salários menores, se os relacionarmos com a jornada de trabalho, verificaremos que, proporcionalmente, paga mais do que recebe o trabalhador brasileiro.

Em síntese, é clara e notória a exploração que sofre a classe operária neste País.

Consideramos que as propostas de redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais – que muitos dizem não deve constar no Projeto de Constituição, embora já esteja na atual Carta o limite máximo de quarenta e oito horas

– e a estabilidade do emprego devem ser defendidas, não só pela sua justiça social, mas principalmente pela realidade técnica e econômica de nosso País, que precisa de uma vez minimizar a exploração do capital em cima da força de trabalho do operário brasileiro.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

33% DA POPULAÇÃO RECEBE ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

Nada menos do que 33% da população ocupada do Brasil ganhava até um salário mínimo em 1985. De lá para cá é pouco provável que este percentual tenha se alterado muito, a contar pelo seu desempenho nos últimos anos, (ver tabela). Para esta faixa da população o Governo acena com uma duplicação de salário nos próximos dois anos.

Quem são essas pessoas? Não são os trabalhadores da indústria paulista, porque de acordo com o Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Luis Eulálio Bueno Vidigal, o piso na Grande São Paulo é de Cz\$ 3 mil. Por outro lado este universo não inclui apenas as empregadas domésticas, como se pensa. Eles são comerciários, funcionários de pequenas e microempresas, trabalhadores rurais, lavadores de carros, biscoiteiros, enfim, a maior parte da população ocupada nacional que tem uma expectativa de vida de apenas 60 anos.

Todos, provavelmente, desconhecem que pertencem à oitava economia do mundo. Desconhecem ainda que trabalham mais do que os nicaraguenses ou que os hindus.

Hoje o poder de compra do salário mínimo está 50% abaixo dos níveis de 1986, explica o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, João Sabóia. A situação fica mais grave se for levado em conta que o valor real do piso vem caindo sistematicamente desde 1952. Para se ter uma idéia desta queda, em 1959 ele equivalia a Cz\$ 3.234, enquanto que em dezembro de 1986, no ano do Plano Cruzado, chegou a um valor real de Cz\$ 555. Os cálculos são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, Dieese.

Mesmo diante destes resultados, a proposta de alguns constituintes de reduzir a jornada de trabalho no País para 40 horas semanais conseguiu reunir críticas dos mais variados segmentos sociais. Do ex-Presidente da República Ernesto Geisel, ao Presidente da Petrobrás, Ozires Silva, passando por outro Presidente, o da Confederação

Nacional da indústria. Albano Franco, até chegar a muitos economistas e políticos, ninguém apóia o projeto. Os argumentos mais técnicos afirmam que as empresas não podem arcar com este custo. Os mais simplistas dizem que os brasileiros não gostam de trabalhar.

A distribuição da renda não se alterou muito nestes últimos anos. Uma das exceções fica por conta das classes salariais com ganhos mensais de cinco a 10 mínimos, que aumentou no período. Em compensação, as camadas de mais baixa renda cresceram. Em 1983, ano de plena recessão, o número de trabalhadores que recebia até 1 salário mínimo subiu em relação a 1979 (ver tabela). Enquanto isso, a faixa de pessoas com renda entre um a dois diminuiu.

A faixa seguinte, de dois a cinco mínimos, também encolheu neste período. Em contrapartida, a faixa com renda mensal entre cinco a 10 mínimos foi a que mais cresceu.

O Professor João Sabóia alerta que embora o nível de trabalhadores com renda mensal de cinco a 10 mínimos tenha crescido mais que as outras faixas, nos anos entre 1976 e 1985, a valor real do piso caiu de um índice de 56,54 (tomando como base o ano de 1940 = 100) para 53,24. Ou seja, embora mais trabalhadores tenham passado a ganhar mais, cinco mínimos em 1976 tinham um poder de compra maior do que este mesmo total em 1985.

Salários mínimos em países do ocidente (1986)

País	Em dólares	Jornada semanal/horas
Argentina	139,45	40
Brasil	58,39	48
Colômbia	84,01	40
Grã-Bretanha	55,68	37,5
Equador	104,44	40
Espanha	217,17	48
França	617,61	39
Índia	344,05	44
Itália	504,80	40
Japão	455,50	44
Nicarágua	152,14	44
Peru	53,05	40
Portugal	110,00	42
Uruguai	74,58	44

Fonte: Embaixada dos países e FMI – IFS julho 1986.

Obs.: Cotação das moedas conforme o último dia de maio de 1986.

Fonte: Boletim do Dieese, agosto 1986.

Distribuição das pessoas ocupadas no Brasil

	1976	1979 ⁽¹⁾	1981	1983	1984	1985 ⁽²⁾
Total	100	100	100	100	100	100
Até 1 sal. mínimo	33,33	31,10	29,83	33,53	32,54	32,28
Mais de 1 a 2 mín.	25,73	25,73	25,61	23,26	22,53	22,50
Mais de 2 a 5 mín.	18,09	20,64	23,21	21,18	22,29	21,88
Mais de 5 a 10 mín.	6,21	6,76	6,95	7,57	7,86	8,28
Mais de 10 mínimos	4,05	3,87	3,96	4,36	4,70	5,03
Sem rendimento ⁽³⁾	12,34	11,64	10,03	9,69	9,72	9,64
Sem declaração	0,25	0,26	0,41	0,41	0,36	0,39

Fonte: IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Nota 1 – Exclusiva a população rural do Norte e de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Nota 2 – Exclusiva a população rural da Região Norte.

Nota 3 – Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES –

Pronuncia o seguinte discurso.: – Presidente, Srs. Constituintes, o assunto que iremos abordar na sessão de hoje diz respeito diretamente a milhões de brasileiros que contribuíram com seu trabalho para o progresso do Brasil, sacrificando-se, diuturnamente, durante pelo menos 35 anos, vivendo as dificuldades inerentes à constituição e manutenção de uma família, e que, nos últimos anos, foram miseravelmente expropriados em seus proventos, hoje reduzidos a valores humilhantes para quem deu o melhor de si ao País durante tantos anos.

Refiro-me, Sr. Presidente, aos milhões de aposentados brasileiros, que tiveram seus proventos confiscados ao longo dos últimos anos, ao ponto de alguns que se aposentaram com cinco salários mínimos, por exemplo, hoje estarem com menos de dois salários, devido ao criminoso achatamento que vem sendo praticado pelas autoridades da Previdência Social, com o beneplácito de políticos que, depois, inescrupulosamente, ainda têm coragem de procurá-los para lhes pedir o voto. Nessa mesma situação ou talvez pior se incluem milhões de pensionistas que muitas vezes ganham bem menos que o salário mínimo.

A Assembléia Nacional Constituinte ainda não tratou esta questão crucial com seriedade e a profundidade necessárias. Não se alterou o cerne dessa questão, que é justamente a recomposição imediata dos proventos dos aposentados e pensionistas, de forma a que o valor do benefício seja reconstituído de forma a atingir o valor da época da concessão do benefício como um imperativo dentro do processo de restabelecimento da dignidade nacional. Neste momento, Srs. Constituintes, tornou-se imperioso que aprovemos esta recomposição. Pois se trata de uma clara questão de justiça social, ou seja, o estabelecimento na futura Constituição dos mecanismos necessários para promover o resgate dos aposentados e pensionistas do Estado de marginalização e miséria em que se encontram.

Chamo a atenção desta Assembléia Constituinte para a emenda que estamos apresentando ao projeto de Constituição ora em discussão nesta Casa, determinando a imediata recomposição dos proventos e pensionistas, nos valores fixados ao início de sua vigência, obrigando a Previdência à adoção das medidas pertinentes no prazo de três anos. Sei que irão argumentar que o País não suportará pagar tal recomposição, mas desde já advido que os que assim procedem são os mesmos que ficaram calados ao longo dos anos, enquanto o Governo promovia o achatamento nos valores pagos nas pensões, aposentadorias e benefícios da Previdência Social. Isto sem falar no criminoso confisco do valor do atual salário mínimo. Hoje, temos a vergonha de dizer que pagamos ao trabalhador o menor salário mínimo de nossa história e o mais triste, Presidente, é que, por incrível que pareça, temos que confessar o vexame de o Ministro do Trabalho ser filiado ao nosso partido.

O que o País não suporta mais, Sr. Presidente, é assistir impassível a tanta hipocrisia acumulada. Pagar a recomposição aos aposentados e pensionistas representa um mínimo que podemos fazer para retribuir muito que esses milhões de brasileiros fizeram pelo País, recebendo em troca o criminoso confisco dos valores que deveriam re-

ceber para viver seus últimos anos com tranquilidade e segurança. Dizem que o País não suporta pagar a recomposição dos aposentados e pensionistas, mas há recursos para a compra de centenas de apartamentos funcionais de luxo para os altos funcionários da Previdência. Agora dizem que não há dinheiro para corrigir as injustiças praticadas, mas continuam ameaçando iniciar sem qualquer previsão orçamentária a construção da Ferrovia Norte-Sul, aquela mesma que vai do nada a lugar nenhum.

Não, Sr. Presidente, o País não aguenta mais assistir ao permanente desperdício dos recursos públicos, em todos os níveis da administração pública nacional, inclusive, nesta Casa de leis, enquanto se ouve alguns políticos e autoridades afirmarem que não há dinheiro para resolver a situação dos aposentados, para aumentar os valores do salário mínimo que se tornou um símbolo da vergonha nacional, para melhorar as condições de vida do nosso povo. Por isso, Srs. Constituintes, faço dessa tribuna um veemente apelo à consciência de cada um, no sentido de aprovarem nossa emenda restabelecendo um mínimo de dignidade para a vida dos aposentados. Saibam que eles não têm direito a nada nesse País, ou seja, não têm dinheiro nem mesmo para andar de ônibus, para proporcionar uma alimentação decente às suas famílias, para custear a educação dos filhos, para exercer seu legítimo direito ao lazer, para ficar apenas nesses exemplos.

Ser aposentado hoje, nesse País, é estar condenado a viver os últimos anos de vida na miséria, amargurado e sem nenhuma perspectiva de dias melhores para si e para os familiares. E é exatamente essa situação que nós temos o dever indeclinável de reverter, sob pena de sermos considerados coniventes com os crimes praticados contra eles durante todos os últimos anos. Por isso, reitero o apelo, companheiros e companheiras Constituintes, para aprovação de nossa emenda de recomposição dos proventos dos aposentados.

Outro assunto, Sr. Presidente.

A imprensa noticiou com destaque a divulgação de um boletim do Ministério da Aeronáutica insurgindo-se contra a possibilidade de a Assembléia Nacional Constituinte aprovar a anistia irrestrita nos termos em que foi proposta, resarcindo os punidos dos prejuízos que tiveram em termos pecuniários e retornando-os à ativa, com as promoções que não puderam conquistar. Mesmo reconhecendo o direito democrático da Aeronáutica, de se manifestar sobre o tema, é preciso reafirmar desta tribuna que a soberania da Constituinte é inviolável, e que suas decisões devem ser acatadas sem restrições por todos os setores da sociedade, inclusive as Forças Armadas.

Há poucos dias vimos manchete estampada em um dos principais jornais do País, onde o Ministro do Exército afirma com todas as letras que não pagarão os atrasados aos militares punidos, caso a Constituinte determine sua reintegração à ativa com todos os direitos. Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, atitudes como esta do Ministro do Exército e do boletim do Ministério da Aeronáutica não se coadunam com a democracia que o Presidente da República insiste em dizer que estamos vivendo.

Dante de manifestações dessa natureza, conclui-se que a democracia ainda engatinha entre nós, e que cabe aos Constituintes, eleitos soberanamente pelo povo brasileiro, criar as condições

indispensáveis à prática de uma verdadeira democracia entre nós. Não há democracia sem respeito à hierarquia e à disciplina, mas ao que estamos assistindo é um pequeno grupo de militares pretender passar por cima da autoridade do Presidente da República e da Assembléia Nacional Constituinte. Um pequeno grupo, é verdade, pois a maioria dos militares brasileiros tem raízes profundamente democráticas, mas um grupo que detém os principais cargos do poder militar no Brasil.

Precisamos deixar bem claro aos olhos da Nação que não estamos aqui nesta Casa para dizer amém às vontades do poder militar, como faziam ao longo da ditadura os parlamentares da Arena e depois do PDS. Submissos, subservientes e incapazes de qualquer atitude que contrariasse a vontade dos generais de plantão, esses políticos foram banidos da vida política nacional pela esmagadora vontade do povo brasileiro, decidindo pela aposentadoria compulsória de seus mandatos eletivos exatamente pelo fato de defenderem os interesses do poder militar e não de seus eleitores.

Precisamos alertar o povo brasileiro desde já contra os interesses desse pequeno grupo que detém o poder militar no Brasil. Afinal, se decidirmos aqui contrariá-los em suas avaliações do que deve ou não ser incluído na Constituição, estaremos colocando em risco esta frágil transição sem fim, que insistem em chamar de democracia? Se a resposta for positiva, Sr. Presidente, melhor faremos se denunciarmos à Nação este tipo de pressão espúria sobre os trabalhos da Constituinte, resistindo à tentação de ceder à vontade do poder militar para preservar uma transição que, à imagem e semelhança da ditadura, mantém a opressão, a miséria, a injustiça social, o arrocho salarial e as tentativas de submissão do Poder Legislativo.

Não estamos aqui, Srs. Constituintes, para fazer as vontades de meia dúzia de generais, almirantes e brigadeiros. Estamos aqui para escrever uma nova Constituição que atenda aos anseios de 130 milhões de brasileiros, no sentido de que haja uma distribuição de renda justa, salários condignos, afirmação da soberania nacional perante o capital estrangeiro e uma verdadeira independência entre os poderes constituídos. Alguém precisa dizer a esses senhores que se insurgem contra a anistia proposta nesta Casa que a ditadura acabou, eles que se ocupam de suas funções constitucionais nos quartéis e deixem de se envolver com uma tarefa que compete aos constituintes eleitos no ano passado pelo povo brasileiro. Isto porque não aceitaremos a ditadura disfarçada, não faremos o papel de marionetes conduzidos por quem quer que seja.

Não seremos as vacas de presépio, como foram os parlamentares da Arena de triste memória, o ex-maior partido do Ocidente. Não podemos ter medo da cara feia que o General Leônidas Pires Gonçalves mostra na televisão, das ameaças veladas que fazem aos constituintes, das vivandeiras que vivem buscando orientação nos quartéis. Ou fazemos a Constituição tendo como guia apenas o interesse popular, ou é melhor irmos todos para a praia.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, registro, desta tribuna, o excelente trabalho que o Ministro Bresser Pereira está desenvolvendo nessa negociação com os credores, assunto em pauta nas discussões políticas, empresariais e pela imprensa do País.

S. Ex.^a está convencido de que vai vencer nesta fase, pois os líderes do PMDB são homens inteligentes, razoáveis, e S. Ex.^a acha possível persuadir o Presidente José Sarney, bem assim o Líder político de maior projeção no Brasil, o Deputado Ulysses Guimarães, da necessidade de um acordo com o FMI, depois de uma futura negociação com os bancos credores de Nova Iorque. O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, deixa bem claro que as negociações em torno da dívida externa desenvolvidas pelo Ministro Bresser Pereira, têm-se orientado no sentido de um "modelo autônomo, sem qualquer subordinação ao FMI". Sobre o assunto, S. Ex.^a é categórico: "O PMDB tem profundas reservas e desconfianças com o FMI. Quando ele monitorou nossa economia os resultados foram danosos".

O Ministro Bresser Pereira entende que do jeito que está encaminhando a negociação da dívida – primeiramente fechar um acordo com os bancos – o poder do FMI se reduzirá bastante. Portanto, atende à posição do PMDB.

Mas S. Ex.^a defende para o futuro um acordo com o FMI porque isso abrirá ao Brasil as portas do crédito externo, como o do Japão, por exemplo: "Será muito mais fácil levantar esses recursos se fizermos acordo com o FMI."

O Ministro Bresser disse "ter certeza" de que convencerá o Presidente da República, Sr. José Sarney, e o do PMDB, Ulysses Guimarães, de que o Brasil deve voltar ao FMI, se obtiver, antes, um acordo com os bancos credores". O Presidente do PMDB passou um telegrama ao Ministro Bresser Pereira, onde diz: "O FMI só tem prejudicado o Brasil e os países subdesenvolvidos e toda vez que o FMI tratou de dirigir nossa economia, foi um desastre", mas o Brasil fez um acordo com os bancos sem o FMI, isso diminui a cláusula do peripassu (ou monitoração, que o Ministro acha ser uma palavra inventada pela imprensa), uma cláusula dá muito poder ao FMI. Esse poder fica agora muito menor. E o Ministro Bresser Pereira precisa do dinheiro dos japoneses, pois este poderá ser obtido com uma taxa de juros menor. S. Ex.^a acredita que se conseguir vencer nesta fase, irá conseguir convencê-los depois. Os bancos não têm outra alternativa devendo aceitar esta ordem dos fatos que altera o produto. A estratégia de passar o FMI para depois de um acordo com os bancos não foi aceita nem rejeitada pelos banqueiros e líderes do Governo norte-americano, nestes últimos dias. Realmente, o Secretário do Tesouro daquele país, James Baker, e o Presidente do Federal Reserve Bank, Paul Volcker, acham que a execução desse ajuste será muito difícil.

O Ministro Bresser Pereira diz que essa é uma negociação que, se for levada a termo, representará uma vitória para o Presidente José Sarney, fortalecerá o seu governo, e, evidentemente, os líderes da campanha "Eleições 88", como os Senadores Afonso Camargo, Fernando Henrique Cardoso e o Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, Mário Covas, e "não enfraque-

cerá o sistema financeiro internacional. O Federal Reserve, o FMI e Wall Street não irão abaixar..."

O Ministro Bresser Pereira disse ao assessor do Presidente Ronald Reagan para assuntos de segurança nacional, Frank Carlucci, que deseja e pretende a todo custo obter um *spread* zero nas negociações com os bancos comerciais, previstas para o mês de setembro. O Brasil deseja US\$ 7,2 bilhões sem juros.

Ora, S. Ex.^a pretende suspender a moratória decretada para o pagamento do serviço de parte da dívida externa brasileira – cerca de 70 milhões de dólares – fazendo até um pagamento simbólico, caso os credores concordem em fechar um acordo de refinanciamento sem a prévia intervenção do FMI.

S. Ex.^a assinou contratos de empréstimos com o Banco Mundial no valor de 475 milhões de dólares. Esse dinheiro é destinado à melhoria do transporte urbano das principais capitais brasileiras, ao combate à poluição e ao programa de erradicação da febre amarela.

Passo a ler matéria divulgada pelo "Jornal de Brasília" de hoje, referente à decisão do Presidente José Sarney sobre o assunto, que só admite ir ao FMI com as nossas exigências acatadas.

O Presidente José Sarney está convicto de que não há por que o Brasil recusar-se a recorrer ao Fundo Monetário Internacional se as autoridades do Fundo respeitarem as duas exigências básicas do Governo brasileiro: manutenção das taxas de crescimento da ordem de 6% ao ano e o não-monitoramento da economia brasileira.

Ontem, depois de ouvir durante uma hora o relatório da viagem aos Estados Unidos do Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, o Presidente Sarney revelou-se mais convicto de que esta alternativa não é descartável, informou o secretário de Imprensa da Presidência, Frota Neto.

Contudo, o Governo brasileiro vai preparar-se ao longo de agosto para iniciar as negociações, em setembro, com os bancos privados.

O Brasil pretende desatrelar o entendimento com os 700 bancos privados de um acordo com o Fundo Monetário.

Com os bancos privados existe um limite, fixado na legislação norte-americana, que é a data de 20 de outubro, quando devem fechar seus balanços. Se o Brasil não tiver resarcido seus débitos até essa data, os bancos terão de contabilizá-los como prejuízo e de aumentar suas reservas.

Nessa negociação, portanto, o Brasil, "que não tem pressa em suspender a moratória", segundo o Ministro Bresser Pereira, entra com o poder de barganha relativamente favorável.

As nove condições para negociar

Estas são as condições que o Brasil levará para a mesa de negociação com os credores em setembro:

1 – Substituição dos mecanismos tradicionais "pacotes de dinheiro novo" por mecanismos mais automáticos e estáveis de mobilização dos recursos necessários ao ajuste externo da economia;

2 – Reestruturar a dívida externa de forma a delimitar as transferências de recursos reais para o exterior.

3 – Obter, sem condicionalidade alguma, que não妨碍 the pagamento dos juros devidos, a liberação de desembolsos que financiem parte das despesas de juros.

4 – Consolidar a dívida em prazos mais dilatados e com taxas reais de juros menores.

5 – Apresentar alternativas, inovadoras e de mercado, como capitalização, emissão de títulos e regras de conversão da dívida em investimento.

6 – Preservar e aumentar o nível das reservas internacionais.

7 – Introdução de salvaguardas nas negociações com o fim de evitar que situações fora de controle do Governo brasileiro modifiquem, de forma negativa, o que for acordado, desequilibrando os ajustes que venham a ser alcançados.

8 – Repactuação de todos os "spreads" e taxas-base incidentes sobre os estoques da dívida vencida e vencida até 1993 – US\$ 56 bilhões, aproximadamente – substituindo-se pela Libor pura, sem "spread" algum.

9 – Empréstimo de US\$ 7 bilhões pelos bancos comerciais nos próximos 18 meses para cobrir débitos resultantes do pagamento de juros em atraso.

Esses pontos deverão constar dos entendimentos com os bancos privados, com quem o Brasil tem uma dívida da ordem de Cz\$ 70 bilhões. O início dos entendimentos com os banqueiros, inclusive japoneses, deverá ser precedido de uma missão técnica brasileira para o acerto desses pontos.

Com o FMI

Com o Fundo Monetário Internacional, que tem, segundo o secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Neto, a vantagem de oferecer condições mais favoráveis, os limites da negociação estão, em primeiro lugar, consubstancializados em dois pontos: concordância em não interferir na política econômica interna e com as taxas de crescimento fixadas pelo Governo brasileiro.

O secretário de Imprensa da Presidência da República disse que "o Brasil acaba de apresentar as preliminares das negociações externas: o Plano Bresser, de ajustamento da economia interna; e o Plano de Controle Macroeconômico".

Segundo Frota Neto "esses dois planos são o limite da negociação da dívida externa e deles o Brasil não se afastará. Informou que, nos encontros com banqueiros e autoridades norte-americanas, o Ministro Bresser Pereira encontrou uma boa "acolhida" para os dois documentos. "Os banqueiros ressaltaram a coerência na proposta brasileira" arrematou o secretário de Imprensa.

Sr. Presidente, acredito efetivamente, que a negociação da dívida externa com os bancos internacionais será bastante difícil em face da insistência do Presidente José Sarney de, primeiro, realizar um acordo com os credores para, em seguida, acertar com o FMI. Considero que a estratégia de negociação inverte as regras existentes

no mercado financeiro e diminui a importância do FMI no seu contexto. Do jeito que o Ministro Bresser Pereira está colocando a questão, o poder do FMI se reduz bastante, porque, primeiro, o País faz acordo com os bancos, sem nenhuma cláusula, sem nenhum condicionamento, de forma que depois, quando o Brasil fizer o acordo com o FMI, não poderá sofrer retaliação caso não cumpra alguma meta nem o FMI poderá induzir os bancos a suspender a comissão dos empréstimos acertados.

O PMDB, através dos seus líderes que desejam a redução do mandato do Presidente José Sarney, é que condenam o excelente trabalho que vem executando o Ministro Bresser Pereira, alguns até registrando o nome de Tancredo Neves, lembrando a sua frase segundo a qual "a dívida externa não pode ser paga com o sacrifício ou a fome do povo", esquecem, todavia, S. Ex^{as}, de que o próprio Primeiro Ministro Tancredo Neves, aqui desta tribuna, inúmeras vezes destacou e ressaltou o trabalho do FMI, defendendo, à época, aida do Brasil àquela entidade. Esse episódio da história do País está registrado nos Anais do Congresso Nacional para que possam relembrar esses fatos aos esquecidos, bastando procurar para recapitular. Concordo integralmente com a posição do nosso Presidente Deputado Ulysses Guimarães, segundo a qual "o PMDB tem profundas reservas quanto ao FMI". O partido já manifestou suas preocupações sobre o assunto, e adotou uma posição inarredável de repulsa a acordos com aquela instituição que impliquem em comprometimento da soberania nacional, como o monitoramento de nossas contas internas, bem assim o desejo do FMI de nos impor uma recessão econômica, inclusive, o PMDB na sua Convenção Extraordinária vetou, claramente qualquer acordo com o FMI.

Todavia, o Ministro Bresser Pereira traz à consideração do País, bem assim, da classe política, principalmente do seu próprio partido, o PMDB, que é também o meu, um fato inusitado na matéria: primeiro fechar um acordo com os bancos, e assim o poder do FMI se reduzirá bastante. Portanto, atende à posição do PMDB e a do Presidente José Sarney.

Parabéns, Ministro Bresser Pereira, estou com V. Ex.^a, excelente trabalho o seu. (Palmas. Muito bem!)

O SR. JESUALDO CAVALCANTI(PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por certo, é para defender os legítimos interesses do povo brasileiro que estamos aqui reunidos.

Impunemente, a ninguém é dado, seja por ignorância, covardia ou má fé, fechar os olhos e os ouvidos aos anseios e expectativas da Nação.

Seria temerário desconhecer, principalmente neste momento tão significativo da vida nacional, uma verdade irretorquível: este País, ao longo de sua história, tem feito uma clara opção pelo desenvolvimento com soberania.

Desde cedo, nosso povo escolheu seus próprios caminhos e selecionou, soberanamente, as áreas da economia que entendeu necessário preservar para manter e consolidar essa opção.

Dela nasceu o monopólio estatal do petróleo. E no bojo de um amplo movimento de opinião pública, certamente o maior já registrado em terras brasileiras, que empolgou a minha geração, foi criada a Petrobrás para viabilizar o monopólio.

Passados quase trinta e cinco anos, aí está a Petrobrás, a maior empresa brasileira, 450.000 acionistas e 65.000 empregos diretos, batendo recordes dentro e fora de nossas fronteiras e produzindo 60% do petróleo consumido no Brasil.

Responsável pelo surgimento de uma indústria genuinamente nacional, que lhe fornece 93% dos equipamentos e materiais de que necessita, a Petrobrás é, antes de tudo, um modelo de desenvolvimento que atesta, avalia e dignifica a capacidade do homem brasileiro.

A revolução tecnológica que vem produzindo, à custa de talentos de técnicos brasileiros, põe por terra as surradasteorias de velhos e novos defensores de soluções estrangeiras para os problemas de nosso País.

Pois bem, para ser legítima e duradoura, a nova Constituição deve guardar absoluta fidelidade aos ideais de grandeza, independência e democracia esposados pelo nosso povo.

A instituição do monopólio estatal do petróleo reflete uma vigorosa afirmação desses ideais.

Urge que, ao defini-lo no texto constitucional, o façamos de forma clara, límpida, estreme de dúvidas. Inclusive proibindo, por incompatível com o espírito do monopólio e prejudicial aos interesses do País, a esdrúxula figura do contrato de risco.

Somente assim podemos garantir, tranquilizando a Nação, que a Petrobrás é realmente intocável.

Muito obrigado.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a maioria dos constituintes é favorável ao parlamentarismo, considerando-o como o melhor sistema de governo para o Brasil. Isso foi comprovado em diversas pesquisas feitas pela imprensa entre os constituintes, globalmente considerados, como também nas pesquisas no seio dos principais partidos e bancadas majoritárias. A comprovação da maioria dos constituintes a favor do sistema parlamentar de governo também se deu nas decisões das subcomissões e comissões temáticas da Constituinte e na Comissão de Sistematização.

A constatação de que a maioria dos constituintes é favorável à mudança no sistema de governo, porque considera superadas de sobejo, ao longo de quase cem anos de triste experiência, as possibilidades do presidencialismo como sistema capaz de assegurar a democracia tão reclamada pelos brasileiros, traz-me a esta tribuna para denunciar as manobras que ocorrem na cúpula política nacional, pela ação dos Presidentes do PMDB e do PFL, respectivamente, Ulysses Guimarães e Marco Maciel, que estão negoclando um acordo pelo presidencialismo, querendo assim modificar a decisão livre e soberana da Constituinte em favor da mudança no sistema de governo. Os dirigentes dos dois maiores partidos, os quais, juntos, somam mais de dois terços da Constituinte, não se entendem em torno de uma política econômica e social capaz de superar a recessão, o desemprego, o achatamento salarial, a falta de moradia, os problemas da Previdência Social, da dívida externa e da agricultura brasileira, que marcha para a falência, mas iniciam entendimentos à revelia das duas bancadas majoritárias, para sabotar a mudança do sistema de governo e manter, assim, o desastrado presidencialismo que tantos males já causou e ainda está causando.

Desde cedo, nosso povo escolheu seus próprios caminhos e selecionou, soberanamente, as áreas da economia que entendeu necessário preservar para manter e consolidar essa opção. Dela nasceu o monopólio estatal do petróleo. E no bojo de um amplo movimento de opinião pública, certamente o maior já registrado em terras brasileiras, que empolgou a minha geração, foi criada a Petrobrás para viabilizar o monopólio.

ao sistema político, ao jogo do poder e à democracia em nosso País. Seria essa, talvez, uma nova versão do pacto do diabo, que espero venha a encontrar pronta reação dos constituintes dos próprios partidos dirigidos por Ulysses Guimarães e Marco Maciel, que, majoritariamente, já tomaram posição prévia contrária ao pretendido pelos seus dirigentes.

Para comprovar a denúncia que trago a esta tribuna, basta ler a "Folha de S. Paulo", de hoje, que notícia:

"Ulysses e Maciel Negociam Acordo pelo Presidencialismo – Os Presidentes do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, e do PFL, Senador Marco Maciel, começaram ontem a negociar formalmente um acordo para que a futura Constituição que está sendo elaborada pelo Congresso Constituinte mantenha o atual sistema presidencialista, ao contrário do modelo de parlamentarismo instituído pelo anteprojeto da Comissão de Sistematização. Marco Maciel admitiu ontem, após sair do encontro com Ulysses, que este será um dos pontos que pretendem estabelecer como acordo."

Acordo de cúpula não pode prevalecer sobre uma Assembléa Nacional Constituinte que se diz livre e soberana. A negociação e o consenso só podem e devem ser estabelecidos no equacionamento de propostas majoritárias, mas jamais contra a maioria dos constituintes, pois seria a subversão da ordem na tirania ditatorial dos dirigentes partidários contra as próprias bases de seus partidos e a vontade livre e soberana do povo expressa pela maioria dos constituintes. Tal subversão pode representar, já por si, uma imposição da minoria sobre a maioria, que, no mínimo, provocará séria desestabilização de nossas instituições, reduzindo as possibilidades de uma Constituição que se espera duradoura, se não permanente.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que saibamos impedir que a ambição presidencial, tão comum no passado de luta dos presidenciáveis contra o parlamentarismo, ceda lugar ao entendimento da maioria de que é hora de mudar, e mudar começando pela mais fundamental das mudanças, a do sistema de governo, pois esta condiciona todas as demais e a própria consolidação e o aperfeiçoamento da democracia. Até porque espero poder confiar no espírito de patriotismo de Ulysses Guimarães e de Marco Maciel, homens do maior valor, que saberão revisar posições pessoais, na medida em que elas conflitarem com seus próprios líderes, para que possamos, todos juntos, brasileiros de todos os partidos, elaborar a mais sábia e oportuna Carta constitucional, penhor seguro para um novo Brasil.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, talvez não seja acertado falar-se em turismo, no Nordeste, em época de seca. Nossas dificuldades são de tal ordem e complexidade que o problema do turismo poderia merecer soluções a médio prazo.

Todavia, dois fatos recentes me obrigaram a falar sobre turismo na Paraíba. O primeiro: O presidente da Embratur, Dr. João Dória, teria dito que não há nenhum motivo maior para o desenvolvimento do turismo no Nordeste do que a seca. Naturalmente, a fome atrairia as atenções dos

turistas nacionais e internacionais, e, conseqüentemente, os dólares e cruzados sulistas iriam propiciar outras fontes de receita para a União, à custa do sofrimento e das necessidades do nordestino.

Tal afirmativa do responsável maior pelo turismo nacional causou espécie e revolta na Paraíba. Inclusive o *Diário de Borborema*, em editorial do dia 5 de julho, verberou o pronunciamento do Dr. João Dória, considerando-o, no mínimo, infeliz e irrele, próprio de quem não conhece a realidade nordestina.

Para que conste dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, peço, Sr. Presidente, que seja transcrita o referido editorial.

Outro fato que está nos preocupando, em termos de turismo no Nordeste: há mais de dois anos se realizam, em Campina Grande, festas juninas, cujas repercussões não são mais locais nem regionais, são nacionais e estão a merecer da Embratur melhor tratamento. Até agora constam apenas do calendário turístico referências generalizadas, sem nenhum destaque, do que tem-se constituído no maior evento turístico do Nordeste, em termos de São João e São Pedro. Nada mais do que referências aligeiradas, sem maior distinção, como se as festas juninas de Campina Grande fossem episódios rotineiros ou isolados.

Manifesto, nesta oportunidade, o mais veemente protesto pela indiferença com que a Embratur vem tratando o Nordeste e as comemorações de São João em Campina Grande, que, pela sua importância e repercussão, estão a merecer da Embratur tratamento de um evento nacional, do mesmo nível dos demais que se realizam em outras cidades.

Requeiro, também, que se transcreva o ofício em anexo, dirigido ao Presidente da Embratur, sobre as festas juninas em Campina Grande.

*(EDITORIAL E REQUERIMENTO
A QUE SE REFERE O ORADOR.)*

Seca e turismo

A invenção da roda, nos tempos da caverna, veio revolucionar a humanidade, acabando aí o primitivismo e fazendo o progresso fluir rapidamente, abrindo espaço para novas e novas criações.

Não fosse a roda descoberta, os avanços do homem teriam se processado muito mais lentamente e talvez nem o próprio homem tivesse atingido estágios de inteligência e criatividade. Foi a roda enfim a bola de neve geradora de tudo o mais que temos ao nosso redor e a nos dar conforto e privilégios.

E a propósito de recentes declarações do Presidente da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, o sulista João Dória Júnior, que nos lembramos desse redondo e feliz objeto tão revolucionariamente eficiente e tão utilizado em todos os recantos. O jovem executivo dos negócios turísticos nacionais pretende transformar a seca – nossa miséria histórica – em atração para cariocas, paulistas, europeus, norte-americanos etc.

– "Os turistas teriam a chance de ver perto a caatinga nordestina, de tratar contato direto com o sertanejo e de conhecer e comprar os produtos do seu artesanato." São palavras textuais do Presidente da Embratur, endossando sua intenção ligeira de promo-

ver a "Secatur", para o que, no seu pensamento, benefícios diretos serão carreados para as populações e municípios assolados pelo fenômeno rotineiro da estiagem.

Quer acreditar a autoridade maior do Turismo que isto representará, para nós nordestinos, o que representou para a humanidade a invenção da roda. Pela Embratur, estará feita a revolução e o Nordeste, enfim, não irá mais se lastimar da seca. Muito pelo contrário, a esperar com vivas, urras e foguetões. Teremos cruzados, dólares a valer e a lástima dos irmãos ricos.

Como idéia, é válida a intenção de João Dória. Mas a prática nem sempre acompanha a teoria. E, como a idéia já nasceu ironizada por exímios gozadores do Sul do País, vale a pena apostar que o projeto da Embratur, se levado a efeito, só humilhação trará para os sertanejos do castigo da seca.

A "Secatur" do Sr. João Dória não pode, por isso mesmo, prosperar.

Brasília, 27 de julho de 1987

Exmo. Sr.
Dr. João Dória Júnior
DD. Presidente da EMBRATUR
Rio de Janeiro – RJ

Senhor Presidente,

No calendário turístico dessa empresa constam referências a ligeira das sobre a realização das festas juninas de São João e São Pedro, na cidade de Campina Grande.

Evidentemente, Senhor Presidente, tais referências não fazem justiça à importância e repercussão dos eventos juninos campinenses.

Nestas condições, venho solicitar a V. Ex.^a que na nova edição do referido calendário para o ano de 1988 seja dado um tratamento condigno à grandeza e importância das festas juninas de Campina Grande, sobretudo pelo que representa para o turismo nacional e preservação das nossas tradições populares.

Na oportunidade, reitero meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Saudações, – **Evaldo Gonçalves**, Deputado Federal.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB- RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a imprensa divulgou que setores da Secretaria do Tesouro Nacional estão estudando uma ampla reforma bancária. Alegam que extinguirão o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e que pretendem também privatizar o Banco Meridional.

Nada mais absurdo nem mais servil aos interesses dos grandes conglomerados financeiros privados, nacionais e internacionais, do que esta pretensão de alguns tecnoratas, sempre sensíveis às pressões e aos interesses desses grupos.

O Banco Meridional do Brasil, produto da luta do Rio Grande, do trabalho de sua representação política e do esforço dos seus funcionários, é um grande instrumento do Governo, com resultados favoráveis no seu balanço e indispensável ao soerguimento da economia do Sul do País, tão afetada pelos vinte anos de incompetência gerencial que teve o País. O Banco Meridional é um banco estatal e estatal permanecerá. Será preciso passar por

cima do Rio Grande para lhe tirar essa conquista. Para defender a economia, manter os empregos e preservar um grande banco, o Governo da União investiu, quando as entidades privadas bancárias privadas se recusavam afazê-lo. Agora, que o banco é rentável, que representa um instrumento importante na economia do Sul, querer privatizá-lo significa desejar entregar o sacrifício dos brasileiros aos interesses dos banqueiros privados.

Tenho certeza de que o Rio Grande do Sul, por todas as suas forças políticas, e especialmente o PMDB, não permitirá pretensão de monitoramento da nossa economia pelo FMI e por tecnocratas aliados da nossa realidade, nem que se cometa arbitrio contra a economia nacional. No próximo dia 12 de agosto o Banco Meridional deverá apresentar seu balanço semestral, com um lucro de cerca de 350 milhões de cruzados, visto que como banco da União ainda não obteve a autorização necessária para receber o depósito e a movimentação de contas estatais e de órgãos do Governo Federal.

Quando, dia 12 de agosto, comemorar-se o segundo aniversário do Banco Meridional, estarão dissipadas todas essas tentativas de privatizar este grande banco e entregá-lo à ganância dos grandes banqueiros privados nacionais, que querem recebê-lo como um presente, depois de saneado pelo Governo.

O Banco Meridional, que já foi presidido pelo Dr. Sinal Guazzelli, pelo Dr. Luiz Otávio Vieira, e agora é dirigido por um bancário dos quadros da instituição, Sr. Carlos Tadeu Viana, apresenta a cada semestre resultados favoráveis e amplamente enquadrados na política de austeridade do Governo da Nova República.

O Banco Meridional, criação do Congresso Nacional, deve permanecer estatal, para preservar os interesses da União, alavancar a economia nacional e sustentar a luta dos bancários rio-grandenses que foram artífices da sua criação e que, pelo seu trabalho, colocaram o banco ao nível das grandes instituições nacionais.

Precisamos terminar com a pretensão de alguns de que quando ocorrem prejuízos chama-se o Tesouro Nacional, e quando se apresentam lucros imediatamente se assanhão os grandes banqueiros privados.

O SR. EDUARDO MOREIRA (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vários temas discutidos e votados durante os trabalhos desta Assembléia têm trazido dúvidas erceios perante a população brasileira, em especial àqueles que serão atingidos por modificações em que os benefícios não se mostram claros.

Aqui se faz necessário chamar a atenção para a possibilidade de extinção de instituições existentes há 40 anos e que já provaram, pelo seu trabalho em favor do trabalhador brasileiro, tanto no campo social, como no ensino profissionalizante, com formação de mão-de-obra especializada, que merecem ao menos uma atenção especial de todos os Constituintes: o Senai/Senac, o Sesc/Sesi.

Não podemos incorrer no erro de aceitar colocações distorcidas de que apenas os dirigentes dessas instituições se beneficiam com a existência das mesmas.

Temos que creditar a seu favor os inúmeros benefícios trazidos a centenas de milhares de trabalhadores durante as últimas décadas.

Uma avaliação mais lúcida nos mostra os objetivos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, sempre dirigidos para a formação e valorização profissional, de acordo com as necessidades da população assistida.

Da mesma forma, a assistência social, lazer, cultura e serviços odontológicos do Serviço Social da indústria – Sesi e do Serviço Social do Comércio – Sesc, deverão ser preservados.

O atual projeto de Constituição, elaborado pelas comissões Temáticas e compatibilizado pela Comissão de Sistematização, proíbe a incidência de qualquer tributo ou contribuição, sobre a folha de pagamento, base exclusiva do Sistema de Seguridade Social.

Os inúmeros benefícios aos trabalhadores, com a contribuição dos empregadores, sem ônus para o Governo ou empregados, deverão continuar, razão da necessidade de mudarmos esta parte do texto em elaboração.

Muito obrigado.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, como Deputado Constituinte, representante do povo fluminense, particularmente da região sul, conhecedor dos problemas educacionais do meu Estado, acompanhamos de perto as dificuldades por que atravessa a Escola de Ciências Médicas de Volta Redonda, entre outras.

Além da evasão dos bons professores, insatisfeitos com os baixos salários, a Escola está funcionando num complexo incompleto, distante do centro urbano da cidade, onde falta inclusive um restaurante adequado. Os alunos se queixam da queda registrada na qualidade do ensino e da falta de um bom hospital universitário. Para as aulas práticas, a Escola utiliza o Hospital São João Batista e o nosocômio da Companhia Siderúrgica Nacional, que, por razões óbvias, não podem se dedicar exclusivamente às aulas práticas. A demanda de enfermos é considerável, impedindo que os médicos possam dispensar maiores atenções aos acadêmicos.

Vale acrescentar que a população de Volta Redonda, que era de 300 mil habitantes, atinge hoje quase 400 mil. Essa explosão demográfica está, por si só, a exigir cuidados especiais das autoridades com participação direta nas responsabilidades do ensino superior, a fim de obviar dano irreparável e inevitável às novas gerações que buscam o ensino médico.

Na verdade, se for necessário comprovar a necessidade afixativa de uma Escola de Ciências Médicas em Volta Redonda, bastaria assinalar que o número de estudantes que ali terminam o ciclo do 2º grau e procuram as escolas superiores é, no momento, de mais de 4 mil, dos quais pelo menos 8% se dirigem ao ensino médico por vocação, o que dá validade à nossa assertiva de que há na região número suficiente de estudantes para alimentar duas escolas de medicina. Este fato assume significativa importância quando se sabe que a maioria das faculdades de medicina vive de alunos provenientes de regiões diversas daquela em que se situa a escola e não dispõem de leitos hospitalares condizentes com as atividades práticas, curriculares.

Por isso, Sr. Presidente, gostaríamos de alertar as autoridades do Ministério da Educação no sentido da necessidade de dotar Volta Redonda de um hospital universitário. Aliás, existe um projeto perdido no Palácio das Laranjeiras desde 1976, preconizando a construção de um nosocômio com capacidade para 129 leitos, cuja implantação seria desenvolvida com recursos do Fundo de Assistência Social, da Caixa Econômica Federal, e que na época havia recebido o sinal verde do então Presidente da República, Ernesto Geisel

Esse hospital universitário, a ser construído, além de contribuir para melhorar o atendimento à crescente demanda, de enfermos, seria utilizado para estágio dos alunos da Escola de Ciências Médicas, Escola de Odontologia e Escola de Educação Física da Fundação Oswaldo Aranha.

Na certeza de que as autoridades da área da saúde darão acolhida à nossa sugestão, esperamos que Volta Redonda continue sendo um celeiro de competentes profissionais de medicina e odontologia.

Muito obrigado.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, a maior de todas as dívidas é, sem sombra de dúvida, a dívida social, cujo resgate assume uma grave responsabilidade de consciência.

No instante em que elaboramos uma nova Constituição para o Brasil, precisamos levar em conta, antes e acima de tudo, a questão social que hoje se sobrepõe a razões outras, de ordem política ou ideológica, embora com elas se associem. Mas o problema dos direitos humanos nunca esteve tão presente ao trabalho do legislador constitucional como agora.

Em 1824, a Carta outorgada por Pedro I encerrava a proclamação da Independência, rompendo o cordão umbilical com Portugal. A de 1891 continua o ideário republicano, enquanto a Constituinte de 1934 incorporaria conquistas cívicas trazidas pela Revolução de 1930.

Em 1937, inaugurava-se o Estado Novo, modelo político de feições ditatoriais, mas que absorvia anseios de origem populista no discurso do poder. O final da Segunda Guerra Mundial inundaria os céus do Brasil com os acordes dos hinos marciais a festejarem a vitória da democracia, com acentuada influência no perfil liberal da Constituição de 1946.

A reação das forças retrógradas confluídas com interesses antinacionais provocaria a queda do Governo constitucional de João Goulart, com forte apoio dos grandes latifundiários oponentes da reforma agrária. A Carta de 1967, dois anos depois emendada por uma Junta Militar, traduziria o mando autoritário do consórcio entre tecnocratas, multinacionais e forças castrenses, divorciado de interesses maiores reclamados pela Nação.

Hoje temos um país estiolado pela pobreza, pela fome e pelo desespero.

Não foi mais possível ocultar o quadro pungente da miséria a que foi condenada parcela significativa da população, notadamente no Nordeste brasileiro. A extensão do flagelo assume proporções de verdadeiro genocídio, crime de lesa-humaindade, cujos culpados escondem-se na impunidade de um Estado acumiado com a

corrupção, mas indiferente para com a tragédia dos pequenos, dos humildes e dos pobres.

O jornal paraibano "O Norte", editado em João Pessoa, traz, em sua edição de 27 do corrente, um editorial que se constitui em veemente libelo ao tratar da mais crucial questão nordestina – a fome e a mortalidade infantil. Citando dados oficiais aponta números estarrecedores: morrem 116 crianças em mil anualmente naquela área descrita por "Geografia da Fome", na obra de Josué de Castro.

O editorial acrescenta que a "onipresença da fome entorpece o Nordeste. A imensa maioria de seu povo anortece sem fazer desejum". E conclui indagando se isso estará sendo lembrado pela Assembléa Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, faço este registro para que seja incorporada aos Anais da Constituinte aquela manifestação da imprensa da Paraíba, como oportuna advertência a todos os Srs. Constituintes. Precisamos, nessa quadra da História, fazer a Constituição que não seja mais um instrumento a referendar os privilégios das castas dominadoras ou, tampouco, favorecer o processo desnacionalizador da nossa economia, mas que se transforme na redenção dos pobres, dos famintos, dos enfermos e de todas as vítimas do processo de opressão que nos avulta e envergonha.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente, pedindo seja transcrita nos Anais da Constituinte o inteiro teor do artigo publicado pelo jornal "O Norte", de João Pessoa.

(ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR.)

Geografia da fome

No Seminário sobre Prioridades de Pesquisas em Nutrição (encerrado sexta-feira última), iniciativa do CNPq, o professor e pesquisador paraibano, Malaquias Batista Filho, ao falar sobre "Nutrição Materna e Desenvolvimento da Criança", abordou, mais uma vez, o problema da fome nordestina.

Lembrou documentos oficiais que fixam em 116 por mil, no Nordeste, e 73 por mil, no País, o índice anual de mortalidade infantil, citando – no seu entender – as causas regionais de tão trágico sacrifício e que seriam **pobreza, ineficiência dos serviços básicos de saúde e ignorância das populações analfabetas.**

A pobreza que se degrada em miséria e miséria que se faz abjeta fornecem os traços definidores desse genocídio camuflado, que nos desonra e desmoraliza, sacudindo-nos aos mesmos níveis das mais carentes nações africanas, recém-libertadas do colonialismo, mas, ainda, marcadas pelos seus ferros ignóbeis e cruéis.

Há signos biafrenses ou moçambicanos na terrível indigência das populações nordestinas. São roidas pela subnutrição ou se extinguem pela fome mais negra no exato tempo em que a propaganda oficial trombeteia os nossos recordes na produção de grãos. Há tempo, Josué de Castro descreveu essa tragédia nas metrópoles nordestinas – Recife, especialmente – no seu "Círculo do Caranguejo": "Os mangues do Capibaribe são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita p'ro homem, com tudo para bem servi-lo.

o mangue foi feito especialmente pro caranguejo. Tudo aí, é, ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela". Mas, isso foi nos idos de trinta O caranguejo, hoje, é prato sofisticado de restaurante. "Sua carne feita de lama", já não faz a dos miseráveis e seus filhos; é petisco da classe média proletarizada.

Diz o professor Malaquias: "É claro que faz parte da situação de pobreza, que leva à mortalidade infantil a grave carência alimentar e suas consequências nutricionais, especialmente, em se tratando da redução do crescimento e diminuição da resistência contra as doenças infecciosas. É preciso deixar bem claro que a desnutrição afeta o ser humano em todas as idades, indo da criança ao idoso. Mas, seus efeitos, em termos de saúde, são mais marcantes em menores de dois anos e nas mães gestantes ou em fase de amamentação".

A onipresença da fome entorpece o Nordeste. A imensa maioria de seu povo anioitece sem fazer desjejum. Isso estará sendo lembrado com a força que exige em nossa Assembléia Nacional Constituinte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO.)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. constituintes, a elaboração de um novo texto constitucional é, sem dúvida, um momento único para se dar à instituição municipal a verdadeira dimensão que deve ter no sistema governamental brasileiro, inclusive no que diz respeito ao reconhecimento formal dos Municípios como integrantes da Federação. Mostra a experiência mundial que a verdadeira democracia não pode dispensar a descentralização e a consequente valorização do Município como instituição política autônoma e prestadora de serviços públicos de primeira necessidade, dos quais tanto depende o bem-estar dos cidadãos.

A autonomia do Município inclui a autonomia política, a autonomia financeira e a autonomia administrativa que lhe permitem organizar e prestar os serviços públicos de caráter predominantemente local. A autonomia política implica, entre outros pontos importantes, o tratamento do prefeito e dos vereadores como agentes políticos, estendendo-se-lhes as prerrogativas e o tratamento compatíveis.

No que diz respeito à definição dos serviços públicos locais, devem ser incluídos entre os mesmos os chamados serviços sociais, como o ensino do primeiro grau, a atenção primária de saúde, a habitação e o saneamento básico; bem como os serviços de utilidade pública, como água e esgotos, mercados, feiras, matadouros e os transportes coletivos urbanos. Pela sua relevância para a tranquilidade e a segurança da comunidade, incluem-se, também, entre os serviços de interesse predominantemente local, a manutenção do guarda municipal, o combate aos incêndios, a prevenção de acidentes naturais e a justiça de pequenas causas.

Deve ser eliminada a nossa atual prática das competências concorrentes, pela qual um mesmo serviço pode ser prestado indiferentemente e até, como é comum, simultaneamente pelo Município, pelo Estado e pela União, como é o caso do ensino e da atenção primária de saúde.

Para se promover uma verdadeira descentralização é necessário definir-se claramente a competência do Município, nessa e em outras matérias relevantes para a comunidade, além, naturalmente, de lhe dar uma participação adequada na receita fiscal do País. Nesse aspecto deve reconhecer-se que a Constituinte avançou consideravelmente, ainda que se possam melhorar alguns aspectos da questão.

O crescente movimento comunitário representado pelas associações de moradores e vários outros tipos de entidades do gênero é algo que veio para ficar; não é um modismo passageiro, mas uma tomada de consciência da população em relação aos seus direitos frente ao Poder Público, especialmente frente àquele nível de governo – o Município – que, estando mais próximo dos cidadãos, está mais sujeito a essa cobrança.

Como Constituinte, estamos atentos a todas essas questões e temos procurado dar o máximo do nosso esforço para que o Município brasileiro conquiste, no novo texto constitucional, o papel de verdadeiro promotor do desenvolvimento, que lhe cabe no nosso sistema governamental. Nesse sentido, vimos acompanhando de perto e, mais do que isso, apoiando as iniciativas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, o IBAM, que, um ano antes da eleição da Assembléia Nacional Constituinte, formulou uma interessante série de propostas a serem consideradas pela Assembléia, discutindo-as em foros municipalistas em vários pontos do território nacional e, mais tarde, apresentando-as à Subcomissão dos Municípios e regiões e às Comissões de Organização do Estado e do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, com o nosso integral apoio. Aliás, o IBAM tem revelado uma continuidade e um empenho admiráveis nessa campanha, mobilizando seus melhores técnicos no sentido de dar assessoria constante aos grupos municipalistas e a personalidades empenhados nessa luta.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO.) **Pronuncia o seguinte discurso.:** – Sr. Presidente, Srs. constituintes, apesar da destinação e entrega de recursos, feitas há quase dois anos, pelo Ministro Aureliano Chaves à Celg, até hoje não chegaram as linhas de transmissão de energia elétrica à cidade de Goiatins, no norte de Goiás, que permanece às escuras e sem nenhuma possibilidade de oferecer conforto e progresso à sua generosa população.

Pelo que sabemos, os recursos que o Ministério de Minas e Energia entregou à Celg foram desviados para outros setores da administração estadual e para outras regiões do Estado de Goiás, ficando Goiatins e sua região sem os benefícios da energia elétrica.

O Prefeito David Campos, o Vice-Prefeito Deurival Coelho, os Vereadores e demais líderes do Município de Goiatins têm procurado os órgãos da administração estadual para solucionar o grave problema da falta de energia elétrica, mas sequer encontram explicações.

É lamentável que o Governo do PMDB desvie recursos de regiões carentes e que têm um potencial de riquezas muito grande, que poderiam, apoiadas, auto-sustentar-se em futuro próximo.

Certo da honestidade e correção do Ministro Aureliano Chaves, dirijo-me a S. Ex.^a para reclamar as providências necessárias à recuperação dos recursos para energização da cidade e do Município de Goiatins.

Faço o registro, na certeza de que o eminente Ministro das Minas e Energia adotará as mais imediatas e energicas providências.

Era o que tinha a dizer.

A SR^a WILMA MAIA (PDS – RN.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no momento em que se discute o projeto da nova Constituição, não poderia deixar de fazer algumas considerações a respeito da problemática de uma das regiões mais pobres do mundo – o Nordeste brasileiro.

Diante das injustiças praticadas na região, nós, Deputados e Senadores, devemos incluir neste projeto, mecanismos que assegurem ao Nordeste o mínimo indispensável necessário à sobrevivência de sua população, tais como:

– Rigoroso cumprimento dos planos, programas de ação e política traçadas para a região;

– Justa distribuição de renda fazendo com que os investimentos do setor público sejam destinados à região na proporção direta da população e na inversa da renda per capita;

– Tratamento distinto à política de crédito rural. Praticada na região, democratizando o capital a ser investido no campo;

– Definição de política de crédito subsidiado, tendo em vista ser a agricultura uma atividade de risco em qualquer país do mundo e, no Nordeste, considerada de alto risco devido aos fatores climáticos;

– Remoção de obstáculos à canalização do crédito para investimento em irrigação e assistência técnica;

– Cumprimento do Programa Nacional de Reforma Agrária de forma global, fazendo com que os beneficiários tenham assegurado acesso às fontes de água, assistência técnica, pesquisa, crédito e canais de comercialização que lhes permitam competir no mercado capitalista.

Além destas medidas solicitadas para a região, devemos nos preocupar com aquela de caráter geral, como:

– Cumprimento da Resolução Nº. 1.335, pelo MIC, destinada a acolher operações de financiamento de capital de giro às micros, pequenas e médias empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços. Foram baixadas normas desta resolução, porém, além dos agentes financeiros não estarem aparelhados para cumpri-las, do recurso de Cz\$ 60,0 bilhões para refinanciamento das dívidas contraídas em investimentos efetuados durante o Plano Cruzado I, mais de Cz\$ 50,0 bilhões já foram aplicados por bancos oficiais e privados. A negociação com os bancos está muito difícil, uma vez que são exigidas garantias reais das empresas endividadas e os mesmos estão refinanciando apenas os créditos que lhes convém, tendo em conta que a Resolução não determina a rolagem da dívida.

Outra medida por nós solicitada foi aquela em relação ao rationamento de energia elétrica, a qual foi atendida por assinatura de decreto, instituindo "Programa de Emergência para suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste", na qual estávamos presentes.

O cronograma deste Programa, se não for cumprido, acarretará aumento de desemprego, penalizando cada vez mais a combalida economia da região.

Neste momento, faço um apelo a toda a classe política nordestina. A decisão do Governo em tra-

tar o Nordeste com prioridade só virá se tivermos vontade política e exigirmos, através da união suprapartidária da bancada, decisões imediatas em favor dos graves problemas da região.

Vamos fiscalizar o Governo do Presidente José Sarney no cumprimento de suas promessas, e também colocar na Constituição mecanismos que assegurem, de forma firme e definitiva, um tratamento diferenciado para o Nordeste brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não foi sem razão que o Plano Macroeconômico mudou de nome antes de nascer. De fato se trata de um plano de controle. Aliás, o próprio documento deixa transparente seus objetivos: “a iniciativa brasileira de retomar as negociações externas terá como ponto de partida o presente Plano de Controle Macroeconômico”. Ou seja, trata-se de uma Carta de Intenções. Não apenas o conteúdo da frase, mas a utilização da palavra brasileira mostra que o interlocutor não é o público interno.

Tão ou mais graves do que estas são as partes iniciais, onde o Governo faz o diagnóstico do quadro econômico nacional desde a crise cambial de 82/83. Surpreendentemente repete com rigor toda a argumentação do Governo passado. Citações como “o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros... se encontram entre as raízes da recessão de 81/83”, e, “...obrigada a gerar enormes superávits comerciais... a economia brasileira desorganizou-se internamente”, e, “...todo o esforço de direcionar a produção para as exportações... teve de ser feito às expensas do investimento interno” servem de sustentação às teses dos Governos anterior e atual e constam da introdução. A própria autocrítica do Cruzado incorpora elementos mais atrasados que a questão da demanda, como “...o crescimento dos salários reais contribuiu... para pressionar os custos de produção na indústria,...”. Ao que se sabe, nem os empresários reclamaram disto.

E claro que, apoiada em tal diagnóstico, a estratégia repetiria as formulações do Governo passado: “o reequilíbrio do balanço de pagamentos, via expansão das exportações, promove o crescimento dos níveis de emprego,...”. Ou seja, a questão cambial passa de restrição a objetivo e carro-chefe, dentro da lógica dos credores externos.

No conjunto, o plano faz da recessão e do controle salarial suas peças básicas. A retomada do crescimento terá que aguardar a renegociação externa e a sustentação dos superávits comerciais. Com isto, e de forma otimista, o quadro atual deslizará pelo menos por 6 meses.

A retórica salarial do Governo para uso externo não tem correspondente no plano. Basta que façamos um exercício para entendermos a gravidade do problema. O plano propõe dobrar o salário mínimo em quatro anos. Segundo o Ministério do Trabalho, em 1973 o salário mínimo valia, em termos reais, 86% mais do que vale hoje; em 1980, 78% mais. Em 1984 e 85, anos de extraordinários superávits comerciais, o salário mínimo valia mais de 25% do que vale hoje, o que desqualifica a idéia de que não há espaço para seu crescimento imediato. Dobrar em quatro anos significa crescer 19% ao ano (composto). Ou seja, só alcançaria o nível da década de 70

(portanto, após o denunciado arrocho salarial que serviu de principal bandeira para todas as oposições) em 1991. E só alcançaria o patamar de 84/85 em fins de 1989.

Por seu turno, a questão do déficit público tem o tratamento regressivo de sempre. Inicialmente descobre-se que o propalado déficit de 6,7% do PIB nada mais é do que uma hipótese, no caso de o Governo executar todos os seus sonhos. Na verdade, segundo o documento, o déficit do primeiro semestre alcançou 1,9% do PIB. Repetidas as relações de outros anos entre os déficits do primeiro e do segundo semestre, teríamos, no final de 87, um valor de 4,5%, no conceito adotado de necessidade de financiamento operacional do setor público. Sendo assim, a redução seria de fato de 1%. Esperava-se que, além dos cidadãos, o próprio Governo oferecesse, ademais de refrear seus ímpetus, algum sacrifício. Na realidade, a redução corre por conta do aumento de tarifas, retardamento por uns 15 dias no pagamento do funcionalismo federal, corte de subsídios, regulamentação (sic) do seguro-desemprego, e sustentação posterior do valor real de preços e tarifas públicas. Independente da justeza das medidas, todas recaem sobre a população, e de forma regressiva, na medida em que incidem via preços e salários. Para 1988, a expectativa de um déficit de 2,2% praticamente desliza as condições do segundo semestre de 87. Quanto às declarações do Ministro de que em 88 tributaria os ricos, nada consta no documento, afora uma exposição introdutória ao CDE, que não faz parte do plano.

A parte central do plano, naturalmente, é a que trata da política cambial e comercial e da dívida externa. Orientando-as para a expansão das exportações e para um superávit comercial da ordem de 10 bilhões de dólares, o Governo assume o compromisso de estimular as exportações, no sentido de fazê-las crescer à taxa de 5% ao ano. Isto abrira espaço para retomar o pagamento dos juros num volume anual próximo a 6 bilhões de dólares. Embora prevendo o refinanciamento do saldo, aponta para a transformação dos juros devidos ao setor privado em capital de risco, praticamente honrando os encargos da dívida.

Como novidade positiva, introduz salvaguardas na negociação da dívida. As salvaguardas seriam parâmetros que, se não observados, desobrigariam o Governo de cumprir o acordado. Estas salvaguardas se referem à taxa de juros internacional, aos preços do petróleo, ao crescimento do comércio mundial, às práticas protecionistas e aos termos de troca. Embora não estejam quantificadas, pode-se criticar o entendimento da fixação das taxas de juros reais como parâmetro. Este critério só poderia ser assimilável no caso de contratos em juros reais. Como o mecanismo da correção monetária do saldo não é aplicável à dívida externa, o que importa na verdade é o nível dos juros nominais (vide 1980/81).

A maior margem de flexibilidade do Governo o documento não cita. Na medida em que o plano se apóia na recessão e na restrição salarial, tanto em profundidade como em extensão, a possibilidade da queda, pelo menos provisória, do índice de preços é grande. Mornamente com a mágica do vetor dos preços que engordou a inflação de junho, emagrecendo a de julho, esta, sim, componente dos reajustes na fase de flexibilização. Desta forma a remonetização dará a flexibilidade que o Governo requer para os ajustes fiscais e de

liquidez. A intenção recessiva está clara nos primeiros 40 dias do plano de congelamento-estabilização, quando a taxa de juros teve como piso os 10% do **overnight**, com patamares superiores a 15% no financiamento do consumo e do giro. Embora este nível de juros se refira, em parte, à inflação sentida – haja vista a inflação de 4,7% medida pela FGV para a segunda quinzena de julho e os valores divulgados pela FIPE – a diferença entre a inflação “vetorial” de julho e o nível dos juros retardará o processo de monetização, dando margem para o controle de sua velocidade.

Como efeito colateral favorável, a desindexação da correção monetária de junho e julho ajuda a desafogar os devedores, entre os quais o governo a partir de agosto, este espaço estará dificultado para o giro dos títulos pós-fixados no mercado aberto, dadas as consequências para o carregamento do diferencial entre **over night** e correção.

As informações divulgadas, paralelamente ao plano, acerca da recuperação e reativação econômicas não se apoiam mais do que na vontade. As informações diretas colhidas junto ao comércio do Rio de Janeiro não comprovam tal tendência. O mesmo se pode afirmar quanto ao nível do desemprego na indústria paulista.

O trimestre inicial do plano, se enquanto medidas contra o índice de preços e não contra as causas da inflação, certamente enfrentará a reação social contra o desemprego e o arrocho salarial. A inflexibilidade do Governo quanto ao aumento imediato do salário mínimo (certamente desvinculado) e quanto à antecipação na distribuição dos resíduos, além do custo social que implica, terá efeitos políticos complexos sobre a conjuntura e sobre a Constituinte. A legitimação através das medidas econômicas, tática amplamente utilizada pelo autoritarismo, só tem força no médio prazo, quando coincide com um ciclo sustentado de expansão. Não é esta a fase que vivemos. Não será esta a fase que viveremos, se mantidas as decisões contidas nos planos de estabilização e macroeconômico.

O **stop and go** da Velha República, na década posterior à crise do petróleo, da passagem, na Nova República, a um intensíssimo **go and stop** de brinquedo, acompanhamos os reflexos políticos, com a preocupação e a visão voltadas para a redemocratização.

O entendimento político ainda é o caminho.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, durante muitos anos o Governo investiu grandes verbas publicitárias para criar o hábito da poupança entre a população brasileira.

Entretanto, o grande instrumento de convencimento para a adesão cada vez maior de grandes contingentes de poupadões sempre foi a garantia que o pequeno poupadão tinha de que o seu investimento, por menor que fosse, não seria corroído pela inflação.

Hoje, depois de abertos milhões de cofrinhos, depois de um esforço coletivo enorme, está criado o hábito da poupança dentro do País.

Recentemente, com a quebra do BNH, uma grande desconfiança se lançou na direção da administração desses recursos, gerados espontaneamente através da poupança e, compulsoriamente, através do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O Governo, para não deixar cair em descrédito a poupança popular, mais uma vez, girou a guitarra e, através da Caixa Econômica Federal, garantirá os direitos de todos.

Agora, pressionado não se sabe pelo que ou por quem, o Governo comete o pior dos erros, o de prometer a reposição integral da inflação aos poupadore e não pagar o prometido.

Não se trata de fazer contas, nem de se devolver teorias; o fato é que a inflação do mês de junho foi muito superior aos rendimentos pagos pela caderneta de poupança, o que caracteriza um confisco inconcebível, pois atinge somente os pequenos poupadore.

Na divulgação do Plano Bresser, correu no mercado financeiro a teoria de que se aplicando na cardeneta naqueles dias, após a divulgação do Plano, teria se somado ao rendimento da aplicação, no restante do mês da aplicação que entrasse no mês de julho, a inflação do mês de junho, que, mesmo "confiscada" em parte pelo Governado, ainda assim seria de melhor rendimento que a inflação ou rendimento do início do mês de julho, uma vez que agora preços e salários estariam congelados.

Esta manobra, como claramente se pode perceber, só pode ser orquestrada pelos investidores que têm recursos à sua disposição para especular no mercado financeiro.

Estes não têm a fidelidade do pequeno poupadore, pois, para quem poupa o salário, e aprendeu isto incentivado pelo Governo, em seu benefício, só há uma única forma de poupar: a cardeneta de poupança.

Este é mais um golpe baixo do Governo, que congelou salários e liberou os preços, que incentiva a poupança e confisca o dinheiro do poupadore, que pede credibilidade, mas não age de acordo com o crédito que recebe.

O SR. CARLOS BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Presidente José Sarney acaba de assinar decreto criando o programa de Emergência para Suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste, a ser executado, parte ainda neste exercício de 1987 e parte em 1988, com vistas a evitar o agravamento da situação em que vive a regiõ, por causa do racionamento de energia elétrica que nos foi imposto no começo deste ano.

A medida que S. Ex.^a acaba de tomar através do programa emergencial é das mais patrióticas e salutares para o Nordeste, uma vez que afasta os perigos da iminente instabilidade social que, por certo, adviria caso o racionamento se prolongasse para o próximo ano.

Essa instabilidade social a que me refiro seria a consequência de diversos fatores imponderáveis, tais como o deterioramento da base industrial, o aumento do desemprego já agravado pelos efeitos da seca, a falência de alguns setores vitais que dependem exclusivamente da energia elétrica para sobreviver.

Mas S. Ex.^a, o eminent Ministro Aureliano Chaves, em consonância com a superior orientação do Presidente Sarney, em tempo útil, acudiu ao reclamo dos Parlamentares e do povo nordestino, e mandou que se fizessem urgentes estudos visando a minimizar os efeitos do que seria imprevisível.

Ao programa foram destinados recursos da ordem de cinqüenta e cinco bilhões de cruzados,

com o fim específico de apressar a conclusão de certas obras em andamento e antecipar, entre seis meses a um ano, a entrada em operação de unidades geradoras que aumentarão o fornecimento de energia para todo o Nordeste.

Dentre essas obras, cuja conclusão e entrada em operação serão antecipadas, estão: motorização e conclusão da usina de Itaparica; implantação e energização da linha de transmissão Sobradinho/Itaparica, em 500 Kv e com 317 km; ampliação da potência instalada de usinas térmicas em até 300 Mw; motorização das unidades geradoras 8, 9 e 10 de Tucuruí; energização do segundo circuito da linha de transmissão Tucuruí/Presidente Dutra, em 500 Kv com 780 km.

A execução desse enorme programa, que por certo minimizará os efeitos danosos do racionamento deste ano, estará a cargo da CHESF e da Eletronorte, e os seus empreendimentos na área social serão da responsabilidade da Sudene e do Banco do Nordeste do Brasil, dentre outros, a implementação do assentamento de lavradores que tiveram suas terras atingidas pela inundação da barragem de Itaparica.

Noutros encargos de antecipação de recursos estarão presentes o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco da Amazônia e o BNDES, que, por certo, contribuirão para agilizar o programa.

Pelo referido decreto, até outubro de 1988 todas essas obras estarão concluídas e o Nordeste livre do estigma do racionamento.

Já ontem, dia 28, entrou em fase experimental a unidade geradora número 8 de Tucuruí, devendo estar em funcionamento pleno até o dia 31 deste mês de julho, conforme previsto pela Eletrobrás e DNAEE.

Por tudo isso, e ainda mais, diante de outras soluções viáveis para o desenvolvimento do Nordeste, reacendendo-se as esperanças de um povo sofrido e amargurado, bem-dizemos a boa hora em que o Presidente Sarney assinou este decreto.

Os 40 milhões de nordestinos haverão de ser reconhecidos ao Presidente Sarney pelo seu gesto de extrema sensibilidade, equacionando definitivamente uma questão que atormentava nove unidades da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Passa-se ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, utilizarei apenas um minuto, porque o tempo restante será usado pelo Constituinte Sólon Borges dos Reis.

Sr. Presidente, a maioria dos Constituintes pertencentes ao Partido Trabalhista Brasileiro com assento nesta Casa engaja-se na campanha pró-diretas/88.

Encaminho à Mesa, então, Sr. Presidente, o breve relatório de um programa de comícios que

será realizado pela Coordenação Nacional Pró-Diretas/88, que é o seguinte:

CALENDÁRIO DOS COMÍCIOS

Caruaru – 7 de agosto – sexta-feira
Campinas – 10 de agosto – segunda-feira
Belo Horizonte – 21 de agosto – sexta-feira
Goiânia – 26 de agosto – quarta-feira
Salvador – 28 de agosto – sexta-feira
Recife – 4 de setembro – sexta-feira
Maceió – 5 de setembro – sábado
Porto Alegre – 11 de setembro – sexta-feira
Curitiba – 18 de setembro – sexta-feira
Rio de Janeiro – 25 de setembro – sexta-feira
São Paulo – 4 de outubro – sexta-feira (a confirmar)
Aracaju – 6 de setembro – sexta-feira

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os jornais, as emissoras de rádio e de televisão tratam seguidamente da eventualidade de composição de blocos parlamentares nesta Casa, que se destinariam ora a apoiar o Governo, ora a encontrar um caminho comum de atuação no processo da Constituinte. Como 1º-Vice-Líder do PTB, quero deixar claro que nosso partido não tem qualquer compromisso de participação em bloco algum.

Ouço, a cada instante – e leio constantemente a respeito disso – falarem sobre a participação do PTB em blocos de apoio ao Governo. Pessoas inteiramente estranhas às fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro falam nessa composição, já dando o PTB como integrado nesse bloco de apoio ao Governo. Fala sobre isso o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna; ao mesmo se refere o ex-Ministro, Senador Marco Maciel; até o Senador Marcondes Gadelha, saindo outro dia do Palácio do Planalto, "revelava", entre aspas, à imprensa que o PTB estaria integrado num bloco de apoio ao Governo. Posso assegurar a V. Ex.^a, Sr. Presidente, e aos demais companheiros da Constituinte, que o PTB não tem compromisso algum com o Governo Federal, mas que está pronto à composição parlamentar, para fins de encontrar um **modus faciendi**, ou um **modus vivendi**, ou uma metodologia constitucionalista que vise a elaborar a Constituição que o povo espera e que a Nação merece. Sem qualquer compromisso, o PTB se propõe ao entendimento, às conversações com as demais bancadas no sentido de cumprir com sua responsabilidade constitucional. Entretanto, nada há em curso em relação a compromissos de apoio ao Governo.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB)

- BA. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já se anuncia que a nossa dívida alcançou a casa dos 112 bilhões de dólares. Voltou aos Jornais a discussão do problema, essa questão fundamental para os destinos do povo brasileiro.

Sr. Presidente, consideramos que essa moratória, agora já extensiva aos bancos oficiais do Clube de Paris, deve ser mantida até que os bancos internacionais concordem com a redução das taxas de juros. E, numa negociação global, devemos programar o pagamento da dívida, isto é, depois de auditados todos os contratos, num prazo nunca inferior a 40 anos, porque dinheiro novo, com os mesmos juros que estamos pagando, só levará o País a endividar-se cada vez mais.

A dívida tem crescido justamente pelas altas taxas que estamos pagando. Já que o Governo caminhou para a moratória, ela deve ser mantida como poder de barganha para discutir principalmente a redução das taxas, porque a persistir o nível de **spread** que o País paga aos bancos internacionais, não há como sairmos dessa entaladela. Ao contrário, a dívida crescerá dia a dia e a Nação ficará cada vez mais escravizada.

Nesta altura, Sr. Presidente, queremos convocar, sem cor partidária alguma, todos os que compõem este Corpo Constituinte e a Nação brasileira a fim de sustentar a moratória como instrumento de negociação para a redução das taxas de juros internacionais e para um comércio menos protegido pelas grandes potências.

Sr. Presidente, já que fomos até a moratória, não poderemos sair dela sem a discussão destas duas teses fundamentais: reduzir as taxas de juros e, numa negociação global, projetar o pagamento depois de auditados todos os 700 contratos num prazo mínimo de 40 anos. Era o que tinha a dizer.

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICTOR FACCIONI PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Líder do PFL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, voltou ao País o Ministro da Fazenda, Dr. Bresser Pereira, após mais uma peregrinação de um Ministro daquela Pasta pelos Estados Unidos. Os resultados da viagem de S. Ex.^a já são conhecidos da opinião pública, pelo menos aquilo que S. Ex.^a pode tornar público.

Quero registrar aqui a preocupação do meu partido com o estágio em que se encontra essas negociações e com as nossas relações financeiras internacionais em estado de moratória, com o País sem crédito para comprar coisa alguma em

qualquer lugar do mundo. Preocupa-nos a todos nós, brasileiros, verificar que as negociações terão um longo e penoso tempo pela frente.

Quero fazer um apelo à consciência política da Nação para que todos nos unamos, esqueçamos as siglas partidárias e até abdiquemos um pouco das idéias políticas de cada um, num gesto solidário com o Ministro Bresser, a fim de que o exterior saiba que o Brasil e seu povo apóiam negociações que levem à redução dos juros atualmente pagos, especialmente os **spreads**, que são os mais altos do mundo e com os quais nenhuma economia suporta conviver. Esses **spreads** têm de baixar a números iguais àqueles que foram agora produto da renegociação da dívida com outros países latino-americanos e com as Filipinas, em torno de 0,8%, por quanto estamos pagando hoje 2 a 2,5%.

Entendo também, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que o pagamento da dívida externa dos países em desenvolvimento deve ficar vinculado a uma parte do superávit gerado na sua balança comercial. Deve haver um entendimento claro dos países desenvolvidos de que será impossível consolidar o sistema democrático dos países em desenvolvimento se não houver ao mesmo tempo capacidade de investir nos setores produtivos da Nação. E, para tanto, não podemos continuar transferindo para o exterior cerca de 3, 4, até 5% do PIB, isso inabilitaria totalmente nossa capacidade de investimento interno.

Estou certo, Sr. Presidente, de que o Fundo Monetário Internacional, agora sob nova direção se apercebeu de que o mundo mudou bastante nesses últimos dez anos e de que a América Latina e os países subdesenvolvidos certamente entrarão em grave crise social – aliás, muitos já se encontram nesse estágio – se uma nova fórmula de convivência financeira internacional não for concebida.

Meu partido defende, portanto, que nas negociações a serem ou já iniciadas se consigam taxas de **spreads** abaixo das pagas hoje, e no mínimo iguais àquelas outras negociadas com países da América Latina e Filipinas, a fim de que o pagamento da dívida e dos juros signifique, no máximo, 40 ou 50% do resultado líquido da nossa balança comercial ou da nossa balança de pagamento.

Creio que só assim poderemos viabilizar a economia do Brasil e dos demais países da América Latina, bem como, a consolidação do processo democrático em nosso País.

Durante o discurso do Sr. José Lourenço – o Sr. Mário Maia – Segundo-Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá – Terceiro-Secretário.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Líder do PT: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de comunicar a esta Casa que hoje, às 11 horas, se reuniram na 2^a Secretaria da Casa, os presidentes de vários partidos políticos, o Vice-Presidente do PMDB, Senador

Affonso Camargo, assim como os presidentes de várias entidades representativas da sociedade, e decidiram dar ênfase maior à campanha das eleições diretas. Na ocasião determinaram as datas de alguns comícios, o que passarei a ler, para que conste dos Anais da Casa, a fim de que nenhum Parlamentar diga mais tarde que não foi convidado a deles participar. Todos estão convidados a comparecer aos comícios. Dia 7 de agosto, sexta-feira, haverá um comício em Caruaru; dia 10 de agosto, segunda-feira, em Campinas; dia 21 de agosto, sexta-feira, em Belo Horizonte; dia 26 de agosto, quarta-feira, em Goiânia; dia 28 de agosto, sexta-feira, em Salvador; dia 4 de setembro, sexta-feira, em Recife; dia 5 de setembro, sábado, em Maceió; dia 6 de setembro, domingo, será na terra do "homem", ou seja, em São Luís do Maranhão; dia 25 de setembro, sexta-feira, no Rio de Janeiro e, possivelmente, dia 4 de outubro, domingo, no Estado de São Paulo. Ainda mais, esse comando pelas eleições diretas decidiu dar todo o apoio à greve marcada pela CUT e pela CGT, para o próximo dia 20 assim como publicar um manifesto a respeito, através da imprensa, como matéria paga, na medida em que não houve interesse dos respectivos órgãos em publicar algo sobre o assunto pois isso não interessa ao Governo. Estaremos, outrossim, presentes aqui, no dia 12, quando haverá manifestação, para a entrega das emendas populares.

Este comunicado faz-se necessário para que todos os parlamentares, mesmo os que se encontram em seus gabinetes, saibam que estão convidados a comparecer a todos os comícios que faremos pela eleições diretas.

Quero também dizer que gostaria de poder não ter a mesma esperança que teve o Líder do PFL, José Lourenço, porque, quando o Ministro Bresser Pereira voltar ao País, ainda assim somente S. Ex.^a continuará a entender que a classe trabalhadora está ganhando com o Plano Bresser.

Alguns jornais estampam hoje dados do IBGE, e lamentavelmente isso não significa que aumentaram os ganhos da classe trabalhadora. O consumo do pão diminuiu em 20%, o do leite em 10%, e o preço da arroba da carne aumentou para Cz\$ 900,00, atingindo o mais alto patamar dos últimos tempos.

Esses dados por si só demonstram que aqueles que tentam, hoje, fazer com que haja retrocesso naquilo que foi aprovado na Comissão da Ordem Social, que garante alguns avanços para a classe trabalhadora, precisam levar em consideração que o mínimo que esta Constituinte pode garantir ao trabalhador é a manutenção desses avanços, e – porque não dizer? – da tão propalada estabilidade, aqui combatida pelos setores mais conservadores da sociedade.

Também a imprensa hoje divulgou ter havido aumento substancial do nível de desemprego no País: 4,3%, atingindo um milhão e quatrocentos mil trabalhadores nessa situação, levando-se em consideração o mês de junho.

É importante salientar que, em momento oportuno, acredito, haverá um debate nesta Constituinte, ocasião em que iremos consagrar as questões da estabilidade no emprego, das quarenta horas semanais, das férias em dobro, sem a paixão com que alguns tentam defender teses contrárias. Tudo isso sem aquele negócio de dizer que defender a tese da estabilidade é demagogia,

sem levar em consideração aqueles que dizem que, com as quarenta horas semanais, queremos tomar o povo brasileiro preguiçoso, quando sabemos que todos os países desenvolvidos o são exatamente em virtude de a classe trabalhadora dispor de mais tempo de lazer e para pensar. Nessa fase da Constituinte em que se discute temas importantes como estabilidade no emprego, reforma agrária e tantos outros, gostaria apenas de chamar os Constituintes à seguinte razão e contemplação: o Partido dos Trabalhadores está aberto a todos e à disposição para conversar com qualquer Parlamentar, mesmo com os que pensam de forma totalmente antagônica à nossa, sobre temas considerados conflitantes, porque entendemos que há muita gente contra sem saber ainda por que o é. Agora, de uma coisa tenho certeza: aqueles que são a favor é porque já sofreram na pele o problema do desemprego e da perseguição dentro de uma empresa.

Fica aqui o chamamento do Partido dos Trabalhadores a todos os Constituintes que quiserem discutir as questões da reforma agrária, da estabilidade no emprego, das quarenta horas semanais e das férias em dobro. Estaremos totalmente receptivos para fazê-lo, e na expectativa de tentar demover os companheiros da idéia de fazer constar do texto constitucional apenas princípios gerais, sem levar em consideração que é preciso garantir essas coisas na nova Constituição.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os jornais de ontem e de hoje estampam dois aspectos absolutamente contraditórios. Manchetes afirmam que estamos atingindo os juros reais praticamente mais altos da História do nosso País e da República. Os canais de televisão e emissoras de rádio noticiaram, ontem à noite – e hoje os jornais já publicam – que o Governo se prepara para um brutal aumento no Imposto de Renda, já a partir de agosto, ou através do aumento das alíquotas do Imposto de Renda ou do abaixamento das faixas de incidência. O Governo justifica, por meio da sua área fazendária, essas duas medidas, o brutal aumento do Imposto de Renda e a elevadíssima taxas dos juros, afirmando que isso se destina a conter uma inflação de demanda, ou seja, a procura, uma vez que a oferta de bens é insuficiente.

Paralelamente, Sr. Presidente, o que também vemos estampado na imprensa – e todos sabemos, porque é a realidade das nossas bases – é o esfacelamento da economia brasileira representada basicamente pelas micro, pequenas e médias empresas. Que absurdo é este a que estamos presenciando? De um lado as mais altas taxas de juros da história do País, como pretexto para brecar a demanda; de outro, a quebra da produção, podendo causar a falência das micro, pequenas e médias empresas, as grandes responsáveis pela geração do Produto Interno Bruto.

Concluindo, Sr. Presidente, dias atrás, encaminhamos ao Sr. Presidente da República, já dando nomes aos bois, telegrama relatando a situação de desespero das micro, pequenas e médias em-

presas e a negativa do Sistema Financeiro em cumprir o estabelecido pela Resolução Nº 1.335. Ontem mesmo, desta tribuna, oferecemos novo testemunho e renovamos apelo ao Sr. Presidente da República nesse sentido. Fomos informados, através do sistema de rádio e televisão, que S. Ex.^a expediu memorando ao Ministro da Indústria e do Comércio determinando que a questão das micro, pequenas e médias empresas seja resolvida de forma definitiva. Esperamos que esta determinação do Sr. Presidente da República não seja apenas palavras jogadas ao ar, mas que se transforme em ação efetiva no sentido de socorrer as micro, pequenas e médias empresas, que estão em desespero e em situação praticamente falimentar.

Eram estas as considerações da Democracia Cristã.

Durante o discurso do Sr. José Maria Eymael o Sr. Arnaldo Faria de Sá – Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. HAROLDO LIMA: – Líder do PC do B, Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na manhã de hoje realizou-se uma reunião que pode ser considerada histórica, porque estiveram presentes Presidentes e Vice-Presidentes de diversos partidos políticos, como o do PMDB, representado pelo seu vice-Presidente, os Presidentes do PC do B, e do PT, o vice-Presidente do PSB, representantes do PTB e de diversas entidades, entre as quais os Presidentes do Conam, da UPI, e da Fenaj, da CUT, da UNE, o Primeiro-Secretário da ANDES, representantes do Plenário Pró-Participação Popular e um convidado especial, Dom Mauro Morelli, Bispo de Duque de Caxias.

Essa reunião, Sr. Presidente, foi realizada para discutir questões ligadas à continuidade da campanha "Diretas-Já" para 1988. Importantes decisões foram tomadas: em primeiro lugar, constituiu-se a Coordenação Nacional da Campanha, formado especialmente por estas personalidades que acabaram de enumerar, criou-se também um secretariado executivo composto especialmente pelos líderes dos principais partidos que dela participam, representados nesta Casa; aprovou-se o calendário da campanha, que prevê doze comícios, a começar pelo de Caruaru, em Pernambuco, a realizar-se em 7 de agosto próximo, e terminando com um grande comício em São Paulo, precedido de outro, no Rio de Janeiro, e de diversos outros, no curso desse período que se vai seguir.

Por outro lado, na reunião se adotou uma importante deliberação, levando em conta que o Líder do PMDB está encaminhando uma emenda popular para restabelecer eleições diretas para Presidente da República em 1988. Considerou-se conveniente tomar a iniciativa de subscrever essa proposta através de todos os Líderes dos cinco partidos presentes àquela reunião, e encaminha-la à Mesa da Constituinte como emenda de Plenário, restabelecendo as eleições diretas para 1988

e o fim do mandato do Presidente Sarney dois meses após as eleições, que seriam em 15 de novembro de 1988. A emenda, assinada por todos os líderes presentes, está sendo encaminhada à Mesa da Constituinte. Assim, a campanha pela Diretas-Já para 1988, de agora em diante, passa a ter dois balizadores básicos. Pelo primeiro, o projeto de decisão apresentado pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá do PTB, que deverá ser analisado pela Comissão de Sistematização e, em seguida, encaminhado ao Plenário da Constituinte. Independentemente disso e após isso, o Plenário da Constituinte deverá apreciar uma emenda de Plenário que restabelece precisamente eleições diretas para Presidente da República no próximo ano de 1988.

Assim, queremos manifestar nosso contentamento pela realização dessa reunião, considerando que, a rigor, é a primeira com tal amplitude que se organiza no Brasil desde 1963, quando a Frente de Mobilização Popular promovia reuniões semelhantes. Na campanha das Diretas-Já de 1984 alguns encontros desse tipo foram feitos. Como não havia na época liberdade política ampla no País, diversas organizações, facções e tendências políticas que não tinham legalidade fizeram-se presentes àquelas reuniões através da legenda do PMDB. Na reunião que hoje se realizou, pela manhã, todas as facções estavam presentes com suas fisionomias próprias, realidade essa que só tem precedente no Brasil em 1963, quando a Frente de Mobilização Popular reunia, também, todas essas facções, todos esses grupos. Durante a vigência do Regime Militar isso não foi possível, razão pela qual queremos saudar, em nome da Liderança do Partido Comunista do Brasil, a realização desse evento, que começa a crescer agora, e afirmar que ele só tende a aumentar em importância quando houver a incorporação de outras facções e de personalidades da maior importância no Brasil, entre as quais o Senador Mário Covas, o Líder Fernando Henrique Cardoso e especialmente o Presidente do PMDB, o nobre Constituinte Ulysses Guimarães, o "Sr. Diretas", que comandou a campanha em 1984.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quer também, a bancada do PDT, através da sua Liderança e da sua direção nacional, saudar com entusiasmo o encontro hoje realizado nas dependências da Assembléia Nacional Constituinte, entre as lideranças de diversos partidos e de diversas entidades de caráter nacional para a reintrodução, em caráter nacional e de maneira organizada, da campanha pelas eleições diretas em nosso País.

Os ilustres Líderes do PT e do PC do B já fizeram o relato sobre a reunião. Tenho a certeza de que muitos Constituintes presentes, especialmente o nosso ilustre e preclaro Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, sentiram profunda nostalgia ao verem renascer, no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, aquela memorável campanha que mobilizou toda a Nação brasileira em todos os recantos

do País, que mexeu nos corações de todos os brasileiros e que marcou, de maneira profunda, a história do nosso País. Além disso, o renascer dessa memorável campanha significou um reencontro de muitas das lideranças políticas do País com seus compromissos com a Nação brasileira.

Nós, do PDT, como já foi dito também pelas Lideranças do PT e do PC do B, reencontramo-nos com esses compromissos e sentimo-nos felizes. Olhamo-nos hoje, como em 1984 – nós, do PDT, do PT e também muitos do PMDB, especialmente o seu Vice-Presidente, Senador Affonso Camargo, que lá representou um bloco expressivo de parlamentares do PMDB – e sentimo-nos coerentes, confortados conosco mesmos e reencontrados com nossos compromissos. Sentimo-nos representantes, mais uma vez, do sentimento da Nação brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, saúdo com profundo entusiasmo esta reencarnação da campanha das diretas, porque vejo nela o restabelecimento da dignidade dos compromissos públicos em nosso País, que deve ser perseguida acima de tudo. E quando vejo um grupo de Parlamentares, de homens públicos, representantes das entidades civis deste País, reencontrados com seus compromissos básicos, com sua dignidade, tenho de saudar isso com muito entusiasmo.

Com a esperança renovada, espero que muitos daqueles que perderam os seus compromissos com o povo ao longo desse período, e muitos daqueles que perderam seus compromissos nos escaninhos de algum departamento do Poder, do Governo, os reencontrem, pois ainda é possível resgatá-los, ainda é possível fazer prevalecer a dignidade dos compromissos da vida pública neste País. E que todos nós, juntos, com todas as forças, as mesmas forças que fizeram a campanha de 1984, possamos retomar esses compromissos e brindar a Nação brasileira não apenas com a campanha memorável, mas com o restabelecimento da dignidade dos compromissos assumidos perante a Nação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência deseja comunicar à Casa que entrou em entendimento com as Lideranças, bem como com o preclaro Presidente da Comissão de Sistematização, Prof. Afonso Arinos, e também com o seu Relator, o Constituinte Bernardo Cabral, no sentido de se construir uma interpretação administrando prazos para beneficiar a tramitação da matéria constitucional na Casa.

O requisito essencial foi a não-alteração dos prazos, que integram a responsabilidade nacional da elaboração da Constituinte e até hoje foram escrupulosamente observados. Nesta fase da tramitação da matéria, como todos sabem, estão sendo apresentadas por quem entenda fazê-lo, no Plenário da Câmara ou fora da Câmara, com discursos ou não, durante 30 dias, emendas ao projeto que resultou da sistematização, da adequação das emendas aprovadas nas Comissões Temáticas.

Pela versão anterior, o substitutivo seria elaborado e remetido ao plenário, e durante dois dias poderia receber emendas, retornando então à Comissão de Sistematização – se esse fosse o entendimento da Comissão, por economia processual, evidentemente – para a elaboração de substitutivo que viria ao plenário para votação.

Meditamos sobre o assunto e, consultando as sugestões apresentadas, dentre outros, pelos Constituintes José Lins e Aluísio Campos, e em conversa com as personalidades já declinadas, entendeu-se – e é o que agora estou anunciando – que se poderia administrar a importante matéria da seguinte sorte: ao invés de um substitutivo, seriam dois: o primeiro, compendiando ou aproveitando as emendas oferecidas durante 30 dias de debate, elaborado dentro de 10 dias do prazo final de 30 dias pelo Relator. A esse dispositivo podem os Constituintes, não só os membros da Comissão de Sistematização, oferecer novas emendas. A liberalidade do processo e, ao ver da Presidência, o seu sentido democrático é que, ao invés de um substitutivo, teremos dois substitutivos; ao invés de dois dias para a apresentação de emendas, serão seis dias. Os Constituintes terão seis dias, após a apresentação do primeiro substitutivo, para oferecer emendas e, então, essas emendas serão debatidas e aprovadas pela Comissão de Sistematização, que elaborará o substitutivo que virá à votação no plenário. Inclusive porque, ao invés das emendas apresentadas em plenário, que não ensejariam um debate, ou um debate de que não participariam aqueles que vão decidir sobre as razões apresentadas pelo autor da emenda, quem apresentar emenda na Comissão de Sistematização, em qualquer das suas fases, tem condições de lá comparecer – embora não tenha voto, tem voz – e apresentar as suas razões. E terá, portanto, uma chance maior junto à Comissão, que vai apreciar, no mérito, o eventual aproveitamento da referida emenda.

De forma que, para resumir, concentrou-se uma providência no sentido de que, ao invés de um substitutivo, serão dois substitutivos; de não haver possibilidade de apresentar emenda ao substitutivo; haverá essa oportunidade; ao invés de dois dias, serão seis dias, criando-se condições, repito, de debate de sustentação perante a Comissão.

Assim, a apresentação de emendas ao substitutivo do Relator, por parte de todos os Srs. Constituintes, será diretamente na Comissão de Sistematização, porque as emendas não mais serão apresentadas em plenário, mas na Comissão de Sistematização. E, ao ser incluído o segundo substitutivo na Ordem do Dia das sessões plenárias, será em fase de votação.

A tramitação do Projeto de Constituição na Comissão de Sistematização, a partir do dia 14 de agosto, um dia após o encerramento da apresentação de emendas em plenário, será a seguinte:

a) Término do prazo para apresentação de emendas em plenário – dia 13/08, até as 24 horas. São as emendas que estão sendo apresentadas nesta fase de trinta dias de debates em plenário.

b) Elaboração do parecer do Relator, concluindo por um novo substitutivo sobre as emendas apresentadas nesse interregno de trinta dias – dez dias. Portanto, do dia 14/08 a 23/08.

c) Publicação e distribuição de avulsos – um dia, 24/08.

d) Apresentação de emendas ao substitutivo do Relator pelos Constituintes – seis dias, de 25/08 a 30/08.

e) Parecer do Relator às emendas apresentadas ao substitutivo, concluindo por novo substi-

tutivo, com inclusão da matéria aprovada – oito dias, de 31/08 a 07/09.

f) Publicação e distribuição do novo substitutivo – que será votado no plenário – oito dias, de 10/09 a 17/09.

É a decisão da Mesa, que já foi comunicada ao Presidente da Comissão de Sistematização, o eminentíssimo Prof. Afonso Arinos.

A Mesa quer comunicar também que atendeu a uma solicitação formulada pelos Srs. Líderes – nem todos, porém – no sentido de, sem prejuízo dos oradores inscritos em livro próprio, cuja inscrição regimental é cumprida nas sessões vespertinas da Assembléa Nacional Constituinte, fazer realizar sessões extraordinárias noturnas. A Presidência, em contato com os Líderes, que concordaram em sua quase unanimidade, coordenou a seguinte decisão: a realização de sessões extraordinárias, que serão realizadas das 18h45min às 23h45min, com um número de 15 oradores por sessão e tendo 20 minutos cada um.

Distribuição dos temas:

Dia 4, terça-feira: Regime de Governo – Presidencialismo ou Parlamentarismo.

Dia 5, quarta-feira: Estado, União e Municípios.

Dia 6, quinta-feira: Reforma Agrária.

Dia 11, terça-feira: Economia, Propriedade e Estatuto de Empresa Nacional e Estrangeira.

Dia 12, quarta-feira: Direitos Trabalhistas e Liberdade Sindical.

Dia 13, quinta-feira: Educação.

Dia 18, terça-feira: Sistema Eleitoral e Voto Distrital.

Dia 19, quarta-feira: Reforma Urbana.

Dia 20, quinta-feira: Saúde e Previdência Social.

Participação partidária por sessão:

A Presidência quer levar ao conhecimento da Casa – os Líderes já devem saber – que, se fosse cumprido literalmente, em sentido estrito, o dispositivo regimental, só poderiam fazer pronunciamentos com base no critério da proporcionalidade que está na representatividade, estabelecido no Regimento, os oradores dos grandes partidos. A Presidência então efetuou gestões no sentido de que todos os partidos pudesssem ter uma representação de oradores, com o sacrifício dos partidos mais numerosos, a começar pelo PMDB, que comigo teve entendimentos. Portanto, o número de partidos representados se cumprissemos à risca o Regimento, seria muito limitado, muito reduzido, de forma que decidimos por uma justa participação partidária nas sessões em que esses blocos de temas serão discutidos. O PMDB contará com três oradores – e estes serão designados pela Liderança, porque, se fosse pelos livros, poderia ocorrer que certos partidos passariam a ter quase que exclusividade ou uma vantagem muito grande sobre os demais, e aqui se quer conseguir a presença de todas as correntes de opinião e de todos os partidos existentes – o PFL com dois e os demais partidos, todos, um orador.

E há mais uma circunstância: ampliamos de quatro para cinco horas o período dessas sessões, para que todos os oradores tenham condições de conceder apartes. Outra coisa que merece ser recordada aqui é que o tempo é indivisível; não podemos fragmentá-lo para vários oradores, haja vista a importância dessas matérias a serem debatidas em tempo hábil pelos Srs. Constituintes que usarão da tribuna. Ademais, não haverá período de breves comu-

nicações nem tempo para comunicações de liderança, porque, do contrário, seria impossível que todos os partidos debatessem a matéria. Está convocada, portanto, uma sessão extraordinária para o dia 4 de agosto, às 18h45min.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ouvi atentamente a colocação dos temas que V. Ex.^a vai pôr na pauta das sessões extraordinárias. Não sei se foi dito, mas, entre os temas que serão discutidos, não ouvi nada sobre ordem econômica nem sobre, questão mineral.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nobre Constituinte Fernando Santana, para o dia 11, terça-feira, teremos um debate sobre economia, propriedade e estatuto de empresas nacionais e estrangeiras.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Quero também comunicar à Casa que o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte tem preeminência sobre os demais trabalhos que se realizam na área da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Então, durante quarenta dias, os debates terão de ser realizados pela Assembléia Nacional Constituinte, inclusive aos sábados e domingos, porque o Regimento se refere a dias e não a sessões, para que os prazos possam ser cumpridos. Por conseguinte, a sessão da Câmara, que se realizava normalmente às segundas-feiras, pelo menos na parte da tarde não ocorrerá nesse período. Aliás, esta Presidência levou hoje à Mesa este assunto, e a deliberação é a seguinte: para que tenhamos o comparecimento de um número maior de Srs. Deputados, ao invés de fazermos a sessão da Câmara nas manhãs das segundas-feiras, ou mesmo nas terças-feiras, realizá-la-emos às quartas-feiras. Isto servirá para o período em que tivermos as segundas-feiras absorvidas pelos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Como Presidente da Câmara dos Deputados, convoco então uma sessão para as 9 horas da manhã de quarta-feira próxima, sendo que à noite vamos ter também uma sessão da Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ficamos todos satisfeitos com a informação transmitida agora por V. Ex.^a a esta Casa, convocando reuniões extraordinárias que vão propiciar um debate mais fecundo e mais amplo. Além disso, é também desejo de diversos líderes, e já têm manifestado esta opinião a V. Ex.^a que ao Plenário desta Constituinte venha o mais rápido possível o projeto de decisão de iniciativa do Constituinte Paulo Ramos, aprovado na Comissão de Sistematização, salvo engano, no dia 11 do corrente; e estamos já há 17 dias de sua aprovação. A questão já foi levan-

tada por mim mais de uma vez, e também diversos líderes já a apresentaram. Estamos, pois, na expectativa da solução desse problema que considero da maior urgência, porque, paralelamente o Banco Central vem tomando diversas iniciativas que visam justamente a converter a dívida externa em capital de risco. O Projeto de Decisão trata precisamente dessa questão. Daí, acreditamos que, se a matéria não for logo discutida pelos Constituintes, na verdade, quando o Plenário deliberar sobre o assunto, o fará de forma inócuă, ou seja, o assunto já estará resolvido, na prática, por iniciativa do Poder Executivo. Contudo, a constituinte – que levantou essa questão – não poderá tomar as iniciativas para tornar eficaz tal medida. A própria soberania da Constituinte poderá ficar prejudicada, porque ela tem a pretensão de opinar sobre o assunto e, objetivamente, isso ainda não foi possível.

Solicito a V. Ex.^a, pois, informação a respeito de quando essa questão poderia ser tratada no plenário da Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, em vista da ponderação de V. Ex.^a, discutirá com o Relator a conveniência de inclusão dessa matéria na pauta da sessão da Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, em meio às oportunas e quase todas bem recebidas medidas anunciadas por V. Ex.^a, há uma que me deixa em dúvida: é a que se refere à suspensão das reuniões da Câmara dos Deputados. Não sei o que acontecerá no Senado, mas indago a V. Ex.^a se, na próxima segunda-feira, terminado o recesso regimental, haverá reunião normal da nossa Casa.

Na hipótese de suspensão das atividades regulares da Câmara – e V. Ex.^a se refere a pelo menos quarenta dias – até quando as nossas sessões plenárias semanais ficarão suspensas?

É o esclarecimento que peço a V. Ex.^a para conhecimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sr. Constituinte, tenho a impressão de que V. Ex.^a estava ausente no momento em que a Mesa esclareceu o assunto. Como as sessões de segunda-feira estarão, durante quarenta dias, absorvidas pelas sessões vespertinas da Assembléia Nacional Constituinte, urgia escolher um dia mais propício para a reunião da Câmara dos Deputados, inclusive para os parlamentares. Então, a Mesa já convocou sessões da Câmara para os dias 5, 12 e 19 de agosto.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Agradeço a V. Ex.^a a informação.

O SR. AMAURY _ULLER: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, V. Ex.^a está suspendendo, então, a sessão ordinária normal

da Câmara dos Deputados da próxima segunda-feira, dia 3 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Eu, não; quem está fazendo isso é o Regimento, ao estabelecer que as sessões da Assembléia Nacional Constituinte devem ser realizadas à tarde. Portanto, não pode haver sessão da Câmara no mesmo horário. Mas a sessão da Câmara dos Deputados que seria realizada na segunda-feira à tarde será feita quarta-feira pela manhã e, quero crer, até com maior proveito.

Agora, se forem necessárias sessões extraordinárias, nós as convocaremos.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Perdoe-me V. Ex.^a, mas a reunião a realizar-se na quarta-feira, pela manhã, seria extraordinária e não ordinária, e, sem que o plenário se manifeste, não vejo como a Mesa possa, arbitrariamente, suprimir uma sessão supostamente amparada pelo Regimento. Ou não entendi o que V. Ex.^a quis dizer, ou, então, tenho deficiência auditiva. Não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a entendeu muito bem. V. Ex.^a entende até sem ouvir, quanto mais ouvindo.

O SR. AMAURY MÜLLER: – É bondade de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Regimento da Constituinte, que tem preeminência, estabelece que, durante os trinta dias em que serão recebidas emendas, sejam realizadas sessões e no horário normal, isto é, à tarde. Portanto, não seria possível reunião simultânea da Câmara. Isso não trará nenhum dano, pois não estamos aqui anunciando que não haverá sessão da Câmara nesse período. Vamos realizar a sessão, mas, ao invés de convocá-la para segunda-feira pela manhã, pareceu mais conveniente aos Srs. Parlamentares que a marcássemos para quarta-feira.

Esta é a decisão, já comunicada à Casa.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Sr. Presidente, o esclarecimento é que a reunião convocada para quarta-feira de manhã é ordinária. Apenas se mudou o horário e o dia da mesma. Acho que esta é a dúvida do Deputado Amaury Müller.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É claro, V. Ex.^a poderia estar sentado nesta cadeira, pois explicaria melhor do que eu esses problemas intrincados dos Regimentos da Constituinte e da Câmara.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Quero aplaudir o bom humor de V. Ex.^a.

VI – Apresentação de proposições

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

Apresentam proposições os Srs. Constituintes.

ADYLSOM MOTTA – Requerimento de informações ao Ministro da Previdência e Assistência Social sobre o montante das despesas com a publicação do seu "Esclarecimento sobre a compra de imóveis pela Previdência."

– Requerimento de informações ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República sobre as razões do não-hasteamento da Ban-

deira Nacional defronte da Embaixada Brasileira em Otawa, Canadá.

— Requerimento de informações ao Ministério da Previdência e Assistência Social sobre as razões da dispensa do precatório apenas para os benefícios decorrentes de acidentes do trabalho.

AMAURO MÜLLER — Requerimento de informações do Gabinete Civil da Presidência da República sobre a razão da transformação da linha elétrica da Ferrovia do Aço em linha para locomotivas a óleo diesel; o destino a ser dado ao material eletroeletrônico importado e a responsabilidade administrativa e criminal pelo sucateamento do equipamento.

VII – ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE: — Vai-se passar à discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): — Tem a palavra o Sr. Juarez Antunes, para discutir o projeto.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, colegas constituintes, ontem tivemos uma notícia bastante alvissareira: o Ministro Bresser volta do exterior e traz novidades. Diz S. Ex.^a que tomou o FMI mais fraco, mas que o Brasil vai ao Fundo. Isto é, quando um fraco vai aos pés do outro fraco, parece que aquele é mais fraco. Diz também uma preciosidade e, nessa, tem acompanhado o Ministro do Trabalho: o salário mínimo deverá ser dobrado em quatro ou cinco anos. Imaginem! Em quatro ou cinco anos! E nisso que está aí os Líderes do Governo, do PMDB e do PFL, sobretudo, concordam em gênero, número e grau. Não têm S. Ex.^a outra coisa com que concordar. Caso tivessem, subservientes que são, concordariam também.

Mas, vamos à Constituinte. A Constituinte está confusa. Não caminha como devia, pois que, em nosso meio, a grande parte não está preocupada com mudanças, a começar pelo próprio PMDB, o maior partido da Casa. O PMDB foi um partido combativo, na verdade, contra a ditadura. Mas parece que essa era a sua meta primeira e única, pois não se mostra preocupado com mudanças de verdade. E aqui, na Constituinte, os interesses de grupos são tão grandes que o povo vai esperar sentado, porque, na verdade, o único caminho de que dispõe para obter as mudanças que o povo espera seria o da organização e mobilização para pressionar a nós, constituintes, seus representantes. O que se vê, entretanto, é a Casa vazia, as galerias desertas, uma tristeza total e a desilusão de todos, como se este Congresso fosse um circo, em que a direção teimasse em prolongar uma temporada numa praça fraca, onde o desânimo viria tanto ao elenco, que somos nós, os constituintes, quanto à platéia, o povo.

A Constituinte, que deveria ser soberana, aberta e democrática, está condicionada, na verdade, a interesses muito particulares, a começar pela ilegitimidade do Governo Sarney que, na sua obstinação, no seu egoísmo, na sua falta de desprendimento, está colocando em primeiro plano o seu projeto pessoal de mandato mais longo. Com isso, a Constituinte vai perdendo um tempão. Perdemos um grande tempo nessa lenga-lenga de

mandato de 4 ou 5 anos, quando ao governo, simplesmente, se tivesse menos apego ao poder e mais um pouco de desprendimento, bastaria passar a decisão aos líderes. Estes consultariam os Constituintes, definitivamente, sobre se o mandato Sarney seria de 4 ou 5 anos. Mas o Governo não tem esse desprendimento. Ele é cria da ditadura. Nela ninguém precisava de votos. Ele nasceu e foi criado naquele meio. Não chegou à Presidência com o voto. Esperar isso dele seria esperar que bananeira desse laranja.

Caros constituintes, outra coisa ajuda a estabelecer a confusão na elaboração dessa Carta Magna. Não raro o Ministro do Exército sai de suas funções específicas para meter o nariz em questões que dizem respeito exclusivamente à área trabalhista e não àquela na qual ele está preparado para meter o bedelho, já que não conhece nem a cor da carteira profissional, pois tem nas mãos o sapato, a farda, a comida, o carro para ir em casa. E como vem esse Ministro falar em semana de 40 horas? Como?

Por outro lado, o Ministro da Justiça, usando dois pesos e duas medidas, esquece-se de alguns casos vergonhosos de intimidação desta Casa, mas se lembra de outros tantos, não tão vergonhosos, que dizem respeito a adversários do Governo. Aplica, então, a Lei de Segurança Nacional em cima de sindicalistas e de adversários políticos da situação dominante, a pretexto de punir manifestações espontâneas, de vaias, a um governo impopular, que sempre se mirou nos espelhos dos ibopes. Agora esse Governo não tem a grande imprensa, que sempre lhe foi eficaz, na época do Cruzado frustrado, para buscar ibopes para ele mesmo, porque a fonte dos ibopes – o povo – secou.

Indo mais além, para falar sobre a confusão desta Constituinte, chega-se ao desânimo, à frieza desta Casa, à não-participação efetiva, quando nossos colegas preferem estar com os seus eleitores em suas bases, para com eles trocar idéias, discutir outros problemas. Os eleitores chegam até a estabelecer confusões e brigas, como as que ocorrem em convenções do PMDB e nas comissões de trabalho desta Casa. Tal é a confusão que chega ao povo que este não consegue distinguir entre as brigas de um grande partido majoritário em sua convenção, e as brigas ou pequenas desavenças havidas nas comissões de trabalho. Como se não bastasse...

Ouço o nobre Constituinte Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL: — Nobre Constituinte, V. Ex.^a tem apresentado, com sua característica peculiar e com sua competência, a crítica acerba, que, inicialmente – assim parecia – deveria ser o projeto da Comissão de Sistematização, atingindo a figura do Presidente da República e dos Srs. Ministros, sejam militares ou civis. Eu perguntaria a V. Ex.^a qual dos membros desta Casa, ao se propor a concorrer a uma vaga de Constituinte, não tinha plena consciência e noção perfeita de que, ocupando esta função tão importante de membro da Assembléa Nacional Constituinte, não sofreria o mais variado jogo de pressões, de **lobbies**, viesse de onde fosse. Era evidente para todos, antes de assomarmos a esta Assembléa Nacional Constituinte, que fatalmente haveria as UDRs da vida, a Contag, os interesses em jogo e os seus representantes,

o jogo de pressão, que considero válido, o jogo do **lobby**, que não consi-

dero válido, e também eventuais pressões até governamentais. Mas a nossa função específica aqui é sermos soberanos a essas pressões e tomarmos uma posição bem clara sobre a matéria constitucional, a polêmica que ela gera e a decisão através do voto ou da negociação.

O SR. JUAREZ ANTUNES: —

Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Devo dizer ao nobre Constituinte Ruy Nedel que não estou muito atento a textos. Fui eleito e aqui estou para falar também da situação do momento e não sobre um discurso escrito há meia hora. E, dentro da soberania, ou de pretensa soberania, da Constituinte, reservo-me o direito de escolher a maneira de falar. Muito obrigado a V. Ex.^a.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para fechar este ciclo de críticas ao Governo, aos seus asseclas, aos seus afilhados, aos "bocas-de-porta" do Banco do Brasil, aos distribuidores de cobertores em Minas Gerais, como disse o **Jornal do Brasil** hoje, devo também narrar aqui a atitude de ofensa de um Ministro deste Governo a uma grande parte da população deste País. Trata-se do Ministro Raphael de Almeida Magalhães, que cometeu um desrespeito a 10 milhões de aposentados e pensionistas; uma vergonha! (Palmas.) Enquanto nosso Governo vai às fronteiras de um país vizinho para conversar com Alfonsín, daqui mesmo, sem gastar tanto tempo e dinheiro, não poderia ele tomar atitudes de um Alfonsín ou de um Alan Garcia? Não era nem preciso ir lá. Mas o Ministro deste Governo e deste partido engana milhões de aposentados deste País, uma parcela formidável, quase 10% da população – se considerarmos a população adulta, chegaríamos a quase 20% – milhões de párias da sociedade. Enquanto estamos aqui, poucos ou muitos, eles estão por este Brasil afora, sentados nos bancos de jardins, das praças, com um guarda-chuva velho na mão, o sapato furado, a camisa puída, desiludidos, sem esperanças, tendo contribuído durante muitos anos para o engrandecimento deste País. E eles estão aí assistindo ao endividamento desta Nação por irresponsáveis e para serem, junto com nós outros, enganados pelo Sr. Bresser, pelo Sr. Funaro, pelo Sr. Delfim e pelo Sr. Raphael de Almeida Magalhães. Quando é que esse Ministro passará a ter vergonha na cara, juntamente com este Governo? Durante mais de dois meses se falou no pagamento dos atrasados dos aposentados. Mas estes se cansaram de ir aos bancos, formando filas intermináveis, porque são lixo nas portas dos bancos, não são clientes. Os bancos lhes reservaram um guichê do lado de fora, sob a chuva e o Sol. Lá eles esperaram pelas migalhas dos atrasados relativos aos anos de 1979 e 1984. A grande maioria teve de voltar para a casa a pé, porque o recebido não deu para pagar sequer a passagem de volta. Esse Ministro agora é Ministro do Dr. Ulysses Guimarães, do PMDB, que sempre combateu a ditadura, mas e esta terminou. Ele queria apenas acabar com a ditadura; mudanças, não. As coisas vão muito bem para os banqueiros, para os latifundiários, para os donos de supermercados etc. Para que mudanças?

O Sr. Bresser Pereira deslavadamente diz para o povo, após sua vinda do exterior, que a inflação no mês que vem será de meio por cento. Que desfaçam! Ela tinha de ser zero, abaixo de zero, pois permitiram que os comerciantes remarcassem os preços para só depois saírem as tabelas.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte José Mendonça de Moraes, desde que seja breve, pois foi difícil cavar esta falação.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: – Agradeço a V. Ex.^a pela concessão do aparte, devolvendo a recomendação, pois entendo que entre nós, Parlamentares, não fica bem um recomendar ao outro como deve proceder. Meu aparte é para dizer que V. Ex.^a não faz justiça ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, quando o coloca, hoje, como homem que não luta pelas mudanças, que concorda com as coisas erradas deste País. A história está aí para registrar o comportamento de todos nós. O Presidente do meu partido, Constituinte Ulysses Guimarães, pode não ser bom para V. Ex.^a e o seu partido, mas para a Nação, neste momento de transição, é necessário que tenhamos homens equilibrados emocionalmente e competentes para enfrentar as dificuldades que vêm pela frente, porque mudanças não se fazem com guerrilheiros, nem com mortandades, mas no ritmo e no compasso do povo. O que o partido de V. Ex.^a e o seu líder querem é que façamos mudanças através de guerrilhas. Não é o que convém ao País. Por isto, venho, aqui defender o meu Presidente, o Presidente do meu partido e da Constituinte, que não merece de forma alguma a crítica que V. Ex.^a colocou. Ulysses Guimarães merece críticas sim, como todo homem que erra, mas não no tom e com o enfoque que V. Ex.^a usou. Quero utilizar este aparte para, defendendo o Presidente desta Casa, refutar a maneira com que V. Ex.^a analisa o problema e solicitar a V. Ex.^a que continue com esta análise sua, que é importante, porque a crítica é necessária, nos chama a atenção, mas que ela seja justa e correta.

O SR. JUAREZ ANTUNES: – Muito obrigado, mas devo dizer a V. Ex.^a que não me consta que o meu partido, o PDT, queira mudanças com guerrilhas. Não conversamos sobre isto em lugar algum, nem isto consta em qualquer texto do meu partido.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: – Está nas atitudes, o que é pior.

O SR. JUAREZ ANTUNES: – Quanto à defesa de V. Ex.^a do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, tenho por S. Ex.^a também respeito, mas com restrições. Por exemplo, no momento, o que diz S. Ex.^a sobre a Lei de Segurança Nacional? No passado, Ulysses Guimarães falou muito contra ela.

Mas deixem-me concluir.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os aposentados do País estão na miséria mais absoluta. E preocupou-me muito quando se falou em suspender os trabalhos da Constituinte por algum tempo, porque não podemos esperar o final desta Constituinte para tranquilizar os aposentados, já que eles próprios também não podem mais esperar, tal é a situação de miséria, mendicância e abandono da categoria. Não somos um país sério. Quando se fala em aposentados, às vezes ouvimos de um colega a pergunta "Mas onde buscar recursos?" Meu Deus! Quando, há pouco tempo, se queria construir uma ferrovia num momento desnecessário ou quando se construíram usinas nucleares em Angra dos Reis, para sustentar altos salários, não se encontraram os recursos necessários? Quando se compram cobertores e cestas

básicas com a finalidade de fazer política, ou se concedem empréstimos a Governadores para angariar votos para o Sarney, onde se busca dinheiro? E ouvimos isso de um Deputado, o que é lamentável! (Palmas nas galerias.)

Todos aqui receberam votos de aposentados, indistintamente de sua coloração partidária. Onde encontraram dinheiro? É tão humilhante a situação dos aposentados que deveríamos, primeiro, buscar uma solução, para, depois, buscar o dinheiro, porque este aparece se houver interesse e boa vontade. O dinheiro aparece para tudo, para o necessário e o desnecessário. O dinheiro aparece para aumentar os nossos subsídios, para consertar o placar eletrônico da Casa. Por que não aparece, então, para salvar da morte e da miséria mais absoluta aquele que trabalhou pelo País?

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Carlos Alberto Caó.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ: – Nobre Constituinte Juarez Antunes, tentaremos ser extremamente objetivos. Queremos parabenizar V. Ex.^a pelo seu pronunciamento, que, numa linguagem direta, marcada por forte autenticidade, consegue captar os aspectos fundamentais da transição democrática brasileira. Saúdo no pronunciamento de V. Ex.^a a advertência historicamente importante e extremamente enriquecedora de que nos anos 80 não podemos reproduzir, para realizarmos a transição democrática, para conquistarmos uma democracia política, um mero acordo entre as elites, marginalizando a maioria da população, pobre e miserável, principalmente a classe trabalhadora. Saúdo ainda em V. Ex.^a a posição firme e clara com que respondeu a uma profunda injustiça que aqui se tentou colocar com relação à posição do nosso partido, o Partido Democrático Trabalhista. Em nenhum momento, como bem disse V. Ex.^a, propusemos formas violentas de luta ou que a ruptura democrática se realizasse através de movimentos armados ou de guerrilhas. Estamos dispostos, como deixou entender V. Ex.^a, a participar de qualquer entendimento ou acordo que tenha como base e pressuposto fundamental os interesses populares, os interesses da classe trabalhadora, que tão nobremente V. Ex.^a representa nesta Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O SR. JUAREZ ANTUNES: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, nobre Constituinte Carlos Alberto Caó.

Sr. Presidente, quero alertar os nobres colegas Constituintes para este fato: de que adiantaria dispor, em novembro, de uma nova Constituição que contemplasse com novos critérios de aposentadoria os atuais trabalhadores da ativa, se deixássemos de fora 10 milhões de aposentados e pensionistas? Isso só seria sanado quando o último desses 10 milhões morresse. É claro que eles se encontram, pela idade avançada, em estado precário de saúde, mas teríamos de esperar alguns anos.

Então, caros Constituintes de quaisquer partidos, quem, nesta Casa, desde o mais novato até o Presidente Ulysses Guimarães, não recebeu um voto, pelo menos, de um aposentado? Quem não recebeu? E por que nos escondemos? Por que nos calamos? Porque eles não têm a força de trabalho na mão. Porque eles só podem chorar nos bancos de jardim, com seu guarda-chuva

velho e suas calças rasgadas, ou seu terno surrado, às vezes ainda do casamento.

Caros colegas, dia 28 de setembro teremos O Encontro Nacional de Aposentados, às onze horas, no Auditório Petrônio Portella. Vamos ver se, olhando-os face a face, nos sensibilizaremos para o seu problema.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Valter Pereira para discutir o projeto.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. constituintes, desde a instalação desta ANC notou-se um contagioso anseio de participação no processo de elaboração da Nova Constituição, constituintes e povo, desde cedo, não abriram mão do direito de opinar, sugerir, criticar e defender propostas para a Carta que começava a ser concebida. Em meio a esse clima cresceram os preconceitos contra o anteprojeto sugerido pela Comissão de Notáveis que, sob a batuta do festejado Afonso Arinos, trabalhou exaustivamente na sua elaboração. O Regimento Interno que aprovamos não exprimiu outro sentimento. O organograma que ele trouxe garantiu a mais ampla participação de todos os parlamentares no processo decisório. Abriu também as portas da Constituinte aos mais expressivos segmentos da sociedade, os quais puderam debater, frente a frente, com os constituintes, suas angústias e aspirações.

Nestas alturas dos trabalhos, entretanto, quando a sociedade começa a questionar os caminhos ou descaminhos desta Assembléia, cumpre fazer a seguinte indagação, até que ponto influiu tamanha participação? Será que só o assédio aos constituintes terá resultados concretos no processo de mudanças que é reclamado pela sociedade?

Os trabalhadores rurais, que há muito vêm lutando para conquistar um pedaço dos 120 milhões de hectares de terras ociosas que existem no País. Não conseguiram – pelo menos por enquanto – influir na cabeça daqueles que detêm o poder de decisão, o voto.

Calaram mais fundo. No coração dos constituintes da Comissão da Ordem Econômica os fortes apelos dos poucos latifundiários que usam a terra para especular, em detrimento dos clamores de mais de sete milhões de lavradores que padecem de miséria, por falta de um pedaço de chão para trabalhar. O que restou no anteprojeto e que está inscrito no seu capítulo II, art. 317 e seguintes, é um lastimável retrocesso em relação à Constituinte vigente e ao Estatuto da Terra, ironicamente instituído pelo regime militar. Até constituintes do meu partido, o PMDB, têm ajudado a cavar a sepultura para enterrar o sonho da reforma agrária, lamentavelmente.

Não foi à toa que a convenção nacional do partido, recentemente realizada, incluiu em sua pauta um importante questionário, dando ênfase à questão fundiária. Para remover a amnésia que a muitos contamina, 80% dos peemedebistas consultados, todos convencionais, responderam que a propriedade da terra somente cumpre a função social quando atende, simultaneamente, a todos os requisitos enumerados na lei, e não apenas a um deles, como defendem os inimigos da reforma agrária; 62,28% desses mesmos convencionais responderam que deve ser desapropriada a propriedade rural que não cumprir sua fun-

ção social, e 33,85% disseram que somente as áreas improdutivas devem ser desapropriadas. A maioria dos entrevistados, nada menos do que 64,73%, concordaram em que a imissão na posse será decorrente da desapropriação, e em que, se por sentença judicial vierem a ser considerados inexistentes os requisitos que fundamentaram a desapropriação, a indenização será em dinheiro, em vez de títulos da dívida agrária.

Ora, Sr. Presidente, Srs.^{as} e Srs. constituintes, a manifestação das bases do PMDB, deixou clara a opção do partido pela realização de uma ampla reforma agrária, sem que se cometam os excessos nas desapropriações. É esse o espírito das decisões tiradas na convenção, das decisões que deverão aviventar a memória dos peemedebistas que estavam esquecidos dos compromissos programáticos do partido. A bússola, no entanto, não apontou apenas os rumos da questão fundiária para serem seguidos.

Quando aproximadamente 81% dos convencionais de todo o País opinam que "a ordem econômica deve ser fundada na justiça social e na valorização do trabalho, com preferência para a empresa nacional, abrindo espaço para as empresas estatais em coexistência com as empresas privadas", os constituintes do partido não podem fazer ouvidos moucos à manifestação de tamanha envergadura, sob pena de isolamento da própria sociedade, por descrédito entre o que se prega e o que se faz. E o que a base manifestou é o que estamos pregando há longos anos.

A demolição da empresa estatal e a desnacionalização da empresa brasileira são propósito daqueles que estão a serviço do capital estrangeiro, em detrimento da nossa emancipação econômica. O compromisso do PMDB é o de ajudar a construção de uma nação forte, justa e independente. E isso tudo passa, inevitavelmente, pela implantação de uma ampla infra-estrutura de desenvolvimento e pela maior autonomia tecnológica possível. A estatal e a empresa nacional são fundamentais para a consecução desses objetivos.

A definição de Empresa Nacional, dada pelo art. 301 do anteprojeto, é uma inominável farsa que precisa ser repelida e expelida por este Plenário. A redação desse monstro simplesmente elimina qualquer distinção entre empresa nacional e empresa estrangeira. Com isso, perde a empresa nacional a preferência que a ela deve ser dada pela política econômica, principalmente por razões estratégicas. Nesse sentido, a convenção do PMDB também avançou: mais de 90% dos convencionais responderam que "as atividades das empresas nacionais. Que a lei considerar estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento tecnológico, poderão ter proteção temporária".

Reconheceu ainda a convenção. Por mais de 90%, também que "a Constituição Federal deve estabelecer dispositivo que defina o regime de admissão do capital estrangeiro no interesse nacional...". Essas e outras diretrizes foram fixadas pelo PMDB. No sentido de garantir os avanços exigidos pela sociedade nos diversos campos de sua atividade.

O Partido, como instituição, cumpriu o seu papel.

Aos parlamentares que pertencem aos seus quadros cumpre o dever de compatibilizar a sua

atuação ao programa e às diretrizes partidárias, bem como aos compromissos eleitorais que deram origem ao mandato popular. Submeter-se ou não a tais postulados é uma questão de consciência de cada um, mas a sociedade pode e deve fiscalizar a conduta de todos aqueles que recebam a sua delegação.

Há hoje uma preocupação muito grande quanto ao conteúdo do anteprojeto que estamos discutindo. Alastram-se as críticas quanto aos defeitos formais que nele abundam. O excessivo número de artigos – 496, ao todo – as redundâncias de muitos dispositivos. As deficiências de Técnica Legislativa, os erros de vernáculo, etc. São males irrelevantes. Porque sanáveis. No entanto, o que nos preocupa são questões de mérito, sobre as quais o ilustre Relator Bernardo Cabral não teve qualquer responsabilidade.

São as questões que exigirão demoradas e difíceis negociações em muitos casos, grandes mobilizações e outros. Afinal, a Constituição não pode ser um repositório de sonhos nem tampouco a represa das mais sentidas esperanças (Palmas).

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira o Sr. Ulysses Guimarães – Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Osvaldo Almeida, para discutir o projeto.

O SR. OSWALDO ALMEIDA (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, cumprindo mais um encargo que nos cabe na Constituinte, queremos utilizar estes minutos que nos são reservados para, sem esconder nossa condição de político há pouco mais de um ano, externar nossas preocupações, em torno da experiência até aqui vivida. Julgamos, Sr. Presidente, que as etapas vividas por todos nós foram suficientes para abrigar todos os excessos, naturalmente cometidos numa grande e importante empreitada como esta, justificando até mesmo as omissões de cada um, principalmente dos novos políticos, como nós.

Julgamos, todavia, Sr. Presidente, que estamos na hora da sensatez, de ter grandeza e humildade para enfrentar, dentro da responsabilidade, o desafio que se nos apresenta. Chegou a hora, Sr. Presidente, de atentarmos para o fato de que já não mais se justificam de forma alguma, vaidades pessoais, arroubos de qualquer tipo, jogadas para galeria ou interesses outros, sobrepondo-as ao interesse maior do País. Chegou a hora de enfrentarmos nossa realidade, de trabalharmos em torno dela sem utopias, sem ferir a verdadeira destinação de uma Constituição onde a síntese e a linguagem acessível, sem empolgações, deve ser buscada de todas as formas, prejudicando mesmo àquela tentação de levarmos para a Constituição tudo que julgarmos de interesse mais próximo.

Vamos ser realistas. Não devemos incorrer no erro de querer colocar na nova Constituição propostas inexequíveis, assuntos de caráter conjuntural, que possam e devam ser alterados, quem sabe, no próximo ano.

Vamos aproveitar a oportunidade dos estudos aprofundados que estamos fazendo para a Constituição e utilizá-los ao máxi-

mo para instrumentos os enfoques necessários à legislação ordinária específica de cada assunto, que certamente haveremos de fazer.

Dentro desse quadro realista, no essencial, no perdurable, teremos fatalmente de compatibilizar assuntos interligados, interdependentes, sob pena de mantermos a colcha de retalhos imprópria para uma constituição que esteja ao nível de nossas conquistas culturais.

Para materializar o já mencionado, vamos-nos referir a um assunto palpitante que tomou o título de reforma agrária, em nossas discussões.

Na nossa visão, deveríamos começar a abordar o assunto através de uma política agrícola que criasse condições para aproveitarmos todo o suporte terra numa utilização racional, capaz de promover a grande produção de alimentos e de produtos agrícolas que esperamos. Por ser atividade rural, até um certo ponto marginalizada e com formidável potencial para gerar produtos essenciais e escassos à nossa gente, talvez pudesse merecer uma atenção especial na Constituição, ainda que contendo somente aprofundamentos de princípios, onde deveriam ser estabelecidos para a dignificação de quantos labutam na atividade rural, a começar pelo proprietário e empresário rural para que possa trabalhar e empreender sua atividade de forma racional, tornando-se capaz de remunerar, dentro do justo, seus empregados rurais, oferecendo-lhes vida condigna e criando condições para que a sociedade e o Estado atribuam a esse homem do campo um tratamento justo e equalizado ao dado ao homem urbano, em relação à assistência de saúde, previdência, habitação, educação para seus filhos, lazer e seguridade social.

Como poderá permanecer no campo o homem que goza somente de 8 dos 22 benefícios de seguridade social oferecidos ao homem urbano, e assim mesmo pela metade do seu valor? Além disso, temos de criar um seguro rural, os financiamentos rurais na hora certa, a garantia de comercialização etc. A partir daí, sim, estaremos criando condições para permanência dos que, hoje, ainda habitam o campo, em concorrência até com os empregados da indústria e do comércio, no meio urbano, abrindo inclusiva perspectiva para o retorno daqueles que, por falta de condições mínimas, de lá saíram. A par dessas preocupações básicas, teremos condições de pensar em instrumentos outros de oportunidades, para os que tenham pendor para a vida no campo poderem habilitar-se ao crédito fundiário e adquirir seu pedaço de terra, como o homem urbano adquire uma máquina, monta sua oficina e passa a ser um microempresário. Já existe experiência bem-sucedida em nosso País, com base no cooperativismo, como é o caso da Cooperativa do Treze, em Sergipe.

Quanto ao problema dos latifúndios improdutivos, que vem atormentando muita gente, vamos, através de mecanismos imaginativos, criar as condições para que, sem ferir o direito de propriedade, possamos aperfeiçoar os princípios que regem a função econômica e social da propriedade rural e de outros tipos de propriedade, de tal modo que a ociosidade seja punida, gravada ou desestimulada. Mas tudo isso, na nossa visão, deverá ser estabelecido como princípio na Constituição, ficando os detalhes para a lei ordinária.

Assim, Sr. Presidente, chegamos a alguns outros aspectos mais delicados do campo político

propriamente dito que estão movimentando a opinião pública nacional, relacionando-a com a Constituinte.

Presidencialismo ou parlamentarismo, 4 ou 5 anos para o presidente atual, e quantos para o futuro? Sr. Presidente, somos dos que se encontram ainda embaraçados porque, considerando necessário ao País um período de estabilidade, para reorganização da ações governamentais, no qual pudessem ser aflorados os princípios de moralidade, competência, eficiência e responsabilidade do homem público, investido no poder maior com os segmentos dinâmicos do País e seus representantes, estamos a todo instante ouvindo S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República, a citar tais postulados, e a seguir vemos até ministros se negarem a entrevistar-se com representantes desses segmentos, para atender somente àqueles que mais lhes convém pessoalmente, a revelia dos representantes do povo na Constituinte.

Por outro lado, no instante em que pensamos no parlamentarismo, que deve se basear em partidos fortes, vemos nossos maiores partidos figurarem no noticiário nacional como suportes de grandes disputas para ocupação de cargos, através de negociações que nos deixam a todos preocupados.

Enfim, Sr. Presidente, pertencendo a um partido novo, o PL, por enquanto ainda pequeno, mas sem qualquer tipo de ambição para ocupar postos ou negociar cargos, num momento em que precisamos firmar posições mais sérias, até mesmo para transmitir confiança ao cidadão que está acompanhando de fora, vendo televisão, lendo jornais, preocupado com a Constituinte e assombrado com o que está sendo falado sobre nossos trabalhos, julgo que devemos, já dentro do bom-senso, buscar minimizar a responsabilidade que está sendo jogada sobre os ombros do Constituinte Bernardo Cabral.

Há de ter nova forma, ainda que tenha de ser alterado o Regimento, feito sem que pudessémos prever as evoluções e as mudanças de comportamentos ocorridos durante os trabalhos, até aqui, pois todos queremos trabalhar e dar nossa contribuição à nova Constituição.

Estamos trabalhando para emendar o primeiro anteprojeto do Relator, após seu substitutivo, que deverá ser esperada a sintetização, enxugamento e racionalização. Julgo que deverá ser dado maior tempo e condições suficientes para ampla abordagem, como está acontecendo nesta fase, permitindo nossa participação individualizada ou grupal no seu aperfeiçoamento, inclusive com substitutivo que compatibilize idéias, princípios, além das simples emendas, que são limitadas, e sem que isso represente qualquer tipo de desconfiança, de desconsideração à Comissão de Sistematização, ao seu ilustre Presidente ou ao seu responsável Relator. A hora é de grandeza e humanidade.

Durante o discurso do Sr. Oswaldo Almeida o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Airton Cordeiro para discutir o projeto.

O SR. AIRTON CORDEIRO (PDT – PR)

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, durante vários anos o PMDB, em especial, fez crer à Nação que a grande solução de todos os problemas nacionais seria a Assembléa Nacional Constituinte. Falava-se de arrocho salarial, de desemprego, de estagnação na economia, de crise política no País, e logo aparecia como a grande panacéia a Assembléa Nacional Constituinte. Por muitos anos, essa verdadeira catilinária foi levada ao Brasil inteiro nos palanques os mais diferentes possíveis, pelos atrautos do PMDB, pregadores da moral, da eficiência administrativa e da seriedade política.

Chegou o momento em que o Brasil pôde, finalmente, deparar-se com a grande realidade da Assembléa Nacional Constituinte. Fez-se por intermédio do Poder Executivo a sua convocação; não exclusiva, como queriam os setores mais liberais e responsáveis da Nação brasileira.

O PMDB, precursor, em outros tempos, do respeito ao pensamento da individualidade de cada um, chegou ao ponto extremo de exonerar da função de Relator da Mensagem Presidencial o Sr. Flávio Bierrembach, porque S. S^a tinha um posicionamento que, no entender da cúpula partidária, violentava o pensamento do Palácio e o das lideranças mais expressivas do PMDB.

Ainda assim, aportamos aqui como depositários da grande expectativa nacional dos brasileiros que foram às urnas, que nos honraram com seus votos, que nos delegaram mandato popular para que elaborássemos a Constituição. Acreditavam alguns até, como último suspiro, como último degrau da esperança, que pudéssemos, efetivamente, fazer aquilo que durante anos o PMDB pregou ao se por ao regime anterior.

Hoje, com que tristeza muitos de nós nos encontramos entre o caminho da impotência e do da inutilidade. – Da impotência, porque nada podemos fazer para evitar que certas coisas acontecessem, e o Poder Executivo pretendendo submeter cada vez mais a sua vontade à Assembléa Nacional Constituinte; de inutilidade, porque viemos, todos nós, com vontade de oferecer uma contribuição que significasse um pouco da História do Brasil e, de repente, nos deparamos com essa insatisfação geral, gerada, sem dúvida, pelas limitações impostas à Assembléa Nacional Constituinte.

É entristecedor reconhecer que estamos entre a impotência e a inutilidade, mas é necessário que a Nação saiba que não estamos entre essas duas circunstâncias por querermos ou por sermos incompetentes ou desinteressados, mas porque somos vítimas, hoje, do costume e da cultura política. Sim, este é um país que tem leis às pences, que tem leis para regular todas as situações, mas que, infelizmente, não se habituou a cumprá-las rigorosamente. E a nossa função, hoje, é elaborar a nova Constituição brasileira.

Convicto, absolutamente convicto de que a Constituição será conjuntural e de que não terá caráter duradouro, se possível permanente, como convém a qualquer Constituição séria, hoje já estamos a imaginar qual o tempo que ela vai resistir para ser emendada a primeira, a segunda, a terceira, a quarta vez, sobretudo porque este Poder, manietado, está sofrendo influências externas extremamente danosas. Entendo como legítima a participação dos diversos setores da sociedade,

que vêm a esta Casa buscar o apoio dos Srs. Constituintes às suas reivindicações. Afinal, este é um povo que nunca teve reconhecidos os seus direitos, porque, inclusive, ao Poder Judiciário faltou muitas vezes altivez para julgar com imparcialidade.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO: – Nobre Constituinte Airton Cordeiro, permite-me um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO: – Observa-se a existência de uma grande frustração nacional, ilustre companheiro de bancada. Constituinte Adhemar de Barros Filho, que poderá levar ao calvário todos aqueles que aqui estão hoje, eleitos pelo povo e que não podem decidir como gostariam, porque as pressões governamentais são muito grandes.

Concedo o aparte a V. Ex.^a, com muito prazer.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO: – Constituinte Airton Cordeiro, venho ao microfone de apertos cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, pela análise que faz do processo Constituinte e, sobretudo, pelas suas palavras de autocrítica. Sofre a Constituinte – V. Ex.^a tem razão pressões externas e internas. Ouvimos hoje o ilustre Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, grande figura nacional, dizer com todas as letras, ao comunicar ao Plenário os novos horários – vamos trabalhar no horário noturno também – que o mais importante, o verdadeiro imperativo de todos nós, Constituintes, é o tempo, ou seja, que se cumpra rigorosamente o tempo estabelecido. E sabe V. Ex.^a que, com um corpo heterogêneo como nós somos, com os Parlamentares novos que aqui chegaram – a maioria o é, basta lembrar o caso da bancada do Estado de Sergipe, em que todos são novos, não há nenhum da antiga safra – com muitos companheiros inexperientes e outros poucos mais experimentados, é claro que este corpo precisa de tempo para amadurecer as propostas, analisá-las e definir-se sobre elas. Então, é absurdo querer manietar o processo constituinte ao tempo. Este é o crime que aqui se comete. V. Ex.^a merece o nosso aplauso, porque a sua autocrítica é absolutamente correta. Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, que, sem dúvida, enriquece este modesto pronunciamento.

Recentemente, participando de um debate numa emissora de televisão em São Paulo, com o jurista Geraldo Ataliba, o ex-Ministro e jurista Seabra Fagundes e com dois Constituintes, Michel Temer, de São Paulo, e Antonio Carlos Konder Reis, de Santa Catarina, chegamos todos à conclusão de que realmente não é o tempo o fundamental para nós, neste instante. O fundamental é que possamos elaborar uma Constituição que não seja tão analítica, tão detalhista, tão transitória, tão conjuntural.

É preciso higienizar o Projeto de Constituição que aí está. E não há culpa, Constituinte Adhemar de Barros Filho e demais colegas, de parte do Sr. Relator da Comissão de Sistematização. S. Ex.^a apenas compendiou as propostas formuladas pela Subcomissões e depois pelas comissões temáticas. Mas temos um compromisso com o agora e com o futuro do Brasil. Em nome desse compromisso que atingirá nossos filhos e as gera-

ções que estão por vir, devemos ter a grandeza de admitir que não há necessidade de se estabelecer um prazo para a elaboração da Constituição por exemplo, até o dia 7 de setembro ou 15 de novembro, ou alguma data histórica. O importante é entendermos que estamos elaborando uma Constituição para oferecê-la ao povo brasileiro.

O SR. CARDOSO ALVES: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO: – Concedo o aparte a V. Ex.^a.

O SR. CARDOSO ALVES: – Quero congratular-me com V. Ex.^a por este pronunciamento, que traz um pouco mais de luz aos nossos debates. Também creio, como V. Ex.^a que fomos eleitos para elaborar uma boa Constituição. Mas muita gente acha que fomos eleitos para elaborar uma Constituição a toque de caixa. Depois de ter esperado 22 anos praticamente, o País pode esperar mais 1 ou 2 meses, 10 ou 20 dias para receber uma Constituição que atenda aos anseios nacionais. Concordo ainda com V. Ex.^a, quando se refere a uma Constituição menos detalhista, mais sintética, menos analítica, mais enxuta, mais curta, mais seca, mais precisa, porque assim durará mais tempo, será menos desobedecida e se inserirá com mais perfeição na teoria do Direito Constitucional. Lembro a V. Ex.^a e à Casa que a Igreja tem 2 mil anos justamente porque a sua Constituição, os Dez Mandamentos, tem dez artigos. Segundo a própria Igreja, os Dez Mandamentos podem ser resumidos em um só: amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo". Todo o restante da legislação eclesiástica é ordinária. São os mandamentos da Igreja, são os pecados que bradam ao céu e pedem vingança, e são os ensinamentos do catecismo. Constituição, mesmo, são os Dez Mandamentos da Lei de Deus. A Constituição deve ser um catecismo, uma cartilha cívica para ser decorada pelo cidadão e deve conter princípios e comandos. Quero, portanto, louvar sua presença na tribuna e agradecer-lhe o quanto mais de luz traz para nossas discussões.

O SR. AIRTON CORDEIRO: – Agradeço a V. Ex.^a Deputado Cardoso Alves, o aparte.

Referi-me ao aspecto psicológico, um pouco abstrato mesmo, isto é, se a Constituição vai resolver ou não os problemas do Brasil. Até a que ponto podemos creditar-lhe a solução dos problemas nacionais? Referi-me anteriormente à questão da cultura política do povo brasileiro. E talvez resida aqui um dos pontos mais importantes do balizamento histórico que desejamos para a Nação.

Quando dos trabalhos das Subcomissões e depois das comissões temáticas, defendi, acompanhado por uma minoria de Constituintes, a instituição do voto facultativo.

Queremos o voto facultativo, como inicio de um processo de reeducação do povo, porque entendemos que ele representa o acesso ao voto daqueles que têm consciência da sua importância, daqueles que não votarão pela obrigação de votar, que não votarão para não serem multados, para que não lhes aconteça o que ocorreu com os funcionários da Assembléa Legislativa do Paraná – o meu Estado. Os funcionários que não

apresentaram os seus títulos carimbados, depois de 1986 não receberam seus salários senão depois de uma justificativa.

Enquanto o voto tiver o caráter de obrigatoriedade, não garantiremos ao povo o direito efetivo de votar.

Mas falemos dos costumes. Observemos, por exemplo, o momento de hoje, Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Constituintes.

Este é um país que luta contra o tempo, que luta contra todas as dificuldades. Af está, por exemplo, o Sr. Ministro da Fazenda, fazendo peripécias no exterior e realizando, até, algumas jogadas mirabolantes para convencer, de fora para dentro, a cúpula do seu partido, a fim de que o Brasil possa negociar a sua dívida externa. O País, além de não ter recursos para desenvolver a sua economia, atropelou todos os estágios do desenvolvimento econômico. E o que acontece num país como este?

Recentemente ouvimos, com a maior desfaçatez, com o maior desplante, com o maior descaso, como um menos prezo à consciência nacional, o Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social afirmar que tem de dar conforto aos seus funcionários e adquire, com o dinheiro do previdenciário brasileiro, mais de 300 apartamentos de luxo em Brasília, com sauna, canchas polivalentes e piscina. Logo a Previdência, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que paga mal aos seus funcionários, que oferece péssima assistência médica-hospitalar à população. No entanto, o Presidente da República silêncio diante de fatos como este, e esta grande negociação se consuma. As mordomias, tão condenadas há tempos, continuam no mesmo nível; os ministros continuam mordomícios, comendo, morando e se divertindo às custas não do Governo, mas da população brasileira. A propaganda oficial, Srs. Constituintes, consome os recursos nacionais nas emissoras de rádio e televisão e nos jornais. Volto a trazer o exemplo do meu Estado, o Paraná o Governo do Estado nada fez até agora, mas está em todos os espaços comerciais das emissoras de televisão no mais assombroso culto ao personalismo do Sr. Governador.

O Prefeito de Curitiba chega ao cúmulo de gravar com sua voz as mensagens publicitárias da Prefeitura daquela cidade. Enquanto isso, crianças não têm escola, não têm creche e mães não têm tranquilidade para trabalhar, por falta de onde deixarem seus filhos. Todos os dias ocorrem acidentes fatais nas estradas, por falta de atenção governamental.

Questão de costume, sim, Srs. Constituintes, quando o Presidente da República pretende submeter o Congresso Constituinte à sua vontade e vai à televisão e ao rádio e diz que renuncia a um ano de seu mandato, como se esta fosse uma atribuição sua, ignorando o poder soberano do partido do qual é Presidente de honra, ignorando a luta de setores do PMDB no sentido de que a Constituinte tenha soberania. E invade, por meio de seus prepostos, este plenário, negociando cargos e mercantilizando consciências, quando, num gesto de grandeza, o Sr. José Sarney deveria logo esgotar sua passagem pela Presidência, substituindo aos brasileiros o direito de elegerem legitimamente o seu Presidente da República. Enquanto os cargos são disputados – e aqui homenageio o outro partido da Aliança Democrática lá do meu Estado, o Paraná – o PFL

quer o rompimento da Aliança em nome da dignidade que o governo deve ter nas relações com o povo. Enquanto isto, o povo brasileiro continua sofrendo.

Concluo pregando a necessidade de submetermos o texto constitucional a uma consulta plebiscitária. Sejamos claros ao analisar esta questão, porque durante toda a campanha eleitoral os candidatos a constituintes não discutiram o mandato do Presidente, o regime de governo; tocaram, é verdade, nos pontos mais sensíveis do aspecto social. Entendo que não temos o direito de decidir sobre questões como essas em nome daqueles que, em 1984, foram às mas, às praças, tomaram de assalto os recintos públicos e pediram eleições diretas para a Presidência da República. Plebiscitar o texto constitucional significa recorrer à vontade soberana da população brasileira, como o fizeram países que passaram por essa mesma transição que o Brasil está enfrentando. É verdade que não tão longa quanto a transição brasileira, que começou nos idos de 1979 e que, se depender do Palácio do Planalto, vai continuar por muito tempo, porque os que estão encastelados no poder entendem que este é muito mais importante do que o compromisso com a população brasileira.

E, finalmente, Sr. Presidente, faremos uma Constituição para atender ao Brasil como um todo, e não a segmentos da sua população. É necessário que os nossos partidos partam imediatamente para um processo de ampla negociação. O que nos interessa é fazer com que o povo brasileiro tire proveito da elaboração do texto constitucional. Se cada parte ceder um pouco, é certo que obteremos muito mais do que se radicalizar mos algumas posições. Inegociável de verdade é a duração do mandato do Presidente Sarney, que está enterrando o Brasil, que está tirando sua credibilidade, que está sufocando o povo, que está asfixiando a nossa população e que está tentando, com a mesma desfaçatez, asfixiar este Poder, eleito pelo povo para ser livre e soberano.

Em nome da liberdade, da nossa soberania, é necessário que renunciemos as nossas posições partidárias e que pensemos no Brasil com grandeza, sem atender a interesses subalternos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra a Sr. Abigail Feitosa, para discutir o projeto.

A SR^a. ABIGAIL FEITOSA PRONUNCIA – DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DA ORADORA, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Áureo Mello, para discutir o projeto.

O SR. ÁUREO MELLO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

VII – Encerramento

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES.

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL, Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho

PMDB; Alércio Dias – PFL; Alexandre Puzyña – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Alvaro Valle – PL; Ângelo Magalhães – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Benedicto Monteiro – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chico Humberto – PDT; Cláudio Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheide – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Hadad – PSB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Egrelja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Júlio Campos – PFL; Jutahy Júnior – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Mário

Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauricio Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mendes Canele – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Rospide Neto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Vicente Bogo – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Virgíldasio de Senna – PMDB; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélás – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, designando para amanhã, dia 30, às 14:30 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Continuação da discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

Encerra-se a Sessão às 18 horas e 14 minutos

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. MANSUETO DE LAVOR NA SESSÃO DE 27 DE JULHO DE 1987.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB – PE): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o federalismo brasileiro esteve sempre muito próximo do mito e muito distante da realidade. Como fetiche intocável e imutável, o princípio federativo, ao lado do princípio republicano, tem ultrapassado os tempos e os regimes, sem maiores questionamentos, como um dos alicerces da ordem constitucional.

E é assim que se apresenta no Projeto de Constituição do nobre Relator Bernardo Cabral, que reza no seu art. 49:

"A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos eles autônomos em sua respectiva esfera de competência."

Pouco importa aos Constituintes de 1987 que a Federação brasileira tenha sido uma cópia servil, um verdadeiro plágio dos primeiros Constituintes republicanos em cima da Constituição dos Estados Unidos da América, sem o menor respeito às profundas diferenciações históricas, políticas e administrativas existentes entre as ex-colônias federadas, norte-americanas e as ex-províncias do império do Brasil.

Pouco também parece importar a nós, Constituintes de 1987, que a autonomia dos Estados e Municípios seja hoje uma ficção. E mais que isso, um atentado contra a democracia, visto que, até em sua matriz, o federalismo atualizou-se, procurou fundamentos diferentes daqueles que lhe deram origem, e se apresenta como suporte do Estado democrático.

"Hoje, nos Estados Unidos, há uma firme convicção de que a descentralização do poder é um instrumento fundamental para o exercício da democracia. Quer dizer, quanto mais perto estiver a sede do poder decisório daqueles que a ele estão sujeitos, mais probabilidade de o poder ser democrático. Este é um ponto fundamental: não teremos uma autêntica democracia no Brasil se não houver uma forte tendência descentralizadora. Urge, pois, abrir mão de certas velharias inseridas na Constituição que confundem a Federação com um mecanismo de convivência de Estados carentes de unidade nacional para abraçar a Federação como instrumento da democracia (Celso Bastos, **A Federação no Brasil**)."

Dante não só da falta de tradição de autonomia dos Estados, mas de sua inviabilidade financeira, administrativa e até política, os ditadores foram mais coerentes: Getúlio Vargas nomeou interventores para os Estados e Municípios e os Generais-Presidentes fabricaram os governadores biônicos, certos de que a Federação brasileira não passa de uma fantasia jurídico-constitucional. Fato comprovado diuturnamente pela situação de insolvência dos Estados e Municípios, e pela constante peregrinação de governadores e prefeitos a Brasília, em busca de socorro para suas administrações.

A questão mais grave é que essa falta de autonomia administrativa resulta na falta de autonomia política. O Governo Central não abre mão de dividendos políticos quando aplica injetões financeiras nos Estados e Municípios. Por essas e outras é que se deve questionar não apenas o presidencialismo, como estamos fazendo nos atuais trabalhos constitucionais, mas também o federalismo brasileiro. Aquele, o presidencialismo, por excesso de poderes e de instrumentos de pressão sobre os demais poderes constituídos, e este, o federalismo, por escassez dos meios para conseguir seus reais objetivos.

É evidente que essa crise do federalismo brasileiro não se resolve com uma simples reforma tributária e uma distribuição mais justa do Orçamento Federal. A proposta de um novo federalismo se impõe para dividir melhor o bolo da receita tributária, é certo, mas também para estabelecer um salutar equilíbrio entre as diversas esferas de poder, entre as unidades federadas e, principalmente, entre as regiões geopolíticas.

Não hesito em propor para o Brasil um novo federalismo com ênfase ao poder político regional. Esse federalismo regional não representa uma proposta importada, sem fundamento na realidade, e que se pretende seja determinada artificialmente por decretos e editos constitucionais. Trata-se de um imperativo da geografia e da consciência nacional. Os Estados podem ser criações artificiais, mas as regiões, não.

A propósito, convém frisar que nesta Assembléia Nacional Constituinte os representantes do povo, em seus trabalhos e pronunciamentos, se têm apresentado mais como representantes regionais e menos como representantes estaduais. Até se formam bancadas regionais, acima dos Estados e das correntes partidárias.

Há pouco, estive no Palácio do Planalto – e aqui vejo o Constituinte Lavoisier Maia e a Constituinte Wilma Maia, entre outros, que também estavam lá – assistindo à assinatura de um projeto que restituía ao Nordeste o fornecimento adequado de energia, projeto que tenta remediar uma situação. Mas quem estava lá? Os Constituintes da bancada nordestina. Assim, também aqui se pronunciam amazônicas, sulistas, representantes do Centro-Sul, do Oeste e do Leste. Aqui perdura mais o sentimento de região do que o sentimento de Estado.

Fora do Parlamento, os movimentos embrionários do poder regional remontam à conceção da Sudene, da Sudam, da Sudeco e da Sudesul, esvaziadas, como os próprios Estados, no período autoritário, mas hoje revigoradas ao lado de outros organismos regionais que se consolidam cada vez mais através da sempre mais intensa atuação dos blocos regionais de governadores e das bancadas regionais neste Parlamento.

Essa crescente consciência regional resulta, de um lado, de circunstâncias históricas e geográficas e, de outro lado, da política da exorbitante concentração de poderes por parte da União e do poder paralelo assomado por alguns Estados ricos e desenvolvidos contra a maioria de Estados submersos na penúria. Tudo isso atenta contra a Federação e contra a sobrevivência dos Estados-Membros e, em consequência, contra a permanência, a consolidação do próprio Estado democrático.

Por outro lado, evidenciam-se sobejamente os efeitos perversos das políticas setoriais para as regiões. Exemplificando-se: as grandes decisões em defesa da economia nacional geram resultados danosos para a maioria das regiões, aumentando as gritantes e perigosas disparidades interregionais. Assim vem ocorrendo com a política de substituição das importações, a partir de 1934. Com a instalação da indústria automobilística, no Governo Juscelino Kubitschek, e até com a recente lei da informática.

Torna-se, pois, urgente uma compatibilização das políticas setoriais com as políticas regionais. E isto, no nosso entender, não se conseguirá sem um poder regional institucionalizado pelas regiões federativas.

Esta proposta, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, precisa de três esclarecimentos fundamentais: primeiro, o poder político regional, inserido no texto da Constituição, não põe em risco a existência da Federação. Pelo contrário, purifica-a dos artificialismos e, em consequência, encaixa-a melhor na realidade brasileira.

Segundo, o federalismo regional que proponho, inspirado em estudos de eminentes constitucionalistas brasileiros, não elimina a autonomia dos Estados, mas a fortalece, por dois motivos: os Estados colocam-se em situação absolutamente igualitária perante os demais da mesma região e, por outro lado, enfrentam em bloco as pretensões hegemônicas de outros Estados e de outras regiões.

Terceiro, a proposta não introduz propriamente uma quarta esfera de poder ao lado das esferas federal, estadual e municipal, mas introduz, isto sim, uma forma colegiada de governo regional composto de governadores já eleitos pelos respectivos Estados e um Poder Legislativo regional, composto dos três Senadores, de seis Deputados federais e de nove Deputados estaduais de cada Estado da região, assim como um órgão judiciário regional composto de membros dos Tribunais de Justiça da região.

Restaria responder a essa preocupação: como evitar a formação de super-regiões, como, por exemplo, o chamado "triângulo das Bermudas" – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais?

O problema, segundo a proposta, será enfrentado por duas medidas: pela criação de um fundo de equalização regional e pela possibilidade de uma legislação complementar que desestimule toda forma de hegemonia de uma região sobre outra.

Vale destacar que a proposta não impõe, mas facilita a formação de regiões, de acordo com a conveniência dos Estados.

Por último, vem ao encontro das aspirações históricas que os artificialismos da República quebraram, com a imposição dos Estados federados. Os Estados permanecerão, mas quando se tornarem fracos, ou extremamente limitados em sua autonomia, poderão constituir-se em regiões federativas sem perderem as características de Estados. É o que está previsto na emenda que proponho ao art. 49 do Projeto de Constituição e na proposta da lei complementar em anexo. Esta é a oportunidade ímpar de revisarmos e atualizarmos o federalismo brasileiro. À vista de todos os fundamentos que embasam a existência do federalismo das regiões, esperamos contar com a simpatia dos nobres colegas Constituintes, com o voto do Plenário e com o apoio do Relator Bernardo Cabral para incluir no art. 40 do Projeto de Constituição aquilo que estou propondo, isto é, o reconhecimento do poder político para as regiões. Acredito que essa tese ganhará peso na medida em que se compreender que ela não se coloca contra os interesses de qualquer Estado mas a favor de uma melhor integração nacional, segundo a fórmula de Vedel: "Unificar onde a diversidade domina e diversificar onde a unidade se faz demasiado forte".

O poder político regional, Sr Presidente e Srs. Constituintes, será, com certeza, um instrumento válido no processo de aperfeiçoamento, reforço e atualização da Federação brasileira. (Palmas.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. ARTUR DA TÁVOLA EM SESSÃO DE 27 DE JULHO DE 1987.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PMDB - RJ): – Sr. Presidente, nobres Constituintes, a imprensa noticiou, e trago à Casa, texto de documento estarredor, redigido pela Federação Nacional

dos Estabelecimentos de Ensino – Fenen – entidade que congrega iniciativa privada na Educação. Ao final do discurso vou compará-lo com o trabalho, este sério e encaminhado de forma democrática, da Igreja Católica, através de movimentos vários, coletando assinaturas que expressam o pensamento católico na matéria.

O documento da Fenen começa por um cronograma de trabalho, arrematado com a seguinte frase:

"Precisamos de muita gente para encher as galerias. Além de diretores, esperamos que cada sindicato traga uns seis funcionários para tropa de ocupação."

O documento está à disposição de qualquer constituinte. Saibam, portanto, o Sr. Presidente e os Srs. Constituintes, que a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino pretende ocupar esta Casa com "uma tropa"...

Em seguida o documento supõe analisar o que aconteceu até agora, sob o título "Vencemos, apesar de omissões e erros". Considera-se, a Fenen, vencedora por haver "derrotado" o substitutivo apresentado pelo Relator, no caso, o orador que lhes fala, na Comissão de Educação. E diz:

"A Fenen ganhou a batalha na Comissão de Educação, mas foi apenas uma batalha."

Em seguida, enumera "o que precisa ser feito" (a expressão é própria): o cronograma dos próximos trabalhos; a lista de "cubanos", de "amigos" e, finalmente, a história e a análise do que ocorreu.

Segue-se a lista do que a Fenen chama de "amigos". É muito elucidativa a frase que precede a lista dos "amigos":

"Votaram com a escola particular e com as empresas de comunicação (houve aliança) ou por convicção pessoal."

Enumera, então, os constituintes que votaram contra o substitutivo. Segundo a Fenen, esses constituintes são "amigos" e, segundo também a Fenen, houve uma aliança entre as empresas de comunicação e as empresas de educação, e os "amigos" votaram favoravelmente à aliança.

Em seguida, à página seis do documento aparece a lista do que a Fenen alinha de "cubanos". "cubanos", para a Fenen, são os constituintes que votaram a favor do substitutivo do Relator e que, segundo essa entidade, manifestaram-se contra a escola particular. Segue-se a lista dos constituintes "cubanos"...

Após a grosseira, estapafúrdia, absurda e inável classificação de "amigos" e "cubanos", prossegue o documento da Fenen enumerando para os seus seguidores "o que precisa ser feito." Entre "o que precisa ser feito" destacam-se as seguintes "pérolas" que trago à consideração dos Srs. constituintes:

"Para as próximas discussões e votações, propõe a Fenen:

A) Do princípio ao fim, a presença de pelo menos seis pessoas de cada sindicato."

O item B, porém, é esclarecedor para os que pretendem saber como funciona um **lobby** empresarial no Congresso.

"B) Mínimo de duzentas pessoas, contratadas ou não, para encher as galerias."

Srs. constituintes, a Fenen está recomendando a cada entidade que remunere pessoas para lotar

as galerias. Seguem-se outras indicações medos interessantes para o objetivo deste discurso.

A página oito destaca-se o título "Grande vitória e início da longa luta." Fala da importância da vitória e, entre outras considerações, diz que o anteprojeto da Comissão de Educação, do qual fui relator, previa:

"Nenhuma verba pública, nem bolsa de estudos, nem troca de impostos por bolsa, nem subsídios ou repasse através de convênio para a escola particular."

Srs. constituintes, tal afirmação é mentirosa! O substitutivo assume clara posição a respeito da destinação das verbas públicas para as escolas públicas. Em nenhum momento, porém, deixa de, em respeito às atividades particulares da educação, mormente às de cunho confessional, comunitário e filantrópico, estender a ajuda necessária aos estabelecimentos particulares de ensino. O que proíbe é a verba pública para o ensino mercantil.

No capítulo de ciência e tecnologia, devido ao labor desenvolvido pelas universidades privadas nessa área, através da atividade de pós-graduação, estão estabelecidas, de modo claro e inofensivo, as formas de auxílio do Poder Público ao desenvolvimento desse tipo de ensino, no qual estão, entre outras, universidades católicas e evangélicas.

E, portanto, mentirosa a afirmação dessa UDR da educação em que se está querendo transformar a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

No item B temos:

"salário-educação
obrigatoriamente recolhido pela
empresa e só aplicável na escola
pública."

Essa afirmação é, sem dúvida, verdadeira, até porque esta é a forma atual da legislação, e não haveria nenhuma inovação a respeito. Mas para a Fenem, que a tudo parece cobiçar, as verbas do salário-educação aparecem apetitosas.

"Item C) garantia de ajuda ao
aluno só da escola pública."

Também não é verdadeira esta afirmação. O projeto, em nenhum momento, garante auxílio exclusivo ao aluno da escola pública.

No item F diz a Fenem:

"Através do Plano Nacional de
Educação "Um soviético", em nível
federal, dirigiria toda a educação
nacional, inclusive a integração de
objetivos e recursos"

Aqui aparece inova mentira dos responsáveis (ou irresponsáveis) pela Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino. A idéia do Plano Nacional de Educação, que foi comum a, praticamente, todos os Constituintes, membros da Comissão, inclusive aos que ficaram contra o substitutivo, era a do útil estabelecimento de um programa mínimo de qualidade de ensino. É justamente a qualidade do ensino, tanto nas escolas privadas como nas públicas, a reivindicação do educador brasileiro, já que esta é a principal falha do sistema educacional deste País. Perderam níveis de qualidade de ensino, tanto a escola pública quanto a particular, por uma série de razões que não nos cabe no momento comentar. O Plano Nacional de Educação previsto no texto nada mais é

que a tentativa de estabelecer, via constitucional, alguns princípios básicos para a educação nacional. É, portanto, mentirosa a informação que a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino ora distribui aos seus filiados.

Agora, Srs. Constituintes, aparece o que considero uma obra-prima de inabilidade, brutalidade espírito antidemocrático. Ao indicar aos seus filiados os trabalhos a serem feitos, diz a Fenem:

"Em cada Comissão o trabalho a ser feito consiste em detectar no projeto o que é ruim, preparar emendas, conseguir Constituintes que as assinem e peçam destaque para elas; conseguir número suficiente de Constituintes para aprovar as emendas."

A seguir surge a violência maior da Fenem:

"F) Acompanhar, desde que se inicie a votação, cada Constituinte para ele não errar, para se orientar, para se informar em cada dificuldade que surja; para não se omitir, para não fugir e para se cientificar do que faz e depois divulgar."

Sabiam V. Ex.^{as} que serão tratados como crianças de escola primária, já que essa Federação, com pessoas pagas para tal, segundo o próprio documento, deverá segui-lo passo a passo, para que não errem, para que se orientem, se informe, não se omitam, não fujam, para que se certifiquem do que faz e depois divulguem.

Diz a seguir letra "E" do documento da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino:

"Enfrentar nas galerias, do primeiro ao último minuto de votação, os grupos de pressão, onde vale – é a sugestão que faz para quem o seguir – grito, discussão, insulto, provocação, briga, expulsão, constrangimento e tudo o mais."

A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino está sugerindo aos seus seguidores que, nas galerias desta Casa, utilizem o grito, a discussão, o insulto, a provocação, a briga, a expulsão, o constrangimento e tudo o mais. E mais: diz que os Constituintes "pedem" o grupo de pressão para contrabalançar o dos contrários, para constranger os adversários e até para lhes dar segurança.

Os responsáveis pelo documento da Fenem estão afirmando perante a Nação que os Constituintes pedem-lhes "segurança" para contrabalançar a pressão dos contrários.

Em seguida, o documento enumera o que "nada vale". Segundo a Fenem "nada vale" mandar telegramas, cartas ou pedidos aos Constituintes, "nada vale" ficar longe de Brasília; "nada vale" não ficar do princípio ao fim em cada sessão; "nada vale" conversar pelo telefone com Constituintes que, apesar de "amigos", são ideologicamente contra a escola particular. Segundo eles – está aqui entre parênteses – esses contatos só servem para vazar informações.

Finalmente analisa a Fenem erros e falhas suas que teriam ocorrido na primeira etapa dos trabalhos. Coloca no item VI, na página 11, o que considera "acertos e fatores favoráveis". É outra jóia de incompetência política ao contrário. Diz o documento: "Acertos e fatores favoráveis: a educação junto com a comunicação e a tecnologia". Aqui está uma aleivosia assacada Constit-

tuentes que, por convicção, defendem honradamente a iniciativa privada na educação.

Segundo a Fenem, essas pessoas votarem igualmente comprometidas com as empresas de comunicação, o que é falso, infamante, inábil e equívoco.

A Fenem, pois, classifica como "acerto" a aliança com o "poderoso grupo de comunicação". Qual será "o poderoso grupo da comunicação" que fez a aliança com os Constituintes, para que votassem a favor da educação privada? A fenem, após levantar a infame suspeita, está no dever de vir a público apontar o poderoso grupo da comunicação ao qual defensores da escola mercantil estariam ligados. O documento da Fenem é de absoluta incúria política, inábil, infamante, supondo os Srs. Constituintes como reles massa de manobra, grupamento sem energia, incapaz de discernimento e consideração sobre graves problemas, como o da educação no Brasil

No item "E", sobre "os acertos e fatores favoráveis", a Fenem enaltece a "organização, a firmeza e a solidez do bloco de Constituintes evangélicos", ou seja, segundo a Fenem, os Constituintes evangélicos fizeram parte da mesma posição, por firmeza, solidez e organização. Não é verdade. O grupo evangélico teme o que possa redundar numa vitória exclusiva da Igreja Católica no texto constitucional e votou a matéria aludida porque teve o apoio de seus defensores para o que queriam: manter a censura nos meios de comunicação. Hoje os evangélicos estão dispostos a rever algumas daquelas posições. São homens de bem.

O item "G" diz ter-se conseguido a derrota do projeto e do acordo. Aqui desvenda-se o cerne doutrinário de todo o documento. O acordo foi desejado na Comissão por Constituintes de várias correntes, inclusive de algumas ligadas ao ensino privado de natureza confessional. E foi bombardeado apesar de haver entendimento sobre 85% do meu substitutivo. A idéia de bombardear aquele acordo foi a mesma adotada em outras Comissões, orientada por organismos da direita brasileira, responsáveis por tudo o que de autoritário este País possui. Tais organismos agem dessa forma maniqueísta e brutal, ora proposta pela Fenem. São os mesmos organismos da direita brasileira que pretendem conspurcar o Parlamento, porque partem do princípio de que Parlamento aviltado é passo para a derrota da instituição democrática.

O item "H" diz:

"O crescimento da Fenem diante de outros grupos de empresários, diante dos Constituintes e diante das empresas de comunicação."

Vale dizer que a Fenem quer atrair os interesses das empresas de comunicação para a sua causa. E é isso o que nos separa. Enquanto defendemos idéias e projetos para o País ela defende interesses.

Finalmente, o item "I" é a apoteose, o **gran finale**, assim como quando, no teatro, a companhia inteira retorna ao palco, apresentando suas principais estrelas para os aplausos do público.

O item "I", o final deste lamentável documento, é o **gran finale**. Declara: a "identificação da Fenem como grande grupo de pressão". E a exploração final de soberba e onipotência.

Ouço, com prazer, o aparte do nobre Constituinte Jesus Tajra.

O SR. JESUS TAJRA: — Nobre Constituinte Artur da Távola, venho acompanhando, com muita atenção, a análise que V. Ex.^a faz desse documento. Não sei como ele terá chegado às suas mãos e gostaria de pedir-lhe uma cópia a merecer também de minha parte uma atenção maior e mais detida. Não tenho preconceito algum contra escola pública ou particular. A minha formação se deu freqüentando os dois tipos de escola neste País. Não vi nelas diferença alguma que pudesse modificar o rumo de pensamento, de conduta ou de formação de minha pessoa. Agora, custa-me acreditar que tal documento possa ter surgido de dentro de uma federação que congrega pessoas que se dizem responsáveis — e devem ser responsáveis — pela educação no País. Isto poderia carecer até da confirmação da sua origem, tamanha é a grosseria contida neste documento que V. Ex.^a acabou de analisar por etapas e que revela um flagrante desrespeito a este Poder. Não somos carneirinhos para sujeitamo-nos a pressões, partam de onde partirem, somos homens e mulheres responsáveis, com os nossos pontos de vista, com os nossos pensamentos defendidos em campanha, comprometidos com o povo que representamos nesta Casa. É incrível que tal documento possa circular, porque, ao invés de favorecer à escola privada, desserve à educação neste setor. Pediria, assim, a V. Ex.^a que, por gentileza, me concedesse a oportunidade de ter em mãos, para uma análise ou uma verificação, esse documento que acabou de analisar.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA: — Com muito prazer, nobre Constituinte. Agradeço e respondo a V. Ex.^a, antes de ouvir a Constituinte Sandra Cavalcanti. Pretendo concluir o meu discurso de análise dessa matéria constitucional mostrando agora o outro lado da própria educação privada.

Tenho em mãos uma proposta popular de emenda ao Projeto de Constituição feita pela Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, ou seja, pelo Cardeal do Rio de Janeiro, assim como a Igreja Católica e a Igreja Protestante, em outros Estados, vêm fazendo em relação à matéria constitucional, como é da praxe constitucional, solicitando as assinaturas para as propostas populares.

Vejam, por exemplo, concorde-se ou não, a forma séria, regimental e lúcida pela qual o Cardeal do Rio de Janeiro defende idéias no item "I":

"Todos têm direito, sem discriminação de qualquer ordem, a uma educação de igual qualidade, seja ministrada em estabelecimentos de ensino público ou privado, gratuitos ou pagos, urbanos ou rurais."

A posição da Igreja é baseada e lastreada na visão cristã do processo educacional, segundo a qual a opção, a escolha do tipo de ensino, é direito individual. É geradora de debates, porém, séria, respeitável. Não estão, a Igreja Católica e a Protestante que se incluem no âmbito do ensino privado, propondo tropas de choque! Mas, estra-

nhamente, a Federação que congrega escolas pertencentes ao ensino particular assim o propõe. Por isso deixo o apelo às instituições escolares ligadas à Igreja Católica, à Igreja Protestante, que são membros da Fenen, para que juntas a essa Federação façam valer o que o bom senso, a profundidade e o cuidado da posição cristã têm tido nesta matéria. Enquanto a Igreja Católica colhe trinta mil assinaturas para defender com legitimidade a sua posição, a Fenen propõe "tropa de ocupação" e "aliança com o poderoso grupo da comunicação".

Ouço, com muito prazer, a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

A SR.^a SANDRA CAVALCANTI: — Nobre Constituinte Artur da Távola, venho prestando a maior atenção à fala de V. Ex.^a, até porque, embora não fizesse parte como membro titular da Comissão de Família, Educação, Ciência e Tecnologia, eu lá comparecia como suplente, tanto que não tive oportunidade em nenhuma das vezes de votar, porque a minha bancada esteve sempre presente. Mas pude acompanhar os debates e tomar parte em várias conversações abertas, democráticas, honestas, leais, em torno dos pontos de discordância que encontrávamos dentro do primeiro texto, do primeiro substitutivo. Sou testemunha do esforço que fizemos para chegar a um acordo e sou testemunha também da melancólica decepção que tivemos quando, infelizmente, esse acordo, que teria sido tão simples, tão fácil — e até ficou evidenciado ao final do relatório do Presidente Marcondes Gadelha que esse acordo realmente chegou a existir, tal a semelhança dos dois textos na sua fase final — acabou por não prevalecer. Mas o que me traz aqui é uma espécie de complemento à minha fala de sexta-feira, quando também abordei aqui esse problema de educação.

Faço parte de uma corrente de educadores neste País que preza, e preza muito, o papel da família no processo da educação. É a nossa divergência mais funda talvez esteja exatamente nessa colocação. Enquanto vejo uma predominância do direito da família escolher o gênero de educação de seus filhos, vejo com muito temor a entrega total da educação das nossas crianças nas mãos do Estado. Nossa divergência para aí, porque educação para mim nunca foi comércio. Educação, no meu ponto de vista, nunca foi negocimento da criatura humana diante dos seus valores. E o que eu acho que precisa ser preservado na Constituição é o princípio de que a família deve ter o direito de fazer refletir no processo de educação dos seus filhos os valores que cultiva. Esse documento é desastrado até do ponto de vista da oportunidade e da apresentação. Enquanto estava ali ouvindo, ao mesmo tempo pensava na tragédia que foi a Carta Brandi num período da História do Brasil. Não é possível que pessoas com um mínimo de desejo estratégico de ganhar alguma coisa pudessem ser tão infelizes na formulação da sua estratégia. É bem verdade que daquelas nossas discussões e debates na Comissão de Educação ficou-me uma impressão muito desagradável, tal foi o clima em que se proces-

saram. E, naquela oportunidade, a intransigência era exatamente do lado contrário. Uma pessoa como eu, que não tem nenhuma ligação com o mercantilismo de escolas nem com a iniciativa privada comercial, que estava ali defendendo o livre arbítrio e o livre desejo de termos pluralismo em matéria de educação, fomos premiados com galerias que de fato nos insultaram o tempo todo: xingaram, disseram palavrões, empurraram, obstruíram a nossa passagem e até jogaram cédulas de dinheiro em cima de nós. Foi um espetáculo lamentável. Mas, em nenhum momento, nenhum de nós achou que os nossos companheiros que defendiam as posições contrárias estavam a serviço daqueles vândalos. Não era essa a nossa preocupação. Apresentei uma emenda ao anteprojeto que nasceu afinal até do substitutivo que V. Ex.^a ajudou a elaborar. Essa emenda é muito clara, diz taxativamente que o Poder Público não pode subvencionar entidades de educação com fins lucrativos, e pronto. Apresentei-a, assinei-a, mantenho-a e vou lutar por isto. Mas também vou lutar pelo direito de termos disciplina de religião, pelo direito que têm os carentes de gozar de bolsas de estudo quando não tiverem acesso ao ensino caro que está à sua volta, mostrando que neste País o 3º grau, o ensino superior gratuito ainda é e será por muito tempo uma farsa a serviço das camadas mais ricas da população. Manterei estas posições até o fim. No entanto, quero que V. Ex.^a saiba que todos os que partilham da nossa opinião são pessoas que não têm nada a ver com este tipo de documento nem com os grupos de pressão que, assim como na primeira fase, estão querendo agir com a mesma estupidez nesta segunda fase. Afinal, isto aqui é uma Constituinte e não um picadeiro de circo para pessoas irresponsáveis.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA: — Muito bem, nobre Constituinte. Agradeço a V. Ex.^a a contribuição dada ao meu discurso. Está, portanto, claro que nos cabe a necessidade de grande equilíbrio e independência com relação a esta matéria.

A Constituinte Sandra Cavalcanti disse-o bem: as agressões de lado a lado devem ser rejeitadas em bloco por todos os Srs. Constituintes. Nesta hora o que está em jogo é a dignidade desta Casa, e mesmo a sua independência. É contra um tipo de pressão espúria que temos de estar unidos.

Concluo, Sr. Presidente, lamentando do fundo do meu sentimento que, nesta hora de cicatrização do tecido democrático deste País, à qual chegamos com tanta pena, dificuldades e sacrifícios, em percurso longo, processo ainda não terminado, temhamos que legislar sobre este tipo de pressão e a tentativa de transformação das nossas melhores intenções e sob a violência do maniqueísmo mediocritzante e redutor que insiste em separar esta Casa em blocos compactos, tal e qual nos pródromos de 1964, quando se amplificou a radicalização política conducente à profundidade do abismo do qual nesta hora, e com enorme sacrifício, estamos tentando sair. (Palmas.)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

Ano I - Nº 110

SEXTA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

- ATA DA 116^a SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 30 DE JULHO DE 1987

I - Abertura da sessão
II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

ADHEMAR DE BARROS FILHO - Sexagésimo aniversário de fundação da Grande Loja de São Paulo. Documento da XVI Assembléia da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil: "Carta de São Paulo".

VILSON SOUZA - Documento do Movimento da Unidade Progressista: "A retórica do Governo e o FMI".

MÁRIO LIMA - Correspondência do Constituinte Luiz Henrique ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo do Estado do Rio de Janeiro, desmentindo notícia publicada no *Jornal do Brasil* a propósito de suposto pedido de intervenção ministerial na eleição do Sindicato do Petróleo do Rio de Janeiro.

RUY NEDEL - Irregularidades na administração do Inamps do Estado do Rio Grande do Sul. Matéria publicada na imprensa pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social: "Esclarecimentos sobre a compra de imóveis pela Previdência".

VLADIMIR PALMEIRA - Conflito fundiário no Parque Florestal do Desengano, em Santa

Maria Madalena, Estado do Rio de Janeiro. Greve dos professores das Faculdades da Universidade de Santa Úrsula, no Estado.

SÓLON BORGES DOS REIS - Defesa do texto do anteprojeto de Constituição do Constituinte Bernardo Cabral.

ERALDO TRINDADE - Denúncia, recebida pelo Conselho de Segurança Nacional, de interferência de empresas multinacionais em jazidas minerais localizadas em terras indígenas, na região amazônica.

NELSON SEIXAS - Agradecimentos do orador pelas manifestações de apreço recebidas quando de sua assunção ao cargo de Presidente da Federação Nacional das APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Apelo ao Governador do Estado de Minas Gerais, Newton Cardoso, no sentido da reconsideração do ato que afastou das APAE professores em adjunção com experiência em educação especial.

MILTON REIS - Inserção na Carta constitucional de preceitos que visam à proteção ao idoso.

SALATIEL CARVALHO - Protesto contra o não-comparecimento do Ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social, à audiência marcada para o orador.

VIRGÍLIO GUIMARÃES - Correspondência recebida da Associação Comercial de Minas Gerais: "Estabilidade do Emprego e Instabilidade para o País".

EDUARDO JORGE - Requerimento de informações aos Ministérios da Saúde e da Pre-

vidência e Assistência Social sobre convênios firmados com os governos estaduais visando à estadualização das ações de saúde.

NILSON GIBSON - Telex do Ministro Marcos Freire, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, sobre nomeação de novo Superintendente para a Usina Caxangá, do Incra.

MAURO MIRANDA - Entrevista concedida pelo Ministro Íris Rezende, da Agricultura, sobre a nova política agrícola.

MAURÍCIO NASSER - Sugestões do orador no sentido da diminuição do índice de acidentes de trânsito.

JORGE UEQUED - Aplauso ao Ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social, pelas medidas que visam à transferência para Brasília, Distrito Federal, das sedes dos órgãos da Previdência Social localizados no Rio de Janeiro.

EVALDO GONÇALVES - Produção, pela Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, através do Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, de Campina Grande, Estado da Paraíba, de novo tipo de algodoeiro imune à praga do biccudo.

PAULO MACARINI - Solenidade de entrega de emendas populares à Assembléia Nacional Constituinte, sob patrocínio da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Apreciação do Sr. Nelson dos Santos, de Curitiba, Estado do Paraná, em carta dirigida ao orador, sobre matérias políticas e administrativas de interesse nacional.

GUSTAVO DE FARIA - Estranheza do orador ante demora na adoção de medidas de

extinção do empréstimo compulsório sobre passagens aéreas e compra de dólares-turismo.

AMARAL NETTO – III Encontro Comunitário Suíço-Brasileiro, em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

FERES NADER – Reivindicação dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro ao Ministério da Justiça, no sentido do reaparelhamento do organismo policial do Estado.

PAULO PAIM – Razões que justificam a convocação de greve pela CUT e CGT.

SIQUEIRA CAMPOS – A defasagem do sistema penitenciário brasileiro como causa dos acontecimentos na penitenciária do Carandiru, Estado de São Paulo.

AGASSIZ ALMEIDA – Proposta do Centro das Indústrias da Paraíba de criação do Fundo Brasileiro de Investimentos e de reexame, pelo Governo Federal, do Decreto-Lei nº 2323, que reduz os recursos destinados à Sudene e à Sudam.

JORGE ARBAGE – Texto do pronunciamento do Diretor-Superintendente Jair Bernardino de Souza, do grupo empresarial Belauto, na solenidade de instalação, em Belém, Estado do Pará, da Tropigás, distribuidora de gás liquefeito de petróleo.

PAES ANDRADE – Preocupação do orador quanto ao afastamento da política econômico-financeira do Governo das linhas traçadas pelo PMDB.

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS – Atuação do Sesc e necessidade de alteração de dispositivo inserido no projeto de constituição que implicaria perda de suas fontes de receita.

LUIZ MARQUES – Destinação prioritária para o Programa de Irrigação do Nordeste dos recursos destinados ao combate à seca.

JUTAHY MAGALHÃES – Veto do Poder Executivo às emendas do Senado Federal que estabeleciam o controle do Poder Legislativo sobre as verbas do Finsocial.

DASO COIMBRA – Posição do orador favorável à supressão do art. 336 do Projeto de Constituição, cujo texto labora em desfavor do Senai, do Senac, do Sesai e do Sesc.

DIONÍSIO HAGE – Artigo publicado no jornal **A provinda do Pará** sob o título "O PFL é situação?" e discurso de posse na Segunda-Vice-Presidência da executiva Regional do PFL em Belém, Estado do Pará, do Sr. Willy Trindade. Telex do orador ao Presidente José Sarney e ao Senador Marco Maciel a propósito do fortalecimento do PFL.

JOVANI MASSINI – Defasagem do valor da OTN em relação aos preços correntes e necessidade de imediata adoção de novo paradigma, com fins de evitar prejuízos às micro e pequenas empresas.

OSMUNDO REBOUÇAS – Consequências econômico-financeiras e políticas da

pretendida transformação, pelo Governo, dos Bancos do Nordeste e da Amazônia em carteiras de desenvolvimento do Banco do Brasil.

ROBERTO JEFFERSON – Gravidade da crise econômica vivida pelo País. Transição política do PMDB de oposição para Governo.

FRANCISCO AMARAL – Plano de Recuperação de Modernização da Fepasa, conforme entrevista concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo** pelo Secretário de Transportes do Estado, Walter Nory.

RONALDO CEZAR COELHO – Pleito da região do norte fluminense no sentido da concessão das mesmas taxas de juros cobradas pelo Banco do Brasil e pela rede privada no Estado do Espírito Santo.

ANTÔNIO DE JESUS – Programa de Ação Municipal lançado pelo Governador Henrique Santillo, do Estado de Goiás.

V – Comunicações das Lideranças

AMAURY MÜLLER – Questão de ordem sobre horário regimental destinado aos oradores do Pequeno Expediente.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

AUGUSTO CARVALHO – Protesto do PCB contra declarações do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Marcelo Pimentel, condenatórias dos Constituintes favoráveis a vantagens concedidas aos trabalhadores em dispositivos da nova Carta constitucional.

DIRCE TUTU QUADROS – Comemoração do cinqüentenário da Organização das Nações Unidas. Carta de Direitos Humanos.

JOSÉ GENOINO – Contrariedade do orador à política do PMDB e do Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, com relação a novas negociações do País com o FMI.

JESUS TAJRA – Inconveniência de aspecto do Plano Bresser relativo ao árbitro das taxas de juros pelos banqueiros. Assassinato do jornalista Helder Feitosa, do Piauí.

ALDO ARANTES – Presença em Brasília, Distrito Federal, de representantes estaduais da Associação dos Funcionários do Ministério da Educação, para audiência com o Ministro Aluizio Alves, da Administração. Repúdio do PC do B à política do Governo que implica novo acordo do Brasil com o FMI.

AMAURY MÜLLER – Incoerência de declarações do Ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, através de rede de televisão. Protesto contra acusações ao ex-Governador Leonel Brizola.

ANTÔNIO PEROSA – Posição do PMDB contrária ao monitoramento da economia brasileira pelo FMI. Comunicado da Secretaria do Tesouro Nacional: "Carreiras: finanças e controle – Orçamento".

JOSÉ MARIA EYMAEL – Linha programática do PDC: a busca de uma sociedade livre, justa e solidária.

ADYLSON MOTTA – Conclusões da comissão designada pelo Poder Executivo para apurar irregularidades na importação de alimentos durante o Plano Cruzado, desfavoráveis ao ex-Ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Notícias publicadas pelo jornal "**O Globo**" sobre suposta interferência do Presidente Ulysses Guimarães, a propósito do assunto, junto ao Presidente José Sarney, e sobre decisão do Ministro Paulo Brossard, da Justiça, pela insuficiência de provas para abertura de inquérito.

AMARAL NETTO – Defesa do Presidente Ulysses Guimarães ante declarações do Constituinte Adylson Motta.

HAROLDO LIMA – Reclamação contra falta de resposta a requerimentos de informações enviados pela Assembléia Nacional Constituinte ao Poder Executivo, conforme lista publicada pelo **Jornal do Brasil**.

PRESIDENTE – Resposta à reclamação do Constituinte Haroldo Lima.

AMAURY MÜLLER – Questão de ordem sobre falta de resposta a requerimentos de informações apresentados pelo orador.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

AMAURY MÜLLER – Questão de ordem sobre duração das sessões extraordinárias da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

VI – Apresentação de Proposições

EDUARDO JORGE – Requerimento de informações aos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde, sobre convênios firmados com os governos estaduais visando à estadualização das ações de saúde.

VII – Ordem do Dia

OSWALDO BENDER, JOSÉ ELIAS MURAD, OTTOMAR PINTO, CHAGAS DUARTE, VICTOR FONTANA, MAURO MIRANDA – Discussão do projeto de Constituição.

VIII – Encerramento
Discurso proferido pelo Sr. Virgílio Guimarães na sessão de 28-7-87: Discussão do projeto de Constituição.
Discurso proferido pelo Sr. Virgílio Távora na sessão de 28-7-87: Discussão do projeto de Constituição.

2 – MESA Relação dos Membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos Membros
4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos Membros

ATA DA 116ª SESSÃO, EM 30 DE JULHO DE 1987

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MAURO BENEVIDES, PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE;
JORGE ARBAGE, SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE; MÁRIO MAIA, SEGUNDO-SECRETÁRIO

ÀS 14:30 HORAS COMPARCEM
OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borga – PDS; Afonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel PMDB; Alufzio Bezerra – PMDB; Alufzio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amicar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Preito – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távora – PMDB; Augusto Caralho – PCB; Aureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmílson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Feres Nader – PDT; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horálio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Viana – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PCB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olivio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiua – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Brinquinho – PMDB; Rubem Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Si-

queira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 273 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se ao

IV – Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

São Paulo e o Brasil assistiram à realização, nesta última semana, do 60º aniversário de fundarão da Grande Loja de São Paulo e, coincidentemente, a realização da XVI Assembléia da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil.

Pela importância, profundidade e oportunidade dos temas abrangidos, transcrevemos a proclamação nele contida.

Esta XVI Assembléia, abrangendo 23 Estados brasileiros e congregando 1.800 lojas, proclamou o seguinte documento denominado "Carta de São Paulo":

"A Nação assiste, estarrecida, a um violento processo de recessão que leva o setor produtivo nacional à ociosidade e à falência, provocando desempregos e a consequente miséria do povo, ao qual se nega, em sua imensa maioria, acesso aos programas de saúde, educação, transporte, saneamento básico, alimentação e nutrição.

O País vive crise interna, sem precedentes em nossa história, resultante de indiscutível

política concentraçãoista e de má aplicação dos recursos públicos.

A corrupção campeia desenfreada e impunemente em todos os setores da vida nacional. Realizam-se obras faraônicas fora de nossa realidade econômica. Os desvios de verbas destinadas a obras essenciais e prioritárias constituem-se em prática contumaz na administração pública. As empresas estatais são administradas sem efetivo controle externo, sujeitas ao sabor da conveniência política, que leva suas administrações ao descabalo econômico com irrecuperáveis prejuízos ao País. Nossas riquezas continuam a ser entregues à sanha do monopólio estrangeiro, em detrimento do povo e da Nação, e a ciranda inflacionária eleva-se a níveis insuportáveis.

Por isso, impõe-se à Assembléia Nacional Constituinte, também, a adoção dos seguintes princípios:

Que se preservem os recursos naturais do País, determinando sua utilização racional em favor do povo brasileiro, impedindo a continuidade da política predatória e de aviltamento, tanto na sua exploração, quanto nos preços das relações de intercâmbio;

Que se estabeleça a subordinação do lucro à idéia do bem comum, de forma a permitir que a livre iniciativa coexista com a justiça social;

Que o uso do solo e sua ocupação se subordine ao sentido social da propriedade, visando a torná-lo produtivo e a propiciar ao homem do campo vida condigna;

Que reconhecendo não terem sido os partidos políticos existentes instituídos livremente, e sim jungidos a leis autoritárias, não oferecendo alternativas programáticas ao povo que, assim, se viu violentado em seus anseios de construção de uma sociedade onde a Justiça Social e o bem comum se constituam objetivos permanentes, sejam extintos, propiciando o surgimento de agremiações legítimas de representação popular;

E finalmente

Que tendo em vista para que o reordenamento institucional do País, detenha legitimidade de origem, ao promulgar-se o novo Pacto Social, em elaboração, extinguam-se os mandatos eleitos em todos os níveis, convocando-se eleições gerais no País, para o surgimento de uma verdadeira Nova República representativa dos mais nobres e puros ideais democráticos do povo brasileiro.

São Paulo, 25 de julho de 1987.

Assinam: – Orpheu Paraventi Sobrinho, Presidente – Afonso Celso Guimarães Lyrio, Secretário-Geral – Waldemar Zveiter – Luiz Saraiva Correia – Afonso Luiz Costa Lins – José Linhares de V. Filho – Antônio Batista Xavier – Otelo Palma – Antônio Pereira Mendes – Adolfo Bley – Ernani Napoleão Lima – José Vasconcellos Magalhães – Orlando Marinho da Silva – Antônio Fontes Freitas – Erwin Seignemartin – Rui Lopes de Mendonça – Delvo Ferreira Leite – Paulo Vieira Pinto – Celso Franco Rabelo – Ronaldo Braga – Arlindo Bonfá – Manuel Alves da Rocha – Luis Carlos Costa – Ciryllo Leopoldo C. da S. Neves – James Gilson Berlim – Alcídio Pimentel."

Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Palmas.)

O SR. VILSON DE SOUZA (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Ocupo esta tribuna por delegação específica de um grupo de companheiros do meu Partido, o PMDB, preocupado com os rumos da política econômica, social e administrativa do Governo e com a condução da ação política do nosso Partido, determinada pela sua cúpula; companheiros esses que se reúnem no grupo denominado Movimento da Unidade Progressista.

O Governo tem insistido, usando de má fé um documento aprovado na convenção do PMDB, dizendo que a convenção aprovou o plano econômico elaborado pelo Ministro Bresser Pereira. Tal não é verdade. Utilizando-se de todo o esforço de mídia e utilizando-se de má fé desse documento, tenta confundir a Nação com um falso apoio ou com um apoio que não houve. Porque na introdução do documento há claramente a ressalva de que ele se relaciona tão-somente à fixação de parâmetros mínimos para a ação econômica do Governo, independentemente de posição de apoio ou de condenação da política econômica atual.

Mas, se não bastasse só essa utilização de má-fé da decisão do Partido, o Governo, um governo que tem a sua sustentação majoritária no PMDB, pretende, hoje, impor à sociedade brasileira a volta ao Fundo Monetário Internacional. O Ministro Bresser Pereira que saiu daqui como representante do povo brasileiro, para discutir junto aos banqueiros e ao Fundo Monetário Internacional os interesses e a defesa da economia brasileira, depois dos diversos encontros com os credores e com os representantes do FMI, volta não mais como representante da Nação brasileira, volta, isto sim, como representante dos banqueiros e do FMI para impor à Nação o retorno às condicionalidades impostas pelo FMI.

Em repúdio a isso, o Movimento da Unidade Progressista elabora um documento que passo a ler.

"MOVIMENTO DA UNIDADE PROGRESSISTA"

A retórica do Governo e o FMI

A partir de 1985, o Governo brasileiro decidiu conduzir as negociações externas de forma soberana, sem a tutela do FMI. A recusa na aceitação de um acordo com o FMI assegurou condições para retomar o crescimento econômico e iniciar a transição democrática. A autonomia na formulação da política econômica obrigou o Governo a assumir a responsabilidade de seus atos, sem jogar a culpa de decisões difíceis nas costas de um organismo internacional.

O peso desta responsabilidade se tomou clara nas medidas econômicas recentes, que distribuíram de forma desigual o ônus associado a estabilização da economia, transferindo renda dos assalariados para a especulação financeira, setores exportadores e países centrais. Compreendendo a gravidade da situação o PMDB, em convenção, aprovou por unanimidade uma moção que, entre outras coisas, exige uma revisão imediata da política salarial e rejeita qualquer espécie de entendimento com o FMI.

A orientação do Partido para a política econômica visa atingir três objetivos. Primeiro,

garantir a imediata retomada do crescimento econômico. Segundo, dar respaldo político para assegurar a condução soberana da política econômica. Por fim, afastar a política econômica de uma perigosa aproximação do receituário do FMI, da recessão, do arrocho salarial, e do desemprego.

Na verdade, o que se constata é que o Governo, com o Plano Bresser, já adotou as condicionalidades exigidas pelo FMI:

a) o salário mínimo se encontra nos níveis mais baixos desde 1959, tendo sofrido uma queda real de aproximadamente 26,0% desde o início do Governo José Sarney;

b) os salários em geral foram congelados em níveis extremamente baixo, cerca de 30% (trinta por cento) abaixo do valor de outubro de 1986, enquanto o controle sobre os preços tem sido prejudicado pelas deficiências da fiscalização e por listas que saíram atrasadas e, em muitos casos, com preços acima daqueles praticados pelo mercado;

c) os juros reais têm sido mantidos em níveis muito elevados, são os mais altos do mundo, dificultando a retomada do crescimento econômico e gerando pressões adicionais sobre a inflação;

d) os cortes nos gastos públicos e nos investimentos das empresas estatais têm sido feitos para atender as despesas crescentes com os encargos da dívida pública externa, aumentando a especulação financeira em detrimento do investimento produtivo e dos gastos sociais, e acentuando a recessão;

e) as sucessivas desvalorizações cambiais e a redução da demanda interna visam gerar saldos comerciais elevados para atender os compromissos com os nossos credores externos, transferindo renda para o exterior aviltando o valor do trabalho do brasileiro.

No momento em que os condutores da política econômica procuram uma aproximação com o FMI, como forma de evitar a orientação partidária para a política econômica, o Movimento da finidade Progressista vem reforçar, em primeiro lugar, a sua posição pela adoção imediata da orientação aprovada pela convenção do PMDB, notadamente ao que diz respeito a rejeição de acordos com o FMI. E, em segundo lugar, a crença de que a transição democrática somente será assegurada por uma política econômica autônoma e legitimada junto a maioria da sociedade."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem! Palmas.)

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA): – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Constituintes:

A propósito de uma notícia veiculada pelo Jornal do Brasil do dia 28, passo a ler uma carta endereçada pelo Líder do meu Partido na Câmara dos Deputados, Constituinte Luiz Henrique, com o seguinte teor.

"Ilmo. Sr.

Mirth Xavier de Medeiros

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo no Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Referentemente á notícia veiculada pelo Jornal do Brasil, edição de 28 de julho último, tenho

a informar-lhe que minha presença no Gabinete do Ministro Almir Pazzianotto, no dia 27 (vinte e sete) último, juntamente com Líderes dessa Categoria e Lideranças do PDT e do PT, não representou minha tomada de posição sobre o pedido de intervenção ministerial na eleição desse Sindicato, mesmo por que defendo e sempre defendi a liberdade e autonomia sindical.

Eu estava de saída do gabinete do Ministro, quando fui convidado a ali permanecer juntamente com a referida delegação de líderes sindicais e políticos, o que fiz por cortesia e prestigiamento aos meus colegas de Parlamento e Lideranças, bem como pela relevância que me merecem os assuntos dessa entidade sindical.

Todavia, não é verdadeira a ilação de que tenha tomado partido na questão.

Respeitosas saudações, Deputado **Luiz Henrique**, Líder do PMDB."

Isso se refere, Sr. Presidente, ao problema das eleições sindicais do Sindicato de Petróleo do Rio de Janeiro. Duas chapas concorreram: a Chapa I e a Chapa II. A Chapa II ligada e apoiada pela CUT e pelo PT. Essa Chapa foi derrotada por 60 votos e achou por bem recorrer à Justiça Federal, pedindo anulação do pleito. O Juiz Federal da 1ª Vara não acolhe o pedido, e o dirigente sindical, que encabeça essa chapa, faz um pedido administrativo ao Ministro Almir Pazzianotto, e todo o Brasil sabe que desde que o Ministro Almir Pazzianotto assumiu o Ministério do Trabalho jamais fez intervenção em qualquer sindicato. Pelo contrário, tem resistido a todas as pressões no sentido de intervir em entidade sindical. Nos últimos acontecimentos em que houve greve, o Ministro Almir Pazzianotto chegou a dizer que "o crime da intervenção sindical não seria feito com as suas impressões digitais".

O que há realmente é um grupo, como há em todo Partido radical, que não quer aceitar o resultado das urnas. Agora mesmo no Rio de Janeiro, no Sindicato dos Jornalistas, venceu a chapa ligada a CUT e PT por uma pequena margem de sete votos; a chapa foi empossada e não houve contestação. Maioria é metade mais um. Metade mais sete é maioria, metade mais 60 é maioria. O que falta em alguns dirigentes sindicais é coerência. Eles acham que a lei da ditadura não serve quando não os beneficia, e deus recorre. É o caso do Rio de Janeiro. O dirigente de nome Cancela, esta tendo uma posição que se choca com as verdadeiras lideranças sindicais. Ele perdeu e tem que se curvar diante da derrota. O fato de ter sido por 60 votos não invalida porque, nesta semana, por 7 votos, uma chapa apoiada pela CUT e pelo PT venceu e foi legítima e democraticamente empossada.

Eram essas as declarações que queria dar para deixar o assunto bem esclarecido e que não haja dúvida de que o Líder do PMDB jamais iria ao Ministério do Trabalho pedir para intervir em sindicato, pois o programa do nosso Partido e a posição do nosso Líder é de uma clareza meridiana. Defendemos, intransigentemente, a autonomia e a liberdade sindicais. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Já nos primeiros dias de instalação desta Casa, aqui da tribuna denunciamos irregularidades co-

metidas pelo Superintendente do Inamps do Estado do Rio Grande do Sul.

No dia 6 de março deste ano, enviamos ao Sr. Ministro da Previdência todo um calhamaço de provas das irregularidades, onde, inclusive, havia falsificação de assinatura: se falsificação de assinatura é crime em qualquer esquina, em qualquer lugar na rua, maior é o crime se for feito no serviço público.

Já nos primeiros dias de abril, na primeira semana, junto com o Presidente do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul, tivemos uma audiência com o Sr. Ministro, onde exigimos um mínimo para a moralidade administrativa que seria a abertura de um inquérito. E nos foi feita a proposta de ao invés da abertura de inquérito, ser efetuada a demissão do Superintendente, porque ele já estava a par e conhecedor dos fatos.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, agora, no domingo passado, todos os jornais de importância no nosso País, jornais de grande circulação, publicaram a manchete dos esclarecimentos do Ministério da Previdência sobre a aquisição de 328 apartamentos. E, no item 10, vem uma ameaça velada:

"Qualquer pessoa que a partir desse esclarecimento, levantar levianamente acusações que coloquem em suspeição a lisura da referida compra de imóveis, responderá perante a Justiça."

Levantar dúvidas quanto à lisura não é crime. E há um caso especial, como o meu, onde há quase 4 meses tivemos a garantia da demissão de alguém que cometeu irregularidades que foram comprovadas e havia documentos entregues ao Sr. Ministro. E se há uma pessoa, no caso a minha, que sabe disso e ainda ocorre este fato de aquisição sem licitação de 328 apartamentos, o fato é mais grave e a dúvida é maior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR RUY NEDEL EM SEU DISCURSO

ESCLARECIMENTO SOBRE A COMPRA DE IMÓVEIS PELA PREVIDÊNCIA

A propósito de declarações maliciosas e irresponsáveis divulgadas recentemente à respeito da compra de imóveis pela Previdência Social, cumpre o dever de esclarecer à opinião pública o que se segue:

1. Em estrito cumprimento da Lei 6.439, de 1/7/77, e dentro do esforço de modernização da Previdência Social, decidi pela transferência das direções gerais do Inamps, INPS e IAPAS para Brasília. Esta lei, em seu art. 3º, parágrafo 2º, determina: "As entidades do SIMPAS têm sede e foro no Distrito Federal, podendo, entretanto, manter provisoriamente sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, até que, a critério do Poder Executivo, possam ser transferidas para o Distrito Federal".

2. O programa de modernização e moralização de todo o aparelho previdenciário, no qual estou decididamente empenhado, exige a transferência das direções destes órgãos para Brasília, de maneira a que cumpram com eficiência suas funções de planejamento, supervisão e controle.

3. A transferência significará a redução dos mais de 10 mil funcionários que atualmente servem nas direções gerais para apenas 400, com o que dou minha parcela de contribuição ao enxu-

gamento da burocracia estatal, tão reclamada. Além do que a Previdência economizará, uma vez que a permanência das direções gerais no Rio têm implicado despesas com passagens aéreas e hospedagem dos funcionários, constantemente obrigados a viajar a serviço ao Distrito Federal.

4. A transferência exigiu a compra de apartamentos em Brasília, destinados aos servidores das direções gerais, pois o Ministério não dispõe de imóveis suficientes para acomodar nem sequer os seus quadros de direção e assessoramento, que já se encontram servindo na Capital.

Na verdade, a Previdência possui, no Distrito Federal, 466 imóveis funcionais, sendo que, destes, apenas 53 estão irregularmente ocupados, o que me levou a promover, com relação a estes últimos, ações de desocupação e reintegração de posse, cuja tramitação é lenta, e a reforma da Previdência, urgente.

5. A compra dos imóveis funcionais não acarretará qualquer despesa adicional no orçamento do SIMPAS, em nada afetando os sagrados recursos destinados à contribuição o previdenciária. Eles serão adquiridos com parte dos recursos a serem apurados com a venda dos 16.866 imóveis pertencentes à Previdência em todo o País. O aluguel de parte desses imóveis rende uma receita de Cz\$ 3.461.585,00, insuficiente para cobrir os próprios custos de conservação e vigilância.

Os recursos da venda deste vasto patrimônio, hoje oneroso e imobilizado, serão aplicados na compra dos apartamentos funcionais de Brasília, e na construção e reforma dos prédios dos postos do INPS, agências da Previdência, delegacias e outras instalações onde são prestados ao público os serviços previdenciários.

O Plano trienal de desmobilização de imóveis da Previdência, em menos de dois meses, já colocou em licitação imóveis no valor de Cz\$ 523 milhões e 690 mil, isto é, mais da metade do valor dos imóveis funcionais adquiridos.

6. Em consequência, determinei a compra de 328 apartamentos em Brasília, destinados aos servidores transferidos. A operação foi feita diretamente com as produtoras, sem qualquer intermediação, portanto sem custo de corretagem, razão que, somada ao vulto da compra, possibilitou à Previdência adquirir os imóveis por valor em média 30% abaixo do praticado no mercado imobiliário da Capital. Os 328 imóveis custaram à Previdência Cz\$ 1 bilhão, 30 milhões e 255 mil.

7. O número de imóveis necessários (328) tornou impossível a abertura de concorrência, já que apenas três construtores tinham condições de fornecer os apartamentos com os requisitos exigidos. Respondendo à nossa consulta, o **Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília**, em 26-5-87, e o **Conselho Federal de Corretores de Imóveis**, 27-5-87, confirmaram que, dentro das especificações necessárias, apenas três empresas tinham unidades residenciais concentradas (o que facilitará o transporte dos servidores), prontas para a venda ou a concluir a **Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda., a ENCOL S.A. e a SERSAM Ltda.**

Além do mais, por se tratar de imóveis destinados ao serviço público, estava dispensado o processo de licitação. Pelo Decreto-Lei nº 2.300, de 21-11-86, artigo 22, "é dispensável a licitação: X – Para a aquisição de imóvel destinado ao serviço público".

8. O Ministério põe à disposição de qual interessado todos os documentos relativos às transações, bastando para tanto dirigir-se, de 9h às 21h, à Consultoria Jurídica do MPAS, situada no 9º andar da Esplanada dos Ministérios, letra "U" em Brasília.

9. Solicitará, ademais, **auditoria** nos livros dos vendedores da operação imobiliária, a fim de que fique comprovada a não interveniência de terceiros na operação de compra.

10. Qualquer pessoa que, a partir desses esclarecimentos, levantar levianamente acusações que coloquem em suspeição a lisura da referida compra de imóveis responderá perante a Justiça.

11. Lamento ter de usar de recursos da Previdência para defender-me publicamente das acusações públicas feitas contra a minha honra pessoal e ao meu exercício de Ministro. Quando comecei a profunda reforma da Previdência Social, modernizando, moralizando e humanizando os serviços que presta aos brasileiros que dela necessitam, sabia que teria de enfrentar os poderosos interesses contrariados. **Mas a reforma da Previdência continua.** – Raphael de Almeida Magalhães, Ministro da Previdência e Assistência Social.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Vim, sobretudo, para tratar de dois assuntos que dizem respeito aos trabalhadores do meu Estado. Em primeiro lugar, dos posseiros do Parque Florestal do Desengano, em Santa Maria Madalena que, tendo posse há quinze anos nessa região, começaram a ter questionada essa posse por grileiros e, agora, sofreram emboscada com três pessoas feridas, entre as quais o trabalhador Cecílio Alves, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Todos sabemos que a questão da reforma agrária mobiliza esta Constituinte. É importante, a cada acontecimento dessa luta que se trava no campo, observar, de um lado, nosso protesto e garantir medidas contra os geleiros e pedir ação ao Ministro da Justiça; de outro lado, é importante compreender que conflitos desse tipo não se resolvem, se essa Assembleia Nacional Constituinte não aprovar, de fato medidas que façam a reforma agrária. A reforma agrária é uma questão atualíssima. Queria lembrar que com todo "Muda Brasil" é no Governo da Nova República que mais se matou camponês neste País. E é preciso, portanto, que, de um lado, tratemos de garantir a vida dos trabalhadores do campo e que, de outro lado, realmente resolvamos a questão social. Muito se fala em violência no Brasil, mas pouquíssimo dinheiro vai, de fato, para redistribuir a renda ou para realizar aquelas reformas de alcance social que permitam que os trabalhadores tenham lugar e conquistem sua cidadania neste País.

Em segundo lugar, queria-me referir a mais uma greve dos professores. Os professores das Faculdades da Universidade de Santa Orada entraram em greve hoje, de novo, pelo atraso do salário. Os professores, com o apoio dos estudantes, têm sido de uma tolerância enorme. Eles tiveram seus salários de março e abril atrasados, esperaram, tentaram compreender, conversaram, dialogaram, tentaram negociar. O resultado é que a Fundação foi inflexível e a direção da Universidade não cedia em nada. Os professores entra-

ram em greve, nesse rito ao qual o País se submete visto que os poderosos, os proprietários, os que vivem às custas do trabalho alheio só estão escutando a voz da revolta, a voz da greve. Pois bem, fizeram greve os professores e em junho conversaram um dia com os Diretores da USU e ouviram da Direção a posição de que não tinham um tostão. Reunidos em assembleia, no dia seguinte, decidiram manter a greve: não havia por que interrompê-la, se tinham dois meses de salários atrasados. Pois bem, com a manutenção da greve, receberam os meses de março e abril, no dia seguinte – o dinheiro aparece quando a luta se alastrá.

O fato de as fundações não estarem pagando os seus trabalhadores mostra, também, um aspecto da crise do ensino e traz esse problema para a Constituinte: até hoje, não há, de fato, ensino privado neste País, que queira ser sério, que não viva às expensas do Estado. Os empresários do ensino vivem defendendo a livre iniciativa. Mas, na hora em que tratam de fazer seu negócio às custas da questão da educação, terminam sempre apelando aos Estados para protegê-los.

Queremos reafirmar que é dever do Governo, é dever do Estado garantir o ensino público, gratuito e democrático. Apoiando a greve dos professores, lutando contra o empresariado do ensino, apoiando os posseiros, queremos lembrar aos Srs. Constituintes que, ou esta Constituinte abre lugar na Constituição para os trabalhadores, ou estes não terão nenhum lugar, nem na sua alma, nem na sua consciência, nem na sua ação, para se preocuparem com as leis que saem de dentro da Constituição, ou com algum princípio de ordenação de qualquer tipo de sociedade. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O projeto de Constituição pela Comissão de Sistematização à Mesa da Constituinte, para exame, debate o oferecimento de emendas, com prazo até o dia 13 de agosto, tem sido mal compreendido em grandes áreas da opinião pública. Por desinformação e, muitas vezes, por deliberação, acusa-se esse trabalho e o Relator que o preparou.

Do Constituinte Bernardo Cabral não se poderia esperar a modificação das conclusões que a Comissão de Sistematização, de que é Relator, recebeu das 7 Comissões Temáticas e da 8ª as atas e anotações, porque nesta não houve deliberação conclusiva. S. Ex.^a fez o que lhe competia fazer. Sem poder para omitir ou acrescentar nada, apenas costurou tudo quanto recebeu e encaminhou ao Plenário.

Ora, acusa-se o trabalho por ser prolixo, por ser extenso, por ser, às vezes, contraditório e por conter dispositivos que não seriam constitucionais ou mesmo de retórica. Na realidade, o que é esse trabalho? Apenas um arsenal, um inventário, um elenco de medidas, de sugestões, de opiniões, de reivindicações e de propostas da população, recolhidas no Brasil inteiro, através de dezenas de milhares de sugestões registradas nos computadores do Senado Federal, ou por milhares de propostas oferecidas pelos 559 parlamentares, em uma metodologia inédita neste País, porque é a primeira vez na História do Brasil que se procura fazer um projeto partindo das bases, em que se relaciona um elenco complexo de tudo

quanto foi sugerido e passado pelo primeiro crivo das Subcomissões.

Na realidade, toda a matéria de que o Plenário tem necessidade e a Comissão de Sistematização, agora também, com os poderes que já tem pelo Regimento Interno, para elaborar um projeto propriamente dito, está aí nesse inventário de matéria para a Constituição futura. Ao mesmo tempo que se condena esse trabalho, que a Constituinte de 91 não teve e nem a de 34, e nem a de 46, porque trabalharam em cima de projeto, e esta em cima da opinião pública generalizada, aponta-se Constituição estrangeira como o figurino a ser copiado pelo Brasil.

Como o tempo é curto, só para concluir, quero dizer que não temos que seguir Constituição de nenhum outro país. A Constituição americana, que vigora há 200 anos, foi feita no século XVIII, para um povo de origem completamente diferente, quando as correntes migratórias cosmopolitas ainda não tinham chegado aos Estados Unidos; e não chega a três dezenas de artigos, mas é bom lembrar que só o art. 1º Constituinte dos Estados Unidos da América do Norte possui 2.101 palavras, o que corresponde a 15 ou 16 artigos do nosso Projeto Constitucional.

De maneira que, não é o caso, porque o tempo não permite e o Sr. Presidente, no cumprimento rigoroso, correto e conveniente do Regimento Interno, adverte o orador, mas há de haver oportunidade para fazemos um exame dessa matéria e não ficarmos na base da repetição do que se da, porque se diz, e não repetir, não pensar o que se fala, mas sim falar o que se pensa. (Muito bem!)

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não faz muito tempo, utilizamos a tribuna desta Casa para denunciar a política mineral do País, uma excrescência aos princípios de valorização de nossas riquezas e de nossa gente.

Empresas do setor, na maioria de capital estrangeiro, usufruem de nossas riquezas, expandindo sua atuação, de modo a cobrir grandes superfícies do Território Nacional, impedindo o próprio brasileiro de trabalhar, como são testemunhas dos conflitos em áreas de garimpo, amplamente divulgados pela imprensa.

Nesses locais, geograficamente afastados, os brasileiros são alvos das mais terríveis arbitrariedades. Despojados de seu ganha-pão, são presa fácil de um poder econômico opressor, onde não é respeitada nem a ordem, nem a lei.

Tomamos conhecimento de denúncia que chegou ao Conselho de Segurança Nacional, dando conta de que áreas mineralizadas recém-descobertas estão sendo inseridas num projeto sórdido. Imaginem, Srs. Constituintes, que empresas multinacionais, responsáveis pelo contrabando de nossas riquezas, estão enviando peritos, especialmente para a Amazônia, os quais, juntamente com alguns funcionários da Funai, deslocam populações indígenas para áreas de ocorrências de jazidas minerais, prevalecendo-se dos benefícios embutidos no texto do Projeto de Constituição, em seu art 425, que estabelece serem as terras ocupadas pelos índios destinadas à sua posse permanente, cabendo-lhes o uso e fruto exclusivo das riquezas naturais do solo e do subsolo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, somos contrários a qualquer tipo de discriminação. Por isso,

sempre que tivemos a honra de ocupar esta tribuna nosso maior interesse centrou-se na defesa dos interesses sociais, na denúncia da segregação, mesmo que velada, contra índios, negros, deficientes físicos e outros brasileiros que estão à margem dos frutos do progresso nacional.

Acreditamos que ao índio, primeiro ocupante destas terras, deve ser assegurado o direito de ocupar seus espaços, da mesma forma que deve ser assegurado ao pobre marginalizado o direito de acesso ao bem-estar decorrente do desenvolvimento. Somos contra a sua manipulação por interesses escusos, por grupos de origens desconhecidas, de passado nebuloso e de intenções maldosas.

Srs. Constituintes, nesta Carta que ora temos o privilégio de ajudar a escrever, representando milhões de brasileiros, em sua maioria aliados das benesses do desenvolvimento, temos o dever de atentar para a nossa realidade e nossas aspirações. Quanto ao direito mineral, vale lembrar que, desde a Constituição de 1934, os bens minerais passaram a ser bens da União. A Carta de 1937 foi ainda mais atenta em defesa dos interesses nacionais, vedando pura e simplesmente a participação estrangeira na mineração. Em consequência, o Código de Minas que vigorou a partir de 1940 representou significativo avanço na regulamentação da matéria, com seu enfoque nacionalista, defendendo nossos interesses antes de mais nada.

Porém, com a vigência do atual Código, que data de 1967, seguramente, houve uma involução, por quanto o mesmo é arbitrário, desnacionalizante e não atende às aspirações do povo. Sobre este assunto já tive outra oportunidade para me pronunciar.

A mensagem que trago hoje é a de quem espera profundamente o engajamento numa causa nacional: o Brasil para os brasileiros, onde possamos ter acesso pleno a nossas riquezas, onde possamos gerir nossos destinos, sem distinção de raça ou cor, na busca de um progresso permanente e da distribuição dos frutos do progresso nacional.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assumindo a Presidência da Federação Nacional das APAE, que congrega quase 700 unidades no País, ao mesmo tempo que agradeço as manifestações de apoio e simpatia dos colegas Constituintes, venho a esta Tribuna fazer um apelo, que poderia ser um protesto.

O Governador de Minas Gerais, Sr. Newton Cardoso vem de retirar das APAE – Associações de País e Amigos dos Excepcionais – de seu Estado, os professores em adjunção, que vinham prestando um relevante serviço, há longo tempo, e, portanto, com grande experiência em educação especial, particularmente de deficientes mentais.

A medida não foi exclusiva para as coirmãs mineiras, mas a repercussão foi imediata, criando situações de desestabilização das escolas, apanhadas de surpresa e na iminência do reinício das aulas.

Entrei em contato com vários Constituintes das Alterosas, o Senador Alfredo Campos, os Deputados Marcos Lima, Gil Cesar, Álvaro Campos e Hélio Costa, que demonstraram muito interesse

pelo problema em pauta, prometendo fazer gestões junto ao Sr. Governador, para reconsiderar o ato.

O meu pronunciamento tem o sentido de fazer o registro, apelar para os demais parlamentares mineiros e esperar que a imprensa dê acolhida à minha solicitação, ou melhor, das APAE da Minas Gerais.

Disse, no início, estar fazendo um apelo, confiante na boa vontade e sensibilidade do Governador Newton Cardoso, quando poderia fazer um protesto, porque nós, país de pessoas deficientes, estamos cansados de ser tratados como uma questão de favor e não de direitos.

Para os filhos normais sempre há escolas e para as pessoas deficientes o atendimento atinge uma parcela mínima, e as entidades lutam com todas as dificuldades: prédio inadequado, mal localizado, más condições, sem equipamento próprio, falta de transporte e, sobretudo, o problema de pessoal, nem sempre habilitado e muito mal remunerado, donde uma alta rotatividade.

Por isso que, quando pleiteio a vinculação de 10% (dez por cento) dos recursos educacionais para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência, é para que não fique o mesmo na dependência de boa vontade e conhecimento de governante e nem do prestígio das pessoas que dirigem as entidades.

Gostaria de citar o exemplo de Santa Catarina, onde funciona, e bem há longo tempo, a Fundação Catarinense de Educação Especial, que fornece professores para as escolas especializadas, promove cursos, orienta as entidades, fornece recursos financeiros etc., além de dar uma pensão para os deficientes profundos carentes, o que é objeto de outra luta minha.

O problema é evidentemente de Estado, mas não se pode desprezar a participação das entidades particulares, que atualmente responde por 80% (oitenta por cento) do atendimento no Brasil, situação que precisa reverter, mas sem se chegar à estatização das nossas entidades, o que parece querer o próprio Estado de Minas Gerais e o que, além de onerar muito os seus cofres, ainda acomoda a família do excepcional e a sociedade.

O Estado não dá calor, afeto e não vem cuidar da integração social da pessoa portadora de deficiência, procurando emprego no mercado de trabalho.

Poderia trazer mais argumentos, mas voltarei ao assunto, por enquanto, reitero o apelo aos colegas mineiros que me ajudam nesse empreitada.

Era o que tinha a dizer. Obrigado. (Muito bem!)

O SR. MILTON REIS (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Motivado pelo clamor público, pela reivindicação unânime do povo brasileiro, em manifestações na praça pública, em declarações à imprensa, em incisivos pronunciamentos no rádio e na televisão, a Constituição brasileira, pela primeira vez em nossa História, fará constar do seu texto preceitos destinados à proteção do idoso, o mais esquecido elemento da nossa sociedade no contexto legal.

Homens e mulheres que se vergam ao peso dos anos, no recesso dos lares ou fazendo o pó das estradas, na execução do último trabalho doméstico menos penoso, vendo reduzirem-se os horizontes sob o ônus do passado, continuam

esperando dos mais jovens, principalmente os legisladores, um apoio, um lenitivo, uma palavra de compreensão.

Não se pense que o seu silêncio, os olhos perdidos no contorno das imagens, na lentidão dos últimos passos, signifique desinteresse pela vida, resultante de uma aposentadoria precoce, quase sempre, em estado de necessidade.

Eles não são sombras do passado, projetando-se angulosamente sobre o futuro; são um presente real e vivo, teimosamente interessados em colaborar, um pouco que seja, na medida das suas forças, na tarefa de construção do País.

Há setuagenários e octogenários que não se aposentaram, continuando, lá fora e neste País, enquanto viveram, na tarefa produtiva, como fizeram os grandes estadistas Adenauer, De Gásperi, De Gaulle, Churchill, Tancredo Neves e tantos outros. Devemos homenagear, entre os patrícios, Sobral Pinto, persistindo, brilhantemente, na banca de advogado; Austregésilo de Ataíde, a brilhar na Presidência da Academia Brasileira de Letras; Barbosa Lima Sobrinho, na sua trincheira de luta pelas causas nacionalistas; Roberto Marinho, comandando, com visão e competência, o império que construiu, no setor das comunicações e, principalmente, essa figura singular de jurista, humanista e homem público, Afonso Arinos de Melo Franco que, ao lado de Nelson Carneiro e juntamente como jovem estadista e setentão Ulysses Guimarães, constituem nesta Casa, figuras pinaculares do direito e apóstolos da democracia.

Nem todos, no entanto, beberam esse elixir da eterna juventude, conhecido de artistas, escritores, cientistas e intelectuais. São muitos os que tiveram de juntar-se a uma aposentadoria irrisória, sem que tentassem, para eles, o milagre de uma recuperação laboral.

São milhares os que, perdidos os filhos e distantes os netos, buscam nos asilos o único amparo material para sua velhice.

Mas é preciso o amparo moral, necessária a ajuda psicológica, indispensável a busca da reintegração dos idosos na vida social e política do País.

Entre os idosos, estão quase todos os aposentados, que pagam Imposto de Renda e elevadas taxas de consumo de energia e telefone, que não dispõem de condução própria e não podem viajar gratuitamente, espremidos em ônibus superlotados.

No terreno econômico, no campo financeiro e tributário, no contexto da assistência social, há muito espaço, no texto constitucional, capaz de conter as justas reivindicações dos idosos, defendidas nas ruas, nos comícios e no seio das entidades assistenciais.

Vamos atendê-las. (Muito bem!)

O SR. SALATIEL CARVALHO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desta honrada tribuna quero manifestar o meu mais veemente protesto ao que considero ser um descaso, falta de atenção e tratamento humilhante dispensado não só a minha pessoa, individualmente, mas aos integrantes deste Poder.

Com antecedência de uma semana, em meio a insistentes argumentos consegui marcar, pessoalmente, uma audiência com o Exmº Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, Sr. Raphael de Almeida Magalhães, para tratar assuntos do maior interesse da população do Estado de Per-

nambuco, na área da assistência médica. Pois bem, Sr. Presidente, o meu pedido de audiência foi aceito pela assessoria do Sr. Ministro e o encanto marcado para as 16:30 horas do dia 28 próximo passado. Exatamente na hora marcada compareci ao Gabinete do Sr. Ministro e, ao chegar, fui informado que o mesmo me receberia logo a seguir, já que estava com algumas pessoas no seu Gabinete. Após amargar uma hora de espera, fiz ver à assessoria do Ministro que um Deputado Federal também tem agenda a cumprir e responsabilidade com horário. Recebi resposta de que o Ministro estava em reunião com o Secretário-Geral e, em poucos minutos, me atenderia. Caí na tolice de esperar os poucos minutos, que, infelizmente, se transformaram em mais uma hora de espera, sem que ao longo do massacrante chá de cadeira de duas horas recebesse qualquer justificativa pelo não atendimento ou a mínima demonstração de atenção da parte do Sr. Ministro. Faço o protesto sem o menor ressentimento pessoal, pois o gesto grosseiro e inconcebível do Sr. Ministro é um desrespeito ao povo, já que não chegou, aqui, exclusivamente pela minha vontade, mas pela escolha de quase 40 mil pernambucanos. Um Ministro de um governo democrático não pode se recusar, através de má vontade e desprezo, a receber qualquer representante do povo. Entenda o Sr. Ministro da Previdência que ocupa um cargo que deve estar a serviço da Nação e não do seu partido.

Muito obrigado.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Recebi hoje, como, talvez, vários dos colegas aqui presentes receberam em seus gabinetes, uma correspondência da Associação Comercial de Minas, com o título garrafal: "Estabilidade do Emprego e Instabilidade para o País". Esse texto de propaganda contra a estabilidade do emprego termina dizendo "Atenção Constituintes, pensem no futuro do nosso País! A instabilidade não tem o mérito de trazer o debate de conteúdo sobre a questão da estabilidade no emprego, porque essa discussão, muitas vezes, está ocorrendo através das pressões diretas sobre os Constituintes, pressões das entidades patronais, pressões do poder econômico, e também através de entrevistas e aos jornais e de posições ameaçadoras, como se a estabilidade no emprego fosse colocar em risco a economia nacional e, quem sabe, até mesmo o interesse dos próprios trabalhadores!

É necessário que nós, que estamos defendendo a estabilidade no emprego, nos dirijamos a cada um dos colegas Constituintes para esclarecer o significado e a importância, de fato, dessa estabilidade. Ela deve ser compreendida como um ponto final nesse capitalismo selvagem que vige até hoje no Brasil.

O empregador, a qualquer momento, pode demitir o trabalhador, e essa demissão ocorre de uma forma inteiramente imotivada. A estabilidade significaria, então, um ponto final à demissão imotivada, e não uma algema com o empregado.

A demissão pode ocorrer numa crise da empresa ou através de um ato desabonador do empregado. Mas é necessário que ela se faça através de justificação, de fiscalização do sindicato, de fundamentação econômica. Isto, sim, faz parte da estabilidade no emprego: uma regulamenta-

ção para acabar com a instabilidade existente sobre a família do trabalhador.

Os trabalhos constitucionais vão trazer à baila o debate de conteúdo, para que a estabilidade possa ser votada e aprovada nesta Assembléa Nacional Constituinte. (Muito bem!)

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ultimamente, os Ministérios da Previdência e da Saúde têm firmado uma série de convênios com os Estados visando o que eles chamam de estadualização das ações de saúde. É evidente que o Brasil precisa de uma reforma sanitária profunda e essa questão tem sido discutida aqui, nas Subcomissões, nas Comissões e, no Plenário ela será certamente um dos temas dos mais importantes. Não pode, evidentemente, o Governo ficar immobilizado, tem que tomar atitudes, porque a situação sanitária do País é gravíssima. No entanto, achamos que algumas questões não estão ficando muito claras nesses convênios firmados entre os Ministérios da Saúde e da Previdência e os governos estaduais. Uma das questões importantes é a questão dos recursos humanos: Como está sendo tratada a questão dos recursos humanos? Ela está criando uma grande inquietação nos trabalhadores da área da saúde. Não se sabe como fica a questão dos concursos, questão da estabilidade, o Estatuto do Funcionário.

Então, Sr. Presidente, para instrumentalizar esse debate em relação à reforma sanitária estou encaminhando um requerimento de informações ao Executivo, que pede o texto desses convênios que estão sendo firmados com dezenas de Estados, os documentos oficiais que estão embasando as resoluções em relação aos recursos humanos e a discriminação das verbas para cada Estado que estão previstos para este ano de 87. Esses documentos são necessários para o debate na Constituinte, ao mesmo tempo, para o debate na sociedade. Em São Paulo, por exemplo, está prevista, para o dia 8 de agosto, uma grande Assembléa Estadual de Saúde para discutir o assunto.

Então, faço o encaminhamento desse requerimento de informações ao Ministério da Previdência e ao da Saúde.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O CONSTITUINTE EDUARDO JORGE)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

A Sua Excelência o Senhor Deputado Ulysses Guimarães DD. Presidente da Assembléa Nacional Constituinte

Senhor Presidente,

De acordo com o disposto no art. 62, § 5º da Resolução nº 2 de 24 de março de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, requeiro a V. Ex.^a seguinte pedido de informações oficiais aos Ministérios da Previdência Social e da Saúde:

1º) Cópias com o conteúdo integral dos vários convênios que estão sendo firmados entre os Ministérios da Previdência Social e da Saúde e os Governos estaduais visando a chamada "estadualização das ações de saúde".

2º) Verbas discriminadas por cada Estado, previstas para este ano de 1987, para cobrir despesas desses convênios.

3º) Resoluções e estudos oficiais que servem de base às resoluções referentes a recursos humanos federais, estaduais e municipais envolvidos nesses convênios

Sala das Sessões, 30 de julho de 1987. – Constituinte **Eduardo Jorge.**

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Recentemente, o Ministro Marcos Freire e o Presidente do Incra divulgaram, através da imprensa escrita, nota esclarecedora à opinião pública referente à Usina Caxangá, completo agroindustrial desapropriado e, atualmente, sob a administração da autarquia.

Realmente, a crise sócio-econômica pela qual se arrasta o projeto Caxangá vem desde a sua desapropriação, há mais de vinte (20) anos e, pessoalmente, conheço do assunto como Procurador do Incra e participe do processo desapropriatório. Os atuais parceiros – acredito, não existem remanescentes da época da desapropriação –, associados à Cara, vem trazendo enormes prejuízos no decorrer desse longo tempo, inclusive nas safras de 85/86 e 86/87: queda do rendimento industrial, em função do excesso de chuva no período de moagem que, por sua vez, provocou redução na produção de açúcar na região Nordeste da ordem de 35% em relação à safra 85/86; retardamento do apontamento da mesma safra, em função da não-liberação de recursos em tempo hábil; falta de manutenção das estradas e vias de acesso do campo de Caxangá, bem assim, frota de veículos insuficiente para atendimento do transporte de cana dos parceiros; pontos de estrangulamento os mais diversos, desde o transporte da cana até a fabricação de açúcar, concorrendo para maiores perdas industriais e consequente aumento de prejuízos sucessivos e, finalmente, os recursos alocados para apontamento e investimentos em 86 e 87, geridos diretamente pela Superintendência do Incra, em Pernambuco.

Ocorre que o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária e o Incra afirmam, categoricamente, que o Projeto Caxangá é deficitário e muito precário, declararam ser, totalmente, desaconselhável a continuidade da administração pelo Incra, após decorridos 22 anos de desapropriação, e ainda, por incrível que pareça, não tenha atingido os objetivos e auto suficiência, emancipando-se da tutela da autarquia, conforme dispõe o Estatuto da Terra.

O novo superintendente da Usina Caxangá, do Incha, é o Engenheiro Agrônomo Rui Magalhães Belfort, que trabalha na autarquia há 12 anos. Ele foi indicado pelo Deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB – PE), e a indicação foi aceita pelo Ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, Marcos Freire. Sobre o assunto, recebi nota telegráfica do ilustre Ministro Marcos Freire, que passo a fazer leitura

Brasília/DF
Telegrama

Exmº Sr.

Deputado Nilson Gibson (PMDB – PE)

Câmara dos Deputados

Brasília/DF (70160)

Mirad Brasília DF NHIL AC 29-7-87

Relativamente questão afastamento Edil da Silva Alves Superintendência Unaica, tenho a escla-

recer que, nos termos da nota publicada da imprensa Pernambuco, não dei acolhida liminar a questionamentos e denúncias sobre referida administração, no aguardo conclusões comissão que procede levantamento técnico-administrativo empresa, após o que colocaríamos questões decorrentes perante companheiro. Acontece que razões administrativas internas à SR – 3, especialmente a contratação de servidores sem a necessária autorização do superintendente regional, levaram esse seu superior hierárquico, Sr. Luiz Alberto Miranda, a dispensá-lo, comunicando fato à Presidência Incra e ao Mirad, os quais não poderiam deixar de respaldar decisão já tomada, por instância competente atingida no princípio de autoridade. O que precipitou fatos, impossibilitando pretendidas gestões cautelares que norteariam solução problema direção Projeto Caxangá. Por outro lado, em conformidade critérios anteriormente estabelecidos a nível de bancada federal e acatando sugestão havida, comunico que o Sr. Rui Magalhães Belfort – Engenheiro Agrônomo, pernambucano, servidor do Incra há 12 anos e que acumula experiência específica no setor açucareiro, já tendo trabalhado em diversas usinas – foi designado, em caráter definitivo, como novo superintendente da Unaica. Sempre a seu dispor, cordialmente

Marcos Freire

Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes. Efetivamente, o Ministro Marcos Freire é coerente com a política do PMDB, em Pernambuco, e faço essa afirmação a propósito da questão do "Projeto da Usina Caxangá", onde o Incra, por necessidade administrativa, afastou o superintendente e nomeou outro, por indicação do Constituinte Oswaldo Lima Filho. E o nome, realmente, pesou o contexto da atuação do Incra, que é, no melhor sentido da palavra, eminentemente político.

A política do PMDB é a defesa dos interesses populares, é a política do Presidente José Sarney, do Ministro Marcos Freire, do Governador Miguel Arraes. O adjetivo histórico" ou "autêntico" não pode ser critério de garantia de um peemedebista em função pública.

Portanto, agradeço ao Ministro Marcos Freire as informações prestadas através da nota telegráfica e confio em que, com a continuidade de seu profícuo trabalho, a direção do Mirad e seu corpo de servidores serão capazes de nos dar exemplos ainda de dedicação, preocupação com o público e empenho para desenvolver cada vez mais o setor primário no País, principalmente, com a implantação da reforma agrária.

No próximo dia 4 de agosto, no Grande Expediente, volto à tribuna para fazer um pronunciamento sobre a reforma agrária, em discussão do projeto de Constituição.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO: Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Está na hora de começar o plantio da safra 87/88. A expectativa do Governo é que, na próxima colheita a produção bata um novo recorde e chegue aos 70 milhões de toneladas de grãos.

Pode parecer uma meta audaciosa, mas está assegurada por um conjunto de medidas adotadas pelo Governo para dar à agricultura os meios de promovê-la.

Há duas semanas, quando foi à televisão, para falar da nova política agrícola, o Ministro da Agricultura era um homem seguro que tinha um recado certo. Produtores rurais e brasileiros, de uma maneira mais abrangente, ouviram do Ministro da Agricultura sua proposta de transformar o Brasil num grande produtor mundial de grãos, auto-suficiente na produção e disposto a buscar divisas com seus excedentes de produção no exterior.

O Ministro era um homem seguro que concitava os produtores rurais ao plantio, mas que não trazia as mãos vazias. Não cobrava sem dar nada em troca. Pelo contrário. Antes mesmo de formular qualquer proposta aos agricultores, o Ministro afastava do meio rural o fantasma da inadimplência.

A agricultura brasileira, no final da colheita deste ano, era um setor entregue ao endividamento. O segmento da economia que dera ao Brasil o recorde histórico da safra de 64 milhões de toneladas de grãos, amargava o endividamento pelos altos investimentos necessários a essa façanha.

A agricultura pagava, como outros setores da atividade produtiva, o ônus de ter acreditado na voz de comando que partia do Governo, com a advento do Plano Cruzado, e que mandava investir no aumento da produção.

A obediência a essa voz deveria dar certo e, por um lado, deu. Os investimentos realizados pelos produtores rurais brasileiros promoveram a safra recorde de 64 milhões de toneladas de grãos. De um salto, o Brasil ultrapassou a casa dos 50 milhões de toneladas que vinha mantendo por mais de dez anos. Mas, por outro, as altas taxas de inflação que sobrevieram após os primeiros meses do Plano Cruzado trouxeram consigo o aumento das taxas de juros e, consequentemente, a multiplicação rápida de suas dívidas para com o sistema bancário.

O que antes era uma dívida racional, dentro das condições normais de pagamento do produtor rural, passou, de repente, a ser um monstro incalculável que ameaça o homem do campo com a inadimplência.

E todos sabemos como é sério e responsável o homem do campo, especialmente aquele médio e pequeno que vive do que sua terra produz. O Presidente Sarney sensibilizou-se. O Presidente não podia permitir a punição injusta daqueles que contribuíram para dar a este País o recorde histórico da produção de grãos. E assim determinou, dentro do conjunto de medidas que o conduziram à nova política agrícola, a extinção da correção monetária durante todo o primeiro ano do plano cruzado.

Como disse o Ministro da Agricultura em seu pronunciamento na televisão, o Presidente Sarney, com essa medida, fez justiça àqueles que acreditaram em seu Governo, motivando-os à confiança de plantar mais uma safra recorde.

Do mesmo modo, extinguiu também, até 30 de junho deste ano, a correção monetária para todos os empréstimos agrícolas negociada durante o primeiro ano do Plano Cruzado. Para o Nordeste, o Governo estabeleceu ainda mais este prazo e a extinção da correção monetária vai até 31 de dezembro.

Ainda centro dos benefícios que possibilitaram o saneamento financeiro da atividade agrícola está a prorrogação de prazo para pagamento da dívida dos produtores que tomaram empréstimos antes do Plano Cruzado. Estes produtores terão, agora, três anos para pagar o seu débito e um ano de carência. No caso dos mini e pequenos produtores o prazo dilata-se para quatro anos, com dois de carência.

Para não punir os que fizeram o esforço sobre-humano de pagar de qualquer maneira os seus empréstimos, apesar da súbita elevação da correção monetária e das taxas de juros, o Presidente determinou, dentro do seu conjunto de medidas para a próxima safra agrícola, que todo o dinheiro pago aos bancos, na forma de correção monetária, voltasse ao bolso do produtor rural. Os bancos terão que pagar aos produtores tudo quanto receberam na forma de correção monetária, durante a vigência do primeiro ano do Plano Cruzado.

As dívidas contratadas com recursos livres dos bancos, como complementação para o crédito rural, poderão ser renegociadas com base nas taxas do crédito rural.

Mas o campo só produz tendo três coisas recursos disponíveis na forma de crédito, juros compatíveis com a atividade agrícola, e preços. Os recursos estão definidos. O Governo já determinou que, neste ano, sejam aplicados Cz\$ 380 bilhões na agricultura. Recursos que serão aplicados a taxas de juros condizentes com a atividade. O produtor rural pagará juros de 7 a 9 por cento ao ano, mais correção monetária. Extingue-se o subsídio implícito do crédito apícola. Agora, todos os produtores vão pagar correção monetária integral por seus créditos, mas o Governo os respalda com a aplicação da correção monetária sobre os preços dos produtos agrícolas.

A aplicação da correção monetária sobre os preços dos produtos agrícolas é a devolução desta produção ao mercado. O governo quer limitar sua interferência na comercialização dos grãos, da produção agropecuária nacional. Quer deixar o mercado se regular. Quer evitar que os produtos da terra voltem a subsidiar o bem-estar da cidade. O produtor rural, com a correção monetária aplicada sobre os preços dos seus produtos, não mais verá liberações de estoques do Governo para achatar de maneira irreal os preços dos frutos do seu esforço.

Essa era uma antiga reivindicação dos produtores. Mercado. Deter o mercado agir livremente!

Além dos preços dos produtos, também os VBC – Valores Básicos de Custo, serão corrigidos pela OTN. Antes, em um abuso. O produto rural negociava um recurso e a inflamação ia-lhe comendo pelo pé de tal maneira que, ao receber a liberação da última parcela, o dinheiro que lhe sobrava para colheita do produto era insignificante. Corrigidas pela OTN, cada parcela liberada, desde a primeira, a de preparação do sob, até a última, a da colheita, todas terão um valor absoluto igual ao dia em que o empréstimo de custo foi contratado.

São estas as novas medidas. É esta a política agrícola que respaldará a produção da próxima safra. O Governo entregou-se aos produtores rurais na esperança de que, no ano que vem, por esta época, estejamos comemorando a colheita de 70 milhões de toneladas de grãos. Foi essa a mensagem de Iris Rezende, em cadeia de televi-

são. Tomara Deus que ela seja bem ouvida. Este Brasil precisa aumentar, cada vez mais, sua produção, para varrer a fome dos lares brasileiros e começar a transformar este País numa potência de verdade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (muito bem!)

O SR. MAURÍCIO NASSER (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil ocupa, lamentavelmente, lugar de destaque dentre os países onde é crescente o índice de acidentes de trânsito. As estatísticas vão-se avolumando, com perdas irreparáveis de vidas humanas, em grave prejuízo para a Nação.

Os jornais diários e a TV estampam cenas dantescas, com destroços impressionantes de veículos e corpos estilhaçados de homens, mulheres e crianças.

Quais as causas de tanta violência?

Afirmaram alguns psicólogos que a origem reside em complexos que o indivíduo carrega em sua psiquê. São seqüelas da infância. São tentativas de afirmação pessoal, pelo exercício da prepotência ao volante de automóveis e caminhões, na suposição de que os recalques são esmagados no reino da velocidade. O indivíduo, no volante, se transforma em fera, adquire o complexo de superioridade, não hesita em cometer abusos. Julga-se herói, quando é protagonista de acidentes, tanto mais se houver neles mortos e feridos.

É claro que contribuem para o aumento das estatísticas causas mais naturais e mais explicáveis.

O álcool e os tóxicos preponderam no quadro. O excesso de velocidade e o desrespeito aos sinais do trânsito são em demasia freqüentes. O cansaço físico, por excesso de horas de trabalho, também ocupa lugar de destaque, ocasionando distração do motorista e cochilos trágicos na direção dos veículos.

A nosso ver, são de pouco efeito prático as campanhas contra acidentes de trânsito, se não forem tomadas severas providências contra motorista irresponsáveis e criminosos. A legislação vigente precisa ser reformulada, para imposição de penalidades mais pesadas às infrações cometidas. Sem a ameaça de punição mais rigorosa, os abusos continuarão ininterruptamente, com desfalque de vidas humanas e de materiais.

Estamos traumatizados 2.15, sem dúvida, ante à brutal tragédia de Minas Gerais, quando dois ônibus se destruíram na calada da noite, em violentíssimo choque, responsável por mais de sessenta mortes, quando famílias inteiras sucumbiram em meio de um mar de sangue e de ruínas.

Brasília, sábado último, foi palco de outro drama Motorista embriagado chocou o ônibus que dirigia contra outro, estacionado no ponto de apanha de passageiros, e provocou a morte de três pessoas, dentre elas uma criança de seis meses de idade, além de vários feridos.

Temos a sugerir algo, na intenção de diminuir o número de acidentes.

Em primeiro lugar, as autoridades competentes devem exigir que as empresas de turismo coloquem dois motoristas nos ônibus, por ocasião das excursões, como o fazem as empresas de transporte de passageiros. Não se pode exigir que um ser humano vá além de suas forças, dirigindo veículo com horas excessivas, quando tantas vi-

das humanas estão sob a sua responsabilidade. A exaustão diminui o poder de controle e a visão na estrada, leva à dormência, provoca desvios para a contra mão ou o despencamento do veículo em pirambeiras, com vítimas fatais. Se dois motoristas viajam juntos, revezam-se eles, a cada trecho do percurso, para maior segurança de quantos lotam o ônibus. Essa providência influirá no decréscimo do número de acidentes nas estradas do País.

Outra medida, de não menor alcance, é a da anotação, na carteira dos motoristas envolvidos em acidentes, de cada infração cometida e de cada multa, ou outra penalidade, recebida. Em vez das multas se acumularem apenas sob o número de veículo, para pagamento quando tiver de ser pago a TRU, elas devem ser anotadas também em folha especial, na carteira de motorista, o que permitirá a verificação do comportamento deste e cassação da aludiada carteira, se comprovar-se que o seu comportamento é pouco desejável, anti-social, um risco à segurança da comunidade.

Havíamos tido ocasião de apresentar emenda à então Subcomissão de Direitos Políticos e Direitos e Garantias Coletivos, segundo a qual o Contran e suas dependências e a Polícia Rodoviária devem proceder a imediato exame, com o bafômetro, em cada infração ou acidente, não importando, no caso, a posição social, política e civil das pessoas envolvidas. Sabe-se que é de 7,9 miligramas o máximo de álcool no sangue, após o que a pessoa possa a ser ameaça à integridade física e à vida dos outros. Nas ruas das cidades e ao longo das rodovias, os motoristas terão maior cuidado se estiverem em seu juízo perfeito.

Quando a bebida alcoólica e a dopagem por tóxico forem responsáveis pela conduta estranha e anormal do motorista, este deve ser retirado temporariamente de circulação, e, conforme a gravidade do caso, a cassação da carteira de motorista é a medida mais recomendável.

Se o energético tratamento não for igual para todos, indivíduos e empresas continuarão enlutando os lares brasileiros e fazendo do Brasil o inferno de pedestres e dos que viajam.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Boa parte dos problemas da Previdência Social – INPS, Inamps e IAPAS – está ligada ao fato de se situarem suas sedes no Rio de Janeiro e não na Capital da República.

Desde 1974, tenho interpelado a todos os ministros da Previdência Social sobre o assunto, e de todos tenho recebido a mesma promessa: que imediatamente iriam promover a transferência.

Muitos anos transcorreram e os problemas continuam se agravando. Somente agora, e talvez por uma ironia do destino, é o carioca Ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, quem promove do a vinda IAPAS, do INPS e do Inamps para Brasília.

A tomada dessa decisão mobilizou grande número de interessados na permanência dos institutos no Rio de Janeiro, e várias tentativas e manobras vêm sendo feitas para tentar evitar definitiva transferência, que virá beneficiar os trabalhadores

e aposentados e melhorar a qualidade dos serviços da Previdência Social.

As alegações para não se fazer a transferência eram as mais variadas, mas a mais forte sempre foi a declaração de inexistência de apartamentos no Distrito Federal para acomodar os funcionários, que obrigatoriamente seriam transferidos.

O Ministro da Previdência resolveu o problema de maneira correta e no melhor nível de eficiência administrativa, mas, pela sua decisão, vem recebendo críticas de alguns setores que pretendem a permanência dos organismos no Rio de Janeiro.

A conduta correta e a administração eficiente que vem fazendo o atual Ministro o credenciam ao respeito da coletividade, e o credenciam ainda mais a atitude corajosa de localizar definitivamente em Brasília o IAPAS, o INPS e o Inamps, para melhorar sua atuação e permitir uma qualidade de serviços melhor aos beneficiários da Previdência Social.

Quero manifestar ao Ministro os cumprimentos, a certeza e a confiança de que seu gesto e suas providências trarão grandes benefícios aos aposentados e trabalhadores brasileiros, que têm sido, invariavelmente, esquecidos, por medidas protelatórias que visam a manutenção de alguns privilégios; esquecendo-se os dirigentes de que a eficiência dos serviços públicos é indispensável para consolidar o processo democrático.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem!)

O SR EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não é segredo para ninguém que o Estado da Paraíba arrebatou o título de campeão da pobreza, em temos de Nordeste. Com certeza, não é galardão que se ostente com orgulho e ufanismo. Todavia, não é boa política tentar esconder a nossa realidade, como se escondendo as dificuldades estivéssemos mais próximos das soluções desejadas. Impõe-se, isto sim, arroстarmos os contratemplos e nos capacitarmos da convicção de que é no trabalho consciente e organizado que reside a pedra filosofal do nosso desenvolvimento.

Igualmente, é entendimento pacífico que a pobreza da Paraíba é resultado, sobretudo, do declínio de sua produção agrícola, ao longo do tempo; aliada essa circunstância à estagnação do setor industrial e discreto crescimento na área dos serviços e do comércio.

Não foi encontrada a vocação econômica da Paraíba. Tal afirmativa tornou-se jargão em todos os pronunciamentos a respeito do nosso Estado. Desejamos apenas que não se tome sentença irrecorrível e definitiva.

Dai o registro que faço, desta Tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, indiferavelmente alvissareiro: a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, através do Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, situado em Campina Grande, conseguiu produzir um tipo de algodoeiro mocó, a que denominou de "CNPA 3M", capaz de resistir à praga do "bicudo", o grande responsável, como sabemos, pelo esfacelamento e dizimação da nossa cultura do algodão, na Paraíba e no Nordeste.

São da nova espécie as seguintes características e condições de cultivo:

"1. Origem

4º ano: 440 kg/ha
5º ano: 300 kg/ha

O Centro Nacional de Pesquisa do Algodão vem, desde 1975, procurando melhorar o algodoeiro mocó. Como resultado das seleções efetuadas em 1978, obteve-se a CNPA 78-38, que agora é lançada com a denominação de CNPA 3M.

Esta cultivar é um composto formado com as plantas precosas selecionadas no BULK C-75, oriundo da UFCe. Após a síntese do composto, foram efetuados três ciclos de seleção massal, para características de fibra, até se obter a atual população.

2. Principais características agronômicas e tecnológicas de fibras

Ciclo do Plantio á colheita (1º ano)	190 dias
Ciclo a partir do 2º ano (do inicio das chuvas á colheita)	135 dias
Número de ramos vegetativos	02
Número de ramos frutíferos	17
Número de nós o 1º ramo frutífero	12
Peso médio de 1 capulho	2,7 g
Peso de 100 sementes	7,9 g
Percentagem de fibras .	33,2
Uniformidade de fibras .	51,7%
Comprimento Fibrológico SI 2,5%	30,1 mm
Finura (índice Micronaire)	4,0
Resistência (índice Pressley)	8,2 LB/mg
1 Média de 100 a 350 observações.	

3. Recomendação

Indicada para os terrenos declivosos do Seridó (RN e PB) e áreas de clima semelhante na região semi-árida nordestina, inclusive para as zonas infestadas pelo bicudo.

4. Práticas Culturais

- Espaçamento de 1,0 x 1,0m com 2 plantas/cova em solos férteis e 1 x 0,5m com 2 plantas/covas em solos pobres.
- Adubação com 40 kg/ha de fósforo ou com 1 kg/cova de esterco.
- Efetuar poda baixa (20-30 cm) ao fim de cada ciclo.
- Consórcio: com feijão de porte determinado em fileiras.
- β Alternadas: Com milho ou sorgo a cada 4 fileiras de algodão.

5. Produtividade

Em 14 ensaios regionais conduzidos nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, nos anos de 1983, 1984 e 1985, observou-se que esta cultivar apresentou uma produtividade de 468 kg/ha em culturas de 1º, 2º e 3º anos. Esta produtividade foi 16% superior à da Veludo C-71 e 3% inferior à da CNPA 2M, cultivares com ampla utilização regional. Deve ser ressaltado que nestes ensaios foram utilizados espaçamentos largos (2x1m) e manejo cultural considerados não adequados à cultivar CNPA 3M.

No campo Experimental de Patos, PB, em campos de produção de sementes com manejo adequado e sem adubação, esta cultivar apresentou as seguintes produtividades médias:

1º ano:	430 kg/ha
2º ano:	910 kg/ha
3º ano:	1.370 kg/ha

Como se vê, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é de soluções como estas de que precisamos, nós da Paraíba e do Nordeste.

Significam, inegavelmente, o renascer de novas perspectivas para a economia paraibana, cujo maior esteio, em todos os tempos, foi o algodão. Esperamos que o "novo algodão" paraibano dê certo, e não podemos regatear aplausos à Embrapa e ao CNPA, de Campina Grande, pelo seu trabalho e êxito de suas pesquisas, a título de estímulos para que continue através de seu chefe e técnicos a trabalharem em favor do setor primário da nossa economia.

Agora, não esqueçamos de pressionar os bancos oficiais para que voltem a financiar a cultura do algodão na Paraíba e no Nordeste, suspensos tais financiamentos em função da praga do "bicudo" e da pouca produtividade de nossos algodoais.

Ficam aqui o registro e o apelo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem!)

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assistimos, em data de ontem, no saguão do Congresso Nacional, a solenidade de entrega das primeiras quatro emendas populares à Assembléia Nacional Constituinte, sob o patrocínio da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Dom Luciano Mendes enalteceu a abertura patrocinada pelo Regimento Interno e manifestou sua esperança que a participação popular faça renascer a esperança do povo e inspire os constituintes a escrever uma Carta Magna que reflita a realidade nacional e estabeleça um marco de desenvolvimento econômico e social deste País.

Para as primeiras quatro emendas, houve mais de um milhão e setecentos mil assinaturas, prevendo Dom Luciano Mendes que a emenda popular sobre a reforma agrária deverá ser subscrita por mais de dois milhões de brasileiros. Ao todo, até o dia 13 de agosto próximo, a CNBB espera apresentar trinta e seis emendas de origem popular.

Mas, a participação popular não se realiza nem se efetiva apenas através das emendas populares, pois o cidadão em si, de meu Estado natal, Santa Catarina, ou de seus vizinhos do Paraná e Rio Grande do Sul, ou até mesmo de outras unidades federativas, vivem em constante vigilância, em permanente alerta, escrevendo, telefonando, ou até mesmo pessoalmente, fazendo sentir ao constituinte a necessidade de se criar mecanismos e instrumentos para uma administração voltada aos interesses das camadas mais humildes deste País, na perspectiva histórica de se construir uma grande Nação.

Diante deste contexto, creio fazer justiça ao companheiro Nelson dos Santos, pela sua permanente preocupação nos destinos desta Pátria, ao reproduzir aqui para estudo, análise e reflexão dos ilustres membros desta Assembléia Nacional Constituinte, a sua visão das coisas políticas e administrativas:

Curitiba, 12 de julho de 1987

Caro Paulo,

A hora é grave. Não há como disfarçá-la.

Esta semana, o nosso PMDB vai para mais uma de suas convenções e, segundo o noticiário da imprensa, dividido.

A duração do mandato do Presidente Sarney parece ser o ponto mais polêmico.

Entendo que esta não é a questão principal.

Mal comparando, acho que o nosso partido está na mesma situação do marido que, traído, ao invés de requerer a separação, resolve estabelecer um regime de meia confiança recíproca, por prazo determinado.

Se o Presidente da República não obedece os princípios programáticos do partido, a meu ver, o rompimento deveria verificar-se já.

Na hipótese de isso não ter ficado configurado, devemos tentar participar do Governo e reverter o quadro desfavorável.

Partir para eleição direta no ano que vem seria marchar para o suicídio político.

Como você sabe, sempre fui contra ao que se chamou de transição democrática.

Preferiria que o regime militar tivesse feito o sucessor do Presidente Figueiredo. Andreazza, Maluf, Aureliano, pouco importaria, mas que teria que administrar o rescaldo do caos por eles gerado, ou seja, envenenar-se-iam com o próprio veneno.

A própria natureza ensina que a nova planta somente nasce após o total apodrecimento da semente lançada à terra.

Todavia, não é hora para chorar sobre o leite derramado.

Por força de uma consagração popular nunca antes verificada, é totalmente nossa a responsabilidade de administrar o quadro que hoje se nos apresenta.

Sou por que o PMDB tente assumir integralmente este mister.

Isto se faria através da apresentação de um programa mínimo de Governo para ser implantado de imediato, abordando os seguintes pontos principais:

I – Salário Mínimo

É público e notório que o seu nível é, hoje, de longe, insuficiente para fazer face às necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (art. 7º da CLT).

Malsinar a recessão e falar em crescimento econômico, desconhecendo essa realidade, é não tratar da questão com seriedade.

Tentar, por outro lado, abordar o equacionamento desses problemas através do atrelamento a um patamar, tendo como referencial uma determinada unidade de dólares, parece também a condução de um esquema bastante vulnerável às manipulações tão próprias dos tecnoburocráticos de plantão.

Não vejo, em termos de correção, necessidade de se inovar nesta área. A lei que criou o salário mínimo foi sábia e avançada, ao atrelá-lo a uma cesta básica e a um elenco mínimo de necessidades fundamentais.

O PMDB, em conjunto com o DIEESE, poderia apurar, com base naqueles critérios, a defasagem existente e exigir do Governo que 50% dela fosse imediatamente reposta. Os demais 50% seriam incorporados em janeiro/88.

Vai alegar-se que a economia não comportaria essa medida, em face dos seus efeitos altamente

inflacionários, pelo aumento dos custos operacionais das empresas e por aquilo que os economistas chamariam de superaquecimento da demanda.

No que diz respeito ao aumento dos custos, não seria uma medida inédita, pois, às vésperas do congelamento, os combustíveis, de peso tão significativo como os salários como fator de produção, tiveram aumento considerável.

O aumento de custos decorrente de reajuste do salário mínimo poderia ser aborvido através da dedução um dobro, por parte das empresas, do valor do acréscimo real dos salários, descontada a inflação, para efeito de apuração da parte do resultado a ser oferecida à tributação do imposto de renda, mediante o compromisso de não repassar aludido acréscimo ao preço final de seus produtos.

A demanda adicional gerada pelo aumento da massa real de salários seria rapidamente administrada pelas agências oficiais de crédito de fomento, com vistas a adequar o parque produtivo à nova realidade de mercado.

II – Previdência Social

– Aposentadoria

Adequar-se-ia o rendimento dos aposentados e pensionistas aos novos patamares de salário mínimo.

Simultaneamente, eliminar-se-ia, após estudos atuariais, o teto máximo para contribuição pelo segurado à Previdência (atualmente 20 salários mínimos).

Seria fixado o limite de 55 anos de idade, a partir de agora, para que o contribuinte se aposentasse com o salário de data da concessão do benefício.

Respeitar-se-ia o direito daqueles que já têm o direito adquirido ou a expectativa desse direito, respeitada, porém, a faculdade de optarem, observado o prazo de 5 anos de carência após completado o limite máximo para aposentadoria por tempo de serviço, processadas as contribuições dentro do novo patamar ampliado.

Isso acarretaria significativa incorporação de apreciável massa adicional de consumidores ao mercado, além de dar ao assalariado brasileiro a certeza que, ao longo do resto da existência, teria assegurado padrões decentes de sobrevivência.

Assistência médica e odontológica

Os recursos orçamentários destinados à prestação de assistência médica e odontológica deveriam ser transferidos todos para o Ministério da Previdência Social.

Em contrapartida, os órgãos da Previdência nessa área sofreriam profunda reformulação.

Todos os hospitais de clínica e escola, hoje vinculados ao MEC, passariam a ser administrados pela Previdência, assim como aqueles de vinculação ao Ministério da Saúde.

A aparelhagem, modernização e ampliação dessas unidades, além dos recursos orçamentários normais, seriam suplementados pela alienação imediata dos inúmeros imóveis não de uso de propriedade da Previdência e até da União.

A consequência imediata seria a melhoria do atendimento nos grandes centros, através de unidades modernas e eficientes.

Tanto quanto possível, isso se estenderia ao interior dos Estados, estabelecido que essa assistência far-se-ia sempre através da secretaria cor-

respondente nos Estados, a qual, por sua vez, se utilizaria das prefeituras municipais.

Desnecessário ressaltar que tudo isso passa necessariamente por uma profunda reforma administrativa na estrutura da Previdência, revendo-se, principalmente, padrões salariais de seus servidores, compatibilizando-os financeira e tecnicamente com a realidade do mercado.

Fundamental, sob todos os aspectos, seria a constituição de comissões partidárias (trabalhador/empresa /gestor da Previdência), as quais fiscalizariam e traçariam a operacionalização do sistema.

III – Saúde

Ao Ministério da Saúde ficariam reservadas duas tarefas importantes:

– Vigilância sanitária

Controle absoluto de todas as ações de defesa da saúde da população (qualidade dos alimentos, contaminação de hospitais, indústria de alimentação, estabelecimentos comerciais), sabidamente responsáveis por grande percentagem dos males que afligem a população de baixa renda.

Essa ação seria desenvolvida através das secretarias dos Estados, que as prolongaria através dos municípios.

– Combate às endemias

Ainda em articulação com as secretarias dos Estados, seria deflagrada uma ampla campanha de combate preventivo às inúmeras doenças que afligem as populações da periferia das grandes cidades e das cidades mais carentes do interior, especialmente na faixa infantil, responsável pelo alto índice de mortalidade. Ainda o município seria o instrumento terminal.

– Pesquisa

Ainda na área da saúde, volume adequado seria destinado à pesquisa e à formação de especialistas, que nos proveriam das necessidades mínimas de recursos em tempos de vacinas, de avançada técnica hospitalar e medicamentos, mais compatíveis com a realidade nacional e com reflexos altamente positivos junto ao trabalho da CEME, livrando-nos, paulatinamente, da terrível dependência das multinacionais nesse setor.

– Educação

Prioridade absoluta à área, especialmente no que se relaciona aos ensinos do 1º, 2º graus e profissionalizante. A experiência tipo CIEP deveria ser, de imediato, seguida, compreendendo o programa de atendimento integral à criança, especialmente as mais carentes, nela incluída a merenda escolar e todo o tipo de cuidado especial, moderno, eficiente, indispensáveis à adequada formação do jovem.

Toda essa ação seria, necessariamente, feita através da Secretaria de Educação dos Estados, utilizando-se as dos municípios, sob o suporte da União.

IV – Agricultura

– Pequeno produtor rural

O pequeno e médio produtor rural são, hoje, espécimes em vias de extinção. Cada vez é mais difícil o seu acesso ao crédito, aos insumos modernos de produção e, sempre, presa fácil dos atravessadores na comercialização.

O cooperativismo é a sua única saída. O Governo tem o instrumental para salvá-los.

O BNCC tem que se transformar, sem qualquer preocupação de mudar nome ou fachada, no grande banco rural para atingir essa faixa. Para isso, precisa deixar a posição imobilista de tentar assistir às cooperativas já existentes e, sim, criar

mecanismos de incentivo ao surgimento de novas, assistindo o seu nascimento, financiando a formação de sua infra-estrutura (pessoal gerencial, armazéns, modernas técnicas agrícolas, etc.)

O órgão tem que se regionalizar, deixar Brasília e atuar junto às áreas de produção.

Há um imenso potencial de recursos que poderão ser conquistados a nível internacional (BID, BIRD, JIC). Para se ter uma idéia, quase toda a infra-estrutura de armazenagem hoje mediante no Paraná foi financiada pelo BID (emprestimo 256), com excelentes resultados.

- Crédito

O novo pacote agrícola estabeleceu um bom sistema de assistência creditícia, aumentando as exigibilidades dos bancos comerciais para aplicação no crédito rural. O grande carro chefe será o Banco do Brasil S.A e, a meu ver, podendo ser grandemente suplementado pelo BNCC.

- Armazenagem

Há que se transformar a Cibrazén, e todos os órgãos existentes a nível estadual nessa área, nos grandes instrumentos para a solução desse angustiante problema. Também nessa área, é grande a disponibilidade de recursos financeiros internacionais. União e Governos estaduais têm que elaborar urgentemente planos para cobrir as áreas carentes, treinando seus técnicos e unificando as ações das diversas entidades.

- Assistência técnica e pesquisa

É notório o atraso tecnológico de nossa agropecuária. O desfrute do rebanho e a produtividade de nossas lavouras são as mais baixas do mundo.

Temos o embrião para um trabalho sério nesse sentido. A Embrapa, o instituto Agronômico de Campinas e tantos outros, têm condições e já vêm realizando importantes pesquisas nesse campo. É preciso serem estimulados e receberem os suprimentos financeiros necessários para o seu trabalho, de forma a expandirem a sua ação a todo o País, vivificando *in loco* as necessidades da produção.

Nesse segmento também é grande a potencialidade em termos de intercâmbio financeiro e tecnológico no âmbito internacional.

V – Inflação e controle de preços

Falar em inflação zero e reduzir o índice de 26% para 4% no mês seguinte é enganar o povo.

Somente reduz-se a inflação se eliminada as suas causas. A baixa produtividade de nosso sistema, inclusive a agricultura, atingida pelos insignificantes índices de desfrute de rebanho e das lavouras, aliada ao desperdício a que estão sujeitas as colheitas por falta de armazenagem e escoamento adequado, são focos permanentes da espiral inflacionária. Além delas, o desperdício nos gastos públicos aumentam a fúria dessa espiral.

Entretanto, até que se elimine a doença, acho que podemos estabelecer mecanismos que meçam com mais eficiência a febre.

Um País não pode conviver com essa parafernalia de índices (IPC, INPC, LBC, OT, OTN Fiscal, etc.) Há que haver um índice único que meça a correção dos salários, dívidas, aplicações financeiras e tudo o mais. Índice de Custo de Vida seria, em meu entendimento, o parâmetro ideal, desde que medido do início ao fim de cada mês e do órgão encarregado de sua apuração participasse um representante dos trabalhadores.

Entre outros problemas, resolveríamos o rombo das contas do BNH, gerado pelo descompasso entre a aplicação de um índice para corrigir as

contas de poupança e outro para reajustar as prestações equivalência salarial).

VI – Receita da União e dos Estados

É visível a sonegação de impostos existentes no País. Somente os assalariados pagam impostos.

A Receita Federal e a dos Estados possuem um contingente enorme de funcionários pagos pelos cofres públicos que, no entanto, estão, em sua maioria, exercendo função burocrática quando deveriam estar em campo em busca dos sonegadores.

Torna-se urgente uma reformulação dos incentivos fiscais, especialmente os relacionados com a exportação. O sistema "drawback", a isenção total de impostos e, além disso, os créditos de ICM, que os exportadores recebem significam uma verdadeira sangria à nossa economia. Um automóvel nacional, vendido no mercado interno a Cz\$ 800 mil, é exportado a Cz\$ 80 mil. É a própria exteriorização da mais valia.

Os incentivos fiscais oferecidos nas áreas da Sudam e Sudene, de que se beneficiam as grandes corporações, como Volkswagen e Bradesco, são outros exemplos gritantes de evasão de receitas que poderiam custear os programas sociais do Governo.

No âmbito dos Estados, entendo que seria premente voltar-se a instituir as campanhas tipo "Seu talão vale 1 milhão", de forma a trazer o povo à fiscalização dos impostos.

VII – Reforma Administrativa

Tanto a nível federal como estadual, torna-se necessário promover um amplo enxugamento da máquina administrativa, extinguindo-se órgãos que exercem funções semelhantes e outros que não exercem função nenhuma. IBC, IAA, SPEVEA, COMPLAC (cacau), deveriam desaparecer. Talvez até não houvesse necessidade de dispensa de pessoal, remanejando-o para as áreas as quais se daria mais ênfase (saúde, educação, previdência).

Nos Estados, igual procedimento seria adotado.

Amplio tratamento teria que ser dado à moralidade administrativa. Urge que se expunja da máquina aqueles elementos altamente comprometidos com os esquemas de corrupção gerados pelos longos anos de autoritarismo. Não temos ilusões. Nenhum esforço de Governo terá êxito enquanto esses elementos estiverem no 2º ou 3º escalão do Governo defendendo interesses inconfessáveis e boicotando qualquer trabalho honesto.

O Congresso, em caráter de emergência, deveria baixar lei introduzindo no Código Penal, ou onde couber, dispositivo estabelecendo rito sumário de julgamento para os crimes contra o erário e contra a economia popular.

VIII – Nordeste

Acabar com a indústria da seca e com o financiamento inflacionário, eivado de privilégios e corrupção, da indústria agroacucareira do Nordeste. Não há como, numa economia que quer ser moderna, continuar com esse tipo de assistencialismo.

A exemplo do que se fez com o café no Paraná, essa atividade deveria ser paulatinamente erradicada e o suprimento feito pelo centro-sul, onde os padrões modernos de produção proporcionam economia de escala.

Paralelamente, deveria ser implantado com celeridade e eficiência um amplo programa de irrigação, aproveitando as disponibilidades hídricas da região, dentro das técnicas mundialmente conhecidas.

Concomitante à implantação desse programa, elaborar-se-ia um também extenso plano de criação de agroindústrias para aproveitar no local a produção de alimentos gerada na área irrigada, fixando o homem a seu habitat.

Tudo isso independeria dos Ministros que ocupassem as respectivas pastas e até mesmo do Presidente. Seria um programa do Partido para ser cumprido. Os acidentes de percurso que se verificassem na execução, estes sim, poderiam indicar o rompimento ou não com o Governo.

Paulo, a angústia deste seu amigo, filho de um modesto estivador do Porto de Santos, que a generosidade divina permitiu que chegasse onde chegou e que não gostaria de encarar seus dias sem ver a causa do povo tratada com seriedade, levou-me a escrever estas mal traçadas linhas.

Se nelas distinguir algo de aproveitável, discuta com os companheiros e perdoe-me a ousadia de apresentá-las a quem, como você, tem a mente privilegiada e o retrospecto de uma admirável vida pública a credenciá-lo.

Por último, volto a ressaltar o entendimento de que todas as ações aqui abordadas dependem unicamente de vontade política e do inquebrantável desejo de bem administrar o País, ou melhor, o caos que nos legaram.

Se houver determinação e trabalha teremos êxito. Não podemos hesitar. Na hipótese contrária, as urnas que se abrirão nas próximas eleições, até hoje nosso grande respaldo, nos massacrão.

Um grande abraço. – Nelson dos Santos.

Para finalizar, tenho esperanças que a participação popular representará extraordinário estímulo, transformando a ANC no estuário das reivindicações populares e na esperança do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. GUSTAVO DE FARIA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto hoje a esta tribuna para estranhar que ainda não tenha sido extinto o empréstimo compulsório sobre passagens aéreas e a compra de dólares turismo, diante dos vultosos prejuízos que têm causado à economia nacional.

Estou manifestando estranheza pela demora em ser revogado o compulsório, porque estive pessoalmente com o Presidente José Sarney, a quem expus o problema. O Chefe do Governo entendeu a gravidade da situação e prometeu despachar o assunto imediatamente ao Ministro Bresser Pereira, mas até agora nada foi decidido. Em benefício do turismo brasileiro, o Presidente da Embratur, João Dória Jr., já reivindicou a revogação da medida, e o próprio Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Moreira Lima, também solicita a extinção do compulsório.

Leio nos jornais que fonte não identificada do Governo apresenta a justificativa de que o compulsório só poderá ser extinto quando as reservas cambiais do País atingirem 7 bilhões de dólares. Trata-se de uma declaração estranhíssima, pois uma coisa não tem nada a ver com a outra. O compulsório, ao contrário do que se pensa, em nada tem contribuído para aumentar as divisas

do País. O efeito é exatamente inverso, pois o turismo é uma via de mão dupla. Sempre que um país cria obstáculos para que seus cidadãos viajem ao exterior, passa a ser também discriminado pelos operadores de turismo das nações que se vêem prejudicadas.

Deve-se destacar, ainda, que não se trata de um empréstimo, mas de um imposto e jamais será devolvido ao contribuinte, que é duplamente taxado, pois tem de pagar também mais 25% sobre a cotação do dólar ou outra moeda estrangeira, ao fazer o câmbio para atender aos gastos com a viagem ao exterior.

É preciso lembrar que o compulsório foi adotado em julho do ano passado, em plena euforia consumista do Plano Cruzado, quando havia grande procura por programas de turismo e lazer, chegando mesmo a ocorrer até tumultos nos aeroportos. Agora, como se sabe, o panorama é muito diferente. Os aviões estão voando com a metade de suas poltronas sem passageiros. A situação é preocupante, já que as empresas de transporte aéreo e de turismo empregam cerca de 100 mil pessoas, além do mercado de trabalho que é propiciado nos restaurantes, casas noturnas, etc.

Essa taxação penaliza não apenas os turistas, mas principalmente os empresários brasileiros que viajam para o exterior em busca de negócios, contribuindo para as exportações de que tanto necessitamos. Penaliza, ainda mais, as empresas de transporte aéreo. A Varig, que é um orgulho para o País, vai registrar prejuízo em seu balanço do primeiro semestre, em consequência da baixa procura por passageiros.

Por todas essas razões, não se pode admitir a manutenção do compulsório. E tornam-se altamente estranhas essas declarações, partidas de fonte não identificada do Governo, que vinculam o fim do compulsório ao aumento das reservas cambiais. Em matéria de surrealismo econômico, parece que estamos indo longe demais.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem, dia 29 de julho, a hospitaleira comunidade de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, começou a receber uma caravana de mais de 400 suíços, para uma temporada de cinco dias, nos quais ocorrerão as comemorações do 3º Encontro Comunitário Suíço-Brasileiro.

É um grandioso evento, que se justifica pelo muito que os imigrantes suíços contribuíram para a colonização e o desenvolvimento daquela cidade. Essa contribuição começou em 1820, quando ali chegou a primeira leva, em número de 30, daqueles operosos colonos, trazendo sua cultura a seu arranjo para trabalhar e progredir.

Faço desta tribuna um convite aos presentes para que prestigiem esse evento, até porque Nova Friburgo é um real celeiro de maravilhas naturais que extasiaram os olhos dos visitantes e lhes proporciona repouso e saúde. Também podem ser apreciadas belíssimas construções em estilo suíço, a grande fábrica da Ipú, artefatos de tecidos, couro e metal, tradicionais queijarias, extensas e bem cuidadas plantações e, o mais importante, a hospitalidade e cultura de seu povo.

Esta festa de emoções, repito, começou ontem e se estenderá até o dia 2 de agosto, com a apresentação de corais, bandas, rodeios e inaugurações.

Vale a pena conferir.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A onda de violência que se espalha por todos os rincões de território nacional foi contaminando tudo, como um gás que vaza sem se perceber. Foi reduzindo o homem a um número sem expressão, e o delegado de polícia civil, que não foge a essa determinante, foi transformado em um vigoroso híbrido de última e estivador. Tem de ter força física para resistir à exigência da produção em massa, mesmo não dispondo dos recursos necessários.

O homem vale hoje pelo o que produz, esse fenômeno se generalizou. Em todas as atividades, o homem já não é considerado na sua individualidade. Já não se conhece o homem integral, mas apenas alguns aspectos ou algumas dimensões do indivíduo. Isso leva à inconsciente avaliação da atuação da polícia, particularmente do delegado, em função de sua produção final, com freqüentes derrotas diante dos criminosos. As estatísticas são o único dado objetivo para aferição do desempenho da polícia.

Os delegados de polícia do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, já não aceitam a moral da resignação aos fatos consumados, sancionadora da anarquia. Não querem permanecer apáticos e indiferentes como os monges de Constantinopla que, vendo Maomé II com os seus turcos, arrombando as portas da cidade, permaneceram discutindo questões de pouca relevância. Os delegados, todos eles, querem combater a criminalidade, não como oferta, mas como dever, na grande tarefa que lhes cabe.

O que pretendem os delegados não é a quebra da disciplina, não são facilidades e muito menos fugir ao seu dever. Eles reivindicam melhores condições de trabalho, onde se destacam, entre outras, um número suficiente de homens treinados, criação de departamentos de investigação, armas e munições atualizadas e viaturas modernas e em quantidade adequada às necessidades e maior colaboração do Poder Judiciário. Não é o desrespeito à alta direção dos Tribunais, mas um pouco mais de rigor quando se debruçam sobre inquéritos envolvendo criminosos reconhecidos. Eles têm consciência que os homens passam e as instituições permanecem e se imortalizam em ostensivo desafio à lei da morte.

Existe uma carência imensurável no organismo policial: a falta de homens treinados no mister de investigação. Por isso é que os chamados grandes crimes permanecem insolúveis, pois não há, como nos países de além-mar, órgãos especializados em aprofundar-se nas sombras que capeiam crimes abomináveis.

Em função deste quadro, Sr. Presidente, rogamos ao Ministério da Justiça medidas que resultem o reaparelhamento do organismo policial, a fim de que o povo possa readquirir a tranquilidade no exercício do direito de vir e ir.

Obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PAULO PAIM (PL – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

PORQUE A GREVE GERAL

A classe trabalhadora brasileira, com a coordenação de CUT e CGT, no próximo dia 20 de agosto, realizará uma grande greve de protesto, a nível nacional, contra a Política Econômica do Governo imposta pelo Plano Bresser e contra o confisco salarial. O achatamento salarial promovido pela Nova República é o maior de toda a história brasileira. Os preços aumentaram, enquanto os salários foram congelados, estavam completamente sem poder de compra. E foi nestas circunstâncias que o Governo resolveu impor o seu congelamento e dissimular a recessão neste País.

Os trabalhadores não aceitam a recessão que está a gerar milhões de desempregados. Não é possível aceitar a política do Governo de gerar superávit na balança comercial para pagar a dívida externa às custas do sacrifício, do empobrecimento, da fome de milhões de trabalhadores e suas famílias.

É por isso Sr. Presidente, que o povo quer e vai conquistar as eleições diretas em 1988, porque ninguém mais agüenta esse Governo.

Os trabalhadores vão à greve e às ruas, para protestar contra a ofensiva da direita, dos empresários do governo e dos militares, que não querem ver assegurados, nesta Constituinte, os direitos da classe trabalhadora, mas que lutam ardilosamente para manter os privilégios dos que se sustentam na exploração do povo brasileiro.

A greve geral promovida unitariamente pelo movimento sindical, no dia 20 de agosto, tenham a certeza, terá nas ruas o apoio da população e dos partidos progressistas e forças organizadas do movimento popular.

No Rio Grande do Sul, com o apoio das Federações, teremos, no dia 7, um encontro estadual no Araújo Viana, de todos os trabalhadores em Transporte do Estado, tanto marítimo, quanto ferroviário. Como os militares estão ameaçando colocar nas ruas os tanques, conclamamos desta tribuna para que, neste dia, no dia 20 de agosto, os constituintes estejam nas ruas junto com os trabalhadores, apoiando esta manifestação pacífica, que visa à justiça social e ao fortalecimento do processo democrático.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PUC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os brutais acontecimentos da Penitenciária do Carandiru, São Paulo, mostram, mais uma vez, a face cruel do sistema penitenciário brasileiro, totalmente esclerosado, defasado e sem justificativa de aplicação mesmo a animais irracionais ferozes,

Jogados e amontoados em cubículos infectos, milhares de seres humanos, ociosos, famintos e desnudos, são submetidos a um lento e cruel processo de degradação e humilhação que afronta a nossa condição de povo civilizado.

E o pior de tudo é que o Governo e o País tem Governo? – não adota nenhuma providência para mudar este estado de coisas.

Bilhões de cruzados, que deveriam ser aplicados na modernização do sistema penitenciário brasileiro, são desviados e roubados, enquanto o problema se agrava, com a violência grassando por toda parte, as fugas e o assassinato de pessoas, guardas e presos, que não têm outra alternativa, senão a violência.

Como podem o Ministro Paulo Brossard e o Presidente José Sarney concordar com a permanência e, o que é pior, com o agravamento dessa cruel situação?

Também no sistema penitenciário o Brasil tem que mudar. Mudar para fazer presídios modernos, com a orientação fundada, na recuperação pelo trabalho e pelo exercício de convivência digna para os presos, num processo de ressocialização remendado por autoridades, técnicos, sociólogos, criminalistas e humanistas de todo o mundo.

Essa mudança é urgente, inadiável. Porque continuar como está afronta a Deus e aos homens e expõe o nosso País a uma situação de desconcerto, de vergonha perante o mundo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No momento em que são promovidos entendimentos a nível governamental em torno da dívida externa brasileira e quando prospera, nos meios oficiais, a idéia de transformação desse passivo em investimentos no País, é oportuno registrar o posicionamento do Centro das Indústrias do Estado da Paraíba a respeito de questão dessa importância para os destinos do Brasil.

Aquela entidade, presidida pelo dinâmico empresário Guilherme Campelo Rabay, levanta duas preliminares: a de que os investimentos, decorrentes da conversão da dívida, fiquem sob rigoroso controle dos brasileiros; segundo, que os recursos obtidos sejam aplicados em empreendimentos no Nordeste em volume significativo, através do Finor.

A sugestão se fundamenta no desequilíbrio orçamentário daquele Fundo, que administra investimentos oriundos da sistemática dos incentivos fiscais por intermédio de projetos na Sudene, o qual se encontra extremamente defasado. E, ao mesmo tempo, se respalda na justificável e patriótica preocupação de que o processo de conversão da dívida externa se transforme num pernicioso instrumento desnacionalizador de nossas empresas.

Dai por que o Centro das Indústrias da Paraíba vem propor a criação de um "Fundo Brasileiro de Investimentos", no qual seria reunidos todos os créditos convertidos em capital de risco. Esta entidade emitiria quotas como documento hábil e idôneo do credor, vedada sua ingerência direta nos empreendimentos movidos com tais recursos.

No documento que nos chega às mãos, o Sr. Guilherme Campelo Rabay solicita o nosso apoio e o de todos os parlamentares no Nordeste, para que a região seja priorizada com a canalização desses capitais, caso a solução do problema do endividamento externo tome realmente esse rumo, ponderando estar o Nordeste, com pesados sacrifícios, contribuindo para o resgate da dívida externa brasileira.

É possível, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que estejamos diante de uma fórmula capaz de

conciliar as diferentes correntes de opinião, que divergem em torno do encaminhamento do problema da dívida externa, porquanto indica os meios de se resguardar a incolumidade da empresa nacional ao mesmo tempo que sugere a transformação dos créditos em investimentos produtivos no País, especialmente nas regiões onde os níveis de desenvolvimento estão bem aquém dos padrões ideais a assegurar o bem-estar social e a dignificação do homem.

Outra manifestação dos industriais da Paraíba, que desejamos registrar em nosso pronunciamento, refere-se ao inconformismo reinante no meio empresarial do Nordeste com disposição legal contida no Decreto-Lei nº 2.323, do Governo Federal, que resulta em sérios prejuízos à execução dos programas da Sudene e da Sudam, em face da redução de recursos destinados àquelas duas instituições.

Fazemos apelo ao Presidente José Sarney, homem profundo conhecedor dos problemas do Nordeste, e aos Ministros da área econômica do seu Governo, para que seja reexaminado aquele decreto-lei, particularmente quanto aos efeitos negativos do seu art 12.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Numa prova eloquente de que o setor empresarial privado, além da imperiosa necessidade de ser preservado, deve também merecer o mais amplo estímulo para dinamizar sua expansão em áreas subdesenvolvidas, como a Amazônia e o Nordeste, o Grupo Belauto instalou e inaugurou em Belém, capital do Estado do Pará, a Tropigás – moderna e eficiente distribuidora de gás liquefeito de Petróleo, abrangendo ainda o Território Federal do Amapá, o norte do Estado de Goiás e o oeste do Estado do Maranhão.

Trata-se, Sr. Presidente, de um empreendimento elaborado por técnicos da mais alta qualificação, precedido de demorados e criteriosos estudos a respeito da viabilidade econômica, com a aprovação do Conselho Nacional do Petróleo, cujo Presidente, o General Roberto França Domingues, se fez representar à solenidade pelo Coronel Hilton Pontes de Vasconcelos.

Ao registrar tão auspicioso evento, que contribuiu para enriquecer o parque industrial do meu Estado, de onde irradiará benefícios setoriais para outras populações da Amazônia, não poderia olvidar felicitações ao Grupo Empresarial Belauto, na pessoa de seu ilustre Diretor-Superintendente Jair Bernardino de Souza, cuja visão administrativa, marcada de acertos notáveis no setor da iniciativa privada, transcende as fronteiras amazônicas e já repercute com particular ressonância em todo o País.

A Tropigás é um exemplo de coragem, pertinácia e, sobretudo, de amor pelo desenvolvimento integrado da Região Amazônica. Seu custo atual está orçado em aproximadamente dez milhões de dólares ou o equivalente a 600 milhões de cruzados. Tais recursos não provieram de financiamentos públicos, mas, é bom destacar, das entradas do próprio Grupo Belauto, que assim reinveste os lucros na ampliação de novos empreendimentos, gerando empregos e fortalecendo a economia regional.

Desejo me congratular com a implantação desse gigantesco empreendimento no meu Estado, não apenas pelo vulto da sua extraordinária importância no abastecimento do conhecido "gás de cozinha" ao povo paraense, mas também por haver quebrado os grilhões de uma política monopolista, ensejando a que o usuário do seu produto tenha direito a opções na disputa do mercado consumidor, principalmente em relação ao fator qualidade.

Em assim sendo, requeiro a transcrição do texto do discurso que aqui anexo, proferido pelo Dr. Jair Bernardino de Souza na solenidade de inauguração das instalações da Tropigás, ocorrido à tarde de ontem, na cidade de Belém, da qual participei como amigo e admirador desse compatriota nascido em Goiás, cujo trabalho vem ampliando sua presença em mais de três dezenas de atividades, na Amazônia e no Brasil.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE ARBAGE EM SEU PRONUNCIAMENTO)

A comunidade empresarial Belauto regozija-se, hoje, pelo início das atividades operacionais de uma de suas integrantes, a Tropigás. Tem a nova unidade por objetivo a distribuição de gás liquefeito de petróleo, o conhecido "gás de cozinha", em extensa área territorial que abrange o Estado do Pará e o Território Federal do Amapá, em sua totalidade, bem como o norte do Estado de Goiás e o oeste do Estado do Maranhão.

O Projeto Tropigás, em sua atual apresentação, foi elaborado por especialistas de reconhecida competência, após demorados estudos sobre sua viabilidade técnica-financeira.

Submetido, nos termos da legislação que regula essa atividade, ao Conselho Nacional do Petróleo, cujo ilustre presidente, o general-de-divisão Roberto França Domingues, está aqui representado pelo Coronel Hilton Pontes de Vasconcelos, que se faz acompanhar do paraense Coronel Chiderico Fernandes de Carvalho, e foi por aquele órgão governamental integralmente aprovado.

Para sua execução, a tecnologia mais avançada foi utilizada, pelo que o empreendimento agora inaugurado pode ser considerado, em seu nível, como um dos mais modernos dentre os que funcionam no País.

A decisão do Conselho Nacional do Petróleo, ao aprovar o Projeto Tropigás, deve ser considerada como histórica, merecendo os efusivos elogios de todos os brasileiros e, de modo particular, dos paraenses, pois externou, de modo oportuno e incontestável, a acertada filosofia adotada pelo Governo Federal, colimando o fortalecimento da livre iniciativa em área produtiva da economia nacional, na qual o empresariado privado vem demonstrando elevado padrão de eficiência. Realmente, aquela deliberação oficial ensejou a pluralidade participativa em mercado de características próprias, em sadia concorrência que aportará flagrante proveito à coletividade assim servida.

Até esta data, a região acima referida esteve subordinada, para efeito de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, à Paragás, empresa pioneira que trouxe, e por longos anos aqui mantém, aquele serviço básico, de tão grande significado econômico para a população que dele se utiliza. Foi meritório trabalho, que fazemos empenho em

enaltecer, e que bem exibe a visão progressista do exemplar empresário e grande líder cearense que foi Edson Queiroz, tão prematuramente desaparecido de nosso convívio.

Dessa forma, após 35 anos de atuação monopolista, as donas-de-casa desta Belém do Grão Pará, e de tantas outras cidades, de diferentes características, situadas na área de atuação da Tropigás, contarão, com serviço alternativo de entrega de gás para suas cozinhas, fato que, obviamente, significará grande vantagem para elas.

E nas estradas e rios da mesma região, o emblema da Tropigás passará a compor imagem constante.

Nossos botões, em todos os formatos usuais, também participarão do cotidiano de dezenas de milhares de lares, desde o mais modesto ao mais sofisticado.

Os dirigentes do Grupo Belauto, confiantes no integral êxito do Projeto Tropigás, desde os primeiros estágios de sua concepção dedicaram-lhe especial realce no universo empresarial de que passou a nova unidade a participar, nele reconhecendo grande significado econômico-social.

Em verdade, trata-se de empreendimento que se distingue pela exigência de vultosas inversões financeiras e pela longa maturação para a obtenção de resultados em níveis satisfatórios. Apesar dessas peculiares condições, que decerto desestimulariam qualquer empresário que somente visualizasse resultados imediatos ou mesmo de médio prazo, os responsáveis pela Tropigás não hesitaram em executá-lo, sem concessões de qualquer espécie.

Assim procederam por convicção, aceitando o novo desafio e, especialmente, certos do constante apoio do Conselho Nacional do Petróleo, o qual continuará acompanhando, em cumprimento à legislação pertinente e como representante que é do Governo Federal, a trajetória desta empresa, inclusive em sua inevitável fase de expansão.

O Grupo Belauto, assim, uma vez mais decidiu aportar contribuição, que reputa expressiva, ao desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará.

Consoante essa filosofia empresarial, da qual não nos apartamos, e que se externaliza em muitos empreendimentos, quer já em funcionamento, quer a ser inaugurados.

Foram aplicados no Projeto Tropigás cerca de seiscentos milhões de cruzados em valores atualizados.

Podemos, pois, com euforia proclamar que a Tropigás, como empresa lidamente paraense, ocupa relevante espaço em setor produtivo que é vital para a economia estadual.

Seus trezentos empregados, número que será atingido na plenitude de sua primeira fase produtiva, se integrarão, assim, com total identificação, à coletividade Belauto.

Atualmente, o Grupo Belauto é composto de trinta empresas, de variadas atividades e estruturação, porém com completa e dinâmica integração administrativa e uniformidade procedural.

Dele participam seis mil colaboradores diretos, e estes e seus familiares, em cerca de vinte e quatro mil pessoas, estão envolvidos, efetivamente, em programas, mantidos em caráter prioritário, I de assistência médica, odontológica, social e recreativa.

Atuamos em vinte Estados e no Território Federal do Amapá. E, conforme nossos planos de ampliação negocial, o espectro de nossa participação será crescente.

Nosso faturamento anual ora alcança a expressiva cifra de aproximadamente cento e vinte milhões de dólares.

Para a obtenção desses significativos resultados tem contribuído, decisivamente, nossa política de integral reinvestimento dos lucros obtidos em todas as empresas, procedimento que, por considerarmos recomendável, sob todos os aspectos, mantemos desde que, em 1974, adquirimos o controle acionário da empresa-mãe a Belauto-Belém Automóveis AS.

Entretanto, o empenho de nosso crescimento econômico-financeiro não elide, ou sequer reduz, nossa preocupação social, já que, em nosso credo empresarial, do qual não nos afastamos e constantemente proclamados, o lucro é fator de processo econômico-social.

Não é, como poderia ser considerado por céticos e pelos inimigos da empresa privada, um objetivo em si, mas poderoso vetor da formação de novos núcleos produtivos, e, portanto, de novas oportunidades de emprego e de disseminação do bem-estar social.

Acreditamos que, assim procedendo, não somente estamos respondendo, de forma permanente, às necessidades do crescimento econômico do Brasil e, em especial, do Pará.

Estamos também vindo ao encontro das exigências, preocapanamente ascendentes, de contingente populacional que quer ser empregado, quer trabalhar, quer produzir, quer participar.

A Tropigás é, Senhoras e Senhores, fundamentalmente, ostensiva manifestação de nossa confiança no porvir econômico da extensa área territorial em que atuará.

Está impregnada do mesmo ideal que determinou a formação de suas irmãs, componentes do Grupo Belauto.

Por acreditarmos no Pará, nesta Belém em que estamos sediados, e em seu povo, ordeiro e trabalhador, criamos a Tropigás e a desenvolveremos, creiam, com obstinação, para que cresça constantemente, como organização autenticamente paraense, e para que contribua, sem cessar, para o futuro desta generosa terra, na qual a Tropigás está radicada, jurídica e efetivamente, e que, doravante, passará a representar no cenário da distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, para orgulho nosso.

Sempre tivermos, na execução do Projeto Tropigás, o pleno e indispensável apoio de todas as autoridades de nível federal, estadual e local.

Permitam-nos que, nesta oportunidade, salientemos o estímulo concedido pelo Exmº Sr. Governador do Estado do Pará, Dr. Hélio da Mota Gueiros, e por seu ilustre antecessor, Dr. Jader Fontenelle Barbalho, bem como pelo Exmº Sr. Prefeito do Município de Belém, Dr. Fernando Coutinho Jorge, aqui presentes, e a quem manifestamos, em nome do Grupo Belauto, nosso sincero reconhecimento.

Ao concluirmos este pronunciamento inaugural, oferecemos a Tropigás à comunidade paraense, pois empresa criada para servi-la, convidando o Exmº Sr. Governador Hélio da Mota Gueiros para acionar a chave que irá movimentar o plante de engarrafamento.

Obrigado.

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A dívida externa, em toda parte, é sinônimo de inflação, de encarecimento dos custos de vida cotidiana das populações, de estagnação, de todos esses caldos de cultura que, produzindo o desemprego, o desabrigo, a fome e as piores condições sanitárias, produzem também a inquietação interna, os conflitos sociais e a insegurança das fronteiras nacionais.

O endividamento mundial dos povos do Terceiro Mundo, subindo hoje a mais de 1 trilhão de dólares, provoca a insegurança dos menos desenvolvidos, a sujeição e a dependência às grandes nações capitalistas e a suas agências públicas ou privadas de fornecimento de dinheiro e bens de capital a preços irresgatáveis e a juros desalmados, sem ética e sem piedade.

Em toda parte e em todo tempo, a guerra suja do dinheiro, no mundo dominado pela cupidez do capital e por sua sede implacável de lucros, levou sempre à guerra do sangue e da violência. Governos centralizadores, tirânicos e paratirânicos, controlados com mão-de-ferro por tecnocratas insensíveis, ao arrepio da sabedoria colegiada dos Parlamentos, são os grandes responsáveis por esse endividamento assustador dos povos do Terceiro Mundo. Em alguns deles, a soberania nacional já não é mais do que uma noção romântica, sobrepujada pela escandalosa dependência das metrópoles econômicas, que lhes ditam os preços dos salários e das necessidades, e impõem até a redução dos mercados de trabalho, para que não falte o dinheiro dos juros onzenários, o dinheiro da usura.

Dentro das nações endividadas, pode faltar tudo: o teto, o emprego, o pão de cada dia. Só não pode faltar o dinheiro pontual das amortizações aos países capitalistas, aos credores insaciáveis que controlam a importação e a exportação dos bens de capital e de produção dos devedores acuados. Em alguns casos, já se controla a fiscalização da renda interna, com a presença prepotente dos próprios inspetores das agências cobradoras, no âmbito doméstico dos departamentos econômicos e financeiros dos endividados.

Sr. Presidente, vejo, com grande preocupação, que a política financeira e econômica do Governo parece afastar-se, gradativamente, das linhas-mestras traçadas pelo PMDB ao longo de duas décadas de luta e resistência e agora reiteradas pela Convenção Extraordinária do Partido.

O Brasil marcou uma posição histórica, abrindo caminho para outras nações da América Latina, quando sustentou, pela voz de Tancredo Neves, que a dívida externa não pode ser paga com o sacrifício ou a fome do povo. Antes disso, outro político inesquecível, o Presidente Juscelino Kubitschek, teve a coragem de suspender o monitoramento da economia e das finanças do Brasil pelo Fundo Monetário Internacional, apesar de ameaças de toda espécie. Quanto à moratória, já existe um precedente vigoroso, o que muitos procuram esquecer, que foi o de Osvaldo Aranha, e que resultaria na renegociação da dívida externa em tais termos que o Brasil apenas teve que pagar o equivalente a 30%. Aliás, sobre dívida externa e nacionalismo é sempre bom citar o Patriarca da Independência, José Bonifácio, que dizia: —

Nenhuma nação pode iniciar a sua vida independente a dever dinheiro aos estrangeiros.

Neste momento, Sr. Presidente, o Ministro Luis Carlos Bresser Pereira prontifica-se a convencer o Governo brasileiro e o PMDB de que é conveniente voltar ao Fundo Monetário. Ora, nunca deixamos o FMI, organização de que somos membro e cotista. Simplesmente não queremos que ele trace ou inspire o programa financeiro e econômico do Brasil e o fiscalize, *in loco*, interferindo até no mais alto nível da administração. Trata-se de uma questão de soberania, de compostura e de pudor.

Diz-se que o programa do FMI foi relançado no Brasil de maneira oblíqua. De fato, já houve medidas que implicaram no confisco de parte da poupança da classe média, no confisco de salários, numa prévia liberação de preços que transformou o congelamento num desestímulo ao consumo, numa transferência de recursos para o setor das exportações, através de subsídios e visando ao pagamento dos juros da dívida externa, num aumento dos dividendos dos bancos, que chegaram agora a 600% ou mais.

O Governo precisa, sem dúvida, reduzir o déficit público, mas o primeiro passo, decisivo, seria o de adotar uma ordem de prioridade, o que equivaleria a fazer um balanço real da situação. É imprescindível que o sistema especulativo, no campo financeiro, não seja mais estimulado pelas letras emitidas pelo Estado (LBC, OTN) que os bancos privados manipulam em detrimento do próprio Estado e do povo. É fundamental que a máquina administrativa funcione com maior eficiência e rapidez, livrando-se do peso morto da sublocação de serviço, das empreitadas sem licitação e outras formas parasitárias que, não raro, passam como exemplos de livre iniciativa e empresas privadas.

Sr. Presidente, o Estado tem que arrumar a sua própria casa, uma vez que representa o interesse dos contribuintes, da população em geral. Para esta tarefa, o Governo conta com a opinião pública e a indiscutível solidariedade do PMDB.

Voltar à recessão é aumentar o desemprego, favorecer o capital especulativo, engordar os bancos privados, estimular oligopólios industriais, abrir as portas – sem limites – para capitais estrangeiros aventureiros e arrivistas, obrigar o povo a mourejar, cada vez mais, para pagar uma dívida externa que, na realidade, não devemos, pelo menos nos termos em que é contabilizada. Já pagamos tantos juros e *spreads* (taxas de agiotagem), que podem contar como pagos 2/3 do principal da dívida externa. E, francamente, os bancos credores não têm meios de coagir o Brasil a submeter-se a semelhante pilhagem ou pagamento de tributos imperiais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O SESC é entidade privada mantida pelo empresariado, por meio de contribuição de 1,5%, incidente sobre o montante das folhas de pagamento de todas as firmas comerciais do País.

Essa contribuição se destina a prestar serviços de, saúde, lazer, cultura e assistência social aos empregados do comércio e, extensivamente, a toda comunidade.

O SESC tem caráter eminentemente técnico, com ênfase na educação, através da cultura e lazer, aplicando a medicina em caráter preventivo.

Dispõe, no desenvolvimento do seu trabalho, de um conjunto de equipamentos para prática de atividades esportivas e proporciona férias em suas colônias, que se destacam como sendo a mais completa rede do gênero existente no País, voltada para uma população de baixa renda.

Suas atividades são acompanhadas pelo Ministério do Trabalho, através de suas Delegacias Regionais, e suas contas são submetidas à apreciação do Tribunal de Contas da União.

Infelizmente, o Projeto de Constituição, ora em discussão no Congresso, estabelece que "a folha de salários é base exclusiva do sistema de segurança social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição".

Se aprovado esse dispositivo, o SESC e entidades congêneres perderiam sua fonte de receita e não sobreviveriam, tendo, apesar do enorme esforço social realizado ao longo dos últimos 40 anos, de encerrar suas atividades.

Torna-se, portanto, vital para a entidade a alteração do citado inciso constitucional, de forma a permitir a incidência de outros descontos, além do de segurança social sobre as folhas de salários.

Diga-se que o Decreto-Lei nº 9.853, que criou o Serviço Social do Comércio, em 13 de setembro de 1946, determina que o desconto de 1,5% será feito à conta apenas dos empregadores, isto é, sem diminuir o líquido a pagar aos empregados, beneficiários únicos, estes, dos serviços e facilidades criados com recursos dessa origem.

Uma das consequências marcantes da Segunda Guerra Mundial, para o Brasil, foi o grande surto de industrialização, rapidamente propagado para diversos pontos do território nacional. No plano político, a resultante mais importante foi a queda do Estado Novo e a volta à plenitude democrática.

O despertar para o desenvolvimento e as novas condições de vida política trouxeram um novo dinamismo às relações de trabalho e movimentos sociais de grande intensidade, com os trabalhadores tomando consciência de seu papel no processo econômico, e de seus direitos, com a promulgação de extensa e minuciosa legislação trabalhista.

A classe empresarial da época não apenas acatou as conquistas dos trabalhadores como, ainda, aprofundando-se no questionamento do papel que cabia a si mesma, tomou a iniciativa de propor uma série de recomendações, que vieram à luz durante a Conferência das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis, a 1º de maio de 1945. A carta de paz social, fruto do encontro, definia uma proposição de justiça social, capaz de assegurar aos trabalhadores melhores condições de vida e amplas possibilidades de ascensão profissional.

Assim, o Governo da República, referendando a validade dessas iniciativas com o Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, conferiu à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar o Serviço Social do Comércio – SESC, mantido exclusivamente com a contribuição patronal e destinado à promoção do bem-estar social dos comerciários e suas famílias.

O SESC é uma entidade de direito privado, criada, mantida e administrada pelos empresários do comércio. Voltada para a promoção do bem-estar social dos comerciários e suas famílias. O caráter público de sua ação se inspira, pela sua própria origem, em alguns valores da ação empresarial: o espírito empreendedor, a delegação funcional, a competência dos quadros técnicos-administrativos e, principalmente, a minimização do aparato burocrático.

Essa forma de gerir o interesse social implica, necessariamente, no estímulo permanente à inventividade, à racionalidade dos procedimentos e à clara delimitação de seus objetivos.

O SESC "tem por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do País, exerce os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática (...)" – Regulamento do SESC, Capítulo I, da Finalidade, art. 1º.

Atuando no campo social, o SESC, contudo, não repete nem reproduz a ação do Estado. Seus serviços e atividades atendem aquelas áreas não cobertas pelos órgãos públicos, ou que são insuficientemente mantidas pelo Estado, e têm uma função essencialmente educativa. Esse trabalho é o da educação social e, portanto, se realiza fora dos regimes escolares, complementando e enriquecendo a formação escolar, sendo mais caracteristicamente voltado para a educação dos adultos e a vida em sociedade. De outra parte, mesmo a prestação de serviços diretos não se caracteriza pelo assistencialismo paternalista, que mais condona à dependência do que favorece a autonomia dos indivíduos, mas, antes, pelo estímulo aos processos participativos que garantam aos trabalhadores o exercício de sua cidadania.

O SESC é uma entidade de âmbito nacional, estando presente em todos os Estados da Federação e Territórios e no Distrito Federal.

Tem uma Administração Nacional, com sede no Rio de Janeiro, composta por um Conselho e um Departamento Nacional, dirigida pelo Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

Nos Estados, com jurisdição nas respectivas áreas territoriais, existem as Administrações Regionais, formadas por um Conselho Regional e um Departamento Regional. Órgãos deliberativos, os Conselhos Regionais são integrados por representantes sindicais das categorias econômicas do comércio: comércio atacadista, comércio varejista, comércio armazeador, turismo e hospitalidade, estabelecimentos de serviços de saúde e agentes autônomos.

Os Departamentos Regionais são órgãos executivos formados pelo corpo de funcionários, sob regime de trabalho regido pela CLT.

Além dos representantes das categorias econômicas do comércio, fazem parte dos Conselhos Nacional e Regionais os representantes do Ministério do Trabalho, do IAPAS e dos trabalhadores, através da Confederação Nacional dos Empregados no Comércio e Federações Estaduais.

Os recursos do SESC provêm da contribuição compulsória dos empregadores, no valor de 1,5%, calculados sobre a folha de pagamento de

cada empresa. Não obstante a utilização da folha de pagamento como base de cálculo, essa contribuição é exclusiva das empresas, não incidindo qualquer desconto, a título de contribuição, sobre os salários dos empregados. São contribuintes do SESC todos os estabelecimentos compreendidos no Plano da Confederação Nacional do Comércio e aquelas empresas cujos ramos de atividade vinculam-se ao antigo IAPC.

A arrecadação dos recursos é realizada através do IAPAS e, pela realização desse serviço, o SESC indeniza o IAPAS com 1% do total arrecadado.

A entidade presta contas da destinação desses recursos, apresentando anualmente sua proposta de orçamento-programa à SEPLAN, e a prestação de contas respectiva é submetida à apreciação do Tribunal de Contas da União.

Os serviços e atividades do SESC destinam-se prioritariamente ao comerciário de baixa renda e sua família, notadamente localizadas nas grandes e médias cidades e para quem realiza programas sociais, culturais e de saúde.

A maioria desses trabalhadores – mais de um milhão matriculados no SESC – recebe menos de 3 salários mínimos mensais (76,6%), e tem escolaridade de 1º grau (45,9%) e de 2º grau (40%).

Predominantemente urbanos, vivem e sobem os problemas da cidade brasileira, com suas dificuldades de transportes, moradia, saúde e educação, além do difícil e oneroso acesso à informação, cultura e participação social.

Para o desenvolvimento de seus programas, o SESC dispõe de ampla rede física, composta por três tipos básicos de instalações, a saber:

- 134 centros de atividades, para o atendimento cotidiano da clientela;

- 17 centros campestres e balneários, para atividades de fins de semana; e

- 16 colônias de férias.

Esse conjunto de instalações dispõe de equipamentos para o atendimento da clientela em suas diferentes necessidades de alimentação, saúde e desenvolvimento sócio-cultural:

- 156 bibliotecas, 58 teatros e auditórios, 5 cinemas, 314 ginásios e quadras de esportes, 122 piscinas;

- 79 parques infantis, 271 gabinetes odontológicos;

- 65 gabinetes médicos, 175 cantinas e lanchonetes;

- 60 restaurantes, dentre outros.

Além das instalações próprias, o SESC mobiliza também uma significativa rede de equipamentos da comunidade, através de programas conjuntos com outras instituições.

O quadro de pessoal é composto por cerca de 10 mil funcionários, regidos pela CLT. Em sua maior parte são educadores, professores de Educação Física, recreadores, assistentes sociais, sociólogos, bibliotecários, orientadores sociais, animadores culturais, nutricionistas, médicos, dentistas, voltados para o atendimento direto ao trabalhador. Uma política de desenvolvimento de recursos humanos tem garantido a reciclagem e o aperfeiçoamento constante desses profissionais, assegurando um elevado nível técnico na ação da entidade que, não raro, tem inspirado outras instituições que atuam no campo sócio-cultural.

O SESC desenvolve 3 programas básicos para comerciários e suas famílias – cultura, saúde e assistência –, numa perspectiva eminentemente educativa. Sob esse aspecto, a entidade não se limita ao simples atendimento de demandas, necessidades e aspirações manifestadas de sua clientela, procurando avançar, no sentido mais amplo da mudança social. Voltada para a promoção do bem-estar social e o desenvolvimento integral dos indivíduos, a ação educativa procura assegurar aos trabalhadores novas formas de percepção de si mesmos, do meio em que vivem, das relações sociais e dos mecanismos de produção e distribuição da cultura.

O Programa Cultural compreende as atividades de desenvolvimento físico-esportivo, recreação infantil e de adultos, espetáculos relativos às diferentes formas de expressão artística, seminários e debates sobre temas de interesse do trabalhador e da realidade sócio-cultural brasileira.

O Programa Saúde compreende o fornecimento de refeições através de restaurantes próprios, lanches e merendas, assistência odontológica em diferentes especialidades, educação para a saúde e assistência médica: exames de sanidade, carteiras de saúde.

O Programa de Assistência compreende a realização de cursos supletivos e de atualização sócio-profissional, as temporadas de férias nas colônias mantidas pela entidade, o trabalho com grupos, cuja ação mais significativa tem sido com os idosos e aposentados, e a assistência comunitária através de ação conjunta com outras instituições.

Esses três programas foram responsáveis, em 1986, por cerca de 102 milhões de atendimentos. Tornando-se o número de comerciários matriculados – cerca de 1 milhão e 100 mil –, o SESC prestou durante o ano cerca de 90 atendimentos, em média, para cada comerciário.

As Atividades Prioritárias

São consideradas atividades prioritárias para o SESC aquelas que:

- atendam às necessidades sociais, culturais e de saúde da clientela, favorecendo seu pleno desenvolvimento e promovendo maior atendimento, a custos compatíveis com sua condição sócio-económica;

- Vão além das respostas imediatas às demandas colocadas; avançando em novos conteúdos e métodos de trabalho capaz de promover o desenvolvimento social da clientela;

- Contribuem para o desenvolvimento da comunidade, pelo seu caráter de inovação e nível técnico;

- Permitam desenvolver ações conjuntas com grupos, movimentos sociais e culturais e instituições da comunidade, viabilizando medidas que contribuam para o bem-estar dos comerciários e seus dependentes ou da coletividade.

São Consideradas Atividades Prioritárias

1º) **Desenvolvimento Físico-Esportivo** – que reúne práticas de esporte e exercícios físicos, com características lúdicas e competitivas, capaz de oferecer amplas oportunidades de participação da clientela, em todas faixas etárias, visando, basicamente, a enfrentar a perda gradativa dos espaços livres, a passividade suscitada pelos meios de comunicação de massa, combater o sedentarismo e outros aspectos graves e limitadores do

desenvolvimento físico e da sociedade, muito próprios das cidades e especialmente das metrópoles brasileiras.

2º) **Assistência Odontológica** – constituída de ações preventivas e curativas em saúde bucal, que objetivam, no seu conjunto, o desenvolvimento de uma prática de saúde, da parte dos profissionais e da clientela, na qual as ações desenvolvidas visam a melhoria das condições gerais de vida, especialmente das condições orais, em contexto de desassistência pública, de altos preços dos serviços privados e de elevada incidência de enfermidade, características que atingem freqüentemente o comerciário carente e sua família.

3º) **Refeições** – Objetiva servir refeições balanceadas com vistas a complementar as necessidades nutricionais dos comerciários, introduzir hábitos alimentares saudáveis, ao mesmo tempo em que minimiza os custos de sua alimentação, considerando a reconhecida insuficiência alimentar e nutricional, o alto preço dos gêneros e o transporte deficiente e oneroso, que torna proibitiva, no geral, a prática do almoço em casa, para o trabalhador urbano.

4º) **Temporadas de Férias** – um serviço múltiplo, que a um só tempo oferece repouso, alimentação, assistência médica, recreação e esportes, dando oportunidade e estimulando a socialização e o aperfeiçoamento cultural. A temporada de férias, realizada em Colônias, viabiliza e enriquece o direito do trabalhador e sua família ao gozo de férias, geralmente fora de seu alcance, pela dificuldade de acesso à rede hoteleira.

5º) **Recreação Infantil** – desenvolvendo aspectos sensoriais, motores, perceptivos, cognitivos e afetivos da criança de 3 a 6 anos, através de atividades lúdicas e de apoio alimentar, médico-odontológico e psicológico, preparando-a para ingresso e melhor desempenho na escola. Estimulando igual desenvolvimento na criança com idade escolar, através da prática recreativa e da orientação quanto aos deveres escolares, pesquisas e leituras. Além dos objetivos sócio-educativos de ambas as práticas, incluem-se os de oferecer tal serviço a preços acessíveis aos pais e de liberá-los, em especial às mães, para as tarefas profissionais.

6º) **Recreação** – um conjunto de prática informais, de caráter lúdico e comemorativo, capazes de oferecer ao comerciário, no uso de seu tempo de não-trabalho, oportunidades de convívio social e entretenimento, revertendo assim a tendência ao isolamento a que o trabalho rotineiro e o anonimato urbano induzem.

7º) **Biblioteca** – consulta e empréstimo de livros, periódicos, discos, fitas, dispositivos etc., ordenados de forma a permitir o livre acesso da clientela.

As programações desenvolvidas pelas bibliotecas visam essencialmente a despertar o gosto pela leitura como forma de lazer, a aquisição e troca de conhecimentos, ampliando assim suas possibilidades de atuação enquanto agente disseminador e democratizador do conhecimento. O espaço biblioteca deve ser entendido, ainda, como um centro de informação e convivência, atuando como ponte na busca de soluções para

os problemas da vida cotidiana e apoiando outras atividades com o mesmo fim.

8º Cursos Supletivos e de Atualização de Conhecimentos – visam facilitar ao trabalhador a sua formação escolar de 1º e 2º Graus, bem como o aperfeiçoamento profissional para o melhor desempenho no emprego, ou qualificação que possibilite a ele e a seus dependentes melhoria salarial, bem como o desenvolvimento ou aquisição de habilidades que possibilitem realizar atividades voltadas à complementação de renda familiar.

9º Desenvolvimento Artístico-Cultural – eventos e ocasiões em que proporciona, ao comerciário e sua família, o contato com os valores culturais tradicionais e da atualidade, na música, cinema, teatro, artes plásticas, dança e cultura popular, bem como nas demais manifestações artísticas e de informação, a que eles geralmente não têm, acesso por barreiras de ordem econômica. Trata-se, portanto, de um esforço no sentido da democratização do patrimônio cultural da sociedade.

10º Trabalho com Grupos – nucleação e desenvolvimento de grupos de interesses junto à clientela, para a busca de soluções comuns, participação social e mobilização de recursos. São características os grupos de mães, grupos de adolescentes e, principalmente, os grupos de idosos. Estes últimos constituem uma contribuição pioneira do SESC à sociedade, visto que a entidade iniciou todo o processo de valorização da pessoa idosa através de seus Centros de Convivência de Idosos, Escolas Abertas da Terceira Idade e do Programa de Preparação para a Aposentadoria.

11º Assistência Comunitária – realização de programações conjuntas com outras instituições, principalmente nas cidades onde o SESC não dispõe de instalações físicas, no sentido da articulação de lideranças, mobilização de recursos e encaminhamento de soluções para os problemas sociais, culturais e de saúde enfrentados pelos comerciários e pela coletividade em geral.

Extinguir a fonte única de receita que mantém organizações tão benfeitas quanto o SESC, o SENAC, o SESI e o SENAI é, pois, um desserviço a uma ampla parcela da sociedade e à Nação como um todo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. LUIZ MARQUES (PFL-CE Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como já dito várias vezes desta Tribuna, meu Estado, o Ceará, encontra-se, novamente, às voltas com o problema da seca, e, desta vez, com características diferentes das anteriores, já que há uma cobertura verde em todo o Estado e razoável volume d'água nos açudes e barragens, com alguns rios ainda correndo.

O Governo, que se diz das mudanças, instalado no Ceará, desde 15 de março último, anunciou aos quatro ventos que a assistência aos famintos, que já são muitos, diga-se de passagem, seguiria sistemática diferente daquela adotada pelos últimos governos, que tiveram de enfrentar tal flagelo. Agora, as obras executadas serviriam para a cria-

ção de uma infra-estrutura resistente às secas futuras, dirigidas, comunitariamente por comissões suprapartidárias.

Infelizmente, este tipo de obras ainda não teve início! O que se vê, por todo o Estado, são centenas de homens efetuando, tão-somente, serviço de roço e uma operação tapa buraco em algumas rodovias, serviços necessários, é verdade, mas longe de atender à orientação de se criar uma estrutura resistente às futuras secas.

E, aqui, Sras. e Srs. Constituintes, entra o apelo que desejamos fazer, neste momento, às autoridades federais, no sentido de que todo o programa de emergência em curso se direcione, preferencialmente, para a irrigação, que, ao contrário do que pensa o Presidente da EMBRATUR, muito contribuirá para a redenção do Nordeste, embora não seja panacéia para a cura de todos os seus males.

Como todos sabem, o Programa de Irrigação do Nordeste, criado pelo Governo Sarney, tem como objetivo irrigar um milhão de hectares, até 1990. Constitui-se, sem dúvida, numa das estratégias básicas para beneficiar o setor rural nordestino, complementando os demais programas governamentais definidos para o Nordeste.

Há, hoje, uma convicção generalizada de que este Programa poderá mudar, para melhor, o quadro econômico e social daquela sofrida região.

Programas similares de irrigação já foram adotados, com grande êxito, em países como o México, Espanha, França, Índia, China e Estados Unidos, que tiveram extensas regiões semi-áridas e até desérticas transformadas em áreas altamente produtivas. Mas isso não ocorreu tão rapidamente como seria desejável.

Decorrido pouco mais de um ano de sua implementação, e, quando ressurgem os graves problemas decorrentes da seca do Nordeste, a eficácia do Programa de Irrigação começa a ser questionada, sem que sejam levados em consideração alguns aspectos importantes para uma séria avaliação de um programa desta magnitude.

Não se implanta um sistema racional de irrigação como num passe de mágica. A agricultura irrigada requer mudança de mentalidade, já que os procedimentos são diferentes dos tradicionais. É uma nova cultura, impondo modificações significativas no comportamento das populações engajadas no processo. Relações de trabalho, de tecnologia mais adequada, maiores cuidados sanitários, prevenção do meio ambiente, relações comerciais e espírito cooperativista são alguns dos valores culturais, que devem ser apresentados nos procedimentos de irrigação.

Vê-se, portanto, que o êxito do Programa depende do envolvimento de toda a sociedade.

Em razão da limitação de recursos, o PROINE, e de uma meta inicial pretendida para 1986, de 93.000 hectares, no que pese o entusiasmo do Ministro Vicente Fialho, teve que se contentar com 35.800 hectares. Para o corrente ano, estão previstos mais 81.800 hectares.

No meu Estado, particularmente, foram irrigados, no primeiro ano de atuação do PROINE, 9.300 hectares. Em 1987, de janeiro a maio, o Programa implantou 8.000 hectares, resultado de 333 contratos, envolvendo recursos de Cz\$ 151.000.000,00. Portanto, desde a criação do PROINE, 18.000 hectares foram irrigados no Ceará.

Nada autoriza, portanto, acusar o Programa de imobilismo ou alheamento quanto aos problemas que afligem a região nordestina.

Trata-se, sem dúvida, de números ainda modestos, mas que revelam um propósito definido de alcançar metas que acabem por elevar a produção de alimentos, de forma substancial e estável, e modernizar, mais rapidamente, o meio rural, através do uso mais intensivo de tecnologia, transformando, em última instância, a fisionomia do País.

É, pois, imperioso que o MINTER, a SUDENE e o próprio Governo do Estado do Ceará concentrem a maior soma possível dos recursos destinados à emergência, no Programa de Irrigação, nos projetos já estudados e projetados.

Em assim acontecendo, estaria assegurada a sobrevivência dos sertanejos e sendo dado um enorme passo para que, no futuro, quando de novas secas, que, infelizmente, por certo, virão, não tenha o Governo que atender às indesejáveis frentes de serviços.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB – BA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Reporto-me ao noticiário jornalístico do último dia 10, onde está confirmado que o Presidente da República, no uso de suas competências constitucionais, vetou as emendas do Senado estabelecendo o controle do Legislativo sobre as verbas do FINSOCIAL.

Tal fato exige a que venha desta tribuna mais uma vez enfatizar a necessidade de que a Constituinte, ao examinar profundamente o assunto, consigne na nova Constituição a prerrogativa congressual ampla e efetiva de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Decreto-lei do Governo passado obriga o repasse, da Receita Federal para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, de meio por cento do faturamento mensal das empresas, destinando o montante para a aplicação do Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL.

Ante seguidas denúncias de irregularidades na movimentação das verbas, que teriam sido desviadas para programas sem finalidades sociais, entendeu, com acerto, a Câmara Alta de emendar a proposição do Executivo, para assim exercitar a auditoria reclamada pelo problema.

Ao que consta, a contribuição social das empresas, que deveria ser destinada ao custeio e investimento dos programas de caráter assistencial nas áreas da alimentação, habitação popular, saúde, educação, justiça e amparo ao homem do campo, teria sido em grande parte canalizada para solver "dívidas do Governo".

Por isso, pretendiam as emendas do Senado criar a obrigação de a Presidência da República submeter ao Congresso Nacional "as diretrizes para os programas e projetos do FINSOCIAL", bem como trimestralmente, "relatório discriminando pormenoradamente o dispêndio de recursos alocados a cada um dos programas e projetos em execução". Ademais, ficaria o Poder Executivo obrigado a remeter os programas e projetos aprovados para as Comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas do Parlamento.

Todavia, o Presidente da República recusou-se a sancionar a deliberação do Senado, alinhando entre os argumentos de sustentação do voto, o fato de que os procedimentos em vigor já constituem o que lhe parece ser "uma prestação de contas setorial", eis que compreendida na Mensagem e na Prestação de Contas anualmente enviadas ao Congresso, no princípio e ao tenho da sessão legislativa, respectivamente.

Para S. Ex.^a, as emendas mencionadas criariam "um processo burocrático volumoso, sem consequência prática imediata e, além disso, estabeleceriam um relacionamento direto do Poder Executivo com os órgãos internos das Casas do Congresso Nacional – as Comissões de Fiscalização e Controle", pelo que julgou preferível dispensar essa forma de participação do Legislativo no exame dos negócios de Governo.

Conclusivamente, portanto, as denúncias de desvio de verbas não serão imediatamente apuradas, perdendo, com isso, o Poder Executivo a excelente oportunidade de obter do Congresso Nacional o testemunho válido e eficaz sobre a correção das contas e programas do FINSOCIAL.

Ao Legislativo resta, no momento, exercitar a fiscalização a partir do estudo da próxima Mensagem Presidencial, que deverá conter o desempenho do Fundo no corrente ano e a programação para 1988, comparando-a com a Prestação de Contas a ser encaminhada para o exame do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Devo observar, a propósito, que o veto do Executivo à fiscalização do Congresso, sobre as contas do FINSOCIAL, contraria flagrantemente a alardeada convicção presidencialista de seu titular. Como ensinam os cientistas políticos, somente no regime parlamentarista pode a Constituição omitir a competência do Legislativo para fiscalizar todos os atos da administração pública direta e indireta.

Insistindo em que não se pode negar ao povo aqui representado a possibilidade de vigilância sobre questões de seu particular interesse, entendo que melhor solução para esse impasse encontra-se no poder decisório e soberano desta Assembléia, que pode e deve, ao elaborar a nova Carta, instituir a fiscalização ilimitada dos atos do Poder Executivo, assim garantindo a efetividade de prerrogativa inalienável a um Congresso verdadeiramente forte e atuante.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. DASO COIMBRA: (PMDB – RJ.) Pronuncia o seguinte discurso: – Sr. Presidente, Srs. constituintes:

Quero manifestar-me pela supressão do artigo 336, do Projeto de Constituição adotado, provisoriamente, pela Comissão de Sistematização. Aquele dispositivo atenta contra algumas instituições que há várias dezenas de anos oferecem extraordinária contribuição na assistência e na educação profissional do trabalhador do comércio e da indústria.

Não podemos legislar no sentido de prejudicar de forma direta ou indireta o SENAI, o SESI, o SENAC e o SESC. Os recursos que sustentam mencionadas instituições, embora incidentes sobre a folha de pagamento da empresa, não oneram o Estado.

A forma como está redigido o artigo 336 é imprópria e representa uma intervenção do Esta-

do na iniciativa privada. Proibir que sobre a folha de salários incidam outros descontos, senão aqueles para a manutenção da seguridade social do estado, é tomar a lei um instrumento de opressão, capaz de alterar os projetos de empregados e empregadores em áreas não assistidas pelo Poder Público.

Todos conhecemos o significado, para a formação profissional da classe trabalhadora, das escolas do SENAI e do SENAC. Milhares de trabalhadores do comércio e da indústria se originam daquelas escolas, uma vez que o ensino profissionalizante, mantido pelo Estado, é de expressão mínima dentro do universo das necessidades do País.

O Ministério da Educação, desde há muitos anos, deixou de instalar escolas profissionais a nível de Segundo Grau. O Governo abandonou a profissionalização da mão-de-obra, deixando aos particulares esta responsabilidade. Os empresários, cientes de suas próprias necessidades, e reconhecendo a urgência da preparação de operários especialistas, sustentam o SENAI e o SENAC, que lhes rendem parcela ponderável dos recursos humanos absorvidos no comércio e na indústria.

Por igual, na medida em que a assistência direta ao trabalhador é tarefa que se vai tomando estranha às ações do Estado, o SESI e o SESC suprem aquelas necessidades, atuando de forma a atender a comunidade envolvida e assistir à família dos trabalhadores.

Entretanto, Sr. Presidente, o mencionado artigo 336 labora em desfavor daquelas instituições e, por isto, do dispositivo se pode dizer que é de péssima e inoportuna inspiração, como é, aliás, em quase toda a sua totalidade, o Capítulo que trata a respeito da Seguridade Social, a partir do artigo 333.

Estou encaminhando ao Plenário desta Assembléia Nacional Constituinte emendas supressivas visando deixar para a legislação ordinária a maioria dos assuntos abordados no Capítulo da Seguridade Social. Entretanto, no que se refere ao artigo 336, penso que o mesmo deve ser simplesmente suprimido, sem ser remetido, de forma alguma, à legislação comum, posto que o seu conteúdo é indesejável à comunidade trabalhadora e patronal do País inteiro.

Quero manifestar minha solidariedade pessoal aos trabalhadores da indústria e do comércio no momento em que, unanimemente, todos se manifestam pela supressão do artigo 336 mencionado.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. DIONISIO HAGE (PMDB – PA.) Pronuncia o seguinte discurso: – Sr. Presidente, Srs. constituintes:

Trazemos hoje ao conhecimento da Casa, a real situação do Partido da Frente Liberal, que surgiu e cumpriu o seu papel, que possibilitou a eleição de Tancredo Neves, para Presidente da República e um dos seus fundadores José Sarney, Vice-Presidente, hoje no exercício da Presidência.

Àquela altura, Sr. Presidente, formava-se a Aliança Democrática que no Pará nunca existiu, embora a lealdade ao Presidente José Sarney tenha sido sempre uma constante, jamais entendida, tanto pelo Presidente da República, como pelos Ministros do PMDB, e até mesmo por alguns

dirigentes do PFL que estão esquecendo o Norte do País e já esqueceram que o primeiro grito contra a Velha República foi dado pelo ex-Governador Alacid Nunes, ao romper com o General João Figueiredo, então Presidente da República.

Hoje Sr. Presidente, o que existe são conjecturas vazias, e na realidade o que deve haver é o fortalecimento do PFL para que se torne forte a Aliança Democrática.

Sr. Presidente, Srs. constituintes, para refletir com absoluta nitidez o momento que vive o Partido da Frente Liberal no Estado do Pará, transcrevemos para que conste dos Anais desta Casa, o artigo do Jornal **A Província do Pará**, e o discurso de posse na Executiva Regional do nosso Partido, em Belém, do companheiro Willy Andersen Trindade, bem como os telexes que encaminhamos ao Senador Marco Maciel, Presidente do Partido, e ao Sr. Presidente da República, José Sarney, o que comprova que não estamos omisos ao grande problema que afeta o Partido, e que sirva de alerta para outros companheiros que ora nos ouvem, que com certeza possuem problemas idênticos e com seu silêncio de omisso estão contribuindo para maior desgaste do Partido.

A eleição de 1988 está se aproximando, o julgamento popular eminentemente; o que se assiste, se vê, com raras exceções é uma filosofia barata que procura dar a idéia de que tudo vai bem, quando na verdade vai mal e muito mal.

Leio, para transcrição:

Belém, quinta-feira, 25 de junho de 1987

APARTE

O PFL é situação?

A Província do Pará

* WILLY TRINDADE

A restauração do regime democrático, a necessidade de participar de um processo que quebrasse a inércia administrativa, a vontade de evitar radicalização de direita e esquerda, motivou um grupo de líderes políticos e não-políticos a criar um partido que tendesse a moderação e ao equilíbrio, e que na realidade funcionasse como o fiel da balança nos momentos difíceis pelos quais teria que passar nosso País no decorrer do seu crescimento e amadurecimento político, econômico e social.

A Frente Liberal, hoje Partido da Frente Liberal, surgiu e cumpriu este papel, sendo sem dúvida a principal responsável pelo sucesso da eleição de Tancredo-Sarney como primeiro governo civil pós-revolucionário. Sem sua participação a Aliança Democrática não teria sequer existido.

Esta mesma responsabilidade faz com que hoje seja necessária uma reavaliação e auto-crítica daqueles Frente-Liberlalistas em relação à sua postura atual.

Gradativamente o PFL foi sendo aliado pelo seu parceiro de aliança das decisões importantes da Nação, tanto a nível federal como estadual, passando a ter uma posição mais figurativa do que decisória. A moderação foi confundida com fraqueza e o equilíbrio com inércia.

No Pará o PMDB, com o apoio federal maciço e com o uso nem sempre ético de todos os recursos estaduais, chegou ao gigantismo dos dias atuais onde domina e administra todos os órgãos do Estado e Municípios. O PFL, no momento, só conta com uma única prefeitura municipal.

A constante orientação recebida pela cúpula Federal do Partido continua sendo de que o momento de transição ainda não é findo e de que mais do que nunca torna-se necessário o fortalecimento da Aliança Democrática e do apoio ao Governo Sarney.

Ora, é incompreensível que numa aliança só um Partido seja beneficiado e definir, a seu modo, a política nacional. É fantasioso acreditar que só o PMDB tenha homens com capacidade de liderar. O que se espera obter do PFL? Simples votos de concordância das atitudes assumidas?

Talvez uma pequena parcela do Partido esteja satisfeita de ter em suas mãos cargos de pseudocomando e a divisão desigual do Poder Central, mas, no que diz respeito aos Estados, a participação do PFL tem sido inexistente, os postos federais não trazem reflexo para as bases partidárias.

Difícil já é a postura de pertencer a um Partido de centro que defende uma ação social sem radicalização. Há bandeiras cômadas com rompantes demagógicos que, nas horas de dificuldades, caem fácil no anseio de uma população descrente da administração pública. Mas, aceitar tutela de um outro Partido, isso jamais!

Homens equilibrados querem ter a chance de interferir e manifestar-se para corrigir os desvios da intenção inicial da Aliança Democrática e fortalecer a reagregação dos valores pátios. Não queremos ficar inativamente às expensas do Poder Central, secundar decisões e aplaudir posições que por nós não foram tomadas. Não podemos querer ter os cargos mas não ter o direito à ação.

Há pouco tempo, a imprensa noticiou a revolta ética do mundo científico contra a manifestação do renomado antropólogo italiano Brunetto Chiarelli, que apontou a possibilidade de criação de um ser híbrido meio homem, meio chimpanzé, através de biotecnologia. Hoje, eticamente, revoltamo-nos com a possibilidade que se acena de criar-se um político híbrido, homem de situação sem direito ao Poder, o que estão querendo impingir ao frente-liberalistas.

Vemos hoje que é chegado o momento de suspender a mediação. O que falta ao Brasil são líderes que tomem posturas e decisões coerentes e não um combate desenfreado para manter esses líderes afastados do Poder, estabelecendo no País um regime de mediocridade.

Quem pensa estar no centro automaticamente tenta evitar a radicalização até que é chegado o momento em que se avulta pela falta de respeito com que é tratado pelos seus pares.

(*) Willy Anderson Trindade, médico, foi candidato a Vice-Governador pelo PFL em 1986, e é membro do Diretório Regional do Partido da Frente Liberal.

Informo ilustre Presidente endereço hoje Senador Marco Maciel dirigente máximo Partido da Frente Liberal mensagem com seguinte teor – "Somente agora recebi convite dessa presidência vg impossibilitado comparecer face me encontrar em Belém em contacto bases partidárias apelo nobre presidente lute pelo fortalecimento Partido sem o qual não haverá condição de sobrevivência vg providências estas de caráter de urgência sem as quais fatalmente haverá esvaziamento nossas hostes partidárias vg julgando que antes qualquer tentativa arrumar casa do vizinho eh de maior prudência que arrumemos a nossa casa para que não ocorra o que se observa no outro Partido que compõe a Aliança Democrática pt Espero que na reunião que segundo informa em seu convite traçará rumos para uma "campanha de filiação e criação de diretórios" vg se tome na devida conta a fidelidade do Partido ao Presidente José Sarney vg que deverá ser melhor entendida vg pois esse entendimento implicará na ocupação de maiores espaços e maior fortalecimento do Partido vg uma vez que embora estejamos no Governo continuamos sem ser governo pt Cônscio de que todas essas reivindicações serão tomadas na devida conta pelo nobre Presidente receber o testemunho de minha lealdade partidária pt Cordialmente Dionísio Hage Vice-Presidente do Diretório Estadual e Vice-Líder.

Somente agora recebi convite dessa presidência vg impossibilitado comparecer face me encontrar em Belém em contato bases partidárias vg apelo nobre Presidente lute pelo fortalecimento nosso partido sem o qual não haverá condição de sobrevivência vg providências estas de caráter de urgência sem as quais fatalmente haverá esvaziamento nossas hostes partidárias vg julgando que antes de qualquer tentativa de arrumar a casa do vizinho é de maior prudência que arrumemos a nossa vg para que não ocorra o que se observa no outro partido que compõe a Aliança Democrática pt Espero que na reunião que segundo informa em seu convite traçarão rumos para uma "campanha de ligação e criação de diretórios" se tome na devida conta a fidelidade do partido ao Presidente José Sarney que deverá ser melhor entendida vg pois esse entendimento implicará na ocupação de maiores espaços e maior fortalecimento do partido vg uma vez que embora estejamos no Governo continuamos sem ser Governo pt Cônscio de que todas estas reivindicações serão tomadas na devida conta pelo nobre Presidente receber o testemunho de minha lealdade partidária pt Cordialmente Dionísio Hage Vice-Presidente do Diretório Estadual vg Vice-Líder e Coordenador da Bancada na Câmara dos Deputados.

Companheiros:

A hora em que vossa confiança em mim se traduz pela homologação de meu nome à Segunda-Vice-Presidência do Diretório Re-

gional de nosso Partido, sinto também que além da confiança vem também a expectativa de uma Vice-Presidência ativa, de trabalho, com a ocupação de um cargo que não fique só no simbolismo, mas que traga ação.

É esta a minha disposição. Na maioria vocês me conhecem a partir da campanha de 86 e observaram que quando me dedico a uma tarefa o faço com afinco. A cada encargo que assumo, como a programação do rádio, da televisão, a coordenação da apuração, vou me envolvendo de corpo e alma, inclusive com prejuízo de meus afazeres particulares. E não luto por mim e simples companheiros de partido.

O PFL em nosso Estado passa por momentos difíceis e de decisão. Como já afirmei para muitos aqui, somos encarados como participantes desta famigerada Aliança Democrática e responsabilizados por decisões sem que tenhamos ajudado a torná-las e sem termos em nossas mãos órgãos da administração que nos dê poder de comando ou de ação política.

E fácil conviver ou justificar-se ao eleitorado quando um partido é situação ou mesmo oposição. Mas quando não se é uma coisa ou outra são poucos aqueles que estoicamente suportam estar ao nosso lado. Daí se deduz que o PFL no Pará subsiste à custa de abnegados, de homens que se prendem ao Partido, não por conveniências e sim por idealismo. Homens que sacrificam o seu prestígio pessoal sendo açoitados pelos dois lados. Aqueles que detêm o poder não nos fornecem o necessário escudo de proteção para suportarmos as flexas ácidas dos que se nos opõe. Devemos, no entanto, reconhecer que esta cota de sacrifício tem limites, limites que esbarram em nossos próprios brios. Está na hora de nos reposicionarmos politicamente. Devemos ser humildes e modestos para reconhecermos que estamos sós. De nada adiantará a revolta e a rampança para exigir o reconhecimento de nossos méritos pela área federal. Temos que procurar dentro de nosso próprio meio a valorização e a união de nosso trabalho. Somos poucos, mas somos fortes. Somos um partido pequeno, mas temos fé. Dentro desta filosofia de trabalho tenho certeza que, em bem pouco tempo, conseguiremos levantar de novo o prestígio do PFL perante a comunidade paraense.

O nosso Presidente, Coronel Alacid Nunes, é um exemplo a ser seguido. Criou o PFL no Pará e a ele se dedicou integralmente. Muitos se colocaram a seu lado, para usar do seu inegável prestígio e logo o abandonaram, em busca de novos padrinhos, na hora em que sentiram que suas posições coerentes ameaçavam os cargos amealhados às suas custas. Não importa, os poucos que ficaram valem em dobro porque trazem consigo um bem muito simples e valioso: a amizade sincera e uma inabalável confiança em seu comando!

O Sr. Coronel, já deu uma grande cota de sacrifício em prol do Partido, inclusive sacrifício financeiro para sustentar a subsistência do mesmo. Cobre-nos agora que faça-

mos a seqüência, que reestruaremos as nossas bases partidárias com o nosso sacrifício pessoal, com realismo, com trabalho, com o apoio daqueles que acreditam particularmente em cada um de nós, que existem, mas se acanham perante nossa falta de posicionamento.

Obrigado companheiros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOVANNI MASINI (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tomo a liberdade de ocupar a tribuna no dia de hoje para tratar de um problema que é extra-constitucional, mas cuja gravidade justifica sua inclusão no foco de atenção dos congressistas brasileiros. Trata-se de uma grave ameaça contra as pequenas e microempresas deste País, que precisa ser eliminada sob pena de causar grandes prejuízos econômicos e sociais à Nação brasileira.

O que está ocorrendo prende-se à definição legal das micro e pequenas empresas, definição através da qual das podem gozar de uma série de justos e merecidos benefícios. Segundo a legislação atual, é microempresa aquela que tem uma renda bruta anual igual ou inferior a 10.000 OTN, enquanto se considera pequena empresa aquela que tem renda bruta anual igual ou inferior a 100.000 OTN. O problema todo reside no fato de que esse enquadramento é feito com base no valor nominal da OTN de janeiro.

Sr. Presidente, Sr e Srs. Constituintes: em decorrência do Plano Cruzado I, o valor da OTN de janeiro de 1987, sofreu uma grande defasagem em relação aos preços correntes e ao valor atual da própria OTN. Em decorrência, uma enorme parcela de pequenas e microempresas está prestes a perder seu enquadramento legal, vindo a equiparar-se às demais empresas em seus ônus e obrigações, o que fatalmente as levará à insolvência e ao colapso.

Impõe-se, por consequência, a imediata revisão daquele critério, adotando-se novo paradigma, que pode tomar por referência ou o valor médio da OTN de janeiro a dezembro do ano-base, ou simplesmente da OTN de dezembro, conforme sugestões do próprio setor. Já levamos este pleito ao conhecimento do Exmº Ministro da Fazenda, através de ofício e, ainda hoje, em audiência com o Exmº Sr. Presidente da República, tivemos a oportunidade de fazer o mesmo alerta. Chamamos agora a atenção dos nobres colegas Constituintes para que somem esforços conosco nesta luta. Com isto, impediremos que milhares de pequenos microempreendimentos venham a fechar suas portas e demitir seus empregados, nessa hora dramática em que todos nos esforçamos para evitar a recessão e sair da crise que nos assola.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

O noticiário recente informa que o Governo pretende, na próxima reforma bancária, transformar o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia em carteiras de desenvolvimento do Banco do Brasil. No Nordeste e na Amazônia esta notícia

caiu como uma bomba destruidora contra aquelas regiões.

Se verdadeira for esta pretensão, achamos que o Governo iria cometer 3 tipos de burrice:

1) burrice econômica

Há muitos anos que a ciência econômica nos ensina que os fatores de concentração das forças de mercado tendem a concentrar a renda e o emprego nas regiões mais bem dotadas de recursos naturais. Por isso, é indispensável que a sociedade crie mecanismos para combater tal concentração espacial. No nosso caso, as forças de mercado têm atuado no sentido de concentrar os benefícios do desenvolvimento na região Centro-Sul, ficando o Norte e o Nordeste sempre ameaçados e relegados ao subdesenvolvimento. Os mecanismos de desconcentração só funcionam através de órgãos especializados, e é por isso que foram criados, há várias décadas, o BNB e o BASA. O Banco do Brasil, apesar de sua reconhecida competência, não é órgão especializado em desenvolvimento regional e, desse modo, não cumpriria eficientemente esse papel através de uma carteira de desenvolvimento. Ocupado com numerosas outras funções de alta significação na política econômico-financeira do Governo, o BB não seria uma entidade dedicada a desenvolvimento regional. Em outras palavras, o BNB e o BASA não teriam substituto adequado na importante missão de reduzir as desigualdades regionais no Brasil.

No caso do Nordeste, se algum crescimento econômico se verificou nos últimos 35 anos, na região, grande parte se deve ao excelente desempenho do BNB, as funções comerciais que ele exerce são suplementares à principal função de banco de desenvolvimento e se destinam a suportar as despesas que o banco tem e que o Governo há muito tempo deixou de ajudar a custear. A função de banco de desenvolvimento gera prejuízos financeiros para gerar lucro social, mas, apesar disso, o Governo deixou, há muitos anos, de socorrer o BNB com recursos a fundo perdido, como ocorria, por exemplo, com o Fundo das Secas. Até o aumento de capital, aprovado em fevereiro, ainda não foi integralizado pelo Governo Federal, como prometido pelo Presidente da República e amplamente anunciado como aporte vital de recursos para o banco.

Ao contrário do BNDES e da CEF, que têm fontes estáveis institucionais de recursos (FGTS, PIS/Pasep), o BNB não tem esse tipo de apoio. Tinha (ex fundo das secas) mas lhe foi retirado, como que uma perseguição paravê-lo sucumbir.

A região Nordeste sofre a saga da política econômica e social injusta. Com 29% da população brasileira, recebe apenas 11% dos gastos públicos. Com 51% dos analfabetos do País recebe apenas 15% do orçamento do Ministério da Educação. Tais números mostram que há muita manchete retórica, mas recurso de fato não há para os nordestinos. Promessas e programas riquíssimos, mas recursos paupérrimos quando observados a posteriori. As estatais concentram mais ainda o papel do Governo no Centro-Sul do que a administração direta.

Srs. Constituintes, o Nordeste, em vez de sofrer o golpe da extinção do BNB, precisa de há muito é que o Governo ajude aquele banco a ter melhores condições de cumprir o seu difícil papel. Semelhante observação é pertinente no caso do BASA.

2)Burrice financeira

O Banco do Nordeste paga ao Tesouro Nacional vultosas somas de Imposto de Renda. Passou há muito a ser um órgão lucrativo para o Governo, se olharmos do ângulo financeiro. De sorte que não é um órgão que pesa nas contas do Governo ou que provoque déficit, muito pelo contrário. A ajuda que existia foi extinta há 18 anos. De sorte que, sob este ponto de vista, nenhum benefício o Governo teria na sua extinção. Já se trata de um excelente desempenho o fato de o BNB custear os prejuízos do papel de banco de desenvolvimento, com as funções comerciais suplementares. Estas são, na verdade, as funções de sobrevivência do banco. E por isso que nenhum banco particular se interessaria em exercer a função desenvolvimentista no sentido estrito de banco de desenvolvimento.

3) Burrice política

Se o BNB e o BASA fossem extintos tudo indica que o Governo perderia o apoio político dos 178 Constituintes do Nordeste e do Norte. Isto significaria uma perda na Constituinte e no Congresso. Não é admissível que o Presidente Sarney, nordestino que é, iria adotar absurdo desse porte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O País atravessa uma grave crise econômica e, a reboque desta uma crise social e política não menos grave.

Esta crise foi formada, através dos anos, pela condução da economia numa linha de desenvolvimento onde a principal mola propulsora era a poupança externa.

Com a disparada dos juros internacionais, conjugada com a elevação dos preços do petróleo, houve a elevação da nossa dívida a um patamar que poderá provocar o sacrifício de toda a sociedade, para o seu pagamento.

Não estou, no momento, interessado na discussão das políticas do passado, pois haverá sempre a razão e a culpa de qualquer dos lados em que nos encontremos, pois somos brasileiros e, sob o ponto de vista dos credores, responsáveis pelo pagamento da dívida.

Se a poupança externa é a melhor solução para o desenvolvimento de um país, haverá sempre a discussão de como esta poupança foi tornada e aplicada.

Para mim é quase certo de que teremos de pagar a dívida e o que mais me preocupa é a forma como iremos pagar.

O sacrifício de todos é uma decisão política e nem todos foram beneficiados pela poupança externa, pelo menos na mesma proporção.

O que eu me pergunto é a forma como a dívida será paga, se iremos ao FMI, se haverá recessão das condições de vida do nosso povo, se haverá recessão e, como consequência, o sucateamento de nossa indústria e outras perguntas, tantas quantas forem necessárias, para identificar a política econômica adotada para criar condições para o pagamento da dívida.

As respostas a estas perguntas deveríamos encontrar com facilidade nos discursos proferidos em nome do antigo partido de oposição e que hoje se encontra no Governo, o PMDB.

Entretanto, há um fato histórico importante para o entendimento de muitos acontecimentos da história atual do País.

A transição política deste partido da oposição para o Governo foi resultado de um acordo de elites.

Eu, por acreditar na sinceridade política de pelo menos uma centena ou mais dos representantes deste partido, acredito que é exatamente pelas condições em que se deu esta transição, que não se pode aplicar ou exercer, no governo, um comportamento adequado a vinte anos de história oposicionista e, como consequência, termos uma brusca mudança no perfil dos que hoje representam esta legenda.

Como que a confirmar esta mudança de comportamento, recentemente, aqui esteve, no Plenário desta Casa, o Ministro Bresser Pereira, membro ilustre do PMDB, a ditar a necessidade de reformas nas propostas de seu Partido, bem como a confessar que a sua visão na oposição era diferente da visão que tem agora, como membro do governo.

Não mudou a visão do Ministro, felizmente ele continua bem de saúde, mudou simplesmente o que ele pode enxergar.

Esta mudança dá crédito as palavras de Lisâneas Maciel que, quando em campanha ao Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1982, afirmou:

"O PMDB não quer mudar nada, só quer chegar ao Poder."

Para a crise que o País atravessa, desde o princípio desta década, sempre existiram dois caminhos.

Nos palanques oposicionistas, o PMDB pregava justiça social através de uma política econômica não recessiva.

No Governo, o Ministro Delfim Netto adotava a ortodoxia das soluções do FMI, sem fugir à necessidade do prejuízo ao crescimento econômico e da contenção dos salários.

O PMDB repudiava a ida do Brasil ao FMI e o Ministro não admitia solução para o problema sem a anuência daquele organismo.

Como era o Governo do PDS e as soluções adotadas eram as do Ministro Delfim, o Brasil foi ao FMI, adotou suas medidas e, entre outras, uma política de contenção de salários com a participação do PTB na sua aprovação, nesta Casa.

O Brasil renegociou a sua dívida, melhorou sua balança de pagamentos, obteve dinheiro novo e, quando da transição de governo, havia em caixa uma reserva que permitia ao Brasil manter seu crescimento econômico.

E como a política de contenção salarial foi feita às claras, posteriormente pôde existir a reposição das perdas salariais, com a revogação do Decreto-Lei nº 2.065.

O preço que a sociedade pagou teve retomo, então, e isto não se pode negar.

Votei o 2.065 porque acreditava na necessidade de uma coerência na política econômica do País e não me arrependo disto.

Melhor uma solução negociada e às claras do que uma decisão imposta e obscura.

Nunca fui à responsabilidade de ter participado do acordo político que deu origem à participação do meu partido no Governo do General João Figueiredo, através da participação da administração de algumas empresas, entre elas a Cobal, de tristes recordações, porém nunca fui à

responsabilidade, nem procurei ocultar os responsáveis pelos descalabros na administração daquela companhia.

Mesmo com o meu partido participando do Governo Figueiredo, votei nesta Casa, junto com quase a totalidade de meus companheiros de partido, a emenda das diretas já.

Posteriormente, votamos em Tancredo Neves, dando, com estes fatos, uma demonstração inequívoca de prezar as liberdades democráticas e que a participação de um partido no Governo não pode se dar ao preço de ter de se vender suas propostas políticas.

Assumi, aqui desta tribuna, a posição de meu partido enquanto o PMDB utilizava os desmandos na Cobal, tentando transferir a responsabilidade direta dos acontecimentos ao partido, tentando tirar proveitos políticos para as eleições municipais em curso no ano de 1985.

Estranhamente, fomos nós, os remanescentes do PTB que não trocaram de legenda que mais nos debatemos para apurar as responsabilidades e punir os responsáveis.

Neste mesmo ano de 1985, o diretório do meu partido lançou a candidatura de Fernando de Carvalho à Prefeitura do Rio de Janeiro e, por entender eu, que tal candidatura não atendia à cidade do Rio de Janeiro e, muito menos ao PTB, caminhei pela candidatura de Saturnino sem nunca ter participado do Governo Brizola, e sem nunca ter, posteriormente, solicitado nada ao Prefeito eleito.

Fago este breve relato para reafirmar com atitudes que acredito no que faço e acredito também na atitude política, seja qual for, desde que despida de segundas intenções ou interesses.

Podemos entender que outras correntes de pensamento queiram dar ao problema tratamento diferente e eu, como toda a sociedade brasileira, exaltei quando a economia disparou em crescimento desenfreado na adoção do Plano Cruzado.

E a sociedade, respondendo a melhoria repentina do seu nível de vida, concedeu ao PMDB nas urnas a maior vitória eleitoral da história daquele partido, cristalizando em números a responsabilidade a ele transmitida na condução dos destinos do País.

O que se viu em seguida foi a maior deceção popular da história recente, pois nem bem acabavam de sair das urnas os votos, o PMDB disparava na direção de uma realidade que não conseguia mais segurar, concedendo aos seus eleitores os maiores índices inflacionários já registrados, confessando o esgotamento das reservas de dólares e, em consequência, decretando a moratória da dívida externa, dando a nítida impressão que aqueles que criticavam o Plano Cruzado estavam com razão ao afirmar que se tratava de uma manobra eleitoreira.

Apoiei o Plano Cruzado no mesmo dia em que o mesmo foi anunciado à Nação pelo Presidente José Sarney e não me arrependo disto, mas sofri a mesma deceção que sofreu o mais comum dos cidadãos.

Como político, sempre acreditei naquilo que faço.

Apoiei a transição democrática e não me arrependo disto.

Apoiei e elegi o Governo José Sarney, sem nada pedir, simplesmente porque acreditei.

Não votei no PMDB, votei em mim, mas, para o Governo do Estado, fui dos primeiros a lançar

a candidatura do Governador Moreira Franco pelo meu partido, o PTB, antes mesmo que Moreira fosse candidato pelo PMDB, por entender que Moreira era a solução política para uma coligação partidária e apoiei esta coligação até o final, dando meu apoio para que o PMDB chegasse ao governo do meu Estado.

Também não me arrependo disto.

Mas, se me arrependesse, não existaria em criticar quem quer fosse, pois não tenho compromissos, a não ser com meus eleitores, e, por este motivo, não posso aceitar o comportamento conflitante que o Governo adota neste momento.

O PMDB, pelo seu passado, entende que não pode admitir a ida do Brasil ao FMI, mas vai.

Ninguém acredita na independência das medidas do Governo com relação às recomendações do Fundo Monetário Internacional

O Governo, pressionado pelo discurso oposicionista do PMDB, se esforça em dar a impressão que não se submeterá à política do FMI, entretanto, adota as medidas necessárias para adequação de nossa política econômica à política ditada por aquele organismo.

Até aí tudo bem, se o PMDB quer mentir para ele mesmo, problema do PMDB, ninguém tem nada com isto.

Mas quando a necessidade de mentir afeta a sobrevivência do povo, é necessário que se coloque em pratos limpos esta mentira, para que todos possam cobrar de quem de direito.

É por isto que cobro coerência do PMDB e não pela fixação na sigla que o Senador Mário Covas me imputou recentemente, em plenário.

O PMDB está mentindo para todos e, como a mentira afeta a todos, só nos resta criticar e isto não é fixação nem assunto interno do partido, são discursos de praça pública, compromissos assumidos na oportunidade da aliança para a transição democrática, da qual o PTB fez parte, mas quando da morte de Tancredo o PMDB fez questão de esquecer, falsidade ideológica pura e simples de quem se diz um, sendo outro.

Progressista, define o Professor Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, "que é adepto ou partidário do progresso político, social ou econômico. Diz-se de quem, não pertencendo a um partido Socialista ou Comunista, aceita e ou apóia, no entanto, os princípios socialistas ou marxistas".

Aurélio define ainda como progressistas os seguidores da Regência de Diogo Feijó, entretanto mesmo considerando a Idade do nosso poli-presidente Ulysses Guimarães, não acredito que tenha tido tempo para tanto.

Continuando no meu raciocínio, uma destas mentiras diz respeito à política mais discutida do FMI, que é a de que o reajuste integral dos salários, de acordo com a inflação existente, provoca uma espiral inflacionária que deve ser detida com a contenção dos salários.

No passado isto já foi discutido exaustivamente e o PMDB, através de seus economistas, energicamente se posicionou contrário a ela.

Mas o Decreto-Lei nº 2.065, que colocava em prática esta política tão criticada pelo PMDB, tinha a capacidade de proteger os trabalhadores de mais baixa renda, dando a estes reposição integral da inflação ao seu salário.

Hoje o PMDB corre em adotar as medidas necessárias à adequação de sua política econômica àquela adotada pelo FMI e, como a contenção

de salários é uma componente importante desta política econômica, adota esta política, querendo enganar a Nação, através de um congelamento de preços e salários mentirosos, pois as únicas coisas efetivamente congeladas foram os salários.

Os preços não foram congelados, houve um disparo de preços antes do anúncio do congelamento, por um erro confesso do Ministro Bresser Pereira, que antecipou as medidas aos empresários, anuncianto a necessidade de um novo congelamento.

Mas insatisfeitos, quando da oportunidade de publicação das tabelas da Sunab, novos aumentos foram concedidos, desmoralizando por completo a política do Governo.

Os economistas do PMDB insistem em afirmar que não haverá prejuízo para o trabalhador, só se for para os suecos, pois, para o trabalhador brasileiro já está claro que, desde o início, está perdendo muito.

Não são sérios os economistas que insistem na perda salarial, como eram traidores os que criticavam o Plano Cruzado do Ministro Dilson Funaro.

Deste posicionamento, para a atribuição de movimento subversivo àqueles que lutam por sua liberdade, é um passo e o Ministro da Justiça, do PMDB, já anda enquadrando na Lei de Segurança Nacional, antes rejeitada pelo PMDB, os opositores mais contundentes do regime, procurando punir o ato de protestar como se estivesse punindo o assalto a um quartel.

As manifestações que estão havendo, a exceção feita a "picareta" que tem "ares" de Riocentro, são reflexos de uma política salarial recessiva que mantém o salário mínimo abaixo dos quarenta dólares, o mais baixo da história, tudo porque o PMDB não pode aceitar que, dentro da política econômica adotada pelo seu Partido, não pode haver contenção de salários.

Quando afirmei que não me arrependo de ter votado o 2.065, afirmo isso porque entendo como inevitável a adoção daquela política naquele momento e os economistas do PMDB, hoje, confirmam este fato ao adotar medidas semelhantes, mas o 2.065 protegia o salário dos menos favorecidos e o que o PMDB está fazendo, ao mentir para toda a Nação, é prejudicar os menos favorecidos.

Não há proteção possível para aqueles que ganham apenas para a sua sobrevivência, enquanto se insistir na mentira de que não há perda salarial.

Há necessidade urgente de se determinar a diferença entre os salários que provocam uma demanda no mercado consumidor, acelerando a inflação, que precisam ser reduzidos e os salários que mal permitem a sobrevivência daqueles que deles vivem, que precisam ser protegidos.

Se a contenção salarial for feita de maneira clara e inequívoca, poderemos proteger os menos favorecidos e a Nação, pois o custo social de um salário mínimo tão irrisório será muito elevado.

Deixo aqui um aviso, não ao PMDB, e sim às pessoas que prezam e que se encontram filiadas àquela legenda.

Sustentar em praça pública uma política econômica discutível é muito mais fácil do que sustentar uma mentira na qual ninguém mais acredita.

O PMDB, hoje, foge da verdade e amanhã terá de fugir das umas.

Não é por outro motivo que o compromisso assumido à beira do túmulo de Tancredo de assumir suas propostas, entre elas a de quatro anos para um governo de transição, está para ser esquecido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O ilustre e operoso Secretário dos Transportes do Estado de São Paulo Walter Nory, em entrevista concedida ao **O Estado de S. Paulo**, de 21 de julho de 1987, anunciou o Plano de Recuperação e Modernização da Fepasa, contando, para tanto, com empréstimos provenientes do Banco Mundial (Bird), na ordem de 100 milhões de dólares, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), no valor de 110 milhões de dólares e 90 milhões de dólares provenientes do Governo estadual.

Além desse montante de 300 milhões de dólares, Estado e União pagará a dívida de 1 bilhão e setecentos milhões de dólares, permitindo que a Fepasa fique sem nenhuma dívida e comece a dar lucros a partir de 1991. Para que tal ocorra, consta também do Plano a assunção, pelo Estado, da pensão dos inativos.

Segundo o Secretário Walter Nory, a iniciativa privada "será chamada a participar de uma empresa altamente rentável", dando sua colaboração na construção e exploração dos pátios e terminais intermodais em um projeto que levará quatro anos para ser executado e terá iniciado em janeiro do ano que vem.

Como os empréstimos são em 15 anos, com um prazo de carência de 4 anos, a empresa terá meios de expandir-se e ampliar em 40% sua capacidade de transporte de carga, passando dos atuais 23 milhões de toneladas para 33 milhões de toneladas anuais. É de se salientar que, com esse aumento de capacidade de carga transportada, a Fepasa não terá mais necessidade de socorrer-se dos recursos extras do Estado para cobertura dos déficits oriundos dos transportes de passageiros, onde a tarifa de quatro cruzados não cobre os atuais custos de onze cruzados e setenta centavos por passageiro, cuja diferença é subsidiada por verba suplementar do Tesouro estadual.

O Plano de Recuperação de Modernização da Fepasa – uma extensa rede de cinco mil quilômetros de trilhos – compõe-se de cinco programas: recuperação dos trechos que se encontram em péssimas condições; implantação de um sistema de telecomunicações mais moderno; reaparelhamento dos pontos de estrangulamento do sistema; recuperação de 50 locomotivas e 230 vagões e, por fim, convite à empresa privada para construir e explorar modernos terminais capazes de apressar o sistema de carga e descarga, já tendo sido indicados 14 locais pela Fepasa.

Os primeiros terminais farão a interligação ferrovia-rodovia-hidrovia e serão construídos em Presidente Epitácio, Panorama, Três Lagoas, Santa Fé e Pederneiras. Os terminais ferro-rodoviários, por sua vez, localizar-se-ão em Assis, Tupã, São José do Rio Preto, Barretes, São Joaquim da Barra, Presidente Altino e em Campinas, sendo o terminal de Campinas o maior, por servir como entreposto aos trens que descem para o Porto de Santos. Os terminais hidro-rodoviários ficarão em Araçatuba e Anhembi.

Não resta dúvida, como afirma o Secretário Walter Nory, "haverá uma revolução nos transportes em São Paulo", sobretudo porque haverá um barateamento nos custos de escoamento da produção; uma melhoria nas condições de tráfego nas rodovias e, por fim, mais caminhões disponíveis, evitando, como ocorre atualmente, perda da produção, quando há supersafra, por terem os caminhões de trafegar mais de 200 quilômetros, contra os quase mil que percorrem atualmente.

Dar-se-á melhor otimização no fluxo de carga dos trens que demandam a cidade de Santos, com retomo certo de mercadorias e produtos, bem como serão sanadas as dificuldades de embarque no Porto de Santos para as mercadorias transportadas por caminhão, o que levou o Secretário Walter Nory a afirmar que "o produtor vai ganhar mais, pois o frete ferroviário sai pela metade do preço do rodoviário".

É com grande satisfação, Sr. Presidente. Srs. constituintes que registro nos Anais desta Casa a eficiente direção da FEPASA, que tem à sua frente, como diretor-presidente, Antônio Carlos Rios Coerral, constando, ainda, na alta administração da empresa pessoas do mais elevado nível técnico, oriundos dos quadros da própria empresa, e que há muitos anos colocam sua alma e sua inteligência a serviço da FEPASA e do Estado de São Paulo.

O SR. RONALDO CEZAR COELHO (PMDB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero, nesta tarde, reforçar junto ao Sr. Ministro da Fazenda, antigo e justo pleito da população do norte fluminense.

Trata-se de fazer justiça a essa região discriminada pelo Governo Federal.

Precisamos ter as mesmas taxas de juros cobradas pelo Banco do Brasil e pela rede privada no vizinho Estado do Espírito Santo.

A região, formada de 15 municípios, tem uma das mais baixas rendas por habitante de todo o País – menos de 400 dólares por ano – e faz limite com o Estado do Espírito Santo; que há 18 anos tem inúmeros benefícios fiscais e creditícios, o que somente veio agravar a situação do norte Fluminense.

Qual é o empresário que investirá no norte fluminense se poderá cruzar o rio Itabapoana e investir no Espírito Santo a taxas de juros três vezes menor, além de incentivos fiscais federais e estaduais?

Um programa sério para reverter o quadro de pobreza e esvaziamento econômico do norte fluminense começa com a eliminação dessa discriminação perversa contra sua economia e contra seu povo trabalhador.

Neste sentido, peço novamente que o Ministério da Fazenda encaminhe voto ao Conselho Monetário Nacional que já conta com o declarado apoio lúcido e competente do Presidente do Banco do Brasil, Dr. Camilo Calazans, para igualar a região do norte fluminense ao Espírito Santo em condições e estímulos ao desenvolvimento econômico, ao progresso social, para felicidade do seu povo injustiçado, que com orgulho represento nesta Constituinte.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB

- GO. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Estado de Goiás tem uma área de 640.000 quilômetros quadrados, que se divide entre 244 municípios, com 836 distritos e povoados.

Seu Governador, o Dr. Henrique Santillo, é homem de larga experiência política, tendo exercido sucessivamente, além da norma! militância, as funções de vereador, prefeito, deputado estadual e senador da República.

Santillo, antes de assumir o Governo de Goiás, formou uma equipe com o objetivo de elaborar programas destinados a atender aos municípios, priorizando os menores e menos assistidos.

Dessa sua inspirada e oportuna iniciativa nasceu, em boa hora, o chamado PAM, sigla que identifica o Programa de Ação Municipal.

O PAM contém 681 itens, traduzíveis em outras tantas obras, a serem eventualmente cumpridos ainda durante o ano fluente.

O Programa contempla as prefeituras com os indispensáveis instrumentos reclamados para o seu desenvolvimento.

Significa, pois, uma nova forma de governar. Os municípios apresentam suas prioridades, que demandam recursos. Quem decide o tipo de obra a realizar, preferencialmente, é o prefeito, é a comunidade. Exemplificativamente, uma pequena comunidade tem necessidade de um poço artesiano. Esse poço será construído com os recursos provindos do PAM. Solução análoga será adotada quando o problema for um trator, um chafariz, um posto de saúde, a abertura de uma rua, a extensão da rede de energia elétrica, a aquisição de uma ambulância, até mesmo a montagem de uma lavanderia pública Ou, se assim o determinar a comunidade interessada, o calçamento de uma rua, a construção e a instalação de uma biblioteca pública.

Neste segundo semestre de 1987, o Programa visa a obtenção de repasses dos recursos estaduais disponíveis em torno de 27,5% do montante, para fortalecer os municípios em suas necessidades financeiras.

Este é um programa que nasceu vitorioso e o Estado de Goiás tem a satisfação de oferecê-lo a todas as unidades federadas, pensando brevemente vê-lo lançado em amplitude nacional.

O ponto capital que possibilitaria a institucionalização de programas dessa natureza em todo o País seria a repartição das responsabilidades financeiras entre o Município, o Estado e a União, em proporção aproximadamente de 20%, 40% e 40%, respectivamente.

Para tanto, dever-se-ia criar, antes de implantada a reforma tributária, um organismo especificamente voltado para esse objetivo.

O que todos devemos ter em mira é o fortalecimento do Município, melhorando a qualidade de vida no interior do Brasil, evitando-se o êxodo rural e o atual e desordenado crescimento dos grandes centros. Os interessados são os moradores das grandes aglomerações humanas e os habitantes das pequenas e médias cidades e do meio rural, ou seja, a totalidade da população brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações de Lideranças.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Antes de conceder a palavra ao primeiro Líder inscrito, o nobre Constituinte Augusto Carvalho, concedo a palavra ao eminentíssimo Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, V. Ex.^a, permita-me dizer, está atropelando o Regimento Interno. O art. 34 em seu § 2º diz:

"Art. 34.....

"§ 2º O Tempo de duração das sessões ordinárias será assim distribuído:

I – a primeira hora destinar-se-á:

a) à leitura da Ata da sessão anterior;

b) à leitura do expediente;

c) aos oradores do pequeno expediente, concedendo-se-lhes a palavra, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, na ordem de inscrição feita, de próprio punho, em, livro especial, assegurada a preferência aos que não hajam falado nas 4 (quatro) sessões anteriores. A inscrição é intransferível;"

Ora, Sr. Presidente, restam, ainda, pelo relógio da Casa, 8 minutos para que se complete a primeira hora, regimentalmente destinada aos oradores do Pequeno Expediente. Como estou inscrito e não tenho discurso escrito, peço a V. Ex.^a que respeite o meu direito e observe a minha inscrição, para que eu possa fazer uso da palavra antes que encerre o prazo regimental de uma hora, destinado a essas pequenas intervenções. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Constituinte Amaury Müller que, nos termos preceituados pelo § 8º do art. 34, havendo Ordem do Dia – como é o caso da presente sessão – diz:

"Art. 34

"§ 8º Havendo Ordem do Dia, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes, ressalvados os períodos reservados à leitura da Ata e do expediente, os destinados a breves comunicações e às comunicações de Liderança, reduzidas pela metade."

Evidentemente, a Presidência, após a leitura da Ata, às 15 horas e 12 minutos, deveria ter feito cessar o espaço de tempo destinado ao Pequeno Expediente. Entretanto, V. Ex.^a porque presente no Plenário, é convedor do assédio a que foi submetida a própria Mesa, no sentido de assegurar a inscrição, pelo menos na lista nº 1, de mais seis Srs. Constituintes; e na lista nº 2, da qual faz parte V. Ex.^a, mais dez Srs. Constituintes. O ideal seria que a mesa conferisse não apenas a V. Ex.^a, mas aos demais dez integrantes da lista nº 2, a oportunidade de brindar o plenário com os seus pronunciamentos sobre matérias de interesse público.

O SR. AUGUSTO CARVALHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como se não bastasse a colossal resistência imposta pelos empresários, pelos tubarões das finanças, das indústrias, do comércio e das terras, os trabalhadores têm que enfrentar, agora, contra qualquer possibilidade de avançar nos seus direitos a serem inscritos na futura Carta deste País, as declarações de representantes das mais diversas instituições de nosso País.

Há pouco tempo, vimos declarações de chefes militares tomando o partido dos patrões deste País, condenando a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, fugindo, de forma abusiva, de suas funções constitucionais, que são exatamente: zelar pela segurança das fronteiras do nosso País e cuidar da defesa da nossa soberania.

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado aqui, pela Liderança do Partido Comunista Brasileiro, o nosso mais veemente protesto contra a declaração do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho do nosso País, S. Ex.^a, o Sr. Marcelo Pimentel, que, saindo da sua condição de magistrado e assumindo claramente aquelas denúncias que os trabalhadores, através dos seus sindicatos, têm feito de que não temos no Brasil uma Justiça do Trabalho, mas a Justiça do capital. Vem o Sr. Marcelo Pimentel condenar e tachar como irresponsáveis os Constituintes que aqui defendem a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para 40 horas.

Sr. Presidente, dessa forma é dada aos trabalhadores os pretensos argumentos para não acreditarem nas instituições do nosso País, especialmente na Justiça do Trabalho, uma farsa montada na época da ditadura fascista de Getúlio Vargas, para tentar iludir os trabalhadores, como se esta Justiça – integrada por representantes impostos, escolhidos pelo Poder Executivo, representantes do capital, do trabalho e do poder público – fosse capaz de solucionar a luta de classe que, inexoravelmente, é a força motriz da nossa sociedade.

Sr. Presidente, o nosso protesto a essa declaração do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

A SR. DIRCE TUTU QUADROS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SR. DIRCE TUTU QUADROS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trago a minha especial saudação à ONU. Essa instituição comemora, este ano, 50 anos, o que coincide justamente com os nossos trabalhos constitucionais. Lendo a Carta de Direitos Humanos encontrei uma coisa básica, que são, praticamente, os Dez Mandamentos da Humanidade,

que deveriam ser aproveitados por todos nós, Constituintes O Brasil participou desse tratado, assinou-o e, como todos têm memória, cumpriu-o muito pouco. Essa carta é muito interessante, considera que a liberdade, a justiça e a paz, no mundo, têm por base o reconhecimento da dignidade intrínseca de direitos iguais a todos os membros da família humana. Todos os seres humanos são livres e iguais, todas as pessoas têm direitos e liberdade, sem distinção de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política, origem nacional e social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra convicção; todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade, à segurança; a escravidão é proibida. Ela responde a todos os direitos das mulheres, a todas as leis trabalhistas. Todos se comprometem a garantir a homens e mulheres igualdades sociais, culturais, direitos econômicos, assegurando às mulheres condições iguais de trabalho com igualdade salarial. Deve-se conceder às mães proteção remunerada antes e depois do parto; deve-se proteger a criança e o adolescente contra a exploração econômica e social da mão-de-obra infantil; melhorar os métodos de produção agrícola, os princípios nutricionistas, com utilização eficaz das riquezas naturais; ela responde a todos os interessados pela ecologia; segurança a todos e assistência médica; serviços médicos em caso de enfermidade. O tratado permite a cada pessoa gozar de plenos direitos civis e políticos; todas as pessoas são iguais perante os tribunais e as cortes judiciares.

Gostaria muito de recomendar aos meus colegas a leitura desta carta. Finalizando deixo, aqui, a minha saudação às Nações Unidas. Muito obrigada.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governo brasileiro, através do seu Ministro da Fazenda, Sr. Bresser Pereira, oficializa, segundo a imprensa de hoje, a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional. Para que essa ida consiga um pouco de apoio parlamentar, consenti, o jornal, houve uma reunião de alto nível na casa do Presidente do PMDB, da Câmara dos Deputados e da Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães.

O porta-voz da Presidência da República, que virou porta-voz da Presidência do PMDB, da Constituinte e da Câmara dos Deputados, diz que "há perfeita sintonia entre o Presidente José Sarney e o Presidente Ulysses Guimarães" e que o Sr. Ulysses Guimarães e o Senhor José Sarney concordam com a ida do Brasil ao FMI, mas não concordam com o monitoramento.

Sr. Presidente, estou aqui com um documento do PMDB, não muito antigo. Não estou pegando os documentos de 85, de 83, nem se fala dos de 82, de 84, do PMDB. Estou pegando um documento do PMDB da famosa Convenção, onde o economista desse Partido, Celso Furtado, faz várias considerações como propostas do Partido com relação à dívida externa, ao FMI – e elogia a atitude do Brasil de não ir ao FMI – à moratória

do Governo, à época do Ministro da Fazenda, Dílson Funaro; e, em seguida, faz uma série de considerações, dizendo ser essencial garantir as reservas e impedir a liberação de dinheiro para os credores internacionais, se isso sacrificia a economia do País.

Sr. Presidente, como se pode ajustar uma política dessa, uma política de crescimento econômico, uma política de defesa do salário, uma política de soberania nacional, aceitando a ida ao FMI? É mais ou menos, a posição de que a soberania pode ser negociada, apenas com o fato de não termos a Sr.ª Ana Maria Jul aqui, como se a soberania fosse feita pela metade, ou seja, uma soberania até certo ponto, em que administraremos a negociação da soberania.

É impossível, Sr. Presidente, é um absurdo o que está acontecendo, hoje, com a economia brasileira, através do Ministro da Fazenda do Governo José Sarney.

Temos que denunciar essa situação, e essa denúncia abrange vários aspectos: o aspecto de mérito, de fundo, ou seja, a retomada da mesma política da época da ditadura militar, sem mais aquela demagogia, aquelas ressalvas feitas à época de Dilson Funaro. Essa política feita com um nível e com um grau de descaramento que não existiu na época do regime militar.

Faço um apelo, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, nós que temos uma posição clara de ruptura com o Fundo Monetário Internacional, uma posição clara de suspensão da dívida externa e de auditoria; faço um apelo aos nobres Constituintes, aos Partidos que lutaram na época da ditadura militar contra a ida do Brasil ao FMI, que denunciaram a ida do Brasil ao FMI, para que se levantem nesta Casa e denunciem essa política do Ministro da Fazenda, cumprindo ordens do Governo José Sarney, que é o arrocho e a dependência. Na verdade, fica claro, Sr. Presidente, que o Plano Bresser foi apenas o sinal verde para a ida ao Fundo Monetário Internacional. O que está acontecendo hoje é consequência do arrocho, da recessão, dos cortes dos gastos públicos para os setores sociais. Agora vem o acordo com o FMI, como consequência daquele sinal verde dado pelas medidas já tomadas anteriormente, como dissemos na nossa interpelação ao Ministro da Fazenda, quando S. Ex.ª esteve aqui. Queremos, em nome da Bancada do PT, fazer esta denúncia e cobrar, especialmente do PMDB, uma posição de denúncia e de protesto contra a política do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Muito obrigado Sr. Presidente. (Muito berra! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. José Genoino o Sr. Mauro Benevides Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. JESUS TAJRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JESUS TAJRA (PFL-PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Utilizo o tempo destinado à liderança do PFL, mas vou falar em meu próprio nome. Tive a oportunidade, Sr. Presidente, em outra ocasião, de ma-

nifestar a minha insatisfação com a colocação feita pelo Ministro Bresser Pereira, poucos dias após a sua posse como Ministro, justificando que os juros bancários haveriam de estar em níveis superiores ao da inflação. No meu entender, a sua preocupação maior deveria ser a de adotar providências para reduzir essas taxas. Depois de praticamente 30 dias de sua posse, apresenta o chamado Plano Bresser, que deu um corte na inflação, congelando preços e salários, mas deixando, infelizmente, que as taxas de juros continuassem ao arbítrio dos banqueiros ou mesmo da lei de mercado. No meu entender, esse aspecto pode afetar o êxito do Plano Bresser. Tanto isso é verdade que, a esta altura, quando se anuncia que a inflação do mês de julho alcança a taxa de 2,8%, os bancos continuam cobrando juros superiores a 10% e as financeiras no patamar de 20%.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, isso é um atentado, é um esbulho contra o povo brasileiro. Ainda no contexto de salários e preços congelados, pelo menos aqueles que estão sendo oferecidos ao consumidor final, na hora de pagar, não há quem possa suportar essa taxa elevada de juros. Nem as empresas, nem o povo, podem continuar suportando uma situação dessa natureza. O mais engraçado de tudo são as esfarrapadas justificativas na hora de explicar as razões dessas taxas elevadas. Antes, era em razão da inflação elevada. Agora, que a inflação está baixa, alega-se que é para evitar o desvio de recursos para especulação no câmbio negro do dólar, para conter a demanda, e não repetir o problema ocorrido no Plano Cruzado I. Há sempre uma justificativa, que eu diria tola para enganar tolo, não o povo, na hora de se explicar essa gama de recursos que vão para os cofres dos bancos.

Sr. Presidente, faço um apelo à Presidência desta Casa, da Constituinte, ao Presidente Ulysses Guimarães, que reúna Deputados e Senadores, numa Comissão, para irem ao Ministro, ao Presidente do Banco Central, exigir providências mais energéticas nessa área financeira, que continua a esmagar o povo brasileiro e os empresários, sobretudo os pequenos, os micro e os médios empresários. Essa taxa absurda continua a produzir lucros absurdos. Os bancos estão publicando os seus balanços e eles são astronômicos quando apresentam os lucros em apenas um semestre; superiores ao ano de 1986. Não sou contra o lucro, mas não com esse absurdo que leve ao sacrifício o trabalhador brasileiro e o empresariado que se esforça numa atividade produtiva para dar emprego, enquanto aqueles Srs. continuam frios e insensíveis a esse quadro que vai comprometer mais uma vez a situação econômica do País.

Sr. Presidente, quero registrar, com todo pesar, o falecimento do companheiro jornalista Helder Feitosa, lá do Piauí, massacrado que foi na sua casa quando estava dormindo, com 14 balaços na sua face. Inexplicavelmente a polícia até agora não conseguiu identificar os autores, porque o vigia foi rendido e pode apenas identificar o número de pessoas que invadiram a casa.

Helder Feitosa, diretor do jornal **O Estado** contribuiu muito para engrandecer e aprimorar a imprensa piauiense. E como, também, homem de imprensa, lá, no meu Estado, não poderia deixar de registrar o meu pesar nesta oportunidade, perante os companheiros Constituintes.

O SR. ALDO ARASTES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia 28 passado, os funcionários, servidores do MEC, fizeram uma greve nacional, que tem por objetivo uma justa luta que travam pela isonomia salarial, já que não foram beneficiados por uma conquista dos funcionários e professores de primeiro e segundo graus das universidades públicas

Hoje, encotram-se em Brasília mais de cem representantes da Associação dos Funcionários do Ministério da Educação de quatorze Estados. Vieram a Brasília com um objetivo muito preciso: o da audiência – marcada com bastante antecedência – com o Ministro da Administração, Aluízio Alves. Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sem nenhuma explicação, sem nenhuma justificativa, o Sr. Ministro viaja e faz com que centenas de funcionários, vindos de vários recantos do Brasil, cheguem e não o encontrem para a audiência. Considero que seja um desrespeito para com os funcionários do Ministério da Educação. Quero aqui manifestar o nosso repúdio e, por outro lado, solicitar a S. Ex.^a o Sr. Ministro que marque o mais rapidamente possível a audiência – e que esteja em Brasília para receber os funcionários, bem como o Sr. Ministro da Educação, já que a questão se refere também ao Ministério da Educação.

Mas, Sr. Presidente, em nome da Liderança do PC do B quero aqui manifestar o nosso repúdio à política econômica do atual Governo, que vai cada vez ficando mais nítida. Hoje os jornais dizem que Bresser vai ao PMDB para um acerto com o Fundo Monetário Internacional. Dizem mais que Bresser pretende provar para o PMDB que a ida ao FMI não significa capitulação.

Sr. Presidente, isso é uma vergonha. Acho que significa, sim, uma clara capitulação da política de independência nacional. Queremos aqui manifestar nossa solidariedade aos setores progressistas do PMDB. Esperamos que o PMDB não se submeta às pressões do Governo, porque se isso ocorrer mais uma vez, e um fato dessa gravidade – o processo de desmoralização política do PMDB, em face dos compromissos que o PMDB assumiu em praça pública, em defesa da soberania nacional, contra os acordos com o Fundo Monetário Internacional – as consequências desse ato serão extremamente graves.

Não há como querer explicar para a opinião pública brasileira que a ida ao FMI não terá consequências. Isso é ilusório. Todos sabemos que o Fundo Monetário Internacional representa os interesses dos grandes banqueiros internacionais, e a ida ao FMI tem um preço; o preço é se submeter à política recessiva e à política entreguista, é abrir em definitivo as portas do Brasil ao capital estrangeiro.

Quero, portanto, aqui, manifestar nosso repúdio a essa política do Governo, e manifestar a nossa preocupação com os rumos que a direção do PMDB vem tornando com relação à política econômica do Governo. (Muito bem!)

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Dois anos e meio depois de instalar-se comodamente no Palácio do Planalto, a Nova República continua patinando e escorregando em suas próprias contradições e dando provas sobejas de que o poder, quando ilegítimo, quando desrido do suporte e do apoio populares, realmente embriaga e leva à cegueira.

Prova disso, Sr. Presidente, é a manifestação, hoje, feita através de uma rede de televisão, pelo Ministro Almir Pazzianotto, que já comece a renegar as suas próprias origens sindicalistas, para transformar-se num ministro do capital, ao invés de ser um Ministro do Trabalho.

S. Ex.^a, com a maior desfaçatez, atropelando dados estatísticos irresponsáveis, afirmou que não há desemprego no Brasil e que existiria apenas alguma dificuldade para colocar uma mão-de-obra, que se estaria tornando ociosa na indústria de transformação, mas que no setor terciários as coisas vão muito bem. Pois bem, Sr. Presidente, apenas no meu Estado, o Rio Grande do Sul, nesses primeiros seis meses do ano, o índice de desemprego no comércio varejista já atinge cerca de trezentas mil pessoas. Como pode um Ministro do Trabalho, que deveria lutar pelo respeito aos direitos do trabalhador, fazer uma afirmação tão descabida, tão acintosamente contrária à realidade dos fatos? Pois é este Ministro do Capital que renega as suas vertentes históricas, e não disse até hoje uma palavra a favor das lutas que os trabalhadores travam longe da intimidade da Assembléa Nacional Constituinte, para ver reconhecidos e respeitados os seus direitos inalienáveis. Não ouvi do ministro do capital, Almir Pazzianotto, nenhuma palavra afirmativa a favor da Jornada de trabalho de 40 horas, muito menos do restabelecimento da estabilidade no emprego, e ainda menos sobre um salário justo que não leve o trabalhador ao desespero, à angústia, à fome e à revolta.

Aqui muito próximo, a Argentina que vive uma crise tão grave quanto a nossa, porque também foi mutilada pela presença militarista, o trabalhador tem uma jornada de 40 horas e recebe algo em torno de 140 dólares por mês a título de salário mínimo. Isso representaria, segundo a cotação oficial do dólar, cerca de seis mil cruzados, três vezes mais do que recebe o pobre trabalhador brasileiro que está proibido de reivindicar seus direitos.

A pequenina e brava Nicarágua, cercada pelo imperialismo norte-americano, consegue pagar para os seus trabalhadores 152 dólares e 14 cents para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais.

E vários outros países, aqui mesmo da América Latina, terceiro mundistas, subdesenvolvidos, quintais do capital estrangeiro, remuneram muito melhor do que o Brasil os seus trabalhadores e lhes exigem uma Jornada de trabalho ao redor de 40 horas.

O ministro não fala nada, quer apenas justificar o injustificável, explicar o inexplicável, defender o indefensável.

Mais ainda há quem se aventure desta tribuna a defender essas pessoas indefensáveis. E ontem um desses esbirros gratuitos do novo regime opressor que tem traje civil, mas que é tão militarista quanto o anterior, chegou ao extremo de afirmar que o ex-Governador Leonel Brizola, um arauto da liberdade, da democracia e da justiça social, seria um guerrilheiro e que estaria interessado em promover o maior incêndio que a História deste País já registrou.

Pois, Sr. Presidente, eu digo a este companheiro Constituinte mal-informado, desinformado ou mal-intencionado, que não é o Governador Leonel Brizola – já vou concluir, Sr. Presidente – não é o Governador Leonel Brizola o responsável pelos motins nos presídios, pelos saques nos supermercados, pelo apedrejamento e a destruição de ônibus, pelas vaidas que o Presidente impopular José Sarney recebe da sociedade brasileira. Sua Excelência é que está incendiando este País.

Nós vamos fazer uma guerrilha, sim: pelo voto! Chamar a Nação para opinar e decidir quem deve governar este País; quem deve ter a tarefa histórica de recolocar o Brasa nos pródigos caminhos do progresso social e do desenvolvimento econômico, devolvendo a seu povo os direitos que a Nova República subtrai, escarnecedo, debochando da sociedade brasileira.

Fica, pois, o alerta, Sr. Presidente, para esses desinformados, mal-informados ou mal-intencionados não atirem pedras no telhado alheio, que pode ser de vidro, porque seu telhado certamente também é de vidro e de um vidro muitíssimo mais frágil.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ANTÔNIO PERORA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ANTÔNIO PEROSA (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ouvimos a manifestação de companheiros do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista do Brasil a respeito de declarações na imprensa que dizem ser o PMDB portador de uma notícia estarrecedora para este País, que é a ida ao Fundo Monetário Internacional e se submeter ao monitoramento da nossa economia pela instituição que representa o capitalismo mundial.

Queremos deixar claro que é fundamental tirar o País da recessão em que está. É fundamental para este País não haver desemprego e não se submeter às regras do capitalismo internacional. Se o Ministro Bresser Pereira tem essa opinião, o mesmo não ocorre com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Quero deixar isso bem claro, em nome da Liderança deste Partido. E não posso deixar que companheiros Constituintes venham aqui dizer que essa é a posição do Partido, quando o Partido não assumiu essa posição ainda. A capitulação ao capitalismo internacional, a submissão ao capitalismo internacional, isso o PMDB, enquanto Governo, não vai permitir.

Mas, Sr. Presidente, venho aqui cumprir uma missão da Liderança do meu Partido e fazer uma comunicação à Casa que nos últimos dias tem, de uma forma ou de outra, criticado, a criação de cargos na Secretaria do Tesouro. Em atenção ao pedido da liderança do Partido, do PMDB, em atenção à Assembléa Nacional Constituinte, a Secretaria do Tesouro nos manda o seguinte comunicado:

CARREIRAS: FINANÇAS E CONTROLE/ORÇAMENTO

(DL N°s 2.346 e 2.347)

O Governo da Nova República, cumprindo os compromissos assumidos com o povo brasileiro, tem tomado decisões na área econômico-financeiro que demonstram cabalmente sua determinação em reordenar as finanças, tomando transparente para a sociedade o gasto público.

2. As medidas adotadas vêm desde a inclusão no Orçamento Geral da União de 1986 de despesas anteriormente realizadas via Orçamento Monetário até as recentes decisões de transferência de fundos e programas de crédito de fomento do Banco Central do Brasil para a Secretaria do Tesouro Nacional no Ministério da Fazenda (Decreto n° 94.444/87) e a inclusão na Proposta Orçamentária de 1988 de todos os demais desembolsos e ingressos da União, de qualquer natureza e forma, incluindo aqueles decorrentes de programas e operações oficiais de crédito e de aquisição de produtos agrícolas bem assim fundos públicos de qualquer ordem, ainda que vinculados a órgãos ou entidades da Administração Federal, e as respectivas disponibilidades (Decreto n° 94.442/87).

3. Quanto à reorganização administrativa dos órgãos envolvidos no planejamento e programação orçamentária, na programação financeira, na execução orçamentária e financeira e no controle do gasto, o Governo adotou decisões da mais alta significância ao criar a Secretaria do Tesouro Nacional (Decreto n° 9245/86) ao redefinir o elenco de competência dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo – Programação e Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria – (Decreto n° 93.874/86), e ao consolidar toda a legislação sobre a execução orçamentária e financeira (Decreto n° 93.872/86), criando o caixa único do Tesouro Nacional.

4. Para instrumentalizar e modernizar a administração orçamentário-financeira, o Governo implantou, através da Secretaria do Tesouro Nacional, o Sistema integrado de Administração Financeira (SIAFI) que, dentre outros objetivos, viabilizará a implantação do caixa único do Tesouro Nacional. As providências adotadas no início de 1987 permitiram redução de gasto mensal da ordem de Cz\$ 3 bilhões ao incorporar nas disponibilidades do Tesouro Nacional recursos financeiros ociosos cujo saldo médio situava-se em torno de Cz\$ 13 bilhões.

5. Todas as providências tomadas contaram com a ativa participação e despreendido engajamento de servidores em exercício nas áreas de planejamento orçamentário, programação financeira, administração financeira, contabilidade e auditoria em todos os Ministérios e órgãos, representando um grande mutirão para remodelar a imagem do setor público nessa área.

6. O trabalho realizado até o momento demonstra de forma clara que uma grande reforma está sendo realizada com a participação entusiasmada do corpo funcional existente, evidenciando, em curto prazo, o acerto das medidas implementadas que, sem dúvidas, servirão de marco definitivo da grande mudança realizada na administração das finanças públicas federais.

7. Os estudos e análises que embasaram as modificações indicadas identificaram, todavia, a inadequada situação organizacional, funcional e profissional dos recursos humanos de que dispõem os Sistemas de Orçamento e de Controle Interno do Poder Executivo para operar o novo modelo de planejamento orçamentário, de gestão e de controladas finanças públicas que está sendo implantado.

8. Na área de Planejamento Orçamentário, tem-se convivido com distorção funcional significativa, uma vez que atividade típica de Governo, como é a orçamentária, vem sendo exercida por pessoas sem vínculo permanente com o serviço público, visto que pertencem a quadros de entidades que, muito embora instituídas pelo poder público, na sua maioria são de direito privado.

9. Este quadro, que perdura até agora, só pode funcionar a contento em administrações centralizadas, onde as informações e o conhecimento ficam restritos a pequeno número de pessoas. A partir do momento em que se democratizam as informações, as decisões passam a ser compartilhadas e influenciadas por grande número de pessoas e, consequentemente, o posicionamento do corpo técnico encarregado dessas atividades torna-se muito mais sensível a pressões de várias origens.

10. Na área de Controle Interno do Poder Executivo, os estudos demonstram que a maioria dos servidores aos quais estão afetas as atividades de controle também não pertence aos quadros do serviço público. Levantamento efetuado indicou que apenas 1.050 servidores, dos 2.293 em exercício nos órgãos de controle, pertencem ao Grupo de Atividades Específicas de Controle Interno, não obstante a natureza privativa das funções ali exercidas.

11. A auditoria das contas – cerca de 1.500 – que, anualmente, os administradores públicos têm de prestar, para julgamento do Tribunal de Contas da União, é executada hoje por 90 auditores, quando sua realização, segundo padrões internacionais, exigiria a utilização de pelo menos 880 profissionais.

12. Por outro lado, preceito constitucional (art. 71) determina que o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, além de criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e da despesa, tem como finalidades acompanhar a execução de programas de trabalho e a do orçamento, bem como avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução de contratos, convênios, acordos e ajustes.

13. Até o momento, por falta absoluta de pessoal qualificado, as atividades de auditoria de programas e administrativas, consideradas imprescindíveis para que obtenham os resultados almejados de racionalização da gestão dos recursos públicos e de controle e fiscalização financeira mais eficazes, não vêm sendo realizadas.

14. O redirecionamento das atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo objetivando agora não apenas as prestações e toma-das de contas, mas também a coordenação e controle financeiros, a racionalização da gestão e a efetiva fiscalização da utilização dos recursos públicos, está, também, a exigir modificação qualitativa no perfil profissional e funcional dos recursos humanos.

15. É nesse contexto que se busca estruturar carreiras que, ao abrigar recursos humanos treinados, motivados, engajados, com perspectivas de progressão funcional, valorização profissional, independência e retribuição financeira adequada, tomem permanentes os trabalhos já iniciados e permitam implantar os planejados. Enfim, é nos recursos humanos permanentes que reside a certeza de continuidade e aperfeiçoamento de tudo o que já foi feito nas áreas de finanças públicas federais. O Governo não pode deixar de consolidar os resultados obtidos. Ele deve esta satisfação à Sociedade Brasileira.

16. A criação dos cargos de Analista e Técnico de Orçamento, na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (Decreto-lei nº 2.347/87), e de Analista e Técnico de Finanças e Controle no Ministério da Fazenda (Decreto-lei nº 2346/87) representa grande passo no sentido de tomar eficaz o gasto público federal. Sem recursos humanos, qualificados e profissionalizados, não será possível o atingimento do objetivo de redução do déficit público essencial para o sucesso do Plano de Controle Macroeconômico.

17. O equilíbrio das contas públicas, além de exigir correta administração da receita, tarefa afeta à Secretaria da Receita Federal, passa necessariamente por adequada programação e contínuos acompanhamento, controle e fiscalização da despesa. Os dois lados (Receita e Despesa) devem tender para o equilíbrio, sendo de ressaltar que pior do que uma receita exigida inadequadamente é uma despesa mal realizada, pelo ônus que acarreta à Sociedade.

18. Os cargos criados vejam bem, Srs. Constituintes, serão preenchidos na forma dos preceitos constitucionais, a partir de 1988 - e não como se disse aqui, que seria uma negociação política do Governo, em função do apoio desta ou daquela tese – no prazo de 4 a 5 anos, quando, mediante a utilização de programas de aperfeiçoamento permanente, se terá carreiras consolidadas com funcionários altamente especializados e motivados.

19. A Sociedade Brasileira pode ficar certa de que o investimento realizado terá retorno altamente compensador. Qualquer análise de custo benefício se mostrará inteiramente favorável à medida tomada que, na essência, busca dar sentido, retidão e transparência ao dispêndio realizado com os recursos arrecadados junto à população brasileira."

Quero ressaltar, companheiros Constituintes, a gentileza da Secretaria do Tesouro, ou melhor, não diria a gentileza, mas, sim, o cumprimento estrito da sua obrigação de esclarecer o Poder Legislativo, a Assembléa Nacional Constituinte, sobre fatos que a imprensa noticiou, muitas vezes distorcidos, e que as instâncias da liderança do PMDB colocam a resposta nos seus termos definitivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC)

– SP. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente e Srs. Constituintes de 1987:

A democracia cristã, o Partido Democrata Cristão, por intermédio deste Constituinte que vos fala, apresentou à Comissão de Garantias uma emenda, qualificando o tipo de sociedade desejada por todos nós. E essa emenda, que hoje foi acolhida, inclusive a nível do projeto da Comissão de Sistematização, busca definir a sociedade brasileira desejada, como sendo uma sociedade livre, justa e solidária, ou seja, uma sociedade na qual seja possível realizar a justiça sem destruir a liberdade, cimentando estes dois valores através da fraternidade.

E é esta a linha programática, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que tem animado e que vai animar os Constituintes da democracia cristã, ao longo de todos os trabalhos, nesta fase segunda da elaboração do texto constitucional. O que buscamos nós, Constituintes da democracia cristã, do Partido Democrata Cristão, está sintetizado exatamente nessa conceituação de sociedade.

Queremos contribuir na construção de uma sociedade livre, onde realmente impere a justiça, de uma sociedade que seja construída dentro dos valores maiores da fraternidade e da solidariedade. Para nós todo homem é livre para crescer, para se desenvolver, para realizar-se para progredir, mas ninguém, absolutamente ninguém, tempo direito de crescer sozinho. Na medida que o homem cresce, ele deve olhar ao seu redor e fazer que todos cresçam juntos é esta a idéia distributiva, equalitária, solidária e fraterna que anima o propósito da democracia cristã.

E concluindo, Sr. Presidente, é exatamente dentro dessa visão solidária que nutrimos as melhores esperanças no sentido de que esta Assembléa Nacional Constituinte saberá encontrar os caminhos para um amplo entendimento nacional que possa dotar a Nação de uma Carta Constitucional que, realmente, conte com os anseios de transformação da sociedade brasileira, os anseios para tornar a nossa sociedade, uma sociedade onde não impere essa distância imensa entre a grande maioria que quase nada tem, e uma pequena minoria que é detentora de todos os privilégios. É esta a visão solidária que queremos para a nossa Pátria comum.

Era o que eu tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA (PDS – RS): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Sobre o assunto recentemente tratado pelo líder do PMDB, Sr. Presidente, reservo-me a resposta para outra oportunidade, porque não nos convenceram os argumentos levantados no plenário sobre a criação de cargos pelo Poder Executivo. Sr. Presidente, o atual Governo colocou entre uma das suas metas – e isso foi alardeado e publicado

em todos os jornais – o combate à corrupção. E inclusive um dos arautos dessa campanha do combate à corrupção era o Ministro da Fazenda, que queria fazer uma guerra contra o famoso "crime do colarinho branco". Passou o Sr. Dilson Funaro a ser o líder dessa campanha nacional contra a corrupção. Por isto, causa-nos agora profunda estranheza notícia veiculada pelo respeitável jornal **O Globo** e que está a merecer, embora toda a credibilidade que nos mereça o referido órgão da imprensa, uma explicação por parte do Sr. Presidente do PMDB, Presidente da Assembléa Nacional Constituinte e Presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Ulysses Guimarães.

É sabido, Sr. Presidente, que o Sr. Dilson Funaro foi um dos homens que desgraçou este País; talvez ninguém tenha conseguido em tão curto espaço de tempo promover um mal tão grande aqui no Brasil como o ex-Ministro da Fazenda, com esse embuste que foi o Plano Cruzado, de resultados catastróficos e abrigando medidas caracterizadas e denunciadas aqui neste plenário como criminosas, como foi a importação de alimentos, e tão grave foi esse caso que foi baixada pelo Executivo uma portaria designando uma Comissão Especial para verificar da procedência ou não das acusações de irregularidades nessa operação. Depois de um intenso trabalho a Comissão, que estava sob a responsabilidade do Ouvidor-Geral da República, chegou a uma conclusão retratada em 30 itens, afora 19 recomendações, sendo que o item 13 é que nos parece o que apresenta maior gravidade, as conclusões, quando diz que:

"Descaracterizou-se o órgão interministerial pela excessiva preponderância de votos unipessoais do Sr. Ministro da Fazenda. Dos 55 votos elaborados pelo SINAB, 42 decorreram de atos, **ad referendum**:

Quer dizer que as autorizações eram diretas do Ministro e depois submetidas a **referendum**. Então o maior responsável, sem dúvida alguma, pelas conclusões desta Comissão, é exatamente o Sr. Ministro da Fazenda.

Pois bem, Sr. Presidente, pasmem os Srs. Constituintes, e vou até proceder à leitura do que está contido no jornal **O Globo**:

Em uma de suas recentes conversas com o Presidente Sarney, o Deputado Ulysses Guimarães sugeriu-lhe cautela na condução do inquérito para apurar irregularidades na importação de alimentos, durante o Plano Cruzado. Argumentou Ulysses que de alguma forma o inquérito atingiria o ex-Ministro Dilson Funaro, sobre cuja honorabilidade existe unanimidade nacional.

Não sei de onde se tirou isso!

O Presidente deve ter acatado: o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, decidiu que o relatório encaminhado pelo Ouvidor-Geral Fernando César Mesquita, que investigou o assunto, não é suficiente para a abertura do inquérito solicitado pelo Planalto. "É preciso provas", disse o ministro.

O relatório da Ouvidoria Geral acusa a Interbrás (subsidiária da Petrobrás para comércio exterior) de ter feito contratos acima do valor de mercado com a Rodoviária Michelin S.A e registra o desaparecimento de boa par-

te do que foi importado para garantir o abastecimento interno.

Nós passamos para a fase do debache neste País. Não há mais seriedade aqui no Brasil. Este Governo está brincando. No momento em que o próprio Governo designa uma comissão e essa comissão apresenta um relatório de 30 itens incriminando, inclusive, o ex-Ministro da Fazenda, será que isso não é prova suficiente para a abertura do inquérito? Então, isso está a exigir um esclarecimento por parte do Sr. Ulysses Guimarães, porque a notícia o responsabiliza por essa interferência junto ao Presidente, por parte do Poder Executivo e por parte, dentro do Poder Executivo, do Ministério da Justiça.

Acredito que é uma questão de respeito para com esta Casa e para com a opinião pública brasileira, principalmente, em se tratando de um governo que colocava como ponto alto de sua atenção, através do "messiânico" Ministro Dilson Funaro, o implacável combate aos atos de corrupção. Acontece que o feitiço virou contra o feiticeiro e, agora, exigimos que se esclareça isso, porque a justiça ou se faz para todos ou não é justiça, Sr. Presidente.

(Muito obrigado! Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR ADILSON MOTTA EM SEU DISCURSO:

Diário Oficial Seção I, 11639, quinta-feira, 23 jul. 1987

GABINETE CIVIL Exposição de Motivos

"Nº 4, de 21 de julho de 1987. Relatório final dos trabalhos elaborados pela Comissão Especial constituída pela Portaria nº 38-GC, de 16 de março de 1987, para apurar e avaliar fatos relacionados com a importação, distribuição e comercialização de produtos alimentícios, a partir de 1º de março de 1986, bem como propor a adoção de medidas reclamadas pelo superior interesse público. "Ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil, para providenciar o encaminhamento de cópias do relatório final da Comissão Especial sobre Importação de Alimentos à Presidência do Tribunal de Contas da União; aos Senhores Ministros da Justiça, da Fazenda, da Agricultura, das Minas e Energia, dos Transportes, da Indústria e do Comércio e Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, bem assim ao Senhor Procurador-Geral da República, a fim de que determinem, no âmbito das respectivas competências, as medidas indicadas nas "recomendações" do relatório, nos itens 3, 4, 6 a 12, 18 e 19. Outrossim, o Senhor Ministro da Fazenda, como Presidente do Conselho Interministerial de Abastecimento, coordenará os estudos para a adoção de medidas que visem ao aperfeiçoamento das atividades públicas relativas ao abastecimento, notadamente no que diz respeito à importação de alimentos, tendo em vista as "conclusões" e "recomendações" do relatório. Publique-se, juntamente com a ata de encerramento dos trabalhos da Comissão. Brasília, 22 de julho de 1987."

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS ATA DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Aos treze dias do mês de julho de 1987, às 16.00 horas, na sala de reuniões da Comissão

de Defesa dos Direitos do Cidadão – Codici, localizada no décimo oitavo andar do Edifício - Sede III, do Banco do Brasil S.A, no Setor Bancário Sul, nesta cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, realiza-se a reunião de encerramento dos trabalhos da Comissão Especial a que se referem as Portarias nºs 38-GC, de 16-3-87 e 119-GC, de 14-5-87, publicadas no **Diário Oficial da União** nos dias 17-3-87 e 15-5-87, respectivamente, contando com a presença de seus membros Dr. Sebastião Baptista Affonso, da Consultoria Geral da República – Presidente –, Dr. Wagner Gonçalves, da Procuradoria Geral da República – Relator –, Dr. Galba de Magalhães Velloso, da Consultoria Geral da República e Dr. Pedro do Carmo Dantas, da Companhia Brasileira de Alimentos – Cobal.

Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente passa a palavra ao Relator para que proceda à leitura integral do relatório final da Comissão. Após lido, em seu inteiro teor, é discutido pelos membros da Comissão, registrando-se a seguinte deliberação: "A Comissão Especial sobre Importação de Alimentos, de que tratam as Portarias nºs GC-37/87 e 119/87, resolve: I – adotar, por unanimidade, o relatório elaborado pelo Dr. Wagner Gonçalves, acolhendo, na totalidade, as conclusões e recomendações nele contidas, consideradas necessárias à preservação dos interesses públicos; II – ponderar, ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República que, em homenagem à publicidade dos atos públicos, seja feita a publicação, no **Diário Oficial da União**, do inteiro teor da ata de encerramento dos trabalhos, na qual constam as conclusões e as recomendações indicadas no relatório".

São as seguintes as mencionadas conclusões e recomendações:

CONCLUSÕES:

1. não houve efetivo planejamento, coordenação e controle das importações;

2. os quantitativos a importar foram definidos em notas técnicas, cujos dados não são confiáveis. São elaboradas sem qualquer sistematização, fato que gerou importações excessivas de diversos produtos;

3. há carência de dados e informações de consumo, produção e estoque. Tais informes ficam a cargo de órgãos dispersos, não garantindo qualquer segurança à decisão política de importar;

4. a expressão "a normalidade do abastecimento interno e a normalização do mercado" justificava, por si só, qualquer ato, providência ou importação;

5. o "Plano de Estabilização Econômica", iniciado em fevereiro de 1986, contribuiu para aumentar a precipitação e a ineficiência do setor público;

6. os portos brasileiros, essencialmente exportadores, não estavam preparados para receber o volume de produtos importados;

7. a falta de armazém e frigoríficos nos portos e imediações atrasou a operação de desembarque e distribuição dos produtos;

8. não houve qualquer preocupação com a segurança de informações. Autoridades declaravam à imprensa os quantitativos a importar, cau-

sando sérios reflexos nos preços dos alimentos no mercado externo;

9. a maioria dos votos do Cinab foram elaborados sem qualquer preocupação com dispêndios governamentais;

10. os prazos de internação dos alimentos importados foram estabelecidos sem qualquer justificativa e alterados, aleatoriamente, com graves repercussões na produção interna;

11. permitiram-se importações significativas de produtos especiais, com os mesmos subsídios concedidos à compra de produtos básicos;

12. foram feitas importações (25.000 toneladas de leite em pó e 2.500 toneladas de manteiga) sem autorização do Conselho de Ministros;

13. descaracterizou-se o órgão interministerial pela excessiva preponderância de votos unipessoais do Sr. Ministro da Fazenda. Dos 55 votos elaborados pelo Cinab, 42 decorreram de atos **ad referendum**;

14. houve excessiva centralização de poder nas mãos do Secretário Executivo SEAP/CINAB, em decorrência da inoperância do Conselho interministerial;

15. O Cinab mostrou-se ineficaz para implantar e coordenar a política nacional de abastecimento;

16. a Interbrás teve total liberdade de ação na contratação de serviços de terceiros, pagando, em alguns casos, preços além dos vigentes no mercado;

17. o transporte de carne no porto do Rio de Janeiro revelou uma série de irregularidades, vindo à tona nomes de pessoas que estariam envolvidas em atos ilícitos – item 9.14;

18. os relatórios da Interbrás evidenciam o favorecimento de determinadas empresas – itens 9.15/9.16;

19. a justificativa técnica indicada pela Interbrás para garantir a exclusividade da empresa Socopa se mostrou inoportuna, porquanto, na segunda operação de compra de carne das CEE, os resultados foram os mesmos, apesar de terem participado várias empresas operadoras – item 10.15;

20. a Secretaria SEAP/CINAB só indicou a empresa Sogeviandes para participar do 1º leilão da CEE com a Socopa, após aquela empresa ter vindo ao País defender interesses – item 90.19;

21. não houve efetivo controle de qualidade da carne por parte da Secretaria de Inspeção de Produto Animal – SIPA/MA sobre carne, ver conclusões no item 1038;

22. importaram-se arroz e milho em quantidades superiores às necessidades do País – é possível estimar esses excessos em 200.000 e 600.000 toneladas, respectivamente;

23. a Secretaria SEAP/CINAB desconheceu as sugestões da iniciativa privada e órgãos governamentais para limitar importações de alguns produtos – itens 11.8 a 11.10/12.11;

24. as perdas e avarias por deterioração de produtos ficaram em limites razoáveis, dados os volumes importados;

25. a compra de milho argentino foi operação desnecessária e a custos elevados, em face dos preços vigentes no mercado externo, na oportunidade – item 12.16;

26. o leite importado tem índices de radioatividade aquém dos limites estabelecidos pela Co-

missão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, estando apto ao consumo humano – item 13.0 e seguintes;

27. a Secretaria SEAP/CINAB, alegando urgência e necessidade de atender o abastecimento interno, permitiu várias contratações sem licitação;

28. o abastecimento mediante importação tem causado sérios prejuízos à produção agrícola nacional – item 15.1;

29. há superposição de órgãos ligados ao abastecimento, fazendo-se necessário urgente diagnóstico para definir uma política que inclua também produção e preços, com a fusão de órgãos, compatibilização de atividades, atribuições etc. – item 15.10;

30. autorizaram a importação de produtos nobres com os mesmos benefícios fiscais concedidos à importação de produtos básicos.

RECOMENDAÇÕES:

1. extinguir o Conselho Interministerial de Abastecimento – CINAB, que se revelou órgão inadequado para formular e implantar a política nacional de abastecimento – item 6;

2. criar comissão interministerial para definir a política de abastecimento e produção, propor a necessária fusão e incorporação de órgãos que atuam no setor, compatibilizar atividades, definir atribuições etc. – item 15.7;

3. abrir inquérito policial para apurar os fatos descritos nos itens 9.5 e seguintes (fls. 2324) e o envolvimento das pessoas indicadas no item 9.14 (fl. 25), remetendo-se cópia do relatório ao Diretor do Departamento de Polícia Federal para este fim;

4. enviar cópia do relatório ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, com vistas à participação do Ministério Público Federal nas apurações;

5. remeter cópia do relatório ao Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União para verificação da adequada aplicação do dinheiro público – item 2.11;

6. constituir comissão de inquérito administrativo para apurar, junto à Interbrás S/A, responsabilidades pelo favorecimento das empresas citadas nos itens 9.16 e 9.15 – fls. 26/27; e pelas importações sem prévia, específica e expressa autorização do Conselho Interministerial de Abastecimento – CINAB;

7. criar comissão de sindicância, junto à Secretaria Executiva SEAP/CINAB, para apurar responsabilidades pela autorização de importações sem anuência expressa do Conselho Interministerial de Abastecimento – CINAB, item 6.12, fl. 14, bem como pela contratação de serviços de empresas sem licitação pública;

8. constituir comissão de sindicância para apurar, junto à Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, responsabilidades pelo furto de carne no porto do Rio de Janeiro-RJ;

9. determinar à Auditoria da Interbrás para que apure, com máximo rigor, os procedimentos relativos a licitação, contratação, faturamento, pagamento e à efetiva prestação de serviços pelas empresas transportadoras, particularmente, as indicadas no item 9.11;

10. determinar à Secretaria SEAP/CINAB para que apure a causa da divergência de informações entre Cobal/Interbrás, no que se refere à carne

e manteiga, e entre CACEX/CIEF-MF, no que se refere ao total geral autorizado superior ao total geral efetivo – item 433, Quadro 19;

11. afastar as pessoas que ocupem cargos ou funções de confiança, tão logo as comissões, indicadas neste relatório, constatem seu envolvimento em atos omissos ou errôneos, indicados nos itens 16 e seguintes;

12. Evitar a repetição, nas futuras importações, dos fatos mencionados no item 16.1;

13. remeter cópia do relatório para ciência e medidas cabíveis na sua área de competência aos Excelentíssimos Senhores:

- a) Ministro da Fazenda;
- b) Ministro da Agricultura;
- c) Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
- d) Ministro das Minas e Energia;
- e) Ministro dos Transportes; e
- f) Ministro da Indústria e do Comércio;

14. centralizar informações de importação e exportação num só órgão, garantindo segurança, rapidez e eficiência ao sistema;

15. proibir o estabelecimento, pela Secretaria SEAP/CINAB, de prazos de internação de produtos importados, sem prévia e expressa autorização do Conselho de Ministros do CINAB;

16. revogar, de imediato, o disposto no § 5º, art 3º, do Decreto nº 92.408, de 20-2-86, que permite ao Presidente do Conselho do CINAB, em caso de urgência, deliberar **ad referendum** – a excessiva preponderância deste "ato-deliberação" descharacterizou o órgão **interministerial**;

17. guardar sigilo de informações relativas às importações ou à compra de produtos básicos para a formação de estoques reguladores do Governo Federal;

18. constituir comissão de sindicância, junto à Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, para apurar responsabilidades pelos pagamentos indevidos, relativos à parcela de ICM, feitos às empresas indicadas no item 923;

19. determinar à COBAL I – sustar quaisquer pagamentos às empresas mencionadas no item 923; II – propor medidas judiciais para reaver as quantias indevidamente pagas."

O Sr. Presidente, após proclamar a deliberação tomada pela Comissão, manda consignar em ata: I – voto de congratulação à Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão – Codici, pela iniciativa de sugerir ao Exmº Sr. Presidente da República a criação desta Comissão, bem assim ao Banco do Brasil S/A, pelo valioso apoio dado aos serviços realizados; II – voto de congratulações, também, ao Dr. Wagner Gonçalves, Relator, que se dedicou a esse encargo com zelo e empenho inescedíveis; III – um elogio aos Srs. João Alberto Wanderley, Cristiano F. Dias Goyanna e Neli Dias Paiva, como reconhecimento pela operosa colaboração prestada ao Sr. Relator; IV – agradecimentos à Sr.ª Maria Myrtes Alves Araújo, pela dedicação com que prestou serviços à Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, após agradecer a presença de todos e a eficiência da atuação de cada qual, deu por encerrados os trabalhos desta Comissão, convidando os seus componentes a acompanhá-lo na entrega do Relatório final ao Sr. Ministro Chefe do Gabinete Civil. Em seguida, depois de ter sido suspensa a reunião, para que se ultimasse a lavratura da presente ata, esta foi lida e aprovada seguindo

assinada pelo Sr. Presidente. Eu, Nelli Dias Paiva, Secretário Executivo da Comissão, lavro a presente ata.

Brasília (DF), 13 de julho de 1987. –
Sebastião Baptista Affonso, Presidente da Comissão

CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

PARECER

Nº RN-01, de 21-7-87. "Aprovo. Em 22-7-87". (Processo nº 27000.002528/87-02 encaminhado ao Ministro de Estado das Minas e Energia).

PROCESSO: 27000.002528/87-02

INTERESSADO: Ministério das Minas e Energia

ASSUNTO: Estudo da possibilidade jurídica de se autorizou, via decreto, a desapropriação de terras de domínio particular para geração e transporte de energia de autoprodutores.

O SR. AMARAL NETTO (Líder do PDS): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (Líder do PDS): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O que o nobre Constituinte Adylson Motta, 1º Vice-Líder da minha bancada, acaba de dizer é alguma coisa de tão grave que quero deixar claro que não acredito, não posso admitir que um homem do passado e do presente de Ulysses Guimarães possa ter praticado este gesto. Há um engano do jornal. O Presidente Ulysses Guimarães pode ter todos os defeitos, mas jamais protegeria um ladrão como o Sr. Dilson Funaro, e jamais iria ao Presidente da República pedir que não se apurasse alguma coisa sobre o maior responsável pelo assalto ao povo brasileiro.

Não acredito que Ulysses Guimarães tenha feito isto. Não acredito que o próprio Presidente Sarney aceite uma coisa como esta, que é uma sem vergonhice nacional! Porque está claro e nítido, querem pegar as "sardinhas" da INTERBRAS e não pegar os "tubarões" do Ministério da Fazenda, que agora menciono o nome de um dos principais chefes da quadrilha do Sr. Dilson Funaro, que é o Sr. João Manoel Cardoso de Melo, batedor de carteira conhecido, e tido como gênio da economia, e que, em nome dele, praticou os atos mais imorais dentro do Ministério da Fazenda. Poupa-se aqueles que receberam em dólares e puna-se aqueles que receberam migalhas em cruzados!

Tenho certeza de que o Sr. Presidente Ulysses Guimarães não é conivente com um negócio desses. Não posso admitir isso! Conheço o Sr. Ulysses Guimarães há vinte e cinco anos dentro desta Casa e também fora dela, e sei que ele jamais faria isso. Isto não é de Ulysses Guimarães, nem do passado, do presente e muito menos de seu futuro. E igualmente não acredito que o PMDB – com todos os defeitos que ele possa ter hoje – possa acobertar um homem como esse, que desgraçou o Brasil, e que está acusado diretamente, comprovadamente, nessa auditoria feita pelo próprio Gabinete do Presidente da República.

Não acredito nisso, e deixo aqui lavrado, depois da palavra do meu 1º Vice-Líder, uma coisa muito séria tenho certeza de que o Presidente Ulysses Guimarães, muito mais breve do que nós espera-

mos, virá dizer desta tribuna que isto é uma infâmia, porque ele jamais faria uma coisa destas.

O SR. HAROLDO LIMA (Líder do PC do B): – Para uma reclamação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Ex.ª a palavra, para uma reclamação.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B-BA. Para uma reclamação. Sem revisão do orador.): – Sr. – Presidente:

O Partido Comunista do Brasil apresentou um requerimento de informações à Mesa no dia 26 de junho de 1987, solicitando que o Itamaraty esclarecesse as informações sobre reuniões que estariam sendo promovidas pelo Embaixador americano com representantes de empresas multinacionais, com o fim de pressionar a Constituinte. O pedido foi aprovado pela Mesa no dia 6 de julho e, até agora, o Governo não enviou qualquer resposta, mesmo depois de vencido o prazo regimental de 20 dias para essa resposta.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, apresentamos também, no dia 14 de julho, um requerimento de informações dirigido ao Ministério do Exército, para explicar as providências tomadas em relação à participação do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra na passeata da UDR, aqui em Brasília. Soubemos posteriormente, pela imprensa, que o Coronel Ustra foi punido com uma advertência formal, mas até agora a Mesa não respondeu se aprovou ou não o nosso requerimento, mesmo depois de ter vencido o prazo regimental de 10 dias para a sua manifestação.

Ora, Sr. Presidente, estávamos já dispostos a apresentar esta reclamação à Mesa, eis que os jornais de hoje, especialmente o **Jornal do Brasil**, na sua página nº 2, apresentam um noticiário dando conta de que 71 pedidos de informações sobre atos administrativos foram enviados ao Executivo por parte da Assembléia Nacional Constituinte, desde o início da instalação dos seus trabalhos. Contudo, nenhum desses 71 pedidos de informações, até o presente instante, foi respondido pelo Poder Executivo.

Penso, Sr. Presidente, que isso flagra um desrespeito inaudito à Constituinte, tomado pelo Poder Executivo. Estou absolutamente convencido de que um organismo, uma entidade, uma instituição que não exige respeito, na verdade não merece respeito. O que está acontecendo é que o Poder Executivo está desrespeitando da maneira mais deslavada a Assembléia Nacional Constituinte, desrespeitando os Constituintes, desrespeitando o povo, que foi quem elegeu esses Constituintes para estar aqui, e desrespeitando o Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que pela sua autoridade também não é respeitado, porque é S. Ex.ª quem encaminha os pedidos de informação ao Poder Executivo.

Sr. Presidente, termino esta minha reclamação, em primeiro lugar, solicitando à Mesa esclarecimento sobre como está o meu pedido de informação, cujo prazo regimental venceu no dia 26 passado, a respeito das articulações que estão sendo feitas pelos Estados Unidos, pelos organismos americanos sediados aqui no Brasil, para pressionar a Constituinte; segundo, quando a Mesa vai decidir a respeito do requerimento que fizemos, de informações ao Ministério do Exército, com relação ao acontecido com o Coronel Carlos Al-

berto Brilhante Ustra, que, segundo a imprensa já foi punido, mas não sabemos oficialmente de nada; e terceiro, qual a providência que a Mesa da Constituinte vai tomar perante esta informação calamitosa de que o Poder Executivo está desrespeitando, flagrante, aberta a acintosamente a Constituinte, deixando até agora de responder todos, sem nenhuma exceção pedidos de informação formuladas. Queria acrescentar que o primeiro desses pedidos, ao que diz o relato do jornal, foi feito pelo Constituinte Amaury Müller, que também depõe para o jornal que, na época do regime militar, o desrespeito não era tão grande, porque informações podiam não vir de forma satisfatória, mas pelo menos ocorriam e, agora, não vem nem informação satisfatória, nem informação boa, o que não vem é informação alguma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa recebe a reclamação de V. Ex.^a que tem idêntico teor da questão de ordem anteriormente suscitada pelo eminentíssimo Constituinte Amaury Müller.

Informa a Casa que o nobre Constituinte Amaury Müller teve aprovados pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte os seguintes Requerimentos: 4/87 sobre normas legais que fundamentaram a liberação de recursos através do Instituto Brasileiro do Café, para empresas de café solúvel – este requerimento foi encaminhado para o Gabinete Civil da Presidência da República, em 13 de abril de 1987; Requerimento nº 5, que trata sobre a responsabilidade do Ministério da Marinha na chamada Conta DELTA IV – foi remetido pedido de informações ao Gabinete Civil da Presidência da República, em 13 de abril de 87; 22/87, em que solicita informações sobre acordo celebrado entre o Brasil e Israel de intercâmbio comercial de equipamento militar – a informação foi solicitada ao Gabinete Civil da Presidência da República, em 7 de maio de 1987; Requerimento nº 47, sobre a adoção de crianças brasileiras por casais judeus e de outra nacionalidade – foi aprovada pela mesa e solicitada informações ao Gabinete Civil da Presidência da República, em 7 de maio de 1987; por fim, Requerimento nº 57, sobre contrato de financiamento pelo Finame, firmados pelo BNDS – foi encaminhado o pedido de informações ao Gabinete Civil da Presidência da República, em 21 de maio de 1987.

A Mesa informa que nos termos do § 6º do art. 62 do Regimento interno, feita a apresentação, a Mesa terá 10 dias para decidir sobre os requerimentos de informações que, se aprovados, aguardarão no máximo 20 dias pela resposta para tomada de novas providências.

É evidente que não apenas os requerimentos lidos, de autoria da nobre Constituinte Amaury Müller, como igualmente os reclamados por V. Ex.^a nobre Constituinte Haroldo Lima, e ainda de autoria de outros Constituintes não tiveram até o presente momento a resposta que deveria ter sido prestada pelo Poder Executivo.

Nestas condições, a Mesa informa à Casa que, ainda com fulcro no § 6º do art. 62, vai adotar as providências cabíveis, para que esses requerimentos sejam informados à Assembléia Nacional Constituinte, exigindo, assim, o respeito devido à sua soberania e à dignidade daqueles que integram esta Assembléia.

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, queria agradecer a V. Ex.^a e salientar que julgo de enorme importância as providências que V. Ex.^a anuncia agora e que devem ser tomadas. Se a Presidência tomar medidas enérgicas e prontas relacionadas com os problemas postos, será uma forma de restaurar a dignidade e a soberania desta Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller, pela ordem.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS): – Pela ordem, sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, gostaria de suscitar duas questões, se V. Ex.^a me permite.

A primeira está intimamente ligada à informação que V. Ex.^a traz à Casa. Ainda não me sinto satisfeito, Sr. Presidente. Louvo as medidas tomadas; reconheço que a Mesa agiu corretamente. Quem está desrespeitando a dignidade e a soberania da Assembléia Nacional Constituinte é, de fato, o Poder Executivo.

Estou surpreso. No dia 10 de fevereiro, foi encaminhado, provavelmente, o primeiro requerimento de informações à Assembléia Nacional Constituinte, acerca da escandalosa e imoral importação indiscriminada de alimentos, muitos deles estragados, que causaram profundo trauma à combalida economia nacional e colocaram em risco a saúde do povo brasileiro. No entanto, ele não consta dessa relação, Sr. Presidente. É o requerimento datado do dia 10 de fevereiro. Insisto em dizer: provavelmente o primeiro de todos os requerimentos de informações encaminhado à Mesa nesta Legislatura dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e não foi mencionado por V. Ex.^a.

Gostaria de saber se esse requerimento, que envolve o interesse nacional, que exige esclarecimentos minuciosos, detalhados, a respeito de uma operação ilegítima, ilegal e imoral, que constitui crime de lesa-pátria, não tenha sido mencionado. Fico a me perguntar se esse requerimento foi indeferido pela Mesa e em que critérios. Na hipótese de haver sido indeferido, em que se baseou a Mesa para indeferir-lo porque, insisto em dizer, as questões levantadas nesse requerimento de informações são fundamentais, inclusive, para melhorar ou piorar a imagem do Governo Federal perante a opinião pública brasileira. Porque, segundo se sabe num inquérito, que ainda não ganhou foros de opinião pública, foram incinerados nessas importações imorais mais de 1 bilhão e 300 milhões de dólares, trazendo para dentro de um País, que tem fome, leite contaminado, carne deteriorada, arroz, feijão e milho estragados. Quem, afinal, vai responder por esse crime de lesa-pátria praticado não sei se pelo Sr. Dílson Funaro ou por quem for responsável por essas importações desastrosas?

Tenho convicção, Sr. Presidente, de que a Casa e a Nação precisam conhecer detalhadamente todos os pormenores dessas importações imorais.

Pediria a V. Ex.^a que me esclarecesse sobre essa primeira questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa volta a informar a V. Ex.^a que, provavelmente por um lapso, este requerimento que V. Ex.^a cita não tenha sido relacionado entre aqueles de autoria de V. Ex.^a que aqui foram lidos.

Porém, posso acrescentar que este pedido de V. Ex.^a deve ter sido apreciado pela Mesa e não foi, absolutamente, indeferido, porque existem outros requerimentos no mesmo sentido aprovados pela Mesa, com relação aos alimentos deteriorados a que V. Ex.^a se refere. De sorte que a decisão, anteriormente anunciada pela Mesa, vai ser posta em prática e, é claro, será abrangente a todas as proposições que estejam pendentes dessa decisão, por parte do Poder Executivo.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Confio que V. Ex.^a tomará as providências, e agradeço.

A segunda questão de ordem, que gostaria de oferecer à inteligência e à relexão de V. Ex.^a, está relacionada com a informação que trouxe ontem o Dr. Ulysses Guimarães, de forma, para mim ao menos, inaudível. Cheguei, até, a suspeitar de que estava com algum problema de audição, porque não consegui ouvir direito o que o Dr. Ulysses Guimarães disse aqui. É que o Dr. Ulysses Guimarães, que não é santo, embora seja um homem probo, um homem honrado, um homem com larga tradição, com história, às vezes fala à distância, de uma forma que, pelo menos para os meus ouvidos, se torna inaudível. E eu só fui compreender a sua informação pela leitura dos jornais hoje. E fiquei surpreso, Sr. Presidente, porque o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte foi literalmente atropelado.

Não é que eu seja contra a nova dinâmica proposta, muito ao contrário, sou a favor. Acho que a proposta é válida, só que, se temos um conjunto de normas, ele deve ser respeitado.

E nós não podemos continuar falando em democracia e praticando a antidemocracia, a Mesa, tomando providências, talvez até saudáveis e elogiáveis, mas à revelia do Regimento Interno.

Eu vou ler para V. Ex.^a o artigo sobre o qual eu estou me baseando, para levantar esta questão de ordem.

Art. 34. § 5º As sessões extraordinárias terão a duração de 4 (quatro) horas.

§ 8º Havendo Ordem do Dia, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes, ressalvados os períodos reservados à leitura da Ata e do expediente, os destinados a breves comunicações e às comunicações de Liderança, reduzidos pela metade.

As sessões extraordinárias terão a duração de quatro horas e terão que observar o que dispõe o parágrafo 8º do art. 34 do Regimento Interno.

Ora, para que haja mudanças regimentais, o art. 81 no seu *caput* diz o seguinte:

"O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte poderá ser alterado por projeto de resolução de iniciativa:

1 – da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte..."

É o caso explicitado, ontem, pelo Dr. Ulysses Guimarães. O § 1º desse mesmo artigo, entretanto, diz o seguinte:

"No caso do Inciso I, deste artigo, publicado e distribuído o projeto, em avulsos,

será convocada a sessão a realizar-se dentro de 5 dias, destinada a sua discussão em turno único."

Pois bem, Sr. Presidente, o Dr. Ulysses Guimarães que, insisto em dizer, não é santo, embora seja um homem probó, honesto, porque não vi ainda sobre sua cabeça nenhuma auréola, não falou de forma audível e eu acabei aceitando até uma brincadeira sua, dizendo que sem ouvir eu já entendia, quanto mais ouvindo. E louvei o seu espírito jocoso. Mas eu não posso aceitar que o Regimento Interno seja atropelado. S. Ex.^a, disse que as sessões extraordinárias serão exclusivamente destinadas à discussão de matéria constitucional, de acordo com temas previamente selecionados. E, até, fez uma distribuição dos oradores: 3 para o PMDB, 2 para o PFL e 1 para cada pequeno Partido, onde está situado o meu, o PDT. Mas está desrespeitando uma norma regimental. Se a Mesa quer alterar o Regimento Interno, tem que elaborar um projeto de resolução e obedecer o que dispõe o § 1º do art. 81, isto é, publicar e distribuir o avulso do projeto, convocar sessão a realizar-se dentro de 5 dias destinada à sua discussão em turno único.

Estou de pleno acordo com a nova dinâmica, acho que ela resolve em grande parte, o desinteresse que, infelizmente, grassa no seio da Assembléa Nacional Constituinte, por temas tão importantes, tão vitais para a sociedade brasileira. Mas não vejo como, Sr. Presidente, se possa, em nome disso, uma vez mais, desrespeitar o Regimento Interno, atropelá-lo da forma mais escandalosa possível e imaginável.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.^a, sempre tão atencioso, sempre tão democrata, sempre tão fiel às normas regimentais, adote as providências necessárias para que seja publicado e distribuído o avulso aos Constituintes, e convocada à sessão para, dentro de 5 dias, aprovar a mudança regimental.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Nobre Constituinte Amaury Müller, a questão de ordem de V. Ex.^a, da segunda etapa, envolve decisão assumida pelo Presidente Ulysses Guimarães.

Claro que esta questão que V. Ex.^a suscita será levada ao conhecimento de S. Ex.^a, quem oportunamente, quem sabe, na sessão de amanhã, dará conhecimento a V. Ex.^a dessa decisão que assumiu.

O SR. AMAURY MÜLLER: — Mas eu consulto V. Ex.^a sobre a procedência ou não da questão de ordem suscitada, se V. Ex.^a, no exercício da Presidência, e, portanto, com o compromisso formal de obedecer as normas regimentais, concorda que haja uma mudança no instrumento que normaliza as nossas atividades, desobedecendo as próprias normas regimentais, se a minha questão de ordem não está formulada dentro dos parâmetros legais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Está implícito, na decisão, que a Presidência assume levar ao conhecimento do Presidente Ulysses Guimarães a procedência da questão de ordem que V. Ex.^a suscita; do contrário, ela seria indeferida **In limine**. O fato de levar ao conhecimento de S. Ex.^a, para que ele próprio esclareça os motivos da decisão que assumiu, já dá provimento à questão de ordem que V. Ex.^a suscitou.

O SR. AMAURY MÜLLER: — Eu fico muito agradecido pela atenção e generosidade de V. Ex.^a. E, volto a insistir, uma Casa de Leis não pode atropelar as próprias leis.

VI – Apresentação de Proposições

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): — Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram faze-lo. (Pausa.)

Apresenta proposição o Sr. Constituinte

EDUARDO JORGE: — Requerimento solicitando informações ao Poder Executivo, através dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde, sobre convênios que estão sendo firmados com os Governos Estaduais visando a estadualização das ações de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): — Vai-se passar à

VII Ordem do Dia

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Tem a palavra o Sr. Constituinte Osvaldo Bender, para discutir o projeto.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS-RS. Para discutir. Sem revisão do orador.):

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria de dispor do tempo suficiente para analisar emendas que nós apresentamos ao ante-projeto da Constituinte. Mas sei que o tempo vai ser curto, e por isso mesmo vou me ater apenas a quatro temas, para analisar rapidamente, e dizer aos Srs. Constituintes quais as razões que me levaram a apresentar emendas a esses itens. Um deles é o da Ordem Social, que trata da estabilidade; o outro é sobre a Educação; o terceiro é sobre Reforma Tributária e, por fim, sobre a Reforma Agrária.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, da importância da ida desses temas. Nós acompanhamos, de perto, os trabalhos da Subcomissão e da Comissão Temática, referente à Ordem Social, e deixamos claro, por várias vezes, que não éramos textualmente contra a estabilidade. Todavia, queremos critérios,

queremos que sejam definidas regras, normas, nas quais possamos nos basear, quer o trabalhador, quer o empregador. E após a aprovação simples e pura da estabilidade pela Comissão, em primeiro lugar, pela Subcomissão e, posteriormente, pela Comissão Temática. Não sou eu quem o diz, é sim a imprensa. Estão aqui os jornais, as revistas. Quero apenas fazer uma análise. O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo define a estabilidade como demagogia. Trata-se de uma autoridade sindical que fala, não somos nós que falamos. Está aqui o jornal. O tempo é curto para ler sobre tudo o que diz S. Ex.^a. A revista **Veja**, numa das suas edições, trata também da estabilidade, que estabilidade plena exige apenas na União Soviética. Essa edição da revista **Veja** saiu logo após a aprovação da estabilidade, na Comissão Temática. Essa revista diz, também, que a estabilidade, nos demais países, existe apenas como princípio parcial; em muitos deles, da é concedida através de acordos coletivos.

Está aqui a revista **Manchete**, num dos seus artigos, numa análise do jornalista Alexandre Garcia, onde tem como título: "Acabou a brincadeira".

Aí ele critica severamente as concessões feitas, e diz, aqui, que se falou em direitos, e não se falou em obrigações e deveres. Nós não queremos, de forma alguma, que os trabalhadores não possam ter essa tranquilidade que todos nós aspiramos.

O ser humano, por instinto, por natureza, preocupa-se demais com a sua segurança, e com o dia seguinte, com o amanhã. Por isso mesmo, nós temos duas propostas: uma que apenas estabelece a estabilidade como princípio, que diz o seguinte: "Estabilidade e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, na forma da lei complementar".

Vai aqui também o meu protesto, veemente, com relação à extinção do Fundo de Garantia, o direito legítimo adquirido pelo trabalhador, e não podemos admitir de forma alguma que seja extinto. Então, esse é o princípio. Dessa forma, seria assegurada na Constituição a estabilidade e o Fundo de Garantia e a Lei Complementar iriam definir os critérios.

Existe também outra alternativa, que diz o seguinte: Poderá ficar inclusive como o anteprojeto prevê, e nós só podemos, nos casos extremos, estabelecer penalidades, e ali nós estabelecemos o seguinte: "As rescisões contratuais feitas fora das normas previstas neste artigo terão como penalidade, além do pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, 60 dias de aviso prévio, e mais o pagamento do valor equivalente a um salário pago ao trabalhador, na proporção de tantos salários quantas forem os anos de serviços prestados, 1 por ano, até 20 anos: após 20 anos, 2 salários por ano". De maneira que é uma penalidade severa, que faz pensar duas vezes o empresário para dispensar um trabalhador, e se dispensado ele terá o Fundo de Garantia e terá ainda esta indenização; se ele tiver 20 anos de serviço terá, praticamente, não apenas 20 salários, com mais 60 dias de aviso prévio, ele terá mais o Fundo de Garantia que representa os mesmos meses então ele terá aproximadamente 40 meses.

O SR. RUY NEDEL: — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OSVALDO RENDER: — Peço só um momentinho, para concluir esta parte. Queria acrescentar que nesse item estabilidade, apresentamos uma emenda enquadrando os domésticos e as domésticas com os mesmos direitos, que na Comissão Temática foram excluídos; o Delator, Constituinte Almir Gabriel, fez um artigo separado para os domésticos, por quê? E nós que damos saber das razões. Foi então quando S. Ex.^a amplamente relatou que as próprias domésticas fizeram esse pedido à Comissão, ao Relator, porque diria ele que se fossem incluídas com estabilidade não teriam mais emprego; e o mesmo eu digo referente àqueles microempresários, os pequenos empresários, e tantos trabalhadores que buscam um lugar, que querem trabalhar e não vão encontrar este emprego. Por isso mesmo, lamento tenha havido Constituintes que votaram contra esta parte. E está aqui um relatório que recebemos referente a um estudo feito pela Universidade de Brasília, onde eles criticam severamente e estranham esta atitude desse artigo paralelo a uma categoria que se espera tenha os mesmos direitos. Por isso conclamo a todos os Constituintes para que façamos uma lei só, mas uma lei equilibrada, justa,

não com extremismos da esquerda ou da direita, mas uma lei correta, onde prevaleça o bom senso e se encontre a solução no equilíbrio. Esta é a minha opinião, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O Sr. Ruy Nedel: – Permite V. Ex.^a. um aparte?

O SR. OSVALDO BENDER: – Concedo o aparte ao nobre Constituinte Ruy Nedel.

O Sr. Ruy Nedel: – Nobre Constituinte Osvaldo Bender, conheço V. Ex.^a, aprendi a conhecê-lo como homem público aqui nesta Casa, onde V. Ex.^a. iniciou sua vida pública, mas o conheço há mais tempo como empresário competente, dedicado e irmão dos trabalhadores na sua empresa, independente de ser o funcionário do mais subalterno ao mais hierarquizado. V. Ex.^a. não pode tomar o seu exemplo caseiro, digamos, como exemplo de surgiimento de tantos pivetes, de crianças de 8 anos matando em sinaleiras ou estando com punhais e estiletes no pescoço dos motoristas; o porqué dessa chusma de assaltantes que está ocorrendo na nossa Pátria, nas megalópoles do nosso País. Com isso constatou-se uma triste realidade: os menores abandonados dessas duas megalópoles, em sua maioria, eram filhos de pai ignorado. Por quê? Porque havia o jogo de empresários grandes que simplesmente usavam o telefone, comunicavam-se entre si, distanciados nos bairros, e faziam o cálculo: eu demito 500, você 200, fulano 300, outro 400, e outro vai admitir os 800, e assim faziam o jogo. O coitado, com o seu salário tinha que deixar a família e ir trabalhar em outra ponta; não dava para ir e voltar, só nos fins de semana, que aproveitava para horas extras; acabava voltando em 15 dias e depois não voltava acareciava-se, lá noutro rancho, com outra companheira, que tinha tido um filho com outro companheiro que, por sua vez, estava despejado num outro bairro, e assim se gerou o caos da criminalidade infantil nas notas duas grandes megalópoles da nossa Pátria.

Com um plano de estabilidade em base da indenização para até 20 anos de serviço, parece-me então que devemos deixar a lei que existe ser cumprida porque o que existe na verdade, na lei atual, existe a lei do fundo de segurança como opção e na prática não é feito. Parece-me que o que mais se precisa, pensando justamente nas micros principalmente, nas pequenas e médias empresas, é de certa segurança do trabalhador e não de pesos onerosos ao empresário na eventual demissão. Tenho experiência, porque venho de uma região como a de V. Ex.^a, daquelas que o crescimento intrínseco se fez de baixo para cima; onde o ferreiro ficou empresário, e assim se criou toda pequena e média indústria da nossa Região do Rio Grande do Sul. Mas há uma característica bem clara essas empresas sofrerão muito mais se possuírem indenizações e ônus pesados na demissão do que dando o direito e a garantia de trabalho a partir de certo tempo em que empresários e empregados aprenderam a se conhecer dentro da empresa! Tem muito mais segurança a própria empresa e muito mais tranquilidade o trabalhador. Digo isto com toda a convicção, porque, como ex-funcionário, em passado já remoto, da Justiça do Trabalho, tenho visto que também

a própria indenização tem servido para que muitos acabem se desviando da sua vontade de trabalhar e se direcionando na vontade de romper com o empresário, perdendo a sua garantia de emprego, na esperança de, na Justiça do Trabalho, ganhar tantos e tantos mil cruzados – à época cruzeiros – para que aí tivesse um tempo para se querer enciar noutras plagas, tentar outros caminhos, preocupando-se mais em avançar e achar maneiras de protestar na Justiça do Trabalho, enquanto que queremos, efetivamente, a segurança no direito de trabalho e também a segurança da empresa. Parece-me que o plano de V. Ex.^a de chegar-se até 20 anos de serviço não me convence e se fosse optar, no caso, eu optaria pelo que existe e deixaria como lei real: a verdade é que a opção pelo Fundo de Garantia não é verdadeira, é imposição. Esta Legislação como está não me parece correta, mas esta que V. Ex.^a. tenta nos convencer do seu valor como de paz social e de segurança para ambos: empresa e empregado, não me parecem a mais consistente. Perdoe-me, gostaria de elogiar o pensamento de V. Ex.^a, sei da sua competência e da sua dedicação, mas preciso, do fundo de minha consciência, externar aquilo que efetivamente penso, não para mim, não para um setor da sociedade, mas para a sociedade na sua globalidade.

O SR. OSVALDO BENDER: – Agradeço o aparte do nobre Constituinte Rui Nedel e diria a S. Ex.^a. que, no fundo, talvez tenhamos o mesmo pensamento. Queremos que, realmente, o trabalhador esteja bem, ao meu princípio quisera Deus que pudesse ser generalizado – que todo o capital deva estar a serviço da coletividade e da comunidade. Este é o meu princípio, o meu pensamento. Por isso mesmo, penso e defendo e esta é apenas uma alternativa, e talvez melhor seria a do princípio de estabilidade, que, depois, fosse regulamentado através de lei ordinária, mas essa de indenização é apenas para proteger o trabalhador. Por exemplo, se o trabalhador tiver 5 ou 10 anos de serviço e quiser estabelecer-se por conta própria, deixar a empresa, para que não saia de mãos vazias, para que leve o seu Fundo de Garantia, para que receba uma indenização, para que tenha, realmente, alguma coisa, para que não fique atrelado à empresa, para que, quando surgirem desavenças, pois a vida é curta demais para que alguém esteja em um lugar trabalhando como escravo. Para isso, então, teria tantos outros empregos e teríamos uma alternativa, esta seria uma delas e com graves penas se viesse a ocorrer, mas de preferência para que todos pudessem, efetivamente, ter estabilidade sem que fosse necessário pôr isto em prática. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Pediria a V. Ex.^a. Sr. Presidente, mais uns minutos, se assim fosse possível, devido ao aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência lamenta informar a V. Ex.^a. não ser possível a concessão de mais minutos, em função de existirem outros oradores inscritos para este período que é limitado para a sessão.

O SR. OSVALDO RENDER: – Concordo com V. Ex.^a, mas veja Sr. Presidente. inscrevi-me para falar às 16:00 horas, no entanto, a sessão se prolongou até às 16 horas e 30 e poucos minutos e houve tolerância. Apenas peço dois minutos para concluir.

As outras emendas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes são referentes à Educação.

Quero me parabenizar com uma emenda popular que foi apresentada referente ao ensino religioso. Tenhamos apresentado desde logo uma emenda, uma sugestão, para que o ensino religioso fosse obrigatório no 1º grau, mas no anteprojeto ficou como facultativo. Por quê? Porque acho que não podemos tirar o direito das crianças em aprenderem um pouquinho sobre Deus, sobre a eternidade, sobre a fé e sobre a alma. Por isso mesmo volto a apresentar essa sugestão.

Outra sugestão sobre educação: aqueles que receberem mais que trezentos salários mínimos vão ter uma penalidade na sua declaração de renda, que tiverem filhos estudando em universidades federais ou no ensino público. Que se dêem bolsas de estudo, para aqueles que não tenham condições no valor de 75% dos custos, para que não ocorra o que aconteceu este ano, quando o valor das bolsas apenas representou um mês de pagamento para os educandários privados e comunitários.

Sobre a reforma tributária, nós apresentamos duas emendas: uma que eleva de 21% (vinte e um por cento) para 32% (tinta e dois por cento) o retomo aos Municípios referente ao Imposto de Renda e aos outros tributos federais; e também apresentamos mais uma sugestão para que os Municípios recebam, ao invés dos 25% (vinte e cinco por cento) do ICMS, 35% (trinta e cinco por cento) do retomo. Achamos que o município é a base, o alicerce, no Município vive a população e sem Município não temos Estados e nem temos a União. Por isso mesmo achamos que precisamos dessa reforma tributária. Nós também propomos que a Loteria Esportiva, o que não está previsto no anteprojeto, repasse 50% (cinquenta por cento) da sua arrecadação aos Municípios. E, por fim, ainda uma palavra sobre a reforma agrária: nós também apresentamos uma emenda no sentido de se criar um crédito fundiário, e que se destine 50% (cinquenta por cento) do orçamento como recursos para esse crédito fundiário, aliado a um tributo instituído sobre os latifundiários. Em conjunto, esses recursos seriam um financiamento para os filhos dos nossos agricultores que quisessem comprar, por sua conta, um pedaço de terra, com um financiamento de 20 anos. Eles por si só iriam comprar a sua propriedade além, paralelamente, de toda a reforma agrária que se pretende instituir.

Esta é uma fórmula prática, simples e objetiva.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância. Muito obrigado pelos minutos que roubrei dos Constituintes que vão me suceder. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. OSVALDO BENDER EM SEU PRONUNCIAMENTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao Projeto de Constituição, na parte relativa à Ordem Econômica, os seguintes dispositivos:

"Art Os tributos incidentes sobre os latifundiários por extensão e 5% (cinco por cento) do Orçamento da União constituirão o Crédito Fundiário, destinado a financiar Imóveis rurais de 25 ha (vinte e cinco hectares) aos interessados".

§ Os financiamentos serão realizados pelo Banco do Brasil, no prazo de 20 (vinte) anos.

§ Os imóveis rural desapropriados por interesse social serão divididos em lotes de 25 ha (vinte e cinco hectares) e vendidos, preferencialmente, aos filhos de agricultores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

§ A escritura definitiva do imóvel financiado só será lavrada após a quitação do financiamento."

Justificação

Com uma área de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, o Brasil mantém mais da metade de seu território inexplorado, apesar da vocação agropastoril de sua gente.

Além de, verificamos que 70% da área rural é constituída por latifúndios, sabemos que o êxodo rural tem crescido a cada ano. E uma das causas da migração do homem do campo é a falta de recursos para adquirir seu pedaço de terra.

Esse não é o único meio de fixar o homem à terra, mas é, sem dúvida, um grande passo para se conseguir esse objetivo.

Consideramos indispensável promover o acesso do homem à terra para que possa explorá-la, não só em seu benefício, mas também no de toda a Nação.

Esse acesso, como propomos, seria feito através do Crédito Fundiário, formado com recursos dos tributos incidentes sobre os latifúndios por extensão e 5% do Orçamento da União, que financiará imóveis rurais de 25 ha pelo prazo de 20 anos.

As distribuições de terras desapropriadas por interesse sociais seriam destinadas, preferencialmente, aos filhos de agricultores.

Se o Governo já tivesse criado o Crédito Fundiário para o fim proposto, certamente milhar de pessoas não estaria marginalizado nos grandes centros urbanos e mesmo no meio rural, esperando pela Reforma Agrária que, de tão lenta, é quase inexistente.

Além disso, não acreditamos que a distribuição de terras seja feita com justiça, pois cada uma tem seu preço, pela localização, constituição (plana ou montanhosa), pela falta ou abundância de águas e tantas outras coisas. E como ninguém pode escolher a sua porção, acreditamos que há favorecimentos.

Além das desapropriações, às vezes necessárias, o Governo poderia adquirir terras através de concorrência pública, o que evitaria dissabores futuros com a justiça e ensejaria assentamentos mais rápidos.

Entendemos que a solução pacífica é menos onerosa e mais rápida, evitando os aborrecimentos advindos de uma desapropriação.

Estes, os fundamentos de nossa proposta ao novo texto constitucional.

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado: Art 277, Item, I Letras: **a e c**

Art 277.....

I – do produto de arrecadação dos impostos sobre a renda e proveitos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, sessenta e seis por cento na forma seguinte:

a) Trinta e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

c) trinta e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

Justificação

É preciso dar aos Estados e Municípios melhores condições financeiras, com uma melhor distribuição da renda. Para isto, nada melhor do que conceder-lhes um pouco mais daquilo que é arrecadado dentro do seu próprio território.

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado: Art. 276, Inciso III
Dê-se ao inciso III do art. 276, do Projeto de Constituição a seguinte redação.

"Art. 276.....

III – trinta e cinco por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços."

Justificação

A reforma tributária foi um dos assuntos mais debatidos pelos constituintes nas suas campanhas. Tenho certeza que todos estão conscientes da necessidade da sua realização. A elevação da porcentagem ora proposta visa a corrigir o percentual da participação dos municípios, no Imposto de Circulação de Mercadorias, pois só assim conseguirem arcar com seus compromissos públicos, evitando a romaria dos prefeitos municipais aos palácios governamentais com o "pires na mão", como esmoleiros mendigando migalhas.

EMENDA SUPRESSIVA

Dispositivo Emendado: Título VII – Capítulo I – Seção IV – At 272 – § 1º.
"Suprime-se o § 1º, do art. 272".

Justificação

Não é com a permissão da criação de novos tributos que vamos resolver os problemas atuais. O que precisamos fazer, é redistribuir melhor os que já existem, permitindo que os Estados e Municípios possam ter uma participação maior na arrecadação dos mesmos.

EMENDA ADITIVA

Dispositivo Emendado: Título VII – Capítulo I – Seção III – Art 270
Acrecente-se mais um item ao artigo 270, com a seguinte redação:

"Item VI – A exploração de jogos legalizados como loteria estadual e outros."

Justificação

A loteria não deixa de ser uma fonte de recursos, uni rendimento, uma arrecadação e, como tal, deve ser também tributada junto aos demais casos.

EMENDA ADITIVA

Dispositivo Emendado. Título VII – Capítulo I Seção II – art. 270 Acrecente-se ao artigo 270 mais um item, com a seguinte redação:

"Item VI – A exploração de jogos como: loteria federal, loto, loteria esportiva e demais regulamentada em lei".

Justificação

A exploração das loterias não deixa de ser arrecadação para o Governo; representa uma fonte de renda, além do mais, fica previsto de alternativas para regulamentação de mais jogos.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. A lei definirá valores a serem acrescidos na declaração do imposto de Renda das pessoas físicas, com rendimentos acima de trezentos salários mínimos anuais, cujos filhos estiverem cursando escolas públicas"

Justificação

Sabemos que cursar uma universidade federal é privilégio elitista, nela conseguindo uma vaga apenas aqueles que cursaram bons colégios e que fizeram cursinhos. Nada mais justo, então, do que instituir uma taxa escolar ligada aos rendimentos daqueles que têm melhores condições, através do pagamento do Imposto de Renda, fixando-se, através de lei, valores progressivos a começar por trezentos salários mínimos.

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendada:

Art. 376.....
Parágrafo único. O ensino religioso, sem distinção de credo, constitui disciplina obrigatória no primeiro grau."

Justificação

Num País cristão como o Brasil, não se admite a ausência do ensino religioso nas escolas de primeiro grau. É através da religião, do seu conhecimento, que se disciplinarão as consciências das crianças, ensinando-lhes o caminho do bem, contribuindo para um relacionamento melhor entre as pessoas e para a diminuição dos índices de criminalidade

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado: Título IX – Capítulo IX – Art 381.

Dê-se ao **caput** do art. 381 a seguinte redação:

"Art 381. As verbas públicas serão destinadas às escolas públicas e privadas, com ênfase de bolsas de estudos nos três níveis, com valor mínimo de 75% desde que"

Justificação

Para que dar mais recursos às escolas públicas, pois é dever do Estado mantê-las. O que não acontece com as escolas comunitárias que lutam com muito sacrifício para se manterem, isto sem falar das condições do aluno. Portanto, os recursos não devem ser repassados para os estabelecimentos de ensino, mas principalmente, para o próprio aluno através de bolsas de estudo. Esta seria a melhor fórmula para democratizar o ensino e com gratuidade quase total para todos e, dependendo dos recursos disponíveis, poderá ser até total. Este sistema custará para o poder público bem menos.

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo emendado: art. 2º, inciso XIII.
Dê-se ao inciso XIII do art. 2º a seguinte redação:

"XIII – Estabilidade e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, na forma da lei complementar."

Justificação

A estabilidade para os trabalhadores deve constar como princípio, na Constituição, e não como definição ou imposição.

Precisamos, através de lei especial, estabelecer critérios que permitam as rescisões contratuais, por falta grave ou livremente. Precisamos estabelecer também o que é considerado falta grave, quando e como poderia ocorrer a dispensa por justa causa. Como proceder com os pedidos voluntários dos trabalhadores, que indenização receberia neste caso o trabalhador?

Temos, também, que levar em consideração as falências, o fechamento das microempresas. Para estes casos, não vejo outra forma a não ser estabelecer penalidades, através de valores. Obrigatoriedade individual não existe nem mesmo no casamento, que dirá num contrato de trabalho!

A lei precisa ser clara, sob pena de termos neste País um desemprego nunca visto.

É preciso estabelecer regras para, harmonicamente, resolver os impasses entre capital e trabalho.

EMENDA ADITIVA

Dispositivo Emendado: Título II – Capítulo II – Art. 13 – Item I.

Acrescente-se ao art. 13, item I, alínea e a seguinte redação:

e as rescisões contratuais feitas fora das normas previstas neste artigo, itens e alíneas, terão como penalidade, além do pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, 60 (sessenta) dias de aviso prévio e mais o pagamento do valor equivalente ao último salário pago ao trabalhador, na proporção de tantos salários quantos forem os anos de serviço prestados – 1 por ano – até 20 (vinte) anos, acrescentando-se mais um salário para cada ano que exceder esse tempo.

Justificação

A estabilidade no emprego é um desejo de todo o trabalhador. Como as rescisões comprovadas com falta grave em juízo não sofrem penalidades, a única maneira para evitar o desemprego generalizado é prever para os casos que até seriam difíceis de comprovar, ou enquadrar como falta grave, uma penalidade, um resarcimento em valores. Dessa forma, estabelecidos e fixados os aqui propostos, teríamos uma estabilidade praticamente completa, levando-se em consideração que o projeto já previu outras situações para rescisão; acrescentando-se mais esta alínea, estarão completas as previsões para todas as situações de rescisão, estabelecendo-se as penalidades para os que não foram abordados pelo projeto.

O grande beneficiado com este acréscimo será o trabalhador que não se sentirá coagido a permanecer numa empresa onde não se sente bem, e por sua livre vontade poderá sair, pois será garantida a sua indenização, não será apenas uma rescisão, e, a empresa, ao dispensar o trabalhador, pensará duas vezes no alto custo que isto repre-

sentará, pois serão 2 (dois) meses de aviso prévio, um mês de salário por ano de serviço prestado até 20 anos, mais um pelos anos excedentes, além do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

EMENDA SUPRESSIVA

Dispositivo Emendado: Título II – Capítulo II – Art. 14.

"Art. 14. Suprime-se o **caput** do art. 14."

Justificação

Com a inclusão no artigo 13 do Título II, Capítulo II, dos empregados domésticos, este artigo não tem razão de ser.

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado: Título II – Capítulo II – Art. 13. Item XXIX

Dê-se ao **caput** do art. 13 a seguinte redação:

"Art. 13. São direitos sociais dos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos, de ambos os性os, além de outros que visem a melhoria de sua condição social."

Justificação

Não podemos fazer uma legislação parcial, discriminatória em relação a determinada categoria profissional, como se pretende fazer, no caso, com as domésticas. Devem ter os mesmos direitos que os demais trabalhadores.

Achamos, ainda, por bem, deixar claro neste artigo que, as mulheres rurais também devem ficar compreendidas entre os demais trabalhadores e, portanto, gozar dos benefícios legais que os amparam.

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo emendado: Título IX – Capítulo II – Art. 334. Item II.

Dê-se ao item II do art.334 a seguinte redação:

"II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços para os segurados urbanos, domésticas, rurais, homens e mulheres."

Justificação

Precisamos incluir, na segurança, as domésticas e as mulheres campesinas. As domésticas ainda não têm seus direitos garantidos e as mulheres rurais são apenas consideradas como dependentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte José Elias Murad, para discutir o Projeto.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Constituintes:

Venho hoje a esta tribuna defender algumas propostas e emendas que gostaria de ver aprovadas em plenário e, consequentemente, constarem no texto final da nova Constituição Brasileira.

Em primeiro lugar, desejo falar algo sobre o inciso V, do artigo 347 do anteprojeto e que tivemos a satisfação de ver aprovado, por unanimidade, na Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente – que presidimos – e na própria Comissão Temática da Ordem Social.

Ele reza o seguinte:

"Compete ao Estado controlar a produção e a comercialização dos produtos tóxicos inebriantes pelo abuso, e estabelecer princípios básicos para a prevenção de sua utilização inadequada."

Julgo ser necessário encarecer aos nobres colegas constituintes a importância desse dispositivo que, sem dúvida, dará força constitucional para, depois, legislarmos com mais rigor na legislação ordinária ou complementar.

Convém dizer que, como está redigido, o dispositivo constitucional abrange, não só as drogas de abuso, como também os outros produtos tóxicos inebriantes do tipo das colas de sapateiro e outros que tais. A importância disso reside no fato de que as tentativas de controle dos produtos à base de solventes voláteis têm fracassado por uma série de razões, sendo a mais importante delas a falta de empenho das autoridades responsáveis, uma vez que coexistem leis reguladoras do problema.

Há tempos atrás – só para citar um exemplo – propus ao CONFEN, Conselho Federal de Entorpecentes, algumas normas controladoras de tais produtos, cujos itens eram os seguintes:

1 Proibição de sua venda aos menores de 18 anos, uma vez que esses produtos do tipo das colas são mais usados por adolescentes e crianças, muitas vezes meninos ou meninas de rua, com 9 a 12 anos de idade, em média.

Alguns países – como as Filipinas, por exemplo – já têm essa proibição, pois, nesses países, o problema do menor carente, abandonado, que vive nas ruas, é tão grave como no Brasil.

2 Adição às colas de um produto químico de odor nauseante ou repelente que possa dissuadir o indivíduo – pelo mal-estar provocado – de aspirar o solvente.

Naquela época, essas propostas foram recusadas pelo CONFEN sob justificativas pouco convincentes. Quanto à proibição aos menores de 18 anos, alegou-se que já existe lei proibindo bebidas alcóolicas aos menores e quase ninguém obedece. Mas, o que está errado então, é o não cumprimento da lei, e não a promulgação de outra no sentido semelhante. Como se vê, no Brasil, os adágios funcionam ao contrário: "um erro justifica o outro".

Quanto à adição de um produto químico nauseante ou repelente, alegou-se que isso poderia prejudicar o trabalhador que, normalmente, lida com as colas, como os sapateiros, por exemplo. Tampouco tal argumento é válido, porque tudo dependeria da dosagem ou da concentração da substância quinta repelente. Uma coisa é o indivíduo trabalhar com a cola ao ar livre, a uma distância de cerca de meio metro das vias respiratórias – como fazem os sapateiros – e outra, é colocá-la em um saco de plástico, enfiando-o na cabeça a fim de absorver todos os vapores, ou, então, aplicar diretamente contra o nariz e a boca, o produto – como fazem os usuários de drogas.

Pessoalmente acho que, por trás da resistência a tal tipo de controle, existe, como sempre, a ambição do lucro fácil e rápido, o estímulo à venda abusiva, mesmo sabendo dos prejuízos à saúde física e mental dos usuários.

Uma prova de que tecnicamente é possível adotar tal prática é que, recentemente, recebi um vasto material de uma firma americana, a "Chemical Specialties Manufacturers Association Inc"., de Washington, USA, onde se informa que já vêm adotando tal técnica na fabricação de suas colas de aeromodelismo procurando, com isso, proteger, principalmente as crianças, que não se sentem tentadas a aspirá-las em maior quantidade, devido ao seu odor pouco agradável.

Agora, com este dispositivo constitucional aprovado, as firmas brasileiras de colas e similares não terão outra opção senão submeter-se ao controle, que voltaremos a propor na legislação complementar ou ordinária dentro em breve.

Ainda dentro desta mesma linha da prevenção ao uso indevido de drogas, outro exemplo sugestivo pode ser dado por alguns xaropes que vêm sendo empregados, em dose alta, como drogas de abuso.

Pelas dificuldades de obtenção de algumas drogas ilegais como a maconha e a cocaína, certos usuários – principalmente adolescentes e jovens – têm se dirigido para determinados produtos farmacêuticos que têm, em sua composição, substâncias psicotrópicas variadas. Daí surgiu, em todo o país, o uso de xaropes contra a tosse em dose alta e soluções (1/2 frasco ou o frasco inteiro de uma só vez), porque tais xaropes e soluções, até há pouco tempo atrás, eram de venda praticamente livre em nossas farmácias. Tivemos, em nosso serviços de atendimento de usuários de drogas em Belo Horizonte, dezenas de casos de dependência a esses xaropes, vários deles com intoxicação grave e, pelo menos, quatro mortes, sendo duas delas de adolescentes.

Depois de várias solicitações e denúncias a DIMED, Divisão de Medicamentos do Ministério da Saúde, colocou tais xaropes sob controle de receita retida nas farmácias, o que diminuiu bastante o seu uso abusivo como droga, mas não acabou com ele. Por isso, fizemos à mesma DIMED, tempos atrás, uma sugestão que acreditamos poderá acabar definitivamente com seu uso abusivo. Ela consiste em adicionar as xaropes uma certa quantidade de extrato de ipeca, uma planta brasileira nativa do Mato Grosso e cujo princípio ativo, emetina, é capaz de produzir náuseas e vômitos em determinada concentração. O segredo de tudo é a dosagem caneta do extrato da ipeca, pois, em baixa concentração, quando o produto é usado normalmente como antitussígeno (1 colher de doce ou 50 gotas da solução), não há nenhum efeito desagradável. Ao contrário, pois a ipeca é também expectorante e pode até ajudar a ação do xarope. Entretanto, usado em dose alta (1/2 frasco ou 1 frasco inteiro), a concentração de ipeca atingiria o limiar de seu efeito emético, produzindo mal-estar, náuseas e vômitos. Assim sendo, este simples detalhe de farmacotécnica eliminaria totalmente o mau uso que alguns jovens vêm fazendo desses produtos.

O SR. GERSON CAMATA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Pois não.

O SR. GERSON CAMATA: – Nobre Constituinte José Elias Murad, o que me fascina na Constituinte, neste Colégio com 559 brasileiros, é exatamente a diversidade e a especialidade com que

cada membro da Constituinte focaliza, enfoca, discute um assunto. Não há nenhum problema no Brasil que não seja, aqui, enfocado por alguém, que profundamente tenha a ele se dedicado. Vejo o interesse de V. Ex.^a na discussão desse tema, fruto de um trabalho que V. Ex.^a vem exercendo não só na Constituinte, mas também fora, procurando as autoridades responsáveis. Um problema que não vai às manchetes, como a duração do mandato do Presidente da República ou como alguns temas que talvez estejam provocando um interesse maior da opinião pública, mas um tema importantíssimo, que V. Ex.^a traz, nesta tarde, ao debate e à exposição dos seus companheiros. O Brasil enfrenta, efetivamente, este problema que V. Ex.^a enfoca bem, das drogas, das colas que são usadas como drogas; dos xaropes, do descontrole do mercado de medicamentos que nós temos neste país – e sei que V. Ex.^a vai focalizá-lo. As companhias estrangeiras que vêm aqui produzir os seus medicamentos são submetidas, na hora de registrar as suas fórmulas, às normas a que são submetidas as suas matrizes fora do Brasil, mas, o controle que é imposto a essas drogas, fora do Brasil ou nos países de origem desses laboratórios, não existe por parte das autoridades brasileiras. Aqui, elas atuam de maneira selvagem e, muitas vezes, nós brasileiros somos cobaias de medicamentos que, depois, são lançados no mercado internacional ou nos países das matrizes dessas empresas. Tive a oportunidade de, há 10 anos, na Câmara dos Deputados, ser Relator da CPI do Consumidor, onde tivemos um capítulo especial destinado ao problema dos medicamentos. Constatamos que aqueles senões ou quase todos apontados pela CPI, num trabalho que foi, à época, pioneiro, no Brasil, continuam como era há 10 anos, quando não pioraram. As medidas que dependam do Poder Legislativo foram transformadas, nobre Constituinte José Elias Murad, em 12 projetos de lei, apresentados à Câmara e nenhum foi aprovado. Das poucas medidas de contenção dessa selvageria da indústria de medicamentos no Brasil, que dependiam do Poder Executivo, algumas foram adotadas. Acredito que chegou o momento de constar ou no texto da Constituição ou na legislação complementar a contenção da propaganda; de se adotar essas fórmulas que

V. Ex.^a expõe tão claras às autoridades. V. Ex.^a ressalta a má vontade de controlar. Chegou o momento, nesta Constituinte, de tomarmos uma posição em defesa do consumidor brasileiro. Já que estamos num regime capitalista, precisamos colocar nessas empresas, os freios e os bridões que os regimes capitalistas, de onde elas vieram, impõem também a elas, para que não façam aqui um quintal, um laboratório ou um ponto de experiência de seus medicamentos. Cumprimento V. Ex.^a pelos pontos que expõe: o conhecimento que V. Ex.^a demonstra do assunto que enfoca, a necessidade de se conter a propaganda, por exemplo, e sei que V. Ex.^a vai abordar a questão da propaganda do medicamento, do fumo, da bebida alcoólica. V. Ex.^a analisa o problema com tanto conhecimento que nos entusiasma. Naqueles momentos em que ouvimos críticas ao trabalho que aqui se realiza, o discurso de V. Ex.^a, a propriedade com que o faz, a demonstração de conhecimento que V. Ex.^a tem do assunto faz com que nos sintamos orgulhosos de pertencer a esta Assembléia que com essa

propriedade e esse conhecimento, expõem um problema e apresenta, para ele, soluções. Quero cumprimentar V. Ex.^a pela oportunidade da sua fala, pela propriedade, pela sabedoria com que analisa os assuntos. E, com certeza, encanta os demais Constituintes que aqui estão, no apoioamento das teses que V. Ex.^a apresenta. Parabéns a V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Muito obrigado a V. Ex.^a. Informo ao prezado colega que no nosso último livro, sugestivamente com o título "A Selva Terapêutica no Brasil", a melhor bibliografia que encontramos, umas das melhores, foi exatamente a CPI à qual V. Ex.^a se referiu. Então, também não foi perdido o trabalho, porque, pelo menos a nós especialistas, ela nos despertou ainda mais para o problema. Muito obrigado, meu caro colega.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Com muita honra, nobre Constituinte Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Constituinte José Elias Murad, eu me encontrava em meu gabinete e, ouvindo o seu pronunciamento, rapidamente me dirigi até aqui, porque o acompanho há longo tempo, sendo conterrâneo de Belo Horizonte, a sua luta com relação à indústria de medicamentos, com relação à questão do abuso das drogas e com relação ao abuso que a indústria do tabagismo faz no Brasil através da propaganda. Eu me solidarizo com essa campanha. Mas, eu queria levantar questões mais polêmicas em torno da questão das drogas. Se, por um lado, parece-me correta a abordagem que V. Ex.^a faz em torno da questão dos medicamentos e da propaganda de cigarros, de tabaco, parece-me, por outro lado, que hoje precisamos avançar um pouco no que diz respeito à utilização da **cannabis sativa** – maconha – e outros tipos de drogas. Apresentei uma emenda constitucional, levando essa questão para o terreno das liberdades individuais. Parece-me que deveria ser lícito ao indivíduo usar em si próprio algum tipo de produto, desde que consciente, desde que bem esclarecido das consequências de seu uso, sendo vedada a indução, sendo proibida a propaganda, sendo proibida a compulsão de fumar em local fechado, por exemplo, mas o indivíduo podendo soberanamente deliberar sobre isto; sendo proibido o tráfico. No Brasil, hoje, o tráfico de drogas é conhecido pela televisão, porque as redes nacionais de televisão mostraram o tráfico das drogas. Parece que só a polícia é que não sabe e se utiliza o combate às drogas como uma espécie de pressão psicossocial, especialmente sobre a juventude, fazendo batidas às favelas, dizendo que está procurando drogas mas, na realidade, espalhando pessoas no meio da rua, até porque a legislação atual fomenta a corrupção policial. Eles são intimamente ligados ao tráfico de drogas, inclusive, envolvidos com ele. Quem sabe, a liberdade do indivíduo, mudando, portanto, a estrutura do combate, trazendo o problema da esfera policial para a esfera da consciência em torno da questão das drogas, pudesse fazer com que acabasse essa pressão psicossocial, a pressão política feita pelas esferas policiais sobre a juventude, a intimidação. O que há é a desinformação sobre as drogas.

À medida que houvesse a liberdade, o esclarecimento, talvez pudesse a droga, especialmente a maconha, a partir da sua descriminalização, ser enfocada de uma forma nova, de uma forma que pudesse fazer a sociedade, soberanamente, tomar uma posição sobre isso. É esta questão polêmica, Professor José Elias Murad, que eu queria trazer aqui ao debate, ao mesmo tempo em que me solidarizo com a posição de V. Ex.^a em relação à indústria farmacêutica e em relação à propaganda nociva do tabaco que é feita no Brasil.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Agradeço ao meu caro conterrâneo colega, Constituinte Virgílio Guimarães, o aparte, mas não concordo com ele. Respeito à opinião de V. Ex.^a. Como especialista há mais de 25 anos na área, digo uma coisa, com a maior convicção: os países que adotaram tal sistema estão pagando caro pela sua liberalidade e muitos deles estão voltando atrás. Cito o caso da Inglaterra. Houve época em que o governo inglês, preocupado principalmente com o elevado número de usuários de heroína, resolveu dar uma carteira de usuário – V. Ex.^a deve ter lido a respeito – aos dependentes...

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Exatamente.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – ...àqueles casos dados como perdidos. Dois anos depois, o número de usuários de heroína subira para 1.000%. O governo inglês foi obrigado a voltar atrás, adotando um meio termo. Ele continua oferecendo-a àqueles casos considerados irrecuperáveis, mas com indivíduos internados, em tratamento, e não mais através de carteira, em que ele poderia obter uma certa quantidade de droga. O indivíduo geralmente dobrava a quantidade usada, para dispor de uma maior e se transformar também num traficante. Em relação ao problema da discriminação da maconha, há vários países, como a Holanda e a Espanha, adotaram um processo que, na verdade, não é liberação. Nenhum país do mundo liberou a maconha. Tanto assim que, recentemente, na reunião em Viena, cento e cinqüenta e seis países assinaram o protocolo de controle de drogas. E, lá, continua a maconha e os seus derivados, o haxixe, etc... No entanto, houve, em alguns países, uma liberalização das leis em relação ao usuário, tomando-as menos duras em relação ao indivíduo que usa a droga mas não a traiça. Essa é outra história.

Eu, pessoalmente – tendo até um centro onde eu trato usuários de drogas, V. Ex.^a sabe disso – eu sou até, em princípio, favorável. Mas deixa eu lhe dar um dado importante. Já atendemos, em nosso centro, em seis anos de funcionamento, mil e seiscentos usuários de drogas. Pois bem! Nenhum, nenhum sequer afirmou que foi levado, pela primeira vez, ao uso de drogas pelos traficantes. Todos, sem exceção, disseram que foram levados pelos amigos, colegas, companheiros, namorados, namoradas, conhecidos. Então, eu pergunto: Quem é traficante? Então, na verdade, com uma atitude liberal desse tipo, nós correríamos o gravíssimo risco de difundir ainda mais, possivelmente, a droga em nosso País. Esse é o meu ponto de vista.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Eu queria agradecer o aparte, pois tomei muito tempo de V. Ex.^a. Esse é um debate longo, mas eu fico ainda achando que a legislação brasileira precisa ser

melhorada, nem que seja em relação à maconha, precisa avançar para uma legislação mais liberal, que preserve mais a liberdade do indivíduo. Mas eu não quero prolongar o debate, porque o tempo é de V. Ex.^a e percebo que ainda tem muito a nos dizer, eu permanecerei atento, aqui, aguardando, só agradecendo a oportunidade de debater com um especialista, uma pessoa tão representativa nessa área, como V. Ex.^a

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Eu agradeço, meu caro colega.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Presidência pede a V. Ex.^a que dê o restante do pronunciamento como lido, uma vez que o tempo já se exauriu em três minutos.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Eu cumpriria o seu pedido. Mas eu entendo que está até dentro do aparte feito há poucos instantes pelo Deputado uma proposta que estamos fazendo, dentro das Disposições Transitórias. Vou ser rápido, porque trata, exatamente, de um problema relacionado com a maconha.

Pois bem, a DIMED, à época, simplesmente ignorou a nossa sugestão e os laboratórios farmacêuticos multinacionais, que fabricam tais medicamentos, nem sequer se deram ao trabalho de dizer por que não aceitaram. Assim, os xaropes e as soluções antitussígenas continuam em nossas farmácias, às vezes vendidas a preços exorbitantes de 10 vezes o seu preço normal, através de receitas falsificadas ou de métodos onde se consegue fraudar a exigência da receita retida. Este é um outro exemplo, onde a nossa legislação maior poderá obrigar o indivíduo ou a empresa a cumprir as regras de controle.

Ainda dentro da linha da prevenção do abuso de drogas, consta, do artigo aprovado, o dever do Estado de estabelecer os princípios e as normas dessa prevenção. Achamos fundamental a necessidade de uma revisão e atualização da chamada lei "antitóxicos", que foi promulgada em 1976 e, evidentemente, se encontra ultrapassada e/ou desatualizada em alguns de seus dispositivos. É evidente que isto deverá ser feito na legislação ordinária, mas o dispositivo constitucional proposto, caso aprovado, dará forças para isso.

Tal tipo de prevenção deverá ser feito através da educação científica da juventude, nas escolas de 1º e 2º graus, porque se há uma linguagem que o jovem aceita bem é a linguagem da ciência.

Os medicamentos e os alimentos

Outros temas que temos defendido com muito empenho e onde, até agora, conseguimos a aprovação de alguns dispositivos no anteprojeto constitucional dizem respeito aos medicamentos e aos alimentos.

É do conhecimento de todos o grave problema dos medicamentos no Brasil. Por um lado, verifica-se um excesso desnecessário de vários produtos – com dezenas ou centenas de similares – abarrotando o mercado farmacêutico e transformando-o numa verdadeira "selva terapêutica"; do outro lado, o paradoxo da falta de alguns medicamentos essenciais, indispensáveis ao tratamento de várias patologias e que certos laboratórios deixam de fabricar por questões mercadológicas, como, por exemplo, o preço tabelado que não lhes agrada ou não lhes fornece os lucros que almejam. Há alguns meses denunciamos a falta

de alguns medicamentos essenciais, como, por exemplo, o cloridrato de morfina, para citar apenas um deles. A falta da morfina no mercado (principalmente porque o produto é barato, vende pouco e é rigorosamente controlado) tem trazido problemas sérios e graves aos especialistas que trabalham no campo delicado do combate à dor, pois ela é, talvez, o analgésico mais poderoso que ainda possuímos. Sua falta, está levando vários cancerosos terminais a uma morte dolorosa e desumana quando, através do seu potente poder analgésico, poder-se-ia permitir que, ao menos, pudessem morrer dignamente.

Tal situação não pode perdurar, principalmente levando-se em conta que cerca de 85% da chamada indústria farmacêutica "brasileira" se encontra nas mãos das multinacionais dos medicamentos. Não somos contra a indústria farmacêutica transnacional. Ainda precisamos dela. Mas, o que não podemos aceitar é que continuem dominando 85% do mercado, deixando a insignificância de 15% aos laboratórios genuinamente brasileiros. Daí a inclusão de dispositivos em nossa carta magna que procuram reverter tal situação, principalmente através de um apoio maior à indústria genuinamente nacional. A CEME, Central de Medicamentos, o organismo estatal, poderá no futuro, produzir cerca de 360 drogas essenciais que necessitamos para tratar a grande maioria das doenças tratáveis. Além disso, a produção pela CEME poderá atender a dispositivo constitucional que diz que a assistência à saúde "é um direito do indivíduo e um dever do Estado". É evidente que tal assistência inclui o atendimento farmacêutico, além do médico e, no caso das pessoas mais carentes, isso terá que ser feito através do fornecimento gratuito dos medicamentos. Por outro lado, através de uma lista de prioridades, a CEME poderá também fabricar aqueles medicamentos essenciais que as multinacionais criminosamente sonegam ao nosso mercado, provocando o pânico entre os pacientes, o temor entre os médicos e o receio entre os farmacêuticos pelos graves problemas que sua falta pode acarretar.

Os alimentos

A contaminação dos alimentos no Brasil é um dos problemas mais graves da atualidade. Isto porque todos concordam que o País precisa aumentar a sua produção agrícola e agropecuária a fim de fazer face às necessidades de exportação e também ao aumento populacional.

Muitas vezes, por isso, acontece o uso indiscriminado, excessivo, incorreto de agrotóxicos e também a uso de produtos químicos como aditivos, conservadores, corantes, corretivos etc., particularmente nos alimentos em conserva.

Já fiz desta tribuna da Assembléia Nacional Constituinte vária denúncias a este respeito, a última delas mostrando um trabalho científico feito por pesquisadores de Minas Gerais, onde se verifica que de 21 alimentos comuns submetidos à análise, 20 estavam contaminados. Outrossim, há poucas semanas atrás, a SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a maior instituição científica do Brasil, denunciava, ao final de sua 39ª reunião anual, que 60 por cento dos alimentos no Brasil se apresentam contaminados.

Para corrigir tal estado de coisas, defendemos, no texto do ante-projeto da nova Constituição, a aprovação do inciso V do artigo 347, que obriga

o Estado a "fiscalizar a produção, comercialização, qualidade e consumo de alimentos e medicamentos".

Com isso teremos a força de um dispositivo constitucional a fim de criar, futuramente, um "Sistema Nacional de Vigilância Tecnológica, e Farmacológica" para atuar com eficiência em todo o País, tanto na área do controle de qualidade dos alimentos como dos medicamentos em geral.

A PROPAGANDA COMERCIAL DE TABACO, BEBIDAS ALCOÓLICAS, MEDICAMENTOS E AGROTÓXICOS

Sabemos que este é um dispositivo polêmico e controverso, pois alguns o consideram cerceador da liberdade individual e da livre comunicação. Não pensamos assim, pois já que é dever do Estado proteger a saúde do indivíduo, é fora de qualquer dúvida que compete também a ele tomar medidas cerceadoras da divulgação de produtos comprovadamente tóxicos – como é o caso do tabaco, do álcool e dos agrotóxicos – bem como daqueles que mal usados – por causa de uma propaganda falsa e condicionadora – possam provocar males à saúde.

Por isso, não podemos aceitar a propaganda comercial massacrante, maciça, condicionadora, que penetra nos nossos lares através da mídia, influenciando os hábitos de nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos. São, geralmente, as propagandas mais bem feitas, mais bonitas e mais apelativas. É o apelo ao sexo, ao "status" social, ao progresso e ao bom viver, num país onde mais de 80 por cento da população não tem acesso a maior parte disso. Resta a eles então o quê? O uso de tais produtos que poderia levá-las até "ao sucesso", ou à conquista social, nem que seja através da volátil fumaça do tabaco ou de embriaguez inebriante do álcool.

Há cerca de dois anos, quando nos encontrávamos no Aeroporto Internacional de Los Angeles, em uma viagem de retorno dos Estados Unidos, vimos, em uma das "Free Shops" – lojas que vendem produtos sem impostos – alguns pacotes de cigarros americanos. Curiosamente, não havia neles a clássica advertência que, por lei, desde 1965, os maços de cigarros trazem naquele país: "Cuidado, fumar cigarros pode ser perigoso para a sua saúde". Perguntando a razão disso, um funcionário americano disse-me:

– A lei vale para nós. Como vocês não possuem leis semelhantes para proteger os seus patrícios, nós não temos nenhuma razão para adverti-los.

É isso aí. Cigarro pode dar câncer, enfisema pulmonar e doenças cardiovasculares ao norte do Rio Grande. Ao sul, do México para baixo, não faria mal nenhum.

E que falar, então, da propaganda leiga de medicamentos que, sobre ser indutora da automedicação, é, geralmente, falsa e mentirosa utilizando ídolos do esporte ou da TV e do cinema para divulgar melhor os seus produtos, mesmo à custa de falsidades farmacológicas e terapêuticas: "emagreça um quilo por semana", "torne-se um campeão de futebol", "proteja o seu fígado", "mande sua dor de cabeça para o inferno", são "slogans" que, de tão repetidos, no vídeo e no áudio, até as crianças de poucos anos de idade os conhecem e propalam. As vitaminas são as dos campeões do esporte, os analgésicos são

os que os grandes artistas usam para a sua céfaléia vip, o protetor hepático e o que permite beber até embriagar-se sem intoxicar o fígado, só falta o afrodisíaco que pode transformá-lo em um garanhão, mas, indiretamente, já o divulgam através de estimulantes vitais. Em síntese, a propaganda leiga de medicamentos, no Brasil, é uma verdadeira vergonha nacional. Precisamos pôr um paradeiro nisso, sob pena de uma desmoralização total dos órgãos sanitários do País.

Last, but not least, por último não o menos importante Senhor Presidente, Senhoras e Senhores constituintes, quero fazer a defesa de uma emenda que estou propondo no capítulo das Disposições Transitórias e que julgo, talvez, a de caráter mais social e comunitário de tudo que discutimos até agora. É ela a seguinte:

Inclua-se nas Disposições Transitórias, o seguinte artigo:

Artigo. Em qualquer região do País, onde forem localizadas culturas de plantas psicotrópicas (maconha, coca etc.), haverá expropriação imediata das glebas que terão destinação específica para assentamento de colonos que possam realizar o plantio de produtos úteis, tanto na área dos alimentos quanto ao de plantas medicamentosas.

I – A expropriação a que se refere o **caput** do artigo far-se-á sem nenhuma indenização ao proprietário, tendo em vista a ilegalidade de cultura, e sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

II – Para o assentamento dos colonos, o Estado destinará recursos próprios, utilizando também dos recursos provenientes dos convênios internacionais, no campo das drogas, e que contemplam a substituição de tal tipo de cultura.

III – Nas regiões urbanas onde forem localizadas plantações ou laboratórios clandestinos far-se-á também a expropriação, destinando-se os recursos provenientes desta expropriação ao FUNCAD (Fundo de Combate às Drogas), já criado por lei (Decreto nº 7.560, de 19-12-86).

Justificação

É do conhecimento de todos o grave problema do abuso de drogas no mundo inteiro, incluindo-se, evidentemente, o Brasil. E, no contexto deste abuso, duas plantas ocupam um lugar de destaque: a maconha (*cannabis sativa*) e a folha de coca (*enhydroxylon coca*).

Lembremos que realizamos juntamente com nossa equipe do "Centro de Orientação sobre Drogas", da FULIBAN (Fundação Libanesa de Minas Gerais) têm mostrado que, atualmente, a maconha é a droga mais usada no nosso meio, enquanto que a cocaína (extraída da folha de coca) ocupa o quarto ou o quinto lugar, de acordo com a região.

Dados da Polícia Federal revelam que, a cada ano, são detectadas novas plantações de maconha, principalmente no Nordeste do País. Outrossim, uma variedade de *Enhydroxylon coca* (que cresce principalmente no Peru e na Bolívia) vem sendo cultivada em determinadas regiões da Amazônia. Trata-se do Epadu, um tipo de Eritroxilácea, mais robusto, maior e cujas folhas contêm teor de cocaína superior à média de 0,5%, que é o comum nas variedades do Peru e da Bolívia.

Neste mês de julho mesmo, noticiou a imprensa que a Polícia Federal está desenvolvendo a

chamada "Operação Marubu", que já conseguiu erradicar 50 mil pés de Epadu, na região amazônica. Isto sem falar na "Operação Eccentric", realizada em 1986, e que atingiu centenas de hectares na região.

Acreditam as autoridades brasileiras que, caso não sejam tomadas medidas enérgicas e imediatas, o Brasil poderá, dentro em breve, se transformar em um dos maiores produtores da pasta básica de coca e da cocaína no mundo.

Quanto à maconha, o Departamento da Polícia Federal nos forneceu os seguintes dados:

– em 1985, vinte e um plantios de marijuana no Nordeste, representando cerca de 364.321 kg da droga foram detectados e destruídos.

– em 1986, este número subiu para 115 regiões com plantios de maconha, até mesmo naquela famosa região onde houve o escândalo da mandioca. Ultimamente, segundo informações da Polícia Federal, a região tem sido utilizada para a plantação da maconha.

Isso representa cerca de 1.800.000 kg da planta. Convém notar que, de um modo geral, tais operações de erradicação correspondem apenas a 10 por cento do provável plantio da droga no País.

Expropriação para a Reforma Agrária

Tendo em vista o exposto, estamos propondo emenda ao capítulo das Disposições Transitórias do anteprojeto da nova Constituição brasileira, dispondo sobre a expropriação pura e simples, sem direito, evidentemente, a nenhuma indenização, tendo em vista a ilegalidade do feito, e sem também prejuízos a outras sanções legais águas poderão estar sujeitos os seus proprietários.

É mais que notório que a expropriação de terras onde tais plantas ilegais são cultivadas, será um ato de justiça e um exemplo reforçador no sentido de que, no futuro, nenhum proprietário de terras vai querer se aventurar neste tipo de cultura ilegal, diminuindo, assim, substancialmente, a produção dessas drogas no Brasil.

Com nossa proposta, também dispomos que nas regiões urbanas, nas periferias das cidades ou mesmo no interior do País, todos os locais onde forem localizados laboratórios clandestinos para a produção de drogas (sítios, chácaras etc) serão também expropriados e o seu patrimônio destinado ao FUNCAD (Fundo de Combate às Drogas), já criado pelo Governo Federal (Decreto nº 7.560, de 19-12-86), e administrado pelo CONFEM (Conselho Federal de Entorpecentes), órgão do Ministério da Justiça.

Uma vantagem dessas propostas deverá ser o apoio internacional para subsidiá-las no assentamento de colonos e dos sem-terra nas regiões expropriadas. É que existem convênios internacionais – principalmente com as Nações Unidas – que fornecem altas somas em dólares, para a erradicação de plantações de drogas psicotrópicas e sua substituição por vegetais alimentícios ou plantas medicinais, num estímulo aos plantadores para a mudança das culturas. Tais auxílios poderão ser extremamente úteis para o assentamento dos colonos e fornecimento de recursos para que eles possam iniciar a exploração legal dessas terras, um dos principais problemas de complementação da Reforma Agrária.

Obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Ottomar Pinto, para discutir o projeto.

O SR. OTTOMAR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

Durante o discurso o Sr. Ottomar Pinto, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (MÁRIO MAIA):

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Chagas Duarte, para discutir o projeto.

O SR. CHAGAS DUARTE (PFL – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trago a esta tribuna para debate, para apreciação desta Assembléia Nacional Constituinte o tema, inserido no Projeto de Constituição, "Transformação dos Territórios em Estados".

Desde 1943, pelo saudoso Presidente Getúlio Vargas, foram criados os Territórios Federais de Roraima e do Amapá. E aproveitamos esta oportunidade para reverenciar a memória deste eminente brasileiro Getúlio Vargas, não somente pela criação desses dois Territórios de Amapá e de Roraima, e hoje também o então Estado de Rondônia, mas também porque sabemos que esse estadista criou e implantou várias leis trabalhistas que beneficiaram os trabalhadores do Brasil.

Queríamos dizer, Sr. Presidente, que neste instante histórico que vive o Brasil há mais um acontecimento extraordinário, de grande significado, que é a Assembléia Nacional Constituinte, que discute livremente uma nova Carta Magna e até o fim do ano, por certo, o mais tardar, nos dois primeiros meses de 88, entregará ao povo uma Constituição duradoura e oxalá adequada às nossas crises e às nossas realidades dando caminhos e pistas para que se construa ou se reconstrua uma nova sociedade, mais justa, mais humana e mais cristã.

Todos os brasileiros esperam que o ato solene de promulgação do documento máximo desta Nação marque, efetivamente, o início de uma era de incessantes realizações sociais e continuado progresso, e um quadro de definitiva consolidação democrática. Também assim ocorre com a população dos mencionados Territórios, que deseja, intensamente, participar em igualdade com os habitantes das demais Unidades da Federação, da vida política e administrativa da terra que é sua.

Portanto, é o momento certo e adequado para que, após 44 anos, possam realizar o sonho há muito acalentado, que dificilmente poderia ser outro senão o do próprio anel da reconstitucionalização do País. Que belo e inesquecível presente de nascimento, melhor diria, de renascimento, os ilustres companheiros Constituintes, seguramente, proporcionarão aos roraimenses e amapaenses, aprovando a elevação de Roraima e de Amapá a Estados.

Forçoso é admitir que, como Território, vivemos tutelados em completa situação de dependência. Submissos a todas as vontades, menos à vontade do povo, que quer formar o poder de autogoverno.

Este nosso pronunciamento não tem outro objetivo senão o de oferecer, ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, uma contribuição, embora modesta, ao melhor ajuizamento dos Srs. Constituintes sobre a transformação de Roraima e Amapá em Estados, assunto incluído no Projeto da Comissão de Sistematização, e que já fora inserido no trabalho vitorioso no âmbito da Comissão da Organização do Estado.

Roraima deseja governar seus próprios destinos. Não há como descrever que um povo politizado não tenha condições de fazê-lo. Temos duas emissoras de rádio, um canal de televisão e quatro jornais, e nossa tradição política apresenta, a quem acompanhe os eventos de nossa evolução, todo um largo e admirável passado. Quanto ao aspecto material de nossa sustentação econômico-financeira, convém repisar que temos riquezas em jazidas de ouro, diamantes, cassiterita, urânio e outros minerais importantes ou raros, como há pouco citou desta tribuna o ilustre Constituinte Ottomar Pinto. Possuímos enormes reservas de madeiras de lei, matas e campos apropriados para o cultivo agrícola e a pecuária. Nossa força de trabalho, nos diversos segmentos da economia roraimense, incorpora cerca de 50.000 pessoas por ano.

Não resolvemos, até hoje, como Território, o problema fundiário. São velhas e obsoletas as estruturas. O povo, que exige mudanças, porque também já não é o mesmo, quer crescer e quer que Roraima se desenvolva, não aceitando métodos ultrapassados, anacrônicos e obsoletos. Sabe que, na situação de Território, jamais avançaremos decididamente rumo ao futuro que almejamos e que poderemos conquistar. O tempo dos desacertos e do retrocesso foi longo demais, está na hora de dar um basta na tutela e no autoritarismo.

O Território Federal de Roraima tem uma infra-estrutura administrativa implantada, com Poder Executivo, Poder Judiciário de Primeira Instância, mais de um comando de unidades militares, diferentes aparatos fiscais, organizações policiais, representações dos Ministérios Federais, faltando-lhe, pois, tão-somente o Poder Legislativo. Não se pode compreender, portanto, a suspeita temerosa que se levanta contra a autonomia política, tanto de Roraima quanto do Amapá, quando virtualmente a única alteração que ela acarretará se refere ao fato de que o Poder Executivo passará a emanar da vontade do povo, tal como o Poder Legislativo local, a ser criado.

O SR. OTTOMAR PINTO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CHAGAS DUARTE: – Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex.^a.

O SR. OTTOMAR PINTO: – Deputado, Constituinte Chagas Duarte, eu queria congratular-me com o eminentíssimo Constituinte de Roraima pela defesa lógica, indesmentível, indubiosa, que faz da necessidade da sua transformação em Estado. V. Ex.^a sempre militou nas lides políticas do Território, sempre esteve na vanguarda dos movimentos de independência e de engrandecimento daquela terra, que é um patrimônio comum a todos nós. E sabe V. Ex.^a do fantástico potencial econômico daquele Território e que esse potencial tem sido tolhido de desenvolver-se, justamente porque

não existe uma autonomia decisória da sociedade local sobre os seus problemas mais amargos. V. Ex.^a mencionou aí a quase inviabilidade da solução do problema fundiário tanto urbano como rural. E V. Ex.^a sabe, por exemplo, que em quase 40% da superfície de Roraima, onde se localizam as melhores jazidas, as melhores terras minerais do Território, estão em mãos alienígenas, sem que ninguém da sociedade local tenha sido ouvido. Foram decisões tomadas em gabinetes de Brasília, em conjuntos com empresas nacionais e estrangeiras, interessadas no problema. V. Ex.^a sabe do grave problema do índio, que para ser resolvido é preciso que o Território tenha realmente um Governador nomeado, que a sociedade tenha autonomia vital, que ela seja senhora dos seus destinos. O Estado vai viabilizar a formação de novas lideranças, com a criação da Assembléia Legislativa, com a eleição de Senadores e o aumento da Bancada federal do Território de Roraima. E tenho nada a perguntar a V. Ex.^a sobre esse assunto relevante; o que quero é justamente endossar as suas opiniões racionais, equilibradas e lógicas, e acrescentar a minha modesta contribuição a este depoimento valoroso do Constituinte Chagas Duarte, em prol da transformação de Roraima em Estado, nesta Constituição.

O SR. CHAGAS DUARTE: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a, Constituinte Ottomar Pinto, companheiro que tem tida uma atuação brilhante e que conhece perfeitamente os problemas do Território de Roraima, como ex-Governador daquela Unidade da Federação. Menciono aqui uma coisa interessante, que nós, como elementos do Território, como participantes, como políticos daquela Unidade da Federação, de fato, não temos o direito de sermos ouvidos nas decisões que são tomadas pelo Ministério do Interior para o nosso Território. Veja que somos um povo tido como esclerosado, porque não pensamos pela nossa cabeça, lá nos impõem programas e metas, muitas vezes, que não são adequadas às nossas realizações.

O SR. ADYISON MOTTA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CHAGAS DUARTE: – Com muito prazer.

O SR. ADYLSION MOTTA: – Quero apenas me congratular com V. Ex.^a pelo pronunciamento que faz, e trazer aqui a minha solidariedade à tese que está defendendo e que até foi motivo de duas proposições minhas. Eu apresentei, inicialmente, uma proposição modificando que contém atualmente no art. 1º da nossa Constituição, em que diz que "o Brasil é uma República Federativa, constituída sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios", onde eu omiti Territórios para que não mais exista, na organização nacional, a figura do Território. E, ao mesmo tempo, apresentei outra emenda, nas Disposições Transitórias, para que lei complementar tratasse da transformação dos Territórios de Roraima e Amapá em Estados, e procedesse à reanexação de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco. Porque me parece que Fernando de Noronha não reúne as condições mínimas de chegar a Estado, tem uma população de 1 mil e 300 pessoas, com 30 famílias de militares e, talvez, seja o único caso em que se deva advogar que aquela região seja

administrada por um militar, porque, realmente, é um ponto estratégico, ao contrário do que tenho ouvido aqui no Plenário, nessa espécie até de revanchismo contra o Exército Nacional, não se quer a presença de militar em lugar nenhum. Agora, acho que lá em Fernando de Noronha é o caso típico de se botar um militar para que administre a ilha, sem a necessidade de criar Estado ou Território. Acho que tem que ser apenas uma base militar, uma base estratégica do Brasil. Agora, quanto aos outros dois, defendendo a transformação em Estados, porque reúnem as condições mínimas, segundo depoimentos que tenho colhido. E creio que a melhor forma de desenvolver uma região é através da sua autogestão, da sua auto-administração. Porque hoje esses Territórios são uma espécie de autarquia do Governo Federal, que consomem recursos do Governo Federal e que, exatamente pela comodidade dos recursos federais, não tratam de gerir os seus próprios problemas, de administrar com as suas próprias forças. Então, defendo isso, e todas aquelas propostas de transformação e de criação de novos Estados terão o meu voto favorável. Apenas creio que os casados Territórios deve ser através da Constituição. Quanto aos outros, parece-me que o caminho, o endereço certo é a legislação comum, é a lei complementar. Se vierem para a decisão em Plenário, votarei a favor de todos. Apenas nessa transformação assumi uma posição, apresentando propostas concretas que vêm exatamente ao encontro daquilo que V. Ex.^a está com muita propriedade e autenticidade defendendo aqui.

O SR. CHAGAS DUARTE: – Muito obrigado, nobre Constituinte Adylson Motta pela sua interferência e nós sabemos perfeitamente a posição de V. Ex.^a, nesta Casa, defendendo a transformação dos atuais Territórios em Estado. Esta é uma posição que, por certo, vai de encontro, não tenho dúvida, às grandes aspirações e anseios do povo do meu Território.

E aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para chamar a atenção dos ilustres Constituintes da nossa Assembléia, é o fato de que é uma incongruência, qual seja, a de que, hoje, tanto Amapá quanto Roraima elegem seus Prefeitos Municipais. Vale dizer, o Poder municipal é constituído democraticamente, enquanto o Governador do Território é nomeado pelo Presidente da República, sendo, portanto, demissível **ad mutum** o que implica, inevitavelmente, em instabilidade latente, decorrentes, é óbvio, da escolha autoritária, e de uma sempre possível demissão igualmente autoritária. Da origem mesma da constituição dos Poderes nasce a desarmonia entre o governador e o Território, um que é nomeado, outro que é eleito, infelizmente constatada em diferentes oportunidades no passado, entre seus titulares. Isso se reflete no povo, contra o povo.

O que está em Jogo, Sr. Presidente, não é o formalismo da competência dos dois povos em andar com seus próprios pés e pensar com suas próprias cabeças, enfim, serem condutores dos seus destinos. É algo maior e mais profundo, é o princípio mesmo da democracia, isto é, o de que todo o poder emana do povo, de sua vontade livremente manifestada, conforme a inscrição basilar de nossa Constituição.

Dizer que não temos as mínimas condições de auto-sustentação é argumento mofino, a que

podemos antepor a contestação de que somente São Paulo, talvez, é um Estado capaz de, sem ajuda, manter-se com seus próprios recursos. Os demais são supridos com recursos da União que nós sabemos.

Como Território, chegamos aonde tínhamos e podíamos chegar; daqui por diante, poderemos até dar alguns passos mais à frente, mas não serão na direção certa!

Queremos ser Estado por imperativo de crescimento, de desenvolvimento e progresso para o povo de Roraima e Amapá. Não pensamos que a autonomia política seja um fim em si mesmo, nem talvez a liberdade de falar, pensar com nossas cabeças, andar com nossos pés, mas tudo isso como meio de realizar nossos próprios destinos, dentro da comunidade brasileira, como irmãos, com oportunidade iguais aos seus semelhantes.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CHAGAS DUARTE: – Concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS: – Muito obrigado, nobre colega. Vimos que para todas as conquistas há um tempo determinado, há um tempo oportuno. Um dia, chegou o tempo para o Acre, outro dia, para Rondônia. Cremos que se está aproximando e chegando o tempo para o Amapá e para Roraima. O Amapá, que se destaca mormente por ser um território litorâneo, expressivo na sua produção, dentre outras, a do manganês, tendo sua vida própria, também faz parte da vida deste grande País, assim como Roraima. Esses dois territórios, portanto, merecem a nossa consideração, através da Constituinte, a fim de que possam ser corporificados na futura Constituição. V. Ex.^a traz, nesta hora, para este Plenário, a expectativa e a luta, do Território que representa. Creio que o esforço de todos os habitantes do Amapá e de Roraima deve ser compensado, vendo-os promovidos. Neste instante, congratulo-me com V. Ex.^a e parabenizo-o pela feliz iniciativa. Estamos ao seu lado, na medida do possível, para esta conquista.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nobre Constituinte Chagas Duarte, a Mesa adverte V. Ex.^a de que o seu tempo está a terminar, faltando apenas 30 segundos.

O SR. CHAGAS DUARTE: – Vamos concluir, Sr. Presidente.

Agradeço o inteligente aparte de V. Ex.^a, nobre Constituinte Antônio de Jesus, e o ensinamento bíblico, pois sabemos que o Livro da Sapiência nos diz realmente que há tempo para tudo: para chorar, para rir, para sofrer, para pensar; oxalá realmente, chegue o tempo de Roraima sorrir e que nos tomemos livres e independentes, politicamente, a fim de que possamos construir aquela terra como desejamos, levando o nosso povo ao lugar de destaque que nos está reservado no seio da Federação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos vivendo momento ímpar na vida política do País, escrevendo um novo Pacto Social e ditando novas normas de conduta a toda a coletividade. O momento, já o dissemos, é grandioso e as grandes decisões devem ser tomadas. É chegada a hora da transformação, em Estado, dos atuais Territó-

rios Federais. A verdade político-social brasileira aceita, perfeitamente, que isso ocorra. E mais, Srs. Constituintes: esse fato será marcante para o desenvolvimento dessas porções do território nacional e para ajudar na superação dos desniveis regionais, relativamente ao desenvolvimento harmônico de nossa Pátria.

Roraima e Amapá necessitam ter uma definição de seu futuro político. Já conseguimos algum progresso, como a eleição dos Prefeitos Municipais. Possuímos uma infra-estrutura capaz de suportar os novos encargos e reclamos. Podemos perfeitamente constituir mais uma unidade federada. A Nova República deve essa oportunidade a todos nós, que sempre trabalhamos para o engrandecimento do País. Chegamos a um ponto decisivo. Temos de dar uma definição final. E o acerto da decisão que ora pleiteamos é incontestável: Roraima e Amapá podem, com toda a certeza, ser mais um dentre os Estados-membros que formam a nossa Federação.

Temos muito ainda a oferecer ao Brasil. Nossas potencialidades já são conhecidas; nosso povo é ordeiro e trabalhador, nossa maturidade política é reconhecida. Falta apenas a vontade, livre e soberana, desta Assembléia Nacional Constituinte para que, atendendo a um velho reclamo de nossas comunidades, nosso objetivo seja atendido: queremos ser, com grande e justificado orgulho, mais uma estrela a resplandecer na Bandeira Nacional!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Victor Fontana, para discutir o projeto.

O SR. VICTOR FONTANA (PFL – SC. Para discutir.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

É com indiscutível preocupação que, na qualidade de Constituinte, assomo à tribuna desta Assembléia, para trazer minha contribuição com vistas à elaboração da futura Carta Magna do País, ao tempo em que, também, analiso a complexa e difícil conjuntura social e econômica por que atravessa a Nação.

Desde o início dos nossos trabalhos, tenho acompanhado centenas de discursos e pronunciamentos e, a maioria deles, felizmente, trouxe em seus contextos o claro consenso de que venhamos a elaborar uma Carta não utópica, que há de ser concisa, realista e duradora, traduzindo os mais anseios da sociedade brasileira.

Neste País, leis boas não têm faltado. Bastaria que se as aplicasse.

Ocorre-me lembrar uma das figuras mais notáveis e marcantes que passaram por esta casa, o saudoso e sempre lembrado Deputado Raul Pila, único representante, por muitas legislaturas, do Partido Liberador, pregador e defensor intransigente do Sistema Parlamentar de Governo. Certa feita, em coluna que era sua no **Correio do Povo**, de Porto Alegre, escreveu que, "no Brasil, faltava uma lei com o seguinte teor:

Art. 1º Cumpram-se ás leis em vigor.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário".

A futura Carta que haveremos de discutir, votar e aprovar, precisa ser cumprida, na letra e no espírito, a fim de que não continuemos a frustrar a gente brasileira.

Alguns princípios deverão nortear a tarefa e a missão que nos confiaram os eleitores de 1986.

Problemas Econômicos e Sociais

Sem a solução dos problemas econômicos e sociais, é impossível encontrar os caminhos certos para a eficácia da ordem política.

Costuma-se dizer, e é verdade, que às vezes é o tratamento, e não a doença, que mata o paciente. Também na atividade econômica aplicam-se freqüentemente remédios duvidosos ou nitidamente contraproducentes.

Precisamos rejeitar as propostas que visam sufocar o País por controles governamentais, por um intervencionismo sabidamente prejudicial ao processo sócio-econômico e à própria estabilidade democrática.

Os discursos defensores de tal teoria são contraditórios e cultivam retóricas quanto ao livre mercado mas, na realidade e na prática, buscam reforçar os mecanismos de controle, causa principal da grave crise que aflige a Nação.

Pretendem que o Governo, que é o pior patrão, resolva tudo, quando o problema está no próprio Governo.

Pregam, os intervencionistas, que deixar a economia é a sociedade mais livres da interferência governamental só é viável para uma nação grande e forte.

Dizem que não se pode aplicar a regra ao mundo subdesenvolvido onde há menos espírito empresarial, menor senso de responsabilidade comunitária.

Alegam que o desenvolvimento somente se materializa com os empurrões das autoridades centralizadoras e planificadoras.

A esse respeito, entretanto, temos tido fartos exemplos da ação desastrada dos órgãos governamentais. Vale lembrar aqui os grandes danos causados pela importação desnecessária de alimentos, e alguns de má qualidade, por intermédio de empresas estatais, o que custou ao País bilhões de dólares de preciosas divisas, dificultando a já intrincada negociação da nossa dívida externa.

Da mesma forma, o ritmo de crescimento econômico é esmorecido quando grupos, a serviço de interesses especiais, utilizam sua influência para conseguir favores políticos, tais como os amplos subsídios ou certas formas de incentivos, ocorrências tão bem conhecidas por todos nós.

Entendo que cabe ao Governo preservar a lei e a ordem, proteger os interesses nacionais, livrar-nos dos desonestos e promover a competição de mercado; ampliar as responsabilidades e eliminar as impunidades, estimuladoras da corrupção que corrói nossas instituições.

Deve também, mas somente em casos extremados, reforçar a cooperação levando os indivíduos a fazerem, unidos, o que não são capazes de realizar separadamente.

E a cooperação será sempre voluntária.

Estas, conjugadas à atividade do setor privado, são as melhores salvaguardas para a liberdade.

Política Agrícola Fundiária e Reforma Agrária

Fiz parte, como membro efetivo, da Subcomissão que levou esse título e, consequentemente, da comissão temática da Ordem Econômica. Inúmeros foram os depoimentos prestados pelas

entidades de classe, especialistas e autoridades do setor envolvidas no Processo.

O Nobre Relator da Subcomissão, Deputado Osvaldo Lima Filho, apresentou relatório incompleto. O Ilustre Relator da comissão temática, Senador Severo Gomes, produziu trabalho que não logrou aceitação da maioria da comissão.

Tanto um – o da Subcomissão, quanto o outro – o da comissão temática, não incluíram qualquer dispositivo que contemplasse a importante questão da Política Agrícola, muito embora dezenas de proposições tivessem sido apresentadas tempestivamente.

Somente posso concluir que as propostas não sensibilizam os nobres relatores, posto que não mereceram acolhimento.

Preocuparam-se, isto sim, em redigir apenas textos que permitiriam ao Governo entrar imediatamente na posse de terras, realizando estoques de extensas áreas, sem disciplinar pressupostos fundamentais de ordem jurídico-econômica.

Não foi tratado de zoneamento e seguro agrícola, medidas fundamentais para a estabilização e garantia do produtor.

Todos sabemos, e há unanimidade quanto a isso, que não se resolve o grave e preocupante problema do homem que trabalha no campo, e daquele que há de receber a terra através da reforma agrária, sem que se estabeleça uma real, objetiva e eficiente política agrícola.

Aquilo que for feito sem ela redundará em inevitável fracasso.

Além disso, é indispensável que haja recursos financeiros à disposição, em tempo certo, dos executores dos projetos de assentamento, que há de ser total, completo e racional, de modo a atender devidamente os beneficiários.

A terra, por si só, pouco representa em termos financeiros, posto que, calcula-se, não ultrapassa 8% (oito por cento) do custo total.

Pancho Villa, guerrilheiro mexicano, precursor das lutas pela reforma agrária em seu País, já em 1913 dizia que pouco adiantava distribuir apenas terras aos campesinos; era preciso alcançar-lhes desde a moradia, equipamentos de trabalho, corretivos, sementes e recursos para sobreviver até a primeira colheita.

O ex-Ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, em seu depoimento prestado à Subcomissão – registrado nos Anais desta Assembléia – declarou que, para realizar projetos em curso, não faltavam os recursos monetários.

No entanto, em meu Estado, Santa Catarina, como em outros, há propriedades regularmente desapropriadas, há mais de ano, e os trabalhadores sem terra, que as invadiram, lá se encontram, até hoje, na mais absoluta miséria. Moram em improvisadas barracas de material plástico, portanto ainda sem casa para abrigar suas famílias, sem estradas. Sem as demarcações das áreas que cabem a cada um. Sem água potável. Sem assistência médica-odontológica. Sem assistência farmacêutica. Sem suprimento regular de alimentos. Estão consumindo, sem nada poder produzir.

Só em um desses acampamentos de Santa Catarina contam-se mais de 1.500 crianças em idade escolar.

Os executores dos projetos alegam falta de verbas.

É de se concluir que, entre o discurso e a ação, medeia uma grande distância.

É a máquina governamental emperrada, lenta e ineficaz.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VICTOR FONTANA: – Tenta a honra e o prazer de conceder o aparte a V. Ex.^a.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS: – Neste momento, solicitei um aparte ao nobre colega Victor Fontana, o qual discorre nesta tarde, neste encerramento de dia, sobre um assunto de ordem econômica e também de ordem agrária. Todos esses assuntos devem merecer a atenção e a prudência, a capacidade de discutir cada assunto com uma determinada habilidade de resolver o problema, sem criar outro maior.

Percebo, no pronunciamento de V. Ex.^a, que o Estado deve estar devidamente habilitado para promover a competição dos mercados, bem como para se apresentar, no aspecto fundiário, com uma política devida.

Que ele possa ter condições de resolver todos os problemas. Antes da reforma agrária, é necessário que haja uma reforma agrícola competente, suficiente, que venha, não somente ter aquele slogan de fixar o homem na terra, pois isso pode ser até discriminativo, mas que o homem possa estar devidamente habilitado para assumir uma postura na zona rural e ser atendido, dentro dos aspectos sociais, tendo também a capacidade para produzir. Pois, como vamos deixar o homem

simplesmente de posse da terra desprezado no aspecto da saúde, educação e outros aspectos? Simplesmente, dar a terra ao cidadão eu creio que não é suficiente. Vamos analisar os consequentes também que lhes poderão ser desfavoráveis e nós temos que, nesta hora, alinhar os pontos de maneira equilibrada, de maneira sóbria, a fim de que tenhamos uma reforma agrária que não venha a ser simplesmente um pavor para a humanidade. Eu me lembro que, por volta de 1965, nobre colega, eu era proprietário de uma pequena área de terra, a poucos quilômetros da capital do Estado de Goiás. Morava ali, avizinhando aquela propriedade que me foi deixada de herança do nosso pai, alguém de espírito diferente, que proclamava que vinha uma reforma agrária para tomar a terra de quem tinha. Fiquei apavorado e acabei perdendo aquela área de terra por mínima coisa porque fiquei assombrado. Eu não gostaria que, hoje, aqueles principalmente que são portadores da sua área de terra, que estão produzindo convenientemente, que eles sejam assombrados por uma reforma agrária. Espero que ela não sirva de assombro, mas que seja real e sensata, para que o homem possa produzir realmente, através da reforma agrária, para não complicar a situação de muitos outros.

Até aquele que tem uma pequena posse pode ficar meio louco e dar de graça, quem sabe quase de graça, para ficar livre, amedrontado. Nós devemos informar bem, para que as pessoas desfrutem bem. Parabéns a V. Ex.^a por trazer essas advertências que julgo oportunas.

O SR. VICTOR FONTANA: – Eu agradeço imensamente o aparte de V. Ex.^a, nobre colega, que, na verdade, vem enriquecer o meu pronunciamento. Verá V. Ex.^a que, ao continuar o discurso que pronuncio, aquilo que afirmo vem justamente ao encontro daquilo que V. Ex.^a trouxe, através do microfone, que ocupou há poucos instantes.

Nunca fui, nem tampouco sou, contra a reforma agrária para o Brasil; nem me posiciono contra a desapropriação de terras improdutivas, que não cumprem sua função social.

Precisamos, e isso me preocupa, é ter cautela e prudência, para não incorrermos em enganos ou erros fatais; precisamos evitar a desorganização dos processos produtivos em andamento e, sobretudo, não dessiminar o pânico e a insegurança no seio daqueles que se dedicam à árdua tarefa de produzir alimentos para a nossa gente.

Reforma agrária, sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Presidência pede licença para interrompê-lo, a fim de, de acordo com o § 9º do art. 34, de ofício, prorrogar a sessão por mais 30 (trinta) minutos, para que V. Ex.^a termine o seu pronunciamento e o nobre Constituinte Mauro Miranda também faça o seu discurso.

Está prorrogada a sessão.

Continua com a palavra V. Ex.^a

O SR. VICTOR FONTANA: – Continuo, Sr. Presidente.

Reforma agrária sim, mas é imprescindível que o assentado passe a ser um verdadeiro agente econômico.

Política agrícola sim, mas que seja real, definida por meio de dispositivos constitucionais claros, aplicáveis na prática, e melhor cumpridos pelos agentes do Governo.

O homem que trabalha a terra, isolado ou cooperativado, enfrenta as forças da natureza. E sobre elas não tem domínio.

Segundo João XXIII, precisa ele possuir espírito de sacerdote.

Lutando assim em penoso trabalho, necessita contar com zoneamento e seguro agrícola, armazenagem para suas colheitas, aposentadoria e segurança previdenciária, igual ao trabalhador urbano, assistência médica para si e sua mulher, companheira permanente na enxada, de sol a sol, e para seus filhos.

E, acima de tudo, precisa ganhar dinheiro. Do contrário, abandona a propriedade e marcha para contribuir para o inchaço das cidades.

Há poucos dias, o Governador do Paraná, em entrevista concedida, estimava que, naquele estado, em 1987, mais de 40.000 agricultores abandonariam suas propriedades, por falta de uma política agrícola que lhes garanta a sobrevivência.

No meu Estado de Santa Catarina, que tem a melhor estrutura fundiária do País, o Presidente da Federação dos Trabalhadores rurais calcula que mais de 20.000 tornarão a mesmíssima decisão neste ano.

Precisamos, neste País, termos presente que somos hoje quase 140 milhões de brasileiros para alimentar.

É para eles que as nossas preocupações devem ser dirigidas.

Participarão dos empregados nos lucros das empresas.

Apresentei na Subcomissão e, depois, na comissão temática correspondente, proposição e emenda, estabelecendo, de modo definitivo, a participação dos empregados nos lucros das empresas, princípio já adotado nas Constituições de 1946 e 1967, mas até agora não regulamentado, permanecendo letra fria, morta, frustrando o trabalhador.

O SR. HENRIQUE CÓRDOVA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VICTOR FONTANA: – Com todo prazer e com grande honra, meu nobre companheiro e conterrâneo, meu velho amigo de lutas, Henrique Córdova.

O SR. HENRIQUE CÓRDOVA: – Solicito-lhe o aparte, nobre companheiro Victor Fontana, não apenas para apresentar-lhe os meus efusivos cumprimentos pela forma e pelo conteúdo como V. Ex.^a aborda este tema de suma importância, mas também para ressaltar a autoridade com que o faz. V. Ex.^a, ex-Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina sabe que, apesar de sua pequenez territorial, é o 5º produtor de alimentos do Brasil. V. Ex.^a desincumbiu-se

com maestria, com eficiência naquela função. V. Ex.^a foi ainda um eficiente Vice-Governador do nosso Estado, e mais do que isso, é um empresário dos mais bem-sucedidos do País precisamente em área, em setor intimamente ligado à agricultura e, portanto, aos problemas da terra e à agroindústria. Por isso mesmo, ao pronunciar-se merece ser ouvido pela Assembléa Nacional Constituinte em função do conhecimento que tem do problema de que trata, e acima de tudo, em função dos serviços que prestou e continua prestando não só ao seu Estado de origem mas ao nosso País. Muito obrigado a V. Ex.^a pelo aparte, o meus cumprimentos pelo pronunciamento que ora faz.

O SR. VICTOR FONTANA: – Nobre Constituinte Henrique Córdova, vindo de V. Ex.^a, essas palavras tão generosas, e acredito que aí têm muito afeto, porque velhos amigos... De qualquer forma traz V. Ex.^a ao meu pronunciamento uma visão que pode ser dada a respeito daquilo que nós, em Santa Catarina, temos feito nos longos anos de nossa vida. Portanto, fico gratíssimo, nobre Constituinte, pela generosidade de suas palavras. Continuo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia). Fazendo soar a campainha.: – O tempo de V. Ex.^a, mesmo prorrogado, já está exaurido.

O SR. VICTOR FONTANA: – Vou concluir, Sr. Presidente.

A minha proposta, perdoem-me os nobres colegas a falta de modéstia, é de redação simples e sobretudo auto-aplicável senão vejamos:

"Art. O trabalhador será integrado na vida e desenvolvimento da empresa, tendo participação obrigatória nos seus lucros que, para efeitos fiscais, serão deduzidos da parte distribuída e não incluídos na remuneração para nenhum efeito".

No anteprojeto de Constituição apresentado pelo nobre Relator Bernardo Cabral, seguindo à risca aquilo que recebeu da Comissão Temática, Capítulo Dos Direitos Sociais, art. 14, item XIII, consta:

"Participação nos lucros ou nas ações, desvinculada da remuneração conforme definido em lei ou em negociação coletiva."

Não podemos nem devemos mais postergar tal vantagem aos empregados das empresas.

É necessário que se defina clara e imediatamente questão tão importante.

A expressão "negociação coletiva" é vaga, indefinida, duvidosa de aplicação e, por isto mesmo, inaceitável.

Racionalidade, austeridade e eficiência administrativa

Expostas as dificuldades que enfrentamos no campo social e econômico, ressalta, na esfera institucional, a necessidade de concebermos a forma de organização e ação dos poderes do Estado para, com austeridade, dinamizarmos a emperrada e viciada máquina administrativa e atingirmos padrões de eficiência que se comparem aos da atividade privada, amparados nas mais modernas técnicas e conhecimentos tecnológicos.

A sociedade brasileira não pode continuar suportando o ônus de um organismo estatal de alto custo e reduzida eficiência, com excesso de pessoal, mal pago, além do esbanjamento de recursos que, se aplicados em obras e serviços, ofereceriam os empregos capazes de absorver parte da mão-de-obra disponível.

A administração deve ser analisada como um todo.

Não nos adianta corrigir as falhas do Executivo sem analisarmos e suprimirmos nossas próprias deficiências, aqui no legislativo.

Não resolverá alterarmos estas se o Poder Judiciário não puder oferecer a prestação jurisdicional, proporcionando o acesso à Justiça, a rapidez nos julgamentos e a eficácia na execução das sentenças.

Dentre as muitas emendas que formulei, há duas às quais pretendo me referir.

A primeira, reduzindo o número máximo de deputados para 420, o que, em lugar de diminuir o desempenho, reduzirá o pessoal de apoio, dispensará novas instalações e favorecerá a organização interna do Poder, com acreditável redução de despesas.

O aumento do número de representantes na Câmara que, em 1930, era de 310, passando para 487 em 1986, em nada contribuiu para aprimorar seus trabalhos, nem para melhorar o conceito popular da instituição.

A segunda, limita em 10 o número máximo de ministérios. Não é possível termos, como atualmente, quatro ou cinco ministérios atuando e dirigindo a política de um mesmo setor administrativo. Esse vício de cúpula se repete nos escalões inferiores, onde inúmeros órgãos paralelos atrapalham a execução de planos do Governo, como só acontecer na política agrícola, de mineração, transportes, energia, saúde e outros.

É impossível manter a unidade de comando, a eficiência, o controle, a coordenação e redução de custos administrativos mantendo uma máquina hipertrofiada e sem a qualificação desejada.

Precisamos, dando o exemplo, inaugurar uma nova fase na vida nacional brasileira, construindo pelo trabalho, e não pelo emprego improdutivo. Pelo ensino que qualifica, e não pelo paternalismo que vicia. Pela correção das distorções e desajustamentos sociais, e não pela ampliação dos cárceres para abrigar criminosos gerados pela nossa incompetência em assisti-los e habilitá-los a uma vida digna. Pelo respeito e cumprimento de nossos deveres, em lugar de direitos que são proclamados e não atendidos.

A sociedade brasileira precisa melhorar como um todo, atendendo às reivindicações justas de

cada setor, conscientizando cada um das responsabilidades que lhes cabem no conjunto.

A melhor forma de redistribuir a renda é aplicando política tributária que, de cada um, exija segundo sua capacidade contributiva, e a todos atenda com o uso correto dos recursos públicos, elegendo as prioridades nacionais, executando as obras, reduzindo custos, preservando o patrimônio público, bem coletivo de todos os cidadãos.

O trabalho é um dever social e é com o trabalho que se constrói uma nação livre, soberana, economicamente desenvolvida, socialmente justa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mauro Miranda, para discutir o projeto.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Para discutir.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na longa caminhada que empreendi pelo vasto interior goiano, buscando os votos que me trouxeram a esta Assembléia Nacional Constituinte, vi consolidados os laços que me ligam, indissoluvelmente, à luta do povo do meu Estado. Mas vi, principalmente, fortalecidos os laços entre minha vida pública e o progresso da pessoa humana, da humanidade inteira.

Por isso, anima-me sempre, em minha luta como Constituinte, a esperança de corresponder a essas ligações, de responder com meu trabalho às aspirações mais sentidas da gente goiana e, creio eu, da média do brasileiro, interessado na construção de uma sociedade justa, fraterna, pluralista, porque somente assim viverá ele numa sociedade democrática, em permanente processo de construção de relações políticas estáveis.

Nesta hora em que a Assembléia Nacional Constituinte adentra seu período mais decisivo, valendo-se do imenso cabedal que representam as fases antecedentes, em que ouvimos toda a sociedade brasileira, seja nas audiências públicas, seja nos inumeráveis conclave e encontros de que participaram os Constituintes, creio ser meu dever salientar, num universo de grandes e graves problemas, quatro pontos fundamentais, capazes, por sua importância individual, de facilitarem os caminhos para solução daqueles outros problemas, não menos importantes.

O primeiro ponto seria precisamente aproveitar o momento da elaboração de um novo texto constitucional para dar à instituição municipal a verdadeira dimensão que deve ter no sistema governamental brasileiro, inclusive no que diz respeito ao reconhecimento formal dos Municípios como integrantes da Federação. Mostra a experiência mundial que a verdadeira democracia não pode dispensar a descentralização e a consequente valorização do Município como instituição política autônoma e prestadora de serviços públicos de primeira necessidade, dos quais tanto depende o bem-estar dos cidadãos.

A autonomia do Município inclui a autonomia política, a autonomia financeira e a autonomia administrativa que lhe permitam organizar e prestar os serviços públicos de caráter predominantemente local. A autonomia política implica, entre outros pontos importantes, o tratamento do Prefeito e dos Vereadores como agentes políticos, estendendo-se-lhes as prerrogativas e ao tratamento compatíveis.

No que diz respeito à definição dos serviços públicos locais devem ser incluídos entre os mesmos os chamados serviços sociais, como o ensino do primeiro grau, a atenção primária de saúde, a habitação e o saneamento básico; bem como os serviços de utilidade pública como água e esgotos, mercados, feiras, matadouros e os transportes coletivos urbanos. Pela sua relevância, para a tranquilidade e a segurança da comunidade, incluem-se, também, entre os serviços de interesse predominantemente local a manutenção do guarda municipal, o combate aos incêndios, a prevenção de acidentes naturais e a justiça de pequenas causas.

Deve ser eliminada a nossa atual prática das competência concorrentes, de todo desaconselhável, pela qual um mesmo serviço pode ser prestado indiferentemente e até, como é comum, simultaneamente pelo Município, pelo Estado e pela União, como é o caso do ensino e da atenção primária de saúde, num condenável desperdício de recursos físicos e financeiros.

O certo é que, para se promover uma verdadeira descentralização, é necessário definir-se claramente a competência do Município, nessa e em outras matérias relevantes para a comunidade, além, naturalmente, de lhe dar uma participação adequada na receita fiscal do País. Nesse aspecto, deve reconhecer-se que a Constituinte avançou consideravelmente, ainda que se possam melhorar alguns aspectos da questão.

O crescente movimento comunitário representado pelas associações de moradores e vários outros tipos de entidades do gênero é algo que veio para ficar; não é um modismo passageiro, mas uma tomada de consciência da população em relação aos seus direitos frente ao poder público, especialmente frente àquele nível de governo – o Município – que, estando mais próximo dos cidadãos, está mais sujeito a essa cobrança.

Como Constituintes, estamos atentos a todas essas questões e temos procurado dar o máximo do nosso esforço para que o Município brasileiro conquiste, no novo texto constitucional, o papel de verdadeiro promotor do desenvolvimento, que lhe cabe o nosso sistema governamental.

O segundo aspecto afigura-se-me da maior importância, por envolver sobretudo, a dignidade humana. O Brasil caminha para se tornar uma Nação de grandes megalópoles. A intensa concentração de atividades econômicas e da renda nacional em poucos pólos, ao longo dos anos, gerou cidades em processo explosivo de crescimento populacional, sem que houvesse uma contrapartida de ampliação dos serviços e das utilidades públicas que garantisse um mínimo de qualidade de vida para a gente de todos os recantos do Brasil, que as povou primeiro, inchou depois e, finalmente, as faz verdadeiros barris de pólvora.

Evidentemente que tudo isso resulta de problemas relacionados com as disparidades regionais, disparidades de níveis de crescimento e de renda. A missão de todos nós, sociedade e Governo, é corrigir essas distâncias. É tentar pela criatividade e inteligência, compatibilizar as partes com o todo. É ligar o Brasil, fazendo-o tornar-se homogêneo.

Na verdade, vivemos num Brasil de muitos "Brasis". Vivemos num país eternamente complexo, numa sociedade rigorosamente dualista. Num Brasil em que coexistem, de um lado, re-

giões prósperas e ricas, com indicadores econômicos e sociais comparáveis aos dos países mais desenvolvidos do mundo; de outro, regiões extremamente pobres, ostentando, como no Nordeste, um dos maiores bolsões de miséria do mundo. Em outras palavras, vivemos num país desigualmente desenvolvido, mais do que subdesenvolvido.

É a partir desse estado de coisas, que começam a ser estimuladas as migrações internas, as grandes levas populacionais em direção aos centros maiores, passando a viver em condições precárias geralmente ocupando solos ilegalmente, formando os tradicionais anéis periféricos, com todas as consequências conhecidas: a fome, a miséria absoluta, a prostituição – e o pior de tudo: a desesperança e o desencanto pelo futuro. É a dicotomia rural e urbana, em toda a sua perversidade.

Assim, a questão urbana torna-se crucial, porque exige soluções corajosas e emergenciais. Não podemos assistir, inertes, ao crescimento das megalópoles e à gestão de outras, que virão igualmente a servir como depósito de problemas a cada dia menos solúveis. Precisamos montar as bases de uma estrutura urbana, a nível nacional, que privilegie a vida nas pequenas e médias cidades, dotada de boas condições de infraestrutura de serviços, para evitar a exagerada concentração populacional em poucos e mal resolvidos centros gigantescos.

Ocorre-nos agora algumas indagações que contribuição poderia prestar a comunidade do setor urbano para minimizar o sofrimento dos que vivem na periferia, e impedir, com soluções práticas, e não retóricas, que esse extremo sofrimento os levem à criminalidade, já que marginalizados estão desde sua chegada?

Haveria condição de a sociedade empresarial urbana ceder um pouco, ser mais concessiva, abrir-se para um diálogo? Ou o melhor caminho seria mesmo o retorno desses migrantes às origens, onde as condições de miséria permaneceram inalteradas? Teria a Constituinte resposta para questão dessa magnitude?

Enquanto as respostas não chegam, a idéia que me parece fundamental é a da elaboração de um plano sério, factível, que tem por escopo básico a erradicação da miséria, a supressão das formas extremas de atraso e de pobreza, e a elevação do padrão de vida das grandes massas.

Em outras palavras, programas governamentais bem definidos, que tenham seus objetivos direcionados tanto para o setor rural quanto para o urbano, principalmente para aquele, pela condição que tem, de fixando o homem no campo, em sua própria terra, libertar a cidade grande das massas migratórias que vêm agravar todas as indesejáveis distorções sociais.

No terceiro ponto, vamos encontrar a questão educacional, tema de infundáveis discussões acadêmicas, mas de resultados historicamente pouco práticos. Este parece ser o momento de definir o modelo brasileiro de educação, já que os importados, decididamente, pouco acrescentaram aos nossos propósitos de adequar o ensino à nossa realidade sócio-econômica e cultural.

E isso não teremos enquanto não optarmos por um ensino comprometido com o avanço de toda a sociedade. A mim me parece evidente que teremos de privilegiar, fortemente, o ensino públ-

co e gratuito a nível de 1º e 2º graus e, ainda, assegurar oportunidades de educação superior a todos os brasileiros, conquanto se deva abandonar a postura falsa, de que devemos criar uma nação de doutores. Mas, parece-me igualmente indiscutível que a consciência nacional repugna o sufocamento da escola comunitária, confessional ou não, como direito de todos os pais e de todos os jovens. Temos de promover aberturas para que essa escola, tão séria e responsável para com o desenvolvimento socialmente justo do País quanto a boa escola pública que ainda haveremos de construir, não pode sobreviver sem apoio oficial, sob pena de se tornarem centros de excelência profissional e humana reservados apenas aos mais ricos, à elite que já domina o País.

A verdadeira liberdade de educação, que defendo de forma intransigente, se constrói pela co-participação de uma nova escola pública de boa qualidade e na quantidade indispensável ao País, com uma escola comunitária, administrada em comunhão por setores da sociedade – e repito, confessionais ou não –, mas representativa de aspirações legítimas de amplos setores da comunidade brasileira, que não desejam ver o fim dessas instituições que, em todos os graus de ensino, muito já fizeram pelo Brasil.

Fechar as portas da ajuda oficial a essas escolas comunitárias é desconhecer todos os benefícios que tantos brasileiros dela receberam, inclusive num tempo muito duro, em que aos nossos filhos se reservava, a nível oficial, apenas uma escola desfigurada, reprodutora incompetente do *status quo* e conhecimento oficialmente admitido.

Resta, agora, o quarto e último ponto deste pronunciamento, e igualmente o mais delicado e crucial: a forma de Governo mais apropriada, capaz de possibilitar, sem traumas, as transformações de que o País necessita e reclama a cada hora.

Entendo assim que é chegado o momento de optarmos por uma forma de governo que tenha, no diálogo, na transição e na negociação, a sua mais legítima expressão, porque só assim daremos vazão a todas as correntes de pensamento, na hora das grandes decisões de governo. É a busca de um sistema conciliador e superador das antíteses formais, almejado desde Platão.

Por isso, defendo o parlamentarismo. Atualmente, a crítica mais severa que ouço ao parlamentarismo é aquela que o apresenta como exigente de alta qualidade democrática na vida nacional. Essa tese traz embutida, e de certa forma enrustida, a tese de que brasileiro não sabe votar, que a democracia brasileira é incompetente porque seus políticos são inaptos, seus partidos inautênticos. E traz, pior ainda, a tese de que devemos desistir da construção cotidiana da democracia, entregando esse processo a uns poucos iluminados, que podem substituir o povo no processo de construir e fortalecer a democracia.

Importante ressaltar que a prática vem demonstrando que o Parlamentarismo muito se aproxima do Presidencialismo, e vice-versa, além da mesma origem democrática, comprovando-se serem divisões operacionais de idêntico tronco político.

É oportuno lembrar que embora paradoxal, o controle do Legislativo tende a aumentar no presidencialismo, ao mesmo tempo em que a força do Executivo cresce no parlamentarismo. Daí, até, Maurice Duverger falar de "parlamentarismo ma-

joritário", de um lado, e "semipresidencialismo" do outro, ambos dependendo de maiores em cada legislatura, disciplinável pelas máquinas partidárias.

Pois a isso se presta o parlamentarismo: a obrigar os partidos, os políticos, a acompanhar o amadurecimento de nosso povo, a aprofundar-se no estudo dos problemas nacionais e na busca de soluções que sejam não somente furto das teses de um partido, antes servindo como alicerce à unificação de todos os brasileiros em torno de programas comuns, utilizados para a caminhada que nos fará, em breve, uma Nação menos injusta para os pobres; mais livre para todos e que, em meio às dores da jornada, saberá erguer muito alto, acima das mãos de seus inimigos, a democracia brasileira.

Muito obrigado. (Muito bem!)

VII – Encerramento

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Ademir Andrade – PMDB; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Chaves – PFL; Aloysis Teixeira – PMDB; Álvaro Vale – PL; Ângelo Magalhães – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Arnaldo Martins – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Benedicto Monteiro – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chico Humberto – PDT; Cláudio Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitas – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gumercindo Milhomem – PT; Hélio Costa; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo

Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Perreira Lima – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mussa Demes – PFL; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnson – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruy Bacelar – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Telmo Kirst – PDS; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Vicente Bogo – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Virgíldasio de Senna – PMDB; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, designando para amanhã dia 31, às 9 horas e 30 minutos a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

VIII – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 45 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES NA SESSÃO DE 28-7-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na discussão dos temas constitucionais que esta hora exige, prefiro dedicá-la à discussão de

um tema que, quem sabe, abrange todos os demais temas constitucionais, especificamente a consulta plebiscitária, já prevista em nosso Regimento Interno e que agora carece de regulamentação.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, apresentamos um projeto de resolução que regulamenta a consulta plebiscitária, procurando com isso dar resposta a uma preocupação que é de todo o povo brasileiro: se esta Constituição vai de fato resolver os graves problemas nacionais.

É de longa data a visão que o nosso eleitor tem dos políticos, e de que o discurso de palanque, o discurso eleitoral é uma história e a prática política é outra, muito diferente. Faz parte já da visão comum do nosso povo acreditar que a traição do discurso de palanque é uma prática.

Cabe a esta Assembléia Nacional Constituinte demonstrar que esta velha prática negativa da política brasileira pode e deve ser modificada. Modificada, em primeiro lugar, através da elaboração de uma Constituição progressista, de uma Constituição capaz de dar resposta aos graves problemas estruturais no campo político, econômico e social do País, mas também de dar uma resposta no lado do comportamento político. Esse comportamento político novo deve, em primeiro lugar, incorporar o conceito da soberania popular. A soberania da Constituinte é fundamental para que ela tenha as condições necessárias para deliberar livremente sobre as diretrizes futuras do País, para, livremente, determinar as soluções que o País precisa, mas a soberania da Constituinte deve antes de tudo, preservar e ampliar a soberania do povo. A soberania da Constituinte emana do voto popular, com todas as críticas que podem e devem ser feitas ao processo eleitoral do ano passado: um processo viciado pelo poder econômico, pela manipulação dos meios de comunicação de massa, manipulado, inclusive, pela farsa nacional que foi o Plano Cruzado – o cabo eleitoral mais eficaz, e também o mais prejudicial e mais caro que o Brasil já viu, fazendo com que a representatividade do resultado eleitoral do ano passado não corresponesse mas à situação concreta do País. A soberania da Assembléia Nacional Constituinte tem, portanto que estar subordinada à soberania do povo. O que o povo pensa deverá estar consignado no texto constitucional, e este deverá subordinar-se à palavra final do povo brasileiro.

A nossa proposta visa solucionar exatamente a elaboração dessa consulta popular, que, no entendimento do Partido dos Trabalhadores, deve ser da forma mais ampla possível; uma consulta global, colocando em discussão o texto integral da Constituição, para aqueles que desejarem refutá-lo ou aprová-lo no seu todo, dando-lhe a legitimidade necessária, como, também, colocando em discussão os principais assuntos, incorporando na nossa proposta a consulta temática, ou seja, pelos temas mais importantes e polêmicos que perpassarão os debates desta Casa.

A SRA. IRMA PASSONI: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Com prazer, Constituinte Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI: – É estranho que a Casa e a própria Imprensa não dê a devida atenção para essa questão levantada por V. Ex.^a Toda vez que se toma a iniciativa de consagrar os verdadeiros instrumentos da democratização do poder e que isso perpassa por uma deliberação de participação efetivamente popular, é como se não fosse importante para a Assembléia Nacional Constituinte; inclusive a cobertura da Imprensa deveria ser feita a fim de que a população tomasse conhecimento dos fatos. Queria chamar a atenção da Casa para a gravidade, para a importância do tema proposto por V. Ex.^a; questão do plebiscito é essencial. No capítulo "Dos Direitos Individuais e Coletivos" já se avançou em algumas questões sobre a distribuição do poder e a participação e interferência da população. A própria definição de que todo poder emana do povo e com ele deve ser exercido, que é uma inovação, torna-se inócuas se, na verdade, não fornecermos na própria Constituição instrumentos para que tal participação se efetive. Portanto, colocar defensoria do povo e outras iniciativas através das quais a população, realmente, possa controlar esse poder e avançar; se não colocarmos isso, será novamente uma Constituição vazia de instrumentos de efetiva participação, que novamente, só se dará, através de quem possuir o poder econômico, porque o poder social efetivo, democrático, será destruído se não levarmos isso em consideração. A sua proposta é realmente importante, porque restaura, com mais clareza, essa possibilidade de que o povo deva decidir, de que o povo seja consultado a decidir sobre questões fundamentais de interesses seus o que começa, pelo próprio processo de plebiscito em relação à própria Constituição. Quero ressalvar e chamar a atenção da importância do tema que V. Ex.^a propõe agora, como decisão da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Agradeço o aparte da Constituinte Irma Passoni e acrescento que, de fato, de pouco adiantaria esta Constituição estabelecer as formas de soberania, as formas de democratização tão propaladas no nosso projeto se, ela própria, na sua origem, na sua promulgação não tiver a posição e a mão do povo. Esta seria a forma desta Assembléia Nacional Constituinte dizer com maior clareza que não teme o julgamento popular. Daí a importância e a nossa esperança, de que esta Assembléia Nacional Constituinte incorpore através da aprovação deste Projeto de Resolução, a consulta plebiscitária, como um precedente inarredável para o futuro do País, em todos os grandes temas nacionais, a posição já consagrada em outros países do plebiscito, da consulta popular. Daí a nossa preocupação em regulamentar um tema dessa importância.

Quando nos deparamos com algumas objeções, às vezes muito justas, de alguns companheiros dizerem que talvez fosse extremamente difícil uma consulta temática, porque poderia haver a vulgarização das consultas. Quem sabe se trinta ou quarenta temas levados à consulta popular tornariam extremamente difíceis, para o debate em televisão, e para o posicionamento do povo numa cédula muito complexa. Esses são problemas operacionais que devem subordinar-se ao

princípio geral que é o princípio da consulta, mas mesmo essas questões operacionais estão devidamente resolvidas através da discussão com companheiros de vários partidos.

A nossa proposta estabelece o máximo de temas que poderão ser consultados o máximo teórico de nove temas, o que é extremamente viável de debate em televisão e extremamente viável de ser operacionado numa eleitoral – quem sabe mais fácil do que foi a cédula eleitoral do ano passado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Com prazer, nobre Constituinte José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Acho importante, na discussão do plebiscito, nos termos propostos por V. Ex.^a, um conceito que é inovador na feitura da Constituição. Temos que fugir, que sair dessa formalidade da democracia meramente representativa e temos que incorporar o conceito da democracia, que não será plena, não será uma democracia exercida na sua totalidade, através da organização direta e da vontade direta da população, mas devemos no estágio atual da luta política, da luta de classe no Brasil, incorporar a essa democracia formal, representativa, que sabemos muito bem, é sempre favorável aos interesses da classe dominante, esse outro conceito embrionariamente, representado pela vontade direta da população. Isso é muito importante na Constituição, porque estamos vendo que o debate – como V. Ex.^a colocou – da Constituinte, foi maculado por uma legislação antidemocrática e pelo poder do capital. Mesmo agora, durante a feitura da Constituição, somente nos últimos dias das últimas semanas é que há um interesse maior da população, a partir das iniciativas populares, pelo mérito pelo conteúdo das questões constitucionais. É importante esse plebiscito, porque volta a população às ruas, às praças, ao calor das ruas, ao tumulto das praças, à divisão, à polarização da sociedade. Ao buscarmos, através do plebiscito, nos termos propostos por V. Ex.^a, esse conceito da democracia minimamente exercida a partir da vontade direta da população, porque se ela for favorável a um determinado tema majoritariamente, o plebiscito será incluído automaticamente no texto constitucional, independente da votação da maioria da Constituinte. Acho que este tema envolve, inclusive, uma questão de fundo do conceito de democracia e isso deve existir no texto constitucional, não só no que diz respeito à feitura da Constituição, mas temos que garantir no texto constitucional a prerrogativa da população propor e, a partir de uma vontade majoritária, incluir proposições neste texto constitucional, independente apenas e simplesmente da democracia formal, que normalmente o Parlamento representa. Muito obrigado.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Agradeço o aparte, Constituinte José Genoíno.

De fato, esta preocupação hoje já manifestada pelo povo, que tanto tem comparecido aqui, especialmente no período das reuniões das comissões temáticas, a qual demonstrou o afã em sua participação, vindo aqui delegações de vários segmentos da nossa sociedade e de todo o Brasil demonstrando que cada setor quer participar e propor

o que encontraria o seu momento maior na discussão dos grandes temas nacionais na consulta plebiscitária. A nossa regulamentação resolve, portanto, essa preocupação, trazendo para os grandes comícios, para as praças públicas, os temas mais importantes. Quem sabe teremos, ao final do ano, as grandes campanhas nacionais canalizadas em torno da discussão dos temas a serem abordados nesta Constituição. Hoje se discute a forma de governo, a pena de morte, a questão do aborto, da dívida externa, de empresas nacionais, a duração do mandato do Presidente da República, temas palpítantes que merecem caravanas, aqui em Brasília, de diversos segmentos sociais, que poderiam participar do debate, da discussão de rádio e televisão, da realização de comícios em praças públicas e, finalmente, dar o seu voto final, o seu parecer final, através dessa grande consulta, da manifestação de todo o povo brasileiro, de forma definitiva e final em torno da consulta temática.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, demonstra-se toda a importância e a viabilidade prática da realização dessa consulta; a viabilidade da consulta temática juntamente com a consulta global. Aqueles que acharem que a Constituição deve permanecer em suas linhas gerais podem influir através da manifestação em torno de temas da consulta temática. Queria concluir manifestando o meu otimismo, com relação às possibilidades de aprovação da consulta temática por esta Assembléia Nacional Constituinte. Pois em época da discussão do Regimento da Constituinte nos deparamos com dezenas e dezenas de diferentes propostas, de realização de plebiscitos e referendos populares, de consultas plebiscitárias. Houve uma dificuldade enorme tanto do lado da inclusão do tema no nosso Regimento, que talvez muitos considerassem que não devesse ser um tema objeto de regulamentação já à época do nosso Regimento Interno, mas também havia dificuldade na divergência das várias propostas. Houve agora um afunilamento. Daí o meu otimismo. Houve já um afunilamento em torno de propostas. Fizemos várias reuniões com companheiros de vários Partidos. Essa proposta foi assinada pelo Partido dos Trabalhadores, como também por companheiros de vários Partidos, que participaram ativamente da elaboração desta proposta, já dirimindo várias divergências acontecidas e demonstradas àquela época. Já avançamos muito na regulamentação da consulta plebiscitária. Já conseguimos resolver o grande problema de como colocar as principais questões num único plebiscito, estabelecendo regras que permitam a democratização que um grupo daqui da Constituinte possa estabelecer um tema a ser consultado, mas sem que isso caia na vulgarização, na listagem excessiva de temas para ser submetida à discussão e votação, combinando também isso com a consulta global, fazendo com que se preia desta Assembléia Nacional Constituinte.

No caso de haver uma rejeição do texto global, esta Constituinte – eu queria discutir e deliberar sobre os procedimentos necessários e subsequentes – estabelece também, Sr. Presidente, as normas para utilização de rádio e televisão, e que foram objeto de discussão, por companheiros de todos os Partidos, que deram sugestões sobre este tema. Nós estabelecemos que o tempo de rádio e televisão para consulta global

deverá ser proporcional aos Partidos na igual proporcionalidade que já têm, aqui, na utilização do tempo de Liderança, mas também nas consultas temáticas, não haveria a distribuição de tempo aos Partidos, mas sim, os favoráveis e os contrários a cada posicionamento, "sim" ou "não" a cada proposta em torno da reforma agrária, em torno de duração do mandato do Presidente da República, com utilização de tempo igual, com utilização pelos partidários do "sim" ou do "não" a cada tema.

O SR. CHAGAS DUARTE: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Com todo o prazer.

O SR. CHAGAS DUARTE: – Nobre Constituinte Virgílio Guimarães, V. Ex.^a aborda um assunto da mais alta importância para esta Nação, ou seja, a consulta plebiscitária. A democracia é realmente humana. Ela deve saber e compreender os sentimentos do povo. Concordo plenamente com V. Ex.^a, em que a Constituição deve ser submetida ao **referendum** desta Nação, para que o povo brasileiro assuma também a Constituição como coisa sua. Sabemos que somos representantes do povo, que recebemos dele uma procuração para em seu nome falar, para elaborar e promulgar uma Constituição, mas entendo importantíssimo o povo brasileiro seja ouvido, através de uma consulta plebiscitária, para que assuma – digo, repito, – como coisa sua a Constituição. Era o que tinha a dizer no aparte ao discurso de V. Ex.^a.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a. Concluindo, Sr. Presidente, o meu otimismo decorre, portanto, de já haver um fundamento em torno de propostas. Hoje, temos apenas duas propostas de projeto de resolução, no sentido de regularizar a consulta plebiscitária, fruto portanto de uma discussão de companheiros de vários Partidos. Existe a proposta que assinamos, como também uma do Constituinte Brandão Monteiro, que não se opõe, inclusive, ao nosso projeto S. Ex.^a avança determinando os temas que deverão ser objeto dessa consulta, temas da mais alta relevância, sendo que compartilho com as preocupações de S. Ex.^a, sendo projetos complementares. Há, portanto, apenas uma proposta de regulamentação global, o que representa um avanço enorme e uma possibilidade sem precedentes, para que isso possa ser, finalmente, aprovado neste Plenário. Mais ainda: essa proposta já faz parte das exigências de vários setores da sociedade brasileira, a essa Assembléia Nacional Constituinte.

A Ordem dos Advogados do Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil já se posicionaram oficialmente por requererem ante esta Assembléia Nacional Constituinte a consulta plebiscitária. Também o Plenário nacional pró-participação popular na Constituinte, igualmente, já se pronunciou, para que esta Constituinte incorpore nos seus métodos de trabalho a promulgação da Constituição através da consulta direta ao povo brasileiro.

Terminei, portanto, dizendo que muito já caminhamos **ilegível** uma **ilegível** que isso possa ser consagrado, depois na prática

política corriqueira, usual, da elaboração legislativa do nosso País. E que comece agora pela própria Constituição, comece agora, fazendo com que a soberania da Constituinte se complemente na soberania popular, que a soberania da Constituinte não se oponha à vontade do povo. Que cada um aqui seja também responsável e participante daquela tarefa de dizer ao povo que as promessas de palanque podem ser cobradas também na prática política podem ser cobradas também na incorporação da Constituição daquilo que foi prometido nos palanques eleitorais; e se alguma coisa não corresponder à vontade do povo, ou se alguma grande divergência ocorrer aqui no interior deste Plenário o povo será o juiz. O povo será aquele que vai dizer, finalmente, se a Constituinte é para valer ou não, porque do contrário, Sr. Presidente, esta Constituinte corre o risco de ver o fruto do seu trabalho, a futura Carta Magna ser repudiada nas ruas. O objetivo desta Constituinte deve ser fazer a Carta Magna que seja capaz de resolver os problemas do País, através de uma Constituição progressista, de uma Constituição que venha resolver os problemas estruturais, mas também uma Constituição que mereça o respeito do povo, e isso só será conseguido se o povo também for participante e co-autor dessa futura Constituição do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA NA SESSÃO DE 28-7-87 E QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS – CE. Para discutir.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Seria até ingenuidade pensar que em 20 (vinte) minutos o assunto que desejamos percutir aqui o fosse na profundidade desejada.

Mas, a consciência nos faz vir a esta tribuna, para deixar pelo menos consignada, nos Anais desta Constituinte, declaração que aqui fazemos, sobre o pretendido Sistema Tributário, no momento, constante do substitutivo oriundo da Comissão de Sistematização.

Gostaríamos de dizer aos Srs. da satisfação, depois de tantos anos na vida pública, de verificar como os Estados e os Municípios foram bem aquinhoados, não tanto quanto deveriam ser – reconheceremos. Objetiva as medidas preconizadas, sonhos que de há muito pareciam estar esquecidos, cuja realização na cabeça daqueles mais persistentes, poderia ainda ser esperada.

Mas, Srs., comece agora a nossa indagação e quando a fazemos é no sentido construtivo: será que a União não teve intérprete junto a essa Comissão do Sistema Tributário, para mostrar, realmente, que, toda estrutura montada além de se chocar com aquela outra, que em outra comissão iria corporificar o chamado "Sistema de Segurança Social", tirar-lhe-ia não só a sua capacidade de ação como os seus recursos? Que, no final, como só acontecer sempre, quem ia pagar a conta, em termos escorchantes, seria o contribuinte pelo aumento indiscriminado de alíquotas de que a União, balda de recursos, teria que lançar

Ilegível americanos, nós
brasileiros, gostamos muito mais

da ilusão do que da realidade, da caricatura, do que do retrato. Assim, abordamos de frente este problema.

Esta é a razão de aqui estarmos.

Assim, Sr. Presidente, nesta e em outras intervenções – porque em uma só não seria possível sintetizarmos todo o nosso pensamento a respeito – começaremos a expor, embora muito sinteticamente, aqueles pontos que, a nosso ver, devem ser objeto, pelo menos, da meditação dos Srs. Constituintes, para que não venham a ter, após, uma ditadura fiscal, como jamais este País viu.

Primeiro que tudo, há o enfraquecimento da competência da União – não vamos falar em termos de recursos, porque depois nos referiremos a eles. A União perde a competência relativa a seis tributos: transportes, comunicações, Territorial Rural, Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, Único sobre Energia Elétrica e Único sobre Minerais. Além disso temos, como primeira consequência dessa perda, um afetar, sem sombra de dúvida, da política de integração nacional – transportes e comunicações –, a política de insumos básicos –, energia elétrica, lubrificantes, combustíveis e minerais, e a de comércio exterior.

Mas, não é só isto, Sr. Presidente, ela perde a competência na área dos empréstimos compulsórios, que só poderão ser instituídos em caso de calamidade pública.

Foi excluída a possibilidade de instituição do empréstimo compulsório como instrumento de atuação na conjuntura: absorção temporária de poder aquisitivo, mesmo com apelo ao Legislativo. Tudo isto reduz a utilização dos tributos como instrumentos de política econômica.

Seria aconselhável estudar, como as compensações necessárias, é claro, o retorno para a competência da União dos impostos atrás citados, destinando-se aos Estados e Municípios uma parte significativa dos mesmos, de maneira que, por uma lei complementar, fixados esses percentuais, não fossem aquelas duas entidades, Estados e Municípios, prejudicados em demasia em suas rendas. O sistema que atualmente se insere no Projeto de Constituição estatui que estes impostos são absorvidos pelo ICM, dando ao Estado, realmente, um alento bem grande, 25% dos mesmos passariam, já, para os municípios.

A proposta que, depois, poderíamos submeter a esta Casa, que não afeta Estados e Municípios, encara o problema de frente.

Passemos, então, depois da competência, ao exame da situação financeira da União, em face da aprovação desses pretendidos dispositivos constitucionais.

Restarão para a União, então, o quê, Sr. Presidente e Srs. Constituintes? Cinco impostos: IPI, Imposto de Renda, Imposto de Importação, Imposto de Exportação e Imposto Sobre Operações Financeiras. Desses impostos, no momento, apenas dois: O IR – Imposto de Renda – e o IPI têm significação, já que os outros três – Importação, Exportação e ISOF – têm caráter de extra-fiscalidade, não são fontes precípuas de arrecadação.

Ainda mais, Sr. Presidente, 46% do IPI e do IR serão destinados aos Estados e Municípios; 22,5% para o Fundo de Participação dos Municípios: **ilegível** Fundo de Participação dos Estados **ilegível** Nordeste. No IPI esta participação **ilegível** 10% deste im-

posto serão destinados a resarcimento das rendas daqueles Estados exportadores de manufaturados.

Dirão: então, está o Vice-Líder do PDS contra o aumento de receita dos Estados e dos Municípios? Nós diremos que não. Estamos a favor de que, esclarecido esse ponto, cuidemos desde já do retorno à União de tributos; se isso não for possível, da transferência de algumas dessas loucas contribuições que foram colocadas na parte da Seguridade, da reformulação do Imposto de Importação, da transformação da tal contribuição sobre o patrimônio, prevista Seguridade para se reconstituir esse imposto sobre o patrimônio que, durante tantos anos – o PMDB parece que está esquecido disso – pela voz do, então, Sr. Líder no Senado, Senador Saturnino Braga, com apoio, diga-se de passagem, do Vice-Líder do PDS para assuntos econômicos, que no momento fala, se batia o partido hoje majoritário; a transformação do Finsocial no imposto sobre faturamento que fosse se juntar, ai sim, às rendas correntes da União. Mas disso logo mais falaremos. Estamos apenas apresentando a análise daquilo que sucede, da necessidade de conservar os avanços tributários conseguidos pelos Estados e Municípios, mas também da imperiosa ação que todos nós devemos ter, para não bancarmos o cego e deixarmos como está aí, a União sem recursos. Vamos, mais uma vez, relembrar, acossada ela pelas necessidades, de caixa como tantas vezes fez no passado, aumentaria ela assustadoramente as alíquotas dos impostos que lhe sobraram. E quem sofreria com tudo isso? Repetimos: o contribuinte. Façamos uma pequena análise das receitas da União.

Atentemos rapidamente para o quadro em anexo, Sr. Presidente, já que vemos que nosso tempo está a se esgotar. Gostaríamos que neste Plenário fosse, uma vez lida no **Diário do Congresso**, este resumo, contestada a veracidade dos dados que apresentamos.

Vamos supor que aplicássemos em 1987, este ano, do qual temos os dados, apresentados pelo Orçamento, pela Receita Federal, essa sistemática proposta. A União – pelas simulações feitas em nosso poder – resumida em duas tabelas no trabalho citado que passaremos à taquigrafia, sofre um acréscimo brutal de sua renda.

O que é que ouvimos do Ministro da Fazenda, saído das fileiras de quem? Do PMDB. Apresentado ao povo, à Nação, por quem? Pelo Presidente do PMDB. Ouvimos dele a necessidade de um corte do déficit público da ordem de 300 bilhões de cruzados, isto é, sair do patamar de 6,2% e cair para o de 3,5% do PIB.

Se aplicássemos – vamos repetir – em 1987 –, sabemos que não o será óbvio, mas estamos trazendo dados aqui para confronto, para que os Srs. tenham uma idéia do que está sendo proposto neste substitutivo, se aplicarmos esta sistemática, a União terá um desfalcão nas suas receitas de mais de 158 bilhões de cruzados. Por mais ingênuos que sejamos, não venham nos dizer que dinheiro transferido para Estado, para Município, contribuiria para compensação de déficit. Todos nós da vida pública, que tantos anos nela perlustramos, sabemos ser isso inexcusável.

Assim, Sr. Presidente, numa simulação feita, diríamos que, na atual situação, a União tem Impostos de Importação, de Exportação, Imposto de Renda, Impostos sobre Produtos Industriali-

zados, Imposto de Operações Financeiras, fora aqueles chamados impostos vinculados, que é o IUEE, IUM, KILC, o IT, Imposto de Transporte, de Comunicações – obteríamos uma arrecadação líquida aproximadamente de 889 bilhões e 374 milhões de cruzados; a transferência para Estados e Municípios da ordem de 268 bilhões e 267 milhões de cruzados nos daria uma receita disponível da União de 620 bilhões e 607 milhões de cruzados.

Pela sistemática constante do Anteprojeto da Constituição, aplicado em 1987 – só para servir em termos de comparação – a União baixaria de 889 bilhões e 374 milhões de cruzados para 815 bilhões e 923 milhões de cruzados; e as transferências subiriam de 268 bilhões e 767 milhões de cruzados para 353 bilhões e 384 milhões de cruzados. A receita disponível da União que, na atual sistemática, se situaria na ordem de grandeza de 620 bilhões, gostaríamos que os Srs. Constituintes tomassem conhecimento – passaria para 462 bilhões de cruzados com uma queda de **158 bilhões e 68 milhões de cruzados**, isto é uma queda de 26%.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como atender, então, a tal situação? Daríamos sugestões as mais várias. Nosso emblemático colega, Constituinte José Serra, junto com o não menos brilhante colega, Fernando Bezerra Coelho, publicou, segunda-feira, 20 de julho, há uma semana, na **Folha de 8, Paulo**, um artigo primoroso sobre a felicidade futura dos Municípios. Ele poderia festejar esperanças dos Municípios com as arrecadações que lhe foram proporcionadas, que, ao contrário do que os senhores estão ouvindo por aí, são muito brilhantes. Outrossim, poderia fazer a mesma coisa quanto aos Estados – já terminamos, Sr. Presidente – mas duvidamos que possa produzir algum artigo mostrando como este **gap** de 158 bilhões de cruzados este ano, que serão multiplicados por dois, no mínimo, no ano que vem, poderia ser coberto.

Mas, críticas – e voltaremos outra vez a este Plenário para debater o assunto – não devem ser feitas sem apresentar uma solução.

Senhores, trazer o Imposto sobre o Patrimônio como as nações civilizadas o tem para a área tributária da União; fazer uma taxação seletiva no Imposto de Importação; instituir mudanças no Imposto de Renda, principalmente sobre os ganhos de capital máxime os especulativos; transferir o Finsocial como imposto também para a área citada, já será, sem sombras de dúvida, um grande passo para que esse **gap** de 26% – outros acham que são 20% – fique reduzido de 1% a 8% do PIB.

Ainda mais, estimaríamos dizer aos Srs., finalmente, que uma matéria como esta, que merece uma medição, está a erigir uma pronta solução.

Não adianta apresentarmos resultados aparentemente brilhantes, quando eles trazem atrás de si uma imensa pressão sobre o contribuinte, num futuro bem perto.

Anexo, Sr. Presidente, a este nosso pronunciamento, duas tabelas: uma, da simulação citada e, outra, da comparação das percentagens de partilha e de competência **vigente e proposta**.

Acreditamos que essa contribuição será útil a quem quiser se aprofundar no assunto. Voltaremos ao mesmo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. VIRGÍLIO TÁVORA EM SEU PRONUNCIAMENTO)

**SIMULAÇÃO DA PERDA DE RECEITA DA UNIÃO, COM A ADOÇÃO EM 1987
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO PROPOSTO NO ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO**

IMPOSTOS FEDERAIS	SITUAÇÃO ATUAL			ANTIPROJETO DE CONSTITUIÇÃO				Cz\$ milhões PERDA DE RECEITA DISPONÍVEL DA UNIÃO (G-C-F)	
	ARRECADAÇÃO LIQUIDA EM 1987 (1) (A)	TRANSFERÊN- CIAS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS (B)	RECEITA DISPONÍVEL DA AUNIÃO (C=A-B)	IMPOSTOS FEDERAIS	ARRECADA- ÇÃO LIQUIDA EM 1987 (1) (D)	TRANSFERÊN- CIAS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS (E)	RECEITA DISPONÍVEL DA UNIÃO (F=D-E)	Em valores absolutos	Percentual
1) I. IMPORTAÇÃO	46.346	-	46.346	1) I.I.	46.346	-	46.346	0	0%
2) I. EXPORTAÇÃO	3.662	-	3.662	2) I. Exp.	3.662	-	3.662	0	0%
3) I. RENDA	381.733	126.962	257.771	3) I.R.	384.733	176.977	207.756	50.015	8.0%
4) I. PROD. INDUSTR.	315.012	103.954	211.058	4) I.P.I.	315.012	176.407	138.605	72.453	12.0%
5) I. OPER.FINANC.	66.170	-	66.170	5) I.O.F	66.170	-	66.170	0	0%
SUBTOTAL	815.923	230.916	585.007	SUBTOTAL	815.923	353.384	462.539	122.468	20.0%
6) I.U.ENER.ELETR.	20.645	12.387	8.258	-	-	-	-	8.258	1.5%
7) I.U.MINERAIS	6.348	5.713	635	-	-	-	-	635	8.0%
8) I.U.LUBR.COMB.	26.685	14.944	11.741	- (2)	-	-	-	11.741	2.0%
9) I.TRANSPORTES	6.867	4.807	2.060	-	-	-	-	2.060	0.5%
10) I. COMUNICAÇÕES	12.906	-	12.906	-	-	-	-	12.906	2.0%
TOTAL	889.374	268.767	620.607	TOTAL	815.923	353.384	462.539	158.068	26.0%

1) – Arrecadação líquida = A arrecadação dos impostos federais, já deduzidos os incentivos do IRPJ e as restituições.

(Previsão da arrecadação líquida, para 1987 = Fonte: SRF/CSAr)

2) – O Anteprojeto de Constituição extingue esses cinco impostos.

TABELA II

COMPARAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE PARTILHA E DE COMPETÊNCIA VIGENTE E PROPOSTO

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO PROPOSTA				
COMPETÊNCIA	PARTILHAS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS	COMPETÊNCIA	PARTILHAS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
<u>Renda</u>									
I. Renda	967,0X	46,0X(1)	-	17,0X	I. Importação	100,0X	-	-	-
I. Produtos Industrializados	67,0X	46,0X(1)	-	17,0X	I. Exportação	100,0X	-	-	-
I. Exportação	100,0X	-	-	-	I. Renda	(6) (7)	54,0X	21,3X(FPE)	22,3X(FPM)
I. Exportação	100,0X	-	-	-	I. Produtos Industrializados	44,0X	21,3X(FPE)	22,3X(FPM)	2,0X(M)
I. Operações Financeiras	100,0X	-	-	-	I. Operações Financeiras	100,0X	7,5X	2,3X (3)	-
I. S. Energia Elétrica	46,0X	50,0X	-	10,0X					
I. S. I. Combustíveis - 1967	44,0X	37,132	-	18,672					
I. S. I. Combustíveis - 1966	40,0X	40,0X	-	20,0X					
I. S. Minerais	10,0X	70,0X	-	20,0X					
I. S. S. Comunicações	100,0X	-	-	-					
I. Transporte	30,0X	30,0X	-	20,0X					
I. Territorial Rural	-	-	-	100,0X					
Financeiro	100,0X	-	-	-					
<u>Produtos</u>									
I. Circulação Mercadorias	-	80,0X	-	20,0X	<u>Estados e Distrito Federal</u>		-	100,0X	-
I. Transmissão Bens Imóveis	-	50,0X	-	30,0X	I. Transmissão "causa mortis"	-	75,0X	25,0X	
I. Veículos Automotores	-	50,0X	-	30,0X	I. Circ. Mercadorias e Serviço (4) (8)	-	50,0X	50,0X	
					I. Veículos Automotores (8)	-	50,0X	50,0X	
					I. Territorial Rural (8)	-	50,0X	50,0X	
					Adicional ao IX até XII	-	5,0X do IX		
					(5)	-			
<u>Municípios</u>									
I. S. Serviços	-	-	100,0X		Municípios	-	-	100,0X	
I. Predial Territorial Urbano	-	-	100,0X		I. Predial Territorial Urbano	-	-	100,0X	
					Rendas Municipais	-	-	100,0X	
					I. Transmissão "inter-vivos"	-	-	100,0X	

Fonte: SEF/Chave/Educação de Trib.Parte e Dist.de Rendiz.

(1) 22 p/Estado Especial.

(2) Os recursos destinados aos Estados serão proporcionais ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

(3) 3/4 (ou 1,252) no máximo, se proporção do valor adicionado serão destinados aos municípios donde se situa o estabelecimento que des origem à renda, e até 1/4 (ou 0,425) de acordo com o que disporá lei estadual.

(4) O Imposto Unico sobre Energia Elétrica, I.U.I. Combustíveis, I.U.S. Minerais, I.U.S. Comunicações e I. Transporte passam a englobar o Imposto da Circulação de Mercadorias e Serviço

(5) Adicional ao XII de até 5% do Imposto de Renda devido à União

(6) Exeto o produto do Imposto sobre Renda, incidente na fonte e rendimentos pagos, pelos Estados e Municípios ou suas autarquias (arts. 280 e 281)

(7) Partilha conforme art. 282, I, a, b, c e II

(8) Partilha conforme art. 281, II e III

(9) Em 1966 os percentuais de distribuição do IULC eram de: União 48%, Estados 34,672 e Municípios 17,32%

(10): Os percentuais referidos em (3) e (4) são obtidos levando em consideração a participação adicional de 5% do IPI arrecadado em cada Estado.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 111

SÁBADO, 1 DE AGOSTO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 117^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 31 DE JULHO DE 1987.

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

OSVALDO BENDER - Rendimentos pagos aos titulares de cadernetas de poupança em junho próximo passado.

NILSON GIBSON - Implantação de fábrica de veículos Toyota no Estado de Pernambuco. Resguardo dos direitos dos ex-combatentes na futura Constituição.

SÓLON BORGES DOS REIS - Duplicação da BR-116, trecho São Paulo - Curitiba.

JORGE ARBAGE - Linchamento de assassino no garimpo Manelão, Senador José Porfírio, Estado do Pará.

NILSON GIBSON - Questão de ordem sobre urgente apuração, pela Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte, de denúncia acerca da ocorrência de falsificação de assinatura por Constituinte.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Nilson Gibson.

JOSÉ FERNANDES - Falecimento do Sr. Francisco de Queiroz, ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

ADYLSON MOTTA - Insuficiência da justificativa para a oportunidade e forma de criação

de cargos na Secretaria do Planejamento e no Ministério da Fazenda.

MÁRIO MAIA - Necessidade da retomada das obras de asfaltamento da BR-364, trecho Porto Velho - Rio Branco.

STÉLIO DIAS - Desempenho do Sr. Marcos Vilaça à frente da Legião Brasileira de Assistência.

FELIPE MENDES - Assassinato do jornalista Helder Feitosa em Teresina, Estado do Piauí.

AMAURY MÜLLER - Aquisição, pela Previdência Social, de imóvel no Rio de Janeiro por preço superior ao da cotação no mercado imobiliário.

RUY NEDEL - Questão de ordem sobre urgência na prestação, pela Previdência Social, de esclarecimentos acerca da aquisição de imóvel por preço superior à cotação do mercado.

EDUARDO JORGE - Recomposição dos proventos da aposentadoria e das pensões pelo Inamps.

FRANCISCO AMARAL - Exemplo de vida dado pelo Sr. Amador Aguiar. Atuação da Fundação Bradesco na formação educacional e profissional de crianças e jovens carentes.

VILSON SOUZA - Necessidade de profundas alterações na estrutura econômica, agrário-fundiária e política nacional, com o revigoramento do Congresso Nacional.

FÉRES NADER - Conveniência da instalação do grupo de trabalho destinado a proceder ao levantamento básico para diagnóstico da

situação sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro.

SALATIEL CARVALHO - Nações a extrair da posição assumida por Ministro de Estado, na Convenção do PMDB, contrária, à orientação governamental.

DASO COIMBRA - Transcurso do jubileu de ouro da ordenação pastoral do Rev. Salustiano Pereira César ao ministério evangélico.

V - Comunicações das Lideranças

SIQUEIRA CAMPOS - Destinação dos recursos anunciados para financiamento da safra agrícola 87/88.

OSVALDO BENDER - Equívoco da interpretação dada pelo Inamps para a recomposição dos proventos da aposentadoria e pensões defasadas.

AMAURY MÜLLER - Improcedência das críticas feitas ao trabalho da Comissão de Sistematização. Inconformidade do PDT com o substitutivo aprovado na Comissão da Ordem Econômica. Disposição do partido de aperfeiçoar e democratizar o texto constitucional.

VI - Apresentação de Proposições

VILSON SOUZA, NILSON GIBSON

VII - Ordem do Dia

NELSON SEIXAS, ANNA MARIA RATTE - Discussão do Projeto de Constituição.

AGASSIZ ALMEIDA (Retirado pelo orador para revisão.) - Uso da palavra nos termos do art. 55, inciso VII, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

<p>ANTÔNIO DE JESUS, SÓLON BORGES DOS REIS, CID CARVALHO (Retirado pelo orador para revisão), GIDEL DANTAS, VITOR BUAIZ, ALUÍZIO BEZERRA – Discussão do Projeto de Constituição.</p>	<p>VIRGÍLIO GUIMARÃES – Questão de Ordem sobre pressões do Palácio do Planalto sobre a Assembléia Nacional Constituinte.</p>	<p>VIII – Encerramento</p>	<p>2 – MESA – Relação dos Membros</p>	<p>3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS</p> <p>Relação dos membros</p> <p>4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO</p> <p>Relação dos membros</p>
---	---	-----------------------------------	--	---

ATA DA 117ª SESSÃO, EM 31 DE JULHO DE 1987

*Presidência dos Srs.: Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;
Mário Maia, o Segundo-Secretário*

ÀS 9:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Almir Gabriel – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antônio Ferreira – PFL; Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Antônio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Antônio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Wemer – PDS; Artur da Távola – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Rodrigues – PMDB; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmê Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Jansen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canele – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Myrian Portela – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco éa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osval-

do Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmarinha Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB;

I – Abertura da Sessão

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 154 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – Leitura da Ata

O SR. MÁRIO MAIA, 2º-Secretário – procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Osvaldo Bender. Sando com isso a sensibilizá-los para essa causa tão nobre, tão justa:

"Recife, 14 de julho de 1987"

Exm.^o Sr. Dr.

Nilson Gibson

Deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1987. (PE)

Senhor Deputado Constituinte:

Sou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (PE), Turma de 1973 – OAB/PE. 4.109 – natural de Garanhuns (PE), título de eleitor 17980808/17-003 Zona 0017 Secção, solteiro, residente na Rua Luzia de Oliveira, nº 37 – Vila Cardeal Augusto Silva, Areias – Recife (PE) e sou também ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira que lutou nos campos de batalhas da Itália, nos anos de 1944/1945 (Segunda Guerra Mundial), contra o nazi-fascismo, pela democracia, liberdade, paz e para que V. Ex.^a e seus colegas pudessem ter sido eleitos livremente nas eleições de 15 de novembro do ano próximo passado, e agora estarem reunidos em Assembléia Nacional Constituinte a fim de elaborarem uma nova Carta Magna para esta 8^a Potência Mundial – o Brasil; caso o contrário tivesse acontecido, quem estaria governando esta nação seriam Adolf Hitler com o seu III Reich Milenar, sua gestapo a fazer cobaias humanas como aquelas encontradas nos países e campos de prisioneiros, Benito Mussolini, com suas camisas pretas, o Japão com seu imperador Heroito (Rei do Sol Nascente), as Potências do Eixo Tripartite, e nós seríamos apenas seus vassalos com um Brasil colonial.

Os brasileiros ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial foram mais de 25.000 (vinte e cinco mil) homens e mulheres. Uns tomaram parte ativa no Segundo Conflito Mundial, que começou em 1º de setembro de 1939 e terminou em 8 de maio de 1945. São os considerados de "Linha de Frente", Força Expedicionária Brasileira, Força Aérea Brasileira e a Marinha de Guerra do Brasil, responsável pelo patrulhamento dos nossos mares e comboiamento dos navios mercantes e de transportes de tropas até o Estreito de Gibraltar, que liga o Oceano Atlântico ao Mediterrâneo. Os outros brasileiros ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial que não tomaram parte ativa no Segundo Conflito Mundial foram vigiar as nossas ilhas oceânicas como Fernando de Noronha, Trindade e as nossas praias, principalmente no Nordeste. Serviram nas "Zonas consideradas de Guerra ou do litoral".

Nos campos de batalha da Itália principalmente os componentes da Força Expedicionária Brasileira se meteram na neve, gelo, lama, água gelada, roupas pesadas, armamento diverso, quase sempre granada, metralhadora ou fuzil com baioneta calada em busca dos super-homens de Hitler, principalmente os fanáticos da SS que, às vezes, preferiam morrer a se renderem; vez por outra uma luta de corpo a corpo como duas feras, onde a mais forte dominava a mais fraca na ânsia pela sobrevivência. Noite e dia sem parar, salvo quando na defensiva, dentro dos

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS).
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, gostaria de elogiar as autoridades governamentais e congratular-me pelas atitudes e posições por elas assumidas, que viesssem ao encontro das aspirações populares e aduzissem maior credibilidade aos responsáveis por essas medidas, junto à população.

Infelizmente, de vez em quando nós, Constituintes, temos que fazer uso desta tribuna para criticar e reclamar, apelando no sentido de que as autoridades não brinquem com a população.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, há pouco tempo, o Governo concitava a população a fazer poupança. Muita gente chegou até a vender suas casas, terrenos e outros bens, atendendo ao apelo do Governo, e canalizando, assim, seus recursos para bancos, especialmente a Caixa Econômica Federal. No entanto, o que aconteceu no mês de junho foi lamentável.

Percorrendo a região que represento, tenho recebido reclamações inúmeras de pessoas idosas. Aqueles velhinhos, que são aposentados apenas recebem meio salário mímino. Elas me disseram que vivem das pequenas economias que têm nos bancos e na Caixa. É com os juros desses recursos que ajudam a manter suas famílias. No entanto, no mês de junho, sofreram verdadeiro saque em suas economias. Enquanto a inflação era de 26% os juros depositados em favor dos poupadões foram de apenas 18%. Houve, então, uma defasagem de 8%. Aqueles que tinham duzentos mil cruzados em poupança perderam dezesseis mil cruzados, o que representa muito.

Quero registrar meu protesto e dizer que não se brinque com o povo, porque, quando este deve tributos, tem que pagar, que é de justiça. No entanto, o Governo, por vezes, promete e não cumpre. É nesse sentido minha intervenção.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE).
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, registro dois assuntos nesta sessão da Assembléia Nacional Constituinte. O primeiro se refere

à implantação da fábrica de veículos Toyota, desde o início do Governo José Sarney prometida para ser instalada no Estado de Pernambuco, com início de programação financeira da ordem de quase três bilhões de dólares. Evidentemente, é um compromisso que o Presidente Sarney tem com o Estado, a fim de que possamos incrementar o nosso parque industrial.

Outro assunto diz respeito à defesa dos ex-combatentes.

Recebi carta de um ex-combatente que lutou pelo Brasil, sacrificou sua juventude, família e objetivos em prol de um país que hoje, por incrível que pareça, lhe nega sobrevivência digna e o respeito devido. Instruiu o companheiro Braz Alves de Melo sua missiva com notícias divulgadas pela imprensa em 1949 e, inclusive, fotografia, patenteando um elo vivo e flagrante entre o passado e o presente. De certo, há que se louvar os que tiveram tanta bravura, tanta honradez, e mais, há que se perpetuar esse sentimento cívico no coração da juventude brasileira.

Passo a ler carta do ex-combatente, que luta por melhores condições de vida, traz propostas para os Constituintes analisarem e estudarem, vi-

buracos com águas geladas a fazer pé de trincheira nos soldados. Por vários dias sujos e barbudos, pois não podíamos dar tréguas ao inimigo sob pena de sermos superados por ele, como foram os poloneses em 1939 e os franceses em 1940. Palmo a palmo conquistamos, principalmente, Camaiore – Monte Prano – Monte Castelo (com cerca de três arrancadas sangrentas) – Castel-Nuovo – Montese – Zoca e, finalmente, na Ofensiva da Primavera, no Vale do Pô (Itália), onde a famosa 148ª, Divisão Alemã Panzer, seu comandante General Fretter Otopico, seus oficiais, soldados, cavalaria, se rendeu aos brasileiros, quase 15.000 (quinze mil) homens e seus armamentos leves e pesados; naquela guerra nojenta fizemos mais de 20.000 (vinte mil) prisioneiros, fora os que matamos, mas também tivemos nossas baixas – 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) homens tombaram nos campos de batalha, mais de 2.000 (dois mil) feridos e desaparecidos, os que sobraram, a guerra nojenta não lhes roubou a vida, mas roubou-lhes parte a devolveu.

Os feitos dos ex-combatentes brasileiros na Segunda Guerra Mundial abriram novos espaços vitais de oportunidade nesta 8ª Potência Mundial – O Brasil. O Presidente da República Brasileira, em 1945 que, governava ditatorialmente, reuniu a imprensa e anunciou eleições gerais, liberdade para os partidos políticos e para a imprensa. Ele cumpriu o que prometera, pois em 1946 houve eleições competitivas com os Srs. Brigadeiros Eduardo Gomes e o General Eurico Gaspar Dutra. Deputados e Senadores foram eleitos, formando a Assembléia Nacional Constituinte, reunindo-se no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. O Comandante da Força Expedicionária Brasileira, Sr. General João Batista Mascarenhas de Moraes, compareceu àquela Constituinte e falou aos Srs. Constituintes dizendo que "A Força Expedicionária Brasileira foi grande na sua dignidade militar e cívica, porque as glórias conquistadas nos campos de batalhas ela não as explorou nas competições político-partidárias". O Comandante da Força Expedicionária Brasileira, seus comandados generais Euclides Zenóbio da Costa, Cordeiro de Farias, Olímpio Falconieri da Cunha demais oficiais e praças não exploraram as glórias conquistadas na Itália, na Segunda Guerra Mundial. Poderiam ter feito, imitando o imperador romano da antiga Roma, Caio Júlio César. Ele, quando era general, foi enviado a combater os gauleses e, com menos soldados, os venceu. Conquistou glórias, prestígio e fama não só entre seus soldados, mas na própria Roma. O Senado Romano, temeroso de que Caio Júlio César marchasse sobre Roma e tomasse o poder, então mandou que ele licenciasse seu exército e regressasse a Roma, mas ele, explorando suas glórias, não obedeceu a ordem do Senado Romano. Pronunciou as palavras de todos conhecidas – "alea jacta est" (a sorte está lançada) – em marcha acelerada, atravessou o rio Rubicon com seus soldados e marchou sobre Roma, dominando-a, tornando-se seu imperador.

Os ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial, com suas glórias conquistadas nos campos de batalhas da Itália, não imitaram Caio Júlio César, imperador romano, ao regressarem à Mãe Pátria – o Brasil, após o término do Segundo Conflito Mundial, em 8 de maio de 1945. Foram honestos e desambiciosos. Estábamos eufóricos pelas glórias conquistadas nos campos de batalhas da Itália, mas também estávamos dilacerados pelos horrores que a guerra nos causou, roubando a vida de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) homens brasileiros que tombaram nos campos de batalha, de parte de nossa mocidade roubada que aquela guerra nojenta não nos devolveu mais, dos mais de 2.000 (dois mil) brasileiros desaparecidos ou mutilados. Não esperávamos ser recebidos na nossa Mãe Pátria – o Brasil, como deuses, pois só há um Deus, o que fez os Céus, a terra, o mar e tudo o que neles há, mas esperávamos sensibilidades e compreensão das autoridades da nossa pátria, cuja integridade, democracia, liberdade e paz defendemos com "sangue, suor e lágrimas", nos campos de batalhas da Itália, na Segunda Guerra Mundial, 1944/1945, sendo grande nossa dignidade militar e cívica, como bem se expressou o nosso Comandante Sr. General João Batista Mascarenhas de Moraes, falando aos Constituintes em 1946, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Houve sensibilidade e compreensão para alguns dos brasileiros ex-combatentes. Os senhores generais João Batista Mascarenhas de Moraes e Euclides Zenóbio da Costa ainda chegaram a ser Ministros da Guerra; Cordeiro de Farias foi governador de Pernambuco; o coronel Caiado de Castro, comandante do meu Regimento Sampaio ou 1º RI, ainda foi Senador da República. As nossas 111 (cento e onze) enfermeiras foram promovidas a 2^{as} tenentes pela Lei nº 1.209, de 1950 e algumas delas chegaram até a major. Os restos mortais dos 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) brasileiros que tombaram nos campos de batalhas da Itália foram transladados para o Monumento aos ex-pracinhas no Rio de Janeiro, onde se encontram expostos à visitação pública. Outros ex-combatentes que tiveram sorte, habilidade e alguma leitura, chegaram ao oficialato ou foram investidos em alguma função de relevância na Nação. Os demais remanescentes da Segunda Guerra Mundial, como foi o meu caso, curtiram miséria, amargurando o desemprego.

Em 1949 (Jornal *Diário da Noite*, anexo), embora eu não fosse mais um analfabeto, como o boi que não sabe a força que tem na cabeça, porque, se soubesse, ninguém o dominaria nem o levaria ao matadouro, então entrei em desespero de causa e fui às ruas do Recife, com um fardamento da guerra, medalhas, documentos, inclusive o da guerra no qual estavam e ainda estão em letras garrafais "Teatro de Operação da Itália". Apelei ao povo pelo qual lutei na guerra. Ele me apoiou, mas a polícia me prendeu como subversivo e me recolheu ao xadrez da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, no governo do então Barbosa Li-

ma Sobrinho, seu Secretário de Segurança Pública João Roma. Provado que eu não era subversivo, me foi dado o cargo de guarda civil, do Recife. A duras penas me formei em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Fui estagiário na Assistência Judiciária do Recife, porque Direito se aprende estudando e se exerce pensando ou praticando. Vi muitos advogados ingressarem naquela Assistência Judiciária como assessores dela (a Assistência Judiciária era subordinada à Secretaria da Justiça), então requeri, também. Instruí o meu requerimento com os documentos adequados, inclusive o meu certificado da guerra da Itália. Meu requerimento foi ter às mãos do Dr. Sérgio Higino Filho, (*ilegível*) Judiciária era subordinada à Secretaria de Justiça), que o engavetou. S. Ex.^a, posteriormente, foi transferido para a Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco, de onde saiu advogado do ofício, mas meu requerimento não despachou. Outros foram despachados. Os advogados beneficiados nunca houveram pisado os campos de batalhas da Itália a fim de enfrentar soldados nazistas fanáticos da elite de Hitler, que preferiam morrer a se entregarem prisioneiros. Idêntico requerimento fiz ao deputado por Pernambuco Sr. Osvaldo Rabelo, que em todas as eleições se reelege. Mercê de Deus, do povo e da grande dignidade militar e cívica dos ex-combatentes do Segundo Conflito Mundial que lhe abriram os espaços vitais de oportunidades nesta 8ª potência mundial – o Brasil, porém, o destino de meu requerimento foi igual ao primeiro. Depois que os Deputados, Senadores e Governador deste Estado foram diplomados no Teatro Santa Izabel, eu me encontrava mui amargurado e desgostoso de espírito, como sempre ocorre, por me lembrar que dei parte de minha mocidade na Segunda Guerra Mundial por esta Nação, cheia de petróleo, ouro e as maiores jazidas de ferros de Carajás, muitos sobem administrativo, militar e politicamente, e eu e os que tiveram meu destino definhamos lentamente como uma classe em extinção, então lembrei-me de ir falar com o ex-Prefeito desta Capital, Sr. Dr. Joaquim Francisco, o deputado mais votado neste Estado (mais de cento e quarenta mil votos), atual Ministro do Interior. Fui ao Pró-Rural na avenida Rui Barbosa, onde ele continuou funcionando. Por duas vezes fui, mas, quando sabia, através da secretaria, que tinha um ex-combatente que queria lhe falar, ele mandava que eu voltasse outro dia. Não fui mais porque seria como nas demais vezes, tratado como um cão sem dono ou como um cavalo velho que não presta mais para o serviço e é solto para ir morrer em algum lugar. Dr. Joaquim Francisco, embora não tenha uma mente estreita, não se lembrou de que, se não for Deus, o povo e os ex-combatentes que lhe abriram as portas, ele talvez já tivesse sucumbido nas mãos de Adolf Hitler, sua Gestapo, do nazi-fascismo.

As custas das glórias conquistadas nos campos de batalha da Itália, na Segunda Guerra Mundial, muitos sobem por este Brasil afora. Dou-lhes meus parabéns, porque

não sou egoísta, admiro a Deus, que manda o sol e a chuva para todos, mas os que governaram esta Nação e ainda governam não procederam assim nem procedem, infelizmente, e eu protesto veementemente por essa apatia aos ex-combatentes que, com "sangue, suor e lágrimas", levaram o nome do Brasil além de nossas fronteiras, ajudando a trazer de volta a democracia, a liberdade e a paz no mundo e mui principalmente ao Brasil para, em contrapartida, terem melhor sorte, inclusive na próxima Carta Magna, se V. Ex.^a e seus colegas nos forem sensíveis de modo a não nos darem migalhas nem mesquinhos como as propostas pela Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) Central, situada na rua das Marrecas, 35, Lapa, Rio de Janeiro, pois na guerra não fomos mesquinhos nem conquistamos migalhas para nossa Mãe-Pátria – o Brasil. Atualmente um ex-combatente tido como de linha de frente (os que tomaram parte ativa na Segunda Guerra Mundial) percebe os provenitos de 2º-Sargento, cerca de Cz\$ 8.000,00 (oito mil cruzados). Os ex-combatentes tidos como de Zona de Guerra ou do litoral (os que vigiaram nossas ilhas oceânicas e nossas praias) percebem dois salários mínimos minguados para viverem com suas famílias e pagarem assistência médica e hospitalar para si e seus familiares, embora o art. 197 da atual Constituição diga que "se dê assistência médica" e hospitalar aos ex-combatentes que dela precisarem". Isto existe só no papel ou, quando é dado, é só pela metade, pois no Hospital Militar do Recife, se um ex-combatente precisar de uma intervenção cirúrgica ou de exames que ele não possa dar, tal ex-combatente morrerá na miséria como cobaia humana, feito aquelas que os nazistas fizeram na Alemanha, nos campos de prisioneiros e nos países por ela (Alemanha) dominados. Nada obstante tudo isto, vez por outra vêm leis achatando os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, que outrora foram grande na sua dignidade militar e cívica. No ano que se passou vieram duas. Uma se propunha conceder a pensão de 2º-Tenente aos ex-combatentes que tomaram parte ativamente no Segundo Conflito Mundial, colocando-os em pé de igualdade com as 111 (cento e onze) enfermeiras que gozam desse benefício desde 1950, conforme a Lei nº 1.209. O Congresso Nacional aprovou a lei que mandava conceder a pensão de 2º-Tenente àqueles ex-combatentes, atuais pensionistas, 2º-Sargento, regidos pela Lei nº 4.242, de 27 de julho de 1963; houve uma emenda do Senador Nivaldo Machado (PE), tornando-a extensiva aos que não serviram na linha de frente, mas vigiaram as ilhas oceânicas e praias do Brasil, mas nosso Presidente Dr. José Sarney vetou a referida lei. Depois ainda, no ano que passou, em dezembro, veio a Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1986, a qual proibia a acumulação de quaisquer rendimentos de origens estatais. Mais uma vez nosso Presidente Dr. José Sarney assinou a referida lei contra os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, sem os quais, sem

Deus e o povo, S. Ex.^a jamais teria sido Governador do Maranhão, Senador e atual Presidente da República. S. Ex.^a, Dr. José Sarney, não tem a mente estreita, porque é imortal da Academia Brasileira de Letras, mas foi insensível e injusto para com aqueles que outrora foram grandes na sua dignidade militar e cívica, conquistando glórias para o Brasil nos Campos de Batalha da Itália, na Segunda Guerra Mundial, naquela guerra nojenta que roubou a vida de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) homens que tombaram nos campos de batalha, e roubou, também parte da mocidade daqueles que restaram e nunca mais lhes devolveu, então eu protesto veementemente e até a morte por esse menosprezo e apatia aos ex-combatentes. Tudo fizemos nos campos de batalhas da Itália por esta 8ª potência e muitos têm subido e sobem militar, administrativa e politicamente, mas só quem não sobe são os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, mas decrescem com classe em extinção, melancólicos e encostados, desprezados e menosprezados sucumbem lentamente, morrendo como o sapo debaixo do pé do boi, mas não me conformo e, como nada posso fazer, estou escrevendo estas linhas a V. Ex.^a, pedindo-lhe melhor sorte para os ex-combatentes do Segundo Conflito Mundial, e o que fizer, não o faça com mesquinhice ou não nos dê migalhas, porque os ex-combatentes não foram mesquinhos na guerra nem conquistaram migalhas para o Brasil. Autorizo V. Ex.^a, caso ache de conveniência, falar a esse respeito a publicidade do que aqui estou expondo a V. Ex.^a, de modo que os colegas de V. Ex.^a possam ter conhecimento da minha voz antes que algum pise no meu cadáver e eu seja um cão morto, pois pouco me falta para voltar à lama de onde saí, pode ser que tanto V. Ex.^a como os seus colegas se sensibilizem com os ex-combatentes e não os deixem ser jogados na rua da amargura. Ao final desta carta darei, em resumo, as principais reivindicações nossas.

Alguém já disse, que os otimistas são donos do mundo, e os pessimistas, meros espectadores. Eu estou pessimista quanto à sorte dos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial, no que diz respeito aos seus direitos na próxima Carta Magna, principalmente porque os ex-combatentes e seus líderes, se não estão desorganizados, desinteressados, estão sem habilidades ou sem presença de espírito na atual conjuntura nacional, onde há uma Constituinte preparando as normas que nortearão nossos movimentos no futuro e está havendo oportunidade para os interessados se manifestarem sobre suas reivindicações a serem incluídas na próxima Carta Magna ou individualmente ou através de abaixo-assinados de 30.000 (trinta mil) signatários dirigidos à Assembléa Nacional Constituinte. Os ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial têm possibilidade de fazer isto, pois temos a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, com sede na rua das Marrecas, 35, Lapa, Rio de Janeiro, e temos as Associações Regionais em cada Estado,

mas seus dirigentes são quase todos maiores, coronéis, etc. como é o caso do presidente da Central do Rio de Janeiro, que é o Coronel Adelmar, e o de Pernambuco, Sr. Major João Frazão da Nóbrega, que, além de ser um major da reserva, vai aposentar-se na Sudene, portanto estão realizados na vida e não vão interessar-se por aqueles que, embora tenham tido as mesmas sortes deles nos campos de batalha da Itália, estão amargurados, desgostosos de espíritos, porque a sorte não lhes sorriu, e a próxima Carta Magna poderá revogar o pouco que ainda lhes resta, ou poderá conter (a próxima Carta Magna) reivindicações mesquinhos, tacanhas, egoístas, migalhas, como as que foram apresentadas pela Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, considerando os ex-combatentes que tomaram parte efetiva na Segunda Guerra Mundial como estão 2º sargento pensionista, regido pela Lei nº 4.242, de 27 de julho de 1963, tendo assistência médica e hospitalar. Eu protesto contra essa vil reivindicação apresentada pela Central Nacional dos Veteranos da Segunda Guerra Mundial. Protesto até que venham pisar no meu cadáver, a fim de que eu seja um cão morto, pois pouco falta para isto, mas eu sei que V. Ex.^a e seus colegas na sua maioria não são egoístas nem vilões para darem migalhas caídas das mesas dos maisafortunados aos ex-combatentes do Segundo Conflito Mundial, que foram grande na sua dignidade militar e cívica, conquistando glórias para esta pátria idolatrada, nos buracos cheios de água gelada, na neve, gelo, na lama etc, tanto em Monte Castelo, o qual tomamos com cerca de quatro investidas sangrentas, como em Castelnuovo, Montese e, finalmente, na ofensiva da primavera no Vale do Pó (Itália), onde a famosa 148º Divisão Panzer Alemã com seu comandante, General Fretter Otto Pico, seus oficiais, soldados, se rendeu aos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira. Os horrores da guerra foram pouco a pouco compreendidos pelos brasileiros combatentes, porque ainda tinham fé em Deus e no Brasil e nos homens que o dirigiam e, agora, mais de 40 anos passados, com novas mentalidades, esperamos sejam corrigidas as distorções que afligem os ex-combatentes.

Quanto aos ex-combatentes tidos como de zona de guerra ou do litoral (os que vigiaram nossas ilhas oceânicas e nossas praias, os boinas verdes), não tenho conhecimento de que alguém tenha tido a boa vontade de falar deles, de suas façanhas, suas amarguras, principalmente na Ilha de Fernando de Noronha, onde servi por um ano e seis meses, vigiando as praias do Cachorro, da Casa Grande, junto ao pico, da Praia da Quicabá, noite adentro, ao sabor do frio; quanto muitos nesta Nação dormiam sossegadamente, nós vigiávamos aquele pedaço do Brasil, arriscando às doenças provenientes da carência de vitaminas, como foi o caso da beribéri (doença que deixa as pernas insensíveis a furadas). Foram os vanguardas ou reservas do Exército brasileiro. Todo Exér-

cito tem sua vanguarda ou reservas, e quando não as tem, é um exército em decadência ou falido. A Alemanha de Hitler tinha o general From, o Exército brasileiro tinha o general Olímpio Falco Nieri da Cunha. Quando há baixas na linha de frente, os reservas vão supri-las. Em 1940, quando os alemães nazistas avançavam acelerados com seus famosos tanques "tigres" e aviões de mergulhos "Stucas", em direção de Paris (França), o ministro da guerra francês, muito afliito com a situação caótica que se aproximava, mandou chamar seu colega inglês Winston Churchill a fim de avaliarem a grave situação da França. Quando o Premier Inglês chegou à França foi logo perguntando ao ministro da guerra francês onde estavam as reservas de soldados franceses, e o ministro da guerra francês disse que não havia mais reservas de soldados na França, então Winston Churchill engoliu em seco e chegou à conclusão de que era chegado o fim da França, como de fato chegou, pois os alemães nazistas logo tomaram Paris e desfilaram triunfante pelas ruas de Paris. Então os ex-combatentes brasileiros, tidos como de "zona de guerra ou do litoral", que percebem dois minguados salários míseros, precisam da voz de V. Ex.^a e de seus colegas no sentido de que lhes sejam ampliados seus direitos na próxima Carta Magna, de modo que eles sejam ao menos 2º sargento pensionista das Forças Armadas brasileiras e tenham assistência médica e hospitalar para si e suas famílias.

Em face do que venho dizendo na presente carta, muitos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial (1944/1945) tiveram vez na guerra, mas pouca na paz, após guerra, nesta 8^a potência mundial. A prova disto é que nenhum ex-combatente se encontra junto aos senhores constituintes como assessor, como ocorreu com os militares da ativa das nossas Forças Armadas. Li nos jornais desta Capital *Diário de Pernambuco* que 8 (oito) oficiais superiores (coronéis), quatro do nosso Exército, dois da nossa Marinha de Guerra e dois da nossa Aeronáutica foram nomeados assessores junto aos constituintes a fim de dar aos constituintes quaisquer informações a respeito das Forças Armadas, de modo que elas fiquem bem situadas na próxima Carta Magna, mas esses oficiais não vão interessar-se pelos ex-combatentes, porque eles já estão realizados e ainda irão ser os futuros generais, almirantes ou brigadeiros. Quem deveria interessar-se seria um ex-combatente que sentiu na pele os horrores da guerra, mas o pobre coitado foi esquecido na paz, fez o que pôde na guerra, inclusive perdendo a vida ou parte de sua mocidade, para que muitos vivam em paz, paz relativa, e subam na vida, mas eles (ex-combatentes) vivem na obscuridade, no esquecimento, amargurados e desgostosos de espíritos, como é o meu caso; ninguém se lembra deles como convém, salvo agora, se V. Ex.^a e seus colegas constituintes, com braços amigos, lhes estenderem as mãos, de tal sorte que os ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial sejam atendidos na próxima Carta Magna, não com migalhas,

mesquinhezas, tacanices ou coisa que o valha.

Salvo caso em contrário, prevejo o pior para os ex-combatentes brasileiros do Segundo Conflito Mundial, se eles não tiverem vez ampla na próxima Carta Magna, com seus direitos amplificados, dias negros poderão sobrevir sobre eles e arrastá-los à rua da amargura e à lama, embora outrora tenham sido grandes em sua dignidade militar e cívica. A esse respeito me lembro de um episódio ocorrido na França, nas muralhas do Atlântico, as que os nazistas organizaram para repelir uma possível invasão aliada como a da Normandia. O encarregado daquelas defesas foi o famoso marechal nazista Von Rommel, que, com menos soldados do que os ingleses, empurrou-os até quase o Egito na Segunda Guerra Mundial. Era tal o valor desse Marechal que o Primeiro-Ministro Inglês Winston Churchill disse certa feita: "Temos contra nós um oponente atrevido e capaz, e posso mesmo dizer, fazendo abstração da sangreira da guerra, que ele é um grande General" (falação feita na Câmara dos Comuns). Então Von Rommel certo dia foi vistoriar as famosas muralhas do Atlântico e, lá chegando, viu o mar e as marés calmas. Os comandos daquele famoso cabo-de-guerra lhe disseram que não havia com que se preocupar, pois tudo estava calmo e em paz, mas Von Rommel, que não tinha mente estreita mas tinha passado por duras provas nos campos de batalha, então disse aos seus comandados que, em breve, aquele mar e suas marés estariam cheios de navios, barcaças cheias de soldados e armamentos aliados para um confronto final que poderia empurrá-los (os alemães) até dentro da Alemanha, e isto se confirmou a partir de 6 de junho de 1944, quando da invasão aliada na Normandia, e os alemães, de fato, foram empurrados até a Alemanha, onde se renderam incondicionalmente aos aliados. Prevejo que coisa semelhante poderá ocorrer aos brasileiros ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, se eles não ficarem bem posicionados na próxima Constituição, ora em elaboração por V. Ex.^a e seus colegas; então os ex-combatentes, que já são uma classe em extinção, mergulharão na lama (não em Monte Castelo), na sarjeta e serão jogados à rua da amargura, onde perecerão como cobaias humanas, como aquelas que os nazistas fizeram nos campos de concentração, na própria Alemanha e nos países por eles dominados, e eu sinto que pisarão em meu cadáver e serei um cão morto. Caso isto venha acontecer, aqui está minha carta-testemunho, que peço a V. Ex.^a que divulgue no plenário da Constituinte, nas respectivas comissões ou subcomissões ou fora da Constituinte e do Congresso Nacional, para que o Brasil e o mundo venham a saber qual foi o fim trágico dos brasileiros que tomaram parte ativa ou não na Segunda Guerra Mundial pela democracia, liberdade e paz, sendo por isto "grande na sua dignidade militar e cívica, porque as glórias conquistadas nos campos de batalhas não as exploraram nas conforme se expressou o Comandante da

Força Expedicionária Brasileira, quando regressou da Itália e falou aos senhores constituintes de 1946 no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, como foi notório.

Franklin já dissera que é triste falhar na vida, porém mais triste ainda em não tentar vencer; então estou de acordo com este dito e, se nada posso fazer, pelo menos estou escrevendo estas linhas a V. Ex.^a e aos seus colegas, e tenho pressa, pois "um homem do meu tempo, tem pressa" (Garrastazu Médici). A velocidade é tudo, dizia o nazista Marechal Von Rommel; quando lhe perguntaram porque teve tanto êxito na guerra, Von Rommel disse que "as decisões ousadas e arriscadas constituem uma promessa de sucesso". Segundo essa assertiva, estou-me arriscando ousadamente, porque o tempo voa (*tempora volant*) já dizia o povo romano, mestre no Direito. Em suma, o que eu gostaria que constasse na futura Carta Magna em favor dos ex-combatentes brasileiros que tomaram parte na Segunda Guerra Mundial que começou em 1º de setembro de 1939 e terminou em 8 de maio de 1945, era o seguinte:

1 – Que todo o ex-combatente brasileiro ou brasileira – de mar, terra e ar que tomou parte ativa e efetiva na Segunda Guerra Mundial, inclusive os atuais 2º Sargentos pensionistas, regidos pela Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, passem a perceber pensão não inferior a de 2º Tenente reformado do Exército ou em igual posto nas outras Forças da Marinha e da Aeronáutica.

2 – Que o ex-combatente considerado de "zona de guerra ou do litoral" (os que vigiaram nossas ilhas oceânicas e praias), atualmente percebendo dois salários míseros, passe a perceber pensão nunca inferior a de 2º Sargento reformado do Exército ou correspondente nas outras armas das Forças Armadas brasileiras.

3 – Que os ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial possam acumular rendimentos de quaisquer naturezas – estatais ou não.

4 – Que as viúvas dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial passem a perceber as pensões, proventos, salários, soldos etc., de quaisquer naturezas, estatais ou não, que seus maridos vinham percebendo quando vivos, pois a melhor homenagem aos mortos é a ajuda aos seus colegas vivos.

5 – Que os ex-combatentes ou suas respectivas viúvas paguem a Previdência Social (Fusex) a fim de terem direito à assistência médica e hospitalar, inclusive com convênio e sem pagamento de taxas.

6 – Que os ex-combatentes continuem a se aposentar aos 25 (vinte e cinco) anos de serviços públicos ou compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade e com os proventos, pensões, soldos integrais, acumulados com outros de natureza estatal ou não.

7 – Que os ex-combatentes que ainda não atingiram os 70 (setenta) anos de idade possam ser aproveitados nas repartições públicas diretas ou indiretas, de acordo com suas especialidades e sem concurso ou de

acordo com suas profissões, em cargo eleutivo ou em comissão.

8 – Que os ex-combatentes tenham prioridade na aquisição da casa própria, se outra não possuir, nos empréstimos imobiliários para aquisição de imóvel rural ou urbano.

Finalmente digo a V. Ex.^a e seus colegas que sempre fui soldado nas Forças Armadas e gostaria de poder votar e ser votado. Como os analfabetos já têm o direito de votar e serem votados, e tudo indica que será dado o direito de voto ao menor de 16 (dezesseis) anos, então se faz necessário que na próxima Carta Magna conste o direito de voto e ser votado aos soldados, marinheiros, cabos das nossas Forças Armadas e policiais. Eis minhas reivindicações à Assembléia Nacional Constituinte de 1987, em faixa própria, pois, com as estratégias dos ex-combatentes que estão realizados, não poderia ser diferente. Estou juntando documentos e uma fotografia tirada no IV Encontro Nacional dos Veteranos da FEB, realizado nos dias 4 e 8 de maio do corrente ano no Auditório da Sudene (Recife – PE). V. Ex.^a pode dispor como lhe aprouver tanto dela como da presente carta.

Respeitosamente, subscrevo-me.
Braz Alves de Melo."

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, esclareço à Assembléia Nacional Constituinte que há bastante tempo venho defendendo os ex-combatentes no Congresso Nacional quer seja com pronunciamentos, quer com apresentação de propostas legislativas visando a beneficiá-los.

Registro que lutei tenazmente para modificar a Lei nº 4.242 de 1963, que tratava da aposentadoria especial daqueles que arriscaram a vida em nome da Pátria, proibia já a sua cumulação com pensão da Previdência Social. Posteriormente a Lei nº 6.592, de 1978, incidiu no mesmo erro, ao expressar, no seu art 2º, que:

"A pensão especial de que trata esta lei é intransferível e inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, inclusive pensão previdenciária, ressaltado o direito de opção".

Tal exigência, **Data Venia**, fere claramente o preceito do direito adquirido, porque para merecer a aposentadoria previdenciária o segurado contribui mensalmente com parcelas descontadas dos seus rendimentos. O mesmo já não acontece com a pensão especial, no valor equivalente a duas vezes o maior salário mínimo vigente no País, recentemente modificada, conferida ao ex-combatente inválido, pela União, sem que tenha sido necessária qualquer contribuição financeira.

Determinar, portanto, a opção entre uma e outra é totalmente injusto, não só pela inaceitável proibição da cumulatividade, como também pelo fato de que, ao optar pela aposentadoria especial, o ex-combatente deixa a família ao desamparo, na medida em que ela é também intransferível.

Esse dispositivo tem sido contestado inúmeras vezes pelo Poder Judiciário, beneficiando sempre aqueles que a ele recorreram em busca de Justiça. Várias propostas encaminhei visando à reparar essa flagrante falha da legislação em vigor. É urgente, portanto, que se altere a referida legislação, a fim de que esses ex-combatentes não sejam forçados a continuar recorrendo à Justiça para

fazer valer seus direitos. Devemos corrigir essa lamentável lacuna na atual legislação, apoiados, inclusive, na jurisprudência já firmada sobre o assunto.

Voltarei ao assunto oportunamente.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Nação está traumatizada com os repetidos e trágicos desastres que vitimam dezenas de pessoas nas rodovias do País. No Norte, no Centro e no Sul o noticiário registra diariamente a precariedade das estradas e a falta de providências, por parte do Ministério dos Transportes, no sentido de defender a vida humana e facilitar o transporte rodoviário no Brasil.

Há um desafio que até hoje se constitui num enigma: a rodovia Régis Bittencourt, que coloca o território brasileiro em comunicação com o celeiro nacional, que é a Região Sul, e descendendo de São Paulo vai ao Paraguai, ao Uruguai e à Argentina, sendo a estrada dos caminhões que se dirigem também ao Chile. É uma das rodovias mais importantes do País para a economia nacional. No entanto, continua a ser um foco constante de trágicos acidentes que ceifam vidas aos milhares.

Há vinte anos, na Assembléia Legislativa de São Paulo, participávamos de uma campanha pública objetivando sensibilizar o Ministério dos Transportes no sentido da duplicação da BR-116. Foi em vão. E nada resultou de concreto até agora. Ainda não se explicou por que o Ministério dos Transportes é indiferente ao que ocorre em rodovias tão importantes para a economia nacional e que mais ceifam vidas, como, por exemplo, a Régis Bittencourt e a Dutra, classificada como um verdadeiro matadouro humano. Há quem diga que o **lobby** das funerárias teria interesse em manter a precariedade dessas estradas.

Na realidade, até agora o Ministério dos Transportes não deu uma explicação sequer sobre a não-duplicação da Régis Bittencourt e da BR-101, que se estende ao longo do litoral de Santa Catarina e é apelidado de estrada da morte. Em vão, a opinião pública clama. Em todas as Casas Legislativas do País a reclamação é reiterada. Já trouxemos a esta Casa relatórios sobre o assunto. Em São Paulo há um movimento popular organizado, já estruturado, que vem atravessando o tempo, em vão, com a reivindicação da duplicação da BR-116.

Em todo o território nacional a tragédia nas estradas se repete, mas até o momento, a não ser o sonho tresloucado da Ferrovia Norte-Sul, não vejo no Ministério dos Transportes qualquer projeto de execução imediata para desobstruir as vias que constituem os canais da economia brasileira.

Durante o discurso do Sr. Sólon Borges dos Reis o Sr Jorge Arbage Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia segundo-secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, não sei se é um bem ou um mal

relatar no plenário desta Casa episódios como este que trago ao conhecimento de V. Ex.^{as}

Trata-se de um crime ocorrido no garimpo do Manelão, no vale do rio Pacajás, Município de Senador José Porfírio, no meu querido Estado do Pará. A cena foi registrada por um fotógrafo que estava accidentalmente no local. Portanto, as fotos ilustradas no jornal "O Liberal" – um dos órgãos de imprensa mais sérios deste País, lido não apenas na região amazônica, mas em todo o Brasil, diariamente – fazem referência não à reconstituição do crime, mas ao próprio crime, no momento em que esse se consumava.

Um garimpeiro abate o seu colega de trabalho e profissão para roubar-lhe 17g de ouro. Alguns colegas presentes se revoltaram com a cena e fizeram este homicídio percorrer um verdadeiro calvário, humilhado e seviçado, até que chegasse ao momento final da sua execução. Aqui está a seqüência dos fatos:

"Redenção" carrega o cadáver do companheiro que matara para roubar. Na garganta, um laço de força pronto para ser puxado. Ele foi obrigado a percorrer a pista de pouso para que todos vissem o justiçamento. Caminhou quase dois quilômetros com o cadáver. Para pedir perdão ao morto, mandaram-no beijar o cadáver. Na boca. Ele obedece, sempre com a corda no pescoço e sob as ameaças dos demais. "Redenção" limpa a boca, depois do beijo, sempre segurando o cadáver para que não caísse. Os homens, então, o autorizam a deitar o morto. O garimpeiro deposita o corpo, com muito cuidado – puxões da corda o advertiam para ser delicado – e arruma o morto para o sepultamento. Dão-lhe uma enhada, ele começa a cavar a cova grande, que abrigaria o morto. O trabalho é lento, na argila molhada e pesada. Depois, com a pá, a terra foi amontoada ao lado da cova, de cinco palmos: "Redenção" parou o trabalho, pedindo piedade. Depois do linchamento, os cadáveres, lado a lado. Um, morto a golpes de faca. Seu assassino, com a cabeça meio esmagada.

Sr. Presidente, se não estivéssemos às vésperas da edição da Carta fundamental deste País, não teria qualquer relevância trazer ao conhecimento da Casa episódios dessa natureza, até porque fazem parte da rotina dos nossos trabalhos, e a violência tem sido condenada em milhares e milhares de discursos aqui pronunciados. Mas estamos, Sr. Presidente, às vésperas da edição da futura Carta fundamental do Brasil. Que este exemplo penetre com força total em nossas consciências e em nossas preocupações, a fim de que possamos, com a ajuda de Deus, acabar com a violência brutal, como essa que acabo de relatar.

O SR. NILSON GIBSON: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, foi divulgada, pela imprensa nacional, a ocorrência de falsificação de assinatura. Como V. Ex.^a sabe melhor do que nós, tal crime é de ação pública. Então, peticionei à Mesa para que, incontinente, determine a apuração dos fatos ilícitos denunciados pelo

"Jornal do Brasil" de hoje, na primeira página, a fim de resguardar o zelo e a probidade da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Não se trata de questão de ordem a dirimir, mas apenas de uma consideração levantada por V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Tem a palavra o Sr. José Fernandes.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDT – AM. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, nobres Pares, fazemos um hiato na discussão dos assuntos referentes à elaboração da nova Constituição e para destacar, saudosamente, a passagem para a eternidade do ex-Deputado Estadual e ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas, Francisco de Queiroz.

Como um dos mais combativos parlamentares da Assembléia Legislativa amazonense, lá esteve ele pelo menos por quatro mandatos. Foi fundador do MDB e do PMDB e adversário permanente, na política estadual, do meu partido. Mas tenho o dever, e até a honra, de destacar que Francisco de Queiroz foi, sobretudo, um político probó, honesto, honrado e respeitado pela comunidade amazonense.

Nos idos de 1964, lá esteve um dos generais da vitoriosa Revolução, Bizarria Mamede, que reconheceu que, se a maioria dos políticos tivesse a capacidade e a seriedade de Francisco de Queiroz, não haveria conturbâncias na política nacional. Francisco de Queiroz era, então, um adversário ferrenho da Revolução, mas sua seriedade no trato das coisas públicas, dos problemas do povo amazonense e o respeito que devotava ao seu Estado e ao povo que o conduziu à Assembléia Legislativa foram realçadas por todos que com ele mantiveram contato. Ao término de sua carreira política, já incorporado ao Tribunal de Contas dos Municípios no Estado do Amazonas, ali também, pelo processo que desenvolvía no sentido de dar correição às contas municipais apresentadas àquela Corte, Francisco de Queiroz mereceu de todos os amazonenses um pranto de saudade, mas sobretudo a convicção de que honrou seu Estado, seu povo e a Assembléia Legislativa, onde esteve durante tanto tempo.

Durante o discurso do Sr. José Fernandes, o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

Tem a palavra o Sr. Adylson Motta.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao ocupar ontem a tribuna, o nobre Constituinte Antônio Perosa apresentou justificativa para a criação de cargos na Secretaria de Planejamento, Seplan, e no Ministério da Fazenda, assunto sobre o qual eu me havia manifestado há alguns dias.

Apesar de ser um trabalho muito bem fundamentado, tenho apenas um reparo a fazer. S. Ex.^a não abordou aquilo que considero fundamental e que foi o verdadeiro motivo de minha manifestação e também de outros Constituintes. Questionava sobre a criação de 9.700 cargos nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, não entran-

do propriamente no mérito da questão, até porque não conheço na intimidade o serviço público federal. Mas questionava-se, naquele ocasião, o caminho escolhido e a oportunidade para a criação dos referidos cargos. No momento em que o Governo prescreve um regime de austeridade na contenção de despesas, com cortes drásticos nos gastos públicos, parece-me uma contradição a criação de 9.700 cargos no serviço público federal.

Questionava, então, em primeiro lugar, a oportunidade de tal medida, pois, se até hoje se conseguiu movimentar a máquina administrativa sem a criação desses cargos, parece-me que, num momento de extrema crise econômico-financeira, como essa com que o Brasil se vê a braços, não seria a hora mais adequada para isso.

Em segundo lugar, demonstrava a minha apreensão com o caminho escolhido para a criação dos referidos cargos. É sabido que o Presidente da República pode, através do uso do que até há poucos dias chamava-se de entulho autoritário, isto é, o decreto-lei, em casos de extrema urgência, como, por exemplo, de uma calamidade ou de relevante interesse público, baixar decreto-lei, desde que não haja aumento de despesa. E entre o elenco de atribuições do Presidente da República através do decreto-lei consta, no inciso III do art. 55 da Constituição, a criação de cargos e fixação de vencimentos.

Ora, Sr. Presidente, nos esclarecimentos do Constituinte Antônio Perosa foi dito que essas medidas seriam implementadas a partir de 1988. Então, não há necessidade de criação agora desses cargos, através de decreto. Poder-se-ia, inclusive, esperar a nova Constituição, saber qual a política de pessoal que será adotada no País, quais os parâmetros que irão regrar a atividade pública no Brasil e, então, proceder-se da forma mais correta: a criação de cargos através de lei e o provimento por concurso público.

Assim, preocupa-nos esse aspecto da utilização do decreto-lei. Se não se contar com a docilidade das duas Casas reunidas, poderão ser rejeitados tais decretos. Imaginem o caos que haverá na administração se, após a criação desses 9.700 cargos e seu provimento, vier a ser rejeitado o decreto no Congresso Nacional, tendo-se que anular todos os cargos criados, respeitados apenas os efeitos até a data da apreciação do decreto.

Outra coisa que não ficou clara foi a forma de provimento desses cargos, porque os dois decretos, de maneira muito ambígua, dizem que esses 9.700 cargos serão preenchidos através da transposição de funcionários à disposição desses Ministérios, alguns já funcionários públicos.

Concluindo, o art. 2º de ambos os decretos-leis diz que esses 9.700 cargos seriam providos através da transferência de servidores, funcionários ou aqueles das tabelas especiais, alguns até pertencentes a entidades de direito privado. Segundo o art. 5º, os cargos serão preenchidos através de concurso público. Esses casos têm que ser esclarecidos, porque é evidente que, havendo concurso público, haverá aumento de despesa e, havendo aumento de despesa, não poderão ser criados cargos através de decreto-lei.

Esses aspectos foram questionados. Peço ao nobre Constituinte Antônio Perosa que traga alguma luz a esta Casa sobre a questão. Sei que já

sendo convocado para prestar contas, sobre este e outros assuntos, o Ministro responsável pela Secretaria de Administração Pública.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT – AC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, aproveito os dois minutos e meio de que disponho no Pequeno Expediente para mandar um recado, em forma de apelo, ao Sr. Ministro Reynaldo Tavares e ao Sr. Presidente da República, com respeito às vias de comunicação em nosso País.

Trata-se da BR-364, cujas obras no trecho Porto Velho-Rio Branco, realizadas normalmente, foram paralisadas, não sabemos em virtude de quê. Essa paralisação coincide com o plano Ferroviário anunciado pelo Presidente da República com relação à Ferrovia Norte-Sul. Tivemos oportunidade de afirmar, no Senado da República, que não somos contra a construção dessa ferrovia, nem contra qualquer via de transporte ferroviário ou rodoviário em nosso País. Mas estranhamos a coincidência da paralisação das obras da BR-364 justamente no momento em que surge o plano de implantação da Ferrovia Norte-Sul.

Apelamos, então, a S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República, no sentido de que as obras de asfaltamento da BR-364, no trecho Porto Velho-Rio Branco, a antiga BR-29, ainda do tempo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, tenham continuação, a fim de que a única capital do País não servida ainda por estradas asfaltadas, Rio Branco, capital de meu Estado, tenha esse privilégio, como o têm as outras capitais do País.

Muito obrigado.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo assinalar um fato que considero da maior importância para o desenvolvimento social do País. Confesso que, se não o fizesse, não me sentiria bem comigo mesmo. Efetivamente, se existe algo difícil de fazer é escolher a pessoa adequada para o lugar certo, como acentua antigo ditado inglês. Refiro-me à administração do escritor e acadêmico Marcos Vilaça à frente da Legião Brasileira de Assistência. Uma entidade benéfica, sem dúvida, de grande importância a LBA, sob o seu comando, transformou-se numa grande agência de desenvolvimento social – a maior do País –, ampliando seus programas e suas ações no apoio a milhares de famílias brasileiras carentes de quase tudo, que vivem sufocadas sob o peso da miséria e da marginalização. De certa forma, a LBA atuou como contrapeso da desastrosa administração do Ministro da Previdência Social.

Acho muito importante para o País produzir este texto, após uma análise profunda de todos os documentos que me chegaram às mãos esta semana.

Basta dizer, Sr. Presidente – para se ter a idéia da dimensão de seu trabalho – que há dois anos, quando Marcos Vilaça assumiu o cargo, a LBA atendia apenas a 4 milhões de pessoas por ano. Hoje, ela atende a 16 milhões. Os números falam por si e são expressivos. Mas surpreendente é, também, a revelação de Marcos Vilaça, um intelectual, um escritor, um membro da Academia Brasileira de Letras, como administrador do desenvolvimento social, um dos setores mais difíceis do Governo, porque a pobreza, infelizmente, é

muito grande entre os brasileiros. Marcos Vilaça não apenas deu dignidade à LBA, mas também, sob sua liderança, ela se agigantou. O destino fez com que um intelectual, um artista da pena e da palavra, enveredasse pelo caminho social e esteja marcando sua passagem pela inovação, pelo rompimento como conformismo, pela criatividade, sobretudo pelo compromisso de realizar e concretizar mudanças que transformam a face do País e devolvem a esperança a tantos seres humanos, irmãos nossos.

A LBA é hoje a grande agência de desenvolvimento social o Governo brasileiro, com sua atuação voltada diretamente para o apoio às populações carentes, muito numerosas, que sofrem de forma intensa o peso das injustiças sociais. Sua nova política, colocada em prática a partir do Governo José Sarney, abandonou as linhas tradicionais do paternalismo, que a marcou durante várias décadas, e ingressou em novo tempo, ampliando e dando seqüência concreta aos programas antigos e incorporando um elenco de ações modernas, que visam a integrar os pobres em um processo produtivo capaz de leva-los a melhores patamares de existência. Surgiram, assim, programas como "Primeiro a Criança", destinado a reduzir os índices de mortalidade infantil e subnutrição, e o da Microempresa Social, este, transformando milhares de pessoas carentes em pequenos empresários, de acordo com suas habilidades profissionais, através de um critério associativo que repousa principalmente na integração de esforços daqueles que, de forma isolada, pouco ou nada poderiam fazer.

A LBA de agora cobre toda a linha na existência humana, abrangendo desde as crianças recém-nascidas até os idosos, que em muitos casos, são vítimas de descabida marginalização. Nessa trajetória, a Legião Brasileira de Assistência atende, também, a milhares de excepcionais carentes, deficientes físicos e mentais, que, não fosse ela, não poderia ter acesso a programas de reabilitação e integração social.

O crescimento da LBA de 1985 para 1986, pode bem ser avaliado pelos números de atendimentos, que proporcionou. Em 1985, atendeu a 4 milhões de pessoas em 1986 a nada menos que 16 milhões. Para 1987, os esforços de sua direção estão direcionados para que possa crescer significativamente.

Também a partir do Governo José Sarney, a LBA passou a contar com 119 mil voluntários e voluntárias, tomando-se, sem dúvida, o maior movimento comunitário do País e da América Latina. No mesmo período, apesar do seu crescimento, a Legião permaneceu com o mesmo número de servidores, 8 mil. Assim, a sua administração pode aliar ao desempenho alcançado também um enorme avanço no que se refere ao índice de produtividade. Multiplicou por quatro seu atendimento e por quinze seu orçamento, sem qualquer aumento de pessoal.

A LBA hoje, está presente em 3.324 das 4 mil cidades brasileiras. Além dos programas "Primeiro a Criança" e "Microempresa Social", implantou um sistema de bolsas de trabalho para estudantes, ao invés de bolsas de estudo, e os Bancos de Leite Humano, estes, para aproveitar o leite em excesso de muitas mães para os filhos de outras que não possuem leite algum.

O orçamento da entidade, que em 1985 foi de 600 milhões de cruzados (cerca de 30 milhões de dólares), subiu para 4 milhões de cruzados em 1986 (aproximadamente 200 milhões de dólares) e em 1987 saltou para 20 bilhões de cruzados (cerca de 1 bilhão de dólares). Esse processo evolutivo no campo dos recursos financeiros ocorreu em face do desempenho da própria instituição e da credibilidade que passou a inspirar. A LBA não é mais a casa do assistencialismo. É a principal agência de desenvolvimento social do Governo. O assistencialismo ficou condicionado a ser um meio, entre muitos outros, porém não mais um fim em si mesmo, que era a tônica predominante até pouco mais de dois anos atrás.

"Primeiro a Criança" foi um dos programas novos lançados pela atual administração da LBA. Ele reúne a matriz de ação da LBA com o Unicef, ambos voltados para combater a mortalidade infantil, que no Brasil situa-se em torno de 88 por mil crianças nascidas vivas. Isso significa que morrem cerca de mil crianças brasileiras por dia. A causa principal deste alto índice é a desnutrição. A LBA, para enfrentar este desafio, montou um conjunto de ações básicas de saúde, reunindo a complementação alimentar, o incentivo ao aleitamento materno, com o poderoso fator de imunização, estimulação infantil, a vacinação e a reidratação oral, esta nos casos em que as crianças são acometidas de diarréia. Em 1986, esse conjunto de ações abrangeu 5 milhões e 19 mil crianças e mães. A reidratação oral, por exemplo, foi aplicada pela LBA a 135 mil crianças. Mais há outros órgãos públicos que também a aplicam, como é o caso das Secretarias de Saúde estaduais e municipais. O Programa "Primeiro a Criança" está inserido no contexto de atuação da LBA, e sua base principal situa-se na rede de creches – cerca de 25 mil e nas unidades de apoio comunitário através das quais se distribui a complementação alimentar. Essas unidades, hoje, são cerca de 900, em todo o País. O Programa está limitado ao Nordeste e à Baixada Fluminense. Mas este ano vai ser expandido a todas as áreas metropolitanas.

O Programa de Educação para o Trabalho da LBA atendeu, no ano de 1986, a 1 milhão 167 mil pessoas. A idéia da microempresa social vem desse programa. Isso porque o programa, ao ensinar uma profissão a quem não tinha nenhuma, necessitava de uma consequência concreta. Assim, surgiram os grupos de produção, com os seus integrantes, alunos e ex-alunos, participando das vendas, numa escala de 50 por cento. Reunir os grupos de produção e pessoas carentes habilitadas ao exercício profissional em microempresas, proporcionando-lhes as vantagens fiscais e de crédito que a legislação brasileira oferece, era a solução. Elas recebem crédito a juros de 6 por cento ao ano, com seis meses de carência, e têm 24 meses para pagar. Em muitos casos, pagam até mesmo com parte da produção. O Presidente Sarney lançou o Programa em fevereiro de 1986. A meta era instalar 2 milhões e 400 mil microempresas sociais, este ano, o que foi de longe, ultrapassado. Já estão funcionando 5 mil e 18 microempresas sociais, fornecendo emprego e trabalho a 150 mil pessoas carentes, que antes ganhavam muito menos do que ganham. A meta para 1987 é instalar 30 mil microempresas sociais, para proporcionar trabalho a 1 milhão e 500 mil pessoas.

Para este programa, o Presidente Sarney criou um Fundo Rotativo, de 300 milhões de cruzados, junto à Caixa Econômica Federal, que é o segundo banco do País, somente suplantado pelo Banco do Brasil.

O Programa de creches-casulo está inserido no "Primeiro a Criança", e, sem dúvida, é um dos mais importantes da LBA. A entidade opera no País uma rede de cerca de 25 mil unidades, das quais aproximadamente dez por cento próprias, e as demais, através de convênios com entidades particulares e públicas, num regime de parceria que, cada vez mais, a atual administração vem incentivando, sobretudo no sentido de obter maior rendimento de seus recursos, na medida em que utiliza instalações fixas já existentes. Nas creches, as crianças com idade até seis anos recebem quatro refeições diárias, assistência médica, dentária, estimulação, recreação e lazer. Permanecem nelas oito horas por dia. As creches são, na realidade, pontos comunitários da maior importância para o desempenho da LBA. Além disso, estatísticas revelam que atrás de cada duas crianças existe sempre uma mãe de família precisando e querendo trabalhar. Para isso, ela necessita ter onde e com quem deixar seus filhos em segurança. Na rede da LBA, ela encontra esse apoio. De outro lado, ressaltando a importância das creches, outros dados acentuam que o índice médio de reprovação de crianças carentes nas duas primeiras séries do primeiro grau, no Brasil, é de 47 por cento. Mas, em relação às crianças que antes de ingressar no ensino regular estiveram em creches, a taxa é de 20 por cento, menos da metade, portanto. As creches-casulo, assim, são um fator de redução dos custos do ensino público no Brasil. A LBA atendeu a 920 mil crianças em suas creches no ano passado. Neste ano vai atender a 2 milhões e 500 mil.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Programa de Registro Civil e Assistência Judiciária gratuita é um dos mais e mais importantes da LBA. Infelizmente, ainda é muito grande o número de pessoas no País – especialmente crianças – que não tem existência legal, e, assim, sequer possuem uma certidão de nascimento. São rostos anônimos na multidão. Calcula-se que cerca de 7 por cento da população brasileira não tem existência legal. A LBA promove o seu registro em cartórios. No ano passado, por exemplo, realizou o registro de mais de um milhão de pessoas.

Complementação alimentar é um programa fundamental, que se desdobra em três frentes: alimentação às crianças que se encontram na rede de creches; fornecimento de produtos industrializados a crianças, gestantes e nutrizes, através de unidades de apoio comunitário (misturas vitaminadas para sopa-creme e mingau), além da distribuição de leite em pó, tanto o produzido no País como o doado pelo governo dos Estados Unidos, para atender casos urgentes de desnutrição de mães e crianças. Foi iniciada recentemente, na cidade de Salvador, com pleno êxito, a distribuição de alimentos naturais, através de cestas básicas a gestantes, nutrizes e crianças carentes. Cada criança, gestante ou nutriz recebe dois quilos, por mês, de produtos formulados. A LBA atendeu a 1 milhão 172 mil pessoas, em 1986.

A LBA mantém mais de mil convênios com entidades especializadas na reabilitação de crianças e adolescentes excepcionais. Na atual administra-

nistração, passou a atuar também na linha de prevenção, inclusive porque grande número de excepcionalidades mentais decorrem da subnutrição. Realizou, juntamente com a Organização dos Estados Americanos, um simpósio interamericano, o primeiro no gênero, destinado a promover a incorporação de deficientes físicos e mentais no mercado de trabalho. Em 1987, pretende fornecer reabilitação a 330 mil excepcionais.

A LBA, através de seus convênios é ainda o grande sustentáculo das entidades que atendem excepcionais e deficientes carentes. Não fosse ela, a grande maioria dessas entidades já teria desaparecido por falta de recursos.

Na administração Marcos Vilaça, a LBA substituiu a política de asilamento de idosos pela sua integração junto às famílias e comunidades. Foram criados, inclusive nos centros sociais, grupos de convivência. São pontos de encontro de idosos carentes, visando a livrá-los de seu maior problema: a solidão. Trata-se, no fundo, de um programa de integração social e comunitário. A colocação de idosos em asilos é feita somente em último caso, em situações absolutamente indispensáveis. Os idosos participam também de grupos de produção e de microempresas sociais. A tônica da nova política é a de que o idoso, por sua experiência, tem muito a proporcionar à sociedade. Colocar idosos em alguma atividade é prolongar sua vida e também a qualidade dela. A LBA, inclusive, incorporou, a seu programa de idosos, artistas do nível de Henriete Morineau e Clementina de Jesus, provas vivas da importância de idosos na arte e na vida de um país. Incorporou como exemplos a serem seguidos.

O Programa Nacional do Voluntariado tem como Presidente de Honra a Sr. Marly Sarney, Primeira Dama do País, e como Coordenadora Nacional a Sra Maria do Carmo Vilaça. Trata-se de um programa basicamente de envolvimento comunitário, envolvendo tanto os grupos sociais de renda mais alta quanto os de renda menor. O objetivo é incorporar – como vem sendo feito pessoas que possuem algum tempo para dar à LBA. O programa foi crescendo e, no momento, reúne 119 mil voluntárias. É, sem dúvida, o maior programa de mobilização comunitária do País e da própria América Latina, funcionando aproximadamente como o **Peace Corps**, dos Estados Unidos. Os voluntários participam de todos os programas de desenvolvimento social da LBA e constituem um enorme esforço, pois basta dizer que o total de voluntários é praticamente 15 vezes maior que o de servidores da instituição. Não haveria recursos para pagar um número equivalente de funcionários. No exercício de 1986, através do Pronav, foram atendidas 4 milhões 355 mil pessoas carentes. Estão funcionando no País 1.040 núcleos de voluntariados e 5.454 grupos de voluntários. O Pronav é, no fundo, uma rede de serviços voltados para o desenvolvimento social que se vai ampliando a cada momento. Uma de suas metas é fazer com que haja NVS em todos os 4 mil municípios brasileiros. O Pronav é uma afirmação de amor ao trabalho da sociedade brasileira.

O Programa de Bolsas de Trabalho é igualmente novo. Visa a incorporar, nos trabalhos e programas da LBA a participação de estudantes universitários e de nível médio, através de indicação de universidades e escolas. A meta é absorver,

este ano, 5 mil estudantes, sangue novo para a LBA, em regimes de trabalho que variam entre 4, 6 e 8 horas diárias. As universidades e escolas devem destacar os de melhor desempenho. Nas bolsas de trabalho, ao contrário das tradicionais bolsas de estudos, os jovens estudantes não apenas aprendem a trabalhar, mas também transmitem seus conhecimentos, o que abre uma nova perspectiva no processo de integração entre quem recebe e quem fornece a bolsa.

Este programa foi também criado pela atual administração. O Banco de Leite Humano tem como objetivo mobilizar as mães que possuem leite em excesso para o doarem às crianças cujas mães não possuem leite algum. Já existem funcionando no País alguns bancos desse tipo. Este ano, a LBA espera pelo menos colocar um em cada capital e grandes cidades do País. O programa é simples, mas de grande eficácia. A LBA colhe o leite das doadoras e o mantém em sistema de conservação, a frio, para ser distribuído. Esta é a administração Marcos Vilaça. Esta é a nova LBA.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FELIPE MENDES (PDS – PL)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Nação assiste diariamente a atos de violência. A violência chegou também ao meu Estado, o Piauí. Na terça-feira desta semana foi assassinado, com requintes de barbaridade, o jornalista Helder Feitosa, proprietário do jornal "O Estado" e da Rádio Poti, em Teresina. O ilustre jornalista era cearense, radicado no Piauí há dezessete anos, e formou uma geração na imprensa de Teresina, inovou o jornalismo no Piauí. Foi, infelizmente, barbaramente assassinado, com requintes, como disse, de extrema violência. Em meu nome e no da bancada do meu partido levo, desta tribuna, minha solidariedade aos jornalistas que compõem a família do jornal "O Estado" e da Rádio Poti, assim como a toda a classe jornalística do Estado do Piauí, por extensão, pois Helder Feitosa participava ativamente da sociedade do meu Estado. Também endereço essa solidariedade a toda a sociedade do meu Estado e do vizinho Estado do Ceará, ambos integrados pelo trabalho do jornalista Helder Feitosa.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes, a orgia de escândalos que cerca esse período de já dois anos e meio da Nova República está levando a Nação à perplexidade. Nem bem o Ministro da Previdência Social conseguiu explicar, mas não justificar, a compra de 328 imóveis em Brasília por mais de 1 bilhão de cruzados, aparentemente sem concorrência pública, já explodiu outro escândalo envolvendo esse mesmo órgão. Os jornais de hoje anunciam que a Previdência Social, que atende precária e pessimamente seus contribuintes, não proporcionando assistência médico-hospitalar, ambulatorial, laboratorial a que têm direito os seus trabalhadores, acaba de adquirir um imóvel no Rio de Janeiro para instalar a Dataprev, empresa de processamento de dados da Previdência Social, por um valor sete vezes superior ao da cotação no mercado imobiliário. Trata-se de prédio localizado na Rua Professor Álvaro Rodrigues, nº 460, em Botafogo, com treze andares, mais um pavimento para equipamentos e quatro garagens subterrâneas. Esse prédio pertencia, originalmente, à Cli-

nica São Bento e foi adquirido, no dia 25 de dezembro de 1986, quando já havia naufragado o Plano Cruzado e a inflação começava a corroer as minguadas economias do povo brasileiro, por Cr\$ 36.400.000,00. Repito, Sr. Presidente, o valor da transação feita no final de dezembro do ano passado: Cr\$ 36.400.000,00, logo depois, segundo informa o jornal "O Globo", esse mesmo prédio, mais o terreno e o seu respectivo acervo, no dia 28 de janeiro de 1987, foram vendidos pela Sociedade Copar – Administração de Bens e Participações Ltda, à Previdência Social por nada menos de Cr\$ 235.000.000,00. Admitindo-se, Sr. Presidente, que a inflação entre o dia 23 de dezembro, data em que a Copar adquiriu o imóvel da Clínica São Bento, e o dia 28 de janeiro, quando a Previdência formalizou a compra desse prédio à Copar, tenha sido de 200%, ainda assim o preço de compra, no qual foram utilizados recursos do povo brasileiro, estaria muitíssimas vezes acima do valor realmente pago.

Ora, Sr. Presidente, tenho ouvido o Governo anunciar medidas de austeridade, visando a tomar transparente a ação administrativa, a despesas supérfluas, sacrificando muitas vezes o direito de um povo humilhado, espezinhado, desprezado, e depois vem à lume fato como esse.

Isto é muito grave, Sr. Presidente.

Creio que a administração pública não tem o direito de malversar ou usar abusivamente recursos que não são seus, muito menos um ministro que chegou ao poder sem a unção do voto – simplesmente foi nomeado por ser amigo do Presidente José Sarney – e que vem sendo contestado na sua ação administrativa à frente desse órgão.

Na próxima sessão da Assembléia Nacional Constituinte encaminharei requerimento de informações, que espero tenha tramitação regimental e seja respondido pelo Poder Executivo, para que o Ministro Raphael de Almeida Magalhães explique à Casa e à Nação as razões que o levaram a fazer essa escandalosa transação, que o coloca em altíssima suspeição.

Muito obrigado.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS)
– Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, fato como este a que se referiu o Constituinte Amaury Müller me parece extremamente grave, pelos dados e minúcias apresentados pelo jornal "O Globo": 41 dias antes esse prédio foi incluído numa transação por 36,4 milhões; agora, foi vendido à Previdência por 235 milhões. Esse fato nos atinge profundamente, porque o Presidente desta Casa e Vice-Presidente da República, Ulysses Guimarães, indiretamente passa a ter responsabilidade, não pelo ato, mas por participar do poder.

Solicitamos, especialmente como membros do PMDB – antes que ocorram os trâmites tão demorados dos pedidos de informação – ao Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, maiores esclarecimentos a respeito do assunto.

Era essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou apresentando em plenário, emenda que prevê a recomposição dos proventos e pensões, de aposentadorias ao valor real, calculados em salários mínimos, na data de sua concessão.

Essa emenda, cujo teor passo a ler, diz o seguinte:

"Os benefícios de prestação continuada, concedidos até a data de promulgação desta Constituição, serão revistos, a fim de que seja estabelecido o valor real, calculado em salários mínimos que tinha à data de sua concessão, no limite máximo de 20 salários mínimos."

Sobre o conteúdo da emenda é dispensável falar, pois sabemos muito bem que nas últimas décadas a aposentadoria, além de ser inferior ao salário real que o trabalhador recebia quando na ativa, sofreu uma depreciação, promovida por vários governos, o que, além de ser ilegal, é até imoral, porque representa um desvio do dinheiro, que os aposentados deveriam receber, para uma série de obras de prioridade duvidosa. Pois bem, essa emenda foi aprovada na Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente. É o dispositivo que naquele relatório toma o número 32 – art. 32 das disposições transitórias da subcomissão. Depois, essa emenda foi reapresentada na Comissão da Ordem Social, porque o Relator não acatou a sugestão da subcomissão. Novamente, foi aprovada; e agora, outra vez desaparece do relatório do Constituinte Bernardo Cabral, obrigando-nos a reapresentá-la, pela terceira vez. Aliás, essa emenda foi apresentada por constituintes de vários partidos: PDT, PMDB, PDS.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sugerimos aos companheiros dos vários partidos que reapresentem essa emenda como o fizeram na Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e na Comissão da Ordem Social. Vamos batalhar a nível de plenário e da Comissão de Sistematização, para que essa injustiça, essa incorreção em relação aos aposentados seja desfeita pela Constituição, a fim de que seja revista uma situação de desespero e de miséria a que estão submetidos, hoje, os aposentados brasileiros.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aos 83 anos de idade, o banqueiro Amador Aguiar oferece um único e curto conselho a quem quer saber como dar certo na vida: "Acorde cedo e trabalhe; isso serve para uma casa, uma empresa ou um país".

Coerente com sua pregação e inteiramente voltado para o trabalho desde os 16 anos, quando saiu de casa, tornando-se independente, iniciou sua carreira no Banco Noroeste de São Paulo, depois de ter trabalhado no campo da tipografia.

Em 1942, saiu do Noroeste e foi para a Casa Bancária Almeida e Cia. Ltda., onde se tornou Presidente e, um ano depois, mudou o nome da instituição para Banco Brasileiro de Descontos – Bradesco, hoje um verdadeiro império financeiro, com 2.022 agências e 10 milhões de correntistas espalhados por todo o mundo.

O êxito empresarial da organização Bradesco deve-se e muito, ao seu quadro de pessoal, uma imensa família, como gosta de frisar seu fundador, composta de 147 mil funcionários, profundamente integrada na filosofia adotada consubstanciada na "Declaração de Princípios", feita de próprio punho por todos, quando designados para cargos de confiança.

Dentre os benefícios sociais concedidos aos funcionários, podemos destacar atendimento médico, odontológico, ambulatorial e hospitalar, programas de alimentação e plano de suplementação de aposentadoria e pensões.

Trabalhando sem cessar para o engrandecimento de sua organização e do próprio País, Amador Aguiar tem hoje, na ação social da Fundação Bradesco, a sua grande paixão.

Há três décadas atuando na formação educacional e profissional de crianças e jovens carentes, a Fundação Bradesco tem prestado significativa contribuição à melhoria da qualidade de vida da população menos assistida.

Possui uma rede própria de 30 escolas distribuídas por várias regiões do Brasil.

Em 1986, seu atendimento beneficiou 36.250 alunos, nos cursos de pré-escola, 1º e 2º graus e profissionalizantes, fornecendo gratuitamente, além do ensino, material escolar, alimentação, roupas, calçados e assistência médica-odontológica.

A maior parte dos recursos para o atendimento a esse plano educacional procede do Top Club, que dedica à Fundação os recursos obtidos através das vendas de planos de seguros.

A Fundação Bradesco desenvolve ainda, através de sua divisão Pecplan – Planejamento Pecuário e Inseminação Artificial –, importante atividade de incremento à pecuária, com a produção, importação, exportação e distribuição de sêmen bovino de todas as raças. Objetiva com isso o aprimoramento genético do rebanho nacional, colaborando também com o aumento da produção de carne e leite.

Por trás desse conglomerado financeiro e filantrópico, bem-sucedido, sempre esteve a figura austera e reservada de seu fundador – Amador Aguiar – o homem que fez do trabalho a razão de sua existência, transformando-se, assim de simples bancário de origem humilde em um dos mais importantes banqueiros de nossa época, sem nunca se esquecer, porém, dos menos favorecidos. Exemplo, portanto, a ser seguido pela nossa geração de jovens.

O SR. VILSON SOUSA (PMDB – SC).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no momento atual da vida social, política e econômica, a complexidade em todos os setores da atividade humana, como no campo econômico, tecnológico, industrial, agroindustrial, educacional, de comunicações, de saúde, nas relações internacionais e outros, exige uma soma crescente de conhecimentos e informações.

As sociedades atuais são tecnológicas, onde o processo decisório cada vez mais afasta-se de um "centro" para uma pluralidade de "centros" de decisão tendo em vista a especificidade dos assuntos objeto das decisões.

Essa fragmentação do conhecimento determinada pelo avanço do processo tecnológico sub-

verte o conceito tradicional do poder e da ação política.

Se, de um lado, a utilização da técnica visa e melhorar as condições objetivas de vida da humanidade, de outro ela tem-se convertido no instrumento moderno de dominação da sociedade.

O poder político utiliza a técnica para deter o maior número de informações e conhecimento da realidade social e seu funcionamento e, consequentemente, para instrumentalizar sua estratégia de dominação e controle da sociedade.

As empresas utilizam-se da técnica para ampliar seus ganhos, produzindo mais produtos em menos tempo, ao mesmo tempo em que buscam pela técnica apresentar novos produtos para aumentar sua participação nos mercados.

Os avanços tecnológicos produzidos nos organismos de pesquisa privados ou de governos rapidamente são absorvidos pelas grandes corporações para ampliar sua presença nos mercados e seus lucros. Assim, as pesquisas e conquistas na área de saúde e da medicina, se, num primeiro momento, tem como fundamento a busca da cura, imediatamente são absorvidos pelo processo de comercialização.

A ciência não está mais a serviço do homem, de forma neutra, e, sim, utiliza-o como instrumento de consumo no processo econômico, e de súbito no processo político.

Subverte-se o concerto tradicional de economia e os fundamentos da ciência. Não é o homem o centro das atenções e preocupações da atividade política, econômica e tecnológica e, sim, a dominação e o lucro. Vive-se uma sociedade profundamente doente.

Como isso acontece precisa ser pesquisado e analisado.

O poder político sempre esteve a serviço de uma oligarquia, dominada por interesses econômicos, visando à dominação da sociedade como meio de explorá-la em favor desses interesses.

Com o desenvolvimento do conhecimento técnico e sua absorção ou utilização pelas empresas, estes interesses passaram a estar representados diretamente em diversos aparelhos do Estado, sem mais necessitar da intermediação política.

À medida que cresceu a utilização da técnica, aumentou consideravelmente a produção de bens econômicos e, consequentemente, as operações econômicas nas sociedades. Esse crescimento se dá em meio aos postulados de um estado liberal, supostamente ausente e afastado da intervenção e do processo econômico.

No entanto, como em face a esta multiplicidade de atividades e dos novos reclamos o mercado já não se convertia no instrumento ideal para regulação das trocas e de supridor das necessidades econômicas, assiste-se à queda ou à falência do estado liberal no final da década de 20.

Surge Keynes na economia, Weimar no constitucionalismo e Roosevelt na política, que, pregando ideais humanistas, defendem a intervenção crescente do Estado na economia e na sociedade. Em nome do bem-estar coletivo, adiam a revolução e reciclam o capitalismo.

O regime econômico em que vivemos é nitidamente um capitalismo em que o Estado se torna o grande empresário, o capitalista coletivo, permitindo e reforçando, através das alianças do bloco do poder, a dominação econômica pelos grandes monopólios e oligopólios que dominam a humanidade. Nesse regime, utilizando-se da linguagem

freudiana, o bem-estar coletivo é o sentido manifesto do discurso liberal, que encobre o lucro, o poder e a dominação que compõe o seu sentido latente.

Mais do que nunca se torna importante a lembrança do filósofo alemão do século passado de que é necessário ver nas apariências aquilo que se esconde na essência.

Essa pseudoconcreticidade de que fala Karel Kosík encobre, na verdade, toda a trama da dominação, do poder e do lucro que marca a sociedade em que vivemos.

Tal qual a linguagem do sonho, não podemos permitir que o discurso liberal na sua aparente coerência retórica nos encubra o seu traço perverso contido na função de dominação e de exploração de toda a sociedade. Lembro, com Habermas, que já não se trata mais de dominação de uma classe (o proletariado), mas de todo a espécie humana, hoje veiculada e exercida pela ideologia tecnocrática a serviço dos grandes interesses econômicos.

A situação torna-se ainda mais dramática ao se examinar o quadro político e econômico no interior do Estado.

Esta complexidade técnica que transformou o Estado numa grande rede de organismos decisórios em áreas especializadas, contribui para que o processo de decisão em todos os níveis se complemente de forma fragmentada, sem unicidade e sem um comando único. O conjunto de decisões no Estado se dá por uma lógica irracional, aparentemente contraditória, mas que tem como objetivo único reforçar os instrumentos e meios de controle social e a dominação econômica.

E estas decisões processam-se numa linha Infralegislativa no interior dos órgãos do Executivo. A distribuição da renda e do trabalho não depende mais do Legislativo e, sim, dos "decretos" dos economistas do Executivo. Os subsídios e incentivos obedecem ao mesmo princípio. As decisões dos grandes investimentos e a quem eles vão beneficiar pertencem aos técnicos do Governo. As escolas e universidades, como reprodutoras do saber oficial e formadoras da mão-de-obra e de quadros para tecnocracia estatal e privada, são os órgãos de sustentação do sistema.

O processo inflacionário, como instrumento de superação do conflito distributivo e da concentração de rendas, é orquestrado habilmente pelos economistas a serviço do poder.

O favorecimento à formação dos monopólios, oligopólios e cartéis privados, embora proibidos por lei, resulta da ação manifesta dos técnicos nas diversas áreas do Governo.

A transferência de rendas como extração da mais-valia global, em favor dos grupos privados e transnacionais, é executada impunemente através de múltiplos mecanismos e expedientes pela tecnocracia estatal.

Da mesma forma, em que pesem os discursos de intenção de defesa da soberania, são os técnicos do Governo que implementam o processo da transferência de poupança interna para os países centrais, e são estes mesmos tecnocratas que submetem toda a Nação ao jogo pesado da dominação econômica com a abertura do mercado ao capital transnacional.

E por que isso acontece na vigência de um suposto estado democrático, em que um Congresso livremente eleito pela Nação é o órgão

de fiscalização e controle dessa atividade de Governo?

Acontece porque os representantes populares, cooptados dos mais diversos cantos do país, setores de atuação e ramos do conhecimento, em verdade são desprovidos das informações mínimas sobre as diversas áreas de ação do Estado. E assim, na ignorância coletiva, permitem que os técnicos, a serviço dos interesses econômicos, substituam-nos no processo decisório.

O Parlamento por isso vê suas funções legislativas serem esvaziadas. E mais: torna irrevogável o deslocamento do eixo decisório para os diversos órgãos do Executivo, onde hoje estão representados os grandes interesses econômicos privados.

Não é por nada, num país com o grau de complexidade econômica industrial do Brasil, o Parlamento não represente a grande burguesia industrial e, sim, reflete ainda uma sociedade predominantemente rural.

Foi a UDR e não a FIESP a grande estrela e finanziadora das eleições, e são de seus quadros a maior representação na Constituinte. Daí por que não será de estranhar se tivermos uma Constituição atrasada, em defasagem com o país real e predominantemente tuteladora do latifúndio e dos pecuaristas.

Torna-se evidente que o Brasil precisa urgentemente de transformações profundas na sua estrutura econômica, agrário-fundiária e política. Mas não a conseguiremos, enquanto o Congresso não deixar de ser uma grande Câmara de vereadores federais e suas lideranças, provincianas tuteladoras de interesses locais, com a visão que não passa do prato de onde se alimentam.

Muito obrigado.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Estado do Rio de Janeiro, assim como os demais Estados da Federação, deve merecer a atenção dos Poderes Públicos.

Muitas das suas regiões, no entanto, continuam ao desamparo e as suas populações a sofrer, com esse abandono, privações que o mundo moderno não comporta mais.

O saneamento e a saúde pública, a falta de condições mais adequadas de vida e quantos outros fatores não dependem intimamente do desenvolvimento econômico do Estado e do País?

Não queremos pleitear, nesta oportunidade, medidas absurdas ou inviáveis em favor do nosso Estado do Rio de Janeiro. Sugerimos que o Poder Executivo autoriza a instituir um Grupo de Trabalho, junto ao Ministério do Interior, com a finalidade de proceder a um levantamento básico para diagnóstico da situação sócio-econômica do Estado.

O grupo de trabalho teria os seguintes objetivos: preparar os termos de referência para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, especialmente das regiões Norte Nordeste; sugerir medidas de caráter técnico e administrativo necessárias à concretização dos planos de desenvolvimento da área; sugerir outras medidas que possam concorrer para o fortalecimento da economia estadual.

Procuramos, isso sim, com a nossa sugestão, atendendo a clamorosos apelos, chamar a atenção do Governo e criar condições para que ele possa estudar, por intermédio de um grupo de

trabalho, sem aumento de despesas, a situação econômico-financeira do Estado do Rio de Janeiro, diagnosticando-a e sugerindo medidas cabíveis para o seu desenvolvimento.

Este procedimento foi, em época de antanhos, utilizada em relação ao Estado do Espírito Santo, cujos resultados produziram melhores condições para o desenvolvimento do Estado.

Pleiteamos, pois, Sr. Presidente e nobres pares desta Casa, a criação de um grupo de trabalho, para estudar a situação sócio-econômica do território fluminense. A nossa solicitação, convém frisar, é meramente autoritativa.

Muito obrigado.

O SR. SALATIEL CARVALHO (PFL

– PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^os. e Srs. Constituintes, diante do que a Nação presenciou durante a convenção do partido que está no Governo, pode-se perfeitamente concluir que o impossível acontece.

Indo diretamente ao fato, quero me referir, Sr. Presidente, à ostensiva, rebelde e desafiadora posição assumida por ninguém menos que Ministros de Estado do atual Governo, que tiveram a coragem de votar contra a orientação do próprio Governo do qual fazem parte.

Os parlamentares e demais integrantes do partido no Governo não somente votaram contra, mas ofereceram um espetáculo deprimente onde expuseram de forma humilhante a figura do Presidente da República, concentrando nele a fúria da sua rejeição, como se o Presidente fosse o único responsável pela difícil situação por que passa a sociedade brasileira. Como se a realidade presente não fosse consequência do desmantelamento geral do nosso sistema econômico provocado pelo uso eleitoreiro do Cruzado I.

Exatamente por este aspecto é que falta autoridade moral ao PMDB todo para hoje querer pular fora do barco. Onde estavam os radicais e progressistas de hoje na época do Cruzado I. Aplaudindo o Sarney e disputando o Funaro em seus palanques. Impedindo e pressionando para que os ajustamentos inevitáveis ao sucesso do plano fossem feitos antes de 15 de novembro. Conseguiram iludir o povo com a farsa do congelamento de preços, eterno: ganharam de ponta a ponta. Mas aí já era tarde demais, não dava para segurar, e arrebentou o Cruzado II, recebido pelo povo como uma gigantesca traição. Agora, com medo do inevitável ajuste de contas com a opinião pública, querem criar a ilusão das diretas já.

O partido, que tem 16 Ministros no Governo e comanda quase toda a máquina burocrática federal, quer fugir da responsabilidade de ser governo, porque o mesmo não está no auge da popularidade. Sinceramente, Sr. Presidente, é querer passar atestado de indigência mental à opinião pública.

A condução desta parte final da transição democrática exige uma posição firme do Sr. Presidente da República. Ficou demonstrado que, apesar da vantagem numérica, o partido do qual é o Presidente de Honra não lhe confere margem de segurança para votar com tranquilidade uma nova Constituição que seja o coroamento do processo de transição. Se o Presidente contemporiza com Ministros que não lhe seguem a orientação, sua autoridade está posta em jogo. Os Parlamentares que se recusam apoiar o Presidente têm liberdade de acomodar-se nos partidos de oposi-

ção. E os Ministros? Se publicamente mostravam divergir do Governo, dão ao Presidente a oportunidade de exercer sua autoridade, demitindo-os; ou, para serem éticos, deviam imediatamente abandonar os cargos, que no atual regime são da inteira confiança do Presidente da República.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há poucas atividades humanas tão elevadas e nobrecedoras quanto a de ministro de religião. A elevação é ainda maior quando exercida por cinqüenta anos por um mesmo homem e quando este o fez conscientemente e com indiscutível dedicação. Assim é o Rev. Salustiano Pereira César, que no dia vinte e cinco último, festejou o Jubileu de Ouro de sua ordenação no Ministério Evangélico e se expressa da seguinte forma sobre o ofício de Pastor. "Qualquer obreiro que milita no ofício de Ministro do Evangelho, guiando almas, não tem dúvida de que a sua condição de pastor corresponde ao imperativo divino de uma vocação."

Salustiano Pereira Césa, porém, não é somente o Ministro de religião. Ao homenageá-lo no Jubileu de Ouro do seu pastorado, há que ser lembrado o professor de nível médio por mais de cinqüenta anos, o jornalista profissional, o homem de cultura (membro da Academia Evangélica de Letras do Brasil e da Academia Itaboraiense de Letras, Ciências e Artes) e escritor.

É mais do que justo afirmar, como fazem as Sagradas Escrituras: "O que ganha almas sábio é". Além disto, quem ajuda a formação de caracteres puros e nobres serve extraordinariamente bem à Pátria, não somente porque trabalha sacrificialmente e é útil, como porque leva outros cidadãos a servirem mais e melhor ao País.

É necessário lembrar, outrossim, que um tempo moralmente difícil e perigoso como o presente, em que homens se corrompem tão profunda e tão desastradamente; um tempo em que o vício, o crime e a doença atestam o grau destruidor que a incredulidade alcançou entre os homens, tem de testemunhar, também, a existência de pregadores da verdade, do bem, do Evangelho de Cristo e da própria existência de Deus.

O Rev. Salustiano Pereira César exerceu funções pastorais em várias Igrejas Congregacionais, entre as quais as de Nilópolis, Passa Três, São Mateus, Mesquita, Palmeiras, Areia Branca, Sepetiba, Santa Cruz, Pedra de Guaratiba, Piedade e Ramos.

Na sua denominação evangélica, ocupou cargos de destaque no Centro de Escolas Dominicais, no Departamento de Assistência Social, na Junta Geral e nas Juntas Regionais, no Seminário Evangélico Congregacional, no órgão oficial "O Cristão" e foi o fundador do jornal oficial da mocidade "O Exemplo".

O registro da passagem do Jubileu de Ouro da ordenação pastoral de Salustiano Pereira César é, por conseguinte, um ato de esperança, de que ainda há, para os homens e para as nações, a possibilidade de um futuro melhor, mais puro e mais próspero, sob as bênçãos de Deus.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Vai-se passar ao horário de

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Democrata Cristão dirige-se ao Governo para exigir mudança de métodos e de comportamento no trato das questões nacionais e no relacionamento com os diversos setores da Nação.

Os homens do Governo não podem mais, sem sérios e irreversíveis prejuízos para o Governo e a Nação, continuar a anunciar medidas que não possam cumprir nos prazos estabelecidos e muito menos que nunca possam cumprir.

De fato, o Governo da Nova República tem sido, até aqui, um Governo de slogans, de frases feitas, tão bonitas quanto enganadoras e inócuas.

A tão propalada reforma agrária até hoje só existe na propaganda oficial; o salário mínimo continua no plano inferior a quarenta dólares; a dívida externa continua crescendo; os juros continuam os mais altos do mundo; o programa para a micro, pequena e média empresa, não sai do papel; do papel também não sai o programa de financiamento de casa populares, malbaratados os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos trabalhadores e, para não me alongar mais, os famosos trezentos bilhões de cruzados anunciados, como em caixa, para financiar a safra agrícola 87/88, não existem, deixando, nesta altura, quando estamos há pouco mais de um mês para o início do plantio e já passou o tempo de preparação das terras, o agricultor a ver navios.

E esta é a denúncia que a democracia cristã vem fazer hoje à Nação: o custeio da safra agrícola 87/88 necessita de recursos originários de crédito e financiamento, da ordem de um trilhão de cruzados e os trezentos bilhões de cruzados, que o Governo anunciou haver destinado para esse fim, não existem.

A Nação debate-se numa das mais sérias crises de sua História e o único culpado desta terrível situação é o Governo, que é inoperante e enganador.

A Nação não suporta mais as ondas de invasões nos campos e nas cidades, as greves, os protestos violentos das ruas e das prisões desumanas, os repetidos desastres das rodovias descuidadas, o desemprego de milhares de trabalhadores e as legiões de rotos e famintos que perambulam sem rumo pelo País.

O Governo foi inventado para governar, para administrar, não para se omitir diante das questões que lhe cumpre resolver.

A democracia cristã, que prega uma sociedade livre, justa e solidária, chama os homens do Governo às falas e, ao denunciar o caos a que chegou a Nação sob a Nova República, exige deles o cumprimento das promessas e dos compromissos da campanha.

A democracia cristã exige a moralização da administração pública.

A democracia cristã exige trabalho.

A democracia cristã exige responsabilidade. Muito obrigado.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS –

RS. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há poucos dias aprovamos aqui um projeto de lei referente à Previdência Social. Esse projeto foi enviado a esta Casa pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Havíamos, junto com outros parlamentares, apresentado emendas, no sentido de estender os benefícios previstos nesta lei aos aposentados urbanos e rurais, incluindo a mulher camponesa. No entanto, não fomos compreendidos, se bem que, através do próprio projeto de lei, assumiu-se o compromisso de contar com um novo projeto dentro de 120 dias, equiparando os salários dos urbanos e rurais. Mas quero reclamar, desta tribuna, contra o fato que esse projeto prevê uma reposição do salário da ordem de 79 a 84%, devido a uma defasagem que houve nos salários dos aposentados. O que aconteceu?

Muitas pessoas foram até aos bancos para receber esses benefícios, e lá estavam depositados. A Previdência Social fez um esclarecimento, onde referiu que essa reposição apenas valeria para aqueles aposentados que estavam recebendo menos de um salário mínimo, embora a lei não dissesse isso. Com tristeza, quero registrar aqui um veemente protesto, porque a cada dia que passa a Previdência Social dá menos benefícios àqueles que a eles têm direito. No entanto, lemos nos jornais de domingo passado que a Previdência Social tem cem bilhões de cruzados aplicados. Vejam V. Ex.^a que os benefícios são assegurados. Tenho conhecimento de pessoas que têm direito a benefícios de acidente de trabalho que estão sendo assegurados pela Previdência Social há mais de noventa dias. Logo, a Previdência Social tem recursos para aplicar.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não podemos tolerar isso, porque a Previdência Social existe por causa dos recursos provenientes dos seus contribuintes. Por isso, confio em que o Exm^o Sr. Ministro da Previdência tome as providências cabíveis quanto à reposição dos salários defasados dos nossos aposentados.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.: – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, as discussões que se travam em torno do Projeto de Constituição apresentado pela Comissão de Sistematização, como resultado dos trabalhos preliminares das Subcomissões e das Comissões Temáticas, vêm sofrendo duras e severas críticas de setores que talvez não tenham entendido ainda a dinâmica de funcionamento da Assembléa Nacional Constituinte. Coube àquela Comissão, apenas e tão-somente, ordenar e sistematizar as matérias que foram aprovadas, após longos debates, pelas Comissões Temáticas. Não foi incumbida, portanto, de tratar de questões de mérito.

O meu partido não se conforma até agora com o substitutivo imposto anti-regimentalmente na Comissão Temática da Ordem Economia, o qual está muito distante dos anseios e dos direitos

da sociedade brasileira, principalmente na parte que trata de uma suposta reforma agrária que, pelo texto aprovado, jamais acontecerá. O meu partido mantém como questões de fundo a transformação da propriedade rural de função social em obrigação social, e a ela acoplando o instituto da perda sumária para aquele que, detendo a terra, não a utilizar racionalmente. Sustenta, outrossim, a necessidade da limitação da propriedade. Afinal, a lei tem limite e a vida também. Por que, então, num país de oito milhões e meio quilômetros quadrados, com mais de seiscentos milhões de hectares de terras aproveitáveis para a produção de alimentos, onde mais de doze milhões de brasileiros, com vocação e tradição agrícola, não possuem um palmo de terra, não se limitar a propriedade? Como admitir que existam verdadeiros enclaves estrangeiros no coração deste País, propriedades, como é o caso da Madeireira Nacional, com mais de quatro milhões e trezentos mil hectares, pondo em risco a segurança da sociedade, e não a do Estado, e ameaçando a própria soberania do País? Como não se limitar a propriedade? Como não se admitir a imissão automática e imediata da União nas terras desapropriadas por interesse social para fim de reforma agrária?

Portanto, o meu partido não está com o texto que até aqui prevalece, porque esse está muito longe daquilo que a sociedade esperava dos Constituintes, em termos de reforma agrária.

O meu partido não se conforma também com a definição entregista de empresa nacional, que virtualmente escancara as portas já arrombadas pelo capital estrangeiro na economia deste País, a funda penetração e o apetite voraz de empresas multinacionais.

Mas isso tudo, Sr. Presidente, não justifica o que os jornais estão divulgando hoje. Houve avanços na ordem social; foram alcançadas conquistas que vêm sendo objeto de intensas e duras lutas dos trabalhadores, como, por exemplo, a fixação da jornada de trabalho em quarenta horas, o restabelecimento do instituto da estabilidade. Não podemos concordar, agora, que em nome dos erros cometidos por uma maioria eventual na Comissão temática da Ordem Econômica, para citar um exemplo, venha um grupo de constituintes pretender enxugar o texto e oferecer mudanças profundas, adulterando e violentando direitos que foram arduamente conquistados.

Quero me referir ainda, entre outras coisas, Sr. Presidente, à pretensão de um grupo que recebeu esta tarefa não sei de quem – não sei quem a delegou – e, com o pretexto de enxugar os 496 artigos que compõem o projeto aprovado na Comissão de Sistematização, tem a intenção de, entre outras coisas, reduzir os direitos dos militares injustamente punidos pelo regime militar de serem reintegrados em seus direitos. Não posso aceitar isso, Sr. Presidente, como também que se pretenda usurpar outros direitos, como, por exemplo, a aposentadoria da mulher aos 30 anos; a integração da empregada doméstica ao processo de previdência social ou o art. 429, que toma suscetíveis de apreciação judicial os atos praticados pelo chamado comando revolucionário.

Por conseguinte, Sr. Presidente, o PDT não aceita essas mudanças. Queremos aperfeiçoar, modernizar, democratizar o texto constitucional,

e não torná-lo instrumento de perpetuação de odiosos privilégios. Por isso, Sr. Presidente, o PDT não reconhece autoridade nesse ato do denominado grupo de 32 parlamentares, que estaria pretendendo diminuir o texto, mas, na verdade, encurtar e sepultar direitos duramente conquistados.

Vamos à luta, vamos trabalhar para que tenhamos uma reforma agrária legítima, verdadeira, que atenda aos anseios dos 12 milhões de semi-párias que perambulam pelos corredores do latifúndio, pela beira das estadas, em busca de uma pedaço de chão. Vamos tornar a empresa nacional realmente dos brasileiros e não um instrumento do enriquecimento cada vez maior e mais ilegítimo do grande capital internacional que espolia este País e o seu povo.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar registrada a posição de inconformidade do PDT com esta pretensão desairosa até mesmo à própria dignidade da Assembléa Nacional Constituinte.

VI – Apresentação de Proposições

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-las.

Apresentam proposições os Srs:

VILSON SOUZA – Requerimento de informação à Presidência da República sobre variação dos preços medida pelo IBGE nos meses de junho e julho e as implicações das diferenças entre os índices no reajuste dos salários nos próximos meses.

NILSON GIBSON – Requerimento, ao Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, de apuração de denúncia publicada pelo "Jornal do Brasil" referente à falsificação de assinaturas por Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Vai se passar à

VII – ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Nelson Seixas, para discutir o projeto.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Constituintes, faremos uma apreciação sobre o atendimento aos portadores de deficiência física.

Não basta que na Constituição afirmemos direitos, pois é necessária a existência de organismos jurídicos que os façam valer.

Independentemente da formulação do Estado, ele é responsável pelo bem-estar do homem, que tem, inquestionavelmente, direito a uma vida digna.

Afora os direitos fundamentais absolutos do homem (direito à vida, às liberdades físicas e de consciência, inviolabilidade de domicílio e de correspondência) e os direitos relativos (de propriedade, de greve, igualdade jurídica, manifestação de pensamento etc), é preciso assegurar os direitos sociais (à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, ao emprego condigno, ao lazer, ao vestuário, ao transporte), para se evitar que o Brasil, oitava economia do mundo, tenha a maior

concentração de rendas e uma grande faixa de população em estado de miséria e de marginalidade social.

As medidas de superprodução tendem a estigmatizar e separar aqueles que tentam proteger.

Com base no princípio da isonomia do direito deve-se ter uma legislação única, das normas jurídicas, códigos e leis, compatível com as situações próprias e especiais que as condições pessoais e peculiares exigem.

É básico o princípio de igualdade, no conceito de Bastos, e que consiste em "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida em que eles se desigualam".

Ao longo da história da humanidade, o modo como as pessoas deficientes foram tratadas denunciava a cultura dos povos e da época. De maneira geral, poucas vezes foram realmente aceitos na comunidade como parte integrante dela, ficando o problema restrito à família.

Há princípios gerais a serem observados para os dispositivos inseridos na Carta Magna:

- 1) É possível reabilitar a pessoa portadora de deficiência em diferentes graus;
- 2) A reabilitação inicia-se pelo trabalho com os pais e o mais cedo possível.

3) A reabilitação só se justifica pela integração na comunidade;

4) A pessoa portadora de deficiência exige condições de serviços especiais adequados às suas necessidades, conforme o estágio de vida e o nível de comprometimento. (Ivete Maria Stelter)

O anteprojeto, em medidas gerais, já dispensaria dispositivos especiais, tais as referências a direitos, dignidade, não discriminação etc.

Da mesma forma dispensam medidas particulares, diplomas legais da Organização das Nações Unidas, gerais ou específicos, entre os primeiros a Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, e a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, especialmente no seu art. 5º, e, entre os últimos, a Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas, de 1971, e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 1975.

No entanto, precisamos garantir na Constituição pontos incisivos em relação às pessoas portadoras de deficiência, e essa é a melhor designação, pois se nos referirmos somente a deficientes, estaremos nos limitando a uma adjetivação, que pode designar pessoas ou coisas, esquecendo, antes de tudo do ser humano que sobreleva. Mesmo quando dizemos pessoas deficientes, ainda continuamos a enfatizar o lado negativo, sem mostrar o seu potencial, suas capacidades positivas e de realização. Por isso, o melhor será sempre falar em pessoas portadoras de deficiência, em que se minimiza a incapacidade, destacando, sobretudo, a pessoa humana, que está em jogo.

Mas, para evitar dúvidas, gostaria de fazer uma rápida análise da definição, classificação, incidência e etiologia da deficiência.

Na definição, quero me referir primeiro à pessoa excepcional, que comprehende toda aquela que foge do normal, do comum, para cima e para baixo, em qualquer aspecto físico, mental, social e emocional. Assim, de início já teremos que dividir os excepcionais em superdotados e subdotados ou deficientes, exigindo tratamento e particularmente educação especial.

Mas trataremos tão-somente das pessoas portadoras de deficiência, seja ela mental, física, sen-

sorial ou orgânica, que se apresentam nessa ordem de freqüência, num total de 10% (dez por cento) da população brasileira, ou seja, de 14 milhões de patrícios nossos.

Tal colocação faz pensar em indivíduos estranhos, todos iguais, incapazes, confundidos com doentes mentais, ainda no Código Civil referidos como loucos de toda natureza.

Tem sido costumeiro dividir as pessoas portadoras de deficiência em dois grupos, os excepcionais e os deficientes físcos, querendo dizer os retardados e os demais. Há uma certa validade nesta colocação, pois que separa os de inteligência diminuída daqueles com ela conservada. Estes últimos, deficientes motores, orgânicos, surdos e cegos, mercê de sua integridade intelectual, podem dirigir suas entidades, elegerem-se para os nossos legislativos, reivindicarem os seus direitos. Por outro lado, os retardados geralmente não podem falar por si: dependem de pais, professores, técnicos e amigos, que procuram demonstrar suas necessidades.

Não se pode esquecer que a deficiência mental tem graus, e assim os psicólogos a dividem em leve, moderada, severa e profunda. Já os pedagogos têm uma classificação mais objetiva, pois que dá uma idéia da performance e mesmo do prognóstico em relação aos deficientes mentais, dividindo-os em educáveis, treináveis e dependentes, sendo, felizmente, sua freqüência decrescente nesta ordem, ou seja, 83,3%, 13,3% e 3,3%, respectivamente.

A diferença mental é a excepcionalidade mais freqüente, representando 50% dos casos, seguindo-se da física com 20%, a auditiva com 13%, a visual com 7% e a múltipla com 10%.

Sobre ser a mais freqüente, a deficiência mental é a mais cercada de preconceito, de vergonha, de constrangimento. Talvez pela idéia quase generalizada de que provenha de hereditariedade, exteriorizando, pois, uma tara familiar.

Embora ainda falte muito para se conhecer sobre a causa da excepcionalidade em geral e a deficiência mental em particular, à medida que se progride na ciência pesa cada vez menos a hereditariedade, hoje considerada em torno de 15% dos casos.

Dividimos as causas de deficiência em genética, ou seja, antes da fecundação, dependentes da carga cromossômica dos genitores. Uma vez gerado, o novo ser está sujeito, na vida intrauterina, a influências traumáticas, radioativas, químicas, hematológicas (Rh), infecciosas (sífilis, rubéola e toxoplasmose) e nutricionais.

Segue-se um período crítico do feto, qual seja, o parto, ou, mais amplamente, o período perinatal, com a maior influência na estrutura cerebral, que é a oxigenação, que pode ser obstaculizada por contrações violentas, parto demorado, anestesia, asfixia neonatal. Some-se a isso os traumas obstétricos, hoje mais raros pela quase abolição do fórceps.

Após o nascimento, o indivíduo pode tornar-se excepcional por infecção dos órgãos visuais e da audição, bem como do sistema nervoso (meningites, encefalites e poliomielite), além de traumas e sobretudo da desnutrição, pois que com a imaturidade neurológica há uma grande sensibilidade à carência alimentar, principalmente pela falta de proteínas.

Pelo enunciado pode-se verificar que na gênese das deficiências sobrelevam os fatores sociais, ligados à má assistência materno-infantil, à má alimentação, às infecções freqüentemente relacionadas a problemas de habitação e de saneamento básico. Conseqüentemente, são fatores políticos, contornados pelo melhor ordenamento social e econômico.

Em suma, a problemática das pessoas portadoras de deficiência tem seus aspectos específicos, mas no essencial é o reflexo das questões sociais e econômicas que sacodem o País. Há, portanto, uma dimensão política mais ampla, que passa pela reforma agrária e termina na reforma urbana, que começa na política do desenvolvimento econômico e tem de enfrentar a dívida externa sem curvar-se ao FMI.

Feito, este preâmbulo, quero dizer que as entidades que cuidam de pessoas portadoras de deficiência fizeram seu elenco de propostas à Constituinte, preocupando-se em preservar o conteúdo da atual Constituição (ou melhor, da Emenda nº 1/69), e na Emenda Constitucional (12/78) Tales Ramalho, procurando incluir dispositivos de real interesse das pessoas portadoras de deficiência, distribuindo todas as matérias em capítulos próprios, evitando um título único, que seria uma verdadeira segregação legal.

No Projeto de Constituição conseguimos isto. Os dispositivos estão espalhados por vários títulos e capítulos.

O SR. ANTONIO DE JESUS: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. NELSON SEIXAS: – Com muito prazer.

O SR. ANTONIO DE JESUS: – Nobre colega Nelson Selvas, neste momento, V. Ex.^a traz a este plenário assunto de grande importância. Na qualidade de médico e também de pai, Presidente dessa organização que cuida das APAEs, V. Ex.^a focaliza, em momento oportuno, diante deste Plenário, assunto que deve ser evidenciado por todos nós, Constituintes, pois não existe pessoa absolutamente capaz.

Todos somos relativamente capazes ou incapazes.

O SR. NELSON SEIXAS: – Relativamente deficientes.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS: – Observo que V. Ex.^a tece considerações sobre aspectos até mesmo de nutrição, ao chamar a atenção fundamentalmente para a área de saúde, no sentido de que possamos cuidar melhor da criança na pré-escola. A criança precisa ser devidamente assistida a partir do seu nascimento. Os órgãos que cuidam da saúde devem estar devidamente aparelhados, a fim de conseguirmos minimizar esse problema, cujas consequências têm concorrido para colocar grande número de crianças na marginalização e na criminalidade.

É justamente tendo em vista esses fatores que a sociedade deve sensibilizar-se. O importante não é apenas dotar determinado órgão de grandes recursos econômicos, pois muitos, às vezes, podem até se prevalecer daquela posição e se autoproteger. O deficiente precisa ser atendido com presteza. Enquanto isso, vemos aqueles recursos sendo ab-

sorvidos de outras formas e, quando chegam a promover o atendimento ao deficiente, estão bastante reduzidos. Devemos pensar em desburocratizar ao máximo os órgãos, momente aqueles que cuidam do menor deficiente, assistindo-o e promovendo-o. Feliz do menor que tem um pai compreensivo, capaz, econômica, moral e espiritualmente, de assisti-lo. Infeliz daquele que cai num ambiente onde se mistura até mesmo com o menor infrator, de conduta anti-social, que se generaliza num tipo de comportamento que poderá propiciar desencadeamento daquele mal de que já é portador, quando deveria ter o seu ambiente selecionado, formado não somente de técnicos dotados de competência científica, mas sobretudo de amor, compreensão e humildade.

O SR. NELSON SEIXAS: – Muito obrigado pelo aparte, Constituinte Antônio de Jesus.

Realmente, a desnutrição é um fator fundamental. Aliada à falta de estímulo cultural, está gerando uma raça de nanicos, coisa muito séria. Quando eu disse aqui, em pronunciamento, que é problema de segurança nacional, o "Correio Brasiliense" achou o fato inusitado. Não é inusitado, não; é muito sério. Estamos desatentos para a falta de desenvolvimento cerebral causada pela desnutrição durante a gravidez, principalmente nos dois primeiros anos de vida, e sobre a influência que isso tem sobre a nossa raça. Não colocamos tudo num título apenas porque seria uma espécie de segregação legal da pessoa deficiente.

Além disso, procuram as entidades fazer com que os dispositivos relativos às pessoas portadoras de deficiência devam completar-se com leis ordinárias, e não especiais ou complementares; pois que denotariam separação, isolamento, coisa diferente, além de exigir **quorum** muito maior para serem aprovadas, muitas vezes difícil de se obter. Tivemos experiência amarga com a lei especial. A Emenda nº 1, de 1969, no art. 175, § 4º, dizia assim:

"Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência, e sobre a educação de excepcionais."

Em 1987, não veio mensagem alguma do Executivo nesse sentido. Significa que essa lei básica não foi regulamentada durante dezoito anos. Daí a preocupação dos que lidam com pessoas deficientes em fazer com que a lei venha regulamentar essa matéria.

Portanto, deixo aqui minha mensagem de apoio ao oportuno pronunciamento de V. Ex.^a, quando se preocupa também com o atendimento ao deficiente. Por exemplo, quando pensamos em vinculação de recursos, verificamos que 10% dos recursos educacionais, e mesmo de saúde e assistência social, devem ser destinados às pessoas deficientes. Se elas representam 10%, não estamos fazendo favor algum: simplesmente, destinamos-lhes a quantidade devida em termos de percentual.

Ainda ontem eu disse, aqui, da tribuna, que o Governador Newton Cardoso retirou todos os professores das APAE de Minas Gerais que eram comissionados pelo Estado. Tem-se que destinar 10% – repito – às pessoas deficientes. O poder público vai tratar de dar provimento a isso. Por outro lado, não fica muito ao sabor do prestígio – se é o Constituinte Nélson Seixas ou não quem está à frente de uma entidade.

Esse é um aspecto muito importante que gostaríamos de ver incluído na Constituição. Tivemos educação especial gratuita, assistência e tratamento já acolhidos, assim como proibição de discriminação no trabalho e facilidade de acesso a edifícios públicos. Os nobres Constituintes podem verificar que isso já está no projeto. Sobre internação em casos de custódia e tratamento dos abandonados, ainda não verificamos, mas é um problema sério, porque a abandonado precisa ter amparo na idade avançada, ou quando de sua invalidez total. A reserva de mercado de trabalho deve ser de 3%. Em empresas públicas, se não houver essa determinação, ninguém vai procurar a pessoa deficiente e dar-lhe oportunidade de trabalho. Aposentadoria proporcional por tempo de serviço após 20 anos de trabalho também é uma importante reivindicação. Sobre pensão, o problema é, sobretudo, do Estado. Nos países capitalistas mais evoluídos a pessoa deficiente é atendida pelo Estado, às vezes até em exagero. Pedimos apenas uma pensão.

Nobres Constituintes, quem percebe o salário mínimo tem direito a 20% para o filho comum, mas 20% para um filho deficiente profundo é outra coisa. Dá-se 20% àquele que ganha um salário, 15%, dois salários, 10%, três, e 5%, quatro, conforme está no projeto. A pessoa deficiente profunda, incapaz, que tanto pesa sobre a família, acho que deveria receber um salário mínimo.

Ouço, com prazer, o Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Quero assinalar que o tema que V. Ex.^a analisa, com profundo conhecimento e calor humano, que conforma a sua extraordinária personalidade, deve constituir preocupação permanente não só do legislador como da própria sociedade. como médico, no início da sua brilhante intervenção, colocou o dedo na ferida. Realmente, uma criança que nasce de um ventre subnutrido será necessariamente desnutrida, e, se viver, não passará de um ano de idade; mas, se ultrapassar essa fase e continuar num processo de degradação, transformar-se-á num peso morto para a Nação. Ora, a questão não está em criar boas leis. Existem muitas leis que são de profundo conteúdo social, mas que maus governos não cumprem. Lembraria aqui, apenas a título de ilustração, que a Constituição de 1946 consagrou, entre outros avanços, o princípio da participação do empregado no lucro da empresa. Esse dispositivo constitucional jamais foi regulamentado. Nobre Constituinte Nelson Seixas, na medida em que aflora uma discussão mais profunda, sem preconceitos, sobre um tema tão importante, até me orgulho de pertencer ao PDT, partido a que V. Ex.^a está vinculada. Quero dizer-lhe que as questões que estão ligadas intimamente ao deficiente físico, que não pode ser entendido como um ser humano que pretende benesses paternalistas, mas que quer apenas exercitar integralmente seus direitos, envolvem desde logo profundas mudanças econômicas e sociais, como disse, uma reforma agrária capaz de alterar em profundidade uma estrutura fundiária sabidamente desumana e cruel. Um país como o Brasil, produzindo algo em torno de 60 milhões de toneladas de grãos, estufa o peito, quando deveria estar produzindo no mínimo o dobro para alimentar, precariamente, o seu povo,

ou o triplo, o quádruplo, para gerar excesses e criar novas divisas, a fim de alimentar um desenvolvimento harmônico e equilibrado, que contemple todos e cada um dos brasileiros. Encaro, como V. Ex.^a, o deficiente como um ser com iguais direitos, inclusive à felicidade. Ele não pode ser entendido como um pária, um marginal, ou semimarginal. Até me surpreende que o texto aprovado na Comissão de Sistematização, ao tratar dos direitos políticos do cidadão, exclua o deficiente físico da obrigação e do direito de exercer o voto. Acho que não é um favor, até um insulto, uma violência que precisa ser eliminada. Para não mais interromper o discurso de V. Ex.^a, desejo apenas salientar que queria fazer essa intervenção para me congratular com V. Ex.^a por colocar exatamente a questão nos moldes em que deva ser colocada e esperar que as teses que sustenta, em nome do nosso partido, sejam acolhidas, para que tenhamos uma Constituição que seja síntese e reflexo da vontade nacional.

Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. NELSON SEIXAS: – Agradeço o aparte do nobre Constituinte Amaury Müller, interessado na problemática há muito tempo, não só por ser do PDT, mas, sobretudo, como amigo e um dos mais diligentes membros desta Constituinte.

Transcrevemos a seguir as proposições da Federação Nacional das APAEs e do 4º Encontro das Coordenadorias, Conselhos e Entidades Nacionais de pessoas portadoras de deficiência:

Proteção especial da pessoa deficiente.

Art. A Constituição assegura às pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, além dos direitos gerais nela instituídos, os especiais necessários à compensação de sua deficiência, especialmente mediante:

I – educação especial e gratuita em todos os graus;

II – assistência, tratamento médico, habilitação, reabilitação e integração na vida econômica e social do País;

III – proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e direitos decorrentes;

IV – facilidade de acesso a edifícios, logradouros públicos e a transportes coletivos;

V – internação em casas de custódia e tratamento dos deficientes abandonados que, por suas condições ou idade, não puderam reger suas próprias pessoas;

VI – adaptação da legislação comum às peculiaridades das formas de deficiência, para permitir aos seus portadores a plena igualdade perante a lei.

§ 1º A União, os Estados e os Municípios destacarão nunca menos de 8% (oito por cento) das verbas orçamentárias alocadas à educação, à saúde e à assistência social para os programas de educação, saúde, habilitação, reabilitação, amparo e prevenção da deficiência.

§ 2º As empresas com mais de 100 empregados reservarão nunca menos de 3% (três por cento) dos empregos para pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º É concedida aposentadoria proporcional ao dobro do tempo de serviço público ou de emprego à pessoa que se tornar incapaz para

o trabalho, por agravamento de deficiência de que era anteriormente portadora.

§ 4º A União prestará assistência não inferior a um salário mínimo ao responsável por menor portador de deficiência não internado gratuitamente convertida em favor dele se, após a maioridade, for incapacitado para o trabalho.

§ 5º São isentas de tributos, inclusive do pagamento da quota patronal de vida à Previdência Social, as entidades filantrópicas destinadas ao ensino, habilitação, reabilitação, tratamento e custódia de pessoas portadoras de deficiência.

§ 6º A lei especial que adaptar a legislação comum à deficiência consolidará as normas existentes e criará uma fundação nacional de amparo à pessoa deficiente, à qual alocará, entre outros, os recursos previstos no parágrafo primeiro, oriundos da União.

§ 7º A responsabilidade penal das pessoas portadoras de deficiência mental será determinada em função de sua idade mental e não da cronológica.

Incisos e parágrafos poderão ser distribuídos pelos diferentes capítulos a que se referirem. Propostas aprovadas pelos portadores de deficiência encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte:

I – todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas ou por ser portador de deficiência de qualquer ordem. Será punido pela lei toda discriminação atentória aos direitos humanos;

II – garantir e proporcionar a prevenção de doenças ou condições que levem à deficiência;

III – assegurar às pessoas portadoras de deficiência o direito à habilitação e reabilitação com todos os equipamentos necessários;

IV – assegurar às pessoas portadoras de deficiência o direito à educação básica e profissionalizante obrigatória e gratuita, sem limite de idade, desde o nascimento;

V – a União os Estados e os Municípios devem garantir para a educação das pessoas portadoras de deficiência, em seus respectivos orçamentos, o mínimo de 10% do valor que constitucionalmente for destinado à educação;

VI – proibir diferenciação de critérios de admissão, promoção e dispensa, por motivo discriminatório (raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade, idade, estado civil, origem e condição social bem como a diferença de salário à pessoa portadora de deficiência);

VII – conceder dedução no Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas dos gastos com adaptação e aquisição de equipamentos necessários ao exercício profissional de pessoas portadoras de deficiência;

VIII – regulamentar e organizar o trabalho das oficinas abrigadas para pessoas portadoras de deficiência, enquanto não possam integrar-se no mercado de trabalho;

IX – transformar a aposentadoria por invalidez em seguro-reabilitação e permitir à pessoa portadora de deficiência trabalhar em outra função diferente da anterior, ficando garantido este seguro sempre que houver a situação de desemprego;

X – garantir a aposentadoria por tempo de serviço, aos vinte anos de trabalho para as pessoas portadoras de deficiência que tenham uma expectativa de vida reduzida;

XI – garantir o livre acesso a edifícios públicos e particulares, a logradouros e ao transporte coletivo, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e adaptações dos meios de transporte;

XII – garantir ações de esclarecimento junto às instituições de ensino, às empresas e às comunidades quanto à importância de prevenção de doenças ou condições que levem à deficiência;

XIII – garantir o direito à informação e à comunicação, considerando-as adaptações necessárias para as pessoas portadoras de deficiência;

XIV – isentar os impostos às atividades relacionadas ao desenvolvimento de pesquisas, produção, importação e comercialização de material ou equipamento especializado para pessoas portadoras de deficiência.

Muita coisa foi contemplada seguindo nosso apelo de não titulação especial, mas gostaríamos de ainda contar com: 1) vinculação de 10% dos recursos educacionais para a educação especial; 2) reserva de 3% do mercado de trabalho para as pessoas portadoras de deficiência; 3) garantia de tratamento em instituições apropriadas aos incapazes de suprir sua própria subsistência ou de se regerem; 4) estabelecimento de pensão não inferior ao salário mínimo para os inabilitados carentes de recursos; 5) determinação da responsabilidade penal em função da idade mental; 6) criação de uma função nacional de amparo à pessoa deficiente; 7) dedução no Imposto de Renda dos gastos com adaptação e equipamentos; 8) oferecer oficinas abrigadas; 9) instituir o seguro-reabilitação.

Ao final, gostaríamos de contar com dispositivos que tomem o atendimento às pessoas portadoras de deficiências como uma questão de direito, e não de favor e de esmola, como vem acontecendo até o momento, mantendo o que já foi conseguido no Projeto de Constituição e contemplamento ainda o que estamos pleiteando.

Para encerrar, Sr. Presidente, leio, mensagem de um deficiente visual – um cego – que é um exemplo. Ele vai ser o primeiro médico cego do Brasil e o segundo do mundo. Trata-se de Jesuíno Pires de Araújo, que está cursando o quinto ano na Faculdade de Medicina de Santos, São Paulo, que enfrentou uma barreira de discriminação no vestibular e hoje está se dedicando principalmente a tuberculosos. Ele diz:

"Em face da existência em nosso País de milhões de pessoas deficientes, creio ser de fundamental importância que os Constituintes se conscientizem, neste momento, da imensa responsabilidade que repousa sobre seus ombros, a qual deve ser compartilhada por todos os demais cidadãos brasileiros. Fazemos um apelo a todos os Constituintes para que sejam integrados ao texto final da nossa Constituição todos os artigos que beneficiam, direta ou indiretamente, as pessoas deficientes."

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra a Srª Anna Maria Rattes, para discutir o projeto.

A SRA. ANNA MARIA RAPTES (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presi-

dente, Sras. e Srs. Constituintes, os direitos e garantias individuais e coletivos, que nos propomos a discutir nesta sessão da Assembléa Nacional Constituinte devem, em primeiro plano, manter os avanços já conseguidos notado do anteprojeto elaborado nas Subcomissões e Comissões temáticas e sistematizados pelo Deputado Bernardo Cabral. Neste ponto vou descrever a situação de cada um dos capítulos a eles concernentes.

A elaboração de uma Constituição, partindo-se do nada, isto é, sem um documento-base, é uma inovação em termos da concepção de um texto constitucional, no Brasil sem se levar em consideração que até esta fase dos trabalhos o texto deveria ser mesmo prolixo, extenso, e até de certa maneira contraditório, por espelhar os anseios e aspirações populares recolhidos na audiência de centenas de entidades organizadas da sociedade civil e que a Comissão de Sistematização, como é próprio do nome, teria a função de sistematizar e ordenar juridicamente os elementos coletados.

A falta de um "fio filosófico", como definiu o Relator, representa a opinião da população brasileira através de todos os seus segmentos. Se em algumas seções encontramos avanços consideráveis e em outras – como na Ordem Econômica – temos retrocessos, inclusive em relação ao atual texto vigente, é preciso que, de forma conjunta e equilibrada, definamos o que é primordial e o que a sociedade brasileira vai cobrar, implacavelmente, de seus Constituintes.

Há uma tendência de se buscar o consenso, entre os diversos pensamentos aqui representados, através de um texto conciso, sintético, deixando-se o adjetivo para futuras leis ordinárias. É preciso que não percamos de vista, no entanto, que o momento nacional é de profunda transição. É preciso tentarmos um pacto social que recolha as aspirações de todos os segmentos do nosso povo.

A grande aspiração nacional é a plenitude da democracia, do poder emanado do povo, que se mostrou, nesses últimos tempos, extremamente capaz e desejoso de participar de todas as grandes decisões na vida pública do país.

Em relação aos direitos e garantias individuais e coletivos, tema de minha fala, quero lembrar os direitos do indivíduo, da mulher, das minorias – negros, indígenas, deficientes, homossexuais, etc. – dos trabalhadores, da família, do menor e do idoso à saúde e segurança social.

Na capítulo das garantias constitucionais, quero ressaltar a criação do instrumento do **habeas data**, para garantir ao indivíduo que se sentir lesado em seu direito individual e constitucional a prerrogativa de requerer, junto aos órgãos oficiais, todas as informações que o Estado possui sobre sua pessoa. O mandato de injunção, outro valioso mecanismo jurídico, amparará o cidadão sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania do povo e à cidadania.

A mulher brasileira sempre foi discriminada. Desde a edição do Código Civil em 1917, a definição do jurista Clóvis Bevilaqua, do homem como sendo o cérebro da casal, só contribuiu para aumentar essa discriminação. Atualmente somos a maioria da população, e, consequentemente do

eleitorado, apesar de eleitas apenas 26 para a Assembléa Nacional Constituinte.

Muitas vezes, em nome de uma falsa moral ou da propagada defesa da honra, argumento da defesa de muitos homens nos tribunais, que acabam sendo absorvidos, contra a mulher se cometem os mais hediondos crimes. Urge assegurar, no novo texto mecanismos eficientes para punição de qualquer violência ou discriminação contra a mulher.

Extraído dos relatórios das Comissões da Soberania e dos Direitos Individuais e da Ordem Social, na referência às minorias, no presente Projeto de Constituição assegura-se aos indígenas, que se prendem à origem do povo brasileiro, os direitos que lhes foram usurpados no decorrer dos séculos. Aos negros, por exemplo, institui-se o direito às terras herdadas dos quilombolas, descendentes dos quilombos. O simples reconhecimento, até o momento, deste direito, já representa considerável conquista para a comunidade negra brasileira. Entretanto, não é a principal. A discriminação que o negro sofre é ainda massacrante. Não temos um racismo de direito, mas o temos de fato. Não sendo praticado abertamente, não basta só instituir mecanismos de punição. Devemos também, conjuntamente com o Estado, trabalhar para que a população reconheça os negros em sua plenitude: sua cultura e suas crenças, mantendo o respeito à sua individualidade enquanto cidadão, não esquecendo que, nos primórdios de nossa colonização, vieram da África como escravos, e agora, após cem anos da edição da Lei Áurea, seus direitos definitivos ainda não foram reconhecidos pela grande maioria.

Aos silvícolas, donos originários das terras brasileiras – eram entre três e cinco milhões, quando aqui chegaram os descobridores – procura-se, no novo texto, garantir os direitos sobre as terras que hoje ocupam, o usufruto exclusivo das riquezas naturais do solo e do subsolo, das utilidades neles existentes e dos cursos fluviais, ressalvado o direito de navegação, além de sua organização social, seus usos, costumes, línguas, crenças e tradições. As terras por eles ocupadas são bens da União, inalienáveis, imprescritíveis e indisponíveis a qualquer título, vedada outra destinação que não seja a posse e usufruto dos próprios índios. Uma maneira de garantir aos índios total independência em suas reservas – cabendo à União a demarcação – foi a instituição de prévia aprovação, pelo Congresso Nacional, da pesquisa, lavra ou exploração de minérios e o aproveitamento das potências de energia elétrica. Estende, ainda, aos índios, o texto, a permissão da cata, faiçação e garimpagem em suas terras.

Estes preceitos representam um anseio dos silvícolas, e visam, antes de tudo, à manutenção do estado de direito para aqueles que, incapazes de participar politicamente do projeto de construção do País, são os verdadeiros donos destas terras e, por isto, devem ser mantidos em seu espaço real e histórico.

No que tange aos deficientes, ressalvou-se a necessidade de se igualar as oportunidades de acesso aos valores da vida e de se reparar injustiças produzidas por discriminações até hoje não evitadas, não se privilegiando ou prejudicando ninguém em razão de nascimento etnia, raça, cor, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, natureza do trabalho, religião, convicção política

ou filosófica, deficiência física ou mental, ou qualquer outra condição social ou individual. Este conceito se constitui o maior avanço conseguido no capítulo dos direitos e garantias individuais, tendo, inclusive, gerado, no âmbito da Comissão Temática, discussões em todos os níveis, principalmente pela inclusão da expressão "orientação sexual", que as forças conservadoras tentaram, de todas as formas, suprimir do anteprojeto. Procurou-se também, no subtítulo da cidadania, a instituição da igualdade entre homens e mulheres, nos direitos e obrigações, inclusive os de natureza doméstica e familiar. O intuito foi, dessa forma, assegurar o pleno direito a todos, inclusive aos deficientes físicos, tão relegados e esquecidos pela nossa sociedade.

Uma seção destinada a regular os serviços de saúde foi inserida. A saúde passa a ser direito de todos e dever do Estado, mediante a implementação de políticas econômicas e sociais, que visem a eliminação e a redução dos riscos de doenças e o acesso universal, igualitário e gratuito às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da vida humana. Destacamos, ainda, a proibição da exploração direta ou indireta, por parte de empresas e capitais transnacionais, dos serviços de assistência à saúde em nosso País, e a permissão para o setor privado de prestação de serviços de saúde, de forma complementar, mediante condições estabelecidas em contrato de direito público, garantindo preferencialmente as entidades filantrópicas.

Deu-se competência à União, mediante sistema único de saúde, para fiscalizar a produção, comercialização, qualidade e consumo de alimentos, medicamentos e outros produtos de uso humano, utilizados no território nacional, e também o controle da produção e comercialização dos produtos tóxicos, estabelecendo-se princípios básicos para sua utilização adequada. Vedou-se a aplicação de recursos públicos para investimentos em instituições privadas de saúde com fins lucrativos, às práticas e a integridade e dignidade da pessoa humana, além da proibição de comercialização de órgãos e tecidos humanos.

A definição de um plano básico de saúde e um sistema único, se aplicados corretamente, certamente, reverte-se-ão em benefício para nossa população. Na atual Constituição a saúde é restrita a uma pequena definição no art. 8º, item XVII, alínea "c", que dá competência à União para definir as normas gerais "de defesa e proteção", sem entrar no mérito das definições e aplicações de uma política nacional.

Vale fazermos a comparação e a devida avaliação dos diferentes enfoques e espaços. E aqui podemos reafirmar os princípios programáticos do PMDB, nos quais a saúde é obrigação do Governo, devendo ser de fato, pública, financiada pela União, Estados e Municípios, e praticada por um corpo de profissionais efetivamente comprometidos com sua preservação. A cobertura previdenciária deve alcançar a todos, independente de contribuição, inclusive e principalmente às populações mais, até com o fornecimento de medicamentos básicos ou de urgência.

V. Ex.^a tem o aparte, nobre Deputado Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS: – Primeiramente agradeço a V. Ex.^a a atenção ao aparte solicitado

pedindo-lhe desculpas pela interrupção, talvez inopportuna. Assim sendo, congratulo-me com a nobre Deputada pela feliz iniciativa de trazer aqui a sua preocupação em forma de um pronunciamento tão sensato, coerente e oportuno no que diz respeito aos direitos e garantias individuais e coletivas. Sabemos que o regime político, a amplitude das liberdades, bem como o regime da ordem social e econômica fazem parte da vida de um país e devem ser criteriosamente analisados e avaliados para, depois, serem inseridos, corporificados na Constituição. Percebo que V. Ex.^a traz aqui, inclusive, a preocupação de que as minorias possam estar definitivamente compatibilizadas na organização do Estado e na organização social, a fim de que sejam valorizadas e tidas democraticamente na nossa nova Carta, que estamos, demoradamente e com sacrifícios, procurando elaborar. Esperamos que todas as aspirações da sociedade brasileira sejam devidamente conquistadas através de nós, constituintes, pois essa nova Constituição tem sido esperada por tantos, porém desacreditada por alguns.

Sou daqueles que acredita que o Projeto de Constituição já esteja bem melhor do que a atual. E acredito que essa proposta venha realmente satisfazer outras minorias que não eram devidamente contempladas na Constituição, hoje, V. Ex.^a dedica sua atenção ao negro, que deve compor mais de 50% da nossa população, e também aos indígenas, que talvez sejam mais de duzentos mil, ainda, dentro da Nação brasileira, com seus respectivos idiomas. E tudo isso deve ser motivo de preocupação para todos nós. **Parabenizo** V. Ex.^a por trazer a esta Casa um pronunciamento coerente, sensato e justo. Espero que ele seja examinado e bem recebido por todos seus pares com assento nesta Assembléia Nacional Constituinte.

A SR^a ANA MARIA RATTES: – Muito obrigada pela justeza do seu aparte.

Complementando, gostaria apenas que este plenário, hoje, tivesse maior afluência, não para que eu fosse ouvida, mas para que todos se sentissem despertos em sua consciência crítica, no sentido de que o Brasil precisa avançar e de que, neste momento da Constituinte, temos a obrigação de fazer com que esse avanço se concretize, independente de qualquer diferença partidária ou pessoal que cada um de nós possa ter.

A seguridade social está intimamente ligada a uma ordem social fundamentada no primado do trabalho e em busca da justiça, e deve compreender um conjunto de ações que garantam a aplicação dos direitos sociais relativos à saúde, previdência e assistência social. No Projeto de Constituição definiu-se a incumbência do poder público em organizar a seguridade social, mediante as seguintes premissas básicas: universalidade na cobertura; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços para as populações urbanas e rurais; equidade na forma de participação de custeiros; seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços; diversidade de base de financiamento; irredutibilidade no valor real dos benefícios; a criação de um Fundo Nacional de Seguridade Social, com alocação dos recursos

atualmente existentes no Fundo de Garantia do Seguro-Desemprego e o de Garantia do Patrimônio Individual. Um dos pontos de maior controvérsia no capítulo "Da Seguridade Social" é a estatização de instituições como o Sesi, Senai, o Sesc e Senac, que têm contribuído substancialmente no aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional e no oferecimento à nossa população de atividades esportivas e culturais, além do lazer, tanto para comerciários como para industriários. A estatização dessas instituições que operam no País há quase meio século, e vivem com contribuições da classe patronal, está causando divisões nos segmentos sociais que delas desfrutam, e já temos recebido, de diversos comerciários do Estado do Rio de Janeiro, apelos pela manutenção da atual estrutura dessas entidades.

Não quero, aqui, desprezar a necessidade da instituição do Fundo Nacional de Seguridade Social, que será composto por contribuições compulsórias de toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante as contribuições sociais. Mas devemos, conjuntamente, procurar novas definições para que as entidades empresariais de ensino profissionalizante sejam mantidas, dispensadas as contribuições dessas entidades na formação do Fundo Nacional de Seguridade Social.

A família, o menor e o idoso e suas questões específicas, no texto do anteprojeto foram abordados de forma a reparar algumas distorções que se encontravam conflitantes entre a atual Constituição e a legislação ordinária vigente. E aí está o dispositivo que garante a proteção do Estado à família constituída pela união estável entre o homem e a mulher, cabendo à Lei facilitar sua conversão em casamento. Outro avanço verificado nesse sentido é o de que a lei não limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal. Em nosso entendimento, inclusive a separação judicial deve acontecer, desde que as partes acordem, sem limites de tempo.

Aos idosos garantiu-se o amparo mediante políticas e programas que assegurem sua participação na comunidade, defendam sua saúde e bem-estar, preferencialmente em seus próprios domicílios, e vedou-se qualquer tipo de discriminação.

Prevê ainda o texto a desobrigação do pagamento das tarifas de transportes urbanos aos cidadãos brasileiros com idade acima dos 65 anos, dispositivo já existente em lei ordinária – não respeitada.

Entendemos que não só a aplicação desses dispositivos venha a atender aos idosos de forma conveniente. Mas também, muito principalmente, a criação de condições às famílias brasileiras, para que essa situação de abandono dos idosos fosse aplaudida, com a manutenção dos avanços da seguridade social.

Cabe ao Estado e à sociedade, em geral, protegerem o menor, preservando-lhe os direitos à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à habitação, à profissionalização, à convivência familiar e comunitária, à assistência social – independente ou não de seus pais contribuírem para o sistema previdenciário – e à assistência especial, caso estejam em situação irregular, sem prejuízo civil ou penal dos pais ou responsáveis. Estabeleceu-se ainda o estímulo, para o menor de dez a quatorze anos, na preparação para o trabalho em instituições especializadas, sendo assegurado o limite de 3 horas/dia.

Quero aqui lembrar, Sr. Presidente, os versos de Chico Buarque: "No sinal fechado, ele vende chiclete, capricha na flanela e se chama "Pelé", em sua composição "Pivete". O problema do menor abandonado em nosso País é, certamente, fonte de uma das mais graves tensões sociais que temos de enfrentar. Dos 63 milhões de menores brasileiros, considerada a faixa etária de zero a dezenove anos, que perfazem 47% da população brasileira, 36 milhões são considerados carentes e 7 milhões vivem no mais completo abandono. Das quase 4 milhões de crianças que nascem anualmente no Brasil, cerca de 500 mil morrem antes de completar um ano de vida, principalmente no Nordeste.

Para resolver esse grave problema sócio-econômico, o enfoque tem que sair do menor e se deter em suas famílias, criando condições para que saiam da mais negra miséria e possam ter condições de vida digna, aliado este esforço à criação de programas sociais de atendimento ao menor em si. Só assim esse grave problema tenderia a diminuir gradativamente, até a sua completa erradicação. Entendo que a origem básica dessa convulsão social é o sistema voltado para o lucro como motivação central e que se reproduz às custas da miséria e da marginalização da maioria. Sem a remoção desta raiz, a árvore que produz o esmagamento dos menores continuará frondosa. Mesmo assim, acredito que não podemos ficar de braços cruzados, assistindo ao progressivo genocídio daqueles que são o futuro da nossa Nação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a última parte de nossa discussão sobre o Anteprojeto de Constituição refere-se aos direitos dos trabalhadores, direitos esses atacados por todas as frentes. Se, de um lado, temos o empresariado revoltado com alguns avanços sociais, de outro, temos muitos trabalhadores que não acreditam na aprovação dos seus direitos inscritos, até o momento, no Título II, Capítulo II – Dos Direitos Sociais. Nos artigos que compõem esse Capítulo – 13, 14, 15 e 16 –, estão a estabilidade no emprego; o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; fundo de garantia de patrimônio individual; salário mínimo que garanta a preservação das necessidades básicas do trabalhador e de sua família; reajustes de salários, remunerações, vencimentos, proventos e pensões, de modo a preservar o poder aquisitivo sem prejuízo de sua elevação real; irredutibilidade de salários ou vencimentos; gratificação natalina; salário de trabalho noturno pelo menos superior em 50% ao diurno; proibição de diferença salarial ou vencimentos nos critérios de admissão, dispensa e promoção; salário-família; participação nos lucros, a ser definida em negociação coletiva; proporção mínima de nove décimos de empregados brasileiros nas empresas e seus estabelecimentos; duração de trabalho não superior a quarenta horas semanais; repouso semanal remunerado; proibição de serviço extraordinário, exceto em casos de emergência, com remuneração em dobro; licença remunerada à gestante, antes e depois do parto, pelo período de cento e vinte dias; saúde e segurança no trabalho; proibição de trabalho em atividades insalubres ou perigosas, salvo lei ou convenção coletiva, e, desde que garanta controles que visem à eliminação de riscos, promova a redução da jornada de trabalho e um adicional de remune-

ração incidente sobre o salário contratual; recusa ao trabalho em ambiente sem controle adequado de riscos: proibição de trabalho noturno e insalubre aos menores de 18 anos; reconhecimento das convenções coletivas de trabalho; proibição das atividades de intermediação remunerada da mão-de-obra permanente, temporária ou sazonal, ainda que mediante locação; aposentadoria ao trabalhador rural, garantida a redução na forma da lei; garantia de assistência social, pelo empregador, aos filhos e dependentes do empregado até seis anos de idade em creches e pré-escolas, nas empresas privadas e órgãos públicos; jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; garantia de emprego aos trabalhadores acidentados em trabalho ou portadores de doenças profissionais a serem definidas em lei, sem prejuízo da remuneração percebida; seguro contra acidentes do trabalho; participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação, que não prejudicarão seus direitos adquiridos.

Ao trabalhador doméstico ficam assegurados os direitos, entre outros, de salário mínimo justo, irredutibilidade de salário ou vencimentos; gratificação natalina; salário-família; repouso semanal remunerado; gozo de 30 dias de férias anuais, com remuneração em dobro; aposentadoria aos 35 anos de serviço; garantia de emprego aos acidentados no trabalho; integração à Previdência; e aviso prévio em caso de dispensa.

Estas premissas que conseguimos, a muito custo, aprovar na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias Individuais do Homem e da Mulher e na Comissão da Ordem Social, representam os custos que o capitalismo brasileiro deve ter, em contrapartida ao seu desenvolvimento: os direitos sociais de seus trabalhadores. Não se constrói uma sociedade justa e igualitária forjada na discriminação de direitos, onde apenas as camadas menos favorecidas têm deveres, e, as mais abastadas, os direitos.

Procuremos, então, Sr. Presidentes, Srs. Constituintes, à risca do que já temos nos direitos dos trabalhadores, ampliar este leque de proposições, de forma a atenuar nossa realidade sócio-econômica e de minimizar as deficiências de nossa população.

Estamos cansados de assistir à divulgação, nos grandes jornais do País, dos balancetes de grandes conglomerados nacionais, apresentando lucros fabulosos, que não traduzem a realidade econômica do nosso povo. Os trabalhadores devem ser gratificados à altura do trabalho que realizam em prol do desenvolvimento. Apenas com a aplicação de uma verdadeira justiça é que conseguiremos equilibrar nossa balança social.

Deixo aqui um apelo ao empresariado, que vê neste capítulo do Anteprojeto um caminho ambíguo entre um regime econômico capitalista e uma sociedade socialista. Seriam incompatíveis? Se estamos avançando nos direitos dos trabalhadores e o capitalismo arcando com este desenvolvimento, estamos apenas fazendo justiça social. Um exemplo: o Japão, uma das maiores economias capitalista do mundo, onde não existem dívidas nem externa nem interna, onde se importa cerca de 60% do consumo de alimentos, apesar de ser o maior exportador de produtos manufaturados do mundo. Sabemos que lá os grandes complexos industriais fazem questão que seus

empregados, uma vez admitidos, permaneçam até à aposentadoria, muitos deles passando, com o tempo, de operários especializados a executivos. Por que isso acontece no Japão? Em decorrência do grande avanço tecnológico e de grupos concorrentes. Na indústria eletroeletrônica, o empregado acaba ganhando estabilidade que atende aos anseios das classes de empregados e de empregadores.

Sabemos que há pontos conflitantes no Anteprojeto de Constituição, e a ciência política deve buscar, na negociação, a estruturação da nova Carta Magna brasileira. Esta é uma área em que vamos trabalhar, mas sem abrir mão de nossas posições programáticas, a manutenção de nosso programa partidário, a defesa de nossa palavra empenhada nas praças públicas, nas associações de moradores, junto ao povo. Afinal, foi assim que chegamos a esta Casa, pois o povo acreditou em nós e no programa do PMDB que levamos aos palanques. E, principalmente, acreditou num compromisso assumido com a Nação e com cada eleitor, individualmente, de honrar a palavra dada e a vontade de me fazer instrumento de concretização dos anseios e aspirações de cada qual.

Depois de 20 anos lutando para mudar o regime militar instalado em 31 de março de 1964, a luta continua por um texto constitucional mais justo e fraterno.

E a luta continua pelo fim da transição democrática, que só se concretizará, após a promulgação da nova Carta com eleições diretas e livres em 1988.

Estes são só compromissos que tenho que levar adiante, em nome da minha coerência e da minha consciência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Convoco Sessão Extraordinária da Assembléa Nacional Constituinte para sábado e domingo próximos, às 9 (nove) horas, destinadas à seguinte Ordem do Dia: "Continuação da discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição".

O SR. AGASSIZ ALMEIDA: – Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal com base no art. 55, item VII, da Resolução nº 2/87.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Antônio de Jesus, para discutir o projeto.

O SR. ANTONIO DE JESUS (PMDB)

– GO. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na busca do atendimento aos anseios da maioria da população e atendendo aos compromissos assumidos na campanha eleitoral, dentro de uma linha de coerência originada nas nossas convicções mais profundas, oferecemos a esta nobre Assembléa Constituinte uma série de sugestões, tendo como objetivo primeiro e permanente a defesa e preservação do bem-estar social, sem o qual perecem todas as nações.

Côncios estivemos, porém, das dificuldades enfrentadas durante o período de análise e avalia-

ção das numerosíssimas propostas apresentadas às diversas subcomissões, bem como, em fase posterior, à Comissão de Sistematização, mormente diante da exigüidade do tempo reservado a tal tarefa.

Assim, não tivemos a satisfação de ter aprovadas as nossas propostas. Não obstante, considerando a relevância e oportunidade de todas elas, bem como seus benéficos efeitos sobre toda a sociedade, tornamo a apresentá-las, desta vez, ao Plenário, sob a forma de emenda ao Projeto da Comissão de Sistematização.

Um dos motivos de nossa preocupação diz respeito ao art. 416, da Comissão de Sistematização, o qual, em seu § 6º, determina que "a lei não limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal".

A tal diretriz contrapomos emenda estabelecendo exatamente o contrário, ou seja: "a lei limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal".

Ao justificarmos esse posicionamento, procuramos deixar clara a importância de se preservar e fortalecer a família como instituição e célula-base da estrutura social. Citamos exemplos fornecidos pela própria História da humanidade, quando impérios e regimes, tidos como indestrutíveis e eternos, foram levados à derrocada em consequência da decadência moral e da dissolução dos costumes. Lembramos, ainda, o problema dos filhos desses casamentos, que arcariam com o peso do desajuste psicológico e da insegurança ante a multiplicidade de pais e mães, que fatalmente os terminaria levando aos tortuosos caminhos da marginalidade, da violência e das drogas.

Um texto legal que propicie o cidadão um número ilimitado de dissoluções conjugais estará somente contribuindo para a total desintegração e pulverização dos valores sociais e, em última instância, da própria sociedade. Cirande, pois, é a nossa responsabilidade no momento de decidir, com as nossas consciências, sobre tão delicada matéria. A nós, como legisladores, cabe preservar valores, jamais destrui-los. Por isso, conclamo os Srs. e Sras Constituintes à reflexão, encarecendo a todos deixarem prevalecer o bom senso, tendo em mente a nossa responsabilidade sobre o presente e o futuro da sociedade brasileira.

Um outro tema correlato diz respeito ao art 12, que, em seu item IV, letra "e", nº 3, estabelece:

"Art 12.....
IV –.....
e).....

3 – é vedada a supressão, ainda que parcial, de espetáculo ou programa, ressalvados os de incitamento à violência e discriminação de qualquer natureza."

Cremos oportuno lembrar que, da mesma forma que os programas de incitamento à violência estimulam a violação da integridade física do cidadão, os de incitamento à degradação moral também ferem a personalidade humana, impulsionando, ainda que por vezes de forma imperceptível, o ser humano a assumir comportamentos estereotipados em princípios completamente distorcidos, levando a uma conduta prejudicial a si mesmo e aos demais.

Sendo o Estado um dos responsáveis pela manutenção da integridade do indivíduo, nada mais

justo do que outorgar-lhe a competência de zelar pelo bem-estar físico e moral da sociedade.

Em vista disso, achamos por bem propor a alteração do nº 3 do referido art, que passaria a estabelecer:

"Art. 12.....
IV –.....
e).....
3) – é vedada a supressão, ainda que parcial, de espetáculo ou programa, ressalvados os de incitamento à violência, à degradação moral e defesa de discriminações de qualquer natureza."

Temos certeza de, assim agindo, estar contribuindo para melhor resguardar os interesses da sociedade, já tão conturbada pela desenfreada violência que grassa em nosso País.

Ainda dentro do plano social, não nos descuramos do problema do menor, propondo acrescentar-se ao art. 419 o § 3º, com a seguinte redação.

"Art. 419.....
§ 3º O Estado destinará maior apoio às entidades filantrópicas que se dedicam ao amparo e promoção do menor carente."

Podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que a questão do menor carente se destaca como um dos mais sérios e graves problemas sociais do País. Tal situação projeta os mais sombrios reflexos sobre o futuro da nossa Nação: temos milhares de crianças abandonadas, a perambular pelas ruas, trafegando pelos escuros desvãos da criminalidade e da prostituição, que amanhã se transformarão em perigosos bandidos, constituindo séria ameaça à segurança e tranqüilidade da população.

Torna-se, premente, portanto, a necessidade do estabelecimento de ação efetiva por parte tanto do Governo quanto da sociedade, no sentido da erradicação desse problema. O dispositivo por nós sugerido objetiva justamente dotar associações e entidades filantrópicas que atuam no setor com recursos suficientes para que possam fazer face à questão, recolhendo, educando e orientando esses menores, com vistas a torná-los elementos úteis e produtivos, desviando-os dos tortuosos caminhos da marginalidade.

Quando, porém, esse mesmo menor já se tornou infrator, mister se faz dedicar-lhe cuidados especiais, tentando-se, a todo o custo, evitar que recaia no erro.

Nesse sentido, procuramos alterar o § 1º do art. 419, do Projeto de Constituição que reza:

"Art. 419.....
§ 1º A lei regulará os casos de internamento do menor infrator, garantindo-lhe ampla defesa"

A nova redação por nós proposta acrescenta o referido parágrafo, que, além de a lei garantir ao menor infrator ampla defesa, oferecer-lhe-á "as condições para a sua reintegração na família e na sociedade".

Julgamos insuficiente apenas propiciar ao menor de conduta anti-social ou irregular os amplos direitos de defesa propostos no dispositivo em tela. Absolvido, ele pode voltar às ruas e reincidir no crime. Há de se considerar também a necessidade de oferecer-lhe atendimento psicológico

capaz de modificar sua escala de valores, corrigindo seus desvios de conduta, reeduca-o para que possa se reintegrar ao seio da família e da sociedade.

Ademais, vale considerar as terríveis condições de internamento do menor infrator, amplamente divulgadas pela imprensa, e que somente podem contribuir para torná-lo ainda mais revoltado. Sabe-se, perfeitamente, que algumas instituições correacionais, longe de exercer a função para a qual foram criadas, amontoam os menores em total promiscuidade, aplicam-lhe brutais castigos físicos, incitando-os à violência, verdadeiras escolas de crime.

Tal **status quo** exige profundas alterações. É obrigação do Estado zelar não só pela integridade física desses menores sob sua custódia, como igualmente propiciar-lhes todas as condições para a sua recuperação, no sentido de transformá-los em seres ajustados a um meio social saudável, oferecendo-lhes assistência material e igualmente assistência espiritual e psicológica.

Ouço, com prazer, o nobre Constituinte Antônio Gaspar.

O SR. ANTÔNIO GASPAR: – Quero, inicialmente, congratular-me com V. Ex.^a pela preocupação com a organização da sociedade brasileira a partir da família. Concordo em que a família deva ser a célula social. Todavia a união de duas pessoas é uma decisão delas e por nenhum outro motivo que não seja a vontade de ambas, essa união deve ser mantida. Portanto, peço a permissão de V. Ex.^a para não concordar com a limitação das dissoluções, porque só poderemos ter uma boa família se o casal estiver de acordo com a união. Com referência aos menores, a sua reintegração na família é algo muito relativo, porque há milhões de menores que nem sabem de quem são filhos. Desta forma, não conhecem a família. Sabemos que isso não é fruto das dissoluções, mas, sim, da estrutura econômica brasileira, que tem levado nosso povo ao empobrecimento cada vez maior. Ninguém pode resistir, morando nas favelas que conhecemos, ganhando um salário de fome, como hoje se ganha, e não tendo também emprego. Portanto, entendo que o Estado, para minorar o sofrimento dos nossos menores, futuro deste País, tem de pensar simplesmente em redistribuir sua riqueza e em fazer justiça, para que todos tenham direito à saúde, à educação, bem como oportunidade de trabalho e de resgatar sua dignidade, aviltada pelo capitalismo selvagem que todos conhecemos.

O SR ANTÔNIO DE JESUS: – Muito obrigado, a V. Ex.^a, nobre Constituinte Antônio Gaspar.

Sei que a Constituição ora proposta não deve servir de estímulo áquilo que vem, realmente, desintegrar essa instituição de origem divina – a família. Porém, ela deverá ter o maior cuidado para resolver problemas, sem, contudo, criar outros ainda maiores.

A aprovação da medida por nós proposta visa a corrigir as atuais deficiências do sistema, recuperando essas infelizes crianças para uma vida digna e decente.

Ainda no título "Da Ordem Social", igualmente mereceu nosso cuidado o capítulo que trata da saúde. Grande é a nossa preocupação com a crescente curva do consumo de medicamentos, cujos efeitos colaterais podem provocar danos irreversíveis à saúde, bem como com as nocivas

consequências do abuso do consumo do álcool e do excesso de fumo. Assim, propomos que em lei ordinária seja regulamentada toda a matéria relativa à especificação dos medicamentos danosos à saúde, ao teor e quantidade de álcool prejudiciais ao organismo e às meléficas consequências do tabagismo, através de campanhas esclarecedoras e informativas como as que vêm sendo empreendidas pelo Ministro da Saúde em sua luta contra o fumo e, em última análise, contra o câncer.

Assim, estamos propondo a inserção do § 2º ao art. 347, nos seguintes termos:

"Art 347.....
§ 1º.....

§ 2º A lei assegurará ampla informação sobre os perigos do uso inadequado de medicamentos, bem como divulgará os danos causados à saúde pelo excesso de fumo e de bebida alcoólica."

Dentro do mesmo setor, procuramos reforçar os cuidados com a saúde no que tange ao tabagismo e consumo de bebidas alcoólicas. Como a Comissão de Sistematização excluiu da Seção da Saúde qualquer referência aos arts. 8º e 49 da Subcomissão VIII-C e da Comissão VII, respectivamente, e considerando a importância da implantação das medidas nelas contidas, achamos por bem reapresentar o assunto, sob a forma de emenda aditiva ao art. 349, que passaria a conter mais um item, ou seja:

"Art 347.....
IX – promover campanhas de esclarecimento sobre os malefícios do tabagismo e do abuso na ingestão de bebidas alcoólicas."

Não seria demais insistir sobre os notórios danos de ambos esses vícios sobre o organismo humano. Órgãos de pesquisa, no Brasil e no exterior, cientistas, entidades de renome, como a OMS e outras, têm insistido sobre a premente necessidade de se alertar a opinião pública sobre os funestos e irreversíveis prejuízos a que estão expostos os consumidores do fumo e do álcool, que podem terminar levando-os à morte. Portanto, mister se faz que tal proposta passe a constar definitivamente da nova Carta Magna.

Por outro lado, propomos também a alteração do item IV do mesmo art. 347, para que o mesmo passe a ter a seguinte redação:

"Art. 347.....
I –.....
II.....
III.....

IV – fiscalizara produção, comercialização, qualidade e consumo de alimentos, medicamentos e outros produtos de uso humano utilizados no território nacional, vedada a divulgação daqueles declarados nocivos, nos termos da lei."

A Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente aprovara, em seu anteprojeto, a proibição de propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento, tabaco e bebidas alcoólicas. Ao receber o documento, a Comissão da Ordem Social não só manteve o texto em tela, como ainda tornou a proibição mais abrangente, nela incluindo os agrotóxicos.

A manutenção e ampliação do número e espécies de produtos aos quais seria vedada a propaganda comercial denotou o cuidado dos membros da referida Comissão em preservar a já tão precária saúde da nossa população. Inegável e notória é a inexistência de condições tanto da parte do Ministério da Saúde, através de seus órgãos, quanto das Secretarias de Saúde ou da Previdência Social, em prestar eficaz e pronto atendimento a quantos procurem seus serviços. Assim, foi reconhecida a necessidade de minimizar os efeitos danosos do consumo e comercialização de medicamentos sem prescrição médica, além dos já comentados efeitos do abuso do fumo e do álcool.

Ocorre, nobres Constituintes, que política alguma de saúde será completa, caso não seja acompanhada de divulgação dos riscos oferecidos por certos produtos colocados à disposição do povo, mormente quando se enfrentam as formas altamente sofisticadas de propaganda, feitas através dos meios de comunicação.

No sentido de manter a intenção do legislador, na primeira e segunda fases desta Constituinte, insistimos em que sejam inseridas as proibições em apreço na Seção "Da Saúde" da Constituição.

Ainda com referência ao art. 347, propomos substituir seu item VII, que passaria a ter a seguinte redação: "controlar a qualidade do meio ambiente, no trabalho realizado nos meios urbano e rural.

Tal proposta constava tanto do texto apresentado pela Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, quanto no produzido pela Comissão da Ordem Social, onde foi mantido e acrescido de termos que o tornaram mais adequado à intenção do legislador. Inexplicavelmente, a Comissão de Sistematização reduziu o item em tela, explicitando apenas a exigência do controle de "qualidade do meio ambiente, inclusive o do trabalho". Da forma como proposto, tal controle torna-se vago e inespecífico, motivo pelo qual procuramos deixá-lo claro e preciso através da nova redação.

Finalmente, Sr^{as} e Srs. Constituintes tencionamos fazer suprimir certas expressões contidas no § 2º do art. 353, também na Seção "Da Saúde". Estabelece o referido parágrafo que "os recursos internos ou externos, de entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, destinados a financiamentos de programas de pesquisa ou assistência, na área de planejamento familiar, só poderão ser utilizados após autorização do órgão máximo do Sistema Único de Saúde".

Nossa emenda suprime os termos que colidem com a intenção do legislador, nos termos do estipulado no § 4º do art. 349, o qual proíbe empresa e capital estrangeiro de "explorar" serviços de assistência à saúde.

Passando agora ao Capítulo "Dos Direitos Sociais", estamos propondo a substituição do termo "saúde", do inciso XX do art. 13, e o acréscimo da expressão "higiene", adequando o texto para "Segurança e Higiene do Trabalho".

É nosso julgamento que, por já estar o termo "saúde" explícito no art. 343, na Seção I, que determina: "A saúde é direito de todos e dever do Estado", sua repetição, nesse caso, seria mera redundância, uma vez que o direito de todos inclui, obviamente, a classe trabalhadora.

Ademais, seria válido salientar que no ambiente do trabalho é preciso muito mais que a saúde. A segurança e higiene do trabalho, da forma como está na Constituição vigente, é muito mais abrangente, completa, evoluída, dinâmica, além de garantir ao trabalhador a redução dos riscos de acidentes e doenças do trabalho. A permanecer como estabelecido no Projeto da Comissão de Sistematização, será o trabalhador prejudicado em seus direitos, já que a nova redação significa nada mais que um retrocesso desses direitos.

Uma outra matéria digna de reparos é a contida no art 408, item IX, onde se lê: "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino".

Considerando a importância da chamada "pedagogia mesológica" nos países de maior desenvolvimento, definida como a ciência da educação para a proteção do meio ambiente e considerada indispensável meio de conscientização ou sensibilização de todas as pessoas, tornando-as mais responsáveis no que se refere às questões de ordem ambiental, evidencia-se a conveniência de se estabelecer a obrigatoriedade da inclusão dessa disciplina nos currículos de todos os níveis de ensino.

Nossa proposta visa, pois, corrigir tal falha, através da seguinte redação para o item IX do art. 408:

"Art. 408.....
IX – estabelecer a educação ambiental como disciplina obrigatória nas escolas oficiais e particulares, em todos os níveis de ensino."

Também estamos sugerindo que se acrescente à Constituição um último artigo, nos seguintes termos:

Art. 497. Fica estabelecida a obrigatoriedade do ensino de Direito Constitucional, em todas as escolas de grau médio e superior.".

Parte este cuidado do evidente desconhecimento, pela grande maioria do povo brasileiro, dos princípios constitucionais básicos, tornando a matéria obrigatória, a partir do 2º grau de ensino estaremos contribuindo para conscientizar a população das questões fundamentais de ordem política, econômica e social, e dos direitos, garantias e deveres de todos, corporificados na Constituição.

Finalmente, Sr. Presidente, creio imperioso, a fim de garantir aos brasileiros o direito de desfrutarem de uma adequada qualidade ambiental, inserir no Estatuto Supremo um dispositivo que proteja juridicamente o indivíduo, nesse particular.

Para tanto, cumpre acrescentar ao art 17, inciso VII, a alínea c, com a seguinte redação:

"Art. 17.....
VII –.....
c) Qualquer pessoa lesada ou ameaçada no seu direito ao meio ambiente saudável será parte legítima para propor a ação que vise a cessação das causas de violação e a respectiva indenização."

A poluição ambiental, em determinadas condições e níveis, pode causar sérios danos à saúde da população.

É unâime o reconhecimento do dever concorrente da União, Estados e Municípios, no sentido de estabelecer normas especiais, capazes de tor-

nar efetiva a ação governamental contra os fatores poluentes. As constituições de Portugal, de 1974 (Art. 66), da Espanha, de 1978 (Art.45), da Pensilvânia (Art. 127) demonstraram sua preocupação com o problema, em preceitos que visam a assegurar ao povo um meio ambiente saudável.

Considerando que de nada adianta preconizar normas de proteção ambiental, sem oferecer à população os meios legais de fazer valerem tais regras, torna-se imprescindível a introdução do dispositivo sugerido, concedendo à pessoa lesada ou ameaçada no direito em questão das causas da violação e, se for o caso, para pleitear a indenização cabível.

Certo de que as emendas cujos teores reitero, irão preencher lacunas e corrigir distorções ora verificadas em capítulos que dizem respeito aos mais legítimos interesses do povo, conto com o honroso acolhimento às mesmas dos nobres integrantes desta Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem apalavra o Sr. Sólon Borges dos Reis para discutir o projeto.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, Srs. constituintes, o tema, de caráter constitucional por excelência, de que pretendo tratar coincide com as últimas palavras do nobre Constituinte Antônio de Jesus, que acaba de deixar a tribuna, onde se houve com brilhantismo, como sempre, na defesa das teses que considerava válidas e que todos, concordando ou não, respeitamos. S. Ex.^a propõe que nas escolas de 2º grau deste País se introduza, com caráter obrigatório, o ensino do Direito Constitucional. A intenção é a mais generosa e deve ser saudada como um fato positivo, porque não decorre de uma atitude negativa. Apresentar falhas é mais cômodo e mais fácil, mas resulta do propósito elevado do Constituinte de trazer uma sugestão de ordem prática que possa contribuir para o aprimoramento político da Nação brasileira. Na prática, a teoria é outra, porque a introdução do Direito Constitucional nas escolas de segundo grau – e são milhares neste País – pressupõe a existência de um magistério especializado, não só no Direito Constitucional, mas, o que é mais difícil, na metodologia de ensino dessa disciplina para os adolescentes. Entretanto, nem por isso a proposta deve ser abandonada. A meu ver, deve ser agarrada com as duas mãos e discutida. Na realidade, com a cadeira de Direito Constitucional ou não, o de que mais precisamos é a politização das novas gerações de brasileiros. Este País tem tudo para ser uma grande Nação. No conceito dos 170 países filiados à Organização das Nações Unidas, ocupamos o 5º lugar em extensão territorial. Somos, em território, inferiores à União Soviética, que é uma comunhão de 15 países; aos Estados Unidos, que adquiriram da Rússia, no tempo em que vendia terras, o Estado do Alaska, tão rico em ouro e em petróleo; ao Canadá, cuja maior extensão territorial não se presta à exploração agrícola nem pastoral; e à China. As outras 165 nações deste planeta são muito inferiores em extensão territorial à do Brasil. A Holanda é um terço de Portugal, e este país é um terço do Estado de São Paulo, que, territorialmente, é uma unidade federativa de tamanho razoável, não sendo das maiores des-

te País. A Ilha de Marajó, no Pará, é maior do que a Suíça. Territórios de subsolos ricos como os nossos, com possibilidades de exploração agropastoril, realmente são privilegiados. Estamos com uma população, que é uma das dez maiores do mundo, em fase de explosão demográfica. Nossa economia é atualmente uma das dez maiores do sistema capitalista. Temos uma ciência prática, uma Medicina que dispensa médico e hospital de qualquer país, dos mais adiantados do mundo na profilaxia, atendimento e cura clínico-cirúrgica, bem como na pesquisa. Somos o 10º país do mundo em processo editorial. temos estradas, edificar hotéis, aeroportos, usinas, enfim, temos na parte artística, cultural e esportiva, um lugar de destaque no cenário cultural contemporâneo.

O que falta, então, a este País para ser uma grande Nação? Na minha ótica, falta a formação política das elites dirigentes e a formação de uma opinião devidamente informada, com aguçado e independente espírito crítico, que parte do princípio de que a democracia é um regime trabalhoso e difícil, que requer um trato perene e incômodo e não se limita a votar e voltar para casa.

Na realidade, o que temos verificado é a tentativa de se implantar neste País um regime democrático, descartando-se o debate sobre a conceituação de democracia, mas aceitando-se como válida a tese de que a democracia repousa na liberdade para poder escolher e na formação política para saber escolher e que, sem a igualdade de oportunidade que promova a justiça social, não se haverá de ter nunca neste País a paz social.

O que tem atrasado, no processo histórico do Brasil, no encaminhamento de um regime democrático, é a intermitência política. Quando as novas gerações se vão identificando com as instituições democráticas, quando vão dominando o processo político democrático, quando começam a conhecer as figuras que atuam no cenário político e na vida pública do País, interrompe-se o processo durante uma década – e, ainda recentemente, no regime de arbitrio por duas décadas consecutivas – e há que se começar tudo de novo. Essa intermitência responde em grande parte por isso e é causa e consequência também da deficiência na formação política da juventude brasileira. O jovem, riqueza deste País, deve ser atendido prioritariamente, principalmente porque queremos desenvolver nossos recursos naturais. Entretanto, para isso pensamos nos recursos do subsolo e do solo, esquecendo-nos de que os recursos naturais mais importantes do Brasil são a juventude e a infância. O jovem, assim eu entendo, não é como a criança que quer ver passar logo o tempo, pensando, apressado, no futuro. Como já disse Ataulfo Alves, quando criança, "eu era feliz e não sabia". Na infância, pensamos serei isso quando crescem estou de olho no amanhã; tenho pressa para o amanhã. Enquanto isso, o maduro volta-se para o passado, crescendo dentro dele, à medida que o tempo passa, mas ainda a criança que ele foi. Mas o jovem é o aqui e agora. E o jovem é generoso no seu idealismo inato, mas não tem nenhuma experiência; compara a realidade que vê sem nenhuma experiência anterior para avaliá-la e analisá-la em relação ao seu ideal. E não há realidade que se possa comparar com o ideal. Por isso ele é realmente um

revoltado e tem que ser armado de informação política.

O processo de informação política é difícil. Quando o nobre Constituinte Antônio de Jesus abordou, na sua proposta, a instituição de uma cadeira de Direito Constitucional nas escolas de 2º Grau, ele apontou uma medida que esbarra exatamente na dificuldade metodológica. A educação política fará a formação política da juventude, portanto das novas gerações e do novo amanhã no Brasil, para apressar e consolidar um regime realmente democrático, não só na parte das liberdades, mas também na social. A grande dificuldade é a metodologia, porque, apesar de ninguém negar a importância da educação sexual, todos sabem que, se a metodologia não for adequada, os efeitos serão perversos. Quanto à educação política, ela não é a mesma coisa que lavagem cerebral, o "fazer a cabeça", mas teria de centrar-se em três pontos básicos: a informação, a prática e o desenvolvimento da análise crítica, porque um povo que aguça seu espírito crítico jamais será escravo de uma ditadura, seja de direita ou de esquerda.

Ouço, com prazer, o Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS: – V.

Ex.^a desenvolve um raciocínio lógico, psicopolítico e social, e agora pára no fator educacional, que é primordial. Por alguns dias tive a feliz oportunidade de pertencer a uma subcomissão, da qual V. Ex.^a também era um dos membros atuantes e capacitados. É necessário que a educação se fixe nos pilares de justiça, competência técnica e claridade política. A partir dai poderemos construir um jovem para o futuro. É preciso darmos condições para despertar as potencialistas latentes na juventude. Se ela não for devidamente preparada através de um programa que possa aferir seu desenvolvimento, poderá buscar a compensação em fonte errônea, consequentemente trazendo maior prejuízo para a sociedade. Considero que o pronunciamento de V. Ex.^a, analisando este aspecto, é preventivo para a juventude brasileira. Parabéns, Deputado Sólon Borges.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:

– Agradeço a V. Ex.^a o aparte e vou respondê-lo. Ouço com muita honra o nobre Deputado Cid Carvalho.

O SR. CID CARVALHO: – Nobre

Deputado Sólon Borges dos Reis, somos convocados a intervir com apartes nos discursos ou por mera solidariedade formal ou pela motivação de importância que nos cause. Estava ali, sem o espírito preconcebido de vir aparteá-lo. Acho que V. Ex.^a está fazendo um pronunciamento muito importante, e é pena que o Plenário, por outras razões, não esteja mais cheio para participar dele com V. Ex.^a. De tudo o que V. Ex.^a expôs há um aspecto que me tocou profundamente: a crítica à intermitência democrática. Vejo que esse é o ângulo fundamental, a raiz do seu pronunciamento. A continuidade democrática significa, em nosso modo de entender, a participação crescente da comunidade na construção dos destinos do seu país. Nobre Constituinte, há muito tempo, como velho parlamentar, venho analisando a crise que deteriora essa efetiva participação. Acho que temos dado passos atrás. Fala-se muito em educação,

e a impressão que tenho, por tudo que vejo e por tudo que conheço, é de que a educação se deteriorou em nosso País como um instrumento eficaz de preparo da comunidade. Mas teríamos até outros problemas. Tenho dito muitas vezes que quando éramos uma Nação muito menor, Getúlio Vargas deu imensa ênfase ao sistema de mérito quando criou o DASP, quando criou o concurso público e o erigiu como um chamativo para que as novas camadas se preparam. Tivemos, nessa época, um serviço público com um extraordinário campo de formação de lideranças, de formação de uma burocracia brasileira. Tudo isso se interligava ao setor efetivo da educação, estabelecendo uma relação entre função e órgão. Hoje, em plena era da tecnologia, constatamos que tudo isso foi abandonado no País e que a própria universidade é muito mais a busca de um título do que a busca de preparo ou de formação. Acho, como V. Ex.^a, que o País tem de voltar-se de maneira devida, e não formalmente, para a participação e o preparo da sua comunidade. A educação precisa deixar de ser mera retórica para ser efetivamente uma prioridade em nosso País. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:

– Agradeço a V. Ex.^a, nobre Constituinte Cid Carvalho, como agradeço ao nobre Constituinte Antônio de Jesus os apartes com que honraram e ilustraram o meu pronunciamento.

Não sendo o homem apenas o intelecto, mas também o físico, o moral, o profissional, o religioso, o cívico, o social ou o econômico, é predominantemente político. Neste meu pronunciamento refira-me à educação política, porque temos neste País grandes expressões, generalizada educação científica, intelectual, moral e física, mas o de que carecemos – a educação cívica nós temos – o calcanhar de Aquiles da nossa situação, é da formação política. E acrescento: quando me refiro à educação política, não acredito que seja somente a educação escolar, mas também toda a influência educacional não deliberada, e ai entram as élites políticas, os dirigentes, os partidos e as figuras da vida pública, que podem ser exemplares, mas podem, num gesto, desmanchar toda a pregação da escola.

Ouço, com muito prazer, o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: –

Nobre Constituinte Sólón Borges, a importância do pronunciamento de V. Ex.^a, como disse o Constituinte Cid Carvalho, obriga-nos a aparteá-lo, sobretudo quando V. Ex.^a aborda um aspecto fundamental: a consciência política que está faltando neste País, o que me leva a recordar aqueles conceitos tão bem expressos pelo grande dramaturgo Bertold Brecht, que dizia que não há pior analfabeto do que o analfabeto político, aquele que, formado em qualquer ciência ou qualquer tipo de atividade, diz: "Eu não sou político", sem ter a consciência de que, ao fazer essa afirmação, se omite diante das decisões fundamentais que hão de regular a vida do seu país e a sua própria vida. V. Ex.^a tem toda a razão e, nesse sentido, vejo que no Brasil de hoje os homens que mais concorrem para a educação não estão nas escolas. São homens como o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arris, na sua cidade de São Paulo, como Dom Hélder Câmara, em Recife, ou como tantos que estão

lutando nas comunidades eclesiás de base por este País, formando o povo para ter consciência dos seus direitos e lutar por eles. Regozijo-me pelo discurso admirável que V. Ex.^a está pronunciando.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:

– Agradeço a V. Ex.^a o aparte e as expressões genrosas, nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

O tempo de V. Ex.^a está esgotado e a Mesa apela para que conclua seu discurso.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:

– Agradeço a V. Ex.^a pela advertência regimental e pelo cavalheirismo. Concluirei, porque este é um tema de dimensões muito grandes e já que não posso chegar onde pretendia, o que seria adentrar mais a questão política nacional, que diz respeito à Assembleia Nacional Constituinte

Fomos eleitos e convocados para mudar, e é isso que a opinião pública nacional deseja. Como mudar, para onde mudar ou para que mudar é um processo que está ligado à opinião pública, fundamental em qualquer regime democrático. Concluo por não me poder estender mais, para obedecer disciplinarmente o Regimento que V. Ex.^a, Sr. Presidente, por obrigação e com Ihanzeza defende (Palmas.).

Durante o discurso do Sr. Sólón Borges dos Reis o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Tem a palavra o Sr. Cid Carvalho, para discutir o projeto.

O SR. CID CARVALHO PRONÚNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICANDO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Tem a palavra o Sr. Gidél Dantas, para discutir o projeto.

O SR. GIDEL DANTAS (PMDB – CE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente. Sr^a e Srs. Constituintes, ocupo esta tribuna, na discussão em primeiro turno do Projeto de Constituição, para comunicar à Casa que apresentei, dentre outros projetos, uma emenda, para a qual chamo a atenção dos meus companheiros, que tem a seguinte redação:

"Art. A União e os Estados consignarão obrigatoriamente, em seus respectivos orçamentos, e nos limites fixados em lei, recursos financeiros a serem aplicados na educação para o trânsito, nas reciclagens dos condutores de veículos e nas campanhas educativas de trânsito.

Art. Lei complementar definirá os critérios básicos para o plano nacional de trânsito".

Sr. Presidente, Sr^a Srs. Constituintes, o automóvel, na sociedade brasileira, a nós se nos apresenta como um exemplo de uma tecnologia avançada que vem sendo utilizada por pessoas ainda despreparadas para dela usufruir do modo correto

e satisfatório. E essa convicção mais se solidifica quando verificamos que, em sua grande maioria, os acidentes de veículos têm como causa o comportamento inadequado do condutor, que se torna assim, o responsável maior de pessoas e de danos materiais seis contas.

O trânsito tem sido um dos responsáveis pela manifestação da violência nas grandes cidades.

O elevado número de acidentes de trânsito, registrado no Brasil, reflete o comportamento inadequado da população, pois que a imperfeição e a imprudência são responsáveis por mais 70% desses acidentes.

Vemos, assim, que a educação de trânsito deve ser considerada no seu aspecto integral de ação e de possibilidades pelo menos em três dos quatro campos do poder nacional, ou seja, psicossocial, econômico e político.

No componente psicossocial, a educação de trânsito, deve abranger todo o sistema educacional, para que seja possível beneficiar todos os segmentos da população estudantil, nas suas diversas faixas etárias.

Essa abrangência deve alcançar tanto o corpo discente como o docente.

Na verdade, toda a organização escolar, do primário ao universitário, deve ser alcançada.

A educação de trânsito deve abranger os sistemas ou unidades de formação dos profissionais que atuam no sistema viário, com a finalidade de viabilizar o trânsito, e abranger a comunidade que objetiva um padrão de vida para a família em harmonia com os valores circunstântes (vizinhança, meio ambiente, transporte, escola, igreja, trabalho, clube etc.). A educação de trânsito deve servir-lhe de instrumento para a consecução de objetivos dentre os quais a segurança de cada membro da família, ao deslocar-se para o trabalho ou lazer.

No componente econômico do poder nacional, podemos citar como benefício a redução significativa de acidentes de trânsito após modificação de atitudes e comportamentos da parte dos usuários do sistema viário e de seus profissionais.

Se examinarmos ainda a economia de projetos de engenharia de tráfego, que a educação de trânsito torna mais viável, iremos enriquecer de muito o aspecto econômico da educação de trânsito.

No componente político, podemos citar a educação de trânsito como uma estratégia no conceito pedagógico, ou uma tática, no conceito comum do termo, para a conquista, embora parcial, de um objetivo das grandes comunidades, que é o bem-estar.

O trânsito, fator determinante de muitos males da era do automóvel, impõe que o brasileiro se prepare adequadamente para entendê-lo e harmonizar-se com ele. Uma legislação apropriada às nossas realidades atuais e futuras, orientando e apoiando as iniciativas, as pesquisas, as soluções e os projetos de nossas instituições.

Ouço, com prazer, o nobre Constituinte Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA: – Nobre Constituinte Gidél Dantas, V. Ex.^a, talvez por sorte ou por coincidência, faz seu pronunciamento nesta tarde de sexta-feira numa semana muito propícia. Acompanhamos pelos jornais e pelas estações de televi-

são as notícias demonstrando que esta foi uma semana sangrenta no Brasil em acidentes de trânsito no meu Estado – o Espírito Santo – São Paulo e Rio. Perdemos – principalmente em acidentes com coletivos – cerca de cento e cinqüenta irmãos brasileiros, lamentavelmente. A proposta de V. Ex.^a é muito importante. Enfrentamos esse problema no Brasil desde que aqui chegou o primeiro automóvel, que é um devorador de recursos públicos pois erige dos governantes a pavimentação das rodovias, viadutos e sinalização, que atendem a uma parte da população, e é também um devorador de vidas humanas, infelizmente. Tivemos oportunidade, no Espírito Santo, de ser o Estado pioneiro na implantação de um programa – o Detran nas Escolas. Convocamos e preparamos cerca de três mil e quinhentas professoras, elaboramos cartilhas e começamos um amplo programa, fazendo com que a criança na escola fosse educada para induzir o pai a um comportamento mais urbano, mais civilizado na direção do seu carro, menos perigoso e com menos riscos para a vida, estando no automóvel ou fora dele.

Iniciamos, também, um programa ao longo de todas as rodovias do Espírito Santo e a distribuição de folhinhas aos lavradores, aos agricultores e às escolas, mostrando os benefícios que traz o asfaltamento e a rodovia e também os perigos que ela representa. Se aprovada a proposta de V. Ex.^a os recursos para a continuação de programas como esse, não só no Espírito Santo, mas em outros Estados, torna-se-ão efetivamente viáveis e tenho certeza de que muito menos gente no Brasil ficará inválida ou perderá a vida, e muitas vidas brasileiras serão salvas. Preocupamo-nos com essa questão e vemos que mesmo com o problema da AIDS e do câncer, o trânsito devora muito mais vidas e de uma maneira muito mais triste do que todas essas doenças. Queria cumprimentar V. Ex.^a pela oportunidade de sua proposta e, também, pela oportunidade de seu pronunciamento, feito em uma semana muito infeliz para o trânsito brasileiro. Parabéns a V. Ex.^a.

O SR. GIDEL DANTAS: – Muito obrigado, nobre Constituinte Gerson Camata. Agradeço a V. Ex.^a o aparte, que veio enriquecer muito o meu pronunciamento.

Portanto, Sr. Presidente, a educação deve ser dada simultaneamente a todos os que partilham do sistema viário de uma comunidade, para que se garanta a todos, e de parte de todos, ainda que teoricamente, o mesmo comportamento adequado, a mesma atitude favorável à obtenção de um aceitável grau de fluidez e segurança.

Se, por um lado, conseguimos atingir dentro de nossas possibilidades um considerável avanço na fluidez, o mesmo não ocorreu com a segurança, pois ainda são altos os índices de acidentes, apesar dos esforços da engenharia e do policiamento.

O grande desafio continua sendo o homem, agente principal e mais frágil do sistema viário. Surge então a necessidade de se desencadear um sério trabalho de educação de trânsito, para se alcançar um nivelamento dos componentes do binômio fluidez/seurança.

Sendo o trânsito uma questão comportamental, o problema torna-se ainda mais complexo, principalmente na realidade brasileira, que é cons-

tituída de uma heterogeneidade cultural altamente significante. Daí a necessidade de uma atuação mais formativa e não informativa, como vem ocorrendo.

O crescimento do número de acidentes automobilístico, que, em nosso País, já assumiu característica de epidemia, é fruto principalmente de uma autêntica deformação de característica do veículo automotor como meio de geração do progresso do homem, dentro de um contexto de desenvolvimento cultural e tecnológico. Observa-se nos meios de comunicação a preocupação constante de se vender o automóvel, dando a ele a característica de um símbolo de **status** social.

A violência do trânsito, hoje, por falta de uma análise mais profunda, está sendo transferida da rua para os vídeos das TV. Temos, nos horários considerados nobres, a violência nos filmes de televisão que retratam o período atual, mostram em maior ou menor grau perseguições desenfreadas com veículos, catástrofes automobilísticas, carros precipitando-se em abismo, motoristas alcoolizados, caçadas de detetives em alta velocidade e fugas espetaculares.

Não sei se V. Ex.^{as} já observaram os filmes policiais. Geralmente o carro que vai conduzindo o policial, quando é chamado, a ocorrência nunca é na frente, sempre é atrás, e ele faz o chamado cavalo-de-pau, para retornar. O jovem vai adquirindo aquele sistema e vai aplicá-lo também no trânsito em nosso País. A fantasia funde-se com a realidade no momento do comercial. Os comerciais de veículos, para vender a robustez e a esportividade dos produtos nacionais, mostram carros saltando obstáculos, executando acrobacias, andando em duas rodas, façanha que sabemos existir para um público a que está destinado. Generalizar tais mensagens é levar ao espectador uma realidade para a qual seu próprio veículo não está mecanicamente preparado.

Tais exemplos contribuem para a deformação do condutor de veículo. Na impossibilidade de acreditarem nas façanhas da TV, eles transferem toda carga de frustração para a violência no trânsito.

Quando observamos que, em todo o mundo civilizado, os elementos de segurança e qualidade são básicos como argumentos de comercialização de automóveis, constatamos que estamos percorrendo o caminho mais difícil para atingir o público comprador, o qual, cedo ou tarde, através de outros meios de comunicação social, se conscientizarão da necessidade de segurança no produto que estão adquirindo, e consequentemente, induzindo o publicitário a transformar sua linguagem, quando este é que deve ser o precursor da linha de desejos de comprador.

Um posicionamento formativo requer um trabalho sistemático que envolva não apenas a população escolar, mas toda a comunidade brasileira.

Os resultados, certamente, virão a médio e longo prazo. Para tanto, uma proposta de educação não deve pretender o imediatismo dos resultados, já que comportamentos não se mudam da noite para o dia.

Vamos salvar vidas, vidas que foram criadas à imagem e à semelhança de Deus.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Vítor Buaiz, para discutir o projeto.

O SR. VÍTOR BUAIZ (PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, comparo a Assembléia Nacional Constituintes a uma grande plantação, onde os brasileiros depositaram no dia 15 de novembro de 1986 as sementes da esperança que, adubada pelos debates naturais e pela participação popular, pudesse fazer germinar uma Constituição capaz de atender aos desejos e às necessidades de cada um dos milhões de famintos de pão e justiça social.

Porém, há alguns metros dessa grande plantação, um laboratório de nome Palácio do Planalto, do Sr. José Sarney, assessorado por químicos especialistas formados pelas escolas da ditadura militar, manipula a todo vapor fórmulas venenosas, visando a atender aos interesses de uma minoria que hoje ilegitimamente domina o nosso País.

Temendo o vigoroso verde da soberania desta grande plantação, o manipulador dos venenos do laboratório do Palácio do Planalto providenciou imediatamente um pulverizador capaz de aplicar as fórmulas do maquiavélico laboratório. Foi nomeado o Sr. Carlos Sant'Anna.

Foi ai, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, que a Assembléia Nacional Constituinte foi barbaramente borrifada e contaminada com a distribuição de cargos públicos em troca de apoio político.

A contaminação da Assembléia Nacional Constituinte gerou um anteprojeto de Constituição que acabou frustrando em grande parte as esperanças da grande maioria dos semeadores.

A reforma agrária, por exemplo, que é considerada um dos problemas mais prementes da vida nacional, com o atual texto, aprovado na Comissão da Ordem Econômica, furto de uma manobra dos setores conservadores a serviço do latifúndio, tornou mais difícil ainda a sua implementação, como desejam os trabalhadores rurais.

Enquanto isso, a violência no campo se alastrá, com a formação de milícias patrocinadas pela famigerada UDR, para assassinar trabalhadores que lutam por um pedaço de terra, onde possam plantar e viver com suas famílias.

O selvagem capitalismo brasileiro vive uma de suas mais graves crises. Hoje, são 40 milhões de brasileiros que vagam entre os latifúndios e a indústria decadente, a chamada reserva de mão-de-obra, que esse mesmo capitalismo, em seus fluxos e refluxos, usa e dispensa; ao mesmo tempo se vê incapaz de oferecer um salário mínimo que venha atender às necessidades básicas de sobrevivência de um cidadão, que dirá um salário desemprego digno, como acontece nas sociedades capitalistas modernas.

O modelo econômico de exportação que vive o nosso País é um modelo típico de uma colônia de final de século XX, em que o imperialismo comanda a exploração de nossas riquezas e de nossa gente. Não se trata de uma visão xenófoba de minha parte, mas de uma situação real que só não vê quem intencionalmente se esconde por trás dessa redoma de cimento chamada Brasília, capital da fantasia, tratando de garantir seus privilégios.

É inconcebível que num país como o Brasil, onde os trabalhadores produzem muito mais do que consomem, a fome e a miséria atinja 70 milhões de brasileiros. Onde estão os alimentos produzidos por esses trabalhadores, justo nesse momento em que o Sr. Iris Rezende, Ministro da Agricultura, anuncia sorridente, em cada microfone que aparece sua frente, que este ano teremos a maior safra de grãos da história do nosso País?

Esse senhores se comportam com o mesmo nível de violência que o Governo da África do Sul ao bombardear as plantações do povo moçambicano, provocando a fome e a miséria.

A produção de alimentos em função do modelo exportador tem provocado em nosso País aterrorizantes problemas na área ambiental, principalmente em dois aspectos: quanto à mecanização da agricultura e ao uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes.

A mecanização da agricultura, através do uso de máquinas inadequadas ao nosso tipo de solo, cujos modelos originários de países europeus, tem provocado o assoreamento dos rios e a erosão que vem destruindo, hoje, principalmente o noroeste do Estado do Paraná.

As previsões da FAO para o Paraná são de que, ao final dos próximos 15 anos, todo o Estado estará comprometido em função da erosão.

A mecanização da agricultura tem gerado não só a erosão, assoreamento dos rios, mas problemas sociais extremamente graves, como é o caso do surgimento dos bôias-frias, uma categoria submetida a um regime de semi-escravidão, que nem sequer tem seus direitos respeitados como cidadãos.

Não sou contra a mecanização da agricultura, mas é inadmissível que o nosso País esteja submetido a esse hediondo modelo exportador, que permite a industrialização de máquinas e implementos agrícolas sem levar em consideração as características naturais de nosso solo.

Outro fenômeno preocupante é a desertificação causada principalmente pela pecuária extensiva, pelo desmatamento e pelas monoculturas.

O Rio Grande do Sul, o Paraná, Santa Catarina, dentre outros Estados, estão ameaçados em função do cultivo da soja, do trigo e de outras monoculturas. Em todo o Nordeste são 40 milhões de hectares de terras desertificadas. Somente no Estado do Piauí são 36 mil quilômetros quadrados de deserto. No Espírito Santo quase toda a floresta do Estado foi destruída. A mata atlântica foi resumida a apenas 5 por cento do que existia. Em consequência disso, torna-se inevitável a migração interna principalmente em direção aos grandes centros urbanos.

São preciosos mananciais, reservas florestais e milhares de pequenas propriedades que são engolidas por esse modelo econômico voraz. Daí a urgência de uma reforma agrária sob o ponto de vista de quem trabalha na terra.

O Brasil é considerado o celeiro do mundo na produção de alimentos, apesar de ter ainda a maior parte de suas terras inexploradas. Com a atual política agrícola adotada pelo Governo, não conseguimos ainda a auto-suficiência em algumas culturas, ou, quando atingimos, exportamos, para depois importar, e muitas vezes com um custo muito maior, ou talvez para corrigir erros

dos planos econômicos de certos aventureiros economistas

A produção de alimentos em nosso País deve ser encarada com mais seriedade e responsabilidade. Toda essa produção visando à exportação tem-nos custado caro com o uso indiscriminado dos agrotóxicos, um alto preço, traduzido em sérios problemas ao ser humano e ao meio ambiente.

A contaminação do solo e dos alimentos por agrotóxicos tem sido, dentre outros problemas, um dos mais sérios.

Concedo aparte ao nobre Constituinte Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA: – Nobre Constituinte Vitor Buaiz capixaba e seu conterrâneo, embora pertença a outro partido, não posso deixar de testemunhar que V. Ex.^a, não só como Parlamentar e Constituinte, agora, mas como médico e como líder sindical de ampla atuação no Estado do Espírito Santo, teve sempre uma profunda preocupação conservacionista em relação à natureza na nossa região. Recordo-me de suas jornadas, muitas vezes de apoio ao grande dentista que foi Augusto Ruschi, nas lutas que ele desenvolveu pela conservação dos restos da mata atlântica no Espírito Santo. Recordo-me das suas lutas em favor da conservação do solo em nosso Estado, em favor da obrigatoriedade e instalação de sistemas antipoluentes das indústrias instaladas em torno da grande Vitória. Acompanhei sempre esse trabalho, esse empenho, essa luta que V. Ex.^a, não só como parlamentar, mas como líder sindical, como médico, travou, como um marco de atuação na sua vida. E o Espírito Santo, o Estado de V. Ex.^a e meu, para nosso orgulho, nisso sempre deu um passo à frente. Tivemos a oportunidade de ser um dos primeiros Estados brasileiros a ter uma própria lei de controle de agrotóxicos. Instalamos, com o apoio do Banco Mundial, em nosso Estado, um dos melhores laboratórios de controle de agrotóxicos do País. Ocorre, entretanto, que aquela legislação, tão boa, que inclusive teve o apoio do partido de V. Ex.^a, que, embora sem parlamentares na Assembléia, na época, nas manifestações públicas sempre apoiou seus artigos mais importantes ficou sem efeito. As indústrias de agrotóxicos, as multinacionais foram ao Supremo Tribunal Federal e a derrubaram. Os artigos daquela legislação capixaba foram considerados inconstitucionais. O pronunciamento, de V. Ex.^a é importante porque reafirma a sua posição, que foi o marco da sua atuação na política e fora dela. É também a oportunidade que se oferece, na Constituição, de fazer vigorar aqueles artigos, daquela nossa legislação, que foram considerados inconstitucionais e que são importantes para que se evite que o excesso ou o mau uso do agrotóxico, controlado pela autoridade governamental, venha a causar danos à saúde da população. A oportunidade é esta. Temos que, nesta Constituição, garantir ao povo brasileiro os mesmos freios que o povo norte-americano e europeu impõem, nos seus países, às empresas que para lá levam esses venenos e que querem fazer do seu comércio, sem regras e em quantidades excessivas, um motivo apenas de lucro e não de bem-estar, de aumento de produtividade e de saúde para o povo brasileiro. Nossa patrícia precisa ter certeza de que o alimento que come vai lhe

dar saúde, sustentação de suas forças e do seu vigor físico, e não lhe trazer, muitas vezes, por trás da aparência bonita do alimento, um veneno que vá comprometer o futuro de sua vida e de sua sanidade. Parabenizo e cumprimento V. Ex.^a pela oportunidade do enfoque que faz nesta tarde.

O SR. VÍTOR BUAIZ: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, nobre Constituinte Gerson Camata, ex-Governador do Espírito Santo, e a lembrança do nome do ilustre cientista capixaba Augusto Buschi, que infelizmente foi mais reconhecido no exterior, por sua obra, do que em seu próprio País.

O dentista Augusto Ruschi havia feito uma previsão, ainda no início da década de 70, das consequências do desenvolvimento desordenado do processo de industrialização em nosso Estado sobre o meio ambiente. E, hoje, vemos que o norte do Espírito Santo e o sul da Bahia foram transformados em verdadeiros desertos.

É necessário que haja produção de alimentos. O mundo está faminto, mas precisamos produzir sem veneno. Hoje, o arroz, o trigo e as hortaliças estão contaminados por agrotóxicos.

Ouço o nobre Constituinte Aluísio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA: – Nobre Constituinte Vitor Buaiz, V. Ex.^a faz um pronunciamento da mais alta importância e de profunda repercussão, tanto no projeto que hoje discutimos nesta Assembléia Nacional Constituinte, que trata de definir um futuro para este País, quanto sob todos os ângulos, a partir da crítica que se faz sobre a realidade brasileira atual. Como muito bem acentuou V. Ex.^a, várias áreas da nossa economia não funcionam segundo as necessidades do povo brasileiro, mas de acordo com a vontade do imperialismo internacional, através das multinacionais, suas delegadas diretas, cujos tentáculos atuam aqui, e que submetem a nossa economia de país em desenvolvimento, bem como a de outros países latino-americanos e a de outros países subdesenvolvidos do mundo aos seus estritos interesses. Tão logo cheguei ao Congresso, como Deputado, em 1979, uma das minhas primeiras atividades foi buscar apoio de meus pares para a constituição de uma Comissão sobre a devastação da Amazônia. Em 1986, quis o povo do meu Estado que eu viesse para cá como Senador, com a mesma função e coerência de dois mandatos que desempenhei na Câmara dos Deputados. Aprecio o discurso de V. Ex.^a, um pronunciamento harmonioso, feito em sintonia com as aspirações e com o sentimento do povo brasileiro, de uma sociedade que deve organizar sua economia em função das necessidades do nosso povo e não de acordo com o sistema que quer fazer de nossa economia o apêndice dos interesses do imperialismo internacional. Como muito bem disse V. Ex.^a, essa influência perniciosa ocorre em todas as áreas, inclusive na produção de agrotóxicos, onde todo um setor industrial é desenvolvido não em função das necessidades de uma agricultura sadia, nem do desenvolvimento de uma produção de alimentos saudáveis, inclusive do próprio desenvolvimento de nossa agricultura em seu conjunto. Hoje, com as condições que temos do domínio da técnica, da ciência, e com as áreas extraordinárias que possuímos, poderíamos muito bem produzir todos os alimentos saudáveis, para que não houvesse aqui o alto índice de mortalidade infantil, do qual

somos vice-campeões, pois ficamos colocados logo depois do Haiti. Para tanto precisamos mudar o sistema político do País para um sistema compromissado com o povo brasileiro. Precisamos de uma reforma agrária plena como adiantou muito bem V. Ex.^a – para que possamos superar as UDR, que defendem exclusivamente o interesse do latifúndio improdutivo e que tentam, através do crime organizado, de organizações paramilitares, eliminar sindicalistas e todas as expressões consequentes do sindicalismo brasileiro, que luta por uma reforma agrária legítima. Precisamos desta estrutura no campo, de uma reforma agrária profunda e de uma mudança estrutural completa. Constatamos, no trabalhador rural e nos habitantes da Amazônia aqueles que defendem a preservação do meio ambiente, pois as grandes empresas são as enormes devastadoras. Dou um exemplo a V. Ex.^a. Na Comissão sobre Devastação da Amazônia, constatamos que a Volkswagen, na Amazônia, em um só dia, naqueles idos de 1979, como testemunhávamos, queimava 12 mil hectares, uma das maiores queimas que houve em todo o planeta. Por isso, parabenizo V. Ex.^a. Não poderia, neste aparte, abordar todos os pontos do discurso de V. Ex.^a. Mas quero registrar que o apoiamos e o felicitamos pelo pronunciamento que faz. Sabemos que o pronunciamento de V. Ex.^a se confronta com poderosíssimos interesses das minorias associadas aos interesses multinacionais, internacionais e imperialistas no nosso País. Porém, é pelo caminho da organização do povo, associado às necessidades da classe trabalhadora, que definiremos o rumo, o qual, nesta Constituinte, exige uma definição muito clara em favor dos interesses do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Antes que V. Ex.^a prossiga, a Mesa prorroga a sessão por mais quinze minutos, de acordo com o § 9º do art. 34, para que V. Ex.^a possa concluir o brilhante pronunciamento que está fazendo.

O SR. VÍTOR BUAIZ: – O aparte de V. Ex.^a, nobre Constituinte Aluízio Bezerra, vem demonstrar que não somos vozes isoladas, aqui nesta Constituinte, contra a influência das multinacionais no nosso meio ambiente, contra a influência dos grandes latifundiários que estão massacrando, assassinando os trabalhadores brasileiros no campo, a fim de preservar os seus privilégios e suas grandes propriedades.

Precisamos produzir alimentos, o mundo está faminto, mas precisamos produzir sem veneno; hoje o arroz, o trigo, as hortaliças estão contaminadas por agrotóxicos.

Sr. Presidente, Sr.^os e Srs. Constituintes, como evidência da gravidade desta questão, temos aqui alguns exemplos.

Há alguns dias, o **Correio Braziliense** publicou uma pesquisa da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais onde se constatou contaminação por agrotóxico e metais em mais de 90 por cento das 225 amostras de 21 tipos de alimentos recolhidas, entre camaçá, cereais, hortaliças, frutas e sucos enlatados.

No dia 16 deste mês, o **Jornal do Brasil** noticiou a morte de Daniel, 5 anos, e André, 9 anos, intoxicados por agrotóxicos ao comerem jiló colhidos da plantação da Fazenda Santo Antônio, em Itaguaí, Rio de Janeiro.

O noticiário sobre contaminação de alimentos é frequente e o nosso País não dispõe de uma legislação que regulamente a entrada até a aplicação desses produtos.

O Brasil importa 99 por cento dos agrotóxicos sem nenhum critério; basta ter em mãos urna Guia de Importação fornecida pela CACEX que o produto terá livre trânsito pelo País.

Evidentemente, as multinacionais produtoras desses venenos têm agido no sentido de fazer arquivar os diversos projetos de lei que se encontram nesta casa, visando à regulamentação do uso destes produtos. A máfia dos agrotóxicos age não só aqui, no Legislativo, mas no Executivo e no Judiciário.

Pensar em ecologia é pensar no modelo econômico em que vivemos.

A questão do meio ambiente não é tratada com seriedade por parte das autoridades brasileiras. Exemplo disso é a atitude do soridente professor de economia, hoje Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que proibiu a Secretaria Especial do Meio Ambiente de usar os créditos do Banco Mundial destinados a investir na política do meio ambiente.

Quando será que a questão ambiental estará entre as prioridades dos governos?

Como prova do descaso das autoridades pela questão ambiental, são as declarações do ex-Secretário de Obras e Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Segundo ele, para sanear todo o Estado do Rio de Janeiro, bastaria o dinheiro gasto em duas turbinas da usina de Itaipu.

No texto do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização a questão do meio ambiente foi contemplada de forma razoável, com o direito a um ambiente qualificado como saudável e ecologicamente equilibrado, protegido pelo poder público e pela coletividade, e a condenação como crime a degradação ambiental.

Entidades representativas da sociedade civil prestaram depoimentos na Subcomissão do Meio Ambiente, trazendo as propostas discutidas nas bases. Emendas populares começam a ser encaminhadas à Comissão de Sistematização, como forma de se contraporem às pressões do poder econômico, através das grandes empresas nacionais e multinacionais.

No entanto, por melhor que seja o texto constitucional, se a sociedade brasileira não estiver acompanhando passo a passo essa longa caminhada do processo constituinte, se o povo não estiver se organizando através de suas entidades de classe para poder no futuro cobrar de forma contundente do poder estabelecido o cumprimento das leis, todo este esforço terá sido em vão.

E esta mensagem de fé e esperança no povo unido e consciente do seu papel na História deste País é que eu gostaria de deixar aqui como minhas palavras finais.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Aluízio Bezerra, para discutir o projeto.

O SR. ALUIZIO BEZERRA (PMDB – AC. Sem rescisão do orador.): – Sr. Presidente, meu pronunciamento é sobre o que se está passando hoje com relação ao Fundo Monetário Internacional, no que respeita à nossa posição de firmeza, ao lado da opinião pública nacional, contra qual-

quer acordo que venha a ser negociado com as autoridades monetárias brasileiras, com o objetivo de mudar o princípio da política econômico-financeira, que buscava apoiar-se na vontade soberana do povo brasileiro. Portanto, somos contrários a qualquer tipo de submissão do desenvolvimento do nosso País as imposições estabelecidas pelo sistema financeiro internacional, porque isso significaria manter a dependência do Brasil como economia, de periferia, como bem quer o imperialismo internacional. Devemos promover nosso desenvolvimento segundo a vontade e a necessidade do povo brasileiro.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para apoiar integralmente a decisão tomada, no dia 28 deste mês, pelo Presidente Alán García, do Peru, de estatizar os bancos peruanos. Tal posição significa uma política em favor dos interesses nacionais e do desenvolvimento do povo peruano, eliminando a especulação financeira, tanto dos bancos privados como das financeiras e seguradoras, que não colaboravam para os grandes projetos de alcance social do Peru, mas apenas defendiam o trabalho especulativo. Portanto, apóio e felicito a atitude firme, conforme os interesses latino-americanos, assumida por aquela grande liderança, que é o Presidente Alán Carda, do Peru.

Neste momento em que se discute, nesta Assembléa Nacional Constituinte, a questão da estatização dos bancos privados brasileiros, pelas mesmas razões, ou seja, pelo fato de o sistema financeiro, manobrado pelos bancos privados e financeiras nacionais, ter dado golpes no povo brasileiro, apoiamos a estatização dos bancos como uma forma de excluir nosso sistema financeiro da dependência do contexto financeiro internacional, colocando a massa de capitais existentes neste País sob a orientação de normas estabelecidas pela vontade soberana do nosso povo. Assim, nosso capital servirá aos projetos de alcance social, à tarefa de desenvolvimento em função dos sagrados e soberanos interesses do nosso povo. Sr. Presidente, eram estes os dois pontos que queria salientar, felicitando a atitude do mandatário peruano, que está em harmonia com os sagrados interesses de todo o povo latino-americano e, em consequência, do povo brasileiro.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, serei breve, apesar da gravidade do assunto. Quero registrar o meu protesto contra a política do Presidente José Sarney de, mais uma vez, enviar recadinhos à Assembléa Nacional Constituinte. Em ocasiões passadas, outros colegas Constituintes já registraram o mesmo protesto. Mas o fato se repete com gravidade crescente. O Presidente José Sarney estampa, hoje, nos jornais do Brasil inteiro, que se vai declarar contra a estabilidade no emprego. Além deste tema, abordará aqueles da reforma agrária, da redução da jornada de trabalho e do sistema de governo. S. Ex.^a chega ao ponto de dizer que, quanto à duração do mandato presidencial, não se vai pronunciar, porque já o fez de forma definitiva.

A Assembléia Nacional Constituinte não pode viver sob essa pressão permanente do Palácio do Planalto. É necessário que, em função disso, se apresse a tramitação do projeto de decisão sobre a duração do mandato presidencial, pondo-se um ponto final na questão.

É mister que haja um mínimo de restauração da soberania desta Constituinte e se ponha um ponto final nessa política de recadinhos contra os interesses dos trabalhadores brasileiros.

VIII – Encerramento

O SR PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES.

Ademir Andrade – PMDB; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Alarico Abi, – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Chaves – PFL; Aloysis Teixeira – PMDB; Álvaro Valle – PL; Ângelo Magalhães – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antonio de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Arnaldo Martins – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canudo – PFL; Átila Lira – PFL; Benedicto Monteiro – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; Chico Humberto – PDT; Cláudio Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Porca – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Neto – PDS; Dionísio Maga – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Pores – PDS; Gumerindo Milhomem – PT; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; José Carlos Grecco

– PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carieis Vasconcelos – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur tomáro – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Viana – PMDB; Maguire Vilela – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattoz Leão – PMDB; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Ferreira Lima – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mussa Dernes – PFL; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nilson Squarezi – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Sadia Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Telmo Krist – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Ubiratan Spineli – PDS; Vicente Bogo – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Virgildálio de Senna – PMDB; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Lembro aos Srs. Constituintes que estão convocadas sessões para sábado e domingo próximos, às 9:00 (nove) horas.

Encerro a Sessão designando para a extraordinária de amanhã, sábado, dia 1º às 9:00 (nove) horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Continuação da discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

Encerra-se a Sessão às 13 horas e 41 minutos.

AVISO

Apresentação de emendas em plenário

-1-

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14, de 1987 (ANC)

Regulamenta e disciplina a consulta plebiscitária sobre o sistema de governo e duração do mandato de transição. (Do Sr. Brandão Monteiro.)

Nº 1

EMENDA O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14 de 1987

Art 1º A consulta plebiscitária de que trata o art. 61 da Resolução nº 2, de 24 de março de 1987 (Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte), será realizada no dia 15 de novembro de 1988 juntamente com as eleições municipais.

Justificação

A realização do plebiscito juntamente com as eleições municipais de 1988, ensejará em amplo debate, nas praças públicas, nos meios de comunicações sobre a forma de governo.

A continuação do regime presidencialista ou a implantação do parlamentarismo, somente será duradoura mediante sua introdução na Constituição com amplo apoio popular.

Além disto, a realização do plebiscito, simultaneamente com as eleições municipais, propiciará substancial redução nas despesas públicas com a necessária consulta popular.

Sala das Sessões, 31 de julho de 1987. – Constituinte **Gerson Camata**.

Nº 2

Art 2º O plebiscito será realizado para decidir a forma de governo se presidencialista ou parlamentarista.

Justificação

A realização do plebiscito juntamente com as eleições municipais de 1988, ensejará em amplo debate, nas praças públicas, nos meios de comunicações sobre a forma de governo:

A continuidade do regime presidencialista ou a implantação do parlamentarismo, somente será duradoura mediante sua introdução na Constituição com amplo apoio popular.

Além disto, a realização do plebiscito, simultaneamente com as eleições municipais, propiciará substancial redução nas despesas públicas com a necessária consulta popular.

Sala das Sessões, 31 de julho de 1987. – Constituinte **Gerson Camata**.

- 2 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15, de 1987 (ANC)

Disciplina a consulta plebiscitária prevista nos arts. 59 e 61 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte. (Do Sr. Virgílio Guimarães.)

Nº 1

Ao projeto de Resolução nº 15, de 1987.

Redija-se assim o art. 1º.

"Art 1º A Assembléia Nacional Constituinte poderá determinar à Justiça Eleitoral a organização e realização de consulta plebiscitária, objetivando a deliberação, pela população, acerca da nova Constituição."

Justificacão

O que deve ser estabelecido desde logo é a **possibilidade** de realização do plebiscito, e não a sua obrigatoriedade.

Sala das Sessões, 31 de julho de 1987. – Constituinte **Jorge Haqe**.

Nº 2

Ao Projeto de Resolução nº
15, de 1987, que disciplina a
consulta plebiscitária.

Inclua-se após o artigo 5º o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

"Artigo 6º Mediante requerimento subscrito por 1% (um por cento) dos eleitores do País, a Assembléia Nacional Constituinte determinará obrigatoriamente à Justiça Eleitoral, a organização de consulta plebiscitária submetendo a referido popular, artigos, seções, capítulos ou títulos da nova Constituição".

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, são dispensadas as exigências estabelecidas nos artigos anteriores"

Justificacão

Deve ser prevista também a iniciativa popular para a realização da consulta plebiscitária a respeito de artigos ou partes da nova Constituição.

Sala das Sessões, 31 de julho
de 1987. – Deputado **Jorge Hage**.

Nº 3

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 15/87

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo:

"Formule-se a seguinte pergunta:

Em caso de resposta negativa, pergunta-se: devem os atuais membros do Congresso Nacional elaborarem e votarem um novo projeto de Constituição?"

SIM
NÃO

Justificacão

A recusa por parte da consulta popular do projeto de Constituição ou de sua redação final, deve trazer consequências. Em verdade, não terão os atuais membros do Congresso Nacional condições políticas para elaborarem um novo texto constitucional. Assim, terá de se proceder uma nova eleição para o preenchimento das cadeiras que compõem a Assembléia Nacional Constituinte. Na realidade, ao se submeter o projeto de Constituição ao plebiscito, submete-se igualmente a confiança do povo brasileiro aos seus representantes. Trata-se de uma ratificação eleitoral, também.

Cumpre, entretanto, atentar para o fato de que os atuais Congressistas detêm a dupla função de Constituintes e de Legisladores ordinários, esgotando a primeira com a elaboração da Constituição e a segunda com o término do mandato fixado constitucionalmente de quatro em quatro anos para os Deputados Federais e de oito para os Senadores.

É assunto a serclareado.
Sala das Sessões, 3 de
agosto de 1987. — Deputado
Adylson Motta.